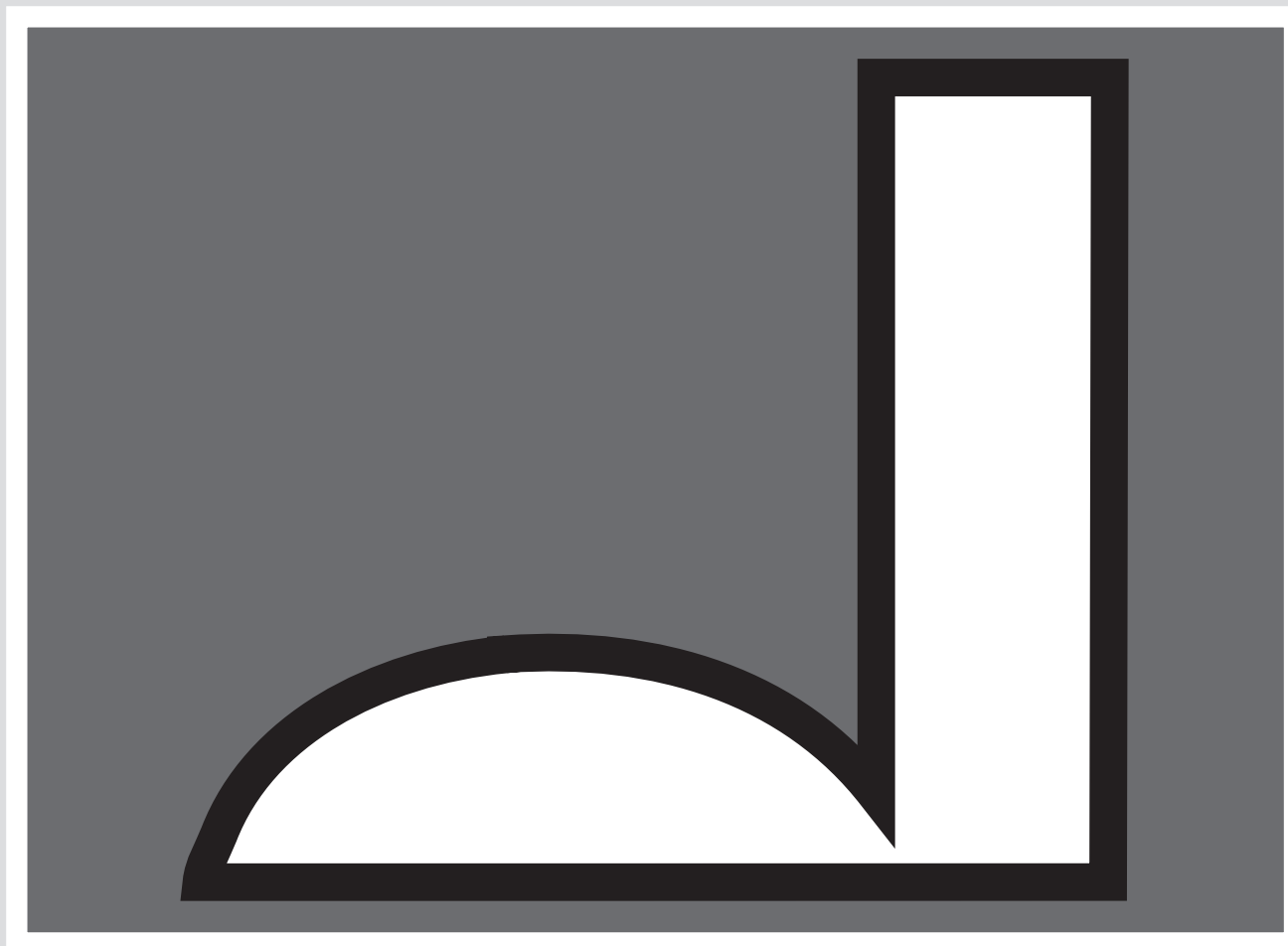




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

**SECRETARIA-GERAL DA MESA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA**

**Resenha Mensal (art. 269, II, do RISF)
(período de 1º a 31 de Maio de 2009)**

e

Atas de Comissões Permanentes e suas Subcomissões

Volume I/II

ANO LXIV – SUP. AO Nº 78 – TERÇA-FEIRA, 2 DE JUNHO DE 2009 – BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE
 José Sarney - (PMDB-AP)
1º VICE-PRESIDENTE
 Marconi Perillo - (PSDB-GO)
2º VICE-PRESIDENTE
 Serys Shlessarenko - (PT-MT)
1º SECRETÁRIO
 Heráclito Fortes - (DEM-PI)
2º SECRETÁRIO
 João Vicente Claudino - (PTB-PI)

3º SECRETÁRIO
 Mão Santa- (PMDB-PI)
4º SECRETÁRIO
 Patrícia Saboya - (PDT-CE)

Suplentes de Secretário
1º - César Borges - (PR-BA)
2º - Adelmir Santana - (DEM-DF)
3º - Cícero Lucena - (PSDB-PB)
4º - Gerson Camata - (PMDB-ES)

LIDERANÇAS

<p align="center">Maioria (PMDB/PP) - 20</p> <p align="center">Líder Renan Calheiros - PMDB</p> <p>Vice-Líderes Valdir Raupp Paulo Duque Lobão Filho Francisco Dornelles Gilvam Borges Gerson Camata Geraldo Mesquita Júnior </p> <p align="center">Líder do PMDB - 19 Renan Calheiros</p> <p>Vice-Líderes do PMDB Wellington Salgado de Oliveira Almeida Lima Valtér Pereira Gilvam Borges Leonar Quintanilha Neuto De Conto</p> <p align="center">Líder do PP - 1 Francisco Dornelles</p>	<p align="center">Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PRB/PSB/PC DO B) - 21</p> <p align="center">Líder Aloizio Mercadante - PT</p> <p>Vice-Líderes João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella </p> <p align="center">Líder do PT - 12 Aloizio Mercadante</p> <p>Vice-Líderes do PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns</p> <p align="center">Líder do PR - 4 João Ribeiro</p> <p>Vice-Líder do PR Expedito Júnior</p> <p align="center">Líder do PSB - 2 Antonio Carlos Valadares</p> <p align="center">Líder do PRB - 2 Marcelo Crivella</p> <p align="center">Líder do PC DO B - 1 Inácio Arruda</p>	<p align="center">Bloco Parlamentar da Minoria (DEM/PSDB) - 27</p> <p align="center">Líder Raimundo Colombo - DEM¹</p> <p>Vice-Líderes Alvaro Dias Kátia Abreu Flexa Ribeiro Gilberto Goellner João Tenório Rosalba Ciarlini Lúcia Vânia Adelmir Santana </p> <p align="center">Líder do DEM - 14 José Agripino</p> <p>Vice-Líderes do DEM Jayme Campos Antonio Carlos Júnior Rosalba Ciarlini Efraim Morais</p> <p align="center">Líder do PSDB - 13 Arthur Virgílio</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Alvaro Dias Lúcia Vânia Cícero Lucena Papaléo Paes</p>
<p align="center">PTB - 7</p> <p align="center">Líder Gim Argello - PTB</p> <p>Vice-Líderes Sérgio Zambiasi Romeu Tuma</p>	<p align="center">PSOL - 1</p> <p align="center">Líder José Nery - PSOL</p>	<p align="center">Governo</p> <p align="center">Líder Romero Jucá - PMDB</p> <p>Vice-Líderes Delcídio Amaral Antonio Carlos Valadares João Pedro Gim Argello Romeu Tuma</p>
<p align="center">PDT - 5</p> <p align="center">Líder Osmar Dias - PDT</p> <p>Vice-Líder Patrícia Saboya</p>		

¹ Senador Raimundo Colombo indicado Líder do Bloco Parlamentar da Minoria até o dia 6 de maio de 2010, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 6 de maio de 2009.

EXPEDIENTE

<p align="center">José Alexandre Lima Gazineo Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p align="center">Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia</p>
--	--

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

VOLUME I		
1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA		
1.1 – Resenha Mensal (período de 4 a 29 de maio de 2009)		
A – Secretaria de Coordenação Legislativa do Senado Federal	8	
B – Secretaria de Coordenação Legislativa do Congresso Nacional	59	
C – Secretaria de Comissões	92	
1.2 – Atas de Comissões Permanentes (Senado Federal)		
1.2.1 – Comissão de Assuntos Econômicos		
ATA DA DÉCIMA QUARTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2009.....	227	
ATA DA DÉCIMA QUINTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, DÉCIMA REUNIÃO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DÉCIMA REUNIÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DÉCIMA PRIMEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, NONA REUNIÃO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DÉCIMA QUINTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DÉCIMA REUNIÃO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DÉCIMA PRIMEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, NONA REUNIÃO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, QUINTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO E NONA REUNIÃO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2009.....	251	
ATA DA DÉCIMA SEXTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, E OITAVA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA CRISE FINANCEIRA E DE EMPREGABILIDADE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE MAIO DE 2009.....		300
ATA DA DÉCIMA SÉTIMA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE MAIO DE 2009..		325
ATA DA DÉCIMA OITAVA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE MAIO DE 2009..		343
1.2.2 – Comissão de Assuntos Sociais		
ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, EM CONJUNTA COM A 10ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA; 15ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS; 9ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO; COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, 9ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA; 5ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO; 10ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA; 15ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE; 10ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE; 11ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL; 9ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA, A REALIZAR-SE EM 29 DE ABRIL DE 2009.	364	
ATA DA DÉCIMA SEGUNDA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 30 DE ABRIL DE 2009.		413
ATA DA DÉCIMA TERCEIRA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 06 DE MAIO DE 2009.....		427

ATA DA DÉCIMA QUARTA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, CONJUNTA COM A 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 12 DE MAIO DE 2009.....	452	ATA DA 14ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, 10ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, 10ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, 15ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, 11ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, 9ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, 10ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, 11ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, 9ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA, 5ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, 9ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2009.....	671
ATA DA DÉCIMA QUINTA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 14 DE MAIO DE 2009.....	477	ATA DA 15ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2009.	720
ATA DA DÉCIMA SEXTA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA CONJUNTA COM A 4ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 19 DE MAIO DE 2009.	500	ATA DA 16ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2009.	740
ATA DA DÉCIMA SÉTIMA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 20 DE MAIO DE 2009.....	531	ATA DA 17ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE MAIO DE 2009.....	743
1.2.2.1 – Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social		ATA DA 18ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE MAIO DE 2009.....	761
ATA DA 2ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E PREVIDÊNCIA SOCIAL, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 05 DE MAIO DE 2009.	551	ATA DA 19ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE MAIO DE 2009.....	782
1.2.2.2 – Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde		ATA DA 20ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE MAIO DE 2009.....	798
ATA DA SEGUNDA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 06 DE MAIO DE 2009.....	591	1.2.4 – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle	
1.2.3 – Comissão de Educação, Cultura e Esporte		ATA DA 9ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, CONJUNTA COM A 8ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2009.....	828
ATA DA 11ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE ABRIL DE 2009.	594		
ATA DA 12ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE ABRIL DE 2009.	610		
ATA DA 13ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2009.	643		

ATA DA 10ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, CONJUNTA COM A 10ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA E 9ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, 15ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, 11ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, 15ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, 10ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, 11ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, 9ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA, 5ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, 9ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2009.....	829	LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 16 DE ABRIL DE 2009.....	859
ATA DA 11ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 5 DE MAIO DE 2009.....	829	ATA DA 9ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 23 DE ABRIL DE 2009.....	897
ATA DA 12ª REUNIÃO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE MAIO DE 2009.....	830	ATA DA 10ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEMAIS COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 29 DE ABRIL DE 2009.....	910
1.2.4.1 – Subcomissão Temporária para participar e acompanhar as atividades do Fórum das Águas das Américas e Fórum Mundial da Água		ATA DA 11ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 30 DE ABRIL DE 2009.....	959
ATA DA 1ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA PARTICIPAR E ACOMPANHAR AS ATIVIDADES DO FÓRUM DAS ÁGUAS DAS AMÉRICAS E DO FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE MAIO DE 2009.....	836	ATA DA 12ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 7 DE MAIO DE 2009.....	1002
ATA DA 2ª REUNIÃO, DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA PARTICIPAR E ACOMPANHAR AS ATIVIDADES DO FÓRUM DAS ÁGUAS DAS AMÉRICAS E DO FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE MAIO DE 2009.....	843	1.2.6 – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária	
		ATA DA 8ª REUNIÃO (CONJUNTA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA E 9ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 28 DE ABRIL DE 2009.....	1012
VOLUME II		ATA DA 9ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 28 DE ABRIL DE 2009.....	1056
1.2.5 – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional		ATA DA 10ª REUNIÃO (CONJUNTA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA E DEMAIS COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 29 DE ABRIL DE 2009.....	1059
ATA DA 7ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 2009.....	849	ATA DA 11ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 5 DE MAIO DE 2009.....	1107
ATA DA 8ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª		ATA DA 12ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 12 DE MAIO DE 2009.....	1124
		ATA DA 13ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 19 DE MAIO DE 2009.....	1135

1.2.7 – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

ATA DA 9ª REUNIÃO (CONJUNTA) DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, 10ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA E 10ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, 15ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, 11ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, 9ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, 14ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, 10ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, 11ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, 9ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA, 5ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 29 DE ABRIL DE 2009.....	1162
ATA DA 10ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE MAIO DE 2009.....	1212
ATA DA 11ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE MAIO DE 2009.....	1226
ATA DA 12ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE MAIO DE 2009.....	1254

1.3 – Atas de Comissões Mistas Permanentes (Congresso Nacional)

1.3.1 – Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas

ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS, DE INSTALAÇÃO, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2009.....	1274
ATA DA 2ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE MARÇO DE 2009.....	1279
ATA DA 3ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 31 DE MARÇO DE 2009.....	1283
ATA DA 4ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 2009.....	1292
ATA DA 5ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE ABRIL DE 2009.....	1302
ATA DA 6ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2009.....	1315
ATA DA 7ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE MAIO DE 2009.....	1335



SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura -2009

**Resenha Mensal
(269, II, do RISF)
(Período de 1º a 31/05/2009)**

A - SECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL – SESSÕES PLENÁRIAS (1º A 31 DE MAIO DE 2009)	
Deliberativas Ordinária	12
Não Deliberativas	8
Deliberativas Extraordinárias	0
Especiais	2
Total de sessões realizadas	22
Sessões não realizadas	0

SUMÁRIO DAS MATÉRIAS APRECIADAS PELO SENADO FEDERAL (1º a 31 de maio de 2009)

MATÉRIAS APROVADAS (ITENS I A XV)	223
I – Medidas Provisórias aprovadas.....	6
1 – Aprovadas, na forma de Projeto de Lei de Conversão, com alterações, e devolvidas à Câmara dos Deputados	2
2 – Aprovadas na forma de Projeto de Lei de Conversão e enviadas à sanção	3
3 – Aprovada na íntegra e enviada à promulgação.....	1
II - Projetos aprovados e enviados à sanção	1
1 – Por decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.....	1
1.1 – De iniciativa do Tribunal de Contas da União.....	1
III – Proposições aprovadas e enviadas à Câmara dos Deputados.....	19
1 – Em decisão terminativa	19
IV - Proposições aprovadas e enviadas à promulgação	97
1 – Concessões de telecomunicações	87
2 – Atos Internacionais	7
3 – Operações de crédito	2
4 – Projetos de Resolução (outras matérias).....	1
V – Escolha de Chefe de Missão Diplomática.....	5
VI – Escolha de Autoridades	5
VII – Requerimentos de Voto de Aplauso, Censura ou Semelhante	3
VIII – Requerimentos de Sessões Especiais e Homenagens no Período de Expediente	6

IX – Requerimentos de Informação aprovados pela Mesa.....	40
X – Requerimento de criação/alteração de Comissão Temporária	5
XI – Requerimento de criação de Comissão Parlamentar de Inquérito	2
XII – Requerimento de prorrogação de prazo de Comissão Parlamentar de Inquérito.....	1
XIII – Requerimentos de desamparamento, deferidos nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2009	7
XIV – Requerimentos solicitando tramitação conjunta de matérias, deferidos nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2009	6
XV – Requerimentos Diversos	22
MATÉRIAS ENVIADAS AO ARQUIVO (ITENS XVI A XXI).....	16
XVI — Matérias arquivadas.....	13
1 – Por ter alcançado seu objetivo.....	1
2 – Por terem recebido parecer contrário de comissão – art.. 254 do RISF.....	6
3 – Por terem recebido parecer contrário de comissão – art. 91, § 5º, do RISF.....	4
4 – Retirada de assinaturas dentro do prazo regimental - art. 244 do RISF.....	2
XVII - Matéria prejudicada	1
XVIII - Matérias retiradas pelos autores.....	2
TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS EM MAIO (ITENS I A XI E XIII A XXI)	239
Requerimentos de Licença e Desempenho de Missões.....	74
Requerimentos de Prorrogação de Comissão Parlamentar de Inquérito	1

**SUMÁRIO CONSOLIDADO DO PERÍODO DE
2 DE FEVEREIRO A 31 DE MAIO DE 2009**

SENADO FEDERAL – SESSÕES PLENÁRIAS (2 fevereiro a 31 de maio de 2009)	
Deliberativas Ordinárias	43
Não Deliberativas	33
Deliberativas Extraordinárias	3
Especiais	6
Total de sessões realizadas	85
Sessões não realizadas	0
Reuniões Preparatórias	2

MATÉRIAS APROVADAS (ITENS I A XV) 617

I – Medidas Provisórias aprovadas..... 9

- 1 – Aprovadas, na forma de Projeto de Lei de Conversão, com emendas, e devolvidas à Câmara dos Deputados..... 5
- 2 – Aprovadas na forma de Projeto de Lei de Conversão e enviadas à sanção 3
- 3 – Aprovada na íntegra e enviada à promulgação..... 1

II - Projetos aprovados e enviados à sanção 15

- 1 – Por decisão do Plenário 14
 - 1.1 – De iniciativa de Senador.....3
 - 1.2 – De iniciativa de Deputado 10
 - 1.3 – Da Presidência da República 1
- 2 – Por decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
 - 2,1 – De iniciativa do Tribunal de Contas da União..... 1

III – Proposições aprovadas e enviadas à Câmara dos Deputados..... 92

- 1 – Por decisão do Plenário 8
 - 1.1 – Do Senado Federal.....4
 - 1.2 – Da Câmara dos Deputados.....2
 - 1.3 – Do Presidente da República..... 1
 - 1.4 – De Comissão Mista..... 1
- 2 – Em decisão terminativa 84

IV - Proposições aprovadas e enviadas à promulgação 231

- 1 – Concessões de telecomunicações 209
- 2 – Atos Internacionais 14
- 3 – Operações de crédito 4
- 4 – Projetos de Resolução (outras matérias)..... 4

V – Escolha de Chefes de Missão Diplomática 23

VI – Escolha de Autoridades 10

VII – Requerimentos de Homenagem de Pesar 14

VIII – Requerimentos de Voto de Aplauso, Censura ou Semelhante.....	21
IX – Requerimentos de Sessões Especiais e Homenagens no Período do Expediente.....	23
X – Requerimentos de Informações aprovados pela Mesa.....	86
XI – Requerimentos despachados pelo Presidente (art. 215, Inc II, b, RISF) ..	2
XII – Requerimentos de tramitação conjunta deferidos pela Mesa (Ato da Mesa nº2, de 2009)	14
XIII – Requerimentos de criação/alteração de Comissão Temporária	6
XIV – Requerimentos de criação de Comissão Parlamentar de Inquérito.....	2
XV – Requerimento de prorrogação de prazo de Comissão Parlamentar de Inquérito.....	1
XVI – Requerimentos de dispensa deferidos pela Mesa (Ato da Mesa nº 2, de 2009)	14
XVII – Requerimentos Diversos	56
MATÉRIAS ENVIADAS AO ARQUIVO (ITENS XVII A XX)	48
XVIII - Matérias rejeitadas.....	3
XIX — Matérias arquivadas.....	22
1 – Por ter alcançado seu objetivo.....	1
2 – Por terem recebido parecer contrário de comissão – art. 254 do RISF.....	13
3 – Por terem recebido parecer contrário de comissão – art. 91, § 5º, do RISF.....	6
4 – Retirada de assinaturas dentro do prazo regimental - art. 244 do RISF.....	2
XX – Recursos arquivadas (por terem recebido parecer contrário de comissão)	2
XXI - Matérias prejudicadas	8
XXII - Matérias retiradas pelos autores	13
TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS (ITENS I A XX)	665
Requerimentos de Licença e Desempenho de Missões.....	316
Requerimentos de Prorrogação de Comissão Parlamentar de Inquérito	2

I – MEDIDAS PROVISÓRIAS

Total	6
-------------	---

I.1 – Projetos de Lei de Conversão aprovados com emendas e devolvidas à Câmara dos Deputados

Total	2
-------------	---

Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2009 (Medida Provisória nº 450, de 2008) que autoriza a União a participar de Fundo de Garantia a Empreendimentos de Energia Elétrica - FGEE; altera o § 4º do art. 1º da Lei nº 11.805, de 6 de novembro de 2008; dispõe sobre a utilização do excesso de arrecadação e do superávit financeiro das fontes de recursos existentes no Tesouro Nacional; altera o art. 1º da Lei nº 10.841, de 18 de fevereiro de 2004; e autoriza a União a repassar ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES recursos captados junto ao Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento - BIRD.

Sessão: 06.05.2009

Projeto de Lei de Conversão nº 7, de 2009 (Medida Provisória nº 454, de 2009) que dá nova redação aos arts. 2º, 3º e 4º da Lei nº 10.304, de 5 de novembro de 2001, que transfere ao domínio do Estado de Roraima terras pertencentes à União.

Sessão: 19.05.2009

I.2 - Aprovadas na forma de Projeto de Lei de Conversão e enviadas à sanção

Total	3
-------------	---

Projeto de Lei de Conversão nº 4, de 2009 (Medida Provisória nº 451, de 2008), que altera a legislação tributária federal e dá outras providências.

Sessão: 13.05.2009

Projeto de Lei de Conversão nº 6, de 2009 (Medida Provisória nº 453, de 2009), que constitui fonte adicional de recursos para ampliação de limites operacionais do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e dá outras providências.

Sessão: 27.05.2009

Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2009 (Medida Provisória nº 455, de 2009), que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nºs 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994 e dá outras providências.

Sessão: 27.05.2009

I.3 - Aprovada na íntegra e enviada à promulgação

Total	1
-------------	---

Medida Provisória nº 456, de 2009, que dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de fevereiro de 2009.

Sessão: 27.05.2009

II - PROPOSIÇÕES APROVADAS E ENVIADAS À SANÇÃO

De iniciativa do Tribunal de Contas da União.....	1
Total	1

Projeto de Lei da Câmara nº 59, de 2009 (nº 2.509/2007, na Casa de origem) de iniciativa do Tribunal de Contas da União, que altera dispositivos da Lei nº 10.356, de 27 de dezembro de 2001 – Plano de Carreira do Tribunal de Contas da União e dá outras providências.

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 29.05.2009

III - PROPOSIÇÕES APROVADAS E ENVIADAS À CÂMARA DOS DEPUTADOS

De iniciativa do Senado Federal	19
Total	19

III.1 - Projetos de Lei do Senado aprovados por Comissão, em decisão terminativa

Total	19
-------------	----

Projeto de Lei do Senado nº 88, de 2004, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que altera a redação do inciso I do artigo 202 da Lei nº 10406, de 10 de janeiro de 2002, que instituiu o Código Civil, e dá outras providências. (Dispõe sobre a interrupção da prescrição em decorrência da citação, com efeitos antecipados ao momento da propositura da ação judicial).

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 12.05.2009

Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2003, de autoria do Senador Tasso Jereissati, que Altera a Lei nº 10420, de 10 de abril de 2002, para incluir o parceiro outorgante como beneficiário e os consórcios e condomínios como contratantes do Fundo Garantia-Safra.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos)

Sessão: 14.05.2009

Projeto de Lei do Senado nº 316, de 2003, de autoria do Senador Pedro Simon, que dá nova redação ao artigo 3º da Lei nº 10029, de 20 de outubro de 2000. (Dispõe sobre a prestação voluntária de serviços administrativos e auxiliares de saúde e de defesa civil nas Polícias Militares e nos Corpos de Bombeiros, por tempo determinado e mediante auxílio mensal compensatório).

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 20.05.2009

Projeto de Lei do Senado nº 112, de 2008, de autoria do Senador Paulo Paim, que modifica a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que "regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências", para determinar que o Poder Público priorize a compra de papel reciclado.

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 20.05.2009

Projeto de Lei do Senado nº 184, de 2003, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, que altera a Lei nº 5.700, de 1º de setembro de 1971, que dispõe sobre a forma e a apresentação dos Símbolos Nacionais, e dá outras providências.

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 26.05.2009

Projeto de Lei do Senado nº 249, de 2003, de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, que concede isenção do Imposto de Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados a aparelhos próprios para radioamadorismo, quando importados ou adquiridos por radioamador habilitado e participante da Rede Nacional de Emergência e Radioamadores (Rener), Integrante do Sistema Nacional de Defesa Civil (Sindec).

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos)

Sessão: 26.05.2009

Projeto de Lei do Senado nº 44, de 2007, de autoria do Senador Valter Pereira, que altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para criar nova modalidade de pena restritiva de direitos.

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 26.05.2009

Projeto de Lei do Senado nº 50, de 2007, de autoria do Senador Expedito Júnior, que revoga o inciso VII do caput do art. 295 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), e a alínea h do art. 242 do Decreto-Lei nº 1.002, de 21 de outubro de 1969 (Código de Processo Penal Militar), que tratam da prisão especial para diplomados em nível superior.

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 26.05.2009

Projeto de Lei do Senado nº 113, de 2007, de autoria do Senador Expedito Júnior, que altera a Lei nº 9.506, de 30 de outubro de 1997, para impedir a aposentadoria, pelo Plano de Seguridade Social dos Congressistas, de parlamentar que tenha perdido o mandato de acordo com o art. 55 da Constituição Federal por ato ou omissão ilícitos relacionados a recursos públicos.

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 26.05.2009

Projeto de Lei do Senado nº 453, de 2007, de autoria do Senador Marconi Perillo, que autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Itumbiara, no Estado de Goiás.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte)

Sessão: 26.05.2009

Projeto de Lei do Senado nº 671, de 2007, de autoria do Senador Expedito Júnior, que autoriza as providências para a divulgação, pela Internet, das informações relativas a gastos públicos classificados como indenizatórios.

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 26.05.2009

Projeto de Lei do Senado nº 117, de 2008, de autoria do Senador Romeu Tuma, que institui o Dia Nacional do Vigilante.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte)

Sessão: 26.05.2009

Projeto de Lei do Senado nº 61, de 2005, de autoria do Senador Pedro Simon, que altera a Lei nº 8.443, de 1992, que dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União e dá outras providências, modificando a redação do § 1º do art. 55, que trata sigilo das denúncias formuladas ao TCU.

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 28.05.2009

Projeto de Lei do Senado nº 209, de 2007, de autoria do Senador Eliseu Resende, que caracteriza como serviço público a operação de eclusas e outros dispositivos de transposição de níveis em hidrovias, dispõe sobre as situações em que é obrigatória a implantação desses dispositivos, e dá outras providências.

(Decisão terminativa da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura)

Sessão: 28.05.2009

Projeto de Lei do Senado nº 249, de 2007, de autoria do Senador Jayme Campos, que institui o Prêmio Frei Galvão do Mérito Social e dá outras providências.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte)

Sessão: 28.05.2009

Projeto de Lei do Senado nº 421, de 2007, de autoria do Senador Efraim Morais, que altera a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para conceder isenção total do imposto de renda da pessoa física aos rendimentos de aposentadoria e pensão, para os maiores de setenta anos, iniciando-se com isenção de vinte por cento dos rendimentos aos sessenta e seis anos.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos)

Sessão: 28.05.2009

Projeto de Lei do Senado nº 165, de 2008, de autoria do Senador Adelmir Santana, que autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Taguatinga, no Distrito Federal.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte)

Sessão: 28.05.2009

Projeto de Lei do Senado nº 207, de 2008, de autoria do Senador Efraim Morais, que institui o Dia Nacional do Sanfoneiro.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte)

Sessão: 29.05.2009

Projeto de Lei do Senado nº 395, de 2008, de autoria da Senadora Fátima Cleide, que insere o art. 24-A na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB), para obrigar as escolas públicas e privadas de educação básica a comprovar a existência de áreas cobertas destinadas à prática de educação física, esportes e recreação.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte)

Sessão: 29.05.2009

IV - PROPOSIÇÕES APROVADAS E ENVIADAS À PROMULGAÇÃO

De iniciativa do Senado Federal	3
De iniciativa da Câmara dos Deputados	94
Total	97

IV.1 - Projetos de Decreto Legislativo aprovados pelo Plenário

Total	7
-------------	---

Projeto de Decreto Legislativo nº 272, de 2008 (nº 19/2007, na Câmara dos Deputados) que aprova o texto do Primeiro Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica assinado entre os Governos da República Argentina, da República Federativa do Brasil, da República do Paraguai e da República Oriental do Uruguai - Estados Partes do Mercosul e os Governos da República da Colômbia, da República do Equador e da República Bolivariana da Venezuela - Países Membros da Comunidade Andina, celebrado em Montevideú, em 18 de outubro de 2004.

Sessão: 12.05.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 273, de 2008 (nº 26/2007, na Câmara dos Deputados, que aprova o texto do Acordo sobre Cooperação no Domínio da Defesa entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guatemala, assinado em Brasília, em 13 de março de 2006.

Sessão: 12.05.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 274, de 2008 (nº 51/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Árabe Síria sobre Cooperação Técnica e Procedimentos Sanitários e Fitossanitários, celebrado em Damasco, em 03 de dezembro de 2003.

Sessão: 12.05.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 286, de 2008 (nº 669/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique, na Área de Biocombustíveis, celebrado em Brasília, em 6 de setembro de 2007.

Sessão: 12.05.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 67, de 2009 (nº 53/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção sobre a Transferência de Pessoas Condenadas entre os Estados Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, assinada na Cidade da Praia, em 23 de novembro de 2005.

Sessão: 12.05.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 68, de 2009 (nº 56/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção de Auxílio Judiciário em Matéria Penal entre os Estados Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, assinada na Cidade da Praia, em 23 de novembro de 2005.

Sessão: 12.05.2009

IV.2 - Projetos de Decreto Legislativo aprovados pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, em decisão terminativa

Total	87
-------------	----

Projeto de Decreto Legislativo nº 41, de 1993 (nº 242, de 1993, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão da empresa modelo FM LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Castanhal, Estado do Pará.

Sessão: 15.05.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 58, de 1996 (nº 114, de 1989, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão a Rádio Cidade de Sume LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cuíte, Estado da Paraíba.

Sessão: 15.05.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 107, de 1997 (nº 420, de 1997, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão deferida a Rádio Brasil Sociedade Limitada para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical na cidade de Campinas, Estado de São Paulo.

Sessão: 15.05.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 114, de 1997 (nº 448, de 1997, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada a Rádio Campinas do Sul LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda media de âmbito local na cidade de Campinas do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

Sessão: 15.05.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 116, de 1997 (nº 434, de 1997, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada a Rádio Serra da Capivara LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda media na cidade de São Raimundo Nonato, Estado do Piauí.

Sessão: 15.05.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 127, de 1997 (nº 472, de 1997, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Clube de Itauna S/A, para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda media na cidade de Itauna, Estado de Minas Gerais.

Sessão: 15.05.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 130, de 1997 (nº 432, de 1997, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada a Rádio Jovem Som de Presidente Venceslau LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de presidente Venceslau, Estado de São Paulo.

Sessão: 15.05.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 61, de 1998 (nº 494, de 1997, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão deferida a Rádio Emissora Batovi LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda media na cidade de São Gabriel, Estado do Rio Grande do Sul.

Sessão: 15.05.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 115, de 1998 (nº 564, de 1997, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da sociedade Rádio Clube de Oswaldo Cruz LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda media na cidade de Oswaldo Cruz, Estado de São Paulo.

Sessão: 15.05.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 49, de 1999 (nº 637, de 1998, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Integração do Brejo LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Bananeiras, Estado da Paraíba.

Sessão: 15.05.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 174, de 1999 (nº 12, de 1999, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão da rádio difusora FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ituiutaba, Estado de Minas Gerais.

Sessão: 15.05.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 178, de 1999 (nº 21, de 1999, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Vale do Rio Tietê LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de José Bonifácio, Estado de São Paulo.

Sessão: 15.05.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 268, de 1999 (nº 156, de 1999, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Jornal de Rio Claro LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Rio Claro, Estado de São Paulo.

Sessão: 15.05.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 113, de 2001 (nº 473, de 2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Difusora de Machado LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Machado, Estado de Minas Gerais.

Sessão: 15.05.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 358, de 2001 (nº 917, de 2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Televisão Liberal LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Belém, Estado do Pará.

Sessão: 15.05.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 251, de 2008 (nº 628, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio FM Itabaiana LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itabaiana, Estado de Sergipe.

Sessão: 15.05.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 254, de 2008 (nº 632, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Aprobesne - Associação de Promoção e Bem Estar Social de Neópolis para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Neópolis, Estado de Sergipe.

Sessão: 15.05.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 293, de 2008 (nº 602, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Sistema Regional de Comunicação LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Nova Aliança, Estado de São Paulo.

Sessão: 15.05.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 303, de 2008 (nº 645, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio e TV Maíra LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Manoel Urbano, Estado do Acre.

Sessão: 15.05.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 306, de 2008 (nº 648, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio e TV Maíra LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Porto Acre, Estado do Acre.

Sessão: 15.05.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 321, de 2008 (nº 436, de 2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Sistema de Rádio e Televisão Jaguarete LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itaquiraí, Estado do Mato Grosso do Sul.

Sessão: 15.05.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 368, de 2008 (nº 696, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Amazônia Comunicação e Radiodifusão LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Gurupá, Estado do Pará.

Sessão: 15.05.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 373, de 2008 (nº 709, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Amazônia Comunicação e Radiodifusão LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Novo Repartimento, Estado do Pará.

Sessão: 15.05.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 379, de 2008 (nº 724, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Moradores Amigos de Cabralia Paulista para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cabralia Paulista, Estado de São Paulo.

Sessão: 15.05.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 388, de 2008 (nº 749, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Beneficente Rioclarense para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José do Rio Claro, Estado do Mato Grosso.

Sessão: 15.05.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 415, de 2008 (nº 752, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Rádio Som Tocantins LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Miracema do Tocantins, Estado do Tocantins.

Sessão: 15.05.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 420, de 2008 (nº 773, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio RMS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Capão Bonito, Estado de São Paulo.

Sessão: 15.05.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 425, de 2008 (nº 803, de 2008, na Câmara dos Deputados), que Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária para o Desenvolvimento de Mombaça para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mombaça, Estado do Ceará.

Sessão: 15.05.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 4, de 2009 (nº 2011, de 2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação da Juventude do município de Montes Altos - MA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Montes Altos, Estado do Maranhão.

Sessão: 15.05.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 2009 (nº 577, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Sociedade de Amparo a Cultura Vale do Acaraú para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Acaraú, Estado do Ceará.

Sessão: 15.05.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 12, de 2009 (nº 594, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Santo Antônio para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caridade, Estado do Ceará.

Sessão: 15.05.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 14, de 2009 (nº 764, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rede Norte de Comunicação LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mocajuba, Estado do Pará.

Sessão: 15.05.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 23, de 2009 (nº 788, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural Rádio Amigos FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Entre Rios do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

Sessão: 15.05.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 33, de 2009 (nº 2258, de 2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural - Renovação para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Joaquim da Barra, Estado de São Paulo.

Sessão: 15.05.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 35, de 2009 (nº 687, de 2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Pró-Desenvolvimento Cultural e Artístico de Coronel Barros para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Coronel Barros, Estado do Rio Grande do Sul.

Sessão: 15.05.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 39, de 2009 (nº 745, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação para a Divulgação, Desenvolvimento Comunitário e Bem Estar de Campinas do Sul - Adivulgam para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campinas do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

Sessão: 15.05.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 40, de 2009 (nº 801, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Companheira FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mato Leitão, Estado do Rio Grande do Sul.

Sessão: 15.05.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 42, de 1998 (nº 808, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão Tenente Laurentino Cruz - RN para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Laurentino Cruz, Estado do Rio Grande do Norte.

Sessão: 15.05.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 43, de 2009 (nº 813, de 199, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Comunicação Comunitária de Sandolândia para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sandolândia, Estado do Tocantins.

Sessão: 15.05.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 52, de 2009 (nº 937, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Distrital do Triângulo para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Chorozinho, Estado do Ceará.

Sessão: 15.05.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 79, de 2009 (nº 750, de 199, na Câmara dos Deputados), que Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária Por do Sol para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Várzea Paulista, Estado de São Paulo.

Sessão: 15.05.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 80, de 2009 (nº 772, de 199, na Câmara dos Deputados), que Aprova o ato que outorga permissão à Rádio de Guarani Novidades FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Guarani, Estado de Minas Gerais.

Sessão: 15.05.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 89, de 2009 (nº 819, de 199, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Beneficente e Cultural Comunitária Tropical para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Patrocínio, Estado de Minas Gerais.

Sessão: 15.05.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 100, de 2009 (nº 888, de 199, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Beneficente dos Moradores de Itinga para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lauro de Freitas, Estado da Bahia.

Sessão: 15.05.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 107, de 2009 (nº 900, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Beneficente e Cultural Comunitária Alternativa - Asbecca para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Araguari, Estado de Minas Gerais.

Sessão: 15.05.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 113, de 2009 (nº 909, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação da Rádio Comunitária de Pimenteiras - PI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pimenteiras, Estado do Piauí.

Sessão: 15.05.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 132, de 2009 (nº 960, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio e TV Maíra LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Acrelândia, Estado do Acre.

Sessão: 15.05.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 32, de 1994 (nº 336, de 1993, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada a Rádio Graúna de Palotina LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Palotina, estado Paraná.

Sessão: 25.05.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 89, de 1995 (nº 42, de 1995, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada a Sul Paraná Radiodifusão LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Mateus do Sul, estado do Paraná.

Sessão: 25. 05.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 137, de 1995 (nº 22, de 1995, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada a Rádio Angra LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Angra dos Reis, estado do Rio de Janeiro.

Sessão: 25. 05.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 42, de 1997 (nº 41, de 1996, de, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Auri Verde de Londrina LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda media na cidade de Londrina, estado do Paraná.

Sessão: 25.05.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 55, de 1997 (nº 362, de 1996, de, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio A Voz do Serido LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda media na cidade de Caico, estado do Rio Grande do Norte (RN).

Sessão: 25.05.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 56, de 1997 (nº 352, de 1996, de, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada a Rádio Industrial de Várzea Grande LTDA., para explorara serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Várzea Grande, estado de Mato Grosso (MT).

Sessão: 25.05.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 109, de 1997 (nº 428, de 1997, de, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada a Rádio Clube de Itauna S.A., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itauna, estado de Minas Gerais.

Sessão: 25.05.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 72, de 1998 (nº 536, de 1997, de, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Clube de Conquista LTDA., para explorar serviço de radiodifusão em onda media na cidade de Vitória da Conquista, estado da Bahia.

Sessão: 25.05.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 77, de 1998 (nº 00542 / 1997, de, de, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Jaguari LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Jaguari, estado do Rio Grande do Sul.

Sessão: 25.05.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 84, de 1998 (nº 549, de 1997, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada a Rádio Cidade de Cuiabá LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cuiabá, estado de Mato Grosso.

Sessão: 25.05.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 132, de 1998 (nº 610, de 1997, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da sociedade Rádio Peperi LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda media na cidade de São Miguel do Oeste, estado de Santa Catarina.

Sessão: 25.05.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 93, de 1998 (nº 686, de 1998, de na Câmara dos Deputados), que Aprova o ato que renova a concessão da Fundação São José do Paraíso para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média ma cidade de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais.

Sessão: 25.05.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 108, de 1999 (nº 746, de 1998, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Andradas LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Andradas, estado de Minas Gerais.

Sessão: 25.05.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 145, de 1999 (nº 720, de 1998, na Câmara dos Deputados), que Aprova o ato que renova a concessão da Sociedade Rádio Oliveira LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Oliveira, Estado de Minas Gerais.

Sessão: 25.05.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 127, de 2000 (nº 87, de 1999, na Câmara dos Deputados), que Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Feira de Santana FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Feira de Santana, Estado da Bahia.

Sessão: 25.05.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 353, de 2001 (nº 987, de 2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultura e Comunitária de Diamantino a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Diamantino, Estado do Mato Grosso.

Sessão: 25.05.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 27, de 2002 (nº 936, de 2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à RIR – Rede Integrada de Radiodifusão S/C Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Angicos, Estado do Rio Grande do Norte.

Sessão: 25.05.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 326, de 2002 (nº 1.526 de 2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Sociedade Emissora Radiovox Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Muritiba, Estado da Bahia.

Sessão: 25.05.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 3, de 2008 (nº 296, de 2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Saudades FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Matão, Estado de São Paulo.

Sessão: 25.05.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 8, de 2008 (nº 353 de 2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Guaraciaba Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Guaraciaba do Norte, Estado do Ceará.

Sessão: 25.05.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 161, de 2008 (nº 424, de 2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Sistema Zanon de Telecomunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Espigão D'Oeste, Estado de Rondônia.

Sessão: 25.05.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 227, de 2008 (nº 511, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à S.P. Comunicações & Publicidade Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Severínia, Estado de São Paulo.

Sessão: 25.05.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 292, de 2008 (nº 597, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Ivanov Comunicação e Participações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Guapiaçu, Estado de São Paulo.

Sessão: 25.05.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 331, de 2008 (nº 433, de 2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga a permissão à Rádio Jardim Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de General Salgado, Estado de São Paulo.

Sessão: 25.05.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 341, de 2008 (nº 651, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural de Queimadas – ACCQ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Queimadas, Estado da Paraíba.

Sessão: 25.05.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 377, de 2008 (nº 718, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Sistema de Comunicações Keller Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso.

Sessão: 25.05.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 378, de 2008 (nº 719, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Continental Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Comodoro, Estado de Mato Grosso.

Sessão: 25.05.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 383, de 2008 (nº 730, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Amigos de Bairros Comunitários de Riolândia para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Riolândia, Estado de São Paulo.

Sessão: 25.05.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 29, de 2009 (nº 830, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Empresa de Radiodifusão Estrela Dalva Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Bárbara D'Oeste, Estado de São Paulo.

Sessão: 25.05.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 31, de 2009 (nº 837, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rede Metropolitana de Rádio e Televisão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Sumaré, Estado de São Paulo.

Sessão: 25.05.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 51, de 2009 (nº 934, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural de Kaloré, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Kaloré, Estado do Paraná.

Sessão: 25.05.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 75, de 2009 (nº 676, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Navegantes de Difusão Comunitária, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Borja, Estado do Rio Grande do Sul.

Sessão: 25.05.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 77, de 2009 (nº 697, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Beneficente de Cruzeiro da Fortaleza, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cruzeiro da Fortaleza, Estado de Minas Gerais.

Sessão: 25.05.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 81, de 2009 (nº 777, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Natureza Comunicações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo.

Sessão: 25.05.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 97, de 2009 (nº 878, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Cidade Tabira FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão frequência modulada na cidade de Tabira, Estado do Pernambuco.

Sessão: 25.05.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 115, de 2009 (nº 912, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária do Grageru, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aracajú, Estado de Sergipe.

Sessão: 25.05.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 122, de 2009 (nº 92, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação Onda Livre, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santana, Estado do Amapá.

Sessão: 25.05.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 127, de 2009 (nº 944, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Som Alvorada Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência moduada na cidade de Taguatinga, Estado do Tocantins.

Sessão: 25.05.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 133, de 2009 (nº 961, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Folha Popular Ltda., para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Sítio Novo do Tocantins, Estado do Tocantins.

Sessão: 25.05.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 136, de 2009 (nº 1.150, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Fundação de Radiodifusão Ermindo Francisco Roveda, para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de União da Vitória, Estado do Paraná.

Sessão: 25.05.2009

IV.3 - Projetos de Resolução aprovados pelo Plenário

Total	3
-------------	---

Projeto de Resolução nº 20, de 2009, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que autoriza o Estado de São Paulo a contratar operação de crédito externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$ 168.000,00 (cento e sessenta e oito milhões de dólares dos Estados Unidos da América), com garantia da União.

Sessão: 12.05.2009

Projeto de Resolução nº 21, de 2009, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que autoriza o Estado da Bahia a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, no valor de até US\$ 409.000.000,00 (quatrocentos e nove milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

Sessão: 12.05.2009

Substitutivo da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, sobre o Projeto de Resolução nº 41, de 2004, de autoria do Senador Antônio Carlos Magalhães, que institui o Prêmio Jornalista Roberto Marinho de mérito jornalístico.

Sessão: 20.05.2009

V – ESCOLHA DE CHEFES DE MISSÃO DIPLOMÁTICA

Total	5
-------------	---

Mensagem nº 52, de 2009 (nº 220/2009, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor José Fiúza Neto, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Guiné, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Serra Leoa.

Sessão: 12.05.2009

Mensagem nº 54, de 2009 (nº 222/2009, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor Antonio Carlos do Nascimento Pedro, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Sudão.

Sessão: 12.05.2009

Mensagem nº 53, de 2009 (nº 221/2009, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor Armando Vitor Boisson Cardoso, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Finlândia, e, cumulativamente, o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Estônia.

Sessão: 20.05.2009

Mensagem nº 76, de 2009 (nº 299/2009, na origem), que submete à apreciação do Senado

Federal, nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a escolha do nome do Senhor Ricardo Carvalho do Nascimento Borges, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Democrática do Congo.

Sessão: 20.05.2009

Mensagem nº 77, de 2009 (nº 300/2009, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a escolha do nome do Senhor George Ney de Souza Fernandes, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Grande Jamahiriya Árabe Popular Socialista da Líbia.

Sessão: 20.05.2009

VI – ESCOLHA DE AUTORIDADES

Total	5
-------------	---

Parecer nº 397, de 2009, de iniciativa da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, sobre a Mensagem nº 36, de 2009 (nº 73, de 2009, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor João Batista De Rezende para exercer o cargo de Membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL.

Sessão: 12.05.2009

Parecer nº 398, de 2009, de iniciativa da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, sobre a Mensagem nº 49, de 2009 (nº 199, de 2009, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor Ivo Borges de Lima, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, na vaga do Senhor Noboru Ofugi.

Sessão: 12.05.2009

Parecer nº 482, de 2009, de iniciativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, sobre a Mensagem nº 70, de 2009 (nº 293/2009, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 8º da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, a escolha do nome do Senhor Manoel Rangel Neto, para ser reconduzido ao cargo de Diretor-Presidente da Agência Nacional do Cinema - ANCINE, cujo término do mandato ocorrerá em 23 de maio de 2009.

Sessão: 20.05.2009

Parecer nº 483, de 2009, de iniciativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, sobre a Mensagem nº 71, de 2009 (nº 294/2009, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 8º da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, a escolha do nome do Senhor Paulo Xavier Alcoforado, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Cinema - ANCINE, na vaga decorrente da renúncia do Senhor Sérgio Henrique de Sá Leitão Filho.

Sessão: 20.05.2009

Parecer nº 484, de 2009, de iniciativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, sobre a Mensagem nº 72, de 2009 (nº 295/2009, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 8º da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, a escolha do nome do Senhor GLAUBER PIVA GONÇALVES, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Cinema - ANCINE, na vaga decorrente do término do mandato do Senhor Nilson Rodrigues da Fonseca, que ocorrerá em 29 de maio de 2009.

Sessão: 20.05.2009

VII – REQUERIMENTOS DE VOTOS DE APLAUSO OU SEMELHANTE

Total	3
-------------	---

Requerimento nº 1.334, de 2008, de autoria do Senador Flexa Ribeiro e outros Senhores Senadores, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja consignado voto de congratulações ao Presidente eleito dos Estados Unidos da América, Senador Barack Obama.

Sessão: 14.05.2009

Requerimento nº 1.349, de 2008, de autoria do Senador Paulo Paim, solicitando, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso ao Senador Barack Obama eleito Presidente dos Estados Unidos da América, manifestando admiração ao atual ícone da renovação e do fortalecimento da democracia e reverenciando sua belíssima vitória a qual comoveu o mundo.

Sessão: 14.05.2009

Requerimento nº 1.099, de 2008, de autoria do Senador Papaléo Paes e outros Senhores Senadores, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno Senado Federal, sejam apresentadas congratulações ao Governador do Estado de São Paulo, José Serra, pela elaboração do Projeto de Lei que proíbe o fumo em ambientes coletivos, sejam públicos ou privados, entregue à Assembléia Legislativa de São Paulo no último dia 28 de agosto, véspera das comemorações do Dia Nacional de Combate ao Fumo.

Sessão: 20.05.2009

VIII – REQUERIMENTOS DE SESSÕES ESPECIAIS E HOMENAGENS NO PERÍODO DO EXPEDIENTE

Total	6
-------------	---

Requerimento nº 480, de 2009, de autoria da Senadora Patrícia Saboya, solicitando, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de sessão especial, no dia 20 de maio de 2009, destinada à comemoração dos vinte anos de fundação da Associação dos Jovens Empresários de Fortaleza.

(Sessão realizada em 20.05.2009)

Sessão: 12.05.2009

Requerimento nº 537, de 2009, de autoria do Senador Jefferson Praia, solicitando, nos termos dos artigos 199 e 200 do Regimento Interno do Senado Federal, a transferência para o dia 26.05.2009, no horário do expediente, da homenagem ao Senador Jefferson Peres. (Em aditamento aos **Requerimentos nºs 19 e 333**, de 2009)

(Homenagem prestada em 26.05.2009)

Sessão: 12.05.2009

Requerimento nº 555, de 2009, de autoria do Senador Inácio Arruda, em aditamento aos requerimentos nºs 1.634, de 2008 e 109, de 2009, solicitando, nos termos do art. 199 do Regimento

Interno do Senado Federal, que o tempo destinado aos oradores do Expediente da sessão do dia 3 de junho de 2009 seja dedicado a homenagear Patativa do Assaré.

Sessão: 19.05.2009

Requerimento nº 1.635, de 2008, de autoria do Senador Inácio Arruda e outros Senhores Senadores, solicitando, nos termos do art. 199, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial, no dia 23 de setembro de 2009, às 10 horas, no plenário do Senado Federal, em comemoração ao centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica no Brasil.

Sessão: 26.05.2009

Requerimento nº 1.636, de 2008, de autoria do Senador Inácio Arruda e outros Senhores Senadores, solicitando, nos termos do art. 154, inciso III e § 5º, 199 e do art. 200, todos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial, na semana em que recair o dia 21 de outubro de 2009, destinada a homenagear o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), pelo transcurso do centenário de sua criação.

Sessão: 26.05.2009

Requerimento nº 446, de 2009, de autoria do Senador Heráclito Fortes e outros Senhores Senadores, solicitando, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de sessão especial do Senado no dia 2 de junho de 2009, às 10 horas, com o objetivo de comemorar o décimo aniversário da criação do Ministério da Defesa. (Aditado pelo Requerimento nº 607, de 2009)

Sessão: 26.05.2009

IX –REQUERIMENTOS DE INFORMAÇÕES, APROVADOS PELA MESA

Total	40
-------------	----

Requerimento nº 325, de 2009, de iniciativa da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, solicitando, nos termos regimentais, sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Fazenda informações sobre os créditos tributários dos frigoríficos instalados no País.

(Aprovado na 6ª Reunião da Mesa do Senado Federal, em 28 de maio de 2009)

Requerimento nº 374, de 2009, de autoria do Senador Gilberto Goellner, solicitando, com base no art. 50, parágrafo 2º, da Constituição Federal, e no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Advogado-Geral da União sobre os vínculos institucionais que o Ouvidor Agrário Nacional mantém com a Advocacia-Geral da União.

(Aprovado na 6ª Reunião da Mesa do Senado Federal, em 28 de maio de 2009)

Requerimento nº 397, de 2009, de iniciativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, solicitando, com base no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitados ao Ministro de Estado das Comunicações esclarecimentos sobre o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações - FUST.

(Aprovado na 6ª Reunião da Mesa do Senado Federal, em 28 de maio de 2009)

Requerimento nº 445, de 2009, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando, nos termos regimentais, informações ao Ministro de Estado das Relações Exteriores sobre o estágio de implementação dos compromissos adotados no Protocolo de Adesão da Venezuela ao MERCOSUL, objeto do projeto de decreto legislativo ora em tramitação na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

(Aprovado na 6ª Reunião da Mesa do Senado Federal, em 28 de maio de 2009)

Requerimento nº 1.347, de 2008, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, solicitando, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, a, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado das Comunicações sobre as denúncias apresentadas perante a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática desta Casa em relação à Concorrência Pública nº 024/2001- SSR/MC.

(Aprovado na 5ª Reunião da Mesa do Senado Federal, em 14 de maio de 2009)

Requerimento nº 1.366, de 2008, de autoria da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, solicitando, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado da Fazenda à Comissão de Desenvolvimento Regional visando instruir o Projeto de Lei do Senado nº 292, de 2008.

(Aprovado na 5ª Reunião da Mesa do Senado Federal, em 14 de maio de 2009)

Requerimento nº 1.486, de 2008, de autoria do Senador Raimundo Colombo, Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, solicitando, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, a, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, sobre o custo anual, de 2002 até esta data, com empresas pretadoras de serviço, fornecedoras de mão de obra, indicando o tipo de serviço contratado, separando por órgão.

(Aprovado na 5ª Reunião da Mesa do Senado Federal, em 14 de maio de 2009)

Requerimento nº 1.643, 2008, de autoria do Senador Jayme Campos, solicitando, nos termos do art. 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, informações ao Ministro de Estado dos Transportes acerca da pavimentação do trecho rodoviário entre as cidades de San Mathias e Santa Cruz de La Sierra, prevista no Protocolo de Intenções firmado entre os Governos do Brasil e da Bolívia.

(Aprovado na 5ª Reunião da Mesa do Senado Federal, em 14 de maio de 2009)

Requerimento nº 1.644, 2008, de autoria do Senador Jayme Campos, solicitando, nos termos do art. 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, informações ao Ministro de Estado das Relações Exteriores acerca da pavimentação do trecho rodoviário entre as cidades de San Mathias e Santa Cruz de La Sierra, prevista no Protocolo de Intenções firmado entre os Governos do Brasil e da Bolívia.

(Aprovado na 5ª Reunião da Mesa do Senado Federal, em 14 de maio de 2009)

Requerimento nº 130, de 2009, da Senadora Marisa Serrano, solicitando, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, a, 216, I, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário, sobre a evolução anual do número de assentamentos da reforma agrária implantados no País sob a condução do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) nos últimos 10 anos.

(Aprovado na 5ª Reunião da Mesa do Senado Federal, em 14 de maio de 2009)

Requerimento nº 134, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, de acordo com o art. 216, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, informações ao Ministro de Estado do Meio Ambiente, sobre a importação de lixo tecnológico da Califórnia, Estados Unidos da América, conforme nota publicada no jornal O Estado de S. Paulo, edição do dia 27 de fevereiro de 2009.

(Aprovado na 5ª Reunião da Mesa do Senado Federal, em 14 de maio de 2009)

Requerimento nº 135, de 2009, de autoria do Senador Álvaro Dias, solicitando, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado da Cultura, sobre os recursos repassados por aquele Ministério à União Nacional dos Estudantes (UNE), nos anos de 2003 a 2008.

(Aprovado na 5ª Reunião da Mesa do Senado Federal, em 14 de maio de 2009)

Requerimento nº 136, de 2009, de autoria do Senador Álvaro Dias, solicitando, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Senhor Ministro de Estado da Saúde, sobre os recursos do Sistema Único de Saúde (SUS) repassados por aquele Ministério, à União Nacional dos Estudantes (UNE) nos anos de 2003 a 2008 e respectivas prestações de contas.

(Aprovado na 5ª Reunião da Mesa do Senado Federal, em 14 de maio de 2009)

Requerimento nº 147, de 2009, de autoria do Senador Raimundo Colombo, solicitando, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, a, 216 e 217, do Regimento Interno do Senado Federal, seja o presente requerimento encaminhado ao Ministro de Estado da Educação, para que este providencie, no estrito prazo constitucional, informações relativas a aluguéis para instalações a partir de 2007 de sua autarquia INEP - Instituto Nacional De Estudos e Pesquisas.

(Aprovado na 5ª Reunião da Mesa do Senado Federal, em 14 de maio de 2009)

Requerimento nº 157, de 2009, do Senador José Nery, solicitando, com base no art. 50 parágrafo 2º da Constituição Federal e art. 215, inciso I, letra "a" do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado de Minas e Energia, e ao Diretor Geral do Departamento Nacional da Produção Mineral, sobre o alvará de pesquisa nº 1.485, Processo DNPM nº 850.425/1990, e quanto ao convênio entre a empresa Phoenix Gems do Brasil e a Cooperativa de Mineração dos Garimpeiros de Serra Pelada, se está devidamente amparado pela legislação brasileira.

(Aprovado na 5ª Reunião da Mesa do Senado Federal, em 14 de maio de 2009)

Requerimento nº 188, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas informações ao Ministro de Estado das Cidades sobre os contratos firmados entre esse Ministério e a empresa Dialog Comunicação e Eventos.

(Aprovado na 5ª Reunião da Mesa do Senado Federal, em 14 de maio de 2009)

Requerimento nº 214, de 2009, do Senador Vicente Claudino, solicitando, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Ministro de Estado dos Transportes informações atinentes aos Estudos de Viabilidade Técnica e Ambiental para realização das obras nas BRs 316 e da BR 343.

(Aprovado na 5ª Reunião da Mesa do Senado Federal, em 14 de maio de 2009)

Requerimento nº 228, de 2009, de autoria do Senador Álvaro Dias, solicitando, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado das Cidades sobre os motivos pelos quais não foram empenhadas as dotações orçamentárias inseridas no Orçamento da União para 2008 por meio de emendas parlamentares do Senador Álvaro Dias, no valor de R\$ 950.000,00 (novecentos e cinquenta mil reais), em benefício de municípios do Estado do Paraná, com obras de infraestrutura.

(Aprovado na 5ª Reunião da Mesa do Senado Federal, em 14 de maio de 2009)

Requerimento nº 229, de 2009, de autoria do Senador Álvaro Dias, solicitando, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado da Saúde sobre os motivos pelos quais não foram empenhadas as dotações orçamentárias inseridas no Orçamento da União para 2008 por meio de emendas parlamentares do Senador Álvaro Dias, no valor de R\$ 1.600.000,00 (um milhão e seiscentos mil reais), em benefício da Santa Casa de Misericórdia de Maringá e de três Consórcios Intermunicipais de Saúde.

(Aprovado na 5ª Reunião da Mesa do Senado Federal, em 14 de maio de 2009)

Requerimento nº 230, de 2009, de autoria do Senador Álvaro Dias, solicitando, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado da Integração Nacional sobre os motivos pelos quais não foram empenhadas as dotações orçamentárias inseridas no Orçamento da União para 2008 por emendas parlamentares do Senador Álvaro Dias, no valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), em benefício de municípios localizados na faixa de fronteira.

(Aprovado na 5ª Reunião da Mesa do Senado Federal, em 14 de maio de 2009)

Requerimento nº 271, de 2009, de autoria do Senador Tião Viana, solicitando, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas informações ao Secretário Especial de Direitos Humanos, Ministro Paulo de Tarso Vannuchi, acerca da concessão de pensão especial às pessoas atingidas pela hanseníase que foram submetidas a isolamento e internação compulsórios.

(Aprovado na 5ª Reunião da Mesa do Senado Federal, em 14 de maio de 2009)

Requerimento nº 297, de 2009, de autoria do Senador Jarbas Vasconcelos, solicitando, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal e da alínea "a" do inciso I do art. 215 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado da Integração Nacional acerca de projetos da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco - CODEVASF.

(Aprovado na 5ª Reunião da Mesa do Senado Federal, em 14 de maio de 2009)

Requerimento nº 298, de 2009, de autoria da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, solicitando, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com os arts. 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam encaminhados pelo Ministro de Estado das Comunicações os relatórios de suas atividades do ano de 2008 e outros documentos conexos referentes à Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL).

(Aprovado na 5ª Reunião da Mesa do Senado Federal, em 14 de maio de 2009)

Requerimento nº 299, de 2009, de autoria da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, solicitando, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com os arts. 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam encaminhados pelo Ministro de Estado da Defesa os relatórios de suas atividades do ano de 2008, e outros documentos conexos, referentes à Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC).

(Aprovado na 5ª Reunião da Mesa do Senado Federal, em 14 de maio de 2009)

Requerimento nº 300, de 2009, de autoria da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, solicitando, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com os arts. 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam encaminhados pelo Ministro de Estado de Minas e Energia os relatórios de suas atividades do ano de 2008, e outros documentos conexos, referentes à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

(Aprovado na 5ª Reunião da Mesa do Senado Federal, em 14 de maio de 2009)

Requerimento nº 301, de 2009, de autoria da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, solicitando, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com os arts. 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam encaminhados pelo Ministro de Estado dos Transportes os relatórios de suas atividades do ano de 2008 e outros documentos conexos referentes à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), à Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) e ao Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT).

(Aprovado na 5ª Reunião da Mesa do Senado Federal, em 14 de maio de 2009)

Requerimento nº 303, de 2009, do Senador Cícero Lucena, solicitando, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado da Fazenda sobre as aplicações do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) relativo ao exercício de 2008.

(Aprovado na 5ª Reunião da Mesa do Senado Federal, em 14 de maio de 2009)

Requerimento nº 309, de 2009, de autoria da Comissão de Educação, Cultura, e Esporte, solicitando, nos termos do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 90, incisos IX, X e XI, e o art. 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas pelo Ministério da Cultura informações sobre o Fundo Nacional de Cultura acerca da movimentação e utilização de verbas em 2008, projetos que receberam recursos da Lei Rouanet, empresas que destinam recursos para cada projeto e valores.

(Aprovado na 5ª Reunião da Mesa do Senado Federal, em 14 de maio de 2009)

Requerimento nº 313, de 2009, de autoria da Senadora Marisa Serrano, solicitando, nos termos do art. 49, X, e do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinados com os arts. 215, I, "a" e 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas informações pelo Ministro de Estado das Cidades sobre o Programa Habitacional.

(Aprovado na 5ª Reunião da Mesa do Senado Federal, em 14 de maio de 2009)

Requerimento nº 326, de 2009, do Senador Jayme Campos, solicitando, com base no § 2º do art. 50 da Constituição Federal e nos arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Justiça informações sobre os procedimentos que resultaram na edição da Portaria nº 1.149, de 2 de outubro de 2002, referente à declaração de posse permanente da Terra Indígena Kayabi aos grupos Kayabi, Munduruku e Apiaká.

(Aprovado na 5ª Reunião da Mesa do Senado Federal, em 14 de maio de 2009)

Requerimento nº 343, de 2009, do Senador Arthur Virgílio, solicitando, com base no § 2º do art. 50 da Constituição Federal e nos arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Justiça informações sobre os procedimentos que resultaram na edição da Portaria nº 1.149, de 2 de outubro de 2002, referente à declaração de posse permanente da Terra Indígena Kayabi aos grupos Kayabi, Munduruku e Apiaká.

(Aprovado na 5ª Reunião da Mesa do Senado Federal, em 14 de maio de 2009)

Requerimento nº 344, de 2009, do Senador Arthur Virgílio, solicitando, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado de Minas e Energia sobre a ocorrência de petróleo no município de Santo Antônio do Iça (AM), no Alto Solimões.

(Aprovado na 5ª Reunião da Mesa do Senado Federal, em 14 de maio de 2009)

Requerimento nº 370, de 2009, de autoria do Senador Gilberto Goellner, solicitando, com base no art. 50, parágrafo 2º, da Constituição Federal, e no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro da Saúde sobre ingredientes ativos componentes de agroquímicos cuja comercialização se pretende proibir no Brasil, o motivo dessa proibição e que impacto provocaria na agricultura nacional e na sociedade brasileira.

(Aprovado na 5ª Reunião da Mesa do Senado Federal, em 14 de maio de 2009)

Requerimento nº 371, de 2009, de autoria do Senador Gilberto Goellner, solicitando, com base no art. 50, parágrafo 2º, da Constituição Federal, e no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro do Desenvolvimento Agrário sobre a relação de ofícios do Departamento de Ouvidoria Agrária e Mediação de Conflitos.

(Aprovado na 5ª Reunião da Mesa do Senado Federal, em 14 de maio de 2009)

Requerimento nº 372, de 2009, de autoria do Senador Gilberto Goellner, solicitando, nos termos do art. 50, parágrafo 2º, da Constituição Federal e art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento sobre o número de fiscais e de agentes de inspeção sanitária que estejam atuando em inspeção de produtos de origem animal (bovinos, suínos, aves, pescados, leite e outros) nos diversos estados do país.

(Aprovado na 5ª Reunião da Mesa do Senado Federal, em 14 de maio de 2009)

Requerimento nº 373, de 2009, de autoria do Senador Gilberto Goellner, solicitando, com base no art. 50, parágrafo 2º, da Constituição Federal, e no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro da Controladoria-Geral da União sobre as ações do Ouvidor Agrário Nacional referentes a processos judiciais.

(Aprovado na 5ª Reunião da Mesa do Senado Federal, em 14 de maio de 2009)

Requerimento nº 375, de 2009, de autoria do Senador Gilberto Goellner, solicitando, com base no art. 50, parágrafo 2º, da Constituição Federal, e no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro do Meio Ambiente sobre a tramitação dos registros de agroquímicos.

(Aprovado na 5ª Reunião da Mesa do Senado Federal, em 14 de maio de 2009)

Requerimento nº 376, de 2009, de autoria do Senador Gilberto Goellner, solicitando, com base no art. 50, parágrafo 2º, da Constituição Federal, e no art. 216 do Regimento Interno do Senado

Federal, informações ao Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento sobre a tramitação dos registros de agroquímicos.

(Aprovado na 5ª Reunião da Mesa do Senado Federal, em 14 de maio de 2009)

Requerimento nº 377, de 2009, de autoria do Senador Gilberto Goellner, solicitando, com base no art. 50, parágrafo 2º, da Constituição Federal, e no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Sr. Ministro da Saúde sobre os processos de registro de agroquímicos que tramitam na Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA.

(Aprovado na 5ª Reunião da Mesa do Senado Federal, em 14 de maio de 2009)

Requerimento nº 439, de 2009, de autoria do Senador José Agripino, solicitando, nos termos do § 2º do artigo 50 da Constituição Federal e do artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal, ao Ministro de Estado da Defesa esclarecimentos sobre a liberação de tarifas aéreas proposta pela Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC.

(Aprovado na 5ª Reunião da Mesa do Senado Federal, em 14 de maio de 2009)

X – REQUERIMENTO DE CRIAÇÃO/ALTERAÇÃO DE COMISSÃO TEMPORÁRIA

Total	5
-------------	---

Requerimento nº 231, de 2009, de autoria da Senadora Kátia Abreu, solicitando, nos termos dos arts. 74 e 75 do Regimento Interno do Senado Federal, seja constituída Comissão Temporária, composta de 05 (cinco) membros titulares e igual número de suplentes, com prazo de funcionamento de 12 (doze) meses, para acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes ao cumprimento das Metas de Desenvolvimento do Milênio fixadas pela Organização das Nações Unidas - ONU, a serem alcançadas pelo governo brasileiro, podendo para tanto realizar audiências públicas e diligências externas, requerer informações, bem como outros atos que julgue necessários para consecução dos objetivos da Comissão.

Sessão: 05.05.2009

Requerimento nº 247, de 2009, de autoria do Senador Geraldo Mesquita Júnior, solicitando, nos termos do art. 74, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a formação de comissão temporária de seis senadores que, em articulação com o Governo do Distrito Federal, possa contribuir e colaborar com o calendário oficial de comemorações do cinquentenário de Brasília, definindo proposta nesse sentido a ser submetida à decisão e eventual aprovação pelo Senado Federal.

Sessão: 05.05.2009

Requerimento nº 488, de 2008, de autoria do Senador Marcelo Crivella, solicitando, na forma do disposto nos arts. 74 e seguintes do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de Comissão Temporária, composta por quinze Senadores e igual número de suplentes, para, no prazo de cento e vinte dias, promover debate e propor adoção de novo pacto federativo no Brasil, ou aperfeiçoar o vigente.

Sessão: 20.05.2009

Requerimento nº 449, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 75, do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de Comissão Temporária Externa do Senado Federal, composta por sete Senadores, para verificar efeitos das enchentes nos municípios da Região Norte.

Sessão: 20.05.2009

Requerimento nº 592, de 2009, de autoria do Senador José Sarney e outros Senhores Senadores, solicitando, nos termos do art. 74, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a constituição de uma Comissão Temporária Externa composta de 7 membros para verificar os efeitos das inundações ocorridas em municípios dos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará e Bahia.

Sessão: 21.05.2009

XI – REQUERIMENTO DE CRIAÇÃO DE COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

Total	2
-------------	---

Requerimento nº 569, de 2009, de autoria do Senador Álvaro Dias e outros Senhores Senadores, solicitando, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, e na forma do art. 145 e seguintes do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito, composta de onze membros titulares e de sete suplentes, obedecido o princípio da proporcionalidade partidária, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS) e a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Sessão: 15.05.2009

Requerimento nº 572, de 2009, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti e outros Senhores Senadores, solicitando, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal e do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito, composta por onze Senadores titulares e seis suplentes, para investigar, no prazo de cento e oitenta dias, fatos amplamente noticiados pelos meios de comunicação que dizem respeito à Amazônia.

Sessão: 15.05.2009

XII - REQUERIMENTO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

Total	1
-------------	---

Requerimento nº 623, de 2009, da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI das ONGs e das OSCIPs), solicitando, em aditamento aos Requerimentos nºs 201, 217 e 1.324, de 2007 e 515 e 1.391, de 2008, a prorrogação de seu prazo de funcionamento, por 180 dias, a partir de 2 de julho de 2009.

Sessão: 27.05.2009

XIII – REQUERIMENTOS DE DESAPENSAMENTO, DEFERIDOS NOS TERMOS DO ATO DA MESA Nº 2, DE 2009

Total	7
-------------	---

Requerimento nº 448, de 2009, de autoria do Senador Valdir Raupp, solicitando o desapensamento dos Projetos de Lei da Câmara nºs 43, de 2005; 86, de 2006; e 77, de 2007; e Projetos de Lei do Senado nºs 107, 280 e 428, de 2003; 285, de 2005; 18 e 46, de 2006; 19 e 700, de 2007; 154, 160 e 284, de 2008, para tramitação em separado, tendo em vista tratarem de matérias distintas.

Sessão: 15.05.2009

Requerimento nº 507, de 2009, de autoria da Senadora Marina Silva, solicitando o desapensamento da Proposta de Emenda à Constituição nº 56, de 2007, que tramita em conjunto com as de nºs 16, de 2003, 36, de 2005, 34 e 40, de 2006 e 42 e 41, de 2007, para ter tramitação independente.

Sessão: 15.05.2009

Requerimento nº 512, de 2009, de autoria do Senador Marco Maciel, solicitando sejam desapensadas as seguintes proposições, por não versarem sobre a mesma matéria: Projetos de Lei do Senado nºs 126, de 2001; 59 e 243, de 2002; 3, 94, 229, 396, 536, de 2003; 269, de 2004; 220 e 221, de 2005; 60, 71, 166, 168, 169, 171, 209, 210 e 296, de 2006; 101, 273, 413, 442, 466, 483, 486, 545, 692, de 2007; 114, 199, 272, 282 e 289, de 2008; e os Projetos de Lei da Câmara nºs 41, de 2000; 110, de 2005; 63, de 2006; 38 e 53, de 2007; e 104, de 2008.

Sessão: 15.05.2009

Requerimento nº 515, de 2009, de autoria do Senador Raimundo Colombo, solicitando sejam desapensadas as proposições a seguir relacionadas por não versarem sobre a mesma matéria: Projetos de Lei do Senado nºs 387 e 446, de 2003; 132, 133, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 206 e 268, de 2004; 11, 116 e 144, de 2005; 20, 39, 220 e 324, de 2006; 87, 95, 169, 231, 250, 309, 559 e 182, de 2007; Projetos de Lei da Câmara nºs 67, 85 e 92, de 2004; 46 e 84, de 2005; 26, 29, 53, 70, 71 e 72, de 2006, 2, 4, 95, 109, 129 e 130, de 2007; 10 e 70, de 2008.

Sessão: 28.05.2009

Requerimento nº 561, de 2009, de autoria do Senador Augusto Botelho, solicitando que as Propostas de Emenda à Constituição nºs 29 e 35, de 2006, voltem a ter tramitação autônoma.

Sessão: 28.05.2009

Requerimento nº 587, de 2009, de autoria do Senador Jayme Campos, solicitando que deixem de tramitar em conjunto as seguintes matérias: Projetos de Lei da Câmara nºs 73, de 2003; 10, de 2006; 47, de 2008; Projetos de Lei do Senado nºs 468, de 1999; 189, de 2002; 125 e 537, de 2003; 129, de 2004; 24, 230, 232 e 387, de 2005; 243, de 2006; 328, de 2007 e 170, de 2008.

Sessão: 28.05.2009

Requerimento nº 588, de 2009, de autoria da Senadora Kátia Abreu, solicitando o desapensamento dos Projetos de Lei da Câmara nºs 97, de 2003; 69 e 110, de 2006 e dos Projetos de Lei do Senado nºs 310 e 315, de 1999; 67, de 2002; 134, 135, 154, 204, 311, 338, 378, 438, 457 e 508, de 2003; 13, 113, 196, 199, 225, 227 e 267, de 2004; 3, 204, 280, 301, 307, 339, 344, 357, 378 e 383,

de 2005; 55, 59, 65, 105, 159, 162, 167, 197 e 283, de 2006; 61, 239, 287, 327, 496, 537 e 689, de 2007, e 7, 148, 149, 220 e 270, de 2008. Mantendo apensadas as seguintes matérias: Projeto de Lei da Câmara nº 97, de 2003 e Projetos de Lei do Senado nºs 344, de 2005, 283, de 2006 e 496, de 2007; Projetos de Lei do Senado nºs 310 e 315, de 1999, 67, de 2002 e 267, de 2004; Projeto de Lei da Câmara nº 69, de 2006 e Projeto de Lei do Senado nº 3, de 2005; Projeto de Lei da Câmara nº 110, de 2006 e Projetos de Lei do Senado nºs 199, de 2004, 204 e 307, de 2005 e 327, de 2007; Projetos de Lei do Senado nºs 135, 204 e 508, de 2003 e 383, de 2005; Projetos de Lei do Senado nºs 154, de 2003 e 339, de 2005; Projetos de Lei do Senado nºs 338, de 2003, 13, de 2004, 162, de 2006 e 149, de 2008; Projetos de Lei do Senado nºs 438, de 2003, 357, de 2005, 159, de 2006 e 239 e 287, de 2007; Projetos de Lei do Senado nºs 113 e 227, de 2004; Projetos de Lei do Senado nºs 196, de 2004 e 280 e 301, de 2005; Projetos de Lei do Senado nºs 105, de 2006 e 537 e 689, de 2007; Projetos de Lei do Senado nºs 457, de 2003 e 59, de 2006; Projetos de Lei do Senado nºs 197, de 2006 e 7, de 2008.

Sessão: 28.05.2009

XIV – REQUERIMENTOS SOLICITANDO TRAMITAÇÃO CONJUNTA DE MATÉRIAS, DEFERIDOS NOS TERMOS DO ATO DA MESA Nº 2, DE 2009

Total 6

Requerimento nº 430, de 2009, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 613, de 2007 com o Projeto de Lei do Senado nº 141, de 2003, que já tramita apensado ao Projeto de Lei do Senado nº 322, de 2003 e ao Projeto de Lei do Senado nº 19, de 2008, por versarem sobre matéria análoga.

Sessão: 15.05.2009

Requerimento nº 431, de 2009, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 336 e 248, de 2005 - Complementares.

Sessão: 15.05.2009

Requerimento nº 468, de 2009, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, solicitando tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 420, de 2005, com os de nºs 315 e 316, de 2008.

Sessão: 15.05.2009

Requerimento nº 479, de 2009, de autoria do Senador Expedito Júnior, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 2 e 95, de 2009.

Sessão: 15.05.2009

Requerimento nº 540, de 2009, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, solicitando a tramitação em conjunto dos Projetos de Lei da Câmara nºs 98, de 2007 e 8, de 2009.

Sessão: 28.05.2009

Requerimento nº 586, de 2009, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, solicitando a tramitação em conjunto do Projeto de Lei do Senado nº 382, de 2008, com os de nºs 257 e 315, de 2005, que já tramitam em conjunto.

Sessão: 28.05.2009

XV – REQUERIMENTOS DIVERSOS APROVADOS PELO PLENÁRIO

Total	22
-------------	----

XV.1 – Solicitando tramitação conjunta

Total	3
-------------	---

Requerimento nº 559, de 2009, de autoria do Senador Marco Maciel, solicitando a tramitação conjunta das Propostas de Emenda à Constituição nºs 41, de 2003 e 98, de 2007.

Sessão: 20.05.2009

Requerimento nº 590, de 2009, de autoria do Senador Gilberto Goellner, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 78, de 2008 com o Projeto de Lei do Senado nº 260, de 2007.

Sessão: 20.05.2009

Requerimento Nº 604, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando a tramitação conjunta das Propostas de Emenda à Constituição nºs 14, de 2003, 65, de 2003, 39, de 2004, 28, de 2008 e 1, de 2009, por regularem a mesma matéria.

Sessão: 28.05.2009

XV.2 – Solicitando desapensamento de matéria

Total	2
-------------	---

Requerimento nº 227, de 2009, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, solicitando o desapensamento dos Projetos de Lei do Senado nºs 14, de 2008, e 20, de 2008, por tratarem de matérias diversas.

Sessão: 20.05.2009

Requerimento nº 474, de 2009, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, solicitando o desapensamento dos Projetos de Lei do Senado nºs 260 e 466, de 2003; 206, 251 e 333, de 2005, por tratarem de matérias distintas.

Sessão: 05.05.2009

XV.3 – Solicitando audiência de Comissão

Total	10
-------------	----

Requerimento nº 470, de 2009, de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando, nos termos regimentais, que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2004, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a Comissão de Assuntos Econômicos.

Sessão: 05.05.2009

Requerimento nº 473, de 2009, de autoria do Senador Flávio Arns, solicitando, nos termos regimentais, que sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2009, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Sessão: 05.05.2009

Requerimento nº 476, de 2009, de autoria do Senador Flávio Arns, solicitando, nos termos regimentais, que sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 2009, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Sessão: 05.05.2009

Requerimento nº 451, de 2009, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, solicitando, nos termos regimentais, que sobre o Requerimento nº 782, de 2006, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

Sessão: 06.05.2009

Requerimento nº 511, 2009, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, solicitando, nos termos regimentais, que sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 50, de 2006, seja também ouvida a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, por estar no âmbito da sua competência.

Sessão: 20.05.2009

Requerimento nº 578, de 2009, de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando, nos termos do inciso I, do art. 99, do Regimento Interno, que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 142 de 2003, seja ouvida também a Comissão de Assuntos Econômicos.

Sessão: 20.05.2009

Requerimento nº 579, de 2009, de autoria do Senador Adelmir Santana, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2009, de autoria do Senador Leomar Quintanilha, seja ouvida, também, a Comissão de Assuntos Econômicos.

Sessão: 28.05.2009

Requerimento nº 635, de 2009, de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando que sobre o projeto de Lei da Câmara nº 150, de 2008 (nº 129, de 2007, na Casa de origem, de autoria do Deputado Vanderlei Macris, seja ouvida, também, a Comissão de Assuntos Sociais.

Sessão: 28.05.2009

Requerimento nº 636, de 2009, de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando que sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 156, de 2008 (nº 7.343, de 2006, na Casa de origem), de autoria do Deputado Tarcísio Zimmerman, seja ouvida, também, a Comissão de Assuntos Sociais.

Sessão: 28.05.2009

Requerimento nº 637, de 2009, de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 213, de 2005, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi,, seja ouvida, também, a Comissão de Assuntos Sociais.

Sessão: 28.05.2009

XV.4 – Solicitando urgência para matéria

Total	2
-------------	---

Requerimento nº 538, de 2009, da Comissão de Assuntos Econômicos, solicitando urgência para o Projeto de Resolução nº 21, de 2009.

Sessão: 12.05.2009

Requerimento nº 539, de 2009, da Comissão de Assuntos Econômicos, solicitando urgência para o Projeto de Resolução nº 20, de 2009.

Sessão: 12.05.2009

XV.5 – De reexame de Comissão

Total	1
-------------	---

Requerimento nº 591, de 2009, de autoria da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) - Pedofilia, requerendo, nos termos do art. 279, II, combinado com seu § 3º, I, do RISF, o adiamento da discussão Projeto de Lei do Senado nº 275, de 2008 e seu encaminhamento a esta mesma Comissão, para fins de reexame, por razão superveniente e motivo justificado.

Sessão: 20.05.2009

XV.6 – Solicitando adiamento de discussão

Total	1
-------------	---

Requerimento nº 634, de 2009, de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando o adiamento da discussão do substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822, de 2003, na Casa de origem), de autoria do Deputado Sandro Mabel, pelo prazo de 30 dias.

Sessão: 28.05.2009

XV.7 - Solicitando adiamento de Sessão Conjunta

Total	1
-------------	---

Requerimento nº 597, de 2009, de autoria da Senadora Ideli Slvatti, solicitando o adiamento da sessão do Congresso Nacional convocada para a semana de 25 a 29 de maio de 2009 tendo em vista

a apreciação de vetos, especialmente os que tratam do fator previdenciário e do reajuste para os aposentados e pensionistas, ressaltando que a definição de nova data seja acordada entre os líderes.

Sessão: 21.05.2009

XV.8 – De dispensa de Parecer

Total.....	2
------------	---

Requerimento nº 778, de 2007, de autoria da Senadora Kátia Abreu, solicitando, nos termos do art. 119 do Regimento Interno do Senado Federal, a dispensa do parecer da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, a fim de que esta proposição prossiga a sua tramitação na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Sessão: 20.05.2009

Requerimento nº 520, de 2009, de autoria da Senadora Kátia Abreu, solicitando, nos termos do art. 119, do Regimento Interno do Senado Federal, dispensa do parecer da Comissão de Assuntos Econômicos - CAE para o Projeto de Lei do Senado nº 237, de 2008.

Sessão: 20.05.2009

Requerimento nº 571, de 2009, de autoria do Senador Cristovam Buarque, solicitando, nos termos do art. 145, do Regimento Interno e do art. 58, § 3º, da Consituição Federal, a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, com duração de seis meses, composta de dez membros titulares com o objetivo de apurar as causas estruturais do retrocesso na qualidade da educação básica, indicado pelo resultado do último SAEB - Sistema de Avaliação de Educação Básica e que caracteriza o rumo do Brasil para um crítico "apagão intelectual".

Sessão: 18.05.2009

XVI - MATÉRIAS ARQUIVADAS

Total	11
-------------	----

XVI.1 - Por ter alcançado seu objetivo

Total	1
-------------	---

Requerimento nº 149, de 2009, de autoria do Senador Paulo Paim e outros Senhores Senadores, solicitando, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial do Senado, no dia 29 de abril de 2009, destinada a homenagear o Trabalhador Brasileiro, por oportunidade do transcurso do dia do trabalho em 1º de maio de 2009. (Aditado pelo **Requerimento nº 393, de 2009**).

Sessão: 04.05.2009

XVI.2 – Por terem recebido parecer contrário de Comissão – art. 254 do RISF

Total	6
-------------	---

Projeto de Lei da Câmara nº 54, de 2003, de autoria do Deputado José Roberto Batochio, que altera a redação do § 1º do artigo 159 do Decreto-Lei nº 3689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal. (dispõe sobre a realização de exame de corpo delito e outras perícias, quando não houver peritos oficiais ou lista de peritos).

(Parecer contrário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 06.05.2009

Proposta de Emenda à Constituição nº 39, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que altera o texto do art. 37 da Constituição Federal para limitar o número de cargos em comissão de livre nomeação e exoneração, no âmbito do Poder Executivo, nas três esferas de governo.

(Parecer contrário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 06.05.2009

Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2006, primeiro signatário o Senador Valdir Raupp, que altera e acrescenta parágrafos ao art. 195 da Constituição Federal e acrescenta os arts. 95, 96 e 97 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

(Parecer contrário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 06.05.2009

Projeto de Lei da Câmara nº 61, de 2003, de autoria do Deputado José Roberto Batochio, que revoga o artigo 188 da Lei nº 5869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil, (Dispõe sobre cômputo em quádruplo do prazo para contestar e em dobro para recorrer, quando a parte for a Fazenda Pública ou o Ministério Público).

(Parecer contrário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 19.05.2009

Projeto de Lei da Câmara nº 124, de 2005, de autoria do Deputado João Campos, que acrescenta parágrafo ao art. 10 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, determinando que o delegado de polícia comunicará à vítima a remessa dos autos de inquérito policial ao juiz competente, bem como informará o prazo previsto para oferecimento da denúncia.

(Parecer contrário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 19.05.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 139, de 2005, de autoria do Senador Marco Maciel, que susta a aplicação dos incisos V e VI do art. 2º do Decreto nº 5.392, de 10 de março de 2005, que "declara estado de calamidade pública no setor hospitalar do Sistema Único de Saúde no Município do Rio de Janeiro, e dá outras providências", do Poder Executivo.

(Parecer contrário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 25.05.2009

XVI.3 – Por terem recebido parecer contrário de Comissão – art. 91, § 5º, do RISF

Total	4
-------------	---

Projeto de Lei do Senado nº 194, de 2008, de autoria do Senador Paulo Paim, que determina a estadualização da realização das provas de concursos públicos para cargos federais.

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 20.05.2009

Projeto de Lei do Senado nº 104, de 2007, de autoria do Senador Alvaro Dias, que altera o art. 7º da Lei nº 9.527, de 1997, que altera dispositivos das Leis nºs 8.112, de 11 de dezembro de 1990, 8.460, de 17 de setembro de 1992, e 2.180, de 5 de fevereiro de 1954, e dá outras providências.

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 29.05.2009

Projeto de Lei do Senado nº 389, de 2007, de autoria do Senador Wilson Matos, que dispõe sobre a data da comemoração de feriados nacionais e dá outras providências.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte)

Sessão: 29.05.2009

Projeto de Lei do Senado nº 404, de 2007, de autoria do Senador Wilson Matos, que institui o Programa Permanente Biblioteca da Escola – PPBE e dá outras providências.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte)

Sessão: 29.05.2009

XVI.4 –Retirada de assinaturas dentro do prazo regimental – art. 244, do RISF

Total	2
-------------	---

Requerimento nº 570, de 2009, de autoria do Senador Romeu Tuma, solicitando, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal e do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito, composta por treze senadores titulares para investigar, no prazo de cento e oitenta dias, o esquema de fraudes em licitações, revelado pela operação desencadeada pela Polícia Federal, batizada como "Águas Profundas", nos contratos da empresa estatal Petrobras-Petróleo Brasileiro S/A, para reforma de plataformas de exploração de petróleo; irregularidades nos contratos para construção das plataformas P-52 e P-54, e os contratos com a empresa subsidiária TRANSPETRO para construção de navios, notícias que os esquemas de licitações fraudulentos na Petrobras serviram para financiar de forma irregular partidos políticos em campanhas eleitorais, realizadas com doações das empresas, reveladas na referida operação "Águas Profundas", como suspeitas.

Sessão: 18.05.2009

Requerimento nº 571, de 2009, de autoria do Senador Cristovam Buarque, solicitando, nos termos do art. 145, do Regimento Interno e do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, com duração de seis meses, composta de dez membros titulares com o objetivo de apurar as causas estruturais do retrocesso na qualidade da educação básica, indicado pelo resultado do último SAEB - Sistema de Avaliação de Educação Básica e que caracteriza o rumo do Brasil para um crítico "apagão intelectual".

Sessão: 18.05.2009

XVII - MATÉRIA DECLARADA PREJUDICADA

Total	1
-------------	---

Requerimento nº 158, de 2009, de autoria do Senador Cristovam Buarque, solicitando, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial do Senado, no dia 17 de março de 2009, destinada a homenagear a Instituição da Polícia Militar pelo transcurso dos 200 anos da corporação.

(Prejudicada em virtude de realização de Sessão do Congresso Nacional em 12.05.2009, com o mesmo objetivo)

Sessão: 13.05.2009

XVIII - MATÉRIAS RETIRADAS PELOS AUTORES

Total	2
-------------	---

Requerimento nº 530, de 2009, de autoria do Senador Raimundo Colombo, solicitando, nos termos do inciso IV do art. 71 da Constituição Federal, bem como nos termos regimentais, seja o presente requerimento encaminhado ao Tribunal de Contas da União para a realização de auditoria no sistema de Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (DPVAT), nos últimos cinco anos, a fim de verificar a aplicação dos recursos no SUS e no DENATRAN, a fiscalização realizada pela SUSEP e a supervisão do DENATRAN sobre os DETRANs.

(Retirado pelo Requerimento nº 544, de 2009).

Sessão: 12.05.2009

Requerimento nº 577, de 2009, de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 678, de 2007-Complementar, com o de nº 102, de 2007-Complementar.

(Retirado pelo do Requerimento nº 638, de 2009).

Sessão: 28.05.2009

XIX - REQUERIMENTOS DE LICENÇA**Observações:**

Art. 13 – licença / representação a serviço da Casa / missão política ou cultural de interesse parlamentar.

Art. 40 - representação da Casa / missão no País ou no exterior.

Art. 43, I - tratamento de saúde.

Art. 43, II - interesse particular.

Total 59

Requerimento nº 205, de 2009-M, Senador Inácio Arruda - art. 13 - 05.05.2009.

Requerimento nº 206, de 2009-M, Senador Delcídio Amaral - art. 13 - 05.05.2009.

Requerimento nº 207, de 2009-M, Senador Antonio Carlos Júnior - art. 13 - 07.05.2009.

Requerimento nº 208, de 2009-M, Senador Lobão Filho - art. 43, II - 05.05.2009.

Requerimento nº 209, de 2009-M, Senadora Ideli Salvatti - art. 13 - 07.05.2009.

Requerimento nº 210, de 2009-M, Senador Gerson Camata - art. 43, II - 6 e 07.05.2009.

Requerimento nº 211, de 2009-M, Senador Sérgio Guerra - art. 13 - 07.05.2009.

Requerimento nº 212, de 2009-M, Senador Valdir Raupp - art. 13 - 07.05.2009.

Requerimento nº 213, de 2009-M, Senador Roberto Cavalcanti - art. 43, II - 05.05.2009.

Requerimento nº 214, de 2009-M, Senadora Marina Silva - art. 13 - 07.05.2009.

Requerimento nº 215, de 2009-M, Senador Inácio Arruda - art. 13 - 07.05.2009.

Requerimento nº 216, de 2009-M, Senador Romero Jucá - art. 13 - 07.05.2009.

Requerimento nº 217, de 2009-M, Senador Papaléo Paes - art. 13 - 07.05.2009.

Requerimento nº 218, de 2009-M, Senador João Tenório - art. 13 - 07.05.2009.

Requerimento nº 219, de 2009-M, Senadora Fátima Cleide - art. 13 - 07.05.2009.

Requerimento nº 220, de 2009-M, Senadora Patrícia Saboya - art. 13 - 05.05.2009.

Requerimento nº 221, de 2009-M, Senadora Rosalba Ciarlini - art. 43, I - 07.05.2009.

Requerimento nº 222, de 2009-M, Senador Mozarildo Cavalcanti - art. 40 - 1º a 08.05.2009, prorrogação, sem ônus para o Senado Federal, da licença objeto do Requerimento nº 392, de 2009.

- Requerimento nº 223, de 2009-M**, Senador Garibaldi Alves Filho - art. 43, I - 07.05.2009.
- Requerimento nº 224, de 2009-M**, Senador João Durval - art. 13 - 12, 13 e 14.05.2009.
- Requerimento nº 225, de 2009-M**, Senador Magno Malta - art. 13 - 12.05.2009.
- Requerimento nº 226, de 2009-M**, Senador Adelmir Santana - art. 13 - 14.05.2009.
- Requerimento nº 227, de 2009-M**, Senador Mário Couto - art. 13 - 14.05.2009.
- Requerimento nº 228, de 2009-M**, Senador Flexa Ribeiro - art. 13 - 14.05.2009.
- Requerimento nº 229, de 2009-M**, Senador Papaléo Paes - art. 13 - 14.05.2009.
- Requerimento nº 230, de 2009-M**, Senador Inácio Arruda - art. 13 - 14.05.2009.
- Requerimento nº 231, de 2009-M**, Senador Romero Jucá - art. 13 - 14.05.2009.
- Requerimento nº 232, de 2009-M**, Senador Expedito Júnior - art. 13 - 14.05.2009.
- Requerimento nº 233, de 2009-M**, Senador Paulo Paim - art. 13 - 14.05.2009.
- Requerimento nº 234, de 2009-M**, Senador Sérgio Guerra - art. 13 - 20 e 21.05.2009.
- Requerimento nº 235, de 2009-M**, Senador Magno Malta - art. 13 - 14.05.2009.
- Requerimento nº 236, de 2009-M**, Senador João Pedro - art. 13 - 16 a 23.05.2009.
- Requerimento nº 237, de 2009-M**, Senador Wellington Salgado de Oliveira - art. 43, II - 19 a 25.05.2009.
- Requerimento nº 238, de 2009-M**, Senadora Kátia Abreu - art. 43, II - 26 a 28.05.2009.
- Requerimento nº 239, de 2009-M**, Senador Mão Santa - art. 13 - 19.05.2009.
- Requerimento nº 240, de 2009-M**, Senadora Maria do Carmo Alves - art. 43, I - 19 a 21.05.2009.
- Requerimento nº 241, de 2009-M**, Senador Adelmir Santana - art. 13 - 20 e 21.05.2009.
- Requerimento nº 242, de 2009-M**, Senadora Marisa Serrano - art. 13 - 20 a 26.05.2009.
- Requerimento nº 243, de 2009-M**, Senadora Fátima Cleide - art. 13 - 19.05.2009.
- Requerimento nº 244, de 2009-M**, Senador Geraldo Mesquita Júnior - art. 13 - 21.05.2009.
- Requerimento nº 245, de 2009-M**, Senador João Ribeiro - art. 13 - 20 e 21.05.2009.

- Requerimento nº 246, de 2009-M**, Senador Expedito Júnior - art. 13 - 21.05.2009.
- Requerimento nº 247, de 2009-M**, Senadora Fátima Cleide - art. 13 - 21.05.2009.
- Requerimento nº 248, de 2009-M**, Senador Renan Calheiros - art. 13 - 21.05.2009.
- Requerimento nº 249, de 2009-M**, Senador Lobão Filho - art. 43, II - 28.05 a 07.06.2009.
- Requerimento nº 250, de 2009-M**, Senador Mozarildo Cavalcanti - art. 13 - 27 e 28.05.2009.
- Requerimento nº 251, de 2009-M**, Senador Francisco Dornelles - art. 43, I - 08 a 22.05.2009.
- Requerimento nº 252, de 2009-M**, Senador Lobão Filho - art. 43, II - 27.05.2009.
- Requerimento nº 253, de 2009-M**, Senador João Durval - art. 13 - 28.05.2009.
- Requerimento nº 254, de 2009-M**, Senador Sérgio Zambiasi - art. 13 - 31.05 a 07.06.2009.
- Requerimento nº 255, de 2009-M**, Senadora Marisa Serrano - art. 13 - 28.05.2009.
- Requerimento nº 256, de 2009-M**, Senadora Fátima Cleide - art. 13 - 28.05.2009.
- Requerimento nº 257, de 2009-M**, Senador Raimundo Colombo - art. 13 - 28.05.2009.
- Requerimento nº 258, de 2009-M**, Senadora Ideli Salvatti - art. 13 - 28.05.2009.
- Requerimento nº 259, de 2009-M**, Senador Valdir Raupp - art. 13 - 28.05.2009.
- Requerimento nº 260, de 2009-M**, Senador Magno Malta - art. 13 - 28.05.2009.
- Requerimento nº 261, de 2009-M**, Senador João Tenório - art. 43, II - 24 a 31.05.2009.
- Requerimento nº 262, de 2009-M**, Senador Heráclito Fortes - art. 13 - 1º a 05.06.2009.
- Requerimento nº 263, de 2009-M**, Senador Eduardo Azeredo - art. 13 - 31.05 a 04.06.2009.

XX - PARA DESEMPENHO DE MISSÃO APROVADOS PELO PLENÁRIO

Total	15
-------------	----

Requerimento nº 504, de 2009 - Senador Geraldo Mesquita Júnior - 06 a 08.05.2009 - Participação da Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos do Parlamento do Mercosul, em Buenos Aires, Argentina.

Sessão: 05.05.2009.

Requerimento nº 505, de 2009 - Senador Marconi Perillo - 18 e 19.05.2009 - Participação, como representante do Senado Federal, na cerimônia de entrega dos prêmios do VI Congresso Brasileiro de Regulação - Prêmio ABAR 2009, Rio de Janeiro.

Sessão: 05.05.2009.

Requerimentos nºs. 558 e 576, de 2009 - Senador Marcelo Crivella - 19 a 21.05.2009 - Participação, como representante do Senado Federal, no Jantar de Gala da Câmara Brasileira de Comércio da Grã-Bretanha, em Londres, a convite da Embaixada do Brasil naquele país.

Sessões: 13 e 19.05.2009.

Requerimento nº 573, de 2009 - Senador Jefferson Praia - 18 e 19.05.2009 - Participação, como membro da Comissão Mista de Mudanças Climáticas, de diligência no Estado do Amazonas.

Sessão: 19.05.2009.

Requerimento nº 574, de 2009 - Senador Cícero Lucena - 18 e 19.05.2009 - Participação, como membro da Comissão Mista de Mudanças Climáticas, de diligência no Estado do Amazonas.

Sessão: 19.05.2009.

Requerimento nº 575, de 2009 - Senador Eduardo Azeredo - 17 e 18.05.2009 - Participação na XVIII Sessão do Parlamento do Mercosul, em Montevidéu, Uruguai.

Sessão: 19.05.2009.

Requerimento nº 633, de 2009 - Senadora Marina Silva - 18 e 19.05.2009 - Participação, como membro da Comissão Mista de Mudanças Climáticas, de diligência no Estado do Amazonas.

Sessão: 28.05.2009

Requerimento nº 562, de 2009 - Senadora Marisa Serrano - 17 a 20.05.2009 - Participação na XVIII Sessão do Parlamento do Mercosul, em Montevidéu, Uruguai.

Sessão: 15.05.2009.

(Observação: Deferido pelo Presidente de acordo com o art. 41 do RISF)

Requerimento nº 563, de 2009 - Senador Sérgio Zambiasi - 17 a 20.05.2009 - Participação na XVIII Sessão do Parlamento do Mercosul, em Montevidéu, Uruguai.

Sessão: 15.05.2009.

(Observação: Deferido pelo Presidente de acordo com o art. 41 do RISF)

Requerimento nº 564, de 2009 - Senador Cristovam Buarque - 18 e 19.05.2009 - Participação na XVIII Sessão do Parlamento do Mercosul, em Montevidéu, Uruguai.

Sessão: 15.05.2009.

(Observação: Deferido pelo Presidente de acordo com o art. 41 do RISF)

Requerimento nº 565, de 2009 - Senador Aloizio Mercadante - 17 a 19.05.2009 - Participação na XVIII Sessão do Parlamento do Mercosul, em Montevidéu, Uruguai.

Sessão: 15.05.2009.

(Observação: Deferido pelo Presidente de acordo com o art. 41 do RISF)

Requerimento nº 566, de 2009 - Senador Geraldo Mesquita Júnior - 17 a 20.05.2009 - Participação na XVIII Sessão do Parlamento do Mercosul, em Montevidéu, Uruguai.

Sessão: 15.05.2009.

(Observação: Deferido pelo Presidente de acordo com o art. 41 do RISF)

Requerimento nº 567, de 2009 - Senador Inácio Arruda - 17 a 20.05.2009 - Participação na XVIII Sessão do Parlamento do Mercosul, em Montevideú, Uruguai.

Sessão: 15.05.2009.

(Observação: Deferido pelo Presidente de acordo com o art. 41 do RISF)

Requerimento nº 568, de 2009 - Senador Valdir Raupp - 17 a 19.05.2009 - Participação na XVIII Sessão do Parlamento do Mercosul, em Montevideú, Uruguai.

Sessão: 15.05.2009.

(Observação: Deferido pelo Presidente de acordo com o art. 41 do RISF)

XXI – OUTRAS DELIBERAÇÕES

Total	43
-------------	----

Requerimento nº 501, de 2009, de autoria do Senador Cícero Lucena, solicitando voto de pesar pelo falecimento da ex-Vereadora Creuza Pires, em João Pessoa, Paraíba.

Sessão: 04.05.2009

Requerimento nº 502, de 2009, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, solicitando voto de pesar pelo falecimento do diretor, dramaturgo e ensaísta brasileiro Augusto Boal.

Sessão: 04.05.2009

Requerimento nº 503, de 2009, de autoria do Senador Mão Santa, solicitando, nos termos regimentais, voto de pesar e apresentação de condolências à família pelo falecimento do ex-prefeito de Piracuruca, Piauí, Gonçalo Rodrigues Magalhães.

Sessão: 05.05.2009

Requerimento nº 506, de 2009, de autoria da Senadora Fátima Cleide, solicitando, nos termos dos artigos 218 e 221, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, apresentação de condolências à família do cineasta Augusto Pinto Boal, que faleceu no dia 2 de maio de 2009, na cidade do Rio de Janeiro.

Sessão: 05.05.2009

Requerimento nº 508, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento do diretor teatral e dramaturgo Augusto Boal, ocorrido no dia 02 de maio de 2009.

Sessão: 05.05.2009

Requerimento nº 510, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de lembrança ao ensejo do lançamento, em Manaus, do ensaio biográfico Cláudio Santoro - Cantor do Sol e da Paz, de autoria do escritor e poeta Elson Farias.

Sessão: 05.05.2009

Requerimento nº 513, de 2009, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso para a RBS TV de Santa Catarina pelo aniversário de 30 anos, completados no dia 1º de maio de 2009.

Sessão: 06.05.2009

Requerimento nº 517, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso à Polícia Militar do Amazonas ao ensejo do transcurso do 172º aniversário de sua criação.

Sessão: 06.05.2009

Requerimento nº 519, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso ao poeta amazonense Thiago de Mello, escolhido para representar o Brasil no Fórum Literário Áustria-América Latina e no Festival de Poesia Latino-Americana, em maio de 2009, na cidade de Viena, Áustria.

Sessão: 06.05.2009

Requerimento nº 524, de 2009, de autoria do Senador Marconi Perillo, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso ao Jornal Correio Braziliense pela publicação da série de reportagens sob o título "Prostituição Internacional", em especial a matéria que investiga a saída de jovens goianas para Madri e Lisboa por meio do aeroporto Juscelino Kubitschek.

Sessão: 07.05.2009

Requerimento nº 525, de 2009, de autoria do Senador Marconi Perillo, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso ao Jornal Correio Braziliense pela publicação do Caderno Especial Brasília 49 anos em 21 de abril de 2009.

Sessão: 07.05.2009

Requerimento nº 528, de 2009, de autoria do Senador Marconi Perillo, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso ao jornal Folha de São Paulo pelo editorial "Tribunais da Raça", publicado em 27 de abril de 2009.

Sessão: 07.05.2009

Requerimento nº 529, de 2009, de autoria do Senador Marconi Perillo, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso à TV Globo pela veiculação de reportagem sobre os encantos do cerrado brasileiro, no quadro "tô de folga", do Jornal Hoje, de 1º de maio de 2009.

Sessão: 07.05.2009

Requerimento nº 531, de 2009, de autoria do Senador João Pedro, solicitando, nos termos do art. 215, III, "c", do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do dramaturgo Augusto Boal, ocorrido no dia 2 de maio de 2009, no Rio de Janeiro.

Sessão: 11.05.2009

Requerimento nº 532, de 2009, de autoria do Senador João Pedro, solicitando, nos termos do art. 215, III, "c", do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do importante artista da Festa do Boi Bumbá de Parintins, Josué Matos Rojas, assassinato em 10 de maio de 2009.

Sessão: 11.05.2009

Requerimento nº 533, de 2009, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando, nos termos dos arts. 218 e 221, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de profundo pesar pelo falecimento, ocorrido no dia 10 de maio de 2009, da Sra. Sivilda Magalhães Duarte, e apresentação de condolências à família.

Sessão: 11.05.2009

Requerimento nº 534, de 2009, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso ao Dr. Lamartine Hollanda Júnior, Cônsul Geral da Albânia para os Estados do Nordeste, pelo recebimento do prêmio "Mahatma Gandhi Against Torture and Discrimination, 2008".

Sessão: 12.05.2009

Requerimento nº 535, de 2009, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, solicitando, nos termos do Artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso a Sr^a Maria Edy Lamar Gonçalves Oliveira, que ocupa, desde o dia 07 de maio de 2009, a cadeira nº 20 da Academia Paraense de Letras.

Sessão: 12.05.2009

Requerimento nº 536, de 2009, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso para o escritor Salim Miguel, pelo Prêmio Machado de Assis da Academia Brasileira de Letras, que será recebido no dia 23 de julho de 2009.

Sessão: 12.05.2009

Requerimento nº 541, de 2009, de autoria do Senador Álvaro Dias, solicitando, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de aplauso ao Balé Teatro Guaíra, de Curitiba, Paraná, em face da comemoração dos 40 anos de sua existência.

Sessão: 12.05.2009

Requerimento nº 542, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso ao povo de Uruará, Amazonas, pelo transcurso do aniversário de fundação do município, em 25 de abril de 2009.

Sessão: 12.05.2009

Requerimento nº 546, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar pela morte do taxista Olavo das Neves Corrêa, assassinado brutalmente na madrugada do dia 10 de maio de 2009, em assalto de que foi vítima.

Sessão: 12.05.2009

Requerimento nº 547, de 2009, de autoria do Senador Flávio Arns, solicitando, nos termos regimentais, voto de pesar à família da professora e musicoterapeuta Clotilde Espindola Leinig, falecida aos 95 anos de idade no dia 07 de maio de 2009, na cidade de Curitiba - PR.

Sessão: 12.05.2009

Requerimento nº 548, de 2009, de autoria do Senador Flávio Arns, Requer nos termos regimentais, voto de aplauso ao Balé Teatro Guaíra, pelos seus 40 anos de existência.

Sessão: 12.05.2009

Requerimento nº 560, de 2009, de autoria do Senador Álvaro Dias, solicitando, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Pesar e apresentação de condolências à família pelo falecimento do ex-Prefeito do Município de Ponta Grossa-PR, Paulo Cunha Nascimento, ocorrido no dia 13 de maio de 2009.

Sessão: 14.05.2009

Requerimento nº 584, de 2009, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, solicitando, nos termos dos artigos 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Pesar pelo falecimento do Sr. Jerônimo Rodrigues, presidente-fundador do Grupo "Líder".

Sessão: 19.05.2009

Requerimento nº 585, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso à atleta Maurren Maggi, campeã olímpica de salto em distância em Pequim 2008, pela conquista da Medalha de Ouro no GP de Atletismo, realizado no Estádio Engenhão, em maio de 2009, no Rio de Janeiro.

Sessão: 19.05.2009

Requerimento nº 589, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso ao povo Humaitá, Amazonas.

Sessão: 19.05.2009

Requerimento nº 595, de 2009, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, solicitando voto de aplauso ao Jornal "A Notícia".

Sessão: 20.05.2009

Requerimento nº 599, de 2009, de autoria do Senador Augusto Botelho, solicitando, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, e de acordo com as tradições da Casa, a inserção em ata de voto de pesar e apresentação de condolências à família pelo falecimento de Vanilda Silva Araújo.

Sessão: 21.05.2009

Requerimento nº 600 de 2009, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso ao Dr. Dráuzio Varella, médico responsável por diversas séries de reportagens que vêm esclarecendo a população brasileira, de maneira simples e objetiva, sobre vários assuntos relativos à saúde.

Sessão: 22.05.2009

Requerimento nº 601, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pela morte do pequeno amazonense Raimundo Cirilo Carneiro, de apenas onze meses, vítima das enchentes em Parintins/AM.

Sessão: 22.05.2009

Requerimento nº 610, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do jornalista e advogado D'alembert Jaccou, ocorrido no dia 24 de maio de 2009.

Sessão: 26.05.2009

Requerimento nº 612, de 2009, de autoria do Senador Antônio Carlos Junior, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja consignado nos Anais voto de congratulações ao corpo diretivo e funcional das Obras Sociais Irmã Dulce pelo transcurso do cinquentenário de sua fundação e pelos noventa e cinco anos de nascimento de sua fundadora, Irmã Dulce.

Sessão: 26.05.2009

Requerimento nº 613, de 2009, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja consignado nos Anais do Senado Federal voto de aplauso ao lutador Lyoto Machida pela conquista do cinturão de meio-pesado do Ultimate Fighting Championship 98 (UFC).

Sessão: 26.05.2009

Requerimento nº 614, de 2009, de autoria do Senador Flávio Arns, solicitando, nos termos regimentais, voto de pesar à família da ex-primeira dama de Curitiba, e do Estado do Paraná, Fani Lerner, falecida no dia 21 de maio de 2009, na cidade de Curitiba - PR.

Sessão: 26.05.2009

Requerimento nº 615, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso ao karateca brasileiro Lyoto Machida pela conquista do Título de Campeão Mundial do Ultimate Fighting Championship-UFC 98, dia 23 de maio de 2009, em Las Vegas, Estados Unidos.

Sessão: 26.05.2009

Requerimento nº 616, de 2009, de autoria do Senador José Sarney, solicitando, nos termos regimentais, que o Senado Federal manifeste voto de congratulações à Rede Vida de Televisão pela passagem de seu 14º aniversário de fundação.

Sessão: 27.05.2009

Requerimento nº 618, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso à Revista Época pelo transcurso do seu 11º ano de existência, comemorado com a edição dupla com previsões para o Brasil do ano 2020.

Sessão: 27.05.2009

Requerimento nº 619, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso à Revista Carta Capital pelo transcurso do seu 15º ano de existência, comemorado com a edição sobre personagens, empresas e idéias que fizeram história no Brasil.

Sessão: 27.05.2009

Requerimento nº 620, de 2009, de autoria do Senador José Agripino, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso ao Sr. Fernando Gomes Pedroza por ocasião do nonagésimo aniversário de seu nascimento, a ser comemorado dia 11 de junho de 2009.

Sessão: 27.05.2009

Requerimento nº 630, de 2009, de autoria do Senador João Pedro, solicitando, na forma do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso e congratulações ao jornal A Crítica, de Manaus - AM, pelos seus 60 anos de fundação.

Sessão: 27.05.2009

Requerimento nº 632, de 2009, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, solicitando, nos termos dos artigos 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento do Sr. Ronaldo Barata, ocorrido no dia 27 de maio de 2009.

Sessão: 27.05.2009

Requerimento nº 639, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento do jornalista Múcio Luiz Bezerra, ocorrido em 11 de maio de 2009, em Nova Friburgo, RJ.

Sessão: 28.05.2009

Requerimento nº 640, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento do Marechal Levy Cardoso, ocorrido no dia 13 de maio de 2009.

Sessão: 28.05.2009

**B – SECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO
CONGRESSO NACIONAL**

(1º a 31 de maio)

CONGRESSO NACIONAL – 2009**SUMÁRIO DAS MATÉRIAS APRECIADAS PELO CONGRESSO NACIONAL
(1º a 31 de maio de 2009)**

Vetos (Dispositivos).	1.038
PLN.....	0003

**SUMÁRIO CONSOLIDADO DO PERÍODO
DE 2 DE FEVEREIRO A 31 DE MAIO DE 2009**

Sessões Conjuntas realizadas.....	07
• Sessões Conjuntas.....	02
• Sessões Conjuntas Solenes.....	05
Matérias Legislativas	
• Apreciadas.....	1.041
Vetos (Dispositivos).....	1.038
PLNs.....	0003

MÊS	MENSAGEM	TIPO E Nº	EMENTA	SESSÃO	OBS.
Maiο	491/2000-CN (nº 627/2000, na origem)	PLC nº 4/2000- Complementar (PL nº 18/1999- Complementar, na Casa de origem)	Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. (Veto Parcial nº 12, de 2000)	6-5-2009, às 19 horas	Mantidos os vetos Total: 26
Maiο	781/2000-CN (nº 968/2000, na origem)	PLC nº 20/2000 (PL nº 2.549/2000, na Casa de origem)	Dispõe sobre a gestão de recursos humanos das Agências Reguladoras e dá outras providências. (Veto Parcial nº 24, de 2000)	6-5-2009, às 19 horas	Mantido o veto Total: 01
Maiο	967/2000-CN (nº 1.502/2000, na origem)	PLC nº 50/2000 (PL nº 4.434/98, na Casa de origem)	Altera a Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, que institui o Sistema Integrado de Imposto e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES. (Veto Parcial nº 35, de 2000)	6-5-2009, às 19 horas	Mantido o veto Total: 01
Maiο	2/2001-CN (nº 9/2001, na origem)	PLC nº 42/2000 (PL nº 4.155/1998, na Casa de origem)	Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. (Veto Parcial nº 2, de 2001)	6-5-2009, às 19 horas	Mantidos os vetos Total: 09
Maiο	4/2001-CN (nº 17/2001, na origem)	PLC nº 49/1999 (PL nº 2.514/1996, na Casa de origem)	Altera a Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, a Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, e o Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, dispondo sobre a capacitação e competitividade do setor de tecnologia da informação. (Veto Parcial nº 4, de 2001)	6-5-2009, às 19 horas	Mantidos os vetos Total: 14
Maiο	345/2002-CN (nº 1.223/2002, na origem)	PLC nº 108/2002 (PL nº 7.015/2002, na Casa de origem)	Institui o Fundo Constitucional do Distrito Federal – FCDF, para atender o disposto no inciso XIV do art. 21 da Constituição Federal. (Veto Parcial nº 36, de 2002)	6-5-2009, às 19 horas	Mantidos os vetos Total: 18

Maio	347/2002-CN (nº 1.243/2002, na origem)	PLV nº 31/2002 (oriundo da MP nº 66/2002)	Dispõe sobre a não-cumulatividade na cobrança da contribuição para os Programas de Integração Social (PIS) e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Fasep), nos casos que especifica; sobre o pagamento e o parcelamento de débitos tributários federais; a compensação de créditos fiscais, a declaração de inaptidão de inscrição de pessoas jurídicas, a legislação aduaneira, e dá outras providências. (Veto Parcial nº 38, de 2002)	6-5-2009, às 19 horas	Mantidos os vetos Total: 41
Maio	99/2004-CN (nº 329/2004, na origem)	PLV nº 33/2004 (oriundo da MP nº 175/2004)	Altera a Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000, que dispõe sobre a novação de dívidas e responsabilidades do Fundo de Compensação de Variações Salariais, e dá outras providências. (Veto Parcial nº 11, de 2004)	6-5-2009, às 19 horas	Mantidos os vetos Total: 14
Maio	126/2004-CN (nº 396/2004, na origem)	PLV nº 34/2004 (oriundo da MP nº 177/2004)	Dispõe sobre o Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante – AFRMM e o Fundo da Marinha Mercante – FMM, e dá outras providências. (Veto Parcial nº 13, de 2004)	6-5-2009, às 19 horas	Mantidos os vetos Total: 63
Maio	129/2004-CN (nº 443/2004, na origem)	PLV nº 40/2004 (oriundo da MP nº 183/2004)	Reduz as alíquotas do PIS/PASEP e da COFINS incidentes na importação e na comercialização do mercado interno de fertilizantes e defensivos agropecuários e dá outras providências. (Veto Parcial nº 16, de 2004)	6-5-2009, às 19 horas	Mantidos os vetos Total: 05
Maio	136/2004-CN (nº 461/2004, na origem)	PLC nº 47/2004 (PL nº 2.109/1999, na Casa de origem)	Dispõe sobre o patrimônio de atenuação de incorporações imobiliárias, Letra de Crédito Imobiliário, Cédula de Crédito Imobiliário, Cédula de Crédito Bancário, altera o Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, as Leis nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, nº 4.728, de 14 de julho de 1965, e nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e dá outras providências. (Veto Parcial nº 18, de 2004)	6-5-2009, às 19 horas	Mantidos os vetos Total: 05
Maio	281/2004-CN (nº 973/2004, na origem)	PLV nº 63/2004 (oriundo da MP nº 219/2004)	Dispõe sobre o desconto de crédito na apuração da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL e da Contribuição para o PIS/Pasep e Cofins não cumulativas e dá outras providências. (Veto Parcial nº 30, de 2004)	6-5-2009, às 19 horas	Mantidos os vetos Total: 06

Maio	284/2004-CN (nº 1.006/2004, na origem)	PLC nº 10/2004 (PL nº 2.546/2003, na Casa de origem)	Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública. (Veto Parcial nº 33, de 2004)	6-5-2009, às 19 horas	Mantidos os vetos Total: 02
Maio	285/2004-CN (nº 1.008/2004, na origem)	PLC nº 48/2004 (PL nº 3.443/2004, na Casa de origem)	Autoriza o Poder Executivo a instituir Serviço Social Autônomo denominado Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial – ABDI, e dá outras providências. (Veto Parcial nº 34, de 2004)	6-5-2009, às 19 horas	Mantidos os vetos Total: 04
Maio	4/2005-CN (nº 12/2005, na origem)	PLV nº 57/2004 (oriundo da MP nº 210/2004)	Altera dispositivos da Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001, que dispõe sobre a criação, reestruturação e organização de carreiras, cargos e funções comissionadas técnicas no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional; da Lei nº 8.691, de 28 de julho de 1993, que dispõe sobre o Plano de Carreiras para a área de Ciência e Tecnologia da Administração Federal Direta, das Autarquias e das Fundações Federais; da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais; da Lei nº 9.650, de 27 de maio de 1998, que dispõe sobre o Plano de Carreira dos servidores do Banco Central do Brasil; da Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal da Agência Nacional de Águas – ANA; e da Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004, que dispõe sobre a criação de carreiras e organização de cargos efetivos das autarquias especiais denominadas Agências Reguladoras; e dá outras providências. (Veto Parcial nº 2, de 2005)	6-5-2009, às 19 horas	Mantidos os vetos Total: 02

Maio	5/2005-CN (nº 13/2005, na origem)	PLV nº 58/2004 (oriundo da MP nº 212/2004)	Altera dispositivos das Leis nºs 9.266, de 15 de março de 1996, que reorganiza as classes da Carreira Policial Federal e fixa a remuneração dos cargos que as integram; 9.654, de 2 de junho de 1998, que cria a Carreira de Policial Rodoviário Federal; 10.874, de 1º de junho de 2004 e 9.264, de 7 de fevereiro de 1996; institui a Gratificação Específica de Apoio Técnico-Administrativo à Atividade Policial Federal – GEAPF, o Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, a Gratificação Específica de Apoio Técnico-Administrativo à Atividade Policial Rodoviária Federal – GE-APRF e a Gratificação de Incremento à Atividade de Administração do Patrimônio da União - GIAPU e dá outras providências. (Veto Parcial nº 3, de 2005)	6-5-2009, às 19 horas	Mantidos os vetos Total: 36
Maio	6/2005-CN (nº 14/2005, na origem)	PLV nº 59/2004 (oriundo da MP nº 213/2004)	Institui o Programa Universidade para Todos – PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891 de 9 de julho de 2004; e dá outras providências. (Veto Parcial nº 4, de 2005)	6-5-2009, às 19 horas	Mantidos os vetos Total: 02
Maio	8/2005-CN (nº 16/2005, na origem)	PLV nº 66/2004 (oriundo da MP nº 222/2004)	Atribui ao Ministério da Previdência Social competências relativas à arrecadação, fiscalização, lançamento e normatização de receitas previdenciárias, autoriza a criação da Secretaria da Receita Previdenciária no âmbito do referido Ministério; altera as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, 10.480, de 2 de julho de 2002, 10.663, de 28 de maio de 2003; e dá outras providências. (Veto Parcial nº 6, de 2005)	6-5-2009, às 19 horas	Mantidos os vetos Total: 12
Maio	16/2005-CN (nº 59/2005, na origem)	PLC nº 71/2003 (PL nº 4.376/1993, na Casa de origem)	Regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária. (Veto Parcial nº 9, de 2005)	6-5-2009, às 19 horas	Mantidos os vetos Total: 05

Maio	25/2005-CN (nº 167/2005, na origem)	PLC nº 9/2004 (PL nº 2.401/2003, na Casa de origem)	Regulamenta os incisos II, IV e V do § 1º do art. 225 da Constituição Federal, estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização de atividades que envolvam organismos geneticamente modificados – OGM e seus derivados, cria o Conselho Nacional de Biossegurança – CNBS, reestrutura a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio, dispõe sobre a Política Nacional de Biossegurança – PNB, revoga a Lei nº 8.974, de 5 de janeiro de 1995, e a Medida Provisória nº 2.191-9, de 23 de agosto de 2001, e os arts. 5º, 6º, 7º, 8º, 9º, 10 e 16 da Lei nº 10.814, de 15 de dezembro de 2003, e dá outras providências. (Veto Parcial nº 10, de 2005)	6-5-2009, às 19 horas	Mantidos os vetos Total: 07
Maio	31/2005-CN (nº 193/2005, na origem)	PLC nº 148/2001 (PL nº 1.071/1999, na Casa de origem)	Dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos, e dá outras providências. (Veto Parcial nº 11, de 2005)	6-5-2009, às 19 horas	Mantidos os vetos Total: 03
Maio	43/2005-CN (nº 284/2005, na origem)	PLS nº 236/2001 (nº 6.387/2002, na Câmara dos Deputados)	Altera os arts. 6º, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com o objetivo de tornar obrigatório o início do ensino fundamental aos seis anos de idade. (Veto Parcial nº 18, de 2005)	6-5-2009, às 19 horas	Mantido o veto Total: 01
Maio	48/2005-CN (nº 288/2005, na origem)	PLV nº 2/2005 (oriundo da MP nº 227/2004)	Dispõe sobre o Registro Especial, na Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda, de produtor ou importador de biodiesel e sobre a incidência da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins sobre as receitas decorrentes da venda desse produto; altera as Leis nºs 10.451, de 10 de maio de 2002, e 11.097, de 13 de janeiro de 2005; e dá outras providências. (Veto Parcial nº 19, de 2005)	6-5-2009, às 19 horas	Mantido o veto Total: 01
Maio	52/2005-CN (nº 339/2005, na origem)	PLV nº 6/2005 (oriundo da MP nº 231/2004)	Cria, na Carreira da Seguridade Social e do Trabalho, para lotação no Ministério da Saúde, os cargos que menciona; institui a Gratificação de Incentivo à Prestação de Assistência Integral à Saúde – GIPAS; altera o § 1º do art. 6º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993; revoga o art. 17 da Lei nº 10.483, de 3 de julho de 2002, e dá outras providências. (Veto Parcial nº 21, de 2005)	6-5-2009, às 19 horas	Mantido o veto Total: 01

Maio	100/2005-CN (nº 391/2005, na origem)	PLV nº 8/2005 (oriundo da MP nº 235/2005)	Dispõe sobre o Programa Universidade para Todos – PROUNI e altera o inciso I do art. 2º da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. (Veto Parcial nº 24, de 2005)	6-5-2009, às 19 horas	Mantidos os vetos Total: 02
Maio	101/2005-CN (nº 412/2005, na origem)	PLV nº 9/2005 (oriundo da MP nº 238/2005)	Institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem; cria o Conselho Nacional da Juventude – CNJ e a Secretaria Nacional de Juventude; altera as Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003, e 10.429, de 24 de abril de 2002; e dá outras providências. (Veto Parcial nº 25, de 2005)	6-5-2009, às 19 horas	Mantido o veto Total: 01
Maio	102/2005-CN (nº 441/2005, na origem)	PLC nº 54/2005 (PL nº 5.030/2005, na Casa de origem)	Institui a Vantagem Pecuniária Especial – VPE, devida aos militares da Polícia Militar do Distrito Federal e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal; altera a distribuição de Quadros, Postos e Graduações dessas Corporações; dispõe sobre a remuneração das Carreiras de Delegado de Polícia do Distrito Federal e de Polícia Civil do Distrito Federal; altera as Leis nºs 7.289, de 18 de dezembro de 1984, 7.479, de 2 de junho de 1986, 10.486, de 4 de julho de 2002, 8.255, de 20 de novembro de 1991, e 9.264, de 7 de fevereiro de 1996, e dá outras providências. (Veto Parcial nº 26, de 2005)	6-5-2009, às 19 horas	Mantidos os vetos Total: 02
Maio	117/2005-CN (nº 632/2005, na origem)	PLC nº 62/2004 (PL nº 3.846/2000, na Casa de origem)	Cria a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, e dá outras providências. (Veto Parcial nº 28, de 2005)	6-5-2009, às 19 horas	Mantidos os vetos Total: 20
Maio	118/2005-CN (nº 664/2005, na origem)	PLC nº 38/2004 (PL nº 808/2003, na Casa de origem)	Altera a Lei nº 7.433, de 18 de dezembro de 1985, para obrigar a identificação do corretor de imóveis responsável pela venda na respectiva escritura pública. (Veto Total nº 29, de 2005)	6-5-2009, às 19 horas	Mantido o veto Total: 01
Maio	119/2005-CN (nº 674/2005, na origem)	PLS nº 586/1999 (nº 2.677/2000, na Câmara dos Deputados)	Altera o inciso VI do art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que permite a utilização do FGTS para compra de casa própria, em qualquer sistema de financiamento habitacional, e dá outras providências. (Veto Total nº 30, de 2005)	6-5-2009, às 19 horas	Mantido o veto Total: 01

Maio	155/2005-CN (nº 783/2005, na origem)	PLV nº 28/2005 (oriundo da MP nº 255/2005)	<p>Institui o Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação - REPES, o Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras - RECAP e o Programa de Inclusão Digital; dispõe sobre incentivos fiscais para a inovação tecnológica; altera o Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, o Decreto-Lei nº 2.287, de 23 de julho de 1986, as Leis nºs 4.502, de 30 de novembro de 1964, 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.245, de 18 de outubro de 1991, 8.387, de 30 de dezembro de 1991, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, 9.249, de 26 de dezembro de 1995, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.311, de 24 de outubro de 1996, 9.317, de 5 de dezembro de 1996, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 9.718, de 27 de novembro de 1998, 10.336, de 19 de dezembro de 2001, 10.438, de 26 de abril de 2002, 10.485, de 3 de julho de 2002, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.755, de 3 de novembro de 2003, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 10.865, de 30 de abril de 2004, 10.925, de 23 de julho de 2004, 10.931, de 2 de agosto de 2004, 11.033, de 21 de dezembro de 2004, 11.051, de 29 de dezembro de 2004, 11.053, de 29 de dezembro de 2004, 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, 11.128, de 28 de junho de 2005, e a Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001; revoga a Lei nº 8.661, de 2 de junho de 1993, e dispositivos das Leis nºs 8.668, de 25 de junho de 1993, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.755, de 3 de novembro de 2003, 10.865, de 30 de abril de 2004, 10.931, de 2 de agosto de 2004, e da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.</p> <p>(Veto Parcial nº 31, de 2005)</p>	6-5-2009, às 19 horas	Mantidos os vetos Total: 24
Maio	159/2005-CN (nº 823/2005, na origem)	PLC nº 44/2005 (PL nº 5.124/2001, na Casa de origem)	<p>Denomina Hospital Dr. Carlos Alberto Studart Gomes o Hospital de Messejana, localizado em Fortaleza, Estado do Ceará.</p> <p>(Veto Total nº 32, de 2005)</p>	6-5-2009, às 19 horas	Mantido o veto Total: 01
Maio	160/2005-CN (nº 832/2005, na origem)	PLC nº 17/2005 (PL nº 2.518/2003, na Casa de origem)	<p>Altera o art. 328 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, para incluir, como hipótese de quebra da fiança, o comparecimento do atiançado a local de que deveria manter-se atestado.</p> <p>(Veto Total nº 33, de 2005)</p>	6-5-2009, às 19 horas	Mantido o veto Total: 01

Maio	165/2005-CN (nº 857/2005, na origem)	PLC nº 39/2005 (PL nº 2.485/2003, na Casa de origem)	Dá nova redação ao art. 12 do Decreto-Lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946, que cria o Conselho Federal de Contabilidade, define as atribuições do Contador e do Técnico em Contabilidade, e dá outras providências. (Veto Total nº 34, de 2005)	6-5-2009, às 19 horas	Mantido o veto Total: 01
Maio	171/2005-CN (nº 858/2005, na origem)	PLC nº 24/2003 (PL nº 1.830/1999, na Casa de origem)	Dispõe sobre o exercício da profissão de Turismólogo. (Veto Total nº 35, de 2005)	6-5-2009, às 19 horas	Mantido o veto Total: 01
Maio	172/2005-CN (nº 871/2005, na origem)	PLC nº 2/2005 (PL nº 3.729/1997, na Casa de origem)	Dispõe sobre as condições exigíveis para a identificação do couro e das matérias-primas sucedâneas, utilizados na confecção de calçados e artefatos. (Veto Parcial nº 36, de 2005)	6-5-2009, às 19 horas	Mantido o veto Total: 01
Maio	3/2006-CN (nº 4/2006, na origem)	PLS nº 212/1999 (nº 6.915/2002, na Câmara dos Deputados)	Regulamenta a comercialização de alimentos para lactentes e crianças de primeira infância e também a de produtos de puericultura correlatos. (Veto Parcial nº 1, de 2006)	6-5-2009, às 19 horas	Mantidos os vetos Total: 02
Maio	19/2006-CN (nº 135/2006, na origem)	PLC nº 142/2005 (PL nº 4.514/2004, na Casa de origem)	Dispõe sobre a repactuação de dívidas oriundas de operações de crédito rural na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste – ADENE, altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e dá outras providências. (Veto Total nº 5, de 2006)	6-5-2009, às 19 horas	Mantido o veto Total: 01
Maio	23/2006-CN (nº 160/2006, na origem)	PLC nº 15/2004 (PL nº 4.176/2001, na Casa de origem)	Dispõe sobre a alienação de terras da União aos Municípios de Belterra e Aveiro, no Estado do Pará. (Veto Total nº 6, de 2006)	6-5-2009, às 19 horas	Mantido o veto Total: 01

Maio	27/2006-CN (nº 199/2006, na origem)	PLC nº 18/2003 (PL nº 4.732/1998, na Casa de origem)	Regulamenta a produção e comercialização de insumos, equipamento, material ou maquinaria destinados à fabricação, acondicionamento, embalagem, controle de qualidade ou emprego em qualquer outra fase da cadeia produtiva de medicamentos para uso humano ou veterinário e de qualquer material destinado à utilização em odontologia ou para fins diagnósticos. (Veto Total nº 7, de 2006)	6-5-2009, às 19 horas	Mantido o veto Total: 01
Maio	29/2006-CN (nº 219/2006, na origem)	PLS nº 601/1999 (nº 4.217/2001, na Câmara dos Deputados)	Dispõe sobre a gratuidade na inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas. (Veto Total nº 8, de 2006)	6-5-2009, às 19 horas	Mantido o veto Total: 01
Maio	39/2006-CN (nº 344/2006, na origem)	PLC nº 32/2005 (PL nº 1.763/2003, na Casa de origem)	Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, para dispor sobre a obrigatoriedade de placas de sinalização nas vias terrestres do território nacional. (Veto Total nº 11, de 2006)	6-5-2009, às 19 horas	Mantido o veto Total: 01
Maio	40/2006-CN (nº 345/2006, na origem)	PLS nº 275/2005 (nº 5.855/2005, na Câmara dos Deputados)	Dispõe sobre propaganda, financiamento e prestação de contas das despesas com campanhas eleitorais, alterando a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997. (Veto Parcial nº 12, de 2006)	6-5-2009, às 19 horas	Mantidos os vetos Total: 06
Maio	41/2006-CN (nº 347/2006, na origem)	PLV nº 3/2006 (oriundo da MP nº 272/2005)	Altera as Leis nºs 10.355, de 26 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a estruturação da Carreira Previdenciária no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, 10.855, de 1º de abril de 2004, que dispõe sobre a reestruturação da Carreira Previdenciária, de que trata a Lei nº 10.355, de 26 de dezembro de 2001, instituindo a Carreira do Seguro Social, 10.876, de 2 de junho de 2004, que cria a Carreira de Perícia Médica da Previdência Social e dispõe sobre a remuneração da Carreira de Supervisor Médico-Pericial do Quadro de Pessoal do INSS, 10.997, de 15 de dezembro de 2004, que institui a Gratificação Específica do Seguro Social – GESS, 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais; e fixa critérios temporários para pagamento da Gratificação de Desempenho de Atividade Médico-Pericial – GDAMP. (Veto Parcial nº 13, de 2006)	6-5-2009, às 19 horas	Mantidos os vetos Total: 03

Maio	42/2006-CN (nº 348/2006, na origem)	PLS nº 85/2001 (nº 7.049/2002, na Câmara dos Deputados)	Dispõe sobre o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT; altera as Leis nºs 10.168, de 29 de dezembro de 2000, e 9.478, de 6 de agosto de 1997; e o Decreto-Lei nº 719, de 31 de julho de 1969, e dá outras providências. (Veto Total nº 14, de 2006)	6-5-2009, às 19 horas	Mantido o veto Total: 01
Maio	63/2006-CN (nº 486/2006, na origem)	PLS nº 230/2003 (nº 4.644/2004, na Câmara dos Deputados)	Altera os arts. 75 e 76 do Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966, para regular o prazo de admissão temporária de embarcação estrangeira. (Veto Total nº 16, de 2006)	6-5-2009, às 19 horas	Mantido o veto Total: 01
Maio	67/2006-CN (nº 549/2006, na origem)	PLV nº 19/2006 (oriundo da MP nº 285/2006)	Dispõe sobre a renegociação de dívidas oriundas de operações de crédito rural contratadas na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste – ADENE e dá outras providências. (Veto Parcial nº 18, de 2006)	6-5-2009, às 19 horas	Mantido o veto Total: 01
Maio	75/2006-CN (nº 616/2006, na origem)	PLV nº 17/2006 (oriundo da MP nº 287/2006)	Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério dos Transportes, no valor de R\$ 361.554.596,00, para os fins que especifica. (Veto Parcial nº 20, de 2006)	6-5-2009, às 19 horas	Mantidos os vetos Total: 03
Maio	82/2006-CN (nº 644/2006, na origem)	PLC nº 79/2004 (PL nº 708/2003, na Casa de origem)	Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 972, de 17 de outubro de 1969, que dispõe sobre o exercício da profissão de jornalista. (Veto Total nº 21, de 2006)	6-5-2009, às 19 horas	Mantido o veto Total: 01
Maio	112/2006-CN (nº 832/2006, na origem)	PLS nº 597/1999 (nº 3.073/2000, na Câmara dos Deputados)	Dispõe sobre a distribuição gratuita de medicamentos e materiais necessários à sua aplicação e à monitoração da glicemia capilar aos portadores de diabetes inscritos em programas de educação para diabéticos. (Veto Parcial nº 23, de 2006)	6-5-2009, às 19 horas	Mantidos os vetos Total: 04
Maio	150/2006-CN (nº 1.024/2006, na origem)	PLC nº 101/2006 (PL nº 5.049/2005, na Casa de origem)	Regulamenta o § 1º do art. 130-A da Constituição Federal, para dispor sobre a forma de indicação dos membros do Conselho Nacional do Ministério Público oriundos do Ministério Público e criar sua estrutura organizacional e funcional, e dá outras providências. (Veto Parcial nº 24, de 2006)	6-5-2009, às 19 horas	Mantidos os vetos Total: 05

Maio	158/2006-CN (nº 1.098/2006, na origem)	PLC nº 100/2006- Complementar (PL nº 123/2004- Complementar, na Casa de origem)	Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nºs 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999. (Veto Parcial nº 26, de 2006)	6-5-2009, às 19 horas	Mantidos os vetos Total: 14
Maio	159/2006-CN (nº 1.140/2006, na origem)	PLC nº 96/2006 (PL nº 6.469/2005, na Casa de origem)	Dispõe sobre as Carreiras dos Servidores do Ministério Público da União, fixa os valores de sua remuneração; revoga a Lei nº 9.953, de 4 de janeiro de 2000, e a Lei nº 10.476, de 27 de junho de 2002, e dá outras providências. (Veto Parcial nº 27, de 2006)	6-5-2009, às 19 horas	Mantido o veto Total: 01
Maio	160/2006-CN (nº 1.141/2006, na origem)	PLC nº 97/2006 (PL nº 5.845/2005, na Casa de origem)	Dispõe sobre as Carreiras dos Servidores do Poder Judiciário da União; revoga as Leis nºs 9.421, de 24 de dezembro de 1996, 10.475, de 27 de junho de 2002, 10.417, de 5 de abril de 2002, e 10.944, de 16 de setembro de 2004; e dá outras providências. (Veto Parcial nº 28, de 2006)	6-5-2009, às 19 horas	Mantidos os vetos Total: 03
Maio	164/2006-CN (nº 1.147/2006, na origem)	PLC nº 71/2002 (PL nº 5.828/2001, na Casa de origem)	Dispõe sobre a informatização do processo judicial; altera a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil; e dá outras providências. (Veto Parcial nº 29, de 2006)	6-5-2009, às 19 horas	Mantidos os vetos Total: 06
Maio	166/2006-CN (nº 1.169/2006, na origem)	PLV nº 22/2006 (oriundo da MP nº 316/2006)	Altera as Leis nºs 8.213, de 24 de julho de 1991, e 9.796, de 5 de maio de 1999, aumenta o valor dos benefícios da previdência social; e revoga a Medida Provisória nº 316, de 11 de agosto de 2006; dispositivos das Leis nºs 8.213, de 24 de julho de 1991, 8.444, de 20 de julho de 1992, e da Medida Provisória nº 2.187-13, de 24 de agosto de 2001; e a Lei nº 10.699, de 9 de julho de 2003. (Veto Parcial nº 31, de 2006)	6-5-2009, às 19 horas	Mantidos os vetos Total: 02

Maio	173/2006-CN (nº 1.180/2006, na origem)	PLC nº 114/2006 (PL nº 7.193/2006, na Casa de origem)	Altera a destinação de receitas decorrentes da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional – CONDECINE, criada pela Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, visando ao financiamento de programas e projetos voltados para o desenvolvimento das atividades audiovisuais; altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e a Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993, prorrogando e instituindo mecanismos de fomento à atividade audiovisual; e dá outras providências. (Veto Parcial nº 33, de 2006)	6-5-2009, às 19 horas	Mantido o veto Total: 01
Maio	17/2007-CN (nº 4/2007, na origem)	PLC nº 12/2002 (PL nº 4.358/2001, na Casa de origem)	Dispõe sobre o transporte rodoviário de cargas por conta de terceiros e mediante remuneração e revoga a Lei nº 6.813, de 10 de julho de 1980. (Veto Parcial nº 3, de 2007)	6-5-2009, às 19 horas	Mantido o veto Total: 01
Maio	18/2007-CN (nº 5/2007, na origem)	PLC nº 46/2006 (PL nº 5.191/2005, na Casa de origem)	Dá nova redação aos arts. 95 e 96 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, que dispõe sobre o Estatuto da Terra. (Veto Parcial nº 4, de 2007)	6-5-2009, às 19 horas	Mantido o veto Total: 01
Maio	19/2007-CN (nº 9/2007, na origem)	PLS nº 219/2006 (PL nº 7.361/2006, na Câmara dos Deputados)	Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nºs 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências. (Veto Parcial nº 5, de 2007)	6-5-2009, às 19 horas	Mantidos os vetos Total: 22
Maio	21/2007-CN (nº 16/2007, na origem)	PLC nº 127/2006- Complementar (PL nº 249/2005- Complementar, na Casa de origem)	Dispõe sobre a política de resseguro, retrocessão e sua intermediação, as operações de co-seguro, as contratações de seguro no exterior e as operações em moeda estrangeira do setor securitário; altera o Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e a Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990; e dá outras providências. (Veto Parcial nº 6, de 2007)	6-5-2009, às 19 horas	Mantidos os vetos Total: 11
Maio	22/2007-CN (nº 18/2007, na origem)	PLC nº 42/2006 (PL nº 787/2003, na Casa de origem)	Institui diretrizes nacionais para a cobrança de tarifas para a prestação dos serviços de abastecimento de água e dá outras providências. (Veto Total nº 7, de 2007)	6-5-2009, às 19 horas	Mantido o veto Total: 01

Maio	25/2007-CN (nº 95/2007, na origem)	PLV nº 28/2006 (oriundo da MP nº 328/2006)	Dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados e aos Municípios, no exercício de 2006, com o objetivo de fomentar as exportações do País; altera as Leis nºs. 8.248, de 23 de outubro de 1991, 8.387, de 30 de dezembro de 1991, 10.865, de 30 de abril de 2004, 11.051, de 29 de dezembro de 2004, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 11.314, de 3 de julho de 2006, 11.119, de 25 de maio de 2005, 7.713, de 22 de dezembro de 1988, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 11.281, de 20 de fevereiro de 2006, o Decreto-Lei nº 1.593, de 21 de dezembro de 1977, a Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 10.168, de 29 de dezembro de 2000; e dá outras providências. (Veto Parcial nº 9, de 2007)	6-5-2009, às 19 horas	Mantidos os vetos Total: 31
Maio	55/2007-CN (nº 353/2007, na origem)	PLV nº 4/2007 (oriundo da MP nº 335/2006)	Dá nova redação a dispositivos das Leis nºs 9.636, de 15 de maio de 1998, 8.666, de 21 de junho de 1993, 11.124, de 16 de junho de 2005, 10.406, de 10 de janeiro de 2002-Código Civil, 9.514, de 20 de novembro de 1997, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e dos Decretos-Leis nºs 9.760, de 5 de setembro de 1946, 271, de 28 de fevereiro de 1967, 1.876, de 15 de julho de 1981, e 2.398, 21 de dezembro de 1987; prevê medidas voltadas à regularização fundiária de interesse social em imóveis da União; e dá outras providências. (Veto Parcial nº 12, de 2007)	6-5-2009, às 19 horas	Mantidos os vetos Total: 19
Maio	56/2007-CN (nº 354/2007, na origem)	PLV nº 12/2007 (oriundo da MP nº 340/2006)	Efetua alterações na tabela do imposto de renda da pessoa física; dispõe sobre a redução a 0 (zero) da alíquota da CPMF nas hipóteses que menciona; altera as Leis nºs 7.713, de 22 de dezembro de 1988, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 11.128, de 28 de junho de 2005, 9.311, de 24 de outubro de 1996, 10.260, de 12 de julho de 2001, 6.194, de 19 de dezembro de 1974, 8.387, de 30 de dezembro de 1991, 9.432 de 8 de janeiro de 1997, 5.917, de 10 de setembro de 1973, 8.402, de 8 de janeiro de 1992, 6.094, de 30 de agosto de 1974, 8.884, de 11 de junho de 1994, 10.865, de 30 de abril de 2004, 8.706, de 14 de setembro de 1993; revoga dispositivos das Leis nºs 11.119, de 25 de maio de 2005, 11.311, de 13 de junho de 2006, 11.196, de 21 de novembro de 2005, e do Decreto-Lei nº 2.433, de 19 de maio de 1988; e dá outras providências. (Veto Parcial nº 13, de 2007)	6-5-2009, às 19 horas	Mantidos os vetos Total: 26

Maio	58/2007-CN (nº 356/2007, na origem)	PLV nº 11/2007 (oriundo da MP nº 352/2007)	Dispõe sobre os incentivos às indústrias de equipamentos para TV Digital e de componentes eletrônicos semicondutores e sobre a proteção à propriedade intelectual das topografias de circuitos integrados, instituindo o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores - PADIS e o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Equipamentos para a TV Digital - PATVD; altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; e revoga o art. 26 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005. (Veto Parcial nº 15, de 2007)	6-5-2009, às 19 horas	Mantido o veto Total: 01
Maio	65/2007-CN (nº 357/2007, na origem)	PLC nº 84/2000 (PL nº 1.542/1991, na Casa de origem)	Dispõe sobre a propiciação de consultas às empregadas e servidoras públicas para atenção integral à saúde da mulher, nas situações que especifica. (Veto Total nº 16, de 2007)	6-5-2009, às 19 horas	Mantido o veto Total: 01
Maio	71/2007-CN (nº 376/2007, na origem)	PLV nº 13/2007 (oriundo da MP nº 351/2007)	Cria o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura - REIDI; reduz para 24 (vinte e quatro) meses o prazo mínimo para utilização dos créditos da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS decorrentes da aquisição de edificações; amplia o prazo para pagamento de impostos e contribuições; altera a Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, e as Leis nºs 9.779, de 19 de janeiro de 1999, 8.212, de 24 de julho de 1991, 10.666, de 8 de maio de 2003, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 4.502, de 30 de novembro de 1964, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 10.426, de 24 de abril de 2002, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 10.892, de 13 de julho de 2004, 9.074, de 7 de julho de 1995, 9.427, de 26 de dezembro de 1996, 10.438, de 26 de abril de 2002, 10.848, de 15 de março de 2004, 10.865, de 30 de abril de 2004, 10.925, de 23 de julho de 2004, 11.196, 21 de novembro de 2005; revoga dispositivos das Leis nºs 4.502, de 30 de novembro de 1964, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e do Decreto-Lei nº 1.593, de 21 de dezembro de 1977; e dá outras providências. (Veto Parcial nº 17, de 2007)	6-5-2009, às 19 horas	Mantidos os vetos Total: 06

Maio	73/2007-CN (nº 398/2007, na origem)	PLV nº 6/2007 (oriundo da MP nº 341/2006)	Altera as Leis nºs 9.657, de 3 de junho de 1998, 10.480, de 2 de julho de 2002, 11.314, de 3 de julho de 2006, 11.344, de 8 de setembro de 2006, 11.355, 11.356, 11.357 e 11.358, de 19 de outubro de 2006, 8.025, de 12 de abril de 1990, e 8.112, de 11 de dezembro de 1990, 11.457, de 16 de março de 2007, e dá outras providências. (Veto Parcial nº 18, de 2007)	6-5-2009, às 19 horas	Mantidos os vetos Total: 03
Maio	74/2007-CN (nº 399/2007, na origem)	PLV nº 10/2007 (oriundo da MP nº 349/2007)	Institui o Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FI-FGTS, altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e dá outras providências. (Veto Parcial nº 19, de 2007)	6-5-2009, às 19 horas	Mantidos os vetos Total: 02
Maio	80/2007-CN (nº 412/2007, na origem)	PLC nº 66/2006 (PL nº 4.733/2004, na Casa de origem)	Dá nova redação ao art. 894 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e à alínea "b" do inciso III do art. 3º da Lei nº 7.701, de 21 de dezembro de 1988, para modificar o processamento de embargos no Tribunal Superior do Trabalho. (Veto Parcial nº 21, de 2007)	6-5-2009, às 19 horas	Mantido o veto Total: 01
Maio	107/2007-CN (nº 599/2007, na origem)	PLN nº 2/2007	Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2008 e dá outras providências. (Veto Parcial nº 26, de 2007)	6-5-2009, às 19 horas	Mantidos os vetos Total: 22
Maio	94/2007-CN (nº 496/2007, na origem)	PLV nº 15/2007 (oriundo da MP nº 359/2007)	Altera as Leis nºs 10.355, de 26 de dezembro de 2001, 10.855, de 1º de abril de 2004, 8.112, de 11 de dezembro de 1990, 11.457, de 16 de março de 2007, 10.910, de 15 de julho de 2004, 10.826, de 22 de dezembro de 2003, 11.171, de 2 de setembro de 2005, e 11.233, de 22 de dezembro de 2005; revoga dispositivos das Leis nºs 11.302, de 10 de maio de 2006, 10.997, de 15 de dezembro de 2004, 8.212, de 24 de julho de 1991, 9.317, de 5 de dezembro de 1996, 10.593, de 6 de dezembro de 2002, 11.098, de 13 de janeiro de 2005, 11.080, de 30 de dezembro de 2004; e dá outras providências. (Veto Parcial nº 22, de 2007)	6-5-2009, às 19 horas	Mantidos os vetos Total: 09

Maio	95/2007-CN (nº 497/2007, na origem)	PLC nº 10/2000 (PL nº 7.569/2006, na Casa de origem)	Modifica as competências e a estrutura organizacional da fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, de que trata a Lei nº 8.405, de 9 de janeiro de 1992; e altera as Leis nºs 8.405, de 9 de janeiro de 1992, e 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, que autoriza a concessão de bolsas de estudo e de pesquisa a participantes de programas de formação inicial e continuada de professores para educação básica. (Veto Parcial nº 23, de 2007)	6-5-2009, às 19 horas	Mantido o veto Total: 01
Maio	96/2007-CN (nº 513/2007, na origem)	PLV nº 16/2007 (oriundo da MP nº 358/2007)	Altera dispositivos das Leis nºs 11.345, de 14 de setembro de 2006, 8.212, de 24 de julho de 1991, e 8.685, de 20 de julho de 1993, e dá outras providências. (Veto Parcial nº 24, de 2007)	6-5-2009, às 19 horas	Mantidos os vetos Total: 06
Maio	98/2007-CN (nº 524/2007, na origem)	PLS nº 146/1996 (nº 5.456/2001, na Câmara dos Deputados)	Dispõe sobre o regime tributário, cambial e administrativo das Zonas de Processamento de Exportação, e dá outras providências. (Veto Parcial nº 25, de 2007)	6-5-2009, às 19 horas	Mantidos os vetos Total: 48
Maio	108/2007-CN (nº 605/2007, na origem)	PLC nº 43/2007- Complementar (PL nº 79/2007- Complementar, na Casa de origem)	Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. (Veto Parcial nº 27, de 2007)	6-5-2009, às 19 horas	Mantidos os vetos Total: 11
Maio	121/2007-CN (nº 672/2007, na origem)	PLV nº 21/2007 (oriundo da MP nº 369/2007)	Acresce e altera dispositivos das Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003, 10.233, de 5 de junho de 2001, 10.893, de 13 de julho de 2004, 5.917, de 10 de setembro de 1973, 11.457, de 16 de março de 2007, e 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, para criar a Secretaria Especial de Portos, e dá outras providências. (Veto Parcial nº 28, de 2007)	6-5-2009, às 19 horas	Mantidos os vetos Total: 05
Maio	195/2007-CN (nº 1.023/2007, na origem)	PLC nº 44/2006 (PL nº 4.830/2005, na Casa de origem)	Denomina 'Viaduto Almirante Heleno de Barros Nunes' o viaduto a ser construído no trevo entre a BR-116 e a RJ-130, no Município de Teresópolis, Estado do Rio de Janeiro. (Veto Total nº 38, de 2007)	6-5-2009, às 19 horas	Mantido o veto Total: 01

Maio	196/2007-CN (nº 1.024/2007, na origem)	PLS nº 337/1999 (nº 2.516/2000, na Câmara dos Deputados)	Acrescenta parágrafo ao art. 14 da Lei nº 1.060, de 5 de fevereiro de 1950, no sentido de regular a gratuidade dos honorários de perito. (Veto Total nº 39, de 2007)	6-5-2009, às 19 horas	Mantido o veto Total: 01
Maio	197/2007-CN (nº 1.045/2007, na origem)	PLC nº 121/2007 (PL nº 3.741/2000, na Casa de origem)	Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. (Veto Parcial nº 40, de 2007)	6-5-2009, às 19 horas	Mantido o veto Total: 01
Maio	198/2007-CN (nº 1.047/2007, na origem)	PLS nº 347/2003 (nº 4.747/2005, na Câmara dos Deputados)	Regulamenta o exercício da Arquitetura e do Urbanismo, autoriza a criação dos órgãos de fiscalização profissional e fixa as respectivas atribuições. (Veto Total nº 41, de 2007)	6-5-2009, às 19 horas	Mantido o veto Total: 01
Maio	3/2008-CN (nº 14/2008, na origem)	PLC nº 26/2007 (PL nº 2.800/2003, na Casa de origem)	Altera o art. 3º da Lei nº 9.264, de 7 de fevereiro de 1996, para modificar a denominação de cargos da Carreira de Polícia Civil do Distrito Federal. (Veto Total nº 1, de 2008)	6-5-2009, às 19 horas	Mantido o veto Total: 01
Maio	4/2008-CN (nº 16/2008, na origem)	PLC nº 78/2006 (PL nº 7.154/2002, na Casa de origem)	Altera o art. 96 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para prever renúncia à aposentadoria concedida pelo Regime Geral de Previdência Social. (Veto Total nº 2, de 2008)	6-5-2009, às 19 horas	Mantido o veto Total: 01
Maio	15/2008-CN (nº 139/2008, na origem)	PLC nº 88/2007 (PL nº 1.990/2007, na Casa de origem)	Dispõe sobre o reconhecimento formal das centrais sindicais para os fins que especifica, altera a Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências. (Veto Parcial nº 4, de 2008)	6-5-2009, às 19 horas	Mantido o veto Total: 01

Maio	17/2008-CN (nº 171/2008, na origem)	PLV nº 2/2008 (oriundo da MP nº 398/2007)	Institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta; autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação – EBC; altera a Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966; e dá outras providências. (Veto Parcial nº 5, de 2008)	6-5-2009, às 19 horas	Mantidos os vetos Total: 02
Maio	18/2008-CN (nº 172/2008, na origem)	PLN nº 31/2007	Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período 2008/2011. (Veto Parcial nº 6, de 2008)	6-5-2009, às 19 horas	Mantidos os vetos Total: 185
Maio	26/2008-CN (nº 245/2008, na origem)	PLV nº 5/2008 (oriundo da MP nº 403/2007)	Dispõe sobre o exercício da atividade de franquia postal, revoga o § 1º do art. 1º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, e dá outras providências. (Veto Parcial nº 7, de 2008)	6-5-2009, às 19 horas	Mantidos os vetos Total: 03
Maio	43/2008-CN (nº 340/2008, na origem)	PLS nº 340/1999 (nº 2.669/2000, na Câmara dos Deputados)	Dispõe sobre a instituição do 'Dia Nacional do Imigrante Italiano' e dá outras providências. (Veto Parcial nº 8, de 2008)	6-5-2009, às 19 horas	Mantido o veto Total: 01
Maio	47/2008-CN (nº 350/2008, na origem)	PLC nº 37/2007 (PL nº 4.205/2001, na Casa de origem)	Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, relativos à prova, e dá outras providências. (Veto Parcial nº 10, de 2008)	6-5-2009, às 19 horas	Mantido o veto Total: 01
Maio	52/2008-CN (nº 367/2008, na origem)	PLC nº 18/2006 (PL nº 3.248/2004 na Casa de origem)	Dispõe sobre a organização judiciária do Distrito Federal e dos Territórios e revoga as Leis nºs 6.750, de 10 de dezembro de 1979, 8.185, de 14 de maio de 1991, 8.407, de 10 de janeiro de 1992, e 10.801, de 10 de dezembro de 2003, exceto na parte em que instituíram e regulamentaram o funcionamento dos serviços notariais e de registro no Distrito Federal. (Veto Parcial nº 11, de 2008)	6-5-2009, às 19 horas	Mantidos os vetos Total: 08
Maio	53/2008-CN (nº 368/2008, na origem)	PLC nº 58/2006 (PL nº 6.350/2002 na Casa de origem)	Altera os arts. 1.583 e 1.584 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, para instituir e disciplinar a guarda compartilhada. (Veto Parcial nº 12, de 2008)	6-5-2009, às 19 horas	Mantido o veto Total: 01

Maio	54/2008-CN (nº 369/2008, na origem)	PLC nº 44/1995 (PL nº 3.051/1989 na Casa de origem)	Dispõe sobre as Colônias, Federações e Confederação Nacional dos Pescadores, regulamentando o parágrafo único do art. 8º da Constituição Federal e revoga dispositivo do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967. (Veto Parcial nº 13, de 2008)	6-5-2009, às 19 horas	Mantidos os vetos Total: 05
Maio	55/2008-CN (nº 393/2008, na origem)	PLS nº 156/2004 (nº 6.417/2005, na Câmara dos Deputados)	Altera a redação do art. 2º da Lei nº 5.517, de 23 de outubro de 1968, para dispor sobre a exigência de aprovação em Exame Nacional de Certificação Profissional para o exercício da profissão de Médico-Veterinário e dá outras providências. (Veto Total nº 14, de 2008)	6-5-2009, às 19 horas	Mantido o veto Total: 01
Maio	59/2008-CN (nº 404/2008, na origem)	PLV nº 13/2008 (oriundo da MP nº 415/2008)	Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro; e a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal, para inibir o consumo de bebida alcoólica por condutor de veículo automotor, e dá outras providências. (Veto Parcial nº 15, de 2008)	6-5-2009, às 19 horas	Mantidos os vetos Total: 04
Maio	60/2008-CN (nº 405/2008, na origem)	PLV nº 12/2008 (oriundo da MP nº 417/2008)	Altera e acresce dispositivos à Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição e sobre o Sistema Nacional de Armas – Sinaim e define crimes. (Veto Parcial nº 16, de 2008)	6-5-2009, às 19 horas	Mantido o veto Total: 01
Maio	61/2008-CN (nº 406/2008, na origem)	PLV nº 11/2008 (oriundo da MP nº 416/2008)	Altera a Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007, que institui o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – Pronasci. (Veto Parcial nº 17, de 2008)	6-5-2009, às 19 horas	Mantido o veto Total: 01

Maio	62/2008-CN (nº 420/2008, na origem)	PLV nº 8/2008 (oriundo da MP nº 410/2007)	Acrescenta artigo à Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, criando o contrato de trabalhador rural por pequeno prazo; estabelece normas transitórias sobre a aposentadoria do trabalhador rural; prorroga o prazo de contratação de financiamentos rurais de que trata o § 6º do art. 1º da Lei nº 11.524, de 24 de setembro de 2007; e altera as Leis nºs 8.171, de 17 de janeiro de 1991, 7.102, de 20 de junho de 1993, 9.017, de 30 de março de 1995, e 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991. (Veto Parcial nº 18, de 2008)	6-5-2009, às 19 horas	Mantidos os vetos Total: 02
Maio	63/2008-CN (nº 421/2008, na origem)	PLC nº 36/2007 (PL nº 4.207/2001 na Casa de origem)	Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, relativos à suspensão do processo, <i>emendatio libelli</i> , <i>mutatio libelli</i> e aos procedimentos. (Veto Parcial nº 19, de 2008)	6-5-2009, às 19 horas	Mantidos os vetos Total: 06
Maio	64/2008-CN (nº 422/2008, na origem)	PLS nº 483/2003 (nº 5.886/2005, na Câmara dos Deputados)	Dispõe sobre o bloqueio do pagamento de benefício da previdência social e dá outras providências. (Veto Parcial nº 20, de 2008)	6-5-2009, às 19 horas	Mantido o veto Total: 01
Maio	68/2008-CN (nº 429/2008, na origem)	PLV nº 10/2008 (oriundo da MP nº 412/2008)	Dispõe sobre a prorrogação do Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária – Relatório, instituído pela Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, e altera as Leis nºs 11.033, de 21 de dezembro 2004, e 9.433, de 8 de janeiro de 1997. (Veto Parcial nº 21, de 2008)	6-5-2009, às 19 horas	Mantidos os vetos Total: 10

Maio	69/2008-CN (nº 430/2008, na origem)	PLV nº 14/2008 (oriundo da MP nº 413/2008)	Dispõe sobre medidas tributárias destinadas a estimular os investimentos e a modernização do setor de turismo, a reforçar o sistema de proteção tarifária brasileiro, a estabelecer a incidência de forma concentrada da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins na produção e comercialização de álcool; altera as Leis nºs 10.865, de 30 de abril de 2004, 11.488, de 15 de junho de 2007, 9.718, de 27 de novembro de 1998, 11.196, de 21 de novembro de 2005, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 7.689, de 15 de dezembro de 1988, 7.070, de 20 de dezembro de 1982, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 9.249, de 26 de dezembro de 1995, 11.051, de 29 de dezembro de 2004, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, 8.213, de 24 de julho de 1991, 7.856, de 24 de outubro de 1989, e a Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. (Veto Parcial nº 22, de 2008)	6-5-2009, às 19 horas	Mantido o veto Total: 01
Maio	75/2008-CN (nº 458/2008, na origem)	PLV nº 15/2008 (oriundo da MP nº 418/2008)	Altera as Leis nºs 11.508, de 20 de julho de 2007, que dispõe sobre o regime tributário, cambial e administrativo das Zonas de Processamento de Exportação, e 8.256, de 25 de novembro de 1991, que cria áreas de livre comércio nos municípios de Boa Vista e Bonfim, no Estado de Roraima; e dá outras providências. (Veto Parcial nº 23, de 2008)	6-5-2009, às 19 horas	Mantidos os vetos Total: 27
Maio	76/2008-CN (nº 459/2008, na origem)	PLC nº 49/1998 (PL nº 2.242/1996 na Casa de origem)	Cria o Dia Nacional de Vacinação da Terceira Idade e o programa de vacinação em pessoas que alcançaram a terceira idade, internadas ou recolhidas em instituições geriátricas. (Veto Total nº 24, de 2008)	6-5-2009, às 19 horas	Mantido o veto Total: 01
Maio	87/2008-CN (nº 553/2008, na origem)	PLS nº 45/2001 (nº 7.198/2002, na Câmara dos Deputados)	Concede anistia <i>post mortem</i> a João Cândido Felisberto, líder da chamada Revolta da Chibata, e aos demais participantes do movimento. (Veto Parcial nº 26, de 2008)	6-5-2009, às 19 horas	Mantido o veto Total: 01
Maio	99/2008-CN (nº 580/2008, na origem)	PLV nº 16/2008 (oriundo da MP nº 422/2008)	Dá nova redação ao § 2º-B do art. 17 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o inciso XXI do caput do art. 37 da Constituição Federal e institui normas para licitações e contratos da administração pública. (Veto Parcial nº 32, de 2008)	6-5-2009, às 19 horas	Mantido o veto Total: 01

Maio	100/2008-CN (nº 581/2008, na origem)	PLC nº 67/2005 (PL nº 1.792/2003 na Casa de origem)	Altera dispositivos da Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001, que instituiu a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível (Cide), para promover a equalização das alíquotas incidentes sobre o querosene de aviação e a gasolina utilizada em aviação. (Veto Total nº 33, de 2008)	6-5-2009, às 19 horas	Mantido o veto Total: 01
Maio	102/2008-CN (nº 594/2008, na origem)	PLC nº 36/2006 (PL nº 5.245/2005 na Casa de origem)	Altera o art. 7º da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, para dispor sobre o direito à inviolabilidade do local e instrumentos de trabalho do advogado, bem como de sua correspondência. (Veto Parcial nº 35, de 2008)	6-5-2009, às 19 horas	Mantidos os vetos Total: 03
Maio	104/2008-CN (nº 614/2008, na origem)	PLN nº 1/2008	Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2009 e dá outras providências. (Veto Parcial nº 36, de 2008)	6-5-2009, às 19 horas	Mantidos os vetos Total: 21
Maio	105/2008-CN (nº 622/2008, na origem)	PLS nº 330/2006 (nº 2.732/2008, na Câmara dos Deputados)	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da música na educação básica. (Veto Parcial nº 37, de 2008)	6-5-2009, às 19 horas	Mantidos os vetos Total: 02
Maio	127/2008-CN (nº 679/2008, na origem)	PLS nº 281/2005 (nº 2.513/2008, na Câmara dos Deputados)	Cria o Programa Empresa Cidadã, destinado à prorrogação da licença-maternidade mediante concessão de incentivo fiscal, e altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991. (Veto Parcial nº 38, de 2008)	6-5-2009, às 19 horas	Mantidos os vetos Total: 03
Maio	132/2008-CN (nº 689/2008, na origem)	PLV nº 19/2008 (oriundo da MP nº 428/2008)	Altera a legislação tributária federal, modificando as Leis nºs 10.865, de 30 de abril de 2004, 11.196, de 21 de novembro de 2005, 11.033, de 21 de dezembro de 2004, 11.484, de 31 de maio de 2007, 8.850, de 28 de janeiro de 1994, 8.383, de 30 de dezembro de 1991, 9.481, de 13 de agosto de 1997, 11.051, de 29 de dezembro de 2004, 9.493, de 10 de setembro de 1997, 10.925, de 23 de julho de 2004; e dá outras providências. (Veto Parcial nº 41, de 2008)	6-5-2009, às 19 horas	Mantidos os vetos Total: 14

Maio	133/2008-CN (nº 690/2008, na origem)	PLV nº 22/2008 (oriundo da MP nº 432/2008)	<p>Institui medidas de estímulo à liquidação ou regularização de dívidas originárias de operações de crédito rural e de crédito fundiário; altera as Leis nºs 11.322, de 13 de julho de 2006, 8.171, de 17 de janeiro de 1991, 11.524, de 24 de setembro de 2007, 10.186, de 12 de fevereiro de 2001, 7.827, de 27 de setembro de 1989, 10.177, de 12 de janeiro de 2001, 11.718, de 20 de junho de 2008, 8.427, de 27 de maio de 1992, 10.420, de 10 de abril de 2002, o Decreto-Lei nº 79, de 19 de dezembro de 1966, e a Lei nº 10.978, de 7 de dezembro de 2004; e dá outras providências.</p> <p>(Veto Parcial nº 42, de 2008)</p>	6-5-2009, às 19 horas	Mantido o veto Total: 01
------	--	--	---	--------------------------	-----------------------------

Maio	135/2008-CN (nº 729/2008, na origem)	PLV nº 21/2008 (oriundo da MP nº 431/2008)	<p>Dispõe sobre a reestruturação do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE, de que trata a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, do Plano Especial de Cargos da Cultura, de que trata a Lei nº 11.233, de 22 de dezembro de 2005, do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, de que trata a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, da Carreira de Magistério Superior, de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987, do Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Federal, de que trata a Lei nº 10.682, de 28 de maio de 2003, do Plano de Carreira dos Cargos de Reforma e Desenvolvimento Agrário, de que trata a Lei nº 11.090, de 7 de janeiro de 2005, da Carreira de Perito Federal Agrário, de que trata a Lei nº 10.550, de 13 de novembro de 2002, da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, de que trata a Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, da Carreira de Fiscal Federal Agropecuário, de que trata a Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001, e a Lei nº 10.883, de 16 de junho de 2004, dos Cargos de Agente de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal, Agente de Atividades Agropecuárias, Técnico de Laboratório e Auxiliar de Laboratório do Quadro de Pessoal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, de que tratam respectivamente as Leis nºs 11.090, de 7 de janeiro de 2005, e 11.344, de 8 de setembro de 2006, dos Empregos Públicos de Agentes de Combate às Endemias, de que trata a Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, da Carreira de Policial Rodoviário Federal, de que trata a Lei nº 9.654, de 2 de junho de 1998, do Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, de que trata a Lei nº 11.095, de 13 de janeiro de 2005, da Gratificação de Desempenho de Atividade de Execução e Apoio Técnico à Auditoria no Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde - GDASUS; do Plano de Carreiras e Cargos do Hospital das Forças Armadas - PCCHFA, do Plano de Carreira e Cargos de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, e do Plano de Carreira do Ensino Básico Federal; fixa o escalonamento vertical e os valores dos soldos dos militares das Forças Armadas; altera a Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais; a Lei nº 10.484, de 3 de julho de 2002, que dispõe sobre a criação da Gratificação de Desempenho de Atividade Técnica de Fiscalização Agropecuária - GDATFA, a Lei nº 11.356, de 19 de outubro de 2006, a Lei nº 11.507, de 20 de julho de 2007; institui sistemática para avaliação de desempenho dos servidores da administração pública federal direta, autárquica e fundacional; revoga dispositivos da Lei nº 8.445, de 20 de julho de 1992, a Lei nº 9.678, de 3 de julho de 1998, dispositivo da Lei nº 8.460, de 17 de setembro de 1992, a Tabela II do Anexo I da Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001, a Lei nº 11.359, de 19 de outubro de 2006; e dá outras providências.</p> <p>(Veto Parcial nº 43, de 2008)</p>	6-5-2009, às 19 horas	Mantidos os vetos Total: 02
------	--	--	--	--------------------------	--------------------------------

Maio	142/2008-CN (nº 760/2008, na origem)	PLC nº 22/2007 (PL nº 4.679/2001 na Casa de origem)	Dispõe sobre a adição de farinha de mandioca refinada, de farinha de raspa de mandioca ou de fécula de mandioca à farinha de trigo e seus derivados, adquiridos pelo poder público, e estabelece regime tributário especial para a farinha de trigo misturada, e dá outras providências. (Veto Total nº 44, de 2008)	6-5-2009, às 19 horas	Mantido o veto Total: 01
Maio	143/2008-CN (nº 761/2008, na origem)	PLC nº 93/2008 (PL nº 1.153/1995 na Casa de origem)	Regulamenta o inciso VII do § 1º do art. 225 da Constituição Federal, estabelecendo procedimentos para o uso científico de animais; revoga a Lei nº 6.638, de 8 de maio de 1979; e dá outras providências. (Veto Parcial nº 45, de 2008)	6-5-2009, às 19 horas	Mantidos os vetos Total: 03
Maio	182/2008-CN (nº 832/2008, na origem)	PLC nº 25/2005 (PL nº 4.827/2001 na Casa de origem)	Dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de Musicoterapeuta. (Veto Total nº 47, de 2008)	6-5-2009, às 19 horas	Mantido o veto Total: 01
Maio	183/2008-CN (nº 852/2008, na origem)	PLS nº 57/2001 (nº 5.270/2001, na Câmara dos Deputados)	Altera o art. 36 do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, para responsabilizar os proprietários ou concessionários de represas pelo fomento à aquicultura e ao peixamento do reservatório, com a finalidade de elevar a população da respectiva icthiofauna. (Veto Total nº 48, de 2008)	6-5-2009, às 19 horas	Mantido o veto Total: 01
Maio	184/2008-CN (nº 853/2008, na origem)	PLS nº 62/2004 (nº 7.376/2004, na Câmara dos Deputados)	Disciplina o direito a alimentos gravídicos e a forma como ele será exercido e dá outras providências. (Veto Parcial nº 49, de 2008)	6-5-2009, às 19 horas	Mantidos os vetos Total: 07
Maio	22/2009-CN (nº 168/2009, na origem)	PL nº 2/2009-CN Leitura: 23-3- 2009(SF)	Abre ao Orçamento de Investimento para 2009, em favor da empresa Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRAS, crédito suplementar no valor de R\$ 37.000.000,00, para os fins que especifica.	6-5-2009, às 19 horas	Sancionada a Lei nº 11.937, de 14-5-2009 (DOU 15-5-2009)
Maio	23/2009-CN (nº 169/2009, na origem)	PL nº 3/2009-CN Leitura: 23-3- 2009(SF)	Abre ao Orçamento de Investimento para 2009, em favor de empresas do Grupo ELETROBRAS, crédito especial no valor total de R\$ 310.511.886,00, para os fins que especifica.	6-5-2009, às 19 horas	Sancionada a Lei nº 11.938, de 14-5-2009 (DOU 15-5-2009)

Maio	34/2009-CN (nº 266/2009, na origem)	PL nº 8/2009-CN Leitura: 20-4- 2009(SF)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, crédito especial no valor de R\$ 1.000.000.000,00, para o fim que especifica.	6-5-2009, às 19 horas	Sancionada a Lei nº 11.939, de 14-5-2009 (DOU 15-5-2009)
Maio	202/1994-CN (nº 503/1994, na origem)	PLC nº 34/1994 (PL nº 2.535/1992 na Casa de origem)	Dispõe sobre o exercício da profissão de desenhista. (Veto Total)	13-5-2009, às 9 horas	Mantido o veto Total: 01
Maio	472/1995-CN (nº 985/1995, na origem)	PLS nº 340/1991 (nº 4.386/1994, na Câmara dos Deputados)	Cria a área de livre comércio de Cáceres e dá outras providências. (Veto Total)	13-5-2009, às 9 horas	Mantido o veto Total: 01
Maio	783/2000-CN (nº 971/2000, na origem)	PLC nº 24/2000 (PL nº 256/1999 na Casa de origem)	Acrescenta parágrafos aos arts. 179 e 207 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. (Veto Total nº 26, de 2000)	13-5-2009, às 9 horas	Mantido o veto Total: 01
Maio	99/2002-CN (nº 488/2002, na origem)	PLC nº 112/2001 (PL nº 113/1999 na Casa de origem)	Concede anistia a dirigentes ou representantes sindicais e trabalhadores punidos por participação em movimento reivindicatório. (Veto Total nº 18, de 2002)	13-5-2009, às 9 horas	Mantido o veto Total: 01
Maio	74/2006-CN (nº 577/2006, na origem)	PLV nº 14/2006 (oriundo da MP nº 284/2006)	Altera dispositivos das Leis nºs 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, e 5.859, de 11 de dezembro de 1972; e revoga dispositivo da Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949. (Veto Parcial nº 19, de 2006)	13-5-2009, às 9 horas	Mantidos os vetos Total: 11
Maio	172/2006-CN (nº 1.177/2006, na origem)	PLV nº 26/2006 (oriundo da MP nº 321/2006)	Acresce art. 18-A à Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991, que estabelece regras para a desindexação da economia; altera as Leis nºs 10.893, de 13 de julho de 2004, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, e 11.322, de 13 de julho de 2006; e dá outras providências. (Veto Parcial nº 32, de 2006)	13-5-2009, às 9 horas	Mantidos os vetos Total: 10

Maio	57/2007-CN (nº 355/2007, na origem)	PLV nº 5/2007 (oriundo da MP nº 353/2007)	Dispõe sobre a revitalização do setor ferroviário, altera dispositivos da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e dá outras providências. (Veto Parcial nº 14, de 2007)	13-5-2009, às 9 horas	Mantidos os vetos Total: 05
Maio	179/2007-CN (nº 862/2007, na origem)	PLS nº 5/2004 (nº 7.701/2006, na Câmara dos Deputados)	Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – Fies. (Veto Parcial nº 33, de 2007)	13-5-2009, às 9 horas	Mantidos os vetos Total: 05
Maio	44/2008-CN (nº 343/2008, na origem)	PLC nº 7/2005 (PL nº 160/2003 na Casa de origem)	Altera a Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, que regulamenta o art. 236 da Constituição Federal e dá outras providências. (Veto Total nº 9, de 2008)	13-5-2009, às 9 horas	Mantido o veto Total: 01
Maio	95/2008-CN (nº 569/2008, na origem)	PLC nº 123/2006 (PL nº 5.900/2005 na Casa de origem)	Altera dispositivos da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, que regula o exercício profissional das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo, e dá outras providências, para instituir a representação federativa no plenário do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia. (Veto Total nº 28, de 2008)	13-5-2009, às 9 horas	Mantido o veto Total: 01
Maio	96/2008-CN (nº 570/2008, na origem)	PLC nº 20/2008 (PL nº 7.460/2006 na Casa de origem)	Acrescenta dispositivo à Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre pessoas portadoras de deficiência, para caracterizar a visão monocular como deficiência visual. (Veto Total nº 29, de 2008)	13-5-2009, às 9 horas	Mantido o veto Total: 01
Maio	98/2008-CN (nº 578/2008, na origem)	PLC nº 91/2006 (PL nº 591/2003 na Casa de origem)	Regulamenta a profissão de Ecólogo. (Veto Total nº 31, de 2008)	13-5-2009, às 9 horas	Mantido o veto Total: 01
Maio	101/2008-CN (nº 593/2008, na origem)	PLS nº 493/2003 (nº 4.022/2004, na Câmara dos Deputados)	Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Sudoeste Goiano - UFSOG, por desmembramento do Campus Avançado da Universidade Federal de Goiás - UFG em Jataí, e dá outras providências. (Veto Total nº 34, de 2008)	13-5-2009, às 9 horas	Mantido o veto Total: 01

Maio	130/2008-CN (nº 686/2008, na origem)	PLC nº 114/2008 (PL nº 3.118/2008 na Casa de origem)	Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico; revoga a Lei nº 6.505, de 13 de dezembro de 1977, o Decreto-Lei nº 2.294, de 21 de novembro de 1986, e dispositivos da Lei nº 8.181, de 28 de março de 1991; e dá outras providências. (Veto Parcial nº 39, de 2008)	13-5-2009, às 9 horas	Mantidos os vetos Total: 08
Maio	131/2008-CN (nº 687/2008, na origem)	PLV nº 18/2008 (oriundo da MP nº 427/2008)	Acrescenta e altera dispositivos na Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação; reestrutura a VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.; encerra o processo de liquidação e extingue a Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes - GEIPOT; altera as Leis nºs 9.060, de 14 de junho de 1995, 11.297, de 9 de maio de 2006, e 11.483, de 31 de maio de 2007; revoga a Lei nº 6.346, de 6 de julho de 1976, e o inciso I do caput do art. 1º da Lei nº 9.060, de 14 de junho de 1995; e dá outras providências. (Veto Parcial nº 40, de 2008)	13-5-2009, às 9 horas	Mantidos os vetos Total: 12
Maio	144/2008-CN (nº 762/2008, na origem)	PLS nº 533/2003 (nº 7.161/2006, na Câmara dos Deputados)	Dispõe sobre o Sistema de Consórcio. (Veto Parcial nº 46, de 2008)	13-5-2009, às 9 horas	Mantidos os vetos Total: 26

**SESSÕES REALIZADAS
(1º a 31 de maio de 2009)**

Sessão	Data/Hora/Local	Finalidade
Conjunta	6-5-2009, às 19 horas, Plenário da Câmara dos Deputados	Apreciação de Vetos Presidenciais. Extra-pauta: PLNs nºs 2, 3 e 8/2009.
Conjunta Solene	7-5-2009, às 11 horas, Plenário do Senado Federal	Destinada a comemorar os cinquenta anos do Tratado Antártico - PROANTAR.
Conjunta Solene	12-5-2009, às 11 horas, Plenário do Senado Federal	Destinada a comemorar o Bicentenário da Polícia Militar do Distrito Federal.
Conjunta	13-5-2009, às 9 horas, Plenário da Câmara dos Deputados	Apreciação de Vetos Presidenciais.
Conjunta Solene	19-5-2009, às 11 horas, Plenário do Senado Federal	Destinada a homenagear o sexagésimo aniversário do jornal "A Crítica", da cidade de Manaus, no Estado do Amazonas.

ATOS DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Nº	Assunto
13/2009 (public. no DOU de 18-5-2009)	Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 25 de maio de 2009, a vigência da Medida Provisória nº 459, de 25 de março de 2009, que "Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV, a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas, e dá outras providências".
14/2009 (public. no DOU de 20-5-2009)	Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 30 de maio de 2009, a vigência da Medida Provisória nº 460, de 30 de março de 2009, que "Dá nova redação aos arts. 4º e 8º da Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, que tratam de patrimônio de afetação de incorporações imobiliárias, dispõe sobre o tratamento tributário a ser dado às receitas mensais auferidas pelas empresas construtoras nos contratos de construção de moradias firmados dentro do Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV, atribui à Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL as atribuições de apurar, constituir, fiscalizar e arrecadar a Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública, e dá outras providências".

**CORRESPONDÊNCIAS EXPEDIDAS PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO NACIONAL**

Nº do Ofício	Destinatário	Assunto
Of. nº 187/2009-CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que, na sessão conjunta do Congresso Nacional realizada no dia 13 de maio do corrente, os vetos presidenciais constantes da cédula única de votação foram mantidos pelo Congresso Nacional, à exceção dos vetos correspondentes aos itens de números 4, 5, 10, 15, 16, 18, 19, 22, 23, 24, 25, 27, 28 e 29 da cédula, que foram retirados da pauta, por meio de requerimentos de Senhores Líderes. Informando, ainda, que a Ata da apuração dos votos aos vetos presidenciais foi lida na sessão do Senado Federal realizada nesta data.
Of. nº 186/2009-CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que o Senhor Presidente da República encaminhou ao Senado Federal a Mensagem nº 44, de 2009-CN (nº 319/2009, na origem), na qual comunica haver vetado parcialmente o Projeto de Lei do Senado nº 416, de 1999 (nº 6.385/2002, na Câmara dos Deputados), que "Proíbe a fabricação, a importação, a exportação, a manutenção em estoque, a comercialização e o uso de diclorodifeniltricloreto (DDT) e dá outras providências". Solicitando a indicação de três membros dessa Casa do Congresso Nacional e, nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN, a indicação de mais um membro, que deverão integrar a Comissão Mista a ser incumbida de relatar o veto.
Of. nº 185/2009-CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que o Senhor Presidente da República encaminhou ao Senado Federal a Mensagem nº 42, de 2009-CN (nº 305/2009, na origem), na qual comunica haver vetado parcialmente o Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 2008 (nº 2.576/2000, na Casa de origem), que "Dispõe sobre limites à exposição humana a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos; altera a Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965; e dá outras providências". Solicitando a indicação de três membros dessa Casa do Congresso Nacional e, nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN, a indicação de mais um membro, que deverão integrar a Comissão Mista a ser incumbida de relatar o veto.
Of. nº 184/2009-CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que esta Presidência, em entendimento com essa Casa do Congresso Nacional, convoca sessão solene conjunta do Congresso Nacional a realizar-se dia 2 de junho do corrente, às dez horas, no Plenário do Senado Federal, destinada a comemorar o Dia Mundial do Meio Ambiente.
Of. nº 183/2009-CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que foram autuados, por solicitação do Presidente da CMO, e lidos na sessão do Senado Federal realizada dia 27 de maio do corrente, os Avisos nºs 19 e 20, de 2009-CN (nºs 670 e 674-Seses-TCU/2009-Plenário, respectivamente, na origem), do Presidente do TCU, e retornam à CMO.
Of. nº 182/2009-CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Em aditamento ao Of. nº 142/2009-CN, e tendo em vista o Ofício SF/GSJM nº 231/2009, do Senador José Nery, bem como o Ofício nº 46/2009, da Deputada Rebecca Garcia, comunicando que a sessão solene conjunta do Congresso Nacional destinada a comemorar o centésimo quadragésimo quarto aniversário da Batalha Naval do Riachuelo – Data Magna da Marinha, anteriormente convocada para o dia 09 de junho do corrente, às onze horas, realizar-se-á às dez horas do mesmo dia, no Plenário do Senado Federal.
Of. nº 181/2009-CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Tendo em vista requerimento de autoria do Senador Jefferson Praia e outros Senhores Senadores, bem como requerimentos das Deputadas Perpétua Almeida e Rebecca Garcia, consultando nos termos do art. 2º do Regimento Comum, sobre a viabilidade de realização de sessão solene do Congresso Nacional, no dia 2 de junho do corrente, às onze horas, no Plenário do Senado Federal, destinada a comemorar o Dia Mundial do Meio Ambiente.
Of. nº 180/2009-CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que o Senhor Presidente da República adotou, no dia 20 de maio de 2009, e publicou no dia 21 do mesmo mês e ano, a Medida Provisória nº 463 , de 2009, que "Abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$ 1.217.677.730,00, para os fins que especifica". Nos termos dos § 6º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, o exame e o parecer serão realizados pela CMO. Foi estabelecido o calendário para tramitação da Medida Provisória.
Of. nº 179/2009-CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que foi autuado, por solicitação do Presidente da CMO, e lido na sessão do Senado Federal realizada em 22-5-2009, o Aviso nº 18, de 2009-CN (nº 1924-Seses-TCU/2008- Plenário, na origem), do Presidente do TCU, e retorna à CMO.
Of. nº 178/2009-CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que esta Presidência, em entendimento com essa Casa Legislativa, convoca sessão solene conjunta do Congresso Nacional a realizar-se dia 4-6-2009, às dez horas, no Plenário do Senado Federal, destinada a comemorar os trinta anos do sindicato das entidades Mantenedoras de estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo - SEMESP.

Nº do Ofício	Destinatário	Assunto
Of. nº 177/2009-CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que foi lida na sessão do Senado Federal realizada dia 21-5-2009, a Mensagem nº 49, de 2009-CN (nº 340/2009, na origem), do Presidente da República, encaminhando ao Congresso Nacional nos termos do § 4º do art. 71 da Lei 11.768, de 14 de agosto de 2008, o Relatório de Avaliação de receitas e Despesas, referente ao segundo bimestre de 2009, e foi despachado à CMO.
Of. nº 174/2009-CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que foi autuado, por solicitação do Presidente da CMO, e lido na sessão do Senado Federal realizada em 20-5-2009, o Aviso nº 17, de 2009-CN (nº 651-Seses-TCU-Plenário/2009, na origem), do Presidente do TCU, e retorna à CMO.
Of. nº 169/2009-CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que foi autuado, por solicitação do Presidente da CMO, e lido na sessão do Senado Federal realizada em 18-5-2009, o Aviso nº 16, de 2009-CN (nº 493-Seses-TCU-Plenário/2009, na origem), do Presidente do TCU, e retorna à CMO.
Of. nº 168/2009-CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que foram lidos na sessão do Senado Federal realizada no dia 18-5-2009, os PLNs nºs 13, 14 e 15, de 2009-CN, e foram despachados à CMO.
Of. nº 603/2009-CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que o Senhor Presidente da República adotou, no dia 14-5-2009, e publicou no dia 15 do mesmo mês e ano, a Medida Provisória nº 462, de 2009, que "Dispõe sobre a prestação de apoio financeiro pela União aos entes federados que recebem recursos do Fundo de Participação dos Municípios – FPM, no exercício de 2009, com o objetivo de superar dificuldades financeiras emergenciais, e dá outras providências". Nos termos dos §§ 2º, 3º e 7º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, e da Resolução nº 2, de 2000-CN, foi constituída a Comissão Mista e estabelecido o calendário para tramitação da Medida Provisória.
Of. nº 165/2009-CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que esta Presidência, em entendimento com essa Casa Legislativa, convoca sessão solene conjunta do Congresso Nacional a realizar-se dia 19-5-2009, às onze horas, no Plenário do Senado Federal, destinada a homenagear o sexagésimo aniversário do Jornal A Crítica, da cidade de Manaus, no Estado do Amazonas.
Of. nº 164/2009-CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando à Câmara dos Deputados, que, na sessão conjunta do Congresso Nacional realizada no dia 6 de maio do corrente, os vetos presidenciais constantes da cédula única de votação foram mantidos pelo Congresso Nacional, à exceção dos vetos correspondentes aos itens 56, 67, 92, 109, 110, 111, 112, 115, 120 e 126 da cédula, que foram retirados da pauta, por meio de requerimentos de Senhores Líderes, deferidos pela Presidência. Informando, ainda, que a Ata da apuração dos votos aos vetos presidências foi lida na sessão do Senado Federal realizada no dia 14 de maio do corrente.
Of. nº 163/2009-CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Encaminhando nos termos do § 3º do art. 128 do Regimento Comum, a fim de ser submetido à douta Mesa da Câmara dos Deputados, o Projeto de Resolução nº 2, de 2009, do Congresso Nacional, que "Estabelece precedência da discussão do orçamento da educação sobre as demais áreas temáticas, no âmbito da Comissão Mista de Orçamentos, Planos e Fiscalização, e dá outras providências".
Of. nº 162/2009-CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Encaminhando nos termos do § 3º do art. 128 do Regimento Comum, a fim de ser submetido à douta Mesa da Câmara dos Deputados, o Projeto de Resolução nº 1, de 2009, do Congresso Nacional, que "Inclui a Secretaria de Assuntos estratégicos da Presidência da República como subárea da Comissão de Finanças e Tributação no Anexo da Resolução nº 1, de 2006-CN".
Of. nº 161/2009-CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Tendo em vista requerimento de autoria do Senador Romeu Tuma e outros Senhores Senadores, bem como o Ofício nº 186/2009, do mesmo Senador, e requerimento do Deputado João Matos e outros Senhores Deputados, consultando nos termos do art. 2º do regimento Comum, sobre a viabilidade de realização de sessão solene do Congresso Nacional, no dia 4-6-2009, às 10 horas, no Plenário do Senado Federal, destinada a comemorar os trinta anos do Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no estado de São Paulo - SEMESP.
Of. nº 160/2009-CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que foi lido na sessão do Senado Federal realizada dia 12-5-2009, o Ofício nº 20, de 2009-CN (nº 180/2009, na origem, do Presidente do Banco da Amazônia), encaminhando ao Congresso Nacional nos termos do § 4º do art. 20 da Lei 7.827, de 27 de setembro de 1989, cópia do processo de Tomada de Prestação de Contas do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), referente ao exercício de 2008, e foi despachado à CMO.
Of. nº 159/2009-CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que foi lido na sessão do Senado Federal realizada dia 11-5-2009, o Aviso nº 15, de 2009-CN (nº 35/BCB-Presi, na origem, do Presidente do Banco Central do Brasil), encaminhando ao Congresso Nacional o Relatório sobre operações de redesconto e empréstimo realizadas nos termos da Lei 11.882, de 23 de dezembro de 2008, referente ao 1º trimestre de 2009.

Nº do Ofício	Destinatário	Assunto
Of. nº 154/2009-CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que o Senhor Presidente da República encaminhou ao Senado Federal a Mensagem nº 40, de 2009-CN (nº 286/2009, na origem), na qual comunica haver vetado parcialmente o Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2009 (oriundo da Medida Provisória nº 447, de 2008), que "Altera a Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, as Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 8.383, de 30 de dezembro de 1991, 11.196, de 21 de novembro de 2005, 8.212, de 24 de julho de 1991, 10.666, de 8 de maio de 2003, e 11.907, de 2 fevereiro de 2009; revoga dispositivos das Leis nºs 11.033, de 21 de dezembro de 2004, 11.488, de 15 de junho de 2007, e 8.850, de 28 de janeiro de 1994, para alterar o prazo de pagamento dos impostos e contribuições federais que especifica, reduzir a base de cálculo da contribuição do produtor rural na venda dos produtos que especifica e efetuar ajustes na tributação do cigarro; e dá outras providências". Solicitando a indicação de três membros dessa Casa do Congresso Nacional e, nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN, a indicação de mais um membro, que deverão integrar a Comissão Mista a ser incumbida de relatar o veto.
Of. nº 153/2009-CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que o Senhor Presidente da República encaminhou ao Senado Federal a Mensagem nº 36, de 2009-CN (nº 273/2009, na origem), na qual comunica haver vetado integralmente o Projeto de Lei da Câmara nº 59, de 1994 (nº 3.123/1992, na Casa de origem), que "Dispõe sobre o prazo de publicação pela Secretaria da Receita Federal dos modelos de Declaração do Imposto de Renda". Solicitando a indicação de três membros dessa Casa do Congresso Nacional e, nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN, a indicação de mais um membro, que deverão integrar a Comissão Mista a ser incumbida de relatar o veto.
Of. nº 152/2009-CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que o Senhor Presidente da República encaminhou ao Senado Federal a Mensagem nº 35, de 2009-CN (nº 272/2009, na origem), na qual comunica haver vetado integralmente o Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Casa de origem), que "Altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências". Solicitando a indicação de três membros dessa Casa do Congresso Nacional e, nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN, a indicação de mais um membro, que deverão integrar a Comissão Mista a ser incumbida de relatar o veto.
Of. nº 151/2009-CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que esta Presidência convocou sessão conjunta a realizar-se no dia 13-5-2009, quarta-feira, às nove horas, no Plenário da Câmara dos Deputados, destinada à apreciação de vetos presidenciais.
Of. nº 150/2009-CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Encaminhando nos termos do § 3º do art. 128 do Regimento Comum, a fim de ser submetido à douta Mesa da Câmara dos Deputados, o Projeto de Resolução nº 4, de 2008, do Congresso Nacional, que "Altera dispositivos da Resolução nº 1/2006-CN e dá outras providências".

- SECRETARIA DE COMISSÕES

C.1 - SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DO MÊS DE MAIO DE 2009 DAS COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS – CAE

Presidente: Senador GARIBALDI ALVES FILHO

Vice Presidente: Senador DELCÍDIO AMARAL

**REUNIÃO REALIZADA EM 05 DE MAIO DE 2009 (ORDINÁRIA) E A COMISSÃO DE
ACOMPANHAMENTO DA CRISE FINANCEIRA E DE EMPREGABILIDADE.**

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Assunto: Crise Financeira e a Indústria Brasileira.

CONVIDADOS:

Senhor **Paulo Francini**, Vice-Presidente do Conselho Superior de Economia e Diretor Titular do Departamento de Pesquisa e Estudos Econômicos DEPECON, representando o senhor **Paulo Skaf**, Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo;

Senhor **Roberto Proença de Macedo**, Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Ceará; e

Senhor **Paulo Fernando Tigre**, Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul.

Resultado: Realizada.

EXTRA PAUTA

ITEM Nº 01

REQUERIMENTO Nº 28, de 2009 – CAE

Requeiro a realização de Audiência Pública desta Comissão de Assuntos Econômicos em conjunto com a Comissão de Acompanhamento da Crise Financeira e Empregabilidade, com a presença do senhor **Antônio Carlos da Silva**, Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas – FIEAM e do senhor **Maurício Elísio Martins Loureiro**, Presidente do Centro da Indústria do Estado do Amazonas – CIEAM.

Autoria: Senador ARTHUR VIRGÍLIO.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
ADENDO AO REQUERIMENTO Nº 29, de 2009 – CAE

Requeiro a realização de Audiência Pública desta Comissão de Assuntos Econômicos para serem debatidas as mudanças cogitadas pelo Governo Federal, no rendimento da caderneta de poupança, com a presença do senhor **Carlos Roberto Lupi**, Ministro de Estado do Trabalho e Emprego; senhor **Henrique Meirelles**, Presidente do Banco Central do Brasil; senhora **Maria Fernanda Ramos Coelho**, Presidenta da Caixa Econômica Federal; senhor **Paulo Skaf**, Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP; e senhor **Luiz Fernando de Souza Emediato**, Presidente da CODEFAT.

Autoria: Senador FLEXA RIBEIRO.

Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 12 DE MAIO DE 2009 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
MENSAGEM (SF) 69, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 409,000,00.00 (quatrocentos e nove milhões de dólares dos Estado Unidos da América), entre o Governo do Estado da Bahia e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, cujos recursos são destinados ao “Programa de Consolidação do Equilíbrio Fiscal para o Desenvolvimento do Estado da Bahia – PROCONFIS”.

Autoria: Presidente da República.

Relatoria: Senador JOÃO VICENTE CLAUDINO.

Parecer: Favorável à matéria na forma do PRS que apresenta.

Resultado: Aprovado parecer favorável nos termos do Projeto de Resolução apresentado. Aprovado, também, Requerimento de Urgência para a matéria.

ITEM Nº 02
MENSAGEM (SF) 68, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 168,000,000.00 (cento e sessenta e oito milhões de dólares dos Estado Unidos da América), entre o Governo do Estado de São Paulo e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, cujos recursos são destinados ao financiamento do “Programa de Investimento nos Transportes Metropolitano de São Paulo – Aquisição de Material Rodante e Sistemas para a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos – CPTM e Estudos, Projetos e Desapropriações para Implantação da Segunda Fase da Linha 5 – Lilás, da Companhia do Metropolitano de São Paulo – Metrô, Trecho Largo 13 – Chácara Klabin.

Autoria: Presidente da República.

Relatoria: Senador FLEXA RIBEIRO.

Parecer: Favorável à matéria na forma do PRS que apresenta.

Resultado: Aprovado parecer favorável nos termos do Projeto de Resolução apresentado. Aprovado, também, Requerimento de Urgência para a matéria.

**ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 34, DE 2001
NÃO TERMINATIVO**

Dispõe sobre a construção de muro de proteção contínuo nas pontes, viadutos e curvas perigosas em rodovias federais.

Autoria: Deputado JAQUES WAGNER.

Relatoria: Senador OSMAR DIAS.

Parecer: Favorável à matéria e da emenda nº 1 – CE com duas emendas que apresenta.

Resultado: Aprovado parecer favorável com as Emendas nºs. 1 – CE/CAE, 2 e 3 – CAE.

EXTRA PAUTA

**ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 30, DE 2009 – CAE.**

Requer nos termos regimentais a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Assuntos Econômicos, para tratar do Crédito Prêmio do IPI, com a presença dos seguintes convidados: senhor **Roberto Gianetti da Fonseca**, Presidente da Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior – FUNCEX; senhor **Luiz Gonzaga Belluzzo**, Presidente do Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento; senhor **Heleno Taveira Torres**, Professor e Livre-Docente de Direito Tributário da Faculdade de Direito da USP; senhor **José Roberto Mendonça de Barros**, Economista; e senhor **Antônio Delfim Netto**, Economista.

Autoria: Senador ALOIZIO MERCADANTE.

Resultado: Aprovado.

**ITEM Nº 02
ADITAMENTO AO REQUERIMENTO Nº 30, DE 2009 – CAE.**

Requer nos termos regimentais a inclusão de um representante da **Secretaria da Receita Federal** na audiência pública aprovada através do Requerimento nº 30, de 2009 – CAE.

Autoria: Senador RAIMUNDO COLOMBO.

Resultado: Aprovado.

**ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 31, DE 2009 - CAE**

Requer nos termos regimentais, para que, em aditamento ao Requerimento nº 20, de 2009 – CAE que requer a realização de Audiência Pública para discutir os impactos econômicos de medida aprovada pela Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, seja convidado também o senhor **Ricardo Morishita**, Diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DPDC) do Ministério da Justiça.

Autoria: Senador RENATO CASAGRANDE.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 32, DE 2009 - CAE

Requer nos termos regimentais, sejam convidados o senhor **José Sérgio Gabrielli de Azevedo**, Presidente do Grupo Petrobrás; o senhor **Almir Guilherme Barbassa**, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Petrobrás; a senhora **Lina Vieira**, Secretária da Receita Federal do Brasil; senhor **Michiaki Hashimura**, Subsecretário de Arrecadação e Atendimento da Receita Federal; o senhor **Hiromi Higuchi**, Advogado Tributarista; o senhor **Arno Hugo Augustin Filho**, Secretário do Tesouro Nacional; o senhor **Eduardo Coutinho Guerra**, Subsecretário Adjunto para Estados e Municípios do Tesouro Nacional; a senhora **Célia Corrêa**, Secretária de Orçamento Federal, do Ministério do Planejamento; o senhor **Marinus Marsico**, Procurador do Tribunal de Contas da União; e o senhor **Eugênio José Guilherme de Aragão**, Subprocurador-Geral do Ministério Público Federal, para prestarem esclarecimentos no âmbito desta Comissão de Assuntos Econômicos sobre as compensações tributárias de receitas com Estados e Municípios e sobre as aplicações de recursos públicos federais direcionados, inclusive para a segurança social, para o Fundo de Amparo ao Trabalhador e para os investimentos em infraestrutura.

Autoria: Senador FLEXA RIBEIRO.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 05
REQUERIMENTO Nº 33, DE 2009 - CAE

Requer nos termos regimentais, seja realizada Audiência Pública para instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 2007, de maneira a se alcançar melhor entendimento e alcance das operações de fomento mercantil “factoring”, com os seguintes convidados: senhor **Luiz Lemos Leite**, Presidente da Associação Nacional das Sociedades de Fomento Mercantil – factoring (ANFAC), senhor **Antônio Carlos Donini**, Presidente da Associação Brasileira de Factoring (ABFAC), senhor **Sérgio Odilon dos Anjos**, Chefe Adjunto do Departamento de Normas e Organização do Sistema Financeiro; e senhor **Sérgio Darcy**, Ex-Presidente do Banco Central.

Autoria: Senadores ALOIZIO MERCADANTE e EDUARDO SUPLICY.

Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 19 DE MAIO DE 2009 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 319, DE 2005
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que “dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente e dá outras providências”, para que os valores arrecadados em pagamento de multas por infração ambiental sejam integralmente revertidos ao Fundo Nacional do Meio Ambiente.

Autoria: Senador PAPALÉO PAES.

Relatoria “ad hoc”: Senador ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR.

Parecer: Pela rejeição da matéria.

Resultado: Aprovado parecer pela rejeição do Projeto. A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa.

ITEM Nº 02

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 279, DE 2007 – COMPLEMENTAR.
NÃO TERMINATIVO**

Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), para estabelecer normas gerais a respeito de contratos administrativos que prevejam a concessão de benefícios para agentes econômicos, inclusive de natureza tributária.

Autoria: Senadora MARIA DO CARMO ALVES.

Relatoria: Senador RENATO CASAGRANDE.

Parecer: Pela rejeição da matéria.

Resultado: Aprovado parecer pela rejeição do Projeto. A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para prosseguimento da tramitação.

ITEM Nº 03

**PROJETO DE RESOLUÇÃO (SF) Nº 63, DE 2002
NÃO TERMINATIVO**

Altera a Resolução do Senado Federal nº 17, de 2001, que “dispõe sobre operações de crédito ao amparo do Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros – PNAFM.

Autoria: Senador TEOTÔNIO VILELA FILHO.

Relatoria “ad hoc”: Senador FLEXA RIBEIRO.

Parecer: Pela rejeição da matéria.

Resultado: Aprovado parecer pela rejeição do Projeto.

ITEM Nº 04

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 247, DE 2007
NÃO TERMINATIVO**

Altera a redação dos §§ 1º e 3º do artigo 1.361, do Código Civil, e dá outras providências. (Altera as formas de constituição e de transferência da propriedade fiduciária).

Autoria: Senador MAGNO MALTA.

Relatoria “ad hoc”: Senador ANTÔNIO CARLOS VALADARES.

Parecer: Pela rejeição da matéria e da Emenda nº 1 de autoria do Senador João Vicente Claudino.

Resultado: Aprovado parecer pela rejeição do Projeto. A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

ITEM Nº 05
REQUERIMENTO (SF) Nº 803, DE 2004
NÃO TERMINATIVO

Requer o sobrestamento do Projeto de Lei do Senado nº 361, de 2003, o qual tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 46, de 2003.

Autoria: Senador ALOIZIO MERCADANTE.

Relatoria “ad hoc”: Senador JOÃO VICENTE CLAUDINO.

Parecer: Pela rejeição da matéria.

Resultado: Aprovado parecer pela rejeição do Requerimento.

ITEM Nº 06
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 238, DE 2006
NÃO TERMINATIVO

Altera o artigo 17 da Lei nº 9.432, de 08 de janeiro de 1997, para prorrogar, por mais dez anos, a não incidência do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) sobre as mercadorias cuja origem ou destino final seja porto localizado na Região Norte ou Nordeste do País.

Autoria: Senador CÉSAR BORGES.

Relatoria: Senador TASSO JEREISSATI.

Parecer: Favorável à matéria e à Emenda nº 1, de autoria do Senador Renato Casagrande.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 – CAE. A matéria vai à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, em decisão terminativa.

ITEM Nº 07
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 132, DE 2001
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre a veiculação de informações turísticas em material didático-escolar e determina outras providências.

Autoria: Deputado RONALDO VASCONCELLOS.

Relatoria: Senador OSMAR DIAS.

Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto. A matéria vai às Comissões de Educação, Cultura e Esporte e a de Desenvolvimento Regional e Turismo, para prosseguimento da tramitação.

ITEM Nº 08
REQUERIMENTO Nº 34, DE 2009 – CAE

Requer a realização de Audiência Pública desta Comissão de Assuntos Econômicos, em conjunto com a Comissão de Infraestrutura, para discutir os impactos econômicos de medida aprovada pela Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, no sentido de estabelecer o regime de liberdade tarifária para as companhias de navegação aérea, nacionais e internacionais, na prestação de serviços aéreos internacionais regulares partindo do Brasil, com a presença dos seguintes convidados: senhora **Solange Paiva Vieira**, Presidenta da ANAC; senhor **Antônio Henrique Pinheiro Silveira**, Secretário de Acompanhamento

Econômico do Ministério da Fazenda; Tenente-Brigadeiro do Ar **Cleonilson Nicário Silva**, Presidente da INFRAERO; e um representante do **Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias – SNEA**.

Autoria: Senador ROMERO JUCÁ.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 09
REQUERIMENTO Nº 35, DE 2009 – CAE

Requer audiência prévia na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, para análise da constitucionalidade e juridicidade do Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2004.

Autoria: Senador ANTÔNIO CARLOS VALADARES.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 10
ADITAMENTO AO REQUERIMENTO Nº 29, DE 2009 – CAE

Requer, que sejam incluídos no rol de convidados o senhor **Guido Mantega**, Ministro de Estado da Fazenda; o senhor **José Luiz da Costa Oreiro**, Economista e Professor da UnB; e o senhor **Paulo Rabelo de Castro**, Professor da UFRJ.

Autoria: Senador FLEXA RIBEIRO.

Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 26 DE MAIO DE 2009 (ORDINÁRIA)

1ª PARTE

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 360, DE 2003
TERMINATIVO

Dispõe sobre a instituição de fundos agronegócios para captação externa de recursos e dá outras providências.

Autoria: Senador ÁLVARO DIAS.

Relatoria: Senador GILBERTO GOELLNER.

Parecer: Pela rejeição da matéria.

Resultado: Rejeitado o Projeto.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 207, DE 2003
TERMINATIVO

Acrescenta dispositivo ao artigo 3º da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, que institui a Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF, e dá outras providências.

Autoria: Senador PAULO PAIM.

Relatoria “ad hoc”: Senador LOBÃO FILHO.

Parecer: Pela rejeição da matéria.

Resultado: Rejeitado o Projeto.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 167, DE 2003
TERMINATIVO

Altera o artigo 1º da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para conceder isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente sobre os automóveis adquiridos por corretores de imóveis.

Autoria: Senador ROMEU TUMA.

Relatoria “ad hoc”: Senador GIM ARGELLO.

Parecer: Pela rejeição da matéria.

Resultado: Rejeitado o Projeto.

ITEM Nº 04
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 182, DE 2006
TERMINATIVO

Acrescenta o inciso VI ao artigo 1º da Lei nº 8.989, de 24 de outubro de 1995, para estender aos representantes comerciais a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados na aquisição de automóveis.

Autoria: Senador MARCOS GUERRA.

Relatoria: Senador ELISEU RESENDE.

Parecer: Pela rejeição da matéria.

Resultado: Rejeitado o Projeto.

ITEM Nº 05
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 109, DE 2006
TERMINATIVO

Altera a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para isentar do Imposto sobre a Renda a remuneração do serviço extraordinário.

Autoria: Senador VALDIR RAUPP.

Relatoria: Senador GIM ARGELLO.

Parecer: Pela rejeição da matéria.

Resultado: Rejeitado o Projeto.

ITEM Nº 06
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 98, DE 2008
TERMINATIVO

Revoga os artigos 9º e 10 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995. (Revoga a isenção de imposto sobre remuneração pagas a titulares, sócios ou acionistas de empresa).

Autoria: Senador JOSÉ NERY.

Relatoria “ad hoc”: Senador CÍCERO LUCENA.

Parecer: Pela rejeição da matéria.

Resultado: Rejeitado o Projeto.

ITEM Nº 07

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 698, DE 2007

NÃO TERMINATIVO

Cria o Programa Nacional de Educação Infantil para a Expansão da Rede Física (PRONEI). Dispõe sobre financiamento para construir e equipar unidades de ensino infantil, altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e dá outras providências.

Autoria: Senadora PATRICIA SABOYA.

Relatoria: Senador GIM ARGELLO.

Parecer: Favorável à matéria com uma emenda que apresenta.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 – CAE. A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais, e posteriormente à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa.

ITEM Nº 08

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 229, DE 2007

NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre o financiamento das Universidades Estaduais e Privadas pela União, e dá outras providências.

Autoria: Senador PAULO PAIM.

Relatoria: Senador EDUARDO AZEREDO.

Parecer: Favorável à matéria na forma da emenda substitutiva que apresenta.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 – CAE (Substitutivo). A matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa.

2ª PARTE

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nºs. 20, 21, 22 e 26, de 2009 – CAE.

Autoria: Senadores ROMERO JUCÁ, ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR, ARTHUR VIRGÍLIO e FLEXA RIBEIRO.

Assunto: Instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2009, que “Estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência; dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica; altera a Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, e a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985; revoga dispositivos da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, e a Lei nº 9.781, de 19 de janeiro de 1999; e dá outras providências.

CONVIDADOS:

Senhora **Mariana Tavares de Araújo**, Secretária de Direitos Econômicos – SDE;
Senhor **Juliano Alcântara Noman**, Superintendente de Serviços Aéreos da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, representando a senhora **Solange Paiva Vieira**, Diretora-Presidenta da ANAC;
Senador **Marcelo Calliari**, Ex-Conselheiro do Conselho Administrativo de Direito Econômico – CADE;
e
Senhor **Nelson Nery Júnior**, Professor da Universidade Estadual Paulista – UNESP.
Resultado: Realizada.

1ª REUNIÃO

REUNIÃO REALIZADA EM 27 DE MAIO DE 2009, EM CONJUNTA COM AS COMISSOES DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA; A DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA; A DE ASSUNTOS SOCIAIS E A DA CRISE FINANCEIRA E EMPREGABILIDADE.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos n.ºs. 2, 5, 8, 14, de 2009 – CAE, 6, DE 2009 – CAS, 18, DE 2009 – CRA, 4 e 34, DE 2009 – CI.

Autoria: Senadores EDUARDO SUPPLY, ARTHUR VIRGÍLIO, TASSO JEREISSATI, INÁCIO ARRUDA, MARCELO CRIVELLA, VALTER PEREIRA e PAULO DUQUE.

Assunto: Debate sobre o papel do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES no enfrentamento da crise financeira e de seus impactos na empregabilidade.

CONVIDADO:

Senhor **Luciano Coutinho**, Presidente do Banco de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

Resultado: Realizada.

2ª REUNIÃO

REUNIÃO REALIZADA EM 27 DE MAIO DE 2009, EM CONJUNTA COM AS COMISSOES DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE (SF); DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO (CD); FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (CD); FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE (CD); E MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO (CN).

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em cumprimento ao disposto no artigo 9º, § 5º da Lei Complementar nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal), determinando que, no prazo de 90 dias após o encerramento de cada semestre, o Banco Central do Brasil apresentará em reunião conjunta das Comissões Temáticas pertinentes do Congresso Nacional, avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das Políticas

Monetária, Creditícia e Cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços – 2º semestre de 2008.

CONVIDADO:

Senhor **Henrique Meirelles**, Presidente do Banco Central do Brasil.

Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 28 DE MAIO DE 2009, EM CONJUNTA COM AS COMISSOES DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA; DE ASSUNTOS SOCIAIS E DA CRISE FINANCEIRA E EMPREGABILIDADE.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nºs. 5, 6, 7, 12, 13 e 29, de 2009 – CAE, 3, DE 2009 – CI e 4, de 2009 - CAS.

Autoria: Senadores ARTHUR VIRGÍLIO, TASSO JEREISSATI, MARCELO CRIVELLA, INÁCIO ARRUDA, ALOIZIO MERCADANTE, CÉSAR BORGES e FLEXA RIBEIRO.

Assunto: Debate sobre a desvalorização da moeda brasileira; a crise econômica; os efeitos da redução de IPI sobre a arrecadação da União, dos Estados e dos Municípios; e as mudanças no rendimento da caderneta de poupança.

CONVIDADO:

Senhor **Guido Mantega**, Ministro de Estado da Fazenda.

Resultado: Realizada.

TOTAL DE REUNIÕES: 07

03 Ordinárias – Deliberativa.

04 Conjuntas – Audiência Pública.

MATÉRIAS APRECIADAS: 37

10 Projetos de Lei do Senado (terminativo).

02 Projetos de Lei do Senado (não terminativo).

02 Projetos de Lei da Câmara (não terminativo).

01 Projeto de Resolução (SF) (não terminativo).

01 Requerimento (SF) (não terminativo).

02 Mensagens (SF).

07 Emendas – CAE.

10 Requerimentos – CAE.

02 Aditivos à Requerimento – CAE.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**Presidenta: Senadora ROSALBA CIARLINI****Vice Presidente: Senador PAULO PAIM****REUNIÃO REALIZADA EM 06 DE MAIO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)****AUDIÊNCIA PÚBLICA****Em atendimento ao Requerimento nº. 25, de 2009 – CAS.****Autoria: Senadores ROSALBA CIARLINI e PAULO PAIM.****Assunto: Debate sobre a Resolução da ANVISA submetida à Consulta Pública nº 69 de 11 de julho de 2007, que dispõe sobre o Regulamento Técnico de Boas Práticas Farmacêuticas em Farmácias e Drogarias.****CONVIDADOS:**

Senhor **Dirceu Raposo de Mello**, Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA;
Senhor **Pedro Zidoi**, Presidente da Associação Brasileira do Comércio Farmacêutico – ABCFARMA;
Senador **Sérgio Mena Barreto**, Presidente-Executivo da Associação Brasileira de Redes de Farmácia e Drogarias – ABRAFARMA;

Senhor **Cácito Augusto Esteves**, Advogado da Confederação Nacional do Comércio – CNC; e

Senhor **Arnaldo Zubioli**, representante do Conselho Federal de Farmácia – CFF.

Resultado: Realizada.**EXTRA PAUTA****ITEM ÚNICO****REQUERIMENTO Nº 32, DE 2009 – CAS**

Nos termos regimentais, e em atendimento ao Requerimento nº. 25, de 2009 – CAS, requero que seja incluído na lista de convidados a participar da audiência pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, para debater a Resolução da ANVISA submetida à Consulta Pública nº 69, de 11 de julho de 2007, que dispõe sobre o Regulamento Técnico de Boas Práticas Farmacêuticas em Farmácia e Drogarias, de autoria dos Senadores Rosalba Ciarlini e Paulo Paim, o senhor **Sérgio Zidoi**, Presidente da Associação Brasileira do Comércio Farmacêutico – ABCFARMA.

Autoria: Senadores ROSALBA CIARLINI e ADELMIR SANTANA.**Resultado: Aprovado.**

**REUNIÃO REALIZADA EM 12 DE MAIO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA) EM CONJUNTO
COM A SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA
DA SAÚDE – CASSAÚDE.**

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos n.ºs. 10 e 19, de 2009 – CAS.

Autoria: Senadores PAPALÉO PAES e ROSALBA CIARLINI.

Assunto: Debate sobre as políticas, programas e projetos a serem implementados pelo Ministério da Saúde ao longo do ano de 2009, bem como a situação atual do Programa Mais Saúde (PAC da Saúde) e a situação atual do SUS.

CONVIDADO:

Senhor **José Gomes Temporão**, Ministro de Estado da Saúde.

Resultado: Realizada.

**REUNIÃO REALIZADA EM 14 DE MAIO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)
AUDIÊNCIA PÚBLICA**

Em atendimento aos Requerimentos n.º. 13, 16 e 31, de 2009 – CAS.

Autoria: Senadores EDUARDO AZEREDO, AUGUSTO BOTELHO, ROSALBA CIARLINI, PAULO PAIM, MARCELO CRIVELLA e ROBERTO CAVALCANTI.

Assunto: Debate sobre as gorjetas pagas em bares, restaurantes e similares, as suas implicações econômicas, trabalhistas e previdenciárias e, conseqüentemente, instruir o Projeto de Lei do Senado n.º 725, de 2007, que “Acrescenta parágrafos ao artigo 457 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), para dispor sobre gorjetas pagas aos garçons e dá outras providências, de autoria da Senadora Patrícia Saboya.

CONVIDADOS:

Senador **Moacyr Roberto Tesch Auersvald**, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade – CONTRATUH;

Senhor **Paulo Solmucci Júnior**, Presidente da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes – ABRASEL;

Senhor **Edson Brás da Silva**, Subprocurador-Geral do Ministério Público do Trabalho;

Senhor **Waltair Mendes Rodrigues**, Presidente do Sindicato dos Garçons, Barmen e Maitres do Estado do Rio de Janeiro;

Senhor **Carlos Augusto Pinto**, Vice-Presidente da Assessoria Jurídica da Confederação Nacional do Turismo – CNTur;

Senhor **Norton Leinhart**, Presidente da Federação Nacional de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares – FNHRBS; e

Senhor **André Augusto Grandizoli**, Secretário Adjunto de Relações do Trabalho, representante do Ministério do Trabalho e Emprego.

Resultado: Realizada.

EXTRA PAUTA**ITEM ÚNICO
REQUERIMENTO Nº 34, DE 2009 – CAS**

Em aditamento ao Requerimento nº 7, de 2009 – CAS, por ocasião da Audiência Pública, sobre Política Nacional de Saúde Mental requero a inclusão do seguinte convidado: doutor **Hélio Lauar de Barros**, da Associação Brasileira de Psiquiatria.

Autoria: Senadores ROSALBA CIARLINI e AUGUSTO BOTELHO.

Resultado: Aprovado.

**REUNIÃO REALIZADA EM 19 DE MAIO DE 2009 EM CONJUNTO COM A SUBCOMISSÃO
PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE.****AUDIÊNCIA PÚBLICA**

Em atendimento aos Requerimentos nº. 7, 19 e 34, de 2009 – CAS.

Autoria: Senadores ROSALBA CIARLINI, FLÁVIO ARNS, INÁCIO ARRUDA e AUGUSTO BOTELHO.

Assunto: Debate sobre a Política Nacional de Saúde Mental.

CONVIDADOS:

Doutor **Pedro Gabriel Godinho Delgado**, Coordenador de Saúde Mental do Ministério da Saúde;

Doutora **Helena Calil**, Professora de Psiquiatria da Escola Paulista de Medicina;

Doutor **Antônio Geraldo da Silva**, Presidente da Associação de Psiquiatria de Brasília; e

Doutor **Hélio Lauar de Barros**, Representante da Associação Brasileira de Psiquiatria.

Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 20 DE MAIO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)**AUDIÊNCIA PÚBLICA**

Em atendimento ao Requerimento nº. 8, de 2009 – CAS.

Autoria: Senadora ROSALBA CIARLINI.

Assunto: Debate sobre as políticas, programas e projetos a serem implementados pelo Ministério da Previdência Social ao longo do ano de 2009.

CONVIDADO:

Senhor **José Barroso Pimentel**, Ministro de Estado da Previdência Social.

Resultado: Realizada.

EXTRA PAUTA**ITEM 01****REQUERIMENTO Nº 35, DE 2009 – CAS**

Nos termos regimentais, requiero que, a Audiência Pública que será realizada no âmbito do Ciclo de Debates sobre o SUS, referente “Às Políticas Sociais e de Assistência à Saúde, voltadas para o Idoso” seja em conjunto com a Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde e com a Subcomissão Permanente do Idoso e tenham como expositores os seguintes convidados: senhora **Maria Alice Toledo**, Professora da Universidade de Brasília – UnB; senhora **Elisa Franco**, Representante da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia; senhor **João Batista de Medeiros**, Representante da Associação dos Idosos; e um representante do **Ministério da Saúde**.

Autoria: Senadora ROSALBA CIARLINI.

Resultado: Aprovado.

ITEM 02**REQUERIMENTO Nº 36, DE 2009 – CAS**

Em aditamento aos Requerimentos nºs 3, de 2009 – CRE e 6, de 2009 – CRA, na Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, a fim de debater o cumprimento das Metas de Desenvolvimento do Milênio fixadas pela Organização das Nações Unidas – ONU, no ano 2000 e adotadas por 1889 países, inclusive o Brasil e devem ser atingidas até 2015, requiero a inclusão do seguinte convidado: senhor **Marcelo Garcia**, Presidente do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social – CONGEMAS. E que a reunião seja realizada em conjunto com as três comissões: CRE, CRA e CAS.

Autoria: Senadora ROSALBA CIARLINI.

Resultado: Aprovado.

ITEM 03**REQUERIMENTO Nº 37, DE 2009 – CAS**

Requero, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública nesta Comissão com a finalidade de debater o tema “O Empreendedor Individual como Política Nacional de Inclusão e Formalização” com a presença dos seguintes convidados: senhor **José Pimentel**, Ministro de Estado da Previdência Social; senhor **Márcio Pochmann**, Presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA; senhor **Paulo Okamoto**, Presidente do SEBRAE Nacional; senhor **José Tarcísio da Silva**, Presidente da Confederação das Entidades de Micro e Pequenas Empresas – COMICRO.

Autoria: Senador ROBERTO CAVALCANTI.

Resultado: Aprovado.

ITEM 04
REQUERIMENTO Nº 38, DE 2009 – CAS

Requeiro, nos termos do artigo 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública para instruir a tramitação do Projeto de Lei da Câmara nº 122, de 2006, que altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, dá nova redação ao § 3º do artigo 140 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e o artigo 5º da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências. Para tanto, apresento a seguinte relação de personalidades convidadas: Ministro **Célio Borja**; **Frei Antônio Mozer**, Professor de Teologia Moral e Bioética do Instituto Teológico Franciscano de Petrópolis – RJ; **Reverendo Guilhermino Cunha**, da Igreja Presbiteriana do Brasil; e senhor **Carlos Alves Moura**, Secretário-Executivo da Comissão Brasileira de Justiça e Paz da CNBB.

Autoria: Senadores MARCELO CRIVELLA e ROBERTO CAVALCANTI.

Resultado: Aprovado.

ITEM 05
REQUERIMENTO Nº 39, DE 2009 – CAS

Requeiro nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública para discutir a recusa por parte das concessionárias de serviços públicos de telefonia em receber doações para caridade nas contas dos serviços, com os seguintes convidados: senhor **Ronaldo Mota Sardenberg**, Presidente da ANATEL; senhor **José Aluisio Vieira**, Presidente da Fundação PRÓ-RIM; senhor **Luis Eduardo Falco**, Presidente da OI/TELEMAR NORTE LESTE/BRASIL TELECOM Celular S.A.; senhor **Roberto Oliveira de Lima**, Presidente da VIVO; e senhor **Cássio Resende**, Superintendente Geral do Instituto Mário Penna de Belo Horizonte.

Autoria: Senadora RAIMUNDO COLOMBO.

Resultado: Aprovado.

**REUNIÃO REALIZADA EM 26 DE MAIO DE 2009, EM CONJUNTO COM AS
SUBCOMISSÕES PERMANENTES DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA
SAÚDE E DO IDOSO.**

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos n.ºs. 19 e 35, de 2009 – CAS.

Autoria: Senadora ROSALBA CIARLINI.

Assunto: Ciclo de debates sobre o SUS, referente “Às Políticas Sociais e de Assistência à Saúde, voltadas para o Idoso”.

CONVIDADOS:

Senhor **José Luiz Telles de Almeida**, Diretor do Departamento de Ações Programática e Estratégica do Ministério da Saúde – DAPES;

Senhora **Maria Alice Toledo**, Professora de Psiquiatria da Universidade de Brasília – UnB;

Senhora **Elisa Franco de Assis Costa**, Ex-Presidenta da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia – SBGG; e

Senhor **João Batista de Medeiros**, Gerontólogo Social.

Resultado: Realizada.

EXTRA PAUTA

ITEM ÚNICO

REQUERIMENTO Nº 40, DE 2009 – CAS

Nos termos do inciso II do parágrafo 2º do artigo 58 da Constituição Federal, combinado com os incisos II, IX e X do artigo 90 do Regimento Interno do Senado Federal, requero a realização de Audiência Pública, no âmbito da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde (CASSAUDE) a fim de debater as políticas públicas para a prevenção às queimaduras e a reabilitação de queimados. As autoridades das quais se pede a participação são: doutor **José Adorno**, Coordenador de Cirurgia Plástica da Unidade de Queimadas do HRAN; doutor **Flávio Narduz Novaes**, Presidente da Sociedade Brasileira de Queimaduras; senhora **Ana Aparecida de França e Silva**, Presidenta da Associação dos portadores de seqüelas por queimaduras; e um representante do **Ministério da Saúde**.

Autoria: Senadora ROSALBA CIARLINI.

Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 27 DE MAIO DE 2009, EM CONJUNTA COM AS COMISSOES DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA; A DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA; A DE ASSUNTOS ECONÔMICOS E A DA CRISE FINANCEIRA E EMPREGABILIDADE.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nºs. 2, 5, 8, 14, de 2009 – CAE, 6, DE 2009 – CAS, 18, DE 2009 – CRA, 4 e 34, DE 2009 – CI.

Autoria: Senadores EDUARDO SUPPLY, ARTHUR VIRGÍLIO, TASSO JEREISSATI, INÁCIO ARRUDA, MARCELO CRIVELLA, VALTER PEREIRA e PAULO DUQUE.

Assunto: Debate sobre o papel do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES no enfrentamento da crise financeira e de seus impactos na empregabilidade.

CONVIDADO:

Senhor **Luciano Coutinho**, Presidente do Banco de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 28 DE MAIO DE 2009, EM CONJUNTA COM AS COMISSOES DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA; DE ASSUNTOS ECONÔMICOS E DA CRISE FINANCEIRA E EMPREGABILIDADE.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos n.ºs. 5, 6, 7, 12, 13 e 29, de 2009 – CAE, 3, DE 2009 – CI e 4, de 2009 - CAS.

Autoria: Senadores ARTHUR VIRGÍLIO, TASSO JEREISSATI, MARCELO CRIVELLA, INÁCIO ARRUDA, ALOIZIO MERCADANTE, CÉSAR BORGES e FLEXA RIBEIRO.

Assunto: Debate sobre a desvalorização da moeda brasileira; a crise econômica; os efeitos da redução de IPI sobre a arrecadação da União, dos Estados e dos Municípios; e as mudanças no rendimento da caderneta de poupança.

CONVIDADO:

Senhor **Guido Mantega**, Ministro de Estado da Fazenda.

Resultado: Realizada.

TOTAL DE REUNIÕES: 08

03 Extraordinárias – Audiência Pública.

05 Conjuntas – Audiência Pública.

MATÉRIAS APRECIADAS: 08

08 Requerimentos – CAS.

SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E PREVIDÊNCIA SOCIAL – CAS.

Presidente: Senador Paulo Paim

Vice Presidente: Senador Mozarildo Cavalcanti

REUNIÃO REALIZADA EM 05 DE MAIO DE 2009 (ORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos n.ºs. 21, 26 e 27, de 2009 – CAS.

Autoria: Senador PAULO PAIM.

Assunto: Instruir o Projeto de Lei do Senado n.º 152, de 2007 e o Projeto de Lei do Senado n.º 115, de 2007, que dispõe sobre a regulamentação da profissão dos Comerciantes.

CONVIDADOS:

Senador **Adelmir Santana**, Presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do DF – FECOMERCIO;

Senhor **Ricardo Patah**, Presidente da União Geral dos Trabalhadores – UGT;

Senador **José Augusto**, Coordenador do Fórum Sindical dos Trabalhadores;

Senhor **Luiz Carlos Motta**, Representante da Força Sindical;

Senhor **Vicente Silva**, Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores – CNTC; e

Senhor **José Alves Paixão**, Representante da Nova Central Sindical.

Resultado: Realizada.

TOTAL DE REUNIÕES: 01

01 Ordinária – Audiência Pública.

MATÉRIAS APRECIADAS:**SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO,
ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE – CASSAÚDE.**

Presidente: Senador AUGUSTO BOTELHO

Vice Presidente: Senador PAPALÉO PAES

REUNIÃO REALIZADA EM 06 DE MAIO DE 2009 (ORDINÁRIA).

ITEM ÚNICO

Eleição do Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão.

Resultado: Foram eleitos os Senadores Augusto Botelho e Papaléo Paes, para os cargos de Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

**REUNIÃO REALIZADA EM 12 DE MAIO DE 2009 EM CONJUNTO COM A COMISSÃO DE
ASSUNTOS SOCIAIS.**

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos n.ºs. 10 e 19, de 2009 – CAS.

Autoria: Senadores PAPALÉO PAES e ROSALBA CIARLINI.

Assunto: Debate sobre as políticas, programas e projetos a serem implementados pelo Ministério da Saúde ao longo do ano de 2009, bem como a situação atual do Programa Mais Saúde (PAC da Saúde) e a situação atual do SUS.

CONVIDADO:

Senhor **José Gomes Temporão**, Ministro de Estado da Saúde.

Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 19 DE MAIO DE 2009 EM CONJUNTO COM A COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS.**AUDIÊNCIA PÚBLICA**

Em atendimento aos Requerimentos nº. 7, 19 e 34, de 2009 – CAS.

Autoria: Senadores ROSALBA CIARLINI, FLÁVIO ARNS, INÁCIO ARRUDA e AUGUSTO BOTELHO.

Assunto: Debate sobre a Política Nacional de Saúde Mental.

CONVIDADOS:

Doutor **Pedro Gabriel Godinho Delgado**, Coordenador de Saúde Mental do Ministério da Saúde;

Doutora **Helena Calil**, Professora de Psiquiatria da Escola Paulista de Medicina;

Doutor **Antônio Geraldo da Silva**, Presidente da Associação de Psiquiatria de Brasília; e

Doutor **Hélio Lauar de Barros**, Representante da Associação Brasileira de Psiquiatria.

Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 26 DE MAIO DE 2009, EM CONJUNTO COM A COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS E A SUBCOMISSÕES PERMANENTES DO IDOSO.**AUDIÊNCIA PÚBLICA**

Em atendimento aos Requerimentos nºs. 19 e 35, de 2009 – CAS.

Autoria: Senadora ROSALBA CIARLINI.

Assunto: Ciclo de debates sobre o SUS, referente “Às Políticas Sociais e de Assistência à Saúde, voltadas para o Idoso”.

CONVIDADOS:

Senhor **José Luiz Telles de Almeida**, Diretor do Departamento de Ações Programática e Estratégica do Ministério da Saúde – DAPES;

Senhora **Maria Alice Toledo**, Professora de Psiquiatria da Universidade de Brasília – UnB;

Senhora **Elisa Franco de Assis Costa**, Ex-Presidenta da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia – SBBG; e

Senhor **João Batista de Medeiros**, Gerontólogo Social.

Resultado: Realizada.

TOTAL DE REUNIÕES: 04

01 Ordinária – Eleição do Presidente e do Vice-Presidente.
03 Conjuntas – Audiência Pública.

MATÉRIAS APRECIADAS:**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ**

Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES

Vice Presidente: Senador WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

REUNIÃO REALIZADA EM 06 DE MAIO DE 2009 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 47, DE 2008
NÃO TERMINATIVO**

Altera a redação do artigo 29-A da Constituição Federal, tratando das disposições relativas à recomposição das Câmaras Municipais.

Autoria: Senador CÉSAR BORGES e outros Senhores Senadores.

Relatoria: Senador VALTER PEREIRA.

Parecer: Favorável à matéria na forma da emenda substitutiva que apresenta.

Obs: Durante a discussão, o Relator, retira o seu relatório e acolhe na íntegra o Voto em Separado do Senador Antônio Carlos Valadares, que passa a constituir Parecer da Comissão.

Resultado: Aprovado parecer favorável à Proposta nos termos da Emenda nº 1 – CCJ (Substitutivo).

ITEM Nº 02**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 138, DE 2008**

(PL. nº 00706, de 2007, na origem)

NÃO TERMINATIVO

Altera o artigo 65, da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, dispondo sobre a proibição de comercialização de tintas em embalagens do tipo aerossol a menores de 18 (dezoito) anos, e dá outras providências.

Autoria: Deputado MAGELA.

Relatoria: Senadora MARINA SILVA.

Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 104, DE 2007
TERMINATIVO

Altera o artigo 7º da Lei nº 9.527, de 1997, que “Altera dispositivos das Leis nºs. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, 8.460, de 17 de setembro de 1992, e 2.180, de 5 de fevereiro de 1954, e dá outras providências”.

Autoria: Senador ÁLVARO DIAS.

Relatoria: Senador DEMÓSTENES TORRES.

Parecer: Contrário à matéria.

Resultado: Rejeitado o Projeto.

REUNIÃO REALIZADA EM 13 e 14 DE MAIO DE 2009 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 35, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Acrescenta o § 3º ao artigo 143 da Constituição da República Federativa do Brasil para tornar facultativo o serviço militar para as mulheres.

Autoria: Senador ROMEU TUMA e outros Senhores Senadores.

Relatoria: Senador EXPEDITO JÚNIOR.

Parecer: Favorável à matéria na forma da emenda substitutiva que apresenta.

Resultado: Aprovado parecer favorável à Proposta nos termos da Emenda nº 1 – CCJ (Substitutivo).

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO (SF) Nº 173, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Requer nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, votos de congratulações ao Deputado **José Megale**, Líder do PSDB, na Assembléia Legislativa do Estado do Pará, por sua postura em cobrar explicação da Governadora Ana Júlia Carepa sobre a compra de kits escolares, sem licitação, de uma empresa no Estado do Pará.

Autoria: Senador MÁRIO COUTO.

Relatoria: Senador DEMÓSTENES TORRES.

Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Requerimento.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO (SF) Nº 174, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Requer nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, votos de congratulações ao jornalista **João Carlos Magalhães**, do Jornal Folha de São Paulo, da Agência da Folha em Belém, pela

excelente matéria veiculada na edição de hoje, no caderno Brasil, sob o título Pará entrega Kit escolar elogioso ao governo.

Autoria: Senador **MÁRIO COUTO**.

Relatoria: Senador **DEMÓSTENES TORRES**.

Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Requerimento.

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO (SF) Nº 89, DE 2006
NÃO TERMINATIVO

Requerem nos termos do artigo 223 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de censura ao Advogado **Marcos Augusto Perez**, que defende o Presidente do SEBRAE nas investigações da CPI dos Bingos, pelas insólitas e descorteses frases proferidas com o propósito de agredir o Congresso Nacional.

Autoria: Senador **ARTHUR VIRGÍLIO** e outros Senhores Senadores.

Relatoria: Senador **DEMÓSTENES TORRES**.

Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Requerimento.

ITEM Nº 05
REQUERIMENTO Nº 26, DE 2009 – CCJ

Requeiro nos termos do artigo 281, do Regimento Interno do Senado Federal, dispensa de intertício previsto pelo artigo 2º do Ato nº 1, de 2007 – CCJ, para imediata apreciação dos Ofícios “S” n.ºs. 36, 30, 39, 27, 28, 37, 38, 31, 32, 33, 34, 29, 40 e 35, de 2009, que submetem à aprovação do Senado Federal a escolha de autoridades para compor o Conselho Nacional de Justiça e o Conselho Nacional do Ministério Público.

Autoria: Senador **ADELMIR SANTANA**.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 06
REQUERIMENTO Nº 27, DE 2009 – CCJ

Requeiro nos termos regimentais, a retirada do Requerimento nº 26, de 2009 – CCJ.

Autoria: Senador **ARTHUR VIRGÍLIO**.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 07
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 4, DE 2005
(PL. nº 01376/2003, na origem)
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre a política de controle da natalidade de cães e gatos e dá outras providências.

Autoria: Deputado **AFFONSO CAMARGO**.

Relatoria “ad doc”: Senador ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR.

Parecer: Favorável à matéria com uma emenda que apresenta.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1 – CCJ. A matéria vai às Comissões de Assuntos Econômicos e a de Assuntos Sociais.

ITEM Nº 08
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 15, DE 2006
(PL. nº 04924/2005, na origem)
NÃO TERMINATIVO

Altera o § 4º do artigo 9º da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências. (Dispõe sobre a representação nas causas de valor até vinte salários mínimos).

Autoria: Deputado BERNARDO ARISTON.

Relatoria: Senadora SERYS SLHESSARENKO.

Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 09
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 14, DE 2007
(PL. nº 00761/2003, na origem)
NÃO TERMINATIVO

Dá nova redação ao artigo 2º da Lei nº 9.954, de 06 de janeiro de 2000, (inclui o Ceará na área de atuação da CODEFASF).

Autoria: Deputado ROBERTO PESSOA.

Relatoria “ad hoc”: Senador ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR.

Parecer: Favorável à matéria com duas emendas que apresenta.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nº 1 e 2 – CCJ. A matéria vai à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

ITEM Nº 10
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 31, DE 2007
(PL. nº 00064/1999, na origem)
NÃO TERMINATIVO

Estabelece a admissão tácita de paternidade no caso em que menciona.

Autoria: Deputada IARA BERNARDI.

Relatoria: Senador ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR.

Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 11
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 29, DE 2008
(PL. nº 07163/2006, na origem)
NÃO TERMINATIVO

Autoriza o Instituto Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial – INMETRO a promover a alienação de bem público.

Autoria: Presidência da República.

Relatoria “ad hoc”: Senador RENATO CASAGRANDE.

Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 12
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 33, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Altera o artigo 100 da Constituição Federal para estabelecer hipótese de pagamento de condenação judicial de Fazenda Pública sem utilização do sistema de precatório.

Autoria: Senador GEOVANI BORGES e outros Senhores Senadores.

Relatoria “ad hoc”: Senador RENATO CASAGRANDE.

Parecer: Pelo arquivamento da matéria.

Resultado: Aprovado parecer pelo arquivamento da Proposta.

ITEM Nº 13
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 141, DE 2008
(PL. nº 00795/1999, na origem)
NÃO TERMINATIVO

Estabelece normas formais para o envio ao Congresso Nacional de atos internacionais sujeitos ao seu referendo.

Autoria: Deputado ALBERTO FRAGA.

Relatoria “ad hoc”: Senador RENATO CASAGRANDE.

Parecer: Favorável à matéria com uma emenda que apresenta.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1 – CCJ. A matéria vai à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

ITEM Nº 14
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 143, DE 2008
(PL. nº 00388/2003, na origem)
NÃO TERMINATIVO

Altera a redação do artigo 70 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor. (Inclui a substituição ou retirada de peças e componentes, sem autorização do consumidor no fornecimento de serviços).

Autoria: Deputado MAURÍCIO RABELO.

Relatoria: Senadora SERYS SLHESSARENKO.

Parecer: Favorável à matéria com duas emendas que apresenta.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1 e 2 – CCJ. A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

ITEM Nº 15
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 172, DE 2008
(PL. nº 00225/2007, na origem)
NÃO TERMINATIVO

Acrescenta artigo 81-A à Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre placa indicativa de pronto-socorro nas rodovias.

Autoria: Deputado LOBBE NETO.

Relatoria “ad hoc”: Senador RENATO CASAGRANDE.

Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 16
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 391, DE 2003
NÃO TERMINATIVO

Proíbe a publicação em jornais de anúncio de emprego, sem a devida identificação da empresa contratante.

Autoria: Senador PAULO PAIM.

Relatoria “ad hoc”: Senador RENATO CASAGRANDE.

Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

ITEM Nº 17
OFÍCIO “S” Nº 48, DE 2000
(Ofício nº 06889/2000, na origem)
NÃO TERMINATIVO

Encaminha ao Senado Federal informações sobre providências adotadas pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, em cumprimento às sugestões e determinações da CPI do Senado Federal instalada para apurar irregularidades na autorização, emissão e negociação de títulos públicos, constante da folha 382, do Relatório Final.

Autoria: Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Relatoria “ad hoc”: Senador VALDIR RAUPP.

Parecer: Pelo arquivamento da matéria.

Resultado: Aprovado parecer pelo arquivamento do Ofício.

ITEM Nº 18
OFÍCIO “S” Nº 55, DE 2000
(Ofício nº 00825/2000, na origem)
NÃO TERMINATIVO

Encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 1.830, de 1997, daquela Corte de Contas, bem como cópia dos fundamentos da referida Decisão (TC n.ºs. 9701268-3 e 9701879-0), em resposta aos Ofícios SF n.ºs. 725 e 1316, de 2000, do Senado Federal, que solitaram informações sobre as providências adotadas pelo Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, em cumprimento às determinações e sugestões contidas no Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Títulos Públicos.

Autoria: Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco.

Relatoria “ad hoc”: Senador VALDIR RAUPP.

Parecer: Pelo arquivamento da matéria.

Resultado: Aprovado parecer pelo arquivamento do Ofício.

ITEM Nº 19
OFÍCIO “S” Nº 54, DE 2000
NÃO TERMINATIVO

Encaminha ao Senado Federal os documentos do seu cliente senhor **Eduardo Jorge Caldas Pereira**; declaração de rendimentos – pessoa física e pessoas jurídicas; demonstrativos da origem dos recursos utilizados na compra de imóvel no Rio de Janeiro; extratos bancários de conta no City Bank em Nova Iorque; cópia de petição ao Juiz Federal da 12ª Vara da Seção Judiciária de São Paulo, para fins de obtenção, junto ao Banco Central, de declaração a respeito de eventuais depósitos na conta bancária de seu cliente oriundos de recursos destinados ao TRT/SP, bem como informação sobre a transferência, à Subcomissão do Judiciário, dos sigilos pessoais do seu cliente e esposa referentes ao período em que exerceu o cargo de Secretário-Geral da Presidência da República.

Autoria: Externo – José Gerardo Grossi.

Relatoria “ad hoc”: Senador VALDIR RAUPP.

Parecer: Pelo arquivamento da matéria.

Resultado: Aprovado parecer pelo arquivamento do Ofício.

ITEM Nº 20
OFÍCIO “S” Nº 54, DE 2007
(Ofício nº 00860/2007, na origem)
NÃO TERMINATIVO

Encaminha ao Senado Federal, cópia do Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada no âmbito daquela Casa Legislativa, para investigar irregularidades praticadas por distribuidoras e corretoras de valores e câmbio, conforme apuração feita pela CPMI dos Correios.

Autoria: Presidente da Câmara Municipal do Rio de Janeiro.

Relatoria “ad hoc”: Senador VALDIR RAUPP.

Parecer: Pelo arquivamento da matéria.

Resultado: Aprovado parecer pelo arquivamento do Ofício.

ITEM Nº 21
OFÍCIO “S” Nº 5, DE 2007
(Ofício nº 00035/1993, na origem)
NÃO TERMINATIVO

Do Presidente do Banco Central do Brasil, encaminhando ao Senado Federal, solicitação da Prefeitura Municipal de Santa Rosa da Serra (MG), para contratar operação de crédito no valor de CR\$ 125.000.000,00 (cento e vinte e cinco milhões de cruzeiros), a preço de setembro de 1992, junto ao Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A – BDMG.

Autoria: Presidente do Banco Central do Brasil.

Relatoria “ad hoc”: Senador VALDIR RAUPP.

Parecer: Pelo arquivamento da matéria.

Resultado: Aprovado parecer pelo arquivamento do Ofício.

ITEM Nº 22
PROJETO DE RESOLUÇÃO (SF) Nº 2, DE 2003
NÃO TERMINATIVO

Cria o Programa Jovem Cidadão Brasileiro no Senado Federal.

Autoria: Senador PAULO PAIM.

Relatoria “ad hoc”: Senador VALDIR RAUPP.

Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto. A matéria vai às Comissões de Educação, Cultura e Esporte e Diretora.

REUNIÃO REALIZADA EM 20 e 21 DE MAIO DE 2009 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 59, DE 2009
(PL. 2.509, DE 2007, na origem)
TERMINATIVO

Altera dispositivos da Lei nº 10.356, de 27 de dezembro de 2001 – Plano de Carreira do Tribunal de Contas da União e dá outras providências.

Autoria: Tribunal de Contas da União.

Relatoria: Senador MARCO MACIEL.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 02
OFÍCIO “S” Nº 18, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Encaminha ao Senado Federal, nos termos do disposto nos incisos I e III do artigo 130-A, da Constituição Federal o nome do senhor **Nicolao Dino de Castro e Costa Neto**, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

Autoria: Procurador-Geral da República.

Relatoria: Senador VALTER PEREIRA.

Parecer: A Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação.

Resultado: Aprovado parecer favorável, com 17 votos sim e 1 não.

ITEM Nº 03
OFÍCIO “S” Nº 19, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Encaminha ao Senado Federal, em atenção ao disposto nos incisos I e III do artigo 130-A, da Constituição Federal o nome da doutora **Sandra Lia Simón**, Procuradora Regional do Trabalho, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

Autoria: Procurador-Geral da República.

Relatoria: Senador ELISEU RESENDE.

Parecer: A Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação.

Resultado: Aprovado parecer favorável, com 18 votos sim.

ITEM Nº 04
OFÍCIO “S” Nº 20, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Encaminha ao Senado Federal, nos termos do artigo 130-A, inciso V, da Constituição Federal, e de acordo com a Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal, a indicação da doutora **Maria Ester Henriques Tavares**, Procuradora de Justiça Militar, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

Autoria: Procurador-Geral da República.

Relatoria “ad hoc”: Senadora LÚCIA VÂNIA.

Parecer: A Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação.

Resultado: Aprovado parecer favorável, com 17 votos sim e 1 não.

ITEM Nº 05
OFÍCIO “S” Nº 21, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Encaminha ao Senado Federal, nos termos do artigo 130-A, inciso V, da Constituição Federal, e de acordo com a Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal, a indicação do doutor **Diaulas Costa Ribeiro**, Promotor de Justiça, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

Autoria: Procurador-Geral da República.

Relatoria: Senador ANTÔNIO CARLOS VALADARES.

Parecer: A Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação.
Resultado: Aprovado parecer favorável, com 10 votos sim, 6 votos não e 1 abstenção.

ITEM Nº 06
OFÍCIO “S” Nº 24, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Encaminha ao Senado Federal, nos termos do disposto nos incisos I e III do artigo 130-A, da Constituição Federal o nome do doutor **Sandro José Neis**, Promotor de Justiça, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

Autoria: Procurador-Geral da República.

Relatoria: Senador RAIMUNDO COLOMBO.

Parecer: A Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação.

Resultado: Aprovado parecer favorável, com 16 votos sim, 1 votos não e 1 abstenção.

ITEM Nº 07
OFÍCIO “S” Nº 22, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Encaminha ao Senado Federal, nos termos do disposto nos incisos I e III do artigo 130-A, da Constituição Federal o nome do doutor **Carlos Barros Silva**, Procurador de Justiça, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

Autoria: Procurador-Geral da República.

Relatoria: Senador PEDRO SIMON.

Parecer: A Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação.

Resultado: Aprovado parecer favorável, com 18 votos sim.

ITEM Nº 08
OFÍCIO “S” Nº 23, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Encaminha ao Senado Federal, nos termos do artigo 130-A, inciso V, da Constituição Federal, e de acordo com a Resolução nº 7, de 2005 do Senado Federal, a indicação do doutor **Achiles de Jesus Siquara Filho**, Procurador de Justiça, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

Autoria: Procurador-Geral da República.

Relatoria: Senador ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR.

Parecer: A Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação.

Resultado: Aprovado parecer favorável, com 17 votos sim, 1 votos não.

ITEM Nº 09
OFÍCIO “S” Nº 25, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Encaminha ao Senado Federal, nos termos do artigo 130-A, inciso V, da Constituição Federal, a indicação da Juíza Federal **Thaís Schilling Ferraz**, da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Sul – Tribunal

Regional Federal da 4ª Região, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público – Biênio 2009/2001.

Autoria: Presidente do Supremo Tribunal Federal.

Relatoria: Senador NEUTO DE CONTO.

Parecer: A Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação.

Resultado: Aprovado parecer favorável, com 18 votos sim.

ITEM Nº 10
OFÍCIO “S” Nº 15, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Encaminha ao Senado Federal, o nome do Desembargador **Sérgio Feltrin Corrêa**, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, escolhido em Sessão Plenária daquela Corte, para o Biênio 2009/2011.

Autoria: Presidente do Superior Tribunal de Justiça.

Relatoria “ad hoc”: Senador EXPEDITO JÚNIOR.

Parecer: A Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação.

Resultado: Aprovado parecer favorável, com 18 votos sim.

ITEM Nº 11
OFÍCIO “S” Nº 16, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Encaminha ao Senado Federal, nos termos do artigo 130-A, inciso V, da Constituição Federal, e de acordo com a Resolução 7, de 2005, do Senado Federal, a indicação do senhor **Adilson Gurgel de Castro**, inscrito na OAB/RN sob o nº 670, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

Autoria: Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção DF.

Relatoria: Senador EFRAIM MORAIS.

Parecer: A Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação.

Resultado: Aprovado parecer favorável, com 18 votos sim.

ITEM Nº 12
OFÍCIO “S” Nº 17, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Encaminha ao Senado Federal, nos termos do artigo 130-A, inciso V, da Constituição Federal, e de acordo com as exigências previstas na Resolução 7, de 2005, do Senado Federal, a indicação do Advogado **Almino Afonso Fernandes**, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

Autoria: Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção DF.

Relatoria: Senador JAYME CAMPOS.

Parecer: A Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação.
Resultado: Aprovado parecer favorável, com 18 votos sim.

ITEM Nº 13
OFÍCIO “S” Nº 26, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

De acordo com o que dispõe o inciso VI do artigo 130-A, da Constituição Federal, indicam o nome do senhor **Bruno Dantas Nascimento**, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

Autoria: Líderes Partidários (SF).

Relatoria: Senador MARCO MACIEL.

Parecer: A Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação.

Resultado: Aprovado parecer favorável, com 17 votos sim e 1 abstenção.

ITEM Nº 14
OFÍCIO “S” Nº 39, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Comunica ao Senado Federal, de acordo com o que dispõe o inciso IV e V e no § 2º do artigo 103-B da Constituição Federal, a indicação do Juiz de Direito **Paulo de Tarso Tamburini Souza**, da Comarca de Belo Horizonte – Tribunal de Justiça de Minas Gerais, para compor o Conselho Nacional de Justiça para o Biênio 2009/2011.

Autoria: Presidente do Supremo Tribunal Federal.

Relatoria: Senador EDUARDO AZEREDO.

Parecer: A Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação.

Resultado: Aprovado parecer favorável, com 19 votos sim.

ITEM Nº 15
OFÍCIO “S” Nº 40, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Nos termos do disposto no inciso XIII do artigo 103-B da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004, e de acordo com as normas regimentais, indica, para compor o Conselho Nacional de Justiça, pelo Senado Federal, o nome do doutor **Marcelo da Costa Pinto Neves**.

Autoria: Liderança do PT.

Relatoria: Senador EDUARDO SUPPLY.

Parecer: A Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação.

Resultado: Aprovado parecer favorável, com 20 votos sim e 1 abstenção.

ITEM Nº 16
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 74, DE 2006
(PL. 04681, DE 2004, na origem)
NÃO TERMINATIVO

Altera o Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 – Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro, para adequá-lo à Constituição Federal em vigor. (Dispõe sobre a vigência das leis estaduais, a homologação das sentenças estrangeiras declaratórias do estado das pessoas e o divórcio realizado no estrangeiro).

Autoria: Deputado FERNANDO CORUJA.

Relatoria “ad hoc”: Senador ANTÔNIO CARLOS VALADARES.

Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 17
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 81, DE 2008
(PL. 07024, DE 2006, na origem)
NÃO TERMINATIVO

Acrescenta o artigo 349-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal. (Tipifica como crime o ingresso de aparelhos de comunicação, sem autorização, em estabelecimento prisional).

Autoria: Deputado ALBERTO FRAGA.

Relatoria: Senador ROMEU TUMA.

Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 18
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 135, DE 2008
(PL. 00798, DE 2007, na origem)
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para estabelecer penas alternativas aplicáveis aos crimes de trânsito.

Autoria: Deputado HUGO LEAL.

Relatoria “ad hoc”: Senador ANTÔNIO CARLOS VALADARES.

Parecer: Favorável à matéria com uma emenda que apresenta.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 – CCJ.

ITEM Nº 19
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 363, DE 2003
NÃO TERMINATIVO

Torna obrigatória a inserção de mensagens alusivas aos danos decorrentes do consumo de drogas nas páginas da Internet.

Autoria: Senador PAULO OCTÁVIO.

Relatoria: Senador EDUARDO SUPPLY.

Parecer: Favorável à matéria com duas emendas que apresenta.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs. 1 e 2 – CCJ. A matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte e, posteriormente à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa.

ITEM Nº 20
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 615, DE 2007
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 9.029, de 13 de abril de 1995, para proibir o uso de informações constantes dos cadastros das agências de proteção ao crédito e afins, para efeitos admissionais ou de permanência da relação jurídica de trabalho e dá outras providências.

Autoria: Senador MARCELO CRIVELLA.

Relatoria: Senador EDUARDO SUPPLY.

TRAMITA EM CONJUNTO COM O

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 283, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 9.029, de 13 de abril de 1995, que “proíbe a exigência de atestados de gravidez e esterilização, e outras práticas discriminatórias, para efeitos admissionais ou de permanência da relação jurídica de trabalho”, para definir ações e crimes resultantes de discriminação na relação de trabalho.

Autoria: Senador ANTÔNIO CARLOS VALADARES.

Relatoria: Senador EDUARDO SUPPLY.

Parecer: Favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 615, de 2007, na forma da emenda substitutiva que apresenta, e contrário ao PLS nº 283, de 2008.

Obs: Durante a discussão, o Senador Eduardo Suply reformula o seu Relatório, concluindo pela aprovação do PLS nº 615, e aprovação do PLS 283, de 2008, nos termos da emenda substitutiva que apresenta.

Resultado: Aprovado parecer favorável aos Projetos nos termos da Emenda nº 1 – CCJ (Substitutivo). A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

ITEM Nº 21
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 12, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Susta a aplicação da expressão transitada em julgado, constante do inciso III do artigo 4º do Decreto nº 6.187, de 14 de agosto de 2007, que regulamenta a Lei nº 11.345, de 14 de setembro de 2006, institui o concurso de prognóstico denominado Timemania, estabelece os critérios de participação e adesão das entidades de prática desportiva da modalidade de futebol profissional e dispõe sobre o parcelamento de débitos tributários e não-tributários e para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, e dá outras providências.

Autoria: Senador ÁLVARO DIAS.

Relatoria “ad hoc”: Senador ANTÔNIO CARLOS VALADARES.

Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 22
REQUERIMENTO “SF” Nº 591, DE 2003
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Aplauso ao Jornal do Brasil e, em especial ao jornalista **Xico Sá** pela publicação, na edição de 06 de junho de 2003, de reportagem enfocando as dificuldades enfrentadas pela população carente no sertão de Minas Gerais.

Autoria: Senador EDUARDO AZEREDO.

Relatoria “ad hoc”: Senador ANTÔNIO CARLOS VALADARES.

Parecer: Favorável à matéria.

Obs: Durante a discussão, a Comissão decide pela prejudicialidade da matéria.

Resultado: Aprovado parecer pela prejudicialidade do Requerimento.

REUNIÃO REALIZADA EM 27 e 28 DE MAIO DE 2009 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 65, DE 2009
(PL. 00552, DE 2007, na origem)
TERMINATIVO

Dispõe sobre a criação de provimento efetivo e funções comissionadas no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região (BA).

Autoria: Presidente do Tribunal Superior do Trabalho.

Relatoria: Senador CÉSAR BORGES.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 66, DE 2009
(PL. 01932, DE 2007, na origem)
TERMINATIVO

Altera a composição do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região (GO) e dá outras providências.

Autoria: Presidente do Tribunal Superior do Trabalho.

Relatoria “ad hoc”: Senadora LÚCIA VÂNIA.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 03
OFÍCIO “S” Nº 36, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Encaminha ao Senado Federal, nos termos do artigo 130-B, incisos III, VIII e IX, da Constituição Federal, o nome do Exmo. Ministro **Ives Gandra Martins Filho**, do Tribunal Superior do Trabalho, para compor o Conselho Nacional de Justiça.

Autoria: Presidente do Tribunal Superior do Trabalho.

Relatoria: Senador ALOIZIO MERCADANTE.

Parecer: A Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação.

Resultado: Aprovado parecer favorável à indicação, com 22 votos sim e 1 em branco.

ITEM Nº 04
OFÍCIO “S” Nº 30, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Informa ao Senado Federal, nos termos do que dispõe os incisos IV e V e no § 2º do artigo 130-B, da Constituição Federal, a indicação do Desembargador **Milton Augusto de Brito Nobre**, do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, para compor o Conselho Nacional de Justiça – Biênio 2009/2011.

Autoria: Presidente do Supremo Tribunal Federal.

Relatoria: Senador FLEXA RIBEIRO.

Parecer: A Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação.

Resultado: Aprovado parecer favorável à indicação, com 21 votos sim e 2 em brancos.

ITEM Nº 05
OFÍCIO “S” Nº 27, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Encaminha ao Senado Federal, o nome do Desembargador **Leomar Barros Amorim de Sousa**, para compor o Conselho Nacional de Justiça, no Biênio 2009/2011.

Autoria: Presidente do Superior Tribunal de Justiça.

Relatoria “ad hoc”: Senador ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR.

Parecer: A Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação.

Resultado: Aprovado parecer favorável à indicação, com 21 votos sim e 2 em brancos.

ITEM Nº 06
OFÍCIO “S” Nº 28, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Encaminha ao Senado Federal, o nome do Juiz Federal **Walter Nunes da Silva Júnior**, para compor o Conselho Nacional de Justiça, escolhido em Sessão Plenária daquela Corte, para Biênio 2009/2011.

Autoria: Presidente do Superior Tribunal de Justiça.

Relatoria: Senador JOSÉ AGRIPINO.

Parecer: A Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação.

Resultado: Aprovado parecer favorável à indicação, com 21 votos sim e 2 em brancos.

ITEM Nº 07
OFÍCIO “S” Nº 37, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Encaminha ao Senado Federal, nos termos do artigo 103-B, incisos III, VIII e IX, da Constituição Federal, o nome do Exmo. Juiz **Nelson Tomaz Braga**, do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, para compor o Conselho Nacional de Justiça.

Autoria: Presidente do Tribunal Superior do Trabalho.

Relatoria: Senador WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA.

Parecer: A Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação.

Resultado: Aprovado parecer favorável à indicação, com 21 votos sim e 2 em brancos.

ITEM Nº 08
OFÍCIO “S” Nº 38, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Informa ao Senado Federal, nos termos do que dispõe o artigo 103-B, incisos III, VIII e IX, da Constituição Federal, a indicação da Juíza do Trabalho **Morgana de Almeida Richa**, Titular da 15ª Vara do Trabalho de Curitiba, para integrar o Conselho Nacional de Justiça.

Autoria: Presidente do Tribunal Superior do Trabalho.

Relatoria: Senador OSMAR DIAS.

Parecer: A Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação.

Resultado: Aprovado parecer favorável à indicação, com 22 votos sim e 1 em branco.

ITEM Nº 09
OFÍCIO “S” Nº 31, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Encaminha ao Senado Federal, o nome do Doutor **José Adonis Callou de Araújo Sá**, Procurador Regional da República, integrante do Ministério Público Federal, para compor o Conselho Nacional de Justiça.

Autoria: Procurador-Geral da República.

Relatoria: Senador TASSO JEREISSATI.

Parecer: A Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação.

Resultado: Aprovado parecer favorável à indicação, com 20 votos sim, 2 em brancos e 1 abstenção.

ITEM Nº 10
OFÍCIO “S” Nº 32, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Encaminha ao Senado Federal, o nome do Doutor **Felipe Locke Cavalcanti**, Promotor de Justiça, integrante do Ministério Público do Estado de São Paulo, para compor o Conselho Nacional de Justiça.

Autoria: Procurador-Geral da República.

Relatoria: Senador ROMEU TUMA.

Parecer: A Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação.

Resultado: Aprovado parecer favorável à indicação, com 20 votos sim, 2 em brancos e 1 abstenção.

ITEM Nº 11
OFÍCIO “S” Nº 33, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Encaminha ao Senado Federal, nos termos do artigo 103-B, inciso XII, da Constituição Federal da República, e de acordo com as exigências previstas na Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal, a indicação do Senhor **Jefferson Luis Kravchychyn**, para compor o Conselho Nacional de Justiça,

Autoria: Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil.

Relatoria: Senadora IDELI SALVATTI.

Parecer: A Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação.

Resultado: Aprovado parecer favorável à indicação, com 18 votos sim, 2 não, 2 em brancos e 1 abstenção.

ITEM Nº 12
OFÍCIO “S” Nº 34, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Encaminha ao Senado Federal, nos termos do artigo 103-B, inciso XII, da Constituição Federal da República, e de acordo com as exigências previstas na Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal, a indicação do Senhor **Jorge Hélio Chaves de Oliveira**, para compor o Conselho Nacional de Justiça,

Autoria: Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil.

Relatoria: Senadora INÁCIO ARRUDA.

Parecer: A Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação.

Resultado: Aprovado parecer favorável à indicação, com 21 votos sim, 1 não, 1 em branco.

ITEM Nº 13
OFÍCIO “S” Nº 29, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

De acordo com o que dispõe o inciso XIII do artigo 103-B da Constituição Federal, indicam o nome do Senhor **Erick Wilson Pereira**, para compor o Conselho Nacional de Justiça,

Autoria: Líderes Partidários (SF).

Relatoria: Senador SÉRGIO GUERRA.

Parecer: A Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação.

Resultado: Aprovado parecer favorável à indicação, com 18 votos sim, 3 não, 1 em branco e 1 abstenção.

ITEM Nº 14
OFÍCIO “S” Nº 35, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Nos termos do disposto no inciso XIII do artigo 103-B da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004, indica, para compor o Conselho Nacional de Justiça, pelo Senado Federal, o nome do Professor Doutor **André Ramos Tavares**.

Autoria: Liderança Partidária – PDT.

Relatoria: Senadora PATRÍCIA SABOYA.

Parecer: A Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação.

Resultado: Aprovado parecer favorável à indicação, com 20 votos sim, e 3 em brancos.

ITEM Nº 15
OFÍCIO “S” Nº 44, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Encaminha a indicação do nome do Senhor **Antônio Ernani Pedroso Calhao** para compor o Conselho Nacional de Justiça, pelo Senado Federal. (Inciso XIII do artigo 103-B da Constituição Federal).

Autoria: Liderança Partidária – SF (Minoria).

Relatoria: Senador JAYME CAMPOS.

Parecer: A Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação.

Resultado: Aprovado parecer favorável à indicação, com 18 votos sim, 2 não e 3 em brancos.

ITEM Nº 16
REQUERIMENTO Nº 28, DE 2009 - CCJ

Requeiro, nos termos do artigo 281, do Regimento Interno do Senado Federal, dispensa de interstício previsto pelo artigo 2º do Ato nº 1, de 2007 – CCJ, para imediata apreciação do Ofício “S” nº 44, de 2009, que submete à aprovação do Senado Federal a indicação do Doutor **Antônio Ernani Pedroso Calhao** para compor o Conselho Nacional de Justiça.

Autoria: Senador JAYME CAMPOS.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 17
REQUERIMENTO Nº 29, DE 2009 - CCJ

Requeiro, nos termos do artigo 281, do Regimento Interno do Senado Federal, dispensa de interstício previsto pelo artigo 2º do Ato nº 1, de 2007 – CCJ, para imediata apreciação do Ofício “S” nº 27, de 2009, que submete à aprovação do Senado Federal a indicação do Desembargador **Leomar Barros Amorim de Sousa** para compor o Conselho Nacional de Justiça.

Autoria: Senador ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 18
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 46, DE 2005
NÃO TERMINATIVO

Estabelece disposição transitória para aplicação do artigo 16 da Constituição Federal (A lei que altera o processo eleitoral entrará em vigor na data de sua publicação, não se aplicando à eleição que ocorra até um ano da data de sua vigência).

Autoria: Senador TASSO JEREISSATI e outros Senhores Senadores.

Relatoria “ad hoc”: Senador RENATO CASAGRANDE.

Parecer: Pela rejeição da matéria.

Resultado: Aprovado parecer pela rejeição da Proposta.

ITEM Nº 19
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 91, DE 2007
NÃO TERMINATIVO

Acrescenta § 4º ao artigo 46 da Constituição Federal, para prever a eleição de suplente de Senador pelas Assembléias e Câmara Legislativas.

Autoria: Senador EXPEDITO JÚNIOR e outros Senhores Senadores.

Relatoria: Senador DEMÓSTENES TORRES.

Parecer: Pela rejeição da matéria.

Resultado: Aprovado parecer pela rejeição da Proposta.

ITEM Nº 20
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 40, DE 2007
(PL. nº 00405, de 1999, na origem)
NÃO TERMINATIVO

Proíbe as empresas prestadoras de serviços de cobrar dos contratados pela expedição de certidões ou declarações e altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor.

Autoria: Deputado JOSÉ PIMENTEL.

Relatoria “ad hoc”: Senador ROMEU TUMA.

Parecer: Favorável à matéria, com três emendas que apresenta.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs. 1, 2 e 3 – CCJ. A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, conforme despacho inicial.

ITEM Nº 21
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 81, DE 2007
(PL. nº 03913, de 2000, na origem)
NÃO TERMINATIVO

Revoga o artigo 792 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. (Que trata da reclamação trabalhista por parte dos maiores de 18 e menores de 21 anos e das mulheres casadas).

Autoria: Deputado ALBERTO FRAGA.

Relatoria “ad hoc”: Senador ANTÔNIO CARLOS VALADARES.

Parecer: Favorável à matéria, com duas emendas que apresenta.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs. 1 e 2 – CCJ. A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais, conforme despacho inicial.

ITEM Nº 22
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 142, DE 2008
(PL. nº 00975, de 1999, na origem)
NÃO TERMINATIVO

Obriga os Centros de Formação de Condutores a adaptar 10% (dez por cento) de sua frota para o aprendizado de pessoas portadoras de deficiência física e dá outras providências.

Autoria: Deputado POMPEO DE MATTOS.

Relatoria “ad hoc”: Senador ROMEU TUMA.

Parecer: Favorável à matéria, com uma emenda substitutiva que apresenta.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº. 1 – CCJ (Substitutivo). A matéria vai à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, conforme despacho inicial.

ITEM Nº 23
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 154, DE 2008
(PL. nº 01246, de 2007, na origem)
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da administração pública federal.

Autoria: Deputado **MÁRCIO FRANÇA**.

Relatoria “ad hoc”: Senador **ANTÔNIO CARLOS VALADARES**.

Parecer: Favorável à matéria, com uma emenda que apresenta.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº. 1 – CCJ.

ITEM Nº 24
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 95, DE 2002
(PL. nº 00025, de 1999, na origem)
NÃO TERMINATIVO

Modifica a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para instituir o ensino médio nas penitenciárias.

Autoria: Deputado **PAULO ROCHA**.

Relatoria: Senador **ROMEU TUMA**.

Parecer: Favorável à matéria, na forma da Emenda nº 1 – CE (Substitutivo), com duas subemendas que apresenta.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 1 – CE (Substitutivo) com as Subemendas nºs 1 e 2 – CCJ.

ITEM Nº 25
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 147, DE 2008
(PL. nº 03801, de 2004, na origem)
NÃO TERMINATIVO

Institui o Dia Nacional do Vinho, a ser comemorado no primeiro domingo do mês de junho.

Autoria: Deputado PAULO PIMENTA.

Relatoria: Senador PEDRO SIMON.

TRAMITA EM CONJUNTO COM O
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 189, DE 2004
NÃO TERMINATIVO

Institui o “Dia Nacional do Vinho”, a ser comemorado no primeiro domingo do mês de junho.

Autoria: Senador SÉRGIO ZAMBIASI.

Relatoria: Senador PEDRO SIMON.

Parecer: Favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 147, de 2008, com uma emenda que apresenta, e pela prejudicialidade do PLS nº 189, de 2004.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 147, de 2008, com a Emenda nº 1 – CCJ, e pela prejudicialidade do PLS nº 189, de 2004. A matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, conforme despacho inicial.

ITEM Nº 26
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 335, DE 2004
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre a dispensa de revista dos portadores de marca-passo ou aparelho similar por meio de portas magnéticas ou dispositivos de segurança semelhantes, e dá outras providências.

Autoria: Senador ARTHUR VIRGÍLIO.

Relatoria “ad hoc”: Senadora SERYS SLHESSARENKO.

Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

ITEM Nº 27
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 12, DE 2005
NÃO TERMINATIVO

Determina o emprego obrigatório da flexão de gênero para nomear profissão ou grau em diplomas.

Autoria: Senadora SERYS SLHESSARENKO.

Relatoria “ad hoc”: Senador MARCO MACIEL.

Parecer: Favorável à matéria com uma emenda que apresenta.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1 – CCJ. A matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa.

ITEM Nº 28
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 169, DE 2005
NÃO TERMINATIVO

Altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

Autoria: Senador PAULO PAIM.

Relatoria: Senador DEMÓSTENES TORRES.

Parecer: Favorável à matéria, na forma da emenda substitutiva que apresenta.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto nos termos da Emenda nº 1 – CCJ (Substitutivo). A matéria vai às Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa e a de Assuntos Econômicos.

ITEM Nº 29
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 246, DE 2005
NÃO TERMINATIVO

Cria o Fundo de Garantia das Execuções Trabalhistas e dá outras providências.

Autoria: Senadora ANA JÚLIA CAREPA.

Relatoria: Senador VALTER PEREIRA.

Parecer: Pela rejeição da matéria.

Resultado: Aprovado parecer pela rejeição do Projeto. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, e posteriormente à Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

ITEM Nº 30
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 403, DE 2005
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre as relações jurídicas decorrentes da rejeição da Medida Provisória nº 242, de 24 de março de 2005.

Autoria: Senador PEDRO SIMON.

Relatoria “ad hoc”: Senador MARCONI PERILLO.

Parecer: Pela rejeição da matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável pela rejeição do Projeto.

ITEM Nº 31
PROJETO DE RESOLUÇÃO (SF) Nº 13, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Regulamenta o ingresso de estagiários no Senado Federal.

Autoria: Senador JOSÉ NERY.

Relatoria: Senador DEMÓSTENES TORRES.

Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 32
AVISO Nº 14, DE 1999
(Aviso nº 00528, de 1999, na origem)
NÃO TERMINATIVO

Encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 332, de 1999, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre inspeção realizada nas empresas Petróleo Brasileiro S.A., objetivando o exame da regularidade da aplicação de disponibilidade de caixa daquelas entidades na rede privada de bancos (TC 575.793/96-1).

Autoria: Tribunal de Contas da União.

Relatoria “ad hoc”: Senador MARCONI PERILLO.

Parecer: Pelo conhecimento, e arquivamento da matéria.

Resultado: Aprovado o parecer pelo arquivamento do Aviso.

ITEM Nº 33
OFICIO “S” Nº 4, DE 2008
(Mensagem nº 00019, de 2008, na origem)
NÃO TERMINATIVO

Comunica ao Senado Federal, que o Supremo Tribunal Federal, em sessão plenária realizada no dia 27 de fevereiro de 2008, conheceu da Ação impetrada pelo Partido Democrático Trabalhista – PDT, contra o Presidente da República e o Congresso Nacional, em Medida Cautelar em Arguição de descumprimento de preceito fundamental nº 130.

Autoria: Presidente do Supremo Tribunal Federal.

Relatoria: Senador DEMÓSTENES TORRES.

Parecer: Pelo arquivamento da matéria.

Resultado: Aprovado parecer pelo arquivamento do Ofício.

ITEM Nº 34
REQUERIMENTO (SF) Nº 1106, DE 2006
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do artigo 223, do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Desagravo aos jornalistas brasileiros, pelas agressões verbais que lhes foram dirigidas por militantes do PT diante do Palácio da Alvorada na data do retorno do Presidente da República, após a reeleição, e aos jornalistas **Júlia Duailibi, Camila Pereira e Marcelo Carneiro**, da Veja, que, segundo nota da Revista e afirmações dos próprios repórteres, foram convocados para depor, como testemunhas sobre reportagens por eles feitas, porém, tratados como suspeitos.

Autoria: Senador ARTHUR VIRGÍLO.

Relatoria: Senador DEMÓSTENES TORRES.

Parecer: Pelo arquivamento da matéria.

Resultado: Aprovado parecer pelo arquivamento do Requerimento.

ITEM Nº 35
REQUERIMENTO (SF) Nº 709, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do artigo 223, do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Desagravo aos jornalistas do diário O Dia, do Rio de Janeiro, vítimas de violência, prisão em cárcere privado e tortura, por iniciativa de integrantes de milícias que atuam no Estado, à margem da Lei, os quais, apesar de já identificados, continuam impunes.

Autoria: Senador ARTHUR VIRGÍLO.

Relatoria: Senador DEMÓSTENES TORRES.

Parecer: Pelo arquivamento da matéria.

Resultado: Aprovado parecer pelo arquivamento do Requerimento.

EXTRA PAUTA

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 83, DE 2009
(PL. nº 00939, de 2007, na origem)
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre a estrutura organizacional e funcional do Conselho Nacional do Ministério Público e dá outras providências.

Autoria: Procurador-Geral da República.

Relatoria: Senador DEMÓSTENES TORRES.

Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 30, DE 2009 - CCJ

Nos termos do artigo 336, inciso II, combinado com o artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 83, de 2009.

Autoria: Senador DEMÓSTENES TORRES.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 31, DE 2009 - CCJ

Nos termos do artigo 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a inclusão do senhor **Abizair Antônio Paniago**, Superintendente da Polícia Civil do Estado de Tocantins e Presidente do Conselho Nacional de Chefes de Polícia Civil – CONPC, na audiência pública, que tratará do Projeto de Lei do Senado nº 150, de 2006, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que dispõe sobre a repressão ao crime organizado e dá outras providências, marcada para o dia 03/06/2009.

Autoria: Senador ROMEU TUMA.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 32, DE 2009 - CCJ

Requeiro nos termos do inciso I do artigo 93 do Regimento Interno do Senado Federal, seja designado dia e hora desimpedido desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para realização de audiência pública visando instruir a tramitação do Projeto de Lei da Câmara nº 83, de 2008, para tanto deve ser providenciada a oitiva das seguintes autoridades: Ministro **Gilmar Ferreira Mendes**, Presidente do Supremo Tribunal Federal; Doutor **Raimundo Cezar Britto Aragão**, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB Nacional; Doutor **Airton Mozart Valadares Pires**, Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros – AMB; Doutor **José Carlos Cosenzo**, Presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP; e Doutor **Sandro Torres Avelar**, Presidente da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal – ANDPF.

Autoria: Senador ANTÔNIO CARLOS VALADARES.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 05
REQUERIMENTO Nº 33, DE 2009 - CCJ

Com fulcro no artigo 58, § 2º, incisos II e V, da Constituição Federativa do Brasil e alicerce nas determinações dos artigos 90, incisos II e V do artigo 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em 18/06/2009, para debater o Projeto de Lei do Senado nº 392, de 2008, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que objetiva incluir os servidores do Plano de Carreira e cargos da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) entre os servidores que desenvolvem atividades exclusivas de Estado, com a participação fundamental de especialistas na matéria: senhor **Carlos Alberto Boechat Rangel**, Consultor Jurídico; senhor **Antônio Carlos Alkimim dos Reis**, Doutor em Ciência Política e Pesquisador Sênior do IBGE; senhor **Cláudio Dutra Crespo**, Mestre em Comunicação, Imagem e Informação e Tecnologista do IBGE; e senhor **Sidney Vicente da Silva**, Geógrafo e Técnico em Informação Geográfica e Estatísticas.

Autoria: Senador ANTÔNIO CARLOS VALADARES.

Resultado: Aprovado.

TOTAL DE REUNIÕES: 04

04 Ordinárias – Deliberativa.

MATÉRIAS APRECIADAS: 114

05 Propostas de Emenda à Constituição (não terminativo).

33 Ofícios “S” (não terminativo).

19 Projetos de Lei da Câmara (não terminativo).

03 Projetos de Lei da Câmara (terminativo).

01 Projeto de Lei do Senado (terminativo).

09 Projetos de Lei do Senado (não terminativo).

02 Projetos de Decreto Legislativo (não terminativo).
06 Requerimentos (SF) (não terminativo).
01 Aviso (não terminativo).
02 Projetos de Resolução (SF) (não terminativo).
23 Emendas – CCJ.
02 Subemendas – CCJ.
08 Requerimentos – CCJ.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE – CE

Presidente: Senador FLÁVIO ARNS
Vice Presidente: Senadora LÚCIA VÂNIA

REUNIÃO REALIZADA EM 05 DE MAIO DE 2009 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01 **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 30, DE 2002** **NÃO TERMINATIVO**

Dispõe sobre a reserva de vagas nas creches públicas para crianças portadoras de deficiência e dá outras providências.

Autoria: Deputado ENIO BACCI.
Relatoria: Senador FLÁVIO ARNS.

TRAMITA EM CONJUNTO COM O

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 9, DE 2002 **NÃO TERMINATIVO**

Autoriza o artigo 54 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, a fim de garantir a reserva de vagas nas creches, ou entidades similares, e pré-escolas públicas para as crianças portadoras de deficiência.

Autoria: Senadora MARIA DO CARMO ALVES.
Relatoria: Senador FLÁVIO ARNS.

Parecer: Favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 9, de 2002, com duas emendas que apresenta; pelo acolhimento parcial da Emenda nº 1 – CCJ e pela rejeição do PLC 30, de 2002 que tramita em conjunto.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao PLS 9, de 2002, com as Emendas nºs. 1 – CCJ/CE, 2 e 3 – CE; e pela rejeição do PLC 30, de 2002.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 3, DE 2008
TERMINATIVO

Autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa Universitário de Apoio à Alfabetização de Jovens e Adultos.

Autoria: Senador CRISTOVAM BUARQUE.

Relatoria “ad hoc”: Senador EDUARDO AZEREDO.

Parecer: Pela aprovação da matéria com três emendas que apresenta e da emenda de autoria dos Senadores Marisa Serrano, Sérgio Zambiasi e Romeu Tuma.

Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nº 1, 2, 3 e 4 – CE.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 101, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Institui o Dia Nacional do Engenheiro de Pesca a ser comemorado na data de 14 de dezembro.

Autoria: Deputado PAULO RUBEM SANTIAGO.

Relatoria “ad hoc”: Senador MARCO MACIEL.

Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 04
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 249, DE 2007
TERMINATIVO

Institui o Prêmio Frei Galvão do Mérito Social e dá outras providências.

Autoria: Senador JAYME CAMPOS.

Relatoria “ad hoc”: Senador ROMEU TUMA.

Parecer: Pela aprovação da matéria com uma emenda que apresenta e da Emenda nº 1 – CCJ.

Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nºs. 1 – CCJ/CE e 2 – CE.

ITEM Nº 05
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 117, DE 2008
TERMINATIVO

Institui o Dia Nacional do Vigilante.

Autoria: Senador ROMEU TUMA.

Relatoria: Senador ADELMIR SANTANA.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 06
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 58, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Denomina rodovia Prefeito Euclides Fabris e Rodovia Dante de Oliveira 2 (dois) trechos rodoviários da BR-163.

Autoria: Deputado GERALDO RESENDE.

Relatoria: Senadora MARISA SERRANO.

Parecer: Favorável à matéria na forma da emenda substitutiva que apresenta.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 1 – CE (Substitutivo).

ITEM Nº 07
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 404, DE 2007
TERMINATIVO

Institui o Programa Permanente Biblioteca da Escola-PPBE, e dá outras providências.

Autoria: Senador WILSON MATOS.

Relatoria: Senador AUGUSTO BOTELHO.

Parecer: Pela rejeição da matéria.

Resultado: Rejeitado o Projeto.

ITEM Nº 08
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 389, DE 2007
TERMINATIVO

Dispõe sobre a data da comemoração de feriados nacionais e dá outras providências.

Autoria: Senador WILSON MATOS.

Relatoria “ad hoc”: Senador NEUTO DE CONTO.

Parecer: Pela rejeição da matéria.

Resultado: Rejeitado o Projeto.

ITEM Nº 09
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 144, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Institui o Título Capital Brasileira da Cultura.

Autoria: Deputado CARLOS ALBERTO.

Relatoria “ad hoc”: Senadora FÁTIMA CLEIDE.

Parecer: Favorável à matéria com três emendas que apresenta.

Resultado: Aprovado parecer favorável com as Emendas nºs. 1, 2 e 3 – CE.

ITEM Nº 10
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 453, DE 2007
TERMINATIVO

Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Itumbiara, no Estado de Goiás.

Autoria: Senador MARCONI PERILLO.

Relatoria: Senador PAPALÉO PAES.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

**ITEM Nº 11
TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 166, DE 2008
TERMINATIVO**

Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal do Gama, no Distrito Federal.

Autoria: Senador ADELMIRO SANTANA.

Relatoria: Senador CRISTOVAM BUARQUE.

Resultado: O Substitutivo foi definitivamente adotado sem votação, nos termos do artigo 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

REUNIÃO REALIZADA EM 06 DE MAIO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 15, de 2009 – CE.

Autoria: Senador FLÁVIO ARNS.

Autoria do Projeto: Senador HÉLIO COSTA.

Relatoria do Projeto: Senador MARCO MACIEL.

Assunto: Instruir o Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2004, que “Acrescenta o inciso IV ao § 4º do artigo 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para assegurar aulas presenciais e periódicas nos cursos de Educação a Distância”.

CONVIDADOS:

Senhor **Carlos Eduardo Bielschowsky**, Secretário de Educação a Distância do Ministério da Educação – MEC;

Senhor **Paulo Alcântara Gomes**, Reitor e Membro Associado do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras – CRUB; e

Senhor **Marcos Formiga**, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Educação a Distância – ABED.

Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 12 DE MAIO DE 2009 (ORDINÁRIA)**ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 395, DE 2008
TERMINATIVO**

Inserir o artigo 24-A na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB) para obrigar as escolas públicas e privadas de educação básica a comprovar a existência de áreas cobertas destinadas à prática de educação física, esportes e recreação.

Autoria: Senadora FÁTIMA CLEIDE.

Relatoria “ad hoc”: Senador ROBERTO CAVALCANTI.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

**ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 46, DE 2008
NÃO TERMINATIVO**

Estabelece a obrigatoriedade da neutralização das emissões de gases de efeito estufa decorrentes da realização da Copa do Mundo de Futebol no Brasil, em 2014.

Autoria: Senador EXPEDITO JÚNIOR.

Relatoria: Senador FLÁVIO ARNS.

Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa.

**ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 159, DE 2008
NÃO TERMINATIVO**

Declara Sant’Ana do Livramento, Estado do Rio Grande do Sul, cidade símbolo da integração brasileira com os países membros do Mercosul.

Autoria: Deputado AFONSO HAMM.

Relatoria: Senador SÉRGIO ZAMBIASI.

Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

**ITEM Nº 04
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 165, DE 2008
TERMINATIVO**

Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Taguatinga, no Distrito Federal.

Autoria: Senador ADELMIRO SANTANA.

Relatoria: Senador CRISTOVAM BUARQUE.

Parecer: Pela aprovação da matéria com uma emenda que apresenta.

Resultado: Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1 – CE.

ITEM Nº 05
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 207, DE 2008
TERMINATIVO

Institui o Dia Nacional do Sanfoneiro.

Autoria: Senador EFRAIM MORAIS.

Relatoria “ad hoc”: Senador RAIMUNDO COLOMBO.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 06
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 54, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Confere ao Município de Corumbá, no Estado do Mato Grosso do Sul, o título de Capital do Pantanal.

Autoria: Deputado VANDER LOUBET.

Relatoria: Senador JOÃO PEDRO.

Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 07
ADITAMENTO Nº 01 AO REQUERIMENTO Nº 11, DE 2009 – CE

Em aditamento ao Requerimento nº 11 de 2009, que propõe a realização de Audiências Públicas para debater o anteprojeto da Lei Rouanet, que estabelece mecanismos para o financiamento da cultura no país, proponho que sejam incluídos entre os debatedores os seguintes representantes: o senhor **Manoel Rangel**, Diretor-Presidente da Agência Nacional do Cinema – ANCINE; o senhor **Rosemberg Cariry**, Presidente do Congresso Brasileiro de Cinema – CBC; a senhora **Solange Lima**, Presidenta da Associação Brasileira de Documentaristas; e o senhor **Oséas Borba Neto**, Representante das Regiões Norte e Nordeste da Câmara Setorial de Teatro e do Conselho Nacional de Políticas Culturais.

Autoria: Senador INÁCIO ARRUDA.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 08
ADITAMENTO Nº 02 AO REQUERIMENTO Nº 11, DE 2009 – CE

Requeiro, nos termos do inciso II do artigo 90 do Regimento Interno do Senado Federal, aditamento ao Requerimento nº 11 de 2009, de autoria dos Senadores Flávio Arns, Cristovam Buarque, Raimundo Colombo, Sérgio Zambiasi e Rosalba Ciarlini aprovado por esta Comissão em 29/04/2009, a inclusão entre os participantes da audiência pública para debater o anteprojeto da Lei Rouanet, o seguinte

convidado: senhor **Daniel Queiróz de Sant'Ana**, Diretor Presidente da Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansur do Acre e Presidente do Fórum Nacional de Secretários de Estado da Cultura.

Autoria: Senador FLÁVIO ARNS.

Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 13 DE MAIO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 11, de 2009 – CE.

Autoria: Senadores ROSALBA CIARLINI, RAIMUNDO COLOMBO, SÉRGIO ZAMBIASI e FLÁVIO ARNS.

Assunto: Debate sobre o Ante-Projeto da Lei Rouanet.

CONVIDADOS:

Senhor **Paulo Pélico**, Especialista em Legislação Cultural e Produtor Teatral;

Senhor **Daniel Queiróz de Santana**, Secretário da Cultura do Estado do Acre;

Senhor **Fábio de Sá Cesnik**, Advogado; e

Senhor **Roberto Nascimento**, Secretário de Incentivo e Fomento à Cultura do Ministério da Cultura.

Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 19 DE MAIO DE 2009 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01

MENSAGEM (SF) Nº 70, DE 2009

NÃO TERMINATIVO

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do artigo 52, inciso III alínea “f”, da Constituição Federal, combinado com o artigo 8º da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, a escolha do nome do senhor **Manoel Rangel Neto**, para exercer o cargo de Diretor-Presidente da Agência Nacional do Cinema – ANCINE, cujo término do mandato ocorrerá em 23 de maio de 2009.

Autoria: Presidência da República.

Relatoria “ad hoc”: Senador **CÍCERO LUCENA**.

Parecer: A Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação.

Resultado: Aprovado o parecer favorável por 19 votos sim, 1 voto não e nenhuma abstenção.

ITEM Nº 02

MENSAGEM (SF) Nº 71, DE 2009

NÃO TERMINATIVO

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do artigo 52, inciso III alínea “f”, da Constituição Federal, combinado com o artigo 8º da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, a escolha do nome do senhor **Paulo Xavier Alcoforado**, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Cinema – ANCINE, na vaga decorrente da renúncia do senhor Sérgio Henrique de Sá Leitão Filho.

Autoria: Presidência da República.

Relatoria “ad hoc”: Senador MARCO MACIEL.

Parecer: A Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação.

Resultado: Aprovado o parecer favorável por 19 votos sim, 1 voto não e nenhuma abstenção.

ITEM Nº 03
MENSAGEM (SF) Nº 72, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do artigo 52, inciso III alínea “f”, da Constituição Federal, combinado com o artigo 8º da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, a escolha do nome do senhor **Glauber Piva Gonçalves**, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Cinema – ANCINE, na vaga decorrente do término do mandato do senhor Nilson Rodrigues da Fonseca, que ocorrerá em 29 de maio de 2009.

Autoria: Presidência da República.

Relatoria: Senador CRISTOVAM BUARQUE.

Parecer: A Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação.

Resultado: Aprovado o parecer favorável por 18 votos sim, 2 votos não e nenhuma abstenção.

EXTRA PAUTA

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 17, DE 2009 – CE

Nos termos do artigo 336, inciso II, combinado com o artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, requer urgência, para a Mensagem do Senado Federal nº 70, de 2009, que “Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do artigo 52, inciso III alínea “f”, da Constituição Federal, combinado com o artigo 8º da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, a escolha do nome do senhor **Manoel Rangel Neto**, para ser reconduzido ao cargo de Diretor-Presidente da Agência Nacional do Cinema – ANCINE, cujo término do mandato ocorrerá em 23 de maio de 2009”.

Autoria: Senador INÁCIO ARRUDA.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 18, DE 2009 – CE

Nos termos do artigo 336, inciso II, combinado com o artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, requer urgência, para a Mensagem do Senado Federal nº 71, de 2009, que “Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do artigo 52, inciso III alínea “f”, da Constituição Federal, combinado com o artigo 8º da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, a escolha do nome do senhor **Paulo Xavier Alcoforado**, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Cinema – ANCINE, na vaga decorrente da renúncia do senhor Sérgio Henrique de Sá Leitão Filho”.

Autoria: Senador INÁCIO ARRUDA.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 19, DE 2009 – CE

Nos termos do artigo 336, inciso II, combinado com o artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, requer urgência, para a Mensagem do Senado Federal nº 72, de 2009, que “Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do artigo 52, inciso III alínea “f”, da Constituição Federal, combinado com o artigo 8º da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, a escolha do nome do senhor **Glauber Piva Gonçalves**, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Cinema – ANCINE, na vaga decorrente do término do mandato do senhor Nilson Rodrigues da Fonseca, que ocorrerá em 29 de maio de 2009”.

Autoria: Senador INÁCIO ARRUDA.

Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 20 DE MAIO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 52, de 2008 – CE.

Autoria: Senadores FÁTIMA CLEIDE e CRISTOVAM BUARQUE.

Autoria do Projeto: Deputado MARCELO TEIXEIRA.

Relatoria: Senadora ROSALBA CIARLINI.

Assunto: Instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 112, de 2007, que dispõe sobre o exercício das atividades profissionais de cabeleireiro, barbeiro, esteticista, manicure, pedicura, depilador e maquiador.

CONVIDADOS:

Senhora **Solange Mescouto Cabral Furtado**, Assessora de Coordenação de Identificação e Registro Profissional do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE;

Senhora **Maria dos Anjos M. Hellmeister**, Diretora Executiva da Área de Profissionais de Beleza da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade – CONTRATUH; e

Senhor **Antônio Lisboa Cardoso**, Assessor Sindical da Confederação Nacional do Comércio – CNC.

Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 26 DE MAIO DE 2009 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 20, DE 2009 – CE

Requeiro nos termos regimentais, que seja encaminhada moção ao Excelentíssimo senhor Presidente da República Federativa do Brasil, **Luiz Inácio Lula da Silva**; ao Excelentíssimo Senhor Ministro das Relações Exteriores, **Celso Amorim**; e à direção da **Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO**, apoiando o nome do Senador **Cristovam Buarque**, para ocupar o cargo de Diretor Geral da UNESCO.

Autoria: Senador FLÁVIO ARNS.

Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 27 DE MAIO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

SEMINÁRIO

Em atendimento ao Requerimento nº 12, de 2009 – CE.

Autoria: Senadores ROBERTO CAVALCANTI, SÉRGIO ZAMBIASI, CRISTOVAM BUARQUE, ROSALBA CIARLINI, GILBERTO GOELLNER, RAIMUNDO COLOMBO, WELLINGTON SALGADO e VALDIR RAUPP.

Moderadores: Senadores FLÁVIO ARNS, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte e EDUARDO AZEREDO, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Assunto: A tributação e a prática de pirataria no Brasil.

1º PAINEL

Conseqüências Nacionais e Internacionais do Consumo de Produtos Piratarias no Brasil.

EXPOSITORES:

Senhor **André Luiz A. Barcellos**, Secretário Executivo do Conselho Nacional de Combate à Pirataria do Ministério da Justiça;

Senhor **Dorian Mazurkevich**, da United States, Patent and Trademark Office – USPTO;

Senhor **José Henrique V. Werner**, representante da Associação Brasileira da Propriedade Intelectual no CNCP; e

Senhor **Eduardo M. F. Jardim**, Advogado e Professor Doutor em Direito Tributário na Universidade Mackenzie de São Paulo.

2º PAINEL

Tributação no Brasil em Relação aos Produtos Pirateados.

EXPOSITORES:

Senhora **Patrícia Blanco**, Diretora Executiva do Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial – ETCO;

Senhor **Leonardo Ganem**, Diretor Geral da Som Livre;

Senhor **Dalton César C. Miranda**, Advogado Sênior de Tozzini Freire Advogados; e

Senhor **Otávio Leite**, Deputado Federal.

Resultado: Realizado.

TOTAL DE REUNIÕES: 08

04 Ordinárias – Deliberativa.

04 Extraordinárias – Audiência Pública – Seminário.

MATÉRIAS APRECIADAS: 41

- 09** Projetos de Lei do Senado (terminativo).
- 02** Projetos de Lei do Senado (não terminativo).
- 06** Projetos de Lei da Câmara (não terminativo).
- 03** Mensagens “SF” (não terminativo).
- 01** Turno Suplementar.
- 17** Emendas – CE.
- 01** Requerimento – CE.
- 02** Aditivos à Requerimento.

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CMA

Presidente: Senador RENATO CASAGRANDE
Vice Presidente: Senador CÍCERO LUCENA

REUNIÃO REALIZADA EM 05 DE MAIO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 23, de 2009 – CMA.

Autoria: Senador RENATO CASAGRANDE.

Assunto: Debate sobre a Medida Provisória nº 452, de 2009, que tratava originalmente apenas do Fundo Soberano e de Ações do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT.

CONVIDADOS:

Senhor **Roberto Messias Franco**, Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAM;

Senhor **Miguel de Souza**, Diretor de Planejamento e Pesquisa do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT;

Senhor **Hideraldo Luiz Caron**, Diretor de Infraestrutura Rodoviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT; e

Senhor **André Lima**, do Instituto de Pesquisa da Amazônia – IPAM.

Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 12 DE MAIO DE 2009 (ORDINÁRIA)**1ª PARTE****APOSIÇÃO DO RETRATO DO SENADOR LEOMAR QUINTANILHA
NA GALERIA DE EX-PRESIDENTES DA COMISSÃO****2ª PARTE****ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 24, DE 2009 – CMA**

Requer, nos termos do artigo 335, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, o sobrestamento do Projeto de Lei do Senado nº 407, de 2008, em virtude da tramitação, na Câmara dos Deputados do PL nº 7.291, de 2006, do Senado Federal, que dispõe sobre o registro dos circos perante o Poder Público Federal e o emprego de animais da fauna silvestre brasileira e exótica na atividade circense.

Autoria: Senadora MARINA SILVA.

Resultado: Aprovado.

**ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 25, DE 2009 – CMA**

Requer, nos termos regimentais, que seja solicitada ao Tribunal de Contas da União cópia de inteiro teor do(s) relatório(s) de auditoria e respectivos anexos que instruíram o processo de nº 017.177/2008-2, relativo à Fiscalização de Orientação Centralizada (FOC) que avaliou o relacionamento entre as instituições federais de ensino superior e suas fundações de apoio.

Autoria: Senador LEOMAR QUINTANILHA.

Resultado: Aprovado.

**ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 26, DE 2009 – CMA**

Requer, com fundamento no artigo 71, inciso VI, da Constituição Federal e nos termos regimentais, que o Tribunal de Contas da União – TCU fiscalize e acompanhe, passo a passo, os desdobramentos e a execução do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), criado por intermédio da Medida Provisória nº 459, de 25 de março de 2009, e envie ao Senado Federal, para efeitos de controle por parte das Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA e de Assuntos Econômicos – CAE, relatórios trimestrais desse acompanhamento, informando, inclusive, os quantitativos de casas e apartamentos construídos e valores aplicados, por unidade da federação e por municípios.

Autoria: Senadora MARISA SERRANO.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 28, DE 2009 – CMA

Requer, nos termos do artigo 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, sobre os problemas e perspectivas para disseminação do emprego da energia solar no Brasil e o incremento da participação dessa fonte na matriz energética nacional, contando com a participação dos seguintes expositores, representantes de segmentos públicos e privados diretamente ligados à temática em questão, a serem convidados: senhor **Altino Ventura Filho**, Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia (MME); senhor **Máximo Luiz Pompermeyer**, Superintendente de Pesquisa, Desenvolvimento e Eficiência Energética da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL); senhor **Morzat Siqueira**, representante da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (APINE); Professor **Rubem Cezar Rodrigues Souza**, Coordenador do Centro de Desenvolvimento Energético Amazônico (CDEAM); e senhora **Flávia Grosso**, Superintendente da Suframa.

Autoria: Senador JEFFERSON PRAIA.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 05
REQUERIMENTO Nº 29, DE 2009 – CMA

Requer, nos termos do artigo 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja promovida, por esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, Audiência Pública com o objetivo de apresentar o processo de discussão, de implementação e dos resultados da iniciativa sobre a Diretiva Quadro da Água da União Européia, que entrou em vigor em dezembro de 2000, e que estabelece um quadro de ação comunitária no domínio da política da água, com a presença dos seguintes convidados: senhor **Orlando Borges**, Presidente do Instituto da Água de Portugal – INAG; e senhor **José Machado**, Presidente da Agência Nacional de Águas – ANA.

Autoria: Senador RENATO CASAGRANDE.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 06
REQUERIMENTO Nº 30, DE 2009 – CMA

Requer, nos termos regimentais, a extinção da Subcomissão Permanente do Aquecimento Global, criada através do Requerimento nº 1, de 2007, aprovado em 7 de fevereiro daquele ano, no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, para estudar as mudanças climáticas, em consequência do aquecimento global.

Autoria: Senador RENATO CASAGRANDE.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 07
REQUERIMENTO Nº 27, DE 2009 – CMA

Requer, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública conjunta com a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas e a Comissão de Direitos Humanos e Participação Legislativa, com vistas a tratar das questões atinentes à Preservação da Amazônia, a ser realizada no Plenário do Senado Federal, no dia 13 de maio, quarta-feira, às 18h e 30min, com lista de convidados a ser decidida posteriormente mediante sugestão da Comissão.

Autoria: Senador RENATO CASAGRANDE.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 08
AVISO Nº 20, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no § 4º do artigo 71 da Constituição Federal, o Relatório das Atividades do Tribunal de Contas da União (TCU), referente ao exercício de 2007.

Autoria: Tribunal de Contas da União.

Relatoria: Senador JEFFERSON PRAIA.

Parecer: Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo.

Resultado: Aprovado o parecer.

ITEM Nº 09
AVISO Nº 18, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Encaminha ao Senado Federal, cópia do Acórdão proferido nos autos do processo nº TC 018.233/2006-1, bem como do Relatório e Voto que fundamentaram, referente ao reexame do Acórdão nº 1.989/2006, que trata de convênio celebrado entre o Ministério da Saúde e a Secretaria de Estado da Saúde do Piauí.

Autoria: Tribunal de Contas da União.

Relatoria: Senador JEFFERSON PRAIA.

Parecer: Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo.

Resultado: Aprovado o parecer.

ITEM Nº 10
AVISO Nº 102, DE 2007
NÃO TERMINATIVO

Encaminha ao Senado Federal, cópia do Acórdão nº 2.458, de 2007-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, sobre o relatório de auditoria na Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, em diversas unidades da federação, no Programa Nacional de Controle da Dengue (TC – 007.823/2007-8).

Autoria: Tribunal de Contas da União.

Relatoria: Senadora FÁTIMA CLEIDE.

Parecer: Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo.

Resultado: Aprovado o parecer.

**ITEM Nº 11
AVISO Nº 36, DE 2008
NÃO TERMINATIVO**

Encaminha ao Senado Federal, cópia do Acórdão nº 1.097, de 2008-TCU (Plenário), referente à Auditoria Operacional realizada com o objetivo de avaliar a gestão governamental da Amazônia Brasileira, TC 019.720/2007-3.

Autoria: Tribunal de Contas da União.

Relatoria: Senadora FÁTIMA CLEIDE.

Parecer: Pelo conhecimento da matéria e acompanhamento das ações desenvolvidas no âmbito dos diversos órgãos e instituições do Governo Federal à luz do Acórdão, instando o TCU a trazer ao conhecimento desta Comissão os desdobramentos relevantes oriundos das referidas recomendações.

Resultado: Aprovado o parecer.

**ITEM Nº 12
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 410, DE 2008
NÃO TERMINATIVO**

Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências, para instituir a pena de reparação do dano pelo próprio agente.

Autoria: Senador EDUARDO AZEREDO.

Relatoria: Senadora MARISA SERRANO.

Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado o parecer favorável ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

EXTRA PAUTA

**ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 31, DE 2009 – CMA**

Requer, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública desta Comissão com o objetivo de debater o trabalho de pesquisa do engenheiro agrícola Eduardo Macedo, professor do Departamento de Oceanografia da Universidade Federal de Pernambuco sobre as implicações dos herbicidas, aplicados nos canaviais e suas implicações na água e os efeitos nocivos sobre os recifes de corais. Solicita que, além do professor **Eduardo Macedo**, sejam convidados um representante do **Ministério do Meio Ambiente** e um representante do **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**.

Autoria: Senadora MARINA SILVA.

Resultado: Aprovado o parecer.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 32, DE 2009 – CMA

Requer, nos termos do artigo 90, inciso III, IX e X do Regimento Interno do Senado Federal, seja promovida, por esta Comissão, Audiência Pública tendo como convidados as seguintes autoridades: senhor **Raimundo Carreiro**, Ministro do Tribunal de Contas da União; senhor **Bruno Caiado de Acioli**, Procurador da República no Distrito Federal; senhor **José Dias Toffoli**, Advogado-Geral da União; senhor **Cleonilson Nicácio Silva**, Presidente da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – INFRAERO, para debaterem sobre as irregularidades apontadas na contratação das obras e serviços de engenharia, reforma e ampliação do Aeroporto de Vitória, Estado do Espírito Santo, que motivaram despacho do Tribunal de Contas da União, determinando uma retenção cautelar nos pagamentos das medições dos serviços de engenharia e nos fornecimentos dos equipamentos e sistemas especiais, objetos da referida contratação e a Ação Civil Pública de Responsabilidade por Ato de Improbidade Administrativa C/C Pedido de Ressarcimento – AIA 2008.34.00.039431-1, impetrada pela Procuradoria da República no Distrito Federal contra a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – INFRAERO e outros.

Autoria: Senadora RENATO CASAGRANDE.

Resultado: Aprovado o parecer.

**REUNIÃO REALIZADA EM 13 DE MAIO DE 2009, EM CONJUNTO COM AS COMISSÕES
MISTA PERMANENTE SOBRE NUDANÇAS CLIMÁTICAS E A DE DIREITOS HUMANOS E
LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA.**

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos n.ºs. 15, de 2009 – CMMC, 27, de 2009 – CMA e 20, de 2009 – CDH.

Autoria: Senadores IDELI SALVATTI, RENATO CASAGRANDE e CRISTOVAM BUARQUE.

Assunto: Debate sobre a preservação da Amazônia, e promover a entrega do documento intitulado “Amazônia para sempre”. Com a presença de diversas autoridades e demais convidados.

Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 19 DE MAIO DE 2009 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
AVISO Nº 14, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Encaminha ao Senado Federal o Relatório das Atividades do Tribunal de Contas da União referente ao 4º trimestre do exercício de 2008.

Autoria: Tribunal de Contas da União.

Relatoria “ad hoc”: Senador FLEXA RIBEIRO.

Parecer: Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo.

Resultado: Aprovado o parecer.

ITEM Nº 02
AVISO Nº 8, DE 2001
NÃO TERMINATIVO

Encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 1.011, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a inspeção realizada na Coordenadoria Especial do Metrô do Distrito Federal (TC 012.600/2006-6).

Autoria: Tribunal de Contas da União.

Relatoria “ad hoc”: Senador LEOAMR QUINTANILHA.

Parecer: Pelo conhecimento da matéria e solicitação de informações ao Tribunal de Contas da União.

Resultado: Aprovado o parecer.

ITEM Nº 03
AVISO Nº 140, DE 2000
NÃO TERMINATIVO

Encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 597, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada na Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, órgão vinculado ao Ministério da Ciência e Tecnologia (TC 014.356/99-6).

Autoria: Tribunal de Contas da União.

Relatoria: Senador RENATO CASAGRANDE.

Parecer: Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo.

Resultado: Aprovado o parecer.

ITEM Nº 04
AVISO Nº 66, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 2.731, de 2008 – TCU (Plenário), bem como do Relatório e do Voto que o fundamentaram, referente à fiscalização e avaliação do relacionamento das instituições federais de ensino com suas fundações de apoio (TC 017.177/2008-2).

Autoria: Tribunal de Contas da União.

Relatoria “ad hoc”: Senador CÉSAR BORGES.

Parecer: Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo.

Resultado: Aprovado o parecer.

ITEM Nº 05
AVISO Nº 4, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 28/2009, proferido nos autos do processo nº TC 028.935/2008-4, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentaram, referente ao controle da legalidade, legitimidade e economicidade dos atos praticados com base nas Medidas Provisórias nºs. 442 e 443, de 2008, em especial por meio do acompanhamento junto ao Banco Central do Brasil, Banco do

Brasil e a Caixa Econômica Federal, acerca da implementação dessas medidas e de outras que vierem a ser adotadas.

Autoria: Tribunal de Contas da União.

Relatoria “ad hoc”: Senador FLEXA RIBEIRO.

Parecer: Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo.

Resultado: Aprovado o parecer.

ITEM Nº 06
AVISO Nº 19, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 463/2009, proferido nos autos do processo nº TC 020.132/2005-8, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentaram, referente a consulta do Tribunal Superior do Trabalho sobre a aplicabilidade do artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda nº 41/2003, em face dos termos do artigo 3º da Lei nº 10.887, de 2004.

Autoria: Tribunal de Contas da União.

Relatoria “ad hoc”: Senador CÉSAR BORGES.

Parecer: Pelo arquivamento da matéria após o encaminhamento de cópia à Mesa Diretora do Senado Federal.

Resultado: Aprovado o parecer.

ITEM Nº 07
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 182, DE 2008
(PL. 00371, DE 1999, na origem)
NÃO TERMINATIVO

Altera o artigo 49 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

Autoria: Deputado ENIO BACCI.

Relatoria: Senador LEOMAR QUINTANILHA.

Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado o parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 08
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2009
(PL. 06171, de 2005, na origem)
NÃO TERMINATIVO

Acrescenta parágrafos ao artigo 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, para garantir ao consumidor o exame dos produtos adquiridos.

Autoria: Deputado CELSO RUSSOMANNO.

Relatoria “ad hoc”: Senador FLEXA RIBEIRO.

Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado o parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 09
EMENDAS NºS. 1 E 2 DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 314, DE 2006
NÃO TERMINATIVO

Inclui dispositivo no Código de Defesa do Consumidor, para determinar que conste, nos documentos de cobrança de dívida encaminhados ao consumidor, o nome e o endereço do fornecedor do produto ou serviço.

Autoria: Câmara dos Deputados.

Relatoria “ad hoc”: Senador FLEXA RIBEIRO.

Parecer: Favorável às emendas.

Resultado: Aprovado o parecer favorável às Emendas nº 1 e 2 da Câmara dos Deputados.

REUNIÃO REALIZADA EM 21 DE MAIO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 29, de 2009 – CMA.

Autoria: Senador RENATO CASAGRANDE.

Assunto: Apresentação do processo de discussão, de implementação e dos resultados da iniciativa sobre a Diretiva Quadro da Água da União Européia, que entrou em vigor em dezembro de 2000, e que estabelece em quadro de ação comunitária no domínio da política da água.

CONVIDADOS:

Senhor **Orlando Borges**, Presidente do Instituto da Água de Portugal – INAG; e

Senhor **José Machado**, Presidente da Agência Nacional de Águas – ANA.

Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 26 DE MAIO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

1ª PARTE

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 11, de 2009 – CMA.

Autoria: Senador RENATO CASAGRANDE.

Assunto: Debate sobre as políticas e instrumentos que objetivem reduzir a zero, até o ano de 2015, o desmatamento no país.

CONVIDADO:

Senhor **Carlos Minc**, Ministro de Estado do Meio Ambiente.

Resultado: Realizada.

2ª PARTE**ITEM Nº 01
MENSAGEM (SF) Nº 79, DE 2009
NÃO TERMINATIVO**

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor **Dalvino Troccoli Franca** para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas – ANA.

Autoria: Presidência da República.

Relatoria “ad hoc”: Senador **JEFFERSON PRAIA**.

Parecer: A Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a recondução.

Resultado: Aprovado parecer favorável à recondução do indicado, por 11 votos sim. Aprovado Requerimento de Urgência.

**ITEM Nº 02
MENSAGEM (SF) Nº 78, DE 2009
NÃO TERMINATIVO**

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor **Bruno Pagnoccheschi** para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas – ANA.

Autoria: Presidência da República.

Relatoria: Senador **GILVAM BORGES**.

Parecer: A Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a recondução.

Resultado: Aprovado parecer favorável à recondução do indicado, por 11 votos sim. Aprovado Requerimento de Urgência.

REUNIÃO REALIZADA EM 27 DE MAIO DE 2009, EM CONJUNTA COM AS COMISSOES DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (SF); DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO (CD); FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (CD); FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE (CD); E MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO (CN).

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em cumprimento ao disposto no artigo 9º, § 5º da Lei Complementar nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal), determinando que, no prazo de 90 dias após o encerramento de cada semestre, o Banco Central do Brasil apresentará em reunião conjunta das Comissões Temáticas pertinentes do Congresso Nacional, avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das Políticas Monetária, Creditícia e Cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços – 2º semestre de 2008.

CONVIDADO:

Senhor **Henrique Meirelles**, Presidente do Banco Central do Brasil.

Resultado: Realizada.

TOTAL DE REUNIÕES: 07

- 02 Ordinárias – Deliberativa.
- 03 Extraordinárias – Audiência Pública.
- 02 Conjuntas – Audiência Pública.

MATÉRIAS APREIADAS: 28

- 01 Projeto de Lei do Senado (não terminativo).
- 02 Projetos de Lei da Câmara (não terminativo).
- 02 Mensagens “S” (não terminativo).
- 10 Avisos (não terminativo).
- 02 Emendas da Câmara dos Deputados (não terminativo).
- 11 Requerimentos – CMA.

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA – FÓRUM DAS ÁGUAS DAS AMÉRICAS E FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA – CMA.

Presidente: Senador RENATO CASAGRANDE.

Vice Presidente: Senador CÍCERO LUCENA.

REUNIÃO REALIZADA EM 05 DE MAIO DE 2009 (ORDINÁRIA)**ITEM ÚNICO
APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL DA SUBCOMISSÃO**

Resultado: Foi apresentado pela Relatora, Senadora Marisa Serrano, o Relatório Final da Subcomissão, ficando a votação marcada para a próxima reunião.

REUNIÃO REALIZADA EM 12 DE MAIO DE 2009 (ORDINÁRIA)**ITEM ÚNICO
VOTAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL DA SUBCOMISSÃO**

Relatoria: Senadora MARISA SERRANO

Resultado: Aprovado o Relatório, com adendo da Senadora Marina Silva.

TOTAL DE REUNIÕES: 02

- 02 Ordinária.

MATÉRIAS APRECIADAS: 01**01 Relatório Final - CMAFAAFMA****COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA – CDH.****Presidente: Senador CRISTOVAM BUAQUE****Vice Presidente: Senador JOSÉ NERY****REUNIÃO REALIZADA EM 06 DE MAIO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)****AUDIÊNCIA PÚBLICA****Em atendimento ao Requerimento nº 14, de 2009 – CDH.****Autoria: Senador PAULO PAIM.****Assunto: Debate sobre o quadro de analfabetismo que se mantém no Brasil em pleno século XXI.****CONVIDADOS:**

Professor **José Geraldo de Sousa Júnior**, Magnífico Reitor da Universidade de Brasília – UNB;
Senhor **Agessandro da Costa Pereira**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB/Nacional;
Senhor **André Luiz de Figueiredo Lázaro**, Secretário de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD/MEC; e
Senhor **Erasto Fortes Mendonça**, Coordenador-Geral de Educação em Direitos Humanos da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República.

Resultado: Realizada.**PAUTA EXTRA****ITEM Nº 01****REQUERIMENTO Nº 17, DE 2009 - CDH**

Com fundamento no disposto no artigo 58, § 2º, inciso II da Constituição Federal, combinado com o artigo 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requer realização de um ciclo de Audiências Públicas, no âmbito da Subcomissão Permanente do Idoso da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com vistas a tratar dos temas abaixo relacionados. Para tanto gostaríamos que fossem convidados os representantes da categoria e outros a serem indicados por esta Comissão. Temas a serem debatidos: **Benefícios Previdenciários (aposentadorias, pensões, LOAS...); Transporte Interestadual; Planos de Saúde; Medicamentos; Precatórios; Violência contra o Idoso e Prioridade do Idoso.**

Autoria: Senador PAULO PAIM.**Resultado: Aprovado.**

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 18, DE 2009 - CDH

Nos termos do artigo 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de Audiências Públicas com lideranças indígenas, que participam da edição 2009 do Acampamento Terra-Livre, evento de realização anual que reúne lideranças indígenas das cinco regiões etnográficas do Brasil, na Esplanada dos Ministérios, para tratar de suas principais demandas ao Estado brasileiro. Com os seguintes convidados: **Cinco lideranças indígenas indicadas pelo Acampamento**; Deputado **Eduardo Valverde**, Coordenador-Geral da Frente Parlamentar em Defesa dos Povos Indígenas; e senhora **Débora Duprat**, Sub-Procuradora Geral e Coordenadora da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal.

Autoria: Senadora MARINA SILVA.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 19, DE 2009 - CDH

Com fundamento no disposto no artigo 58, § 2º, inciso II da Constituição Federal, combinado com o artigo 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requero a realização de Audiência Pública com vistas a tratar das questões raciais atinentes ao Dia da Abolição da Escravatura. Com a presença dos seguintes convidados: Senhor **Edson Santos**, Ministro da SEPIR; **Presidente da Fundação Palmares**; representante do **Conselho de Defesa dos Direitos do Negro - CDDN** e outros a serem definidos pela própria Comissão.

Autoria: Senador PAULO PAIM.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 20, DE 2009 - CDH

Requer nos termos regimentais, a realização de reunião conjunta com a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas e a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com vistas a tratar das questões atinentes à Preservação da Amazônia, a ser realizada no Plenário do Senado Federal, no dia 13 de maio de 2009, às 18h30min.

Autoria: Senador CRISTOVAM BUARQUE.

Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 07 DE MAIO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 18, de 2009 – CDH.

Autoria: Senadora MARINA SILVA.

Assunto: Discutir a edição de 2009 do “Acampamento Terra Livre”, evento de realização anual na Esplanada dos Ministérios, que reúne lideranças indígenas das cinco regiões etnográficas do Brasil para tratar de suas principais demandas ao Estado Brasileiro.

CONVIDADOS:

Senhora **Déborah Macedo Duprat de Britto Pereira**, Subprocuradora-Geral da República do Ministério Público Federal e Coordenadora da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão;

Senhora **Lea Aquino**, Guarani Kaiowá;

Senhor **Lisio Lili**, Terena;

Senhor **Marcos Apurinã**;

Senhor **Romancil Kretã**, Kaingang; e

Senhor **Sandro Hawaty**, representando o senhor **Manoel Uilton**, Tuxá.

Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 13 DE MAIO DE 2009, EM CONJUNTO COM AS COMISSÕES MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS; E A DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos n.ºs. 15, de 2009 – CMMC, 27, de 2009 – CMA e 20, de 2009 – CDH.

Autoria: Senadores **IDELI SALVATTI**, **RENATO CASAGRANDE** e **CRISTOVAM BUARQUE**.

Assunto: Debate sobre a preservação da Amazônia, e promover a entrega do documento intitulado “Amazônia para sempre”. Com a presença de diversas autoridades e demais convidados.

Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 20 DE MAIO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)**ITEM N.º 01****REQUERIMENTO N.º 21, DE 2009 - CDH**

Requer nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Direitos Humanos realize Audiência Pública para discutir o conflito entre as populações atingidas pela construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí e os órgãos federais responsáveis pelo gerenciamento da política energética, ambiental e fundiária. Com os seguintes convidados: **Ministro das Minas e Energia; Presidente da Eletronorte; Presidente do INCRA**; representante do **Movimento dos Atingidos pelas Barragens – MAB**; representante da **Colônia de Pescadores – Z32**; e **Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tucuruí**.

Autoria: Senador **JOSÉ NERY**.

Resultado: Aprovado.

ITEM N.º 02**SUGESTÃO N.º 1, DE 2009**

Sugere a alteração do Estatuto do Idoso com a finalidade de vedar a burla aos direitos dos idosos.

Autoria: Ordem dos Advogados do Brasil – Seção de São Paulo – OAB/SP.

Relatoria: Senador PAULO PAIM.

Parecer: Pelo arquivamento da matéria.

Resultado: Aprovado parecer pelo arquivamento, a Sugestão vai ao Arquivo.

**ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 137, DE 2008
NÃO TERMINATIVO**

Dispõe sobre o crime de extermínio de seres humanos, altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e dá outras providências.

Autoria: Deputado LUIZ COUTO.

Relatoria: Senador JAYME CAMPOS.

Parecer: Favorável à matéria e das Emendas nºs. 1, 2 e 3 – CCJ e pela apresentação de uma emenda.

Resultado: Aprovado parecer favorável com as Emendas nºs 1, 2, 3 – CCJ/CDH e 4 – CDH.

**ITEM Nº 04
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 480, DE 2008
NÃO TERMINATIVO**

Altera a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para isentar integralmente, do imposto de renda, os rendimentos até o valor equivalente a dez salários mínimos, pelo contribuinte que completar setenta anos de idade.

Autoria: Senador NEUTO DE CONTO.

Relatoria “ad hoc”: Senador PAULO PAIM.

Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

**ITEM Nº 05
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 465, DE 2008
NÃO TERMINATIVO**

Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que “altera a legislação do imposto de renda das pessoas físicas e dá outras providências”, para permitir a redução de despesa com aquisição de aparelhos auditivos e cadeiras de roda do Imposto de Renda Pessoa Física.

Autoria: Senador ANTÔNIO CARLOS VALADARES.

Relatoria “ad hoc”: Senador PAULO PAIM.

Parecer: Favorável à matéria com uma emenda que apresenta.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 - CDH. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

ITEM Nº 06
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 45, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Altera o inciso IV, do artigo 1º da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, que trata da isenção de IPI na compra de automóveis para uso particular das pessoas que especifica, para compreender a todas as pessoas com deficiência.

Autoria: Senador FLÁVIO ARNS.

Relatoria “ad hoc”: Senador PAULO PAIM.

Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

ITEM Nº 07
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 522, DE 2007
NÃO TERMINATIVO

Acrescenta inciso X e parágrafo único ao artigo 473 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para conceder ao empregado a possibilidade de ausência ao trabalho, por até sete dias anuais, para acompanhar e assistir dependente portador de deficiência, e dá outras providências.

Autoria: Senador FLEXA RIBEIRO.

Relatoria: Senador PAULO PAIM.

Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

TOTAL DE REUNIÕES: 04

03 Extraordinárias – Audiência Pública.

01 Conjunta – Audiência Pública.

MATÉRIAS APRECIADAS: 16

04 Projetos de Lei do Senado (não terminativo).

01 Projeto de Lei da Câmara (não terminativo)

01 Sugestão

05 Emendas – CDH.

05 Requerimentos – CDH.

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO – CDH.**Presidente: Senador PAULO PAIM****Vice Presidente: Senador LEOMAR QUINTANILHA**

REUNIÃO REALIZADA EM 26 DE MAIO DE 2009, EM CONJUNTO COM A COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS E A SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nºs. 19 e 35, de 2009 – CAS.

Autoria: Senadora ROSALBA CIARLINI.

Assunto: Ciclo de debates sobre o SUS, referente “Às Políticas Sociais e de Assistência à Saúde, voltadas para o Idoso”.

CONVIDADOS:

Senhor **José Luiz Telles de Almeida**, Diretor do Departamento de Ações Programática e Estratégica do Ministério da Saúde – DAPES;

Senhora **Maria Alice Toledo**, Professora de Psiquiatria da Universidade de Brasília – UnB;

Senhora **Elisa Franco de Assis Costa**, Ex-Presidenta da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia – SBBG; e

Senhor **João Batista de Medeiros**, Gerontólogo Social.

Resultado: Realizada.

TOTAL DE REUNIÕES: 01

01 Conjunta – Audiência Pública.

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO – CDH.**Presidente: Senador JOSÉ NERY****Vice Presidente: Senador PAPALÉO PAES**

REUNIÃO REALIZADA EM 27 DE MAIO DE 2009 (INSTALAÇÃO)

Instalação e Eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Subcomissão.

Resultado: Foram eleitos os Senadores José Nery e Papaléo Paes, para os cargos de Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

TOTAL DE REUNIÕES: 01

01 Instalação.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Presidente: Senador EDUARDO AZEREDO
Vice Presidente: Senador GERALDO MERQUITA JÚNIOR

REUNIÃO REALIZADA EM 07 DE MAIO DE 2009 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01 **MENSAGEM (SF) Nº 52, DE 2009** **NÃO TERMINATIVO**

Submete à apreciação do Senado Federal a escolha do senhor **José Fiúza Neto**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do quadro especial do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de embaixador do Brasil junto à República da Guiné, exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à República de Serra Leoa.

Autoria: Presidente da República.

Relatoria “ad hoc”: Senador PEDRO SIMON.

Relatório: A Comissão dispõe de todas as condições necessárias para deliberar sobre a indicação.

Resultado: Apreciada.

ITEM Nº 02 **MENSAGEM (SF) Nº 53, DE 2009** **NÃO TERMINATIVO**

Submete à apreciação do Senado Federal, a escolha do senhor **Armando Vítor Boisson Cardoso**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à República da Finlândia, e, cumulativamente, o cargo de embaixador do Brasil junto à República da Estônia.

Autoria: Presidente da República.

Relatoria: Senador MARCO MACIEL.

Relatório: A Comissão dispõe de todas as condições necessárias para deliberar sobre a indicação.

Resultado: Apreciada.

ITEM Nº 03 **MENSAGEM (SF) Nº 54, DE 2009** **NÃO TERMINATIVO**

Submete à apreciação do Senado Federal, a escolha do senhor **Antônio Carlos do Nascimento Pedro**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do quadro especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à República do Sudão.

Autoria: Presidente da República.

Relatoria “ad hoc”: Senador ÁLVARO DIAS.

Relatório: A Comissão dispõe de todas as condições necessárias para deliberar sobre a indicação.

Resultado: Apreciada.

ITEM Nº 04**REQUERIMENTO Nº 17, DE 2009 – CRE**

Requeiro a prorrogação até o dia 08 de maio de 2009, sem ônus para o Senado Federal, da missão oficial, designada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, para representar esta Comissão no processo de execução de retirada dos habitantes não-indígenas da área Terra Indígena Raposa Serra do Sol em Roraima.

Autoria: Senadores MOZARILDO CAVALCANTI e EDUARDO AZEREDO.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 05**REQUERIMENTO Nº 18, DE 2009 – CRE**

Requeiro nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o senhor **Nelson Jobim**, Ministro de Estado da Defesa, para discutir, no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, a estratégia nacional de defesa.

Autoria: Senador EDUARDO AZEREDO.

Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 14 DE MAIO DE 2009 (ORDINÁRIA)**ITEM Nº 01****MENSAGEM (SF) Nº 76, DE 2009****NÃO TERMINATIVO**

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do artigo 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a escolha do nome do senhor **Ricardo Carvalho do Nascimento Borges**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do quadro especial do Ministério das Relações Exteriores, para, exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à República Democrática do Congo.

Autoria: Presidente da República.

Relatoria: Senadora ROSALBA CIARLINI.

Relatório: A Comissão dispõe de todas as condições necessárias para deliberar sobre a indicação.

Resultado: Apreciada.

ITEM Nº 02**MENSAGEM (SF) Nº 77, DE 2009****NÃO TERMINATIVO**

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do artigo 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a escolha do nome do senhor **George Ney de Souza Fernandes**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à Grande Jamahiriya Árabe Popular Socialista da Líbia.

Autoria: Presidente da República.

Relatoria: Senador RENATO CASAGRANDE.

Relatório: A Comissão dispõe de todas as condições necessárias para deliberar sobre a indicação.

Resultado: Apreciada.

EXTRA PAUTA

ITEM Nº 01

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 285, DE 2008 NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto do Convênio de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e a República do Chile, celebrado em Santiago, em 26 de abril de 2007.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD).

Relatoria: Senador MOZARILDO CAVALCANTI.

Relatório: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 02

REQUERIMENTO Nº 19, DE 2009 – CRE

Requeiro, nos termos regimentais, a realização, no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, de Audiência Pública para que sejam ouvidos os Ministros **Nelson Jobim**, da Defesa e **Sérgio Resende**, da Ciência e Tecnologia, a fim de prestarem esclarecimentos sobre notícias recentemente divulgadas na imprensa brasileira a respeito da desativação da base de lançamento de foguetes de Alcântara, no Maranhão, em função de impasse com as comunidades quilombolas existentes na região.

Autoria: Senadores AUGUSTO BOTELHO E MOZARILDO CAVALCANTI.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 03

REQUERIMENTO Nº 20, DE 2009 – CRE

Requeiro a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença do Ministro, **Celso Lafer** e do Jurista **Ives Gandra da Silva Martins**, para discorrerem sobre a adesão da Venezuela ao Mercosul.

Autoria: Senador Fernando Collor.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 04

REQUERIMENTO Nº 21, DE 2009 – CRE

Requeiro, nos termos regimentais, que para a terceira Audiência Pública para instruir o Projeto de Decreto Legislativo nº 430, de 2008, que “Aprova o texto do protocolo de adesão da República Bolivariana da Venezuela ao Mercosul, assinado em Caracas, em 4 de julho de 2006, pelos presidentes dos Estados partes do Mercosul e a da Venezuela”, em decorrência da aprovação do Requerimento nº 20, de 2009 – CRE, de

autoria do Senador Fernando Collor, aprovado dia 14.03.2009, sejam também convidados os senhores: senhora **Regina Soares de Lima**, Cientista Política, Pesquisadora do IUPERJ; e senhor **Fabiano Santos**, Cientista Político, Professor e Pesquisador do IUPERJ/UCAM – Universidade Cândido Mendes e Coordenador do Núcleo de Estudos sobre o Congresso (NECON/IUPERJ).

Autoria: Senador EDUARDO SUPPLY.

Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 21 DE MAIO DE 2009 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 115, DE 2008 NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto do Acordo de Cooperação em Matéria de Comunicação entre a República Federativa do Brasil e a República Oriental do Uruguai, celebrado em Brasília, em 1º de abril de 2005.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD).

Relatoria: Senador PEDRO SIMON.

Relatório: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 02

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 139, DE 2008 NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto do Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, adotado em Nova Iorque, em 16 de dezembro de 1966, e do segundo Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos com vistas à abolição da Pena de Morte, adotado e proclamado pela Resolução nº 44/128, de 15 de dezembro de 1989, com reserva expressa no artigo 2º.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD).

Relatoria “ad hoc”: Senador ANTÔNIO CARLOS VALADARES.

Relatório: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 03

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 269, DE 2008 NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto da Convenção Internacional sobre Salvamento Marítimo, celebrada em Londres, em 28 de abril de 1989.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD).

Relatoria “ad hoc”: Senador PAULO DUQUE.

Relatório: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 04
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 278, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Granada, assinado em 24 de abril de 2006, na cidade de Sant George's.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD).

Relatoria "ad hoc": Senador PAULO DUQUE.

Relatório: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 05
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 281, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto do Acordo Comercial entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argelina Democrática e Popular, celebrado em Argel, em 8 de fevereiro de 2006.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD).

Relatoria "ad hoc": Senador FERNANDO COLLOR.

Relatório: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 06
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 288, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto do Acordo Básico de Cooperação Técnico entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Islâmica do Afeganistão, assinado em Brasília, em 1º de agosto de 2006.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD).

Relatoria: Senador EDUARDO SUPLICY.

Relatório: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 07
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 64, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina, relativo ao Intercâmbio de Estagiários, assinado em Buenos Aires, em 14 de agosto de 2001.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD).

Relatoria: Senador PEDRO SIMON.

Relatório: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 08
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 65, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto da Convenção Internacional para supressão de atos de Terrorismo Nuclear, assinada pelo Brasil em Nova Iorque, no dia 14 de setembro de 2005.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD).

Relatoria “ad hoc”: Senador FERNANDO COLLOR.

Relatório: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 09
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 66, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto revisado do Regulamento Sanitário Internacional, aprovado pela 58ª Assembléia Geral da Organização Mundial de Saúde, em 23 de maio de 2005, com vistas na sua entrada em vigor no Brasil.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD).

Relatoria “ad hoc”: Senadora PATRICIA SABOYA.

Relatório: Favorável à matéria com uma emenda que apresenta.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 – CRE.

ITEM Nº 10
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 69, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto do Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China para o combate à criminalidade transnacional e outras modalidades delituosas, assinado em Brasília, em 12 de novembro de 2004.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD).

Relatoria “ad hoc”: Senador FLEXA RIBEIRO.

Relatório: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 11
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 70, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto do Tratado de Assistência Jurídica mútua em matéria penal entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Nigéria, assinado, em 6 de setembro de 2005.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD).

Relatoria “ad hoc”: Senador PAULO DUQUE.

Relatório: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 12
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 71, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Nauru, assinado em Nova Iorque, em 11 de maio de 2006.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD).

Relatoria: Senador FERNANDO COLLOR.

Relatório: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 13
REQUERIMENTO Nº 22, DE 2009 – CRE

Em aditamento ao Requerimento nº 3, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e ao Requerimento nº 6, de 2009, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, visando debater o cumprimento das metas de desenvolvimento do milênio fixadas pela ONU, requeiro a inclusão, na Audiência Pública que discutirá o assunto, do seguinte convidado: senhor **Marcelo Garcia**, Presidente do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social – CONGEMAS.

Autoria: Senadora ROSALBA CIARLINI.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 14
REQUERIMENTO Nº 23, DE 2009 – CRE

Requeiro nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidada a professora **Olinda Batista Assmar**, Reitora da Universidade do Acre e o professor **José Januário de Oliveira Amaral**, Reitor da Universidade de Rondônia, a participarem de Audiência Pública perante a Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, para tratarem da atuação das respectivas universidades federais em temas relativos a região Amazônica.

Autoria: Senadores MOZARILDO CAVALCANTI e EDUARDO AZEREDO.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 15
REQUERIMENTO Nº 24, DE 2009 – CRE

Requeiro nos termos regimentais, que seja encaminhado ofício ao Embaixador **Celso Amorim**, Ministro de Estado das Relações Exteriores, solicitando que reconsidere a decisão do não-apoiamento, pelo Governo Brasileiro, à candidatura ao cargo de Diretor-Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) do doutor **Márcio Barbosa**, brasileiro, atual Diretor-Geral Adjunto e que conta com apoios significativos de Estado Membros de várias correntes e com os quais o Brasil mantém fortes ligações diplomáticas, particularmente nos assuntos ligados à educação, ciência e cultura. Relembre-se que também o Senador Cristovam Buarque preenche todas as condicionantes para o cargo.

Autoria: Senador EDUARDO AZEREDO.

Resultado: Aprovado.

EXTRA PAUTA

ITEM ÚNICO REQUERIMENTO Nº 25, DE 2009 – CRE

Requeiro nos termos do artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas pelo Excelentíssimo senhor Ministro das Relações Exteriores, **Celso Amorim**, informações acerca das decisões e deliberações realizadas na reunião do grupo de trabalho previsto no artigo 11 do Protocolo de Adesão da República Bolivariana da Venezuela ao Mercosul, prevista para o último dia 19.05.2009.

Autoria: Senador EDUARDO AZEREDO.

Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 28 DE MAIO DE 2009 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01 MENSAGEM (SF) Nº 57, DE 2009 NÃO TERMINATIVO

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do senhor **Luiz Gilberto Seixas de Andrade**, Ministro de Segunda Classe da carreira de diplomata do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil, junto à República Cooperativista da Guiana.

Autoria: Presidente da República.

Relatoria: Senador ROMERO JUCÁ.

Relatório: A Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação.

Resultado: Apreciada.

ITEM Nº 02 MENSAGEM (SF) Nº 73, DE 2009 NÃO TERMINATIVO

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do artigo 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a escolha do nome do senhor **João Solano Carneiro da Cunha**, Ministro de Segunda Classe da carreira de diplomata do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil, junto à República Dominicana.

Autoria: Presidente da República.

Relatoria: Senador ADELMIR SANTANA.

Relatório: A Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação.

Resultado: Apreciada.

PAUTA EXTRA**ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 26, DE 2009 – CRE**

Requeiro nos termos regimentais, que seja realizada Audiência Pública em duas partes, em conjunto com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em datas a serem agendadas, objetivando, sob a perspectiva de um novo modelo de desenvolvimento regional, discutir sobre sistema de ciência, tecnologia e inovação na Amazônia Legal, com os seguintes convidados: senhor **Sérgio Machado Rezende**, Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia; senhor **Adalberto Luis Val**, Diretor do Instituto Nacional de Pesquisas na Amazônia – INPA; senhor **Silvio Cresta**, Diretor Presidente da Empresa de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA, senhor **Jacob Palis Júnior**, Presidente da Academia Brasileira de Ciências – ABC; senhor **Marco Antônio Raupp**, Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC; senhor **Imar César de Araújo**, Coordenador-Geral do Centro de Biotecnologia da Amazônia – CBA; senhora **Ima Célia Guimarães Vieira**, Diretora do Museu Paraense “Emilio Goeldi” – MPEG; senhor **Cláudio José Reis de Carvalho**, Chefe-Geral da Embrapa Amazônia Oriental; e senhora **Elizabeth Conceição de Oliveira Santos**, Diretora do Instituto Evandro Chagas.

Autoria: Senadores FLEXA RIBEIRO e EDUARDO AZEREDO.

Resultado: Aprovado.

**ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 27, DE 2009 – CRE**

Em aditamento ao Requerimento nº 23, de 2009 – CRE, requeiro nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam também convidados o professor Doutor **Roberto Ramos**, Reitor da Universidade Federal de Roraima; o professor Doutor **Carlos Tavares Carvalho**, Reitor da Universidade do Amapá; e o professor Doutor **Alan Barbiero**, Reitor da Universidade Federal do Tocantins, a participarem de audiência pública perante a Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, para tratarem da atuação das respectivas Universidades Federais em temas relativos a Região Amazônica.

Autoria: Senadores MOZARILDO CAVALCANTI e AUGUSTO BOTELHO.

Resultado: Aprovado.

**ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 28, DE 2009 – CRE**

Requeiro nos termos do artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas pelo Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Defesa, **Nelson Jobim**, informações sobre a criação de 28 novos batalhões na Fronteira da Amazônica e nas terras indígenas prevista na estratégia nacional de defesa, o que ampliaria de 25 mil para 30 mil o número de militares na Amazônia.

Autoria: Senadores MOZARILDO CAVALCANTI e AUGUSTO BOTELHO.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 29, DE 2009 – CRE

Requeiro nos termos do artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas pelo Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Justiça, **Tarso Genro**, informações sobre o Plano Especial para agentes e delegados da Polícia Federal que servem na Fronteira e nas Regiões de difícil acesso da Amazônia.

Autoria: Senadores MOZARILDO CAVALCANTI e AUGUSTO BOTELHO.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 05
REQUERIMENTO Nº 30, DE 2009 – CRE

Requeiro nos termos do artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas pelo Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Meio Ambiente, **Carlos Minc**, informações sobre o Projeto de Instituição de um Plano Especial para servidores do Instituto dos Recursos Naturais Renováveis e do Instituto Chico Mendes que servem na Fronteira e nas Regiões de difícil acesso da Amazônia.

Autoria: Senadores MOZARILDO CAVALCANTI e AUGUSTO BOTELHO.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 06
REQUERIMENTO Nº 31, DE 2009 – CRE

Requeiro nos termos regimentais, que para a terceira audiência pública de instrução do Projeto de Decreto Legislativo nº 430, de 2008, que aprova o texto do Protocolo de Adesão da República Bolivariana da Venezuela ao Mercosul, assinado em Caracas, em 4 de julho de 2006, pelos Presidentes dos Estados Partes do Mercosul e da Venezuela, em decorrência da aprovação nesta Comissão de Requerimento, de autoria do Senador Fernando Collor, dia 14/03/2009, seja também convidado o senhor **Antônio José Ferreira Simões**, Embaixador do Brasil na Venezuela.

Autoria: Senadores EDUARDO SUPLICY e JOÃO PEDRO.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 07
REQUERIMENTO Nº 32, DE 2009 – CRE

Requeiro nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada, no âmbito da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, Audiência Pública para debater a Proposta de Emenda à Constituição nº 6, de 2009, que altera o artigo 159 da Constituição Federal e acrescenta o artigo 97 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para criar o Fundo de Desenvolvimento dos Municípios de Fronteira, para tanto, requeiro sejam convidados os senhores Governadores dos Estados da Faixa de Fronteira do Brasil.

Autoria: Senadores MOZARILDO CAVALCANTI e AUGUSTO BOTELHO.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 08
REQUERIMENTO Nº 33, DE 2009 – CRE

Requeiro nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Excelentíssimo Senhor **Miguel Jorge**, Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, para discutir, no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, assuntos referentes a comércio exterior, dificuldades diante da crise financeira, Mercosul e novos mercados.

Autoria: Senador EDUARDO AZEREDO.

Resultado: Aprovado.

EXTRA PAUTA

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 34, DE 2009 – CRE

Requeiro a participação da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, na Audiência Pública para debater o cumprimento das metas de desenvolvimento do Milênio fixadas pela Organização das Nações Unidas – ONU, no ano 2000.

Autoria: Senador CRISTOVAM BUARQUE.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 35, DE 2009 – CRE

Requeiro nos termos do artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que o Excelentíssimo Senhor Ministro das Relações Exteriores, **Celso Amorim**, solicite ao Governo Venezuelano informações diretas e explicações acerca do possível constrangimento a que teria sido submetido o escritor peruano **Mário Vargas Llosa** em sua chegada à Venezuela, no aeroporto de Maiquetía, onde ficou retido por cerca de uma hora e meia e foi advertido a não fazer declarações sobre assuntos políticos internos além de ter sua bagagem minuciosamente revistada.

Autoria: Senador CRISTOVAM BUARQUE.

Resultado: Aprovado.

TOTAL DE REUNIÕES: 04

04 Ordinárias – Deliberativa.

MATÉRIAS APRECIADAS: 40

07 Mensagens (SF) (não terminativo).

13 Projetos de Decreto Legislativo (SF) (não terminativo).

19 Requerimentos – CRE.

01 Emenda – CRE.

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA – CRE

Presidente: Senador MOZARILDO CAVALCANTI
Vice Presidente: Senador GERALDO MESQUITA JÚNIOR

REUNIÃO REALIZADA EM 13 DE MAIO DE 2009 (ORDINÁRIA)

ITEM ÚNICO

Eleição do Presidente e do Vice Presidente da Subcomissão.

Resultado: Foram eleitos os Senadores Mozarildo Cavalcanti e Geraldo Mesquita Júnior, para os cargos de Presidente e de Vice-Presidente, respectivamente.

TOTAL DE REUNIÕES: 01

01 Ordinária – Eleição do Presidente e do Vice-Presidente.

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

Presidente: Senador FERNANDO COLLOR
Vice Presidente: Senador ELISEU REZENDE

REUNIÃO REALIZADA EM 07 DE MAIO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01

MENSAGEM (SF) Nº 36, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Submete à consideração do Senado Federal o nome do Senhor **João Batista de Rezende**, para exercer o cargo de Membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL.

Autoria: Presidente da República.

Relatoria: Senador GILVAM BORGES.

Parecer: A Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação.

Resultado: Aprovado parecer favorável à indicação do senhor João Batista de Rezende, por 16 votos sim, 2 votos não e nenhuma abstenção.

ITEM Nº 02

MENSAGEM (SF) Nº 49, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Submete à apreciação do Senado Federal o nome do senhor **Ivo Borges de Lima**, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, na vaga do senhor **Noboru Ofugi**.

Autoria: Presidente da República.

Relatoria “ad hoc”: Senador MARCONI PERILLO.

Parecer: A Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação.

Resultado: Aprovado parecer favorável à indicação do senhor João Batista de Rezende, por 14 votos sim, 2 votos não e nenhuma abstenção.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 29, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Altera o § 2º do artigo 8º da Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, para estabelecer que parcela da compensação financeira pela exportação de gás, petróleo, recursos hídricos e minerais, no âmbito de cada ente beneficiário, será aplicada em infraestrutura.

Autoria: Senador ANTÔNIO CARLOS VALADARES.

Relatoria: Senador WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA.

Parecer: Contrário à matéria.

Resultado: Aprovado parecer pela rejeição do Projeto. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

EXTRA PAUTA

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 27, de 2009 – CI

Requeiro nos termos do caput do artigo 50 da Constituição Federal, combinado com o inciso III do artigo 90 e § 1º do artigo 397 do Regimento Interno do Senado Federal, seja convocado o Exmo. Ministro do Meio Ambiente, para que compareça à Comissão de Serviços de Infraestrutura desta casa, a fim de prestar esclarecimentos acerca do processo de licenciamento ambiental das obras do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.

Autoria: Senador FERNANDO COLLOR.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 28, de 2009 – CI

Requeiro nos termos regimentais a realização de Audiência Pública nesta Comissão em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos, para discutir os impactos econômicos de medida aprovada pela Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC no sentido de estabelecer o regime de liberdade tarifaria para as companhias de navegação aéreas nacionais e internacionais na prestação de serviços aéreos internacionais regulares partindo do Brasil com as presenças das seguintes autoridades: senhora **Solange Paiva Vieira**, Presidenta da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC; senhor **Antônio Henrique Pinheiro Silveira**, Secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda; Tenente Brigadeiro do Ar **Cleonilson Nicário Silva**, Presidente da INFRAERO; e um representante do **Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias – SENEIA**.

Autoria: Senador GIM ARGELLO.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 29, de 2009 – CI

Nos termos do artigo 214, parágrafo único, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, requiro que seja iniciada a votação da indicação do senhor **João Batista de Rezende**, ao cargo de Membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações, logo após o termino da exposição do sabatinado, tendo em vista as informações referentes à adoção de procedimentos a serem adotados nos processos de argüição e votação de autoridades prestadas pelo Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura em sua 6ª Reunião Extraordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Autoria: Senador ADELMIRO SANTANA.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 30, de 2009 – CI

Nos termos do artigo 214, parágrafo único, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, requiro que seja iniciada a votação da indicação do senhor **Ivo Borges de Lima**, ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, logo após o termino da exposição do sabatinado, tendo em vista as informações referentes à adoção de procedimentos a serem adotados nos processos de argüição e votação de autoridades prestadas pelo Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura em sua 6ª Reunião Extraordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Autoria: Senador JAYME CAMPOS.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 05
REQUERIMENTO Nº 31, de 2009 – CI

Requiro nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o Presidente da Fundação Nacional do Índio – FUNAI, senhor **Márcio Augusto Freitas de Meira**, para prestar esclarecimentos sobre o processo de licenciamento ambiental das obras do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC. Solicito ainda, que a Audiência seja realizada em conjunto com o Presidente do IBAMA, convidado por requerimento aprovado hoje nesta Comissão.

Autoria: Senador GILBERTO GOELLNER.

Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 14 DE MAIO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 21, de 2009 – CI.

Autoria: Senador FERNANDO COLLOR.

Assunto: Debate sobre a metodologia de fiscalização de obras adotadas pelo Tribunal de Contas da União – TCU, com ênfase naquelas relacionadas ao PAC – Programa de Aceleração do Crescimento.

CONVIDADOS:

Senhor **Paulo Roberto Wiechers Martins**, Secretário-Geral de Controle Externo;
Senhor **Marcelo Luiz Souza de Eira**, Secretário-Adjunto de Planejamento e Procedimento;
Senhor **André Luiz Mendes**, Secretário de Fiscalização de Obras; e
Senhor **André Kresch**, Diretor de Fiscalização de Obras.

Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 21 DE MAIO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
OFÍCIO “S” Nº 4, DE 2006
(Ofício nº 0010, de 2006, na origem)
NÃO TERMINATIVO

Encaminha abaixo assinado coletado no Estado do Pará que solicita a anulação da Resolução nº 85, de 1998, da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, que “aprova o regulamento do serviço telefônico comutado”.

Autoria: Deputada SANDRA BATISTA – Assembléia Legislativa/PA.

Relatoria: Senador FLEXA RIBEIRO.

Parecer: Pela expedição de ofício à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ para conhecimento do teor de reivindicação; e conhecimento do Ofício “S” nº 4, de 2006, e posteriormente remessa ao arquivo.

Resultado: Aprovado o parecer.

EXTRA PAUTA

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 33, DE 2009 – CI

Nos termos do artigo 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requero a realização de Audiência Pública sobre o Panorama da Mineração Brasileira, com enfoque especial aos marcos legais do setor. Os convidados serão definidos oportunamente por esta Comissão.

Autoria: Senador GILVAM BORGES.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
Requerimento nº 34, de 2009 – CI

Requeiro nos termos regimentais, seja feito adendo ao Requerimento nº 4, de 2009 – CI, aprovado em 12 de março último, para que sejam incluídas a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e a Comissão de

Acompanhamento da Crise Financeira e da Empregabilidade na Audiência na Audiência Pública, com a participação do senhor **Luciano Coutinho**, Presidente do BNDES, a ser realizada, em atendimento ao referido requerimento, no dia 27 de maio, às 10 horas, no Plenário 19 da Ala Alexandre Costa.

Autoria: Senador PAULO DUQUE.

Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 27 DE MAIO DE 2009, EM CONJUNTA COM AS COMISSOES DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA; A DE ASSUNTOS ECONÔMICOS; A DE ASSUNTOS SOCIAIS E A DA CRISE FINANCEIRA E EMPREGABILIDADE.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos n.ºs. 2, 5, 8, 14, de 2009 – CAE, 6, DE 2009 – CAS, 18, DE 2009 – CRA, 4 e 34, DE 2009 – CI.

Autoria: Senadores EDUARDO SUPPLY, ARTHUR VIRGÍLIO, TASSO JEREISSATI, INÁCIO ARRUDA, MARCELO CRIVELLA, VALTER PEREIRA e PAULO DUQUE.

Assunto: Debate sobre o papel do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES no enfrentamento da crise financeira e de seus impactos na empregabilidade.

CONVIDADO:

Senhor **Luciano Coutinho**, Presidente do Banco de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 28 DE MAIO DE 2009, EM CONJUNTA COM AS COMISSOES DE ASSUNTOS ECONÔMICOS; DE ASSUNTOS SOCIAIS E DA CRISE FINANCEIRA E EMPREGABILIDADE.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos n.ºs. 5, 6, 7, 12, 13 e 29, de 2009 – CAE, 3, DE 2009 – CI e 4, de 2009 - CAS.

Autoria: Senadores ARTHUR VIRGÍLIO, TASSO JEREISSATI, MARCELO CRIVELLA, INÁCIO ARRUDA, ALOIZIO MERCADANTE, CÉSAR BORGES e FLEXA RIBEIRO.

Assunto: Debate sobre a desvalorização da moeda brasileira; a crise econômica; os efeitos da redução de IPI sobre a arrecadação da União, dos Estados e dos Municípios; e as mudanças no rendimento da caderneta de poupança.

CONVIDADO:

Senhor **Guido Mantega**, Ministro de Estado da Fazenda.

Resultado: Realizada.

TOTAL DE REUNIÕES: 05

02 Extraordinárias – Deliberativa.
01 Extraordinária – Audiência Pública.
02 Conjuntas – Audiência Pública.

MATÉRIAS APRECIADAS: 11

01 Projeto de Lei do Senado (não terminativo).
02 Mensagens “SF” (não terminativo).
01 Ofício “S” (não terminativo).
07 Requerimentos – CI.

**COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E
TURISMO – CDR**

Presidente: Senador LEOMAR QUINTANILHA
Vice Presidente: Senador CÉSAR BORGES

REUNIÃO REALIZADA EM 06 DE MAIO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 1, de 2009 – CDR
Autoria: Senador LEOMAR QUINTANILHA.
Assunto: Instruir o Projetos de Lei do Senado nºs. 283, 429 e 533, de 2007 (overbooking).

CONVIDADOS:

Senhor **Marcelo Pacheco dos Guarany's**, Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, representando a senhora **Solange Paiva Vieira**, Diretora-Presidente da ANAC;
Senhor **Fernando Antônio Ribeiro Soares**, Diretor do Departamento de Política de Aviação Civil do Ministério da Defesa, representando o Ten. Brig. do Ar **Jorge Godinho Barreto Nery**, do Ministério da Defesa;
Senhor **José Márcio Mollo**, Presidente do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias – SNEA; e
Senhor **João Quirino Júnior**, Diretor de Relações Parlamentares da Associação Brasileira de Agências de Viagens – ABV, representando o senhor **Carlos Alberto Ferreira Amorim**, Presidente Nacional da ABAV.

Resultado: Realizada.

EXTRA PAUTA**ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 6, de 2009 – CDR**

Requeiro, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com o objetivo de apresentar o Plano Estratégico de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica dos Rios Tocantins e Araguaia, elaborado pela Agência Nacional de Águas – ANA, e aprovado pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH, com a presença de representantes dos seguintes órgãos: **Ministério do Meio Ambiente – MMA; Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano - MMA; e Agência Nacional de Águas – ANA.**

Autoria: Senador LEOMAR QUINTANILHA.

Resultado: Aprovado.

**ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 7, de 2009 – CDR**

Requeremos, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública nesta Comissão, com a presença dos seguintes convidados: senhor **Geddel Vieira Lima**, Ministro de Estado da Integração Nacional; senhor **Márcio Fortes**, Ministro de Estado das Cidades; senhor **Luiz Antônio Pagot**; senhora **Roseana Sarney**, Governadora do Estado do Maranhão; senhor **Cid Gomes**, Governador do Estado do Ceará; senhor **Wellington Dias**, Governador do Estado do Piauí; e senhora **Vilma Faria**, Governadora do Estado do Rio Grande do Norte, para tratar sobre a calamidade provocada pelas chuvas e a necessária recuperação da infraestrutura.

Autoria: Senadores INÁCIO ARRUDA e LEOMAR QUINTANILHA.

Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 12 DE MAIO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)**AUDIÊNCIA PÚBLICA**

Em atendimento ao Requerimento nº 7, de 2009 – CDR

Autoria: Senador LEOMAR QUINTANILHA e INÁCIO ARRUDA.

Assunto: Debate sobre a calamidade provocada pelas chuvas e a necessária recuperação da infraestrutura, especialmente na Região Nordeste.

CONVIDADOS:

Senhor **Márcio Fortes de Almeida**, Ministro de Estado das Cidades;

Senhor **Wellington Dias**, Governador do Estado do Piauí;

Senhor **Francisco José Pinheiro**, Vice-Governador do Estado do Ceará;

Senhor **Marcos Antônio Moreira dos Santos**, Diretor do Departamento de Articulação e Gestão da Secretaria Nacional de Defesa Civil do Ministério da Integração Nacional – MI, representando o senhor **Geddel Vieira Lima**, Ministro de Estado da Integração Nacional;

Senhor **Francisco Escórcio**, representante do Estado do Maranhão, representando a senhora **Roseana Sarney**, Governadora do Estado do Maranhão;

Senhora **Luiza Góes de Oliveira**, Coordenadora da Representação do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, representando a senhora **Vilma Maria Maia**, Governadora do Estado do Rio Grande do Norte;

e

Senhor **Hideraldo Luiz Caron**, Diretor de Infraestrutura Rodoviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT, representando o senhor **Luiz Antônio Pagot**, Diretor-Geral do DNIT.

Resultado: Realizada.

EXTRA PAUTA

ITEM ÚNICO

REQUERIMENTO Nº 8, de 2009 – CDR

Requeiro, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com o objetivo de discutir a constituição e o funcionamento de um Fundo Nacional de Emergência. Motiva esta propositura a inexistência de mecanismos ágeis que possibilitem o imediato socorro aos entes federados fustigados por ocorrências que signifiquem graves crises, e por isso mesmo os justifiquem. Requeiro, ainda, sejam discutidos mecanismos para liberação, aos entes federados que se encontrem na situação acima referida, dos recursos a eles destinados e registrados na rubrica “restos a pagar”.

Autoria: Senadores LEOMAR QUINTANILHA e INÁCIO ARRUDA.

Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 20 DE MAIO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 148, DE 2008 NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974, que dispõe sobre a criação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco – CODEFASF e dá outras providências (inclui os vales dos rios Itapecuru e Mearim na área de atuação da CODEFASF).

Autoria: Deputado CARLOS BRANDÃO.

Relatoria: Senador MARCONI PERILLO.

Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável. A matéria vai às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e a de Serviços de Infraestrutura, conforme despacho inicial.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 359, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Acrescenta dispositivos ao artigo 1º da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para estabelecer a isenção do imposto sobre Produtos Industrializados à aquisição de veículos destinados ao turismo.

Autoria: Deputado OSMAR DIAS.

Relatoria “ad hoc”: Senador JEFFERSON PRAIA.

Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

REUNIÃO REALIZADA EM 28 DE MAIO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 6, de 2009 – CDR

Autoria: Senador LEOMAR QUINTANILHA.

Assunto: Debate sobre o Plano Estratégico de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica dos rios Tocantins e Araguaia, elaborado pela Agência Nacional de Águas – ANA, e aprovado pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH.

CONVIDADOS:

Senhor **José Machado**, Diretor Presidente da Agência Nacional de Águas – ANA;

Senhor **Ronaldo Hipólito Soares**, Chefe de Gabinete da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente; e

Senhor **José Luiz Zoby**, Especialista em Recursos Hídricos da Superintendência de Planejamento de Recursos Hídricos da Agência Nacional de Águas – ANA.

Resultado: Realizada.

TOTAL DE REUNIÕES: 04

03 Extraordinárias – Audiências Públicas.

01 Extraordinária – Deliberativa.

MATÉRIAS APRECIADAS: 05

01 Projeto de Lei do Senado (não terminativo).

01 Projeto de Lei da Câmara (não terminativo).

03 Requerimentos – CDR

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA – CRA**Presidente: Senador VALTER PEREIRA****Vice Presidente: Senador GILBERTO GOELLNER****REUNIÃO REALIZADA EM 05 DE MAIO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)****AUDIÊNCIA PÚBLICA****Em atendimento ao Requerimento nº 2, de 2009 – CRA.****Autoria: Senador RAIMUNDO COLOMBO.****Assunto: Debate sobre a grave situação que passa a suinocultura no Brasil.****CONVIDADOS:**

Senhor **Enori Barbieri**, Vice-Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina – FAESC e Vice-Presidente da Comissão de Suinocultura da CNA; e

Senhor **Pedro Camargo Neto**, Presidente da Associação Brasileira da Indústria Produtora e Exportação de Carne Suína – ABIPECS.

Resultado: Realizada.**REUNIÃO REALIZADA EM 12 DE MAIO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)****ITEM Nº 01****PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 274, DE 2003****NÃO TERMINATIVO**

Institui o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional e Qualificação do Trabalhador – FUNDEP, e dá outras providências.

Autoria: Senador PAULO PAIM.**Relatoria “ad hoc”: Senadora MARISA SERRANO.****Parecer: Favorável à matéria com as emendas nºs. 1, 2, 3, e 4 – CE.****Resultado: Aprovado parecer favorável com as Emendas nºs. 1, 2, 3 e 4 – CE/CRA. A matéria vai às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, a de Assuntos Sociais e a de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa.****EXTRA PAUTA****ITEM ÚNICO****REQUERIMENTO Nº 17, de 2009 – CRA**

Requer, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, com a finalidade de prestar esclarecimentos acerca das medidas adotadas pelo Governo na liberação de recursos para o enftretamento

da crise internacional com foco no Agronegócio Brasileiro, a reclassificação do risco dos produtores rurais que renegociaram suas dívidas e a cesso aos recursos do Plano Safra 2009/10, com a presença dos seguintes convidados: senhor **Aldemir Bendine**, Presidente do Banco do Brasil; e senhor **Luciano Galvão Coutinho**, Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

Autoria: Senador VALTER PEREIRA e outros Senhores Senadores.

Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 19 DE MAIO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

1ª PARTE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 17, de 2009 – CRA.

Autoria: Senadores VALTER PEREIRA, GILBERTO GOELLNER e RAIMUNDO COLOMBO.

Assunto: Debate sobre as medidas adotadas pelo Governo Federal na liberação de recursos para o enfretamento da crise internacional com foco no Agronegócio Brasileiro, a reclassificação do risco dos produtores rurais que renegociam suas dívidas e o acesso aos recursos do Plano Safra 2009/10.

CONVIDADOS:

Senhor **Luiz Carlos Guedes Pinto**, Vice-Presidente de Agronegócios do Banco do Brasil – BB; e

Senhor **José Carlos Vaz**, Diretor de Agronegócio do Banco do Brasil – BB.

Resultado: Realizada.

2ª PARTE

ITEM 01 REQUERIMENTO Nº 19, de 2009 – CRA

Requer, nos termos do inciso II do artigo 93 do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública perante a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, a fim de conhecer o estágio do desenvolvimento científico e tecnológico da produção de bioetanol celulósico, com a participação de representantes das seguintes instituições: **Centro de Tecnologia Canaveieira Coopersucar – CTC; Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT; Novozymes Latin América; e Embrapa Agroenergia.**

Autoria: Senadora KÁTIA ABREU.

Resultado: Aprovado.

EXTRA PAUTA

ITEM ÚNICO REQUERIMENTO Nº 18, de 2009 – CRA

Requeiro, nos termos regimentais, Audiência Pública, com o senhor **Miguel Jorge**, Ministro de Estado de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, bem como o senhor **Luciano Coutinho**, Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, para, em reunião desta Comissão, prestar esclarecimento acerca das medidas adotadas pelo Governo, especialmente no âmbito do BNDES,

na liberação de recursos para enfrentamento da crise internacional, com foco no Agronegócio Brasileiro, na reclassificação do risco dos produtores rurais que renegociam suas dívidas e no acesso aos recursos do Plano Safra 2009/20.

Autoria: Senador VALTER PEREIRA.

Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 26 DE MAIO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 380, DE 2008

NÃO TERMINATIVO

Altera o artigo 25 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, restabelecendo exclusão, da base de cálculo da contribuição do empregador rural pessoa física, das receitas que especifica.

Autoria: Senador CASILDO MALDANER.

Relatoria: Senador RAIMUNDO COLOMBO.

Parecer: Favorável à matéria com uma emenda que apresenta.

Resultado: Aprovado parecer favorável com a Emenda nº 1 – CRA. A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais, e posteriormente à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

ITEM Nº 02

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 276, DE 2008

NÃO TERMINATIVO

Altera a redação do artigo 1º da Lei nº 9.481, de 13 de agosto de 1997, que dispõe sobre a incidência de imposto de renda na fonte sobre rendimentos de beneficiários residentes ou domiciliados no exterior, e dá outras providências, para reduzir a zero a alíquota do imposto de renda na fonte sobre pagamento de juros e comissões relativos a créditos obtidos no exterior e destinados ao financiamento da produção de mercadorias agropecuárias de exportação.

Autoria: Senador GILBERTO GOELLNER.

Relatoria: Senador RAIMUNDO COLOMBO.

Parecer: Favorável à matéria com duas emendas que apresenta.

Resultado: Aprovado parecer favorável com as Emendas nºs. 1 e 2 – CRA. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

ITEM Nº 03

REQUERIMENTO Nº 20, DE 2009 – CRA

Requer que a reunião conjunta desta Comissão com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a finalidade de debater o cumprimento das metas de desenvolvimento do milênio fixadas pela ONU, no ano de 2000, seja realizada também com a participação da Comissão de Assuntos Sociais, e, em aditamento, seja convidado o senhor **Marcelo Garcia**, Presidente do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social.

Autoria: Senadora ROSALBA CIARLINI.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 04
OFÍCIO S/N DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL
E OUTRAS ENTIDADES DE LIMEIRA - SP

Ofício demonstrando contrariedade quanto à Portaria nº 258, de 28/08/2008, do Ministro Paulo Bernardo, e Portaria nº 53, de 24/09/2008, do INCRA, nas quais cedem provisoriamente a área do Horto Florestal de Limeira/SP, para fins de reforma agrária.

Autoria: Associação Comercial e Industrial de Limeira – SP, e outras entidades.

Relatoria: Senador ROMEU TUMA.

Parecer: Pelo encaminhamento de ofícios a diversas autoridades do Ministério Público, bem como a órgãos ligados às questões fundiárias, INCRA.

Resultado: Aprovado o parecer.

EXTRA PAUTA

ITEM ÚNICO
REQUERIMENTO Nº 21, DE 2009 – CRA

Requeiro, nos termos do artigo 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, com a finalidade de discutir Alternativas para Produção de Biodiesel – Pinhão Manso, com a presença dos seguintes convidados: senhor **Marco Antônio Viana Leite**, Coordenador Geral de Biocombustíveis do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA; senhor **Donato Aranha**, Professor Doutor da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ e Chefe do Laboratório de Tecnologias Verdes; e senhor **Laércio Nery**, Diretor Presidente da Brasil Bioenergia S.A.

Autoria: Senador VALTER PEREIRA.

Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 27 DE MAIO DE 2009, EM CONJUNTA COM AS COMISSOES DE
ASSUNTOS ECONÔMICOS; A DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA; A DE ASSUNTOS
SOCIAIS E A DA CRISE FINANCEIRA E EMPREGABILIDADE.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nºs. 2, 5, 8, 14, de 2009 – CAE, 6, DE 2009 – CAS, 18, DE 2009 – CRA, 4 e 34, DE 2009 – CI.

Autoria: Senadores EDUARDO SUPPLY, ARTHUR VIRGÍLIO, TASSO JEREISSATI, INÁCIO ARRUDA, MARCELO CRIVELLA, VALTER PEREIRA e PAULO DUQUE.

Assunto: Debate sobre o papel do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES no enfrentamento da crise financeira e de seus impactos na empregabilidade.

CONVIDADO:

Senhor **Luciano Coutinho**, Presidente do Banco de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

Resultado: Realizada.

TOTAL DE REUNIÕES: 05

02 Extraordinárias – Deliberativa.

02 Extraordinárias – Audiência Pública.

01 Conjunta – Audiência Pública.

MATÉRIAS APRECIADAS: 16

03 Projetos de Lei do Senado (não terminativo).

07 Emendas – CRA.

05 Requerimentos– CRA.

01 Ofício.

**COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO,
COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**

Presidente: Senador VALTER PEREIRA

Vice Presidente: Senador LOBÃO FILHO

REUNIÃO REALIZADA EM 06 DE MAIO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)**ITEM Nº 01****PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 29, DE 2006
NÃO TERMINATIVO**

Acrescenta inciso VIII ao artigo 16 da Lei nº 6.360, de 1976, para dispor sobre a inclusão de requisito a ser observado na concessão de registro sanitário de medicamento ou de princípio ativo.

Autoria: Senador NEY SUASSUNA.

Relatoria: Senador PAPALÉO PAES.

Parecer: Pela rejeição da matéria.

Resultado: Aprovado parecer pela rejeição do Projeto. A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

ITEM Nº 02**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 521, DE 2007
NÃO TERMINATIVO**

Altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos, e dá outras providências, para determinar a obrigatoriedade de identificação dos medicamentos por meio de sistema eletrônico.

Autoria: Senador VALDIR RAUPP.

Relatoria: Senador MARCELO CRIVELLA.

Parecer: Pela prejudicialidade da matéria.

Resultado: Aprovado parecer pela prejudicialidade do Projeto. A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 170, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Acrescenta o artigo 375-A à Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil. (Inclui o e-mail como prova documental).

Autoria: Deputada SANDRA ROSADO.

Relatoria: Senador RENATO CASAGRANDE.

Parecer: Favorável à matéria com uma emenda que apresenta.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 - CCT. A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

ITEM Nº 04
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 137, DE 1995
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a concessão outorgada a Rádio Angra Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Angra dos Reis, Estado do Rio de Janeiro.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria: Senador MARCELO CRIVELLA.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 05
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 227, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à SP Comunicações & Publicidade Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Severínia, Estado de São Paulo.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria: Senador MARCELO CRIVELLA.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 06
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 122, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação Onda Livre para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santana, Estado do Amapá.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria: Senador PAPALÉO PAES.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 07
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 32, DE 1994
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a permissão outorgada a Rádio Graúna de Palotina Ltda., para explorar serviço de radiodifusão em frequência modulada na cidade de Palotina, Estado do Paraná.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria: Senador FLÁVIO ARNS.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 08
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 89, DE 1995
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a concessão outorgada a Sul Paraná Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora onda média na cidade de São Mateus do Sul, Estado do Paraná.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria: Senador FLÁVIO ARNS.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 09
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 42, DE 1997
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Auri Verde de Londrina Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Londrina, Estado do Paraná.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria: Senador FLÁVIO ARNS.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 10
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 51, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural de Kaloré para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Kaloré, Estado do Paraná.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria: Senador FLÁVIO ARNS.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 11
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 136, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga concessão à Fundação de Radiodifusão Ermindo Francisco Roveda para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de União da Vitória, Estado do Paraná.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria: Senador FLÁVIO ARNS.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 12
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 77, DE 1998
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Jaguari Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Jaguari, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria “ad hoc”: Senador FLÁVIO ARNS.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 13
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 132, DE 1998
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a concessão da Sociedade Rádio Peperi Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria “ad hoc”: Senador FLÁVIO ARNS.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 14
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 75, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Navegantes de Difusão Comunitária para executar serviço de radiodifusão Comunitária na cidade de São Borja, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria “ad hoc”: Senador FLÁVIO ARNS.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 15
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 97, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão a Rádio Cidade Tabira FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Tabira, Estado de Pernambuco.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria “ad hoc”: Senador ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 16
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 292, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Ivanov Comunicação e Participações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Guapiaçu, Estado de São Paulo.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria: Senador EDUARDO AZEREDO.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 17
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 77, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Beneficente de Cruzeiro da Fortaleza, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cruzeiro da Fortaleza, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria: Senador EDUARDO AZEREDO.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 18
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 81, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Natureza Comunicações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria: Senador EDUARDO AZEREDO.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 19
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 161, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Sistema Zanon de Telecomunicações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Espigão D' Oeste, Estado de Rondônia.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria: Senador VALDIR RAUPP.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 20
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 331, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão a Rádio Jardim Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de General Salgado, Estado de São Paulo.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria: Senador RENATO CASAGRANDE.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 21
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 31, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Rede Metropolitana de Rádio e Televisão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão em frequência modulada comunitária na cidade de Sumaré, Estado de São Paulo.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria: Senador RENATO CASAGRANDE.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 22
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 72, DE 1998
TERMINATIVO

Approva o ato que renova a concessão da Rádio Clube de Conquista Ltda. para explorar serviço de radiodifusão em onda média na cidade de Vitória da Conquista, Estado da Bahia.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria: Senador ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 23
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 127, DE 2000
TERMINATIVO

Approva o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Feira de Santana FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Vitória de Feira de Santana, Estado da Bahia.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria: Senador ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 24
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 326, DE 2002
TERMINATIVO

Approva o ato que renova a concessão da Sociedade Emissora Radiovox Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Muritiba, Estado da Bahia.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria: Senador ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 25
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 8, DE 2008
TERMINATIVO

Approva o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Guaraciaba Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Guaraciaba do Norte, Estado da Bahia.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria: Senador ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 26
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 115, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária do Grageru para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aracaju, Estado de Sergipe.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria “ad hoc”: Senador RENATO CASAGRANDE.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 27
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 383, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Amigos de Bairros Comunitários de Riolândia para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Riolândia, Estado de São Paulo.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria “ad hoc”: Senador JOÃO RIBEIRO.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 28
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 109, DE 1997
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Clube de Itaúna S. A. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itaúna, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria “ad hoc”: Senador EDUARDO AZEREDO.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 29
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 93, DE 1999
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a concessão da Fundação São José do Paraíso para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Poder Executivo.
Relatoria “ad hoc”: Senador EDUARDO AZEREDO.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 30
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 108, DE 1999
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Andradas Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Andradas, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Poder Executivo.
Relatoria “ad hoc”: Senador EDUARDO AZEREDO.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 31
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 145, DE 1999
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a concessão da Sociedade Rádio Oliveira Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Oliveira, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Poder Executivo.
Relatoria “ad hoc”: Senador EDUARDO AZEREDO.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 32
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 127, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Som Alvorada Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Taguatinga, Estado do Tocantins.

Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador JOÃO RIBEIRO.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 33
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 133, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Folha Popular Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Sitio Novo do Tocantins, Estado do Tocantins.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria: Senador JOÃO RIBEIRO.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 34
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 56, DE 1997
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a concessão à Rádio Industrial de Várzea Grande Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso (MT).

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria: Senador GILBETO GOELLNER.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 35
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 84, DE 1998
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a permissão à Rádio Cidade de Cuiabá Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria: Senador GILBETO GOELLNER.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 36
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 353, DE 2001
TERMINATIVO

Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural e Comunitária de Diamantino a executar serviço de radiodifusão sonora comunitária na cidade de Diamantino, Estado de Mato Grosso.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria: Senador GILBETO GOELLNER.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 37
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 377, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga concessão à Sistema de Comunicações Keller Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria: Senador GILBETO GOELLNER.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 38
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 378, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga concessão à Continental Comunicações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Comodoro, Estado de Mato Grosso.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria: Senador GILBETO GOELLNER.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 39
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 341, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural de Queimadas – ACCQ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Queimadas, Estado da Paraíba.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria “ad hoc”: Senador PAPALÉO PAES.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 40
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 3, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Saudades FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão em frequência modulada na cidade de Matão, Estado de São Paulo.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria “ad hoc”: Senador LOBÃO FILHO.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

**ITEM Nº 41
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 55, DE 1997
TERMINATIVO**

Aprova o ato que renova a concessão da Rádio a Voz do Seridó Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Caicó, Estado do Rio Grande do Norte.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria “ad hoc”: Senador EFRAIM MORAIS.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

**ITEM Nº 42
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 27, DE 2002
TERMINATIVO**

Aprova o ato que outorga concessão da RIR – Rede Integrada de Radiodifusão S/C Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Angicos, Estado do Rio Grande do Norte.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria “ad hoc”: Senador EFRAIM MORAIS.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

EXTRA PAUTA

**ITEM Nº 01
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 29, DE 2009
TERMINATIVO**

Aprova o ato que outorga permissão à Empresa de Radiodifusão Estrela Dalva Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Bárbara D’ Oeste, Estado de São Paulo.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria “ad hoc”: Senador JOÃO RIBEIRO.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

**ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 13, DE 2009 – CCT**

Requer nos termos regimentais, que seja convidado o senhor **Roberto Amaral**, Presidente da Alcântara Cyclone Space para debater com esta Comissão sobre a importância estratégica da empresa para a economia do Brasil.

Autoria: Senador ANTÔNIO CARLOS VALADARES.

Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 13 DE MAIO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 3, de 2009 – CCT e aditamentos.

Autoria: Senadores FLEXA RIBEIRO, FLÁVIO ARNS, CRISTOVAM BUARQUE e EDUARDO AZEREDO.

Assunto: Debate sobre a situação das Fundações de Apoio às Universidades e o futuro do gerenciamento de Ciência e Tecnologia no Brasil.

CONVIDADOS:

Senhor **Antônio Ibañez Ruiz**, Secretário Executivo Substituto, do Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT;

Senhor **Mauro Moreira Barbosa**, Chefe de Gabinete do Ministro Aroldo Cedraz do Tribunal de Contas da União – TCU;

Senhor **Paulo Roberto Wiechers Martins**, Secretário-Geral de Controle Externo do Tribunal de Contas da União – TCU;

Senhor **Edward Brasil**, 1º Vice-Presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – ANDIFES e Reitor da Universidade Federal de Goiás – UFG;

Senhor **Jacob Palis Júnior**, Presidente da Academia Brasileira de Ciências – ABC;

Senhor **Marco Antônio Raupp**, Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC;

e

Senhor **João Batista de Sousa**, Vice-Reitor da Universidade de Brasília.

Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 20 DE MAIO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01

AVISO Nº 13, DE 2009

NÃO TERMINATIVO

Comunica, em cumprimento ao artigo 3º, parágrafo único, da Lei nº 10.610, de 2002, a alteração de controle societário ocorrida na empresa Jornalística Caldas Júnior Ltda.

Autoria: Empresa Jornalística Caldas Júnior Ltda.

Relatoria “ad hoc”: Senador FLÁVIO ARNS.

Parecer: Pelo conhecimento e arquivamento da matéria.

Resultado: Aprovado o parecer.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 317, DE 2005
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre a tarifa telefônica nas ligações interurbanas a provedores de Internet.

Autoria: Senador ROMERO JUCÁ.

Relatoria: Senador SÉRGIO ZAMBIASI.

Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Serviços de Infraestrutura, em decisão terminativa.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 68, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o artigo 37, inciso XXI, da Constituição, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para determinar a obrigatoriedade de publicação pela Administração Pública, no sítio eletrônico oficial, das respectivas compras, editais e licitação, situações de dispensa e inexigibilidade, instrumentos de contrato e aditamentos, bem como da intimação de determinados atos da administração sujeitos a recurso.

Autoria: Senador DEMÓSTENES TORRES.

Relatoria: Senador MARCO MACIEL.

Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

ITEM Nº 04
ADITAMENTO Nº 02 AO REQUERIMENTO Nº 12, DE 2009 - CCT

Requeiro, nos termos regimentais, em aditamento ao Requerimento nº 12, de 2009 – CCT, de autoria do Senador Marcelo Crivella, aprovado em reunião realizada no dia 23 de abril deste ano, que requer a realização de Audiência Pública para discutir o emprego de defensivos agrícolas na agricultura brasileira, que sejam incluídos no rol dos convidados: senhor **José Roberto da Ros**, Diretor do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Agrícola – SINDAG; e o senhor **José Otávio Machado Menten**, Diretor Executivo da Associação Nacional de Defesa Vegetal – ANDEF.

Autoria: Senador GILBERTO GOELLNER.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 05
REQUERIMENTO Nº 14, DE 2009 - CCT

Requeiro, nos termos do artigo 256, do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada do Requerimento de Audiência Pública nº 36, de 2007, de minha autoria, para instruir o PRS nº 50/2007, tendo em vista a revogação da Resolução nº 39, de 1992.

Autoria: Senador ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 06
REQUERIMENTO Nº 15, DE 2009 - CCT

Requeiro, nos termos do artigo 58, § 2º, incisos II e V, da Constituição Federal, e do artigo 90, incisos II e V, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública para debater o tema “Propriedade Intelectual e Inovação”. Para a audiência, serão convidados: senhor **Carlos Henrique de Brito Cruz**, Reitor da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); senhor **Carlos Gadelha**, Presidente da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ); senhor **Carlos Mé dici Morel**, Diretor de Pesquisa e Desenvolvimento da FIOCRUZ; senhora **Maristela Basso**, Advogada e Livre Docente em Direito Internacional pela Universidade de São Paulo.

Autoria: Senadores CÍCERO LUCENA e ROBERTO CAVALCANTI.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 07
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 48, DE 1999
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a concessão outorgada a Emissora Sul Goiana de Quirinópolis Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Quirinópolis, Estado de Goiás.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria: Senador DEMÓSTENES TORRES.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 08
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 382, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Beneficente Cultural Comunitária de Apoio a Campinorte – ABCCACAMP, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campinorte, Estado de Goiás.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria: Senador DEMÓSTENES TORRES.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 09
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 401, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Desenvolvimento Comunitário de Monte Alegre de Goiás - ADECOM, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Monte Alegre de Goiás, Estado de Goiás.

Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador DEMÓSTENES TORRES.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 10
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 76, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Plus Radiodifusão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Coxilha, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador SÉRGIO ZAMBIASI.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 11
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 109, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária Não Me Toque para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Não Me Toque, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador SÉRGIO ZAMBIASI.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 12
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 111, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural São Francisco de Assis para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador SÉRGIO ZAMBIASI.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 13
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 161, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária dos Moradores do Bairro Núcleo Habitacional Auta Aguirre de Campos Sales Borebi – SP para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Borebi, Estado de São Paulo.

Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador RENATO CASAGRANDE.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 14
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 162, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Rádio Comunitária Santíssimo FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bastos, Estado de São Paulo.

Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador RENATO CASAGRANDE.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 15
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 179, DE 1995
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Educadora de Chapada de Diamantina Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Seabra, Estado da Bahia.

Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 16
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 105, DE 1997
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a concessão da Fundação Cultural e Educacional Santana de Caetité, para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Caetité, Estado da Bahia.

Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 17
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 17, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga concessão à Rede Metropolitana de Rádio de Televisão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de São José de Ribamar, Estado do Maranhão.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria: Senador ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

ITEM Nº 18
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 30, DE 1998
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a concessão deferida a Rádio Entre Rios Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santo Antônio do Sudoeste, Estado do Paraná.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria: Senador FLÁVIO ARNS.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 19
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 73, DE 1998
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a concessão outorgada a Rádio Astorga Broadcasting Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Astorga, Estado do Paraná.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria: Senador FLÁVIO ARNS.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 20
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 129, DE 1998
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cacique de Guarapuava Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Guarapuava, Estado do Paraná.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria: Senador FLÁVIO ARNS.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 21
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 82, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio e TV Desan Telecomunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Entre Folhas, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria “ad hoc”: Senador GILBERTO GOELLNER.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 22
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 87, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Rural Henriqueta Veloso para executar serviço de radiodifusão comunitária de Felício dos Santos, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria “ad hoc”: Senador GILBERTO GOELLNER.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 23
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 120, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Fundação Santo Antônio do Aventureiro para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santo Antônio do Aventureiro, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria “ad hoc”: Senador GILBERTO GOELLNER.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 24
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 98, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM Serrote Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Castelo do Piauí, Estado do Piauí.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria: Senador ROBERTO CAVALCANTI.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 25
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 118, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Rádio Comunitária de Queimada Nova – PI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Queimada Nova, Estado do Piauí.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria: Senador ROBERTO CAVALCANTI.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 26
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 157, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Planalto para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Planalto, Estado de São Paulo.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria “ad hoc”: Senador VALDIR RAUPP.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 27
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 119, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Rádio Comunitária Ativa – FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Piracuruca, Estado do Piauí.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria: Senador EFRAIM MORAIS.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 28
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 391, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga concessão à Rádio Educadora Nova Geração Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Novo Joaquim, Estado de Mato Grosso.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria: Senador GILBERTO GOELLNER.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 29
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 17, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Amiga FM de Chapecó Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Tupurah, Estado de Mato Grosso.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria: Senador GILBERTO GOELLNER.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 30
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 18, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Sampaio & Martins Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itiquira, Estado de Mato Grosso.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria: Senador GILBERTO GOELLNER.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 31
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 92, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à FH Comunicações e Participações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Motuca, Estado de São Paulo.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria “ad hoc: Senador LOBÃO FILHO.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 32
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 104, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à UNAS – União de Núcleos, Associações e Sociedades de Moradores de Heliópolis e São João Clímaco para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria “ad hoc: Senador LOBÃO FILHO.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 33
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 137, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Sistema de Comunicação Martins & Cecchini Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Sales Oliveira, Estado de São Paulo.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria “ad hoc: Senador LOBÃO FILHO.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 34
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 474, DE 2007
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Rio das Garças Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Itarema, Estado do Ceará.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria: Senadora PATRICIA SABOYA.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 35
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 215, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Maguari de Baturité Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Jaguaratama, Estado do Ceará.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria: Senadora PATRICIA SABOYA.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 36
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 355, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização ao ICEQUI – Instituto Cultural e Econômico de Quixelô para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Quixelô, Estado do Ceará.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria: Senadora PATRICIA SABOYA.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 37
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 389, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga concessão à Rádio Som Alvorada Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Natividade, Estado do Tocantins.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria “ad hoc”: Senador JOSÉ AGRIPINO.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 38
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 390, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga concessão à Rádio Som Alvorada Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Arraias, Estado do Tocantins.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria “ad hoc”: Senador JOSÉ AGRIPINO.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 39
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 8, DE 1996
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à ECC – Empresa Coromandelense de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Coromandel, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria “ad hoc”: Senador VALDIR RAUPP.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 40
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 260, DE 2000
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a concessão da Liberdade Empresa de Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria “ad hoc”: Senador VALDIR RAUPP.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 41
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 78, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Rádio Comunitária Popular FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Urucânia, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria “ad hoc”: Senador VALDIR RAUPP.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 42
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 149, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Primo Fernandes para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Major Sales, Estado do Rio Grande do Norte.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria: Senador JOSÉ AGRIPINO.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 43
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 191, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária pelo Meio Ambiente, Cultura e Comunicação Social para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cerro Corá, Estado do Rio Grande do Norte.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria: Senador JOSÉ AGRIPINO.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 44
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 308, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Comunicação Comunitária Cultural Central de Itapissuma – PE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itapissuma, Estado de Pernambuco.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria “ad hoc”: Senador MARCO MACIEL.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 45
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 95, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária Tupã FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tuparetama, Estado de Pernambuco.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria “ad hoc”: Senador MARCO MACIEL.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

EXTRA PAUTA

ITEM Nº 01

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 32, DE 2009

TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga concessão à Sistema Lageado de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Uruaçu, Estado de Goiás.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria: Senador DEMÓSTENES TORRES.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 02

ADITAMENTO Nº 01 AO REQUERIMENTO Nº 19, DE 2008 – CCT

Requeiro, nos termos regimentais, que a Audiência Pública constante no Requerimento nº 19, de 2008 de autoria dos Senadores Renato Casagrande e Wellington Salgado, seja feita em conjunto com a Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, acrescido do nome do senhor **Cláudio José Reis de Carvalho**, Chefe-Geral da EMBRAPA Amazônia Oriental.

Autoria: Senador FLEXA RIBEIRO.

Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 27 DE MAIO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01

REQUERIMENTO Nº 16, DE 2009 – CCT

Requeiro, com fundamento no artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, para discutir o emprego de tecnologia e as condições operacionais relativas à construção de motores dos navios de grande calado no nosso país. Para tanto, apresento como sugestão de participantes a serem convidadas as seguintes personalidades: o Presidente da **NUCLEP**; o Presidente da **TRANSPETRO**; senhor **Renato de Souza Duque**, Diretor de Serviços da Petrobrás; senhor **Joacir Pedro**, Presidente do Fórum da Construção Naval; senhor **Edison Carlos Rocha da Silva**, Diretor da Confederação dos Metalúrgicos do Brasil.

Autoria: Senador MARCELO CRIVELLA.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 486, DE 2007
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio e TV Difusora do Maranhão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de São Luiz, Estado do Maranhão.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria: Senador ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR.

Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável.

ITEM Nº 03
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 47, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Mundaí Rádio FM de Eunápolis Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Cruz Cabrália, Estado da Bahia.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria: Senador ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR.

Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável.

ITEM Nº 04
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 65, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Brisa Mar FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Esplanada, Estado da Bahia.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria: Senador ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR.

Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável.

ITEM Nº 05
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 84, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Miguel Calmon FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Miguel Calmon, Estado da Bahia.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria: Senador ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR.

Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável.

ITEM Nº 06
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 112, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à ACRABOR – Associação Cultural Rádio Comunitária de Bom Retiro do Sul para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bom Retiro do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria: Senador SÉRGIO ZAMBIASI.

Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável.

ITEM Nº 07
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 143, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga concessão à Sistema Plug de Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Bom Retiro do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria: Senador SÉRGIO ZAMBIASI.

Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável.

ITEM Nº 08
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 146, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Arco-Íris FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Vitória do Palmar, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria: Senador SÉRGIO ZAMBIASI.

Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável.

ITEM Nº 09
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 218, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão a Rádio Mar Grosso de São José do Norte Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São José do Norte, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria: Senador SÉRGIO ZAMBIASI.

Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável.

ITEM Nº 10
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 244, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Litoral Norte Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rincão, Estado de São Paulo.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria: Senador RENATO CASAGRANDE.

Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável.

ITEM Nº 11
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 189, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária Saltinhense para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Saltinho, Estado de São Paulo.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria: Senador RENATO CASAGRANDE.

Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável.

ITEM Nº 12
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 202, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sorocaba, Estado de São Paulo.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria: Senador RENATO CASAGRANDE.

Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável.

ITEM Nº 13
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 83, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Aliança de Promoção Educacional, Cultural, Artística, Esportiva e Comunicação Social para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guarulhos, Estado de São Paulo.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria: Senador WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA.

Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável.

ITEM Nº 14
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 84, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Moradores da Minha Central de Suzano para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Suzano, Estado de São Paulo.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria: Senador WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA.

Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável.

ITEM Nº 15
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 88, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Ação e Desenvolvimento Cultural de Radiodifusão de Durandé para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Durandé, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria: Senador WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA.

Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável.

ITEM Nº 16
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 47, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Sistema Integrado de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Terra Nova do Norte, Estado de Mato Grosso.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria: Senador GILBERTO GOELLNER.

Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável.

ITEM Nº 17
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 58, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Filadélfia FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campos, Estado de Mato Grosso.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria: Senador GILBERTO GOELLNER.

Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável.

ITEM Nº 18
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 99, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Sorriso – ACODESO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sorriso, Estado de Mato Grosso.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria: Senador GILBERTO GOELLNER.

Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável.

ITEM Nº 19
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 102, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Serra – ACS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria: Senador GILBERTO GOELLNER.

Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável.

ITEM Nº 20
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 176, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a concessão outorgada a Televisão Cabo Branco Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria: Senador EFRAIM MORAIS.

Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável, com abstenção do Senador Roberto Cavalcanti.

ITEM Nº 21
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 148, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artística de Ilhabela para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ilhabela, Estado de São Paulo.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria: Senador MARCELO CRIVELLA.

Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável.

ITEM Nº 22
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 167, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Sistema Rádio Digital FM Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Birigui, Estado de São Paulo.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria: Senador MARCELO CRIVELLA.

Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável.

ITEM Nº 23
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 310, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Pequenos Industriais e Comerciantes do Município de Messias – AL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Messias, Estado de Alagoas.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria: Senador FERNANDO COLLOR.

Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável.

ITEM Nº 24
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 315, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Igreja Nova para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Igreja Nova, Estado de Alagoas.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria: Senador FERNANDO COLLOR.

Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável.

ITEM Nº 25
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 319, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária do Desenvolvimento Cultural do Município de Arapiraca – ACODECMA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Arapiraca, Estado de Alagoas.

Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador FERNANDO COLLOR.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável.

ITEM Nº 26
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 384, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Alternativa FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Delmiro Gouveia, Estado de Alagoas.

Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador FERNANDO COLLOR.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável.

ITEM Nº 27
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 224, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural do Município de Santa Maria do Pará para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Maria do Pará, Estado do Pará.

Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador FLEXA RIBEIRO.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável.

ITEM Nº 28
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 246, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação da Rádio Comunitária “Voz do Povo” para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Porto de Moz, Estado do Pará.

Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador FLEXA RIBEIRO.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável.

ITEM Nº 29
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 272, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Rede União de Rádio e Televisão do Pará Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Aveiro, Estado do Pará.

Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador FLEXA RIBEIRO.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável.

EXTRA PAUTA

ITEM Nº 01 PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 175, DE 2008 TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Ibicarai FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ibicarai, Estado da Bahia.

Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável.

ITEM Nº 02 REQUERIMENTO Nº 17, DE 2009 – CCT

Requeiro nos termos do artigo 93, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada, no âmbito desta Comissão, Audiência Pública conjunta com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, e com a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 73, de 2007, que regulamenta as atividades de pesquisa, produção, importação, liberação no ambiente e comercialização de clones de mamíferos, exceto humanos, peixes, anfíbios, répteis e aves. Os nomes dos convidados para participarem da audiência serão posteriormente indicados.

Autoria: Senador GILBERTO GOELLNER.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 03 REQUERIMENTO Nº 18, DE 2009 – CCT

Nos termos regimentais, requeiro seja realizada Audiência Pública na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, com o tema “O Futuro da Internet, Oportunidades e Desafios para o Brasil”, com os seguintes convidados: senhor **Vint Cerf**, considerado um dos “País da Internet” por seus trabalhos no desenvolvimento do Protocolo TCP/IP, a linguagem sobre a qual a Internet funciona; senhor **Demi Getschko**, Diretor Presidente do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.BR); senhor **Silvio Meira**, Engenheiro e Cientista da Computação; e Senador **Eduardo Azeredo**.

Autoria: Senadores JOÃO RIBEIRO e ALOIZIO MERCADANTE.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 04
ADITAMENTO Nº 2 AO REQUERIMENTO Nº 19, DE 2008 – CCT

Requeiro nos termos regimentais, que seja acrescido ao Requerimento de Aditamento nº 1, de 2009 – CCT, de minha autoria, o nome da Diretora do Instituto Evandro Chagas, senhora **Elizabeth Conceição de Oliveira Santos**.

Autoria: Senadores FLEXA RIBEIRO e RENATO CASAGRANDE.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 05
ADITAMENTO Nº 1 AO REQUERIMENTO Nº 15, DE 2009 – CCT

Requeiro, em aditamento ao Requerimento nº 15, de 2009 – CCT, de autoria do Senador Cícero Lucena, nos termos dos artigos 58 § 2º, inciso V, da Constituição Federal, e 90, inciso V do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidada a Presidenta da Associação Brasileira da Propriedade Intelectual (ABPT), senhora **Juliana Laura Bruna Viegas**, e o Diretor Titular do Departamento de Relações Internacionais e Comércio Exterior (FIESP), senhor **Roberto Giannetti da Fonseca**.

Autoria: Senadores FLEXA RIBEIRO e RENATO CASAGRANDE.

Resultado: Aprovado.

TOTAL DE REUNIÕES: 04

03 Extraordinárias – Deliberativa.

01 Conjunta – Audiência Pública.

MATÉRIAS APRECIADAS: 126

04 Projetos de Lei do Senado (não terminativo).

01 Projeto de Lei da Câmara (não terminativo).

109 Projetos de Decreto Legislativo (SF) (Terminativo).

01 Aviso (não terminativo).

01 Emenda – CCT.

06 Requerimentos – CCT.

04 Adendos à Requerimento – CCT.

COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS - CMMC

Presidenta: Senadora IDELI SALVATTI

Vice Presidenta: Deputada VANESSA GRAZZIOTINS

Relator: Deputado COLBERT MARTINS

REUNIÃO REALIZADA EM 05 DE MAIO DE 2009 (ORDINÁRIA)

ITEM ÚNICO

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Apresentação e entrega do manifesto sobre a preservação da Amazônia elaborado pelo **Movimento Preservação da Amazônia**, entregue pela senhora **Christiane Torloni**, Atriz, convidada pela Senadora Ideli Salvatti, Presidenta da Comissão.

Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 13 DE MAIO DE 2009, EM CONJUNTO COM AS COMISSÕES DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E A DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos n.ºs. 15, de 2009 – CMMC, 27, de 2009 – CMA e 20, de 2009 – CDH.

Autoria: Senadores IDELI SALVATTI, RENATO CASAGRANDE e CRISTOVAM BUARQUE.

Assunto: Debate sobre a preservação da Amazônia, e promover a entrega do documento intitulado “Amazônia para sempre”. Com a presença de diversas autoridades e demais convidados.

Resultado: Realizada.

EXTRA PAUTA

ITEM ÚNICO

REQUERIMENTO Nº 15, DE 2009 – CMMC

Requer a realização de Audiência Pública conjunta com as Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e a de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a realizar-se no Plenário do Senado Federal, destinada ao debate sobre a **Preservação da Amazônia** e promover a entrega do documento intitulado **“Amazônia para sempre”**, com a presença das autoridades a seguir listadas, bem como a participação de demais convidados.

Autoria: Senadora IDELI SALVATTI.

Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 19 DE MAIO DE 2009 (ORDINÁRIA)**AUDIÊNCIA PÚBLICA**

Em atendimento ao Requerimento nº 12, de 2009 – CMMC.

Autoria: Senadora IDELI SALVATTI.

Assunto: Debate sobre as “Mudanças Climáticas e a Matriz Energética Brasileira”.

CONVIDADOS:

Senhor **Carlos Nobre**, Pesquisador do INPE, representando o senhor **Sérgio Machado Rezende**, Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia; e

Senhora **Branca Bastos Americano**, Diretora de Mudanças Climáticas, representando o **Ministério do Meio Ambiente**.

Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 26 DE MAIO DE 2009 (ORDINÁRIA)**AUDIÊNCIA PÚBLICA**

Em atendimento ao Requerimento nº 14, de 2009 – CMMC.

Autoria: Senadora IDELI SALVATTI.

Assunto: Debate sobre a Copa do Mundo (Copa Limpa) – “Estádios Solares”.

CONVIDADO:

Senhor **Mauro Passos**, do Instituto Ideal.

Resultado: Realizada.

TOTAL DE REUNIÕES: 04

03 Ordinárias – Audiência Pública.

01 Conjunta – Audiência Pública.

MATÉRIAS APRECIADAS: 01

01 Requerimento – CMMC.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS**ATA DA DÉCIMA QUARTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2009, ÀS 10:00 HORAS, NA SALA Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL..**

Às dez horas e vinte e quatro minutos do dia vinte e oito de abril do ano de dois mil e nove, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Garibaldi Alves Filho, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos, com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Delcídio Amaral, Marcelo Crivella, Antonio Carlos Valadares, Renato Casagrande, Ideli Salvatti, Roberto Cavalcanti, Expedito Júnior, Francisco Dornelles, Valdir Raupp, Neuto de Conto, Pedro Simon, Romero Jucá, Eliseu Resende, Efraim Morais, Jayme Campos, Cícero Lucena, Tasso Jereissati, Gilberto Goellner, Rosalba Ciarlini, José Agripino, Flexa Ribeiro, João Vicente Claudino, Sérgio Zambiasi e Osmar Dias. Deixam de comparecer os Senadores Aloizio Mercadante, Tião Viana, Inácio Arruda, César Borges, Gerson Camata, Antonio Carlos Junior, Raimundo Colombo, Adelmir Santana, João Tenório, Arthur Virgílio e Gim Argello. A seguir, a Presidência dá início à apreciação das Matérias constantes da Pauta, Item 01– Projeto de Lei do Senado nº 331, de 2006, não terminativo, de autoria da Senadora Roseana Sarney, que “acresce parágrafo único ao art. 48 da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências”, tendo como Relator o Senador Cícero Lucena que oferece Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01 e 02 que apresenta, aprovando, ainda, as Emendas nºs 03 e 04, de autoria do Senador Pedro Simon. A Matéria será apreciada, ainda, pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com decisão terminativa. Após o uso da palavra pelos Senadores Antonio Carlos Valadares e Efraim Morais, a Presidência concede Vista Coletiva nos termos regimentais; Item 02– Projeto de Lei do Senado nº 02, de 2006, não terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que “altera o art. 8º da Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, para atribuir ao Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social metade dos dividendos mínimos pagos pela Caixa Econômica Federal ao Tesouro Nacional”, tendo como Relator o Senador Jayme Campos que oferece Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 01, que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais com decisão terminativa.

Após a leitura do Relatório, usam da palavra os Senadores Jayme Campos e Antonio Carlos Valadares. O Presidente concede Vista Coletiva nos termos regimentais; Item 03– Projeto de Lei do Senado nº 434, de 2007, não terminativo, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que “altera a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, para impor às concessionárias de serviço público e de obras públicas e permissionárias o dever de elaborar escrituração contábil e elaborar e publicar demonstrações financeiras, referentes a cada exercício social, nos termos dos artigos 175 a 188 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976”, tendo como Relator o Senador Raimundo Colombo, que oferece Parecer favorável ao Projeto. A Matéria será apreciada ainda pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com decisão terminativa. Em 17/03/09 foi concedida Vista Coletiva nos termos regimentais. Após o uso da palavra pelos Senadores Cícero Lucena, Antonio Carlos Valadares, Rosalba Ciarlini e Osmar Dias, a Matéria é retirada de Pauta; Item 04– Projeto de Lei do Senado nº 249, de 2003, terminativo, de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, que “concede isenção do Imposto de Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados a aparelhos próprios para radioamadorismo, quando importados ou adquiridos por radioamador habilitado e participante da Rede Nacional de Emergência de Radioamadores (RENER), Integrante do Sistema Nacional de Defesa Civil (SINDEC)”, tendo como Relator o Senador Delcídio Amaral, que oferece Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01, 02 e 03 que apresenta. Após a leitura do Relatório pelo Senador Delcídio Amaral, colocado em discussão, usam da palavra os Senadores Romero Jucá, Marcelo Crivella, Rosalba Ciarlini, Efraim Morais, Roberto Cavalcanti e Cícero Lucena. Colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto com as Emendas nºs 01, 02 e 03–CAE por quatorze votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção; Item 05– Projeto de Lei do Senado nº 238, de 2006, não terminativo, de autoria do Senador César Borges, que “altera o art. 17 da Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997, para prorrogar, por mais dez anos, a não incidência do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) sobre as mercadorias cuja origem ou destino final seja porto localizado na Região Norte ou Nordeste do País”, tendo como Relator o Senador Tasso Jereissati que oferece Parecer favorável ao Projeto e à Emenda nº 01, de autoria do Senador Renato Casagrande. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com decisão terminativa. O Presidente da Comissão designa o Senador Cícero Lucena Relator “Ad Hoc”. Após a leitura do Relatório, colocada a Matéria em discussão,

usam da palavra os Senadores Roberto Cavalcanti e Antonio Carlos Valadares. O Presidente concede Vista ao Senador Antonio Carlos Valadares nos termos regimentais; Item 06-Projeto de Lei do Senado nº 340, de 2007, terminativo, de autoria do Senador Papaléo Paes, que “altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução, da base de cálculo de imposto de renda da pessoa física, dos pagamentos efetuados a profissionais e estabelecimentos de atividade física após recomendação médica”, tendo como Relator o Senador Neuto de Conto, que oferece Parecer favorável ao Projeto e pela rejeição da Emenda nº 01, de autoria do Senador Gerson Camata. Após a leitura do Relatório pelo Senador Neuto de Conto, encerrada a discussão, é adiada a votação da Matéria; Item 07-Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 2007, não terminativo, de autoria do Deputado João Herrmann Neto, que “dispõe sobre as operações de fomento mercantil – factoring, e dá outras providências”, tendo como Relator o Senador Antonio Carlos Júnior, que oferece Parecer favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01 e 02-CCJ. A apreciação da Matéria é adiada; Item 08-Relatório Final aprovado pela Subcomissão Temporária da Regulamentação dos Marcos Regulatórios, criada por meio do Requerimento nº 10, de 2007, que “requer seja constituída Subcomissão visando debater e estudar a Regulamentação dos Marcos Regulatórios nos diversos setores de atividades que compreendem serviços concedidos pelo Governo, como Telecomunicações, Aviação Civil, Rodovias, Saneamento, Ferrovias, Portos, Mercado de Gás Natural, Geração de Energia Elétrica, Parcerias Público-Privadas, etc.”, de autoria da Comissão de Assuntos Econômicos, tendo como Relator o Senador Garibaldi Alves Filho. O Presidente, Senador Garibaldi Alves Filho, passa a Presidência ao Senador Delcídio Amaral a fim de que ele possa proceder à leitura do Relatório. Após a leitura do Relatório, colocado em discussão, usam da palavra os Senadores Delcídio Amaral e Eliseu Resende. Colocado em votação, a Comissão aprova o Relatório Final da Subcomissão Temporária da Regulamentação dos Marcos Regulatórios. O Relatório será encaminhado à Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal para as devidas providências; A Comissão aprecia, ainda, as seguintes Matérias com Parecer pela rejeição, Item 09-Projeto de Lei do Senado nº 146, de 2003, terminativo, de autoria do Senador Valdir Raupp, que “altera o § 2º do artigo 16 da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989 (Dispõe sobre a regulamentação dos recursos do fundo Constitucional de Financiamento

do Norte – FCN)”, tendo como Relator o Senador Raimundo Colombo, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com Parecer pela rejeição do Projeto. O Presidente concede Vista Coletiva nos termos regimentais; Item 10-Projeto de Lei do Senado nº 360, de 2003, terminativo, de autoria do Senador Álvaro Dias, que “dispõe sobre a instituição de fundos agronegócios para captação externa de recursos e dá outras providências”, tendo como Relator o Senador Gilberto Goellner, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com Parecer favorável ao Projeto. O Presidente concede Vista Coletiva nos termos regimentais; Item 11-Requerimento nº 803, de 2004, não terminativo, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, que “requer o sobrestamento do Projeto de Lei do Senado nº 361, de 2003, o qual tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 46, de 2003”, tendo como Relator o Senador Francisco Dornelles, que oferece Parecer pela rejeição do Requerimento. O Presidente concede Vista Coletiva nos termos regimentais; Item 12-Projeto de Lei do Senado nº 207, de 2003, terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim, que “acrescenta dispositivo ao artigo 3º da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, que institui a Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF, e dá outras providências”, tendo como Relator o Senador Expedito Junior, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. O Presidente concede Vista Coletiva nos termos regimentais; Item 13-Projeto de Lei do Senado nº 167, de 2003, terminativo, de autoria do Senador Romeu Tuma, que “altera o artigo 1º da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para conceder isenção do Imposto sobre produtos Industrializados (IPI) incidente sobre os automóveis adquiridos por corretores de imóveis”, tendo como Relator o Senador Antonio Carlos Júnior, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. O Presidente concede Vista Coletiva nos termos regimentais; Item 14-Projeto de Lei do Senado nº 182, de 2006, terminativo, de autoria do Senador Marcos Guerra, que “acrescenta o inciso VI ao art. 1º da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para estender aos representantes comerciais a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados na aquisição de automóveis”, tendo como Relator o Senador Eliseu Resende, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. Em 06/05/2008, foi concedida Vista ao Senador Gim Argello, que devolveu com Voto em Separado concluindo pela aprovação do Projeto. A apreciação da Matéria é adiada. Item 15– Projeto de Lei do Senado nº 392, de 2007,

terminativo, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, que “altera a Lei nº 9.496, de 1997, para autorizar a União e os Estados, no âmbito do Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal, a abater do cálculo do resultado primário despesas dos Estados com investimentos em obras de infraestrutura”, tendo como Relator o Senador Eduardo Suplicy que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 01-CCJ. O Presidente concede Vista Coletiva nos termos regimentais; Item 16– Projeto de Lei do Senado nº 247, de 2007, não terminativo, de autoria do Senador Magno Malta, que “altera a redação dos §§ 1º e 3º do artigo 1.361, do Código Civil, e dá outras providências (altera as formas de constituição e de transferência da propriedade fiduciária)”, tendo como Relator o Senador Delcídio Amaral, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto e da Emenda nº 01, de autoria do Senador João Vicente Claudino. A Matéria será apreciada ainda pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com decisão terminativa. O Presidente concede Vista Coletiva nos termos regimentais; Item 17-Projeto de Resolução do Senado nº 63, de 2002, não terminativo, de autoria do Senador Teotônio Vilela Filho, que “altera a Resolução do Senado Federal nº 17, de 2001, que “dispõe sobre operações de crédito ao amparo do Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros – PNAFM”, tendo como Relator o Senador Aloizio Mercadante, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. O Presidente concede Vista Coletiva nos termos regimentais; Item 18-Projeto de Lei do Senado nº 40, de 2008, terminativo, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, que “concede isenção do Imposto de Exportação sobre o couro Wet Blue”, tendo como Relator o Senador Sérgio Zambiasi, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. O Presidente concede Vista Coletiva nos termos regimentais; Item 19-Projeto de Lei do Senado nº 279, de 2007-Complementar, não terminativo, de autoria da Senadora Maria do Carmo Alves, que “altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), para estabelecer normas gerais a respeito de contratos administrativos que prevejam a concessão de benefícios para agentes econômicos, inclusive de natureza tributária”, tendo como Relator o Senador Renato Casagrande, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. O Presidente concede Vista Coletiva nos termos regimentais; Item 20-Projeto de Lei do Senado Nº 109, de 2006, terminativo, de autoria do Senador Valdir Raupp, que “altera a Lei

nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para isentar do Imposto sobre a Renda a remuneração do serviço extraordinário”, tendo como Relator o Senador Gim Argello, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. O Presidente concede Vista Coletiva nos termos regimentais; Item 21-Projeto de Lei do Senado nº 319, de 2005, não terminativo, de autoria do Senador Papaléo Paes, que ‘altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que “dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente e dá outras providências’, para que os valores arrecadados em pagamento de multas por infração ambiental sejam integralmente revertidos ao Fundo Nacional do Meio Ambiente”, tendo como Relator “Ad Hoc” o Senador Antonio Carlos Júnior, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle com decisão terminativa; Em 11/11/08, o Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão, Senador Eliseu Resende, designou o Senador Antonio Carlos Júnior Relator “Ad Hoc”; Em 11/11/08, foi concedida Vista ao Senador Tasso Jereissati, que devolveu sem manifestação. A apreciação da Matéria é adiada; Item 22-Projeto de Lei do Senado nº 98, de 2008, terminativo, de autoria do Senador José Nery, que “revoga os artigos 9º e 10º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995. (Revoga a isenção de imposto sobre remuneração pagas a titulares, sócios ou acionistas de empresas) “, tendo como Relator o Senador Heráclito Fortes, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. O Presidente concede Vista Coletiva nos termos regimentais. A Comissão aprecia, ainda, o Item constante da Extrapauta, Item 01-Projeto de Lei do Senado nº 421, de 2007, terminativo, de autoria do Senador Efraim Morais, que “altera a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para conceder isenção total do imposto de renda da pessoa física aos rendimentos de aposentadoria e pensão, para os maiores de setenta anos, iniciando-se com isenção de vinte por cento dos rendimentos aos sessenta e seis anos”, tendo como Relator o Senador Cícero Lucena, que oferece Parecer favorável ao Projeto às Emendas nºs 01 e 02-CAS. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais com Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01 e 02-CAS. Após a leitura do Relatório pelo Senador Efram Morais, colocado em discussão, usam da palavra os Senadores Renato Casagrande e Rosalba Ciarlini. Colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto com as Emendas nºs 01 e 02-CAS-CAE por onze votos favoráveis, nenhum contrário e uma abstenção. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas e cinquenta e dois minutos,

lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada.

Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Havendo número regimental, declaro aberta a 14ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos. Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da Reunião anterior. Os Srs. Senadores e Senadoras, que concordam, queiram permanecer como se encontram. A Ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal. Lembro as Sras. e Srs. Senadores que está marcada para amanhã, dia 29 de abril de 2009, quarta-feira, às 9 horas, no Plenário do Senado Federal, a 15ª Reunião da CAE e demais Comissões do Senado, com a seguinte Pauta: Audiência Pública, com a finalidade de analisar e discutir a definição de Áreas de Proteção Permanente – APPs – e o alcance territorial da Legislação Ambiental e Indigenista, e as implicações para o agronegócio, a realizar-se no próximo dia 29 de abril, às 9 horas, no Plenário do Senado Federal, com a presença dos seguintes convidados: Dr. Gustavo Ribas Curcio, que tratará do tema “Definição de Áreas de Proteção Permanente – APPs – Uma Proposta de Parâmetros”; Dr. Evaristo Eduardo de Miranda, doutor em Ecologia e pesquisador da EMBRAPA Monitoramento por Satélite, em Campinas, São Paulo, que tratará do tema “Alcance Territorial da Legislação Ambiental Indigenista – Implicações para o Agronegócio”; Sr. Adalberto Veríssimo, pesquisador sênior do Instituto do Homem e do Meio Ambiente na Amazônia – IMAZON; Sr. Márcio Santilli, Instituto Socioambiental/ISA; Dr. Sr. Antônio Herman Benjamim, Ministro do Superior Tribunal de Justiça; Sr. Márcio Meira, Presidente da Fundação Nacional do Índio – FUNAI; Dra. Samanta Pineda, Advogada Socioambiental; Sr. Ricardo Arioli Silva, engenheiro agrônomo e especialista em meio ambiente; Sr. Tasso Azevedo, Assessor do Ministro do Meio Ambiente, em Florestas e Climas.

Lembro que, na próxima semana, está marcada para o dia 05 de maio de 2009, durante a nossa Reunião Ordinária, na terça-feira, às 10 horas, a 16ª Reunião da CAE e a 8ª Reunião da Comissão de Acompanhamento da Crise Financeira e de Empregabilidade, com a seguinte Pauta: Audiência Pública sobre o tema: “Crise Financeira e a Indústria Brasileira”, com a presença dos Srs. Paulo Skaff, Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo; Roberto Proença de Macedo, Presidente da Federação

das Indústrias do Estado do Ceará, e Paulo Fernandes Tigre, Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul. Hoje, nós vamos ter, além da votação das matérias já fixadas na Pauta, vamos ter também a leitura do relatório da Subcomissão dos Marcos Regulatórios, que foi presidida pelo Senador Delcídio Amaral e relatada por mim, de acordo com o item 08. Eu, para adiantar os trabalhos, gostaria que o Senador Delcídio Amaral assumisse aqui a Presidência, enquanto eu faço a leitura do resumo desse relatório. Com a palavra o Senador Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, uma comunicação: o jornal Folha de São Paulo, hoje, no Painel da ilustre Jornalista Renata Lo Prete, dá a seguinte nota: “Meta Comissão – José Sarney designou Comissão de funcionários para assessorar outra de Senadores que discutirá a crise econômica. Para tanto, cada um dos nove servidores, comandadas pelo consultor geral de orçamentos, Fábio Gondim, e pelo consultor geral legislativo, Bruno Dantas, receberá 2.400 por mês”. Eu queria dizer, Sr. Presidente, que foi uma notícia equivocada. Certamente, alguma fonte, não muito bem informada e apressada, passou para a jornalista, e que os atos que criaram a Comissão estabelecem o seguinte: Ato do Presidente 19, art. 3º: “Em nenhuma hipótese, haverá remuneração extraordinária para os membros de que trata o art. 2º”. Ou seja, para os consultores. E ainda, o Ato nº. 16 estabelece: “A participação de especialistas de que trata não será remunerada a qualquer título, constituindo serviço público relevante, prestado ao Senado”. De modo que eu queria prestar essa informação a V. Exa. e a essa Casa, de que nenhum dos técnicos que estão assessorando, que a Comissão recebe a assessoria da consultoria do Senado, como toda outra Comissão, e que não existe, para as pessoas que assessoram a Comissão de Acompanhamento da Crise, para os técnicos do Senado, qualquer tipo de remuneração. Nós estamos encaminhando à Folha de São Paulo essa retificação. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço V. Exa. e solicito ao Senador Delcídio...

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Com a palavra o nobre Relator, Senador Garibaldi Alves. Eu gostaria só de registrar, meu caro Presidente Senador Garibaldi Alves, esse trabalho foi um trabalho de quase seis meses. E essa Subcomissão Temporária de Marcos Regulatórios, ela ouviu os principais setores de infraestrutura do Brasil; representantes de associações, empresários, executivos, lideranças do próprio Governo, diretores de agências

reguladoras... Foi um trabalho profundo, comandado pelo Senador Garibaldi Alves, que era o Relator da Comissão, e um trabalho que tratou de setores fundamentais para a economia brasileira, como o petróleo, o gás, energia elétrica, rodovias, ferrovias, transportes aquaviários. Por aqui, discutimos saneamento, manejo de resíduos sólidos e discutimos também as agências reguladoras. Eram Sessões que ocorriam aqui, às segundas-feiras, a partir das 18 horas, e foi um trabalho exemplar do Senador Garibaldi Alves, e eu acredito que, nesse momento, em função da própria crise que assola o mundo, e, evidentemente, o Brasil sofre os efeitos colaterais dessa crise, eu não tenho dúvida nenhuma que esse é um trabalho fundamental para trazer segurança jurídica, para tornar o Brasil ainda mais atrativo, especialmente na área de infraestrutura, que é o maior desafio do Brasil, e resgatando o papel das agências reguladoras, resolvendo uma série de óbices e problemas que, infelizmente, tem pautado o dia-a-dia das agências reguladoras.

Portanto, é um prazer muito grande... Finalmente, meu caro Senador Garibaldi Alves, esse trabalho foi pautado, porque ele dormitou, aqui na Comissão de Assuntos Econômicos, durante quase um ano e meio, dois anos, inexplicavelmente. Portanto, eu acho que nada mais importante para um momento como esse é a apresentação desse trabalho, tão bem elaborado e aprofundado, do Senador Garibaldi Alves, no que se refere aos marcos regulatórios. Com a palavra o Senador Garibaldi Alves.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Sr. Presidente, Senador Delcídio Amaral, criada pela aprovação do Requerimento nº. 10, da CAE, de 2007, de autoria do Senador Delcídio Amaral, e instalada em 17 de abril de 2007, a Subcomissão Temporária de Regulamentação dos Marcos Regulatórios produziu 16 Reuniões temáticas, com abordagens das questões regulatórias referentes às infraestruturas e dinâmicas microeconômicas de 14 setores da economia, a saber: energia elétrica, abastecimento de derivados de petróleo, gás natural e biocombustíveis, realizado em 14 de maio de 2007; telecomunicações, em 21 de maio; prospecção e produção de petróleo e gás natural, em 28 de maio; recursos hídricos, em 04 de junho; transportes rodoviários, em 18 de junho; transportes ferroviários, em 25 de junho; portos, em 02 de julho; aviação civil, em 13 de agosto; saneamento básico, em 20 de agosto; meio ambiente e resíduos sólidos, em 27 de agosto; mineração, em 10 de setembro de 2007; comunicação social, em 24 de setembro; vigilância sanitária, em 1º de outubro de 2007.

Ao todo, Sr. Presidente, mais de 50 especialistas de setores públicos e privados foram ouvidos e diag-

nósticos e sugestões ofertados, durante as Reuniões da Subcomissão. Compõe o presente relatório, dividido em 15 relatórios parciais. Em nota de agradecimento, gostaria de registrar a participação dos seguintes consultores legislativos do Senado Federal, na elaboração de relatórios parciais dessa Subcomissão, a saber: Eduardo Montavão, Consultor Legislativo em Minas e Energia; Márcia Biato, consultora legislativa em Minas e Energia; Luiz Fernando Fauth, consultor em Comunicações; Carmen Rachel, consultora de Meio Ambiente; Carlos Henrique Tomé, consultor em Meio Ambiente; Elizabeth Wanderley Nóbrega, consultora em Transportes e Desenvolvimento Urbano; Lília Alcântara, consultora em Transportes e Desenvolvimento Urbano; Túlio Augusto Castelo Branco, consultor em Transportes e Desenvolvimento Urbano; Victor Carvalho Pinto, consultor legislativo em Transportes e Desenvolvimento Urbano; José Roberto Bassul Campos, consultor em Transporte e Desenvolvimento; Ana Luísa Fleck, consultora em Comunicações; Denis Murahovschi, consultor legislativo em Saúde; Carlos Jacques Vieira Gomes, consultor em Direito Comercial e Econômico. Em apertada síntese, anoto algumas das medidas propostas em cada relatório parcial, enumeradas por setor: 1º) Na área de energia elétrica, são oferecidas duas sugestões de proposição legislativa e uma recomendação. O primeiro Projeto de Lei disciplina as exigências para licenciamento ambiental de aproveitamentos hidráulicos considerados estratégicos, enquanto o segundo Projeto dá novo tratamento à responsabilidade criminal de agentes do IBAMA. 2º) Para o abastecimento de derivados de petróleo, gás natural e biocombustíveis, sugere a Subcomissão dos Marcos Regulatórios que produtores e distribuidoras de álcool e combustíveis assinem contrato de longo prazo para fornecimento de anidro, para garantir o abastecimento nacional de gasolina. É também apresentado Projeto de Lei que estende aos Projetos desenvolvidos nas áreas de petróleo, gás natural, refino, petroquímica, dutos e combustíveis renováveis os benefícios fiscais referentes a PIS e COFINS, já concedidos pelo PAC aos Projetos de infraestrutura no âmbito do REID. Determina o Projeto, ainda, o enquadramento do petróleo e condensado no Projeto que prevê incentivos fiscais para matérias-primas da indústria petroquímica. 3º) Para as Telecomunicações, o relatório desta Subcomissão de Marcos Regulatórios apontou sugestões para a superação de alguns desafios hoje presentes no setor.

Neste contexto, há minuta de proposição legislativa com o objetivo de eliminar a regulação por tecnologia nos serviços de televisão por assinatura, harmonizando as diferentes regras que regem suas diversas modalidades. Para ampliação na oferta dos aces-

sos em banda larga à internet, identificou a recente aprovação, pelo Senado, do Projeto de Lei do Senado de nº. 103/07, que permite a aplicação dos recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações – FUST, para financiar a universalização das redes digitais de informação. Com relação à carga tributária, sugeriu... Esta Subcomissão sugere, aliás, o aprofundamento das discussões em torno das taxas recolhidas pelo FISTEL, Fundo de Fiscalização das Telecomunicações, e sua adequação com destinação de recursos arrecadados. Discutiu ainda o modelo da separação estrutural que mantém segmentos apartados, a propriedade das redes e a exploração de serviços com base nessa infraestrutura como alternativa para a promoção da concorrência entre os prestadores de serviço de telecomunicações. Por fim, sobre o funcionamento do órgão regulador, identificou a tramitação na Câmara dos Deputados, do PL de nº. 3.337/2004, que trata do tema. 4º) Para a prospecção e exploração de petróleo e gás natural, recomenda a Subcomissão de Assuntos regulatórios ao Poder Executivo garantir a realização periódica do CNPE; alterar o Decreto nº. 2.705/1998, para que a forma de cobrança da participação especial não comprometa a implantação de um segundo ou terceiro sistema de produção por campo de petróleo; simplificar procedimentos relativos às concessões; permitir aditivo contratual para prorrogação da concessão de campos de petróleo e não contingenciar os recursos da Agência Nacional do Petróleo e da CIDE, Contribuição dos Combustíveis. Ao Poder Legislativo, recomenda a Comissão aprovar estímulo à Subcomissão de Marcos Regulatórios; aprovar estímulos ao desenvolvimento de tecnologia de exploração e refino de óleos ultrapesados, bem como harmonizar e reduzir a tributação sobre o setor. Ao Poder Judiciário, pacificar urgentemente os questionamentos acerca do poder regulamentador e fiscalizador da ANP; acelerar o julgamento das ADINs relativas à lei Noel, à lei Valentim, ao SNUC e à propriedade do petróleo e dar rápida solução às incertezas acerca das rodadas de licitação da ANP. 5º) Acerca dos recursos hídricos, constatou-se que a Legislação mostra-se adequada e prevê o setor de mecanismos e instrumentos necessários para a formulação e implantação de políticas públicas federais e estaduais, direcionadas ao uso e à conservação quantitativa e qualitativa desse recurso. No sentido de aperfeiçoar o quadro regulatório, recomendou-se retornar o exame da PEC nº. 43/2000, que tramita na Casa, e propõe transferir para a União a dominialidade das águas subterrâneas. Concluiu-se ainda pela elaboração de Projeto de Lei com a finalidade de estender a outorga do direito de uso dos recursos hídricos para a lavra de águas minerais. 6º)

Para transportes rodoviários, a Subcomissão de Marcos Regulatórios diz que são apresentadas recomendações no sentido de criar condições para efetivo exercício do poder de polícia pela Agência Nacional de Transportes Terrestres; agilizar a realização de licitações para o transporte interestadual de passageiros, de modo a estimular a concorrência nesse segmento; recuperar e manter a malha rodoviária Federal; diminuir a carga tributária que incide sobre o setor. 7º) Em relação à Audiência Pública do Transporte Ferroviário, a Subcomissão de Marcos Regulatórios recomenda que podem ser extraídos alguns pontos consensuais sobre como melhorar a oferta e expansão dos serviços de transporte ferroviário. A. Necessidade de garantir os investimentos por parte do Governo Federal na malha; B. Necessidade de fortalecimento do papel da Agência Nacional de Transportes Terrestres, ANTT, atribuindo-lhe maior autonomia financeira e administrativa; garantia do direito de passagem das composições, nas diferentes malhas concessionadas; D) Melhoria operacional contínua, mediante adoção de mecanismo de *price caps* nas revisões tarifárias periódicas, por exemplo. 8º) Para os portos: Vistos como elo de uma cadeia logística precária e ineficiente, para onde se esvai a competitividade do produto brasileiro no comércio exterior, os debates culminaram, na Subcomissão de Marcos Regulatórios, com a formalização e formulação das seguintes recomendações: promover o aparelhamento dos portos e a profissionalização da gestão portuária; buscar o equilíbrio da matriz de transportes; garantir condições favoráveis ao investimento privado e infraestrutura; promover a simplificação dos procedimentos envolvidos no arrendamento de áreas de instalações portuárias e na implantação de terminais de uso privativo; identificar alterações necessárias na Lei 8.630, Lei dos Portos, de 1993, sem prejuízo da aprovação de uma Lei geral, voltada para o fortalecimento das agências reguladoras. 9º) Para a Aviação Civil, são essas as recomendações da Subcomissão de Marcos Regulatórios ao Poder Executivo para que: A) Implante o sistema CNS/ATM de controle de tráfego aéreo. Sobre responsabilidade civil, retire da ANAC funções alheias às de regulação e fiscalização, mas, nessa seara, outorgue-lhe plena competência, abarcando inclusive o controle do tráfego aéreo, independente de quem seja responsável pela sua execução; estimule a participação de Estados e Municípios na construção e gestão dos aeroportos; privatize os aeroportos sob responsabilidade da INFRAERO, mediante concessões ou Parcerias Público-Privadas. Ao Poder Legislativo, recomendações de alteração do Código Brasileiro da Aeronáutica para ampliação da participação do capital externo nas empresas aéreas e re-

vogação da exigência de que os militares em exercício na ANAC retornem à Força Aérea em cinco anos. 10º) Para o saneamento básico, considerou-se suficiente o marco legal recém aprovado, mas recomenda-se ao Poder Executivo analisar a necessidade ou conveniência de se regulamentar a Lei do Saneamento, por meio de Decreto. 11º) Acerca do tema meio ambiente e resíduos sólidos, muitas das idéias trazidas pelos expositores à Subcomissão de Marcos Regulatórios integram, com maior ou menor ênfase, um conjunto de Projetos de Lei, ora em tramitação no Congresso Nacional, tanto no Senado Federal quanto na Câmara dos Deputados. Em face desse quadro, as sugestões apresentadas deverão ser analisadas pelas comissões do Senado, por ocasião do exame dos Projetos já em curso e, por consequência, recomenda-se anexar cópia do relatório aos respectivos processados. Uma Lei nacional deve restringir-se a estabelecer normas gerais, aplicáveis em todo o território nacional, e que respeitem a autonomia política e administrativa dos Municípios. Concluiu-se ainda pela elaboração de Projeto de Lei destinado a regulamentar a profissão de catador. 12º) Para a mineração, recomenda-se: A) Apreciação de diversos Projetos de Lei em tramitação, que tratam de questões vitais para o setor, a saber: A mineração na faixa de fronteira e em terras indígenas; a instituição do Estatuto dos Garimpeiros e o exercício da competência comum da União, do Estado e dos Municípios, no tocante à proteção do meio ambiente. B) A definição do marco legal e dos percentuais cobrados a título de compensação financeira pela exploração de recursos minerais e de compensação ambiental; C) O apoio a duas importantes iniciativas do Poder Executivo, o Projeto de Modernização da Sistemática de Outorgas Minerais, o qual propiciará a descentralização da fiscalização em favor dos Municípios, e o Plano 2008 da Geologia, Mineração e Transformação Mineral, que representa a retomada do planejamento no setor. 13º) Quanto à comunicação social, apontou a Subcomissão de Marcos Regulatórios a revisão do marco legal que rege o setor, tendo em vista o cenário de convergência tecnológica que põe fim às barreiras entre os serviços e, por consequência, entre as empresas de telecomunicações e de comunicação social. Para tanto, indicou como principais desafios regulatórios do setor a conveniência ou não que os setores de radiodifusão e de telecomunicações sejam regulados, fiscalizados por uma mesma instância reguladora e de que o quadro normativo a ser elaborado seja único para o setor como um todo; a normatização da produção e distribuição do conteúdo audiovisual; a proteção de empresas nacionais no setor; a digitalização dos serviços de rádio e TV e a implantação da TV

pública. 14º) Para a vigilância sanitária, reitera-se a importância de uma agência reguladora independente, que garanta a primazia dos interesses da saúde pública sobre o das atividades mercantis. Recomenda-se que a ANVISA confira maior ênfase à busca de critério de excelência; trave diálogo contínuo com o setor regulador; permita maior participação prévia na elaboração de normas; seja menos burocrática e menos politizada; facilite o acesso e diminua o tempo de atendimento às solicitações do setor regulado; restrinja a edição de norma de complicada hermenêutica, uniformizando sua interpretação e aplicação; aproxime suas ações das realizadas por Estados e Municípios; fiscalize as empresas irregulares, estabelecendo parâmetros para a atuação das empresas. 15º) Para as agências reguladoras, recomenda-se a adoção de uma Lei Geral das Agências, com destaque para o PL 3.337/2004, em tramitação na Câmara dos Deputados, o qual, entretanto, merece ser emendado, a fim de, entre outros, incluir dispositivos que prevejam o que ocorrerá no caso de o Presidente da República não indicar os sucessores dos dirigentes cujos mandatos for expirar ou já houver expirado a autonomia de gestão orçamentária e financeira; revisão das regras que impõem contrato de gestão; revisão do papel do ouvidor e dos requisitos para ocupar o cargo; revisão das regras que transferem a iniciativa de outorga de concessões e permissões aos respectivos Ministérios setoriais. Recomenda-se, ainda, a previsão constitucional para as Agências, em minuta apresentada a esse relatório, com destaque também para as propostas de emenda à Constituição nº. 81/2003, de autoria do Senador Tasso Jereissati, e para a PEC nº. 71, de autoria do Senador Delcídio Amaral. Com essas considerações, Sr. Presidente, e análises indicadas, incorporo a íntegra dos relatórios parciais, capítulos I e XV, ao presente relatório, bem como dos anexos Alfa e Beta, ao relatório final, que trazem as notas taquigráficas das audiências públicas e os ofícios expedidos, e submeto esse relatório final à apreciação dos membros da Comissão de Assuntos Econômicos, após a aprovação dos membros da Subcomissão, que já ocorreu.

Sr. Presidente, pode ser que alguma providência contida nesse relatório, em função do tempo que ele foi redigido, tenha sido já adotada, ou algum Projeto de Lei tenha sido apresentado. Mas isso poderá ser perfeitamente corrigido ou deixado de constar. O importante é que o relatório constitui uma visão, como diz V.Exa., uma visão abrangente dos marcos regulatórios no nosso país.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Eu queria, Senador Garibaldi, primeiro registrar, num momento onde nós procuramos inten-

samente estabelecer uma Pauta profícua para o Senado e para o Congresso Nacional, eu, que acompanhei esse trabalho muito de perto, é um dos trabalhos de maior profundidade na análise da questão da infraestrutura no Brasil e na questão das Agências Reguladoras. Quando eu vejo algumas discussões aí, relativas a Agências Reguladoras ou áreas de infraestrutura, esses Projetos já estão tramitando aqui; a maioria das sugestões para esses setores fazem parte desse relatório, ou na forma de Projetos de Lei ou como recomendações. É um trabalho, executado por V.Exa., e importante registrar, a consultoria do Senado também atuou duramente, inclusive nos orientando, ao longo desses trabalhos, e eu quero agradecer aqui também o trabalho da consultoria do Senado, da competente consultoria do Senado. E eu não tenho dúvida, essa aqui é a lição de casa. Esse aqui é o termo de referência para se discutir infraestrutura no Senado. Não tenho dúvida nenhuma a respeito disso.

Lamentavelmente, esse relatório ficou aqui engavetado, por razões que eu prefiro não... Talvez não... Não dizer, ou, eventualmente, não partir para algum tipo de suposição que venha a ser injusta, com relação à tramitação lenta desse relatório aqui na Comissão de Assuntos Econômicos. Mas acho que é, talvez, um dos melhores documentos para se discutir aquilo que é o maior desafio do Brasil, que é infraestrutura. Não tenho dúvida nenhuma. Sem falar nas propostas das Agências Reguladoras, que as propostas são muito mais avançadas, muito mais ousadas do que até então nós discutimos no que se refere ao papel das Agências Reguladoras no Brasil.

Por isso, eu, mais uma vez, parabenizando V. Exa., eu coloco o relatório em discussão. Quero dizer aos Srs. Senadores e Senadoras que, a partir da aprovação desse relatório, isso segue para a Mesa Diretora do Senado e lá a Secretária-Geral da Mesa Diretora vai distribuir os Projetos de lei que constam desse relatório nas Comissões--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Nas Comissões pertinentes, como Projetos de autoria da Comissão de Assuntos Econômicos. É importante registrar isso porque nós temos aí um longo caminho pela frente, mas a aprovação desse relatório é de fundamental importância para trazer definitivamente esse debate para o Senado. O relatório está em discussão.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Com a palavra o Senador Eliseu Resende.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Eu gostaria, Sr. Presidente, de fazer uma referência a este relatório, preparado na Subcomissão presidida pelo Senador Delcídio Amaral, com a Relatoria do Senador Garibaldi Alves. Foi um trabalho difícil, penoso; havia dificuldades de marcar as reuniões sucessivas para o debate da matéria, dificuldades hoje que são inerentes às comissões técnicas da Casa. Procuraram-se horários diferenciados daqueles horários das comissões técnicas específicas; as reuniões se realizavam mais no final da tarde, se não me engano, e o trabalho do Senador Garibaldi Alves foi exemplar. A sua conduta, ao ouvir as diferentes participações, anotá-las e produzi-las num relatório, que hoje acho, como disse o Senador Delcídio Amaral, da maior importância, é realmente uma coisa que marca um fato específico, importante dessa Comissão.

A importância desse relatório é muito grande, quando se vê e se assistem hoje, ainda, as dificuldades do entendimento do papel das Agências Reguladoras. Nós tivemos a oportunidade de discutir isso numa Reunião recente da Comissão de Infraestrutura, da qual eu sou o vice-Presidente. Nós estamos sabatinando Diretores de Agências, apresentados pelo Governo, para serem nomeados para preencher as vagas da Diretoria das Agências Reguladoras. E, às vezes, vemos os Diretores aqui, sem nenhuma presença ou especialidade no setor. E a gente faz uma pequena pergunta, uma primeira pergunta simples: "O que é que você entende por Agência Reguladora?", e o candidato tem dificuldade em responder. Você acha que o mandato do Diretor tem que ser um mandato fixo? Acha correto o fato da Direção da Agência ser através de uma Diretoria colegiada, com renovação alternada dos Diretores? E por que isto? Qual o papel da Agência com relação à regulação do mercado e em que consiste a regulação da regulação do mercado, para saber quais são as ações específicas da Agência? Por que é que a Agência tem que ser uma agência independente, como órgão do Estado e não do Governo? São perguntas importantes, que eu acho que esse relatório do Senador Garibaldi Alves vai dar uma contribuição importante para que esse entendimento seja mais focado aqui no Senado Federal, particularmente na Comissão de Infraestrutura, que vai aprovar os diretores das Agências.

Examinaram-se as questões de regulação relativas a cada setor, a Agência Nacional de Energia Elétrica; a Agência Nacional de Recursos Hídricos, a ANA, que é da maior importância; a Agência Nacional

das Telecomunicações, a ANATEL; a Agência Nacional de Transportes Terrestres; Agência Nacional de Transporte Aquaviário e a Agência Nacional de Aviação Civil, e aqui nós estamos reunindo um trabalho e, neste trabalho importante, um somatório de sugestões, de contribuições que vão ser, por certo, de grande valia, na condução das Agências, aqui no Senado e na Câmara Federal, para dar uma contribuição expressiva ao Congresso Nacional. Nós esperamos que as Agências se... Definam a sua atuação dentro desses marcos aqui colocados, e achamos, como disse aqui o Senador Delcídio Amaral, que essa é uma contribuição importante, que essa Comissão dá, e eu quero parabenizar o Senador Delcídio Amaral; fui membro da sua Subcomissão, e agradecer especificamente ao Senador Garibaldi Alves a importância do seu trabalho que, sem dúvida nenhuma, será marcante aqui na história dessa Comissão. É o que eu queria dizer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Agradecer as palavras, Senador Eliseu Resende, que foi vice-Presidente da Subcomissão dos Marcos Regulatórios; um homem que é um grande especialista na infraestrutura do país, além de ter ocupado cargos fundamentais, em vários governos, e sempre com dignidade, com honradez e com a competência que sempre destacou V.Exa., principalmente no trato das questões de infraestrutura no Brasil. A palavra continua, o relatório continua em discussão.

Não havendo mais nenhum comentário sobre o relatório, eu coloco em votação o relatório final, aprovado pela Subcomissão Temporária dos Marcos Regulatórios. Os senadores, que concordam com o relatório, permaneçam como estão. Aprovado o relatório. E agora o relatório vai ao Plenário para as devidas providências. Quero, mais do que nunca, Senador Garibaldi Alves, e fazendo coro às palavras do Senador Eliseu Resende, a determinação de V.Exa., a competência de V. Exa. para elaborar esse relatório e fazer as audiências públicas. Quem acompanhou essas audiências públicas sabe a dificuldade que foi, porque nós nos reuníamos às segundas-feiras, como eu falei no início aqui, às 18h00. E íamos até 9, 10 horas da noite, 11 horas da noite, e cumpríamos nossa missão. E eu não tenho dúvida nenhuma, esse relatório aqui é um dos relatórios que precisa servir como referência para os grandes debates no Senado Federal e no Congresso Nacional. Nós estamos atrás de uma Pauta positiva para o Brasil; essa Pauta é uma Pauta positiva, inevitavelmente. E acho que nós teremos muito trabalho, meu caro Senador Eliseu Resende, na Comissão de Infraestrutura, porque muitos desses Projetos vão tramitar na Comissão de Infraestrutura.

Portanto, nós vamos ter aí uma Pauta bastante carregada, ao longo desse ano e do próximo ano, na Comissão de Infraestrutura. E importante destacar, e eu sugiro, para que leiam as sugestões das Agências Reguladoras. É muito mais do que foi proposto até então, não só pelo Governo Federal, mas também aqui no Congresso Nacional. E, no momento em que as Agências Reguladoras precisam ter o papel, como disse o Senador Eliseu Resende, de agentes do Estado e não do Governo, vale a pena uma reflexão e um trabalho sobre esses temas. Portanto, eu quero parabenizar a V. Exa., Senador Garibaldi Alves, nosso Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, parabenizar a todos os Senadores e Senadoras que fizeram parte dessa Comissão Temporária de Marcos Regulatórios, e a consultoria do Senado e a secretaria da Comissão de Assuntos Econômicos, que nos acompanhou durante todo esse trabalho, comandada pelo competente Gonzaga. Agradecer aí o apoio, o trabalho e, sem dúvida nenhuma, os temas abordados por esse relatório vão ser temas de extrema relevância na tramitação aqui no Senado e depois na Câmara dos Deputados. Parabéns, meu caro Senador Garibaldi Alves--

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Delcídio--

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Senador Garibaldi Alves.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): V. Exa. foi quem pediu a realização dos trabalhos da Comissão. V. Exa., depois foi o Presidente. Então, os méritos cabem à V.Exa., que teve a iniciativa de propor um debate realmente importante, e eu quero agradecer a participação do Senador Eliseu Resende, que todas as segundas-feiras estava presente aos trabalhos da nossa Subcomissão. Agradeço a ele, não apenas a presença, mas a participação da sua... Contribuindo com a sua experiência e a sua inteligência para o bom andamento dos nossos trabalhos.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado, Senador Garibaldi Alves. E eu convido V. Exa. aqui a retornar à Presidência da Comissão de Assuntos Econômicos, para darmos continuidade à nossa Pauta aqui.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Item 01 da Pauta. "Altera o § 2º, do art. 16, da Lei nº. 7.827, de 27 de setembro de 1989, que dispõe sobre a regulamentação dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte". Essa matéria é terminativa. Não havendo o *quorum* necessário, eu permito... Eu me permito passar para o item 02 da Pauta, que também é terminativo. O primeiro é não terminativo? Então, eu peço perdão. O item 1º é

não terminativo. Sendo assim, eu deveria conceder a palavra ao Senador Cícero Lucena, para relatar esse Projeto, de autoria da Senadora Roseana Sarney. Senador Cícero Lucena não está presente e--

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, pela ordem. Presidente. Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra, pela ordem, Senador Antônio Carlos Valadares.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, em se tratando de uma matéria um tanto polêmica, apesar de ser da autoria de uma Senadora, que nós conhecemos, muito cuidadosa na apresentação de suas propostas, Senadora Roseana Sarney--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): E uma Senadora Governadora.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): --e, hoje, Governadora, né? Nós gostaríamos que essa matéria fosse votada com a presença do Senador Cícero Lucena. Eu peço à V. Exa. essa ponderação, fazer essa ponderação.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Porque eu gostaria de lembrar V. Exa. que não fui eu que tive a iniciativa de fixar esse critério. Mas há um critério aqui que, por ocasião da realização de duas Reuniões, o Relator, não estando presente, será indicado--

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): É uma praxe, né?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): É uma praxe.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Então, eu peço vistas, tendo em vista que o Ministério das Cidades tem umas sugestões a fazer, uma reflexão mais profunda sobre esse Projeto. Então, as sugestões, eu acho que devem ser, pelo menos, estudadas no Ministério das Cidades. Enquanto isso, aguardamos... Enquanto aguardamos essas sugestões, peço vistas a V. Exa.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Coletiva, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Efraim Morais também pede vistas. Então, será dada vista coletiva. Item 2. "Altera o art. 8º..." É também não terminativo. "Altera o art. 8º, da Lei 11.124, de 16 de junho de 2005, para atribuir ao Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social metade dos dividendos mínimos pagos pela Caixa Econômica Federal ao Tesouro Nacional". Autoria: Senador Cristovam Buarque. Relator: Senador

Jayme Campos. O Relator não está presente. Eu peço ao nosso Secretário Gonzaga que informe quantas Sessões... É o mesmo caso anterior. Já podemos... Já podemos designar um Relator *ad hoc*. Concedo a Relatoria *ad hoc* ao Senador Roberto Cavalcanti. V. Exa. vai relatar a matéria... V. Exa. aceita relatar a matéria? Então, com a palavra, V. Exa.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): É um Projeto de Lei do Senado Federal de nº. 02/2006, estamos... A autoria é o Senador Cristovam Buarque, já estamos, quase há três anos, com essa tema na Casa, e a conclusão, o voto da... É favorável. Nosso voto é favorável à aprovação do Projeto de Lei. Só isso. Não tem nenhum outro destaque a ser analisado. Tudo está de conformidade com o Projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Em discussão... Em discussão a matéria. Senador Jayme Campos, V. Exa. vai me perdoar, eu não sabia que V. Exa. ia atender o meu apelo tão rapidamente, porque V. Exa. é o Relator dessa matéria, que agora nós estamos discutindo. E foi... Foi dada a palavra a um Senador... Um Relator *ad hoc*. Mas, se V. Exa. quiser discutir, V. Exa. tem...

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Está muito bem representado, sobretudo pelo Senador Roberto aqui. Continua a matéria.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Mas V. Exa. tem condições de discutir e pode discutir.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Nesse caso, particularmente, eu abro mão da discussão. Imagina quem vai discutir ou [ininteligível] discutida.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Em votação.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Antônio Carlos Valadares, V. Exa. hoje... Já tem um papel a cumprir, parece.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Não é o de emperrar, é o de estudar [risos]. Presidente, eu estou recebendo aqui a informação de que o Senador Cristovam Buarque, com a sua assessoria, se dispõe a reestudar esse Projeto, de vez que, em se tratando de uma matéria alusiva à habitação e levando-se em conta que o Governo acaba de lançar um programa chamado "Nossa casa, nossa vida", para a construção de um milhão de moradias, acho que esse Projeto, de autoria do Senador Cristovam Buarque, precisa realmente de um reestudo, de uma reapreciação, inclusive pelo seu próprio autor, que se dispõe a um novo estudo. Sendo assim, eu peço vistas, com a

responsabilidade de colocar a assessoria do Governo para conversar com o Senador Cristovam Buarque e a sua assessoria também. Agradeço a V. Exa.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Coletiva, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo vista coletiva, e a matéria volta ao Relator original, Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra, pela ordem, Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Eu acho que é louvável, naturalmente, a pretensão do Senador Cristovam Buarque, de rever até esse Projeto, tendo em vista que ele buscava efetivamente a criação do Fundo para a construção de habitação.

Todavia, Senador Antônio Carlos Valadares, na medida em que o Presidente Lula lança esse grande programa, que eu espero que seja realidade, que não seja mais um estelionato por parte do Poder Executivo, certamente acho que é pertinente, naturalmente, pedir vista e, acima de tudo, a ideia do Senador Cristovam, de retirar esse Projeto. Entretanto, eu acho que tudo aquilo que vem para beneficiar a sociedade brasileira, sobretudo aqueles menos afortunados, para que ele possa ter o direito à habitação, para que ele possa ter direito à cidadania, acho que seria nada, mais nada menos do que uma fonte de recursos que teríamos. Entretanto, nesse caso particularmente, como o próprio autor tem a pretensão de retirar o Projeto, evidentemente que o Relator vai dispensar toda a consideração e naturalmente, eu espero que realmente o Projeto do Governo, ou seja, o Programa de Habitação do Governo Lula seja para valer. Porque, na verdade, Sr. Presidente, com todo o respeito que eu tenho à autoridade do Presidente Lula, na prática, não tenho visto nada acontecer, em nível de Brasil, em relação à política habitacional, principalmente quando se fala do PAC; Mato Grosso, particularmente não tem sido feito quase nada, muito pelo contrário. Até agora, nenhuma das rodovias estão sendo implantadas, o setor elétrico, habitação, saneamento etc. etc. PAC Mato Grosso é uma farsa, é um estelionato, e eu espero que esse programa de habitação não seja mais um. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Senador Jayme--
[falas sobrepostas]

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Senador, eu não sei como está previsto aqui no Regimento Interno da Casa, mas, tendo em vista que estou como Relator *ad hoc* e está presente o Relator, realmente, eu gostaria de devolver a Relatoria ao Senador Jayme Campos, se isto está previsto dentro do Regulamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): O Regimento justamente direciona nesse sentido, regulamenta isso aí.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, eu só queria informar--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra, o nosso Senador Antônio Carlos Valadares.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Eu só queria informar ao Senador Jayme Campos, que foi Governador, e é um homem da mais alta responsabilidade e comprometido com os problemas sociais do seu Estado e do país, que, no Estado de Sergipe, eu fiquei impressionado com a procura, a demanda de pessoas interessadas em participar desse programa "Nossa casa, nossa vida", se inscrevendo na Caixa Econômica Federal, se habilitando a ter uma moradia decente. Eu acredito que, assim como está acontecendo no Estado de Sergipe, milhares e milhares de pessoas estão também procurando as agências da Caixa Econômica, em todo o Brasil, e agora que o Governo resolveu estender esse programa, não mais para cidades acima de 100 mil habitantes, mas para todos os municípios brasileiros, que a população esteja entendendo o objetivo desse programa e querendo participar ativamente dos seus benefícios. Por isso eu estou torcendo que, no Estado do nosso amigo e ex-Governador e Senador Jayme Campos, também esteja acontecendo essa procura, porque ela é benéfica. Ela atinge em cheio a resolução dos problemas habitacionais, o déficit, o grande déficit habitacional que existe no nosso país, de mais de sete milhões de habitações. Agradeço a V. Exa. e ao Senador Jayme Campos.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Sr. Presidente, pela ordem--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Efraim Morais. Depois Senador Cícero Lucena.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Presidente, o Senador Antônio Carlos Valadares tem razão em pedir vistas do Projeto, e que eu também o fiz, mas dizer que há muita propaganda em relação

ao programa “Minha casa, minha vida”... “Minha vida, minha casa”. Não é nossa, não, é minha. “Minha vida, minha casa”. Então, o que acontece, Sr. Presidente, é de que a questão real--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Hoje é “nossa” para o Senador Antônio Carlos Valadares, está defendendo.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Que seja. Mas, na realidade, o programa veio de uma forma--

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Eu só não concordo, Senador, com o nome “minha casa”. Devia ser “nossa casa”.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Para que V. Exa. tenha uma ideia, o programa que o Presidente Lula mandou, a MP que o Presidente Lula mandou, mandou com... Sendo beneficiados apenas municípios em cima de 100 mil habitantes. O Governo não mudou. Quem mudou foi a classe política. É por isso que tem que se considerar o trabalho do Congresso Nacional. Foi nada do Presidente. Foi pressão política de todos os Senadores e Deputados, que entenderam que não podiam ser discriminados os Municípios abaixo de 100 mil habitações. Ele mudou foi por uma questão de política, não foi por sensibilidade, não.

Então, é bom que se deixe registrado, porque o mal que acontece aqui no Congresso são as conquistas feitas pelo Congresso que não são reconhecidas. Sempre para o Executivo. Então, o Presidente não tinha como aprovar essa Medida Provisória da forma que veio. Ela veio, beneficiando os grandes Municípios, esquecendo mais de cinco milhões... Ou melhor, cinco mil Municípios brasileiros. Para ter uma ideia, nós tivemos a oportunidade de fazer esse levantamento, no Estado da Paraíba, nós teríamos de 223 Municípios, apenas três beneficiados. No Estado de V.Exa., se não me engano, apenas três Municípios beneficiados. No do Senador Valadares, apenas dois. Então, houve essa mudança. E aqui eu quero dar esse crédito à classe política, tanto à oposição como o Governo. Não foi exclusividade da oposição. Todos nós fomos à Tribuna, pedindo, e a “sensibilidade”, que eu chamo pressão política, que foi atendida pelo Governo para que pudéssemos, na realidade, atender a todos os municípios brasileiros. Mas, ontem, na Tribuna, pela segunda vez, Presidente, eu fiz um apelo ao Governo Federal. Já que serão atendidos todos os municípios brasileiros, dependendo da infraestrutura que seja colocada, dependendo dos Municípios, a forma que vai ser colocada, para que se desse, nesse momento, prioridade. Nós estamos tendo, no Brasil inteiro, em tosa as regiões, tivemos primeiro em Santa Catarina, hoje estamos tendo principalmente no Maranhão, na Paraíba, agora no Piauí, enchentes que tem destruído várias residências nesse país.

E o que nós estamos querendo do Governo Federal é que dê prioridade ao Programa “Minha casa, minha vida”, “Minha vida, minha casa”, exatamente a esses brasileiros que perderam as suas moradias, principalmente homens e mulheres que tem baixa renda. As casas que estão sendo destruídas são daqueles que ganham abaixo de três salários.

Por isso o nosso apelo total para que o Governo, sem burocracia, dê prioridade a essas áreas que estão sendo atingidas pelas enchentes pelo país afora. É isso que eu vou insistir, é isso que vou precisar de ter o apoio dos senhores e senhoras Senadores e Senadoras para que nós possamos, e já vou contatar com Deputados, lá na Câmara dos Deputados, no sentido de emendar nesse sentido, de priorizar essas famílias. Porque o que nós estamos observando são Governadores, são Prefeitos que se encontram de mãos amarradas, sem condições de atender a urgência inicial. Os Prefeitos que estão sofrendo com a queda do FPM; Prefeitos que não estão conseguindo sequer pagar os seus funcionários por conta da queda do FPM. E Governadores que sobrevoam as áreas, saem na foto, saem nos sites, saem nos blogs, saem nos jornais, saem na televisão, mas também não encontram sem condições de atender. É preciso que o Governo Federal entenda da necessidade e da urgência. Não chegar lá e jogar uma feira básica, uma cesta-básica e ir embora. É preciso que se tenham fatos concretos, como esse que nós estamos apresentando, ou seja, aquelas casas que foram destruídas pelas enchentes, que tenham prioridade aqueles moradores para serem beneficiados pelo programa do Governo. Eu entendo que o Senador Antônio Carlos Valadares tem razão em pedir vista ao processo. Eu acho que nós temos que, daqui pra frente, agregar todas as nossas sugestões nesse Projeto, que poderá ser mais rápido de que qualquer outro. Até porque é costume no Congresso Nacional, é costume na política brasileira, quando qualquer Parlamentar, independente de ser Governo ou oposição, avança com qualquer Projeto, antes de se votar, antes de se concluir, vem uma Medida Provisória para que o padrinho da criança seja exatamente o Executivo. Isso não é de hoje, isso vem de muito tempo. Daí sempre aquela história. Nós criamos, temos as ideias, mas o Governo rouba do próprio Parlamentar, muitas vezes da própria base do Governo, as ideias.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): O padrinho e o pai, né? Porque V.Exa.--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Presidente Garibaldi, Sras. e Srs. Senadores, também me somo a esse pedido de vista, basicamente com a mesma preocupação. Eu gostaria apenas de agregar de que o Senador Efraim foi muito feliz, quando chamou atenção de que a origem desse Projeto fez com que nós nos posicionássemos, aqui no Senado, quer seja no Plenário, nas Comissões, no sentido de que estava havendo uma discriminação, principalmente com os pequenos municípios. E eu gostaria de relatar que, nesse final de semana, visitando o interior da Paraíba, eu vi dois casos bastante interessantes. Primeiro, a cidade é Assunção, uma cidade de 5.600 a 5.800 habitantes, nova, comemorando 15 anos da sua criação; a sede do Município é origem hoje do homem mais alto do Brasil, chamado "Ninão", na Paraíba. E até hoje, a única casa que foi construída lá, com o apoio do Governo, foi exatamente a do "Ninão", porque as outras eram pequenas demais para abrigá-lo. Mas nunca chegou um programa habitacional naquela cidade por parte do Governo Federal. E o Prefeito se dizia preocupado, apreensivo, porque, na transformação de distrito para Município, o Prefeito Vogel(F) não havia tido a chance e a oportunidade de fazer uma casa ainda, Senador Delcídio. E isso, ele fazia o apelo para que nós lutássemos para que os pequenos Municípios fossem inseridos, quando eu já dizia a ele que tinha feito, por motivos claros, até porque a solução de oferta que caberia às Prefeituras, de terrenos com preços compatíveis, que suporta a construção de casas populares, estão muito mais localizados nos pequenos Municípios do que nos grandes Municípios, devido ao custo, à especulação imobiliária que existe nesses grandes Municípios.

Então, é fundamental que isso fique esclarecido à opinião pública, de que essa casa está lutando, lutou, desde o primeiro momento, vários Senadores, como o Senador Efraim, V.Exa., eu e tantos outros, nós lutamos para que os pequenos Municípios pudessem vir a ser contemplados com esse programa que, até o presente, tem muito mais propaganda do que realização. Tem muito mais divulgação do que ação, porque esse Governo está imprimindo muito mais o Projeto de inaugurar a pedra fundamental, já que não consegue inaugurar a obra concluída, e aí se faz necessário que essa casa, exercendo o seu papel, cumprindo a sua obrigação, cobre, de forma verdadeira, e que tenha resposta e crédito para o nosso trabalho, daquilo que melhor atende a população. Senador Efraim também chama atenção à questão das emergências. Santa Catarina foi vítima de chuva. Mas, mais do que vítima

da natureza, foi vítima da burocracia do Governo que, até o presente, ainda não atendeu as verdadeiras necessidades daquele Estado. A Paraíba está passando... E, veja bem, eu estou falando da Paraíba, um Estado nordestino, irmão e semelhante ao Rio Grande do Norte, que deve começar, senão já está ocorrendo mesmo. E, muitas vezes, chega o Prefeito e diz que vai ajudar. Chega o Governador e sobrevoa de avião, como disse o Senador, e diz que vai ajudar. Eu visitei as casas dos desabrigados, esse domingo, na cidade de Patos, entre outros. E devo lhe dizer, para se ter ideia, que teve casas que receberam o colchão e a cesta-básica, e duas casas vizinhas, na mesma condição, cadastrada, ainda não receberam. Espero que esse tipo de ação não seja apenas instrumento para determinados Prefeitos virem à Brasília e justificar recursos para inclusive fazer pavimentação nas ruas da cidade, quando, na verdade, tem pessoas morrendo de fome, sem ter aonde dormir.

Então, é necessário que estejamos todos atentos para que essas ações cheguem e cheguem de forma imediata para aqueles que estão precisando. Você, conversando com os pobres nas casas demolidas, nas casas comprometidas na sua estrutura, com os móveis que... Para se ter uma ideia, Presidente, essa região na cidade de Patos, que atingiu essas casas, eles tem o costume, todo ano praticamente, da água subir até o joelho. Esse é o relato que a população simples, humilde e sofrida me fez nesse domingo. A água subia até o joelho, ele botava a televisão, botava os móveis em cima da mesa, era o suficiente. Só que, dessa vez, foi mais da metade da parede, com risco de vida que, graças a Deus, não ocorreu, porque conseguiram sair pelos fundos da casa. Então, essa ação do Governo, essa determinação que o Governo está dizendo do programa que muitos já estão comemorando, vamos comemorar quando essas casas estiverem entregues, quando as famílias estiverem abrigadas, quando essa demanda, esse sonho que todos nós sabemos, daqueles mais necessitados, estiver efetivamente realizado. Aí, sim, o Governo e o Congresso tem feito o seu papel. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra ao Senador Osmar Dias.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Senador Crivella também, Presidente, por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Marcelo Crivella, em seguida.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente, o Senador Antônio Carlos Valadares fez bem em pedir vista para que a gente possa estudar melhor e tentar

aperfeiçoar e até aproveitar a Medida Provisória encaminhada pelo Governo para o programa de um milhão de casas. Quando se fala em um milhão de casas, tem gente que pensa que isso vai resolver o problema. E não vai. O déficit é muito maior, são sete milhões, é um começo, mas um começo importante porque o Presidente Lula, lá na reunião do conselho político, disse o seguinte: "Nós vamos mudar o paradigma. Daqui pra frente, quem quiser lançar um programa vai ter que falar num número igual ou parecido com um milhão de casas". Porque antigamente se falava: "Vamos construir, num Governo, 100 mil casas". Sem falar que, lá no Paraná, já foram prometidas 200 mil casas, em cada campanha eleitoral. Se todas elas fossem feitas, estava sobrando casa no Paraná. Mas nós temos um déficit lá de 300 mil moradias no Paraná.

O que está sendo discutido no Paraná são duas coisas, Presidente, em relação a esse programa: primeiro, foi importante a mudança para levar as casas até Municípios menores. E eu fiz aqui um pronunciamento, logo no início, dizendo: "Para Municípios menores, distritos e até a zona rural". Porque grande parte do êxodo rural, ele tem uma ligação estreita com duas coisas, a falta do transporte escolar, que faz com que as famílias tenham que mudar para a cidade para colocar o filho na escola, e, às vezes, a falta de moradia. E se nós entendêssemos esse programa também para os distritos de zona rural, acredito que nós estaríamos colocando aí mais um fator de contenção do êxodo, que tem sido um dos causadores dos problemas sociais nas regiões metropolitanas. Não sei quem elaborou a primeira versão deste Projeto porque, quando você concentra demais investimentos nesta área, em regiões metropolitanas, você causa um efeito contrário: você atrai mais gente para a região metropolitana em busca dessas moradias. Claro que nós temos que atender as regiões metropolitanas, aqueles que estão ali sem moradia precisam da moradia. Mas nós precisamos distribuir isso geograficamente, de forma que o interior também seja atendido e de forma que as famílias que poderiam até deixar o interior por falta da escola ou da casa possam permanecer lá porque tem essa expectativa da moradia no interior e lá no distrito. E, desta forma, este é um dos assuntos que vem sendo discutidos. Nós fizemos reuniões com os Prefeitos dos pequenos Municípios, que fizeram a reivindicação, nós trouxemos, e muitos Senadores aqui lutaram para que isso acontecesse. Vai acontecer. Não tem mais a restrição colocada para Municípios com mais de 50 mil habitantes, o que é importante.

A outra coisa é o preço da casa. Lá no Paraná, isso tem sido discutido. O que está sendo colocado é que a previsão do Governo, ela é muito boa para

os empreiteiros, que dá pra fazer uma casa por pelo menos a metade do preço. E isso eu, como sou líder do PDT aqui, o partido faz parte da base do Governo, nem sempre eu apóio aquilo que o Governo coloca aqui para ser votado, mas, na maioria das vezes eu tenho apoiado; eu tenho o direito e o dever de alertar que precisa ser recalculado esse preço porque senão nós vamos fazer a festa de muitas empreiteiras no país a fora. Creio que nós precisamos, sim, fazer as moradias. Mas, com os recursos que estão sendo calculados ou previstos, dá pra fazer muito mais. E é isso que eu estou aqui alertando e vou fazer esse alerta do Plenário do Senado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra ao Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, eu fui Relator da Lei que criou o Sistema Nacional de Habitação por Interesse Social. Não foi a lei do Governo. Foi a primeira lei de iniciativa popular, após a Constituição de 88. Tinha dois milhões de assinaturas. Uma delas, do sindicalista Luís Inácio Lula da Silva, então líder sindical no ABC. Aqui, no Senado Federal, nós conseguimos, na CCJ, até derrubando um voto contrário do Senador Jefferson Peres, que Deus o tenha, que ameaçou inclusive, na Sessão, entrar com uma ADin, porque ele defendia o seguinte, Presidente, que criação de um órgão na Administração Pública não podia ser iniciativa popular. Era iniciativa exclusiva do Executivo. E eu defendia que o povo brasileiro, de onde emana todo o poder, não pode ter, Sr. Presidente, vício de iniciativa. Não. O povo não. O povo é soberano. Dois milhões de assinaturas liquidam a parada. Os Senadores votaram. Aprovaram.

No primeiro ano, um bilhão. Um bilhão de reais para fazer casas para os pobres. Isso é importantíssimo nesse país. Agora, o Presidente Lula tomou a decisão política extraordinária. Vamos fazer... Em vez de um milhão, um milhão de recursos, nós vamos botar 35 bilhões. E, Senador Garibaldi, do Rio Grande do Norte ao Rio Grande do Sul, do meu Rio de Janeiro até a pontinha mais oeste do Mato Grosso, do meu irmão Delcídio, nós vamos construir muitas casas. Muitas casas. Agora, tem o problema do preço também me preocupa. Sou engenheiro civil. Passei a vida inteira em canteiro. O Senador também é engenheiro civil. Mil reais o metro quadrado é preço de apartamento na Pampulha. Mil reais o metro quadrado se compra apartamento, na planta, na Barra da Tijuca, no Morumbi, nas praias mais lindas de Natal. Mil reais o metro quadrado está caro. Construção popular, as pessoas falam de 500 reais o metro quadrado. Nós estamos falando de casas de 35 metros quadrados. Então, 35 é

mil reais. Se for a mil, nós vamos falar em 35 mil reais. Está caro. O Senador tem razão. O Senador tem razão. O preço da casa está caro e nós precisamos ver isso com cuidado. Outra coisa que precisamos ver, e já vou concluir, Presidente Garibaldi, é o seguinte: Há quatro anos... Quatro, não, cinco anos, estou lutando nessa casa, já aprovei, agora na Câmara, para reduzir o preço do saco de cimento. Vou explicar por que. 50 quilos é muito pesado. Porque o operário brasileiro, pela reforma que nós fizemos, se aposenta agora aos 65. Com 65 anos, ninguém consegue carregar um saco de 50 quilos. Olha, com a minha idade, 50, já fica pesado. Já fica difícil. Aos 65, é, eu diria, uma judiação. Aliás, um castigo. Eu não gosto de usar esse termo judiação porque isso traz a coisa do judeu, e eu acho que isso aí até... Peço até perdão por ter usado o termo. Mas o que nós precisávamos, Sr. Presidente, é rever esse peso. 30 quilos é o recomendado pela Organização Internacional do Trabalho. E mais, a pessoa vai consertar... Vamos supor, botar um azulejo no banheiro em casa. Caíram dois azulejos, vamos colocar. Tem que comprar um saco de 50 quilos, vai usar cinco. E os 45 quilos? Vai empedrar. Dois, três dias, não vai servir para nada.

Então, aqui, Sr. Presidente, quando nós estamos... Vamos lá, Efraim. Quando nós estamos discutindo aqui assuntos importantes e relevantes, precisamos lembrar da saúde do nosso trabalhador. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Presidente, pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Pela ordem, com a palavra, o Senador Efraim Morais.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Sr. Presidente, só para solicitar a V. Exa. que, após a votação da nossa Pauta, tem um Projeto de Lei de minha autoria, nº. 421, cujo Relator é o Senador Cícero Lucena. Já foi entregue e solicitaria de V. Exa. que fosse incluída extrapauta, já que temos *quorum*, que pudéssemos votar essa matéria. Agradeço a V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): V. Exa. será atendido. Item 03 da Pauta. "Altera a Lei 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, para impor às concessionárias de serviço público e de obras públicas e permissionárias o dever de elaborar a escrituração contábil e elaborar e publicar demonstrações financeiras referentes a cada exercício social, nos termos dos arts. 175 a 188 da Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976". Autoria: Senador Marcelo Crivella. Relator: Senador Raimundo Colombo. Parecer é favorável ao Projeto. A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania,

com decisão terminativa. Em 17/03/09, já foi concedida a vista coletiva. Concedo a palavra, como Senador... Como Relator, desculpe, *ad hoc*, já que ocorreram duas Reuniões e não foi proferido o parecer, concedo a palavra ao Senador Marcelo Crivella. Aceita, V.Exa.? Ah, V. Exa. é o Autor.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Aceitaria, mas sou o Autor, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Aceitaria de bom grado. Concedo a palavra ao Senador Cícero Lucena. V. Exa. aceita? É o item 03.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Presidente, o relatório já foi inclusive lido, viu?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Já foi lido.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Para ser prático, Presidente, vou direto ao voto--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Mas V. Exa. vai ser...

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Em vista do exposto, manifestamo-nos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado 434/07. Esse é o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Em discussão. Em votação.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, peço a palavra, para encaminhar a votação. Não vou atrapalhar. Eu vou...

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador Antônio Carlos Valadares.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Olha, na verdade, é o seguinte: esse Projeto do Senador Crivella vem ao encontro do espírito, hoje, reinante na sociedade brasileira, de que tudo que vem do povo, tudo que se origina da máquina estatal deve ter transparência. As concessionárias e as permissionárias do serviço público devem agir como tal, ou seja, publicar os seus balanços, os lucros de sua atividade empresarial, e a sociedade tomar conhecimento de tudo quanto a concessionária está fazendo, até em benefício da comunidade. Em resumo, este é o objetivo do Projeto do Senador Marcelo Crivella. Recebemos recomendações poderosas e, até certo ponto, preocupantes, do Ministério da Fazenda, da Caixa Econômica, não, mas do Ministério da Fazenda, de que esse Projeto, ele... Se confronta com a Legislação das Sociedades Anônimas.

Agora, como ele vai passar na Comissão de Justiça, não há por que nós fazermos qualquer óbice ao

seu andamento, à sua tramitação normal, considerando que é a Comissão de Justiça a Comissão específica, que vai cuidar da constitucionalidade ou legalidade, e tendo em vista o objetivo ético, moral e decente desse Projeto, eu sou favorável à sua aprovação nesta Comissão, deixando que a Comissão de Justiça se debruce sobre a sua legalidade. Agradeço a V. Exa.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra ao Senador Osmar Dias. Em seguida, ao Senador Francisco Dornelles--

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Presidente, só aqui, antes da palavra de todos que vão discutir a matéria, eu gostaria de informar que nós temos *quorum* no momento. Então, era bom agilizar essa discussão para entrarmos nas matérias terminativas. E quero propor, desde já, que a primeira terminativa seja exatamente essa extrapauta, do Senador Efraim Morais.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): V. Exa. não nega que é Presidente de Comissão agora. Com a palavra o Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente, eu vou fazer um pedido a V. Exa. Eu vou votar, permitir que seja votado esse Projeto porque eu poderia levantar uma questão de ordem. Esse Projeto é igualzinho um que eu apresentei aqui, há seis anos atrás, foi aprovado pelo Senado, foi para a Câmara dos Deputados, voltou com uma Emenda e está na fila daqueles 1.900 Projetos que estão na Comissão de Justiça do Senado. Então, me parece que nós estamos votando uma matéria já aprovada, há muitos anos atrás, que já foi para a Câmara, voltou para o Senado e está, portanto, muito mais adiantada. O Projeto é igual, propõe a mesma coisa, e aquele apenas recebeu uma Emenda. E eu me lembro que eu fiz aquele Projeto em 2003, depois que, no Paraná, houve uma discussão de que o pedágio baixava ou acabava, depois não acabou e nem baixou, eu... Pedágio nas rodovias, e eu fiz um Projeto para exigir esta prestação de contas que está sendo exigida aqui de todas as concessionárias de serviço público. Ele já está na Comissão de Justiça. Eu peço a V. Exa. que determine à Secretaria da Comissão para verificar aquele conteúdo e aquela tramitação, porque pode ser que a gente esteja votando aqui algo que já foi aprovado pelo Senado.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Sr. Presidente, uma sugestão, Sr. Presidente. Se há essa constatação, solicitaria de V. Exa. que adiássemos a votação

para que se verificasse a existência desse processo. Tenho certeza que o próprio Senador Crivella--

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sem sombra de dúvida, Sr. Presidente. Eu acho que não vale a pena. Eu não sabia disso.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): É uma sugestão para que, então, pudéssemos acoplar os dois--

[falas sobrepostas]

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, um apensamento. Um apensamento dos dois.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): É, podemos fazer um apensamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Aceita as sugestões?

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Aceitamos.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Vamos tirar de Pauta.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): O Projeto do Senador Crivella é excelente.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Suspender a votação. Com a palavra, o Senador Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, eu queria fazer também um apelo ao Senador Crivella, para ele olhar a Lei 11.638/07, que modificou os métodos e critérios contábeis da Lei da Sociedade Anônima e se realmente não houve alguma modificação... Se a modificação da Lei 11.638 já não atingiu esses pontos que ele deseja aprovar através da Lei 6.404. Seria interessante uma pesquisa nesse sentido. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Faremos.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Vamos, então, proceder as providências que foram solicitadas. Vamos tomar as providências.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Há duas novidades aqui, Sr. Presidente, nós já debatemos essa matéria em várias Sessões, mas não sabíamos dessa iniciativa do Osmar. E se já foi aprovado aqui e está de volta da Câmara, nós podemos apensar as matérias e fazer com que sejam aprovadas.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Item nº. 04. Projeto de Lei do Senado, terminativo, concede isenção do imposto de importação e do imposto sobre produtos industrializados a aparelhos próprios para radioamadorismo,

quando importados ou adquiridos para o radioamador habilitado e participante da Rede Nacional de emergência de radioamadores. O Projeto é terminativo e de autoria do Senador Garibaldi Alves, tendo como Relator o Senador Delcídio Amaral, que é favorável ao Projeto, com as Emendas nº. 01, 02 e 03, que apresenta. Com a palavra o Relator, Senador Delcídio Amaral.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Bom, eu, primeiro, quero dizer que não vou fazer nunca um relatório contra o Presidente da Comissão, claro.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): O forte desse Projeto é a autoria.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): É a autoria. Mas eu vou ser bastante objetivo aqui. É um Projeto muito pertinente e especialmente olhando a questão dos radioamadores que prestam um serviço, um trabalho extraordinário, não só no meu Estado Mato Grosso do Sul, mas em todo o Brasil e também fora do país. Ele é absolutamente pertinente porque ele isenta de IPI, de Imposto de Importação, aqueles equipamentos que não tem similares aqui no Brasil, impõe condições, com relação à revogação desse ofício, com a consequente cobrança de impostos e com multa pertinentes e acréscimos moratórios se, no período de cinco anos, contado da data do fato gerador, o beneficiário deixar de preencher os requisitos para sua concessão ou transferir os equipamentos a terceiros sem a prévia autorização. Determina que isso venha a ser contemplado, essa isenção, no Orçamento da União, que é o que preceitua a Constituição, e o meu voto é absolutamente favorável. Eu quero aproveitar, mais do que nunca, para cumprimentar o Senador Garibaldi Alves pela iniciativa, os radioamadores, especialmente no meu Estado, eu acompanho muito de perto o trabalho dos radioamadores e eles fazem um trabalho de cidadania, de dignidade, de prestação de serviço, atende especialmente... Atendem com agilidade essas questões todas ligadas à Defesa Civil...

Portanto, é absolutamente pertinente o Projeto; o impacto é muito pequeno, porque alguém pode levantar aqui "ah, mas e quanto isso representa para o Tesouro...?" Portanto, acho pertinente, o impacto é mínimo e acho que nós estamos, mais do que nunca, aprovando um Projeto de quem nos ajuda muito no dia-a-dia, no cotidiano e... Através desse trabalho exemplar dos radioamadores, aos quais eu presto a minha homenagem. E, evidentemente, essa aprovação do Projeto, Senador, se o Projeto for aprovado, Senador Garibaldi Alves, se eles puderem lançar mensagens de elogio à nossa conduta aqui na Comissão de Assuntos Econômicos, seria de muito bom grado para todos nós, Senadores e Senadoras. É esse o meu parecer e o meu voto favorável, Senador Garibaldi Alves.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Em discussão o parecer.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador Romero Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Apenas para registrar, Sr. Presidente, que, em condições normais de temperatura e pressão, esse Projeto seria dada vista, seria pedido vista, inclusive porque mexe na questão do IPI. Mas, em homenagem à V.Exa., a liderança do Governo vai votar favoravelmente.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, parece--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço à V.Exa., mas o Projeto, quem vai agradecer a V. Exa. são os radioamadores.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, espero que agradeça no ar, que é para a gente poder ficar na mídia.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Presidente.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Só para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra, o Senador Marcelo Crivella, para discutir.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, aqui no relatório do... Da proposta da base do Governo, diz que já há uma proposta, um PLS 287/01, de autoria do Senador Robson Viana, que propõe a mesma coisa. Talvez, nós encontremos aqui mais ou menos aquilo que veio com o meu Projeto. Seria bom V. Exa. ou Relator dar uma olhada nisso. Meu voto é favorável, mas tem aqui essa observação, que é o PLS 287/01, de autoria do Senador Robson Viana. Legislatura passada.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço. Para discutir... Com a palavra, a Senadora Rosalba Ciarlini--

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Só para parabenizá-lo, Presidente, porque realmente os radioamadores prestam, já prestaram e ainda prestam um relevante serviço à nossa sociedade. Eu já fui, inclusive, já tive que uma vez utilizar o serviço de radioamador quando, numa enchente grande na minha cidade, perdemos a comunicação, eu era estudante e precisava ter contato com outras cidades.

Então, na realidade, é muito... Sei que, hoje, com o celular, a comunicação ficou bem maior, bem mais fácil, mas eles continuam a ter um trabalho importan-

tíssimo porque eles prestam serviços. Eles fazem uma verdadeira... Assim, um trabalho de solidariedade e fraternidade no mundo todo. É uma rede de serviços de fraternidade. Então, de parabéns o autor, o Relator e, dizendo isso, eu já estou dizendo que o impacto é tão pequeno, como bem colocou o Senador Delcídio Amaral, a questão do IPI, nós estamos vivendo hoje esse drama porque, quando reduz o IPI, os Municípios sofrem... Arrecada cinco anos, e num universo mínimo. E para prestar um grande serviço aos nossos irmãos brasileiros. Então, desde já, anuncio que o meu voto é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador Efraim Morais.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Senador Garibaldi, considerando a posição do Relator e mostrando o pequeno impacto em relação ao Fundo de Participação dos Municípios e Fundo de Participação dos Estados, nós votaremos favorável e aqui eu registraria o grande trabalho que vem sendo realizado por décadas, do radioamadorismo. O meu pai mesmo, nos anos de 59, 1959, 1960, era radioamadorista. E eu me lembro, inclusive, lá na minha cidade Santa Luzia, na Paraíba, não havia nenhuma comunicação a não ser ele e outros radioamadores que existiam naquela terra. E lembro ainda hoje o prefixo dele, PY7OD. Que era PY7, Ondas Dinamarcas. Era assim que era chamado... Tive oportunidade, ainda quando criança, oito anos, nove anos de idade, assistindo exatamente várias vezes a participação de radioamadorismo do Brasil todo, que salvaram e salvaram muitas vidas. Por isso, em homenagem a esses homens e mulheres que fazem o trabalho extraordinário, votaremos favorável. E, evidentemente, lembrando em homenagem a PY7, Ondas Dinamarcas.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra, o Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu me acostaria às palavras até agora pronunciadas a respeito do Projeto, parabenizaria V. Exa. pela elaboração do Projeto, e gostaria de lembrar um filme, há muitos anos atrás, chamado "Se todos homens do mundo". Esse filme fez época e foi exatamente uma história na qual uma rede mundial de radioamadores salvaram a tripulação de um navio que estava em problema. Então, eu parabenizo o Projeto e acho que é da maior valia o trabalho nacional feito pelos radioamadores em rede mundial.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Consulto o Plenário... Com a palavra, o Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Presidente, só para parabenizá-lo, juntamente com o Relator, até porque por uma questão de registro também, eu faço no sentimento que toda minha família tem em relação a esse trabalho de solidariedade que é feito pelo radioamadorista brasileiro. Até porque em 1968, quando de um falecimento de um irmão meu no Piauí, foi através dos radioamadores que nós recebemos a notícia na Paraíba. Então, isso demonstra toda uma história, toda uma vida, toda uma dedicação de solidariedade desse grupo. Então, eu me somo e parabenizo a iniciativa de V.Exa., bem como os votos dos demais Senadores.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Consulto o Plenário da Comissão se podemos fazer uma só votação do Projeto com as Emendas. A Comissão concorda. Então, sendo terminativo, passamos à votação nominal. Senador Delcídio Amaral. Voto conhecido. Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Garibaldi, voto conhecido... Ah, só para efeito de *quorum*. Neuto de Conto.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Eliseu Resende.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Efraim Morais.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Voto sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Jayme Campos, Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Sim, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Antônio Carlos Valadares.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Romero Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senadora Rosalba Ciarlini.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Aprovado por 14 votos sim, nenhum não, nenhuma abstenção.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Sr. Presidente, já que foi aprovada a inclusão de Pauta do meu Projeto e temos *quorum* suficiente, e o único Projeto terminativo é o item 06, que o Autor se encontra ausente, eu solicitaria de V. Exa. a possibilidade de inversão de Pauta, para que fosse apreciado o meu Projeto. Lembraria que o Projeto foi aprovado, a Comissão foi... Aprovou o Projeto com as Emendas nº. 01, 02 e 03 da CAE. O Senador Efraim Morais solicita, tendo em vista o seu Projeto ser terminativo, que ele possa ser votado neste momento.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Pela ordem, Sr. Presidente. O item nº. 05 o Senador Tasso Jereissati é o líder e ele não está presente. O senhor vai colocar em apreciação, por algum... Ou não?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Não. Ele sendo o Relator...

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): O nº. 06, Sr. Presidente, eu sou o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Não, nós estamos votando agora as matérias terminativas. Quando voltarmos as não terminativas, há uma solicitação do Senador Tasso Jereissati, que pede que o Senador Antônio Carlos Valadares seja o Relator *ad hoc* desse Projeto. A Comissão concorda com a votação do Projeto do Senador Efraim Morais. Projeto de Lei do Senado nº. 421/07,

terminativo. Altera a Lei 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para conceder isenção total do Imposto de Renda da Pessoa Física aos rendimentos de aposentadoria e pensão para os maiores de 70 anos, iniciando-se com isenção de 20% os rendimentos aos 66 anos. Autoria: Senador Efraim Morais. Relator: Senador Cícero Lucena. A matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com parecer favorável ao Projeto, com as Emendas de nº. 01 e 02 da Comissão de Assuntos Sociais. Lembro que o Projeto é terminativo e exige *quorum* qualificado. Com a palavra, o Relator, Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Sr. Presidente, vou direto à análise. Cabe a esta Comissão nos termos do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre proposições pertinentes e tributos, finanças públicas e normas gerais do Direito Tributário, Financeiro e Econômico e outros assuntos correlatos, como é o caso. O PLS do Senador Efraim Morais, nº. 421/07, coaduna-se com os parâmetros constitucionais aplicáveis, quer no tocante à legitimidade da iniciativa Parlamentar no processo Legislativo, art. 61, *caput* da Constituição Federal, quer quanto à competência da União e do Congresso Nacional para legislar sobre a matéria. Ainda sobre o ponto de vista da constitucionalidade, o Projeto atende à exigência da Lei Federal específica para concessões de qualquer isenção de imposto previsto no inciso VI do art. 150 da Constituição. A proposta, pelos seus arts. 2º e 3º, observou a determinação do art. 14 da Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, mostrando-se adequada em termos orçamentários e financeiros. No mérito, o Projeto alivia os gastos dos aposentados, pensionistas e militares da reserva ou reformados maiores de 66 anos. Nesse sentido, é louvável e coerente com o pleito recorrente da sociedade, qual seja, a redução da carga tributária. Além disso, consoante dispõe o art. 230 da Constituição Federal, o Estado tem o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar, e garantindo-lhes o direito à vida. O voto, Sr. Presidente. Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado 421/07, com a nova redação, após as Emendas aprovadas na Comissão de Assuntos Sociais.

Quero aqui parabenizar o Senador Efraim Morais por essa preocupação, no sentido de garantir, já que há um esforço, inclusive aprovado por essa Casa, da discussão do redutor da aposentadoria, esse, sem dúvida nenhuma, é um ganho que pode ser atribuído para aliviar as dificuldades dos aposentados a partir de uma forma escalada de 66 anos, mas atendendo

100% a partir dos 70 anos de idade. Esse é o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): A matéria está em discussão.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Para discutir, com a palavra, o Senador Renato Casagrande, em seguida, a Senadora Rosalba. Senador Marcelo Crivella, em seguida.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): A matéria, nós não temos a repercussão financeira dela aqui. Eu não sei quanto que vai significar para o Erário público essa renúncia. O limite de 3.800, Senador Efraim, Senador Relator, R\$3.800,00 limite. Isso já é uma vantagem, está claro que é o limite de R\$3.800,00, então é uma vantagem. Mas se nós tivéssemos a repercussão, seria bom. Eu, a princípio, sou favorável, mas seria bom que a gente tivesse a repercussão dessa... Financeira dessa... Desse Projeto, para que nós não votemos... A intenção é muito boa, a princípio, tem meu apoio. Mas se pudesse pedir aí uma semana de prazo para poder calcular a repercussão financeira, eu me sentiria mais à vontade para votar essa matéria. Então, essa é minha palavra, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra a Senadora Rosalba Ciarlini.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Sr. Presidente, Srs. Senadores, na realidade, a ideia, no mérito, ela realmente é muito válida. Até porque nós estamos vendo que será para beneficiar aqueles que já estarão, consequentemente, dentro já do regime de aposentadoria, que nós tanto aqui combatemos, que hoje, inclusive, hoje nós vamos ter, se acontecer... Senador Efraim, o senhor que é o interessado no meu voto [soa a campainha], preste atenção. Hoje, nós vamos ter, se for realmente acontecer e tiver *quorum*, nós vamos ter o veto para ser votado, com relação ao reajuste das aposentadorias, sendo, no mesmo nível do índice para os assalariados.

Então, o Presidente vetou. Infelizmente os aposentados, por esse veto presidencial, não poderão ter o mesmo reajuste, daí o que vem, o achatamento que vem acontecendo nas aposentadorias de quem ganha um salário mínimo mais X, por mínimo que seja esse X, então, hoje já estou aqui, já que nós estamos tratando de uma questão que vem para beneficiar aqueles que estarão com mais de 66 anos, consequentemente, aposentados, dentro de uma faixa que chega até

R\$3.800,00, eu gostaria aqui também de aproveitar para lembrar todos os Senadores, que devem ter aposentados nessa situação na sua família, que devem já ter sido, muitas vezes, solicitados pelos aposentados desse Brasil, que hoje ajude a derrubar esse veto. E, consequentemente, eu quero dizer que o seu Projeto, Senador Efraim, ele cria uma compensação. Porque não é somente o reajuste que os aposentados não tem, é também o fator previdenciário e muitas outras questões que estão cada vez mais apertando, deixando em dificuldade a vida dos aposentados. Então, nada mais justo do que esse Projeto; no mérito, ele é realmente bom, eu gostaria de aprová-lo, de dar o meu voto, mas é bom também que nós tenhamos mais detalhes. Não vou pedir, estou só aqui levantando que o senhor poderá dar maiores esclarecimentos sobre o impacto, sobre detalhes maiores do Projeto. Fica aqui, desde já, lhe aviso, vamos votar favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, o Projeto tem muito mérito. O Projeto vem restabelecer aqui uma justiça com os aposentados que não tem reajuste e que sofrem com o fator previdenciário. O Governo prometeu que se for aprovado na Câmara aquilo que nós já aprovamos aqui, que é terminar o fator previdenciário, não vai vetar, o que será um ganho, eu diria assim, nem ganho, mas será uma recuperação das aposentadorias do nosso país. Eu vejo esse Projeto aqui... Há essa preocupação do Senador Casagrande, justa, justificável, agora há também, por outro lado, a necessidade de nós darmos uma demonstração efetiva aos aposentados brasileiros de que é necessário tomar atitudes legislativas, que cabem a nós, para ressarcir seus prejuízos.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente, alguns Senadores pensaram em pedir vistas para dar mais informações sobre o Projeto. Mas o Projeto é bom, nós estamos tratando de um assunto relevante para o país; o país que não pensa na Previdência e, sobretudo na segurança para os aposentados; é um país que não pensa realmente no futuro. Agora, aqui é terminativo, ele vai para a Câmara, e o Senador Efraim está com 56 anos. Para que esse Projeto dele seja aprovado na Câmara, provavelmente, quando ele estiver iniciando a idade de benefício, de 66 anos, esse Projeto ainda

vai estar na Câmara. Então, porque ele não está legislando em causa própria, vou votar a favor.

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Em votação--

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Pois não, com a palavra, Senador Eliseu Resende.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Primeiro, para manifestar o meu voto a favor do Projeto. Não é porque eu tenha 80 anos, não, [risos], mas eu gostaria de dar ênfase aqui, nessa oportunidade, ao que disse o Senador Renato Casagrande. Os segmentos da sociedade sempre são merecedores de isenções tributárias. É preciso que nós, aqui na CAE, tenhamos um controle dessas isenções e possamos saber até onde nós vamos. Há sempre justificativa. Tivemos uma justificativa agora para o caso da isenção aos radioamadores. Agora isenção aos aposentados. Na Pauta, tem isenção do IPI de automóveis para representantes comerciais, e é bom lembrar que o IPI e o Imposto de Renda formam o Fundo de Participação dos Estados e Municípios.

Portanto, não obstante ser fácil justificar a isenção para um segmento merecedor, é preciso que nós tenhamos um cuidado maior de avaliar o volume da modificação tributária que nós estamos fazendo aqui, com prejuízo direto dos Estados e Municípios, cuja situação financeira é de conhecimento de todos os Senadores. Apenas colocando essa palavra, mas dando meu voto favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): O Projeto é terminativo. Sendo assim, vamos ter a votação nominal. Eu consulto se a votação nominal pode ocorrer com... Ao mesmo tempo com as Emendas. Senador Delcídio Amaral.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sim, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, por me sentir impedido, eu voto pela abstenção.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Impedido pela idade, Presidente.

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Neuto de Conto.
SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC):

Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Eliseu Resende.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Efraim Moraes, voto declarado, autor.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Só para... Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Voto conhecido, Presidente, como Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): É o Relator. Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Sim, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Antônio Carlos Valadares.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sim, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senadora Rosalba Ciarlini.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Foi aprovado o Projeto com as Emendas, por 12 votos favoráveis, uma abstenção... 13 votos. No total, 12 votos favoráveis e uma abstenção.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): O item nº. 05, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Item nº. 05. Com a palavra, Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): O senhor, dentro da sua linha de colocar inicialmente os Projetos de origem terminativa, eu proporia que o item 10, que é de caráter terminativo, é de minha Relatoria, se não pudesse ser antecipado em função do **quorum**.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Gilberto Goellner, esse Projeto, ele está justamente constando de uma relação de Projetos que serão votados em bloco, porque o parecer é pela rejeição. Então, nós votaremos posteriormente. Daremos vistas, inicialmente, para que os Senadores realmente conheçam as razões da rejeição e depois votaremos em bloco, que é uma forma de enxugar aqui o número de processos, que não é semelhante ao da Comissão de Justiça, mas não deixa de ser superior ainda a 400 Projetos que constam aqui da Comissão, que estão pendentes de alguma decisão desta Comissão. Vamos--

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Presidente, até muito feliz a decisão porque o autor não se encontra presente e a matéria é pela rejeição, é oportuno que o autor sempre tenha a oportunidade de--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Claro, V. Exa. tem toda razão. Deveremos também ter esse cuidado. Item 05 da Pauta. Projeto de Lei do Senado nº. 238/06, não terminativo. A autoria é do Senador César Borges. O Relator é o Senador Tasso Jereissati. Favorável ao Projeto e à Emenda nº. 01, de autoria do Senador Renato Casagrande. A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com decisão terminativa. Com a palavra, o Relator *ad hoc*, Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Sr. Presidente, muito me honra ter o prazer de ser o Relator desse Projeto de César Borges, substituindo ao Senador Tasso Jereissati, por compreender que ambos os Senadores são profundos conhecedores da importância da infraestrutura portuária para que possa potencializar tudo aquilo que nós acreditamos que o nordeste tem, e ainda não utilizado e até mesmo sacrificado, ao longo dos anos. Então, a iniciativa é por demais feliz, com o acatamento da Emenda do Senador Casagrande, que propõe alteração da redação no dispositivo supracitado para que a isenção da cobrança da AFRMM seja concedida aos portos localizados nas áreas de atuação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia e do Nordeste, a SUDENE, SUFRAMA e SUDENE, o voto, Sr. Presidente, é pela

aprovação do Projeto de Lei do Senado 238/2006 e a aprovação da Emenda do Senador Renato Casagrande, que dá novas redações ao art. 17 da lei 9.432, de 08 de janeiro de 1997, nos termos do art. 1º do PLS. Esse é o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): A matéria está em discussão. Concedo a palavra ao Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu me acosto ao que foi transmitido pelo Senador Cícero Lucena, no tocante à aprovação do Projeto, e principalmente em se tratando de um Projeto que beneficia a região Norte e Nordeste e fundamentalmente em função do momento econômico que o país vive, que é uma crise econômica que nós não sabemos a sua extensão. Eu acho que seria realmente extremamente importante nós aprovarmos essa prorrogação. Nossa opinião é favorável.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra, o Senador Antônio Carlos Valadares.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, este Projeto tem suas qualidades, tem suas virtudes. Entretanto, qual a informação que eu estou recebendo nesse instante? É que um órgão das Forças Armadas, que tem, para nós, o maior respeito, e nós devemos acatar qualquer sugestão, deseja que este Projeto seja... Receba pelo menos, num período de oito dias, um estudo mais detalhado. Então, é a Marinha que pede. E eu acho que nós devemos atender, que, afinal de contas, se trata de uma força armada, que merece nosso respeito e nosso acatamento. Por isso eu peço vista.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Para discutir, Sr. Presidente.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra, o Relator tem preferência. Em seguida, o Senador Roberto Cavalcanti... Há um pedido de vista, já.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Se há um pedido de vista, não tenho... Só iria argumentar, antes do pedido de vista, que a matéria não era terminativa e a nossa querida Marinha Mercante teria tempo de apresentar no desenvolvimento regional. Mas fica a critério de quem pediu vista.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Gostaria de, já que foi feito o pedido de vista, que ficasse claro, na próxima votação, se esse adicional se refere à renovação da Marinha Mercante ou da Marinha... Marinha Brasileira, Marinha de Guerra. O que está aqui é Marinha Mercante. Eu tenho essa dúvida se vai afetar alguma coisa à Marinha de Guerra. O adicional de frete se reporta a adicionais para renovação da Marinha Mercante.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): O Relator, Senador Cícero Lucena, V. Exa. pode tirar essa dúvida do Senador?

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Sr. Presidente, como eu sou *ad hoc*, mas eu tenho o mesmo raciocínio do Senador Roberto Cavalcanti. Acho que é para a Marinha Mercante, não a Marinha de Guerra.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Item 06 da Pauta. Projeto de Lei... Aliás, o item 06 é terminativo, não está presente o autor, está presente o Relator. Senador Neuto de Conto, deseja ler o seu parecer? Agora, não há *quorum*. Seria apenas lido o parecer e encerrada a discussão, se V.Exa.--

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Se V. Exa. determinar, nós o faremos.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Não, mas eu prefiro dar essa faculdade a V. Exa. V. Exa. quer ler logo?

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Vamos lê-lo, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Então, com a palavra, o Senador Neuto de Conto.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): É mais um Projeto, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que trata da redução de tributos. Trata o Projeto de Lei do Senado [soa a campainha], 340/07, de autoria do Senador Papaléo Paes, que altera a Legislação no Imposto de Renda e das Pessoas Físicas, nos termos indicados na Ementa. A proposição possui três artigos. Por meio do seu art. 1º, o PLS objetiva inserir alínea "h", no inciso II, art. 8º da lei 9.250, de 26 de dezembro de 95, autorizando a dedução no montante tributário no ano calendário dos pagamentos efetuados pelo contribuinte, após diagnóstico e indicação do tratamento constante do laudo médico de: 1) Professores de educação física; 2) Academias de atividade física desportivas de natação e escolas de esportes; 3) Academia de dança, capoeira, ioga e artes marciais. Após a juntada ao processo do relatório, o Senador Gerson Camata apresenta uma Emenda, incluindo produtos light e diet. Análise, Sr. Presidente. Cabe à Comissão, nos termos do art. 99, inciso IV do Regimento Interno do Senado

Federal, opinar sobre a proposição pertinente ao tributo, como é o caso. Voto. Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado 340/07, rejeitando a Emenda nº. 01 da CAE. Era o parecer, Sr. Presidente, Srs. Senadores.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço ao Senador Neuto de Conto, que leu o seu relatório a respeito do item 06. A matéria está em discussão. Não havendo mais quem queira discutir, vamos encerrar a sua discussão. Entretanto, a sua votação não poderá ser feita na reunião de hoje, tendo em vista a falta de *quorum*, já que o Projeto de Lei é terminativo. Item número--

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra, pela ordem, Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, eu sou Relator do item 15, Projeto de Lei da Senadora Lúcia Vânia, para autorizar, União e Estados, no âmbito de Programa de Restauração e de Ajuste Fiscal, abater do cálculo resultado primário de despesas dos Estados com investimentos obras de infraestrutura, mas há um entendimento no sentido de que possa haver um melhor exame desta matéria, inclusive com a área da Fazenda, e eu pediria, então, para que seja adiado para uma Sessão seguinte.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Já vai ser adiado. Eu quero dizer à V. Exa. que esse Projeto está, juntamente com outros Projetos, para ser votado em bloco, pela... Pelo fato de o mérito ser semelhante, o objeto ser semelhante. Então, nós vamos dar vista aos Senadores e vamos votar em bloco, que são vários os Projetos desse teor, e nós estamos querendo fazer um enxugamento aqui, tendo em vista o estoque estar muito alto de processos sem decisão na Comissão.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Eu gostaria também, Sr. Presidente, de assinalar, recebi na semana passada, até assinei em Plenário, um ofício do Sr. Flávio Viegas, Presidente da Sucitrus(F), sobre a importância de logo podermos aqui realizar a Audiência Pública, já aprovada, com os representantes das empresas de sucos de laranja, com o CADE, com o SDE. Ainda neste final de semana, a Folha de São Paulo publicou uma matéria sobre a questão relativa ao cartel das empresas de sucos de laranja, e seria importante podermos tratar deste assunto. Quero informar que, inclusive na sexta-feira, recebi um representante da Associação das Empresas de Sucos de Laranja, e que me informou que eles estão com a disposição de dialogar, Sr. Presidente, e eu acredito que

é possível nós termos aqui um encontro construtivo e de respeito entre as partes e, inclusive de maneira que o... A Secretaria de Direito Econômico e o CADE possam dar uma contribuição relevante para se chegar a um entendimento entre os produtores de laranja e de suco de laranja. Então, só para dizer que será ótimo se V. Exa. puder coordenar o dia em que pudermos realizar esta audiência. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): V. Exa. será atendido. Eu vou, então... Já enviamos o convite a todos aqueles que foram lembrados para se manifestarem aqui no Plenário e exporem a respeito da matéria, do tema. Mas agora vamos fixar a data, no sentido de que possa ocorrer essa Audiência Pública.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Item nº. 07. Projeto de Lei da Câmara nº. 13/07, não terminativo. Dispõe sobre as operações de fomento mercantil, *factoring*, e dá outras providências. Autoria do Deputado João Hermann Neto. O Relator é o Senador Antônio Carlos Júnior. Mas o parecer é favorável ao Projeto, nos termos do substituto que apresenta. O Relator não está presente e não temos ainda a prescrição do prazo dele para relatar. O item 08 já foi... Comunico aos Srs. Senadores que não puderam estar presentes logo no início da Sessão, que foi aprovado o relatório final da Subcomissão Temporária da Regulamentação dos Marcos Regulatórios. E temos, então, o Projeto de Lei do Senado de nº. 146... O Projeto de Lei do Senado 167, nº. 207, nº. 182, nº. 392, 247, 63 e 40. Em todas essas matérias, foi dado parecer pela rejeição, a fim de dar agilidade à votação do processo, do andamento do processo. Consulto o Plenário se podemos realizar uma só votação. Votação esta que será feita em globo, mas, antes dessa votação, para que os Senadores membros da Comissão tenham maior conhecimento das referidas matérias, vou conceder vista coletiva, exceto para o Projeto de Lei do Senado nº. 182/06, Projeto de Lei que foi concedida vista ao Senador Gim Argello, que devolveu com voto em separado, concluindo pela aprovação do Projeto. O Projeto de Lei do Senado nº. 319/05, que foi concedida vista ao Senador Tasso Jereissati, que devolveu sem manifestação.

Portanto, fica concedida vista coletiva, como mencionei anteriormente, para esses Projetos nº. 146, que dispõe sobre a regulamentação do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte, de autoria do Senador Valdir Raupp; Relator, Senador Raimundo Colombo, do Senador... Dispõe sobre a instituição de Fundos Agronegócios para a Captação Externa de Recursos,

de autoria do Senador Alvaro Dias, cujo Relator é o Senador Gilberto Goellner, também pela rejeição, e requer sobrestamento do Projeto de Lei do Senado nº. 361/03, o qual tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº. 46/03, autoria, Senador Aloizio Mercadante, Relator, Senador Francisco Dornelles, pela rejeição do Requerimento. Projeto de Lei do Senado nº. 207/03, terminativo, que acrescenta dispositivo ao art. 3º da Lei nº. 9.311, de 24 de outubro de 96, que institui a Contribuição Provisória Sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e de Direitos de Natureza Financeira, CPMF e dá outras providências. Senador Paulo Paim. Autoria do Senador Paulo Paim. O Relator é o Senador Expedito Júnior, pela rejeição. O Projeto de Lei do Senado nº. 167/03, autoria, do Senador Romeu Tuma, Relator, Senador Antônio Carlos Júnior, que altera o art. 1º da Lei 9.809, de 24 de fevereiro de 95, concede isenção de impostos sobre produtos industrializados, sobre os automóveis adquiridos por corretores de imóveis, que também foi pela rejeição. E também concedidas vistas ao Projeto de Lei do Senado 182, que concede isenção sobre IPI na aquisição de automóveis, Senador Marcos Guerra, autor, Senador Eliseu Resende, Relator. Parecer pela rejeição. Foi esse que foram concedidas vistas ao Senador Gim Argello. E temos ainda o Projeto da Senadora Lúcia Vânia, que também abate do cálculo do resultado primário despesas dos Estados com investimento em infraestrutura, pela rejeição. Autoria: Senador Eduardo Suplicy. O que V. Exa. acaba de mencionar, né?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Presidente, eu iria sugerir que dos itens 09 a 22, então, que o senhor possa conceder vista a todos, porque assim seria--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): É isso mesmo.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Então, todos, de 09 ao 22--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com exceção daqueles três, né? Dois, sendo um... Dois. Dois Projetos de Lei, né?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Quais são os itens?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): São o de Gim Argello, que foi concedida vista ao Gim Argello, que é o Projeto de Lei do Senado 182, e do Senador Tasso, que pediu vista e devolveu sem manifestação. Fora isso, estão concedidas vistas. V. Exa. tem razão. Apenas estou relatando do que se trata.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Está bem. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Constarão da Pauta da Próxima Reunião. Vamos ter apenas o cuidado que foi solicitado pelo Senador Cícero Lucena, com relação aos autores.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente, antes de encerrar a Sessão, gostaria de falar.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Pois não. Com a palavra, Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB):

Na verdade, a minha observação é no sentido do restabelecimento da verdade no tocante às enchentes ocorridas na cidade de Patos. Eu estive, inclusive, no dia seguinte aos fatos, na Tribuna do Senado Federal, sendo apartado por vários colegas, no tocante a proclamando a união nossa, bancada da Paraíba, para que juntos pudéssemos somar forças e esforços no sentido de minimizarmos o problema que estava ocorrendo em Patos. A verdade dos fatos é a seguinte, as enchentes em Patos aconteceram na madrugada do dia 12 para o dia 13, e, no momento desse fato, teve localmente a presença e a assistência do Prefeito Nabor Wanderley, que prestou, dentro da medida do possível, toda a assistência às famílias atingidas por aquela enchente. No dia seguinte, não de forma de sobrevoo, como foi comentado aqui, mas de forma pessoal, física e presente, o Governador José Maranhão esteve na área, visitou a região e prestou, de imediato, toda a assistência. Inclusive, no momento, fez um telefonema muito feliz para o Presidente Luis Inácio Lula da Silva, que se prontificou a minimizar o problema dessa catástrofe acontecida na cidade de Patos. De imediato, o Presidente Lula ligou para o Ministro da Integração Nacional, que estava em Washington, e, mesmo estando em viagem, o Ministro da Integração Nacional, Geddel, tomou todas as providências possíveis para o fato que aconteceu na cidade de Patos. Acionou a Defesa Civil Federal que, em conjunto com a Defesa Civil Estadual, proporcionou uma assistência às residências e às pessoas atingidas. A informação que nós temos é que, em cada uma das casas que foram atingidas, número de 71 ou 77 casas, pessoalmente o Governador José Maranhão esteve entregando os quites de emergência. E foi liberada pelo Governo Federal uma verba, no valor de cinco milhões de reais, para minimizar esses efeitos, esses danos, inclusive com a reconstrução de algumas dessas casas atingidas, bueiros, pontes locais, que foram atingidas.

Então, nunca houve uma assistência, por parte do Governo Municipal, do Governo Estadual e do Governo Federal que, unidos, proporcionaram e estão

proporcionando um dano. É verdade que as coisas não acontecem de um momento para outro. Mas acho que seria tremendamente injusto nós não elogiarmos essa ação efetiva, até porque nós temos que reivindicar mais. Então, novamente concludaria os Senadores Cícero Lucena e Efraim Morais, para que, juntos, deixando de lado essa briga, essa queda de braço de base aliada, oposição ou não, e nós nos posicionássemos com justiça, em função das ocorrências, no último fim de semana, agora, na cidade de Sousa. Sousa também foi atingida. Aquilo que no Nordeste é uma bênção, mas agora está em demasia, a cidade de Sousa foi atingida nesse fim de semana. Então, no restabelecimento da verdade, eu gostaria de fazer o registro que o Governo Federal está atuando na Paraíba, junto com o Governo Estadual e o Governo Municipal, nessas regiões atingidas. Era isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Não havendo mais nada a tratar, agradeço a presença dos Srs. Senadores e das Sras. Senadoras e convoco uma Sessão ordinária para o dia 05, quando serão ouvidas aqui autoridades, lideranças da iniciativa privada, a respeito da crise econômico-financeira mundial. Por isso mesmo teremos aquela Sessão conjunta da Comissão da crise e da Comissão de Assuntos Econômicos. Está encerrada esta Reunião.

Sessão encerrada às 12h52

ATA DA DÉCIMA QUINTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, DÉCIMA REUNIÃO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DÉCIMA REUNIÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DÉCIMA PRIMEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, NONA REUNIÃO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DÉCIMA QUINTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DÉCIMA REUNIÃO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DÉCIMA PRIMEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, NONA REUNIÃO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, QUINTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO E NONA REUNIÃO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2009, ÀS 9:00 HORAS, NO PLENÁRIO DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e trinta e quatro minutos do dia vinte e nove de abril de dois mil e nove, no Plenário do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Val-

ter Pereira, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, reúnem-se as Comissões Assuntos Econômicos, de Agricultura e Reforma Agrária, Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Comissão de Assuntos Sociais, Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Comissão de Serviços de Infraestrutura, Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo e, Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Aloizio Mercadante, Marcelo Crivella, Inácio Arruda, César Borges, Antonio Carlos Valadares, Renato Casagrande, João Pedro, Ideli Salvatti, Roberto Cavalcanti, Expedito Junior, João Ribeiro, Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp, Neuto de Conto, Romero Jucá, Gilvam Borges, Wellington Salgado, Lobão Filho, Antonio Carlos Junior, Raimundo Colombo, Adelmir Santana, Jayme Campos, Cícero Lucena, João Tenório, Tasso Jereissati, Gilberto Goellner, Demóstenes Torres, Rosalba Ciarlini, Kátia Abreu, José Agripino, Flexa Ribeiro, Eduardo Azeredo, Fernando Collor de Mello, Osmar Dias, Jefferson Praia e, ainda, dos Senadores Cristovam Buarque, Fátima Cleide, Flávio Arns, Jarbas Vasconcelos, João Durval, José Nery, Mão Santa, Marco Maciel, Marconi Perillo, Marina Silva, Marisa Serrano, Papaléo Paes, Patrícia Saboya, Romeu Tuma e Serys Slhessarenko. Deixam de comparecer os Senadores Delcídio Amaral, Tião Viana, Francisco Dornelles, Gerson Camata, Pedro Simon, Eliseu Resende, Efraim Moraes, Arthur Virgílio, João Vicente Claudino e Gim Argelo. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura das Atas das Reuniões anteriores, que são dadas como aprovadas. O Senhor Presidente, Senador Valter Pereira, informa que a presente reunião destina-se a realização de Audiência Pública Conjunta, com a finalidade de analisar e discutir a definição de Áreas de Proteção Permanente – APPs e o Alcance Territorial da Legislação Ambiental e Indigenista e as Implicações para o Agronegócio, em atendimento aos Requerimentos nºs 27 e 28, de 2009 – CAE, de autoria da Senadora Kátia Abreu, com aditamento dos Senadores Eduardo Suplicy e Marcelo Crivella, Requerimentos nºs 12 e 13, de 2009 – CRA, de autoria da Senadora Kátia Abreu e dos Senadores Valter Pereira e Serys Slhessarenko, respectivamente, Requerimento nº 22, de 2009 – CAS, de autoria da Senadora Kátia Abreu e dos Senadores Paulo Paim, Mozarildo Cavalcanti e Rosalba Ciarlini, Requerimentos nºs 20 e 22, de 2009 – CMA, de autoria da Senadora Kátia Abreu e das Senadoras Marina Silva e Fátima

Cleide, respectivamente, Requerimento nº 5, de 2009 – CCT, de autoria da Senadora Kátia Abreu, com aditamento do Senador Gilberto Goellner, Requerimento nº 10, de 2009 – CCJ, de autoria da Senadora Kátia Abreu, Requerimentos nºs 04 e 05, de 2009 – CDR, de autoria da Senadora Kátia Abreu e dos Senadores Leomar Quintanilha e Gilberto Goellner, Requerimento nº 12, de 2009 – CDH, de autoria das Senadoras Kátia Abreu e Rosalba Ciarlini, Requerimento nº 09, de 2009 – CE, de autoria da Senadora Kátia Abreu, com aditamento do Senador Paulo Paim, Requerimento nº 20, de 2009 – CI, de autoria da Senadora Kátia Abreu, Requerimento nº 11, de 2009 – CRE, de autoria da Senadora Kátia Abreu, com a presença, como expositores, dos Senhores Gustavo Ribas Curcio, Doutor em Engenharia Florestal e pesquisador da Embrapa Florestas em Colombo – PR, para tratar do tema: *Definição de Áreas de Proteção Permanente – APPs: Uma Proposta de Parâmetros*; Evaristo Eduardo de Miranda, Doutor em Ecologia e pesquisador da Embrapa Monitoramento por Satélite, em Campinas – SP, para tratar do tema: *Alcance Territorial da Legislação Ambiental e Indigenista: Implicações para o Agronegócio*; Adalberto Veríssimo, Pesquisador Sênior do Instituto do Homem e do Meio Ambiente na Amazônia – Imazon; Carlos Alberto Ricardo, Coordenador do Programa Rio Negro do Instituto Socioambiental – ISA; Antônio Herman Benjamim, Ministro do Superior Tribunal de Justiça – STJ; Márcio Meira, Presidente da Fundação Nacional do Índio – Funai; Samanta Pineda – Advogada Socioambiental; Tássio Azevedo, Assessor do Ministro do Meio Ambiente em Florestas e Climas. Após a exposição dos convidados usam da palavra a Senadora Kátia Abreu e os Senadores Osmar Dias, João Pedro, Jayme Campos, Wellington Salgado, Flexa Ribeiro, Marina Silva, Demóstenes Torres, Aloizio Mercadante, Gilberto Goellner, Papaléo Paes, Renato Casagrande, Neuto de Conto e Ideli Salvatti. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às quatorze horas e oito minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotípiã Informatizada.

Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos – Senador **Valter Pereira**, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Declaro aberta a 10ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com as demais comissões permanentes do Senado Federal, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Requeiro a dispensa das Atas das Reuniões anteriores que com a anuência do Plenário, são dadas como aprovadas.

A presente reunião destina-se à Audiência Pública conjunta, em cumprimento ao Requerimento nº 12 de 2009, CRA, de autoria da Senadora Kátia Abreu aprovado em 14 de abril e com os aditamentos aprovados nas demais Comissões Permanentes do Senado Federal, com a finalidade de analisar e discutir a definição de áreas de proteção permanente, APPs, e o alcance territorial da legislação ambiental e indigenista e as implicações para o agronegócio, com a presença dos seguintes convidados: Evaristo Eduardo de Miranda, doutor em Ecologia e monitor da EMBRAPA, Monitoramento por Satélite; Gustavo Ribas Curcio, doutor em Engenharia Florestal e pesquisador da EMBRAPA Florestas; Sr. Adalberto Veríssimo, pesquisador sênior do Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia, IMAZON; Sr. Carlos Alberto Ricardo, coordenador do Programa Rio Negro do Instituto Sócio-Ambiental, ISA; o Excelentíssimo Sr. Ministro Antônio Herman Benjamin, do Superior Tribunal de Justiça; a Sra. Iara Cardoso, aliás, Iara Vasco, coordenadora-geral do meio ambiente e patrimônio indígena da Fundação Nacional do Índio, FUNAI; a Sra. Samanta Pineda, advogada socioambiental; e o Sr. Tássio Azevedo, assessor do Ministro do Meio Ambiente.

Convidamos os expositores Sr. Evaristo, Sr. Gustavo, Sr. Adalberto Veríssimo, Sr. Carlos Alberto Ricardo, Sr. Ministro Antônio Herman Benjamin, Sra. Iara Vasco, Sra. Samanta e Sr. Tássio Azevedo para tomar assento à Mesa.

Comunico ao plenário o recebimento da seguinte correspondência, correspondência da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados: *“Sr. Presidente, esta Comissão aprovou requerimento do Deputado Marcos Montes, Vice-Presidente, propondo a participação desse órgão técnico em reunião coordenada por essa Comissão de Agricultura, a realizar-se no próximo dia 29/04, às 09h30, no Plenário do Senado Federal, conjunta com outras comissões, com a finalidade de analisar e discutir a definição de áreas de proteção permanente, APPs, e o alcance territorial da legislação ambiental e indigenista e aplicações para o agronegócio. Em virtude da realização de reunião deliberativa ordinária dessa Comissão, no mesmo dia e horário, impossibilitando a minha participação e dos demais membros, comunico a V.Exa. que o Deputado Marcos Montes, 1º Vice-Presidente representará esse órgão técnico no importantíssimo evento. Reitero que esta Comissão permanece ao inteiro dispor de V.Exa. para outras*

atividades de mútua colaboração. Deputado Roberto Rocha, Presidente.”

Portanto, nós convidamos para tomar assento ao plenário os nossos visitantes da Câmara dos Deputados. Com a palavra a autora do requerimento, Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Obrigado, Sr. Presidente. Eu gostaria de fazer as minhas considerações a respeito do requerimento, durante as apresentações, Sr. Presidente.

Nesse momento, eu gostaria apenas de fazer aqui um agradecimento. Agradecer em primeiro lugar ao Presidente Sarney por ter autorizado a Audiência Pública no Plenário do Senado Federal, pela primeira vez, um debate tão importante para o Brasil. Agradecer aos onze Presidentes das Comissões do Senado Federal, as Comissões Permanentes. E a todos os Senadores que aprovaram por unanimidade o nosso requerimento para que aqui pudéssemos fazer esse debate tão importante para o país, para todos os setores, para todos os segmentos e, principalmente, importante para todos os brasileiros. Agradecer aos Deputados Estaduais de Santa Catarina, o Governador Luiz Henrique, parabenizar pelo trabalho desenvolvido naquele estado com relação à questão ambiental, ao Código Florestal Estadual, a responsabilidade e a seriedade com que tem tratado este assunto, um exemplo para o Brasil. E agradecer a presença dos 27 Presidentes de Federação de Agricultura de todo o Brasil, de todos os estados, vieram os nossos Presidentes, os seus assessores jurídicos, os seus assessores técnicos, para assistir as palestras de todos os nossos convidados, em especial, o Dr. Evaristo Eduardo de Miranda, doutor em Ecologia e pesquisador da EMBRAPA, Monitoramento por Satélite, doutor Gustavo Ribas, doutor em Engenharia Florestal e pesquisador da EMBRAPA Florestas no Paraná. Enfim, todos os nossos convidados aprovados por outros Senadores, Adalberto Veríssimo, Carlos Alberto Ricardo, Antônio Herman, Iara Vasco, Samanta Pineda e Tássio Azevedo.

Muito obrigado a todos pela presença. E eu tenho certeza que hoje, agradecer a imprensa pela presença e pela participação e dizer apenas que eu tenho certeza absoluta que hoje é um dia histórico para o Senado Federal e para o Brasil, aonde nós, com certeza, sairemos daqui muito mais enriquecidos com as palestras e o conteúdo que aqui serão expostos.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Bom, eu gostaria de comunicar ao plenário que representando a FUNAI, estará presente aqui e nós convidamos para participar da Mesa o seu

Presidente Márcio Meira. Dr. Márcio Meira para participar da Mesa.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Sr. Presidente, primeiro registrar aqui da minha satisfação desse debate. E ele é diferenciado, porque eu estou na Casa há três anos e eu nunca tinha participado de uma audiência pública com todas as Comissões e aqui neste Plenário. Então quero dizer dessa... Do diferencial da importância do debate.

Agora, é muito importante que os Presidentes das outras Comissões do Senado estejam aqui, porque eu sou membro da Comissão de Agricultura, acho importante V.Exa. estar aqui, mas como é um requerimento, um debate que envolve todas as Comissões e pela importância do debate, que os Presidentes compareçam e os demais membros das outras Comissões, para a gente fazer um debate aprofundado.

A outra questão: qual o tempo de fala de cada representante das instituições aí? Eu gostaria de saber o tempo das falas?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Bom, V.Exa. suscitou dois assuntos. Os Presidentes de Comissões certamente comparecerão, dada a relevância do assunto, a matéria realmente é palpitante, eu acredito que todos participarão.

Quanto a questão de ordem relacionada ao tempo, eu proponho ao Plenário que fixemos um prazo de 10 minutos para cada intervenção, obviamente levando em conta que os expositores terão que prestar todas as informações, às vezes com exposições já adrede preparadas. Então, é necessário que se assegure a todos eles o tempo indispensável para as suas respectivas intervenções.

E que nós temos... Nós temos que levar em conta nessa... nós temos que levar em conta nessa Sessão que até as 13 horas e 30, fatalmente esta sessão deverá ser encerrada por força da Sessão Ordinária do Senado Federal.

Portanto, em tese, 10 minutos.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Dez minutos?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Mas como é uma Casa Legislativa nós teremos a tolerância necessária para garantir a exposição em toda a sua plenitude.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Para flexibilizar. Ok. [sobreposição de falas] Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): E nós vamos passar, para economia

processual, dar a devida velocidade, já chamando o primeiro expositor, Sr. Evaristo Eduardo de Miranda, que representa aqui a EMBRAPA, para fazer a sua primeira exposição.

Eu gostaria de informar ao Plenário que está aberta a lista de inscrição para todos os Srs. Senadores. Eu vou pedir para passar a lista nas bancadas. Mas, de imediato, Senador Casagrande e Senador Neuto.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Pela ordem, Sr. Presidente. Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senadora Ideli.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Primeiro eu quero garantir a MINHA inscrição, mas eu quero um esclarecimento. Os autores dos requerimentos, como em toda Audiência Pública têm a precedência? É isto.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Regimentalmente sim.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Regimentalmente sim. Então o senhor está abrindo a lista dos... Além dos requerentes.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): O autor do requerimento foi a Senadora Kátia Abreu.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Mas teve requerimentos em várias Comissões, são vários autores.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela lógica, os autores, nas respectivas Comissões, devem ter prevalência.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Isso. Então, os autores de todos os requerimentos vão falar antes de nós, é isso?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): E na lista, eu gostaria que cada um dos autores—

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Então, eu só quero que V.Exa. me inclua aí na lista dos... Fora os autores.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu gostaria que cada um dos autores, colocasse autor, Comissão tal.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Pela ordem, Presidente. Pela ordem. Aqui, Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Duas questões. Primeiro: eu já assinei a lista de... Presidente, eu já assinei a lista de inscrição. Mas se V.Exa. está

abrindo outra, eu queria saber se aquela está sendo considerada porque eu cheguei aqui...

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): V.Exa. é o segundo inscrito.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Ah, bom.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Primeiro a autora e depois V.Exa., pelo menos é a lista que está aparecendo.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Outra coisa.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): É a primeira lista, aliás, a única lista.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Para que todos entendam: os 10 minutos é para os convidados ou... E quanto tempo será dado para cada senador?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu acho o seguinte, nós temos que ter aqui um livre arbítrio com um teto máximo de 10 minutos.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Para os Senadores também?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sob pena, sob pena de atropelarmos o horário de início da sessão do Congresso... Do Senado.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pela ordem, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senador Demóstenes.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Regimentalmente, o prazo para o senador em audiência pública é de cinco minutos.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Cinco minutos.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Se houver réplica, de mais dois.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): É isso, é regimental.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sendo regimental, sendo estabelecido pelo Regimento, então, nós vamos manter os dez minutos para os expositores, com a tolerância necessária e indispensável, e cinco minutos para os Senadores, também com a devida tolerância, porque aqui é uma Casa Legislativa e nós temos que levar em conta isso.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sr. Presidente, pela ordem.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT):

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senador Jaime.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Eu solicito a V.Exa. que seja cumprido os prazos estipulados regimentalmente, caso contrário vai ter Senador aqui

que vai viajar na maionese aqui uma hora de relógio e não vai chegar a nenhuma conclusão.

Eu peço, caso contrário não vai dar oportunidade aos demais senadores também fazerem suas indagações. É um apelo que eu faço a V.Exa..

E faço mais aqui uma indagação a V.Exa.: alguns Deputados me perguntaram, me indagaram se vão ter direito também a fazer alguma indagação aos palestrantes aqui da Comissão no dia de hoje?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Bom, regimentalmente, a sessão é do Senado Federal e a restrição é porque a convocação foi feita nesse sentido. Certo? Então, se o Plenário decidir de forma contrária, a Presidência não tem nada contra. Mas regimentalmente há restrição.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Muito obrigado, Sr. Presidente.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): O nosso requerimento, o requerimento de minha autoria, Sr. Presidente, foi aprovado com a minha autoria nas onze comissões permanentes do Senado Federal. E por direito regimental, a autora do requerimento tem a prerrogativa da fala antecipada.

Eu gostaria de abrir mão neste momento e no momento oportuno eu gostaria de interpellá-lo e pedir o meu direito à fala no momento oportuno, se o senhor permitir.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Será assegurado a V.Exa. o direito no momento em que achar que deve fazer a sua intervenção.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Pela ordem, Presidente. Pela ordem, por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Sr. Senador Wellington.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Só pedir a minha inscrição.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Com a palavra o Dr. Evaristo.

SR. EVARISTO EDUARDO DE MIRANDA: Bom dia a todos, Senadoras, Senadores, público presente.

Eu vou apresentar aqui um trabalho realizado pela EMBRAPA, monitoramento por satélite e focado no tema dessa audiência em que está em pauta os desafios que nós estamos enfrentando por uma revisão justa, bem feita do nosso Código Florestal. Pode ser a próxima?

Esse trabalho foi realizado por uma equipe de um dos centros da EMBRAPA, que é a EMBRAPA por Monitoramento por Satélite, que fica em Campinas. Pode ser a próxima.

E cuja missão, dessa unidade da EMBRAPA, é a gestão territorial da agricultura brasileira. Nós não produzimos sementes, não fazemos variedades, nem máquinas, nós cuidamos da gestão territorial, mapeamos a agricultura, a safra, o uso das terras, etc. Nisso, a gente está focado nisso nesse Centro. Por favor, a próxima.

Essa pergunta surgiu, e esse trabalho surgiu, de uma indagação da Presidência da República, inicialmente, de quanta terra estava disponível legalmente para expandir a produção de alimentos e de agroenergia no Brasil?

Quando nós fizemos esse trabalho a pauta do trabalho realmente foi a área disponível para expansão da agricultura, ou seja, nós estamos falando aqui, no meu estudo, de plantar feijão, de plantar arroz, plantar milho, plantar trigo, plantar soja, plantar cana-de-açúcar, atividades que implicam em remoção da vegetação natural, substituída por laranja, por café. É disso que nós estamos falando.

Isso não impede que no senso lato haja em outros tipos de unidades, atividades econômicas. Você pode, numa reserva extrativista, extrair seiva da seringueira, você pode fazer pesca, você pode tirar fibras, etc, nós não estamos falando dessa atividade, estamos falando da atividade agrícola senso estrito.

Bem, e para isso então nós precisamos respeitar uma legislação que existe e que é muito oportuna e importante, tanto em termos territoriais do ponto de vista indigenista, do ponto de vista ambiental, e existem outras legislações também territoriais. Pode ser a próxima.

Para isso, e o que eu vou apresentar para os senhores é isso, e eu gostaria de destacar muito, nós fizemos um sistema de gestão territorial, é um sistema computadorizado, que usa imagens de satélite, usa mapas, banco de dados e que responde a muitas perguntas.

É um processo de pesquisa que está sempre evoluindo, incluindo coisas novas, então, ele está sempre evoluindo, nunca é uma coisa totalmente acabada, mas que objetiva apoiar as políticas públicas e ajudar na governança territorial. Pode ser a próxima.

A primeira área que não está disponível para essa agricultura que eu falei e é normal que não esteja, são as áreas indígenas, não que lá não possa ter uma produção agrícola própria, de autoconsumo, etc. e as unidades de conservação. Então, no sistema, eu vou ser rápido por causa do tempo. Pode ser a próxima.

Nós colocamos no mapa, nesse sistema todas as unidades de conservação federais e as unidades de conservação estaduais. Ontem mesmo eu estava com o Secretário de Meio Ambiente do Amazonas, ele falou: "Não, mas tem mais, uma ou outra que foi criada que não está aí no seu sistema", "Bom, então, preciso integrar essas unidades que ainda não estão". Mas essas unidades foram colocadas no mapa.

Aqui a gente vê o caso da Amazônia, que é onde mais nós temos hoje terras indígenas, e é normal, e unidades de conservação federais e estaduais. Pode ser a próxima.

Isso está dentro de biomas. Pode ser a próxima.

Então, nós fizemos uma tabela calculando quanto que de cada bioma desses está sendo ocupado hoje por essas unidades que ninguém contesta, está certo, é isso que está aí.

Então, nós temos unidades de conservação estaduais, federais e terras indígenas. Existe alguma sobreposição entre elas e no cálculo da EMBRAPA nós eliminamos essas sobreposições, então nós temos hoje que 27%, arredondando, do Território Nacional, está ocupado por unidades de conservação de diversas categorias e por terras indígenas.

Evidentemente que na Amazônia você tem quase 47, 46% e há regiões como a Caatinga, ou a Pampa, onde existe muito pouco, muito unidade de conservação e área indígena. Pode ser a próxima.

E aqui são os dados por estado. Eu vou passar. Pode ser a próxima.

Mas isso é o resumo. A próxima.

Bem, esse cálculo, ele ainda está subestimado, porque nós não colocamos aqui as unidades de conservação municipais, vocês têm muitos parques municipais, a ilha de Santa Catarina, tem cinco parques municipais, Naviraí, vários estados têm unidades municipais, nós não temos estes limites hoje disponíveis, nesse trabalho precisa ter o mapa mesmo, o mapa da unidade.

Por exemplo, o Exército Brasileiro tem 1.917 áreas no Brasil. Dá um Sergipe. Agora, eu não tenho esses limites, nem sei se eles vão me passar, para colocar no mapa e também introduzir isso na conta, que também não é uma área que você pode instalar uma usina de álcool e produzir açúcar.

Existem áreas aeronáuticas como Cachimbo, Alcântara, etc. [ininteligível] e outras ocupações que são irreversíveis. Então, esse cálculo, na medida que você obtém mais dados, ele vai sendo enriquecido, é claro que ele não volta para trás, ele avança, ele está um pouco subestimado. Pode ser a próxima.

Bem, o resto das áreas estariam teoricamente disponíveis para a agricultura, mas nós temos, incide sobre essas áreas, um dispositivo legal importantíssimo – pode ser o próximo – que é a reserva legal. A reserva legal diz, é uma área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, excetuada a área de preservação permanente, necessária, etc., e a porcentagem de reserva legal, ou seja, uma área que tem que ser mantida, sem esse uso intensivo no seio das propriedades rurais. Pode ser a próxima.

Nós não buscamos de forma alguma minimizar a disponibilidade de terra para a agricultura e fizemos esse cálculo como se todo o resto do Brasil estivesse disponível para agricultura. Faz de conta que não tem água, que não tem estrada, tudo está disponível. Pode ser a próxima.

Aplicados esses percentuais, eles totalizam quase 32% do Território Nacional. Quer dizer, esse dispositivo da reserva legal imobiliza, dá esse destino a cerca de 32% do Território Nacional. Uma parte grande fica na Amazônia e as outras são variadas, dependendo dos biomas. Pode ser a próxima.

Aqui são os dados por Estados, os cálculos por Estados, que o sistema gerou. Pode ser a próxima.

Então, em resumo nós temos, unidades de conservação em terras indígenas 27%, reserva legal 32%, total de 59% e 41% do resto disponível para essa expansão agrícola. Pode ser a próxima.

Bem, acontece que nós temos ainda uma segunda categoria importantíssima, inclusive, para a agricultura sustentável que são as áreas de preservação permanente. As áreas de preservação permanente... Por favor, a próxima.

São áreas de preservação, são áreas protegidas no termo dessa lei e que devem ser mantidas. Pode ser a próxima.

Existe muito tipo de APP; o CONAMA tem uma... Resoluções, várias resoluções. Nós não tratamos, aqui no trabalho, de calcular todas as APPs, mas nós calculamos dois principais tipos de APP, e essa foi a parte mais trabalhosa até desse estudo: as APPs ligadas ao relevo e as APPs associadas à hidrografia, aos rios. Pode ser a próxima.

As APPs associadas ao relevo. Próxima.

Todas as áreas com declividade acima de 45% são APPs no Brasil. As áreas acima de 1.800 metros de altitude são APPs, os topos de morros são APPs, e declives entre 25 e 45, se for florestal, também é APP. Pode ser a próxima.

Para fazer esse cálculo de relevo, nós utilizamos uma base de dados homogênea para o Brasil. Foi uma missão da nave Endeavor, com radar topográfico, que

calculou a topografia do Brasil a cada 30 metros fez uma medida de altitude muito precisa.

Para os Srs. Senadores terem uma idéia da precisão desse trabalho, isso aqui é uma área da Amazônia desmatada e que nós não estamos vendo uma foto aqui, nós estamos vendo o desnível do desmatamento, quer dizer, aqui está mais baixo a pessoa desmatou essa área, então, isso aqui está 18, 20 metros mais baixo que a floresta em volta, e o que a gente vê é essa parte mais baixa, quer dizer, ele detecta com esse detalhe, o relevo do Brasil. Foram esses dados numéricos que nós utilizamos para fazer esses cálculos. Pode ser a próxima.

Então, nós calculamos e mapeamos pela primeira vez, na escala 1 para 250.000, todos os topos de morros do Brasil, seguindo o método lá da legislação, ninguém contesta nada, é o que está lá. Pode ser a próxima.

Por exemplo, aqui a gente vê Santa Catarina, que é uma região de muito relevo e tudo o que está em verde aí é APP de topo de morro. E assim foram calculados declives e outras coisas. A próxima.

Aqui o Sul do Maranhão, então isso foi mapeado, colocado no mapa, o que estava no dispositivo legal. Pode ser a próxima.

Em segundo lugar foram estimadas, e não mapeadas totalmente, as APPs associadas a hidrografia, aos rios. Quer dizer, a lei determina, eu vou passar rápido, pode ser? Próxima.

A água é protegida e uma faixa marginal ao longo de cada rio também protegida, com valores variando em função da largura do rio. A próxima.

Bem, esse é um trabalho feito pelo LBA, com um radar japonês, que vê água embaixo da vegetação e que mapeou a água disponível na Amazônia. Então, essa água, essas áreas são as áreas que são águas, na cheia, por exemplo, na Bacia do Amazonas. Só essas áreas representam 500 mil Km². E evidente que isso não tem nenhum destino, e nem deve ter, nenhum destino agrícola, nem de uso, nem de nada, ainda mais de água. Se você colocar junto aqui as unidades de conservação – pode ser a próxima – você tem uma visão disso. Próxima.

Então, para cada rio foi calculada essa faixa marginal. Esse é um trabalho que exige rigor, porque você vem com a faixa marginal de um rio, ele encontra o outro, as duas faixas marginais se sobrepõem, então aqui tem uma sobreposição, você tem que descontar todos esses cruzamentos, etc. Pode ser.

E o resumo aqui, grande parte dessas APPs, está dentro já de área indígena, está dentro de unidade de conservação, então não tem sentido contabilizar isso, isso foi tudo descontado. E você chega nas

APPs, vamos chamar de APP líquida, que dá quase 1 milhão 440 mil Km², cerca de 17% do Território Nacional. Próxima.

Aqui é por estados. Próxima.

Bom, esse dado ele está também subestimado, porque todas as nascentes têm que ter APP em volta, isso é muito justificado mesmo e deve ter mesmo, certo, mas nós não temos mapas das nascentes.

Um outro exemplo são os açudes. Os açudes do Nordeste, no Nordeste, tem 70 mil açudes, segundo o DNOCS, 37 quilômetros cúbicos de água. Bem, todos esses açudes são APPs e têm uma faixa marginal e nós não temos esse dado mapeado, então, falta aqui agregar, certamente que esse dado, a medida que for introduzindo mais informação, ele vai aumentar esse número. Pode ser a próxima.

Bem, então, aí nós temos uma questão que com isso eu vou para a finalização, que é discutir no Código Florestal esse relacionamento entre APPs e reserva legal. Essas duas coisas têm suas justificativas. O código representou muitas conquistas e a reformulação do Código não pode questionar conquistas, avanços obtidos, que melhora a sustentabilidade da agricultura.

E agricultura não pode trabalhar contra o meio ambiente, nem o meio ambiente contra a agricultura, a agricultura precisa do meio ambiente e o meio ambiente precisa da agricultura. Na Mata Atlântica, hoje, são os agricultores que mantêm um número enorme de remanescentes, dependemos deles para fazer corredores e etc.

Então, o que eu vou mostrar aqui, são algumas reflexões que esse sistema permite fazer, para ver como nós podemos encaminhar nessa questão, evitando qualquer crescimento do desmatamento, sobretudo na Amazônia, que é impensável e sobretudo dando legalidade às atividades agrícolas. Pode ser a próxima.

O primeiro cenário que tem aqui, eu vou apresentar três cenários disponíveis no site da EMBRAPA, tem até quatro cenários. O primeiro cenário é o seguinte: a reserva legal exclui APP; então, reserva legal, além da reserva legal tem que ter APP na propriedade. Se a gente fizer isso **tout court**, aplicar essa regra – pode ser a próxima – o cálculo fica negativo na Amazônia, fica negativo no Pantanal e sobra uma área disponível de 2 milhões e meio de Km² para atividade agrícola. Próxima.

Aqui é por Estados. Os dados por Estados. Pode ser a próxima.

Então, teoricamente você teria 27% de unidades de conservação dos territórios indígenas, 32 de reserva legal, 17 de APP, então cerca de 71% do território e 29 disponível para as atividades agrícolas.

Hoje a área de pastagem do Brasil já é 2 milhões de hectares, só a área de pastagens. Pode ser a próxima.

Mas nós podemos também incluir a APP dentro da reserva legal. O Código prevê isso. Só que ele prevê com condicionantes variados e a gente está aqui falando do Brasil, então estou aplicando ao Brasil inteiro.

No caso da Amazônia, é muito lógico, se atingirmos 80% da propriedade, está valendo. Pode incorporar até 80% que é o exato limite da reserva legal, quer dizer, a reserva legal incorpora a APP na prática.

No resto do Brasil, a soma das duas têm que ultrapassar 50% da propriedade. Quando você aplica isso ao Brasil todo – pode ser a próxima – isso é possível aplicar, porque justamente nós calculamos quanto que tem de APP em cada bioma; então, supondo que todo mundo optasse por fazer, por juntar a APP com RL, para ter 50%, o que a gente obteria? Por favor a próxima.

Nós teríamos uma redução da área agrícola. Na Amazônia desaparecem os números negativos, e você tem o que, é efetivo, hoje, uma disponibilidade da ordem de 10% de área, 10% utilizável.

Mas nas outras regiões você teria uma queda grande. Sei lá, na Caatinga, que hoje a disponibilidade é de quase 60%, você cai para 47%. Pode ser a próxima.

Bem. E o terceiro cenário que é o cenário que está em debate, simplesmente a reserva legal incorpora a APP. O cálculo da reserva legal incorpora a APP, como já é o caso na Amazônia, só que aí isso valeria também para todo o Brasil.

Bom, se a reserva legal incorporar a APP no Brasil inteiro, como é o caso na Amazônia, você teria uma disponibilidade de 3 milhões e meio de Km² de terras para a agricultura, ou seja, 41%, que é uma situação extremamente confortável. Extremamente confortável.

Notem que nos três cenários a situação da Amazônia ela não muda. Ela não é problemática, vamos dizer assim. Pode ser a próxima.

Eu queria, então, fazer um resumo final. Pode ser a próxima.

Bem, existe um histórico de ocupação das terras no Brasil. E hoje nós estamos vivendo uma situação complexa porque essa legislação – pode ser a próxima – tornou irregular ou ilegal diversas atividades que os brasileiros fazem em áreas de preservação permanente há mais de um século.

É o caso do café em áreas de declive em Minas Gerais, é o caso da ocupação das várzeas com arroz no Rio Grande do Sul, no Maranhão, a própria criação de búfalos em várzea. Enfim, nós temos uma série de

aplicações agrícolas, a própria pecuária no Pantanal, a uva, vitivinicultura no Rio Grande do Sul, que é feita em relevo; quer dizer, essas áreas são todas de preservação permanente.

Então, isso é uma situação que tem que ser adequada e resolvida no caso do Código Florestal, porque essas pessoas têm uma legitimidade, uma prática, isso nós temos que achar uma saída para isso. Pode ser a próxima.

É o caso da irrigação também no Nordeste, que é muito em beira de rio e etc., eu não vou entrar em detalhe pelo tempo. A próxima.

Aqui são algumas imagens de satélite mostrando, isso aqui é área de pecuária leiteira na divisa do Rio de Janeiro com Minas Gerais, todas essas áreas são APPs, mas isto está tudo desmatado e é área de pecuária leiteira há um século. A próxima.

É o caso do café em Minas Gerais. Por favor, próxima.

O café em São Paulo. Pode ser a próxima.

A pequena produção de olericultura no Espírito Santo, no Rio de Janeiro, em Teresópolis, Petrópolis, nessas regiões que são regiões serranas. Pode ser a próxima.

Os vinhedos no Rio Grande do Sul. Próxima, próxima, próxima.

Toda a beira do rio São Francisco que está ocupada, todos esses ribeirinhos e teoricamente essa faixa marginal não poderia estar ocupada. Pode ser a próxima.

As ilhas do São Francisco, são todas cultivadas. Próxima.

Tinha banana no vale do Ribeira em São Paulo, etc e etc. Próxima. Mais uma. Isso.

Eu queria, então, aqui se a gente esquecesse o que eu falei até agora, colocar aqui quatro pontos que me parecem essenciais para avançar numa revisão do Código Florestal que preserve o meio ambiente, garanta uma agricultura sustentável e regularize a situação de muitos agricultores, sem favorecer nenhuma ampliação do desmatamento no Brasil, principalmente na Amazônia. Por favor, a próxima.

Eu acho, e queria deixar para os senhores, para sua reflexão, três, quatro pontos finais para meditar. Eu não vou entrar em detalhes. Queria dizer aos senadores o que eu disse na Câmara dos Deputados, o que eu disse a dois Ministros do Supremo, que pediram esse estudo, o que disse ao Presidente Sarney, a quem apresentei esse estudo, que esse estudo... Ao Presidente Lula.

Esse sistema ele não está tomando partido, opinião, ele está gerando números e pode fazer cenários, conforme... "Se nós fizermos tal alteração na lei, o que

acontece com as áreas no Estado de São Paulo, de Minas Gerais?" Ele simula, ele está aí para ajudar a procurar, avaliar o alcance territorial não só do que existe mas principalmente do que nós estamos propondo, do que vai acontecer se a gente mexer nessa lei. Para que não ocorram coisas indesejáveis, imprevisíveis e o que a gente deseja. Acho que tem quatro pontos que estão merecendo a nossa reflexão.

O primeiro é a relação entre reserva legal e área de preservação permanente, quer dizer, em grandes números nós temos 30% do Brasil disponível. Se a gente aplica do jeito que está hoje no Código, cai, se a gente une reserva legal com APP, do jeito que possibilita o Código, cai a disponibilidade de terra. Se a gente aplica do jeito que é possível fazer na Amazônia, que a reserva legal incorpora APP, você chega a uma disponibilidade de 41%. Só um dispositivo desse seria enorme, ele ajustaria... Ao invés de escrever lá a reserva legal excluída APP, incluída APP.

Agora, também não é tão fácil assim, nós temos que refletir. Primeiro a realidade dos Estados. Pode ser que tenha Estados que isso fique complicado. Então, tem que ver e pode ser que tenha Estado que nem necessite de tudo isso.

Esse sistema pode ajudar a analisar a situação de cada Estado e também temos que ter atenção aos biomas. Isso é para o bioma Amazônia ou é para a Amazônia legal? Nós temos que pensar também o caso de cada bioma, qual é a situação. Será que nos cerrados essa é uma decisão boa ou a gente precisa ser mais restritivo no caso de bioma Cerrado? Então, o sistema pode ajudar nessa discussão, a ver as implicações de alterar a lei nesse sentido, incorporação da APP dentro da reserva legal.

O segundo é que a legislação nossa prevê que o ZEE e as leis estaduais podem alterar esses códigos, mas existem muitas restrições para essa alteração, mas isso pode ser feito. Acho que esse é um campo importantíssimo. No caso da Amazônia é possível, por um processo que não é simples, nós acabamos de ver isso na 163, é possível reduzir essa reserva legal de 80 para 50 quando a área já está desmatada anteriormente, etc. e etc.

Bom, isso é algo que nós temos que refletir, como isso será processado. Se nós falássemos assim muito globalmente, é um pouco menos que isso, mas se 400 mil Km² estão desmatados na Amazônia, eles teriam que gerar, cada um desses quilômetros quadrados, uma reserva legal de 640, 680 mil quilômetros. Bom, se for 50% tem que gerar 400 mil, você ganha aí 400 mil quilômetros.

Agora, isso também não pode ser uma regra geral, porque tem situações e situações. De novo a gente

volta na necessidade de analisar e esse sistema pode ajudar o Senado, pode ajudar quem precisar, como estamos assessorando a Presidência, outras instâncias nisso, Agricultura, enfim, quem nos pede análise, nós incorporamos no sistema e fazemos as análises. Pode ajudar.

Porque, por exemplo, vamos supor a região Bragantina do Pará, que está totalmente, praticamente, desmatada, há muito tempo. Bom, "Será que eles vão recompor? Vai ser igual?" Não é como na 163, também é diferente do Acre, enfim, cada estado tem sua particularidades e isso teria que ser avaliado em cada caso, eu creio.

E há diversidade de vegetações. Mesmo dentro do bioma Amazônia, você tem áreas que não são florestas, são campos, cerrados, tem áreas de lavrados, etc., o Amapá e Roraima exemplo típico disso.

Também são casos que merecem uma análise particular. Mas é algo que o Novo Código [soa a campanha] deveria avançar.

O regime de uso da reserva legal e das APPs é algo que o Ministério do Meio Ambiente já vem avançando e creio que isso é fundamental, sobretudo no caso de recuperação das APPs. Quem tem que se adequar e ter 50% de reserva legal na Amazônia, poder fazê-lo dentro de um certo limite, com florestas produtivas, com árvores que produzam. Quer dizer, ele pode plantar castanha, ele pode plantar pupunha, mas pode plantar [ininteligível], enfim, ele pode plantar, fazer uma floresta produtiva, ao invés de um pasto degradado, qualquer coisa desse tipo, fazer uma floresta produtiva. Então, aqui há uma discussão.

Também aqui cabe se analisar a situação dos Estados. Por quê? Porque tem muita APP que já está ocupada por árvore; por árvore de café, árvore de maçã, por árvore de uva, por árvore de laranja. Bom, então precisa ver até que ponto. Eu creio que os estados têm muitas particularidades e caberia aos Estados ter a autonomia de legislar [interrupção no áudio] e adequar dentro da legislação estadual.

Por último, é o caso das pequenas propriedades. As pequenas propriedades têm alguma isenção nessa temática, até 25%. Mas estão definidas segundo critérios que, por exemplo, todos os pequenos agricultores lá de Holambra, em São Paulo, ou da região de Holambra e outros lugares de São Paulo, eles não se enquadram nisso.

Eu acho que o caso das pequenas propriedades merece muita atenção, porque tem um impacto social enorme, são mais de 2 milhões de estabelecimentos agrícolas no Brasil. Cortar 25% da área ou inviabilizar ou dificultar o uso em 25% do uso da área de uma

pequena propriedade, isso tem um peso econômico muito grande, socialmente muito grande.

Então, o caso das pequenas propriedades nós estamos fazendo alguns estudos de cenários nesse sistema [soa a campanha] do que acontece com isso, com o caso das pequenas propriedades, se você permitisse que elas usassem totalmente essas áreas com atividade produtiva, ou com árvores, etc.

Eu não sei se fica claro, mas o caso das pequenas propriedades já têm [soa a campanha], já é contemplado parcialmente e nós precisamos contemplar melhor e com critérios que a gente possa usar melhor o Censo, porque, por exemplo, o limite de 30 hectares não existe no Censo, não existe agregado, ou tem 25 ou você pula para 50.

Então, tudo isso tem que ser feito de forma que seja mais operacional e que outros dados do IBGE, outros dados de outros órgãos, a gente possa usar facilmente para poder analisar essa situação. A próxima.

Então, concluindo. Esse sistema de gestão territorial da EMBRAPA, que nós desenvolvemos, ele permite dar uma estimativa do alcance atual das legislações que influem no território: áreas indígenas, unidades de conservação, etc. e etc, APPs.

Eu não questionei de forma alguma aqui, creio, espero que os Srs. Senadores me ouvirem, nenhuma área indígena, nenhuma unidade de conservação, nenhuma APP [interrupção no áudio]. Eu estava dizendo.

Nós estamos mostrando aqui as melhores estimativas que nós podemos fazer dentro de vários cenários. Eu vejo, às vezes, pessoas que pegam um dos cenários que nós fizemos e usam esse cenário, outro, com outra causa política, pega um outro cenário e usa um outro dado. É importante saber que é um sistema que produz números, produz cenários, conforme o que a gente estiver estudando.

E não é tão fundamental a gente olhar só o passado, olhar essa reforma do Código Florestal e usar esse sistema da EMBRAPA para ter uma idéia das consequências das alterações que estamos propondo na legislação.

Nós vamos melhorar esse sistema completando esse cálculo de áreas protegidas, incluindo essas áreas que ainda faltam. Nós vamos completar cálculos de APPs e é necessário também que a gente considere a aptidão das terras que estão sobrando, das terras que estão disponíveis, porque também não é qualquer terra que serve para agricultura. Precisamos saber a qualidade dessa terra, existem mapas de solos na EMBRAPA, etc.

[interrupção no áudio].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Acabou? Então... O senhor tem um minuto para concluir.

SR. EVARISTO EDUARDO DE MIRANDA: Estou sem som... Obrigado. Então, eu reitero o seguinte: a agricultura tem que estar a favor do meio ambiente [soa a campainha] e o meio ambiente tem que trabalhar com a agricultura e ela com o meio ambiente.

Nós precisamos ganhar sustentabilidade. A forma do código não deve e não pode incentivar o desmatamento, premiar o desmatamento, premiar a baixa produtividade. Ela tem que ajudar o agricultor que tem produtividade, que tem rentabilidade, o uso de tecnologias, a recuperação de pastagem, o ganho de novas áreas.

Agora, nós temos hoje uma situação de irregularidade muito grande na agricultura, e isso precisa procurar caminhos de adequação. Eu não tenho sugestão de leis, os senhores fazem as leis, os senhores sabem fazer isso, o que eu tenho é, tecnicamente, um sistema que pode, eventualmente, se for o caso e necessário, contribuir para simular esses cenários e apoiar essa avaliação e esse diagnóstico.

Muito obrigado.

[palmas].

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senador Flexa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente Valter Pereira. Perguntaria a V.Exa. da possibilidade da exposição feita pelo técnico ser distribuída aos senadores das comissões? Vai ser acessado?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Solicitar a ele que deixe toda a documentação necessária para ser disponibilizada para os Srs. Senadores. Eu gostaria de comunicar ainda...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): De todos os expositores, por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Todos os expositores. Eu gostaria de informar ainda, o seguinte; nós vamos adotar aqui a metodologia que adotamos na Comissão de Agricultura, ou seja, nós vamos ouvir primeiro todos os expositores, aí nós vamos abrir para os debates. Certo?

Então, nós vamos ouvir agora o segundo expositor, que é o Sr. Gustavo Ribas Curcio, pesquisador da EMBRAPA Florestas. Ele terá o prazo que foi avençado aqui de 10 minutos, mas obviamente nós não vamos prejudicar a apresentação de suas transparências.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): V.Exa. acaba de dizer que não será prejudicada a intervenção no que diz respeito ao tempo. Mas nós combinamos 10 minutos e com flexibilidade. Eu quero só chamar a atenção que a primeira exposição da EMBRAPA, agora vem EMBRAPA Floresta, que levou quase 30 minutos.

Quero chamar atenção porque esse... Nós queremos participar do debate. E V.Exa. [interrupção no áudio] na primeira fala de V.Exa., V.Exa. fez um limite da reunião, lá na tarde.

Então quero só chamar atenção para a gente ter... Condensar mais, para que todos possam participar desse debate e no final ninguém ser prejudicado nas suas falas.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu já até fiz um apelo ao próximo expositor para que ele abrevie o máximo possível a sua exposição.

Mas nós não queremos prejudicar, dada a relevância do assunto para que a matéria toda trazida à colação, são informações de mais alta importância. Mas é claro que precisamos conciliar a necessidade do tempo, nós temos que fatalmente concluir essa sessão até a uma e trinta, às 13h30, portanto, o tempo urge.

Com a palavra o senhor Evaristo, aliás, o Sr. Gustavo Ribas.

SR. GUSTAVO RIBAS CURCIO: Senhoras e senhores, bom dia, é um prazer muito grande estar na Casa. Eu estou representando um grupo liderado pela EMBRAPA Sede, pelo pesquisador Felipe Ribeiro e tenho a incumbência de mostrar os trabalhos que realizamos dentro da EMBRAPA sobre rios.

E nesse sentido eu gostaria de colaborar, entendo que a proposta possa colaborar na melhora do Código Florestal Brasileiro, que se trata de um documento muito importante e sem esse, sem dúvida, as florestas do país estariam totalmente devastadas.

Então, seriam duas apresentações. Eu começo com uma proposta para a legislação brasileira sobre considerações sobre APP fluvial.

Então, no caso, os compartimentos que foram estabelecidos pelo Código Florestal Brasileiro de 65, foram estabelecidos três compartimentos em 1965. A questão dos solos hidromórficos, a questão dos solos não hidromórficos e os solos hidromórficos constituindo as APPs, nas áreas de alta fragilidade de declividades e solos rasos que se preveja a execução da permanência das reservas legais e na ciência se tem em mente sempre da necessidade da conexão de corredores entre as APPs e as reservas legais, para a questão de fluxo gênico.

Então, aleatoriamente, escolhi alguns locais, so-
brando na paisagem uma grande área, que é o terceiro
compartimento, das áreas de uso alternativo, consti-
tuindo assim as áreas de preservação permanente, a
reserva legal, área de uso alternativo, isso já instituído
pelo Código Florestal Brasileiro.

A nossa proposta é de que sistemas de preser-
vação, as APPs, elas devam harmonizar ao máximo
com sistemas de produção. Para isso, nós devemos
considerar que as paisagens possuem naturalmente
zonas de alto potencial de produção, mas também têm
zonas de altíssima fragilidade ambiental e devem ser
consideradas essas questões.

Portanto, as leis ambientais, no nosso entendi-
mento, devem considerar a diversidade das paisagens
e não ficar tomando algumas medidas como se a pai-
sagem fosse constituída de isopor por baixo.

Então, dentro da diversidade de paisagens nós
vamos abordar a questão da geomorfologia e pedo-
logia, porque entendemos que ela possa responder
sobre as questões climáticas, geológicas e vegeta-
cionais também.

Nós temos, em APPs, temos duas paisagens:
vales bem fechados e vales bem abertos. Duas paisa-
gens importantíssimas dentro das zonas de APPs e que
têm possibilidade de uso nas suas... Nas zonas mais
afastadas dos rios, completamente diferentes, ou seja,
possuem fragilidades e potencialidades distintas.

Nós temos embaixo, fazendo o arcabouço da pai-
sagem, diferentes tipos de rochas, mas aqui eu quero
ressaltar aos senhores a importância de que essa di-
versidade geológica, ela constitui a presença de solos
totalmente distintos, que possuem, por si só, várias
características que podem ser adicionadas ao Código
Florestal, mas para questões de simplificação para a
lei, nós adicionamos como importante para os senho-
res, guardarem a espessura ou profundidade de solo
e textura que nós vamos usar isso para o debate.

Vejam que para mesmo relevo... Perdão, para
mesmo tipo de rocha, nós temos relevos muito suaves
com alto potencial agrícola, mas nós também temos,
derivados da mesma rocha, relevos altamente movi-
mentados, de alta fragilidade ambiental e que podem
comprometer a questão dos recursos hídricos e tam-
bém a questão de fluxos gênicos.

Eu gostaria de chamar a atenção para vocês, que
nas duas localidades, infelizmente nós não vemos a
questão das APPs, porque não está sendo um siste-
ma produtivo que considere fragilidades ambientais
na sua íntegra.

A questão geomorfológica que eu falei aos se-
nhores que é muito importante, nós temos que ter em
mente que as paisagens são muito variáveis. Elas

variam quanto a forma, ao comprimento e ao declive,
esses três entes constituem os relevos. Mas a questão
de forma e comprimento são entes qualitativos, não
podem ser colocados em aplicação de lei, deveria ser
apenas um, no nosso entendimento, que tem um cará-
ter quantitativo, no caso, o declive. Este sim, seria um
agente que poderia somar para termos uma correta
visualização da questão da paisagem sobre o ponto
de vista de potencialidades e fragilidades.

Isto é muito importante porque o relevo é um dos
condicionantes de enxurrada e eu gostaria de chamar
atenção para os senhores, da importância que a enxur-
rada causa a tensão ecológica. Isto é muito importante
que o Código considera como importante a largura do
rio. Nós vamos apresentar aos senhores uma tensão
ecológica diferenciada, que venha de encostas.

A declividade de rampas é muito natural e qual-
quer um dos senhores poderiam responder a esse
questionamento. Nós temos rampas de baixa declivi-
dade e rampas de alta declividade. Então, nós temos
que pensar nas rampas de baixa declividade, nós temos
uma APP e nas rampas de alta declividade nós pre-
cisamos amenizar esta tensão ecológica proveniente
das encostas e eu estou falando apenas de relevo, por
enquanto, apenas de declividade.

Então, é natural, no nosso entendimento, de que
as APPs não devam variar de acordo com a largura
do rio. A tensão ecológica não vem daí, a tensão eco-
lógica vem das encostas. Se nós, como uma socieda-
de séria que somos, queremos preservar a questão
hidrológica e de fluxos gênicos nós temos que pensar
também na questão geomorfologia e o declive pode
atender a isso.

Então, no caso, quanto maior o declive de rampa,
necessariamente maior a largura da APP, maior largura
de APP, sem dúvida, menor a tensão ecológica.

Quanto às características de solos, as pedoló-
gicas, existem várias características, e eu aqui vou
deixar apenas essas duas em vermelho, porque são
características quantitativas e fáceis de serem obtidas,
em razão dos mapas já existentes no Brasil. Essas
duas... Esses dois atributos, essas duas caracterís-
ticas, textura e espessura, facilmente é reconhecido
por técnicos, elas são muito importantes porque elas
nos predizem a questão de permeabilidade e a capa-
cidade de filtro do solo, quer dizer, ela atenua ou não
a capacidade de contaminação de águas, e isto é im-
portante porque temos que pensar, como sociedade,
na qualidade da água.

Então, por exemplo, solos muito profundos, me-
dianos e rasos têm capacidade de filtrar soluções
com defensivos agrícolas ou adubos muito distintas
em razão do volume que eles oferecem. Isto não é

considerado hoje pela legislação brasileira dentro do Código Florestal.

Então, eu gostaria de colocar para vocês a questão de encostas muito espessas com encostas com solos bem rasos. Naturalmente, eles têm capacidade de filtro, a capacidade de amenizar as tensões ecológicas completamente diferentes. Não tem nada a ver com a largura do rio e sim com a característica do solo quanto a sua profundidade.

Então, naturalmente, nós teríamos que pensar que para uma condição de diferenças de espessura de solo nós temos a maior fragilidade em solos rasos e isso a Constituição, o Código Florestal poderia ser... Poderia considerar. Então, em APPs com solos de maior espessura, naturalmente nós teríamos menores espessuras de APP e maiores espessuras em solos mais rasos [soa a campainha], garantindo a qualidade de água. E isto seria suficiente para se dizer que menores espessuras de solos implicariam em maiores larguras de APP.

A mesma coisa é para texturas. Vejam os senhores que coloquei aqui para simplificar, como a capacidade de carga dos solos com mais argila, comparativamente aos solos mais arenosos que são menos... Que possuem menos carga, portanto, possuem menor capacidade de filtro, eles têm uma possibilidade de filtragem completamente diferente.

Então, de qualquer maneira, nós estaríamos expressando as fragilidades ambientais através de texturas de solos, que é uma coisa também não considerada. Então, declive, textura e espessura poderiam ser gabaritos, fatores a serem considerados a melhorar o Código Florestal.

Então, naturalmente as APPs de solos de textura arenosa devam ter necessariamente uma APP mais larga do que solos, do que rampas com solos mais argilosos.

A conclusão que para estabelecer APP fluvial nós devemos ter três fatores regenciais adicionados ao Código: a questão da declividade, a espessura e a textura de solo.

A segunda apresentação, que é mais rápida, é a proposta de topo de morro, também é uma proposta. Eu vou passar bem rápido, eu gostaria de colocar aos senhores uma questão muito importante que é a conceituação de morro, não é nem de topo de morro. Morro, cientificamente, não se tem homogeneidade na ciência, isso. Então, necessariamente, é indevido na questão técnica.

A conotação, então, de fragilidade ambiental em topo de morro, no nosso ponto de vista, é totalmente distorcida. Nós deveríamos para falar em fragilidades

de topo de morro, que foi o que o legislador quis em 1965, ele quis amparar as questões de fragilidade.

Nós estamos insistindo que a questão geológica, geomorfológica e de solos deva ser considerada; então, as questões de geomorfológica, forma, comprimento e declive, assim como textura e espessura, também poderiam ser visadas hoje para o Código.

Gostaria de colocar uma questão muito simples para os senhores, de topo de morro, ainda tem duas questões muito interessantes. Nós temos a questão de dimensão e simetria de topo. Então, vejam, esse topo totalmente assimétrico contra este topo simétrico. Um assimétrico com afloramentos de rocha, e aí eu perguntaria aos senhores, o topo de morro é o terço superior? Mas nós já não temos definido cientificamente o que é um morro, eu estou perguntando aonde seria o topo de morro? Poderíamos colocar naquela condição ou vamos deixar um pouco mais para cima ou então, quem sabe, mais em cima ainda?

O que é o topo, então, eu estou perguntando? É aonde eu quero... Nós vamos instituir topo de acordo com o quê? Nós não vamos respeitar potencialidades e fragilidades ambientais? [soa a campainha] Como é que nós podemos ficar com um topo com simetria, mas com dimensões pequenas e um muito espesso com solos mais espessos e bem amplos, onde tem potencialidade de uso?

Então, me parece que a questão de topo de morro fica totalmente desamparada com essas questões porque não considera cientificamente nem o declive, nem a espessura e nem a textura.

Então, eu gostaria de exemplificar para vocês esses potenciais de uso ou de fragilidade. Este é um tipo de morro no Brasil, que tem dezenas, senão centenas de quilômetros. É uma *cuesta*. Vejam que quem está aqui embaixo vai chamar isto aqui de morro [soa a campainha]. Mas quem está lá em cima não vai chamar de morro.

Então, por exemplo, no Paraná a primeira *cuesta*, eu gostaria de colocar aos senhores, o topo da primeira *cuesta* é constituído por solos rasos e arenosos. Eu, como pedólogo, acho mesmo que tem que ficar protegendo, não pode ser usado lá em cima.

Agora, a segunda *cuesta paranaense* que vai atingir até o Rio Grande do Sul, entra de São Paulo e vai ao Rio Grande, isto tem aqui para cima também, nós temos solos profundos e argilosos, com alto potencial agrícola. Isto é topo de morro também.

Então, eu gostaria de dar um exemplo para os senhores. O que é topo de morro para o Plenário, por favor? A quem está lá embaixo é topo, quem está lá em cima é plano, isto é uma *cuesta*, isto tem no Brasil aos montes. O que é topo de morro? Isto é simétrico,

é assimétrico, qual é a dimensão disso? Estou falando disso, de dezenas de quilômetros, de centenas de quilômetros. Mas eu gostaria de ainda chamar mais atenção.

Eu também tenho pontos que tenho que defender topo de morro, porque eu respeito a questão da fragilidade ambiental, sob o ponto de vista científico, e não pelo que eu acho, do que eu vi ontem, é o que eu fiz na minha carreira. Então, por exemplo, nós temos um *hogback*, desculpem o termo, é um afloramento de rocha de mares, de bilhões de anos atrás que foram elevados pela formação dos continentes e são topos de morro extremamente aguçados e esse topo de morro é exatamente este que vocês vêem.

Eu tirei de uma outra altura, meu trabalho é frequentar esses lugares, beira de rio [soa a campainha] e topo de morro. Este é um topo de morro que não pode ser usado mesmo, porque ele é raso, é arenoso e ele é assimétrico. Tem afloramento de rocha. Então, nesse sentido o Código é perfeito.

Agora, eu queria mostrar isso para vocês também. Isto é importante. Nós temos uma *cueta* aqui no caso, eu estou, por exemplo, me localizo aqui embaixo, a *cueta* está lá em cima, com o relevo plano, aqui é uma recarga de aquíferos e isso acho que nós cientistas temos que estar preocupados, porque nós vamos depender da maneira irresponsável que nós estamos tratando a nossa água hoje, nós vamos depender de água de sub-superfície logo, já dependemos disso, dependemos da qualidade desta água e temos que lutar por esta água. Aqui é uma recarga de aquíferos, tanto do ponto de vista livres, que são rios, mas também tem os aquíferos confinados. Aqui entra [interrupção de áudio] [soa a campainha]. Alô, oi... Falta dois *slides*. Por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Dois *slides*?

SR. GUSTAVO RIBAS CURCIO: Dois *slides* ou três.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Então peço, pedimos a maior abreviação possível.

SR. GUSTAVO RIBAS CURCIO: Estou sendo o mais rápido possível.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Está ótimo.

SR. GUSTAVO RIBAS CURCIO: Estou até sem... nem estou tomando água aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Obrigado.

SR. GUSTAVO RIBAS CURCIO: Então, este... Eu fiz esse desenho para os senhores terem uma noção. Essa ponta de *cueta*, esse fronte de *cueta*, aqui entra

água para o Aquífero Guarani, que é o segundo aquífero do mundo, e que hoje já tem coliforme fecal.

Aquilo lá deveria estar com floresta lá em cima, nós temos que ter floresta, hoje não tem, porque nós temos o boi gerente; nós não temos gerência sobre boi na grande maioria das vezes, nós temos boi gerente. Nós precisamos ter gerência sobre os sistemas produtivos e sistemas de preservação, mas em harmonia, de acordo com fragilidades ambientais e potencialidades.

Eu acho que a ciência nesse sentido é um papel, cumpre um papel excelente porque é o compromisso com ciência. E isto é o papel da EMBRAPA, isto é o papel das universidades, instituições de pesquisa, enfim, nos sentimos até muito gratos de estar na casa.

Agora eu queria chamar a atenção, é o último slide. Este é a frente, eu gostaria de chamar atenção para os senhores, eu fotografei de frente, agora vou fotografar atrás, é isto aqui. Atrás é este, aquele topo de morro é este aí ó.

Então, vejam, o que é topo de morro pela legislação hoje, pelo Código Florestal? Vamos respeitar a água? Vamos. Então vamos criar as APPs fluviais, são essas APPF. Mas ainda existem zonas de altíssimo declive, de solos rasos, suscetíveis a erosão, e que vão determinar fragilidade ambiental. Nós temos que usar isso? Não. Nós temos que preservar isto. Então, está lá, APPD, por declividade, sobra tudo isso de P para produção.

Essas zonas não são impactantes. A ciência tem manejo suficiente para colocar condições de sistemas de produção coerentes e ainda chamo a atenção para os senhores: o que é topo, então, nesta foto? Aqui? "Não, vamos colocar um pouco mais para cima. Não, só vamos deixar lá em cima." Isto é terra argilosa de mais de um metro de profundidade, com alta saturação por bases [soa a campainha] ou seja, mínimo de adubação. Temos que pensar o que que é topo de morro e então, no Código Florestal, assim como temos que pensar sobre a largura dos rios, as tensões ecológicas estão nas encostas. Muitas vezes também no topo. Isto pode ser agraciado perfeitamente pela ciência hoje e auxiliar o Código.

Para terminar, na minha... No meu ponto de vista, compartimento de paisagem topo de morro é totalmente inadequado para constar numa lei. Por quê? Porque não confere com fragilidade ambiental sobre o ponto de vista geológico, geomorfológico e pedológico.

Muito obrigado.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Agradecemos Dr. Gustavo... Gusta-

vo Curcio, pela brilhante exposição. E convidamos o próximo expositor.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senadora Kátia.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, eu gostaria de sugerir, se o senhor me permitir, a EMBRAPA é um órgão do Poder Público Federal, eu gostaria de ouvir o Ministério do Meio Ambiente, seguido, como também um membro, uma instituição do Poder Público Federal, para que a gente pudesse ouvir as suas impressões, se o senhor concordar.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu vou... Eu já anunciei aqui o próximo que é o Sr. Adalberto Veríssimo e em seguida...

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, o Dr. Adalberto Veríssimo é representante de uma ONG, IMAZON. Eu gostaria de insistir que nós pudéssemos, assim como ouvimos a EMBRAPA, do Poder Público, pudéssemos ouvir o Ministério do Meio Ambiente, por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): V.Exa. sugere que sejam todos os membros do Governo, depois...

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC) Pela ordem...

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senadora Marina.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Primeiro, há uma tradição na Casa que a gente faça uma intercalação, isso é uma tradição da Casa. Em segundo lugar, uma indagação que faço, é se os senhores pesquisadores, estão falando de suas pesquisas ou se estão institucionalmente representando a instituição EMBRAPA?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu acho que é impertinente, porque...

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Não, não é impertinente, porque a questão de ordem da Senadora Fátima... Da Senadora Kátia, diz que eles estão fazendo, representando a instituição. E ela propõe que também fale os representantes das demais instituições.

Se, porventura, o Dr. Miranda está falando como pesquisador e não em relação a representação da instituição EMBRAPA, e por isso que eu digo que deveria, ele mesmo pode, assentir com a cabeça ou não, para que tenha validade a questão de ordem--

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Porque, no meu entendimento, há uma tradição na Casa de

que a gente faz uma intercalação, governo – sociedade, sociedade – governo.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Quanto a intercalação, V.Exa. tem razão, acho que é saudável que se siga a tradição. Todavia, basta se observar a exposição feita por cada um dos primeiros expositores, para se constatar que eles falaram enquanto técnicos, enquanto pesquisadores, enquanto cientistas.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Quanto a isso, não há dúvida que são técnicos da EMBRAPA, mas o que eu pergunto, foi suscitado, eu não faria a pergunta se não tivesse dito que eles estão representando a instituição EMBRAPA. A pergunta que eu faço: eles estão representando a instituição EMBRAPA? Os estudos apresentados pelo Dr. Miranda é uma posição da EMBRAPA?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): O que foi requerido...

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): O que foi requerido... Pela ordem.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, nós não estamos aqui com a menor intenção de desmerecer ou desclassificar os trabalhos dos pesquisadores da EMBRAPA. Eu não consigo entender que pesquisadores da EMBRAPA, que são financiados todos eles, merecidamente, com dinheiro público, ainda possa ter um questionamento se são posicionamentos da EMBRAPA ou não.

A ciência não é única, não é absoluta e não tem unanimidade, graças a Deus! Mas, nem por isso, os dois pesquisadores deixam de estar aqui representando a EMBRAPA porque são financiados por ela através do dinheiro do contribuinte.

Eu gostaria, Sr. Presidente, neste momento que os dois pesquisadores, colocaram a questão da produção, eu gostaria de insistir na posição do Ministério do Meio Ambiente com relação a estas duas apresentações, como relatora principal, como autora do requerimento de Audiência Pública principal, autorizada nas onze comissões, gostaria de poder merecer essa prerrogativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senadora Kátia--

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Sr. Presidente, Sr. Presidente, acho que já que criou um certo desconforto de responder essa questão, eu não vou aqui constranger ninguém.

Eu fiz uma pergunta que eu considero muito normal, porque existe o momento que você fala, por exemplo, eu aqui estou falando como Senadora. Existirá

um momento, se eu for delegada por essa Casa para falar pela Casa, eu estou representando a Casa. São coisas de natureza diferente, não significa em hipótese alguma qualquer desqualificação, com todo o respeito pelos senhores pesquisadores. É uma linguagem que existe na academia. Uma hora você fala representando a instituição, já como algo que está consensuado na instituição, outra hora é o pensamento do pesquisador, altamente normal, aonde se faz ciência.

Todavia não quero criar uma polêmica, não tenho nenhum problema de que possamos ouvir. Aqui tem a FUNAI que representa o Governo, me parece que o Dr. Tassio, que é consultor do Ministério do Meio Ambiente. Não é essa a intenção; aliás o Dr. Tassio já está se antecipando e seria muito bom que pudéssemos ouvir a sua apresentação.

Por favor, não vamos aqui distorcer o que está sendo dito, porque tenho todo o respeito pelos pesquisadores, como independentes que produzem sua ciência. Agora, uma coisa é quando eles falam do seu *locus* de pesquisador, outra coisa é pela instituição. A pergunta que fiz foi tão somente essa.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senadora Kátia, vou resolver a questão de ordem da seguinte forma: foi preparada uma ordem cronológica que V.Exa. tomou conhecimento e todos tomaram conhecimento, porque ficou disponível. Então, nós vamos seguir essa ordem. Então, nesse momento nós vamos chamar o próximo que é o representante... Já está lá. Então, pode ser. Então... Com a palavra o Sr. Tassio, Tassio Azevedo.

SR. TASSIO AZEVEDO: Bom, queria agradecer primeiro a oportunidade de participar desse debate, acho que é bastante importante.

E... Talvez, de início colocar aqui--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu só gostaria, por uma questão de ordem aqui, o seguinte: só vai subir à Tribuna aquele que for chamado, a partir de agora. Certo? Porque é uma irregularidade o orador que não foi chamado subir à Tribuna.

Mas como o senhor já está na Tribuna, já está com o consentimento do que estava inscrito, então, o senhor já vai fazer o seu posicionamento. Mas doravante nós não vamos tolerar.

SR. TASSIO AZEVEDO: Só peço desculpas, porque eu tinha entendido que era para eu vir para cá.

Eu queria de... Primeiro salientar, sim, a posição que a gente apresenta aqui ela tem um viés claro, ela é um viés de quem defende que a gente deva conservar a floresta, porque o Código Florestal é um instrumento de conservação da floresta, não é uma apresentação

meramente técnica, ela tem, sim, um viés, e um viés bem definido.

O primeiro... Eu queria começar com uma figura que mostra as florestas no planeta. As florestas, elas equivalem a 4 bilhões de hectares, é 30% da superfície terrestre. Desse total de florestas que a gente tem 1/4, 25%, 1 bilhão de hectares são florestas tropicais.

Embora seja uma parcela menor do total de florestas que a gente tem, elas representam sozinhas mais de 50% do carbono terrestre, de toda a superfície terrestre, e também representa mais de 70% da biodiversidade que nós temos no planeta. Então tem uma importância absolutamente crucial essas áreas florestais.

Também é importante colocar em perspectiva de que florestas, as áreas florestais são a única fonte que nós temos que agrega a produção de material estrutural, de alimento, de remédios e de energia renovável, conjuntamente. Então, ela tem um papel absolutamente importante para a saúde do planeta.

Eu coloquei algumas fotos aqui que ontem eu capturei na internet, que são curiosas, porque a gente podia imaginar que fossem em algum lugar que a gente conheça aqui no Brasil. Essas fotos foram tiradas no final do Século XIX nos Estados Unidos, durante a ocupação do Oeste americano, quando se moveu do Oeste para o Leste.

Nesse processo aconteceu algo que é muito conhecido de nós, do que acontece hoje no Brasil, que aconteceu na Mata Atlântica e hoje acontece no caso da Amazônia, que é um processo absolutamente devastador com relação às florestas, a substituição de florestas para outros usos alternativos do solo, ao mesmo tempo com um processo muito forte de apropriação de bens públicos, num processo que a gente chama aqui de grilagem.

Nessa época, se conhecia muito pouco sobre conservação, aliás, quase nada sobre conservação. Não existia movimento de conservação, não existiam ONGs, não existia nada disso. Mas, nessa época, lá nos Estados Unidos se tomou a decisão de definir o que chamavam reservas florestais.

Eles não sabiam para que essas reservas seriam utilizadas, eles não tinham certeza se estes eram os lugares ideais para fazer essas reservas, mas eles tomaram uma decisão estratégica de autorizar o Poder Executivo naquele momento, de definir áreas que deveriam servir de reserva para o futuro

E por uma razão muito simples que está expressa na lei que tinha apenas quatro artigos e que dizia que o processo de reservar só poderia acontecer naquele momento, porque depois que a floresta tivesse ido, era irreversível.

Então, muitas vezes a gente toma decisões e as decisões de conservação elas estão muito ligadas a esse processo de que a gente toma ela por precaução. Se nós esperássemos ter certeza da ciência não existiria a Convenção de Mudanças Climáticas. Ela foi aprovada em 92 quando o grau de certeza sobre aquilo que a gente estava falando era próximo de 20%.

Então, essas decisões são muito estratégicas. Durante um processo de aproximadamente 20 anos foi criado todas as áreas de floresta nos Estados Unidos, que existem hoje como florestas nativas. Não existe nenhum pedaço dos Estados Unidos onde você tenha florestas nativas que não tenham sido aquelas que foram reservadas há 100 anos atrás, naquela decisão que foi tomada, mesmo sem todo o conhecimento que importante.

Esse é o debate que nós estamos tendo hoje. A decisão de se criar um Código Florestal já na década de 30, e depois a evolução dele, durante todos os anos, se ela tivesse esperado a gente ter certeza sobre o conhecimento científico que poderia embasar cada uma dessas decisões, nós não estaríamos aqui conversando sobre a floresta, porque ela não existiria, ela não estaria lá.

Eu coloquei, dividi essa conversa em três pontos bem objetivos. O primeiro, para dialogar com a proposta que foi feita para esse debate, é discutir, fazer uma leitura, talvez um pouco diferente, sobre o trabalho tão importante que os nossos colegas da EMBRAPA, especialmente o trabalho que o Evaristo vem desenvolvendo, sobre o alcance da legislação ambiental e territorial. Segundo, encaixar um pouco isso no desafio do desenvolvimento de uma economia de baixo carbono, que é o maior desafio da humanidade hoje. E, por fim, uma mensagem muito rápida, a diferença de você reformar um Código Florestal, fazer mais uma mudança nele ou a gente verdadeiramente encarar o debate de uma política florestal brasileira.

Duas perguntas, elas estão na origem desse estudo que está sendo elaborado pela EMBRAPA, embora, acho até interessante a colocação do Dr. Evaristo, de que esse é só um instrumental para a gente poder gerar cenários. Na verdade, quando você lê o material ele claramente tem um viés objetivo, é definir onde vai estar a área de não floresta, não a área de floresta. Então, são duas abordagens bem diferentes.

Então, eu coloquei essas duas perguntas: será que o alcance da legislação ambiental indígena prejudica a economia brasileira? Será que o alcance da legislação ambiental brasileira inviabiliza o crescimento da produção agrícola e pecuária?

Esse quadro resume um dos cenários propostos nesse estudo da EMBRAPA, que é o cenário que de

fato trabalha com o que está dito no Código Florestal em relação às reservas legais, aplicando aquilo que está no Código Florestal. E ele propõe que cerca de 70,5% das áreas do Território Nacional, elas seriam áreas que teriam o seu potencial econômico restringido, digamos assim, para ser, talvez, mais leve.

Eu vejo... ao analisar um trabalho, que tem várias coisas muito interessantes, inclusive para formação de cenários. Eu vejo que tem dois problemas de abordagem que a gente, que é importante levar em consideração e que levam a resultados talvez distintos quando você lê os mesmos dados de outra forma.

O primeiro é a definição de área para ocupação econômica. O quê que é que tem uso econômico e o que não tem? E o segundo é como que a gente estima a reserva legal? Depende da forma como você observa, você tem dados distintos. Sobre a tipologia de destinação de áreas, e seus possíveis usos, a gente, basicamente nesse trabalho ele aponta cinco categorias que estão agrupadas como categorias que há restrição de uso.

A primeira delas são as unidades de conservação de proteção integral, que são aquelas unidades de conservação que você não pode fazer uso direto dos recursos naturais que ali estão. Mas ela também permite alguns usos sustentáveis, por exemplo, turismo, visitação e pesquisa. Só para citar um número, isso representa, no caso do sistema de parques nos Estados Unidos, que tem 1/3 das áreas florestais brasileiras, representa uma receita de aproximadamente 3 bilhões de dólares por ano e o uso intensivo, obviamente, como a agricultura, ele não é permitido nesse tipo de área, isso é uma restrição realmente adequada de ser colocada.

As unidades de conservação de uso sustentável é permitido o manejo dos recursos naturais madeireiros e não madeireiros. E não é pouca coisa. Basta a gente lembrar que no caso da economia florestal brasileira, o ano passado o superávit comercial do setor florestal quando você desagrega, ali dentro do agronegócio brasileiro, ele representou 10 bilhões de dólares de superávit, frente a um superávit total do Brasil, de 24 bilhões de dólares, ou seja, quase que representou sozinho, o superávit feito pelo setor florestal, alguma coisa como 40% do superávit da balança comercial. Então, é uma atividade que tem uma importância econômica salutar.

E no caso do uso, de uso intensivo, é sim permitido em algumas situações. Por exemplo, nas áreas de APAS, que são as áreas de proteção ambiental, são unidades de conservação em que você pode ser atividade agrícola, atividade de uso intensivo. Vale lembrar que elas representam 4% do território, então é uma

área relativamente significativa quando você faz esse tipo de contas, dá alguns Estados de Pernambuco, não Sergipe, mas Pernambuco.

Terra indígena é permitido tanto o uso sustentável quanto é permitido o uso intensivo, mas com regras específicas que são de acordo com o definido nas respectivas leis. Em reserva legal é permitido fazer o uso sustentável dessas áreas, não há nenhuma limitação para isso desde que se mantenha a cobertura florestal. E não é permitido uso intensivo, e nas áreas de preservação permanente, como muito bem explicado pelo Gustavo, essas atividades não são permitidas.

Muito bem, então, o que realmente terá restrição de uso econômico? Então, eu tentei colocar nesse gráfico, do mais escuro para o mais claro, aonde está a maior restrição seguindo para a menor restrição. Quando a gente tenta somar isso dividindo em três grupos, um grupo é aquilo que tem muita restrição, portanto, baixa atividade econômica, um outro grupo é aquele que permite o uso sustentável, portanto permite atividade econômica em escala acontecer nessas áreas, mas com cobertura florestal, e a terceira, com uso intensivo, o gente tem o seguinte quadro. Eu vou passar rapidinho aqui.

Então, nós temos que 22% apenas tem restrições severas de uso econômico, ou seja, só sobram atividades de baixíssimo impacto, em menor escala, como a questão do turismo, visitação e outras. Mas nós temos 78% que sim, permite uso econômico com alta intensidade, embora com suas regras específicas, como é o caso de manter o bioma florestal.

Muito bem, quando a gente olha isso pelos diferentes biomas, é mais importante, porque quando a gente olha pelos diferentes biomas, o que a gente vê aqui em vermelho é a proporção de área que não há limitação, ou seja, é aquelas áreas que pode ter uso intensivo, agricultura, etc., pelos critérios que foram apresentados no próprio trabalho.

Onde apresenta essas restrições maiores? Na Amazônia, mas isso é uma proporção, então é uma área relativamente grande, mas proporcionalmente a Amazônia é uma área relativamente pequena, a gente vê lá em cima e no Pantanal, aonde, na prática, no Pantanal, não há área que poderia ter uso intensivo para agricultura, de acordo com os critérios da legislação ambiental, e isso é correta a afirmação que é feita ao longo do trabalho.

O segundo ponto é uma... Aliás, a palavra está errada, é subestimação da reserva legal, aliás, uma superestimação da reserva legal. São... A gente tem na legislação vários mecanismos de flexibilização ou compensação, que estão disponíveis para que você possa compor a reserva legal. Entre eles está a redu-

ção através do zoneamento ecológico econômico, vale lembrar que na Amazônia onde isso se aplica principalmente, nós já temos o zoneamento ecológico econômico terminado, praticamente terminado em Mato Grosso, em Rondônia está terminado e aprovado, no Acre terminado e aprovado, no Amapá ele está quase pronto, em Rondônia... Em Roraima está quase pronto e no Amazonas está quase pronto, ou seja, quase todos os Estados já estão com seus... E o Pará que está fazendo em pedaços, também já está com várias áreas em andamento.

Quando termina o zoneamento, o zoneamento, em todos os casos, ele aponta as regiões, exatamente as regiões que já tem maior utilização do uso da terra, ele aponta a possibilidade de que, para fins de recuperação, essas áreas sejam mantidas como reserva legal em 50%.

Depois temos compensação de reserva legal em unidades de conservação, que é muito interessante, porque você compensa sua reserva legal em uma unidade de conservação, isso significa que você não aumenta a área, você desconta a área de floresta. Esse é um dispositivo novo, que veio com a aprovação da lei da Mata Atlântica, até então você tinha... Você podia compensar, mas deveria, ainda no futuro, recuperar a sua reserva legal. Muito bem, além da possibilidade da cota de reserva aqueles e outros instrumentos.

Quando a gente faz um cálculo com isso, aplicando, a gente faz alguns exercícios rápidos, a gente infelizmente não teve acesso e esperamos poder no futuro ter essa discussão mais aprofundada tecnicamente com a equipe do Evaristo, nós estimamos que esse valor, ele provavelmente está super estimado, a reserva legal em 20%. [soa a campanha].

Então, se a gente faz um recálculo da reserva legal considerando essa super estimação, a gente aumenta, esse é um dado bem conservador, a área que estaria disponível para uso intensivo, chega a 30% do Território Nacional, a área para uso sustentável, 43% e se mantém os 22% de preservação permanente.

O que significa 35%? 35% significa 300 milhões de hectares; 300 milhões de hectares. Isso é muito? É pouco? É possível a gente expandir a nossa economia sem necessidade de que a gente perca cobertura florestal, que reduza os gases do efeito estufa? Aliás, com frases que a gente... O próprio Ministro Reinhold Stephanes, o Presidente Lula, sempre dizem, nós não precisamos mais abrir nada, não precisamos mais de novas áreas para expansão da nossa atividade agrícola.

Muito bem. A gente foi buscar um pouco o que significa 300 milhões de hectares. 300 milhões de hectares é a maior, é a quarta maior área de uso intensivo

do planeta, só fica atrás dos Estados Unidos, da China e da Austrália [soa a campainha]. Mas, interessante, significa 1,5 hectares por habitante no caso brasileiro e, no caso americano, significa 1,3 hectares por habitante, números que permitem a gente comparar o que significa 300 milhões de hectares, é muito.

Nesse quadrinho de baixo, eu fiz questão de utilizar só números que eu pude acessar no site da EMBRAPA, para ter certeza que eu estou usando comparações adequadas.

Então, nós temos uma situação em que 76 milhões de áreas agrícolas hoje no Brasil, que está colocado aqui no canto. Segundo dados que a gente tem também em vários centros da EMBRAPA, eles apontam que nós últimos dez anos, a agricultura brasileira dobrou de produção, a quantidade produzida e aumentou a área só em 15%.

Então, eu peguei a mesma regra e apliquei ela para o futuro, mas para ser generoso, eu apliquei que seria de 20% a área de agricultura, próximo de 20%. Então nós saímos de 76 milhões de hectares, para daqui 10 anos, 90 milhões de hectares ocupados pela agricultura, dobrando a produção agrícola brasileira. Isso nos dizem, quem trabalha com pesquisa, que é plenamente possível com a capacidade que nós temos instalada no Brasil, inclusive com a própria EMBRAPA.

No caso da pecuária, o que dá conta os números apresentados [soa a campainha] é que você pode aumentar a lotação de pastagens, no Brasil hoje, em média, menos de uma cabeça por hectare, para cerca de 3,8, 3,5 a 4 cabeças por hectare. Então, eu fiz a mesma coisa, multipliquei por dois, dobre a quantidade do nosso rebanho e realoquei eles em 100 milhões de hectares, ou seja, você pode fazer todo processo de dobrar a produção agrícola brasileira e até diminuir a área que a gente ocupa. E é até curioso, que a área que a gente... A diferença seria uma economia de 76 milhões de hectares, que é igual à área agrícola que a gente tem hoje no país.

Então, 300 milhões de hectares é absolutamente tranquilo, folgado, que a gente tem espaço para água, tem espaço para as áreas urbanas, temos espaço para as áreas estradas e temos espaço suficiente para uma agricultura

Ora, se isso tudo é verdade, precisamos considerar quanto a gente tem de floresta. Muito bem, o Brasil tem hoje uma cobertura florestal, quando você conta floresta, mais os ecossistemas associados, de mais de 500 milhões de hectares. Bom, eu disse que 500 milhões de hectares de um lado e disse que 300 milhões de hectares é aquilo que estaria disponível para que a gente pudesse ter o uso intensivo, quer dizer, não florestal, porque o resto deveria ser florestal.

Logo, tem 50 milhões de hectares que já estão desmatados e que, na verdade, não deveriam estar desmatados, deveriam estar como floresta, sabendo que isso é suficiente como área, para a gente fazer uma boa gestão territorial no Brasil.

Então, o que me faz acreditar que hoje o que nós precisamos é um esforço enorme para recuperar 50 milhões de hectares, que não deveriam ter sido desmatados, não precisavam ser desmatados e que precisam ser retornados à sua função, como função florestal. E que existe, tranquilo, espaço suficiente para que a gente [interrupção no áudio] possa aumentar as áreas de unidade de conservação e de terras indígenas, sem que isso prejudique o montante de área que é necessário, que esteja disponível para que a gente tenha atividades intensivas.

Eu queria só dar um exemplo aqui, realmente as fotos são difíceis de ver, eu vou passar rapidamente, vou para os dois minutos finais.

A gente tem um desafio muito grande colocado a nossa frente que vai se materializar em Copenhague, na discussão de clima e que essa Casa tem participado intensamente, tanto aqui quanto a Câmara, e é muito importante entender o que significa as decisões que nós tomamos sobre nossa floresta, sobre o que acontece com o clima do planeta e depois como o clima do planeta afetará a nossa floresta e afetará as nossas vidas.

Essa situação que nós temos hoje, a despeito de uma convenção de clima que foi assinada em 92, com objetivos definidos de reduzir as emissões, o que tem acontecido é que as emissões estão aumentando no planeta. E essas emissões, hoje, já são maiores nos países em desenvolvimento, e aí eu incluo no Brasil, ainda não passamos nesse tema para outra janelinha, já são maiores do que emissão dos países desenvolvidos.

Em 2020 nossas emissões, dos países em desenvolvimento, representarão 80% das emissões globais. Não há maneira da gente pensar uma solução para o clima, sem que a gente tenha um forte compromisso dos países em desenvolvimento e do Brasil, especialmente, como líder nessa área para que a gente possa alterar essa curva.

Essa curva que eu estou apresentando para vocês, talvez o que há, hoje, de mais atual sobre que cenários estamos trabalhando na discussão que se aproxima em Copenhague, o que vocês veem na linha preta é o aumento, é a curva das emissões [soa a campainha] previstas para... De emissões de gases do efeito-estufa equivalente em carbono, somando todas as emissões do plano em gigatons, e a curva em vermelho é aonde precisamos estar se quisermos

estabilizar a temperatura em, o aumento de temperatura em até 2 graus, que é o que permite a gente pelo menos conseguir sobreviver.

Significa que nós temos um *gap*, uma diferença entre aquilo que está previsto acontecer com tudo que nós já estamos fazendo hoje, frente ao que precisaria estar sendo as nossas emissões, de 17 gigatons, é isso que temos que diminuir até 2020.

O que são 17 gigatons? É duas vezes e meia o total das emissões do Estados Unidos, que é o maior emissor. Equivale a 7 a 8 vezes as emissões totais brasileiras, esse é o desafio que o planeta tem pela frente.

Recentemente foi feito um estudo mostrando todas as alternativas que existem para redução das emissões, o quanto que elas podem reduzir e qual o custo dessa redução. A boa notícia é que é possível se utilizar todas as oportunidades que estão na mesa, todas elas, de eficiência energética, todas as oportunidades relacionadas a mudança de uso do solo, nós somos capazes de chegar aos 17 gigatons, a um custo de até 60 euros por tonelada de carbono, mas é impossível, é impossível, atingir os 17 gigatons se nós não tratarmos o tema de floresta.

Nesses 17 gigatons, cinco gigatons é o que nós podemos fazer reduzindo as emissões de desmatamento e aumentando a recuperação das áreas florestais. Esse é o desafio da humanidade que está colocado para nós quando estamos discutindo esse tema, ele é muito mais amplo.

Por fim, [soa a campanha] e é o meu último, meus últimos dois Slides, eu acho que é muito importante essa perspectiva. A gente pode e a gente já fez isso, a gente sabe fazer isso. Nós podemos ter agricultura se adaptando às condições e limitações territoriais que serão impostas pelas condições ambientais globais a qual nós temos que atender. Agora, o clima e a regulação climática do planeta jamais poderá se adaptar com a perda de florestas e esse é o desafio que está colocado para nós.

Qualquer tentativa que nós fizermos nesse momento de enfraquecer os instrumentos que permitem a conservação e a restauração de florestas no Brasil nos fará andar na contramão da história, num ano absolutamente decisivo para tudo [soa a campanha].

Por fim, e esse é o meu último slide [soa a campanha], a gente tem claramente uma série de temas dentro do Código Florestal que mereceria uma revisão importante, dado o conhecimento técnico que nós agregamos. Acho que a apresentação do Gustavo, ela consolida uma série de informações que vem sendo trabalhadas por muita gente nos últimos anos e que

tão brilhantemente você conseguiu consolidar apontando quais são os problemas técnicos.

Mas uma discussão como essa, ela só pode ser feita se nós começarmos a discussão com uma premissa: nós estamos discutindo o Código Florestal para aprimorar o instrumento de conservação das florestas brasileiras, nós não estamos discutindo o Código Florestal para que possa ser mais acessível para a gente ter não floresta. Isso seria um absurdo nessa etapa que nós estamos da história e dos desafios ambientais que a gente está vivendo.

Então, sim, a fazermos uma profunda reflexão e um trabalho assertivo nesse tema, mas para constituir uma política nacional [interrupção no áudio] [soa a campanha] assim como temos uma política nacional de águas, por exemplo.

É importante, queremos descentralizar a gestão? Ótimo, mas a gente tem que criar governança para isso, tem que criar os movimentos de controle social, será que temos que ter um conselho nacional de florestas, será que temos que ter conselhos estaduais que tenham as suas definições bem regulamentadas? Qual é o regramento? Quais são os instrumentos que vão estar disponíveis? Qual é a nossa meta de cobertura florestal de longo prazo? Esse é o debate que a gente tem que fazer sobre uma reforma do Código Florestal; não é repará-lo, é fazer uma verdadeira política florestal brasileira.

Obrigado.

[palmas].

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO):

Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senador Demóstenes Torres.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO):

Sr. Presidente, o Supremo Tribunal Federal está realizando aqui no Brasil o intercâmbio de magistrados do MERCOSUL, com objetivo de possibilitar que magistrados do MERCOSUL conheçam o funcionamento da estrutura da justiça brasileira, e aqui nós temos dois desses magistrados, a Dra. Dora Szafrir Slotolow, juíza letrada de primeira instância na área cível de décimo segundo turno, que representa o Uruguai, juíza em Montevideu, e o Dr. Juan Freddy Gonzales Gonzales, juiz de instrução da província de Vila Serrano na Bolívia.

Eu peço a V.Exa. e aos nossos pares que considerem visitas honrosas ao nosso parlamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Está deferido, nós damos os nossos votos de boas-vindas a Dra. Dora e ao Dr. Juan, em visita à nossa Casa. Esperamos que a participação

nesta sessão seja útil, inclusive para formar um juízo de como que funciona o processo legislativo brasileiro. Muito obrigado pela sua presença.

Nós passamos a palavra agora ao Dr. Adalberto Veríssimo, também pesquisador sênior do Instituto do Homem do Meio Ambiente da Amazônia, IMAZON.

SR. ADALBERTO VERÍSSIMO: Obrigado, Sr. Presidente, eu vou ser breve, até porque o meu antecessor, o Dr. Tássio Azevedo, cobriu muito bem a matéria que eu ia abordar, eu vou reforçar alguns pontos.

Primeiro, no exercício, nos cenários feitos pelo Dr. Evaristo de Miranda que eu aliás eu gostaria de ressaltar, que é um material do qual a gente pode se debruçar, e, obviamente, como o Dr. Evaristo mesmo colocou, gerar outros cenários, colegas do IPHAM, ontem, em conversa, geraram um cenário parecido com o do Tássio, que na verdade parte de um patamar mínimo de 36% do Brasil, que seriam áreas aptas para uso agropecuário intensivo, todos nós queremos uma agropecuária intensiva e de melhor uso.

Nós estamos falando provavelmente, novamente, de um número que eu gostaria de reforçar, que o Tássio reforçou, na ordem de 3 milhões de quilômetros quadrados, 300 a 310 milhões de hectares para ocupar e para viabilizar a nossa agropecuária, mas uma área extremamente generosa, do qual a gente acredita que a tecnologia que a EMBRAPA vem desenvolvendo pode tranquilamente abrigar nesse território.

Reforçaria também o ponto que o Tássio colocou na necessidade da gente recuperar 50 milhões de hectares e áreas que estão degradadas, nas representações do Dr. Gustavo ele mostrou muito algumas áreas do vale do Paraíba, regiões também do Paraná, absolutamente detonadas, que precisam ser recuperadas, e o estoque restante de floresta que nós temos ser efetivamente conservada.

Há uma expectativa, portanto, de que qualquer discussão que a gente esteja fazendo no Código Florestal, a gente não pode permitir: 1) avançar sobre as áreas de floresta que existem no país; 2) garantir que haja mecanismos para que a gente possa recuperar áreas degradadas que não deveriam ter sido desmatadas.

Eu acho que o princípio de precaução tem sido fundamental no debate da questão da reserva legal.

No caso da Amazônia, eu gostaria de fazer alguns reparos um pouco mais profundos sobre o trabalho, eu acho que como o Tássio mencionou o Senador Flexa Ribeiro do meu Estado, o Estado do Pará aprovou, no governo anterior do Dr. Simão Jatene, um zoneamento que prevê 35% do Estado para a área de consolidação e 65% para a área de conservação.

E o Estado do Pará está realizando o zoneamento. Na região oeste foi delimitado 50% para fins de recomposição da reserva legal. Portanto, a equação de adequação, das preocupações levantadas pelo [ininteligível] estão se dando no âmbito, que eu acho que é o âmbito correto, do zoneamento ecológico-econômico. É lá, e não mexendo genericamente na lei, no Código Florestal que a gente vai resolver e equacionar a nossa conta.

Que eu acho que o Tássio novamente colocou muito bem, é a conta de garantir toda a área de floresta que nós temos, avançar mais 50 milhões de hectares e aí criando novas unidades de conservação, talvez não unidades muito grandes como já foram criadas, mas unidades de conservação em regiões muito críticas; quando a gente viu o próprio mapa apresentado pela EMBRAPA, a gente via a Amazônia bem protegida, mas os outros biomas, a Mata Atlântica, o Cerrado, os campos sulinos, absolutamente desprotegidos de áreas protegidas.

Então, eu acho fundamental e quero encerrar que há uma expectativa de que o Brasil seja a vanguarda na discussão de mudanças climáticas. O Brasil tem o ativo fundamental, que são as florestas, e a biodiversidade, e tem também uma agricultura que é exemplar no mundo e eu sou engenheiro agrônomo, acho que a agricultura brasileira, tem dizer, nós podemos fazer uma agricultura de qualidade, de ponta no país, sem avançar um centímetro sobre as florestas, inclusive recuperando áreas de florestas que foram desmatadas no passado, esse deve ser o nosso paradigma, esse deve ser o espírito pelo qual a gente tem que abrir essa discussão e trazer a ciência, que tem também têm visões muito diferentes, não só as representadas aqui nessa mesa.

Então, eu acho que é o ponto de partida, mas a gente não pode dar um passo atrás, a gente não pode retroceder, nós temos que garantir o patrimônio florestal e assegurar um futuro para o país e para a humanidade, que tem no Brasil a grande potência ambiental e florestal do planeta.

Muito obrigado.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Nós anunciamos agora a intervenção da Dra. Samanta Pineda, advogada socioambiental.

SRA. SAMANTA PINEDA: Bom dia a todos. Eu, na verdade, até esperava ter ficado por último, por uma questão de que todos aqui que estão falando são técnicos e eu sou advogada.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): É por isso mesmo, para intercalar.

SRA. SAMANTA PINEDA: [risos] Então agradeço Sr. Presidente e agradeço a oportunidade de estar aqui.

Eu sou advogada, sou especialista em direito socioambiental pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, eu sou consultora da Frente Parlamentar Da Agropecuária para Assuntos Ambientais.

O que nós estamos discutindo muito lá na frente parlamentar é exatamente isso que os técnicos acabaram de colocar aqui: como fazer uma agricultura sustentável, como fazer uma agricultura que cuide do meio ambiente, mas fazê-la. Porque infelizmente hoje, com a legislação que nós temos, não conseguimos fazê-la. E isso não é um discurso vazio.

No Paraná, nós conseguimos reunir mais de 20 mil agricultores pedindo mudanças na legislação ambiental. Então, se é realmente o fim que nós queremos, é igual, veio aqui o Tássio que muito bem colocou, nós precisamos proteger, como que nós vamos fazer isso? É para ter floresta, então, vamos colocar as florestas aonde elas devem estar, a nossa legislação hoje, ela não contempla absolutamente nenhuma peculiaridade, simplesmente APP tem que ser de 30 metros para determinar o tamanho de rio.

Foi demonstrado aqui pelos técnicos se são, estão falando pela EMBRAPA ou se estão falando por eles eu não questiono, porque eu acho que são extremamente competentes, conhecedores do que vem colocar, eles vem dizer que isso não é critério plausível, não é critério efetivo para se proteger meio ambiente; como é que eu vou colocar num país de 8 milhões de hectares, de 8 milhões de quilômetros quadrados um critério de proteção de beira de rio igualzinho lá para o Sul e lá para o Norte?

Quer dizer, a legislação ambiental foi boa, realmente, ela foi um avanço, nós temos uma Constituição que trouxe a legislação ambiental para a discussão constitucional, tem um capítulo dedicado ao meio ambiente, isso, sem dúvida, é um avanço.

Agora, nós não podemos continuar com a resistência que existe de alguns ambientalistas em mudar a legislação ambiental. É preciso que ela avance, isso não quer dizer que a gente vai avançar sobre a mata como alguns querem falar. Isso quer dizer que nós vamos fazer a proteção com base em fundamentos técnicos e científicos, vamos discutir de fato uma política ambiental para o país.

A lei de política ambiental brasileira que é de 1981, infelizmente está ultrapassada, ela precisa ser rediscutida. Então, a proposta da Frente Parlamentar Agropecuária que em conjunto com as entidades, com a CNA e com todos os setores que queiram vir para a discussão, e convidamos aí os ambientalistas para

discutir conosco, a nossa proposta é fazer um código ambiental brasileiro, e não só a mudança do Código Florestal.

Vamos mexer nos paradigmas, nós somos bons nisso, porque a gente tem como dogma APP e reserva legal? Isso é criação de lei, isso não é criação técnica, a gente pode rediscutir esses institutos, criando proteção de áreas frágeis, aí nós vamos considerar o solo, nós vamos considerar qual é o bem que está sendo protegido e qual é a ferramenta adequada para proteger esse bem, com base em fundamentação técnica e científica.

Nós temos universidades, instituições de ensino superior, instituições de pesquisa no país que não são ouvidas na hora de se fazer a legislação e a gente comete pecados como esse. APP hoje, se fala mexer em conceitos de APP é uma heresia, mas isso foi criado por lei e lei não muda fragilidade de solo, não muda declividade, proteger topo de morro, estamos protegendo uma coisa que não existe definição técnica.

Ou seja, a Lei de fato estada inadequada. A lei precisa ser revista e ela precisa partir de uma mudança profunda.

Infelizmente, hoje, o agricultor precisa de uma, um remédio muito rápido, porque o conceito de reserva legal que foi aí sedimentado durante todos esses anos, ele está para acontecer no momento agora em dezembro, que esse Decreto 6.514 que depois foi modificado pelo 6.686, vem exigir do agricultor, do produtor rural, que averbe a sua reserva legal até dezembro desse ano.

Agora, cá entre nós, com tudo que ouvimos aqui, é de fato efetivo para a proteção ambiental que cada propriedade tenha um fragmento isolado de floresta? A gente tem que ter coragem de questionar e dizer: "Não, reserva legal é um instituto ultrapassado"; nós partimos de uma incerteza técnica e nós estamos agora avançando nos estudos ambientais e podemos dizer que esses institutos que nós criamos e que hoje são a base da defesa ambiental precisam ser modificados.

Então, vamos esquecer reserva legal e propriedade e comunidade de planejamento da nossa política ambiental e vamos falar em bioma, vamos falar em bacia, a política de recursos hídricos, nacional de recursos hídricos está muito avançada, a gente pode fazer uma política nacional de florestas, mas uma política nacional de meio ambiente que atenda a história do país.

Tudo aquilo que foi mostrado aqui pelo professor Evaristo que existe de café em Minas Gerais, de vinho no Rio Grande do Sul, de arroz, não dá para ignorar. É impossível a gente querer fazer uma política ambiental com base em ideologia nós precisamos nos basear em técnica para que essa política funcione.

Então, a proposta da Frente Parlamentar hoje é trazer um projeto de código ambiental brasileiro que comece definindo uma política ambiental brasileira séria, com objetivos claros, calcada na ciência e na sustentabilidade, ou seja, vamos falar de meio ambiente, vamos falar de sociedade, vamos falar de economia, juntos não dá para dissociar, porque onde tem fome não há preservação; o sujeito que tem um filho com fome em casa não pensa duas vezes em derrubar uma árvore e a gente precisa dar para ele uma situação de sustentabilidade.

O Dr. Tassio citou aqui os parques dos Estados Unidos, concordo plenamente, realmente eles geram muita receita, mas a infraestrutura que é permitida se colocar dentro desses parques nos Estados Unidos, não é aqui no Brasil, nós não conseguimos fazer nada dentro das unidades de conservação para dar a elas uma sustentabilidade econômica, nem que seja turismo ecológico. Eu não consigo abrir uma trilha num parque hoje, mesmo que tenha sido só decretado e não tenha havido a regularização fundiária, como aconteceu só em 10% das unidades de conservação criadas, federais, criadas até hoje.

Então, é preciso repensar. A proposta é definir a política ambiental, definir os seus objetivos, as suas diretrizes, definir quais são os bens que nós pretendemos proteger ambientalmente, e aí nós incluímos a sociedade humana como o primeiro bem, com água, com solo, com biodiversidade, mas a sociedade como organização e como parte da natureza.

Quais são as ferramentas que nós precisamos para proteger esses bens? Nós precisamos ter uma idéia de remuneração por serviço ambiental, porque enquanto a floresta derrubada valer mais que a floresta em pé, vão derrubar; nós vivemos num país capitalista. Precisamos rever os nossos conceitos de consumo, precisamos rever a nossa forma de sobrevivência, mas precisamos encarar a realidade e não ser utópicos de acreditar que nós vamos preservar o meio ambiente por bom samaritanos que somos.

Remuneração por serviços ambientais, um licenciamento ambiental justo, adequado, empreendimentos internacionais que vem se instalar no Brasil não conseguem, em muito que vem aqui, tentar os licenciamentos ambientais, acabam desistindo de instalar os empreendimentos, porque a burocracia é muita.

Então, a lei está, de fato, inadequada. E essa proposta que a frente parlamentar quer discutir, vem aqui convidar os ambientalistas para compor conosco e para de fato fazer uma política ambiental que baseada na lei que foi feita com fundamento científico, consiga conciliar produção e conservação ambiental.

Era isso, obrigada, Presidente.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Nós é que agradecemos já que foi concisa e objetiva.

O próximo é o senhor Carlos Alberto Ricardo, coordenador do programa Rio Negro do Instituto Socioambiental, ISA.

SR. CARLOS ALBERTO RICARDO: Bom dia, agradeço ao convite Sr. Presidente e eu começo dizendo que não vou fazer a apresentação que havia planejado inicialmente, vou apenas mostrar aos senhores o estudo que o ISA acaba de publicar junto com uma rede de instituições públicas de pesquisa e organizações da sociedade civil dos nove países da Amazônia, é um estudo sobre áreas protegidas e territórios indígenas em toda a bacia amazônica e eu entrego simbolicamente ao Presidente da sessão uma cópia e, na próxima semana, o ISA estará encaminhando aos gabinetes de todos os senadores uma cópia desse estudo. Eu vou recuperar apenas um aspecto dele para os objetivos desse debate.

Primeiro, eu queria dizer que de acordo com a inspiração geral das pessoas que falaram hoje aqui nessa mesa, eu acho que a nossa pergunta fundamental não deveria ser especificamente a pergunta que, pelo que eu entendi, originou o estudo da EMBRAPA aqui apresentado, que foi de perguntar que áreas estão disponíveis para a expansão da agricultura.

Eu acho que a questão de fundo é a questão de um projeto para o Brasil e eu não vejo nenhuma possibilidade da gente responder essa questão sem passar por uma discussão séria sobre um projeto para o Brasil, do qual nós estamos absolutamente carentes. Eu me lembro, como geração, que a última vez que essa sociedade se empenhou numa discussão fecunda e efetiva sobre o Brasil com resultados práticos a nível legal foi durante a elaboração da Constituição de 1988, e de lá para cá há uma brutal fragmentação da conversa política sem que a gente consiga uma urdidura consistente e representativa para discutir um projeto para o Brasil de desenvolvimento sustentável.

Não há parâmetros para equacionar as divergências de interesse entre as partes e não é possível pensar apenas no setor da agricultura, da agropecuária e de nenhum setor que não esteja disposto a compartilhar uma discussão estratégica, eu acho que essa Casa tem como missão abrir espaço para isso, e eu sugiro que esse seminário se estenda com um âmbito um pouco maior, para o que Brasil não navegue na contramão da história e execute a sua missão e assuma suas responsabilidades sociais diferenciais no panorama da América do Sul e do planeta.

E se a pergunta de fato é essa mais ampla, eu lembro que o Brasil está patinando nessa, nessa como em outras discussões estratégicas. O Brasil é grande, mas o mundo é pequeno, a terra não vai nada bem nesse começo de século e há hoje uma insustentabilidade aguda dos padrões globais de produção e distribuição, o consumo de energia necessária à vida humana, ameaçada pela mudanças climáticas.

O Brasil é dos poucos países que ainda tem viabilidade do ponto de vista da sua base de recursos e ostenta uma população extremamente diversa com mais de 220 povos indígenas, várias categorias sociais, diversificadas culturalmente e um amplo mosaico de paisagens únicas e com grande expressão florestal.

Mas o Brasil insiste em serrar o galho em que estamos sentados, protelando decisões estratégicas que direcionem o país no rumo do desenvolvimento sustentável e da responsabilidade socioambiental. Não existe uma dimensão ambiental do crescimento econômico, do desenvolvimento social, do progresso em geral. Ambiente é o nome da coisa toda, do problema inteiro e portanto o Brasil deveria encarar isso como um projeto de país e de nação.

Eu queria, sendo bastante breve, então, mencionar, acrescentar a esse debate algumas informações. Primeiro, que eu acho que também é impossível tratar dessas questões nesse momento da vida do país sem correlacioná-las com o Processo Eleitoral das eleições majoritárias, que já está na rua e que torna o ambiente bastante complexo para que essa discussão seja travada com tranquilidade e com resultado político.

Sobre isso, eu quero registrar a publicação, hoje, pela Folha de São Paulo, de uma pesquisa encomendada pela organização da sociedade civil chamada Amigos da Terra, que mostra que a população brasileira está atenta e a quase totalidade da população brasileira está em favor de uma política de desmatamento zero e aponta que os brasileiros são quase unânimes em querer parar o desmatamento, mesmo que isso signifique abrir mão de mais produção agropecuária e ainda pretende punir no voto os políticos que se destacuem por defendê-lo.

Eu não vou ler essa matéria, a matéria é uma matéria grande, quero incorporá-la ao repertório desse debate.

Finalmente, eu queria terminar dizendo que o Brasil, nós devastamos mais da metade do nosso país acreditando que era preciso deixar a natureza para entrar na história; pois eis que agora que esta, com a sua costumeira predileção pela ironia, exige-nos como passaporte justamente a natureza. O Brasil tem um papel diferenciado no plano internacional, está patinando, corre o risco de navegar na contramão da história e não

é possível debater isso sem recordar e fazer um certo paralelo com a arrastada polêmica sobre a abolição da escravidão no Brasil, durante o Século XIX.

A abolição da escravidão foi um processo prolongado, o tráfico e o negócio da escravidão era extremamente lucrativo, mas foi proibido por questões também morais, o Brasil foi recordista na importação de escravos e foi o último país das Américas a abolir a escravidão. Só em 1888; o Haiti aboliu a escravidão em 1804.

Eu queria lembrar que o Relatório Stern, que trata das mudanças climáticas e dos efeitos sobre a economia foi publicado em 2006; eu espero que o Brasil não perca tanto tempo como no caso da escravidão, para ficar na contramão da história, sugiro que a gente “pense no Haiti, reze pelo Haiti, o Haiti é aqui, o Haiti não é aqui”. Obrigado.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Agradecemos a agilidade do Sr. Carlos Alberto, nós passamos agora ao próximo expositor, que é o Excelentíssimo Sr. Ministro Herman Benjamin, do Superior Tribunal de Justiça.

SR. MINISTRO ANTÔNIO HERMAN BENJAMIN: Presidente, eu queria agradecer o convite que me foi feito e o faço nas pessoas da eminente Senadora Marina Silva e Kátia Abreu, que organizaram esta importante reunião de hoje.

Eu fiquei em dúvida qual seria o sentido da minha presença hoje aqui, Senador Mercadante, o que os Srs. e Sras. senadores esperariam hoje de um juiz, que tipo de relatório e contribuição eu poderia fazer na data hoje.

E acredito que as observações que as Sras. Senadoras e Senadores esperam, não são tanto em relação a jurisprudência do direito brasileiro, que isso está nos repertórios e que todos esses acórdãos estão, Senador Valter Pereira, disponíveis na Internet.

Imagino que seria muito mais algumas observações a título geral, no sentido de contribuir para esse debate que vem há bastante tempo desde a época do Presidente Fernando Henrique Cardoso, em que era Ministro o Deputado, hoje Deputado, Sarney Filho.

E é nesse sentido que eu gostaria de expor e me explique aqui, por favor, como eu passo as transparências.

Eu queria começar com um olhar de fora e de alguém hoje que está há quase três anos, Senador Tassio Jereissati, um olhar de fora sobre esse processo legislativo, como que nós, especialmente o juiz, que estão aplicando a Medida Provisória e o Código Florestal veem o processo como está posto hoje, especialmente

eu, porque eu e não tenho a legitimidade para falar em nome de todos o judiciário brasileiro.

A primeira pergunta é se nós temos efetivamente um debate. Porque para o juiz é muito fácil, Senador Agripino, há um litígio, uma parte traz os seus especialistas, os seus peritos, a outra parte trás os especialistas e o juiz nomeia um perito da sua confiança, e aqui nesse debate nesses anos todos, a dificuldade é separar realmente o que é conhecimento científico, o que é conhecimento científico produzido, da maneira espontânea nos laboratórios e aquilo que às vezes é “conhecimento científico”, entre aspas, mas é encomendado por pesquisas, por consultorias, de toda a natureza.

O segundo aspecto que eu gostaria de ressaltar é que aqui nesses anos todos e eu fui parte desse processo, nesses anos todos nós temos nos concentrados nas nossas divergências e esquecendo as enormes convergências que há entre o setor rural brasileiro, e vejo vários representantes das federações estaduais aqui, e aqueles que estão lá para defender as terras, como se também os ruralistas não defendessem suas florestas, a qualidade das águas, as suas matas ciliares.

E essa confusão toda faz com que imaginemos que o conflito que está posto aqui é em relação a totalidade do Código Florestal quando, a meu juízo, não é.

Por exemplo, a própria Senadora Kátia Abreu, que hoje além de ter enorme liderança nessa casa preside a Confederação Nacional da Agricultura, já disse por inúmeras vezes, a mim pessoalmente, que desmatamento não.

Então a divergência não é em relação às partes do Código Florestal que proíbem e coíbem, limitam, restringem, organizam o desmatamento, mas em outro setor, no que tange ao passivo que está aí posto, e que, portanto, vamos localizar muito bem essas divergências.

Um outro aspecto é que o Código Florestal tem sido utilizado, nesta Casa, mas na Câmara dos Deputados e também nos debates no âmbito do Executivo e por vezes até no Judiciário, como desaguadouro para todo tipo de reivindicação de vários setores e não apenas do agronegócio brasileiro.

No tema das áreas de preservação permanente, por exemplo, quem construiu mansões ilegalmente, Senador Mercadante, no nosso Estado, no meu Estado por adoração, eu sou paraibano por nascimento, tenho essa graça de ter uma dupla filiação. Em Campos do Jordão, nas ribanceiras e nos penhascos de Campos do Jordão, estes estão buscando alterar o

Código Florestal para legalizar as mansões que estão lá construídas.

É isso que queremos debater aqui? Diante da bancada dos brasileiros que representam o setor rural? Reduzir as áreas de preservação permanente para legalizar empreendimentos imobiliários? Então, vejamos que acaba sendo o debate, aspas, “contaminado” por temas que não estão relacionados com agronegócio no nosso país.

Terceiro, há muita desconfiança sobre os dados científicos produzidos. E eu digo, para o Juiz é fácil; quando eu era do Ministério Público de São Paulo, houve um estudo coordenado pelo professor Evaristo no que tange às queimadas da palha da cana. Os representantes de São Paulo sabem que esse é um grande problema que está sendo resolvido no nosso Estado.

Muito bem, esse estudo científico do professor Evaristo dizia, comparando números e vejamos como números não mentem, mas a interpretação pode levar muitas vezes a equívocos. Comparando a mortalidade e os dados de saúde pública de várias cidades do Estado, chegou a conclusão que o ar de Ribeirão Preto na época da queimada, das grandes queimadas da palha da cana era melhor do que na instância climática de Atibaia.

E este relatório foi utilizado em todas as ações civis públicas pelos usineiros, até que caiu no descrédito e levou os usineiros de bom senso a propor simplesmente a extinção ou acabar com as queimadas. Então, é importante que nós resgatemos a credibilidade e sempre ter em mente quando alguém faz uma pesquisa, porque foi contratado – não é o caso aqui, não estou dizendo que é o caso – quando fala em nome da instituição ou quando fala em nome próprio, ou quando fala em nome de uma entidade, como essa ECOFORÇA, que coordenou esse estudo lá em São Paulo, que causou grandes estragos na saúde dos paulistas de várias cidades... De São Paulo.

E, finalmente, não vamos esquecer dos implementadores. A lei, ela precisa ser clara, ela não pode criar dificuldades para nós juizes, ela não pode criar dificuldades para os implementadores. E aqui eu acompanhei com muito gosto a apresentação do técnico da EMBRAPA Floresta sobre APPs, em que fala de profundidade, fala de textura; agora imaginem um Juiz, em cada uma das áreas de preservação permanente exigindo uma perícia para calcular a profundidade e a textura.

Uma das técnicas utilizadas pelo parlamento, isso é feito todos os dias aqui, são os cortes temáticos, que permitem que a legislação seja promulgada e aplicar, querem um exemplo, só para lembrar? O corte

temático dos 18 anos para a maioria penal. “Por que 18 anos?” Porque alguém que matou a sangue frio, às vésperas do seu aniversário, torturou, barbarizou 10 pessoas, uma família inteira uma chacina e não vai para a cadeia? Não vai para a cadeia, porque o parlamento chegou a conclusão de que não haveria a hipótese, possibilidade de tecnicamente examinar cada circunstância individual, porque isso inviabilizaria a implementação da lei.

Então, o Código Florestal não está inovando quando diz o que piso das áreas de preservação permanente é X. Pode estar errado? Pode e se o parlamento mudar nós juízes cumprimos, mas não vamos dizer que a técnica do Código Florestal inova em relação ao ordenamento jurídico brasileiro.

Imaginem esse mesmo argumento no campo da reforma agrária. No Judiciário, todos os dias nós aplicamos e indenizamos, porque a Constituição assim determina e garante ao proprietário rural que é desapropriado pelo INCRA, não é com base na qualidade específica da sua terra.

Algum proprietário rural gostaria de fazer e produzir essas perícias, “A minha terra só tem pedra”. É pela média geral e isso é técnica legislativa e técnica também do Judiciário.

Para terminar, o norte que me parece que é possível e eu vejo nessa Casa, no Senado a força e a vontade política de resolver esse impasse que inclusive nós juízes acabamos envolvidos indiretamente [soa a campainha].

Se me permite dois minutos, Senador Presidente.

Primeiro a purificação temática. Vamos deixar nesse debate aquilo que é efetivamente o que importa e está já agenda do agronegócio brasileiro, só isso, as outras questões serão tratadas nas leis específicas.

Por exemplo, na Câmara dos Deputados há um projeto de lei do parcelamento do solo urbano, já aprovada numa Comissão Especial em vias de vir para esta casa, que cuida das APPs e de outros temas ambientais no que tange a área urbanística, porque contaminar esse debate hoje no Código Florestal com esta matéria.

Separar o passado do futuro. Repito as palavras *ipsis litteris* da Senadora Kátia Abreu: não se trata de desmatamento, o tema não é novo desmatamento, isso precisa ficar muito bem claro, porque já aproxima as partes.

Terceiro, um tratamento diferenciado para os pequenos. É do direito que a isonomia olha para quem é grande, para quem é médio e para quem é pequeno. Eu não posso exigir de um proprietário rural que tem 50 hectares o mesmo tratamento daquele que tem 100

mil hectares, que tem acesso fácil aos financiamentos bancários e assistência técnica necessária para regularizar a sua propriedade.

Mas também um tratamento diferenciado para as cooperativas. Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e outros Estados tem um sistema forte, vibrante de pequenos proprietários que estão organizados em cooperativa. Essas cooperativas são baseadas na solidariedade, vamos aproveitar essa solidariedade em benefício do meio ambiente para buscar regularizar os problemas ambientais que lá estejam [soa a campainha].

E, finalmente, buscar um tratamento casuístico não, no sentido de arbitrário, mas tópicos, claro também, para que a chamadas, que eu denomino, não é linguagem técnica, perdão os colegas da EMBRAPA, denomino de culturas topográficas; culturas topográficas, a meu juízo e eu usei isso num acórdão, culturas topográficas são aquelas que dependem necessariamente de certas características topográficas do terreno, altitude, inclinação. Agora não dá para sair com um instrumental medindo a profundidade, porque isso inviabiliza a aplicação da própria lei.

E a última palavra reduzir os custos da legalização. Há muito proprietário rural, eu já estive em vários Estados da Amazônia, estive na minha Paraíba várias vezes no Rio Grande do Norte do Senador Agripino Maia, em todo o país eu viajo e há muitos proprietários que querem se regularizar, mas não tem condições de assumir os custos cartorários, os custos técnicos para esta regularização e acho que é papel do legislativo, e do judiciário quando for possível viabilizar esta regularização da forma mais fácil possível.

Muito obrigado.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Nós agradecemos ao eminente Ministro Hermann pela objetividade de sua exposição.

O último expositor é senhor Márcio Meira, Presidente da Fundação Nacional do Índio, FUNAI. Enquanto ele assume a tribuna, eu gostaria de registrar aqui as escusas do Senador Flávio Arns, Presidente da Comissão de Educação que tem uma audiência neste órgão técnico e por isso teve que ausentar-se, mas ele já requisitou todo o material produzido aqui com as exposições, com as transparências para que aqueles que compõem a sua Comissão também possam acompanhar a evolução desse trabalho que nós estamos produzindo hoje. Com a palavra... Sr. Márcio Meira.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senador Demóstenes Torres.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO):

Apenas para dizer que vamos tomar o mesmo procedimento do Senador Flávio Arns. Ou seja, a Comissão de Constituição e Justiça, a partir da última exposição, volta para a pauta de hoje liberando, claro os membros que desejam ficar aqui até o final, ao final nós pegaremos todo o material que foi produzido, distribuiremos a todos os senadores que compõe a Comissão de Constituição e Justiça e a partir do meio dia, então, peço a V.Exa. que não considere mais formalmente para que a participação da Comissão de Constituição e Justiça para que nós possamos abrir regularmente a nossa sessão.

E deixando claro aos senhores senadores que vou votar as matérias consensuais não polêmicas; se houver o quórum adequado nós podemos partir para aquelas discussões mais polêmicas, caso contrário votaremos as matérias de consenso entre governo e oposição.

Aproveito apenas para deixar uma exortação, uma provocação ao debate que deve se estender, quanto às competências, eu subscrevo aqui praticamente tudo que disse o Ministro Hermann Benjamin, a quem conheço há muito tempo, um lutador pela causa ambiental e há muitas discussões, naturalmente, lado a lado, que nós temos que considerar.

Acho que é inevitável a atualização do Código, sem sombra de dúvida, mas a questão da competência, hoje nós temos superposição de competência, especialmente para licenciamento ambiental, o que acaba gerando um atrito, falso, na minha opinião, entre produtores e ambientalistas, porque todos têm que ser ambientalistas e todos tem que ser a favor do progresso do país.

Então, como é que nós vamos conciliar isso? A medida que nós estabelecermos, convenientemente, qual é a competência dos municípios, qual é a competência dos estados e qual é a competência da União.

Se continuarmos com essa sobreposição, ou essa superposição de competência, certamente não vamos contribuir muito para que o debate possa avançar.

Com essa consideração, Sr. Presidente, peço desculpas por ter feito agora ainda durante os debates, mas peço a V.Exa., assistirei o último expositor, para que considere a partir do final da exposição que a CCJ não mais participa formalmente, para que nós possamos abrir a nossa reunião a partir de então.

Muito obrigado a V.Exa..

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): A Mesa compreende as razões ar-

guidas por V.Exa. e levará na devida consideração, da mesma forma que o fez em relação ao Presidente da Comissão de Educação.

Com a palavra o Sr. Márcio Meira.

SR. MÁRCIO MEIRA: Obrigado Senador Valter Pereira, queria agradecer o convite feito à FUNAI, para participar deste debate aqui no Senado, parabenizando as Senadoras Kátia Abreu e a Senadora Marina Silva por essa iniciativa, que considero muito importante e que acho que deve ser continuada, inclusive, e ampliada, com convite a outras instituições científicas, técnicos, que possam contribuir para esse debate que é crucial, não só para a questão da agricultura, do desenvolvimento da agricultura, da pecuária, no Brasil, mas crucial para o Brasil como um todo, em termos da sua sociedade, da sua necessidade de desenvolvimento.

Eu aqui vou me ater explicitamente a contribuição que tem as terras indígenas nesse debate e vou aqui ser bem breve, na medida em que eu... Parte do que eu ia expor já considero parcialmente realizado pela apresentação do Tássio quando fez aquela apresentação geral sobre a configuração do mapa de áreas protegidas no Brasil e vou me ater aqui explicitamente às terras indígenas.

No caso das terras indígenas a legislação brasileira, ela é muito clara e específica, destacando as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, do mercado imobiliário ou do mercado de terras do Brasil. As terras indígenas são aquelas que são de usufruto exclusivo dos povos indígenas, são de propriedade da União e constituem um direito originário, ou seja, um direito anterior ao direito.

Portanto, quando o estado brasileiro identifica uma terra indígena, ele apenas reconhece que aquela terra é tradicionalmente ocupada pelos índios, conforme os seus usos, costumes e tradições, conforme estabelecido no art. 231 e no art. 232 da Constituição Federal.

Hoje as terras indígenas brasileiras constituem aproximadamente 13% do território nacional, elas estão ali contidas naquela... Na apresentação do técnico da EMBRAPA e também na apresentação do Tássio, dentro daquelas áreas protegidas e elas têm esse estatuto particular que não são apenas terras de proteção ambiental, elas são, sobretudo, terras de direito originário dos povos indígenas, portanto, de proteção também do patrimônio cultural brasileiro constituído principalmente pelos 225 povos indígenas que vivem no Brasil, que são de enorme diversidade cultural e étnica.

E o Brasil é um dos países que tem a maior ou uma das maiores diversidades linguísticas e étnicas do planeta e que tem na sua ordem constitucional a

obrigação de proteger, promover esses povos, essas culturas e as suas terras tradicionalmente ocupadas.

Então, nesse sentido, o que nós observamos nos últimos anos, nas décadas, inclusive, desse período republicano brasileiro, principalmente, é que as terras indígenas reconhecidas pelo Estado brasileiro, que sempre tiveram como foco principal a proteção dos povos indígenas e continuam tendo esse foco, elas também, sobretudo nos últimos anos, com o avanço do processo de desmatamento ocorrido na Região Amazônica, principalmente no bioma amazônico.

E também com os fenômenos climáticos que estão ocorrendo cada vez mais no planeta, as terras indígenas brasileiras tem se constituído um enorme contributo do país, do Brasil, e esse contributo nós devemos principalmente aos próprios povos indígenas, de proteção de partes extremamente importantes do bioma amazônico e também de outros biomas e no caso, sobretudo do bioma amazônico, de partes da Amazônia extremamente singulares do ponto de vista da biodiversidade e dos recursos florestais.

Portanto, há aí nesses, aproximadamente, como eu disse, 13% do território nacional, uma contribuição imensa do Brasil, e uma contribuição imensa dos povos indígenas do Brasil, e aqui eu aproveito para cumprimentar os caciques xavantes que estão presentes no Senado hoje, assistindo a nossa sessão, lá do Mato Grosso, Cacique Aniceto, que está ali participando deste debate, como testemunha a proteção que tem também outros biomas, como por exemplo, o Cerrado, como por exemplo o Pantanal, como por exemplo a Mata Atlântica e que muitas pequenas áreas de Mata Atlântica no Brasil foram protegidas e estão protegidas por conta da presença, por exemplo dos Guarani ou de outros povos indígenas dessa região.

Portanto, do nosso ponto de vista, do ponto de vista do Estado brasileiro, do órgão indigenista brasileiro que é responsável pela proteção dos povos indígenas e das suas terras, que são de propriedade da União e inclusive com o aval agora mais fortalecido ainda nesse... Nessa compreensão e nessa função política que tem a Fundação Nacional do Índio, pela decisão recentemente tomada pelo Supremo Tribunal Federal em relação a correção da demarcação da terra indígena Raposa Serra do Sol, no Estado de Roraima, nós temos a convicção que as terras indígenas tem uma contribuição realmente muito importante, significativa para essa parte do território nacional que é destacada, no bom sentido, para a proteção.

Mas eu queria, antes de concluir, Senador Valter Pereira, senadores, senadoras, ousar dizer que eu acho que esse debate, ele diz respeito ao que nós queremos para o nosso planeta, na verdade. Quer di-

zer, o Beto Ricardo falou aqui, o que nós queremos para o Brasil, um projeto de Brasil, eu creio que esse debate, ele é tão importante, Senadora Kátia Abreu, Senadora Marina Silva, que merece continuidade e amplitude científica, técnica, política, inclusive debatendo com os indígenas, que tem uma enorme contribuição, porque viveram e vivem no Brasil há 15 mil anos e nunca destruíram as florestas, portanto tem um conhecimento extremamente sofisticado de como produzir agricultura na floresta sem destruir e que muito desse conhecimento foi aprendido pelos brasileiros como um todo, nesses 500 anos.

Eu creio que o grande desafio que temos a discutir e aí foi mostrado o exemplo dos Estados Unidos é... Se existe a possibilidade, hoje, de um grande país do mundo oferecer à humanidade, a possibilidade, de promoção do desenvolvimento econômico, agrícola, da pecuária, o desenvolvimento industrial, enfim, o crescimento econômico, com o cuidado necessário, às florestas, aos biomas, sem destruí-los, é o Brasil.

Ou seja, o grande desafio que o mundo tem hoje para o cuidado do seu meio ambiente, inclusive com a preocupação do aquecimento global que se dá hoje, o Brasil é um ator fundamental, porque ele ainda é um dos pouquíssimos países de grande porte no mundo que pode dizer para o mundo que o que aconteceu, por exemplo, nos Estados Unidos no Século XIX, o que aconteceu na Europa ao longo de tantos séculos, o que tem acontecido na Ásia, na China, nós do Brasil podemos dizer ao mundo que: "Não, é possível sim, no Brasil acontecer diferente", acontecer de uma forma em que as florestas sejam preservadas para os nossos netos, bisnetos e nós possamos também promover o desenvolvimento.

E eu creio que nesse aspecto, Senador Valter Pereira, de forma muito, obviamente de muito... Com muita humildade, eu creio que os povos indígenas podem dar um ensinamento muito grande à sociedade brasileira de como isso pode ser possível, pelo exemplo, pela preocupação pelas referências culturais que eles têm em relação, ao respeito que eles tem às florestas e ao meio ambiente.

Portanto concluo dizendo que a FUNAI, a instituição indigenista brasileira, e tenho certeza, os povos indígenas brasileiros, tem interesse em participar de um debate como esse para contribuir para que a gente possa mostrar para o mundo que o Brasil pode sim mudar a história e deixar um legado para a humanidade de que é possível o desenvolvimento com a proteção do meio ambiente, com a proteção das florestas.

Então, essa era a mensagem que eu queria trazer, pedindo, agradecendo mais uma vez e pedindo desculpas pela chegada um pouco atrasado, porque eu

estou hoje presidindo a Comissão Nacional de Política Indigenista, em reunião ordinária, e por isso tive que me ausentar de lá rapidamente, para vir aqui, mas não deixei de vir exatamente, porque considero esse debate muito importante no Senado Federal brasileiro.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Nós agradecemos a intervenção do senhor Márcio Meira, Presidente da FUNAI e registramos aqui a presença dos dois caciques lá do Mato Grosso que estão presentes nessa Sessão, em nome dos quais homenageamos todas as etnias que tanto contribuíram para o país, não só na preservação das florestas, mas na preservação da integridade territorial.

A seguir nós vamos passar para os debates, tendo prioridade a Senadora Kátia Abreu, autora do requerimento desta Sessão. Senadora Kátia Abreu com a palavra.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Obrigada, Sr. Presidente, eu gostaria dizer da minha alegria e satisfação novamente, poder estar acontecendo essa Audiência Pública de minha autoria, aonde percorri as onze comissões permanentes do Senado Federal para aprovar esse requerimento, mas agradecer a todos os senadores, especialmente aqueles que complementaram o meu requerimento inicial, da minha autoria como o Senador Mozarildo Cavalcanti, Senadora Rosalba, Paulo Paim, Senadora Marina Silva, Senador Suplicy e Crivella, Senadora Serys Slhessarenko, Senador Valter Pereira, Senador Gilberto Goellner, Senador Leomar Quintanilha, muito obrigada pelos apoios e os complementos dos convidados, que aqui se encontram hoje.

Sr. Presidente, hoje tem uma pesquisa na *Folha de São Paulo* encomendada por uma ONG dizendo que 94% dos brasileiros prefere a suspensão de desmate a maior produção. Eu só sinto muito a pesquisa não ter sido feita apenas junto aos produtores rurais, apenas com os produtores rurais, porque ao invés de 94%, teria dado 100% dos produtores rurais do Brasil são contra o desmatamento.

[palmas].

Então, eu quero iniciar aqui as minhas palavras falando três coisas da maior importância. Nós não estamos aqui, senhor Tássio, representante do Ministério do Meio Ambiente, nós não estamos aqui discutindo o desmatamento, nós não temos interesse em desmatamento, nós estamos falando de outra coisa, nós estamos falando de regularização fundiária, porque apesar da palestra de V.Exa. ter sido bastante esclarecedora, bastante lúcida, muito bem, didaticamente bem explicada, nós não estamos no foco que V.Exa. aqui apresentou, V.Exa. apresentou um foco de ques-

ção de desmatamento de aquecimento global, não é essa a tese da CNA, dos produtores rurais do Brasil, de todos os tamanhos.

Segundo ponto. Nós não estamos discutindo, Sr. Representante da FUNAI, absolutamente sobre as terras indígenas e nem as unidades de conservação. Elas somadas, todas as terras indígenas, unidades de conservação, estadual, federal e municipal já ocupam 30% do território nacional, não estamos discutindo isso, ou seja, em torno de 250 milhões de hectares dos 850 milhões que o Brasil tem.

Então não estamos discutindo desmatamento, não estamos discutindo terra indígena e não estamos discutindo unidades de conservação. Nós estamos discutindo, Sr. Presidente, sobre regularização fundiária, e apesar de não queremos desmatamento, de não estar na nossa pauta essa questão, eu vejo aqui nos debates a questão da solicitação especialmente pelo Ministério do Meio Ambiente e demais sobre a recuperação necessária de 50 milhões de hectares, que devem ser replantados no Brasil, sugeridos aqui pelo Ministério do Meio Ambiente.

Eu não quero discutir se isso é bom, se é ruim, se dá para fazer se não dá, se é necessário ou não é. Eu só quero colocar preço nisso, a S.O.S. Mata Atlântica orça que a recuperação por hectare fica em torno de 10 a 12 mil reais por hectare, mas vamos colocar 10 mil reais por hectare, porque eu não precisaria da S.O.S. me dizer isso, porque sou produtora rural e sei que custa isso.

Se nós pegarmos 10 mil reais multiplicarmos 50 milhões de hectares, nós precisamos de 500 bilhões de reais pra recompor o que V.Exa. sugere. Só ficou faltando dizer da onde seria a fonte que nós usaríamos para recompor essas áreas.

Com relação ao aquecimento global, eu também me preocupo muito, acho da maior importância essa discussão, mas nós precisamos, nós brasileiros, continuar fazendo o que estamos fazendo, porque, graças a Deus, nós estamos numa emissão de CO2 muito inferior ao que o mundo está fazendo, enquanto a média, Dr. Hermann, no mundo, de emissão de CO2 por indivíduo é quatro e meia toneladas por cada um, na América Latina a média é dois e meio, e aqui no Brasil nós estamos emitindo apenas 1.8 de CO2 por habitante, mas se nós pudermos diminuir e ajudar o mundo isso ainda é bastante prudente e necessário.

Quando nós vemos aqui apresentado por um dos membros, não tem importância, pode sorrir aqui é todo mundo livre, aqui é Democracia, pode sorrir cingidamente como o senhor quiser, quando nós estamos aqui falando de limitação de áreas e que 350 milhões

de hectares já é suficiente, que não precisamos mais disso, eu também não quero discutir sobre isso.

Se o Ministério do Meio Ambiente está dizendo que 350 milhões não precisa mais, porque é o mesmo tanto que tem nos Estados Unidos, quem sou eu para discutir. Eu só quero lembrar a V.Exa., que nós temos 1 bilhão de pessoas que passam fome no mundo, especialmente na África subsaariana, mas talvez não seja problema do Brasil, talvez nós não somos a fazenda do mundo, e nós somos, por incrível que pareça, por uma benção de Deus, nós somos o único país do mundo que temos áreas para matar essa fome, sem desmatar uma árvore, Dr. Benjamin, sem desmatar uma árvore, apenas utilizando melhor as áreas de pecuária, melhorando a produtividade de áreas de agricultura, porque aqui fala 4 a 5 cabeças por hectare, eu fico impressionadíssima com a precisão de alguns aqui, 4 a 5 cabeças por hectare no Brasil, é alta tecnologia, de pouquíssimos pecuaristas que conseguem atingir isso.

Nós estamos falando de 5 milhões de produtores rurais, aonde apenas 1 milhão e 200 mil deles são produtores comerciais e ainda assim, de um 1 milhão e 200, eu não tiro 10% que tem essa alta tecnologia de 4 a 5 cabeças por hectare, e a produtividade ideal, Se V.Exa. não sabe, eu vou repetir o que um pesquisador da EMBRAPA me disse, a produtividade real de uma propriedade e a melhor possível, é aquela que o produtor pode ter; porque a tecnologia está aí, define quanto de adubo, quanto de defensivo, quanto de calcário, porque será que o produtor não põe, será que ele é bobo? Ou ele não põe porque não tem esse aqui? Ele não usa a produtividade máxima por falta de recurso e política agrícola, que esse país não tem.

Então, eu fico impressionadíssima de imaginar que nós temos 100 milhões de hectares, no mínimo, disponíveis para produção, isso dá para alimentar 1 bilhão de pessoas, porque isso significa, colegas, amigos senadores e senadoras, significa 280 milhões de toneladas de grãos, apenas nessa área que não tem necessidade de desmatamento.

Nós estamos aqui, uma conta que nós fizemos na CNA, mas não com muita certeza, mas, no mínimo, 13 anos discutindo o Código Florestal, 13 anos de discussão; 60 modificações foram feitas, mais de 60 modificações, dentro de 11 legislações, de 1965 a 2009, em 44 anos. Eu só quero lembrar aos colegas que o Código Florestal, o segundo Código Florestal foi feito em 1965, o primeiro em 1934. Em 1965 nós não tínhamos a EMBRAPA, que foi criada em 73, em 1973, nós não tínhamos o mapeamento pedológico de solo, que foi criado muito depois, nos anos 70, nós não tínhamos o RADAM, que só veio na década de 70, que

é o radar, aonde identificou a primeira vez Carajás, a Jazida de Carajás, nós não tínhamos satélite de monitoramento, nós não explorávamos a Amazônia, nós não tínhamos a BR 164, nós não tínhamos a BR 153, nós não tínhamos a tecnologia de Cerrado, que só veio na década de 70, 75 até 85, nós não tínhamos o plantio direto, Sr. Presidente.

Hoje, 40% da produção de grãos está no plantio direto. Portanto, lá naquela época as Cataratas do Iguaçu eram vermelhas e hoje são verdes, cristalinas e transparentes, por conta do plantio direto no Estado do Paraná.

O Brasil era um grande importador, especialmente de carne, de feijão e de leite. O Brasil só existia, colegas senadores, vocês sabem disso, na faixa litorânea, o Brasil só existia a Mata Atlântica quando foi feito o Código Florestal Brasileiro, o Brasil do interior, ele começou de fato com a criação de Brasília.

E eu quero lembrar que se não fosse a EMBRAPA, se não fosse a EMBRAPA a desenvolver as tecnologias que nós temos hoje assessorada com outras universidades federais, estaduais, privadas que vem fazendo um trabalho maravilhoso pelo agronegócio, se nós tivéssemos produzindo hoje a mesma quantidade de grãos, com a tecnologia dos anos 60, nós precisaríamos de mais 60 milhões de hectares para produzir o que produzimos hoje.

Isso significa que nós aumentamos nesse período, em torno de, pouquíssima área e alta produtividade em todo esse período. Então, quero aqui lembrar o Código Florestal de 34 a 65, os dois Códigos Florestais, o primeiro e o segundo, foram criados quando o Brasil era o Brasil da Mata Atlântica e o interior não existia.

O que aconteceu com esse Brasil de 1965, até 2006, 41 anos depois? Aconteceu, nada mais, nada menos de que as áreas dos estabelecimentos agropecuários aumentaram em 30%, em 1965 nós tínhamos 30% a menos de propriedades rurais. Mas a população nesse mesmo período no Brasil aumentou 127 e a população rural infelizmente decresceu em 24, nós tínhamos 40% naquela época, da população no campo, e hoje nós temos apenas 16%.

O que aconteceu ainda? As áreas de lavoura aumentaram 145%, nós tínhamos 31 milhões de hectares em 1965 e hoje, em 2006, nosso último dado, nós temos 76 milhões de hectares um aumento de 145% em área. Mas apesar de termos aumentado 145% em área plantada em 44 anos, nós aumentamos a nossa produção em 624%, aumentamos a nossa produtividade em 221% neste país ao longo desses 42 anos.

Mas, eu quero, Sr. Presidente, aqui cumprir a meta da CNA; nós não queremos mais, nós não podemos mais discutir assuntos que nós não entendemos, nós

entendemos disso que eu acabei de dizer, de produção, de produtividade, de emprego, de PIB, de exportação, de balança comercial, pode falar conosco que nós nos empenhamos para responder a respeito desses questionamentos eu não posso me vestir de ecóloga, eu não posso me vestir de engenheira florestal e querer dar palpite aonde eu não sou chamada, aonde eu não conheço. Eu sei as minhas limitações.

Agora eu não posso abrir mão também, Sr. Presidente, da legislação. Eu não abro mão da Constituição Federal. Então, nós não pretendemos estar aqui discutindo se é muito, se é pouco, se está bom, se tem que recompor, quanto é, quantos metros e quantos por cento, me recuso. Nós, produtores rurais do país, nos recusamos a esse debate; nós queremos a palavra com a ciência, e quem não valoriza a ciência, quem acha que a ciência não está a altura de nos orientar, é pessoa que apóia os achismos, porque a ciência é tudo aquilo que eu tenho de concreto, embora ela não seja absoluta, mas é o que eu tenho de concreto, e eu quero pautar toda a minha vida em cima da ciência, em qualquer área que eu posso debater nessa casa.

Mas eu quero, Sr. Presidente, apenas aqui fazer um comentário da maior importância a respeito dos debates, das informações equivocadas, que às vezes são repassadas à sociedade. Por que nós temos que perdoar os produtores que desmataram? Por que eles não tem que recompor suas reservas? Porque esse pessoal motosserra foi lá e destruiu tudo? Esse pessoal que fez o Brasil exportar mais de 170 milhões de tonelada de grãos, esse pessoal que é responsável pelo único setor do Brasil que faz a balança comercial superavitada. Não existem nenhum, esses motosserra, que faça a balança comercial ficar positiva se excluirmos nós da economia nacional.

Mas isso não é desculpa e nós nem queremos usar isso de argumento para desmatamento e para não proteger o meio ambiente, porque se o meio ambiente é importante para todos, para nós é muito mais, porque além da saúde, além da preservação do nosso patrimônio genético, além do nosso patrimônio de biodiversidade, o meio ambiente para nós é vital para ganhar dinheiro, nós não vivemos sem água para produzir, nós não vivemos com terra com erosão, nós precisamos da biodiversidade para equilibrar as pragas e as doenças dos nossos animais e plantas.

Então, o meio ambiente para nós é vital, faz parte do nosso bolso, nós precisamos dele economicamente. Então, não existe produtor rural *versus* meio ambiente; existe produtor rural e meio ambiente. Nós somos os verdadeiros fiscais e os mais importantes desse meio ambiente, desde que nós não possamos fazer a maior injustiça que esse país está fazendo: impor leis que

não podem ser cumpridas, isso não é honesto com a sociedade.

Nós estamos colocando os produtores do país, quase 5 milhões de produtores rurais, hoje estão criminalizados, Senador Tassio Jereissati, sem exceção, especialmente os pequenos e especialmente os da reforma agrária, que foram todos assentados às margens dos rios, com muita inteligência, pequenas propriedades não podem ficar longe da água.

Mas ninguém se lembrou que a margem de rio é APP e os assentamentos, quase que 90% deles estão ilegais, assim como os pequenos produtores, assim como todos nós estamos com um Decreto que foi prorrogado até dezembro pelo Presidente, editado o ano passado que criminalizou a todos, com multas pesadas, confiscatórias das propriedades rurais, produtores sendo presos pelo interior do Brasil, pelos promotores de meio ambiente, que estão tentando cumprir a lei.

É uma legislação que não condiz com a realidade brasileira, Sr. Presidente. Eu quero aqui rapidamente fazer três comentários sobre a reserva legal. Em 34, olha se os produtores desmataram sem ordem, olha se os produtores não cumpriram a lei a risca, e depois a lei seguinte jogou todos eles no crime; em 34, o Código Florestal primeiro dizia que nós podíamos desmatar uma quarta parte do país, isso significa 75%, e portanto a reserva legal seria de 25 para o Brasil inteiro, em que pese aquele tempo só existia a Mata Atlântica. Trinta e um anos depois, o Código de 1965 mudou a regra, dizendo "Não, vocês não precisam deixar 25, vocês podem deixar só 20%, pode desmatar mais 5. Agora, vocês da Região Norte e Norte do Mato Grosso, é 50, hein? Não é 25 mais não, se vocês tiverem desmatado, podem plantar de novo", "Então está bom".

Depois, em 1989, 24 anos depois vem de novo a legislação e disse: "Ópa, vamos criar agora os 20% do Cerrado, o Cerrado não tem reserva legal, então vamos criar agora 20%", em 1989; eu quero lembrar a todos senhores e senhoras que o Cerrado foi desenvolvido entre 75 e 85 e em 10 anos se desmatou tudo do Cerrado brasileiro. Em 89, vem dizendo "Não, agora vocês do Cerrado que ampliaram a produção em 40%, podem recompor 20% de suas propriedades", sem indicar a fonte do dinheiro. 20% para as demais, continuou e 50% para o Norte continuou e criou o termo reserva legal, porque aqui o representante do Ministério do Meio Ambiente, disse que os Estados Unidos está correto, lá é cobertura florestal, aqui também era, aqui também era. Era cobertura florestal e depois virou reserva legal.

Depois, colegas senadores, 7 anos depois, em 1996 começou uma Medida Provisória, valendo como

lei, que nós não votamos. Hoje, a grande maioria da legislação ambiental não foi votada por nós, nem pelos senadores nem pelos deputados, porque é aquela Medida Provisória antiga, que foi congelada, que vem sendo reeditada inúmeras vezes sem ser apreciada por nós.

Então, em 96, aí alterou de novo: “Ôpa, vocês produtores do Cerrado, esperem um pouquinho. Cerrado no Norte e no Norte de Mato Grosso, não é 20 mais não, é 50, está bom, é 50%” e disse para o pessoal do Norte, de floresta e Norte de Mato Grosso, “Não, vocês não é 50 mais não é 80, está bom, de reserva”, isso 96. Quatro anos depois, não satisfeitos, em 2000, a mesma MP que basta ser acrescida pela Presidência da República, Casa Civil, não foi votada por esta Casa, disse de novo: “Opa, espera aí um pouquinho. Cerrado da Amazônia não é 50 mais não, espera aí é 35, mas a floresta continua 80 e as demais 20.”

Então, eu quero apenas aqui deixar nenhum comentário, se é 20, se é 30, se é 40 ou se é 100 que querem deixar, eu só preciso comentar, nós que entendemos de lei, que fazemos as leis, que isso aqui não é possível, a retroatividade da lei para sucumbir uma categoria é inconstitucional. A retroatividade não pode vir para prejudicar e antes que alguém diga: “Mas preservar o meio ambiente não é prejudicar.” Depende. Se você pega um cidadão, um indivíduo e não mostra as fontes e os recursos que ele deverá recompor essa área e quem vai substituir a produção e a renda dele naquele espaço, você está prejudicando ele sim. Porque o meio ambiente ele é um bem coletivo, e não pode ter um ônus individual.

Agora, na APP, a mesmíssima coisa, isso na reserva legal, desde o Código de 1934, ainda com relação a reserva legal, sempre se descreveu em todas as mudanças, isso nunca foi alterado, mas tem gente que faz de conta, especialmente o IBAMA e o Ministério do Meio Ambiente, que isso não é bem assim, porque fala-se da reserva, senadores, na propriedade e não da propriedade, o *na* com o *da* são duas coisas totalmente diferentes. “Eu quero um espaço na sua casa, ou eu quero 20% da sua casa, ou eu quero 20% num espaço na sua casa.”

Então, quando eu digo que eu quero a floresta em pé em 80% ou 20, ou 35, *na* sua propriedade, eu estou dizendo que é daquela, daquele espaço que está em pé naquele momento e não naquele que já foi desmatado, desde 1934 é assim, são das florestas e formas de vegetação existentes na propriedade e não 80 ou 20 *da* propriedade inteira, é totalmente diferente e claríssimo, embora muitas pessoas fazem questão, é o art. 16, quem tiver a curiosidade, do Código Florestal, está claramente, em todos eles demonstrando isso.

APP não foi diferente, APP são as margens de rios e os topos de morro. Nós começamos em 1965, no Código Florestal, dizendo o seguinte: “Produtores do Brasil” [interrupção no áudio] Por favor. Um pouquinho de paciência, eu acho que o desequilíbrio aqui das apresentações foi bastante forte, não tem importância, a democracia é isso, nós nos descuidamos, mas acho importante poder fazer o contraponto.

Sr. Presidente, em 1965, o Código Florestal disse aos produtores do Brasil: “Na margem de rio, vocês não se preocupem não, se o rio for de 5 metros, a metade de 5 a 100 metros a largura do rio. Então, o seguinte: 5 metros se o rio for de 10 metros, pode deixar só 5 que está bom. Agora, se o rio for de 10 a 200 metros, vocês podem deixar só a metade. Então se o rio for 10 é 5, se o rio tiver a largura de 200, 100 metros, Ok.”

Então, sempre em cima da largura do rio. E o professor Gustavo colocou aqui com muita clareza e brilhantismo, a largura do rio não é parâmetro para a análise de margem de rio, o que é parâmetro para escolher a margem do rio é exatamente o solo, a margem do rio, se ele é arenoso ou argiloso se ele tem declive ou se é plano ou se o solo é profundo ou se o solo é raso, isso é óbvio. Isso significa que num mesmo rio, um de frente para o outro eu posso ter uma margem maior de um lado e uma margem menor do outro.

Agora, Dr. Herman, por isso que essa legislação não pode ser tratada nessa Casa. Não, há possibilidade da Legislação Federal tratar desses detalhes, dessas peculiaridades. Então a APP, depois 21 anos depois 86, “Ó, não é assim mais não, vamos começar tudo de novo”, em 86, gente, olha quantos anos tem isso, foi agora. Então, as margens de rios que antes poderiam variar de 5 a 100 metros, agora mudou tudo. “Agora é o seguinte: você tem que plantar 30 metros se o seu rio tiver 10”, antes era 5, vocês lembram. Então, o rio de 10 metros de largura, planta 30 na margem, se o rio tiver 10 a 50 de largura planta 50, se o rio tiver de 50 a 100 metros de largura, planta 100. Era a metade, hein? Rio de 100 a 200 de largura, planta 150 e chegou a 200 metros o máximo.

Mas não satisfeitos, três anos depois, não estou discutindo se é pouco ou se é muito, eu estou discutindo legislação e retroatividade de lei como nós fomos jogados no crime ao longo desses anos e ainda querem que a gente recomponha. Três anos depois, em 89, “Vamos mudar de novo, resolvemos aqui, então tá, os rios com 200 a 600 metros de largura, agora vocês têm que plantar 200 e os rios com mais de 600 metros de largura, aí vocês plantam 50 metros. Ah, e tem mais um detalhe, a partir de hoje, nascente e olho d’água 50 metros tudo”. E nas borda dos tabuleiros, que não tinha nada... O que é borda de tabuleiro? É o

seguinte: vem o morro e por cima ele é plano, a borda do tabuleiro é essa quina antes de sair do plano [soa a campanha], para descer para a encosta, que nunca tinham dito nada e tudo produzindo, “Não, agora, dessa quina para dentro 100 metros”, sem condições de recomposição, sem nenhuma orientação com relação à recuperação e eu quero aqui entrar no assunto que mais me interessa nesse momento.

Sr. Presidente, eu disse que preciso da ciência como preciso da água e do ar, para me orientar, meu mandato e minhas posições sempre, mas eu preciso da Constituição. Eu gostaria de chamar atenção dos colegas no art. 24 da Constituição, especialmente nos parágrafos 1º, 2º e 3º, do inciso VI, aonde diz o seguinte: matéria de meio ambiente não é mais competência da União, como era antes de 88. A Constituição de 46, a Constituição de 67 colocavam... Na emenda 1, inclusive, colocava que a matéria de meio ambiente era exclusividade da União. Ponto.

Depois de 88, Sr. Presidente, depois de 88 as coisas mudaram e meio ambiente passou a ser matéria de competência concorrente [soa a campanha], o que significa matéria de competência concorrente, essa casa sabe mais do que todo mundo no país: a União define as linhas gerais, as normas gerais e os Estados definem as suas particularidades, as suas peculiaridades locais ou regionais, como o caso da APP. Eu vou definir a minha APP de acordo com o meu solo, de acordo com o meu relevo, de acordo com a textura dele, com a profundidade dele, com o declive dele, isso é assunto para estado resolver e não essa casa.

Nós temos é que padronizar o que é importante, o que é urgente e que pode ser padronizado para o país todo, mas nós não podemos, por isso estamos aqui há 13 e vamos ficar mais 13, mais 13, mais 13, porque todo mundo aqui tem responsabilidade com os seus estados, se a legislação pretender ser votada aqui dentro, cada senador e cada deputado, assim como eu, vou querer cuidar do meu Estado, do meu Tocantins, e não vai virar uma legislação e um código não, vai virar um tratado.

Por isso essa legislação está emperrada e prejudicando o país a crescer. Eu estive com o Presidente Lula em audiência [soa a campanha] como Presidente da CNA e ele pediu a nossa ajuda para que pudesse isso ser resolvido. O professor Evaristo fez esse trabalho sob encomenda do Lula, que ficou estarecido, quando viu que se a legislação fosse cumprida 100%, nós ocuparíamos 71% do Brasil.

Eu não sei não, se disser que é isso mesmo, se a ciência disser que precisa 71, nós temos que dar 71 silenciosamente. Agora, por favor, justifique, nós temos

que justificar do ponto de vista científico e do ponto de vista social [soa a campanha].

Esse país não está em condições de abrir mão desse tanto de área para a preservação. E quem gosta muito de comparar os Estados Unidos, porque não lembrou que o Brasil é o segundo país do mundo, o primeiro é a Rússia, o segundo somos nós e o terceiro é o Canadá nós somos o país do mundo em segundo lugar, que ainda mantemos de 70 a 75% da cobertura natural, nativa de floresta; 450 milhões de hectares, a Rússia 800 em terceiro o Canadá com 280 da nativa, da original, 70 a 75%.

Agora, você sabe quanto é que tem na África? 7.8, na Ásia 5.6; na América Central? 9.7 [soa a campanha]; e na Europa sabe quanto tem da cobertura original? 0.35. Não acho que eles estão corretos não; acho que eles erraram, erraram muito, não são parâmetros para nós, mas vim dar exemplo americano sem contar as verdades e esses conceitos, esses dogmas, esses paradigmas, nós não vamos aceitar mais silenciosamente.

Então, nós não estamos tão mal na fotografia assim não. Nós estamos poluindo por pessoa 1.8 enquanto a média nacional é 4.5. Vai ver a Holanda, Holanda é 25 toneladas de CO2 por indivíduo na Holanda, a média mundial 4 e ½, e nós 1.8.

Então não venha assustar o Brasil, nós precisamos ter responsabilidade, continuar trabalhando para melhorar a legislação. Agora, não podemos mentir para as pessoas.

Encerro, Sr. Presidente, aqui, solicitando o pacto federativo. Nós vivemos numa federação, por isso, Brasília não pode querer mandar no Brasil [soa a campanha], nós não podemos negar o pluralismo desse país, o federalismo nasceu, se originou junto com a república [soa a campanha] e é graças ao federalismo que existe o Senado Federal, que existe nós senadores.

Então, o federalismo, ele pressupõe a diversidade, é para isso que ele existe e os governadores têm credibilidade, nós temos que dar credibilidade aos governadores, a assembléia legislativa, aos órgãos de pesquisa dos estados, para não tirar deles a responsabilidade, Sr. Presidente, de resolver as contradições dos seus estados a peculiaridades dos municípios.

Nós temos que respeitar a integridade do pacto federativo, temos que respeitar os governadores, nós temos que respeitar as urnas, porque nós estaríamos desacreditando a elas também. Nós precisamos abrir mão desse debate, esse debate para o Senado e a Câmara, na minha opinião, me perdoe, nós temos que obedecer a Constituição no art. 24.

Vamos normatizar as leis gerais, as normas gerais e vamos deixar que cada Estado no Brasil, vamos

confiar a eles e nós temos, bem ou mal, o IBAMA para fiscalizar, nós temos o Ministério Público, nós temos todos os instrumentos para não temer essa receita. Nós precisamos confiar neles como confiamos a saúde, como confiamos a educação, porque não podemos confiar o meio ambiente aos governadores e aos prefeitos, assim como fez Santa Catarina, Governador Luiz Henrique, que merece o nosso aplauso pela sua coragem, pela sua atenção com seu estado, e assim estão todos os governadores do Brasil, preocupadíssimos, porque não conseguem trabalhar.

Eu tenho perguntado aos prefeitos do Brasil, na CNA, em campo, que percorro de Norte a Sul, Leste, Oeste, "Prefeito, qual é o problema número 1 que o senhor tem?" Quando ele não diz meio ambiente, ele diz meio ambiente e saúde, meio ambiente sempre.

Porque essa legislação de margem de rio é para o Rio Tietê, em São Paulo, é para todos os rios e que estão passando dentro das cidades ou estão pensando que é só para área rural, não é não. Não é não. Então, nós precisamos, Sr. Presidente, tratar e continuar dialogando, fugir do debate, fugir do diálogo jamais, porque nós estamos cansados do radicalismo que bloqueou o debate, os radicalismos ideológicas [soa a campainha], nós precisamos parar de formar torcida, não existe torcida contra ou favor, é a favor do Brasil, nós queremos discutir o desenvolvimento desse país.

E claro que isso, desenvolvimento inteligente, inclui o meio ambiente, nós não somos inimigos, nós só precisamos ter bom senso, racionalidade e fazer contas. E fazer contas. Eu tenho certeza absoluta, o diálogo só não pode levar, gente, 13 anos, mais 13 anos nós não damos conta, Nós precisamos sim abrir o debate e eu não abro mão de participar de todos que for convidada ou de, também, de promover debates para que a gente possa resolver tudo isso o mais rápido possível.

Mas não como torcida organizada e sim uma torcida que veste uma camisa só, a verde amarela que é do Brasil, muito obrigada.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Bom, a Senadora Kátia Abreu não pode mais reclamar da falta de equilíbrio.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Muito obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Antes de passar a palavra para o próximo Senador, eu gostaria de registrar aqui a presença de alguns parlamentares, alguns deputados federais que estiveram nessa sessão e outros que aqui ainda permanecem. O Deputado Sarney filho, o Deputado Nam Souza, Deputado Marcos Montes, Deputado Homero

Pereira, Deputado Adauto de Freitas, Deputado Paulo Piau, todos estiveram hoje participando, ou estão participando ainda da nossa Sessão, o que demonstra a importância do tema que está sendo discutido nesta manhã. Deputado Luciano Pizzatto também está presente é uma alegria, recebê-lo.

O próximo orador inscrito, aliás, o próximo Senador que deve participar do debate é o Senador Osmar Dias que cedeu, aliás, que permutou com o Senador Mercadante a sua colocação, é isso Senador Osmar.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Só pergunto se o Senador Mercadante é o terceiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador Mercadante... É, permutado com o Senador João Pedro é.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Então, eu falo logo após o Senador Mercadante.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Isto.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Eu estou em que posição Sr. Presidente Valter Pereira?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador Casagrande é o quarto.

Então, com a palavra Senador Mercadante e a seguir o Senador Osmar Dias.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras. Eu queria saudar, em nome de Valter Benjamin, Ministro e juiz de direito que tem prestado um grande serviço ao país, Carlos Alberto Ricardo do ISA, a quem eu conheço há mais de 35 anos e de Evaristo, que vem fazendo um trabalho importante, estimulando o debate, todos os demais representantes que contribuíram para essa Audiência Pública.

Queria começar dizendo que acho que será um grande equívoco nós aprofundarmos um caminho que separa a visão de desenvolvimento econômico, social, de uma nação, da questão da sustentabilidade ambiental. Se nós aprofundarmos esse fosso, se nós estimularmos esse conflito, seguramente nós não encontraremos um caminho de desenvolvimento sustentável e muito menos preservaremos o prestígio que o Brasil hoje passa a adquirir em todos os fóruns relevantes internacionais como recém demonstramos na reunião do G-20.

É verdade que nós somos um país com papel fundamental no agronegócio, a agricultura brasileira terá seguramente um papel decisivo não apenas para alimentar a população brasileira, mas nos últimos cinco anos nós fomos o país que mais aumentou o excedente exportável de alimentos, e também é verdade que parte dessas reservas cambiais de 200 bilhões de dólares teve um papel decisivo da agricultura brasileira, das

exportações, do trabalho, onde a EMBRAPA teve um papel decisivo na inovação tecnológica, no aumento da eficiência, da produtividade.

O Brasil é hoje o maior exportador mundial de carne, de aves, o terceiro em carne suína, o primeiro em soja, o primeiro produtor exportador de álcool de açúcar, o primeiro em café, o primeiro em suco de laranja, portanto... O terceiro em milho, nós somos um país que tem um papel fundamental e boa parte, especialmente da Ásia, precisa da capacidade de produção alimentar, da geração de riqueza que nós temos no campo, de produção de proteína.

Mas uma outra verdade que nós não poderemos mais fugir é que nós estamos assistindo um desequilíbrio ambiental, que a pegada ambiental no planeta e no Brasil terá que ser revista. A questão da sustentabilidade e do desenvolvimento não é mais um problema de ONGs e de intelectuais; é um problema que está batendo a porta de quem quiser enxergar.

Os desequilíbrios, o derretimento das geleiras a mudança do ciclo das chuvas, as secas, as inundações e a instabilidade do clima é decorrente do efeito estufa, do aquecimento global, que tem um componente antropogênico absolutamente incontestável hoje do ponto de vista de tudo que diz respeito à ciência e ao pluralismo da ciência, que não é apenas um debate de agrônomos, nem de geólogos, é um debate de biólogos é um debate daqueles que pesquisam a física, a química o meio ambiente, é uma reflexão plural que a ONU e as instituições mais importantes internacionais, chamam atenção de todos que tem alguma responsabilidade de governo, mas também daqueles que tem responsabilidade na produção que nós teremos que enfrentar esta agenda.

Se o Brasil não quiser se associar ao lixo da história em que estão condenados lideranças como Bush, não apenas pelo que fez no enfrentamento militar, mas também pelo que desconsiderou da agenda ambiental quando o mundo pedia a responsabilidade americana para que nós pudéssemos encontrar pelo menos um compromisso em torno do protocolo de Kyoto.

Qual é o debate internacional hoje? É que Kyoto já não resolve mais. E felizmente nós temos Obama com muito mais sensibilidade ambiental e que procura mudar a atitude, a reflexão e a presença americana nessa discussão do efeito estufa e do aquecimento global, como faz a União Européia, e como nós, brasileiros, porque brasileiros eram aqueles que vinham para cá expropriar a Mata Atlântica e levar o pau-brasil, nós nos autodenominamos como aqueles que predavam a natureza.

Nesse início de Século XXI, o Brasil pode ter um outro significado, exatamente aquele país que além de

ser um grande produtor de alimentos, de ser uma das economias emergentes nessa crise como é Índia, China e Brasil, pode ser um exemplo do desenvolvimento com preservação do meio ambiente, de um desenvolvimento que preserva a natureza.

É verdade aqueles que dizem que se hoje nós temos o peso que temos na preservação das florestas tropicais, é porque os outros desmataram, de forma absolutamente irracional, especialmente os países do norte, que destruíram suas florestas e hoje colocam sob as nossas responsabilidades um encargo muito maior, para manter os ciclos das chuvas, a umidade do ar e a qualidade do meio ambiente, cada vez mais comprometido e deteriorado.

As metas em relação ao que será a conferência de Copenhague serão muito rígidas, muito mais exigentes e o Brasil não poderá se furtar, nem virar as costas. E acho que é muito importante que a gente saia daqui dessa audiência, que é apenas o início do processo.

Se alguém imagina que vai passar o rolo compressor num tema como esse, esqueça, que não vai. A sociedade brasileira vai reagir [palmas] e nós vamos debater isso com muita profundidade e não haverá nenhum atropelo numa matéria como essa. Não haverá.

Nós não podemos mais fechar os olhos para os incêndios da floresta. E não é possível que tenha gente que já não ouça o barulho da motosserra, porque o mundo inteiro está ouvindo.

E o Brasil vai ter que responder a esta agenda, fico muito feliz, Sr. Presidente, se hoje, pelo menos, nós sairmos daqui com um compromisso, porque eu entendi que há um compromisso, que não haverá mais desmatamento, que haverá uma intolerância absoluta desse país com o desmatamento, que esse país vai buscar aumentar a produtividade, a eficiência, inovar a tecnologia e rediscutir esta agenda a partir dessa premissa maior. Se pelo menos isso nós fizermos, já é um grande passo.

Mas entre os discursos e as ações continua tendo uma profunda diferença. O que é que nós assistimos recentemente em Santa Catarina? Nós assistimos uma mudança no Código Florestal, hoje aqui alegado como sendo respeito ao pacto federativo, o pacto federativo pressupõe o respeito à Constituição Brasileira, é a partir dela que ele se constrói.

E quero lembrar que no seu artigo 225, a Constituição é muito clara, ela inicia o Capítulo do meio ambiente dizendo, "*Todos têm direito a um meio ambiente, ecologicamente equilibrado, como do uso comum do povo e essencial à sadia qualidade da vida, impondo-se ao Poder Público e a coletividade, o dever*

de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e as futuras gerações.”

Eu pergunto: se é um acordo contra o desmatamento, aprovar uma legislação estadual que reduz de 30 metros para 5 metros a mata ciliar dos rios? É esse o caminho do acordo que estão propondo nessa tribuna ou a gente fala uma coisa e estimula outra? Porque a questão ambiental também será um tema fundamental, a preservação da água. Da água.

Eu vivo numa cidade que está ficando cada vez mais longe a capacidade de abastecer e não é só que as minas e a capacidade de produção da água está se reduzindo. É que a água está sendo poluída e o custo de captação e de uso está cada vez mais irracional. Portanto, preservar água nesse planeta, nessa altura do Século XXI, é uma questão que não podemos mais reverter dessa forma, açodada, atropelada e absolutamente inconstitucional.

Eu vou ler aqui a sentença do juiz, apesar das contradições na legislação, tem parte do Judiciário que continua fiel a lei. O juiz Wesley Schneider Collyer, ele diz: *“Mais do que isso, é patente a inconstitucionalidade do inciso I do artigo 112 do Código Ambiental de Santa Catarina, que estabeleceu a faixa de cinco metros, uma vez que a Lei Federal 4.771/65, o Código Florestal, em seu artigo 2º, dispõe ser de 30 metros a largura mínima para fins de aferição da área de preservação permanente.”*

Portanto, é evidente que é inconstitucional, é evidente que é inconstitucional, e eu tenho certeza que o Supremo Tribunal Federal julgará a inconstitucionalidade.

Então, nós temos aqui uma questão que eu espero que essa, esse início de debate no Senado Federal não seja um estímulo, não seja um estímulo para ações que como essa, que longe de partir de uma reflexão que tem que ser feita onde as várias correntes do pensamento científico possam se apresentar e que a gente possa dialogar e que a gente possa construir um caminho, a gente possa... Agora, assistir passivamente, nós que temos a responsabilidade que o povo deu e que a Constituição estabeleceu de legislar e defender as leis, que tenham um caráter nacional e um projeto de nação, a pretexto de um suposto pacto federativo que eu tenho certeza que não sobreviverá no âmbito da decisão do Supremo Tribunal Federal.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Senador,

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu vou concluir, nós temos uma lista de inscrição longa, eu não fiz aparte, escutei 30 minutos de intervenção e é muito importante que tenha o contraditório, tenho certeza que poderei ouvi-lo depois com atenção.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Era só para esclarecer--

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu queria só continuar dizendo que, não é verdade, não é verdade que os produtores rurais que desmataram estão sujeitos às exigências da pena.

Estão sujeitos aqueles que desmataram depois da lei. Que desrespeitaram a lei, porque aquilo que foi feito antes da lei, a lei não retroage. Portanto, não tem nenhuma responsabilidade, aí já temos um caminho para poder solucionar parte desse passivo ambiental, eu fiquei muito feliz com a intervenção do Juiz Valter Benjamin, porque o meu amigo... Herman, ao apresentar a sua intervenção, o Herman Benjamin a apresentar a sua intervenção, ele pôs a bola no chão, ele disse: “Olha, vamos fazer um pacto para o futuro, não desmatamento e vamos discutir o passivo”, porque existe um passivo que nós vamos ter que ajudar a equacionar.

Ele sugeriu uma agenda, por exemplo, a questão topográfica que foi mencionada; é evidente que nós não podemos continuar criando restrições à agricultura, para produzir arroz na várzea, me desculpe, o mundo inteiro produz arroz em várzea, então há áreas que estão destinadas ao cultivo do arroz, nós vamos ter que resolver essa questão e encontrar com equilíbrio e ponderação uma solução.

Da mesma forma que na questão do topo de morro que foi bem aqui colocado um pouco da parte do debate, mas temos culturas centenárias, centenárias. Meu Estado de São Paulo, nós temos ali o cultivo da banana, pequenos produtores em topo de morro, é uma cultura centenária que tem que ser preservada, mas tem que ser reconhecida, especialmente, como bem disse ele, aos pequenos produtores, às cooperativas, vamos encontrar uma mediação e uma saída política institucional.

Vamos construir uma saída seguramente acordada para essa agenda, que me parece uma agenda legítima quando os agricultores, as federações agrícolas, aqueles que estão vivendo essa agenda sentem na pele e trazem ao Congresso Nacional [soa a campainha].

Agora, para que a gente possa encontrar o caminho do entendimento não vai ser atropelando o Congresso Nacional, desrespeitando a Constituição e estimulando uma fragmentação de uma política nacional de desenvolvimento sustentável, de preservação de recursos naturais estratégicos, como começa surgir em algumas iniciativas que nós estamos assistindo.

Se isso aqui não é uma cortina de fumaça e não creio que seja, se isso aqui é para abrir uma... E, portanto teve a adesão da Casa, de fazer uma audiência

ampla, pública, plural, transparente, para que todas as correntes do pensamento comecem a se colocar e que com muita profundidade e cuidado a gente possa definir nosso caminho e os ajustes que terão que ser feitos, eu acho que é um bom caminho e seguramente estamos abertos a dialogar, a construir e a negociar.

Mas quero concluir, Sr. Presidente, dizendo que para mim isso é apenas o início [interrupção no áudio] o início de um debate, é o início de um processo, nós temos nessa casa pessoas extremamente abalizadas para contribuir para essa reflexão, como a Ministra Marina, que tem uma longa vivência e um conhecimento bastante profundo, temos senadores que tem uma vivência importante na área da agricultura, um empenho muito grande, como o Senador Osmar Dias que vai falar logo após e desse contraditório, dessa pluralidade, dessa discussão, eu acho que nós encontraremos um caminho seguro.

Mas um caminho que esse país diga ao mundo, diga às futuras gerações que nós temos compromisso com a preservação das florestas, do meio ambiente, que nós queremos continuar ser um país pujante na agricultura que produz, que aumenta a eficiência, que nós não queremos penalizar os produtores rurais de uma forma irracional, mas nós queremos respeito a legislação ambiental, respeito irrestrito, e especialmente sair daqui hoje, pelo menos com um acordo para valer, que não haverá mais desmatamento [soa a campainha], a partir desse acordo eu acho que tudo a gente consegue avançar, sem essa definição objetiva e não retórica dificilmente nós vamos construir algum entendimento nessa Casa.

Muito obrigado.

[palmas].

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ):

Sr. Presidente, pela ordem.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senador Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ):

Sr. Presidente, gostaria de parabenizar todos os expositores. Eu lamento [interrupção no áudio] o debate é extraordinário, mas saio daqui muito confortado, Sr. Presidente, porque ao final da exposição do Senador Mercadante, eu verifiquei que ele e Kátia, que são dois grandes—

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): V.Exa. está inscrito, Senador Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ):

Não, eu estou saindo, Presidente, eu vou abrir mão. São dois grandes tribunos, indicaram que realmente há muito a se negociar, há muito espaço para conversa, há

muito espaço para o debate e gostaria também aqui, Sr. Presidente, antes de sair, em 30 segundos, dizer que nós debatemos muito o Código Florestal.

Não é fácil fazer uma lei, as negociações são exaustivas e invadem as noites, é fácil criticar uma lei, principalmente quando nós não participamos do debate [soa a campainha], é impossível fazer uma sondagem ao longo de milhares, e milhares de quilômetros, nas margens do rio, para saber profundidade, para saber granulometria do solo e às vezes isso muda de 50 em 50 metros. É preciso adotar algum parâmetro para proteger.

Mas Sr. Presidente, quero parabenizar V.Exa. pela sessão, desculpe aqui essa pequena interrupção e temos um longo caminho pela frente.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Obrigado V.Exa..

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Presidente, uma questão de ordem, por favor, artigo 14. Questão de ordem, fui citada, inciso VIII, pelo Senador Mercadante. Apenas—

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senadora Kátia.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, eu gostaria apenas de não deixar passar um comentário equivocado do Senador, a respeito do Código Florestal de Santa Catarina.

O Código, nós não estamos defendendo o não desmatamento e fazendo ao contrário como insinuou aqui o Senador. Eu tenho a impressão que talvez não tenha tido tempo suficiente para ler o Código Florestal de Santa Catarina, que é muito claro ao dizer que retroage ao Código Florestal de 65, de 5 a 10 metros, as áreas já desmatadas e consolidadas com produção, proibindo no parágrafo único, “*Não desmatando áreas que tenha mais de 5 a 10 metros*”.

Então, o diálogo e o debate tem que ficar muito claro, muito honesto, com relação a essa situação, para que não fique aqui a impressão de que Santa Catarina e nós estamos apoiando o desmatamento e não foi isso que dissemos no início.

Então, repito: 5 a 10 metros para áreas que já estão consolidadas e estudo de pesquisas do Estado de Santa Catarina poderão indicar no futuro, nunca menos, mas sempre mais do que 5 a 10 metros, de acordo com o solo, textura, profundidade e declive.

E mais um detalhe, por último. O Senador mencionou que quem desmatou antes da lei não é penalizado [soa a campainha]. Gostaria que V.Exa. pudesse ter uma atenção e V.Exa. tem razão em ficar estarecido com isso, porque a lei não pode retroagir para prejudicar, mas não é isso que o Decreto está dizendo, o Decreto

está criminalizando todos os produtores do Brasil e não estão levando em consideração a 'retração' da lei.

Então, esse Decreto que foi prorrogado até dezembro, se não me engano, deste ano, com exceção da Amazônia, a Amazônia não tem prorrogação, tem que recompor imediatamente, o IBAMA não está considerando a lei, está passando a régua e pedindo recomposição de 100% ou multas expropriatórias, isto nós temos exemplos para poder demonstrar a todos senadores aqui nesta casa.

Obrigado, Sr. Presidente.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):

Pela ordem, artigo 14 por ter sido citado.

[interrupção no áudio].

É uma prerrogativa regimental.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): [sobreposição de falas].

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):

V.Exa. abriu a possibilidade à Senadora Kátia a comentar a minha intervenção, eu tenho a prerrogativa e vou e faço questão de usar o Regimento.

O que eu fiz foi ler o despacho do juiz *ipsis litteris*, eu não acrescentei uma palavra nem retirei nada do que ele disse. O juiz, e citei o juiz, Wesley Schneider Collyer [soa a campainha], da Justiça Federal de São Miguel D'Oeste, negou o pedido de liminar e disse, entre aspas: "*Mais do que isso, é patente a inconstitucionalidade do inciso I do artigo 114 do Código Ambiental de Santa Catarina, que estabeleceu a faixa de cinco metros, uma vez que a Lei Federal nº 4.771/65, Código Florestal, em seu artigo 2º, dispõe ser de 30 metros a largura mínima para fins de aferição da área de preservação permanente.*"

Eu gostaria, só para concluir, que existem outras experiências no Brasil talvez muito mais promissoras do que essa, por exemplo a de Extremo, no Estado de Minas Gerais, eles fizeram um fundo para pagamento por serviços ambientais prestados, não só mantiveram os 30 metros, como estão cercando os 30 metros, os 50 metros da área de manancial, estão indenizando os produtores rurais por essa área e criaram com isso um amplo consenso entre a área rural e a perspectiva ambiental, como fez em Nova Iorque para garantir a sua reserva estratégica [interrupção no áudio].

Então, nós temos por aí outras iniciativas muito mais exitosas do que claramente afrontar o Código Florestal desta forma. Eu prefiro esse caminho aqui, da porta aberta, transparente, quem quer reduzir apresenta a sua proposta, estabelece quais são os argumentos, nós vamos debater.

E, evidentemente, eu acho que recursos hídricos são estratégicos e essa cautela é absolutamente indispensável para o futuro da água no Brasil, mas vamos

abrir o debate com fundamentação científica e técnica no fórum adequado, que é o Congresso Nacional que não pode abdicar das suas prerrogativas nacionais.

Muito obrigado.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, o Senador Gilberto Goellner. V.Exa. está inscrito para fazer a intervenção, então se V.Exa. pedir pela ordem, eu vou suprimir, até porque V.Exa. está substituindo aqui o Senador Crivella.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V.Exa. está sendo... Está discriminando Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Não é discriminando, eu quero democratizar. Tem vários senadores inscritos, eu acho que todos têm o direito de falar. A palavra... É questão de ordem que V.Exa. vai suscitar? Então, pela ordem, primeiro o Senador Gilberto que foi... Argui antes.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Presidente Valter Pereira, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, eu lhe perguntaria: o senhor vai seguir a ordem dos inscritos—

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): A ordem de inscrição.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Ou vai levar em consideração também os co-autores dos requerimentos.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): A ordem de inscrição.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Pois não.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senador Flexa, um minuto pela ordem.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, 30 segundos [soa a campainha], é só pedir a V.Exa. que dê um tempo para cada Senador possa usar da Tribuna.

V.Exa. disse no início da audiência que às 13h30 iria encerrá-la. Faltam 35 minutos e todos nós queremos usar. Fica...

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Se V.Exa. suprimir 30 segundos, nós vamos acrescentar 30 segundos na fala do Senador.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Já cumpri, já dei a V.Exa. os 30 segundos pedidos.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito obrigado. Senador Osmar Dias.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Presidente, eu também estava...

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador Papaléo, pela ordem.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Colaborar com o debate. Eu quero registrar aqui dois discursos que o Presidente da República fez ontem.

Primeiro, da minha área, da área da saúde, quando ele, infelizmente, se postou da mesma maneira quando chamou a crise mundial de marolinha. Ele disse que não tem problema, está tudo sob controle, porque nós temos remédio para a gripe suína. Eu vejo que sair isso da boca do Presidente da República é muita irresponsabilidade com a saúde pública do Brasil.

A segunda, faz parte do tema que nós estamos discutindo aqui. Ontem o Presidente da República, fez o discurso no Acre e jogando nas costas do IBAMA toda e qualquer responsabilidade pelo atraso do desenvolvimento desse país em áreas que precisem da liberação do IBAMA para que hajam construções hidrelétricas e outras obras, jogou como se ele não tivesse nada a ver com esse governo, nada a ver com o IBAMA.

Quer dizer, ele deu uma de oposição, jogando para cima do IBAMA e citou um exemplo: se existisse o IBAMA trabalhando como está trabalhando hoje e Juscelino Kubstichek fosse o Presidente da República, não teria construído nem o aeroporto para pousar o avião presidencial.

Então, quero deixar isso claro para nós levarmos a sério essas questões e pedir ao Sr. Presidente da República, que quando vá a público não se sabendo o Estado que ele se encontra de emoção, vá a público fale com responsabilidade, porque esse é um país que precisa de respeito e não perdoar, como médico que sou as palavras do Presidente ontem, dizendo que nós já temos remédio para a gripe suína. Fica esse registro.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador Osmar Dias. Com a palavra.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Sr. Presidente, senhores convidados, senhores senadores.

Presidente, hoje é o dia do aniversário da EMBRAPA.

Aniversário da EMBRAPA tem que ser muito comemorado por todos os brasileiros e eu começo por aí a discutir esse tema.

Se não fosse a EMBRAPA e os cientistas que trabalham em entidades privadas e públicas nesse país, nós não estaríamos hoje discutindo a preservação de 67% dos recursos naturais desse país, do meio ambiente, das florestas como foi colocado aqui.

Nós teríamos uma devastação muito maior nesse país. Esse tema não pode ser apartado em hipótese nenhuma da tecnologia, da ciência, ele tem que ser baseado na ciência e na tecnologia. Vou dar um dado: em 90, 1990, portanto há 28, 29 anos atrás, o Brasil produziu 57 milhões de toneladas de grãos; no

ano passado o Brasil produziu 134 milhões de toneladas, o que dá um aumento de 132% no volume de produção.

Se nós considerarmos o que aconteceu nesse período, nós vamos verificar que a área cresceu menos que 30%, a área ocupada para o plantio de grãos. Então nós crescemos em cima da produtividade, nós não precisamos abrir novas áreas para conquistar essa produção. Nós devemos muito à EMBRAPA, parabéns ao Evaristo, a todos os técnicos e funcionários da EMBRAPA, por terem construído uma empresa que é um orgulho nacional e internacional, por ter proporcionado a EMBRAPA esse momento de discussão aqui, em que nós podemos ainda brigar para preservar 67%, mais ou menos, mas temos isso exatamente, porque existe a EMBRAPA, os seus técnicos, os seus pesquisadores os cientistas brasileiros espalhados por esse território, dizendo o que pode e o que não pode fazer e nós devemos seguir a orientação técnica, científica para não cometermos aqui um erro que pode ser histórico.

No grito não dá, Presidente; nem de um lado, nem de outro. Eu não quero gritar dessa Tribuna, porque se a gente começar a gritar, os dois lados vão gritar e nós não vamos avançar em nada.

O que está acontecendo é que as premissas, os dogmas não estão sendo utilizados por inteiro, como disse o Evaristo, se usar uma parte desse trabalho feito pela EMBRAPA, por ele, pelos seus auxiliares, nós podemos distorcer a realidade, então vamos colocar alguns dados aqui para a gente começar em cima de premissas que possam recolocar o tema no seu devido lugar.

Primeiro. Quando falam que nós estamos ajudando a destruir o planeta, a camada de ozônio, que o Brasil está dando a contribuição grande para a contaminação do meio ambiente, a destruição do meio ambiente mundial, isso é absolutamente mentiroso.

O Brasil emite 1.28% do dióxido de carbono que é emitido em todo mundo, somando os Estados Unidos que foi citado como exemplo aqui e a China, 40%. Vou repetir: o Brasil emite 1.28% do dióxido de carbono emitido no planeta; Estados Unidos e China juntos 40%.

Se nós juntarmos mais 2 países nós vamos chegar a 70%. Então vamos parar com essa conversa mole que o Brasil tem sido o grande responsável pela poluição, porque está destruindo as suas florestas.

Segundo lugar. Nós temos que considerar um outro dado que rotineiramente é colocado nos meios de comunicação, por alguns interessados em tirar o Brasil do contexto mundial dessa discussão do meio ambiente, colocando o Brasil como um condenado, Sr. Juiz, e não como um protagonista importante na preservação dos recursos naturais.

Falam: a soja está invadindo o território nacional e é a causadora do desastre ambiental; a soja ocupa 2,5% do território nacional e o balanço de dióxido de carbono da soja é positivo, não é negativo. A cana, 0,9% do território nacional, o balanço, se não houver queimada, e tem que parar com a queimada, é positivo e não negativo.

Se nós pegarmos todos os grãos que são plantados nesse país, nós vamos chegar a 7% do território nacional, e o balanço é positivo e não negativo.

E eu gostaria de fazer aqui uma homenagem ao meu estado, estado que criou a tecnologia, junto com a EMBRAPA, do plantio direto. Às vezes a pessoas falam do que é ruim e esquecem do que é bom. O que seria da agricultura brasileira se não fosse o plantio direto e o que seria do meio ambiente, se não fosse o plantio direto? 25 milhões de hectares neste país são plantados pela tecnologia moderna do plantio direto, criado no meu estado, por pessoas como Nonô Pereira, Frank Dijkstra, Francisco Terasawa, que colocaram essa técnica a disposição do mundo, e aí eles tem que ser lembrados como grandes preservacionistas, sabe por quê?

Porque a cada hectare plantado, com plantio direto, Sr. Presidente Valter Pereira, nós deixamos de mandar para os rios, assorear os rios, de 20 a 40 toneladas de terra, de solo com nutrientes que deixam de ser aproveitados pelas plantas para assorear os rios, e acabar com os rios.

Essa tecnologia é responsável pela economia de 2 bilhões de dólares em fertilizantes e evita, exatamente, a perda da riqueza do nosso solo. Nós precisamos basear na tecnologia e na ciência, para decidirmos qual é a lei que nós devemos aprovar aqui no Congresso Nacional, para não cometermos um erro histórico e eu não quero participar desse erro histórico, eu não quero participar, Sr. Presidente, porque também tenho formação agrônômica e o Senador Mercadante disse que não pode ser resolvido pelos agrônomos, não pode, mas os agrônomos tem que dar opinião também, assim como toda a sociedade, porque ele leu aqui o artigo 225, e eu vou fazer a interpretação do artigo 225.

O artigo 225 da Constituição, diz claramente que toda a sociedade tem direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, sendo imposto à coletividade o dever de preservá-lo; a coletividade, inclusive os governos, porque eu sou rigorosamente a favor de preservar as margens dos rios, sou rigorosamente a favor de nós protegermos as fontes de água, porque 21% dos nossos rios já estão com a sua qualidade de água praticamente condenada.

O que é isso? Nós precisamos da mata ciliar? Sim. O tamanho dessa mata tem que ser definido tec-

nicamente, sim, cientificamente. Não pode um senador, um deputado, se arvorar, dizer: "Tem que ser 5, 10, 20, 30", não, tem que ser a ciência que vai dizer o que é bom preservar para preservar a água que será o grande problema, alguém já disse, que será o motivo das futuras guerras e o Brasil pode usar isso, inclusive, como *commodity* no futuro.

Alguém está dizendo aí "Ah, mas ele já está pensando em vender água"; até, se for preciso, isso, mas, para isso, nós temos que conservar para a nossa gente primeiro. Eu sou defensor da mata ciliar sim.

Agora, eu não posso concordar, Sr. Presidente, com o discurso de que nós podemos colocar toda a responsabilidade nos ombros de quem tem uma propriedade rural e só ele tem a responsabilidade, porque fica muito bonito, a mata ciliar verdinha de cada lado do rio, e um rio correndo poluído, cheio de detritos, de dejetos, contaminado, onde não há vida mais, porque lá em cima, na sua cabeceira, ele foi poluído, pela irresponsabilidade de governos que não fazem o saneamento e na hora de cobrar a responsabilidade do produtor rural, cobram.

Nós temos 48% de água tratada nas cidades, nas cidades deste país, o resto não é tratada, mas vai ver o que acontece em todas as cidades brasileiras. As águas são jogadas nos rios sem nenhum cuidado, sem nenhuma responsabilidade.

Este país produz 125 milhões de toneladas de lixo, e joga nos lixões, a céu aberto, sem nenhum cuidado, nós não podemos continuar discutindo o meio ambiente, falando só em floresta, nós temos, sim, que cuidar da floresta, das águas, mas nós temos que envolver a sociedade, porque a constituição não diz que a responsabilidade é só do produtor rural, mas é da sociedade e dos governos.

Para o governo cobrar a recomposição da mata ciliar, tem que dar assistência técnica, fornecer mudas, instrumentalizar o produtor e isso não acontece. Não adianta um rio com mata ciliar, com rio podre dentro, porque dele não poderá se tirar a água para abastecer os animais, nem os homens. Nós precisamos de rios limpos, até eu estou iniciando um projeto no estado, que quero colocar como desafio à sociedade paranaense.

Lá nós vamos limpar todos os rios do estado, este é um projeto, é um projeto sério, porque fazer o discurso que o produtor tem que fazer a mata ciliar, também faço, mas ele deve ser complementado pelo trabalho dos governos que devem fazer o saneamento, tratar as águas que são despejadas nos rios e córregos, porque senão não adiantará a mata ciliar.

Estão matando os rios e com eles, estão morrendo pessoas. Morre muito mais gente de endemias

provocadas por águas contaminadas neste país do que se imagina. Morre muito mais gente por falta de água no mundo, do que se imagina, mas sobretudo, nós precisamos, Sr. Presidente, envolver a sociedade. Então, eu quero aqui fazer a proposta que a OCEPAR me entregou. Nós não podemos abrir mão dos direitos que os produtores conquistaram ao longo dos anos, de produzir e sustentar, inclusive, nesse momento, o país que precisa muito mais da agricultura, do que antes da crise.

Quando eu ouço dizer, palavras agressivas, depreciativas ao agronegócio, ignorantes, que querem se colocar como intelectuais, fazendo um discurso ideológico atrasado, um discurso rançoso, porque agricultores, o agronegócio é composto por agricultores, familiares, pequenos, médios e grandes, todos, que tem muita preocupação com a preservação do meio ambiente, porque ele sabe que é preciso [interrupção no áudio] que é preciso preservar para produzir, Sr. Presidente.

Agora, eles não são os únicos que tem que fazer isso. E aí eu trago aqui e vou ler rapidamente, porque eu sei que o meu tempo acabou em dois minutos, e vou fazer: *“Aos produtores rurais”*, essa é uma proposta da OCEPAR do Paraná, que deve ser considerada nos debates, eu gostaria que os participantes da Mesa levassem essa proposta, *“Aos produtores rurais caberá a preservação e recuperação das áreas de preservação permanente de suas propriedades. Caberá à sociedade, sobre coordenação da administração direta, município, estado e federação com a participação dos comitês municipais de meio ambiente, a obrigação de complementar o índice de reserva ambiental denominada reserva coletiva, necessária e suficiente para garantir o mínimo de 20% da cobertura florestal do estado”*, no caso do Sul, 80% no caso da Amazônia, 35% no caso do Cerrado, é a reserva coletiva; Então não está na constituição, que todos tem responsabilidade? *“Os produtores rurais que tiverem suas atividades inviabilizadas economicamente pelas exigências da legislação ambiental [soa a campanha] serão remunerados por meio de pagamento pelos serviços ambientais prestados. A propriedade que apresentar área florestal que não se enquadre como área de preservação permanente, poderá preservá-la em benefício da coletividade, recebendo benefícios diretos ou indiretos para sua manutenção.”*

Todo mundo achou bonita aquela reportagem da água que é servida em Nova York, que dá para abrir a torneira e tomar, mas quem está preservando aquela água lá em cima perto do Canadá, está recebendo para preservar, ele está recebendo em forma

de *royalties* ou de outra forma, e é isso que está sendo proposto aqui.

Quem preservar tem que ser premiado por isso e não ser condenado, não ser punido por isso. Se nós premiarmos aqueles que preservam o meio ambiente, mais preservarão o meio ambiente e o Poder Público tem que pensar nisso, isso tem que estar na lei.

“Em se tratando de pequenos fragmentos florestais, isolados, será permitido a relocação dessas áreas mediante [interrupção no áudio] [soa a campanha] projeto técnico, desde que comprovado o ganho ambiental.”

Então, Presidente, para encerrar. O meio ambiente tem que preservado, porque sem preservar, nós não vamos produzir mais. Esta aí a técnica do plantio direto, estão aí as técnicas que a EMBRAPA lançou por todo país, que proporcionaram aumentar 132% de produtividade, de produção, 100% baseado na tecnologia, na produtividade.

Nós precisamos usar isso aqui, a lei não pode ser apartada disso. E nós não podemos nos esquecer desta premissa, preservar o meio ambiente não é responsabilidade do produtor rural apenas, mas de cada cidadão que está nesse país esperando uma legislação nova, com menos conflitos, com menos confusão, para que ela possa ser cumprida, mas tem que ser uma obrigação de todos.

Fazer discurso da Tribuna é fácil. Cada um tem que dar sua contribuição, preservar para produzir, Sr. Presidente, mas todos participando com responsabilidade da preservação [interrupção no áudio].

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Obrigado Senador Osmar Dias. O próximo orador inscrito é o Senador Casagrande.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem Senador Jaime.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Eu gostaria de aproveitar essa Audiência Pública, Sr. Presidente, para anunciar que na sessão de hoje, aqui do Senado, estarei protocolando, junto a Secretaria Geral da Mesa, um requerimento no sentido de formalizar a proposta aqui apresentada, no sentido de criarmos uma Comissão Especial destinada a elaborar o Projeto de Código Ambiental Brasileiro.

Só assim, Sr. Presidente, conseguiremos rever conceitos, colocar as florestas onde elas devem estar e compatibilizar a preservação e a produção em nosso país, com a participação ampla dos setores interessados e toda a sociedade brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador Casagrande, com a palavra.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado, Sr. Presidente senhores senadores e Sras. Senadoras, senhoras e senhores, eu vou falar do lado de cá, para que vocês possam fazer o equilíbrio aí das articulações também, não ficarem só olhando para o lado de lá. Liderança, ambientalistas e entidades presentes, lideranças do setor da agricultura, do agronegócio, na pessoa do Júlio Rocha, lá do Estado do Espírito Santo, Presidente da Federação da Agricultura do Estado do Espírito Santo.

Sr. Presidente, primeiro dizer da importância das exposições, mesmo que as exposições possam não ter toda... Todo o foco num único ponto, mas as exposições dos dois pesquisadores da EMBRAPA foram muito boas, eu quero aqui reconhecer.

O trabalho pode ser utilizado, acho que o Evaristo falou sobre isso, para um ou para outra, de acordo com o interesse, mas as informações são importantes, mesmo que elas possam ir sendo corrigidas no decorrer do tempo, as informações são importantes.

O debate sobre a APP fluvial e de topo de morro é importante. Não adianta nós acharmos que não é importante o debate. As exposições de cada um, os dados que o Meio Ambiente trouxe para nós aqui, foram fundamentais, são importantes porque mostram uma visão, os mesmos números, uma visão um pouco diferente daquela apresentada por outros.

Então nós estamos aqui bem servidos, bem atendidos, eu vi aqui a proposta do Jayme, eu sou Presidente da Comissão de Meio Ambiente, que é Meio Ambiente, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor. Já propus aos membros da comissão, nós vamos fazer, vocês todos e todas, serão convidados a participar, vamos fazer um ciclo de debates. Nós vamos aprofundar o debate da gestão florestal, que aí entra a questão do Código Florestal, lá na Comissão de Meio Ambiente, esse debate é um debate importante, nos temos que fazer, Senadora Ideli, esse debate de forma profunda, para que a gente encontre de verdade, e aí eu concordo plenamente, na definição de uma política nacional de florestas, tem todo o meu entendimento, eu sou engenheiro florestal, quer dizer, me formei em Engenharia Florestal, já não sou mais engenheiro florestal, sou político hoje, já ocupei diversos cargos, mas eu tenho as noções básicas da Engenharia Florestal ainda na cabeça, sei da necessidade da floresta, sei da importância da floresta, eu acho que o Brasil ter uma política florestal é fundamental.

E a floresta cada vez mais, se os brasileiros não quiserem fiscalizar as florestas, outros povos, de outras nacionalidades, fiscalizarão por nós, porque a floresta

cada vez mais vai estar sendo vigiada por nós ou por outros. Por nós ou por outros. E nós estamos agora no meio de uma crise financeira, que virou uma crise econômica e a crise não é econômica-financeira, a crise é de modelo, a crise é de modelo, o modelo de desenvolvimento adotado pelo mundo é um modelo que fracassou na área social, porque não consegue incorporar milhares de irmãos e irmãs de qualquer país do mundo, no consumo, na qualidade de vida.

Fracassou agora na área econômica e na área financeira, e já tinha fracassado na área ambiental, este modelo fracassou na área ambiental. E eu vejo até, falava ontem com a Telma Kruger, que é do INPE, foi Secretária de Mudanças Climáticas, falei assim: "A senhora acha que essa disputa é uma disputa perdida, a senhora acha que nós não vamos chegar a uma posição de vencermos os desafios colocados por nós, para que a gente possa ter um modelo que se auto-sustente?" Porque do jeito que nós estamos indo, do jeito que nós estamos indo, nós estamos no caminho errado. Estamos no caminho errado com o desmatamento que a gente tem, no caminho errado na luta ambientalista, porque você vê que no ano passado, quase 20 termelétricas a carvão e a óleo foram licenciadas e só uma hidrelétrica foi licenciada.

Os ambientalistas focam algumas coisas que não dão resultados, e deixam de focar outras que tem resultado. Tem aqui, parece, uma disputa ideológica, já vem para cá, parece que alguém quer desmatar, outro quer proteger, alguém quer ser radical e outro quer que seja todo liberal.

Eu acho que nós... Acho que a virtude não está de um lado nem do outro aqui neste debate, acho que a virtude tem que ser uma virtude de nós buscarmos um caminho do entendimento, o Parlamento é para isso, o Parlamento é para buscar o caminho do entendimento, para tentar buscar o caminho do jeito [soa a campainha] que a coisa se colocou lá na Câmara e no debate, da alteração do Código Florestal, não vai, não vai porque as forças se anulam.

Sr. Presidente, eu não vou gastar o tempo que gastou a Kátia, não tenho pretensão, nem o tempo que gastou o Mercadante, não tenho a pretensão, mas eu quero um pouquinho mais do que os cinco minutos concedidos, que o senhor me concedeu, para eu acabar de fazer, acho que mais dois ou três minutos de fato, eu concluo o meu pensamento.

Do jeito que começou na Câmara, não vai, não vai as coisas vão se anular. Não adianta aqui alguns parlamentares ligados ao agronegócio mais diretamente fazer a defesa, não adiante outros ligados aos ambientalistas fazer a defesa, não vai avançar para lado nenhum.

O que está claro é o seguinte: tem diversidade no Brasil? Tem diversidade. Tem que considerar isso? Tem que considerar isso. O tema das características pedológicas, da inclinação, da formação do solo é fundamental? É fundamental para a avaliação. Tem que ser o mesmo tamanho aqui, o mesmo tamanho ali? Não, acho que não, agora, se nós hoje não temos condições nem de fiscalizar uma coisa linear como é hoje, como é que nos vamos fiscalizar uma coisa que seja dependente de um estudo mais profundo? [soa a campainha] Nós não temos essa capacidade, a gente não tem condições, Ministra Marina Silva, não temos essa capacidade.

Então eu concordo em repassar tarefas para os estados e para os municípios, eu sou um defensor de um novo pacto federativo em todos os assuntos, tem um projeto de lei, mas a gente discute muito, mas não avanço muito naquilo que pode.

Tem um Projeto de Lei do Governo na Câmara, que dá novas tarefas aos estados e municípios, com relação ao licenciamento ambiental, esse projeto não avança na Câmara, tem diversos deputados, tem um deputado aqui, tinha diversos deputados aqui, ao invés de pedir mais coisas, vamos cuidar daquilo que já está lá, já tem uma proposta de lei na Câmara, dando tarefa aos municípios e aos estados, para que a gente possa fazer uma nova ação na área de licenciamento ambiental; eu sou favorável.

Agora, não sou posso ser favorável a você dar liberdade, se você tem certeza que essa liberdade vai causar mais desmatamentos, não posso ser. Só posso dar liberdade, porque hoje em dia, porque os ambientalistas não querem a mudança do Código Florestal? Porque acha [soa a campainha] que o governo não controla as coisas, não controla, então não confia, então é melhor ter uma coisa restrita, restrita, porque o estado, não vou colocar o Governo Federal, o Estado não controla.

Por que que não avança com relação a florestas produtivas em áreas já desmatadas na Região Norte? É porque acha que se abrir isso, vai abrir um rio de desmatamento. Por que não estamos discutindo legalização de 1500 hectares na Amazônia? Por que não estamos discutindo? Porque a gente acha, estamos discutindo, porque a gente acha que a medida que vai legalizando mais, mais abertura para novo desmatamento, não tem um limite, não tem um corte no tempo, então não tem essa confiança na ação do Estado, com relação às mudanças.

Eu estou propondo, então, que nós possamos fazer um seminário profundo, um ciclo de debates para sairmos da superficialidade [interrupção no áudio] o interesse de todos nós, para quem não conhece o

tema, é fundamental, mas que a gente possa na Comissão de Meio Ambiente, aí em conjunto com outras Comissões, Agricultura, o Demóstenes quer fazer, da Justiça, eu acho que a gente deve aprofundar um debate, para que todos vocês possam vir com tempo, discutir conosco, a gente ter alguma coisa que possa caminhar no entendimento, porque acho que esse é o único momento da gente sair dessa letargia que nós temos hoje, de discutir assuntos tão importantes e não conseguimos encaminhar uma solução.

De fato, se quiser preservar, eu sou do Espírito Santo; o Espírito Santo, se for aplicar a legislação na ponta do lápis, nós perderemos mais da metade dos nossos cafeicultores do Estado do Espírito Santo. Então, nós temos uma realidade, tem que ser considerada, não dá para não considerar a realidade que a gente tem no Brasil hoje. Isso tem que ser considerado efetivamente, agora, se quiser preservar, mais do que a legislação determina, de fato, tem que pagar, o pagamento por serviços ambientais, já foi dito aqui um exemplo, nós temos o exemplo do Espírito Santo, o Governo do Estado está pagando [soa a campainha] por serviços ambientais, temos diversos outros exemplos, então acho que nós temos que estabelecer novos conceitos, e o debate não é do Código Florestal, o debate é de gestão de floresta, o debate daquilo que a gente quer para o Brasil.

Se nós quisermos zero de floresta, então vamos ter uma política zero de floresta. Se a gente quer preservar o que tem, vamos adotar todos os instrumentos para que a gente possa preservar o que ainda nós temos de floresta.

Obrigado Presidente.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Obrigado, Senador Casagrande, pela brevidade e o Senador Neuto de Conto é o próximo inscrito. Com a palavra o Senador Neuto de Conto.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Sr. Presidente Senador Valter Pereira, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, nossa saudação a todos os debatedores, que vieram enriquecer o debate.

Sr. Presidente, eu estava refletindo o próprio debate; parece que vivemos uma crise estrutural, não só no Brasil, mas no mundo, e que estamos passando para o fim de um ciclo e a exaustão de um modelo de governar. Eu subo a essa Tribuna para defender o meu estado, defender Santa Catarina, o estado que tem somente 1.13% do território nacional, é o quinto maior produtor de alimentos do Brasil, é o 6º maior arrecadador da pátria, um estado que tem 213 mil propriedades rurais, 186 delas são pequenas, menos de 50 hectares, divididas pelas heranças, pelas famílias

e que desse potencial todo está pagando um preço muito alto, porque, primeiramente, eu que fui Secretário da Agricultura, há mais de duas décadas, quando lançamos o Projeto Microbacias.

E o Projeto Microbacias, só nesses últimos 6 anos, investiu o governo 100 milhões de dólares para a pequena propriedade rural, investiu em todos os seguimentos, 936 microbacias, onde vivem 141 mil famílias. E o fundamento básico foi a educação, a educação que para que eu não perca o raciocínio, eu vou ler: "*Capacitação em temas ambientais, sociais e econômicos: 96.140 agricultores, 34.399 lideranças das associações de microbacias, 7 mil técnicos, 942 dirigentes, e 1.380 indígenas e 11.636 jovens foram treinados; educação ambiental: 1.158 oficinas de educação ambiental, 822 eventos para troca de experiências entre as microbacias, 290 viagens educativas de excursões de uma microbacia para outra, 3.796 escolas rurais envolvidas com a atividade educacional ambiental, 860 projetos de educação ambiental, executados nas escolas rurais, e 236 oficinas práticas de educação ambiental para professores.*" E aqui nós poderíamos ler durante duas horas, o investimento e o treinamento das pessoas.

Por isso eu não posso concordar que um passivo ambiental possa se transferir para um passivo social, se imagino o que acontecerá, se as leis, aqui citadas deverão ser cumpridas nas formas que a legislação estabelece.

Vamos engordar os cinturões, vamos criar mais favelas, vamos deixar a terra abandonada, porque já não tem mais condições de sobreviver com os pequenos espaços de terra, com tanta pressão que aqui se faz.

Sr. Presidente, senhores senadores. Só falam do projeto e eu fico engrandecido, porque o projeto Santa Catarina nasceu, primeiramente na educação, depois ele partiu para o debate, a lei foi para a Assembléia, a Assembléia fez dezenas de Audiências Públicas em todas as regiões do Estado, para que dessas Audiências Públicas pudesse, os senhores deputados ter a consciência [soa a campainha] do que eles estariam fazendo não só para o agricultor, mas para a sociedade barriga verde.

E dessas audiências, foi uma votação unânime, para que... E eles sabem que nós precisamos do meio ambiente, nós precisamos da produção, nós precisamos associar a produção, o meio ambiente e a área econômica.

Já o meu tempo está se terminando, tanta coisa, Sr. Presidente, poderia trazer aqui. Não concordo com o discurso do Senador, principalmente quando ele atinge o meu estado, que fez com responsabilidade, fez a sua grande maioria estar dentro da Lei Federal, está de acordo com a Constituição, ele foge em dois

ou três itens, e fuge, porque não é possível que uma sanga de 1 metro de largura, que uma vertente de meio metro de largura possa se inutilizar a sua proteção em 30 metros. Agora, é possível num rio de 30 metros manter 50, 30 ou 50, então nós temos... E essa estrutura, esse conhecimento é que nós temos que buscar, debater e eu fico aqui gratificado, porque se ele não está perfeito, está levando o Brasil ao debate. Todos os estados estão aqui representados pelos seus representantes na área rural, para que o debate venha e possa nos dar uma legislação segura, forte que nos dê meio ambiente e que nos dê, principalmente, também a área econômica.

Nós temos um maior patrimônio, precisamos preservá-lo, que é o ser humano, nenhum patrimônio é superior a ele. E na defesa dele, que estou aqui para representar Santa Catarina e a sua gente.

Vou encerrar, Sr. Presidente, citando o filósofo chinês [soa a campainha] que viveu há três séculos antes de Cristo e parece que a sua filosofia está presente hoje, Sun Tzu dizia que se queres projetar a vida por um ano, plante cereais, porque dá para plantar e dá para colher, se quer preservar a vida por 30, 40 ou 50 anos, plante árvores, que ela será satisfatória, mas se queres projetar a vida para sempre, treine e eduque o homem.

Muito obrigado.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Agradeço ao Senador Neuto Conto, e a próxima oradora inscrita seria a Senadora Ideli Salvatti que permutou com a Senadora Marina Silva.

Nós fazemos um apelo a todos os senhores parlamentares agora, que abreviem o tempo, que nós estamos trabalhando contra ele. Tem a Sessão ordinária da casa que vai começar brevemente, então nós precisamos abreviar.

Então, com a palavra a Senadora Marina Silva.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores.

Primeiro lugar eu quero dizer da importância desse debate sendo feito no Plenário dessa casa. E da importância de termos uma visão trans-disciplinar, interdisciplinar das questões. E eu fico muito feliz com a postura das demais Comissões ao terem agregado sugestão de outros nomes para que pudessem vir participar desse debate.

Quão rico foi a apresentação feita por cada um dos senhores expositores, que suscitou, da parte dos senhores senadores, um conjunto de manifestações, e interpelações, em relação ao que aqui foi dito, de sorte que aqueles que fizeram apresentações em *Power Point*, tiveram a oportunidade de colocar melhor as

suas posições, mas nem por isso aqueles que foram sucintos deixaram de dar uma grande contribuição.

Eu acho que é assim que se produz a ciência, que se produz o conhecimento, é nesse contato e não necessariamente no embate entre idéias diferentes, entre posicionamentos diferentes. E aí, não só as ciências exatas, mas também as ciências humanas aqui representadas, não só as ciências humanas, mas também o olhar mediador da política que em última instância faz essa mediação para os processos decisórios.

A ciência é fundamental, foi dito por vários colegas aqui, que eu concordo, para poder calçar os processos decisórios. Todavia, não é ela que dá a última palavra, assim como não é a política que dá a última palavra, é o processo de mediação que é feito o tempo todo, para que possamos chegar a esses resultados.

Eu fico muito feliz de que esse objetivo tenha sido alcançado com essa mesa plural. E quero parabenizar todos os senhores na pessoa do Dr. Tássio, do Ministério do Meio Ambiente e do Dr. Herman Benjamim, aqui representando o campo das ciências ditas humanas, para mim todas elas são humanas, porque todas elas se prestam a um único benefício, a produção do conhecimento, que não é estagnado que não é, em hipótese alguma, terminativo, é um processo cumulativo, e como processo cumulativo que se diz hoje, amanhã pode não ser, mas é assim que se produz a ciência.

Muitas verdades que foram ditas, hoje, foram relativizadas ou foram até negadas. Muitas que foram negadas ou relativizadas, no decorrer do processo histórico, elas foram confirmadas. E olha que quem está falando aqui é uma professora de ensino médio, de História, mas que por ter sido alfabetizada aos 16 anos de idade, se apaixonou pelo conhecimento, e é fantástico, a gente vê que existem pessoas aqui de cabelo branco produzindo conhecimento, pessoas jovens e brilhantes produzindo conhecimento, para que nós, os senadores, possamos aqui sair um pouco do debate da agenda do cotidiano, que tem sido tão amarga, tão dura para esse Congresso Nacional, e entrar nos grandes temas da sociedade brasileira.

Eu fico pensando o quanto os telespectadores da TV Senado devem ter se sentido orgulhosos de ver um debate que coloca as questões de uma forma integrada, não dicotomizada, não vamos dizer aqui, em hipótese alguma, que a agricultura não tem nada a ver com mudanças climáticas; tem a ver, tem tudo a ver e foi muito bem demonstrado aqui; não vamos dizer aqui que regularização fundiária, ordenamento territorial e fundiário, não tem nada a ver com cobertura vegetal, tem tudo a ver.

Como que um país que ainda tem mais de 60% de cobertura vegetal, pode negligenciar esse debate,

quando pensa em um processo estratégico de desenvolvimento? Pensar o desenvolvimento no Século XXI, significa colocar novos paradigmas, significar ter uma nova visão, uma visão que faça uma inflexão civilizatória, uma inflexão civilizatória que dialogue com os representantes dos vários estados aqui, da agricultura, do setor, da agricultura do nosso país, com os ambientalistas, que durante muito tempo, foram vilipendiados, como se fossem um bando de irresponsáveis que só contemplam borboletas e passarinhos. Pelo contrário. Durante muitos anos, os ambientalistas pediam aos desenvolvimentistas que fizessem alguma coisa pelo meio ambiente [soa a campainha].

Hoje, eu fico muito feliz de verificar, Sr. Presidente, que são aqueles que estão na agenda do desenvolvimento que pedem aos ambientalistas tem que façam alguma coisa pelo desenvolvimento, e com alegria eu pude ver o governador Blairo Maggi, que tivemos embates muito grandes durante a minha gestão Ministério do Meio Ambiente, mas numa recente entrevista, ele disse: "Olha, o problema da reserva legal já não é um problema do Mato Grosso; o problema da reserva legal é um problema nas outras regiões do país, aqui está muito bom, 80%, nós estamos satisfeitos com 80%."

Se na minha época do Ministério do Meio Ambiente, eu tivesse me rendido ao discurso fácil, com certeza, hoje o Governador não poderia dizer isso, porque com certeza ele gostou de ver o desmatamento reduzir no seu estado, que crescia 48% e graças às medidas caiu cerca de 72% em 2005, quando tivemos os primeiros itens de desmatamento caindo.

Eu sei que V.Exa. fez um apelo para que a fala fosse rápido, eu sei que V.Exa., no começo, foi liberal com nossos expositores, com os nossos Senadores, porque ainda havia o tempo e agora V.Exa., com justa razão, pede para que se cumpra o tempo, mas eu vou pedir um pouco de *data venia*, porque isso para mim é muito importante, porque a legislação ambiental brasileira não é fruto de esforços escusos, de interesses não confessos, como disse o Ministro Mangabeira Unger.

Ela é fruto do constituinte originário, que apresentou essa proposição numa constituinte exclusiva, para escrever ali o artigo 225 da Constituição Federal, e o constituinte derivado tem que respeitar o que disse o constituinte originário sob pena de não estarmos respeitando aquilo que é o pacto feito pela sociedade brasileira, a sociedade brasileira fez um pacto na democracia e esse pacto democrático precisa ser observado.

As leis mudam e elas podem ser mudadas, mas devem ser mudadas numa perspectiva de melhoria e o que está sendo colocado aqui não é apenas uma mudança na nossa forma errada de fazer a agricultura,

de fazer a mineração, de fazer a exploração florestal, do que quer que seja, o que está em questionamento aqui é a nossa forma errada de ser.

Se nós não fizermos esse questionamento, da nossa forma inadequada de ser, nós nunca chegaremos a uma resposta adequada para a nossa forma incorreta de fazer. Não se trata mais de um debate, aonde o meio ambiente se opõe a meio ambiente, o desenvolvimento se opõe ao meio ambiente, isso faz parte da mesma moeda, quem tiver capacidade técnica, que responda a essa equação, quem tiver compromisso ético que responda a essa equação, quem tiver compromisso que vá além do aqui, agora, de sacrificar os recursos de milhares e milhares de anos, pelo lucro de apenas algumas décadas, que responda essa equação, como desenvolver protegendo, como proteger desenvolvendo?

É isso que na Convenção do Clima está posto como desafio, aonde as pessoas dizem: "Vamos mitigar, vamos adaptar, vamos enfrentar as vulnerabilidades das mudanças climáticas, mas vamos fazer de tudo para não ter os efeitos indesejáveis." Quais são os efeitos indesejáveis? Que a nossa agricultura perda a competitividade e o bom é que é possível fazer as ações todas sem perder competitividade.

Agora, nós vamos perder, sim, competitividade, se nós não formos capazes de nos antecipar, se nós continuarmos fazendo como sempre fizemos. É uma irresponsabilidade, será uma irresponsabilidade, do governo, do Estado Brasileiro, desse Congresso, porque nós não estamos aqui não é para fazer o discurso mais fácil é para fazer aquilo que é necessário.

Durante todos esses anos no Ministério do Meio Ambiente, com incompreensões, mas nós fizemos uma agenda estratégica. O Dr. Tássio que veio aqui sabe que o serviço florestal brasileiro é parte dessa equação, a BR 163, com plano de desenvolvimento sustentável, com 91% é parte dessa equação, as ações voltadas no PAS, Programa Amazônia Sustentável...

Eu vou suplicar à V.Exa., um pouquinho da liberalidade de que V.Exa. teve com meus outros colegas, porque eu sei que daqui a pouco vamos ter a homenagem a Dom Helder, mas esse momento é muito importante, até em homenagem a memória de Dom Helder.

Dom Helder foi um homem que viveu a sua humanidade com a mais profunda radicalidade e ser humano com radicalidade, não é colocar o homem em primeiro lugar, é colocar o homem no seu devido lugar, como aquele que é capaz de pensar por si mesmo, e pensar por aqueles que não pensam, que é a natureza.

Nós somos os olhos da natureza, nós somos as mentes da natureza, nós somos as mãos da natureza, nós podemos usá-la para nos beneficiar, protegendo-a,

mas nós podemos usá-la para nos derrotar, derrotar a nós mesmos, destruindo.

Quando sai de 30 [interrupção no áudio] sai de 30 metros para 5 metros, na margem dos rios, nós estamos dizendo uma coisa, é como se eu conversei com os alunos da Conferência de Meio Ambiente, eles queriam entender porque havia uma diferença entre 5 metros e 30 metros para as matas ciliares, "Olha, os nossos cílios, as nossas sobancelhas, é para proteger do suor; agora se nós decidirmos que basta um cílio, com certeza não vai proteger do suor". É isso que está sendo proposto, é isso que está sendo feito, é por isso que o vosso estudo é muito importante e é por isso que a fala do Dr. Herman Benjamim foi muito importante.

Nós estabelecemos preceitos gerais para que a lei possa ser aplicada, na mediação que é feita pela sociedade, porque se cada juiz, se cada fiscal do IBAMA não tiver um parâmetro, aí sim vamos ser todos prejudicados e na ausência de uma legislação que seja respeitada, que seja cumprida e implementada [soa a campainha], aí nós temos o Deus dará e não é isso que está sendo reivindicado aqui.

Eu tinha uma série de informações que eu trouxe para esse debate, mas o Senador Mercadante, o Tássio, os que fizeram suas exposições, o Beto Veríssimo, o Beto Ricardo, todos eles colocaram com maestria, outros Srs. Senadores, o que estamos fazendo aqui é algo estratégico, é algo importante, que deve calar fundo no coração de cada homem e cada mulher, porque nós estamos diante de um compromisso intergeracional, aqui não se trata de fazer agricultura apenas para o filho e para o neto, trata de se defender o direito daqueles que ainda não nasceram e o Brasil, graças a Deus, para além de nós os políticos, ele é capaz de dar essa resposta.

A pesquisa do Datafolha diz que 91% dos brasileiros não querem desmatamento, 90% dos brasileiros querem ver combater desmatamento, mesmo que tenhamos um custo maior nos nossos produtos de agricultura, e nos nossos produtos madeireiros. Isso é um pensamento que pode ser apenas um sentimento difuso, pode ser apenas um sentimento difuso, mas, se canalizado por quem tem pensamento estratégico, por quem é capaz de utilizar a força inventiva, criativa, da ciência e do coração daqueles que querem muito além do lucro aqui agora, nós podemos fazer esse país uma outra história.

O Beto falou que o Haiti é aqui, mas pode não ser aqui, nós não precisamos retardar a escravidão do homem sobre a natureza. Nós podemos acelerar a reconciliação do homem consigo mesmo, do homem com

o seu trabalho, do homem com o seu conhecimento, para aquilo que há de melhor na humanidade.

O problema da meia verdade é quando a gente diz que a meia verdade é a verdade inteira; a verdade é parcial e ela se constrói na coletividade. É por isso que isso aqui foi importante, a decisão sobre o Código Florestal brasileiro, sobre a legislação ambiental brasileira, não será fruto [interrupção do áudio] [soa a campainha] não será fruto de uma cabeça, por mais iluminada que seja. Será um processo em co-autoria, não será do Congresso para a sociedade, será com a sociedade, porque nós não fomos eleitos para substituí-la, nós fomos eleitos para representá-la, e 90% do povo brasileiro, diz que quer produção com sustentabilidade, quer sustentabilidade com produção. Essa é a equação, que a nossa competência e que Deus nos ajude a respondê-la.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Obrigado Senador Marina Silva, o próximo orador inscrito é o Senador Flexa Ribeiro, por permuta com o Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente...

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu gostaria de alertar o Senador Flexa Ribeiro que nós estamos a 13 minutos de começar a sessão ordinária do Senado, portanto, o prazo de V.Exa. tem que ser encurtado o máximo possível.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É, pelo informe de V.Exa. eu tenho 13 minutos para poder usar da Tribuna.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): V.Exa. vai usar cinco.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Prorrogáveis por tanto quanto foram prorrogados os Senadores que me antecederam. Mas, não precisarei de tanto tempo não, Senador, eu quero dar oportunidades a outros colegas que possam também fazer uso da Tribuna.

Quero saldá-lo e em seu nome saudar a todos os integrantes da Mesa aos nossos Senadores e Senadoras, e dizer da importância, da importância dessa Audiência Pública.

Pelo meu conhecimento, e quero aqui parabenizar a Senadora Kátia Abreu, é a primeira Audiência Pública de todas as Comissões permanentes do Senado Federal. Ela aprovou o seu Requerimento em todas as 13 Comissões, eu, há pouco conversava com um jornalista, e o jornalista me perguntava de que lado eu estava, se eu estava do lado da Senadora Kátia Abreu ou se eu estava do lado da Senadora Marina Silva.

Eu respondi com muita tranquilidade, eu disse que eu estava do lado do Brasil, do lado da Amazônia, do lado do Pará, e o que eu verifico, prestando atenção a todas as brilhantes exposições que aqui foram feitas, o que eu verifico e me preocupo muito, Senador Valter Pereira, é que nós estejamos tendo uma conversa entre surdo e mudo, ou seja, nós não conseguimos avançar, aqueles que não querem ouvir, e aqueles que não querem falar.

Os discursos são muito bonitos, muito bonitos, cada um vem e defende, eu vou defender os que plantam banana no topo de morro lá em São Paulo, eu vou defender os que plantam café lá no Espírito Santo, aí não pode, é uma atividade centenária, nós não podemos alterar aquilo que já está consolidado.

Gente, o que está faltando a todos nós, a todos nós, é bom senso. É querer resolver o problema, como bem disse o Ministro Hermam Benjamin, pelo aquilo que nos une e não pelo aquilo que nos divide, nós não vamos chegar a lugar nenhum, nem do lado da produção e nem do lado ambiental, se nós não buscarmos uma agenda que seja convergente, vamos buscar aquilo que pode ser resolvido e vamos resolvê-la, o mais breve possível, vamos deixar as questões que não há consenso, para tentar resolvê-las com o diálogo mais amplo.

A Senadora Marina Silva, que eu tenho o maior respeito, ela acabou de dizer que 90% dos brasileiros, das pessoas, melhor dizendo, concordam que precisam produzir preservando e preservar produzindo. Eu digo que não são 90% não, 100% tem este pensamento. Agora, vamos colocar em prática o pensamento, vamos sair do discurso para fazer com que a coisa possa funcionar, o meu estado, o meu estado e aqui, o Dr. Adalberto Veríssimo, que representa uma ONG, IMAZON, ele sabe, ele sabe o respeito que o Estado do Pará teve no governo passado, no Governo de Simão Jatene, com a questão ambiental.

Foi, se não me falha a memória, o segundo estado do Brasil, a aprovar o zoneamento econômico ecológico, aprovado depois de uma discussão com toda a sociedade. E nem por isso foi aprovado pela unanimidade dos votos dos deputados da Assembleia Legislativa, de todos os partidos, inclusive, do PT, aprovado por unanimidade.

Então já subiu aqui à Tribuna, deputado, Deputado, se não me falha a memória, Renato Casagrande defendendo o pacto federativo. Os estados têm que ter liberdade dentro da federação brasileira de definir; já foi transferida para os estados e municípios, a ação na área da saúde, educação, é lá que nós vivemos, é no município que nós habitamos, é lá que as coisas

acontecem, então é por lá que nós temos que também fazer a gestão ambiental dos estados e municípios.

Nós vamos ficar aqui discursando eternamente, se não fizermos o zoneamento econômico ecológico de todos os estados brasileiros, e, aí sim, definir quais são as áreas que devem ser preservadas, quais são as áreas que devem ser utilizadas intensamente, e quais são as áreas que podem ser semi-utilizadas através de manejos e outras técnicas [soa a campainha]. Mas, para isso, precisa fazer um levantamento e não há.

Uma outra ação importante que precisa ser feita, e que é consenso de todos é a regularização fundiária; é a regularização fundiária. Então, eu apresentei um projeto, Senador Valter Pereira, em 2005, um projeto que era de uma única folha e dois ou três artigos, que dizia o seguinte: que nas áreas já alteradas, nas áreas já modificadas, eu quero repetir isso, porque os ambientalistas de má-fé, não são todos, não são todos, mas os ambientalistas de má-fé divulgam pela mídia que o meu projeto é floresta zero, como se eu quisesse cortar raso todos os projetos da Amazônia, para a qual ele foi inicialmente projetado e do Brasil, como um todo.

Pelo contrário, o meu projeto não permite o corte de uma única árvore a mais, mas é preciso que sejamos inteligentes, que nós possamos consolidar aquilo que já está aberto, nós possamos usar aquilo que já foi alterado pelo homem, de forma intensiva e manter a reserva legal de 80%.

É outra informação de má-fé, que o meu projeto altera a reserva legal. Não é verdade, o projeto mantém a reserva legal na Amazônia de 80%, apenas, apenas ele vai na direção do uso do bom senso, ou seja, em vez de se fazer reserva legal por propriedade, temos que fazer reserva legal por lote, através de compensação em áreas de preservação ou áreas, que sejam elas públicas ou privadas, gerando, gerando o que já foi falado aqui [interrupção no áudio] [soa a campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Nós estamos no limite.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Já concluo, já concluo, gerando aquilo que já foi falado, que é o pagamento do serviço ambiental para aqueles que preservaram e poderão usar a sua área de preservação, locando essa área, ou vendendo essa área, para que ela sirva de reserva legal, em áreas que já foram antropizadas anteriormente.

E não é, e não é também como está sendo dito, indutor para novo desmatamento, porque o projeto, ele remete a um prazo anterior à aprovação da lei. Era até 2006, no projeto original.

Então eu quero parabenizar, parabenizar aos expositores, quero parabenizar ao Senado Federal, e

dizer que essa Audiência Pública, Senador Valter Pereira, tem que ter continuidade.

Há pouco o Senador [interrupção no áudio] [soa a campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador Casagrande?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, Senador Campos, Jayme Campos propôs a criação de uma comissão para discutir a questão, não do Código Florestal, mas da política florestal brasileira.

Eu diria que nós temos que manter permanentemente aberto esse diálogo, para chegarmos aos poucos àquilo que possa melhorar a qualidade de vida de todos os brasileiros, principalmente aqueles brasileiros da Amazônia, que se nós fossemos andar por lá, iríamos constatar exatamente aquela verdade que não é dita, que lá existem brasileiros que não tem acesso a água potável, não tem acesso a saneamento, não tem acesso à vida digna, de forma, à vida humana digna.

Era o que eu tinha a dizer, Presidente.

[palmas].

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Presidente, Sr. Presidente, pela ordem. V.Exa. pretende encerrar às 14 horas. Vai haver ampliação do prazo ou será encerrada às 14 horas.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Não, tem que encerrar, às 14 horas, porque... Sessão ordinária do Senado. Está... Trinta segundos para a Senadora Ideli, e temos que encerrar.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Eu sou o próximo inscrito?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): O próximo seria o Senador Suplicy, certo? Mas ele está lá, inclusive, pedindo pela ordem para ser.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sem prejuízo da fala da Senadora Ideli Salvatti, eu gostaria apenas então, dada a premência do horário, cumprimentar todos os oradores, observar, do ponto de vista regimental, que com respeito a sugestão formulada pelo Senador Jayme Campos, só cabe a formação de uma comissão para examinar projetos de código, depois da formulação de um projeto, conforme diz o artigo 374.

Isso apenas para chamar a atenção e eu só tenho uma pergunta a todos os expositores, a quem tanto cumprimento, para aprender, se, a luz do estudo que o Dr. Tassio Azevedo, do Ministério do Meio Ambiente colocou, que aponta termos 300 milhões de hectares disponíveis para a exploração agropecuária, como avaliar o estudo do Dr. Evaristo Miranda, pesquisador do EMBRAPA, que afirmou que cerca de 71% do território está legalmente destinado à preservação ambiental

e minorias, e, sobretudo, se há uma maneira de chegarmos a um entendimento, conforme aliás entendi, foi a formulação de quase todos os oradores, porque me parece que o sentido comum da palavra dos depoentes, ainda que com pontos de vista diferentes, é que possamos nós chegar a um entendimento sobre o assunto.

Concluí, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem. Eu passo a palavra para a Senadora Ideli, que terá um prazo de 10 segundos para concluir seu pronunciamento.

[risos].

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Eu tenho certeza absoluta que V.Exa. não será tão indelicado para comigo.

Eu queria cumprimentar todos os nossos expositores [soa a campanha], parabenizar esta atividade extremamente importante do Senado da República, um tema tão apaixonante, que se nós tivéssemos todo o horário do mundo, vararíamos a madrugada.

E eu quero terminar aqui este evento com algumas questões, que eu imagino que quem está nos assistindo deve estar perguntando, como eu estou perguntando desde o início da sessão.

O Brasil é grande, o Brasil é muito grande, o Brasil é diferente, ele é muito diferente. Então como é que a gente pode explicar que num Brasil deste tamanho, a gente tenha ainda pessoas e não são poucas, brigando para ter o direito de trabalhar um pedacinho de terra, um pedacinho de terra? Num Brasil destas dimensões, destas dimensões e veja bem, como a democracia do uso da terra está muito longe aqui no Brasil, muito longe.

Santa Catarina não é um estado considerado de latifundiários, não é, não é. Mas olha a realidade da posse da terra, no meu estado, em Santa Catarina: 90% das propriedades rurais, 90% das propriedades rurais, tem no máximo até 50 hectares, não é Senador Neuto de Conto? Mas sabe quanto do território estes 90% de proprietários rurais catarinenses ocupam? 40%, porque tem 10%, Senador Neuto de Conto, lá em Santa Catarina, imagina no resto do Brasil, tem 10% que ocupa 60% das terras. 60% das terras.

E aí como é que a gente vai explicar então essa história de falta de terra, como é que a gente vai explicar que... Mas Santa Catarina produz, com toda a dificuldade, somos o primeiro produtor nacional de cebola [interrupção no áudio]. Já vou--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Já deu uma demonstração cabal de uma senhora capacidade cívica.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Segundo produtor nacional de fumos e aves, terceiro produtor nacional de arroz e aí por diante.

Agora, se a gente não quiser falar, que quando a gente vai falar de meio ambiente tem que falar de propriedade, de distribuição de terra, gente, senão parece que o problema é o meio ambiente, só, quando não é.

[palmas].

Agora, vamos entrar num outro assunto, usando a realidade de Santa Catarina: a distribuição do resultado do trabalho na agricultura, o resultado. A agricultura familiar, que ocupa 40% da terra, emprega mais de dois terços dos que trabalham na terra, tem como resultado econômico, menos de um terço do agronegócio.

Ocupa dois terços da mão-de-obra [soa a campanha], tem só 40% da terra, e consegue só um terço do resultado econômico. O agronegócio emprega apenas um terço da mão de obra, tem 60% das terras e consegue de lucro, de resultado econômico, mais do que três vezes a agricultura familiar.

Então, quando nós vamos tratar do assunto, nós temos que tratar da propriedade da terra e nós temos que tratar do resultado da distribuição do resultado econômico da agricultura, porque senão fica parecendo, Senador Neuto de Conto, que na hora do nosso produtor de suíno e de ave de lá, que ganha uma merrequinha, e que a grande lucratividade acaba indo para o agronegócio e não para o agricultor familiar.

E aí nós vamos querendo cada vez mais terra para a agricultura, cada vez mais isso, cada vez mais aquilo, quando a situação poderia muitas vezes ser [interrupção no áudio] [soa a campanha] por uma solução que pudesse fazer uma justiça social, num melhor distribuição da renda e numa melhor distribuição da terra.

Isso tem que estar colado, tem que estar junto com a discussão que nós queremos fazer aqui.

E queria dizer ainda mais um outro elemento: nós temos 60 milhões de hectares de terras degradadas. Isto é quase 10% de todo território nacional. Então num país deste tamanho, tão diferente, com 10% do território que a agricultura já avançou e abandonou, a pecuária usou e jogou fora, que nem lenço descartável, nós temos como explicar para o mundo e para o Brasil de que nós vamos desmatar mais?

Nós temos [interrupção no áudio] 10% das terras degradadas, nós temos muito mais do que nós poderíamos reivindicar mexendo na legislação ambiental indigenista do nosso país.

Então eu quero dizer de forma muito clara: temos que discutir as diferenças, a realidade que cada estado tem, os pequenos agricultores lá de Santa Catarina e

eu quero dizer, inclusive, que muitos deles entraram nessa discussão do código ambiental com razões, motivos, etc. e tal, mas a solução para os pequenos agricultores, está em democratizar o uso da terra, democratizar e distribuir a riqueza oriunda da terra e a gente recuperar as áreas degradadas em vez de mexer em floresta e área de preservação.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Obrigado pela síntese da Senadora Ideli Salvatti. E antes de encerrar essa sessão, eu quero registrar a presença dos presidentes dos sindicatos rurais dos municípios de Maracaju, Ribas do Rio Pardo e de Três Lagoas, do meu Estado de Mato Grosso do Sul, juntamente com o Coordenador da Comissão de Meio Ambiente da Federação de Agricultura de Mato Grosso do Sul, FAMASUL, José Armando Amado.

Muito obrigado a todos pela presença, especialmente os nossos agradecimentos a todos os expositores que deram hoje um combustível extraordinário, uma contribuição muito relevante para esse debate, que certamente levará a bom termo, o tema que aqui nós estamos debruçando.

Muito obrigado a todos. Está encerrada a presente Reunião.

Sessão encerrada às 14h08.

ATA DA DÉCIMA SEXTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, ORDINÁRIA, E OITAVA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA CRISE FINANCEIRA E DE EMPREGABILIDADE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE MAIO DE 2009, ÀS 10:00 HORAS, NA SALA Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e vinte minutos do dia cinco de maio do ano de dois mil e nove, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Garibaldi Alves Filho e, em seguida, do Senador Francisco Dornelles, reúnem-se a Comissão de Assuntos Econômicos e a Comissão de Acompanhamento da Crise Financeira e de Empregabilidade, com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Aloizio Mercadante, Tião Viana, Marcelo Crivella, César Borges, Antonio Carlos Valadares, Renato Casagrande, Ideli Salvatti, Expedito Junior, João Ribeiro, Francisco Dornelles, Valdir Raupp, Neuto de Conto, Wellington Salgado, Eliseu Resende, Antonio Carlos Júnior, Efraim Moraes, Raimundo Colombo, Adelmir Santana, Jayme Campos, Cícero Lucena, Arthur Virgílio, Tasso Jereissati, Marco Maciel, José Agripino, Sérgio Guerra, Flexa Ribeiro, Eduardo Azeredo, Gim Argello, Osmar Dias, Jefferson Praia e, ainda, da Senadora e Lúcia Vânia. Deixam de comparecer os Senadores Delcídio

Amaral, Inácio Arruda, Gerson Camata, Pedro Simon, João Tenório e João Vicente Claudino. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência esclarece que a presente Reunião tem como objetivo a realização de Audiência Pública sobre o tema “A Crise Financeira e a Indústria Brasileira”, com a presença do Sr. Paulo Francini, Vice-Presidente do Conselho Superior de Economia e Diretor Titular do Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos – Depecon, representando o Sr. Paulo Skaf, Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP, e do Sr. Paulo Fernandes Tigre, Presidente da Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul. Após a exposição, usam da palavra os Senadores Eduardo Suplicy, Arthur Virgílio, Tasso Jereissati, Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia e, ainda, dos Senadores Garibaldi Alves Filho e Francisco Dornelles. Antes de Encerrar a reunião, a Comissão de Assuntos Econômicos aprova o Requerimento nº 28/2009–CAE, de autoria do Senador Arthur Virgílio, para a realização de Audiência Pública da Comissão de Assuntos Econômicos em conjunto com a Comissão de Acompanhamento da Crise Financeira e Empregabilidade, com a presença do Sr. Antonio Carlos da Silva, Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas – FIEAM, e do Sr. Maurício Elísio Martins Loureiro, Presidente do Centro da Indústria do Estado do Amazonas – CIEAM; e o Requerimento nº 29/2009–CAE, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, para a realização de Audiência Pública desta Comissão de Assuntos Econômicos para serem debatidas as mudanças cogitadas pelo Governo Federal, no rendimento da caderneta de poupança, com a presença do Sr. Carlos Roberto Lupi, Ministro do Trabalho e Emprego, do Sr. Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central, da Sra. Maria Fernanda Ramos Coelho, Presidente da Caixa Econômica Federal, do Sr. Paulo Skaf, Presidente da Fiesp, e do Sr. Luiz Fernando de Souza Emediato, Presidente do Codefat. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às treze horas e dezoito minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotíпия Informatizada.

Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente da Presidência da Comissão de Assuntos Econômicos – Senador **Francisco Dornelles**, Presidente da Comissão de Acompanhamento da Crise Financeira e da Empregabilidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Havendo número regimental,

declaro aberta a 16ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos e a 8ª reunião da Comissão de acompanhamento da crise financeira e de empregabilidade.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas das Reuniões anteriores. Os Srs. Senadores e Senadoras que concordam, queiram permanecer como se encontram. As Atas estão aprovadas e serão publicadas no Diário do Senado Federal. Audiência Pública sobre o tema “*Crise Financeira e a Indústria Brasileira*”.

Temos hoje como convidados o Sr. Paulo Francini, Vice-Presidente do Conselho Superior de Economia e Diretor Titular do Departamento de Pesquisa e Estudos Econômicos, Depecon, representando o Dr. Paulo Skaf, Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. O Sr. Roberto Proença de Macedo, Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Ceará, o Sr. Paulo Fernandes Tigre, Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul.

Os convidados já se encontram na Secretaria da Comissão, entretanto, antes de convidá-los, eu gostaria de fazer algumas comunicações de interesse da nossa Comissão, bem como de interesse de todos aqueles que acompanham os seus trabalhos. Solicito ao secretário da Comissão, o Dr. Gonzaga, que traga aqui esse dossiê. Quero comunicar que em termos de Audiência Pública, nós teremos essa de hoje ao mesmo tempo que teremos no dia 14, a presença e a participação do Dr. Luciano Coutinho, Presidente do BNDES, que aqui virá para falar justamente a respeito da crise econômica financeira mundial, do ponto de vista do BNDES.

Recebemos, para apreciação desta Comissão, a mensagem do Sr. Presidente da República, de nº. 68 de 2009, que propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até 168 milhões de dólares dos Estados Unidos da América, entre o Governo do Estado de São Paulo e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, BID, cujos recursos são destinados ao financiamento do programa de investimento nos transportes metropolitanos de São Paulo, a aquisição de material rodante e sistemas para Companhia Paulista de Trens Metropolitanos, projetos e desapropriações para implantação da segunda fase da linha 5 da Companhia do Metropolitano de São Paulo, Metrô, trecho largo, Chácara Klabin. Como recebemos também do excelentíssimo Sr. Presidente da República a mensagem de nº. 00292 de 29/04/09 na origem e processo nº. 69 de 2009, que propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo com garantia da República

Federativa do Brasil, no valor de até 409 milhões de dólares dos Estados Unidos da América, entre o Governo do Estado da Bahia e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, BID, cujos recursos são destinados ao Programa de Consolidação do Equilíbrio Fiscal para o Desenvolvimento do Estado da Bahia, PROCONFIS. Hoje serão designados os relatores até o final dessa Reunião, daremos conhecimento dos nomes dos relatores para as referidas matérias.

A pauta de hoje, como eu já disse, volta ao tema “*Crise Financeira e a Indústria Brasileira*”, e convido o Sr. Paulo Fernandes Tigre, Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul a se fazer presente à nossa Mesa Diretora dos trabalhos. E concedo a palavra ao Presidente da Comissão que avalia os efeitos da crise financeira, Senador Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ):

Sr. Presidente, eu queria fazer uma manifestação, dizer a nossa honra de receber aqui na Comissão, na CAE e na Comissão de Acompanhamento da Crise os nossos queridos amigos Paulo Francini e Paulo Fernandes Tigre, representantes da FIESP e da Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul. A FIESP e a FIERGS tem tido sempre uma posição muito de vanguarda no relacionamento com o Congresso, na discussão de soluções, na apresentação de propostas que eu considero sempre da maior importância, para que nós possamos examinar e verificar o que pode ser feito nessas Comissões para implementar medidas que possam atenuar essa grave crise que invadiu o Brasil e afetou o nosso mercado de renda e de emprego.

A Comissão de acompanhamento da crise, meu caro Paulo Francini e meu caro Paulo Fernandes, ela tem por objetivo acompanhar todas as medidas tomadas pelo Governo Federal para atenuar os efeitos dessa crise e trazer aqui representantes de vários segmentos para que nós possamos conhecer a posição de cada um, num momento em que nós temos que conviver com todas essas dificuldades externas e internas. Nós temos aqui, já ouvimos vários segmentos da sociedade, representantes de vários setores e estamos priorizando principalmente num determinado momento, demos a prioridade ao *spread* bancário, que hoje é a grande preocupação de todos nós e queríamos ouvir hoje a posição da indústria, como vocês se sentem dentro dessa posição da crise e dizer que será uma honra muito grande, é uma honra muito grande, receber vocês nesse dia de hoje. Eu dou a palavra, então, com autorização do Presidente Garibaldi, ao Dr. Paulo Francini, Vice-Presidente do Conselho Superior da Economia e Diretor do Departamento de Pesquisas da FIERGS.

SR. PAULO FRANCINI: Bom dia. Bom dia, Presidente, bom dia Senador Dornelles, bom dia para o meu xará Paulo. Pra mim é um prazer atender convite dirigido à Federação das Indústrias para vir prestar este depoimento à Comissão do Senado que estuda os impactos da crise. A minha apresentação eu vou fazer o possível para que ela seja breve, e no desejo que seja ela estimulante para esclarecer algumas questões junto a vocês, e especialmente depois me colocar à disposição para qualquer coisa que tenha restado como duvidosa. Então, sem mais delongas, vamos a ela.

Eu gostaria, antes, de notar para vocês... Vamos lá. Que a crise da economia mundial ocorre de forma diferente nos distintos países quanto ao tempo e intensidade. Nós montamos este quadro aqui a seguir, onde vocês vêem um conjunto de países, 10 na verdade, Japão... Estão todos aqui. Aqui corresponde aos trimestres do ano 2007, primeiro, segundo, terceiro e quarto trimestre, o mesmo para 2008, o número que vocês encontram em cada casela representa a variação do PIB com relação ao trimestre anterior, ou seja, quanto variou o PIB com relação ao trimestre anterior. Por critério nós estabelecemos que a crise chega em um determinado país ou os efeitos dela chegam em um determinado país quando ele começa a experimentar de forma consecutiva queda na variação do PIB com relação ao trimestre anterior. Por exemplo, Japão começa desde que atingiu o 09, no quarto trimestre de 2007, a cair e desde então não mais se recupera, Brasil ocorre aqui, Coreia ocorre no quarto trimestre de 2007, Alemanha e zona de euro, primeiro trimestre e assim por diante. Portanto, dá pra ver que algumas conclusões claras: que no caso brasileiro demora a crise a chegar no Brasil, ela já havia chegado em outros países antes do Brasil, e chega em períodos distintos, sendo antecedida no México e Canadá, já por efeito Estados Unidos, depois Estados Unidos, depois Reino Unido e Espanha, depois Alemanha, Zona do Euro e assim por diante. Quando naquela parte de baixo nós mensuramos por critério, nós mensuramos onde estava o país antes da crise se fazer sentir, e onde ele chegou. E vemos qual a diferença entre o número do PIB último de crescimento e aonde ele chegou no quarto e último trimestre de 2008. Aí então nós, no caso do Japão, vemos que 09 com 3,2 dá os 4,1 que estão aqui embaixo, o Brasil com 1,7 e 3,6 dá os 5,3 que está aqui embaixo e assim por diante. Enquanto que nessa outra coluna nós abandonamos onde estava a taxa de crescimento e passamos a contabilizar só a trajetória desde o início da queda quanto o país cresceu ou reduziu durante aquele período, e temos esse outro conjunto de números.

Só quero mostrar a vocês o seguinte: o Brasil, apesar de ter sido dentre esses países o último a sentir os efeitos da crise, quando mensurarmos este efeito em termos da somatória de onde estava para onde foi ou da trajetória percorrida desde a queda, nós vemos que, no primeiro critério, o Brasil apresenta menos 5,3, só sendo superado pela Coreia com 7,2. Enquanto que no segundo critério o Brasil apresenta 3,6 negativo, igual com Coreia e só abaixo do Japão.

Portanto, é verdade que neste primeiro critério, quanto mais o país vinha em termos da sua taxa de crescimento, mais ele sofre com a perda. É por causa disso que dá a trombada do Brasil, dá 5,3 pontos, que é a diferença entre 1,7 e 3,6. A imagem é mais ou menos o seguinte: Para o país, para o veículo que estava se movendo com muita velocidade e isso é bom, porque isso é taxa de crescimento, a força do impacto de bater no muro ou a força do impacto de ter isto reduzido ou eliminado é maior em função da própria velocidade. Portanto, uma parte desta colocação que, pode-se dizer, expressiva do Brasil no ranking de quem mais perdeu é devido ao quanto ele estava ganhando. Mas seja dentro de um critério, seja de outro, duas conclusões: primeiro, a crise chega tardiamente, se podemos dizer assim, ou com retardo ao Brasil comparativamente a outras regiões do mundo e segundo, que chega com grande força comparativamente ao estrago que ela tem causado ao redor do mundo, o estrago causado já na economia brasileira é de bom tamanho quando comparativamente a outros países, ou seja, chega por último, porém chega forte. Vamos adiante. Gostaria de mostrar para vocês o impacto que isso promoveu no emprego.

Vamos adiante. Nós temos aqui essas colunas, significam os distintos anos, isso daqui é outubro, período outubro a março, porque nós consideramos que outubro é o primeiro mês que começa a contabilizar efeitos da crise. Outubro a março de 2006, 2007, 2008, 2009. Percebam o seguinte, a coluna verde representa o total de empregos gerados ou perdidos, a coluna azul representa os empregos industriais contidos dentro desses empregos gerais, em verde. No ano de... outubro de 2007 a março de 2008 geramos 60 mil empregos na indústria, geramos 560 mil empregos no geral. Ano 2009, perdemos 492 mil empregos na indústria, perdemos 692, perto de 700 mil. Duas maneiras de olhar. Uma maneira comparativa ao ano passado entre o que deixamos de ganhar e o que perdemos, a diferença é um milhão 250 mil empregos. Ou seja, se compararmos com que houve no mesmo período do ano passado, perdemos um milhão e 200 mil empregos. E notem vocês que no caso da indústria, que havia sido gerado 60 mil empregos, existe perda de

492, ou seja, 500 mil empregos. O que é muito sintomático é a indústria que representa 19% da geração total de empregos, estamos falando de CAGED, estamos falando de certa maneira do melhor levantamento de emprego disponível, que é do Ministério do Trabalho, estamos falando de um universo de 35 milhões de trabalhadores que são os trabalhadores com carteira assinada e a indústria representa 19% dos empregos totais gerados. Apesar de representar 19%, representa 71% das demissões apontadas pelo CAGED. Ou seja, os 492 mil sobre os 692 são 71% das demissões ocorrem na indústria.

Vamos virar de página. Olhando a indústria de São Paulo, vocês têm mais ou menos a mesma coisa, só que com os números específicos do Estado de São Paulo, onde a indústria representa mais que os 19 ou um pouco mais, portanto, do que no total país, representa 23% da geração de emprego, e foi ela a responsável por 75% das demissões ocorridas e medidas pelo CAGED no Estado de São Paulo. Então, senhores, aquela crise que falamos naquela primeira página dos seus efeitos e da sua redução em efeito de PIB, agora levando para a questão de emprego, nos dá a clareza do seguinte: a crise chega e se instala na indústria. É a indústria que... A palavra não é nem correta, acolher, porque o acolher normalmente tem carinho e este acolher não tem carinho nenhum, mas a crise pousa no ninho da indústria e promovendo essa destruição em termos de números de empregos.

Vamos adiante. Isso daqui, semelhantemente a PIN do IBGE, que dá a produção física, nós temos o INA, que é o índice do nível de atividade que nós medimos para a indústria no Estado de São Paulo, nós, Federação das Indústrias, esta é a curva de evolução do INA na sua trajetória dessazonalizado, ou seja, já com ajuste sazonal, nós estamos aqui no final do ano passado, esse ponto é o mês de novembro, este ponto é o mês de dezembro e aquela queda, que é da chegada da crise na indústria, representada por esta enorme queda que ocorre de onde estávamos para onde fomos, decorrido o mês de dezembro. Os meses de janeiro, fevereiro e março são esses meses que estão aqui no patamar de baixo de onde chegamos. Portanto, podemos dizer que a perda foi muito forte, foi muito grande e nos meses que se seguiram não houve impulso de recuperação evidente. Ou seja, as variações, inclusive com a divulgação hoje da PIN do IBGE, que deu uma variação de 0,7 dessazonalizado sobre fevereiro, foi divulgado hoje de março do IBGE, bateu praticamente com o nosso número de 0,5, foi divulgado semana passada da indústria de São Paulo e representa que nós em janeiro a março de 09, nós estamos cerca de 15% abaixo do nível que estávamos no ano de 2008.

Ou seja, janeiro a março de 2009, comparativamente janeiro a março de 2008, menos 15%.

Vamos adiante. Reparem que sete setores, artigo borracha e plástico, minerais não metálicos, metalurgia básica, metálicos exclusivo e máquinas, máquinas e equipamentos, máquinas e aparelhos elétricos, veículos automotores, estes setores da indústria de transformação representam 40% da indústria de transformação. Porém, eles caindo 23%, eles são responsáveis por 9,3 dos 15 de queda que teve a indústria. Portanto, estes 40%, em termos de setores e a sua representação, carregam 60% da queda. Podemos dizer, portanto, que a queda está de certa maneira concentrada mais em alguns setores com relação a outros. Percebam vocês que não existe, dentre esses setores, praticamente nenhum setor de bens de consumo não durável, por exemplo, não tem alimentos, não tem têxtil, não tem calçados, porque na verdade não são setores que dependam da renda, que não foi desde logo afetada. São setores que estão mais entranhados dentro da própria estrutura industrial, que tem a ver com crédito, por causa de aí estar o setor de auto veículos, tem a ver com investimentos, por isso está aí máquinas e equipamentos, tem a ver com investimentos, está aí máquinas e aparelhos de materiais elétricos que é geração e distribuição, tem aí metalurgia básica, que é a parte de siderurgia ligada a mercado externo, especialmente, ou seja, são os setores que foram desde logo afetados pela crise na sua chegada na estrutura industrial de São Paulo.

Vamos dar uma olhadinha bem rápida nas fontes de demanda capaz de reerguer a economia. Exportação ou mercado interno. Mercado interno no seu componente crédito, no seu componente renda, no seu componente confiança consumidor. Investimento privado e investimento de gasto público. Tem um numerozinho aqui ao lado, um é exportação, dois mercados internos, nós vamos nos referir a esses números. Vamos adiante. O que está havendo com a exportação? Nós temos na Federação das Indústrias uma pesquisa que fazemos junto a 78 empresas que respondem aproximadamente por 25% da exportação de produtos industrializados, portanto, uma amostra forte na exportação da pauta de industrializados. A linha azul é o efetivo SECEX, é o comportamento da exportação de industrializados do Brasil, chegamos até esse ponto antes de iniciar uma queda abrupta, e essa queda percorreu essa trajetória até agora, já conhecida, e esta que a nossa pesquisa diz que vai ocorrer, ou seja, a exportação de produtos industrializados está em uma grande redução comparativa onde esteve. A nossa perda, e vamos à página seguinte, na nossa visão quanto ao que irá ocorrer Balanço Comercial este ano no Brasil... Pois não.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PAULO FRANCINI: Não, minério está fora. Os básicos estão aqui com... pesam 37% no total da nossa exportação, industrializados com 60, outros 2.4, essa é a taxa de variação que nós pensamos irá correr em 2009, os básicos se segurando e crescendo 5%, industrializados caindo 30 e os outros caindo 10, dando 16,5 no seu total que é, de certa maneira, o resultado do quadrimestre, janeiro a abril, a redução da exportação do Brasil é de 16,5% e essa redução não é outra coisa senão a redução na exportação de produtos industrializados. Tasso, precisa lembrar que o grande direcionamento dos industrializados era especialmente ou fortemente a América Latina. A Argentina colapsou, Venezuela colapsou, ou seja, os países da América Latina carregavam uma participação muito importante na nossa exportação de industrializados. O Brasil não exporta industrializados para a China, nossa exportação de industrializados para a China é quase zero. Maravilha.

Vamos adiante. Então, isso no lado da exportação, na parte de crédito, que já é a parte 2 1, aqui está aquilo que tem ocorrido, é o saldo real dos empréstimos pessoa física e jurídica, isso daqui é estoque. Pessoa física percorreu essa trajetória, pessoa física é o azul, percorreu essa trajetória. Pessoa jurídica percorreu essa trajetória. O que é importante notar numa e outra é esta tendência de redução que se apresenta aqui na ponta, ou seja, uma tendência que a situação de crédito vai se agravar um pouco. Vamos dar uma abertura nisso para dar uma olhada melhor, vamos à próxima página. Aqui nós temos mês a mês, nós temos... Aquilo lá era o estoque, isso daqui é concessão de crédito mês a mês. Isso daqui é informação do Banco Central, portanto dá o volume de crédito que é concedido a cada mês, e o que nós vemos é: Se nós tomarmos o período julho a setembro de 2008, essa daqui é a média do período. 50 bilhões para pessoa física, 100 bilhões para pessoa jurídica. Se nós olharmos o que está ocorrendo nos primeiros meses desse ano, ressalta-se duas coisas, primeiro que na comparação janeiro, fevereiro, março, percebe-se uma clara recuperação do mês de março comparativamente aos meses passados, ou seja, estes números que estavam em 95, 87, foi para 106, estes números que estavam em 81, 75, foi para 97. Assim mesmo o trimestre fecha 4% menor que o trimestre julho a setembro, 15% menor que o trimestre julho a setembro. Ou seja, o montante de crédito jogado nos meses de janeiro, fevereiro, março, é 15% menor que o montante de crédito à pessoa jurídica jogado durante o mês de julho a setembro. Não preciso destacar agora para vocês, mas dizendo que aí dentro estão

duas coisas escondidas. Primeiro escondido que uma parte de crédito... Vou fazer esse comentário daqui a pouco, desculpe.

Vamos adiante. Aqui tem para vocês um dado interessante. Essas três linhas, todas elas são para pessoa jurídica, são crédito para pessoa jurídica. Esta daqui debaixo é aquele até 100 mil reais, esta outra azul é o crédito de 100 a 10 milhões de reais e esta vermelha é acima de 10 milhões de reais. Aqui vocês notam duas coisas interessantes: a partir desse período aqui, que é mais ou menos cerca de meados de 2008, começa a crescer as operações especialmente acima de 10 milhões e nós lemos isso que já começa um processo de substituição da oferta externa de crédito, ou seja, crédito externo começa a dar sinais de cansaço e as empresas começam a vir, a tomar operações acima de 10 milhões dentro do mercado interno.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Diz respeito ao país, né?

SR. PAULO FRANCINI: Ao país. E olha esta subida forte que vocês observam aqui, que vem do mês de setembro e isso já pega pós crise mesmo, vem do mês de setembro até praticamente o final do ano, onde você tem dois componentes aí dentro. Você tem um componente que é empresas vindo tomar crédito no mercado interno quando antes tomavam no exterior, e tem uma outra, que é impossível de dar o número, que é a desmontagem do red(F) tóxico. O red(F) tóxico, como vocês sabem, é aquela operação que as empresas fizeram, etc. e tal, para se proteger, isso ou aquilo. O fato é que o red(F) tóxico são dezenas de bilhões de reais e que cada instituição financeira tratou de arrumar a situação dos seus devedores, e portanto a situação de arrumar a questão dos seus devedores foi através da concessão de crédito a eles para liquidar o saldo das operações tóxicas, ou seja, é uma concessão de crédito, porém é um crédito estéril, não serve pra nada.

Vamos adiante. Esse é um outro quadro também interessante. Aqui nós temos a separação, esta parte em azul são bancos públicos, leiam Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, esta parte em verde são bancos privados, esse daqui é março de 2009, esse aqui é setembro de 2008. Percebam vocês que neste período a variação real do crédito ofertado pelas instituições privadas deu zero a zero. Ou seja, não houve crescimento de crédito ofertado por instituições privadas. Enquanto que para instituições públicas, leia-se Banco do Brasil e Caixa Econômica, lê-se uma variação real de 15% ocorrida dentro desse período. Na página seguinte...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PAULO FRANCINI: Não, BNDES está aqui. Aqui. Sabendo que vocês iam perguntar, eu já coloquei logo na página seguinte a respeito do BNDES. Porque aquele era crédito livre e o BNDES é crédito dirigido, e olha aqui o que acontece com o BNDES: Operações diretas do BNDES com a chegada da crise faz isso. E aqui são os repasses. Os repasses são aqueles recursos do BNDES que passam pelas instituições financeiras privadas, recursos do FINAME, por exemplo. Quer dizer, continuou a trajetória, porém nas operações diretas o BNDES dá um salto a partir da crise, já para atender uma situação de crédito que se origina a partir daí. É na visão desses dois quadros que vocês têm o conjunto dos bancos públicos, porque antes eu chamava atenção de Banco do Brasil e Caixa Econômica e agora chamo atenção para o caso de BNDES.

Vamos adiante. A taxa de juros, essa daqui é a taxa de juros consolidada, pessoa física, pessoa jurídica e total, o verde é o total, o vermelho é pessoa jurídica, o azul é pessoa física. Percebe-se o crescimento da taxa de juros que houve com a coincidência da chegada da crise no Brasil, ou seja, a partir do mês de setembro até o final do ano, e a tendência de redução dessa taxa, sendo que aqui como é a taxa de juros total, a taxa Selic está aqui dentro incorporada. Nessa próxima página dá para vocês a ideia já do *spread*, ou seja, já descontada a taxa Selic, pessoa física azul, verde total e vermelha, pessoa jurídica. Nota-se o mesmo que notava-se na outra, talvez de forma um pouco mais acentuada, porque agora já tira-se o efeito da Taxa Selic, que varia no período, para ver da ação e consequência da redução do *spread* em meses recentes, eu diria nos dois últimos meses. E aí eu colocaria que isto é resultado de um esforço que tem ocorrido na direção de fazer-se e de produzir a redução de *spread*.

Vamos adiante. A Federação das Indústrias, desde o início do ano, dedica-se muito a estudar a questão do *spread*, tem um trabalho grande publicado a respeito e além disso, fomos desenterrar lá nos arquivos do Banco Central, o Banco Central possuía, como possui, os dados que dão a informação por instituição financeira e por naturezas do crédito, esse daqui por exemplo é capital de giro para pessoas jurídicas, nós temos aqui todas instituições financeiras: Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Itaú, Unibanco e na próxima página vamos ter mais quatro bancos. E aqui, cada uma das colunas representa uma semana. A primeira coluna que está anotada é só como referência, é a primeira semana do ano passado, 2008, e dá para ver o que ocorreu na trajetória da taxa de juros em período mais recente. No período mais recente, que são as

últimas semanas, percebe-se claramente a direção de queda que tem sido experimentada, especialmente visível no Banco do Brasil, também de certa forma notável na Caixa Econômica Federal, essas taxas são as menores taxas do mercado, também note-se isso, comparado com o Banco Itaú, com o Banco Unibanco, também no próprio Banco Unibanco nota-se claramente a tendência de acompanhamento da redução da taxa de juros/*spread*, mudando de página vamos para Bradesco, Santander, ABN Real e HSBC. HSBC isso foi absolutamente notável, não sei se coincidiu ou não com o fato do nosso Presidente Paulo Skaf ter dito um impropério com relação ao Banco, mas o fato é que houve uma redução sensível da taxa de juros praticada. De qualquer maneira, taxa de juros *spread* por ação do Governo, estamos assistindo a uma redução consecutiva do *spread*.

Vamos adiante. Massa salarial real. Massa salarial vocês sabem que é o total da renda/trabalho, total da renda/trabalho entenda-se com carteira, sem carteira, autônomos, afinal, todo mundo que recebe, ganha rendimento em função do trabalho, nós estávamos com uma taxa de expansão de 10% comparativamente no T/T-12 que é comparativamente ao mesmo mês do ano passado, essa taxa de expansão de 10% era, de certa maneira, a que estava por detrás da taxa de crescimento de 1.7 do PIB a cada trimestre, uma taxa que anualizada daria alguma coisa entre seis ou sete, então isso convivia com uma rápida e vigorosa evolução da massa salarial real que perde força, que perde força a partir de setembro, especialmente, perde força e fica reduzida quase à metade do que estava, como taxa de crescimento, ou seja, não é negativo isso. Aquilo que estava antes crescendo a 10% comparativamente a mesmo mês do ano anterior, agora está crescendo a 6%. Perde fôlego, perde impulso, perde dinâmica no processo econômico.

Vamos adiante. Índice de confiança do consumidor está meio derrubadinho, isso aqui é a última pesquisa da FGV, ou seja, continua com número bastante baixo.

Vamos adiante. Incerteza econômica continua sendo o item apontado pelos empresários como sendo o grande inibidor para a sua ação de investimento, ele supera em muito a própria escassez de crédito, ou seja, a incerteza econômica é paralisante em termos de investimentos.

Vamos adiante. Não preciso dizer a vocês o que está acontecendo com a questão da receita. A receita caiu no primeiro trimestre, a receita do Governo Federal, nós estamos olhando e querendo olhar um pouco a questão do investimento público, portanto para isso é importante ver como é que está evoluindo a questão

da receita. No trimestre janeiro, fevereiro e março nós tivemos, apesar de uma recuperação no mês de março comparativamente aos meses passados, a maior queda houve no mês de fevereiro, mas no trimestre fechamos com uma arrecadação em termos reais 6% inferior à arrecadação de igual período do ano passado.

Adiante. Com diminuição da receita tivemos contingenciamento, tivemos contingenciamento de 25 bilhões sobre a Lei Orçamentária, esses 25 foram distribuídos, no nosso entender, de forma um pouco perversa para investimento, já que dos 25 de redução, 14 foi para investimentos, 10 de custeio, somando 25, ou seja, a parte que mais perdeu foi exatamente aquela mais vital para o momento de crise que foi a do investimento, que perdeu 14 bilhões.

Vamos adiante. Na questão do PAC, vocês que acompanham os números divulgados pelo próprio Ministério, sabem que a liberação está muito, muito lenta comparativamente àquela que deveria ter sido, aqui está as liberações, a dotação autorizada, o total efetivamente pago no ano 2007 e 2008, 2008 conseguimos cumprir com 60%, tendo sido efetivamente pago 11 bilhões dos 19 previstos, no ano de 2009 temos até agora 1.5 bilhões, esse é um dado do trimestre, portanto representa 7,2% da dotação autorizada, que é uma porcentagem muito baixa, tendo transcorrido um trimestre, portanto, não está saindo muito coelho dessa mata.

Vamos lá. Como romper o circuito perverso do crédito de inadimplência. Quero mostrar para vocês uma coisa interessante. Temos certeza... Vamos mudar de página. Temos certeza de que isto é real. Oferta de crédito se reduz, inadimplência se eleva e como consequência de inadimplência crescendo, o *spread* cresce e a oferta de crédito volta a diminuir, portanto, é um ciclo do mal que se autoalimenta. Baixa oferta de crédito aumenta a inadimplência, aumenta *spread* e reduz crédito. Aqui é o que tem acontecido com a inadimplência, o azul é pessoa física, o vermelho é pessoa jurídica, o verde é total. Nós passamos num período de, digamos, de início de crise 7,3 com inadimplência da pessoa física para 8,3, variou no período 14%, foi de 7,3 para 8,3. No mesmo período a inadimplência pessoa jurídica foi de 1.6 para 2.6, cresceu 63% a inadimplência da pessoa jurídica. Porém, notem que esta informação é uma informação disponível no Banco Central, é uma informação prestada pelas instituições financeiras, e é uma informação que se dirige para tratando inadimplência como atraso superiores a 90 dias, portanto, atraso superior a 90 dias é, para estes efeitos, inadimplência. Lembrem-se que atrasos junto a instituições financeiras de mais de 90 dias.

Dêem uma olhadinha para essa página seguinte. Pesquisa feita por nós junto a 150 empresas, junto a quem você considera deixar de pagar compromissos. Ou seja, a empresa que tem que responder: “Querida, se você tiver dificuldade, quem é que você deixa de pagar?” Querida é a empresa, no caso. 52% deixam de pagar impostos, 13 deixam de pagar fornecedores de matérias-primas, 14 deixam de pagar fornecedores não ligados à produção. Portanto, 27 se voltam para fornecedores, 50 se voltam para impostos e só 20 consideram de não pagar bancos, porque a empresa sabe que não pagar banco é uma coisa que faz mal, faz mal a ela porque seu crédito vai todo ele embora. Portanto, o que o banco registra como inadimplência já é o estágio superior da dificuldade da empresa, que passa a não pagar banco. Se ela passa a não pagar banco, tenham certeza que os outros mecanismos ela já fez uso.

Vamos adiante. Para dívidas contraídas junto a bancos, como que ela responde a empresa? 12 dizem: “Não estou tendo dificuldade de pagar”, 49 dizem que tem dificuldade de pagar, mas está pagando no prazo, 29 tem dificuldade de pagar e negociou o prazo e 10 tem dificuldade de pagar e parou de pagar.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): No quadro dos empregados, antes, esse zero significa nem pensar em dever aos empregados, é isso?

SR. PAULO FRANCINI: Ah, zero nada, nada, nada. Zero nem pensar.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Não é zero é que não vai pagar.

SR. PAULO FRANCINI: Não, não. Não, não, verdade, isso foi uma... Não, não, foi uma... Eu não fiz a leitura por erro meu, porque realmente quando a empresa é perguntada “quem você deixa de pagar”, ninguém coloca que deixa de pagar empregado. E realmente não deixa.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): O pessoal demite, não é?

SR. PAULO FRANCINI: Pode demitir ou não. Mas como você sabe, também a demissão custa caro. É uma questão complicada, depois podemos falar mais a respeito disso. De qualquer maneira, aquele dado do Banco praticamente se refere a esses 10 daqui, olha. Ou seja, se refere à empresa que não renegociou e não repactuou. Portanto, a inadimplência medida pelo banco é muito pequena, se fizermos respeito à inadimplência dentro da atividade do crédito mercantil, porque a empresa sem dificuldade para de pagar o seu fornecedor se não for ele essencial.

Vamos adiante. Cliente pedindo aumento de prazo de pagamento? Evidente. Todas empresas tendo esta coisa, sim, 78% das empresas respondem: "sim, eu estou tendo com os meus clientes a solicitação de ampliação de pagamento" ou que não deu outra. No prazo médio de outubro até agora, que era de 37 dias, pulou para 57 dias. Isso significa o cliente indo buscar crédito junto ao seu fornecedor. Quando a situação de crédito aperta, vai se buscar crédito aonde for.

Vamos adiante. Como ocorreu a mudança de prazo, foi negociado boa parte, 41%, o cliente que chegou lá e disse assim: "*Querida, eu só vou te pagar desse jeito, tem que ser aceito*", e 25% o cliente simplesmente deixou de pagar.

Vamos embora. O que foi feito e o resto a fazer. Acho que eu estou estourando o meu horário, desculpe, Presidente.

Vamos adiante. Temos aqui, eu não vou, não teria a menor condição de reproduzir todas as medidas pelo Governo tomadas até hoje com relação à crise, porque eu diria que são centenas de medidas, dessa ou daquela natureza. Porém, eu diria que colocando grandes itens em política monetária, houve uma redução de Taxa Selic de 13,5 pontos percentuais, de 13,75 para 10,25, compulsório depósitos a prazo para compra de carteira de bancos pequenos, na questão de crédito conjunto de ações para garantir a solvência do setor bancário, autorização de compras de bancos para estatais, ampliação de garantias do fundo garantidor de crédito, muito importante essa medida, garantindo aplicações até 20 milhões para que voltasse os aplicadores às instituições de pequeno e médio porte na política fiscal, IPI de automóveis já ocorrido, maior prazo de pagamento de impostos não foi muito grande, mas houve, o novo IPI da linha branca, o IPI de material de construção, em termos de importância certamente automóveis antes, linha branca depois, material de construção depois.

Vamos adiante. O que precisa ser feito, no nosso entendimento, aí nós temos uma divergência continuada com o Banco Central, mas ela já passou a fazer parte da nossa personalidade, a Selic deveria convergir rapidamente para 7% ao ano, a queda do compulsório à vista com vinculação ao aumento do crédito, já que a parte do compulsório à vista ainda existe e é expressiva, na parte de crédito... Tudo o que é capaz de fazer cessar aquele circuito perverso de redução de crédito, aumento de inadimplência, aumento de crédito e baixa oferta, teria que ser feito. Portanto, todos os sistemas de garantia, fundo de aval, crédito a empresas, operacionalização do Fundo de Garantia para a Promoção da Competitividade, FGPC, do BNDES e outros esquemas de garantia de crédito para o

setor produtivo e redução de IOF, demais tributos sobre crédito. Na política fiscal, aumento dos investimentos e redução dos gastos de custeio.

Vamos adiante. Onde estamos e para onde vamos, simulações. Está na parte final, pediria para vocês, portanto, só dois minutos a mais da vossa atenção.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PAULO FRANCINI: Muito obrigado, Dornelles, eu lhe agradeço. Nós temos na Federação das Indústrias uma coisa que nós chamamos Sensor. Sensor é uma pesquisa que nós aplicamos duas vezes ao mês, na primeira quinzena nós perguntamos: Como é que você está sentindo a questão, o ambiente, comparativamente à última quinzena, ou seja, a segunda quinzena do mês passado. Na segunda quinzena perguntamos a ele: Como é que você está sentindo essa quinzena com relação à primeira quinzena? Portanto, o Sensor nos dá uma visão, durante o próprio mês, de qual é a sensação que está tendo a empresa quanto ao panorama econômico no qual está ela inserida. O Sensor tem sido excelente preditor de situações de descontinuidade. Eu coloquei aqui para vocês dando uma olhada, o Sensor é composto de cinco variáveis. O Sensor geral tem uma variável, que é o mercado, a empresa responde como é que está o seu mercado, as vendas, como é que está a sua venda no mercado, como é que está o seu estoque: alto, baixo, no ponto certo, como é que está sua perspectiva de emprego e investimentos. O ponto 50 é neutro, ou seja, não significa nem bom nem ruim, é neutralidade.

Quando nós estávamos em 2008, mês de abril, maio, junho, julho, agosto, setembro, esse sensor era 55, ou seja, ele dizia: "*Está muito bem. Estamos muito bem*", tinha cinco pontos além do ponto de neutralidade. Quando chega em outubro ele vai para 50, diz: "*Opa, fiquei neutro, já não estou sentindo mais aquela questão que vai muito bem*". Quando chega em novembro, ele diz: "*Estou sentindo a coisa ruim*", não se conheciam número algum, isso é apurado e divulgado durante o mês, e ele dizia: "*Está ventando*", quando chegou em dezembro, ele diz: "*Está uma tempestade brava*", 34, 35 foi aonde ele chegou, portanto, depois veio se apurar que em dezembro havia sido uma catástrofe ou muito ruim, porém, o Sensor já dizia: "*Vai ser muito ruim esse negócio*". A partir de janeiro começa a recuperar um pouco, volta para o patamar de 40, fica em 42 em fevereiro, começa a se recuperar e atinge de novo 50 no mês de março e no mês de abril fica mais ou menos em 50, 49,5, 51. Ou seja, passou para neutro novamente, enquanto que esta neutralidade obtida com uma boa indicação que vem de mercado e vendas, com o estoque ainda elevado, com o

emprego já se estabilizando e com investimento timidamente querendo recuperar alguma coisa, portanto, o Sensor diz: “O pior já passou”, em termos de como que as empresas estão sentindo o mês de abril, que acabou a semana passada.

Vamos adiante. Aqui é a questão do estoque, só para mostrar que ainda estamos... Isso aqui é a variação de estoque, indicador do nível de estoque, a percentagem de empresas com estoque excessivo, vejam vocês, que o salto que deu de estoque aqui no final do ano passado, criou essa situação, está baixando o nível de estoque, porém comparativamente à média do ano 2008 ainda falta uma parte de estoque a ser absorvida. E finalmente...

Vamos adiante. Eu gostaria de deixar essas duas últimas projeções razoavelmente claras para vocês e qualquer dúvida, portanto, não hesitem em perguntar. Essa daqui é a trajetória da produção industrial. Isso daqui é PIN, isso daqui é IBGE. A PIN é a pesquisa do IBGE que trata da produção física, é assim que ela andou, vocês já viram isso exibido anteriormente, andou pela linha azul, deu a grande queda de novembro e dezembro e deu essa patinadinha aqui, mais recente, aqui está inclusive o mês de março. Se nós quiséssemos, no ano 2009, recuperar e ter variação zero com relação a 2008, ou seja, para variação zero com relação a 2008, nós teríamos que fazer trajetória semelhante a esta, ou seja, nós teríamos que ter uma expansão média de 3,5% ao mês no período de abril a dezembro, para fecharmos o ano com a mesma produção física do ano de 2008. Senhores, esqueçam. Isso não vai acontecer. Nós nunca crescemos 3,5% ao mês de maneira seguida durante nove meses e com o mundo na situação que o mundo hoje está. Portanto, isso não existe, essa possibilidade. Produção industrial do ano de 2009 será inferior à produção industrial do ano de 2008. Vamos adiante. Quero falar um pouquinho só sobre PIB, que complementa a visão.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): É que às vezes pessoas fazem mágica. O Ronaldo fez mágica contra o Santos.

SR. PAULO FRANCINI: Não entendi.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Há ocasiões em que craques excepcionais fazem mágica, como o Ronaldo fez contra o Santos.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Manda chamar o Ronaldo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PAULO FRANCINI: Mas de qualquer maneira, vejam aqui, nós tentamos mostrar essa mesma ideia na Federação das Indústrias e posso dizer a vocês que não tive muito êxito, pessoas não entenderam, diziam:

“Mas por que está se dizendo isso?” Não entenderam no sentido do raciocínio, portanto, nós mudamos a maneira de apresentar, tentando fazer com que fique mais claro. Estas colunas representam o valor do PIB do Brasil nos vários trimestres, um, dois, três e quatro de 2007, de 2008 e agora 2009. Esse é um caminho percorrido, esse valor, se você somar esses valores, dá o PIB mesmo de 2007, em moeda de 2008, e isso daqui dá a taxa de variação trimestral com relação ao trimestre anterior, também é verdade. Então, veja o que veio acontecendo com o PIB do Brasil, vinha numa marcha fantástica, bonita. Ano 2008, primeiro, segundo, terceiro trimestre, e aí acontece o quarto trimestre. De 774 vamos para 746, isso daqui são bilhões de reais. Isto daqui é o que nós esperamos para o primeiro trimestre de 2009, ou seja, uma queda de 1,7% com relação ao último trimestre de 2008, indo para um nível de 733. Nós... Não é a Federação, só, na pesquisa Focus isso daqui está 1.8 de queda, portanto é um nós mais amplo. Isso daqui nós pensamos já ter ocorrido e portanto esta é uma trajetória imaginada, imaginada. Só mostrando para vocês o seguinte: para nós darmos zero a zero com relação ao PIB do ano passado, o PIB desse ano teria que percorrer uma trajetória semelhante a esta, semelhante a essa para dar crescimento zero. Para quem está aqui, vejam que nós precisaríamos crescer 1,6, 2,1 e 3% com relação ao trimestre anterior até o final de ano. Aí eu diria: É muito difícil. Eu sei e a recomendação fica válida, vou falar com o rapaz... [risos] pra ver se dar pra convencê-lo. E só um último quadro, só um último quadro... É o que vocês viram lá, certo? Aqui está a evolução da variação do PIB trimestral, aqui onde nós estamos e aqui nós fizemos duas trajetórias especialmente para dar a vocês uma sensação. Isso daqui é uma trajetória que é aquela que está, crescimento zero, está naquelas colunas anteriores. E essa é uma outra trajetória, que daria, por exemplo, redução de 1,5% do PIB em 2009, comparativamente a 2008. Tem uma, tem outra. Não quer dizer que nós estejamos dizendo com isso de que vai ser esta ou vai ser essa. Eu diria até uma boa chance que esteja entre as duas. Uma boa chance que esteja entre as duas. Agora, de qualquer maneira isso é a coisa chamada V, ou seja, queda e depois uma tendência de recuperação relativamente rápida.

Eu encerraria com vocês dando duas sensações. Primeiro, passar a vocês um comentário sobre sensação térmica. Sensação térmica é aquilo que nós sentimos com relação... Está confortável, está desconfortável, estou com muito frio, estou com muito calor. O zero graus pode ser uma sensação térmica muito ruim para quem estava numa temperatura de 25 graus, ou seja, se está numa temperatura de 25 graus e vai a

zero graus, sente um frio do cão, se sente muito desconfortável. Agora, para quem estava menos 20 graus e ir pra zero, dá uma satisfação e um prazer enorme. Portanto, a questão é de sensação térmica. Por outro lado, quando dizem assim: "*Puxa, mas esse número nunca foi alcançado desde 92. Esse outro nunca foi alcançado desde 87...*" Eu diria: 92 e 87 está longe da memória das pessoas, as pessoas, para a sua sensação térmica, estão com períodos muito mais recentes na sua memória. Portanto, se nós percorrermos um caminho como este, apesar de ser um caminho de crescimento zero, eu diria: A sensação térmica aqui vai ser muito agradável, ou seja, a sensação térmica de quem cresce 1,6, 2,1, mesmo para crescimento zero seria voltado a ter aquela mesma sensação térmica do crescimento de 1,7. Portanto, se o ano, acredito eu, está perdido ou com relação a apresentar número positivo para o crescimento da indústria, de apresentar número positivo para o crescimento do PIB, não está perdido para a sensação térmica ser mais agradável do que essa porcaria. Muito obrigado.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ):

Muito obrigado, meu caro Paulo Francini, essa grande exposição feita à Comissão. Eu dou a palavra ao Dr. Paulo Fernandes Tigre, Presidente da Federação de Indústria do Rio Grande do Sul.

SR. PAULO FERNANDES TIGRE: Bom dia, gostaria de saudar o Senador Garibaldi Alves Filho, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Francisco Dornelles, Presidente dessa Comissão e que sempre teve um destaque muito grande com interlocução com o Rio Grande do Sul, acho que tem uma participação tanto quando no Executivo, nos Ministérios e mesmo agora no Legislativo. Srs. Senadores, eu acredito que o Paulo Francini deu uma idéia extremamente boa e muito importante, muito profunda de uma situação do Brasil e de São Paulo também. Mas até pra não ser repetitivo, não fizemos uma apresentação igual, e o que eu gostaria de tratar é sobre o aspecto do quadro geral, mas nós também temos casos específicos, casos de estados, casos de regiões, e eu gostaria de mostrar os efeitos da nossa região, no nosso estado, que também é um estado que tem uma participação industrial bastante forte, nós somos o segundo estado exportador do Brasil, nós somos o segundo estado talvez com maior diversificação industrial após São Paulo. Então, acredito que também sofremos algumas situações, e com peculiaridades bem específicas, que precisam ser olhadas pelos senhores e focadas como algo que gera emprego, gera renda, ajuda na economia do país e tem uma base ainda de uma agricultura ou de um suporte familiar muito grande, como é o caso do fumo, da parte aviária, da

parte de calçados, etc. Então o nosso propósito é de trazer esses pontos. Nós sabemos que as questões e dificuldades de modo geral não são diferentes dessas tratadas por todos nós, pela FIESP, pela Confederação Nacional da Indústria. Isso não só nas matérias legislativas, mas também nas articulações que possam ser feitas junto ao Executivo, com a força política do Senado e da nossa Bancada Federal. Desde setembro do ano passado, nós vemos monitorando os reflexos da crise internacional e as medidas adotadas pelo Governo Brasileiro, participamos de todos os fóruns que somos convidados ou que temos representação, como acontece hoje nessa Reunião.

De tudo que a FIERGS acompanha desde setembro, podemos afirmar que a crise trouxe para o Brasil uma grande lição de competitividade, as medidas adotadas para amenizar ou neutralizar os efeitos da tempestade internacional na economia brasileira são algumas delas que há muito tempo o empresariado defende sem ser atendido e às vezes até sem ser ouvido. O exemplo mais claro é a redução do IPI nos veículos e mais recentemente nos eletrodomésticos. O empresariado durante períodos de normalidade de crescimento econômico, sempre buscou convencer as autoridades de que a diminuição de tributos pode elevar a arrecadação fiscal do país pelo simples fato de estimular o consumo. Agora em momento crítico temos na prática a comprovação dessa tese através da utilização dos impostos como ferramenta eficaz de estímulo à atividade econômica. Mesmo que sejam realidades por enquanto setoriais, a tese está plenamente justificada. Por isso, quando as entidades empresariais como a CNI, a FIERGS e todas as federações de indústrias defendem um novo sistema tributário para o Brasil, não pode ser mais interpretadas numa visão simplista de querer reduzir a arrecadação dos governos para entesouramento próprio. Ao votar matérias tributárias, lembro que a economia está provando na prática que a reforma é uma necessidade estrutural para a competitividade do Brasil, essa é uma lição que não pode ser transitória.

Nenhuma crise dura para sempre, e nenhuma crise passa sem deixar suas marcas. Temos a visão de que o Brasil não será o mesmo depois do atual período, pois as dificuldades estão alertando que precisamos alcançar um novo patamar competitivo. Isso se fará através de um encadeamento de políticas internas que estejam em sintonia com as ações externas. Experimentamos na prática a certeza que a redução de alíquotas de impostos pode ser positiva para os empregos e para a arrecadação tributária. Enfim, pode ser muito positiva para a sociedade. Então, importante é incorporar o novo sistema tributário mais simples,

com menos e menores alíquotas e com ampliação do número de contribuintes. Temos também a convicção de que o mercado interno brasileiro é uma riqueza que pode e deve ser fortalecida, seja para bloquear efeitos negativos de origem externa, seja como a das fontes primeiras de nosso desenvolvimento econômico e social. A fortaleza do mercado interno não é excludente de uma agressiva política de comércio exterior. Ao contrário, elas se complementam, e dessa interação que podemos elevar o padrão de vida dos brasileiros. O exemplo claro está no desempenho das exportações do Rio Grande do Sul, no primeiro trimestre de 2009 as vendas externas caíram 29% em relação ao mesmo período de 2008. Isso significou um bilhão de dólares a menos em circulação no nosso estado. Mesmo com a desvalorização do câmbio, deixamos de apropriar na economia gaúcha 713 milhões de reais nesse semestre. Ou seja, perdemos renda, deixamos de agregar recursos na economia pela queda nas exportações e por consequência, deixamos de impactar positivamente a arrecadação fiscal.

Em síntese, desse aprendizado, a FIERGS alinha as seguintes propostas para o novo patamar de competitividade da economia brasileira: menos impostos dos produtos, zero de impostos nas exportações, que é algo que não está resolvido, precisamos resolver, e desoneração tributária dos investimentos. E esses três pontos somamos mais as seguintes questões: de redução da cunha fiscal nos juros e adotar flexibilização das leis trabalhistas em nome de uma preservação de empregos.

Se as lições como essas forem assimiladas, certamente a economia brasileira sairá melhor desse momento de dificuldades.

Alguns dados sobre a economia do Rio Grande do Sul. Na nossa paisagem atual da economia do Rio Grande do Sul nós temos três setores que concentram as maiores perdas com exportações: couro e calçados, química e material de transporte. Um sendo da região do Vale do Rio dos Sinos, outro na região metropolitana e outro na região da serra. E ocorrem quedas nas exportações para quase todos os mercados e um destaque para a Argentina, que nós tivemos menos 45% de percentual de perda na exportação. O formato dessa crise financeira colocou alguns segmentos produtivos do Brasil como principais canais de transmissão de dificuldades para toda a economia. Os principais canais são as restrições no mercado de crédito, já bem colocado pelo Paulo Francini, piora nas expectativas, que isso afeta os investimentos, queda na renda interna e externa e queda nos preços dos produtos exportados. A crise então assume cores locais mais fortes pela presença de segmentos sensíveis a esses

condicionantes e pela forte participação das exportações na composição da riqueza estadual. Dos quatro fatores, três atingem diretamente empresas vinculadas às variações no crédito, na renda e nas expectativas. Sofremos com bens de capital e de consumos duráveis, máquinas e aparelhos elétricos, máquinas e equipamentos, veículos automotores e aqui talvez tenha que fazer um parênteses. Quando se fala em indústria automotiva, se fala muito em carro. Nós somos grandes fabricantes e os maiores fabricantes brasileiros de tratores, colheitadeiras e implementos que está na cadeia automotiva. Então, simplesmente só que esses segmentos não têm IPI, tem PIS e COFINS. Quer dizer, são setores que estão sofrendo fortemente, pelo nível de empregos que geram nas diferentes cidades do Rio Grande do Sul e num pólo metal mecânico que também tem um decréscimo muito grande. Outro aspecto é no dado de ônibus e caminhões e transportes pesados, veículos que também é muito forte na nossa economia. Móveis, construção civil, artigos de borracha e plástico e muitos elos de cadeias produtivas. As atividades produtivas relacionadas representam 3,4% do PIB total no Rio Grande do Sul, enquanto no PIB brasileiro é 11,8. Esse maior peso no PIB estadual mostra que a vulnerabilidade diante da crise é superior a do Brasil. O elevado grau de abertura externa da economia do Rio Grande do Sul, 18,5% relativamente verificado em outras regiões do Brasil, deixa o estado mais sujeito a volatilidade do cenário internacional. Para ter uma comparação, a região Centro-oeste é 8%, Nordeste 9, a região Sul como um todo é 18,2, Norte é 16% e o Sudeste, 14%.

Desde o início da crise, convencionada em outubro de 2008, os números revelam que a indústria do Rio Grande do Sul sentiu a forma mais contundente na piora do conjunto econômico internacional. Nós temos uma queda na nossa produção industrial, que no Rio Grande do Sul chega a 10,4%, nós temos quedas da exportação, nós temos um faturamento real das empresas, que no Brasil caiu 4,8%, e que no Rio Grande do Sul chega a 8,9% e o nosso emprego industrial ainda não refletiu por completo esse cenário da crise de qualquer forma, mesmo com elevação do período analisado é possível notar que o Rio Grande do Sul teve uma variação positiva de apenas 2% relativamente à média do Brasil que ficou em 1,3%. Se quisermos visualizar facilmente as peculiaridades da economia gaúcha, basta citar alguns setores típicos que nos caracterizam, como já falei, de máquinas e implementos agrícolas, os créditos tributários dos exportadores, todos os exportadores hoje tem créditos a receber, o setor moveleiro que precisa de mais fôlego e também um setor exportador, e o vinho, que hoje por

ser quase um produto regional, está sofrendo dificuldades muito grandes pela concorrência ou do Mercosul ou pelo aspecto de barreiras que não são colocadas ou que precisariam ser colocadas para a defesa de uma produção nacional.

Em meio a essa conjuntura, cumpre referir que não fosse essas pressões que limitam o nosso crescimento, o Rio Grande do Sul poderia aumentar muito a contribuição ao desenvolvimento nacional. Temos no Estado uma nova economia, que se caracteriza pelo pólo naval, florestas industriais, bioenergia, micro eletrônica. O Estado já foi conhecido como celeiro do Brasil, pois hoje o nosso Estado será um celeiro dos chips. Nós temos a primeira fábrica de chips do Brasil, que trará um pólo de uma nova economia para o Rio Grande do Sul. É muito importante para que os Parlamentares, no seu âmbito e até como interlocutores junto ao Governo Federal, gestionem(F) à medida que colocarão a sociedade brasileira em uma nova condição. Alguns pontos, a nosso ver, são essenciais, como o destravamento do PAC. Acelerar os investimentos em logística para a modernização da infra-estrutura do país, manter os investimentos da Petrobrás e da Eletrobrás, e, por fim, promover uma efetiva redução do gasto público naquelas rubricas que não envolvam os investimentos mais importantes para o Brasil.

Aqui no Congresso e tanto na Câmara como no Senado, já estão dando a sua contribuição, como nos casos da medida 449 e 451, as quais estão recebendo e precisam receber mais aperfeiçoamentos, entretanto, é necessário uma rapidez. A FIERGS realizou uma sondagem junto a empresas gaúchas sobre a utilização de algumas ferramentas, e o resultado basicamente é o tempo que demora, muitas vezes, das medidas corretas chegarem à ponta. Isso é algo que preocupa muito o empresariado e o seu grau de expectativa de melhoria. Por isso precisamos do trabalho conjunto do Legislativo e do Executivo para que seja viabilizado um cenário único de condições favoráveis à superação dos efeitos da crise internacional.

No anexo desse pronunciamento que vamos deixar para a Comissão, apresentamos um elenco de medidas econômicas que podem e devem ser adotadas com urgência, assim como listamos matérias de interesse que estão tramitando no Congresso. Dentro dessas, sobre as quais parlamentares têm influência direta, podemos citar: o cadastro positivo dos contribuintes, a reestruturação do sistema brasileiro de defesa da concorrência, a agilização nos processos licitatórios, combate às fraudes da Previdência Social, a lei das agências reguladoras e o aspecto de licenciamento ambiental, que nos preocupa muito como

empresários. Como, enfim e conclusivo, resgatamos o debate em torno da Reforma Tributária.

Ao finalizar, abordo uma questão que permeia a sociedade brasileira há muito tempo, mas que merece uma tomada de decisão urgente, pois afeta a competitividade nacional e ao afetar a competitividade, amplifica as dificuldades trazidas pela crise internacional. E a sessão é o custo burocrático que nós temos hoje. E nós precisamos simplificar esse processo, que as coisas possam andar. Ao simplificar, no país estaremos removendo os gastos improdutivos e reduzindo o famoso e chamado custo Brasil, que ficou esquecido em alguns momentos. Isso vale desde o cidadão na sua vida particular até atividade exportadora, que perde agilidade em meio a tantos trâmites, órgãos, repartições públicas e instâncias decisórias que interferem no nosso comércio. O Relatório de Competitividade Brasil 2009 do Fórum Econômico Mundial coloca burocracia como um dos primeiros entraves para o desenvolvimento do país, pois interfere negativamente no ambiente de negócios. Por isso e logicamente por mais outras razões, caímos no ranking da competitividade mundial. Segundo o relatório, em abril estávamos na 59ª posição entre 134 países, numa pesquisa de 2005 a 2006. Agora no levantamento 2008/2009 caímos para 64º lugar. Portanto, por tudo que se fizer para a redução da carga burocrática sobre o cidadão, sobre os contribuintes e sobre as empresas, estaremos fazendo pelo desenvolvimento sustentado do Brasil, e com efeito colateral de reduzir drasticamente a informalidade nesse país. Agradeço o espaço e a oportunidade de trazer a esse Fórum os conceitos e os dados da realidade vivenciada pela Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul. Muito obrigado.

[palmas]

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ):

Muito obrigado, Dr. Paulo Fernandes Tigre. O primeiro orador é o Senador Tasso Jereissati, que fez a convocação do Presidente da Federação das Indústrias de São Paulo e do Rio Grande do Sul. Com a palavra o Senador Tasso Jereissati.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE):

Eu gostaria, Presidente Garibaldi, Presidente Dornelles, de agradecer a presença do Paulo Francini e do Dr. Paulo Tigre, da Federação das Indústrias, e queria dirigir alguma questão ou algumas questões ao Paulo Francini, que fez uma... talvez das exposições mais claras que foram feitas aqui, nós temos junto com a CAE uma Comissão específica, que é de acompanhamento da crise, que o Senador Dornelles, com toda a competência conhecida de todos os brasileiros, dirige.

E no primeiro momento nós estamos focando as nossas questões em cima da questão do crédito. Dr.

Paulo Francini colocou aqui que, em pesquisa feita pela FIESP, há uma ordem de preocupação em relação aos investidores que, se não me engano, coloca a situação externa como primeiro grande impedimento ao investimento, como preocupação principal, e incerteza, e segundo lugar o crédito. Uma coisa mais ou menos assim como isso. Mas a pergunta é que na medida em que essa incerteza vai se dissipando, as pessoas vão se acostumando com a incerteza, à medida que se acostuma com a incerteza vai se gerando alguma confiança também, vai se bater com a questão do crédito. De tudo que nós ouvimos aqui na questão do crédito, muito reforçado pela sua exposição, o cenário que me parece é o seguinte, e eu queria que você confirmasse ou desmentisse esse cenário ou melhorasse essa visão. Me parece que hoje, aqui no Brasil, o crédito externo continua parado, zerado, o crédito externo não existe. Os bancos pequenos, sem operar, basicamente fora os grandes bancos, os bancos pequenos praticamente sem operar ainda, começando alguma coisa. E, portanto, as médias e pequenas empresas sem um canal de crédito, porque não podem continuar suas operações de investimento, capital de giro, etc.

Então, esse é o cenário que me parece que está acontecendo hoje, no dia de hoje. Os bancos grandes, por sua vez, que se nós olharmos nas estatísticas, aumentaram o volume de crédito, aparentemente aumentaram o volume de crédito, mas aumentaram pouco, porque o que basicamente fizeram foi rolar, e aí eu coloco rolar dívida, e inclusive os chamados créditos tóxicos, e o que aconteceu nesse primeiro trimestre é basicamente uma estagnação, um parou de operar, os pequenos, os grandes concentraram as suas operações no processo de rolagem, reestruturação sem sair para empréstimos novos, realmente, é a minha sensação, e mesmo assim, e evidentemente, concentrado nas grandes empresas. E nas grandes empresas talvez 30% desse crédito, pelo que nós vimos aí foi Petrobrás, porque a Petrobrás se voltou de uma maneira violenta para o mercado de crédito interno e fez operações realmente impressionantes.

Pela demonstração feita aqui, não há uma perspectiva, pelo que eu vi aqui, evidentemente que isso tudo hoje é aposta, não há uma perspectiva de aumento das exportações nos próximos três semestres, para produtos manufaturados, principalmente. E não há também, eu não estava procurando aqui no crédito de consumo uma perspectiva de aumento no crédito, não, no aspecto de consumo há uma pequena curva, ainda está descendente.

A minha questão, então, vai ficar na questão do crédito. Nós aqui estamos nos preparando para dar sugestões, essa Comissão, ao Governo Federal, no

sentido de retomada da economia. Então, me parece que o crédito passa a ser, já que as exportações não vão reagir, não há uma tendência de crescimento do consumo, não há nenhum fato novo de tendência do consumo, seria o crédito, seria um fator vital. Este cenário que eu pinte é correto? Se ele não é, eu gostaria de ouvir a sua opinião. Se é correto, quais as medidas efetivas de curto e longo prazo que nós, desta Comissão, poderíamos sugerir na sua visão, na sua opinião. De curto e longo prazo. Quando eu falo longo prazo, eu vou colocar apenas uma pergunta que tem surgido com frequência nessas discussões. Existe problema de competição no mercado bancário no Brasil? É um dos problemas para o *spread* a questão competição? Então é essa a questão que eu gostaria de colocar.

SR. PAULO FRANCINI: Obrigado, Tasso, e obrigado inclusive pelas palavras elogiosas e imerecidas. Deixa eu dizer o seguinte, Tasso, peço desculpa, Presidente, eu tenho uma mania da informalidade e eu sei que nós estamos numa Casa em que o formal prevalece, mas eu chamo ele de Tasso, porque eu sempre chamei ele de Tasso, então é meio complicado, Senador. [risos]. É verdade, é bem mais novo.

Bom, de qualquer maneira, sim. Com certeza nós estamos diante de uma crise de crédito. Existem várias derivadas, existem várias consequências, porém nós não podemos perder o foco, que é a questão primordial da crise que abate hoje o mundo chama-se crédito. Crédito, por sua vez, que se não me engano vem do latim, vem do *credere* e isso quer dizer acreditar. O crédito existe quando eu tenho a crença, eu acredito que você vai me pagar de volta, porque se eu não acreditar nisso, eu não te dou o crédito, eu não te dou o dinheiro. Portanto, a grande questão é da crença. Eu já escutei de banqueiro dizer: "*Eu posso ter o dinheiro que for. Eu não vou emprestar o dinheiro para ninguém. Eu tenho que garantir o meu interesse e tenho que garantir contra a inadimplência*", portanto, a questão é crédito mesmo.

Maravilha. O que você tem, então, como situações que eu acho que merecem um pouco de atenção e comentário, Tasso? Primeiro, se a questão é acreditar, todas as maneiras que eu consigo criar de securitização, fundo garantidor, eu estou tirando a dúvida da operação. Quando recentemente o Governo resolveu, para a questão das pequenas e médias instituições financeiras, dizer que o fundo garantidor iria garantir aplicações até 20 milhões de reais por pessoa física ou jurídica, ele quis dizer o seguinte: "*Olha, pode colocar seu dinheiro naquele banco, pode comprar CDB daquele banco, porque eu garanto que não vai acontecer nada com o seu dinheiro. Eu estou te dando crédito, eu estou te dando a garantia de 20 milhões*". Ora, essa é a

situação que veio a atender, por isso quando você dizia do pequeno, médio banco, uma instituição, eu fiz um sinal para você, está voltando. Está voltando por quê? Porque estão readquirindo a capacidade de captação. Porque não adianta, Tasso, o que aconteceu com pessoas que eu conheço nesse cenário de crise ouvindo um: *“Eu pego o meu dinheiro, tiro do banco pequeno e médio, e vou lá colocar no Banco do Brasil. Como vou colocar no Bradesco, como vou colocar no Itaú”*. Todo mundo faz a mesma coisa, porque todo mundo protege o seu, é a questão do crédito, do acreditar. Portanto, todos os sistemas que venham a dar garantia para carteiras, para aplicações, e essa garantia não é com recursos públicos, é criando-se mecanismos aonde, por exemplo, nesse caso dessa garantia de 20 milhões é através de um percentual de 1,5% ao ano, se não me engano, de 1,5% ao ano que fazem um fundo garantidor capaz de suprir essa eventual demanda de inadimplência. Portanto, concordo totalmente que sim, a questão chama-se crédito, concordo que sim, o crédito é insuficiente. Uma outra questão que me parece também importante é a questão das induções. O Governo fez, tomou certas medidas, que aí não vai uma questão de crítica ou culpa, porque numa situação desconhecida e essa crise, nós podíamos ter tratado dela com antecedência, vamos dizer assim, porque já estava escrito que ela ia chegar aqui. Não fizemos, não fizemos, tudo bem. Mas todo mundo que enfrenta esse bicho, vai na tentativa e erro. Por exemplo, o Banco Central fez com que aumentasse os recursos disponíveis liberando os recursos de compulsório para os bancos poderem ter mais liquidez para conceder empréstimo. Não deram empréstimo, por quê? Porque bateu na outra circunstância. *“Tá bom, eu te libero o recurso compulsório para você dar mais crédito, mas você quer dar mais crédito?”* Porque ele não queria. Então, você teve três efeitos que realmente vieram, do canudão grande vir beber no pocinho do crédito interno, canudão grande é Petrobrás e as grandes empresas, não Petrobrás só, mas as grandes empresas que se financiavam externamente vieram beber do poço interno. Você tem a questão do lixo tóxico lá das operações de Red(F), que também consumiram uma parte importante do crédito, e eu acho que a pergunta sua é em cima de dois pontos. Primeiro, quando o Governo fizer coisas, faça com indução, e indução forte. Entenda indução forte da maneira que... Por exemplo, liberação de compulsório sobre depósitos à vista, ótimo, vai ser por instituição em cima de um determinado... medição, porque o Banco Central sabe tudo. O Banco Central tem registro de tudo, ou seja, se o Banco Central falar: *“Eu te faço liberação desde que isso se amplie no seu crédito, e portanto eu vou fazer a liberação em função*

da ampliação do crédito ou vou acompanhar...” Que é uma parte, digamos assim, o recurso do compulsório pode ser com ou sem remuneração, está certo? Porque num depósito a vista, por exemplo, é sem remuneração. Portanto, o fato de dar indução ao banco ou à instituição financeira, me parece que é importante a indução, ou seja, quando eu quiser eu preciso fechar, nós vimos várias ações que foram tomadas, mas não chegaram no final, ou seja, teve a intenção de, porém não, acabou não acontecendo. Por exemplo, aquela que envolvia em recursos externos das reservas, que serviriam para fazer o financiamento de ACC, das operações de contrato de câmbio, não deu, porque tinha uma instituição no meio, que era uma instituição financeira que tinha que junto aos recursos das reservas, dar a garantia junto a ele, ou seja, ela teria que ter a disposição do crédito. Portanto, eu acho que quando existir por parte do Governo medidas que visem determinados objetivos, tem que ser costurado já o caminho do objetivo ser alcançado através de induções, e em segundo lugar me parece que são os fundos garantidores de várias naturezas. Existia até estudo também, outro que nós conhecemos, até realizamos parte dele junto com a FEBRABAN, de estabelecer um grande FIDC para que as operações de crédito pudessem fluir mais e essa parte pelo menos da desconfiança e do receio e do medo tivesse menor peso. É isso.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ):

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP):

Foi muito importante, prezados Paulo Francini, Vice-Presidente da FIESP, e Paulo Fernandes Tigre, a contribuição de ambos para conhecermos melhor como a indústria brasileira está sentindo os efeitos da crise e como é que poderemos pensar em medidas para resolvê-las.

Agradeceria se pudessem nos dizer em que medida, aquelas medidas que estão sendo tomadas no âmbito internacional, sejam, por exemplo, aquelas na Ásia, que começam a ter efeitos significativos na China, no Japão e outros que começam a dar sinais positivos para as exportações brasileiras, sejam aquelas que vêm sendo tomadas na União Européia, pelo conjunto dos governos, sejam aquelas que, por exemplo, estão sendo anunciadas pelo Presidente Barack Obama que conseguiu criar um clima de que parece que as coisas vão melhorar, e em que medida da mesma maneira como a crise veio atingir a economia brasileira no terceiro trimestre, ou do terceiro para o quarto trimestre do ano passado, como é que se pode perceber e se essas medidas, na avaliação dos senhores, parecem ser suficientemente sólidas para nos dar uma expectativa positiva. E daí passamos ao Brasil. Apreciaria

se poderia nos informar a avaliação de ambos, como a questão relativa às taxas de juros e ao *spread* tem muito preocupado a indústria e em especial a própria FIESP, Paulo Francini nos falou da expectativa de que a taxa pudesse descer a 7%, a Taxa Selic, inclusive apreciaria se puder nos dizer, no diálogo direto que tem tido a FIESP com a direção do Banco Central, com o Presidente Henrique Meirelles, que também tem vindo aqui, na hora em que o Presidente Henrique Meirelles menciona a sua preocupação com outro aspecto, que são as metas de inflação, de se evitar que pudesse haver um descontrole da inflação, porque na medida em que a taxa de inflação se mantém controlada, isto significa também uma expectativa de certa estabilidade, que contribui também para o bom andamento da economia. Então, como é que neste diálogo tem surgido, na percepção dos senhores, o momento em que: *“bem, agora podemos confiar que essa tendência de diminuição da taxa de juros de 13 e pouco para 10,25 realmente vai continuar e é possível e de maneira consistente com o objetivo da estabilidade de preço”*. Se puder nos aprofundar um pouco a discussão, inclusive se puder nos transmitir o próprio diálogo que tem se dado, porque nós temos tido a notícia da presença do Presidente Henrique Meirelles ali no diálogo diretamente com os senhores diretores da FIESP. Então acho que essa é uma informação relevante para nos dar.

No que diz respeito às diversas medidas que têm sido aqui examinadas, inclusive de iniciativa do Executivo e do Congresso Nacional, apreciaria se puder nos dizer que avaliação faz, que cuidados gostariam de nos transmitir com respeito a diversos tipos de medidas, porque aqui nós examinamos ora a isenção do IPI, ora a diminuição do compulsório, ora... E medidas que, por exemplo, para a indústria automobilística para os eletrodomésticos, a indústria branca, para a construção civil, mas como ter a visão da economia como um todo? Como, no diálogo com o Governo, está havendo a preocupação de que as medidas têm que beneficiar ou têm que ser estimuladoras da economia como um todo, e não simplesmente de alguns segmentos, que eu fico imaginando no âmbito da FIESP ou da Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul, haverá aqueles segmentos, por exemplo, *“bem, diminuiu para a indústria automobilística, os eletrodomésticos para a construção civil, eu lembro logo, e nós dos calçados, não?”* Então, como ser equitativo e para todos? Que medida surge esta questão? Quando, ainda na semana passada, o Senador Francisco Dornelles foi o relator de um parecer sobre algo de bastante complexidade aqui no Plenário, uma Medida Provisória sobre questão de crédito junto ao Governo e tal. Então, surge nesta ocasião, como que a força dos segmentos os mais di-

versos, *“olha, para o meu segmento é importante isso também, para...”* E assim, nós aqui precisamos ter uma atitude de isenção, de... E relacionada a este tema, eu gostaria de lhes perguntar a respeito de como avaliam que hoje funciona bem, adequadamente, ou pode ser melhorado o sistema de transferência de rendas para os diversos segmentos da população em relação ao que, por exemplo, existe nos países desenvolvidos. Vamos tomar, por exemplo... Então eu vou parar por aqui e se o Presidente Francisco Dornelles e o Presidente Garibaldi Alves me der direito a um novo capítulo ao final de todos, eu me inscrevo novamente sem prejudicar o tempo, Sr. Presidente.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ):

Parabéns Senador Suplicy, pela sua brilhante intervenção. Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):

Presidente, Senador Garibaldi Alves, Presidente Senador Francisco Dornelles, meus amigos Paulo Francini e Paulo Tigre, satisfação tê-los aqui na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal e na Subcomissão de Acompanhamento da Crise. Srs. Senadores, as exposições feitas, por si só já respondem as dúvidas que nós teríamos para questionar. Paulo Francini colocou aí didaticamente através das transparências da sua exposição, a evolução da crise ao longo desse tempo em nosso país. E falou com propriedade do que ele definiu como sensação térmica. Sensação térmica que, apesar de você estar numa situação de muito frio, pode chegar a zero grau e se achar bem, confortável. Eu tinha várias questões para fazer, mas já fui até esclarecido sobre isso. Mas eu queria, Paulo, ter aqui algumas observações. Essa sensação térmica, numa das suas projeções, a FIESP indica uma queda ainda da produção industrial, prevendo até agosto de 2009, até 20% de queda na exportação...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sim, na exportação. Então, o que nós vimos ontem, ainda ontem os noticiários indicaram superávit da balança comercial em abril, o crescimento da exportação basicamente dos produtos primários, e aí a pergunta fica: Se nós vamos continuar alavancando a produção primária, nós vamos, em contrapartida pergunto, nós vamos ter ainda uma queda de emprego no Brasil, que é outro indicativo, que nos foi trazido de que a perda de postos de trabalho na área da indústria brasileira. Você colocou aqui que representa a parte da indústria 75%, me parece, da perda de postos de trabalho.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É. Referente ao geral. Esses 75 é somatória dos empregos perdidos ou a relação entre a indústria e outras áreas? Ou é a somatória?

SR. PAULO FRANCINI: O Brasil, que é a primeira que se vê, dado o CAGED de outubro a março, perdeu-se 700 mil postos de trabalho, 700 mil. É o que o CAGED diz. Em tudo, serviço, comércio, todas as atividades, perdeu-se 700 mil, a indústria perdeu 500, ou seja, dos 700 mil empregos perdidos, 500 vieram da indústria. No período outubro a março.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): O que é mais grave ainda, que é do geral, não é? Bom, já foi visto aí que a crise é uma crise de crédito. Inclui-se ela iniciou nos Estados Unidos também por uma crise de crédito. A questão das alavancagens feitas lá no setor imobiliário, que aí veio no efeito dominó e lamentavelmente para nós não foi só uma marolinha no Brasil. Realmente a crise nos atingiu em cheio. Mas, na sua exposição, você coloca como já tendo passado a pior parte da crise. Se nós podemos raciocinar desse jeito, ou seja, daqui pra frente há um sentimento ou uma indicação de que nós vamos retomar o crescimento para chegarmos num patamar, que lamentavelmente, só o Governo ou só o Ministro da Fazenda, que eu acho que vive no outro planeta para imaginar que nós possamos crescer neste ano algo em torno de... Era quatro, veio a dois, e agora estima-se em 1,2, quando todos os indicativos é que nós vamos ter uma redução no crescimento, indicado aqui pela FIESP de 1,5, alguns chegam... E eu acredito que, como você colocou, deve chegar entre o zero e o menos 1,5. A pergunta básica que eu queria lhe fazer, só pra esclarecer esse ponto final com relação ao crédito. O Governo tem aberto linhas de crédito, mas as grandes empresas têm vindo aqui pelo fechamento das linhas externas buscar esses créditos, que seriam para médias e pequenas empresas brasileiras. E isso elas têm uma capacidade de competição muito maior, até desigual, em relação ao sistema financeiro. Você colocou que uma das condições seria uma indução forte, ou seja, o Banco Central liberar o compulsório, mas liberar condicionado que ele chegue à ponta, porque o que se vê no mercado é que o crédito não chega a quem precisa, não chega à ponta. Como fazer essa vinculação? Liberar vinculado à tomada, ou você vai fazer com que os bancos ofereçam crédito ou deem o crédito independente das suas garantias para poder, vamos dizer, flexibilizar as garantias, porque hoje para você, o banco só oferece crédito para quem não precisa de crédito, essa é a regra geral do sistema financeiro, ou seja, dar dinheiro para quem não precisa de dinheiro. Quem está precisando e que tem algumas

dificuldades em acessá-lo, o banco também aumenta essa dificuldade. E aí eu perguntaria se as ações do Governo foram tomadas de forma retardada em relação ao tempo necessário e se a queda da Selic também tem sido feita pelo Banco Central com uma queda muito pequena em relação à necessidade do mercado. A previsão da FIESP é que essa Selic deveria estar no patamar de 7%, e está a 10, 10,25. Se a aceleração dessa queda poderia vir a melhorar, ou incentivar, ou induzir o crescimento. Eram essas as questões finais, também sobre *spread* que também é um assunto que está sendo discutido aqui na Comissão de combate à crise, mas quero parabenizá-lo pela sua exposição, e ao Paulo Tigre também.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Antes de passar a resposta para o Francini e para o Paulo Fernandes, eu queria colocar a seguinte situação. Quais são as divergências que existem entre a FIESP e os bancos, no que se refere ao cálculo dos componentes do *spread*? Ou seja, quando os bancos apresentam a participação da inadimplência, dos lucros, do compulsório, dos impostos, e chegam a um determinado número de *spread*, existe divergência da FIESP em relação a esses números? O segundo caso é o seguinte, no momento em que a situação que os bancos não estão emprestando e não querem emprestar ou não vão emprestar, no momento que existe uma queda grande da Selic, a queda da Selic não vai ser um instrumento para que eles possam ou que sejam estimulados a emprestar o recurso que têm? E eu quero fazer para terminar a pergunta ao Dr. Paulo Fernandes, qual é a dependência da indústria do Rio Grande do Sul, qual é a dependência da Lauck? Com a palavra o Dr. Paulo Francini.

SR. PAULO FRANCINI: Eu vou tentar percorrer, eu vou seguir a ordem, não, vou inverter a ordem. Vou seguir a ordem?

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Pode seguir a ordem.

SR. PAULO FRANCINI: Não, é que o Eduardo está falando ao telefone, agora ele já... Bom...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Emergência.

SR. PAULO FRANCINI: Emergência, obrigado. Bom, primeiro sobre as observações que o Eduardo faz, eu digo o seguinte: Nós não sabemos ainda como está o mundo, eu acho que ainda o que persiste hoje é uma dúvida do mundo sobre a extensão, continuidade, profundidade ainda, para ser enfrentado na crise. Não existe. Não existe nos Estados Unidos, não existe nas palavras do Presidente Obama... Existem alguns sinais, de repente você deve estar se referindo, por exemplo, à expectativa por um bom compor-

tamento da indústria chinesa, da economia chinesa, uma expectativa que talvez o segundo trimestre desse ano a China venha a crescer 7%, o que é uma boa notícia, quanto à expectativa da China. O Japão está derrubado, o Japão está numa “nhanhaca” total. Mas não se ganhou o consenso no mundo que nós tenhamos chegado ao ponto mais baixo da crise, o que de certa forma nos transmite a mesma dúvida, quer dizer, o caso brasileiro também tem relação com o mundo. Nós não sabemos, o mundo ainda não sabe a extensão, duração, profundidade da crise. Tomara, tomara em pouco tempo venhamos a saber, tomara até o final do primeiro semestre tenhamos um alívio, mas não sabemos ainda.

A questão de baixa de juros, e o Ministro Meirelles tem ido à Federação, aliás muito simpático, muito simpático, vem aqui, vem à Federação, mas ele nunca contou para nós sobre taxa de juros. [risos]. Muito simpático, muito jeitoso, etc. e tal, mas tem lá ele suas crenças, está certo? Nós temos crenças diferentes, nós temos, a crença que nós temos é que a taxa de juros, a taxa Selic ainda é fortemente estimulante do não crédito, fortemente estimulante do não crédito, porque a recompensa do dinheiro parado é muito boa. Diante do momento de incerteza, um dinheiro paradinho que te dá 10,25% ao ano, tirar da inflação de quatro e te dar 6% real, Dornelles, em nenhum lugar do mundo te paga isso. É um impulso enorme para que não se empreste dinheiro e fique com a aplicação aonde todo mundo sabe que é no tesouro mesmo. Portanto, nossa visão é que o Brasil teria que percorrer o que o mundo percorreu, no mundo inteiro a taxa de juros caiu e a taxa de juros ao tomador caiu. Apesar de ter havido um pequeno aumento do *spread*, que é a taxa de risco do sistema financeiro do emprestador, apesar do *spread* ter aumentado no mundo, a taxa para o tomador caiu em função da queda da taxa de juros, que é o patamar piso dos países. E no Brasil não aconteceu isso, e no Brasil continua uma taxa de juros ainda muito recompensatória a não aplicação, a ficar parado. Portanto nós achamos, sim, que o Banco Central teria que...

Quanto ao fato de começar tarde, eu emendo um pouquinho com a tua, Flexa Ribeiro, a questão de começar tarde é evidente. O Brasil teve duas sortes, primeiro que a crise demorou tempo para chegar, uma sorte. E a segunda sorte, como demorou para chegar, deu para aprender o que a crise faz quando ela chega nos outros lugares. Essa segunda sorte nós poderíamos ter usado, não usamos, na crença de que eventualmente não iria chegar para nós a crise. Porque se tivéssemos nós a certeza de que ela chegaria, já estaríamos sabendo e vendo que chega através do crédito, que chegando através do crédito os bancos pequenos

e médios são os primeiros que abrem o bico, ou seja, nós deveríamos e poderíamos ter medidas já preparadas para o desembarque da crise nas praias brasileiras, porém não fizemos, tivemos que correr atrás do prejuízo. Quando, em dezembro, o Banco Central não conseguiu ler que atividade econômica estava indo a não sei para onde, não conseguiu porque não quis, porque as pesquisas de sondagem, as nossas pesquisas já diziam: “*A questão está feia*”. E já era momento, evidentemente, do Banco Central começar, no final do ano passado, a promover a redução da sua taxa Selic. Em vez de impassível, impassível, passou dezembro, já uma chuvarada do cão, e manteve a taxa Selic estável em dezembro. Portanto, acho sim que começou atrasado, acho sim que deveria ter sido mais forte e não tenho hoje receio da questão da inflação. Os preços estão muito bem comportados, se você pega ainda a parte dos preços da indústria, dentro da cesta que compõe o IPCA, está todo mundo comportadinho. E para não deixar de dizer que o mundo hoje está preocupado é com a crise, os Estados Unidos estão fazendo coisas que vai lhes custar alguma inflação no futuro. Porém, quando você está com uma hemorragia do tamanho que está, meu querido, vamos parar essa hemorragia antes de ficar preocupado se o remédio é ou não dietético, de forma que vamos com calma. Eu acho que há, sim, uma... Acho que vai continuar caindo, está certo? Lentamente, como costumam ser as coisas do Banco Central, lentamente vai continuar caindo, podia ter sido bem mais rápido. E eu diria que a questão de crédito é uma questão, é horizontal, não é? É horizontal, quer dizer, concordo que essa coisa de dizer assim: “*Não é bom IPI, tirar IPI do produto tal para os fabricantes do produto tal, ótimo. E daquele IPI daquele outro produto, daquele outro fabricante? Ótimo*”. Todo mundo tem uma excelente ideia, a pior coisa é que quase todas as ideias vai bater no mesmo lugar, que é na receita. Todas as ideias vão bater no mesmo lugar, ou seja, como vamos aplicar... E daí então, eu acho que a questão central continua e é crédito. Crédito. E quanto mais horizontal, que tipo de indução pode fazer? Olha, já existiu anteriormente, eu não sou, não tenho tal idade, eu me lembro que já... Vamos fazer um esforçozinho de memória, Dornelles. Existia as carteiras nos bancos controladas para empréstimo à pequena e média empresa, não tinha? Quer dizer, tinha uma parte que dizia: Não, uma parte tem que ser destinada à pequena e média empresa. Que fazia faturamento até tanto... Ou seja, basta querer, basta pensar com a força e o poder que o Governo tem nas mãos, com os compulsórios, com o estabelecimento da remuneração ou não, com as punições, sei lá o que, mas que tem jeito de fazer indução forte, tem. E

indução forte para crédito, porque isso é horizontal. E isso funciona de mãos dadas com a questão do seguro, que é a questão do aumentar a crença.

Aquele dado que você deu da exportação de industrializados, nossa expectativa é que realmente caia a 30%, isso daí vai cair a cada mês, vai cair, porque vai pegar um mês do ano passado bom, vai pegar... então vai cair, estatisticamente vai cair. Eu acho que a grande safra de perda de emprego, ou esta primeira grande safra, porque tomara não ocorra outro, safra de perda de emprego já amenizou, pelo menos na indústria, amenizou, ou seja, a atividade industrial já se pôs num patamar mais ou menos que é o patamar de crise. A grande questão é quanto à recuperação.

Nós não temos grandes diferenças com relação aos bancos, também são muito simpáticos. Acontece que aí que está, o banco faz o papel dele, ele empresta para quem ele quiser, na taxa que ele quiser e faz sua política de ganhar dinheiro que quiser. No fundo pouco é isso.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Só interrompendo 30 segundos. No meio da pergunta feita pelo Presidente Dornelles, eu tinha feito uma que você não chegou a responder, sobre se há pouca competição entre os bancos no Brasil.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PAULO FRANCINI: Eu acho que existe, sim, pouca competição, o que falta é aquele extrato bom, positivo do médio banco, e ele que foi muito agredido, quer dizer, aonde você estava com uma característica maior de competição, que é o conjunto dos pequenos, médios bancos, foi onde o pessoal levou uma surra danada, não é Tasso? Porque esses bancos que tinham o seu financiamento externo, viviam com linhas de crédito externa, acabaram. Os depositantes foram lá tirar o dinheiro, os fundo de pensão foram lá tirar dinheiro... Pô, realmente de onde partia um certo grau de competição, pelo menos na questão também de concessão, na questão de concessão essa competição foi perdida. Tomara que essa questão agora que eu mencionei antes reative um pouco a atuação dos bancos pequenos e médios.

Eu só gostaria de dizer que vou entregar à Presidência, não só 31 medidas que foram sugeridas pelo comitê da crise que está estabelecido na Federação das Indústrias de várias naturezas, como também vou mandar o estudo específico sobre *spread* realizado pelo DECOMTEC, o meu companheiro Roriz.

Não tem grandes divergências, é que cada um, quando se...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PAULO FRANCINI: É que na verdade não é o ocorrido, é o que vai acontecer. E o que vai acontecer a Deus pertence. Você pode jogar com qualquer um, porque o que o banco diz é assim: “*Não, mas a taxa de inadimplência está considerada*”, “*mas está muito mais alta do que está*”. “*Ah, não, mas vai crescer*”. Bom, aí você põe o que quiser.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Paulo, de novo interrompendo, é porque o Senador Dornelles é mineiro, ele quis lhe fazer uma provocação, porque teve aqui um expositor que disse que um estudo feito pela FIESP sobre a questão da inadimplência era absolutamente equivocado e errado do ponto de vista teórico, etc. Ele mineiramente jogou essa questão, diferente de eu, nordestino bruto, faço logo diretamente.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): O Senador Tasso Jereissati colocou bem. Seguinte, quando se discute, se verifica os componentes do *spread* bancário, o problema da inadimplência vai aumentando cada vez mais. Existe essa posição de uma expectativa de inadimplência e da inadimplência real. Já está se... A expectativa de inadimplência já está sendo usada para o aumento atual do *spread*.

SR. PAULO FRANCINI: Não, já, já está. Hoje mesmo, ontem, se não me engano, eu não tenho autorização, mas como está nos jornais, o Diretor do Bradesco, quando anunciou o resultado de 1.7 bilhões o resultado do primeiro trimestre do ano foi um pouco ruinzinho, comparativamente, perdeu 9% com relação ao primeiro trimestre do ano passado. Mas não está na... Não está tão ruim. Mas ele diz que o negócio da inadimplência mudou, que era 3,6, passou para 4,3, mas eles já estão vendo que vai chegar a 4,9. “*Ah, mete 4,9 aí no nosso cálculo*”. É fogo. Eu só gostaria de--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Permite um aparte, Paulo?

SR. PAULO FRANCINI: Lógico.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Qual seria a importância dos bancos públicos no sentido de baratear esse crédito também? Diminuir o *spread* como indutor disso. Competitividade com--

SR. PAULO FRANCINI: Seria. Seria e está sendo. Aquele gráfico que eu mostrei para vocês, você vê claramente a ação do Banco do Brasil e Caixa Econômica. Alguém chegou lá e disse assim: “*Baixa essa coisa. Isso aqui não está ficando legal*”. Porque se olha lá para trás, está no mesmo nível que Bradesco. Realmente houve uma indução, fora qualquer aspecto partidário, não tem nada disso. Houve uma indução forte para a redução, eu acho que a questão, inclusive a mudança ocorrida no Banco do Brasil vem na esteira disso, houve um ação forte de indução e que teve

consequência... Você lê semana a semana, e dá pra ler no Banco Central, o legal é isso, você lê. Você lê semana a semana que isso daí, sim, está ocorrendo induzido pelos bancos públicos e acompanhado pelos bancos privados.

Eu não vou voltar mais a falar, porque as perguntas já foram. Deixa eu só dizer uma coisa, Dornelles, que acho que é importante. Quando faz essa projeção do ano, etc. e tal, é sempre complicado, ninguém sabe direito, eu não acredito em quatro, não acredito em dois, vai dar entre zero e menos um e meio, como você diz, vai dar por aí, o que não significa que o Brasil vai sair um horror dessa crise. Não. Vai sair comparativamente talvez melhor que outros países, dependendo da trajetória, a sensação térmica venha talvez a ser até um certo calorzinho lá, mais para o final do ano. Mas o que eu queria dizer para vocês é uma coisa que eu acredito, é o seguinte: essa crise veio, e por consequência dela o mundo muda, o mundo muda. O mundo pós crise não será mais o mundo de antes da crise. A questão da reprodução da riqueza da maneira que vinha se promovendo com aquela coisa de crédito esbanjando, você com uma boa idéia fazer não sei quanto de dinheiro... Acabou. Acabou. Ou seja, o mundo muda e eu acho que países como o Brasil ganham, porque o mundo vai se voltar muito mais para a essência. Os países e as suas riquezas vão estar mais fundamentados em suas riquezas reais. E esse país é um país rico. O Brasil tem riquezas reais. Tem riquezas reais pelos seus recursos, tem riquezas reais pela sua extensão, tem riquezas reais pelo seu clima, tem riquezas reais pela dimensão do seu povo, pela natureza do seu povo, pela capacidade dos seus empresários, pela capacidade dos seus trabalhadores e os fatores reais vão ser mais preponderantes no estabelecimento futuro da riqueza do mundo. É nisso que eu acredito, Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ):

Muito obrigado. Passo a palavra ao Dr. Paulo Fernandes Tigre.

SR. PAULO FERNANDES TIGRE: Sobre crédito, *spread*, eu acho que nós sempre vamos brigar e sempre vamos precisar de taxa de juros. Daí acho que o Paulo Francini fez uma exposição perfeita.

Eu acho que o mundo real que nós temos que ver, que nós vamos viver é que esse mundo de futuro que nós também acreditamos, que nós precisamos nos preparar para esse mundo. Então, primeiro o Senador Suplicy perguntou se as medidas IPI, compulsório... Eu acredito que isso no momento é bom, foi bom e será bom, olhando segmentos, porque isso traz um índice de confiança. A apresentação do Paulo Francini mostra que o índice de confiança dos empresários já começou

a mudar. Nós temos uma coisa que é fundamental que é a precificação, esse período em que tínhamos valores de matérias-primas importadas, nacionais, estoques mais elevados, nós estávamos trabalhando muitas empresas três, quatro turnos, começam a se ajustar a uma realidade. Os empregos perdidos muitos foram do terceiro, quarto turno. Então acho que essa economia começa a se ajustar, temos um aspecto positivo que não são todos setores brasileiros que estão mal, eu acho que o Brasil todo não está mal, tem alguns setores que estão melhores, e tem um aspecto fundamental para nós voltarmos a crescer e principalmente olhando também o mercado externo, é o financiamento. Praticamente a nossa exportação financiava 50% era para o capital estrangeiro. E nós vamos precisar que o mundo lá... Falou na Europa, na Ásia, que os bancos voltem a ter confiança nos próprios bancos. Os bancos internacionais, hoje, não têm confiança. Hoje o financiamento é difícil em função dessa necessidade, os bancos têm que voltar a ter credibilidade, então, isso aí vai facilitar, quanto mais rápido se conseguir que o sistema bancário mundial começar a funcionar. E dentro desse aspecto, eu acho que nós temos que olhar o nosso mercado interno. Hoje quem fornece mercado interno, quem consegue, é um mercado importante.

E tem um aspecto muito fundamental, aí falando o aspecto do Flexa, nós temos que aproveitar o momento de nós acertarmos a nossa casa para esse novo mundo que vai voltar. Esse mundo, então, que se fala, essa possibilidade do Brasil crescer, é o momento da crise, a crise tem que ser a dificuldade e a oportunidade. Então, nós temos que ter uma estrutura mais enxuta, nós temos que ter condições mais rápidas de diminuir os nossos custos gerais, nós temos que ter uma logística melhor, uma infraestrutura melhor. Nós temos que ter uma condição de um país mais moderno para enfrentar o mundo da grande oportunidade, que talvez aquele mundo futuro chegue mais rápido do que nós pensávamos.

E hoje, pergunta do Senador Francisco Dornelles, por exemplo, a América Latina tem um peso grande na nossa exportação. Não só a Argentina, mas todos os países hoje, por exemplo, a Venezuela é um dos grandes mercados brasileiros. Então, há um desenvolvimento, foi desenvolvida essa exportação para esses mercados, que foi um crescimento que nos trouxe para o Brasil mais um mercado novo, um mercado pouco explorado ou mercado que alguns segmentos foram, já foram mudados, por exemplo, móvel tinha dificuldade de entrar nos Estados Unidos nos últimos tempos e começou a entrar em novos mercados. Então, acho que dentro dessa condição, nós temos que olhar a realidade e o que nós podemos fazer para melhorar. Eu acho

que também nós vamos melhorar, nós vamos ter uma crise de todos segmentos, o setor industrial é o que mais está sofrendo, talvez é o setor que mais agrega valor. A China que sempre foi o grande cliente nosso e continuará sendo um cliente de commodities e isso é onde nós menos agregamos valor, nós não geramos o emprego necessário, e nós temos que olhar também que o mundo hoje cada vez mais protecionista. Se nós não formos protecionistas, nós temos que ser ao menos cuidadosos das relações de mercado. A Europa criou, com todo... Mais de cento e poucas medidas, sempre protegendo de alguma maneira uma barreira não tarifária, mas uma barreira sanitária ou etc., etc. Então acredito que é um momento que nós vamos enfrentar, vamos ajudar setores que têm dificuldade, setores que podem gerar empregos, gerar renda, trazer maior condição de não exportar matéria-prima, mas sim uma mão-de-obra brasileira, que é muito boa.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): O Senador Garibaldi Alves quer fazer um questionamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu quero perguntar, porque se discute agora muito sobre a caderneta de poupança. Não sei se os senhores teriam informações a dar nesse aspecto, e qual a visão que os senhores teriam sobre esse problema, uma vez que o Governo está lentamente, mas está, baixando os juros, a taxa Selic, e isso vai ensejar uma... Uma baixa na remuneração da Caixa Econômica e, por outro lado, a Caixa Econômica poderá atrair aqueles grandes depositantes, que são os que financiam os títulos do Governo, os títulos públicos. Então, o Governo, se sente que ele não tem ainda uma posição e que talvez essa decisão sobre a poupança. O Senador Flexa Ribeiro está querendo até propor uma, vai propor, inclusive, uma Audiência Pública sobre isso. Se sente que o Governo, como não tem alguma decisão, possa até ter adiado essa questão da baixa da taxa Selic. Os senhores concordam com isso, têm alguma visão, algumas informações para contribuir com essa discussão?

SR. PAULO FRANCINI: Senador, eu não tenho. Eu não tenho. E lhe prometo que terei e prometo que, tendo, o senhor terá pelo menos o que estarei lhe mandando. Mas isso é uma questão que eu sei que está em discussão na Federação das Indústrias, eu não tomei parte e antes de mostrar mais escancaradamente a vocês a minha ignorância, eu prefiro dizer que não tenho.

SR. PAULO FERNANDES TIGRE: [ininteligível] tem que aprofundar mais um pouco a questão.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Só quem tem é Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu não tenho, a não ser muita preocupação pelo fato. Mas ainda existem Senadores para questionar, eu farei a apresentação do Requerimento ao final.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Existem dois oradores inscritos, Senador Eduardo Suplicy e Senador Arthur Virgílio. Senador Eduardo Suplicy vai fazer um adendo... Senador Arthur Virgílio.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Senador, pelo que ouvi no carro, já lançou até o Ronaldo para Presidente do país, e eu tenho todo direito de reivindicar alguém do Flamengo, se for levar por aí, Fábio Luciano, então, para Presidente.

Mas eu dirijo a ambos a preocupação que tenho em relação à questão do emprego, quer dizer, menos 700, menos 80 mil empregos perdidos, no líquido, de outubro para cá. E nós temos visto uma certa reação das exportações no que tange a matérias-primas e uma queda que vai visando, infelizmente, aos 15%, 13%, talvez, dos produtos industrializados. Eu gostaria de saber como veem isso, como veem a evolução desse quadro, porque nós temos que tirar algumas lições da crise. Eu me preocupo muito com a questão do juros, mais ainda com a sustentabilidade dessa trajetória de queda. Eu não vejo que seja uma coisa boa para o Brasil simplesmente baixar os juros porque a atividade econômica está fraca e depois não se ter condições de sustentar a taxa de juros num patamar adequado, civilizado, enfim. Então aí eu venho... Eu não sei se entro em contradição com alguns dos dois senhores, mas eu me preocupo muito mais e culpo muito mais a política fiscal do Governo do que a política monetária. O Banco Central protege a moeda, é o papel dele. Agora, a política fiscal que foi bastante boa no primeiro Governo até o advento daquelas infelicidades que acometeram o Ministro Palocci, a política fiscal era razoavelmente boa e ela degingolou depois, a ponto de nós termos sempre 4, 4,5, 5% reais descontada a inflação, portanto acima do PIB, e a título de gastos correntes crescendo, ou seja, isso anula qualquer esforço de crescimento de gasto corrente.

E aí eu tenho duas perguntas a fazer: A primeira é se não veem a possibilidade de prosseguindo essa desorganização fiscal, depois termos problemas outra vez com elevação de taxa de juros. E segundo, se não estaria plantada aí a raiz de uma crise, aí uma crise mais genuinamente brasileira, porque o mundo que vai emergir daí vai emergir diferente, não vai emergir um

mundo tão benigno, tão dispensador de reformas, tão tranquilamente do tipo *laissez faire laissez passer que não ganhou tous les elections*. É preciso nós olharmos essa questão, e isso me preocupa muito também e por outro lado, quando nós... quer dizer, essa pergunta pra mim é crucial: Nós teríamos a perspectiva de uma crise brasileira se nós não fizermos uma retomada do processo de reformas e não cortarmos drasticamente despesas correntes? De modo inclusive a prepararmos a infraestrutura com investimentos públicos de modo a induzirmos a iniciativa privada a entrar nesse jogo, essa é uma questão também que me atormenta bastante. E para mim é indiferente se isso influencia em eleição, se não influencia, se apanha o sucessor do Presidente Lula de calças curtas ou se é o próprio Presidente Lula, o fato é que eu estou muito inquieto, eu não vejo que essa equação feche. Eu não vejo, eu vejo que os gastos continuam crescendo no ano mais duro para o país. Continuando crescendo. E o investimento, por mais que se fale, e falar você pode falar à vontade, mas por mais que se fale o investimento é 1%, 0.9 ou 1% do PIB, o investimento público e isso é muito pouco, e não vejo jeito de melhorar isso. Pode dar qualquer nome, inventar qualquer sigla, mas não vejo condição de isso melhorar. Então, a questão que eu coloco é: Os males não estariam muito mais, porque eu vejo as pessoas dizerem: “*Ah, porque tinha que ser mais ousado o Banco Central*”. Eu não conheço muito Banco Central ousado, eu conheço o Banco Central, geralmente, eu conheço dois tipos de Banco Central: ou o estabanado, nós tivemos alguns no Brasil, algumas experiências no Brasil, e eu conheço o Banco Central conservador, Inglaterra, Estados Unidos, esses são conservadores em qualquer lugar, o objetivo deles é manter o poder de compra da moeda, o objetivo são metas de inflação, aqui a gente ouve muita coisa engraçada, tipo assim, “*eu não sou contra as metas de inflação*.” Foi um certo transformismo que o nosso PT passava, querendo se adaptar ao ser Governo e dizia assim: “*Eu não sou contra as metas de inflação, mas eu quero também metas de crescimento*.” E sempre digo que isso é parecido da minha mulher ficar comigo e concordar que eu namore a Gisele Bündchen, se absurdamente ela quisesse namorar comigo. Ou você tem meta de inflação ou--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Eu sou um rapaz bonito, você sabe disso. Mas eu... Não, o que impede ali é a distância, ela mora em Los Angeles, eu moro aqui e minha mulher que fica ali em cima me marcando como um bom zagueiro.

Mas, ou seja, é um mundo ideal, é o mundo que daria prazer a todos nós. Ou tem meta de inflação ou tem meta de crescimento. E pra mim o crescimento saudável deriva de nós termos inflação controlada, inflação baixa, inflação civilizada, enfim. Não vejo que nós temos que trabalhar nem com meia gravidez e nem com meia inflação, com um pouco de inflação a mais. Inflação tem que ser a taxa mais baixa possível que possibilite ao país crescer o máximo que ele possa crescer, sem adicionar nada à inflação de maneira sustentável, ou seja, por 10, 12, 15 anos, e então eu pergunto objetivamente sobre como vê a questão do emprego e a queda da produção das exportações de produtos industrializados, se estamos ou não estamos correndo risco de uma crise, de uma crise brasileira, mais adiante, se não for detida uma certa farra fiscal que eu vejo, e enfim, a visão crítica de ambos.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Muito obrigado, Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Obrigado, Senador Dornelles.

SR. PAULO FERNANDES TIGRE: Eu acredito, Senador, que o que nós estamos vivendo talvez o momento é esse, da realidade e da crise. O que nós falamos aqui, estávamos falando também, é que é o momento também de nos preparar para olhar o mundo pra frente, nós estamos vivendo num mundo de muito curto prazo. E o que nós precisamos olhar é aquilo que nós vimos falando há muito tempo, que reformas são necessárias, como é que se transforma um país numa modernidade, como é que se faz um país mais moderno em relação a outros países que hoje têm umas dificuldades e então aprendendo com eles, o que já foi feito e não fazendo os mesmos erros, poder ter um outro país. Eu acho que aí nós talvez possamos começar a entrar ou evitar uma crise, que é o ponto que o senhor levantou, mas já preparados como nos preparamos, como falou o Paulo Francini, que nós tivemos um tempo para ver a crise um pouco melhor pela janela antes dela bater na nossa porta. Então, de qualquer maneira, acho que nós temos que olhar que projetos nós temos para o país para os próximos anos, o que nós precisamos modernizar, que reformas precisam ser feitas que possam equilibrar esses pontos colocados pelo senhor.

SR. PAULO FRANCINI: Bom, deixa eu dizer... Certamente eu há pouco até de maneira de certa forma otimista, olhava para o mundo que surgirá pós-crise, etc. e tal, porém, eu naquela ocasião me esqueci de fazer menção a uma questão que é fundamental e foi tocada pelo Senador, a questão da eficiência, da competência dos países na sua gestão. O mundo vai ficar ainda mais competitivo, vai ficar ainda mais necessi-

tado de eficiência, e o primeiro grande parâmetro da eficiência de um país é a eficiência do seu estado. É da gestão do país. Que seja a gestão Federal, a gestão estadual, a gestão municipal, ou seja, o país precisa ser eficiente. Infelizmente nós não somos. Se o Brasil fosse uma empresa e sujeita às coisas que as empresas estiveram sujeitas, o Brasil teria quebrado, com o grau de eficiência que tem na gestão pública. É muito ruim. Uma parte da incapacidade de fazer o pouco que se estabelece como meta de ser feito dentro de um programa de investimento, é a capacidade de gestão que falta. Perdeu-se no mecanismo do estado a capacidade de gestão, de questões de certo grau de complexidade, não existe mais máquina capaz de vencer graus de complexidade.

Portanto, a questão da eficiência é absolutamente importante. Nós já fizemos trabalhos, nós Federação das Indústrias, voltados especificamente para essa questão da administração pública, da eficiência da administração pública e aí chega na questão fiscal. É evidente que num cenário de crise como nós hoje estamos, a decantada China, que sempre é lembrada como sendo país que faz certo, a coisa certa, primeira coisa que a China tratou de fazer é um enorme programa de investimento para dar suporte à sua atividade econômica. Ora, pra você fazer um enorme programa de investimento, você precisa ter recursos, para ter recursos públicos, você precisa economizar na outra parte, é evidente. Você vai ter uma expansão de gastos das despesas de custeio do Governo fantástica esse ano. As medidas que foram tomadas, alguma pouca medida que foi só com relação à contratação ou ao concurso que estaria marcado para mas deixou de ser, mas isso não sustou em nada o programa de correção de ganhos que está ocorrendo e vai continuar, ao que parece, ocorrendo, e que representa uma maçaroca de recursos adicionais que estão sendo gastos na questão fiscal. Portanto, concordo com a preocupação, temos tratado várias vezes do tema quanto à necessidade e--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): O senhor me permite?

SR. PAULO FRANCINI: Lógico.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): O senhor diria, numa visão histórica, porque a consideração que o senhor está fazendo é historicamente, assim, não é sobre a atual administração?

SR. PAULO FRANCINI: Não, não é sobre a atual. Apesar que percebe-se uma mudança. Quando foi da primeira, da fase primeira, a fase primeira do Governo, vou agora nominar, do Governo Lula, a fase primeira do Governo Lula, houve um ganho na parte fiscal. E

um ganho expressivo na parte fiscal. E a partir daí o gasto público passou a crescer ano a ano a taxas muito superiores que a taxa de crescimento do PIB. Não dá, chega uma certa hora que a porca torce o rabo.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Mas aí eu pergunto: Fora do contexto político, é difícil situar de fora do contexto político imediatamente as intervenções trazem no Plenário aqui, trazem o senhor para o contexto político.

SR. PAULO FRANCINI: Ah, eles gostam [risos]. Mas houve antes também, antes também do próprio Governo Lula--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Mas deixando de lado o contexto político, levando em conta que São Paulo é São Paulo e que o senhor mora lá, e que é um observador privilegiado do cenário paulista, a administração de São Paulo dentro de um contexto histórico, levando em conta que São Paulo é o carro chefe da Federação, é eficiente o Governo de São Paulo?

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Isso é pra decidir seu voto, Garibaldi?

SR. PAULO FRANCINI: Senador Garibaldi--

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Francini, ele está querendo saber qual é mais eficiente, São Paulo ou Minas.

SR. PAULO FRANCINI: [risos] Aliás, tem uma coisa, eu gosto muito de muitas gestões feitas no Estado de Minas Gerais. E não tenho nada a ver com mineiro. Mas eu gosto mesmo de forma de gestão e de resultados, que foram e são obtidas em Minas. Na questão de São Paulo acho que nós estamos ganhando melhor eficiência. Nós estamos longe ainda de sermos totalmente eficientes. Nós tentamos medir, nós ainda vamos conseguir fazer isso. Federação das Indústrias está querendo medir, em cada Município do Estado de São Paulo, fazer o cotejamento nas várias áreas da saúde, da segurança, da educação, entre o gasto e a eficiência desse gasto por mensuradores que tivessem a ver com cada uma dessas variáveis. Começamos a fazer isso em alguns municípios, tínhamos a vontade de expandir e não fizemos até agora, mas existe a consciência de que esse grau de eficiência era baixo. Nós, um grupo de pessoas, nós ficamos dedicados, nós nos distribuimos e cada uma pessoa ficou dedicada a uma escola pública, para fazer o acompanhamento de uma escola pública. Um grupo aí de amigos do Senador Dornelles. Horrível. Difícil. Difícil. Como a escola pública é difícil na sua maneira de funcionar e nos hábitos estabelecidos, ou seja, existe muita coisa a ganhar. Existem lugares em que a escola pública é melhor do que é em São Paulo. Então, nós não somos astros de eficiência, mas existe uma preocupação. Ago-

ra mesmo no ensino existe uma preocupação distinta de mensuração, de... Afinal, de... Eu acho que essa preocupação está mais presente.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ):

Senador, a Senadora Lúcia Vânia tem--

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): É

coisa bem rápida. Só saber... Os senhores entendem que é útil para a compreensão da crise na América Latina a leitura ou a releitura do livro "Veias Abertas da América Latina", do Eduardo Galeano?

SR. PAULO FRANCINI: Na verdade... Não, não diria que são, mas é uma coisa de cultura, isso. Eu li "Veias Abertas da América Latina" e li, eu tinha menos idade, tenho que reconhecer, você tinha talvez uns 30 anos a menos, o livro é de uns 30 anos atrás, 22, 30 anos. Eu tinha uma outra percepção um pouco do mundo, que me cerca. E eu estava mais para concordar com o livro ou não discordar do que hoje. Porque daqui a pouco, daqui uns quatro, cinco anos nós corremos o risco de ter um outro livro bastante semelhante àquele. Só que às vezes [ininteligível] da América Latina vão culpar o Brasil por algumas outras coisas que estão acontecendo. Acho que isso vai mudando com o tempo.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ):

Com a palavra a Senadora Lúcia Vânia.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Sr. Presidente,

eu cumprimento o Dr. Francini, cumprimento o Dr. Paulo Fernandes. Eu pediria ao Dr. Francini, desculpa se isso já foi, se a questão que eu levanto aqui já tenha sido respondida, uma vez que eu não pude assistir a exposição de V.Sa.

Em primeiro lugar eu gostaria de dizer da minha alegria de V.Sa. colocar aqui a importância para a gestão pública do investimento versus resultado. Nós temos aqui uma lei de responsabilidade social que estabelece um índice nacional de desenvolvimento social e ao mesmo tempo possibilita essa medida dos resultados, do investimento versus resultado. Segundo lugar, gostaria de perguntar a V.Sa. qual o peso do cadastro positivo na formação do *spread* bancário, além da portabilidade, eu acho que ele facilitaria a concorrência, aumentaria a concorrência, mas eu vejo que o Governo tem praticamente dois anos que está com esse projeto na Câmara dos Deputados e até hoje eu não vejo movimentação no sentido de apressar a votação desse cadastro positivo. Então, eu gostaria de perguntar à V.Sa. se tem mais ou menos a noção do que seria o peso do cadastro positivo na formação do *spread*.

SR. PAULO FRANCINI: Tem uma expressão antiga que dizia assim: "*Macacos me mordam!*" Você lembra? "*Macacos me mordam!*" É a vontade que tem

de dizer. Eu não entendo porque a questão do cadastro positivo não tem o andamento e a aprovação que lhe é devida. Aliás, até aproveito estar aqui. Por quê? Por quê? A única... Existe um lobby forte de instituições que sejam contrárias à aprovação do cadastro positivo? Porque o que eu tenho visto da força produtiva, pelo menos, é evidente que tem que existir, por que não? Há pouco houve alguma coisa, por exemplo, que dizia respeito dos planos de saúde, eu sei que não tem nada a ver, mas que possibilitava a pessoa de sair de um plano de saúde, passar para outro plano de saúde sem o negócio da carência, não sei o que, não sei o que lá. O cadastro positivo é como que um... Faz parte do patrimônio que eu tenho na minha sacola nas costas, é a minha história, é a minha história como devedor. Por que eu não tenho o direito de ter esta informação que me acompanha pela minha vida? Por que eu não tenho direito de ter um cadastro positivo, se eu sou um bom pagador? Não entendo. "*Macacos me mordam!*", eu não entendo.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ):

Senador Eduardo Suplicy.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr.

Presidente, o Presidente da FIERGS, Paulo Fernandes Tigre, assim como o Dr. Paulo Francini nos falaram de alguma medidas a propor, e dentre as quais, além de menos impostos nos produtos, zero de impostos nas exportações, desoneração tributária dos investimentos, reduzir a cunha fiscal nos juros, a flexibilização das leis trabalhistas em nome da preservação dos empregos. No que diz respeito a esta questão de flexibilização, acho que isso está relacionado à questão que nós no Senado estamos vivendo hoje, a necessidade de transparência maior de tudo o que acontece no Senado Federal. E nós temos tomado inúmeras medidas, possivelmente ainda não suficientes sobre o que é que fazemos aqui, seja com a nossa... Aquilo que é designado para nós, as cotas de passagens, a verba de indenização, além da remuneração que recebemos, para que tudo esteja inteiramente transparente, certamente isso vai contribuir para estarmos vivendo numa casa mais saudável que tenha a responsabilidade de fiscalizar os atos do Executivo e dar o exemplo em casa.

Numa situação crítica como a que vivemos, algumas empresas, médias, grandes e pequenas têm às vezes tido que afastar trabalhadores, demiti-los. E muitas vezes os trabalhadores têm pedido a possibilidade de maior transparência de informações para debater na hora da bonança, as boas coisas, na hora da dificuldade, como compartilhar as dificuldades. A propósito, a Comissão de valores mobiliários sugeriu,

e ontem conversei com a Sra. Maria Helena Santana, que é a Presidente, que as empresas de capital aberto reflipam sobre algo que tem acontecido nos países desenvolvidos da Europa, dos Estados Unidos mais e mais, ou seja, a transparência das informações da remuneração de todos, e em especial da direção do Conselho de Administração e assim por diante. A revista Dinheiro, de 22 de abril, há duas semanas, deu uma matéria de capa sobre a iniciativa, que me pareceu tão positiva, por parte da Usiminas, uma das maiores empresas siderúrgicas brasileiras, onde o Diretor Castelo Branco, acho que o Presidente, acho que é Paulo Castelo Branco, resolveu abrir inteiramente as informações sobre a remuneração do Conselho de Administração, dele próprio, cerca de quatro milhões pelas diversas vantagens, remuneração mais vantagem, recebeu referente a 2008 e assim por diante, numa empresa que foi muito bem sucedida, teve um grande faturamento da ordem de 20 e poucos milhões, três e tantos milhões, de 20 e tantos bilhões, acho.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Exato. Não, 20 e tantos bilhões de faturamento e 3,8 bilhões de lucro, são 66 mil acionistas e um número significativo. Esta questão está relacionada àquilo que me parece ser uma tendência no mundo e pode ser no Brasil mais e mais, de os trabalhadores serem remunerados não apenas por salários, mas também por participação nos resultados, pelos mais diversos mecanismos que as empresas têm criado, é até um item da Constituição, se estimula as empresas a dar, a prover a participação nos resultados. Eu, por exemplo, estou para apresentar um projeto de resolução, reapresentar, porque já o fiz no meu primeiro mandato, foi arquivado, mas nessas circunstâncias vou reapresentar para que a remuneração de todos no Senado Federal se torne transparente. E não apenas os Senadores, mas de todos que aqui trabalham. E eu gostaria de lhes perguntar: Por acaso a FIERGS e a FIESP têm uma reflexão acumulada sobre isso, a transparência de remuneração dos diretores de empresas, tem havido uma evolução nisso? A essa consulta que a CVM está fazendo, houve já uma reflexão a respeito, uma resposta? É essa a pergunta.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Por favor, antes de responder, vamos... Não? Ah, por favor.

SR. PAULO FERNANDES TIGRE: Primeiro aspecto. Nós temos a CVM e talvez o número do... Não sei quantas empresas hoje estão na CVM. Porque o perfil brasileiro não é as empresas que estão na CVM. Acho que são as grandes empresas que têm controle, normalmente tem bônus, tem participação dos resul-

tados, tem uma abertura muito grande, ou bastante maior. O Brasil é um país formado de pequenas e médias empresas. Para o senhor ter uma idéia, no setor exportador brasileiro talvez cem empresas exportem 70% do que é exportado no país. E o país tem 20 mil empresas exportadoras de média, não chega a 20 mil. Então, mostra que o nosso perfil é completamente diferente. Acho que a abertura é sempre favorável, ninguém tem nada contra, acho que depende... Normalmente a CVM já obriga as empresas a abrir o máximo possível dos resultados, eu acredito hoje que normalmente as centrais sindicais, ou os sindicatos estão tão articulados e bem preparados com suas assessorias como as próprias federações estão. Hoje não existe uma barreira, os números são muito claros, a economia muito clara, as condições são muito claras. O que eu acredito é que essa discussão sempre existirá, nós enfrentamos um problema aqui de emprego nesse momento, de uma empregabilidade, a indústria vem trabalhando num limite acima da sua capacidade. Temos gente trabalhando sábado, domingo, praticamente em setores que não trabalhavam constantemente.

Então, acho que é difícil dizer assim: Vamos abrir todos os números, quer dizer, acho que se caminha para isso. Hoje, dificilmente os trabalhadores param uma empresa sem conhecer exatamente a realidade da empresa, então acho que é um crescimento mútuo de relação, de melhoria, de benefício e de participação. As empresas maiores normalmente o trabalhador sabe quanto produziu, qual era a meta, qual era a coisa e qual era o bônus que ele pode receber. Então, acho que é uma cultura que tem que ir sendo colocada, mas não pode ter um paternalismo, que é o que está vivendo hoje a Europa Ocidental em relação à Europa Oriental, que as empresas migraram para uma condição mais, vamos dizer, da Alemanha saíram para uma República Checa, ou o caso da Chrysler, Ford(F) e GM, que as empresas foram quebradas devido a uma série de benefícios que vem dado há 70, 80 anos, e perderam essa relação do lucro e da distribuição do lucro entre os trabalhadores e a empresa para que a empresa não possa parar de crescer.

SR. PAULO FRANCINI: Deixa eu tentar falar a respeito de alguns mitos, Eduardo. Eu outro dia mesmo comentava com o meu companheiro André, eu não diria os mais, porém certamente entre os dias mais tristes que eu já vivi na minha vida, foram dias nos quais eu tive que fazer redução de quadro de trabalhadores da empresa, ou seja, o pensamento que empresário gosta de demitir é uma bobagem. O empresário não gosta de demitir. O empresário sente, quando o Curado, que é da EMBRAER, disse numa declaração que ele se sentia de luto pela redução que ele teve que fazer, eu

acredito que ele se sentiu mesmo, porque é despedir do seu velho companheiro, é despedir do seu amigo, não se faz isso por prazer, se faz isso devido a uma outra lógica, que você tem que manter a vida de uma empresa sadia. Um líder da Lema, italiano, ele diz: “*Depois de muito tempo eu percebi que uma empresa falida não é uma empresa socializada, é só uma empresa falida*”. Portanto, vamos tirar o bom e mal mocismo de que empresário não gosta de trabalhador e não gosta de emprego. Gosta. E não gosta de redução, porque, além de tudo, precisaria ser cretino, porque o emprego lhe custa, lhe custa para treinar e existe um valor a ser pago, são quatro, cinco salários de verba rescisória que o empregador paga. Portanto, não é diversão, é sacrifício. Por outro lado, a questão de quando é utilizado tal mecanismo, apesar de ser favorável, que se tentem outros mecanismos, fazer redução temporária com redução de salário, etc. e tal, porém existe uma lei hoje no país. A lei diz o seguinte: ou você faz uma demissão sem justa causa ou você faz uma demissão com justa causa. Se fizer uma demissão sem justa causa, você tem que pagar uma multa por isso. E hoje a multa é 50% do valor depositado no fundo de garantia. É uma bela de uma multa, e é 50%, já foi 40, mas aí teve um “nhanhanhá”, não sei o que, pra fazer isso e aquilo, ficou 50. Mas tudo bem. O fato é que existe uma multa que a empresa paga para fazer a chamada demissão sem justa causa, que é pagar multa, que é pagar não sei o quê, paga... E paga tudo. E existe uma outra que é demissão com justa causa, onde você tem que provar a justa causa, etc. e tal. Se a lei prevê que a empresa pode demitir sem justa causa, já demite sem justa causa e cumpre suas obrigações legais, a menos que se mude a lei.

Quanto à questão de abertura de informações, CVM trata de empresas de capital aberto, são empresas públicas. Por serem empresas públicas, por terem acionistas que são acionistas públicos, eu, você, ele, nós precisamos ter a informação da empresa que nós somos acionistas, por isso elas têm que ter abertura, porque elas são públicas. A empresa que não é pública, não tem. Aliás, qual é o balanço da Volkswagen no Brasil? Você sabe? Você conhece?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Quem sabe possa também se solicitar--

SR. PAULO FRANCINI: Não, não. Mas não existe. As empresas limitadas não divulgam balanços. E quanto à questão de participação sobre os resultados, tendo já praticado, Eduardo, tendo já praticado e tendo visto a maneira mais correta de fazê-lo para criar efetivamente o incentivo à pessoa, porque a pessoa tem um estímulo de receber mais, isso é da natureza humana, isso está imbuído na hora extra... E quando

você faz um programa de incentivo legal, a pessoa vai nele, mas ele precisa ver a ponte de ligação entre a sua ação, seu esforço e o incentivo. Se você fizer isso com uma linha de balanço, esquece, você não vai ter. E a questão de programas de participação sobre resultados, eu escuto aqui, ó: no gogó, porque programa efetivo de abertura, etc. e tal, eu não conheço. Existe, sim. Resolve-se, e aí é uma questão solidária, porque como você sabe, na questão de participação sobre resultado não se paga nada de encargos sociais, portanto é uma situação de solidária, porque o que vai através disso, vai sem custo, é bom para a empresa, é bom para o trabalhador, ponto e “titcha”(F) e vamos lá, mas não é uma questão que possa se dizer que isso daí é o exemplo claro da forma de Capital e Trabalho estarem agindo em comum para a rentabilidade e resultado da empresa.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Eu queria agradecer muito ao Paulo Francini e ao Paulo Fernandes Tigre, a bela exposição que fizeram aqui na Comissão de Assuntos Econômicos e na Comissão de Acompanhamento de Crise e estou certo que vai ser da maior importância para todos os trabalhos que nós pretendemos aqui realizar. Muito obrigado aos senhores.

[falas sobrepostas]

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Pela ordem, Sr. Presidente. Levando em conta a gravidade do quadro que afeta duas vezes a economia do meu estado, enquanto estado brasileiro, enquanto estado que fornece para o resto do país, eu gostaria de encaixar, eu faço aqui um requerimento, mas encaixo em qualquer Reunião que caiba, o convite para darem o depoimento sobre a situação do Estado do Amazonas, o convite ao Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas, Sr. Antônio Carlos da Silva e o Presidente do Centro das Indústrias do Estado do Amazonas, Sr. Maurício Elias de Martins Loureiro. Estou com o requerimento aqui que se pudesse até ser deliberado agora eu entregaria agora ao nosso Gonzaga para que ele cuidasse disso.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Os que estiverem de acordo com o Requerimento--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, para discutir, Presidente. Eu só queria solicitar ao nobre Senador Arthur Virgílio, para aditar também ao convite ao Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Pará e ao Presidente da Federação da Agricultura do Estado do Pará.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está aprovado o Requerimento do Senador Arthur Virgílio e do Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu solicito, ouvido os membros da Comissão que pode ser incluído extrapauta para a discussão e votação, o requerimento de minha autoria, que apresentei à Mesa, em que solicito uma Audiência Pública no âmbito desta Comissão, para debater as mudanças anunciadas pelo Governo Federal no rendimento da Caderneta de Poupança. E tenho como sugestão aqui de convidados, o Ministro do Trabalho e Emprego, Presidente do Banco Central, Presidente da Caixa Econômica Federal, Presidente da FIESP e o Presidente do CODEFAT. Acho que esse é um assunto que está sendo cogitado pelo Governo e é necessário que a gente possa discutir no âmbito dessa Comissão, porque vai ser ou não aprovado pelo Congresso, as mudanças que se por acaso vierem a acontecer, que eu espero que não, venham a prejudicar os trabalhadores na remuneração da Caderneta de Poupança.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu pergunto ao Senador Flexa Ribeiro, esse Requerimento é só para a CAE? Não é para a Comissão da Crise?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, não. Só para a CAE.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): E V.Exa. reivindica que seja votado agora?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Se houver possibilidade, porque já ficamos com ele aprovado. Regimentalmente é possível? A reunião é da CAE e da Subcomissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Então, V.Exa. requer que seja convidado o Ministro do Trabalho e Emprego, o Presidente do Banco Central, a Presidente da Caixa Econômica, o Presidente da FIESP e o Presidente do CODEFAT, para que seja debatido em Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos, as mudanças anunciadas pelo Governo Federal... Mas não foram anunciadas ainda.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, estão sendo anunciadas. Vamos discutir, vamos nos antecipar. Como o Paulo Francini comentou, se nós tivéssemos sido proativos nas ações contra a crise, talvez nós tivéssemos--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Talvez V.Exa., para ser mais preciso, permita?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pois não.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Diria que as medidas que estão sendo cogitadas, estudadas.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Cogitadas. Muda-se a redação, que estão sendo cogitadas pelo Governo.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço a V.Exa. e submeto ao Plenário. Está aprovada uma mudança de redação.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V.Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Nada mais havendo a tratar, está encerrada a Reunião.

Sessão encerrada às 13h18.

ATA DA DÉCIMA SÉTIMA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE MAIO DE 2009, ÀS 10:00 HORAS, NA SALA Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e vinte e um minutos do dia doze de maio do ano de dois mil e nove, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Garibaldi Alves Filho, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos, com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Delcídio Amaral, Aloizio Mercadante, Tião Viana, Marcelo Crivella, Inácio Arruda, Antônio Carlos Valadares, Renato Casagrande, Ideli Salvatti, Roberto Cavalcanti, Valdir Raupp, Neuto de Conto, Eliseu Resende, Antonio Carlos Júnior, Efraim Morais, Raimundo Colombo, Adelmir Santana, Jayme Campos, Gilberto Goellner, Flexa Ribeiro, Eduardo Azeredo, João Vicente Claudino, Osmar Dias e, ainda, do Senador Mozarildo Cavalcante. Deixam de comparecer os Senadores César Borges, Francisco Dornelles, Gerson Camata, Pedro Simon, Cícero Lucena, João Tenório, Arthur Virgílio, Tasso Jereissati e Gim Argello. A seguir, a Presidência dá início à apreciação das Matérias constantes da Pauta, Item 01—Mensagem do Senado Federal nº 51, de 2009, não terminativa, de autoria do Presidente da República, que “encaminha ao Senado Federal, nos termos do § 1º do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, a Programação Monetária para o 2º trimestre de 2009”, tendo como Relator o Senador Romero Jucá, que oferece Parecer favorável nos termos do PDS que apresenta. A Presidência retira a Matéria de Pauta ; Item 02—Mensagem do Senado Federal nº 69, de 2009, não terminativa, de autoria do Presidente da República, que “propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 409,000,000.00 (quatrocentos e nove milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre o Gover-

no do Estado da Bahia e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, cujos recursos são destinados ao “Programa de Consolidação do Equilíbrio Fiscal para o Desenvolvimento do Estado da Bahia – PRO-CONFIS”, tendo como Relator o Senador João Vicente Claudino, que oferece Parecer favorável nos termos do PRS que apresenta. Após a leitura do Relatório, usam da palavra os Senadores Antonio Carlos Júnior e Aloizio Mercadante. Encerrada a discussão, colocada em votação, a Comissão aprova o Parecer favorável nos termos do PRS apresentado. Aprovado, também, Requerimento de Urgência para a Matéria; Item 03-Mensagem do Senado Federal nº 68, de 2009, não terminativa, de autoria do Presidente da República, que “propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 168,000,000.00 (cento e sessenta e oito milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre o Governo do Estado de São Paulo e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, cujos recursos são destinados ao financiamento do “Programa de Investimento nos Transportes Metropolitanos de São Paulo – Aquisição de Material Rodante e Sistemas para a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos – CPTM e Estudos, Projetos e Desapropriações para Implantação da Segunda Fase da Linha 5 – Lilás, da Companhia do Metropolitano de São Paulo – Metrô, Trecho Largo 13 – Chácara Klabin”, tendo como Relator o Senador Flexa Ribeiro, que oferece Parecer favorável nos termos do PRS que apresenta. Após a leitura do Relatório, usam da palavra os Senadores Aloizio Mercadante, Eduardo Suplicy, Renato Casagrande e Marcelo Crivella. Encerrada a discussão, colocada em votação, a Comissão aprova o Parecer favorável nos termos do PRS apresentado. Aprovado, também, Requerimento de Urgência para a Matéria; Item 04–Projeto de Lei do Senado nº 269, de 2008, terminativo, de autoria da Senadora Patrícia Saboya, que “dispõe sobre incentivos às Políticas Públicas de Juventude executadas pelas entidades privadas sem fins lucrativos”, tendo como Relator o Senador Tasso Jereissati, que oferece Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 02 que apresenta. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com Parecer favorável ao Projeto nos termos da Emenda nº 01-CDH (Substitutivo). O Presidente da Comissão designa o Senador Flexa Ribeiro Relator “Ad Hoc”. Após a leitura do Relatório, colocada a Matéria em discussão, usam da palavra os Senadores Aloizio Mercadante, Renato Casagrande, Flexa Ribeiro, Eduardo Suplicy, Osmar dias e Raimundo Colombo. A apreciação da Matéria é adiada; Item 05-Projeto de

Lei da Câmara nº 34, de 2001, não terminativo, de autoria do Deputado Jaques Wagner, que “dispõe sobre a construção de muro de proteção contínuo nas pontes, viadutos e curvas perigosas em rodovias federais”, tendo como Relator o Senador Osmar Dias, que oferece parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 02 que apresenta. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura com Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 01-CI. Após a leitura do Relatório, usam da palavra os Senadores Eduardo Suplicy e Flexa Ribeiro. Encerrada a discussão, colocada em votação, a Comissão aprova o Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 02 e 03-CAE; Item 06-Projeto de Lei do Senado nº 340, de 2007, terminativo, de autoria do Senador Papaléo Paes, que “Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução, da base de cálculo de imposto de renda da pessoa física, dos pagamentos efetuados a profissionais e estabelecimentos de atividade física após recomendação médica”, tendo como Relator o Senador Neuto de Conto, que oferece Parecer favorável ao Projeto e pela rejeição da Emenda nº 01, de autoria do Senador Gerson Camata. A apreciação da Matéria é adiada; Item 07-Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 2007, não terminativo, de autoria do Deputado João Herrmann Neto, que “dispõe sobre as operações de fomento mercantil – factoring, e dá outras providências”, tendo como Relator o Senador Antonio Carlos Júnior, que oferece Parecer favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01 e 02-CCJ. Após a leitura do Relatório, usam da palavra os Senadores Eduardo Suplicy e Raimundo Colombo. A Comissão aprova o Requerimento nº 33/09-CAE, requerendo Audiência Pública para instruir a Matéria; Item 08-Projeto de Lei do Senado nº 392, de 2003, terminativo, de autoria do Senador Renan Calheiros, que “autoriza a criação do Programa de Apoio aos Pequenos e Médios Fornecedores de Cana-de-açúcar – PROAF – Cana de açúcar”, tendo como Relator o Senador Raimundo Colombo, que oferece Parecer favorável ao Projeto e às Emendas nºs 01, 02, 03 e 04-CRA. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com Parecer favorável ao Projeto com as Emendas de Redação nºs 01, 02, 03 e 04-CRA. A apreciação da Matéria é adiada; Item 09-Projeto de Lei do Senado nº 146, de 2003, terminativo, de autoria do Senador Valdir Raupp, que “altera o § 2º do artigo 16 da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989 (Dispõe sobre a regulamentação dos recursos do fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FCN)”, tendo como Re-

lador o Senador Raimundo Colombo, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com Parecer pela rejeição do Projeto. Em 28/04/2009, foi concedida Vista Coletiva. A Matéria é retirada de Pauta para reexame; Item 10-Projeto de Lei do Senado nº 360, de 2003, terminativo, de autoria do Senador Álvaro Dias, que “dispõe sobre a instituição de fundos agronegócios para captação externa de recursos e dá outras providências”, tendo como Relator o Senador Gilberto Goellner, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com Parecer favorável ao Projeto. Em 28/04/2009, foi concedida Vista Coletiva. A apreciação da Matéria é adiada; Item 11-Requerimento nº 803, de 2004, não terminativo, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, que “requer o sobrestamento do Projeto de Lei do Senado nº 361, de 2003, o qual tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 46, de 2003”, tendo como Relator o Senador Francisco Dornelles, que oferece Parecer pela rejeição do Requerimento. Em 28/04/2009, foi concedida Vista Coletiva. A apreciação da Matéria é adiada; Item 12-Projeto de Lei do Senado nº 207, de 2003, terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim, que “acrescenta dispositivo ao artigo 3º da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, que ‘institui a Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF, e dá outras providências’”, tendo como Relator o Senador Expedito Junior, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. Em 28/04/2009, foi concedida Vista Coletiva. A apreciação da Matéria é adiada; Item 13-Projeto de Lei do Senado nº 167, de 2003, terminativo, de autoria do Senador Romeu Tuma, que “altera o artigo 1º da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para conceder isenção do Imposto sobre produtos Industrializados (IPI) incidente sobre os automóveis adquiridos por corretores de imóveis”, tendo como Relator o Senador Antonio Carlos Júnior, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. Em 28/04/2009, foi concedida Vista Coletiva. A apreciação da Matéria é adiada; Item 14-Projeto de Lei do Senado nº 182, de 2006, terminativo, de autoria do Senador Marcos Guerra, que “acrescenta o inciso VI ao art. 1º da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para estender aos representantes comerciais a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados na aquisição de automóveis”, tendo como Relator o Senador Eliseu Resende, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. Em 06/05/2008, foi concedida Vista ao Senador Gim Argello, que devolveu com Voto em Separado concluindo pela aprovação do Projeto. Em 28/04/2009, foi concedida Vista

Coletiva. A apreciação da Matéria é adiada; Item 15-Projeto de Lei do Senado nº 392, de 2007, terminativo, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, que “altera a Lei nº 9.496, de 1997, para autorizar a União e os Estados, no âmbito do Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal, a abater do cálculo do resultado primário despesas dos Estados com investimentos em obras de infraestrutura”, tendo como Relator o Senador Eduardo Suplicy, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 01-CCJ. Em 28/04/2009, foi concedida Vista Coletiva. A Matéria é retirada de Pauta para reexame; Item 16-Projeto de Lei do Senado nº 247, de 2007, não terminativo, de autoria do Senador Magno Malta, que “altera a redação dos §§ 1º e 3º do artigo 1.361, do Código Civil, e dá outras providências (altera as formas de constituição e de transferência da propriedade fiduciária)”, tendo como Relator o Senador Delcídio Amaral, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto e da Emenda nº 01, de autoria do Senador João Vicente Claudino. A Matéria será apreciada ainda pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com decisão terminativa. Em 28/04/2009, foi concedida Vista Coletiva. A apreciação da Matéria é adiada; Item 17-Projeto de Resolução do Senado nº 63, de 2002, não terminativo, de autoria do Senador Teotônio Vilela Filho, que “altera a Resolução do Senado Federal nº 17, de 2001, que “dispõe sobre operações de crédito ao amparo do Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros – PNAFM”, tendo como Relator o Senador Aloizio Mercadante, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. Em 28/04/2009, foi concedida Vista Coletiva. A apreciação da Matéria é adiada; Item 18-Projeto de Lei do Senado nº 40, de 2008, terminativo, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, que “concede isenção do Imposto de Exportação sobre o couro Wet Blue”, tendo como Relator o Senador Sérgio Zambiasi, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. Em 28/04/2009, foi concedida Vista Coletiva. A Matéria é retirada de Pauta para reexame; Item 19-Projeto de Lei do Senado nº 279, de 2007-Complementar, não terminativo, de autoria da Senadora Maria do Carmo Alves, que “altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), para estabelecer normas gerais a respeito de contratos administrativos que prevejam a concessão de benefícios para agentes econômicos, inclusive de natureza tributária”, tendo como Relator o Senador Renato Casagrande, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e

Cidadania. Em 28/04/2009, foi concedida Vista Coletiva. A apreciação da Matéria é adiada; Item 20-Projeto de Lei do Senado Nº 109, de 2006, terminativo, de autoria do Senador Valdir Raupp, que “altera a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para isentar do Imposto sobre a Renda a remuneração do serviço extraordinário”, tendo como Relator o Senador Gim Argello, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. Em 28/04/2009, foi concedida Vista Coletiva. A apreciação da Matéria é adiada; Item 21-Projeto de Lei do Senado nº 319, de 2005, não terminativo, de autoria do Senador Papaléo Paes, que ‘altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que “dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente e dá outras providências’, para que os valores arrecadados em pagamento de multas por infração ambiental sejam integralmente revertidos ao Fundo Nacional do Meio Ambiente”, tendo como Relator “Ad Hoc” o Senador Antonio Carlos Júnior, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle com decisão terminativa; Em 11/11/08, o Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão, Senador Eliseu Resende, designou o Senador Antonio Carlos Júnior Relator “Ad Hoc”; Em 11/11/08, foi concedida Vista ao Senador Tasso Jereissati, que devolveu sem manifestação. A apreciação da Matéria é adiada; Item 22-Projeto de Lei do Senado nº 98, de 2008, terminativo, de autoria do Senador José Nery, que “revoga os artigos 9º e 10º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995. (Revoga a isenção de imposto sobre remuneração pagas a titulares, sócios ou acionistas de empresas) “, tendo como Relator o Senador Heráclito Fortes, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. Em 28/04/2009, foi concedida Vista Coletiva. A apreciação da Matéria é adiada. A Comissão aprova, ainda, os Requerimentos nº 30/2009–CAE, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, para a realização de Audiência Pública desta Comissão de Assuntos Econômicos, para tratar do *Crédito Prêmio do IPI*, com a presença dos Senhores Roberto Gianetti da Fonseca, Presidente da FUNCEX (Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior); Luiz Gonzaga Belluzzo, Presidente do Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento; Heleno Taveira Torres, Professor e Livre-Docente de Direito Tributário da Faculdade de Direito da USP; Jose Roberto Mendonça de Barros, Economista; Antônio Delfim Netto, Economista; Aditamento ao Requerimento nº 31/2009-CAE, de autoria do Senador Raimundo Colombo, para incluir no rol de convidados a Secretaria da Receita Federal; nº 31/2009–CAE, de autoria do

Senador Renato Casagrande, para que, em aditamento ao Requerimento nº 20, de 2009, que solicita a realização de Audiência Pública para discutir os impactos econômicos de medida aprovada pela Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, seja convidado também o Senhor Ricardo Morishita, Diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DPDC) do Ministério da Justiça; Requerimento nº 32/2009–CAE, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, para que sejam convidados o Sr. José Sergio Gabrielli de Azevedo, Presidente da Grupo PETROBRAS; Sr. Almir Guilherme Barbassa, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da mesma empresa; Sra. Lina Vieira, Secretária da Receita Federal do Brasil, Sr. Michiaki Hashimura, Subsecretário de Arrecadação e Atendimento da mesma Secretaria; Sr. Hiromi Higuichi, advogado tributarista; Sr. Arno Hugo Augustin Filho, Secretário do Tesouro Nacional, Sr. Eduardo Coutinho Guerra, Subsecretário-Adjunto para Estados e Municípios, da mesma Secretaria; Sra. Célia Corrêa, Secretária de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento; Sr. Marinus Marsico, Procurador do Tribunal de Contas da União e Sr. Eugênio José Guilherme de Aragão, Subprocurador-Geral do Ministério Público Federal, para prestarem esclarecimentos no âmbito desta Comissão de Assuntos Econômicos sobre as compensações tributárias, inclusive as realizadas pela Petrobras, bem assim os seus reflexos sobre a repartição de receitas com Estados e Municípios e sobre as aplicações de recursos públicos federais direcionados, inclusive para a seguridade social, para o Fundo de Amparo ao Trabalhador e para os investimentos em infra-estrutura; Requerimento nº 33/2009 – CAE, de autoria dos Senadores Aloizio Mercadante e Eduardo Suplicy, para que seja realizada Audiência Pública para instruir o PLC Nº 13, de 2007, de maneira a se alcançar melhor entendimento e alcance das operações de fomento mercantil – *factoring*, com os Senhores Luiz Lemos Leite, Presidente da Associação Nacional das Sociedades de Fomento Mercantil – *factoring* (ANFAC); Antônio Carlos Donini, Presidente da Associação Brasileira de Factoring (ABFAC); Sérgio Odilon dos Anjos, Chefe Adjunto do Departamento de Normas e Organização do Sistema Financeiro, e Sérgio Darcy, Ex-Presidente do Banco Central. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas e um minuto, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada.

Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Havendo número regimental, declaro aberta a 17ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos. Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior. Os Srs. Senadores e Senadoras que concordam queiram permanecer como se encontram. Aprovada a Ata.

Comunico que a Audiência Pública a fim de debater a crise financeira, conjuntamente com a Comissão da Crise, com a presença do Presidente do BNDES, Luciano Coutinho, marcada para a próxima quinta-feira, dia 14, foi adiada em virtude de Reunião na mesma data do Conselho do BNDES, que será presidida pelo Ministro Miguel Jorge. A nova data da referida Audiência será divulgada posteriormente.

Informo ainda, que em 27/05 deste mês, às 14h30, no Plenário nº 2, anexo 2 da Câmara dos Deputados, será realizada uma Audiência Pública conjunta das Comissões Temáticas do Congresso Nacional, com a presença do Exmo. Sr. Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central, em atendimento à Lei de Responsabilidade Fiscal.

Requerimento. Solicita aditamento do Requerimento nº. 20/2009 que solicita realização de Audiência Pública para discutir os impactos econômicos da medida aprovada pela Agência Nacional de Aviação civil, ANAC, no sentido de estabelecer o regime de liberdade tarifária para as empresas aéreas nacionais e estrangeiras na prestação de serviços aéreos internacionais, partindo do Brasil, para que seja convidado também o Sr. Ricardo Morishita, Diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor, do Ministério da Justiça. O Requerimento é de autoria do Senador Renato Casagrande.

Requerimento. Nos termos regimentais, requeiro seja realizada nesta Comissão de Assuntos Econômicos, Audiência Pública para tratar do Crédito Prêmio do IPI. Para tanto, indico os seguintes especialistas a serem convidados: Roberto Giannetti da Fonseca, Presidente da FUNCEX, Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior; Luiz Gonzaga Belluzzo, Presidente do Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento; Heleno Taveira Tôrres, professor e Livre-docente de Direito Tributário da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, da USP; José Roberto Mendonça de Barros, Economista; Antonio Delfim Neto, Economista. Assinado o Requerimento pelo Senador Aloizio Mercadante.

O item 01 da Pauta: Mensagem do Senado Federal nº. 51, de 2009, não terminativa. Encaminha ao Senado Federal nos termos do § 1º do art. 6º da lei nº. 9069, de 29 de junho de 95, a Programação Monetária

para o 2º semestre de 2009. Autoria, Presidência da República. Relator, Senador Romero Jucá. Comunico aos senhores que esta matéria foi colocada na Pauta apenas para sinalizar ao Presidente do Banco Central, Sr. Henrique Meirelles, a necessidade da sua vinda à Comissão, em cumprimento da resolução nº. 32, de 2007, que estabelece que o Presidente do Banco Central do Brasil compareça trimestralmente à Comissão de Assuntos Econômicos. Portanto, a referida mensagem não será apreciada hoje, mas após a vinda do Ministro, Presidente do Banco Central. A matéria é retirada de Pauta.

Item 02: Mensagem do Senado Federal nº. 69, de 2009, não terminativa. Propõe ao Senado Federal que seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de 409 milhões de dólares dos Estados Unidos da América, entre o Governo do Estado da Bahia e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, BID, cujos recursos serão destinados ao "*Programa de Consolidação do Equilíbrio Fiscal para o Desenvolvimento do Estado da Bahia, PROCONFIS*", autoria do Presidente da República tendo como relator o Senador João Vicente Claudino. O parecer é favorável nos termos do Projeto de Resolução que apresenta.

De acordo com a resolução nº. 43/01 do Senado Federal, encontram-se presentes para acompanhar a apreciação da matéria, a Sra. Tatiana Mota, analista da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda e o Sr. André Luiz Valente, Gerente da coordenação de operações de crédito, COPEM, da Secretaria do Tesouro Nacional, representando o Tesouro Nacional, e ainda o Sr. Carlos Martins Marques de Santana, Secretário da Fazenda do Estado da Bahia e o Sr. Olintho José de Oliveira, Superintendente Financeiro. Com a palavra o relator, Senador João Vicente Claudino.

SENADOR JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB-PI): Sr. Presidente, Srs. Senadores da Comissão de Assuntos Econômicos sob a mensagem nº. 69, de 2009, nº. 292, 2009 na origem, do Presidente da República, que caminha pleito do Estado da Bahia solicitando autorização do Senado Federal para contratar operação de crédito externo com garantia da República Federativa do Brasil com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, BID, no valor de 409 milhões de dólares dos Estados Unidos da América, destinados ao "*Programa de Consolidação do Equilíbrio Fiscal para o Desenvolvimento do Estado da Bahia, PROCONFIS*". Relatório. É submetido à apreciação do Senado Federal, pleito do Estado da Bahia para contratar operação de crédito externo com garantia da União com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, BID. Os recursos dessa operação de crédito destina-se ao "*Programa*

de *Consolidação do Equilíbrio Fiscal para o Desenvolvimento do Estado da Bahia, PROCONFIS*". Segundo informações contidas em parecer da Secretaria do Tesouro Nacional, o programa contará com recursos totais no valor de 409 milhões, a serem aportados com esse empréstimo do BID e desembolsados nos anos de 2009 e 2010. Não há previsão de aporte de contrapartida do Estado. A operação de crédito externo pretendida já se acha com suas condições financeiras devidamente incluídas no Sistema de Registro de Operações Financeiras do Banco Central do Brasil sob o número TA482914. Ela se processará na modalidade de empréstimo do mecanismo unimonetário, no qual incide juros vinculados à Libor trimestral para dólar americano, mais margens para remuneração do capital ordinário e para a cobertura de custos inquiridos pelo BID. De acordo com os cálculos da Secretaria do Tesouro Nacional, o custo efetivo desse empréstimo deverá ser da ordem de 3,69% ao ano flutuante conforme a variação da Libor. Análise. As operações de crédito interno e externo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios estão sujeitas à observância ao cumprimento das condições e exigências estipuladas pelas resoluções nº. 48 de 2007, 40 e 43 de 2001 do Senado Federal, bem como das disposições constantes da denominada Lei de Responsabilidade Fiscal. Lei Complementar nº. 101, de 2000, atendendo determinações desse normativo a Secretaria do Tesouro Nacional emitiu pareceres favoráveis ao pleito e à concessão de garantia da União. Nos pareceres são fornecidas informações acerca da situação do Estado da Bahia no que diz respeito ao cumprimento das exigências e condições de natureza financeira e processual, estipuladas na referida resolução nº. 43 de 2001, bem como relativas a disposições constantes na resolução nº. 48 de 2007, que trata das premissas a serem observadas, para que possa a União conceder garantias em operações de crédito.

A Secretaria do Tesouro Nacional, de acordo com o parecer GEF, COREF, Secretaria do Tesouro Nacional 205 de 15 de abril de 2009, informa que em consulta realizada na presente data por meio eletrônico, indicou a existência de débito em nome do Governo do Estado da Bahia junto à Administração Pública Federal e suas entidades controladas. Decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal em 20 de abril de 2007 em medida liminar ainda em plena vigência limita a verificação da referida adimplência tão-somente ao CNPJ da administração direta do Estado. Dessa forma, as inscrições referentes a entes e órgãos vinculados ao Estado da Bahia devem ser excluídas do Cadastro Único de Convênios, CAUC. Nesse contexto ressalta o parecer da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, anexado

ao processo em análise, que constam pendências do Fundo Estadual de Saúde da Secretaria da Justiça, Cidadania, Direitos Humanos, entes integrantes da administração direta do Estado da Bahia. As pendências são relativas a tributos e contribuições federais. Portanto, estaria sendo descumprida a exigência deferida do § 1º do art. 40 da Lei de Responsabilidade Fiscal, o que exigiria a regularização das obrigações pendentes como condição prévia à obtenção da garantia da União ao empréstimo pretendido. A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional informa ainda o registro de pendência em nome da Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia relativamente à prestação de contas de recursos recebidos da União. Ou seja, encontra-se em atraso a entrega da respectiva prestação de contas, o que caracteriza descumprimento do parágrafo segundo do artigo 40 da Lei de Responsabilidade Fiscal. Relativamente às demais exigências para a prestação de garantia da União, cabe destacar a decisão do oferecimento de contra-garantias da parte do Estado da Bahia. Para tanto é previsto a formalização de contrato entre o Estado e o Tesouro Nacional para concessão de contra-garantias sob a forma de vinculação das receitas a que se refere os art. 157 e 159 complementados pelas receitas tributárias de que trata o art. 155 nos termos do art. 167 § 4º, todos da Constituição Federal. Assim sendo, poderá o Governo Federal requerer as transferências de recursos necessários para a cobertura dos compromissos honrados diretamente das transferências federais ou das contas centralizadas da arrecadação do Estado.

Destaca-se, entretanto, que não há registro de compromisso honrado pela União em nome do Estado da Bahia nos últimos anos. Em suma, entendemos, aliás, como também reconhecido pela própria Secretaria de Tesouro Nacional, se possível atender a esse pleito de garantia, pois, primeiro, são consideradas suficientes e adequadas as contra-garantias a serem prestadas. E segundo, o Estado da Bahia conta com os recursos suficientes, devidamente demonstrados, para o ressarcimento à União, caso essa venha a honrar o compromisso na condição de garantidora da operação. Não são impostas, portanto, restrições à atual situação fiscal do Estado, nem são atribuídas ao Tesouro Nacional riscos superiores àqueles normalmente assumidos em operações já contratadas com agências oficiais de crédito. Para tanto, torna-se necessário impor condição prévia ao exercício da autorização do Senado Federal, vinculada à regularização das pendências acima apontadas.

Relativamente aos aspectos de natureza financeira, nos termos das resoluções nº. 48 de 2007 e 43 de 2001, cabe o seguinte esclarecimento: A) Os limites

de endividamento da União são atendidos, conforme informado pelo referido parecer GEF/COREF, Secretaria do Tesouro Nacional nº. 205 de 2009. B) O parecer da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional nº. 846 de 27 de abril de 2009 conclui, ao examinar as cláusulas da minuta contratual, que elas são admissíveis e estão de acordo com a Legislação brasileira aplicável à espécie. C) Relativamente à exigência constitucional de que programas ou projetos constem do Plano Plurianual e da Lei Orçamentária Anual, é informado que os investimentos previstos no programa mencionado constam no Plano Plurianual, PPA Estadual, para o período de 2008/2011. Ainda de acordo com a Secretaria do Tesouro Nacional, a Lei Estadual 11354 de 30 de dezembro de 2008, que estima a receita e fixa a despesa do Estado da Bahia para o exercício financeiro de 2009, contempla dotações suficientes e necessárias ao início da execução do programa no exercício de 2009. D) O parecer nº. 109 de 27 de março de 2009 da Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios, COPEM, ressalta que a operação de crédito pretendida pelo Estado da Bahia atende aos limites definidos nas resoluções nº. 40 e 43 de 2001. Enfatiza ainda que a operação de crédito em exame se acha inserida no programa de reestruturação e ajuste fiscal do estado, estabelecido nos termos da lei nº. 9496, de 1997, e não caracteriza violação dos acordos de refinanciamento firmados junto à União. Além disso, os compromissos pactuados e as metas acordadas têm sido cumpridos regularmente pelo Estado da Bahia, conforme estudo elaborado pela Coordenação-Geral de Relação e Análise Financeira dos Estados e Municípios da Secretaria do Tesouro Nacional. Dessa forma, a operação de crédito em exame atende às exigências previstas nos artigos 6º, 7º e 21º da resolução nº. 43 de 2007. Observando assim os limites de endividamento nela estabelecidos, assim como prevista a resolução nº. 40 de 2001 também do Senado Federal. Ressalte-se ainda que o custo efetivo da operação de crédito equivalente a 3,69% ao ano, constitui um indicativo aceitável pela Secretaria do Tesouro Nacional em face do custo médio anual de captação do próprio Tesouro em dólar no mercado internacional. As demais condições e exigências estipuladas pelas resoluções nº. 48 de 2007 e 40 e 43 de 2001, são atendidas pelo Estado da Bahia, conforme evidenciado pelos documentos que acompanham a mensagem em questão.

Voto. Em conclusão, o pleito encaminhado pelo Estado da Bahia encontra-se de acordo com que preceitua as resoluções nº. 48 de 2007 e 40 e 43 de 2001 do Senado Federal, devendo ser concedida autorização para a contratação da operação de crédito externo pre-

tendida nos termos do seguinte: Projeto de Resolução do Senado que autoriza o Estado da Bahia a contratar operações de crédito externo com garantia da União com o Banco Interamericano de Desenvolvimento no valor de até 409 milhões de dólares dos Estados Unidos da América. O Senado Federal resolve: Art. 1º: É o Estado da Bahia autorizado a contratar operação de crédito externo com garantia da União com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, BID, no valor de 409 milhões de dólares dos Estados Unidos da América. § único. Os recursos dessa operação de crédito destinam-se ao "*Programa de Consolidação do Equilíbrio Fiscal para o Desenvolvimento do Estado da Bahia, PROCONFIS*". Art. 2º, A operação de crédito referido no artigo primeiro deverá ser realizada nas seguintes condições: 1) Devedor, Estado da Bahia. 2) Credor, Banco Interamericano de Desenvolvimento, BID. 3) Garantidor, República Federativa do Brasil. 4) Valor, até 409 milhões de dólares dos Estados Unidos da América. 5) Prazo e desembolso: dois anos contados a partir da vigência do contrato. 6) Amortização em parcelas semestrais e consecutivas de valores tanto quanto possíveis iguais, pagas no dia 15 dos meses de abril e de outubro de cada ano, vencendo-se a primeira seis meses a partir da data inicialmente prevista para o desembolso final e a última, a mais tardar, 20 anos após a assinatura do contrato. 7) Juros. Exigido semestralmente nas datas de pagamento da amortização e calculados sobre o valor devedor periódico do empréstimo a uma taxa anual para cada trimestre, composta pela Libor trimestral para dólar dos Estados Unidos da América, mais ou menos uma margem de custo relacionada aos empréstimos que financiam os empréstimos modalidade Libor mais o valor líquido de qualquer custo lucro gerado por operações para mitigar as flutuações do Libor mais a margem— [soa a campanha]. Obrigado, Sr. Presidente. Mais a margem para empréstimo do capital ordinário. 8) Comissão de crédito. Até 0,75% ao ano a ser estabelecida periodicamente pelo BID e calculada sob o saldo não desembolsado do empréstimo, exigida juntamente com os juros, entrando em vigor 60 dias após a assinatura do contrato. 9) Despesa com inspeção e supervisão geral. O valor devido em um semestre determinado não poderá ser superior a 1% do financiamento, dividido pelo número de semestres compreendido no prazo original do desembolso. § 1º: As datas de pagamento do principal e dos encargos financeiros, bem como do desembolso, poderão ser alterados em função da data de assinatura do contrato de empréstimo. § 2º: até 30 dias previamente ao primeiro desembolso, o mutuário deverá confirmar a opção pela taxa de juros, podendo ela ser alterada para a modalidade baseada no custo do ca-

pital ordinário do BID. Art. 3º: Fica a União autorizada a conceder garantia ao Estado da Bahia na contratação da operação de crédito externo referida nesta resolução. Parágrafo Único: O exercício da autorização prevista no *caput* fica condicionado a que o Estado da Bahia celebre contrato com a União para concessão de contra garantias, sob a forma de vinculação das receitas próprias de que trata o art. 155 e das cotas de repartição de receitas de que tratam os art. 157 e 159, todos da Constituição Federal. E outras garantias em direito admitidas podendo o Governo Federal requerer as transferências de recursos necessários para a cobertura dos compromissos honrados diretamente das contas centralizadoras da arrecadação do Estado ou das transferências federais. Art. 4º: Previamente a contratação do empréstimo referido no art. 1º, o Estado da Bahia deverá promover a regularização dos seus débitos e de suas pendências com a União. Art. 5º, o prazo máximo para o exercício da presente autorização é de 540 dias, contados a partir da vigência dessa resolução. Art. 6º, Esta resolução entrará em vigor da data de sua publicação. Sr. Presidente, eu peço pela aprovação do empréstimo.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço ao relator, Senador João Vicente Claudino. A matéria está em discussão. Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEMB-BA): Sr. Presidente, senhoras e Srs. Senadores. Desde já me manifesto favorável à aprovação do empréstimo do Estado da Bahia.

Contudo, eu gostaria de observar que o Estado tem pendências com o Governo Federal, o que poderia ter impedido a contratação desse empréstimo. Contudo, o relator, Senador João Vicente Claudino, colocou no Projeto de Resolução, no art. 4º que, previamente à contratação do empréstimo referido no art.1º, o Estado da Bahia deverá promover a regularização de seus débitos e suas pendências com a União, o que deixa um conforto para nós, Senadores, em relação à aprovação da matéria.

A outra questão que eu gostaria de colocar é que o Estado da Bahia deveria explicitar previamente, para que nós todos soubéssemos, o plano de aplicação desses recursos e depois que nós venhamos a saber de que forma eles realmente foram aplicados. Isso é importante, é muito importante, porque uma soma expressiva, 409 milhões de dólares, então portanto é necessário que esta Casa saiba dos planos de aplicação do Estado da Bahia e depois da sua efetiva aplicação. Então, eu sou favorável ao empréstimo.

Agora, eu gostaria de solicitar inclusive aqui ao secretário Carlos Martins, que depois ele nos enviasse o plano de aplicação desses recursos, para que nós pudéssemos acompanhar de forma mais efetiva. Mas eu voto favoravelmente e gostaria de solicitar a urgência também para a votação em Plenário.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Continua a matéria em discussão. Em votação o parecer do relator. Os Senadores que concordam com o parecer do relator, permaneçam como estão. Aprovado o parecer do relator favorável nos termos do projeto de resolução apresentado. Com a palavra--

SENADOR JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB-PI): Já foi entregue... Será subscrito automaticamente pelo Senador Antonio Carlos Júnior, nosso pedido de urgência.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEMB-BA): Era para pedir urgência para a votação em Plenário.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Em votação o Requerimento de urgência sobre a matéria que acaba de ser aprovada.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador Aloizio Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Só queria parabenizar João Claudino pelo parecer, em especial a atitude do Senador Antonio Carlos Júnior por buscar exatamente essa visão republicana de defender o estado, independente de qualquer disputa política. Acho que ele reforça aí a herança de Senador Antonio Carlos Magalhães também foi nessa Casa sempre um defensor incondicional da Bahia. Queria parabenizá-lo pela atitude.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Em votação o Requerimento de urgência. As Sras. e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado Requerimento de urgência.

Item 03 da pauta. Mensagem do Senado Federal nº. 68, de 2009. Matéria não terminativa. Propõe ao Senado Federal que seja autorizada a contratação de operação de crédito externo com garantia, da República Federativa do Brasil no valor de até 168 milhões de dólares dos Estados Unidos da América, entre o Governo do Estado de São Paulo e o Banco Interamericano de

Desenvolvimento, BID, cujos recursos são destinados ao financiamento do “*Programa de Investimento nos Transportes Metropolitanos de São Paulo – Aquisição de Material Rodante e Sistemas para a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos – CPTM, e Estudos, Projetos e Desapropriações para a Implantação da Segunda Fase da linha 5 – Lilás, da Companhia do Metropolitano de São Paulo – Metrô, Trecho Largo 13 – Chácara Klabin*”. A autoria do Presidente da República, relator Senador Flexa Ribeiro, favorável nos termos do projeto de resolução que apresenta.

De acordo com a resolução nº. 43/1 do Senado Federal, encontram-se presentes para acompanhar apreciação da matéria, a Sra. Tatiana Mota, analista da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, o Sr. André Luiz Valente, Gerente da Coordenação de Operações de Crédito, COPEM, Secretaria do Tesouro Nacional, representando o tesouro, e ainda a Sra. Maria Cecília Chagas, assessora do Grupo de Captação da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, o Sr. Ernesto Augusto Granado, chefe da Unidade de Gerenciamento de Empreendimentos da Companhia do Metropolitano de São Paulo, o Sr. Luis Felipe Elias, assistente técnico Executivo da Presidência da CPTM e o Sr. Eduardo Graziano, **coordenador geral da UGP** BID E BIRD da CPTM. Com a palavra o relator, Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente Senador Garibaldi Alves, Srs. Senadores. Por meio da mensagem nº. 68, de 2009, o Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal, pleito do Estado de São Paulo solicitando autorização para contratar operação de crédito externo com garantia da União com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, BID. Os recursos do crédito destinam-se ao financiamento parcial do “*Programa de Investimento nos Transportes Metropolitanos de São Paulo – Aquisição de Material Rodante e Sistemas para a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos – CPTM, e Estudos, Projetos e Desapropriações para a Implantação da Segunda Fase da linha 5 – Lilás, da Companhia do Metropolitano de São Paulo – Metrô, Trecho Largo 13 – Chácara Klabin*”.

O financiamento tem como objetivo a expansão e melhoria da estrutura ferroviária da região metropolitana de São Paulo, capital, contribuindo para o bem-estar da numerosa população ali residente e promovendo também condições mais propícias ao desenvolvimento econômico, bem como a redução da emissão de poluentes associados ao tráfego rodoviário. A operação de crédito externo pretendida já se acha com suas condições financeiras devidamente incluídas no Sistema de Registros de Operações Financeiras, ROF, do

Banco Central, BACEN, e foi identificado como passivo de obtenção de financiamento externo pela Comissão de Financiamentos Externos, COFIEX.

A operação de crédito será processada na modalidade de empréstimo do mecanismo unimonetário com taxa de juros anual vinculada à Libor trimestral para dólar americano, mais despesas e margem fixa a ser determinada pelo BID.

Análise, Sr. Presidente. As operações de crédito interno e externo da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios estão sujeitas à observância e ao cumprimento das condições e exigências estipuladas pelas resoluções nº. 48, de 2007 e 40 e 43 de 2001 do Senado Federal, bem como das disposições constantes na Lei Complementar nº 101 de 2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal. A Secretaria do Tesouro Nacional emitiu pareceres favoráveis ao pleito e a concessão de garantia da União para a presente operação de crédito externo. Nos pareceres são fornecidas informações acerca da situação favorável do Estado de São Paulo, no que diz respeito ao cumprimento das exigências e condições de natureza financeira e processual estipulada nas resoluções que tratam da matéria.

A Secretaria do Tesouro Nacional informa também que, consulta realizada na presente data por meio eletrônico, não indicou a existência de débitos em nome do Governo do Estado de São Paulo junto à Administração Pública Federal e suas entidades controladas. Por outro lado, afirma a inexistência de registro de pendência do Estado de São Paulo no âmbito do SIAF, relativamente à prestação de contas de recursos recebidos da União, o que caracterizaria cumprimento no disposto no § 2º do art. 40 da Lei de Responsabilidade Fiscal. Ademais, há previsão do oferecimento de garantias da parte do Estado de São Paulo, conforme autorização contida na lei estadual nº. 12689 de 3 de outubro de 2007. Para tanto é prevista a formalização de contrato entre o estado e o Tesouro Nacional para concessão de contra-garantias sob a forma de vinculação das receitas a que se refere os art. 157 e 159, complementadas pelas receitas tributárias de que trata o art. 155 nos termos do art. 167, § 4º, todos da Constituição Federal. Sr. Presidente, Senador Garibaldi, pediria a V.Exa. que solicitasse silêncio, que fica difícil a leitura do parecer e até para o entendimento dos Srs. Senadores, que vão votar pela aprovação do empréstimo.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Por favor, eu peço silêncio aos presentes à reunião. O relator está lendo o seu parecer.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): A Senadora Ideli está dando uma entrevista ao telefone aqui e eu não consigo completar a leitura. Assim sendo, poderá o Governo Federal reter os recursos necessários para a cobertura dos compromissos honrados diretamente das transferências federais ou das contas centralizadoras da arrecadação do Estado. Entendemos assim, como também é reconhecido pela própria Secretaria do Tesouro Nacional, ser possível atender a esse pleito de garantia, pois, 1) são consideradas suficientes e adequadas as contras-garantias a serem prestadas, e 2) o Estado de São Paulo conta com recursos suficientes devidamente demonstrados para o ressarcimento à União, caso essa venha a honrar o compromisso, na condição de garantidora da operação. Não são impostas, portanto, restrições à atual situação fiscal do estado e nem são atribuídos ao Tesouro Nacional riscos superiores àqueles normalmente assumidos em operações já contratadas com agentes oficiais de crédito. Assim, estão sendo observadas as exigências definidas na resolução nº. 48 de 2007 e nos §§ 1º e 2º do art. 40 da Lei de Responsabilidade Fiscal, quanto às exigências e condições para prestação de garantia por parte da União. Relativamente aos aspectos de natureza financeira, nos termos das resoluções nº. 48 de 2007 e 43 de 2001, cabem os seguintes esclarecimentos: A) Os limites de endividamento da União são atendidos conforme informado no referido parecer GEF/COREF/STN nº. 135 de 2009. B) O parecer da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, PGN/COF, nº. 789 de 20 de abril de 2009 conclui, ao examinar as cláusulas da minuta contratual, que elas são admissíveis e estão de acordo com a Legislação Brasileira aplicáveis à espécie. C) Relativamente à exigência constitucional de que programas ou projetos constem do Plano Plurianual e da Lei Orçamentária anual, é informado que os investimentos previstos no programa mencionado, constam do Plano Plurianual, PPA, estadual para o período 2008/2011, bem como em sua Lei Orçamentária para o presente exercício, constam dotações para a contrapartida do estado e para o ingresso dos recursos externos, tendo sido informado que eventuais acréscimos serão suplementares. Os valores alocados nessa Lei são considerados suficientes pela Secretaria do Tesouro Nacional para execução do projeto no corrente exercício, e D) O parecer nº. 117 de 27 de maio de 2009, da Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios, COPEM, ressalta que a operação de crédito pretendida pelo Estado de São Paulo atende aos limites definidos nas resoluções nº. 40 e 43 de 2001 do Senado Federal.

Dessa forma, a operação de crédito em exame atende as exigências previstas nos art. 6º, 7º e 21 da

resolução nº. 43 de 2007, observando assim os limites de endividamento nelas estabelecidos, assim como previsto na resolução nº. 40 de 2001 também do Senado Federal. Ressalte-se ainda que o custo efetivo da operação de crédito equivalente a 3.71% ao ano, flutuante, conforme a variação da Libor, constitui um indicativo aceitável pela Secretaria do Tesouro Nacional, em face do custo médio atual de captação do próprio tesouro em dólar do mercado internacional.

As demais condições e exigências estipuladas pelas resoluções nº. 48 de 2007 e 40 e 43 de 2001 são atendidas pelo Estado de São Paulo, conforme evidenciado pelos documentos que acompanham a mensagem em questão.

Voto, Sr. Presidente. Diante do exposto, conclui-se que o pleito encaminhado pelo Estado de São Paulo encontra-se de acordo com que preceitua as resoluções nº. 48 de 2007, 40 e 43 de 2001 do Senado Federal, devendo ser concedida autorização para contratação da operação de crédito externo pretendida. Sr. Presidente, como se verifica pelo parecer, o Estado de São Paulo, governado pelo Governador José Serra, se enquadra em todas as exigências previstas para a concessão do crédito aqui pleiteado. Somos, portanto, favorável a que seja concedida a autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida, parabenizando a população do Estado de São Paulo. E peço desde já, Sr. Presidente, que após aprovado o parecer, seja também aprovado solicitação para seja encaminhado em regime de urgência, para que possamos aprová-lo ainda hoje no Plenário do Senado Federal, em urgência.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Pela ordem, Sr. Presidente.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Para discutir a matéria.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Pela ordem, com a palavra a Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Eu queria aqui, de público, pedir desculpas se o meu telefonema estava atrapalhando o Senador Flexa Ribeiro, mas é de suma importância que ele saiba que nós estamos organizando, ele já deve ter conhecimento, no dia de amanhã uma vigília em preservação, tem como objetivo a preservação da Amazônia. E portanto, meu telefonema tinha relação direta, eu estava conversando com a Dra. Cláudia Lira exatamente para as organizações, os ultimatoss do preparativo do plenário para que nós possamos realizar este importante evento, que é uma realização conjunta da Comissão de Mudanças Climáticas, Comissão Mista de Mudanças Climáticas, da Comissão de Meio Ambiente aqui da Casa e de

Direitos Humanos. Então já queria deixar o convite ao Senador Flexa Ribeiro, que eu tentei falar com ele sexta-feira e não consegui, para pedir inclusive ajuda na organização do evento, mas ainda há tempo, Senador Flexa, até amanhã, de V.Exa. poder contribuir efetivamente para esse importante evento que o Senado da República estará sediando a partir das 18h30 dessa quarta-feira.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente, para discutir a matéria.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador... É pelo artigo 14?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Ou 14, ou 15, ou 16... Pelo qual V.Ex^a quiser conceder.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É só para agradecer a preocupação da Senadora Ideli, eu já havia recebido o convite para a vigília que vai se processar amanhã no Plenário, vou estar presente, e ela realmente, de forma bastante determinada, fazia os contatos agora por telefone celular. Eu apenas solicitei só que estava fazendo... Produzindo uma dificuldade na leitura do parecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Para discutir a matéria, com a palavra o Senador Aloizio Mercadante, líder do PT.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Sr. Presidente, a grande São Paulo vive uma situação caótica do ponto de vista do transporte público e do trânsito. Nós chegamos a ter mais de 200 quilômetros de congestionamento, o recorde é mais de 283 quilômetros de congestionamento, o que significa um tempo que as pessoas perdem se locomovendo, cada vez mais longo, além do estresse do trabalho, da poluição, do barulho. O transporte é uma situação muito delicada, a situação da Grande São Paulo. Nós temos lá 4 milhões, 750 mil automóveis. E isso cresce a cada ano. E o setor, a população mais pobre da periferia tem imensas dificuldades, porque os ônibus também não têm uma velocidade maior de transporte, o metrô, infelizmente, ao longo desses 20 anos não teve atenção e investimento devido, e a CPTM, que trabalha com os trens, que é o grande transporte hoje de massas da periferia de São Paulo, foram sucateados ao longo dos anos, tiveram uma deterioração muito grande, nós tínhamos sete tipos de trem, nenhuma padronização, algumas linhas estavam numa situação, eu diria, de abandono absoluto, e agora nós temos um esforço muito grande, o estado está se endividando, mas acho que o endividamento é necessário, para poder

investir e tentar amenizar essa situação dramática do transporte coletivo.

Acho que a única saída para a Grande São Paulo é um trem de altera velocidade que pudesse, como as grandes cidades do mundo, crescer para o interior a cidade e não mais buscar soluções que não resolverão especialmente o transporte individual, como eu disse, 4 milhões e 750 mil veículos. Esse financiamento atende uma das regiões mais carentes da cidade, que é a zona sul de São Paulo. Hoje a linha Grajaú e a linha 4 do metrô atingem em torno de 170 mil passageiros/dia. Com esses investimentos de 133 milhões de dólares vão ser comprados oito novos trens, e esses trens vão permitir mais do que dobrar o volume de passageiros para 430 mil passageiros/dia. E há uma pequena parcela do empréstimo, 35 milhões de dólares, que vai começar a futura linha 5 que está muito atrasada, que é a linha do Capão Redondo, Largo 13 e Klabin, que é uma linha muito importante, o Largo 13 é um setor de grande concentração popular, o acesso é muito difícil, e é uma população bastante pobre, especialmente do Grajaú.

Portanto, acho que é um investimento necessário ao transporte coletivo, preenche as condições de constitucionalidade, quero parabenizar o relator pelo relatório, tem todo nosso apoio esse financiamento, porque vai ser investido no transporte, eu diria, indispensável à população da periferia, que são os trens da CPTM. E queria agradecer em particular ao Ernesto Granado, e em nome dele toda a equipe que aqui está, chefe da Unidade de Gerenciamento de Empreendimentos da CPTM e Metrô de São Paulo.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, para discutir a matéria e em seguida ao Senador Renato Casagrande. Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, considero da maior prioridade e importância, que possa o Governo do Estado de São Paulo com anuência e parecer favorável do Ministério da Fazenda, do Tesouro Nacional, prover estes recursos para a modernização dos trens da CPTM e para realizar investimentos no transporte metropolitano de São Paulo e inclusive para melhorar também a linha do Metrô de São Paulo, chamada segunda fase da linha 5, Lilás, da Companhia Metropolitana de São Paulo. Conforme o Senador Aloizio Mercadante ressaltou, cabe dar prioridade à melhoria do transporte da imensa população de São Paulo que vive nas áreas mais longínquas e que por vezes gasta duas, três horas ou mais por dia para se locomover a seus locais de trabalho.

Então, e é tão relevante que possa o sistema de transporte rápido ser combinado com sistemas de transportes locais. Ressalto como positiva a iniciativa que vem sendo tomada recentemente, no sentido de que seja facilitada a locomoção de pessoas que utilizam a bicicleta até o Metrô e daí se deslocam para bairros ou locais mais longínquos ou para o próprio Centro, e a Companhia de Metrô passou a ter estacionamentos de bicicleta e inclusive com um sistema que leva em consideração a experiência européia de outros países desenvolvidos em que se vem estimulando o uso da própria bicicleta. Eu queria aqui ressaltar que se trata de um desenvolvimento saudável e ao qual deve ser dada a maior atenção, ao lado dos investimentos no transporte rápido do Metrô e da CPTM. E agradeço aqui a presença da Sra. Maria Cecília Meireles Chagas, da Secretária da Fazenda, Luiz Felipe Elias, e Eduardo Graziano, da CPTM e Ernesto Augusto Granado, da direção do Metrô. Muito obrigado, Sr. Presidente, voto favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra ao Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senador Presidente Garibaldi Alves, só manifestar minha opinião, dizer da manifestação minha favorável ao relatório do Senador Flexa Ribeiro. Um investimento importante em trens urbanos da cidade, da região metropolitana de São Paulo, da cidade de São Paulo, e nós sabemos que a cada dia que passa o transporte coletivo, transporte urbano é um desafio a mais para a gestão pública, precisamos de investimentos em transportes mais eficientes, mais eficientes com relação ao conforto e mais eficiente com relação à questão ambiental. Naturalmente nós apoiamos as decisões do Governo nesses últimos meses da crise, de estabelecer um incentivo à indústria automobilística, mas este não é um caminho para um novo modelo de desenvolvimento que nós precisamos. O novo modelo nosso, no Brasil que tem que surgir após essa crise que nós estamos vivenciando, é que nós possamos de fato estar incentivando o transporte coletivo em grande escala, atividades que tem o objetivo de implantar uma indústria de energia renovável nesse país e não tenho a preocupação por trás das decisões do Governo com relação a isso.

Então acho que as medidas são boas na área econômica, mas não apontam a necessidade de uma mudança de comportamento de cultura no nosso país. Mas voto favorável porque, por diversas questões, por essas que estou aqui estabelecendo e dizendo e também por compreender que as regiões metropolitanas terão que caminhar nessa direção. A região metropo-

litana de Vitória começa um debate sobre um veículo, um VLT, também um trem, um metrô de superfície, algumas regiões de superfície, outras subterrâneas, mas as regiões metropolitanas precisam avançar, para que saiam simplesmente do ônibus comum, que transportam poucas pessoas, e simplesmente saiam do transporte individual, do automóvel. O Metrô de São Paulo é muito eficiente. Quem já usou o Metrô de São Paulo sabe que ele é muito eficiente, e essa integração com os trens urbanos, isso tem que ser de fato aperfeiçoado para que a gente possa dar qualidade de vida aos moradores da região metropolitana de São Paulo. Então, meu voto, Sr. Presidente, com essas observações, é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): A matéria continua em discussão. Com a palavra o Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, apenas para aplaudir e dizer que nós no Rio de Janeiro esperamos com a ansiedade de um vigia que aguarda pela aurora, essa palavra é de Davi. O rei Davi, num dos salmos, ele dizia que a alma dele ansiava por Deus como vigia anseia pela aurora. Nós no Rio de Janeiro temos esse mesmo tipo de sentimento quando se fala de trem bala. Não é pela ligação Rio-São Paulo, não, Presidente. A ligação Rio-São Paulo nós fazemos com o avião da Santos Dumont, Aeroporto Santos Dumont, e os vôos que saem também do Jobim. Na verdade, o que esse trem vai ajudar muito é a ligação dos municípios da região metropolitana. Eu falo dos municípios da Baixada Fluminense. Estou falando de Caxias, estou falando de Nova Iguaçu, de Belfort Roxo, de Nilópolis, de Mesquita, de Queimados. Esses municípios serão extremamente favorecidos com essa ligação metropolitana do Rio a São Paulo, e Sr. Presidente, não posso deixar de aplaudir, representante que sou do Rio de Janeiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Não havendo mais quem queira discutir, em votação o parecer do relator. Os Senadores e Senadoras que concordam com o parecer do relator permaneçam como estão. Aprovado o parecer do relator, favorável nos termos do projeto de resolução apresentado. Em votação o pedido de urgência.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Favorável, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Feito pelo próprio relator, apresentado pelo próprio relator. Em votação. As Sras. e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Item nº. 04: Dispõe sobre incentivos às políticas públicas de juventude executada pelas entidades privadas sem fins lucrativos. A autoria da Senadora Patrícia Saboya, tendo como relator o Senador Tasso Jereissati. O parecer é favorável ao Projeto com a emenda nº. 02 que apresenta, a matéria já foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com parecer favorável ao Projeto nos termos da emenda nº. 01 da Comissão de Direitos Humanos. Por autorização do próprio relator, Senador Tasso Jereissati, com a autorização dele, designo o Senador Flexa Ribeiro para ser o relator *ad hoc*. A matéria é terminativa e exige quórum qualificado.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):

Presidente, pela ordem. Poderia antes de nós entrarmos na votação dessa matéria, nós poderíamos aprovar... Eu apresentei um Requerimento de um tema que tem urgência, que é essa discussão do Crédito Prêmio IPI. Esse é um tema que tem sido mal discutido, precisa transparência, precisam argumentos públicos, estamos colocando aí alguns representantes: Luiz Gonzaga Belluzzo, Antonio Delfim Neto, José Roberto Mendonça de Barros, Heleno Tôrres, que é um grande jurista, Roberto Gianetti, para fazer um debate na Comissão, esclarecer toda essa matéria, para que a gente possa tomar uma definição em relação a qual encaminhamento Senado Congresso Nacional fará. Evidente que, se o Governo tiver interesse, solicitar a presença da Secretaria da Receita ou da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, nós poderemos depois aditar a esse Requerimento. Mas me parece que está bem equilibrado, com posições que são conflitantes, para dar bastante argumento à Comissão, eu pediria se nós pudéssemos aprovar e encaminhar com a maior urgência essa matéria de grande interesse do setor industrial brasileiro e do Fisco brasileiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Foi lido no início da Reunião o Requerimento, então eu posso passar à votação. Nos termos regimentais, requeiro seja realizada nesta Comissão de Assuntos Econômicos, Audiência Pública para tratar do crédito prêmio do IPI. Em votação o Requerimento apresentado pelo Senador Aloizio Mercadante. As Sras. e Srs. Senadores que o aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado o Requerimento.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Pela ordem, Sr. Presidente. Senador Renato Casagrande, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Renato Casagrande com a palavra.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Sr. Presidente, eu propus também, aproveitando aqui o ensejo da aprovação desse Requerimento, eu propus o aditamento de um requerimento do Senador Romero Jucá, sugerindo um nome, o nome do Sr. Ricardo Morishita, Diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça, para a Audiência Pública que vai discutir o regime de liberdade tarifária para as empresas aéreas nacionais e estrangeiras na prestação de serviços aéreos internacionais. Então peço a V.Exa. também, se possível, colocar em Pauta este aditamento, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Vou atender à V.Exa. nesse momento, até porque o requerimento já foi lido no início da Reunião. Senador Renato Casagrande propõe que seja solicitado aditamento ao Requerimento nº. 20 de 2010, que trata de Audiência Pública para discutir os impactos econômicos de medida aprovada pela Agência Nacional de Aviação Civil, ANAC. As Sras. e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado o requerimento. Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente. Na mesma linha do que solicitou o Senador Mercadante e o Senador Renato Casagrande, eu aproveitaria para pedir a V.Exa. que coloque também em discussão e votação o requerimento de minha autoria e do Senador Tasso Jereissati, que solicita uma Audiência Pública, requer uma Audiência Pública com vários... Presidente da Petrobrás, com o Diretor-Financeiro da Petrobrás, com investidores da mesma empresa, com a Sra. Lina Vieira, secretária da Receita Federal do Brasil, com o Sr. Michiaki Hashimura, Subsecretário de Arrecadação e Atendimento da mesma Secretaria, Sr. Hiromi Higuchi, advogado tributarista, Sr. Arno Hugo Augustin Filho, Secretário do Tesouro Nacional, Sr. Eduardo Coutinho Guerra, Subsecretário Adjunto para Estados e Municípios da mesma Secretaria, Sra. Célia Correia, Secretária de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Sr. Marinus Marsico, Procurador do Tribunal de Contas da União e Sr. Eugênio José Guilherme de Aragão, Subprocurador-Geral do Ministério Público Federal para prestar esclarecimentos no âmbito dessa Comissão de Assuntos Econômicos sobre as compensações tributárias, inclusive as realizadas pela Petrobrás, bem assim os seus reflexos sobre a repartição de receita com estados e municípios e sobre as aplicações de recursos públicos federais direcionados inclusive para a seguridade social, para o Fundo de Amparo ao Trabalhador e para investimentos em infraestrutura.

A imprensa tem divulgado, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, que só a Petrobrás teria deixado de recolher 4.38 bilhões em apenas quatro meses, por conta de compensação de impostos que teria pago a maior. Considerado também outros contribuintes, só no primeiro trimestre de 2009, a União teria deixado de receber 12.4 bilhões em tributos. Quando a compensação é justificada pela mudança de regime de apuração no Imposto de Renda é preciso saber se esta pode ser declarada e promovida no meio do exercício financeiro, como foi objeto de declaração pública dos dirigentes da Petrobrás. E essa compensação afeta a repartição constitucional com os estados e municípios, como no caso da CIDE, como também aplicações obrigatórias de recursos públicos, como no caso da seguridade social, COFINS, e do Seguro Desemprego e investimentos produtivos, PIS, investimentos em infraestrutura a CIDE. Portanto, o presente Requerimento se justifica para se ter um debate público amplo sobre o significado e a operacionalização dessa medida da compensação tributária, e sobre as suas repercussões nos orçamentos públicos, inclusive dos governos estaduais e municipais e dos serviços sociais básicos. Esse Requerimento é de minha autoria e também do Senador Tasso Jereissati.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu vou me dispensar de ler o requerimento, porque foi lido muito melhor pelo autor. V.Exa. solicita que seja...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Discutido e aprovado. Se for assim o entendimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Em discussão o Requerimento do Senador Flexa Ribeiro e do Senador Tasso Jereissati. Em votação. Os Srs. e as Sras. Senadoras que ao aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente. Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Com respeito ao item 15, do qual projeto da Senadora Lúcia Vânia sobre o Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal, tendo em vista o entendimento com a própria Senadora Lúcia Vânia e autoridades do Governo Federal, pediria a gentileza de retirar o meu próprio parecer para melhor reexame em diálogo com as partes.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): V.Exa. será atendido nos termos do regimento.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Nós vamos apreciar agora o item 05, não é?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): O item 04 está visivelmente prejudicado, porque é terminativo e o quórum está esvaziado. Então vamos passar a votar--

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Pois não.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Eu gostaria de pedir que tirasse da pauta o item 09, que eu sou relator, para melhor reestudo dessa questão. Estava conversando com o autor aqui, Senador Valdir Raupp, e também no Requerimento, não sei se ainda é possível isso que vai ser discutido o Crédito Prêmio, está convidada a Secretária da Receita para comparecer?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Acabou de ser votado, sobre o crédito prêmio. Vamos verificar.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Que me parece ela a pessoa indicada também para estar... uma das indicadas.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Não, não consta.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Eu queria sugerir. Não sei se é possível, se já foi votado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): O senhor queria aditar, não é? Então o senhor pede o aditamento--

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Incluindo a Secretária da Receita, porque vamos tratar de Crédito Prêmio.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Desculpe, Senador Osmar Dias. V.Exa. tem a palavra. Desculpe. E vou imediatamente submeter já o requerimento do Senador Raimundo Colombo.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Item 05 então, Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Item 05 da pauta. O item 05 da pauta tem como autor o Deputado Jacques Wagner e como relator o Senador Osmar Dias e dispõe sobre a construção de muro de proteção contínuo nas pontes, viadutos e curvas perigosas em rodovias federais. O

parecer é favorável ao projeto com emenda nº. 02. A matéria foi apreciada pela Comissão de Infraestrutura, conforme parecer favorável ao Projeto com a emenda nº. 01. Com a palavra o Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Sr. Presidente, é o projeto nº. 34 da Câmara dos Deputados, que dispõe sobre a construção de muro de proteção contínuo nas pontes, viadutos e curvas perigosas em rodovias federais. Esse Projeto de Lei começou a tramitar no Senado Federal sendo encaminhado à Comissão de Infraestrutura para exame do mérito. Senador Leomar Quintanilha foi designado relator e o seu parecer recomendava a rejeição da matéria, argumentando que materiais e técnicas de construção estão em permanente processo de desenvolvimento. Seriam, portanto, assuntos transitórios e compatíveis com o sentido de permanência próprio das leis. Por essa razão o Senador propôs a rejeição. A Senadora Heloisa Helena, ela tentou recuperar o projeto, propondo o seguinte, que a utilização do material a ser empregado poderia ser feito por normas de hierarquia inferior, ou seja, Decreto, Portaria, que não precisaria estar definido na lei que material seria utilizado para a construção das proteções das pontes e das curvas perigosas.

Da Comissão de Infraestrutura aprovou o voto em separado apresentado pela Senadora Heloisa Helena, que foi designada relatora do vencido. Ainda em 2003, o Senador Aloizio Mercadante apresentou requerimento 269, de 2003. O projeto está a tanto tempo rodando, Sr. Presidente, veja, ele é de 2001, que o material de construção já mudou também. Agora o DNIT já está usando telas de proteção. Então, se fosse aprovado naquela época o Projeto de Lei do Deputado Jacques Wagner, acabaria que hoje ele não teria mais aplicabilidade, porque o que se usa é um outro material, mais barato e que oferece igual segurança.

Aí foi pedido um cálculo de quanto custaria esse investimento, construção de proteção nas pontes de estradas federais. Na época, em 2003, aliás, 2004, foi calculado um valor de 165 milhões de reais. Claro que esse valor hoje já mudou tudo. Mudou o material, mudou o valor da moeda, então, a gente pega para relatar um Projeto desse, tem que fazer ginástica, porque as informações que embasaram o Projeto, o Parecer da época, são totalmente diferentes hoje de tanto tempo que já passou. São, afinal de contas, oito anos. Então, eu resolvi, Sr. Presidente, apresentar duas emendas. Uma emenda, que é essencial, que eu vou ler aqui, que é autorizativa. Nesse momento em que a gente tem aí um problema de crise, de corte de orçamento, você não pode engessar o orçamento da União e obri-

gar a União a fazer um programa deste aqui dando um prazo de cinco anos.

Então, eu estou trocando a ementa do projeto para transformar esse projeto em autorizativo, e já apresentei a emenda à Mesa e ela diz o seguinte, ao invés de ficar ali: "*Dispõe sobre a construção de muro de proteção contínuo nas pontes, viadutos e curvas*", fica: "*Autoriza o Poder Executivo a construir muro de proteção contínuo nas pontes, viadutos e curvas perigosas em rodovias federais*". Então: "*Fica o Poder Executivo autorizado a construir muro de proteção contínuo nas pontes, viadutos e curvas perigosas nas rodovias federais em todo o território nacional*".

Sr. Presidente, é uma forma que eu encontrei de salvar o Projeto para não rejeitá-lo e dessa forma o Governo Federal é que ficaria autorizado e poderia definir um programa de construção dessas proteções que são sim importantes, mas também de nada adianta construir proteção nas pontes e deixar a rodovia cheia de buraco. Eu acho que a insegurança é em toda a extensão da rodovia. Se a rodovia está cheia de buraco, numa situação precária, e 70% das rodovias federais hoje no país estão em situação precária, de nada adianta construir muro de proteção nas pontes. É bom que o Governo tenha um programa de recuperação de rodovias, mas que seja verdadeiro, porque aquela casquinha de ovo que tem sido colocada para tapar buraco, ela sai e o buraco fica cada vez maior, Sr. Presidente. Só troca de lugar o buraco. Então, creio que esse projeto aqui é autorizativo e dá ao Governo Federal a oportunidade de fazer um verdadeiro programa de recuperação de rodovias e de construção de proteção nas pontes, viadutos e curvas perigosas. Esse é o parecer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Osmar Dias, antes de colocar a matéria em discussão, pergunto a V.Exa. se essas duas novas emendas apresentadas por V.Exa. prejudicam... As emendas 3 e 4, prejudicam a emenda nº. 02, que inicialmente V.Exa... Ou se constitui uma sequência. Porque o senhor tinha apresentado uma emenda.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Uma emenda. Que era: O Poder Executivo definirá fonte de recursos para o financiamento das despesas decorrentes desta lei, bem como adotará as providências necessárias ao cumprimento do art. 16 da Lei Complementar 101. O cumprimento no disposto no *caput* é condição necessária eficácia no dispositivo dessa lei. Então essa emenda deixa de existir. Está prejudicada.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Esta está prejudicada. Então entram só as emendas 3 e 4.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Em discussão a matéria.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, gostaria de ressaltar o bom--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Eu concordo com o Senador Osmar Dias e ressalto a boa colaboração que ele teve com a Senadora Heloisa Helena neste Projeto de autoria do Deputado Jacques Wagner. Muito obrigado. Só isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Continua em discussão. Em votação o parecer do relator, Senador Osmar Dias, que retira a emenda nº. 02 ao mesmo tempo que apresenta a emenda 03 e a emenda 04. Pergunto ao Plenário da Comissão se já podemos votar o Projeto e as emendas em globo, ou se devemos votar em separado. Vamos votar em globo. As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Projeto com as emendas 03 e 04. Pela ordem, com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Senador Garibaldi Alves, a Comissão aprovou um requerimento de minha autoria, que propõe uma Audiência Pública para que possamos discutir aqui na Comissão de Assuntos Econômicos as mudanças cogitadas pelo Governo Federal no rendimento da caderneta de poupança. Isso está trazendo uma aflição, uma angústia muito grande à sociedade brasileira. A imprensa tem noticiado quase que permanentemente que o Governo fará mudanças no rendimento da caderneta de poupança. Ainda ontem os jornais divulgam que está em elaboração uma Medida Provisória que virá fazer essas alterações. Eu pediria a V.Exa. que nós pudéssemos fazer essa Audiência Pública o mais breve possível, até numa Sessão Extraordinária, porque é importante que o Senado Federal possa ter conhecimento, para proteger o pequeno poupador, o trabalhador brasileiro que quando a Selic estava a 40, 30% ao mês, a caderneta de poupança só tinha a rentabilidade dos 6%. E agora, quando a Selic se aproxima do patamar da rentabilidade da poupança, querem alterar então a possibilidade do trabalhador brasileiro ter um rendimento favorável a ele em relação à Taxa Selic. Eu pediria a V.Exa., se V.Exa. pudesse marcar

já para a próxima semana, mesmo que numa Sessão Extraordinária, para que nós pudéssemos discutir junto com o Ministro do Trabalho, Presidente do Banco Central, a Presidente da Caixa Econômica, o Presidente da FIESP, o Presidente do CODEFAT, que são os nomes que foram sugeridos. Se algum Senador tiver alguma sugestão que possa ser incluída, que o faça. Mas que possamos fazer já na próxima semana esta Audiência Pública. Era o que eu tinha a solicitar, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Flexa Ribeiro, a solicitação de V.Exa., o requerimento, foi aprovado dia 5/05/09, na última Reunião. Mas V.Exa. entende que existem outros requerimentos, mas ao mesmo tempo quer que prevaleça a urgência.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu diria a V.Exa. que o grande problema desta Comissão, como das outras, é conciliar o dia da Reunião, é sempre reservado para as votações. E os--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu vou, atendendo o apelo de V.Exa., manter os entendimentos, porque as autoridades são convidadas, não são convocadas. Para pedir a presença dessas autoridades para uma reunião ou na quarta-feira ou na quinta, talvez só nesses dias, em Sessão Extraordinária, e V.Exa. vai colaborar para que tenhamos uma sessão que realmente seja movimentada, traga o debate, possibilite, aliás, o debate necessário.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Esse é um assunto que interessa a toda a sociedade brasileira. Tenho certeza absoluta que os Senadores e as Senadoras que participam da CAE estarão presentes para debater o assunto das sugestões cogitadas de mudanças pelo Governo Federal no rendimento da poupança.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Item nº. 06 está prejudicado, pela ausência de quórum qualificado.

Item nº. 07, não terminativo. Dispõe sobre as operações de fomento mercantil, *factoring*, e dá outras providências. Autoria do Deputado João Hermann Neto, relator, Senador Antonio Carlos Júnior. Favorável ao projeto nos termos do substitutivo que apresenta. A matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com parecer favorável ao Projeto e com as emendas 1 e 2. Com a palavra o relator, Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. Este projeto vindo da Câmara dos Deputados, foi remetido ao Senado Federal, distribuído à Comissão de Constituição e Justiça e agora à Comissão de Assuntos Econômicos. Na CCJ recebeu parecer pela constitucionalidade, juridicidade e no mérito pela aprovação com duas emendas de redação. A primeira emenda--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Antonio Carlos Júnior, permita interrompê-lo. É que o Senador Suplicy apresentou Requerimento para que seja realizada nesta Comissão uma Audiência Pública para instruir justamente o projeto que V.Exa. inicia o seu relatório, de maneira a se alcançar melhor entendimento ao alcance das operações de fomento mercantil, *factoring*. Para tanto, aí indica especialistas que deveriam ser convidados. V.Exa. é de parecer que essa Audiência seja realizada ou acha que já devemos votar a matéria?

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Senador Garibaldi, eu, meu espírito aqui é totalmente democrático no sentido de discutir os assuntos à exaustão. Esse Projeto já vem a praticamente um ano sendo negociado, discutido. Agora, eu não me oporia à Audiência Pública. Só que, se nós temos que fazer a Audiência Pública, que façamos logo, porque joga aí, vamos mais seis meses. Ou se ela vai ser logo, eu concordo. Do contrário, eu solicito... Se passado menos de um mês e ela não for marcada, eu solicitarei a inclusão em Pauta, porque isso leva seis meses. Isso leva seis meses, eu conheço como é... A Audiência Pública vai chutando pra frente. Eu estou com esse projeto há um ano e não quero atrasá-lo mais. Eu já atrasei, porque eu já negociei exaustivamente com todas as partes envolvidas. Então eu aceito, condicionado a que essa Audiência Pública seja marcada no máximo em 30 dias. Do contrário, solicitarei a V.Exa. a reclusão em pauta para votação, porque o que eu não quero é postergar, o assunto já foi discutido com as associações envolvidas, com as partes envolvidas... Então, um assunto maduro, mas eu não quero ser intransigente. Porém, eu acho que nós não podemos indefinidamente postergar... Se a Audiência Pública não for realizada em 30 dias, esse Projeto deveria voltar para a Pauta.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, eu gostaria de concordar com o Senador Antonio Carlos Magalhães Neto, até em homenagem à memória do Deputado João Hermann Neto que, infelizmente, acerca de um mês nos deixou, e acho que o apelo dele tem todo sentido, lembro que o próprio Senador Antonio Carlos Júnior apresentou solicitação de Audiência Pública no ano passado com alguns dos mesmos nomes que eu e o Senador Aloizio Mercadante

propomos, como o Antonio Carlos Donini, Presidente da Associação Brasileira de *Factoring*, Luiz Lemos Leite, Presidente da Associação Nacional das Sociedades de Fomento Mercantil, bem como Sérgio Odilon dos Anjos que é o chefe adjunto do Departamento de Normas e Organização do Sistema Financeiro e o ex-Presidente do Banco Central, Sérgio Darcy, todos com grande conhecimento desta área. E eu concordo com ele que seria bom realizarmos esta Audiência ainda até junho próximo para que, dada a complexidade deste assunto e o detalhamento que exigirá grande atenção dos Senadores, possamos ter o esclarecimento a respeito de como é que funciona o *Factoring* e assim poderemos votar com toda tranquilidade. E, portanto, estou de acordo com a recomendação feita pelo Senador Antonio Carlos Júnior.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu quero esclarecer, inclusive, que o requerimento solicitando essa Audiência Pública foi assinado em primeiro lugar pelo Senador Aloizio Mercadante, e em seguida pelo Senador Eduardo Suplicy. Eu também tenho uma preocupação, que eu também não posso garantir que essa Audiência Pública seja realizada dentro de um mês. Eu não posso garantir porque V.Exas. viram o que tem de Audiência Pública solicitada.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Mas se for nesse primeiro semestre, até final de junho, acho que o Senador Antonio Carlos considerará como atendido. E este esforço poderemos realizar, Sr. Presidente. Eu só queria corrigir, Sérgio Darcy foi Diretor, não Presidente do Banco Central, mas é um grande conhecedor do assunto.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Eu sugeriria aqui como uma alternativa, no caso da impossibilidade da realização da Audiência Pública, que nós solicitássemos a essas mesmas pessoas, que eu acho que são pessoas qualificadas, eu entendo isso, que elas se manifestassem, que dessem sua opinião por escrito, caso a Audiência Pública fosse absolutamente inviável. Que essas mesmas pessoas que estão listadas no requerimento dos Senadores Aloizio Mercadante e Eduardo Suplicy se manifestassem por escrito na impossibilidade de comparecer. Então nós teríamos pelo menos a opinião delas, nem que fosse por escrito. E aí nós poderíamos fazer, eu concordaria, inclusive, com essa alternativa na impossibilidade da vinda de todos ou de alguns deles.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Acho que isso poderia então ficar a critério do Presidente. Se for possível a realização até junho, desta Audiência Pública, muito bem. Mas desde já poderia ser solicitada a manifestação dos quatro indicados a respeito do

Projeto, a manifestação por escrito e se for possível que possamos marcar uma Audiência com a presença dos quatro aqui, dada a relevância e complexidade desta matéria.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): O secretário Gonzaga inclusive está lembrando que o próprio Senador Antonio Carlos Júnior, no ano passado, pediu uma Audiência Pública. Então, realmente nós estamos--

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Nós estamos reforçando, Sr. Presidente. Só realizá-la.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): E depois pediu que o processo pudesse tramitar com maior agilidade. Mas vamos aguardar o mês de junho, até a data...

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEMB-BA): Até o final do mês de junho. Ficaria na Pauta da última semana de junho, caso nós tivéssemos realizado ou não realizando, tendo a manifestação por escrito dessas quatro pessoas.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Até porque se trata de homenagear o autor, que faleceu tragicamente há poucos dias, o Deputado João Hermann.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEMB-BA): Ficaria combinado que ela entraria até a Pauta da última semana de junho, e se não fosse possível realizar a audiência, nós tivéssemos a manifestação por escrito.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, eu concordo que será importante que a Presidência da CAE possa solicitar a manifestação por escrito dos quatro convidados, e uma vez recebido, então poderíamos até, quem sabe, marcar um dia em que eles irão expor oralmente isto numa das sessões regulares da nossa CAE. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): O próprio Requerimento terá que ser votado, porque não foi votado ainda, e as autoridades convidadas São Luiz Lemos Leite, Presidente da Associação Nacional das Sociedades de *Factoring*, Antonio Carlos Donini, Presidente da Associação Brasileira de *Factoring*, Sérgio Odilon dos Anjos, chefe adjunto do Departamento de Normas e Organização do Sistema Financeiro e Sérgio Darcy--

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Ex-Diretor, não Presidente, ex-Diretor do Banco Central.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Ex-Diretor do Banco Central. Ex-Diretor. Darcy. E aqui está como ex-Presidente, é ex-Diretor.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Então, em votação. Está aprovado o requerimento. A matéria, o Senador Antonio Carlos Júnior retira de Pauta para atender ao que diz o requerimento.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, no que diz respeito à solicitação relativa à Audiência sobre o Crédito Prêmio do IPI, gostaria de ponderar que como o Procurador-Geral da Fazenda, Luís Inácio Adams, terá que junto ao Supremo examinar essa questão no seu aspecto jurídico, jurisdicional, acho que é muito importante que ele possa ser ouvido, se nós Senadores avaliar que... Gostaria que concordasse com as... E assim acrescêssemos o nome do Procurador-Geral da Fazenda, Luís Inácio Adams, para a Audiência que V.Exa. propôs.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Eu fiz o requerimento, eu tirei ali, Senador Suplicy, o nome da Secretária da Receita e deixei em aberto, para que a Receita encaminhasse quem ela achasse correto, porque acho que a Receita tem que ser ouvida, já que diz diretamente à Receita, o Crédito Prêmio, ele é um problema que vai refletir na Receita. Em vez de citar o nome dela, caberia à Receita indicar alguém que ela achasse a pessoa adequada. Não gostaria de nominar ela, mas que a Receita tivesse o seu representante, porque acho que diz respeito exatamente à perda de Receita, abrir mão de Receita. Agora, quem seria a pessoa, caberia a ela dizer.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Estaria de acordo que pudesse ser o Procurador-Geral da fazenda, Luís Inácio Adams, que para a natureza da proposição, seria a pessoa adequada, até porque precisaria estar defendendo o assunto junto ao Supremo Tribunal.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Pra mim não há problema, eu só acho que não é uma questão jurídica, é uma questão de Receita, é questão financeira. Mas não desejo criar problema.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): A melhor solução é propor os dois e a Receita resolve quem mandar.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Estou de acordo, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Bem, então o Senador Raimundo Colombo propõe que seja convidada a Secretária da Receita Federal.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Pela ordem, Sr. Presidente. Eu modifiquei, eu não queria que citasse ela para não caracterizar, mas alguém que ela deliberasse. Desculpe, eu não vi se modificou

o texto aí. Caberia a Receita indicar alguém, quem ela entender adequada.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Ah, então está ótimo. O requerimento de V.Exa. atende a preocupação do Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Exatamente. Não queria que caracterizasse o nome dela, mas a quem a Receita indicasse.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Item nº. 08. Projeto de Lei do Senado, terminativo, conseqüentemente está prejudicado pela falta de quórum. Nós teríamos agora aquele mutirão dos rejeitados, não é? São os chamados rejeitados, mas...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): É, na próxima reunião, a sugestão aqui do Gonzaga é inverter, colocar eles logo no começo para ver se nós desafogamos aqui a acervo da Comissão, que está muito grande, o estoque de processos.

Então vamos deixar para a próxima reunião. Sendo assim, nada mais havendo a tratar, está encerrada esta reunião.

Sessão encerrada às 12h01.

ATA DA DÉCIMA OITAVA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE MAIO DE 2009, ÀS 10:00 HORAS, NA SALA Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e nove minutos do dia dezoito de maio do ano de dois mil e nove, na sala número dezoito da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Garibaldi Alves Filho, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos, com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Delcídio Amaral, Aloizio Mercadante, Tião Viana, Inácio Arruda, César Borges, Antônio Carlos Valadares, Renato Casagrande, Roberto Cavalcanti, João Ribeiro, Neuto de Conto, Eliseu Resende, Antonio Carlos Júnior, Raimundo Colombo, Adelmir Santana, Jayme Campos, Cícero Lucena, Tasso Jereissati, Gilberto Goellner, Rosalba Ciarlini, Kátia Abreu, José Agripino, Flexa Ribeiro, João Vicente Claudino, Osmar Dias e Jefferson Praia. Deixam de comparecer os Senadores Marcelo Crivella, Francisco Dornelles, Gerson Camata, Valdir Raupp, Pedro Simon, Efraim Moraes, João Tenório, Arthur Virgílio e Gim Argello. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprova-

da. A Presidência comunica aos membros que a Comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento, Aviso nº 27/09, encaminhando, em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.069/95, o demonstrativo das emissões do real referente ao primeiro trimestre de 2009, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a ela vinculadas, bem como o relatório da execução da programação monetária; Aviso nº 28/09, do Ministério da Fazenda, encaminhando, em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal nº 43/01, relatório contendo as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquele Ministério, no mês de março de 2009, tabela demonstrativa da Dívida Consolidada Líquida dos Estados e do Distrito Federal e relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida dos Municípios; em cumprimento ao art. 42, informa que não consta em seus registros, nos meses de janeiro a março, qualquer emissão primária de títulos públicos de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; Aviso nº 32/09, do Ministério da Fazenda, encaminhando, em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal nº 43/01, relatório contendo as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquele Ministério, no mês de abril de 2009, tabela demonstrativa da Dívida Consolidada Líquida dos Estados e do Distrito Federal e relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida dos Municípios. Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular. A seguir, a Presidência dá início à apreciação das Matérias constantes da Pauta, Item 01—Projeto de Lei do Senado nº 319, de 2005, não terminativo, de autoria do Senador Papaléo Paes, que ‘altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que “dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente e dá outras providências”, para que os valores arrecadados em pagamento de multas por infração ambiental sejam integralmente revertidos ao Fundo Nacional do Meio Ambiente”, tendo como Relator “Ad Hoc” o Senador Antonio Carlos Júnior, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle com decisão terminativa; Em 11/11/08, o Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão, Senador Eliseu Resende, designou o Senador Antonio Carlos Júnior Relator “Ad Hoc”; Em 11/11/08, foi concedida Vista ao Senador Tasso Jereissati, que devolveu sem manifestação. Colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer pela rejeição do Projeto; Item 02—Projeto de Lei do Senado nº 279,

de 2007-Complementar, não terminativo, de autoria da Senadora Maria do Carmo Alves, que “altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), para estabelecer normas gerais a respeito de contratos administrativos que prevejam a concessão de benefícios para agentes econômicos, inclusive de natureza tributária”, tendo como Relator o Senador Renato Casagrande, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Em 28/04/2009, foi concedida Vista Coletiva. Colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer pela rejeição do Projeto; Item 03-Projeto de Resolução do Senado nº 63, de 2002, não terminativo, de autoria do Senador Teotônio Vilela Filho, que “altera a Resolução do Senado Federal nº 17, de 2001, que “dispõe sobre operações de crédito ao amparo do Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros – PNAFM”, tendo como Relator o Senador Aloizio Mercadante, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. Em 28/04/2009, foi concedida Vista Coletiva. O Presidente designa o Senador Flexa Ribeiro Relator “Ad Hoc”. Colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer pela rejeição do Projeto; Item 04-Projeto de Lei do Senado nº 247, de 2007, não terminativo, de autoria do Senador Magno Malta, que “altera a redação dos §§ 1º e 3º do artigo 1.361, do Código Civil, e dá outras providências (altera as formas de constituição e de transferência da propriedade fiduciária)”, tendo como Relator o Senador Delcídio Amaral, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto e da Emenda nº 01, de autoria do Senador João Vicente Claudino. A Matéria será apreciada ainda pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com decisão terminativa. Em 28/04/2009, foi concedida Vista Coletiva. O Presidente designa o Senador Antonio Carlos Valadares Relator “Ad Hoc”. Colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer pela rejeição do Projeto; Item 05-Requerimento nº 803, de 2004, não terminativo, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, que “requer o sobrestamento do Projeto de Lei do Senado nº 361, de 2003, o qual tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 46, de 2003”, tendo como Relator o Senador Francisco Dornelles, que oferece Parecer pela rejeição do Requerimento. Em 28/04/2009, foi concedida Vista Coletiva. O Presidente designa o Senador João Vicente Claudino Relator “Ad Hoc”. Colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer pela rejeição do Projeto; Item 06-Projeto de Lei do Senado nº 360, de 2003, terminativo, de autoria do Senador Álvaro Dias, que “dispõe sobre a instituição de fundos agropneócios para captação externa de recursos e dá ou-

tras providências”, tendo como Relator o Senador Gilberto Goellner, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com Parecer favorável ao Projeto. Em 28/04/2009, foi concedida Vista Coletiva. A apreciação da Matéria é adiada; Item 07-Projeto de Lei do Senado nº 207, de 2003, terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim, que “acrescenta dispositivo ao artigo 3º da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, que ‘institui a Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF, e dá outras providências’”, tendo como Relator o Senador Expedito Junior, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. Em 28/04/2009, foi concedida Vista Coletiva. A apreciação da Matéria é adiada; Item 08-Projeto de Lei do Senado nº 167, de 2003, terminativo, de autoria do Senador Romeu Tuma, que “altera o artigo 1º da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para conceder isenção do Imposto sobre produtos Industrializados (IPI) incidente sobre os automóveis adquiridos por corretores de imóveis”, tendo como Relator o Senador Antonio Carlos Júnior, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. Em 28/04/2009, foi concedida Vista Coletiva. A apreciação da Matéria é adiada; Item 09-Projeto de Lei do Senado nº 182, de 2006, terminativo, de autoria do Senador Marcos Guerra, que “acrescenta o inciso VI ao art. 1º da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para estender aos representantes comerciais a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados na aquisição de automóveis”, tendo como Relator o Senador Eliseu Resende, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. Em 06/05/2008, foi concedida Vista ao Senador Gim Argello, que devolveu com Voto em Separado concluindo pela aprovação do Projeto. Em 28/04/2009, foi concedida Vista Coletiva. A apreciação da Matéria é adiada; Item 10-Projeto de Lei do Senado Nº 109, de 2006, terminativo, de autoria do Senador Valdir Raupp, que “altera a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para isentar do Imposto sobre a Renda a remuneração do serviço extraordinário”, tendo como Relator o Senador Gim Argello, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. Em 28/04/2009, foi concedida Vista Coletiva. A apreciação da Matéria é adiada; Item 11-Projeto de Lei do Senado nº 98, de 2008, terminativo, de autoria do Senador José Nery, que “revoga os artigos 9º e 10º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995. (Revoga a isenção de imposto sobre remuneração pagas a titulares, sócios ou acionistas de empresas)”, tendo como Relator o Senador Heráclito Fortes, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. Em 28/04/2009, foi concedida Vista Coletiva. A apreciação da Matéria é adiada; Item 12-Projeto de

Lei do Senado nº 340, de 2007, terminativo, de autoria do Senador Papaléo Paes, que “altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução, da base de cálculo de imposto de renda da pessoa física, dos pagamentos efetuados a profissionais e estabelecimentos de atividade física após recomendação médica”, tendo como Relator o Senador Neuto de Conto, que oferece Parecer favorável ao Projeto e pela rejeição da Emenda nº 01, de autoria do Senador Gerson Camata. A apreciação da Matéria é adiada; Item 13—Projeto de Lei do Senado nº 269, de 2008, terminativo, de autoria da Senadora Patrícia Saboya, que “dispõe sobre incentivos às Políticas Públicas de Juventude executadas pelas entidades privadas sem fins lucrativos”, tendo como Relator o Senador Tasso Jereissati, que oferece Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 02 que apresenta. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com Parecer favorável ao Projeto nos termos da Emenda nº 01-CDH (Substitutivo). A apreciação da Matéria é adiada; Item 14—Projeto de Lei do Senado nº 392, de 2003, terminativo, de autoria do Senador Renan Calheiros, que “autoriza a criação do Programa de Apoio aos Pequenos e Médios Fornecedores de Cana-de-açúcar – PROAF – Cana de açúcar”, tendo como Relator o Senador Raimundo Colombo, que oferece Parecer favorável ao Projeto e às Emendas nºs 01, 02, 03 e 04-CRA. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01, 02, 03 e 04-CRA. A apreciação da Matéria é adiada; Item 15—Projeto de Lei do Senado nº 238, de 2006, não terminativo, de autoria do Senador César Borges, que “altera o art. 17 da Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997, para prorrogar, por mais dez anos, a não incidência do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) sobre as mercadorias cuja origem ou destino final seja porto localizado na Região Norte ou Nordeste do País”, tendo como Relator o Senador Tasso Jereissati, que oferece Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 01 de autoria do Senador Renato Casagrande. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com decisão terminativa. Em 28/04/09, foi concedida Vista ao Senador Antônio Carlos Valadares que devolveu sem manifestação. Após a leitura do Relatório, usam da palavra os Senadores Antonio Carlos Valadares, Flexa Ribeiro, Antonio Carlos Junior e César Borges. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer favorável ao Projeto, e a Emenda nº 01-CAE; Item 16—Projeto de Lei do Senado nº 595, de 2007 – Complementar, não terminativo, de autoria da Senadora Ideli Salvatti e do

Senador Flávio Arns, que “regulamenta a cobrança de tarifas por parte das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e dá outras providências”, tendo como Relator o Senador Renato Casagrande, que oferece parecer favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. A Matéria é retirada da Pauta a pedido do Relator; Item 17—Projeto de Lei do Senado nº 02, de 2007, não terminativo, de autoria do Senador Osmar Dias, que “altera o art. 9º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para determinar que a União participe do financiamento das instituições de educação superior estaduais”, tendo como Relator o Senador Gerson Camata, que oferece Parecer favorável ao Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte com decisão terminativa. A apreciação da Matéria é adiada; Item 18—Projeto de Lei da Câmara nº 132, de 2001, não terminativo, de autoria do Deputado Ronaldo Vasconcellos, que “dispõe sobre a veiculação de informações turísticas em material didático-escolar e determina outras providências”, tendo como Relator o Senador Osmar Dias, que oferece Parecer favorável ao Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com Parecer favorável ao Projeto. A Matéria ainda será apreciada pelas Comissões de Educação, Cultura e Esporte e de Desenvolvimento Regional e Turismo. Após a leitura do Relatório, usa da palavra o Senador Antonio Carlos Valadares. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer favorável ao Projeto; Item 19—Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2004, terminativo, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que “autoriza o Poder Executivo a criar a Poupança Emigrante e o Fundo de Financiamento ao Emigrante Empreendedor (FEE), com vistas a incrementar a entrada de divisas no país e estimular o investimento e o crescimento do emprego”, tendo como Relator o Senador Inácio Arruda, que oferece parecer favorável ao Projeto e às Emendas nºs 01 a 05, nos termos do Substitutivo que apresenta, e pela rejeição das Emendas nºs 06 e 07. Após a leitura do Relatório, usam da palavra os Senadores Antonio Carlos Valadares, Antonio Carlos Junior e Inácio Arruda. A Comissão aprova o Requerimento nº 35/09-CAE, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que requer audiência prévia na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania-CCJ, para análise da constitucionalidade e juridicidade da Matéria. A Comissão aprova, ainda, os Requerimentos nº 34/2009-CAE, de autoria do Senador Romero Jucá, que requer a realização de Audiência Pública desta Comissão de Assuntos Econômicos, em conjunto com a Comissão de Infraestrut-

tura, para discutir os impactos econômicos de medida aprovada pela Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, no sentido de estabelecer o regime de liberdade tarifária para as companhias de navegação aérea, nacionais e internacionais, na prestação de serviços aéreos internacionais regulares partindo do Brasil, com a presença dos seguintes convidados: Sra. Solange Paiva Vieira, Presidente da ANAC; Sr. Antônio Henrique Pinheiro Silveira, Secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda e Tenente-Brigadeiro do Ar Cleonilson Nicácio Silva – Presidente da Infraero, e representante do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias – SNEA; Requerimento nº 35/2009-CAE, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que requer audiência prévia na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ para análise da constitucionalidade e juridicidade do Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2004, e o Aditamento ao Requerimento nº 29/2009-CAE, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, para que sejam incluídos no rol de convidados o Sr. Guido Mantega, Ministro da Fazenda, o Sr. José Luís da Costa Oreiro, Economista e Professor da UnB, e o Sr. Paulo Rabelo de Castro, Professor da UFRJ. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas e vinte e nove minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informalizada.

Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Havendo número regimental, declaro aberta a 18ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. Os Srs. Senadores, que concordam, queiram permanecer como se encontram. A Ata será aprovada dentro de alguns minutos.

Comunico que esta Comissão recebeu os seguintes documentos para o seu conhecimento: Aviso nº 27/09, encaminhando em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.069/95 e demonstrativo das emissões do real, referente ao primeiro trimestre de 2009. As razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a ela vinculadas, bem como o relatório da execução da programação monetária. Aviso nº 28/09, do Ministério da Fazenda, encaminhando, em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal de nº 4.301, relatório, contendo as características das operações de crédito, analisadas no âmbito

daquele Ministério, no mês de março de 2009. Tabela demonstrativa da dívida consolidada líquida dos Estados e do Distrito Federal, e a relação entre a dívida consolidada líquida e a receita corrente líquida dos municípios, em cumprimento ao art. 42. Informa que não consta em seus registros, nos meses de janeiro e março, qualquer emissão primária de títulos públicos de responsabilidade dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. Aviso nº 32/09, do Ministério da Fazenda. Encaminhando, em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal de nº 4.301, relatório, contendo as características das operações de crédito, analisadas no âmbito daquele Ministério, no mês de abril de 2009. Tabela demonstrativa da dívida consolidada líquida dos estados e do Distrito Federal, e a relação entre a dívida consolidada líquida e a receita corrente líquida dos municípios.

Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular. Quero informar ainda que, para uma melhor organização dos trabalhos, foi feito um calendário de audiências públicas a serem realizadas no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos. Vamos tentar confirmar todas essas audiências que resolvemos marcar. A primeira delas, 26/05, do atual ano, discorrer o assunto, discorrer sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 06/2009. Autor do Requerimento: Senador Romero Jucá, Antonio Carlos Júnior, Eduardo Suplicy e Arthur Virgílio.

Requerimentos de nº 20/09, aprovado em 31/03, o Requerimento de nº 21, aprovado em 31/03, e o Requerimento nº 22, também aprovado em 31/03. No dia 27, está marcada, em atendimento à Lei de Responsabilidade Fiscal, uma audiência sobre justamente o assunto, em conjunto com outras Comissões temáticas, tendo a presença do Exmo. Sr. Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central, e, no dia 28, para discorrer sobre a crise financeira, audiência pública, crise financeira mundial e suas implicações no Brasil; audiência pública, com a presença do presidente do BNDES, Sr. Luciano Coutinho. Teremos a reunião conjuntamente com as Comissões: a CAE e a Comissão de Acompanhamento da Crise Financeira e Empregabilidade. No dia 2 de junho, para tratar do Crédito Prêmio do IPI, uma audiência pública, requerida pelo Senador Aloizio Mercadante. Requerimento de nº 30/2009, aprovado no dia 12/05/2009. No dia 04, uma audiência requerida pelo Senador Eduardo Suplicy. Debater acerca do intenso processo de concentração econômica em curso na citricultura brasileira. Requerimento nº 01/2009, aprovado em 10 de março de 2009. No dia 09/06, com a presença do Presidente do Banco Central, audiência pública sobre os fundamentos e a forma de execução da política monetária, em cumprimento à Resolução

de nº 32/2007, que estabelece que o Presidente do Banco Central do Brasil compareça trimestralmente à Comissão de Assuntos Econômicos. Dia 17 de junho, audiência pública, solicitada por Arthur Virgílio, o Senador Arthur Virgílio, o Senador Tasso Jereissati, o Senador Marcelo Crivella, o Senador Inácio Arruda, o Senador Aloizio Mercadante e o Senador César Borges, para prestar esclarecimentos sobre a liberação de 100 bilhões, pelo Tesouro Nacional, para a ampliação da capacidade de empréstimo do BNDES, bem como sobre a destinação de 20 bilhões para a PETROBRAS, e o seu plano de negócios, para o período de 2009 a 2013, para debater sobre a forte desvalorização da moeda brasileira e para discorrer sobre a crise financeira, a situação da economia brasileira e sobre os efeitos da atual redução da alíquota do imposto sobre os produtos industrializados, sobre a arrecadação da União, Estados e Municípios, assim como a possibilidade de prorrogação dessa medida.

Não temos aqui a lista dos convidados. É muito grande a lista? Se a lista dos convidados é tão grande, avalie como será essa reunião.

Dia 07/07, para tratar da Política Habitacional, audiência pública, requerida pelo Senador Aloizio Mercadante e pelo Senador Antonio Carlos Valadares, Requerimento apresentado no dia 19/2009 e aprovado... Requerimento de nº 19/2009, aprovado em 31 de março/2009. Em 09/07/09 e 09 de junho deste ano, em conjunto à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e com a Comissão de Meio Ambiente, audiência para que se seja discutida a sistemática de formação dos preços dos combustíveis. Requerida pelo Senador Flexa Ribeiro. Nº 25/2009 aprovada em 07/04/2009.

Essas são, portanto, as audiências públicas que foram solicitadas e que nós estamos empenhados no sentido de realizá-las nessas datas que foram aqui anunciadas.

Naturalmente que queremos contar com a colaboração daqueles que solicitaram essas audiências para que eles se empenhem no sentido de fazer com que os convidados atendam ao convite da Comissão.

Nos termos regimentais, solicita a realização de audiência pública nesta Comissão, em conjunto com a Comissão de Infraestrutura, para discutir os impactos econômicos de medida aprovada pela Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, no sentido de estabelecer o regime de liberdade tarifária para as companhias de navegação aérea nacionais e internacionais, na prestação de serviços aéreos internacionais regulares, partindo do Brasil. Audiência que contará com a participação das seguintes autoridades que serão devidamente convidadas: Sra. Solange Paiva Vieira, Presidente da Agência

Nacional de Aviação Aérea Civil – ANAC; Sr. Antônio Henrique Pinheiro Silveira, Secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda; Tenente Brigadeiro-do-Ar, Cleonilson Nicácio Silva, Presidente da Infraero, e um representante do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias. O requerimento é assinado pelo Senador Romero Jucá.

Vamos dar início ao cumprimento da pauta. Matérias não terminativas, com parecer pela rejeição. A todas as matérias seguintes foi dado o parecer pela rejeição, a fim de agilizar o processo. Foi consultado o plenário se poderíamos realizar uma só votação, votação esta que será feita em globo. Antes da votação, para que os senhores membros tivessem o maior conhecimento das referidas matérias, a todas elas foi concedida vista. Na verdade, aqui há uma iniciativa, visando tornar mais ágeis os trabalhos desta Comissão. Então, aquelas matérias que estão visivelmente inquinadas, classificadas, diagnosticadas como matérias que já não merecem ter desdobração, ter a tramitação devida, essas matérias foram pesquisadas e foram devidamente encaminhadas a relatores no sentido de que tivéssemos esse parecer pela rejeição, mas devidamente fundamentado. E, como precaução, os senadores tiveram conhecimento das referidas matérias. Se algum relator, antes de entrar especificamente no exame de alguma dessas matérias, se algum relator quiser fazer uso da palavra para antecipar algum comentário, poderá fazê-lo. As matérias vão entrar em discussão. A primeira matéria diz respeito à alteração da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente e dá outras providências para que os valores arrecadados em pagamento de multas por infração ambiental sejam integralmente revertidos ao Fundo Nacional do Meio Ambiente. A autoria é do Senado Papaléo Paes, o relator *ad hoc* é o Senador Antonio Carlos Júnior, e o parecer é pela rejeição. A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle com decisão terminativa. Foi concedida vista ao Senador Tasso Jereissati, em 11/11/08, que foi devolvida sem manifestação. A outra matéria desse bloco de matérias é aquela que altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1996, Código Tributário Nacional, para estabelecer normas gerais a respeito de contratos administrativos que prevejam a concessão de benefício para agentes econômicos, inclusive de natureza tributária. Autoria: Senadora Maria do Carmo Alves; relator: Senador Renato Casagrande, o parecer é pela rejeição. A matéria ainda será aprovada... Desculpe-me, apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O item 3. Projeto de Resolução do Senado nº 63, não terminativo. Altera a Resolução do Senado Federal nº 17/2001, que dispõe sobre operações de crédito ao amparo do Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos municípios brasileiros. Autoria do Senador Teotônio Vilela Filho, o relator é o Senador Aloizio Mercadante, e o parecer é pela rejeição do projeto.

O item 4. Projeto de Lei do Senado nº 247/2007, não terminativo. Altera a redação dos § 1º e 3º, do art. 1.361, do Código Civil e dá outras providências. Altera as formas de constituição e transferência da propriedade fiduciária. Autoria: Senador Magno Malta; relator: Senador Delcídio Amaral. Parecer: pela rejeição do projeto e da Emenda nº 01, de autoria do Senador João Vicente Claudino. A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Constituição e Justiça.

O item nº 5. Requer o sobrestamento... É um requerimento de nº. 803/2004 e requer o sobrestamento do Projeto de Lei do Senado nº 361/2003, o qual tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 46/2003. Autoria: Senador Aloizio Mercadante; relator: Senador Francisco Dornelles. O parecer é pela rejeição do Requerimento.

Vamos aguardar o *quórum* para poder apreciar essas matérias, votá-las, porque elas... E pedir a permissão do plenário--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Pois não. O Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Senador Garibaldi Alves, Srs. Senadores. Eu quero primeiro agradecer à V. Exa., Presidente, a gentileza que teve de fazer um contato telefônico comigo, ontem, a respeito da audiência pública, para tratarmos, já aprovada na CAE, para tratarmos das alterações, propostas pelo Governo Federal, na remuneração da caderneta de poupança.

Quando eu apresentei o Requerimento à apreciação dos membros da Comissão, eu tinha como intenção fazer a audiência antes das medidas que seriam tomadas pelo Governo Federal, em não sendo possível... V. Exa., de pronto, marcou essa audiência para amanhã. Como o Governo Federal já divulgou as mudanças na remuneração da caderneta de poupança, de forma geral, inclusive, nos fundos de investimentos também, na conversa que tive com V. Exa., ontem, sugeri que nós poderíamos adiar esta audiência pública, porque tenho tido solicitações, outras, de interesse, inclusive, de órgãos do governo, como o Ministério da Fazenda, de participarem também da audiência pública. Então, V.

Exa. atendeu o nosso pedido, suspendeu a reunião de amanhã, que nós poderemos marcá-la mais à frente, e eu estou encaminhando um requerimento à Mesa, pedindo que seja discutido e apreciado a inclusão de mais três nomes a serem convidados para essa audiência pública.

Só pediria à V. Exa., Presidente Garibaldi Alves, como esse é um assunto que, tenho absoluta certeza, será polêmico, tão polêmico quanto a CPMF, porque ele atinge diretamente aqueles poupadores, os trabalhadores brasileiros, que, no momento em que a Selic estava na estratosfera, eles se sujeitavam a receber uma remuneração muito aquém do custo estabelecido, da taxa de referência estabelecida pelo Banco Central. Agora, em que há uma redução dessa taxa Selic, e que os trabalhadores brasileiros passariam a ter um ganho na sua aplicação na poupança, vem o governo e "garfa" esse direito que os trabalhadores brasileiros têm. E diz que o faz apenas naquelas cadernetas, na caderneta que ultrapassa 50 mil reais, que corresponde a 1% só das cadernetas de poupança, só que 40% dos recursos estão... 41% estão atingidos pela medida. Não acredito e tenho escutado comentários de vários economistas competentes, jornalistas, fazendo críticas às medidas do Governo, que não resolvem o problema. É uma medida pontual que resolve essa redução que foi feita na Taxa Selic, mas que o Banco Central vai ter que dar continuidade à queda da taxa de juros. Então, é preciso que seja feito, com coragem e sem atingir os trabalhadores, uma discussão pelo Congresso, pelo Senado, pela Comissão tão bem presidida pela competência de V. Exa., para que nós possamos estar prontos. Na medida que chegar o Projeto de Lei ou a Medida Provisória, não sei como o Governo vai encaminhar essa sua proposta ao Congresso, o Senado Federal e a CAE possam estar prontas para apresentarem emendas, sugestões que venham a proteger o trabalhador brasileiro. Então, eu peço à V. Exa. que coloque em discussão esse aditamento dos nomes que fiz já chegar à Mesa, e possamos, tão logo, acho que início de junho, marcarmos essa audiência pública, para que possamos começar a discussão. Tenho absoluta certeza, Senador Garibaldi Alves, que uma única audiência não será suficiente para dirimir as dúvidas, porque nós vamos ter que ouvir as partes a favor e contrário; o Governo que está a favor, que está propondo, e a sociedade que se posiciona contrária às medidas que estão sendo propostas. Era o que eu tinha a pedir à V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEMB-BA): Sr. Presidente, Srs. Senadores, a minha intervenção aqui vem a respeito da colocação do Senador Flexa Ribeiro sobre a caderneta de poupança. Eu gostaria de colocar alguns pontos que eu julgo relevantes, inclusive, nesse debate que nós faremos aqui na audiência pública.

O Governo buscou o caminho mais tortuoso, o caminho mais complicado. Por quê? Embora ele justifique que atingiria somente 1% das contas, ele atinge 41% do saldo. Ou seja, ele vai trazer complicações enormes para pessoas que... A caderneta de poupança não era tributada. Portanto, isso não afetava a declaração de renda dessas pessoas. Então, muita gente da classe média e média alta vão ser atingidas, no momento em que elas tiverem que declarar. Não é nem pelo tributo em si, é pela burocracia, pela inserção disso nos seus rendimentos tributáveis, somados aos rendimentos assalariados, que é uma coisa absurda, quando o caminho mais simples, mais fácil, seria ajustar para baixo, neste momento, podendo ser para cima, no futuro, a tributação das operações de renda fixa dos fundos e dos CDBs, dos RDBs. Então, era um caminho muito mais fácil, muito mais sensato. O Governo teria que abrir mão, tinha que fazer renúncia fiscal, porém, com a queda da taxa de juros, ele estaria fazendo uma economia também dos juros a serem pagos aos compradores de títulos do Governo. Ora, se a taxa de juros subisse, ele também subiria o imposto, compensando de qualquer maneira. Então, o caminho fácil, o caminho objetivo, era manejar com a tributação da renda fixa, porque, com isso, ele pode fazer por decreto, pode fazer intertemporariamente, não precisa, digamos, ter prazo de... Não precisa ter quarentena, não precisa ter nada. Com o decreto, ele altera as alíquotas quantas vezes ele precisar alterar. Então, era mais flexível, mais fácil, que tinha o apoio do Banco Central, mas o Presidente Lula, aí não sei aconselhado por quem, ele resolveu, diretamente, mexer na tributação das cadernetas com saldos acima de 50 mil, o que gerou uma desconfiança, uma apreensão e uma incerteza nas pessoas, inclusive porque o cálculo é complicado, você tem várias faixas de Taxa Selic, hipóteses de alteração da taxa, você tem faixas de tributação diferentes. Para cada nível de Taxa Selic, você tem uma redução de base de cálculo. Quer dizer, é uma complicação sem tamanho para um procedimento que seria muito mais fácil, se ele manejasse com as taxas de tributação da renda fixa.

Então, foi um fora que o Governo deu, enorme, e isso valoriza o nosso trabalho, porque eu acho que nós deveríamos é rejeitar esse projeto, para que o Governo fosse levado a encontrar o caminho mais correto,

que era da tributação da renda fixa. Então, cresce de importância esse debate, no Senado, na medida que o Governo errou radicalmente, e nós não podemos deixar esse erro passar impune. Eu acho que nós temos que agir aqui, e aí a iniciativa do Senador Flexa é muito importante para que nós possamos debater e, inclusive, rejeitar o projeto, se for o caso.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Então, em atendimento ao Senador Flexa Ribeiro, nós vamos colocar o requerimento dele em votação, o requerimento dos seguintes termos: "Requeiro, nos termos regimentais, que seja acrescido ao Requerimento de nº 29, de minha autoria, os nomes abaixo designados para participarem da audiência pública que debaterá as mudanças efetivadas pelo Governo Federal, no que toca à caderneta de poupança. O convite será feito, então, ao Sr. Guido Mantega, Ministro da Fazenda, o Sr. José Luís da Costa Oreiro, economista e professor adjunto da UNB, e o Sr. Paulo Rabelo de Castro, professor da UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente, eu sou relator do item 16. Sr. Presidente, por solicitação do Senador Flexa Ribeiro, eu vou permitir, naturalmente, a pedido dele, [ininteligível] aprovar o requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Flexa Ribeiro, vamos ouvir o Senador Renato Casagrande, que é o tempo que nós vamos ter o *quórum* aqui para apreciar o requerimento. Com a palavra o Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente, eu sou relator do item 16, eu queria pedir a retirada de pauta, por até uma semana, Sr. Presidente, desse item, para que eu possa ainda fazer uma avaliação da proposta que está sendo debatida aqui na Casa.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço ao Senador Renato Casagrande.

O presidente do Banco Central, através da sua assessoria, pede para que se submeta a esta Comissão uma mudança de data, no que toca a exposição que ele viria fazer aqui sobre os fundamentos e a forma de execução da política monetária. Ele pede para transferir do dia 9/06 para o dia 23/06, o Presidente Henrique Meirelles.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Não. Ele...

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEMB-BA): Dia 23/06, Presidente, a bancada nordestina estará ausente da...

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Então, eu acho que o Presidente do Banco Central não vai querer falar sem a presença da bancada nordestina, a não ser que a bancada nordestina sacrifique a sua presença nos festejos juninos.

Senador Flexa Ribeiro, V. Exa. está dependendo de um colega agora. O seu requerimento está pendente aqui.

Suspendo a sessão por cinco minutos... a reunião, aliás.

[Sessão suspensa às 10h51].

[Sessão reaberta às 10h52].

Retomo os trabalhos da reunião. E enquanto não apreciamos a pauta, os projetos iniciais, vamos dar a conhecer aqui os outros itens da pauta. Item nº 6: "Dispõe sobre a instituição de fundos agronegócios para a captação externa de recursos e dá outras providências". Projeto de Lei terminativo, de autoria do Senador Álvaro Dias, que tem como relator o Senador Gilberto Goellner. O parecer de S. Exa. é pela rejeição do projeto.

O item nº 7, também um Projeto de Lei terminativo, de nº 207: "Acrescenta dispositivo ao art. 3º, da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, que institui a contribuição provisória sobre movimentação ou transmissão de valores de créditos e direitos de natureza financeira, CPMF, e dá outras providências". Autoria é do Senador Paulo Paim, tendo como relator o Senador Expedito Júnior. O parecer é pela rejeição do projeto. Em 28/04/2009, foi concedida a vista coletiva. Projeto de Lei do Senado de nº 167/2003, terminativo. "Altera o art. 1º da Lei nº. 8.989, de 24 de fevereiro de 95, para conceder isenção do imposto sobre produtos industrializados, IPI, sob os automóveis adquiridos por corretores de imóveis". Autoria: Senador Romeu Tuma; relator: Senador Antonio Carlos Júnior. Parecer pela rejeição do projeto, em 24/04/2009.

Temos *quórum*. A fumaça branca finalmente despontou.

Em votação o requerimento, portanto, do Senador Flexa Ribeiro. As Sras. e os Srs. Senadores, que o aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado. Em votação o requerimento do Senador Romero Jucá, que foi lido há poucos instantes, que propõe uma audiência pública para que se examine medidas tomadas

pela Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC. As Sras. e os Srs. Senadores, que o aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Voltando às matérias não terminativas, constantes da pauta. As matérias continuam em discussão. Do item 1 ao item 5 são matérias não terminativas. Foi dado vista coletiva sobre essas matérias que serão votadas com a permissão do plenário da Comissão, serão votadas em globo, em conjunto. Algum senador... Com a palavra o Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEMB-BA): Eu queria, Sr. Presidente, me referir aqui ao item nº 8 da pauta, que fala...

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): 8? Mas não está em discussão.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEMB-BA): Não está em discussão, não?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): É de 1 a 5.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEMB-BA): Ah, é de 1 a 5.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Não terminativo.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEMB-BA): Ah, os não terminativos. Ok.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Não está em discussão.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEMB-BA): Eu sou relator de outro projeto, o 1º, mas eu queria me referir mais a esse nº 8, mas eu tenho aqui... Na verdade, eu sou relator *ad hoc* desse aqui, o relatório já tinha sido feito pela Senadora Patrícia Saboya--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): O item 1º?

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEMB-BA): É.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Exato.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEMB-BA): Mas, de qualquer maneira, o que é que acontece com esse projeto? Não se mostra conveniente e oportuno alterar o art. 73, da Lei nº 9.605, para destinar ao FNMA os valores decorrentes das multas administrativas, lavradas pelos órgãos ambientais, estaduais e municipais ou pela Marinha, pois essas instituições arcam com o uso decorrente da operação e manutenção da infraestrutura necessária às ações de proteção ao meio ambiente, que a eles competem por determinação constitucional e legal. Então, jogar isso, digamos, para reverter para o Fundo Nacional de Meio Ambiente e tirar desses órgãos implicaria a eles teriam o ônus e não terem o bônus. Daí a ideia da rejeição desse

projeto. Eles são custeados com essas multas, e, no momento que se reverte isso para o Fundo, eles ficam com a obrigação de fiscalizar e de operar e, sim, a ter a receita. Então, essa foi a razão da rejeição.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu gostaria, na ausência dos relatores do item 3, do item 4 e do item 5, designar como relator *ad hoc* desses três itens.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Os pareceres já foram lidos, não foram discutidos, foram lidos.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Mas há necessidade de ter um relator *ad hoc*, pelo menos, para assinar.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Eles foram lidos, mas não discutidos.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Para assumir. Então, os três... Nós teríamos o relator do item 3, o Senador Flexa Ribeiro; o relator do item 4, o Senador Antonio Carlos Valadares; o relator do item 5, Senador José Vicente Claudino... Desculpe, João Vicente Claudino.

Não havendo mais quem queira discutir, em votação os pareceres dos relatores. Os senadores, que concordam com os pareceres dos relatores, senadoras e senadores, permaneçam como estão. Aprovados os pareceres dos relatores pela rejeição dos Projetos de Leis do Senado de nº 319/05, 279/07, complementar 63/02, 247/07, e do requerimento de nº 803/04.

Eu consulto o plenário, porque, agora, nós temos matérias não terminativas. Eu consulto o plenário se nós poderíamos... E não há *quórum* para deliberar. Aí eu consulto se nós poderíamos avançar na discussão. Os relatores leriam os relatórios que não...

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Eu peço preferência à V. Exa. para o item 19, terminativo, já que há concordância de todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): V. Exa. poderá ler o seu relatório.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Obrigado, Sr. Presidente. Trata-se de proposição apresentada pelo eminente Senador Marcelo Crivella. Autoriza o Poder Executivo a instituir conta em moeda estrangeira, denominada poupança emigrante, formada pelo ingresso de vidas, oriundas do trabalho de brasileiros no exterior. Para abertura e manutenção de conta, o emigrante deverá comprovar o exercício de atividade remunerada e residência há mais de seis anos no exterior.

A conta de poupança emigrante, contabilizada na moeda estrangeira em que for feito o depósito e administrada por instituições financeiras públicas e privadas, terá as seguintes características: a) remuneração básica e incentivo tributário equivalente ao da caderneta de poupança; b) livre movimentação para débito e crédito até o máximo de 20 mil reais, reajustados anualmente pela variação da taxa de câmbio entre o real e o dólar dos Estados Unidos; e c) débitos, obrigatoriamente, em real à taxa de câmbio do mercado livre.

O Projeto de Lei autoriza ainda o Poder Executivo a instituir o Fundo de Financiamento ao Emigrante Empreendedor, destinado a financiar os detentores de conta de poupança emigrante e iniciativas conduzidas pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. O Fundo será, essencialmente, construído pelas seguintes fontes: dotações orçamentárias consignadas ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio; b) percentual de saldo de depósito das contas de poupança emigrante; c) receitas patrimoniais, inclusive rendimentos de aplicação financeira de suas disponibilidades; d) taxa de encargos cobrados nos processos de seleção e nos financiamentos. A gestão financeira do Fundo caberá ao MDIC, na qualidade de formulador da política de oferta de microcrédito aos imigrantes que retornarem ao país e ao Banco do Brasil, na qualidade de agente operador e administrador dos ativos e passivo do Fundo. As instituições financeiras poderão operar como agentes financeiros. A proposição estabelece que os financiamentos, concedidos com recursos do Fundo do Emigrante, Fundo ao Emigrante Empreendedor, estarão sujeitos ao limite de 50 mil ou equivalente ao dobro do saldo médio da conta-poupança do pleiteante. O que for menor, taxa de juro de longo prazo e prazo máximo de 15 anos. Para obtenção de crédito, o pleiteante deverá ser detentor da referida conta há, pelo menos, dois anos e atender a critérios cadastrais e de prudências, usualmente utilizadas em operação de crédito. O projeto dispõe que caberá ao Conselho Monetário Nacional estabelecer as condições relativas ao pagamento de juros e amortizações extraordinárias e antecipadas à prestação e execução de garantias e aos limites para a despesa administrativa do Fundo do Empreendedor Emigrante. Por fim, o projeto determina que os recursos da conta de poupança do emigrante serão mantidos em depósito no Banco Central, a crédito do agente financeiro ou por este utilizado no financiamento de operações e exportação, ou na capitalização do Fundo do Empreendedor Emigrante, conforme regras do Conselho Monetário Nacional. Na justificação, o autor argumenta que milhares de brasileiros emigram para vários países do mundo, em busca de emprego e renda,

especialmente no chamado primeiro mundo, esse que está em crise total. Todavia, não existe um mecanismo que facilite a internalização da poupança da parte desses emigrantes. Segundo o autor, o Senador Marcelo Crivella [soa campainha], pelo fato de não poderem manter uma conta em moeda estrangeira no Brasil, os emigrantes não querem correr o risco de depreciação de suas economias, no caso de desvalorização cambial. Logo, enviam apenas pequenas parcelas de suas poupanças para manutenção de suas famílias e, assim mesmo, sujeitos à intermediação formal e arriscada. Com isso, perde o país que não incorpora essas divisas em suas reservas internacionais.

A proposição visa, sim, a criar condições que estimulem os emigrantes brasileiros, sem o status de residência no exterior, a internalizar suas poupanças no Brasil, por meio da conta de poupança do emigrante. Trata-se de iniciativa conforme o autor, semelhante adotada por Portugal, onde os recursos são utilizados para financiamentos imobiliários e instalações de atividades industriais e agropecuárias. Nesse sentido, o projeto prevê a instituição de um fundo a ser dotado, parcialmente, pela poupança internalizada dos emigrantes, destinada a financiar projetos dos próprios emigrantes, desde que a conta-poupança tenha mais de dois anos, e que o crédito solicitado esteja vinculado à poupança de microcrédito do MDIC. Foram apresentadas seis emendas ao projeto.

Sr. Presidente, eu quero anunciar que a iniciativa do Senador Crivella, que recebeu emendas do primeiro relator, o Senador Tourinho, também do Senador Arthur Virgílio e do senador... Que apresentaram sete emendas, todas muito interessantes, todas têm um sentido de contribuir com projetos, algumas ficaram repetitivas, mas o certo é que, para poder viabilizar o projeto, apresentei uma proposta de substitutivo para contribuir com o nosso colega Crivella e ver o seu projeto aprovado, que é o que, digamos assim, é mais importante para os Srs. Senadores, é verem as suas proposições tramitarem e serem acolhidas. Se tiverem alguma questão com dificuldade, nós buscamos corrigir no substitutivo que apresento e que passo... Já que se trata de substitutivo, Sr. Presidente, eu me vejo na obrigação de fazer uma leitura rápida.

Projeto de Lei do Senado nº 174, substitutivo de 2004. “Institui a poupança emigrante e o Fundo de Financiamento ao Emigrante Empreendedor, com vistas a incrementar a entrada de divisa no país e estimular o investimento e o crescimento do emprego”. Art. 1º: “São instituídas por esta lei”. Inciso I: “A conta em moeda estrangeira, no território nacional, denominada poupança emigrante, a ser formada por recursos relativos a ingresso no país de valores em moedas

estrangeiras, promovido por cidadãos brasileiros, residentes no exterior”. 2: “O Fundo de Financiamento ao Emigrante Empreendedor – FFEE, de natureza contábil, sujeito ao regime jurídico e direito privado, destinado à concessão e financiamento a detentores de conta de poupança emigrante, de acordo com regulamentação própria dos processos conduzidos pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio”. § 1º: “Abertura e manutenção de poupança emigrante depende da comprovação anual, perante autoridade diplomática do consulado brasileiro da área de residência do emigrante, de que esse exerça atividade remunerada no país, e ali reside há mais de seis meses, de forma consecutiva ou intercalada”. § 2º: “A poupança emigrante pode ser cotitulada por pessoas vivendo no país ou no exterior”. § 3º: “Cada emigrante pode ser titular ou cotitular de uma única conta-poupança emigrante”. § 4º: “A não comprovação anual a que se refere o § 1º deste artigo implicará a transformação automática do saldo de conta da poupança emigrante em depósito da caderneta de poupança, aplicando-se as normas correspondentes”. Art. 2º: “A conta de poupança emigrante será contabilizada na moeda estrangeira em que foi feito o depósito, com as seguintes características: inciso I: remuneração equivalente ao rendimento de juros nominais aplicada ao depósito de caderneta de poupança. Tratamento tributário: equivalente ao aplicado em depósito em poupança. Livre movimentação para débito e crédito pelos seus titulares, dentro dos limites estipulados no inciso V e VI”. Inciso IV: “Débitos no país feitos obrigatoriamente em real pela taxa de câmbio do mercado flutuante”. V: “Limite máximo de depósitos mensais equivalente a 20 mil reais”. § 1º: “O limite de que trata o inciso V será reajustado anualmente, a maior ou menor, pela variação da taxa de câmbio entre o real e o dólar dos Estados Unidos da América”. § 2º: “As instituições financeiras públicas e privadas poderão exercer a função de agente financeiro, encarregado de administrar a poupança emigrante, conforme o regulamento de norma baixada pelo Conselho Monetário Nacional”. Art. 3º: “Os recursos mantidos nas contas de poupança do empreendedor serão depositadas no Banco Central do Brasil a crédito do agente financeiro, ou por esse juizado, no financiamento de operações, exportação ou capitalização do Fundo, conforme regra do Conselho Monetário Nacional”. Art. 4º: “Constitui disponibilidade financeira do Fundo, dotação orçamentária consignada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio; 2: percentual do saldo do depósito das contas de poupança emigrantes a serem definidas pelo Conselho Monetário Nacional; 3: taxa e emolumentos cobrados dos participantes dos processos de transação para o financiamento; 4: encargos e

sanções contratualmente cobrados nos financiamentos conseguidos pelo Fundo; 5: receitas patrimoniais; 6: rendimentos e aplicações financeiras sobre suas disponibilidades”. § 1º: “A disponibilidade de caixa do Fundo deverá ser mantida em depósito na conta única do Tesouro Nacional”. § 2º: “O Conselho Monetário Nacional regulamentará o limite para as despesas administrativas do fundo”. Art. 5º: “A gestão financeira do Fundo será: 1: ao MDIC, na qualidade de formulador da política de oferta de crédito a emigrantes que retornam ao país, com o objetivo de constituir, participar, adquirir ou investir em micro e pequena empresa, e 2: ao Banco do Brasil SA e a Caixa Econômica Federal, na qualidade de agências operadoras administradoras dos ativos e passivos, conforme regulamentos e norma baixada pelo Conselho Monetário Nacional”. § 1º: “O MDIC editará regulamento que disporá, inclusive, sobre as regras da seleção de pessoas físicas e jurídicas a serem financiadas pelo Fundo”. § 2º: “O MDIC poderá contar com o assessoramento do Conselho de natureza consultiva, cujos integrantes serão designados pelo Ministro do Estado”. § 3º: “De acordo com o limite de crédito, estabelecido pelo agente operador, e com base na política e oferta de crédito, regulamentação da seleção do MDIC, as instituições financeiras poderão, na qualidade de agentes financeiros, conceder financiamentos com recursos do FIES”. Art. 6º: “Os financiamentos, concedidos com recursos do Fundo, deverão observar o seguinte: inciso I: o montante máximo do empréstimo será o menor dentro dos seguintes valores: a) 150 mil reais; b) duas vezes o valor do saldo médio da conta do pleiteante nos últimos doze meses, contabilizadas em reais à taxa de câmbio de venda do mercado flutuante, na data da concessão do crédito. II: o pleiteante deverá ser detentor da caderneta de poupança e emigrante a, pelo menos, 36 meses, quando do pleito. Inciso III: taxa de juros. Taxa de juros de longo prazo, TJLP, ajustada mediante critério a ser definido pelo Conselho Monetário Nacional, visando equalização entre as taxas médias de aplicação do Fundo e a taxa média de remuneração da poupança emigrante, custo de captação. Inciso IV: prazo máximo de 15 anos. § 1º: “O valor de que trata o inciso I, alínea A, deste artigo, será reajustada a maior ou a menor, anualmente, pela variação da taxa de câmbio entre o real e o dólar dos Estados Unidos da América”. § 2º: “O disposto nesta lei [soa campanha] não obriga a concessão de empréstimo, caso o solicitante não atenda aos critérios cadastrais e prudenciais, utilizados pela instituição financeira para suas demais operações de crédito”. § 3º: “O Conselho Monetário Nacional estabelecerá as condições em que se farão os pagamentos de juros ao longo do contrato de empréstimo, as

possibilidades de demonstração extraordinária e antecipado o financiamento, a prestação de garantias, a execução de garantias, em caso de inadimplência, bem como decidirá sobre a possibilidade de refinanciamento da dívida e a tomada de novos empréstimos por tomadores que já tenham quitados os seus financiamentos”. E art. 7º: “Esta lei entra em vigor na data de sua publicação”. Sala das Comissões, Presidente, relator. É este o substitutivo, Sr. Presidente, ao projeto do [soa campanha] Senador Crivella, que eu considero de grande significado para os que emigraram por razões, muitas vezes, de ter um emprego, um trabalho no exterior, e para o país, porque tem condições de receber esses recursos de emigrantes que são residentes, comprovadamente, no exterior e trabalham no exterior, vivem, às vezes, em condições difíceis, mas, ainda assim, procuram fazer remessas para o Brasil, no sentido de ajudar, muitas vezes, suas famílias, e nada mais justo de que eles possam ter direito a um fundo especial que lhe permita, no futuro, garantir empréstimos e transformar os empreendedores.

Acho que o objetivo do Senador Crivella é justo e merece o nosso apoio.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Peço a palavra, Sr. Presidente.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): É este o relatório, Sr. Presidente, pela aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): A matéria continua em discussão.

Com a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): O Senador, meu xará, Antonio Carlos, deseja falar. E eu gostaria que ele falasse primeiro, eu falaria por último, então. Agradeço à V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEMBA): Sr. Presidente.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Senador Antonio Carlos, só para efeito de registro, as emendas foram do Senador Tourinho, as cinco primeiras, e as seguintes, do Senador Arthur Virgílio, e a que eu não citei, do Senador Delcídio Amaral, que foi a última emenda apresentada ao projeto. Obrigada, senador.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEMBA): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, o projeto é meritório, é uma iniciativa pioneira, é interessante trazer recursos de brasileiros residentes no exterior, que, inclusive, podem, depois, serem revertidos para o

financiamento de projetos que estes brasileiros tenham interesse aqui no Brasil, inclusive projetos de pequena e média empresa, o que é importante.

Então, eu concordo com o projeto. É pena que, aqui, no art. 6º, no inciso III, a redação ficou um pouco confusa, com as taxas de juros de longo prazo, ajustada mediante critério a serem definidos pelo Conselho Monetário Nacional, visando a equalização entre as taxas médias do Fundo e da poupança. Na verdade, o que é que é? O ativo, que são os empréstimos, tem que ter uma taxa superior ao passivo, que, no caso, é a poupança. Então, tem que haver um spread aí, e a TJLP seca, ela não promoveria, digamos, essa forma de remuneração, porque você tem agente financeiro. Então, ela será, a TJLP, mais um spread. É isso que não ficou claro, a redação ficou um pouco truncada, mas eu entendi. Agora, essa redação poderia ficar um pouco mais adequada se explicitasse que haveria um plus ou um spread que possibilitaria, então, a equalização, e, aí, um ligeiro diferencial em favor do empréstimo contra o depósito de poupança, para que a gestão do fundo e os envolvidos fossem remunerados.

Então, eu entendi, isso não tira o mérito do projeto. Só que essa redação poderia ter sido feita de uma forma mais clara para que ficasse mais fácil de ser entendida. Mas isso não tira o mérito do projeto. O projeto é meritório. O relatório do Senador Inácio Arruda é na direção correta, e essa redação é que ela poderia melhorar um pouco para tornar mais clara a forma de remuneração, digamos, do custo da operação e da remuneração dos depósitos.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, a relatoria--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra...

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): A relatoria fica já aberta para que a gente possa acolher... Tem razão o Senador Antonio Carlos Júnior. Nós precisamos encontrar aqui um mecanismo para ficar também uma--

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEMB-BA): Não é bronca, é que a linguagem...

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Ficar bem ajustada. Porque o sentido do inciso já está resolvido, sugiro isso. O nosso problema é que precisa, de fato, e não está posto aqui, mas nós precisamos encontrar um mecanismo, porque spread ficou até meio amaldiçoado no Brasil.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEMB-BA): Mas uma margem...

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): O spread... Tem alguém querendo ganhar demais. Mas tem que ter uma vantagem para que os operadores--

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEMB-BA): Eu entendi perfeitamente.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Tem sentido.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEMB-BA): Não é que não faça sentido, é que poderia ficar mais claro. Eu entendi. Para mim, não há dúvida no que é que está escrito aqui. Simplesmente ficou um pouco... Para efeito do público é que ficou um pouco truncado, mas, para mim, está entendido, e eu concordo com o projeto e concordo com o relatório do Senador Inácio Arruda.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sr. Presidente, esse projeto, na sua forma original, ingressou no Senado Federal como um projeto autorizativo; isto é, uma proposição da iniciativa do Senador Crivella, que sugeria ao Executivo a criação da poupança emigrante e, ao mesmo tempo, a criação do Fundo de Financiamento a Emigrante Empreendedor.

Entretanto, o Senador Inácio Arruda, do PCdoB do Ceará, nosso companheiro de bancada, de apoio ao Governo, tomou a iniciativa de converter o projeto autorizativo numa proposição, já em caráter terminativo, num Projeto de Lei, isto é, sujeito à sanção ou veto presidencial. Significando dizer, Sr. Presidente, que nós temos que adotar determinadas cautelas, no sentido de que, com essa conversão de um projeto autorizativo num Projeto de Lei, não possamos incidir num ato de inconstitucionalidade por vício de iniciativa, de vez que muito embora o projeto tenha nuances e finalidades que nós estamos inteiramente de acordo, porque ele visa proporcionar ao brasileiro, residente no exterior, que adquiriu alguma renda, utilizar-se do meio, através do qual o seu rendimento possa ter alguma remuneração, através da Caixa Econômica e do Banco do Brasil, e também a criação de um fundo e a possibilidade do aproveitamento desse Fundo para investir. Sem dúvida alguma que é uma proposição do mais alto alcance social.

Entretanto, Sr. Presidente, quero crer que esta proposição, ao mudar a sua forma de ser, projeto autorizativo para projeto de lei, pode configurar uma flagrante inconstitucionalidade, de vez que só o Executivo poderia entrar com a proposição, com essa finalidade. Entretanto, para dirimir qualquer dúvida, e quem sabe chegarmos a um denominador comum, a um consenso do ponto de vista jurídico, eu pediria ao nobre relator que aceitasse o requerimento da minha autoria, porque o projeto não vou nem pedir vista, a não que

seja obrigado, nem votarei contra, a não ser que seja obrigado; mas eu sugiro ao nobre relator que, comigo, assinemos um requerimento da ouvida Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, para que venha fazer uma análise acurada do projeto, sob o ponto de vista de sua constitucionalidade. Se a Comissão de Justiça decidir pela sua constitucionalidade, aí não há problema nenhum. Eu estarei pronto para votar favorável e induzir aos órgãos do Governo, como o Banco Central, Ministério da Fazenda, que estão um tanto relutantes sobre esse projeto, sobre a mudança do autorizativo para o Projeto de Lei, e eu gostaria de pedir ao nobre relator que aceite essa ideia de enviar o projeto para a Comissão de Justiça, sem nenhum prejuízo da sua tramitação normal nesta Casa, no Senado Federal.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, se não for um ato anti-regimental--

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Um requerimento, eu farei um requerimento.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Se o requerimento não for um ato anti-regimental, eu não tenho nenhum óbice, mas o projeto é terminativo na Comissão de Assuntos Econômicos, e nós estamos apreciando o parecer na Comissão de Assuntos Econômicos. A Comissão de Justiça, se tivesse que apreciar, deveria ser previamente. Nós já estamos numa outra fase. Então, nós teríamos que truncar a tramitação, para que pudesse ser feita essa, tomada essa iniciativa do Senador Valadares. Mas, antes de examinar o requerimento do Senador Valadares, ocorre que a Fazenda deveria ser, numa situação como essa, a principal incentivadora, porque nós não estamos criando despesa para o Estado; nada, absolutamente nada. Nós estamos querendo ajudar o país a arrecadar divisas. Então, sinceramente, se a Fazenda for contra arrecadar divisas... Eu só vejo a propaganda de que tem que aumentar divisas, que é importante ter divisas, e, quando as divisas são de emigrantes brasileiros que podem se transformar em empreendedores no país, aí, sinceramente, a Fazenda está tendo uma dificuldade, ou nós estamos tendo grande dificuldade de compreensão ou a Fazenda não está entendendo que nós queremos ajudar o nosso país e ajudar os emigrantes brasileiros que tiveram que emigrar por razões sobejas de conhecimento público, de dificuldades nossas no nosso país.

Então, sinceramente, eu não crio nenhuma objeção, Senador Valadares, a ter requerimento, a que a matéria seja examinada por uma, duas, três comissões. Tem mais demora, mas, sinceramente, sempre ajuda. Agora, não há razão para isso.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEMB-BA): Senador Arruda, o senhor me permite um... O próprio parecer... No final da página 304, e um pedaço da página 305, há defesa da constitucionalidade e da juridicidade do projeto. Então, aqui, eu acho que esse entendimento do relator aqui já é uma defesa da... Aqui, nós temos prerrogativas para adotar esse tipo de posicionamento. Então...

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Com exame de mérito já é feito aqui.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEMB-BA): Não, incluindo a Mesa. Inclusive, aqui... Aqui, dessa forma, não há óbices ao Projeto de Lei sob o ponto de vista constitucional ou jurídico, a proposição está, inegavelmente, inserida no rol dos assuntos financeiros passíveis de iniciativa legislativa pelos congressistas e, por outro lado, visa preencher uma lacuna na legislação, ao permitir que os brasileiros, residentes no exterior, possam manter suas poupanças depositadas no país. Deve-se apenas observar... O Projeto de Lei autorizativo não caberia a rigor, neste caso, porquanto, a Lei nº 4.595 já autoriza o Poder Executivo, por meio do Conselho Monetário, a criar o tipo da conta de depósito que se refere à proposição. Tanto assim que o Conselho Monetário editou, recentemente, resolução, regulamentando o assunto. Todavia, em nosso entendimento, nada impede o Congresso Nacional de dispor, de forma determinativa, sobre a criação da poupança emigrante, tendo em vista a sua competência constituída no art. 48, no inciso VIII, da Constituição Federal. Por outro lado, a Carta Magna veda a instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa, a Constituição Federal, art. 167, inciso IX. Portanto, a constituição do Fundo ora proposta, mediante em lei, está em consonância com o citado mandamento constitucional. Então, aqui já há uma defesa, no próprio relatório, uma defesa da constitucionalidade do projeto.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, eu quero saber se--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Antonio Carlos Valadares com a palavra.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Quero saber se Esse requerimento é possível, da audiência da Comissão de Justiça, anterior à votação ou depois da votação?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Porque... Sr. Presidente, uma questão da ordem. É que se tratando como a matéria foi distribuída para a Comissão de Assuntos Econômicos, em caráter terminativo, cabe à Comissão de Assuntos Econômicos examinar a constitucionalidade e a juridicidade. A rigor, ela não

precisa ir à Comissão de Justiça porque nós estamos imbuídos dessa prerrogativa aqui na Comissão de Assuntos Econômicos. A Mesa do Senado já nos deu essa prerrogativa. Podemos fazer, mas essa prerrogativa já está conosco, é tanto que, ao examinar a matéria, nós tivemos que fazer o exame da constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa, nós tivemos que fazer toda--

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Quando a Mesa distribui somente para a Comissão, a oitiva da CCJ não é obrigatória, só se a Comissão assim o entender.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Muito bem.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu lembro aos senadores que a matéria exige *quórum* qualificado. Sendo assim, o Senador Antonio Carlos Valadares poderá requerer que a Comissão delibere sobre a necessidade de termos um parecer da Comissão de Constituição e Justiça. Mas só quem pode deliberar é a Comissão, ou, então, V. Exa. poderá fazer isso em plenário; no plenário do Senado.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): V. Exa. tem toda razão. V. Exa. me concede a palavra?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra V. Exa.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): O art. 101 do nosso Regimento, inciso I, diz que cabe à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade das matérias que lhe forem submetidas por deliberação do plenário, por despacho da presidência, por consulta de qualquer Comissão, ou, quando, em virtude desses aspectos, houver recursos de decisão terminativa de Comissão para o plenário.

Então, o que eu estou invocando aqui é a regularidade, a legalidade do nosso pedido de consultar à Comissão de Justiça sobre a validade desta proposta, do ponto de vista constitucional. Só isso que eu gostaria.

Não existe nenhum fator impeditivo de que esta Comissão decida consultar, antes de decidir, a Comissão de Justiça.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): V. Exa., então, solicita que a comissão--

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): De Justiça seja ouvida, ou seja--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Ouvida.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): --haja uma consulta. Nós vamos fazer uma consulta ao órgão competente do Senado Federal, que é a Comissão de Justiça, para saber da constitucionalidade da matéria, que... Aliás, o Procurador da Fazenda Nacional já nos certificou de que essa matéria é inconstitucional, mas a Procuradoria não é órgão do Senado, por isso que nós queremos ouvir o órgão específico da nossa casa, que é a Procuradoria-Geral da Fazenda Pública Nacional. Mas, como a Procuradoria não é órgão da nossa instituição e da nossa organização político-administrativa, e, sim, a Comissão de Justiça, eu faria o requerimento, Sr. Presidente, daqui a pouco, neste sentido.

Agora, gostaria de contar com o apoio do nobre relator que emitiu, realmente, um parecer, com o maior brilhantismo, com a melhor das intenções. Mas o que adianta a gente aprovar uma matéria e lá o presidente vetar por inconstitucionalidade. Vamos contornar tudo isso na Comissão de Justiça.

Agradeço à V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): V. Exa., então, vai redigir a consulta, o requerimento de consulta?

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Requerimento de consulta. Isso mesmo, Presidente. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Solicito ao Senador Tasso Jereissati que faça a leitura do parecer ao projeto não terminativo, item nº 15 da pauta. V. Exa. está com a pauta aí? É o item nº 15.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Ok, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Altera o art. 17 da Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 97, para prorrogar por mais dez anos a não incidência do adicional ao frete para renovação da Marinha Mercante, sobre as mercadorias cuja origem ou destino final seja ponto localizado na Região Norte ou Nordeste do país. Autoria: Senador César Borges; relator: Senador Tasso Jereissati.

Com a palavra o Senador Tasso Jereissati.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Senador Garibaldi Alves Filho, [soa campanha] Srs. Senadores, o Projeto de Lei do Senado, PLS nº 238/2006, de autoria do nobre Senador César Borges, que altera o art. 17 da Lei 9.432, de 8 de janeiro de 97, dispõe sobre a ordenação do transporte aquaviário e dá outras providências, para prorrogar, por mais dez anos, a não incidência do adicional ao frete para renovação da Marinha Mercante sobre as mercadorias cuja origem ou destino final seja porto localizado na Região Norte ou

Nordeste do país. A emenda do Senador Casagrande, Renato Casagrande, propõe a alteração da redação do dispositivo supracitado [soa campanha], para que a isenção da cobrança seja concedida aos portos localizados nas áreas de atuação da superintendência de desenvolvimento da Amazônia – SUDAM – e do Nordeste – SUDENE.

Análise: o PLS nº 238/2006 atende aos preceitos constitucionais de competência e iniciativa do Congresso Nacional e às normas constitucionais específicas sobre a matéria. A proposição também atende ao requisito de juridicidade, ela é a forma mais adequada para tratar do assunto, dado que visa modificar a lei ordinária. [soa campanha]. O Projeto de Lei do ilustre Senador César Borges tem por objetivo prorrogar a mencionada isenção por mais de dez anos. Há várias razões para que isso seja feito, dentre as quais se destaca o fato de os motivos para concessão permanecerem, infelizmente, tão atuais quanto em 97. As regiões Norte e Nordeste continuam sendo as menos desenvolvidas no Brasil. Nesse sentido, deve-se ressaltar que o objetivo da redução das igualdades regionais encontra guarida na Constituição Federal de 88, que, em seu art. 3º, estabelece que a redução das desigualdades é um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil. A redução das diferenças entre as regiões também é um dos princípios da ordem econômica estabelecidos no art. 170 da Carta Magna.

A emenda, apresentada pelo nobre Senador Renato Casagrande, vem aperfeiçoar o PLS 238. Há áreas do Estado que não pertencem às regiões Norte e Nordeste e que têm características sociais e econômicas similares a dessas regiões. É o caso, por exemplo, do Espírito Santo, que junta com os municípios, que conta com os municípios que fazem parte da área de atuação da SUDENE. Justifica-se, portanto, a isenção da cobrança da AFRMM para portos aí localizados. Ademais, a emenda do Senador Casagrande vem sanar também problema de redação observado no PLS, ao grafar, por extenso, o numeral 20, adequando-os aos ditamos da Lei Complementar nº 95/98.

O nosso voto, diante do exposto, é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 238 e aprovação da emenda do Senador Renato Casagrande, que dá nova redação ao art. 17, da Lei 9.432, de 8 de janeiro de 77, nos termos do art. 1º do PLS.

Esse é o meu voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): A matéria está em discussão. Em votação o parecer do relator.

Com a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES

(PSB-SE): Presidente, é de bom alvitre que eu possa ler aqui uma análise que nos foi enviada pelo Comandante da Marinha do Brasil. Faz uma análise sobre o andamento, a tramitação desta matéria, mostrando que ela vem alterar vários dispositivos e conclui pela rejeição. Ela sugere a rejeição, a Marinha.

Então, eu vou fazer a leitura, se V. Exa. me permitir, porque se trata de uma matéria um tanto complexa. O adicional ao frete para renovação da Marinha Mercante está intrinsecamente ligado ao Fundo da Marinha Mercante, o qual foi criado com o propósito de promover o desenvolvimento da Marinha Mercante. Nesse sentido, o adicional de frete para renovação da Marinha Mercante destina-se a atender aos encargos da intervenção da União nas atividades de navegação mercante, nos termos do Decreto Lei 2.404, de 1987.

A administração do Fundo, exercida pelo Ministério dos Transportes, por intermédio do Conselho Diretor de Fundo, tendo o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, outro banco oficial federal, como agente financeiro, a partir de 2001, com entrada em vigor da Lei nº 10.826, de 23 de março de 2001, foram introduzidas diversas alterações na legislação, referente ao Fundo da Marinha Mercante e ao chamado adicional ao frete para renovação da Marinha Mercante, das quais destacam-se: redução do adicional ao frete, para a navegação de longo curso, de 50 para 25%; redução do adicional-frete, para a navegação de cabotagem, de 20% para 10%; isenção, também, ainda, desse frete para navegação fluvial e lacustre, exceto quando se tratar de cargas de granéis líquidos, transportados no âmbito das regiões Norte e Nordeste, sobre os quais incidirão o percentual de 40%; modificação na forma e percentuais do produto da arrecadação destinada ao Fundo da Marinha Mercante, consoante à nova redação do art. 8º, do Decreto Lei nº 2.404, e modificação da aplicação dos recursos do fundo, constante à nova redação do art. 16, do citado decreto.

Nesse sentido, cabe ressaltar o fato de que, se, antes, a utilização dos recursos para a construção das embarcações auxiliares, hidrográficas e oceanográficas para a Marinha do Brasil tinha o caráter de complementaridade pela nova redação, o financiamento é efetuado diretamente, sem as restrições, até então, existentes, em face do parágrafo único, do art. 17, e a revogação do parágrafo único, do art. 15, do já mencionado decreto, que determinava o recolhimento dos recursos ao Banco do Brasil.

Em 2004, foi sancionada a Lei 10.893, já alterada por diversas medidas provisórias, a qual revogou dispositivo das normas legais acima mencionadas. Assim, em tese, o Fundo da Marinha Mercante é destinada a

prover recursos para o desenvolvimento da Marinha Mercante e à indústria de construção e reparação naval, podendo os recursos serem aplicados em apoio financeiro, reembolsável a empresas brasileiras de navegação, a estaleiros brasileiros, para a produção de embarcações para empresas brasileiras e para exportação à Marinha Mercante do Brasil, à Marinha do Brasil, digo melhor, para a construção de embarcações auxiliares, hidrográficas e oceanográficas, em estaleiros brasileiros. É importante ressaltar que o produto da arrecadação do adicional ao frete será destinado também ao Fundo da Marinha Mercante, sendo que, dessa parcela, na conformidade da autorização contida no art. 17, da Lei 10.893/2004, parte se destina à Marinha, conforme transcrição feita abaixo.

Relevante salientar que, durante o trâmite do Projeto de Lei que deu origem à Lei 10.893, sobre a mencionada, foi inserido um art. 51, o qual foi integralmente vetado pelo Presidente da República. E adiante. Quanto à Lei nº 9.432, foi fundamentada constitucionalmente no art. 178, da Carta Magna, conforme transcrição a seguir. Art. 178 da Constituição: "A lei disporá sobre a ordenação dos transportes aéreo, aquático e terrestre, devendo, quanto à ordenação do transporte internacional, observar os acordos firmados pela união, atendido o princípio da reciprocidade". Parágrafo único: "Na ordenação do transporte aquático, a lei estabelecerá as condições em que o transporte de mercadorias na cabotagem e a navegação interior poderão ser feitos por embarcações estrangeiras". O dispositivo acima promoveu a quebra do monopólio da navegação de cabotagem, por navios brasileiros, e fundamentou a edição da Lei 9.432, a qual dispõe sobre a ordenação do transporte aquaviário. Na ocasião, constou da exposição de motivos o entendimento de se tratar de iniciativa da maior significação, no sentido de obter a redução do custo do transporte aquaviário, uma vez que proporcionaria um substancial aumento da competitividade no setor, sem, contudo, expor a frota nacional a uma concorrência desequilibrada com as empresas estrangeiras.

O PLS, em comento, diz a Marinha, busca reproduzir iniciativa, anteriormente vetada, para prorrogar o prazo de isenção do adicional de frete para as regiões Norte e Nordeste. Quer dizer, o Presidente já vetou, e, agora, esta matéria volta à tona, através do PLS. Tal isenção poderá implicar o ressarcimento, pelo Fundo da Marinha Mercante, em igual valor às empresas brasileiras de navegação, o que acarretará redução de recursos orçamentários para outros fins, inclusive os de cunho social--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Permite-me um aparte, nobre Senador--

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): --anualmente proporcional de receitas, como mencionado anteriormente nas razões do veto. Destarte, esta força entende, a Marinha entende que o PLS--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Permite-me um aparte, Senador Valadares?

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): --dispõe sobre matéria da competência privativa do Presidente da República, conforme estabelece o inciso II, do § 1º, do art. 61, da Constituição Federal, incorrendo em vício de inconstitucionalidade. Consequentemente, caso a matéria seja aprovada, diz a Marinha, a isenção do adicional de frete fará com que haja menos recursos no Fundo da Marinha Mercante e menor será o valor do repasse e ao fundo naval. Diferentemente do que consta da justificativa do PLS, o adicional de frete não representa um mecanismo de concentração de riqueza, retirando os recursos dos estados pobres para destiná-los aos estados mais ricos, onde está concentrada a indústria.

O propósito da Lei nº 10.893 é muito mais amplo, tendo em vista que o adicional de frete destina-se a atender aos encargos da intervenção da União, no apoio ao desenvolvimento da Marinha Mercante e da indústria de construção e reparação naval brasileira.

Então, quem é que assina esse documento? Assessor Adjunto de Acompanhamento Legislativo, Capitão-de-Corveta, Paulo Santos de Oliveira, e também assina o Capitão-de-mar-e-guerra, Assessor Chefe Parlamentar, Bento Costa Lima Leite de Albuquerque Júnior, todos em nome da Marinha Brasileira.

Então, eu faço essa ponderação aos Srs. Senadores. Na verdade, se trata--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Para discutir, Presidente.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): --Eu sou um senador do Nordeste.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Pensei que era o Mercadante que estava falando.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Por favor, não faça essa gozação, Senador Tasso Jereissati, porque eu estimo muito V. Exa. V. Exa. sabe que nós lutamos pelo desenvolvimento do Nordeste desde muitas épocas, inclusive quando fomos juntos governadores. V. Exa., um grande governador do Ceará, e eu, do Estado de Sergipe.

E, aqui, eu continuo sendo, em primeiro lugar, um defensor do Nordeste. Agora, em atenção à Marinha Brasileira, que eu admiro pelo equilíbrio, moderação de suas atividades e, acima de tudo, pelo compromisso democrático em observar as nossas leis, a nossa democracia, pelo fortalecimento do Poder Legislati-

vo, tanto que se dirige com toda a cordialidade, com todo respeito ao Poder Legislativo. Então, nós devemos acatar, pelo menos fazer a leitura, para que nós possamos refletir sobre os objetivos meritórios desse projeto. Vamos ouvir o nobre...

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o relator que tem prioridade, o Senador Tasso Jereissati. Em seguida, o Senador Flexa Ribeiro e o Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Sr. Senador, Presidente, evidentemente que nós reconhecemos e louvamos até a iniciativa do ilustre, laborioso, Senador Antonio Carlos Valadares, que é um dos senadores mais aplicados desta Casa, e que eu louvo mais ainda essa iniciativa, porque eu sei que, no coração e na razão, ele fez isso pelo seu espírito... Ele leu essa nota pelo seu espírito democrático e pela admiração que ele tem pela Marinha Brasileira, porque eu sei que, de coração e de razão, ele está de acordo com a nossa proposta. As razões da Marinha são sempre meritórias, mas são as mesmas razões que uma Receita Federal ou um Governo Federal aponta, quando é contra qualquer tipo de incentivo dado a Região Nordeste. Por exemplo, isenção de imposto de renda para a Região Nordeste. São as mesmas razões que essas entidades centrais que arrecadam os recursos se colocam contra. Evidentemente, o que a Marinha Mercante, com toda razão, que é a Marinha Brasileira, quer mais recursos para os fundos navais.

Mas, aqui, nós não estamos discutindo um assunto setorial; nós estamos discutindo um assunto regional e que está em jogo o desenvolvimento do Nordeste, e, se não forem dados incentivos, se não forem feitas diferenciações entre as regiões mais desenvolvidas e menos desenvolvidas, com certeza, nós estaremos eternizando essa atuação de pobreza e desnível de renda que existe hoje. Por essa razão é que eu gostaria de pedir, aplaudir a iniciativa do Senador César Borges, e pedir o voto, inclusive, do próprio Senador Antônio Carlos Valadares, que eu sei que ele o fará, já que toda a sua história estava voltada para o desenvolvimento regional. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra ao Senador...

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Senador, só para tentar ajudar a aprovar essa matéria, agora, na Comissão. Se há possibilidade de V. Exa., como relator, aceitar uma emenda, tratando da não incidência sobre a navegação de longo curso, porque há isenção sobre vários itens. Então, nós... Quem sabe a gente conseguindo isso aqui, que essa

não incidência não se dê para navegação de longo curso, então a gente consiga, com o entendimento com o Governo, no sentido de aprovar a matéria *in totum*, sem maiores atropelos e nem divergências.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Senador Valadares, eu lhe dou as minhas razões, porque, hoje, todas as regiões, todos os estados têm o desenvolvimento das exportações e dos seus portos para exportações. O Nordeste, dentre todas as suas desvantagens naturais, climáticas e etc., uma das suas grandes vantagens é a proximidade dos seus portos com os centros mais desenvolvidos, com a Europa, com os Estados Unidos e etc. Portanto, nós temos todas as condições de, num futuro próximo, com a infraestrutura que nós temos, e vamos ter, de ser a porta de entrada dos portos brasileiros, de entrada e saída da produção nacional e da importação nacional, da mesma maneira que o Norte é região privilegiada, quando se trata das suas relações comerciais, principalmente marítimas, com o norte do hemisfério e por que não dizer, até agora, com as novas relações, e a importância que cresce os países do norte da América do Sul?

Por essa razão, apesar de todo empenho que eu gostaria de ter em concordar com V. Exa., o longo curso é justamente aquele que nós estamos dando a maior prioridade, nesse momento, porque entendemos que é um incentivo que a nossa região precisa ter.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu lembro que a matéria não é terminativa nesta Comissão, ainda vai à Comissão de Desenvolvimento Regional.

Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente Senador Garibaldi Alves, Sr. Relator Senador Tasso Jereissati. Senador Antonio Carlos Valadares, sabe muito bem, V. Exa., que tenho no melhor conceito o trabalho que o Senador Valadares desenvolve no Senado Federal, mas não posso concordar com a solicitação feita por V. Exa. ao relator, que eu quero parabenizar, Senador Tasso Jereissati, pelo seu relatório, como ao Senador César Borges, pela relatoria do projeto, porque V. Exa., como todos nós, temos o maior respeito pela Marinha Brasileira, mas nós não podemos deixar de atender um preceito constitucional, que é de diminuir as desigualdades regionais em nosso país. Lamentavelmente, nós temos visto que, ao longo dessas últimas décadas, este esforço entre as regiões periféricas e as regiões desenvolvidas tem aumentado, apesar do esforço que as bancadas representativas dessas duas regiões fazem no Congresso Nacional. A não incidência do adicional de frete para a renovação de Marinha Mercante, nas regiões Norte e Nordeste, é da maior importância para que se possa

consolidar esse sistema de transporte nessas regiões. Nós temos, na Região Norte, na Região Amazônica, a possibilidade de ter implantado o sistema hidroviário, que é um sonho de todos nós, porque os nossos rios são as nossas estradas, e é preciso que se consolide esse transporte.

Então, um projeto, tão bem lembrado, de fazer a prorrogação, pelo Senador César Borges, tem que ter o apoio dos senadores, não só do Norte e Nordeste, mas de todos os senadores que querem a integração dessas regiões do processo de desenvolvimento nacional. E ainda, Senador Antonio Carlos Valadares, no relatório, na análise, feita pelo Senador Tasso Jereissati, ele dá demonstrações de que não haverá prejuízo ao Fundo de Marinha Mercante, pela não incidência desse adicional nos fretes, nos portos da Região Norte e Nordeste. Quando ele diz que, de 2001 e 2005, o adicional arrecadou, aproximadamente, 4 bilhões, conforme dados extraídos do SIAFI e que mais... E mais ainda, verifica-se que a utilização de dados do SIAFI, que as aplicações do Fundo de Marinha Mercante ficaram sistematicamente, Senador Valadares, aquém do volume de recursos arrecadados pelo adicional de fundo para a renovação da Marinha Mercante. Ou seja, a demanda de recursos é menor do que a existência de recursos no Fundo, Senador Jereissati. V. Exa. foi sábio ao colocar na sua análise esses dados que corroboram a defesa do seu parecer. Então, eu quero, aqui, ao parabenizá-lo, Senador Tasso Jereissati, pedir aos nossos pares e ao próprio Senador Valadares, que, brilhantemente, fez a leitura do ofício da Marinha Brasileira, para que nós possamos aprovar o projeto do Senador César Borges, e, na Comissão de Desenvolvimento Regional, onde ele é terminativo, nós possamos, se for o caso, aprofundar a discussão, mas tenho certeza absoluta que, lá, principalmente por ser uma Comissão que, como diz a própria denominação, é de desenvolvimento regional, esse projeto será aprovado por unanimidade. E eu espero que seja aprovado agora, na Comissão de Assuntos Econômicos.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): V. Exa. é o autor--

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Quero me inscrever.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Mas eu pediria permissão para dar a palavra ao Senador Antonio Carlos Júnior, e, em seguida, V. Exa.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Obrigado.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, esse projeto, de autoria do Senador César Borges, com relatoria do Senador Tasso Jereissati, é meritório, porque ele consegue juntar dois pontos importantes. O primeiro: a sobra de recursos arrecadados pelo Fundo de Marinha Mercante. Existe sobra de recursos, e, do outro lado, existe uma falta, uma carência enorme de recursos, nas regiões Norte e Nordeste. E a Constituição Federal, no seu art. 3º, inciso III, estabelece que a redução de desigualdades regionais é um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, e a redução das diferenças entre as regiões também é um princípio da ordem econômica, estabelecida no art. 170, da Carta Magna. Ora, então por que é que nós não vamos juntar essas duas situações, onde há sobra de recursos do Fundo, onde não há utilização plena desses recursos? Por que é que nós não vamos, então, beneficiar as regiões Norte e Nordeste, dando a isenção do recolhimento desse Fundo nas operações dentro dessas regiões? Então, é importante que esse projeto seja aprovado, porque ele reúne dois pontos interessantes, e um deles é fundamental, que é diminuir as desigualdades regionais. Então, portanto, o projeto é meritório, o projeto é importante, entendendo as colocações do Senador Valadares, porém, eu acredito que ele, como nordestino, também votará a favor.

Então, a minha colocação é no sentido de apoiar o projeto do Senador César Borges, apoiar o relatório do Senador Tasso Jereissati, ele é meritório e merece ser aprovado aqui e na Comissão de Desenvolvimento Regional.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador César Borges, autor do projeto.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente, o que me motivou a apresentar esse projeto foi exatamente tirar o ônus na economia de uma região que, normalmente, todos conhecem, tem uma economia deprimida em relação aos estados mais desenvolvidos do país. Então, a Região Norte e Nordeste não têm a mesma competitividade na dinâmica econômica que os estados do Sudeste do país, como São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul e até Santa Catarina e Rio de Janeiro. Então, não é possível que o Estado do Nordeste, os Estados do Nordeste e do Norte fiquem a financiar o desenvolvimento da indústria naval, que é concentrada exatamente nessa região.

Eu preparei aqui um documento, Sr. Presidente, e vou passar a ler. O Fundo de Marinha Mercante, que é considerado um dos principais instrumentos da Política de Fomento na Indústria Naval Brasileira, já tem 50 anos de criação, e, a despeito dos incentivos

concedidos nesse período, os dois principais pólos da construção naval do Brasil estão concentrados no Rio de Janeiro e em Santa Catarina, regiões mais prósperas do país. Quando se coloca alguma coisa para o Nordeste, o Senador Flexa que estava... Porque tem lá uma pequena construção, encomenda para Pernambuco, é como se fosse você a compensar um pouquinho e dar ali uma parcela mínima ao Estado de Pernambuco, como também, às vezes, dar uma parcela mínima à Bahia. Mas não passa disso, a concentração, 90%, ou mais do que isso, Senador Flexa--

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE):

[pronunciamento fora do microfone].

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Não,

Saveiro, sim, é uma construção, eu diria, de séculos, existente na Bahia, que veio da Índia, trazida pelos portugueses, mas, lamentavelmente, Senador Tasso, em fase de extinção. Os Saveiros, lamentavelmente, em fase de extinção, que é uma tradição local. Mas não é nenhuma construção industrial. Não há, sem sombra de dúvida, um pólo de construção naval no Nordeste Brasileiro.

Então, quando se pretende acabar com a isenção existente, para contribuir para este Fundo para a Região Norte e Nordeste do Brasil, mais uma vez, acredito que falta sensibilidade a quem elabora uma política pública desse jaez, como, por exemplo, a criação do Fundo da Marinha Mercante, querendo tirar recursos do Norte e Nordeste, porque, no momento que você acrescenta um fundo e onera as exportações e importações nos portos nordestinos, você está criando um peso econômico para a região. Para quê? Para tirar esse recurso e levar para os estados onde têm a industrial naval. Então, é o mais pobre financiando o mais rico, num sistema perverso de drenagem de recursos das nossas regiões, Sr. Presidente, e V. Exa. é um nordestino ilustre e sabe da dificuldade, como governador – o Senador Tasso está aqui do lado -, para enfrentarmos essas políticas concentradoras--

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA):

Senador César Borges, só uma intervenção rápida.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Pois

não, Senador.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA):

Ainda o seguinte: o Fundo tem sobra de recurso. Quer dizer, isso ainda se agrava mais a situação. O Fundo tem sobra. Ou seja, o Fundo não necessita do recolhimento das operações do Norte e Nordeste, porque ele tem sobra. Então, isso agrava mais ainda a situação e torna mais meritória ainda o projeto.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Pois

é. Então, seria desnecessário hoje esses recursos,

mas não, mas não, vamos retirar mais recursos do Nordeste.

Na minha justificativa, eu digo, inclusive, Senador Antonio Carlos Júnior, o adicional ao frete para renovação da Marinha Mercante é uma contribuição para o apoio do desenvolvimento da Marinha Mercante, indústria de construção e reparação naval brasileira. O valor é cobrado de empresas de navegação que usam os portos brasileiros. A Lei 9.432, de 8 de janeiro de 1997, que dispõe sobre a ordenação do transporte aquaviário, em seu art. 17, concedeu isenção ao recolhimento da AFREM sobre as mercadorias cuja origem ou destino final seja porto localizado na Região Norte ou Nordeste do país por um período de dez anos. Pois bem, esse período está vencendo. Então, agora, querem cobrar. Ou seja, esse ônus, que não existe hoje, vai passar a existir sobre a economia nordestina. Tal isenção se justifica pelo fato de o Norte e o Nordeste apresentarem menor desenvolvimento econômico e as demais regiões do Brasil. Cito, inclusive, dados do IBGE de 2003, que mostram que, apesar do Norte e Nordeste concentrarem cerca de 5,9% e 28,4; 5,9 para o Norte, 28,4 para o Nordeste, da população brasileira, detêm apenas, no caso do Nordeste, 5% do PIB, do Norte, e, do Nordeste, 13,8. Então, Senador Tasso, enquanto nós temos 28,4% da população brasileira, nós só produzimos 13,8 do Produto Interno Bruto, e podemos aqui citar diversos outros parâmetros de comparação, e sempre há uma desvantagem comparativa do Nordeste em relação ao sul maravilha, ao Sul e Sudeste desenvolvido.

Então, esse adicional de frete da Marinha Mercante representa, na verdade, um mecanismo de concentração de riqueza, na medida em que retira recursos de estados pobres para destiná-la aos estados mais ricos, onde está concentrada a indústria dos estaleiros navais. Isso representa uma afronta ao objetivo fundamental de reduzir as desigualdades regionais que estão previstas na nossa Constituição Federal, no art. 3º. Portanto, terminar essa isenção poderá comprometer a competitividade de diversos setores industriais do Norte e Nordeste, que trabalham com produtos de baixo valor agregado, e, como conseqüência, crescerá impacto de 25% no custo do frete marítimo. Ademais, as regiões supracitadas não possuem capacidade para competir em condições de igualdade com as demais regiões do país. As razões que o legislador encontrou, há cerca de dez anos, para propor isenção do adicional de frete para renovação da Marinha Mercante, para essas regiões, necessitam persistirem nos dias atuais, o que justifica a sua renovação por mais de dez anos, beneficiando, dessa forma, as regiões mais carentes do Brasil. Assim sendo, dada a importância do tema

que ora apresentamos, solicitamos aprovação desse projeto pelos nobres colegas parlamentares.

Agora, vejam bem, Sr. Presidente e Srs. Senadores, esse projeto é de agosto de 2006. Nós vamos fazer três anos. E por que ele é de agosto de 2006? Porque, naquele ano, Senador Tasso, tramitou aqui medida provisória, onde previa a renovação do adicional de frete para renovação de Marinha Mercante, em várias regiões, e nós, na época, lutamos para que fosse contemplado com a ampliação da isenção para o Nordeste Brasileiro, e não foi aprovado e não foi aceito pelo Governo.

Por isso que eu fiz um Projeto de Lei, porque poderia estar resolvido isso numa medida provisória, mas não foi resolvido. Se resolve mil outros problemas, agora não se resolveu esse problema. Ou seja, hoje, está se pagando no Nordeste esse adicional, porque a lei é de janeiro de 1997. Havia dez anos. Então, a isenção foi extinta em 2007. Entendeu, Senador Antonio Carlos Valadares? E disseram--

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Depois de V. Exa., eu vou falar sobre isso.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Disseram que era fundamental para a recuperação da Marinha Mercante Brasileira, que era fundamental e continua o Nordeste tendo esse ônus na sua economia. E nós, aqui, não conseguimos... Nós, senadores nordestinos... E aí eu vou pedir o apelo, vou fazer um apelo aqui ao meu prezado colega, amigo, senador competente, representante do Estado de Sergipe... Como eu digo, a Bahia está aos pés de Sergipe, porque Sergipe está ao norte, que ele seja, agora, um pouco menos Governo, um pouco menos Governo, e possa ser mais nordestino nesse momento, que é muito importante que nós possamos desafogar a economia do Nordeste desse ônus. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sr. Presidente, esta Comissão, neste momento, quase que é constituída por nordestinos, à exceção do nosso Osmar Dias e do nosso paulista, Eduardo Suplicy.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Matarazzo, no caso, tem Matarazzo no Nordeste também.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Mas que ele tem uma predominância familiar lá no Nordeste do nosso país, o Matarazzo, a família Matarazzo.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): É lá do Cariri.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): É do Cariri, segundo o nosso Senador Jereissati.

Então, Sr. Presidente, apenas para explicar mais ainda essa questão da isenção. Na verdade, ela não acabou ainda, a isenção. Ela foi, pela primeira vez, aprovada pela Lei 9.808, de 20 de julho de 1999, que concedia isenção do adicional ao frete pela renovação da Marinha Mercante até 31 de dezembro de 2010. Posteriormente, Senador César Borges, a Medida Provisória nº 340 de 2006 prorrogou para 2012. Então, na verdade, com relação ao Nordeste e à Amazônia, existe uma isenção que só vai terminar no ano de 2012, segundo a Medida Provisória nº 340, de 2006, tendo o incentivo sido prorrogado, volto a repetir, até o ano de 2012--

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Deixa-me falar. V. Exa., talvez--

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Logicamente, se V. Exa. está pedindo--

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Permita-me um aparte. Só rapidinho.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): --para 20 anos, melhor ainda.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): É porque há um equívoco. O que foi lá, dado pela Medida Provisória, foi a isenção para navegação de cabotagem, feita entre portos brasileiros, mas não para isenção de importação e exportação para portos de outro países.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sim, então, aí... Por exemplo, uma importação da China, V. Exa. tem toda confiança de que não haverá uma perda fiscal para o Brasil?

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Perda fiscal para o Brasil? O Brasil perde--

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Uma renúncia fiscal.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Renúncia fiscal da PETROBRAS de não sei quantos bilhões, IPI para os automóveis. Tudo bem, tudo tem uma justificativa, não vamos discutir isso--

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Olha, eu acho o seguinte.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Agora, aqui, para o Nordeste, é facilitar as exportações e importações. Ou seja, para que o Nordeste brasileiro possa ter um incentivo para praticar exportação e importação. Se V. Exa. comparar a exportação nordestina--

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Mas não beneficiar empresas estrangeiras.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Não vai beneficiar empresa estrangeira nenhuma, vai beneficiar o princípio que o frete—

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Só beneficiar a nossa empresa otocref nacional.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Vai ser menor. Isso vai rebater no preço do frete.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Então, eu, para terminar... Então, a isenção existe e foi prorrogada até 2012. O que o Senador César Borges propõe é que haja uma prorrogação de 20 anos, uma isenção de 20 anos. Então, como essa matéria ainda vai passar na Comissão de Desenvolvimento Regional, em seguida ainda vai para o plenário, possivelmente, poderá ir para o plenário--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Poderá ir--

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Poderá se houver recursos lá na Comissão de Desenvolvimento Regional--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): --mas, na Comissão, é terminativo.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): É terminativo. Então, não há por que a gente não conceder um crédito de confiança àqueles que, de boa-fé e com boa intenção, apóiam esse projeto, como é o caso do Senador César Borges, que é um homem que defende aqui, frequentemente, o Nordeste do Brasil, ao lado do Senador Tasso Jereissati, do Senador Antonio Carlos Júnior, do Senador Presidente, o nosso Presidente Garibaldi, e eu estou sempre na dianteira dessa defesa em favor do desenvolvimento regional. De forma que eu irei votar favorável e deixar que a Comissão de Desenvolvimento Regional se debruce sobre o seu mérito, onde cabe votar lá em fase terminativa, e, se o Governo resolver recorrer para o plenário, que o faça, para que, lá, as emendas, possivelmente, as emendas possam ser colocadas e apreciadas. Então, eu voto favorável ao projeto de V. Exa.--

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Muito obrigado.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): --e ao relator, o Senador Tasso Jereissati.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Agradeço muito a compreensão e alto senso de nordestino do Senador Antonio Carlos Valadares.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Encerrada a discussão. Em votação. Os senadores e senadoras, que concordam com o parecer do relator, favorável, inclusive, à Emenda 01, eu peço permissão para votar tanto o parecer

como a emenda em globo. Permaneçam como se encontram. Aprovado o parecer do relator.

Aprovado o parecer do relator, como foi há poucos instantes, e a Emenda nº 01 da CAE, a matéria vai à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo para decisão terminativa.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente, o item 18.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Exatamente, Senador Osmar Dias, item 18. V. Exa. é o relator, o autor é o Deputado Ronaldo Vasconcellos. Dispõe sobre a veiculação de informações turísticas em material didático escolar e determina outras providências. Parecer favorável.

Com a palavra o Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Sr. Presidente, submete-se à análise desta Comissão o PLC nº 132/2001, de autoria do Deputado Ronaldo Vasconcellos. O projeto dispõe sobre a veiculação de informações turísticas em material didático escolar, produzido ou adquirido com recursos da União, e destinado à distribuição gratuita a alunos da rede oficial de ensino em todo o país.

As informações relativas a cada local turístico devem incluir, entre outros elementos, a localização geográfica, resumo das alternativas de lazer disponíveis, aspectos culturais e ambientais pertinentes e o número do telefone do órgão oficial de turismo do estado em que estiver situado. A proposição determina que a aplicação da lei abranja quaisquer instituições públicas ou privadas que recebam recursos da União para programas ou projetos de natureza educativa ou cultural. É concedido aos fabricantes de material didático e escolar o prazo de 150 dias, a contar da data da publicação da lei, para adaptação do seu processo produtivo e as determinações nela previstas. A proposta foi aprovada na Câmara dos Deputados, nos termos do substitutivo apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Redação(F). Análise: compete a esta Comissão, nos termos do art. 99, inciso I, do Regimento Interno, examinar a matéria sobre os aspectos econômicos e financeiros. Cabe assinar, preliminarmente, que a matéria já foi apreciada pela CCJ e não se encontra impedimento de ordem constitucional ou jurídica à proposição. Ela atende aos requisitos de regimentalidade e de técnica legislativa, em especial da Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração e redação das leis. No que se refere ao impacto financeiro e orçamentário da proposição, entendemos que não há aumento de despesa para a União. A proposição, como já foi salientada, determina a veiculação de informações turísticas em material didático escolar, produzido ou adquirido com recursos federais. Bastaria

para os órgãos competentes especificar essa exigência nas licitações para compras desse material. Os custos, decorrentes dessa iniciativa, para os fabricantes de material didático escolar, certamente, são insignificantes. Deve-se lembrar, ademais, que os cadernos escolares já trazem capa ou contracapa com estampas de conteúdo duvidoso, que poderiam, facilmente, ser substituídas por informações e fotografias de nossas atrações turísticas. Por fim, pode-se argumentar que, a longo prazo, a proposta pode trazer significativos benefícios econômicos. O incentivo ao turismo interno, certamente, trará maior arrecadação de impostos, geração de emprego no país e economia de divisas. Portanto, o nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 132, de 2001. Sr. Presidente, esse é o parecer com o voto, então, favorável à aprovação do projeto como ele veio da Câmara.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Em discussão a matéria.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, totalmente favorável ao parecer do eminente Senador Osmar Dias, sobre matéria relevante do interesse turístico nacional, de vez que procura conscientizar desde a juventude, desde a classe estudantil, o interesse pelo turismo nacional, enfocando as principais informações do interesse turístico brasileiro, especialmente a localização geográfica, os aspectos culturais e ambientais, e o número de telefone do órgão turístico oficial da localidade, isso naquele material didático, no caderno, que é distribuído pela União, de forma gratuita, às escolas de todo o Brasil. Por exemplo, nós teremos muito orgulho – eu, como Senador de Sergipe, que fui governador – que, num caderno, sejam estampadas informações sobre as belezas naturais do meu Estado de Sergipe, e assim também do Estado da Bahia, do Estado do Ceará. Que, certamente, os estudantes irão se deter não somente nas fotos, nas informações; quem sabe, em pesquisar mais ainda sobre o turismo nacional, tendo consequências positivas sobre a nossa economia no futuro, pela divulgação que será feita, de forma pertinente, pelo Governo Federal, mediante a inclusão dessas informações no material didático gratuito.

Portanto, eu felicito ao autor, o Deputado Ronaldo Vasconcellos, e ao relator, Senador Osmar Dias, pelo brilhantismo de seu parecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): A matéria continua em dis-

cussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. e as Sras. Senadoras, que o aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado. Aprovado o parecer do relator, favorável ao projeto. A matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Antes de encerrar a sessão, vamos colocar em votação o Requerimento do Senador Antonio Carlos Valadares. O Requerimento está formulado nos seguintes termos: “Requeiro, nos termos do art. 101, inciso I e VI, do Regimento Interno, que o Projeto de Lei do Senado, de nº 174, de 2004, que autoriza o Poder Executivo a criar poupança emigrante e o Fundo de Financiamento ao Emigrante Empreendedor, com vista a incrementar a entrada de divisa no país e estimular o investimento e o crescimento do emprego, seja submetida ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, quanto aos aspectos constitucionais e legais do referido projeto, além das Comissões previamente designadas”. Assina o Senador Antonio Carlos Valadares. Em votação o Requerimento do Senador Antonio Carlos Valadares. As Sras. e os Srs. Senadores, que o aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente sessão.

Sessão encerrada às 12h29.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

11ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, A REALIZAR – SE EM 29 DE ABRIL DE 2009, QUARTA-FEIRA, ÀS 09:00 HORAS, NO PLENÁRIO DO SENADO FEDERAL, EM CONJUNTA COM A 10ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA; 15ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS; 9ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO; COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, 9ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA; 5ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO; 10ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA; 15ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE; 10ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE; 11ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL; 9ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA.

Às nove horas e trinta e quatro minutos do dia vinte e nove de abril de dois mil e nove, no Plenário do Senado Federal, sob a Presidência do Senador VALTER

PEREIRA, reúnem-se as Comissões de Agricultura e Reforma Agrária, Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Comissão de Assuntos Econômicos, **Comissão de Assuntos Sociais**, Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos membros das Comissões Permanentes do Senado Federal. Deixam de comparecer os Senhores(as) Senadores(as): Almeida Lima, Alvaro Dias, Antonio Carlos Júnior, Arthur Virgílio, Augusto Botelho, Delcídio Amaral, Efraim Moraes, Eliseu Resende, Epitácio Cafeteira, Francisco Dornelles, Geraldo Mesquita Júnior, Gerson Camata, Gim Argelo, Heráclito Fortes, João Tenório, João Vicente Claudino, Leomar Quintanilha, Lúcia Vânia, Magno Malta, Maria do Carmo Alves, Mário Couto, Mozarildo Cavalcanti, Paulo Duque, Paulo Paim, Pedro Simon, Renan Calheiros, Sérgio Guerra, Sérgio Zambiasi, Tião Viana e Wellington Salgado. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura das Atas das reuniões anteriores, que são dadas como aprovadas. O Senhor Presidente, Senador Valter Pereira, informa que a presente reunião destina-se a realização de audiência pública de acordo com a seguinte pauta: **Audiência Pública Conjunta**, em cumprimento ao **Requerimento nº 12, de 2009 – CRA**, de autoria da Senadora Kátia Abreu, aprovado em 14/4/09 e **com os adendos aprovados nas demais comissões**, com a finalidade de analisar e discutir a definição de Áreas de Proteção Permanente – APPs e o Alcance Territorial da Legislação Ambiental e Indigenista e as Implicações para o Agronegócio, com a presença dos seguintes convidados: **Dr. Gustavo Ribas Curcio** – Doutor em Engenharia Florestal e pesquisador da Embrapa Florestas em **Colombo – PR**, que tratará do tema: Definição de Áreas de Proteção Permanente – APPs: Uma Proposta de Parâmetros – **EMBRAPA**; **Dr. Evaristo Eduardo de Miranda** – Doutor em Ecologia e pesquisador da Embrapa Monitoramento por Satélite, em **Campinas – SP**, que tratará do tema: Alcance Territorial da Legislação Ambiental e Indigenista: Implicações para o Agronegócio – **EMBRAPA**; **Sr. Adalberto Veríssimo** – Pesquisador Sênior do Instituto do Homem e do Meio Ambiente na Amazônia – **IMAZON**; **Sr. Carlos Alberto Ricardo** – Coordenador do Programa Rio Negro do Instituto Socioambiental – **ISA**; **Sr. Antônio Herman Benjamim** – Ministro do Superior Tribunal de Justiça – **STJ**; **Sr. Márcio Meira** – Presidente da Fun-

ção Nacional do Índio – **FUNAI**; **Dra. Samanta Pineda** – Advogada Socioambiental; **Sr. Tasso Rezende de Azevedo** – Assessor do Ministro do Meio Ambiente em Florestas e Climas – **MMA**. Após a exposição dos Senhores convidados fazem uso da palavra para tecerem comentários sobre os assuntos abordados, os seguintes Senadores(as): Kátia Abreu, , Osmar Dias, João Pedro, Jayme Campos, Wellington Salgado, Flexa Ribeiro, Marina Silva, Demóstenes Torres, Aloisio Mercadante, Gilberto Goellner, Papaléo Paes, Renato Casagrande, Neuto de Conto e Ideli Salvatti. Resultado: Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e sete minutos, lavrando eu, Marcello Varela, Secretário da Comissão de Assuntos Sociais, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora **Rosalba Ciarlini**, Presidente da CAS – Senadora **Valter Pereira**, Presidente da CRA – Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente da CAE – Senador **Demóstenes Torres**, Presidente da CCJ – Senador **Flávio Arns**, Presidente da CE – Senador **Renato Casagrande**, Presidente da CMA – Senador **Cristovam Buarque**, Presidente da CDH – Senador **Eduardo Azeredo**, Presidente da CRE – Senador **Fernando Collor**, Presidente da CI – Senador **Leomar Quintanilha**, Presidente da CDR – Senador **Flexa Ribeiro**, Presidente da CCT.

10ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, EM CONJUNTO COM AS COMISSÕES DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, DE CIÊNCIA TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÕES E INFORMÁTICA, DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DE ASSUNTOS SOCIAIS, DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, E DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA. REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2009, ÀS 09 HORAS E 34 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Declaro aberta a 10ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com as demais comissões permanentes do Senado Federal, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Requeiro a dispensa das Atas das Reuniões anteriores que com a anuência do Plenário, são dadas como aprovadas.

A presente reunião destina-se à Audiência Pública conjunta, em cumprimento ao Requerimento nº 12 de 2009, CRA, de autoria da Senadora Kátia Abreu aprovado em 14 de abril e com os aditamentos aprovados nas demais Comissões Permanentes do Senado Federal, com a finalidade de analisar e discutir a definição de áreas de proteção permanente, APPs, e o alcance territorial da legislação ambiental e indigenista e as implicações para o agronegócio, com a presença dos seguintes convidados: Evaristo Eduardo de Miranda, doutor em Ecologia e monitor da EMBRAPA, Monitoramento por Satélite; Gustavo Ribas Curcio, doutor em Engenharia Florestal e pesquisador da EMBRAPA Florestas; Sr. Adalberto Veríssimo, pesquisador sênior do Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia, IMAZON; Sr. Carlos Alberto Ricardo, coordenador do Programa Rio Negro do Instituto Sócio-Ambiental, ISA; o Excelentíssimo Sr. Ministro Antônio Herman Benjamin, do Superior Tribunal de Justiça; a Sra. Iara Cardoso, aliás, Iara Vasco, coordenadora-geral do meio ambiente e patrimônio indígena da Fundação Nacional do Índio, FUNAI; a Sra. Samanta Pineda, advogada socioambiental; e o Sr. Tássio Azevedo, assessor do Ministro do Meio Ambiente.

Convidamos os expositores Sr. Evaristo, Sr. Gustavo, Sr. Adalberto Veríssimo, Sr. Carlos Alberto Ricardo, Sr. Ministro Antônio Herman Benjamin, Sra. Iara Vasco, Sra. Samanta e Sr. Tássio Azevedo para tomar assento à Mesa.

Comunico ao plenário o recebimento da seguinte correspondência, correspondência da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados: *“Sr. Presidente, esta Comissão aprovou requerimento do Deputado Marcos Montes, Vice-Presidente, propondo a participação desse órgão técnico em reunião coordenada por essa Comissão de Agricultura, a realizar-se no próximo dia 29/04, às 09h30, no Plenário do Senado Federal, conjunta com outras comissões, com a finalidade de analisar e discutir a definição de áreas de proteção permanente, APPs, e o alcance territorial da legislação ambiental e indigenista e aplicações para o agronegócio. Em virtude da realização de reunião deliberativa ordinária dessa Comissão, no mesmo dia e horário, impossibilitando a minha participação e dos demais membros, comunico a V.Exa. que o Deputado Marcos Montes, 1º Vice-Presidente representará esse órgão técnico no importantíssimo evento. Reitero que esta Comissão permanece ao inteiro dispor de V.Exa. para outras atividades de mútua colaboração. Deputado Roberto Rocha, Presidente.”*

Portanto, nós convidamos para tomar assento ao plenário os nossos visitantes da Câmara dos Deputa-

dos. Com a palavra a autora do requerimento, Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Obrigado, Sr. Presidente. Eu gostaria de fazer as minhas considerações a respeito do requerimento, durante as apresentações, Sr. Presidente.

Nesse momento, eu gostaria apenas de fazer aqui um agradecimento. Agradecer em primeiro lugar ao Presidente Sarney por ter autorizado a Audiência Pública no Plenário do Senado Federal, pela primeira vez, um debate tão importante para o Brasil. Agradecer aos onze Presidentes das Comissões do Senado Federal, as Comissões Permanentes. E a todos os Senadores que aprovaram por unanimidade o nosso requerimento para que aqui pudéssemos fazer esse debate tão importante para o país, para todos os setores, para todos os segmentos e, principalmente, importante para todos os brasileiros. Agradecer aos Deputados Estaduais de Santa Catarina, o Governador Luiz Henrique, parabenizar pelo trabalho desenvolvido naquele estado com relação à questão ambiental, ao Código Florestal Estadual, a responsabilidade e a seriedade com que tem tratado este assunto, um exemplo para o Brasil. E agradecer a presença dos 27 Presidentes de Federação de Agricultura de todo o Brasil, de todos os estados, vieram os nossos Presidentes, os seus assessores jurídicos, os seus assessores técnicos, para assistir as palestras de todos os nossos convidados, em especial, o Dr. Evaristo Eduardo de Miranda, doutor em Ecologia e pesquisador da EMBRAPA, Monitoramento por Satélite, doutor Gustavo Ribas, doutor em Engenharia Florestal e pesquisador da EMBRAPA Florestas no Paraná. Enfim, todos os nossos convidados aprovados por outros Senadores, Adalberto Veríssimo, Carlos Alberto Ricardo, Antônio Herman, Iara Vasco, Samanta Pineda e Tássio Azevedo.

Muito obrigado a todos pela presença. E eu tenho certeza que hoje, agradecer a imprensa pela presença e pela participação e dizer apenas que eu tenho certeza absoluta que hoje é um dia histórico para o Senado Federal e para o Brasil, aonde nós, com certeza, sairemos daqui muito mais enriquecidos com as palestras e o conteúdo que aqui serão expostos.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Bom, eu gostaria de comunicar ao plenário que representando a FUNAI, estará presente aqui e nós convidamos para participar da Mesa o seu Presidente Márcio Meira. Dr. Márcio Meira para participar da Mesa.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Sr. Presidente, primeiro registrar aqui da minha satisfação desse debate. E ele é diferenciado, porque eu estou na Casa há três anos e eu nunca tinha participado de uma audiência pública com todas as Comissões e aqui neste Plenário. Então quero dizer dessa... Do diferencial da importância do debate.

Agora, é muito importante que os Presidentes das outras Comissões do Senado estejam aqui, porque eu sou membro da Comissão de Agricultura, acho importante V.Exa. estar aqui, mas como é um requerimento, um debate que envolve todas as Comissões e pela importância do debate, que os Presidentes compareçam e os demais membros das outras Comissões, para a gente fazer um debate aprofundado.

A outra questão: qual o tempo de fala de cada representante das instituições aí? Eu gostaria de saber o tempo das falas?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Bom, V.Exa. suscitou dois assuntos. Os Presidentes de Comissões certamente comparecerão, dada a relevância do assunto, a matéria realmente é palpitante, eu acredito que todos participarão.

Quanto a questão de ordem relacionada ao tempo, eu proponho ao Plenário que fixemos um prazo de 10 minutos para cada intervenção, obviamente levando em conta que os expositores terão que prestar todas as informações, às vezes com exposições já adrede preparadas. Então, é necessário que se assegure a todos eles o tempo indispensável para as suas respectivas intervenções.

E que nós temos... Nós temos que levar em conta nessa... nós temos que levar em conta nessa Sessão que até as 13 horas e 30, fatalmente esta sessão deverá ser encerrada por força da Sessão Ordinária do Senado Federal.

Portanto, em tese, 10 minutos.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Dez minutos?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Mas como é uma Casa Legislativa nós teremos a tolerância necessária para garantir a exposição em toda a sua plenitude.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Para flexibilizar. Ok. [sobreposição de falas] Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): E nós vamos passar, para economia processual, dar a devida velocidade, já chamando o primeiro expositor, Sr. Evaristo Eduardo de Miranda, que representa aqui a EMBRAPA, para fazer a sua primeira exposição.

Eu gostaria de informar ao Plenário que está aberta a lista de inscrição para todos os Srs. Senadores. Eu vou pedir para passar a lista nas bancadas. Mas, de imediato, Senador Casagrande e Senador Neuto.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Pela ordem, Sr. Presidente. Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senadora Ideli.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Primeiro eu quero garantir a MINHA inscrição, mas eu quero um esclarecimento. Os autores dos requerimentos, como em toda Audiência Pública têm a precedência? É isto.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Regimentalmente sim.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Regimentalmente sim. Então o senhor está abrindo a lista dos... Além dos requerentes.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): O autor do requerimento foi a Senadora Kátia Abreu.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Mas teve requerimentos em várias Comissões, são vários autores.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela lógica, os autores, nas respectivas Comissões, devem ter prevalência.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Isso. Então, os autores de todos os requerimentos vão falar antes de nós, é isso?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): E na lista, eu gostaria que cada um dos autores—

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Então, eu só quero que V.Exa. me inclua aí na lista dos... Fora os autores.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu gostaria que cada um dos autores, colocasse autor, Comissão tal.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Pela ordem, Presidente. Pela ordem. Aqui. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Duas questões. Primeiro: eu já assinei a lista de... Presidente, eu já assinei a lista de inscrição. Mas se V.Exa. está abrindo outra, eu queria saber se aquela está sendo considerada porque eu cheguei aqui...

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): V.Exa. é o segundo inscrito.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Ah, bom.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Primeiro a autora e depois V.Exa., pelo menos é a lista que está aparecendo.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Outra coisa.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): É a primeira lista, aliás, a única lista.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Para que todos entendam: os 10 minutos é para os convidados ou... E quanto tempo será dado para cada senador?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu acho o seguinte, nós temos que ter aqui um livre arbítrio com um teto máximo de 10 minutos.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Para os Senadores também?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sob pena, sob pena de atropelarmos o horário de início da sessão do Congresso... Do Senado.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pela ordem, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senador Demóstenes.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Regimentalmente, o prazo para o senador em audiência pública é de cinco minutos.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Cinco minutos.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Se houver réplica, de mais dois.

SENADOR EDUARDO SUPLY (PT-SP): É isso, é regimental.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sendo regimental, sendo estabelecido pelo Regimento, então, nós vamos manter os dez minutos para os expositores, com a tolerância necessária e indispensável, e cinco minutos para os Senadores, também com a devida tolerância, porque aqui é uma Casa Legislativa e nós temos que levar em conta isso.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sr. Presidente, pela ordem.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT):

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senador Jaime.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Eu solicito a V.Exa. que seja cumprido os prazos estipulados regimentalmente, caso contrário vai ter Senador aqui que vai viajar na maionese aqui uma hora de relógio e não vai chegar a nenhuma conclusão.

Eu peço, caso contrário não vai dar oportunidade aos demais senadores também fazerem suas indagações. É um apelo que eu faço a V.Exa..

E faço mais aqui uma indagação a V.Exa.: alguns Deputados me perguntaram, me indagaram se vão ter direito também a fazer alguma indagação aos palestrantes aqui da Comissão no dia de hoje?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Bom, regimentalmente, a sessão é do Senado Federal e a restrição é porque a convocação foi feita nesse sentido. Certo? Então, se o Plenário decidir de forma contrária, a Presidência não tem nada contra. Mas regimentalmente há restrição.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Muito obrigado, Sr. Presidente.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): O nosso requerimento, o requerimento de minha autoria, Sr. Presidente, foi aprovado com a minha autoria nas onze comissões permanentes do Senado Federal. E por direito regimental, a autora do requerimento tem a prerrogativa da fala antecipada.

Eu gostaria de abrir mão neste momento e no momento oportuno eu gostaria de interpellá-lo e pedir o meu direito à fala no momento oportuno, se o senhor permitir.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Será assegurado a V.Exa. o direito no momento em que achar que deve fazer a sua intervenção.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Pela ordem, Presidente. Pela ordem, por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Sr. Senador Wellington.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Só pedir a minha inscrição.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Com a palavra o Dr. Evaristo.

SR. EVARISTO EDUARDO DE MIRANDA: Bom dia a todos, Senadoras, Senadores, público presente.

Eu vou apresentar aqui um trabalho realizado pela EMBRAPA, monitoramento por satélite e focado no tema dessa audiência em que está em pauta os desafios que nós estamos enfrentando por uma revisão justa, bem feita do nosso Código Florestal. Pode ser a próxima?

Esse trabalho foi realizado por uma equipe de um dos centros da EMBRAPA, que é a EMBRAPA por

Monitoramento por Satélite, que fica em Campinas. Pode ser a próxima.

E cuja missão, dessa unidade da EMBRAPA, é a gestão territorial da agricultura brasileira. Nós não produzimos sementes, não fazemos variedades, nem máquinas, nós cuidamos da gestão territorial, mapeamos a agricultura, a safra, o uso das terras, etc. Nisso, a gente está focado nisso nesse Centro. Por favor, a próxima.

Essa pergunta surgiu, e esse trabalho surgiu, de uma indagação da Presidência da República, inicialmente, de quanta terra estava disponível legalmente para expandir a produção de alimentos e de agroenergia no Brasil?

Quando nós fizemos esse trabalho a pauta do trabalho realmente foi a área disponível para expansão da agricultura, ou seja, nós estamos falando aqui, no meu estudo, de plantar feijão, de plantar arroz, plantar milho, plantar trigo, plantar soja, plantar cana-de-açúcar, atividades que implicam em remoção da vegetação natural, substituída por laranja, por café. É disso que nós estamos falando.

Isso não impede que no senso lato haja em outros tipos de unidades, atividades econômicas. Você pode, numa reserva extrativista, extrair seiva da seringueira, você pode fazer pesca, você pode tirar fibras, etc, nós não estamos falando dessa atividade, estamos falando da atividade agrícola senso estrito.

Bem, e para isso então nós precisamos respeitar uma legislação que existe e que é muito oportuna e importante, tanto em termos territoriais do ponto de vista indigenista, do ponto de vista ambiental, e existem outras legislações também territoriais. Pode ser a próxima.

Para isso, e o que eu vou apresentar para os senhores é isso, e eu gostaria de destacar muito, nós fizemos um sistema de gestão territorial, é um sistema computadorizado, que usa imagens de satélite, usa mapas, banco de dados e que responde a muitas perguntas.

É um processo de pesquisa que está sempre evoluindo, incluindo coisas novas, então, ele está sempre evoluindo, nunca é uma coisa totalmente acabada, mas que objetiva apoiar as políticas públicas e ajudar na governança territorial. Pode ser a próxima.

A primeira área que não está disponível para essa agricultura que eu falei e é normal que não esteja, são as áreas indígenas, não que lá não possa ter uma produção agrícola própria, de autoconsumo, etc. e as unidades de conservação. Então, no sistema, eu vou ser rápido por causa do tempo. Pode ser a próxima.

Nós colocamos no mapa, nesse sistema todas as unidades de conservação federais e as unidades

de conservação estaduais. Ontem mesmo eu estava com o Secretário de Meio Ambiente do Amazonas, ele falou: "Não, mas tem mais, uma ou outra que foi criada que não está aí no seu sistema", "Bom, então, preciso integrar essas unidades que ainda não estão". Mas essas unidades foram colocadas no mapa.

Aqui a gente vê o caso da Amazônia, que é onde mais nós temos hoje terras indígenas, e é normal, e unidades de conservação federais e estaduais. Pode ser a próxima.

Isso está dentro de biomas. Pode ser a próxima.

Então, nós fizemos uma tabela calculando quanto que de cada bioma desses está sendo ocupado hoje por essas unidades que ninguém contesta, está certo, é isso que está aí.

Então, nós temos unidades de conservação estaduais, federais e terras indígenas. Existe alguma sobreposição entre elas e no cálculo da EMBRAPA nós eliminamos essas sobreposições, então nós temos hoje que 27%, arredondando, do Território Nacional, está ocupado por unidades de conservação de diversas categorias e por terras indígenas.

Evidentemente que na Amazônia você tem quase 47, 46% e há regiões como a Caatinga, ou a Pampa, onde existe muito pouco, muito unidade de conservação e área indígena. Pode ser a próxima.

E aqui são os dados por estado. Eu vou passar. Pode ser a próxima.

Mas isso é o resumo. A próxima.

Bem, esse cálculo, ele ainda está subestimado, porque nós não colocamos aqui as unidades de conservação municipais, vocês têm muitos parques municipais, a ilha de Santa Catarina, tem cinco parques municipais, Naviraí, vários estados têm unidades municipais, nós não temos estes limites hoje disponíveis, nesse trabalho precisa ter o mapa mesmo, o mapa da unidade.

Por exemplo, o Exército Brasileiro tem 1.917 áreas no Brasil. Dá um Sergipe. Agora, eu não tenho esses limites, nem sei se eles vão me passar, para colocar no mapa e também introduzir isso na conta, que também não é uma área que você pode instalar uma usina de álcool e produzir açúcar.

Existem áreas aeronáuticas como Cachimbo, Alcântara, etc. [ininteligível] e outras ocupações que são irreversíveis. Então, esse cálculo, na medida que você obtém mais dados, ele vai sendo enriquecido, é claro que ele não volta para trás, ele avança, ele está um pouco subestimado. Pode ser a próxima.

Bem, o resto das áreas estariam teoricamente disponíveis para a agricultura, mas nós temos, incide sobre essas áreas, um dispositivo legal importantís-

simo – pode ser o próximo – que é a reserva legal. A reserva legal diz, é uma área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, excetuada a área de preservação permanente, necessária, etc., e a porcentagem de reserva legal, ou seja, uma área que tem que ser mantida, sem esse uso intensivo no seio das propriedades rurais. Pode ser a próxima.

Nós não buscamos de forma alguma minimizar a disponibilidade de terra para a agricultura e fizemos esse cálculo como se todo o resto do Brasil estivesse disponível para agricultura. Faz de conta que não tem água, que não tem estrada, tudo está disponível. Pode ser a próxima.

Aplicados esses percentuais, eles totalizam quase 32% do Território Nacional. Quer dizer, esse dispositivo da reserva legal imobiliza, dá esse destino a cerca de 32% do Território Nacional. Uma parte grande fica na Amazônia e as outras são variadas, dependendo dos biomas. Pode ser a próxima.

Aqui são os dados por Estados, os cálculos por Estados, que o sistema gerou. Pode ser a próxima.

Então, em resumo nós temos, unidades de conservação em terras indígenas 27%, reserva legal 32%, total de 59% e 41% do resto disponível para essa expansão agrícola. Pode ser a próxima.

Bem, acontece que nós temos ainda uma segunda categoria importantíssima, inclusive, para a agricultura sustentável que são as áreas de preservação permanente. As áreas de preservação permanente... Por favor, a próxima.

São áreas de preservação, são áreas protegidas no termo dessa lei e que devem ser mantidas. Pode ser a próxima.

Existe muito tipo de APP; o CONAMA tem uma... Resoluções, várias resoluções. Nós não tratamos, aqui no trabalho, de calcular todas as APPs, mas nós calculamos dois principais tipos de APP, e essa foi a parte mais trabalhosa até desse estudo: as APPs ligadas ao relevo e as APPs associadas à hidrografia, aos rios. Pode ser a próxima.

As APPs associadas ao relevo. Próxima.

Todas as áreas com declividade acima de 45% são APPs no Brasil. As áreas acima de 1.800 metros de altitude são APPs, os topos de morros são APPs, e declives entre 25 e 45, se for florestal, também é APP. Pode ser a próxima.

Para fazer esse cálculo de relevo, nós utilizamos uma base de dados homogênea para o Brasil. Foi uma missão da nave Endeavor, com radar topográfico, que calculou a topografia do Brasil a cada 30 metros fez uma medida de altitude muito precisa.

Para os Srs. Senadores terem uma idéia da precisão desse trabalho, isso aqui é uma área da Ama-

zônia desmatada e que nós não estamos vendo uma foto aqui, nós estamos vendo o desnível do desmatamento, quer dizer, aqui está mais baixo a pessoa desmatou essa área, então, isso aqui está 18, 20 metros mais baixo que a floresta em volta, e o que a gente vê é essa parte mais baixa, quer dizer, ele detecta com esse detalhe, o relevo do Brasil. Foram esses dados numéricos que nós utilizamos para fazer esses cálculos. Pode ser a próxima.

Então, nós calculamos e mapeamos pela primeira vez, na escala 1 para 250.000, todos os topos de morros do Brasil, seguindo o método lá da legislação, ninguém contesta nada, é o que está lá. Pode ser a próxima.

Por exemplo, aqui a gente vê Santa Catarina, que é uma região de muito relevo e tudo o que está em verde aí é APP de topo de morro. E assim foram calculados declives e outras coisas. A próxima.

Aqui o Sul do Maranhão, então isso foi mapeado, colocado no mapa, o que estava no dispositivo legal. Pode ser a próxima.

Em segundo lugar foram estimadas, e não mapeadas totalmente, as APPs associadas a hidrografia, aos rios. Quer dizer, a lei determina, eu vou passar rápido, pode ser? Próxima.

A água é protegida e uma faixa marginal ao longo de cada rio também protegida, com valores variando em função da largura do rio. A próxima.

Bem, esse é um trabalho feito pelo LBA, com um radar japonês, que vê água embaixo da vegetação e que mapeou a água disponível na Amazônia. Então, essa água, essas áreas são as áreas que são águas, na cheia, por exemplo, na Bacia do Amazonas. Só essas áreas representam 500 mil Km². E evidente que isso não tem nenhum destino, e nem deve ter, nenhum destino agrícola, nem de uso, nem de nada, ainda mais de água. Se você colocar junto aqui as unidades de conservação – pode ser a próxima – você tem uma visão disso. Próxima.

Então, para cada rio foi calculada essa faixa marginal. Esse é um trabalho que exige rigor, porque você vem com a faixa marginal de um rio, ele encontra o outro, as duas faixas marginais se sobrepõem, então aqui tem uma sobreposição, você tem que descontar todos esses cruzamentos, etc. Pode ser.

E o resumo aqui, grande parte dessas APPs, está dentro já de área indígena, está dentro de unidade de conservação, então não tem sentido contabilizar isso, isso foi tudo descontado. E você chega nas APPs, vamos chamar de APP líquida, que dá quase 1 milhão 440 mil Km², cerca de 17% do Território Nacional. Próxima.

Aqui é por estados. Próxima.

Bom, esse dado ele está também subestimado, porque todas as nascentes têm que ter APP em volta, isso é muito justificado mesmo e deve ter mesmo, certo, mas nós não temos mapas das nascentes.

Um outro exemplo são os açudes. Os açudes do Nordeste, no Nordeste, tem 70 mil açudes, segundo o DNOCS, 37 quilômetros cúbicos de água. Bem, todos esses açudes são APPs e têm uma faixa marginal e nós não temos esse dado mapeado, então, falta aqui agregar, certamente que esse dado, a medida que for introduzindo mais informação, ele vai aumentar esse número. Pode ser a próxima.

Bem, então, aí nós temos uma questão que com isso eu vou para a finalização, que é discutir no Código Florestal esse relacionamento entre APPs e reserva legal. Essas duas coisas têm suas justificativas. O código representou muitas conquistas e a reformulação do Código não pode questionar conquistas, avanços obtidos, que melhora a sustentabilidade da agricultura.

E agricultura não pode trabalhar contra o meio ambiente, nem o meio ambiente contra a agricultura, a agricultura precisa do meio ambiente e o meio ambiente precisa da agricultura. Na Mata Atlântica, hoje, são os agricultores que mantêm um número enorme de remanescentes, dependemos deles para fazer corredores e etc.

Então, o que eu vou mostrar aqui, são algumas reflexões que esse sistema permite fazer, para ver como nós podemos encaminhar nessa questão, evitando qualquer crescimento do desmatamento, sobretudo na Amazônia, que é imprescindível e sobretudo dando legalidade às atividades agrícolas. Pode ser a próxima.

O primeiro cenário que tem aqui, eu vou apresentar três cenários disponíveis no site da EMBRAPA, tem até quatro cenários. O primeiro cenário é o seguinte: a reserva legal exclui APP; então, reserva legal, além da reserva legal tem que ter APP na propriedade. Se a gente fizer isso *tout court*, aplicar essa regra – pode ser a próxima – o cálculo fica negativo na Amazônia, fica negativo no Pantanal e sobra uma área disponível de 2 milhões e meio de Km² para atividade agrícola. Próxima.

Aqui é por Estados. Os dados por Estados. Pode ser a próxima.

Então, teoricamente você teria 27% de unidades de conservação dos territórios indígenas, 32 de reserva legal, 17 de APP, então cerca de 71% do território e 29 disponível para as atividades agrícolas.

Hoje a área de pastagem do Brasil já é 2 milhões de hectares, só a área de pastagens. Pode ser a próxima.

Mas nós podemos também incluir a APP dentro da reserva legal. O Código prevê isso. Só que ele prevê

com condicionantes variados e a gente está aqui falando do Brasil, então estou aplicando ao Brasil inteiro.

No caso da Amazônia, é muito lógico, se atingir 80% da propriedade, está valendo. Pode incorporar até 80% que é o exato limite da reserva legal, quer dizer, a reserva legal incorpora a APP na prática.

No resto do Brasil, a soma das duas têm que ultrapassar 50% da propriedade. Quando você aplica isso ao Brasil todo – pode ser a próxima – isso é possível aplicar, porque justamente nós calculamos quanto que tem de APP em cada bioma; então, supondo que todo mundo optasse por fazer, por juntar a APP com RL, para ter 50%, o que a gente obteria? Por favor a próxima.

Nós teríamos uma redução da área agrícola. Na Amazônia desaparecem os números negativos, e você tem o que, é efetivo, hoje, uma disponibilidade da ordem de 10% de área, 10% utilizável.

Mas nas outras regiões você teria uma queda grande. Sei lá, na Caatinga, que hoje a disponibilidade é de quase 60%, você cai para 47%. Pode ser a próxima.

Bem. E o terceiro cenário que é o cenário que está em debate, simplesmente a reserva legal incorpora a APP. O cálculo da reserva legal incorpora a APP, como já é o caso na Amazônia, só que aí isso valeria também para todo o Brasil.

Bom, se a reserva legal incorporar a APP no Brasil inteiro, como é o caso na Amazônia, você teria uma disponibilidade de 3 milhões e meio de Km² de terras para a agricultura, ou seja, 41%, que é uma situação extremamente confortável. Extremamente confortável.

Notem que nos três cenários a situação da Amazônia ela não muda. Ela não é problemática, vamos dizer assim. Pode ser a próxima.

Eu queria, então, fazer um resumo final. Pode ser a próxima.

Bem, existe um histórico de ocupação das terras no Brasil. E hoje nós estamos vivendo uma situação complexa porque essa legislação – pode ser a próxima – tornou irregular ou ilegal diversas atividades que os brasileiros fazem em áreas de preservação permanente há mais de um século.

É o caso do café em áreas de declive em Minas Gerais, é o caso da ocupação das várzeas com arroz no Rio Grande do Sul, no Maranhão, a própria criação de búfalos em várzea. Enfim, nós temos uma série de aplicações agrícolas, a própria pecuária no Pantanal, a uva, vitivinicultura no Rio Grande do Sul, que é feita em relevo; quer dizer, essas áreas são todas de preservação permanente.

Então, isso é uma situação que tem que ser adequada e resolvida no caso do Código Florestal, porque essas pessoas têm uma legitimidade, uma prática, isso nós temos que achar uma saída para isso. Pode ser a próxima.

É o caso da irrigação também no Nordeste, que é muito em beira de rio e etc., eu não vou entrar em detalhe pelo tempo. A próxima.

Aqui são algumas imagens de satélite mostrando, isso aqui é área de pecuária leiteira na divisa do Rio de Janeiro com Minas Gerais, todas essas áreas são APPs, mas isto está tudo desmatado e é área de pecuária leiteira há um século. A próxima.

É o caso do café em Minas Gerais. Por favor, próxima.

O café em São Paulo. Pode ser a próxima.

A pequena produção de olericultura no Espírito Santo, no Rio de Janeiro, em Teresópolis, Petrópolis, nessas regiões que são regiões serranas. Pode ser a próxima.

Os vinhedos no Rio Grande do Sul. Próxima, próxima, próxima.

Toda a beira do rio São Francisco que está ocupada, todos esses ribeirinhos e teoricamente essa faixa marginal não poderia estar ocupada. Pode ser a próxima.

As ilhas do São Francisco, são todas cultivadas. Próxima.

Tinha banana no vale do Ribeira em São Paulo, etc e etc. Próxima. Mais uma. Isso.

Eu queria, então, aqui se a gente esquecesse o que eu falei até agora, colocar aqui quatro pontos que me parecem essenciais para avançar numa revisão do Código Florestal que preserve o meio ambiente, garanta uma agricultura sustentável e regularize a situação de muitos agricultores, sem favorecer nenhuma ampliação do desmatamento no Brasil, principalmente na Amazônia. Por favor, a próxima.

Eu acho, e queria deixar para os senhores, para sua reflexão, três, quatro pontos finais para meditar. Eu não vou entrar em detalhes. Queria dizer aos senadores o que eu disse na Câmara dos Deputados, o que eu disse a dois Ministros do Supremo, que pediram esse estudo, o que disse ao Presidente Sarney, a quem apresentei esse estudo, que esse estudo... Ao Presidente Lula.

Esse sistema ele não está tomando partido, opinião, ele está gerando números e pode fazer cenários, conforme... "Se nós fizermos tal alteração na lei, o que acontece com as áreas no Estado de São Paulo, de Minas Gerais?" Ele simula, ele está aí para ajudar a procurar, avaliar o alcance territorial não só do que existe mas principalmente do que nós estamos propondo,

do que vai acontecer se a gente mexer nessa lei. Para que não ocorram coisas indesejáveis, imprevisíveis e o que a gente deseja. Acho que tem quatro pontos que estão merecendo a nossa reflexão.

O primeiro é a relação entre reserva legal e área de preservação permanente, quer dizer, em grandes números nós temos 30% do Brasil disponível. Se a gente aplica do jeito que está hoje no Código, cai, se a gente une reserva legal com APP, do jeito que possibilita o Código, cai a disponibilidade de terra. Se a gente aplica do jeito que é possível fazer na Amazônia, que a reserva legal incorpora APP, você chega a uma disponibilidade de 41%. Só um dispositivo desse seria enorme, ele ajustaria... Ao invés de escrever lá a reserva legal excluída APP, incluída APP.

Agora, também não é tão fácil assim, nós temos que refletir. Primeiro a realidade dos Estados. Pode ser que tenha Estados que isso fique complicado. Então, tem que ver e pode ser que tenha Estado que nem necessite de tudo isso.

Esse sistema pode ajudar a analisar a situação de cada Estado e também temos que ter atenção aos biomas. Isso é para o bioma Amazônia ou é para a Amazônia legal? Nós temos que pensar também o caso de cada bioma, qual é a situação. Será que nos cerrados essa é uma decisão boa ou a gente precisa ser mais restritivo no caso de bioma Cerrado? Então, o sistema pode ajudar nessa discussão, a ver as implicações de alterar a lei nesse sentido, incorporação da APP dentro da reserva legal.

O segundo é que a legislação nossa prevê que o ZEE e as leis estaduais podem alterar esses códigos, mas existem muitas restrições para essa alteração, mas isso pode ser feito. Acho que esse é um campo importantíssimo. No caso da Amazônia é possível, por um processo que não é simples, nós acabamos de ver isso na 163, é possível reduzir essa reserva legal de 80 para 50 quando a área já está desmatada anteriormente, etc. e etc.

Bom, isso é algo que nós temos que refletir, como isso será processado. Se nós falássemos assim muito globalmente, é um pouco menos que isso, mas se 400 mil Km² estão desmatados na Amazônia, eles teriam que gerar, cada um desses quilômetros quadrados, uma reserva legal de 640, 680 mil quilômetros. Bom, se for 50% tem que gerar 400 mil, você ganha aí 400 mil quilômetros.

Agora, isso também não pode ser uma regra geral, porque tem situações e situações. De novo a gente volta na necessidade de analisar e esse sistema pode ajudar o Senado, pode ajudar quem precisar, como estamos assessorando a Presidência, outras instâncias nisso, Agricultura, enfim, quem nos pede análise,

nós incorporamos no sistema e fazemos as análises. Pode ajudar.

Porque, por exemplo, vamos supor a região Bragantina do Pará, que está totalmente, praticamente, desmatada, há muito tempo. Bom, "Será que eles vão recompor? Vai ser igual?" Não é como na 163, também é diferente do Acre, enfim, cada estado tem sua particularidades e isso teria que ser avaliado em cada caso, eu creio.

E há diversidade de vegetações. Mesmo dentro do bioma Amazônia, você tem áreas que não são florestas, são campos, cerrados, tem áreas de lavrados, etc., o Amapá e Roraima exemplo típico disso.

Também são casos que merecem uma análise particular. Mas é algo que o Novo Código [soa a campanha] deveria avançar.

O regime de uso da reserva legal e das APPs é algo que o Ministério do Meio Ambiente já vem avançando e creio que isso é fundamental, sobretudo no caso de recuperação das APPs. Quem tem que se adequar e ter 50% de reserva legal na Amazônia, poder fazê-lo dentro de um certo limite, com florestas produtivas, com árvores que produzam. Quer dizer, ele pode plantar castanha, ele pode plantar pupunha, mas pode plantar [ininteligível], enfim, ele pode plantar, fazer uma floresta produtiva, ao invés de um pasto degradado, qualquer coisa desse tipo, fazer uma floresta produtiva. Então, aqui há uma discussão.

Também aqui cabe se analisar a situação dos Estados. Por quê? Porque tem muita APP que já está ocupada por árvore; por árvore de café, árvore de maçã, por árvore de uva, por árvore de laranja. Bom, então precisa ver até que ponto. Eu creio que os estados têm muitas particularidades e caberia aos Estados ter a autonomia de legislar [interrupção no áudio] e adequar dentro da legislação estadual.

Por último, é o caso das pequenas propriedades. As pequenas propriedades têm alguma isenção nessa temática, até 25%. Mas estão definidas segundo critérios que, por exemplo, todos os pequenos agricultores lá de Holambra, em São Paulo, ou da região de Holambra e outros lugares de São Paulo, eles não se enquadram nisso.

Eu acho que o caso das pequenas propriedades merece muita atenção, porque tem um impacto social enorme, são mais de 2 milhões de estabelecimentos agrícolas no Brasil. Cortar 25% da área ou inviabilizar ou dificultar o uso em 25% do uso da área de uma pequena propriedade, isso tem um peso econômico muito grande, socialmente muito grande.

Então, o caso das pequenas propriedades nós estamos fazendo alguns estudos de cenários nesse sistema [soa a campanha] do que acontece com isso,

com o caso das pequenas propriedades, se você permitisse que elas usassem totalmente essas áreas com atividade produtiva, ou com árvores, etc.

Eu não sei se fica claro, mas o caso das pequenas propriedades já têm [soa a campanha], já é contemplado parcialmente e nós precisamos contemplar melhor e com critérios que a gente possa usar melhor o Censo, porque, por exemplo, o limite de 30 hectares não existe no Censo, não existe agregado, ou tem 25 ou você pula para 50.

Então, tudo isso tem que ser feito de forma que seja mais operacional e que outros dados do IBGE, outros dados de outros órgãos, a gente possa usar facilmente para poder analisar essa situação. A próxima.

Então, concluindo. Esse sistema de gestão territorial da EMBRAPA, que nós desenvolvemos, ele permite dar uma estimativa do alcance atual das legislações que influem no território: áreas indígenas, unidades de conservação, etc. e etc, APPs.

Eu não questionei de forma alguma aqui, creio, espero que os Srs. Senadores me ouviram, nenhuma área indígena, nenhuma unidade de conservação, nenhuma APP [interrupção no áudio]. Eu estava dizendo.

Nós estamos mostrando aqui as melhores estimativas que nós podemos fazer dentro de vários cenários. Eu vejo, às vezes, pessoas que pegam um dos cenários que nós fizemos e usam esse cenário, outro, com outra causa política, pega um outro cenário e usa um outro dado. É importante saber que é um sistema que produz números, produz cenários, conforme o que a gente estiver estudando.

E não é tão fundamental a gente olhar só o passado, olhar essa reforma do Código Florestal e usar esse sistema da EMBRAPA para ter uma idéia das consequências das alterações que estamos propondo na legislação.

Nós vamos melhorar esse sistema completando esse cálculo de áreas protegidas, incluindo essas áreas que ainda faltam. Nós vamos completar cálculos de APPs e é necessário também que a gente considere a aptidão das terras que estão sobrando, das terras que estão disponíveis, porque também não é qualquer terra que serve para agricultura. Precisamos saber a qualidade dessa terra, existem mapas de solos na EMBRAPA, etc.

[interrupção no áudio].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Acabou? Então... O senhor tem um minuto para concluir.

SR. EVARISTO EDUARDO DE MIRANDA: Estou sem som... Obrigada. Então, eu reitero o seguinte: a agricultura tem que estar a favor do meio ambiente

[soa a campainha] e o meio ambiente tem que trabalhar com a agricultura e ela com o meio ambiente.

Nós precisamos ganhar sustentabilidade. A reforma do código não deve e não pode incentivar o desmatamento, premiar o desmatamento, premiar a baixa produtividade. Ela tem que ajudar o agricultor que tem produtividade, que tem rentabilidade, o uso de tecnologias, a recuperação de pastagem, o ganho de novas áreas.

Agora, nós temos hoje uma situação de irregularidade muito grande na agricultura, e isso precisa procurar caminhos de adequação. Eu não tenho sugestão de leis, os senhores fazem as leis, os senhores sabem fazer isso, o que eu tenho é, tecnicamente, um sistema que pode, eventualmente, se for o caso e necessário, contribuir para simular esses cenários e apoiar essa avaliação e esse diagnóstico.

Muito obrigado.

[palmas].

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senador Flexa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente Valter Pereira. Perguntaria a V.Exa. da possibilidade da exposição feita pelo técnico ser distribuída aos senadores das comissões? Vai ser acessado?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Solicitar a ele que deixe toda a documentação necessária para ser disponibilizada para os Srs. Senadores. Eu gostaria de comunicar ainda...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): De todos os expositores, por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Todos os expositores. Eu gostaria de informar ainda, o seguinte; nós vamos adotar aqui a metodologia que adotamos na Comissão de Agricultura, ou seja, nós vamos ouvir primeiro todos os expositores, aí nós vamos abrir para os debates. Certo?

Então, nós vamos ouvir agora o segundo expositor, que é o Sr. Gustavo Ribas Curcio, pesquisador da EMBRAPA Florestas. Ele terá o prazo que foi avençado aqui de 10 minutos, mas obviamente nós não vamos prejudicar a apresentação de suas transparências.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): V.Exa. acaba de dizer que não será prejudicada a intervenção no que diz respeito ao tempo. Mas nós combinamos 10 minutos e com flexibilidade. Eu quero só chamar a atenção

que a primeira exposição da EMBRAPA, agora vem EMBRAPA Floresta, que levou quase 30 minutos.

Quero chamar atenção porque esse... Nós queremos participar do debate. E V.Exa. [interrupção no áudio] na primeira fala de V.Exa., V.Exa. fez um limite da reunião, lá na tarde.

Então quero só chamar atenção para a gente ter... Condensar mais, para que todos possam participar desse debate e no final ninguém ser prejudicado nas suas falas.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu já até fiz um apelo ao próximo expositor para que ele abrevie o máximo possível a sua exposição.

Mas nós não queremos prejudicar, dada a relevância do assunto para que a matéria toda trazida à colação, são informações de mais alta importância. Mas é claro que precisamos conciliar a necessidade do tempo, nós temos que fatalmente concluir essa sessão até a uma e trinta, às 13h30, portanto, o tempo urge.

Com a palavra o senhor Evaristo, aliás, o Sr. Gustavo Ribas.

SR. GUSTAVO RIBAS CURCIO: Senhoras e senhores, bom dia, é um prazer muito grande estar na Casa. Eu estou representando um grupo liderado pela EMBRAPA Sede, pelo pesquisador Felipe Ribeiro e tenho a incumbência de mostrar os trabalhos que realizamos dentro da EMBRAPA sobre rios.

E nesse sentido eu gostaria de colaborar, entendo que a proposta possa colaborar na melhora do Código Florestal Brasileiro, que se trata de um documento muito importante e sem esse, sem dúvida, as florestas do país estariam totalmente devastadas.

Então, seriam duas apresentações. Eu começo com uma proposta para a legislação brasileira sobre considerações sobre APP fluvial.

Então, no caso, os compartimentos que foram estabelecidos pelo Código Florestal Brasileiro de 65, foram estabelecidos três compartimentos em 1965. A questão dos solos hidromórficos, a questão dos solos não hidromórficos e os solos hidromórficos constituindo as APPs, nas áreas de alta fragilidade de declividades e solos rasos que se preveja a execução da permanência das reservas legais e na ciência se tem em mente sempre da necessidade da conexão de corredores entre as APPs e as reservas legais, para a questão de fluxo gênico.

Então, aleatoriamente, escolhi alguns locais, soando na paisagem uma grande área, que é o terceiro compartimento, das áreas de uso alternativo, constituindo assim as áreas de preservação permanente, a reserva legal, área de uso alternativo, isso já instituído pelo Código Florestal Brasileiro.

A nossa proposta é de que sistemas de preservação, as APPs, elas devam harmonizar ao máximo com sistemas de produção. Para isso, nós devemos considerar que as paisagens possuem naturalmente zonas de alto potencial de produção, mas também têm zonas de altíssima fragilidade ambiental e devem ser consideradas essas questões.

Portanto, as leis ambientais, no nosso entendimento, devem considerar a diversidade das paisagens e não ficar tomando algumas medidas como se a paisagem fosse constituída de isopor por baixo.

Então, dentro da diversidade de paisagens nós vamos abordar a questão da geomorfologia e pedologia, porque entendemos que ela possa responder sobre as questões climáticas, geológicas e vegetacionais também.

Nós temos, em APPs, temos duas paisagens: vales bem fechados e vales bem abertos. Duas paisagens importantíssimas dentro das zonas de APPs e que têm possibilidade de uso nas suas... Nas zonas mais afastadas dos rios, completamente diferentes, ou seja, possuem fragilidades e potencialidades distintas.

Nós temos embaixo, fazendo o arcabouço da paisagem, diferentes tipos de rochas, mas aqui eu quero ressaltar aos senhores a importância de que essa diversidade geológica, ela constitui a presença de solos totalmente distintos, que possuem, por si só, várias características que podem ser adicionadas ao Código Florestal, mas para questões de simplificação para a lei, nós adicionamos como importante para os senhores, guardarem a espessura ou profundidade de solo e textura que nós vamos usar isso para o debate.

Vejam que para mesmo relevo... Perdão, para mesmo tipo de rocha, nós temos relevos muito suaves com alto potencial agrícola, mas nós também temos, derivados da mesma rocha, relevos altamente movimentados, de alta fragilidade ambiental e que podem comprometer a questão dos recursos hídricos e também a questão de fluxos gênicos.

Eu gostaria de chamar a atenção para vocês, que nas duas localidades, infelizmente nós não vemos a questão das APPs, porque não está sendo um sistema produtivo que considere fragilidades ambientais na sua íntegra.

A questão geomorfológica que eu falei aos senhores que é muito importante, nós temos que ter em mente que as paisagens são muito variáveis. Elas variam quanto a forma, ao comprimento e ao declive, esses três entes constituem os relevos. Mas a questão de forma e comprimento são entes qualitativos, não podem ser colocados em aplicação de lei, deveria ser apenas um, no nosso entendimento, que tem um caráter quantitativo, no caso, o declive. Este sim, seria um

agente que poderia somar para termos uma correta visualização da questão da paisagem sobre o ponto de vista de potencialidades e fragilidades.

Isto é muito importante porque o relevo é um dos condicionantes de enxurrada e eu gostaria de chamar atenção para os senhores, da importância que a enxurrada causa a tensão ecológica. Isto é muito importante que o Código considera como importante a largura do rio. Nós vamos apresentar aos senhores uma tensão ecológica diferenciada, que venha de encostas.

A declividade de rampas é muito natural e qualquer um dos senhores poderiam responder a esse questionamento. Nós temos rampas de baixa declividade e rampas de alta declividade. Então, nós temos que pensar nas rampas de baixa declividade, nós temos uma APP e nas rampas de alta declividade nós precisamos amenizar esta tensão ecológica proveniente das encostas e eu estou falando apenas de relevo, por enquanto, apenas de declividade.

Então, é natural, no nosso entendimento, de que as APPs não devam variar de acordo com a largura do rio. A tensão ecológica não vem daí, a tensão ecológica vem das encostas. Se nós, como uma sociedade séria que somos, queremos preservar a questão hidrológica e de fluxos gênicos nós temos que pensar também na questão geomorfologia e o declive pode atender a isso.

Então, no caso, quanto maior o declive de rampa, necessariamente maior a largura da APP, maior largura de APP, sem dúvida, menor a tensão ecológica.

Quanto às características de solos, as pedológicas, existem várias características, e eu aqui vou deixar apenas essas duas em vermelho, porque são características quantitativas e fáceis de serem obtidas, em razão dos mapas já existentes no Brasil. Essas duas... Esses dois atributos, essas duas características, textura e espessura, facilmente é reconhecido por técnicos, elas são muito importantes porque elas nos predizem a questão de permeabilidade e a capacidade de filtro do solo, quer dizer, ela atenua ou não a capacidade de contaminação de águas, e isto é importante porque temos que pensar, como sociedade, na qualidade da água.

Então, por exemplo, solos muito profundos, medianos e rasos têm capacidade de filtrar soluções com defensivos agrícolas ou adubos muito distintas em razão do volume que eles oferecem. Isto não é considerado hoje pela legislação brasileira dentro do Código Florestal.

Então, eu gostaria de colocar para vocês a questão de encostas muito espessas com encostas com solos bem rasos. Naturalmente, eles têm capacidade de filtro, a capacidade de amenizar as tensões ecoló-

gicas completamente diferentes. Não tem nada a ver com a largura do rio e sim com a característica do solo quanto a sua profundidade.

Então, naturalmente, nós teríamos que pensar que para uma condição de diferenças de espessura de solo nós temos a maior fragilidade em solos rasos e isso a Constituição, o Código Florestal poderia ser... Poderia considerar. Então, em APPs com solos de maior espessura, naturalmente nós teríamos menores espessuras de APP e maiores espessuras em solos mais rasos [soa a campainha], garantindo a qualidade de água. E isto seria suficiente para se dizer que menores espessuras de solos implicariam em maiores larguras de APP.

A mesma coisa é para texturas. Vejam os senhores que coloquei aqui para simplificar, como a capacidade de carga dos solos com mais argila, comparativamente aos solos mais arenosos que são menos... Que possuem menos carga, portanto, possuem menor capacidade de filtro, eles têm uma possibilidade de filtragem completamente diferente.

Então, de qualquer maneira, nós estaríamos expressando as fragilidades ambientais através de texturas de solos, que é uma coisa também não considerada. Então, declive, textura e espessura poderiam ser gabaritos, fatores a serem considerados a melhorar o Código Florestal.

Então, naturalmente as APPs de solos de textura arenosa devam ter necessariamente uma APP mais larga do que solos, do que rampas com solos mais argilosos.

A conclusão que para estabelecer APP fluvial nós devemos ter três fatores regenciais adicionados ao Código: a questão da declividade, a espessura e a textura de solo.

A segunda apresentação, que é mais rápida, é a proposta de topo de morro, também é uma proposta. Eu vou passar bem rápido, eu gostaria de colocar aos senhores uma questão muito importante que é a conceituação de morro, não é nem de topo de morro. Morro, cientificamente, não se tem homogeneidade na ciência, isso. Então, necessariamente, é indevido na questão técnica.

A conotação, então, de fragilidade ambiental em topo de morro, no nosso ponto de vista, é totalmente distorcida. Nós deveríamos para falar em fragilidades de topo de morro, que foi o que o legislador quis em 1965, ele quis amparar as questões de fragilidade.

Nós estamos insistindo que a questão geológica, geomorfológica e de solos deva ser considerada; então, as questões de geomorfológica, forma, comprimento e declive, assim como textura e espessura, também poderiam ser visadas hoje para o Código.

Gostaria de colocar uma questão muito simples para os senhores, de topo de morro, ainda tem duas questões muito interessantes. Nós temos a questão de dimensão e simetria de topo. Então, vejam, esse topo totalmente assimétrico contra este topo simétrico. Um assimétrico com afloramentos de rocha, e aí eu perguntaria aos senhores, o topo de morro é o terço superior? Mas nós já não temos definido cientificamente o que é um morro, eu estou perguntando aonde seria o topo de morro? Poderíamos colocar naquela condição ou vamos deixar um pouco mais para cima ou então, quem sabe, mais em cima ainda?

O que é o topo, então, eu estou perguntando? É aonde eu quero... Nós vamos instituir topo de acordo com o quê? Nós não vamos respeitar potencialidades e fragilidades ambientais? [soa a campainha] Como é que nós podemos ficar com um topo com simetria, mas com dimensões pequenas e um muito espesso com solos mais espessos e bem amplos, onde tem potencialidade de uso?

Então, me parece que a questão de topo de morro fica totalmente desamparada com essas questões porque não considera cientificamente nem o declive, nem a espessura e nem a textura.

Então, eu gostaria de exemplificar para vocês esses potenciais de uso ou de fragilidade. Este é um tipo de morro no Brasil, que tem dezenas, senão centenas de quilômetros. É uma *cuesta*. Vejam que quem está aqui embaixo vai chamar isto aqui de morro [soa a campainha]. Mas quem está lá em cima não vai chamar de morro.

Então, por exemplo, no Paraná a primeira *cuesta*, eu gostaria de colocar aos senhores, o topo da primeira *cuesta* é constituído por solos rasos e arenosos. Eu, como pedólogo, acho mesmo que tem que ficar protegendo, não pode ser usado lá em cima.

Agora, a segunda *cuesta paranaense* que vai atingir até o Rio Grande do Sul, entra de São Paulo e vai ao Rio Grande, isto tem aqui para cima também, nós temos solos profundos e argilosos, com alto potencial agrícola. Isto é topo de morro também.

Então, eu gostaria de dar um exemplo para os senhores. O que é topo de morro para o Plenário, por favor? A quem está lá embaixo é topo, quem está lá em cima é plano, isto é uma *cuesta*, isto tem no Brasil aos montes. O que é topo de morro? Isto é simétrico, é assimétrico, qual é a dimensão disso? Estou falando disso, de dezenas de quilômetros, de centenas de quilômetros. Mas eu gostaria de ainda chamar mais atenção.

Eu também tenho pontos que tenho que defender topo de morro, porque eu respeito a questão da fragilidade ambiental, sob o ponto de vista científico, e

não pelo que eu acho, do que eu vi ontem, é o que eu fiz na minha carreira. Então, por exemplo, nós temos um *hogback*, desculpem o termo, é um afloramento de rocha de mares, de bilhões de anos atrás que foram elevados pela formação dos continentes e são topos de morro extremamente aguçados e esse topo de morro é exatamente este que vocês vêem.

Eu tirei de uma outra altura, meu trabalho é frequentar esses lugares, beira de rio [soa a campainha] e topo de morro. Este é um topo de morro que não pode ser usado mesmo, porque ele é raso, é arenoso e ele é assimétrico. Tem afloramento de rocha. Então, nesse sentido o Código é perfeito.

Agora, eu queria mostrar isso para vocês também. Isto é importante. Nós temos uma *cuesta* aqui no caso, eu estou, por exemplo, me localizo aqui embaixo, a *cuesta* está lá em cima, com o relevo plano, aqui é uma recarga de aquíferos e isso acho que nós cientistas temos que estar preocupados, porque nós vamos depender da maneira irresponsável que nós estamos tratando a nossa água hoje, nós vamos depender de água de sub-superfície logo, já dependemos disso, dependemos da qualidade desta água e temos que lutar por esta água. Aqui é uma recarga de aquíferos, tanto do ponto de vista livres, que são rios, mas também tem os aquíferos confinados. Aqui entra [interrupção de áudio] [soa a campainha]. Alô, oi... Falta dois *slides*. Por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Dois *slides*?

SR. GUSTAVO RIBAS CURCIO: Dois *slides* ou três.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Então peço, pedimos a maior abreviação possível.

SR. GUSTAVO RIBAS CURCIO: Estou sendo o mais rápido possível.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Está ótimo.

SR. GUSTAVO RIBAS CURCIO: Estou até sem... nem estou tomando água aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Obrigado.

SR. GUSTAVO RIBAS CURCIO: Então, este... Eu fiz esse desenho para os senhores terem uma noção. Essa ponta de *cuesta*, esse fronte de *cuesta*, aqui entra água para o Aquífero Guarani, que é o segundo aquífero do mundo, e que hoje já tem coliforme fecal.

Aquilo lá deveria estar com floresta lá em cima, nós temos que ter floresta, hoje não tem, porque nós temos o boi gerente; nós não temos gerência sobre boi na grande maioria das vezes, nós temos boi gerente. Nós precisamos ter gerência sobre os sistemas

produtivos e sistemas de preservação, mas em harmonia, de acordo com fragilidades ambientais e potencialidades.

Eu acho que a ciência nesse sentido é um papel, cumpre um papel excelente porque é o compromisso com ciência. E isto é o papel da EMBRAPA, isto é o papel das universidades, instituições de pesquisa, enfim, nos sentimos até muito gratos de estar na casa.

Agora eu queria chamar a atenção, é o último slide. Este é a frente, eu gostaria de chamar atenção para os senhores, eu fotografei de frente, agora vou fotografar atrás, é isto aqui. Atrás é este, aquele topo de morro é este aí ó.

Então, vejam, o que é topo de morro pela legislação hoje, pelo Código Florestal? Vamos respeitar a água? Vamos. Então vamos criar as APPs fluviais, são essas APPF. Mas ainda existem zonas de altíssimo declive, de solos rasos, suscetíveis a erosão, e que vão determinar fragilidade ambiental. Nós temos que usar isso? Não. Nós temos que preservar isto. Então, está lá, APPD, por declividade, sobra tudo isso de P para produção.

Essas zonas não são impactantes. A ciência tem manejo suficiente para colocar condições de sistemas de produção coerentes e ainda chamo a atenção para os senhores: o que é topo, então, nesta foto? Aqui? "Não, vamos colocar um pouco mais para cima. Não, só vamos deixar lá em cima." Isto é terra argilosa de mais de um metro de profundidade, com alta saturação por bases [soa a campainha] ou seja, mínimo de adubação. Temos que pensar o que que é topo de morro e então, no Código Florestal, assim como temos que pensar sobre a largura dos rios, as tensões ecológicas estão nas encostas. Muitas vezes também no topo. Isto pode ser agraciado perfeitamente pela ciência hoje e auxiliar o Código.

Para terminar, na minha... No meu ponto de vista, compartimento de paisagem topo de morro é totalmente inadequado para constar numa lei. Por quê? Porque não confere com fragilidade ambiental sobre o ponto de vista geológico, geomorfológico e pedológico.

Muito obrigado.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Agradecemos Dr. Gustavo... Gustavo Curcio, pela brilhante exposição. E convidamos o próximo expositor.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senadora Kátia.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, eu gostaria de sugerir, se o senhor me permitir,

a EMBRAPA é um órgão do Poder Público Federal, eu gostaria de ouvir o Ministério do Meio Ambiente, seguido, como também um membro, uma instituição do Poder Público Federal, para que a gente pudesse ouvir as suas impressões, se o senhor concordar.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu vou... Eu já anunciei aqui o próximo que é o Sr. Adalberto Veríssimo e em seguida...

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, o Dr. Adalberto Veríssimo é representante de uma ONG, IMAZON. Eu gostaria de insistir que nós pudéssemos, assim como ouvimos a EMBRAPA, do Poder Público, pudéssemos ouvir o Ministério do Meio Ambiente, por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): V.Exa. sugere que sejam todos os membros do Governo, depois...

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC) Pela ordem...

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senadora Marina.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Primeiro, há uma tradição na Casa que a gente faça uma intercalação, isso é uma tradição da Casa. Em segundo lugar, uma indagação que faço, é se os senhores pesquisadores, estão falando de suas pesquisas ou se estão institucionalmente representando a instituição EMBRAPA?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu acho que é impertinente, porque...

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Não, não é impertinente, porque a questão de ordem da Senadora Fátima... Da Senadora Kátia, diz que eles estão fazendo, representando a instituição. E ela propõe que também fale os representantes das demais instituições.

Se, porventura, o Dr. Miranda está falando como pesquisador e não em relação a representação da instituição EMBRAPA, e por isso que eu digo que deveria, ele mesmo pode, assentir com a cabeça ou não, para que tenha validade a questão de ordem--

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Porque, no meu entendimento, há uma tradição na Casa de que a gente faz uma intercalação, governo – sociedade, sociedade – governo.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Quanto a intercalação, V.Exa. tem razão, acho que é saudável que se siga a tradição. Todavia, basta se observar a exposição feita por cada um dos primeiros expositores, para se constatar que eles falaram enquanto técnicos, enquanto pesquisadores, enquanto cientistas.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Quanto a isso, não há dúvida que são técnicos da EMBRAPA, mas o que eu pergunto, foi suscitado, eu não faria a pergunta se não tivesse dito que eles estão representando a instituição EMBRAPA. A pergunta que eu faço: eles estão representando a instituição EMBRAPA? Os estudos apresentados pelo Dr. Miranda é uma posição da EMBRAPA?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): O que foi requerido...

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): O que foi requerido... Pela ordem.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, nós não estamos aqui com a menor intenção de desmerecer ou desclassificar os trabalhos dos pesquisadores da EMBRAPA. Eu não consigo entender que pesquisadores da EMBRAPA, que são financiados todos eles, merecidamente, com dinheiro público, ainda possa ter um questionamento se são posicionamentos da EMBRAPA ou não.

A ciência não é única, não é absoluta e não tem unanimidade, graças a Deus! Mas, nem por isso, os dois pesquisadores deixam de estar aqui representando a EMBRAPA porque são financiados por ela através do dinheiro do contribuinte.

Eu gostaria, Sr. Presidente, neste momento que os dois pesquisadores, colocaram a questão da produção, eu gostaria de insistir na posição do Ministério do Meio Ambiente com relação a estas duas apresentações, como relatora principal, como autora do requerimento de Audiência Pública principal, autorizada nas onze comissões, gostaria de poder merecer essa prerrogativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senadora Kátia--

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Sr. Presidente, Sr. Presidente, acho que já que criou um certo desconforto de responder essa questão, eu não vou aqui constranger ninguém.

Eu fiz uma pergunta que eu considero muito normal, porque existe o momento que você fala, por exemplo, eu aqui estou falando como Senadora. Existirá um momento, se eu for delegada por essa Casa para falar pela Casa, eu estou representando a Casa. São coisas de natureza diferente, não significa em hipótese alguma qualquer desqualificação, com todo o respeito pelos senhores pesquisadores. É uma linguagem que existe na academia. Uma hora você fala representando a instituição, já como algo que está consensuado na instituição, outra hora é o pensamento do pesquisador, altamente normal, aonde se faz ciência.

Todavia não quero criar uma polêmica, não tenho nenhum problema de que possamos ouvir. Aqui tem a FUNAI que representa o Governo, me parece que o Dr. Tassio, que é consultor do Ministério do Meio Ambiente. Não é essa a intenção; aliás o Dr. Tassio já está se antecipando e seria muito bom que pudéssemos ouvir a sua apresentação.

Por favor, não vamos aqui distorcer o que está sendo dito, porque tenho todo o respeito pelos pesquisadores, como independentes que produzem sua ciência. Agora, uma coisa é quando eles falam do seu *locus* de pesquisador, outra coisa é pela instituição. A pergunta que fiz foi tão somente essa.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senadora Kátia, vou resolver a questão de ordem da seguinte forma: foi preparada uma ordem cronológica que V.Exa. tomou conhecimento e todos tomaram conhecimento, porque ficou disponível. Então, nós vamos seguir essa ordem. Então, nesse momento nós vamos chamar o próximo que é o representante... Já está lá. Então, pode ser. Então... Com a palavra o Sr. Tassio, Tassio Azevedo.

SR. TASSIO AZEVEDO: Bom, queria agradecer primeiro a oportunidade de participar desse debate, acho que é bastante importante.

E... Talvez, de início colocar aqui--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu só gostaria, por uma questão de ordem aqui, o seguinte: só vai subir à Tribuna aquele que for chamado, a partir de agora. Certo? Porque é uma irregularidade o orador que não foi chamado subir à Tribuna.

Mas como o senhor já está na Tribuna, já está com o consentimento do que estava inscrito, então, o senhor já vai fazer o seu posicionamento. Mas doravante nós não vamos tolerar.

SR. TASSIO AZEVEDO: Só peço desculpas, porque eu tinha entendido que era para eu vir para cá.

Eu queria de... Primeiro salientar, sim, a posição que a gente apresenta aqui ela tem um viés claro, ela é um viés de quem defende que a gente deva conservar a floresta, porque o Código Florestal é um instrumento de conservação da floresta, não é uma apresentação meramente técnica, ela tem, sim, um viés, e um viés bem definido.

O primeiro... Eu queria começar com uma figura que mostra as florestas no planeta. As florestas, elas equivalem a 4 bilhões de hectares, é 30% da superfície terrestre. Desse total de florestas que a gente tem 1/4, 25%, 1 bilhão de hectares são florestas tropicais.

Embora seja uma parcela menor do total de florestas que a gente tem, elas representam sozinhas mais de 50% do carbono terrestre, de toda a super-

fície terrestre, e também representa mais de 70% da biodiversidade que nós temos no planeta. Então tem uma importância absolutamente crucial essas áreas florestais.

Também é importante colocar em perspectiva de que florestas, as áreas florestais são a única fonte que nós temos que agrega a produção de material estrutural, de alimento, de remédios e de energia renovável, conjuntamente. Então, ela tem um papel absolutamente importante para a saúde do planeta.

Eu coloquei algumas fotos aqui que ontem eu capturei na internet, que são curiosas, porque a gente podia imaginar que fossem em algum lugar que a gente conheça aqui no Brasil. Essas fotos foram tiradas no final do Século XIX nos Estados Unidos, durante a ocupação do Oeste americano, quando se moveu do Oeste para o Leste.

Nesse processo aconteceu algo que é muito conhecido de nós, do que acontece hoje no Brasil, que aconteceu na Mata Atlântica e hoje acontece no caso da Amazônia, que é um processo absolutamente devastador com relação às florestas, a substituição de florestas para outros usos alternativos do solo, ao mesmo tempo com um processo muito forte de apropriação de bens públicos, num processo que a gente chama aqui de grilagem.

Nessa época, se conhecia muito pouco sobre conservação, aliás, quase nada sobre conservação. Não existia movimento de conservação, não existiam ONGs, não existia nada disso. Mas, nessa época, lá nos Estados Unidos se tomou a decisão de definir o que chamavam reservas florestais.

Eles não sabiam para que essas reservas seriam utilizadas, eles não tinham certeza se estes eram os lugares ideais para fazer essas reservas, mas eles tomaram uma decisão estratégica de autorizar o Poder Executivo naquele momento, de definir áreas que deveriam servir de reserva para o futuro

E por uma razão muito simples que está expressa na lei que tinha apenas quatro artigos e que dizia que o processo de reservar só poderia acontecer naquele momento, porque depois que a floresta tivesse ido, era irreversível.

Então, muitas vezes a gente toma decisões e as decisões de conservação elas estão muito ligadas a esse processo de que a gente toma ela por precaução. Se nós esperássemos ter certeza da ciência não existiria a Convenção de Mudanças Climáticas. Ela foi aprovada em 92 quando o grau de certeza sobre aquilo que a gente estava falando era próximo de 20%.

Então, essas decisões são muito estratégicas. Durante um processo de aproximadamente 20 anos foi criado todas as áreas de floresta nos Estados Unidos,

que existem hoje como florestas nativas. Não existe nenhum pedaço dos Estados Unidos onde você tenha florestas nativas que não tenham sido aquelas que foram reservadas há 100 anos atrás, naquela decisão que foi tomada, mesmo sem todo o conhecimento que importante.

Esse é o debate que nós estamos tendo hoje. A decisão de se criar um Código Florestal já na década de 30, e depois a evolução dele, durante todos os anos, se ela tivesse esperado a gente ter certeza sobre o conhecimento científico que poderia embasar cada uma dessas decisões, nós não estaríamos aqui conversando sobre a floresta, porque ela não existiria, ela não estaria lá.

Eu coloquei, dividi essa conversa em três pontos bem objetivos. O primeiro, para dialogar com a proposta que foi feita para esse debate, é discutir, fazer uma leitura, talvez um pouco diferente, sobre o trabalho tão importante que os nossos colegas da EMBRAPA, especialmente o trabalho que o Evaristo vem desenvolvendo, sobre o alcance da legislação ambiental e territorial. Segundo, encaixar um pouco isso no desafio do desenvolvimento de uma economia de baixo carbono, que é o maior desafio da humanidade hoje. E, por fim, uma mensagem muito rápida, a diferença de você reformar um Código Florestal, fazer mais uma mudança nele ou a gente verdadeiramente encarar o debate de uma política florestal brasileira.

Duas perguntas, elas estão na origem desse estudo que está sendo elaborado pela EMBRAPA, embora, acho até interessante a colocação do Dr. Evaristo, de que esse é só um instrumental para a gente poder gerar cenários. Na verdade, quando você lê o material ele claramente tem um viés objetivo, é definir onde vai estar a área de não floresta, não a área de floresta. Então, são duas abordagens bem diferentes.

Então, eu coloquei essas duas perguntas: será que o alcance da legislação ambiental indígena prejudica a economia brasileira? Será que o alcance da legislação ambiental brasileira inviabiliza o crescimento da produção agrícola e pecuária?

Esse quadro resume um dos cenários propostos nesse estudo da EMBRAPA, que é o cenário que de fato trabalha com o que está dito no Código Florestal em relação às reservas legais, aplicando aquilo que está no Código Florestal. E ele propõe que cerca de 70,5% das áreas do Território Nacional, elas seriam áreas que teriam o seu potencial econômico restringido, digamos assim, para ser, talvez, mais leve.

Eu vejo... ao analisar um trabalho, que tem várias coisas muito interessantes, inclusive para formação de cenários. Eu vejo que tem dois problemas de abordagem que a gente, que é importante levar em conside-

ração e que levam a resultados talvez distintos quando você lê os mesmos dados de outra forma.

O primeiro é a definição de área para ocupação econômica. O que é que tem uso econômico e o que não tem? E o segundo é como que a gente estima a reserva legal? Depende da forma como você observa, você tem dados distintos. Sobre a tipologia de destinação de áreas, e seus possíveis usos, a gente, basicamente nesse trabalho ele aponta cinco categorias que estão agrupadas como categorias que há restrição de uso.

A primeira delas são as unidades de conservação de proteção integral, que são aquelas unidades de conservação que você não pode fazer uso direto dos recursos naturais que ali estão. Mas ela também permite alguns usos sustentáveis, por exemplo, turismo, visitação e pesquisa. Só para citar um número, isso representa, no caso do sistema de parques nos Estados Unidos, que tem 1/3 das áreas florestais brasileiras, representa uma receita de aproximadamente 3 bilhões de dólares por ano e o uso intensivo, obviamente, como a agricultura, ele não é permitido nesse tipo de área, isso é uma restrição realmente adequada de ser colocada.

As unidades de conservação de uso sustentável é permitido o manejo dos recursos naturais madeireiros e não madeireiros. E não é pouca coisa. Basta a gente lembrar que no caso da economia florestal brasileira, o ano passado o superávit comercial do setor florestal quando você desagrega, ali dentro do agronegócio brasileiro, ele representou 10 bilhões de dólares de superávit, frente a um superávit total do Brasil, de 24 bilhões de dólares, ou seja, quase que representou sozinho, o superávit feito pelo setor florestal, alguma coisa como 40% do superávit da balança comercial. Então, é uma atividade que tem uma importância econômica salutar.

E no caso do uso, de uso intensivo, é sim permitido em algumas situações. Por exemplo, nas áreas de APAS, que são as áreas de proteção ambiental, são unidades de conservação em que você pode ser atividade agrícola, atividade de uso intensivo. Vale lembrar que elas representam 4% do território, então é uma área relativamente significativa quando você faz esse tipo de contas, dá alguns Estados de Pernambuco, não Sergipe, mas Pernambuco.

Terra indígena é permitido tanto o uso sustentável quanto é permitido o uso intensivo, mas com regras específicas que são de acordo com o definido nas respectivas leis. Em reserva legal é permitido fazer o uso sustentável dessas áreas, não há nenhuma limitação para isso desde que se mantenha a cobertura florestal. E não é permitido uso intensivo, e nas áreas de pre-

servação permanente, como muito bem explicado pelo Gustavo, essas atividades não são permitidas.

Muito bem, então, o que realmente terá restrição de uso econômico? Então, eu tentei colocar nesse gráfico, do mais escuro para o mais claro, aonde está a maior restrição seguindo para a menor restrição. Quando a gente tenta somar isso dividindo em três grupos, um grupo é aquilo que tem muita restrição, portanto, baixa atividade econômica, um outro grupo é aquele que permite o uso sustentável, portanto permite atividade econômica em escala acontecer nessas áreas, mas com cobertura florestal, e a terceira, com uso intensivo, o gente tem o seguinte quadro. Eu vou passar rapidinho aqui.

Então, nós temos que 22% apenas tem restrições severas de uso econômico, ou seja, só sobram atividades de baixíssimo impacto, em menor escala, como a questão do turismo, visitação e outras. Mas nós temos 78% que sim, permite uso econômico com alta intensidade, embora com suas regras específicas, como é o caso de manter o bioma florestal.

Muito bem, quando a gente olha isso pelos diferentes biomas, é mais importante, porque quando a gente olha pelos diferentes biomas, o que a gente vê aqui em vermelho é a proporção de área que não há limitação, ou seja, é aquelas áreas que pode ter uso intensivo, agricultura, etc., pelos critérios que foram apresentados no próprio trabalho.

Onde apresenta essas restrições maiores? Na Amazônia, mas isso é uma proporção, então é uma área relativamente grande, mas proporcionalmente a Amazônia é uma área relativamente pequena, a gente vê lá em cima e no Pantanal, aonde, na prática, no Pantanal, não há área que poderia ter uso intensivo para agricultura, de acordo com os critérios da legislação ambiental, e isso é correta a afirmação que é feita ao longo do trabalho.

O segundo ponto é uma... Aliás, a palavra está errada, é subestimação da reserva legal, aliás, uma superestimação da reserva legal. São... A gente tem na legislação vários mecanismos de flexibilização ou compensação, que estão disponíveis para que você possa compor a reserva legal. Entre eles está a redução através do zoneamento ecológico econômico, vale lembrar que na Amazônia onde isso se aplica principalmente, nós já temos o zoneamento ecológico econômico terminado, praticamente terminado em Mato Grosso, em Rondônia está terminado e aprovado, no Acre terminado e aprovado, no Amapá ele está quase pronto, em Rondônia... Em Roraima está quase pronto e no Amazonas está quase pronto, ou seja, quase todos os Estados já estão com seus... E o Pará que

está fazendo em pedaços, também já está com várias áreas em andamento.

Quando termina o zoneamento, o zoneamento, em todos os casos, ele aponta as regiões, exatamente as regiões que já tem maior utilização do uso da terra, ele aponta a possibilidade de que, para fins de recuperação, essas áreas sejam mantidas como reserva legal em 50%.

Depois temos compensação de reserva legal em unidades de conservação, que é muito interessante, porque você compensa sua reserva legal em uma unidade de conservação, isso significa que você não aumenta a área, você desconta a área de floresta. Esse é um dispositivo novo, que veio com a aprovação da lei da Mata Atlântica, até então você tinha... Você podia compensar, mas deveria, ainda no futuro, recuperar a sua reserva legal. Muito bem, além da possibilidade de a cota de reserva aqueles e outros instrumentos.

Quando a gente faz um cálculo com isso, aplicando, a gente faz alguns exercícios rápidos, a gente infelizmente não teve acesso e esperamos poder no futuro ter essa discussão mais aprofundada tecnicamente com a equipe do Evaristo, nós estimamos que esse valor, ele provavelmente está super estimado, a reserva legal em 20%. [soa a campainha].

Então, se a gente faz um recálculo da reserva legal considerando essa super estimativa, a gente aumenta, esse é um dado bem conservador, a área que estaria disponível para uso intensivo, chega a 30% do Território Nacional, a área para uso sustentável, 43% e se mantém os 22% de preservação permanente.

O que significa 35%? 35% significa 300 milhões de hectares; 300 milhões de hectares. Isso é muito? É pouco? É possível a gente expandir a nossa economia sem necessidade de que a gente perca cobertura florestal, que reduza os gases do efeito estufa? Aliás, com frases que a gente... O próprio Ministro Reinhold Stephanes, o Presidente Lula, sempre dizem, nós não precisamos mais abrir nada, não precisamos mais de novas áreas para expansão da nossa atividade agrícola.

Muito bem. A gente foi buscar um pouco o que significa 300 milhões de hectares. 300 milhões de hectares é a maior, é a quarta maior área de uso intensivo do planeta, só fica atrás dos Estados Unidos, da China e da Austrália [soa a campainha]. Mas, interessante, significa 1,5 hectares por habitante no caso brasileiro e, no caso americano, significa 1,3 hectares por habitante, números que permitem a gente comparar o que significa 300 milhões de hectares, é muito.

Nesse quadrinho de baixo, eu fiz questão de utilizar só números que eu pude acessar no site da EM-

BRAPA, para ter certeza que eu estou usando comparações adequadas.

Então, nós temos uma situação em que 76 milhões de áreas agrícolas hoje no Brasil, que está colocado aqui no canto. Segundo dados que a gente tem também em vários centros da EMBRAPA, eles apontam que nós últimos dez anos, a agricultura brasileira dobrou de produção, a quantidade produzida e aumentou a área só em 15%.

Então, eu peguei a mesma regra e apliquei ela para o futuro, mas para ser generoso, eu apliquei que seria de 20% a área de agricultura, próximo de 20%. Então nós saímos de 76 milhões de hectares, para daqui 10 anos, 90 milhões de hectares ocupados pela agricultura, dobrando a produção agrícola brasileira. Isso nos dizem, quem trabalha com pesquisa, que é plenamente possível com a capacidade que nós temos instalada no Brasil, inclusive com a própria EMBRAPA.

No caso da pecuária, o que dá conta os números apresentados [soa a campainha] é que você pode aumentar a lotação de pastagens, no Brasil hoje, em média, menos de uma cabeça por hectare, para cerca de 3,8, 3,5 a 4 cabeças por hectare. Então, eu fiz a mesma coisa, multipliquei por dois, dobre a quantidade do nosso rebanho e realoquei eles em 100 milhões de hectares, ou seja, você pode fazer todo processo de dobrar a produção agrícola brasileira e até diminuir a área que a gente ocupa. E é até curioso, que a área que a gente... A diferença seria uma economia de 76 milhões de hectares, que é igual à área agrícola que a gente tem hoje no país.

Então, 300 milhões de hectares é absolutamente tranquilo, folgado, que a gente tem espaço para água, tem espaço para as áreas urbanas, temos espaço para as áreas estradas e temos espaço suficiente para uma agricultura

Ora, se isso tudo é verdade, precisamos considerar quanto a gente tem de floresta. Muito bem, o Brasil tem hoje uma cobertura florestal, quando você conta floresta, mais os ecossistemas associados, de mais de 500 milhões de hectares. Bom, eu disse que 500 milhões de hectares de um lado e disse que 300 milhões de hectares é aquilo que estaria disponível para que a gente pudesse ter o uso intensivo, quer dizer, não florestal, porque o resto deveria ser florestal. Logo, tem 50 milhões de hectares que já estão desmatados e que, na verdade, não deveriam estar desmatados, deveriam estar como floresta, sabendo que isso é suficiente como área, para a gente fazer uma boa gestão territorial no Brasil.

Então, o que me faz acreditar que hoje o que nós precisamos é um esforço enorme para recuperar 50 milhões de hectares, que não deveriam ter sido

desmatados, não precisavam ser desmatados e que precisam ser retornados à sua função, como função florestal. E que existe, tranquilo, espaço suficiente para que a gente [interrupção no áudio] possa aumentar as áreas de unidade de conservação e de terras indígenas, sem que isso prejudique o montante de área que é necessário, que esteja disponível para que a gente tenha atividades intensivas.

Eu queria só dar um exemplo aqui, realmente as fotos são difíceis de ver, eu vou passar rapidamente, vou para os dois minutos finais.

A gente tem um desafio muito grande colocado a nossa frente que vai se materializar em Copenhague, na discussão de clima e que essa Casa tem participado intensamente, tanto aqui quanto a Câmara, e é muito importante entender o que significa as decisões que nós tomamos sobre nossa floresta, sobre o que acontece com o clima do planeta e depois como o clima do planeta afetará a nossa floresta e afetará as nossas vidas.

Essa situação que nós temos hoje, a despeito de uma convenção de clima que foi assinada em 92, com objetivos definidos de reduzir as emissões, o que tem acontecido é que as emissões estão aumentando no planeta. E essas emissões, hoje, já são maiores nos países em desenvolvimento, e aí eu incluo no Brasil, ainda não passamos nesse tema para outra janelinha, já são maiores do que emissão dos países desenvolvidos.

Em 2020 nossas emissões, dos países em desenvolvimento, representarão 80% das emissões globais. Não há maneira da gente pensar uma solução para o clima, sem que a gente tenha um forte compromisso dos países em desenvolvimento e do Brasil, especialmente, como líder nessa área para que a gente possa alterar essa curva.

Essa curva que eu estou apresentando para vocês, talvez o que há, hoje, de mais atual sobre que cenários estamos trabalhando na discussão que se aproxima em Copenhague, o que vocês veem na linha preta é o aumento, é a curva das emissões [soa a campainha] previstas para... De emissões de gases do efeito-estufa equivalente em carbono, somando todas as emissões do plano em gigatons, e a curva em vermelho é aonde precisamos estar se quisermos estabilizar a temperatura em, o aumento de temperatura em até 2 graus, que é o que permite a gente pelo menos conseguir sobreviver.

Significa que nós temos um *gap*, uma diferença entre aquilo que está previsto acontecer com tudo que nós já estamos fazendo hoje, frente ao que precisaria estar sendo as nossas emissões, de 17 gigatons, é isso que temos que diminuir até 2020.

O que são 17 gigatons? É duas vezes e meia o total das emissões do Estados Unidos, que é o maior emissor. Equivale a 7 a 8 vezes as emissões totais brasileiras, esse é o desafio que o planeta tem pela frente.

Recentemente foi feito um estudo mostrando todas as alternativas que existem para redução das emissões, o quanto que elas podem reduzir e qual o custo dessa redução. A boa notícia é que é possível se utilizar todas as oportunidades que estão na mesa, todas elas, de eficiência energética, todas as oportunidades relacionadas a mudança de uso do solo, nós somos capazes de chegar aos 17 gigatons, a um custo de até 60 euros por tonelada de carbono, mas é impossível, é impossível, atingir os 17 gigatons se nós não tratarmos o tema de floresta.

Nesses 17 gigatons, cinco gigatons é o que nós podemos fazer reduzindo as emissões de desmatamento e aumentando a recuperação das áreas florestais. Esse é o desafio da humanidade que está colocado para nós quando estamos discutindo esse tema, ele é muito mais amplo.

Por fim, [soa a campanha] e é o meu último, meus últimos dois Slides, eu acho que é muito importante essa perspectiva. A gente pode e a gente já fez isso, a gente sabe fazer isso. Nós podemos ter agricultura se adaptando às condições e limitações territoriais que serão impostas pelas condições ambientais globais a qual nós temos que atender. Agora, o clima e a regulação climática do planeta jamais poderá se adaptar com a perda de florestas e esse é o desafio que está colocado para nós.

Qualquer tentativa que nós fizemos nesse momento de enfraquecer os instrumentos que permitem a conservação e a restauração de florestas no Brasil nos fará andar na contramão da história, num ano absolutamente decisivo para tudo [soa a campanha].

Por fim, e esse é o meu último slide [soa a campanha], a gente tem claramente uma série de temas dentro do Código Florestal que mereceria uma revisão importante, dado o conhecimento técnico que nós agregamos. Acho que a apresentação do Gustavo, ela consolida uma série de informações que vem sendo trabalhadas por muita gente nos últimos anos e que tão brilhantemente você conseguiu consolidar apontando quais são os problemas técnicos.

Mas uma discussão como essa, ela só pode ser feita se nós começarmos a discussão com uma premissa: nós estamos discutindo o Código Florestal para aprimorar o instrumento de conservação das florestas brasileiras, nós não estamos discutindo o Código Florestal para que possa ser mais acessível para a gente

ter não floresta. Isso seria um absurdo nessa etapa que nós estamos da história e dos desafios ambientais que a gente está vivendo.

Então, sim, a fazermos uma profunda reflexão e um trabalho assertivo nesse tema, mas para constituir uma política nacional [interrupção no áudio] [soa a campanha] assim como temos uma política nacional de águas, por exemplo.

É importante, queremos descentralizar a gestão? Ótimo, mas a gente tem que criar governança para isso, tem que criar os movimentos de controle social, será que temos que ter um conselho nacional de florestas, será que temos que ter conselhos estaduais que tenham as suas definições bem regulamentadas? Qual é o regramento? Quais são os instrumentos que vão estar disponíveis? Qual é a nossa meta de cobertura florestal de longo prazo? Esse é o debate que a gente tem que fazer sobre uma reforma do Código Florestal; não é repará-lo, é fazer uma verdadeira política florestal brasileira.

Obrigado.

[palmas].

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO):

Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senador Demóstenes Torres.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO):

Sr. Presidente, o Supremo Tribunal Federal está realizando aqui no Brasil o intercâmbio de magistrados do MERCOSUL, com objetivo de possibilitar que magistrados do MERCOSUL conheçam o funcionamento da estrutura da justiça brasileira, e aqui nós temos dois desses magistrados, a Dra. Dora Szafir Slotolow, juíza letrada de primeira instância na área cível de décimo segundo turno, que representa o Uruguai, juíza em Montevideu, e o Dr. Juan Freddy Gonzales Gonzales, juiz de instrução da província de Vila Serrano na Bolívia.

Eu peço a V.Exa. e aos nossos pares que considerem visitas honrosas ao nosso parlamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Está deferido, nós damos os nossos votos de boas-vindas a Dra. Dora e ao Dr. Juan, em visita à nossa Casa. Esperamos que a participação nesta sessão seja útil, inclusive para formar um juízo de como que funciona o processo legislativo brasileiro.

Muito obrigado pela sua presença.

Nós passamos a palavra agora ao Dr. Adalberto Veríssimo, também pesquisador sênior do Instituto do Homem do Meio Ambiente da Amazônia, IMAZON.

SR. ADALBERTO VERÍSSIMO: Obrigado, Sr. Presidente, eu vou ser breve, até porque o meu antecessor,

o Dr. Tássio Azevedo, cobriu muito bem a matéria que eu ia abordar, eu vou reforçar alguns pontos.

Primeiro, no exercício, nos cenários feitos pelo Dr. Evaristo de Miranda que eu aliás eu gostaria de ressaltar, que é um material do qual a gente pode se debruçar, e, obviamente, como o Dr. Evaristo mesmo colocou, gerar outros cenários, colegas do IPHAM, ontem, em conversa, geraram um cenário parecido com o do Tássio, que na verdade parte de um patamar mínimo de 36% do Brasil, que seriam áreas aptas para uso agropecuário intensivo, todos nós queremos uma agropecuária intensiva e de melhor uso.

Nós estamos falando provavelmente, novamente, de um número que eu gostaria de reforçar, que o Tássio reforçou, na ordem de 3 milhões de quilômetros quadrados, 300 a 310 milhões de hectares para ocupar e para viabilizar a nossa agropecuária, mas uma área extremamente generosa, do qual a gente acredita que a tecnologia que a EMBRAPA vem desenvolvendo pode tranquilamente abrigar nesse território.

Reforçaria também o ponto que o Tássio colocou na necessidade da gente recuperar 50 milhões de hectares e áreas que estão degradadas, nas representações do Dr. Gustavo ele mostrou muito algumas áreas do vale do Paraíba, regiões também do Paraná, absolutamente detonadas, que precisam ser recuperadas, e o estoque restante de floresta que nós temos ser efetivamente conservada.

Há uma expectativa, portanto, de que qualquer discussão que a gente esteja fazendo no Código Florestal, a gente não pode permitir: 1) avançar sobre as áreas de floresta que existem no país; 2) garantir que haja mecanismos para que a gente possa recuperar áreas degradadas que não deveriam ter sido desmatadas.

Eu acho que o princípio de precaução tem sido fundamental no debate da questão da reserva legal.

No caso da Amazônia, eu gostaria de fazer alguns reparos um pouco mais profundos sobre o trabalho, eu acho que como o Tássio mencionou o Senador Flexa Ribeiro do meu Estado, o Estado do Pará aprovou, no governo anterior do Dr. Simão Jatene, um zoneamento que prevê 35% do Estado para a área de consolidação e 65% para a área de conservação.

E o Estado do Pará está realizando o zoneamento. Na região oeste foi delimitado 50% para fins de recomposição da reserva legal. Portanto, a equação de adequação, das preocupações levantadas pelo [ininteligível] estão se dando no âmbito, que eu acho que é o âmbito correto, do zoneamento ecológico-econômico. É lá, e não mexendo genericamente na lei, no Código Florestal que a gente vai resolver e equacionar a nossa conta.

Que eu acho que o Tássio novamente colocou muito bem, é a conta de garantir toda a área de floresta que nós temos, avançar mais 50 milhões de hectares e aí criando novas unidades de conservação, talvez não unidades muito grandes como já foram criadas, mas unidades de conservação em regiões muito críticas; quando a gente viu o próprio mapa apresentado pela EMBRAPA, a gente via a Amazônia bem protegida, mas os outros biomas, a Mata Atlântica, o Cerrado, os campos sulinos, absolutamente desprotegidos de áreas protegidas.

Então, eu acho fundamental e quero encerrar que há uma expectativa de que o Brasil seja a vanguarda na discussão de mudanças climáticas. O Brasil tem o ativo fundamental, que são as florestas, e a biodiversidade, e tem também uma agricultura que é exemplar no mundo e eu sou engenheiro agrônomo, acho que a agricultura brasileira, tem dizer, nós podemos fazer uma agricultura de qualidade, de ponta no país, sem avançar um centímetro sobre as florestas, inclusive recuperando áreas de florestas que foram desmatadas no passado, esse deve ser o nosso paradigma, esse deve ser o espírito pelo qual a gente tem que abrir essa discussão e trazer a ciência, que tem também têm visões muito diferentes, não só as representadas aqui nessa mesa.

Então, eu acho que é o ponto de partida, mas a gente não pode dar um passo atrás, a gente não pode retroceder, nós temos que garantir o patrimônio florestal e assegurar um futuro para o país e para a humanidade, que tem no Brasil a grande potência ambiental e florestal do planeta.

Muito obrigado.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Nós anunciamos agora a intervenção da Dra. Samanta Pineda, advogada socioambiental.

SRA. SAMANTA PINEDA: Bom dia a todos. Eu, na verdade, até esperava ter ficado por último, por uma questão de que todos aqui que estão falando são técnicos e eu sou advogada.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): É por isso mesmo, para intercalar.

SRA. SAMANTA PINEDA: [risos] Então agradeço Sr. Presidente e agradeço a oportunidade de estar aqui.

Eu sou advogada, sou especialista em direito socioambiental pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, eu sou consultora da Frente Parlamentar Da Agropecuária para Assuntos Ambientais.

O que nós estamos discutindo muito lá na frente parlamentar é exatamente isso que os técnicos acabaram de colocar aqui: como fazer uma agricultura

sustentável, como fazer uma agricultura que cuide do meio ambiente, mas fazê-la. Porque infelizmente hoje, com a legislação que nós temos, não conseguimos fazê-la. E isso não é um discurso vazio.

No Paraná, nós conseguimos reunir mais de 20 mil agricultores pedindo mudanças na legislação ambiental. Então, se é realmente o fim que nós queremos, é igual, veio aqui o Tássio que muito bem colocou, nós precisamos proteger, como que nós vamos fazer isso? É para ter floresta, então, vamos colocar as florestas aonde elas devem estar, a nossa legislação hoje, ela não contempla absolutamente nenhuma peculiaridade, simplesmente APP tem que ser de 30 metros para determinar o tamanho de rio.

Foi demonstrado aqui pelos técnicos se são, estão falando pela EMBRAPA ou se estão falando por eles eu não questiono, porque eu acho que são extremamente competentes, conhecedores do que vem colocar, eles vem dizer que isso não é critério plausível, não é critério efetivo para se proteger meio ambiente; como é que eu vou colocar num país de 8 milhões de hectares, de 8 milhões de quilômetros quadrados um critério de proteção de beira de rio igualzinho lá para o Sul e lá para o Norte?

Quer dizer, a legislação ambiental foi boa, realmente, ela foi um avanço, nós temos uma Constituição que trouxe a legislação ambiental para a discussão constitucional, tem um capítulo dedicado ao meio ambiente, isso, sem dúvida, é um avanço.

Agora, nós não podemos continuar com a resistência que existe de alguns ambientalistas em mudar a legislação ambiental. É preciso que ela avance, isso não quer dizer que a gente vai avançar sobre a mata como alguns querem falar. Isso quer dizer que nós vamos fazer a proteção com base em fundamentos técnicos e científicos, vamos discutir de fato uma política ambiental para o país.

A lei de política ambiental brasileira que é de 1981, infelizmente está ultrapassada, ela precisa ser rediscutida. Então, a proposta da Frente Parlamentar Agropecuária que em conjunto com as entidades, com a CNA e com todos os setores que queiram vir para a discussão, e convidamos aí os ambientalistas para discutir conosco, a nossa proposta é fazer um código ambiental brasileiro, e não só a mudança do Código Florestal.

Vamos mexer nos paradigmas, nós somos bons nisso, porque a gente tem como dogma APP e reserva legal? Isso é criação de lei, isso não é criação técnica, a gente pode rediscutir esses institutos, criando proteção de áreas frágeis, aí nós vamos considerar o solo, nós vamos considerar qual é o bem que está sendo protegido e qual é a ferramenta adequada para

proteger esse bem, com base em fundamentação técnica e científica.

Nós temos universidades, instituições de ensino superior, instituições de pesquisa no país que não são ouvidas na hora de se fazer a legislação e a gente comete pecados como esse. APP hoje, se fala mexer em conceitos de APP é uma heresia, mas isso foi criado por lei e lei não muda fragilidade de solo, não muda declividade, proteger topo de morro, estamos protegendo uma coisa que não existe definição técnica.

Ou seja, a Lei de fato estava inadequada. A lei precisa ser revista e ela precisa partir de uma mudança profunda.

Infelizmente, hoje, o agricultor precisa de uma, um remédio muito rápido, porque o conceito de reserva legal que foi aí sedimentado durante todos esses anos, ele está para acontecer no momento agora em dezembro, que esse Decreto 6.514 que depois foi modificado pelo 6.686, vem exigir do agricultor, do produtor rural, que averbe a sua reserva legal até dezembro desse ano.

Agora, cá entre nós, com tudo que ouvimos aqui, é de fato efetivo para a proteção ambiental que cada propriedade tenha um fragmento isolado de floresta? A gente tem que ter coragem de questionar e dizer: "Não, reserva legal é um instituto ultrapassado"; nós partimos de uma incerteza técnica e nós estamos agora avançando nos estudos ambientais e podemos dizer que esses institutos que nós criamos e que hoje são a base da defesa ambiental precisam ser modificados.

Então, vamos esquecer reserva legal e propriedade e comunidade de planejamento da nossa política ambiental e vamos falar em bioma, vamos falar em bacia, a política de recursos hídricos, nacional de recursos hídricos está muito avançada, a gente pode fazer uma política nacional de florestas, mas uma política nacional de meio ambiente que atenda a história do país.

Tudo aquilo que foi mostrado aqui pelo professor Evaristo que existe de café em Minas Gerais, de vinho no Rio Grande do Sul, de arroz, não dá para ignorar. É impossível a gente querer fazer uma política ambiental com base em ideologia nós precisamos nos basear em técnica para que essa política funcione.

Então, a proposta da Frente Parlamentar hoje é trazer um projeto de código ambiental brasileiro que comece definindo uma política ambiental brasileira séria, com objetivos claros, calcada na ciência e na sustentabilidade, ou seja, vamos falar de meio ambiente, vamos falar de sociedade, vamos falar de economia, juntos não dá para dissociar, porque onde tem fome não há preservação; o sujeito que tem um filho com fome em casa não pensa duas vezes em derrubar uma

árvore e a gente precisa dar para ele uma situação de sustentabilidade.

O Dr. Tassio citou aqui os parques dos Estados Unidos, concordo plenamente, realmente eles geram muita receita, mas a infraestrutura que é permitida se colocar dentro desses parques nos Estados Unidos, não é aqui no Brasil, nós não conseguimos fazer nada dentro das unidades de conservação para dar a elas uma sustentabilidade econômica, nem que seja turismo ecológico. Eu não consigo abrir uma trilha num parque hoje, mesmo que tenha sido só decretado e não tenha havido a regularização fundiária, como aconteceu só em 10% das unidades de conservação criadas, federais, criadas até hoje.

Então, é preciso repensar. A proposta é definir a política ambiental, definir os seus objetivos, as suas diretrizes, definir quais são os bens que nós pretendemos proteger ambientalmente, e aí nós incluímos a sociedade humana como o primeiro bem, com água, com solo, com biodiversidade, mas a sociedade como organização e como parte da natureza.

Quais são as ferramentas que nós precisamos para proteger esses bens? Nós precisamos ter uma idéia de remuneração por serviço ambiental, porque enquanto a floresta derrubada valer mais que a floresta em pé, vão derrubar; nós vivemos num país capitalista. Precisamos rever os nossos conceitos de consumo, precisamos rever a nossa forma de sobrevivência, mas precisamos encarar a realidade e não ser utópicos de acreditar que nós vamos preservar o meio ambiente por bom samaritanos que somos.

Remuneração por serviços ambientais, um licenciamento ambiental justo, adequado, empreendimentos internacionais que vem se instalar no Brasil não conseguem, em muito que vem aqui, tentar os licenciamentos ambientais, acabam desistindo de instalar os empreendimentos, porque a burocracia é muita.

Então, a lei está, de fato, inadequada. E essa proposta que a frente parlamentar quer discutir, vem aqui convidar os ambientalistas para compor conosco e para de fato fazer uma política ambiental que baseada na lei que foi feita com fundamento científico, consiga conciliar produção e conservação ambiental.

Era isso, obrigada, Presidente.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Nós é que agradecemos já que foi concisa e objetiva.

O próximo é o senhor Carlos Alberto Ricardo, coordenador do programa Rio Negro do Instituto Socioambiental, ISA.

SR. CARLOS ALBERTO RICARDO: Bom dia, agradeço ao convite Sr. Presidente e eu começo di-

zendo que não vou fazer a apresentação que havia planejado inicialmente, vou apenas mostrar aos senhores o estudo que o ISA acaba de publicar junto com uma rede de instituições públicas de pesquisa e organizações da sociedade civil dos nove países da Amazônia, é um estudo sobre áreas protegidas e territórios indígenas em toda a bacia amazônica e eu entrego simbolicamente ao Presidente da sessão uma cópia e, na próxima semana, o ISA estará encaminhando aos gabinetes de todos os senadores uma cópia desse estudo. Eu vou recuperar apenas um aspecto dele para os objetivos desse debate.

Primeiro, eu queria dizer que de acordo com a inspiração geral das pessoas que falaram hoje aqui nessa mesa, eu acho que a nossa pergunta fundamental não deveria ser especificamente a pergunta que, pelo que eu entendi, originou o estudo da EMBRAPA aqui apresentado, que foi de perguntar que áreas estão disponíveis para a expansão da agricultura.

Eu acho que a questão de fundo é a questão de um projeto para o Brasil e eu não vejo nenhuma possibilidade da gente responder essa questão sem passar por uma discussão séria sobre um projeto para o Brasil, do qual nós estamos absolutamente carentes. Eu me lembro, como geração, que a última vez que essa sociedade se empenhou numa discussão fecunda e efetiva sobre o Brasil com resultados práticos a nível legal foi durante a elaboração da Constituição de 1988, e de lá para cá há uma brutal fragmentação da conversa política sem que a gente consiga uma urdidura consistente e representativa para discutir um projeto para o Brasil de desenvolvimento sustentável.

Não há parâmetros para equacionar as divergências de interesse entre as partes e não é possível pensar apenas no setor da agricultura, da agropecuária e de nenhum setor que não esteja disposto a compartilhar uma discussão estratégica, eu acho que essa Casa tem como missão abrir espaço para isso, e eu sugiro que esse seminário se estenda com um âmbito um pouco maior, para o que Brasil não navegue na contramão da história e execute a sua missão e assuma suas responsabilidades sociais diferenciais no panorama da América do Sul e do planeta.

E se a pergunta de fato é essa mais ampla, eu lembro que o Brasil está patinando nessa, nessa como em outras discussões estratégicas. O Brasil é grande, mas o mundo é pequeno, a terra não vai nada bem nesse começo de século e há hoje uma insustentabilidade aguda dos padrões globais de produção e distribuição, o consumo de energia necessária à vida humana, a ameaçada pela mudanças climáticas.

O Brasil é dos poucos países que ainda tem viabilidade do ponto de vista da sua base de recursos e

ostenta uma população extremamente diversa com mais de 220 povos indígenas, várias categorias sociais, diversificadas culturalmente e um amplo mosaico de paisagens únicas e com grande expressão florestal.

Mas o Brasil insiste em serrar o galho em que estamos sentados, protelando decisões estratégicas que direcionem o país no rumo do desenvolvimento sustentável e da responsabilidade socioambiental. Não existe uma dimensão ambiental do crescimento econômico, do desenvolvimento social, do progresso em geral. Ambiente é o nome da coisa toda, do problema inteiro e portanto o Brasil deveria encarar isso como um projeto de país e de nação.

Eu queria, sendo bastante breve, então, mencionar, acrescentar a esse debate algumas informações. Primeiro, que eu acho que também é impossível tratar dessas questões nesse momento da vida do país sem correlacioná-las com o Processo Eleitoral das eleições majoritárias, que já está na rua e que torna o ambiente bastante complexo para que essa discussão seja travada com tranquilidade e com resultado político.

Sobre isso, eu quero registrar a publicação, hoje, pela Folha de São Paulo, de uma pesquisa encomendada pela organização da sociedade civil chamada Amigos da Terra, que mostra que a população brasileira está atenta e a quase totalidade da população brasileira está em favor de uma política de desmatamento zero e aponta que os brasileiros são quase unânimes em querer parar o desmatamento, mesmo que isso signifique abrir mão de mais produção agropecuária e ainda pretende punir no voto os políticos que se destacam por defendê-lo.

Eu não vou ler essa matéria, a matéria é uma matéria grande, quero incorporá-la ao repertório desse debate.

Finalmente, eu queria terminar dizendo que o Brasil, nós devastamos mais da metade do nosso país acreditando que era preciso deixar a natureza para entrar na história; pois eis que agora que esta, com a sua costumeira predileção pela ironia, exige-nos como passaporte justamente a natureza. O Brasil tem um papel diferenciado no plano internacional, está patinando, corre o risco de navegar na contramão da história e não é possível debater isso sem recordar e fazer um certo paralelo com a arrastada polêmica sobre a abolição da escravidão no Brasil, durante o Século XIX.

A abolição da escravidão foi um processo prolongado, o tráfico e o negócio da escravidão era extremamente lucrativo, mas foi proibido por questões também morais, o Brasil foi recordista na importação de escravos e foi o último país das Américas a abolir a escravidão. Só em 1888; o Haiti aboliu a escravidão em 1804.

Eu queria lembrar que o Relatório Stern, que trata das mudanças climáticas e dos efeitos sobre a economia foi publicado em 2006; eu espero que o Brasil não perca tanto tempo como no caso da escravidão, para ficar na contramão da história, sugiro que a gente “pense no Haiti, reze pelo Haiti, o Haiti é aqui, o Haiti não é aqui”. Obrigado.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Agradecemos a agilidade do Sr. Carlos Alberto, nós passamos agora ao próximo expositor, que é o Excelentíssimo Sr. Ministro Herman Benjamin, do Superior Tribunal de Justiça.

SR. MINISTRO ANTÔNIO HERMAN BENJAMIN: Presidente, eu queria agradecer o convite que me foi feito e o faço nas pessoas da eminente Senadora Marina Silva e Kátia Abreu, que organizaram esta importante reunião de hoje.

Eu fiquei em dúvida qual seria o sentido da minha presença hoje aqui, Senador Mercadante, o que os Srs. e Sras. senadores esperariam hoje de um juiz, que tipo de relatório e contribuição eu poderia fazer na data hoje.

E acredito que as observações que as Sras. Senadoras e Senadores esperam, não são tanto em relação a jurisprudência do direito brasileiro, que isso está nos repertórios e que todos esses acórdãos estão, Senador Valter Pereira, disponíveis na Internet.

Imagino que seria muito mais algumas observações a título geral, no sentido de contribuir para esse debate que vem há bastante tempo desde a época do Presidente Fernando Henrique Cardoso, em que era Ministro o Deputado, hoje Deputado, Sarney Filho.

E é nesse sentido que eu gostaria de expor e me explique aqui, por favor, como eu passo as transparências.

Eu queria começar com um olhar de fora e de alguém hoje que está há quase três anos, Senador Tassio Jereissati, um olhar de fora sobre esse processo legislativo, como que nós, especialmente o juiz, que estão aplicando a Medida Provisória e o Código Florestal veem o processo como está posto hoje, especialmente eu, porque eu e não tenho a legitimidade para falar em nome de todos o judiciário brasileiro.

A primeira pergunta é se nós temos efetivamente um debate. Porque para o juiz é muito fácil, Senador Agripino, há um litígio, uma parte traz os seus especialistas, os seus peritos, a outra parte trás os especialistas e o juiz nomeia um perito da sua confiança, e aqui nesse debate nesses anos todos, a dificuldade é separar realmente o que é conhecimento científico, o que é conhecimento científico produzido, da maneira espontânea nos laboratórios e aquilo que às vezes é

“conhecimento científico”, entre aspas, mas é encomendado por pesquisas, por consultorias, de toda a natureza.

O segundo aspecto que eu gostaria de ressaltar é que aqui nesses anos todos e eu fui parte desse processo, nesses anos todos nós temos nos concentrados nas nossas divergências e esquecendo as enormes convergências que há entre o setor rural brasileiro, e vejo vários representantes das federações estaduais aqui, e aqueles que estão lá para defender as terras, como se também os ruralistas não defendessem suas florestas, a qualidade das águas, as suas matas ciliares.

E essa confusão toda faz com que imaginemos que o conflito que está posto aqui é em relação a totalidade do Código Florestal quando, a meu juízo, não é.

Por exemplo, a própria Senadora Kátia Abreu, que hoje além de ter enorme liderança nessa casa preside a Confederação Nacional da Agricultura, já disse por inúmeras vezes, a mim pessoalmente, que desmatamento não.

Então a divergência não é em relação às partes do Código Florestal que proíbem e coíbem, limitam, restringem, organizam o desmatamento, mas em outro setor, no que tange ao passivo que está aí posto, e que, portanto, vamos localizar muito bem essas divergências.

Um outro aspecto é que o Código Florestal tem sido utilizado, nesta Casa, mas na Câmara dos Deputados e também nos debates no âmbito do Executivo e por vezes até no Judiciário, como desaguadouro para todo tipo de reivindicação de vários setores e não apenas do agronegócio brasileiro.

No tema das áreas de preservação permanente, por exemplo, quem construiu mansões ilegalmente, Senador Mercadante, no nosso Estado, no meu Estado por adoração, eu sou paraibano por nascimento, tenho essa graça de ter uma dupla filiação. Em Campos do Jordão, nas ribanceiras e nos penhascos de Campos do Jordão, estes estão buscando alterar o Código Florestal para legalizar as mansões que estão lá construídas.

É isso que queremos debater aqui? Diante da bancada dos brasileiros que representam o setor rural? Reduzir as áreas de preservação permanente para legalizar empreendimentos imobiliários? Então, vejamos que acaba sendo o debate, aspas, “contaminado” por temas que não estão relacionados com agronegócio no nosso país.

Terceiro, há muita desconfiança sobre os dados científicos produzidos. E eu digo, para o Juiz é fácil; quando eu era do Ministério Público de São Paulo,

houve um estudo coordenado pelo professor Evaristo no que tange às queimadas da palha da cana. Os representantes de São Paulo sabem que esse é um grande problema que está sendo resolvido no nosso Estado.

Muito bem, esse estudo científico do professor Evaristo dizia, comparando números e vejam como números não mentem, mas a interpretação pode levar muitas vezes a equívocos. Comparando a mortalidade e os dados de saúde pública de várias cidades do Estado, chegou a conclusão que o ar de Ribeirão Preto na época da queimada, das grandes queimadas da palha da cana era melhor do que na instância climática de Atibaia.

E este relatório foi utilizado em todas as ações civis públicas pelos usineiros, até que caiu no descrédito e levou os usineiros de bom senso a propor simplesmente a extinção ou acabar com as queimadas. Então, é importante que nós resgatemos a credibilidade e sempre ter em mente quando alguém faz uma pesquisa, porque foi contratado – não é o caso aqui, não estou dizendo que é o caso – quando fala em nome da instituição ou quando fala em nome próprio, ou quando fala em nome de uma entidade, como essa ECOFORÇA, que coordenou esse estudo lá em São Paulo, que causou grandes estragos na saúde dos paulistas de várias cidades... De São Paulo.

E, finalmente, não vamos esquecer dos implementadores. A lei, ela precisa ser clara, ela não pode criar dificuldades para nós juizes, ela não pode criar dificuldades para os implementadores. E aqui eu acompanhei com muito gosto a apresentação do técnico da EMBRAPA Floresta sobre APPs, em que fala de profundidade, fala de textura; agora imaginem um Juiz, em cada uma das áreas de preservação permanente exigindo uma perícia para calcular a profundidade e a textura.

Uma das técnicas utilizadas pelo parlamento, isso é feito todos os dias aqui, são os cortes temáticos, que permitem que a legislação seja promulgada e aplicar, querem um exemplo, só para lembrar? O corte temático dos 18 anos para a maioria penal. “Por que 18 anos?” Porque alguém que matou a sangue frio, às vésperas do seu aniversário, torturou, barbarizou 10 pessoas, uma família inteira uma chacina e não vai para a cadeia? Não vai para a cadeia, porque o parlamento chegou a conclusão de que não haveria a hipótese, possibilidade de tecnicamente examinar cada circunstância individual, porque isso inviabilizaria a implementação da lei.

Então, o Código Florestal não está inovando quando diz o que piso das áreas de preservação permanente é X. Pode estar errado? Pode e se o parla-

mento mudar nós juízes cumprimos, mas não vamos dizer que a técnica do Código Florestal inova em relação ao ordenamento jurídico brasileiro.

Imaginem esse mesmo argumento no campo da reforma agrária. No Judiciário, todos os dias nós aplicamos e indenizamos, porque a Constituição assim determina e garante ao proprietário rural que é desapropriado pelo INCRA, não é com base na qualidade específica da sua terra.

Algum proprietário rural gostaria de fazer e produzir essas perícias, "A minha terra só tem pedra". É pela média geral e isso é técnica legislativa e técnica também do Judiciário.

Para terminar, o norte que me parece que é possível e eu vejo nessa Casa, no Senado a força e a vontade política de resolver esse impasse que inclusive nós juízes acabamos envolvidos indiretamente [soa a campanha].

Se me permite dois minutos, Senador Presidente.

Primeiro a purificação temática. Vamos deixar nesse debate aquilo que é efetivamente o que importa e está já agenda do agronegócio brasileiro, só isso, as outras questões serão tratadas nas leis específicas.

Por exemplo, na Câmara dos Deputados há um projeto de lei do parcelamento do solo urbano, já aprovada numa Comissão Especial em vias de vir para esta casa, que cuida das APPs e de outros temas ambientais no que tange a área urbanística, porque contaminar esse debate hoje no Código Florestal com esta matéria.

Separar o passado do futuro. Repito as palavras *ipsis litteris* da Senadora Kátia Abreu: não se trata de desmatamento, o tema não é novo desmatamento, isso precisa ficar muito bem claro, porque já aproxima as partes.

Terceiro, um tratamento diferenciado para os pequenos. É do direito que a isonomia olha para quem é grande, para quem é médio e para quem é pequeno. Eu não posso exigir de um proprietário rural que tem 50 hectares o mesmo tratamento daquele que tem 100 mil hectares, que tem acesso fácil aos financiamentos bancários e assistência técnica necessária para regularizar a sua propriedade.

Mas também um tratamento diferenciado para as cooperativas. Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e outros Estados tem um sistema forte, vibrante de pequenos proprietários que estão organizados em cooperativa. Essas cooperativas são baseadas na solidariedade, vamos aproveitar essa solidariedade em benefício do meio ambiente para buscar regularizar os problemas ambientais que lá estejam [soa a campanha].

E, finalmente, buscar um tratamento casuístico não, no sentido de arbitrário, mas tópico, claro também, para que a chamadas, que eu denomino, não é linguagem técnica, perdão os colegas da EMBRAPA, denomino de culturas topográficas; culturas topográficas, a meu juízo e eu usei isso num acórdão, culturas topográficas são aquelas que dependem necessariamente de certas características topográficas do terreno, altitude, inclinação. Agora não dá para sair com um instrumental medindo a profundidade, porque isso inviabiliza a aplicação da própria lei.

E a última palavra reduzir os custos da legalização. Há muito proprietário rural, eu já estive em vários Estados da Amazônia, estive na minha Paraíba várias vezes no Rio Grande do Norte do Senador Agripino Maia, em todo o país eu viajo e há muitos proprietários que querem se regularizar, mas não tem condições de assumir os custos cartorários, os custos técnicos para esta regularização e acho que é papel do legislativo, e do judiciário quando for possível viabilizar esta regularização da forma mais fácil possível.

Muito obrigado.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Nós agradecemos ao eminente Ministro Hermann pela objetividade de sua exposição.

O último expositor é senhor Márcio Meira, Presidente da Fundação Nacional do Índio, FUNAI. Enquanto ele assume a tribuna, eu gostaria de registrar aqui as escusas do Senador Flávio Arns, Presidente da Comissão de Educação que tem uma audiência neste órgão técnico e por isso teve que ausentar-se, mas ele já requisitou todo o material produzido aqui com as exposições, com as transparências para que aqueles que compõem a sua Comissão também possam acompanhar a evolução desse trabalho que nós estamos produzindo hoje. Com a palavra... Sr. Márcio Meira.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senador Demóstenes Torres.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Apenas para dizer que vamos tomar o mesmo procedimento do Senador Flávio Arns. Ou seja, a Comissão de Constituição e Justiça, a partir da última exposição, volta para a pauta de hoje liberando, claro os membros que desejam ficar aqui até o final, ao final nós pegaremos todo o material que foi produzido, distribuiremos a todos os senadores que compõe a Comissão de Constituição e Justiça e a partir do meio dia, então, peço a V.Exa. que não considere mais formalmente

para que a participação da Comissão de Constituição e Justiça para que nós possamos abrir regularmente a nossa sessão.

E deixando claro aos senhores senadores que vou votar as matérias consensuais não polêmicas; se houver o quórum adequado nós podemos partir para aquelas discussões mais polêmicas, caso contrário votaremos as matérias de consenso entre governo e oposição.

Aproveito apenas para deixar uma exortação, uma provocação ao debate que deve se estender, quanto às competências, eu subscrevo aqui praticamente tudo que disse o Ministro Hermann Benjamin, a quem conheço há muito tempo, um lutador pela causa ambiental e há muitas discussões, naturalmente, lado a lado, que nós temos que considerar.

Acho que é inevitável a atualização do Código, sem sombra de dúvida, mas a questão da competência, hoje nós temos superposição de competência, especialmente para licenciamento ambiental, o que acaba gerando um atrito, falso, na minha opinião, entre produtores e ambientalistas, porque todos têm que ser ambientalistas e todos tem que ser a favor do progresso do país.

Então, como é que nós vamos conciliar isso? A medida que nós estabelecermos, convenientemente, qual é a competência dos municípios, qual é a competência dos estados e qual é a competência da União.

Se continuarmos com essa sobreposição, ou essa superposição de competência, certamente não vamos contribuir muito para que o debate possa avançar.

Com essa consideração, Sr. Presidente, peço desculpas por ter feito agora ainda durante os debates, mas peço a V.Exa., assistirei o último expositor, para que considere a partir do final da exposição que a CCJ não mais participa formalmente, para que nós possamos abrir a nossa reunião a partir de então.

Muito obrigado a V.Exa..

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): A Mesa compreende as razões arguidas por V.Exa. e levará na devida consideração, da mesma forma que o fez em relação ao Presidente da Comissão de Educação.

Com a palavra o Sr. Márcio Meira.

SR. MÁRCIO MEIRA: Obrigado Senador Valter Pereira, queria agradecer o convite feito à FUNAI, para participar deste debate aqui no Senado, parabenizando as Senadoras Kátia Abreu e a Senadora Marina Silva por essa iniciativa, que considero muito importante e que acho que deve ser continuada, inclusive, e ampliada, com convite a outras instituições científicas, técnicos, que possam contribuir para esse debate que é crucial, não só para a questão da agri-

cultura, do desenvolvimento da agricultura, da pecuária, no Brasil, mas crucial para o Brasil como um todo, em termos da sua sociedade, da sua necessidade de desenvolvimento.

Eu aqui vou me ater explicitamente a contribuição que tem as terras indígenas nesse debate e vou aqui ser bem breve, na medida em que eu... Parte do que eu ia expor já considero parcialmente realizado pela apresentação do Tássio quando fez aquela apresentação geral sobre a configuração do mapa de áreas protegidas no Brasil e vou me ater aqui explicitamente às terras indígenas.

No caso das terras indígenas a legislação brasileira, ela é muito clara e específica, destacando as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, do mercado imobiliário ou do mercado de terras do Brasil. As terras indígenas são aquelas que são de usufruto exclusivo dos povos indígenas, são de propriedade da União e constituem um direito originário, ou seja, um direito anterior ao direito.

Portanto, quando o estado brasileiro identifica uma terra indígena, ele apenas reconhece que aquela terra é tradicionalmente ocupada pelos índios, conforme os seus usos, costumes e tradições, conforme estabelecido no art. 231 e no art. 232 da Constituição Federal.

Hoje as terras indígenas brasileiras constituem aproximadamente 13% do território nacional, elas estão ali contidas naquela... Na apresentação do técnico da EMBRAPA e também na apresentação do Tássio, dentro daquelas áreas protegidas e elas têm esse estatuto particular que não são apenas terras de proteção ambiental, elas são, sobretudo, terras de direito originário dos povos indígenas, portanto, de proteção também do patrimônio cultural brasileiro constituído principalmente pelos 225 povos indígenas que vivem no Brasil, que são de enorme diversidade cultural e étnica.

E o Brasil é um dos países que tem a maior ou uma das maiores diversidades linguísticas e étnicas do planeta e que tem na sua ordem constitucional a obrigação de proteger, promover esses povos, essas culturas e as suas terras tradicionalmente ocupadas.

Então, nesse sentido, o que nós observamos nos últimos anos, nas décadas, inclusive, desse período republicano brasileiro, principalmente, é que as terras indígenas reconhecidas pelo Estado brasileiro, que sempre tiveram como foco principal a proteção dos povos indígenas e continuam tendo esse foco, elas também, sobretudo nos últimos anos, com o avanço do processo de desmatamento ocorrido na Região Amazônica, principalmente no bioma amazônico.

E também com os fenômenos climáticos que estão ocorrendo cada vez mais no planeta, as terras indígenas brasileiras tem se constituído um enorme

contributo do país, do Brasil, e esse contributo nós devemos principalmente aos próprios povos indígenas, de proteção de partes extremamente importantes do bioma amazônico e também de outros biomas e no caso, sobretudo do bioma amazônico, de partes da Amazônia extremamente singulares do ponto de vista da biodiversidade e dos recursos florestais.

Portanto, há aí nesses, aproximadamente, como eu disse, 13% do território nacional, uma contribuição imensa do Brasil, e uma contribuição imensa dos povos indígenas do Brasil, e aqui eu aproveito para cumprimentar os caciques xavantes que estão presentes no Senado hoje, assistindo a nossa sessão, lá do Mato Grosso, Cacique Aniceto, que está ali participando deste debate, como testemunha a proteção que tem também outros biomas, como por exemplo, o Cerrado, como por exemplo o Pantanal, como por exemplo a Mata Atlântica e que muitas pequenas áreas de Mata Atlântica no Brasil foram protegidas e estão protegidas por conta da presença, por exemplo dos Guarani ou de outros povos indígenas dessa região.

Portanto, do nosso ponto de vista, do ponto de vista do Estado brasileiro, do órgão indigenista brasileiro que é responsável pela proteção dos povos indígenas e das suas terras, que são de propriedade da União e inclusive com o aval agora mais fortalecido ainda nesse... Nessa compreensão e nessa função política que tem a Fundação Nacional do Índio, pela decisão recentemente tomada pelo Supremo Tribunal Federal em relação a correção da demarcação da terra indígena Raposa Serra do Sol, no Estado de Roraima, nós temos a convicção que as terras indígenas tem uma contribuição realmente muito importante, significativa para essa parte do território nacional que é destacada, no bom sentido, para a proteção.

Mas eu queria, antes de concluir, Senador Valter Pereira, senadores, senadoras, ousar dizer que eu acho que esse debate, ele diz respeito ao que nós queremos para o nosso planeta, na verdade. Quer dizer, o Beto Ricardo falou aqui, o que nós queremos para o Brasil, um projeto de Brasil, eu creio que esse debate, ele é tão importante, Senadora Kátia Abreu, Senadora Marina Silva, que merece continuidade e amplitude científica, técnica, política, inclusive debatendo com os indígenas, que tem uma enorme contribuição, porque viveram e vivem no Brasil há 15 mil anos e nunca destruíram as florestas, portanto tem um conhecimento extremamente sofisticado de como produzir agricultura na floresta sem destruir e que muito desse conhecimento foi aprendido pelos brasileiros como um todo, nesses 500 anos.

Eu creio que o grande desafio que temos a discutir e aí foi mostrado o exemplo dos Estados Unidos

é... Se existe a possibilidade, hoje, de um grande país do mundo oferecer à humanidade, a possibilidade, de promoção do desenvolvimento econômico, agrícola, da pecuária, o desenvolvimento industrial, enfim, o crescimento econômico, com o cuidado necessário, às florestas, aos biomas, sem destruí-los, é o Brasil.

Ou seja, o grande desafio que o mundo tem hoje para o cuidado do seu meio ambiente, inclusive com a preocupação do aquecimento global que se dá hoje, o Brasil é um ator fundamental, porque ele ainda é um dos pouquíssimos países de grande porte no mundo que pode dizer para o mundo que o que aconteceu, por exemplo, nos Estados Unidos no Século XIX, o que aconteceu na Europa ao longo de tantos séculos, o que tem acontecido na Ásia, na China, nós do Brasil podemos dizer ao mundo que: "Não, é possível sim, no Brasil acontecer diferente", acontecer de uma forma em que as florestas sejam preservadas para os nossos netos, bisnetos e nós possamos também promover o desenvolvimento.

E eu creio que nesse aspecto, Senador Valter Pereira, de forma muito, obviamente de muito... Com muita humildade, eu creio que os povos indígenas podem dar um ensinamento muito grande à sociedade brasileira de como isso pode ser possível, pelo exemplo, pela preocupação pelas referências culturais que eles têm em relação, ao respeito que eles tem às florestas e ao meio ambiente.

Portanto concluo dizendo que a FUNAI, a instituição indigenista brasileira, e tenho certeza, os povos indígenas brasileiros, tem interesse em participar de um debate como esse para contribuir para que a gente possa mostrar para o mundo que o Brasil pode sim mudar a história e deixar um legado para a humanidade de que é possível o desenvolvimento com a proteção do meio ambiente, com a proteção das florestas.

Então, essa era a mensagem que eu queria trazer, pedindo, agradecendo mais uma vez e pedindo desculpas pela chegada um pouco atrasado, porque eu estou hoje presidindo a Comissão Nacional de Política Indigenista, em reunião ordinária, e por isso tive que me ausentar de lá rapidamente, para vir aqui, mas não deixei de vir exatamente, porque considero esse debate muito importante no Senado Federal brasileiro.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Nós agradecemos a intervenção do senhor Márcio Meira, Presidente da FUNAI e registramos aqui a presença dos dois caciques lá do Mato Grosso que estão presentes nessa Sessão, em nome dos quais homenageamos todas as etnias que tanto contribuíram para o país, não só na preservação das florestas, mas na preservação da integridade territorial.

A seguir nós vamos passar para os debates, tendo prioridade a Senadora Kátia Abreu, autora do requerimento desta Sessão. Senadora Kátia Abreu com a palavra.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Obrigada, Sr. Presidente, eu gostaria dizer da minha alegria e satisfação novamente, poder estar acontecendo essa Audiência Pública de minha autoria, aonde percorri as onze comissões permanentes do Senado Federal para aprovar esse requerimento, mas agradecer a todos os senadores, especialmente aqueles que complementaram o meu requerimento inicial, da minha autoria como o Senador Mozarildo Cavalcanti, Senadora Rosalba, Paulo Paim, Senadora Marina Silva, Senador Suplicy e Crivella, Senadora Serys Slhessarenko, Senador Valter Pereira, Senador Gilberto Goellner, Senador Leomar Quintanilha, muito obrigada pelos apoios e os complementos dos convidados, que aqui se encontram hoje.

Sr. Presidente, hoje tem uma pesquisa na *Folha de São Paulo* encomendada por uma ONG dizendo que 94% dos brasileiros prefere a suspensão de desmate a maior produção. Eu só sinto muito a pesquisa não ter sido feita apenas junto aos produtores rurais, apenas com os produtores rurais, porque ao invés de 94%, teria dado 100% dos produtores rurais do Brasil são contra o desmatamento.

[palmas].

Então, eu quero iniciar aqui as minhas palavras falando três coisas da maior importância. Nós não estamos aqui, senhor Tássio, representante do Ministério do Meio Ambiente, nós não estamos aqui discutindo o desmatamento, nós não temos interesse em desmatamento, nós estamos falando de outra coisa, nós estamos falando de regularização fundiária, porque apesar da palestra de V.Exa. ter sido bastante esclarecedora, bastante lúcida, muito bem, didaticamente bem explicada, nós não estamos no foco que V.Exa. aqui apresentou, V.Exa. apresentou um foco de questão de desmatamento de aquecimento global, não é essa a tese da CNA, dos produtores rurais do Brasil, de todos os tamanhos.

Segundo ponto. Nós não estamos discutindo, Sr. Representante da FUNAI, absolutamente sobre as terras indígenas e nem as unidades de conservação. Elas somadas, todas as terras indígenas, unidades de conservação, estadual, federal e municipal já ocupam 30% do território nacional, não estamos discutindo isso, ou seja, em torno de 250 milhões de hectares dos 850 milhões que o Brasil tem.

Então não estamos discutindo desmatamento, não estamos discutindo terra indígena e não estamos discutindo unidades de conservação. Nós estamos

discutindo, Sr. Presidente, sobre regularização fundiária, e apesar de não queremos desmatamento, de não estar na nossa pauta essa questão, eu vejo aqui nos debates a questão da solicitação especialmente pelo Ministério do Meio Ambiente e demais sobre a recuperação necessária de 50 milhões de hectares, que devem ser replantados no Brasil, sugeridos aqui pelo Ministério do Meio Ambiente.

Eu não quero discutir se isso é bom, se é ruim, se dá para fazer se não dá, se é necessário ou não é. Eu só quero colocar preço nisso, a S.O.S. Mata Atlântica orça que a recuperação por hectare fica em torno de 10 a 12 mil reais por hectare, mas vamos colocar 10 mil reais por hectare, porque eu não precisaria da S.O.S. me dizer isso, porque sou produtora rural e sei que custa isso.

Se nós pegarmos 10 mil reais multiplicarmos 50 milhões de hectares, nós precisamos de 500 bilhões de reais pra recompor o que V.Exa. sugere. Só ficou faltando dizer da onde seria a fonte que nós usaríamos para recompor essas áreas.

Com relação ao aquecimento global, eu também me preocupo muito, acho da maior importância essa discussão, mas nós precisamos, nós brasileiros, continuar fazendo o que estamos fazendo, porque, graças a Deus, nós estamos numa emissão de CO2 muito inferior ao que o mundo está fazendo, enquanto a média, Dr. Hermann, no mundo, de emissão de CO2 por indivíduo é quatro e meia toneladas por cada um, na América Latina a média é dois e meio, e aqui no Brasil nós estamos emitindo apenas 1.8 de CO2 por habitante, mas se nós pudermos diminuir e ajudar o mundo isso ainda é bastante prudente e necessário.

Quando nós vemos aqui apresentado por um dos membros, não tem importância, pode sorrir aqui é todo mundo livre, aqui é Democracia, pode sorrir cinicamente como o senhor quiser, quando nós estamos aqui falando de limitação de áreas e que 350 milhões de hectares já é suficiente, que não precisamos mais disso, eu também não quero discutir sobre isso.

Se o Ministério do Meio Ambiente está dizendo que 350 milhões não precisa mais, porque é o mesmo tanto que tem nos Estados Unidos, quem sou eu para discutir. Eu só quero lembrar a V.Exa., que nós temos 1 bilhão de pessoas que passam fome no mundo, especialmente na África subsaariana, mas talvez não seja problema do Brasil, talvez nós não somos a fazenda do mundo, e nós somos, por incrível que pareça, por uma benção de Deus, nós somos o único país do mundo que temos áreas para matar essa fome, sem desmatar uma árvore, Dr. Benjamin, sem desmatar uma árvore, apenas utilizando melhor as áreas de pecuária, melhorando a produtividade de áreas

as de agricultura, porque aqui fala 4 a 5 cabeças por hectare, eu fico impressionadíssima com a precisão de alguns aqui, 4 a 5 cabeças por hectare no Brasil, é alta tecnologia, de pouquíssimos pecuaristas que conseguem atingir isso.

Nós estamos falando de 5 milhões de produtores rurais, aonde apenas 1 milhão e 200 mil deles são produtores comerciais e ainda assim, de um 1 milhão e 200, eu não tiro 10% que tem essa alta tecnologia de 4 a 5 cabeças por hectare, e a produtividade ideal, Se V.Exa. não sabe, eu vou repetir o que um pesquisador da EMBRAPA me disse, a produtividade real de uma propriedade e a melhor possível, é aquela que o produtor pode ter; porque a tecnologia está aí, define quanto de adubo, quanto de defensivo, quanto de calcário, porque será que o produtor não põe, será que ele é bobo? Ou ele não põe porque não tem esse aqui? Ele não usa a produtividade máxima por falta de recurso e política agrícola, que esse país não tem.

Então, eu fico impressionadíssima de imaginar que nós temos 100 milhões de hectares, no mínimo, disponíveis para produção, isso dá para alimentar 1 bilhão de pessoas, porque isso significa, colegas, amigos senadores e senadoras, significa 280 milhões de toneladas de grãos, apenas nessa área que não tem necessidade de desmatamento.

Nós estamos aqui, uma conta que nós fizemos na CNA, mas não com muita certeza, mas, no mínimo, 13 anos discutindo o Código Florestal, 13 anos de discussão; 60 modificações foram feitas, mais de 60 modificações, dentro de 11 legislações, de 1965 a 2009, em 44 anos. Eu só quero lembrar aos colegas que o Código Florestal, o segundo Código Florestal foi feito em 1965, o primeiro em 1934. Em 1965 nós não tínhamos a EMBRAPA, que foi criada em 73, em 1973, nós não tínhamos o mapeamento pedológico de solo, que foi criado muito depois, nos anos 70, nós não tínhamos o RADAM, que só veio na década de 70, que é o radar, aonde identificou a primeira vez Carajás, a Jazida de Carajás, nós não tínhamos satélite de monitoramento, nós não explorávamos a Amazônia, nós não tínhamos a BR 164, nós não tínhamos a BR 153, nós não tínhamos a tecnologia de Cerrado, que só veio na década de 70, 75 até 85, nós não tínhamos o plantio direto, Sr. Presidente.

Hoje, 40% da produção de grãos está no plantio direto. Portanto, lá naquela época as Cataratas do Iguaçu eram vermelhas e hoje são verdes, cristalinas e transparentes, por conta do plantio direto no Estado do Paraná.

O Brasil era um grande importador, especialmente de carne, de feijão e de leite. O Brasil só existia, colegas senadores, vocês sabem disso, na faixa litorânea,

o Brasil só existia a Mata Atlântica quando foi feito o Código Florestal Brasileiro, o Brasil do interior, ele começou de fato com a criação de Brasília.

E eu quero lembrar que se não fosse a EMBRAPA, se não fosse a EMBRAPA a desenvolver as tecnologias que nós temos hoje assessorada com outras universidades federais, estaduais, privadas que vem fazendo um trabalho maravilhoso pelo agronegócio, se nós tivéssemos produzindo hoje a mesma quantidade de grãos, com a tecnologia dos anos 60, nós precisaríamos de mais 60 milhões de hectares para produzir o que produzimos hoje.

Isso significa que nós aumentamos nesse período, em torno de, pouquíssima área e alta produtividade em todo esse período. Então, quero aqui lembrar o Código Florestal de 34 a 65, os dois Códigos Florestais, o primeiro e o segundo, foram criados quando o Brasil era o Brasil da Mata Atlântica e o interior não existia.

O que aconteceu com esse Brasil de 1965, até 2006, 41 anos depois? Aconteceu, nada mais, nada menos de que as áreas dos estabelecimentos agropecuários aumentaram em 30%, em 1965 nós tínhamos 30% a menos de propriedades rurais. Mas a população nesse mesmo período no Brasil aumentou 127 e a população rural infelizmente decresceu em 24, nós tínhamos 40% naquela época, da população no campo, e hoje nós temos apenas 16%.

O que aconteceu ainda? As áreas de lavoura aumentaram 145%, nós tínhamos 31 milhões de hectares em 1965 e hoje, em 2006, nosso último dado, nós temos 76 milhões de hectares um aumento de 145% em área. Mas apesar de termos aumentado 145% em área plantada em 44 anos, nós aumentamos a nossa produção em 624%, aumentamos a nossa produtividade em 221% neste país ao longo desses 42 anos.

Mas, eu quero, Sr. Presidente, aqui cumprir a meta da CNA; nós não queremos mais, nós não podemos mais discutir assuntos que nós não entendemos, nós entendemos disso que eu acabei de dizer, de produção, de produtividade, de emprego, de PIB, de exportação, de balanço comercial, pode falar conosco que nós nos empenhamos para responder a respeito desses questionamentos eu não posso me vestir de ecóloga, eu não posso me vestir de engenheira florestal e querer dar palpite aonde eu não sou chamada, aonde eu não conheço. Eu sei as minhas limitações.

Agora eu não posso abrir mão também, Sr. Presidente, da legislação. Eu não abro mão da Constituição Federal. Então, nós não pretendemos estar aqui discutindo se é muito, se é pouco, se está bom, se tem que recompor, quanto é, quantos metros e quantos por cento, me recuso. Nós, produtores rurais do país, nos recusamos a esse debate; nós queremos a palavra

com a ciência, e quem não valoriza a ciência, quem acha que a ciência não está a altura de nos orientar, é pessoa que apóia os achismos, porque a ciência é tudo aquilo que eu tenho de concreto, embora ela não seja absoluta, mas é o que eu tenho de concreto, e eu quero pautar toda a minha vida em cima da ciência, em qualquer área que eu posso debater nessa casa.

Mas eu quero, Sr. Presidente, apenas aqui fazer um comentário da maior importância a respeito dos debates, das informações equivocadas, que às vezes são repassadas à sociedade. Por que nós temos que perdoar os produtores que desmataram? Por que eles não tem que recompor suas reservas? Porque esse pessoal motosserra foi lá e destruiu tudo? Esse pessoal que fez o Brasil exportar mais de 170 milhões de tonelada de grãos, esse pessoal que é responsável pelo único setor do Brasil que faz a balança comercial superavitada. Não existem nenhum, esses motosserra, que faça a balança comercial ficar positiva se excluirmos nós da economia nacional.

Mas isso não é desculpa e nós nem queremos usar isso de argumento para desmatamento e para não proteger o meio ambiente, porque se o meio ambiente é importante para todos, para nós é muito mais, porque além da saúde, além da preservação do nosso patrimônio genético, além do nosso patrimônio de biodiversidade, o meio ambiente para nós é vital para ganhar dinheiro, nós não vivemos sem água para produzir, nós não vivemos com terra com erosão, nós precisamos da biodiversidade para equilibrar as pragas e as doenças dos nossos animais e plantas.

Então, o meio ambiente para nós é vital, faz parte do nosso bolso, nós precisamos dele economicamente. Então, não existe produtor rural *versus* meio ambiente; existe produtor rural e meio ambiente. Nós somos os verdadeiros fiscais e os mais importantes desse meio ambiente, desde que nós não possamos fazer a maior injustiça que esse país está fazendo: impor leis que não podem ser cumpridas, isso não é honesto com a sociedade.

Nós estamos colocando os produtores do país, quase 5 milhões de produtores rurais, hoje estão criminalizados, Senador Tassio Jereissati, sem exceção, especialmente os pequenos e especialmente os da reforma agrária, que foram todos assentados às margens dos rios, com muita inteligência, pequenas propriedades não podem ficar longe da água.

Mas ninguém se lembrou que a margem de rio é APP e os assentamentos, quase que 90% deles estão ilegais, assim como os pequenos produtores, assim como todos nós estamos com um Decreto que foi prorrogado até dezembro pelo Presidente, editado o ano passado que criminalizou a todos, com multas

pesadas, confiscatórias das propriedades rurais, produtores sendo presos pelo interior do Brasil, pelos promotores de meio ambiente, que estão tentando cumprir a lei.

É uma legislação que não condiz com a realidade brasileira, Sr. Presidente. Eu quero aqui rapidamente fazer três comentários sobre a reserva legal. Em 34, olha se os produtores desmataram sem ordem, olha se os produtores não cumpriram a lei a risca, e depois a lei seguinte jogou todos eles no crime; em 34, o Código Florestal primeiro dizia que nós podíamos desmatar uma quarta parte do país, isso significa 75%, e portanto a reserva legal seria de 25 para o Brasil inteiro, em que pese aquele tempo só existia a Mata Atlântica. Trinta e um anos depois, o Código de 1965 mudou a regra, dizendo "Não, vocês não precisam deixar 25, vocês podem deixar só 20%, pode desmatar mais 5. Agora, vocês da Região Norte e Norte do Mato Grosso, é 50, hein? Não é 25 mais não, se vocês tiverem desmatado, podem plantar de novo", "Então está bom".

Depois, em 1989, 24 anos depois vem de novo a legislação e disse: "Ôpa, vamos criar agora os 20% do Cerrado, o Cerrado não tem reserva legal, então vamos criar agora 20%", em 1989; eu quero lembrar a todos senhores e senhoras que o Cerrado foi desenvolvido entre 75 e 85 e em 10 anos se desmatou tudo do Cerrado brasileiro. Em 89, vem dizendo "Não, agora vocês do Cerrado que ampliaram a produção em 40%, podem recompor 20% de suas propriedades", sem indicar a fonte do dinheiro. 20% para as demais, continuou e 50% para o Norte continuou e criou o termo reserva legal, porque aqui o representante do Ministério do Meio Ambiente, disse que os Estados Unidos está correto, lá é cobertura florestal, aqui também era, aqui também era. Era cobertura florestal e depois virou reserva legal.

Depois, colegas senadores, 7 anos depois, em 1996 começou uma Medida Provisória, valendo como lei, que nós não votamos. Hoje, a grande maioria da legislação ambiental não foi votada por nós, nem pelos senadores nem pelos deputados, porque é aquela Medida Provisória antiga, que foi congelada, que vem sendo reeditada inúmeras vezes sem ser apreciada por nós.

Então, em 96, aí alterou de novo: "Ôpa, vocês produtores do Cerrado, esperem um pouquinho. Cerrado no Norte e no Norte de Mato Grosso, não é 20 mais não, é 50, está bom, é 50%" e disse para o pessoal do Norte, de floresta e Norte de Mato Grosso, "Não, vocês não é 50 mais não é 80, está bom, de reserva", isso 96. Quatro anos depois, não satisfeitos, em 2000, a mesma MP que basta ser acrescida pela Presidência da República, Casa Civil, não foi votada por esta

Casa, disse de novo: “Opa, espera aí um pouquinho. Cerrado da Amazônia não é 50 mais não, espera aí é 35, mas a floresta continua 80 e as demais 20.”

Então, eu quero apenas aqui deixar nenhum comentário, se é 20, se é 30, se é 40 ou se é 100 que querem deixar, eu só preciso comentar, nós que entendemos de lei, que fazemos as leis, que isso aqui não é possível, a retroatividade da lei para sucumbir uma categoria é inconstitucional. A retroatividade não pode vir para prejudicar e antes que alguém diga: “Mas preservar o meio ambiente não é prejudicar.” Depende. Se você pega um cidadão, um indivíduo e não mostra as fontes e os recursos que ele deverá recompor essa área e quem vai substituir a produção e a renda dele naquele espaço, você está prejudicando ele sim. Porque o meio ambiente ele é um bem coletivo, e não pode ter um ônus individual.

Agora, na APP, a mesmíssima coisa, isso na reserva legal, desde o Código de 1934, ainda com relação a reserva legal, sempre se descreveu em todas as mudanças, isso nunca foi alterado, mas tem gente que faz de conta, especialmente o IBAMA e o Ministério do Meio Ambiente, que isso não é bem assim, porque fala-se da reserva, senadores, na propriedade e não da propriedade, o *na* com o *da* são duas coisas totalmente diferentes. “Eu quero um espaço na sua casa, ou eu quero 20% da sua casa, ou eu quero 20% num espaço na sua casa.”

Então, quando eu digo que eu quero a floresta em pé em 80% ou 20, ou 35, *na* sua propriedade, eu estou dizendo que é daquela, daquele espaço que está em pé naquele momento e não naquele que já foi desmatado, desde 1934 é assim, são das florestas e formas de vegetação existentes na propriedade e não 80 ou 20 *da* propriedade inteira, é totalmente diferente e claríssimo, embora muitas pessoas fazem questão, é o art. 16, quem tiver a curiosidade, do Código Florestal, está claramente, em todos eles demonstrando isso.

APP não foi diferente, APP são as margens de rios e os topos de morro. Nós começamos em 1965, no Código Florestal, dizendo o seguinte: “Produtores do Brasil” [interrupção no áudio] Por favor. Um pouquinho de paciência, eu acho que o desequilíbrio aqui das apresentações foi bastante forte, não tem importância, a democracia é isso, nós nos descuidamos, mas acho importante poder fazer o contraponto.

Sr. Presidente, em 1965, o Código Florestal disse aos produtores do Brasil: “Na margem de rio, vocês não se preocupem não, se o rio for de 5 metros, a metade de 5 a 100 metros a largura do rio. Então, o seguinte: 5 metros se o rio for de 10 metros, pode deixar só 5 que está bom. Agora, se o rio for de 10 a 200 metros, vocês

podem deixar só a metade. Então se o rio for 10 é 5, se o rio tiver a largura de 200, 100 metros, Ok.”

Então, sempre em cima da largura do rio. E o professor Gustavo colocou aqui com muita clareza e brilhantismo, a largura do rio não é parâmetro para a análise de margem de rio, o que é parâmetro para escolher a margem do rio é exatamente o solo, a margem do rio, se ele é arenoso ou argiloso se ele tem declive ou se é plano ou se o solo é profundo ou se o solo é raso, isso é óbvio. Isso significa que num mesmo rio, um de frente para o outro eu posso ter uma margem maior de um lado e uma margem menor do outro.

Agora, Dr. Herman, por isso que essa legislação não pode ser tratada nessa Casa. Não, há possibilidade da Legislação Federal tratar desses detalhes, dessas peculiaridades. Então a APP, depois 21 anos depois 86, “Ó, não é assim mais não, vamos começar tudo de novo”, em 86, gente, olha quantos anos tem isso, foi agora. Então, as margens de rios que antes poderiam variar de 5 a 100 metros, agora mudou tudo. “Agora é o seguinte: você tem que plantar 30 metros se o seu rio tiver 10”, antes era 5, vocês lembram. Então, o rio de 10 metros de largura, planta 30 na margem, se o rio tiver 10 a 50 de largura planta 50, se o rio tiver de 50 a 100 metros de largura, planta 100. Era a metade, hein? Rio de 100 a 200 de largura, planta 150 e chegou a 200 metros o máximo.

Mas não satisfeitos, três anos depois, não estou discutindo se é pouco ou se é muito, eu estou discutindo legislação e retroatividade de lei como nós fomos jogados no crime ao longo desses anos e ainda querem que a gente recomponha. Três anos depois, em 89, “Vamos mudar de novo, resolvemos aqui, então tá, os rios com 200 a 600 metros de largura, agora vocês têm que plantar 200 e os rios com mais de 600 metros de largura, aí vocês plantam 50 metros. Ah, e tem mais um detalhe, a partir de hoje, nascente e olho d’água 50 metros tudo”. E nas borda dos tabuleiros, que não tinha nada... O que é borda de tabuleiro? É o seguinte: vem o morro e por cima ele é plano, a borda do tabuleiro é essa quina antes de sair do plano [soa a campainha], para descer para a encosta, que nunca tinham dito nada e tudo produzindo, “Não, agora, dessa quina para dentro 100 metros”, sem condições de recomposição, sem nenhuma orientação com relação à recuperação e eu quero aqui entrar no assunto que mais me interessa nesse momento.

Sr. Presidente, eu disse que preciso da ciência como preciso da água e do ar, para me orientar, meu mandato e minhas posições sempre, mas eu preciso da Constituição. Eu gostaria de chamar atenção dos colegas no art. 24 da Constituição, especialmente nos parágrafos 1º, 2º e 3º, do inciso VI, aonde diz o seguinte

te: matéria de meio ambiente não é mais competência da União, como era antes de 88. A Constituição de 46, a Constituição de 67 colocavam... Na emenda 1, inclusive, colocava que a matéria de meio ambiente era exclusividade da União. Ponto.

Depois de 88, Sr. Presidente, depois de 88 as coisas mudaram e meio ambiente passou a ser matéria de competência concorrente [soa a campanha], o que significa matéria de competência concorrente, essa casa sabe mais do que todo mundo no país: a União define as linhas gerais, as normas gerais e os Estados definem as suas particularidades, as suas peculiaridades locais ou regionais, como o caso da APP. Eu vou definir a minha APP de acordo com o meu solo, de acordo com o meu relevo, de acordo com a textura dele, com a profundidade dele, com o declive dele, isso é assunto para estado resolver e não essa casa.

Nós temos é que padronizar o que é importante, o que é urgente e que pode ser padronizado para o país todo, mas nós não podemos, por isso estamos aqui há 13 e vamos ficar mais 13, mais 13, mais 13, porque todo mundo aqui tem responsabilidade com os seus estados, se a legislação pretender ser votada aqui dentro, cada senador e cada deputado, assim como eu, vou querer cuidar do meu Estado, do meu Tocantins, e não vai virar uma legislação e um código não, vai virar um tratado.

Por isso essa legislação está emperrada e prejudicando o país a crescer. Eu estive com o Presidente Lula em audiência [soa a campanha] como Presidente da CNA e ele pediu a nossa ajuda para que pudesse isso ser resolvido. O professor Evaristo fez esse trabalho sob encomenda do Lula, que ficou estarecido, quando viu que se a legislação fosse cumprida 100%, nós ocuparíamos 71% do Brasil.

Eu não sei não, se disser que é isso mesmo, se a ciência disser que precisa 71, nós temos que dar 71 silenciosamente. Agora, por favor, justifique, nós temos que justificar do ponto de vista científico e do ponto de vista social [soa a campanha].

Esse país não está em condições de abrir mão desse tanto de área para a preservação. E quem gosta muito de comparar os Estados Unidos, porque não lembrou que o Brasil é o segundo país do mundo, o primeiro é a Rússia, o segundo somos nós e o terceiro é o Canadá nós somos o país do mundo em segundo lugar, que ainda mantemos de 70 a 75% da cobertura natural, nativa de floresta; 450 milhões de hectares, a Rússia 800 em terceiro o Canadá com 280 da nativa, da original, 70 a 75%.

Agora, você sabe quanto é que tem na África? 7.8, na Ásia 5.6; na América Central? 9.7 [soa a campanha]; e na Europa sabe quanto tem da cobertura

original? 0.35. Não acho que eles estão corretos não; acho que eles erraram, erraram muito, não são parâmetros para nós, mas vim dar exemplo americano sem contar as verdades e esses conceitos, esses dogmas, esses paradigmas, nós não vamos aceitar mais silenciosamente.

Então, nós não estamos tão mal na fotografia assim não. Nós estamos poluindo por pessoa 1.8 enquanto a média nacional é 4.5. Vai ver a Holanda, Holanda é 25 toneladas de CO2 por indivíduo na Holanda, a média mundial 4 e ½, e nós 1.8.

Então não venha assustar o Brasil, nós precisamos ter responsabilidade, continuar trabalhando para melhorar a legislação. Agora, não podemos mentir para as pessoas.

Encerro, Sr. Presidente, aqui, solicitando o pacto federativo. Nós vivemos numa federação, por isso, Brasília não pode querer mandar no Brasil [soa a campanha], nós não podemos negar o pluralismo desse país, o federalismo nasceu, se originou junto com a república [soa a campanha] e é graças ao federalismo que existe o Senado Federal, que existe nós senadores.

Então, o federalismo, ele pressupõe a diversidade, é para isso que ele existe e os governadores têm credibilidade, nós temos que dar credibilidade aos governadores, a assembléia legislativa, aos órgãos de pesquisa dos estados, para não tirar deles a responsabilidade, Sr. Presidente, de resolver as contradições dos seus estados a peculiaridades dos municípios.

Nós temos que respeitar a integridade do pacto federativo, temos que respeitar os governadores, nós temos que respeitar as urnas, porque nós estaríamos desacreditando a elas também. Nós precisamos abrir mão desse debate, esse debate para o Senado e a Câmara, na minha opinião, me perdoe, nós temos que obedecer a Constituição no art. 24.

Vamos normatizar as leis gerais, as normas gerais e vamos deixar que cada Estado no Brasil, vamos confiar a eles e nós temos, bem ou mal, o IBAMA para fiscalizar, nós temos o Ministério Público, nós temos todos os instrumentos para não temer essa receita. Nós precisamos confiar neles como confiamos a saúde, como confiamos a educação, porque não podemos confiar o meio ambiente aos governadores e aos prefeitos, assim como fez Santa Catarina, Governador Luiz Henrique, que merece o nosso aplauso pela sua coragem, pela sua atenção com seu estado, e assim estão todos os governadores do Brasil, preocupadíssimos, porque não conseguem trabalhar.

Eu tenho perguntado aos prefeitos do Brasil, na CNA, em campo, que percorro de Norte a Sul, Leste, Oeste, "Prefeito, qual é o problema número 1 que o se-

nhor tem?" Quando ele não diz meio ambiente, ele diz meio ambiente e saúde, meio ambiente sempre.

Porque essa legislação de margem de rio é para o Rio Tietê, em São Paulo, é para todos os rios e que estão passando dentro das cidades ou estão pensando que é só para área rural, não é não. Não é não. Então, nós precisamos, Sr. Presidente, tratar e continuar dialogando, fugir do debate, fugir do diálogo jamais, porque nós estamos cansados do radicalismo que bloqueou o debate, os radicalismos ideológicas [soa a campainha], nós precisamos parar de formar torcida, não existe torcida contra ou favor, é a favor do Brasil, nós queremos discutir o desenvolvimento desse país.

E claro que isso, desenvolvimento inteligente, inclui o meio ambiente, nós não somos inimigos, nós só precisamos ter bom senso, racionalidade e fazer contas. E fazer contas. Eu tenho certeza absoluta, o diálogo só não pode levar, gente, 13 anos, mais 13 anos nós não damos conta, Nós precisamos sim abrir o debate e eu não abro mão de participar de todos que for convidada ou de, também, de promover debates para que a gente possa resolver tudo isso o mais rápido possível.

Mas não como torcida organizada e sim uma torcida que veste uma camisa só, a verde amarela que é do Brasil, muito obrigada.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Bom, a Senadora Kátia Abreu não pode mais reclamar da falta de equilíbrio.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Muito obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Antes de passar a palavra para o próximo Senador, eu gostaria de registrar aqui a presença de alguns parlamentares, alguns deputados federais que estiveram nessa sessão e outros que aqui ainda permanecem. O Deputado Sarney filho, o Deputado Nam Souza, Deputado Marcos Montes, Deputado Homero Pereira, Deputado Adauto de Freitas, Deputado Paulo Piau, todos estiveram hoje participando, ou estão participando ainda da nossa Sessão, o que demonstra a importância do tema que está sendo discutido nesta manhã. Deputado Luciano Pizzatto também está presente é uma alegria, recebê-lo.

O próximo orador inscrito, aliás, o próximo Senador que deve participar do debate é o Senador Osmar Dias que cedeu, aliás, que permutou com o Senador Mercadante a sua colocação, é isso Senador Osmar.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Só pergunto se o Senador Mercadante é o terceiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador Mercadante... É, permutado com o Senador João Pedro é.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Então, eu falo logo após o Senador Mercadante.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Isto.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Eu estou em que posição Sr. Presidente Valter Pereira?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador Casagrande é o quarto.

Então, com a palavra Senador Mercadante e a seguir o Senador Osmar Dias.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras. Eu queria saudar, em nome de Valter Benjamin, Ministro e juiz de direito que tem prestado um grande serviço ao país, Carlos Alberto Ricardo do ISA, a quem eu conheço há mais de 35 anos e de Evaristo, que vem fazendo um trabalho importante, estimulando o debate, todos os demais representantes que contribuíram para essa Audiência Pública.

Queria começar dizendo que acho que será um grande equívoco nós aprofundarmos um caminho que separa a visão de desenvolvimento econômico, social, de uma nação, da questão da sustentabilidade ambiental. Se nós aprofundarmos esse fosso, se nós estimularmos esse conflito, seguramente nós não encontraremos um caminho de desenvolvimento sustentável e muito menos preservaremos o prestígio que o Brasil hoje passa a adquirir em todos os fóruns relevantes internacionais como recém demonstramos na reunião do G-20.

É verdade que nós somos um país com papel fundamental no agronegócio, a agricultura brasileira terá seguramente um papel decisivo não apenas para alimentar a população brasileira, mas nos últimos cinco anos nós fomos o país que mais aumentou o excedente exportável de alimentos, e também é verdade que parte dessas reservas cambiais de 200 bilhões de dólares teve um papel decisivo da agricultura brasileira, das exportações, do trabalho, onde a EMBRAPA teve um papel decisivo na inovação tecnológica, no aumento da eficiência, da produtividade.

O Brasil é hoje o maior exportador mundial de carne, de aves, o terceiro em carne suína, o primeiro em soja, o primeiro produtor exportador de álcool de açúcar, o primeiro em café, o primeiro em suco de laranja, portanto... O terceiro em milho, nós somos um país que tem um papel fundamental e boa parte, especialmente da Ásia, precisa da capacidade de produção

alimentar, da geração de riqueza que nós temos no campo, de produção de proteína.

Mas uma outra verdade que nós não poderemos mais fugir é que nós estamos assistindo um desequilíbrio ambiental, que a pegada ambiental no planeta e no Brasil terá que ser revista. A questão da sustentabilidade e do desenvolvimento não é mais um problema de ONGs e de intelectuais; é um problema que está batendo a porta de quem quiser enxergar.

Os desequilíbrios, o derretimento das geleiras a mudança do ciclo das chuvas, as secas, as inundações e a instabilidade do clima é decorrente do efeito estufa, do aquecimento global, que tem um componente antropogênico absolutamente incontestável hoje do ponto de vista de tudo que diz respeito à ciência e ao pluralismo da ciência, que não é apenas um debate de agrônomos, nem de geólogos, é um debate de biólogos é um debate daqueles que pesquisam a física, a química o meio ambiente, é uma reflexão plural que a ONU e as instituições mais importantes internacionais, chamam atenção de todos que tem alguma responsabilidade de governo, mas também daqueles que tem responsabilidade na produção que nós teremos que enfrentar esta agenda.

Se o Brasil não quiser se associar ao lixo da história em que estão condenados lideranças como Bush, não apenas pelo que fez no enfrentamento militar, mas também pelo que desconsiderou da agenda ambiental quando o mundo pedia a responsabilidade americana para que nós pudéssemos encontrar pelo menos um compromisso em torno do protocolo de Kyoto.

Qual é o debate internacional hoje? É que Kyoto já não resolve mais. E felizmente nós temos Obama com muito mais sensibilidade ambiental e que procura mudar a atitude, a reflexão e a presença americana nessa discussão do efeito estufa e do aquecimento global, como faz a União Européia, e como nós, brasileiros, porque brasileiros eram aqueles que vinham para cá expropriar a Mata Atlântica e levar o pau-brasil, nós nos autodenominamos como aqueles que predavam a natureza.

Nesse início de Século XXI, o Brasil pode ter um outro significado, exatamente aquele país que além de ser um grande produtor de alimentos, de ser uma das economias emergentes nessa crise como é Índia, China e Brasil, pode ser um exemplo do desenvolvimento com preservação do meio ambiente, de um desenvolvimento que preserva a natureza.

É verdade aqueles que dizem que se hoje nós temos o peso que temos na preservação das florestas tropicais, é porque os outros desmataram, de forma absolutamente irracional, especialmente os países do norte, que destruíram suas florestas e hoje colocam

sob as nossas responsabilidades um encargo muito maior, para manter os ciclos das chuvas, a umidade do ar e a qualidade do meio ambiente, cada vez mais comprometido e deteriorado.

As metas em relação ao que será a conferência de Copenhague serão muito rígidas, muito mais exigentes e o Brasil não poderá se furtar, nem virar as costas. E acho que é muito importante que a gente saia daqui dessa audiência, que é apenas o início do processo.

Se alguém imagina que vai passar o rolo compressor num tema como esse, esqueça, que não vai. A sociedade brasileira vai reagir [palmas] e nós vamos debater isso com muita profundidade e não haverá nenhum atropelo numa matéria como essa. Não haverá.

Nós não podemos mais fechar os olhos para os incêndios da floresta. E não é possível que tenha gente que já não ouça o barulho da motosserra, porque o mundo inteiro está ouvindo.

E o Brasil vai ter que responder a esta agenda, fico muito feliz, Sr. Presidente, se hoje, pelo menos, nós sairmos daqui com um compromisso, porque eu entendi que há um compromisso, que não haverá mais desmatamento, que haverá uma intolerância absoluta desse país com o desmatamento, que esse país vai buscar aumentar a produtividade, a eficiência, inovar a tecnologia e rediscutir esta agenda a partir dessa premissa maior. Se pelo menos isso nós fizermos, já é um grande passo.

Mas entre os discursos e as ações continua tendo uma profunda diferença. O que é que nós assistimos recentemente em Santa Catarina? Nós assistimos uma mudança no Código Florestal, hoje aqui alegado como sendo respeito ao pacto federativo, o pacto federativo pressupõe o respeito à Constituição Brasileira, é a partir dela que ele se constrói.

E quero lembrar que no seu artigo 225, a Constituição é muito clara, ela inicia o Capítulo do meio ambiente dizendo, "*Todos têm direito a um meio ambiente, ecologicamente equilibrado, como do uso comum do povo e essencial à sadia qualidade da vida, impondo-se ao Poder Público e a coletividade, o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e as futuras gerações.*"

Eu pergunto: se é um acordo contra o desmatamento, aprovar uma legislação estadual que reduz de 30 metros para 5 metros a mata ciliar dos rios? É esse o caminho do acordo que estão propondo nessa tribuna ou a gente fala uma coisa e estimula outra? Porque a questão ambiental também será um tema fundamental, a preservação da água. Da água.

Eu vivo numa cidade que está ficando cada vez mais longe a capacidade de abastecer e não é só que as minas e a capacidade de produção da água está se reduzindo. É que a água está sendo poluída e o custo de captação e de uso está cada vez mais irracional. Portanto, preservar água nesse planeta, nessa altura do Século XXI, é uma questão que não podemos mais reverter dessa forma, açodada, atropelada e absolutamente inconstitucional.

Eu vou ler aqui a sentença do juiz, apesar das contradições na legislação, tem parte do Judiciário que continua fiel a lei. O juiz Wesley Schneider Collyer, ele diz: *“Mais do que isso, é patente a inconstitucionalidade do inciso I do artigo 112 do Código Ambiental de Santa Catarina, que estabeleceu a faixa de cinco metros, uma vez que a Lei Federal 4.771/65, o Código Florestal, em seu artigo 2º, dispõe ser de 30 metros a largura mínima para fins de aferição da área de preservação permanente.”*

Portanto, é evidente que é inconstitucional, é evidente que é inconstitucional, e eu tenho certeza que o Supremo Tribunal Federal julgará a inconstitucionalidade.

Então, nós temos aqui uma questão que eu espero que essa, esse início de debate no Senado Federal não seja um estímulo, não seja um estímulo para ações que como essa, que longe de partir de uma reflexão que tem que ser feita onde as várias correntes do pensamento científico possam se apresentar e que a gente possa dialogar e que a gente possa construir um caminho, a gente possa... Agora, assistir passivamente, nós que temos a responsabilidade que o povo deu e que a Constituição estabeleceu de legislar e defender as leis, que tenham um caráter nacional e um projeto de nação, a pretexto de um suposto pacto federativo que eu tenho certeza que não sobreviverá no âmbito da decisão do Supremo Tribunal Federal.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Senador,

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu vou concluir, nós temos uma lista de inscrição longa, eu não fiz aparte, escutei 30 minutos de intervenção e é muito importante que tenha o contraditório, tenho certeza que poderei ouvi-lo depois com atenção.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Era só para esclarecer--

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu queria só continuar dizendo que, não é verdade, não é verdade que os produtores rurais que desmataram estão sujeitos às exigências da pena.

Estão sujeitos aqueles que desmataram depois da lei. Que desrespeitaram a lei, porque aquilo que foi feito antes da lei, a lei não retroage. Portanto, não tem nenhuma responsabilidade, aí já temos um caminho

para poder solucionar parte desse passivo ambiental, eu fiquei muito feliz com a intervenção do Juiz Valter Benjamin, porque o meu amigo... Herman, ao apresentar a sua intervenção, o Herman Benjamin a apresentar a sua intervenção, ele pôs a bola no chão, ele disse: “Olha, vamos fazer um pacto para o futuro, não desmatamento e vamos rediscutir o passivo”, porque existe um passivo que nós vamos ter que ajudar a equacionar.

Ele sugeriu uma agenda, por exemplo, a questão topográfica que foi mencionada; é evidente que nós não podemos continuar criando restrições à agricultura, para produzir arroz na várzea, me desculpe, o mundo inteiro produz arroz em várzea, então há áreas que estão destinadas ao cultivo do arroz, nós vamos ter que resolver essa questão e encontrar com equilíbrio e ponderação uma solução.

Da mesma forma que na questão do topo de morro que foi bem aqui colocado um pouco da parte do debate, mas temos culturas centenárias, centenárias. Meu Estado de São Paulo, nós temos ali o cultivo da banana, pequenos produtores em topo de morro, é uma cultura centenária que tem que ser preservada, mas tem que ser reconhecida, especialmente, como bem disse ele, aos pequenos produtores, às cooperativas, vamos encontrar uma mediação e uma saída política institucional.

Vamos construir uma saída seguramente acordada para essa agenda, que me parece uma agenda legítima quando os agricultores, as federações agrícolas, aqueles que estão vivendo essa agenda sentem na pele e trazem ao Congresso Nacional [soa a campanha].

Agora, para que a gente possa encontrar o caminho do entendimento não vai ser atropelando o Congresso Nacional, desrespeitando a Constituição e estimulando uma fragmentação de uma política nacional de desenvolvimento sustentável, de preservação de recursos naturais estratégicos, como começa surgir em algumas iniciativas que nós estamos assistindo.

Se isso aqui não é uma cortina de fumaça e não creio que seja, se isso aqui é para abrir uma... E, portanto teve a adesão da Casa, de fazer uma audiência ampla, pública, plural, transparente, para que todas as correntes do pensamento comecem a se colocar e que com muita profundidade e cuidado a gente possa definir nosso caminho e os ajustes que terão que ser feitos, eu acho que é um bom caminho e seguramente estamos abertos a dialogar, a construir e a negociar.

Mas quero concluir, Sr. Presidente, dizendo que para mim isso é apenas o início [interrupção no áudio] o início de um debate, é o início de um processo, nós temos nessa casa pessoas extremamente abalizadas

para contribuir para essa reflexão, como a Ministra Marina, que tem uma longa vivência e um conhecimento bastante profundo, temos senadores que tem uma vivência importante na área da agricultura, um empenho muito grande, como o Senador Osmar Dias que vai falar logo após e desse contraditório, dessa pluralidade, dessa discussão, eu acho que nós encontraremos um caminho seguro.

Mas um caminho que esse país diga ao mundo, diga às futuras gerações que nós temos compromisso com a preservação das florestas, do meio ambiente, que nós queremos continuar ser um país pujante na agricultura que produz, que aumenta a eficiência, que nós não queremos penalizar os produtores rurais de uma forma irracional, mas nós queremos respeito a legislação ambiental, respeito irrestrito, e especialmente sair daqui hoje, pelo menos com um acordo para valer, que não haverá mais desmatamento [soa a campanha], a partir desse acordo eu acho que tudo a gente consegue avançar, sem essa definição objetiva e não retórica dificilmente nós vamos construir algum entendimento nessa Casa.

Muito obrigado.

[palmas].

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, pela ordem.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senador Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, gostaria de parabenizar todos os expositores. Eu lamento [interrupção no áudio] o debate é extraordinário, mas saio daqui muito confortado, Sr. Presidente, porque ao final da exposição do Senador Mercadante, eu verifiquei que ele e Kátia, que são dois grandes—

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): V.Exa. está inscrito, Senador Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Não, eu estou saindo, Presidente, eu vou abrir mão. São dois grandes tribunos, indicaram que realmente há muito a se negociar, há muito espaço para conversa, há muito espaço para o debate e gostaria também aqui, Sr. Presidente, antes de sair, em 30 segundos, dizer que nós debatemos muito o Código Florestal.

Não é fácil fazer uma lei, as negociações são exaustivas e invadem as noites, é fácil criticar uma lei, principalmente quando nós não participamos do debate [soa a campanha], é impossível fazer uma sondagem ao longo de milhares, e milhares de quilômetros, nas margens do rio, para saber profundidade, para saber granulometria do solo e às vezes isso muda de

50 em 50 metros. É preciso adotar algum parâmetro para proteger.

Mas Sr. Presidente, quero parabenizar V.Exa. pela sessão, desculpe aqui essa pequena interrupção e temos um longo caminho pela frente.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Obrigado V.Exa..

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Presidente, uma questão de ordem, por favor, artigo 14. Questão de ordem, fui citada, inciso VIII, pelo Senador Mercadante. Apenas—

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senadora Kátia.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, eu gostaria apenas de não deixar passar um comentário equivocado do Senador, a respeito do Código Florestal de Santa Catarina.

O Código, nós não estamos defendendo o não desmatamento e fazendo ao contrário como insinuou aqui o Senador. Eu tenho a impressão que talvez não tenha tido tempo suficiente para ler o Código Florestal de Santa Catarina, que é muito claro ao dizer que retroage ao Código Florestal de 65, de 5 a 10 metros, as áreas já desmatadas e consolidadas com produção, proibindo no parágrafo único, "*Não desmatando áreas que tenha mais de 5 a 10 metros*".

Então, o diálogo e o debate tem que ficar muito claro, muito honesto, com relação a essa situação, para que não fique aqui a impressão de que Santa Catarina e nós estamos apoiando o desmatamento e não foi isso que dissemos no início.

Então, repito: 5 a 10 metros para áreas que já estão consolidadas e estudo de pesquisas do Estado de Santa Catarina poderão indicar no futuro, nunca menos, mas sempre mais do que 5 a 10 metros, de acordo com o solo, textura, profundidade e declive.

E mais um detalhe, por último. O Senador mencionou que quem desmatou antes da lei não é penalizado [soa a campanha]. Gostaria que V.Exa. pudesse ter uma atenção e V.Exa. tem razão em ficar estarecido com isso, porque a lei não pode retroagir para prejudicar, mas não é isso que o Decreto está dizendo, o Decreto está criminalizando todos os produtores do Brasil e não estão levando em consideração a 'retração' da lei.

Então, esse Decreto que foi prorrogado até dezembro, se não me engano, deste ano, com exceção da Amazônia, a Amazônia não tem prorrogação, tem que recompor imediatamente, o IBAMA não está considerando a lei, está passando a régua e pedindo recomposição de 100% ou multas expropriatórias, isto nós temos exemplos para poder demonstrar a todos senadores aqui nesta casa.

Obrigado, Sr. Presidente.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):

Pela ordem, artigo 14 por ter sido citado.

[interrupção no áudio].

É uma prerrogativa regimental.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): [sobreposição de falas].

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):

V.Exa. abriu a possibilidade à Senadora Kátia a comentar a minha intervenção, eu tenho a prerrogativa e vou e faço questão de usar o Regimento.

O que eu fiz foi ler o despacho do juiz *ipsis litteris*, eu não acrescentei uma palavra nem retirei nada do que ele disse. O juiz, e citei o juiz, Wesley Schneider Collyer [soa a campainha], da Justiça Federal de São Miguel D'Oeste, negou o pedido de liminar e disse, entre aspas: "*Mais do que isso, é patente a inconstitucionalidade do inciso I do artigo 114 do Código Ambiental de Santa Catarina, que estabeleceu a faixa de cinco metros, uma vez que a Lei Federal nº 4.771/65, Código Florestal, em seu artigo 2º, dispõe ser de 30 metros a largura mínima para fins de aferição da área de preservação permanente.*"

Eu gostaria, só para concluir, que existem outras experiências no Brasil talvez muito mais promissoras do que essa, por exemplo a de Extremo, no Estado de Minas Gerais, eles fizeram um fundo para pagamento por serviços ambientais prestados, não só mantiveram os 30 metros, como estão cercando os 30 metros, os 50 metros da área de manancial, estão indenizando os produtores rurais por essa área e criaram com isso um amplo consenso entre a área rural e a perspectiva ambiental, como fez em Nova Lorde para garantir a sua reserva estratégica [interrupção no áudio].

Então, nós temos por aí outras iniciativas muito mais exitosas do que claramente afrontar o Código Florestal desta forma. Eu prefiro esse caminho aqui, da porta aberta, transparente, quem quer reduzir apresenta a sua proposta, estabelece quais são os argumentos, nós vamos debater.

E, evidentemente, eu acho que recursos hídricos são estratégicos e essa cautela é absolutamente indispensável para o futuro da água no Brasil, mas vamos abrir o debate com fundamentação científica e técnica no fórum adequado, que é o Congresso Nacional que não pode abdicar das suas prerrogativas nacionais.

Muito obrigado.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, o Senador Gilberto Goellner. V.Exa. está inscrito para fazer a intervenção, então se V.Exa. pedir pela ordem, eu vou suprimir, até porque V.Exa. está substituindo aqui o Senador Crivella.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V.Exa. está sendo... Está discriminando Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Não é discriminando, eu quero democratizar. Tem vários senadores inscritos, eu acho que todos têm o direito de falar. A palavra... É questão de ordem que V.Exa. vai suscitar? Então, pela ordem, primeiro o Senador Gilberto que foi... Arguiu antes.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Presidente Valter Pereira, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, eu lhe perguntaria: o senhor vai seguir a ordem dos inscritos—

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): A ordem de inscrição.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Ou vai levar em consideração também os co-autores dos requerimentos.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): A ordem de inscrição.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Pois não.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senador Flexa, um minuto pela ordem.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, 30 segundos [soa a campainha], é só pedir a V.Exa. que dê um tempo para cada Senador possa usar da Tribuna.

V.Exa. disse no início da audiência que às 13h30 iria encerrá-la. Faltam 35 minutos e todos nós queremos usar. Fica...

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Se V.Exa. suprimir 30 segundos, nós vamos acrescentar 30 segundos na fala do Senador.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Já cumpri, já dei a V.Exa. os 30 segundos pedidos.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito obrigado. Senador Osmar Dias.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Presidente, eu também estava...

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador Papaléo, pela ordem.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Colaborar com o debate. Eu quero registrar aqui dois discursos que o Presidente da República fez ontem.

Primeiro, da minha área, da área da saúde, quando ele, infelizmente, se postou da mesma maneira quando chamou a crise mundial de marolinha. Ele disse que não tem problema, está tudo sob controle, porque nós temos remédio para a gripe suína. Eu vejo que sair isso da boca do Presidente da República é muita irresponsabilidade com a saúde pública do Brasil.

A segunda, faz parte do tema que nós estamos discutindo aqui. Ontem o Presidente da República, fez o discurso no Acre e jogando nas costas do IBAMA toda e qualquer responsabilidade pelo atraso do desenvolvimento desse país em áreas que precisem da liberação do IBAMA para que hajam construções hidrelétricas e outras obras, jogou como se ele não tivesse nada a ver com esse governo, nada a ver com o IBAMA.

Quer dizer, ele deu uma de oposição, jogando para cima do IBAMA e citou um exemplo: se existisse o IBAMA trabalhando como está trabalhando hoje e Juscelino Kubstichek fosse o Presidente da República, não teria construído nem o aeroporto para pousar o avião presidencial.

Então, quero deixar isso claro para nós levarmos a sério essas questões e pedir ao Sr. Presidente da República, que quando vá a público não se sabendo o Estado que ele se encontra de emoção, vá a público fale com responsabilidade, porque esse é um país que precisa de respeito e não perdoo, como médico que sou as palavras do Presidente ontem, dizendo que nós já temos remédio para a gripe suína. Fica esse registro.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador Osmar Dias. Com a palavra.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Sr. Presidente, senhores convidados, senhores senadores.

Presidente, hoje é o dia do aniversário da EMBRAPA.

Aniversário da EMBRAPA tem que ser muito comemorado por todos os brasileiros e eu começo por aí a discutir esse tema.

Se não fosse a EMBRAPA e os cientistas que trabalham em entidades privadas e públicas nesse país, nós não estaríamos hoje discutindo a preservação de 67% dos recursos naturais desse país, do meio ambiente, das florestas como foi colocado aqui.

Nós teríamos uma devastação muito maior nesse país. Esse tema não pode ser apartado em hipótese nenhuma da tecnologia, da ciência, ele tem que ser baseado na ciência e na tecnologia. Vou dar um dado: em 90, 1990, portanto há 28, 29 anos atrás, o Brasil produziu 57 milhões de toneladas de grãos; no ano passado o Brasil produziu 134 milhões de toneladas, o que dá um aumento de 132% no volume de produção.

Se nós considerarmos o que aconteceu nesse período, nós vamos verificar que a área cresceu menos que 30%, a área ocupada para o plantio de grãos. Então nós crescemos em cima da produtividade, nós não precisamos abrir novas áreas para conquistar essa produção. Nós devemos muito à EMBRAPA, parabéns ao Evaristo, a todos os técnicos e funcionários da EM-

BRAPA, por terem construído uma empresa que é um orgulho nacional e internacional, por ter proporcionado a EMBRAPA esse momento de discussão aqui, em que nós podemos ainda brigar para preservar 67%, mais ou menos, mas temos isso exatamente, porque existe a EMBRAPA, os seus técnicos, os seus pesquisadores os cientistas brasileiros espalhados por esse território, dizendo o que pode e o que não pode fazer e nós devemos seguir a orientação técnica, científica para não cometermos aqui um erro que pode ser histórico.

No grito não dá, Presidente; nem de um lado, nem de outro. Eu não quero gritar dessa Tribuna, porque se a gente começar a gritar, os dois lados vão gritar e nós não vamos avançar em nada.

O que está acontecendo é que as premissas, os dogmas não estão sendo utilizados por inteiro, como disse o Evaristo, se usar uma parte desse trabalho feito pela EMBRAPA, por ele, pelos seus auxiliares, nós podemos distorcer a realidade, então vamos colocar alguns dados aqui para a gente começar em cima de premissas que possam recolocar o tema no seu devido lugar.

Primeiro. Quando falam que nós estamos ajudando a destruir o planeta, a camada de ozônio, que o Brasil está dando a contribuição grande para a contaminação do meio ambiente, a destruição do meio ambiente mundial, isso é absolutamente mentiroso.

O Brasil emite 1.28% do dióxido de carbono que é emitido em todo mundo, somando os Estados Unidos que foi citado como exemplo aqui e a China, 40%. Vou repetir: o Brasil emite 1.28% do dióxido de carbono emitido no planeta; Estados Unidos e China juntos 40%.

Se nós juntarmos mais 2 países nós vamos chegar a 70%. Então vamos parar com essa conversa mole que o Brasil tem sido o grande responsável pela poluição, porque está destruindo as suas florestas.

Segundo lugar. Nós temos que considerar um outro dado que rotineiramente é colocado nos meios de comunicação, por alguns interessados em tirar o Brasil do contexto mundial dessa discussão do meio ambiente, colocando o Brasil como um condenado, Sr. Juiz, e não como um protagonista importante na preservação dos recursos naturais.

Falam: a soja está invadindo o território nacional e é a causadora do desastre ambiental; a soja ocupa 2,5% do território nacional e o balanço de dióxido de carbono da soja é positivo, não é negativo. A cana, 0,9% do território nacional, o balanço, se não houver queimada, e tem que parar com a queimada, é positivo e não negativo.

Se nós pegarmos todos os grãos que são plantados nesse país, nós vamos chegar a 7% do território nacional, e o balanço é positivo e não negativo.

E eu gostaria de fazer aqui uma homenagem ao meu estado, estado que criou a tecnologia, junto com a EMBRAPA, do plantio direto. Às vezes a pessoas falam do que é ruim e esquecem do que é bom. O que seria da agricultura brasileira se não fosse o plantio direto e o que seria do meio ambiente, se não fosse o plantio direto? 25 milhões de hectares neste país são plantados pela tecnologia moderna do plantio direto, criado no meu estado, por pessoas como Nonô Pereira, Frank Dijkstra, Francisco Terasawa, que colocaram essa técnica a disposição do mundo, e aí eles tem que ser lembrados como grandes preservacionistas, sabe por quê?

Porque a cada hectare plantado, com plantio direto, Sr. Presidente Valter Pereira, nós deixamos de mandar para os rios, assorear os rios, de 20 a 40 toneladas de terra, de solo com nutrientes que deixam de ser aproveitados pelas plantas para assorear os rios, e acabar com os rios.

Essa tecnologia é responsável pela economia de 2 bilhões de dólares em fertilizantes e evita, exatamente, a perda da riqueza do nosso solo. Nós precisamos basear na tecnologia e na ciência, para decidirmos qual é a lei que nós devemos aprovar aqui no Congresso Nacional, para não cometermos um erro histórico e eu não quero participar desse erro histórico, eu não quero participar, Sr. Presidente, porque também tenho formação agrônômica e o Senador Mercadante disse que não pode ser resolvido pelos agrônomos, não pode, mas os agrônomos tem que dar opinião também, assim como toda a sociedade, porque ele leu aqui o artigo 225, e eu vou fazer a interpretação do artigo 225.

O artigo 225 da Constituição, diz claramente que toda a sociedade tem direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, sendo imposto à coletividade o dever de preservá-lo; a coletividade, inclusive os governos, porque eu sou rigorosamente a favor de preservar as margens dos rios, sou rigorosamente a favor de nós protegermos as fontes de água, porque 21% dos nossos rios já estão com a sua qualidade de água praticamente condenada.

O que é isso? Nós precisamos da mata ciliar? Sim. O tamanho dessa mata tem que ser definido tecnicamente, sim, cientificamente. Não pode um senador, um deputado, se arvorar, dizer: "Tem que ser 5, 10, 20, 30", não, tem que ser a ciência que vai dizer o que é bom preservar para preservar a água que será o grande problema, alguém já disse, que será o motivo das futuras guerras e o Brasil pode usar isso, inclusive, como *commodity* no futuro.

Alguém está dizendo aí "Ah, mas ele já está pensando em vender água"; até, se for preciso, isso, mas,

para isso, nós temos que conservar para a nossa gente primeiro. Eu sou defensor da mata ciliar sim.

Agora, eu não posso concordar, Sr. Presidente, com o discurso de que nós podemos colocar toda a responsabilidade nos ombros de quem tem uma propriedade rural e só ele tem a responsabilidade, porque fica muito bonito, a mata ciliar verdinha de cada lado do rio, e um rio correndo poluído, cheio de detritos, de dejetos, contaminado, onde não há vida mais, porque lá em cima, na sua cabeceira, ele foi poluído, pela irresponsabilidade de governos que não fazem o saneamento e na hora de cobrar a responsabilidade do produtor rural, cobram.

Nós temos 48% de água tratada nas cidades, nas cidades deste país, o resto não é tratada, mas vai ver o que acontece em todas as cidades brasileiras. As águas são jogadas nos rios sem nenhum cuidado, sem nenhuma responsabilidade.

Este país produz 125 milhões de toneladas de lixo, e joga nos lixões, a céu aberto, sem nenhum cuidado, nós não podemos continuar discutindo o meio ambiente, falando só em floresta, nós temos, sim, que cuidar da floresta, das águas, mas nós temos que envolver a sociedade, porque a constituição não diz que a responsabilidade é só do produtor rural, mas é da sociedade e dos governos.

Para o governo cobrar a recomposição da mata ciliar, tem que dar assistência técnica, fornecer mudas, instrumentalizar o produtor e isso não acontece. Não adianta um rio com mata ciliar, com rio podre dentro, porque dele não poderá se tirar a água para abastecer os animais, nem os homens. Nós precisamos de rios limpos, até eu estou iniciando um projeto no estado, que quero colocar como desafio à sociedade paranaense.

Lá nós vamos limpar todos os rios do estado, este é um projeto, é um projeto sério, porque fazer o discurso que o produtor tem que fazer a mata ciliar, também faço, mas ele deve ser complementado pelo trabalho dos governos que devem fazer o saneamento, tratar as águas que são despejadas nos rios e córregos, porque senão não adiantará a mata ciliar.

Estão matando os rios e com eles, estão morrendo pessoas. Morre muito mais gente de endemias provocadas por águas contaminadas neste país do que se imagina. Morre muito mais gente por falta de água no mundo, do que se imagina, mas sobretudo, nós precisamos, Sr. Presidente, envolver a sociedade. Então, eu quero aqui fazer a proposta que a OCEPAR me entregou. Nós não podemos abrir mão dos direitos que os produtores conquistaram ao longo dos anos, de produzir e sustentar, inclusive, nesse momento, o

país que precisa muito mais da agricultura, do que antes da crise.

Quando eu ouço dizer, palavras agressivas, depreciativas ao agronegócio, ignorantes, que querem se colocar como intelectuais, fazendo um discurso ideológico atrasado, um discurso rançoso, porque agricultores, o agronegócio é composto por agricultores, familiares, pequenos, médios e grandes, todos, que tem muita preocupação com a preservação do meio ambiente, porque ele sabe que é preciso [interrupção no áudio] que é preciso preservar para produzir, Sr. Presidente.

Agora, eles não são os únicos que tem que fazer isso. E aí eu trago aqui e vou ler rapidamente, porque eu sei que o meu tempo acabou em dois minutos, e vou fazer: “*Aos produtores rurais*”, essa é uma proposta da OCEPAR do Paraná, que deve ser considerada nos debates, eu gostaria que os participantes da Mesa levassem essa proposta, “*Aos produtores rurais caberá a preservação e recuperação das áreas de preservação permanente de suas propriedades. Caberá à sociedade, sobre coordenação da administração direta, município, estado e federação com a participação dos comitês municipais de meio ambiente, a obrigação de complementar o índice de reserva ambiental denominada reserva coletiva, necessária e suficiente para garantir o mínimo de 20% da cobertura florestal do estado*”, no caso do Sul, 80% no caso da Amazônia, 35% no caso do Cerrado, é a reserva coletiva; Então não está na constituição, que todos tem responsabilidade? “*Os produtores rurais que tiverem suas atividades inviabilizadas economicamente pelas exigências da legislação ambiental [soa a campainha] serão remunerados por meio de pagamento pelos serviços ambientais prestados. A propriedade que apresentar área florestal que não se enquadre como área de preservação permanente, poderá preservá-la em benefício da coletividade, recebendo benefícios diretos ou indiretos para sua manutenção.*”

Todo mundo achou bonita aquela reportagem da água que é servida em Nova York, que dá para abrir a torneira e tomar, mas quem está preservando aquela água lá em cima perto do Canadá, está recebendo para preservar, ele está recebendo em forma de *royalties* ou de outra forma, e é isso que está sendo proposto aqui.

Quem preservar tem que ser premiado por isso e não ser condenado, não ser punido por isso. Se nós premiarmos aqueles que preservam o meio ambiente, mais preservarão o meio ambiente e o Poder Público tem que pensar nisso, isso tem que estar na lei.

“*Em se tratando de pequenos fragmentos florestais, isolados, será permitido a relocação dessas*

áreas mediante [interrupção no áudio] [soa a campainha] projeto técnico, desde que comprovado o ganho ambiental!”

Então, Presidente, para encerrar. O meio ambiente tem que preservado, porque sem preservar, nós não vamos produzir mais. Esta aí a técnica do plantio direto, estão aí as técnicas que a EMBRAPA lançou por todo país, que proporcionaram aumentar 132% de produtividade, de produção, 100% baseado na tecnologia, na produtividade.

Nós precisamos usar isso aqui, a lei não pode ser apartada disso. E nós não podemos nos esquecer desta premissa, preservar o meio ambiente não é responsabilidade do produtor rural apenas, mas de cada cidadão que está nesse país esperando uma legislação nova, com menos conflitos, com menos confusão, para que ela possa ser cumprida, mas tem que ser uma obrigação de todos.

Fazer discurso da Tribuna é fácil. Cada um tem que dar sua contribuição, preservar para produzir, Sr. Presidente, mas todos participando com responsabilidade da preservação [interrupção no áudio].

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Obrigado Senador Osmar Dias. O próximo orador inscrito é o Senador Casagrande.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem Senador Jaime.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Eu gostaria de aproveitar essa Audiência Pública, Sr. Presidente, para anunciar que na sessão de hoje, aqui do Senado, estarei protocolando, junto a Secretaria Geral da Mesa, um requerimento no sentido de formalizar a proposta aqui apresentada, no sentido de criarmos uma Comissão Especial destinada a elaborar o Projeto de Código Ambiental Brasileiro.

Só assim, Sr. Presidente, conseguiremos rever conceitos, colocar as florestas onde elas devem estar e compatibilizar a preservação e a produção em nosso país, com a participação ampla dos setores interessados e toda a sociedade brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador Casagrande, com a palavra.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado, Sr. Presidente senhores senadores e Sras. Senadoras, senhoras e senhores, eu vou falar do lado de cá, para que vocês possam fazer o equilíbrio aí das articulações também, não ficarem só olhando para o lado de lá. Liderança, ambientalistas e entidades presentes, lideranças do setor da agricultura, do

agronegócio, na pessoa do Júlio Rocha, lá do Estado do Espírito Santo, Presidente da Federação da Agricultura do Estado do Espírito Santo.

Sr. Presidente, primeiro dizer da importância das exposições, mesmo que as exposições possam não ter toda... Todo o foco num único ponto, mas as exposições dos dois pesquisadores da EMBRAPA foram muito boas, eu quero aqui reconhecer.

O trabalho pode ser utilizado, acho que o Evaristo falou sobre isso, para um ou para outra, de acordo com o interesse, mas as informações são importantes, mesmo que elas possam ir sendo corrigidas no decorrer do tempo, as informações são importantes.

O debate sobre a APP fluvial e de topo de morro é importante. Não adianta nós acharmos que não é importante o debate. As exposições de cada um, os dados que o Meio Ambiente trouxe para nós aqui, foram fundamentais, são importantes porque mostram uma visão, os mesmos números, uma visão um pouco diferente daquela apresentada por outros.

Então nós estamos aqui bem servidos, bem atendidos, eu vi aqui a proposta do Jayme, eu sou Presidente da Comissão de Meio Ambiente, que é Meio Ambiente, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor. Já propus aos membros da comissão, nós vamos fazer, vocês todos e todas, serão convidados a participar, vamos fazer um ciclo de debates. Nós vamos aprofundar o debate da gestão florestal, que aí entra a questão do Código Florestal, lá na Comissão de Meio Ambiente, esse debate é um debate importante, nos temos que fazer, Senadora Ideli, esse debate de forma profunda, para que a gente encontre de verdade, e aí eu concordo plenamente, na definição de uma política nacional de florestas, tem todo o meu entendimento, eu sou engenheiro florestal, quer dizer, me formei em Engenharia Florestal, já não sou mais engenheiro florestal, sou político hoje, já ocupei diversos cargos, mas eu tenho as noções básicas da Engenharia Florestal ainda na cabeça, sei da necessidade da floresta, sei da importância da floresta, eu acho que o Brasil ter uma política florestal é fundamental.

E a floresta cada vez mais, se os brasileiros não quiserem fiscalizar as florestas, outros povos, de outras nacionalidades, fiscalizarão por nós, porque a floresta cada vez mais vai estar sendo vigiada por nós ou por outros. Por nós ou por outros. E nós estamos agora no meio de uma crise financeira, que virou uma crise econômica e a crise não é econômica-financeira, a crise é de modelo, a crise é de modelo, o modelo de desenvolvimento adotado pelo mundo é um modelo que fracassou na área social, porque não consegue incorporar milhares de irmãos e irmãs de qualquer país do mundo, no consumo, na qualidade de vida.

Fracassou agora na área econômica e na área financeira, e já tinha fracassado na área ambiental, este modelo fracassou na área ambiental. E eu vejo até, falava ontem com a Telma Kruger, que é do INPE, foi Secretária de Mudanças Climáticas, falei assim: "A senhora acha que essa disputa é uma disputa perdida, a senhora acha que nós não vamos chegar a uma posição de vencermos os desafios colocados por nós, para que a gente possa ter um modelo que se auto-sustente?" Porque do jeito que nós estamos indo, do jeito que nós estamos indo, nós estamos no caminho errado. Estamos no caminho errado com o desmatamento que a gente tem, no caminho errado na luta ambientalista, porque você vê que no ano passado, quase 20 termoeletricas a carvão e a óleo foram licenciadas e só uma hidrelétrica foi licenciada.

Os ambientalistas focam algumas coisas que não dão resultados, e deixam de focar outras que tem resultado. Tem aqui, parece, uma disputa ideológica, já vem para cá, parece que alguém quer desmatar, outro quer proteger, alguém quer ser radical e outro quer que seja todo liberal.

Eu acho que nós... Acho que a virtude não está de um lado nem do outro aqui neste debate, acho que a virtude tem que ser uma virtude de nós buscarmos um caminho do entendimento, o Parlamento é para isso, o Parlamento é para buscar o caminho do entendimento, para tentar buscar o caminho do jeito [soa a campainha] que a coisa se colocou lá na Câmara e no debate, da alteração do Código Florestal, não vai, não vai porque as forças se anulam.

Sr. Presidente, eu não vou gastar o tempo que gastou a Kátia, não tenho pretensão, nem o tempo que gastou o Mercadante, não tenho a pretensão, mas eu quero um pouquinho mais do que os cinco minutos concedidos, que o senhor me concedeu, para eu acabar de fazer, acho que mais dois ou três minutos de fato, eu concluo o meu pensamento.

Do jeito que começou na Câmara, não vai, não vai as coisas vão se anular. Não adianta aqui alguns parlamentares ligados ao agronegócio mais diretamente fazer a defesa, não adiante outros ligados aos ambientalistas fazer a defesa, não vai avançar para lado nenhum.

O que está claro é o seguinte: tem diversidade no Brasil? Tem diversidade. Tem que considerar isso? Tem que considerar isso. O tema das características pedológicas, da inclinação, da formação do solo é fundamental? É fundamental para a avaliação. Tem que ser o mesmo tamanho aqui, o mesmo tamanho ali? Não, acho que não, agora, se nós hoje não temos condições nem de fiscalizar uma coisa linear como é hoje, como é que nos vamos fiscalizar uma coisa que

seja dependente de um estudo mais profundo? [soa a campanha] Nós não temos essa capacidade, a gente não tem condições, Ministra Marina Silva, não temos essa capacidade.

Então eu concordo em repassar tarefas para os estados e para os municípios, eu sou um defensor de um novo pacto federativo em todos os assuntos, tem um projeto de lei, mas a gente discute muito, mas não avanço muito naquilo que pode.

Tem um Projeto de Lei do Governo na Câmara, que dá novas tarefas aos estados e municípios, com relação ao licenciamento ambiental, esse projeto não avança na Câmara, tem diversos deputados, tem um deputado aqui, tinha diversos deputados aqui, ao invés de pedir mais coisas, vamos cuidar daquilo que já está lá, já tem uma proposta de lei na Câmara, dando tarefa aos municípios e aos estados, para que a gente possa fazer uma nova ação na área de licenciamento ambiental; eu sou favorável.

Agora, não sou posso ser favorável a você dar liberdade, se você tem certeza que essa liberdade vai causar mais desmatamentos, não posso ser. Só posso dar liberdade, porque hoje em dia, porque os ambientalistas não querem a mudança do Código Florestal? Porque acha [soa a campanha] que o governo não controla as coisas, não controla, então não confia, então é melhor ter uma coisa restrita, restrita, porque o estado, não vou colocar o Governo Federal, o Estado não controla.

Por que que não avança com relação a florestas produtivas em áreas já desmatadas na Região Norte? É porque acha que se abrir isso, vai abrir um rio de desmatamento. Por que não estamos discutindo legalização de 1500 hectares na Amazônia? Por que não estamos discutindo? Porque a gente acha, estamos discutindo, porque a gente acha que a medida que vai legalizando mais, mais abertura para novo desmatamento, não tem um limite, não tem um corte no tempo, então não tem essa confiança na ação do Estado, com relação às mudanças.

Eu estou propondo, então, que nós possamos fazer um seminário profundo, um ciclo de debates para sairmos da superficialidade [interrupção no áudio] o interesse de todos nós, para quem não conhece o tema, é fundamental, mas que a gente possa na Comissão de Meio Ambiente, aí em conjunto com outras Comissões, Agricultura, o Demóstenes quer fazer, da Justiça, eu acho que a gente deve aprofundar um debate, para que todos vocês possam vir com tempo, discutir conosco, a gente ter alguma coisa que possa caminhar no entendimento, porque acho que esse é o único momento da gente sair dessa letargia que nós

temos hoje, de discutir assuntos tão importantes e não conseguimos encaminhar uma solução.

De fato, se quiser preservar, eu sou do Espírito Santo; o Espírito Santo, se for aplicar a legislação na ponta do lápis, nós perderemos mais da metade dos nossos cafeicultores do Estado do Espírito Santo. Então, nós temos uma realidade, tem que ser considerada, não dá para não considerar a realidade que a gente tem no Brasil hoje. Isso tem que ser considerado efetivamente, agora, se quiser preservar, mais do que a legislação determina, de fato, tem que pagar, o pagamento por serviços ambientais, já foi dito aqui um exemplo, nós temos o exemplo do Espírito Santo, o Governo do Estado está pagando [soa a campanha] por serviços ambientais, temos diversos outros exemplos, então acho que nós temos que estabelecer novos conceitos, e o debate não é do Código Florestal, o debate é de gestão de floresta, o debate daquilo que a gente quer para o Brasil.

Se nós quisermos zero de floresta, então vamos ter uma política zero de floresta. Se a gente quer preservar o que tem, vamos adotar todos os instrumentos para que a gente possa preservar o que ainda nós temos de floresta.

Obrigado Presidente.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Obrigado, Senador Casagrande, pela brevidade e o Senador Neuto de Conto é o próximo inscrito. Com a palavra o Senador Neuto de Conto.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Sr. Presidente Senador Valter Pereira, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, nossa saudação a todos os debatedores, que vieram enriquecer o debate.

Sr. Presidente, eu estava refletindo o próprio debate; parece que vivemos uma crise estrutural, não só no Brasil, mas no mundo, e que estamos passando para o fim de um ciclo e a exaustão de um modelo de governar. Eu subo a essa Tribuna para defender o meu estado, defender Santa Catarina, o estado que tem somente 1.13% do território nacional, é o quinto maior produtor de alimentos do Brasil, é o 6º maior arrecadador da pátria, um estado que tem 213 mil propriedades rurais, 186 delas são pequenas, menos de 50 hectares, divididas pelas heranças, pelas famílias e que desse potencial todo está pagando um preço muito alto, porque, primeiramente, eu que fui Secretário da Agricultura, há mais de duas décadas, quando lançamos o Projeto Microbacias.

E o Projeto Microbacias, só nesses últimos 6 anos, investiu o governo 100 milhões de dólares para a pequena propriedade rural, investiu em todos os segmentos, 936 microbacias, onde vivem 141 mil famílias.

E o fundamento básico foi a educação, a educação que para que eu não perca o raciocínio, eu vou ler: “*Capacitação em temas ambientais, sociais e econômicos: 96.140 agricultores, 34.399 lideranças das associações de microbacias, 7 mil técnicos, 942 dirigentes, e 1.380 indígenas e 11.636 jovens foram treinados; educação ambiental: 1.158 oficinas de educação ambiental, 822 eventos para troca de experiências entre as microbacias, 290 viagens educativas de excursões de uma microbacia para outra, 3.796 escolas rurais envolvidas com a atividade educacional ambiental, 860 projetos de educação ambiental, executados nas escolas rurais, e 236 oficinas práticas de educação ambiental para professores.*” E aqui nós poderíamos ler durante duas horas, o investimento e o treinamento das pessoas.

Por isso eu não posso concordar que um passivo ambiental possa se transferir para um passivo social, se imagino o que acontecerá, se as leis, aqui citadas deverão ser cumpridas nas formas que a legislação estabelece.

Vamos engordar os cinturões, vamos criar mais favelas, vamos deixar a terra abandonada, porque já não tem mais condições de sobreviver com os pequenos espaços de terra, com tanta pressão que aqui se faz.

Sr. Presidente, senhores senadores. Só falam do projeto e eu fico engrandecido, porque o projeto Santa Catarina nasceu, primeiramente na educação, depois ele partiu para o debate, a lei foi para a Assembléia, a Assembléia fez dezenas de Audiências Públicas em todas as regiões do Estado, para que dessas Audiências Públicas pudesse, os senhores deputados ter a consciência [soa a campainha] do que eles estariam fazendo não só para o agricultor, mas para a sociedade barriga verde.

E dessas audiências, foi uma votação unânime, para que... E eles sabem que nós precisamos do meio ambiente, nós precisamos da produção, nós precisamos associar a produção, o meio ambiente e a área econômica.

Já o meu tempo está se terminando, tanta coisa, Sr. Presidente, poderia trazer aqui. Não concordo com o discurso do Senador, principalmente quando ele atinge o meu estado, que fez com responsabilidade, fez a sua grande maioria estar dentro da Lei Federal, está de acordo com a Constituição, ele foge em dois ou três itens, e foge, porque não é possível que uma sanga de 1 metro de largura, que uma vertente de meio metro de largura possa se inutilizar a sua proteção em 30 metros. Agora, é possível num rio de 30 metros manter 50, 30 ou 50, então nós temos... E essa estrutura, esse conhecimento é que nós temos que buscar, debater e eu fico aqui gratificado, porque se ele não está perfeito, está levando o Brasil ao debate.

Todos os estados estão aqui representados pelos seus representantes na área rural, para que o debate venha e possa nos dar uma legislação segura, forte que nos dê meio ambiente e que nos dê, principalmente, também a área econômica.

Nós temos um maior patrimônio, precisamos preservá-lo, que é o ser humano, nenhum patrimônio é superior a ele. E na defesa dele, que estou aqui para representar Santa Catarina e a sua gente.

Vou encerrar, Sr. Presidente, citando o filósofo chinês [soa a campainha] que viveu há três séculos antes de Cristo e parece que a sua filosofia está presente hoje, Sun Tzu dizia que se queres projetar a vida por um ano, plante cereais, porque dá para plantar e dá para colher, se quer preservar a vida por 30, 40 ou 50 anos, plante árvores, que ela será satisfatória, mas se queres projetar a vida para sempre, treine e eduque o homem.

Muito obrigado.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Agradeço ao Senador Neuto Conto, e a próxima oradora inscrita seria a Senadora Ideli Salvatti que permutou com a Senadora Marina Silva.

Nós fazemos um apelo a todos os senhores parlamentares agora, que abreviem o tempo, que nós estamos trabalhando contra ele. Tem a Sessão ordinária da casa que vai começar brevemente, então nós precisamos abreviar.

Então, com a palavra a Senadora Marina Silva.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores.

Primeiro lugar eu quero dizer da importância desse debate sendo feito no Plenário dessa casa. E da importância de termos uma visão trans-disciplinar, interdisciplinar das questões. E eu fico muito feliz com a postura das demais Comissões ao terem agregado sugestão de outros nomes para que pudessem vir participar desse debate.

Quão rico foi a apresentação feita por cada um dos senhores expositores, que suscitou, da parte dos senhores senadores, um conjunto de manifestações, e interpelações, em relação ao que aqui foi dito, de sorte que aqueles que fizeram apresentações em *Power Point*, tiveram a oportunidade de colocar melhor as suas posições, mas nem por isso aqueles que foram sucintos deixaram de dar uma grande contribuição.

Eu acho que é assim que se produz a ciência, que se produz o conhecimento, é nesse contato e não necessariamente no embate entre idéias diferentes, entre posicionamentos diferentes. E aí, não só as ciências exatas, mas também as ciências humanas aqui representadas, não só as ciências humanas, mas também o

olhar mediador da política que em última instância faz essa mediação para os processos decisórios.

A ciência é fundamental, foi dito por vários colegas aqui, que eu concordo, para poder calçar os processos decisórios. Todavia, não é ela que dá a última palavra, assim como não é a política que dá a última palavra, é o processo de mediação que é feito o tempo todo, para que possamos chegar a esses resultados.

Eu fico muito feliz de que esse objetivo tenha sido alcançado com essa mesa plural. E quero parabenizar todos os senhores na pessoa do Dr. Tassio, do Ministério do Meio Ambiente e do Dr. Herman Benjamim, aqui representando o campo das ciências ditas humanas, para mim todas elas são humanas, porque todas elas se prestam a um único benefício, a produção do conhecimento, que não é estagnado que não é, em hipótese alguma, terminativo, é um processo cumulativo, e como processo cumulativo que se diz hoje, amanhã pode não ser, mas é assim que se produz a ciência.

Muitas verdades que foram ditas, hoje, foram relativizadas ou foram até negadas. Muitas que foram negadas ou relativizadas, no decorrer do processo histórico, elas foram confirmadas. E olha que quem está falando aqui é uma professora de ensino médio, de História, mas que por ter sido alfabetizada aos 16 anos de idade, se apaixonou pelo conhecimento, e é fantástico, a gente vê que existem pessoas aqui de cabelo branco produzindo conhecimento, pessoas jovens e brilhantes produzindo conhecimento, para que nós, os senadores, possamos aqui sair um pouco do debate da agenda do cotidiano, que tem sido tão amarga, tão dura para esse Congresso Nacional, e entrar nos grandes temas da sociedade brasileira.

Eu fico pensando o quanto os telespectadores da TV Senado devem ter se sentido orgulhosos de ver um debate que coloca as questões de uma forma integrada, não dicotomizada, não vamos dizer aqui, em hipótese alguma, que a agricultura não tem nada a ver com mudanças climáticas; tem a ver, tem tudo a ver e foi muito bem demonstrado aqui; não vamos dizer aqui que regularização fundiária, ordenamento territorial e fundiário, não tem nada a ver com cobertura vegetal, tem tudo a ver.

Como que um país que ainda tem mais de 60% de cobertura vegetal, pode negligenciar esse debate, quando pensa em um processo estratégico de desenvolvimento? Pensar o desenvolvimento no Século XXI, significa colocar novos paradigmas, significar ter uma nova visão, uma visão que faça uma inflexão civilizatória, uma inflexão civilizatória que dialogue com os representantes dos vários estados aqui, da agricultura, do setor, da agricultura do nosso país, com os ambientalistas, que durante muito tempo, foram vilipendiados,

como se fossem um bando de irresponsáveis que só contemplam borboletas e passarinhos. Pelo contrário. Durante muitos anos, os ambientalistas pediam aos desenvolvimentistas que fizessem alguma coisa pelo meio ambiente [soa a campainha].

Hoje, eu fico muito feliz de verificar, Sr. Presidente, que são aqueles que estão na agenda do desenvolvimento que pedem aos ambientalistas tem que façam alguma coisa pelo desenvolvimento, e com alegria eu pude ver o governador Blairo Maggi, que tivemos embates muito grandes durante a minha gestão Ministério do Meio Ambiente, mas numa recente entrevista, ele disse: "Olha, o problema da reserva legal já não é um problema do Mato Grosso; o problema da reserva legal é um problema nas outras regiões do país, aqui está muito bom, 80%, nós estamos satisfeitos com 80%."

Se na minha época do Ministério do Meio Ambiente, eu tivesse me rendido ao discurso fácil, com certeza, hoje o Governador não poderia dizer isso, porque com certeza ele gostou de ver o desmatamento reduzir no seu estado, que crescia 48% e graças às medidas caiu cerca de 72% em 2005, quando tivemos os primeiros itens de desmatamento caindo.

Eu sei que V.Exa. fez um apelo para que a fala fosse rápido, eu sei que V.Exa., no começo, foi liberal com nossos expositores, com os nossos Senadores, porque ainda havia o tempo e agora V.Exa., com justa razão, pede para que se cumpra o tempo, mas eu vou pedir um pouco de *data venia*, porque isso para mim é muito importante, porque a legislação ambiental brasileira não é fruto de esforços escusos, de interesses não confessos, como disse o Ministro Mangabeira Unger.

Ela é fruto do constituinte originário, que apresentou essa proposição numa constituinte exclusiva, para escrever ali o artigo 225 da Constituição Federal, e o constituinte derivado tem que respeitar o que disse o constituinte originário sob pena de não estarmos respeitando aquilo que é o pacto feito pela sociedade brasileira, a sociedade brasileira fez um pacto na democracia e esse pacto democrático precisa ser observado.

As leis mudam e elas podem ser mudadas, mas devem ser mudadas numa perspectiva de melhoria e o que está sendo colocado aqui não é apenas uma mudança na nossa forma errada de fazer a agricultura, de fazer a mineração, de fazer a exploração florestal, do que quer que seja, o que está em questionamento aqui é a nossa forma errada de ser.

Se nós não fizermos esse questionamento, da nossa forma inadequada de ser, nós nunca chegaremos a uma resposta adequada para a nossa forma incorreta de fazer. Não se trata mais de um debate, aonde o meio ambiente se opõe a meio ambiente, o

desenvolvimento se opõe ao meio ambiente, isso faz parte da mesma moeda, quem tiver capacidade técnica, que responda a essa equação, quem tiver compromisso ético que responda a essa equação, quem tiver compromisso que vá além do aqui, agora, de sacrificar os recursos de milhares e milhares de anos, pelo lucro de apenas algumas décadas, que responda essa equação, como desenvolver protegendo, como proteger desenvolvendo?

É isso que na Convenção do Clima está posto como desafio, aonde as pessoas dizem: “Vamos mitigar, vamos adaptar, vamos enfrentar as vulnerabilidades das mudanças climáticas, mas vamos fazer de tudo para não ter os efeitos indesejáveis.” Quais são os efeitos indesejáveis? Que a nossa agricultura perda a competitividade e o bom é que é possível fazer as ações todas sem perder competitividade.

Agora, nós vamos perder, sim, competitividade, se nós não formos capazes de nos antecipar, se nós continuarmos fazendo como sempre fizemos. É uma irresponsabilidade, será uma irresponsabilidade, do governo, do Estado Brasileiro, desse Congresso, porque nós não estamos aqui não é para fazer o discurso mais fácil é para fazer aquilo que é necessário.

Durante todos esses anos no Ministério do Meio Ambiente, com incompreensões, mas nós fizemos uma agenda estratégica. O Dr. Tássio que veio aqui sabe que o serviço florestal brasileiro é parte dessa equação, a BR 163, com plano de desenvolvimento sustentável, com 91% é parte dessa equação, as ações voltadas no PAS, Programa Amazônia Sustentável...

Eu vou suplicar à V.Exa., um pouquinho da liberalidade de que V.Exa. teve com meus outros colegas, porque eu sei que daqui a pouco vamos ter a homenagem a Dom Helder, mas esse momento é muito importante, até em homenagem a memória de Dom Helder.

Dom Helder foi um homem que viveu a sua humanidade com a mais profunda radicalidade e ser humano com radicalidade, não é colocar o homem em primeiro lugar, é colocar o homem no seu devido lugar, como aquele que é capaz de pensar por si mesmo, e pensar por aqueles que não pensam, que é a natureza.

Nós somos os olhos da natureza, nós somos as mentes da natureza, nós somos as mãos da natureza, nós podemos usá-la para nos beneficiar, protegendo-a, mas nós podemos usá-la para nos derrotar, derrotar a nós mesmos, destruindo.

Quando sai de 30 [interrupção no áudio] sai de 30 metros para 5 metros, na margem dos rios, nós estamos dizendo uma coisa, é como se eu conversei com os alunos da Conferência de Meio Ambiente, eles queriam entender porque havia uma diferença entre 5 metros e 30 metros para as matas ciliares, “Olha, os

nossos cílios, as nossas sobranceiras, é para proteger do suor; agora se nós decidirmos que basta um cílio, com certeza não vai proteger do suor”. É isso que está sendo proposto, é isso que está sendo feito, é por isso que o vosso estudo é muito importante e é por isso que a fala do Dr. Herman Benjamim foi muito importante.

Nós estabelecemos preceitos gerais para que a lei possa ser aplicada, na mediação que é feita pela sociedade, porque se cada juiz, se cada fiscal do IBAMA não tiver um parâmetro, aí sim vamos ser todos prejudicados e na ausência de uma legislação que seja respeitada, que seja cumprida e implementada [soa a campainha], aí nós temos o Deus dará e não é isso que está sendo reivindicado aqui.

Eu tinha uma série de informações que eu trouxe para esse debate, mas o Senador Mercadante, o Tássio, os que fizeram suas exposições, o Beto Veríssimo, o Beto Ricardo, todos eles colocaram com maestria, outros Srs. Senadores, o que estamos fazendo aqui é algo estratégico, é algo importante, que deve calar fundo no coração de cada homem e cada mulher, porque nós estamos diante de um compromisso intergeracional, aqui não se trata de fazer agricultura apenas para o filho e para o neto, trata de se defender o direito daqueles que ainda não nasceram e o Brasil, graças a Deus, para além de nós os políticos, ele é capaz de dar essa resposta.

A pesquisa do Datafolha diz que 91% dos brasileiros não querem desmatamento, 90% dos brasileiros querem ver combater desmatamento, mesmo que tenhamos um custo maior nos nossos produtos de agricultura, e nos nossos produtos madeireiros. Isso é um pensamento que pode ser apenas um sentimento difuso, pode ser apenas um sentimento difuso, mas, se canalizado por quem tem pensamento estratégico, por quem é capaz de utilizar a força inventiva, criativa, da ciência e do coração daqueles que querem muito além do lucro aqui agora, nós podemos fazer esse país uma outra história.

O Beto falou que o Haiti é aqui, mas pode não ser aqui, nós não precisamos retardar a escravidão do homem sobre a natureza. Nós podemos acelerar a reconciliação do homem consigo mesmo, do homem com o seu trabalho, do homem com o seu conhecimento, para aquilo que há de melhor na humanidade.

O problema da meia verdade é quando a gente diz que a meia verdade é a verdade inteira; a verdade é parcial e ela se constrói na coletividade. É por isso que isso aqui foi importante, a decisão sobre o Código Florestal brasileiro, sobre a legislação ambiental brasileira, não será fruto [interrupção do áudio] [soa a campainha] não será fruto de uma cabeça, por mais

iluminada que seja. Será um processo em co-autoria, não será do Congresso para a sociedade, será com a sociedade, porque nós não fomos eleitos para substituí-la, nós fomos eleitos para representá-la, e 90% do povo brasileiro, diz que quer produção com sustentabilidade, quer sustentabilidade com produção. Essa é a equação, que a nossa competência e que Deus nos ajude a respondê-la.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Obrigado Senador Marina Silva, o próximo orador inscrito é o Senador Flexa Ribeiro, por permuta com o Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente...

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu gostaria de alertar o Senador Flexa Ribeiro que nós estamos a 13 minutos de começar a sessão ordinária do Senado, portanto, o prazo de V.Exa. tem que ser encurtado o máximo possível.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É, pelo informe de V.Exa. eu tenho 13 minutos para poder usar da Tribuna.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): V.Exa. vai usar cinco.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Prorrogáveis por tanto quanto foram prorrogados os Senadores que me antecederam. Mas, não precisarei de tanto tempo não, Senador, eu quero dar oportunidades a outros colegas que possam também fazer uso da Tribuna.

Quero saldá-lo e em seu nome saudar a todos os integrantes da Mesa aos nossos Senadores e Senadoras, e dizer da importância, da importância dessa Audiência Pública.

Pelo meu conhecimento, e quero aqui parabenizar a Senadora Kátia Abreu, é a primeira Audiência Pública de todas as Comissões permanentes do Senado Federal. Ela aprovou o seu Requerimento em todas as 13 Comissões, eu, há pouco conversava com um jornalista, e o jornalista me perguntava de que lado eu estava, se eu estava do lado da Senadora Kátia Abreu ou se eu estava do lado da Senadora Marina Silva.

Eu respondi com muita tranquilidade, eu disse que eu estava do lado do Brasil, do lado da Amazônia, do lado do Pará, e o que eu verifico, prestando atenção a todas as brilhantes exposições que aqui foram feitas, o que eu verifico e me preocupo muito, Senador Valter Pereira, é que nós estejamos tendo uma conversa entre surdo e mudo, ou seja, nós não conseguimos avançar, aqueles que não querem ouvir, e aqueles que não querem falar.

Os discursos são muito bonitos, muito bonitos, cada um vem e defende, eu vou defender os que plantam banana no topo de morro lá em São Paulo, eu vou defender os que plantam café lá no Espírito Santo, aí não pode, é uma atividade centenária, nós não podemos alterar aquilo que já está consolidado.

Gente, o que está faltando a todos nós, a todos nós, é bom senso. É querer resolver o problema, como bem disse o Ministro Hermam Benjamin, pelo aquilo que nos une e não pelo aquilo que nos divide, nós não vamos chegar a lugar nenhum, nem do lado da produção e nem do lado ambiental, se nós não buscarmos uma agenda que seja convergente, vamos buscar aquilo que pode ser resolvido e vamos resolvê-la, o mais breve possível, vamos deixar as questões que não há consenso, para tentar resolvê-las com o diálogo mais amplo.

A Senadora Marina Silva, que eu tenho o maior respeito, ela acabou de dizer que 90% dos brasileiros, das pessoas, melhor dizendo, concordam que precisam produzir preservando e preservar produzindo. Eu digo que não são 90% não, 100% tem este pensamento. Agora, vamos colocar em prática o pensamento, vamos sair do discurso para fazer com que a coisa possa funcionar, o meu estado, o meu estado e aqui, o Dr. Adalberto Veríssimo, que representa uma ONG, IMAZON, ele sabe, ele sabe o respeito que o Estado do Pará teve no governo passado, no Governo de Simão Jatene, com a questão ambiental.

Foi, se não me falha a memória, o segundo estado do Brasil, a aprovar o zoneamento econômico ecológico, aprovado depois de uma discussão com toda a sociedade. E nem por isso foi aprovado pela unanimidade dos votos dos deputados da Assembleia Legislativa, de todos os partidos, inclusive, do PT, aprovado por unanimidade.

Então já subiu aqui à Tribuna, deputado, Deputado, se não me falha a memória, Renato Casagrande defendendo o pacto federativo. Os estados têm que ter liberdade dentro da federação brasileira de definir; já foi transferida para os estados e municípios, a ação na área da saúde, educação, é lá que nós vivemos, é no município que nós habitamos, é lá que as coisas acontecem, então é por lá que nós temos que também fazer a gestão ambiental dos estados e municípios.

Nós vamos ficar aqui discursando eternamente, se não fizermos o zoneamento econômico ecológico de todos os estados brasileiros, e, aí sim, definir quais são as áreas que devem ser preservadas, quais são as áreas que devem ser utilizadas intensamente, e quais são as áreas que podem ser semi-utilizadas através de manejos e outras técnicas [soa a campanha]. Mas, para isso, precisa fazer um levantamento e não há.

Uma outra ação importante que precisa ser feita, e que é consenso de todos é a regularização fundiária; é a regularização fundiária. Então, eu apresentei um projeto, Senador Valter Pereira, em 2005, um projeto que era de uma única folha e dois ou três artigos, que dizia o seguinte: que nas áreas já alteradas, nas áreas já modificadas, eu quero repetir isso, porque os ambientalistas de má-fé, não são todos, não são todos, mas os ambientalistas de má-fé divulgam pela mídia que o meu projeto é floresta zero, como se eu quisesse cortar raso todos os projetos da Amazônia, para a qual ele foi inicialmente projetado e do Brasil, como um todo.

Pelo contrário, o meu projeto não permite o corte de uma única árvore a mais, mas é preciso que sejamos inteligentes, que nós possamos consolidar aquilo que já está aberto, nós possamos usar aquilo que já foi alterado pelo homem, de forma intensiva e manter a reserva legal de 80%.

É outra informação de má-fé, que o meu projeto altera a reserva legal. Não é verdade, o projeto mantém a reserva legal na Amazônia de 80%, apenas, apenas ele vai na direção do uso do bom senso, ou seja, em vez de se fazer reserva legal por propriedade, temos que fazer reserva legal por lote, através de compensação em áreas de preservação ou áreas, que sejam elas públicas ou privadas, gerando, gerando o que já foi falado aqui [interrupção no áudio] [soa a campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Nós estamos no limite.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Já concluo, já concluo, gerando aquilo que já foi falado, que é o pagamento do serviço ambiental para aqueles que preservaram e poderão usar a sua área de preservação, locando essa área, ou vendendo essa área, para que ela sirva de reserva legal, em áreas que já foram antropizadas anteriormente.

E não é, e não é também como está sendo dito, indutor para novo desmatamento, porque o projeto, ele remete a um prazo anterior à aprovação da lei. Era até 2006, no projeto original.

Então eu quero parabenizar, parabenizar aos expositores, quero parabenizar ao Senado Federal, e dizer que essa Audiência Pública, Senador Valter Pereira, tem que ter continuidade.

Há pouco o Senador [interrupção no áudio] [soa a campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador Casagrande?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, Senador Campos, Jayme Campos propôs a criação de uma comissão para discutir a questão, não do Código Florestal, mas da política florestal brasileira.

Eu diria que nós temos que manter permanentemente aberto esse diálogo, para chegarmos aos poucos àquilo que possa melhorar a qualidade de vida de todos os brasileiros, principalmente aqueles brasileiros da Amazônia, que se nós fossemos andar por lá, iríamos constatar exatamente aquela verdade que não é dita, que lá existem brasileiros que não tem acesso a água potável, não tem acesso a saneamento, não tem acesso à vida digna, de forma, à vida humana digna.

Era o que eu tinha a dizer, Presidente.

[palmas].

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Presidente, Sr. Presidente, pela ordem. V.Exa. pretende encerrar às 14 horas. Vai haver ampliação do prazo ou será encerrada às 14 horas.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Não, tem que encerrar, às 14 horas, porque... Sessão ordinária do Senado. Está... Trinta segundos para a Senadora Ideli, e temos que encerrar.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Eu sou o próximo inscrito?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): O próximo seria o Senador Suplicy, certo? Mas ele está lá, inclusive, pedindo pela ordem para ser.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sem prejuízo da fala da Senadora Ideli Salvatti, eu gostaria apenas então, dada a premência do horário, cumprimentar todos os oradores, observar, do ponto de vista regimental, que com respeito a sugestão formulada pelo Senador Jayme Campos, só cabe a formação de uma comissão para examinar projetos de código, depois da formulação de um projeto, conforme diz o artigo 374.

Isso apenas para chamar a atenção e eu só tenho uma pergunta a todos os expositores, a quem tanto cumprimento, para aprender, se, a luz do estudo que o Dr. Tassio Azevedo, do Ministério do Meio Ambiente colocou, que aponta termos 300 milhões de hectares disponíveis para a exploração agropecuária, como avaliar o estudo do Dr. Evaristo Miranda, pesquisador do EMBRAPA, que afirmou que cerca de 71% do território está legalmente destinado à preservação ambiental e minorias, e, sobretudo, se há uma maneira de chegarmos a um entendimento, conforme aliás entendi, foi a formulação de quase todos os oradores, porque me parece que o sentido comum da palavra dos depoentes, ainda que com pontos de vista diferentes, é que possamos nós chegar a um entendimento sobre o assunto.

Concluí, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem. Eu passo a palavra para

a Senadora Ideli, que terá um prazo de 10 segundos para concluir seu pronunciamento.

[risos].

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Eu tenho certeza absoluta que V.Exa. não será tão indelicado para comigo.

Eu queria cumprimentar todos os nossos expositores [soa a campainha], parabenizar esta atividade extremamente importante do Senado da República, um tema tão apaixonante, que se nós tivéssemos todo o horário do mundo, vararíamos a madrugada.

E eu quero terminar aqui este evento com algumas questões, que eu imagino que quem está nos assistindo deve estar perguntando, como eu estou perguntando desde o início da sessão.

O Brasil é grande, o Brasil é muito grande, o Brasil é diferente, ele é muito diferente. Então como é que a gente pode explicar que num Brasil deste tamanho, a gente tenha ainda pessoas e não são poucas, brigando para ter o direito de trabalhar um pedacinho de terra, um pedacinho de terra? Num Brasil destas dimensões, destas dimensões e veja bem, como a democracia do uso da terra está muito longe aqui no Brasil, muito longe.

Santa Catarina não é um estado considerado de latifundiários, não é, não é. Mas olha a realidade da posse da terra, no meu estado, em Santa Catarina: 90% das propriedades rurais, 90% das propriedades rurais, tem no máximo até 50 hectares, não é Senador Neuto de Conto? Mas sabe quanto do território estes 90% de proprietários rurais catarinenses ocupam? 40%, porque tem 10%, Senador Neuto de Conto, lá em Santa Catarina, imagina no resto do Brasil, tem 10% que ocupa 60% das terras. 60% das terras.

E aí como é que a gente vai explicar então essa história de falta de terra, como é que a gente vai explicar que... Mas Santa Catarina produz, com toda a dificuldade, somos o primeiro produtor nacional de cebola [interrupção no áudio]. Já vou--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Já deu uma demonstração cabal de uma senhora capacidade cívica.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Segundo produtor nacional de fumos e aves, terceiro produtor nacional de arroz e aí por diante.

Agora, se a gente não quiser falar, que quando a gente vai falar de meio ambiente tem que falar de propriedade, de distribuição de terra, gente, senão parece que o problema é o meio ambiente, só, quando não é.

[palmas].

Agora, vamos entrar num outro assunto, usando a realidade de Santa Catarina: a distribuição do resultado

do trabalho na agricultura, o resultado. A agricultura familiar, que ocupa 40% da terra, emprega mais de dois terços dos que trabalham na terra, tem como resultado econômico, menos de um terço do agronegócio.

Ocupa dois terços da mão-de-obra [soa a campainha], tem só 40% da terra, e consegue só um terço do resultado econômico. O agronegócio emprega apenas um terço da mão de obra, tem 60% das terras e consegue de lucro, de resultado econômico, mais do que três vezes a agricultura familiar.

Então, quando nós vamos tratar do assunto, nós temos que tratar da propriedade da terra e nós temos que tratar do resultado da distribuição do resultado econômico da agricultura, porque senão fica parecendo, Senador Neuto de Conto, que na hora do nosso produtor de suíno e de ave de lá, que ganha uma merrequinha, e que a grande lucratividade acaba indo para o agronegócio e não para o agricultor familiar.

E aí nós vamos querendo cada vez mais terra para a agricultura, cada vez mais isso, cada vez mais aquilo, quando a situação poderia muitas vezes ser [interrupção no áudio] [soa a campainha] por uma solução que pudesse fazer uma justiça social, num melhor distribuição da renda e numa melhor distribuição da terra.

Isso tem que estar colado, tem que estar junto com a discussão que nós queremos fazer aqui.

E queria dizer ainda mais um outro elemento: nós temos 60 milhões de hectares de terras degradadas. Isto é quase 10% de todo território nacional. Então num país deste tamanho, tão diferente, com 10% do território que a agricultura já avançou e abandonou, a pecuária usou e jogou fora, que nem lenço descartável, nós temos como explicar para o mundo e para o Brasil de que nós vamos desmatar mais?

Nós temos [interrupção no áudio] 10% das terras degradadas, nós temos muito mais do que nós poderíamos reivindicar mexendo na legislação ambiental indigenista do nosso país.

Então eu quero dizer de forma muito clara: temos que discutir as diferenças, a realidade que cada estado tem, os pequenos agricultores lá de Santa Catarina e eu quero dizer, inclusive, que muitos deles entraram nessa discussão do código ambiental com razões, motivos, etc. e tal, mas a solução para os pequenos agricultores, está em democratizar o uso da terra, democratizar e distribuir a riqueza oriunda da terra e a gente recuperar as áreas degradadas em vez de mexer em floresta e área de preservação.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Obrigado pela síntese da Senadora Ideli Salvatti. E antes de encerrar essa sessão, eu quero

registrar a presença dos presidentes dos sindicatos rurais dos municípios de Maracaju, Ribas do Rio Pardo e de Três Lagoas, do meu Estado de Mato Grosso do Sul, juntamente com o Coordenador da Comissão de Meio Ambiente da Federação de Agricultura de Mato Grosso do Sul, FAMASUL, José Armando Amado.

Muito obrigado a todos pela presença, especialmente os nossos agradecimentos a todos os expositores que deram hoje um combustível extraordinário, uma contribuição muito relevante para esse debate, que certamente levará a bom termo, o tema que aqui nós estamos debruçando.

Muito obrigado a todos. Está encerrada a presente Reunião.

Sessão encerrada às 14h08.

ATA DA DÉCIMA SEGUNDA REUNIÃO (EXTRA-ORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 30 DE ABRIL DE 2009, QUINTA-FEIRA, ÀS 10:00 HORAS.

Às onze horas e vinte e dois minutos, do dia trinta de abril de dois mil e nove, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, é iniciada a reunião sob a Presidência do Senhor Senador **PAULO PAIM**, com a presença dos (as) Senadores (as) **FLÁVIO ARNS, EXPEDITO JÚNIOR, ROBERTO CAVALCANTI, RENATO CASAGRANDE, MÃO SANTA, LÚCIA VÂNIA, EDUARDO AZEREDO, JOÃO DURVAL, EDUARDO SULICY, INÁCIO ARRUDA, ROMERO JUCÁ, WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA, JAYME CAMPOS** e **JOÃO TENÓRIO**. Justifica a ausência o Senador Marcelo Crivella. É lido o Ofício nº 54/2009 – do Gabinete do Senador Roberto Cavalcanti, justificando sua ausência na décima Reunião da Comissão de Assuntos Sociais, realizada em vinte e dois de abril de dois mil e nove. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. O Presidente declara aberta a reunião da Comissão, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Presidente comunica que o Item 05, Projeto de Lei do Senado nº 463, de 2007, fica retirado de pauta a pedido do autor, Senador Garibaldi Alves Filho e que o Item 04, Projeto de Lei do Senado nº 276, de 2004, e o Item 07, Projeto de Lei do Senado nº 668, de 2007, ficam retirados de pauta a pedido dos Relatores. Passa-se a apreciação das matérias. **EXTRA-PAUTA – ITEM 14 – REQUERIMENTO Nº 25, DE 2009 – CAS** “Nos termos do artigo 90 inciso II, solicito Audiência Pública no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, para debater sobre a Resolução da ANVISA submetida à Consulta Pública Nº 69 de 11 de julho de 2007, que dispõe sobre o Regulamento Técnico de Boas Práticas Farmacêuticas em Farmácias e Droga-

rias. No rol de convidados sugerimos: – Dr. Dirceu Rapposo de Mello – Presidente ANVISA; – Dr. Jaldo de Souza Santos – Conselho Federal de Farmácias – CFF; – Dr. Cálculo Augusto Esteves – Confederação Nacional do Comércio-CNC (Advogado Sênior – Departamento Jurídico da Confederação Nacional do Comércio); – Dr. Sérgio Mena Barreto – Presidente Executivo da Associação Brasileira de Redes de Farmácias e Drogarias-Abrafarma, ou – Dr. Pedro Zidoi – Presidente da Associação Brasileira do Comércio Farmacêutico – ABCFARMA e Sra. Marilena Lazarini, Coordenadora Institucional do Instituto de Defesa do Consumidor – Idec”.

Autores: Senadora Rosalba Ciarlini e Senador Paulo Paim. **Resultado: Aprovado. EXTRA-PAUTA – ITEM 15 – REQUERIMENTO Nº 26, DE 2009 – CAS** “Senhora Presidenta da Comissão Permanente de Assuntos Sociais do Senado Federal, Nos termos regimentais, e em aditamento ao RQS nº 21/CAS/2009, requeiro que seja retirado e desconsiderado os termos “...que tramitam conjuntamente...”, bem como seja realizada a audiência pública aprovada, constante no requerimento supra, no âmbito da Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social”. **Autor:** Senador Paulo Paim. **Resultado: Aprovado. EXTRA-PAUTA – ITEM 16 – REQUERIMENTO Nº 27, DE 2009 – CAS** “Senhora Presidenta da Comissão Permanente de Assuntos Sociais do Senado Federal, nos termos regimentais, e em aditamento ao RQS nº 21/CAS/2009 e ao RQS nº 26/CAS/2009, requeiro que seja incluído na lista de convidados a participar da audiência pública, no âmbito da Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social da Comissão de Assuntos Sociais, com vistas a instruir o Projeto de Lei do Senado nº 152 de 2007 e o Projeto de Lei do Senado 115 de 2007 que tramitam nesta comissão, dispondo sobre a regulamentação da profissão dos Comerciantes, de autoria do Senador Paulo Paim, o representante da Força Sindical, Sr. Luiz Carlos Motta, Rua Mituto Mizumoto”. **Autor:** Senador Paulo Paim. **Resultado: Aprovado. EXTRA-PAUTA – ITEM 18 – REQUERIMENTO Nº 29, DE 2009 – CAS** “Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal (CAS), realize audiência pública conjunta com a Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento, e Defesa da Saúde (CASSAUDE), para debater o cenário do fornecimento de órteses e próteses no Brasil. A evolução tecnológica e o aumento da oferta desses produtos acarreta a necessidade de avaliação, com o objetivo de garantir o equilíbrio entre o valor despendido com o equipamento, e a qualidade de vida proporcionada ao paciente. Este binômio deve ser observado tanto pelo gestor público, quanto

pelo próprio paciente. O que muito se verifica são pessoas que aguardam durante longo tempo para a obtenção de próteses ou órteses do SUS, nem sempre recebendo produtos adequados à suas necessidades. Também se verificam ações judiciais, onde o Poder Público, os gestores em saúde, as seguradoras de saúde, as cooperativas médicas e de medicina de grupo, são obrigados a fornecer órteses e próteses de última geração, nem sempre adequadas ao caso concreto, o que acarreta custos mais elevados, em comparação com produtos que poderiam atender às necessidades do paciente de forma apropriada. Ao mesmo tempo, as pessoas que necessitam desses produtos, não raras vezes, se defrontam com o dilema de escolher entre próteses ou órteses nacionais, ou importadas, sem saberem qual atenderá melhor às suas necessidades. O esclarecimento dessas questões leva à necessidade de que seja realizada audiência pública para debater o processo de registro destes produtos, a análise técnica de qualidade, certificações, bem como os instrumentos que permitam a verificação da adequação à necessidade do paciente. Indico com convidados um representante do Ministério da Saúde, o Dr. Fausto Pereira dos Santos, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar, o Dr. Dirceu Raposo de Mello, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, o Dr. João Batista Caetano Presidente da UNIMED Brasil, e o Dr. Luiz Carlos Trabuco Cappi, Presidente da Federação Nacional de Saúde Suplementar". **Autor:** Senador Flávio Arns. **Resultado: Aprovado. EXTRA-PAUTA – ITEM 19 – REQUERIMENTO Nº 30, DE 2009 – CAS** "Senhora Presidenta da Comissão Permanente de Assuntos Sociais do Senado Federal, com fundamento no disposto no Art. 58, § 2.º, inciso II da Constituição Federal, combinado com o Art. 90, inciso I, do RISF, requeiro a realização de Audiência Pública, com vistas a instruir o Projeto de Lei do Senado nº 114 de 2005, que dispõe sobre o exercício da profissão de Teólogo. Para tanto, gostaríamos que fossem convidados representantes da categoria, quais sejam, PUC/RS, Faculdades EST, ESTEF, UNILASALLE, Prof. Vitor Feller, Diretor do ITESC de Florianópolis e Conselheiro da SOTER e outros a serem definidos por esta comissão". **Autor:** Senador Paulo Paim. **Resultado: Aprovado. EXTRA-PAUTA – ITEM 20 – REQUERIMENTO Nº 31, DE 2009 – CAS** "Em aditamento ao Requerimento nº 13/2009-CAS, aprovado em 25/03/2009, requeiro seja incluído como convidado para participar da Audiência Pública – que visa a instruir a tramitação do PLS 725/07, que versa sobre gorjetas pagas aos garçons – o Presidente do Sindicato dos Garçons, Barmen e Maîtres do Estado do Rio de Janeiro, Senhor Waltair Mendes Ro-

drigues". **Autores:** Senador Marcelo Crivella e Senador Roberto Cavalcanti. **Resultado: Aprovado. EXTRA-PAUTA – ITEM 21 – REQUERIMENTO Nº 32, DE 2009 – CAS** "Requeremos urgência, nos termos do art. 336, inciso II, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei da Câmara nº 152 de 2008, que "Acrescenta dispositivo à Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, para dispor sobre a duração do trabalho do Assistente Social". **Autora:** Senadora Lúcia Vânia. **Resultado: Aprovado. ITEM 08 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 152, DE 2008** "Acrescenta dispositivo à Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, para dispor sobre a duração do trabalho do Assistente Social". **Autor:** Deputado Mauro Nazif. **Relator "ad hoc":** Senador Flávio Arns. **Parecer:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto e o Requerimento de Urgência, apresentado pela Senadora Lúcia Vânia (item 21, extra-pauta).** Os itens 01, 02, 03, 06, 09, 10, 11, 12 e 13 ficam adiados. O Senador Flávio Arns sugere o empenho da CAS junto ao Presidente do Congresso Nacional, Senador José Sarney, para que haja apreciação única e exclusiva do veto presidencial referente ao PL 01/2007. Fizeram uso da palavra os Senadores Roberto Cavalcanti, Flávio Arns, Expedito Júnior e Mão Santa. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e três minutos, lavrando eu, **Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Senador Paulo Paim, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada.

Senador **Paulo Paim**, Presidente em exercício

12ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA. REALIZADA NO DIA 30 DE ABRIL DE 2009, ÀS 11 HORAS E 20 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Havendo número regimental, declaro aberta a 12ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da reunião anterior. Os Senadores, que aprovam, queiram permanecer como se encontram. Aprovada.

Comunico a todos que o item 05, Projeto de Lei do Senado nº 463/2007, fica retirado de pauta a pedido do autor, Senador Garibaldi Alves Filho.

Comunico ainda que o item 04, Projeto de Lei do Senado nº 276/2004, e o item 07, Projeto de Lei do Senado nº 668/2007, ficam retirados de pauta a pedido

dos relatores, Senador Augusto Botelho e Senadora Fátima Cleide, respectivamente.

“Sra. Presidente – se dirigindo à Senadora Rosalba Ciarlini -, dirijo-me à V. Exa. para justificar minha ausência na 10ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, realizada no dia 22 de abril do corrente, devido à viagem ao exterior para tratar de assunto de interesse particular”, Senador Roberto Cavalcanti.

Requerimento: “Sr. Presidente, nos termos do art. 90, inciso II, solicito Audiência Pública no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais para debater sobre a Resolução da ANVISA, submetida a Consulta Pública nº 69, de 11 de julho de 2007, que dispõe sobre o regulamento técnico de boas práticas farmacêuticas em farmácias e drogarias. No rol de convidados, sugerimos Sr. Dirceu Raposo de Mello, Presidente da ANVISA; Dr. Jaldo de Souza Santos, Conselho Federal das Farmácias; Dr. Cécito Augusto de Freitas Esteves, Confederação Nacional do Comércio, Advogado Sênior do Departamento Jurídico da Confederação Nacional do Comércio; e Dr. Sérgio Mena Barreto, Presidente Executivo da Associação Brasileira de Rede de Farmácias e Drogarias, ABRAFARMA”. Senadora Rosalba Ciarlini e esse senador também assina.

Srs. Senadores, que concordam que ele entre extrapauta, permaneçam como se encontram. Vamos à votação do Requerimento. Se concordam... Senador Flávio Arns quer discutir a matéria? Senadores que concordam com o Requerimento...

Senador Flávio Arns? Para discutir a matéria.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sr. Presidente, V. Exa. me faria a gentileza só de repetir os convidados. Que eu concordo com o conteúdo.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O Requerimento é da Senadora Rosalba Ciarlini. Como ela não está presente--

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): --ela pediu que nós assinássemos para colocar em votação. Vou só repetir, que é bem breve.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Para boas práticas farmacêuticas.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): “Nos termos do art. 90, inciso II, solicito Audiência Pública no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais para debater sobre a Resolução da ANVISA, submetida à Consulta Pública nº 69, de 11 de julho de 2007, que dispõe sobre o regulamento técnico de boas práticas farmacêuticas em farmácias e drogarias. Sugerimos como convidados Dr. Dirceu Raposo de Mello, Presidente ANVISA; Dr. Jaldo de Souza Santos, Conselho Federal das Farmácias, Dr. Cécito Augusto

Esteves, Confederação Nacional do Comércio; e Dr. Sérgio Mena Barreto, Presidente Executivo da Associação Brasileira de Rede de Farmácias e Drogarias – ABRAFARMA”.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu só estava pensando, Sr. Presidente, se não seria interessante ter alguém da área da defesa do consumidor também.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sem problema nenhum.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Talvez um representante do Instituto de Defesa do Consumidor, IDEC.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Botaríamos aqui um representante do IDEC a ser indicado pelo nobre Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): E a minha preocupação, é claro... Eu sei que da Secretaria sempre é para não ter, assim, muitos expositores, porque isto inviabiliza o processo.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Nós tínhamos dialogado aqui, sob a orientação da Presidente, que seriam quatro. Mas entre quatro e cinco, acho que dá para ser flexível. Não vejo problema.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Porque o comércio é do ponto de vista... Confederação Nacional do Comércio é do ponto de vista da instituição, que faz. E o outro, do ponto de vista do consumidor, que vai à farmácia. Aí o ponto de vista do farmacêutico, sem dúvida, Conselho de Farmácia da ANVISA, que é importante. Eu penso que seria interessante alguém de defesa do consumidor também, IDEC. Até eu posso sugerir o nome: Marilena Lazzarini, também.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Incluindo aqui a senhora...

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Marilena Lazzarini.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Marilena Lazzarini?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): É, do IDEC.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Então, os Srs. Senadores, que concordam com a aprovação do Requerimento com o adendo colocado pelo Senador Flávio Arns, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Requerimento nº 26/2009, em aditamento ao Requerimento nº 21, da CAS, 2009. “Sra. Presidente da Comissão Permanente de Assuntos Sociais do Senado Federal, nos termos regimentais, em aditamento ao Requerimento nº 21 da CAS, de 2009, requeiro que seja retirado e desconsiderado o termo ‘que tramitam conjuntamente’, bem como seja realizada Audiência Pública aprovada constante do Requerimento supra,

no âmbito da Comissão Permanente de Defesa do Emprego e Previdência Social”.

Isso aqui é apenas uma grande(F) redação, que eu mesmo pedi que retirasse os termos “*que tramitam conjuntamente*”, porque não estão tramitando conjuntamente. Agora, o aditamento: “*Nos termos regimentais, propomos seja incluída na lista de convidados a participar da Audiência Pública no âmbito da Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social, da Comissão de Assuntos Sociais, com vista a instruir o Projeto de Lei do Senado nº 152/2007 e o Projeto de Lei do Senado nº 115/2007, que tramitam nessa Comissão, dispondo sobre a regulamentação da profissão de comerciários*”, de autoria desse Senador. E também o outro projeto é de autoria do Senador Pedro Simon, “*Que seja incluído o representante da Força Sindical, o Sr. Luis Carlos Motta*”.

Aqueles que concordam com a introdução extrapauta desse Requerimento, permaneçam como se encontram. Quem concordar com o mérito também permaneça como se encontra. Aprovado.

Temos dois requerimentos. Um aqui, agora, de minha autoria, que eu solicito, se concordam, que eu possa colocar extrapauta. Os que concordarem, que é sobre uma Audiência Pública para discutir a epilepsia, permaneçam como se encontram, se concordam, para entrar extrapauta, depois eu vou ler o mérito.

E o outro é do Senador Flávio Arns, “*Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado, Comissão de Assuntos Sociais do Senado, realize Audiência Pública conjunta com a Subcomissão Permanente da Promoção de Acompanhamento, Defesa e Saúde para debater o cenário de fornecimento de órtese e prótese no Brasil*”. Senador Flávio Arns com a palavra. Aqueles que concordam com o requerimento extrapauta, permaneçam como se encontram.

Agora vamos ao mérito. Para o mérito, Senador Flávio Arns com a palavra. Aprovado extrapauta.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Naturalmente, também órteses e próteses, como outros assuntos, são importantes no Brasil. Na questão de órteses e próteses, a pessoa costuma fazer uma cirurgia e é muito comum ouvir-se do médico uma observação, dizendo: “Olha, esta órtese que é fornecida não é boa. Você tem que comprar uma importada, ou uma outra marca” ou isso ou aquilo. E isso vem causando, também nesta área, um processo de judicialização. Quer dizer, tem que se buscar na Justiça aquela segurança para que o equipamento, sendo dispensado, tenha a qualidade necessária.

Então, nós estamos propondo uma Audiência Pública, porque todos esses equipamentos são aprovados pela ANVISA, têm que ser aprovados pela AN-

VISA, chamando os planos de saúde, para discutirmos essa situação, o Ministério da Saúde também, que fornece, pelo SUS, os equipamentos, para que esses equipamentos sejam inclusive... A certificação desses equipamentos aconteça.

Porque a gente sabe, ao mesmo tempo, que o SUS vem dispensando, por exemplo, cadeira de roda; a pessoa usa duas, três vezes a cadeira de roda e quebra a cadeira de roda. E aonde que está o certificado de qualidade, como a gente exige hoje em dia, de qualquer fabricante? Às vezes a cadeira de roda é barata, mas não tem a qualidade. Ou talvez até eu esteja equivocado, que estão exigindo e eventualmente algum problema esteja acontecendo no processo.

Então, para ver perna mecânica, braço mecânico, equipamento para o quadril, para o coração, para o rim, órteses, próteses... Tudo aquilo que é fornecido, para vermos o debate. E os planos de saúde também têm todo interesse em debater isso, para termos regras claras, tranquilas, que favoreçam essa segurança por parte da pessoa que necessita desses equipamentos. Esse é o objetivo desta Audiência Pública.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Flávio Arns já explicou o teor do Requerimento, que é um Requerimento longo. A única coisa que a assessoria aqui me orienta, por recomendação da nobre Presidente Senadora Ciarlini, é do número de convidados. V. Exa. já definiu?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu inclusive já falei com a secretária da Comissão, para a retirada de três nomes, dois de planos de saúde, que nós tínhamos pensado em todos os conjuntos. Então, retiramos dois e retiramos também uma pessoa do Conselho Federal de Medicina, se não me engano.

E ficaram cinco no total; a observação é quatro, mas que nem V. Exa. colocou antes, invés de quatro, cinco, dar-se um tempo mais limitado para que haja o debate depois, na sequência.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Então, nos moldes já combinados e encaminhados à Mesa, com a retirada dos nomes que ultrapassariam aquilo que é um acordo aqui na Casa, no máximo quatro ou cinco, eu coloco já em votação o Requerimento, porque entendo que não há nada polêmico sobre o tema. Aqueles que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Há um outro Requerimento que eu já aprovei aqui a inclusão extra-pauta. “*Com fundamento no disposto no art. 58, §2º, inciso II, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso II, requeiro a realização de Audiência Pública, com vistas a tratar de questões atinentes à epilepsia, devendo ser convidados as entidades representativas do setor e outros a serem, e*

outros a serem definidos pela própria Comissão, a ser realizado em conjunto com a Subcomissão Permanente de Acompanhamento em Defesa da Saúde”, aqui dessa mesma Comissão. Aqueles que concordam com o teor do documento, permaneçam como se encontram. Aprovado.

“Com fundamento...”... Um outro requerimento. “Com fundamento no disposto no art. 58, §2º, inciso II, da Constituição Federal combinado com o art. 90, inciso I, requeiro a realização de Audiência Pública, com vistas a instruir o Projeto de Lei do Senado 114/2005, que dispõe sobre o exercício da profissão de teólogo. Para tanto, gostaríamos que fossem convidados os representantes das categorias das quais sugerimos, PUC-RS, Faculdade EST, UNILASALLE, Professor Vitor Feller, Diretor do ITESC, de Florianópolis, e Conselheiro da SOTER e outros a serem definidos por essa Comissão”.

Mediante, também, a decisão já tomada pela Comissão, nós já fizemos contato com essas entidades e já estamos chegando no acordo para que venham somente quatro; no máximo, cinco.

Então, aqueles que concordam que a gente realize também essa Audiência Pública... Primeiro a aprovação do Requerimento extrapauta. Os que concordam, permaneçam como se encontram. Vamos ao mérito. Quem concorda com uma Audiência Pública para discutir o Projeto de Lei do Senado nº 114, de 2005, sobre o exercício da profissão de teólogo, permaneçam como se encontram. Aprovado. Dentro dos limites e hora combinados, as entidades vão chegar a um entendimento para que fique em [ininteligível] quatro; no máximo, cinco.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Vamos à nossa pauta. Como só podemos votar não terminativo, eu começaria pelo item 08, até, digamos, em solidariedade aos nossos convidados que estão aqui no Plenário. O que diz o item 08? Primeiro, pergunto se concordam que eu possa inverter a pauta e começar exatamente pelo item 08. Aqueles que concordam, permaneçam como se encontram.

Projeto de Lei da Câmara nº 52/08. “Acréscimo dispositivo à Lei nº 8.662, de 7 de junho de 93, para dispor sobre a duração do trabalho da Assistente Social”. Autor: Deputado Mauro Nazif; relatora: Senadora Lúcia Vânia. Parecer: pela aprovação do projeto.

A matéria constou da pauta da reunião do dia 15/04/2009, sendo retirado da pauta a pedido da re-

latora para reexame. Em 22/04/2009, foi devolvido pela relatora, Senadora Lúcia Vânia, sem alteração do parecer.

Concedo a palavra à nobre Senadora Lúcia Vânia para proferir o seu relatório. Senadora Lúcia Vânia não poderá chegar em tempo, e, Senador Flávio Arns, ela solicitou se V. Exa. poderia ser o relator *ad hoc*.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Com prazer, Sr. Presidente. Até em respeito a todos que estão aqui, acompanhando esse processo, e que vem sendo objeto de discussão e de reflexão por parte da categoria em todo o Brasil, eu vou ler o relatório e a análise para que todos tenham conhecimento, assim, inclusive o público que nos acompanha pelos veículos de comunicação do Senado.

Então: “É submetido a exame desta Comissão o Projeto de Lei da Câmara nº 152, de 2008, que tem por finalidade fixar em trinta horas semanais a jornada de trabalho do assistente social.

A proposição prevê também que, aos profissionais com contrato de trabalho em vigor, é garantida a adequação da jornada de trabalho, vedada a redução do salário.

Ao justificar sua iniciativa, seu autor afirma: ‘Os assistentes sociais constituem, sem dúvida, uma categoria cujo trabalho leva rapidamente à fadiga física, mental e emocional. São profissionais que atuam junto a pessoas que passam pelos mais diversos problemas, seja em hospitais, presídios, clínicas, centros de reabilitação ou em outras entidades destinadas ao acolhimento e inserção ou re-inserção da pessoa na sociedade.’

Em sua tramitação na Câmara dos Deputados, o projeto mereceu a aprovação da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Até o momento, não foram apresentadas emendas.

Nos termos... Análise: “Nos termos do inciso I do art. 100, do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre o presente projeto.

A duração da jornada de trabalho do assistente social, objeto da proposição, pertence ao ramo do Direito do Trabalho. Sob o aspecto formal, não vislumbramos óbice de alguma natureza jurídica ou constitucional na proposição.

A norma proposta não afronta os princípios adotados pela Constituição, não havendo, portanto, impedimentos constitucionais formais, nem materiais. Também os requisitos de adequação às regras regimentais foram respeitados.

O Direito fixa normas para estabelecer a duração da jornada de trabalho máxima, que pode ser contra-

tada com o empregado, para que este, no exercício de sua profissão, tenha garantida segurança para sua vida e sua saúde.

Num primeiro plano, portanto, está a jornada aplicável a todos os trabalhadores, fixada pela Constituição Federal, de oito horas diárias, limitada a quarenta e quatro semanais. A partir daí, a legislação infraconstitucional pode estabelecer condições especiais e jornada de trabalho diferenciada para algumas categorias profissionais.

O legislador, no entanto, tendo em vista o interesse social e as peculiaridades inerentes a determinadas profissões, pode fixar uma jornada de trabalho diferenciada para elas, menos severa do que aquela proclamada como base do sistema. Para tanto, levará em consideração o tipo de atividade, o desgaste por ela produzido e os riscos nela existentes para a segurança e saúde do profissional.

Em relação ao assistente social, é sabido que os profissionais que trabalham com, entre outras ‘ajuda’ – professores, médicos, bombeiros, assistentes sociais, enfermeiros, entre outros – e que apresentam alto grau de contato interpessoal expõem-se mais aos agentes nocivos da atividade e têm sua saúde física e mental, assim como sua qualidade de vida e profissional mais afetadas, já que interagem de forma muito ativa com os usuários de seus serviços.

De acordo com o *Bureau of Labor Statistics*, o Serviço Social é uma profissão para aqueles com desejo de ajudar a melhorar a vida das pessoas. Por isso, o objeto de estudo desta profissão é a questão social, com as conseqüentes desigualdades e lutas da sociedade, cabendo ao assistente social o enfrentamento da marginalização social.

Ademais, o assistente social ou a assistente social, ao desenvolver sua atividade, depende do apoio do Estado, da iniciativa privada e de órgãos não-governamentais que forneçam as condições, os meios e os recursos para que todos os cidadãos tenham acesso aos seus serviços. Ele, ela, não trabalha de forma autônoma e necessita de toda uma estrutura articulada, o que o faz sentir-se, por vezes, impotente para trabalhar, no momento em que é depositário das expectativas das pessoas.

Mais ainda, pesquisas apontam que, dentre os profissionais da saúde, o assistente social, ao lado do médico e do enfermeiro, é o que apresenta um dos maiores índices de estresse. A carga de responsabilidade depositada neste profissional é por vezes bastante grande, pois dele depende, em muitos casos, a continuação do trabalho pelo indivíduo.

Por essas razões, preocupa-nos a saúde física e mental do assistente social, pois do bom desempenho

de seu trabalho depende a qualidade de vida da população por ele ou por ela atendida. Ao Estado, portanto, ao bem do interesse público, cabe dispensar-lhe um regime especial de jornada de trabalho”.

Voto pronunciado pela Senadora Lúcia Vânia, relatora do presente Projeto de Lei, e eu o faço na condição de relator *ad hoc*, o voto: “Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 152, de 2008.” Esse é o voto, Sr. Presidente, o relatório, a análise, e, como relator *ad hoc*, também, eu subscrevo o voto da Senadora Lúcia Vânia.

Eu só quero destacar, Sr. Presidente... Inclusive como uma contribuição pessoal, quero enaltecer o trabalho do profissional do serviço social, assistente social, em relação a um conjunto de aspectos da nossa sociedade.

É um profissional que deveria ser muito mais valorizado em nossa sociedade. O seu trabalho é fundamental, de orientação, de participação, e, inclusive, com toda essa política pública de promoção social, o assistente social poderia ter um papel de muito mais relevância nesta situação pela qual o Brasil vem passando.

Inclusive, aprovamos nesta Comissão, já também recentemente, a inclusão do profissional do serviço social na estrutura da escola comum, para que ele, junto com o psicólogo, possam colaborar com aquilo que a educação exige. Que a própria escola possa, através do trabalho de um conjunto de profissionais, de uma equipe educacional, pedagógica, de promoção, possa atender as necessidades dos alunos e de suas famílias. Por isso que aquele projeto foi aprovado.

Pode chegar num dia em que a família diga: “Não, eu preciso ir lá na escola para falar com a assistente social, para ver como é que podemos ter acesso, por exemplo, aos programas sociais, da casa, da saúde, da promoção, da renda, da bolsa...”. Enfim, do que for.

Então eu quero, através disso, fazer a minha homenagem à categoria, aos profissionais, porque eles realmente têm tido, assim, um papel, no decorrer dos anos, fundamental, e todos nós, como sociedade, devemos valorizar muito mais o profissional da área do Serviço Social.

Então, os cumprimentos e subscrevo o voto da Senadora Lúcia Vânia, que tive o prazer de relatar como relator *ad hoc*.

Obrigado, Sr. Presidente.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito obrigado, Senador Flávio Arns. V. Exa., como sempre, brilhante; e, ao mesmo tempo, a gente cumprimenta a Senadora Lúcia Vânia, pelo relatório que fez. Em discussão a matéria.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Expedito Júnior.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma saudação a todos os assistentes sociais que estão presentes aqui, hoje, na nossa Comissão, abrilhantando aqui a nossa Comissão, e, depois do relatório *ad hoc* e relatório da Senadora Lúcia Vânia, eu não poderia deixar de fazer alguns comentários.

Primeiro, eu queria enaltecer aqui o autor do projeto, além, é lógico, da relatora. Mas eu não poderia deixar de enaltecer aqui... Ele é do meu Estado, Deputado Federal, Mauro Nazif, é um médico, e, com certeza, é o primeiro mandato dele, mas, com certeza, ele discutiu esse projeto, e muito, lá no Estado.

Eu conheço a peregrinação, a determinação e mesmo... Tem nada a ver com o meu partido, ele é do PSB, mas é um excelente parlamentar e que presta um grande trabalho.

E o projeto, Sr. Presidente, ele concede a jornada reduzida aos assistentes sociais. E já parece-me que as atividades são reguladas pela Lei 8.562, que, inclusive, já beneficia outras categorias, como já foi dito aqui pelo senador, no relatório do Senador Flávio Arns, sobre a questão já dos médicos que fazem a jornada de, no mínimo, dois e de, no máximo, quatro horas diárias.

Então, eu acho que a reivindicação é justa, o projeto é meritório e eu sempre repito uma frase de V. Exa: "Projeto bom é projeto aprovado". Então, nós temos que aprovar esse projeto aqui na Comissão, Sr. Presidente.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Expedito Júnior esclarece a sua posição e declara o seu voto já, totalmente favorável.

Senador Roberto Cavalcanti. Para discutir.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Senador Paulo Paim, eu, na verdade, me acosto a tudo que foi dito. É uma decisão de extrema valia, de extrema justiça, e eu teria até um lado, também, histórico para me emocionar com medidas ou decisões como essa.

Minha mãe, em 1935, era assistente social. A história da minha vida foi exatamente meu pai médico, conhecendo uma assistente social, e eu fui fruto, cria, de uma casa de uma assistente social e de um médico.

Então, tenho a extrema percepção e sensibilidade para me acostar e antecipar o meu voto, no sentido

de que a proposta, o projeto é de extrema valia e de mérito e de muita justiça.

Era isso que eu tinha a dizer, e com uma certa emoção, porque, quando mexe com os laços das nossas origens, na verdade, nos toca no fundo do coração. Era isso, Sr. Presidente.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem, Senador Roberto Cavalcanti, pelo seu voto e a defesa que faz pela aprovação.

Em discussão a matéria. Ninguém mais querendo discutir, vamos colocar em votação.

Eu me sinto contempladíssimo com a palavra do Senador Expedito Júnior, Flávio Arns, Roberto Cavalcanti, e nós todos aqui temos um compromisso muito grande com a questão social. É uma marca, Senador Mão Santa, de um nosso trabalho aqui nesta Comissão, Senador João Durval, é a preocupação com o social.

Então, é mais do que justo que a gente aprove, e espero eu, por unanimidade. Espero, não, tenho certeza absoluta – é só forma de colocar – que esse projeto vai ser aprovado por unanimidade, e eu vou encaminhar à votação com muita alegria.

E vou agradecer ainda à Senadora Ciarlini, por ter permitido que eu presidisse essa sessão, já que ela está viajando, e poder colocar em votação o projeto.

Mas, antes, eu passo a palavra, se assim o senador quiser... Então vamos lá, pegando a frase nossa, eu diria, do Senador Expedito Júnior, que o projeto só é bom mesmo depois de aprovado, e sancionado, de preferência.

Em votação o parecer que conclui pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 152/2008. Os Srs. Senadores e Senadoras, que concordam, permaneçam como se encontram. Esse minutinho é pra dar uma... [risos] Aprovado por unanimidade. Parabéns a todos.

[palmas]

Chegou mais um Requerimento aqui à Mesa, do Senador Marcelo Crivella, assinado também pelo Senador Roberto Cavalcanti. "*Em aditamento ao Requerimento 03, de 2009, CAS, aprovado em 25/03/2009, requeiro seja incluído como convidado para participar de Audiência Pública que visa instruir a tramitação do PL 721/2007, que versa sobre gorjetas pagas a garçons, o Presidente do Sindicato dos Garçons, dos Garçons, Barman e Maitres do Estado do Rio de Janeiro, Sr. Valtair Mendes Rodrigues.*

Tal pedido funda-se na importância que esse sindicato possui, por ser o único do Brasil que congrega especificamente os garçons, representando cerca de 35% dos profissionais que labutam nessa área em todo o país.

Outro objetivo desse Requerimento é proporcionar o devido equilíbrio na defesa dos interesses em jogo, pois foram aprovadas as presenças de três instituições patronais e apenas uma dos trabalhadores. Com a aprovação desse Requerimento, a classe trabalhadora poderá apresentar suas ponderações em melhores condições".

Aqueles que concordam que ele entre em pauta, fiz a leitura para entender o teor, permaneçam como se encontram. Aprovado. Ele entra em pauta. Vamos ao mérito. Aqueles Senadores que querem discutir, está aberta a discussão. Não havendo interessado na discussão do tema, vamos à votação. Em votação o Requerimento, nos termos que foi lido. Aqueles que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

A palavra está à disposição, se algum senador quiser fazer uso da palavra, os projetos não terminativos nós aprovamos todos, como também todos os requerimentos que foram solicitados. Senador Flávio Arns com a palavra.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar à V. Exa. que pudesse fazer um relato breve da questão dos Projetos de Lei de sua autoria, em relação a aposentados e pensionistas, para que possamos atualizar as informações em relação a esse aspecto.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito obrigado pela oportunidade que V. Exa. me dá, Senador Flávio Arns, porque, de fato, na sociedade, se criou uma enorme confusão pelo número de projetos que o Senado já aprovou, que foram para a Câmara e os vetos que vão sendo apreciados.

Então, aproveitando esse momento, eu vou rapidamente detalhar quais os projetos e como se encontram.

Eu vou começar com o fim do fator previdenciário, que é aquele que interessa a todo celetista, a todo assalariado brasileiro que não está no serviço público, principalmente. Mas, mesmo no serviço público, há muitos que são celetistas. O fator previdenciário, aprovado por unanimidade aqui no Senado, está, nesse momento, lá na Câmara dos Deputados.

O relator, na Comissão de Seguridade Social, foi o Deputado Germano Bonow, do Rio Grande do Sul. Deu parecer favorável, foi aprovado por unanimidade. Foi para a Comissão de Tributação e Finanças, o relator é o Deputado Pepe Vargas; o Deputado Pepe Vargas não deu seu parecer final. Muitas propostas foram discutidas em cima do projeto que veio do Senado. O Deputado Pepe Vargas me falou ainda há pouco tempo atrás, cerca de uma hora atrás ou duas, que ele teria

hoje uma reunião no Ministério da Previdência para discutir esse tema.

O Deputado... Um Deputado Federal do... João Dado, do PDT de São Paulo, aprovou esta semana o requerimento de urgência. Conseqüentemente, o fim do fator previdenciário vai direto para o Plenário agora, não passa mais pela CCJ da Câmara e nem pela Comissão de Tributação e Finanças, vai ser votado diretamente em Plenário.

Acredito eu que, ainda nesse semestre, nesse semestre, eu acho que a Câmara decide a questão do fim do fator; se tiver alteração, volta aqui para o Senado, e nós, aqui, vamos dar a palavra final. Eu repito uma frase que eu disse quando eu apresentei esse projeto em 2003: eu considero ele um projeto criminoso, é um assalto a mais de 50 milhões de brasileiros; por isso que o Senado aprovou por unanimidade.

Ele retira até 40%, no ato da aposentadoria, o benefício, por exemplo, de uma mulher. Do homem, em torno de 35%. Eu dou sempre o exemplo, Senador Flávio Arns, que a pessoa pagou sobre mil reais. Se não fosse o fator, iria se aposentar com mil. Com o fator, vai se aposentar com 600. A pessoa pagou sobre dois mil reais. Com o fator, vai se aposentar com 1200. Sem o fator, vai se aposentar com dois mil reais.

Acho que foi um trabalho belíssimo aqui de todos os senadores, o Senador Mão Santa foi o relator, Senador Mão Santa. Aqui no Congresso, V. Exa. foi o relator, aqui no Senado; agora, está na Câmara.

Há um apelo muito grande de toda a sociedade. Todas as centrais sindicais, confederações de trabalhadores estão se mobilizando pela aprovação do projeto. Percebo que há uma sensibilidade no Executivo, para que se ache um caminho que termine com esse famigerado fator previdenciário.

É bom que V. Exa. tenha provocado essa discussão, eu vou passar para V. Exa.--

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Não, só uma pergunta: a impressão de V. Exa. é que, no Plenário da Câmara, naturalmente, ele será aprovado?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Aprova, aprova. Eu tenho certeza que aprova. Com alterações ou exatamente como está.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu penso, até falando com o Senador Roberto Cavalcanti, que o projeto deva ser aprovado, dizer para os Deputados aprovarem o projeto. Se houver veto, vamos...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Cabe ao Congresso decidir.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Vamos imediatamente, como Congresso, derrubar o veto.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB):

Senador, eu, particularmente, tenho uma opinião sobre veto presidencial. Eu acho que esta Casa, muitas vezes, se torna enfraquecida, principalmente na hora em que determinados projetos são aprovados tanto na Câmara como no Senado, por unanimidade.

Se os projetos foram aprovados por unanimidade, nós temos um atestado de insanidade coletiva, porque houve uma ausência total de participação dos líderes do Governo, para que, pelo menos, os votos individuais de cada um desses líderes fosse acostado no momento das votações.

Então, na hora que nós temos a Câmara votando um projeto por unanimidade, os Deputados de todas as bases, aliadas ou não, eles votaram e acharam que aquele projeto tinha uma valia.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Inclusive na Comissão de Seguridade Social, que é de mérito. Por unanimidade.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB):

Nas comissões, passaram pelas comissões. Porque é interessantíssimo a convivência dentro desta Casa para... Nada aqui acontece por acaso e nada aqui acontece de forma rápida. É até lento demais. É lento demais, pelos cuidados que se toma.

Passam pelas comissões, assessorias... É um trabalho minucioso. Há uma peneira, na verdade, para que os projetos sigam os seus passos e cheguem a momentos de votação tanto na Câmara como no Senado.

Então, digamos, os projetos são votados por unanimidade na Câmara; ou originários da Câmara ou originários do Senado. Vão à Câmara, são votados por unanimidade. Então, os Governos... Não o Governo presente nem passado, os Governos, de uma forma geral, têm a oportunidade, através de seus líderes, de se posicionarem e até nos alertar de que determinada coisa poderia gerar uma consequência que não foi medida. Todos nós somos passíveis de erros. Somos passíveis até de erros coletivos. Mas não dessa forma. Não da forma em que, sistematicamente, acontece quando quebra os interesses... Por exemplo, quando mexe com a Receita Federal, a Receita Federal tem mais força que o Congresso Nacional por inteiro. Que o Congresso Nacional, muitas vezes, aprova; quando chega em determinados órgãos de aconselhamento ao Presidente da República, vai ao Presidente da República e diz: "Não, isso aqui desaconselha, porque vai alterar tal coisa, tal fato...". Mas será que nós, todos os senadores, unânimes, será que nós, Deputados Federais, por unanimidade, sejamos inconseqüentes, ou, pelo menos, não tenhamos tido o alerta? Porque existiram... Existe um momento bastante longo para tramitação--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): O projeto é de 2003, só para ajudar. 2003 eu apresentei o projeto.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB):

Veja, de 2003 até hoje, nós, se votamos... Esses projetos acontecem votações por unanimidade, acho que deveria ter até um instrumento na Constituição, na qual o projeto, sendo por unanimidade nas duas casas, estariam impedidos de receber um veto.

Porque o Governo teve toda a oportunidade de, pelo menos, inserir um voto contrário para que houvesse a janela do veto. Mas o veto presidencial, em projetos aprovados por unanimidade nas duas casas, eu acho que deveria ser um instrumento abolido. Deveria inexistir. Esse é o meu pensamento. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Eu que agradeço, Senador. Senador Mão Santa.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI):

Senador Paulo Paim, olha que a reflexão do nosso novel Senador aí foi extraordinária. Atentai bem.

Senador Paim, esse Congresso aí está no que está. Isso nada nos atinge. Esse negócio de burocratas ter feito o que fizeram não nos atinge, está entendendo? Foi um erro que aconteceu, administrativo, que eu podia ter cometido, uma pessoa perpetuou-se 16 anos e isso não existe.

Na democracia, há alternância de poder. E tudo que vem, todas as instituições. Erro, a igreja do Flávio Arns teve muito mais, e está aí forte. Precisou um deles pregar 96 desvios de conduta prejudicial à humanidade da igreja católica. Aí veio a reforma. Espaço. Não nos atinge, os [ininteligível]. O que a gente tem a ver com isso? Tem nada.

Esses... Passagem também não nos atinge. Porque nós a utilizamos com parcimônia, com austeridade, com bom senso... Está entendendo? Um outro nos atinge, que é a fraqueza do Presidente da Câmara não punir os aloprados demais. Porque tem dois casos aí que foge a todos princípios de decência e de ética, que a imprensa nos comunicou. Um oriundo lá do Natal, outro que quis dar 80 voltas no mundo num mandato. O Júlio Verne ficou célebre porque deu a volta no mundo em 80 dias. Isso aí...

A fraqueza é do Presidente da Câmara que não pune. Porque a administração, Átila, o rei dos hunos já disse, "é premiar os bons e punir os maus". Tem que separar o joio do trigo.

Mas o veto. Eu vou ficar decepcionado. Eu vou... E acho que o Luiz Inácio não tem culpa, não. O Luiz Inácio eu sei como funciona as coisas, o rolo, é ligeiro, tudo acontece, e mandaram ele vetar, e ele vetou no rolo. Nisso aí eu sou sincero.

Mas eu queria dar, ensinar mesmo. Ensinar mesmo. Eu fui prefeitinho, por isso é que eu digo. Olha, os vereadores lá da minha cidade derrubaram veto meu. Isso... Eu não me diminuí, não. Eu me curvei aos fundamentos da democracia, ao jogo da democracia, ao... Eu fui Governador do Estado, os deputados derrubaram vetos meus. Não me senti diminuído, não. Foi eles... Não, eu me curvei ao jogo democrático. Então, o Luiz Inácio tem que ter consciência disso. E seus líderes.

Então, se nós não tivermos capacidade e bom senso de analisar... Ninguém está contra o Luiz Inácio, não, nós estamos pelo direito de salvaguarda da democracia. De mais de mil vetos que tem aí, mais de [ininteligível], se nós não tivermos... Tem veto aí que é vergonhoso. Eu acho que é desde o Prudente de Moraes, do Campos Salles. Desde a velha República deve ter aí... Do Epitácio Pessoa...

Isso aí vamos esquecer, vamos apoiar, acabar logo com esse entulho que está depondo contra o Congresso. Se a Constituição manda um prazo para que eles fossem apreciados, então isso daí... Mas a gente não pinçar um ou outro... E aí o nosso inspirado Senador que mostrou a inteligência, por isso que ele vem do Estado lá dele tem "NEGO"... Ele está negando isso aí. Essa... A dinâmica... Essa falta... Falta de verdade, essa mentira que é o Congresso.

Olha, unanimidade... É adotarmos, botarmos na Constituição logo aquela brincadeira daquele Nelson Rodrigues, "a unanimidade é burra". A unanimidade tinha que ser respeitada.

Então, que nós não possamos pegar um ou outro desses milhares que estão aí, que depõem, que atestam, que nos atingem... E os velhinhos que V. Exa. tem lutado é um deles. Aquele 16,5%... Todo mundo sabe como tão sofrida, como foram defasadas, como foram capada, garfada, tirada, roubada mesmo, o salário dos velhinhos aposentados.

Então, eu acho que esse daí nós temos... E está ali o Flávio Arns, que a imagem da família Arns é toda, é toda cristã, Deus escreve certo por linhas tortas. Caiu o dia 13 de maio. É Deus dando sua contribuição aí para que tenhamos coragem a revivermos o dia 13 de maio de 1988/9, quando foram libertos... De 88, quando foi liberto o escravo, a lei feita por Rui Barbosa e seus companheiros e sancionada pela Princesa Isabel. Diz a história que jogaram flores nos Senadores.

Então, isso ocorre depois de tanto tempo depois, 13 de maio... No mesmo dia. Olha, se nós fugirmos, Paim, aí eu estou envergonhado de ter passado aqui pelo Senado da República. Eu acho que V. Exa. fez muito, tem feito muito, mas não é partidário, não. Vamos pelo menos no respeito ao jogo democrático.

Eu acho, eu acho... Eu entendo... Todo mundo sabe que o Presidente da República é um homem generoso. Isso eu nunca disse, eu votei nele. Eu acho que foram uns aloprados que sugeriram ali, é tanta confusão e ele vetou. Isso... Eu fui também Prefeito, fiz besteira; Governador, fiz besteira... *Errare humanum est*. Não estou dizendo... Acho que quem vai ficar mais feliz é o Luiz Inácio, de poder apagar esse erro histórico dele e ter essa chance.

Então, vamos fazer a nossa parte, vamos clamar, vamos buscar, e que o 13 de maio seja realmente a abolição deles, do sacrifício, do desespero, do sofrimento, do salário baixo, mas seja o renascer moral desse Congresso.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem, Senador Mão Santa, Senador Roberto Cavalcanti.

Mas aproveitando ainda a informação que pediu o Senador Flávio Arns, o fator previdenciário, já expliquei. Queria dizer que, ontem, a Comissão de Seguridade Social, ela aprovou o PL 58. O que é o PL 58? Ele... Que eu apresentei aqui também, em 2003, e aprovado por unanimidade aqui na Casa. O que diz o PL 58? Ele garante que, no prazo de cinco anos, para ser uma coisa equilibrada, o aposentado voltará a receber o número de salários mínimos que ele recebia na época em que se aposentou.

Para simplificar, eu dou o exemplo. Esse eu diria que é o projeto mãe de todos os outros. Porque ele garante... O cidadão ganhava cinco salários mínimos; devido ao arrocho, o imposto, porque dá o salário mínimo o reajuste e o aposentado, outro, ele está ganhando um salário mínimo. O ano que vem ele ganharia dois; no outro ano, ganharia três; no outro, ganharia quatro; no outro, ganharia cinco. Ele voltaria a ganhar, em cinco anos, de uma forma ou de outra, o número de salários mínimos. E ele garante também, atualmente, a partir dessa recuperação das perdas, que, daí pra frente, ele ganharia o mesmo percentual concedido ao salário mínimo.

Esse... O Deputado Odorico Pinto entrou com requerimento de urgência, o Senador Arnaldo Faria de Sá foi o relator, aprovou por unanimidade, ontem, também, na Comissão de Seguridade Social, e ele vai também para o Plenário do Senado, ainda, no meu entendimento, nesse semestre.

O terceiro é o chamado PL nº 01. Aquele que existe uma política salarial de recomposição de salário mínimo, a inflação mais o PIB. Fruto, inclusive, esse projeto, de um debate longo que nós participamos, as Centrais participaram. Enfim, o Congresso todo participou e foi feito um acordo com o próprio Executivo. Quando veio para o Senado, nós colocamos uma emen-

da, dizendo: “Essa mesma política salarial se estende aos aposentados e pensionistas”. Em resumo, é isso.

Esse também foi aprovado por unanimidade, quando voltou para a Câmara, na Comissão Especial, está pronto para o Plenário do Senado. Pode ser votado também nesse semestre.

Então, esses três projetos é que estão prontos, praticamente, para serem votados já lá no Plenário da Câmara, depois de ter sido aprovado aqui no Senado.

E agora vem a história do dia 13. O que é o dia 13? O Governo mandou, em 2006, uma Medida Provisória, fixando salário mínimo com reajuste de 16.7. Foi 16.67, quase, mas 16.7 para arredondar, e para o... 16.7 para o salário mínimo. Para o aposentado, 5%. O que nós fizemos? Não foi só eu. Eu apresentei, mas outros também apresentaram. Apresentamos uma emenda garantindo o mesmo 16.7 para os aposentados. Foi aprovado na Câmara e no Senado. Foi para sanção. Foi vetado ampliar para os aposentados. Voltou, naturalmente, para a Casa. O Congresso é que delibera agora se quer, ou não, garantir o 16.7.

Se derrubado o veto, tem que pagar de imediato 16.7 sobre o salário de 2006, sobre o salário... Aí incorpora, naturalmente, 2007, 2008... Os reajustes virão sobre a base de 2006, acrescido de 16.7. Dá para entender, não é? 16.7 sobre o salário de 2006, e aí os outros reajustes vão ser essa a base de cálculo. Se aprovado, tem que pagar, não tem nenhum tipo alteração, porque não vai mais para a Presidência. Já que, uma vez de lá, a postura do veto.

Na última reunião do Senado, não houve entendimento para a matéria entrar em pauta. Daí chegamos no acordo da matéria entrar em pauta dia 13. Dia 13 de maio, dia da abolição, então há todo esse movimento pela simbologia, que, nesse dia, o Senado poderá recuperar esse reajuste para os aposentados.

Nós recebemos muita, muita correspondência, eu sempre digo isso, todos nós, do Brasil todo, e, nesse momento... Eu, pelo menos, a minha caixa, hoje de manhã, estava lotada, pedindo, pelo amor de Deus, dia 13 esperamos que Câmara e Senado aprovem o 16.7, a derrubada do veto.

Claro que tem uma simbologia, e eu chegaria a dizer que vejam a nossa situação aqui no Congresso Nacional. Não vou entrar no mérito do que está acontecendo todos os dias em matéria de questionamentos. Vou entrar no mérito do Poder Legislativo.

Na verdade, todos nós sabemos que nós fizemos um grande equívoco, e eu era constituinte na época, quando aprovamos a tal de Medida Provisória. Cometemos um equívoco. Eu participei dos debates da articulação. O Jobim foi o grande articulador e nós

concordamos. Não estou criticando o Jobim, grande meu amigo. Nós concordamos, discutimos, de aprovar a Medida Provisória. Nós tínhamos certeza absoluta, e eu sou parlamentarista convicto, que ia passar o parlamentarismo no plebiscito.

O que aconteceu? O povo diz: “Não, senhor. É presidencialismo”. E ficou o instituto da Medida Provisória. Então, por que o Congresso está numa situação tão difícil, eu diria? Também porque não legisla. Quando acaba fazendo uma lei, se há uma discordância do Executivo, não entra no mérito de quem é o Presidente, seja Fernando Henrique, seja Collor, seja Itamar, seja Lula, quem for, ele veta. Daí o Congresso não aprecia o veto. E quem é que faz as leis? O Executivo, enviando Medida Provisória.

Nós, hoje, vamos para casa; quando nós voltarmos aqui na segunda-feira, nós podemos ter aí uma meia dúzia de leis novas em vigor no país. Então, quem está legislando por Medida Provisória, historicamente, não estou criticando esse ou aquele governo, é o Executivo.

Quando a gente faz um projeto que há uma discordância com o Executivo, ele veta. Calculem os senhores, nós estamos com uma cédula de votação de 149 vetos. A maioria deles votados por unanimidade. Alguns perderam a razão de ser, porque alguns tratavam inclusive da CPMF que não existe mais. Mas 149 vetos. Chega o Legislativo e concorda com 149 vetos. Nós estamos nos anulando totalmente. Tudo aquilo que nós votamos, como foi dito aqui, por unanimidade, quando o voto é aberto, o voto secreto, a gente mantém. E fica sempre a depender das Medidas Provisórias para poder legislar aqui na Casa.

Então, eu demonstro essa preocupação, estou fazendo essa demonstração muito mais na linha que nós tínhamos que aprofundar o debate das Medidas Provisórias. Primeira questão.

E segunda questão, eu acho que tem que acabar com voto secreto. Voto, pra mim, não poderia ser secreto em nenhuma hipótese, na minha avaliação, no Congresso Nacional. O Senador Valadares é o relator do voto secreto. Eu tenho ali a PEC nº 50, mas sei que tem mais duas, uma do Alvaro Dias e outra do atual Governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, Sérgio Cabral. Eu disse para ele: “Olha, eu... A minha posição... Voto secreto, nenhuma hipótese.” Mas eu diria, se eu tivesse que escolher: “Não, escolha uma posição só, baseado na tua emenda”, eu escolheria o veto. Porque não pode... Eu acho que a gente fica numa situação muito frágil. No momento em que a gente, quando o voto é em aberto, a gente vota por unanimidade. 503 votam a favor, 81 votam a favor. Volta para cá, o veto

é mantido. Aí, a ampla maioria acaba decidindo que o veto tem que ser mantido.

Então, não dá. Eu acho que a questão do voto secreto pra mim e... Tem que discutir, para mim, com seriedade. Claro, poderíamos... Tudo pra mim é com seriedade. Discutir a Reforma Política, claro que tem. Reforma Tributária, claro que tem. Querem rediscutir a Previdência, discuta-se. Querem discutir a questão trabalhista, discutimos. Mas, pra mim, a questão das MPs e o voto secreto têm uma simbologia muito grande e seria fundamental que o Congresso enfrentasse esse debate.

Senador Flávio Arns; depois, Senador Roberto.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Não, é só para dizer que, na minha ótica, Medida Provisória não é uma incorreção ou um problema. O problema é o abuso do uso da Medida Provisória pelo Executivo. Esse é o problema. E a nossa aceitação do abuso. Que nós não somos competentes, vamos dizer--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Consideramos todas relevantes e urgentes, quando poderíamos rejeitar ali.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Então, absolutamente tem havido um abuso maior ainda, porque, na Medida Provisória, atualmente, você pode colocar todos os assuntos que você queira na Medida Provisória. Então, um abuso absoluto.

Agora, na parte do veto, a mesma coisa, porque a nossa Constituição diz que o veto tem que ser apreciado em 30 dias. E nós demoramos três anos, quatro anos, cinco anos para apreciar o veto.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Tem veto... A pauta de 99.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Então, nós estamos errando de novo. Então nós temos que falar, Presidente, inclusive como bancada, para dizer para o Presidente: "Olha, vamos, então, corrigir daqui pra frente". Porque os vetos... [interrupção no áudio] Agora deu certo. Deu um problema.

Muito bem. O que eu só quero perguntar para V. Exa. é o seguinte: então, dia 13 está marcada a reunião conjunta, Câmara e Senado, do Congresso Nacional, e a pauta será unicamente esse veto ou...

Isso que nós teríamos que falar com o Presidente Sarney, para dar a importância devida a esse assunto de aposentados e pensionistas. Falarmos na semana que vem que nós queremos apreciar unicamente o veto de aposentados e pensionistas, numa reunião específica. Porque o que acontece também é que o veto vem com outros 200 vetos.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): 149 estão lá.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Então, não. Quer dizer, se nós tivermos êxito para falarmos com o Presidente Sarney e o Presidente Michel Temer, para que o Congresso se reúna e aprecie unicamente o veto colocado para aposentados e pensionistas, dos 16%. Porque, na verdade, não são 16, que foram concedidos cinco.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Menos cinco.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Então é um veto de 10%. Então, Sr. Presidente, eu gostaria que isto fosse tomado como um posicionamento da Comissão de Assuntos Sociais, onde o tema Previdência faz parte dos objetivos da associação. Então, é um requerimento verbal que eu submeto aos colegas da Comissão, para que a Comissão de Assuntos Sociais, a partir de hoje, se empenhe junto ao Presidente da Casa, para que haja, assim, a apreciação única e exclusivamente numa reunião desse veto.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu acredito que vai haver alguma coisa, algum entendimento nesse sentido. Segundo informações, vão ter duas reuniões. Uma no dia 6--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Dia 6, não polêmicos.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Não polêmica. E dia 13 dos assuntos mais polêmicos. Então, eu acredito que o que vai acontecer é exatamente isso. Já está, digamos, separado os temas para o dia 6, que são vetos que são... Serão respeitados, e no dia 13, esse 13 que é o dia chave, de responsabilidade nossa no tocante à apreciação dos vetos, que são vetos que na verdade necessitam uma apreciação mais amíúde.

Ainda me atendo ao tema, eu acredito que nós estamos aqui curiosamente com Senadores que fazem parte da base aliada. É muito importante que se entenda isto, para não se pensar aqui que há uma queda de braço em termos de oposição ou situação, e tal. Temos... Senadores da oposição, Senadores que se posicionam na oposição, mas fundamentalmente esse problema de veto é um problema gravíssimo.

É um problema que nos preocupa muito, porque é o que eu falava no início, tem que... Haverá no futuro um instrumento que no tocante às aprovações por unanimidade eles inibam esse tipo de procedimento. Porque é o atestado da desmoralização do Congresso Nacional na hora que votações unânimes não são respeitadas.

E aqui não está falando no tocante ao posicionamento, como o Senador Paulo Paim muito bem falou,

de que não é o Governo presente, o Governo Lula ou o Governo X ou Y. Todos os governos passados nós estamos apreciando vetos tão demorados que vem do Governo de Itamar Franco.

É inacreditável que na Constituição seja tão desrespeitada, que tem um prazo de 30 dias e nós estejamos no dia 6 de maio de 2009, nós estejamos apreciando um veto de Itamar Franco. Isso é inacreditável. É nisso que nós estamos sendo desmoralizados. Vamos dizer, o que acontece paralelamente a nós todos é fruto, entre outras, desse próprio comportamento do Congresso Nacional.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem, Senador Roberto Cavalcanti, e V. Exa. esclareceu muito bem, Senador Flávio Arns, de fato, o acordo que foi feito em Plenário, dia 6 seriam os projetos chamados não polêmicos. Aqueles que há consenso. E no dia 13 é que entrariam os chamados onde há divergência.

E ali eu destacaria pelo menos quatro que eu sei que são polêmicos, talvez se vote nesse dia. Tem o da famosa Emenda 3, lembra da Emenda 3? Que é aquela que flexibiliza praticamente os direitos das relações capital e trabalho. Seria votado nesse dia. Tem o veto dos aposentados do Correio, dos oficiais de justiça que querem... Que para ser oficial de justiça seja formado em direito, seja bacharel, e o projeto dos aposentados. Esses quatro eu sei que são polêmicos e que seriam deixados para o dia 13, data da abolição da escravatura.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Poderíamos trabalhar com essa idéia, desde que garantíssemos o dia 13. Senadora Lúcia Vânia, por favor, V. Exa. está com a palavra.

V. Exa. foi homenageada aqui já e teve o Senador Flávio Arns como relator *ad hoc* do seu excelente relatório.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Eu já soube, Senador Paim. Mas em primeiro lugar, Senador, eu gostaria de cumprimentá-lo, primeiro pela decisão tomada pela Mesa em relação à votação dos projetos polêmicos separados. Eu acho que foi uma grande conquista que nós tivemos, uma vez que esses vetos, todos juntos, aqueles que inclusive já estão ultrapassados com aqueles que são polêmicos, que demandam debates, precisavam realmente ser separados, porque dessa forma nós teremos um debate mais amplo, teremos uma participação maior dos parlamentares e tenho certeza que V. Exa., juntamente com outros parlamentares que trabalham com muita ênfase, principalmente a questão dos aposentados,

da Emenda 3 que foi objeto de muita discussão aqui e que de repente isso cai no esquecimento e precisa voltar de forma mais específica para que as pessoas possam se lembrar do que se trata.

Então eu quero me solidarizar com V. Exa., e quero dizer a V. Exa. que estarei ao seu lado lá, juntamente com outros parlamentares, na luta em favor dos aposentados, e também na luta em favor dos trabalhadores, principalmente nesta oportunidade que nós estamos vivendo, onde a empregabilidade é, sem dúvida nenhuma, uma grande preocupação dessa Casa e da sociedade brasileira.

Mas Sr. Presidente, eu gostaria, em primeiro lugar, de agradecer o Senador Flávio Arns por ter me substituído aqui numa relatoria importante, é uma relatoria que eu tinha muito interesse em poder relatar, mas ela foi relatada por um Senador que pôde, inclusive, interpretar melhor do que eu, pela sua trajetória, pelo seu carinho, pelo o que ele significa aqui dentro dessa Casa, que é o Senador Flávio Arns. Eu me sinto muito contemplada e honrada com a relatoria lida por ele e apoiada por todos os parlamentares desta Comissão.

Quero dizer da importância deste projeto, uma vez que nós estamos entrando num período muito delicado, onde já se sinaliza uma pandemia na área de saúde, que é a gripe, essa gripe suína, em que o papel da assistente social é muito importante, ela que vai de casa em casa para prevenir, para orientar as famílias, para mostrar os primeiros sintomas... Então, elas têm um papel fundamental nesta questão da prevenção de todas as doenças, não só essa que nos assusta, como também da dengue e outras tantas.

Esses profissionais estão constantemente em contato com patologias graves e, naturalmente, estão submetidas a situação de estresse de ver a situação de pobreza, de dificuldade, de angústia, de abandono das famílias. E nada mais justo do que esses profissionais tenham reduzida essa carga horária para que eles possam ter uma qualidade de vida melhor.

Portanto, eu quero agradecer aqui a unanimidade da aprovação, quero agradecer a V. Exa., que colocou o projeto em votação, e quero solicitar a V. Exa., já estou fazendo o requerimento, que seja colocado em regime de urgência em Plenário, para que a gente possa já também dar nossa contribuição nesse momento grave, em que esses profissionais serão chamados, sem dúvida nenhuma, para uma atuação mais enérgica em favor da prevenção.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senadora Lúcia Vânia, assessoria, por favor, o seu requerimento se me encaminhar eu botarei em

votação. Ele vem se somar a uma iniciativa que nós já tivemos aqui na Comissão, por parte da Subcomissão de Saúde, Comissão de Direitos Humanos, Subcomissão de Trabalho e Previdência e Comissão de Seguridade Social. Mas é fundamental que nós estamos marcando para o dia 12... Que hora? Dia 12, 11h00, está confirmado, porque ele estava no exterior, agora que ele retornou, nós teremos aqui uma Audiência Pública com esse eixo.

O primeiro momento da Audiência Pública será a chamada “gripe suína”. Eu estou tendo o cuidado no falar, porque os produtores de suínos estão indignados com essa história de gripe suína. Porque eles dizem que está praticamente fechando a sua atividade, enquanto todos os especialistas dizem que não é a carne do porco que traz prejuízo.

Eu tenho recebido uma série de manifestações para mostrar que essa gripe chamada “gripe suína”, que já levou à morte inúmeras pessoas a nível global, e que nós temos aqui no Brasil, pelo menos em torno de 30 suspeitos, 32 casos de suspeitos, de situações delicadas, e que nós vamos debater o tema aqui no dia 12.

Mas seria bom que seu requerimento chegasse, que amplia mais do que aquilo que nós havíamos acordado aqui entre nós, no próximo dia 12, com a presença do Ministro da Saúde, que está inteiramente à disposição. Só não veio antes porque estava no exterior e chegou naturalmente participando da organização da política preventiva para que essa gripe, tomara, não chegue aqui no Brasil, se dispôs a estar aqui conosco dia 12, às 11h00 da manhã.

Então, se seu Requerimento chegar, eu coloco de imediato à votação.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Eu acho que está havendo um equívoco, Senador Paim, eu solicitei o regime de urgência para o projeto das assistentes sociais, neste momento. Eu vinculei a urgência em função da prevenção.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Do trabalho deles.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Do trabalho que elas serão chamadas para fazer agora, com certeza.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Mas isso eu coloco em votação já, então.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Pois não.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Então, botamos de imediato. Aqueles que concordam com o Requerimento de urgência da Senadora Lúcia Vânia para que o projeto das assistentes sociais seja remetido ao Plenário, primeiro permaneçam como

se encontram, se aceitam que eu coloque extrapauta. Aprovado. Agora, com o mesmo teor para que o projeto vá em regime de urgência ao Plenário. Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. Ok. Está aprovado o regime de urgência.

Mas ao mesmo tempo, quanto à questão da “gripe suína”, que esse é o nome, queira ou não queira, a sua fala contribuiu para que eu esclarecesse, que vamos ter Audiência Pública.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Tem quem chama de gripe mexicana.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Pois é. E o México está indignado, já mandou documentos para alguns países porque não quer que chame de gripe mexicana.

Enfim, acho que foi bom a sua fala porque a gente alerta a Comissão da importância dessa Audiência Pública, e que provavelmente os assistentes sociais, até porque a senhora falou, estejam conosco aqui para debater medidas preventivas a essa questão.

Ainda hoje, não sei se V. Exa. confirma esse dado, alguém me liga e me diz: “Mas vocês não vão fazer nada?” “Mas nada sobre o quê?” Dizem que o orçamento da saúde, em medida preventiva, em caso como essa, é 2%, e o resto, 98%, seria para as consequências.

Eu não estou assumindo a responsabilidade. Eu recebi aqui um telefonema nesse sentido, vou confirmar, diz que medida preventiva para situações como essa, fica em torno de 2%. E a maior parte da verba do orçamento é para tentar resolver depois dos fatos acontecidos.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu inclusive acho, Sr. Presidente, que V. Exa. poderia já dizer para o Ministro de que uma das coisas que sobre as quais ele vai ser indagado é sobre--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O orçamento.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Os recursos para esta finalidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Para esta finalidade.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): O orçamento para essa finalidade. Já dizer que esta vai ser a pergunta e naturalmente medidas, iniciativas, entrosamentos, os institutos no Brasil, que aliás não vem sendo devidamente valorizados no decorrer do tempo e que a gente vê agora como eles são fundamentais. Então... Mas orçamento, políticas, iniciativas... Mas recurso também, porque dizer... Queremos saber quanto recurso... Como o Presidente Obama já solicitou ao Congresso, pelo que os meios de comunicação colocam, 1 bilhão

e 500 milhões de dólares a mais para as necessidades mais imediatas. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senadora Lúcia Vânia.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Gos-taria, Sr. Presidente, de dizer da oportunidade dessa Audiência Pública. Ontem o Diretor Presidente do hospital Oswaldo Cruz colocava a dificuldade da burocracia para trazer o vírus para pesquisa. E eu acredito que nós precisávamos também ouvir aqui, nessa oportunidade, o Presidente da... Do hospital Oswaldo Cruz, que é uma pessoa que está acompanhando e encontrando dificuldades.

Agora, a outra coisa também que a gente não tem visto ser colocado na televisão é o caso de acionar as agentes comunitárias de saúde, o Programa Saúde da Família, para que já comece essa prevenção, essa... Esse esclarecimento. Porque, na verdade, apesar dos meios de comunicação estarem colocando constantemente as orientações, ontem mesmo um passageiro descia do avião e não sabia quais eram os sintomas da gripe. E eu acredito que mais do que nunca a população carente ela precisa dessa orientação, ela precisa ser esclarecida e o Programa Saúde da Família poderá exercer um papel muito importante neste momento.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Olha, a assessoria fez chegar aqui na Mesa, Senadora Lúcia Vânia, e eu concordo com o seu entendimento, vamos falar com a Presidente da Comissão, que já marcou com o Ministro, normalmente se... Tem um critério, e quando é um Ministro, se ouve o Ministro. Mas numa situação como essa, acho que poderemos, se V. Exa. encaminhar para a Mesa... Eu não veria grandes problemas. Vou submeter à Presidente da Comissão que acertou com o Ministro a vinda dele.

E a assessoria aqui da Comissão disse que o vírus da gripe deveria se chamar H1N1. É isso? E não precisaria ser gripe suína. Vírus H1N1. Enfim, fica aqui... Depois que pega a chamada, para alterar... Mas é positivo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Bom, eu queria lembrar a todos ainda que nós teremos na próxima terça-feira, 09h00 da manhã, uma Audiência Pública aqui na Comissão para discutir a regulamentação da profissão de comerciante, com representantes de empregados e de empregadores.

O eixo será de dois projetos, um de minha autoria, outro do Senador Pedro Simon. Ambos são similares, não há polêmica entre nós. Eu e o Senador

Pedro Simon caminhamos tranquilamente juntos em todas as questões.

Apenas nesse caso, como havia dois projetos, os dois serão eixo de debate e estarão aqui as centrais e confederações ligadas aos trabalhadores e, nesse caso específico, área do comércio.

Não havendo mais nada a deliberar, declaro encerrada a presente reunião da Comissão de Assuntos Sociais. Muito obrigado a todos.

Sessão encerrada às 12h34.

ATA DA DÉCIMA TERCEIRA REUNIÃO (EXTRA-ORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 06 DE MAIO DE 2009, QUARTA-FEIRA, ÀS 11:00 HORAS.

Às onze horas e dezessete minutos, do dia seis de maio de dois mil e nove, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, é iniciada a reunião sob a Presidência da Senhora Senadora **ROSALBA CIARLINI**, com a presença dos (as) Senadores (as) **FLÁVIO ARNS, AUGUSTO BOTELHO, PAULO PAIM, MARCELO CRIVELLA, ROBERTO CAVALCANTI, RENATO CASAGRANDE, PAULO DUQUE, MÃO SANTA, ADELMIR SANTANA, EFRAIM MORAIS, EDUARDO AZEREDO, PAPALÉO PAES, JOÃO DURVAL, FÁTIMA CLEIDE, CÉSAR BORGES, INÁCIO ARRUDA, IDELI SALVATTI e GIM ARGELLO**. Comparece também o Senador Álvaro Dias. Justifica a ausência o Senador Mozarildo Cavalcanti. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A Presidente declara aberta a reunião da Comissão, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública atendendo ao Requerimento nº 25 de 2009 – CAS, de autoria dos Senadores Rosalba Ciarlini e Paulo Paim, com vistas a debater sobre a Resolução da ANVISA submetida à Consulta Pública Nº 69 de 11 de Julho de 2007, que dispõe sobre o Regulamento Técnico de Boas Práticas Farmacêuticas em Farmácias e Drogarias. A Presidente coloca em votação um item extra-pauta, sendo o **REQUERIMENTO Nº 32, DE 2009 – CAS** “Nos termos regimentais, e em aditamento ao Requerimento nº 25, de 2009 – CAS, requeiro que seja incluído na lista de convidados a participar da audiência pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, para debater sobre a Resolução da ANVISA submetida à Consulta Pública Nº 69 de 11 de julho de 2007, que dispõe sobre o Regulamento Técnico de Boas Práticas Farmacêuticas em Farmácias e Drogarias, de autoria da Senadora Rosalba Ciarlini e Senador Paulo Paim, o Senhor Pedro Zidoi, Presidente da Associação Brasileira do Comércio Farmacêutico – ABCFARMA”.
Autores: Senadora Rosalba Ciarlini e Senador Adelmir

Santana. **Resultado: Aprovado.** Logo após, a Senadora Rosalba Ciarlini convida para compor a mesa os Senhores Dr. Dirceu Raposo de Mello – Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA; Sr. Pedro Zidoi – Presidente da Associação Brasileira do Comércio Farmacêutico – ABCFARMA; Sr. Sérgio Mena Barreto – Presidente – Executivo da Associação Brasileira de Redes de Farmácias e Drogarias – ABRAFARMA; Sr. Cécilio Augusto Esteves – Advogado da Confederação Nacional do Comércio – CNC; Sr. Arnaldo Zubioli – Representante do Conselho Federal de Farmácia – CFF. A Presidente esclarece que cada convidado terá dez minutos para sua exposição com tolerância de dois minutos para conclusão. A reunião é iniciada com a exposição do Dr. Dirceu Raposo de Mello que faz uma breve exposição sobre as medidas que estão sendo adotadas para a prevenção da Gripe H1N1 (Gripe Suína). Às onze horas e quarenta e três minutos o Senador Paulo Paim assume a Presidência. Às treze horas e trinta e dois minutos o Senador Augusto Botelho assume os trabalhos. Fizeram uso da palavra os Senadores Álvaro Dias, Paulo Duque, Adelmir Santana e Roberto Cavalcanti. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às treze horas e quarenta e nove minutos, lavrando eu, **Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Senadora Rosalba Ciarlini, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada.

Senadora **Rosalba Ciarlini**, Presidente.

13ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA. REALIZADA NO DIA 06 DE MAIO DE 2009, ÀS 11 HORAS E 17 MINUTOS.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Havendo número regimental, declaro aberta a 13ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura do Senado Federal. Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior. Os Srs. Senadores que a aprovam permanecem como se encontram. Aprovada.

A presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento de nº 25, de 2009, CAS, com a finalidade de debater sobre a Resolução da ANVISA, submetida à Consulta Pública nº 69, de 11 de julho de 2007, que dispõe sobre o regulamento técnico de boas práticas farmacêuticas em farmácias e drogarias. Não havendo objeção do Plenário, coloco em votação o requerimento que pas-

so a ler: “Nos termos regimentais, em aditamento ao RQS nº 25, CAS, 2009, requero que seja incluído na lista de convidados a participar da Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, para debater sobre a Resolução da ANVISA, submetida à Consulta Pública nº 69, de 11 de julho de 2007, que dispõe sobre o regulamento técnico de boas práticas farmacêuticas em farmácias e drogarias, de autoria da Senadora Rosalba Ciarlini e Senador Paulo Paim, o Sr. Pedro Zidói, Presidente da Associação Brasileira do Comércio Farmacêutico (ABCFARMA). Assinado pela Senadora Rosalba Ciarlini, Paulo Paim e Adelmir Santana”. Em votação o requerimento.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Pela ordem, Senadora. Apenas para agradecer a V. Exa. pelo prontoatendimento a essa solicitação de convocar esta Audiência Pública e, também, ao Dr. Dirceu Raposo, que prontamente acolheu a solicitação do Senado Federal para esse debate. Em relação ao convidado, o Dr. Pedro Zidói, a nossa aprovação, embora eu não pertença a esta Comissão, aqui estou para colaborar com V. Exa., e acrescentar que pela experiência de Audiências Públicas no Senado Federal, quando nós temos participantes em excesso há, evidentemente, um prejuízo para a objetividade dos debates, mas eu tenho certeza de que V. Exa. conduzirá e os que estarão aqui para apresentação dos seus argumentos também serão sucintos a fim de que nós possamos concluir bem. O fundamental de uma reunião como esta é encontrar uma solução alternativa que possa compatibilizar os interesses discordantes.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Obrigada, Senador. Em votação o requerimento. Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Senador Álvaro Dias, eu gostaria de dizer a V. Exa. que quando solicitada que fui pelo nobre Senador para que pudéssemos fazer essa Audiência, achei que realmente era da mais alta importância porque nós precisamos levantar o debate, analisar sobre os mais diversos aspectos, inclusive vendo o lado da população, porque eu acho que a nossa missão aqui no Senado, a nossa missão como representante do povo é exatamente trabalhar em defesa da melhoria para a população. Então eu quero dizer que como o senhor não fazia parte oficialmente da Comissão, foi de nossa autoria e do Senador Adelmir Santana.

Convido aos nossos ilustres convidados para tomarem lugar à Mesa: Sr. Dirceu Raposo de Mello, Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA); Dr. Arnaldo Zubioli, representante do Presidente do Conselho Federal de Farmácia; Dr. Cécilio Augusto Esteves, Advogado da Confederação Nacional

do Comércio; Sr. Sérgio Mena Barreto, Executivo da Associação Brasileira de Redes de Farmácia e Drogarias (ABRAFARMA); e o Sr. Pedro Zidói, Presidente da Associação Brasileira do Comércio Farmacêutico (ABCFARMA).

A lista de inscrição já se encontra aberta. Comunico que iniciaremos a reunião com a exposição do Dr. Dirceu Raposo de Mello, Diretor Presidente da ANVISA, que fará uma breve exposição. Aqui nós tivemos que, atendendo também à solicitação dos colegas que fazem parte da Subcomissão de Saúde, não poderíamos deixar de passar essa oportunidade com o Dr. Dirceu aqui na nossa Casa, de que ele pudesse nos dar a posição hoje de como estão as medidas preventivas com relação ao controle, às barreiras para que a gripe H1N1 não chegue ao nosso País. Depois nós passaremos a palavra ao Dr. Pedro Zidói, em seguida ao Dr. Sérgio Mena Barreto, Dr. Cécito Augusto Esteves, Dr. Arnaldo Zubioli e o Dr. Dirceu novamente para falar já sobre o assunto ligado às práticas farmacêuticas. Se todos estiverem de acordo passamos a palavra ao Dr. Dirceu, que realmente é algo que muito nos interessa, Dr. Dirceu. A grande preocupação que nós estamos é porque nós sabemos que esse País é um País em que a área territorial muito extensa. Não são somente aeroportos, não são somente portos, mas nós temos também as fronteiras e aí nós queremos saber, até porque no dia 12, atendendo a nosso convite, o Ministro vai estar aqui na Casa. Na realidade, o convite ao Ministro foi bem anterior desse fato da gripe, foi quando assumimos a presidência, que fizemos uma convocação a todos os Ministros que têm relação com essa Comissão, porque a Comissão de Assuntos Sociais, ela parece pequenininha, mas ela tem um raio de atuação muito grande: mexe com saúde, com previdência, com o trabalho, com a questão social, enfim, é muito ampla, com deficiência, com tudo que fala do social, da seguridade e do dia-a-dia do cidadão. Então já tivemos aqui o Ministro Patruz Ananias, o Ministro das Cidades também esteve e vamos receber o Ministro da Saúde no dia 12. No dia 12, inevitavelmente, iniciando o ciclo sobre saúde pública e sobre o SUS que temos e o SUS que queremos, é que o Ministro vai nos falar da sua atuação, do planejamento para esse ano, das dificuldades que encontra, o que é que ele acha, ouvi-lo sobre todas essas questões, mas inevitavelmente a gripe chegou e, quando a gente encontra alguém da área, nós temos que realmente pedir e o Ministro poderá... Eu sei que o Dr. Dirceu, foge à responsabilidade dele a questão da aplicação dos recursos, isso nós vamos ouvir do Ministro, de quanto vamos ter para fazer as medidas necessárias. Ele é muito mais a parte, vamos dizer assim, de planejar as

barreiras, mas gostaríamos então de passar a palavra ao Dr. Dirceu.

SR. DIRCEU RAPOSO DE MELLO: Muito obrigado, Senadora Rosalba Ciarlini.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Será que cinco minutos são suficientes?

SR. DIRCEU RAPOSO DE MELLO: Eu vou ser talvez mais breve do que isso. Eu quero, em primeiro lugar, agradecer a oportunidade, o convite da senhora e da CAS, agradecer a oportunidade também ao Senador Álvaro Dias, que entrou em contato comigo. Eu tenho participado de muitas atividades aqui no Congresso Nacional, tanto na Câmara dos Deputados como aqui no Senado e, como eu disse ontem na Câmara, numa Audiência sobre a questão da gripe H1N1, venho a todos os convites, procuro atender pessoalmente a todos os convites, muitas vezes infelizmente eu não consigo fazê-lo, mas digo isso porque sou prova do trabalho que o Congresso Nacional, que o Senador Álvaro Dias, a senhora, outros tantos Senadores aqui, do empenho, do trabalho que vocês têm feito em prol da melhoria das condições políticas, sociais, de saúde, enfim, de todos os assuntos que os senhores tratam aqui todos os dias e quero deixar registrado aqui que isso não é um elogio meramente protocolar e formal. Eu tenho visto isso, o Senador Álvaro Dias sabe disso, o trabalho do Senador Álvaro Dias, da senhora, de tantos outros aqui é um trabalho incansável e eu quero dizer isso de público para que fique registrado; só quem está aqui é que vê o trabalho que vocês quotidianamente fazem e as situações que têm que enfrentar e resolver.

Com relação à gripe que já não é mais gripe suína, a própria Organização Mundial de Saúde mudou a denominação da gripe, é importante que a gente passe a tratá-la assim, porque num determinado momento as pessoas passaram a não consumir mais carne de porco, a ponto de ontem, na Câmara dos Deputados, nós termos lá alguns Deputados que são representantes da área de suinocultura dizendo que estavam com problemas econômicos; isso foi desmistificado. Então a gripe H1N1 é uma virose que, ao que parece, iniciou-se no Hemisfério Norte da América, então atingiu, comparado com os outros países, bastante intensa os Estados do México e os Estados Unidos, dois países importantes da América do Norte, e a partir daí ela se alastrou, até a informação de ontem, para vinte e um países, principalmente na Europa e alguns países da América.

O que é que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária fez? Num primeiro momento nós soubemos da possível possibilidade da ocorrência de uma pandemia, que foi quando a Organização Mundial de Saú-

de determinou o nível 4 de alerta, numa sexta-feira, agora eu não me lembro a data, não me recordo a data precisa, mas anterior ao feriado de 1º de maio, na madrugada de sexta-feira nós tivemos esse alerta no Brasil. Sábado e domingo a equipe da Vigilância Sanitária, juntamente com a equipe do Ministério da Saúde e de um grupo, o Presidente Lula decretou, em 2005, a formação de um grupo de combate a uma outra ameaça que nós tivemos, que era a gripe aviária, e esse grupo está constituído, fez um trabalho àquela época, de 2006 para cá, e, portanto, nessa nova ameaça o Brasil é um País que está muito preparado, nós estamos muito preparados porque temos todos os protocolos, tudo isso havia sido discutido e não mudava, não muda a forma de abordagem e da contenção [soa a campanha] da possível epidemia.

O que é que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária tem feito? Num primeiro momento nós fazíamos a orientação dos viajantes nas áreas de portos e aeroportos do País, particularmente nós nos primeiros três dias das pessoas que vinham de áreas afetadas, porque assim estava recomendado; nós temos seguido todos os protocolos da Organização Mundial de Saúde. A partir daí, com o aumento da incidência de outros países com pessoas afetadas, ampliamos, então, para todos os voos que chegavam ao Brasil a orientação e a abordagem das pessoas no sentido de informá-las. Nesse momento a informação é a melhor forma de abordagem para a contenção. Então todas as companhias áreas, os aeroportos brasileiros, estão informando os cidadãos que vão àqueles ambientes da possibilidade da ocorrência de um surto mundial e que o Brasil, enfim, tem mecanismos para tentar conter a entrada do vírus no território nacional. Na segunda-feira nós tivemos a primeira ocorrência de um caso da gripe H1N1 num cidadão que estava na Colômbia. Bom, a partir daí a Colômbia tem fronteira terrestre com o Brasil. Então tivemos que ampliar a notificação e a vigilância, estendendo os mesmos procedimentos que já eram feitos desde o início do alerta em portos e aeroportos para as fronteiras terrestres. O Brasil tem uma extensa fronteira terrestre com vários países e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária e outros servidores de outras esferas e instituições públicas trabalham nessas unidades e estão trabalhando ativamente no sentido de informar, enfim, criar uma barreira, e essa barreira do ponto de vista da informação e da observação de casos suspeitos, procurar fazer o atendimento e a contenção para que o vírus tenha dificuldade de entrar no País.

Enfim, é isso que nós temos feito. A informação que eu tenho até hoje, quem acompanha isso no âmbito da Agência Nacional de Vigilância Sanitária é o

Diretor de Portos, Aeroportos e Fronteiras, que inclusive foi ex-Ministro da Saúde, que é o Dr. Agenor Álvares. O Dr. Agenor faz parte do Comitê de Emergência do Ministério da Saúde de monitoramento contínuo, vinte e quatro horas por dia, 365 dias por ano, nós temos lá a equipe do Ministério, a equipe da Agência Nacional de Vigilância Sanitária em contato com a Organização Mundial de Saúde, com a OPS, com autoridades de outros países no sentido de ter a informação em tempo real para que as ações sejam também executadas em tempo real. Ontem eu acredito que todas as informações necessárias foram dadas na Audiência que tivemos na Câmara Federal.

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária, na tarde de ontem, resolveu, numa reunião da sua diretoria, acelerar o processo para que se possibilite que os institutos brasileiros de pesquisa e de produção de vacina, sejam públicos ou privados, produzam a vacina, assim que for disponibilizada pela Organização Mundial de Saúde, a cepa. Então criamos um mecanismo, como se diz em inglês, de *fast track*, e a cepa, ao ser encaminhada pela Organização Mundial de Saúde para esses institutos pré-qualificados, já qualificados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária, basta que o pesquisador ou quem vai manipular a cepa informe a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, nós informaremos ao Ministério da Saúde [soa a campanha], mas a partir da informação ele já está autorizado a produzir a pesquisa e trabalhar na produção da vacina. Esse foi eu acho que o dado importante da parte da Agência Nacional de Vigilância Sanitária na data de ontem.

Uma outra observação importante, já que nós vamos falar de farmácia aqui, é que as pessoas não se automediquem. Eu fiquei absolutamente impressionado na primeira semana da evidência do surto de gripe H1N1, em que as pessoas, os cidadãos, esgotaram o estoque de antigripais em farmácias do País. Em primeiro lugar é preciso se fazer uma correção. A gente começa a usar a nomenclatura e a boca fica torta por conta do uso do cachimbo. Antigripal, no mercado, só tem um e, provavelmente, tem registro de dois. Esses são antivirais, perdão. Antigripal, ácido acetil salicílico, não é antigripal, paracetamol não é antigripal e as pessoas vão achando que estão se protegendo de uma eventual doença. Isso não vai ter efeito nenhum, a não ser na economia pessoal das pessoas, e por conta da desinformação. Então é importante também que os estabelecimentos farmacêuticos, com a responsabilidade sanitária que tem, orientem as pessoas que correm a ele, porque senão nós vamos criar um comércio por conta de uma emergência que é absolutamente desnecessária. Eu estou à disposição.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Dr. Dirceu, eu vou passar a palavra agora para o Dr. Pedro Zidói, mas, antes, eu gostaria aqui só de, talvez vocês já estejam fazendo isso, mas eu lembro que quando nós tivemos aquele surto de cólera, que foram feitas muitas barreiras sanitárias de Estado a Estado, eu não sei se é porque no meu Estado nós temos um trânsito imenso de carretas, que chegam do Sul, mas esses que chegam do Sul já vêm de países da América Latina, eu quero saber só isso, se vocês também estão com essa preocupação de fazer esse controle, essa barreira sanitária não somente de ônibus, de aviões, de navios, mas, também, do transporte normal que está vindo de áreas que poderão estar contaminadas.

SR. DIRCEU RAPOSO DE MELLO: Qualquer veículo que pretenda adentrar ao País por via terrestre vindo de outros países, hoje está sendo monitorado. Eu lembro que na época do cólera, em 1990, eu estava na Prefeitura de São Paulo e os epidemiologistas, eu não me lembro um deles, mas trabalhei muito tempo com eles, têm planejamento para.... Lá em São Paulo a gente imaginava que se o cólera entrasse, entraria por uma parte da cidade, que é uma região do norte da cidade de São Paulo, é o Parque Novo Mundo, que tem uma grande quantidade de transportadoras. Então a nossa grande preocupação era fazer a barreira ali na região norte porque os epidemiologistas diziam: "Olha, se entrar, vai entrar por aqui, pela via terrestre". No País nós estamos trabalhando, sem dúvida nenhuma; não é porque a pessoa vem no ônibus e é um passageiro que ele pode ter albergado o vírus e o motorista de uma carreta, por ser um motorista de carreta e não estar no ônibus de passageiro, não trazê-lo. Então a vigilância é para todo veículo que pretenda cruzar a fronteira do Brasil com os países com os quais fazemos fronteira terrestre.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Obrigada. Eu espero que a transparência e as informações continuem cada vez mais, de forma que todos nós... Porque só assim o cidadão pode fazer a sua parte. Às vezes me chamam de alarmista, porque antes de acontecer eu começo a falar, mas muitas vezes um pouco da experiência já nos mostra isso. O Senador Paim, o Senador Adelmir e o Senador Paulo Duque devem ter visto já há mais de um mês eu indo ao Plenário falando sobre cheias do Nordeste. Eu falava: "Olha, o sinal amarelo está aceso, nós podemos ter cheias, nós podemos ter cheias". Agora está aí. Se naquele momento a gente já começasse a se preparar, os problemas eram muito menores. Então é como também em tudo que é de saúde.

Agora eu vou ler a carta que o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor, uma correspondência, encaminhou a essa Comissão: "Srs. e Sras. Senadoras, membros da Comissão de Assuntos Sociais. O IDEC (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor) agradece pelo convite para participar de Audiência Pública na qual se debaterá a Resolução da ANVISA submetida a Consulta Pública nº 69, de 11 de julho de 2007, que dispõe sobre o regulamento técnico de boas práticas farmacêuticas em farmácias e drogarias. Na mesma data, todavia, o IDEC estará realizando o Seminário SACs dos Setores não regidos pelo Decreto 6.523/2008, oportunidade de autoregulação, motivo impeditivo da presença de seus representantes na referida Audiência Pública. Data a relevância do tema, consideramos essencial contribuir com o processo de discussão instaurado no Senado. O IDEC considera que as farmácias e drogarias são estabelecimentos de saúde e devem ser tratadas como tal. Assim, deve se impedir a banalização da comercialização de medicamentos que ocorre com a transformação das farmácias e drogarias em verdadeiros supermercados. Nessa concepção, a farmácia ou drogaria deve ter vista como estabelecimento de saúde, com atendimento qualificado e diferenciado, já que não se equipara às atividades comerciais tradicionais. O medicamento é um insumo essencial à vida e requer cuidados na sua dispensação, não podendo ser tratado como simples mercadoria, entre muitas outras coisas. Corroboram esse posicionamento mais de cem entidades representativas da sociedade, entre Sindicatos, Conselhos de Saúde, Conselhos Profissionais e Associações. Signatários do Manifesto Farmácia – Estabelecimento de Saúde. Atenciosamente, [ininteligível], Coordenadora Executiva, e Daniela Trettel, Assessora de Representação.

Vamos passar agora a palavra ao Dr. Pedro Zidói e convocar, também, aqui o Senador Paulo Paim para assumir a presidência. Falamos tanto em virose e de transparência, então tenho que dizer que eu estou aqui numa virose, vou ali no serviço médico ver se eu estou com febre ou não. Não será gripe suína de jeito nenhum, com certeza [risos]. É uma virose que também está acontecendo muito. Então eu vou pedir permissão e fica aqui o nosso agradecimento a todos que aqui vieram, que atenderam ao nosso convite. Espero poder retornar ainda hoje. Mais uma vez convidar a Comissão, todos os membros, não somente os membros desta Comissão, mas das demais Comissões, que o Ministro da Saúde estará aqui terça-feira, dia 12, e será uma oportunidade para que nós possamos tirar muitas dúvidas, inclusive sobre a questão da gripe H1N1 porque, como eu bem falei aqui, o Dr. Dirceu tem a responsabilidade da ação, mas nós

precisamos saber do Ministro como está a questão de recursos com relação a Municípios, a Estados, enfim, muita coisa que com certeza todos vocês terão a oportunidade de questionar, e o Ministro, com muita presteza, colocou-se à nossa Comissão. Então passo agora para o Senador Paulo Paim.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Senadora Rosalba, me desculpe, mas não dei beijinho, não peguei na mão, a senhora veio do México anteontem, eu estou sabendo [risos].

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):

Mas essa não é a H1N1, essa é uma virose mesmo.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-

RS): Muito bem. Dr. Pedro, como já havia sido anunciado, V. Exa. está com a palavra.

SR. PEDRO ZIDÓI: Cumprimento ao Senador Paim, que está presidindo a Mesa dos trabalhos, e cumprimentando o Senador cumprimento os demais Senadores, os componentes da Mesa, nossos convidados e as convidadas.

Para nós falarmos da Resolução, nós temos que puxar um pouquinho as Leis. Nós vamos falar aqui da Lei 3.820, que criou o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Farmácias e dá outras providências: “Art. 1º – Ficam criados os Conselhos Federal e Regionais de Farmácia, dotados de personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa e financeira, destinados a zelar pela fiel observância dos princípios da ética e da disciplina da classe dos que exercem atividades profissionais farmacêuticas no País”. Eu pediria para que atentassem para esse problema e cabe à Casa corrigir a distorção deste nome: não é Conselho de Farmácia, é Conselho dos Profissionais que exercem a atividade de profissionais farmacêuticos do País.

A Lei 3.820, ela criou no art. 33, um provisionamento: “Os práticos e oficiais de Farmácia, já habilitados na forma da lei, poderão ser provisionados para assumirem a responsabilidade técnico-profissional da sua farmácia”. Portanto, quando se fala exclusivamente de farmacêutico responsável técnico, tem que cortar farmacêutico. Eu não sou contra o farmacêutico, eu estou dizendo o que a Lei determina, ele é responsável técnico.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [Pronunciamento fora do microfone].

SR. PEDRO ZIDÓI: Não, senhor, a Lei não diz isso daí, aqui está a Lei.

A Lei 5.991 dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos e dá outras providências. O art. 4º e o inciso IV já tratam de correlatos. Portanto, nós

teremos que verificar os correlatos que já estão na Lei e não podemos cortar, por uma Resolução, estes; nós temos é que acrescentar os demais correlatos.

O art. 57, da Lei 5.991, também trata da responsabilidade técnica de farmácias e drogarias e, também, a responsabilidade técnica do estabelecimento.

A Consulta Pública... Eu estou sendo rápido porque o nosso tempo é curto e eu quero respeitar para que os outros também tenham o seu tempo. A proposta da Resolução em tela avança pouco nos serviços que as farmácias e drogarias podem oferecer à população e restringe, em vários outros pontos, os quais implicarão no modelo de atividades existentes no nosso País. Nota-se que na forma em que está proposta a Resolução, a ANVISA extrapola a sua competência de regulamentação quando procura alterar o que já dispõe de Lei Federal, portanto, a Lei 5.991. E o Decreto também que regulamentou a Lei, que é o Decreto 74.170.

A extrapolação da competência da ANVISA são atribuições – aqui que eu digo – do farmacêutico responsável técnico. A Lei não diz isso, ela diz do responsável técnico. Portanto, se quiserem tratar só do farmacêutico, tramita uma Lei no Congresso Nacional. Eu não estou contrário, mas enquanto tiver a Lei, eu peço que a Lei seja cumprida.

Capacitação dos recursos humanos. Todo o pessoal envolvido na atividade das farmácias deve ser incluído em um programa de educação permanente, elaborado com base em um levantamento de necessidade e os registros devem dispor no mínimo das seguintes informações. Aqui vem e eu digo o seguinte: nós temos curso criado pelo MEC, é o Técnico em Farmácia, e esse curso é ministrado pelas entidades de ensino privadas e, principalmente, pelo SENAC, que é a maior entidade de cursos profissionalizantes do nosso País. Portanto, se existe algum curso que deve ser feito, deve ser aqueles amparados por Lei.

Relação de produtos permitidos. Aqui nós temos uma relação em que 80% são produtos que deverão ser fabricados em farmácias e deve ser destinada praticamente aos hospitais. Portanto, isto tem um capítulo à parte em outras Resoluções quando trata de farmácia de manipulação. E os demais produtos que representam aqui 20%, eles não são novidades porque já fazem parte da Lei 5.991.

Os medicamentos sujeitos ou não à prescrição não devem ser diretamente expostos ao alcance dos usuários, devendo permanecer de forma ordenada e o local de acesso restrita aos funcionários da farmácia ou drogaria. Aqui nós vamos encontrar, em seguida, que pode os medicamentos de venda livre ser colocados em gôndolas e prateleiras e que deve ter um escrito em medicamentos: “Informe-se com o farma-

cêutico". Eu acredito que deve ser "Informe-se com o seu médico".

Dispensação de medicamentos. A avaliação da prescrição médica deve observar os seguintes itens: identificação da instituição do profissional prescritor. Eu aqui chamo a atenção que quando vem a receita do serviço público, que não tem identificação alguma; endereço residencial do paciente. Nós estamos entrando na privacidade do paciente. Nós sabemos hoje, até o cheque onde é colocado o telefone atrás, tem trazido consequências gravíssimas para determinadas famílias; prestação de serviços farmacêutico. O ambiente do serviço farmacêutico deve ser diverso daquele destinado à dispensação e circulação de pessoas em geral e dispor de salas. O serviço farmacêutico vai precisar de seis salas numa farmácia ou drogaria. Isso eu não estou falando de farmácia de manipulação. Concordo plenamente com farmácia de manipulação, tem que ter essa exigência, mas drogarias e farmácias, eu vejo que há um exagero; roteiro de inspeção. Quando um inspetor vem fazer a fiscalização no nosso estabelecimento, ele tem que anotar 186 itens.

Proposição da ABCFARMA. Diante dos argumentos aqui apresentados e outros que eu deixo de apresentar por falta de tempo, somos contrários à aprovação das normas estabelecidas na referida Resolução 69. Propomos que seja formado um grupo de trabalho envolvendo a ANVISA, o setor regulado, o Poder Legislativo, a fim de aprimorar a proposta de Resolução RDC da ANVISA. Nós não somos contra a Resolução, nós queremos é que ela seja aprimorada, atendendo ao que acontece em países do primeiro mundo, onde tem a venda de produtos de venda livre, colocado à disposição do cliente que deseja se automedicar.

Pelo que eu marquei aqui no meu relógio, é o tempo que disponho. Eu acredito que poderá passar a palavra. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu é que agradeço ao Sr. Pedro Zidói, Presidente da Associação Brasileira do Comércio Farmacêutico. Passamos de imediato a palavra, conforme a orientação que recebi aqui da Presidente, que teve que se retirar, ao Sr. Sérgio Mena Barreto, Executivo da Associação Brasileira de Redes de Farmácias e Drogarias (ABRAFARMA). V. Exa. tem dez minutos e, se necessário, mais cinco.

SR. SÉRGIO MENA BARRETO: Bom dia Senador Paulo Paim, Senador Álvaro Dias, Senador Santana, demais Senadores presentes, plateia, as pessoas que nos assistem pela TV Senado. Eu acho que é uma das grandes vitórias da democracia brasileira é poder olhar de fora o que acontece no Parlamento, isso é uma coisa muito interessante.

Estamos aqui hoje para conversar um pouco sobre a Consulta Pública 69 e as implicações dessa Consulta Pública para o comércio varejista e farmacêutico no Brasil. A ABRAFARMA é uma Associação que reúne as vinte e cinco maiores de drogarias do País, instaladas no Brasil inteiro. No ano passado nós realizamos 331.243.591 atendimentos. A ABRAFARMA tem aproximadamente 32% do mercado, o que a gente pode, extrapolando esse número de atendimentos da ABRAFARMA, poderia dizer que todas as drogarias brasileiras atendem, com certeza, fazem mais de 1 bilhão e 200 milhões de atendimentos por ano no País. É uma das, digamos, instituições ou de um tipo de atendimento à população mais presente e mais interessante que existe nos Municípios brasileiros.

Eu diria assim que o que está em discussão, e eu nem quero entrar nos pormenores da Consulta Pública 69, porque ela tem interessantes avanços, ela tem interessantes disposições, vem atualizar a regulamentação de boas práticas, então ela tem uma série de elementos que são interessantes, aproveitáveis e bem-vindos, mas uma coisa que a gente sempre tem questionado, sempre tem questionado aqui e nas outras Audiências que têm acontecido no Senado, já aconteceu uma outra nessa mesma Comissão, uma Audiência que aconteceu na Câmara, junto à própria ANVISA, é a questão que nós temos que pensar num regulamento no Brasil olhando para o futuro. E nós temos hoje, se a gente for olhar nos últimos anos, uma verdadeira mudança – e muito profunda – no modelo de farmácia no mundo inteiro. São novos modelos que vão atendendo a novas realidades e no Brasil a gente também tem isso. Se a gente for olhar para os Estados Unidos, e aqui eu não vou preconizar e nem estou defendendo que no Brasil haja isso, mas só estou dando um passeio muito rápido pelo que está acontecendo no mundo inteiro para que a gente possa se situar também. Nos Estados Unidos, por exemplo, a grande discussão hoje, não é nem discussão, é a realidade, são clínicas rápidas instaladas dentro das drogarias americanas e dentro dos supermercados. Você tem hoje que há uma situação onde o cidadão não consegue ter um atendimento do serviço público e o norte-americano encontrou essa solução. Eu não estou dizendo que essa é uma solução boa para o Brasil, eu estou dizendo o que acontece no mundo inteiro. Se a gente for para a Europa, se a gente for para a Inglaterra, por exemplo, há muitos anos as drogarias inglesas são totalmente diferentes do que eram no passado. A gente pode ir para o Chile aqui ao lado, a gente pode ir para a Espanha, a gente pode ir para a França, Portugal está enfrentando uma discussão interessante agora sobre isso.

Essa aí é uma foto de uma grande rede inglesa, uma rede chamada *Boots*, ou seja, uma coisa impen-sável na Inglaterra há quinze anos atrás. Eu em dezembro do ano passado peguei o catálogo de Natal da *Boots* e tinha 350 páginas de itens que podem ser vendidos, 350 páginas, era uma brochura entregue para o cidadão e que incluía livros, brinquedos e tudo mais; é a realidade inglesa, mas eu só estou dizendo os movimentos que acontecem no mundo inteiro atendendo a essas novas necessidades de consumidores.

A gente teve há dois anos, aliás, há três anos na Europa, um dos países foi exatamente a Inglaterra, onde tivemos com o NHS, que é o sistema que faz todo o controle de venda, de transação entre a farmácia, define os parâmetros e o usuário e o Poder Público que repõe aquele valor. Nós perguntamos para o especialista do NHS: "Olha, por que é que uma farmácia vende de tudo aqui?" A frase que eu traduzi: "Não interessa ao NHS saber o que a farmácia inglesa vende. Só interessa ao governo saber se está dispensando medicamentos, conforme a regra estabelecida, com qualidade de gestão e com baixo custo".

Em Portugal, até poucos anos, para você abrir uma farmácia em Portugal você tinha que ser farmacêutico. Há dois anos foi desregulamentado. Esse foi o estudo que foi elaborado pela Universidade Católica de Portugal, a pedido do governo português. Esse é o relatório que eu vou ler três itens para vocês. Então essa Universidade, o Centro de Estudos de Gestão em Economia Aplicada foi encarregado pela autoridade da concorrência de proceder à elaboração de um estudo sobre a situação concorrencial do setor de farmácias. E aí o estudo concluiu: A identificação das barreiras de natureza local, administrativa e outras e das práticas anticoncorrenciais induzidas pelo Estado nas suas funções legislativa, reguladora, fiscalizadora e financiadora nos objetivos desse estudo. E as recomendações são: Devem ser revogadas todas as referências legais à viabilidade econômica das farmácias como critério de decisão por parte da autoridade de saúde, a instalação de novas farmácias deve ser liberalizada, sendo eliminados os atuais recursos para atribuição de alvará e os critérios de capacitação por farmácia. A autorização da abertura deve ser condicionada apenas ao registro das autoridades competentes e a verificação do estabelecimento que cumpra os requisitos necessários. Deve ser eliminada a reserva da propriedade de farmácia para licenciados em ciências farmacêuticas. Devem ser eliminadas as restrições da utilização de publicidade. As farmácias devem ser autorizadas a vender medicamentos à distância, notadamente pela internet, desde que as autoridades garantam o bom cumprimento disso.

E, assim, o que está em discussão aqui e essa é a Casa correta para se fazer essa discussão, o Senado e a Câmara, que tipo de farmácia o Brasil precisa? A Lei 5.991, como bem lembrou o Zidó, é uma Lei de 1973, mas eu acho absolutamente atual; apenas precisa de alguns reajustes, digamos assim. E a própria Câmara e o próprio Senado já têm uma série de proposições que pretendem reajustar ou revisar a Lei.

Como eu sei que o Dirceu sempre traz umas fotinhas, eu também trouxe umas. Nós temos hoje no Brasil farmácias de absoluto primeiro mundo. Você vê farmácias no Brasil hoje, houve uma evolução estrutural, tecnológica, de formação de pessoas, de qualificação de farmácias de primeiríssimo mundo, onde evidentemente nós temos o atendimento a uma necessidade da população que vai se acrescentando. Eu sei muito bem, é claro que essa farmácia brasileira é uma farmácia diferente do mundo. Eu não conheço nenhum outro País do mundo onde, por exemplo, a farmácia seja um correspondente bancário. No Brasil, em 1.496 Municípios os benefícios da Previdência Social são pagos em farmácias; a FEBRABAN me disse ontem. Em 1999 o cidadão estava a 53 quilômetros médio de distância de um banco; hoje está a 3.17 mil estabelecimentos dos 75 mil estabelecimentos correspondentes bancários são drogarias no Brasil, da Caixa Econômica Federal, do Banco do Brasil e de outros.

Esse é um estudo do professor José Pastore, da Universidade de São Paulo, onde ele aponta um papel importante na descentralização do banco e na questão social de inclusão social. É a participação de outros elementos, inclusive de farmácias e drogarias. Diz que em pesquisa da própria FEBRABAN, 95% dos clientes estão satisfeitos em ter esse tipo de serviço. E ele inclui, ele levanta essa questão de que: "Olha, a atividade correspondente é importante para facilitar pagamento, ativar a microprodução, formar colchão de segurança, reduzir riscos, equilibrar renda, o consumo, aliviar a pobreza". A descentralização é a peça chave para aumentar a participação, melhorar a cidadania e a governança.

Nós temos um País que nós descobrimos nos últimos anos um País verdadeiramente popular, um País onde a importância da farmácia e da drogaria para a população é enorme; a farmácia é um estabelecimento de saúde. Nós temos consciência disso, defendemos isso, isso é uma das preconizações básicas da minha entidade, da ABRAFARMA. Mas nós não podemos esquecer que a questão econômica é importante sim. Esse é o levantamento da USP, da FIA, da Fundação do Instituto da Administração, para a ABRAFARMA. Esse é o levantamento de lucro líquido das maiores empresas farmacêuticas brasileiras que estão rela-

cionadas na minha entidade de 1999 a 2007. Após o imposto de renda, o lucro líquido é de 0,81%. Foi de 1,19% em 2006 e foi de 1,12% em 2005. Então esses descontos, essas promoções todas, todo esse movimento que você hoje de acesso a medicamento, participação no Programa Farmácia Popular, isso tudo se deve à estrutura também que essa farmácia tem e a venda de outros produtos. Eu aqui não estou querendo defender quais são esses produtos. Eu acho que essa discussão cabe a essa casa [soa a campainha]. Nós temos que discutir, eu peço ao Senador mais uns três minutos, pelo menos. O que a gente tem que discutir é qual é a restrição, que restrição é essa e o que é que essa restrição vai impactar como medida ou desmedida de acesso a medicamentos no Brasil? Qual será o impacto social disso para o população?

Nós também fomos ouvir a população. Então em 2007 a ABRAFARMA realizou duas pesquisas, uma com o Instituto Vox Populi em Minas, São Paulo e Rio, no Sudeste, e o IBOPE no Nordeste, na Bahia, em Pernambuco e no Ceará. Nós estamos revisando, ou seja, esse ano o Vox Populi e IBOPE foram contratados para realizar uma nova pesquisa atualizando, mas só para a gente entender: compra produtos de conveniência em farmácia e drogarias mesmo de vez em quando – 75% dos respondentes do Sudeste disseram isso; compram produtos e medicamentos de conveniência em farmácias ou drogarias – eu também estou vendo 75% aqui. Eu estou meio longe da tela; frequência com que compram. Se a gente for analisar, 66% dos cidadãos vão pelo menos uma vez por mês à farmácia e drogaria. Outros vão semanalmente; quantidade de produtos comprados em farmácias e drogarias: de 3 a 6 produtos nós temos 66,80% das pessoas. Aqui está um número, está difícil de ver, mas o último item se refere à percepção da população, se isso é uma coisa boa ou não. Nós temos quase 90% da população reputando como a venda de outros produtos em drogarias, na visão da população, que não é uma coisa que impacta a venda de medicamento, por exemplo; 75% da população acha que podem ser vendidos os produtos de conveniência, serem prestados outros serviços em farmácias e drogarias. A opinião com relação à restrição desse tipo de produto ou de produtos adicionais: 64,9% discordam de qualquer restrição. Aqui a gente perguntou sobre a Consulta Pública, a maioria não conhecia. A maioria conhece a ANVISA, é uma vitória aí do Dirceu e de toda a estrutura, sabe qual é o papel da ANVISA. 72% não conheciam a Consulta Pública. E sabendo que a ANVISA defende que alguns produtos de conveniência não sejam mais vendidos em farmácias e drogarias, como é que você se manifesta? Eu acho

que 65% das pessoas se manifestam contra, eu não estou conseguindo ler o número direito, 60,4%.

A outra pesquisa, a pesquisa do IBOPE, foi a pesquisa realizada no Nordeste: 75% da população vai uma vez por mês ou mais à drogaria. Produtos como cartões telefônicos, filmes fotográficos: 78% acha bom ou muito bom; recarga de celular: 76% aprovam, acham bom ou muito bom. Uma grande parte do bilhete único hoje, que é o principal instrumento de locomoção em São Paulo, no Município de São Paulo, é vendido, é recarregado em farmácias, grandes redes de drogarias da cidade de São Paulo. Pagamentos de conta de água, luz, telefone, aquele correspondente bancário que eu falei para vocês: 78% acham bom ou muito bom. 77% têm opinião de que as farmácias também deveriam oferecer outros produtos e serviços.

Então a discussão que nós temos aqui, nós consideramos, assim, não vou entrar no mérito legal da competência da ANVISA ou não, eu acho que a ANVISA é um marco no País, lembro muito bem de antes, quando eu ia Secretária de Vigilância Sanitária, no Ministério da Saúde, sem ter demérito nenhum por aqueles profissionais, mas da estrutura muito miúda, muito acanhada e lembro agora da estrutura que a ANVISA tem, de todo o seu esforço no sentido de melhorar todos os aspectos sanitários do País, mas evidentemente, no que tange à discussão do tipo de produto que a farmácia deve vender, no tipo de serviço que a farmácia deve prestar, eu creio – e a minha entidade defende – que cabe ao Congresso Nacional essa discussão. A Lei 5.991 é muito clara, ela remete a uma Lei Federal e remete à capacidade subjetiva dos Estados para regulamentar isso.

Hoje, inclusive, já há vários Estados com Leis locais, Leis boas ou ruins, mas foram feitas pelo Poder Legislativo local, a Lei acolhe e a 5.991 previa isso, inclusive, então certamente essa discussão do tipo de farmácia que a gente quer ter para o futuro do País, a gente propõe que seja levado aqui no Congresso Nacional, já há Projetos de Lei em andamento, há o Ivan Valente terminativo na Câmara, há mais de cem proposições pelo menos que pretendem tratar do tema e essa é a posição da ABRAFARMA, que o Senado e a Câmara assumam essa discussão e tragam para cá essa discussão para que a população, através dos seus representantes, possam efetivamente [soa a campainha] dizer “essa é a farmácia que nós pretendemos”. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu é que agradeço. A assessoria me lembra aqui que eu dei dez minutos com mais cinco, mas era dez com mais dois. Então eu faço o apelo, se possível, para que os Senadores possam, temos três Se-

nadores inscritos, fazer o uso da palavra, mas passo de imediato, para ganhar tempo, ao Sr. Cécito Augusto Esteves, Advogado da Confederação Nacional do Comércio (CNC).

SR. CÉCITO AUGUSTO DE FREITAS ESTEVES:

Bom dia Senador Paulo Paim, bom dia Srs. Senadores, demais integrantes da Mesa, todos os demais presentes na plateia.

A Confederação Nacional do Comércio não questiona os objetivos e nem a motivação da Resolução que poderá vir ser originada da Consulta Pública 69. O que a gente vem questionando é a forma como foi ou como pretende que seja implementado esse tipo de restrição. Isso porque ela é baseada em alguns equívocos e o primeiro equívoco dela é que como ato administrativo normativo, ele tem natureza regulamentar, e tendo em vista essa natureza regulamentar ele é estritamente vinculado à disposições legais, ele tem o objetivo claro de implementar disposições previamente de Lei. E o dispositivo normativo legal que fundamenta e que dá, teoricamente, daria fundamento e validade a esse relacionamento é a Lei 5.991, a tão propagada Lei 5.991, só que têm dois equívocos sobre essa Lei 5.991. A primeira delas é que, ao contrário do que muita gente acredito, ela não regulamenta uma atividade comercial dos estabelecimentos de comércio farmacêutico. Ela é uma norma que determina a regulamentação da comercialização de medicamento, de drogas, de insumos farmacêuticos e correlatos. Em nenhum dispositivo da norma ela trata do funcionamento ou formas de funcionamento de determinados estabelecimentos. E é por um motivo muito simples, pois em todo o mundo nós temos duas espécies, digamos, dentro do gênero nós vamos dividir em duas espécies de produtos: os de livre circulação e os de circulação restrita. O que a Lei 5.991 faz é justamente impor uma circulação restrita a determinados produtos. Por isso que ela elenca no rol, define estabelecimentos, define o que seja produto e vincula a venda de determinados produtos a determinados estabelecimentos. Mas ao determinar essa vinculação, ela não exclui os demais, até porque não pode excluir os demais, tendo em vista que o objetivo dela é restringir a comercialização de produtos específicos.

Então o grande dispositivo que é invocado como fundamento para a proposta contida na Consulta Pública 69 é o art. 5º, que com base nesse artigo diz: a Lei estabelece uma restrição de comercialização. A Lei não estabelece essa restrição. Numa análise muito simples dela, no § 1º, que é nada mais nada menos do que a especificação do *caput*, diz o seguinte: “o comércio de determinados correlatos...” Aliás, desculpem, o *caput* mesmo: “o comércio de drogas, medicamentos

e insumos farmacêuticos é privativo das empresas e dos estabelecimentos definidos nessa Lei”. Aí vem o § 1º: “o comércio de determinados correlatos, tais como aparelhos, acessórios, produtos utilizados para fins de diagnósticos e analíticos, odontológicos e veterinários, de higiene pessoal ou de ambiente, cosméticos e perfumes – aí vem uma qualificação – exercido por estabelecimentos especializados, poderá ser extensiva às farmácias e drogarias, observado o disposto na Lei Federal, supletiva dos Estados, do Distrito Federal e dos territórios”. O que ele está dizendo é que farmácias e drogarias têm a prerrogativa exclusiva de vender, na época da edição da Lei, em 1973, drogas, medicamentos e insumos farmacêuticos e outros produtos de circulação também restrita. Ele não diz que são só esses produtos; ele diz que esses produtos têm destinação específica, porque são regulados. Os demais não exige, porque não pode exigir, são produtos de livre circulação. Então o primeiro equívoco dessa Resolução é esse, ela se baseia num dispositivo legal que na verdade não autoriza essa interpretação, porque não é uma norma de restrição.

Isso fica bem claro também quando a gente analisa o Decreto que regulamentou essa Lei, porque lá no Decreto que regulamentou essa Lei, de 1974, ele repete o texto inicial, “é permitido às farmácias e drogarias o comércio de tal, tal e tal”, só que lá não final ele começa a agregar outros produtos que não estavam previstos na Lei original. Está lá os produtos óticos, acústica média, odontológica, veterinária e termina com e outros. Deixa claro que aquilo não é um rol taxativo, aquilo é uma exemplificação do que pode ser comercializado de forma restrita: produtos restritos podem ser comercializados exclusivamente nesses estabelecimentos. E os produtos de livre circulação? Por serem de livre circulação, em qualquer estabelecimento. Eu não preciso de autorização especial para comercializar produtos de livre circulação. Esse é o primeiro ponto. Vamos avançar.

Recentemente foi questionado no Supremo uma lei paulista que estabelecia a comercialização de produtos de conveniência no Estado de São Paulo. O posicionamento da Procuradoria-Geral da República foi interessante, porque ele opinava pelo acolhimento, em parte, dessa ação, arguindo a inconstitucionalidade da Lei paulista ao estabelecer alguns produtos, relacionados dentro de conveniência, a farmácias e drogarias, argumentando que feriria essa Lei 5.991, esse mesmo dispositivo, [ininteligível]. Então ele diz o seguinte... Está ruim de ler, mas basicamente o que ele sustenta é que dentre os itens arrolados no § 1º da Lei paulista, ele relaciona alguns itens e diz o seguinte: Elas se enquadraram, esses itens estão compreendidos no

que é atribuído, teoricamente por essa Lei de 1973, às chamadas lojas de conveniência e *Drog Store*. Então o Ministério Público, a Procuradoria-Geral da República entendeu que como a Lei de 1973, em razão de uma modificação operada em 1995, ele criou, arrolou dentre os estabelecimentos a figura do supermercado, loja de conveniência, *Drog Store* e armarinho, que aqueles produtos de conveniência estariam restritos a esta figura da *Drog Store*. Só que o que não entendeu o ilustre representante da Procuradoria-Geral da República foi que esta Lei de 1995, quando modificou a Lei de 1973, ela teve um objetivo muito simples: ela teve o objetivo de flexibilizar a restrição de comercialização de produtos correlatos, drogas e insumos farmacêuticos. O que é que ela diz? Ela classificou o supermercado, classificou armazém e empório e classificou loja de conveniência. Só que se a gente analisar o art. 5º original da Lei 5.991 e o art. 6º, o que é que diz o art. 5º, que se manteve imutável naquela Lei? “O comércio de drogas, medicamentos e insumos farmacêuticos é privativo das empresas e dos estabelecimentos definidos nessa Lei”. E o que é que diz aqui? “A dispensação de medicamentos é privativa de farmácia e drogaria”. Com isso, ele simplesmente autorizou que supermercados, *Drog Store* ou lojas de conveniência ou armarinhos pudessem comercializar os outros produtos que ele restringe, que são insumos farmacêuticos, correlatos e drogas; drogas também foi permitida a comercialização por esse tipo de estabelecimento. Em momento nenhum ele criou uma restrição exclusiva para que loja de conveniência vendesse produtos de conveniência, até porque volto a dizer: a Lei 5.991 é uma Lei destinada a regulamentar o comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, não é para tratar de atividades empresariais. Então, ou seja, a inclusão na Lei 5.991 daquelas figuras, daqueles novos estabelecimentos, visava flexibilizar a vedação no *caput* do art. 5º; essa é a única interpretação possível para admitir esta nova disposição.

O que corrobora esse atendimento é a própria existência da proposta contida na Consulta Popular 69, uma vez que se há vedação legal na Lei 5.991, não haveria razão de existir de uma restrição imposta pela ANVISA. Se a Lei 5.991 já restringe o comércio a esses produtos, para que eu preciso de um regulamento, de um ato administrativo inferior para dispor exatamente a mesma coisa? Então a própria existência da ANVISA, que por sinal é um ótimo argumento para que os defendem a Lei de São Paulo, porque o que entendeu o Procurador-Geral da República foi que a Lei Federal vedava. A própria existência ou a promulgação dessa Consulta Pública, se isso virar Resolução, é tudo que quer a defesa da Lei de São Paulo, é que comprove [soa

a campanha], não diz não há restrição na Lei federal, tanto é que é necessário uma Resolução--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): V. Exa. tem mais dois minutos.

SR. CÍCITO AUGUSTO DE FREITAS ESTEVES:

Obrigado. A gente poderia falar sobre a competência na ANVISA, de estabelecer esse tipo de restrição. Se nós olharmos a legislação que cria a ANVISA e atribui competência, vocês poderão notar que ela em momento nenhum autoriza a regulamentar a atividade empresarial ou de qualquer tipo de atividade econômica. Na verdade ela volta a carga de sua competência para regulamentar a venda de medicamentos ou de produtos específicos que estejam sujeitos à ação de Vigilância Sanitária. Então, mais uma vez, estabelecer restrição ao comércio de produtos de livre circulação estaria absolutamente fora da competência atribuída à ANVISA.

A ANVISA não possui competência para regular a atividade de comércio farmacêutico e sim a circulação de bens e produtos sujeitos à Vigilância Sanitária. Isso aqui consta da Lei dela. Qualquer outra atividade empresarial envolvendo produtos e serviços de livre comercialização não pode estar sujeita à regulamentação da ANVISA, está sujeita ao princípio constitucional da legalidade, já que a atividade comercial é um direito individual. Então não pode nem estar sujeito a regulamentos, quanto mais a um regulamento, no que eu digo, regulamento de elite, que é o Decreto e tudo mais, quanto mais uma Resolução, que é um ato normativo inferior.

Bom, temos doutrinas e mais doutrinas que tratam da questão regulamentar no Brasil, como o Executivo pode regulamentar e de que forma que ele pode regulamentar. Grande parte dos doutrinadores sustenta que apenas caberia regulamento quando atividade administrativa, porque como uma atividade administrativa o regulamento solaparia a competência legislativa e invadiria a esfera de criar direito novo e obrigação nova no Brasil. Bem, aqui Celso Antônio Bandeira de Mello, o próprio Gilmar Ferreira Mendes, hoje Presidente do Supremo Tribunal Federal, falando sobre a questão regulamentar por órgãos integrantes do Poder Executivo.

Por final, que eu posso terminar, é que tendo em vista que essa Resolução emitida pela ANVISA não tem [soa a campanha] amparo legal, como de fato não tem, ela assumiria, caso viesse a ser publicada, a natureza jurídica de um regulamento autônomo, o que é vedado no sistema constitucional brasileiro, já que novamente ele inova na esfera jurídica e não apenas implementa a execução de uma Lei como determina a Constituição. Então certamente a Confederação

Nacional do Comércio se põe, desde já, de que eventualmente será questionada sob o ponto de vista do controle da constitucionalidade pela via direta no Supremo Tribunal Federal, porque não há outra alternativa, a não ser manter íntegro o sistema constitucional, principalmente no que diz respeito a direitos e garantias individuais. Novamente a Confederação Nacional do Comércio reitera que não são os objetivos dessa proposta o alvo do embate a Confederação Nacional do Comércio, ela entende até que são necessários, entende até que são legítimos, porém o meio e o instrumento pelo qual eles estão sendo buscados é que é contestável. Obrigado pela oportunidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): A gente agradece ao Dr. Cécilio, porque ele foi muito gentil com a presidência, porque eu acabei dando três minutos a mais para o primeiro, depois reduzi para dois e ele cumpriu na íntegra. Eu convido agora o Dr. Arnaldo Zubioli para que faça a sua exposição.

SR. ARNALDO ZUBIOLI: Bom dia, cumprimento ao Senador Paulo Paim e, também, a todos os membros da Mesa, cumprimento aos Srs. Senadores.

Observo aqui, pelas observações que foram feitas, de que não estamos entendendo bem todo o propósito que orientou a elaboração dessa Resolução, dessa Consulta Pública, que eventualmente pode vir a ser Resolução, que dispõe sobre o regulamento técnico de boas práticas farmacêuticas em farmácias e drogarias. O assunto não é novo. Na verdade, coube à ANVISA executar essas ações por uma razão simples, quer dizer, a nossa legislação, na minha compreensão, no meu entendimento, ela foi ultrapassada pelo tempo, não houve atualizações e havia necessidade de que um órgão se encarregasse de chamar a atenção e de elaborar normas que estivessem contempladas para os tempos modernos e, especialmente, que atendessem aos direitos do consumidor. O próximo slide.

A norma em Consulta Pública – e é isto que tem que se ter a atenção, porque este é o propósito – é fortalecer o controle sanitário dos estabelecimentos farmacêuticos. Eu ouvi aqui observações sobre o comércio, venda, juridicidade e outras questões que, na minha compreensão, não é o fulcro daquilo que deve ser discutido e objeto do nosso entendimento. A primeira pergunta que tem que ser feita é: por que existe farmácia? Obviamente vocês vão falar: “Para ter medicamento, para resolver um problema de saúde”. Bom, é sobre esse eixo que as discussões têm que ser efetuadas. A legislação sanitária italiana, é até curioso sobre esse ponto de vista, aliás, eu quero discordar de algumas menções feitas pela Mesa porque na Itália a propriedade é do farmacêutico há mais de duzentos anos e a Lei italiana sanitária fala sobre isso, ela diz

o seguinte: Por que é que a propriedade da farmácia é do farmacêutico? Porque a farmácia é o local que o farmacêutico exerce a sua atividade; é assim que a legislação sanitária italiana fala.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Já foi mudada.

SR. ARNALDO ZUBIOLI: Não, não foi mudada, ainda não, não foi mudada, posso lhe dizer com tranquilidade [soa a campainha]. Então a afirmação não é nova. Quando se fala de modelos europeus, modelos canadenses ou modelos dos Estados Unidos e outros, eu me pergunto: são modelos também que têm sistema de saúde diferente. A Inglaterra tem um sistema público de saúde; os Países Nórdicos como Suécia, Noruega e Finlândia têm sistemas públicos de saúde; a Holanda, Países Baixos. Não se comenta, por exemplo, o trabalho que é efetuado no estabelecimento mesmo quando não propriedade do farmacêutico, por exemplo, países de alto nível de civilização como a Áustria, a farmácia só abre das oito às doze horas e das catorze às dezoito horas. Em cada momento naquela farmácia têm cinco farmacêuticos lá dentro presentes para atender as pessoas. Então, na verdade, há décadas nós sabemos que os estabelecimentos farmacêuticos cumprem esta finalidade. Não quero me estender aqui num assunto que eu domino muito bem, que é a prática farmacêutica em tudo todo mundo. Domino, escrevi livros sobre isso, conheço a matéria, não é bem como estão querendo impingir para atender interesses não confessos a intenção de vir contra a regulação ora proposta pela ANVISA. O que nós, do Conselho Federal, de início, nós apoiamos integralmente. Tem que se partir de algum lugar e tem que se apoiar a alguma coisa que venha regular a matéria, a não ser que as Câmaras Legislativas, o Senado Federal e a Câmara dos Deputados voltem a legislar sobre a matéria e alterem as Leis que estão em vigor hoje em dia. O próximo.

Então a proposta de regulação, não sei porque também ela teve tanta discussão, ela trata dos fármacos ou dos medicamentos das atividades de receituário e dispensa de medicamentos. Quando se fala em dispensa, não é um ato simples, comum, tradicional. Todo mundo hoje está preocupado com os efeitos adversos que são decorrentes dos medicamentos. Por exemplo, os estudiosos americanos estipulam que entre 100 e 120 mil pessoas morrem por ano devido aos efeitos adversos dos medicamentos e outro tanto são internados em hospitais e estima-se entre 10% e 20% de internações hospitalares devido aos efeitos adversos dos medicamentos. Isso levou o governo americano e o governo canadense a estabelecer um percentual de pagamento para o ato farmacêutico praticado de educação e de orientação dos consumidores em relação a evitar os gastos desnecessários que se fazem em

relação aos produtos farmacêuticos. Aí é importante que se frise que se passa a outros produtos que se pretende regular: produtos de higiene pessoal, cosméticos, perfumes, produtos nutricionais que hoje, infelizmente, a gente observa que as farmácias hoje se transformaram em quitandas, lanchonetes, supermercados, açougues. Eu não entendo que a farmácia foi criada para esse tipo de atividade mercantil. As farmácias foram criadas exclusivamente para atender os problemas de saúde em relação aos medicamentos e as decorrências em relação à terapêutica farmacológica. É preciso, nós somos um países que não tem grandes recursos, não podemos desperdiçar os recursos fazendo mau uso dos medicamentos. E, ao mesmo tempo, aí estabelecendo também os correlatos, os exemplos farmacêuticos, educação e informação, diagnóstico in vitro. E aqui uma questão que no mundo todo, os países que se preocupam com o problema, eles põem que há uma diferença entre educação e informação. Informação é o que a gente houve todo dia. Com todo o respeito ao meu amigo Dr. Dirceu, ele hoje trouxe informações sobre a gripe suína, que a Organização Mundial de Saúde não quer mais. Agora educação é quando as pessoas compreendem as informações e criam os autocuidados e tendo autocuidado as pessoas preservam a sua saúde. É bom para o Estado, é bom para a pessoa, é qualidade de vida. Então eu penso que a proposta de regulação, ela teve o intuito de regular o setor e estabelecer um roteiro de inspeção. O próximo.

Quais são os serviços farmacêuticos que pretendem fazer? Esses que estão ali numerados como a aplicação de injeções – e aqui vem em boa hora essa regulação, inalação, pressão arterial, temperatura corporal, glicemia capilar, todos eles que têm um propósito claro: o autocuidado de saúde. Para o diabético, para o hipertenso, para as pessoas que têm necessidade de fazer inalações. Isso já não é nem novidade. No Estado do Paraná, aliás, estou aqui em presença e é um prazer para mim, Senador Álvaro Dias, já que foi Governador do nosso Estado, no Estado do Paraná isso é feito desde 1994. Portanto, não há novidades da necessidade desses serviços para atendimento daqueles usuários da farmácia. O próximo.

Aí é que eu mostro a questão que deveria ser objeto da nossa discussão. Por quê? Hoje em dia a assistência-médico-farmacêutica no Brasil tem essa demonstração. Dos diabéticos, 50% dos diabéticos abandonam os tratamentos, 50%. Diabete é um problema sério, tem até um programa do Ministério da Saúde, o HIPERDIA, por exemplo, diabéticos e hipertensos, porque há que se ter o controle do desdobramento da diabete, especialmente a diabete que a gente chama

do tipo II, que hoje se chama de síndrome metabólica, que pode causar cegueira, que pode causar nefropatia, que pode causar hipertensão, doenças cardiovasculares em geral. Então há abandono de 50% porque não há informação e educação das pessoas ou da glicemia, das dietas nutricionais. Com os hipertensos é quase 50% também. Meus amigos, os médicos cardiologistas e outros com quem tenho conversado, dizem que esse índice é maior ainda; eles calculam entre 70% e 80% [soa a campainha] por vários motivos de abandono de tratamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Só lembrar, mais dois minutos.

SR. ARNALDO ZUBIOLI: OK. O próximo slide.

Então os fundamentos da proposta já foram nominados, está em Lei, e é nada mais do que a atualização de Resoluções da própria ANVISA. O próximo.

Esse pode passar, eu quero chegar no finzinho. Pode ir.

Veja, se nós queremos atender a um propósito de discutir saúde, nós estamos à disposição e é isso que eu acho que é o fulcro de toda a questão: medicamento, saúde e paciente. E aí a 1ª Conferência Nacional de Medicamentos e Assistência Farmacêutica, em seu relatório final, veja o que ela nos diz, ela afirma exatamente isso: atuar junto aos órgãos governamentais e ao Congresso Nacional no sentido de garantir que a farmácia esteja integrada ao sistema de atendimento primário de saúde de acordo com o preconizado pela Organização Mundial de Saúde, ou seja, no sentido de melhorar a qualidade de vida da comunidade. O segundo ponto: revisar a legislação sanitária, especialmente a Lei 5.991, de 1973, pondo a farmácia como estabelecimento de saúde, inserido diretamente dentro do SUS. O terceiro: transformar o conceito de estabelecimentos farmacêuticos privados em estabelecimentos de serviço de saúde integrados ao SUS de forma completar, conforme legislação vigente. O outro ponto, os eixos ou Plano Diretor da Vigilância Sanitária para 2007, do Plano Diretor na Diretriz 8, olha lá, ele fala na elaboração da revisão da legislação, do marco regulatório, dos regulamentos técnicos, dos processos de trabalho e vigilância de forma participativa [soa a campainha] tripartite à luz dos conhecimentos recentes e das referências internacionais.

Então é isso, eu já encerrei, Sr. Presidente. Então é isso que a gente tem que ver: observar os documentos publicados e observar que tipo de qualidade de vida e de saúde queremos para a nossa comunidade [soa a campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu agradeço ao Dr. Arnaldo, que ficou dentro do tempo, sobrou um minuto ainda. Eu vou passar a pa-

lavra agora ao Sr. Dirceu Raposo de Mello, Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, a ANVISA, mas só por uma questão de justiça dizer que esse debate, que eu fui convidado para presidir porque a nossa Presidente teve que sair, na verdade eu é que assino o requerimento junto com a Senadora, mas o mérito da provocação, quem trouxe esse debate à Comissão, o requerimento, na verdade, é do Senador Álvaro Dias. É um debate muito, muito interessante. Meus cumprimentos, Senador Álvaro Dias, por essa Audiência Pública, que é de sua autoria. Por favor.

SR. DIRCEU RAPOSO DE MELLO: Bom, obrigado, Senador Paulo Paim, Presidente da Mesa, Srs. Senadores aqui presentes, senhoras e senhores. Eu vou tentar falar em doze minutos, até porque muitas das coisas que eu vou falar aqui são repetições e eu agradeço a apresentação do Dr. Arnaldo Zubioli, professor Arnaldo Zubioli, professor da Universidade de Maringá, um profundo conhecedor da área, porque é advogado, além de farmacêutico, profundo conhecedor da legislação profissional e sanitária no mundo todo. Pode passar.

Primeiro eu acho que ele entrou num ponto importante: a discussão que deve ser feita junto da sociedade é “para que é que existe, para que é que serve a farmácia?” O que nós temos visto hoje, e a Organização Mundial de Saúde, ninguém menos que eles, dizem que o uso indiscriminado de medicamentos coloca-se como motivo de preocupação para as autoridades de vários países e não deixa de ser uma grande preocupação para as autoridades de saúde do País e que mais da metade dos medicamentos são prescritos, dispensados ou utilizados de forma inadequada. A farmácia é o estabelecimento onde se dispensam, a partir de onde as pessoas têm acesso e, portanto, vão utilizar os medicamentos. Nós estamos, primeiramente, cumprindo esse papel? Pode passar.

A questão que se põe é que o cumprimento desse papel está atrelado a uma prática e a um critério de funcionamento e de normas dentro daquele estabelecimento. O que se observa hoje, o professor Arnaldo disse muito bem, é que a partir de interesses que são inconfessáveis, muitas vezes, a farmácia se transformou num ambiente de atração do indivíduo e que leva ao consumo, à dispensação, ao desvirtuamento do seu propósito. Essa é a questão. Primeiro, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária não regula por Motu Próprio, ou quando faz a regulação se baseia em discussões prévias. As políticas de saúde do País, a Política Nacional de Medicamentos, o professor Arnaldo mencionou aqui o Plano Nacional de Saúde, a Conferência Nacional de Vigilância Sanitária, o Consenso Brasileiro de Atenção Farmacêutica e a 1ª Conferência Nacional de

Extensão farmacêutica. E mais: já que estamos falando do Congresso Nacional, eu vou mencionar aqui a CPI de Medicamentos e as suas recomendações de 2000. São mais de cem. Por favor, o próximo.

Eu vou chamar a atenção para três delas aqui. São recomendações deste Congresso para as autoridades de saúde desse País. O que nós estamos fazendo é cumprir com o pacto social que foi estabelecido na CPI de Medicamentos. Recomendação da CPI: qualificar os serviços de dispensação, incluindo a fiscalização mais constante. Isso nós temos feito, os senhores têm observado aí a Agência Nacional de Vigilância Sanitária apreendendo produtos e trabalhando incessantemente no País. Segundo, olha a recomendação da CPI de Medicamentos: proibir venda nas farmácias e drogarias de produtos alheios à natureza sanitária. E menciona lá: como chocolate, sorvete, filme fotográfico, brinquedo, refrigerante, eletrodoméstico, bijuteria, ração para animais e outros. Inclusive há um Projeto de Lei que tramita na Câmara Federal, que é o 3.324, de 2000, que, novamente, eu não consigo responder por que não caminha. Isso é uma recomendação desta Casa, desse Congresso. Proibir a venda eletrônica de medicamentos, por qualquer meio, por configurar prática perigosa para a saúde dos cidadãos. Em 2000, o FDA recomendava a venda de medicamentos pela internet pela ampliação do acesso. Hoje, o FDA recrimina essa recomendação dizendo que é impossível se obter controle sobre o acesso desses produtos e a qualidade deles. Então em 2000 o Brasil, um País que muitas vezes as pessoas classificam como: “Ah, esse é um País periférico”, não é não. O Brasil estava à frente e o seu Congresso Nacional estava à frente propondo esse tipo de medida sanitária de proteção da saúde do seu cidadão. Pode passar.

Bom, eu aqui de novo vou mencionar que medicamento, hoje, é a principal preocupação, e não é no Brasil, esse dado é brasileiro, mas é o principal agente de intoxicação e que, portanto, se não for dispensado num ambiente adequado com práticas adequadas, num ambiente diferenciado, esse cenário só tende a se ampliar. Pode passar.

No que é que nós baseamos? De novo, quer dizer, o Brasil hoje tem uma babel, como já disse o representante da CNC, por conta de Estados que regulamentam, fazem Leis para o seu âmbito territorial, Leis inclusive que estão sendo, como ele mesmo mencionou, contestadas no Supremo Tribunal Federal, está certo? A Constituição Federal diz que ações de serviço de saúde são de relevância pública. Então a farmácia não é um estabelecimento qualquer, tanto é que tem uma Lei própria para ela, senão não precisaria de Lei própria. No âmbito federal temos várias

regulamentações, já foram mencionadas, os Estados e Municípios têm criado uma variedade enorme de normas para ampliar, como dizem eles mesmos, os empresários, o mix de produtos à disposição do cidadão brasileiro, e o mercado, enfim, tem uma série de coisas estranhas ao comércio farmacêutico. Eu estava mencionando hoje com um parlamentar dessa Casa, do Congresso, que eu cheguei a ver uma farmácia no interior de um Estado que vende sela para cavalo. Há uma farmácia num outro Estado importante da Federação, Dr. Arnaldo, que vendia, vende, eu não sei se cassaram a liminar que ele havia conseguido, vende por força de liminar agrotóxico. E tem uma placa na porta do estabelecimento dizendo o seguinte: "Temos agrotóxico e tal, temos engenheiro agrônomo responsável"; provavelmente farmacêutico responsável ele não tem naquela farmácia, deve ter entrado na justiça para conseguir uma liminar para não ter farmacêutico lá, mas tinha engenheiro agrônomo para vender agrotóxico na farmácia. Isso é aonde o mercado farmacêutico chegou. Pode passar.

Então, portanto, farmácias e drogarias são estabelecimentos diferenciados. Passa, por favor.

Qual é o cenário? Aí eu digo, o Sérgio sempre fala, esse que é o cenário. Tudo que eu vou mostrar aqui são farmácias no Brasil, viu pessoal? Olha lá. Ao fundo, aqui infelizmente não dá para ver, estão os medicamentos, muito deles sob controle de prescrição, tarjados, com tarja vermelha e que, portanto, não poderiam estar acessíveis ao consumidor comum, está certo? Estão lá do lado. Eu não sei, às vezes eu me questiono. Aquele Doritos ali, Garoto, aquelas coisas, aquilo é correlato? É isso que a Lei 5.991 procurou definir como correlato? Parece-me que não. Como diz a minha irmã, que é advogada, "Desculpa, motivo e nariz todo mundo tem", quer dizer, todo mundo vai procurar na Lei uma forma de dizer: "Não, olha, isto aqui a Lei prevê, não prevê e não permite". Pode passar.

Olha, essas sandálias provavelmente são ortopédicas. Pode passar também.

Lâmpada, para se de noite o indivíduo precisar tomar um medicamento e queimar a luz da casa dele, ele tem uma lâmpada ali disponível. É um serviço que está lá disponível e é econômica a lâmpada. Pode passar também.

Esses produtos todos são disponibilizados na farmácia. Pode passar.

Olha, aquilo lá é um balcão de uma drogaria. Olha o ambiente em que o paciente... Porque quem vai a uma farmácia, vai porque precisa de medicamento e aí ele se depara com essa situação. Essa aqui é importante a gente mostrar: aqui nessa prateleira aqui embaixo nós temos vinagre, sal grosso, palito daquele

de espetar carne e o carvão eu não estou vendo aí. Pode passar.

Os pertences do churrasco estão na outra geladeira ali, olha lá. Tem linguça, tem quibe. Isso não me parece que seja correlato e aí, meu querido amigo Sérgio Mena Barreto, as farmácias que não fazem isso não têm que se preocupar com a Resolução; essa aqui, sim, porque essa não pode, isso aqui não é farmácia [soa a campainha]. Pode passar, por favor.

Olha os medicamentos ali atrás. Ali atrás, o cuidado necessário para dispensação desse produto está completamente negligenciado pelo empresário responsável por esse estabelecimento aqui e pelo próprio profissional aqui. Pode passar.

Bom aqui, olha aqui, esta farmácia tem um cartaz de ofertas ali: água, galão de vinte litros de água. Às vezes me dizem: "Não, isso é para o paciente tomar a aguinha na hora que pegar o medicamento". Isso vai afogar o paciente, vinte litros. Bom, enfim, refrigerante, cerveja, olha lá, tem até a marca da cerveja e o preço dela. Isso está sendo comercializado por uma farmácia. Isso é um crime. Pode passar.

Bom, enfim, para desmistificar a questão da participação, a discussão da Consulta Pública foi absolutamente extensa, seiscentas mensagens de e-mail, quatro mil membros em fóruns de discussão pelo País. Pode passar.

Audiências Públicas em São Paulo, Florianópolis, enfim, mais de cinco mil pessoas estão discutindo isso há quase três anos. Pode passar.

Qual é o objetivo da Resolução? Alinhar os estabelecimentos na perspectiva da assistência e da atenção farmacêutica em busca da promoção do uso nacional de medicamentos. É condição precípua e inerente à existência e o propósito do estabelecimento farmacêutico. Não tem outro. Tem, professor Arnaldo? Não tem. Eliminar distorções no mercado com relação à adversidade de produtos e serviços estranhos ao comércio. Contribuir para a melhoria no atendimento à população por meio de maior comodidade e qualidade na perspectiva da saúde e não do comércio. Pode passar.

O foco da proposta, portanto, e aí nobres Senadores, aí é que a coisa efetivamente, a discussão tem que ser travada, porque é a mudança do paradigma do que foi transformado o estabelecimento farmacêutico nesse País [soa a campainha]. Só mais dois minutos, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): E daí encerramos.

SR. DIRCEU RAPOSO DE MELLO: Muito obrigado. A farmácia e drogaria devem prover informação e educação em saúde, prevenção e redução dos pro-

blemas relacionados a medicamentos e as questões relacionadas à saúde, atenção farmacêutica, atendimento focado na saúde do usuário e não, obviamente, no lucro comercial somente. Pode passar.

Regulamentar a oferta de produtos e serviços é o objeto da Resolução, em suma. Pode passar.

E aí o que é que nós estamos proibindo? Bom, estamos proibindo aquilo que não tem que ter em farmácia, aliás, que não tem em farmácias na maioria dos países do mundo. Porque vão dizer assim: "Mas nos Estados Unidos...". Tá, eu vou mostrar as farmácias que eu andei pelo mundo e fotografei, porque é possível... Aliás, o Dr. Sérgio Mena Barreto já mostrou farmácias que também no Brasil não fazem esse tipo de comércio, que é um comércio absolutamente danoso para o propósito de estabelecimento. Artigo esotérico, artigo de tabacaria, farmácia vendendo cigarro, vendendo charuto. Eu estive no Rio Grande do Norte, na terra da Senadora Rosalba uma vez de férias, há uns quatro anos atrás, entrei numa farmácia e tinha um armário trancado à chave, claro, como os produtos controlados; era um armário de bebida alcoólica. O indivíduo vendia cachaça, conhaque, dentro do estabelecimento farmacêutico. O estabelecimento tem que promover a saúde, hábito salutar e vendendo cachaça. Pode passar.

Enfim, materiais como filme, câmera fotográfica, água sanitária, produto veterinário, o indivíduo vende comida de cachorro, coleira para cachorro, sela de cavalo, defensivo agrícola e demais mercadorias que sejam comercializadas em outros estabelecimentos. Outra coisa, serviços farmacêuticos o indivíduo tirar cópia de documento, faz revelação e impressão de foto e venda de bilhete [soa a campainha]. Para concluir, pode passar.

A gama de produtos, são quase três mil produtos que podem ser incorporados à farmácia. O leite tipo C não deve ser vendido em farmácia. O leite para tratamento, para utilização de pacientes que tenham uma deficiência genética ou enzimática e que não se encontra no comércio comum, esse tem que ser vendido, porque esse tem que ser utilizado com orientação, com outro tipo de abordagem; esse tipo de espaço é que a farmácia tem que ocupar. Pode passar.

Enfim, tem aqui toda uma série... Eu estou colocando isso para desmistificar, porque parece que nós: "Olha, vocês vão acabar com...". Não, nós só estamos mudando. A farmácia deve, porque ela faz isso em outros países do mundo, prover a sociedade de outros tipos de produto. Pode passar.

Promover o uso racional de medicamentos. Pode passar.

E aí o Dr. Arnaldo já colocou uma série de serviços que devem ser incorporados na farmácia no País. Pode passar.

Os estabelecimentos a partir da edição da norma terão seis meses para se adequar. Pode passar.

Enfim, agora eu queria que o senhor mostrasse para mim o outro quadro. São só fotos. Não entrou?

Eu quero aproveitar para dizer o seguinte: olha, só, Senador, está aqui. Os conselhos da Dra. Elizabeth Mota Faria, Jornal de Portugal. "O cliente agradeceu-lhe pela vida no café, mas foi no balcão de sua farmácia que Elizabeth diagnosticou que o paciente precisava de cuidados hospitalares, estava com pressão alta, etc e tal". Serviço farmacêutico, isso a farmácia em Portugal faz. Eu estive no Chile, fui dar um curso lá de bioética pela OPAS e me deparo com essa notícia no jornal chinelo. "Saúde avaliará proposta de especialistas para que a dose dos medicamentos sejam reguladas". Eles querem colocar o fracionamento nas farmácias chilenas. Aqui no Brasil nós não conseguimos avançar nessa discussão, não conseguimos instituir um projeto do Executivo, que é uma proposta do Presidente Lula, para fazer que não haja sobra de medicamento no País. O Chile hoje está discutindo. Almocei com o Presidente da agência portuguesa, eles pediram o nosso modelo de fracionamento, que eles querem colocar esse modelo em Portugal, porque dizem que é a melhor regulamentação, ele diz, o Presidente Vasco Maria, que é a melhor regulamentação de fracionamento no País. Pode ir passando só para as pessoas verem. Eu quero agradecer.

Outra coisa: eu quero dizer que a revisão do marco normativo da Lei 5.991, de 1973, está no Congresso, na Câmara Federal. É o substitutivo do Deputado Ivan Valente, Projeto 4.385, que está para votar, não foi votado no final do ano passado, foi retirado porque se colocou uma Emenda de Plenário dizendo que os medicamentos isentos de prescrição, aqueles que não precisam de prescrição médica, mas, no entanto, no mundo inteiro, só são dispensados por farmacêuticos em farmácias, aqueles produtos poderiam ser vendidos em armazéns, lojas, etc. e etc., quer dizer, aí é colocar para a população um risco absolutamente desnecessário, desonerado, que eu sei que alguns seguintes do comércio varejista absolutamente abominam e não querem.

Aí estão passando algumas farmácias da Suíça, de Portugal, da Espanha. É possível que a gente tenha farmácias dignas para atender as aspirações que o povo brasileiro espera delas. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem, Dr. Dirceu, ficou nos quinze minutos que eu concedi ao primeiro também painelista. Vamos

de imediato os nossos Senadores inscritos. O Senador Álvaro Dias, que teria o direito a fazer as primeiras perguntas ou colocar o seu ponto de vista, ele pede que fale o Senador, pela inscrição aqui, o Senador Paulo Duque. Senador Paulo Duque com a palavra.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Presidente, as suas considerações são razoáveis. Logo, eu vou deixar que V. Exa. prossiga nessa colocação. Primeiro o Senador Álvaro Dias.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Então o Senador Álvaro Dias permutou com o Aldemir Santana.

SENADOR ALDE MIR SANTANA (DEM-DF): Por favor, Paulo.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Já que sou eu--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Paulo Duque.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Presidente, eu sou do Rio de Janeiro e foi muito bom ter vindo aqui hoje, aprendi demais com os senhores, mas demais. É muito difícil hoje em dia separar o comércio exclusivamente destinado a um determinado ramo para deixar de ganhar um pouco menos de dinheiro; isso é difícil.

O que mais cresce na minha cidade do Rio de Janeiro é a farmácia e o salão de cabeleireiro. É incrível, mas essa é que é a verdade. Já que estamos aqui trocando informações, como eu obtive informações aqui, como eu estou convencido ao sair daqui hoje que essa Lei que regula precisa ser atualizada, meu caro Dr. Dirceu Raposo. Como é importante, como é importante essa Agência de Vigilância Sanitária. Fiquei imaginando aqui: terá essa Agência tanta gente para vigiar tudo que tem que ser vigiado em termos de farmácias? A farmácia do interior, como é diferente da farmácia que funciona em Copacabana, Ipanema, Leblon. São verdadeiros tempos de remédios e, no interior, duas portinhas, mas está lá o farmacêutico.

A discussão sobre o farmacêutico e o responsável me deixou intrigado. Eu não quis interromper V. Exa., mas eu quero saber de fato qual é a diferença entre o farmacêutico e o responsável, tão focalizado por V. Exa. Qual é a competência de um e de outro? É importante eu sair daqui sabendo isto, se pode ou se não pode.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu queria ver se eu chego num entendimento aqui com os Senadores, já são 12h51, o nosso limite máximo é às 14h00, que todos fizessem as perguntas e depois a Mesa responderia. É possível?

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Eu vou fazer o seguinte: eu concordo com V. Exa., eu concordo.

A única pergunta que eu vou fazer é o seguinte... Eu tenho várias, já me considero sócio até de cada qual aí, serão sempre bem-vindos nessa Comissão da minha parte ou do Plenário, eu estou às ordens, gostei muito das explicações, das defesas que foram feitas. Foi perfeito, foi um dia ganho ter vindo aqui hoje, mas eu só vou fazer uma pergunta e uma ponderação, só uma, para deixar que os meus colegas façam o restante.

Eu nunca me conformei com a bula dos remédios. Se é um negócio que eu não me conformo é com a bula dos remédios. São verdadeiros livros, meu caro Dirceu Raposo. Às vezes são folhetins e com uma letra tal que é feita em tipo para o usuário não ler, não ler, ou então pegar uma lente muito forte, uma luneta e ler. Eu acho que isso tem que ser muito vigiado, muito controlado. Talvez possa prejudicar, aumentar os custos dos grandes laboratórios, que são eles é que fazem, não são os farmacêuticos, são eles é que fazem. O remédio já vem acomodado, fechado, mas vem com aquela bula horrorosa de se poder ler; isso é um crime contra a população. Eu acho isso há muitos anos e pela primeira vez tenho a oportunidade dessa Tribuna em falar com pessoas absolutamente competentes para também ajudar a cuidar do assunto, sobretudo com a Vigilância Sanitária, que é um órgão que tem que ser muito prestigiado, muito ajudado e tem que ter a colaboração da opinião pública sempre. É só essa, nem é pergunta, é um apelo que eu faço para que esse negócio da bula de remédio seja padronizada numa leitura possível de ser lida, possível de ser lida. Presidente, V. Exa. que é um defensor permanente do povo aqui e tal, que merece todo o meu respeito, leve isso para a sua consciência também: a bula de remédio, hoje, é um acinte ao povo brasileiro. O resto se muda, está se vendo que é uma legislação que tem que ser atualizada, o Brasil cresceu, o Brasil é um grande País, não se pode comparar com negócio de Noruega ou da Irlanda, não sei o quê. O Brasil é o País que supera. Cadê a dengue? A dengue foi embora. Nem passou por aqui. Cadê? E essa gripe aí, esse tal de vírus não sei de quê? Qual é o nome técnico? H1N1. Pois é, e esse H1N1? Não tem nada. O Brasil é o Brasil e têm doze ou treze países com uma inveja danada da nossa raça, da nossa potência, do que podemos fazer.

Mas eu me congratulo em ter vindo aqui hoje e conhecer os senhores. Eu estou às ordens dos senhores, mas não se esqueçam da bula. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem. Senador Álvaro Dias ou Adelmir Santana. Senador Adelmir Santana.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Presidente da Mesa, Senador Paim, senhores componentes da Mesa, Srs. Senadores, convidados. Cada vez

que a gente vem a uma Audiência Pública como essa é uma aprendizagem. E esse assunto é um assunto recorrente, não é Raposo, até o professor Arnaldo Zubioli sabe disso, entre tantos anos ele Presidente do Conselho Federal de Farmácias, essa discussão de responsabilidade técnica, a farmácia que nós queremos, a farmácia que temos, a comparação com outros países.

Na verdade eu começo dizendo que, como colocou o Mena Barreto, qual é a farmácia que nós queremos no Brasil? O Brasil, como disse o Senador Duque, o Brasil é grande, mas é um Brasil de disparidades enormes, dívidas sociais imensas na área da educação, na formação profissional, dívidas que se nós fôssemos enumerar aqui, muitas vezes cria verdadeiros traumas em todos nós. Então a farmácia de Nova Iorque, não a Nova Iorque americana, mas no Estado do Maranhão, aonde eu nasci, é diferente da farmácia da Avenida Paulista. Lá em Nova Iorque não tem o médico, não tem o farmacêutico, lá na minha Nova Iorque. Mas tem um curioso, o Raimundo, lá que atende, faz até exames, às vezes faz costura à mão, têm deficiências, que o médico mais próximo está a cento e tantos quilômetros, tem dor de barriga, tem unha encravada, enfim, que tem uma péssima assistência do Estado, de serviços públicos estaduais. Então a primeira definição que nós temos que ver é que nós aqui, ao legislarmos, todos nós, o País tem essas disparidades, essas divergências. Então nós temos que definir claramente qual é a farmácia que o Brasil quer.

Foi dito aqui, eu não me lembro por qual expositor, foi o próprio Raposo, que a CPI recomendou e, portanto, vamos fazer. Mas recomendou a quem? Recomendou a nós e o projeto está em andamento. Os parlamentos têm essa coisa, as pressões, as forças dos lados. Ainda não se transformou em Lei, ainda não foram modificados os arcaísmos jurídicos que regulam esse comércio. O que existe nós estamos aí respeitando, procurando obedecer e tentando alterá-los. Agora nós temos que ter o princípio também da questão, como foi colocado pela CNC, da hierarquia das Leis. A hierarquia, o princípio da hierarquia, uma Resolução não pode se sobrepor a uma Lei, uma agência reguladora não pode legislar. Eu já fiz até, o Raposo é meu amigo, eu conheço ele há muitos anos, ele sabe disso, eu faço isso inclusive de viva-voz com ele presente: eu e o Senador Dornelles já fizemos algumas manifestações em discursos aqui no Congresso com relação a essa capacidade da ANVISA, esse afã da legislação. É uma agência reguladora que tem que estar preso aos princípios que a criaram e eu respeito isso. Está preocupada com a saúde pública, com a integração do Sistema Único de Saúde, só que no

Brasil, infelizmente, não é assim. O Sistema Único de Saúde não faz o atendimento integral, não atende lá no primeiro momento a assistência farmacêutica, por exemplo, que poderia evitar o polo de doença, as cidades polos, verdadeiro turismo de doente que existe das cidades menores, dos pequenos Municípios, os Municípios distantes, para essas cidades polos na busca de uma consulta e que, muitas vezes, se agrava, se transforma e às vezes até num leito de UTI. Não há recurso que chegue na área de saúde exatamente porque o atendimento inicial não foi realizado, que poderia ter sido evitado às vezes com cinquenta, sessenta reais, uma futura internação num pronto-socorro ou numa UTI.

Então eu acho que o Brasil fez a opção, é outra questão. O Brasil fez uma opção constitucional já em 1946, reafirmou em 1988, pelo sistema capitalista, e disse aqui o representante da CNC, invocando esses principais constitucionais, que não há vedação para estabelecimento comercial, qualquer que seja ele, de vender produtos que sejam livres, de venda livre. E aí eu não quero também que ele venda churrasco, caldo de cana, essa coisa, mas não há essa vedação. O que há é uma definição de quem pode vender produtos farmacêuticos. Aí sim, aí ficou claro quem pode vender: farmácia, drogaria, ervanário, postos de saúde, enfim, quem pode dispensar produto farmacêutico. Fizemos essa opção pelo sistema capitalista e aí estende inclusive, Senador Paim, até para a iniciativa privada na área da assistência médica, hospitais, clínicas. Essa foi a opção do Brasil. Se fosse a opção apenas pelo Sistema Único de Saúde, saúde pública, então aí sim teria que ter desde o primeiro atendimento até o último atendimento público com a questão do acesso aos medicamentos. Mas a opção que fizemos foi pelo sistema capitalista e, inclusive, dando a oportunidade de abertura de clínicas particulares, hospitais particulares e a dispensação, eu vou falar agora, a comercialização, agora como comerciante, a comercialização de produtos farmacêuticos e não apenas a dispensação.

Então há, na minha visão, uma certa indefinição de todos nós e aí entra o Congresso. Acho que as recomendações da CPI foram feitas ao próprio Congresso. Alterem, é preciso que seja alterado, é preciso que se busque qual é a farmácia, o que é que nós queremos, mas não foi feito ainda. O que tem aí é a Lei 5.991 e os seus Decretos correspondentes ou Resoluções correspondentes.

Agora nós aqui, quando recebemos Resoluções com duzentos, sei lá com quantos artigos, e verificamos que extrapola a questão da regulamentação, a agência reguladora importantíssima que é a ANVISA, a gente se assusta, porque entram normas se sobre-

pondo à Lei, se sobrepondo à Decreto, se sobrepondo à própria Constituição; essa é a nossa preocupação. É claro que quando nós tivermos um serviço público de bom atendimento, que o paciente seja atendido em todas as fases, é o que todos nós desejamos, mas se nós sairmos daqui agora, no Distrito Federal, e formos aqui a vinte e dois quilômetros, numa cidadezinha chamada São Sebastião, aqui em São Sebastião, antiga vila, hoje Cidade Satélite, vamos encontrar lá aproximadamente de dez a vinte farmácias, drogarias, pequenas drogarias, e certamente sem a presença do responsável técnico, não durante todo o horário de funcionamento. E lá tem gente que tem queixas, e aí eu me refiro a queixas doentias, e que muitas vezes se for esperar a fila do próprio atendimento do hospital de base ou no posto de saúde mais próximo, vai se agravando cada vez mais a doença. Claro que o ideal é que ele tivesse acesso a esse atendimento, mas, infelizmente, não é. Essa é a diferença do Brasil em relação a outros países, esses são os nossos déficits, educacional, médico, é a nossa dívida social com o povo que é imensa, não é Paim? Nós discutimos aqui ontem ainda outras questões--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Todos os dias.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Todos os dias, a dívida com os aposentados, com os trabalhadores, a dívida do ensino fundamental, um País de 15 milhões de analfabetos ainda, apenas 8% que faz o curso superior e por aí fora. Agora mesmo estávamos discutindo ensino à distância, quer dizer, é um País de uma adversidade de dificuldades e nós temos que, primeiro, para fazer Resoluções dessa natureza, alterar o arcabouço existente, alterar a Constituição, alterar a Lei Geral ou a Lei 5.991. Aí sim, depois, fazermos as alterações dentro da hierarquia.

É uma contribuição, eu não vou nem fazer nenhum questionamento porque todos os senhores já conhecem, inclusive, o meu posicionamento por uma questão de origem. Eu também estou ligado a este setor na área da comercialização e não na área da dispensação ou na área técnica com farmacêutico. Eu sou empresário e só fiz essa opção, quando entrei no ramo, porque estava lá no artigo constitucional que era permitido a comercialização por qualquer um, a abertura de comércio, de leigos, tanto em clínicas como em farmácias e drogarias. Na hora que a Constituição vedar isso, eu espero que não vede agora, porque ainda tenho algumas dificuldades, a gente vai procurar outro tipo de atividade. Era essa a minha contribuição, Senador Paim, Srs. Senadores e senhores colaboradores.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Álvaro Dias.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Senador Paulo Paim, muito obrigado, Srs. Senadores, senhores convidados, Dr. Dirceu Raposo, mais uma vez obrigado pela atenção que nos dispensa sempre em todos os problemas que surgem, especialmente num setor em que não se admite colocar de um lado o governo e do outro lado a oposição; todos devemos estar do mesmo lado, ou seja, do lado da saúde pública e do lado dos interesses da população.

Esse debate é muito interessante porque diz respeito à busca de um modelo de farmácia que atenda a qualidade de vida que se deseja para a população. Este é o objetivo essencial e nós, como legisladores, temos que acompanhar a realidade social, que é dinâmica. São palavras-chaves evolução, modernidade, interesse público, aspiração social. Nós devemos colocar sempre à nossa frente essas palavras que constroem objetivos finais da nossa ação.

Esse debate não teria sentido se não fosse para chegar a algumas conclusões e algumas medidas objetivas que o bom executivo jamais ignora a responsabilidade de adotá-las nessas circunstâncias procurando compatibilizar interesses divergentes, mas sempre levando em conta o interesse maior, que é da população.

Nós temos pesquisas para poder ouvir a população. Uma delas foi aqui apresentada. Eu creio que ela traria números ainda mais expressivos se chegasse ao interior, porque a pesquisa se realizou nas capitais. No interior a farmácia tem uma importância que se sobrepõe até à importância que ela pode ter nos grandes centros urbanos. No interior a farmácia é quase tudo. O farmacêutico passa a ser o conselheiro, logo ele se torna o Prefeito da cidade. É uma consequência da importância da farmácia.

Enfim, eu acho que a discussão sobre a questão legal é necessária principalmente nesta Casa, quando o advogado é tácito, traz à discussão a questão de origem da Lei, se a ANVISA tem competência, autoridade legal para propor matéria legislativa, se há uma invasão do Legislativo. Aqui nós reclamamos muito do Executivo que subtrai prerrogativas fundamentais do Legislativo legislando em nosso nome. Evidentemente que nós não podemos admitir realmente que qualquer área do Executivo legisle em nosso nome. O Executivo é o principal legislador no regime presidencialista, especialmente forte como o nosso. O Presidente da República é o principal legislador, mas ele legisla por nosso intermédio, ou seja, ele se torna autor da proposta e nós discutimos e votamos, aprovando ou não.

A ANVISA pode proceder desta forma. Aliás, é uma sugestão que se faz aqui.

Eu tenho duas sugestões: uma que pode ser mais de médio e longo prazo e a outra de curto prazo. Esta de médio e longo prazo, nós temos propostas tramitando no Legislativo, mas isso não exclui a possibilidade da ANVISA preparar a sua proposta e, através do Presidente da República, encaminhar ao Congresso Nacional para que nós possamos debater, porque, Dirceu Raposo, realmente a tramitação de projetos da Casa é lenta, excessivamente lenta. Um projeto em regime de urgência do Poder Executivo tramita quase que com a mesma agilidade ou com a mesma agilidade do que uma Medida Provisória, porque tem aqui a regulamentação que prioriza um projeto em regime de urgência. Seria o caso. Eu não proponho Medida Provisória porque eu tenho combatido aqui a adoção de Medidas Provisórias, mas o projeto em regime de urgência, ele tramita com a mesma velocidade. O Dr. Dirceu Raposo é um democrata e eu sou testemunha disso, ele em nenhum momento, tenho certeza absoluta, por convicção pessoal dele, jamais ele pretenderia afrontar a legislação, fazer com que a Lei menor se sobreponha à Lei maior, uma Resolução se sobreponha à legislação vigente, longe disso. Por isso, eu imagino que esta seria uma forma adequada da ANVISA, inclusive, propor uma nova legislação a respeito, mais moderna, atual e que atenda aos interesses da população.

A outra questão que pode ser de curto prazo, pode ser até o grupo de trabalho envolvendo as partes, para discutir a relação daquilo que é permitido e daquilo que não é permitido. É evidente, eu estou vendo que aqui todos concordam e parece que aqui há um consenso em relação ao modelo de farmácia que se deseja. Eu não vejo aqui ninguém defendendo transformar farmácia em açougue ou defendendo que a farmácia deva vender agrotóxico, BHC, qualquer tipo de inseticida, arreoio de cavalo; eu não creio que aqui tenha alguém que defenda isso. Então se há isto, tem que ser combatido e tem o nosso apoio, tem o apoio de todos nós. Cabe à ANVISA fiscalizar, identificar quem está abusando e acabar com o abuso. Mas eu creio que o ideal seria esse grupo de trabalho discutir os itens que podem ser comercializados nas farmácias e nas drogarias, aquilo que é permitido porque não prejudica, não é nocivo e aquilo que é permitido. Aconteceram investimentos, investimentos significativos que não podem agora ser ignorados; as pessoas que investiram não podem ser prejudicadas. Há empregos, nós estamos num momento em que preservar o emprego é a prioridade nº 1 do governo, tem que ser a prioridade nº 1 preservar o emprego. Nós não

podemos estimular o desemprego num momento de crise, de recessão como estamos vivendo, quando o desemprego cresce. Se nós consultarmos a população não há dúvida nenhuma: a população quer esse modelo moderno que é praticado hoje, é claro, com as adaptações que são necessárias para o nosso País, mas o modelo que é praticado nos países mais avançados. O povo brasileiro tem essa aspiração de País avançado. Qualquer pesquisa, os amigos de Ponta Grossa saíram às ruas e em poucas horas coletaram milhares de assinaturas em defesa desse modelo onde a farmácia também vende produtos não farmacêuticos desde, evidentemente, que não sejam prejudiciais à saúde da população.

Então a proposta que eu faço, o apelo que eu faço – e gostaria de ouvi-lo a respeito – é se é possível então discutir, o grupo de trabalho ou não, chamando os representantes, para discutir a relação do que pode e do que não pode, aquilo que é permitido e aquilo que não é permitido. Esta é a indagação fundamental que eu faço. Eu creio que de resto é fiscalização, cabe à ANVISA fiscalizar e nós daremos total força, eu creio que todos nós, afinal a saúde do povo é a suprema Lei, tem que ser a suprema Lei e essa é a nossa responsabilidade fundamental neste processo. Com toda a sinceridade, aqui ninguém procura saber de que lado eu vou ficar, eu vou ficar desse lado porque dá mais voto; não, aqui ninguém procura saber de que lado dá mais voto. Aqui se procura saber de que lado atende o interesse da população brasileira e eu acho que se nós chegarmos ao final desta reunião com esta solução, vamos nos reunir e vamos definir o que pode e o que não pode, terá valido a pena a convocação dessa Audiência Pública. Eu gostaria de ouvi-lo a respeito.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu passo a palavra de imediato ao Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Eu acho que seria adequado até que ele respondesse, porque é uma indagação só, até porque depois ele pode--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Como só falta mais um e são cinco minutos cada um que a gente está pedindo, que daí eu consigo fazer com que todos falem. Eu estou preocupado um pouco com o horário. Se V. Exa. concordar--

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Eu concordo sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Concorda?

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Concordo.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Porque ele já queria responder as duas ou três perguntas.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Só tem mais um?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Só tem mais um. Então eu pediria que cada um pudesse ficar em cinco minutos para que a Mesa possa responder, já que há uma série de questionamentos dirigidos aos nossos painelistas. Então o Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Senador Paulo Paim, agradeço a oportunidade de participar dessa Audiência e ter a palavra aberta, demais companheiros, demais Senadores, é como já foi dito aqui enriquecedor participar dessas Audiências Públicas. Eu tenho dito na medida do tempo, da possível aplicação, participando de muitas Audiências nessa Casa, nesta Comissão, e tem me enriquecido.

Eu, exatamente por ser um dos últimos a falar, perdi a liderança ou eu perdi o ineditismo de algumas abordagens que eu gostaria de fazer. Eu gostaria de registrar que eu me acosto por inteiro e foi para mim enriquecedor, além de ouvir o depoimento de todos os componentes da Mesa, o depoimento e a abordagem do tema pelo Senador Adelmir Santana.

O questionamento qual é o modelo de farmácia que nós queremos para o nosso País e qual é o modelo de farmácia para a realidade brasileira dentro dos contrastes que existem na realidade brasileira, Sul, Nordeste, cidades desenvolvidas, cidades do interior, a Amazônia e Rio Grande do Sul, então esses contrastes brasileiros são muito fortes e eu aprendi muito nesta Comissão no dia de hoje, mas gostaria de fazer esse registro de eu ter me enriquecido muito com a abordagem do tema pelo Senador Adelmir Santana, até por ele ser atualmente meu conterrâneo, recebeu recentemente o título de cidadão paraibano, então não é clã dos paraibanos não, mas na verdade foi exatamente o que ele pensava. Então eu vou tentar ser bastante sintético nas minhas duas únicas abordagens.

Uma seria a seguinte, eu perguntaria à Mesa aí se existe algum levantamento, algum dado de quantidade de farmácias versus habitação. Eu ando na Europa, por exemplo, para se encontrar uma farmácia é um problema. Se a gente pegar no hotel, "Onde é que eu encontro uma farmácia?" O cara dá um mapa. Aqui no Brasil, em cada rua, existem até ruas como Brasília, um caso, em que nós temos vinte, trinta farmácias. Na Paraíba têm determinadas ruas que nós não sabemos até como sobrevivem, mas se acostam quatro, cinco marcas ou lojas de atendimento à venda dos remédios. Então uma seria essa pergunta, se existe algum levanta-

tamento para saber se nós no Brasil praticamos essa atividade de uma forma diferente ou se esse volume, esse percentual habitantes, o número de habitantes na região versus o número de lojas, se isso é comum ou é diferente do resto do mundo.

E, para finalizar, eu gostaria de dizer o seguinte: que como cidadão há anos eu vou aos Estados Unidos, respeito os Estados Unidos, acho que não é o modelo de tudo, está visto aí que o Brasil até no tocante ao setor bancário hoje é exemplo para os Estados Unidos, mas no tocante a controle de saúde, controle de medicamentos, controle do FDA, o *Food and Drug Administration* é muito competente e monitoriza essa atividade lá nos Estados Unidos. Eu, como cidadão, há anos viajo aos Estados Unidos, e uma coisa que eu tenho prazer, além de eu ficar num hotel que seja bem localizado e tal, é pegar um carro e parar no *Al Green(F)*. Eu não estou fazendo propaganda da *Al Green(F)*, mas na verdade é isso que acontece. E lá na *Al Green(F)* eu caminho por aqueles corredores do *Al Green(F)* [soa a campainha] e no *Al Green(F)* tem tudo: tem de comida de gente a comida de cachorro, comida de animal, tem lâmpada, tem tudo, e tem também, num daqueles corredores, que têm vitaminas que o brasileiro habitualmente vai lá e compra vitamina de A a Z ou compra vitamina C e tal, isso era um hábito até quando no Brasil nós não tínhamos esse tipo de produto, hoje nós temos disponível—

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Aqui está mais barato. (F)

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Mas nós temos essa cultura. Quem vai aos Estados Unidos, pelo menos eu, há anos vai a lojas semelhantes ou ao próprio *Al Green(F)*. E lá no *Al Green(F)* existe então misturado, como aqui foi comentado não poder ser feito, todo tipo de produto, não tem realmente droga, não tem carne, não tem esse tipo de coisa, mas é uma loja de conveniência, uma grande loja de conveniência, e num determinado local existe um departamentozinho, um setor que é para vender remédio [soa a campainha], vamos dizer, eu daria aqui remédio controlado, até porque nos Estados Unidos você não compra determinados remédios como nós compramos aqui no Brasil. Então eu queria me colocar no lado da defesa desta liberdade comercial.

Eu tenho o maior respeito à ANVISA, eu acho que o Brasil precisa cultuar esse órgão e esse [ininteligível], mas também como cidadão eu ouço muita queixa da ANVISA. A atividade empresarial se queixa muito, quando se fala em ANVISA... Eu tive muito medo da ANVISA, após essa Audiência, porque eu percebi que a eloquência do Dirceu Raposo é fantástica, ele domina o tema, fez uma apresentação fantástica, então eu fico

com medo, que aquele órgão que antes de entrar aqui eu sempre considerei um órgão que era necessário, mas que a classe empresarial acha que às vezes esse órgão extrapola [soa a campainha] os seus limites, mas eu continuo defendendo o modelo de maior liberdade da comercialização em conjunto com outros produtos. Muito obrigado, desculpe se me alonguei.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu é que agradeço, Senador Roberto Cavalcanti. Senador Eduardo Azeredo, depois volta para Mesa e daí, inclusive por sugestão inclusive do Senador Álvaro Dias, que propôs essa Audiência Pública, nós começaríamos já com o Dr. Dirceu respondendo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente, eu estou participando simultaneamente da reunião da Comissão de Constituição e Justiça, onde lá também o tema é polêmico, se baixa ou não baixa a maioria de dezoito para dezesseis anos. Lá nós temos argumentos a favor e argumentos contra. Aqui é a mesma coisa, nós temos argumentos a favor e argumento contra. É evidente que quando a gente vê uma fotografia cheio dessa coisinha aqui, Smirnoff, a vodka vendida junto com o remédio, você assusta, evidentemente é uma certa distorção. Mas, por outro lado, também não tem sentido você chegar na fábrica saí e não poder comprar um outro aparelho, que seja um aparelho de barba ou que possa comprar alguma coisa adicional. Nós temos ultimamente País imenso, são cinco mil Municípios, a realidade do Brasil é variada demais, não tem sentido fazer uma restrição quando isso facilita e [ininteligível], inclusive, do ponto de vista econômico, de maneira que eu estou junto com o Senador Álvaro Dias, eu acho que nós temos que ter é a lista do que pode e não pode, é a solução aí realmente do nem 8 e nem do 80, não vamos exagerar nem de um lado e nem de outro, não vamos fazer uma coisa que seja burocracia, que não se pode vender nada, além do remédio, mas também não vamos ir por outro extremo de que se vire também uma panacéia, de que vende qualquer coisa, que vende a bebida antes; daqui a pouco estão vendendo crack também lá, do jeito que está, vai crescendo, no País infelizmente há falta de controle, então temos que ter o caminho do meio termo, um meio termo--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Essa droga é ilícita.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Essa é ilícita, mas se não tiver fiscalização acaba vendendo. Então o problema todo é que a gente tem que ter esse meio termo e o meio termo é a sabedoria estar lá.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem, eu agradeço ao Senador Eduardo

Azeredo pela brevidade, porque abre agora o espaço para que a Mesa possa se pronunciar pela provocação positiva feita pelo Senador Álvaro Dias e, também, pelo Senador Paulo Duque. Nós começamos as respostas a todos os questionamentos pelo Dr. Dirceu Raposo.

SR. DIRCEU RAPOSO DE MELLO: Até porque me parece que eu fui o único questionado [risos]. Bem, vou começar pelo nobre Senador Paulo Duque. Eu não fiz de propósito, Senador, mas eu trouxe aqui comigo a Consulta Pública nº 1, de 2009, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, que é a mudança da regulamentação das bulas no País. Eu encaminho para o senhor uma cópia, ainda é uma Consulta Pública, ela tem um prazo, nem sempre o prazo a gente consegue cumprir, porque tem essa questão dos debates e tal, isso é uma apresentação que nós fizemos e algumas coisas são importantes e que determinam a mudança da regulamentação. Definição da fonte, do tamanho, da cor de impressão e do espaçamento entre as linhas das bulas, que é isso que o senhor disse, e não é para diminuir, é para aumentar. O agrupamento das bulas por forma farmacêutica e por via de administração, quer dizer, se é injetável, se é comprimido, enfim. No conteúdo das bulas o detalhamento de maiores informações exigidas em cada tópico, mas fundamentalmente o que é que nós vamos ter? Nós vamos ter uma bula para o paciente e uma bula para o profissional de saúde, para que o paciente possa saber os cuidados, sendo que o paciente tem que saber daquele medicamento como ele faz o uso correto dele, por quanto tempo tem que fazer, como tem que fazer e os eventuais efeitos que podem ser inadequados, que podem ser adversos e, portanto, procurar a ajuda do profissional de saúde, seja na farmácia, seja no hospital ou no médico. Nós, inclusive, montamos na Agência, construímos na Agência um programa que é o Programa Farmácias Notificadoras, que o Brasil, respondendo aí à pergunta que eu não me recordo de quem, o Brasil tem algo em torno de 75 mil farmácias hoje no território nacional, 75 mil, provavelmente mais um pouco já hoje, e dessas 75 mil farmácias, nós temos seis mil delas, porque participa quem quer, aproximadamente seis mil farmacêuticos, algo em torno de três mil farmácias, que fazem parte de uma rede de captação de eventos adversos de medicamentos; o paciente toma um medicamento, tem uma reação adversa, que não é tão grave que ele tenha que ser removido para um hospital, mas se ele vai à farmácia, tem lá o farmacêutico devidamente orientado que faz a informação e depois informa a Vigilância Sanitária para que a gente possa, eventualmente, corrigir a produção de um medicamento que não está fazendo efeito porque vários pacientes estão indo a essa rede e dizer que a sua pressão não está baixando, apesar

de estar tomando o medicamento de forma adequada; é um serviço que a farmácia está prestando hoje para a saúde pública e para o cuidado do paciente que vai buscar aquele serviço. Então a Consulta Pública está e eu teria o maior prazer, se for do seu interesse, que algum técnico nosso vá lá conversar com o senhor e explicar como é que ela está andando, até para o senhor ter a minúcia do detalhe e do processo. Então, Senador, estamos à disposição.

Com relação à questão do Senador Álvaro Dias, como eu mostrei, quer dizer, nós já tivemos mais de cinco mil participantes nessa discussão que já leva três anos. Agora de qualquer maneira eu preciso preservar o meu caráter democrático que foi levantado aqui pelo Senador Álvaro Dias. Não há nenhum problema, obviamente que a saúde pública pede urgência no trato desta questão, mas uma ou duas reuniões a mais com o setor regulado não inviabilizam o propósito e não inviabilizam de nenhuma maneira o objeto do nosso trabalho, do trabalho que é tão necessário para a saúde pública desse País. Portanto, Senador, de pronto não há nenhum problema, nós podemos agendar mais uma discussão lá na Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Acho que pelo que foi colocado aqui nós temos quase que uma convergência total, não me parece que o Dr. Sérgio Mena Barreto tenha mostrado, nas farmácias todas que ele mostrou, essa farmácia que ele mostrou aí, essa não tem que fazer, ela só tem que se preparar, se ela quiser, para acrescentar serviços ao seu atendimento. Eu não sei se hoje ela monitora o paciente diabético, eu não sei se hoje ela monitora o paciente hipertenso, eu não sei se hoje ela aplica injeção, eu não sei se hoje ela faz serviço de inalação mediante a prescrição médica. Se ela quiser fazer isso, obviamente que não vai poder fazer num espaço que não seja o espaço adequado para a prestação desse serviço. Ninguém opera num hospital no corredor, tem que operar no centro cirúrgico adequado. A farmácia é estabelecimento de saúde, ela precisa ter nos estabelecimentos os locais adequados para a prestação de serviço para a própria segurança do paciente que vai se submeter a ele. E me parece também que é consenso aqui que ninguém pretende, pelo menos os representantes dos segmentos, ninguém pretende vender picanha na farmácia, me parece que é consenso inclusive entre os parlamentares que isso não melhora o serviço farmacêutico e o seu propósito. Então eu acho que nós não vamos ter problema de caminhar nesse sentido.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Só uma intervenção. Eu acho importante isso porque é preciso oferecer segurança àqueles que investiram, têm os seus estabelecimentos e precisam, inclusive, melhorá-los,

provavelmente, alguns, investir mais. Eu acho que é fundamental definir com clareza o que pode e o que não pode. Então eu sugiro que parta do Dr. Dirceu Raposo uma convocação rápida para uma reunião que finalize isso e que discuta essa relação de itens possível de comercialização nas farmácias e drogarias. Se isso for feito, a ANVISA terá o maior apoio. Eu creio que vamos juntar todos aí a favor da ANVISA, se isso for feito, e vamos ter uma farmácia moderna.

SR. DIRCEU RAPOSO DE MELLO: Eu acho que não há problema, Senador, inclusive tem uma proposta de lista que está no bojo da Consulta Pública, que é para o senhor dar uma primeira olhada aí.

Mas veja, o que é preciso que a gente desmistifique aqui é que a ANVISA, ao contrário do que possa ser argumentado, a ANVISA não faz a regulamentação, não faz regulação sanitária ao arremedo da Lei. Quando a gente vai colocar uma Consulta Pública, essa Consulta Pública não é submetida à população, à sociedade, sem antes que a Procuradoria [soa a campainha] da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, portanto, a Advocacia Geral da União, se manifeste pela legalidade ou não da Consulta Pública. Então não é verdade que a ANVISA... Porque isso tem ocorrido, viu Senador, toda vez que a gente vai regulamentar chega alguém e fala assim: "Não, a ANVISA quer fazer uma regulamentação supralégitima". Eu, de novo, digo que não haverá problema da gente consensuar uma lista do possível, do adequado e do não adequado. Agora fico preocupado quando a CNC vem dizer que a Lei 5.991 regulamenta o que pode ser comercializado na farmácia e da drogaria, dispensação de medicamentos, e aí abre o espaço para interpretar que a Lei 5.991 permite a venda de droga e insumo farmacêutico em *Drog Store* e supermercado. É isso que a saúde pública quer? É essa a interpretação da Lei, da proteção da saúde que nós temos que ter, que drogas e insumos farmacêuticos, segundo o que foi colocado ali, sejam comercializados em supermercados? Não é isso.

Tenho uma resposta, e aí vou dizer para o Senador Roberto Cavalcanti, a minha eloquência é porque eu tenho trinta anos de discussão nesse campo; é por antiguidade, não é por mérito, viu? Eu sou uma das pessoas – e aí perdoem-me a falsa modéstia – que talvez mais conheça desse assunto no País, eu tenho debatido isso no País inteiro e fora do País. Eu digo para o senhor, infelizmente, como é que sobrevivem muitas das 77 mil farmácias, e aí não cabe aqui jogar ninguém na mesma vala, todo mundo na vala comum, mas como é que vivem muitas das 77 mil farmácias desse País? Sonogando imposto, trocando medicamento, escoando medicamento roubado, fazendo venda indiscriminada; o senhor mesmo declarou que o se-

nhor vai lá nos Estados Unidos, o senhor não compra um antibiótico sem prescrição médica. Aqui podemos ir a qualquer farmácia aqui e ver a prática do comércio com medicamentos descuidada. E muitas vezes alguns empresários que não são os que estão aqui, os bons empresários, dizem: “Não, mas eu preciso de mais alguma coisinha para atrair o consumidor para a minha farmácia para aumentar o meu caixa”. Aumentar o caixa diminui a segurança da utilização do uso correto, do propósito da farmácia. É óbvio que nós já passamos da discussão--

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

Dr. Dirceu, eu queria só fazer, até para esclarecer melhor, eu concordo com essa preocupação que realmente pode eventualmente acontecer, mas seguramente nós não estamos num País que é uma anarquia. Não é a maioria, uma parte que pode ser, uma parte, mas eu acredito que uma parte pequena. Eu estou dizendo isso porque está virando moda no Brasil querer generalizar tudo de ruim para tudo quanto é área. Veja aqui no Congresso mesmo, o pessoal acha que isso aqui é uma anarquia e não é uma anarquia. Então não vamos fazer como a maioria não. Aqui no Senado não tem 80% de picareta não, aqui pode ter uns 10%, assim como na sociedade como um todo tem uns 10% e as farmácias também eu que é por aí, uns 10% também ou menos até.

SR. DIRCEU RAPOSO DE MELLO: Sim, Senador, eu entendo e eu mencionei aqui que essa não é a maioria, mas essa é uma prática que não pode ser estimulada, tem que ser combatida e a Vigilância Sanitária está combatendo. Agora esta prática, ela é emendada por conta da própria desregulamentação que o próprio mercado criou. O mercado criou uma situação, criou uma situação, colocaram o bode e aí não houve, infelizmente, eu não sei por que motivo, ninguém que procurasse tirar o bode da sala. Nós estamos enfrentando, a ANVISA e as Vigilâncias Sanitárias e os Conselhos Profissionais de Farmácia e de Medicina estão enfrentando isso; nós precisamos rever o papel sanitário que é o papel principal, primeiro, do estabelecimento farmacêutico nesse País, porque se não fizermos isso nós vamos continuar fomentando o descrédito do estabelecimento. Houve uma colocação que é muito importante do Senador Adelmir, ele já saiu, que eu discuto sempre com parlamentares, com o Executivo. Ele diz o seguinte: “Olha, lá em Nova Iorque, como é que eu faço quando o cidadão – eu sei que isso ocorre em praticamente metade, talvez mais, das cidades do País – não tem assistência médica? Lá não tem farmacêutico”. Olha, eu duvido que em Nova Iorque o Poder Público, a não ter médico, autorize um leigo a operar apêndice ou fazer qualquer procedimen-

to médico. Por quê? Porque o risco o indivíduo está enxergando. O risco da intoxicação, do uso incorreto de medicamento, não ocorre lá no balcão da farmácia; ele vai ocorrer depois em casa e vai custar para o sistema público de saúde. Então se não há no Município um profissional farmacêutico para fazer a dispensação adequada do medicamento, cabe ao Poder Público colocar ali um farmacêutico residente e falar assim: “O senhor vai trabalhar aqui, eu vou lhe pagar para que o senhor atenda a população, porque a população tem o direito – está lá nas Leis que foram emanadas pelo Congresso – de ter atenção farmacêutica, orientação adequada, uso para a proteção da sua saúde”. Então não cabe dizer que qualquer um pode fazer porque é só entregar uma caixinha; não é só entregar uma caixinha, o processo é muito mais complexo.

Eu queria agradecer, eu não sei se ficou alguma questão sem responder, mas de novo, Senadores, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária é uma Agência do Estado brasileiro, ela está à disposição da sociedade brasileira e--

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): O Dr. Dirceu Raposo convocaria, convidaria as pessoas aqui presentes para uma reunião a fim de uma definição mais clara da lista, porque esta lista apresentada aqui, ela pode ter acréscimos. Então seria interessante esse encontro.

SR. DIRCEU RAPOSO DE MELLO: Não há dúvida nenhuma, Senador. Todas as pessoas que estão aqui frequentam a Agência, têm agendas conosco lá, então eu tenho o endereço de todos. Convido os senhores parlamentares se quiserem participar também, podemos fazer uma agenda, não há problema algum, eu sei que o debate só vai contribuir para a melhoria do processo e, portanto, esse compromisso a Agência tem desde sempre.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Parece que o Dr. Pedro Zidói ainda tem uma pergunta do Senador Paulo Duque para responder.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Eu só peço a V. Exa. para me retirar, pois estamos em processo de votação na Comissão de Justiça.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Muito obrigado pela sua presença.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Muito obrigado a todos.

SR. PEDRO ZIDÓI: Dr. Paulo, o senhor fez uma pergunta sobre a diferença do farmacêutico e do profissional. Eu vou lhe dizer o seguinte: o art. 15 da Lei 5.991 diz o seguinte: “A farmácia e drogaria terá obrigatoriamente assistência de técnico responsável ins-

crita no Conselho Regional de Farmácia na forma da Lei”. No art. 57 diz o seguinte: que do Decreto 20.377 foram ressalvados, da letra “c” à letra “f”. O que é que diz a letra “c”? “O comércio direto com o consumidor de todos os medicamentos oficiais, especialidades farmacêuticas, produtos químicos, galênicos, biológicos, etc. e plantas de aplicação terapêuticas; d) o fabrico dos produtos biológicos e químicos oficiais; e) as análises reclamadas pela clínica médica; f) a função de químico bromatologista, biologista e legista; § 1º – As atribuições das alíneas ‘c’ e ‘f’ não são privativas do farmacêutico”. Então o senhor verifica que a própria Lei, sempre quando eu falo, eu me baseio na Lei.

Aqui nós temos um outro problema que está na Resolução que é: a aplicação de injeções, o que é que diz a Lei? “É facultado à farmácia ou drogaria manter serviço de atendimento ao público para aplicação de injeções a cargo de técnico habilitado, observada a prescrição médica”. Na proposta que está aí é bem diferente do que está aqui na Lei.

Quanto à bula, nós também batemos na bula, porque nós dizemos para o cliente: “Como é que eu tomo esse remédio?” “Veja na bula”. Se eu não consigo ler a bula, é tão complicada, explica o que está acontecendo, e nós fizemos no Estado de São Paulo um acordo, uma convenção coletiva com o Sindicato dos Farmacêuticos que todas as farmácias têm que ter no mínimo três livros. Um deles é o Compêndio Médico onde tem o bulário dos medicamentos para que ele possa dar a informação, porque hoje os medicamentos vêm todos em embalagens lacradas e ele não pode ficar abrindo aquela embalagem e o cliente depois dizer: “Eu não vou levar”. Então temos essas decisões.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Mas é aí que está o negócio: quem é que vai fiscalizar o laboratório que manda confeccionar a bula?

SR. PEDRO ZIDÓI: A ANVISA.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): É o Dr. Dirceu?

SR. PEDRO ZIDÓI: É.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Então vamos em cima do Dr. Dirceu; não é possível continuar isso assim.

SR. PEDRO ZIDÓI: Está um estudo bem adiantado, eu acredito que em pouco tempo ele vai por em prática.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Porque no Rio de Janeiro tem muitos laboratórios, em Jacarepaguá tem aqueles Pfizer, todos eles, grandes laboratórios, em São Paulo também. Então esses laboratórios têm que ser de fato fiscalizados com energia, com constância, porque isso afeta, Senador Augusto Botelho, toda a população brasileira, fica sem defesa.

Não se pode chegar lá com o revólver e obrigar o sujeito mandar pagar a gráfica tal para fazer tipo 7 da letra não sei o quê. Tem que ter consciência, tem que ter consciência.

SR. PEDRO ZIDÓI: Se o senhor me permite, nós verificamos--

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): A minha indignação é muito grande, Sr. Presidente.

SR. PEDRO ZIDÓI: --constantemente na imprensa toneladas e toneladas de produtos falsificados. Eles não são fabricados pelos grandes laboratórios, mas laboratórios de fundo de quintal; isso tem que ser combatido, é crime hediondo.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Sem dúvida alguma.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Bom, eu gostaria de facultar a palavra para alguns dos membros da Mesa.

SR. ARNALDO ZUBIOLI: Eu queria fazer apenas um esclarecimento da questão da responsabilidade. A Lei 5.991, de 1973, ela no art. 15, ela diz que toda a farmácia e drogaria deverá ter a assistência e responsabilidade de técnico durante todo o horário de seu funcionamento. Quando a Lei está dizendo isso, são duas coisas distintas: a assistência, que é a presença física do profissional durante todo o horário de funcionamento, e a responsabilidade. Aí entra a responsabilidade civil, penal, a administrativa e ética, que são os quatro tipos de responsabilidade, de um modo geral, que o profissional está sujeito. Já no art. 2º, para as eventualidades, ausência do titular e etc., diz que deve haver um profissional substituto para os casos de ausência do farmacêutico responsável e que dá assistência. Quando se chega ao art. 20 da Lei 5.991, ele diz o seguinte: a cada profissional cabe a direção técnica de uma farmácia comercial e de uma farmácia hospitalar. Aí é que gera a contradição, que na verdade o farmacêutico responsável deveria ser aquele farmacêutico que responde por todos os atos que são praticados dentro da farmácia, como o diretor técnico, por exemplo, de um hospital, e de outros locais. Então isso é natural, Senador, por quê? Porque a Lei 5.991 cometeu um grave equívoco e um grave defeito que nunca foi corrigido: ela confunde – e aqui a confusão também está estabelecida – a atividade de comércio e a atividade de profissionais. O farmacêutico não é comerciante, ele é profissional de saúde, então nós não vamos ficar discutindo coisas, por exemplo, o que põe aqui, que põe ali e o que põe acolá; o que nós temos que estar discutindo é como eu posso bem exercer a minha atividade. E o que é curioso, eu vejo nessa Casa, porque aqui tenho o prazer, tenho a honra de participar há muitos anos de vários debates, não

tanto quanto o Dr. Dirceu, mas o que eu observo é o que? Quando vai discutir ato médico você não vê nenhum dono de hospital na Mesa. Quando se vai discutir atos farmacêuticos, que estamos discutindo isso, na verdade, você vê comerciante, você vê um monte de pessoa que foi fruto da forma como a Lei 5.991 foi elaborada. Então há um substitutivo dentro do Congresso Nacional que eu pelo menos espero que possa aclarar a matéria sobre esse aspecto.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Eu gostaria muito de que se V. Exa. pudesse e tiver um tempo disponível e discutir esse assunto com qualquer um da Mesa, que são pessoas interessadas, são pessoas que estão aqui, vieram de longe, porque realmente é um problema sério: 75 mil, 85 mil, falou ali o Dr. Dirceu, talvez mais, já imaginaram ter, conforme diz a Lei, eu não sei o artigo, o Dr. Zidói citou ali 75 mil farmácias com esse pessoal todo para poder dar informação, falar não sei o quê. É difícil cumprir essa Lei. A Lei é de 1973, eu era criança naquela época [risos], em 1973, não é possível.

SR. ARNALDO ZUBIOLI: Permita-me, Senador, uma curiosidade histórica. Nós somos, já que o Senador saiu, o Senador Azeredo(F), mas eu vou falar uma curiosidade, já que no Brasil alguma coisa é grande. O Brasil é o País do mundo que tem o maior número de cursos de farmácia, mais de trezentos. Eu não posso dizer o número exato porque no instante em que eu estou falando deve estar sendo criado um no País. O segundo ponto. Nós somos o País do mundo que tem o maior número de farmacêuticos por habitantes e somos o País do mundo que tem o maior número de farmácias por habitante. Então pegando as suas palavras, há laboratórios demais, que não deveria estar estabelecido, há medicamentos demais que não deveria estar aí e há farmácia demais também, que deveria estar reduzido.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Na sua opinião.

SR. ARNALDO ZUBIOLI: Na minha opinião. É a minha opinião, eu tenho escrito isso há muito tempo e até agora não fui contestado, eu tenho a minha opinião que é embasada em fatos científicos, fatos comprovados internacionalmente.

[sobreposição de falas]

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): A palavra não está passada para os assistentes. O Dr. Pedro Zidói quer falar alguma coisa.

SR. PEDRO ZIDÓI: Só para informá-lo, vamos verificar o que diz aqui o § 1º do art. 15: "A presença do técnico responsável será obrigatória durante todo o horário de funcionamento do estabelecimento; § 2º: Os estabelecimentos de que trata esse artigo pode-

rão manter técnicos responsáveis substituto para os casos de impedimentos ou ausência do titular". Então o farmacêutico pode ter mais de um emprego, desde que tenha um outro substituindo o cargo dele, não há problema nenhum.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Mas são 75 mil.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Nós já estamos com mais de duas horas de Audiência. Alguém quer mais usar da palavra?

Eu gostaria de agradecer a presença do Dr. Pedro Zidói, da ABCFARMA, do Dr. Arnaldo Zubioli, do Conselho Federal de Farmácia, do Dr. Dirceu Raposo, da nossa ANVISA, Agência de Vigilância Sanitária, que ficou mais forte com o SUS e é um dos braços do SUS, do Dr. Cécito Augusto, Advogado da Confederação Nacional do Comércio, e ao Mena Barreto, da Associação Brasileira de Redes de Farmácias e Drogarias. E, também, parabenizar ao Dirceu Raposo, que amanhã vai receber uma Comenda da Ordem do Rio Branco, do Ministério das Relações Exteriores, pelos relevantes serviços prestados ao País.

Declaro encerrada a Sessão e agradeço a presença de todos aqui.

Sessão encerrada às 13h49.

ATA DA DÉCIMA QUARTA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, CONJUNTA COM A 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 12 DE MAIO DE 2009, TERÇA-FEIRA, ÀS 11:00 HORAS.

Às onze horas e dezessete minutos, do dia doze de maio de dois mil e nove, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, é iniciada a reunião sob a Presidência da Senhora Senadora **ROSALBA CIARLINI**, com a presença dos (as) Senadores (as) **FLÁVIO ARNS, AUGUSTO BOTELHO, PAULO PAIM, MARCELO CRIVELLA, ROBERTO CAVALCANTI, RENATO CASAGRANDE, GARIBALDI ALVES FILHO, MÃO SANTA, ADELMIR SANTANA, EFRAIM MORAIS, LÚCIA VÂNIA, EDUARDO AZEREDO, PAPALÉO PAES, MOZARILDO CAVALCANTI, FÁTIMA CLEIDE, EDUARDO SUPLICY, INÁCIO ARRUDA, JOSÉ NERY, LOBÃO FILHO, VALDIR RAUPP e JAYME CAMPOS**. Justifica a ausência o Senador João Durval. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Comparecem também os Senadores Antônio Carlos Valadares, João Pedro, Valter Pereira e Tião Viana. A Presidente declara aberta a reunião, propondo a dispensa da leitura da Ata das reuniões anteriores das Comissões, que são dadas

como aprovadas. Antes de se iniciar a reunião e não havendo objeção de Plenário, a Presidente designa o nome do Senador Papaléo Paes como relator do Ciclo de Debates sobre o SUS. A presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública atendendo aos Requerimentos nºs 10 e 19 de 2009 – CAS, de autoria dos Senadores Papaléo Paes e Rosalba Ciarlini, com vistas a debater as políticas, programas e projetos a serem implementados pelo Ministério da Saúde ao longo do ano de 2009, bem como a situação atual do Programa Mais Saúde (“PAC da Saúde”) e a situação atual do SUS, tendo como convidado o Excelentíssimo Senhor Ministro José Gomes Temporão, Ministro da Saúde. A Senadora Rosalba Ciarlini registra a presença das seguintes autoridades que acompanham o Ministro José Gomes Temporão: Dr. Paulo Henrique de Mello – Chefe de Gabinete do Ministro; Dr. Luiz Eugênio Tigre de Oliveira Borges – Assessor Especial do Ministro para Assuntos Parlamentares; Dr. Alberto Beltrame – Secretário de Atenção à Saúde – SAS; Dr. Reinaldo Guimarães – Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos – SCTIE; Dr. Gerson Penna – Secretário de Vigilância em Saúde – SVS; Dra. Márcia Bassit – Secretária Executiva – SE; Dr. Dirceu Raposo de Melo – Diretor Presidente da ANVISA; Dr. Fausto Pereira – Presidente da ANS; e a Sra. Priscila Lambert – Coordenadora de Imprensa. É dado início à reunião, com a exposição do Excelentíssimo Sr. Ministro José Gomes Temporão. Após o término da exposição do Ministro, a palavra é aberta aos Senhores Senadores inscritos para as interpelações pelo prazo de cinco minutos. A Presidência registra a presença dos Deputados Federais André Zacharow e Wilson Braga. Às doze horas e quarenta e oito minutos o Senador Augusto Botelho assume a Presidência. Às doze horas e cinquenta e cinco minutos a Senadora Rosalba Ciarlini reassume os trabalhos. Fizeram uso da palavra os Senadores Renato Casagrande, Papaléo Paes, Tião Viana, Augusto Botelho, Valter Pereira, Paulo Paim, Antônio Carlos Valadares, Mão Santa, Eduardo Suplicy, Eduardo Azeredo, João Pedro e Lobão Filho. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às treze horas e quarenta e cinco minutos, lavrando eu, **Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Senadora Rosalba Ciarlini, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada.

Senadora **Rosalba Ciarlini**, Presidente.

14ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS CONJUNTA COM A 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA. REALIZADA NO DIA 12 DE MAIO DE 2009, ÀS 11 HORAS E 17 MINUTOS.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Havendo número regimental, declaro aberta a 14ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, conjunta com a 3ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior de cada Comissão. Os Srs. Senadores que aprovam, queiram permanecer como se encontram. Aprovada.

A presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública, atendendo aos Requerimentos de nºs 10 e 19 de 2009, CAS, com a finalidade de debater as políticas, programas e projetos a serem implementados pelo Ministério da Saúde ao longo do ano de 2009, bem como, a situação atual do programa Mais Saúde, PAC e a situação atual do SUS. E também para que o ministro possa expor as medidas, providências que estão sendo tomadas com relação a... Não é mais gripe suína, não é? Agora é a Influenza, H1N1, Influenza A.

Eu gostaria aqui, são autores do requerimento a Senadora Rosalba, eu, e o Senador Papaléo. Nós gostaríamos, aqui, Sr. Ministro, de expor o que na realidade nós estamos iniciando hoje. E que gostaríamos, desde já, de agradecer a forma como o senhor nos atendeu o convite, de forma muito rápida. Inclusive, eu sei das inúmeras responsabilidades e obrigações e compromissos que o ministro tem, mas que, em nenhum momento, ele criou nenhuma dificuldade para aqui estar, para que a gente pudesse iniciar o ciclo de debates com relação à saúde pública e ao SUS no nosso Brasil. A Comissão de Assuntos Sociais, como todos sabem, tem a responsabilidade também da fiscalização, do acompanhamento na área da saúde. E esta Comissão tem como... O Senador Augusto Botelho presidindo a Subcomissão de Saúde, com o Senador Papaléo como Vice-Presidente. O Senador Papaléo, inclusive, já foi Presidente da Subcomissão de Saúde. E nós achamos por bem, fazermos com que, não apenas denunciar, não apenas mostrar as falhas, que nós sabemos que existem, as dificuldades na saúde

que são muito grandes, mas nós gostaríamos de poder contribuir.

Acho que o nosso papel como senador, como representante do nosso Estado, representante brasileiro no Brasil é podermos também trazer informações, debatermos as questões e podermos contribuir, ministro, com sugestões, com idéias para que o trabalho possa ser melhorado. E sabemos que a intenção, a sua vontade, a sua disposição de melhorar, cada vez mais, o atendimento à saúde da nossa gente. Então, daí surgiu essa idéia da... De fazermos essas audiências. Já vários assuntos relacionados com saúde pública estavam, já tinham sido encaminhados pelos Srs. Senadores, membros da Comissão, como a próxima audiência, que será relacionada à saúde mental.

Temos também, inclusive, temos aqui já várias questões que estão colocadas, que serão debates. Debates de políticas, programas e projetos, essa aqui é a primeira a ser implementada pelo Ministério, ao longo do ano que é, exatamente, o motivo da presença do senhor aqui. Política nacional de saúde mental, idoso e o SUS, impacto das Mudanças Climáticas Globais sobre a saúde e sobre o SUS, órteses e próteses, requerimento do Senador Flávio Arns, impacto da Reforma Tributária sobre o financiamento do SUS, pesquisa e incorporação tecnológica do setor de saúde e no SUS, as políticas sociais e de assistência à saúde materna, o SUS que criamos e o SUS que temos. Eu acho que tudo isso será bastante... A contribuição que queremos dar, é esclarecedora, e de encontrarmos caminhos que venham, exatamente, a melhorar toda a assistência a saúde do nosso país.

Então, isso foi o que nos moveu exatamente para iniciarmos todo esse ciclo de debates. Queria aqui também registrar a presença da Senadora Lúcia Vânia, do nosso Vice-Presidente Senador Paulo Paim, Senador Papaléo já falamos, Senador Mozarildo que também é médico. Então, esta Comissão tem uma... Os médicos estão, praticamente, todos os senadores que são médicos estão aqui, como também, mesmo não sendo médicos mas, com experiência muito grande no social, como a Senadora Lúcia Vânia e, eu tenho certeza, que todos poderão, somando esforços, poderemos dar uma boa contribuição, ministro. Então, nossos agradecimentos. E queria também, aqui, colocar para análise dos membros da Comissão, o nome do Senador Papaléo, como o nosso relator que irá acompanhar todas as audiências para que, no fim desse ciclo, nós possamos, a Comissão de Assuntos Sociais e a Subcomissão de Saúde, possamos apresentar um relatório ao ministro, para que possamos realmente trazer idéias e o resultado de todo esse debate.

Antes de passar a palavra ao ministro, eu gostaria aqui de colocar também a presença, registrar a presença das seguintes autoridades, que acompanham o Ministro José Gomes Temporão: Dr. Paulo Henrique de Mello, Chefe de Gabinete do Ministro; Dr. Luiz Eugênio Tigre de Oliveira Borja, Assessor Especial do Ministro para assuntos parlamentares; Dr. Alberto Beltrame, Secretário de Atenção à Saúde, SAS; Dr. Reinaldo Guimarães, Secretário de Ciência e Tecnologia, Insumos Estratégicos; Dr. Gerson Penna, Secretário de Vigilância e Saúde; Dra. Márcia Bassit, Secretária Executiva; Sra. Priscila Lambert, coordenadora de imprensa.

Está toda a turma aqui, hein. Ministro, isso é muito gratificante, ministro, saber da sua preocupação, inclusive, trazendo todos que possam auxiliar, que possam enriquecer ainda mais as informações, porque, claro, nós sabemos que cada área, os responsáveis aqui estão, especificamente, poderá dar respostas mais... Informações mais específicas. Então, eu gostaria agora de passar a palavra ao ministro pedindo, inclusive, para que o primeiro assunto, como é o assunto, vamos dizer assim, do dia, seja... As informações que queremos sobre os procedimentos, as ações, como está o encaminhamento da questão do H1N1, da gripe H1N1, Influenza, a famosa gripe que está, de certa forma, preocupando a muitos, que já chega a muitos países, que já temos mais de 5 mil casos confirmados no mundo. Inclusive, o Brasil, os números confirmados vêm aumentando, apesar de termos tido a sensação de segurança de que está, relativamente, dentro de controle, mas não podemos baixar a guarda, ministro.

O senhor é médico, eu também, sabemos que, nesse momento, todo o cuidado é pouco. Nós precisamos realmente estar com medidas que sejam, não somente eficazes, mas permanentes, porque não pode ser, porque as coisas não aconteceram de forma, vamos dizer assim, acelerada, que a gente possa agora baixar a guarda, esquecer porque, senão, seremos surpreendidos lá na frente. Então, fica a palavra com o Ministro José Gomes Temporão.

SR. MINISTRO JOSÉ GOMES TEMPORÃO:
Muito bom dia, muito obrigado. Quero cumprimentar a Senadora Rosalba Ciarlini, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais do Senado. Senador Augusto Botelho, Presidente da Subcomissão de Saúde, cumprimentar os demais senadores e senadoras aqui presentes. Meus companheiros de ministério, imprensa.

Bom, então, eu vou fazer uma apresentação abordando alguns temas importantes, começando pela situação no país da Influenza A, H1N1, eu queria chamar atenção do que significa, do ponto de vista da saúde pública mundial. Pela primeira vez na história, nós temos oportunidade de acompanhar, praticamente,

em tempo real, uma doença que surge e como ela se alastra. Isso é bastante interessante de vários pontos de vista, evidentemente, porque isso permite o monitoramento praticamente, em tempo real, do que está acontecendo, o número de casos, o número de óbitos. Mas também traz informações muito preciosas para quem estuda padrão de disseminação de doenças, para os epidemiólogos, para os sanitaristas, porque é exatamente a partir da análise do estudo do comportamento real e efetivo do vírus, porque daí vamos poder tirar estratégias, novas políticas, novas abordagens.

Então, o que antes era... Necessário primeiro se consolidar, publicar em revistas científicas e, meses depois, até mais tempo, você tem, praticamente, em tempo real, tanto que a Organização Mundial da Saúde, todos os dias solta um boletim, digamos assim, estratégico, mas reservado, sobre as características, se está mudando alguma coisa, o que se percebe. Então, o primeiro ponto que eu queria destacar é esse. O segundo, e esse é muito importante. Como é uma doença nova, há muita especulação e pouca certeza. Sabemos alguma coisa sobre a doença, mas ignoramos muitas outras coisas, e ainda é muito cedo para que se possa fazer previsões refinadas do que vai acontecer. Na verdade, a própria Organização Mundial da Saúde mantém o Estado de alerta no nível 5 e isso pode mudar a qualquer momento.

Vou fazer uma apresentação geral para que nós possamos ter uma clareza do que acontece no mundo, e do que acontece aqui no Brasil como o governo vem tratando dessa questão, quais são as medidas, enfim trouxe o maior número de informações possíveis. Pode passar o próximo. Então, a Influenza é uma doença respiratória aguda causada pelo vírus Influenza A, H1N1. E isso tem uma importância porque, da mesma maneira que a gripe comum, esse vírus, esse novo vírus, é importante que vocês saibam, o vírus novo que não existia. Ela é transmitida, principalmente, através de tosse, espirro, e de contato com secreções respiratórias de pessoas infectadas. Ou seja, é uma transmissão de pessoa para pessoa. No caso dessa doença a gente não precisa de um vetor, isso significa que a transmissão é mais rápida, mais disseminada.

Quais são os principais sintomas? Não se diferenciam muito de uma gripe comum. Febre acima de 38 graus e tosse, podendo também surgir dor de cabeça, cefaléia, dores musculares, dores nas articulações ou dificuldade respiratória. Os sintomas podem se iniciar dentro de um período de 10 dias, período de incubação. E a transmissão ocorre principalmente em locais fechados, evidentemente. Destacar que não há relação nenhuma entre o contato de pessoas com suínos vivos ou consumo de carne de suínos ou produtos derivados

e a infecção por esse vírus. A Organização Mundial da Saúde tem reiterado essa orientação. Então, não há nenhuma restrição ao consumo de carne de suínos ou de seus derivados. A próxima.

Aí eu incluí esse *slide* aí para a gente poder ter uma visão, um pouco, do vírus. Porque a gente fala do vírus, mas ninguém vê o vírus. Então, está lá o vírus. Ele é um vírus, cujo núcleo é composto por RNA, envelopado, daquela família viral ali, do tamanho 0.13 micras. Nós temos os tipos A, B e C. E nós temos na superfície, antígenos de superfície, a hemaglutinina e a neuraminidase, que são exatamente esses antígenos de superfície que interagem no nosso organismo com as nossas células, e que permitem a disseminação e a reprodução, entrada nas células para que o vírus se multiplique, se replique. O próximo.

Nós estamos na fase 5 de alerta da OMS. O que determinaria a passagem da fase 5 para a fase 6? Hoje, nós temos em apenas três países do mundo, transmissão sustentada. Estados Unidos, México e Canadá, todos na América do Norte. É preciso que em outro continente, em outra região da Organização Mundial da Saúde apareça a transmissão sustentada e continuada, para que a gente passasse para o nível 6. Até o momento, isso não aconteceu. Então, nós continuamos hoje, ainda, no nível 5, fase atual declarada pela OMS. Próximo.

Os números no mundo são esses aí. Então, nós temos... Claro, esses números estão mudando a toda hora. Nós temos no Canadá 284 casos com óbito. Os Estados Unidos é o país com maior número de casos, 2532, com três óbitos. O México tem 1626 casos, com 48 óbitos. E, além disso, nós temos casos já em El Salvador, Costa Rica, Panamá, Colômbia, Brasil, Argentina, Israel, China, Coreia do Sul, Japão, Austrália, Nova Zelândia e os países da Europa, os países com maior número de casos são a Espanha e o Reino Unido. A Espanha com 95 e o Reino Unido com 55 casos. Próximo.

Então, como eu havia dito, até o momento, apenas os Estados Unidos, México e Canadá são considerados como tendo transmissão sustentada. Nos países com transmissão autóctone, ou seja, alguém entrou trazendo vírus, e esse vírus foi passado para uma pessoa que não havia viajado, local, transmissão autóctone, limitada, e não sustentada, até o momento são: o Reino Unido, a Espanha, a Alemanha, a Itália e o Brasil. Bom, o que está acontecendo com a letalidade? Ou seja, a letalidade é o número de pessoas que contraem a doença e que falecem da doença. Segundo dados do dia 9, a letalidade no mundo se aproxima de 1%. No México está em 3.3%, no Canadá 0.4% e nos Estados Unidos 0.1%.

Então, um fato importante para nós podermos refletir é que há algumas semanas atrás a letalidade parecia mais alta do que é hoje. Houve uma tendência de redução, talvez porque, primeiro, confirmou-se um número maior de casos laboratoriais não letais. E segundo, que há uma certa percepção de que nessa etapa o vírus não seria tão agressivo como se pensava. Embora ainda seja cedo para pensar num horizonte mais longo. Nós estamos falando de um retrato hoje. A gente não sabe o que vai acontecer nos próximos meses. Mas, de todo o modo, esse é um dado importante. Próximo.

Ou seja, nesse momento, isso é muito importante, a circulação do vírus no Brasil é limitada, e não sustentada. Nós vamos mostrar os dados brasileiros, uma pessoa que veio do México, entrou no país importando o vírus e transmitiu esse vírus para duas outras pessoas e, até o momento, a transmissão se deu apenas entre essas duas pessoas, onde há um forte vínculo epidemiológico. Então, isso caracteriza uma circulação limitada e não sustentada. Próximo. Os dados mais recentes, eu tenho aqui, do Brasil, já estão... Esses aí já... O boletim do que o Ministério está lançando agora, ao meio dia, a situação é: Um pouco diferente desse aí. 22 Estados registraram casos. Nós temos, em monitoramento, 29. E não 22 como ali está. Nós temos 34 casos suspeitos e, não, 22 como está ali. Já estou atualizando em tempo real a tabela. Nós temos oito casos confirmados, mantém-se apenas oito casos confirmados.

Nós temos 166 casos descartados por exames laboratoriais, portanto, um total de 237 análises feitas até agora. Ainda... E a informação que eu tenho é que, até o final do dia, nós teremos mais casos descartados. Chamar atenção... Como?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):
[pronunciamento fora do microfone]

SR. MINISTRO JOSÉ GOMES TEMPORÃO:
Sim... Exatamente, porque o que aconteceu? Como é um vírus, nós tivemos que fazer o sequenciamento genético desse vírus novo, para poder elaborar um reagente específico, para fazer o diagnóstico do H1N1. Isso é feito pelo CDC nos Estados Unidos. E houve um atraso no envio desses kits para o Brasil, que só chegaram na semana passada. A partir do momento que eles chegaram, os exames se dão de maneira bastante rápida. E eles são realizados, eu vou mostrar, apenas em três laboratórios de referência, o laboratório da FIOCRUZ no Rio de Janeiro, o Adolfo Lutz em São Paulo e o laboratório de Belém, o Evandro Chagas. Só esses três têm condições de fazer o diagnóstico preciso dessa doença.

Então, a todo o momento, estão entrando novas pessoas com casos suspeitos e, a todo o momento, novos pedidos de exames estão indo para os laboratórios que, todos os dias, soltam seu boletim de casos confirmados, ou não. Então, não houve nenhuma mudança, até o momento, em relação ao número de casos confirmados. Próximo. Então, atualizando. Confirmados oito casos, aqueles foram confirmados pelos laboratórios da FIOCRUZ, e o Instituto Adolph Lutz de São Paulo. Os oito casos confirmados são adultos, jovens e uma criança. Mantendo o padrão de acometimento nessa faixa etária, conforme observado nos demais países. Essa é uma outra característica, ao contrário da Influenza comum, essa, em princípio, parece não acometer, por algum motivo, as pessoas mais idosas, mas sim adultos, jovens e crianças.

E, para todos os casos, estão sendo realizados busca ativa e monitoramento de todas as pessoas que estabeleceram contato próximo com esses pacientes. Ou seja, isso é muito importante... Bom dia. Para cada... Para cada caso confirmado, se estabelece uma rede de contatos, e essa rede de contatos passa, então, a ser monitorada, permanentemente, pelas autoridades sanitárias. Existem casos de pessoas que ficam internadas em isolamento, estão sendo tratadas, que são os casos confirmados ou suspeitos. Existem outras que ficam monitoradas na sua residência, em quarentena voluntária. Mas essa quarentena voluntária, ela apresenta, ela tem um protocolo que envolve uma série de procedimentos da pessoa que está em casa, dos seus familiares, das pessoas com quem ela possa ser contato.

Então, isso é muito importante porque, só para dar um exemplo, aqueles dois casos, no Rio de Janeiro, num primeiro momento, só eles desencadearam 108 contatos, que tiveram, de alguma forma algum tipo de interação com essas pessoas que tiveram, que passaram a ser monitoradas. Próximo. Bom, nós aumentamos a sensibilidade da vigilância dos casos e instituímos um protocolo de procedimentos para o manejo dos casos e contatos. Então, como é que nós classificamos um caso em monitoramento? Uma pessoa procedente de país afetado nos últimos 10 dias, com febre aferida, ou não, e tosse, podendo ou não estar acompanhada dos demais sintomas referidos na definição de caso suspeito, ou que tenha chegado nos últimos 10 dias, de países não afetados, apresentando os sintomas, de acordo com a definição de caso suspeito.

E o caso suspeito é aquele que apresenta febre alta repentina, mais de 38 graus, com tosse, podendo estar acompanhado de um ou mais sintomas: dor de cabeça, dor muscular, dor nas articulações ou dificuldade respiratória, e apresentar sintomas, até 10 dias

após ter saído de países que reportaram o caso. Ou alguém que tenha tido contato próximo, nos últimos 10 dias, com uma pessoa classificada como caso suspeito provável ou confirmado, de infecção humana pelo novo subtipo de Influenza. É exatamente dentro desse protocolo que nós definimos o que é um caso monitorado, o que é um caso suspeito. Próximo.

Como é que o Brasil está preparado para combater o vírus Influenza A? Pode passar. Bom, o Brasil na realidade começou a se preparar há alguns anos atrás. Em 2000, nós começamos a estruturar a rede de vigilância para Influenza. Hoje nós temos 22 Centros de Informações Estratégicas em Resposta e Vigilância em Saúde, que nós chamamos de CIEVS. Esses centros desenvolvem atividades de manejo de crises agudas, incluindo monitoramento de situações sentinelas e apoio para o manejo oportuno e efetivo de emergências epidemiológicas. A nossa sala, aqui no Ministério da Saúde funciona 24 horas. Ela tem um sistema, inclusive, se acabar a luz aqui em Brasília, ali não termina.

Todo o sistema de monitoramento, nós recebemos informações do Brasil inteiro. Essas informações que podem ser referidas por médicos, por profissionais, por hospitais, por unidades e esses CIEVS, então, eles são uma inteligência epidemiológica, que estão o tempo todo captando informações da ponta do sistema. E, nesse momento, eles têm um papel fundamental. E em 2003, o Brasil, como a maior parte dos países do mundo, constituiu um comitê técnico para elaboração do plano brasileiro para enfrentamento da pandemia de Influenza, que acabou não acontecendo.

Entre outros aspectos, em 2003, nós começamos a trabalhar no fortalecimento da vigilância epidemiológica e da rede de laboratórios, fortalecimento da rede dos CIEVS, investimento, investimos recursos no Instituto Butantã, para vacina contra a gripe comum. Manutenção da rede alerta para aparecimento de novos vírus da gripe, todos os anos o Brasil participa de uma rede mundial, onde amostras de secreções respiratórias são coletadas e enviadas para a OMS e, a partir dessas informações, que se prepara o *pool* de vírus, que vão fazer parte da nova vacina a cada ano.

Vocês sabem que, todo ano, para vacinar contra a gripe comum, é uma nova vacina, porque esse vírus é muito mutagênico, muda constantemente, você tem que fazer uma nova vacina a cada ano. E, evidentemente, também se envolveu a capacitação de profissionais de saúde, técnicos das vigilâncias epidemiológicas, fortalecimento da capacidade técnica da saúde pública nos Estados. Próximo. Em 2005, por decreto presidencial, foi criado o Grupo Executivo Interministerial que, em 2006, passou a ser integrado por esses órgãos que

aí estão. São 16 órgãos, envolvendo o Ministério da Saúde, o Gabinete de Segurança da Presidência, a Casa Civil e um conjunto de Ministérios que, de maneira integrada e articulada, passa a gerenciar essas situações de crise. Próximo.

Bom, as atividades desse grupo. As reuniões passaram a ser semanais, ao invés de mensais, agora. Na reunião do dia quatro, o grupo sugeriu, recomendou o envio à Casa Civil de minuta de medida provisória para liberar 141 milhões de reais de crédito suplementar, para intensificação das ações de prevenção. Esses recursos serão, basicamente, para qualificar, sustentar e ampliar as medidas previstas no plano de ação do governo, no sentido de atenção à saúde, instalação de salas de situação nos portos brasileiros, reforçar as ações de comunicação junto à sociedade, entre outras atividades. Próximo.

Bom, imediatamente após o alerta da Organização Mundial da Saúde, que foi realizado no dia 24 de abril, foi acionado o Gabinete Permanente de Emergência e Saúde, coordenado pela Secretaria de Vigilância do Ministério, para monitorar a situação e indicar as medidas adequadas. Participam representantes da ANVISA, do Ministério da Agricultura, do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência e do Ministério das Relações Exteriores. Evidentemente, todas as Secretarias de Saúde Estaduais foram acionadas para intensificar o processo de monitoramento, detecção oportuna de casos suspeitos de doenças respiratórias agudas, a partir, exatamente, dessa rede de vigilância e dos laboratórios. Próximo.

O Gabinete de Emergência tem como missão principal monitorar as informações dos países da OMS durante 24 horas, todos os dias, aliar às informações e ações com todas as Secretarias Estaduais, através da produção e envio diário de informes técnicos, contendo dados atualizados de casos, análise da situação epidemiológica e recomendações, e vídeo conferências semanais com os coordenadores de vigilância epidemiológica das unidades de resposta rápida, e também dos Assessores de Comunicação Social de todas as Secretarias Estaduais de Saúde. Próximo.

Além disso, a elaboração do protocolo de procedimentos para o manejo de casos e contatos de Influenza. O protocolo de notificação e investigação, o reforço da vigilância nos pontos de entrada, portos, aeroportos e fronteiras secas, pela EVISE(F) e pela Secretaria Especial de Portos da Presidência, com medidas específicas para vigilância e controle nos portos brasileiros. E instalação de uma rede para capacitar os profissionais de saúde dos hospitais de referência, dos portos, dos aeroportos e fronteiras, do SAMU, das centrais de regulação, das equipes de saúde da famí-

lia, junto com seus parceiros, a rede universitária de telemedicina, a rede nacional de ensino e pesquisa, os hospitais universitários federais e os núcleos do telesaúde em todo o Brasil. Próximo.

Há informação para todos os viajantes, em todos os aeroportos, avisos sonoros da tripulação em vôo, aviso sonoro no aeroporto, avisos em TV nos aeroportos, distribuição de mais de 4 milhões de panfletos informativos, colocação de *banners*, recomendação aos viajantes procedentes dos países afetados. Viajantes procedentes dos países com casos de Influenza, que apresentarem até 10 dias após saírem dessas áreas, febre alta de maneira repentina e tosse, acompanhados de alguns daqueles sintomas, devem procurar assistência médica na unidade de saúde mais próxima, e informar o profissional de saúde do seu roteiro de viagem. É interessante perceber que, no Rio de Janeiro, o primeiro caso que foi o caso ainda importado, do rapaz que veio do México, ele seguiu essa orientação, procurou um hospital privado, no Rio de Janeiro, e foi mandado de volta para casa.

Como ele não melhorou, ele, pessoalmente, foi a pé até o Hospital Universitário que é o nosso hospital de referência no bairro onde ele mora e, ao chegar lá, foi internado imediatamente. E era um caso. Então, você veja da importância de que todo e qualquer profissional de saúde, toda e qualquer unidade de atenção à saúde, nesse momento, fique absolutamente alerta de um caso, que chega para o médico e diga: Eu estou sentindo isso e viajei recentemente para um país que tem caso confirmado. Evidentemente, que já é uma medida imediata de análise cuidadosa, e de segmento desse caso. Próximo.

No caso dos viajantes que estão indo para países afetados, já que a Organização Mundial da Saúde, não recomenda a interrupção das viagens, mas recomenda, sim, que as pessoas estejam adequadamente informadas e se protejam e se cuidem. Quer dizer, seguir rigorosamente as recomendações das autoridades sanitárias locais. Estas recomendações também se usam na orientação local, quanto ao uso de máscaras, durante a permanência nos países afetados. Orientações como, ao tossir ou espirrar, cobrir o nariz e a boca com um lenço descartável, evitar contato direto com pessoas doentes, não compartilhar alimentos, copos, toalhas e objetos de uso pessoal, evitar tocar os olhos, nariz ou boca. Lavar as mãos frequentemente com água e sabão, uma medida muito importante, especialmente, depois de tossir ou espirrar e, em caso de adoecimento, fora do Brasil, procurar assistência médica e informar a história de contato com doentes e roteiro de viagens.

Não usar medicamentos sem orientação médica. Eu fiquei perplexo hoje, de um médico, no Rio de Janeiro que eu, sinceramente, eu... É um médico, ele diz que é médico, eu tenho... Dr. Edmilson, disse lamentar que o estoque do medicamento específico esteja em poder do governo. Ele gostaria que estivesse nas farmácias para todo mundo comprar e consumir de maneira irresponsável e esse é um fator gravíssimo de que o uso inadequado possa levar o vírus a criar uma resistência contra o medicamento. Então, a única arma que nós temos nesse momento que é o medicamento, para a qual o uso é sensível, um médico estimular a automedicação... Eu, com toda a franqueza, nunca vi um disparate tão grande como esse, tido por um profissional médico. Próximo.

Bom, além disso, nós dispomos de 54 unidades de referência hospitalar para acompanhamento e tratamento de pacientes de gripe H1N1. Ali está incorreto o termo, a OMS não recomenda mais esse termo. E, nesse momento, nós temos, então, 829 leitos reservados pelas Secretarias Estaduais de Saúde, sendo 199 com pressão negativa. Isso é o que nós temos hoje. Perfeitamente adequada à situação epidemiológica que o país vive. Nada impedirá que, se nós vivermos uma outra situação, completamente distinta, que esse número de unidades e de leitos possa ser, e devam ser ampliados. É muito importante chamar atenção que essas 54 unidades se enquadram nos parâmetros exigidos pela Organização Mundial da Saúde para o atendimento a essa doença, com área livre para isolamento do contato, equipamento de proteção individuais para acompanhamento, exames e tratamento dos casos, ou seja, para esta fase, o número atualmente existente é suficiente. Havendo necessidade, nós podemos ampliar para outras unidades.

A lista completa das unidades, Estado por Estado, encontra-se disponível no site do Ministério da Saúde www.saude.gov.br. Próximo. Bom, nós temos, então, uma rede de diagnóstico laboratorial estruturada, uma rede nacional de diagnóstico de Influenza, implantada nos laboratórios centrais de saúde pública de todos os Estados e do Distrito Federal, e ainda temos dois laboratórios de fronteiras. Os três laboratórios de referência que, neste momento, estão fazendo exames específicos são apenas esses três, Evandro Chagas no Pará, Adolf Lutz em São Paulo, FIOCRUZ no Rio de Janeiro. Por quê? Porque esses três laboratórios são credenciados junto a Organização Mundial da Saúde, como centros de referência para Influenza. O que inclui o Brasil na rede global de vigilância de Influenza mundial.

Os laboratórios de referência levam entre 72 horas a 10 dias para realizar um diagnóstico e o número de

kits é suficiente para atender a demanda do país. Na prática, nós estamos vendo que o tempo necessário para a discussão está sendo muito rápido, na maioria das vezes, bem menor do que 72 horas. Próximo. Tratamento. Qual é a situação hoje? Nós temos matéria-prima e condições para produção de 9 milhões de tratamentos. Para tratar até 9 milhões de pessoas, para uso em caso de emergência, cenário que ainda não se configurou no país. Ao mesmo tempo, eu tenho estoque, já pronto para uso imediato, 6.250 tratamentos para adultos e 6.250 tratamentos para crianças. Esse medicamento só pode ser indicado por médicos, de acordo com o protocolo do Ministério, no tratamento de pessoas com suspeita de estarem infectadas pelo vírus H1N1.

Nesse momento, uma informação nova, adicional, nós estamos negociando com o laboratório produtor a aquisição de mais 800 mil tratamentos. Por quê? Porque a matéria-prima que nós temos, que pode ser transformada em medicamento, ela tem um prazo de validade condicionada do jeito que ela está hoje, até 2016. Se eu abrir um tonel desses para produzir o medicamento, o prazo de validade se encurta muito. Então, para o país, é importante manter esse estoque estratégico de matéria-prima nessas condições, e ter o outro estoque estratégico pronto para uso imediato, é o que nós estamos fazendo. Próximo.

Sobre a vacina. Existe muita dúvida ainda sobre essa questão da vacina, não é? A OMS vai fornecer o lote Semente para todos os laboratórios produtores, com capacidade de reprodução, e o laboratório brasileiro candidato a receber isso, é o Instituto Butantã, de São Paulo. Segundo a OMS, o número de doses, por pessoa, necessária para obter a imunização, não será conhecido até que os primeiros ensaios clínicos, em seres humanos, tenham sido concluídos. A cepa que compõe a vacina sazonal, essa que nós estamos em plena campanha agora, que todas as pessoas, com 60 anos ou mais, têm que tomar, é composta de vírus humanos, enquanto que o vírus da presente epidemia é um vírus com a composição mista, humano, suíno e aviário.

Não há nenhuma evidência de que a vacina sazonal confira qualquer imunidade contra esse vírus especificamente. E também é muito precoce falar em prazos. Quando é que nós vamos ter uma vacina eficaz? Nós sabemos que o processo de produção de uma vacina contra a gripe, as suas especificidades leva, pelo menos, seis meses para você produzir um lote. Então, se você imaginar que nós temos que, primeiro, identificar esse vírus, produzir, fazer a engenharia da nova vacina, fazer um lote piloto, testar esse lote piloto e, depois, produzir em escala, serão necessários

muitos meses até que nós tenhamos uma vacina, que proteja contra essa doença. Esse é um dado importante também. Próximo.

Ações de comunicação. O nosso disque-saúde que está funcionando plenamente, 0800611997, algumas cidades têm criado também números específicos, para que as pessoas possam ligar e se orientar. Os profissionais da central telefônica receberam treinamento específico sobre o tema, inclusive, no domingo retrasado, eu liguei pessoalmente para lá, primeiro, para agradecer aos profissionais que estavam no domingo de plantão trabalhando, orientando, esclarecendo a população e testando também, para ver a qualidade da informação, qualidade muito boa. Na televisão nós veiculamos 53 inserções de *lettering*, aquele comunicado em que uma voz narra o texto, em oito emissoras de televisão, até o dia 30 de abril.

Também colocamos no ar o Dr. Bactéria dando informações sobre as medidas de prevenção, nas TVs e nas rádios, e publicação de anúncios, esclarecimentos, nos principais jornais do país e, evidentemente, além de todo o trabalho meu, pessoal, de divulgação, da minha equipe, de profissionais de saúde, especialistas do Brasil inteiro, têm se disposto e vêm cumprindo um papel muito importante, que é manter, primeiro, a população bem esclarecida, com total transparência e com orientação de qualidade que, nesse momento, é muito importante, né, transmitir confiança e mostrar a orientação correta. Porque, num momento como esse, é muito comum que surjam dúvidas e inseguranças, boatos, incertezas. Então, esse trabalho de comunicação é um dos pontos centrais dessa estratégia. Próximo.

Além disso, produção e distribuição de panfletos em português, inglês e espanhol, com as principais informações para os viajantes, já distribuimos mais de 4 milhões. A INFRAERO está veiculando avisos sonoros e os procedimentos a serem adotados em todos os aeroportos do país. As tripulações dos vôos internacionais estão instruídas a orientar os passageiros, ainda durante o vôo, sobre os sinais e sintomas. E os principais aeroportos do país estão reproduzindo informações no seu sistema de TV dos aeroportos. Próximo.

Nós temos também um *link* no site de pesquisa Google, ou seja, quem buscar informação sobre essa doença no Google, a primeira opção que vai aparecer vai ser o do Ministério da Saúde. A confecção de 3 milhões de *folders* e 400 mil cartazes sobre medidas de prevenção para distribuição na rede pública. E o Ministério construiu um *hotsite* sobre a doença com *link* no portal de saúde www.saude.gov.br. Próximo. Então, do ponto de vista da Influenza H1N1, são essas as informações. Eu queria agora passar, rapidamente, para... Aproveitando o ensejo, como se diz assim, já

que a dengue é um problema importante, na saúde pública brasileiro, nós temos bons números. Então, eu queria mostrar que a estratégia do governo se mostrou acertada, e nós avançamos muito no combate a dengue. Pode passar.

Bom, até o dia 10 de abril, o número de casos caiu 49% em relação ao ano passado. Ou seja, nós notificamos 226 mil casos, mais ou menos, no ano passado 440 mil casos. 18 Estados do Distrito Federal registraram redução. E 8 Estados registraram aumento. O Acre, Amapá, Roraima, Bahia, Minas, Espírito Santo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul. Próximo. Então, vejam, nós tivemos uma redução na Região Norte de 30%, na Região Nordeste de 31%, na Região Sudeste 66%, na Região Sul de 58% e na Região Centro-Oeste de 13%, dando uma redução média de 48.56%. Próximo. Nesse ano, 552 pessoas evoluíram para a forma hemorrágica da doença, uma queda de 78%, em relação ao ano passado. E os casos de dengue com complicações caíram 92%. Significa, primeiro, que a estratégia de combate foi adequada, a mobilização das prefeituras e dos Estados aconteceu, o diagnóstico está mais preciso e mais sensível, o tratamento foi iniciado de maneira mais precoce. E o resultado está aparecendo.

Agora o que nós temos que fazer é sustentar essa estratégia, para o ano que vem, e manter essa linha, para que a gente consiga resultados cada vez melhores. Próximo. Entre outras atividades e, enfim, iniciativas, nós aumentamos, colocamos um bilhão de reais para combater essa doença, compramos 270 nebulizadores costais, 200 veículos Kombi, 100 motocicletas, 40 veículos Pick-up, 30 pulverizadores costais motorizados e 2300 militares trabalharam em vários Estados, somando seus esforços aos agentes comunitários, aos guardas de endemias, aos profissionais de saúde. Próximo. Aproveitar, também, para falar da malária. Temos dados importantes também. Pode passar. Entre 2005 e 2008 nós tivemos uma queda de quase 50% do número de casos em todo o Brasil. As notificações passaram de 607 mil para 315 mil. Somente entre 2007 e 2008 a redução foi de 34%. Olha só que coisa importante. Nesse período, caíram 40% as internações por malária. E de janeiro a março de 2009 o ano já começou com uma redução de 20% dos casos e de 22% nas internações. Próximo. Por quê?

Isso é resultado de quatro fatores principais, ampliamos a rede de diagnóstico, aprimoramos a estrutura de atendimento, e introduzimos medicamentos muito mais eficazes, inclusive, uma composição de medicamentos produzida pela FIOCRUZ, muito mais eficaz, expandimos a rede de laboratórios. O resultado é: Número menor de casos, número menor de internações,

cura mais precoce, redução da transmissibilidade, enfim, todo um conjunto de medidas que nos dá um resultado muito positivo. Próximo.

O Tribunal de Contas, inclusive, num estudo específico em 2008 confirmou a queda no número de internações. E entre 2002 e 2007, 40 mil internações deixaram de ocorrer por malária no Brasil. Uma economia de quase 7 milhões de reais aos cofres públicos. Próximo. Agora, para encerrar, vou fazer um balanço muito sumário do programa que a gente vem implementando, Mais Saúde que, evidentemente, como nós não conseguimos contar com os 24 bilhões a mais, que nós contávamos em 2007, evidentemente, que as metas todas tiveram que ser reduzidas, mas alguma coisa foi feita. Pode passar. Ele foi lançado em dezembro de 2007 com 73 medidas e 165 metas, envolvendo 90 bilhões de reais. E ele pressupõe um modelo de gestão inovadora, monitorado, voltado para resultados. Próximo.

Alguns resultados até janeiro de 2009. Aumentamos em 10% os recursos federais para custeio das equipes de saúde da família e 11% das equipes de saúde bucal, habilitamos 447 leitos de UTI, ampliamos o centro de saúde do trabalhador de 175 para 230. Realizamos a maior campanha de vacinação contra a rubéola, do mundo. Nós estamos erradicando duas doenças aí, a rubéola e a síndrome da rubéola congênita. E, nesse momento, o Brasil está em processo de certificação, pela Organização Mundial da Saúde, de erradicação. Ampliamos para um bilhão o investimento contra dengue, que eu já me referi. Próximo. Novos serviços de saúde habilitados, ampliando assistência, ampliando a cobertura, 135 unidades de saúde auditiva, 219 serviços novos de traumatologia-ortopedia, 122 de neurocirurgia, 233 de cardiologia e 622 de terapia renal. Próximo.

Temos hoje, das 29.149 equipes de saúde da família implantadas, 5.314 farmácias. Aqui tem farmácia popular, com 13 medicamentos, 513 farmácias da rede própria, e 600 mil pacientes de insulina-dependentes, assistidos nessa rede. Próximo. Aumentamos em 8 bilhões de reais, entre 2007 e 2008, os exames de média e alta complexidade. Eu posso falar, com tranquilidade que, em nenhum momento, se deu um recurso tão significado de reajuste dos tetos. E vejam que a política do governo expressou uma estratégia de reduzir as desigualdades regionais. 62% foi o aumento para a Região Norte, quase 63%. 52% para a Região Nordeste, 38% para Região Sudeste, 43% para Região Sul e 54% para Região Centro-Oeste. Próximo.

Bom, para 2009, e considerando que, primeiro, nós não conseguimos, até o momento, regulamentar a Emenda 29. Segundo, a saúde continua necessitando

de mais recursos financeiros, nós temos que focar. E o foco implicou em 31 temas estratégicos que eu vou mostrar rapidamente. Pode passar. O planejamento familiar, com ênfase nos procedimentos de vasectomia. Nós estamos ampliando muito a vasectomia. O programa saúde nas escolas, olhar Brasil, promoção da saúde, redução da mortalidade infantil, saúde da família, prevenção do câncer de mama e colo de útero, saúde mental, transplante, implantação dos núcleos de apoio à saúde da família, combate à hipertensão e diabetes, Brasil sorridente, SAMU, as unidades de pronto atendimento 24 horas. Vamos construir 500 UPAS até o final do ano que vem. Farmácia popular, nós vamos expandir, incluir mais medicamentos, saúde do homem, principalmente, cardiologia e urologia. Próximo.

A internação domiciliar, a conclusão das obras do novo Instituto Nacional de Traumatologia-ortopedia do Instituto do Câncer, no Rio. Tuberculose, malária, hanseníase, dengue, e doenças sexualmente transmissíveis, e AIDS. A implantação dos territórios integrados de atenção à saúde. O sistema de ressarcimento ao SUS, que vai ser lançado agora. Um sistema totalmente inovador, eletrônico, que vai ampliar muito o ressarcimento das operadoras de planos, dos seus segurados, que são atendidos pelo sistema público. As obras da Hemobras já começaram. Estão em pleno andamento. A ampliação da rede da FIOCRUZ em seis Estados brasileiros. O fortalecimento da rede de laboratórios oficiais. A estruturação da Universidade Aberta do SUS, a remuneração do trabalho médico, o projeto das fundações Estatais, novo modelo de gestão para os Hospitais Públicos. A lei de Responsabilidade Social, a implantação do cartão do SUS, a valorização da gestão e o pacote de qualificação da gestão dos hospitais Federais do Rio de Janeiro. Próximo.

Muito bem. Então, eram essas as informações que eu trago. Muito obrigado pela atenção.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Queremos agradecer as informações do Sr. Ministro. E agora passaremos à segunda etapa, quando ouviremos, inicialmente, os autores da proposição, na presença do ministro aqui. Antes de passar a palavra ao Senador Papaléo, eu gostaria aqui de registrar a presença do Senador Tião Viana, registrar a presença do Deputado Wilson Braga, Ex-Governador da Paraíba, Estado vizinho ao nosso Rio Grande do Norte. A presença do Deputado André Sakharov, que sempre está presente, dando a sua contribuição nessas questões da saúde. Obrigado Deputado André. Mas, ministro, eu vou passar a palavra ao Senador Papaléo e, antes disso, eu gostaria de colocar aqui, já alguns questionamentos que o senhor deverá responder.

Vamos começar pela Influenza A, vírus H1N1. Me diga uma coisa, ministro. Nós sabemos que a cadeia de transmissão, as informações que temos é que chega... De uma pessoa poderá chegar a 73 pessoas. O que é que a preocupação? Sabemos do cuidado que está aí comprovado, e mostramos os resultados no... Nas barreiras sanitárias de aeroportos, de portos e de fronteiras. Mas, especificamente, existem casos que são assintomáticos. Para que fique bem claro, esses casos assintomáticos, a partir de quando, haverá a transmissão? A partir de quando haverá o controle? Porque os casos assintomáticos passarão tranquilamente nas barreiras, e só após alguns dias, é que surgirão sintomas. Então, esse controle, que será também dos comunicantes é que, realmente, eu gostaria de deixar aqui essa pergunta, essa preocupação.

Os recursos que estão colocados são suficientes para no caso de uma exacerbação dos casos? Porque nós estamos, como o senhor aí colocou, está solicitando mais 800 mil tratamentos. Então, claro que a gente entende que há preocupação, e tem que se ter, e se prevenir, o quanto antes, de o aumento do número de casos. Então, nós queremos saber se esses 800 mil, já demonstra que o próprio governo, o próprio Ministério prevê uma possibilidade de chegarmos a esse número. Então, os recursos são suficientes? Estão sendo colocados, realmente será suficiente para dar cobertura ao tratamento e ao acompanhamento? Isso com relação à questão da Influenza A.

Na saúde da família, nós sabemos que houve um acréscimo muito grande, o que é muito bom, e é um programa que, nós sabemos, da mais alta relevância para o nosso país, até porque, eu tenho o prazer de dizer que era Prefeita quando as primeiras equipes, que foram colocadas pelo Ministério, a nossa cidade foi um pólo, vamos dizer assim, de experiência e deu certo e, realmente, tem sido um bom trabalho. Mas nós sabemos que, hoje, há muitas dificuldades no interior, nas cidades menores, notadamente, Norte e Nordeste, também. Acredito que no Centro-Oeste, em lugares mais remotos também há dificuldade. E nós queremos saber se há algum estudo, a possibilidade, de um incentivo maior, principalmente àqueles que estão recém-formados para interiorizar, cada vez mais, esses programas.

Pela deficiência que nós sabemos, muitos Municípios enfrentam sem poder ampliar o número de equipes, pela carência de profissional. Mas nós sabemos, também, que os recursos que chegam para o programa, os Municípios pequenos não têm como dar uma contrapartida maior, e com isso, ter condições de remunerar melhor para poder atrair mais profissionais. Então, essa era uma questão sobre o Programa Saú-

de da Família que, eu acho, que é fundamental importância, para que nós possamos chegar a todo o país e, com isso, o senhor sabe muito bem, se acontece na base, as ações, nós vamos ter gradativamente a redução das internações, a redução dos tratamentos mais especializados, porque poderemos atender, logo no início de qualquer problema.

Então, fico aqui. Depois outros questionamentos, com certeza, chegarão. Mas eu quero passar, agora, a palavra ao Senador Papaléo e, mais uma vez, agradecer ao ministro a sua presença nesta Comissão.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Sra. Presidenta, Senadora Rosalba Ciarlini, Sr. Presidente da Subcomissão de Saúde Senador Augusto Botelho, Srs. Senadores Paulo Paim, nosso querido Tião Viana que está aqui presente, Senador Mozarildo, Srs. Deputados, André Sakharov e o Deputado, Ex-Governador do Estado da Paraíba, Wilson Braga. E minha saudação toda especial ao Sr. Ministro da Saúde Dr. José Gomes Temporão e sua equipe, aqui presente, bem como, o Presidente da ANVISA, Dr. Dirceu Raposo que se faz presente, também, aqui. Primeiro, eu quero agradecer a V. Exa. pela presteza como sempre atende à Comissão de Assuntos Sociais, mais propriamente a Comissão da Saúde, Subcomissão da Saúde. E agradecer à V. Exa. pela seriedade como está conduzindo o Ministério da Saúde e, principalmente, no momento de Audiência Pública como o nosso, V. Exa. traz uma equipe de técnicos que, eu quero aqui prestar os meus respeitos e, realmente, dizer que o Ministério da Saúde está, em minha opinião, na minha visão de médico e de político, agindo de uma forma suprapartidária, o que nos alegra muito, Sr. Ministro.

E quero repetir aqui, Sr. Ministro, o que o falei quando estávamos em uma solenidade no nosso Plenário. E disse que depositava toda a minha confiança em V. Exa., porque V. Exa. está conduzindo desta forma, ou dessa forma, o Ministério da Saúde. Tenho certeza absoluta que nós jamais ouviremos escândalos de sanguessugas e etc na sua gestão. E é isso que nos faz ter esperança num país sério. É ver que numa instituição, como Ministério da Saúde V. Exa. sabe muito bem zelar pela responsabilidade que V. Exa. tem, bem como, pelo seu nome, que é muito respeitado. Então, agradecer a todos os técnicos, homenagear todos os técnicos e, realmente, reconhecer nessas pessoas, pessoas de extrema importância para que V. Exa. esteja, hoje, no patamar de credibilidade em que está.

Eu quero... Sinta que todas as críticas acontecerem, são críticas construtivas. Eu pertenço ao PSDB e, ainda há pouco, falei a V. Exa. que a saúde é suprapartidária. E, mesmo na condição de seis anos presidindo a Subcomissão de Saúde, eu jamais causei qualquer

constrangimento por questões políticas partidárias a V. Exa., ou a qualquer outro membro do governo que viesse representar o governo do Presidente Lula.

Eu teria, inicialmente, Sr. Ministro, que fazer umas considerações. Ainda ontem, eu via no noticiário uma... Um jornal de televisão, que o Brasil é o país que menos investe em saúde, país da América Latina, cerca de 8,6%, e faz uma comparação com a Argentina que dá 16%, e com o México que fala em 24%. Então, eu vejo que, aqui cabe muito bem uma questão que nós discutimos no Senado, há muitos anos. E que iniciou essa discussão com o Senador Tião Viana. O Senador Tião Viana, em 2001, ele apresentou o Projeto de Lei nº 35/01 que, realmente, começa o trabalho da regulamentação da Emenda 29. Chegou à Câmara e esse projeto sofreu entraves e o Senador Tião Viana entrou com outro projeto, semelhante a esse, com atualizações, que é, em 2007, que é o 121, que foi votado no Senado, aprovado no Senado, e continua na Câmara.

E é um projeto que, em minha opinião, é muito coerente, porque ele não sai impactando o orçamento, para onde nós queremos chegar. Ele vai gradativamente alcançando os níveis de percentuais que nós, que o Senador sugere, e que nós achamos muito conveniente, para que haja a melhora da saúde, melhor trabalho de V. Exa. e de todo o governo. Então, nós aguardamos que a Câmara agilize essa votação, agilize essa votação porque, assim como, o Senador Paulo Paim na área trabalhista tem e agora, fundamentalmente, na questão sobre os aposentados, ele tem uma participação muito ativa, no sentido de buscar a justiça, o senador na área trabalhista, o Senador Tião Viana tem na área da saúde. Eu quero aqui prestar os meus respeitos ao Senador Tião Viana.

Então, Sr. Ministro, eu digo que V. Exa. fez uma exposição muito importante sobre a Influenza A, H1N1. E que nós, realmente, estamos reconhecendo que a condução do Ministério da Saúde, é uma condução lúcida, sem qualquer estardalhaço, com responsabilidade e que, de qualquer maneira, nos dá tranquilidade. Não levou a opinião pública ao desespero, ao desequilíbrio, aquelas ondas que normalmente acontecem. Então, isso é uma forma muito responsável que eu quero reconhecer. Então, diante dessa... Desse quadro que V. Exa. apresentou sobre a gripe, sobre malária e dengue, eu realmente fiquei muito atento e surpreso, principalmente, quando a redução na questão dos casos de dengue, tanto morbidade como mortalidade, de dengue e de malária. E por quê? Porque atingiu muito a nossa região, a Região Norte. A Região Norte que é sempre, não depende de V. Exa., mas politicamente

ela é sempre mais fraca. E na área da saúde é a que menos é aquinhoadada.

V. Exa. realmente mostrou um acentuado direcionamento de recursos para a Região Norte, mas quando nós vamos ver a proporcionalidade, esses recursos ainda são bem aquém do que nós precisamos. Mas eu fico aqui, que não depende exclusivamente de V. Exa., mas depende de ações drásticas e do governo, no sentido de darmos a esses Estados, principalmente, aos Municípios que são os Municípios completamente enfraquecidos de, financeiramente porque eles vivem praticamente de FPM, não têm condições de fazer investimentos e saneamento básico, que é para fundamental para essas doenças, principalmente, as duas últimas a que V. Exa. se referiu. Então, eu peço, assim, o sentido do direcionamento, principalmente na questão do Ministério das Cidades, onde haja a preferência para esse tipo de investimento, que é investimento que vem, logicamente, beneficiar o país de uma maneira geral e, fundamentalmente, na área da saúde.

Assim como, Sr. Ministro, eu não posso deixar aqui de citar, porque há algum tempo atrás, politicamente, V. Exa. teve alguma... Recebeu algumas críticas por ter levantado questões relacionadas à FUNASA, Fundação Nacional de Saúde. E a nossa região, é uma região onde temos muitas... Uma população indígena significativa, eu lamento, o Senador Mozarildo no momento não estar presente. Ele poderia falar muito bem, principalmente, no caso do Estado dele, eu digo que a FUNASA tem uma... Até através das ONGs que contrata, que é outro mistério que nós temos que avaliar muito bem, investigar isso muito bem, porque foge realmente ao controle das excelências que comandam este país. A FUNASA nos faz ouvir histórias escabrosas.

Ainda há pouco, como não tenho certeza, mas serve como um alerta a todos. Estava falando aqui para o Senador Tião Viana. Quer dizer, desvios de recursos públicos às custas de quê? Às custas da politicagem, porque sempre um órgão desse, quando está na mão, no comando de um mau político. Ah, esse aqui é do partido tal e vai indicar o fulano tal que vai fazer o serviço tal, que vai beneficiar a campanha de tal. Então, isso aí não adianta nós sermos hipócritas. Isso é uma realidade. Isso aí me abala emocionalmente bastante, porque eu sei que nós podemos, como o Senador Tião Viana, Senador Paim, Senadora Rosalba e muitos outros aqui, Senador... Sermos eleitos sem termos necessidade nenhuma de fazer roubalheiras, falcaturas, usarmos cargos, indicarmos alguém para algum cargo para essa pessoa ser um agente alimentador dos cofres de campanha.

Por isso eu quero declarar, Sr. Ministro, aqui que pertenci ao PMDB, PMDB que faz parte do governo. E

nunca, na minha vida política, indiquei um diretor de departamento, seja lá de onde for. Por quê? Porque eu sou determinadamente conduzido para que as ações técnicas sejam praticadas por técnicos. É esse o meu ponto de vista. Então, fica aqui esse alerta para todos nós, que até nos bastidores poderemos conversar publicamente é difícil, porque também ninguém vai ficar condenando ninguém, sem ter certeza. Mas fica esse diabinho aí, para nós ficarmos trabalhando na cabeça da gente, até chegarmos à verdade.

Então, Sr. Ministro, desculpe o longo... A longa fala e quero deixar para V. Exa., as seguintes perguntas. V. Exa. considera que o Congresso Nacional poderia tomar algum tipo de medida legislativa para auxiliar no combate às doenças emergentes? Outra pergunta. O Ministério da Saúde tomou, ou está tomando alguma providência em prol das vítimas das enchentes no Norte e no Nordeste do país? Esse é um assunto interessante, que tem a ver também com... O que se foi falado. Qual a opinião do Sr. Ministro da Saúde em relação à lei antitabagismo de iniciativa do Governador José Serra que entrou em vigor no Estado de São Paulo? Porque eu... Em minha opinião, é extremamente importante esta lei.

E o Governador José Serra teve a coragem e a determinação e é Governador de São Paulo, deverá ser nosso candidato a Presidente da República. Mas teve coragem de passar por todos os obstáculos da antipatia dos fumantes, para determinar essa lei. Então, por isso que eu pergunto a V. Exa.. E a outra pergunta que eu tenho muitas aqui, mas vai ser a última. O Ministério da Saúde pretende regulamentar a propaganda de alimentos e bebidas considerados não saudáveis? E, em relação às bebidas com teor alcoólico mais baixo, como as cervejas, pretende adotar alguma medida? Então, essas são minhas perguntas. Eu quero agradecer à Sra. Presidente pela tolerância, ao Sr. Ministro pela sua presença, mais uma vez, e são essas as nossas perguntas. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Obrigada, Senador Papaléo. V. Exa., como sempre, com suas preocupações, sua competência e sua experiência, nos traz, com certeza, mais informações que estão transformando esse momento, ainda mais importante para todos nós. Muito obrigado. Agora vamos passar a palavra ao Senador Tião Viana que é o conhecido já como homem da Emenda 29, que, inclusive, antes do Senador... Eu estou bem, estou aqui aproveitando essa prerrogativa de ser Presidente para também colocar sobre a Emenda 29, que foi um momento... Naquele dia, Sr. Ministro, quando da votação que foi por unanimidade, eu fui à tribuna e disse: Valeu a pena ser Senadora.

Estava chegando com todo o entusiasmo, porque eu acho que é importantíssimo que nós tenhamos realmente a Emenda 29 em plena atividade, em plena... Podendo ser realmente, dar os seus resultados. E queria aqui, já que também o Senador Papaléo colocou, como é que nós poderemos auxiliar, ainda mais, fazer alguma coisa para que essa emenda seja, ou não seja regulamentada, Ministro? Porque o tempo está passando e é importantíssimo, nós sabemos que esses recursos são prioritários, é vida, está... Muita coisa poderia estar acontecendo ainda mais, se nós tivéssemos já a Emenda 29 regulamentada. Eu sei que não depende de nós. A nossa parte nós já fizemos. Mas sempre é algo que, se pudermos... queremos somar no sentido de agilizar.

Mas só aqui uma coisa, Senador Tião Viana, falando sobre recursos para a saúde, nós sabemos que Sr. Ministro aqui colocou sobre a questão do ressarcimento, com relação aos planos de saúde. Eu sei que já foi fruto, inclusive, de uma auditoria do Tribunal de Contas da União, sobre a forma... Do que o Ministério, na realidade, está perdendo, que nós estamos perdendo, pelo não ressarcimento, pelas dificuldades, pelos gargalos que existem, exatamente aqui, entre a informação e chegar até o ressarcimento, até que essas contas sejam batidas, mesmo, existe uma série de dificuldades. Então, eu quero saber... Sei que os procedimentos ambulatoriais também ainda não estavam sendo cobrados, estavam sendo cobrados prioritariamente a IH(F), e a média e alta complexidade.

Então, nós gostaríamos de saber que medidas, que providências, como vai ser essa nova sistemática, para que o Ministério possa receber esses recursos que nós sabemos que é da ordem de bilhões, e que está fazendo falta à saúde. Enquanto está fazendo com que os planos de saúde fiquem até mais... Ainda mais tenham um lucro ainda maior, porque quem está resolvendo é a saúde pública é o SUS. Enquanto eles, que têm obrigação, não estão fazendo e não estão ressarcindo. Então, eu gostaria de saber, que o senhor colocasse isso entre as nossas preocupações. E também, se no calendário de vacina, se nós vamos ter ampliação desse calendário com mais vacina. Aí fala a pediatra, que tem uma preocupação muito grande, sabemos que poderíamos estar tendo mais recursos na saúde se tivéssemos mais vacinas que evitassem as doenças, muitas doenças graves que dão um prejuízo muito grande ao nosso país. Com a palavra o Senador Tião Viana, a quem eu peço desculpas e agradeço a paciência.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC): Sra. Presidenta, Senadora Rosalba Ciarlini, grata satisfação que nós temos em V. Exa., além de Presidente da Comissão

de Assuntos Sociais, a condição de médica, pediatra, uma militante da saúde, nosso Senador Augusto Botelho também, nosso Presidente da classe da saúde aí, que é também um militante desse movimento. É uma alegria grande estar ao lado dos parlamentares aqui, senadores, e os Deputados Wilson Braga e o Deputado André Sakharov também, e o nosso Ministro da Saúde. Eu quero dizer que me sinto muito amparado, nesse momento em que vivemos uma situação de uma epidemia grave nessa conceituação de pandemia, em termos um Ministro da Saúde com a responsabilidade científica que tem o Ministro José Gomes Temporão, a responsabilidade política que tem, em tratar matérias tão delicadas como essas.

Nós tivemos também a Organização Mundial da Saúde dando o tratamento adequada a essa matéria, despertou a responsabilidade do mundo inteiro e o Brasil prontamente atendeu ao chamado, à sensibilização, e exerceu com muita competência, com inteira... Inteiro cuidado e eficiência as atividades que deveriam ser acionadas através da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, da nossa Secretaria de Vigilância em Saúde, todos os aspectos epidemiológicos deveriam estar envolvidos para os cuidados de prevenção e controle da entrada do vírus A em nosso país. Eu acho que o resultado é muito satisfatório. É uma tranquilidade responsável da sociedade brasileira hoje, não é um ato de tranquilidade irresponsável. Nós estamos ainda no aspecto mundial da epidemia, na varanda de uma casa, ainda vamos ter a visita à sala, aos quartos, aos cômodos. Seguramente, ainda não estamos em uma fase de franca expansão. E a gripe de 1918, a gripe espanhola da década de 20 nos mostrou que, às vezes, a virulência inicial é branda e, depois, ela pode se tornar grave.

Então, os cuidados necessários, felizmente, estão sendo tomados. Temos que aprender muito com os fatos históricos, com a gripe espanhola, com a asiática, com a gripe dos anos 60 também. Também para que tenhamos a melhor resposta epidemiológica. Eu acho que o Brasil se mostra maduro, em termos de Ministério da Saúde, um Ministério que tem um pouco mais de 55 anos de existência, como instituição individualizada, e o movimento sanitário afirma as grandes diretrizes para os grandes problemas, que põem em risco de fato a maioria da população. Quando o ministro apresenta os dados ali, sobre as grandes endemias, ainda da pobreza no país, nós observamos a vitória do SUS, uma vitória do nosso governo, da sua pasta, mas é, sobretudo, uma vitória de resistência do movimento sanitário brasileiro, tendo como vetor o nosso Sistema Único de Saúde.

Então, eu sei das dificuldades orçamentárias por que passam o Ministério da Saúde. Eu entendo que não há ainda no Brasil, nesse período de existência do Ministério da Saúde, uma visão de Estado que diga que saúde não é despesa, mas que saúde é investimento. Agora mesmo, acabei de ler um belo ensaio, de um escritor indiano chamado: Mundo Pós Americano. E ele mostra a migração de indústrias dos Estados Unidos para o Canadá, porque tem um custo de mão de obra mais barata. E por que tem? Porque para um operário americano custa 5.850 dólares, o gasto com saúde. O operário canadense não gasta nada. Então, ele tem uma redução franca de custo de mão de obra e as empresas, percebendo isso, estão indo para o Canadá. O Brasil tem que vencer essa conceituação de um sistema estatal, de um sistema eficiente e que dê respostas.

O que nós não podemos é ficar carregando o setor privado com mais recursos para a saúde, mas na hora da complicação do transplante, dos renais crônicos, dos doentes graves, são todos transferidos para o nosso SUS, e esse item não está devidamente regulamentado. Então, acho que o nosso país está maduro para enfrentar uma epidemia do porte do vírus A. E acho que os serviços do Ministério demonstram total eficiência como a SVS e como a nossa ANVISA também.

Eu só gostaria de abordar, ministro, é fato que nós estamos em um outro período da história, o aparato de tratamento é diferente, que vai dar hidratação ao suporte clínico, aos outros. Mas nós temos ainda os setores vulneráveis da sociedade. O que tem pronto para os setores vulneráveis, a exemplo, as comunidades indígenas, em relação à gripe A. Nós estamos com mecanismos ágil, veloz, chegar à comunidade que venha a ser atingida de populações indígenas, e aqui nós temos na medicação, aqui tem o suporte clínico, aqui as complicações respiratórias estarão, tem a vigilância suficiente para a intervenção? Nós temos comunidades da Amazônia isolada, temos 20 milhões de amazônidas e muitos milhões vivem em áreas isoladas e que precisam de uma atenção especial.

É claro que os bolsões de miséria, as várias faixas etárias de menor, de crianças e idosos são mais vulneráveis, mas temos também essas comunidades. Eu gostaria de algum comentário e ouvir de V. Exa. se existe uma expectativa de presença desse vírus no nosso meio, em termos de tempo, e que expectativas de acompanhamento de vigilância nós temos para a vacina? V. Exa. falou de quatro meses a seis meses. É isso mesmo? O sequenciamento genético está pronto em relação ao vírus. Agora, nós temos que avançar na resposta da imunização através da vacina, e acho

que essa é uma etapa a ser seguida. Agora, há uma expectativa de, por quanto tempo temos que estar vigilantes como Ministério e como sociedade? No mais, eu só quero cumprimentar em todos os sentidos, dizer que é uma alegria termos um ministro com o nível de responsabilidade científica e política para tratar questões dessa natureza.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Obrigada Senador Tião Viana. Nós vamos agora passar a palavra ao Senador Augusto Botelho. Mas eu gostaria de fazer uma observação. O tempo está passando rápido e nós ainda temos muitos oradores. Depois do Senador Augusto Botelho, temos o Senador Valter Pereira, Senador Valadares, Senador Paulo Paim, Senador Mão Santa. Eu gostaria aqui, de pedir a todos que cumpram com o tempo regimental de 5 minutos. A partir de agora, nós vamos ter que entrar no tempo. Com a palavra o Senador Augusto Botelho, que é o Presidente...

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Da Subcomissão.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Esse vai ter direito um pouquinho mais, porque ele é o Presidente.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Eu vou dar o exemplo, vou seguir o tempo. Sr. Ministro, inicialmente eu gostaria de parabenizar o senhor e sua equipe pelas ações que estão tomando em relação a H1N1, mostra que a gente... O senhor predisse, o vírus vai chegar no Brasil. Agora, eu quero que o senhor diga também. Não vamos deixar ele espalhar, vamos lutar para ele não se espalhar no Brasil. E as medidas todas estão sendo tomadas. O trabalho dos senhores está louvável. Meus parabéns. Mas eu queria fazer uma pergunta para o senhor, em relação à nossa indústria da saúde.

Em 80 a gente tinha um déficit comercial de 700 milhões de dólares. Hoje nós estamos passando de 5 bilhões de dólares. Eu sei que V. Exa. está muito preocupado com isso. E tem trabalhado, inclusive, no Mais Saúde, tem um parágrafo, um ponto básico nisso. Eu gostaria que V. Exa. prestasse um pouquinho de esclarecimento para nós, e falasse um pouco mais sobre isso, porque isso interessa à saúde, tanto à saúde do cidadão brasileiro, como à saúde econômica do país. Por outro lado, eu também gostaria de firmar. Eu sou de Roraima. Em Roraima a malária é a nossa doença mais frequente. Agora a dengue está atrapalhando um pouco a malária, está passando um pouco. A malária é uma doença muito séria, grave, já perdi muitas pessoas, já vi muitos pacientes morrerem de malária, graças a Deus não tem ocorrido isso. Nossa infecção com a malária baixou bastante. Mas só para firmar bastante,

o Ministério da Saúde tem que continuar com o programa dele, de fazer os laboratórios.

Os laboratórios de malária é uma coisa simples e eficiente. Pega-se uma pessoa da comunidade, essa é a tecnologia que o nosso Ministério usa, na comunidade. Às vezes, na comunidade, você só chega lá de carro traçado, treina aquela pessoa, coloca um microscópio para ela que funciona com a luz do sol, muitas vezes, e deixa o medicamento disponível. Essa foi uma medida que, realmente, mudou claramente a malária no meu Estado, e no Estado do Senador Tião também. Que é outro Estado que tem a doença endêmica como a malária. E que esteja focado nesse sentido. E que as prefeituras... Mas tem ocorrido frequentemente, eu estou aqui no Senado há seis anos. Nas mudanças das prefeituras, nós temos o aumento do pique da malária. Porque os nossos agentes de saúde, há uma espécie de descuido, nós temos que trabalhar de forma para evitar que isso aconteça.

O Ministério da Saúde tem que criar uma fórmula para não deixar que os Prefeitos, nessa mudança, relaxe e a malária suba. Quando sobe a malária é que começa toda a confusão de novo. Mas parabéns pela atitude em relação a H1N1, a dengue é mais complexa, nós temos que conseguir vencer a dengue. Nós todos sabemos que, daqui para frente, toda a dengue vem com morte acompanhada. Nas primeiras epidemias, primeira e segunda não tinha isso, mas agora vem com morte. E nesse ano, apesar de ter havido uma queda, um aumento no meu Estado, nós não tivemos nenhuma morte por dengue ainda, graças a Deus, porque o pessoal está treinado para combater a dengue.

Como os senhores do Ministério da Saúde treinaram as pessoas para dengue, tem que fazer em relação a H1N1. Então, eu gostaria de esclarecimento, principalmente, com relação a nossa indústria da saúde. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Obrigada Senador Augusto Botelho. E parabéns. Cumpriu o tempo bem... Agora, passamos a palavra ao Senador Valter Pereira. 5 minutos, Senador.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sra. Presidente, em primeiro lugar, para cumprimentá-la pela condução dos trabalhos e pela convocação desta reunião que eu acho que é da mais alta significação. Sr. Ministro, Ministro José Gomes Temporão, quero lhe dizer que o Presidente Lula passou por grandes desafios em sua administração, no entanto, com repercussões no campo internacional, duas merecem ser destacadas.

A primeira delas, a crise financeira internacional. E a segunda delas, a gripe. Essa gripe provocada pela

Influenza A, vírus H1N1. E quero lhe dizer que desses dois testes, o Presidente da República tem que se reconhecer que sai com louvor. No caso específico de V. Exa., acredito que a expectativa era maior, porque era necessária que houvesse uma estratégia que pudesse funcionar, com a maior rapidez possível, dada a atividade avassaladora desse vírus, que ameaçava trazer uma repercussão na saúde das pessoas do mundo inteiro. E V. Exa. demonstrou uma capacidade extraordinária, mostrou que tem uma política estratégica para enfrentar esses grandes problemas endêmicos e, realmente, merece aplausos e não é à toa que, aqui, parlamentares de oposição e de situação, estão aqui louvando a conduta do vosso Ministério, do seu comando, da serenidade com que enfrentou o problema e da abrangência das medidas adotadas.

Portanto, os nossos aplausos pela forma como séria e responsável e, sobretudo, competente como está conduzindo esse problema. Eu gostaria de fazer uma pergunta à V. Exa. sobre um aspecto que não vi abordado aqui nessa discussão. É sabido por todos que a fonte, o início, a matriz dessa epidemia veio do México. E o seu primeiro itinerário foi para os Estados Unidos e de lá, Canadá, Europa, Ásia, enfim, todos os países do mundo, inclusive, a América Latina, América do Sul. Pois bem, Sr. Ministro. V. Exa. conhece muito bem a fragilidade em que existe na política sanitária de alguns países, que são vizinhos nossos, como o Paraguai e a Bolívia, por exemplo. Isso já se manifestou com muita clareza, num episódio que afetou a saúde animal, especificamente, a aftosa.

A indagação que eu faço a V. Exa. é se há alguma articulação também do seu Ministério, com relação às autoridades e à política de saúde pública, especificamente, no caso dessa epidemia, com esses dois países que são limítrofes com o Brasil, já que no campo das possibilidades é muito factível que o vírus possa penetrar em algum desses países e, sem que haja uma política sanitária mais rigorosa, pode também trazer algum risco desses dois vizinhos. E a outra indagação que faço a V. Exa. é com relação à dengue. A dengue V. Exa. também teve um sucesso extraordinário, especialmente porque o Ministério comandado por V. Exa. não se prendeu a dogmas. V. Exa. esteve aberto à discussão, chamou as autoridades sanitárias dos diversos Estados, eu acompanhei isso de perto.

E V. Exa. ouviu experiências extraordinárias que foram feitas, o sucesso alcançado por algumas unidades federativas e uma das experiências que V. Exa. acompanhou foi a de Três Lagoas, onde houve uma combinação do beteoras(F) que é um produto desenvolvido pela EMBRAPA, por aquela isca desenvolvida pela Universidade Federal de Minas Gerais, combinan-

do com o fumacê que é um produto já antigo e tradicional do Ministério. Os pequenos Municípios do país, por acaso, estão tendo, do Ministério comandado por V. Exa. algum tipo de orientação quanto a essas experiências mais bem sucedidas, existe alguma política já no sentido de direcioná-los para que eles adotem a prevenção, valendo-se dessas experiências? São as duas perguntas que queria fazer à V. Exa.. Acho que eu cumpri dentro do prazo de 5 minutos fixado pela Presidência, a minha intervenção.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Obrigada Senador Valter Pereira. V. Exa. está dando uma grande contribuição, que gostaria agora de passar a palavra ao Vice-Presidente da Comissão Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PR-RS): Senadora Rosalba Ciarlini, Presidente, Senador Augusto Botelho, Presidente da Subcomissão, Senador Papaléo, que é o relator desse processo. Ministro José Gomes Temporão, quero dizer que V. Exa. conseguiu o maior *quorum* desta Comissão até hoje. Com o senador que chega agora, são 23 senadores que já estiveram aqui, inclusive, assinaram a lista. E a Senadora Rosalba me dizia, o dia que nós trouxermos o ministro, vamos conseguir um *quorum* absoluto. Mostra o prestígio de V. Exa.. Então, meus cumprimentos, ministro, pelo seu trabalho. Quero dizer que eu me sinto satisfeito nesse evento.

Logo que saiu a notícia da gripe, e vou dizer o nome aqui, só para dar um exemplo, da gripe suína, eu estava no Plenário do Senado, numa segunda-feira, Senadora Rosalba estava chegando, daí articulamos com ela que nesta nossa Comissão que é a Comissão que trata da saúde, no primeiro horário desse ciclo de debate sobre a saúde, seria a questão da gripe A. E V. Exa., de pronto, atendeu ao pedido de toda a Comissão. Eu tinha uma pergunta a fazer. Como sou muito ligado ao mundo, também do trabalho inato e homem da saúde. Eu sempre digo que um dos Ministérios mais importantes é o da saúde, porque saúde é vida. Mas não posso, também, deixar de dizer que eu estava muito preocupado com o nome que era dado a essa gripe.

Nem gripe mexicana, mas também nem gripe suína, porque acaba com todos os produtores da área e, conseqüentemente, leva ao desemprego, em massa, da nossa gente. Então, esta pergunta não vou fazer, percebi na sua exposição e na forma que V. Exa. tem que se comunicado com a sociedade. Eu tenho acompanhado esse debate desde o primeiro dia, precisa, tranquila e num linguajar que a população entende, sem nenhum pânico, sem alarme, demonstrando, claro, precaução e preocupação. Eu quero, de primeira mão,

cumprimentar V. Exa. e toda a sua equipe, e dizer que V. Exa. está com tanto prestígio que o Deputado Wilson Braga diz que está aqui, representando a Câmara dos Deputados. Já virou uma Comissão Mista, Câmara e Senado para acompanhar a sua exposição.

Todas as perguntas foram feitas, inclusive, na questão do orçamento. Claro que eu, V. Exa. sabe, entendo que o Ministério da Saúde precisaria de mais receita, por isso o debate da Emenda 29, por isso o debate da questão da DRU, na questão da saúde, por isso o debate que tivemos aqui, não dá para negar, da CPMF. É a minha posição, sabe muito bem qual foi, e respeito à vontade da maioria. Mas nós temos que buscar outras fontes para que, efetivamente, a gente consiga fazer com que a saúde seja prioridade *um* nesse país. E V. Exa. está fazendo isso à frente do seu Ministério. Para não repetir nenhuma pergunta. Eu só vou perguntar a V. Exa., se puder, e se entender que esse momento cabe, falar alguma coisa sobre a febre amarela que está atingindo muito, muito lá, o meu Rio Grande do Sul. Mas para não dizer que as notícias em relação à enchente e seca são só ruins, eu fui comunicado agora, que está chovendo muito na região Sul. No Rio Grande do Sul está muita água. Eu espero que no Nordeste também, se diminua agora o volume de água. Mas no mais, Ministro...

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Vamos mandar um pouco para o Mato Grosso do Sul, porque lá está faltando.

SENADOR PAULO PAIM (PR-RS): Vamos mandar para lá. Eu quero mais é cumprimentar V. Exa. e toda a sua equipe. Eu entendo, repito, que é um dos Ministérios no meu entendimento, mais importante de todos os Ministérios, porque é um Ministério que cuida da vida e V. Exa., com muita competência, está passando tranquilidade ao país, e está orientando de forma correta. Por isso eu encerro aqui cumprimentando V. Exa. e sua equipe.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Próximo orador inscrito, Senador... Roberto Cavalcanti, é... Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Senador Presidente Augusto Botelho, Ministro José Gomes Temporão, minha observação é bastante rápida e sucinta. É mais uma constatação. Eu, recentemente, viajei ao exterior. Tenho amigos que também estiveram no exterior, e tenho viajantes do exterior, que aqui chegaram no Brasil. E, na verdade, é uma constatação sobre a extraordinária competência nos aeroportos brasileiros. Os aeroportos brasileiros estão tendo um comportamento bastante diferente do que está acontecendo no resto do mundo. O uso dos equipamentos de

proteção por parte de todos os funcionários que estão na área interna do aeroporto. Verificação de que determinados passageiros estão, ou não, portando algum indício por febre, ou qualquer outro sintoma de gripe, faz com que nós possamos ter orgulho de estarmos num país que está bem gerido.

Então, na verdade, nossa constatação é uma constatação desse desempenho nos aeroportos. Os aeroportos brasileiros, eles estão diferenciados. Estive em Londres, estive em Paris, estive em Milão, várias outras capitais mundiais e qualquer capital brasileira, ao se perceber em documentários feitos por televisão e por constatação própria, minha, ao desembarcar no Brasil, eu verifico que o Brasil está acima do Primeiro Mundo. Parabéns.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Senador Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sr. Presidente, Sr. Ministro, inicialmente, eu gostaria de enaltecer o trabalho de monitoramento que está sendo feito pelo Ministério da Saúde procurando, de toda a forma, controlar em todo o país, em todo o Território Nacional, a possibilidade da incidência do vírus da febre suína que está causando preocupação, não só aqui no Brasil, como no mundo inteiro. A presteza com que V. Exa. tem agido causa, sem dúvida alguma, na população uma certa tranquilidade e não há, assim, uma corrida, né, como em outros casos aconteceu, com a dengue, com relação a esse problema. Quer dizer, não há um clamor público de tanta preocupação como aconteceu em outros casos.

Eu gostaria apenas de fazer algumas perguntas rápidas, por exemplo, nós sabemos que existe um laboratório especializado, o Adolph Lutz, em São Paulo, que recebe, ele, todo o Brasil, o material que é coletado nos Estados para os exames e a descoberta da incidência ou não do vírus. Aqui em Brasília, recentemente, três suspeitas de casos de febre suína e possível ocorrência do vírus H1N1. E foram 72 horas, no mínimo, para obtenção do resultado. Então, eu gostaria de saber de V. Exa. para agilizar o diagnóstico da doença, se não seria conveniente, até para prevenir futuras endemias, e se instalasse laboratórios especializados em outros centros no nosso país.

Quanto ao monitoramento nos aeroportos, sem dúvida, que está havendo um controle intenso de pessoas que vêm de outros lugares, principalmente, das áreas mais afetadas, de países como México e Estados Unidos. Mas, como o Brasil é um país de dimensão continental, tem, mais ou menos, 16 mil quilômetros de fronteira, fazendo limites com, pelo menos, nove países, como o Ministério da Saúde está agindo com relação ao ingresso de pessoas de outros países, não

através de aviões, mas de barcos, de veículos automotores, enfim, que ingressam no nosso país, como é que está sendo feito esse controle, esse monitoramento nas nossas fronteiras com os países da América Latina, na América do Sul?

Nós sabemos que esta doença ocorreu por conta da criação de porcos, notadamente, de empresas multinacionais como a Smithfield Foods. Então, essas empresas, naturalmente, que não tiveram os cuidados necessários, que deve exigir entre os necessários. E em função disso, criou-se esse novo vírus, que está preocupando o mundo inteiro. Aqui no Brasil, com relação a essas empresas que criam porcos, quais as providências que estão sendo tomadas pelo Ministério da Saúde, da ANVISA, no intuito de coibir possíveis discutidos que possam ocasionar o surgimento de doenças como esta.

Finalmente, eu tomei conhecimento, Presidente, que em determinados lugares no Brasil, houve uma queda acentuada da dengue, da ordem de 40% em relação ao ano passado. 49%, não é? Então, eu queria que V. Exa. discriminasse por Estado, principalmente, eu quero saber no Nordeste, um comparativo entre Estados do Nordeste, Estado do Sul do país, qual é realmente o índice de queda da incidência da dengue nos Estados do Nordeste, nos Estados do país. Agradeço a V. Exa..

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com a palavra o Senador Mão Santa, médico do Piauí.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Senador do Piauí, mas eu sou médico é do Brasil.

[risos]

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Ministro, eu quero é cumprimentá-lo. Eu quero lhe dizer que eu sou médico há 42 anos, médico mesmo. E eu conheço muitos ministros, desde o Raimundo... Do Brito lá do Rio de Janeiro, que eu cheguei a auxiliar a cirurgia, eu era... O Professor Mariano de Andrade, eles revessavam, um ia nos cargos públicos e outro ficava tomando conta. Então, eu conheço desde aí, quase todos. Mas, V. Exa. é um extraordinário, pode ficar vaidoso, Ministro. E nesses 42 anos, eu vivi a Medicina mesmo. Tenho todos os cursos que você possa imaginar. Fui para uma Santa Casa porque quis, tomar conta lá na minha cidade.

E quero dizer o seguinte, primeiro cumprimentá-lo, e o meu partido. V. Exa.... Os Ministros são bons, mas nenhum excede. V. Exa. é arrojado, é lutador, é complexo, eu sei da complexidade. Isso aí não me preocupa porque V. Exa. vai tirar de letra. Esse país tem uma tradição de Medicina pública extraordinária. Oswaldo Cruz, Carlos Chagas, Veronezzi e V. Exa..

Isso aí... Não nos preocupa. Mas a Medicina nos preocupa, em um momento. Cadê o Garibaldi, estava aí? Ah, o Azeredo, está aí, é governador. Eu fui convidado nessa sala, quando governava o Piauí, o Azeredo, eu não sei, a verdade tem que ser dita, eles me perguntaram quanto tinha o Governo do Piauí no investimento em saúde? 7%. Era 7%. E os outros eram, mais ou menos, na mesma média. O Azeredo está... Essa é a verdade. Então, nós acordamos que fosse gradativamente aumentado, porque aquilo é um orçamento, outros compromissos, funcionários, o governador arca com Ministério Público que é gastador, o Tribunal de Justiça, tem os compromissos.

Que isso fosse gradativamente, Ministro Temporão, subindo. Sonhava-se que subiria até 12%. É uma lástima, porque está por volta de 7 ou 8%, do mesmo jeito. E os Municípios 15%. Teve... Cadê Antonio Carlos Valadares, a Medida 29, mas o fato é que se gasta pouco em saúde. O Jatene, vendo isso, sensibilizou e a pátria é consciente disso... Mas aquilo foi uma lástima que desviaram. Mas saúde é isso. Agora, eu queria pedir uma atenção, e ninguém tem culpa, não. Vou dizer a verdade. Nós somos médicos. Médico vai buscar a etiologia, a causa, você está interessando é o vírus, é a febre, a dor de garganta, a causa... Lá no Gabinete do Sarney, o Papaléo é um filho adotivo do Sarney, vive lá. Não, é o melhor filho adotivo do Sarney.

[risos]

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Ah, o Temporão também é, primeira nomeação, dois bons, são os dois melhores. Mas lá eu fui atento à história, tem um quadro. O primeiro Senado da República. Eu olhei só o brasileiro, eu sei... Eu não tenho nada contra não, V. Exa. é de Portugal e eu acho que a gente tem que ver o espírito da lei, V. Exa., eu não vejo por que afastar isso, de ser apontado para Presidente da República, o espírito da lei. Mas eu olhei o quadro lá o quadro do Sarney, 42 brasileiros. Saí olhando as caras... Olha, a verdade é essa, eu sei que vai ser chocante, mas a verdade... Olha, eu olhei as caras [ininteligível]. 22 é da área da Justiça, do Direito, 22, dos 42. Então, desde aí, eles só fazem leis boas para eles. Olha, quanto ganha, Juiz, Desembargador, Ministro, eu sou aposentado e bom, o melhor emprego Federal era INSS, fiz concurso, esperei muito pelo SUS, eu não olho nem o cheque, deixo para a Adalgisa, porque dá úlcera, da aposentadoria...

[risos]

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): De raiva, de tão pouco. Agora, Desembargador é um negócio bom, da Justiça é bom. Então, desde aí eles... Aí tem... Tinha 10 militares, o Caxias está lá no meio, os padres gostavam da igreja, tinha 7, Padre Feijó. Médico, dois.

Então, nós estamos melhorando. Aqui já teve uns seis, morreu, Antonio Carlos Magalhães. Então, está na hora de nós nos unirmos e mostrarmos isso. Olha o desvio. Não venha com esse negócio de direito à saúde, tudo, eu estudei mais do que... Deus até foi bom, me botou aqui nessa boquinha aqui, do Senado. Mas a aposentadoria é dura. É dura, Papaléo. É dura. É pouco. Eu nem olho, dá gastrite, úlcera, morre... Então, é isso. E o dinheiro para saúde é pouco. Está pouco. É isso que nós temos que ver. Ninguém faria melhor do que...

Eu mesmo sou bom médico, viu, Temporão, eu sou bom médico. Ninguém faria melhor do que V. Exa.. Então, meus parabéns e parabéns a Rosalba, trouxe um grande nome. E aqui os fatos, não agredir os fatos, me ensinou Petrônio Portella. V. Exa. atraiu... Eu estava lá, negócio de enchente, de alagados, pediram para ficar. Eu falei: "Não, eu vou prestar uma homenagem ao nosso Ministro. Meus parabéns." Mas vamos ver se nós vamos arrumar dinheiro para o Ministro. O SUS piorou. Isso aqui é como o sol. Igual para todos. É a coisa mais bonita. Eu digo. Olha, Temporão, eu aperreio, eu estou aqui. Cuidei da minha família, operando pela tabela do SUS. Talvez, ninguém tenha operado mais... Que era numa Santa Casa. As tabela era razoável. Eu passava as férias no Rio de Janeiro ia auxiliar na cirurgia, tirava uma semana para ir para Buenos Aires comprar livro... Ela temeu. Tinha dinheiro, eduquei a minha família, tenho filho advogado, engenheiro, empresário, e dentro da dignidade, porque as tabelas eram melhores.

Tinha um tal de US, subia o salário, ela subia. Eu nunca tive apoio. Eu trabalhei numa Santa Casa. Então, só para lembrar, que eu sei que V. Exa., saúde pública, tudo, eu fui muito... Médico de centro cirúrgico. Vamos ver se a gente melhora com as coisas, porque está acontecendo uma coisa muito interessante. Médico de família, extraordinário, está funcionando, médicos da minha idade, olha esse testemunho, cirurgiões de alta resolutividade, chegam numa idade, você vai cansando, como jogar futebol, tem os primeiros anos, cirurgia. Então, eles estão deixando a cirurgia porque é pouco. Os valores estão ínfimos, então, para ser médico de família, para ter uma velhice. Olha, Temporão, eu vou lhe dar um item dramático...

[troca de presidência]

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Mão Santa, quero só acrescentar aqui os aposentados, os médicos se aposentando... A aposentadoria é tão pequena, vão para os programas de saúde da família.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Vou falar aqui. Aqui nós somos os pais da pátria. Um médico da minha Santa Casa, que foi diretor antes de mim, Dr.

Cândido de Almeida Athayde. Ele foi quem fez o parto de João Paulo Reis Veloso, nasceu, é da mesma cidade, nasceu, eu trabalhando... Aí eu era governador, ele morreu medalhado, eu taquei a medalha dele [ininteligível] no peito e ele ainda discursou. Mas ele morreu, com 94 anos, dirigindo a Santa Casa, porque também aí, politicamente, eu não deixava ele dirigindo, pelo respeito que ele tem, mas operou na véspera. Por necessidade. Porque as aposentadorias...

Então, eles estão com 80 anos trabalhando porque a classe médica tem dignidade e não tem condições de se manter com essas aposentadorias. Mas V. Exa., eu só quis dar... para cooperar, V. Exa., eu não faria melhor. Eu acho que o Papaléo podia se aproximar de V. Exa., o Augusto Botelho. Seja feliz e conte com o nosso apoio. E nesse negócio vamos estudar a lei, o espírito da lei. V. Exa. pode ser candidato a Presidente da República. Essa Dilma é uma boa vice para V. Exa..

[risos]

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Mão Santa, V. Exa., como sempre traz alegria aqui. E também traz questões para que a gente possa refletir, analisar, duvidar das notícias novas. Vamos agora passar a palavra ao Senador Eduardo Azeredo, esse mineiro que também com a sua experiência e competência está engrandecendo o Senado Federal.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sra. Presidente, Sr. Ministro, Srs. Senadores, Sra.s Senadoras. Bom, eu estou aqui na Mesa porque o *quorum* está alto mesmo, viu, ministro. No momento não era para eu estar aqui. Eu quero dizer que, primeiro, essa questão da gripe, nós não temos críticas, acredito que está indo bem, por enquanto. Eu digo por enquanto porque, como oposição, nós temos que estar sempre alertas, atentos, mas acredito que, realmente, o governo está tratando a questão de maneira adequada. Então, eu vou aproveitar a presença de V. Exa. aqui para dois assuntos. Um, diz respeito à questão do atendimento pelo SUS... O SUS é realmente um sistema avançado que o Brasil tem, eu nunca deixei de registrar isso.

E eu vi, ainda hoje pela manhã, ministro, uma matéria dizendo que aumenta o número de americanos que, não tendo atendimento tipo SUS, que são milhões, estão indo para países em desenvolvimento e cita nominalmente, Índia e Brasil, para terem o atendimento... Índia, Brasil e México, para terem o atendimento de cirurgias programadas. Qual seria a posição do Brasil a esse respeito? Eles chamam até, seria, turismo médico, é o nome que a matéria dá. É a pessoa que aproveita para ir num país e, dizendo que os preços são, na verdade, às vezes, dez vezes mais baratos, do

que o americano pagaria lá. E ele vai, então, usar os nossos serviços médicos, da Índia, e de outros países em desenvolvimento.

E a outra pergunta é aquela de sempre. Como está a Emenda 29? Como é que nós podemos ter uma luz? Eu vou ter hoje, nós temos reunião da frente parlamentar de saúde hoje à tarde, que novidade nós teríamos na Emenda 29?

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pela sua, inclusive, pelo tempo que o senhor economizou bastante. Agora, para último inscrito é o Senador Suplicy. Passamos a palavra ao Senador Suplicy. 5 minutos, Senador, o senhor dispõe.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sra. Presidente, Senadora Rosalba Ciarlini, Senador Augusto Botelho, Presidente da Subcomissão, Senador Papaléo Paes, relator. Prezado Ministro José Gomes Temporão, eu gostaria de cumprimentá-lo pelas medidas que aqui nos expuseram, pela maneira tão eficiente com que preparou todas as autoridades de saúde, não apenas da União, mas com a colaboração das autoridades Estaduais e Municipais para, sobretudo, prevenir um agravamento de espalhar essa gripe por todo o Brasil.

Gostaria também de, nessa oportunidade, agradecer a atenção de V. Exa., com respeito a medidas que comuniquei a V. Exa., relativas a problemas num dos hospitais do Rio de Janeiro e a atenção dada por V. Exa. ao Ministério. E espero que as coisas estejam caminhando melhor. Tenho certeza de que, graças as suas providências, estão. Com respeito a esta gripe que originou-se, sobretudo, no México, de alguma maneira ela tem grande similaridade com o que aconteceu com a gripe de 1918 e 1919, chamada espanhola, que matou nada menos que 60 a 100 milhões de pessoas no mundo. Como a atual, a origem da gripe espanhola parece ter vindo dos pássaros e que também teve um vírus de mamífero, como ela matou, sobretudo, jovens adultos. Dos 642 pacientes observados nos Estados Unidos a média de idade situa-se em 20 anos. Para as pessoas de mais de 50 anos, 5% apenas são doentes.

Em 1918 as pessoas não morreram devido ao vírus mas, sobretudo, por causa da pneumonia associada. Hoje a gripe do México apresenta uma patologia pulmonar associada, de tipo viral, que atinge 50% das pessoas doentes. Esta gripe é pouco mortal, e os pacientes fora do México têm curado rapidamente. Mas o problema, sobre o qual precisamos estar prevenidos, levando em conta o que aconteceu em 1918, de abril a setembro, a gripe foi considerada normal, benigna, com uma forte queda em julho, nos países do hemisfério Norte, onde começa o verão. Com o verão. Mas o vírus ficou mais forte com os meses, alterou-se, indo de

homem a homem e, em setembro, quando começou a virar o tempo ficou muito grave. E durou até dezembro, quando conheceu uma recrudescência em fevereiro e março de 1919. Ou seja, como aqui no Brasil nós estamos terminando o tempo mais quente, e vamos ingressar num tempo de inverno, e levando em conta isto que se sucedeu em 1918, 19, eu lhe perguntaria se medidas adicionais estão sendo tomadas, sobretudo, levando em conta que nós vamos ingressar sobretudo nos Estados mais do Sul, não tanto no Nordeste, mas no nosso inverno, e que isso demandaria, portanto, maior atenção. Meus cumprimentos a V. Exa..

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Obrigada, Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Deu certo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Deu tempo, está encaixado, está de parabéns. Todos nós hoje estamos, realmente, foi impressionante, ministro. O senhor conseguiu aqui um verdadeiro milagre, viu. Suplicy cumpriu o tempo.

[risos]

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Suplicy e Mão Santa. Não, Mão Santa ainda passou três minutos. Bem, agora, nós vamos passar a palavra, como não temos mais nenhum inscrito, queremos aqui...

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Senadora Rosalba, para não fugir à regra, o mais rapidamente, primeiro, eu quero fazer uma saudação ao Ministro Temporão.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Como vai ser bem rápido, concedo três minutos, está bom?

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): A sua equipe no enfrentamento. Mas gostaria de suscitar a seguinte questão. Como é que se dá, do ponto de vista do Brasil, o acompanhamento... Porque nós acompanhamos esse quadro na mídia. Ok. Mas como é que se dá a participação do Brasil na Organização Mundial de Saúde? Como é que se dá essa... Esse acompanhamento, no sentido de nós termos a tranquilidade? Porque, de repente, pode sair uma notícia não verdadeira. Eu, pelo que a mídia falou, e pelo número de óbitos, na minha opinião, há um descompasso pelo alarde da coisa, da problemática. Mas gostaria de saber como se dá a relação do Brasil com a Organização Mundial de Saúde no dia a dia?

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Obrigada, Senador. Parabéns. O senhor foi realmente fantástico. Não ocupou nem os três minutos. Mas eu gostaria aqui, agora passando a palavra ao ministro, de fazer uma interrogação. Não é

que nós não acompanhamos, não sabemos. Mas ouvindo, realmente, da palavra oficial aqui do ministro, gostaríamos de ter, já que a grande maioria, todos os assuntos foram tratados, você vai, vira e mexe termina... E o financiamento disso? E os recursos para essa questão? Então, nós queremos saber, ministro, qual é o percentual real, mesmo, que no orçamento da união, que é destinado para a saúde?

E também, eu recebi um e-mail, vindo lá do Estado do Rio Grande do Norte, da NUPLAM, é o Núcleo de Pesquisa de Alimentos e Medicamentos. Dr. Reinaldo já está ali, oh... De olho. Esperto. É o seguinte. É um laboratório federal de produção de medicamentos. E esse caso está acontecendo com a NUPLAM, se eu não estou enganada, também está acontecendo com outros laboratórios. Não? Só com a NUPLAM? Então, vai ser mais fácil de resolver. Foram investidos pelo Governo Federal, nos últimos 4 anos, cerca de 11 milhões na modernização da NUPLAM que agora corre o risco de fechar. Quando está moderno, preparado, o pessoal já todo capacitado, porque o Secretário... O Secretário de insumos estratégicos, Dr. Reinaldo Guimarães, informou que as encomendas do Ministério da Saúde seriam feitas apenas para o ano de 2010, o que provocou um desequilíbrio financeiro do NUPLAM. Porque havia essas encomendas a cada ano. Não é verdade, assim?

E eu quero aqui fazer a defesa da NUPLAM. É importantíssimo. Principalmente, as prefeituras que conseguem, através dos laboratórios federais, nós conseguimos ter uma redução muito grande nos custos dos medicamentos. Quando nós... Até que é o hábito de quem foi Prefeita três vezes e trabalhamos muito, exatamente, com os laboratórios federais. A proposta que o Ministério da Saúde autoriza uma encomenda emergencial de medicamento para a tuberculose, garantindo a sobrevivência do laboratório por mais 90 dias. E este, a partir daí buscará, já está buscando fechar contratos de fornecimento com prefeituras de todo o país, para garantir o seu funcionamento. Está resolvido? Então, eu quero dar... Agradecer ao ministro e dizer dessa boa notícia aos que fazem a NUPLAM lá no Estado do Rio Grande do Norte.

Não tem encomenda para medicamentos de tuberculose e isso vai dar garantia do fortalecimento da NUPLAM, que vai prestar relevantes serviços, com certeza, à população brasileira.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Permita-me, minha senhora?

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois não, senhor.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Eu estou vendo que o ministro tem, pelo menos, umas 60 perguntas

para responder. Estou temeroso, até pelo tempo, porque ele já está há duas horas...

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): E ele precisa sair às 14 horas.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: É. Ele tem os seus compromissos. E nós precisamos ouvir as respostas. E quanto às minhas, Sr. Ministro, pode ser bastante objetivo. Obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): O Senador Lobão Filho. Eu gostaria, senador, que fosse bem sucinto... inclusive, porque o ministro está com o tempo aí...

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Senadora Rosalba... Sim, claro. Ministro Temporão, membros da Mesa, eu peço desculpa pelo atraso.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Antes, eu quero aqui também aproveitar. Um minuto, senador, V. Exa. me permita, que isso aqui... Nós, estive aqui conversando com o Senador Augusto Botelho, nós queremos, inclusive, fazer um novo convite ao ministro. Porque estamos vendo que, dificilmente, ele terá tempo para responder, e aí vai vir a réplica, a tréplica. Então, nós vamos ter... Mas outros assuntos são de fundamental importância. A próxima audiência desta Comissão, em relação à questão de saúde, vai ser saúde mental. E vai acontecer na próxima terça-feira.

Então, nós queremos, inclusive, desde já, sei que essa questão vai suscitar, vai demandar inúmeros questionamentos. Então, gostaria, ministro, depois, de passar a relação de audiências que nós vamos ter, e o senhor ficará à vontade, inclusive, para dizer quando e que assuntos o senhor gostará de trazer para o debate, para o esclarecimento da Comissão. Fica desde já o convite, que eu espero que seja aceito. Muito obrigada. Agora o tempo é todo o senhor.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Sr. Ministro, eu vim correndo muito. Meu avião atrasou três horas, quase eu perco e, agoniado, para vir lhe fazer estas colocações. Certamente, outros devem ter feito, mas eu não podia deixar de fazer. Hoje, o Maranhão vive uma situação terrível. Eu estive, não sei se o senhor se lembra, exatamente há um ano atrás, no seu gabinete, tinha acabado de ingressar aqui no Senado, um e dois meses, um ano e três meses, e já fui preocupado na época com a situação das chuvas no Maranhão, no meu Estado, Estado do Maranhão.

Naquele momento, o Maranhão passava por um momento terrível de inundação, de... Assolando as famílias maranhenses, aquela tragédia. E este ano está pior do que o ano passado. Nós temos aí mais de 140 mil pessoas atingidas pelas águas, pelas enchentes. E o primeiro problema que nós percebemos é sempre a

questão de saúde. É a primeira carência do povo. Depois vem abrigo, alimentação, vestuário. Mas o básico é saúde. Eu perguntaria a V. Exa., que atitudes concretas e com que velocidade o Ministério está preparado para tomar em relação a casos como esses? Eu tive um exemplo muito ruim em relação a pontes que foram destruídas pelas águas no Maranhão, e descobrimos que o Governo Federal não está preparado para acidentes como aqueles. Tem duas, ou três, ou quatro pontes militares que podem ser movimentadas, mas que estavam sendo utilizadas em Santa Catarina, que não conseguiam chegar ao Maranhão e São Luiz ficou ilhada, está ilhada até agora. Então, eu espero que casos como esses não estejam acontecendo dentro do Ministério da Saúde.

Que o Ministério esteja aparelhado e preparado para atacar de forma emergencial, urgente, casos terríveis como o que aconteceu em Santa Catarina no ano passado, e que está acontecendo hoje com o Estado do Piauí, do Maranhão, do Rio Grande do Norte, às vezes, no Ceará, alguma coisa na Bahia. Então, a pergunta que fica é essa. O Ministério está preparado? Que atitude está se tomando para atacar esse problema que os Estados do Nordeste estão vivendo agora? Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Passamos agora a palavra ao Sr. Ministro. O tempo é todo seu, Sr. Ministro. E obrigada ao Senador Lobão, pela sua presença e pela sua participação.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senadora Rosalba, se a senhora me permite, só um minuto. Mas é um minuto de um minuto mesmo. Eu me desculpo...

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Tem que ser um minuto, porque o ministro tem que sair às 14 horas.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): E agradecer a presença do Ministro...

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Mas é importante a sua presença e a sua participação, Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Não, eu só tenho duas, três perguntas que, certamente, talvez até já tenham feito. A primeira é a Portaria 81, de 2009, que institui no Sistema Único de Saúde aconselhamento genético. Foi um avanço importante, necessário para muitas famílias no Brasil, e dependemos da regulamentação dos procedimentos que possam ser feitos para um avanço necessário para o Brasil.

O segundo aspecto é a Portaria 2867, de 2008, que já foi objeto, inclusive, de audiência minha, inclusive pessoal, com V. Exa., com o Dr. Beltrame e decisão do Conselho Nacional de Saúde, para retirar da portaria a

doença mental. Eu até diria, se bem que não haja um pleito, mas particularmente, a pessoa com deficiência, das ações estratégicas porque a fisioterapia, fonoaudiologia, tudo aquilo, porque isso vem causando um prejuízo. E V. Exa. concordou, Dr. Beltrame na época achou razoável, ia ser discutida. Mas precisa haver, assim, um encaminhamento.

E a terceira pergunta, só se V. Exa. poderia abordar na Medida Provisória 451, a questão do DPVAT, para ver como é que ficou a redação final da Câmara, e que está para apreciação aqui no Senado, e que realmente, é um impacto muito grande em cima dos hospitais, considerados sem fins lucrativos e, como que V. Exa. vê esse assunto? Mas me desculpo, Sra. Presidente, Sr. Ministro. Sei que tanta coisa já foi dita. Me desculpe por não ter estado antes, mas estava presidindo a Comissão de Educação, Cultura, Esporte, mas, com prazer estou aqui também.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Ministro, eu gostaria só de colocar que devido a escassez de tempo, para responder às perguntas, sabemos que o senhor tem compromisso, já tinha nos avisado com bastante antecedência. Se o senhor preferir responder só aquelas perguntas que estão relacionadas ao requerimento que foi encaminhado para esta audiência, o senhor poderá fazê-lo, e as demais encaminhar respostas por... Ou então, quando vier na próxima reunião fazer... Agora, é difícil, é isso que eu estou dizendo, saúde é uma coisa, vamos tentar.

SR. MINISTRO JOSÉ GOMES TEMPORÃO: Eu vou tentar ser bem objetivo, vamos ver, porque eu também estou querendo falar de um monte de coisas importantes que foram--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Ministro, o senhor tem 40 minutos ainda.

SR. MINISTRO JOSÉ GOMES TEMPORÃO: --Abordadas pelos senadores. Eu acho que vários temas foram levantados aqui. Bom, primeiro, Senadora Rosalba, a senhora abordou alguns pontos muito importantes, a questão dos casos assintomáticos. Claro, como toda a doença infecto-contagiosa tem um período de incubação. Então, uma hipótese que a senhora levantou. A pessoa está chegando de fora, de uma área contaminada, e está num período de incubação, não apresentando nenhum sintoma. Da importância, primeiro, da informação de qualidade, quando essa pessoa está entrando, para ela esteja adequadamente orientada. "Olha, se você está chegando dessa área e, nos próximos 10 dias, apresentar qualquer um destes sintomas, o que você tem que fazer?"

E segundo, que foi à medida que a ANVISA determinou, que o preenchimento. Porque todo o brasileiro

quando entra tem que preencher todo, toda a pessoa, brasileiro ou não, tem que preencher, porque constam os dados de endereço completo, e isso fica de posse da ANVISA para que, em qualquer eventualidade, por exemplo, de uma pessoa que em determinado voo chegou, confirmou-se a doença, a ANVISA possa fazer os contatos e passar a monitorar. Quer dizer, é toda uma estratégia que segue um conjunto de protocolos e que, nesse momento, estão em plena operação.

A senhora me perguntou também sobre os recursos, se eles são suficientes nesse momento. Sim. Nós pedimos os 141 milhões a mais, exatamente, para poder dar conta de uma série de outras medidas. Esses 800 mil, que nós estamos adquirindo e, se necessário, com certeza, rapidamente vou solicitar ao Presidente Lula. E a colaboração do Congresso Nacional em relação a essa questão vai ser fundamental, para que nós possamos, rapidamente, estar disponibilizando recursos emergenciais, se necessários. Nesse momento, os recursos disponíveis já estão suficientes para que nós possamos manter essa estratégia com qualidade. Depois eu falo do calendário de vacinas. Depois, eu lhe mando por escrito.

Bom, a questão do ressarcimento é importante. Nós vamos ter novidades, esse mês. A ANS vai lançar uma nova estratégia completamente diferente, que vai nos dar uma garantia muito grande de que toda a internação, e todas as APACs, ou seja, todo o atendimento de média e alta complexidade, de fato, sejam ressarcidas, através de um sistema totalmente informatizado, acabando com o papel, desburocratizando. Isso está pronto, e nós vamos lançar agora esse mês. Ainda restarão, neste momento, os procedimentos ambulatoriais de baixa complexidade, que entrarão num outro momento. Mas isso já vai mudar radicalmente a situação atual que é muito ruim.

Na realidade, o governo pouco está recuperando dos recursos que estão sendo utilizados pela rede pública no atendimento de pessoas que possuem planos e seguros. A questão do financiamento da saúde, que foi um tema recorrente aqui, qual é a realidade? 38% do orçamento da União são repassados para o Ministério da Saúde. Isso significa, mais ou menos, quando a gente soma... Agora, quando eu somo gastos públicos e privados e dá 8% do PIB. Os Estados Unidos gasta 17%, mas a Inglaterra gasta 9%. Mas qual o problema do Brasil? É o seguinte. O IBGE fez um estudo, somou tudo o que se gastou em saúde no Brasil em 2005, públicos e privados. De cada 100 reais que o Brasil gastou, de cada 100 reais que o Brasil gastou, 68 reais foram gastos privados. Aí nós podemos dizer: Quem financia a saúde pública brasileira são as famílias e

as empresas. Porque o governo só entra com 38% do gasto total, o que é um paradoxo. Por quê?

Um sistema universal que cobre, única e exclusivamente, 160 milhões de pessoas, que tem uma participação no gasto total de 38% só público, é completamente ao contrário da Inglaterra, onde 85% do gasto total é público. Então, tem que aumentar a participação do gasto público. O Brasil gasta pouco. E a regulamentação da Emenda 29, eu diria, que é uma situação... Eu colocaria numa situação de emergência. O Brasil tem que regulamentar a Emenda 29, no sentido de garantir que Estados e Municípios cumpram o que está na resolução do Conselho Nacional de Saúde, que o Governo Federal gaste mais com a saúde. Isso é fundamental. Nós estamos... Nós temos o Projeto de Lei do Senador Tião Viana aqui no Senado. Nós temos o Projeto de Lei tramitando na Câmara dos Deputados, que está dependendo da votação de um destaque.

Eu colocaria essa questão hoje, como... Eu poderia até dizer, se alguém me perguntasse: Qual é a frustração que o senhor tem, até o momento, no Ministério? Eu me sinto um ministro feliz. Apesar de ser um Ministério muito complexo, e complicado, que exige muita dedicação e muito trabalho. Mas a minha única frustração, eu diria, que é não ter, até o momento, resolvido a questão do financiamento da saúde, ter podido ajudar nessa questão.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Ministro...

SR. MINISTRO JOSÉ GOMES TEMPORÃO: O Senador Papaléo também tratou desse tema. Eu acho que essa é uma questão recorrente, eu diria, que é uma tarefa que une a todos. É uma questão que interessa aos deputados, senadores, ao governo, à sociedade brasileira. Aliás, eu queria fazer um outro comentário adicional. O momento que nós estamos vivendo, do ponto de vista de saúde pública, mostra a importância que é uma saúde pública de qualidade para qualquer nação. E não se faz uma saúde pública de qualidade sem recursos financeiros.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Certo.

SR. MINISTRO JOSÉ GOMES TEMPORÃO: É necessário pagar melhor os profissionais, aumentar a cobertura, melhorar a qualidade. Nós temos ainda muitas precariedades, nós temos desigualdades regionais como foi dito aqui também, que têm que ser superadas. E, sem recurso adicional, temos que melhorar a gestão? Temos que melhorar a gestão, sem dúvida. Mas faltam recursos financeiros. O gasto per capita é baixo. Se nós somarmos o que uma família de classe média gasta para pagar um plano de seguro privado, em média, por ano, e comparar com o gasto

per capita ano de um cidadão, coberto pelo SUS, é menos da metade. Ou está sobrando dinheiro do lado, ou está faltando dinheiro do outro. Eu tenho certeza de que está faltando nos dois lados, mas no da saúde pública, com certeza, muito mais.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Ministro, só para, também aqui, fazer justiça. Na questão dos Municípios. Eu tenho certeza de que, se não a totalidade, mas a grande maioria, hoje, já está investindo mais do que os 15%. Então, mais um motivo para que a gente possa dar, ser justo, o Governo Federal precisa investir mais, porque sabemos que os Municípios e os Estados, uma parte também já está cumprindo mais.

SR. MINISTRO JOSÉ GOMES TEMPORÃO: O Senador Papaléo fez uma... Pois é, o Senador Papaléo fez algumas perguntas pontuais... A questão das chuvas eu vou responder, aproveitando a pergunta do Senador Lobão Filho. A questão da regulamentação da propaganda de alimentos, não é? Houve a consulta pública em 2006, houve uma Audiência Pública depois, em agosto. Haverá uma audiência da Organização Mundial da Saúde, dias 17 e 18 de junho no Brasil. Ainda falta um consenso nas frases de advertência, mas a tendência é regular a propaganda de alimentos ricos em gordura *trans*, saturada, sal e açúcar. Dois. Bebida alcoólica, cerveja. Depende de mudança da lei no Congresso Nacional. O projeto de lei que o Governo Federal mandou para a Câmara dos Deputados, em caráter de urgência, perdeu a urgência e parou.

Hoje, a ANVISA e o Ministério só podem, pela lei, regular publicidade de bebidas acima de 13 graus. Todas as cervejas ficam fora. Eu continuo, repito, continuo constrangido com a cena que eu vejo cotidianamente nas TVs brasileiras, de atletas, artistas, fazendo propaganda, estimulando o consumo irresponsável de bebida. Agora, isso depende da Câmara dos Deputados. E quero também destacar outro projeto que tramita na Câmara, muito importante, que é o de resgatar o papel das farmácias e drogarias, como espaço de saúde pública. São 50 mil em todo o Brasil. Se nós tivéssemos aí um ponto de informação, de educação, de disseminação de informações, da boa prática farmacêutica.

Eu acho que isso seria uma grande conquista. Senador Tião Viana, fazer uma predição do que vai acontecer com essa doença é extremamente arriscado. Nós não sabemos direito como esse vírus vai se comportar, do ponto de vista prático, tem um pouco a ver com o que o Senador Eduardo Suplicy colocou. Comparações com a gripe de 1918. Esse vírus é um vírus novo. Ele tem um pedaço, ele tem um conteúdo genético de ave, de ser humano e de porco. Como é

que vai ser na realidade o comportamento? Ele vai sofrer mutações mais ou menos rápidas? São perguntas sem resposta nesse momento. Por isso, que o alerta da OMS persiste, todos os países devem manter esse grau de preocupação e de mobilização, principalmente... Você tem razão, no hemisfério Sul, começa o período de maior de frio, enquanto no hemisfério Norte a temperatura aumenta.

Então, na realidade, a rede mundial que existe, o tempo todo está colhendo amostra de secreções respiratórias de toda e qualquer virose, Influenza, mandando para os laboratórios de referência para que eles possam estar monitorando o perfil genético, se está havendo mudança, se está havendo mudança de padrão. Outra arma importante, ao contrário de situações anteriores, nós temos praticamente em tempo real, já havia dito, acompanhado o que o está acontecendo com essa doença. Curva de mortalidade, taxa de incidência, distribuição, tendências. Enfim, são armas que nós temos agora, mas, insisto, as perguntas ainda... As perguntas sem respostas são muitas ainda. A vacina é uma interrogação, nós poderemos, sim, ter uma vacina eficaz que proteja contra o vírus, mas, pergunta: O vírus vai mudar?

Dois, o tempo que nós precisamos? De novo, pelo menos seis meses para ter um protótipo, testar, depois produzir em escala. Então, não é um tempo curto. O tempo curto é o tempo da vigilância, da informação, da comunicação, e do rigor no acompanhamento da doença. Claro, se daqui a alguns meses tivermos uma vacina eficaz, maravilha! Teremos dado um passo importantíssimo. Mas a vacina ainda é uma idéia, embora a OMS esteja disponibilizando, para os seus laboratórios de referência no mundo, a amostra do vírus para que esses primeiros estudos possam começar a se realizar. Bom, o Senador Augusto Botelho colocou a importância da indústria da saúde, eu tenho sempre dito isso. Isso é verdade, o nosso déficit da balança setorial, comercial, já está acima de 5 bilhões de dólares.

Vou dar só dois exemplos do que nós estamos fazendo. Primeiro, a produção do genérico do Efavireis(F), através de uma parceria interessantíssima, aonde três empresas farmacêuticas privadas desenvolveram o princípio ativo e farmacêuticos da FIOCRUZ fez a formulação. E agora nós estamos economizando, por ano, não tenho o número aqui, mas estimo acima de 30, 40, 30 milhões de dólares/ano, o que nós estamos economizando com o genérico brasileiro do Efavireis(F) que veio do licenciamento compulsório.

A outra, foi uma recente medida do Ministério. Nós selecionamos um conjunto de medicamentos estratégicos, do ponto de vista de saúde pública, estamos

fazendo Parcerias Público Privadas entre farmacêuticas e empresas de capital nacional e internacional, com a rede de laboratórios oficiais, para diabetes, para asma, para doenças psiquiátricas, uma série de outras patologias. A estimativa de economia/ano para o SUS, com essas Parcerias Público Privadas, estaria estimada ordem de 150 milhões de reais por ano. Em relação à malária, há uma informação importante. Nós colocamos microscopistas em 62 Municípios prioritários, trabalhando junto à atenção primária. Só essa medida aumentou de 150 mil, para 450 mil lâminas examinadas, o que impactou na redução do caso e das internações. Então, a malária é um bom exemplo de uma estratégia adequada, que chega lá na ponta, no PSF, para ajudar a reduzir uma doença extremamente importante.

E a dengue, eu acho que, nós temos que manter, nós estamos com 49% de redução. Desperdiçou o número de óbitos. Nós temos que manter, pelo contrário, porque radicalizar a estratégia, fazer a mesma mobilização, fazer o mesmo esforço. E já respondendo a uma outra questão, existem, sim, algumas estratégias de enfrentamento dessa doença, que é o uso de armadilhas e outras tecnologias. Armadilha, captura a fêmea, aí você pode ter uma contagem, em tempo real, através de um painel. O próprio agente comunitário, com um celular, pode passar em tempo real o número de fêmeas que ele capturou naquela armadilha. Essa tecnologia está sendo estudada, avaliada por uma série de entidades, para ver se o uso dela é custo efetivo, e também, o custo/benefício dessa estratégia em larga escala. Nós não estamos excluindo nenhuma estratégia de combate a essa doença.

O Senador Valter Pereira fez uma colocação bastante importante em relação à questão das fronteiras secas. Nós estamos, sim, a ANVISA incluiu o controle dos passageiros que entram por ônibus, ou por veículos, no Brasil, com a mesma estratégia de informação de monitoramento. Na semana retrasada eu participei de uma teleconferência de, praticamente, todos os países das Américas, Estados Unidos, México, Canadá e os países da América do Sul, todos, com a Organização Pan-americana da Saúde discutindo estratégias integradas. E, agora, na semana que vem, em Genebra, vai acontecer a Assembléia Mundial da Saúde, e já está convocada uma reunião dos países da UNASUL, da América do Sul, com a OPAS, para nós discutirmos, exatamente, como integrar esforços continentais em relação ao enfrentamento da Influenza A, H1N1.

Senador Paulo Paim, a questão da febre amarela no Rio Grande do Sul. Bom, o que aconteceu esse ano? Houve um padrão de circulação do vírus, completamente fora do comum. Nós temos, inclusive, pedimos

ajuda a entomologistas, epidemiólogos, sanitaristas e climatologistas para estudar o que está acontecendo. Algumas hipóteses, destruição ambiental, a entrada do homem em área de mata, mudando o equilíbrio. Hipótese dois, o próprio aquecimento global, mudanças climáticas. O fato é que houve um padrão... Não só no Rio Grande do Sul, em São Paulo também. O Ministério disponibilizou, até o momento já, 4 milhões e 300 mil doses de vacina. E tomamos todas as medidas necessárias para contenção da doença. Nesse momento, esse grupo de estudiosos está em campo, para dar ao Ministério da Saúde uma resposta. E isso exigirá, no futuro, mudanças na estratégia atual de combate de controle da doença.

O Senador Valadares, na realidade, em relação ao diagnóstico, houve uma redução bastante grande do tempo de diagnóstico da Influenza A, H1N1. A questão é que, nesse momento, o Brasil só tem três laboratórios certificados pela OMS. Então, apenas esses três, por quê? Porque ele tem que ser um laboratório, pelo menos, N2, de grau de segurança 2, porque ele está manipulando material vivo, vírus, ele tem que ter um protocolo, padrão de qualidade, técnicos capacitados. Ele tem que responder a uma especificidade da OMS. Então, por isso, nesse momento, apenas esses três laboratórios, são os laboratórios que fazem os exames. E, na nossa avaliação, eles estão dando conta, estão trabalhando direto. E tanto que, vocês estão vendo pelos números, que um número muito grande foi descartado e, a cada dia, novos exames estão entrando e estamos dando respostas, me parece, bastante efetivas.

O Senador Valadares também me pediu para comparar a dengue por Estado na região Nordeste. Eu posso dizer que o único Estado da Região Nordeste que apresentou o número de casos superior em 2009 do que 2008 foi a Bahia, aonde nós tivemos uma situação mais crítica e mais expressiva. Todos os outros Estados apresentaram redução no número de casos. Bom, o Senador Mão Santa, além dos elogios que eu agradeço, tratou muito a questão do gasto em saúde. Só para dar um exemplo. Ele me chamou atenção, em 1986 eu era Secretário do Planejamento do Instituto Nacional da Assistência Médica da Previdência Social, o antigo INAMPS, com o Êzio Cordeiro, e era na minha Secretaria que ficava o Departamento de Orçamento, então o orçamento... E era um orçamento muito maior do que o do Ministério da Saúde à época, era um orçamento da assistência médica.

Se eu pegasse o orçamento do INAMPS de 1986, e o atualizasse monetariamente para hoje, o meu orçamento teria que ser de 100 bilhões de reais e meu orçamento é de 50 bilhões de reais. Então, eu não preciso falar mais nada. Isso para manter o grau de

atendimento do INAMPS, que era apenas para as pessoas que tinham carteira assinada. E aí quando ele reclama da tabela de procedimentos, eu não preciso fazer nenhum comentário adicional. Evidente, que houve uma brutal desvalorização da capacidade de remuneração do Estado, em relação aos profissionais de saúde, principalmente, em relação aos médicos que, em média, são muito mal remunerados. Isso precisa de dinheiro.

O Senador Eduardo Azeredo colocou a questão do turismo médico. Essa é uma questão, também a Emenda 29, acho que eu já respondi. E é verdade. Quer dizer, como o custo da assistência... Vou dar um outro exemplo, o embaixador, o membro da embaixada brasileira... Veja, isso foi no Canadá, que tem um sistema público. Ele precisava fazer uma cirurgia eletiva, não havia urgência alguma, e ele procurou o sistema de saúde, e perguntou quanto tempo teria que esperar: Uns oito meses. Ele veio para o Brasil ser operado aqui. E essa é uma onda, digamos assim, que envolve, principalmente, os hospitais privados brasileiros de ponta. O Einstein, o Sírío Libanês já participam desse mercado. São pessoas que precisam fazer uma cirurgia específica, que não é de urgência, pode ser estética, pode ser um outro procedimento, e que procura o México, o Brasil, a Índia, para fazer esse procedimento cujo custo, infinitamente muito mais [ininteligível], por vários motivos.

Por exemplo, nos Estados Unidos, o custo da assistência é fortemente influenciado pelo seguro médico. O exercício da profissão médica lá é muito caro, porque o médico tem que fazer um seguro muito caro. Exatamente por isso é que muitas empresas estão... Muitas empresas americanas, inclusive, estão mudando para outros países, porque o custo do trabalhador, por conta do seguro médico, é muito alto. E nos países de sistema de saúde universal o custo, esse custo da assistência médica, entra nos gastos do Estado, e não impactam tanto.

Senador Suplicy, essa rede de monitoramento, então, é que vai nos permitir, de um lado, acompanhar o comportamento desse vírus. Veja, há três semanas atrás o que se falava? Pode ser um vírus letal. A letalidade está muito alta no México. Três semanas depois a letalidade caiu de 4 para 1% em média. Ele mantém o padrão de atingir principalmente jovens de ambos os sexos, poucos idosos, pouquíssimas crianças. Esse padrão vai se manter? Ninguém sabe. Ele vai modificar o seu comportamento, ele vai se tornar mais ou menos infectante? Ele vai causar casos clínicos mais ou menos graves? São respostas que nós não temos ainda. E respondendo já uma outra pergunta, o Ministério está sintonizado 24 horas no site da OMS.

Eu, por exemplo, recebo todo dia de manhã o relatório reservado da OMS, sobre a situação no mundo, com perguntas e respostas e exemplos. Vários brasileiros têm assento nos mais diversos comitês técnicos da OMS. Vou dar um exemplo. A Dra. Marilda, virologista da FIOCRUZ, embarca hoje para uma reunião específica, em Genebra, de compartilhamento de vírus. A OMS informou, às três horas da madrugada, hora de Brasília e, às dez horas de manhã, o Gabinete foi instalado, no mesmo sábado, depois do alerta da OMS, ou seja, nós estamos ligados 24 horas por dia, o que me traz uma série de problemas, porque eu não consigo mais dormir nas últimas duas semanas.

Senador Lobão Filho. Nós já enviamos... Bom, o Ministério tem todo um procedimento... O exemplo mais dramático, e agora nós temos exemplos do Piauí, do Maranhão, o de Santa Catarina, aonde o Ministério conseguiu dar uma resposta bastante efetiva, nós temos já um procedimento padrão no Ministério. Sempre que surge um alerta desencadeado pela Defesa Civil, ou mesmo pelo Governo do Estado, o Ministério já tem um conjunto de medicamentos, insumos, luvas, hipoclorito de sódio para que seja colocado na água, para que ela seja potável, material para curativo, vacinas que são imediatamente enviadas para o Estado. No Maranhão, eu não sei qual o número de toneladas, mas já chegaram lá, já estão... E à medida que seja necessário um aumento da liberação desse material, nós vamos fazer.

Importante, nesse momento em que as águas estão... Ainda estão altas e que chove, o problema das doenças transmitidas pela água em veiculação hídrica: Diarréias, hepatite A, são as mais graves. Mas depois que as águas baixarem, o problema da leptospirose. E aí, a leptospirose é uma outra coisa, vai precisar de hospital, de leito, de hemodiálise, algumas vezes. O Secretário de Atenção à Saúde, o Beltrame, está ali atrás. Ontem, eu já conversava com ele sobre isso. Consultar as Secretarias de Saúde dos Estados, se existe alguma demanda para o Ministério, para que o Ministério possa estar apoiando com recursos financeiros, ou qualquer outro tipo de recurso. Nós estamos acompanhando de perto a situação no Nordeste, e podemos ser acionados a qualquer momento para ajudar mais se necessário.

Senador Flávio Arns, a regulamentação da portaria do aconselhamento genético está sendo elaborada, está sendo ultimada, vai sair agora. E a Portaria 2867 já está decidido, vai voltar para o FAEC, nós vamos superar e resolver essa questão. Houve outra pergunta sobre a questão da carne suína. Chamar a atenção de que fazem parte do grupo que está monitorando essa situação, essa emergência, 16 Ministérios, tanto a OMS,

como Organização Internacional de Saúde Animal e a FAO, todas da ONU, quanto o Ministério da Agricultura do Brasil são enfáticos de que não há rebanho contaminado no Brasil. Os três órgãos acima, em declaração conjunta, afirmam: "Não há risco de transmissão por ingestão de carne suína e derivados no Brasil".

Então, essa situação é de total tranquilidade. Eu acho que eram essas. Se alguma pergunta ficou sem resposta, eu me comprometo a encaminhá-las.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Quero agradecer, ministro. E dizer que, na realidade, o senhor foi, mostrou mais uma vez competência, até, para responder esse número de questões. Quero aqui dizer da importância de mantermos esses encontros, debatendo a questão, debatendo a questão da saúde, ela é muito ampla, ela é muito ampla. Você sabe que a cada... Ficaram aqui muitos questionamentos.

É apaixonante. Então, gostaria como já fizemos o convite, dizer que, quando da sua volta à nossa Comissão, nós queremos tratar da questão da mortalidade materna e infantil. Eu acho que isso é um ponto que nós precisamos...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Exatamente. Nós queremos ver como está a questão da Amazônia Legal, como está a questão no Nordeste, como está a assistência pré-natal, enfim, são questões que, realmente, da maior importância e a assistência aos pacientes de câncer. Aos tratamentos dos portadores de câncer. Aproveitar, finalizando aqui, dizer que nós estamos agradecendo ao senhor e à sua equipe, porque... E a sua... Um bom ministro sabe escolher bons assessores.

SR. MINISTRO JOSÉ GOMES TEMPORÃO: Obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Isso é também uma capacidade, que é inteligente, é determinado, e que está nos auxiliando bastante. Muito obrigado. Está encerrada a reunião.

Sessão encerrada às 13h45.

ATA DA DÉCIMA QUINTA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 14 DE MAIO DE 2009, QUINTA-FEIRA, ÀS 10:00 HORAS.

Às onze horas, do dia quatorze de maio de dois mil e nove, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, é iniciada a reunião sob a Presidência da Senhora Senadora **ROSALBA CIARLINI**, com a presença dos (as) Senadores (as) **FLÁVIO ARNS**,

AUGUSTO BOTELHO, ROBERTO CAVALCANTI, RENATO CASAGRANDE, PAULO DUQUE, MÃO SANTA, EDUARDO AZEREDO, MOZARILDO CAVALCANTI, EDUARDO SUPLYCY, JOSÉ NERY, VALDIR RAUPP, WELLINGTON SALGADO e JAYME CAMPOS. Justifica a ausência o Senador João Durval. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A Presidente declara aberta a reunião da Comissão, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública atendendo aos Requerimentos nºs 13, 16 e 31 de 2009 – CAS, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, Senador Augusto Botelho, Senadora Rosalba Ciarlini, Senador Paulo Paim, Senador Marcelo Crivella e Senador Roberto Cavalcanti, com vistas a debater sobre as gorjetas pagas em bares, restaurantes e similares, as suas implicações econômicas, trabalhistas e previdenciárias e, conseqüentemente, instruir o PLS nº 725, de 2007, que “Acrescenta parágrafos ao art. 457 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), para dispor sobre gorjetas pagas aos garçons e dá outras providências”, de autoria da Senadora Patrícia Saboya. A Senadora Rosalba Ciarlini convida para compor a mesa os Senhores Sr. Moacyr Roberto Tesch Auersvald – Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade – CONTRATUH, Sr. Paulo Solmucci Júnior – Presidente da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes – ABRASEL, Sr. Edson Brás da Silva – Subprocurador-Geral do Ministério Público do Trabalho, Sr. Waltair Mendes Rodrigues – Presidente do Sindicato dos Garçons, Barmen e Maîtres do Estado do Rio de Janeiro, Sr. Carlos Augusto Pinto – Vice-Presidente da Assessoria Jurídica da Confederação Nacional do Turismo – CNTur, Sr. Norton Leinhart – Presidente da Federação Nacional de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares – FNHRBS e o Sr. André Augusto Grandizoli – Secretário Adjunto de Relações do Trabalho – Representante do Ministério do Trabalho e Emprego. A Presidente esclarece que cada convidado terá dez minutos para sua exposição com tolerância de dois minutos para conclusão. Às onze horas e vinte e seis minutos o Senador Augusto Botelho assume a Presidência. Fizeram uso da palavra os Senadores Augusto Botelho, Marcelo Crivella, Patrícia Saboya, Eduardo Azeredo e Wellington Salgado. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às treze horas e dez minutos, lavrando eu, **Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Senadora Rosalba Ciarlini, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente

com o registro de estenotipia informatizada. – Senadora **Rosalba Ciarlini**, Presidente.

15ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA. REALIZADA NO DIA 14 DE MAIO DE 2009, ÀS 11 HORAS.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Havendo número regimental, declaro aberta a 15ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, da 3ª Sessão Legislativa, da 53ª Legislatura, do Senado Federal. Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. Os Srs. Senadores, que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovada.

A presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública, atendendo aos Requerimentos de nº 13, 16 e 31, de 2009, da CAS, com a finalidade de debater sobre as gorjetas pagas em bares, restaurantes e similares, as suas implicações econômicas, trabalhistas e previdenciárias e, conseqüentemente, instruir o PLS nº 725, de 2007, que acrescenta parágrafos ao art. 457, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), para dispor sobre gorjetas pagas aos garçons e dá outras providências, de autoria da Senadora Patrícia Saboya. O Relator do PLS é o Senador Adelmir Santana, que, em função de uma reunião do Conselho Nacional de Turismo, não pode estar presente, porque se encontra nessa reunião, mas, após a Audiência, nós encaminharemos cópia da gravação para o Senador.

Convido os nossos ilustres convidados para tomarem lugar à Mesa: o Sr. André Luís Grandizoli, Secretário-Adjunto de Relações do Trabalho, representando o Ministério do Trabalho [palmas]; o Sr. Edson Brás da Silva, Subprocurador Geral do Ministério Público do Trabalho [palmas]; o Sr. Moacyr Roberto Tesch Auersvald [palmas], Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade; o Sr. Paulo Solmucci Júnior, Presidente da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (ABRASEL) [palmas]; o Sr. Norton Leinhart, Presidente da Federação Nacional de Hotéis, Bares, Restaurantes e Similares [palmas]; o Sr. Carlos Augusto Pinto, Vice-Presidente da Assessoria Jurídica da Confederação Nacional do Turismo [palmas]; e o Sr. Waltair Mendes Rodrigues, Presidente do Sindicato dos Garçons, Barmen e Maîtres do Estado do Rio de Janeiro [palmas]. Esclareço que cada convidado terá dez minutos para a sua exposição. Logo após as exposições, abriremos as palavras aos Srs. Senadores e Senadoras para os seus questionamentos.

Essa Audiência Pública, solicitada pela Senadora Patrícia Saboya, visa trazer subsídios para enriquecer conhecimentos que possam ajudar ao Relator Adelmir Santana, Relator do PLS nº 725, de 2007. A justificativa, eu vou ler aqui para os senhores para que entendam realmente do que trata o PLS, que é um Projeto de Lei do Senado. “Os trabalhadores em restaurantes e assemelhados recebem tradicionalmente, em todo o País, gorjetas equivalentes a 10% do valor das despesas do consumidor. Esta prática e esse direito, entretanto, sofrem com a insegurança jurídica e a informalidade do trabalho nesse ramo. Dependem, via de regra, de acordos coletivos, que muitas vezes não são cumpridos. Em prejuízo de garçons e demais empregados do estabelecimento, é comum a prática de não se repassar as gorjetas aos seus destinatários ou, então, incluí-las no preço cobrado, simulando a ausência de qualquer pagamento. Isso é injusto e acaba gerando diferenças enormes na remuneração da categoria profissional. Por sua vez, a Consolidação das Leis de Trabalho (CLT) tem muitas lacunas com relação à matéria, o que acaba deixando um espaço enorme para a fraude ou para as negociações sindicais, nem sempre realizadas com ampla liberdade, dada a falta de organização sindical dos trabalhadores interessados. A nossa proposição – que é a proposição da Senadora Patrícia – pretende introduzir na legislação trabalhista principal regras claras sobre a distribuição das gorjetas. Prevê-se a cobrança a cargo do empregador, o percentual devido, a forma e o prazo para a distribuição e a punição para os que sonham o repasse à participação dos demais empregados do estabelecimento. Ainda mais, também introduzimos no texto, com as devidas adaptações, o conteúdo do enunciado nº 354, do Tribunal Superior do Trabalho, retirando as gorjetas da base de cálculo do aviso prévio, do adicional noturno, das horas extras e do repouso semanal remunerado. Assim procedemos para não tornar o cálculo excessivamente complexo, já que o direito das gorjetas é estendido amplamente na nossa proposição, o que envolverá micros e pequenos estabelecimentos. Por todas essas razões, apresentamos o projeto e esperamos contar com a aprovação dos nossos pares”.

Com base nesse projeto e com justificativa da Senadora, foi solicitada essa Audiência, para que dúvidas possam ser esclarecidas e que possamos enriquecer no debate, de forma que o projeto possa ter um maior alcance social, em defesa do direito dos trabalhadores possível.

Então, agora, vamos iniciar a reunião, essa Audiência Pública, com a palavra sendo concedida, inicialmente, ao Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade, o Sr.

Moacyr Roberto Tesch Auresvald. É o nome mais difícil que tem aqui [risos]. Eu gostaria aqui de registrar a presença do Senador Augusto Botelho, que também é o Presidente da Subcomissão de Saúde, que faz parte da nossa Comissão de Assuntos Sociais, que essa Comissão tem uma responsabilidade muito extensa. Ela trata das questões de saúde, das questões sociais, do combate à fome e das questões trabalhistas, tudo que estiver relacionado à Previdência e Seguridade Social. Então vejam que aqui as Subcomissões, como temos a Subcomissão de Saúde, são de fundamental importância e que nos auxiliam exatamente ao tratar das questões de algo que eu considero hoje mais importante para todos nós e para o nosso Brasil, que é a saúde. Iniciamos a semana passada, essa semana, aliás, terça-feira, com a presença do Ministro da Saúde, o Ministro José Gomes Temporão, iniciamos um ciclo de debates sobre saúde pública que vai acontecer toda semana às terças-feiras. O Ministro aqui esteve para apresentar propostas e metas do seu Ministério e, também, como o assunto do dia, a pauta do dia, é a gripe, agora Influenza A, antiga Gripe Suína, ele aqui nos trouxe com muita segurança, nos passou muito conhecimento da questão, as medidas que estão sendo tomadas no sentido de evitar que a Influenza A tome proporções que nós não desejamos e não queremos no nosso País, já que sabemos que é uma gripe que pode levar inclusive à morte. Mas, na próxima terça-feira, será a vez de discutirmos aqui a saúde mental, que é algo também que precisamos analisar, a partir de medidas que foram tomadas já no Sistema Único de Saúde, de uma forma de tratamento, de atenção, de atendimento à doença mental no nosso País, avaliar se realmente estamos no caminho certo, o que podemos fazer e esta Casa, como poderá contribuir com ideias, com sugestões, trazendo o sentimento que estamos resgatando refletido na voz do povo, no clamor do povo, que é algo que nós não podemos de forma nenhuma deixar de ouvir, e não só de ouvir, de tentar, de todas as formas, representar bem nesta Casa e dar resultados, que é exatamente sobre saúde as dificuldades que nós vivemos no dia-a-dia do nosso País. É no meu Estado, é no Estado de Augusto, é no Rio de Janeiro e em todo o Brasil, uns mais, outros menos, pontuais em determinadas questões, mas sempre faltando, as filas não terminam, faltam condições de atendimento, pessoas que perdem a vida porque não chegou o socorro na hora certa.

Então, o SUS, o Sistema Único de Saúde, que nós sonhamos, que nos idealizamos, eu sou médica, o Augusto também é médico e passamos por todos aqueles debates para que nós tivéssemos um Sistema Único de Saúde Universal, chegando principalmente

aos que mais precisam, não foi feito para deixá-los à margem, foi muito mais para fazer a inclusão e uma inclusão com atendimento bom. Então é sobre essa ótica nós estamos tratando aqui.

Mas, agora, vamos cuidar dos trabalhadores que estão nos hotéis, nos bares, nos similares, atendendo e trazendo bons pratos e uma boa assistência a todos nós, brasileiros. Passo a palavra ao Sr. Moacyr.

SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUREVALD:

Primeiramente eu gostaria de cumprimentar a Senadora Rosalba, ao Dr. André, representante do Ministério do Trabalho, Dr. Édson, representante do Ministério Público, o Paulo da ABRASEL, o companheiro Waltair, do Sindicato dos Garçons, o companheiro Norton, Presidente da Federação Nacional dos Hotéis, o Carlos Augusto, representante do Presidente da CNTUR, o companheiro Néelson de Abreu. Eu gostaria de cumprimentar à diretoria da CONTRATUH que aqui está presente na pessoa de uma mulher, Vera Lêda, diretora de Assuntos Parlamentares da nossa Confederação, que tem feito um grande trabalho e demonstrado aos trabalhadores.

Primeiramente eu gostaria de parabenizar a Senadora Patrícia por ter levantado esta polêmica. É uma discussão polêmica que nós estamos trabalhando há muito tempo e que tem dado até um certo desgaste. Eu gostaria também de cumprimentar, me permitam, o Senador Augusto Botelho e o Senador Crivella também, que têm sido muito sensíveis às atividades e às ações dos trabalhadores.

Mas, como eu estava dizendo, nós temos nos debatido há muito tempo para uma solução dessas questões. O 10% não tem discussão, oportunidade alguma, que dentro dos Sindicatos dos Trabalhadores, em qualquer situação, que a gente acabe não discutindo a possibilidade de qual seria a maneira que a gente faria para solucionar essa questão. No passado nós tivemos, no tempo ainda da extinta SUNAB, tinha uma Portaria, a SUB 70, depois 64, da SUNAB que trazia, no seu texto, a possibilidade da cobrança da taxa de serviço, da gorjeta, e, posteriormente, através de acordo ou convenção coletiva. Após a extinção da SUNAB, nunca mais nada regulamentou, nada foi feito.

Nós temos trabalhado, os empresários, os trabalhadores, para chegar a um ponto, a um denominador comum. Chegamos até em algumas oportunidades a esboçar, inclusive, um projeto nesse sentido, mas acabamos – vou ser bem sincero – sendo atropelados numa oportunidade em que estava bem próximo a chegar a essa conclusão, mas na Comissão do Trabalho acabamos sendo atropelados por um parlamentar, que nós tínhamos pedido que segurasse o projeto, que estava

sendo feito esse acordo, mas a pressa acabou eliminando a possibilidade de nós acertarmos isso.

Quanto ao projeto da Senadora, nos deixa um pouco preocupados porque já no primeiro parágrafo, no § 4º, ela diz que os restaurantes e assemelhados, as gorjetas cobradas, no valor de 10%, serão distribuídas entre os empregados proporcionalmente ao tempo individual do trabalho do garçom do mês e os valores serão pagos em conjunto com a remuneração seguinte. Na distribuição dos valores das gorjetas auferidas ao mês pelos restantes e assemelhados, poderia ser estabelecido mediante acordo coletivo destinado até o correspondente a 30% para os demais empregados que não trabalham diretamente no atendimento ao público, acompanhado do § 4º. Para nós, dos trabalhadores, nós entendemos que a taxa de serviço, a gorjeta, deve ser distribuída para todos os trabalhadores, todos, indistintamente. Se você quiser conhecer um bom restaurante ou o restaurante que você vai fazer a sua alimentação, você vai ao banheiro. Vendo o banheiro você vai ter a noção de como é a cozinha do restaurante. E nós não podemos esquecer que a pessoa que limpa aquele banheiro faz parte de uma engrenagem e que ela faz parte do contexto dos trabalhadores e não só o trabalhador garçom. Se nós lembrarmos que a pessoa que limpa a alface e que limpa a couve-flor, que de vez em quando tem aqueles bichinhos no meio da couve-flor e que é tão difícil separá-la, que a pessoa faz com o maior amor e carinho aquele trabalho, se por um acaso acabar ultrapassando os limites e acabar chegando na mesa uma couve-flor com bichinho daquele, a confusão que o cliente acaba criando em função disso é tão grande, certo, que a gente não pode muitas vezes imaginar o desdobramento. E é uma pessoa invisível, sendo que essa pessoa merece também ter o mesmo reconhecimento do que o nosso companheiro garçom que pega a alimentação na cozinha, na boqueta, conforme a estrutura do estabelecimento, leva até à mesa e faz a cordialidade da casa. O que deve diferenciar dentro dessa estrutura organizacional dentro da empresa é o salário que cada um recebe e não a distribuição da gorjeta.

Nós também defendemos que a gorjeta, se assim entender, que deve ser distribuída diferencialmente por trabalhador e por categoria, isso deverá ser feito através de acordo coletivo ou convenção coletiva através daquele estabelecimento, através daqueles trabalhadores, porque existem tamanhos de instituições, de empresas, diferenciadas. Não dá para se comparar um restaurante a um hotel, não dá para comparar um restaurante de porte, não vou fazer propaganda aqui, mas quem aqui em Brasília não conhece o Chique-Chique, então não dá para comparar o Chique-Chique

com o Restaurante Francisco; não dá para comparar um hotel de duas estrelas a um hotel de cinco estrelas aqui de Brasília. Então as condições que variam de instituição, de estabelecimento para estabelecimento, deverá ser considerado.

Nós também entendemos que deverá ser feita toda essa discussão, essa negociação, através de convenção coletiva.

Nós também entendemos que não poderá de forma alguma descontar da taxa de serviço as quebras que existem no estabelecimento, que muitas instituições, muitas empresas, descontam dos trabalhadores o material que é quebrado ou é desviado. O material que às vezes o cliente leva, cinzeiro, leva talher, leve isso, leva aquilo, acaba no final do mês, no levantamento feito, é descontado da taxa de serviço.

Nós gostaríamos também de enaltecer que o Ministério do Trabalho já está fazendo um trabalho no sentido de regulamentar. Lamentavelmente nós não temos ainda o conhecimento do projeto, mas o Ministro do Trabalho, a de se agradecer, inclusive, que teve a coragem de ir a público e defender a questão da regulamentação da taxa de serviço, que para nós é muito importante.

Nós também defendemos que essa taxa de serviço, haja uma Comissão dos trabalhadores para que fiscalizem essa distribuição, que imaginem os senhores, Senadores, que o volume de dinheiro é razoável. Imaginem no faturamento de um grande estabelecimento, quantos milhões isso dá na taxa de serviço. Essa taxa de serviço, quando distribuída aos trabalhadores, nós defendemos que tenha uma Comissão parecida com a CIPA ou alguma coisa que a gente possa discutir nesse sentido e que tenha, inclusive, a questão da garantia do emprego desses trabalhadores, porque senão, por qualquer divergência que ele venha a apresentar numa discussão da divisão, automaticamente é colocado para fora.

Que o repasse, nós entendemos também, que poderá até existir, dentro de um acordo coletivo, um percentual que possa ser discutido, vamos supor, da redução disso para acabar o desconto dos encargos sociais, mas que isso seja muito bem discutido. Nós já chegamos em percentuais próximos, mas eu acho que no momento não viria ao caso; eu acho que no momento o que nós temos que pensar é na autorização da regulamentação e passar para as negociações coletivas essas questões.

Nós imaginamos que nós temos que tratar isso com muito carinho, até porque da forma que o Governo está fechando as receitas, fechando as arrecadações para a questão dos desvios de impostos através do cartão de crédito, de repente nós vamos começar a

tributar os 10% com ICMS e com ISS. Também esses valores devem ser retirados, vamos supor, isentado numa Lei que assim seja conferida.

Nós, representantes dos trabalhadores, defendemos que nós devemos fazer e trabalhar muito pelas nossas convenções coletivas, que a diferença de salário entre os trabalhadores deverá ser feita através da remuneração de cada um e não pela distribuição da taxa de serviço. A taxa de serviço é uma importância que é dada pelo cliente pelo bom serviço que o trabalhador está fazendo à mesa, feito ao cliente naquela oportunidade, e esse valor não deve ser utilizado para remunerar o gerente com 30% daquela taxa de serviço, o chefe com mais 30% e, depois, o restante, os 40%, pelos outros cinquenta, sessenta funcionários, ou seja, para fixar nós defendemos que isso seja feito através de convenção coletiva e que o nosso salário seja adequadamente feito por convenção legislativa e não tratarmos como salário mínimo para toda a categoria ou um salário mínimo mais 10% ou não voltar a fazer as negociações coletivas como deveria ser feito, certo, e utilizando o 10% para fazer salário. E nisso eu gostaria, inclusive, de parabenizar os trabalhadores da construção civil de São Paulo, o companheiro Ramalho, pelo excelente salário que conseguiu através de negociação coletiva para os trabalhadores da construção civil. Os trabalhadores mais simples estão ganhando novecentos reais, enquanto os nossos trabalhadores, a maioria do Brasil [soa a campanha], em função do salário mínimo, está ganhando o salário mínimo.

Nós primamos por uma Copa do Mundo agora em 2014. Nós temos que ter qualidade de serviço, estamos exigindo dos trabalhadores, inclusive, que falem mais do que uma língua, mas não é com um salário de R\$ 465,00 que nós vamos conseguir isso.

Eu agradeço a oportunidade, desejo sucesso e peço, para finalizar, talvez a oportunidade que nós dê de a gente sentar com os empresários, dar um espaço de tempo, para que a gente tente trazer à mesa uma solução negociada para esse projeto. Agradeço, muito obrigado [*palmas*].

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Obrigada, Sr. Moacyr, que tocou em algo que eu já estou aqui torcendo, que é a Copa, que a cidade de Natal, do meu Estado, seja sede também dos jogos e concordo plenamente que os trabalhadores vão estar preparados. Não é somente porque vamos ter uma Copa não, o Brasil é um País que tem um potencial imenso turístico. Nós, lá no Nordeste, Natal recebe pessoas do mundo todo, um pouco mais de um País, um pouco menos de outro, mas nós recebemos do Rio de Janeiro, São Paulo, que hoje está desenvolvendo muito, principalmente no turismo cultural,

Bahia, enfim, Pernambuco, tanto que nós temos aí nos nossos Estados, então eu acho que é algo que os trabalhadores que tratam diretamente nesse momento de lazer, de férias, têm que estar preparados para poder dialogar, para poder de certa forma--

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ):

Presidente, V. Exa. me permite, pela ordem?

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois não, Senador.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ):

Eu vou ser breve. Eu tenho agora os cem anos da comemoração da Universidade Federal de Manaus, da Amazônia, eu vou receber o Vice-Presidente que está chegando de São Paulo, na base aérea, e ainda tenho que atender uma Audiência no gabinete. As coisas aqui são muitos apressadas, muito corridas. A Senadora sabe o que é isso, o Botelho também.

Mas eu queria saudar essa Audiência Pública tão relevante na pessoa do Líder lá da minha terra, do Waltair, que é um grande líder dos garçons do Rio de Janeiro e que, como a senhora bem frisou, são peças fundamentais nessa engrenagem do turismo lá da nossa terra. Sem sombra de dúvidas, depois do petróleo, é a maior riqueza.

Então eu queria pedir aos senhores que me escusassem, infelizmente eu não poderei estar aqui, mas vou depois assistir a gravação, que aqui nós temos um serviço de gravação. Então a gente pede o DVD, as pessoas encaminham e a gente consegue ver com calma para poder apresentar Emendas ao projeto e depois votar com consciência. Muito obrigado a todos. Waltair, um grande abraço. Obrigado, Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA

CIARLINI (DEM-RN): Eu gostaria de convidar agora o Senador Augusto Botelho para ficar presidindo por alguns momentos. Eu volto já e, senão voltar, mando alguém que me represente.

Só para mais uma vez reforçar, foi solicitado que nós informássemos, que a Audiência do dia 19 de maio, que será às nove horas, o debate da próxima terça-feira será sobre a Política Nacional de Saúde Mental, com a participação da Dra. Helena Calil, da Escola Paulista de Medicina, do Dr. Antônio Geraldo da Silva, Presidente da Associação de Psiquiatria de Brasília e de um representante do Ministério da Saúde. E no dia 26 teremos um outro debate sobre saúde, que será sobre as políticas sociais de assistência à saúde voltadas para o idoso. Já fica aqui esses dois lembretes e o convite especial a todos que fazem a Comissão de Assuntos Sociais, como também de pessoas que estejam interessadas em participar, em dar a sua colaboração, ligadas à área ou ligadas também aos usuários. Muito obrigada.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Agora vai falar o Paulo Júnior, Presidente da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes, a ABRASEL.

Nós, políticos, gostamos muito de palmas, mas aqui tem um regulamento que não permite que a gente faça manifestações, que é para poder acelerar mais as coisas também. Então eu gostaria de pedir aos senhores que evitassem bater as palmas porque tem no regulamento interno que não pode bater palma aqui dentro do recinto, mas político gosta muito de palma. Para a gente fazer isso é porque foi muita exigência mesmo para poder funcionar mais e melhor.

Eu passo a palavra agora ao representante da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes, Dr. Paulo Júnior.

SR. PAULO SOLMUCCI JÚNIOR: Bom dia, Senador Augusto Botelho, eu vou abreviar cumprimentando a Mesa toda em nome do senhor.

Eu queria, também, aproveitar para acelerar o meu pronunciamento dizendo ao Presidente Moacyr, da CONTRATUH, que no entendimento da ABRASEL existe um alinhamento total na fala do senhor e na forma de administrar esta que é uma das maiores inseguranças do nosso setor e um dos maiores problemas que temos entre empregados e empregadores, que precisam trabalhar em harmonia para entregar à sociedade, a quem paga essa gorjeta de uma maneira espontânea, o melhor serviço possível.

Eu queria, apenas, destacar, para ficar bem claro, ao dizer o que é que é importante ser compreendido hoje por essa Comissão, pela sociedade brasileira, e que, infelizmente, a Lei que hoje rege essa atividade, a taxa de serviço, não é clara. Não é possível considerar-se que o bar, o dono, o proprietário de bar e restaurante, que cabe a ele apenas a função de gerir e aí sim tem que gerir isso de uma maneira correta, fico até surpreso da relevância que é dada às vezes aos maus profissionais, quando eles são, via de regra, exceção, e a gente tem que punir os maus profissionais nos rigores da Lei, mas não prejudicando a regulamentação como um todo, é muito importante que todos saibam que os 10% que chegam ao bar e restaurante, ele é o valor total a ser distribuído. Não há possibilidade que nenhum negócio comporte que você receba 10% e tenha que pagar 12%, especialmente no caso com a gorjeta, que ela é voluntária, que algumas pessoas falam: "Eu recebo 10% e tenho que pagar 12%". "Então, esses 2% você coloca no preço do seu produto". Primeiro, oneraria o consumidor. Segundo, que é um valor que é não possível determinar, porque você não sabe quantos vão pagar a gorjeta ou não. Então o pri-

meio princípio que nós estamos muito preocupados é que todo mundo atenda que o valor arrecadado pelos bares e restaurantes a título de taxa de serviço interessa, de uma maneira direta aos empresários, que eles sejam distribuídos integralmente aos empregados e, eventualmente, abatidos desse valor eventuais encargos como o INSS, o que julgarem pertinente.

Uma coisa muito importante: teve uma matéria. O Ministro do Trabalho, ao provocar o assunto na mídia, infelizmente provocou também um desserviço não por iniciativa do Ministro, mas por iniciativa da nossa mídia, que ao perguntar para o garçom se ele recebia a taxa de gorjeta, muitas entrevistas foram dadas nesse sentido, o garçom fala: “Não, não recebo totalmente não”. Não recebe totalmente e nem deve, porque não é assim que determina a legislação. A legislação diz que a taxa de serviço, ela pode e deve ser distribuída a todos que prestam o serviço, como bem destacou o Presidente Moacyr.

Então, há, hoje, um esforço, parece até que ele é coordenado – e a gente espera que não – de trazer ao setor de bares e restaurantes uma imagem negativa permanente. Nós começamos o ano nesse Legislativo, no ano passado, com as Leis das Estradas, que morre gente nas estradas que estão cheias de buracos, mal construídas, mal sinalizadas, até hoje sem os nossos controladores de velocidade, e a solução que propuseram foi de fechar o bar nas estradas. Pouco depois nós fizemos a Lei Seca, tão polêmica, que finalizou o ano com mais acidentes e mortes do que o ano anterior e nós optamos por punir o bar retirando o cliente que toma uma taça de vinho, um chopp, uma coisa que em qualquer lugar do mundo civilizado, na Alemanha, na Europa, e como um todo nos Estados Unidos, é uma atividade comum, e retiramos daquela pessoa irresponsável que bebe excessivamente o exame clínico para puni-lo. Então hoje nós punimos menos, temos uma legislação que coloca o cidadão civil sob o risco de ser tratado num estado policial, porque tomar uma taça de vinho agora pode ser motivo até de pressões para bolas ou ameaças de cadeia e fomos andando. Agora estamos vivendo a incompreensão do Governador Serra com a nossa atividade lá no Estado de São Paulo, contrariando uma Lei Federal. Nós temos um País dos mais exitosos ao combate do cigarro no mundo, nós saímos nos últimos vinte anos de 35% da nossa população para 15% de fumantes apenas, construímos esse sucesso de uma maneira rara nesse país, que foi através de medidas sócio-educativas. O setor especialmente ABRASEL é uma entidade anti-tabagista, mas nós entendemos que quem hoje tem mais de trinta anos nesse País foi, Senador, induzido pela nossa sociedade, pela mídia, e com a benesse

de arrecadação desproporcional de impostos pelo Estado. Subitamente esse indivíduo, por exemplo, meu pai se vivo fosse hoje com setenta e poucos anos, eu dono de bar e restaurante estou sendo convidado a chamar a polícia para prendê-lo. E mais: suponha que dentro de um restaurante, fosse esse um ambiente de restaurante, eu o proprietário, e por acaso o Dr. Néelson de Abreu Pinto, nosso ilustre Presidente da CNTUR, pudesse ser vitimado aqui por alguma bala por algum dos outros clientes. Há justiça em prender o dono do bar? O Governador José Serra propôs que quem acender um cigarro nos nossos bares e restaurantes, quem vai pagar as multa somos nós. Faltou a ele, talvez, a coragem de impor a punição a quem de direito, que é o infrator eventual, mas ainda mais falta a ele e a toda a sociedade brasileira uma compreensão mais ampla de quem acorda para ir ao CEASA às cinco horas da manhã e sai e fecha as portas com o último cliente e que gera seis milhões de empregos, única atividade econômica dos grandes empregadores desse País que promove ascensão sócio-econômica. Começa como auxiliar de garçom, vira garçom, vira maitre, auxiliar de cozinha, chefe hoje com um status social extraordinário, colegas nossos empreendedores, e como é que a sociedade está sendo levada a comportar-se com relação a essa atividade? Sempre nos entendendo como maus brasileiros, maus empresários. Nós estamos hoje sendo vitimados por isso com Leis anacrônicas, incompatíveis com a realidade.

Então, é muito simples e muito louvável que a senadora tenha proposto esse projeto, e eu queria aqui cumprimentar especialmente também aos que requereram essa Audiência Pública, porque em quem está no dia-a-dia trabalhando, pondo a mão na massa, há harmonia. É raro um setor como o nosso em que o representante dos trabalhadores encontra no representante dos empresários uma convergência tamanha de objetivos, uma coisa que o País vem há anos se negando a regulamentar.

Então, eu queria, de novo, reforçar as palavras minhas, fazer as do Moacyr. Só queria fazer um destaque, Moacyr, aí eu acho que você prejudica um pouco o andamento do negócio ao pensar em comissões com garantia de emprego. Primeiro, o negócio típico dessa atividade têm seis pessoas trabalhando, Senador. Nós somos um milhão de empresas, seis milhões de pessoas trabalhando, temos em média seis pessoas. Muitos têm mania de olhar para as grandes empresas para criar regra para o mercado e esquecem que, por tabela, estão prejudicando a grande maioria dos empreendimentos, que são de micro e [ininteligível]. São dois da família trabalhando com mais dois ou três empregados. Então, na grande maioria que constitui a

atividade [ininteligível], não se justifica pensar em comissão, pensar em garantia de emprego. A garantia de emprego no Brasil, via de regra, gerou mal profissional. Isso, hoje, num dinheiro que necessariamente para ser computado como uma taxa de serviço, que o bar e o restaurante vão administrar sem nenhum custo para o empregado, porque todo banco, hoje, para receber um cheque, para fazer qualquer coisa, cobra taxa de serviço. Nós, empresários, queremos administrar os 10% e distribuí-lo conforme determinar a lei, sem nenhum ônus para ninguém, para a sociedade, para o empresário, mas queremos ter o nosso serviço reconhecido. Então, generalizar o conceito de que a grande maioria dos empresários [soa a campainha] não age com seriedade é uma das coisas que nós estamos, hoje, combatendo e pedimos a todos, especialmente ao grande líder Moacyr, que não trate este assunto como uma regra. A comissão é o único ponto que, para mim, diverge aí do bem exposto e bem colocada considerações do Moacyr. Obrigado, senador e a todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTE-LHO (PT-RR): Muito obrigado, Paulo Solmucci. Agora, o próximo será o Sr. Edson Bras da Silva, Subprocurador do Ministério do Trabalho. Falou um dos trabalhadores, um dos patrões e agora um do mediador, que é o Governo.

DR. EDSON BRAS DA SILVA: Na verdade, Senador, eu sou do Ministério Público do Trabalho, colega que representa o Ministério do Trabalho. Aqui, nós somos a parte do litígio decorrente dessa disputa aqui e administração das gorjetas.

Em nome do Ministério Público, agradeço ao convite para essa participação e destaco a relevância desse tema, porque quase todas as ações de garçons ou pessoas que trabalham em bares e restaurantes incluem esse tema sobre as repercussões das gorjetas, a forma de distribuição, possibilidade de retenção, desconto, como foi dito aqui. Em razão do tempo eu vou fazer uma explanação bem pontual e, depois, havendo os debates, a gente retoma.

Uma primeira parte que nós pensamos é a necessidade de definir se a gorjeta é obrigatória ou espontânea. Por que isso? Porque ficava a história daquela pessoa que caiu no lamaçal, perguntaram como ele saiu e ele disse que se puxou pelo cabelo, porque a Portaria da SUNAB dizia: “prevista em convenção coletiva, a gorjeta pode ser cobrada”. E a convenção coletiva dizia: “com base na Portaria da SUNAB eu estou estabelecendo”, ou seja, não tem base legal, nós vivemos num estado de direito que ninguém é obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa se não em virtude de Lei e não tem Lei que imponha o pagamento dessa gorjeta. Logo ela é o quê? É espontânea. E a redação

aqui diz que cobrada, cobrada a gorjeta, implicitamente está dizendo que pode ser cobrada. Isso precisaria ficar claro, se a gorjeta será espontânea ou obrigatória. Se for obrigatória, pensamos que deve ser tratada como salário em todas as suas repercussões, porque o empregador tem a administração disso, ele já pode embutir no seu custo e dar o tratamento fiscal legal necessário com repercussões de Previdência, contribuições, recolhimento de Imposto de Renda, tudo. Se for voluntária, pensamos que ela deve ter um status de participação em lucros e resultado, que a Constituição diz que é sem nenhuma incidência previdenciária ou trabalhista, porque o que importa é o que vai para o bolso efetivamente do trabalhador, não a rubrica, o título que é dado, e o trabalhador está precisando do quê? É do dinheiro no bolso dele. E quanto mais o Governo sair dessa relação, a desoneração da folha de pagamento, melhor. Então pensamos que tratar a gorjeta voluntária como um status de participação de lucros e resultados, como já está na Constituição, seria melhor para todo mundo e evitaria o conflito patrão e empregado, porque foi dito aqui: “eu recolho 10% e tenho que pagar 12%, 15%”, e aí começa a ter um conflito. Agora se ela for obrigatória, aí é salário mesmo e vai ter todas as repercussões. Então a nossa intervenção vai considerar como ela é hoje legalmente, como voluntária.

Em se tratando de voluntária, pensamos que deve ser distribuída realmente entre todos os trabalhadores. Aqui está havendo um conflito de interesse entre os garçons e os demais trabalhadores desse segmento. Foi dito aqui: “Não tem quem me faça dar os 10% de gorjeta se eu encontrar um caramujo na minha alface, se eu encontrar um batom no copo”. Sabe, todo mundo é uma parte da engrenagem, têm as pessoas invisíveis que estão trabalhando para esse resultado final. Então é justo que participem dessa arrecadação. Ninguém vai a um restaurante por saudade do garçom, mas por saudade da comida nós voltamos. Tem boteco aí que nem quer crescer, fica como, assim, uma tradição, um elemento cultural na cidade exatamente pela qualidade da comida. E, também, o bom serviço. Você vai a um banheiro, se o banheiro não tiver higienização perfeita, já vai causar um impacto negativo.

Agora pensamos que isso não precisa ser objeto de Lei, nem interesse do patrão. Deve ser decidido onde? Em assembléia dos próprios trabalhadores, que aí eles vão determinar de acordo com o estabelecimento as pontuações. Eu penso que essa regra de pontuação é justa e é democrática, cada um dentro da sua relevância do contexto vai ter uma pontuação. Por que o gerente também não pode ganhar? Ele pode ganhar

sim, agora não vai ganhar tanto quanto outras pessoas que tenham maior relevância nesse contexto.

Pensamos, também, que a Constituição Federal fala em crime de retenção dolosa de salário e o não repasse dessa gorjeta nos prazos previstos podia, sim, ser constituído no crime de retenção dolosa de salário, que falta ser regulamentado no nosso sistema. A Constituição prevê, mas até hoje não existe, porque arrecadar e não repassar é quase que uma apropriação indébita. Se for em definitivo haveria o crime de apropriação indébita, mas se for transitoriamente seria a retenção dolosa de salário. Eu estou olhando aqui o tempo e tentando prosseguir.

Proibir, também, a utilização das gorjetas espontâneas como salário, sendo obrigatório um salário fixo, porque tem gente hoje, tem garçom que paga ponto, ágil de ponto. Por exemplo, está acontecendo a pecuária de Goiânia e os bares e restaurantes se deslocam para lá, sendo que tem garçom pagando um mil e quinhentos reais, dois mil reais para poder trabalhar lá. É um ponto. Isso é um absurdo, então essas coisas precisariam também ser tratadas para prevenir esse problema.

Já falei sobre a forma de distribuição.

Um outro ponto que eu percebi que daria um problema, que seria um tiro no pé. Está se pedindo que a média seja dos últimos três meses. Isso num sistema de inflação alta é razoável, porque não há corrosão da média de valor, mas numa atividade que tem grande sazonalidade, o patrão pode administrar a concessão das férias. Então ele vai conceder as férias logo após o período de baixa arrecadação, onde a média da gorjeta estaria defasada. Penso que o sistema que a CLT já usa hoje, de doze meses, é justa, é razoável, salvo negociação coletiva. Então, poderia ser colocado: será de doze meses a apuração da média, para efeito de repercussão em férias, 13º, as coisas que incidirem, salvo negociação coletiva, porque cada um faz a adaptação à sua realidade.

Temos mais aqui a questão desobrigatória.

Em suma, Sr. Presidente, seriam essas as observações do Ministério Público com relação a isso.

Ah, tem um ponto que fala da não incidência em alguns benefícios, que é a parte que as gorjetas não integram, é o § 9º do projeto: "As gorjetas não integram a base de cálculo do aviso prévio, do adicional noturno, das horas extras e do repouso semanal remunerado". Isso aqui está sendo justificado com a Súmula 354, do Tribunal Superior do Trabalho. Eu penso que essa Súmula é injusta e até contra a literalidade da Lei no sistema atual; se mudarmos para um status de participação em lucros e resultados sem incidência, aí ela não repercutirá em nenhuma outra situação. Por que

isso? Desta forma, não incidindo sobre o adicional noturno, é inconstitucional, porque a Constituição diz que o trabalho noturno será remunerado diferentemente do diurno. Ora, se quem trabalha de dia e à noite tem o mesmo tratamento, eu estou desrespeitando a Constituição nesse particular. Também a Constituição diz que as horas extras serão remuneradas com o mínimo de 50%. Se eu não repercutir isso nas horas extras, não haverá esse mínimo de 50%, ela acaba sendo paga a menor. Na verdade, então, eu penso que a Lei, se prevalecer esse sistema, não adotar o sistema de participação em lucros e resultados, a Lei deveria enfrentar a Súmula e incluir expressamente dizendo: As gorjetas integram para todos os efeitos, como já diz, inclusive... E aí citaria as proibições da Súmula, porque aí a Súmula ficaria "revogada", seria o termo assim defasada em relação, porque é injusta essa concepção dada pela Súmula 354.

Então, Presidente, eu agradeço a oportunidade de participação e ficamos à disposição para eventuais indagações.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Agradeço ao Dr. Édson a disciplina no tempo, foi bem disciplinado. O próximo expositor será o Waltair Mendes Rodrigues, Presidente do Sindicato dos Garçons, Barmens e Maitres do Estado do Rio de Janeiro, representando os trabalhadores.

SR. WALTAIR MENDES RODRIGUES: Eu gostaria de cumprimentar ao Senador Augusto Botelho, cumprimento toda a Mesa.

Bom, a gorjeta ou o 10% falado, ela é muito complexa. O que é que acontece? O projeto da Senadora, ela já é uma realidade no Rio de Janeiro, onde o Sindicato já fecha a convenção coletiva ou acordo coletivo por empresa, onde diz: 7% fica para o pessoal que atende no salão e em 3% há uma divisão, que fica para a retaguarda. A gente entende que muitas das vezes os 10% é como uma moeda de troca, ele se torna uma moeda de troca. Como? Tem empresário, nem são todos, viu Dr. Paulo, não são todos, mas que cobram 10% e não pagam o piso da categoria. Tem empresário que paga 7% e só paga metade do piso da categoria. Então são distorções que a gente têm que... O projeto em si, ele cria princípio, meio e fim: X para um e X para outro.

Então, já há uma divisão, viu, Moacyr? Já há uma divisão no projeto da Senadora, entendeu? Por isso que eu vejo o projeto com bons olhos e a categoria também. A gente tivemos algumas reuniões lá no Rio, eu levei à categoria esse projeto e eles gostaram do projeto da Senadora. É a realidade. Eu fui no restaurante aqui da Câmara, lá eles cobram 8% e 2% dão para os cozinheiros. Então é uma realidade, isso acontece

no Brasil todo e são essas coisas que eu gostaria de ponderar, que o garçom, ele é que atende o cliente. Se ele não atender bem, automaticamente a gorjeta não acontece.

Essas são as ponderações que eu gostaria de falar. É só isso. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Muito obrigado ao Waltair. O próximo é o Sr. Carlos Augusto Pinto, Vice-Presidente da Assessoria Jurídica da Confederação Nacional do Turismo.

SR. CARLOS AUGUSTO PINTO: Eu gostaria de dizer, nos pontos de concordância aqui na qualidade de representante da CNTUR, nós temos aqui com o Sr. Moacyr, o Presidente da CONTRATUH, não concordamos inteiramente com o que se vede a retenção de qualquer valor da gorjeta para cobrir quebras de materiais, nós concordamos com o ilustre representante do Sindicato do Rio de Janeiro, do Sindicato dos Empregados do Rio de Janeiro de que se vede o pagamento do salário por meio de gorjeta, concordamos integralmente com o ilustre representante do Ministério Público no que se refere a retirar o caráter de remuneração da gorjeta quando seja ela espontânea, a gente só precisaria definir a melhor forma de caracterizá-la como espontânea, talvez seja que o restaurante colocasse na nota que o serviço é não obrigatório, isso é uma questão importante para que a gente evite controvérsias no futuro com relação a dizer se a gorjeta era compulsória naquele estabelecimento ou facultativa, como hoje já existe na prática. Hoje há uma briga diária nos Tribunais trabalhistas para saber se a gorjeta, naquele restaurante, era espontânea ou era compulsória, isso para fins de aplicação de tabela de estimativa de gorjeta que usualmente são utilizadas por vários Sindicatos, por várias Federações de Trabalhadores, como é o caso aqui do Estado de São Paulo, da cidade de São Paulo, que está o Gilberto ali presente, onde a convenção há vários anos prevê tabela estimativa de gorjeta.

Então o que nós entendemos, fundamentalmente, o que nós entendemos mais importante é poder definir que a gorjeta, quando sendo facultativa, não tenha o caráter salarial ou de remuneração, se equiparando para esse fim, como disse o ilustre representante do Ministério Público, à participação nos resultados. O que nós entendemos por bem é que seja importante a gente definir como que essa gorjeta vai ser compulsória e como ela vai ser espontânea.

E ainda em relação ao Ministério Público, ao que disse o membro do Ministério Público, a única questão que há uma divergência com o nosso entendimento aqui da Confederação Nacional do Turismo é no que diz respeito aos reflexos da gorjeta na remuneração do

empregado. A única questão é que a CNTUR entende, é só uma pequena divergência com ele, no sentido de que a Súmula do TST, a 354, mencionada no Projeto de Lei, está corrida e é mais adequada à realidade do mercado. Acho que não é o caso aqui de discorrer doutrinariamente o porquê, se está correto ou está certo, mas é o único aspecto que há divergência com o ilustre representante do Ministério Público.

No mais, voltando, nós concordamos com a CONTRATUH no que diz respeito ao ser vedado o desconto para cobrir quebra do restaurante, concordamos com o representante do Sindicato do Rio de Janeiro no sentido que deve ser efetivamente vedado que se pague piso salarial, salário mínimo com gorjeta, não há problema nenhum, e com o Ministério Público no que diz respeito a retirar a caráter de salário ou de remuneração da gorjeta quando ela é paga de forma voluntária ou espontânea, bastando apenas que possamos definir de que forma que ela vai se caracterizar como espontânea e de que forma ela vai ser compulsória para que a gente possa dar segurança jurídica para as empresas e conforto e bem-estar para os trabalhadores, além – e isso é bastante importante – de garantir o direito do consumidor de só pagar a gorjeta, que seja possível ao consumidor de só pagar a taxa de serviço ou gorjeta quando ele efetivamente for bem atendido, que ele não seja compelido a isso. É isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Muito obrigado ao Dr. Carlos Augusto Pinto. O próximo expositor é o Norton Leinhart, Presidente da Federação Nacional dos Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares.

SR. NORTON LEINHART: Bom dia a todos, bom dia Senador Botelho, quero cumprimentar também a Senadora Patrícia e agradecer a iniciativa dela de provocar esse debate, nos trazendo aqui o capital e o trabalho para que juntos a gente chegue a uma solução. Eu acho que essa vontade de entendimento já existia dentro do setor, eu gostaria de deixar muito claro isso, o Presidente Moacyr ressaltou isso, até fomos meio atropelados quando estávamos no meio de umas negociações pelo próprio Parlamento, com uma legislação que não servia nem ao Moacyr e nem a nós do setor empresarial.

As nossas divergências são muito poucas. Se nós sentarmos numa mesa, nós vamos ver que as convergências são muito, mas muito maiores do que as divergências. Portanto, eu acho que a mesa é a melhor solução. E aqui está mostrando, nessa mesa, algumas posições e eu quero fazer coro com aqueles que aqui expuseram suas razões e dizer que também a posição do Ministério Público do Trabalho nos deixa muito [ininteligível] de continuar esse tipo de discussão, porque é

por aí que nós estávamos indo, é nessa mesma linha de raciocínio que nós estávamos trabalhando.

Eu gostaria, também, que essa legislação não engessasse a capacidade de negociação das nossas entidades empresariais. Compete aos nossos Sindicatos trabalhar questões pontuais do nosso setor, é para isso que nós existimos, e no momento em que se tira essa capacidade de negociação, evidentemente traz um enfraquecimento muito grande dessas entidades representativas e isso nós não queremos, evidentemente, que não. Ninguém melhor do que nós para discutirmos essas questões do nosso setor.

Mas eu gostaria de salientar – e isso é bem que se faça aqui dentro do Parlamento – que o nosso setor hoje gera em torno de um milhão, um milhão e duzentas mil empresas, mas uma grande maioria na informalidade. 97% dessas empresas, segundo o IBGE, são pequenas e microempresas. Então isso é uma coisa que o legislador não pode tirar isso da sua mente, entendeu? Qualquer oneração a mais no nosso setor é o fechamento da empresa. Então isso nós não devemos esquecer. Se eu não me engano o Paulo colocou isso com muita propriedade: é o proprietário do restaurante e mais cinco ou seis trabalhadores junto com ele. Então, na verdade, a gente trabalha junto. E quem diz isso para vocês é de cadeira, eu tenho quarenta anos de restaurante. Eu há quarenta anos estou atrás do balcão. Estou temporariamente, Presidente, nessa entidade, até porque conheço profundamente o setor, mas essa relação é muito próxima a nós, nós com os nossos colaboradores.

Então eu acho que nós devemos, sim, buscar um entendimento. Volto a afirmar, pactuo com as coisas que foram colocadas nessa Mesa, tanto pela parte laboral como da parte do capital, e, na verdade, nós precisamos nada mais nada menos, Senadora, de uma legislação mais clara, que possa definir a regra do jogo. Nós sabemos que nós temos dois tipos de gorjeta: a espontânea e aquela consentida que é feita através da empresa e do Sindicato a cobrança dos 10%, mas evidentemente esse consentimento entre o Sindicato laboral e empresa não é o consentimento do consumidor também. Temos que respeitar o código do consumidor, ou seja, ele paga se for bem servido. Então nós temos que deixar isso muito claro. Se eu tiver de pagar, através de um acordo consentido, a minha empresa evidentemente que vai ser onerada e aí bem coloca o Paulinho, onde eu não posso receber 10% e pagar 12%.

Então me parece que o que nós precisamos do Parlamento é deixar claro essas regras. Agora, volto a afirmar: nunca esqueçam que a grande parte do setor é a pequena e microempresa, isso aí é fundamental

para que os senhores tenham o entendimento. Nós não podemos fazer uma Lei em cima de exceções, nós não podemos fazer uma Lei em cima de qualquer... Eu vou citar um restaurante comum aí, enfim, em cima do Piantella, que é uma outra realidade, ou qualquer outro grande restaurante, se a grande maioria são pequenos restaurantes. Então o nosso foco tem que ser voltado por aí. As pequenas empresas hoje do nosso setor, tem uma grande maioria na informalidade, o que não é bom para ninguém, não é bom para o trabalhador, que não tem carteira assinada, não é bom para o empresário porque a qualquer momento pode ser fechada a sua empresa, não é bom para o Governo que não arrecada tributos, então não é bom para ninguém, é um perde-perde, e não é bom para nós, empresários, também, porque é uma concorrência desleal para aqueles quem pagam imposto. Então se nós tributarmos mais as nossas empresas, mais empresas irão para a informalidade e isso não é bom para ninguém.

Então eu quero deixar muito claro isso e me parece que a melhor solução, com todo o respeito dos demais que aqui colocaram, está em cima do Ministério Público do Trabalho. Acho que leu com muita clareza, leu com muita clareza, colocou com muita precisão nesta Mesa o que está acontecendo no nosso setor. Então eu quero saudar inclusive o Ministério por essa posição aqui colocada e dizer que nós estamos abertos para diálogo permanente com os trabalhadores e isso a gente tem feito muito assiduamente. Vamos continuar discutindo essas questões para nós chegarmos a um denominador comum. Eu só gostaria que o Parlamento respeitasse as nossas posições capital e trabalho. Eu acho que isso é fundamental. Se nós acordamos, o Parlamento, evidentemente se não fere a Constituição, evidentemente se não fere o consumidor, as nossas decisões devem ser soberanas. Então eu acho que isso é uma coisa importante a ser colocada também.

De princípio, é isso, eu estou aberto, depois, a perguntas, se assim quiserem fazer os Senadores. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Passo a palavra ao Sr. André Luís Grandizoli, Secretário-Adjunto de Relações do Trabalho, representando o Ministério do Trabalho.

DR. ANDRÉ LUÍS GRANDIZOLI: Muito bom dia a todos. Eu gostaria de agradecer ao convite de estar aqui para conversar com as senhoras e com os senhores. Eu gostaria de elogiar a iniciativa da Senadora Patrícia Saboya com o ato de levantar essa discussão de um tema que realmente tem preocupado tanto trabalhadores, quanto empregadores e o próprio Ministério

do Trabalho. E, também, essa Comissão, que trouxe a discussão mais para a realidade aqui agora.

Tanto é uma preocupação do Ministério do Trabalho que o Ministério do Trabalho, diante de uma demanda um pouco mais contida, já tinha apresentado um Anteprojeto de Lei à Casa Civil, da Presidência da República, tratando desse assunto. É um pouco mais contido, vamos dizer assim, esse Anteprojeto do Ministério do Trabalho porque a ideia era de que o problema era um pouco mais simples. Mas observando o Projeto de Lei da Senadora, nos apareceu que ambos podem se complementar, se juntar e fazer uma coisa um pouco mais adequada. Então o que eu pretendo fazer aqui, na verdade, é apresentar alguns pontos que nos preocupam com relação ao projeto que está em trâmite, que está em discussão aqui agora.

A grande maioria dos pontos que eu trataria já foram tratados, já foram apresentados, o que, então, dispensa maiores discussões.

Uma das questões que eu acho que seria importante é que ele menciona a questão de restaurantes e assemelhados. Isso pode gerar debates de onde é aplicável esse dispositivo. Então eu acho que tratar de gorjetas de uma forma mais ampla, como a legislação hoje já trata, seria menos arriscado, porque a hotéis não se aplica, mas hotéis é assemelhado a restaurante, aí começaria um debate sobre o que é que se encaixa nessa situação e isso já está pacificado, então para que a gente talvez iniciar uma discussão nesse momento sobre onde aplicar esses critérios?

Uma outra questão que me chama a atenção, o Ministério do Trabalho, até pela sua própria característica, pela sua própria tradição, incentiva muito a negociação e a decisão dos próprios interessados em determinadas questões, em tudo o quanto possível, evidentemente. Quando o dispositivo proposto fala que apenas 30% poderá ser destinado a outros trabalhadores, isso me causa uma preocupação. Eu acho que talvez os próprios trabalhadores devam definir a forma de distribuir isso. Se a legislação já limita, pode ter que se reinventar uma coisa que hoje está funcionando de uma forma, bem ou mal, adequada. Já está em funcionamento a questão de pontos e tal, então vai ter uma limitação que eu acho que talvez não seja muito adequado ou, pelo menos, corre-se o risco de criar uma nova dificuldade que hoje não existe. A forma de distribuição já está funcionando, digamos assim, essa distribuição.

Também a questão das férias, que já foi levantada aqui, mas, enfim, me preocupa a questão de definir um período curto, justamente pela questão da sazonalidade. Então, também, acho que os próprios sindicatos podem negociar, se assim entenderem adequado, ou,

então, manter a regra padronizada na legislação trabalhista, que é a dos últimos doze meses ou os doze meses do período; no caso das férias não são nem os últimos doze meses que se trata, a legislação fala que são os doze meses do período aquisitivo.

E, por fim, a mesma questão já levantada também, que é a questão das gorjetas integrarem ou não integrarem. Eu acho que se a gente for tratar dessa forma, como está colocada no § 9º, a gente está, na verdade, excepcionando uma coisa que toda a legislação já trata de uma forma genérica e a gente vai tratar de forma excepcional uma coisa que deveria ser tratada de uma forma dentro do contexto. Por que não no aviso prévio? Porque o aviso prévio já o excepciona. A legislação, o artigo que trata do aviso prévio, fala que o aviso prévio corresponde ao salário e não à remuneração. Se há a necessidade de se mexer nisso e integrar, deve se mexer lá no aviso prévio e não no dispositivo da gorjeta. Se não é para integrar, já não está, então já está lá no dispositivo próprio. Então eu acho que não deveria se tratar neste dispositivo questões que envolvem outros assuntos, FGTS, que está numa legislação esparsa, quer dizer, toda uma situação que pode começar a gerar também polêmicas em outros âmbitos; eu acho que talvez não seja muito pertinente.

Então, a posição do Ministério do Trabalho é que naquilo que possível os próprios interessados devam tratar. Agora que o tema é extremamente importante, que merece uma regulamentação mais adequada e que este projeto está na linha correta, me parece que é claro. Nós estamos de acordo, apenas esses ajustes que talvez sejam necessários e, para isso, o Ministério do Trabalho se coloca à disposição neste momento para as perguntas que queiram fazer e oportunamente, se a assessoria, se os próprios parlamentares tiverem interesse numa outra oportunidade, nos convidando, estaremos sempre à disposição para debater o assunto. Muito obrigado.

SR. NORTON LEINHART: Senador Botelho, é só uma questão de ordem, se é possível ou não eu fazer uma indagação, já que me parece que todos da Mesa falaram. É muito rápida.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): A próxima etapa seria passar aos questionamentos dos Senadores.

SR. NORTON LEINHART: Mas eu acho que seria até pertinente para os próprios Senadores, se me permitir.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Pode falar então.

SR. NORTON LEINHART: Esse anteprojeto do Ministério, nós não tivemos acesso, nem os empregadores e nem os empregados, nós não sabemos exata-

mente o que é, nada, não temos nenhum conhecimento de nenhum dos artigos. Então eu gostaria que o Ministério pudesse repassar para nós para nós podermos analisá-lo, porque eu conversei com o Moacyr agora, eu disse ao Moacyr: “Você conhece?” Ele disse: “Não, não conheço”. Nós também, da classe empregadora, também não conhecemos o anteprojeto. Então seria importante as partes tivessem acesso ao projeto que está sendo elaborado, pois nós não temos conhecimento. É isso, obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): OK, Sr. Norton. Essa Casa aqui é uma Casa que o Senador não faz uma coisa da cabeça dele, ele não dorme e pensa: “Eu vou fazer uma Lei assim”. Nós trabalhamos sob a demanda dos trabalhadores. Eu tenho certeza que a Senadora Patrícia quer fazer o que for melhor para os trabalhadores e os patrões. A forma que vocês acharem mais adequada é a que a Senadora vai formatar o projeto final dela. Essa foi uma ideia que alguém demandou em cima dela, apresentou o projeto e ela trouxe. E justamente essa Audiência foi feita para nós ouvirmos as partes. Nós não queremos mudar uma coisa que está funcionando bem, se está funcionando bem. Mas se os trabalhadores acham que tem que mudar alguma coisa, os patrões, nós vamos trabalhar para fazer isso.

Eu sou simpático à ideia do Subprocurador Édson que realmente isso se torne uma coisa para ser discutida só entre patrões e empregados e que não incida nada sobre isso para não aumentar os custos, que seja uma coisa que vá melhorar só a remuneração do trabalhador, como também... Eu estou emitindo já a minha opinião em relação a isso, mas na realidade eu não posso emitir. Quem tem que falar agora é a Senadora Patrícia, que está na vez dela de falar dos Senadores. Depois de a gente discutir, todo mundo terá a oportunidade de falar mais uma vez, só que não vai ser dez minutos, é um tempo menor. Então se preparem para falar e para responder a algum questionamento. Normalmente aqui no Senado as perguntas são feitas, essa Sessão é para ser discutida com os Senadores, mas nada impede de alguém escrever uma questão e encaminhar para a Senadora alguma coisa, onde ela poderá encaminhar uma pergunta de alguém. Senadora Patrícia Saboya, que ouviu parcialmente, porque ela estava numa reunião da Mesa, eu liguei para ela para avisar que estava começando, sendo que tinha três projetos que ela não poderia sair da reunião da Mesa para vir para cá, porque lá na Mesa é o que decide o que vai ser discutido e o que vai ser feito na semana que vem aqui nessa Casa. Senadora Patrícia com a palavra.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Obrigada, Senador Presidente dessa Comissão, Senador Augusto Botelho. Eu quero agradecer à V. Exa. por ter de forma instantânea aceitado esse convite e nos presidido aqui com tanta atenção aos nossos convidados. Quero pedir perdão a todos os convidados aqui presentes, porque infelizmente hoje eu tinha quatro compromissos às dez horas, em quatro lugares diferentes, e eu sabia que a prioridade era a reunião da Mesa e essa Audiência Pública. Mas, infelizmente, eu não pude sair da reunião até que pudesse terminar.

Quero agradecer aos senhores que vieram até aqui, atendendo ao nosso pedido, ao nosso convite, agradecer a presença de todos aqui no Plenário, aos representantes de todas as categorias, e dizer, na verdade, que essa ideia desse projeto nasceu em função de eu viver em uma terra, que é o Ceará, que eu acho que é o lugar onde mais nós temos garçons no mundo inteiro, não é no Brasil. Qualquer lugar que eu já tenha ido desse mundo, visitado, eu vou encontrar, não é não Senador Eduardo Azeredo, um cearense. Isso nos dá um orgulho muito grande. Eu sempre procurei conversar e isso é uma coisa que eu costumo fazer desde que era Vereadora, conversar até informalmente com as pessoas. Se eu vou a um bar, se eu vou a um restaurante, eu aproveito, converso um pouco com o cozinheiro, converso um pouco com o garçom, porque essas pessoas, muito pouco elas têm acesso aos políticos, aos seus representantes. Então eu aproveito num momento de lazer e faço um pouquinho de exercício também político. E foi dessas nossas andanças por aí que eu pude recolher e acolher de muitos garçons, servidores de bares, restaurantes em hotéis, eu venho de uma terra lindíssima, talvez, eu diria, com o perdão aos outros, mas, talvez, um dos lugares mais lindos do planeta e de um povo muito especial, de uma raça assim diferente de todas que eu conheço, porque é um povo forte, é um povo determinado, é um povo obstinado, é um povo bem-humorado, é um povo que tem uma expectativa de vida das maiores do nosso País, portanto, uma terra de um povo muito diferente e uma terra com muita alegria. E hoje nós temos um prazer enorme de receber pessoas do mundo inteiro, que vêm conhecer a nossa culinária, que vêm conhecer as nossas praias, as nossas belezas naturais, a nossa cultura, enfim, e uma cidade, por exemplo, como a nossa, Fortaleza, a cidade que eu venho, que cada vez aumenta mais essa demanda, por sermos um destino turístico hoje importantíssimo no Brasil.

E é pelo interesse e por considerar que este segmento pode nos render grandes frutos na economia e por entender que é no turismo, talvez, uma das formas de renda que seja capaz de mais distribuir renda no

nosso País que eu me preocupei com este assunto, e a partir desse assunto, na verdade, provocar uma discussão com os senhores e outros que nós teremos a oportunidade sobre algo que eu entendo que é muito importante no Brasil, que é novo no nosso País, e aí eu falo não especificamente do meu Projeto de Lei sobre a situação dos 10% dos garçons, mas eu falo em torno da questão do turismo, da importância de se valorizar, e percebi no meu Estado, ao fazer o primeiro encontro, a primeira reunião, que o segmento é meio órfão de alguém que entenda a grandeza disso para a economia do nosso País, para o desenvolvimento do nosso País, para a geração de renda, para a distribuição de renda e para a melhoria da qualidade de vida do nosso povo. Por isso, por entender e por conversar, e percebo que isso, naqueles que trabalham em bares e restaurantes, os servidores, isso já foi muito mais forte, eu confesso, eu já ouvi muito mais isso do que escuto hoje, porque acho que hoje aqui a gente tenta encontrar um caminho que seja bom para todos. Eu não vi nas reuniões que fiz nenhuma malandragem de nenhum lado e nem de outro, de buscar subterfúgios para enganar a um ou para enganar a outro. Eu vi, principalmente no meu Estado, uma reunião muito pacífica, uma reunião muito séria, muito transparente, em que cada um pode colocar as suas preocupações, onde cada um pode falar um pouco desse projeto. Eu não sou daquelas políticas que se agarra a uma folha de papel porque o projeto é meu e não mudo por nada desse mundo. Pelo contrário, quando o meu projeto é modificado, quando o meu projeto é debatido, é isso que me faz feliz, é isso que me faz entender que aquilo que eu estou discutindo é de interesse da população, porque quando um projeto é aprovado sem nenhuma discussão, sem nenhum debate, sem nenhuma ressalva, isso para mim não é um bom sinal. O meu projeto da licença-maternidade de seis meses passou dois anos sendo debatido aqui no Congresso, conseguimos sancionar. Todos os projetos que eu procuro conversar geralmente são idéias que eu recolho na rua, são idéias que eu recolho nas minhas reuniões, nos meus encontros e, portanto, apesar de eu considerar esse projeto muito importante, o que considero mais importante nesse momento é a gente estar tendo essa chance de discutir com cada um dos senhores aqui algo que preocupa a cada um de nós e algo que a gente pode fazer para que esse segmento do turismo possa explodir de maneira saudável no nosso País, que este segmento que está aqui representado pelos senhores possam nos ajudar em outras questões que são tão delicadas, que são tão graves e que eu me dedico no meu dia-a-dia, que é a questão do turismo sexual, das crianças e dos adolescentes, de um segmento que

durante tanto tempo nos viu, eu acho que com maus olhos, e, hoje, eu consigo entender e consigo andar e circular, às vezes até de mãos dadas com redes, com o *trade* turístico do Brasil, que entende a nossa causa e nós entendemos a causa de vocês. Portanto, eu acho que esse nosso debate aqui, eu prefiro recolher todas as sugestões que aqui foram dadas para que a gente possa, em outro momento, discutir do que aqui discutir o mérito mesmo, que os senhores muito mais do que eu conhecem e sabem. Disso eu tenho plena convicção. Eu sou apenas uma voz aqui para trazer uma proposta que vai ser debatida, vai ser modificada, vai levar muito ou pouco tempo, não interessa, o tempo que for necessário para que a gente aqui encontre a melhor saída e a melhor solução.

Eu tenho um zelo muito grande, um cuidado por essa categoria justamente pela vocação que têm os cearenses, principalmente para essa missão, para essa profissão, por isso essa foi a primeira coisa que me animou a fazer o projeto, mas, em segundo lugar, saber que com esta causa a gente vai estar abrindo muitas portas para discutir temas ligados a esse segmento, a essa profissão, mas que podem gerar uma renda muito grande para o nosso País e, principalmente, para o Nordeste brasileiro.

Eu só tenho a agradecer a presença dos senhores, a presença de todos que vieram aqui debater, e esperar o desdobramento dessa reunião. Tenham certeza que nem eu e nem o Relator temos pressa para entregar isso. Quanto mais ele for aperfeiçoado, ou se não for esse o caminho, se for o caminho de um substitutivo, eu estarei inteiramente aberta para discutir com os senhores. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Muito obrigado à Senadora Patrícia, mas eu acho que o segundo Estado que tem mais pessoas garçons é Minas Gerais, porque nós temos dois Senadores de Minas Gerais aqui, o Senador Wellington Salgado e o Senador Eduardo Azeredo, que nos brindam com as presenças.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Augusto, Belo Horizonte é a capital dos botecos, a cidade que tem o maior número de bares é Belo Horizonte.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Temos dois mineiros também na Mesa. Viu como Minas está, Senadora? Lá em Roraima tem garçons cearenses também, o Ceará é campeão.

Bom, Senador Wellington Salgado, Senador Azeredo. A discussão aqui é sobre a gorjeta do garçom, estamos discutindo a respeito da regulamentação das gorjetas, regulamentação ou não regulamentação, este é a assunto que nós estamos debatendo aqui,

procurando uma saída. Eu dou a palavra ao Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

Eu quero só realmente manifestar a importância dessa discussão, como a normatização que a Senadora Patrícia propõe. Tanto eu como o Senador Wellington não pudemos participar da parte inicial do debate porque nós estávamos na Comissão de Relações Exteriores, com a questão dos... [ininteligível] de embaixadores, mas é um fato que, às vezes, nos constrange, sim. Aqui em Brasília, mesmo, alguns meses atrás, eu fui num restaurante e na hora de pagar a conta, na hora que eu entreguei o cartão de crédito, a moça virou para mim assim toda sem graça, era uma garçonete, aí ela disse: "O senhor pode pagar a gorjeta em dinheiro? Porque, se for no cartão, eu não recebo integralmente". Então isso acontece, quer dizer, isso que é o problema, aí eu é que fiquei sem graça, eu costumo ficar vermelho às vezes, eu fiquei vermelho sem saber o que eu fazia. E agora?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Mas V. Exa. deu a gorjeta? [risos]

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Dei a gorjeta.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sêrio?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim, dei a gorjeta [risos]. Eu tenho fama de pão duro, mas sou econômico. Mas é importante, Presidente. Eu acho que o assunto é importante sim, que possamos chegar a uma regulamentação. É claro que aqui no Brasil a gente tem o 10%, mas quem viaja pelo fundo afora vê que tem muito lugar que é 15%, 18%, tem lugar que é 18%, na Europa mesmo chega a ser 18%, em alguns países.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Augusto?

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Primeiro eu queria, realmente aqui no Senado já está se tornando uma praxe os Senadores pedirem desculpas aos convidados. Na verdade o trabalho é tão intenso, porque a questão das Comissões não é nunca falada nos meios de comunicação. Sempre acham o que Senado só trabalha quando tem a Plenária e, no entanto, aqui nas Comissões, é onde nós, Senadores, mais trabalhamos. Hoje, por exemplo, já estive presidindo a Comissão de Constituição e Justiça, fui no Senador Azeredo, estamos aqui agora. E a Senadora Patrícia está na Mesma do Senado, então teve uma reunião da Mesa para discutir assuntos que

todos nós sabemos que está acontecendo as grandes mudanças dentro do Senado hoje. O preço da democracia baixou no Brasil. A democracia hoje, como ela está mais sólida no Brasil, então as despesas têm que baixar para se manter a democracia; é isso que está acontecendo no País hoje. Então o Senado está também fazendo, o Presidente Sarney com a Mesa Diretora, fazendo os cortes para poder saber qual é o preço justo da democracia no País hoje.

Ontem eu estava vendo, só para colocar para os senhores o que está acontecendo, o Senador Azeredo, agora qualquer Senador que viaja, tem que ter um requerimento e ser aprovado para que possa viajar para o exterior representando a sua Comissão. Então essas são as mudanças que estão acontecendo.

Então eu queria pedir desculpas aos senhores. Nós temos aqui degravações das reuniões, das apresentações que nós temos acesso, vou ter acesso, com certeza, às manifestações dos senhores, e corremos para cá para cumprir a nossa tarefa, não é Senador Azeredo, depois de termos cumprido as nossas já nas nossas Comissões. Então era só isso que eu queria colocar e vou falar aquela história: sou todo ouvidos aqui, não é, Senador, para que possa ajudar a Senadora Patrícia Saboya a formular o seu relatório. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Senador Eduardo Suplicy com a palavra.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente Senador Augusto Botelho, eu também preciso transmitir aos senhores que embora suplente aqui, nesta Comissão, tive que participar das Comissões hoje de Relações Exteriores e a outra Comissão de Infraestrutura desde cedo, então não pude ouvi-los como gostaria.

Eu não sei, Sr. Presidente, se é possível ainda que possamos obter uma breve síntese deste tema que, certamente, é tão importante. Eu deixo a critério de V. Exa. se possamos todos nós, Senadores que agora chegamos... Quase toda a semana em algum restaurante de Brasília, de São Paulo, de Belo Horizonte, de Uberlândia, estamos pagando a conta e normalmente na maioria dos lugares se acrescenta 10%, nem sempre; às vezes o restaurante não acrescenta, mas diz que a contribuição relativa à gorjeta é voluntária para o cliente. Então esta é uma tradição no Brasil.

Eu observo pelo projeto da Senadora Patrícia Saboya que há um novo tratamento que se daria a isso, especialmente no que diz respeito aos direitos trabalhistas, não é isto? Então eu sou muito favorável a que possamos, nas empresas em geral, termos sistemáticas pelas quais haja a remuneração das pessoas não ape-

nas através do salário, mas, também, de participação nos resultados, isso como um princípio em qualquer empresa, pequena, média, grande, e a Constituição brasileira, inclusive, estimula que haja formas de participação nos resultados. Os restaurantes têm uma característica especial e de tradição, uma remuneração e mais a participação nos resultados que muitas vezes fica na forma da gorjeta, mas nem sempre para os demais que trabalham; isso é mais para os garçons e não tanto, digamos, para os que trabalham na cozinha e nas demais dependências do restaurante.

Mas, certamente, os senhores hoje nos trouxeram aqui uma reflexão de grande relevância. Nós, Presidente, não pudemos ouvir, mas queremos saber. Então eu deixo a critério de V. Exa. como resolver o dilema, tendo em conta o adiantado da hora e demais obrigações de todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Muito obrigado, Senador Suplicy. Vale ressaltar, eu também já ouvi o garçom dizer que se não recebesse, não seria integral, mas eu fui esclarecido aqui na Mesa de que existem acordos coletivos em que há uma distribuição proporcional entre os garçons e os demais trabalhadores da unidade. Então quando ele disser isso a gente vai fazer a seguinte pergunta: “Não recebe integral por que divide com os outros ou por que há alguma coisa errada?”

Nós vamos passar a palavra agora para cada um fazer as suas considerações, mas eu devo fazer uma observação em relação ao Paulo Solmucci, que criticou a Lei Seca e criticou também o Governador Serra porque proibiu fumar dentro dos restaurantes. Eu sou de Roraima. Em Roraima é mais fácil ir para a Venezuela do que vir para o Brasil, é mais perto e mais barato, sendo que lá há mais de vinte e cinco anos é proibido--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Problema nosso.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Mais perto ir para a Venezuela do que vir para?

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): O Brasil.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Mas o senhor está no Brasil, o senhor está no Brasil [risos].

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Eu sou de Roraima, eu nasci lá e--

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Do que vir para São Paulo e para Minas Gerais é outra coisa.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Nós lá em Roraima consideramos assim:

nós ou vamos para o Brasil ou vamos para a Guiana ou vamos para a Venezuela ou ficamos em Roraima. Tem um ponto que se encontra as três estradas lá e tem realmente assim numa praça, que é o trevo, tem assim: Venezuela, Brasil, Guiana e Roraima. O ponto da estrada que vai direto para o centro da cidade tem Roraima, por isso que a gente fala dessa forma, mas nós somos brasileiros. Já houve uma época em que um Governador de lá fez uma frase que realmente houve época que nós pagamos para ser brasileiros. Ainda continuamos pagando um pouco para sermos brasileiros, mas nós um dia vamos ser brasileiros considerados iguais aos outros. Em relação aos 10% tem isso. E também naqueles países onde as pessoas bebem um copo de vinho ou outro copo, não podem dirigir, porque se dirigirem vão presas. Aqui a pessoa bebe e dirige. Outra coisa também dos donos de bares, que é uma crítica que eu devo fazer aos senhores, é que devem ser mais rigorosos na hora de vender bebida a menores. Existe muita facilidade com relação a vender bebida a menores, sendo que o etilismo é uma coisa séria, é prejudicial ao Brasil, às famílias, e principalmente a violência dentro da família é consequência muito grande do etilismo.

O que o Dr. Édson falou coincidiu com o que falou o Senador Suplicy, de que talvez essas gorjetas sejam consideradas como participação em lucros e resultados, só que a Constituição só permite passar de seis em seis meses. Talvez se a gente--

DR. EDSON BRAS DA SILVA: Seria com a Lei que regulamenta hoje.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): A Lei que regulamenta hoje. Então nós poderíamos tentar fazer em relação a esse caso de bares e restaurantes, fazer de uma outra forma, de acordo com a decisão das partes envolvidas, de se enquadrar nisso para que a remuneração fosse mensal no caso das gorjetas.

O Waltair falou também em piso de categoria. No Rio tem piso de categoria de garçom?

SR. WALT AIR MENDES RODRIGUES: A convenção coletiva do Sindicato, ele tem um piso da categoria. No Rio de Janeiro, por exemplo, maitre ganha R\$ 650,00, o barmen R\$ 510,00, o garçom R\$ 500,00 e mais a gorjeta, os 10%, entendeu? Então o garçom tem esse piso, mas muitas das vezes, eu volto a repetir, o estabelecimento muitas das vezes acha que está dando os 10%, que na verdade quem dá são os clientes, entendeu, e ele não repassa o piso para a categoria. Quando se dá 10%, não se repassa o piso da categoria. Quando dá 7%, paga só a metade. Então são essas distorções que acontecem, entendeu, com a categoria. E outras doenças, como varizes, na

seguridade social eu gostaria de denunciar esse problema da categoria, o problema de varizes que dá na nossa categoria. São esses fatos.

O Sindicato já faz convenções com o estabelecimento individual: 7% para o garçom ou o pessoal que atende, maitre, garçom, cumim, barmen, e os 3% fica para a retaguarda, que são os outros trabalhadores, entendeu? Como o Senador Eduardo Azeredo falou, tem restaurante que quando o garçom pega a nota e tal, 10%, ele chega lá no caixa e já cobra R\$ 1,50 dele, já cobra dele. Olha só, gorjeta ou não gorjeta, já cobra dele essa porcentagem do cartão de crédito. Muitas das vezes o cliente pede a nota fiscal, ele não acrescenta a gorjeta na nota fiscal. Aí o cliente não dá a gorjeta, como muitas vezes não está com o dinheiro, devido ao sistema de cartão magnético, que hoje o pessoal anda só com cartão. Então são essas coisas que acontecem. Virou um samba, uma música de uma nota só. Temos que regulamentar.

Eu volto a defender o projeto da Senadora Patrícia Saboya, que já dá 3% para a retaguarda, já dá. Existe isso já. O Sindicato já faz essas convenções coletivas no Rio de Janeiro. A gente tenta, são nove mil empresas, entendeu, a gente tenta. Quando o trabalhador vai ao Sindicato, a gente vai e procura ligar para a empresa, procura pedir fiscalização, mesa redonda, o Sindicato vem atuando dentro dessa área, mas é muita coisa. E o projeto, ele vai realmente dirimir as coisas, ele vai dirimir as coisas. Vai ter ordem, vai ter regras para essas coisas. Então são essas coisas que a gente gostaria de ponderar aos senhores aí. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Muito obrigado. Outra coisa também que houve consenso aqui, Senadora Patrícia, foi em relação às quebras e prejuízos, que alguns descontam as quebras e prejuízos nas taxas dos garçons. Então parece que haja um consenso para que isso não aconteça.

Por isso agora a Senadora vai receber as informações, eu gostaria de sugerir às organizações que enviassem as sugestões diretamente para a Senadora Patrícia e para o Relator para que a gente possa considerar.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Eu acho que é muito importante que aquilo que foi dito aqui, é claro que nós temos aqui acompanhamento disso, mas se nós pudéssemos resumir isso, consolidar nisso, e servir, não para mim, mas para o Relator, como subsídio para que ele possa fazer as alterações que acharmos conveniente.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Bom, a hora está adiantada, vamos

então passar às considerações finais. Primeiramente para o Sr. Moacyr Roberto Tesch.

SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUREVALD:

Eu gostaria, primeiramente, mais uma vez de agradecer à Senadora Patrícia pela iniciativa, cumprimentar aos demais Senadores aqui presentes e dizer que enquanto a senhora falava, Senadora, me deu a sensação de que a gente ia ter um problema sério aqui no Plenário, porque nós temos o nosso companheiro, o sobrinho de Lampião aqui, o Luiz Onofre, que é cearense, e conforme a senhora ia falando ele ia se enchendo assim, eu disse: "Daqui a pouco vamos ter um problema sério aqui". Mas o carinho pelo Ceará é de todos nós, não é só seu. Nós lembramos ainda, eu gostaria de cumprimentar a senhora que a CONTRATUH também é parceira no combate ao turismo sexual, lugar de criança é na escola, no combate à violência à mulher, inclusive na divulgação da Maria da Penha, que nós temos esse trabalho.

Eu fui o primeiro a falar e, então, algumas questões eu gostaria de repetir, me permitam os demais, mas serei bastante breve [*soa a campanha*]. Nós defendemos que seja de igualdade para todos os trabalhadores, independente de qualquer função, porque nós entendemos que é uma engrenagem, é um contexto total do estabelecimento que serve a alimentação ao nosso cliente, certo, e que fosse aberta a possibilidade, Senadora, de a gente ter a possibilidade, tanto da parte empresarial como dos trabalhadores, e, talvez, até com a colaboração do Ministério Público, do Ministério do Trabalho, se a gente não chegar a esse acordo de informação, que fosse nos fornecido um prazo para que a gente apresentasse a V. Exa. uma tentativa, pelo menos, de um acordo, porque nós já tivemos essa oportunidade. Nós estamos bem próximos de um acordo, nós acabamos sendo atropelados pelo próprio Parlamento, pela Câmara dos Deputados. Então nós já temos um estudo, já temos uma negociação, já temos uma tradição nessa negociação e que de repente, com mais um empurrãozinho, mais alguma coisa a gente consiga conceber essa questão. Agora é de suma importância, porque hoje não há regulamentação nenhuma para cobrar e nem para não cobrar. Então se amanhã ou depois o PROCOM resolver bater em todos os empresários, vai bater com força. E nós, trabalhadores, vamos ficar sem a taxa de serviço, sem os 10%. Então é de suma importância a regulamentação. Gostaria de mais uma vez parabenizá-la pelo evento. Muito obrigado.

Ah, gostaria que os parlamentares aqui, me permita, que pagam as suas contas no dia-a-dia em restaurantes, perguntaram ao garçom como que é feita essa distribuição; pode ser que na próxima discussão

que a gente tenha aqui a visão dos senhores será outra. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Muito obrigado.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Só informar aqui que o Senador Azeredo foi ao Nepal e encontrou um garçom cearense lá *[risos]*.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Nós estamos dando dois minutos para as considerações finais. Agora o Paulo Solmucci para a consideração final.

SR. PAULO SOLMUCCI JÚNIOR: Eu acho que já é boa tarde. Boa tarde a todos, Senador Eduardo Azeredo, Senador Wellington, da nossa Minas Gerais, também muito bela como o nosso Ceará, viu Senadora? Muito obrigado.

Eu queria, primeiro, ressaltar, Senador Suplicy e demais membros da Mesa, que vocês perderam um momento único da história desse País, e não estamos falando aqui do Presidente Lula, "nunca antes nessa Terra", mas é possível que nunca antes nessa Mesa tenha acontecido o que aconteceu hoje aqui. Todos, empresários, representantes do Poder Público, do Ministério Público do Trabalho, do Ministério do Trabalho, os representantes de Sindicatos, Associativismo(F) e da Confederação, todos concordaram na essência do que foi discutido. Não há aqui divergência de nenhuma ordem significativa *[soa a campanha]*. Estamos tratando de um assunto que há dez anos carece ser regulamentado. Então é surpreendente que haja esse nível de convergência. Ele é fruto, talvez, desses dez anos, a gente conversando tanto aí nos bastidores, mas não conversando na mesa adequada como hoje, com a oportunidade que a Senadora nos deu.

Senador Suplicy, a parte de distribuição de lucros seria realmente um caminho inteligente para a gente tratar esse assunto. Seria, também, reconhecimento da mais intensa distribuição de lucro que existiria, porque hoje a rentabilidade média de um estabelecimento não passa dos 10%, o lucro da gente sobre o faturamento. Os outros 10% que o cliente dá significaria distribuir igualmente 50% entre o trabalhador e o empregador, o lucro dessa atividade. Então é uma coisa para a gente observar o nível de justiça social nessa atividade ao distribuímos os 10% diretamente aos empregados e a outra parte, que é em média o que a gente ganha, remunerar o trabalho e o capital.

Senador Azeredo, aqui em Brasília e em lugar nenhum o senhor vai encontrar os 10% incluído porque ninguém quer incluir os 10% porque não tem a regra do jogo, porque incluir os 10% hoje significa ir para a Justiça do Trabalho. Para discutir com méritos ou não, mas vamos parar na Justiça do Trabalho em algum mo-

mento. Essa moça que lhe pediu o dinheiro por fora, ela foi incorreta. Não foi o restaurante que foi incorreto. Ela foi incorreta com os seus colegas, porque ao pedir o dinheiro só para ela, ela evita que a cozinha, como bem destacou o Senador Suplicy, como bem destaca o Moacyr da CONTRATUH, participa desse lucro distribuído. E, evidentemente, se algum restaurante, e eu não estou aqui defendendo os maus gestores, mas se algum restaurante retém no pagamento do cartão de crédito algum tipo de valor, o faz com justiça, porque as companhias de cartão de crédito não nos entregam os 10% líquidos; eles tiram 5% e nos entregam com trinta dias. Se R\$ 1,50 é justo ou não, o fato é que a parte que é retida pela administradora de cartão não pode ser repassada, porque não há a possibilidade de se passar mais do que se recebe. Foi um ponto que a gente destacou muito.

Meu Senador de Roraima, a ABRASEL também talvez tenha sido a única instituição a realizar um evento de grande porte na sua terra recente. Levamos para lá brasileiros para conhecer aquele Brasil, que poucos conhecem, mas de trezentas pessoas de fora. Paramos a cidade para discutir esse setor na sua amplitude. E por que é que a gente faz essa peregrinação tão grande pelo Brasil, por essas Mesas e etc. e reclama da Lei Seca e reclama, por exemplo, como manifestou o Norton Leinhart aqui, que o Ministério do Trabalho faz uma Lei, bem intencionada para regulamentar os 10%, mas não ouve nem o trabalhador e nem ouve o empregado? A gente reclama porque esse setor, a exemplo como foi criada a Medida 405 da Lei Seca, nunca fomos ouvidos e depois teve que recuar porque houve enganos tão graves, e aí veio a segunda versão da Lei Seca, mas me permita informá-lo que na Europa quem toma uma taça de vinho, via de regra, não tem punição nenhuma, nem nos Estados Unidos, e a gente fica triste *[soa a campanha]* com o José Serra, meu Senador da base do PSDB, quando ele faz uma Lei que a gente vai discutir várias coisas sobre ela, mas a gente também não abre para o diálogo e ele resolve colocar na Lei ao seguinte: que quem estiver num bar e num restaurante, se o consumidor acender, o cidadão acender o cigarro, quem vai pagar a multa é o dono do bar e restaurante. Equivale a dizer que se alguém assassinar alguém lá dentro quem vai ser preso é o dono do bar e restaurante.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Só colocar essa que essa Lei foi aprovada pela Assembléia, não foi o Serra.

SR. PAULO SOLMUCCI JÚNIOR: Foi encamiñhada por ele.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

Mas foi aprovada pela maioria dos Deputados Estaduais, então não pode focar só nele.

SR. PAULO SOLMUCCI JÚNIOR: Eu gostaria de focar mais nele pelo seguinte, olha as declarações que ele tem dado de público. Quem vai à justiça recorrer – ao fórum adequado – contra possível inconstitucionalidade, ele chamou de espírito de porco. Aqui na Mesa--

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Paulo, o seu tempo já está esgotado.

SR. PAULO SOLMUCCI JÚNIOR: Então eu vou finalizar dizendo o seguinte: nós queremos ser ouvidos, Senador. Não dá para legislar, seja em que ordem for, sem ouvir esse setor. Nós precisamos ser ouvidos e é para isso que estamos aqui, para ouvir e construir um entendimento entre as partes como aqui hoje o senhor conduziu e eu tenho certeza que para os Senadores isso foi uma grande oportunidade. Obrigado, Senador.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente, só mais uma coisinha a mais.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Pois não.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): O Paulo falou em 5% da taxa de cartão de crédito. 5% é o limite máximo, porque não é 5% que se paga.

SR. PAULO SOLMUCCI JÚNIOR: No vale-refeição chega a 6%, começa em 6%, é outro disparate.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): No cartão de crédito vocês estão pagando quanto?

SR. PAULO SOLMUCCI JÚNIOR: Cartão de crédito depende do poder econômico.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Porque isso é outra discussão, tem outro projeto sobre isso.

SR. PAULO SOLMUCCI JÚNIOR: O pequeno empresário paga 5%, 3% a 7%, 4%; o grande chega a 2%, 2,25%. Isso é um, me desculpe, isso é um atentado, são meia dúzia de empresas, e o ticket restaurante começa em 6,70%, não tem inadimplência, não tem que fazer marketing e nos toma 6,70%. É uma vergonha – para falar de alguém bem famoso aí [risos].

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Tá bom.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): E os cartões começaram com isso no tempo da inflação; nós não temos mais inflação, tem que rever esse negócio, não pode ficar assim. Com a palavra agora o Dr. Edson Bras, do Ministério Público do Trabalho.

DR. EDSON BRAS DA SILVA: Em considerações finais eu gostaria de deixar assim mais ressaltado que

falamos num contexto de salário justo, tudo legalizado para o profissional desta área, com piso salarial da categoria, e sendo a gorjeta espontânea, o cliente dá ou não. Se ele dá ou não, deve haver uma cumplicidade entre o empresário e esses trabalhadores para a sedução do cliente e ele pague isso a o quê? À busca de um resultado. Se é a busca de um resultado, nós estamos bem próximos ao que o Senador Suplicy falou dos lucros e resultados previstos na Constituição. A Constituição prevê lucros e resultados. É resultado se atender bem ao cliente, ele se sentir tão satisfeito que vai espontaneamente dar uma quantia. Nesse ponto pensamos que não deve haver outras repercussões para não penalizar o empregador e nem estimulá-lo a esta administração.

Com relação à incidência do cartão, eu penso que não pode ser dispensada [soa a campainha] a cobrança via cartão, porque tem que ser um facilitador para quem dar a gorjeta espontânea, e aí há uma negociação entre os Sindicados para prever essa possibilidade do cartão ter reduzido aí. Eu prefiro receber 8,5 da gorjeta com a dedução do cartão do que não receber nada, porque às vezes a pessoa não tem dinheiro, só tem o cartão.

Um outro ponto que a gente precisaria assim só mudar um pouquinho o eixo, não falar em 10% dos garçons, mas 10% dos profissionais destas áreas, porque aí fica tipo aqui um conflito de interesse; o garçom acha que é dele, mas para o garçom ganhar quem está na retaguarda tem que trabalhar muito bem para esse resultado final.

Então a posição do Ministério Público é essa, que havendo um contexto de salário justo, com toda a situação regularizada, sem a compensação da gorjeta espontânea, com os salários que o empregador devia pagar, ela tem um status de resultado livre de outras incidências, como previsto na Constituição Federal.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Muito obrigado ao Dr. Édson. Com a palavra o Waltair Mendes, do Sindicato dos Garçons, Barmens e Maitres do Rio.

SR. WALTAIR MENDES RODRIGUES: Bom, sobre a questão de tabagismo. Sr. Paulo, olha só: o garçom, a questão do ambiente fechado. O garçom não escolhe o cliente para atender, ele é distribuído nas praças. Aí pega um cidadão que fuma. Eu tenho diretor no Sindicato que tem problema de respiração devido a ele ser fumante passivo; ele é fumante passivo. Isso não sou eu que falo, é a ciência que fala, não é o Waltair que é leigo, entendeu? Então estatisticamente o garçom vai atender o cliente, ele é um verdadeiro “Maria Fumaça”, ele fuma em cima do garçom, joga fumaça em cima do garçom, ele é mal educado,

ele é mal educado; ele prejudica o cidadão, prejudica o trabalhador. Então, na verdade, é isto, por isso que eu atuei na questão da Lei, entendeu, aprovei a Lei da questão de ambiente fechado, pois o garçom não tem proteção nenhuma. E se criar o fumódromo, não vai o garçom que não fuma para ficar lá não, se não vai matar ele também, entendeu? Tem que observar [soa a campanha] esses problemas aí.

Senadora, a questão dos 10%, ele é polêmico. Isso começou em 1961 pela UDN, pelo Deputado Federal Hebert Levy, de São Paulo. Existe mais de vinte mil demandas trabalhistas relacionadas à questão da gorjeta. É por isso que eu defendo o projeto para abrir mais, que hoje um Sindicato, entre dez reclamações, oito são a questão de 10%, oito são questão de 10%. O patrão não paga, o patrão não repassa, ele retém, são certas coisas que realmente a gente não atende. É uma coisa... É uma loucura, é uma loucura, entendeu? É muita reclamação, o Sindicato tem muita reclamação relacionada aos 10%, entendeu? Então a gente tem que criar normas, nós temos que criar normas, ter que ter princípio, meio e fim para acabar com essa loucura, entendeu? Por isso que, Senadora, a gente vai conversar, a gente vai até à Comissão para a gente aprimorar o projeto. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Obrigado, Waltair. O Senador Wellington Salgado quer fazer uma observação.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Não, é uma colocação. Eu não sei se os senhores têm conhecimento, eu não sei se a Senadora Patrícia também, mas no momento que regulamentar tem PIS, COFINS, Imposto de Renda, tudo isso nos 10%, porque não há como passar pela Casa sem sair esse imposto. Acho que os senhores devem ter plena consciência disso.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Eu acho que o consenso aqui é para não entrar nada disso na gorjeta, parece, mas ainda vamos discutir mais. O próximo é o Carlos Augusto Pinto, da CNTUR.

SR. CARLOS AUGUSTO PINTO: Só, Senador, em relação a essa questão do PIS, COFINS e etc., é pacífico hoje na jurisprudência que sobre a gorjeta arrecadada pelo restaurante não incide nenhum desses tributos, justamente por entender a jurisprudência que esses valores são destinados ao garçom.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): É que não tem Lei.

SR. CARLOS AUGUSTO PINTO: Não tem nenhuma Lei específica, mas aí a jurisprudência, na lacuna dessa Lei, porque o Fisco autuava de fato como V. Exa.

colocou, mas os contribuintes, ao se defenderem na justiça, terminaram ganhando as ações.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Mas no momento em que existir uma Lei, vai ter que seguir a Lei.

SR. NORTON LEINHART: É um enunciado do TST.

SR. CARLOS AUGUSTO PINTO: Não, o enunciado diz de outra coisa, Norton, o enunciado vai dizer que sobre a gorjeta não incide hora extra, adicional noturno, descanso semanal remunerado e aviso prévio indenizado. A questão da tributação, pelos tributos que V. Exa. colocou, aí está sendo resolvida não em Tribunais do Trabalho [soa a campanha], mas nos Tribunais Regionais Federais e no âmbito também do STJ e até do próprio Supremo Tribunal Federal.

E apenas, para finalizar, eu gostaria só de agradecer a Senadora, mais uma vez, e aproveitar e tentar fazer bom uso desse espírito democrático e aberto que V. Exa. mostrou para que as partes aqui presentes, tanto do âmbito empresarial, onde eu me enquadro, e do âmbito dos empregados, possam voltar numa reunião, em algum local a ser agendado, não é Norton, a conversar e tentar chegar a um consenso quanto ao projeto que agrada e atenda aos interesses tanto dos empregados quanto de empregadores e que possa submeter a V. Exa. para que, se V. Exa. julgá-lo também adequado, possa levá-lo adiante e assim tentarmos resolver essa questão que a todos ainda atormenta há algum tempo. Muito obrigado mais uma vez.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Muito obrigado, Paulo. Com a palavra agora o Norton Leinhart, que é o Presidente da Federação Nacional dos Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares.

SR. NORTON LEINHART: Bem, para nós darmos fecho, a gente acabou saindo um pouco do tema, mas de qualquer forma eu acho que algumas colocações têm que ser feitas. Eu acho que o princípio fundamental do ser humano, principalmente num País democrático de direito, é que seus direitos sejam respeitados. Eu acho que isso é fundamental e eu tenho visto nos últimos anos uma série de legislações que acabam tirando o direito do cidadão, mesmo que seja para a proteção nos tira o direito de cidadão. Eu acho que o cidadão tem que ser responsável pelos seus atos, acima de tudo, e para isso existem Leis. Então nós não podemos pegar as exceções das regras e tentar fazer Lei em cima disso. Se têm maus empresários, eles têm que ser punidos, existe Lei para isso. Se ele está indevidamente ficando com o recurso de empregador [soa a campanha], tem que ser punido, mas para isso já existe Lei. As Leis têm que ser cumpridas e têm que

ser fiscalizadas. Também têm maus funcionários, não são só maus patrões não. Têm maus funcionários, maus garçons, maus cozinheiros, têm maus políticos, bons políticos, maus médicos, maus advogados, enfim, com o ser humano acontece essas coisas e para isso existem as Leis para punir. Agora generalizar é que dá os problemas. Então eu gostaria que esses maus exemplos não fossem determinantes para criar regras para a maioria e para os bons funcionários e para os bons empresários. Nós temos que trabalhar em função dos bons funcionários e dos bons empresários. A nossa entidade, ela representa essas empresas e nós não damos guarida em nenhum momento para maus empresários. Inclusive uma das questões onde a Senadora Patrícia tem trabalhado tanto, que é a questão da prostituição infanto-juvenil na área de turismo, eu acho que o hotel ou o restaurante que permitir esse tipo de coisa, o cara tem que ser preso; nós somos plenamente favorável a isso. Então quem descumprir a Lei a penalidade tem que ser feita, por isso que nós temos que ter muito cuidado em fazer as Leis. Por exemplo, nós estamos punindo pessoas idôneas que nunca afetaram, em nenhum momento, a sociedade, dirigindo o seu carro, porque eu não posso mais ir ao restaurante com a minha mulher e tomar uma garrafa de vinho. Agora um piloto de qualquer empresa área americana ou europeia pode beber o seu vinho e a sua cerveja enquanto estiver pilotando, até 0,8% de álcool. Aí para nós tentarmos evitar, proibimos a todos. Eu acho que isso não é a solução. Acho não, eu tenho certeza que não é a solução, haja visto que as mortes continuam mais do que estava antes e a Lei está em rigor. Então o que é que mostra isso? Que não tinha fiscalização e que os maus bebedores continuam sendo maus bebedores, continuam dirigindo e continuam fazendo essa matança nas estradas, sendo que o bom cidadão está se privando de hábitos saudáveis porque ele não quer descumprir a Lei. Então a Lei foi feita para os bons, não para os ruins, porque os bons estão cumprindo; os ruins continuam não cumprindo.

A questão do fumante é a mesma coisa, é um produto lícito sendo vendido. Qualquer casa do ramo vende cigarro. Bom, ninguém melhor do que nós, restaurantes, queremos o bem do nosso cliente. A nossa principal atividade é servir bem e entre servir bem, eu tenho que servir bem o meu cliente que fuma e o que não fuma. Para isso existe uma Lei que separa fumante de não fumante. Agora proibir total, me desculpem, tenham a coragem de proibir a fabricação de cigarro no País. É tão nocivo, tenham essa coragem, façam isso. Aí eu quero ver, proibam. Agora é mais fácil pegar em mim, dono de restaurante, porque sou pequeno empresário. É mais fácil, claro.

E mais, eu queria dizer para o nosso amigo Waltair que trabalho insalubre tem em qualquer tipo de atividade. "Olha, é insalubre, vamos ter que fechar". Então vamos terminar com todas as minas do País. Já pensou um camarada que trabalha numa mina de carvão? Já pensou um camarada que trabalha na boca de um forno de siderúrgica? Quer dizer, trabalho insalubre nós temos, para isso tem insalubridade. Agora se nós vamos encerrar tudo isso em razão de ser insalubre ou não, é muito complicado isso. Então a gente tem que ter muito cuidado. E volto a afirmar: eu gostaria, e a gente tem feito isso, nós temos feito isso, os Senadores sabem, dentro do possível, as Leis que os senhores estão trabalhando, nós temos ido aos gabinetes, conversado com o Relator, com o Revisor, com quem propôs a Lei, com o Autor, mostrando o nosso lado. Eu acho que é importante que a gente faça isso, eu tenho defendido a tese que a população virou as costas para o Parlamento, isso é um equívoco fantástico, num País democrático para mim a instituição mais importante é o Legislativo, porque daqui saem todas as Leis que fazem com que eu [soa a campainha] como pessoa física, eu como pessoa jurídica, tenho que obedecer. É daqui que saem as determinações, é das Câmaras de Vereadores, das Assembléias Legislativas, é do Legislativo que sai todo o norteamento da vida de qualquer cidadão, de qualquer empresa nesse País. A justiça só se manifesta com as Leis que os senhores fazem. O Estado, o Governo, só se manifesta, só atua em cima de legislações que os senhores fazem, têm limites. Então o ente mais importante num País democrático é aqui onde nós estamos, sendo que para isso a sociedade tem que estar junto com os senhores trabalhando nessa legislação.

Então podem contar sempre com o nosso setor, estamos juntos com os senhores para ajudá-los a fazer Leis que sejam compatíveis e bom para todos. Muito obrigado.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

Senador Augusto, só para contestar alguma coisinha. Eu posso contestar?

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Pois não.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

Só uma coisa. A questão da Lei Seca, na verdade houve redução, sim, de acidentes, houve redução de mortes. O que aconteceu foi que as pessoas perceberam que não tinha fiscalização e aí voltaram a dirigir e com alto índice de alcoolismo. Eu até acredito que realmente a gente poderia evoluir para um percentual, esse 0,8%, sei lá que número que é, que você não taxasse, agora isso é diferente também de cada pessoa, é difícil, porque 0,8% às vezes é acusado para um, para outro

seria 0,4%, para outro seria 1,5%. Quem já está bebendo há muito tempo às vezes pode beber muito que não fica bêbado. Agora quem bebe pouco, realmente se tomar pouca bebida que seja, isso já afeta. Não é tão simples assim também, mas eu acho que a gente pode vir evoluir para um nível intermediário.

Agora, com relação ao cigarro, nós vamos chegar nesse ponto sim, nós vamos chegar na proibição do cigarro, da fabricação do cigarro. Agora tem que ser devagar porque se não a nossa Uberlândia, lá em Minas Gerais, onde é a fábrica da Souza Cruz, não é Wellington, aí realmente vai acabar o emprego lá, o imposto, então tem que ser aos poucos, mas nós vamos chegar nesse ponto, sim.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): O Azeredo me cutuca toda hora. É porque o Senador Azeredo, que foi um grande Governador, duas vezes Prefeito, quando ele foi Governador, ele tirou grandes recursos do Triângulo Mineiro, mas ele me diz que foi um cálculo que estava errado e que ele corrigiu; eu tenho que acreditar nele. A Lei é conhecida até hoje como a Lei Robin Hood, tirava dos ricos e dava para os pobres. Ele diz que tirou de Uberlândia e distribuiu para os demais. Mas o carinho que eu aprendi a ter pelo Azeredo, eu não quero entrar nesse debate aqui; se for Uberlândia, nós vamos crucificá-lo lá.

Mas eu queria dizer o seguinte, Senador Augusto Botelho: eu gosto de trabalhar até tarde e, com relação a restaurante, eu tenho algumas manias. Quando eu quero comer carne já tenho o meu restaurante, para comer peixe o meu restaurante certo, comidinha japonesa, e eu gosto de ser bajulado quando eu estou no restaurante. Final de noite, cansado, eu gosto de ser bem atendido, aquela mesa na posição ideal, o maitre já sabe o que é que eu gosto de comer no restaurante, já me serve, eu adoro quando chega sem eu pedir. E aí eu pago satisfeito. E outra coisa: quando eu chego sozinho, têm alguns restaurantes que o maitre inclusive senta comigo e fala assim: "Olha, quer testar um novo pratinho?" quer dizer, eu sou bajulado, eu gosto e pago esses 10%, entendeu, feliz da vida. Agora a pior coisa que tem para mim, Senador Augusto Botelho, é nesse momento de bajulação, nesse momento de estar feliz de pagar o 10%, ter alguém ao meu lado fumando. É terrível chegar em casa fedendo e ter que tomar banho para tirar o cheiro do cigarro. Aí eu tenho que ter um respeito pelo Senador, pelo Governador Serra, o Senador e Governador Serra, que foi o homem que implantou. E esse elogio não é sempre não, viu Azeredo [risos]. O Senador Serra foi um grande Ministro da Saúde, ele viveu e sabe quanto isso dá de prejuízo à Nação, a questão do cigarro. É um prejuízo estupen-

do, como o Senador Azeredo colocou Uberlândia hoje tem uma grande continuidade dos retornos de ICMS em função dessa fábrica que está lá. Agora isso dá um prejuízo à Nação. O custo de cuidar dessas pessoas que fumam depois, o Senador Augusto Botelho, que é médico, sabe que o custo é muito maior do que o que arrecada. Eu quero dizer o seguinte, eu quero é que coloque para fora. Eu quero ser bajulado, quero comer uma boa comida, sentir aquele gosto, depois de um dia de trabalho duro, aqui em Brasília a mesma coisa, nós saímos daqui tarde, onze horas, onze e meia. Eu vou no Piantella, já sei qual a comida que vem quando eu estou no Piantella; quando eu vou no ZUU, já tem a comidinha certa; quando eu vou no Universal, já tem a comidinha certa e pago os 10% feliz, entendeu? Então que o fumante, com todo respeito aos fumantes, que vá para o lado de fora, que deixe eu curtir o meu momento.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): O Senador acabou de expulsar a Senadora Patrícia do restaurante [risos].

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): A Senadora Patrícia, como bem colocou aqui, que tinha alguns babando quando a Senadora chegou, nós também babamos. Eu elogio, a Patrícia, realmente, ela tem aquele... Quando ela não está brava, viu? [risos]. Eu já a vi brava várias vezes, inclusive comigo, e aí ela realmente solta aquele sangue cearense, da mulher cearense, e às vezes também, quando não é comigo, eu acho bonito vê-la enraivecida. Agora o cigarro... Ela podia ser muito mais se não fumasse [risos].

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com a palavra agora o Dr. André Luís Grandizoli, Secretário-Adjunto de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho.

DR. ANDRÉ LUÍS GRANDIZOLI: Bem, o Ministério do Trabalho, na verdade, dando conta da questão do projeto do Ministério do Trabalho que trata das gorjetas, o Ministério do Trabalho, como eu disse, recebeu uma demanda muitas vezes mais simplória do que o que está se debatendo aqui. Era uma questão mínima, um detalhe da legislação, e se propôs a fazer então uma proposta, um Anteprojeto de Lei que foi de fato encaminhado à Casa Civil, mas para tratar de um assunto mínimo relacionado a esse assunto. Então a questão de não ter ciência do texto, como o assunto era muito específico e de uma coisa muito pequena, na verdade era uma questão que não vai acrescentar, na verdade, grandes questões nesse debate. Então, por isso, o Ministério do Trabalho talvez não tenha dado ciência do texto e, sim, de que estava corrigida [soa a campanha] a demanda apresentada ao Ministério do

Trabalho. Era uma questão de correção do dispositivo legal apenas.

Mas, de qualquer forma, o Ministério do Trabalho, como dito já anteriormente, está à disposição tanto das partes interessadas, dos empresários, do setor dos trabalhadores, como do Congresso Nacional, desta Casa, do Senado Federal, para discutir, trocar ideias, apresentar propostas, discutir propostas. Enfim, estamos à disposição para o que for necessário. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Muito obrigado. Antes de encerrar eu gostaria de botar um requerimento em votação, em aditamento ao Requerimento nº 7, de 2009, que acrescenta mais uma pessoa para a Audiência sobre a saúde mental. Acrescenta o Dr. Hélio Lauer de Barros, da Associação Brasileira de Psiquiatria. Em discussão. Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. Aprovado o requerimento. Com a palavra a Senadora Patrícia.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Senador Presidente Augusto Botelho, eu queria só mais uma vez agradecer a todos que compareceram a essa nossa Audiência Pública. Quero dizer que tenho a mesma preocupação do senhor em relação a gente aqui a propor Leis que acabam dificultando, mesmo que seja para facilitar ou proteger o trabalhador, que isso possa de alguma forma trazer prejuízo ao trabalhador. Então, de longe, não foi essa a nossa ideia, como eu disse aqui, iniciar esse tema, eu recolhi, já colhi aqui muitas sugestões, é evidente que essas sugestões terão que ser repassadas ao Relator da matéria, eu sou apenas a Autora e o Relator vai receber essas informações, em seguida, e essas sugestões também, a próxima reunião é provável que ele próprio marque. Quero dizer que eu também sou contra você, por exemplo, fazer uma Lei para atender uma exceção. Eu estou vivendo inclusive este drama, eu estou vivendo esse drama, eu e muitos Senadores, de uma Lei que vai ser votada por esses dias no Senado, que trata da redução da maioria penal, ou seja, diminuir de dezoito para dezesseis anos a idade penal no Brasil. Eu sou veementemente contra esta redução porque eu acho que isso não resolve o problema, eu tenho certeza que não vai resolver o problema da violência no nosso País, porque os nossos meninos são muito mais vítimas do que algozes. Qualquer estatística que você veja, qualquer estudo mostra que apenas 1% dos crimes cometidos pelos adolescentes chegam a ser crimes com resultado de morte. Portanto, 99% são cometidos como adultos. Isso, sim, é fazer uma Lei para atender a uma exceção, onde esta exceção já está amparada

pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, onde nós temos seis medidas sócio-educativas para evitar que o menino ou a menina chegue a cometer um crime, por exemplo, que resulte em morte de alguém ou algo perverso ou algo hediondo.

Então, longe de mim a possibilidade de aqui estar criando qualquer tipo de Lei que trate da questão da exceção. Eu parto do princípio e tenho isso comigo na minha vida, eu parto do princípio que as pessoas são todas honestas, que as pessoas são limpas, às vezes até quebro muito a cara porque às vezes a gente se engana muito e eu tenho muita boa fé com relação às pessoas. E tenho sentido nas minhas andanças, não vejo nada de má-fé. É claro que aqui e ali, como o senhor disse, você tem exceções, você tem políticos que não prestam, mas, por exemplo, os que prestam estão sendo completamente destruídos e quem não presta deve estar achando muito bom, porque agora está tudo igual, quem presta e quem não presta. Então isso, para mim, é um desfavor à democracia que nós estamos fazendo, mas a gente tem que lutar para mostrar, para provar que é bom, para provar que é sério, para provar que está aqui para trabalhar. E é neste sentido que eu estou propondo esta ideia. Se ao final essa ideia não for uma boa ideia, nem aceita pelos Senadores, nem pelos profissionais desta área e pelos empresários que cuidam, eu não tenho nenhum problema de me retirar, de retirar o projeto ou algo parecido, mas eu acho que aqui a gente pode encontrar, sim, eu tenho muita esperança pela palavra de cada um dos senhores que a gente vai poder encontrar uma saída que facilite a vida de todo mundo e que melhore cada vez mais este atendimento no nosso País, porque é algo que, sem dúvida alguma, eu não tenho a menor dúvida, é algo que pode ajudar muito na economia, tem ajudado muito na economia do nosso País e ainda é um setor muito pouco ouvido, muito pouco debatido nesse País.

Portanto, eu me coloco aqui, Presidente, além desse projeto, como se puder, também, ajudar a aprofundar tantas outras coisas que a gente ainda precisa discutir. Parabéns a todos e obrigada [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Obrigado. Eu queria agradecer ao Dr. Moacyr Roberto, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade, ao Dr. Paulo Solmucci, Presidente da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes, ao Sr. Edson Bras da Silva, Procurador-Geral do Ministério Público do Trabalho, ao Waltair Rodrigues, Presidente do Sindicato dos Garçons, Barmens e Maitres do Rio de Janeiro, ao Carlos Augusto Pinto, Presidente da Assessoria Jurídica da Confederação Nacional do Turismo, ao Norton Leinhart, Presidente da Federação Nacional de Hotéis,

Restaurantes, Bares e Similares, e André Luís Grandizoli, Secretário-Adjunto do Trabalho, representando o Ministério do Trabalho. Muito obrigado a todos. Declaro encerrada a Sessão.

Sessão encerrada às 13h11

ATA DA DÉCIMA SEXTA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA CONJUNTA COM A 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE, DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 19 DE MAIO DE 2009, TERÇA-FEIRA, ÀS 09:00 HORAS.

Às nove horas e quinze minutos, do dia dezoito de maio de dois mil e nove, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, é iniciada a reunião sob a Presidência da Senhora Senadora **ROSALBA CIARLINI**, com a presença dos (as) Senadores (as) **FLÁVIO ARNS, AUGUSTO BOTELHO, PAULO PAIM, ROBERTO CAVALCANTI, RENATO CASAGRANDE, ADELMIR SANTANA, PAPALÉO PAES, MOZARILDO CAVALCANTI, EDUARDO SUPPLY, INÁCIO ARRUDA, RAIMUNDO COLOMBO, JOÃO DURVAL e CÉSAR BORGES**. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A Presidente declara aberta a reunião, propondo a dispensa da leitura da Ata das reuniões anteriores da Subcomissão e da Comissão, que são dadas como aprovadas. A presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública atendendo aos Requerimentos de nº 07, 19 e 34 de 2009 – CAS, de autoria dos Senadores Flávio Arns, Rosalba Ciarlini, Inácio Arruda e Augusto Botelho, com vistas a debater a Política Nacional de Saúde Mental. A Senadora convida para compor a mesa: o Dr. Pedro Gabriel Godinho Delgado – Coordenador de Saúde Mental do Ministério da Saúde, Dra. Helena Calil – Professora de Psiquiatria da Escola Paulista de Medicina, Dr. Antônio Geraldo da Silva – Presidente da Associação de Psiquiatria de Brasília e o Dr. Hélio Lauer de Barros – Representante da Associação Brasileira de Psiquiatria. A Presidente esclarece que cada convidado terá quinze minutos para suas exposições com tolerância de dois minutos para conclusão. A Senadora Rosalba Ciarlini registra a presença do Dr. Napoleão de Salles, Consultor Parlamentar da Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP), Renata Weber Gonçalves, Assessora do Ministério da Saúde e Coordenação de Saúde Mental, Miriam Di Giovanni, Assessora Técnica do Ministério da Saúde, Irina Paiva de Paula, Estudante da Universidade de Brasília (UNB), Karine Dutra F. da Cruz, Psicóloga do Ministério da Saúde, Milena Leal Pacheco, Assessora Técnica do Ministério da Saúde, Helena Cristina Gonçalves, Médica da Universidade

Federal de São Paulo (UNIFESP), Fábila Lassance, Diretora da Universidade Católica de Brasília, Fernanda Nogueira, Assessora Técnica de Gerência de Saúde Mental, Douglas Parra, Presidente da Associação de Familiares e Doentes Mentais, Sérgio da Costa, do Conselho Nacional de Psicologia, Helena Fialho, do Conselho Regional de Psicologia, Augusto César de Farias, Médico Psiquiatra da Associação Brasileira de Psiquiatria Cultural, Tânia Grigolo, Assessora da Coordenação Nacional de Saúde Mental do Ministério da Saúde e do Deputado Federal Darcísio Perondi (PMDB/RS), Presidente da Frente Parlamentar de Saúde. Às onze horas e cinquenta e dois minutos, o Senador Augusto Botelho assume a Presidência. Às doze horas e dois minutos, a Senadora Rosalba Ciarlini reassume os trabalhos. Fizeram uso da palavra os Senadores Flávio Arns, Tião Viana, Augusto Botelho e Roberto Cavalcanti. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e seis minutos, lavrando eu, **Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Senadora Rosalba Ciarlini, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada.

Senadora **Rosalba Ciarlini**, Presidente.

16ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, CONJUNTA COM A 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA. REALIZADA NO DIA 19 DE MAIO DE 2009, ÀS 9 HORAS E 16 MINUTOS.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Declaro aberta a 16ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, conjunta com a 4ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura do Senado Federal. Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior da Comissão. Os Senadores, que aprovam, queiram permanecer como se encontram. Aprovada.

A presente Reunião destina-se à realização de Audiência Pública, atendendo ao requerimentos de nº. 07, 19 e 34 de 2009 – CAS, no âmbito do Ciclo de Debates sobre o SUS, tendo como tema a Política Nacional de Saúde Mental. Os autores da proposição: Senadora Rosalba Ciarlini, Senador Flávio Arns, Senador Inácio Arruda e Senador Augusto Botelho. Convido os nossos ilustres convidados para tomarem lugar

à Mesa: Dra. Helena Calil, Professora de Psiquiatria da Escola Paulista de Medicina; Dr. Antônio Geraldo da Silva, Presidente da Associação de Psiquiatria de Brasília; Dr. Hélio Lauar de Barros, da Associação Brasileira de Psiquiatria. Representando o Ministério da Saúde, o Coordenador Técnico de Saúde Mental, Dr. Pedro Gabriel Godinho Delgado, que já se encontra na Casa... A última informação, Dr. Pedro, é que o senhor estava dando uma entrevista. Eu já ia dizer: "Que está no momento...". Seja bem-vindo. Esclareço que cada convidado terá 15 minutos para sua exposição, com dois minutos de tolerância.

Nós gostaríamos, desde já, de agradecer a presença de todos os que aqui vieram, sei que alguns vieram de outros Estados, mas, de pronto, aceitaram o nosso convite e isso é muito importante, até porque esse é um assunto que, na realidade, tem um interesse muito grande. Nós sabemos que, muitas vezes, ele é pouco debatido, pouco comentado, porque nós ainda temos um nível de preconceito, de discriminação muito grande, com relação a essa questão. Mas é muito importante que possamos avaliar como anda a assistência à saúde mental dentro do Programa Nacional de Atendimento à Saúde Mental, já que passamos por um processo de reforma que foi respaldado pela Lei 10216, de 2001, e que foi uma conquista, uma luta social de muitos anos, mas que a mudança de modelo... Toda mudança, na realidade, ela implica, muitas vezes, nós sabemos, em tempo, implica em uma série de questões, que o que nós queremos é exatamente que essa assistência possa ser a melhor possível em todo o Brasil, chegando, inclusive, a regiões mais distantes, mais carentes, onde as dificuldades ainda são bem maiores. Então, é com essa intenção que nós estamos aqui, convidando a Comissão de Assuntos Sociais, em parceria com a Subcomissão de Saúde, de Acompanhamento e Promoção à Saúde. Estamos aqui para debater e para levantar essa questão e poderemos, sim, dentro do debate, elucidar dúvidas.

Nós recebemos muitos e-mails, aqueles que defendem os sistemas, de outros que mostram falhas... Então, exatamente para dirimir essas dúvidas e juntos poderemos encontrar caminhos que venham a melhorar, a dar uma atenção especial, já que, no mundo de hoje, nós sabemos que, a cada dia mais, cresce o número de pessoas que precisam, ou permanente ou de forma temporária, de uma assistência especializada, de uma atenção especial em saúde mental. Além do mais, hoje, com os problemas advindos de álcool, drogas, também tem crescido bastante a necessidade de assistência. E será que estamos no caminho certo? Será que estamos conseguindo chegar, com essa assistência, principalmente àqueles que mais precisam,

que dependem exclusivamente do Sistema Único de Saúde? São essas interrogações que estamos aqui para debater e darmos a nossa contribuição. Passo a palavra ao Senador Flávio Arns, que também é um dos autores da solicitação para essa Audiência.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu agradeço à V. Exa. Só desejo ratificar o que V. Exa. colocou, da importância do tema, da necessidade de debates, de avaliação da caminhada... O que a gente costuma até dizer, um apanhado do estado da arte, para se ver onde estamos, como é que estamos, para onde desejamos ir, como é que nós podemos reforçar, e fazendo essa análise sob vários pontos de vista.

Eu fui contactado, Sra. Presidente, por várias pessoas, antes dessa Audiência Pública também, pensando, assim, em abordagens que poderiam ser feitas, em perguntas que poderiam ser feitas. Eu disse: "Olhe, para um tema dessa natureza, dessa importância, com tantas implicações, nós não vamos ter só certamente uma Audiência Pública". Nós precisamos ter mais de uma, para trazermos, por exemplo, o ponto de vista da família, o ponto de vista da própria pessoa com doença, que ele diga para a gente como é que é, como é que não é. Porque, no mundo inteiro, em qualquer área, se defende o que se chama auto-advocacia. Quer dizer, a própria pessoa falar sobre aquilo que ele acha que é importante, que deve acontecer. A família dessa pessoa, valorizar o papel da família, seja na área da doença mental ou da deficiência, seja que área for... Deficiência intelectual, visual, auditiva, enfim, qualquer área, o ponto de vista da família e da pessoa, avaliação dos CAPS. E eu penso inclusive, Sra. Presidente, que, em função dos debates que forem acontecer, que a gente até faça, talvez, um Grupo de Trabalho, dentro da Comissão de Assuntos Sociais, para convergirmos, porque a gente sabe que existem pontos conflitantes, discrepantes nas várias abordagens, mas o que tem que nos unir é o atendimento com qualidade da pessoa com doença mental. Então, nós temos que pensar nessa ótica. Quer dizer, como é que nós todos podemos caminhar para um ponto de vista que diga: "Olha, a pessoa e sua família estão sendo bem atendidos, com qualidade, onde moram", lá na ponta, onde moram. Com o apoio de outros setores, quando necessário. Então, eu fico feliz com essa Audiência, acho que é um primeiro passo, já tivemos outras audiências sobre esta área aqui na própria Comissão de Assuntos Sociais, com a participação da UnB, com projeto gerando saúde mental lá do Paraná, que esteve presente também naquela ocasião, acho que o Dr. Pedro Delgado também esteve na Reunião. Então, é uma continuidade. Mas, agora, eu até diria, vamos fazer de forma concentrada, para que, juntos,

possamos chegar a bons resultados. Esse é o desafio nosso. Agradeço.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Obrigada, Senador Flávio Arns. O senhor dá, como sempre, uma grande contribuição aos nossos trabalhos. E como o senhor já tomou conhecimento, nós estamos realizando, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, em conjunto com a Subcomissão de Saúde, um ciclo de debates, onde todas as questões que estão sendo levantadas, indicadas pelos Senadores e até mesmo por representantes de áreas da saúde que nos solicitam, para que nós possamos debater a saúde como já fizemos aqui na primeira Reunião, que tivemos a presença do Ministro, e que se comprometeu de voltar à Comissão quando formos tratar de outras questões de programas específicos do Ministério, como a saúde materna, questão de... Temos, dentro de poucos dias também, uma Audiência sobre o idoso e o SUS, mas entendemos que a sua ideia é muito boa. Porque, aqui, estamos começando a tratar dessa questão, ouvindo o Ministério, ouvindo, na realidade, a Associação Brasileira de Psiquiatria, a Associação de Psiquiatria de Brasília e Professora Helena Calil, que é uma pesquisadora, tem uma experiência muito grande nessa área, da Escola Paulista. Mas precisamos também ouvir o país todo, precisamos realmente saber do usuário, da família.

Então, fica aqui, já anotada, essa sugestão, que esperamos que o senhor possa fazê-lo de forma... Oficialmente, através de um ofício, para que nós possamos inserir dentro desse Ciclo de Debates do SUS, que vai acontecer sempre às terças-feiras. Nós queremos, desde já, anunciar a próxima Audiência, que será O Idoso e o SUS, temos também já agendado, além da saúde materna e infantil, temos outras questões voltadas também, por solicitação do senhor, sobre os procedimentos dos casos de órtese e prótese, temos também a questão da assistência do debate do Programa Saúde da Família, já indicado pelo Senador Papaléo, e esse ciclo tem um relator, para que no final possamos apresentar propostas, ideias, avaliações que possam partir para subsídios que nos auxiliem tanto na questão da discussão do orçamento como de novas propostas, de projetos que venham realmente a melhorar a questão de saúde, porque esse é o mais grave.

O Brasil todo, em todos os recantos do país, infelizmente, nós sentimos que há necessidade de uma avaliação e de uma melhora urgente na assistência de saúde do SUS. Hospitais que estão passando por dificuldades imensas, filas intermináveis, pessoas que chegam inclusive ao mais grave, muitas vezes a situações de perder a vida, porque não tiveram a assistência no momento correto. Então, são essas questões que

nós não podemos ficar aqui de braços cruzados, e estamos tentando, com esse Ciclo de Debates, dar nossa contribuição. Muito obrigada. E passo a palavra, para iniciar as discussões, à Dra. Helena Calil, Professora de Psiquiatria da Escola Paulista de Medicina.

SRA. HELENA CALIL: Alô. Hábito de professora. Excelentíssima Sra. Senadora, Sr. Senador Flávio Arns, demais presentes, bom dia a todos. Eu gostaria de dizer que, além de professora da UNIFESP, Escola Paulista de Medicina, do coração, nosso nome, eu sou Presidente de uma das Associações, como o senhor disse, de defesa de pacientes portadores, familiares e amigos de quem tem transtorno bipolar.

Bom, o tempo é muito curto, e... Não funciona aqui. O próximo. Pronto. A ABRATA, Associação Brasileira de Familiares, Amigos e Portadores de Transtornos Bipolar. Então, de certa forma, eu, aqui, também participo, também, como parte dessa Associação, que, neste ano, completa dez anos.

O próximo, por favor. Essa associação tem por missão apoiar psicossocialmente os portadores de depressão, transtorno bipolar e seus familiares, informar e educá-los sobre a natureza e o tratamento dessas doenças, buscar reduzir o estigma, o preconceito e melhorar a qualidade de vida dos portadores e seus familiares.

Próximo. Mais um clique, por favor. Mais um. A ABRATA tem um serviço de atendimento por eletrônico, tem um site com muita informação sobre a doença e um número crescente de acessos e consultas, atendimento telefônico, para, também, a busca de informações e as suas atividades, nas chamadas interativas, incluem uma palestra psico-educacional realizada mensalmente, aberta ao público, para informações sobre a doença e seu tratamento. Tem um grupo de acolhimento, onde as pessoas que nos procuram são convidadas a participar, e se explica a elas o que é o grupo de auto-ajuda, que as pessoas sejam portadoras ou familiares. Separadamente, tem grupos com facilitadores que não são profissionais, eles foram treinados por profissionais e são supervisionados, mas eles são também portadores ou familiares de quem tem transtorno bipolar. Transtorno bipolar pode ser depressão, ou transtorno bipolar, chamado anteriormente doença maniaco-depressiva.

Próximo, por favor. Bom, voltando à questão, ou enfocando a questão da Política Nacional de Saúde Mental, a Dra. Camila Macedo, advogada, faz uma revisão sobre a evolução das políticas e da Legislação Psiquiátrica no Brasil, dizendo que a Lei Psiquiátrica atual, na verdade, constitui, sim, um avanço, mas não basta por si só, fazendo-se necessária a fiscalização efetiva por parte do Ministério Público. Quer dizer, ela

é advogada, então enfatizamos isso, ela enfatiza, claro, das Comissões de Defesa dos Direitos Humanos e da sociedade como um todo. Então essas associações de saúde mental, no que tange a regulação das internações involuntárias, isso tem mais a ver com o Ministério Público, e da implantação de uma assistência coerente com os parâmetros atuais, em que se privilegie o atendimento extra-hospitalar ao máximo possível. Dessa forma, pode-se iniciar uma tentativa de resgatar uma dívida que a sociedade moderna contraiu em relação ao portador de transtorno mental.

Próximo, por favor. Então, quando nós focamos a questão dos recursos do SUS alocados à saúde mental e dividimos a porcentagem de gastos hospitalares e extra-hospitalares ao longo dos últimos anos, nós podemos ver que, de fato, há uma queda muito grande com os gastos hospitalares, fechamento de hospitais psiquiátricos e acompanhado de aumento de gastos extra-hospitalares. A fonte é o próprio Ministério da Saúde. Quer dizer, então quase tudo que estou mostrando e comentando, trazendo aqui, estão em documentos oficiais ou podem ser encontrados na literatura pertinente.

Próximo, por favor. Por exemplo, há um livro de [Pete Earley](#), chamado *“Loucura – A Busca de um Pai no Insano Sistema de Saúde”*. Esse pai, o Pete, ele é um jornalista e também é um advogado, não é, Antônio Geraldo? Ele é jornalista do Washington Post, foi durante muitos anos, o fato é que ele escreveu vários livros, esse é um dos livros dele mais recente, em que ele fez uma pesquisa muito grande sobre a situação do sistema de saúde, só que nos Estados Unidos. Ele é um americano, ele esteve no nosso país recentemente, participando de atividades em São Paulo e aqui no Simpósio Internacional de Transtorno Bipolar, aqui em Brasília, um evento organizado pela Associação Psiquiátrica de Brasília. E... Quer dizer, na semana em que ele esteve no país, saiu uma matéria na Veja, e a Veja desta semana, a data é de amanhã, então, desta semana, na seção de carta aos editores, há uma carta do próprio [Pete Earley](#), dizendo, entre outras coisas, que já recebeu dúzias, vários e-mails de pessoas do Brasil que tem uma doença mental ou de parentes com problema, todos leram a entrevista da Veja. “Eu não imaginava, até chegar ao Brasil, que o Ministério da Saúde estivesse sob a influência de pessoas do Movimento Antipsiquiatria, que não acreditam que as doenças mentais sejam de fato doenças, isso me deixa muito triste. Eu me envolvi num debate com algumas delas em Brasília. É uma tristeza, um engano mortal que meu país cometeu, meu computador é americano, nos anos 60”. Então, vejam, o que acontece, de certa

forma, atualmente, no nosso país, aconteceu há quase meio século nos Estados Unidos.

Próximo, por favor. Também da imprensa leiga, no mês passado, Ferreira Gullar escreve uma matéria, ele também é pai de... Ele tem filho com esquizofrenia, campanha contra internação de doentes mentais é uma forma de demagogia. Vamos clicando, por favor. A campanha contra internação dos doentes mentais foi inspirada, principalmente a nossa, por um médico italiano, acho que todos já ouviram falar, Basaglia. Lá na Itália, resultou num desastre, e, mesmo assim, insistiu-se em repeti-la aqui, e o resultado foi o mesmo. Continuando, a classe média, em geral sempre aberta a ideias avançadas ou libertárias, quase nunca se detém para examinar as questões.

Próximo, por favor. Havia, naquela época, um deputado petista que aderiu à proposta, passou a defendê-la e apresentou um Projeto de Lei no Congresso. A nossa Lei 10.216 não é o Projeto apresentado por Paulo Delgado, fruto de muita discussão a posterior. Continuando, por favor.

Próximo, “Esse Deputado, certa vez, declarou a um jornal que as famílias dos doentes mentais os internavam para se livrarem deles. E eu, que lidava com problema de dois filhos nesse estado, disse a mim mesmo: ‘Esse sujeito é um cretino, não sabe o que é conviver com pessoas esquizofrênicas’”.

Próximo, por favor. “Não imagina o quanto dói a um pai – mesma coisa que diz no livro Loucura, o Pete Earley – ter que internar um filho para salvá-lo e salvar a família. Esse idiota tem audácia de fingir que ama mais a meus filhos do que eu”. Continuando. “As famílias de posses continuam a pôr seus doentes em clínicas particulares – que aumentaram, diga-se de passagem – enquanto os pobres não têm...”. Próximo, por favor. Quer dizer, não têm onde interná-los.

Aí, como ele recebeu... A Folha de São Paulo recebeu muitas cartas, o Ferreira Gullar, no seu espaço, escreve: *“A sociedade sem traumas. A nova psiquiatria é democrática”*. Alguém já ouviu falar em Urologia Democrática? “Quem leu essas cartas, percebeu certamente isto – são palavras do Ferreira Gullar – que a maioria dos que comigo concordam são pessoas que têm experimentado na carne as consequências de uma lei que, embora bem intencionada, em vez de ajudá-las, agrava-lhes o sofrimento. A nova política psiquiátrica limitou-se a seu objetivo fundamental, que resulta em condenar e inviabilizar a internação dos pacientes”.

Próximo. Na verdade, para os anti-manicomiais, a esquizofrenia não é uma doença, como o que é, por exemplo, a tuberculose e a diabetes. Para eles, trata-se apenas de um transtorno psicológico, cujas causas estão fora do indivíduo, estão na família e na

sociedade. Mais um clique, por favor. Por teimarem em ignorar as verdadeiras causas da doença mental, os anti-manicomial defrontam-se com uma tarefa descomunal, criar a sociedade sem... Faltou um pedacinho, mas... Que deveria continuar...

Bom, mas eu acho que a mensagem principal já foi passada. O que eu quero dizer, trazendo esses exemplos, essas informações, é que a sociedade vem participando ativamente desse debate. Quer dizer, ele está sendo travado principalmente por familiares e pelos portadores de transtornos mentais no nosso país.

Próximo, por favor. Bom, vamos agora examinar um pouco melhor a questão... Será que daria para apagar essa luz da frente, para a gente enxergar melhor, que está um pouquinho pequeno? Não pode. Então, não tem problema.

O que nós temos aqui é a porcentagem total de gastos do Programa de Saúde Mental e, aqui, são os gastos hospitalares a partir... Não dá nem para ver, mas vários anos, até 2007. 2002 a 2007. Nós podemos claramente ver que os gastos hospitalares vêm caindo progressivamente; isto é, redução de leitos psiquiátricos e fechamento de hospitais psiquiátricos, ao mesmo tempo em que há um aumento progressivo dos gastos extra-hospitalares. Em números, nós podemos ver que houve um aumento crescente para os gastos extra-hospitalares, enquanto que, para os programas hospitalares, os valores gastos não mudaram muito. Mas tem um dado mais importante que eu gostaria de chamar atenção, que está aqui embaixo, que é o orçamento executado pelo Ministério da Saúde, e o principal, esta linha de baixo, que é a porcentagem de gastos do Programa de Saúde Mental. Nós podemos ver que se mantém em torno de 2% do orçamento do Ministério da Saúde, muito abaixo da grande maioria dos demais países.

Próximo, por favor. Vamos ver um pouco mais de detalhe. Muito bem. Aumenta a rede de ações, de atenção extra-hospitalar, mas, se nós examinarmos a porcentagem de gasto aqui, em milhões, e, aqui, em porcentagem, no ano de 2007, são dados do próprio Ministério da Saúde, analisados por Gilson Carvalho. Nós podemos ver que tem dois gastos que se destacam: medicamentos excepcionais, quase 30% dos gastos com saúde mental, e os CAPS, ou Centro de Atenção Psicossocial... Até mais, 33,2%. Medicamentos essenciais está lá embaixo como os outros itens. Mas, assim, isto realmente chama atenção. Medicamentos excepcionais, isto é, medicamentos de alto custo constituem quase 30% das despesas com saúde mental no país, um pouquinho abaixo dos gastos com os CAPS.

Próximo, por favor. Aqui, fica um pouco difícil de ver, mas está detalhado valores apresentados e apro-

vados, efetivamente gastos com vários anti-psicóticos. Quer dizer, neurolépticos, medicamentos utilizados para tratamento de psicoses, que, por determinação do Ministério da Saúde, esses medicamentos só seriam dispensados para portadores de esquizofrenia. Bom, transtornos bipolares, quer dizer, pessoas com transtorno bipolar muitas vezes necessitam de anti-psicóticos, não têm acesso. Eu vou voltar a essa questão. Mas o fato é que, dos vários... Aqui, nós temos diferentes dosagens de clozapina, um medicamento mais antigo, a olanzapina, em várias apresentações, quetiapina, risperidona, ziprasidona... São todos anti-psicóticos.

O próximo, por favor. Eu acredito que, aqui, conseguimos ver um pouco melhor. Portaria de 2006 aprova o componente de medicamentos e dispensação excepcional, medicamento de alto custo para a psiquiatria, que são os anti-psicóticos, que só deveriam ser destinados, como eu disse, para pacientes com esquizofrenia. Aqui estão, na classificação internacional de doenças, F 20, esquizofrenia e os vários subtipos. Então, valor do procedimento. E aqui eu creio ser algo muito importante. A clozapina, mesmo em sua dose mais alta, aqui clozapina cem miligramas, custa a unidade 049. Aliás, o procedimento total, 1,55. A olanzapina, apresentação de cinco miligramas e dez miligramas, em geral a dose média é 10 miligramas, tem um custo de 10 reais. Continuando, quetiapina é um desses novos anti-psicóticos chamados atípicos, várias dosagens, mas a dose eficaz, 8,56, comparado com risperidona, que também é um atípico, não está na lista e tem um custo de dois miligramas, a dose maior, 0,09, quer dizer, nove centavos. Não está... Aliás, desculpa, está na lista, mas... Ziprasidona é um dos mais novos. O que eu quero apontar aqui é que, entre os anti-psicóticos padronizados, de alto custo, existem dois com preço lá embaixo. Não são os mais utilizados. A clozapina necessita de acompanhamento de hemograma, por conta de efeitos colaterais, mas os demais, não. Outros anti-psicóticos poderiam estar na lista, mas não estão.

O próximo, por favor. Bom, com a preocupação com os pacientes com transtorno bipolar, a Associação Brasileira de Transtornos de Humor Bipolar fez uma pesquisa no Congresso Brasileiro de Psiquiatria em 2007, em Porto Alegre, e, dessa pesquisa, colheu 930 assinaturas de psiquiatras e enviou à Associação Brasileira de Psiquiatria, enviou um ofício ao Sr. Ministro, focando a questão do paciente com transtorno bipolar, apontando, por exemplo, reduzido acesso a atendimento ambulatorial especializado para a prevenção secundária – transtorno bipolar tem um curso cíclico, o paciente pode ser estabilizado, levar uma vida normal -, apontando o acesso reduzido a leitos psiquiátricos

em hospitais gerais e especializados de alta qualidade, o impedimento de prescrição de anti- psicóticos atípicos, aqueles que eu comentava, quando se sabe que pacientes com transtorno bipolar são mais vulneráveis aos efeitos colaterais dos anti-psicóticos mais antigos, convencionais, os chamados também de neurolépticos, e a impossibilidade de acesso a eletroconvulsoterapia sob anestesia, na quase totalidade dos serviços de saúde mental não universitários e ausência de remuneração para esse procedimento pelo SUS.

Próximo, por favor. Por que falar de ECT? É um tratamento altamente eficaz. Então, por exemplo, na prevenção de suicídio em pacientes com depressão bipolar, transtorno bipolar, depressão e mania. Em Campinas, com a Organização Pan-americana da Saúde, a nossa sucursal da Organização Mundial de Saúde, fizeram um manual dirigido a profissionais das equipes de saúde mental, e, na página 39, eles comentam que, apesar da desconfiança de alguns profissionais, do público em geral, a eletroconvulsoterapia permanece como o tratamento mais eficaz para a depressão, depressão grave. Para que seja feita com segurança e conforto para o paciente, é necessário que seja realizado em centro cirúrgico, com a participação de anestesista e do psiquiatra, de modo que a reservamos para casos mais graves, principalmente quando há sintomas psicóticos ou estupor depressivo.

Próximo. No entanto, como já disse, o SUS não paga eletroconvulsoterapia, apesar de haver uma resolução de 2002, do Conselho Federal de Medicina, que estabelece que é um tratamento eficaz indicado, utilizado para algumas patologias, e, no Programa Nacional de Avaliação do Sistema Hospitalar do Ministério da Saúde, se vê se há espaços restritivos, punitivos nos hospitais, contenção, se realiza ECT e psicocirurgia, e as condições dos pacientes. Então, eletroconvulsoterapia é feita numa sala com toda a infra-estrutura para anestesia e recuperação do paciente. Há folhetos, indicação e prática da eletroconvulsoterapia do Instituto de Psiquiatria da Universidade de São Paulo, que é um modelo de hospital psiquiátrico especializado de alto padrão, mas texto de jornal: "*Os psiquiatras reclamam que o ECT não é dotado na rede pública, por causa do custo de 500 reais a aplicação, anestesia e todo o aparato. O Coordenador Nacional de saúde mental – aqui presente – Pedro Gabriel Delgado, explica: 'O ECT muitas vezes é necessário, mas não disponibilizamos na rede porque há um vínculo grande com a história, a tortura, não é pelo preço'*". Isto soa como ideologia.

O próximo, por favor. Nós precisamos discutir todas essas questões. Passei um pouco do tempo, mas gostaria de falar muito mais, Exma. Sra. Senadora, obrigada.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Obrigada, Dra. Helena. Com certeza, a Prof^a. Helena teria muito ainda a nos trazer de informações sobre essa questão. Mas esperamos que, no final, de acordo com as perguntas dos Senadores, a senhora possa nos dar maiores informações.

Eu gostaria aqui de registrar a presença do Dr. Napoleão de Salles, consultor parlamentar da Associação Brasileira de Psiquiatria; Renata Weber Gonçalves, assessora do Ministério da Saúde, Coordenação de Saúde Mental; Miriam Di Giovanni, assessora técnica do Ministério da Saúde; Irina Paiva de Paula, estudante da Universidade de Brasília; Karine Dutra da Cruz, psicóloga do Ministério da Saúde; Milena Leal Pacheco, assessora técnica do Ministério da Saúde da área de Saúde Mental; Eliana Cristina Gonçalves, médica da UNIFESP. Gostaríamos também de registrar aqui a presença do Senador Augusto Botelho e do Senador Roberto Cavalcanti. Augusto Botelho, que é médico e preside a Subcomissão de Saúde. Fábila Lassance, Diretora da Universidade Católica de Brasília; Fernanda Nogueira; assessora técnica da Gerência de Saúde Mental, Secretaria de Saúde do Distrito Federal; Douglas Parra, Presidente da Associação de Familiares e Doentes Mentais; Sérgio da Costa, psicólogo do Conselho Regional de Psicologia; Helena Fialho, psicóloga do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro; Augusto César de Farias, médico psiquiatra da Associação Brasileira de Psiquiatria Cultural, Brasília; e Tânia Gigoto(F), assessora da Coordenação Nacional de Saúde Mental do Ministério da Saúde. Queremos agradecer a presença de todos, que sejam muito bem vindos.

Passamos, agora, a palavra ao Dr. Antônio Geraldo da Silva, Presidente da Associação de Psiquiatria de Brasília. O senhor terá 15 minutos para a sua exposição.

SR. ANTÔNIO GERALDO DA SILVA: Bom dia. Eu quero agradecer a Senadora Rosalba pela convocação, agradecer também aos Senadores presentes, Senador Flávio Arns, Roberto Cavalcanti, e o Senador Augusto Botelho.

Bom, é bom que eu vivo num país democrático e que podemos ter ideias iguais, divergentes, e agradeço a possibilidade de ter voz aqui numa Comissão no Senado. Esses são meus conflitos de interesse, todos eles estão aqui. Nós sempre teríamos muito o que colocar, mas nós temos que ser focal por causa dos 15 minutos e vamos mostrar aqui alguns dados do próprio Ministério da Saúde, nós vamos falar sobre a Lei 10.216, sobre a alocação de verbas do Ministério da Saúde, da desassistência e consequências hoje no Brasil e das nossas populações especiais que não

são atendidas, o idoso. Nós não temos um programa de saúde mental para o idoso, o que é grave, nós não temos um programa de saúde mental adequado para atender as necessidades das crianças, dos adolescentes, nós não temos um programa específico. Se você tiver um filho que for adolescente e se envolver com álcool e drogas, você não tem onde esse filho seu ser atendido dentro do que propõe hoje o Ministério da Saúde.

No Programa de Álcool e Drogas, só para vocês terem ideia, o que o SENAD faz e o que faz o Ministério da Saúde são divergentes. E o tipo de programa que é proposto pelo Ministério da Saúde não é aprovado pela maioria da Academia, da Comunidade Acadêmica, e do que é feito como no exemplo na UNIAD, na UNIFESP e na clínica montada agora pelo Dr. Ronaldo Laranjeira, pela UNIAD, pelo instituto que eles criaram lá.

Isso aqui é um recorte de um jornal, do O Globo, onde mostra aqui o seguinte: 21% da população brasileira, o equivalente a 39 milhões de pessoas, necessitam ou vão precisar de atendimento em algum tipo de serviço de saúde mental, dito pelo Ministério da Saúde. 39 milhões de pessoas. É óbvio que 39 milhões de pessoas jamais poderão ser atendidos com apenas mil trezentos e poucos CAPS. Nós precisamos de muito mais. 5.5 milhões, 3% da população brasileira, isso também dado do Ministério da Saúde, sofrem com transtornos mentais graves e persistentes, como esquizofrenia. 22 milhões, 12% da população, necessitam de algum atendimento geralmente ambulatorial, formado por deprimidos e ansiosos, e é o grupo que mais tem crescido no mundo. E 11 milhões, 6% da população, tem transtornos psiquiátricos decorrentes do uso de álcool e drogas, um total de 9% da população brasileira é alcoólatra. São dados do Ministério da Saúde, publicados pelo jornal O Globo. Como é o atendimento do Centro de Atenção Psicossocial no Brasil? A CAPS, que é a menina dos olhos da reforma psiquiátrica, 90% dos CAPS não tem atendimento noturno ou nos feriados e fins de semana. Não pode adoecer nos feriados e nos fins de semana. A maioria das cidades não tem CAPS 24 horas para atender surtos. 15 anos depois de implantados, só 11 Estados tem boa ou muita cobertura de serviço. Eu quero lembrar que o primeiro CAPS tem 23 anos, é o CAPS Itapeva, em São Paulo. Não há psiquiatras em regime de plantão em toda a rede, apenas psicólogos. Isso, afirmativa do Ministério da Saúde como foi colocado aqui pelo jornal O Globo. 41,3% dos CAPS informaram não receber todos os remédios solicitados, segundo o próprio Tribunal de Contas da União. Isso está no relatório do Tribunal de Contas da União que os Srs. Senadores podem pedir e ter acesso a esse dado. Bom, isso aqui vai falar do

número de leitos psiquiátricos no Brasil, isso é apenas mais um dado, os números de leitos caíram de 120 mil, hoje tem menos de 37 mil leitos.

E na revista Veja saiu isso, mostrando aqui o seguinte: a fatia do orçamento da saúde para doentes mentais no Canadá é de 11%, eles precisam de 11% para poder atender adequadamente, na Inglaterra 10%, na Irlanda 8%, Estados Unidos 6%, Israel 6%, França 5% e no Brasil, hoje, já está menos de 2%. Isso é muito pouco para poder atender a necessidade de se fazer um trabalho bom junto aos doentes mentais no país. Eu acho que ninguém pode negar isso, são dados verdadeiros, nós não temos uma condição de vida, uma qualidade de vida melhor do que Canadá, do que Inglaterra, do que Irlanda, para usar apenas 2% da fatia para a área de saúde mental. Óbvio que esse tipo de lugar que foi deixado acontecer no Brasil são depósitos de gente, esses locais em que não tem condição nenhuma do ser humano ser tratado, locais como esse, como esse... Isso jamais poderia ter acontecido. Jamais. É indecente tratar ser humano assim, nós não podemos tratar ser humano assim. Por causa disso foi criado um Projeto de Lei do então Deputado àquela época, Paulo Delgado, em que dentro desse Projeto de Lei ele colocava que ficava proibido em todo o território nacional a construção de novos hospitais psiquiátricos, colocava para que tinha que haver o fechamento progressivo e a extinção dos leitos psiquiátricos. Mas esse Projeto de Lei, porque não atendia a necessidade da população, ele foi rejeitado aqui nessa Casa por 23 votos contra quatro. Por quê? Porque não atendia as necessidades da população brasileira. E há um engodo quando afirmam que a lei é Lei Paulo Delgado. Não é, porque ele foi rejeitado aqui nesse Senado e nós temos que respeitar a decisão dos Senadores. Muito bem. Em função disso, isso foi em 89, esse Projeto de Lei que foi rejeitado, em 2001 criou-se essa lei, que é a lei 10.216. É uma lei perfeita. O defeito dessa lei é que ela não fala em punição. Ela só cria as diretrizes. E ao criar as diretrizes, ela não diz aqui de acabar com leitos. Ela diz aqui em qualidade, montar bons serviços, em ter qualidade do atendimento aos pacientes. A lei é perfeita, adequadíssima, desde que ela seja obedecida. Por exemplo, nós não podemos ter aquele tipo de depósito de gente, mas nós não podemos abrir mão de ter hospitais como esse que tem qualidade, em que eu posso internar minha mãe, minha filha, qualquer um de nós pode fazê-lo. Qualquer um de nós.

Então, nós temos que ter hospitais de qualidade. Porque fechar leito, fechar hospital, é fácil. Basta que você vá lá e fecha. Agora, transformar um hospital ruim em um hospital bom, tem que ter capacida-

de técnica para fazer isso. Tem que ter conhecimento técnico para fazer isso. E isso foi feito na USP e tem pouquíssimo tempo.

O que a ética do gestor, de qualquer que seja o gestor capacitado, qualquer que seja o gestor responsável e voltado com as necessidades do paciente? Conhecer a lei, aplicar a lei. A Lei 10.216 ser aplicada, Srs. Senadores, ela é perfeita. Não legislar contra os preceitos legais. Quando você cria portarias no Ministério e implanta um Projeto de Lei que foi rejeitado em detrimento do cumprimento da Lei 10.216, você está legislando ignorando o Poder Legislativo e não obedecendo a lei. Saber que nós temos um tempo para permanecer em cargos, saber que existe a perenidade dos instrumentos legais, mutáveis apenas quando o Poder Legislativo promove tais mudanças. Então não pode, qualquer que seja o Ministério, de qualquer Governo, porque isso não é uma questão de Governo, isso é uma questão de estado, não pode legislar no lugar do Poder Legislativo. O que existe hoje é que o Projeto de Lei usava essa terminologia como reforma psiquiátrica, manicômios, fechamento, o foco era o fechamento dos leitos. O nome seria Lei Paulo Delgado, a lei 10.216, que tem foco, que no modelo, que é a reforma do modelo de assistência psiquiátrica, quando ele fala de hospitais psiquiátricos especializados e de qualidade, quando o foco é qualidade do serviço, quando a lei coloca que o nome dela, 10.216... Hoje, ela é dita e redita e replicada com essas terminologias, com esse sentido, mudando todo o foco da lei, e não podemos fazer isso, porque a lei é muito boa.

Qualquer dia que você pegar jornais no país, que clipar, você vai ouvir falar de assistência psiquiátrica em vários estados brasileiros. Isso aqui foi de ontem, só porque é mais cedo, quis pegar uma de ontem, mas eu tenho mais de 60 clipagens que eu posso mostrar para quem se interessar e passar para essas pessoas. É uma mãe, onde ela coloca: Ela tem 69 anos, já lamenta ter sido obrigada a chamar a polícia diante das crises de esquizofrenia do filho, José Pedro. Mas às vezes é o que está fazendo a população, que ela faz para poder atender às necessidades. Cinco das dez causas de incapacitação do mundo são por doenças mentais. Episódio de depressão maior, nós não temos nenhum programa governamental para atender esses casos. Nós não temos nem antidepressivos em quantidade e em qualidade para atender essa população. Abuso de álcool, nós não temos uma política que resolva. Distúrbio bipolar, Dra. Helena já falou, esquizofrenia e transtorno obsessivo compulsivo. Muito bem. Se essas são as doenças mais prevalentes, nós temos que pensar aqui o seguinte: A Organização Mundial de Saúde propõe que, como os recursos são insuficien-

tes para oferecer cuidado de saúde para todos, devemos priorizar as doenças que mais sobrecarregam e as doenças para as quais existem tratamentos custo efetivos. Não adianta ficar jogando pedra no nada, nós temos que ir focalmente. E ir focalmente, as doenças mentais que mais sobrecarregam, que são essas doenças aqui, elas teriam que ter um aporte maior de verba. Por quê? Porque a quantidade de recurso economizado dependerá da efetividade das estratégias de prevenção.

Na saúde mental, é possível fazer promoção da saúde, é possível fazer prevenção da doença, é possível fazer detecção precoce e tratamento. O que vai sobrar para chegar no nível de ser atendido em CAPS ou para internação hospitalar é o mínimo, se isso tudo for feito antes. Essa é a maneira de acabar. Você tem necessidade ambulatorial, você tem necessidade de rede, onde o paciente chega marca uma consulta e vai embora para casa, onde o paciente marca uma consulta, recebe o medicamento, vai embora para casa, trata. Como é feito no sistema privado, na saúde suplementar. Como é feito e tem funcionado bem no sistema privado. Por que o paciente não pode ter um sistema de call center, onde ele pode ligar e tirar suas dúvidas, efeitos colaterais de medicamentos, marcar consulta, ter uma agilidade nisso. Isso é possível ser feito. Os transtornos psiquiátricos para os quais existem tratamentos eficientes são esses aqui: 80% dos quadros de pânico e de transtorno maniaco... na antiga psicose maniaco depressivo transtorno afetivo bipolar, está esse nome porque eu não posso traduzir diferente do que vem no artigo, 65% tem tratamento das depressões unipolares, 60% é possível cuidar e ter sucesso terapêutico nos tratamentos de esquizofrenia e transtorno obsessivo compulsivo desde que isso seja feita com prevenção precoce, antecipadamente, que promova saúde, que previna a doença.

O que nós tínhamos que ter investimentos, então, dos recursos? 37% para tratar transtornos do humor, bastasse ter lítio. Lítio é um produto que custa centavos. Centavos. E que usando adequadamente, você previne a doença bipolar. Não tem patente, nunca teve, é um medicamento que tem 40 anos e nunca teve patente. 29% esquizofrenia, 14% transtornos ansiosos, 12% álcool e drogas e 8% demais transtornos mentais. Infelizmente, para álcool e drogas, quem mais trata de doente mental no país são comunidades terapêuticas, que sofrem absurdamente para conseguir isso, sem assistência médica, sem cuidado médico, sem a possibilidade de dar uma vida digna e de que essa pessoa retorne à sociedade. O SUS não prioriza prevenção psiquiátrica, especialmente do transtorno do humor bipolar. Anti-psicóticos atípicos só são pagos

para esquizofrenia resistente, ECT, não é remunerado, mas é feito no privado normalmente para quem pode, para quem tem um plano de saúde que é da Unimed por exemplo, tem a possibilidade de fazer ECT. Outros planos de saúde não tem. Nós estamos tirando a possibilidade daqueles que querem ter a liberdade de escolha, do que é o melhor tratamento para seu filho, para sua filha, para sua mãe, para sua mulher, você não tem a não ser pagando. Pagando tem. Já foi afirmado que é necessário, está no manual assinado pelo Ministro da Saúde, José Gomes Temporão, que ECT é necessário nos casos de indicação adequada. Agora, não entendo se ele diz isso, se o manual do Ministério da Saúde diz isso, peço Srs. Senadores o manual chama suicídio. Essa é uma afirmação que está lá dentro. Mas afirma que não paga, por ideologia, não pode fazer isso com o ser humano. ECT, psicoeducação, terapia cognitiva é oferecida apenas para alguns programas universitários. O que aconteceu? Falta de tratamento leva doentes a crimes. Isso aqui é no Zero Hora, Distrito Federal, assassinato na delegacia, uma moça tentou atendimento, não conseguiu no Hospital São Vicente, era uma bipolar, pegou a arma e matou essa moça de quarenta e poucos anos. O que aconteceu então? Nós estamos com 440 mil prisioneiros no Brasil, só em São Paulo 158 mil, isso um trabalho feito por esses professores da UNIFESP, apresentado pelo José Tabora.

Eu vou passar, porque o tempo não permite, mas falando o seguinte, as doenças mais acometidas, a presença de doenças graves necessitando de internação, 12% da população carcerária tem doença mental. 12%. 21 de cada cem mil prisioneiros se suicidam. 28 de cada 100 mil prisioneiros cometem homicídio dentro das prisões. Nós temos 440 mil prisioneiros, com 54 mil doentes mentais graves dentro dos presídios. Nós não podemos fazer isso com essa população. Nós temos menos de 37 mil leitos psiquiátricos e não sei se são bons, tenho minhas dúvidas. Não é fechar leito. Há uma lei, não pode ser implantada via portaria e fechando leito. Nós temos que ter qualidade nos serviços. Nós temos que ter foco na qualidade, fazer serviços de qualidade, conforme a necessidade e a prescrição médica para cada caso que se faz necessário. Eu pergunto aqui: quem de vocês não levaria sua mãe com depressão grave, seu filho usuário de drogas agitado dentro de casa fazendo e acontecendo, um paciente esquizofrênico, como é o caso citado pelo Ferreira Gullar, como é o caso citado pelo [Pete Earley](#), não levaria para um tratamento adequado? Eu duvido que levaria para um clínico, num CAPS qualquer, a sua mãe com depressão grave, com ideia de suicídio, para tratar. Ninguém quer um clínico tratando

dos seus familiares em casos graves. Claro que não temos número de psiquiatras suficiente para atender a população como um todo, mas temos que montar um esquema que funcione. Nós temos PSF, nós temos postos de saúde em que a equipe de saúde mental, treinada adequadamente com um suporte psiquiátrico adequado, nós teríamos o paciente atendido dentro da sua rede, sem sair da sua rede. E aí teria atendimento primário, no início não precisaria nem chegar a CAPS. Até porque, pasmem, estão cronicando pacientes em CAPS. Eu conheço pacientes que estão há um ano e meio, dois anos em CAPS, isso não adianta nada. Nós vamos sair de um modelo em que cronicava dentro de um hospital que não era hospital, que aquilo é depósito de gente, e levava para outro serviço que faz a mesma demanda.

Só para mostrar os destaques, está aqui Secretaria de Vigilância em Saúde, está aqui o site onde diz o seguinte: na região norte, 10,4% dos óbitos masculinos ocorreram antes de completar um ano de vida. Na região sul, esse percentual é de 3.3%. Entre 1980 e 2005, a proporção de mortes por câncer nos homens aumentou em 76%. As causas violentas aumentou em 41%. E morte, Senadores, por transtornos mentais em 225%. Aumentou em 225%. Está aqui o site, isso é do Ministério da Saúde. Só quero falar para vocês da desigualdade social, que isso é terrível. Isso não podemos deixar acontecer. São gastos federais com saúde e isso aqui é um gasto com plano de saúde para servidores. Eu não sou contra que os servidores tenham plano de saúde, porque eles precisam de atendimento para saúde digna. Mas como isso aqui é para falar do SUS e da importância de que todos nós temos acesso ao SUS, ao direito a ser tratado, porque pagamos por isso, quando nós pagamos um plano de saúde nós estamos pagando duas vezes. Quando nós pagamos isso, pagamos um plano de saúde, pagamos uma consulta particular, nós estamos pagando três vezes. Os servidores, sabedores de que não temos ainda um SUS implantado como deve, o serviço na área de saúde mental como deve, os servidores têm plano de saúde e podem usar esse plano de saúde para consultas psiquiátricas, para internações psiquiátricas, mas a população em geral não tem plano de saúde. Isso é grave.

Nós não podemos gastar de 760 milhões para ações extra-hospitalares praticamente um terço em medicamentos excepcionais. E desse um terço, de 209, um produto, um produto abocanhar 161 milhões numa dosagem de 10 miligramas e 17, 18 milhões na dosagem de cinco miligramas. Significa que de 209, um produto abocanha quase 200, 180 milhões para sobrar para todo o resto. Nós temos que ter uma ces-

ta-básica mínima, decente, e não pode privilegiar um produto apenas. Esse é o crescimento do orçamento do Ministério da Saúde e esses são os preços de alguns produtos, que são chamados de excepcionais, e nós temos que parar de chamar de alto custo produto que custa 37 centavos. Produtos que custa menos do que 37 centavos, 0,08 centavos. E não deixar que o paciente tenha acesso a esse produto na cesta-básica dos produtos. Nós estamos deixando de tratar inúmeros bipolares, inúmeros esquizofrênicos por causa de uma burocracia, de uma portaria 846 que ela só atende pacientes que tem esquizofrenia refratária, o que é muito grave. 0,08 centavos nominar como alto custo, Srs. Senadores, eu acho que isso é inadequado, isso tem que ser revisto, isso precisa melhorar a possibilidade, o acesso das pessoas ao tratamento. Esses são para mostrar os produtos.

Quero agradecer tremendamente por essa oportunidade, acho importante o que eu estou falando aqui, precisamos de mais verba, eu duvido que alguém ache aqui que a gente não precisa de mais verba, eu estou dizendo aqui que precisamos de unir força e ter mais serviços, duvido que alguém seja contra isso, estou dizendo que a gente tem que ter acesso ao tratamento de qualidade e em quantidade adequada e nós não podemos deixar os doentes mentais nas ruas. A poucos meses atrás uma doente mental que estava nas ruas, era uma médica cirurgiã que morou durante ano e meio nas ruas de Brasília. Por quê? Era uma doente mental, foi abandonada pela família, não conseguia atendimento adequado, ela estava nas ruas. Então, é cometendo crimes, ficando nas ruas. Nós precisamos ter um projeto para o idoso, para criança, para o adolescente e para área de álcool e drogas que atenda a necessidade e a realidade do paciente. É isso que nós estamos pedindo. Eu acho que não é pedir muito, ter direito a assistência. O número de leito privado no Brasil dobrou. Dobrou. O número de leito público caiu, mas o número de leitos privados eles dobraram. E isso é muito sério. O sistema privado no Brasil está de vento em popa, consultórios particulares de todos os profissionais da área de saúde, e no serviço público não está ainda atendendo de forma adequada. É o que eu tenho, muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Nós queremos agradecer aqui a exposição do Dr. Antônio Geraldo da Silva, Presidente da Associação de Psiquiatria de Brasília, queremos registrar também a presença de Edmar Carrusca de Oliveira, membro da Comissão Nacional de Direitos Humanos e do Conselho Federal de Psicologia.

Nós vamos passar agora a palavra ao Dr. Hélio Lauar de Barros, representando a Associação Brasi-

leira de Psiquiatria. Nós queríamos aqui registrar que o Dr. Antônio Geraldo da Silva, claro, Presidente da Associação de Psiquiatria de Brasília, com experiência mais centrada aqui no Distrito Federal e que também traz informações de várias regiões do nosso país e também Dr. Hélio Lauar é de Minas Gerais, Presidente da Associação--

SR. HÉLIO LAUAR DE BARROS: Não, não. Tem um equívoco.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Tesoureiro da Associação Brasileira de Psiquiatria. Então passamos agora a palavra ao Dr. Hélio Lauar de Barros.

SR. HÉLIO LAUAR DE BARROS: Queria agradecer a Senadora Rosalba pelo convite à Associação Brasileira de Psiquiatria, Dr. João Alberto, que é o Presidente da Associação não pôde comparecer e eu venho representando a Diretoria. Cumprimentar também os Srs. Senadores presentes, os colegas de Mesa e demais autoridades e Audiência dessa conversa sobre saúde mental no Brasil.

Vou ver se consigo usar esse instrumento aqui, melhor você passar. Ok. Pode pôr o outro, por favor. O outro. Nós da Associação Brasileira de Psiquiatria representamos um número enorme de psiquiatras no Brasil, cerca de sete mil psiquiatras associados, e nós temos hoje um volume de 10 a 11 mil psiquiatras no país, número expressivo, mas ainda certamente insuficiente para o trabalho que a saúde mental precisa. Nós, ao montarmos essa apresentação, que a gente está intitulado como Observações Críticas a Respeito da Política de Saúde Mental do Brasil, nós queremos contribuir com a identificação de pontos polêmicos e pontos difíceis ainda na execução da Política Nacional de Saúde e tentar, com esse recorte, talvez propor pontos que possam acrescentar à política que está em circulação no país e em consonância com as políticas internacionais, mas certamente abrindo um campo de negociação mais evidente com aquilo que nós achamos hoje excluído dessa política, que é o discurso médico ou o discurso sobre a biologia. Vamos ver se eu consigo então demonstrar isso, contribuindo para que essa Mesa de negociações possa se efetivar.

O relatório sobre a saúde mental do mundo em 2001, produzido pela OMS dá uma direção geral do que se espera internacionalmente sobre a execução das políticas de saúde mental. Há um reconhecimento internacional, isso não é uma questão só do Brasil, que a saúde mental ainda é um dos graves problemas de hoje, considerando-se a magnitude e o ônus causado pelos transtornos mentais e comportamentais, que afetam cerca de 20 a 25% da população em um dado momento da sua vida, e certamente causando

improdutividade. Os transtornos mentais são universais, afetam todos os países, todos os indivíduos em faixas etárias muito variadas. Esses transtornos têm um pronunciado impacto econômico direto e indireto nas sociedades, incluindo custos de serviços que vai desde o tratamento do paciente até o gasto de tempo que o... Só para dar um exemplo do que seria custo indireto, o gasto de tempo que os cuidadores ou familiares dispensam para cuidar desses pacientes.

Próximo, por favor. Os transtornos mentais são responsáveis então, segundo esse relatório da OMS, pelo impacto negativo na qualidade de vida dos indivíduos e suas famílias causando cerca de 12% o total dos anos de vida ajustados por incapacitação. Quer dizer, o grande arsenal de pacientes incapacitados, 12% está relacionado com a presença de transtornos mentais e isso tem uma previsão de em 2020 chegar a 15%, indicando que uma pequena minoria recebe tratamento ou que ainda o transtorno é crônico e que não remite a incapacidade com facilidade. Os fatores que determinam a prevalência dos transtornos mentais são muito variados, e vão desde pobreza, sexo, idade, conflitos interpessoais e familiares, catástrofes, doenças físicas graves, ambiente familiar, social e vulnerabilidade biológica. Nós até hoje não temos, na identificação dos fatores causais, uma certeza de que se trata de um problema psíquico, social ou biológico única e exclusivamente, esses fatores são complexos, interagem e eles têm que ser considerados na sua complexidade. Os transtornos podem se apresentar também de modo combinado. Há um afastamento progressivo da ideia de que existiria um transtorno mental único, e hoje com a prevalência da influência da escola americana, inclusive na OMS, nós temos a possibilidade de que um mesmo sujeito tenha mais de um transtorno mental combinado, isso traz uma dificuldade maior na abordagem desses problemas. Uma das maiores comorbidades, hoje demonstradas, é a presença, por exemplo, de transtornos mentais típicos com comorbidade com álcool e drogas. Num hospital de ensino que eu trabalho, nós chegamos a fazer uma avaliação de um dia de pronto-socorro nesse hospital psiquiátrico, público de ensino, e nós encontramos 80% de comorbidade com álcool e drogas. E num pronto-socorro comum da cidade de Belo Horizonte, encarregado da maior parte da urgência, 60% dos casos atendidos tinham comorbidade com álcool e drogas, incluindo outras situações aparentemente declaradas como o motivo da assistência, como, por exemplo, traumatismos leves ou traumatismos graves e complexos.

A OMS, ela diz que é preciso proporcionar tratamento em cuidados primários, ampliando o acesso, e veja como a rede se desenha de uma maneira com-

plexa. Ela diz que é preciso disponibilizar medicamentos psicotrópicos, e isso nós temos que levar isso em consideração, porque nós não podemos pensar que saúde pode ser feita sem custo. A grande incorporação, talvez das mais importantes no discurso psiquiátrico e nas suas formas de atuação nos últimos anos, se deve exatamente ao advento da farmacoterapia, considerado inclusive a revolução da farmacoterapia, que a partir dos anos 50 trouxe contribuições enormes para o tratamento dos doentes mentais e isso necessariamente precisa estar incluído na lista de medicamentos essenciais, especialmente num país como o nosso em que a renda per capita é bastante baixa, a facilidade para pagar saúde, ela não é fácil, se ela for deixada na responsabilidade individual e o Estado progressivamente tem assumido o custo com a saúde e no campo da psiquiatria, mesmo que isso signifique alto custo, um alto custo pequeno, comparado com o alto custo da medicina como um todo, e esses medicamentos devem ser disponibilizados, segundo a Organização Mundial de Saúde.

Nós precisamos também proporcionar tratamento na comunidade. Esse é um foco importante dos documentos internacionais, que diz que esse tipo de tratamento melhora a qualidade de vida dos portadores crônicos, reduz custos, respeita direitos de cidadania, permite intervenções precoces e limita o estigma associado ao tratamento, e para isso todo esse sistema deve ser combinado com apoio, apoio com leitos em hospitais gerais, acolhimento nos momentos de crise, cuidados residenciais, reabilitação, proteção na habitação e no emprego, quer dizer, um sistema complexo que tem como um foco importante dentro desse documento. Educar o público também seria um outro foco significativo, promovendo campanhas de educação e sensibilização do público em geral sobre saúde mental. Esse assunto ainda paira sobre ele muito preconceito, muito estigma, muito obscurantismo, muito ecletismo teórico, inclusive nas suas vinculações com a cultura, frequentemente ele se vê associado com superstições, com aspectos religiosos, com aspectos punitivos e uma série de outros problemas, que se a gente não produzir um discurso educativo, de informação, nós estaremos sempre remando contra a corrente, porque as ondas serão maiores do que as nossas iniciativas.

Próximo. Nós temos, então, que envolver ainda comunidades familiares e pacientes na formulação de tomada de decisão sobre políticas, programas e serviços, levando em consideração idade, sexo, cultura e condições sociais. Toda a produção dos documentos públicos de saúde e de todos os argumentos de gestão hoje no país, eles estão sob o prisma de uma discussão coletiva. É importante saber que a ciência

ou discurso universitário tem, sim, suas posições, ele deve sustentar sua coerência interna, deve ser capaz de discutir e informar sobre o que ele pensa, ainda que enfrente dificuldades culturais para sustentar suas posições, mas ele não deve se safar da necessidade de discutir seus princípios num fórum amplo de aspecto cultural e social, porque cada cultura tem a ciência e a medicina que merece. Esses argumentos da ciência estão limitados e estão discutidos nos âmbitos culturais. Devemos também estabelecer, segundo esse documento político, programas e legislações nacionais sobre saúde mental, isso no Brasil tem cursado com algumas dificuldades, mas ao longo dos últimos anos essas legislações estão sendo produzidas, quer dizer, é adequado que a gente esteja aqui no Senado ou na Câmara dos Deputados ou em todos os organismos legislativos, discutindo Legislação de Saúde Mental, porque isso organiza a nossa circulação pública, nós temos ainda que preparar Recursos Humanos aumentando e aperfeiçoando a capacidade de profissionais para a saúde mental, que prestarão cuidados especializados e também apoiarão os cuidados primários em saúde mental. Devemos estabelecer vínculos com outros setores, porque, como se trata de uma atividade complexa no limite da cultura, certamente questões relacionadas ao trabalho, educação, Previdência Social, direito, o papel de ONGs, a sociedade civil organizada estará também envolvida nessa ampla malha de construção de atividades de saúde. E temos ainda que criar, segundo esse documento, indicadores de saúde mental e sistemas de informação e notificação em saúde, monitorando inclusive catástrofes, variações transitórias, que fazem maiores demandas de atendimento, para que a gente possa então, acompanhar esse sistema promovendo inclusive modificações e ajustes segundo as necessidades atuais do sistema onde ele está implantado, ou seja, esse sistema é um processo e por isso a avaliação sistemática são cabíveis e necessárias. Temos ainda, segundo esse documento, que apoiar mais pesquisa e aí vocês veem como é clarividente esse documento, porque ele diz inclusive do apoio à pesquisa biológica e do apoio à pesquisa psicossocial com ampla base de dados internacionais. Ele já inclui isso que nós estamos propondo que seja incluído.

Próximo. E quando a gente vai avaliar, por exemplo, a política de saúde mental no Brasil, e num documento produzido pelo próprio Ministério da Saúde, indicando para o município como é que deve funcionar a rede de atenção à saúde, nós encontramos, por exemplo, um ponto que nos parece que problematiza-se com os princípios oferecidos lá pela orientação internacional, porque diz que essa rede de saúde mental,

ela deve ser constituída por vários dispositivos assistenciais, que possibilita em atenção psicossocial dos pacientes com transtornos mentais, segundo critérios populacionais de demandas dos municípios, e deve funcionar de forma articulada tendo o CAPS como um ponto de organização da porta de entrada e da sua regulação. A mudança do dispositivo assistencial e seus benefícios e os seus problemas de implantação poderiam ser pensados a partir desse projeto.

Vamos ver o próximo, por favor. Então, o que aconteceu no Brasil, de uma forma esquemática, é que nós saímos de um modelo hospitalocêntrico e fomos para um modelo onde o CAPS é a porta de entrada e a regulação de todo o sistema e vários dispositivos foram criados em torno desse centro de atenção. Ainda que a porta de entrada esteja aqui no CAPS e ele seja também uma porta relacionada com a urgência, a urgência também tem lugares específicos e pode ser pensada fora do sistema, e isso faz uma porta de entrada para todo o sistema, distribuindo as ações dentro do sistema. O que nós vemos é que a estrutura de CAPS, ela tem crescido, mas ainda está bastante... ela precisa se encorpar. Os dados mostram que esse dispositivo deve se ampliar, então nós estamos falando de financiamento, precisa ter financiamento para a ampliação desse sistema. Alguns programas especiais, como o CAPS ad, para o tratamento de álcool e drogas, e o CAPS I, está faltando um P aqui, infância e adolescência, eles ainda estão bastante tímidos em face às necessidades atuais e emergenciais. É quase como se a gente tivesse que tivesse que abrir uma bandeira vermelha nesse caso e apostar na criação urgente de política de saúde mental dentro de álcool e drogas, dentro do Ministério da Saúde porque todo o atendimento de álcool e drogas no país tem sido feito basicamente pelas comunidades terapêuticas, comunidades filantrópicas, sem apoio médico necessário, apenas dentro de uma perspectiva disciplinar e/ou religiosa. Então isso deveria ser um ponto de imediata construção.

Pontos polêmicos aqui nós temos que os dispositivos sociais, que vão desde as ações básicas em saúde, os serviços residenciais terapêuticos, o Programa De Volta Para Casa e as oficinas protegidas e as cooperativas de ofício para reabilitação psicossocial, quer dizer, toda essa área social do serviço, do sistema, ainda está timidamente implantado, a gente pode observar isso com dados. Não é preciso... Eu não vou apresentar aqui agora, porque estou defendendo uma ideia só. E aqui outro ponto polêmico também, é a questão das internações. Vocês estão vendo que os dispositivos médicos frequentemente, em determinado momento, precisa que o paciente esteja acolhido, não para silenciá-lo, não para puni-lo, para dopá-lo,

sedá-lo, isso é alvo do preconceito, isso é alvo da discriminação na incidência do próprio discurso médico. Os pacientes não são medicados, hoje, no estado da ciência, de uma maneira punitiva. Eles são medicados segundo rigor científico, segundo prescrições do discurso médico, e isso não pode ser confundido e nós não podemos colaborar com esse nível de estigmatização, porque nós estaremos furando o navio numa parte, no seu casco. Porque retirar o discurso médico desse contexto biopsicossocial, é fazer com que esse sistema não dê certo.

Então, a questão de definir onde é que o paciente será internado, se em Hospital Geral, se comunidades específicas em Hospital Geral, se teremos hospitais especializados e ainda, se teremos ambulatórios especializados para protocolos especiais de patologias bem definidas que não podem ser negligenciadas ou borradas na sua especificidade, em função de um discurso psicossocial generalista. Existem modos de tratar o dispositivo médico, exige que seja feito um diagnóstico e exige que se tenha protocolos especiais para tratar cada um desses problemas e a generalização psicossocial não é suficiente para estabelecer os parâmetros de tratamento. Então nós médicos é que não queremos ficar silenciados, acorrentados. Nós precisamos dizer o que nós pensamos e precisamos ser escutados na especificidade de nosso discurso e respeitados nessa especificidade, para que esse tratamento seja possível. Eu já vi que o sinal soou várias vezes, eu não vou prolongar as minhas discussões aqui, vou deixar apenas essa proposta da Associação Brasileira de Psiquiatria, que nós constituamos um Grupo de Trabalho, onde cada um desses pontos essenciais e necessários de focos de conflito entre os discursos que compõem hoje essa rede extensa de prestação de serviço de saúde mental possam ser contemplados e que possamos encontrar maneiras de lidar com a inclusão do discurso médico no sistema de atendimento à saúde mental. Muito obrigado.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sra. Presidente, só pela ordem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois não, Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu gostaria de me justificar com os expositores e, particularmente, agora, com o Dr. Pedro Gabriel, que vai falar também, porque nós temos, infelizmente, e felizmente também, outras Reuniões. Eu presido a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, e nós vamos ter a sabatina de três diretores da ANCINE na manhã de hoje. Então, daqui a pouco, tenho que me retirar, mas só não gostaria, assim, de parecer falta de sensibilidade ou de educação, assim eu me retirando também. Mas eu só quero

reiterar aquilo que foi falado no início, da necessidade de se discutir, continuarmos discutindo esse tema pela relevância, pela importância, pela abrangência, pela necessidade, buscando-se alternativas e gostaria de sugerir, como já sugeri no início, até para V. Exa., mas para o Senador Augusto Botelho que está aqui do meu lado que é Presidente da Subcomissão, que façamos de fato aqui dentro da Subcomissão, apesar de eu não fazer parte, eu tenho todo interesse no tema, gosto do tema, acho importante trazermos para esta cena de debate todos esses pontos de vista, mas também outros pontos de vista em termos dessas interfaces, inter-relações, a mudança, que eu acho que realmente se não se mudar é um tiro no peito da saúde mental, que é a questão da portaria 2867, que retira o pagamento das ações estratégicas e coloca nos tetos dos municípios e dos estados esse pagamento, quando não existe ainda a cultura consolidada no Brasil para o atendimento da pessoa com transtorno mental na própria comunidade, nos CAPS, com a participação da Academia, que eu também entendo, dos medicamentos, com a participação da educação, da saúde, do trabalho, para esse trabalho integrado também na comunidade, que não é só da saúde, é da educação, é do trabalho, da assistência, do esporte, do lazer, ter uma política pública com o orçamento também.

Então, eu penso, assim, que esta Comissão, Sra. Presidente, a Subcomissão, Senador Augusto, nós podemos assim nos debruçar sobre isso, chamarmos para que esta Audiência Pública tenha desdobramentos. Nós não podemos terminar essa Audiência Pública e dizer: Terminou, quer dizer, e daí? Fazermos uma Audiência com o Ministro eu acho insuficiente. Nós temos que ter, na minha opinião, posicionamento como Comissão de Assuntos Sociais que aborda a saúde, assistência, trabalho, mas eu presido a outra Comissão, nós podemos levar esse debate para lá também, educação, cultura e esporte, na perspectiva do transtorno psíquico também, e termos aí um trabalho integrado nesta área. Então eu só me desculpo e me desculpo por estar falando também quando os... Mas só pela ordem, para dizer para os expositores que estamos felizes com esta abordagem e a gente sabe que há dificuldades, perspectivas que foram trazidas e que tem que receber atenção também, lógico, tem que receber atenção, e uma atenção ainda maior para que no final a gente possa dizer que os pontos de vista convergem para aquilo que a família e a pessoa com transtorno mental precisam. Esse é o nosso objetivo. Atendimento de qualidade na ponta, com referências, quando necessário, para que a população seja bem atendida, que a gente possa dizer: Não, estamos caminhando para esta finalidade. Então, me desculpe,

Sra. Presidente, eu ainda vou assistir só o comecinho, pelo menos uns cinco minutos, mas me desculpendo por me retirar na sequência.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Agradecemos ao Senador Flávio Arns, que é o Presidente da Comissão de Educação, a sugestão que acho que é muito bem vinda, de que possamos continuar essa discussão, inclusive interagindo com as demais Comissões, que também, de uma certa forma, estão relacionadas e que podem dar uma grande contribuição, como a Comissão de Educação e aqui eu já queria sugerir a Comissão de Direitos Humanos, para que possamos fazer um debate, ampliar o debate. É importante ouvirmos as associações em defesa de Direitos Humanos, as organizações que prestam serviços, inclusive de assistência, como as comunidades terapêuticas e também a família.

Então, ampliando ainda mais para que possamos, ouvindo a todos, dar a nossa contribuição, já que sentimos que realmente, depois de oito anos da Lei 10.216, nós já avançamos, mas nós não estamos aqui para defender retroagir àquele modelo antigo, desumano do século passado. Nós estamos aqui para defender uma política de qualidade. Já que sabemos que é crescente a necessidade de assistência nessa área ligada à promoção de saúde e de cuidados com a doença mental. Passamos agora a palavra ao Dr. Pedro Gabriel Godinho Delgado, Coordenador Técnico da Área de Saúde Mental do Ministério da Saúde. Queremos dizer da presença do Senador Papaléo, que é o relator desse Ciclo de Debates e que é o Vice-Presidente da Subcomissão de Promoção e Acompanhamento da Saúde, e dizer que a lista de inscrições está aberta, Srs. Senadores que desejarem se inscrever, Senador Augusto... Senador Roberto já se inscreveu. Está aberta a lista de inscrição. Muito obrigada. Com a palavra o representante do Ministério, Dr. Pedro Gabriel.

SR. PEDRO GABRIEL GODINHO DELGADO: Meus cumprimentos à Senadora Rosalba, Senador Flávio Arns, Senador Botelho, a todos os colegas que participam dessa Mesa de debates, a todos os demais Senadores aqui presentes e os colegas aqui presentes. Nós ouvimos três avaliações feitas por profissionais de entidades representativas da psiquiatria no Brasil e sobre os problemas da política de saúde mental. Eu vou fazer, dentro do limite de tempo que é muito curto, tentar fazer uma rápida exposição do que eu entendo ser o cenário da política de saúde mental, pela qual o Ministério da Saúde é responsável no plano Federal, mas que é compartilhado com Estados e Municípios, especificamente no período que vem da aprovação da Lei 10.216 até agora. A menção tem sido feita muito insistentemente à questão da lei, a aprovação da lei,

a posição dessa entidade aqui presente, a Associação Brasileira de Psiquiatria tem sido uma posição de crítica muito permanente e muito vigorosa à política de saúde mental em nome da Lei 10.216, em defesa da lei. Como todos nós aqui presentes consideramos que essa lei é um avanço, exceto alguns autores aqui citados, alguns autores aqui citados que escrevem nos jornais de grande circulação, que consideram que essa lei é cretina e também produto de mentes cretinas ou idiotas, isso foi mencionado, mas, na verdade, eu creio que todas as pessoas, aqui presentes, consideram que essa lei foi um avanço. E se a crítica é feita em nome da defesa da lei, essa crítica deve ser acolhida com muita atenção e se problemas estão sendo apontados que possam ser corrigidos, devem ser corrigidos, porque essa é a responsabilidade do Governo, é a responsabilidade ética do gestor.

Então, o seguinte, por favor. Eu vou apresentar o que mudou na atenção à saúde mental no Brasil, antes e depois da Lei 10.216, que é uma lei que nós defendemos, que é uma lei que nós consideramos um avanço e que cria um ordenamento jurídico para a assistência em saúde mental no Brasil e que é um excelente diploma legal. Eu queria dizer para todas as pessoas, aqui presentes, que tive a satisfação de uma semana atrás participar, em São Paulo, de um seminário da Associação Brasileira de Magistrados e Promotores, convidado para uma Mesa, onde a apresentação sobre a Lei 10.216, seus fundamentos, sua estrutura, a sua aplicabilidade e o avanço que ela representa na defesa de direitos e no novo ordenamento para a situação entre as relações da Justiça e da Psiquiatria no Brasil foi apresentada por uma Juíza com grande propriedade. Na verdade, é uma lei que é incorporada também pelos operadores de direito como uma lei boa, como uma lei adequada, e não uma lei, enfim, que possa ser reduzida àqueles adjetivos que foram mencionados aqui, mas citando um conhecido colunista do jornal Folha de São Paulo.

Seguinte. São 20 anos de um processo social da construção dessa política pública. É muito rapidamente, porque o tempo não permite, antes de 1987. Portanto, há apenas cerca de 20 anos, o que existia na psiquiatria brasileira, claro que já existiam as universidades, as cadeiras de psiquiatria, as instituições de psiquiatria e as associações de psiquiatria. Existiam os asilos do Ministério da Saúde e as clínicas do INAMPS, que levavam juntos mais que 95% de todos os recursos da política de saúde mental. Então, a política de saúde mental no Brasil, mesmo com a presença de todos esses atores importantes, era estritamente reduzida a instituições de característica de fato asilar. Obviamente que entre essas clínicas do INAMPS havia clínicas

que prestavam atendimento adequado, mas majoritariamente era uma política hospitalocêntrica. Entre 87 e 92, o SUS foi criado e essa é a grande diferença, e acho que está em discussão aqui o SUS. Se o SUS funciona ou não funciona, se o SUS dá certo ou não dá certo, a Senadora Rosalba falou, e eu acho que é muito oportuno o que ela mencionou. Nós temos que ver onde tem problemas com o SUS, apontar esses problemas e corrigi-los. Porque o SUS, embora seja muito recente, ele é um patrimônio da experiência brasileira. Ele é um patrimônio do esforço brasileiro de criar uma política que seja uma política que permita a universalidade do atendimento e a inclusão social. Não adianta mencionar exemplos de Estados Unidos, por exemplo, quanto gasta em saúde mental, se não mencionarmos que o sistema norte-americano é por definição, por estrutura, um sistema excludente. Excludente e caro. Ele é excessivamente caro e ele não é universal, ao contrário, vejam se quiserem, como referência bibliográfica, o filme do Michael Moore para saber o que acontece com uma pessoa que tem problema de saúde nos Estados Unidos, apesar de ser um sistema muito caro. Então, a criação do SUS e as primeiras experiências de atenção extra-hospitalar foram fundamentais para criar uma esperança de mudança no cenário da saúde mental pública no Brasil.

Em seguida, de 92 a 2001, nós tivemos um período muito importante, foi o período inclusive que, aqui, no Senado Federal, e na Câmara Federal, se discutiu a lei mencionada aqui pelos colegas, que é o Projeto de Lei que originou a Lei 10.216. Na verdade, foi uma década de discussão se devíamos ou não devíamos mudar o modelo assistencial. E foi também o período em que a reforma, nós chamamos de reforma psiquiátrica, porque significa de fato a mudança de um tipo de estrutura que precisa ser transformado em outro, e esse tipo de estrutura que precisa ser transformado em outro é um tipo de estrutura que se coloca como obstáculo a essa mudança, por isso a palavra reforma, senão utilizaríamos talvez uma palavra qualquer, modernização, algo assim. Começaram o fechamento de instituições insalubres, instituições que causavam danos físicos e danos morais, no sentido do sofrimento que impunham às pessoas que lá viviam, e eu trabalhei, como psiquiatra que sou, 14 anos em uma delas, que felizmente se transformou numa instituição aberta completamente diferente. Mas só para mencionar que foi esse período também que o Brasil, esse período o Brasil foi o primeiro país a ser condenado na Corte Internacional dos Direitos Humanos de Costa Rica por desrespeito aos Direitos Humanos de pacientes mentais causados nesse tipo de estabelecimento. E não foi muito fácil para mim, porque o fato se deu nos

anos 90, mas a condenação, pelo ritmo dos tribunais internacionais, o julgamento se deu em 2005 e eu fui lá para poder defender o impossível. E não defendi o impossível. A posição que o Brasil levou para essa Corte Internacional foi que sim, que assumia a responsabilidade como país que adere ao sistema internacional de Direitos Humanos, diferente dos Estados Unidos, por exemplo, que não adere a esse sistema internacional, que assume a sua responsabilidade pelo fato de ter tido e sustentado um sistema que agredia e desrespeitava os Direitos Humanos e seus usuários.

Então, a nossa defesa se centrou principalmente no seguinte argumento que foi acolhido pela corte, o Brasil aceitou a sua responsabilidade, portanto foi condenado naquilo que aceitou. E foi absolvido nos outros quesitos do julgamento, porque utilizou o seguinte argumento aceito pelos juízes daquela corte internacional: De que o Brasil estava mudando esse modelo e que essa mudança desse modelo vinha se construindo e que o Brasil tinha aprovado uma nova lei que o país aderiu a uma nova ordem do sistema público de saúde mental.

E, portanto, a partir da Lei 10.216, com a terceira conferência que dá sustentabilidade a essa política, que dá legitimidade, houve o início da mudança do modelo e vou me concentrar nisso porque o tempo é limitado. Seguinte. Tenho que mencionar a lei, a lei determina, a 10.216, que os pacientes têm direito a ter acesso ao melhor tratamento de saúde consentâneo a suas necessidades, que devem ser tratados com humanidade e respeito, todos esses valores que são absolutamente valores cruciais para se definir uma política de saúde mental, que deve ser protegido contra qualquer forma de abuso e exploração e que deve ser tratada preferencialmente... a palavra preferencialmente não é uma palavra ambígua, preferencialmente em serviços comunitários de saúde mental. Como na verdade eu participei, digamos, assessorando os movimentos que apoiavam essa lei, eu sei o quanto custou essa palavra preferencialmente na discussão com os diversos grupos de interesse que debatiam essa lei, que é de fato definir o serviços comunitários como *locus* por Excelência do tratamento em saúde mental.

Seguinte. Então, depois da lei, o acesso não é mais majoritariamente garantido por internações psiquiátricas, vejam a evolução no número de CAPS. Foi mencionado aqui, eu queria dizer que concordamos que esse número de CAPS é menor do que o necessário, mas ele é muito maior do que havia. Em 2001 havia 295, apenas 200 no ano 2000, a lei aqui de 2001 e agora temos 1326 distribuídos por todo o território nacional. Com problemas de funcionamento? Sim. Com necessidade de qualificação? Sim. Com distribuição

ainda desigual num país desigual? Sim. Mas isso mudou substancialmente, eu diria da água para o vinho, o cenário do acesso ao tratamento, da capacidade de uma pessoa com transtornos mentais, da possibilidade que ela tem de ser atendida.

Seguinte, por favor. Essa é a distribuição, é o mapa da cobertura. As entidades aqui representadas costumam dizer com muita frequência, porque se dedicam insistentemente, diuturnamente a apontar os problemas da política de saúde mental, que nós temos iniquidades regionais. Sim, nós temos iniquidades regionais. Em várias coisas no Brasil, nos preocupa muito a situação do Amazonas, porque o Amazonas é um lugar de difícil acesso, é muito difícil construir serviços, não há profissionais. Os profissionais, por exemplo, psiquiatras, não estão no Amazonas. Estão nas grandes cidades brasileiras, em poucas delas, se concentram nas grandes capitais, há uma dificuldade de interiorização desse profissional, e isso é uma real dificuldade. Agora, eu queria comparar também com o Distrito Federal. O Distrito Federal também tem baixa cobertura. O Distrito Federal foi dirigido durante anos por um modelo hospitalocêntrico. O Distrito Federal era o Hospital São Vicente de Paula, psiquiatria em Brasília era o Hospital São Vicente de Paula. Com isso nós temos uma baixíssima cobertura no Distrito Federal que não se justifica. É diferente, a iniquidade no Distrito Federal é diferente da iniquidade no Amazonas.

Seguinte. Esse quadro, essa prancha, ele é de difícil visualização, mas tem um argumento que considero muito importante. Os serviços, a concentração e a densidade de serviços entre 2002, depois da lei, e 2008, ela migrou essa densidade para municípios de pequeno porte. Comparem, por exemplo, pequenos municípios de 20 mil habitantes tinham 59 serviços, passam a ter 382 serviços. Comparem por faixas, é o estudo que o Ministério vem fazendo há algum tempo por faixas de 10 mil em 10 mil habitantes. Os serviços de saúde mental estão no interior. Os serviços de saúde mental, tanto que naquele mapa do Brasil, não sei se vocês repararam, Estados do Nordeste são estados de boa cobertura. Houve uma mudança em muito pequeno espaço de tempo, de alguns estados que conseguiram, graças à política de financiamento em incentivo dos CAPS, criar serviços onde nunca houve serviço de saúde mental, onde nunca passou perto um psiquiatra, onde um tratamento em saúde mental era amarrar o paciente, pegar um carro qualquer e levar esse paciente durante 10 horas para ser internado no hospital psiquiátrico da capital. Esses lugares, hoje, utilizam os seus meios de transporte para transportar outras situações da saúde que os pacientes não precisam mais ser transportados dessa forma. Esse dado

me parece importante, que é o argumento da interiorização do serviço de saúde mental. Isso é equidade, isso é promover a equidade num país de iniquidade.

Seguinte. A lei também determina um art. 5º, que é um artigo muito precioso dessa lei, que obviamente não foi muito de consenso. Essa lei passou, de fato, por 12 anos de debate. É o resultado possível, mas é um artigo que obriga os governos, qualquer que seja eles, estaduais, municipais, federais a terem políticas para aqueles pacientes que permaneceram nos hospitais psiquiátricos por causa do modelo anterior. Seguinte. Então, depois da lei, houve uma evolução importante das residências terapêuticas e aí eu queria dizer ao elenco de críticas feitas pela Associação Brasileira de Psiquiatras ao Ministério da Saúde, que incluía mais essa, porque o número de residências terapêuticas é menor do que o necessário. No entanto, o Estado de São Paulo, que tem 6500 pacientes moradores, fez um censo que nós elogiamos, participamos e apoiamos, identificou 6500 pacientes que vivem nos hospitais por conta do modelo anterior, que é um modelo de difícil substituição completa. A posição da entidade foi criticar a residência terapêuticas pela fragilidade que apresentam, porque representam riscos para os pacientes, que isso não foi devidamente testado, etc. Então, é preciso deixar claro que esse número é menor do que o necessário. É muito maior do que havia. E esse é um dos investimentos... Eu acho que é um dos problemas, as fragilidades que nós temos, é ampliar esse recurso para fazer com que todos os pacientes moradores que ainda existem e são cerca de nove mil, seis mil no Estado de São Paulo, possam viver dessa forma, que é muito mais digna e muito melhor do ponto de vista de sua evolução clínica.

Seguinte. Criou-se, também, em 2003, uma nova lei, oriunda da Lei 10.216, que é a lei que cria o Programa De Volta Para Casa, criada realmente aqui no Senado e na Câmara por proposta do Governo, uma lei generosa, e é uma lei que permite a inclusão, com o apoio financeiro e com outras exigências, a inclusão social desses pacientes que hoje são cerca de quatro mil. Três mil e... mais que três mil. Menos do que o necessário. Menos que o necessário, mas mais do que havia, porque não havia esse programa e esse programa foi criado apenas em 2003. Eu faço até um apelo às pessoas que trabalham nesse campo, no sentido de investir mais na desinstitucionalização desses pacientes. É um trabalho árduo, difícilíssimo. Porque ainda esbarra no estigma, ainda esbarra em situações como: "Mas esse paciente não pode sair. Esse paciente, que está há 30 anos em instituições, não pode sair". Algumas cidades brasileiras, como Sorocaba, em São Paulo, que ela própria tem mais do que 1500 dos seis mil pacien-

tes moradores de São Paulo. Então, é preciso também convencer a população de Sorocaba, aos colegas de Sorocaba, as instituições de Sorocaba, que é preciso fazer um grande esforço, que é um esforço humanitário para fazer com que essas pessoas possam viver o resto das suas vidas em condições melhores e mais dignas, como manda a Lei 10.216.

Seguinte. A internação, sobre a discussão da internação, pode passar. É importante mencionar aqui na questão da internação, talvez valesse a pena, eu me considerarei satisfeito se nós pudermos aqui nessa Audiência Pública no Senado, dissolvermos um sofisma que tem sido colocado e principalmente no artigo do Ferreira Gullar, que chamou a lei de cretina, chamou o autor da lei de cretina, chamou a lei de idiota, precisamos revogá-la, um sofisma que é muito propagado lá. Que é o sofisma de que a política de saúde mental do Brasil... Essa semana, uma Juíza de menores me disse isso, depois mencionou também esses artigos, são divulgados pela imprensa que formam a opinião. Mencionou: Mas o Ministério da Saúde não deixa as pessoas se internarem. Então, se pudermos esclarecer isso, a internação, quando necessária e bem indicada, e que não seja por toda vida, por períodos curtos, ela é absolutamente necessária de acordo com o programa terapêutico e com a gravidade das situações. Mas ela tem regras, ela tem regras de proteção. Ela tem que ser comunicada no caso da internação involuntária, o que é feito em todos os países que tem regime de proteção dos direitos individuais e que tem sido feito no Brasil e essa, na verdade, não é um ponto de confronto com a Associação Brasileira de Psiquiatria, pelo menos no elenco de situações que tem sido mencionado.

Seguinte. Depois da Lei 10.216, houve profundas transformações do dispositivo asilar. Eu quero chamar atenção para isso, porque não é só a criação de CAPS. Além da redução significativa dos macro hospitais, embora eles ainda existam, hoje, majoritariamente, os hospitais psiquiátricos são de pequeno porte. E pequeno porte até 160 leitos. São de melhor qualidade. Eles foram sendo reduzidos por decisões da gestão, decisões que foram contestadas na justiça e o Ministério recorreu e ganhou, foram reduzidos majoritariamente. Hoje eles são majoritariamente hospitais até 160 leitos. E existem mecanismos regulares de fiscalização, o PNASH, que costuma ser criticado, e eu admito que ele seja criticado, porque é um instrumento complexo, ele tem 100 itens, são 20 questões com cinco subquestões, e tem uma Comissão que pode reabri-lo. Mas o PNASH nos criou um instrumento de gestão que não existia antes. Hoje nós podemos dizer, o gestor Federal tem obrigação de ter essas informações, dizer onde está acendendo a luz vermelha em termos da qualidade de

atendimento no sistema hospitalar que ainda tem 37 mil leitos psiquiátricos comuns. Seguinte.

Então, houve, sim, uma diminuição do número de leitos, programada, calculada, vejam que essa curva é suave de diminuição de número de leitos, a curva dos anos 90, quando houve situações muito graves de desrespeito aos Direitos Humanos, é até menos suave porque foram necessários o fechamento de hospitais com graves situações de violência e de desrespeito e abandono, que são as fotografias que foram mostradas aqui, que não são mais o retrato da assistência psiquiátrica no Brasil, hoje o retrato são CAPS com dificuldade, problemas da integração com atenção primária, não são mais os grandes asilos de antigamente.

Seguinte. Para ir concluindo, é só para mostrar a mudança do perfil dos hospitais; é um dado muito importante. Quer dizer, 24% dos hospitais eram hospitais de pequeno porte, agora são 44%. Os hospitais de grande porte estão diminuindo. Então, diminuí sim o total de leitos, mas diminuí principalmente esses grandes hospitais com os quais nós temos problemas muito grandes ainda, por exemplo, o Camaragibe, é um hospital com 600 camas, com o tempo médio de internação de 12 anos. 12 anos. Nós estamos com muita dificuldade de fazer um processo de desinstitucionalização com a rapidez que é necessária. Só para dizer as grandes dificuldades que nós de fato temos.

Seguinte. Essa é a distribuição dos leitos, só para mostrar um argumento, é a distribuição dos leitos no Brasil. Só para chamar atenção para um paradoxo. Se examinarmos estados por estados, com os dados de cobertura do Ministério, o paradoxo da baixa cobertura e do baixo acesso em presença de leitos de hospital psiquiátrico. Quanto mais leitos, menos acesso ao tratamento. A Associação Brasileira de Psiquiatria citou recentemente no jornal O Globo, que é um jornal de grande circulação também, mencionando a cobertura de leitos no Uruguai, no Uruguai e na Argentina, que são países que não fizeram a mudança do modelo. Poderia ter citado o Chile, que é um país mencionado na América Latina, junto com o Brasil, pela OMS, como país que está mudando o modelo. A cobertura de leitos do Chile, um país de boa cobertura em saúde mental, é três vezes menor que a do Brasil, porque o sistema do Chile não é baseado em hospitais psiquiátricos. E finalmente, para completar, o seguinte. Pode passar, por favor.

Sobre os gastos, foi mencionado aqui pela Prof^a. Helena Calil, de fato esse número... Temos aqui um ponto de consenso. Isso é pouco. Isso é muito pouco para as necessidades da saúde mental, tendo em vista a magnitude epidemiológica dos transtornos mentais. É realmente muito pouco. Mas o importante é

mencionar que o total dos leitos, o total dos recursos segue crescendo e essa proporção também segue crescendo, apesar de ser insuficiente. E o principal é que tiramos aquele recurso que concentrava totalmente numa monoterapia hospitalar que era internação e hospitais psiquiátricos e ele está sendo diversificado agora, ele está sendo diversificado como deve ser, como recomenda a OMS, numa rede diversificada de base territorial.

Para terminar, se a Senadora me permite, a última, por favor. É a mesma inversão do financiamento mostrada de outra forma, que é um dado relevantíssimo, porque esse é o dado estrutural da mudança do modelo. Seguinte. A questão que foi mencionada aqui, incluí, o problema do financiamento com medicamentos de alto custo. Eu queria trazer à baila, se uma situação que é absolutamente crucial, que é o uso de medicamentos de alto custo e judicialização da saúde. A judicialização da saúde hoje é uma expressão utilizada pelos operadores do direito, para mostrar como decisões judiciais interferem na gestão. De fato, nós temos aqui um problema. Nós temos uma única substância gastando, como foi mencionado aqui pelos colegas que me antecederam, gastando recursos que correspondem aqui à metade do financiamento dos CAPS. Metade, não, pouco menos de metade, uma única substância, por conta de ações judiciais, por conta de judicialização. Temos que corrigir essa questão, porque isso é uma distorção brutal e é importante a menção que foi feita aqui, porque esse é um problema real, é um problema que temos que saber enfrentar.

O último quadro, sim, a política de saúde mental com inclusão social, próximo... Tem mais duas pranchas, só. Vou pedir a gentileza de poder apresentá-las. É que a lei também determina o apoio à participação social. Então, nós temos intervenções no campo da inclusão social que nunca existiam na saúde mental pública no Brasil, de cultura, de geração de renda, de habitação, fazendo valer esse paradigma da atenção psicossocial que não é só atenção psiquiátrica e nem só atenção psicológica, nem só a atenção psicanalítica. É atenção psicossocial. E houve um grande avanço na constituição de grupos e movimentos sociais, como acontece nos sistemas públicos europeus com grande, realmente com grande impacto benéfico na saúde dessas pessoas.

O último slide, por favor. São esses os nossos principais problemas, senadora. O que nós temos, elenquei seis problemas, o Senador Flávio Arns falou do financiamento, o financiamento não é só porque é curto. Ele também mencionou uma mudança no processo de financiamento para qual o Ministério da Saúde, de fato os gestores locais, os municípios do estado preci-

sam encontrar uma solução. Que esse financiamento de outubro de 2008 para cá, o Senador tem acompanhado porque tem, de fato, buscado informações junto ao Ministério da Saúde, ele está um pouco... Não está muito adscrito agora, de novembro para cá, ao financiamento dos CAPS. E os CAPS precisam desse financiamento, e os CAPS precisam ser fortalecidos. E queria mencionar, olha a quantidade, o elenco de enormes problemas que temos. Ampliar os leitos do Hospital Geral, consolidar a saúde mental na atenção básica, são apenas 600, Nasf, que são os núcleos de apoio à saúde da família, com profissionais de saúde mental e é preciso ampliar. É preciso ampliar e qualificar os CAPS, eles têm que funcionar melhor e tem que ser mais numerosos. Melhorar a articulação de urgência e emergência e principalmente nos municípios de grande porte, que acaba sendo os municípios vitrine do país. São Paulo, Rio de Janeiro, se funcionam mal em termos de saúde mental, o país inteiro diz: "A saúde mental funciona mal", porque considera na verdade os problemas desses grandes municípios. E ampliar, estou de acordo com que foi mencionado, o Ministério da Saúde está preparando com gestores estaduais e gestores municipais, está tendo uma reunião nesse momento de pactuação, um plano emergencial para a questão de álcool e drogas, para enfrentar o problema do crack, para enfrentar esses problemas de acesso em álcool e drogas, que são problemas reais. O país está vivendo uma situação muito grave nesse ponto.

O último slide, se me permite, que é um diálogo... Bom, isso pode passar, todos esses. Quero só o último, por favor. Porque aqui estou elencando algumas experiências exitosas e algumas referências do reconhecimento internacional ao esforço da política brasileira, que é um reconhecimento que se baseia também na constatação das suas dificuldades, mas que vê o avanço que vem sendo obtido. O último slide é um diálogo direto com a ABP. A ABP entrou no Ministério Público Federal contra o Ministério da Saúde e fez uma divulgação maciça dessa ação, uma divulgação tão grande que ela está presente em artigos nos jornais e portanto já tornou esse pleito público. O que a ABP pleiteia do Ministério da Saúde? Pleiteia que sejam ampliados os leitos em Hospital Geral. Queria dizer que concordamos integralmente e estamos contando, nesse caso, com o apoio da própria organização, da própria entidade que participa de um Grupo de Trabalho e o Grupo de Trabalho está avançado, se fizermos essa pactuação com CONASS e CONASEM isso será aprovado agora no final do mês de maio. Tem nos ajudado nesse ponto. Então, plenamente de acordo. O segundo ponto, porque são dois, a ABP entra no Ministério Público Federal propondo que o Ministério

da Saúde retorne a um parâmetro de 0,45 leitos por mil habitantes, que existia no período de transição das normas, logo depois que a lei foi aprovada. Por esse parâmetro já substituído em 2006 pela portaria que cria as diretrizes da PPI, que é Programação Pactuada Integrada, está no site do Ministério, já foi substituído. Se adotássemos essa determinação da ABP, o Brasil voltaria a ter 87 mil leitos em hospitais psiquiátricos, ou seja, voltaria ao *status quo ante* do início dos anos 90, quando o sistema era integralmente hospitalocêntrico. Então, essa parte, de fato, não é uma parte que possa ser atendida nas reivindicações colocadas aqui pela entidade, cuja importância na política do debate da política de saúde mental no Brasil é reconhecida por todos nós especialmente pelo Ministério da Saúde. Obrigado, Senadora.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Gostaríamos--

[interrupção de áudio]

Gostaríamos de pedir aos que acompanham, que não é permitido pelo Regimento nenhuma manifestação. Então, em respeito inclusive a todos que aqui estão, porque, na realidade, nós não estamos aqui numa queda de braço, nós estamos aqui para nos somarmos. Foi muito importante o que o Dr. Pedro nos trouxe, de informações, assim como todos que aqui estão na área. E o debate que vai continuar. Vai continuar por sugestão da própria Comissão, para que possamos ouvir outras instâncias, outros que estão envolvidos em todo o sistema e queria aqui, já que vamos passar à parte em que os Senadores poderão arguir os que aqui estão, fazer suas colocações, o primeiro será o Senador Roberto Cavalcanti, em segundo lugar o Senador Papaléo e depois o Senador Augusto Botelho. Eu gostaria, aqui, também de, tomando a frente de todos, aqui colocar, tanto para o Ministério como também para os que aqui... Com relação aos CAPS que eu conheço bem, até porque fui Prefeita por três mandatos e implantei, foi quem primeiro implantou na cidade, como na administração pública lá no nosso estado, a cidade de Mossoró, e ampliamos bastante, fomos em busca inclusive de sempre mais, porque ainda é insuficiente o que existe, e é muito importante a equipe multidisciplinar, onde não somente o psiquiatra, mas principalmente psicólogos, enfermeiros, terapia ocupacional e assistente social.

Mas existe, Dr. Pedro, algo que eu gostaria inclusive que o Ministério pudesse analisar e implantar o mais rápido possível, porque na realidade nós ainda estamos muito distante. Se existe, como o senhor já nos colocou anteriormente, uma equipe de supervisão do Programa Saúde da Família na área de saúde

mental, eu gostaria de perguntar: Cada equipe do PSF, por que não ter também um profissional que estivesse relacionado ao tipo de assistência ao doente mental, já que nós sabemos que é crescente o número de pessoas com problemas, como falamos anteriormente, ou temporariamente ou de forma permanente que necessitam de assistência. Além de que, existe ainda a dificuldade em detectar principalmente os problemas de ordem emocionais e provocados por situações pontuais de violência ou de questões sociais. E o crescente aumento de pessoas que são dependentes de drogas e álcool. Então, toda essa comunidade que necessita do SUS, até porque aqueles que têm mais condições já estão nos planos de saúde ou na assistência particular, o que nós sabemos que fogem inclusive, talvez, aos dados que temos de informações do número de pessoas que estão em assistência ou em tratamento com problemas de doenças mentais.

Então, gostaríamos de deixar essa questão, e dizer realmente nós reconhecemos o grande trabalho do CAPS, só que queremos colocar que cresceu o número de pacientes e que é importante realmente o financiamento, e que tenhamos mais recursos direcionados para essa área.

E agora também fica aqui outra interrogação sobre medicamentos. O sistema de atendimento, através dos medicamentos, eu gostaria de saber se já está descentralizado de forma que cada município possa, através do Conselho Municipal de Saúde, com as solicitações e necessidades dos profissionais da área, possam ter recursos destinados à compra pelo próprio município ou se isso vem de forma centralizada, de cima para baixo, com um tipo de escolhas, de listas de medicamentos que não possam ser modificados lá na base, onde nós sabemos num país tão grande, de tantas diversidades, muitas vezes há a necessidade de haver alguma modificação. Queria também aqui só para finalizar minha participação dizer, agradecer ao livro que recebemos, "*Tecendo Redes em Saúde Mental no Cerrado*" e também deixar aqui uma, nos colocar à disposição de todos que possam trazer informações, ideias, sugestões para que nós possamos contribuir com a melhoria da assistência na valorização da socialização e no respeito aos Direitos Humanos.

Fica aqui, então, portanto, passando agora a palavra... Sim, queria também dizer que coincidentemente o que foi muito bom, foi válido, ontem, 18 de maio, foi o dia de luta antimanicomial. Mais uma vez repetindo, nós não queremos, de forma nenhuma, a volta daquele modelo passado. Nós queremos é que o modelo atual possa ser melhorado, aprimorado, dando acesso, dando direito e tendo condições de tratamento digno a quem merece. Porque infelizmente, eu posso, aqui,

estar [ininteligível] à Dra. Helena, poderia dar o nome da rua e o número da casa, sou médica pediatra e tive oportunidade de ver algo que doeu recentemente: Lá na minha cidade uns pais fizeram uma verdadeira cela para colocar um filho ainda adolescente, não em função de drogas, mas problemas de ordem emocionais, de problemas psiquiátricos que ele realmente não teve a oportunidade de tratá-lo de forma mais... Chegar a atender aquela necessidade. E se existe, não podemos esquecer e nem ignorar, muito pelo contrário, queremos é nos somar para melhorar a assistência. Com a palavra o Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB):

Gostaria de parabenizar a Senadora Rosalba Ciarlini pela Audiência e pela condução dos trabalhos, cumprimentar a todos os demais Senadores e aos membros da Mesa, palestrantes, da qual individualmente faria uma referência. Gostaria de dividir minha abordagem em três pontos. Um pouco histórico, um pouco comentário sobre o que foi dito e no final gostaria de distribuir um material que se refere a preços de medicamentos. Essa Audiência, para mim, é uma Audiência que muito me emociona. Eu sou filho de psiquiatra, então meu pai era médico psiquiatra, Prof. René Ribeiro, aluno de Ulysses Pernambucano, que fez escola em Pernambuco, e quando você é filho de político, tem a aptidão e a eloquência de falar. Talvez por eu ser filho de psiquiatra, seja mais calado e faça mais minhas anotações. Mas, na verdade, quem convive numa casa de psiquiatra, ela convive direta ou indiretamente com o problema psiquiátrico. Sábados e domingos os doentes crônicos batem à sua porta dizendo: "Dr. René, aquele senhor está atrás de minha porta de novo e tal". Coisas que já se sabe o que acontece, mas na verdade faz parte do quadro cotidiano dos médicos psiquiatras. E o médico psiquiatra é um médico fantástico, porque é um médico que não tem... Quando o problema é mental, o problema atinge o ponto mais crítico do ser humano, que é o cérebro. E eu, não por ser filho de psiquiatra, mas tenho assim uma profunda admiração pelo trabalho psiquiátrico.

A respeito do que foi falado aqui, eu gostaria de rápida abordagem à Dra. Helena Calil, de São Paulo, no tocante ao estigma que ainda existe a respeito da eletroconvulsoterapia, que na minha época em casa, era o eletro choque. E fiquei muito espantado com o tratamento dado ou supostamente dado pelo Ministério da Saúde, no tocante à conotação ideológica/tortura versus preço, de que o problema do tratamento não era o preço. E a constatação, eu desconhecía, de que ainda hoje esse procedimento é um procedimento considerado válido para determinadas terapias. Então, eu gostaria que houvesse assim, um posicionamento

do Ministério da Educação a respeito dessa polêmica ideológica, preço versus o estigma do tratamento.

No que diz respeito ao Dr. Antônio Geraldo da Silva, realmente foi onde se tocou efetivamente mais no assunto dos CAPS e do percentual para a alocação de recursos para tratamento da saúde mental. Fica o nosso espanto e o nosso lamento a respeito do entorno dos 2%, que, na verdade, é muito pouco, principalmente por tratar-se de tratamentos muitas vezes crônicos e que, na verdade, exigem um atendimento especial. Uma frase que foi dita pelo Dr. Antônio foi no tocante a jogar pedra no nada, quando, na verdade, haveria uma priorização de tratamentos. Eu fiquei um pouco, assim, espantado, no tocante ao drama das famílias em doentes crônicos que atualmente aquele coeficiente tratamento, eficiência de tratamento, custo versus velocidade e eficiência de tratamento, na qual eu acho que na medicina não se pode pôr matemática, vamos dizer, tabela matemática da eficiência. Então fica só essa minha interrogação a respeito da validade, eu sou defensor de que jamais na medicina se joga pedra no nada, me permita a observação. Foi também abordado o preço dos remédios e as especificações e a concentração em determinados medicamentos. A respeito do assunto preço de medicamento, eu no final falarei um pouco.

Ao Dr. Hélio de Barros, eu gostaria de fazer só a observação do preconceito do discurso médico. Vamos dizer, existe, na verdade, um patrulhamento muito forte da sociedade a respeito do tratamento médico, tratamento mental, e acho que a Medicina Psiquiátrica deveria realmente enfrentar esse problema desse preconceito, desse tabu, porque a Medicina Psiquiátrica fica muito calada quando se ataca determinados métodos de tratamento ou conceitos de internamento ou não, quando na verdade só mesmo o médico pode identificar o que é correto. Então eu sugeriria que houvesse assim um discurso médico mais presente, me refiro ao Dr. Hélio em função do mesmo participar da Associação Brasileira de Psiquiatria.

No tocante ao Dr. Pedro Gabriel, parableno pela plateia, porque foi aplaudido aí ferozmente, na qualidade, como somos políticos, temos que pegar aí a receita dos bons aplausos, e gostaria de fazer a referência que foi citada no mapa, de que a Paraíba muito... É estranho e é positivo que a Paraíba está ali no gráfico como muito boa no tocante ao percentual CAPS por 100 mil habitantes. Isso é muito importante para nós e vamos tentar manter e melhorar isso. Também foi mantida a referência a respeito do percentual mesmo o valor aumentando, mas o percentual permanece em torno dos 2% referente à saúde, verbas alocadas à saúde mental. Para finalizar gostaria de pedir

ajuda até ao pessoal que compõe... Desembargadora Rosalba, por gentileza, pediria que fosse distribuído com a Mesa esse material. Isso se refere--

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Roberto, material para ser distribuído.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Isso se refere a pronunciamento feito pelo Dr. Antônio Barbosa, ele é Presidente do Instituto de Defesa dos Usuários de Medicamentos, IDUM, numa Audiência no Supremo Tribunal Federal. Então, não é uma denúncia rasteira, não é uma denúncia frágil, é uma denúncia feita no Supremo Tribunal Federal, órgão máximo da Justiça brasileira. Eu gostaria... V. Exas. terão acesso a esse material e eu gostaria só de ler um trecho aqui, bem curto.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Gostaria também que o nobre Senador aproveitasse bem o tempo, porque nós temos já quatro inscrições.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu vou me ater à sinopse do fato. O problema de que o preço praticado pela indústria farmacêutica brasileira, ela se baseia num preço de tabela, quando na verdade ela pratica para o comércio um preço que é 50% menor do que o preço praticado. E na verdade o que acontece? A indústria farmacêutica, ela se escuda em resoluções e leis que, na verdade, no fundo as protegem, porque faz com que a indústria farmacêutica possa fornecer para o Governo, através de licitações supostamente válidas, licitações essas que na verdade elas são super faturadas e tanto o Ministério, o Brasil, agora o Supremo Tribunal Federal, tem ciência através de denúncias sequenciais sobre o assunto. Então, como nós temos a presença de um representante do Ministério da Saúde e como esse documento está, a partir de agora, protocolado aqui na Comissão, eu gostaria que ele fosse levado em conta e que o Brasil prestasse atenção a esse problema. Porque, na cadeia da medicina, todos têm problema. O usuário é mal assistido, não tem remédio, o Governo, o Ministério não tem verbas para atender, toda a cadeia intermediária, os médicos, hospitais, todos se consideram mal pagos, mal assistidos, e tem uma única cadeia, que é beneficiária desse processo como um todo e que vive com uma margem de rentabilidade astronômica, que é a cadeia laboratório intermediários da venda de remédios. Era isso, Senadora, muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Muito obrigada, Senador, que coloca aqui esse assunto voltado para a saúde pública, você veja como... Se nós começamos e estamos vendo como é amplo e como é extenso, e muitas ques-

tões relacionadas com a saúde, como essa questão dos medicamentos. Além dos profissionais de saúde, que também nós sabemos que há um gargalo aí, são mal remunerados, e tabelas que não estão condizendo com a realidade, nós também temos essa preocupação de recursos que podem estar sendo de certa forma desviados ou saindo, se perdendo também na questão de medicamentos. São questões que nós todos temos preocupação. Muito obrigado e quero passar agora a palavra ao Senador Papaléo, que é o relator desse Ciclo de Debate.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Muito obrigado, Sra. Presidente. Eu quero fazer uma saudação à V. Exa., pela condução dos trabalhos e também como autora do Requerimento que nos proporciona esse momento importante para a saúde mental do país. Ao Senador Flávio Arns, meu colega e Senador Augusto Botelho, aos Srs. Senadores presentes e ao Dr. Antônio Geraldo da Silva, Dra. Helena Calil, Dr. Pedro Gabriel, Dr. Hélio Barros. Ninguém veio aqui nessa Audiência estimular qualquer tipo de degladiação, de momentos de decisão, absolutamente. Nós queremos ouvir, debater, e realmente fazer uma retrospectiva do que era a saúde mental, a forma como o Ministério da Saúde, como serviços públicos tratavam esses doentes e uma realidade de hoje. Eu fui aluno de Psiquiatria em 1974, na Universidade Federal do Pará, tinha o Hospital Juliano Moreira e era realmente aquele manicômio, era acho que pior do que Alcatraz. Eu acho que era, nunca vi Alcatraz, mas ali para mim não tinha coisa pior do que aquilo. E os doentes, a maioria eram depositados num porão. Porão da... Tinha o da Santa Casa, mas tinha do Juliano Moreira. As paredes, dois metros de largura, ou seja, você ali pensava que estava numa prisão de segurança máxima. Muito sujo, muita barata, rato, e assim por diante. E o tratamento médico me parecia... Eu sou médico. O tratamento médico me parecia assim como se fosse uma tabela numa parede e as pessoas que cumpriam com aquela obrigação iam lá, olhavam... "Ah, esse doente tal, toma, esse remédio, esse outro e esse outro. Empurra lá. Se ele não quiser tomar, bota a mão para trás, abre a boca e joga água que ele engole".

Então, nós não podemos fugir do que nós vimos. Agora, também, eu vejo que nós também não temos condição, devido todo esse processo que se perpetuou há séculos e séculos, sempre o doente mental foi tratado dessa maneira, nós temos que ter um cuidado nessa transição. Primeiro que tudo, a implosão desse hospital é simbólico, assim como foi Carandiru. É simbólico para a saúde mental do país. Simbólico. Muito bem. Agora, também pensar porque implodiu um hospital, nós resolvemos a questão da saúde mental

no sentido de... Nós não estamos vendo hospital não existe mais doente, não existe mais problema nenhum, ou seja, vamos esconder agora debaixo do tapete. E essa questão é muito, muito grave, porque a maioria dos pacientes psiquiátricos, em grau de internação hospitalar, são pacientes que pertencem a uma família de baixo nível socioeconômico. E que esta família, na maioria das vezes, ou na totalidade das vezes, não tem condições de dar a assistência que este paciente precisa. E que, em vez de ficar depois de um determinado tempo, só um doente mental na casa, se a casa tem 10 pessoas que cuidam desse doente mental, nós vamos ter 11 doentes mentais. Porque toda a responsabilidade, me parece que o Poder Público mandou para os familiares. E eu vejo que dentro dessa questão social que estou falando, o Poder Público deveria ter ações eficientes, determinadas e que realmente viesse em apoio a essas famílias. Já não estou mais nem falando mais do doente mental, já estou falando das consequências.

Então, realmente, hoje, me parece que o Poder Público, ele não esconde mais o doente mental, a gravidade do que é naquele manicômio que acabei de falar que não existe mais. Ele esconde dentro das casas e dentro daquelas casas estão escondidos, além do doente mental que precisa de um tratamento não é bem tratado, farmacologicamente falando, não é bem tratado. Ele, por todos os motivos que eu disse, não receberá atenção que precisa receber porque a família não tem preparo para isso e, enfim, é um doente mental que vai piorar a sua condição dentro de um ambiente que ele já contaminou emocionalmente e que realmente não vai melhorar seu quadro clínico, no sentido de tentarmos pelo menos não a recuperação, não vou falar nem nisso, mas pelo menos a convivência na sociedade.

Então, senhoras e senhores, esta é uma grande preocupação. Eu me preocupo muito quando tecnocrata... Eu quero primeiro dizer que eu tenho um pleno e amplo respeito pelos técnicos. Eu não dou um passo numa área, mesmo na minha área médica, se eu não fizer uma consulta técnica. Aqui no Senado eu faço a consultoria do Senado. Não tenho um passo meu, como homem público, eu não faço uma consulta técnica. Eu não respeito achismo, não aceito também que os tecnocratas se sintam os donos da verdade, não aceito. Aceito, sim, que aqueles técnicos, eles usem a experiência e usem o conhecimento técnico para fazer suas conclusões. Então o meu receio é que esses tecnocratas muitas vezes vem com umas novidades que é a solução para o mundo, para o início, para o meio e para o fim do mundo. No papel uma coisa espetacular, não tem coisa melhor. E eu não suporto isso. A pró-

pria medicina nos ensina que você pode ler dez livros de medicina sobre uma especialidade, vira um super especialista, mas se você não tiver a convivência técnica, não adianta. É melhor não ter lido aquilo e que você será, pela convivência prática, muito melhor do que quem leu 10 livros. Então me preocupa muito com esses resultados. Pode ser que aparentemente tenha sido melhor. Aparentemente. Mas nós não sabemos a realidade, porque o que nos preocupa muito é que quando nós acabamos com um manicômio daquele, que tinha um custo/benefício muito baixo no sentido de benefício, mas alto custo e que logicamente, se ali se gastava 10 milhões de reais por ano, se faz o serviço muito melhor em outro prédio adequado, profissionais adequados por um milhão. Ou seja, diminui-se 90% de gasto. Mas hoje, o que nós sentimos é que o Ministério da Saúde ele está negligenciando no sentido de investir nessa política que ele nos impõe. Essa política que realmente, eu acredito, não foi muito bem discutida por toda área da saúde mental.

Então, Senadora, eu talvez esteja falando por muito tempo, por isso eu já estou até encabulado e vou por aqui parar e fazer minhas perguntas, eu quero... O Senador estava falando e eu estava reclamando que ele estava demorando muito, e eu já queria fazer minhas perguntas. Aí eu me lembro dos meus pacientes, eu sou... Eu sempre trabalhei na área pública, Augusto, e é muito engraçado isso. Meus pacientes lá, bem antes de assinar uma ficha partidária, estava lá, entrava um, lá no Hospital Geral, aí eu ficava meia-hora, 40 minutos e os outros... Quando entrava outro, abria a porta o cara e dizia assim: "Vê se não demora muito!". A pessoa: "Ah, doutor, estão reclamando que o senhor demora muito a consultar". Eu dizia assim: "Olha, aproveita, porque o próximo que entrar vai demorar também". Então, estou relacionando à questão das perguntas. Eu acho assim extremamente necessário que nós possamos discutir, debater de maneira ampla, objetiva, um modelo que realmente venha atender nossas necessidades.

Mas eu quero fazer as seguintes perguntas, que foram perguntas tecnicamente elaboradas, e acredito que o Dr. Pedro é o destinatário das perguntas, sem discriminação. Nós temos concomitante, doutor, concomitantemente à redução do número de leitos psiquiátricos, 80 mil para 40 mil. Houve incremento quantitativo e qualitativo de equipamentos e serviços hospitalares, capazes de suprir a carência assistencial e terapêutica resultante desse processo? Outra pergunta: A desospitalização colocada em prática pelo Governo obedeceu prioritariamente o critério político ideológico em detrimento do conhecimento técnico científico acumulado pela ciência médica e psiquiatria? A outra pergunta: A assistência psiquiatria aos portadores de dependência

química tem sido adequada, do ponto de vista quantitativo e qualitativo? E aqui, hoje, eu estava dizendo na época que eu era adolescente, tinha 18 anos de idade, aí daquele moleque que chegasse antes dos 18 anos sequer com cigarro na boca junto dos outros. Podia ser a turma da onda. Chegava... "Ah, tu não pode fumar que não tem 18 anos". Imagine fumar maconha. Naquela época, quando você queria ofender alguém, você chamava de maconheiro, era a maior ofensa que tinha, ou seja, nunca se sonhava que existiam essas drogas que tem hoje. Ou seja, a maioria dos nossos doentes mentais hoje, aliás, um número significativo é do uso indiscriminado de drogas: maconha, cocaína, heroína, esse êxtase, crack, que está disseminado nesse país... E só um comentáriozinho: a Polícia Federal descobre um mucuim, vocês sabem o que é mucuim? Um mucuim num palheiro, mas não consegue descobrir quem fornece toneladas de crack para ser distribuído nesse país. Então, esse é um problema do Governo também. Então, nós temos hoje o número agravado de pacientes por causa das drogas.

A outra pergunta que eu quero, Dr. Pedro, assistência psiquiatra aos portadores de dependência química já acabei de falar, tem sido adequada do ponto de vista quantitativo e qualitativo? Outra. A exclusão do hospital psiquiátrico especializado à rede de assistência é vista como científica e tecnicamente adequada? E por fim, se houve nos últimos anos uma queda significativa na locação de recursos orçamentários destinado a área de saúde mental. É uma pergunta. Visto que dados do SIAFI de ontem, me chegou ainda há pouco essa informação, diz que a saúde mental no orçamento de 2009 tem 10 milhões de reais. E os gastos, até hoje, hoje mesmo, é zero. Gasto zero. Se existe esse gasto zero, eu queria também ser informado de onde saem os recursos que mantém diversas ONGs que hoje é uma moda generalizada nesse país, são ONGs, tem milhares ou milhões de ONGs. Muitas muito eficientes, outras pouco eficientes, muitas de corpo presente, outras ou a maioria, fantasmas. Eu queria saber de onde vem esse recurso. Então eu quero agradecer mais uma vez à Dra. Rosalba, Senadora, Presidente, e à senhora e os senhores que vieram aqui nos proporcionar essas múltiplas informações. Obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Obrigada, Senador Papaléo. Passamos agora ao Senador Augusto Botelho, Presidente da Comissão de Promoção e Acompanhamento da Saúde, da Subcomissão.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Muito obrigado, Sra. Presidente. Gostaria de agradecer inicialmente a exposição dos membros aqui da Mesa e dizer que eu entendi que todos estão relativamente

satisfeitos com a lei 10.216. Precisa de alguns reparos, algumas coisas. Entendi também que nós precisamos investir na prevenção, mais na prevenção das doenças mentais, porque nós temos recursos agora, medicamentosos que podem evitar o agravamento, o aumento, a frequência, diminuir a frequência dos surtos e tudo, e que nesse ponto nós não estamos trabalhando corretamente. Eu digo nós, a nação, o país. Bom, e que devo afirmar também que nós devemos continuar essa discussão sobre a saúde mental com participação mais do outro lado do balcão. Nós queremos que venham aqui também os familiares dos pacientes, as entidades representativas de pacientes, para a gente ouvir a opinião deles também, nós ouvimos a opinião de nós, realmente a discussão aqui é SUS, tem prestador e o usuário. Nós estamos ouvindo só o prestador. Então, nós continuamos, dentro da nossa filosofia, fazer isso.

Agora, eu não sabia disso, por exemplo, que quase a metade do recurso gasto é com a clozapina? Olanzapina, quase a metade. Eu queria perguntar aos quatro qual é o motivo desse gasto, se existe alguma explicação. E a segunda... A minha dúvida maior é isso, espero por que esse gasto é quase 50% dessa droga, ela é tão milagrosa assim, é tão boa ou porque está havendo algum desvio, alguma coisa?

E dizer que nós temos que continuar discutindo também, para ver o que tem que se introduzir, quais são as medidas que tem que se tomar. E espero que no nosso relatório final a gente consiga dar algum rumo.

A outra pergunta era a respeito da Conferência de Saúde Mental. Existe programação para a próxima Conferência? Quando deve ser? Porque eu sou do SUS, eu era do INAMPS, então eu acredito que é com Conferência de Saúde é que a gente acha os caminhos. É discutindo, brigando, lutando, indo para frente, indo para trás, mas para fazer o melhor. Então, as minhas dúvidas principais é por que se gasta quase 50% com a olanzapina.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Obrigada, Senador Augusto Botelho. E com certeza na próxima conferência o senhor vai chegar com muito mais subsídio, porque esse Ciclo de Debate já vai nos preparar todos, médicos, que somos e profissionais de saúde que estamos aqui na Comissão de Assuntos Sociais, nós teremos a oportunidade de realmente discutir mais e conhecermos melhor como anda, não somente o nosso estado, que representamos, mas em todo o Brasil. Passamos agora aqui a palavra ao Senador Tião Viana.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC): Sra. Presidente, Senadora Rosalba--

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Só um minutinho, eu gostaria de informar, recebemos algumas perguntas aqui dos nossos convidados que estão assistindo, já passamos. Algumas foram já endereçadas e passamos aqui aos nossos debatedores, mas também outras que estão sem a indicação, depois nós vamos ler e, claro, dirigir a todos que estão na Mesa. Passamos agora a palavra ao Senador Tião Viana, que também é médico e com a grande experiência no norte do país.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC): Senadora Rosalba Ciarlini, Srs. Senadores, demais membros convidados aqui, Dr. Pedro Gabriel, a quem cumprimento em nome de todos. Eu acho que é um tema da maior importância a ser tratado pelo Brasil, a ser refletido, acho que o Ministério da Saúde tem tido nos últimos anos uma justa preocupação com essa matéria, tem desenvolvido linhas de atenção e de busca de melhoria da relação entre o estado e o cidadão vítima de uma enfermidade que possa afetá-lo no campo mental. Agora, nós temos problemas no meio disso. Nós temos primeiro conceitos aprisionando muitos aí que começam, na minha opinião, com a situação dos hospitais. Parece que o hospital é uma âncora de proteção à sociedade de maneira clássica, quando na sua origem ele foi depositário de pessoas que iam para morrer. Ele não foi para fazer bem a ninguém. Mas a gente tem a impressão que o hospital tem que ser uma válvula de saída. E nisso, muitos confundiram o conceito dele e começaram a levar e se distanciar dos problemas familiares no campo da saúde mental. Eu chego a refletir que as doenças psiquiátricas estão inseridas, sim, nas doenças citadas como negligenciadas ou negligenciáveis pelo estado. Porque não se vê quando se olha, o Senador Augusto Botelho falava sobre porque a olanzapina é tão consumida nesse país. Ora, de fato é uma droga estabilizadora do humor de altíssimo impacto, benéfico ao paciente. Mas quando se olha as linhas de pesquisa em psiquiatria promovidas pelo estado nas últimas décadas, quantas linhas de pesquisa tem para a esquizofrenia, tem para as doenças do humor, as doenças polares, quantas linhas de pesquisas foram desenvolvidas? A gente olha linhas de pesquisas fantásticas para equipamentos, para insumos, para isso, aquilo, mas quando se olha as doenças psiquiátricas, elas não têm, nós não temos quase recursos. Vamos olhar o orçamento da área de Ciência e Tecnologia desse país, vamos olhar o orçamento desenvolvido nas Academias para a pesquisa básica na área de suporte e busca de terapêutica efetiva para essas doenças, que nós vamos ver uma timidez profunda. E olhamos a realidade que muitos colegas colocaram aqui. Quando eu transiro, que não foi colocado me parece, para

as casas de custódia, a situação dos doentes mentais que praticaram crime estão misturados com os demais doentes, eu fico assustado com que ocorre nesse país dentro dos presídios brasileiros e eu sei que é a realidade mundial, pelo menos dos países emergentes ou pelo menos dos países pobres.

Então, nós temos dívidas, sim, dívidas seculares. E não me parece que a solução venha a ser manter o sistema de hospitalização psiquiátrica. Isso aí seria uma tragédia muito maior. Eu acho que fica evidente aos olhos da sociedade que a reaproximação da responsabilidade familiar dos seus doentes psiquiátricos trouxe traços de humanização e de recuperação muito mais efetivos para as vítimas das doenças mentais. E nós não podemos desconhecer isso. Agora, que temos que melhorar os CAPS, que temos que melhorar os investimentos, temos. Mas quando se olha os indicadores da psiquiatria do Ministério da Saúde, você vê avanços consistentes. Quando se olha o programa como o Saúde da Família se vê avanços consistentes. Quando se olha o aumento de leitos de terapia intensiva se vê avanços consistentes. Agora, qual é o problema? Falta de dinheiro. Não é uma prioridade do Estado Brasileiro, não é uma visão de estado que saúde seja uma prioridade nos últimos 60 anos, pelo menos nesse país. Nós conseguimos ver uma tragédia de subtraírem 17 bilhões destinados especificamente para o Ministério da Saúde, da CPMF, e não aconteceu nada. Como se a sociedade e os agentes públicos não tivessem responsabilidade com isso. E eu não estou atrás de culpados, eu não vou procurar o partido A, o político A, B ou C porque acho que não se constrói nada assim. Agora, jamais se pode imaginar aqui com o orçamento que nós tínhamos, a subtração de 17 bilhões que a CPMF promoveu, isso pudesse ser tratado da maneira natural como foi tratado, era preciso uma equação. Aí quando vamos para a solução que a Lei Complementar emenda 29, que eu tenho a honra de ser o autor, que aumentaria até 2011, 75 bilhões a mais para o orçamento da saúde, ela não é aprovada. O impasse está criado dentro do Parlamento brasileiro. Então nós vivemos uma situação de não termos a saúde uma visão de estado mesmo como prioritária. E quem paga com isso? As sociedades de psiquiatria, a academia, os prestadores de serviços, e aí nós vamos numa bola de neve que vai crescendo e nos afetando a todos.

Então, eu tenho muito respeito pelo que o Ministério da Saúde trata conceitualmente, está inserido nas boas responsabilidades mundiais de como encarar o problema da doença mental, mas o problema não está na compreensão, na percepção e nas diretrizes, está no suporte para a geração de políticas públicas para

as áreas fundamentais como essa que a gente tem. É sim um conjunto... Estamos diante de um conjunto de doenças negligenciadas pela sociedade, pelo Estado e possivelmente pelas Academias.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Obrigado, Senador Tião Viana. Senador Tião Viana é autor da emenda que regula e eu sou o relator. Nós estamos brigando juntos por isso aí. Quero só fazer uma observação que o Papaléo, quando fez o discurso dele, ele não está aqui presente, ele deu impressão que a casa da pessoa não é melhor do que o hospital. Mas acho que ele não entende assim, não. Ele deu essa impressão, mas ele entende como eu. Que a família, o lar é o melhor lugar para a pessoa se recuperar. Nós, os que estamos do outro lado do balcão, os prestadores, temos que dar meios para que a família consiga cuidar do seu paciente. Mas o Papaléo, ele deu essa impressão, mas ele pensa assim como eu também, que eu já conversei com ele isso. Porque quando ele falou eu fiquei com essa impressão, era para ter corrigido logo quando ele falou, e esqueci de falar com ele. Mas ele... Ele acha do mesmo jeito que eu, que já conversei com ele isso. Sra. Presidente, eu gostaria que a senhora assumisse agora, aqui, a Presidência.

[troca de presidência]

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Tudo bem, Senador Adelmir, o senhor é muito bem vindo. Obrigada, Senador Augusto Botelho. Passamos agora às respostas. Vamos... Não sei se eu começo pelo último... Vamos começar pela ordem de apresentação, de exposição. Dra. Helena, para as suas respostas e considerações finais.

SRA. HELENA CALIL: Eu gostaria de agradecer à Senadora Rosalba pela oportunidade de participar dessa discussão, desse debate. Eu creio que um ponto importante, colocado desde o início pelo excelentíssimo Sr. Senador Augusto Botelho, deve ser a continuação desse debate. Porque, na verdade, apesar da polêmica que existe, a polarização existente, na verdade, a nossa preocupação é uma só. Qual seja? Melhorar a situação de portadores de... Melhorar a saúde mental. Quer dizer, melhorar a qualidade de vida de portadores de doenças mentais e de seus familiares, sempre solidários e muitas vezes desesperados, sem saber o que fazer.

Eu recebi um comentário aqui, aliás, dois, um do Sérgio da Costa, do Conselho Regional de Psicologia, e são mais comentários que o Sérgio faz, nós podemos conversar posteriormente. O que eu diria, Sérgio, é que, de fato, a indústria farmacêutica é muito poderosa, e que há setores governamentais sensíveis a esse poder.

Não há, na minha opinião, quer dizer, no meu conhecimento acadêmico, por exemplo, muita diferença entre os novos anti-psicóticos. Então, é muito difícil entender a razão pela qual a olanzapina abocanha uma fatia tão grande dos medicamentos de alto custo.

A Alessandra Dias, da Universidade de Brasília, faz também vários comentários e uma pergunta: se não seria necessário repensar a medicina quanto à saúde mental. Sem dúvida. Estamos fazendo isso, estamos pensando na medicina não só na Psiquiatria, na medicina como um todo, no sentido de humanização. Tem muitas escolas médicas que já tem programas de humanização da medicina, por conta do grande desenvolvimento tecnológico que aconteceu e que, vamos dizer, comprometeu um pouco a relação médico-paciente, que está já sendo resgatada. Muito obrigada.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Obrigada, Dra. Helena. Passamos agora para o Dr. Antônio Geraldo da Silva para suas considerações.

SR. ANTÔNIO GERALDO DA SILVA: Bom, obrigado novamente à Senadora pela oportunidade. Eu queria só responder ao Senador Roberto Cavalcanti, mas ele não está, quando a frase de que deve ser aproveitado o máximo possível da verba pública, já que nós não temos condições com a verba pública de atender adequadamente a todos, é da OMS. A OMS coloca que devemos aproveitar o máximo para a efetividade dos tratamentos. Então, assim, se uma doença é 0,1%, atinge 0,1% da população, ela não pode ser usado 40% da verba só para aquela doença, é isso que a OMS quer dizer. Então, se nós temos doenças que têm maior prevalência, nós temos que fazer projetos especiais para essas doenças ter maior prevalência. Então, se cinco das dez causas do afastamento do trabalho são doenças mentais, nós temos que ter projetos específicos para atender essas pessoas, que são padecentes dessas doenças, porque são doenças que se não tratadas podem cronificar e tirar a pessoa do seio da família e do convívio social e do trabalho social, e se bem tratadas elas voltam a ter uma vida normal. Eu falo isso, porque eu faço consultório e na vida privada no nosso consultório privado essas pessoas voltam a trabalhar, voltam a produzir, voltam a funcionar bem normalmente. Essa dificuldade, ela acontece no serviço público, que é ruim. Não temos porque ter tanta gente afastada do trabalho no serviço público sem poder ter a chance... Na comunidade, desculpa, poder ter a chance do atendimento adequado no serviço público. Se atendermos melhor, se dermos maior resolutividade a essas pessoas, elas vão voltar mais cedo ao trabalho podendo, assim, sair dessa história

de estar entre esses cinco das dez causas de afastamento do trabalho.

O Senador Tião Viana tem razão; se atender de forma adequada, se colocar recursos adequados para isso, esse resultado vai existir. Nós precisamos é disso.

O Senador Augusto Botelho, ele faz uma pergunta em relação à olanzapina. O curioso, Senador, é o seguinte: essa portaria que coloca a olanzapina e mais quatro ou cinco medicamentos, na portaria 846, ela é restritiva. É uma portaria que é para atender pacientes que tem esquizofrenia refratária. E, nessa portaria, a olanzapina, além do diagnóstico de esquizofrenia, ela entra num diagnóstico, que é de F 29, F 29, é aquela doença na psiquiatria, das psicoses, que não tem dono, é inespecífica. Ao privilegiar, colocando a olanzapina nesse F 29, só ela, você já privilegia um produto especialmente. O outro produto que entra para F 29 é só risperidona, que custa 0,08 centavos, que não devia nem estar mais na lista de alto custo. Eu garanto para o senhor, como a doutora acabou de falar, que na clínica privada ela não vê essa diferença, na clínica privada, na academia onde ela trabalha, ela não vê essa imensa diferença entre os anti-psicóticos, eu também não vejo. Na minha clínica privada e na minha prescrição diária para meus pacientes, ela não tem esse número um, primeiro lugar. Até porque ela, hoje, é uma medicação que pode... Está mostrado que aumenta a triglicerídeos, aumenta a glicose, pode até desencadear diabetes em aqueles que já tem propensão para isso, então é realmente um mistério. Acredito eu que se a cesta básica de medicamentos tivesse mais medicamentos em quantidade e em qualidade, que custa centavos, que não tem patente, nós poderíamos evitar o uso desses medicamentos chamados excepcionais, porque nós sabemos muito bem que a indústria farmacêutica trabalha diuturnamente para atender. E o pior do que isso é assim, o valor que o Governo Federal passa para o estado é menor do que o valor que o estado compra a olanzapina.

Então, não é só esse valor, Senador, ainda tem o valor que o estado tem que passar, que o Governo Estadual tem que passar. Então, é isso pelo Federal, mas tem um complemento que é feito. Nos outros medicamentos não tem esse complemento. Mas, nessa medicação específica, tem complemento. E a patente dela foi prorrogada. Já passou os dez anos de patente, mas foi prorrogada a patente. Eu acho isso sério, porque você consome muito do dinheiro que é do Ministério, para tratamento, só para um produto. 180 milhões em 209 é muito dinheiro. Tem algo realmente que precisa ser esclarecido, por que tem isso. Por que a portaria 846, que já tem muitos anos, não abre para outros

produtos e para outros diagnósticos? Por que medicamentos que não são mais de alto custo continuam nessa portaria? Não tem sentido. Se na cesta-básica eu tiver, por exemplo, a risperidona que custa 0,08 centavos e eu tratar no início e eu prevenir ou promover a saúde, e eu interceptar as crises, fazer prevenção precoce, eu não chego a essa necessidade de usar esse medicamento que é caro. Esse medicamento foi lançado injetável e agora o SAMU, em vários lugares do Brasil, usa esse medicamento para sedar a agitação psicomotora. Na continuidade de usar no SAMU, as pessoas já prescrevem também para o uso no dia a dia. Eu acho isso muito ruim. Obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Obrigada, Dr. Antônio Geraldo. Realmente o senhor levanta aqui questões que nós precisamos conhecer melhor e analisar melhor. Eu gostaria, antes de passar a palavra ao Dr. Hélio Lauer, eu vou ler aqui alguns questionamentos que chegaram e que não estão assim endereçados diretamente a um dos membros da Mesa.

De Fábila Lassance, da Universidade Católica de Brasília: "*Excelentíssima Sra. Senadora Rosalba Ciarlini, parabéns pela iniciativa em dar a oportunidade para discutir as políticas de saúde, na área de saúde mental. Porém, ainda estamos muito aquém da dificuldade de atendimento universal e multidisciplinar. Há duas áreas dentro da saúde mental que estão completamente abandonadas. Item 01: Aqui vem mais uma vez para o Ministério analisar que realmente saúde mental prisional, os altos índices de suicídio, são a demonstração da falência absoluta do sistema vigente e precisamos avançar. O que fazer? Saúde mental materno infantil. Essa área me toca muito de perto, até porque sou pediatra e neonatologista. Saúde mental materno infantil. Essa área onde são atendidos mães e filhos as vítimas de violência sexual e os distúrbios maternos do pós-parto. De imediato, estão completamente abandonados nos hospitais públicos, onde a maternidade pediatria e cirurgia pediátrica como o hospital HRAS*", deve ser algum do Distrito Federal. Precisamos avançar. Obrigada, Fábila, pela sua contribuição, e, realmente, nessa área materno infantil, eu sempre digo que tem que ser prioritária, porque começo da vida é começo de tudo.

E o Juscelino Moreira, aqui do Hospital São Vicente. "*Se o SUS pagasse a ECT...*". Acho que é para a Dra. Helena. "*Isso não poderia...*" e para o Ministério. "*Não poderia ter uso indiscriminado, visto até mesmo que muitos psiquiatras tampouco sabem fazer um exame físico*", enlace, luta antimanicomial, grupo de intervenção precoce das psicoses, Centro acadêmico de psicologia da UnB. Viemos a favor da reforma

psiquiátrica enquanto política pública do SUS. Uma política pública já existente tem como principais fundamentos de tutela, autonomia, do trabalho protegida a produção de vida. Avaliamos a implementação da lei como exitosa na construção de um modelo que permita uma atenção complexa além de um modelo hospitalocêntrico. Desse modo, construindo uma política pública que envolva todos os atores envolvidos. Usuários, profissionais, não só médicos e familiares. Queria inclusive aproveitar e já convidar, quando tiver marcada a nova Audiência sobre saúde mental, onde vamos ter aqui a participação de representantes dos usuários e dos demais profissionais da área de saúde que fazem a assistência multidisciplinar. Passamos agora a palavra ao Dr. Hélio Lual... Luar... Lauer. Que coisa, não? [risos]

SR. HÉLIO LAUAR DE BARROS: Esses equívocos com a letra só fazem poesia, né? O nome é propício. Agradeço as considerações românticas da Senadora [risos].

Eu também agradeço o convite por estar aqui, vou aproveitando para fazer esse encerramento, pensando assim que as manifestações que aconteceram aqui dos Srs. Senadores, elas problematizam e põe de novo uma lupa em pontos que precisam ser trabalhados posteriormente. Só para ressaltar essas preocupações, vejo que a Senadora Rosalba, ela traz a questão premente das ações de saúde mental nas equipes de PSF. Essa é uma política do Ministério que está sendo implantada, mas que ainda não está madura, obviamente precisa crescer, ela inclusive funciona como educação continuada para profissionais que estão na ponta e que podem, no atendimento primário, funcionar, dando assistência de primeira linha sem ser especialista, isso é uma política de ampliação do acesso; é importante, deve ser valorizada.

Outra preocupação foi a questão das políticas de álcool e drogas e outras drogas que já há um consenso aqui, parece, que também precisa ser imediatamente atendido. O tratamento dessas patologias, elas trazem também uma ponta de exigência para os mecanismos de internação. Nós temos muitos pacientes nessa área que são involuntários, que têm baixa adesão terapêutica, que precisam de algum tempo para conseguir lidar com a abstinência, desintoxicação, não é a única meta desse tratamento, é preciso considerar também habilidades para lidar com a prevenção da recaída e nem sempre parte desse tratamento tem que ser feito em unidades hospitalares e não só em leitos hospitalares. O Ministério mesmo reconhece isso, porque fala, a única vez que eu vejo nas portarias do Ministério se falando sobre serviços de referência hospitalares para o tratamento de álcool e drogas e não só leitos em

Hospital Geral. Mas é um assunto de uma intervenção mais acurada e mais localizada.

E um outro ponto que me parece significativo foi essa questão relacionada com a política de medicamentos especiais, o estado tem que se preocupar mesmo com isso. Nós trabalhamos há algum tempo atrás em vários estados, isso aconteceu na construção de um protocolo especial para a liberação desses medicamentos que na ocasião era alto custo como uma política estratégica eles foram liberados primeiramente só para esquizofrenia refratária, mas a clínica psiquiátrica mudou vertiginosamente dos anos 90 para cá, essas medicações elas não são prescritas etiológicamente, ou seja, com um fim muito específico, elas atuam numa rede de produção sintomática, reduzindo sintomas, há um entendimento hoje que os circuitos cerebrais que estão na base dessas intervenções farmacológicas são complexos, interagindo e hoje é preciso revisar absolutamente essa política de distribuição de medicamentos, porque outras patologias também se beneficiam com esse tipo de prescrição. Mas é preciso, claro, ter uma medida científica e política que determine o custo dispensado nessa tarefa. No caso específico da olanzapina, os estudos clínicos não mostram diferenças substanciais entre uma medicação e outra, mas na clínica, que é sempre uma antena para a ciência e antecipa conhecimentos que ainda não foram suficientemente explorados, nós psiquiatras, sabemos que ela tem algumas variações e algumas utilidades diferenciais. Se ela está custando mais caro do que os outros medicamentos é porque realmente houve uma manobra que fez a permanência da patente, ela entrou no Brasil em 96, em 2006, 10 anos depois, já se poderia discutir a questão da patente. Ela conservou a patente depois. Quer dizer, isso exige um enfrentamento político, do mesmo jeito que foi feito com os medicamentos essenciais de AIDS, que baixaram o custo e puseram isso dentro de uma acessibilidade e de uma utilidade para a saúde mental como um todo.

Eu acho que nós não devemos ter medo desses custos. Nós temos que pensar esses custos no contexto de custos gerais. Existem muito pouco recursos locados na saúde mental. O Senador Tião Viana tem razão nesse sentido, quando ele diz que a questão do financiamento é premente. É preciso discutir isso. Até hoje todos os equipamentos de CAPS que eu conheço, ou grande parte deles, são construídos em ambientes residenciais, sem nenhum estudo arquitetônico, estudo de fluxo, de processo que permita uma ocupação mais adequada e mais estudada para essas estruturas centrais de referência no sistema de atendimento, isso significa baixo investimento. Os materiais usados

nessas estruturas não suportam o uso, não suportam o impacto, frequentemente eles se tornam decadentes, pouco humanizados, tal qual qualquer outra estrutura de uso que sofre uso inadequado e que não tem material previsto adequadamente para esse alto uso. Então, o problema do financiamento me parece substancial. Dentro dessa questão do financiamento onde tem medicamento, o financiamento dos processos e das estruturas existenciais, nós também temos que incluir alto custo com produção de exames complementares em psiquiatria, o discurso psiquiátrico mudou e ainda que esses procedimentos de estudos de imagem e outros tantos não estejam de todo ainda legitimado para o exercício clínico, eles estão na pesquisa, então tem que ter financiamento para isso. E nós vamos também ter que lidar com a possibilidade de solicitação de exames dessa natureza para diagnóstico diferencial. Essa história de que psiquiatra não sabe fazer nem exame físico é uma questão do passado, o psiquiatra é médico, as residências de psiquiatria hoje elas sustentam procedimentos de ensino de medicina de alto e bom nível, os residentes de psiquiatria hoje tem interconsulta psiquiátrica junto com outras especialidades, tem clínica médica no primeiro ano e uma série de avanços na organização desse saber psiquiátrico.

Então, eu acho que, para não ir mais adiante e deixar o Pedro também responder alguma coisa, eu vou centrar meu comentário nesse ponto e vou reclamar, solicitar que isso realmente, que esse nosso encontro se frutifique em outros encontros, com recortes que permitam um aprofundamento e não generalizações, como nós estamos fazendo, e que nós possamos fazer como a comunidade europeia, que já lançou agora, recentemente, um documento que avança muito as discussões, que pode servir inclusive de subsídio para as nossas consultas e resolução dos nossos conflitos internos. Obrigada.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Obrigada, Dr. Hélio. Eu gostaria aqui também de dizer que é muito importante a sua colaboração, a sua contribuição e dizer que esse novo documento da comunidade europeia era muito importante também que todos nós tomássemos conhecimento, até que poderia, de certa forma, nos dar algumas informações importantes.

Gostaria aqui de anunciar a presença do Deputado Darcísio, Presidente da Frente Parlamentar da Saúde. Ao se passar a palavra ao Dr. Pedro, que vai encerrar aqui a nossa Audiência, fazendo suas considerações finais, respondendo a inúmeras perguntas, eu gostaria de lembrar que amanhã, dia 20 de maio, quarta-feira, às 11 horas, nesta Comissão, haverá reunião de Audiência Pública com a presença do Ministro

da Previdência Social, Dr. José Barroso Pimentel. E agradecer ao Primeiro Fórum Regional de Psicologia e Saúde Pública pela contribuição técnica e políticas para avançar no SUS. Muito obrigada. Passamos a palavra ao Dr. Pedro.

SR. PEDRO GABRIEL GODINHO DELGADO: Obrigada, Senadora Rosalba. Eu tenho, na verdade, muitas questões e vou ter que, certamente, resumir-las.

O Senador Papaléo me fez seis indagações, mas, como elas se reúnem, ou pelo menos podem se reunir, eu vou tentar ser objetivo para poder contemplar também as indagações do Senador Augusto Botelho, comentário do Senador Tião Viana, dos colegas da Mesa e de outros participantes que encaminharam perguntas à Mesa. Primeiro, uma pergunta que é uma pergunta de fundo do Senador Papaléo. Se houve um incremento proporcional dos recursos extra-hospitalares. Do ponto de vista financeiro, sim, sem dúvida. Do ponto de vista de criação de rede, sim, sem dúvida, nós mostramos isso. Se há uma distribuição harmoniosa em todo o território brasileiro, não. Certamente não, é preciso corrigir, há muitas lacunas, há regiões de lacunas e, como demonstrei, a Região Norte é uma região carente. Paradoxalmente, também, lugares que não são tão carentes assim, como os grandes municípios, por terem baixa coordenação do sistema de referência e contra referência da articulação com a Emergência e com os leitos de Hospital Geral, também oferecem pouca resolatividade. Então, não só lugares muito desassistidos como alguns estados da Região Norte, mas também os grandes municípios.

Se os critérios da desinstitucionalização foram critérios políticos ou técnicos. Eu tomo essa questão, porque eu acho que é uma questão de fundo. Porque se argumenta muito frequentemente sobre essa discussão entre ideologia e técnica e ciência. A desinstitucionalização é uma determinação da psiquiatria e da saúde mental do mundo inteiro há mais de 40 anos. A desinstitucionalização é um esforço que deve ser feito não só por profissionais de saúde mental, trabalhamos com grupos profissionais e não apenas com uma profissão, é claro, mas com toda a sociedade, e certamente isso não é ideológico, isso é um avanço das concepções no campo da medicina. Mencionei aqui um país vizinho, que acho sempre importante mencionar, que é o Chile. O Chile tem uma boa rede pública de saúde mental e tem 800 camas psiquiátricas atendendo a população do Chile, 16 milhões de habitantes, sendo que 11 milhões dependem do sistema público de saúde e fez um processo de desinstitucionalização que eles consideram também que não acabou ainda, porque ainda tem lá na região norte, próximo ao Peru,

ainda várias camas psiquiátricas com moradores com dificuldades para sair.

Sobre a questão do uso indiscriminado de drogas. É um grave problema. Eu mencionei, o Ministério da Saúde está construindo com seus parceiros, os secretários estaduais e secretários municipais, um plano emergencial para ampliar o atendimento em álcool e drogas. As lacunas apontadas aqui são lacunas reais no atendimento de álcool e drogas. O país, de alguma maneira, está muito sensibilizado e não podia ser diferente. Com o avanço da questão do crack, associado à vulnerabilidade, é preciso lembrar que são situações de vulnerabilidade extrema em municípios de grande porte. Recebemos, semana passada, um grupo muito expressivo e representativo do Município do Rio de Janeiro, envolvendo vários secretários, intersecretorialmente, como deve ser, Secretário de Ação Social com Secretário de Saúde, com Juiz da Vara de Infância e Juventude, com Parlamentares, e a ideia é de fato fazer um grande esforço, investir recursos, aí veio o problema que o Senador Tião Viana mencionou, a questão dos recursos financeiros, mas é preciso tomar uma medida que eu diria uma medida ousada e radical de ampliação do acesso na questão de álcool e drogas, que não é a criação, nós sabemos, não é a criação de abrigos, de instituições que vão manter essas pessoas permanentemente internadas, porque isso não produziu solução em nenhum lugar do mundo. Mas ampliar o acesso, sem dúvida.

Houve queda de recurso para a saúde mental? Aí o Senador Papaléo mencionou o sistema SIAFI, e esse recurso que ele mencionou, tenho que esclarecer isso, é técnico, mas eu preciso esclarecer, houve um aumento sim, como eu demonstrei. Mas essa parte do recurso do PPA é apenas uma parte. A saúde mental gasta muito mais e onde nós temos um estrangulamento, na verdade, é o estrangulamento no sistema de média e alta complexidade, onde os recursos são escassos e disputados, disputados legitimamente nas câmaras mensais que tem o SUS que é a Comissão Intergestores Tripartite, ali há uma limitação muito grande de recursos e há um problema de financiamento do SUS que é o problema, no fundo, no fundo, é o problema mais grave aqui, que acaba implicando nas várias outras falhas e lacunas, que evidentemente uma política de saúde mental num país como o Brasil tem.

O Senador Augusto Botelho suscita a questão da olanzapina e a professora Helena Calil também e o Dr. Antônio Geraldo. Então, é preciso mencionar. Eu trouxe a questão do olanzapina como um problema, que mostra esse tipo de distorção e que tem que ser corrigido e estamos buscando a correção junto com o Departamento de Assistência Farmacêutica. A que

se pode atribuir? Primeiro ponto, que não pode ser desprezado aqui, é a judicialização. A judicialização introduz um outro elemento, cujo controle é um controle do gestor, é um controle muito baixo em relação a decisões judiciais. De onde nasce a judicialização? Ela também nasce de uma prescrição médica. A origem é uma prescrição médica. Então, acho que tem que fazer também um trabalho junto aos prescritores, aos nossos colegas médicos, ou com as associações médicas, no sentido de que essa prescrição também, que nutre a judicialização, porque não há judicialização também sem a prescrição, isso pode ser corrigido. Agora, os mecanismos de controle do Ministério da Saúde em relação a esse ponto têm que ser aperfeiçoados, porque, sem dúvida, não podemos ficar na dependência de uma única droga, de um único medicamento que onera de forma significativa uma parte aí do nosso orçamento como um todo. Em relação à risperidona, também que foi mencionado, para terminar a questão de medicamentos, nós estamos introduzindo a risperidona na lista da RENAME, que é a Relação Nacional de Medicamentos. E com isso, nós teremos uma disponibilização da risperidona muito mais fácil do que está sendo feita, ela não vai mais ficar nos protocolos. Isso é uma correção, na verdade, que só é possível depois de passado algum tempo, porque depois de passado algum tempo isso foi possível fazer.

Então, essa correção será feita imediatamente, eu acho que nós teremos um outro instrumento para corrigir a distorção olanzapina.

Em relação às questões que foram colocadas pelo Senador Roberto Cavalcanti, ele menciona a questão do ECT, da eletroconvulsoterapia. A eletroconvulsoterapia, ela é realizada em situações que são de exigência técnica e ética, só pode ser realizada dessa forma, há o processo do consentimento informado e isso é fiscalizado de fato pelos mecanismos de fiscalização da prática médica e do SUS. A Prof^a. Helena mostrou um recorte de jornal ali, onde tem uma frase atribuída a mim, enfim, uma frase onde se menciona que a questão não é o recurso financeiro. Eu insisto que a questão não é o recurso financeiro, mas a proposta, a reivindicação que chegou ao Ministério da Saúde, é uma reivindicação de colocar o ECT na tabela de procedimentos, com um valor que foi estipulado por quem requereu que foram as Associações... se não me engano foi a própria ABRAT. E a questão que nós estamos vendo no SUS é que no tratamento dos transtornos, enfim, do espectro bipolar. E a questão que nós estamos vendo no SUS é que há uma completa reformulação desse modelo de pagamento por procedimento. Esse modelo, ele induz erros também, ele induz muitas distorções. E o nosso cuidado é no

sentido de, através de um mecanismo mais moderno de gestão, que é a contratualização, poder permitir que nos casos mencionados, e foram mencionados aqui por um colega da Mesa, nos casos mencionados, esse procedimento seja utilizado com todo o cuidado. Mas aí ele não pode entrar como um procedimento comum na tabela de procedimentos, que seria induzir ao erro, não é a forma correta. Não é a forma correta, vamos buscar a forma correta de fazer. Queria dizer também para vocês que não existe essa posição em relação aos serviços de saúde mental quanto a essas técnicas terapêuticas. Exceto o rigor na fiscalização, no respeito aos direitos do paciente, no consentimento informado, que só aí já muda completamente o modo de prescrição dessa terapêutica.

SR. HÉLIO LAUAR DE BARROS: Eu só queria um aparte, Pedro. É porque nesse assunto da ECT, os mecanismos de avaliação do PNAS, eles fazem os hospitais que tem serviços perderem ponto na avaliação porque fazem o procedimento, porque tem o procedimento. Não é assim, não. Eu acho que esse assunto é mais polêmico e merece mais foco do que a gente pode imaginar. Mesmo porque esse procedimento também ele tem sido valorizado no discurso médico, que eu estava dizendo que ele é um procedimento que a psiquiatria valoriza com indicações precisas, protocolares e tudo mais. Mas ele é tomado também ideologicamente, de princípio. Então, esse é um assunto que vai precisar de mais trabalho da nossa parte.

SR. PEDRO GABRIEL GODINHO DELGADO: Eu acho, inclusive... Como o Dr. Hélio Lauar suscitou essa questão do ideológico, eu acho que valeria a pena – estamos aqui, no Senado Federal – colocarmos em outros termos a utilização da palavra ideológico. Eu estou fazendo uma proposta, na verdade, que permita aquilo que vem sendo suscitado aqui que é “vamos seguir debatendo em benefício de uma política que de fato alcance a ampliação do acesso ao tratamento.” Porque todas as manifestações que acusam, houve perguntas diretamente se a política é ideológica ou não é ideológica, elas aparecem de um lado e de outro. E ao aparecerem de um lado ou de outro, a ideologia para os velhos marxistas é o obscurecimento da possibilidade do debate. A ideologia, na verdade, obscurece os argumentos. Então, eu queria dizer, tem tanta ideologia de quem defende o ECT como tem ideologia de quem contesta o ECT sem admitir a sua utilização em casos extremos, que foram os que foram mencionados aqui. Se forem os casos extremos de risco, em pacientes graves, creio que podemos melhorar os mecanismos de acompanhamento, melhorar os mecanismos de controle, em benefício de uma prática clínica que seja ética e que seja eficiente.

Mas eu preciso mencionar mais duas perguntas, que é o Augusto César, da Associação Brasileira de Psiquiatria Cultural, pergunta: “Segundo o que tem sido exposto, a ABP entende que a verdadeira assistência psiquiátrica é que é prestada mediante a internação hospitalar em hospital psiquiátrico. Eu pergunto: A utilização dos leitos em hospitais gerais, junto a internação em CAPS III e nos leitos já existentes, poderiam contemplar a demanda por internação sem precisar ressuscitar o imenso parque hospitalar especializado brasileiro?” Eu acho que a pergunta é importante e eu acho que o Grupo de Trabalho que está auxiliando o Ministério da Saúde do qual participa a Associação Brasileira de Psiquiatria e outras entidades e é multidisciplinar, como deve ser, que está discutindo hospitais gerais, tem analisado essa questão da demanda por internação. E os problemas, os estrangulamentos, são nos grandes municípios. E tem apontado que o caminho, de fato, é com os leitos existentes agora em hospitais de menor porte como eu demonstrei. Com leitos em hospitais gerais que precisam ser expandidos. Com uma integração sistema de urgência e emergência, os lugares onde, por exemplo, o pré-hospitalar móvel, SAMU, já atende em saúde mental, faz isso muito bem, aliás, fiquei muito satisfeito de ver numa novela que está agora, da Globo, um paciente em crise, crise grave, precisando de um atendimento de emergência, ser atendido pelo SAMU, na novela das oito. Isso é melhor do que... Mais eficiente do ponto de vista de dizer: “Queremos que o SAMU participe, sim, desse esforço conjunto pelo sistema de referência e contra referência”. Então, sim, é possível melhorar a questão do atendimento de emergência, se articularmos melhor o Hospital Geral, o sistema urgência e emergência, os leitos em hospital de menor porte e a rede extra hospitalar.

Finalmente, queria agradecer à Senadora Rosalba Ciarlini pela oportunidade, pela convocação, dizer a ela que, em relação ao problema do PSF que ela mencionou, uma pergunta que eu tinha marcado também... O Ministério tem feito um esforço muito grande, estamos próximo a 600 núcleos de apoio à saúde da família, NASF, que são equipes multidisciplinares nas quais entra o psiquiatra ou entra o psicológico responsável pelo que nós chamamos de apoio matricial a cada oito ou dez equipes de Saúde da Família. E isso está em funcionamento, mas obviamente o número é abaixo da necessidade. Nós queremos que a atenção básica, a atenção primária, seja o lugar mesmo de atendimento dos pacientes com transtornos mentais, sejam eles graves ou não. Eu conheci bem de perto a experiência da Inglaterra, recentemente, o atendimento é feito muito próximo do paciente, muito próximo da comunidade. E

não é uma questão que foi mencionada aqui só para encerrar. Não se trata de um médico generalista atender se alguém, a família gostaria ou não que o médico generalista atendesse seu paciente com transtornos mentais severos, ou se deveria ser um psiquiatra. Essa não é uma questão para os psiquiatras britânicos, por exemplo, que querem cada vez mais que os médicos generalistas tenham capacidade de se associar aos especialistas, fazendo esse atendimento. E o atendimento realizado na atenção primária, por generalistas treinados, é um atendimento de excelente qualidade, porque chancelado pela instituição de formação dos próprios psiquiatras daquele país.

Então, não há essa oposição, não há oposição entre profissões dentro dessa área, porque elas são complementares, entre psiquiatras e psicólogos, enfermeiros, etc., como também jamais haverá essa oposição entre psiquiatras e generalistas. Nós precisamos de todos eles, porque a demanda em saúde mental, como foi mencionado várias vezes aqui, chega próximo de 20% da população em geral. Muito obrigado pela oportunidade de participar.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Obrigada, Dr. Pedro. Eu gostaria aqui só de, para finalizar, falando ainda sobre essa questão do médico generalista, acho que seria inclusive uma grande contribuição se todos pudessem... Os cuidados muitas vezes iniciais que aí evitaria que tanto problema que se transforme em questões muito mais graves, mais difíceis e até porque o número de profissionais da área, na área médica, tenho certeza que é insuficiente para esse Brasil. Os especialistas. E como também, mais do que nunca, é necessária essa equipe multidisciplinar, e que o Programa Saúde da Família realmente esteja na ponta da linha, como se diz, nem na linha de ponta, na ponta da linha, chegando a todos, inclusive com essa questão da atenção à saúde mental.

Bem, então, para finalizar, eu gostaria só de dizer que o Alexandre Dias, da Universidade de Brasília, fez aqui uma série de observações sobre o sistema de saúde mental brasileira e ele pergunta, no final: "Não é necessário repensar a medicina quanto à saúde mental?". Eu não digo nem a medicina, Alexandre Dias. Eu acho que nós estamos aqui exatamente não é repensando, nós estamos aqui tentando melhorar a forma de tratamento, de assistência que é exatamente isso que todos nós queremos, para que possa melhorar. Mas, para finalizar, o Dr. Geraldo pediu para fazer aqui... Se sentiu citado e quer fazer uma colocação.

SR. ANTÔNIO GERALDO DA SILVA: É uma colocação rápida. Pelo que foi falado aqui, eu entendi então que é unanimidade que o uso da eletroconvulso-

terapia, quando necessário, indicado, e já tem hoje resolução do Conselho Federal de Medicina que diz tudo que deve ser feito e como deve ser obedecido para ser feito com técnica, consciência e resolutividade, então ele está claro então entre todos nós que é necessário, que precisa, porque alguns pacientes que tem hoje plano de saúde da Unimed em alguns Estados têm acesso. Todos os outros que não tem, que tem outros planos de saúde não têm acesso. Isso é grave. Nós precisamos que o próprio Ministério da Saúde deixe isso bem mais claro, como ficou no livro do Ministério da Saúde sobre suicídio, em que o Temporão assina, onde ele fala da necessidade de tratar os pacientes com depressão grave com ECT, para que possa entrar na lista de procedimentos. E eu quero dizer aqui que em 22 anos de profissão como psiquiatra e fazendo clínica privada e pública, eu devo ter indicado em toda minha vida dois ou três pacientes para fazer eletroconvulsoterapia. Isso não é algo que se faz diariamente, que se tem essa indicação assim. Hoje quando você quer fazer, você tem USP, UNIFESP, Universidade Federal do Rio Grande do Sul e outras universidades que têm, fora disso é só serviço privado. O que nós estamos falando é assim, não pode continuar enchendo o serviço privado de pessoas pagando para fazer ECT, sendo que, tanto via plano de saúde quanto via SUS, isso pode ser feito. Quanto à normatização, já existe a resolução do CFM que determina isso. Foi inclusive relatada pelo Rubens Santos Silva e isso foi aprovado e já está determinado como fazer. Obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Bem, então vamos finalizar. Eu quero mais uma vez agradecer aqui a presença do Dr. Darcísio Perondi, que é o Presidente da Frente Parlamentar de Saúde, dizer, Dr. Darcísio, que o senhor é muito bem vindo e que a nossa Comissão de Assuntos Sociais em conjunto com a Subcomissão de Saúde, presidida pelo Senador Augusto Botelho, vamos estar semanalmente aqui tratando de questões que, com certeza, vamos poder somar com o conhecimento e com a experiência e a força que tem a Frente Parlamentar. Sinta-se permanentemente convidado.

Bem, então eu quero agradecer a presença de todos, acho que foi bastante produtivo, e só fica aqui uma interrogação, que veio e chegou aqui também da... Uma pergunta. Mas só para que a gente veja que esse Brasil é tão grande que realmente ainda temos tantas divergências e, vamos dizer assim, injustiças regionais. Niterói tem 600 mil habitantes e tem quase 400 leitos. É com o Ministério da Saúde. O Pará tem seis milhões de habitantes e tem 60 leitos. Niterói tem ambulatório, CAPS e leitos. E o Pará? Bem, aqui foi a pergunta que eu acho que veio de um Senador do

Pará deixou para... Para essa colocação para que fosse pensada e analisada pelo Ministério. O que podemos fazer para melhorar?

Muito obrigada a todos e tenham um bom dia.

Sessão encerrada às 12h48.

ATA DA DÉCIMA SÉTIMA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 20 DE MAIO DE 2009, QUARTA-FEIRA, ÀS 11:00 HORAS.

Às onze horas e dezessete minutos, do dia vinte de maio de dois mil e nove, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, é iniciada a reunião sob a Presidência da Senhora Senadora **ROSALBA CIARLINI**, com a presença dos (as) Senadores (as) **FLÁVIO ARNS, AUGUSTO BOTELHO, PAULO PAIM, ROBERTO CAVALCANTI, RENATO CASAGRANDE, MÃO SANTA, EFRAIM MORAIS, RAIMUNDO COLOMBO, EDUARDO AZEREDO, PAPALÉO PAES, MOZARILDO CAVALCANTI, JOÃO DURVAL, INÁCIO ARRUDA, JOSÉ NERY, LOBÃO FILHO, VALDIR RAUPP, JOSÉ AGRIPINO e SÉRGIO GUERRA**. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A Presidente declara aberta a reunião, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior da Comissão, que é dada como aprovada. A presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública atendendo ao Requerimento nº 08 de 2009 – CAS, de autoria da Senadora Rosalba Ciarlini, com vistas a debater as políticas, programas e projetos a serem implementados pelo Ministério da Previdência Social e Combate à Fome ao longo do ano de 2009, tendo como convidado o Excelentíssimo Ministro José Barroso Pimentel. Ao iniciar a reunião e não havendo objeção do plenário, a Presidente põe em votação os seguintes Requerimentos Extra-Pauta: **ITEM 01 – REQUERIMENTO Nº 35, DE 2009 – CAS** “Nos termos regimentais, requeiro que a Audiência Pública que será realizada no âmbito do Ciclo de Debates sobre o SUS, referente “Às Políticas Sociais e de Assistência à Saúde, voltadas para o Idoso” seja em conjunto com a Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde e com a Subcomissão Permanente do Idoso e tenham como expositores os seguintes convidados: Dra. Maria Alice Toledo, professora da Universidade de Brasília; Dra. Elisa Franco, representante da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia; Sr. João Batista de Medeiros, representante da Associação dos Idosos; e Representante do Ministério da Saúde”. **Autora:** Senadora Rosalba Ciarlini. **Resultado: Aprovado. ITEM 02 – REQUERIMENTO Nº 36, DE 2009 – CAS** “Em Aditamento aos Requerimentos nº 03 de 2009-CRE e 06 de 2009– CRA, na Comissão de Assuntos Sociais

do Senado Federal, a fim de debater o cumprimento das Metas de Desenvolvimento do Milênio fixadas pela Organização das Nações Unidas – ONU, no ano 2000 e adotadas por 189 países, inclusive o Brasil e devem ser atingidas até 2015, requeiro a inclusão do seguinte convidado: Sr. Marcelo Garcia – Presidente do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social – CONGEMAS e que a reunião seja realizada em conjunto com as 3 comissões: CRE, CRA e CAS”.

Autora: Senadora Rosalba Ciarlini. **Resultado: Aprovado. ITEM 03 – REQUERIMENTO Nº 37, DE 2009 – CAS** “Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno, a realização de audiência pública nesta Comissão com a finalidade de debater o tema “O Empreendedor Individual como Política Nacional de Inclusão e Formalização” com a presença dos seguintes convidados: O Ministro de Estado da Previdência Social, Sr. José Pimentel; O Presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, Sr. Márcio Pochmann; O Presidente do Sebrae Nacional, Sr. Paulo Okamoto; e o Presidente da Confederação das Entidades de Micro e Pequenas Empresas (COMICRO), Sr. José Tarcísio da Silva”. **Autor:** Senador Roberto Cavalcanti. **Resultado: Aprovado.** A Presidente passa a palavra ao Senhor Ministro que disporá do tempo que for necessário para sua exposição. Concluída a exposição do Senhor Ministro, a palavra é aberta aos Senhores Senadores para suas interpelações pelo prazo de cinco minutos. Às doze horas e quinze minutos o Senador Paulo Paim assume a Presidência. Às doze horas e trinta e um minutos a Senadora Rosalba Ciarlini reassume os trabalhos. É registrada a presença do ex-Deputado Federal Ricardo Zarattini e do ex-Deputado Federal Wasny de Roure, Assessor Parlamentar do Ministério da Previdência Social e Combate à Fome. Ao fim da reunião e não havendo objeção do plenário a Presidente põe em votação os seguintes Requerimentos Extra-Pauta: **ITEM 04 – REQUERIMENTO Nº 38, DE 2009 – CAS** “Requeiro, nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para instruir a tramitação do PLC 122, de 2006, que altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, dá nova redação ao § 3º do art. 140 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e ao art. 5º da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências. Para tanto, apresento a seguinte relação de personalidades convidadas: Ministro Célio Borja; Prof. Dr. Frei Antonio Mozer, professor de Teologia Moral e Bioética do Instituto Teológico Franciscano de Petrópolis/RJ; Rev. Guilhermino Cunha, da Igreja

Presbiteriana do Brasil; e Dr. Carlos Alves Moura, Secretário-Executivo da Comissão Brasileira de Justiça e Paz da CNBB”. **Autores:** Senador Marcelo Crivella e Senador Roberto Cavalcanti. **Resultado: Aprovado.**

ITEM 05 – REQUERIMENTO Nº 39, DE 2009 – CAS “Requeiro nos termos regimentais, a realização de audiência pública para discutir a recusa por parte das concessionárias de serviços públicos de telefonia em receber doações para caridade nas contas dos serviços, com os seguintes convidados: Presidente da ANATEL: Ronaldo Mota Sardenberg; Presidente da Fundação PRÓ-RIM: Dr. José Aluisio Vieira; Presidente da Oi / Telemar Norte Leste / Brasil Telecom Celular S.A.: Luís Eduardo Falco; Presidente da VIVO: Roberto Oliveira de Lima; e o Superintendente Geral do Instituto Mario Penna de Belo Horizonte: Dr. Cássio Resende”. **Autor:** Senador Raimundo Colombo. **Resultado: Aprovado.** Fizeram uso da palavra os Senadores Paulo Paim, Renato Casagrande, Flávio Arns, Raimundo Colombo, Roberto Cavalcanti e Augusto Botelho. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às treze horas e dezoito minutos, lavrando eu, **Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Senadora Rosalba Ciarlini, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada.

Senadora **Rosalba Ciarlini**, Presidente.

17ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA. REALIZADA NO DIA 20 DE MAIO DE 2009, ÀS 11 HORAS E 13 MINUTOS.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Havendo número regimental, declaro aberta a 17ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura do Senado Federal. Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. Os Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. **Aprovado.**

A presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento de nº 08, de 2009, da CAS, com vistas a debater as políticas, programas e projetos a serem implementados pelo Ministério da Previdência Social ao longo de 2009. Sr. Ministro José Barroso Pimentel, a quem nós queremos agradecer a forma como recebeu o nosso convite, confirmando de pronto a sua presença nessa Comissão. A Comissão, como o senhor sabe, a Comissão de Assuntos Sociais trata das questões ligadas ao reconhecimento das profissões, aos direitos trabalhistas,

a toda questão de Previdência, de seguridade, como também as questões de saúde. Então achamos por bem, começando esse novo período da Comissão de Assuntos Sociais, eu que presido, com a aprovação dos colegas, o Senador Paulo Paim é o nosso Vice-Presidente, o Senador José Nery também é membro da Comissão, que ouvíssemos todos os Ministros das áreas que estão relacionadas com os assuntos que são tratados aqui na Casa. São muitos projetos. Para o senhor ter uma ideia, existe mais de 300 projetos no momento tramitando, originários da Câmara, do Senado, mas relacionados às questões de trabalho, de Previdência.

Então nós achamos por bem ouvir cada Ministro, que eles coloquem a situação de sua pasta, quais são os projetos, os programas para esse ano, porque isso seria de extrema importância para o trabalho que desenvolvemos aqui no dia a dia. Então desde já os nossos agradecimentos, Ministro, e dizer da alegria de tê-lo aqui ao nosso lado, porque nós nordestinos temos essa questão, parece que é um bairrismo maior, e nós somos vizinhos, o senhor do Ceará e eu do Rio Grande do Norte, eu sou de uma cidade bem próxima ali do Ceará, faz ali fronteira, já pertinho ali, Mossoró com o Vale do Jaguaribe, a nossa praia inclusive nós dividimos, Tibau--

SR. MINISTRO JOSÉ BARROSO PIMENTEL: Com Itapuá.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Chama até Praia do Ceará, que tem uma pedra que divide Praia do Ceará e Tibau. As pessoas às vezes dizem que nós somos tão próximos assim do Ceará que os cearenses gostam de dizer que Mossoró é a cidade mais cearense do Rio Grande do Norte, mas mais do que nunca na hora que for para defender as questões do Rio Grande do Norte. Nós estaremos sempre em defesa do nosso Estado, independente de qualquer outro, mas as questões do Nordeste que são semelhantes, que temos as mesmas origens, as mesmas raízes, as mesmas questões, as dificuldades, as injustiças e as diferenças regionais, aí nós nos somamos acima de qualquer outra questão, pois o importante é o benefício da nossa gente, do nosso povo nordestino.

Ministro, muito obrigada e eu quero, antes de passar a palavra ao Ministro, eu gostaria aqui de aprovar um requerimento da CAS: “Nos termos regimentais, requeiro que a Audiência Pública, que será realizada no âmbito do ciclo de debates sobre o SUS, referente às políticas sociais e de assistência à saúde voltadas para o idoso, seja em conjunto com a Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde e com a Subcomissão Permanente do Ido-

so, tendo como expositores os seguintes convidados: Dra. Maria Alice Toledo, Professora da Universidade de Brasília, Dra. Elisa Franco, representante da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia, Sr. João Batista de Medeiros, representante da Associação dos Idosos, e o representante do Ministério da Saúde”.

Então eu gostaria aqui de colocar em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. Quero comunicar que essa Audiência será realizada na próxima terça-feira, às nove da manhã, e o Senador Paulo Paim, que é o Presidente da Subcomissão Permanente do Idoso, com certeza estará aqui, até porque é o Vice-Presidente também da CAS, e o Senador Augusto Botelho, que é o Presidente também da Subcomissão em Defesa da Saúde. Falando em idoso, olho aqui para a Previdência e a gente já se lembra das aposentadorias. Mas nós vamos falar da saúde, embora a aposentadoria também mexa muito com a saúde do idoso.

“Em aditamento ao Requerimento – esse é um outro requerimento – nº 03, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores, e nº 06, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, a fim de debater o cumprimento das metas de desenvolvimento do milênio fixadas pela organização das Nações Unidas (ONU) no ano 2000 e adotadas por 1889 –países, inclusive o Brasil, que devem ser atingidas até 2015, requeiro a inclusão do seguinte convidado: Sr. Marcelo Garcia, Presidente do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social (CONGEMAS)”. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Passamos agora a palavra ao Ministro, que terá, pelo Regimento, Ministro, são 30 minutos, mas pode ficar tranquilo que o que for necessário estará à sua disposição. Nós estamos aqui para ouvi-lo e temos muita curiosidade em conhecer ainda mais o trabalho que o senhor realiza no seu Ministério. Terminada a exposição, abre-se a fase de interpelação pelos Senadores inscritos por cinco minutos, garantindo igual prazo para a resposta do Sr. Ministro, após o que poderá ser contraditado pelo prazo máximo de dois minutos, concedendo-se ao Ministro o mesmo tempo para a réplica.

Com a palavra o Ministro José Barroso Pimentel.

SR. MINISTRO JOSÉ BARROSO PIMENTEL:

Eu quero saudar a nossa presidenta desta Comissão, a nossa Senadora Rosalba, dizer que é uma alegria estar mais uma vez aqui no Senado Federal, saudar aos Senadores presentes, em especial o Senador Paulo Paim e o Senador José Nery, dizer que nós vamos trabalhar aqui em torno dos 25 a 30 minutos na fase primeira, porque eu acredito que o debate, o conjunto

de preocupações, de informações que serão apresentados é que vai enriquecer essa Audiência Pública. Vamos para a primeira página.

Todos nós aqui na década de 80 ajudamos a construir o Sistema de Seguridade Social, esta Comissão foi uma parceira nesse debate, a partir ali ela se estrutura com mais intensidade e, no Capítulo da Seguridade Social, nós incluímos a Saúde, a Assistência Social e a Previdência. Então essa análise do financiamento, do custeio, da gestão tripartite envolvendo o Governo, a sociedade e o Congresso Nacional envolve esses três grandes temas e, no caso concreto, da nossa Previdência pública, ela ficou organizada em quatro grandes grupos: o regime geral do INSS, que é o que nós vamos aprofundar hoje o debate, o regime próprio dos servidores públicos municipais, estaduais e federais, a Previdência Complementar e, a exemplo de todos os países do mundo, os militares têm uma Previdência diferenciada. A próxima.

No regime geral hoje nós temos 26 milhões e 400 mil benefícios. Esta foi a nossa folha no mês de abril e nós pagamos rigorosamente em dia em qualquer ponto do Brasil esses 26 milhões e 400 mil benefícios. E a nossa folha, no mês de abril, somou 17 bilhões de reais. Na folha de abril já estavam feitos os reajustes dos benefícios de 2009. Nesse montante, 15 milhões e 200 mil são benefícios urbanos, sete milhões e 800 mil são benefícios rurais; é bom registrar que até 1988 nós tínhamos zero de benefícios no segurado especial rural. Até ali, como todos nós aqui sabemos e lembramos, nós recebíamos meio salário mínimo a título de auxílio velhice e que não era benefício previdenciário. O Constituinte de 1988 cria a Previdência Especial voltada para o agricultor familiar, o pescador artesanal, o extrativista, as nações quilombolas e as nações indígenas, e hoje já temos sete milhões e 800 mil benefícios, sendo que em 2009 deveremos pagar em benefícios neste setor algo em torno de 39 bilhões de reais. Temos mais três milhões e 400 mil que é da LOAS, da Lei Orgânica da Assistência Social, e a gente assiste a um crescimento significativo a partir do Estatuto da Terceira Idade, o Estatuto do Idoso, em que o nosso Senador Paulo Paim é o autor. Isso demonstra exatamente o reconhecimento de direitos das camadas mais pobres e mais sofridas da sociedade brasileira. A próxima.

No regime próprio nós temos hoje 1.911 Municípios, os 26 Estados, o Distrito Federal e a administração direta autárquica e fundacional da União. Temos algo em torno, hoje, de dez milhões de cidadãos, homens e mulheres, vinculados ao regime próprio, uma parte na ativa, uma parte aposentada e uma outra parte pensionista. Nós temos aqui uma grande preocupação

com o regime próprio dos Municípios. Nós temos um conjunto deles com uma boa gestão e temos outros Municípios de menor porte que não têm ainda uma mão de obra qualificada para administrar bem a Previdência própria com o que ele representa, o que ele implica no campo da gestão e, particularmente, da aplicação desses recursos. E aqui nós temos feito um conjunto de medidas para cada vez mais aprimorar o controle, a fiscalização, mas temos tido uma preocupação muito forte com os Municípios menores em face da inexistência de uma mão de obra mais qualificada nessa gestão. A próxima.

A Previdência Complementar, como todos nós sabemos, ela é constituída de dois grandes grupos: as entidades fechadas, que são anteriores à Lei Eloy Chaves. A Previdência Complementar fechada no Brasil é de abril de 1904. Já a nossa Lei Eloy Chaves, como todos nós aqui sabemos, é de janeiro de 1923; e recentemente foi criada a Previdência aberta, inicialmente é um caráter de montepios da década de 70, tivemos um conjunto de dificuldades, na década de 90 tivemos toda uma regulamentação sobre essas matérias, culminando com a Lei Complementar 109, de 2001, que deu toda uma governança, uma transparência e um controle maior sobre a Previdência Complementar aberta. E a Previdência fechada, a mais antiga, findou o ano de 2008 com um ativo de 443 bilhões de reais. É uma poupança de médio e longo prazo, é um dos principais instrumentos de financiamento da infraestrutura privada no Brasil e, também, pagamento de benefícios. A próxima.

Na Previdência Complementar nós separamos as dez maiores daquelas que são patrocínio estatal e patrocínio privado. Nós temos no patrocínio privado, a maior delas é a Fundação CESP de São Paulo e no patrocínio estatal a PREVI, a primeira delas de abril de 1904. A próxima.

A ampliação da cobertura previdenciária é uma preocupação do Estado nacional e, também, do Congresso Nacional, do Executivo, em especial do Ministério da Previdência Social. Lá em 2003 nós tínhamos 62,5% da população acima de 16 anos de idade com cobertura previdenciária. Na última pesquisa PNAD do IBGE, que é quem nos fornece esse levantamento, que é de 2007, nós tínhamos 65%. A pesquisa PNAD 2008 está sendo realizada e a previsão é que vai para 66,5% de cobertura previdenciária, mas nós precisamos continuar insistindo nesse processo. E com a Lei 11.718, de junho de 2008, nós vamos universalizar a Previdência no segurado especial, que eu vou falar logo à frente, que é o agricultor familiar, o pescador artesanal, o extrativista, as nações quilombolas e as nações indígenas. E, no que diz respeito à parte urba-

na, nós temos um conjunto de ações que estão sendo executadas. A próxima.

A primeira ação é voltada para as trabalhadoras domésticas. A pesquisa PNAD 2007 identificou seis milhões e 275 mil trabalhadoras domésticas, a residência aonde elas trabalham, quem são elas, e lamentavelmente deste público, quatro milhões e 118 mil não têm qualquer cobertura previdenciária e nem trabalhista. Este público está dentro dos lares em especial da classe média brasileira, que luta para que a licença à maternidade seja de seis meses, e está correta. Nós precisamos ter, sim, a licença-maternidade ampliada, mas precisamos assegurar às mulheres que trabalham na nossa residência pelo menos um dia de licença para dar o peito ao filho e à filha, porque lamentavelmente não tem. São quatro milhões e 118 mil, isso aqui em 2007. O Congresso Nacional aprovou uma legislação em 2007 de que cada um real que o empregador ou a empregadora doméstica desembolsar para com o INSS, abate integralmente no Imposto de Renda. Portanto, ao reconhecer o direito previdenciário da trabalhadora doméstica, para cada um real que esta empregadora ou este empregador assegurar essas quatro milhões e 118 mil mulheres, abate integralmente no INSS.

Lamentavelmente na sensibilização desses setores médios nós não temos tido êxito, e uma Audiência Pública como esta é fundamental para que nós possamos colocar na agenda do dia um mutirão nacional para resgatar o direito dessas trabalhadoras que estão dentro dos nossos lares, em especial da classe média brasileira. Com um agravante: se nós voltarmos à década de 70, os espaços físicos aonde essas mulheres devem repousar e dormir, era o espaço físico menor da casa ou do apartamento e a área mais quente e menos ventilada. Foi feita toda uma discussão na década de 90 com as escolas de engenharia, com as escolas de arquitetura, sendo que essa situação melhorou um pouco. Mas se a gente pegar os prédios mais velhos da década de 70 e 80, o espaço em que a doméstica dorme é tão pequeno, mas tão pequeno que se ela entrar de frente tem que deitar daquela maneira porque o cômodo não permite a ela fazer movimento para deitar de lado, dado o pequeno espaço ali assegurado.

Esta realidade de descaso da classe média com as domésticas representa também aqui, onde estão dentro dos nossos lares, não tem direito a um dia de licença-maternidade para dar o peito ao seu filho e à sua filha quando nasce e nós queremos seis meses, que está correto, mas precisamos olhar para esse público. E com um agravante: o Estado nacional garante a essa empregadora que cada um real que desembolsa aqui abate no seu Imposto de Renda. Portanto, é uma questão muito mais de preconceito e a gente precisa

enfrentar esse debate no exato tamanho em que ele está posto para a sociedade brasileira e para o Estado nacional. A próxima.

Este é um outro item que nos preocupa muito, que é a construção civil. A pesquisa PNAD 2007 identificou cinco milhões e 680 mil trabalhadores trabalhando na construção civil, quem é seu empregado, quem é esse trabalhador, qual é a empresa, aonde funciona e Município por Município da Federação brasileira ou dos 5564 Municípios. Desses, três milhões e 710 mil não têm carteira assinada, não tem proteção previdenciária, e agora com a política “Minha Casa, Minha Vida”, um dos itens que foi incluído nesse programa é exatamente a assinatura das carteiras desses trabalhadores. Foi uma exigência das seis Centrais Sindicais na mesa de negociação, com a participação do Executivo e, também, do setor patronal, e firmamos esse convênio, esse compromisso de que toda empresa que estiver enquadrada no “Programa Minha Casa, Minha Vida”, um dos pré-requisitos é ter exatamente a carteira de trabalho assinada e o seu direito previdenciário. Estamos falando aqui de três milhões e 710 mil pessoas que em 2007 estavam no mercado de trabalho sem qualquer proteção previdenciária. A próxima.

Este é um outro segmento urbano em que o Congresso Nacional aprovou, em 2008, uma santa Lei, que é a Lei Complementar 128, criando o microempreendedor individual. Esse público é de, aproximadamente, 11 milhões de pessoas. Identificadas pelo IBGE, pela pesquisa PNAD/IBGE de 2007, eles têm faturamento de até 36 mil reais, é constituído do feirante, que lá no Nordeste, no nosso Ceará e no Rio Grande do Norte, na Paraíba, nós chamamos de camelô e também no Brasil tem essa forma de chamá-los, é o pedreiro, o electricista, o encanador, o pipoqueiro, o borracheiro, a manicure, o cabeleireiro, é a doceira, a costureira. Então esse público urbano, que tem receita de até 36 mil reais, estão totalmente na informalidade. Aquela Lei Complementar 128 cria o primeiro degrau dos Simples Nacional para esse público e ele será formalizado a partir de 1º de julho de 2009. Esse processo já está totalmente pronto, a sua formalização será feita em até meia hora. Em 2003 levava-se em média 150 dias para criar uma empresa no Brasil. Aqui, com a tecnologia desenvolvida pela DATAPREV e no Ministério da Previdência, nós estamos concedendo os benefícios previdenciários em até meia hora. A mesma tecnologia foi implantada para formalizar esse público. Aqui envolve os 5564 Municípios, envolve também os 26 Estados, o Distrito Federal, a União, a participação do Congresso Nacional é decisiva desde a aprovação da legislação em 2008, o SEBRAE é o grande coordenador dessa matéria, e eu deixaria aqui, nossa presidenta, como

sugestão que a gente fizesse uma Audiência Pública aqui no Senado Federal sobre esta matéria para que a gente pudesse aprofundar e, também, socializar o conjunto de ações que estão sendo feitas para formalizar o meio. Este público terá um único CNPJ valendo para o Município, Estado e União. Ele é isento de contabilidade. Quando ele comprar, ele recebe a nota fiscal, mas não tem a obrigação de emitir nota fiscal. Ele tem imposto zero para o Governo Federal. Ele tem a contribuição de um real por mês a título de ICMS. Hoje ele pagaria em média 380 reais, vai pagar um real para que o Estado mantenha o seu cadastro. Se ele for do setor de serviço não tem ICMS e contribui com cinco reais a título de ISS para o Município e tem direito à aposentadoria por idade, licença à saúde, salário-maternidade, pensão por morte e auxílio-reclusão. E contribuirá com 11% sobre o salário mínimo, como empresário que é, e como pessoa física nas regras atuais contribuiria com 40%. A próxima.

Esse é o público que é enquadrável como MEI: todo o ramo do comércio em geral, todo o ramo da indústria em geral e, no setor de serviços, todos aqueles que estão na Lei geral, exceto as atividades de profissão reguladas, e dessas profissões regulamentadas os contabilistas também podem ser enquadrados. A próxima.

Esse é o período de carência para aqueles que, se formalizando, possam receber o benefício. Para auxílio reclusão, pediu a sua inscrição, se tiver uma condenação judicial, garante para a sua família o auxílio reclusão. Se tiver uma infelicidade e vir a falecer, também basta estar registrado, independentemente de contribuição. Se tiver um acidente de trabalho, também basta estar registrado, independentemente de contribuição. O salário-maternidade são dez meses, o auxílio-doença, 12 meses, a aposentadoria por invalidez, 12 meses e a aposentadoria especial e por idade 180 contribuições. Então é isso que o Congresso Nacional aprovou na Lei Complementar 128, em dezembro de 2008. A próxima.

O Brasil é um País extremamente empreendedor. Esses são os números. Muitos países do mundo não têm essa quantidade de empresas formais. No Brasil nós estamos criando uma média de 480 mil empresas por ano. E aqui as pessoas que vão para o empreendedorismo, de um modo geral, são aquelas que têm um melhor desempenho na família. Nós reunimos nossos recursos, nós reunimos nossos esforços e criamos exatamente esse mundo de empresas. No entanto, a mortalidade de empresa que era muito alta. Com a criação do Simples Nacional em julho de 2007, graças a Deus essa mortalidade tem diminuído

e hoje nós temos uma outra realidade, conforme está na próxima página. A próxima.

Nós tivemos o Simples Federal vigorando por 11 anos, de 1996 a junho de 2007, e chegamos a um milhão... É 1337, viu? Ali digitaram errado. Talvez é para nos testar aqui, mas o número é 1337. Aqui é para ver se o Ministro está atento. Nós criamos o Simples Nacional a partir de julho de 2007 e, em pouco menos de dois anos, já estamos com três milhões e 144 mil empresas formais e 60% dos trabalhadores com carteira assinada no Brasil, hoje, estão aqui no Simples Nacional. É por isso que a crise internacional, que também atingiu o Brasil, neste item do Simples Nacional ela basicamente não atingiu, porque essas empresas, elas produzem para o mercado nacional, em especial para as classes C, D e E, e as políticas salariais, em especial de recuperação do salário mínimo, têm permitido um mercado nacional muito aquecido e é por isso que a Previdência Social, apesar das demissões, apenas da crise, a nossa arrecadação, graças a Deus, está sendo mantida para que nós possamos pagar rigorosamente em dia os nossos benefícios e continuar com a política de reajuste acertado com as Centrais Sindicais em dezembro de 2006. A próxima.

Outro grande esforço nosso, que é fruto do debate do Congresso Nacional, aqui no Senado e na Câmara, é exatamente a melhoria do atendimento. Se a gente voltar à década de 70, nesse período apenas eu e o Paulo Paim éramos militantes, a nossa Senadora Presidente, a nossa líder Ideli eram meninas nessa época, não é Paim? Então nós estávamos ali e nós levávamos em média quatro anos para conceder o benefício previdenciário. Com esse esforço do Estado nacional, dos seus poderes, da sociedade brasileira, esse prazo reduziu para meia hora, fruto também desta santa Lei Complementar 128, de dezembro de 2008, que aposentou um saco de documentos. Vocês lembram que nós pedíamos ao trabalhador para trazer todas as suas contribuições ao longo da sua vida. Chegava no nosso guichê, nós tirávamos cópias de todos aqueles papéis, fazia um processozinho, aí o funcionário numerava e rubricava. Passava para o chefe. O chefe analisava, aí teve um papel que não botou o carimbo autenticado. Mandava chamar o trabalhador para carimbar aquele papel. Aí o chefe rubricava tudo de novo, o outro fazia o cálculo, voltava para o chefe, voltava para o guichê.

Em 2008 nós levávamos 35 dias, no mínimo, para conceder um benefício previdenciário. Com essa santa Lei nós implantamos o reconhecimento automático do direito previdenciário, que vamos mostrar logo em seguida. Os 78 milhões de pessoas acima de 16 anos de idade que estão vinculados ao regime geral, chega no nosso guichê, se identifica, emitimos um extrato,

ele confere, está de acordo, emitimos a certidão de aposentadoria, ele assina e vai cuidar da sua vida. E aí apareceu um problema, que era exatamente o acesso à informação. Alteramos todo o procedimento e desde 1º de maio agora cada homem e cada mulher nesse Brasil, querendo, tinha o seu extrato previdenciário. Esse extrato previdenciário traz todos os vínculos empregatícios e traz todas as contribuições de julho de 1994 para cá. As 1.110 agências da Previdência, através da internet, quem tem internet com uma senha, e, também, todo o instrumental que o Banco do Brasil tem no País. As pessoas chegam nos terminais de autoatendimento com o seu cartão de movimentação da conta bancária, aperta extrato, outro extrato, na listinha extrato previdenciário e, em cinco segundos, recebe isso aqui. Isso aqui é do dia 05 de maio, quando nós assinamos o convênio com o Banco do Brasil, e nos 14 mil pontos de atendimento do Banco do Brasil no País, qualquer homem e cada mulher faz isso aqui. O segurado especial vai começar em 1º de julho, porque nós estamos fazendo o batimento do reconhecimento automático. E agora, a partir de 1º de julho, os trabalhadores urbanos que se aposentam por idade vão receber na sua casa uma carta dizendo: "Você preencheu as suas condições de aposentadoria, o seu valor é este e procure, querendo, uma agência da Previdência Social para conceder o seu benefício". Portanto, aquilo que em 1970 era quatro anos, com o apoio do Congresso Nacional e da sociedade brasileira, a Previdência hoje é exatamente isso aqui. A próxima.

Aqui, em 86 anos a nossa Previdência chegou a 1.110 Municípios. Nesse esforço de melhor atendimento, de diminuir o deslocamento das pessoas e nós ficando mais próximos das suas moradias, o Presidente Lula determinou que todo Município nesse País que tenha de 20 mil habitantes para cima terá uma agência da Previdência Social. Nesse momento, nós estamos terminando a documentação e licitando 720 agências do País. E nas regiões Norte e Nordeste era exatamente aonde a Previdência tinha menos presença. Para se ter uma ideia, no Estado do Pará, em 86 anos, nós tínhamos chegado a 17 Municípios. Nesse 2009 estamos indo para mais 74 Municípios. É o Estado de menor cobertura previdenciária e aonde nós temos os maiores problemas. Na região Norte nós estamos instalando 104 novas agências e estamos recuperando 31 já existentes. Esses prédios nós estamos modificando para a questão da acessibilidade, porque eram prédios feitos na década de 70 e sem qualquer possibilidade de acessibilidade. Estamos mudando as fiações para que possamos implantar o reconhecimento automático do direito previdenciário. Outros prédios estavam muito deteriorados porque o efeito da chuva

danifica com mais rapidez a estrutura física das nossas agências. Na região Nordeste nós estamos abrindo 339 novas agências e estamos recuperando 90 já existentes. Na região Centro-Oeste estamos abrindo 29 agências e estamos recuperando 55 já existentes. No Sudeste estamos instalando 172 agências e recuperando 112 já existentes. E, no Sul, estamos instalando 76 novas agências e estamos recuperando 30 delas já existentes. Portanto, são 720 novas agências que nós estamos construindo nesse 2009, e se Deus nos ajudar e o Padre Cícero nos abençoar, nós queremos, a partir de novembro, começar a inaugurá-las, devolvendo para a sociedade. São agências padronizadas, com 330 m² de área construída para reduzir custos e tomamos uma decisão: poderíamos fazer uma única licitação nacional, mas isso excluiria os pequenos construtores de cada município. Resolvemos fazer 720 processos de licitação. Trabalhamos mais, mas vamos dar oportunidade para que as pequenas empresas lá do Pará, do Rio Grande do Norte, da Paraíba, possam participar e possam construir empregando e deixando os recursos, que o preço médio de cada agência dessa é de 750 mil reais. A próxima.

Este é um item que todos nós aqui acompanhamos, queremos que tenhamos cada vez mais vida longa, vida de melhor qualidade, mas na questão previdenciária a gente precisa estar atento. O planejamento que nós fizemos agora em 2008, a partir dos dados do IBGE, demonstram que lá em 2050 nós teremos em torno de 83 anos para os homens e em torno de 87 anos para as mulheres, a vida média para quem chega aos 60 anos. E aqui não está sendo inserido ainda os efeitos da célula tronco, que nós precisamos, nos próximos dez anos, nos debruçarmos sobre isso, porque é uma realidade da medicina no mundo e, também, no Brasil. Nós queremos que as pessoas tenham cada vez mais vida com qualidade, mais longa e que receba os seus benefícios. Fizemos um planejamento estratégico, que concluímos em dezembro de 2008, em que planeja a Previdência em três grandes momentos, que vou falar um pouco mais à frente, para dar essa sustentabilidade e dar essa segurança de que essa Previdência terá as condições de pagar os seus benefícios. A próxima.

Esse é um outro item que também nós precisamos estar muito atentos, que é a diminuição do tamanho da família. Lá em 2000, para cada mulher nós tínhamos em média 2,4 filhos. Em 2003, quando nós fizemos a reforma da Previdência, em que eu fui o Relator-Geral tanto da Emenda Constitucional 41 como da 47, nós trabalhávamos que em 2020 nós teríamos duas crianças por casal. Com as políticas públicas, com a conscientização, com todo esse processo de debate, em 2008 já caiu para 1,8. Aqui é a quantidade de filho

versus mulheres acima de 16 anos de idade no período produtivo. A partir de 2025 a população brasileira deixará de crescer e deveremos ter apenas 1,5 criança por casal. É evidente que esta mudança, o cenário traçado pela academia que acompanha essa matéria, pelo IBGE, o IPEA e, também, nossos estatísticos, demonstram que este número de 1,5 criança por mulher, lá em 2020 ele está super estimado. Nós deveremos ter menos criança por mulher em 2020 em face da conscientização das políticas e, em especial, com a paternidade responsável, porque antes as mulheres tinham os filhos e os pais viraram as costas para esta mãe. Hoje o processo começa a mudar e começa a ter um diálogo mais forte com os meninos para que nos ajude com a paternidade responsável. A próxima.

Isso aqui foi o planejamento. Lá em 2003, quando nós fizemos o planejamento na reforma previdenciária, nós trabalhávamos que em 2050 nós teríamos 259 milhões de pessoas. Com o planejamento de 2008, teremos apenas 215 milhões de pessoas. Portanto, cometemos um erro, fruto da mudança demográfica do tamanho da família e do aumento da longevidade, em 44 milhões de pessoas, ou seja, num curto espaço de tempo, de apenas quatro anos de planejamento, fruto de tudo isso que o Brasil está mudando, nós estamos tendo uma reavaliação que diminui em 44 milhões de pessoas entre um e outro. Prevíamos de que em 2050 teríamos 49 milhões e 500 mil crianças abaixo de 16 anos de idade, fruto da natalidade por casal, por mulher. Com o novo planejamento deveremos ter apenas 30 milhões de criança, lá em 2050, com menos de 16 anos de idade, um erro de 19 milhões de crianças. Prevíamos que teríamos 146 milhões de pessoas entre 16 e 59 anos no mercado produtivo brasileiro. Erramos. Agora o planejamento é para 120 milhões, ou seja, vamos ter 26 milhões de menos jovens produzindo, pagando impostos, para dar sustentação à Previdência brasileira. E continuamos trabalhando com o mesmo número de 64 milhões de pessoas acima de 60 anos de idade; hoje somos 17 milhões e 900 mil. Quem trabalha a Previdência, quem trabalha atuária, precisa ter isso aqui com muita precisão, sob pena de planejar errado, e aí o jovem de hoje, que está no mercado de trabalho, chegar a época do seu benefício e não receber. Esse é o nosso papel de ajudar, de refletir e de planejar. E este planejamento que nós fizemos, ele vai até 2011, o atual Plano Plurianual, vai de 2012 a 2015 o novo Plano Plurianual para que o Presidente ou a Presidenta que assumir o Brasil em janeiro de 2011 encontre uma política de Estado, e vai de 2015 a 2050 com esse detalhamento época a época para dar uma Previdência atuarialmente equilibrada e que o Estado nacional possa trabalhar. A próxima.

Esse é o nosso erro. Em 2004 prevíamos 259 milhões; em 2008, 215 milhões. Essa é a diferença dos 44 milhões a menos de homens e mulheres no Brasil. E a partir de 2025 a população brasileira deixa de crescer e começa a diminuir. Portanto, isso aqui são dados estatísticos, atuários, feitos por nove instituições, nós fomos checando uma a uma e nesse item eles têm unanimidade. A próxima.

A Previdência que queremos. Este foi o planejamento estratégico. Aqui tem todo um desenvolvimento. No planejamento estratégico um dos itens fortes é a modernização da infraestrutura, em especial tecnologia da informação. A nossa DATAPREV era uma empresa em extinção, estava determinada a sua extinção, nós a recuperemos, investimos mais de 280 milhões de reais e hoje ela expede o extrato em cinco segundos e permite a concessão do benefício em até meia hora. Mudamos totalmente essa empresa. Fizemos concurso público agora em janeiro de 2009, contratamos 347 novos analistas para que possam dar sustentação de qualidade nessa Previdência. E com um dado: todas essas mudanças que nós estamos fazendo, não tem uma consultoria externa. É feito exclusivamente por servidor público da Casa. O único externo é José Barroso Pimentel.

Gestão estratégica de pessoas. Nós tínhamos até 2003 um processo muito esvaziado. Em 1999 tinham sido extintos os peritos médicos, porque eles fizeram uma greve e aí o Estado nacional resolveu extinguir a carreira de perícia médica, terceirizamos, esse processo trouxe um estrangulamento muito forte, fizemos concurso público e temos hoje 5200 peritos médicos. Com a expansão da rede de agências estamos pedindo ao planejamento, e vai chegar aqui no Congresso Nacional, o pedido de autorização para contratar mais dois mil peritos médicos para que possamos ter esse atendimento. E na hora, logo que chegar, vamos vir a cada Senador, a cada Senadora, a cada Deputado, a cada Deputada pedir que nos ajudem nessa tramitação.

Em 1997 o Estado nacional extinguiu a carreira de assistente social. Aí criamos um problema muito grave para reconhecer através da Lei Orgânica da Assistência Social. Em 2004 isso foi revogado, fizemos concurso público em janeiro de 2009, agora, e no dia 13 de maio foi autorizada a contratação de 900 novas assistentes sociais para que nós possamos atender as pessoas da LOAS, porque tem aqui um conjunto de pessoas em que nós não estamos dando o atendimento necessário. Já admitimos 14 mil técnicos previdenciários nesse processo.

O outro grande foco é o controle social, a gestão e o controle social. e nós temos tido uma preocupação de todo esse debate passar inicialmente pelo Conse-

lho Nacional de Previdência Social, vir ao Congresso Nacional fazer esse debate, debater com a sociedade para que a gente possa ter uma Previdência pública que defenda o trabalhador e a sua família.

A outra é a excelência do atendimento. Isso para nós é uma utopia. Hoje, o nosso esforço é conceder os benefícios em meia hora. Mas não tenhamos dúvida de que daqui há oito, dez anos, as pessoas vão olhar para 2008 e 2009 e dizer: "Na Previdência tinha um careca que tomava meia hora da minha vida para conceder o benefício e eu quero agora isso através da certificação digital".

Nós estamos trabalhando a certificação digital para que, a partir de janeiro de 2010, a gente já comece a desenvolver essa tecnologia, porque nós sabemos que da mesma maneira que o celular, na década de 80, era um tijolo que a gente não conseguia transportar, hoje está universalizado e a certificação digital vai no mesmo ritmo; daqui há oito ou dez anos ela estará tão popularizada como está popularizado hoje o celular. Uma instituição que cuida do trabalhador e da sua família tem que se antecipar e a DATAPREV começa a desenvolver toda essa tecnologia. O objetivo é eliminar a existência de papel na vida previdenciária brasileira, ser tudo automatizado e acompanhado por cada homem e cada mulher, inclusive tirando todo mês o seu extrato da sua vida previdenciária a custo zero; não paga um centavo para tirar o extrato previdenciário.

Outro objetivo é o fortalecimento da proteção social. Esse esforço que hoje já temos 65% da população brasileira com cobertura previdenciária, com a Lei 11.718 vamos universalizar nos segurados especiais e com essas políticas de formalização do contrato de trabalho da doméstica, de regularização dos vínculos empregatícios, em especial na construção civil, e com a formalização do microempreendedor, nós queremos chegar aí a um número razoável. A próxima.

A nossa Previdência é isto aqui hoje. Nós somos gestores de um grande banco de dados. Nesse primeiro item é o Cadastro Nacional de Informações Sociais. Esse cadastro nacional tem três grandes blocos: os assalariados, que é alimentado pela GEFIP, os contribuintes individuais e temos o segurado especial. O primeiro e o segundo bloco estão homologados e implantados desde o dia 27 de janeiro de 2009. Estamos terminando o segurado especial, que entra em vigor em 1º de julho de 2009. Esse banco de dados, hoje, tem mais de um trilhão de registros de vínculos empregatícios e de contribuições e é nesse banco de dados em que as 78 milhões de pessoas, vinculadas ao sistema desde o mês de maio, tira o seu extrato previdenciário para acompanhar mês a mês as suas contribuições e, também, nos ajudar na fiscalização,

porque antes o trabalhador só tomava conhecimento da sua vida previdenciária na hora da aposentadoria ou do benefício. Nós queremos que ele acompanhe o dia a dia e que quando o empregador deixar de fazer o depósito, que ele fique sabendo.

A Caixa Econômica Federal também desenvolveu a mesma tecnologia e nesse mês de maio iniciou com o Fundo de Garantia e nós transferimos para a Caixa Federal a mesma tecnologia desenvolvida pela nossa DATAPREV para os trabalhadores. No bloco de lá são os benefícios. Hoje são 26 milhões e 400 mil benefícios que nós pagamos rigorosamente em dia em qualquer ponto do Brasil e soma 17 bilhões de reais. Do lado de cá nós montamos um sistema em que as fraudes, até então existentes, deixam de existir. E os filhos de Deus, que são criativos, vão criar outras fraudes. Quer ver um exemplo? Identificava um CNPJ que estava em desuso há dez, 12, 15 anos. Aí um escritório especializado fabricava um conjunto de carteiras profissionais, carimbava tudo. Chegava no nosso guichê, nós indeferíamos o benefício. Com o indeferimento, ele ia na Justiça. Conseguia uma liminar, porque que a prova plena era a carteira de trabalho. Nós levamos cinco anos para derrubar essa fraude. Depois disso aqui alguns deles voltaram a fazer isso. Tem chegado no nosso guichê, a gente entra nesse cadastro, que é resultado da Lei Complementar 128, não está lá, está anotado que a empresa está desativada, aí nós chamamos a Polícia Federal e ele é preso na hora. No Rio de Janeiro, só nesses 15 primeiros dias de maio, já foram oito presos nesta situação. Sabíamos quem são eles, sabíamos onde é que eles atuavam, só que eles vão ter que ser criativos. A principal fraude nossa era esta. Eles pegavam uma empresa desativada, fabricavam um conjunto de carteiras profissionais, carimbava tudo, ia no nosso guichê, pedia o benefício, nós indeferíamos e entravam na Justiça. E aí, como a carteira profissional era a prova plena, dava-se a liminar e a gente levava cinco anos para derrubar isso. Esses escritórios vão ter que ser criativos de uma outra forma. E aqui nesse grande banco de dados nós trabalhamos antecipadamente com uma equipe que analisa o risco e não mais corre atrás do prejuízo. É a mesma tecnologia que o sistema financeiro implantou na década de 80. E este do meio são os benefícios.

Temos um problema para resolver, que é a reabilitação profissional e a reinserção no mercado de trabalho. Nós constituímos, em agosto de 2008, uma comissão tripartite: pelo Governo, o Ministério da Previdência, do Trabalho e a Saúde; pelos trabalhadores, as seis Centrais Sindicais; e, pelos empregadores, as seis Confederações. E eles estão chegando ao final. Primeira recomendação deles: criar uma diretoria de

saúde do trabalhador no INSS para poder nos ajudar nesse processo. Já mandamos, vamos criar por Decreto, estamos pegando a estrutura que estava no gabinete do Ministro da Previdência, estamos desativando e mandando para o INSS para não ter que aumentar despesa. Já mandamos o Decreto para o planejamento e queremos, durante todo o mês de junho, implantar a diretoria de saúde do trabalhador no INSS. Segundo coisa: estamos dialogando com o "Sistema S" para que a sua estrutura seja conveniada com a Previdência Social e ali seja feita a reabilitação com a supervisão das nossas assistentes sociais que tomam posse agora em junho e a mão de obra seja do "Sistema S". No dia 27 de maio agora assinaremos o primeiro convênio com uma parte do "Sistema S", estamos conversando com todos eles e queremos também discutir com eles a reinserção no mercado de trabalho, porque como esses trabalhadores não têm segurança se vai ter emprego em seguida, a sua autoestima é baixíssima e a sua recuperação é bastante imitada.

Portanto, queremos fazer esse trabalho articulado com as Centrais Sindicais e com as Confederações dos Trabalhadores para que eles sejam reabilitados dentro da sua estrutura com a nossa supervisão e que seja, em seguida, feita a reinserção dentro daquele ramo de atividade em que o "Sistema S" tem a sua vinculação.

A nossa presidenta me desculpe, terminei extrapolando um pouquinho aqui, mas é porque essas coisas nos apaixonam e a gente faz--

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Como eu tinha falado, Ministro, o senhor tem todo o tempo que for necessário.

SR. MINISTRO JOSÉ BARROSO PIMENTEL: E a gente termina estendendo um pouco mais, mas era isso que nós tínhamos nessa fase primeira.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Mas foi tão rápido, são assuntos que nós temos o maior interesse em conhecer mais detalhadamente. Quero inclusive parabenizá-lo, porque nós sentimos essa sua paixão pelo que está fazendo. Eu sempre digo que quando a gente faz as coisas com amor rende mais, sendo que é exatamente com esse amor que nós sabemos que o senhor vai poder encontrar outras fórmulas, outros caminhos para que a gente possa analisar as condições dos aposentados. Tem a licença-maternidade, que eu sou a autora da PEC, de seis meses, ela já foi aprovada aqui na CCJ e--

SR. MINISTRO JOSÉ BARROSO PIMENTEL: Coisa boa!

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois é, é uma coisa que eu acho

que é importantíssima e é bom saber que o Ministro concorda.

SR. MINISTRO JOSÉ BARROSO PIMENTEL:

Quatro milhões de empregadas domésticas.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): E a licença-maternidade de seis meses seria, inclusive, para todas as mulheres.

SR. MINISTRO JOSÉ BARROSO PIMENTEL:

Mas hoje é de quatro meses e não tem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):

Ministro, eu também queria fazer aqui uma pergunta e isso é muito sério, porque está acontecendo no dia a dia e as donas de casa e os donos de casa sabem disso. No Nordeste eu sei que isso já está comum porque isso é uma coisa que se comenta com muita frequência. Hoje a empregada doméstica, quando a patroa ou o patrão quer assinar a sua carteira, elas não querem, porque dizem que vão perder a Bolsa-Família. Isso é um fato que está acontecendo mesmo. Não podemos tapar o sol com a peneira. É verdade. E não é só um e nem dois não, é muito frequente. Não quer porque tem medo de, assinando a carteira, perde a Bolsa-Família, porque elas recebem aquele benefício, embora muitas vezes, acredito até, que recebendo aquele salário não iria nem chegar ao limite da Bolsa-Família.

SR. MINISTRO JOSÉ BARROSO PIMENTEL:

Não perde a Bolsa-Família, recebe todo mundo salário mínimo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):

Elas dizem: "Se assinar, o que é que vai acontecer? Imediatamente, somos retiradas do Bolsa-Família". Então existe isso, até porque eu acho que existe uma consciência hoje muito maior da classe média com relação a dar o direito trabalhista, porque até pela preocupação, que aí vem o outro lado, também as trabalhadoras antes não tinham... Essa é uma questão que a gente tem que esclarecer bem para que elas saibam que não vão perder o Bolsa-Família. Então é isso que precisa ser colocado, porque há esse receio.

Outra questão, que eu acho que aí o Ministério do Trabalho tem uma função primordial, que é hoje, também, orientar as trabalhadoras que elas têm direito de ir em busca dos seus direitos no Ministério do Trabalho, coisa que já está acontecendo.

Então eu queria dizer que eu sou totalmente favorável que a gente dê o direito a quem tem direito e acho que nesta Casa, até por ser mulher, já que a maioria das trabalhadoras são mulheres. Agora mesmo nós estávamos numa Audiência Pública lá na Comissão de Educação, e esse projeto virá para cá, Ministro, falando em torno de mais de um milhão de trabalhadores do

Brasil que não têm a sua profissão regulamentada, que são: cabeleireiros, manicures, pedicures, esteticistas; eu sou a Relatora do projeto, o Senador Paim estava presente, o Senador Flávio Arns estava presidindo.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): São 900 mil sem registro.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): 900 mil sem registro. Imagine também o número que... A gente sempre tem que dar um desdobramento, como diz o matuto, daquele número que está em casa, de forma, vamos dizer assim, nos lugares mais distantes, as cidades menores, que não está sendo nem levantado esse número, aí você somando são muitos.

Então essa regulamentação... Eu acho que é isso que nós queremos e quero aqui dizer que, se a Comissão estiver de acordo, já vamos fazer o requerimento, apresentar um requerimento para que possamos discutir na Comissão a questão de tornar formal os milhares e os milhões de brasileiros que estão aí como mascate, como camelôs, como pequenos trabalhadores do comércio, na venda de alimentos, são pipoqueiros, são sorveteiros, vendedores de amendoim, de--

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Presidente, mas esses não entram no microempreendedor?

SR. MINISTRO JOSÉ BARROSO PIMENTEL:

São exatamente esses.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):

São milhões de trabalhadores não que estão--

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Cabeleireiro pode entrar; tudo pode entrar no microempreendedor.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pode sim, cabeleireiro... Agora mais uma dúvida, Ministro, antes de eu passar a palavra. Como eu sou a Relatora dos cabeleireiros, aí eu quero saber uma coisa.

SR. MINISTRO JOSÉ BARROSO PIMENTEL:

Diga.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pelo que eu entendi, essa formalização seria para quem tem apenas um trabalhador, não é assim? No máximo até um trabalhador, um empregado, aliás.

SR. MINISTRO JOSÉ BARROSO PIMENTEL: O Simples Nacional é para quem tem até dois milhões e 400 mil reais por ano de faturamento, independentemente do número.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Do número de trabalhadores.

SR. MINISTRO JOSÉ BARROSO PIMENTEL:

Na primeira faixa é para quem tem até um empregado. A partir de R\$ 36.001,00 até R\$ 120 mil não tem qualquer limitação de empregado e ele contribuirá com 4% do seu faturamento mensal, correspondendo ao ICMS, que é o imposto estadual, ao Imposto de Renda, à COFINS, ao PIS/PASEP. A contribuição patronal é zero sobre a folha. São sete tributos, então é uma escadinha, está certo? São vários degraus para que ele possa crescer.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Entendi. Bem, se os senhores concordarem eu já ponho aqui em votação a Audiência para que a gente possa analisar, debater melhor essa questão da formalização através do Simples do microempreendedor individual.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado. Vamos marcar a data, inclusive eu quero aqui dizer ao Senador Paim que seja em conjunto com a sua Subcomissão que trata do trabalho e da Previdência, certo?

As inscrições estão abertas. O Senador Roberto Cavalcanti está com a palavra.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Senadora, pela ordem, eu queria comunicar esta Comissão que já protocolei esse pedido de Audiência à Mesa.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Aqui o serviço é completo, já foi aprovado e já está protocolado. O Senador Roberto Cavalcanti, realmente, nos deu uma grande ajuda. Muito obrigada, Senador. Com a palavra o Senador.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu vou tentar ser bastante objetivo, alistei vários itens. Em primeiro lugar eu sinto assim uma certa dificuldade de tecer elogios ao Sr. Ministro. Eu não sei se o faço na qualidade de amigo pessoal, amigo da Paraíba que o Ministro é, se seria ao cidadão José Pimentel ou ao Ministro José Pimentel. Ao Ministro José Pimentel, então, eu faço os elogios pela extraordinária palestra, parabenizo, inclusive, a assessoria. Isso não acontece por acaso não, isso é um trabalho de muitas mãos, eu trabalho com equipe, sei o que é isto, então eu gostaria realmente de parabenizar V. Exa. e a equipe de V. Exa. porque foi enriquecedor este trabalho que nós acabamos de receber as informações.

No tocante a um item que foi abordado pelo Sr. Ministro, referente ao um real que abate do Imposto de Renda, eu gostaria de sugerir, como pessoa da área de comunicação, eu gostaria de dar uma sugestão de que houvesse uma campanha de maior esclarecimento. Nós estamos aqui com a TV Senado aberta ao público e tenho certeza de que não são todos os empregado-

res ou não são todos os empregados que têm conhecimento disto. Então eu acho que seria oportuna uma maior campanha. O Brasil faz campanhas e os Ministérios têm as suas verbas de comunicações, então eu acho que esse item específico do um real, como mexe no bolso e o bolso é um órgão muito sensível aí do corpo humano, eu acho que seria interessante que o Ministério acatasse essa sugestão.

Foi referenciado também no tocante à qualidade do espaço físico dedicado às empregadas domésticas, a qualidade, o posicionamento geográfico. Eu diria que é realmente extremamente importante esse registro, mas eu acho que esse é um aspecto que nós temos que trabalhar o lado cultural. Isso é uma distorção que acontece por falhas culturais. Eu vou defender aí os arquitetos e arquitetas, não na qualidade de marido de arquiteta, porque eu sou membro da AMA, que é a Associação dos Maridos das Arquitetas, mas os arquitetos são, na verdade, psicólogos que captam o pensamento dos seus clientes e conseguem dar plasticidade a esses anseios. E quando eles são chamados, digamos, um empreendedor, ele quer um apartamento de 100 m² que tenha tudo para quem compra. Quem compra? A senhora compradora e o senhor comprador. Então quer um terraço maravilhoso, quer uma cozinha maravilhosa e assim vão sendo gastos os 100 m². Quando chega no final da receita, aí a arquiteta chega ou o arquiteto chega e diz: "Olha, vocês esqueceram área de serviço, esqueceram a dependência de empregada". Aí o empreendedor diz: "É mesmo; ponha no que sobra e se vire". Na verdade, existe uma tutela por parte das pessoas que pagam os projetos para o que saem dos projetos. Os arquitetos, na verdade, são esses artesãos de conciliar os anseios com a plasticidade.

No tocante ao índice de mortalidade das empresas, um fator importantíssimo que foi narrado aqui, eu diria que está visto que uma das coisas que mata, que destrói, que inviabiliza a empresa brasileira é a carga tributária, automaticamente a carga previdenciária. O exemplo do Simples foi extremamente enriquecedor, mostrando a consistência das empresas do Simples e a sua capacidade de resistência. Essa capacidade de resistência, sem dúvida, está diretamente ligada à menor carga tributária, à menor carga de custos para a sua manutenção. Esta imagem é uma imagem que deveria ser muito bem percebida pelo Governo Federal no sentido de preservar a empresa nacional, preservar a pequena e a média empresa que não se adaptam ao Simples, mas que necessitam de que no Brasil se pratique uma carga menor, que o custo de se manter uma empresa seja menor, razão pela qual sucedem-se as mortes de determinadas empresas.

Um outro item que eu gostaria também de explicar seria sobre a expansão e recuperação das agências em todo o Brasil. Eu fiquei gratificado extremamente, não digo surpreso, mas feliz, com o quadro demonstrado pelo Sr. Ministro, na qual pela primeira vez eu vejo o Nordeste ganhando do Sudeste, o Nordeste ganhando do Sul e tal. Então na hora que nós temos 357,2 milhões de reais aplicados no Nordeste com 339 obras novas, 90 obras de recuperação, isto é uma grande demonstração da sensibilidade do Ministério para com a região mais carente do País. Nós não temos a maior população, mas nós temos as maiores carências, e na hora de alocação de recursos se percebe que na verdade o Nordeste está supostamente privilegiado, mas não é supostamente privilegiado, ele está tendo o reconhecimento da demanda da sua necessidade. Então parabeno o Ministério, parabeno o Sr. Ministro por ter determinado, com a equipe, que o Nordeste tivesse este reconhecimento das suas carências.

Para finalizar, no mapa apresentado pelo Sr. Ministro eu consegui mais ou menos identificar a minha meta de vida. Eu cheguei no mapa, aqui tem uma projeção de que em 2030 a expectativa de vida é de 81,3. Como em 2030 eu vou estar com 84 anos, eu vou estar pretendendo superar essa meta de objetivo. Eu sou extremamente competitivo, então eu vou pedir a Deus para me ajudar para que eu consiga superar, como cidadão, a meta de 81,3 nos homens.

Realmente, para finalizar, eu gostaria de dizer que já protocolei, atendendo à sugestão do Sr. Ministro, o pedido da Audiência coletiva para que nós possamos, mais uma vez, nos enriquecermos com os temas ressaltados pelo Sr. Ministro.

Era isso o que eu tinha a dizer. Muito obrigado.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Isso aqui não é nada secreto, é que o pessoal está fazendo um documentário aí sobre os negros no Parlamento e às vezes eu passo um ou dois dias com esse gravador aqui colado.

Eu combinei aqui com o Ministro de os Senadores fazerem as suas perguntas ou a sua exposição, a sua colocação, e no final ele responde em bloco. Eu também farei no final umas duas perguntas. Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Da minha parte eu quero, inicialmente, saudar o Ministro José Pimentel, dizer para ele da alegria de tê-lo aqui na Comissão de Assuntos Sociais, no Senado, e ver, assim, uma apresentação competente, dinâmica, com profundo conhecimento de causa, já há muitos anos que o senhor vem se dedicando à questão da Previdência. Então é muito bom vermos, assim, uma apresentação

de tanta qualidade, de tanta determinação e, assim, como foi colocado, de uma utopia em relação àquilo que deve ser colocado para o futuro, mas a utopia é alcançável desde que nós organizemos adequadamente para que essa utopia se transforme em realidade. Então, naturalmente, isso, assim, engrandece o Ministério, engrandece o Brasil.

Eu gostaria de fazer perguntas, que certamente o Senador Paulo Paim vai colocar na sequência, essencialmente em relação ao projeto que foi aprovado aqui no Senado Federal e que se encontra na Câmara dos Deputados em relação ao término do fator previdenciário. E, ao mesmo tempo, ponderações em relação à questão do reajuste de aposentados e pensionistas no regime geral da Previdência. É claro que a gente sabe que houve avanços importantes em termos da questão da inflação ser colocada na questão dos aposentados e pensionistas, mas, ao mesmo tempo, sabendo que nem sempre os aposentados e pensionistas têm a sua inflação de acordo com os índices oficiais. Basta dizer que planos de saúde, a gente pode ter o sistema do SUS, que deveria ser universal, de qualidade para todos, mas muitos dos aposentados e pensionistas, afinal, são 50 milhões de brasileiros que têm planos e que tem uma inflação simplesmente do dobro da inflação oficial. Isto vai fazer com que depois de quatro, cinco anos, a pessoa, juntando o fator previdenciário com outras inflações que ocorre, a pessoa terá uma redução significativa nesse sentido. Eu sou do partido de V. Exa. também e nós sempre combatemos bastante no passado a questão do fator previdenciário, inclusive houve manifestações nacionais do partido contra o fator previdenciário quando ele foi aprovado. E agora nós temos, assim, uma oportunidade concreta de revermos essa situação histórica, que talvez num determinado momento tenha sido importante, e os aposentados e pensionistas, assim, questionando, e me parece com toda razão, Sr. Ministro, no sentido de dizer: "Olhe, se eu contribuí com tanto e não estou recebendo tanto, deveria pelo menos receber de volta aquilo que eu contribuí em excesso em termos da contribuição para a Previdência".

Então os três projetos que foram aprovados foi o fator previdenciário, foi a questão do reajuste do salário em termos compatíveis, que a gente sabe que é um debate que se faz, e, ao mesmo tempo, a questão da recuperação das perdas no decorrer dos anos. Mas, particularmente, do fator previdenciário, que me parece assim, Sr. Ministro, uma tremenda de uma injustiça alguém contribuir, ver, de repente estar para se aposentar, vai se aposentar e de imediato tem uma redução em termos, assim, significativos daquilo que

poderia perceber. Então eu gostaria que o senhor, V. Exa. pudesse abordar essa situação.

A segunda questão, o senhor mesmo colocou, me permita chamá-lo de senhor, em termos de reabilitação. É um desafio, eu posso imaginar os desafios todos de um Ministério como o da Previdência, desafios e importância do Ministério, mas realmente a quantidade de pessoas assim, benefícios, o público todo, os desafios, os caminhos para a modernização são importantes. Mas, na questão da reabilitação, de fato é algo, eu diria assim muito precário ainda no Brasil, quer dizer, reabilitar, reinserir, porque depende também de uma articulação interministerial, porque é da Previdência, mas é da saúde, é fisioterapia, fonoaudiologia, terapia ocupacional, é da ciência e tecnologia em termos de tecnologia que possa permitir uma reinserção social, é um desafio para o Ministério do Trabalho, e haver essa sincronia, esta convergência objetivando a reinserção social, quando se trata de um trabalho interministerial, é um desafio maior ainda. A gente sabe disto, mas eu me arriscaria a dizer que me parece ser inexistente no Brasil, se eu puder usar uma expressão assim um pouco mais forte. E é uma pena porque muitas pessoas poderiam, assim, participar ativamente, o que traria não só uma questão de salário, mas uma questão da Previdência, não estaria aposentado por invalidez, mas poderia participar do mundo do trabalho. Eu me arrisco a dizer inexistente porque desconheço, assim, sistemas. Às vezes a gente tem iniciativas como, por exemplo, o Sara Kubitscheck, que é da mais alta qualidade, no Paraná tem um centro de reabilitação que está sendo organizado, em Goiás, mas eu nem penso em centros grandes, eu penso assim, quer dizer, o centro grande podendo influir, gerenciar e orientar centros menores na própria comunidade, e o próprio Ministério da Saúde numa Portaria, no final do ano passado, tirando essas ações das ações estratégicas e colocando no teto do Município e do Estado. Então eu diria que isto, em termos de saúde mental, em termos de eficiências, até eu uso uma expressão que “foi um tiro no peito”, assim, do processo de reabilitação. Então eu acho que esses cuidados têm que ser tomados. Mas eu sei que V. Exa. está, assim, preocupado com isso e apontou que esse é um desafio mesmo. Eu também acho que é um desafio, mas que tem que ser visto com cuidado.

Só mais dois aspectos. Outro aspecto é a questão da pessoa com deficiência. É um desafio grande ainda. O Presidente da República, dois anos atrás, publicou um Decreto em que a pessoa que recebe o BPC (Benefício da Prestação Continuada), ela possa trabalhar e, eventualmente, se perder o emprego, retornar à situação do Benefício da Prestação Continua-

da. Isso foi um avanço. Mas tem uma dificuldade aí no meio, Sr. Ministro, que nós poderíamos avançar para tranquilizar as famílias no Brasil, porque mesmo que ela tenha o BPC, comece a trabalhar e volte a receber o BPC, ela deixa de ser uma pessoa que possa se beneficiar da pensão do pai ou da mãe quando o pai e a mãe vierem a falecer, porque atualmente a pessoa é interdita ou totalmente ou parcialmente, dependendo da decisão do Juiz, e uma das seguranças que a pessoa tem é dizer: “Não, o meu filho é dependente, tem dificuldades; quando eu morrer, por ser dependente, interditado para todos ou algum aspecto da vida, essa pessoa vai ter a condição de se beneficiar da pensão do pai ou da mãe”. E nesse sentido, se ele começar a trabalhar, ele vai, na verdade, perder esse direito à pensão. Então o que é que acontece na realidade no Brasil? As pessoas com deficiência não se inserem no mundo do trabalho porque senão essa dificuldade vai acontecer.

Então eu penso, assim, que esse assunto, Sr. Ministro, se o senhor permitir poderia ser um debate em que poderia haver uma reunião de trabalho administrativa. Nós temos aqui nessa Comissão uma Subcomissão Permanente da Pessoa com Deficiência para organizarmos o assunto e fazermos algum tipo de encaminhamento para se achar a solução. Inclusive, na questão do BPC eu indago ao senhor, eu já tinha feito isso antes de o senhor ser Ministro para outro Ministro, porque aparece aqui o benefício assistencial e isso pode dar a impressão para quem lê e examina as colunas de que o benefício assistencial seja proveniente de recursos da Previdência, quando na verdade o benefício assistencial é proveniente de recursos do Tesouro. Mas a Previdência, por ter uma capilaridade muito grande e com profissionais, naturalmente, e tem que ser assim mesmo, o Poder Executivo se utiliza da infraestrutura da Previdência para conceder os Benefícios da Prestação Continuada tanto para a pessoa com deficiência como para o idoso, só que a disposição, às vezes os meios de comunicação colocam isto no débito, na parte, assim, de necessidades da Previdência quando esse recurso não é da Previdência, é do Tesouro.

E, finalmente, eu só gostaria de alertar o senhor, o senhor já deve ter sido alertado, mas alertar para, em primeiro lugar sempre dizer assim que tudo isso que eu estou falando é em cima de uma consideração que eu fiz para parabenizar, porque eu acho que o senhor, realmente, imprime um ritmo bom, tem conhecimento, tem dedicação, tem uma visão de futuro, assim, importante. Agora alertar no sentido da participação ainda, se bem que a Lei esteja sendo alterada agora, do grupo do Ministério da Previdência e do

INSS, agora não é tanto Previdência, mas da Receita também, que participa do Conselho Nacional de Assistência Social, que ainda é o Conselho Nacional de Assistência Social em função da rejeição da Medida Provisória. Eu diria um grupo xiita, fundamentalista, radical, que não sabe valorizar o esforço que a sociedade organizada séria pode fazer a favor do Brasil. Os representantes do Ministério são representantes que antes eram do Ministério, agora eu acho que são da Receita, eu não sei de onde que são, mas o senhor pode, assim, avaliar bem o desempenho. São pessoas que pensam, na verdade, em desqualificar, em desorganizar, em maltratar, em perseguir, sem razão objetiva alguma, fazendo inclusive recursos para o senhor como Ministro da Previdência, copiando pareceres de uma entidade, às vezes uma entidade está sendo penalizada e a pessoa copia o texto de outra errando o nome inclusive da entidade, porque é um grupo que eu diria que o senhor tem que tomar muito cuidado, é um grupo, assim, muito, eu diria xiita, fundamentalista, mal intencionado e não gostaria que a administração de V. Exa. se visse prejudicada por pessoas que não dialogam, não respeitam e desqualificam as pessoas que querem fazer um bom trabalho.

Mas quero parabenizar o senhor, o trabalho que o senhor vem fazendo e os desafios que podemos ultrapassar em conjunto também com a participação da sociedade e do Congresso Nacional. Obrigado.

[troca de presidência]

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Agora passamos a palavra ao Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sra. Presidente, muito obrigado, nosso querido Ministro José Pimentel. Eu queria pedir desculpa por não ter assistido a sua Audiência por estar em outra Comissão, mas quero só reafirmar a minha confiança no seu trabalho. Eu o conheço já há bastante tempo, nós trabalhamos juntos na Comissão de Orçamento, lá você era um dos defensores da Previdência, lá dentro do orçamento lutava também.

Agora eu acho que a Previdência social é um dos principais distribuidores de riqueza desse País, porque as pessoas mais necessitadas, antes de haver o Bolsa-Família, já tinham a Previdência, já tem, como nós sabemos, inclusive no Nordeste, lá em Roraima também, algumas famílias que são sustentadas pela própria aposentadoria dos mais velhos, algumas famílias são dessa forma, principalmente entre os nossos indígenas, que são também amparados pela Previdência Social. Os nossos e os da Venezuela e da Guiana também, que eles vêm também para cá, para o Brasil, quando chega na época de adquirir algum benefício.

Eles são índios, tiram um documento no Brasil e vem, quer dizer, dá uma sobrecarga na gente, e não existe um jeito de você coibir isso porque eles são indígenas mesmo e vivem ali.

Eu já dei uma olhada na sua apresentação, mas eu tenho certeza que V. Exa. vai fazer o que for melhor para o trabalhador e para o País. V. Exa. é uma pessoa que sempre pensou a longo prazo e na Previdência é um lugar que a gente tem que pensar longe, não pode se pensar só no hoje, se não a gente se atrapalha no futuro. Espero e tenho certeza de que o seu trabalho será um trabalho bom para o trabalhador brasileiro e para a Previdência.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Obrigado, Senador Augusto Botelho. Antes de passar a palavra agora ao Senador Paulo Paim, que com certeza--

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu serei rápido.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): --é extremamente ligado a toda a área, eu queria só aqui, Senador Paim, deixar uma pergunta, uma questão, mais uma questão para que o Ministro possa responder todas em bloco.

Sr. Ministro, a arrecadação do mês de abril de 2009, divulgada nessa semana, indica que, apesar da crise global, a Previdência Social teve a melhor arrecadação mensal da série histórica iniciada em 1995. Por outro lado, revela os números que as despesas previdenciárias cresceram o mesmo que as receitas, 5,3%, no comparativo com abril de 2008, o que significa um aumento real do déficit do sistema. Como V. Exa. avalia esses números e a influência deles, no que importa as ações que devem ser levadas a efeito pelo Ministério no ano de 2009?

Vou passar a palavra agora ao Senador Paim, só para complementar aqui o que colocou o Senador Augusto Botelho, que a Previdência Social realmente é um grande distribuidor de renda e uma das coisas que nós sentimos, nós que caminhamos nas mais diversas regiões do nosso Estado, vamos para o interior, para a zona rural, é como realmente mudou com a questão da previdência do campo, o direito do trabalhador rural de ter também a sua aposentadoria. Isso foi muito importante para a terceira idade, para os idosos, que hoje a própria família respeita, sabe que aquele é um cidadão que está contribuindo para a renda familiar e isso vem, realmente, valorizando os nossos idosos, tanto no campo como na cidade.

Passamos agora para o Senador Paulo Paim, de quem já tomei muito tempo, mas ele tem direito a todo tempo possível.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu serei muito rápido. Senadora Rosalba Ciarlini, Presidente da nossa Comissão, Ministro Pimentel. Ministro, eu quero ser bem rápido aqui na minha fala. Primeiro, cumprimentar a V. Exa. pela exposição. A Previdência Social vive um novo tempo. Ninguém tem dúvida que a Previdência Social, para mim, eu diria que na minha avaliação o melhor distribuidor de renda do País é exatamente a sua pasta, a Previdência Social. Eu quero cumprimentar a V. Exa., me corrija se eu me enganar nos números, pelo anúncio que V. Exa. fez, que está previsto a contratação de dois mil peritos.

SR. MINISTRO JOSÉ BARROSO PIMENTEL: Vamos pedir autorização.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Para contratação à Casa? Eu quero dizer que eu sou parceiro para essa batalha aqui na Casa, porque sem sombra de dúvidas, eu que viajo tanto por esse País, e, claro, mais pelo Rio Grande, eu vejo que há um questionamento muito grande em cima da Previdência Social na questão dos peritos. Eu acho que dois mil peritos a mais, naturalmente, vão ajudar para que a análise seja feita com mais profundidade e, conseqüentemente, o benefício seja, nesse caso específico que passa pelos peritos, concedido com mais brevidade. E, também, acho importante, e esse dado também que acho que eu peguei aqui, porque anotei rapidamente, a questão dos assistentes sociais, em torno de mil. É esse o dado?

SR. MINISTRO JOSÉ BARROSO PIMENTEL: Novecentos.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Novecentos assistentes sociais. Acho também fundamental, porque o cidadão, quando chega lá no posto da Previdência, ele quer de fato um tratamento, digamos, o mais carinhoso possível, porque ele está ali buscando aquilo que ele entende de direito e muitas vezes, por não ter essa sensibilidade, o atendimento não é como aquele que nós gostaríamos. Eu faço isso e sabe o respeito que V. Exa. tem com todos os servidores, que eu também tenho, mas com certeza os assistentes sociais vão ajudar muito para interagir com esses trabalhadores que buscam os seus benefícios.

Quero entrar também nessa questão das carteiras de trabalho não assinadas. Eu digo sempre, Ministro Pimentel, que há um equívoco enorme, e naturalmente eu estou aproveitando a TV Senado, daquele que não assina a carteira. Ele vai pagar e vai pagar em dobro porque esse trabalhador, pode não assinar a carteira, mas tu acha que quando ele sair do teu emprego, seja onde ele for, ele não vai procurar os direitos dele? Vai. Então é um equívoco para aquele que não assina a carteira, que está achando que está economizando,

vai pagar muito mais. Pode escrever o que eu estou dizendo com toda convicção. Por isso que eu entendo que seria fundamental se nós pudéssemos, o Congresso Nacional, o Ministério da Previdência, o Ministério do Trabalho, orientar cada vez mais a todo aquele que tem o trabalhador, que ele assine a carteira do trabalhador, que pague a sua previdência, que pague aquilo que ele tem de direito. Vai pagar. Eu conheço amigos meus que achavam que eram malandros – amigos eu digo pessoas que conheço-, que eram espertos, não assinavam a carteira, o cidadão saiu de lá e botou na Justiça, levou e tem mais que levar mesmo. Então é um equívoco daqueles setores que não assinam a carteira, seja do empregado, da empregada doméstica, ou da micro ou da pequena empresa, vai pagar lá na frente e vai pagar muito mais.

Então eu aproveito esse momento, até pelo apelo que o Ministro fez aqui, para me somar a ele nessa linha de que tem que assinar a carteira. É uma forma de preservar o direito do empregado e do empregador. Não assinar significa pagamento em dobro no amanhã e acho isso da maior gravidade.

Foi aqui perguntado, eu tinha tomado nota, da importância, Ministro, da reabilitação profissional. No tempo que eu estava na fábrica, eu tive um acidente e para mim foi fundamental ir para um posto de reabilitação profissional, que tínhamos lá em Porto Alegre, que funcionava e muito bem. Por isso que eu quero reafirmar da importância da reabilitação profissional.

E por fim, Ministro, eu quero perguntar a V. Exa., na linha da Previdência que queremos, apontando para o futuro, é um ponto de vista que eu defendo há tempos e tomo a liberdade de colocar aqui: se nós não haveremos de caminharmos de forma quase que obrigatória para um futuro próximo de sairmos da contribuição do empregador sobre a folha para o faturamento, para o lucro, enfim, porque eu acho, Ministro, que seria bom, na minha avaliação, para a Previdência, bom para o empreendedor, bom para a folha de pagamento, porque às vezes eu dou este exemplo: é justo que um banqueiro... É só como exemplo, eu não tenho nada contra banqueiro. Eu sempre digo que o lucro faz parte do sistema e é bom para todos, desde que ele vá em parte para todos de acordo com o que cada um tenha o direito. Eu digo: não é justo que às vezes um banco, digamos, que gera 50 empregos e tem fundamento de 50 bi, ele paga, digamos, sobre a folha e um empresário que gera cinco mil empregos, que tem os mesmos 50 bi de faturamento, mas ele paga muito mais do que o banco naquele caso. Se nós caminhássemos para sair da folha e irmos para o faturamento, para o lucro, naturalmente aí os técnicos da área é que apontarão o melhor caminho. Eu confesso que recebi ainda essa

semana um estudo do Vice-Presidente, se eu não me engano, da Fundação Getúlio Vargas, o Cintra, e ele aponta algo nesse sentido, ele é muito mais ousado. Ele reduz mais que a Previdência sobre a folha, ele queria então um tipo de tributo que seria pago por toda a sociedade e que alavancaria, então, principalmente a Previdência, que é o estudo que eu recebi e que eu achei interessante, mas eu deixo para a reflexão do Ministro esses estudos que eu recebi.

E por fim, Ministro, eu pergunto a V. Exa. se o Ministério da Previdência, eu acho que está preocupado, e o Ministro aqui tem toda a liberdade de colocar o seu ponto de vista, é a última pergunta, sobre a reforma tributária que está na Câmara, porque pelo que percebi até o momento e pelo documento que eu recebi da CNBB, da OAB, das Centrais, das Confederações, das entidades de aposentados, de mulheres, de estudantes, enfim, demonstra que essa reforma tributária, se for aprovada da forma que está no momento do debate, poderá resultar em redução de recursos da Previdência, naturalmente, e da própria Seguridade Social.

Ministro, sobre os três projetos, eu sei que V. Exa. teria uma palestra para fazer de duas horas ainda, eu entendi as colocações feitas pelo Senador Flávio Arns, nós já tivemos diversos debates aqui no Senado sobre o tema, os projetos estão na Câmara dos Deputados, eu estou torcendo muito, Ministro, para um grande entendimento. V. Exa. sabe da minha posição, eu sonho com um grande entendimento em cima do fim do fator e uma política de reajuste para os aposentados. Eu sei que há um diálogo dentro da Câmara feito por diversos Deputados e que estão também dialogando, creio eu, com as instâncias de governo. Enfim, eu acredito, Ministro, que nós podemos chegar num fim de entendimento para que o fator previdenciário, que foi tão colocado aqui pelo Senador Flávio Arns, nessas viagens que eu tenho feito, o centro dos debates, eu posso falar de FUNDEP, eu posso falar da crise, posso falar de salário mínimo, posso falar da questão dos estudantes, mas o centro do debate vira o fator previdenciário em quase todas as palestras que eu tenho participado no País.

Enfim, V. Exa. sabe, torço muito para um grande entendimento e que a gente possa sair desse debate do fator com mudanças radicais no fim do fator e na busca de uma política que garanta aos aposentados e pensionistas que ganham mais que o salário mínimo uma reposição, como disse muito bem aqui o Senador Flávio Arns, que permita a eles viver com dignidade. Mas deixo para a reflexão de V. Exa. e esperamos que a Câmara avance nesse tema. Era isso, Ministro, e parabéns pela sua exposição.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Bom, Ministro, agora vamos começar uma outra palestra, porque o senhor está aí, realmente, com uma série de questionamentos e estão chegando mais. Mas nós temos certeza que os que chegaram aqui já estarão devidamente respondidos, porque são desdobramentos dessas questões que o senhor colocou. Com a palavra.

SR. MINISTRO JOSÉ BARROSO PIMENTEL: Eu quero, inicialmente, agradecer as palavras carinhosas dos nossos Senadores e da nossa Senadora para com este Ministro. Eu diria que é muito mais por sermos amigos, estarmos trabalhando já há bastante tempo aqui no Congresso Nacional. Eu cheguei aqui em fevereiro de 1995 e estou no quarto mandato de Deputado Federal. As famílias cearenses foram muito generosas para comigo e essa relação, essa longa caminhada permite essa forma carinhosa, quero aqui agradecer de coração.

Em segundo lugar, quero registrar que nos próximos cinco anos o grande tema do setor urbano do Brasil vai ser a formalização dos micros e pequenos empreendedores. Se nós analisarmos a questão da pesca, da agricultura familiar, nós andamos muito nesse processo, ele está bem adiantado, que a gente resumiria nas políticas de território da cidadania. Isso é uma política de Estado que vai se construindo. Na área urbana nós temos o mundo do emprego e o Brasil tem despertado muito para o empreendedorismo. Um exemplo concreto é que em menos de dois anos nós mais do que dobramos a quantidade de empresas no Simples Nacional. Hoje 95% das empresas comerciais e das empresas industriais do Brasil estão todas no Simples Nacional e 80% das empresas prestadoras de serviços e 60% de todos os trabalhadores brasileiros com carteira assinada estão nas empresas do Simples Nacional. Essas empresas, elas colocaram integralmente o salário dos seus trabalhadores na carteira e, também, formalizaram os que não estavam, porque a contribuição patronal passou a ser zero sobre a folha e contribui com 2,75% na primeira faixa do seu faturamento e chega a 4,6%. Esse processo todos nós aqui acompanhamos de perto, começou em 1996 com 1,2% do faturamento, depois foi para 1,8% em 2007 e, agora em janeiro de 2008, foi para 2,75% do faturamento até 4,6%. Então é uma experiência positiva e aqui eu já aproveito para abordar essa questão da substituição da fonte de financiamento. Nós estamos tendo uma experiência muito positiva sobre isso. Nós já teríamos condições de dar um passo mais longo, como está se propondo, eu diria que nós temos que estudar um pouco sobre isso, mas esta é a tendência, porque nós estamos assistindo duas empresas no mesmo ramo

de atividade: uma priorizou a mão de obra humana nas suas atividades e a outra priorizou a automação. Esta que resolveu gerar trabalho, gerar emprego, é penalizada porque os seus custos são maiores do que aquela que priorizou a automação.

Então nós precisamos ter um ponto de equilíbrio e as instituições, o Congresso Nacional, está fazendo esse debate e eu acredito, nosso Senador Paulo Paim, de que essa experiência do Simples, que está de 1996 para 2009, está indo para 13 anos, é uma caminhada muito pé no chão, como é inerente a toda mudança que precisamos fazer nesse mundo da Previdência, que tem que ser mais cautelosa e de fato tem os seus impactos, mas tem uma forte experiência e isso tem a ver com a reforma tributária. Então esse debate, o que nós construímos na reforma tributária é de que cada real que for retirado da Previdência, o Tesouro devolve este real. O Relator na Câmara Federal acolheu a Emenda sobre isso e esse debate está sendo feito.

Portanto, essa é a nossa preocupação, de que cada vez que se desonere as receitas da Previdência se vincule receitas do Tesouro. E temos um forte debate hoje na sociedade, que é o pré-sal. Os países que conseguiram equilibrar a sua Previdência, universalizar os seus benefícios, têm outras fontes vinculadas. A Noruega, que é a experiência que eu diria mais satisfatória que a gente tem, eles têm um percentual do royalty de petróleo para esta finalidade e têm outros países que também têm essa finalidade. O Brasil tem uma excelente oportunidade. Estamos descobrindo novas fontes de riquezas, que não estavam ainda na agenda nacional, e poderíamos aqui fazer um debate, um debate de Estado sobre isso, de vincular parte do pré-sal à nossa Previdência Pública como forma de atender particularmente esses setores que não têm condições de contribuir a partir do seu mundo do trabalho. Então o segurado especial, um conjunto de setores que poderia estar detalhando. Eu acho que o nosso Senador Paulo Paim, a nossa presidenta, poderia ser outro debate, eu estou terminando e montando a agenda aqui; desculpa, é porque a gente vai se empolgando, são os temas que vão surgindo, mas eu acho que é muito importante aqui nesse aprofundamento.

Portanto, nos próximos cinco anos, essa questão da formalização e do microempreendedor individual que já aprovou a Audiência, eu acredito que será o principal urbano desse País. Eu tenho estudado muito isto e quero ficar à disposição para vir aqui ajudar nessa reflexão, nesse debate, até porque eu fui Presidente da Comissão Mista da Micro e da Pequena Empresa da Câmara e do Senado por um bom período, sendo que por obrigação de delegação do Congresso Nacional

eu tive que me debruçar sobre essas matérias, então tem uma série de contribuições.

O nosso Senador Flávio Arns traz uma série de temas muito importantes. Essa questão da reabilitação profissional que tanto o Flávio como o Paim, tantos outros, vou chamar assim, porque a gente convive tanto tempo junto que chamar de V. Exa., que é o correto, mas a gente acha que fica tão distante. Portanto, esse debate--

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu o chamei de Pimentel.

SR. MINISTRO JOSÉ BARROSO PIMENTEL: Claro. Então esse debate da reabilitação profissional e da reinserção no mercado de trabalho, nós entendemos que esses dois temas precisam ser feitos conjuntamente. Tivemos uma experiência na década de 70 e na década de 80, na década de 90 esse sistema foi desmontado, a categoria das assistentes sociais foi extinta em 1997. Agora o Estado nacional está recriando, na Previdência Social, a carreira das assistentes sociais, e tomam posse 900 delas agora em junho. Esse é o primeiro grupo e fatalmente o Estado vai precisar depois também contratar mais outras, porque este segmento tinha sido extinto em 1997 e tínhamos transferido essas tarefas para as Prefeituras. As Prefeituras têm uma demanda muito grande e não conseguiam dar resposta a todo esse debatido aqui que nós estamos acompanhando.

Nós temos uma clareza de que esse debate com o "Sistema S" pode ser um caminho, mas não é o exclusivo. E aí, nosso Senador Flávio Arns, nossa presidenta, talvez ficasse aqui também uma outra reflexão, pode ser na Subcomissão, para a gente construir essas questões. Nós estamos com um grupo de trabalho que é tripartite, esse grupo de trabalho foi constituído em agosto de 2008, eu cheguei ali no dia 12 de junho. Constituimos em agosto de 2008, é composto pelo Ministério da Previdência, Ministério do Trabalho e o Ministério da Saúde, porque nós precisamos ter uma ação muito identificada. Temos as seis Centrais Sindicais e as seis Confederações Patronais. Esse grupo de trabalho está muito adiantado, tem um conjunto de recomendações, de orientações muito importantes. Poderíamos trazer para cá o resultado desse grupo de trabalho, para socializar a sua informação e a partir daí o Congresso Nacional, o Senado Federal, nos ajudar nesse debate como política de Estado que estamos desenvolvendo.

A questão dos projetos que estão em tramitação na Casa, são projetos muito importantes, tem reflexo orçamentário e tem a necessidade do seu financiamento. É sobre esse aspecto que nós estamos discutindo; ninguém é contra este ou aquele projeto. Agora

qual é a melhor forma de implantá-lo, a melhor forma de conduzi-lo, o Senado fez esse debate, está fazendo, está acompanhando a discussão na Câmara e o Executivo também está acompanhando, as Centrais Sindicais. Eu acho que nós vamos chegar a um bom resultado. Esta Casa é sempre a casa da mediação e, na mediação, a gente sempre caminha, aprimora os projetos, até porque dificilmente chega um projeto aqui que no seu curso não seja enriquecido e ao término ele sai muito mais integrado com os interesses do Estado nacional do que a proposta inicial que foi encaminhada. Portanto, eu sou daqueles que entendo que através do diálogo, do debate franco, às vezes duro, que é inerente às teses, mas a gente sempre constrói uma melhor saída com esse olhar que o Executivo tem encaminhado, é com esse olhar que nós estamos trabalhando para construir um entendimento que nós permita. E aí nós já tivemos um grande entendimento em dezembro de 2006. Ali era o chamado “abraço dos afogados”. O reajuste do mínimo era o mesmo reajuste dos demais e toda vez que falava em reajustar o mínimo não se podia porque quebrava a Previdência e não comportava no orçamento. Era um debate que veio até 2003 e uma bandeira de que o mínimo fosse de cem dólares. Nessa caminhada com as Centrais Sindicais, as entidades representativas dos aposentados, em dezembro de 2006 foi feito um entendimento de que nos próximos quatro anos, 2007, 2008, 2009 e 2010, nós antecipávamos em um mês o reajuste dos benefícios. Por que isso? Porque o Congresso definiu o reajuste em dezembro, mas só acontecia em maio e se pagava em junho. Nesse período tinha um alinhamento de preço e aqui todos nós acompanhávamos. Em 2007 veio para abril, em 2008 veio para março, neste ano veio para fevereiro e no próximo ano vem para janeiro. Então esse era o primeiro grande entendimento de dezembro de 2006.

Segundo grande entendimento: todos os aposentados e pensionistas teriam o zeramento da inflação pelo INPC de 1995 para cá, ou seja, pegava-se toda a inflação pelo INPC de 1995, ano a ano, e zerava-se o INPC. Hoje está com ganho real de 28%, todos. Pagamos 100% da inflação de 1995 para cá pelo INPC e tem um ganho real de 28%. E o salário mínimo, além de receber o INPC, teria um ganho real do crescimento da riqueza nacional que hoje está em 57%. Portanto, nós tivemos uma recuperação significativa do salário mínimo e o que se discute hoje é o ganho real para quem tem benefício previdenciário acima do mínimo. Eu acho que está correto. A economia está crescendo, graças a Deus a crise não atingiu a economia brasileira com a mesma intensidade de outros países, e setores da economia, como a micro e a pequena empresa, a

crise não atingiu. E é por isso, aqui já respondendo, entrando na pergunta da nossa Senadora Rosalba, de que as receitas da Previdência não caíram. Não caíram por quê? Porque a base da contribuição é o Simples Nacional. Nós tivemos os reajustes dos benefícios em fevereiro de 2009 e tivemos em março de 2008 e deixamos para fazer toda essa comparação em abril de 2009, que é quando nós temos todos os benefícios equilibrados, 2008 para com 2009. Em abril de 2009 as nossas receitas cresceram 5,9% e as nossas despesas cresceram 5,3%. Portanto, elas estão mantendo um certo equilíbrio.

É preciso registrar de que a Previdência Especial, onde está o agricultor familiar, o pescador artesanal, o extrativista, as nações quilombolas e as nações indígenas, esta contribuição é eventual, ela não tem a mesma incidência que tem as contribuições urbanas. Por isso esta Previdência será sempre subsidiada pelo Estado nacional. Nesse 2009, nós deveremos chegar a 39 bilhões de reais para subsidiar a Previdência Especial, criada pelo Constituinte em 1988 e que hoje têm sete milhões e 800 mil aposentados e pensionistas nesse sistema. E está correta, porque nós da cidade podemos não ter uma bicicleta para andar, podemos não ter um carro para passear, mas se na nossa panela não tiver o arroz, o feijão e a farinha de mandioca a gente não sobrevive. E para ter isto na nossa panela precisa que na roça estejam o homem e mulher trabalhando, plantando e colhendo para alimentar a sua família e nos alimentar na área urbana. E no pacto do Estado nacional a gente subsidia. Portanto, nós não tratamos aquele montante de recursos, que este ano será da ordem de 39 bilhões de reais, como rombo da Previdência, como às vezes aparece aqui aspeado “rombo”; nós tratamos como subsídio do Estado nacional.

A Previdência pública urbana que tem 15 milhões e 700 mil benefícios, aposentados e pensionistas, ela necessitou, na década de 90 até 2007, de algo em torno de 14 bilhões de reais por ano para poder fechar as contas. Com o Simples Nacional, com a formalização em 2009, precisamos de um bilhão e 200 milhões de reais. Nesse 2009 estamos trabalhando também com esse mesmo indicativo e vamos ter uma despesa a mais de seis bilhões e 100 milhões de reais urbano, fruto das medidas legais tomadas na década de 90, que negamos direitos e o Poder Judiciário está reconhecendo esses direitos, ou seja, nós criamos o passivo previdenciário na década de 90 e que agora temos que pagar. E este montante, em 2009, será da ordem de seis bilhões e 100 milhões de reais.

Temos um estoque de cinco milhões e 800 mil ações judiciais. O preço médio da indenização de uma ação previdenciária é de quatro mil e 200 reais e essa

mesma ação custa para o Estado nacional nove mil reais entre a sua tramitação, todo o processo de condução e os vários atores envolvidos, ou seja, nós construímos um processo que o custo final de uma ação custa ao Tesouro, ao Estado nacional, nove mil reais, e nós pagamos pela mesma ação ao cidadão que é beneficiário quatro mil e 200 reais. Então essa é uma outra reflexão que nós precisamos fazer.

Esses números, eu os tenho porque fiquei 14 anos na Comissão de Finanças e Tributação, fui Relator-Geral do orçamento de 2008 e tive a obrigação de estudar. Portanto, não é nenhum favor. Então este debate aqui nós precisamos aprofundar para que no amanhã a gente não venha a cometer erros que cometemos no passado, porque a sociedade paga. Estamos pagando nove mil reais pelo trâmite de uma ação e o beneficiário recebe quatro mil e 200 reais. Em 2009 estamos pagando seis bilhões e 100 milhões de reais de passivo previdenciário. Aí dá para ter uma ideia de quanto o Tesouro está desembolsando.

Para finalizar, estamos já chegando ao final aqui das perguntas, a questão da perícia médica. Em 1999 os médicos peritos fizeram uma greve, aí o Estado nacional resolveu extinguir as perícias médicas no Brasil e terceirizou tudo. Esse processo chegou a uma situação tão crítica de que o cidadão chegava, pedia a perícia e só daqui há 120 dias ela era realizada. Nesse período o cidadão ficava totalmente a descoberto. Com a criação da perícia, com a perícia como política de Estado, temos hoje 5.200 peritos, esse prazo hoje está em cinco dias. Você liga para 135, marca o dia, marca a hora e em cinco dias você é atendido. Em 90% das nossas agências está em 48 horas e nós queremos encurtar ainda mais esse período. Para dar essa tranquilidade, por isso estamos ampliando a rede de agências e estamos pedindo para nos autorizar o concurso de mais dois mil médicos peritos, é um debate que nós estamos fazendo e que precisamos enfrentá-lo.

E, por último, as nossas assistentes sociais. Estamos dando posse a 900 delas, a autorização saiu no dia 13 de maio, resgatando uma categoria que tinha sido extinta em 1997, para que a gente possa atender melhor--

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Tinha sido extinta no INSS.

SR. MINISTRO JOSÉ BARROSO PIMENTEL: Sim, no INSS, claro, é o que eu estou falando aqui.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): É porque, às vezes, quem está nos vendo pode entender que tinha sido extinta de uma forma geral, mas é no INSS.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu até quero, Sra. Presidente, parabenizar por esse fato. O profissio-

nal, a profissional, a assistente social, é essencial, é fundamental, tem que ser valorizada. Nós temos feito muitos debates nesta área. Eu quero parabenizar e dizer que isto é muito importante, inclusive para homenagear, Sr. Ministro, porque na sexta-feira foi o Dia da Assistente ou do Assistente Social. Parabéns.

SR. MINISTRO JOSÉ BARROSO PIMENTEL: Portanto, eu sei que uma matéria dessa magnitude não se esgota numa Audiência. A gente se empolga e termina extrapolando o horário.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Me permita, Ministro, só uma frase, só uma frase.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Seja rápido, Senador, pois o Senador Roberto Cavalcanti está pretendendo falar. Nós temos aqui um requerimento que tem que ser aprovado com a presença dele.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): É só uma frase. Ministro, nessa questão do pré-sal, total concordância. Eu apresentei uma PEC, claro, uma PEC ousada, como V. Exa. conhece os nossos projetos, dizendo que 50% do pré-sal deveria ser destinado para a Seguridade Social, para a Seguridade, entendendo saúde, assistência e Previdência, e sei que o Senador Mercadante apresentou também uma PEC para a Previdência especificamente. Eu apresentei para a Seguridade.

Mas, Ministro, me permita, naturalmente nós estamos sendo assistidos nesse momento por todo o País, sei que essa Audiência está tendo um bom IBOPE, que V. Exa. falou, eu queria reafirmar, que tanto na questão dos aposentados, como na questão da Previdência, está havendo um bom debate na Câmara e que nós estamos fazendo de tudo para construir um entendimento que garanta o reajuste também para os aposentados. A palavra é essa, entendimento, para aqueles que ganham acima do salário mínimo e, também, para que a gente possa, de uma vez por todas, resolver essa questão do fator previdenciário. Só essa consideração.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Nós queremos agradecer a presença do Ministro, foi muito proveitosa essa Audiência, com certeza trouxe orientações, esclarecimentos, inclusive nos colocou aqui, pautou algumas Audiências que vamos ter. Essa do pré-sal eu acho que é importantíssima, que se possa inclusive debater a PEC do Senador Paim e outros projetos que foram apresentados, a forma de que possamos, através de uma riqueza que é nacional, dar garantia aos trabalhadores brasileiros, porque nós sabemos que todos nós, trabalhadores, temos que ter essa preocupação, porque vamos chegar lá naquela idade ou naquela situação,

por um problema de saúde que vamos precisar de uma assistência. E tem mais: investir no aposentado para que eles tenham dignidade, recebam realmente salários mais dignos, aposentadorias mais dignas. Isso de forma nenhuma prejudica o Brasil, porque consequentemente esses recursos irão circular mais no nosso País. Vamos dar uma boa vida, uma melhor qualidade de vida para eles e, consequentemente, mais recursos ficarão no País, porque eles irão investir muito mais no consumo, em poder fazer uma viagem, em dar um apoio à sua família.

Mas antes de finalizar eu gostaria aqui de passar à votação o requerimento de autoria do Senador Roberto Cavalcanti, onde ele requer, nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública para instruir a tramitação do PLC 122, de 2006, que altera a Lei nº 7.716, de 05 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, dá nova redação ao § 3º do art. 140, Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Para tanto apresenta a seguinte relação de personalidades convidadas: o Ministro Célio Borja, o Professor Dr. Frei Antônio Mozart, Professor de Teologia Moral e Bioética do Instituto Teológico Franciscano de Petrópolis, o Reverendo Guilhermino Cunha, da Igreja Prebisteriana do Brasil, e o Dr. Carlos Alves Moura, Secretário Executivo da Comissão Brasileira de Justiça e Paz da CNBB. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sra. Presidente, só para dizer que o requerimento vem em boa hora, sendo que eu fiquei feliz de ver o nome do Dr. Carlos Moura, que é meu amigo pessoal.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): É o Secretário da CNBB.

Nós queremos também passar para a análise dos senhores o requerimento do Senador Raimundo Colombo. Também presente aqui o Senador Mão Santa, lá do nosso Piauí. O Senador Raimundo Colombo requer, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública para discutir a recusa por parte das concessionárias de serviço público de telefonia em receber doações para caridade nas contas do serviço, com os seguintes convidados: o Presidente da ANATEL, Ronaldo Mota Sardenberg, o Presidente da Fundação Pró-Rim, Dr. José Aluísio Vieira, o Presidente da Oi Telemar Norte Leste Brasil Telecom Celular S.A., Luiz Eduardo Falco, o Presidente da VIVO, Roberto Oliveira de Lima, Superintendente Geral do Instituto Mário Penna de Belo Horizonte, Dr. Cássio Resende. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como

se encontram. O Senador Raimundo Colombo quer fazer uma observação.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC):

Rapidamente cumprimentando a senhora, cumprimentando o Ministro, o nosso Senador Paim e todos, o que está acontecendo é que instituições beneficentes, hospitais filantrópicos, instituições de caridade, eles acabavam tendo uma fonte de receita através da doação e a cobrança na conta telefônica, ou seja, a pessoa autoriza a cobrança na conta telefônica. A Fundação Pró-Rim, por exemplo, a pessoa faz um transplante, ela deseja ajudar e a partir daí passa a contribuir. Isso era uma questão que estava normatizada, regulamentada, em operação. Mas com a fusão da Brasil Telecom e da Oi, a instituição resolveu questionar esse modelo, há uma cobrança, não é feita de graça, eles cobram 10% de receita, sendo que não está havendo entendimento e eles estão dizendo que esse serviço não é interessante sob o ponto de vista de resultado econômico financeiro. Isso é inaceitável, porque é uma concessão pública. Então nós queremos debater entre as partes, ou seja, o Governo, as concessionárias e os beneficiários, alguns deles, para que a gente possa dar um fim a isso e encontrar um entendimento. É mais ou menos essa a fundamentação. Obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Raimundo Colombo, nós queremos comunicar que o seu requerimento foi aprovado. Realmente, eu estive na semana passada na LBV em Natal, recebendo inclusive uma homenagem, foi um momento de muita emoção, vi realmente o trabalho maravilhoso que eles realizam, sendo que esse assunto foi levantado, a preocupação que eles estão exatamente com as contribuições que mantém aquele trabalho com crianças e adolescentes e que está resgatando a dignidade de milhares de jovens, não somente a LBV, mas as APAEs, as Casas de Apoio à Criança com Câncer, que também recebem através de doações que são feitas nas empresas telefônicas. Então isso é uma coisa que foi o que eles disseram a Casa de Apoio à Criança com Câncer, "Como é que nós vamos fazer agora um a um, localizar e receber? Têm pessoas que fazem doação de dois, três, cinco reais", quer dizer, é uma coisa que, realmente, é uma contribuição social que essas empresas têm que continuar dando ao nosso Brasil. Então o senhor está de parabéns. Está aprovado.

Vamos encerrar aqui, agradecendo também a presença do Ex-Deputado Ricardo Zarattini, que também participou aqui dessa Audiência. Muito obrigada, Ministro, conte sempre com o nosso apoio, com essa Comissão para que nós possamos--

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O ex-Deputado Wasny também.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): O ex-Deputado Wasny de Roure também que está com a gente, assessor do Ministro. Também quero parabenizar a equipe que está assessorando o Ministro e todos que fazem o INSS, porque eu vejo a dedicação. O senhor não imagina, Ministro, a alegria quando eu fui lá no INSS da minha cidade, que eles me levaram, os funcionários, para ver o sistema funcionando, a rapidez hoje para que eles pudessem ter a aposentadoria. Então parabéns por aproveitar tão bem os avanços tecnológicos, fazer com que isso chegue em benefício da nossa população.

Quero aqui agradecendo e dizer mais uma vez, como médica, que o senhor está no caminho certo, o médico perito precisa estar presente porque ele contribui com o seu trabalho para que a Previdência seja mais justa e que, também, de certa forma faz uma grande economia. E as assistentes sociais são trabalhos imprescindíveis, não somente na Previdência, mas em todas as áreas que se fala do social.

Muito obrigada e declaro encerrada esta Audiência.

Sessão encerrada às 13h18.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E PREVIDÊNCIA SOCIAL, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 05 DE MAIO DE 2009, TERÇA-FEIRA, ÀS 09:00 HORAS.

Às nove horas e onze minutos, do dia cinco de maio de dois mil e nove, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, sob a presidência do Senhor Senador Paulo Paim, reúne-se a Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social, com a presença dos Senhores Senadores ADELMIR SANTANA, PAULO PAIM, MÃO SANTA, ROSALBA CIARLINI, WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA e GIM ARGELLO. O Senador Paulo Paim registra a presença do Ex-deputado Sérgio Miranda e dos Senadores Sérgio Zambiasi, César Borges, Ideli Salvatti, Osmar Dias, Álvaro Dias e Efraim Moraes. Deixam de comparecer os demais membros da Subcomissão. A presente Reunião tem por finalidade atender aos Requerimentos de nº 21, 26 e 27, de 2009, de autoria do Senador Paulo Paim, para a realização de Audiência Pública, com vistas a instruir o Projeto de Lei do Sena-

do nº 152 de 2007 e o Projeto de lei do Senado nº 115 de 2007, dispondo sobre a regulamentação da profissão dos Comerciários. O Senador Paulo Paim convida os palestrantes, para comporem a Mesa e esclarece que cada um terá 10 minutos para suas exposições. Usaram da palavra os seguintes convidados: Sr. José Augusto – Coordenador do Fórum Sindical dos Trabalhadores; Sr. José Alves Paixão – Representante da Nova Central Sindical; Sr. Ricardo Patah – Presidente da União Geral dos Trabalhadores – UGT; Sr. Vicente Silva – Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores – CNTC e Sr. Luiz Carlos Motta – Representante da Força Sindical. Também fizeram uso da palavra o Deputado Federal Paulo Pereira da Silva, o Ex-deputado Sérgio Miranda, Sr. José Francisco Pereira – Presidente da Federação do Trabalho e Comércio do Pará e Amapá; Sr. Luís Carlos Silva Barbosa – Diretor da Força Sindical; Sr. Rogério Gomes dos Reis – Vice-presidente da FECOSUL; Sr. Júlio Atanásio Gevaerd – Presidente do Sindicato dos Comerciários; Sr. Márcio Luiz Fatel – Presidente dos Comerciários da Bahia; Srª. Geralda Godinho – Representante do Sindicato dos Comerciários do DF; Sr. José Augusto – Secretário Geral da CNTC e o Sr. José Calixto Ramos – Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria – CNTI. Fizeram o uso da palavra os Senadores Gim Argello, Ideli Salvatti, Rosalba Ciarlini, Álvaro Dias e Osmar Dias. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e sete minutos, lavrando eu, Gisele Ribeiro de Toledo Camargo, Secretária da Comissão de Assuntos Sociais, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Senador Paulo Paim, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada.

Senador **Paulo Paim**, Presidente.

2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E PREVIDÊNCIA SOCIAL, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA. REALIZADA NO DIA 05 DE MAIO DE 2009, ÀS 09 HORAS E 11 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura do Senado Federal. Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura da Ata e a aprovação da mesma, correspondente à reunião anterior. Aqueles que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

A presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública, atendendo aos Requerimentos nºs 21, 26 e 27, de 2009, da CAS, com a finalidade de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 152, de 2007, e o Projeto de Lei do Senado nº 115, de 2007, que dispõe, ambos, sobre a regulamentação da profissão dos comerciários. Convido os nossos ilustres painelistas para tomarem lugar à Mesa. Convido, de imediato, o nosso Coordenador Nacional do Fórum Sindical dos Trabalhadores (FST) e Diretor 1º Secretário da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Comércio (CNTC), José Augusto da Silva Filho.

[palmas]

Convidamos também o Sr. Vicente Silva, 2º vice-Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Comércio.

[palmas]

O Senador Adelmir Santana foi convidado, mas não chegou ainda. Tem mais algum outro representante de Central aqui presente? O Motta não chegou? Então, quando o Motta chegar, ele automaticamente assume aqui o seu espaço. Pela Nova Central, o Sr. José Alves Paixão, que vem pela Nova Central Sindical. Vamos começar o debate.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): É que nós pedimos às entidades que estavam dispostas a participar desse debate, espontaneamente, mediante esse tema. Essas entidades é que apresentaram o nome, sem nenhum prejuízo de, num outro debate, tanto empresários como outros setores da sociedade organizada que quiserem, possam participar. Nós, aqui, somos do princípio de ouvir sempre a todos, sem nenhum tipo de exclusão. Então, eu passo a palavra já, de imediato, ao José Augusto, para que ele faça a sua exposição sobre o tema, que é a regulamentação da profissão de comerciário. Você tem dez minutos, com mais cinco, se necessário.

SR. JOSÉ AUGUSTO DA SILVA FILHO: Senador Paim, bom dia. Bom dia, companheiros, convidados de Centrais, Federações, Confederações e Sindicatos aqui presentes, meu companheiro Alves, representando aqui a Nova Central, o companheiro Vicente.

Eu vou procurar ser bem breve e não vou entrar muito no campo do direito, não, Senador Paulo Paim, porque essa matéria, o nosso vice-Presidente da CNTC, o Vicente Silva, ele, com bastante propriedade, conhecedor há muitos anos dessa matéria e advogado que é, teria mais condições, tecnicamente, do ponto de vista jurídico, de estar expondo a importância desses Projetos, o 115 e o 152, o primeiro de sua autoria, Senador Paulo Paim. Eu preferiria, dentro da minha fala,

fazer um breve histórico e mostrar a importância dessa matéria para os comerciários do Brasil.

Tal Audiência, como todos sabem, foi convocada pelo Senador Paulo Paim através de um requerimento, que tem como objetivo a regulamentação da categoria profissional do comerciário. É bom lembrar – e a gente nunca pode esquecer do passado, que através do passado é que a gente constrói o futuro – que essa discussão... Eu fiz até um resumo aqui para não cometer uma injustiça. Essa discussão é muito antiga entre os comerciários do Brasil, entre o Movimento Sindical, das Federações, Sindicatos, a própria CNTC.

Para vocês terem uma ideia, nós estamos em 2009. Essa discussão tomou vulto mesmo e ficou sendo como item prioritário do plano de lutas da categoria, Senador Paulo Paim, em 1996, aqui em Brasília, que foi aprovado inclusive na Plenária Nacional de Dirigentes Sindicais da CNTC, da qual vários companheiros aqui eu tenho certeza que, na oportunidade, compareceram, inclusive aqui os membros aqui da Mesa, o Alves, o Vicente, o companheiro Motta, que ainda não chegou na Audiência, e, como prioridade, esse projeto teve a iniciativa da CNTC de procurar o Senador Paulo Paim, da gente apresentar inclusive essa proposta nossa de regulamentação da profissão e, atendendo a essa reivindicação da categoria comerciária do país, mais uma vez o Senador Paulo Paim, que é um verdadeiro aliado das causas sociais e trabalhistas dentro dessa Casa, aqui, especificamente, do Senado Federal, e, na época, se não me falha a memória, o Paulo Paim era Deputado Federal, em 1996, não é, Paulo Paim? E isso aí, pessoal, teve uma repercussão muito positiva no meio do Movimento Sindical dos Comerciários. Tanto é verdade que houve milhares e milhares de assinaturas, através de uma campanha que foi desenvolvida pela CNTC, no ano aí de 2000 já, quer dizer, quatro anos depois dessa Plenária, e essas assinaturas migraram por esse país todo, no sentido de uma adesão da classe comerciária, da própria população e de outros companheiros de outras categorias para a regulamentação dessa profissão.

Como todos sabem, os comerciários, desde a sua data histórica, a sua histórica... Em 1932, conseguiu o quê? O descanso semanal, foi a primeira categoria que conseguiu esse repouso semanal, para aqueles que não sabem, não conhecem um pouco assim a categoria. Principalmente conseguiu o repouso semanal remunerado os domingos, direito este que, posteriormente, foi estendido a todas as demais categorias; quer dizer, começou nos comerciários. Vem lutando para que seja regulamentada a sua categoria profissional através de Lei específica. Esta luta não só se justifica como deve ser intensificada, ainda mais agora, quan-

do podemos constatar investida da classe patronal, para institucionalizar a terceirização no Brasil – todos conhecem os projetos que têm aqui no Congresso Nacional, principalmente esse de terceirização. Tem aí um veto presidencial interessante, que, no dia 13 de maio, que a gente já proclamou, já rotulou de Dia da Abolição dos Trabalhadores, dos Pensionistas, dos Correios e dos Oficiais de Justiça, onde essa Emenda 3 foi vetada pelo Presidente Lula, e, no dia 13, vai ser votada por esta Casa, que é muito mais terrível do que esse projeto da terceirização, aliada às medidas neoliberais de desregulamentação e flexibilização dos direitos de conquista que estão sendo impostos aos trabalhadores brasileiros, tais como a não aprovação da redução da jornada de trabalho, a não aprovação da Convenção 158, que, lamentavelmente, não passou pela Comissão de Relações Exteriores lá na Câmara dos Deputados. Principalmente nesse momento que está tendo demissão desmotivada aí nesse país todo, recentemente, vemos no TST, em solidariedade aos companheiros representando o Fórum Sindical dos Trabalhadores, dando um apoio ao pessoal da CONLUTAS, o Zé Maria. Eu estive lá com o Lourenço, nós explicamos para o Presidente do TST esta coisa gravíssima que dá uma consequência social no Vale do Paraíba terrível, que é aquela demissão em massa que teve na EMBRAER, onde mais de três mil e quinhentos companheiros perderam o emprego, inclusive foi demitido os companheiros, Rogério, que foram eleitos pela CIPA. Quer dizer, uma afronta até à Constituição, Senador Paulo Paim. Os companheiros que fazem prevenção de acidentes, que precisam de uma retaguarda política e sindical, sim, senhor, porque a CIPA, sem o apoio político, ela não funciona, e está aqui um especialista que milita nessa área como técnico de segurança de trabalho desde 1974, e eu tenho toda a autoridade para falar porque eu conheço a fundo a comissão, foi desrespeitado inclusive o princípio constitucional de garantia de estabilidade dos companheiros da CIPA, na EMBRAER, em São José dos Campos. Reforma da CLT com tendência a flexibilizar a legislação trabalhista, reforma tributária, que também é outro risco aqui dentro da Casa, eu acho que o Movimento Sindical tem que se alertar a todas as Centrais Sindicais, o FST. Várias Confederações de Trabalhadores estão nessa luta, de olho nessa reforma tributária que está sendo encaminhada aqui no Congresso Nacional, que enfraquece a questão da educação, que enfraquece a questão da saúde, atinge em cheio a questão social, e, principalmente, levando a um quadro triste de miséria, de marginalidade dos nossos jovens, daqueles que nunca tiveram ainda o primeiro emprego, a exemplo dessa demissão desmo-

tivada, que causa um verdadeiro câncer no interior e no coração do Brasil, junto à classe trabalhadora. E outras proposições ameaçadoras que precarizam a relação de trabalho no país.

Bom, o momento... Respeitando o horário, o pessoal fala que eu falo demais, a gente teria mil e uma coisas para falar aqui, mas a principal bandeira é a regulamentação. Eu vou, Paulo Paim, encerrar a minha fala dizendo que o momento é esse para intensificarmos os nossos esforços, inclusive com o compromisso e a responsabilidade que nós, enquanto Sindicatos, Federações e Confederações, assumimos para os nossos companheiros comerciários e buscamos deixar definido para toda a categoria, entre outros, os seguintes direitos: o piso salarial, a data base unificada, que isso é um consenso dentro do Movimento Sindical, jornada de trabalho, a regulamentação justa e adequada sobre o trabalho aos domingos e feriados. Questão essa, companheiros, que, para alguns, foi resolvida aqui no Congresso Nacional, mas, para nós, não foi resolvida ainda essa questão do domingo e feriado. Nós temos que retomar, Senador Paulo Paim, essa discussão aqui dentro do Congresso Nacional, que para nós aquela aprovação que teve, aquilo ali foi uma derrota para nós, não foi vitória não; alguns disseram que foi vitória, mas para nós foi uma derrota, porque não é isso que os comerciários do País querem, essa regulamentação que saiu aí. Nós queremos aprofundar essa discussão maior junto ao Ministério do Trabalho e junto ao Congresso Nacional, retomar essa questão do trabalho aos sábados e domingos, esta questão de supermercados, esta questão de shopping center que atropela, passa por cima até de liminar, um caos [soa a campainha] que provoca sobre a classe trabalhadora, inclusive a classe comerciária, Paulo Paim, como os bancários, às vezes você vê só o comerciário atrás de um balcão ali, mas a gente nem imagina o que está por trás desse balcão, o quadro de precariedade, a questão social, a questão de reconhecimento dessa profissão, que é a mais antiga do mundo, onde alguns supermercados, não todos, pasme telespectadores da TV Senado, companheiros convidados e essa Mesa, comem comida até com prazo de validade vencido nos refeitórios dessas grandes multinacionais. Ao invés de ir para o lixo, abre, joga ali na panela e dá para o comerciário comer.

A precariedade na questão de segurança ao trabalhador em cima dos caixas de supermercado. Eu acho que aqui é uma oportunidade, companheiros, de a gente retomar essa questão de *check-out* de supermercado. Tem prazos vencidos aí, Paulo Paim, no Ministério do Trabalho, e é um setor, não é, Édson, lá de São Paulo, que começou essa discussão inclusive

no Sindicato. Eu vou ser honesto aqui e justo, os empregados do comércio de São Paulo que começaram essa discussão. Hoje, nós participamos, na época, com o Chult(F), representando a CNTC, na elaboração dessa Portaria, e, hoje, é uma realidade. Foram colocados alguns prazos para evitar LER, doenças ósseo-musculares, estresse em cima dos comerciantes, e nós temos que retomar isso aí, nós temos que cobrar enquanto Sindicato, não é isso, aquele prazo que foi estabelecido e que já está vencido. Para cumprir o quê? Melhor iluminação, empacotador, a cada um conjunto de caixa ter empacotador, não é, "Nego", não é isso? E vários outros itens ali para evitar repetitividade, pausa para descanso, e a grande bandeira minha, e é da CNTC, todos os companheiros da CNTC, é um sonho meu que um dia a gente possa conseguir fila única nos supermercados para acabar aquela pressão em cima do operador de *check-out*, que o cara nem acabou de passar a compra, já tem aquele volume já em cima e vamos, estamos com pressa; não dá nem tempo de o trabalhador pegar um lenço no bolso e passar na testa para enxugar o suor, desumano. Então, Paulo Paim, merecedora é a categoria de ter a sua regulamentação.

Agora, para concluir, eu deixaria as outras questões, se houver debate ou perguntas à Mesa, e fico aqui à disposição para responder qualquer tipo de pergunta com relação a esse tema de regulamentação dos comerciantes, que tem aquela importância de redução de jornada, a convenção coletiva, uma coisa mais nacional da classe comerciária, mas eu não poderia deixar aqui, como um bom técnico de segurança que sou, e me orgulho de ser Secretário-Geral da maior Confederação de Empregados no Comércio desse País e, porque não dizer, da América Latina, que com muito esforço nós chegamos aí, quem conhece a minha história, com o apoio de todos os companheiros da direção e Presidentes de Federações, a gente conseguiu ser o Secretário-Geral por algum tempo, não é um cargo vitalício, e é uma honra muito grande, Senador Paulo Paim, estar aí no comando de numa Secretaria-Geral importantíssima, que é a CNTC. E como bom prevencionista que eu sou, técnico de segurança há anos, desde 1974 como eu disse a vocês, e a minha categoria integra o Plano Confederativo da CNTC, nós temos dois riscos, Paulo Paim.

Eu acho assim: o senhor tem a maior boa vontade de apresentar o projeto. Nessa Casa aqui a gente consegue tramitar o projeto, se a gente tiver algumas arestas, é uma pena que o Senador Adelmir Santana não esteja aqui, Ricardo Patah, com a CNC dá para desencadear um processo de entendimento de negociação também, agora o grande perigo está no

Executivo e uma parte do Legislativo na Câmara dos Deputados. Eu não poderia deixar de ter essa oportunidade de falar, de denunciar isso aqui, porque nós vamos fazer um trabalho, levar esperança para o coração do Brasil, para a classe comerciária que nós temos essa possibilidade de regulamentar a categoria. E nos bastidores dessa Casa e, às vezes, até mesmo no Executivo, nós temos duas armadilhas, duas ratoeiras. E essas duas ratoeiras [soa a campainha] eu vou revelar para vocês agora, Paulo Paim, já concluindo, que é uma IMEI, que é um tipo de uma mensagem que o Ministério do Trabalho prepara e que vai, companheiro Márcio, da Bahia, da FECOMBASE, lá para a Casa Civil, para ser apreciado critérios de regulamentação de categoria e de Conselho de Classes. Isso aí a Casa Civil, Senador Paulo Paim, ainda não respondeu, que eu estou acompanhando isso de perto. É uma coisa de bastidor, não sai em imprensa, não sai em revista, mas nós temos alguns advogados e companheiros que trabalham dentro da Casa Civil. Eu estive lá há aproximadamente vinte e cinco dias atrás, inclusive junto com o Paulo Pereira da Silva, o Paulinho, e nós ficamos horrorizados com o que vimos lá, uma iniciativa do Ministério do Trabalho colocando assim: "Olha, para regulamentar a profissão, Ricardo Patah, precisa disso, disso, disso, disso, disso e disso". E você analisando, Paulo Paim, esses critérios, nós não vamos conseguir aprovar a regulamentação da categoria. Então, nós temos que derrubar essa IMEI aí, que eu repito, é oriunda da Secretaria de Relações do Trabalho e que foi para a Casa Civil através do gabinete do Ministro, do Ministro do Trabalho.

A outra é um verbete de um Presidente de uma Comissão de Trabalho, até eu lembro que nós criamos um tumulto danado na época do Fernando Henrique, é um Deputado de Tocantins, eu não me recordo o nome dele agora, ele presidia a Comissão do Trabalho. Existe até hoje, Paulo Paim, o senhor pode até fazer uma busca através da sua assessoria parlamentar, um verbete de nº 01, eu gostaria até que o senhor anotasse esse número.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): José Augusto, o seu tempo terminou, eu dei dez minutos e mais seis já.

SR. JOSÉ AUGUSTO DA SILVA FILHO: É um verbete, mas isso é um risco que a categoria não pode correr.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Após o debate, a gente continua.

SR. JOSÉ AUGUSTO DA SILVA FILHO: O verbete, então, concluindo, 01, da Comissão de Trabalho, que eu gostaria que anotasse esse número, inclusive, para pesquisa, onde também existem os critérios para

a regulamentação da categoria, e pelo que a categoria comerciária é, se passar por esse crivo de verbete, não vai ser aprovado. Então aqui, Paulo Paim, nós temos que ser realistas. Não adianta iludir os comerciários, os telespectadores desse País, dizendo que vai ser uma missão fácil. Vai ter que ter muita luta, uma unificação das Centrais Sindicais em torno desse tema da Confederação, através das suas Federações, filiadas e não filiadas, e Sindicatos de base, porque o risco maior não está aqui no Senado, está lá na Comissão do Trabalho e está na Casa Civil, na Presidência da República.

Senador Paulo Paim, muito obrigado pelo espaço, o Fórum Sindical dos Trabalhadores, a FST, agradece o espaço que nos foi concedido e, para nós, é uma honra muito grande estar também aqui nessa Audiência representando não só o FST como a Secretaria-Geral da nossa Confederação Nacional dos Trabalhadores do Comércio, a CNTC. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Olha, essa é uma Audiência da Subcomissão do Emprego e Previdência. Em tese, o Plenário não pode falar, só podem falar os Senadores e os convidados. Então o que eu vou pedir ao Plenário, eu sempre tenho sido tolerante, até porque sei que os dirigentes sindicais viajam de todo o País para estar aqui nesse momento e não podem ter a sua palavra proibida para dar a sua opinião de um tema que interessa a eles.

Então, o que eu vou pedir para todos vocês é que vamos deixar os painelistas falarem e, depois, tolerante como sempre sou, vou abrir para que o Plenário possa fazer perguntas e, dentro do possível, expressar também o seu ponto de vista, que qual é o nosso objetivo nessa Audiência Pública da Subcomissão do Emprego e Previdência? É construir um entendimento, e eu aqui, se depender de mim, até nós trabalharmos nesse espaço para que mediante um amplo entendimento a gente depois possa chegar para a nossa querida Presidente da Comissão, que tem dado todo o apoio à Comissão, que é a Senadora Rosalba Ciarlini, até indicando um Relator, porque o tema está na Comissão e ela é que vai indicar o Relator. Quem sabe dessa Audiência a gente construa quem seria o Relator que possa pegar o meu projeto e o do Simon, que está apensado ao meu, e construir, quem sabe, um substitutivo global.

Mas eu queria registrar a presença aqui desse que, para mim, é sempre Deputado, é Deputado nosso, é Deputado dos trabalhadores e do povo brasileiro, que é o Deputado Sérgio Miranda, que eu quero, eu faço questão.

[palmas]

Chegou o Presidente da Nova Central. Se ele quiser trocar com o seu representante que está na Mesa, vocês que decidem. Se quiser trocar, o Calixto vem, aí a Nova Central é que decide.

SR. JOSÉ CALIXTO RAMOS: Está bem representado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sérgio, dizer que você é o meu convidado especial, você vai participar desse debate como se Deputado fosse em respeito à tua história. Eu não estou te agradando aqui, que você é daqueles parlamentares que eu tenho a alegria de dizer que trabalhei junto na Câmara dos Deputados e mesmo depois, no Senado, você acabou sempre quase que me assessorando em grandes temas como esse. Você como Deputado me ajudava aqui. Então eu tenho que dar esse depoimento. Eu tenho certeza que você volta, essa Casa precisa de você. Se não voltar para um outro cargo maior, quem sabe, mas que volta para o Congresso, volta. Ele está dizendo: "Tá bom, Paim, tá bom". Isso é humildade. Se não fosse um grande parlamentar, eu não iria fazer isso.

Então eu ia passar a palavra, nesse momento, já para o Calixto, porque eu vi que entrava, e ele disse que quem vai falar pela Nova Central será o Sr. José Alves Paixão. Eu vou pedir que como tem muitos painelistas e o Plenário eu sei que quer participar do debate – e vai participar -, eu ia pedir que todos ficassem no tempo. O tempo, eu estou dando dez minutos com mais cinco para os painelistas. Quando for para o Plenário, serão cinco minutos. Então eu faço um apelo para ficar dentro do tempo. Está com a palavra o José Alves Paixão, representando a Nova Central.

SR. JOSÉ ALVES PAIXÃO: Senador Paulo Paim, José Augusto, meu companheiro Patah, companheiro Motta, Vicente, meu companheiro de Minas Gerais, o Levi, como o Senador diz o nosso Deputado Sérgio Miranda. É um prazer, um privilégio tê-lo aqui, Sérgio Miranda. Ainda ontem a gente colocou isso e você aqui está. Meu grande amigo, meu amigo Pantoja, meu Presidente Calixto, que com a sua generosidade me deixou continuar aqui, mas até porque eu sou, talvez, o maior, modéstia à parte, do maior Sindicato da Nova Central e sou dos comerciários, Belo Horizonte e região metropolitana, então estou aqui. Eu quero cumprimentar ao Márcio da Bahia, enfim, todos os companheiros e companheiras comerciárias aqui presentes.

Senador Paulo Paim, eu já me sinto bastante contemplado na fala do Zé Augusto, mas eu quero estar colocando aqui, por exemplo, situações de nós, comerciários, que passamos no nosso dia-a-dia. O senhor vê que é uma situação que tanto o Senado como o Plenário da Câmara têm que olhar com muito

carinho a situação dos comerciários. O que eu estou colocando aqui é denúncia como, por exemplo, até colocar para o Ministério Público, por exemplo, do Trabalho, estar colocando para o Ministério do Trabalho essa situação, que é a situação que nós chegamos a trabalhar até mais de 60 horas semanais. Se não bastasse, Senador, essa situação, nós, comerciários, nós temos o cumprimento de metas, e essas metas é um outro alijamento(F) da classe comerciária desse país. O senhor sabe que tem empresa, por exemplo, que aquele trabalhador que não cumpriu a sua meta, por exemplo, ele veste um uniforme diferente ali e diz: “Esse aí é o morcego do mês”. Então o senhor vê aonde que vai a autoestima desse trabalhador. Aí esse trabalhador vai para o alcoolismo, ele chega em casa brigando com a família e aí é aquilo que a gente denuncia, a desagregação familiar.

Nós colocamos, ainda, Senador, o problema de nós, comerciários, que aqui foi dito, é com relação à Lei 11.607, que diz o seguinte: o comércio pode trabalhar, você trabalha três domingos, descansa dois, todos sabem, mas os feriados, só através de convenção coletiva. Então veja bem: quando chega a época da convenção coletiva, eles querem, que é o que aconteceu agora em Belo Horizonte, por exemplo, que nós trabalhamos todos os feriados e não querem pagar um centavo pelos feriados trabalhados. Então, eu estou colocando isso como denúncia até, que a parte técnica que já está sendo colocada aqui, do comércio, eu estou aqui realmente representando a Nova Central e denunciando essa situação que todos nós, comerciários, que aqui estão sabem disso. O senhor vê, por exemplo, como que nós trabalhadores saímos de casa, por exemplo, para trabalhar no feriado, vamos receber nada e aí nós vamos trabalhar, como é que fica essa situação para dar simplesmente uma folga por cada feriado trabalhado? Então um apelo até que a gente faz, por exemplo, a Nova Central está fazendo, com a permissão do meu Presidente, viu Presidente, ainda colocando isso da Nova Central, dizer o seguinte: todos nós das Centrais, nós temos que estarmos conjunto nessa briga e não negociar-se feriados. Os feriados não devem ser negociados. Já nos tomaram os domingos, os domingos estão aí, e agora querem nos assaltar, até desculpe o termo chulo, mas a verdade é essa, porque é denúncia e é isso que eu tenho que falar, os feriados.

Uma outra situação que a gente até coloca, como o senhor também foi sindicalista, o senhor sabe disso, a gente costuma colocar que o coração do patrão está no bolso. Eles não têm a sensibilidade de uma Mesa de Negociação, Senador, de discutirem com a gente um PLR. A Lei está aí, mas eles fingem não conhecer

a Lei. Discutir um seguro de vida, discutir, por exemplo, um plano de saúde. Não se discute nada disso. Cesta básica, então, nem pensar. Tudo isso se coloca na convenção e na pauta de reivindicação e isso realmente não efetiva na convenção coletiva.

E muitas vezes você vê, por exemplo, até por parte mesmo do Ministério Público, às vezes você escuta: “Mas isso é ação que o Sindicato tem que fazer”. Tudo bem. Agora, por exemplo, como é que você faz uma ação, por exemplo, Senador, numa época dessa de crise, por exemplo, como é que faz-se uma greve numa época dessa de crise, onde milhares de trabalhadores estão aí desempregados, por exemplo, outros até fazendo a redução de salário. O senhor acha que nós vamos ter gente querendo unir o Sindicato para poder se fazer-se uma greve? Quer dizer, é essa que é a situação que fica.

Então, o que é que tem que acontecer? Realmente é que esse Projeto de Lei vem – aí eu quero falar com o senhor – em socorro da classe trabalhadora comerciária. O senhor vê que nós somos uma categoria milenar e nós não somos reconhecidos como profissão. Isso é um absurdo. Exatamente por quê? E tenho certeza que isso que está sendo colocado aqui no Senado, isso vai ser motivo dos patrões virem para cá e fazer romaria, principalmente na Câmara, para não aprovar o Projeto de Lei. Por quê? Eles querem ficar é com a chibata na mão para estar chibatando os trabalhadores comerciários, essa que é a verdade, principalmente no supermercado e no shopping center. O senhor vê, por exemplo, o supermercado, é uma maldade tão grande que faz com os trabalhadores. O *check-out*, por exemplo, eles não têm condições, eles não têm um local adequado aonde que eles possam estar trabalhando, se mantendo para poder não ter problema de coluna. Você vê mulher grávida lá, por exemplo, trabalhando, eles não têm sensibilidade nenhuma. O senhor vê, por exemplo, por acaso há denúncias, por exemplo, que eu não vou colocar o nome da empresa aqui porque as trabalhadoras não quiseram com medo de represália, supermercado usando fraude para os trabalhadores não irem para o toalete, não ter pausa para descanso. Então o senhor vê, por exemplo, está aqui, a minha fala, viu Presidente, é para denunciar, porque é esse o absurdo que acontece com o nosso trabalhador comerciário e nós temos que ter aqui a coragem de denunciar essa situação porque está insuportável, Senador Paulo Paim.

E eu quero, Senador, para finalizar, te parabenizar pela sua luta. Esses dias eu ainda tive uma fala e eu lembrei do senhor, capaz que a sua orelha até queimou, porque naquela plenária que tivemos--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Se permita dizer, se ela queimou, por isso que ela está preta, aí foi para todo o corpo, ficou todo ele preto.

SR. JOSÉ ALVES PAIXÃO: Eu guardei muito aquilo que o senhor disse na sua fala: "Eu quero voltar para o meu Rio Grande, mas poder olhar nos olhos dos meus companheiros que lá deixei". Parabéns, Senador, eu acho que aí está porque é que nós, comerciários, estamos aqui nos unindo ao senhor, principalmente ao seu chamamento, que é para dizer também o seguinte: que você, para ser comerciário, para tolerar tudo que aí está, nós temos que ter coração e sangue de comerciário. Só quem tem isso é que sabe o que é ser comerciário. Do contrário fica aí, acha que nós temos que trabalhar os domingos, os feriados, para poder estar atendendo, enfim, os consumidores. Nós não vivemos sem eles, mas nós, também, há momento que somos consumidores. Muito obrigado, Senador, obrigado às senhoras, obrigado a todos.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-

RS): Seguindo aqui a ordem da Mesa, eu passo a palavra, nesse momento, ao meu amigo Ricardo Patah, todos aqui são meus amigos, Presidente da União Geral dos Trabalhadores, a UGT. Está com a palavra por dez minutos, com mais cinco, se necessário, Patah.

SR. RICARDO PATAH: Bom dia, meus companheiros e companheiras.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-

RS): Olha, eu quero cumprimentar a todos, eu sei que a sala está lotada, existem companheiros do lado de fora ainda e nós estamos tentando, pelo menos, que se bote um telão aqui no lado e aqueles que quiserem poderão, no momento em que o telão estiver instalado, poder sentar lá e assistir ao debate. Pode iniciar.

SR. RICARDO PATAH: Obrigado. Meus companheiros e companheiras, amigos e amigas, bom dia. O nosso Senador, o Senador dos trabalhadores, o nosso amigo Paim, meu companheiro e também amigo Alves, o José Augusto também, meu amigo, o Motta, meu companheiro e amigo, e o Vicente, nosso grande companheiro e grande articulador aqui na Câmara e no Senado, por conta das necessidades dos trabalhadores.

Eu queria, antes de algumas propostas, fazer alguns comentários. A categoria do comerciário, como já foi dito pelos que me antecederam, e com certeza os que vão falarem seguida vão enaltecer, é uma categoria milenar, uma categoria que em todas as oportunidades está à frente das adversidades. Nós temos um exemplo claro da crise que assolou o mundo, em especial agora ao Brasil, e a categoria que está segurando

esse furacão é a categoria dos comerciários, é onde está ainda suportando por conta do nosso trabalho, da nossa garra, da nossa atividade, as adversidades que já ceifaram milhares de empregos na indústria, na mineração e em outras atividades.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Patah, me desculpe, eu vou descontar o tempo, é que já foi me informado que, na Sala 2, que é a Comissão de Direitos Humanos, está liberado o espaço lá para todos que quiserem ir para lá e tem um telão instalado para assistir o debate. Então está informado o Plenário.

SR. RICARDO PATAH: E lá eu acho que está com ar-condicionado também?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Também.

SR. RICARDO PATAH: Está com o ar-condicionado ligado. Essa crise, ela veio com aquela garra e ceifou, como disse, milhares de empregos, e a área do comércio segurou e impediu que o Brasil tivesse situações mais graves. Os comerciários, eles sempre tiveram na Confederação dos Comerciários uma casa e um local para agregar tanto os milhões de comerciários do Brasil quanto para uma série de atividades, entre elas a qualificação. Mas houve, por conta da própria história, uma divisão muito grande e aí começaram a se criar uma série de representantes dos comerciários. E foi justamente nessa época que nós fomos pegos, isso em 1994 começou, depois em 1997, quando veio a legislação acabando com o domingo e o feriado de todos os comerciários, por conta da nossa ausência de unidade. E, naquela oportunidade, Senador Paim, eu já disse inclusive na Câmara em alguns outros debates, me parece que os dirigentes foram seduzidos pelos empresários do comércio, que não é uma categoria muito cordeira, pode escravizar, e foi o que fizeram conosco a partir de 1997, quando introduziram na Lei 10.101 aquele artigo que todos conhecem, o 6º, acabando com o domingo e o feriado.

Se nós não tivermos essa percepção da necessidade e da unidade, que a nossa cor, o nosso sangue, o nosso sentimento é ser comerciário, eu sou um comerciário, estou na presidência de uma Central, mas, para mim, como cidadão, o que me deixa mais orgulhoso é ser um funcionário de um supermercado, do Pão-de-Açúcar; o que me orgulha profundamente é sempre ter trabalhado como comerciário. Eu valorizo todas as categorias, mas a do comerciário, a meu ver, é a mais fundamental, é a categoria que em quase todas as oportunidades nós damos atenção ao consumidor como um psicólogo. Muitas vezes nós salvamos até situações, que muita gente que está por aqui vivenciou essa situação e sabe o que eu estou falando. Então é

uma categoria estratégica, é uma categoria guerreira, só que nos tratam de forma muito desrespeitosa. Nós temos estudos do DIEESE, todos aqui sabem, que nós trabalhamos mais de 52, 53 horas por semana e sem receber horas extras. A categoria que tem mais informalidade é a categoria dos comerciários. A categoria que me fez inclusive estar aqui nessa Comissão com o Senador Paim para falar da inclusão social e da questão do negro, que o Senador Paim também nos ensinou muito, que a democracia só se efetiva quando a igualdade e oportunidade são contempladas, e no comércio, Senador, o senhor sabe disso, é onde se tem a maior parte da discriminação racial. O negro, no comércio, quando é contratado, ele recebe metade do salário, metade do salário de uma forma geral, e quando é contratado. A maior parte dos empresários prefere pagar o dobro para o branco e não contratar o negro. Qual é a diferença?

Então, nós precisamos, meus companheiros, é iniciar um processo muito forte e a Casa que se deve iniciar o processo é aqui e o Senador que devemos adotar é o Senador Paim. Nós temos, nós convidamos também o Senador Pedro Simon--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Que vai vir.

SR. RICARDO PATAH: Que estará aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu falei com a assessoria dele, ele vai vir.

SR. RICARDO PATAH: Ele deverá estar aqui conosco, porque quando nós, através do SENTRACOS, numa discussão, valorizamos por demais essa atividade, pedimos ao Senador Pedro Simon, por conta até do nosso grande companheiro Neco lá do Rio Grande do Sul, que tem uma relação muito próxima, e ele fez um projeto, só que já existia um projeto, o 115, do Senador Paim, ele então está apensado, mas nada como ter um trabalho conjunto: dois Senadores experientes, dois Senadores transparentes, dois Senadores que, na realidade, dão a vida por nós, são patriotas, são patriotas, porque muitas vezes nós até nos envergonhamos de certas atividades que alguns parlamentares fazem, mas no caso específico desses dois homens são aqueles que são os valores fundamentais da nossa Pátria. Então por isso é importante que saia das mãos desses Senadores esse projeto.

Nós estamos vivendo, na área do comércio, algumas adversidades que nós precisamos tratar. A questão da tecnologia, foi dito aqui do *check-out* e eu concordo, mas daqui a pouco, Alves e Zé Augusto, nem *check-out* vai ter, porque já estão em alguns supermercados, o Senador talvez possa não saber, têm supermercados que já estão eliminando o *check-out* e eliminando o caixa. Ocorrendo isso, só na cidade de

São Paulo são cinquenta mil empregos que vão para o ralo, cinquenta mil, e ninguém absolutamente faz nada. A questão do assédio moral, o assédio moral, e principalmente nesse momento que nós estamos vivendo a crise, ocorre de forma sistemática na área do comércio. E uma das questões que esse projeto... Esse projeto só atrás, na verdade, primeiro é o reconhecimento da maior categoria do nosso País.

Eu tenho aqui um estudo das categorias que são já regulamentadas, nada contra elas, eu acho que todas elas têm o seu valor, mas tem aqui jornalista, leiloeiro, leiloeiro rural, massagista, médico, museólogo, músico, odontologia, orientadora educacional, psicologia, químico, têm dezenas de categorias já regulamentadas. Agora por que a maior categoria do nosso País tem essa restrição?

Eu tenho aqui, junto, também, Senador, que o senhor deve ter recebido, tem um advogado lá da sua terra que ele diz que tem vergonha de ter dois Senadores daquela terra que estão lutando para a categoria. O senhor deve ter recebido. Eu até falo o nome dele, ele é até um bom menino, é o tal de Flávio Obino, você conhece bem, eu também conheço, nós conhecemos bem. Ele manda aqui uma carta, dizendo, primeiro, que os Sindicatos querem a regulamentação para ter o seu cartório e o seu feudo, porque, realmente, com a regulamentação, nós vamos acabar com a farra, que está ocorrendo por conta da 186 e por conta de outras questões, da divisão do Movimento Sindical por questões de dinheiro. Lá em São Paulo, com certeza em outros locais também, pela quarta vez tentam fazer o Sindicato do Supermercado. Quem está fazendo é um grupo da Associação de Vigilantes. Esse pessoal quer dinheiro, são ladrões, são ladrões. Se nós não tivermos essas questões muito bem claras regulamentadas, vai ocorrer o que aconteceu na terra de um dos grandes amigos meu, Ariosvaldo, do Paraná. Lá fizeram quatro Sindicatos, o Sindicato dos Shoppings Centers, e aí o que acontece? O Presidente do Sindicato dos Shoppings Centers é pai da Presidenta do Sindicato dos Trabalhadores de Shoppings Centers. É uma vergonha. Está sendo gravado? É bom ser gravado, é por a polícia para pegar esses bandidos.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Está sendo gravado e vai tudo ao ar a nível nacional.

SR. RICARDO PATAH: E lá também fizeram dos Supermercado com a mesma intenção, das revendas de automóveis, ou seja, foram quatro, com a finalidade de arrecadar. Sindicato é coisa séria, sindicato é um dos instrumentos mais poderosos que o Brasil tem e nós não podemos abrir mão em hipótese alguma dessa representação, mas para isso nós precisamos

estar unidos [soa a campanha]. Tenho mais alguns minutos, Senador?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu vou aproveitar, eu vou te dar mais um minuto. Eu quero registrar, pessoal, primeiro, a presença aqui da nossa Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, que veio prestigiar a Subcomissão, é ela quem vai indicar o Relator.

[palmas]

Ela é a poderosa nesse debate aqui.

SR. RICARDO PATAH: Eu tenho mais alguns minutinhos?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Tem, e cumprimentar também o Deputado Paulinho, que chegou nesse momento, para prestigiar aqui como nosso convidado também.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O Patah tem mais cinco minutos. Ele usou só os dez, tem mais cinco.

SR. RICARDO PATAH: Muito obrigado, Senador. Então a nossa atividade, ela tem que ser ponderada e colocada pela unidade. Então, nós temos aqui, nessa sala, três Presidentes de Centrais Sindicais, e, com certeza, os outros Presidentes das Centrais Sindicais eu tenho certeza absoluta que estarão unidos no sentido de definitivamente se colocar um Norte de uma categoria que trabalha, trabalha, trabalha e não tem o seu reconhecimento. Pelo contrário, nós temos, e volto a enfatizar, a informalidade graçando a discriminação racial, e, em muitas oportunidades, nós percebemos, e isso, com certeza, vários companheiros aqui da Mesa têm estudos, quem sempre fala isso é o companheiro Alves, da questão da saúde. A saúde do trabalhador comerciário é sempre debilitada por conta do assédio moral e das questões que são necessárias para que a gente possa fazer o trabalho que nós nos orgulhamos de fazer.

Para muitas pessoas, a atividade do comerciário é uma atividade de meio, ou seja, que o pessoal adentra no meio do comércio e depois vai para outras atividades mais importantes, segundo alguns pensadores. O comércio, na realidade, hoje e por conta da complexidade que se tem da logística e no desenvolvimento dos próprios negócios, faz com que o comerciário cada vez mais se qualifique. Mesmo aqueles que trabalham no *check-out*, muitas vezes o equipamento que se trabalha no *check-out* é muito mais sofisticado do que aqueles que trabalham em banco, só que a caixa do supermercado, que tem aquele local muito próximo do consumidor e tem aquele assédio sempre presente, ganha 1/3 do que ganha o caixa, por exemplo, de um banco. Nada contra o caixa do banco, mas

a atividade que nós desenvolvemos, e muitas vezes também, com certeza todos sabem, há um desvio de função. Nós, dentro do *check-out*, fazemos às vezes dos bancários, porque muitos supermercados têm convênios onde se recebem as contas, os pagamentos, ou seja, o caixa de um supermercado é um bancário. Só que na hora de ganhar, ele ganha muito menos do que um bancário. Fora que muitas das empresas utilizam artifícios para pagar salários abaixo do salário mínimo para os comerciários quando utilizam o tal de *partime*, ou seja, nós temos uma série de ocorrências na nossa atividade que nos deixa muito preocupados, mas a preocupação maior, Senador, e agora que nós estamos com a presença da pessoa que com certeza vai dar um encaminhamento--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Meu amigo Patah, deixa eu aproveitar. Eu conversei aqui com a Senadora, eu digo: "Olha, a nossa intenção, no fim dessa Audiência Pública, era pedir para a senhora indicar a Relatora ou avocar para a senhora". Sabe o que é que ela me disse? "Já sou a Relatora". Então temos uma Relatora que vai acompanhar todo o debate.

[palmas]

SR. RICARDO PATAH: Já é a Relatora?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Já é a Relatora. Então é uma boa notícia, que eu sei o compromisso que ela tem com os trabalhadores e vai saber fazer um substitutivo que vai contemplar, com certeza, a posição minha, como autor de um dos projetos, do Senador Simon e dos trabalhadores com esse diálogo, naturalmente ouvindo também os empresários. Eu vou descontar todo o tempo, têm mais dois minutos então.

SR. RICARDO PATAH: Finalizando, eu vou já encaminhando porque têm outros companheiros e é importante a gente ouvir todos e até debater com esse Plenário, que é um Plenário riquíssimo, pois o Brasil todo está aqui representando essa categoria milenar e essa categoria que nos faz realmente estarmos orgulhosos de pertencer a essa categoria e ciosos da responsabilidade que temos de superação. A categoria do comerciário, efetivamente, é formada de pessoas que superam as adversidades. Trabalhamos aí 52 horas, não tem sábado, não tem domingo, não têm lugares insalubres. Muitas vezes quem trabalha dentro de um shopping não sabe nem o que é o sol, não sabe o que é a lua, fica preso. Nós somos verdadeiros [soa a campanha] prisioneiros, muitas vezes, de certas situações. E por que é que com todas essas questões postas, por que é que não se permite reconhecer essa categoria tão valorosa, tão digna, que faz com que

esse Brasil supere, inclusive, essa crise que estamos vivenciando? É por isso--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Patah, só para informar ao Plenário que nós estamos ao vivo para todo o Brasil. Você tem três minutos ainda.

SR. RICARDO PATAH: Senador, eu quero, então, nessa oportunidade voltar a enfatizar uma das questões mais graves que passamos dentro do comércio, que é a questão da discriminação, tanto do ponto de vista das pessoas com deficiência e, principalmente, do ponto de vista dos afrodescendentes. Na cidade de São Paulo nós temos 35% de afrodescendentes. No shopping center não se encontra 1%. Não se contrata e volto a enfatizar para todos e principalmente para aqueles que estão nos vendo nesse momento ao vivo: essa discriminação odiosa só pode trazer na realidade intranquilidade, porque a partir do momento que nós temos a inclusão social e temos a igualdade de oportunidade e temos a possibilidade de todos aqueles que trabalham no comércio serem tratados de forma igualitária, aí sim nós temos uma efetiva democracia no nosso País. É por isso que todos os comerciantes e comerciantes que aqui estão... E vale também dizer das mulheres: as mulheres continuam ganhando menos do que os homens e com trabalhos acima do que os homens. É um absurdo o que se faz, porque as mulheres, os empresários acham que são mais vulneráveis, um assédio moral extraordinário, trabalham, trabalham, depois tem que ir para casa trabalhar mais e quando vem o seu holerite recebe menos do que recebe o homem. E a mulher negra menos ainda.

É por isso, Senadores, que aqui estão presentes, Deputado que aqui está presente, é fundamental que nós iniciemos uma grande revolução naquilo que significa da interpretação do valor do comerciante e comerciante. Então, por isso [soa a campainha], meus companheiros e companheiras que aqui estão presentes, comerciantes e comerciantes do Brasil, vamos nos unir, vamos superar e vamos ao reconhecimento da nossa categoria. Viva o Senador Paim.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu só queria informar ao Plenário que os Deputados e os Senadores e Senadoras falam no momento que eles entender. Esse é o Regimento da Casa. Então no momento que entenderem mais adequado, inclusive algum que estiver de pé, ele pede licença naturalmente a um dos líderes aqui presentes para que ele possa usar o microfone da bancada. A Senadora Ideli já se inscreveu. Eu vou passar a palavra para um painalista e depois a Senadora Ideli, se quiser falar. Então fala nesse momento o nosso amigo

Vicente, representando a Federação dos Trabalhadores no Comércio. Já está inscrita como parlamentar a Senadora Ideli, a Relatora fala a qualquer momento e o Deputado Paulinho.

SR. VICENTE SILVA: Bom dia a todos os companheiros presentes, Senador Paulo Paim, Senadora Rosalba Ciarlini, Senador Adelmir Santana, cumprimento o Deputado Sérgio Miranda, para nós trabalhadores sempre será Deputado, e o Deputado Paulo Pereira, que está presente. Cumprimento o companheiro Motta, participando da Mesa, o companheiro Patah, o companheiro José Augusto, o companheiro Alves e o companheiro Calixto, Presidente da Nova Central, que nos honra com a sua presença.

Sr. Senador, eu quero inicialmente justificar a pouca presença de comerciantes porque, como foi dito, nós somos inegavelmente a maior categoria profissional do País, nós somos, hoje, em torno de doze milhões de trabalhadores, e em um assunto de tamanha relevância deveríamos estar ocupando realmente o Plenário da Casa. Mas, Senador, nós estamos preocupados porque eu tentei acionar o meu pessoal no Paraná, nós variamos em torno de trinta dirigentes sindicais, acabamos vindo em dez, porque todo o pessoal está apavorado com a situação financeira das entidades sindicais. O Ministério Público do Trabalho tem feito uma perseguição constante, inclusive anulando cláusulas de convenção coletiva que tratam da contribuição assistencial, inúmeros Sindicatos no Estado do Paraná já não têm mais essa contribuição e sem essa contribuição, certamente, muitos Sindicatos irão fechar as suas portas. Então os dirigentes sindicais, já num gesto de economia, de receio, deixaram de comparecer e nós queremos--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Vicente, se me permita já anunciar, com o apoio que eu tive aqui da Senadora Ciarlini, nós já aprovamos aqui uma Audiência Pública para debater essa questão sindical, desde a demissão dos sindicalistas, amparado que nós estaríamos pelo PL 177, e, também, da contribuição assistencial, já que essa Subcomissão é do Emprego e Previdência e, se a Senadora assim entender, a qualquer momento, ela tem essa liberdade, ela pode chamar o assunto para a Comissão principal. Com certeza teremos Audiência Pública. Estou certo ou errado, Senadora?

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Está certo.

SR. VICENTE SILVA: Obrigado, Senador. Então realmente, Senador, a nossa esperança maior é o seu projeto, o Projeto nº 248, Senador, do Senador Paim, que regulamenta realmente a contribuição assistencial, que é uma forma de sobrevivência das entidades

sindicais. Sem essa contribuição, certamente, muitos Sindicatos irão ter que fechar as portas e nós estamos muito preocupados com isso porque o Ministério Público e a Justiça do Trabalho têm, inclusive, anulado cláusulas de convenções em que consta a contribuição assistencial. Então nós pedimos muita atenção para os Senadores a respeito desse assunto.

Na minha fala, eu vou procurar me ater, e talvez não precise nem dos dez minutos, Senador, a comentar o projeto em si, que eu acho que é a principal função nossa hoje aqui. Na questão da assinatura na carteira do trabalho, para constar realmente a função efetivamente desempenhada pelo trabalhador, pode parecer simples, mas ela é de uma importância muito grande para os trabalhadores, principalmente no comércio, que é muito comum usar-se assim designação genérica como auxiliar de escritório, como serviços gerais, que é muito comum nas empresas de vendas, vendas e serviços correlatos. E serviços correlatos sabe o que significa, Senador Paim? É fazer o vendedor e a vendedora fazer carga e descarga de caminhão, de mercadoria, fazer com que a comerciária, a vendedora, faça a limpeza da loja, a limpeza dos banheiros com o fundamento nesse serviço correlato. Então essa parte da sua proposição é muito importante para a gente corrigir essa deficiência que nós temos lá na categoria, que conste realmente a função efetivamente exercida pelo trabalhador. Com isso nós vamos fazer quadros de salários, inclusive, de acordo com a função ter um salário, que aquilo sirva de piso dentro da categoria.

A questão do horário. A proposta estabelece abertura do comércio às sete e fechamento às dezenove horas. Pode parecer que isso aí venha engessar um pouco o horário de funcionamento do comércio, mas isso não é a realidade porque nós precisamos ter um parâmetro. O parâmetro será esse, mas através da negociação coletiva nós vamos fazer realmente com que funcione o horário mais adequado e de acordo com a região, de acordo com as peculiaridades regionais, porque legislar nesse País, um País imenso como o Brasil, uma Lei única tratando de horário de comércio é um absurdo. É o que está acontecendo hoje, através da Lei 11.603, onde nós temos a abertura do comércio para o Brasil todo; são realidades completamente diferentes. No Paraná, dentro do Estado, nós temos uma realidade completamente diferente. Na capital, por exemplo, hoje pode ser até o comércio funcionar eventualmente em alguns domingos, desde que haja acordo coletivo para estabelecer as regras dos trabalhadores, mas nós temos cidades no interior que não trabalham nem sábado à tarde e ainda manter aquela tradição, aquela tradicional semana inglesa que o co-

mércio não funciona no sábado à tarde. Então, nós não podemos dar esse tratamento geral para todos.

Então, o projeto, apesar de ele fixar um horário, que o Estado tem que participar fixando um mínimo, mas ele dá abertura para uma negociação coletiva. Então, cada cidade, cada Sindicato, vai negociar com a sua categoria patronal qual é o melhor horário, quais as melhores condições de trabalho que lhe convém, porque no momento em que ele vai negociar, você também, o Sindicato também, coloca a sua posição. Exige uma hora extra, exige revezamento para que o mesmo trabalhador não trabalhe todo o horário. E mais: o projeto, ao reduzir a jornada para seis horas, ele nos dá a oportunidade de nós termos duas turmas de trabalho; são doze horas de trabalho por dia, nós precisamos ter duas turmas de trabalho de seis horas e isso irá fazer com que haja um aumento significativo na oferta de emprego, porque o comércio, nós temos hoje doze milhões de trabalhadores no comércio, nós poderíamos praticamente dobrar isso em oportunidade de emprego se nós tivermos uma jornada reduzida e a oportunidade de dois turnos de trabalho. Eu acho que, então, nesse ponto o projeto está sendo muito oportuno e muito inteligente.

A Lei 101, realmente nós precisamos adequá-la, não é possível, como foi falado aqui, o companheiro Patah foi muito feliz, nós achamos que tinha sido uma vitória quando conseguimos colocar que nos feriados há necessidade de convenção coletiva, mas na verdade o art. 6º trouxe muito prejuízo para a categoria e nós estamos sentindo isso na prática. Nós não tivemos aumento de emprego, nós acreditamos mesmo que não haja aumento de vendas no comércio em função do trabalho aos domingos, porque ele apenas muda o costume do consumidor de consumir aos domingos, mas não aumenta o número de vendas e não aumenta, conseqüentemente, a oportunidade de emprego, porque não há como você aumentar o número de emprego para trabalhar um dia por semana, quer dizer, vão ser usados os mesmos trabalhadores. Essa experiência nós estamos sentindo, principalmente, nos shoppings centers que trabalham indiscriminadamente, nós temos supermercados no Estado do Paraná que trabalham vinte e quatro horas por dia e acaba sacrificando os empregados porque não tem quadro suficiente. Então nós temos que, realmente, fazer com que isso fique ao controle das partes interessadas, ao controle do Sindicato dos Trabalhadores para controlar isso aí.

A questão do piso assegurado para o comerciário é uma necessidade, porque, hoje, há muita dificuldade na negociação coletiva, e o comerciário é uma categoria que tem que trabalhar bem vestido, com o cabelo aparado. Ele é um trabalhador que, para se manter, ele

torna-se caro. Então ele precisa ter um salário digno que dê conta disso. Então, assim, a proposta de nós termos um piso salarial nacional para os comerciários será uma grande conquista e uma oportunidade que nós teremos para resolver essa situação. Hoje no Estado do Paraná, sem demérito nenhum, nós temos um piso [soa a campainha] regional. Esse piso regional é superior a muitos pisos de categorias profissionais e esse piso regional atinge inclusive as domésticas; sem demérito nenhum, as domésticas no Estado do Paraná ganham muito mais do que um comerciário que vende e que tem que estar muito mais preparado, muito mais bem qualificado. Então, talvez, essa seria uma oportunidade de nós corrigirmos essa deficiência da Lei.

A data base, a unificação da data base, isso não traz prejuízo para ninguém, ela só traz benefício, porque nós podemos nos organizar melhor. Nós temos Estados, o Estado do Paraná, por exemplo, nós começamos a negociar, Senador, no mês de março, negociamos em maio, têm categorias de junho, de julho, de novembro, então aquilo é um trabalho permanente. Se nós tivermos uma data base unificada a categoria poderá se estruturar, trocar informações, trocar ideias e nós conseguiremos, com certeza, ter mais força e mais objetivos na negociação tendo uma data unificada como propõe o projeto, que seria o mês de novembro.

A instituição do Dia do Comerciário já existe na letra, mas não existe na prática. Nós, na verdade, não temos um dia específico onde possamos descansar e gozar com a nossa família. Então, a ideia aqui é de, na hora que nós consagrarmos o dia 30 de novembro na Lei como o Dia do Comerciário, nós temos condições de negociar isso com a categoria profissional e obter, quem sabe, um dia de descanso em homenagem aos trabalhadores do comércio.

Portanto, Senador, eu quero cumprimentá-lo por essa iniciativa. Os comerciários do Brasil são muito gratos pela sua iniciativa e nós temos certeza que você poderá contar com o apoio de todos os trabalhadores no comércio do Brasil, porque realmente esse projeto, se aprovado – e nós vamos fazer de tudo para que isso aconteça –, ele virá realmente reconhecer todo o empenho, a importância que tem a categoria profissional para a economia do nosso País. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): A Senadora Ideli Salvatti pediu a palavra e também a Senadora Rosalba. Senadora Ideli.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu quero parabenizar, mais uma vez, a V. Exa. pela realização desta importante Audiência Pública. Quero cumprimentar a todos os con-

vidados e em nome de V. Exa. e da Senadora Rosalba a todos os parlamentares que aqui se encontram.

Hoje, no aeroporto, era seis e dez da manhã, eu já fui abordada por lideranças dos comerciários do meu Estado. O Júlio, do Sindicato dos Comerciários de Brusque, o Mazinho, do Sindicato dos Comerciários de Joinville, que devem estar aqui, estão aí, dizendo que era muito importante esta Audiência e que havia uma grande expectativa dos comerciários de todo o Brasil para que, finalmente, a profissão do comerciário pudesse estar regulamentada por Lei. Eu espero que nós tenhamos a capacidade de aprovar rapidamente a regulamentação da profissão, o Senador que preside a Federação do Comércio, toda a parte do comércio e que sempre traz o assunto relacionado ao comércio, que é o Senador Adelmir Santana, sabe da importância de ter no comércio, que é um dos setores que mais emprega, que é um dos setores que tem capilaridade, que é um setor que tem um papel importantíssimo na economia brasileira, de nós termos a profissão regulamentada.

Agora eu queria trazer para esta Audiência, Senador Paulo Paim, inclusive já pedi para a minha assessoria elaborar o requerimento, que eu gostaria depois que V. Exa. pudesse submeter à aprovação dos demais parlamentares, porque no dia 15 de abril nós tivemos uma Audiência muito importante com o Ministro do Trabalho, o Ministro Lupi, e com o Luiz Antônio de Medeiros, que trabalha no Ministério, que é uma liderança sindical conhecida, portanto, dos trabalhadores no Brasil. Esta Audiência nos foi solicitada pelo Francisco Alano, que é da executiva da CUT e é Presidente da Federação dos Comerciários do meu Estado, da FE-CESC, e nós levamos ao [soa a campainha] Ministro Lupi duas questões que são absolutamente imprescindíveis e que sejam rapidamente resolvidas.

A primeira delas é a questão da regulamentação da utilização do ponto eletrônico. A forma como o registro da entrada, saída, hora extra, banco de horas, etc. e tal, que se dá manuseando, falsificando e prejudicando os trabalhadores a partir da utilização do ponto eletrônico. Inclusive nós temos que ter uma padronização de equipamento, temos que ter uma fiscalização muito efetiva para que os trabalhadores... Porque os trabalhadores, os trabalhadores do comércio têm... Isso não beneficiaria somente os comerciários, mas sem sombra de dúvida os comerciários têm encampado esta luta e tem brigado muito. Então eu acho que nós deveríamos, Senador Paulo Paim, reforçar, o Ministro Lupi disse já que está em estudos, não é um assunto fácil porque vai significar toda uma questão de tecnologia, de equipamentos, de modificação, de procedimentos para poder estabelecer a Lei e regula-

mentar isso de forma efetiva. Mas, de qualquer forma, é algo muito importante para que os trabalhadores não só tenham o reconhecimento da sua profissão, mas, principalmente, tenham o reconhecimento da jornada de trabalho que executam, ou seja, quantas horas efetivamente trabalham por semana, quantas horas extras, tudo que é necessário estar registrado de forma fidedigna para ter o pagamento justo.

E, em segundo lugar, como eu já percebi, nós vamos ter que retomar a legislação, nós vamos ter que reformular a legislação do trabalho aos domingos, porque a Lei não vem sendo cumprida, não vem sendo cumprida.

[palmas]

E, Senador Paulo Paim, o senhor foi meu parceiro, o senhor lembra, quando tramitou aqui nós fizemos uma Emenda, eu conversei até pelo respeito que V. Exa. tem aqui na Casa para os assuntos trabalhistas, eu abri mão de apresentar a Emenda, quem apresentou a Emenda foi V. Exa., ela foi aprovada por unanimidade, a Emenda que nós apresentamos naquela ocasião deixava muito claro as condições, inclusive a necessidade efetiva de negociação, exatamente para que não tivesse essa diferença, esta situação onde cada caso é um caso, precisa ser negociado sim, têm condições que precisam ser exigidas sim, ou seja, tudo tem que passar pelo processo de negociação. Nós aprovamos no Senado e perdemos na Câmara. E, agora, mais uma vez, fica comprovado que nós tínhamos razão. Tanto nós tínhamos razão que o Ministro Lupi concorda, porque assim tudo aquilo que foi consagrado na Lei do acordo, do trabalho aos domingos, foi acordado entre as partes, foi tripartite, governo, setor, os empresários e os trabalhadores, se fechou o acordo, se acabou redigindo com alguns problemas de redação que deram margem a interpretações dúbias, por isso que a nossa Emenda era uma Emenda, Senador Paim, que era para deixar preto no branco, clarinho, para não ter desvio de interpretação, e apesar de ter sido feito por acordo da forma como queriam, inclusive, a escrita, e mesmo assim não cumprem, o Ministro Lupi sinalizou de forma muito clara a disposição de reabrir toda essa discussão e de novamente nós termos uma discussão a respeito da reformulação da legislação para que ela fique clara.

Então eu já pedi, como eu já expus, pedi para a minha assessoria apresentar o requerimento para que a Comissão se manifeste oficialmente ao Ministro, no sentido de que estes dois assuntos tenham celeridade: a regulamentação do ponto eletrônico para que os trabalhadores recebam efetivamente, de forma correta, pelo tanto e o quanto trabalham, e, também, para que a questão do trabalho aos domingos seja retomada

a discussão, já que o acordo, infelizmente, não vem sendo cumprido conforme estipula a Lei.

Então era isso, Sr. Presidente, e eu peço mil desculpas porque não vou poder acompanhar toda a Audiência tendo em vista que eu tenho também trabalho em outras Comissões.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Vamos passar a palavra nesse momento para o Luiz Carlos Motta, que não falou ainda, nosso convidado, e em seguida eu passo para o Paulinho. Luiz Carlos Motta fala em nome da Força Sindical.

SR. LUIZ CARLOS MOTTA: Primeiramente, eu gostaria de agradecer ao Exmo. Senador Paulo Paim pela convocação dessa Audiência Pública, de suma importância para os comerciários de todo o Brasil. gostaria de saudar a Senadora Rosalba Ciarlini, que é Presidente da Comissão Permanente de Assuntos Sociais do Senado e, agora, Relatora desse projeto. Ao Senador Adelmir Santana, aos meus companheiros, o Zé Paixão, ao Zé Augusto, ao meu amigo Ricardo Patah é ao meu amigo Vicente. Aos Senadores e Deputado aqui presente, ao Presidente da minha Central, Paulo Pereira da Silva, e dizer que é com muita honra que nessa Audiência represento a Força Sindical, uma Central que sempre esteve ao lado dos comerciários.

Eu acho que a regulamentação da profissão dos comerciários tem sido objeto das mais atentas discussões, tanto da diretoria da nossa Federação como também da diretoria da nossa Confederação e, também, temos levado para a nossa Central, Força Sindical. Juntas, essas entidades representam, em São Paulo, a nossa Federação, mais de 1,5 milhão de trabalhadores no Estado de São Paulo. Em todo o Brasil, a CNTC, juntamente com as demais Centrais, somos doze milhões de trabalhadores. Desses doze milhões, cerca de 1,5 milhão estão ligados a mais ou menos cento e cinquenta entidades filiadas à nossa Central, a Força Sindical.

Em 2007, por exemplo, sobre o tema “Comerciários – Quem somos e o que queremos”, o 16º Congresso Sindical Comerciário tirou, como uma de suas deliberações, apoio ao Projeto de Lei 115, de autoria do Senador Paulo Paim, e ao Projeto de Lei 152, do Senador Pedro Simon, que tratam da regulamentação da profissão dos comerciários. Foi também em 2007, durante o nosso Congresso Sindical, que lançamos a Campanha de Valorização da Categoria Comerciária, denominada “Grito Comerciário”, e levamos para a nossa Central, Força Sindical, e também para a nossa Confederação que encampou em pleno acordo. O “Grito Comerciário” reafirma a necessidade de se re-

conhecer a profissão dos comerciários e, por que não, regulamentá-la.

As nossas diretorias, tanto da FECOMERCIA-RIOS como da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Comércio e a Força Sindical, entendem que esse reconhecimento legal se aliaria a outras vitórias da categoria, como foi a regulamentação do trabalho do comércio aos domingos e feriados, que precisa ser revisto, mas eu acho que nós avançamos muito com relação à legislação que existia. Seria, portanto, mais um gesto para ampliar os direitos da categoria, assegurando uma importante conquista trabalhista que, assim como a questão dos domingos e feriados, em muito contribuiria para humanizar o trabalho dos comerciários e comerciárias de todo o Brasil.

Os dois projetos, que tramitam simultaneamente, reivindicam a regulamentação de uma das mais tradicionais profissões brasileiras e que detém importância econômica e social como poucas. Somos a categoria que mais cresce no Brasil, e o nosso poder de mobilização é notório nos movimentos sindicais brasileiro. Esse espírito de luta marcante é histórico, presente na trajetória dos atuais dirigentes sindicais comerciários e, também, na vida de antigas lideranças sindicais. Graças a eles, constitui o dia 30 de outubro como o Dia do Comerciário, devido a uma luta eu unitária pela redução da jornada, isso em 1911. Também, obtivemos o descanso semanal remunerado e, num passado mais recente, reafirmamos a nossa luta pela regulamentação da profissão. Com essa regulamentação, os avanços trabalhistas para os comerciários seriam realizadores.

De um modo geral, aponto como vantagem da regulamentação: jornada menor, piso maior, registro profissional, elevação da autoestima, exigência de treinamentos específicos, fim da pulverização da categoria, fortalecimento da luta sindical, porque a Lei definirá quem se enquadra na definição de comerciário. É ponto convergente entre os dois projetos a necessidade de se reduzir a jornada de trabalho, uma vez que o comerciário é a categoria que mais trabalha no Brasil. Ambos preocupam-se também com a integridade física dos trabalhadores, já que a inclusão dos domingos e feriados tornou essa jornada ainda mais excessiva. Em seu projeto, o nobre Senador Paim pede a proibição do trabalho dos comerciários aos domingos e feriados, propõe a jornada de seis horas diárias no período das sete às dezenove horas, de segunda a sábado. Já o Exmo. Senador Pedro Simon sugere jornada diária de sete horas, somando na semana jornada semanal de 42 horas. Para evitar sobrecarga de trabalho, determina que os acréscimos da jornada diária ou semanal estariam sujeitos ao adicional de 100% sobre o valor

da hora normal trabalhado. A medida, portanto, geraria empregos e evitaria abusos. Outro ponto positivo estabelece que seja anotada na carteira de trabalho a função efetivamente exercida pelo comerciário, sem uso de denominação genérica. Outra vantagem: criaria um piso nacional para os comerciários. Este piso teria, no mínimo, três vezes o valor do salário mínimo. A data base unificada seria em novembro.

Diante do exposto, considero o teor dos dois projetos elementos da mais absoluta justiça, capazes de propiciar melhoria na qualidade de vida e nas condições de trabalho para os comerciários e comerciárias brasileiros, elos fundamentais na cadeia econômica desse País. Por isso, deve contar com o apoio de mobilização de todo o Movimento Sindical para que seja aprovado para entrar em vigor o mais breve possível.

Obrigado, Senador, e conte com a Força Sindical e as demais entidades nesse projeto

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Entre os nossos convidados, nós temos, agora, ainda, se assim entender que é o momento adequado, o Senador Adelmir Santana. Se quiser fazer o uso da palavra agora--

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Não, pode continuar.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Então fica à disposição da Relatora ou do Deputado Paulinho. Quem quer falar primeiro?

DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA (PDT-SP): A Relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): A Relatora, então.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Deputado Paulinho, com a sua permissão, já que o senhor estava inscrito, mas eu gostaria aqui de, em primeiro lugar, dar um bom dia a todos, dizer que são todos muito bem-vindos à nossa Comissão. Como o Senador Paulo Paim já colocou, eu sou a Presidente da Comissão e o Senador Paulo Paim preside a Subcomissão que trata da questão em Defesa do Emprego e da Previdência Social. A Comissão de Assuntos Sociais, ela tem não somente essa Subcomissão, mas tem também a Subcomissão de Saúde e, também, das Pessoas com Deficiência.

Mas eu gostaria aqui de colocar que eu considero esse assunto muito importante, da mais alta relevância para o nosso país, porque nós sabemos que o número de trabalhadores comerciários é muito representativo, é uma força de trabalho é imensa no nosso país e é muito importante que tenham realmente a segurança da regulamentação como outras profissões também, aqui na Comissão, nós já tivemos a oportunidade de

regulamentar, e muitas outras que encontram-se em tramitação. Claro que, como Relatora, isso será uma responsabilidade muito grande e quero, desde já, dizer a todos vocês: nós vamos procurar fazer o melhor possível. São dois projetos, há necessidade de que ele esteja integrado – todos vocês sabem – e que esteja em sintonia, em consonância com os preceitos constitucionais e que nós possamos, também, ouvindo, claro, os Sindicados, a representação dos trabalhadores, nós estamos com certeza sentindo o sentimento do comerciante, porque é importante que nesse momento a gente possa também ter uma regulamentação que dê garantia de trabalho, de geração de mais empregos, mas, também, a segurança do emprego àqueles que estão na atividade.

Então, eu acho que esse é o momento para nós refletirmos bem e fazermos o melhor. O Senador Paulo Paim, com certeza, como Presidente da Subcomissão e autor de uma das propostas, iremos trabalhar em conjunto para que possamos fazer o melhor em termos da regulamentação.

Era isso que eu queria colocar e dizer que estou à disposição de todos.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Ele quer colocar em você esse adesivo, que é pedindo a aprovação dos projetos, é isso que ele está colocando, a regulamentação. Isso aqui representa a posição de todos os painelistas, todos querem a mesma coisa.

[palmas]

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Ninguém é contra.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): É importante que o adesivo unifica a todos, que é pela regulamentação da profissão. Passo a palavra ao companheiro, Deputado Federal Paulinho.

DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA (PDT-SP): Cumprimentar a Senadora Rosalba lá do Rio Grande do Norte. Nós fizemos lá no seu Estado, Senadora, algum tempo atrás, uma irrigação em Apodi. Então tem lá algumas famílias que a gente ajudou por muito tempo e agora nós fizemos, recentemente, uma entrega da terra, que a terra era do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, o Betinho Rosado esteve lá comigo, nós demos as terras para as famílias lá, então também temos alguns companheiros no seu Estado.

Quero cumprimentar ao Senador Paulo Paim, companheiros da Mesa, o Patah, o Luiz Carlos Motta, o Vicente, meu conterrâneo do Paraná, o Zé Augusto, o Alves, enfim, o Senador Adelmir, cumprimentar a todos os companheiros aqui em nome do Levi aqui, meu Presidente da Federação de Minas.

Senador Paim, sabe que eu acho que era bom, ao invés só de falar desse projeto que é tão importante para os comerciários, dizer que o Senador Paulo Paim, eu procuro copiar ele um pouco lá na Câmara o que ele faz aqui, porque lógico que aqui ele tem um prestígio muito maior do que eu tenho lá, porque ele tem um respeito, eu tenho acompanhado muito tempo aqui, de todos os Senadores, até de coisa muito complicada normalmente aqui ele tem o apoio dos Senadores da Casa e tem nos ajudado muito. Então a grande parte dos projetos que os trabalhadores do Brasil conquistaram foi feito pelo Senador Paulo Paim. Eu tenho muita satisfação, Paim, de ter sido o primeiro a te apoiar para Senador. Eu estava lá no Sindicato do Barbosa, lá no Rio Grande do Sul, e você estava com uma lista lá, pedindo o apoio das Centrais Sindicais, eu fui o primeiro a assinar na tua listinha de Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O Barbosa é testemunha disso.

DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA (PDT-SP): O Barbosa é testemunha disso.

SR. BARBOSA: Foi o meu primeiro voto petista.

DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA (PDT-SP): Então eu quero dizer que acho que nós acertamos quando te elegemos, Senador. Eu estou falando te elegemos porque eu acho que todos nós aqui, todo o Movimento Sindical hoje tem uma grande satisfação de ter você como Senador, não só porque você tem defendido os trabalhadores, mas também porque você consegue convencer os Senadores da importância de ter projetos em defesa dos trabalhadores. Eu acho que nós estamos na Câmara, hoje, com dois projetos seus lá importantes, um projeto que acaba com o fator previdenciário e que estamos negociando com o governo, até porque o Presidente Lula disse que vetaria se fosse do jeito que você mandou, eu acho que isso é importante, porque mesmo você sendo da base do governo você tem feito projetos que faz o Presidente da República pensar bastante. Estamos também com o projeto em que você manda estender o mesmo aumento dos aposentados para os que ganham mais que o salário mínimo. Então parabéns aí pelo trabalho, eu acho que é um reconhecimento de todo o Movimento Sindical pelo teu trabalho aqui e pelo respeito que você tem, desde que você saiu lá de Canoas, como metalúrgico, e veio para cá. Eu procuro me inspirar dentro de uma Casa que tem 513 do lado de lá, que não é fácil. Lá você foi Deputado, sabe que é muito mais difícil.

Bom, o que eu queria dizer, companheiros e Senadores, é que essa é a maior categoria do Brasil. Fala-se em doze milhões com carteira assinada, mas provavelmente é muito maior do que isso. Esse projeto

que regulamenta essa profissão, eu acho que não precisa falar muito aqui, até os companheiros já falaram, mas talvez seja a coisa mais importante. Como é que você tem a maior categoria do Brasil, é até uma coisa estranha de explicar, como é que você tem a maior categoria do Brasil, com quase 1/3 dos trabalhadores com carteira assinada do País, e que não está regulamentada, não tem um direito sequer na Constituição ou na legislação?

Então o projeto do Paim restabelece essa questão, ou seja, não só regulamenta, como coloca alguns parâmetros. Acho até que se esse projeto for aprovado na íntegra, como está aqui, nós quase que dobraríamos o número de trabalhadores, quase que dobraríamos, e, além disso, teriam alguns direitos garantidos como o piso salarial, data base única. Eu acho que seria uma das coisas mais importantes que poderia acontecer no Movimento Sindical nos últimos anos, você ter uma categoria como a dos comerciários e até para o setor patronal, não é Adelmir, porque você sabe a hora que vai negociar, o Adelmir Santana que é do setor, você sabe a hora que vai negociar, sabe como é que vai ser, ou seja, tem um parâmetro para o Brasil, e também os sindicalistas hoje avançaram muito, sabem que uma coisa é uma cidade grande como São Paulo, como Brasília, que o custo de vida é muito maior, como a outra lá do Acre ou do próprio Rio Grande do Norte. Então essa compreensão todo o Movimento Sindical já amadureceu e sabe disso. Então eu acho que esse projeto precisa ser aprovado.

Agora eu queria falar, companheiros, com vocês. Essa Casa aqui só funciona sob pressão, só funciona sob pressão e vou dizer uma coisa: não precisa ter dez mil pessoas lá fora; precisa ter cem aqui dentro, cem aqui dentro e de preferência do Estado do sujeito. Vocês viram, por exemplo, como funcionou a palavra dos dois companheiros de Santa Catarina com a Senadora. Eu imagino, até pela confusão que é essa Casa, quantos compromissos ela tem, mas ela fez questão de vir aqui falar e dar o seu apoio. Então isso mostra que, quando vem do Estado... Eu me lembro muito bem aqui, Senador Paim, no dia que nós fomos regulamentar as Centrais, que o Senador Álvaro Dias ia votar contra nós, não é isso? Aí o Tião Viana me falou... O Tião Viana lá, cuidando da Mesa, ele falou: "Paulinho, o Senador Álvaro Dias vai vir aqui criar algum problema. Vai lá falar com ele, leva um pouco de gente do Paraná e tal". Aí nós pegamos uns paranaenses daqui e fomos tudo lá, até a secretária ficou meio apavorada. Chegamos lá, o Álvaro Dias de cara, nem falamos uma palavra, ele falou: "Fica tranquilo, que eu estou indo para lá, para votar com vocês". Aí nós tira-

mos foto com ele, carregamos ele lá um pouco, e ele foi para lá, para nos apoiar.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): E votou mesmo?

DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA (PDT-SP): Votou conosco.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Votou e defendeu a proposta.

DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA (PDT-SP): Ou seja, era um pouco também, um pouquinho de pressão, mas também ele viu que: "Olha, isso aqui vai me dar problema no Paraná". Não é isso, Vicente? Então isso mostra o seguinte: aqui no Senado é mais fácil, aqui você conversa com alguns companheiros que a gente aprova lá no Plenário. Agora, na Câmara, na Câmara, eu vou dizer um palavrão: é uma desgraça. Você está com tudo certo. Na hora de votar, você vira as costas e o cara muda, entendeu? É um desfecho inferno.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Deputado, foi bom você falar sobre a Câmara, porque quando V. Exa. se referia que era necessário fazer pressão, eu comentei aqui com o Paim: "Aqui no Senado, nem tanto". Agora preparem, minha gente, para fazer pressão, para acompanhar, para estar vigilantes lá na Câmara.

DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA (PDT-SP): É isso que eu estou querendo dizer. Então na Câmara, por exemplo, nós quando aprovamos as Centrais Sindicais, o povo que estava nas galerias foi comemorar. Eu fiquei sozinho, eu tinha machucado a perna, eu estava numa cadeira de rodas e eu via que tinha uns negócios assim, os caras subiram lá no palanque para nós não conseguirmos subir lá. Eu de cadeira de rodas, eu falei: "Tem alguma coisa acontecendo aí". Aprovaram duas Emendas que deu um trabalho para nós, até uma delas acabava com o imposto sindical dos trabalhadores, mas não acabava com o do empresariado. E a outra mandava o Tribunal de Contas fiscalizar os Sindicatos dos Trabalhadores também e do patronato não, ou seja, aquilo nos deu um trabalho, vocês acompanharam, aquelas duas Emendas deu um trabalho para a gente aqui no Senado, e graças a três Senadores aqui, Paulo Paim, Dornelles e a Lúcia Vânia, que foram Relatores, nós conseguimos barrar, mas mesmo a fiscalização, depois, tivemos que conjuntamente com o empresariado fazer uma pressãozinha para o Presidente Lula vetar. E tinha sido aprovado, o nosso povo saiu para comemorar. Na hora que virou as costas os caras meteram duas Emendas de Plenário que eu nem sabia que podia usar aquilo, eu era novo aqui ainda. Então ali é um problema.

Então eu queria dizer, o Zé Augusto é talvez uma das pessoas que mais conhece essa Casa aqui, mas é preciso acompanhar aqui no Senado. Eu acho que aqui tem uma relação, o Paulo Paim, esses três Senadores que estão aqui aprovam isso com facilidade, que tem prestígio na Casa.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): E veja que aqui o Paulo Paim é do Partido dos Trabalhadores e nós dos Democratas, que também defendemos os trabalhadores. É bom ficar bem claro porque independente, aí é questão partidária, questão de posicionamentos, há que ter divergência, é democracia, mas um ponto pode ficar certo que todos nós queremos, que é o Brasil cada vez com mais oportunidades para os trabalhadores.

[palmas]

DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA (PDT-SP): Muito bem, Senadora. Então eu queria só reforçar, Senadora Rosalba, que, aqui, então, eu posso até dizer que uma das grandes relações que eu tenho aqui é com o José Agripino, com o próprio Dornelles, são pessoas que a gente tem relação de algum tempo. Então no Senado eu diria que eu acho que é tranquilo, é só vocês acompanharem para não ter alguma Emenda de alguns atravessado, agora na Câmara a gente precisa fazer uma pressão muito grande. E a pressão, eu volto a dizer, uma coisa que nós descobrimos: não precisa trazer dez mil pessoas lá fora. Muitas vezes a gente traz dez mil pessoas, os Deputados nem vê, nem sabe que tinha dez mil pessoas lá fora. Então é importante a gente ter gente lá dentro e a minha função lá é dizer para vocês: "Tem tal Deputado atrapalhando, tem tal líder atrapalhando", para que vocês possam conversar, e, de preferência, com gente do Estado dele, funciona muito com o do Estado dele, até para explicar, que muitas vezes tem entendimento ou alguém falou e aí o cara já sai trabalhando contra. Então talvez não é nem a posição de ser contrário, é mais de falta de entendimento.

Então eu queria me colocar à disposição dos companheiros comerciantes para que a gente possa, não só aprovar aqui no Senado, mas fazer com que ele seja tramitado rapidamente na Câmara e, também, ser votado no Plenário. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem, Paulo.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Presidente, um minutinho. Eu só queria aqui dizer ao Deputado Paulinho, quando ele se referiu à nossa região de Apodi, eu sou daquela região, eu sou de Mossoró, Rio Grande do Norte, inclusive já tivemos até uma parceria com a Força Sindical quando eu era Prefeita.

DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA (PDT-SP): É verdade.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): V. Exa. não teve a oportunidade de ir, mas outros representantes estiveram lá, fizemos uma parceria muito importante de capacitação de trabalho através da FUNGER – Fundação de Geração de Emprego e Renda, que a nossa Prefeitura criou e estimulou, e com a Fundação de Geração de Emprego e Renda e a capacitação, claro, Força Sindical, SEBRAE, vários órgãos, eu fui atrás de parcerias, até com ONGs internacionais nós tivemos e foi possível criar mais de três mil microempresas.

DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA (PDT-SP): Que bom.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Que geraram inúmeros empregos lá na nossa região. Com relação ao assentamento, realmente é um assentamento modelo, eu tenho que dar aqui o meu testemunho. O Deputado Betinho esteve quando da entrega das terras, dos títulos, e realmente já vem de muito tempo, ele é autossustentável, tem poço que leva condição de abastecimento de água--

DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA (PDT-SP): 100 mil litros de água por hora.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Agora nós estamos com água demais, mas naqueles períodos difíceis da seca--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Tem que mandar um pouco de água para o Sul.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): E com o pessoal preparado, um trabalho conjunto, realmente foi uma grande contribuição que a Força Sindical deu lá na nossa região.

DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA (PDT-SP): A Câmara de Vereadores de Mossoró me deu um título de cidadão mossoroense. Eu gostava muito de ir lá, é lógico que para ter relação com as pessoas, mas também por causa daquele hotel que tem aquela água muito quente lá.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Presidente, agora ele falou numa coisa que eu tenho que divulgar. Num Brasil em que nós precisamos ter mais emprego e interiorizar mais o turismo, também na nossa cidade, na nossa região, eu vou fazer aqui um pouquinho de comercial.

DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA (PDT-SP): Faz uma propaganda que é para o pessoal ir para lá.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Nós chamamos de Costa Branca, são as salinas. 96% do sal do Brasil é produzido na nossa região. Então você tem nas praias, na foz do rio, você tem essa imagem

que é linda, belíssima, é diferente, pirâmides e pirâmides de sal. Então é algo para se ver, que o Brasil precisa conhecer, isso na beira da praia. A cidade realmente de Mossoró fica a quarenta e dois quilômetros da orla marítima e que se integra, inclusive por estradas litorâneas, já com a região do Ceará, ali onde tem Canoa Quebrada; nós ficamos ali naquela fronteira. Então é mais para ver, Ponta do Mel, aí o hotel fica na cidade de Mossoró com águas termais.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Só lembrar ao Paulinho que temos doze já inscritos aqui.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Águas termais, águas termais. Você vai para a cidade de Mossoró, para o Hotel Thermas, é um Hotel Resort e lá você tem nove piscinas com graduações que, realmente, faz muito bem à saúde, é relaxante, tira todo o stress e vale a pena. E agora, em junho, a cidade é cidade junina.

[palmas]

De quebra, ainda passa por Natal, que o avião desce em Natal, para conhecer as praias belíssimas, da cidade onde tem as melhores praias, Natal.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu quero só pedir a todos, eu vou começar com o Sérgio Miranda, como eu já havia dito no início, que para mim é sempre Deputado dos trabalhadores, agradecer a todos aí pela presença, e dizendo, Paulinho, que você falou de forma muito adequada. Esse movimento que a gente faz aqui no Senado – e tenho certeza na Câmara – é um movimento suprapartidário. Eu às vezes uso um termo que alguns não gostam, mas eu insisto com ele: para mim os movimentos sociais e a classe trabalhadora no seu conjunto, ela está acima inclusive das siglas partidárias. Ao contrário do que alguns pensam que o Movimento Sindical tem que ser instrumentos dos partidos, eu entendo ao contrário, os partidos é que têm que ser instrumento do movimento social.

[palmas]

Eles têm que representar aqui aqueles que eles mandam para cá. Então, de imediato, Sérgio Miranda.

SR. SÉRGIO MIRANDA: Eu também vou ser bem objetivo. Eu queria saudar a toda a mesa, os representantes do Movimento Sindical, os parlamentares aqui presentes.

O movimento dos trabalhadores hoje, Senador Paim, vive um momento muito difícil. A crise, de forma geral, ela cria uma forte intimidação junto ao conjunto das classes e nós perdemos, de certa forma, instrumentos que obrigam negociação. Quando aprovou-se a reforma do Judiciário e acabou o poder normativo da

Justiça do Trabalho, que muitos sindicalistas, equivocadamente, defendiam, hoje percebe que não tem um instrumento que obriga a negociar. Então eu considero que essa situação está gerando um clima dramático para o Movimento Sindical: como forçar a negociação quando o outro lado não quer, quando o outro lado se sente à vontade para impor as suas condições?

Então, eu considero que o projeto da regulamentação é muito importante. É verdade que nós temos de pressionar aqui dentro para poder aprovar, mas a Casa, o Poder Legislativo, ele tem de sentir uma pressão mais ampla da sociedade, da justiça da reivindicação. Nesse sentido, esclarecimentos que aqui foram prestados sobre a jornada excessiva de trabalho, sobre a informalidade, sobre as peculiaridades da categoria, que muito se têm as grandes empresas que juntam número expressivo de trabalhadores, mas é muito fragmentada a categoria, é fragmentada e tem uma relação quase que pessoal entre o patrão, o dono do comércio e o comerciário. Ora, se não houver uma legislação que imponha direitos, esta relação pessoal cria distorções, ela força um laço de dependência que amplia a jornada, que diminui salário, que cria contradições entre o salário de carteira e o salário efetivamente desembolsado, todas as mazelas que vocês, como líderes sindicais, têm amplo conhecimento. Então eu considero que nós deveríamos fazer um trabalho articulado sobre – isso também o companheiro se referiu – a questão do comerciário, da categoria, das distorções que existem hoje.

A Senadora Ideli Salvatti, ela lembrou, de uma forma muito objetiva, a questão do ponto eletrônico. Tem de haver um controle de jornada; se não houver controle de jornada, ela se estende a bel-prazer do patrão. Tem de haver uma forma que dê garantia ao trabalhador para que ele possa, independente da sua declaração, mas formalmente verificar quantas horas de trabalho ele dedica àquela loja.

Essa questão do trabalho aos domingos, eu acho que nós temos que dar a esse projeto, dar algumas questões essenciais. Definir a categoria é fundamental, para dirimir isso que o Patah se referiu, desses aproveitadores que buscam dividir as categorias em benefício próprio. Definir a categoria. Definir a jornada. O trabalho aos domingos. A questão salarial, que é referida no projeto, na minha opinião não leva em conta a diversidade regional do País, inclusive, de Estados. Então isso vai ser elemento de negociação.

Agora o que é essencial mesmo, o que é que o Movimento Sindical diz? Isso aqui é que nós queremos alterar: garantir a categoria, garantir a jornada, a questão do trabalho aos domingos e feriados. O meu amigo Alves, lá do Sindicato dos Comerciários, insis-

te nisso. O Sindicato dos Comerciantes denunciam sempre que o comerciante ficou sem um momento de convívio com a família, sem momento de convívio, como se não fosse um cidadão com obrigações, com deveres e direitos.

Então é isso, Paim. Eu saúdo a tua posição aqui nesta Comissão, a tua referência. O Paim pegou alguns pontos-chaves, a questão do fator previdenciário, viu o quanto aquilo é iníquo, injusto, e está forçando--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Se me permita, uma questão de justiça, um dos primeiros... Nós estamos todos numa luta para não passar, mas um dos primeiros que me levantou essa questão: "Paim, toca lá no Senado um projeto", foi esse Deputado na época.

[palmas]

SR. SÉRGIO MIRANDA: Está certo.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Você escreveu um monte de artigo, eu disse que ia apresentar e você--

SR. SÉRGIO MIRANDA: Essa questão também do reajuste dos aposentados, e, agora, eu acho que esse projeto dos comerciantes, pelo que significa à categoria, mereceria um esforço, uma discussão, um debate interno, um levantamento das agruras que sofre a categoria, porque eu acho que só o Poder Legislativo, que emana do povo, é capaz de criar parâmetros justos e corretos que de forma generalizada no País garantam o direito trabalhista dos comerciantes. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Só me permita anunciar aqui a presença do Senador Gim Argello, que é líder do PTB, e como a gente falou aqui tanto em fator previdenciário, outro dia eu disse na Tribuna e vou dizer aqui: o partido dele fechou questão a nível nacional, outros já fecharam também, mas como ele está aqui presente, pelo fim do fator previdenciário.

[palmas]

Eu tenho aqui uma lista de inscrição e naturalmente eu vou dar a palavra agora aos dois Senadores, depois eu vou passar para os outros convidados e, naturalmente, para o Plenário. Por favor, Senador Adelmir.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Eu pedi a palavra porque eu tenho outro compromisso na Comissão de Economia.

Paim, foi destacada aqui a relação que você mantém com todos nós, a facilidade que você nos convence, e nós já nos incorporamos, inclusive, em greves, em defesa de questões dos trabalhadores, legitimamente nos juntamos a você.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Fizemos vigília juntos no Plenário.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): O Patah colocou muito bem as questões que são diferenças que são visíveis, que nós condenamos. A questão homens e mulheres, diferenciação de salários entre sexos, a questão de cor. Isso é crime, nós não podemos aceitar este tipo de comportamento. Várias colocações foram feitas.

O Paim tem uma amizade muito grande por nós todos aqui Senadores, ele me colocou aqui numa posição, eu estava dizendo, numa saia justa.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O senhor está aqui como nosso convidado como Senador.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Me convidou como Presidente da FECOMERCIO e tal.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Isso é um elogio, é um elogio, como a Senadora Kátia é Presidente também da CNA.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Exatamente. Nós temos que ter uma Audiência tal qual essa aqui também com o setor empresarial.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): E faremos, faremos, fica já acertado.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Precisamos fazer para ouvi-los. Eu vou fazer alguns comentários e quero que os senhores entendam o seguinte: nós não podemos nos posicionar contrário a reconhecimento de uma profissão tão nobre e tão grandiosa como foi colocado pelo Deputado Paulinho, inclusive em termos de volume e a importância dessa atividade. Mas vou colocar algumas coisas aqui também pela vivência empresarial, aonde eu militei muito tempo antes de vir aqui para o Senado.

O projeto do Paim avançou mais do que o projeto do Senador Pedro Simon e certamente serão apensados, não há como dissociar.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Vamos fazer um substitutivo que contemple a vontade dos dois Senadores e dos setores envolvidos.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Não vou aqui nominar os componentes, me permitam, para ser mais rápido, viu Vicente, não vou aqui citar o nome de cada um, todos os senhores considerem-se citados. Mas o art. 3º, por exemplo, que é do Projeto 115, do Senador Paim, trata da questão do horário de funcionamento. Todos nós sabemos que a Constituição Federal – eu aqui, vejam bem, não é uma posição, eu vou fazer alguns comentários, mas que a gente pode, naturalmente, avançar, certamente esse projeto ainda irá em outras Comissões. A Constituição Federal já preceitua que cabe aos Municípios a questão da fixação

do tempo de funcionamento de qualquer atividade de trabalho, qualquer atividade profissional, o funcionamento do comércio especificamente. Então nós temos que ver, pois aqui carece uma mudança constitucional, porque cabe aos Municípios, diz a Constituição, é competência do Município estabelecer o tempo, o horário, que diz aqui o art. 3º, das sete às dezenove horas. No parágrafo único desse mesmo artigo, o Senador Paim diz o seguinte: "Somente através de convenção coletiva ou acordo coletivo poderá ser alterada a jornada normal de trabalho, estabelecido no *caput* deste artigo", isto é, se for fixado das sete às dezenove horas. Também a Constituição Federal já permite essa negociação de jornada ou de tempo através das convenções coletivas e através da jornada de trabalho, estabelecida em acordo coletivo de trabalho. No art. 4º, "a jornada normal de trabalho dos empregados no comércio é fixada em seis horas diárias". Também todos nós sabemos que foi uma luta, uma conquista quando nós reduzimos, na Constituição de 1988, de 48 horas semanais para 44 horas semanais. Também aqui carece uma mudança também constitucional, porque a jornada hoje é de 44 horas semanais.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): É, eu não--

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Eu acho que nós podemos reduzir para 36, para 30 horas, é o ideal, já foi muito mais do que isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador, só para ajudar na reflexão, há entendimento diferente. A Constituição diz que "até", ou seja, o máximo é oito horas e, conseqüentemente, 44, porque esse debate eu tive quando eu estava na Câmara dos Deputados, que tem um projeto lá. Mas isso eu acho que é para reflexão nesse momento--

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Sim, eu estou apenas fazendo esses comentários--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): --e eu respeito, naturalmente, os comentários que V. Exa. está fazendo.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Eu acho que nós podemos avançar, e o país já trabalhou 50 horas, 60 horas na época da escravidão, foi reduzido, e eu acho que, quanto mais a gente reduzir, maior serão as possibilidades de mais empregos. A França, hoje, parece que está trabalhando para 30 horas, está em 36, trabalha para 30 horas. Então, vamos trabalhar nessa direção também.

No art. 6º, ele diz: "assegurada a todo o empregado regido por esta Lei o descanso semanal aos domingos, ficando vedado o trabalho aos domingos e feriados". Foi dito aqui que houve uma discussão longa envolvendo o Governo, o Ministério Público, o Ministério

Público; o Governo, quando eu digo, é o Ministério do Trabalho, as Centrais, as Federações, Confederações, o Deputado também fez referência a isso, quando se discutia a questão do funcionamento do comércio aos domingos, domingos e feriados. Naquela oportunidade foi assegurado, eu não sei, aí é que entra a questão, diz que não está sendo obedecido. Cabe então uma forte pressão de fiscalização nessa história. Foi assegurado que mesmo que... Primeiro, que nós não podemos ter uma jornada de trabalho superior a 44 horas semanais, se tivermos no máximo duas horas extras/dia, não é isso que diz? Também não podemos ter uma jornada de sete dias ou de seis dias sem um intervalo. Isso tem que ser obedecido, tem que ser obedecido porque é constitucional e foi feito o acordo. E também, naquela oportunidade, foi estabelecido que pelo menos dois domingos eram assegurados como folga ao trabalhador. Portanto, naquela oportunidade o entendimento que nós tínhamos é que com esse sistema aumentaria o número de empregos e isso também é contestado, pois não houve aumento de empregos.

O art. 7º e o art. 8º falam em piso salarial e, também, data base. Nós sabemos que o País é muito diversificado, o País é difícil, a gente faz Leis aqui, mas de qualquer modo o que se pratica lá em Nova Iorque, no Maranhão, que é o meu Município, é diferente do que se pratica na Avenida Paulista, em São Paulo, ou aqui em Brasília. É complicado esse tipo de legislação. Eu acho que foge um pouco às características do próprio Estado brasileiro, se a gente deixasse isso para as convenções e para os acordos coletivos nessa discussão.

A vigência da Lei não autoriza a redução de salário, no projeto do Paim, que é o art. 9º. A Constituição Federal, em determinado momento, permite redução, quando negociado, redução que também precisa ser amplamente discutida.

Então, Paim, eu fico preocupado, o Projeto é salutar, defende a classe dos trabalhadores, protege os trabalhadores, mas, ao mesmo tempo, a gente vê que já há algumas pesquisas e aqui, viu Patah, pesquisas que indicam, por exemplo, que o domingo é um bom dia de vendas para alguns setores de comércio. E, aqui, eu estou falando, nesse instante, muito mais como comerciante do que como Senador. Quer dizer, na verdade, quando você amplia a possibilidade da economia funcionar ininterruptamente, respeitando esses princípios que eu coloquei aqui das folgas semanais, da jornada de trabalho, da folga aos domingos, é necessário que a gente entenda que isso também abre a possibilidade de aumento de empregos, abre a possibilidade de aumento de empregos. Se você, por exemplo, impede a formação de horas extras, também aumenta a pos-

sibilidade de empregos. Agora, o que não é possível é que haja a exploração dos trabalhadores, sem respeitar esses princípios das horas semanais e da jornada de dias com intervalos, e, também, o respeito, inclusive, dos sábados e domingos.

Então, a minha sugestão é que, como está se fazendo hoje, ouvindo as lideranças dos trabalhadores de forma aberta, justa, também se ouçam as lideranças dos empregadores para fazer o contraponto e, naturalmente, buscarmos um entendimento. E o Paim, o Senador Paim, tem, como foi dito aqui e ressaltado pela Senadora Rosalba, uma capacidade enorme de aglutinação de todos nós e de convencimento pela sua vivência e luta dos trabalhadores, reconhecida nos vários mandatos na Câmara e aqui no Senado, não só dos trabalhadores da ativa, mas, também, dos aposentados.

Então, Paim, você sabe que eu sou aberto a essas discussões. Naturalmente, na função de Senador, certamente vou trabalhar junto às classes empresariais para encontrar um ponto de convergência, mas nós não podemos esquecer a situação que nós colocamos no início, naquela discussão, quando fazíamos do trabalho aos domingos e feriados. O que nós sempre discutíamos, e aí eu não era nem Senador, vim aqui alguma vez, é que isso abria a possibilidade de mais emprego, de mais tempo, de mais gente, de mais gente ocupada, e aí foi acertado naquela época, depois de longas discussões, a questão da manutenção de pelo menos dois domingos e o funcionamento do comércio aos domingos e feriados.

Com relação ao Dia da Comemoração, aqui nós já temos um dia estabelecido em legislação local, acho justo que a gente busque unir todas essas categorias que hoje estão sob o diapasão de comerciários, mas, na verdade, tem o frentista, tem o comerciante da farmácia, tem o atendente de farmácia. A gente tem que procurar um processo de unir isso tudo em torno de uma única categoria e estabelecer. Não é justo que não tenhamos um dia correto e um Dia Nacional de uma categoria tão importante, como é a categoria dos comerciários.

Quero dizer da minha disposição e abertura para essas discussões e funcionar inclusive como elo, como um mecanismo de ligação com o setor patronal para a gente discutir amplamente isso, ouvindo-os naturalmente, como estamos fazendo hoje com os trabalhadores.

[palmas]

DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA (PDT-SP): Senador Paim, eu só queria fazer uma pergunta, talvez fazer uma sugestão.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF):

Não me questione muito não, Paulinho, pelo amor de Deus.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Não, fique tranquilo, como eu tinha dito, Senador e Deputado falam. Então, Paulinho, vamos lá, pode falar no momento em que atender adequado.

DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA (PDT-SP): Como ele levantou uma série de questões que--

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Eu me baseei nos artigos.

DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA (PDT-SP): É lógico que as coisas funcionam mais rápido aqui quando tem acordo, não é isso?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Com certeza.

DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA (PDT-SP): Eu queria ver, sugerir aqui até aos companheiros comerciários, talvez até montar um grupo de empresários, que você coordena bem, e os companheiros das Centrais Sindicais, ligados ao Sindicato dos Comerciários, para tentar ver aonde tem acordo e aonde não tem.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Claro, os pontos divergentes e os pontos convergentes.

DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA (PDT-SP): Talvez com isso a gente pudesse caminhar talvez até mais rápido.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu queria só dar um depoimento, me permitam, até muito rápido. O Senador Adelmir Santana com certeza tem sido aqui um Senador que, como ele disse muito bem, ele faz essa ponte aqui no Congresso entre os trabalhadores e até empresários de outros setores. O que ele fez nesse momento aqui, eu quero deixar muito claro, ele fez o contraponto legítimo, onde todos colocaram aqui com ênfase a aprovação do nosso projeto e do Senador Simon, que ambos, na nossa visão, vão na mesma linha. Ele fez uma série de considerações, mas eu tenho certeza, por conhecê-lo, que ele quer na verdade um grande entendimento. Por isso, Senador Adelmir Santana, tenha a certeza que nós agiremos nesse projeto como agimos em tantos outros: no fator, nos aposentados, na questão específica das Centrais Sindicais, V. Exa. foi fundamental no processo de negociação, como será também nesse momento.

Então, eu fico tranquilo quanto às suas considerações e podem ter certeza, vocês, que a gente não precisa concordar cem por cento não, é saber ceder um pouquinho em cada lugar para construir aquilo que seja um projeto, como eu sempre digo, que o projeto

bom não é só o projeto apresentado, não é Paulinho? O projeto bom é o projeto aprovado.

DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA (PDT-SP): Isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Nós apresentamos sempre aquilo que entendemos que é a vontade das categorias organizadas, mas as categorias também sabem ceder, ou não, e aonde ceder. Por isso que eu estou muito otimista com essa Audiência Pública, com a Audiência que faremos com certeza com os empresários, e formando, Paulinho, nessa sua sugestão, com certeza, uma Comissão com a Relatora aqui presente, que vai ser fundamental para o substitutivo final.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Paim, eu só queria dizer, eu soube desse encontro... Na verdade, eu não vim preparado, eu estava em Santa Catarina, fui no domingo, e defendendo exatamente a questão do microempreendedor individual, porque eu sou Presidente do Conselho Nacional do SEBRAE, reunimos lá representantes do Rio Grande do Sul, do Paraná, de Santa Catarina, porque achamos que também temos que reduzir a informalidade e a redução da informalidade, através da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, a figura do microempreendedor individual, para proteger algumas categorias que não têm registro e que são pequenos empresários. Então eu não vim aqui preparado para esse encontro. Eu tenho outra reunião aqui e peço escusas, pois vou ter que comparecer à outra reunião.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu quero registrar a presença aqui – veja como essa reunião é importante, já tem quorum até para votar – do Senador Efraim, que tem feito um belo trabalho sempre em defesa dos trabalhadores, e do Senador Wellington Salgado. Ambos sempre votam tudo aqui com os trabalhadores.

[palmas]

Antes de eles saírem eu queria falar isso, porque falar depois que eles saírem não adianta.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): O companheiro Senador Paim, nosso líder.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Gim Argello com a palavra.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Senador Paim, Senador Efraim, que faz parte também dessa Comissão, Senadora Rosalba, nós estamos na Subcomissão Permanente de Defesa do Emprego e da Previdência Social, Senador Wellington Salgado.

Novamente, Paim, você acerta. Você traz para cá uma discussão importante que é sobre a regularização da profissão dos comerciários, uma discussão que esse

Senado tem que enfrentar, que o Congresso tem que enfrentar e você traz junto Deputados importantes, do quilate do Paulinho, do quilate de vários parlamentares que se encontram aqui.

Eu gostaria de dizer a vocês o seguinte: isso que o Senador Adelmir colocou é muito importante, que nós temos que chamar isso à reflexão. Quando ele fala em mais geração de emprego, do comerciário trabalhar somente um domingo do mês, isso tem que ser refletido, isso não pode ser decidido no afogadilho, então essas disposições colocadas pelo Paim é muito, muito importante. Por quê? Porque o bom projeto, o excelente projeto é o projeto aprovado, é o que se torna Lei. E agora só esse chamamento que o Senador Paim fez, vejam vocês que vários Senadores já passaram por aqui, participaram por aqui, é uma Subcomissão, uma Subcomissão importantíssima, uma Subcomissão que trata do emprego. Quando se traz essa discussão para dentro do Senado, para dentro do Congresso Nacional, melhor colocando, o que acontece? É que isso passa a ser uma realidade. Então ponto principal: existe necessidade e a profissão vai ser regulamentada, a profissão de comerciário. Então isso está definido, isso é um ponto.

[palmas]

O formato disso, o formato disso, os artigos que foram aqui chamados à reflexão pelo nobre Senador Adelmir Santana, que tem a preocupação legítima de discutir ponto a ponto, parágrafo a parágrafo, isso é legítimo. Por quê? Porque, quando você fala em mais geração de emprego, nós temos essa preocupação. A nossa preocupação, acima de tudo, é com a geração de emprego e renda nesse país, onde as pessoas têm que ter a legitimidade e a dignidade de poderem trabalhar. Então, colocando esses pontos, é dizer que todas as vezes que aqui chamado, como hoje eu fui chamado, fui avisado há pouco que a nossa Subcomissão estava em pleno funcionamento, eu falei: “Não, o chamamento de quem é?”, “É do Paim”. Esse tem credibilidade com todos nós, como colocou o ADELMIR Santana, para a gente ir lá e falar: “Estamos totalmente prontos para discutir”, claro que com todas as reflexões colocadas aqui de todos os campos. A próxima ideia é fazer esse encontro, Deputado Paulinho, vamos objetivar, fazendo um encontro então com a classe patronal e a classe dos trabalhadores. Vamos objetivar e aí sim construir um projeto a várias mãos, que temos certeza que vai ser um projeto aprovado, um projeto acordado e mais do que isso: tenho certeza que todos vocês aqui representando vários Estados, inclusive o Distrito Federal, onde essa discussão já teve várias vezes, está a Geralda aqui, vão ser atendidos plenamente e sairão satisfeitos. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Com permissão, eu quero também agradecer a Presidente, a Presidente da Comissão de Assuntos Sociais que ficou ali para dar o espaço para os Senadores falarem. Então, com alegria, a Presidente de Assuntos Sociais volta a assumir o seu posto aqui junto da coordenação.

Quero passar a palavra, de imediato, ao José Francisco, em seguida ao Barbosa, depois ao Rogério, o Júlio, depois temos ainda o Túlio, Nonato, Geralda e Márcio. Eu vou pedir um pouco de silêncio a todos para que agora o José Francisco possa falar. Essa é a hora que o Plenário não falou ainda, para que os legítimos representantes dos trabalhadores, que estão na plenária, possam também se posicionar e até mesmo fazer alguma pergunta, se assim entenderem, para a Mesa. Eu estou falando um pouquinho mais para que o tumulto aqui na Mesa diminua e você, José Francisco, possa fazer o uso da palavra já com a Mesa aqui acompanhando com todo o cuidado a sua fala. Então eu peço a todos silêncio aqui para a gente poder iniciar. Se alguém quiser tirar alguma foto, é legítimo, eu mesmo vou, porque alguém já me pediu, vou tirar lá fora, depois que terminar. Então agora eu passo a palavra ao José Francisco.

SR. JOSÉ FRANCISCO DE JESUS PANTOJA PEREIRA: Senador Paim, eu sou Presidente da Federação dos Trabalhadores no Comércio dos Estados do Pará e Amapá e, também, da CNTC, da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio, e, logicamente, a nossa Confederação é filiada à UGT, a União Geral dos Trabalhadores. Saudar também a Senadora Rosalba, o meu Presidente da UGT, Ricardo Patah, meu amigo, meu colega Luiz Carlos Motta, Vicente Silva, vice-Presidente da CNTC, meu companheiro José Alves Paixão, meu amigo lá de Minas, e o José Augusto, da Coordenação do Fórum Sindical dos Trabalhadores.

Eu quero endossar a palavra do Paulinho sobre você porque você é, realmente, um dos parlamentares que mais lutou, que mais vem lutando para a classe trabalhadora desse País e dos aposentados também. Já tivemos a oportunidade e o prazer--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): José Francisco, me permita, eu vou fazer um apelo carinhoso a todos: é legítimo que os companheiros queiram conversar sobre o debate. Então quem quiser conversar sobre o debate, carinhosamente eu peço, ali no corredor, para que a gente possa ouvir a todos os nossos companheiros que viajaram horas e horas, muitos de ônibus, outros de avião, de avião muito poucos porque agora não tem mais passagem [risos], não

é Paulinho? Agora não tem mais. Então vamos lá. Eu vou retomar o teu tempo, inclusive, José Francisco.

SR. JOSÉ FRANCISCO DE JESUS PANTOJA PEREIRA: Pois é, Senador, como eu estava dizendo--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Repito: quem quiser falar, repito mais uma vez, o corredor aqui é grande ao lado.

SR. JOSÉ FRANCISCO DE JESUS PANTOJA PEREIRA: Como eu vinha já dizendo, nós tivemos a oportunidade de ter o senhor como Senador no Estado do Pará no Congresso do Pará e Amapá dos Comerciantes, tivemos um prazer muito grande, e eu quero assinar embaixo do que o Paulinho falou sobre a sua candidatura, a sua importância para a classe trabalhadora desse País, sem especificar Central Sindical, seja da CUT, da UGT, da Força Sindical, da Nova Central, enfim, você é um instrumento de luta da classe trabalhadora desse País e nós estamos muito orgulhosos por isso.

Então veja muito bem: aqui já foi falado que nós somos doze milhões de trabalhadores de carteira assinada nesse País. Se for conferir direito, nós somos vinte e quatro milhões. Nós somos aqui a única categoria que você pode procurar nos cinco mil e poucos Municípios que o Brasil tem, que está lá; não existe um Município que não tenha um comerciante. Então todos os Municípios deste País têm comerciante. Então vamos deixar isso bastante claro. Grande parte desses comerciantes, mais ou menos, não têm a sua carteira assinada. Então é importante ressaltar isso, porque também não tem a presença do Estado. Infelizmente o Ministério do Trabalho não está presente em todos os Municípios desse País, essa é a realidade, principalmente nós que somos da Amazônia. Não está lá, não está presente e direito dos trabalhadores, seja o horário de trabalho, seja o piso salarial dos trabalhadores, seja a condição de trabalho exercido excessivamente e aí vai mundo afora, nós não temos respeitado isso porque não tem a presença do Estado e muitas vezes nem do Sindicato para poder discutir, dialogar e conversar para que aquele piso salarial que foi acertado possa ser cumprido. Essa é uma situação.

Então, vejam muito bem: se é a categoria mais antiga do mundo, se é a maior categoria desse país, se todo mundo concorda que essa categoria, Senadora, tem que ser obrigatoriamente, tem que ser regularizada, eu tive uma experiência numa reunião, numa assembléia na cidade de Santarém, no Pará, e como lá nós temos um Sindicato, inclusive dos Comerciantes filiados à CUT, eu vou lá dar uma palestra. Quando eu falei que não era profissão e era função, quase eu apanho do senhor lá. Você disse: "Vem cá, eu estou

pensando que eu sou comerciário e eu não sou?” Eu disse: “Tu é, mas não é; tu é porque tu é comerciário e está escrito na tua carteira; tu não é porque não é profissão, é função”. Ele ficou meio triste, aquilo e tal, “Mas eu pensei que eu ia me aposentar comerciário”. Então tem uma série de coisas que a gente precisa compreender e aí precisa, realmente, o Paulinho falou isso, o Patah falou isso, o Motta, todos da Mesa, o José Augusto falou, nós precisamos ser práticos, reunir realmente os empregadores, os trabalhadores o mais rápido possível, regularizar isso para que nós possamos ter isso e, dentro dessa regularização, algumas pessoas até nem gostam do meu posicionamento, eu acho que nem tem que mexer com essa questão das 44 horas. Deixa 44, regulariza, faz o piso salarial, volta de novo.

A Senadora Ideli falou aí uma coisa muito importante, é essa questão da redação do horário de domingo e feriado, que não está cumprindo. E quando se tem cumprido, como aconteceu agora no Estado do Pará, muito lastimável, que fizemos o acordo, trocamos o acordo por 10% de reajuste salarial para toda a categoria, firmamos. Tudo certinho? Tudo certinho. Dois supermercados, duas redes de supermercado resolveram dizer: “Não, eu não quero”, porque nós fizemos o acordo para trabalhar até às catorze horas de domingo e alguns feriados também até às catorze horas, pagando mais uma folga, pagando mais trinta e cinco reais. Foi lá e teve o apoio do Judiciário, o mesmo Judiciário que está sendo falado e um panfleto que eu já vi do PSOL aí fora, do Presidente do STF, esse mesmo Judiciário [soa a campanha] que está sendo falado aí, esses mesmos Senadores que estão aqui estão dando, estão dando uma liminar, olha só o que eu vou dizer para vocês, eu trago o documento, uma liminar anulando não só a cláusula que diz que o trabalho tem que ser até às catorze horas do domingo, mas também dizendo que pode trabalhar aos feriados. Tipo assim a Lei 11.603 não vale nada. Então precisa ter isso muito claro, Paulinho, muito bem claro, para a gente poder fazer funcionar a questão daquilo que foi tão discutido, Senador Paulo Paim, em que nós passamos mais ou menos, eu era da Comissão, representando o primeiro a CGT, depois a UGT, cinco anos, Senadores, cinco anos, para chegar agora e não valer absolutamente nada. E uma liminar, o Tribunal Regional do Trabalho do Pará e Amapá está mandando os trabalhadores trabalhar no feriado sob liminar [soa a campanha] sem direito, sem direito de folga, remuneração e sem limite de carga horária de trabalho. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Eu quero cumprimentar ao José Francisco, dizer que de fato eu estive lá no Pará, foi um grande evento, foi um congresso, eu sei que estava lotado lá, foi com alegria que eu participei.

Eu quero passar a palavra ao Barbosa. Quero dizer que nós vamos dar a palavra aos que estão inscritos por causa do nosso período aqui. E, depois, no final, fala a Mesa e, naturalmente, a Relatora. Então vai falar agora o Barbosa, o Rogério, o Júlio, o Agenor, o Márcio, a Geralda, o Nonato e, naturalmente, o Deputado, se quiser falar, vai usar a palavra de novo. Então, Barbosa, eu quero reafirmar que foi com alegria que lá no teu Sindicato efetivamente, o Paulinho foi lá numa atividade da Força Sindical e o pessoal começou a recolher abaixo-assinado num momento difícil da minha candidatura, o Paulinho foi o primeiro a assinar e todas as Centrais Sindicais e Confederações do Brasil que foram chamadas, todas assinaram. Então eu agradeço ao Movimento Sindical nesse momento com a tua fala.

[palmas]

SR. BARBOSA: Eu vou chamá-lo de companheiro Paim pela história que tivemos, iniciei no Movimento Sindical quando já era Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas. Eu queria aqui dizer – e isso eu estou dizendo bem claro, tu conhece a história – que o meu primeiro voto petista foi em até. A pedido, como Central, naquele dia com a tua ida no Sindicato dos Comerciários de Porto Alegre, um pedido do Presidente da Central, ali eu defini, porque nós precisávamos ter um representante no Senado que tivesse a cara dos trabalhadores e, acima de tudo, tivesse esse espelho e esse histórico. Só para colocar aqui. Eu queria parabenizar aqui também, cumprimentar a Senadora Rosalba, o meu amigo e representando aqui os comerciários da Força Sindical, o Motta, no seu nome os demais integrantes da Mesa. E ao meu Presidente, o Deputado Paulinho.

Eu queria aqui colocar, eu acho que umas coisas que foram faladas, Deputado, que eu fico triste. Na verdade hoje nós temos o Anexo 1 da MR 17 que regula o *check-out* de supermercado e o Sindicato deve exercer o seu papel de como fiscalizar, ir para cima do Ministério Público, ir para cima do Ministério do Trabalho e entrar com ação judicial. É um trabalho que nós começamos no Rio Grande do Sul, pelo companheiro Valdir, lá graças a Deus, depois incorporado por todos os Sindicatos, todas as Centrais, e negociado no Governo Federal, no Ministério do Trabalho. Assim como está acontecendo na questão dos *telemarketings call-center*, que também tem o Anexo 2 da MR 17. Eu acho que é bom a gente colocar isso porque também daqui

a pouco nós vamos esvaziar a nossa ação sindical. Nós devemos como Sindicato, como representantes, também exercer o nosso papel. Eu acho que nós não devemos fugir dessa linha.

Eu acho que é importante também – e eu não quero fugir depois do tema – que é a questão de cada entidade sindical ter organizado o seu Departamento de Saúde e Segurança do Trabalhador, porque lá nos metalúrgicos tem e os bancários tiveram e isso fez me espalhar como Presidente do Sindicato na ocasião da criação do Departamento, que muita gente não dá bola porque acha que, me desculpem a expressão aqui, as senhoras, que acha que é frescura, que é uma defesa e um papel importante do Sindicato.

Eu tenho assim, já foi falado tudo, eu acho que aqui foi dito da importância da regulamentação e só esqueceram de uma categoria, Patah, quando tu falaste, que há pouco tempo atrás foi regulamentada as prostitutas, nada contra elas. Elas foram reconhecidas como categoria e nós precisamos também. Eu acho que o nosso papel é de construir, Paim, a unidade. E aqui ninguém vai falar porque é divergência da Força, que é divergência da CUT, da UGT, da Nova Central, eu acho que por aí nós temos CGTB, nós temos CTB, nós temos que construir exatamente o que interessa.

Agora eu acho que uma coisa, por exemplo, aqui, que eu não vi contemplado, que quando fala, e aí nós temos perdido no Judiciário, que é a questão dos empregados de supermercado, de trabalhadores do supermercado, que o Judiciário, me desculpe o linguajar, tem nos ferrado, porque diz que a Lei 605, lá o Decreto que regulamentou o anexo, que falava lá em mercado, que o supermercado de hoje é o mesmo. Então se nós não colocarmos especificamente que supermercados estarão abrangidos, nós não levaremos o supermercado. Aqui se coloca dezenove horas, eu tenho uma preocupação. Dizer o seguinte: se colocou o horário geral. Farmácia vai funcionar das sete às dezenove de segunda à sábado? Funerária vai funcionar dessa forma? Floricultura? Que estão excepcionadas as peixarias, os açougues, como é que vai ficar? Então eu acho que nós temos que discutir, Patah, Vicente, José Augusto, todos os integrantes, eu acho que o que é que engloba nesse projeto para que a gente possa estabelecer, porque senão nós vamos abrir uma fissura que acaba não tendo o benefício que nós queremos. Nós sabemos que a realidade da loja de bairro é uma, que o shopping center é outra realidade, Paim, não adianta, em Canoas o shopping está muito bonito, duplicou o shopping center, e nós sabemos que sete horas da manhã ninguém vai ao shopping.

Então, na preocupação e na defesa, eu acho que assimilando os dois projetos, o teu projeto e do

Senador Simon, nós podemos trabalhar com a ideia e aí sim--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Barbosa, eu vou descontar o do teu tempo, mas eu quero aproveitar este teu minuto aqui. O Senador Simon me ligou, há cinco minutos atrás, pedindo desculpas a todos vocês, ele está com um probleminha de saúde, mas está acompanhando pela TV Senado e está aqui tranquilo e defendendo a fusão também, como eu defendo, dos dois projetos num só. Então o Senador Simon merece – que ele se recupere logo – uma salva de palmas.

[palmas]

Na tua fala, eu vou descontar o tempo, que ele só não está aqui por esse motivo.

SR. BARBOSA: Bom, colocando, eu acho que, unindo os dois projetos, Senador Paim, nós teremos um belo projeto na regulamentação e na questão do horário. Eu me preocupo, eu acho que essa questão que o Senador Santana levantou aqui, eu não vou discutir se é constitucional, se é inconstitucional e tal, mas a preocupação que nós devemos ter é que não adianta aprovarmos no Senado e sermos derrotados na Câmara. Eu acho que aí é a minha preocupação. E tem mais: dentro da mobilização que o Paulinho falou aqui, o Deputado Paulinho falou, tem um que nós não podemos deixar de fora, que é a questão do Executivo. Se não tiver o Executivo na negociação, com a sua base, o senhor sabe, os senhores aqui como parlamentares conhecem essa Casa, conhecem o Senado e principalmente a Câmara. Se não tiver acordo com a base aliada do governo, nós poderemos ter anos e anos. O Deputado Florestiano Paixão, durante muitos anos, lutou por isso, mas esbarrava porque não havia interesse, que se não daqui a pouco parece que foi levado, deixado ao léu, que nunca houve interesse. Mas teve parlamentar do nosso Estado, o Florestiano Paixão, que foi um grande defensor na questão da gratificação natalina, 13º, na questão da previdência [soa a campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Me permita, eu quero fazer justiça agora. Essa frase, Paulinho, de que projeto bom é projeto aprovado, não é de minha autoria. E você lembrou aqui, e eu lembrei agora: foi a primeira frase quando eu cheguei aqui na Constituinte, em 1986, 1988, do ex querido Deputado Florestiano Paixão, que ficou mais de quarenta anos eu acho que aqui dentro fazendo sempre um excelente trabalho. Eu quero dar uma salva de palmas para ele, que eu tenho certeza que ele está vendo esse programa também. A frase é dele, é do Florestiano Paixão.

SR. BARBOSA: Então eu queria, até para encaminhar para o término, Senador, dizer o seguinte: que, nessa história já, o Deputado Florestiano Paixão colocava das dificuldades que tinha na Câmara Federal para aprovar qualquer projeto de interesse da classe trabalhadora. Eu acho que isso é importante, eu acho que essa mobilização, e quando falavam aqui do pouco número de comerciários, não, não é pouco número não, aqui estão dirigentes sindicais representativos de todos os Sindicatos de todo o Brasil [soa a campainha]. Eu acho que isso nós temos que ter claro, que não é pouco número, é um número significativo, porque cada um está trazendo a sua base de representação.

E eu queria aqui, eu acho que, para encaminhar, dizer o seguinte: que, quando se fala a questão de assédio sexual, assédio moral, todo tipo de assédio, graças a Deus, os Sindicatos estão se acordando da necessidade de entrar com ações judiciais para coibir esse tipo de ridicularização do trabalhador: ou de colocar ele com uma tartaruga, porque ele é o último, ou de colocar a moça lá quando vai pagar a prenda, vai pagar isso, vai pagar aquilo, ou seja, isto é assédio e em assédio o Sindicato tem que ser estruturado através do seu Departamento Jurídico para entrar com ação e penalizar, porque o bolso é o lado mais sensível daqueles que infringem a Lei. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem. Eu ia passar a palavra para o Rogério, mas como a Senadora vai ter que sair, outras Comissões estão a chamando e ela já ouviu a ampla maioria, e depois a fita, com certeza, nós vamos distribuir para os Senadores, da fala de todos os nossos convidados, eu passo a palavra a ela nesse momento para as suas considerações finais.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Bem, o Senador Paim aqui já colocou da minha urgência em ter que ir a uma outra Comissão, onde eu faço parte, preciso votar e estão me aguardando. Mas eu gostaria antes de dizer que nessa Audiência muitas questões estão sendo levantadas e que são fundamentais para que a gente faça uma análise mais profunda.

Por exemplo, você veja que a Lei 6.105, que é de 1949, é a Lei que dispõe sobre o repouso semanal remunerado. Em 1949, essa Lei, inclusive, que foi do General Eurico Gaspar Dutra, essa é uma Lei totalmente hoje fora da realidade, não é verdade? Naquele tempo não tinha supermercado, hoje tem supermercado, não tinha shopping, hoje tem shopping; é uma coisa totalmente assim. Então são essas questões que nós vamos ter que nos aprofundar, analisar, debater, de como conseguirmos fazer com que o Decreto que foi exatamente regulamentar essa Lei, ele possa ser

alterado, Senador Paim, porque é totalmente fora da realidade. Nós temos que analisar, também, a questão do piso, que é um Brasil com muitas diferenças, temos que analisar isso. O José Francisco é lá do Norte, ele fez isso, levantou essa questão.

Então, eu acho que, aqui, nós vamos ter que ouvir não somente a classe patronal, mas ouvir também o Ministro Lupi e vamos fazer todos esse encaminhamentos, também a área jurídica para que nós possamos, realmente, fazer o melhor, termos um substitutivo que realmente venha a trazer avanços e que, como falou já o Senador Paim aqui, projeto bom é projeto aprovado. Vamos tentar, realmente, conseguir unir todos numa proposta que seja aquela que venha a trazer avanços para os trabalhadores, segurança, mas, ao mesmo tempo, possa estimular cada vez mais a atividade para nós termos mais empregos. Eu não sei se isso vai ser possível, parece utopia, nunca a gente consegue fazer omelete sem quebrar ovos, mas se nós temos um objetivo maior para que essa omelete seja o mais gostoso, nós temos que realmente meter a mão na massa.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Passo a palavra, de imediato, ao Rogério. Por favor, Rogério. Dizer que a Geralda, o pessoal aqui inclusive me ligou, você vai lá em nome da CUT oficialmente, pela CUT de Brasília, Estadual e Nacional. Está aí a Geralda?

SRA. GERALDA GODINHO DE SALES: Eu estou aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Está aí a Geralda. Muito bem.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Só para terminar, o Senador Paim, que é o nosso Presidente, eu quero pedir a sua permissão, parabenizá-lo, ele sempre traz aqui para a Casa assuntos que falam da vida do dia-a-dia do cidadão. Agora eu espero que a gente não precise fazer mais vigílias, como já fizemos pelos aposentados, que também não tenhamos que fazer pelos comerciários.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu agradeço aqui a Senadora Rosalba Ciarlini. Eu tenho certeza que nós faremos um grande trabalho no substitutivo, porque eu já falo no substitutivo, porque ela vai fundir os dois projetos e vai acatar as opiniões, naturalmente, que os setores envolvidos apresentarem a ela. Mas eu posso assumir um compromisso com vocês que depois do substitutivo pronto vocês serão os primeiros a serem ouvidos para ver se concordam se ele deve ou não ser encaminhado. Sobre isso a Senadora

já conversou comigo nesse sentido. Eu passo a palavra então ao Rogério, para avançarmos no tempo.

SR. ROGÉRIO GOMES DOS REIS: Saúdo a todos que estão aqui presentes, Senador Paulo Paim, senhoras e senhores, companheiros e companheiras, em nome da Federação dos Trabalhadores do Comércio e Bens e Serviço do Estado do Rio Grande do Sul, a FECOSUL, nós estamos muito felizes por estarmos aqui hoje, quando nós viemos aqui para discutir a regulamentação da categoria comerciária e nos deparamos com mais três situações, ou melhor, somando três pontos de luta para a nossa categoria, que foi citado aqui a questão do ponto, que é importante essa questão da regulamentação do ponto em nosso País para os trabalhadores, em função de que muitas empresas não adotam ou até mesmo falsificam, adulteram o ponto dos trabalhadores, e a nobre Senadora traz aqui essa importância do debate em relação ao ponto. Também a volta da discussão aos domingos, o trabalho aos domingos. Para nós, entendemos que o domingo nada mais é do que escravizar uma categoria, deixar uma categoria ao lado do que anda a sociedade brasileira e nós, trabalhadores do comércio, entendemos que sim, o comércio aberto aos domingos, está provado, não traz emprego, mas, sim, exploração para os comerciários.

[palmas]

Por isso nós entendemos, a FECOSUL entende que a regulamentação da categoria, essa regulamentação através do projeto que surge, nasce essa criança hoje, companheiros, e é importante que nós possamos ter a reflexão de que essa criança tem que nascer bem estruturada.

Nós já tivemos a luta dos domingos que saiu através do Senador Paulo Paim e nós fomos derrotados na Câmara dos Deputados. É importante que nesse momento nós tenhamos, sim, a unidade no pensamento, a unidade na busca do entendimento junto ao Executivo e junto à Câmara dos Deputados para que nós tenhamos um projeto que seja aprovado garantindo os interesses da categoria comerciária, porque nós entendemos que somente através da nossa união como estamos aqui hoje, estamos aqui reunidos por um ponto que valoriza a nossa categoria, que traz a qualidade de vida para a nossa categoria. Por isso que nós, da FECOSUL, queremos que todos nós façamos a grande reflexão deste momento, porque nós podemos, através desse projeto, também trabalhar a questão dos domingos.

E, por isso, foi muito feliz o nosso companheiro gaúcho Paulo Paim, que nos representa e aqui trago o abraço do companheiro Chult(F), o companheiro Moacir e o companheiro Guiomar, que para nós a importância

do companheiro nesta luta junto aos trabalhadores, ela é um marco que certamente ficará na história por muitos e muitos anos dentro desse Congresso, dentro desse Senado. Parabéns, companheiro Paim, pela luta e por esse companheirismo junto aos trabalhadores na luta pelos direitos e pela melhor qualidade de vida da nossa categoria.

Nós entendemos que é preciso um amplo debate junto a este projeto. A calma é necessária, porque não podemos fazer no afã da busca imediata de uma solução que ela possa cometer erros. É importante a discussão nessa Subcomissão [soa a campainha], é importante que nos reunimos também com vários setores da nossa sociedade para que o debate seja amplo e construirmos juntos uma Lei que garanta, sim, o direito da nossa categoria. Só para lembrar, pelo que foi dito, o art. 22 da Constituição diz: "compete privativamente à União legislar sobre; inciso XVI: organização nacional de emprego e condições para o exercício das profissões".

Ressalvo aqui o que disse o nosso Senador Paim, que fez uma observação de que a Lei, a Constituição define que a carga horária é até as 48 horas; façamos, então, a grande reflexão. A unidade é importante em todas as frentes que envolvem os trabalhadores, por isso parabenizo a todos por estarem aqui e a FECOSUL [soa a campainha], neste momento, clama a todos para a grande unidade, para que os trabalhadores sejam valorizados, pelo fim de banco de horas, pela redução da jornada de trabalho e pelo fim do trabalho aos domingos, regulamentação da categoria já. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Meus companheiros, chegou aqui conosco o Senador Sérgio Zambiasi, que tem sido parceiro também em todas as questões. Vejam bem: nós estamos em dois do Rio Grande do Sul, mais o Simon, os três do Rio Grande, e se vocês perguntarem para mim: "Qual de vocês três que mais defende os trabalhadores?" Eu diria que os três defendem os trabalhadores. Por isso, Zambiasi, uma salva de palmas para você.

[palmas]

Eu queria que você usasse a palavra.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Obrigado, Presidente Paim, bom dia a todas e a todos, é um prazer estar aqui. Desculpem-me pelo atraso, mas todos já conhecem o processo legislativo, nós estamos em várias Comissões, a Comissão de Educação está se reunindo agora, Paim, e estão nos chamando, o Flávio Arns que é o Presidente está aguardando a nossa presença para poder iniciar na votação de projetos terminativos, entre os quais de autoria do Paim, meu e

outros. Então a gente se divide em várias Comissões, é uma atuação complexa, muitas vezes fechada, sem eco externo, a não ser quando os que aqui se fazem presentes testemunham realmente a atividade parlamentar. Eu estou tentando exatamente justificar a razão do meu atraso aqui, esse corre-corre que a gente enfrenta no cotidiano.

Mas, nestes casos e nestes projetos, o Paim está sendo generoso em dizer que nós temos o mesmo parâmetro de atuação. Não. O Paim é o líder em todos esses projetos, em todas essas ações. Ele nos orienta e nós temos sido--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Essa humildade é que fez com que ele colocasse seiscentos mil votos a mais do que eu lá no Rio grande, por causa disso aí.

Então é uma diplomacia que ele está tendo. Os meus cumprimentos, Senador.

[palmas]

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Neste caso, é reconhecimento, porque ninguém conhece mais este tema que o Paim, não tem. Eu acho que, aqui no Congresso, aqui no Senado, pelo menos, lá na Câmara, tem o Paulinho, tem tantos outros líderes sindicais que exercitam o seu mandato. Portanto, tem inúmeras vozes entre os 513 identificados com a liderança sindical e com a atuação. Aqui, no Senado, a identidade realmente é do Paim, mas eu e o Simon, nós temos feito quase um diferencial aqui dentro, exatamente por sermos três Senadores de um Estado, aparentemente de correntes diferentes, mas se observarem os nossos votos, em toda essa sequência desses seis anos que nós estamos aqui, o Simon mais tempo, eles têm sido praticamente idênticos. Por que isto? Porque nós respeitamos os nossos espaços, porque nós temos uma relação de confiança mútua, confiança recíproca, porque nós não disputamos interesses políticos localizados.

[palmas]

Pelo contrário, trabalhamos essa relação de profundo respeito nas atividades de cada gabinete e sabemos exatamente acompanhar os compromissos assumidos pelos nossos colegas. E esse fato, obviamente, nos fortalece, razão pela qual eu, nesses casos em que o Senador Paim lidera, eu não pergunto, eu não pergunto a posição, eu acompanho o voto do Paim. Esse tem sido o princípio desde o começo ou desde o princípio.

Então trago aqui exatamente esse compromisso de acompanhar o trabalho, de ser solidário ao trabalho do Paim pela experiência, pela sensibilidade que ele tem e pelo compromisso que ele tem com o segmento. Portanto, se a preocupação é esta regulamentação

já, que seja assim, contem com o nosso voto. Eu não tenho dúvida que eu posso aqui garantir que os três votos do Rio Grande serão cem por cento a favor dessa regulamentação imediata. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Depois da fala do Senador Zambiasi, que eu diria que falou aqui em nome dos três Senadores do Rio Grande, eu passo a palavra ao Júlio. Mas dizer, Senador Zambiasi, como vocês me acompanham, eu sempre acompanho você e o Senador Simon nos temas que vocês defendem com uma enorme competência, para que não fique nenhuma dúvida. Então o Júlio com a palavra.

SR. JÚLIO: Quero saudar a todos. Bom dia, Senador. Eu quero usar uma expressão bem recente: você é o cara, e, daí, partir para rápidas considerações.

Eu até começo com o que terminou o Senador Zambiasi: nós não podemos estar aqui, discutindo posições locais nossas, as nossas mazelas locais lá nos Sindicatos, nas nossas cidades, mas também não podemos discutir um projeto que diz: "Fica regulamentada a categoria de comerciário. Brasília, tal, tal, e a assinatura do Presidente". Não é por aí. Penso que a primeira coisa para nós, comerciários, é anular a Lei, aquele Decreto 605, de 1949. A Justiça do Trabalho e mesmo a Justiça Estadual têm dado as suas decisões em cima desse Decreto que ainda está vigente. E em cima desse maldado Decreto ainda, Senador Paim, diz lá que a pessoa que trabalha num domingo e tem uma folga entre segunda e sábado da semana seguinte, não lhe é devido nenhum centavo de hora extra. É ali que os supermercados têm se apoderado para não dar nenhum centavo pelos domingos e eles dão a vida pela manutenção desse Decreto 605. Eu acho que, para nós, comerciários, ponto fundamental hoje é a derrubada desse Decreto que, com certeza absoluta, meio caminho já estará andado.

Evidentemente que a rediscussão do comércio nos feriados e domingos é preciso fazer. Agora, penso que, se nós jogarmos para as negociações coletivas, onde os Sindicatos possam negociar, e aí o Sindicato que negociar mal, a categoria vai engolir o dirigente, essa discussão deveria ser, sim, de Mesa de Negociação para contemplar as diversidades desse enorme País chamado Brasil. Essas questões, aquilo que colocou o companheiro José Francisco, do Pará, pode olhar a sentença do Tribunal se não está baseada... Eu não conheço, posso até estar falando uma bobagem aqui, mas está em cima do Decreto 605, de 1949. Eles têm julgado por analogia, dizendo que em 1949 existia só o mercado e que o supermercado e o hipermercado é uma decorrência daquela expressão. Daí sentenciam

contra a gente em cima daquilo. Então o Decreto 605, por favor, os dois Senadores, com urgência eliminar isso do mundo jurídico do Brasil. Nós teremos uma situação muito mais fácil para os Sindicatos negociarem na sua data base, porque você vai tirar, já no 605, a troca do feriado e do domingo pelo dia compensado. Já morre por aí e aí facilita as negociações.

Eu diria que, no mundo ainda das arrecadações, o Deputado Paulinho falou aqui e eu estava lá naquele dia que foi votado o fim da contribuição sindical, lembrar aos empresários e à própria imprensa que muitas vezes nos massacra, dizendo que a contribuição sindical é para nós o luxo, a bonequinha dos olhos, dizer que os empresários faturam 2,5% todos os meses sobre a folha de pagamento do "Sistema S" e que eles administram. Já se fez uma conta de quanto é que é isso? São 30% da folha do pagamento do Brasil que vai para o "Sistema S" e aí não há comentário nenhum em cima desse malfadado "Sistema S". A própria contribuição sindical, patronal, que ninguém mexeu. Quando se fala em Sindicato de Trabalhador, somos bandidos, e aí os empresários têm as suas Associações Comerciais, têm os Sindicatos deles, têm as Federações, têm a Confederação, têm o centro industrial, têm todo o "Sistema S" que os protegem, que os organizam para fazer esse debate.

Mas uma das dificuldades grandes também, Senador e companheiros, se somos doze milhões de trabalhadores, com certeza são seis milhões de empresários, porque é a categoria [soa a campainha] mais dividida que existe nesse país. Se existe um shopping center com mil lojas, são mil empresários, e aí a dificuldade que a gente tem numa Mesa de Negociação e até de uma fiscalização da convenção coletiva de trabalho, em função dessa pluralidade, dessa adversidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Me permita que eu justifique a saída do Senador Zambiasi, eu desconto o tempo, pois estão chamando a mim e a ele para a votação. Ele vai lá, tem projeto de minha autoria, ele vai inclusive relatar *ad-hoc* em meu nome. Então, Senador Zambiasi, obrigado pela presença.

[palmas]

SR. JÚLIO: Mas eu termino logo, Senador. Muitas propostas foram feitas, muito comentário, muito foi dito da categoria. O Barbosa bem lembrou e eu queria dizer, até para encerrar, que as prostitutas, com respeito a elas, são comerciárias também, porque se você for olhar lá no Código, na tabela do art. 570 da CLT, estão as casas de diversões, que fazem parte dos comerciários, e nós, ainda, não tivemos esse privilégio. Você é o cara. Obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito obrigado. A palavra "o cara" está na moda e eu me senti contemplado. Muito obrigado, Júlio. Pedimos que o Calixto então faça parte da nossa Mesa e passamos a palavra ao Agenor. Permitam-me que eu registre a presença... Vem cá, meu Senador. Esse Senador, não tem um projeto meu que não dá parecer favorável, e, se o meu projeto são de vocês, ele é o cara então.

[palmas]

Senador César Borges, que vota sempre com a gente.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): É que os projetos do Paulo Paim sempre são bons.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Se o Senador quiser dar uma mensagem, está à disposição, quando melhor entender. O Senador agradece, então, e diz que se sente contemplado com as palmas que vocês deram a ele.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Passo a palavra, então, ao Agenor.

SR. AGENOR: Bom dia a todos. Eu queria cumprimentar a Mesa, na pessoa do Senador Paulo Paim e na da companheira Geralda, lá do Estado do Ceará.

Eu vi muita gente falar aqui sobre a questão da regulamentação da abertura do comércio aos domingos e feriados, mas eu quero chamar a atenção de que essas Leis 10.101 e 11.603, elas tratam da participação dos lucros e resultados para os trabalhadores. Não tem empresa nenhuma querendo tratar desse assunto, mas lá no artigo que diz respeito à abertura do comércio aos domingos e feriados, todo mundo bate palmas para essa Lei. Na hora que colocamos na Mesa de Negociação para tratar do assunto participações no lucro e resultado, todo mundo foge.

Eu não sei por que é que foi colocado nessa Lei o artigo tratando da abertura do comércio aos domingos, porque a Lei 10.101 é para todos os trabalhadores brasileiros. Eu faço essa colocação.

Em seguida, eu quero informar para todos os presentes que lá no meu Estado, o Estado do Ceará, na cidade de Fortaleza, foi regulamentado, no dia 31 de março de 2009, através de uma Lei Municipal, a abertura do comércio aos domingos, também com o espelho da Lei 10.101 e da Lei 11.603. Mas lá nós estamos atentos, estamos reunidos em um fórum permanente com todos os Sindicatos ligados ao comércio, juntamente com a Federação de Trabalhadores no Comércio e Serviços, e estaremos realizando no dia 13 de maio, na Superintendência Regional do Trabalho, com todos os envolvidos, trabalhadores, empresários,

sindicatos patronais, federações, e chamamos também para essa discussão o Ministério Público do Trabalho, a própria Superintendência Regional do Trabalho e todos os trabalhadores neste fórum permanente, porque nós entendemos que não é só a Lei que vai fazer com que a coisa funcione; é preciso que todos os envolvidos estejam presentes.

Então, nós estaremos lá no dia 13 de maio, às quatorze horas, em Fortaleza, reunidos em uma plenária na Superintendência Regional do Trabalho para tratar dessa questão, porque nós entendemos que o domingo, o feriado, todos estão esquecendo de um detalhe: onde é que fica a família? Por que é que nós não vamos pensar na família? Será que o trabalhador do comércio não tem família, não tem filho, não tem esposa? Nos temos que ser sensíveis a essa questão. Portanto, todos os envolvidos estarão presentes e os que aqui estão, que estão nos ouvindo, são convidados, porque nós estaremos lá em plenária para discutir a regulamentação dessa Lei. Ela é muito sábia, porque ela dá ao Sindicato o poder de negociar, ela dá essa chancela e, portanto, vamos aproveitá-la para trazer todos os atores e para que nós decidamos conjuntamente o que é melhor e, principalmente, levando em consideração que o ponto principal é: e o dia da família, quando é que vai ter o dia da família? Nós achamos que esse dia, domingo, é o dia da família. Nós temos que cumprir as Leis, mas temos que fazer valer também o aconchego dos comerciários perante seus familiares.

Queria dizer, também, aqui, que nós, lá do Ceará, representamos a UGT do Estado do Ceará. Estamos todos unidos aqui também em favor da regulamentação da profissão comerciária. Não é possível, não se admite, como já foi dito aqui, que uma categoria tão grande, tão numerosa, milenar como já foi falado, não ser regulamentado. Eu não vou plagiar ninguém, mas eu quero dizer apenas que isso é uma vergonha mesmo. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Meus cumprimentos ao Agenor e passo de imediato a palavra ao Márcio, da Bahia.

SR. MÁRCIO LUIZ FATEL: Eu quero cumprimentar a Mesa, na pessoa do Senador Paulo Paim, parabenizá-lo pela iniciativa da realização dessa Audiência Pública, para nós tem um grande significado esta Audiência. Cumprimentar aos companheiros que fazem parte também da Mesa, os companheiros sindicalistas, que fizeram uma explanação contundente sobre a necessidade da aprovação dessa regulamentação. Também cumprimentar a cada um dos companheiros aqui presentes, sindicalistas, representando a categoria

em diversos Estados do Brasil, mas de forma especial quero me congratular com a presença marcante e a expressão maior da nossa categoria, que é a mulher comerciária. Aqui podemos constar como representante a companheira Geralda.

[palmas]

Eu acho que ninguém melhor do que as companheiras comerciárias para ressaltar a necessidade urgente, Senador Paim, de se aprovar esta regulamentação, já que as companheiras possuem uma chamada extrajornada; elas, além de atuarem numa atividade extensa e cansativa, muitas vezes até sem nenhum tipo de condição necessária para realizar a atividade, algumas trabalham de pé, outras não têm condições até mesmo de acesso à questão de higiene. Então quero dizer que nós, comerciários da Bahia, nos sentimos honrados de estarmos aqui nessa Comissão.

Quero trazer o pensamento da minha categoria, que é um pensamento que diz da necessidade urgente de aprovação desse projeto, da regulamentação. Já foi colocado aqui que representamos o maior contingente de trabalhadores desse País, tem comerciário em cada uma das cidades do Brasil, então a necessidade de aprovação desse projeto, ela é urgente e atende a uma grande demanda.

O projeto do Senador Paulo Paim, que, inclusive, conta com o nosso irrestrito e amplo apoio, ele resalta questões básicas da regulamentação do comerciário. Coloca a questão da redução de jornada de trabalho, que é extremamente fundamental e importante, fala da Data Nacional da categoria, 30 de outubro, que inclusive é uma data que retrata um ato, uma conquista da categoria, que foi a redução da jornada de trabalho na década de 30, eu acho que a primeira categoria a conquistar isso no Brasil, então aí tem já um reflexo da nossa força e da nossa capacidade de conquista. Também trata da questão do piso nacional, é preciso definir um teto mínimo de salário no Brasil para os comerciários e, também, tratar da questão do trabalho aos domingos e feriados. Eu acho que nós temos que retomar essa discussão, a questão da Lei 11.603, eu acredito, que ela está tendo uma interpretação equivocada do Poder Judiciário, foi aprovada de forma legítima por esta Casa, pelo Congresso Nacional, e nós acreditamos e achamos que está tendo um posicionamento equivocado do Judiciário em relação à aplicabilidade dessa Lei, que diz, de forma clara, que trabalho em feriado, tem que constar em convenção; o Judiciário entende que isso não tem cabimento e nós não concordamos.

Portanto, eu acho que nós temos que retomar essa discussão, no âmbito desse projeto, e dizer, Senador Paim, que, lá no meu Estado, na Bahia, nós

estamos já em estado de mobilização, como diz aqui a nossa faixa. Inclusive, vamos estar em constante mobilização em defesa desse projeto, porque entendemos que é um projeto que reflete o pensamento da categoria como um todo, até porque ele foi objeto de uma decisão soberana da categoria no Congresso Nacional da CNTC. Então nós entendemos que o projeto, o PLS 115, ele é legítimo e ele é o projeto que reflete esse pensamento.

Quero aproveitar inclusive a oportunidade, se o Senador permitir, para fazer, como marco simbólico da nossa campanha de mobilização, a entrega de uma camisa da nossa campanha para nós possamos estar deflagrando, se o Senador permitir eu vou até aí e--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Entrega aqui, agora e já.

[palmas]

Eu agradeço ao Márcio e nesse momento eu passo a palavra à Geralda, representando a CUT. Com a fala da Geralda, todas as Centrais Sindicais aqui demonstraram o apoio integral ao projeto.

Chegou aqui, nesse momento, o Senador Álvaro Dias. Permita-me, Geralda. Senador Álvaro Dias, eu tenho dito para todos os que estão aqui que nós temos feito um movimento aqui suprapartidário quando está em jogo o interesse dos trabalhadores, sendo que esse Senador tem votado sempre conosco também. Senador Álvaro Dias.

[palmas]

O primeiro a citar foi o Paulinho, eu só reforcei.

DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA (PDT-SP): Que é meu conterrâneo.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): É seu conterrâneo. Senador Álvaro Dias, se quiser fazer uso da palavra, está inteiramente à disposição.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR): Eu venho apenas trazer o meu apoio e dizer ao Senador Paulo Paim, que tem sido realmente um grande líder dos trabalhadores na Casa, que tem procurado valorizar as entidades, as instituições, os sindicatos, as confederações que representam os trabalhadores de todos os segmentos no nosso país. Eu tenho acompanhado sempre o Paulo Paim em todas as nossas lutas, votamos juntos. Não há, neste caso, quando se trata do interesse do trabalhador, governo e oposição.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Exatamente.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR): Nós estamos sempre do lado dos trabalhadores. E ontem ainda, no Plenário do Senado Federal, nós tivemos a oportunidade de debater os avanços e os retrocessos e fomos consensuais no que diz respeito à não admitir,

em hipótese alguma, a subtração de direitos adquiridos dos trabalhadores brasileiros.

[palmas]

Acompanho a luta do Paulinho na Câmara dos Deputados, exercendo a liderança que sempre exerceu no Movimento Sindical do País e venho apenas trazer esse abraço, Paulo Paim, e dizer que estaremos sempre juntos na defesa dos interesses desses trabalhadores. Muito obrigado

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem, Senador Álvaro Dias. Eu posso dizer que o Senador Álvaro Dias e o Osmar Dias, os dois são irmãos, já teve história no passado de eles trocarem de partido porque não quiseram votar contra, até de projetos de nossa autoria.

Eu passo a palavra nesse momento, então, à Geralda, representando a Central Única dos Trabalhadores. Geralda, por favor.

[palmas]

SRA. GERALDA GODINHO DE SALES: Bom dia a todos. Quero cumprimentar os companheiros aí, o Paixão da Central, o José Augusto da CNTC, o Calixto na CNTI, o Patah que é de São Paulo e o nosso grande Senador Paulo Paim, cumprimentar a todos e a todas as companheiras que estão no Plenário, os trabalhadores, bem como o Deputado também Paulinho da Força.

Eu queria dizer, Senador, que nós, comerciários, como muitos já falaram aqui, da questão de justiça para essa categoria, que é regulamentar ela. Hoje nós somos totalmente massacrados com a jornada, como muitos falaram, chegando até a 54 horas semanais. E aí é uma coisa que nós levamos até ao Ministro do Trabalho sobre a questão do seguro desemprego, que hoje muitos comerciários estão comerciário. Então eu acho que os Senadores que aqui passaram por Brasília, por exemplo, foram dois, que são ligados à área patronal, eu acho que até os patrões, junto com os trabalhadores, têm que aprovar essa Lei para regulamentar a nossa profissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Geralda, me permita aqui, eu tinha falado o nome dele e casualmente ele estava entrando. O Senador Osmar Dias, sem sombra de dúvida, além de ser companheiro nosso em todas, é uma voz muito forte aqui no Senado. Se ele estiver do nosso lado, podem ter certeza que ele vai estar, esse projeto vai ser regulamentado.

[palmas]

Senador Osmar Dias, com muito orgulho eu digo para ele que o meu sonho é ver ele líder do governo no Senado. Ele está sabendo disso.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Cumprimento ao Presidente Paulo Paim e todos os trabalhadores e representantes comerciais aqui presentes. Eu passei aqui para dar um abraço no Paulinho, no Deputado Paulinho, no meu prezado amigo Paulo Paim, e dizer que eu sou solidário a todas as lutas do Paulo Paim, porque é um Senador que tem defendido os trabalhadores como ninguém no Senado. Se alguém pode ser colocado como símbolo da defesa dos direitos dos trabalhadores brasileiros no Senado Federal, esse alguém é Paulo Paim. Ele é meu mestre nessa área, eu sigo a sua orientação e estou aqui para dizer: contém comigo, porque eu estou junto com o Paim nessa luta também. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Olha, eu vou dizer para vocês: eu tenho um respeito por esse Senador, eu estou muito alegre pela perspectiva de nós estarmos juntos lá no seu Estado. E alguém já disse a frase, mas eu vou repetir: se eu pudesse votar, eu ia lá votar no senhor.

[palmas]

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Só não vou porque eu estou no Rio Grande do Sul.

DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA (PDT-SP): A Governador.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): A Governador, deixando bem claro que é à Governador.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Só para dizer para vocês quem é o Paulinho: ele fala para todo mundo que jogou no Londrina Esporte Clube, mas nunca jogou, não. [risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Geralda, vamos retomar o seu tempo aí.

DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA (PDT-SP): Eu vou levar você para jogar com nós aqui um dia.

SRA. GERALDA GODINHO DE SALES: Bem, vamos começar do início. Cumprimentar então a Mesa e dizer que eu estou aqui representando não oficialmente a CUT, mas o meu Sindicato é filiado à CUT, sou membro da CUT estadual, e eu acho que essa consulta da questão da regulamentação da profissão, como foi a questão do domingo, teve que unir todos os trabalhadores independente das cores, como está escrito hoje no nosso Brasil, que é composto de todos as cores. Então todas as Centrais para lutar por um ideal só.

E aí, Senador, eu queria dizer que nós estivemos com o Secretário do Trabalho informando a questão do

seguro desemprego, porque hoje muitos trabalhadores no comércio estão comerciário e usam até o seguro desemprego para poder passar pelo comércio, fazer o seu tempo e pegar, ter direito ao seguro desemprego. A gente tem combatido muito isso, porque as estatísticas mesmo de desemprego não são tão legítimas e o seguro desemprego poderia ser um valor bem melhor e não é devido a essa rotatividade que tem muito grande. Às vezes até o trabalhador que não assume a sua profissão, que é o caso de muitos comerciantes, então eles usufruem assim erradamente desse benefício. Então eu acho que a regulamentação da profissão é uma das coisas importantes para criar critérios também nessa questão.

Nós... Como o Márcio colocou aqui a questão da mulher, nós participamos dos debates no Ministério do Trabalho sobre a Lei 10.101. E aí, infelizmente, foi um grande golpe, por isso que a gente vive debatendo e aí têm alguns que falam que nós negociamos e por que é que a gente está choramingando hoje, mas na realidade, quando foi negociado, que nós também participamos, a questão da Lei que fala sobre o supermercado, ela iria ser suprimida por essa Lei 10.101, que virou onze mil e não sei quanto, e aí o que aconteceu? Não aconteceu isso, porque os empresários, inclusive, tinha muitos da área de supermercado presentes, Pão-de-Açúcar, Carrefour, Wal-Mart, as grandes multinacionais estavam lá e aí não está sendo cumprido, como nós estamos vendo.

A geração de emprego, como nós vimos, que é tudo uma falácia, tudo conversa furada, porque na realidade a questão do domingo não gerou. Nós mulheres, como o Márcio colocou, é que temos dupla ou tripla jornada, então a questão da família ficou totalmente comprometida. A qualidade de vida que nós comerciantes queremos, a gente vive lutando para poder nós termos mais tempo para arrumar a nossa casa, para cuidar dos nossos filhos, para poder ter um pouquinho mais de sobra para nós ficarmos dentro dos nossos lares e cuidando dos nossos filhos. E aí, Senador, essa Casa precisa ver muito isso, a questão da família, os jovens, os adolescentes, que hoje estão sendo aliciados pelas drogas, pelo crime, mas por quê? Nós, comerciantes, temos que trabalhar, tanto o homem como a mulher.

Então, a casa fica vazia, sem um chefe no lar. Por quê? Porque nós temos que ganhar a nosso pão e para trabalhar hoje, para ter um salário mais digno para dar para a nossa família, tanto o homem quanto a mulher tem que trabalhar e os nossos filhos ficam jogados nas ruas, fica aí sendo fácil para os marginais aliciarem eles. Então eu acho que essa Casa, tanto o Senado quanto a Câmara, precisa ver isso, porque

daqui uns vinte anos o que é que não vai ser do nosso País com tanta gente, com tantos jovens usando drogas? Isso está demais. Aqui mesmo em Brasília, no setor comercial Sul, antes não existia isso. Hoje, embaixo do prédio onde o Sindicato fica, jovens, com camiseta de escola, indo mexer com crack. Mas por quê? Porque os pais e as mães têm que correr atrás e matar todo dia um leão.

Então, nós pedimos, é uma questão de justiça, eu acho que tanto o empresariado quanto os trabalhadores têm que se unir nesse momento para aprovar a regulamentação da nossa profissão, que é como muitos falaram aqui, é uma das maiores no Brasil e nós sempre falamos que é um dos trabalhadores que mais trabalha, trabalha no domingo, no sábado, para poder estar ali com o sorriso muito bonito e atendendo bem os clientes. Inclusive aqui em Brasília mesmo nós já denunciávamos, muitas mulheres são até confundidas com prostitutas, pois quando vão atender os clientes, muitas lojas mandam, obrigam elas a tirar a aliança, as casadas, para poder parecer que são novas, solteiras [soa a campainha] e disponíveis aos consumidores. Então isso acontece aqui em plena capital da República.

Então nós precisamos valorizar o nosso trabalho, a nossa profissão. É isso, viu Senador, você está de parabéns, você é um político que realmente todos deveriam seguir o seu exemplo, é um cara articulado e que realmente defende os interesses da sociedade. E, na Câmara, quem dera se nós do Movimento Sindical tivéssemos aí um Paulo Paim, claro, sem desmerecer outros mais, mas precisa ter articulação. Na Câmara nós temos que ter, que é para poder não ficar mais um projeto que passa pelo Senado e é engavetado na Câmara. Nós precisamos estar lá, todas as Centrais unidas, todas as Confederações, todos os trabalhadores para aprovar esse projeto e aí o nosso comerciante ter mais dignidade de ser uma profissão, nós termos aí uma profissão e sermos reconhecidos pela sociedade inteira, que nós somos jogados para o escanteio. Muitos estão lá só passando um tempo no comércio para tirar o emprego de muitos que são pai famílias que estão lá há trinta anos ou mais trabalhando e levando o seu ganha pão para a sua família. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu quero cumprimentar a Geralda pela sua fala e dizer, Geralda, que com certeza eu tenho um carinho enorme pelos Deputados Federais comprometidos com a nossa luta. Você sabe que têm diversos lá e você foi muito feliz em dizer que nós temos que ampliar o número, isso é a simbologia da tua fala. Está aqui o Paulinho conosco, mas têm diversos Deputa-

dos que são comprometidos conosco. Por isso que eu acredito que esse projeto vá passar também lá. Mas nós temos que trabalhar nesse sentido, ampliar o número de Deputados Federais comprometidos. Essa é a simbologia que eu peguei com a sua fala e que eu quero assinar embaixo. Nós tínhamos que ter um bloco mesmo, uma bancada de Deputados Federais e de Senadores efetivamente comprometidos com os trabalhadores do campo e da cidade, como tem bancada nessa Casa, tem bancada de todos os setores aqui dentro. Eu dizia outro dia, Calixto, eu vou passar ainda para o encerramento aqui para a Mesa, que eu noto que os empresários todo ano, com a mídia, eles lançam a sua pauta, o que eles querem e o que eles não querem. Infelizmente, parece que a maioria que eles não querem são os meus, mas faz parte da vida, porque a gente tem que ter lado nessa história. Mas eu acho que o Movimento Sindical também teria que ter a sua pauta, tem aí eu acho que mais de cinco mil projetos transitando e, desse cinco mil, quais são aqueles que nós efetivamente vamos trabalhar para aprová-los e, entre eles, com certeza vai estar esse da regulamentação dos nossos queridos comerciantes, que estão assistindo com certeza esse debate em todo o País.

Paulinho, você tinha saído, mas tanto eu como o nossa Geralda falamos da importância de ampliarmos a nossa bancada lá na Câmara para que os nossos projetos passem lá com mais facilidade. Quando eu digo nosso, são nossos mesmo, não é meu, são nossos, é do Movimento Sindical.

DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA (PDT-SP): Paim, você sabe e eu acho que o Calixto, que está aqui na Mesa, também sabe muito. Na Câmara, se não tiver pressão, os trabalhadores não tem mais do que 140 votos. É isso que nós temos.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): É um dado que nós temos que ter clareza, que eu sempre digo às vezes que alguns confundem: "Ah, mas esse projeto é de um veto lá de antes de 2000". Eu digo: "Não importa", como aqueles de depois de 2000 também. Se nós entendermos que são projetos de interesse da classe trabalhadora, nós temos que votar e acabar com essa história do voto secreto. Eu digo que nós temos que prestar conta para o povo que nos mandou para cá, não é Paulinho? Esse povo tem que saber como é que a gente vota. Eu defendo abertamente de que parlamentar nenhum, da Câmara de Vereadores ao Congresso Nacional, não pode ter o direito de votar secretamente. Se nós passamos uma procuração para ele nos representar, como é que aqui ele vota secretamente e a gente não fica sabendo como é que é o voto de cada um? Eu acho que essa

tem que ser uma das bandeiras do Movimento Sindical e unifica a todos, porque eu estou aqui nessa Casa há vinte três anos. Depois que é vetado, no voto secreto, eu conto sempre essa história porque eu acho que ela tem que ficar batendo na cabeça de cada um de nós, na consciência. Já teve projetos aqui que eu aprovei por unanimidade. Vetado, volta para a Casa, o voto é secreto, eu levei uma lavagem. Aí não dá. Eu não vou nem dizer o ano para não ficar assim jogando com quem é quem, porque não é o caso. Eu acho que tem que ser uma das bandeiras do Movimento Sindical, porque alguns me dizem: "Mas como é que eu vou votar secreto para a escolha de um Juiz do Supremo?" Mas e daí. Eu não vou votar secreto, eu vou votar abertamente como eles votam lá, porque lá no Supremo o voto é aberto, pela TV Justiça você como cada um deles vota em todas as situações. E aqui no Legislativo, para mim, tem que ser a mesma coisa.

Mas eu vou passar para as considerações finais e, claro, agora vai falar em nome da Nova Central, nas considerações finais, o Calixto. Toda a Mesa vai falar de novo aqui agora. Parece que o Patah tem um problema de voo. Então o Patah faz já a sua fala e em seguida falarão mais outros três. E agora pela Central, o Paixão vai ceder o lugar, não é Paixão, para ser feito o encerramento pelo Calixto.

SR. RICARDO PATAH: Meus companheiros e companheiras, antes até de fazer rapidíssimos comentários eu queria dizer que a UGT entrou com uma ADIN no Supremo para expandir para todos os trabalhadores o seguro desemprego. O que nos espantou profundamente é que o Supremo não aceitou não por conta do mérito; ele não aceitou porque ele não aceita que as Centrais Sindicais tenham legitimidade para entrar com a ADIN. Olha como está, eu acho que eles não sabem ainda que as Centrais foram regulamentadas. Isso é importante que todos nós acompanhemos, porque é uma questão de justiça e uma questão da legitimidade de representação das Centrais Sindicais que está em jogo.

Mas o que eu queria falar para os meus companheiros e companheiras e fico feliz com a minha amiga Geralda aqui compondo a Mesa, lutadora e guerreira, é o seguinte: nós temos que agora fazer uma lição de casa, nós temos uma lição de casa. Eu acho que as Centrais Sindicais têm que fazer um documento conjunto. Toda vez que as Centrais estão unidas quem ganha é a sociedade. Nós ganhamos na questão do salário mínimo, que ela foi ampliada, tiramos a Emenda 3, regulamentamos as Centrais e outras atividades que temos feito. Então eu acho que o primeiro trabalho é fazer um documento, onde as Centrais todas vão assinar esse documento, no sentido de valorizar

a categoria dos comerciários. A maior parte das Centrais têm comerciários dentro dos seus filiados, então é fundamental que tenham esse compromisso. Hoje nós temos aqui três presidentes de Centrais, mas eu tenho certeza que as seis Centrais que são regulamentadas, com certeza todas elas assinarão esse documento. O segundo é fazer, na verdade, ter uma logística. Então aqui no Senado e na Comissão nós percebemos que existe, com muito carinho, principalmente por conta de quem está encabeçando isso e por conta também do Senador Pedro Simon, que não está por motivo já dito, de saúde, mas que com certeza quando estiver aqui são dois grandes ícones do nosso Parlamento que estão à frente--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Me permita, Patah, até na relação que eu fiz dos Senadores presentes eu botei o Senador Simon.

SR. RICARDO PATAH: Então nós já temos de uma certa forma um bom encaminhamento. Na Câmara dos Deputados nós temos vários Deputados de origem sindical, entre eles o nosso grande companheiro e amigo Paulinho. Nós podemos também já articular na Câmara concomitantemente, independente da atividade que vai transitar aqui no Senado, no sentido de trazeremos já os nossos aliados. As Centrais, a maior parte delas, têm filiados no DIAP. O DIAP pode nos ajudar muito no sentido até de nos trazer subsídios para entrarmos da forma política dentro da Câmara e do Senado.

Agora, eu acho o mais importante de tudo, na realidade, é a divulgação, a visibilidade que todos que aqui estão, nós estamos aqui no Brasil inteiro, nos nosso jornais, no nosso site, colher assinaturas, eu acho que também pode contribuir muito pegar assinaturas da nossa base, encher de assinaturas aqui o Congresso, o Senado, no sentido de resgatar para a categoria mais importante, todas as categorias são importantes, mas não têm nenhuma mais importante que a do comerciário, que são verdadeiros guerreiros, a Geralda está aqui e quantas vezes eu ouvi a Geralda fazendo comentários de como é que funciona aqui em Brasília ou em qualquer outra capital a questão dos comerciários e comerciárias. E, também, trazer de vez, e aí eu acho que é importante o Senador, o empresário Adelmir Santana, que é boa gente, só que ele tem uma visão um pouco desfocada, mas é um bom companheiro, e nós precisamos, na realidade, obedecer essa orientação dele de fazer uma atividade conjunta com a atividade empresarial, porque não há dúvida que nós vamos ter que ter essa capacidade de sensibilizar e fazer, na realidade, dessa questão da regulamentação uma bandeira de todos nós, dos empresários, que com certeza reconhecem, porque

muitas vezes o pequeno e o microempresário, Senador Paim, às vezes se você entrar numa loja você às vezes não distingue ele do companheiro e da companheira. Eles colocam lá a barriga no balcão mesmo, agora nós não estamos falando da grande empresa, que é uma outra questão.

Então, Senador Paim, eu me sinto muito feliz, valeu a insistência de ligar para o seu gabinete quase todo dia, eu fiquei contente, conheci todo mundo aí, para que colocasse em pauta, conseguiu, o Senador cumpriu essa promessa de colocar em pauta essa Audiência Pública e daqui nós fazermos desdobramentos [soa a campainha] de valorização dos comerciários e das comerciárias do nosso País. Agradeço principalmente a vinda de todos os companheiros de ônibus, de carro, até de trem eu acho que veio alguém aí, para que nós pudéssemos valorizar essa data de hoje. E viva os comerciários do nosso país.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Patah, só me permita, antes que você saia, para ver o prestígio que tem a categoria e os Senadores sabem a força de vocês no Estado, que essa foi a Audiência Pública que eu participei que mais tiveram Senadores presentes. Estiveram aqui: Expedito Júnior, César Borges, Ideli Salvatti, Pedro Simon, Rosalba Ciarlini, Wellington Salgado, Efraim Morais, Gim Argello, Sérgio Zambiasi, Paulo Paim, Adelmir Santana, Álvaro Dias, Osmar Dias e Valdir Raupp.

[palmas]

Catorze Senadores estiveram aqui para participar de uma Audiência Pública dessa Subcomissão.

Eu passo a palavra para ficar já a ordem de lá para cá para o Vicente Silva, que vai falar pela CNTC. São cinco minutos para cada um, para a gente poder encerrar, que a uma hora já temos, infelizmente, uma outra Audiência que eu vou abrir.

SR. VICENTE SILVA: Senador Paulo Paim, eu vou ser rápido porque eu acho que todas as posições já foram colocadas.

Eu gostaria apenas de fazer um comentário a respeito do pronunciamento do representante patronal, que na realidade eu acho que não há essa preocupação quando ele diz que o art. 3º, do projeto, ele contraria o texto constitucional. Na realidade não é o caso porque aqui nós não estamos tratando... A Lei Municipal, ela trata da questão do funcionamento do estabelecimento, abertura e fechamento do estabelecimento. A Lei que trata do horário do trabalho é a Lei Federal, que é essa que nós estamos propondo. Então não há nenhum conflito constitucional com o artigo.

A questão da jornada de seis horas, também não há nenhum conflito porque a Constituição pode prever 48 horas, mas esse é o máximo.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): 44 horas, a Constituição prevê 44.

SR. VICENTE SILVA: 44. A menos nós podemos negociar e pode sair Lei perfeitamente sem ofensa à Constituição.

Mas, então, eu acho que a nossa Audiência foi realmente um sucesso, a presença dos comerciários poderia ser maior, mas eu acho que satisfiz a todos, estivemos assim bastante prestigiados pelo número de Senadores que se fizeram comparecer, todos nós estamos de parabéns e vamos continuar essa luta. Eu acho que é uma luta que nós temos tudo para ter sucesso.

Acho que é indispensável um diálogo com os empresários, quem sabe mais tarde constituir grupos de representantes de trabalhadores e de empresários para atender a algumas peculiaridades da Lei. A gente percebeu que nem tudo, eles não são contra totalmente ao projeto, fazem distinção em algum ponto, sendo que a gente pode chegar a um denominador comum.

Então parabéns ao Senador Paulo Paim e cumprimento a todos e desejo que todos retornem aos seus lares, que Deus esteja com vocês. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Considerações finais da Geralda Godinho de Sales, falando pela CUT.

SRA. GERALDA GODINHO DE SALES: Bem, eu só queria colocar, Senador, parabenizar a todos os companheiros que vieram do Brasil inteiro, nós do DF estamos aqui e quando precisarem de alguma coisa podem nos ligar devido a gente estar aqui próximo, apesar que sempre o Zé Augusto, a gente mantém contato.

Mas eu queria falar na questão do projeto que fala do piso. É importante a gente, na regulamentação, colocar a questão do piso, regulamentar o piso dos comerciários, porque a gente vê, hoje na Mesa de Negociação a gente vê muitos empresários chorando. Tem crise no Iraque, eles choram; tem guerra não sei mais aonde, agora é a gripe suína e aí vai. Sempre estão chorando. Mas a gente verifica que as empresas estão lá no Norte, no Nordeste, as que estão aqui no DF, as que estão no Sul.

Eu me lembro muito quando se falava, inclusive o Paim colocava muito a questão do salário mínimo de chegar a cem dólares, hoje a gente vê que ultrapassou a cem dólares e os empresários choravam muito nessa questão, que as empresas iam quebrar, principalmente o micro, o pequeno, e a gente viu que o salário mínimo

chegou a duzentos dólares, ninguém quebrou, é uma questão até de distribuição de renda.

Então, nós, comerciários, essa choradeira dos empresários vai acontecer muito na questão da regulamentação do piso, mas nós temos que bater o pé, exigir, porque aí também a gente precisa, eu não sei se está no projeto, a questão do ticket refeição, porque hoje a gente vê que todas as categorias, muitas categorias, sem desmerecer o pessoal da limpeza, o ticket refeição é de quase dez reais aqui em Brasília e, pelo que eu conheço, tenho conhecimento, o único Sindicato do Brasil que tem o ticket refeição na convenção de comerciário é no DF. Eu não sei se outro Estado tem. Então por que é que um empresário aqui do DF pode pagar o ticket e o do Sul e de outros lugares não podem? Por que é que o piso lá do Sul pode ser maior do que o do Nordeste ou maior do que aqui do DF, sendo que a maior renda per capita é no Distrito Federal? E aí, quer dizer, precisa realmente ter um projeto para dar um mínimo, uma regulamentada aí e a gente começar para poder, o que vier, são os complementos. Então eu acho que eu vou bater muito na questão, ficar na questão do piso, que a precisa, viu Senador, a gente precisa, é claro, negociar para o projeto ser aprovado aqui no Senado e na Câmara, mas não vamos esquecer de algumas questões básicas, que é a questão da jornada, a questão do piso e a questão do ticket refeição, está certo? Porque chega, nos últimos vinte anos, nós tivemos a Constituição de 1988 [soa a campanha], nós tivemos muitos benefícios, mas a gente precisa lembrar que nós, comerciários, fomos os mais prejudizados nos últimos anos, com a questão do banco de horas, com a questão... E com isso veio a questão da super jornada e a questão do domingo, que veio para arrasar a nossa família.

Então eu quero parabenizar, mais uma vez, o Senador, e dizer que nós estamos aí firmes e fortes para mobilizar e encher tanto o Senado quanto a Câmara, se Deus quiser mobilizar a nossa categoria. Muito obrigada.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O Barbosa vai falar pela Força Sindical, já com o acordo feito ali. Só lembrar que não foram catorze que estiveram aqui, foram quinze. Eu esqueci um companheiro do meu partido, agora que eu lembrei, que foi o Augusto Botelho. Então foram quinze Senadores.

[palmas]

SR. BARBOSA: Bom, eu queria agradecer ao companheiro Motta, ao Presidente Paulinho pela deferência para que falasse em nome da Força Sindical. Queria aqui parabenizar, Senador Paim, o seu gesto,

o seu trabalho de poder encaminhar nessa Audiência Pública.

Eu acho que as coisas ficaram bem claras aqui em relação ao sentimento da regulamentação da profissão de comerciário. Algumas questões a gente sabe – e V. Exa. sabe também – que a discussão de outras regulamentações no bojo do processo, para alguma coisa nós conquistarmos, Deputado Paulinho, vai ser com muita mobilização aqui no Senado e lá na Câmara terá que ter triplicado o trabalho e o esforço e a concentração da pressão.

Eu acho que algumas questões ficaram claras, mas eu também não posso, Senador Paim, Deputado Paulinho, rasgar o avanço que nós tivemos na Lei da Regulamentação do domingo e do feriado. Porque antes, senão nós estaríamos desconhecendo a realidade antes. O comerciário trabalhava seis domingos e folgava um, vamos deixar bem claro aqui, e se é que folgava um domingo às vezes, pelo relato que muitos companheiros e companheiras falaram aqui. Então, quando se garantiu, Deputado, quando se garantiu na negociação que a folga coincidissem no terceiro domingo e pudesse negociar o feriado, porque o Patah não está aqui. O Patah, inclusive, teve empresa em São Paulo que conseguiu uma eliminação para trabalhar no dia 1º, Motta, dia 1º de maio. Está lembrado? Então ou nós negociávamos, meu amigo Mazinho, ou nós ficaríamos a cabresto, Júlio, da questão do próprio encaminhamento que estaria a Justiça do Trabalho. Então, no momento em que tivemos a regulamentação, nós garantimos que somente por acordo coletivo poderia abrir domingo.

E uma questão que não ficou clara e eu acho que isso chama a atenção e eu citei antes, Senador Paim, com relação à questão do supermercado, novamente vai ficar de fora, vamos sem bem claros aqui, porque se não nós vamos, daqui a pouco, criar aqui uma falsa solução, meu amigo Motta e Paulinho, de que supermercado está junto. Se não tiver uma clareza, que o Júlio falou antes ali, se não tiver, meu amigo, de Santa Maria, meu amigo Rogério, se não estiver escrito ali não vai, o Judiciário vai continuar dando liminar para continuar funcionando se alterarem a Lei. Então, a gente tem que ter essas coisas aqui para a gente poder trabalhar, porque do jeito que está ali, como fala comércio atacadista e varejista, vai acabar fechando a farmácia. E aí vai ter plantão, não vai ter, vai fechar a funerária, não vai? Então essas questões eu estou colocando aqui para a gente ver que quando nós vamos discutir a Lei 605, lá fala no repouso, mas lá fala nas atividades, então nós temos que clarear essas atividades para nós fazermos.

E quando eu coloquei aqui, antes, para o Senador Paim que fica instituído o dia 30 de outubro como o Dia do Comerciante; excelente, nós já temos o dia 30, só que o que nós queremos é que seja feriado dia 30. Aí, sim... Aí nós podemos comemorar, podemos ouvir a atividade. Então, a sugestão que eu encaminho, em nome da Força Sindical, é que seja instituído como feriado, como já foi no passado, Senador Paim, já foi no passado, que naquele dia não se trabalhava.

Então eu acho que essas questões são importantes e acredito que esse exemplo hoje do conjunto da unidade do Movimento Sindical dos Comerciantes é uma demonstração que foi importante na questão da regulamentação do salário mínimo nacional, que foi importante na questão da pressão agora, na questão do fator previdenciário, na questão da tabela do imposto de renda, no reconhecimento das Centrais, porque eu acho que foi falado aqui e eu acho que isso é importante. A Emenda 3... [soa a campainha] Eu estava conversando com o Deputado Paulinho, a Emenda 3 não morreu ainda, o veto à Emenda 3 não morreu. Tem sempre alguém lá querendo ressuscitar a Emenda 3. Então, nós, nós temos que ter bem claro que isso não está morto, que nós temos que--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. BARBOSA: Foi tirado. Quer dizer, ou seja, isso volta e meia têm outros grandes interesses por trás que querem. Quando atacaram agora o Senado, quando atacaram os Deputados na questão das passagens, nós ficamos fazendo eco dizendo que concordávamos com aquele negócio, que era uma sacanagem, que era isso e que era aquilo. Mas por quê? Porque querem desvirtuar a luta que o Congresso está fazendo em temas importantes, em prol dos trabalhadores. Não querem que aconteça o avanço das obras do PAC, não querem que aconteça os avanços sociais dos trabalhadores. Senador, eu tenho muito claro que esse eco que está sendo feito pela imprensa é para desvirtuar grandes interesses. Quando atacaram o Senador Calheiros [soa a campainha], atacaram por uma coisa, mas esqueceram de outras coisas importantes. Por que é o que o Senador foi atacado? Se ele tem culpa ou não, meus amigos, é outra história, mas trazer para dentro da discussão problemas de ordem pessoal, familiar, para desvirtuar o quê? Porque foi um dos que não deixou acontecer [soa a campainha] o voto da Emenda 3 e outras coisas mais.

Então eu queria aqui agradecer, parabenizar ao trabalho de V. Exa. e, também, agradecer a todos os companheiros. Que Deus nos abençoe nessa atividade de que sabemos que será muito difícil, que é a regu-

lamentação da nossa categoria de comerciante. E viva a luta dos comerciantes.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu vou passar a palavra, todos já falaram, só falta o Zé Augusto, mas, primeiro, fazer um esclarecimento, que me perguntaram, quando eu falei do Senador Osmar, se era líder do Senado ou do Congresso. A vaga, nesse momento, é líder do Congresso. E, provavelmente, está entre ele e a Ideli Salvatti. São dois excelentes parlamentares e tanto o Senador Osmar como a Ideli farão, com certeza, um belíssimo trabalho na liderança do Congresso Nacional. Passamos a palavra ao Sr. José Augusto.

SR. JOSÉ AUGUSTO DA SILVA FILHO: Bom, na qualidade de Secretário-Geral da CNTC, eu não podia me calar diante de algumas coisas que eu ouvi e que não me agradou.

Em primeiro lugar, Paulinho, esse projeto aqui, e o Paim sabe disso, essa luta não tem dono, já começa por aí. Não é da Força, não é da UGT, não é de ninguém; isso é do conjunto da classe trabalhadora comerciária desse País. Vamos fazer justiça, começando por aí. Se a gente começar por aí, Paim, vai começar errado. Então vamos fazer uma questão até de justiça--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu tenho certeza que vai dar certo. Na unidade, nós vamos conseguir como construímos na regularização das Centrais, negociamos com todos. --

SR. JOSÉ AUGUSTO DA SILVA FILHO: Então, vamos lá, então, com calma, que o santo é de barro. Para a gente alcançar a vitória, a conquista, tem que ser, não é, Paulinho, na unidade, no conjunto da classe trabalhadora. Cada Central faça a propaganda que ela quiser, que ela tem que fazer para se projetar para os meios de comunicação, revista, jornais, é lógico, naturalmente, mas não pode excluir quem está no projeto.

O Senador Paulo Paim, aqui na sala de Sessão, no dia 15 de março de 2007, na sua justificativa do Projeto 115, Nonato, Lourival, companheiros da CNTC, Levi, o nosso vice-Presidente, escreveu assim: "Adiantamos que esta proposição foi aprovada por unanimidade, no Congresso Nacional dos Trabalhadores do Comércio, promovida pela Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio". Está aqui na justificativa, Paulinho. Então vamos fazer justiça com a CNTC. "Ah, vamos chamar só as Centrais, segundo o Patah aqui". Chamar as Centrais, só as Centrais. Não foi citada a Confederação que desempenhou essa luta, como eu disse na minha fala, você não estava presente. Desde 1996, nós estamos lutando, não é, Lourival, para a regulamentação dessa categoria? Fomos no Plenário,

não é, Mazinho? Você participou de várias. O pessoal de Santa Catarina, do Paraná que está aqui, de Minas Gerais, os companheiros de São Paulo, aqui dos comerciários, o Motta, na época do saudoso Lucrane(F). Então vamos fazer um pouquinho de justiça aqui, porque a CNTC é parte integrante do processo, doa a quem doer, e nós vamos participar aqui dentro do Congresso, fora do Congresso, na mobilização, na campanha, como o Márcio, da Bahia, colocou muito bem aqui, por uma questão até de justiça.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. JOSÉ AUGUSTO DA SILVA FILHO: A outra é entendendo que essa Audiência tem como objetivo... Não é maldade, não, eu acho que a gente tem que reparar as coisas, porque isso aqui está sendo gravado. Com o objetivo de instruir os PLS 115 e 152 e a indicação da relatoria, considerando que esse é um movimento, como diz o Senador Paim, super partidário, devemos construir, lógico, uma unidade nacional do Movimento Sindical em torno dessa matéria. Agora, acompanharmos e participar no Senado e, depois, na Câmara, como foi dito aqui, com unidade e com participação, através de pressão no Congresso, não é, Paulinho, que foi dito aqui, aí nós temos um projeto interessante da CNTC, que é aquele projeto ao Pró-Sindicato, que foi criado pelo companheiro Chult(F), vamos fazer justiça também ao Chult(F) e ao Júlio Bucar(F), que é o assessor da IC, que nós desenvolvemos, Paulo Paim, ações gabinete por gabinete, corpo a corpo. Nós não falamos com assessor, falamos diretamente com o Senador e com o Deputado. Se o Deputado não está, o assessor a gente não quer conversa. Para tentar convencer, de maneira eloquente, com bastante documentos, que foi previamente discutido lá na Confederação, e trazer o parlamentar para junto de nós. Administrar e articular politicamente, junto ao Ministério do Trabalho e Casa Civil, com relação à IMEI. Só eu sozinho falei dessa IMEI, aqui, Paulinho, e você esteve comigo na Casa Civil há quanto tempo atrás? Há uns vinte dias. Esteve junto comigo lá e foi testemunha do que está acontecendo.

Gente, nós vamos aprovar isso aqui no Congresso, nós não podemos levar surpresa de veto do Presidente Lula, porque está se criando, no Executivo, critérios e parâmetros para a regulamentação de profissão e criação de que, Paulinho? De Conselho de Classe. Ele esteve em Audiência com nós, na Casa Civil, uns 20 dias atrás, foi como nosso convidado e presenciou, na mão lá do funcionário da Casa Civil, Paulo Paim, a IMEI produzida [soa a campanha] pelo Ministério do Trabalho.

Então, eu acho que a gente tem que cuidar de duas coisas: do processo legislativo, e, politicamente, Motta, junto ao Ministério do Trabalho, porque isso aí é filho de lá, é oriundo de lá... Porque a demanda de regulamentação de profissão é muito grande, então eles estão querendo fazer um filtro, um tipo de uma barragem para não passar toda a boiada. E aí nós esperamos que os comerciários não estejam no meio dessa boiada toda. E a justificativa, a representatividade dessa Sessão provou isso aqui, não é, Paulo Paim? E essa luta, como eu disse, de você, como eu disse antes, é antiga. Então, trabalho no Congresso, como diz o Lima Duarte, “um olho na lousa e outro no cavaleiro”, que ele ia de cavalo na escola. Então, ficava de olho na lousa e no cavaleiro, para ninguém roubar o cavalo, né, senão, não tinha condução para ir embora para casa. Nós temos que fazer a mesma coisa: um olho no cavalo e outro na lousa, no Congresso Nacional e no Executivo.

E um outro risco, aí o parlamentar Paulinho [soa a campanha], que é Deputado aqui, o único Deputado que está presente aqui, Paulo Paim, é importante o senhor ter um pouquinho de paciência, porque esse encaminhamento é importante, é a questão do vício de origem também, que eu estou preocupado, porque me falaram uma vez... O Senador é Relator de um projeto meu do Conselho Federal dos Técnicos de Segurança, tramitou na Comissão e tal, teve uma ADIN, aí chegou na hora “h”, Paulinho, falaram assim: “Não, se não foi de iniciativa do Ministério do Trabalho, o projeto é julgado inconstitucional”. Então, isso aí também é uma preocupação minha, Senador Paulo Paim, que eu não sou parlamentar e eu queria até fazer uma pesquisa, consultar vocês se realmente é isso, se pode ter iniciativa aqui da Casa ou tem que ser uma iniciativa, ou, como ele já existe, um referendo do Ministério do Trabalho apoiando o projeto.

E o terceiro, Paulinho, que eu queria que investigasse na Comissão do Trabalho, da qual você faz parte, representando o seu partido, o PDT, se existe ainda ou se está em vigor – se não estiver, a gente vai fazer festa – o verbete 01, que foi criado [soa a campanha] na época daquele Deputado de Tocantins, eu não sei se o Sérgio Miranda lembra, onde determinava critérios também para aprovação de categoria e de Conselho de Classe. Eu não sei se esse verbete ainda é parâmetro ou se é oficial na Comissão de Trabalho.

Então, nós temos que cuidar de duas coisas: cuidar do processo, da mobilização--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu peço para concluir por causa do nosso fechamento e do horário.

SR. JOSÉ AUGUSTO DA SILVA FILHO: A questão do vício de origem, que eu queria ouvir até do Paulo Paim, se fosse possível, se há essa possibilidade de vício de origem, para a gente não chegar lá na frente e o Presidente falar: “Não, eu vou vetar porque esse processo não foi de iniciativa do Executivo ou do Ministério do Trabalho”.

E, para finalizar, eu acho que só nos resta isso aí, a campanha de mobilização para a aprovação, né? Nós temos experiência nesse trabalho, junto ao Congresso Nacional, todos vocês sabem, principalmente a nossa CNTC, o FST que representa, Paulo Paim, também já está solidário, não é, Calixto? Você faz parte, representando duas vezes lá a CNTI e a Nova Central. Nós somos quatro Centrais Sindicais que participam do FST e mais catorze Federações de Trabalhadores e uma de Aposentado, que é a COBAP, e isso faz parte da nossa agenda no fórum, viu, Motta? E nós vamos para dentro da mobilização. Agora--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Zé, conclui, Zé, porque, senão, eu não vou conseguir... Eu tenho compromisso.

SR. JOSÉ AUGUSTO DA SILVA FILHO: --com unidade e com participação. Então são essas três preocupações minhas: o verbete, Paulo Paim, o vício de origem do projeto, se tem essa possibilidade ou se dá para consertar, tá, e a questão, principalmente, que é a mais recente, que o Deputado Paulinho esteve comigo e ouviu da boca de um funcionário da Casa Civil, lá em Audiência. Essa IMEI(F), que é uma mensagem, que partiu do Ministério. Se nós não vamos trabalhar e aprovar aqui no Senado e na Câmara, quando chegar lá no--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu explico isso em seguida.

SR. JOSÉ AUGUSTO DA SILVA FILHO: --Palácio do Planalto vai ser vetado o projeto, aí é lamentável.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Passo a palavra ao Calixto e daí eu dou os encaminhamentos finais aqui. A palavra está com o Calixto, pela Nova Central.

SR. JOSÉ CALIXTO RAMOS: Bom, eu queria, primeiramente, cumprimentar o Senador Paulo Paim, a companheira e os companheiros que compõem a Mesa. Cumprimentar o Deputado Paulinho, o Sérgio Miranda e cumprimentar a todos que participam deste Plenário, nesta Audiência Pública.

Eu queria – e não poderia deixar de fazê-lo – tecer um comentário muito rápido sobre o nosso companheiro José Alves, que está representando a nossa Central. No nosso entendimento, ele cumpriu com a finalidade que lhe foi proposta e, inclusive, nos deixou fatos que

resultaram até como denúncias, fatos que nós desconhecíamos. Dizer também que, quando se trata de assuntos especialmente de comerciários, o Zé Alves está apto e está autorizado a representar a Central em qualquer oportunidade, até porque é muito mais fácil ele lidar com esse problema do que eu, que não sou comerciário. Como nós não jogamos com muitas bolas, então eu acho que cada um tem que jogar numa bola, com tanto que o resultado seja satisfatório.

Mas eu ouvi com muita atenção os companheiros da Mesa e ouvi os colegas, também, do Plenário, eu estava lá atrás ouvindo. Alguma coisa me chamou a atenção, muito a atenção, coisas que às vezes causam até repugnância nós repetirmos, quando um colega se referiu à obrigação de alguns supermercados ou algumas empresas comerciais obrigarem trabalhadores e trabalhadoras a usar fraudada. Quer dizer, isso é um crime que deve ser denunciado à OIT, no mínimo. Isso não pode se conceber, quer dizer, num País em franco desenvolvimento, um comportamento dessa ordem com os trabalhadores.

Mas eu ouvi uma coisa também muito interessante de um colega, se não me falha a memória do Rio Grande do Sul, e a dificuldade que muitas vezes o comerciário tem, que nem todas as categorias têm, é de que num supermercado, ou seja, num shopping, se tiver mil lojas têm mil empresários. Olha, isso aí é muito interessante, quer dizer, ninguém pensa nisso, ninguém se apega a isso. Então vê a dificuldade que as entidades sindicais sofrem para encontrarem um denominador comum sequer nas suas reivindicações, que são interesses às vezes diferentes de loja para loja e, também, possibilidades muito distintas de uma loja para outra. Aí [soa a campainha] dificulta a ação sindical.

Agora pasmem os companheiros e as companheiras e o Senador Paim conhece, é que uma outra categoria profissional muito importante é exatamente os condutores rodoviários, não tem regulamentação. Os condutores rodoviários estão lutando pela regulamentação, quer dizer, o profissional que está com o volante na mão, está carregando vidas, não tem regulamentação e o Congresso Nacional, pelo menos através da Câmara dos Deputados, está dificultando também essa regulamentação. Então vejam que enquanto algumas organizações patronais tentam já há muito tempo fazer uma reforma trabalhista, exatamente para restringir ou retirar direitos, quer dizer, são categorias dessa ordem que não têm regulamentação e o Congresso Nacional, na sua grande maioria, não ajuda a desenvolver um processo dessa ordem.

Mas eu queria, rapidinho, só para tirar uma dúvida que ficou, o Paulinho levantou o problema da ban-

cada de trabalhadores, quer dizer, que representam trabalhadores; nem sempre são trabalhadores, mas representam. É verdade que já há muito tempo que eu estou aqui em Brasília, isso não passa de 141, 150 e assim sucessivamente. Tivemos o exemplo da contribuição sindical. Foram 141 votos, aí depois de muito trabalho nosso – e muitos de vocês estiveram aqui presentes – nós conseguimos trazer para 161 e aí perdemos na Câmara; vocês vejam como que funciona as coisas aqui dentro.

E sobre a dúvida que levantou o nosso colega Patah sobre a Ação Direta de Inconstitucionalidade, a verdade é que, Senador, quando a Constituição foi promulgada as Centrais Sindicais não estavam reconhecidas formalmente. Então àquela oportunidade foi dado prerrogativa às Confederações Nacionais de impetrem Ação Direta de Inconstitucionalidade, quer dizer, eu acho que compete agora a nós, das Centrais, talvez não seja essa realmente a expressão, mas eu acho que nós temos que trabalhar no sentido de uma Emenda Constitucional para que seja também dado prerrogativa às Centrais, porque como está a Constituição, na verdade, não tem, e já teve aqui a experiência do Patah, que entrou com uma ação e o Supremo Tribunal simplesmente rejeitou *in limine* exatamente porque ele não tem prerrogativa para esse tipo de trabalho.

E, finalmente, eu não quero me referir ao Senador Paulo Paim, à sua atuação aqui no Parlamento, eu seria talvez suspeito para me referir a ele, à sua atuação, ao seu companheirismo, ao seu trabalho [soa a campanha] permanente, exatamente pela aproximação e pela identidade que nós podemos fazer reciprocamente ao longo do tempo. A nossa aproximação, o nosso reconhecimento, a nossa amizade é independentemente de partido político, enfim, de qualquer outro sentimento. É o sentimento da sinceridade, da honestidade--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Calixto, me permita que eu diga que houve um plenária estadual e o Calixto foi ao Rio Grande do Sul pedir para que o Movimento Sindical, naquele momento, vinculado à sua Confederação, fizesse uma campanha para que a gente viesse ao Senado. No depoimento que eu dei de você, Paulinho, eu quero dar também esse, que o Calixto foi lá em plena campanha, foi arrojado.

SR. JOSÉ CALIXTO RAMOS: Exato, porque é a verdade. Se o Senador Paim, ou melhor, se os Senadores tivessem voto nacional, o Senador seria votado nacionalmente, disso não há nenhuma dúvida, sem deméritos aos demais Senadores e às demais Senadoras.

Então eu queria dizer que essa oportunidade é muito gratificante para nós, dizer aos comerciários que

a Nova Central, tanto quanto a própria Confederação, a partir do momento que convocada também, ela estará sempre presente com vocês até que nós consigamos aprovar a regulamentação da profissão. Evidente que o detalhamento disso tudo vai competir muito mais a vocês, comerciários, e com cuidado para que não haja dissidência entre pontos de vistas, porque aí vai confundir tanto o Senado como a Câmara e, aí, haverá mais dificuldade de aprovar. Então tem que haver um trabalho muito coeso, um trabalho muito criativo para que se evite qualquer tipo de divergência que possa existir entre o pensamento de um companheiro de São Paulo, um companheiro de Pernambuco, um companheiro da Bahia e assim sucessivamente. É muito importante nos referirmos a esse cuidado, tendo em vista o tempo que nós estamos convivendo aqui dentro do Congresso Nacional.

Eu agradeço a oportunidade e nos pomos inteiramente à disposição. José Alves, nós estamos satisfeitos com o seu pronunciamento. Muito obrigado.

[palmas]

DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA (PDT-SP): Senador Paim, antes de você encerrar eu queria convidar os companheiros. Aqui é tudo corrido. Vai ter uma Audiência Pública agora às 14h30 no Plenário 11, lá das Comissões do Trabalho, sobre a jornada máxima de trabalho de 40 horas. Então os companheiros que forem ficar em Brasília e puderem acompanhar, às 14h30, lá no Plenário 11, da Sala de Comissões, uma Audiência Pública sobre jornada máxima de trabalho de 40 horas semanais.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Deve ser a PEC Inácio Arruda e Paulo Paim que nós deixamos lá quando saímos de lá os dois?

DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA (PDT-SP): Você acha que é de quem? [risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Mas deixa eu falar para vocês rapidamente, primeiro, pessoal, que eu não tenho nenhuma dúvida--

SR. JOSÉ CALIXTO RAMOS: Eu tomei as considerações finais do meu colega.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Mas já foi dito que falaria um por cada Central. Deixa eu falar rapidamente para vocês, pessoal, que, primeiro, não há divergência nenhuma nem entre Centrais e Confederação, até porque se fosse verdadeiro a UGT não estava com essa baita placa aí na frente: "Comerciários de São Paulo agradecem ao Senador Paulo Paim pela iniciativa de reconhecer a nossa categoria – Sindicato dos comerciários de São Paulo – UGT", e todo mundo sabe que ali no 115, na justificativa está o nome da CNTC.

Então, a UGT, para mim, está tendo uma postura inclusive de grandeza absoluta. Está aqui no meu peito. Está aqui no meu peito. “Aprovação do PL 115”. Se a UGT levasse para a questão partidária, poderia botar: “Não, vamos botar o projeto só do Simon ou vamos tirar o do Paim”, mas isso não fosse feito, a UGT me disse: “Botamos o teu porque é o primeiro, mas queremos que o do Simon esteja vinculado junto”. Isso aqui foi dito nos temas. Então a UGT, a Força Sindical, a CUT, a Nova Central, a CTB, todos têm uma única posição e todos trabalharam para essa agenda estar aqui hoje em cima não do projeto do Paim, mas do projeto dos comerciários do Brasil, que foram apresentados por dois Senadores. Se não eu vou dizer que dizer que o do Senador Simon foi num grande encontro no Rio Grande do Sul, realizado pelos Sindicatos de Porto Alegre. Eu não tomou dizer isso, só para ficar claro que a questão não é se foi apresentado por sugestão dessa Confederação, daquela Confederação ou daquela Central, só para a gente não sair daqui com nenhuma dúvida. Aqui a unidade dos trabalhadores em cima dos projetos apresentados do Senador Simon e Paim e não importa nem a ordem. Eu falo isso com a maior tranquilidade, que a PEC das 40 horas, havia gente que dizia: “Não, vamos dizer que é do Senador Paim”. O outro fala: “É do Inácio Arruda”. Eu e o Inácio Arruda chegamos a dar risada. Para nós não interessa. O que interessa é que é a PEC das 40 horas é do Movimento Sindical e que nós temos a alegria de ser autor e co-autor, como nesse caso eu e o Senador Pedro Simon estamos com a maior tranquilidade, tanto é que ele me ligou aqui, quando eu falei não foi o Fonseca que está aqui que é assessor dele não, ele me ligou aqui e me falou até de um chá que ele está tomando. Quem tiver dúvida pergunte para ele: “Você falou de um chá para o Paim?” Ele me falou: “Eu estou tomando um chá aqui porque deu um probleminha e tal, mas acredito que vou poder estar aí logo”.

Então eu queria terminar essa nossa grande Audiência Pública dizendo... Essa história de vício de origem, pelo amor de Deus, pessoal, eu não quero nem entrar nesse tema. Quando há vontade, aqui aprova e sanciona. Então vício de origem, não. Vício de origem não tem nesse projeto em hipótese nenhuma, porque não tem nem a questão de repercussão financeira do Executivo. Então tanto o meu projeto como o do Senador Simon, que tramitam juntos, os dois, um está apensado ao outro, não têm vício de origem. Se aprovado, pode ser sancionado.

E por fim, pessoal, eu acho que vocês disseram tudo aqui e o Paulinho foi muito feliz quando ele fala da mobilização, principalmente na Câmara. Eu acho que aqui até vai ser mais fácil de nós aprovarmos. Vocês

viram que quinze Senadores vieram aqui e deram o seu depoimento e quinze Senadores dessa Comissão. E esses Senadores, aqui é terminativo, daqui vai direto para a Câmara dos Deputados. Então nós vamos votar é nessa Comissão de Assuntos Sociais. Se alguém entrar com o recurso, naturalmente nós vamos dialogar naquela pressão democrática para que eles retirem a assinatura e vá direto lá para a Câmara.

Eu termino só cumprimentando a todos, a todas as Centrais, a todas as Confederações, a todos os Sindicatos, a todos os partidos políticos, porque é um processo intersindical e suprapartidário. Aqui a causa não é de um homem ou de um partido de uma Central, é a causa dos comerciários do Brasil. Muito obrigado. Está encerrada.

[palmas]

Sessão encerrada às 12h57.

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 06 DE MAIO DE 2009, QUARTA-FEIRA, ÀS 09:30 HORAS, NA SALA Nº 09, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e quatro minutos, do dia seis de maio de dois mil e nove, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, é iniciada a reunião sob a Presidência do Senhor Senador **PAULO PAIM**, Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos (as) Senadores (as) **ADELMIR SANTANA, PAPALÉO PAES, AUGUSTO BOTELHO, MARCELO CRIVELLA, PAULO DUQUE e JOÃO DURVAL**. Deixam de comparecer os demais membros da Subcomissão. O Presidente declara aberta a reunião, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A presente reunião destina-se à eleição do Presidente e Vice-Presidente desta Subcomissão para o biênio 2009/2010. Distribuídas as cédulas e procedida a votação, o Senhor Presidente convida o Senhor Senador Marcelo Crivella para servir como escrutinador. São declarados eleitos por unanimidade o Senador Augusto Botelho para Presidente e o Senador Papaléo Paes para Vice-Presidente da Subcomissão. Às dez horas e oito minutos o Senador Augusto Botelho assume a Presidência. Fizeram uso da Palavra os Senhores Senadores: **AUGUSTO BOTELHO, PAULO PAIM e PAPALÉO PAES**. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às dez horas e vinte e um minutos, lavrando eu, **Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**, Secretária da Comissão de Assuntos Sociais, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Senador Augusto Botelho,

Presidente da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada.

Senador **Augusto Botelho**, Presidente.

2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA. REALIZADA NO DIA 06 DE MAIO DE 2009, ÀS 10 HORAS E 04 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Havendo número regimental declaro aberta a 02ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciamos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores. Os Srs. Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Vamos... Passaremos então à nossa eleição da nossa Subcomissão de... Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde. Temos como candidatos os Srs. Senadores Augusto Botelho, como Presidente e Papaléo Paes, como Vice. As cédulas de votação encontram-se sobre a mesa, a disposição dos Srs. Senadores e Senadoras. Chamada nominal.

Convidamos para que exerça seu soberano direito democrático de eleger... E ser eleito, o Senador Papaléo Paes. Chamamos em seguida o Senador Augusto Botelho. Senador João Durval.

Convidamos o nobre Senador Marcelo Crivella, que é também da Comissão, mas que não votou porque é suplente da mesma, que faça o escrutínio.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, temos aqui três votos para o Senador Augusto Botelho, Presidente, e o Senador Papaléo Paes, Vice-Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Por unanimidade, assim, essa Presidência declara eleitos Senador Augusto Botelho, como Presidente, e Senador Papaléo Paes, como Vice.

Então, nesse momento, eu passo já a Presidência dos trabalhos ao Senador Augusto Botelho, e convido também o Senador Papaléo Paes para que fique aqui na mesa, com o nosso Presidente e o nosso Vice. Missão cumprida de minha parte.

[troca de presidência].

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Senador Paulo Paim, Senador João

Durval, Senador Crivella, Senador Papaléo, eu gostaria de agradecer o apoio dos companheiros e dizer que vamos trabalhar para que o SUS cresça e seja melhor implantado nesse país.

A semana que vem, o Ministro Temporão estará aqui numa audiência pública, justamente na nossa Comissão, em conjunto com outras Comissões para... Falar sobre o SUS e os projetos do governo em relação a saúde.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Me permita, Senador Augusto Botelho, primeiro cumprimentá-lo, a V. Exa., o Senador Papaléo Paes. V. Exa. como Presidente, Senador Papaléo Paes como vice, ambos são da área, ambos tem uma sensibilidade com as questões humanitárias, que qualquer palavra que não dimensiona, eu tenho uma relação próxima aos senhores e os senhores tem me orientado inclusive nesse tema.

E é com alegria que o primeiro evento. Eu quero também destacar o trabalho da Senadora Rosalba Ciarlini, em comum, acordo com a Comissão de Direitos Humanos, Comissão de Direitos Humanos, Comissão de Assuntos Sociais e a Subcomissão de Saúde, nós faremos esse evento no dia... É a semana que vem? Vai estar o Ministro Temporão? Dia 12, esse evento aqui, porque esse evento, na primeira hora com o Ministro Temporão, eu quero falar um pouco desse tema porque fui uma das pessoas que insistiu que acontecesse, que a Comissão de Direitos Humanos se somasse, porque nós íamos chamar na Comissão de Direitos Humanos para discutir lá a questão da gripe, que não é gripe suína, não é gripe suína, e nem mexicana, é chamada a nova gripe, enfim, já tem um novo nome.

A primeira hora será sobre essa situação dessa quase epidemia que se alastra sobre o mundo. E o Ministro Temporão, no primeiro momento, vai fazer uma exposição nesse sentido. E depois, nós vamos aprofundar o debate, claro, sobre o SUS. Então é uma brilhante iniciativa, já eu digo, da Comissão de Assuntos Sociais, desta Subcomissão que V. Exa. preside e que a Comissão de Direitos Humanos vai se somar. Esse foi o entendimento lá; nós viríamos aqui, junto, acompanhar esse debate sobre a preocupação que se alastra por todo o planeta. Uns falam que avançou mais, outros falam que está sob controle, o que nós queremos é que, efetivamente, a gripe seja combatida em todo o mundo.

E o Brasil está fazendo a sua parte. O Ministro Temporão tem falado quase todos os dias à nação sobre essa questão. Ontem ainda ele falava sobre tudo o que o Ministério está fazendo.

Eu acho fundamental que essa Comissão, que é a Comissão de Assuntos Sociais e as suas subcomissões, como essa da Saúde, aprofunde esse tema

e garanta tranquilidade para o país, sem pânico, como ele mesmo disse, mas é bom sempre estar em estado de alerta. V. Exa. como médico mais do que eu sabe dessa situação.

Eu quero dizer também que eu tenho muita alegria de estar aqui do lado do Senador João Durval, do PDT, eu me lembro que o primeiro pronunciamento que ele fez aqui na Casa eu tive a alegria de fazer um aparte, dando as boas-vindas em nome do Senado e agora aqui mesmo, conversávamos sobre a importância desta Subcomissão que V. Exa. preside.

Com certeza, eu não sou membro da Comissão, mas toda vez que for convocado eu estarei aqui me somando, porque acho que saúde, saúde de fato, é uma dever do Estado e um direito do cidadão.

Senador Papaléo Paes eu aqui falava da importância dessa Subcomissão, falava do evento que teremos no dia 12 com o Ministro Temporão, uma iniciativa, desta Subcomissão e até discutimos no Plenário e que a Presidência, Rosalba, concordou, que vai ser o primeiro grande evento em que a Comissão de Direitos Humanos vai se somar às iniciativas desta Comissão e da Subcomissão.

Então, parabéns a ambos é uma alegria ser liderado por vocês.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Muito obrigado, Senador Paim. Agora é uma honra para nós estarmos na Presidência dessa Comissão, eu e o Senador Papaléo, mas logo a seguir dessa reunião, haverá uma Audiência Pública onde o Presidente Diretor da ANVISA, Agência de Vigilância Sanitária, o Dirceu Raposo, estará prestando alguns esclarecimentos sobre as medidas que o Ministério da Saúde, está tomando em relação a essa pandemia, está virando, quer dizer, está havendo uma epidemia mundial.

É um vírus novo, a gente não sabe o comportamento dele para a frente, mas já teve vários casos de óbito, significa que ele é um vírus com alto poder de domínio sob o nosso sistema imunológico.

Mas eu confio muito na ciência e no homem. Nós vamos conseguir controlar, principalmente o Brasil, o Brasil que deu um exemplo brilhante no tempo da cólera. Nós fizemos um bloqueio aqui nesse país que a cólera praticamente não... Ela entrou, mas não fez, assim, um estrago grande; mas nós continuamos apanhando da dengue, a dengue ainda bate no país, bate na gente, no Ministério da Saúde.

Porque a dengue é uma ação assim que tem que haver um entendimento de todas as pessoas, um comprometimento de toda a população. Porque uma casquinha de ovo jogada pela janela dentro um quintal, de um... É um viveiro do *Aedes aegypti*.

Então eu gostaria de passar a palavra para o Senador Papaléo, que é o nosso Vice-Presidente, e nos declaramos empossados, tomamos posse no nosso cargo agora, não é Papaléo?

[risos]

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Sr. Presidente, senhores senadores, Senador Paulo Paim, Senador João Durval, a todos os presentes aqui, a Consultoria da Casa, os assessores, a equipe de... Televisão, de Rádio e de Jornal, que está aqui presente no nosso(F) Senado e a nossa Secretaria, que é realmente o grande sustentáculo dos nossos trabalhos aqui.

Se nós exercemos as nossas funções aqui na Comissão de Assuntos Sociais, nós devemos muito à responsabilidade da nossa Secretaria Dra. Gisele e sua equipe toda aqui, que realmente sempre está, estão à nossa disposição.

Mas eu quero aproveitar esta oportunidade e fazer um... Se nós não falarmos, às vezes a gente vai se perdendo.

A Subcomissão de Saúde, ela surgiu de forma temporária, logo que assumi a minha função aqui no Senado, o Senador Augusto Botelho e o Senador Mão Santa e outras colegas. Então como eu fui proponente da Subcomissão Temporária de Saúde, eu fui eleito Presidente pela benevolência dos meus colegas senadores. Depois extinto esse período, nós passamos a ter, também por solicitação, a Comissão de Saúde Permanente, daí fui eleito de novo pela benevolência dos meus companheiros.

E daí em diante, chegou o momento exato de nós prestarmos uma grande homenagem, justa, a um colega que tem uma postura muito digna aqui nesta Casa, um homem tranquilo, responsável observador e cumpridor de todas as suas obrigações, que é o Senador Augusto Botelho, por quem eu tenho uma admiração toda especial e que, realmente, nós precisávamos da presença do Senador Augusto Botelho nesta Comissão, como Presidente da Comissão para justamente concretizarmos o bom andamento da Comissão de Assuntos... Da Subcomissão de Saúde, durante os oito anos dos nossos mandatos.

Então eu digo que me sinto muito satisfeito e honrado por ser... Ter sido eleito junto com o Senador Augusto Botelho, sido eleito Vice-Presidente da Comissão e que... Dizer que nós temos toda a confiança em V. Exa., nós sabemos a sua índole humanitária e determinada para fazer um bom trabalho aqui na Subcomissão de Saúde.

E aproveitar para agradecer a Consultoria do Senado. A todos os consultores, mas eu quero fazer uma referência toda especial ao Dr. Romero, com quem eu tive um pequeno desentendimento, por quê? Porque

eu sempre trouxe aqui para está Casa, para qualquer situação relacionada à saúde, uma questão suprapartidária, não existe para mim partido político aqui, o único Partido que existe é da saúde nessa Comissão.

Então, talvez eu tenha sido até injusto naquele momento com o Dr. Romero, mas senti que invés de eu, político, ter reação política, ele que teve a reação política por isso que eu contestei, política partidária que eu estou falando. E isso aí foi uma questão que não tem nada a ver com o lado técnico.

Então, eu quero fazer uma grande homenagem aqui, reconhecendo o Dr. Romero, um homem competente, que desde o início das nossas reuniões, era quem encabeçava a relatoria das nossas reuniões e que realmente nós precisamos tê-lo aqui junto com os demais consultores e consultoras, para que nós possamos manter a qualidade dos nossos trabalhos aqui nesta Casa.

Então, a Consultoria do Senado que é uma parte, uma das partes, como tantas outras, importantíssimas para esta Casa, eu quero agradecer, quero não, eu agradeço mesmo a todos os dias, todos os momentos, pelo trabalho que faz em prol do Senado Federal, através das pessoas dos Srs. Senadores e Sras. Senadoras.

Então, parabéns Senador Augusto.

Senador João Durval, os meus respeitos e os nossos agradecimentos, pela permanente presença aqui na nossa Subcomissão.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Muito obrigado, Senador Papaléo pelas palavras elogiosas, V. Exa. merece mais do que eu essas palavras que V. Exa. me dirigiu.

Mas eu sei que você é um batalhador e continuo sendo médico. Nós dois estamos como Senadores, mas exercermos a nossa profissão de médico. De forma meio precária que a gente exerce, menos frequente, mas continuamos, porque nós não podemos perder o sentimento das pessoas.

E nós temos que saber, sentir como está o SUS, porque nós, eu, e o Senador Papaléo Paes com certeza viemos para cá, com o apoio maciço dos trabalhadores da saúde. Ele é um senador parecido comigo mesmo, os nossos recursos são escassos, não é Papaléo? Nós vivemos do nosso salário de Senador aqui. E temos apoio dos trabalhadores da saúde e da educação, com certeza.

Mas eu gostaria de agradecer também ao Senador João Durval especialmente, que ele chegou aqui e ficou plantado até resolver o problema. Muito obrigado pela sua presença e ao Papaléo também, as palavras

que você me dirigiu Papaléo, você merece mais do que eu, tenho certeza disso, viu?

E com certeza nós continuaremos trabalhando como trabalhamos sempre juntos, porque o Papaléo era o Presidente e eu era o Vice-Presidente da Comissão, nós éramos dois médicos que estavam em atividade ainda, os outros colegas também colocavam a gente para ser e agora nós invertemos a posição. para que eu pegue um pouco de experiência.

O Papaléo dirigiu brilhantemente, nós tivemos audiências fantásticas, discutimos, inclusive, a parte de medicamentos, que essas farmácias populares, eu acho que surgiram depois das nossas discussões aqui dentro, que foi uma grande vitória, com participação dessa Comissão, que nós nem aparecemos na elaboração, mas foi aqui que nasceu a semente da Farmácia Popular.

E tenho certeza, os usuários, a pessoa mais importante do Sistema Único de Saúde é aquele que chega de madrugada, na porta do hospital, é aquele que procura, que está do outro lado do balcão, do hospital, do médico, do posto de saúde. Isso eu tenho bem claro na minha cabeça e creio que todos os trabalhadores da saúde têm isso claramente.

Então muito obrigado, mais uma vez, aos Senadores que nos elegeram e aos trabalhadores aqui dessa Casa também.

E vamos tocar em frente, Papaléo, vou declarar encerrada esta reunião.

Sessão encerrada às 10h21.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA 11ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE ABRIL DE 2009.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e quatorze minutos do dia quinze de abril de dois mil e nove, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), sob a Presidência do Senador Flávio Arns, e com a presença dos Senhores Senadores Inácio Arruda, Gerson Camata, Marco Maciel, Rosalba Ciarlini, Hércilio Fortes, Sérgio Zambiasi, Romeu Tuma, Cristovam Buarque, Ideli Salvatti, Roberto Cavalcanti, Valdir Raupp e Eduardo Azeredo reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Augusto Botelho, Fátima Cleide, Paulo Paim, Marina Silva, Expedito Júnior, Valter Pereira, Gilvam Borges, Wellington Salgado de Oliveira,

Francisco Dornelles, Raimundo Colombo, José Agripino, Adelmir Santana, Álvaro Dias, Lúcia Vânia, Marisa Serrano e Cícero Lucena, que justifica a ausência. O Senhor Presidente, Senador Flávio Arns, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 55/08 – CE de autoria do Senador Flávio Arns, que tem como objetivo **Instruir o Projeto de Lei do Senado nº 227 de 2007, que “Acrescenta dispositivos à Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para instituir a residência educacional a professores da educação básica”**. Como expositores, comparecem à Audiência Pública o Senhor Antonio Carlos Caruso Ronca, Presidente da Comissão Bicameral de Formação de Professores do Conselho Nacional de Educação – CNE; Senhora Juçara Dutra Vieira, Secretária de Finanças e ex-Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação – CNTE e Senhora Helena Costa Lopes de Freitas, Coordenadora Geral de Formação de Professores da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação. Finda a apresentação dos expositores, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam da palavra os Senhores Senadores Marco Maciel – autor do projeto, Roberto Cavalcanti e Inácio Arruda. A Presidência agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às doze horas e um minuto, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador **Flávio Arns**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

11ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 15 DE ABRIL DE 2009.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Havendo nº regimental, declaro aberta a 11ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte e da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Submeto inicialmente à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma. Os Senadores e Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Aprovado.

A presente Reunião atende ao Requerimento nº 55 da Comissão de Educação 2008 de autoria dessa presidência, anteriormente como Senador e agora como Presidente, para realização desta Audiência Pública destinada a instruir o Projeto de Lei do Senado nº 227 de 2007, que “*acrescenta dispositivos à lei 9394, de 20 de dezembro de 1996 para instituir a residência educacional a professores da educação básica*”. Eu quero lembrar que o Projeto de Lei é de autoria do Senador Marco Maciel e pelas implicações que essa audiência tem em relação a várias áreas que está sendo feita Audiência Pública. Então, eu solicito ao colega, Senador Roberto Cavalcanti, que possa também acompanhar os convidados até a Mesa para que eles possam tomar assento e participar dos debates desta Audiência Pública.

Então, retomando os trabalhos, com a presença do convidado e das convidadas, eu quero novamente enfatizar que esta audiência tem por objeto instruir um Projeto de Lei de autoria do Senador Marco Maciel, com a Relatoria da Senadora Marisa Serrano que é de nº 227 de 2007 que acrescenta dispositivos à lei nº 9394, a lei LDB, portanto Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 20 de dezembro de 1996, e procura instituir a residência educacional a professores da educação básica. Nós temos como convidados o Dr. Antonio Carlos Caruso Ronca, eu disse a ele antes já, que é um prazer sempre tê-lo aqui na Comissão de Educação, Cultura e Esporte, membro do Conselho Nacional de Educação, ex-reitor da PUC em São Paulo, amigo, um batalhador da área da educação no Brasil. Ele é o Presidente da Comissão Bicameral de Formação de Professores do Conselho Nacional de Educação. Seja muito bem-vindo Prof. Ronca. Dra. Juçara Dutra Vieira que é Secretária de Finanças e ex-presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação, CNTE, com vasta experiência na análise de um Projeto de Lei desta natureza e podendo contribuir de maneira importante para a reflexão sobre o Projeto. E a Dra. Helena Costa Lopes de Freitas, que é Coordenadora Geral de Formação de Professores, da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação, MEC, então, fundamental também a presença da Dra. Helena.

Eu quero novamente dizer aos convidados que o que acontece neste horário aqui no Senado Federal, é a realização concomitante de várias Comissões, não é? E, inclusive, neste momento são seis Comissões

que estão funcionando. Entre elas, aqui no lado a Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática, Comissão de Direitos Humanos, Comissão de Constituição e Justiça e essa Comissão de Educação. Contudo, o mais importante do debate, é que o debate aconteça o subsídio para a relatoria e para a autoria do Projeto de Lei é importante, e ao mesmo tempo, através dos meios de comunicação do Senado, que inclusive devem sempre ser elogiados, a TV Senado, a Rádio Senado, a Agência Senado, Jornal Senado, todos procurando fazer um trabalho de muita qualidade, através dos meios de comunicação esse debate chega ao Brasil inteiro, porque essa Audiência Pública, além de estar acontecendo nesse momento, depois vai ser também retransmitida para o Brasil, e eu, inclusive, faço o apelo para que pessoas interessadas nesta área especificamente do debate de hoje, residência educacional a professores da educação básica, isso envolve milhões de pessoas no Brasil, sem dúvida alguma, que todas essas pessoas que desejarem sugerir, pensar, refletir, ponderar sobre o Projeto, que esta Comissão de Educação está, assim, com os seus mecanismos de comunicação totalmente à disposição para receber as sugestões de toda a sociedade. Feitas essas ponderações, passamos então à fala dos expositores, das expositoras, a quem agradeço a presença, e passo em primeiro lugar a palavra... Segunda? Está bem. Passo em primeiro lugar a palavra à Dra. Juçara Dutra Vieira, Secretária de Finanças e ex-presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação, CNTE. Com a palavra, então, V.Sa.

SRA. JUÇARA DUTRA VIEIRA: Quanto tempo?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Em princípio nós temos o tempo de quinze minutos para fala, há um relógio automático, não sou eu que bato a campainha e nada, quando chegamos nos quatorze minutos, faltando um minuto, uma campainha toca, mas nada que impeça, se for necessário, um tempo suplementar para, assim, para se completar o tópico que se esteja abordando. Com a palavra então, Dra. Juçara Dutra Vieira.

SRA. JUÇARA DUTRA VIEIRA: Bom-dia Senador Flávio Arns, Presidente da Comissão. Bom-dia Senadores, autor do Projeto. Mandar também o Prof. Ronca e a Profa. Helena Freitas, que integram essa Mesa. Não sei se é essa ordem, na verdade, dos trabalhos, enfim... Seria a mais adequada, mas sinto-me honrada então, com esse privilégio de ser a primeira a usar da palavra.

Represento aqui a Confederação Nacional de Trabalhadores em Educação a CNTE, que é a organização que agrega os profissionais da educação

básica das redes públicas brasileiras, especialmente as estaduais, mas também várias municipais. É uma organização que tem em torno de um milhão de sindicalizados numa base social de mais de 2 milhões de trabalhadores da educação básica, por isso esse tema é um tema relevante para nós, Confederação, faz parte do nosso debate cotidiano a discussão da formação dos profissionais da educação. Eu trouxe um material que está sendo distribuído aqui para a Mesa, para os Senadores e para a Plenária, onde a CNTE tenta, muito resumidamente, colocar a sua opinião a respeito dessa iniciativa que desde logo quero refutar como muito importante, uma iniciativa que visa aperfeiçoar as condições de aprendizagem dos nossos alunos e a melhora da qualidade da educação.

Quando nós falamos em formação, falamos qualquer tema que envolva os profissionais da educação, nós temos que lembrar que a educação básica no Brasil, por ser descentralizada, coloca nas mãos dos municípios dos estados especialmente as atribuições, sendo que a própria LDB repassa essa responsabilidade pela formação dos profissionais aos estados, a esses entes federados. Recentemente a União tomou a iniciativa de ampliação dessa responsabilidade para a União, mas essa é uma iniciativa que ainda não está concluída no âmbito da legislação. Em segundo lugar, eu acho que é importante nós também refletirmos sobre o fato de que a descentralização da educação básica apresenta para a sociedade brasileira uma necessidade, uma necessidade secular de se pensar na educação de uma forma mais sistêmica, isto é, não é apenas articulação de políticas entre os entes federados, mas também uma visão a articular de todas as temáticas que dizem respeito à educação. E nesse sentido, nós entendemos que nos últimos tempos, nós temos várias políticas que tem essa preocupação ainda que não tenhamos conseguido concretizar essa ideia de sistema. Nessa casa tramitou recentemente o projeto relacionado à instituição de um piso salarial profissional nacional, que se encontra no Supremo, por iniciativa de cinco governadores, portanto, ainda um processo inconcluso, não entrou em vigor o piso salarial profissional nacional. Nós temos, no âmbito da CAPES, a formulação, tivemos, até o final do ano passado, das políticas nacionais de formação homologadas pelo Ministério da Educação, que representa também um passo nessa direção de envolvimento dos vários entes federados e o estabelecimento de políticas dessa natureza.

Não vou entrar no debate, eu acho que no caso, o Conselho Nacional de Educação apresentará, o Prof. Ronca, mas recentemente no dia 2 de abril, o Conselho

Nacional de Educação aprovou as Diretrizes Nacionais relacionadas com a carreira do magistério brasileiro.

Então são três iniciativas que se encontram dentro dessa preocupação da valorização dos profissionais de educação, conjugando as políticas relacionadas à carreira, ao salário e à formação. Esses temas, eles precisam ser melhor amarrados, na nossa opinião, porque as iniciativas positivas podem também perder um pouco de conteúdo se elas não encontrarem esse imbricamento entre elas, por isso nós fizemos algumas considerações que eu passo a apresentar, já pensando nessa nova conjuntura, nesse novo quadro onde há outras preocupações, há outras iniciativas que podem concorrer para que essa matéria realmente consiga atingir os objetivos a que se propôs. No nosso material levantamos, muito rapidamente, algumas preocupações que são de 2007, e que foram levantadas, até em conjunto, algumas com a ANFOP, aqui representado pela Profa. Helena Freitas, e que já visavam naquela oportunidade contribuir para esse debate.

Esses pontos são os seguintes: O primeiro deles uma preocupação, não nessa ordem de importância, mas nessa ordem de apresentação, uma advertência de que esse projeto não cumprisse o efeito contrário ao efeito desejado, que seria de estimular a precarização de condições de trabalho dos professores, em função de que os salários já são baixos e é possível que se adotem políticas que façam com que os beneficiários da residência, e não só os beneficiários como o próprio sistema, conte mais com essa política e menos com a profissionalização efetiva de todos os trabalhadores. A segunda preocupação já dizia respeito à própria LDB e as diretrizes dos cursos de formação de professores, especialmente Pedagogia e Licenciaturas, que já preveem um estágio supervisionado. E a terceira, essa que eu adverti no início, a preocupação com a formação dos professores discutida nesse contexto mais global de políticas públicas voltados para todos os profissionais da educação. Uma outra preocupação é com a realidade do sistemas educacionais, que podem ter uma dificuldade para implantação desse tipo de política. Os municípios e os estados, também a União, mas principalmente os primeiros. E uma quinta preocupação, relacionada com as demais, que a residência obrigatória, além dos estágios já previstos, também vinculada a um processo de certificação, que também pode abrir possibilidades para inúmeros tipos de certificação, talvez não os desejados pelo proponente do projeto.

Enfim, o projeto eu acho que tem uma virtude muito grande, que é de colocar a preocupação da formação ainda vinculada, um vínculo entre as agências formadoras e a escola, isto é, não dá por concluída a

formação, antes que efetivamente esses sujeitos, que são formados na universidade, tenham contato com a realidade educacional do nosso país, e especialmente com a realidade das escolas públicas brasileiras. Nós costumamos enfatizar que a geração que está hoje na escola é uma geração completamente diferente das gerações anteriores, à época que nós éramos estudantes, ou enfim, geração de dez, quinze anos atrás. É uma geração de uma inteligência muito mais interativa, aprende de forma diferente, não na forma cartesiana, Senador Flávio Arns, que a gente aprendia quando estava na escola, e também é uma geração submetida a outras pressões sociais. É por isso que a escola hoje tem que dar conta de vários outros problemas que não apenas aqueles relacionados diretamente com a aprendizagem. Então, pensar na formação como uma continuidade, digamos, e uma ponte entre a universidade e o sistema, nós achamos que é muito positivo, eu acho que esse é o grande mérito do projeto, de colocar os profissionais em contato com as escolas, com estabelecimentos de ensino, ainda dentro de uma visão, de uma formação permanente e de uma formação que só pode ser concluída se ela estiver em contato com o Projeto Político-Pedagógico da escola.

Acho que outro fato positivo refere-se ao fato de que o Poder Público começa a pensar muito seriamente na formação quase sempre delegada aos próprios profissionais da educação. Isto é, ter uma política pública para a formação, como é o caso das outras iniciativas que eu falei no início da minha intervenção. Nós também refletimos sobre o fato de que essa formação inicial e a formação continuada são demandas não apenas da formação propriamente dita, mas também demandas da sociedade contemporânea, nós precisamos pensar efetivamente nessas pontes.

Estou aqui olhando meu tempo, eu tenho dois minutos para encerrar a minha intervenção, então eu gostaria de voltar, tentar arredondar a minha fala, dizendo o seguinte: saudamos a iniciativa do projeto, por essa preocupação relacionada às políticas públicas, de responsabilidade pública também, saudamos o projeto pela preocupação de fazer com que a formação não se dê como concluída na universidade, antes do contato com a realidade, achamos que isso deva ser uma preocupação para todos os profissionais de educação, não apenas para séries iniciais, ou para alguns dos profissionais da educação, e julgamos que inclusive nessa Casa tem outras iniciativas, como o próprio Projeto de Diretrizes de Carreira que tramita na Câmara dos Deputados, e que portanto, esse debate aqui estabelecido no Senado por essa iniciativa pode articular-se com outras políticas já de iniciativa do Governo Federal e ser pensadas nesse contexto, no contexto das políticas

de formação, que foram pensadas na CAPES e homologadas pelo Ministério da Educação, nas políticas de valorização salarial, entre elas o piso, e na política do estabelecimento de diretrizes de carreira, dentro de uma visão sistêmica da educação básica pública. Eram essas as considerações iniciais, queremos agradecer essa oportunidade, e nos colocar sempre à disposição para esse importante debate que estabelece aqui na Comissão de Educação. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Muito bem. Agradeço a participação inicial da Dra. Juçara Dutra Vieira, que é ex-presidente da CNTE, Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação. Destaco a presença do Senador Roberto Cavalcanti, da Paraíba, do Senador Romeu Tuma, do Senador Marco Maciel, senadores que já passaram e retornarão, a Senadora Ideli Salvatti e Gerson Camata. Passo em seguida a palavra ao Dr. Antonio Carlos Caruso Ronca, Presidente da Comissão Bicameral de Formação de Professores do Conselho Nacional de Educação, CNE. Com a palavra o Dr. Ronca.

SR. ANTONIO CARLOS CARUSO RONCA:

Muito obrigado Senador Flávio Arns, Srs. Senadores, muito obrigado pelo convite por esta possibilidade de estamos aqui dialogando sobre tão importante projeto. Queria saudar também as minhas colegas aqui de Mesa, e amigas, a Helena e a Juçara, companheiras de luta.

Apesar de eu ter sido apresentado, e de fato sou Presidente da Comissão Bicameral de Formação de Professores do Conselho Nacional de Educação, eu não vou falar em nome do Conselho, visto que nós ainda estamos discutindo esse tema. Eu falarei em meu nome pessoal, e principalmente na qualidade de professor. Eu atuo no magistério há 40 anos e atravessei todos os níveis de ensino, com exceção de educação infantil, foi a única que eu não trabalhei. Atualmente eu trabalho num curso de mestrado e doutorado em educação e tenho privilégio de trabalhar com professores da rede pública do Estado de São Paulo, e eu sempre faço uma pergunta a eles nos últimos anos, principalmente a diretores de escolas, eu pergunto: "*Se você pudesse modificar, se você fosse... Se tivesse a possibilidade de fazer uma lei que modificasse a realidade da tua escola, o que você faria?*". E é interessante como as respostas, e não é nenhuma pesquisa, não é com caráter de amostra científica, mas um dado importante, os diretores unanimemente me falam duas coisas: primeiro, eles dizem: "*O professor não permanece na escola. O professor depois de dois ou três anos, ele sai dessa escola e vai para outra, eu não posso formar aqui uma equipe que tem um trabalho coletivo*". Portanto, para ele, a carreira docente e a fixação do professor na escola é

um elemento fundamental. E a segunda questão, que eles dizem assim repetidamente: O professor novato chega sem experiência docente, obviamente, ele não tem experiência de sala de aula. E conseqüentemente ele tem uma situação muito séria no início, porque dadas as condições que nós temos, nós não temos a possibilidade de, note, eu estou falando de São Paulo, nós não temos a possibilidade de organizar um trabalho na escola que possa preencher essa situação, e o professor muitas vezes fica jogado, esse é o termo que usam, na sala de aula, principalmente os mais novos, a quem, em geral, são destinados a primeira e a segunda série. Nesse sentido, eu acho que um dos grandes desafios que a educação brasileira enfrenta é melhorar a qualidade da educação.

O atual Plano Nacional de Educação que ainda está em vigor, que está prestes a terminar o seu período, enfatiza que a valorização do magistério é condição *sine qua non* para que este objetivo seja atingido. A valorização do magistério só será possível por intermédio de uma política global que articule intervenções simultâneas nas seguintes áreas: Primeira área, formação do professor, formação inicial. Segunda área, condições de salário, trabalho e carreira. Terceira, formação continuada. Então, é nesse tripé que o Plano Nacional de Educação aposta para que nós possamos melhorar a qualidade da educação no Brasil.

Eu gostaria de situar o Projeto de Lei de autoria do Senador Marco Maciel nesse contexto, ou seja, o projeto cria uma residência pedagógica que será oferecida aos professores habilitados para docência na Educação Infantil e nos anos iniciais de Ensino Fundamental.

Eu não posso deixar de saudar a referência que o Projeto faz à Educação Infantil. Apesar do Projeto não tornar obrigatória para Educação Infantil, o fato de se ofertar para esta área, que é uma área abandonada em geral nas políticas públicas ou uma área que tem menor relevância do ponto de vista de investimentos, mas que talvez seja a área mais importante quando se pensa na alfabetização, então eu acho muito importante a área da Educação Infantil estar contemplada aqui.

Segundo o referido projeto, o âmbito da obrigatoriedade fica limitado aos dois anos iniciais do Ensino Fundamental. A ideia da residência pedagógica pode contribuir muito, a meu ver, para a melhoria da qualidade do ensino por inúmeras razões. Talvez a razão mais forte resida no fato de que na atual realidade da educação brasileira, os professores das primeiras séries do Ensino Fundamental começam a lecionar sem nenhuma experiência prévia de docência. Dessa forma eu acho isso um outro ponto muito importante, a residência se constitui numa valorização da formação do

professor. Eu acho que é um segundo ponto, a meu ver, fundamental, que justifica o projeto.

No entanto, há uma questão que normalmente é colocada e eu já ouvi isso nas críticas que se fazem, nas análises que se fazem do Projeto, há uma questão que é muito levantada, que é a questão dos estágios. Ou seja, alguns dizem que como os cursos de Pedagogia e os cursos Normais já preveem o estágio, então não seria necessário uma residência. Eu gostaria de acentuar diferenças fundamentais na proposta da residência com a atual realidade dos estágios supervisionados que os alunos do Normal e da Pedagogia são obrigados a fazer. Esses estágios, na maior parte das vezes, se resumem a trabalhos de observação em que os alunos não assumem responsabilidades enquanto docentes e não estabelecem um vínculo mais permanente com a escola. Há um artigo da Profa. Ana Maria Pessoa de Carvalho, que é uma professora especialista em prática de ensino de Ciências, da Universidade de São Paulo, que ao analisar essa questão, e ao fazer referência à proposta, à justificativa do Projeto de Lei, que compara o Projeto de Residência com o curso de Medicina, a Profa. Ana Maria faz uma excelente observação, que faço questão de repetir: *“Uma diferença notória entre os cursos de Medicina e os cursos de formação de professor, em termos curriculares, é que as horas de hospital nos cursos de Medicina, estão bem caracterizadas na grade horária dos alunos, enquanto nos cursos de Licenciatura, apesar das 300 horas de prática de ensino estarem na grade curricular, quer dizer, estarem previstas no currículo, elas nunca aparecem na grade horária”*. Quer dizer, o estágio não aparece na grade horária. E a Profa. Ana Maria Pessoa de Carvalho faz uma afirmação que me parece da mais alta relevância. Como a grande maioria das Licenciaturas é noturna, quando o aluno trabalha durante todo dia a interação universidade e escola fica totalmente irreal. Quer dizer, na verdade eu vou usar talvez uma expressão um pouco forte, a meu ver, os estágios hoje na formação de professor é um jogo de faz de conta. É uma questão em que na maior parte das vezes, como ele não aparece na grade horária e o aluno pode fazer quando ele quer, claro, com supervisão, mas ele não assume responsabilidade, ele não faz parte de uma equipe da escola, ele muitas vezes faz um trabalho mais de observação, que é diferente da proposta da residência. Na proposta da residência, diferentemente das propostas de estágio, nós teremos, espero que sim, eu acho que aí caberá uma questão muito séria da regulamentação pedagógica, mas teremos que ter um vínculo com uma determinada escola, sem o que nós... Essa proposta tenderá ao fracasso.

No entanto, eu acho que para que essa ideia seja implantada com sucesso, que eu vejo que é uma ideia que merece o nosso apoio, alguns cuidados são indispensáveis. Primeiro, as estratégias de implantação da residência deverão ser discutidas dentro da perspectiva da construção de um sistema nacional de formação de professores. Quer dizer, é um sistema que prevê formação inicial, prática, e formação continuada. Para tanto, se fará indispensável a articulação entre os diferentes sistemas municipal, estadual e federal e também com as instituições de ensino superior, que eu acho que é uma questão ainda em aberto. Como as instituições de ensino superior participarão? Em que medida?

Como a Residência Educacional não se configura como um período de estudos, integrado aos cursos normais ou cursos de pedagogia, mas um período de formação e trabalho ulterior a eles, que deverá ser regulamentado nos aspectos pedagógicos pelos Conselhos de Educação, deverá ser garantida uma base comum nacional que explicita orientações e princípios comuns para todos os estados e municípios, resguardadas a especificidades locais. Nesse sentido, o papel do Conselho Nacional de Educação assume especial relevância, ou seja, nós temos que pensar que é um país, é o Brasil que tem que ter uma política de formação de professores. Portanto, essa política prevê orientações e diretrizes que deverão ser seguidas no país como um todo. A residência não pode ser apenas um momento de prática, mas um tempo da união da teoria com a prática.

É importante que na residência do curso de Medicina há estudo, há discussões, há leituras, e não simplesmente um momento em que o futuro médico é jogado ali no trato com os doentes, mas eles discutem sempre com o supervisores aquilo que está acontecendo na prática. Dentro da visão de totalidade exigida para o estabelecimento de uma política de formação de professores, a residência se configurará na perspectiva de uma carreira docente. Eu acho que esse é ponto fundamental para que se articule um sistema nacional, cada vez mais é necessário que o professor do Ensino Fundamental tenha condições de se fixar numa única escola.

Essas são as considerações que eu gostaria de apresentar aos senhores. Deixo de lado uma questão, como não sou especialista nisso, mas que com certeza terá que ser muito cuidada, é a questão do financiamento. Eu me lembro que uma das experiências mais interessantes, que infelizmente acabou, foi a experiência do CEFAM, no Estado de São Paulo. O CEFAM do Estado de São Paulo era um curso Normal com período integral, em que o aluno estudava de manhã e a tarde ele era professor e ganhava uma bolsa

de estudos. Então, a fixação dessa bolsa de estudo, a remuneração do professor, a questão do trabalho dele na escola.

Há, por exemplo, na França um sistema muito interessante e eu concluo com isso, em que os professores nessas condições, muitas vezes, se articulam com aqueles professores que estão saindo para a Residência, para o ano sabático, e os professores passam a exercer funções que aquele que estava saindo. A França tem experiências muito interessantes nesse sentido, de algo semelhante à Residência, mas se bem que é diferente, porque aqui se prevê um período de no mínimo seis a sete meses.

Portanto, Senador Flávio Arns, muito obrigado, eu e eu acredito que estamos diante de uma proposta que vai ser debatida e vai ser discutida, mas que se parece tem aspectos muito positivos, e que se forem tomados alguns cuidados, ela poderá significar um avanço para a melhoria da qualidade de educação no Brasil. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agradeço ao Prof. Ronca, que fez uma bela reflexão sobre a proposta do Senador Marco Maciel, o Projeto de Lei em debate nessa Audiência Pública, a exemplo do que já tinha acontecido com a Dra. Juçara também, com toda a experiência, como ex-presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação e passo agora a palavra à Dra. Helena Costa Lopes de Freitas, que é coordenadora geral de formação de professores da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação. Com a palavra Dra. Helena.

SRA. HELENA COSTA LOPES DE FREITAS: Um bom-dia, eu quero em primeiro lugar, saudar a iniciativa de Comissão de Educação de trazer esse debate para o âmbito da política de formação de professores. Nós temos uma história em nosso país em relação à legislação educacional na qual a Comissão de Educação e Cultura tem cumprido papel importante.

Eu trago aqui, eu represento aqui a Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação, sou da coordenação geral de formação de professores, e vou trazer também para esse debate a contribuição que o movimento dos educadores tem dado a essa discussão do trabalho docente, da Residência Pedagógica, de como se desenvolve a formação de professores em nosso país.

Eu quero também partir das colocações dos meus colegas, do Prof. Ronca e da Profa. Juçara que já pautaram questões importantes, às quais eu não me referirei novamente. Em primeiro lugar, eu quero lembrar que eu acho que é importante nós recuperarmos a história desses movimentos que aparecem em determinados momentos da nossa luta por uma edu-

cação de qualidade, por uma educação comprometida com o futuro do país, da nação, com a transformação da sociedade, que é a luta pela relação entre o estudo e trabalho na formação de professores. E lembrar também que na constituinte de 88, posteriormente na LDB de 96, o movimento dos educadores sempre pautou a discussão dos estágios remunerados como uma parte fundamental no processo de formação e de aproximação ao exercício profissional e à construção da identidade profissional dos professores. Sempre esbarramos, ao longo da história, com a questão do financiamento da educação, com a questão dos recursos, quem é que apoia, quem é que banca, quem financia esses processos que preveem o estágio, seja o estágio curricular, seja o estágio profissional remunerado dos profissionais que se formam na escola pública. E aí sempre vem a discussão que o Prof. Ronca colocou por último, mas que ela é importante se nós não atentamos para o fato de que um projeto com esse caráter deverá, necessariamente, apontar a fonte dos recursos para o seu financiamento, porque se assim não for corre o risco de em dois, três, quatro anos, eles se desvirtua e também nós sabemos que no âmbito do setor público pode haver uma degradação quando não há o financiamento adequado das ações educativas.

Uma segunda questão que é importante, do ponto de vista do Ministério, que a Profa. Juçara e o Prof. Ronca já se referiram, é situar esse projeto no âmbito das políticas educacionais, das políticas de formação atuais. Nós temos o decreto 6755, de 29 de janeiro deste ano, que estabeleceu as diretrizes para uma política nacional pública de formação dos profissionais do magistério, no texto da Profa. Juçara vocês poderão encontrar a referência aos princípios que orientam essa política, eu quero destacar como fundamentais para que nós possamos construir efetivamente não programas de formação, não ações pontuais e focalizadas, mas políticas permanentes. Entender a profissão do magistério como uma carreira de estado e onde o estado e seus entes federados, a União, estados e municípios investem para que essa carreira possa efetivamente se constituir.

Dentro dessa discussão da política cabe especial destaque, o Prof. Ronca também se referiu a isso, aos cursos de formação inicial e como vamos entender os cursos de formação de professores, as Licenciaturas e a Pedagogia, como vamos entender as possibilidades e suas renovações, da revisão, inclusive dos projetos pedagógicos do curso para que eles possam atender efetivamente as necessidades formativas da infância e da juventude no nosso país. Essa é uma primeira questão que eu trago, porque também é uma preocu-

pação do Ministério, de enfrentar a discussão da adequação, que é uma palavra forte, mas da conformação dos nossos projetos pedagógicos de Licenciaturas às necessidades de formação de infância e da juventude. Eu acho que é essa é uma primeira questão, por quê? Porque se nós não olharmos desse ponto de vista, qualquer iniciativa de Residência Pedagógica e de acompanhamento de período probatório, ela tende a cair no vazio, porque focalizará a responsabilidade sobre os professores exclusivamente, e não sobre os processos formativos. Então, atuar no campo da educação superior, dos cursos de Licenciatura, hoje, é uma necessidade que está posta para o Ministério e na direção da qual nós estamos no âmbito da Sesu, da Secretaria de Educação Superior, atuando. Ou seja, um entendimento de que é preciso nós termos cursos solidamente constituídos do ponto de vista teórico e que possam, desde o início do processo formativo, aproximar os estudantes da escola pública, do seu campo de atuação. No entendimento também de que sem essa sólida formação acadêmica, teórica, técnica e prática não será possível o estudante, uma vez no campo de trabalho, transformar suas apreensões teóricas em metodologias de ensino, em proposições de trabalho, em formas adequadas para os estudantes aos quais ele atende.

Então eu acho que uma primeira questão que o Ministério queria trazer para essa Audiência Pública, é essa, ou seja, olhar para dimensão da formação inicial como uma dimensão importante. A residência docente de um ano, ela não substitui uma sólida formação teórica e prática dos cursos de formação nas Licenciaturas. Isso é importante dizer, porque há proposições no nosso país, que surgiram historicamente com o objetivo de rebaixar, tanto no tempo quanto na qualidade, os cursos iniciais de formação, as Licenciaturas, colocando ênfase na etapa posterior, no entendimento de que somente a prática, ela pode equacionar o problema da formação de professores. Uma segunda preocupação com relação ao PL, é a questão dos cursos de educação a distância, o cursos de formação de professores a distância. E o Ministério hoje tem um plano nacional de formação que vai ser, que está sendo elaborado, que vai ser anunciado, há um grande peso da educação a distância, pela extensão das necessidades de formação inicial dos nossos professores em exercício, nós temos um grande número de professores hoje que não tem curso de Pedagogia, primeira a quarta série, primeira a quinta e que não tem a licenciatura na sua área de atuação, temos em torno de 400.000 professores nessa situação, e a modalidade a distância juntamente com a presencial está sendo estudada com possibilidade de formar de forma extensiva e massiva com qualida-

de esses estudantes, mas quando nós olhamos para a perspectiva da Residência Docente, ela certamente remete a como os estágios e as práticas serão desenvolvidas nos cursos de formação a distância.

Uma segunda preocupação que nós temos no Ministério, em relação ao PL, é a articulação com os entes federados, ou seja, talvez pensar, a Comissão de Educação pudesse pensar numa Audiência Pública com a presença de CONSED e UNDIME, com a presença daqueles que representam a Secretaria de Educação, que são aqueles que acolherão, caso seja aprovado o Projeto, acolherão os novos professores, nesses processos de residência docente. E a pergunta que fica que, eu acho que para o debate, como uma proposta de residência docente se articularia, por exemplo, com o período probatório dos professores que ingressam por concurso público nos sistemas públicos. Se não houver uma articulação entre essas políticas, a concepção e a ideia de uma residência docente pós-formação de um ano, com o ingresso desse estudante em concurso público e o acompanhamento no seu período probatório, que é uma preocupação que também o Ministério tem hoje, de induzir estados e municípios a terem políticas de acolhimento e acompanhamento dos novos professores, com processos de formação e superação das suas dificuldades no trato com o trabalho pedagógico, nós corremos o risco de colocar também esse projeto na perspectiva de que ele não enfrente o problema efetivo da preparação dos estudantes para o trabalho docente na educação básica.

Eu acho que uma preocupação que a Profa. Juçara levanta, que também é a nossa, que qualquer proposição nesse sentido, ela deveria lidar com todos os professores e não apenas com a séries iniciais, embora reconheçamos que nessas duas primeiras séries estão os principais problemas relativos à alfabetização, mas não só. Eu sempre digo, quando se focaliza primeira à quarta série ou curso de Pedagogia como objeto de reformulações, eu sempre lembro que o IDEB de primeira a quarta, ele é maior de que o IDEB da oitava série, ou seja, não... A relação que se faz entre qualidade da escola pública e a formação de professores nos cursos de Pedagogia, ela não se estabelece na prática quando nós olhamos os mecanismos de avaliação que estão aí colocados. E uma última questão que eu gostaria de colocar, é que para lidar com essa dimensão na residência docente, nós precisamos ter programas de incentivo à juventude para o ingresso na carreira do magistério. E para isso, efetivamente, nós temos que ter as diretrizes de carreira que o CNE aprovou, recentemente, no dia 2 de abril, e implementadas nos sistemas de ensino até o final deste ano, que é o prazo que a resolução dá. Nós

precisamos efetivamente fazer com que os estados implementem o piso salarial nacional com as horas que ali estão determinadas para o tempo de estudo do professor, e nós precisamos ter as condições de trabalho de infra-estrutura nas escolas que possam acolher os professores na sua jornada dedicada exclusivamente a uma escola, uma jornada de tempo integral, para que ele possa efetivamente se desenvolver.

Nós sabemos que se essas condições estivessem dadas na escola pública com uma carreira e o piso salarial e toda a formação continuada que nós temos hoje no nosso país, certamente nós não estaríamos aqui reunidos para discutir a Residência Docente. Nós estamos discutimos esses mecanismos por conta das dificuldades que se enfrentam em cada etapa dessa formação, seja na formação inicial, com a expansão do ensino superior privado com fins lucrativos que nós tivemos no nosso país durante bom período de tempo com a degradação da universidade pública, pela falta de recursos, ausência de orçamento adequado para seu funcionamento, todas essas condições causaram essa situação que nós vivenciamos hoje, e temos que enfrentá-la buscando instrumentos e mecanismos que podem ser temporários e outros que devem ser permanentes.

Eu acho que o que nós temos que analisar, como os dois colegas já colocaram anteriormente, é quais são as possibilidades no contexto dessa política que foi instituída com o decreto 6755 deste ano, quais são aquelas ações que se constituem como emergenciais que devem ser implementadas em caráter urgente, quais são aquelas de caráter permanente, para que nós possamos, a partir da Conferência Nacional de Educação de 2010, apontar para um novo Plano Nacional de Educação instituindo essas políticas, ações, projetos e programas, enfim, dentro da perspectiva de um grande Sistema Nacional de Educação e no interior dele o sistema nacional de formação dos profissionais de educação.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agradeço também a Dra. Helena pela bela reflexão sobre o assunto.

Passamos agora aos comentários, aos debates, aos posicionamentos. Gostaria de perguntar ao Senador Marco Maciel, como autor da proposição, se gostaria de usar da palavra nesse primeiro momento.

Eu quero até dizer para os componentes da Mesa que a Senadora Marisa Serrano é a relatora do projeto, mas ela se submeteu também a uma cirurgia, até está no Senado Federal, mas com o uma dificuldade de locomoção grande, porque foi uma cirurgia no joelho, inclusive ela vinha pilotando ontem aquela cadeira de rodas motorizada, porque nós fizemos até um bom de-

bate sobre acessibilidade, para mostrar a dificuldades pelas quais as pessoas que tenham uma dificuldade permanente passam, que quando nós estamos temporariamente limitados por algum problema, você vê como um degrau, uma escadaria, uma porta estreita, dificulta a nossa locomoção.

Mas eu passo a palavra ao autor da proposição, amigo, ex-Ministro da Educação, Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Meu caro Presidente Flávio Arns, senhores expositores, Prof. Ronca, Profa. Juçara, Profa. Helena Freitas, prezados colegas, antes eu preliminarmente gostaria de dizer que, na realidade, a proposição já foi apresentada há mais ou menos dois anos. Então, com isso eu quero expressar que eu não tenho a pressa que aniquila o verso. Eu acho que ficou aqui na Comissão sendo um instante para refletir sobre a proposição e seus desdobramentos. E de fato eu me inspirei muito na Residência Médica, porque eu considero que a Residência Médica permitiu melhorar, e muito, a formação do médico. Eu sei que é uma realidade diferente o médico do educador, mas como esse mecanismo teve, a meu ver, resultados muito positivos, que hoje não se pensa, por exemplo, no médico sem que ela tenha alguma residência médica feita, ou uma graduação, ou pós graduação e a mesma coisa eu acho que nós devíamos pensar com relação também ao magistério, porque a formação do professor é essencial na formação do aluno. Machado de Assis dizia que sem o leitor não há o escritor, é verdade. E sem o escritor não há o autor, não há o professor, e etc. Desencadeia todo um processo de enriquecimento cultural do cidadão. E eu me preocupo muito com a necessidade, portanto, de melhorar cada vez mais no Brasil a questão da educação, porque esse que é o grande desafio que temos pela frente.

Norberto Bobbio, num dos seus trabalhos, ele disse com muita propriedade que o mundo já se divide em nações ricas e pobres, fortes e fracas e que agora vai se dividir entre as que sabem e as que não sabem, com isso ele, a meu ver, quer chamar atenção, ele que foi mais um cientista político, um filósofo, e etc., e um grande mestre do campo da teoria geral do estado, teoria geral do Direito, no direito constitucional e no Direito comparado, no Direito constitucional comparado, ele que foi um grande pensador, talvez um dos maiores pensadores do século XX do campo da Ciência Política, mas ele insistia muito nesse ponto querendo com isso, obviamente, chamar atenção para a importância da educação. E acredito que se nós não tivermos no Brasil a consciência de que isso é essencial, nós não vamos progredir na medida em que a sociedade recla-

ma. E daí porque faço esse esforço de tentar adaptar o êxito, se assim posso dizer, da Residência Médica, porque eu acho que pese com eventuais problemas que ela enfrenta e etc., mas é um projeto bem sucedido e isso poderia ser aplicado também à questão da formação do professor para que ele, melhor habilitado, pudesse formar melhor os educandos. Eu ouvi as exposições, fui interrompido aqui frequentemente, porque também acontece que em Brasília é o dia “full”, é o dia que praticamente tudo se realiza em Brasília, eu acho que... Incrível. Eu às vezes digo que em Brasília quando se fala “lançar um livro” dizem assim, quarta-feira, é o dia, porque todo mundo lá diz: “Ah, na hora de casamento, então, porque não fazer na quarta-feira, porque está todo mundo em Brasília?” A posse, “porque não faz na posse quarta-feira, porque está todo mundo em Brasília?”

Então, nós já amanhecemos o dia às vezes já as primeiras horas com uma série de compromissos que vão até a noite. E ainda pouco um dos telefonemas que eu recebi era alguém fazendo: “Olha, tem às 20h30 uma cerimônia de uma instituição que está aniversariando, que nós temos que [ininteligível] nove horas, nove e meia, dez horas...” Quer dizer, da noite, porque quarta-feira a gente resolver fazer aqui na quarta-feira que é o dia por excelência, e isso...

Bom, então, nós somos assim muito demandados, porque se diz que o dia “full” do Congresso, o dia pleno no Congresso é a quarta, porque nós rigorosamente verdadeiro, porque se trabalha a partir de segunda a tarde até sexta de manhã e há casos em que a gente entra pelo fim de semana e não é infrequente isso não, é até corriqueiro.

Mas de toda maneira eu ouvi as discussões e depois ouvi também as gravações e os textos escritos e etc. para continuar refletindo, porque naturalmente eu tenho a preocupação que o projeto precisa ser aperfeiçoado e deve ser aperfeiçoado, e vou mais além, eu sou muito cuidadoso com o problema de elaboração da lei. Eu sempre me inspiro num jornalista chamado Prudente de Moraes Neto. Ele se manifestava nos jornais, ele era neto do Presidente Prudente de Moraes, como o nome já diz, mas ele nos jornais, ela escrevia assim com o pseudônimo de Pedro Dantas, para não se identificar. E num dos seus artigos, no Jornal do Brasil, isso há talvez 50 anos atrás--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): E Pedro Dantas é o nome da rua que eu nasci, lá na cidade--

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Então é um bom... [risos] Então certamente contribuiu para inspirá-lo, também [risos].

Pois bem, então o Pedro Dantas, ele escrevia, então, com esse pseudônimo e ele num dos artigos publicados no Jornal do Brasil, sim, aliás, ele artigo foi transcrito também num livro de Gilberto Freyre, um livro que Gilberto Freyre escreveu de sua experiência como parlamentar intitulado Quase Política, na realidade esse livro de Gilberto Freyre é uma coletânea dos discursos que ele fez a partir da Constituição Liberal de 46, da chamada Constituição Liberal de 46. Ele foi eleito pela chamada esquerda democrática à época, etc., ele era contra o estado novo, e eu falei em Norberto Bobbio ainda há pouco, lembro que Bobbio também tem um trabalho nesse período que a mesma coisa que se passava no Brasil, o Brasil saindo do estado novo, indo para o estado democrático, na Itália ocorria a mesma coisa, os italianos estavam saindo do fascismo, não é, e voltando na forma republicana de governo.

Então, Gilberto Freyre reuniu os discursos que ele fez no congresso, na Câmara, ele só foi deputado uma legislatura, de 46 a 50, e num dos seus discursos, ele começa citando Pedro Dantas. E Pedro Dantas, aí eu vou dizer o núcleo do raciocínio deles assim: “Parlamento não é fábrica que se deva caracterizar pela sua produção, antes a sua maior virtude...”, a atuação não é literal, eu estou fazendo uma síntese aqui, “antes a sua maior virtude é aquilo que discute, pensa, depura, aperfeiçoa, e etc.” E eu acho isso, mesmo porque nós não devemos ter a preocupação com a aprovar muitas leis, acho até que o fato de existir muitas leis dificulta a sua aplicação, é uma parêmia latina que diz até de forma muito contundente que o excesso das leis termina corrompendo as instituições, *multicipia leges corruptissima res publica(F)*, quer dizer que muitas leis, isso corrompe as condutas, os cidadãos não tem condição de acompanhar a lei o seu cumprimento e etc. Então, eu sempre tenho esse cuidado com o fazer a lei, é uma tarefa muito importante que o congresso tem, não é a única, porque tem a de fiscalizar, você viu onde foram os debates da questão do país. Então, mas eu acho que o fazer a lei é uma coisa muito importante que depois não devemos ter muita preocupação com números, fez-se muitas leis, não, eu acho que fazer boas leis. Aí eu me perfilo totalmente na linha do Pedro Dantas, entre outros. Então, eu vou ler agora essas contribuições que vieram e são muito oportunas e boas, e para refletir também sobre o tema aqui na Comissão, para vermos os próximos passos a adotar.

Mas eu continuo achando que é importante pensar e muito no aperfeiçoamento do professor e que eu acho que isso é básico para que nós temos uma educação de boa qualidade. É lógico que dizer isso é uma coisa óbvia, mas talvez tenhamos que partir com medidas mais específicas com relação a esse objetivo. E portan-

to, eu gostaria de, encerrando a minha manifestação, dizer que vamos continuar aqui discutindo, elaborando e procurando também receber contribuições que aprimorem o projeto e que o tornem realmente importante para a educação brasileira. E para que nós possamos estar entre aqueles países, como diria Bobbio, entre aqueles países que sabem, porque eu às vezes fico pensando que com essas novas tecnológicas, nesse tempo de aceleração histórica que vive o mundo, sobretudo nesse início do novo milênio, do novo século, eu fico cada vez mais admitindo que se nós não nos prepararmos adequadamente pode aumentar o fosso entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento. E esse fosso só pode ser suprido a meu ver pela educação. Pela habilitação dos nossos recursos humanos. Muito obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Agradeço ao Senador Marco Maciel, autor do Projeto de Lei, passo em seguida a palavra ao Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB):

Eu gostaria de cumprimentar e parabenizar o Presidente da Comissão de Educação, Senador Flávio Arns, porque esta audiência é enriquecedora. Saio daqui gratificado por estar presente e parabenizo mais uma vez. Eu gostaria de cumprimentar a Dra. Juçara Dutra Vieira que veio trazendo o lado dos professores, ao Dr. Antonio Carlos Caruso Ronca, que com sua extraordinária experiência para mim, cidadão, saber que estou de frente para um ex-reitor da PUC de São Paulo durante dez anos, não tenho como não se absorver conhecimentos de um cidadão como este. E parabenizar a presença também, e cumprimentar a Dra. Helena Costa Lopes Freitas, que veio trazer exatamente o lado do Ministério da Educação. A Audiência Pública é uma coisa fantástica, porque a Audiência Pública traz o contraditório, traz o enriquecimento. Eu acho que a pluralidade de opiniões faz com que o cidadão se enriqueça. Talvez a maturidade esteja exatamente na capacidade de absorver e de entender isso.

Senador Marco Maciel, foi extremamente claro, extremamente lúcido ao comentar de que os Projetos de Lei, eles acontecem ao longo de um tempo e essa suposta lentidão permite até um enriquecimento, e o Senador Marco Maciel, que talvez na história do Brasil, seja dos personagens de maior riqueza de experiências, ele é tudo, eu não diria nem foi tudo, porque foi é passado, eu acho que quando a pessoa está atuando é presente. Então, Marco Maciel é Deputado Estadual, o Marco Maciel é Deputado Federal, Senador Marco Maciel é Senador, Senador Marco Maciel é ex-Vice-Presidente da República, é ex-presidente da República, ex-Ministro da Educação, então eu acho

que é uma grande sorte nós termos nas mãos de uma pessoa, com a experiência, competência e seriedade que um Marco Maciel, um projeto como esse, porque é um projeto de extrema valia, extrema importância. Eu considero que nós temos um grande questionamento no Brasil, uma grande constatação no Brasil, que é a qualidade do ensino, algo se passa de forma equivocada. Ao longo dos anos, nós crescemos como país, nos desenvolvemos em determinadas áreas tecnológicas, nós hoje produzimos automóveis a nível mundial, nós temos uma legislação eleitoral e uma urna eletrônica que é exemplo aí para mundo, nós temos uma série de coisas que o Brasil... O sistema bancário brasileiro, hoje dando lição ao mundo, mas na educação algo se passa. Eu digo isso com a uma experiência pessoal, meu pai era médico, eu tenho até essa experiência de se ficar na Residência e tenho a experiência de ele ser professor universitário, ele também era professor universitário, então na hora em que você tem em casa, médico e professor universitário, o filho adquire determinada experiência. E eu estudei em Pernambuco nos anos, início dos anos 50, meu primeiro curso, eu já tinha na época, Jardim da Infância, Primário e tal, e em escola pública extraordinária, meu pai tinha cabeça e condição de me colocar em qualquer outra escola, mas me colocou na escola pública, porque era a melhor escola pública, determinadas escolas públicas em Pernambuco e em Recife eram disputadíssimas, o exame de admissão para determinadas escolas públicas eram mais concorridos de que cursos das universidades porque os pais faziam questão de colocar os filhos na escola pública.

Então, me assombra hoje o país ter evoluído tanto em determinadas coisas e ter regredido tanto em outras. A educação do Brasil hoje é um desastre, a educação brasileira é hoje, comparada com as prioridades, eu era menino, época para mim de 50, guerra da Coreia. Uma tia me botava no colo e dizia: "*Você tem que comer isso tudo aqui, porque os meninos de Coreia estão passando fome, você é menino brasileiro, tem comida no prato tem que comer tudo e tal*". Hoje os meninos da Coreia são os meninos mais bem educados do mundo e era um país que em 1950 estava em guerra e em extrema dificuldade, em extrema pobreza.

Então eu louvo o Projeto de Lei do Senador Marco Maciel, porque ele balança, ele tenta mudar alguma coisa, porque nós temos uma responsabilidade muito grande de mudarmos alguma coisa na educação desse país. Nós não podermos é aceitarmos a situação que se encontra. Está identificado que a situação da educação brasileira hoje não presta. Vou dar... Estou me alongando, mas eu peço permissão, vou dar uma experiência pessoal, fui à casa de um amigo há muitos

anos atrás e estava lá a filha de castigo. Chamava-se Maria Fernanda: “*D. Maria Fernanda porque está de castigo?*” “*Não, papai me botou de castigo, porque eu tirei nota zero, um, numa matéria tal*”. A menina era inteligentíssima, eu conhecia da casa, a menina adolescente, inteligentíssima. Eu disse: “*A culpa não é sua, não. Ô Fernando, libera a Maria Fernanda, porque a culpa não é dela, não, a culpa é do professor. Essa menina não tem condição de ter tirado um ou zero numa matéria sendo inteligente do jeito que é, se a culpa não foi do professor, por mais má aluna que ela seja, mas ela por ser inteligente, ela tinha que ter superado aquilo*”. Então eu tenho a minha experiência pessoal também, de que durante a evolução da minha vida eu acompanhei esse desmoronamento da qualidade da educação do Brasil. E ela não é pontual, ela não se refere à falha do professor, é um conjunto de fatores que faz com que a educação do Brasil esteja na forma que está. Então eu acho que é uma extrema riqueza nós termos na Comissão de Educação um Senador com a uma competência e a responsabilidade do Senador Flávio Arns, mas nós temos que termos exatamente nessa Comissão, a corresponsabilidade de pensarmos, pensarmos. Nós não podemos, nós temos que refletir alguma coisa nessa Comissão, e temos que contribuir com o país com a nossa presença, com os nossos neurônios, para que algo aconteça. Então eu acho que foi extremamente enriquecedora as observações, eu acho que todas as observações são válidas. O Senador Marco Maciel que é o autor da proposição do Projeto, ele tem a clarividência de entender isso, foi muito claro ao se expressar dessa forma de que um Projeto de Lei não é uma coisa estática, eu acho que nós temos que em conjunto ajustarmos a realidade. Agora, nós temos que fazermos alguma coisa, nós não podemos, digamos: “*Vamos rejeitar isso, vamos deixar para fazer, não, isso não encaixa, porque não atende a tal circunstância*”, não. O conteúdo é válido, o ajuste é que precisa ser feito e a moldagem é que tem que ser feita. E nós, nessa Comissão, temos a obrigação de refletirmos e darmos propostas para melhorarmos a educação desse país. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Muito bem Senador Roberto Cavalcanti, da Paraíba, passo a palavra agora ao Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Meu caro Presidente, Flávio Arns, grande iniciativa essa Audiência Pública para tratar de apreciar um projeto que está tramitando na Comissão, ouvir as opiniões das pessoas que estão lidando todo dia com a formação dos nossos professores.

Eu estou plenamente de acordo com os projetos que têm o objetivo de aperfeiçoar a formação dos professores. Acho que é muito positivo. Eu imagino apenas que existe uma questão anterior a ser resolvida, sem prejuízo da legislação que possa nos ajudar resolver esse problema anterior. Porque quando a gente localiza o que era educação pública nos anos 50, até o final dos anos 50 e parte dos anos 60, onde a gente dizia o seguinte: “*Puxa vida, as melhores escolas do país são as escolas públicas*”.

No Ceará e eu acho que no Brasil inteiro, tinha um ditado popular que dizia o seguinte: O aluno que não tinha... faltava, tinha mais dificuldade, não conseguia acompanhar a escola, ia para uma escola particular, porque lá era pagou passou, está certo? Então, você tinha esse ditado popular, pagou passou, porque não passou na escola pública, que era de grande qualidade, onde os professores do curso básico nosso hoje, aliás, o curso que o básico agora virou tudo, está certo? Mas o professor da escola primária lá dos anos 50, 60, era um Juiz Federal, era um Juiz Estadual, então ele tinha a vontade de dar aula, até a remuneração não era lá essas coisas, mas havia uma dedicação e um grupo menor. A impressão é o pouco a seguinte: Para entrar no Liceu do Ceará tinha que fazer vestibular e era um vestibular, digamos assim, difícil, poucas pessoas conseguiam, que a escola era um pouco menor, que era o chamado Ensino Médio de hoje, que era o Colegial, no caso do ensino do Ceará, tinha uma outra escola que era o Pedagógico, e tinha o Colegial. Nós entramos ali no Liceu, e entrar no Liceu, então, todo mundo ficava com aquela vontade nós temos que passar para entrar no Liceu, porque era uma escola pública de grande qualidade. Então eu tive uma sorte terrível, terrível no sentido que foi espetacular, porque eu estudei nessas escolas públicas de grande qualidade até chegar na Universidade Federal de grande qualidade. Por quê? Por que era tão boa? O que houve? O que foi que aconteceu, pelo amor de Deus, de lá para cá? É que de lá para cá, eu tenho a impressão que se tratou de universalizar o acesso à educação. E a universalização colocava no mesmo patamar a classe média, média alta dentro da escola pública, e também os pobres, porque todo mundo agora tinha que ter acesso, havia uma política de estado, do Estado Brasileiro, de universalização do ensino, que começou pelo ensino, digamos hoje o Ensino Fundamental e até chegar na escola de Ensino Médio. Mas o principal era pelo menos garantir o acesso à educação primária, aprender ler e escrever, garantir que a população do Brasil tivesse esse direito. Isso incluía os pobres, os pobres incluíam os negros, os negros incluíam os mestiços, e essa mistura não era, parece tão satisfatória para al-

guns setores que se excluíram da escola pública. Foram para fora da escola pública.

Então, hoje os setores com melhores condições de pressionar o estado a garantir uma boa educação estão fora da escola pública. A única escola que interessa para esses setores são as universidades públicas federais, por isso que a disputa nas federais, e quando se fala em cota nas federais, é um pandemônio, porque significa tirar desses setores a exclusividade de ter acesso a essa universidade pública. Acho que esse é um problema central, quer dizer, se a gente não consegue resolver esse para trás, nós fazemos, como diz o Senador Marco Maciel, muitas leis, mas que não vão resolver. Por isso o Senador é tão paciente, porque ele ao invés de ficar pressionando a gente aqui para aprovar o projeto dele, ele topa a gente ficar fazendo Audiência Pública, por quê? Porque é um aprimoramento, fazer a boa lei, a lei que permita resolver o problema da formação do professor, porque sinceramente o problema não é a formação do professor, nós temos um problema, que é a formação do professor, mas esse não é o problema central, não é problema principal, a formação do professor. É você garantir que essa escola tenha condições adequadas, e isso bate numa questão que o senhor levantou, que é o problema do financiamento.

Ontem nós tivemos uma Audiência Pública muito interessante, com uma figura muito interessante do Brasil, chama-se o Dr. Gerdau, um homem muito rico, com muitas empresas e com muita experiência de vida, pela formação dele, pela formação empresarial e etc. e ele participa de um movimento nacional, *Todos Pela Educação*, não sei se os senhores participam também, mas se não participam, então, está tendo algum problema. Mas ele participa, ele é um das pessoas centrais do movimento Todos Pela Educação. No debate de ontem que não era sobre educação, era sobre o problema da crise econômica, onde ele fez uma palestra muito interessante, ele levantou o problema da educação, essa é uma questão central para o Brasil. Agora, onde é que está o problema da educação de qualidade? Está numa política de estado que lá atrás diz "vamos universalizar", mas que agora precisa garantir, "vamos financiar". E esse financiamento não pode ser colocado na expressão pública, como a gastança do estado brasileiro, que quer gastar contratando mais professor, pagando melhor professor, estruturando melhor a escola, recuperando a escola, a escola tendo um complexo esportivo, porque o aluno estuda de manhã e à tarde fica na escola para fazer o esporte, o lazer a cultura, a arte, isso custa dinheiro, é caro, e só quem tem isso hoje no Brasil é a classe média, média para alta, porque põe o filho na escola

de manhã, à tarde põe no curso de natação, à tarde põe no curso de música, de dança, de inglês, de francês, de espanhol, e custa caro, e a classe média chia para burro, para poder manter esse modelo de educação para seus filhos, está certo? Então, para garantir isso de forma universalizada o custo é alto, tem que ter bons professores, mas bom professor não existe ganhando salários aviltados, amigos, entendeu? Hoje, lá atrás você tinha para uma meia dúzia de alunos, professores que ele adorava dar aula, adorava. Eu tenho aqui, eu anotei aqui para homenagear, em cada fala dessas, eu tenho feito isso seguida vezes aqui no Senado, José Duarte Pinheiros, Zequinha, começou dar aula debaixo de uma latada para nós, lá nesse bairro Dias Macedo que tinha a Rua Pedro Dantas, onde eu nasci, debaixo de uma latada, depois um açougueiro emprestou o alpendre da casa, para botar os alunos ali debaixo do alpendre da casa, e depois com muito sacrifício se alugou uma casa e se começou a ter uma escola nesse bairro, uma escolinha, esse que está lá até hoje dando aula... Dos 17 anos de idade, dedicou a vida inteira, mas esses salários são aviltados, entendeu? Então não é possível, amigo, a gente falar em educação pagando esses preços. Uma professora de Ensino Infantil em Noviorque(F) dá aula numa única escola, única! Ele não faz consultoria, ela não faz consultoria, ela não dá aula em uma escola municipal, uma escola estadual e duas particulares, ela dá aula em uma única escola municipal, e passa o dia na escola. Ela vai de manhã, dá aula para os alunos, e à tarde continua na escola, para acompanhar os alunos, saber como é que eles estão, até a chamada cinco horas da tarde, até as cinco horas da tarde, o pai passa ou a mãe passa para pegar o aluno de volta.

Então eu acho que esse é o problema central, isso custa dinheiro, tem que ter decisão de estado, nós vamos investir recursos para garantir escola de qualidade. Senão, amigo, nós aprovamos uma boa lei, uma ótima lei com o esforço de um senador, de um deputado, dos convidados que vêm aqui para aprimorar para nos ajudar a produzir uma boa lei, mas ela não terá eficácia, porque você não tem o estado garantindo financiamento declarado. Eu vou formar um professor na graduação que já foi aviltada, porque diminuíram a carga horária da graduação, depois eu vou botar ele numa pós-graduação, depois em uma Residência, e depois dizer a ele que ele vai ganhar uma miséria? Sinceramente, entendeu? E hoje o estado tem essa dificuldade, por quê? Porque as prioridades são outras, as prioridades são outras, nós estamos fazendo superávit primário, numa crise mundial, nós estamos fazendo superávit primário. Vou ver a LDO de hoje como que ela vem para o ano de 2010, espero que não venha com

essa indecência do superávit primário em plena crise, porque é uma crise profunda, nenhum país do mundo está fazendo superávit primário, nenhum, nenhum, nenhum, nenhum. Só o Brasil está fazendo superávit primário. Então, sinceramente, amigo, não pode ser a nossa prioridade, aqui é investimento pesado, muito pesado. Coréia, a gente fica repetindo, Coréia linda maravilhosa, o que a Coréia fez? Investimento de estado, decisão de estado, nós vamos gastar dinheiro e podemos mudar, investir pesado na educação, significa, amigo, salários adequados, escolas adequadas e regime de formação de alunos adequado. É um conjunto, se não tivesse conjunto nós vamos produzir boas leis, mas precisa essa decisão por trás do estado, do financiamento. Eu acho a Residência ótima, eu acho bom para os professores, você ter uma Residência, como se faz na Medicina, que é dentro da sala de aula, você está tendo uma formação ali espetacular, e com um salariozinho, porque aqui o Senador garantiu que tem que ter o salário, tem que garantir um salário, que é assim que os médicos fazem também, eles são pagos na Residência, é quase como um contrato, como hoje até tem previdência também descontado no contrato de Residência Médica. Então eu acho que aqui nós deveríamos que... O Senador Flávio Arns, Senador Marco Maciel, eu era Deputado na época, eu acho que o Flávio Arns também era Deputado, quando a gente fez uma mudança muito importante na questão da formação da educação e propusermos lá um percentual do PIB para investimento em educação, quase que a gente foi trucidado depois, e foi vetado. Mas nós conseguimos aprovar, aprovou na Câmara e aprovou no Senado. Depois a gente... Fizeram uma bateria aí de mídia, televisão, foi uma pancada que nós éramos os gastadores, que íamos acabar com o estado que íamos acabar com tudo que não tinha aquele dinheiro, que não tinha isso, que não tinha aquilo. Mas só vai com aquilo. Sem aquele dinheiro ali, pode formar professor muito bom. Sabe o que ele vai fazer? Concurso para os tribunais em seguida, vai entrar no curso de Direito, vai fazer concurso para os tribunais que é o único que paga salário bom. Salário de professor é pago para Procurador, para Juiz Federal, nessas carreiras que viraram carreiras de estado, professor não é carreira de estado, médico não é carreira de estado, saúde não é carreira de estado, aquelas que são carreiras de estado. Então o professor vai se formar muito bem, a gente ainda bota uma Residência lá para reforçar a o conhecimento dele, e ele sai de lá, olha ali para a escola e diz: *"Rapaz eu não vou ficar aqui nesse negócio não, isso daqui a pouco caí até o teto, eu vou me embora, vou fazer concurso para procurador"*, e se manda da Rede Pública.

Acho que é um esforço, eu acho louvável a iniciativa do Senador Marco Maciel, a sua paciência, porque a senhora propôs ainda que a gente fizesse outra Audiência, eu acho que é muito positivo Senador Marco Maciel, essa Audiência que ela propôs, porque é com quem vai executar a política definida aqui que são os estados, principalmente, talvez até os municípios. Então, talvez a gente tenha que fazer ainda mais duas Audiências Públicas. Então, assim muito boa, eu acho que as contribuições excelentes de vocês, muito calmas, tranquilas e muito boas, que reforçam o Senador Marco Maciel e também foi colocado o dedo na ferida, que é o problema do financiamento. Quer dizer, sem esse, a gente pode fazer uma maravilha de Constituição e de leis, mas nós temos que ter uma decisão de estado para garantir os recursos, meios para garantir que essa lei funcione.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem. O Senador Roberto Cavalcanti quer contribuir.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Senador, só para concluir, serei rápido. Parabenizo tudo que foi dito, endosso tudo que foi dito, e não encontro Procurador Federal, nem Juiz Federal incompetente, são brilhantes. É impressionante quando hoje, essa nata, são garotos que assumem, ganham esses vestibulares, esses concursos, tiram em primeiro, segundo, terceira lugar, nata do Brasil exatamente porque o serviço público oferece a eles oportunidades. Os pais incentivam que os filhos sejam juizes, procuradores e tal. Então isso é uma realidade que é um exemplo, então eu acho que na vida... Teve um momento que o Brasil foi tocar a moeda e errou, pegou a moeda de um centavo, 10 centavos, 50 centavos, 25 centavos, um real e fez quantidades iguais. Aí chegou uma outra pessoa e disse: *"Mas por que não imitaram os Estados Unidos?"*, que os Estados Unidos há anos e anos trabalha com moeda e trabalha corretamente. Chegava lá, ligava para a Casa da Moeda e dizia: *"Por que... Como é que vocês fizeram aí na hora de imprimir aí essas moedas, como é que vocês fizeram, dividiram como? Quantas são de tantos centos, quantas são de quantos centos? Quantas..."* Então o Brasil gosta de fazer as coisas para o caminho mais difícil. O Brasil tem extraordinários exemplos para imitar no mundo ou dele próprio. A educação do Brasil dele própria, dos anos 50, nossos exemplos são exemplos que mostram que o Brasil já soube fazer educação, hoje não faz mais.

Agora, a razão dessa minha última intervenção, além de parabenizar, era o seguinte: A qualidade, existe um volume imenso, nós vamos fazer uma lei fantástica, nós vamos até fazer com que haja Residência para educação da melhor forma. Agora, nós

vamos jogar nessa Residência pessoas de nível extremamente deficiente. Eu tenho acompanhado, sou uma pessoa vivida, sou empresário, então convivem comigo pessoas que o objetivo da vida é estudarem, desejam estudar, e às vezes tem atividades até domésticas e desejam estudar, passam anos, anos e anos, se formam, quando vai sair lá de casa, vai fazer o bilhete para dizer: “*Vou voltar amanhã, não sei o que lá...*”, a qualidade daquele bilhete, daquele, não sabem, são formadas às vezes em Pedagogia e não sabem deixar um bilhete em casa para dizer que vai viajar ou que vai fazer qualquer coisa. Então, será muito mais importante também nós tomarmos cuidado com a qualidade, porque senão nós [ininteligível]. Hoje no Brasil existe feito uma seringa de injeção, vai assim e vai expelindo primeiro ano, segundo ano, terceiro ano, não reprova, vai porque tem tantos para entrar... Então, na verdade, a preocupação é nós darmos, fazermos um projeto como esse, e permitirmos que o Brasil também coloque nesse estágio, quando chegar lá, exatamente na conclusão do curso, pessoas que tem o mínimo de condição até de ensinar. Porque na verdade nós estamos diplomando semianalfabetos, essa é grande realidade. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agradeço, eu quero até repetir a expressão do Senador Inácio Arruda, foram todas falas tranquilas, serenas, refletivas, ponderadas, pensando sobre um assunto da maior importância para o Brasil, sem dúvida alguma. Não há questionamentos propriamente, por isso que eu passo novamente a palavra aos expositores, para assim pensarem novamente em conjunto sobre o que foi dito e já fazendo os encaminhamentos finais. Nós vamos seguir a mesma sequência da apresentação, passo então, em primeiro lugar, a palavra à Dra. Juçara.

SRA. JUÇARA DUTRA VIEIRA: Bom, eu vou aproveitar a última fala aqui do Senador Roberto Cavalcanti, para dizer o seguinte: Eu acho que é central o que falou a Profa. Helena Freitas. Nós temos que fazer um chamamento à juventude para os cursos de que formam os profissionais da educação. Porque se é verdade que a escola se democratizou no acesso, e se é verdade que as classes populares também passaram a ser protagonistas aí como profissionais da educação, é verdade que o país não se preparou para isso, porque nós precisamos ter essas pessoas que deixaram, que não querem ser empregadas domésticas e querem ser professoras, elas precisam estar na escola, porque elas optaram por ser professoras. Precisa ter os da classe média que optaram a algumas gerações, mas não querem mais, por que não tem salário.

Enfim, o que nós precisamos é pensar em políticas públicas que sejam capazes de atrair a juventude,

que sejam capazes de também preparar todos aqueles que queiram ser profissionais da educação, porque o senhor mesmo disse, as classes populares chegaram à universidade, chegaram, às vezes tendo lido dois livros em toda a sua vida. Bom, então, a universidade tem que estar atenta para isso, né? Ela tem que ter resposta para isso. Para não reproduzir uma escola de pobres, para pobres, com uma formação pobre. Então, é isso que tem que romper. Tem que romper com política pública, com o financiamento, com o envolvimento a sociedade, com a pressão da sociedade, por essa educação de qualidade, por que o que aconteceu foi um descompasso histórico, na medida em que as classes populares entraram na escola, se começou a falar em qualidade, porque a qualidade nos anos 50, no anos 60, quando eu fiz também admissão ao ginásio, o problema da qualidade não existia, porque estar na escola era ter o acesso à qualidade, não se colocava esse problema. Não lembro de meus professores discutirem problemas de qualidade, claro que podiam discutir e eu não saber, que eu tinha dez anos, dez, onze anos. Mas o problema da qualidade se instala quando as classes populares chegam à escola na tentativa da universalização da educação básica, porque houve um descompasso para recepcionar essas crianças. Como nós temos problemas para recepcionar também esses novos professores que se formam.

Então, por isso eu acho que essa Audiência Pública, ela foi muito enriquecedora, mesmo, eu acho que a disposição do Senador de acolher esse debate e de fazer com que esse debate se reproduza, eu acho que é muito importante, porque nós estamos tratando de um problema substantivo para a educação no país. Temos todos interesse em que essas políticas deem certo que se transformem em política de estado, que não tenhamos... Eu acho que o Parlamento tem uma responsabilidade muito grande nesse sentido, de fazer com que os governos sucessivamente vão assumindo políticas educacionais, como políticas de estado. Porque o tempo político do governo é um tempo menor, é um tempo de quatro anos, então o Congresso Nacional tem essa responsabilidade de chamar a atenção dos governos também, para que as suas políticas de governo se transformem gradativamente em políticas de estado. Muito obrigada por essa nova oportunidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem. Passo em seguida a palavra ao Prof. Ronca para as suas considerações.

SR. ANTONIO CARLOS CARUSO RONCA: Mais uma vez Senador Flávio Arns, muito obrigado, eu quero cumprimentar o Senador Marco Maciel também por essa disponibilidade que mostra para o diálogo, que

aliás, é uma marca da sua trajetória, não é? Senador Roberto Cavalcanti, também pela sua exposição.

Gostaria de finalizar com duas questões, primeiro: Eu acho que nós não podemos esquecer que nos último 20 anos pelo menos, a educação nesse país apresentou alguns avanços que nós podemos celebrar. Por exemplo, eu acho que o FUNDEF e o FUNDEB constituíram um avanço significativo na educação desse país. A implantação de uma cultura de avaliação, e terceiro, o povo está chegando à escola. O povo está vindo à uma universalização, então eu acho que essas coisas nós precisamos celebrar. Segundo eu acho que se nós perguntarmos aos professores, aos diretores que estão lá na sala de aula, eles tem uma solução, primeiro, cuidem na formação inicial, segundo, deem condições de trabalho para o professor, deem uma carreira, porque não adianta nós instituímos qualquer Residência, qualquer proposta, se o professor da escola pública continuar de manhã trabalhando no município, à tarde na escola estadual e à noite da escola particular. Não vai melhorar a condição de sala de aula nesse quadro. E terceiro, formação continuada. Quer dizer, esse tripé nós podemos melhorar e muito a educação no Brasil.

Agora, eu acho que nós temos muitos motivos para celebrar uma evolução na educação brasileira. E eu acho que se a escola de 1930, 1940 apresentava aspectos positivos, ela apresentava algo que era uma vergonha, que era uma escola para poucos. Era uma escola para poucos. Hoje nós temos uma abertura dessas escolas, e por pressão, inclusive, das classes populares, eles estão exigindo, não só escola, mas uma escola de boa qualidade. Eu acho que esse é um dos nossos desafios, que nós temos. E eu espero que esse projeto, a gente consiga viabilizá-lo para que ele tenha condições de contribuir. Eu estou otimista nesse sentido se a gente tomar alguns cuidados, ele significará um avanço.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Dr. Ronca, a gente agradece também a participação e passo a palavra para a Dra. Helena, do Ministério da Educação.

SRA. HELENA COSTA LOPES DE FREITAS:

Bom, eu tenho poucas coisas aqui para reafirmar ao final dessa Audiência Pública.

Eu queria ressaltar que do ponto de vista do Ministério, nós entendemos que os avanços que estão acontecendo no campo da escola pública, no campo da formação de professores, no campo do currículo, são fundamentais para que nós possamos efetivamente entender a educação como um direito, um direito da infância e da juventude ao conhecimento. E que isso efetivamente tenha uma perspectiva de futuro para nosso país, está envolvido com um projeto de Nação,

um projeto de sociedade. Essa que é a concepção com a qual o Ministério lida, inclusive no seu plano de desenvolvimento da educação. E uma última questão que eu acho que é importante destacar, o Ministério, assim como a CAPES, que assumem a formação de professores desde 2007, com a transformação da CAPES numa agência que abriga e acolhe educação básica, vem desenvolvendo vários programas, no sentido de aprimorar a qualidade da formação. E o mais importante deles que eu queria destacar e que tem a ver muito com o projeto do Senador Marco Maciel, é o programa institucional de bolsas de iniciação à docência, que são bolsas, os estudantes da Licenciatura que têm, durante dois anos, trabalho junto à escola de educação básica, pública, do seu município, enfim, e junto com as universidades públicas.

Então, esse esforço que o Ministério vem fazendo, seja pelo REUNI, pelo PIBID, por programas como o Pró Docência e outros no campo da formação inicial de professores, vão ajudar e muito a delinear o que seria essa política pública de formação de professores, porque eu acho que o decreto 6755 reafirma isso. E aí eu tenho que falar necessariamente de uma contribuição que o Decreto traz quando institui os Fóruns Estaduais de Apoio Permanente à Formação Docente, que são fóruns em cada estado, do qual participam o Secretário de Educação do Estado, representante dos municípios, da UNDIME, reitores das universidades, fóruns de licenciatura das universidades, a sessão estadual da Confederação Nacional de Trabalhadores da Educação, da qual faz parte a Profa. Juçara, CEFETs, IFETs, Conselhos Municipais de Educação, Conselho Estadual de Educação; e esses fóruns é que tem a responsabilidade de construir praticamente a política estadual de formação de professores em cada estado. Olhando tanto para demanda, quanto para a oferta que as universidades têm, e mais de que isso, não é uma simples relação entre demanda e oferta, é instituindo princípios de formação. Então esses são espaços muito importantes, do nosso ponto de vista, do CTC da CAPES também, que aprovou na sua instância o decreto que o Presidente Lula sancionou em janeiro deste ano e esses são espaços onde nós iremos construir a política pública de formação de professores, uma política de estado, não de governos. E precisamos apostar nelas. Então como iniciativa de Ministério também, aí nós podemos conversar, como nós podemos enviar a esses fóruns estaduais iniciativas como essa para discussão mais ampla com as instituições formadoras, com os professores das escolas, com os reitores, enfim, para que nós possamos construir e efetivamente chegar em consensos que podem se desenvolver em um estado e

não em outro, mas que é preciso que nós efetivamente trabalhemos de forma articulada.

Então, boa iniciativa, eu quero saudar também o Senador Flávio Arns pela condução dos trabalhos aqui, e dizer que essa deve ser certamente a primeira de muitas conversas e Audiências Públicas, cada vez mais amplas que a gente possa partilhar com diferentes setores da sociedade que tem a ver com a formação de professores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Eu agradeço a presença da Profa. Dra. Helena, da Dra. Juçara, do Dr. Ronca. A participação dos Srs. Senadores, particularmente do autor do Projeto, Senador Marco Maciel, que cujo projeto originou esse debate, tão bom, tão tranquilo, tão proveitoso, inclusive eu quero sugerir, e vou assim articular isso com a assessoria daqui da Comissão de Educação, para que esses textos fiquem disponíveis. Ficarão, nós temos o texto do Prof. Ronca, da Dra. Juçara, se a Dra. Helena puder enviar o texto, sempre vão ficar disponíveis e ao mesmo tempo, assim, comentários que também tenha sido feitos, e que depois, pelas notas taquigráficas, poderemos também utilizar para nos aprofundarmos nas grandes contribuições que foram dadas.

As soluções estão colocadas, assim, de uma maneira bastante clara os encaminhamentos, e teríamos que ter de fato a decisão permanente nas três esferas, no município, no estado, no Governo Federal, na sociedade, para que tudo isto se transformem em realidade com a grande contribuição que projetos, como o do Senador Marco Maciel, possam também oferecer para a sociedade, para que a educação seja o grande instrumento para a mudança da realidade. E na educação, o papel fundamental do professor dentro das várias óticas, seja de formação inicial, da gestão, do conjunto de necessidades para o trabalho, inclusive nos planos nacionais de valorização da pessoa e a formação continuada, como também foi dito pelo Prof. Ronca.

Então, que bom que esta Audiência Pública serviu para aprofundarmos ainda mais o debate para uma área tão fundamental para o Brasil. Agradeço a todos e declaro encerrada a presente reunião. Obrigado.

Sessão encerrada às 12h01.

ATA DA 12ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE ABRIL DE 2009.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e quarenta e dois minutos do dia vinte e dois de abril de dois mil e nove, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa,

sala 15 (quinze), sob a Presidência do Senador Flávio Arns, e com a presença dos Senhores Senadores Inácio Arruda, Valter Pereira, Marco Maciel, Rosalba Ciarlini, Marisa Serrano, Sérgio Zambiasi, Romeu Tuma, Eduardo Suplicy, José Nery, Neuto De Conto e Eduardo Azeredo reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Augusto Botelho, Fátima Cleide, Paulo Paim, Marina Silva, Expedito Júnior, Gilvam Borges, Wellington Salgado de Oliveira, Gerson Camata, Francisco Dornelles, Raimundo Colombo, Heráclito Fortes, José Agripino, Adelmir Santana, Álvaro Dias, Lúcia Vânia, Cristovam Buarque e Cícero Lucena, que justifica a ausência. O Senhor Presidente, Senador Flávio Arns, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 54/08 – CE, de autoria do Senador Flávio Arns, que tem como objetivo debater **“O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)”**. Como expositores, comparecem à Audiência Pública a Senhora Carolina Pinho, Representante do Movimento Estudantil pela Revogação do REUNI e Diretora de Esporte da União Nacional dos Estudantes – UNE; Senhor Amaro Henrique Pessoa Lins, Presidente da Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – ANDIFES e Reitor da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE; Senhora Máira Gentil, Representante do Movimento Estudantil pela Revogação do REUNI e Diretora de Assistência Estudantil da União Nacional dos Estudantes – UNE e Senhor Rodrigo de Araújo Ramalho Filho, Coordenador Geral de Expansão e Gestão da Secretaria da Educação Superior do Ministério da Educação – SESU/MEC. Neste momento o Senhor Senador Flávio Arns informa que recebeu um telefonema da Senhora Maria Paula Dallari Bucci, Secretária da Educação Superior da Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação – SESU/MEC, que justificou sua ausência em virtude da participação em debate no Tribunal de Contas da União – TCU, indicando o nome do Senhor Rodrigo de Araújo Ramalho Filho, Coordenador Geral de Expansão e Gestão da Secretaria da Educação Superior do Ministério da Educação – SESU/MEC, como substituto. Finda a apresentação dos expositores, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam da palavra os Senhores Senadores Flávio Arns – autor do Requerimento e Marisa Serrano. Prosseguindo, a Presidência solicita que a Secretaria da Comissão encaminhe os dados orçamentários sobre a expansão do REUNI, expostos pelo representante

da Secretaria da Educação Superior do Ministério da Educação – SESU/MEC, à Consultoria Legislativa do Senado Federal, para devida análise. A Presidência agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às quatorze horas e dois minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador **Flávio Arns**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

12ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 22 DE ABRIL DE 2009.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Havendo número regimental, declaro aberta a 12ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Submeto, inicialmente, à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a aprovação da mesma. Os Senadores e Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Aprovada.

A presente reunião atende ao Requerimento nº 55 de 2008, de minha autoria, Senador Flávio Arns, para a realização desta Audiência Pública destinada a debater o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), que foi instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, e que tem por objetivo, o REUNI, criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais.

Para esta Audiência Pública foram convidados representantes dos estudantes, da ANDIFES, e também do MEC. Portanto, eu solicito ao Secretário da Comissão, Sr. Júlio Linhares, que acompanhe para fazer parte dessa Audiência Pública: Carolina Pinho, representante Diretora de Esporte da União Nacional dos Estudantes (UNE); Dr. Amaro Henrique Pessoa Lins, Presidente da ANDIFES – Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior e Reitor da Universidade Federal de Pernambuco; Maíra Gentil, também representante do Movimento Estudantil pela

Revogação do REUNI e Diretora de Assistência Estudantil da União dos Estudantes da Bahia; e Rodrigo Ramalho Filho, que é Coordenador-Geral de Expansão e Gestão – Secretaria da Educação Superior do Ministério da Educação (SESU-MEC).

Quero dar as boas-vindas aos expositores, dizer que esta Audiência Pública é fruto de um encontro que aconteceu no ano passado ainda entre um grupo de estudantes e esta Comissão de Educação, sendo que em decorrência desta reunião havida no ano passado, em que dúvidas foram trazidas pelos estudantes, questionamentos, posicionamentos contrários ao REUNI, nós, naquela época, discutindo inclusive com o Presidente da Comissão de Educação à época, Senador Cristovam Buarque, consideramos importante fazer uma Audiência Pública. E, além dos estudantes que participaram naquela ocasião, convidar também as universidades, no caso do Dr. Amaro, a quem a gente agradece a presença, esta Comissão está sempre à disposição da ANDIFES para um bom trabalho de entrosamento a favor da educação no Brasil, e o Dr. Rodrigo, que está aqui representando a Dra. Maria Paula Dallari Bucci, que é Secretária de Ensino Superior do MEC. A Dra. Maria Paula telefonou para mim hoje cedo dizendo da impossibilidade dela estar presente porque no mesmo horário existe um debate ou algo semelhante também no Tribunal de Contas da União, mas pedindo para que o Dr. Rodrigo, que é coordenador do programa, participasse dessa Audiência Pública. Da mesma forma quero agradecer à Maíra Gentil e à Carolina Pinho que, como já foi colocado, são representantes do Movimento Estudantil, a Maíra é Diretora da Universidade da Bahia e a Carolina é Diretora de Esportes da União Nacional dos Estudantes.

Discutindo um pouco, assim, a ordem das apresentações, para que fique claro para as pessoas que estão participando aqui desta Audiência Pública e, também, para todas as pessoas que vão acompanhar na sequência pela TV Senado, porque essa Audiência Pública também é divulgada para o Brasil, mais de uma vez pela TV Senado, na íntegra, conforme a Secretaria está informando, então nós temos que ter um apanhado também do que seja o ProUni e, a partir deste apanhado, que será feito pelo Dr. Amaro, a quem nós vamos dar a palavra em primeiro lugar, na sequência nós teremos a fala da Maíra, da Carolina e, para encerrar esta Audiência Pública, pelo menos na primeira parte, do Dr. Rodrigo. Teremos então o posicionamento do Dr. Amaro na abertura, da Maíra, da Carolina e, na sequência, com os posicionamentos, e, assim, a SESU, através de V. Sa., poderá assim fazer um apanhado sobre a situação.

Eu sempre destaco que uma Audiência Pública dessa natureza é extremamente útil, importante, relevante. Sabemos que qualquer programa que seja implantado no Brasil tem que sempre ser objeto de discussão, de debate, de reflexão, como o REUNI foi também com os reitores, com as universidades, e que ao mesmo tempo as pessoas tenham, na Comissão, espaço para eventualmente, caso não concordem com algum aspecto ou vários aspectos do programa ou que tenham preocupações em relação a esse programa em termos, assim, de encaminhamentos, que isso possa ser trazido para a Comissão de Educação, para as várias partes envolvidas participarem do debate e, em conjunto, buscarmos sempre aprimoramentos, amadurecimentos, novos caminhos, porque sabemos que qualquer programa que exista sempre vai haver a necessidade permanente de que nos debruçemos sobre a prática de maneira permanente e busquemos alternativas que possam aprimorar o processo. Então é um espírito bom, um espírito positivo, porque quando eu leio assim pela revogação do REUNI, então é um debate que se faz também e é neste sentido de reflexão e de avaliação do programa.

Então em primeiro lugar, com alegria, passo a palavra ao Dr. Amaro Henrique Pessoa Lins, que é Presidente da Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), e Reitor da Universidade Federal de Pernambuco. Então, Dr. Amaro, o senhor é muito bem-vindo, não só hoje, mas esperamos em várias outras ocasiões. Eu quero dizer aos expositores que cada um terá quinze minutos, cada um e cada uma. Automaticamente o relógio nos catorze minutos dá uma batida, não sou eu que bato e nada, é automático, o pessoal normalmente leva um susto, então não é para se assustar também, mas se for necessário dar um tempo para terminar o pensamento, sem dúvida a gente vai fazer isso. Lógico que a gente pede que não se estendam muito além porque senão, também, o tempo fica comprometido. Agradeço a presença do Senador Eduardo Suplicy, sempre presente, atuante, batalhador, da Senadora Marisa Serrano, educadora, a gente sempre discute a questão de acessibilidade em função da cirurgia que ela se submeteu, foi Secretária de Educação, membro da Comissão de Educação e membro também da Subcomissão de Cinema, Teatro, Música e Comunicação desta Comissão. Sejam bem-vindos Marisa Serrana e Eduardo Suplicy. Com a palavra o Dr. Amaro.

SR. AMARO HENRIQUE PESSOA LINS: Bom dia a todos os presentes. Eu quero, inicialmente, cumprimentar ao Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Senador Flávio Arns. Cumprimento também o Senador Eduardo Suplicy e a Senadora Ma-

risa Serrano. Quero cumprimentar o professor Rodrigo Ramalho, representando aqui a Secretaria de Ensino Superior do MEC. Cumprimento cordialmente as acadêmicas Carolina Pinho e Maíra Gentil, representando aqui tanto a UNE quanto a União dos Estudantes da Bahia e, nas suas pessoas, quero cumprimentar aos demais estudantes aqui presentes nesse Plenário. Com muita alegria quero cumprimentar também o representante aí do ANDES – Sindicato Nacional, que se faz presente.

Senador Flávio Arns, inicialmente eu gostaria de lhe agradecer pelo convite para participar desta Sessão, tanto representando aqui as universidades federais, como Presidente da ANDIFES, quanto a minha universidade, a Universidade Federal de Pernambuco, pela importância do tema e pelo significado dessa discussão dentro da Comissão de Educação do Senado Federal. Eu creio que esse é um momento muito importante, como o senhor já bem colocou é um espaço para que nós possamos dialogar sobre esse Programa REUNI, que é um programa de grande importância para a educação superior no País, e mais uma vez nós temos essa oportunidade de dialogar de modo muito particular com os estudantes, porque as nossas universidades têm como objetivo formar profissionais cidadãos que serão os responsáveis por esse País. E os estudantes que têm ao longo de toda a história da educação e da educação superior, em particular, dado contribuições tão significativas em períodos tão difíceis desse País e que hoje eles continuam colocando as suas posições de convergência e divergência e que isso também faz parte da sua formação enquanto cidadãos, porque a própria universidade é o espaço do diálogo, é o espaço da construção através da colocação de posições diversas, mas que através desse diálogo nós possamos sempre crescer em prol do desenvolvimento do nosso País.

Eu peço desculpas que esse voo eu acho que me deixou um pouco rouco, mas vamos procurar ser breve, atendendo aí aos quinze minutos. Eu creio que depois nós teremos a oportunidade de entrar na fase de debate.

A grande colocação que se faz em relação ao REUNI é por que, para que esse Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais? Nós todos que estamos aqui, nós sabemos bem a situação do nosso País em relação à educação. Sabemos também que a educação tem sido – e o será com mais intensidade ao longo desse Século XXI – o elemento central em qualquer política de desenvolvimento com inclusão. Não é à toa que os países centrais, os Estados Unidos, países da Europa, dedicam tanta atenção e tantos investimentos à educação. Agora o

Presidente Barack Obama, quando assumiu, as primeiras providências dele: manter os investimentos e ampliar os investimentos em educação, ciência e tecnologia, porque ele sabe muito bem que para manter a hegemonia americana é preciso manter, primeiro, a hegemonia na educação e na pesquisa científica que eles hoje detêm.

Essa primeira transparência, esse primeiro slide mostra bem a situação do Brasil: apenas 12,02% dos jovens entre dezoito e vinte e quatro anos têm acesso à educação superior e com alguns pontos que agravam essa situação. No Nordeste do Brasil, apenas 6,5% e no Sul e Sudeste 17,1%, mostrando a grande diversidade de indicadores entre as diversas regiões do País. Então primeiro ponto: nós precisamos ampliar em todo o Brasil esse percentual e precisamos corrigir essas diferenças entre as diversas regiões. Enquanto isso nós vemos os nossos vizinhos, a Argentina e outros países da América do Sul, com percentual de 35% de acesso à educação superior. Quando nós tomamos outros países da América do Norte, o Canadá, tomamos países da Ásia, Coreia do Sul com 60%, Cuba aqui próximo com 50%, Escandinávia e Estados Unidos com mais de 60% de acesso à educação superior. Isso mostra a necessidade urgente que tem esse País de ampliar rapidamente o acesso à educação superior de qualidade. Nós sabemos hoje que no Brasil as universidades públicas representam a referência de todo o sistema de educação superior, constituído pelas universidades federais, as estaduais e as municipais. Então só essa transparência já justificaria um processo intenso e rápido de ampliação do acesso à educação superior com qualidade. A próxima, por favor.

Essa segunda transparência mostra o seguinte: ao longo dos anos tem prevalecido, no nosso País, uma concentração grande da educação superior nas instituições privadas. Nós temos que em 1994 nós tínhamos 74% das instituições privadas e cerca de vinte e seis das públicas e nós chegamos a 2006 com 89% das instituições privadas. Isso foi ao longo de várias décadas, concentrando-se mais na década de 70, na década de 90 também nós tivemos um acréscimo significativo, mas não é que nós não precisamos dessas instituições, precisamos muito dessa parceria do público/privado e com a participação das instituições privadas, mas não num percentual elevado como esse, porque nós sabemos das dificuldades do Brasil do acesso à educação superior, o grande percentual de jovens que muitas vezes por falta de condições financeiras não têm acesso a essa educação e daí a justificativa das universidades públicas serem responsáveis, como o são, em países centrais, a educação superior pública, como é, por exemplo, nos Estados

Unidos. E um dado também que agrava isso: se nós percebermos a distribuição por turnos, nós percebemos que os cursos noturnos estão concentrados nas universidades privadas, 84%, sendo apenas 16% nas instituições públicas. Nós precisamos reverter também esse quadro. Por quê? Porque é grande o número de jovens que precisam trabalhar durante o dia e ter a educação no período noturno. Nós precisamos também corrigir esses pontos. O próximo, por favor.

Acontece o seguinte: nós tivemos uma primeira fase de expansão entre 1998 e 2002, foi uma fase muito tênue, foi feito um acordo para que as universidades ampliassem as vagas em cerca de 10%, sendo que haveria uma ampliação também dos recursos financeiros e humanos. Mas o que acontece, infelizmente, é que houve um certo incremento no número de vagas, mas não houve também um incremento de recursos financeiros e humanos. Por isso a partir de 2003 um grande programa envolvendo todas as universidades federais no Brasil e de modo particular, Senador, no Norte e Nordeste do Brasil, a primeira fase da ampliação, da expansão, que foi a criação de mais de uma centena de novos campus e a criação de novas universidades federais. Eu vou dar um exemplo. No meu Estado, no estado de Pernambuco, nós temos sessenta anos enquanto universidade, mais de cento e oitenta a partir da primeira escola de Direito do Brasil, a nossa Faculdade de Direito, nós só estávamos na capital, e a partir desse programa, em 2005, nós criamos um novo campus em Vitória de Santo Antão, em Caruaru, na Zona da Mata Norte, no agreste, a Universidade Rural criou um campus no agreste e outro no sertão e foi consolidada a universidade do Vale do São Francisco, no sertão pernambucano, algo que ao longo de um século não acontecia. E foi possível, então, a ampliação com a criação desses novos campus. E numa terceira fase, que é exatamente o REUNI, a proposta era que nós pudéssemos ampliar agora o número de cursos, tanto nos campus já existentes quanto nos novos campus, com projetos que foram aprovados a partir da sua proposta inovadora do ponto de vista acadêmico, a consolidação e implantação de novos cursos nesses novos campus e que com muita alegria é que nós vemos que esses novos campus, com menos de quatro anos de existência, a primeira turma vai se formar esse ano, já estão com programa de pós-graduação que tiveram início esse ano, quando foram aprovados no ano passado pela CAPE. Um dos objetivos do programa é exatamente o aumento dos cursos noturnos. Quais são os objetivos centrais? Primeiro, criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, focado principalmente no nível de graduação; aumentar a qualidade, através da inova-

ção e adequação às novas exigências, que foram as diretrizes curriculares que foram estabelecidas já há uma década, e nós percebemos que a grande maioria dos cursos ainda não se adequaram a essas novas diretrizes curriculares; e é fundamental a articulação do ensino de graduação com a pós-graduação, com a educação básica, educação profissional e tecnológica. Por quê? Porque nós não podemos pensar na educação apenas como segmentos da educação, ensino fundamental não. Precisamos pensar como algo contínuo e articulado com a educação profissional e educação tecnológica. Por isso é que nos programas, nos Projetos REUNI apresentados é muito importante essa articulação com a educação básica ampliando muito a formação no nível de licenciaturas; e melhorar o aproveitamento da infraestrutura, a infraestrutura física e a infraestrutura dos recursos humanos das universidades federais. O próximo, por favor.

Quais são as metas? Veja, esse programa é inovador também em relação a isso. Ele é inovador porque ele estabelece metas. Nós vamos ter que ao longo, até 2012, atingir a formação, a conclusão de 90% dos nossos alunos, que hoje fica em torno ainda de 60%. Precisamos ampliar a relação aluno/professor para 18. Olhe, isso não é algo inatingível, porque a minha universidade, por exemplo, hoje já é 18,6 o número de alunos por professor. Agora é viável fazer isso sem perda de qualidade. O prazo de cinco anos para atingir essas metas e um aumento mínimo de 20% nas matrículas de graduação. Eu queria chamar a atenção para um ponto que me parece muito importante: é que o MEC, compreendendo a necessidade das universidades menores, que poderiam expandir mais, permitiu que essas universidades, normalmente no Norte e Nordeste do País, no interior, elas pudessem ampliar ainda mais o número de alunos, claro, com um aporte adicional também de recursos humanos e financeiros. A próxima, por favor.

Esse programa está baseado em seis dimensões e é preciso entender a relação que existe entre elas. Primeiro, a ampliação da oferta da educação superior pública. Mas essa oferta, ela tem que estar vinculada com uma reestruturação [soa a campainha] acadêmico curricular, com renovação pedagógica, e isso eu gostaria de chamar a atenção que são elementos fundamentais da proposta REUNI, essa reestruturação acadêmico curricular e a renovação pedagógica, permitindo uma maior mobilidade intra e interinstitucional. Dentro dos cursos da mesma instituição e entre as diversas instituições existem vários programas, o MEC tem um Programa de Mobilidade Acadêmica, a ANDIFES também tem um programa, para que nós possamos fazer com que o aluno que está lá no Nor-

te possa, por exemplo, ir para uma instituição no Sul, Sudeste, Centro-Oeste ou Nordeste para que nós possamos ter essa troca de experiências tão importantes e que a Europa hoje valoriza, pois todo estudante praticamente das universidades europeias hoje têm que obrigatoriamente passar um ano fora do seu País para que ele adquira essa nova visão de mundo, e esse programa, ele facilita e coloca como um ponto importante. Outro elemento é o compromisso social da instituição. É fundamental que nós possamos receber esses alunos e, principalmente, os alunos das classes sociais menos favorecidas, e nós possamos dar condições para que ele possa ter um bom desempenho acadêmico e de formação dentro das nossas universidades. A próxima, por favor.

Não vou ultrapassar muito o tempo para que nós possamos ter também um momento para o debate. Eu queria, então, mostrar que dentro dessas dimensões a reestruturação acadêmico curricular abrange vários pontos, que são pontos centrais e que são demandas tanto do movimento estudantil ao longo de todos esses anos quanto demandas das universidades, principalmente nessa reorganização dos cursos de graduação e a diversificação de modalidades, porque nós sabemos hoje que se você chega nos Estados Unidos, eles têm hoje mais de dois mil *community college*. O que são esses cursos? São cursos de dois anos para uma formação permanente do cidadão, mas que não é o que nós estamos tratando aqui. E, também, outras possibilidades de cursos. Algumas universidades resolveram fazer no início, ao longo dos três primeiros anos, um curso de uma formação mais abrangente e só nos últimos dois anos de curso os alunos fariam a sua opção, para permitir que com a experiência se pudesse encontrar realmente o caminho que mais lhes convinha. O próximo, por favor.

Essa renovação pedagógica, essa articulação que nós já falamos, novas tecnologias, a mobilidade.

Bem, eu teria mais uma série de outros pontos, mas eu vou fazer o seguinte: o Dr. Rodrigo, ele vai apresentar alguns dados. Eu gostaria só de chamar a atenção, inclusive para os Srs. Senadores e agradecer, porque o Senado e a Câmara têm dado contribuições importantíssimas. Graças aos senhores nós tivemos condições de ter um aporte de recursos para a criação e a manutenção da nova infraestrutura e nós tivemos aprovados os projetos que criaram os cargos de docentes servidores técnicos administrativos e as novas funções. Eu queria então, de público, aproveitar essa oportunidade para agradecer a cada um dos senhores e a essa Casa pela atenção que tem dado. Nós temos a certeza que continuaremos contando com o apoio dos senhores e das senhoras para que nós possamos

ampliar ainda mais, porque o que nós fizemos, estamos ampliando já em 72% os cursos presenciais, e se juntarmos com a educação à distância isso chega a 90% já em 2009, mas precisamos fazer muito mais porque a defasagem é muito grande.

Então eu quero, mais uma vez, agradecer a oportunidade e já me coloco à disposição para os debates que vão ocorrer logo mais e, também, colocar a ANDIFES à disposição dessa Casa, que sempre que necessário nós voltarmos aqui para participar de momentos tão importantes quanto esse. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu agradeço a participação do Dr. Amaro Lins, Presidente da ANDIFES, nesse primeiro momento, destacar a presença também do Senador Marco Maciel, também de Pernambuco, Reitor da Universidade Federal, o Dr. Amaro, de Pernambuco, o Senador Romeu Tuma, sempre presente, atuante, o Senador Suplicy, a Senadora Marisa Serrano. Eu passo em seguida a palavra, conforme combinado antes da Audiência, para a Maíra Gentil, que é representante do Movimento Estudantil pela Revogação do REUNI e, ao mesmo tempo, a Maíra é Diretora de Assistência Estudantil da União dos Estudantes da Bahia. Então, Maíra, você está com a palavra.

SRA. MAÍRA GENTIL: Bom dia a todos, bom dia ao Presidente da Câmara de Educação, bom dia aos componentes da mesa, representantes da ANDIFES, representante da SESU, a todos os Senadores presentes aqui hoje, aos colegas estudantes.

Em primeiro lugar vou fazer uma apresentação breve. Eu sou a Maíra, sou mestranda da Faculdade de Educação da UFBA. Eu me formei pela UFBA, sou fonoaudióloga e, agora, também sou estudante de graduação e dança da UFBA. Eu hoje, como o Senador apresentou, sou Diretora de Assistência Estudantil da União dos Estudantes da Bahia.

Nessa apresentação, em primeiro lugar, eu queria colocar a importância desse espaço aqui hoje, a importância dessa Audiência como espaço para a gente estar de fato abrindo a discussão a respeito da implementação do REUNI. Além disso, colocar que o que unifica hoje nós estudantes, em diversos cantos do País, e que nos levaram a estar aqui hoje colocando os nossos posicionamentos, a principal pauta que nos unifica é a defesa irrestrita da nossa formação profissional e do nosso direito a ter um diploma profissional ao final do curso de graduação. Nós fazemos parte daqueles 58 milhões de brasileiros que votaram no Presidente Lula e, por isso, a gente acha que é nossa responsabilidade cobrar dele, que atenda às nossas reivindicações. Além disso, eu queria, só para organizar a apresentação, eu e a Carolina, a gente dividiu a apresentação

de uma forma que na primeira parte a gente vai fazer um breve histórico da nossa campanha, de como que a gente chegou hoje aqui nessa Audiência, a gente vai trazer um pouco dos relatos do Livro Cinza do REUNI, que é a nossa base, que a gente não está aqui hoje simplesmente em nome de Maíra e de Carolina, mas existe uma série de relatos que comprovam e nos dão esse mandato de estar aqui hoje. E, por fim, a gente tem uma proposta para colocar para o Senado. Então a nossa apresentação vai se dividir nesses três pontos. Pode passar, por favor.

Em relação ao histórico do REUNI, em 2007.2, o Decreto foi apresentado no dia 24 de abril de 2007 e, a partir disso, em 2007.2 ocorreram diversas mobilizações nas universidades federais em todo o País, muito por causa da forma como o Decreto foi apresentado, via Decreto. Então deixa-se a forma de discussão ampla através dos Projetos de Lei, como um exemplo, e a reestruturação vem via Decreto. As diversas reuniões dos Conselhos Universitários, em diversas universidades de todo o País, ocorreram de forma muito rápida e sem discussão profunda na comunidade acadêmica. Por que é que a gente coloca que é sem discussão profunda? Porque o REUNI não é qualquer projeto. Como o próprio objetivo diz, ele visa expandir e modificar, reestruturar a universidade. A gente acredita que para reestruturar a universidade é preciso de um amplo debate, era necessário um debate muito mais aprofundado do que aconteceu. O Decreto foi apresentado e em menos de seis meses as universidades tiveram de aderir. Essa rapidez e a forma como ele foi implementado também gerou muita violência nesses Conselhos Universitários, e aí violência a ponto de a polícia militar e da polícia civil serem chamadas em diversos campus para fazer parte dos espaços dos Conselhos Universitários para garantir a adesão ao Decreto. E aí a gente coloca a nossa primeira pergunta: como garantir a democracia num espaço onde a polícia militar é chamada para garantir que a adesão de fato aconteça? Aí os estudantes compareceram massivamente nessas reuniões de Conselho Universitário, eu coloco ali alguns exemplos, na UFBA, na UNIRIO, enfim, Federal Fluminense, UFRJ, UFSCAR, têm ali algumas universidades onde aconteceram essa presença dos estudantes. Pode passar, por favor.

Aí são algumas fotos das mobilizações no País inteiro. Essa primeira é da Universidade Federal do Paraná. Pode passar.

Ainda a Federal do Paraná, a foto da polícia no campus. Os estudantes reivindicando, também no Paraná. Aí é o Conselho Universitário, a ocupação de reitoria na UNIRIO em novembro de 2007. Aí é um Conselho Universitário acontecendo sem quorum

em 2007, para aprovar o REUNI. A ocupação contra o REUNI na Federal Fluminense. Aí é a ocupação da Universidade Federal de Rondônia. A ocupação da reitoria da Federal do Ceará. Da mesma forma Santa Catarina. Pode passar.

Na Federal de Pernambuco. Aí na UFBA, a ocupação de reitoria que durou quatro meses. Aí a entrega da pauta da ocupação da reitoria ao Reitor Naomar. A ocupação de uma fundação privada, a FAPEX, na UFBA. Aí a reintegração de posse com a Polícia Federal dentro do campus da universidade. Pode passar, por favor.

Aí a ocupação da reitoria da Federal do Recôncavo Baiano, a UFRB. Pode passar.

Bom, aí eu entro na primeira parte que a gente colocou para a apresentação, a construção do Livro Cinza e a construção da nossa campanha. A perspectiva, após essas ocupações de reitoria, o nosso intuito era organizar nacionalmente a luta dos estudantes, porque a gente viu que isso não era uma questão pontual, e numa universidade, por exemplo, na minha universidade, na UFBA, a gente viu, as fotos mostram e os relatos dos estudantes mostraram que foi uma questão nacional. A partir daí o Conselho de Entidade de Bases da UFBA lançou a Carta de Salvador que dizia o seguinte: "Chamamos os estudantes e suas entidades representativas a manter viva essa luta e unificar as forças para garantir a vitória. Para tanto, convocamos todos a exigir: Lula, revogue o Decreto nº 6.096/07 que criou o REUNI". Essa Carta de Salvador convocou a Primeira Plenária Nacional de Estudantes e Entidades, que aconteceu em Salvador, com nove entidades e dezenas de estudantes. Pode passar, por favor.

A partir dessa mobilização, no curso que eu fazia parte, do diretório acadêmico, a gente puxou uma assembléia geral dos estudantes de fonoaudiologia no intuito de manter viva a luta dos estudantes mesmo após a adesão das universidades ao Decreto. Essa assembléia dos estudantes de fonoaudiologia é que teve a ideia de criar o Livro Cinza do REUNI, porque a gente queria concretamente saber se o que acontecia na Universidade Federal da Bahia acontecia também nas outras universidades. A gente achava que não podia ser das nossas cabeças, a gente queria de fato um documento concreto que mostrasse a aplicação do REUNI nas outras universidades. A proposta, portanto, do diretório acadêmico da assembléia dos estudantes de fonoaudiologia era essa: organizar o Livro Cinza da aplicação do REUNI, um dossiê denúncia sobre a sua aplicação e seu significado nas universidades federais públicas; uma investigação pelas entidades estudantis dos reais significados das consequências do REUNI nas universidades brasileiras. A gente lançou a pri-

meira edição do Livro Cinza no encontro nacional dos estudantes de fonoaudiologia, realizado em Salvador. Os senhores têm acesso agora à segunda edição, em que constam os relatos da primeira e da segunda juntas. Pode passar, por favor.

Aí a foto do lançamento da primeira edição na Universidade Estadual da Bahia, em Salvador. Pode passar.

A partir desse lançamento a gente viu a necessidade de expandir para além do movimento estudantil em fonoaudiologia, quando foi convocada uma plenária nacional, em 7 de setembro de 2008, onde vinte e três entidades e dezenas de estudantes do País compareceram. Recebemos também diversas moções de apoio à reunião que aconteceu em 7 de Setembro, em Salvador. Essa reunião foi a reunião que chegou à seguinte conclusão: "Não é possível, Presidente Lula, que esse seja o seu objetivo. Não foi para isso que o senhor foi eleito. Sr. Ministro da Educação, Fernando Haddad, como o senhor pode afirmar "que a equação utilizada no REUNI não traz prejuízo para as IFES". Isso foi em relato da ANDIFES, de 23/08/2007, se cada relato do dossiê do Livro Cinza comprova os prejuízos. A partir dessa reunião a gente constituiu o que hoje é chamada a Coordenação Nacional pela Revogação do REUNI. Aí é a vota da reunião. Pode passar.

Aí são algumas moções de apoio a essa reunião que a gente recebeu. Da professora Dra. Celi Taffarel, que é diretora atualmente da Faculdade de Educação da UFBA. Ela diz: "Nesse sentido apoio a reunião prevista para o dia 7 de setembro, proposta por vários diretores acadêmicos do Brasil, a ocorrer na Bahia, na Faculdade de Educação da UFBA, por entender que é necessário discutir as consequências da implementação do REUNI nas universidades públicas federais brasileiras". Outra moção de apoio da professora Maria do Carmo, que é Presidente do Sindicato dos Docentes da UNIR. Pode passar, por favor.

Essa reunião, então, chegou à conclusão que a gente precisava entregar o Livro Cinza aqui em Brasília. Uma delegação de estudantes veio à Brasília, se reuniu com a Câmara dos Deputados, com o Senado e com o Ministério da Educação. A partir dessas reuniões é que hoje foi convocada essa Audiência Pública pelo Presidente agora da Comissão, o Senador Flávio Arns. Após essa reunião, a gente já lançou a segunda edição do Livro Cinza no Conselho de Entidade de Bases da União Nacional dos Estudantes, que aconteceu em janeiro de 2009, em Salvador-BA. Aí é uma foto da reunião. Pode passar.

Bom, agora a gente entra na segunda etapa que são os relatos do Livro Cinza. Pode passar, por favor.

Em relação à estrutura, e aqui a gente começa de fato a discutir as implementações do REUNI nas universidades federais. A Luana Corrêa, que é a Diretora do Diretório Acadêmico de Fonoaudiologia da UFBA diz o seguinte:... Eu gostaria de pedir a atenção de vocês nesse ponto especialmente: “O curso de fonoaudiologia não tem um instituto, um prédio próprio. Ele fica localizado no Instituto de Ciências da Saúde, onde todos os cursos de saúde têm aula. Hoje, um dos problemas que já existia e com o REUNI tomou uma proporção maior é a questão da disponibilidade das salas de aula. Como a grande maioria dos cursos também ampliou suas vagas e novos cursos de saúde foram criados, as salas findam por serem insuficientes para a demanda. A maioria das aulas de fonoaudiologia é realizada numa única sala, a 406, cujo sistema de refrigeração não funciona, a iluminação é precária e os recursos audiovisuais distorcem as imagens, dificultando as dificuldades das aulas”. E ela coloca: “Outro ponto que intriga é a criação de três novos cursos: terapia ocupacional, biomedicina e fisioterapia, que já serão oferecidos no vestibular deste ano. A previsão para o início da construção do prédio é em 2010. Como e onde serão recebidos esses estudantes se no ICS não há disponibilidade de salas e o prédio anexo ainda estará em construção?” Pode passar, por favor.

Aí um relato de uma estudante de um curso novo, criado a partir do REUNI, de diversidade de gênero na UFBA. Ela coloca: “É nula a interação aluno/universidade nos cursos noturnos. Biblioteca, xerox, lanchonete, CPD, laboratórios de informática e vários outros setores da universidade não funcionam durante esse turno, limitando a integração do aluno. A partir de negociações, a xerox fica aberto até as vinte horas, mesmo assim causando desconforto aos estudantes, que perdem o período de aula para terem acesso às apostilas e materiais. O sistema de iluminação é improvisado e precário no campus, provocando perigo a nós estudantes”. Pode passar.

Aí é o relato de Michel Corrêa, do Diretório Acadêmico de Museologia da UFBA. Eu não vou ler todo, só uma parte em que ele coloca o seguinte: “Como é possível oferecer qualidade para os estudantes do recém criado curso de Serviço Social se faltam livros na biblioteca, se falta segurança? Há poucos dias um carro foi roubado no estacionamento do campus e, pior, um estudante de psicologia teve a bolsa roubada dentro da própria sala de aula” – isso na Universidade Federal da Bahia, no campus de São Lázaro. Pode passar.

Aí é um relato do Fórum de Ideais e Ceais(F) de São Lázaro, que diz o seguinte: “Sabemos que a maior parte desses problemas está vinculado à escassez de verbas destinadas às universidades federais.

Em plena crise econômica, esse cenário tende a se agravar ainda mais e o Governo Federal já iniciou os cortes de verbas no orçamento do MEC, tudo isso em pleno projeto de expansão da universidade através do REUNI, feito de forma truculenta e autoritária e sem os recursos suficientes”.

Aí é um estudante de Direito da UFBA que coloca também algumas questões de falta de banheiro, de banheiros insalubres, biblioteca deficiente, livros e etc. Pode passar.

Restaurante universitário.

Aí o relato de quatro estudantes do recém criado curso do BI de Humanidades, Bacharelado Interdisciplinar de Humanidades da UFBA. Eles falam o seguinte: “Percebemos que o nosso prédio, o prédio do BI, destoa da realidade estrutural da UFBA. Nossas salas são climatizadas, com carteiras novas, quadro branco e retroprojetor em todas. No prédio existem elevadores, sanitários novos, auditórios com equipamentos de projeto e som. Circulando pelos demais prédios da UFBA, percebemos que realmente a infraestrutura é bem diferenciada e aqui não queremos dizer que o fato de nossa estrutura ser boa é um problema, ao contrário, achamos estranho que numa universidade exista uma aplicação de recursos que contemplem alguns setores e não contemplem outros”. Pode passar.

Bom, em relação às metas, têm alguns relatos também, primeiro da executiva estadual [soa a campainha] dos estudantes de geografia. Eu já estou concluindo. Na Universidade Federal do Paraná, fruto de um cumprimento das metas do REUNI, cerca de trezentos estudantes do curso de economia correm o risco de serem jubilados. São centenas de processos de jubramento na UFPR quotidianamente, tudo isso para cumprir as metas de diplomação de 90% instituída pelo REUNI. Até onde nos levará o cumprimento das metas de tal projeto? E outro relato da caloura do curso de diversidade de gênero. Foram disponibilizadas cinco disciplinas para o curso dela, recém criado, a qual duas são ministradas por uma mesma professora, uma disciplina ainda sem a presença de um professor. Concluindo, o nosso corpo docente se resume a três professores, sendo as mesmas participantes do colegiado do curso. Pode passar.

Então o que é que a gente coloca a partir dos relatos do Livro Cinza do REUNI? Primeiro é que nós queremos deixar isso muito claro: a nossa defesa é a defesa irrestrita, sim, da expansão de vagas dentro da universidade pública. A gente defende sim que, sem distinção, todos os jovens, todos, sem distinção, tenham a garantia do acesso da universidade pública, acesso e permanência. A gente defende melhoria na estrutura sucateada das universidades públicas, a gente sabe

que hoje faltam restaurantes, faltam residências, faltam livros na biblioteca, falta uma política de permanência e de assistência estudantil e por isso é que a gente está com a União Nacional dos Estudantes quando ela reivindica hoje a verba de 400 milhões para a assistência estudantil, reivindicação saída do seu último Fórum Nacional, o Conselho de Entidade de Base. E aí por que é que a gente traz essa colocação a partir dos relatos do Livro Cinza? Porque os relatos mostram, em primeiro lugar eles colocam uma questão: por que é o que aumento de verbas têm que vir condicionado à adesão da universidade ao Decreto? Porque se as verbas vêm, é porque de fato elas existem. Agora por que é que para isso a universidade precisa aderir ao Decreto do REUNI? Se a gente fez um relato, o próprio professor agora nessa exposição mostrou a situação da universidade pública no País, a gente tem acordo que a universidade pública precisa sim de fato expandir, precisa pensar na sua estrutura. Então a gente defende que não sejam cortados um bilhão, como foi cortado agora por conta da crise no orçamento do Ministério da Educação. Ao contrário, a gente defende que venha verba para a universidade pública, mas que isso não seja condicionado à adesão ao Decreto. A gente questiona esses 20% de aumento de verbas para 100% do aumento de vagas e a gente se pergunta como de fato garantir a qualidade do ensino, porque é isso que a gente está querendo aqui discutir hoje, a nossa qualidade, a nossa formação profissional; como garantir que a nossa formação seja de qualidade com relatos como esse que mostram falta de professores, falta de estrutura, falta de luz, falta de segurança, estudantes sendo assaltados dentro da sala de aula? Então como garantir a expansão com qualidade, porque a gente quer expandir a universidade, mas a gente quer ter qualidade na formação profissional e a gente quer ter acesso a um diploma profissional ao final do nosso curso, até a Carol vai colocar mais isso depois.

E aí por fim, o meu último slide, eu coloco que é preciso ampliar as verbas do Governo Federal para a educação pública. Como entender que uma melhoria pode ser acompanhada de cortes no orçamento? É preciso reverter os cortes. Estamos com a União Nacional dos Estudantes que se posicionou contra os cortes no orçamento do MEC na ordem de um bilhão e não podemos aceitar que o Presidente Lula diminua as verbas por conta de uma crise que não é dos estudantes; nós não vamos pagar por uma crise que não é nossa. Sentimos responsabilidade dessa forma de dizer ao nosso Presidente, ao MEC e ao Congresso Nacional que uma expansão com qualidade não pode pretender ameaçar e quebrar o nosso direito a uma profissão e a um diploma de verdade. É isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Muito bem, Maíra Gentil, que é representante do Movimento Estudantil pela Revogação do REUNI e, também, Diretora da Assistência Estudantil da União dos Estudantes da Bahia. Passo em seguida a palavra para a Carolina Pinho, que também está representando o Movimento Estudantil pela Revogação do REUNI e Diretora de Esporte da União Nacional dos Estudantes (UNE). Com a palavra a Carolina.

SRA. CAROLINA PINHO: Bom dia a todos, bom dia à Mesa, aos Senadores, aos estudantes que estão aqui presentes, especialmente a quem está compondo aqui a Mesa, que é o professor Amaro Henrique Pessoa Lins, o professor Rodrigo Ramalho e, especialmente, aos Senadores que estão aqui presentes, que se disponibilizaram a vir aqui, a ouvir o debate, a participar e saber do que se trata um debate que para nós, estudantes e professores também, para quem está quotidianamente na universidade, é essencial. Na verdade o debate central que hoje eu coloco para a universidade pública, principalmente a Universidade Federal, na nossa opinião é a questão do REUNI.

Em primeiro lugar me apresentando, como o Senador já me apresentou, eu sou diretora da UNE, é nessa posição que eu estou aqui hoje, que construí a campanha, vim junto com os estudantes construindo essa campanha pela revogação do REUNI, mas também tenho uma experiência no movimento estudantil dentro da Executiva Nacional dos Estudantes de Educação Física, especialmente nessa questão do currículo de formação de professores, que na educação física a gente tem uma batalha também histórica em relação à defesa de uma formação de qualidade, como em outras áreas aí, na educação física especialmente a gente tem uma proposição bem avançada de um currículo ampliado, enfim, que corresponda mais às necessidades da realidade. Hoje eu sou estudante de jornalismo da Faculdade Dois de Julho e venho aqui na posição de estudante colocar as reivindicações aí dos estudantes dentro dessa batalha que a Maíra já contextualizou aí muito bem o histórico. Pode passar.

O objetivo da minha fala é caracterizar um pouco mais a conjuntura de onde a gente se reúne, obviamente a gente não pode discutir as questões que estão colocadas para a universidade hoje, os desafios que a gente concorda com o professor no momento em que ele coloca uma conjuntura de necessidade urgente de expansão da universidade pública, da abertura de mais vagas, na nossa opinião como estudante, inclusive da universalização do ensino superior, então são questões que não podem deixar de ser colocadas, mas essas questões não podem deixar de ser enxergadas e encaradas dentro de uma conjuntura e é essa

conjuntura que explica, inclusive, muitas das críticas que a gente tem em relação ao REUNI. E aí que conjuntura é essa?

Em primeiro lugar é importante a gente caracterizar que o capitalismo se encontra em crise sim, o que a gente viu nesse último período, na verdade, ele foi só a ponta do iceberg. O que a gente vê na verdade é que a parcela de lucros dos capitalistas em cada dia tem diminuído mais, que a gente indica que as guerras e a parcela de pobreza que aumenta a cada dia mais mundialmente não estão desconectadas e, também, não está desconectada a desvalorização da força de trabalho. A desvalorização da força de trabalho e a diminuição do valor dessa força de trabalho está dentro desse bojo de crise do capitalismo, na nossa opinião, para uma tentativa de manutenção dos lucros. Então a diminuição do valor da força de trabalho que é colocada e ela se expressa, inclusive, a partir da luta pelos direitos trabalhistas que estão cada dia mais sendo atacados e, também, se expressam na questão da formação, na nossa opinião, no momento em que se ataca, no momento em que se nega uma formação de qualidade, no momento em que se nega o direito a um diploma, na nossa opinião essa situação também não é provocada ao acaso. Um profissional sem uma profissão, sem um diploma, ele tem um menor valor no mercado de trabalho. Infelizmente eu acho que para nós, jovens, além de uma informação qualificada, que é o que todo mundo quer, essa é a função da universidade, a gente precisa também chegar no final do curso e a gente poder dizer: "Eu tenho condição de arrumar um emprego aonde eu tiver que trabalhar". Eu tenho condições, no meu caso, de ser uma professora de educação física para trabalhar em qualquer área. A gente quer poder dizer que você tem um diploma e que você pode chegar em qualquer área e exercer a sua profissão. Essa também é a função da universidade e, para nós, negar essa função à universidade, negar o direito a um diploma é também uma forma de ataque, é também uma forma de tentar manter os lucros.

Então nesse sentido é que a gente contextualiza o REUNI e aí mostra no próximo slide – pode passar – de que essa questão não é uma questão isolada, obviamente ela não acontece no Brasil, ao contrário, na Europa, e isso não é uma acusação, na verdade é uma constatação, na apresentação do REUNI e do processo que iniciou o REUNI, que foi lá o UFBA NOVA, na Universidade Federal da Bahia, que depois virou UNINOVA, foi assumido e eu acho que também o MEC deveria assumir que o REUNI foi inspirado sim no Processo de Bolonha, processo de Bolonha que, como eu coloquei, na perspectiva de uma política educativa ele foi formalizado em 1998, com a Declaração de

Sorbonne, e em 1999 ele oficialmente foi consolidado na Declaração de Bolonha, que define o conjunto de etapas e passos a serem dados pelo sistema de ensino superior na Europa no sentido de constituir até o final da década agora de 2000 um espaço de ensino europeu unificado. E como é que se conseguiria isso? Aí a gente vai ver que tem toda uma relação que a gente vai discutir aqui e que a gente estava vendo aqui que foi apresentado. Uma introdução de colégios universitários, com cursos básicos, onde o estudante sai formado em nada assim, ou seja, no final ele não tem uma profissão, ele entra no colégio universitário, mas no final ele não tem nenhuma profissão, que é o que a gente identifica que é importante, tem um retardamento na formação profissional, que é o principal objetivo da maioria dos estudantes para períodos posteriores à graduação, a ampliação drástica do número de alunos por turma na relação com os professores, como foi colocado aqui de 100% de aumento de vagas, e a divisão entre uma formação básica/especialização, que no caso lá no processo de Bolonha seria a graduação efetiva e a pós-graduação que seria a pesquisa, ampliando a demora para o estudante obter o seu diploma. Então, na verdade, como aqui no Brasil ainda é passar quatro anos na universidade e você já tem um diploma profissional, você passaria um tempo na universidade, como já é lá, e obteria um diploma, que não é um diploma profissional, para poder ter acesso a outros tipos de formação, que seria um tipo de pós-graduação, enfim, ao contrário do que por enquanto é hoje no Brasil.

O que é que decorreu dessa implementação do processo de Bolonha? Em 1998 começou a implementação e o que é que a gente viu no final desse período de dez anos, que seria a integralização do processo? Ao contrário de ter uma resposta positiva, como era propagandeada, a gente viu, e aí muita gente deve ter acompanhado em 2007, em 2008, principalmente, protestos na França, Espanha e Grécia, principalmente da juventude reivindicando algumas questões como uma formação qualificada, como o acesso a uma universidade que desse um conhecimento mais ampliado e que no final desse um diploma, como a revogação da Lei do Primeiro Emprego, por exemplo, que foi criada no sentido de tentar resolver problemas que foram criados aí dentro do processo de Bolonha. Essa é a conjuntura que é colocada a nível internacional, na qual se insere o REUNI. Pode passar para o próximo.

E aí a questão que a gente coloca é a seguinte: já que existe essa relação e a gente mostra que ela é muito semelhante, o REUNI, a gente coloca que no momento o que está expresso é que como se existisse uma oposição entre uma formação qualificada huma-

nizada, que seria a proposição do REUNI, e os cursos de graduação tradicionais. Aí a gente questiona isso. Onde é que está colocado exatamente isso aí que eu digo? Nas diretrizes do REUNI. As principais diretrizes do REUNI, e aí eu vou ler, porque infelizmente eu não me lembro, as diretrizes que são apontadas para poder serem obedecidas, no momento são as diretrizes relacionadas ao art. 2º, onde é exigida uma flexibilização da formação profissional. O artigo é o seguinte: “O Ministério da Educação estabelecerá os parâmetros de cálculos dos indicadores – e aí eu lembro que no Livro Cinza a gente incluiu também o Decreto para que todo mundo soubesse o que a gente está querendo discutir – que compõem a meta referida no art. 1º”. No art. 2º diz o seguinte: “O programa terá as seguintes diretrizes: redução das taxas de evasão; ocupação de vagas ociosas e aumentos de vagas de ingresso, especialmente no período noturno; ampliação da mobilidade estudantil com a implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos mediante o aproveitamento de créditos e circulação de estudantes entre instituições; revisão da estrutura acadêmica com reorganização dos cursos de graduação e atualização de metodologias de ensino e aprendizagem, buscando a constante elevação da qualidade; e, por último, para nós, o mais problemático, que seria a diversificação das modalidades de graduação preferencialmente não voltadas à profissionalização precoce e especializada. Aí dentro dessas metas que são os critérios a serem cumpridos para poder fazer o projeto de cada universidade, é que a gente faz o nosso principal questionamento nessa questão da formação profissional e dos diplomas e da qualificação do estudante, do jovem profissionalmente colocado, e aí a gente diz que profissionalmente a gente não pode nunca separar uma qualificação profissional de uma qualificação humanista. Obviamente ninguém se forma como um bom professor se não tiver acesso, e aí eu não digo aos mais diversos tipos de conhecimento, mas se ele não tiver acesso a um mínimo de condições de estudar, como assistência estudantil, um professor que tenha a condição de preparar uma boa aula, se esse estudante não tiver minimamente acesso a laboratórios, se esse estudante não tiver minimamente acesso à atividades de extensão, e aí o que a gente questiona é o seguinte: dentro das metas colocadas, dentro dos critérios colocados, a gente vai ter isso? A gente tem como obedecer esses critérios dentro do que foi colocado pelos estudantes no Livro Cinza, onde existe uma sala de aula para três cursos diferentes, porque o que vai vir agora são mais três cursos, a gente tem como um estudante ir para a aula de noite e não ter como ir na biblioteca porque simplesmente

não tem funcionário para abrir a biblioteca? Isso é a garantia de qualidade que está dizendo no Decreto? É dessa forma que a gente vai poder caracterizar uma formação como se diz, inclusive, buscando a constante elevação da qualidade? Dessa forma, sinceramente Senadores e colegas que estão aqui, eu duvido muito e eu não sei como é que a gente vai chegar numa equação que responda às necessidades colocadas pela juventude, não só de qualidade da formação, mas de necessidade vital de um diploma no final da sua graduação. E aí, então, eu acho que é colocado aí, obviamente, uma crítica aos cursos de graduação por quê? Porque eles hoje não respondem também a essa necessidade. É óbvio que é importante a gente dizer que o nosso curso de graduação hoje, a forma como está organizado, a forma como está organizada a universidade não responde, mas, também, a gente não vai aceitar que qualquer mudança seja boa. Não, qualquer mudança não é boa. O que a gente questiona é: por que não modificar dentro do quadro que já vinha sendo reivindicado? Por que não ampliar a assistência estudantil? Por que não responder às reivindicações dos professores? Por que não reformular os currículos de cursos que têm todo um histórico e toda uma necessidade social? Que a gente já conhece e que eu vou apresentar um pouco mais na frente. E aí um último questionamento: por que a criação dos BIs--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Carolina, desculpe estar atrapalhando a sua apresentação. Eu pediria, se fosse possível, falar um pouco mais devagar, até a Maíra, inclusive, tem formação em libras, só para o pessoal poder, de alguma forma, porque nós temos o intérprete de libras, e havendo uma rapidez há uma dificuldade da tradução da sua fala para libras, mas... Então é só um apelo que a gente faz, mas está muito bem, está muito claro tudo. É mais para efeitos técnicos.

SRA. CAROLINA PINHO: A gente pede desculpas, é por causa do hábito, que nas atividades do movimento estudantil normalmente a gente não tem vinte, a gente tem três minutos para poder falar um monte de coisas, então às vezes com o hábito eu acabo falando um pouquinho mais rápido. Obrigada, então.

Aí seguindo, a solução apontada, dentro do quadro que foi problematizado, que é um quadro de crítica também aos cursos de graduação, de necessidade de expansão da universidade, necessidade de expansão da universidade pública, das vagas, enfim, foi apontado como solução, já que os cursos de graduação não corresponderiam às metas e aos critérios colocados, a implementação dos BIs. Como é que se coloca isso? Aí a gente questiona se isso realmente é uma alternativa. Como seriam os BIs? Os BIs são os Bachare-

lados Interdisciplinares; hoje eles funcionam em dez universidades e eu acho que é bom a gente destacar que eles funcionarem em dez universidades apenas. Das cinquenta e quatro, hoje eles só estão funcionando em dez. É importante a gente destacar que isso é muito mais pela resistência do movimento estudantil. Na UNB, por exemplo, com o movimento de ocupação que teve no ano passado, a gente conseguiu, os estudantes, eu digo a gente, eu não estava, mas os estudantes, a categoria estudantil conseguiu que não fosse implementado o BI na UNB, em outras universidades também com o BI, o BI já estava no planejamento do REUNI nas universidades, se eu não me engano na UFRJ também, também já estava na UNIRIO e tal, e aí a gente conseguiu que o BI não fosse implementado. Porém, ele hoje está em funcionamento em dez universidades. Como é que ele funciona? O Bacharelado Interdisciplinar, a pessoa acessaria através do vestibular, diga-se de passagem eu acho que é bom destacar que ele não tem diferença de acesso, você faria um vestibular, passaria três anos na universidade tendo uma formação numa grande área. No caso da Universidade Federal da Bahia e na maioria das outras universidades, normalmente são as grandes áreas do conhecimento. Na UFBA são as de humanidades, exatas, artes e saúde, que ainda não foi criado [soa a campainha], mas são essas quatro as proposições. Nas outras universidades também são em grandes áreas. Como que funcionaria? Você pegaria as disciplinas relacionadas a essa grande área e, no final, você se formaria em bacharel na grande área. Agora a pergunta que se coloca para os estudantes e dos próprios estudantes é: "E aí, Carolina, no final qual é a minha função no mercado de trabalho? Eu vou fazer o quê?" Aí o que a gente tem que, infelizmente, responder, é que essa pessoa, ela pode ter acesso a uma pós-graduação e tal, que inclusive está sendo criado ainda, não existe nada proposto, mas essa pessoa no mercado de trabalho, ela ainda não tem nenhuma função. Ela não é um professor, o de exatas não é um engenheiro, não é um físico, o de saúde não é um enfermeiro, não é um médico, não é um farmacêutico; ele é formado em bacharel nessa ciência.

E aí fica a crítica justamente dentro dessa questão de desvalorização da mão-de-obra, desvalorização da força de trabalho, que eu acho que é importante, não é nem da mão-de-obra, é da força de trabalho, é a desvalorização da necessidade humana que a gente tem de trabalhar, de se inserir no mercado de trabalho.

Aí eu trago alguns relatos que vieram no Livro Cinza, eu acho que é importante a gente destacar o Livro Cinza porque o Livro Cinza não vem de possibilidades, ele não vem do plano que é do REUNI, ele

não vem da promessa; o Livro Cinza vem do que o estudante está sofrendo, do que o professor está sofrendo. Então é totalmente diferenciado de eu chegar aqui e falar que o REUNI é ótimo, que o REUNI promete dinheiro, que o REUNI amplia vaga. É totalmente diferente de eu chegar e dizer: Olha, mesmo com a proposta de 100% de ampliação de vagas, o que está acontecendo é isso aí e não é da nossa cabeça, são dos fatos. Então, por exemplo, no caso de um BI de exatas na Universidade Federal de Juiz de Fora, um dos relatos diz que na reunião onde foi apresentado, os estudantes entraram no curso, na reunião onde foi apresentado o BI de ciências exatas um estudante perguntou: "Então depois, no final, a gente vai se formar em bacharel em ciências exatas e o meu diploma vai servir para quê? Vai servir para quê?" Aí o coordenador disse: "Concretamente o seu diploma não vai servir para nada"; foi a resposta que o coordenador deu. Então no caso de BI de Humanidades da UFBA, eu trago algumas partes dos relatos, que eu acho que é um relato super importante, porque é um dos maiores BIs que foram criados no Brasil e aí eles dizem que o acesso ao curso profissionalizante é uma preocupação de todos. No final não tem a garantia de acesso a ele. Então no final a gente vai ter que passar por outro processo seletivo? Então no momento onde se discute o final do vestibular, a gente queria um curso que tem que passar por outro processo seletivo dentro da universidade? Em alguns lugares, como na UFJF, o cara passa três anos disputando com o colega dele de sala. Quem tiver a melhor nota tem acesso ao curso superior; quem não tiver, se contenta com o BI de exatas, que o próprio coordenador disse que não vai servir para nada.

Aí os estudantes também relatam que querem uma formação interdisciplinar, mas não é isso que acontece. Na UFBA é uma preocupação dos estudantes, ou seja, a gente quer realmente uma formação interdisciplinar, mas na prática o que está acontecendo não é isso porque não existe um curriculum, afinal, não existe nenhum curriculum definido, não existe um fundo, não existe uma proposta curricular para embasar aquilo ali, que aqueles estudantes estão fazendo no início do curso, e a gente que tratativa com educação sabe que o início tem que estar amarrado no final com o meio, porque senão vira uma costuma de retalhos e às vezes até pior. Então como garantir a interdisciplinaridade se não existe esse diálogo? Então são respostas que nem o coordenador do curso sabe dar. Muitas vezes os estudantes chegam para a gente e falam: "A gente pergunta as coisas e ele não sabe dizer, diz que está em definição; estamos definindo ainda". Pode passar.

Na UFPR também a situação é parecida, houve a criação do bacharelado em história, onde o próprio coordenador respondeu que o curso não é um curso que vai empregar alguém; é um curso para quem tem vontade de fazer história, mas não quer trabalhar com história. Vejam bem. Então como podemos hoje, num momento onde o sistema capitalista nos leva à crise, aceitar a implementação de um curso onde os estudantes não têm a perspectiva de um futuro profissional, como afirmou o coordenador do curso? Não seria melhor se tivéssemos um curso com a formação profissional voltada para a soberania nacional, ou seja, além de ter uma formação qualificada, de ter um diploma, essa pessoa ter um comprometimento com a resolução dos problemas sociais que estão colocados? Essa não é a tarefa da universidade? É o questionamento que a gente coloca e tem acordo junto com os estudantes aí da executiva estadual dos estudantes de geografia. Pode passar.

Aqui outros relatos também, que infelizmente eu não vou poder ler mais, também relacionado ao BI de Humanas. Eu acho que é importante colocar, muitos colegas nem sabiam que existiria uma nova seleção no final do BI para ingresso nos cursos profissionais. Nós achamos isso um absurdo, tanto a falta de informação como essa nova notícia de seleção; não queremos concorrer um com os outros ao final de uma etapa, afinal, todos que ingressam numa universidade têm direito a um diploma que represente uma profissão. Pode passar.

Mais relatos que são dos estudantes de BI de Humanidades, que eles, inclusive, citam que estão se sentindo cobaias e não estão dispostos a continuar nessa condição. Pode passar.

Aí eu trago novamente à discussão de uma formação generalista, se ela é em oposição a uma formação desqualificada, e quando eu digo desqualificada, eu gostaria de caracterizar que a desqualificada tanto no sentido de não garantir uma qualidade porque, como eu disse, eu acredito que dentro da estrutura que está sendo oferecida e que deve continuar sendo oferecida diante do quadro da quantidade de verbas, diante do quadro da falta de planejamento, eu coloco que isso é sim uma formação desqualificada, a gente vai submeter os professores a uma condição de não ter como dar aulas porque não tem um espaço adequado, porque não tem um equipamento adequado, porque tem uma sala muito cheia, tanto uma formação desqualificada e, para nós, isso é muito importante no sentido de ser uma formação rebaixada dentro do mercado de trabalho. Então infelizmente esses estudantes, além de ter essa caracterização, e aí eu acho que é importante definir, não só os estudantes dos BIs estão sofrendo

com esse problema como os estudantes dos cursos de graduação e dos novos cursos, que estão sendo criados novos cursos para ter essa ampliação mais rápida. Aí o colega aqui do Rio de Janeiro pediu para a gente citar: Qual seria a função então de um curso de Assessor de Suporte de Decisão, de Econofísica, de Sensoriamento Remoto? São cursos que estão sendo criados dentro da Universidade Federal. Esses são cursos universitários, ou seja, quando a gente coloca ali uma formação desqualificada, a gente caracteriza tanto a questão da falta de um diploma profissional como um diploma que não caracteriza uma profissão, onde esse cara vai sair e ele não vai ter, dentro do mercado de trabalho, uma qualificação profissional adequada para exercer a função nenhuma. Isso é um prejuízo tanto para ele, do ponto de vista individual, como do ponto de vista da sociedade; a gente quer uma pessoa que esteja disposta e pronta para poder resolver os problemas sociais dentro do quadro que é colocado. E aí na nossa opinião uma coisa não é em oposição à outra: uma formação profissional não é em oposição a uma formação omnilateral, que é o que a gente chama da discussão de uma formação dentro do caráter ampliado, uma formação onde dê condições a essa pessoa poder exercer a sua profissão no mercado de trabalho e até poder transformar a realidade, que isso é uma reivindicação importante, mas que a gente coloca de que uma formação profissionalizante, um diploma, ele não é em oposição a essa formação. E aí mais um dado que eu acho importante na hora que a gente vai discutir, se a gente vai continuar com o curso sem diploma, é a gente dizer: havendo um déficit de professores na rede pública, que é nítido, hoje a quantidade de professores que são contratados na rede pública de ensino está em sucessivo decréscimo, além disso outro dado importante: na pesquisa de orçamento familiar é comprovado, em 2002 e 2003, que foi a última [soa a campainha] pesquisa que foi feita pelo IBGE – mais dois minutos eu concluo – que indica que tem um aumento de 84% na renda das famílias, quando tem pelo menos uma pessoa com o nível superior de graduação, ou seja, alguma pessoa que tem uma função social de graduação no mercado de trabalho, aumenta 84% a renda de uma família, ou seja, a gente vai continuar defendendo um diploma, uma formação sem profissão mesmo diante desse quadro? Pode passar.

E aí, para terminar, eu questiono: uma alternativa é possível e aí coloco, já respondo aos Senadores que estão aqui, aos colegas estudantes, aos presentes, que sim, uma alternativa é possível. Na nossa opinião, como a Maíra falou muito bem, em primeiro lugar é impreterível de que a gente defenda sim vaga para todos com

a manutenção de um direito a um diploma funcional e uma formação de qualidade, essa é um bandeira que a gente não vai deixar de levantar, não vamos deixar que seja comprometido o nosso direito a um diploma e direito a uma formação profissional de qualidade, e para nós, para a nossa opinião, hoje a gente pode melhorar a situação que foi colocada, com a implementação do REUNI a gente pode minimamente avançar dentro desse quadro de garantia de um diploma, que é a gente garantir a conclusão dos estudantes do curso que entraram pelo BI, com uma profissionalização, eles vão se formar, mas vão ter um diploma profissional, que nessas dez universidades eles tenham o direito a esse diploma e que, além disso, seja revelado o Item 4, que a gente falou que é o mais problemático no art. 2º do Decreto do REUNI. Para nós revogar esse artigo garante que não serão abertos novos BIs, que na nossa opinião é primordial, que o BI não resolve o problema que está colocado para a universidade, não resolve o problema que foi caracterizado aí na justificativa do REUNI e, também, aponta para que a gente tenha um curso mais qualificado do que está sendo colocado agora. Pode passar.

Coloco aí então os contatos meu e da Maíra, eu me disponibilizo a continuar o debate, eu acho que é importante que o Senado continue esse debate, não só o Senado, mas que o Governo esteja na disposição de debater essas questões que vão surgindo com a implementação do REUNI, são fatos que não podem ser ignorados nem pelo movimentado estudantil, nem pelo movimento docente. O Governo Lula não pode ignorar que uma popularidade desse tamanho esteja aplicando políticas que não condizem com a expectativa da maioria dos brasileiros que é ter a garantia de uma universidade pública de qualidade, essa é a expectativa da maioria dos brasileiros. E o Governo Lula a gente sabe que não pode negar essa expectativa, não pode virar as costas a essas reivindicações que a gente coloca aqui.

Então eu agradeço ao tempo aí, a paciência, me disponibilizo para o debate, eu espero que eu tenha sido clara, desculpa aí pela correria, e aí a gente se coloca para as perguntas e à fala do professor.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem. Eu agradeço a você, Carolina Pinho. Até lembrando que nós temos aqui, felizmente, também, o auxílio dos intérpretes para libras, Língua Brasileira de Sinais, aliás, há uma reivindicação deles também, não é Senadora Marisa, que melhoremos esta parte, inclusive em termos da infraestrutura de câmeras que possam captar a imagem, e a Maíra, que se pronunciou antes, é fonoaudióloga, como eu disse, e tem também uma formação em libras. Eu obtive

essa informação lá na APADA – Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Auditivos. Passo em seguida a palavra ao Dr. Rodrigo Ramalho Filho, que é Coordenador-Geral de Expansão e Gestão – Secretaria da Educação Superior do Ministério da Educação (SESU-MEC). Com a palavra então o Dr. Rodrigo.

SR. RODRIGO RAMALHO FILHO: Bom dia a todos e a todas. Antes eu gostaria de justificar, tentar justificar a ausência da professora Dra. Maria Paula Dallari Bucci, que é a Secretária de Educação Superior, a quem eu modestamente represento. Perdem os senhores pela competência da Secretaria em abordar a temática com muito mais propriedade do que eu. Entretanto, por ter participado dessas discussões e da construção desses dados, talvez seja útil a minha participação. Eu gostaria, então, de cumprimentar a Mesa, através do Senador Flávio Arns, através do professor reitor Amaro Lins, das acadêmicas Carolina Pinho e Maíra Gentil e na plateia eu gostaria de cumprimentar a todos através da Senadora Marisa Serrano.

Eu passarei então à apresentação de alguns slides, inclusive agradecendo essa oportunidade de discutir e apresentar o REUNI num fórum tão privilegiado, sobretudo um fórum altamente adequado, que é o fórum representado pela Comissão de Educação e, também, esse momento é privilegiado para que se apresente o REUNI e se dirima dúvidas, sobretudo quando apoiado pela ANDIFES, que vocês verão que há uma convergência de interesses, o REUNI como um locus onde convergem esses interesses, são reivindicações anteriores, tanto é que os slides do professor Amaro são muito semelhantes com os nossos. Enfim, antes de tudo, eu gostaria de apresentar aos senhores um pequeno esquema. Por favor, pode ir adiante.

Se a gente tiver tempo, são três pontos de abordagem. O primeiro é a caracterização da educação superior, através de seus breves perfis, a universidade federal se apresentando em ciclos recentes de expansão, qualificando pelo menos três ciclos, e o REUNI, o que se espera dele e o que é que tem caracterizado o REUNI até então. Então são três pontos principais, querendo dizer aos senhores do por que de REUNI? REUNI é um plano de apoio, ele não é um plano impositivo. Ele é um Plano de Apoio à Reestruturação e à Expansão das Universidades Federais, centrado sobretudo na graduação, é um apoio aos cursos de graduação presenciais. Então esse é o privilégio: universidades federais, graduação, reestruturação e expansão. Palavra chave: não é um plano impositivo, ele respeita a autonomia das universidades; não é um plano de imposição de modelos, não há nenhum modelo, nem protocolo de Bolonha, nem nenhum modelo que tenha sido emanado do MEC e da SESU para impor

à universidade suas diretrizes. As diretrizes são do programa e as universidades aderem ou não a essas diretrizes; são diretrizes, não são imposições. Enfim, reestruturação e expansão são necessidades fundamentais e que têm sido, esses dois elementos, discutidos longamente pelas universidades e desde há muitas décadas. Se a gente se lembrar de um fato importante do século XX, a gente se lembra claramente, associando à universidade, à política, ao movimento estudantil, a gente se lembra claramente do movimento de maio de 1968, a criatividade ao poder, a reestruturação, a adequação da universidade ao momento, ao cenário. E a gente pode até citar coisas anteriores, na própria América do Sul, como é o caso da reforma proposta pelos estudantes e pela universidade de Córdoba. Então cada momento é um momento de discussão. São novos cenários e se a gente toma, por exemplo, o que se discutiu nos anos 90 até hoje, a gente verifica, primeiro, a necessidade dos novos cenários que vão ser provocativos dessa reestruturação, mas primeiro vamos olhar essa questão do perfil quantitativo. Eu não vou me reportar longamente a isso porque o professor Amaro já apresentou essa questão do perfil entre o privilégio no sistema, um sistema importante como um todo, mas que cerca de 90% é exercida, a educação superior, pelas entidades privadas.

No entanto, se a gente verificar o slide posterior – pode passar, por favor -, a gente verifica que esses 11% da instituição pública da educação superior é responsável por quase 26% das matrículas; parece ser até mais eficiente proporcionalmente. Bom, são dados que estarão disponíveis e que a gente, por limite de tempo, não iremos aprofundar. Pode passar ao seguinte.

Alguns números a mais onde verificam, por exemplo, as universidades, quando a gente vê universidades, matrículas, a gente verifica que as universidades são bastante eficientes do ponto de vista dessa oferta como universidade, não é educação superior, mas como instituição universitária. Elas quase que são do mesmo número quando a gente considera universidades: são 87 e 97, quase igual, entre universidades privadas e públicas. Pode passar mais adiante. Ou seja, aquele argumento que o professor Amaro utilizava--

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS):

Uma pergunta só, se me permite, só para entender, em pública estão ali as estaduais também?

SR. RODRIGO RAMALHO FILHO: Isso.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS):

Separadas das federais?

SR. RODRIGO RAMALHO FILHO: Isso, pouquíssimos municipais. É um conjunto: as públicas são federais, estaduais e municipais, que são pouquíssimas, são seis universidades municipais e no interior.

Bom, então o argumento que usava o professor Amaro de que apenas 12% ou 13% dos nossos jovens de dezoito a vinte e quatro anos têm acesso ao ensino superior, já justifica plenamente a necessidade de crescer, de expandir essa base, de dar acesso à educação superior. Os nossos irmãos argentinos têm 35% desse acesso, para não falar dos países centrais. Expandir por quê? Essa é a resposta: um País não pode se desenvolver se ele não tem educação como um todo e educação superior, em particular, enquanto produtora de conhecimento. Por que reestruturar? Bom, diante dos desafios contemporâneos que não são de hoje, apesar de serem contemporâneos, mas a gente já cita casos da necessidade de reestruturar, discutir os movimentos; o movimento docente, o movimento estudantil tem discutido longamente a universidade que queremos. Se vocês me permitem falar na primeira pessoa, eu participo desde 1974 de algumas discussões que são realizadas no âmbito da universidade e desde então se discute a universidade que queremos, ou seja, trinta e quatro ou trinta e cinco anos que se discute a universidade que queremos, ou seja, nós já sabemos mais ou menos que universidade queremos, no entanto esse querer é variável em função desses cenários. Quando isso se evidencia cada vez mais diante dessas demandas novas, desses cenários novos, um deles a globalização, infelizmente não temos tempo de discutir profundamente, mas essas questões das revoluções, como dizia o Inácio Rouanet, tecnológicas, econômicas, sociais, políticas, elas impõem novos modelos, impõem uma reestruturação quando, por exemplo, dentro dessa característica da revolução, a revolução digital, onde se faz uma transposição do espaço tempo, discute-se com o passado em função da linha do tempo, o tempo atual, a realidade atual, a realidade presencial. Enfim, são questões que a universidade não pode ficar fora disso. Outra questão que se pode citar dentro desses desafios contemporâneos: a crise do modelo disciplinar da ciência clássica. Esse modelo disciplinar não é mais suficiente para compreender a realidade complexa e isso não é discussão de hoje. A discussão da mutilação do real através da modelização da ciência clássica é discutida, por exemplo, por um grande expoente, que é o Edgar Morin(F), desde os anos 80. Não é nenhuma novidade essa questão da necessidade de integração entre saberes; não é só o saber científico que vale, mas o saber tradicional também seria importante ser incorporado pela universidade. Isso não é nenhuma imposição da SESU e nem do MEC, apenas são reflexões que podem contribuir para a compreensão de porquê dessa necessidade de reestruturação. Por favor, o seguinte.

Bom, são essas novas demandas então: a demanda por uma ciência da complexidade. Não é a negação e a formação genérica, mas é a necessidade de inserir a formação particular dentro de um contexto genérico, dentro de um contexto de conhecimento da complexidade. Então a recriação, a revalorização, a integração são palavras que estão presentes para qualquer argumento de reestruturação. Por favor.

Novos desafios, portanto, que se impõem: o aumento do acesso e da permanência, a revalorização do nosso sistema universitário, que é enorme, e que está crescendo cada vez mais. Essa reestruturação administrativa e acadêmica, essa resposta às novas dinâmicas locais, globais, enfim, e a participação desse projeto de desenvolvimento nacional que, sem educação como um todo e a educação superior em particular, impediriam a inserção soberana do País no cenário de uma sociedade do conhecimento. Por favor.

Então entramos no nosso segundo ponto, que é a questão da expansão da universidade, que pode se tentar uma classificação através do reconhecimento de ciclos de expansão recentes. Uma ressalva: essas respostas são não invenção da SESU e nem do MEC; elas vêm atender a uma reivindicação e daí, se os senhores me permitem, eu falava da convergência de interesses. O professor Amaro apresenta um momento de expansão que vai de 2002 até 2003, 2004, que é um crescimento forte, mas vegetativo da própria instituição, ele é feito com os seus próprios recursos, com as suas próprias pernas, um esforço muito que as universidades fizeram. Mas vamos ver então esses ciclos que eu proponho. Por favor.

Um primeiro ciclo seria uma expansão para o interior, ou seja, a SESU e o MEC disponibilizam recursos e as universidades entram, não obrigatoriamente, mas se apresentam, apresentam projetos no sentido de que se tenha o caminhar para o Oeste. Já dizia aqui um cronista do século XVII, o Frei Vicente do Salvador, que os brasileiros eram tidos como caranguejeiros, ficavam arranhando as costas próximas das capitais, das feitorias e etc. Isso é um movimento para o interior, que já falava nisso esse cronista do século XVII. Então é uma tentativa das universidades federais irem para o interior, mas sem imposição; são modelos que são apresentados espontaneamente, aprovados pelos seus Conselhos Universitários no que se refere às estruturas e aos cursos novos, etc., e, na verdade, o impacto é extremamente positivo, a ponto inclusive até de alterar os perfis urbanos de onde se instalam, da criação de novas demandas, demandas econômicas, sociais, ou seja, uma influência física, política, social, econômica e ambiental no contexto onde essas universidades, esses campus interioranos se inserem, enfim,

o combate às desigualdades dos espaços regionais e sub-regionais que a universidade, espontaneamente, respondendo ao MEC, à SESU, vem fazendo. Dentro dessa primeira etapa vejam o que é que se consegue: a implantação e a consolidação de doze universidades, isso na primeira etapa. Não é fácil, não é fácil. E com a ajuda, no momento da criação, dos senhores congressistas, não somente em criar a universidade nova, como dotá-las dos recursos suficientes em capital, em investimento, em pessoal. Por favor.

Um segundo ciclo é o ciclo que a gente pode reconhecer como expansão com reestruturação. Lembrem-se, portanto, expansão com interiorização e expansão com reestruturação. Volto a dizer mais uma vez: não é impositivo, não tem modelo preconizado; apenas tem incentivo, indução à expansão [soa a campainha] com a reestruturação. Daí a gente tem uma adesão de cinquenta e três de universidades federais, a totalidade então existente em dezembro de 2007, quando os projetos foram apresentados. Bom, têm algumas características aí que a gente chega à implantação de cento e onze novos campus, se a gente considera unidades administrativas como campus e acadêmicas como campus, e essa expectativa da expansão de 53% dos cursos, das vagas presenciais, até então, 2009, das matrículas, enfim. Por favor.

Esse terceiro ciclo de expansão é um ciclo de expansão com integração: integração regional, às vezes sub-regional ou internacional, como é o caso dessas universidades cujos PLS estão em tramitação no Congresso Nacional, que certamente serão criadas a curto prazo, essas universidades que são de integração. Duas delas são de integração internacional, quer dizer, experiências muito interessantes, uma de integração intercontinental, Brasil/África, e as outras duas são de integração regionais ou sub-regionais: Amazônica e Fronteira Sul. Por favor.

Aqui estão os objetivos do REUNI. Eu vou passar rápido, esse material vai ficar disponível, mas o professor Amaro também já me auxiliou muito, muito obrigado na sua apresentação. Pode passar.

Essas diretrizes também são diretrizes voltadas à graduação, sendo que a última delas foi muito trabalhada com a CAPES no sentido de se criar esse suporte, esse corte profundo que existe entre a pós-graduação e a graduação e que resulta, por exemplo, na criação, implantação e no pagamento de bolsas REUNI para alunos de pós-graduação e que atuam diretamente na graduação; chama-se Bolsa REUNI de Assistência ao Ensino. Então são bolsas de mestrado, de doutorado e, agora, sairá uma Portaria brevemente de pós-doutorado; estamos trabalhando com a CAPES exatamente isso. Por favor, pode passar.

São metas globais que são absolutamente factíveis, como dizia o professor Amaro. Pode passar.

Esse é interessante ver: como é que o REUNI se estabelece nas instituições? Há um Decreto, esse Decreto é desdobrado através de uma Comissão Nacional, com membros indicados pelos reitores ou até alguns reitores também, e esse Decreto é transformado em diretrizes; são essas diretrizes que animaram formulários eletrônicos que foram oferecidos às universidades. Este é o roteiro. O projeto final, ele vem em dezembro de 2007 e ele é aprovado pelos Conselhos Universitários. Ele é discutido por setores, alguns setores não se propõem a participar, outros sim, enfim, há uma aprovação pelos Conselhos Universitários, há esse cuidado em respeitar a autonomia. Então o Conselho Universitário não aceita imposição de quem quer que seja, ele discute e aprova. E não há, então, nenhum modelo impositivo, se é Bacharelado Interdisciplinar, se não é, enfim, as universidades são incitadas a participar e elas aprovam através dos seus Conselhos Universitários. Aí tem todo um caminho. Esse projeto é revisto tecnicamente, ele volta às vezes à universidade, ele é aprovado preliminarmente por um grupo assessor nacional, ele volta ou vem até à aprovação final e a pactuação dos reitores com aquelas metas previstas propostas. Por favor.

Chegamos então a esse terceiro elemento, a gente pode passar rápido; são dados, volto a dizer, que serão disponíveis, mas a expansão com a reestruturação se dá de que forma? Vamos ver. Esses são os resultados. Esse resultado esperado e até então implantados, nós chegamos, se a gente considera unidade acadêmica como um campus, por exemplo, no interior, nós chegaremos a duzentos e oitenta e quatro campus no Brasil, correspondendo a cinquenta e cinco universidades atuais, mais as quatro que estão em tramitação no Congresso. Essas universidades, esses campus se instalam em duzentos e trinta e seis Municípios e esses dados são todos disponíveis aí para os senhores, são claros, precisos, de resultados, mas, também, já apresentados e aqueles que atingiremos. Por favor.

Esses também são os resultados das universidades, o crescimento delas, da implantação delas, etc., através desse horizonte de 1995 a 2010, claro que fazendo alusão ao de 2003 para diante, esse forte crescimento, a curva que se acentua a partir de 2003. Por favor.

Esses também são dados que são tirados dos projetos institucionais, cada universidade se propõe a fazer isso. A gente pode chamar a atenção ali, por exemplo, os cursos noturnos entre 2007 e 2009 cres-

cerão 70%, o que é por si só já um fato inclusivo. Por favor, o próximo.

Esses são resultados já aferidos para 2009, o primeiro ano de implantação do REUNI. O que é que ocorre? A gente tem esses impactos que são altamente positivos, as vagas crescem 30%, os cursos noturnos crescem quase 60% e as licenciaturas crescem quase 30%. Isso não é imposição do MEC, isso é disposição das universidades federais de participar e oferecer esse tipo de resultado. Por favor.

Aqui também o número de vagas, a gente vê a curva que se acentua ali a partir de 2003 para adiante. Podemos ver outros.

Eu acho que a gente pode passar isso rapidamente, já que esses dados são claros, são públicos, o número de matrículas, cursos, etc. Aqui também é importante ver que as matrículas, elas crescem inclusive por região; é a tentativa de se recuperar essa defasagem entre regiões. Então todas elas crescem, numas regiões menos, em outras mais. O Centro-Oeste cresce muito, está vendo, já que estamos em Brasília, o Centro-Oeste cresce bastante. Podemos passar.

Com as vagas a mesma coisa. E os recursos. Desculpem afirmar, mas eu não creio, pelo menos o discurso não tem sido esse, não há corte de orçamento para o REUNI. Há uma Emenda do Senador Delcídio que retém esses recursos em função da crise, desculpem se desconheço, mas não há corte, não creio, talvez essa Casa possa esclarecer, mas não creio que haja corte, pelo menos há uma garantia de que a educação não seria afetada por cortes de orçamento. Uma ponte só é uma ponte quando chega do outro lado do rio, não dá para parar essa ponte no meio. Esses são os recursos que estão sendo propostos para até 2010. Uma simples conta vai nos dizer que até 2012 teremos pouco mais de 8 bilhões de reais aplicados na educação superior... Não é na educação superior, é no REUNI, que representa recurso novo em relação aos recursos da universidade. Se a gente tomar os dados da SPO, a gente verifica a recomposição desses recursos, o espasmo que a educação superior pública teve de alguns anos passados e a recomposição desses recursos independente de REUNI. Isso aí é recurso novo. Esses 8 bilhões são recursos para o REUNI, não são recursos combinados com o que está sendo previsto no orçamento das universidades. O professor Amaro conhece isso muito bem, sobretudo diante da matriz ANDIFES, que é uma matriz de distribuição dos recursos, de alocação dos recursos, em combinação com a ANDIFES. Pode passar, por favor.

Alguns elementos que estão presentes nesse orçamento REUNI. Destaco um dos quais, não apenas a questão dos professores, professores equivalentes e

tal, mas, também, recursos voltados para a assistência estudantil. Esse item não existia anteriormente. As universidades teriam que fazer um exercício de cobranças de taxas, etc., para que com isso pudessem manter essa rubrica assistência estudantil. O REUNI admite esses itens que estão ali expostos e destaco apenas essa questão da assistência estudantil. Por favor.

Também é importante destacar que as negociações junto ao Ministério do Planejamento resultaram na autorização, através daquela Portaria que está ali exposta, de 2 de setembro de 2008, a autorização de concursos públicos para professores e técnicos administrativos, que resultam em 19.221 vagas, das quais 10.982 vagas para docentes. São autorizações para que se realize concurso. Outra coisa é a contratação efetiva desses professores, que vão sendo feitas em levas programadas pelo Ministério do planejamento. Então a previsão é de quase vinte mil vagas que serão abertas entre técnicos administrativos e professores. Por favor.

Assim também as bolsas de assistência ao ensino de que falava antes. Podemos passar.

Quando se refere à reestruturação acadêmica, eu gostaria de insistir em dizer que não é modelo impositivo. Nós fizemos um estudo das cinquenta e três universidades que eram a totalidade em dezembro de 2007. Vinte e seis delas, quase a metade, apresentaram propostas de reestruturação, que não obrigatoriamente é BI; nada contra ou a favor ao BI, isso é uma prerrogativa da universidade, mas cinco tipos podem ser reconhecidos dessa inovação. Um deles é a formação de ciclos gerais, cada área tem um primeiro momento de formação geral voltada à complexidade, voltada ao conhecimento de realidade, enfim, são cinco tipos que são reconhecidos dentro dos projetos, não são projetos do MEC, são projetos das universidades, entre os quais os bacharelados interdisciplinares e também uma inovação, que não é bem uma inovação, porque a UNB já fazia isso há alguns anos, é a possibilidade de se ter itinerários formativos. O indivíduo se formará em engenheiro, mas ele percorrerá dois itinerários distintos em função das coordenações dos cursos, das necessidades, etc. Podemos passar.

Esses são alguns elementos que foram propostos: dezesseis formações assim distintas, os bacharelados, que chegam mais ou menos a vinte e nove que eram propostos nos projetos. Alguns estão ainda em discussão, outros propuseram no projeto, mas não os implantaram até então, enfim, isso é o retrato do que existia em dezembro de 2007 nos projetos. Por favor.

Eu creio que é isso. Espero ter contribuído para a discussão, estou disponível para mais discussões e gostaria de parabenizar a Casa por esse gesto tão

democrático, tão profundo e de oportunidade de se esclarecer esses elementos que são tão importantes dentro desse projeto que certamente modificará o perfil da educação superior pública no País. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agradeço nesse primeiro momento ao Dr. Rodrigo Ramalho Filho, do MEC – Ministério da Educação, Secretaria de Ensino Superior. Eu passo agora a palavra à Senadora Marisa Serrano para o posicionamento e eventual questionamento sobre o assunto em pauta nesta Audiência Pública. Com a palavra V. Exa..

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Sr. Presidente. Eu quero cumprimentar aqui ao Dr. Amaro, quero cumprimentar também o Dr. Rodrigo que está aqui substituindo a nossa Secretária, a Carolina e a Maíra, quero cumprimentar a Carolina e a Maíra que estão aqui conosco.

Eu gostaria de dizer que eu gostei muito de ouvir e quero fazer um agradecimento especial ao nosso reitor, magnífico reitor, professor Amaro, que disse da importância dessa Casa. Nós estamos levando um bombardeio enorme, o Congresso Nacional, recebi vários e-mails do País dizendo que nós não trabalhamos nada aqui, que não fazemos nada e por que é que nós ganhamos o que ganhamos. Só quem trabalha aqui, em todas as instituições existem pessoas que se dedicam e outras não, como existem numa sala de aula alunos que estudam e outros não, quer dizer, mas nessa Casa aqui nós temos trabalhado muito. Hoje, por exemplo, muitos dos Senadores que vieram aqui, o Ministro Patruz Ananias está aqui na Comissão de Assuntos Sociais, que é muito ligada a nós, pois estamos todos na área social, e há uma discussão grande lá tendo em vista aí vários problemas sociais, desde os indígenas, os problemas de alimentação, tudo isso está sendo discutido, e como o embate está sendo muito grande lá com o Ministro nós ficamos hoje sem os nossos Senadores, vieram um pouquinho aqui, mas foram todos lá para a CAS. Agradecer então aquilo que o senhor disse, porque só quem trabalha e trabalha sério e trabalha muito sabe o quanto essa Casa tem ajudado este País.

Mas eu queria, voltando agora à nossa proposta de hoje, dizer que toda essa Casa e essa Comissão, em particular, o Senador Flávio Arns que é um grande lutador pela educação, todos nós estamos muito preocupados com o arcabouço geral da educação do País. Há uma mudança que se faz no País que nos preocupa e há uma mudança de centralização que também nos preocupa; e não é só no ensino superior, é em toda a educação nacional. Eu estou fazendo, particularmente, um trabalho em cima dessa questão,

da federalização do ensino neste País. E discutir, não estou dizendo que é ruim, mas eu acho que isso tem que ser amplamente discutido, de saber se isso é o melhor para o País, quer dizer, nós temos a obrigação de discutir. Portanto, quando aconteceu o Decreto do REUNI, também todo mundo, como os estudantes, nesta Casa, pensou: "Meu Deus, essa Casa é sempre aberta ao diálogo, estamos sempre discutindo". Eu não sei quantas Audiências Públicas, Júlio, nós fizemos no ano passado nessa Casa. Esse é o fórum.

Aí eu queria dizer a todos que eu coloquei isso numa questão que aconteceu na semana passada, num jornal que disse que precisava do MERCOSUL e muito menos de um Parlamento do MERCOSUL. Eu disse: "O Parlamento é a Casa onde o povo discute". O povo todo não vai lá discutir toda hora com o Ministro, não vai lá fazer as suas reivindicações toda hora, mas aqui vem; todos os dias nós estamos aqui. Essa é a Casa de ressonância e tem que ser ouvida. Então aqui fica, eu não quero dizer que o Ministro não poderia fazer isso por Decreto, poderia, a Lei lhe dá essa opção, mas bom seria que a gente pudesse ter discutido; essa Casa também foi pega de surpresa, quando saiu o Decreto já estava pronto, quer dizer, nós não tivemos também a oportunidade de discutir nessa Casa.

Aí eu quero passar a alguns pontos que eu acho que são importantes. Em nenhum momento, tanto os oito anos que eu fui Deputada Federal, em nenhum momento nesse tempo que eu estou aqui como Senadora, nesses dois anos, em nenhum momento nós não colocamos as mudanças necessárias na universidade como fator de discussão; nós aceitamos isso. É claro que a universidade tem que refletir o seu tempo, é claro que a universidade tem que estar aberta para as necessidades locais, regionais, nacionais da sua época. Essa Casa tem votado, eu fui relatora aqui das mudanças na CAPES. Essa Casa tem votado sempre a favor da educação, sempre que necessário, sempre. Nunca fomos contra qualquer mudança para melhorar a educação nacional e aqui não tem ideologia. O nosso Presidente é do PT, eu sou do PSDB, e ele pode garantir que nunca estivemos em desacordo quando foi para melhorar a educação, a cultura e o esporte nacionais.

Me preocupa um pouco aí o problema do REUNI, eu quero falar em alguns aspectos, por exemplo, o problema da ampliação de vagas que nós discutimos aqui. O foco do REUNI não é no acesso. Se nós pegarmos bem o Decreto, o foco do REUNI é na conclusão e isso me preocupa muitíssimo, professor Amaro, como professora me preocupa muitíssimo. Eu concordo com tudo que foi passado aqui nas transparências, que nós aumentamos as universidades, caminhamos para o

Oeste, e eu posso dizer isso porque eu sou de Mato Grosso do Sul, da fronteira com a Bolívia e o Paraguai, e eu sei o que é não morar na Bahia, por exemplo, que fica aqui no litoral. Eu moro no outro extremo. Nós ganhamos a Universidade Federal da Grande Dourados, que foi um desmembramento da Universidade Federal, que já tinha um campus grande em Dourados, e houve esse desmembramento da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul que deu a Universidade Federal da Grande Dourados. Ótimo, para nós foi excelente, porque Dourados já fica na faixa de fronteira. Isso é importante. Agora o acesso nos preocupa porque a briga aqui e a luta aqui, e há de ser esse ano, eu pelo menos estou imbuída nisto, na melhoria do ensino médio. Eu tive uma fala esses dias aqui no Plenário colocando isso, que eu quero a melhoria da universidade, eu quero todo o recurso para a universidade, a expansão das universidades, quero tudo isso, quero a melhoria do acesso à universidade, que na nossa LDB, que eu tive a oportunidade de discutir nessa Casa quando eu era Deputada Federal e ver em 1996 a sua promulgação, dizer que nós colocamos na LDB a liberdade do acesso à universidade pela autonomia das universidades; podiam ter a liberdade, podiam fazer o tipo de acesso que achassem que era importante para a sua universidade. Mas se nós não tivermos um ensino médio diferente, com competência, nós vamos estar sempre brigando pela qualidade do ensino superior. Essa é uma questão que eu quero dizer. E como é que nós vamos melhorar, e eu acredito, vamos jogar tudo que a gente pode na melhoria do ensino médio, essa é uma garantia do Ministro, eu acredito que ele vá fazer, porque nós vamos estar aqui também para cobrar, essa é uma Casa que tem garantia de fiscalização e controle do Governo Federal, essa é a função nossa, portanto nós vamos cobrar isso também, e se o ensino médio for melhorar, Deus queira, e a evasão do ensino médio, que está altíssima, quem viu na semana passada em São Paulo a pesquisa que foi feita e que nos deixou muito preocupada, que é a evasão enorme que está no ensino médio, que não é por sala bonita, não é por equipamento, não é por merenda, não é por nada disso, é pela desmotivação, porque o aluno acha que as aulas são ruins e que não o motivam para ficar lá dentro. Essa pesquisa é da semana passada, no Estado de São Paulo, que todo mundo comenta e está comentando. Se nós vamos melhorar o ensino médio, você já pensou, Senador Flávio Arns, a quantidade de gente chegando para o ensino superior, para o acesso? Vai ser muito grande, acredito eu. Então tudo isso nos preocupa e estamos aqui discutindo o REUNI, não que somos contra, não podemos ser nada contra a qualquer projeto que venha para melhorar o ensino

superior do Brasil. Mas aí eu gostaria de perguntar: nós já temos um acesso tão pequeno de 12% no País, tão pequeno, que nos aperta o coração, eu que sou parlamentar do MERCOSUL [soa a campainha], discuto com a Argentina, com o Uruguai, com Paraguai, todas as semanas, na semana que vem, segunda e terça estarei em Assunção debatendo, sou da Comissão de Educação, até dezembro eu era Presidente da Comissão de Educação do Parlamento MERCOSUL e discuto muito com os meus colegas argentinos e sei o quanto dói até o Paraguai ter menos analfabetos do que o Brasil; o Paraguai, eu não sei se vocês sabem, a taxa de analfabetismo é menor do que a nossa. Isso dói, Senador Flávio Arns. A gente acha que o nosso País é continental, é o máximo, e na hora que a gente vai ver a educação, que tem que ser prioridade, em todas as taxas nós estamos pequenininhos.

Eu quero, também, colocar a minha preocupação no REUNI quando nós condicionamos as mudanças ao recurso que as universidades vão receber. E pareceu, reitor Amaro, uma espécie de uma chantagem, de dizer assim: "Ou vocês entram no REUNI ou vocês não vão ter dinheiro". Eu conversei hoje de manhã, tinha conversado antes de ontem, com o reitor da Universidade Federal da Grande Dourados, o professor Damião. Não consegui falar com a professora Célia, que é a reitora da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, mas conversei com o professor Damião. Ele acha que vai dar tudo certo. Qual que é a preocupação do professor Damião, da nossa Federal da Grande Dourados? É do dinheiro chegar, não ser contingenciado. O corte do orçamento do MEC foi pequeno, teve 8% de corte, realmente foi pequeno em vista do Ministério dos Esportes, que teve 85% de corte, quer dizer, inviabilizou, era melhor fechar, no meu caso eu acho que o Ministério dos Esportes era melhor fechar, desculpe a nossa professora de educação física, porque se corta quase a totalidade de recurso do Ministério, vai fazer o quê? Então ali vai ser um cabide de emprego, vai se gastar dinheiro à toa, é preferível reordenar isso para outras coisas.

A Universidade Federal de Mato Grosso do Sul tem uma falta crônica de professores, por isso que nós votamos, o senhor disse aqui, votamos tranquilamente o aumento das vagas para, principalmente, docentes das universidades federais; isso passou aqui sem nenhuma discussão. Total de votos, o meu partido, oposição, voltou inteiro, porque não podemos nem discutir, nós estamos sem professor. Agora isso ainda é para fazer um concurso e o professor deu aqui a palavra que ainda não é contratação, não garante a contratação. Então esse é outro problema que nós temos que enfrentar. Recurso que pode sim ser contingenciado e,

mais ainda, em época de crise. E, segundo, a falta de professores que ainda vai perdurar. Por quanto tempo eu não sei, eu espero que não seja por muito, que saia logo esse concurso, que esse concurso tenha logo a sua resolutividade e que nós tenhamos professores.

Eu quero, ainda, dizer que me preocupam outras coisas. Essa ideia do Bacharelado Interdisciplinar, por exemplo, é uma coisa que preocupa. Por exemplo, esses dias eu fiz um discurso também, foi uma discussão enorme porque eu tinha falado em bibliotecários, que é um curso superior, e eu sei que é um curso superior, mas eu queria dizer que nós podíamos ter técnicos, quer dizer, do ensino médio para ajudar as bibliotecas escolares, porque não temos cursos de Biblioteconomia em todos o País e as bibliotecas escolares, nós queríamos que fossem para valer mesmo, que fossem boas, e aí eu não digo das universidades, eu digo das escolas de ensino fundamental e médio que não têm. Então tínhamos que tratar disso também. Mas aí a briga também dos bibliotecários está entre os de tecnologia de informação, que seria o tecnólogo de informação, que é outro curso aí geral que administra a informação e que também, teoricamente, pode substituir os bibliotecários e os bibliotecários já estão brigando porque acham que não podem substituir, mas eu acho que isso é uma questão que tem que ser discutida, é possível que possa, talvez, tendo curriculum compatível... Tem que ser analisado. Mas tecnologia de informação, eu perguntei para várias pessoas: "O que você acha que é tecnologia de informação? Para que serve? Aonde que vai atuar? Qual é o seu campo de ação?" Aí você fala: "Não, ele pode atuar nas empresas, pode atuar nas bibliotecas, pode atuar nas escolas, ele pode atuar em tudo"; é um pouquinho de tudo. Mas isso tem que ficar bem claro.

Eu término aqui a minha fala, que já foi longa, eu tenho um monte de questões, por exemplo, das diretrizes, "o programa terá as seguintes diretrizes", não diz "poderá ter", ou que as universidades aí ficam liberadas para escolher. Não, as diretrizes estão aí para serem exercidas e, pelo que eu ouvi, serão exercidas. Nada contra a mobilidade estudantil, que eu acho inadmissível que hoje uma universidade tenha vaga num curso e uma burocracia imensa para receber alunos de outras faculdades, até particulares, que precisam entrar, ficam lá curso de química, física, que isso é um desastre, com três alunos, quatro alunos, como nós temos na Federal, é o fim nós termos uma coisa como essa, e aí não podemos nem ter mobilidade, professor Flávio, não podemos nem abrir. Por que é que não pode abrir para alunos que estão nas particulares? Por que é que há uma dificuldade e uma burocracia imensa para alu-

nos de outras universidades poderem se transferir para cursos que tenha vaga?

Eu acho que tem muita coisa boa, mas eu quero dizer que me surpreende muito a gente não pode ter podido ajudar a fazer um projeto melhor para a universidade.

E, terminando, eu quero dizer que se é uma reestruturação e expansão das universidades federais, tinha que ser por uma Lei, tinha que ser discutida aqui. Pelo menos tinha, o MEC me desculpe, mas aí eu quero fazer um louvor ao Ministro da Cultura: ele está fazendo uma mudança na Lei Rouanet, quer fazer uma proposta de mudança; ele está indo a todos os Estados. Esteve em São Paulo, que foi uma briga imensa, o Júlio ainda estava comentando comigo a briga que foi no Rio de Janeiro, que eu sei disso, na segunda-feira vão estar na minha cidade, em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, estão andando pelo País, ele está andando discutindo primeiro abertamente a mudança da Lei Rouanet para depois fazer a proposta e levar ao Presidente da República para assinar e mandar para cá. Ele espera que até agosto esteja nessa Casa, mas ele está levando, olha que não vai ser fácil. Eu sei que os estudantes brigam por aquilo que têm direito e querem, mas todos da área cultural também brigam de igual para igual, não é fácil não, não é uma briga simplezinha, e ele está se dispondo a ir brigar, discutir e já está dizendo que se há mudanças possíveis, vamos fazer.

Então eu quero terminar a minha fala dizendo que eu só sinto não termos podido discutir à época. Mas, Senador Flávio, eu acho que está na hora ainda, com essa nossa Audiência Pública, que também é bom esclarecer que ela está sendo gravada, filmada e vai passar pela TV Senado para todo o País, todo o País vai ouvir e nos ver aqui, e, além disso, dizer que talvez coubesse a essa casa uma discussão, nessa discussão séria, a gente fazer talvez propostas que possam melhorar essa reestruturação que está sendo feita na universidade, que nós não tivemos a oportunidade, essa Casa não teve a oportunidade de oferecer a sua contribuição.

Essa é a minha fala, mas se o Senador Flávio Arns me permitir, eu gostaria de fazer algumas questões que a ANDES Nacional aqui me pede. Se for possível, eu gostaria de dar a vós as questões que a ANDES está colocando, uma outra pergunta.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Se V. Exa.. quiser ler alguma pergunta ou fazer, porque a sistemática da Audiência Pública é que a gente tenha regimentalmente a fala dos expositores, os Senadores se manifestam, tem a réplica, a tréplica, se

for necessário, e, depois, os expositores se manifestam novamente. Então regimentalmente a gente--

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS):

Eu deixo então as questões da ANDES, se V. Exa.. não puder, para que ela seja anexada e eu garanto à ANDES, pelo menos isso eu posso garantir, que a gente possa estabelecer uma discussão, que eu acho que é muito importante, sobre as questões que a ANDES colocou aqui. Eu acho que nós não podemos deixar sem uma resposta e essa Comissão eu acredito que possa dar essa resposta.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Através de V. Exa.. a gente recebe as perguntas, vão ser encaminhadas as perguntas a quem de direito e providenciaremos, na medida do possível também, as respostas aos posicionamentos. Mas eu quero até dizer que quem acompanha esta Audiência Pública pela TV Senado, e a gente faz o apelo, inclusive, para que haja a manifestação junto à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, quer dizer, no caso hoje o debate é da educação, educação, cultura e esporte. Então se alguém tiver alguma dúvida, sugestão, pergunta, ponderação, pode perfeitamente, através do site aqui do Congresso Nacional e, particularmente, na Comissão nossa aqui, fazer a contribuição que desejar. Então é só uma questão regimental também.

Eu quero dizer também da minha parte, antes de passar novamente a palavra aos expositores para as considerações em função do que a Senadora Marisa Serrano colocou e perguntou, algumas colocações assim da nossa parte também. Eu havia anotado como um aspecto importante, que foi levantado nas falsas da Maíra e da Carolina, a necessidade do processo de debate. Eu acho que a Senadora Marisa Serrano já colocou essa posição e eu gostaria, assim, que houvesse algum posicionamento do que é que foi feito no período em termos do debate para a implantação do REUNI.

O segundo aspecto que eu gostaria que fosse abordado, assim nessa parte final, é a questão do que foi chamado "cursos sem formação específica", cursos generalistas e que, na verdade, não levam, de acordo com a colocação, ao mercado de trabalho, inclusive com uma dificuldade muito grande porque os cursos universitários, de uma maneira geral, eles têm que ser regulamentados para que o exercício profissional, na sequência, possa ser exercido. A gente levanta, por exemplo, a dificuldade que se tem com o curso de turismo, Turismólogo, que é um curso não regulamentado e com muitas dificuldades para o exercício profissional na sequência, porque qualquer pessoa, quando não está regulamentado o curso, qualquer pessoa pode exercer aquele trabalho. Então qual que seria, assim,

a perspectiva em termos da regulamentação do curso? E mesmo como foi colocado pela Carolina e pela Maíra também, se você tem o pós-graduação, em outros países a pessoa, o profissional, tem às vezes a possibilidade de exercer uma determinada profissão em função do curso de pós-graduação, do mestrado ou do doutorado, mas aqui no Brasil ainda isso não acontece, inclusive o pós-graduação, em muitos sentidos, naturalmente podemos mudar, ter alterações, mas o pós-graduação está atrelado à área da graduação. Então como é que isto aconteceria em termos, assim, desta regulamentação?

Nesse item eu achei assim, também foi levantado pela Maíra e pela Carolina, no art. 2º, inciso IV. “Art. 2º – o programa terá as seguintes diretrizes; inciso IV – diversificação das modalidades de graduação preferencialmente não voltadas à profissionalização”. Aí eu fiquei pensando: realmente é um problema esse, quer dizer, diversificação das modalidades de graduação, mas preferencialmente não voltadas à profissionalização precoce e especializada. Isso eu sei que é muito comum em outros países, inclusive nos Estados Unidos eu sei que isto é bastante comum, eu também fiz o meu pós-graduação lá nos Estados Unidos, o doutorado em Linguística, e eu observava que isto era bastante comum, mas no Brasil não faz parte, vamos dizer, da nossa cultura, pelo menos por enquanto, essa questão de não voltar-se à formação para a profissão. Então eu gostaria, assim, de alguma explicação.

Eu fiquei um pouco na dúvida em termos do orçamento, que a gente sabe que os recursos aumentaram, mas eu gostaria assim de saber se proporcionalmente aumentaram em termos do aumento do número de alunos, das necessidades. Até eu pediria, na sequência, que a Secretaria da Comissão enviasse esses dados para a nossa consultoria do Senado para fazermos uma análise mais detalhada, mais profunda, o aumento de demanda, aumento de recursos, se acompanhou, não é Senadora Marisa Serrana, esse processo todo assim de expansão.

Agora eu quero dizer que o que uniu as pessoas nessa mesa em relação a esse terceiro item, em relação a todos os itens, é que como a Senadora Marisa já colocou ninguém é contra absolutamente a expansão do ensino superior, melhoria de qualidade, descentralização, alternativas de acesso, permanência. Eu acho que tudo todo mundo é a favor. Agora só existem dúvidas em relação à questão do orçamento e do orçamento do ponto de vista, quer dizer, e aquelas universidades que não aderissem eventualmente, quer dizer, usando as palavras que foram utilizadas no decorrer das falas, havia uma indução financeira para que as pessoas, as instituições de ensino superior

aderissem. Havia, assim, algum problema se a universidade dissesse: “Não, eu acho que eu vou deixar mais para frente isto”. Havia assim algum corte de recursos, alguma coisa nesse sentido? Quer dizer, quando há uma indução os reitores certamente já sabem: “Ou eu aceito isso aqui ou eu vou ficar sem dinheiro na sequência”, mas não sendo contra também. Me parece que estas observações que foram feitas pela Maíra e pela Carolina são as observações que levam a essas preocupações, não propriamente dizer: “Não, vamos aproveitar as vagas, vamos melhorar, vamos ver”. E no fundo, se existe algum trabalho, naturalmente que existe, porque eu acho que o sistema de avaliação hoje tanto da educação básica, do ensino fundamental, no ensino superior se aprimorou, mas foram levantadas situações em que existe uma precariedade muito grande: falta de biblioteca, falta de livros, falta de assistência, falta de professor, professor não contratado, falta de sala de aula, um setor da universidade em situação privilegiada e os próprios alunos dizendo isto: “O nosso está bom, mas se nós olharmos o campus aqui existe esta dificuldade”, quer dizer, como é que esta questão desses indicadores de qualidade estão sendo acompanhados pela ANDIFES, por um lado, pelo MEC no outro, por outro lado. E eu falo assim com absoluta tranquilidade porque eu sou professor também lá da Federal do Paraná, licenciado em função do mandato parlamentar. Então o que a gente quer, pensando na Universidade Federal do Paraná, é que esteja dentro daqueles objetivos gerais enfatizados tanto pelo professor Amaro como também pelo Dr. Rodrigo assim no sentido de estar, a universidade, sintonizada com a sociedade, com a comunidade, interagindo, buscando a qualidade, a formação, atendendo às necessidades nesse contínuo que foi muito bem colocado. Nós temos que pensar no processo de educação desde a educação infantil, o ensino fundamental, médio, profissional, superior, pós-graduação. Em tudo isso eu acho que nós estamos de acordo.

Então as preocupações são, se eu pudesse assim dizer, quatro preocupações: o primeiro é o processo de debate, e o processo de debate eu penso: se não aconteceu naquela época, como é que pode acontecer nesse acompanhamento permanente? Porque todo processo tem que ser debatido; essa é a primeira. A segunda preocupação: cursos sem formação específica. Isto está enfatizado, inclusive, no Decreto, e se isto está de acordo com aquilo que o Brasil precisa; me parece difícil de entender. O terceiro aspecto é a questão do orçamento, orçamento adequado ou não, o atrelamento a isto. E a ênfase para a qualidade, como é que o MEC está acompanhando o REUNI, e está acompanhando certamente, mas para esclarecer aos

presentes e àqueles que nos acompanham pela TV Senado, pela Rádio Senado, pelo Jornal do Senado, pela Agência do Senado, por todos os veículos de comunicação do Senado Federal, como é que esta qualidade está sendo verificada, porque o que foi dito pelos estudantes, também representantes dos estudantes e profissionais, dizendo assim: “Não, a gente quer qualidade”. Então nesse sentido é que eu gostaria assim de apontar, me parece, as dificuldades, e dizer, inclusive, como a Senadora Marisa colocou, que a Audiência Pública é um momento importante. A partir deste momento a gente pretende assim que esse assunto seja esmiuçado, os detalhes detalhados, que a gente possa ter assim esses levantamentos de uma maneira mais adequada até para que a sociedade pergunte para a gente e a gente possa dizer: “Não, foi feito isto, foi feito esse levantamento, tal iniciativa está sendo colocada, o debate está acontecendo”, seja lá o que for. Então são os questionamentos da minha parte. Parece que a Senadora Marisa ia completar também.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS):

Mais uma perguntinha para complementar a que a V. Exa. colocou. Outra preocupação que eu deixei de falar é que se a preocupação aqui é com a conclusão média, se as universidades vão ter que obrigatoriamente ter um percentual que vai ter que sair da universidade, se isso não vai induzir em dizer: “Bom, entrou, agora de qualquer jeito nós temos que botar para fora”, quer dizer, os alunos têm que sair porque está condicionado a isso o REUNI, pelo menos foi o que eu entendi. Se está condicionado à conclusão e não ao acesso, por um sentido é bom porque a universidade vai ter que achar meio de que o aluno não se evada, isso que saiu do ensino médio de São Paulo na semana passada na pesquisa feita em São Paulo, quer dizer, o desinteresse do aluno; a universidade vai ter que dar um jeito que o aluno não se desinteresse, porque ele vai ter que sair da universidade, mas condicionar também a isso é um problema, hein Senador Flávio, porque eu não sei, na minha cabeça não entrou ainda como fazer, porque que elas vão ter que garantir a saída.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Muito bem. Eu passo, inicialmente, a palavra ao professor Amaro.

SR. AMARO HENRIQUE PESSOA LINS: Um ponto extremamente importante que o Senador Flávio Arns e a Senadora Marisa Serrano já colocaram é perceber exatamente a identificação das posições de todos que tiveram a oportunidade de se manifestar hoje. Somos todos favoráveis à expansão da educação superior com qualidade para a inclusão dos jovens desse País; esse é um ponto importante que nós temos como conclusão já aqui nessa oportunidade.

Eu gostaria de mencionar um pouco o histórico do Programa REUNI. Em 2003, a ANDIFES preparou um documento e nós tivemos uma audiência com o Presidente da República, entregamos ao Presidente um documento: as universidades federais se comprometem a dobrar o número de vagas se ela tiver a contrapartida de recursos financeiros e recursos humanos para isso. Discutimos com o MEC e discutimos com o Governo, nas diversas instâncias, essa possibilidade. Então posteriormente o Ministério da Educação, e aí eu gostaria de mais uma vez fazer um elogio público ao Ministro Fernando Haddad, que é uma pessoa que tem uma grande percepção do papel da educação e um diálogo sempre aberto, e esse foi um ponto central para que nós pudéssemos fazer essa construção. Por quê? Inicialmente o Ministro levou para a discussão no Plenário(F) da ANDIFES uma proposta básica e nós consideramos que aquela proposta realmente não podia sequer ser apresentada e discutida dentro das universidades. Por quê? Porque ela não atendia a proposta que a ANDIFES estava fazendo. Então depois de várias discussões em todo o País, dentro das universidades, nós conseguimos melhorar aquela proposta que estava sendo apresentada inicialmente e que no final nos pareceu uma proposta bastante razoável para o que se queria. Por quê? Porque nós, reitores, sabíamos da necessidade urgente de fazer a expansão da educação superior pública. Eu sou de Pernambuco e toda vez que eu vou ao interior do Estado, comove perceber a quantidade de jovens extremamente talentosos. Nas Olimpíadas de Matemática nós vemos o aluno lá do sertão: ele consegue uma medalha de ouro na Olimpíada de Matemática e muitas vezes ele não teve professor de matemática; isso é que é duro. Por quê? Porque nós sabemos hoje que principalmente no interior, na escola básica, a Senadora colocou com muita propriedade, a escola básica não tem um professor que tenha formação na área e muitas vezes as escolas não têm professor de física, química e matemática por quê? Porque há um déficit hoje no País de 250 mil professores nessas áreas, o que é extremamente crítico. Então percebendo essa necessidade nós fizemos essa proposta e assumimos o compromisso, tanto é que foi importante que em 2005 nós criamos o Campus do Agreste. Senadora, no nosso Conselho Universitário as pessoas diziam: eu me recuso a autorizar, aprovar no Conselho a criação de um curso que vai funcionar dentro de um shopping, inicialmente, porque nós começamos o curso dentro de um shopping de Caruaru, um shopping de confecções. E quando as pessoas diziam isso eu lembrava o seguinte: que na época da guerra os países europeus, e de modo muito particular a Inglaterra, onde tive a

oportunidade de estudar um tempo, na Inglaterra foi feito o seguinte: as aulas vão continuar no túnel do metrô. As aulas não foram paralisadas durante a guerra. Tem um filme muito interessante, Esperança e Glória, que quem não viu ainda eu sugeriria que assistisse, a guerra lá fora destruindo e as famílias dizendo, os meninos diziam: "Para que eu vou para a aula se nós vamos todo morrer?". E o pai de família dizia: "Olha, a guerra vai passar e o futuro só vai haver se vocês forem para a escola, se tiver educação", e a mesma coisa eu dizia: "Pessoal, é muito melhor você temporariamente, por um ano ou dois anos, dar aula dentro de um shopping do que negar a esses jovens a oportunidade de ter acesso à educação superior, porque se formos esperar daqui dois ou três anos ou quatro anos uma geração já se perdeu". Então esse foi o elemento motivador para que nós, de fato, e digo que esse preciso ainda melhorar esse projeto. Eu vejo com muitos bons olhos quando os Senadores, o Presidente, a Senadora Marisa, dizem: "É preciso continuar essa discussão"; é necessário. Nós precisamos aperfeiçoar esse projeto, ele não é um projeto acabado. Nós precisamos. Eu creio que a Comissão de Educação faz muito bem, quando traz para a discussão nesse Plenário, que podemos aperfeiçoar e muito ainda o projeto em diversos aspectos.

A questão que foi colocada do foco na conclusão, a ideia é que nós tenhamos, primeiro, a ampliação das vagas, mas não é justo você ter na universidade, por exemplo, 30% a 40% das vagas ociosas porque tem muita grande quantidade de jovens aguardando uma oportunidade; então nós não concordamos que essas vagas não sejam aproveitadas. É preciso de fato, é muito difícil hoje, dentro da universidade ainda, você receber um jovem de uma escola privada e nós precisamos ampliar esse acesso. É preciso, pelos editais, ingresso extravestibular, permitir que jovens que estão na educação privada ou na educação pública que querem preencher essas vagas, a migração interna, muitas vezes o jovem entra para fazer fonoaudiologia, mas depois acha que quer fazer dança. É possível fazer isso, nós precisamos criar mecanismos para aproveitar bem essas vagas e dar oportunidade para que os talentos possam se manifestar. Agora eu confesso que é preciso discutir realmente esses indicadores. É possível chegar a 90%? Vamos ver, estamos fazendo o possível. Se não, o Comitê de Acompanhamento, que o professor Rodrigo deve falar com mais propriedade, ele deve estar atento para essas questões. Se não for possível dentro de um prazo atingir essas metas, vamos reavaliar e definir o que é preciso fazer para, num prazo maior, atingir essas metas.

A questão do REUNI, eu acho que um dos grandes pontos e que nós fizemos questão absoluta é que precisa haver integração ensino básico, ensino superior, graduação e pós-graduação [soa a campanha]. Então esse é um ponto importante, tanto é que a ampliação da licenciatura foi da ordem de 70% pela importância de você formar bons professores. E quando o Congresso Nacional aprovou o piso salarial dos professores, foi um passo importantíssimo para o País. Esperamos que em breve possa ampliar esse piso, que ainda é muito baixo para profissionais tão importantes para o nosso País.

Realmente a questão dos recursos, quando foi colocado, olha, os recursos são de tanto, entra quem achar adequado, e foi outro ponto importante, que embora o prazo tenha sido curto nós tivemos a oportunidade de discutir, dentro da universidade, na minha universidade todas as unidades tiveram a oportunidade de discutir o projeto e apresentar as suas propostas. E outro ponto: os recursos que foram alocados no Projeto REUNI, eles vão entender não apenas quem apresentou o Projeto de REUNI; esse é um ponto importante. Por exemplo, Pernambuco, na minha universidade, 40% dos estudantes têm renda familiar menor que novecentos e cinquenta reais. É enorme esse percentual. Nós construímos, dobramos o número de vagas na residência estudantil feminina, ampliamos em 50% a casa do estudante masculina e estamos construindo duas novas unidades de residência estudantil nos campus do interior. E esse ano estamos inaugurando restaurante universitário que vai subsidiar a refeição dos estudantes, principalmente os carentes, o nosso objetivo era isentar da taxa aqueles alunos mais carentes, e isso graças em grande parte ao REUNI. O dinheiro que veio para melhorar os cursos que apresentaram proposta, vai também repercutir para os demais alunos, até para os cursos que não participaram do projeto REUNI.

E um outro ponto muito importante, eu acho que o Senado pode dar uma grande contribuição, que os representantes estudantis colocaram e eu concordo plenamente, precisamos ampliar o Programa Nacional da Assistência Estudantil, que hoje nós temos 200 milhões. É preciso ampliar para 400 milhões, como vocês colocam. É preciso por quê? Porque o número de alunos que precisam dessa assistência é imenso e não adianta colocar na universidade esses alunos se nós não tivermos condições de ofertar esses cursos com apoio para que eles tenham refeições, que possam morar dignamente, para que eles possam ter as passagens que eles precisam, material escolar, ampliar a infraestrutura das bibliotecas; é preciso. Nós vamos precisar, ainda, de recursos para melhorar esse

programa e atender a um número ainda muito maior de estudantes.

Uma questão central, eu gostaria de pegar esse ponto, que eu creio que é o foco da discussão, os bacharelados interdisciplinares, quando o Senador Flávio Arns coloca nos Estados Unidos um modelo, eu tive a oportunidade de fazer parte do meu doutorado na Universidade de Oxford, que é uma das universidades mais importantes, é a origem da universidade europeia, depois lá do início de Bolonha, e na universidade de Oxford a formação do engenheiro, que é a minha área específica, é uma formação de três anos. E eu me perguntava, eu já estava com trinta e seis anos naquela época: "Por que eu estou fazendo o doutorado com meninos de vinte e dois, vinte e três anos?" A explicação é simples: que quando eles estão no ensino básico, eles escolhem ainda no ensino básico se querem ir para a profissionalização ou para a universidade. Quando eles ingressam na universidade, eles escolhem: "Eu quero ter uma formação profissional", aí eles vão ter que passar pelo menos dois anos tendo tanto disciplinas profissionais quanto praticando e vão apresentar depois ao Conselho de Engenharia, fazer uma prova depois de dois anos para saber se são profissionais, e muitos deles jamais querem fazer essa prova? Por quê? Eles vão fazer o mestrado e o doutorado, por isso que eu tinha colegas com vinte e três anos; eles terminavam três anos de graduação e iam direto para o doutorado. Eles não eram autorizados a projetar pontes e edifício, mas eles são excelentes doutores e que ainda hoje a Inglaterra mantém esse sistema, que vai muito próximo da proposta de Bolonha. Então era mais ou menos essa formação que eles tinham e no Brasil eu acho muito positivo que as universidades tenham novas experiências, agora sejam fundamentadas e acompanhadas. Eu acho que é fundamental esse ponto. Qual o resultado, o que vai acontecer? Primeiro, os coordenadores, as respostas que eles deram, não é adequado dizer que não serve para nada. Como? A proposta é a seguinte: é que dentro desses bacharelados interdisciplinares os estudantes possam ter uma visão macro e que todo cidadão precisa, principalmente no nível superior, e aí a Constituição diz que a educação superior é para dar uma formação cidadã e para que o jovem possa ser um elemento crítico da sociedade, ele possa não apenas ser um espectador, mas possa ser um ator. Então é por isso que se imagina esse Bacharelado Interdisciplinar amplo e, depois desse período inicial de três anos, ele pode ter uma formação profissional. Se é adequado, Senador, honestamente eu não teria uma resposta agora para dizer; vai ser um sucesso como o caso da formação do tecnólogo em formação,

qual é o papel realmente? Nós precisamos refletir mais sobre esse ponto, até mesmo porque uma parte das universidades adotou esse modelo e outras não e precisamos então aprofundar. Por exemplo, o jornalista, ele não tem o registro como os profissionais da informática, vários outros, e por que não? Precisamos então discutir essas questões e estimular essa visão de novos modelos para que a gente possa aperfeiçoar dentro de uma fundamentação.

Os indicadores, eles deverão ser acompanhados por essa Comissão que o MEC tem, o processo de debate eu acho extremamente positivo e a ANDIFES se coloca à disposição, quantas vezes nós fomos solicitados. Eu estive aqui há três semanas atrás, na Comissão de Constituição e Justiça, discutindo exatamente um outro ponto importante, que são as quotas nas universidades. Eu acho importante acompanhar esse processo. E essa formação final eu diria que poderia ser tema de uma discussão específica e a ANDIFES até se dispõe a dar início a esse processo. Gostaria de convidar inclusive os Senadores para discutirmos isso aqui, aprofundarmos mais esse debate.

Quanto ao orçamento, eu vou ser muito franco, nós precisamos de mais recursos para implementar. Por quê? Porque quando iniciamos o processo nós tínhamos em vista, por exemplo, a universidade propôs dezenove novos cursos, mas quando iniciamos o processo nós vimos que é possível hoje, ao invés de dezessete, fazer mais. Poxa, é milagre? Não, não é milagre. Primeiro, nós otimizamos a infraestrutura que nós tínhamos e estamos construindo as novas edificações que vão melhorar e muito as condições de oferta dos cursos da universidade. A infraestrutura nova vai ser utilizada pelos novos cursos e para os cursos existentes. Por exemplo, cursos noturnos, como nós vimos as universidades federais tinham um percentual ainda pequeno de cursos noturnos e com a criação dos novos cursos nós vamos otimizar a utilização dos recursos humanos e recursos materiais.

Então eu gostaria de finalizar dizendo que é um processo ainda em construção. Eu acho que nós podemos ainda melhorar esse projeto. Agora dizer: nós nas universidades estamos trabalhando vinte e quatro horas por dia e eu quero ser fático: nós nunca trabalhamos tanto como estamos hoje para implementar esse projeto à altura das necessidades do País e para que os jovens brasileiros possam realmente ter presente e ter futuro. Esse é o compromisso das nossas universidades e nós faremos o possível e o impossível para a grande transformação do Brasil através da educação.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS):

Professor Flávio, eu queria só pedir--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS**(PT-PR):** Senadora Marisa.**SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS):**

--autorização e licença, eu tenho uma fisioterapia agora, como vocês sabem eu estou com a minha perna aqui em cima, e se me permitem, já é 13h30, eu gostaria de pedir desculpas, mas dizer que essa é uma questão tão importante, disse ao Júlio que nós temos tudo gravado, eu quero ouvir todas as posições, como pedir também ao Júlio que nós pudéssemos ouvir, Senador Flávio Arns, tudo que a Comissão de Constituição e Justiça – e o reitor acabou de falar – está discutindo sobre quotas, porque afinal de contas lá era a constitucionalidade e juridicidade, mas lá estão discutindo o mérito, e como o mérito é questão nossa, dessa nossa Comissão, é justo que a gente tenha acesso também a todo esse trabalho, a todas essas Audiências que foram feitas lá porque não vamos ser redundantes e o reitor não vai ser necessário voltar aqui para falar a mesma coisa que falou na sala vizinha. Então aí eu acho que nós temos que reunir todo esse arcabouço para nós termos também aqui a nossa ideia a respeito de quotas que, afinal de contas, nós vamos ter que votar aqui também.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS**(PT-PR):** Exatamente. Eu quero lembrar que há discussão do projeto na Comissão de Constituição e Justiça, o projeto posteriormente seguirá para a Comissão de Direitos Humanos e, na sequência, aqui para a nossa Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Então nós vamos fazer, é claro que eu acho que seria bom ter um estudo para afinarmos, convergirmos assim para pontos mais específicos.

Eu quero lembrar também, Senadora Marisa, que na terça-feira nós teremos a presença do Ministro da Educação aqui na Comissão, dez horas da manhã, discutindo diretrizes, políticas e, entre elas, sem dúvida alguma, a questão de quotas, a questão do vestibular, a questão do REUNI e outros temas, o orçamento, lógico, tudo isso sem o orçamento não... E quando fala só 8%, quer dizer, 8% de 40 bilhões, o orçamento é 40 bilhões. Havendo a desvinculação do DRU nós teríamos mais 8 ou 9 bilhões, iríamos para 50, mas cortando, não temos a DRU ainda, porque ainda está em tramitação, quer dizer, temos a DRU, mas não a desvinculação da DRU, da educação da DRU, quer dizer, 8% de 40 bilhões são quase 4 bilhões, 3,5 bilhões.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS):

Eu já queria também me desculpar--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS**(PT-PR):** Por isso que eu estranhei quando colocaram 1,1, eu digo: mas não é 1,1; vocês foram conservadoras.**SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS):**

Eu só queria também pedir desculpas, Senador Flávio, que eu não vou estar aqui no dia do Ministro Haddad. Eu sinto imensamente. Ele foi à Montevideú, fez uma palestra muito boa para todos nós lá, não vou poder estar aqui, como também não vou poder estar em Campo Grande com o Ministro Juca, da Cultura, que nesse dia vai estar lá. Eu fico extremamente dividida, mas a gente não pode estar esse três lugares ao mesmo tempo. Como eu sou parlamentar também do MERCOSUL, não tem como deixar de estar lá, eu vou relatar vários projetos e fica difícil. Eu peço desculpas também por não estar aqui junto com o Ministro Haddad.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS**(PT-PR):** Mas está justificado, é, assim, um compromisso dos mais importantes. Passo a palavra agora à Maíra Gentil. Vamos fazer a mesma ordem das apresentações.**SRA. MAÍRA GENTIL:** Obrigada. Bom, algumas questões que foram tocadas, que eu queria centrar aqui. Primeiro, o representante do MEC colocou que os modelos apresentados foram apresentados sem a imposição para serem discutidos na universidade e que o MEC prioriza a questão da autonomia das universidades. Mas aí eu coloco uma questão, eu fui inclusive aqui para as diretrizes do REUNI, apresentada pelo próprio Ministério da Educação, que coloca realmente a participação no REUNI é voluntária, consistindo em uma opção das universidades federais que desejam aprimorar a qualidade e a quantidade de sua oferta. Só que o que eu coloco é que, até pelos dados que foram apresentados, tanto pelo representante da AN-DIFES quanto pelo MEC, a situação hoje das universidades federais é: qual é a universidade federal que não quer aprimorar a sua qualidade e a quantidade na sua oferta? Na situação que a gente tem hoje, que já foi relatado, de falta de assistência estudantil, de falta de professores, de funcionários, de total precarização do ensino superior público, qual é a universidade que não quer melhorar a sua qualidade e a sua quantidade? Só que tem um detalhe que a própria diretrizes coloca e que é o seguinte na parte de diretrizes para a apresentação de propostas: as propostas apresentadas devem contemplar e atender as diretrizes descritas no art. 2º do Decreto 6.096/2007, ou seja, inclusive ressalta que é fundamental atender o art. 2º, que é esse que a gente fala da diversificação das modalidades de graduação preferencialmente não voltadas à profissionalização precoce e especializadas, ou seja, aí eu concordo muito com a Senadora quando ela coloca que isso concretamente é uma chantagem, porque ele coloca: "Não, voluntariamente quem quiser adere, quem quiser melhorar a qualidade, quem quiser am-

pliar vagas adere; porém, tem que estar nas diretrizes descritas no art. 2º”, ou seja, diversificar as modalidades não voltadas para a profissionalização precoce e a especialidade. Então isso para a gente é o grande “X” da questão, que está aqui a chantagem que a Senadora descreveu.

Em relação a uma questão que o Senador Flávio colocou, a própria diretriz responde: caso uma universidade não ingresse no programa em 2008, os recursos a ela previstos poderão ser realocados para outras instituições que ingressarem no programa. Então isso é uma questão também: se você aderir, você tem a verba; se você não aderir, continue aí do jeito que está.

A questão dos cortes estão acontecendo. A Senadora já colocou, eu cito outro exemplo da Universidade Federal de São Carlos que não recebeu 25% da verba destinada esse ano e que, por exemplo, o laboratório de informática não está funcionando.

Bom, diante desse quadro eu coloco algumas questões. Primeiro, que autonomia é essa da universidade? Que autonomia é essa que se coloca numa situação dessa? Não tem professor, não tem assistência estudantil, está precisando de mais funcionários, eles estão dizendo que vai vir verba, mas eu tenho que aderir ao art. 2º. Então eu vou ter que aderir, que está precisando de verba. Então que autonomia é essa? E aí eu coloco que uma questão central, e aí eu falo como estudante de uma universidade federal, que os estudantes não saem depois do tempo previsto porque eles estão, assim, não estão ainda conscientes do que eles querem. Eu entrei numa turma de trinta estudantes, comigo se formaram quinze, mas não foram quinze que deixaram de se formar porque foram fazer medicina. Não, no máximo três pessoas. Os outros tantos trancaram o curso e não fizeram em quatro, fizeram em seis, fizeram em mais anos porque não tinha assistência estudantil, eles precisavam trancar as matérias, o meu curso era de manhã até de noite no primeiro semestre, tinha que trancar para trabalhar. Eu fui uma das únicas, assim, das sortudas que tive uma bolsa, das poucas bolsas que existe na universidade, por isso eu fiz em quatro anos, mas os outros não trancaram porque não sabiam o que é que queriam da vida e foi fazer medicina, fazer outra coisa. Trancaram porque tinham que trabalhar para conseguir se manter na universidade federal. Então isso é uma grande questão. E aí eu coloco que é uma disparidade muito grande o REUNI anunciar verbas para o assistência estudantil, só que as verbas que o REUNI anuncia não dá conta nem da situação que estava antes do REUNI; 130 milhões não dá conta de assistência estudantil para o jeito estava antes e imagine duplicando, aumentando

em 100% do número de vagas. Então é extremamente complicado isso.

Coloco também a questão da contratação dos professores, que tem essa possibilidade, mas não é garantia que vai contratar. A gente viu um relato de um curso de universidade de gênero que foi criado na UFBA e que tem três professores. Um curso profissionalizante é criado com três professores. O curso de fonoaudiologia duplicou o número de vagas esse ano, duplicou e aumentou para um o número de professores contratados; os próprios professores do curso, que foram a favor de aderir ao REUNI, hoje estão assim... A proposta deles concretamente deles hoje é: “A gente vai ter que diminuir a carga horária do curso para poder tempo de a gente dar um bocado de matéria ao mesmo tempo no ano”; então é extremamente complicado.

E aí o que eu queria colocar, que dentro desse quadro, é muito na linha do que a Carol falou: se a gente tem consciência de que é preciso ampliar o número de vagas, se a gente defende que a formação profissional seja além daquela formação específica, mas que tenha uma formação humanista, crítica e reflexiva não só pelo profissional, mas para contribuir de alguma forma com a sociedade que a gente vive, por que é que essa ampliação de vagas, por que é que essa ampliação de verbas, por que é que essa formação não pode ser pensada dentro de um curso profissional? Por que é que a gente não pode aumentar as vagas dentro de um curso profissional e garantir que o meu curriculum seja reformulado, por exemplo, para que não veja só as questões voltadas especificamente para a fonoaudiologia, mas que eu possa pegar outras matérias em outros institutos? Por que é que a gente não pode fazer isso se a gente tem... Se o Presidente Lula tem uma popularidade grande a ponto de colocar um Decreto, por que é que não ele tem a possibilidade de reestruturar os curriculuns? Que a gente tenha uma formação sim humanista, crítica, de qualidade, que abranja várias áreas do conhecimento e que isso não precise concretamente destruir os diplomas profissionais, porque a situação dos Estados Unidos é uma e a situação do Brasil é outra. Hoje eu tenho um diploma profissional e eu não tenho a garantia de um emprego. Imagine um bacharel na área de saúde. Eu fico me perguntando: aonde esse estudando vai trabalhar? Ele não é enfermeiro, ele não é fonoaudiólogo, ele não é farmacêutico, ele não é médico, ele não é nutricionista. Aonde que esse estudante vai trabalhar, um bacharel em saúde? Então essa é a grande preocupação nossa.

E aí nesse sentido, aproveitando que a gente está tramitada pela Rede Senado, a gente queria declarar

assim o nosso total apoio e defesa irrestrita dos estudantes que já entraram pelos bacharelados interdisciplinares; de maneira nenhuma a gente quer que esses estudantes saiam da universidade, que são concorrentes nossos. Não, de maneira nenhuma. A gente defende esses estudantes e a gente defende que todos eles, todos os que entraram, todos os 980 que entraram na UFBA, por exemplo, tenham garantia que no final do curso eles vão fazer o curso que eles escolherem e não que eles vão ter que concorrer entre si e no final dos três anos e meio vão ter que fazer um novo vestibular. Se conseguirem, eles vão virar professor, enfim; se não conseguirem, vão se contatar com um diploma de bacharel. É a primeira coisa [soa a campainha], garantir que todo mundo tenha acesso a uma formação de qualidade e a um diploma profissional. E, segundo, quando a gente coloca essa questão da revogação desse item, é nesse sentido de não aceitar mais essa chantagem e não aceitar que outros estudantes entrem com a formação desqualificada nesse sentido, sem acesso a um de diploma. Como eu falei, eu tenho um diploma e não tenho garantia de um emprego; imagine um estudante que não tem um diploma profissional, onde que ele vai trabalhar? É uma dúvida que ainda não me foi respondida. Eu quero saber onde é que um estudante do curso de Bacharelado Interdisciplinar em saúde vai trabalhar? É uma questão.

E, por fim, colocar que a gente, dentro dessa lógica de defender a reformulação dos curriculuns para que a gente... A gente quer, eu sinto falta, hoje eu estou numa estrada em educação e eu vejo que na minha graduação eu não vi nada de educação, apesar de que eu sou uma profissional que teoricamente teria que trabalhar com educação. Então eu sinto falta de ter visto mais de educação, de sociologia, de filosofia, de arte, de música; sinto falta e defendi isso, que a gente reformule os nossos curriculuns para ter uma formação mais crítica. A gente tem relatos, eu queria salientar a presença de uma estudante do BI de Humanidades da UFBA, que está ali, que ela colocou: "Eu entrei porque eu tenho essa vontade de ter essa formação crítica, reflexiva, e eu não vejo isso nos cursos de graduação normais, mas eu quero ter o meu diploma profissional no final do curso". Então por que a gente não pode fazer essa mudança?

E, por fim, exigir a vinda de verbas sim. Tem verba, está claro, tem verba para vir para o REUNI. O representante do MEC colocou, se eu não me engano, 8 bilhões. Se tem verba, por que é que tem que vir com chantagem? Se tem verba, por que é que ela não pode vir diretamente para a construção de residências, restaurantes, assistência estudantil, etc., contratação de professores, de funcionários. Por que é que ela

tem que vir apenas se a gente aceitar o tal do art. 2º, que está claro isso nas diretrizes, e, principalmente, a questão do Item 4, da questão da diversificação das modalidades.

Aí eu faço um apelo a essa Casa, que eu acho bastante positivo que agora esteja sendo aberta essa discussão, faço um apelo para que se comprometa nessa reivindicação junto com a gente, que não permita que a nossa formação e o nosso diploma sejam desqualificados. É essa, como eu falei no início da minha preocupação, o que une os estudantes hoje, o que a gente está aqui falando, está representando, é essencialmente a defesa da nossa formação e dos nossos diplomas profissionais. A gente pode ter divergências entre si, entre os estudantes, têm em todas as categorias, mas o que une a gente é a defesa irrestrita da nossa formação e dos nossos diplomas profissionais. Eu queria que essas questões fossem abordadas, principalmente pelo representante do MEC, porque eu não consigo ainda responder o que é que um bacharel, nessas áreas, vai fazer no mercado de trabalho no Brasil, no Brasil, porque o REUNI foi decretado, decretado no Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agradeço a participação da Maíra e passo, em seguida, a palavra à Carolina Pinho para também os posicionamentos.

SRA. CAROLINA PINHO: Então primeiro eu gostaria de registrar que os estudantes também estão ali nervosos, todo mundo querendo perguntar e aí eu vou tentar aqui, primeiro, colocar algumas questões que são importantes de a gente debater, dentro da linha do que a gente falou no primeiro momento e, também, colocar outras questões que a gente deve se debruçar assim.

Primeiro em relação ao registro da presença de algumas pessoas, o estudante Vinícius, que é diretor de Universidades Públicas da UNE, que coloca também essa questão da política de permanência como essencial na garantia de uma qualidade de formação. Então como é que a gente vai poder falar em qualidade de informação se a gente não tem a garantia de permanência dessas pessoas? E aí a gente vê bem o exemplo bem na UFBA: a gente colocou mais de mil estudantes para dentro e a gente não tem restaurante universitário, só para poder registrar. O restaurante universitário, que tem projeção de ser construído na UFBA, hoje não funcionaria nem para a quantidade de estudantes que tinha o ano passado. Então com a quantidade de verbas que vai vir a gente coloca ainda um outro problema essencial: com que qualidade o ensino se garante com o estudante que tem que pagar oito, dez reais num prato de almoço por dia?

Eu, pelo menos, concluí a minha graduação na UFBA fazendo um lanche, eu comia um pastel, custava R\$ 1,70 com um suco, e quanto maior era o pastel mais a gente segurava até de noite. Então é essa a condição de qualidade de formação que se dá ao estudante? Sinceramente não é isso que a gente defende.

Só que existem outras questões que, para nós, eu acho que são centrais, e central é a gente caracterizar de que os objetivos colocados aqui, em todas as falsas, são objetivos que são consensuais: é a manutenção da qualidade, é a ampliação das vagas, a garantia de que vai ter contratação de professor, a mobilidade estudantil é importante dentro critério que foi colocado aí de a gente ocupar as vagas ociosas, a gente sabe que existem algumas vagas ociosas, e eu acho que é importante registrar o que a maioria falou: as vagas ociosas não são por conta daquelas pessoas que estão indo incisas do que vão fazer, que uma pessoa que enfrenta uma concorrência de cinquenta para um numa vaga, dificilmente, são poucos os que têm coragem de falar: "Olha, hoje eu cansei desse curso e vou para casa". Tem muita gente que às vezes faz, mas a gente sabe que a maioria absoluta é pela falta de condição da universidade de oferecer uma estrutura de permanência àquela pessoa que não tem às vezes um professor para poder dar uma aula com qualidade, não tem uma condição física, uma condição material de permanecer ali.

Então eu acho que é importante a gente registrar isso, que essas questões de acesso e permanência, quantidade de vagas e de verbas são consensuais, mas, sinceramente, pelas questões colocadas aí no Livro Cinza, os relatos que a gente vem vendo, o que está apontando o REUNI? O REUNI realmente está apontando para a solução desses problemas? Eu quero saber em qual desses relatos a gente pode identificar de que o REUNI pode resolver os problemas? Em todos os relatos que a gente vê de pessoas que defendem que o REUNI está resolvendo, é: "O REUNI não é o ideal, a gente sabe que tem um monte de problema, mas resolve porque aumentou as vagas". Aí a gente diz: "As vagas são possíveis de ser aumentadas, a gente não precisa nem esperar, se a verba que existe vier, se a verba for aplicada onde tem que ser aplicada". Se não houver corte de verbas pode ser aumentado o número de vagas? Pode ser aumento o número de vagas. Precisa quebrar o diploma? Não precisa, a gente sabe disso, ou seja, a gente não está negando a necessidade, mas a gente coloca e questiona: O REUNI pode resolver esses problemas? Na nossa opinião, sinceramente, em cima dos fatos, a gente identifica que não.

Aí eu gostaria, inclusive, de destacar a importância dos números que são trazidos de ampliação das vagas na universidade. Eu acho que tem que ser reconhecido que realmente aumentou. E aí o que é que tem sido feito para poder aumentar? É esse o questionamento que a gente faz, o que esses números significam, ou seja, a gente pega o número do ano passado e pega o número desse ano: o que esses números significam? Esses números significam que daqui há cinco anos a gente vai ter profissionais que se formaram qualificadamente e vão poder contribuir com o mercado de trabalho? A gente vai ter profissionais que se formaram, que vão ter condições de se inserir como um profissional qualificado para poder contribuir com o desenvolvimento da Nação? Esse é o questionamento que fica e que tem que ser colocado como central nesse momento, ou seja, a gente vai pegar aqui, vai mostrar um monte de número e vai dizer que por isso o REUNI é bom? Não, na nossa opinião não é essa a questão que está no centro; a gente pode até mostrar um monte de número, mas a gente tem que questionar o que eles significam.

E aí como eu vou falar novamente sobre a questão do que eles significam, eu gostaria de trazer aí à discussão sobre a Bolsa REUNI. Veja bem, a gente coloca aí a necessidade de ampliação, ampliaram-se as vagas, ampliaram concurso para professor, que é bom destacar também que a contratação está temporariamente diante da crise suspensa para as universidades federais, do REUNI não, mas se as contratações fossem suficientes a gente não precisaria de Bolsa REUNI, que seria no caso mestrados e doutorandos que não têm bolsa hoje, a gente precisa registrar que hoje para quem faz mestrado as bolsas não são para todos os estudantes de mestrado e doutorado do Brasil, ou seja, quem está fazendo pesquisa hoje no Brasil realmente está precisando de bolsa, mas agora a gente vai dar bolsas para aquelas pessoas que vão substituir os professores. Quantos professores estão desempregados? Quantos doutores e mestres se formaram, estudaram, estão prontos para poder dar aula e não vai ter concurso público para suprir todas as vagas? Porque se tivesse não precisava de bolsa reunião, ou seja, a gente vai pegar aquela pessoa que é estudante, que precisa de um tempo para a pesquisa, a gente sabe que precisa, a maioria das pessoas que trabalham às vezes até se afastam, pegam a bolsa e se afastam, precisam de um tempo para se dedicar à pesquisa, ir para as aulas, se dedicar àquela atividade, agora ele vai ter que ter uma função de professor porque não vai ter a contratação de professores necessária para a ampliação de vagas que foi imposta,

porque ainda tem a questões das metas: ela não foi proposta, ela foi imposta.

Aí eu volto a falar sobre a questão dos BIs, retomo a questões dos BIs assim. Em que sentido? Também nessa questão da imposição. A gente diz que o BI, “Olha, o BI não é uma imposição, mas está lá dizendo de que você tem que criar modalidades diversificadas”. O BI, se a gente for ver, é a forma mais fácil de você ampliar muitas vagas, porque o BI é um curso de graduação curto, ou seja, ele vai garantir que você tenha uma conclusão mais eficiente, uma conclusão mais eficiente, ele cria essa possibilidade de mobilidade, mas no final ele não significa uma formação consistente, ou seja, ele não diz isso, mas ele indica através da necessidade de você obedecer a esse critério, ou seja, isso não seria uma imposição? Depois de tantos anos sem receber verba na universidade federal a gente diz para um reitor, para os estudantes, para os professores: “Olha, vocês vão ter verbas, mas vocês vão ter que obedecer esses critérios” e a gente [soa a campainha] imagina que alguém vai chegar e dizer: “Não, nós não vamos entrar”. Existe essa possibilidade? Ou seja, depois de tanto tempo, hoje o Governo Lula se dispõe a fazer esse investimento, mas ele vem amarrado a uma coisa que é opcional; na nossa opinião é uma imposição, na nossa opinião.

E aí eu gostaria de dialogar na questão de que se o BI é adequado à nossa realidade. Em diversas falsas aqui, eu agradeço até ao professor de ter trazido o número exato do déficit de professores. Quando a gente tem um déficit de mais de 250 mil professores nacionalmente, ao invés de a gente pegar e aumentar as vagas nos cursos profissionais, para a gente formar professores qualificados, principalmente com a interiorização da universidade, a gente cria vagas onde as pessoas no final não vão poder ser professores, ou seja, o problema da Nação não está colocado em primeiro lugar. Quantos Municípios a gente vê por aí com déficit de advogados, déficit de médicos, déficit de engenheiros, déficit de arquitetos e por que a gente não abre mais mil vagas para esses tipos de cursos? Isso é uma resposta que a gente precisa. Eu e a Carol, a gente está defendendo aqui que vocês tenham uma formação profissional do jeito que está? Não, a gente está defendendo que venha vaga, que abram-se vagas em cursos profissionalizantes com as verbas que existem, mas com uma qualificação. Isso significa ter assistência estudantil, que é uma condição de permanência, e isso significa ter um projeto político pedagógico comprometido em resolver os problemas da Nação. Essa é a defesa que nós, como movimento estudantil, temos que fazer de forma intransigente e que a gente acredita que essa Comissão tenha que

fazer também. Se a gente defende realmente que a universidade esteja, como o professor citou, em comprometimento com o desenvolvimento social, a gente tem que fazer uma análise da nossa realidade.

Então mesmo que, como alguns casos, e a gente conhece bem o caso da UFBA, abram-se cursos de pós-graduação específicos, não mestrado, profissionalizante, sinceramente eu não acredito que o problema seja resolvido porque não é a nossa necessidade imediata. A nossa necessidade imediata não é essa. O mestrado profissionalizante, ele não vai trazer uma resposta às necessidades imediatas que são colocados; ele não vai trazer e não digo só de mercado de trabalho, necessidades imediatas inclusive de formação, de um arcabouço teórico necessário para uma formação qualificada. O mestrado profissionalizante, ele divide a formação entre o antes, que você ter no BI, e o que você vai ter depois. A gente não pode preparar um profissional que precisa se inserir no mercado de trabalho de uma forma multilateral, ou seja, até dentro desse debate o BI não corresponde porque o profissional, quando você está no mercado de trabalho, você como professor, você não está ali uma parte humana e uma parte profissional; você está os dois ao mesmo tempo. Ou seja, um curso profissionalizante, ele tem que responder a essa questão, a você ter um diploma e essa formação ter sido de uma forma articulada, de uma forma qualificada. E não agora, primeiro, você vai ter um arcabouço teórico, primeiro você vai ser quase uma obrigação do ensino médio você ter uma formação base e tal e depois você vai se profissionalizar? Isso não resolve o problema. Isso coloca um outro problema que é a gente dividir a formação, que é a gente colocar milhares de pessoas que não vão ter acesso à pós-graduação também, que mesmo com os números, não é uma coisa automática, você ainda vai passar por uma seleção para entrar na pós-graduação, ou seja, mesmo com a proposta de mestrado profissionalizante, você termina o seu BI com o diploma de BI; você não termina o seu BI com um diploma que vai te inserir no mercado de trabalho, que vai aumentar a sua renda familiar, como foi colocado na pesquisa que eu citei, que a inserção no mercado de trabalho como profissional a partir de um curso de graduação garante. Então são questões que a gente levanta e que a gente acredita e que a partir da revogação desse item, especialmente, a gente tenha como avançar.

Como eu disse antes, eu acho que o REUNI, ele tem muitos outros problemas, os problemas da universidade pública não são resolvidos com o REUNI, não acho que a gente vá avançar nesse sentido, mas acho que dentro do quadro que está colocado de urgência da resolução, principalmente dos problemas que são

profissões desqualificadas que o professor citou, então quer dizer que a gente vai criando um BI, cada universidade cria o seu BI, no final a gente vai ter um monte de profissões que só existem em um lugar do País, que essa pessoa para poder se inserir no mercado de trabalho com o piso salarial, com uma qualificação profissional, como é que a gente vai fazer isso? Que batalha é essa? A gente vai falar para essas pessoas: “Se virem? Não, se o seu problema é na Bahia, então você pega e se organiza aí na Bahia e vê o que é que você vai fazer”. É isso que a gente vai dizer? Como é que a gente vai resolver esse problema? Essa é a realidade do Brasil hoje. E, sinceramente, o REUNI não vem resolvendo. Para nós, hoje, resolver minimamente os problemas é a gente revogar esse artigo e eu espero que no diálogo que a gente fez aqui hoje a gente tenha conseguido sensibilizar os Senadores, a maioria não esteve, mas eu espero que vejam esse debate e, principalmente, a presidência da Casa, que vem com a gente já articulando um debate nesse sentido, da defesa da formação profissional, da defesa de um diploma, de uma formação de qualidade; é essa a necessidade que a gente vê como urgente hoje.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu quero, antes de passar a palavra ao Dr. Rodrigo, só dizer, lembrar novamente que de fato há várias Comissões funcionando ao mesmo tempo, mas independente disso uma Audiência Pública que se realiza numa Comissão sempre têm os desdobramentos necessários, para não ficar só na discussão, só na Audiência Pública; temos que ter diretrizes e caminhos aí que possam ser seguidos, sugeridos. O Dr. Amaro, inclusive, já sugeriu de colocar, fazer esse debate, de fazermos uma articulação com a ANDIFES, que eu considero fundamental, com o próprio Ministério da Educação, e refletirmos sobre esses pontos, fazermos levantamentos, estudos, a consultoria do Senado vai participar, e eu penso que uma Audiência Pública não é para a gente chegar a consensos não, havia o problema e a partir dessa Audiência o problema está resolvido. Não, o problema foi explicado, foi discutido sob pontos de vista diferentes e nós temos que, na sequência, pensarmos juntos sobre esse problema e eventuais soluções. Passo a palavra ao Dr. Rodrigo Ramalho Filho.

SR. RODRIGO RAMALHO FILHO: Obrigada, Senador. Eu gostaria de comentar esse último ponto. O Senador nos propõe discutir quatro pontos. Eu gostaria de enfatizar essa discussão a respeito dos cursos novos, das novas formações. Se nós analisarmos os projetos institucionais, as universidades propõem, no âmbito do REUNI, o funcionamento de 3.647 cursos de graduação em 2012. Elas mesmas propõem dezesseis

formações no formato BI; é discrepante esse número. Esse é um ponto que deve ser refletido: são dezesseis formações em relação a 3.647 cursos.

O segundo, o art. 2º do Decreto, que é desdobrado através das diretrizes que emanaram de uma Comissão Nacional, ele fala da diversidade das modalidades, preferencialmente não voltadas à formação precoce e especializada, significa dizer que hoje, através do vestibular, tem acesso à universidade um jovem de dezesseis anos; é possível acontecer isso. Como é que esse jovem tem condições anteriores de decidir o seu futuro profissional? Isso é fato. O vestibular é direcionado para que as pessoas entrem na profissão. É isso que falava o Decreto, é isso que falavam as diretrizes. Há de se dar oportunidade para que esse jovem tenha acesso a formações dentro da sua área, seja de saúde, seja de educação, seja tecnológica, para que ele possa decidir calmamente isso ao longo do tempo. O BI não é imposto, eu volto a dizer; é uma escolha das universidades, ele não tem imposição, ele não foi matéria fechada para que houvesse o impedimento da participação do REUNI, tanto é que são dezesseis formações e 3.647 cursos propostos até 2012.

O que seria eventualmente esse BI? A reestruturação também não pode ser confundida com BI. A reestruturação tem cinco tipos que nós vimos; BI é um deles. O que seria eventualmente o BI? Seria uma formação que possibilitaria... Quase todas as universidades estão propondo três anos, é uma etapa de formação. Dentro dessa primeira etapa, dentro de uma área, o estudante poderia ter acesso a um diploma, mas dentro de um conceito de formação continuada. É uma etapa que pode obter através dessa finalização um diploma, mas ele segue adiante, ele segue adiante e se profissionaliza, mas ele tem uma possibilidade.

O professor Édson Nunes, que foi do Conselho Nacional de Educação, tem um estudo bastante interessante e recente, já de alguns anos, falando de o quanto é diferente o portador de um diploma da educação superior para o não portador do diploma, em todos os níveis, inclusive do ponto de vista financeiro, do emprego, etc. O profissional saído de um Bacharelado Interdisciplinar, eu não defendo ou ataco o Bacharelado Interdisciplinar, mas os estudos do professor Édson Nunes revelam que o portador de diploma da educação superior tem cerca de 45% de mais chance, inclusive mais do que isso, de ter uma remuneração melhor do que o não portador. Isso seria uma chance, obviamente, porque muitos, por exemplo, dos concursos públicos exigem o diploma de educação superior, não importa qual. Então há uma série de possibilidades, a formação em saúde para o Sistema Nacional de Saúde, ou seja, o diploma que não serve para nada,

isso não é bem o caso, mas eu queria insistir que são dezesseis formações em 3.647. Ele é, portanto, uma etapa de formação e, inclusive, um diploma que tem recebido atenção do Conselho Nacional da Educação, do qual eu não posso falar e nem ser representante, mas há um avanço profundo no Conselho e um avanço profundo, por exemplo, em Conselhos profissionais. O CONFER(F) está admitindo uma discussão a respeito desses novos formatos, discutindo uma questão bastante criativa que é da atribuição de competências em função das etapas que o indivíduo vai se formando. Por exemplo, um engenheiro generalista, sem ser isso pejorativo, mas com certas atribuições, e na medida em que ele volta à universidade e vai aprofundando nos cursos de especialização, no mestrado, no doutorado, ele vai adquirindo novas habilidades, habilitações reconhecidas pelo Conselho; é uma discussão interessante que alguns Conselhos Federais, profissionais, estão sendo acionados para isso.

Outra questão que é importante, que está no discurso de todos nós e, também, dos movimentos e etc., é que a universidade não deve ser um escravo do mercado; o mercado é flutuante. A universidade deve considerar a formação para o mercado, mas ela também deve considerar, sobretudo, a formação do cidadão; não é apenas a questão do mercado. O mercado é flutuante, ora as demandas são maiores numa profissão, ora em outras. Então a universidade tem que ter um compromisso com a qualidade e, além da qualidade, a questão da formação do cidadão, do profissional e do cidadão. Então isso é uma questão que não deve ser esquecida apenas atrelando a universidade às demandas de mercado: que o mercado é esse? Enfim, essa é uma questão, portanto, que se discute esse ponto que o Senador propôs, a ideia dos cursos novos.

Um segundo ponto seria a questão do debate, do acompanhamento. Claro, a gente tem que dizer que o REUNI não vem para resolver o problema da universidade federal brasileira, muito menos do seu passivo, de tantos anos e tantas décadas de déficits orçamentários, de profissionais, técnicos, professores e etc., não se vem num passo de mágica propor, através do REUNI, a resolução de todos os passivos da universidade. Isso não é fato e nem poderia ser verdadeiro [soa a campanha], mas ele é uma nova oportunidade que as universidades têm de participar de um programa; ele nada mais é do que um programa emanado de uma política num momento federal e que, certamente, os números estão aí e são irrefutáveis, mas além disso ele é um processo, claro, é um processo a ser aperfeiçoado. Eu acho que esse acompanhamento é perfeito, nós estamos aqui fazendo isso, mas também é um

desafio. Por exemplo, as universidades – e o professor Amaro aqui pode ser testemunha – nunca receberam tanto dinheiro em tão pouco tempo e que elas não estavam sequer aparelhadas para gastar esse dinheiro e, muito menos, para fazer os concursos para técnicos e professores que algumas das universidades até hoje não fizeram totalmente os concursos que foram autorizadas a fazer. Se as universidades quiserem fazer hoje mais de dez mil concursos, elas poderão fazê-lo e, obviamente, não é o MEC, mas o Ministério do Planejamento, com o qual o MEC mantém uma profícua relação nesse momento, tem autorizado normalmente, não houve nenhuma negativa dessas levas de contratação. Para esse ano de 2009 são três desses momentos de contratação, agora não se pode contratar quem não foi concursado e esse esforço as universidades estão fazendo, mas imaginem os senhores que a CAPES, por exemplo, forma dez mil doutores por ano e que as universidades tiveram autorização de fazer dez mil concursos. A CAPES não forma dez mil doutores para as universidades, ela forma como um todo, para o mercado; muitos desses são absorvidos pela iniciativa privada, pelas várias demais instituições por aí, de maneira que é muito difícil para as universidades, reconhece-se, mobilizar-se nacionalmente para dar respostas a dez mil concursos, sobretudo que as universidades tinham optado pelos concursos só quando os nichos não permitem, mas as universidades têm optado pelo concurso de doutores porque ganha-se etapas de formação posterior e esses doutores exigem uma banca de cinco membros; alguns deles são membros representantes de universidades externas, quer dizer, não são do exterior, mas fora da sua região e etc. Então de fato é uma mobilização nacional bastante grande dessa movimentação e da oportunidade de emprego inclusive para os jovens; não é somente a questão da vaga lá na ponta.

Falava a Senadora a respeito da preocupação com a saída, com a conclusão e não com a entrada. Uma das metas do REUNI é que a instituição que vai oferecer o seu projeto, ela terá que no mínimo crescer 20% das suas vagas de ingresso. Então há também uma preocupação nessa ponta da vaga de ingresso. E os 90%, falava a Senadora também, a preocupação em que não se aprovasse em massa tudo isso. Na verdade esses 90% significam que cem alunos que entram na universidade, noventa deverão sair dela, ou seja, tenta-se eliminar o desperdício. Não são os mesmos alunos que têm acesso que deverão sair, ao contrário, são essas cem vagas oferecidas, noventa formandos devem sair. Bom, se isso vai ser possível ou não daqui há cinco anos a gente vai ver, mas não significa a aprovação em massa, pelo contrário, as instituições

disporão de mecanismos internos de seleção de alunos de outras universidades, inclusive das universidades particulares, se assim for o caso; e elas estavam fazendo isso. Na semana passada a Universidade Federal do Rio Grande do Norte lançou um edital com uma série de exigências para o preenchimento de vagas ociosas pós-vestibular e, bom, ela combina, dentro da sua autonomia, dentro do seu Conselho Universitário, quais são essas exigências.

Bom, a questão do orçamento, na verdade o orçamento, os números apresentados, eles se referem, primeiro, que o movimento original foi de dotar as universidades que participassem do REUNI de recursos equivalentes a 20% do seu orçamento de 2006, isso para dizer que o REUNI não foi um programa que instituiu a disputa interna entre as universidades federais; cada uma tinha o seu quinhão proporcional ao seu orçamento anterior e obtidos com recursos a mais no seu orçamento. As universidades propuseram seu número de cursos, seu número de vagas e etc. observando as diretrizes sim, mas observando também a sua capacidade interna de realizar esses projetos institucionais. Foram elas que disseram: eu vou crescer tantos cursos, eu vou crescer... Enfim, então não foi um programa que instituiu a disputa interna. Cada um tinha o seu quinhão. Se fizesse um projeto para aquilo, dentro da sua autonomia, obteria a sua proporcionalidade. Como é que ele está sendo acompanhado? É claro que a sociedade toda acompanha o REUNI, tanto é que estamos discutindo sobre isso, o próprio Senado, as Comissões e etc. acompanham o REUNI. Internamente o que se tem é o seguinte: a gente expôs aí como foi o processo de aprovação do REUNI, várias Comissões Técnicas, Comissões Externas, o Grupo Assessor, etc., até a sua aprovação, uma pactuação dos reitores, e ele vem sendo discutido, ainda, dentro de cem honorários nacionais. O MEC promoverá a SESU, promoverá o Sétimo Seminário REUNI discutindo, proximamente, a questão da universidade e das suas relações com o meio externo, mas ela também já discutiu a questão da autonomia, já discutiu uma série de questões anteriores que são grandes questões que afetam a universidade federal dentro do REUNI. Há também Comitês que acompanham isso, há um Grupo Assessor indicado pelos reitores, os membros, que discutem as grandes questões do REUNI e, do ponto de vista operacional, a construção do projeto foi feita através de formulários eletrônicos, dentro de um sistema informatizado chamado SIMEC. O SIMEC produziu um módulo chamado SIMEC-REUNI e esse SIMEC-REUNI está produzindo quatro outros sistemas, subsistemas de acompanhamento: o SIMEC-REUNI Obras... É preciso dizer que o SIMEC é extremamente recente. A pactuação com

os reitores se deu em março de 2008; esses recursos foram concedidos ao finalzinho de 2007, 250 milhões, e todo esse recurso foi concedido agora sobretudo com ênfase nas obras, recursos de obras, recursos de investimento também, mas ele começa a amadurecer agora. Qual é a prioridade? Obras. São cerca de mil e quinhentas obras simultaneamente sendo realizadas no País como um todo. É a universidade "X" que tem três, quatro campus, a maioria dos quais no interior, e que levanta ali, dentro da possibilidade de REUNI, dez salas de aula, cinco salas de aula; outros são feitos do zero, a terra zero e a construção iniciada como esses exemplos que foram ditos pelo professor Amaro de interiorização, enfim.

Há um outro módulo, que é o Módulo de Orçamento. Como é que as universidades estão gastando, se estão efetivamente gastando? Dificuldades tremendas inclusive até de como gastar esse recurso. Há uma série de dificuldades, por exemplo, de pessoal também. A universidade não dispunha de uma equipe técnica capaz de fazer rapidamente uma licitação, e no entanto ela tem um recurso enorme para fazer essa licitação. Então essa dificuldade tem, é fato. O REUNI não é um passo de mágica, é uma tentativa de, processualmente, se resolver uma série de questão.

Há um outro modo também SIMEC-REUNI Acadêmico. Nós fizemos um teste com ele em dez universidades e estamos aferindo qual é a possibilidade desse acompanhamento. Do ponto de vista quantitativo é mais fácil. As vagas pactuadas foram "X", em 2009 foram criadas "X + Y ou - Y". A questão qualitativa, ela é mais, digamos, exige um tratamento cuidadoso, sobretudo porque nós estamos praticamente no primeiro ano de funcionamento do REUNI. Não há ainda tempo para que se possa fazer acuradamente um balanço, um inventário do que foi feito. O REUNI é muito jovem.

Bom, eu acho que um quarto ponto que o senhor levanta, que é a questão do debate, levanta a Senadora se a federalização seria o melhor para o País, etc., quer dizer, na verdade o REUNI não é uma federalização, mas é uma tentativa de caminhar na direção do Programa Nacional de Desenvolvimento da Educação e da própria LDB que já acenava com a possibilidade de se ter pelo menos 30% desses jovens de dezoito a vinte e quatro anos com acesso à universidade.

Bom, no mais eu estou disponível para que a gente possa... Se faltou alguma coisa, me desculpem. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem. Eu quero dizer que recebemos os questionamentos a que a Senadora Marisa Serrano se referiu vindos da ANDES, são cinco questionamentos, daremos o encaminhamento sugerido anteriormente,

uma leitura e, posteriormente, as respostas também; o material já foi distribuído para os expositores e quem quiser também uma cópia, ficará à disposição. Os questionamentos ficarão disponíveis também, eu peço que sejam colocados no site da Comissão de Educação juntamente com os textos.

Quero agradecer a presença da Carolina Pinho, da Máira Gentil, do Dr. Amaro Henrique Pessoa Lins e, também, do Dr. Rodrigo Ramalho Filho. Dizer que este, vamos dizer, este encontro que aconteceu hoje aqui nessa Audiência Pública, como já ressaltado antes, precisa de desdobramentos, estudos, reflexões, vamos solicitar à consultoria do Senado que também se debruce sobre os dados. O Dr. Amaro já se colocou à disposição, como Presidente da ANDIFES, para que esse debate possa ser feito, o Dr. Rodrigo também, bem como a Dra. Maria Paula hoje cedo também, ela se justificou pela ausência, mas se colocando à disposição para as conversas, os diálogos, e a Máira e a Carolina que também têm uma participação fundamental na sequência desse debate dos pontos levantados e na clareza com que abordaram aí as dificuldades e os encaminhamentos que devem ser feitos. Eu penso assim que esse debate é uma espécie de um estudo da arte, um estado da arte do REUNI, quer dizer, vamos pensar juntos como é que está, as dificuldades, empecilhos, avanços, oportunidades, e quando a gente faz uma avaliação de uma área, naturalmente há pontos em que todos convergiram aqui dizendo... Eu até penso, assim, que todos nós professamos a mesma fé, mas o que nós estamos colocando aqui é que a fé está acontecendo de maneira diversificada, com a qual eventualmente a gente não concorde. Por exemplo, se a gente fala na questão da formação da pessoa, quer dizer, todos nós concordamos que o cidadão, o acadêmico, o universitário, tenha que ter uma visão de mundo atualizada, uma pessoa crítica, reflexiva, que discuta a realidade. A única coisa é se discutir como que isto pode acontecer; será que seriam dois anos, três anos, por que não disciplinas, por que não um outro tipo de encaminhamento, escolha de interfaces com outros departamentos e institutos? Então é uma discussão que de fato pode continuar e ser, assim, aprofundada e para a qual a gente já convida os participantes, bem como todos aqueles que estão acompanhando a Audiência Pública.

Quero agradecer novamente à Rádio Senado, à Agência Senado, que têm um sistema *on-line* inclusive dos acontecimentos aqui no Congresso, o Jornal Senado, TV Senado, os veículos de comunicação que não têm poupado esforços para fazer com que os debates da Comissão de Educação, Cultura e Esporte cheguem ao conhecimento do maior número possível

de pessoas pelo Brasil. Então eu agradeço aos expositores, às pessoas que estão aqui e declaro encerrada a presente reunião. Obrigado.

Sessão encerrada às 14h02.

ATA DA 13ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2009.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e cinquenta e seis minutos do dia vinte e oito de abril de dois mil e nove, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), sob a Presidência do Senador Flávio Arns, e com a presença dos Senhores Senadores Wellington Salgado de Oliveira, Francisco Dornelles, Fátima Cleide, Marco Maciel, Rosalba Ciarlini, Adelmir Santana, Cícero Lucena, Sérgio Zambiasi, Cristovam Buarque, Ideli Salvatti, Roberto Cavalcanti, Neuto de Conto, Valdir Raupp e Garibaldi Alves Filho, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Augusto Botelho, Paulo Paim, Inácio Arruda, Marina Silva, Expedito Júnior, Valter Pereira, Gilvam Borges, Gerson Camata, Raimundo Colombo, Heráclito Fortes, José Agripino, Álvaro Dias, Lúcia Vânia, Marisa Serrano e Romeu Tuma, que justifica a ausência. O Senhor Presidente, Senador Flávio Arns, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 03/09 – CE, de autoria dos Senadores Flávio Arns, Marco Maciel, Cristovam Buarque, Gerson Camata, João Vicente Claudino e Álvaro Dias, que tem como objetivo debater “**Os programas prioritários, as metas e os recursos orçamentários disponíveis para 2009, no âmbito do Ministério da Educação**”. A Presidência registra a presença para acompanhar a Audiência Pública do Senhor Henrique Paim, Secretário Executivo do Ministério da Educação, do Ex-Senador, Senhor Eurípedes Camargo e do Comitê Brasileiro pela Aprovação do PLC nº 180/2008, que dispõe sobre as cotas raciais para ingresso nas universidades públicas. Como expositor, comparece à Audiência Pública o **Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Educação, Fernando Haddad**. Finda a apresentação do expositor, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores. Usam da palavra os Senhores Senadores Flávio Arns, Marco Maciel e Cristovam Buarque – autores do Requerimento, Ideli Salvatti, Rosalba Ciarlini, Sérgio Zambiasi, Fátima Cleide e Roberto Cavalcanti, assim

como, os Senhores Senadores não-membros desta Comissão João Ribeiro, Paulo Duque e Marcelo Crivella. A Presidência agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às treze horas e quarenta e um minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador **Flávio Arns**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

13ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 28 DE ABRIL DE 2009.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Havendo número regimental declaro aberta a 13ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte e da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Primeiro submeto a apreciação do Plenário a dispensa da leitura da ata da reunião anterior e aprovação da mesma. Senadores e Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Aprovada.

A presente reunião atende ao Requerimento nº 03 da Comissão de Educação de 2009, de autoria dos Senadores, Flávio Arns, Marco Maciel, Cristovam Buarque, Gerson Camata, João Vicente Claudino e Senador Alvaro Dias, para realização de Audiências Públicas destinadas a ouvir individualmente, os Exmos. Srs. Ministros da Educação, Fernando Haddad, da Cultura, João Luiz Silva Ferreira e do Esporte, Orlando Silva, sobre os Programas Prioritários as Metas e os Recursos Orçamentários Disponíveis para 2009, nos âmbito dos respectivos Ministérios.

Os Srs. Ministros da Cultura e também do Esporte, já vieram a esta Comissão para cumprir os objetivos do requerimento. Hoje teremos a presença com muita honra do Ministro do Estado da Educação, Fernando Haddad. Para isso e, dando início a esta Audiência Pública, solicito à Senadora Rosalba Ciarlini, que acompanhe o Exmo. Sr. Ministro Fernando Haddad, para tomar assento à mesa.

Em primeiro lugar, desejo dar às boas-vindas ao Sr. Ministro da Educação, Fernando Haddad a esta Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado

Federal, dizer da alegria, da satisfação, reconhecer o grande empenho, o trabalho, a competência, a dedicação, que vem dispensando a área da Educação no Brasil, essencial para o desenvolvimento, para a cidadania, para a dignidade. E dizer que esta Comissão de Educação, que é de Cultura e Esporte, também, ela está sempre disponível, inclusive, no aspecto suprapartidário como enfatizado por Senadores e Senadoras de diversos partidos políticos a contribuir no que for necessário, para que a Educação no Brasil, possa realmente ser um instrumento básico, forte, libertador, construtor e propiciador de novas oportunidades e grandes oportunidades para o povo.

Então é uma grande alegria tê-lo aqui na Comissão de Educação, na área que nós consideramos a mais fundamental para o Brasil que é a Educação. Quero destacar também a presença do Dr. Henrique Paim, que é Secretário Executivo do MEC, seja muito bem-vindo, Dr. Paim. Dr. Rodrigo que está ao lado que habitualmente está nessa Comissão e sempre nos auxiliando, também, interagindo bastante com a Comissão que é o Assessor Parlamentar do Ministério da Educação.

Também temos então, presentes neste momento, também – houve um pequeno atraso eu quero dizer justificado por completo pelo Sr. Ministro, que estava na reunião com a ANDIFES e pediu já ontem, para que esta Audiência Pública se iniciasse com um pequeno atraso, naturalmente que nós concordamos. Nesta semana está acontecendo também a reunião do Parlamento do Mercosul, então, vários Senadores que estão habitualmente aqui presentes também e membros desta Comissão, estão no Parlamento do Mercosul, mas quero agradecer por enquanto e, outros virão que estão em outras Comissões, Senadora Rosalba Ciarlini, Marcelo Crivella, o Eurípedes Camargo que está sempre presente, suplente de Senador.

E agradeço a presença de todas às pessoas que estão aqui presentes, também. Então com a palavra o Sr. Ministro, com muito prazer, Fernando Haddad.

SR. FERNANDO HADDAD: Eu gostaria de cumprimentar os Senadores presentes na pessoa do Presidente da Comissão de Educação, Flávio Arns. Agradecer o apoio desta Comissão ao longo do processo de consolidação do Plano de Desenvolvimento da Educação que completa dois anos, aliás, hoje é Dia Internacional da Educação, 28 de abril. E nós estamos publicando nos jornais de grande circulação um balanço dos dois anos do PDE.

Então ali, é possível verificar resumidamente de forma sintética, porque não acabe um balanço extensivo num jornal, mas de forma sintética todas as ações e programas inaugurados no Governo do Presidente,

Lula. Quer dizer não fizemos referências a programas anteriores para que o cidadão tenha clareza do que foi promovido, do que foi adicionado ao rol de programas e ações do Ministério, mas é um balanço bastante apurado das ações desenvolvidas pelo Ministério. Cabe dizer com o apoio inestimável do Congresso Nacional, porque todas as proposições encaminhadas ao Congresso Nacional, com pouquíssimas exceções que ainda tramitam, foram aprovadas em geral por unanimidade, Senador, não tivemos nenhum voto contrário.

Há uma proposta de emenda constitucional que já foi aprovada pelo Senado que é da maior importância para o Ministério da Educação, que põe fim à DRU da Educação, a desvinculação de receitas da União para a Educação, recuperando os patamares mínimos exigidos pelo Constituinte de 88. Esta PEC está hoje na Câmara dos Deputados, foi aprovada já pela Comissão Especial e, como houve uma pequena alteração no texto, ela deverá retornar ao Senado quem sabe ainda no primeiro semestre de 2009.

A Câmara não apenas ratificou o desejo do Senado de extinguir a DRU da Educação, como acrescentou na PEC em virtude dos recursos adicionais e com o apoio da União, a obrigatoriedade do ensino – que hoje é de seis a 14 anos e, que se a PEC fosse aprovada, passaria de quatro a 17 anos. Então nós teríamos uma sintonia com o movimento que ocorre hoje em todo o continente americano, de ampliar a obrigatoriedade do ensino da pré-escola ao ensino médio.

Então em virtude dessa mudança proposta pela Comissão Especial que seguirá ao plenário da Câmara, mas já com o consentimento das lideranças dos partidos de situação e oposição a favor da mudança, ela deve retornar para o Senado para sua promulgação. Eu lembro que em se tratando de emenda constitucional o Presidente do Congresso, poderá promulgá-la e isso não irá, portanto, à sanção presidencial. Eu diria – bom dia Senador Marco Maciel, muito prazer.

Eu diria que esta é uma das propostas mais importantes para o coroamento desse processo de construção do Plano de Desenvolvimento da Educação. As ações do plano seguem seu curso natural, todas as metas anunciadas em 2007 foram cumpridas, desde a creche até a pós-graduação, nós naquele tempo anunciamos o convênio para a construção de 500 creches e pré-escolas ao ano – esse compromisso está mantido e honrado. Nós nos comprometemos com a formação de 10 mil doutores e 30 mil mestres ao ano, essa meta foi atingida. Nós nos comprometemos com o IDEB que em 2005, se encontrava em 3,8 um IDEB de 4,2, nós cumprimos a meta de 2009.

Enfim, sem pular etapas, nós nos comprometemos com dobrar as vagas das federais e, já dobramos as

vagas das universidades federais. Nós nos comprometemos com a entrega de 214 novas escolas técnicas, elas serão entregues até 2010. Só esse ano Senador Flávio Arns, serão 100 inaugurações de escolas técnicas federais. E como os senhores sabem havia vedação legal de expansão da rede federal de educação profissional, que foi suprimida da nossa legislação e permitiu essa expansão vigorosa e histórica. Lembro que este ano comemoramos o centenário da rede, com a inauguração de 100 escolas, então, um gesto em direção a educação profissional muito importante.

Promovemos a primeira reforma em 60 anos do chamado Sistema AS, SENAI e SENAC passam em 2009, a oferecer a se comprometer com 2/3 da arrecadação para a oferta de cursos profissionalizantes gratuitos. SESC e Sesi se comprometem a investir um terço dos seus recursos em ações educativas, esse acordo já foi recepcionado por Decreto Presidencial e já está em vigor. Portanto, nós teremos um desdobramento desse acordo que é a ampliação da educação profissional gratuita no país. Enfim há todo aquele conjunto de mais de 40 ações propostas em 2007, hoje nos grandes jornais existe um balanço de 25 delas que são as mais importantes, dando conta do cumprimento rigorosamente de todas as metas anunciadas. Eu gostaria de dizer que isso não é mérito do Ministério da Educação, a maioria das metas anunciadas, comprometia prefeitos e governadores. E nós ao longo dos anos de 2007, conseguimos a adesão às metas dos 27 governadores e 5563 prefeitos. Portanto, quem cumpriu a maior parte das metas foram os entes federados que não só se comprometeram com elas, como entregaram ao país um sistema de ensino mais qualificado e com uma projeção otimista no que diz respeito à qualidade. O FUNDEB em 2009 é o primeiro ano da sua vigência plena, ele começa a vigorar em 2007, mas ele está no pleno vigor da Constituição em 2009. São cinco bilhões e 100 milhões de reais apenas a título de complementação da União, ou seja, dez vezes mais o que a União investia no antigo FUNDEF, que era restrito ao Ensino Fundamental, graças ao apoio unânime das duas Casas que promulgaram o novo FUNDEB. Desde a creche até o Ensino Médio toda a matrícula da Educação Básica está atendida pelo novo Fundo, com o compromisso honrado pela União de multiplicar por dez os recursos da sua complementação, o que viabilizou um efeito muito benéfico para o Magistério que foi o piso nacional do professor que também entra em vigor em 1º de janeiro de 2009. E que permitiu contemplar 37% da categoria que recebia menos de 950 por mês à título de remuneração, ou seja, um patamar ainda imposto insuficiente, mas que já beneficiou mais de 1/3 dos professores do Brasil.

Então nós temos um cenário modificado, promissor, quero dizer que todas as ações do MEC contaram com o apoio suprapartidário. Em nenhum momento houve uma demarcação partidária em relação às ações do MEC, o que houve foi o bom debate, mas do sentido da construção do Plano de Desenvolvimento da Educação. Portanto, esse plano não tem hoje assinatura de quem quer seja, é um projeto de estado mais do que de governo, em virtude da adesão de governadores e prefeitos. E não tivemos nenhuma dificuldade de interlocução com as forças políticas aqui representadas para promover as mudanças e as reformas necessárias para o atingimento das metas e objetivos propostos.

Então nós estamos hoje celebrando os dois anos do PDE com algum conforto, pelo fato de nós termos entregue àquilo que foi afiançado em 2007. E nos colocando à disposição dessa Comissão para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários, em relação a todas as ações do Ministério da Educação. Muito obrigado.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Muito bem, agradeço a participação do Sr. Ministro nesse primeiro momento e passo então... Pois, não.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Gostaria de me inscrever.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ):

Depois dos autores do requerimento, Sr. Presidente, se puder inscrever o meu nome.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Isto. O Senador João Ribeiro, também, já...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Presidente, eu também já havia pedido ao Senador Júlio.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Isto.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ):

Senador Júlio?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): É a forma carinhosa como nós chamamos o nosso Secretário da Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Há um primeiro momento--

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):

Senador Júlio como quem chegou primeiro, com permissão do Presidente eu acho que eu pedi primeiro--

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): É uma forma--

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ):

Eu sabia daquela nomeação dos 180 diretores, mas nomeação de Senadores é novo.

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Eu quero destacar a presença da Senadora Ideli Salvatti, Senador Marco Maciel, Eurípedes Cargomo, Marcelo Crivella, Rosalba Ciarlini, Paulo Duque, João Ribeiro e há vários Senadores e Senadoras que subscreveram o requerimento, para a presença dos Ministro das três áreas: Flávio Arns, Marco Maciel, Cristovam Buarque, Gerson Camata, João Vicente Claudino e Alvaro Dias.

Então em primeiro lugar, eu passo a palavra ao Senador, também subscritor do requerimento, V.Ex^a. Senador Marco Maciel. Na seqüência, também estão inscritos, então, Senadora Ideli Salvatti, Senadora Rosalba Ciarlini e Senador João Ribeiro, também, Senador Marcelo Crivella e Paulo Duque, também. Naturalmente todos desejam utilizar esta oportunidade porque os temas de debate são grandes, são intensos, pelo Brasil é a questão da DRU, a questão do vestibular, a questão da reforma universitária, o FUNDEB, a avaliação, recursos, contingenciamentos, enfim, um conjunto de... Universidades comunitárias, particulares, a participação do BNDES, do FIES, uma legislação para que tudo isso aconteça, então, são debates assim importante e necessários.

Essa Presidência tem o prazer em primeiro lugar de passar a um ex-ministro da Educação, também, Ministro Haddad, o Senador Marco Maciel, além, de vice-Presidente da República, mas o mais importante é o Ministro da Educação.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Muito

bem. Muito obrigado. Meu caro Presidente, Senador Flávio Arns. Meu caro Ministro da Educação, Fernando Haddad. Eu gostaria, Sr. Presidente, de deixar para fazer uma intervenção mais adiante e, talvez, não na presente reunião por uma questão muito simples, aqui foi mencionado a questão do vestibular e a ideia da antecipação etc. E eu gostaria de fazer alguns comentários não sobre o problema da antecipação do vestibular, que para mim isso não... Pode ser uma medida que eu acho positiva.

Agora, foram tomadas concomitantemente pelo que eu percebi na mídia outras providências, e é sobre elas que eu gostaria de posteriormente, talvez, enviar-lhe até um texto escrito fazendo as observações sobre essas questões e darei ciência à Comissão de Educação do Senado Federal, presidida pelo Senador Flávio Arns.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Vamos fazer em bloco de três, porque aí ou vamos também estudar a melhor maneira. Passo a palavra à Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, primeiro pedir desculpas, o Julinho, está preocupado. É só carinho aqui, Julinho, entende? Todos lhe tem com o maior respeito, pelo trabalho maravilhoso que você faz, Secretariando a nossa Comissão de Educação. Eu queria cumprimentar também --

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu só quero confirmar isso--

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Confirmar, não é?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Aliás, ele e a Assessoria da Comissão vêm se dedicando, eu diria, intensamente para a organização dos trabalhos é um trabalho intenso. Uma infraestrutura física precária, mas uma dedicação que compensa aí, a falta eventual, de uma infraestrutura melhor.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Eu queria, também, cumprimentar com todo o carinho, eu fiquei ali parada, para ver se eu podia dar o beijo no Ministro, mas ele estava muito empolgado, fazendo as explicações do trabalho maravilhoso que o Ministério vem realizando em todo o nosso país. E dizer Ministro que estar completando os dois anos das metas do PDE, com o desenvolvimento e com a aplicação efetiva de todos os 40 programas, eu acho que deve lhe causar muito orgulho, muita satisfação. E para nós todos que estamos no Brasil inteiro acompanhando o desenrolar deste programa, que é um programa extremamente bem estruturado que articula toda as áreas, articula todas as instâncias faz às boas parcerias, inclusive, com a própria iniciativa privada.

Todo o processo que foi e, foi um processo tenso a questão do Sistema AS, porque num primeiro momento era “não vão acabar com o Sistema AS e tal”, e nós conseguimos. Foi se concretizando um acordo que é de fundamental importância para termos efetivamente a gratuidade do sistema profissionalizante, até porque o Sistema AS recebe parcela considerável só na folha de pagamento são 2,5% que é arrecadado para o Sistema AS e isso tem que ser devolvido de forma gratuita em formação, em possibilidades de estudo para a nossa juventude.

Mas eu queria me deter em algumas questões. Primeiro. A nossa proposta de alteração na DRU para retirar a educação desta diminuição da obrigatoriedade dos recursos, nós conseguimos depois de muito tempo aprovar aqui no Senado a minha proposta de emenda constitucional, ela foi para a Câmara, na Câmara ela sofreu alterações. Alterações que eu entendo absolutamente importantíssimas, fundamentais com a ampliação da obrigatoriedade de ir dando a universalidade para a Educação que é tão importante e tão necessária.

Mas me causa muita preocupação e talvez aqui fosse importante V.Ex^a., também explicitar para a Comissão, o que é que permitiu esta negociação na Câmara, porque o meu medo é que ao retornar – como houve alteração lá na Câmara – que aqui no Senado, nós tenhamos resistência, porque para retirar gradualmente a Educação da DRU, nós tivemos aqui unanimidade. Então nós precisaríamos também ir criando já, ir preparando o Senado para estas alterações que foram feitas lá na Câmara para a gente poder fazer de novo aquele trabalho, “sedex”, não é? Colocar debaixo do braço, como fizemos com o piso, como fizemos com tantas outras matérias e aprovar.

E ainda, eu gostaria de tratar a questão do piso. Nós já aprovamos aqui um requerimento para que a Comissão de Educação marque com o Presidente do Supremo, para que agilize o julgamento lá do mérito da ação do piso, que a gente tenha a clareza do que é que efetivamente com a publicação do acórdão, [soa a campanha] Qual foi a parte que ficou impedida de ser aplicada do piso. Porque nós estamos acompanhando com muita assim, angústia, por exemplo, em Santa Catarina o Governo do Estado, diz que não precisa aplicar o piso que pelo que está determinado no Supremo, eles não devem, não tem o que aplicar.

A informação que eu recebi – estou aguardando inclusive a chegada – parece que em Goiás aprovaram uma lei na Assembléia Legislativa, graduando, fazendo uma aplicação lenta e absolutamente gradual do piso, por três ou quatro anos; ou seja, nós temos uma lei federal que é fruto de um esforço de décadas para poder ter efetivamente. Teve o FUNDEB que permitiu a criação da Lei do Piso e, agora, na hora de executar a lei, de cumprir a lei, nós estamos com tudo isto efetivamente sendo dificultado.

E por último, Ministro, a Rede do Ensino profissionalizante em Santa Catarina que o senhor sabe o quanto que evoluiu com tudo que foi criado, ampliado as unidades que são sendo construídas. Nós iniciamos com oito, oito instituições em Santa Catarina e vamos até o final deste ano, no mínimo, chegar a 27, entre as unidades que foram transformadas que foram reformadas e que estão sendo construídas. Mas apesar de termos pulado de oito para 27 campus no Instituto Federal de Educação, dos dois, Institutos Federais de Educação Tecnológica que nós temos em Santa Catarina, o pessoal continua pedindo, se vai ter a terceira etapa de expansão porque nós já temos um pedido de quase outros tantos 27 lá de pedidos, de solicitações e de necessidades de mais unidades, que possam oferecer o Ensino Médio Profissionalizantes, o Ensino Superior que o campus dos institutos propiciam.

É o grande sucesso, é a coqueluche. Não tem cidade em Santa Catarina que a gente chegue, que o prefeito, que a associação comercial industrial, que a sociedade civil organizada não venha pedir: “Mas por que não pode ter uma aqui também?” Então a gente gostaria de saber se tem chance, como num dos discursos naquele da posse dos Reitores, V.Ex^a. disse que nós poderíamos chegar nas 500, quem sabe nas 1000, então, eu quero deixar o pedido.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agradeço, a Senadora Ideli Salvatti. Só quero esclarecer que o requerimento que V.Ex^a. apresentou a esta Comissão, já se transformou numa solicitação ao STF. E já foi enviado ao STF, solicitando Audiência Pública não só com o Presidente, mas com os Ministros também que estão acompanhando o caso.

Eu passo em seguida a palavra, à Senadora Rosalba Ciarlini.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Obrigada, Presidente Flávio Arns. Ministro, eu gostaria aqui de inicialmente dizer que fico muito saudável, ouvir que as metas que foram propostas estão se não totalmente cumpridas, mas estão encaminhadas, mas mesmo assim nós sabemos que a Educação é algo que sempre precisa mais. Nós reconhecemos que houve mudanças até porque eu tenho uma experiência um pouco de quem viveu esse processo de municipalização esse processo do FUNDEF, primeiro o FUNDEF e agora FUNDEB, quando prefeita e sei que isso realmente traz resultados, mas nós sabemos que não é de imediato e é preciso um pouco de tempo.

Mas exatamente por isso é que eu estou aqui para perguntar qual é... Como o Ministério vai investir mais na Educação Infantil? Porque enquanto nós temos muitos cursos para combater o nível de alfabetização que está muito precário e o analfabetismo de uma forma geral no nosso país, se nós não tivermos na Educação uma Educação Infantil de qualidade, se nós não tivermos condição de que mais crianças tenham acesso a essa Educação, porque o senhor sabe que o índice ainda é muito baixo, infelizmente a Educação Infantil ainda está, poucas crianças estão tendo acesso.

Eu sei que as estruturas a nível municipal, muitas vezes requer investimentos para a criação de novas sala de aula, esse é um dos grandes problemas que são enfrentados nos municípios. Então, eu gostaria de saber como o Ministério, se o Ministério tem algum plano, alguma forma de enfrentar esta demanda que é grande, que é crescente. Na realidade, o ano passado se eu não estou enganada, foram apenas 500 unidades que foram recursos para 500 unidades. Num país de quase seis mil municípios então, pelo menos, uma por

município seria importante, criar condições para que isso possa realmente atender a toda às crianças.

Que nós possamos ter todas às crianças na idade do Ensino da Educação Infantil – como hoje já podemos dizer que temos no Ensino Fundamental – possamos ter também na Educação Infantil, que o senhor sabe o quanto isso é importante para o aprendizado para o combate ao analfabetismo para que nós possamos, realmente, na hora que estamos atuando aqui no combate ao analfabetismo de jovens e adultos, nós possamos evitar que outros entrem nesse grupo de analfabetos porque não tiveram oportunidade e o incentivo e o estímulo desde criança.

Eu queria colocar isso e também dizer que as escolas técnicas precisam imediatamente ser a nova etapa para a ampliação. No meu Estado nós já estamos encaminhando dentro desse projeto de ampliação, novas cidades que também precisam até porque, eu venho aqui defender o Nordeste. Eu quero defender às regiões onde o nível educacional está mais prejudicado que pode ser é que não sejam as mais populosas, mas que precisam e que têm tido uma resposta muito positiva. Então, fica aqui já essa sugestão: Que comece a expansão pelo o Norte e o Nordeste, onde realmente a necessidade é maior e onde nós precisamos investir mais e mais na Educação para combater as desigualdades sociais.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem. Eu passo à palavra ao Ministro, então para as considerações em relação as três primeiras intervenções.

SR. FERNANDO HADDAD: Agradecer às colocações, já deixando claro que nós aguardaremos a remessa da demanda do Senador Marco Maciel, vamos interagir o quanto antes, nos valendo da sua experiência à frente do Ministério. A nossa expectativa é sempre de aprimorarmos os nossos programas e ações, mantendo mesmo quando não é pauta legislativa, uma interlocução privilegiada com a Comissão.

Eu gostaria de falar um pouco da questão da DRU, que a Senadora Ideli Salvatti tem razão ao dizer que a mudança proposta da Câmara ela é significativa, porque é verdade que ela mantém o texto do Senado, no que diz respeito a revinculação gradual em três anos dos recursos da DRU, começando por 2009, portanto, não se trata de jogar a conta para o próximo governo. Esse governo termina a DRU, durante a sua gestão, mas a Câmara introduz um elemento novo que precisará ser objeto de debate aqui no Senado, que é a obrigatoriedade da matrícula dos quatro aos 17 anos.

Por que a Câmara tomou essa decisão, ainda restrita à Comissão Especial? Não foi a plenário. Em virtude de um estudo demográfico que o Ministério da

Educação havia divulgado, apenas um mês antes da votação na Comissão Especial. A partir da divulgação deste estudo demográfico eu fui procurado pelos Membros da Comissão, notadamente o Sr. Presidente e seu Relator, deputado Gastão Vieira e Rogério Marinho, mas também pelos demais integrantes da Comissão, dizendo, se não era o caso de estabelecer o destino desses recursos revinculados; ou seja, se nós estamos aumentando o orçamento do Ministério da Educação – e cabe o registro de que ele dobrou de tamanho nos últimos cinco anos – ele já saltou de 20 bilhões para 40 bilhões de 2004 para 2009. Portanto, é o maior incremento histórico da nossa pasta, se não era o caso de com os dez bilhões da DRU, adicionais, nós de alguma forma direcionarmos esses recursos.

E eu disse em resposta à provocação da Comissão, de que eu via com bons olhos à vinculação desses recursos adicionais, com a ampliação do atendimento na Educação Básica. E apresentei um argumento em si mesmo evidente. O número de brasileiros de zero a 17 anos é de 58 milhões hoje. Daqui há dez anos o número absoluto de brasileiros nessa faixa etária, cairá para 51 milhões. Eu peço a atenção dos Senadores para esse dado, não se trata de uma redução relativa do número de brasileiros nessa faixa etária, se trata de uma redução absoluta: O número absoluto vai cair sete milhões que é o dobro do número de crianças entre quatro e 17 anos fora da escola.

Então vejam que nós temos hoje condições de ampliar o atendimento e ampliar o investimento por aluno simultaneamente, isso é o que os economistas chamam de bônus demográfico – bônus demográfico é um presente da providência. Quer dizer caí o número absoluto de crianças e jovens nessa faixa etária no momento de ampliação dos investimentos em Educação. Então, você combina a ampliação do atendimento com o aumento do investimento por aluno, simultaneamente, isso nunca aconteceu na História do Brasil. A ampliação do atendimento se deu em detrimento do financiamento.

Vocês não de lembrar que a DRU foi criada no momento em que se pretendia universalizar o Ensino Fundamental, ou seja, você universaliza de um lado e retira recursos de outro um movimento contraditório. Quer dizer, nunca a DRU poderia ter sido aprovada no momento em que se queria universalizar o Ensino Fundamental. O que ocorreu com esses dois movimentos? Retira recurso da Educação e universaliza o fundamental, a qualidade cai. Foi exatamente o que aconteceu. Agora, a qualidade retoma o seu caminho virtuoso, nós tivemos aí já, por quatro anos seguidos uma melhoria dos indicadores de proficiência em Matemática e leitura de crianças e jovens de 4ª a 8ª séries.

Por que isso ocorreu? Foco no aprendizado, Prova Brasil, orientou às escolas, orientou o currículo, mais recursos e fixação de metas de qualidade para serem atingidas. Então revertemos o quadro de queda de qualidade, agora, temos objetivos ambiciosos de chegar em 2021, com a média dos países desenvolvidos. Então vejam que nós agora poderemos tomar uma providência adicional, não apenas de recuperar os recursos perdidos nos últimos 15 anos com a aprovação da DRU, mas dar um bom uso para esse recurso, universalizando a Pré-Escola e o Ensino Médio no país, que é uma das preocupações da Senadora.

Então, além do que já foi feito incluir a Educação Infantil do FUNDEB, criar o Pró-Infância, porque o FUNDEB cuida de custeio, mas há o desafio de ampliar a rede física, sem o que é impossível matricular. Então o Pró-Infância veio atender a um pedido dos prefeitos de ampliação da rede física. O FUNDEB garante o custeio. E o FUNDEB garante mais, garante a matrícula da creche conveniada, no caso da creche. Não no caso da Pré-Escola, mas no caso da creche, o FUNDEB admite o financiamento da matrícula em creche conveniada.

Então, nós temos aí três operações. A inclusão da Educação Infantil no FUNDEB, a inclusão da creche conveniada no FUNDEB e o Pró-Infância para a expansão da rede física, que vem equacionar o problema da expansão do atendimento na Educação Infantil. Mantido o ritmo atual, em 2014, a Pré-Escola estará universalizada no Brasil, não precisa nem aumentar o ritmo, como nós estamos fazendo, mantido o ritmo até a PNAD de 2007, que é anterior ao PDE, portanto, nós já atingiríamos a universalização em 2014.

Com o PDE e o FUNDEB, eu creio que nós vamos antecipar a meta de universalização da Pré-Escola e aí temos que reforçar os nossos esforços em relação a creche. Essa sim, com patamar muito aquém das necessidades da países. Nós estamos chegando a 17%--

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):
12%--

SR. FERNANDO HADDAD: Já aumentamos--
SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):
Era 12% agora já está--

SR. FERNANDO HADDAD: Era 12, já é 17%--
SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):
O ano passado era 12.

SR. FERNANDO HADDAD: Está muito aquém das nossas necessidades. E aí eu faço uma provocação, deixo aqui uma sugestão. Se não é o caso de por ocasião da regulamentação da Emenda 29 – que só pode ser feita por lei complementar que já está tramitando – se não é o caso de uma união de esforços de

recursos da Educação, mas também da Saúde e da Assistência, para a promoção na matrícula em creche. Porque se é verdade que a creche é um estabelecimento de ensino, também é verdade que ela é mais do que um estabelecimento de ensino, ela é mais do que Educação, ela deve envolver as outras áreas do governo.

Então nós poderíamos – na ocasião já discuti isso com o Ministro Temporão – de que uma das possibilidades da incremento da matrícula em creche, seria a utilização de uma parte das verbas vinculadas também à saúde para incrementar o atendimento, porque está demonstrado que a qualidade da saúde melhora muito com o atendimento em creche.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): É verdade.

SR. FERNANDO HADDAD: Isso já está demonstrado.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Isso daí é comprovado.

SR. FERNANDO HADDAD: Então, se é verdade isso, nós poderíamos no caso da creche, tanto quanto no caso dos hospitais de ensino, somar forças. Se o hospital de ensino é o hospital de um lado e é ensino de outro, portanto atende às duas áreas, formação de um lado e assistência de outro, assistência à saúde. No caso da creche eu penso que se dá alguma coisa similar, nós temos ali também o encontro uma interface entre duas áreas do governo.

Então, eu deixo aqui uma sugestão de nós fazermos uma reflexão sobre a regulamentação da Emenda 29, uma vez que a lição de casa, no que diz respeito à Educação está parcialmente feita com o Pró-Infância e com FUNDEB. Então, conjugar esforços para promoção da matrícula em creche com outras áreas do governo, me parece um caminho auspicioso. Não sei se a senhora quer um aparte?

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Eu quero só colocar, com a permissão--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senadora Rosalba Ciarlini.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): É o seguinte... Com relação, realmente, creche não pode ser só... Tem a parte educacional, tem o acompanhamento nutricional do desenvolvimento da criança, isso é algo que tem que ser feito. E realmente é verdade que a criança que vai à creche melhora--

SR. FERNANDO HADDAD: De saúde.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Se ela for à creche, realmente, e não um depósito de criança.

SR. FERNANDO HADDAD: Exatamente.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):

Não um depósito de criança, mas a creche que tenha todo o apoio social, saúde, tudo. Agora, também, tem que ver o outro aspecto Ministro, a Emenda 29, são recursos para que nós possamos melhorar a saúde e o Programa Saúde da Família, se a creche está dentro de um bairro de uma comunidade, conseqüentemente, o Programa Saúde da Família vai também cuidar dessa creche. Então--

SR. FERNANDO HADDAD: A partir do Saúde na Escola.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Saúde na Escola, que já fazem... Alguns municípios já tem PSF, indo às escolas --

SR. FERNANDO HADDAD: Exatamente.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Normalmente e acompanhando. Então, eu vejo que os recursos necessariamente não precisam da Emenda 29, ir para a Educação, já que a própria saúde vai ter que dar uma cobertura maior, acompanhar tanto nutricionalmente como o estado de saúde da criança. Mas é um bom debate. É bom que a gente coloque assim os números, analise para ver, porque o que vier para somar e melhorar a Educação--

SR. FERNANDO HADDAD: Senadora, não se trata de uma disputa entre áreas.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Não. Não, nós queremos--

SR. FERNANDO HADDAD: Até porque eu já conversei com o Ministro Temporão, sobre isso--

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): É isso que eu estou dizendo, nós temos é que sentar e ver os números. Ver qual é o objetivo, ver o que é isso pode trazer de positivo. Porque eu sou muito sincera em dizer ao senhor, eu sou médica, pediatra, inclusive, mas veja o seguinte, se nós não tivermos Educação de qualidade nesse país, isso reflete... Inclusive, reflete, na saúde.

SR. FERNANDO HADDAD: É verdade e vice-versa.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Então, eu acho que a Educação é prioritária tem que... É o caminho que realmente transforma. Isso, claro, se associando a outras questões vitais como é a saúde.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu até quero só justificar, que a Senadora Rosalba Ciarlini, havia antes feito a intervenção, como inscrita, e agora, fez vamos dizer, a réplica.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Porque o Ministro me deixou aí, me deu essa deixa.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Deixou, tinha a liberdade... Mas eu até prefiro assim que o Ministro até completa o pensamento,

porque há outras indagações inclusive de V.Ex^a, em relação à escolas técnicas.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Exatamente.

SR. FERNANDO HADDAD: Bom, em relação às escolas técnicas em oito anos nós vamos entregar 214 novas escolas técnicas para o país. Eu lembro que em 100 anos de existência da rede foram construídas 140, então, está sendo feito em oito, uma vez e meia, o que foi feito em 92 anos, 93 anos de existência da rede, desde 1909. Então nós saímos de uma patamar de uma escola ao ano, praticamente e, só esse ano serão 100 entregues, então, houve mudança de patamar.

Isso evidentemente gerou nova demanda, porque é curioso que o que ocorre com a Educação; quando você não faz, não cumpre a sua tarefa a demanda arrefece, como se a população não acreditasse que valesse à pena demandar. Quando você passa a fazer a demanda aumenta ao invés de diminuir. Então, se é verdade que nós construímos 214 escolas e alguém pudesse ter a ilusão de que isso fosse aplacar os ânimos, aconteceu exatamente o contrário. Nós entregaremos 214 escolas e só fez aumentar a esperança de trazer educação profissional federal para o seu município.

O mesmo acontece com a Universidade Aberta do Brasil, nós temos 500 pólos da Universidades Aberta do Brasil instalados, todo dia chega demanda nova, o mesmo acontece com os campi universitários, com as extensões universitárias. Nós estamos construindo mais de 100 novos campi, do que se fala pouco, interiorizando a Educação Superior Pública de qualidade, mas a demanda não para de crescer. Qual é o momento em que nós devemos fazer esse debate?

Primeiro, nós temos o compromisso com o Presidente Lula de entregar tudo o que foi comprometido, mas o ano que vem, sobretudo, o ano que vem, nós vamos ter um pequeno fôlego, porque muitas dessas escolas e novos campi, estarão entregue e funcionando. A partir do ano que vem nós temos que discutir o Plano Nacional de Educação, 2011 e 2020. A depender do percentual de PIB que será investido em Educação, nós podemos no anexo do Plano, junto com o Congresso Nacional, definir as novas áreas de expansão tanto das universidades federais presencial e a distância, como é o caso da OAB, como o caso dos novos campi dos institutos federais.

Então é um momento privilegiado de fazer uma grande discussão sobre a Educação e Território porque é disso que se trata: Como é que você trabalha a Educação no território? E organiza o território de tal maneira a potencializar o desenvolvimento sócio-econômico das regiões. Então, o nosso compromisso

é de entregar aquilo que foi prometido, mas de abrir uma discussão ao longo deste ano, sobretudo, na Conferência Nacional de Educação, que está com data marcada para abril do ano que vem para coroar esse processo e já sinalizarmos para um novo cenário para Educação, que também tem que discutir essa questão territorial.

Não é só a questão do número. É a questão de onde? Não é só quanto, é onde também: Onde atender? Como potencializar o desenvolvimento regional.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem. Passo em seguida à palavra, ao Senador João Ribeiro para suas colocações.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Sr. Presidente, Sr. Ministro Fernando Haddad, Sras. e Srs. Senadores. Sr. Ministro, eu, na verdade às perguntas que eu desejava fazer já foram feitas, praticamente respondidas por V.Ex^a. Mas eu quero apenas ao cumprimentá-lo, dizer que este ano eu sou o Relator Setorial da Área de Educação, Ciência e Tecnologia, Esportes e Cultura e, portanto, me colocar à disposição de V.Ex^a. para uma conversa, já está marcada por sinal para amanhã.

Me informava aqui o Dr. Paim, que amanhã às 14h00, eu estava pensando que a conversa seria com ele, mas será com V.Ex^a, também, para a gente discutir algumas coisas que eu considero que... Ter algumas informações que eu preciso ter e a partir daí, a gente trabalhar como costume dizer, a quatro mãos, para que a gente possa realmente fazer um bom relatório nesta área este ano. Não sei como será ainda, os recursos este ano para Educação, já que o ano passado nós tivemos aí quase, do ano passado para este ano, 37 bilhões. E portanto, para este ano nós não sabemos ainda em função da crise econômica e dos recursos que nós teremos, assim que a proposta chegar ao Congresso Nacional.

Mas portanto, cumprimentar V.Ex^a. por esse trabalho, acho que às Escolas Técnicas são extremamente importantes, tanto na questão da área técnica quanto dos Cursos Superiores que estão sendo implantados, os tecnológicos. E enfim, tudo o que tem acontecido na Educação tem sido bom, a questão das creches eu considero um programa extraordinário. É uma área que eu procuro atuar muito como Senador, porque vejo às crianças pobres do Interior do Brasil, sobretudo às crianças das pequenas cidades quando têm o apoio de uma boa creche e com o ensino de qualidade e com o apoio... Eu que fui prefeito, sei como isso funciona bem.

Quando você implanta uma creche em que você coloca assistência médica, odontológica, isso é extremamente importante para o início da vida de uma

criança e para preparar essa criança, para fazer uma boa preparação para o futuro. Então, eu vejo que todos os programas do MEC são muito bons, são excelentes. E vou deixar às perguntas para os demais, Senadores, porque como eu vou estar com V.Ex^a. amanhã, vamos conversar mais de perto para que eu possa aprender mais um pouco, Ministro. Meus cumprimentos à V.Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu só quero dizer a V.Ex^a, que sendo Relator da Educação, da Cultura e do Esporte, às três áreas desata Comissão, nós temos também o máximo interesse em conversar com o V.Ex^a, não é? Chamando, inclusive, setores da sociedade, na seqüência, para fazermos algo assim, bem debatido bem--

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Eu quero estar pronto, Sr. Presidente, para o debate, para que a gente possa fazer, combinado do Ministério da Educação, nos vários programas do Ministério, aquilo que a gente puder melhorar e a gente sair com uma discussão boa desta Comissão. Eu acho isso muito importante, para quando nós chegarmos com relatório para o mês de outubro e novembro, a gente ter um retrato realmente de tudo aquilo que pode ser a Educação para o próximo ano.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Exatamente. Passo em seguida à palavra, ao Senador Paulo Duque.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Senador Flávio Arns, Ministro Fernando Haddad. Eu quero dizer da minha alegria em ver V.Ex^a, atender aqui à Comissão de Educação. Não sei se é a primeira vez que o Ministro da Educação, comparece a esta Comissão, pelo menos V.Ex^a. Já esteve aqui, o ano retrasado talvez --

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Já esteve várias vezes aqui na Comissão.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Várias vezes. Eu é que não estive, de maneira que V.Ex^a, já me habituei a acompanhar o seu trabalho, o seu esforço, sei que Educação no Brasil é muito, um problema muito complicado e difícil. Tem que sair da teoria e ir para a prática e não é fácil, sair da teoria e ir para a prática. Nós estamos comemorando Sr. Ministro Fernando Haddad, 49 anos, quase meio século, não é? Da mudança da Capital Federal do Rio de Janeiro, minha cidade, o Rio de Janeiro, para Brasília. E no momento em que há uma mudança dessa natureza, o que é vê são os holofotes todos virarem de direção, atirarem para o novo e esquecer um pouco a parte que ficou para trás, mas que tanto serviço prestou ao nosso país, disso nós tivemos ocasião de conversar já numa audiência que V.Ex^a. me concedeu.

A minha vinda aqui hoje nesse momento, embora eu não seja hoje membro da Comissão de Educação, pertenço a outras Comissões é oferecer esse livro a V.Ex^a. Saiu ontem da gráfica do Senado, onde estão discursos que falam a respeito da Educação e, sobretudo, daquele assunto que nós fomos conversar, daquele prédio maravilhoso do Palácio Gustavo Capanema objeto de alguns pronunciamentos aqui nesses discursos.

E faço votos honestos para que V.Ex^a. tenha muito sucesso nesse governo, por ser um professor universitário de uma das mais importantes universidades do país que é a USP, não é? Com Curso de Mestrado, Doutorado no Exterior e que constitui uma grande esperança para nós brasileiros, sobretudo, para os Senadores e Deputados que pensam e gostam desse país. Eu quero cumprimentar sua vinda aqui, não vou lhe fazer pergunta nenhuma. Eu só vou lhe oferecer um livro e peço ao meu amigo, Júlio, que faça [soa a campanha] Chegar as mãos do nosso Ministro.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agradeço, ao Senador Paulo Duque. E passo em seguida à palavra ao Senador Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Presidente Flávio Arns, Ministro Haddad, cumprimentá-lo pelo trabalho e prazer em tê-lo aqui conosco nesta manhã na nossa Comissão de Educação. Eu hoje tive o prazer de estar durante um bom tempo reunido com o nosso Presidente Flávio, discutindo alguns temas importantes. E um dos assuntos não tem como deixar de lado é falar de uma grande instituição do Rio Grande do Sul, que tem importância assim fundamental na Educação do Brasil, que é a ULBRA – Universidade Luterana do Brasil, que trabalha com 150 mil alunos, mais ou menos em todo o Brasil, que esteve num momento assim de quase fechar às portas.

E cumprimentar a determinação e a forma como o Ministro, enfrentou esse problema de forma transparente, pública. E exatamente a partir da ação do Ministério, trabalhando uma solução que não dependia exatamente do Ministério, mas obviamente de uma reação interna da própria universidade o que efetivamente começou a acontecer, a partir da nova Reitoria e Pró-Reitorias que estão sendo nomeadas e com a pessoas altamente qualificadas que estão lá dentro da universidade, eu acho que isso que é um fator assim absolutamente relevante.

Eu não conheço pessoalmente o novo Reitor Dr. Ziemer, mas, porém se percebe sua determinação, eu acho que a própria entidade mantenedora que é a comunidade Evangélica São Paulo, que agiu fortemente no sentido de fazer uma reestruturação está oferecendo paz social, uma segurança e tranquilidade

para os estudantes. Um retorno à universidade o que é fundamental para a Região Metropolitana de Porto Alegre e para o ensino brasileiro, exatamente, pela responsabilidade que a ULBRA carrega com tantas pessoas em fase de formação universitária que estavam numa grande angústia, pessoas sem saber se poderiam retornar às aulas ou não.

Gente já desistindo do ano escolar que é uma coisa terrível na vida de um estudante e de uma família porque paga. Imagina ver aí um ou dois anos pagando uma mensalidade e jogando o dinheiro pelo ralo, mas eu entendi que a ação do Ministro, corajosa, pública, no sentido de exigir uma ação de parte da própria comunidade surtiu efeito, e hoje, nós já percebemos uma tranquilidade. Ao mesmo tempo o problema ULBRA chamou a atenção para uma questão que preocupa em nível de Brasil, nós temos entre comunitárias, filantrópicas e universidades particulares, eu não sei exatamente o índice, mas eu imagino que mais de 70% do universo de estudantes em universidades, eles estão dentro destas faculdades, destas universidades.

E acho que a partir desta experiência ruim de um lado e quem sabe muito boa de outro, que permite uma revisão da gestão da universidade privada ou comunitária, ou filantrópica, porque ao final são empresas que precisam ser bem administradas. Não dá para imaginar que uma universidade comunitária não seja uma empresa e, que tem que ser administrada ou que uma filantrópica não seja um empresa também [soa a campanha] E que tenha que ser administrada do ponto de vista empresarial, sob pena que qualquer problema vir se socorrer aqui no gabinete do Ministro e não é bem assim. E uma privada, então, nem se fala.

Então eu gostaria de saber como é que estão as gestões no sentido de 1: Trabalhar a questão do financiamento do custeio para às universidades privadas, comunitárias e filantrópicas e, ao mesmo tempo, a inclusão das universidades privadas no projeto de recuperação da empresas. Eu sei que foram dois assuntos que o Ministro começou a tratar com muita preocupação, que talvez sejam focos assim, que bem trabalhados eles ofereçam segurança e tranquilidade para quem investe na Educação, para o investidor, para o empresário ou para o agente comunitário ou para o líder comunitário que tem a responsabilidade de trabalhar a gestão lá daquela universidade que fica lá no interior, lá onde o doutor não vai. Lá onde mesmo com a exigência de ter o doutor, talvez nem o mestre chega, nem o mestre consegue chegar lá, mas a presença da universidade é um fator fundamental de inclusão de desenvolvimento, Ministro.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agradeço ao Senador Sérgio Zambiasi, des-

taco também a alegria de ter participado da reunião hoje cedo. Foi uma foi uma reunião que pretende ser regular da Frente Parlamentar a Favor do Ensino Superior e V.Ex^a., com muita propriedade e competência é o Presidente da Frente. Parabéns.

Com a palavra o Sr. Ministro.

SR. FERNANDO HADDAD: Agradeço as manifestações dos Senadores João Ribeiro e Paulo Duque, colocando o gabinete à disposição dos senhores para tratarmos de assuntos específico ou não. No caso do orçamento nós temos que garantir efetivamente que 2010, com o crise ou sem crise não pode ser obstáculo para o avanço do Plano de Desenvolvimento da Educação e, para às metas estabelecidas. Um país assim como um pai ou uma mãe que se vê em situação financeira jamais corta a Educação, porque há outras formas de adequar o orçamento à realidade. Eu penso que um país tem que tomar a mesma providência de resguardar investimentos que dialogam com o futuro da nação.

Então a Educação, o fim iminente da DRU da Educação é uma primeira tarefa que nós podemos cumprir no primeiro semestre de 2009, que terá impacto já em 2009 é preciso dizer. O Ministério do Planejamento concorda que a mudança seja retroativa a 1º de janeiro de 2009, portanto, a redução do percentual de 20 para 12 esse ano, já incide sobre o orçamento corrente e mais, ainda, no orçamento de 2010. Isso é uma salvaguarda para o seu trabalho, mas eu entendo que nós devemos nos debruçar sobre isso para garantir o cumprimento de metas.

Eu tive a satisfação a semana retrasada de verificar que nós aumentamos em quase 1% do PIB os investimentos públicos em Educação em apenas dois anos, entre 2005 e 2007. Então, se o país conseguiu essa façanha em apenas dois anos, pode avançar ainda mais se eleger a prioridade, eleger a Educação como prioridade maior. Portanto, eu agradeço as manifestações dos Senadores João Ribeiro e Paulo Duque.

Em relação aos questionamentos do Senador Sérgio Zambiasi, eu gostaria de dizer, Senador, que o senhor é testemunha das recorrentes iniciativas do Ministério da Educação, em relação uma busca de solução com a antiga direção da instituição, sem sucesso. Nós buscamos várias vezes uma aproximação, conseguimos um único dia, uma audiência com o antigo Reitor. E naquela ocasião ele demonstrou tamanha serenidade, que nós não podíamos imaginar o grau a que chegou a instituição do ponto de vista da sua crise financeira.

Felizmente a direção foi toda removida, substituída por pessoas comprometidas com a recuperação da instituição, mas nós tivemos ensinamentos desse

processo e, nós também aprendemos com esse processo. E o primeiro aprendizado que merece registro é uma insuficiência da legislação atual para recuperação de entidades sem fins lucrativos. O senhor sabe que a maior parte da matrícula do setor particular se dá em instituições que não buscam lucro, comunitárias ou não, mas que não tem a finalidade de lucro.

Muito bem, essas instituições Senador Flávio Arns, não estão ao abrigo da Lei de Falências e, portanto, não tem o benefício da recuperação seja judicial, seja extrajudicial. Então, enquanto uma instituição que busca o lucro tem a proteção da lei, uma instituição comunitária, uma santa casa não tem o benefício dado a instituições comerciais. Então nós levamos a preocupação ao Ministério da Fazenda, já tive duas reuniões com o Procurador-Geral da Fazenda Nacional, mais do que isso, apresentamos um minuta feita pelo Ministério da Educação – o senhor sabe que não é da nossa alçada tratar de Lei de Falência.

Mas nós destacamos uma equipe para formular uma proposta, uma minuta, encaminhamos formalmente ao Ministério da Fazenda que está debruçado sobre ela e, nós devemos ter nos próximos dias, uma decisão de governo sobre como contemplar essas instituições com algum amparo, na busca de recuperação em virtude de crise financeira. às vezes a crise tem origem na má gestão dos recursos, mas às vezes não, às vezes, a crise advém de uma outra realidade, do aumento da inadimplência, da transferência de alunos, enfim, há várias razões para ocorrer um problema de continuidade numa instituição. Nós temos que salvar essas instituições, já que elas não são mantidas pelo Estado, mas por mensalidades, elas precisam ter algum mecanismo legal de buscar a proteção do Poder Judiciário.

Há um outro problema, este trazido pelo Ministério da Fazenda. O qual foi a reação do Ministério da Fazenda à nossa proposta? A reação foi a seguinte: Bem, vamos contemplar a recuperação na legislação, contudo, a atual Lei de Falências, não disciplinou o regime da moratória do pagamento de tributos, não fez isso. Então nós temos que também pensar uma forma de regulamentar o que já está disposto no Código Tributário Nacional, de uma previsão legal com a autorização do Congresso Nacional de repactuação dos tributos devidos. Porque no caso dessa instituição em particular, seguramente, 70, a 80% da dívida é com a própria Receita Federal. Então a recuperação judicial que envolva trabalhadores e fornecedores de nada adiantará, sem uma previsão de repactuação do que já é devido à Receita Federal.

Então nós aprendemos muito nesse processo sobretudo com a posse do novo Reitor que está abrindo

as contas da instituição, sem o que é impossível sequer conceder formas engenhosas de mudança legislativa. Mas eu quero crer que ainda nos próximos dias talvez na próxima semana, nós já tenhamos não mais uma minuta, mas um projeto de lei que deve ser encaminhado ao Congresso Nacional, que terá a sensibilidade de concorrer para que a sua tramitação esteja à altura dos desafios que estão colocados. Porque hoje nós sabemos dessa crise específica, mas podemos ter surpresas, porque essas coisas nunca são 100% transparentes.

Então nós precisamos ter realmente um marco regulatório que permita às instituições buscar o socorro do Judiciário em casas extremos. Nos interessa a expansão da educação pública? Sem sombra de dúvida, mas também nos interessa o desenvolvimento do setor particular que tem uma atividade complementar fundamental, respondendo por mais de 70% da matrícula como o senhor bem sublinhou.

Então, nós temos que contar com isso, temos que contar com o apoio do setor particular, para cumprirmos as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação que prevê 30% de taxa de matrícula na faixa etária de 18 a 24 anos. Eu quero dizer que entre 2013 e 2007, a taxa bruta saltou de 16 para 24%. Então, está a nossa mão chegar aos 30 até 2011, mas o Brasil depende muito da expansão da Educação Superior e o Estado tem que fazer a sua parte e voltou a fazer sua parte com a expansão das federais e a interiorização dos novos campi. Mas eu diria que é inestimável o apoio, sobretudo, das comunitárias que tem uma tradição enorme na oferta de Educação Superior de qualidade.

Então essas merecem o nosso respeito e consideração. Concluindo, são dois portanto os dispositivos, provavelmente virá um PL só, porque os dois tratam de uma matéria muito correlata, mas são dois temas tratados pelo mesmo projeto de lei. A recuperação que não se sabe ainda se era judicial ou extrajudicial, e a questão do disciplinamento do regime de moratória previsto no CTN e ainda, não regulamentado por lei ordinária. Muito obrigado, Senador.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): As linhas de custeio, o financiamento dos custeios.

SR. FERNANDO HADDAD: Ah! Pois, não. Já houve uma primeira reunião com o BNDES. Eu já havia me reunido informalmente, foi na verdade um despacho de avião com o Presidente Luciano Coutinho, viemos conversando... Não sei em que trecho, mas viemos conversando longamente sobre essa questão. E já houve uma primeira reunião com o Secretário Executivo Henrique Paim e o Dr. Elvino Gaspar, que é o Diretor do BNDES, encarregado desse assunto.

A exigência do MEC é de que qualquer linha de financiamento para instituições particulares tenha como critério a qualidade. Não se trata de financiar o que quer que seja, mas se vai se abrir uma linha de capital de giro, eu penso que a questão da qualidade deve ser observada para acesso a essa linha de financiamento. Mas salvaguardada a questão da qualidade, para que não haja expansão de instituições sem compromisso com a qualidade, nós desejamos que haja, enfim, que essas linhas sejam estabelecidas restabelecidas porque algumas já existiam no passado, podendo dar a sustentação para a manutenção de atividades acadêmicas dessas instituições.

Eu não posso responder agora até porque não sei dos desdobramentos, mas parece que a reunião foi produtiva. Aqui me informa o Secretário Executivo, que até 30 de maio o BNDES dará uma resposta ao setor particular.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agradeço. Uma informação importante para tantas instituições, sejam particulares ou comunitárias que estão aguardando esse tipo de encaminhamento pelo Brasil. Passo em seguida com prazer, Senador Cristovam Buarque, a palavra à V.Ex^a., ex-Presidente da Comissão de Educação, e ex-ministro da Educação, também, nós temos o Senador Marco Maciel, o Senador Cristovam Buarque, V.Ex^a. Agora a pouco eu disse ao Ministro, no caso do Senador Marco Maciel, que mais importante que ser vice-Presidente da República é ser sem dúvida, Ministro da Educação e V.Ex^a. também já o foi e continuará sempre sendo, não é?

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Uma vez majestade, sempre majestade.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Obrigado. Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Ministro, eu quero inicialmente pedir desculpas do atraso, mas a Comissão de Direitos Humanos, tinha hoje marcada uma visita ao Cesare Battisti, o único preso político que nós temos no Brasil e não por culpa do Brasil, por culpa da Itália. E nós tivemos com ele, a Comissão de Direitos Humanos do Senado e a Comissão de Direitos Humanos da Câmara, por isso o meu atraso porque, se não fosse isso eu estaria aqui.

Eu quero dizer Ministro que a gente tanto conversa, a gente tem duas coisas muito em comum. Primeiro é que falta fazer muito ainda na Educação e, segundo é que o senhor tem feito muito eu quero manifestar aqui o meu respeito pelo seu trabalho. E da mesma maneira que eu concordo que o senhor está no caminho, eu sempre digo minhas discordâncias não com o Ministro – porque isso é uma coisa maior do que o Ministro. A

minha discordância é com a velocidade e não com o caminho, não tem nada que eu possa dizer: Esse não é o caminho certo, apenas, eu gostaria de que tenha uma velocidade maior, mas volto a insistir, isso não é culpa só do Ministro, isso é de um conjunto de forças, inclusive do Congresso, inclusive do Judiciário e inclusive da sociedade brasileira. A velocidade é definida não pelo Presidente, sozinho num país democrático, mas pela sociedade inteira.

Então, feito isso. Eu queria parabenizá-lo por uma coisa recente que é a ideia de unificação do vestibular e a substituição dele pelo ENEM. Claro, que pessoalmente como já conversamos e, o senhor disse que a sua proposta não impede. Eu defendo o ingresso na universidade não por um vestibular, mas por três provas ao longo do Segundo Grau. Como já faz a Universidade de Brasília, creio que há 13 anos que é o chamado Programa de Avaliação Seriada, que tem dado certo, que tem ajudado o Segundo Grau a melhorar, tem acabado com essa ânsia de um estudante numa prova só decidir o seu futuro.

Mas mesmo na UNB, nós escolhemos uma parte por esse programa, mas reservamos outra para o vestibular, porque tem gente que já terminou o Ensino Médio e que quer entrar na universidade, não ia poder entrar e a proposta do Ministro Fernando Haddad, permite isso eu sou favorável. Eu sou favorável. Vou mais longe. Eu quero dizer que muita gente me sugeriu aqui, apresentar esse projeto e eu titubeei, por causa da reação das parcelas mais ricas da sociedade que utilizam o artifício de fazer vestibular em cada cidade. Com a sua proposta, a gente vai dar uma igualdade de oportunidade.

O estudante que não puder ficar viajando por aí, ele vai ter a mesma chance daquele que puder ficar viajando, porque o que pode viajar não vai viajar, porque só tem uma prova, então, ele vai ter que disputar uma só vez. O senhor teve a ousadia e a coragem de comprar essa briga e eu o parabenizo. E também com algumas universidades que por conservadorismo preferem continuar tendo o controle do seu vestibular, mas eu sou absolutamente favorável como a muitas outras da suas políticas a essa.

Eu quero entretanto fazer uma consideração e depois duas perguntas. A consideração é que quando eu vejo o seu esforço nas universidades, eu devo dizer que foi feito mais do que em qualquer outra época do Brasil. Mas a gente vai sim, enfrentar o problema da falta de qualificação dos que entram na universidade. Ao ampliar o número dos que entram, começam a entrar menos qualificado. A saída não está em diminuir o número do que entram, absolutamente, porque ainda

são poucos os que entram comparados com outros países, mas melhorar a qualidade.

Eu creio que aqui na própria UNB, mas em outras Escolas de Engenharia, está se criando uma disciplina chamada Pré-cálculo, porque os alunos não entram preparados para estudar Cálculo I, ou Cálculo II, como no meu tempo de estudante de Engenharia. [soa a campanha] Nesses 130 ou 140 anos de História do Ensino da Engenharia no Brasil, eu creio que é a primeira vez que os alunos chegam ali – porque aumentou o número dos que chegam é verdade, é um lado positivo – mas a qualidade não aumentou igual, o mesmo na escola, técnica.

Um dos grandes feitos do Governo Lula na Educação e o senhor tem um papel fundamental, é o aumento no número de Escolas Técnicas, mas nós vamos ter problemas porque o aluno vai entrar na Escola Técnica de Segundo Grau sem o preparo suficiente do Ensino Fundamental, vai ter que fazer alguma coisa para que a Ensino Fundamental dê um salto. Essa é uma consideração. As duas perguntas, uma é uma pergunta mesmo, e a outra é quase que uma pequena provocação, que eu vou fazer a pergunta com muito cuidado, para evitar que sua resposta vá ao encontro do que eu defendo.

A minha pergunta é sobre o FIES, como é que anda a situação desses jovens, centenas de milhares hoje, não é? Mais de uma centena, que receberam dinheiro para estudar e agora não tem como pagar o curso. Tem situações trágicas. Eu fui junto ao Ministro, ele nos recebeu junto com alguns desses alunos. E era bom que o senhor apresentasse aqui de público, o esforço que está fazendo.

E a outra, que eu digo que é uma provocação, é um projeto que eu coloquei aqui, que considera a falta de decoro público, o parlamentar, o prefeito, o vereador, colocar seus filhos em escola particular, daqui há sete anos. A minha pergunta é se o senhor aceitaria vir a uma Audiência Pública para debater esse assunto, porque eu não quero nem o que senhor diga que sé a favor ou contra.

[risos]

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

Eu não quero que diga se é favor ou contra, por favor. Mas se o senhor aceitaria, se é uma ideia que vale à pena ter uma audiência ou se a gente deve descartar, antes mesmo de debater um pouco.

Essa ideia tem duas razões. Uma é 120 anos da República, não é a República um país em que os eleitos tenham uma escola completamente diferente das escolas dos eleitores, não é república isso tem nas monarquias. Aliás, na Inglaterra que é uma monarquia há pouco uma Ministra quase é demitida, não

da Educação, porque descobriram que o filho estudava na escola particular. A campanha na imprensa foi tão grande, pela falta de respeito que ela tinha à escola pública e ao próprio governo que ela servia, que quase é demitida.

Então esta é uma ideia que eu estou defendendo, por uma questão de republicanismo e segundo, porque eu acho que ajudaria sim, a melhorar a escola pública, quando nós – eu parte disso – minhas filhas estudaram até o final na escola particular. Então eu não estou aqui jogando a culpa em ninguém, e estou dando um prazo de sete anos, depois da lei aprovado teríamos sete anos. Eu queria saber se uma Audiência Pública se justificaria, então, são as duas perguntas: Essa da Audiência Pública e a do FIES, que o senhor diga o que está fazendo.

No mais, eu deixo aqui os meus cumprimentos, sobretudo, por essa última iniciativa do vestibular, muito polêmica e que exige uma força para enfrentar. Eu como Senador, não quis comprar essa briga que foi me sugerida anos, faz anos já que vem me provocando um funcionário aqui, um Assessor, e eu venho... Fui deixando, deixando, deixando e o senhor saiu na frente e eu lhe parabeno.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agradeço ao Senador Cristovam Buarque pela participação. Passo em seguida a palavra à Senadora Fátima Cleide, que é representante desta Comissão junto com o Senador Cristovam Buarque, no Grupo de Trabalho para a Organização da Conferência Nacional de Educação. Com a palavra, V.Ex^a.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Obrigada, Flávio Paim. Quero cumprimentar, Senador Flávio Arns, perdão.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Não tem nenhum problema, não é?

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): É o cansaço, Senador, que eu já estou com 45 dia sem parar. E começa a --

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Pode ser o Paulo Paim. E pode ser o Paim, que está aqui presente, também, os dois, me sentaria honrado.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Flávio Arns, mil perdões. Eu quero inicialmente cumprimentar o nosso, Ministro Fernando Haddad, dizer... E também pedir desculpas, por não ter estado presente desde o início, mas hoje nós estamos com várias Audiências Públicas, todas muito interessantes. E eu estava também na TV Senado falando da CONAE, que é a Conferência Nacional de Educação.

Eu queria iniciar também parabenoando, Ministro, o Ministério da Educação a sua decisão de convocar a

Conferência Nacional, que para nós que estamos nessa luta em defesa da Educação pública nas ruas há mais de 20 anos, para a gente é um sonho muito grande. Eu tenho certeza que é o sonho também de alguns ícones da Educação que já se foram como Paulo Freire, Florestan Fernandes. Eu penso que em memória deles a gente deve trabalhar para fazer o melhor possível, para que essa discussão em torno da criação de um sistema articulado de Educação Nacional, tenha um resultado bem positivo.

Então eu quero parabenizá-lo pela iniciativa, pelo belíssimo lançamento da CONAE a semana passada. Eu sou membro titular representando esta Comissão o Senador Flávio Arns, também, esteve presente da condição de Presidente da Comissão de Educação, o Senador Cristovam Buarque é nosso membro suplente e não pôde ir porque estava viajando no dia. Mas eu quero dizer que esta Comissão está compromissada com a Conferência Nacional da sociedade, convocada pelo governo federal.

Mas queria dizer, Ministro, também, fazendo uma reivindicação até porque eu tenho certeza que o senhor já deve ter sido alertado pelos representantes do MEC na Comissão Organizadora. Mas como porta-voz da sociedade aqui eu gostaria de trazer uma reivindicação, que é para dar conta de superar a possibilidade de uma dissonância entre o seu compromisso e do Presidente Lula com a conferência, e a propaganda institucional do Ministério da Educação.

Hoje mesmo a gente se deparou com uma propaganda de página inteira sobre o PDE, e que não trata do que a gente está considerando uma das coisas mais importantes que o governo federal tem a fazer neste período até 2010, que é a Conferência Nacional de Educação ela não está aqui. E é bom que apareça, não é? Não apenas nas suas falas públicas, mas como um compromisso de toda a instituição o Ministério da Educação, porque realmente eu acredito que dentre toda as conferências esta é a mais aguardada pela sociedade brasileira, porque tem a participação de mais de 54 representações de setores organizados da nossa sociedade, entre Executivo, Legislativo, Judiciário e a sociedade em geral.

Portanto, só mesmo um lembrete para que nas próximas a gente tenha também a CONAE na propaganda do PDE, porque ela é importante demais para o Brasil, assim como o PDE. E gostaria também Ministro de agradecer pelo apoio que o senhor está dando, que o Ministério esta dando ao Programa Profucionário. Recentemente nós tivemos um problema no Estado de Rondônia e aí, Rondônica é um caso o que senhor conhece muito bem da falta de [soa a campainha] Compromisso com a Educação, faltou material.

O sindicato deu um jeito de por um lado conseguir aquilo que era emergencial, e a gente pediu ao Ministério e foi prontamente atendida. Eu quero agradecer aqui ao Secretário Executivo que está presente, Henrique Paim. E dizer também, Ministro, que nós precisamos do seu apoio, do apoio do Ministério da Educação para aprovar aqui. É responsabilidade nossa, mas nós precisamos de manifestações também do Ministério a esse respeito, aprovar o projeto que é de minha autoria, que foi relatado pela Senadora Ideli, que foi aperfeiçoada na Câmara pela Deputada Fátima Bezerra, pelo Deputado Carlos Abicalil, e que trata de modificar, de alterar a LDB, para caracterizar quem são os profissionais da Educação.

A Emenda da Câmara nº 507, está pronta para votar no Plenário aqui do Senado Federal. E mais uma vez também o Profucionário, eu gostaria muito de vê-lo, no eixo de valorização profissional do PDE, na propaganda também. Está bom? Porque é um programa, Ministro, que em todos os Estados onde a gente vai, há uma alegria muito grande. Eu sei da sua alegria ao lançá-lo, eu sei da emoção do Presidente Lula ao lançá-lo, também, como um programa que busca a inclusão social de cerca de um milhão e 500 profissionais da Educação, que hoje são invisível para a nossa sociedade, porque sequer considerados como profissionais.

E o Ministério da Educação já avançou muito, avançou com o Profucionário, o CNE avançou também criando a área 21. E eu acho que isso não é coisa para ficar escondido, o Ministério tem que alardear também e mais uma vez eu o parabeno por essas iniciativas.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem. Passo a palavra ao Sr. Ministro, para considerações em relação a intervenção do Senador Cristovam Buarque e Senadora Fátima Cleide.

SR. FERNANDO HADDAD: Agradecer ao Senador Cristovam, a Senadora Fátima Cleide. V.Ex^a. sabe Senador Cristovam do apreço que temos do Ministério da Educação pela sua pessoa, não é retórico. E o senhor segue sendo uma fonte de inspiração permanente para os nossos trabalhos, pelas convicções, pela trajetória, pelo compromisso que tem com a Educação do país. O senhor certamente está entre aqueles... Já faz parte daquele panteão, só não está no panteão ainda porque está vivo, mas irá para o panteão dos brasileiros que lutaram pela qualidade do ensino e pelo direito fundamental de todos ao aprendizado e ao desenvolvimento humano.

Que demore muito tempo para ir para o panteão, acrescenta aqui o Senador Flávio Arns. Eu louvo a sua declaração pela mudança do vestibular tradicional. Real-

mente em relação à juventude que não tem mobilidade pelo país é muito difícil prestar mais de um exame, as taxas de inscrição são elevadíssimas. Aliás, aproveito para cumprimentar o Senado Federal por ter aprovado em lei que seguiu para a Câmara, a isenção total de taxa de inscrição para processo seletivo, acho que isso corrobora as iniciativas do Ministério da Educação e estimulam as universidades a migrar para um sistema mais engenhoso, mais aberto de acesso.

E compartilho com o senhor, a preocupação de que essa migração não se dê em detrimento de boas iniciativas que devem seguir o seu curso como, por exemplo, o programa de avaliação seriada. É um bom programa que poderá ser contabilizado perfeitamente com essa proposta feita pelo Ministério da Educação. O senhor diz bem ao jogar luz sobre o desafio da qualidade e à luz da expansão, porque é disso que se trata.

Quando se expandem às vagas nas universidades, às Escolas Técnicas, o desafio da qualidade fica ainda mais acentuado. Mas se em verdade que algumas instituições estão se vendo obrigadas a oferecer a disciplina de pré-cálculo nos Cursos de Engenharia, eu fui vítima do processo de vestibular e fiz Cálculo I, no terceiro ano de ensino médio. O que é um despropósito submeter um aluno de 16 anos de idade, a fazer Cálculo I, que é dado no primeiro ano dos cursos de Engenharia.

Eu não posso reclamar porque graças a isso eu depois de fazer Direito, consegui a minha vaga no Mestrado em Economia, na Faculdade de Economia na USP, graças ao Cálculo I, que eu tinha feito, mas digamos que foi por mera coincidência que ter feito essa disciplina me favoreceu. Foi uma mera coincidência. Então, eu entendo que nós devemos ajustar o currículo do Ensino Médio que nem seja tão excessivo a ponto de ensinar aquilo que é obrigação da universidade ensinar e, nem seja tão precário a ponto da universidade ter que fazer às vezes da escola pública, porque o aluno chega despreparado. É justamente isso que se propõe o novo ENEM, estabelecer em métrica adequada para os alunos de Ensino Médio, estabelecendo aquilo que é de competência da escola pública e o que é de competência da Universidade.

Em relação as suas duas perguntas, começando pela questão do FIES. O FIES terá que passar mais uma vez por uma reformulação, isso já foi objeto de uma interlocução que mantivemos inclusive com alunos beneficiários do programa. O FIES tem uma... Em primeiro lugar o FIES ele passou por um esvaziamento em função do ProUni. Muitos jovens que buscavam o financiamento estudantil deixaram de fazê-lo, felizmente, por terem acesso a uma bolsa de estudos, integral ou parcial.

Isso foi bom por um lado, mas por outro nós temos hoje, 1,5 bilhão de reais, parados no Fundo de Financiamento Estudantil por falta da demanda organizada. Por que está faltando demanda para o FIES? Porque a regra... Embora nós já tenhamos baixado os juros para 3,5% ao ano, no caso das licenciaturas e nos Cursos Superiores de Tecnologia e 6,5% para os bacharelados tradicionais... E nós estamos defendendo junto a área econômica que também os bacharelados tradicionais tenham uma redução na taxa de juros, compatível com o movimento que está ocorrendo no mundo inteiro de redução dos juros para a promoção do desenvolvimento.

E o desenvolvimento humano não pode ficar de fora disso, nós hoje temos uma legislação e normas que preveem a aplicação da Tabela Price, porque por mais que se reduza os juros, a Tabela Price compromete os estudantes com a pagamento de mensalidades seis meses depois de formados incompatível com a sua renda, exatamente isso que está acontecendo agora. Então o que nós precisamos fazer? Dois movimentos. Nós precisamos reduzir os juros no Conselho Monetário Nacional, nós precisamos mandar um projeto de lei aqui para o Congresso Nacional, para que a Tabela Price não seja aplicada, para que o aluno tenha segurança do valor que ele vai pagar depois de formado, que inclusive eu defendo que seja fixo.

Defina uma valor fixo que ele pague depois de formado e ele vai ter a segurança de demandar o financiamento. Hoje ele tem insegurança sobre os juros e insegurança sobre a forma de pagamento, então é um equívoco. Como o fundo está superavitário e não impacta o superávit primário, o momento de fazer a mudança é agora; já preparando o terreno, já para o segundo semestre de 2009 e, o primeiro semestre de 2010, de um novo processo de atendimento desses estudantes. Hoje nós temos a expansão das federais, temos o ProUni, mas precisamos turbinar o financiamento estudantil, porque é o caminho que vários países encontraram de ampliar o atendimento à Educação Superior.

Em relação a Audiência Pública que o senhor propõe, bom, nós estamos disponíveis para o debate e entendemos o tema como muito relevante. A minha opinião pessoal, não foi objeto de discussão interna no MEC, mas posso lhe adiantar a minha opinião. O mundo dos meus sonhos é o mundo em que às pessoas tenham acesso à Educação pública, que o Estado seja provedor deste direito para todos os cidadãos. Aquele que não foi alfabetizado se alfabetize, àquele que está na faixa etária de zero a três anos que tenha a atendimento, se for necessário. Tem mães que que-

rem manter os seus filhos até três anos em casa, mas tem mães que precisam da creche.

Ou seja, até onde como dizia o Manifesto dos Pioneiros de 32 – o senhor certamente seria um dos signatários daquele documento – até onde forem as aptidões de cada um o Estado tem que prover educação. Se a pessoa está vocacionada para um pós-doutorado, ela tem que ter a garantia do Estado de que ela pode chegar até esse patamar. Esse é o meu ideal. Há pessoas e onde a Educação é pública e garantida países da Europa, 100% pública e garantida há um espaço para o setor particular na esfera confessional.

Então, você vai à França, por exemplo, as escolas confessionais são preservadas e àqueles que querem manter seus filhos em escolas não públicas esta razão, devem ter o direito de fazê-lo; àquelas pessoas que desejam que seus filhos tenha uma educação religiosa não podem ser proibido disso. Contudo, o movimento tem que ser na direção da escola pública que, inclusive, a nossa Constituição estabelece a faculdade de oferta também no ensino religioso, que não pode ser obrigatório para ninguém. O nosso Estado sendo laico, como é. Então a perspectiva colocada pelo seu projeto vai na direção correta.

O que me parece relevante é verificar algo que foi objeto de uma matéria no Jornal Folha de São Paulo, que me parece decisivo. O jornal fez uma tabulação, não foi o MEC fez. Fez uma tabulação mostrando o que está ocorrendo com as famílias no quintinho(F) [01:38:59] Mais rico da sociedade e verificou que no quintinho(F) mais rico da sociedade, já começa a haver uma migração para a escola pública, ainda ligeira, ainda pequena, mas revertendo um processo histórico secular, quase, de fuga da escola pública. Então 2001, eu posso estar enganado em relação ao ano, mas se não me engano, entre 2001 e 2006, ou 2003 e 2007, agora, a memória pode estar me traindo, mas num intervalo de quatro ou cinco anos, mais ou menos nessa quadra. Houve uma reversão da tendência, passou de 12 para 16% a matrícula de crianças dos 20% mais ricos da escola pública.

Então me parece que sem prejuízo do debate que o senhor quer promover, o Congresso, deveria analisar essa questão. E o Plano Nacional de Educação, deveria prever metas em relação a esse aspecto, quantos por cento da parcela mais rica da sociedade estão matriculando seus filhos na escola pública. Porque só uma razão para não matricular um filho na escola pública, que é a questão da qualidade ou a questão--

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Violência.

SR. FERNANDO HADDAD: Confessional, ou a questão confessional... Perdão?

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Da violência, também. Isso é uma questão preocupante nas escolas públicas.

SR. FERNANDO HADDAD: A questão da violência eu contemplo no quesito qualidade--

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Contempla, com certeza.

SR. FERNANDO HADDAD: Quer dizer, uma escola que não oferece segurança para seus alunos não há uma--

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Mas se o senhor me permitir, só mais um detalhe. Eu já vi algum estudo sobre isso, eu acho que também a migração está sendo prioritariamente nas Escolas Técnicas, por oferecer um ensino de qualidade que profissionalizante realmente a Escola Técnica --

SR. FERNANDO HADDAD: Mas a escola--

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Eu não sei se isso procede, mas é bom que o senhor analise isso.

SR. FERNANDO HADDAD: Analisaremos.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Realmente a migração é no Segundo Grau, na Escola Técnica.

SR. FERNANDO HADDAD: Senadora, com toda--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Só por uma questão de organização do debate, vamos aguardar que o Ministro exponha. E, se alguém quiser assim, réplicas e tréplicas, é só avisar a mesa que a gente concede. Só para não haver, assim, interrupção do argumento.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Perdão, Presidente. É que com a Educação, a gente fica tão ansioso para saber das coisas, que muitas vezes--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Está bem, tranquilo. V. Ex^a.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Que muitas vezes, descumpra as normas que são--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): V.Ex^a. não precisa pedir, qualquer tipo de desculpa. V. Ex^a.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Que norteiam o debate. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): É membro atuante, sempre presente. Obrigado.

SR. FERNANDO HADDAD: Senadora, eu até gostaria que as Escolas Técnicas tivessem respondido por essa reversão, mas pela proporção e pelo atendimento que às escolas técnicas federais faz hoje, que é entre 1 e 2% da matrícula, nós não teríamos conse-

guido reverter de 12 para 16, se não houvesse também uma consciência maior de que a escola pública tem melhorado.

O que tem ajudado na minha opinião é menos – embora seja significativo – mas é menos a expansão das Escolas Técnicas que está se dando, agora, e mais a divulgação dos resultados por escola. Porque quando você divulga os resultados por escola, como nós passamos a fazer: O que ocorre? Aquele estigma da Escola Pública se desfaz. Aquela ideia de que toda a Escola Pública têm problemas não é verdade, e a classe média vai verificando que não, que há escolas públicas de excelente qualidade e que, portanto vale à pena voltar para a escola pública, não apenas pela questão financeira que é uma mensalidade que você deixa de pagar, mas vale a pena pela questão da convivência com todos os extratos sociais, pela questão da diversidade, pela questão do convívio social.

Então não tenham dúvidas de que é errada a percepção, de que a classe média tem preceito contra a Escola Pública. Quando a classe média tem consciência de que aquela Escola Pública tem qualidade. E hoje a divulgação dos resultados por escola permite a ela acompanhar, aliás, os resultados de ENEM por escola saem amanhã na grande imprensa. E você vai verificar, por exemplo, a melhor escola de ensino médio no país é uma escola de aplicação de uma universidade federal. Então, o Estado tem toda a condição de oferecer ensino público de qualidade, agora, é preciso investimento, é preciso gestão, é preciso formação de professores.

E aí eu volto ao tema colocado pelo Senador Cristovam Buarque. Nos alteramos com o consentimento do Congresso a Lei da nossa CAPS, a nossa CAPS que estava restrita à Educação Superior, passa a formar recursos também para a Educação Básica, sobretudo no que diz respeito ao Magistério. Muito bem, nós temos que garantir aos professores, formação inicial e continuada pelo Parque de Universidade Pública do país. Um professor não tem que pedir licença para voltar para a universidade para atualizar seus conhecimentos pedagógicos ou para obter o seu primeiro Diploma de Ensino Superior.

Então até o final de maio nós vamos dar a público esse grande mutirão que mais de 70 universidades, no qual mais de 70 universidades públicas estão envolvidas para garantir, se nós estamos garantindo o direito dos estudantes apreender, nós temos que garantir o dos professores a um aperfeiçoamento. Que também a União nunca se responsabilizou por isso, nunca chamou para si a responsabilidade pela formação dos professores.

E agora desde a lei da CAPS, nós chamamos a responsabilidade e estamos pactuando com as universidades a garantia do direito do professor a uma cadeira numa universidade, seja para formação inicial, para àqueles que não tem diploma superior, seja para a formação continuada para àqueles que desejam aperfeiçoar seus conhecimentos pedagógicos. Então esta garantia tem que ser estabelecida definitivamente, sem o que é muito difícil cobrar qualidade de uma escola em que o professor não se sente valorizado no que diz respeito a salário, por isso que a questão do piso é tão importante como frisou a Senadora Ideli Salvatti. Mas também a questão da formação dos professores como é o desejo de todos nós.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Só antes da Senadora Fátima Cleide, Sr. Ministro, se V.Ex^a. me permite? O Senador Cristovam Buarque havia solicitado uma pequena réplica.

SR. FERNANDO HADDAD: Fique à vontade, Senador, por favor.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não é réplica. Eu acho que estamos de acordo. Quando o senhor falou a tendência secular, eu ia dizer é quase secular, mas não chega a tanto pelo seguinte--

SR. FERNANDO HADDAD: Os quarenta anos.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito bem. Exatamente, talvez um pouco mais, 50 anos. Quando eu entrei, meus pais não eram religiosos, mas eu estudei toda a minha vida em Colégio Marista. E quando eu perguntei a razão uma vez ele disse: Que é porque na escola pública os Deputados e Senadores, já tinham botado seus filhos.

SR. FERNANDO HADDAD: Não tinham?

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Já tinham colocado.

SR. FERNANDO HADDAD: Ah! Já tinham.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Claro. Porque para entrar na Escola Pública naquele momento, além de precisar de um carro, porque já haviam três escolas, além de precisar de carro é distante da minha casa, já o Colégio Marista era ao lado. Eram colégios demandados. O Pedro II, para entrar lá, era D. Pedro que escolhia. Dr. Pedro II que escolhia. Os colégios estaduais, quando eu era criança, sobretudo em Recife, eram poucos, para entrar lá era preciso ter o que chamava apadrinhamento, pistolão, porque também não havia ainda exames, que depois foi o que foi adotado.

Houve uma inversão, era preciso ser Deputado, Senador, amigo do Governador, deles, para conseguir entrar nessas boas escolas públicas, e aí diz: “Mas e o preço?” É preciso lembrar que naquela época um colégio de Padre e um marista, era quase de graça,

porque eles viviam dentro do colégio. Eles não tinham salários, não tinham famílias, não pagavam aluguel na escola, não pagavam impostos. E eles queriam era seduzir a gente para a carreira eclesiástica, então você pagava--

SR. FERNANDO HADDAD: Tinha um subsídio aí?

[risos]

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Que era absolutamente subsidiado, tinha um subsídio de algum lugar.

SR. FERNANDO HADDAD: Divino.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Mas o subsídio era pequeno, porque não custava nada a escola para eles de salário, porque o que mais custa numa escola era o salário do professor por mais baixo que seja, o salário era zero. Eles não ganhavam nada, eles moravam na casa não tinham família, moravam no colégio. Então eu quero dizer que houve uma inversão em algum momento, porque os parlamentares que antes eram os que conseguia vagas nas Escolas Públicas, passaram a fugir delas.

Eu estou de acordo que o lado confessional é importante, talvez, precise de uma emenda de um artigo que diga: "Salvo os parlamentares que tiverem uma justificativa religiosa", mas fora isso, a gente tem que procurar estudar aonde o povo estuda, a escola do eleitor, a mesma escola do eleito.

SR. FERNANDO HADDAD: Senador, eu estou completamente de acordo e acho sinceramente que o debate é bem vindo. Eu acho que o casamento esse divórcio precisa ser revisto por assim dizer.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): É verdade.

SR. FERNANDO HADDAD: Esse divórcio precisa ser revisto, quem sabe como hoje está em aberta essa questão, casar com a mesma mulher

[risos]

SR. FERNANDO HADDAD: Eu acho que vale a pena a discussão sobre esse assunto. Então, estamos à disposição para trazer subsídios para o debate.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Presidente.

SR. FERNANDO HADDAD: Mas eu reafirmo que vale a pena a observação sobre o comportamento da classe média em relação à Escola Pública, que é alvissareiro esse dado de que começa uma reversão em proveito das matrículas em Escolas Públicas, por parte daqueles que poderia pagar pelo ensino particular.

Eu conclua respondendo à Senadora Fátima Cleide. Eu concordo com a senhora, me desculpo pelo fato de que o material institucional do MEC não está contemplando nas suas preocupações. O professor

Chagas que trabalha conosco já fez essa observação, nós vamos intensificar a divulgação da CONAE, temos um ano para construir uma grande conferência que foi lançada essa semana. E a questão do Profun-
cionário--

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Ministro, só um apartezinho?

SR. FERNANDO HADDAD: Pois, não.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): É que as etapas municipais já estão começando, agora, e o MEC chamando na propaganda na sua fala, tem uma repercussão lá nos municípios muito grande.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): É verdade.

SR. FERNANDO HADDAD: O Muncio deve estar por aqui, eu não sei se já saiu. Ah, está ali, mas eu vou fazer chegar a Assessoria de Comunicação Social a demanda já com a determinação de fazermos uma convocação para participação. Em relação ao Profun-
cionário, a senhora sabe que o Profun-
cionário teve uma descontinuidade o ano passado. Nós fizemos um piloto há dois anos, o piloto foi muito bem sucedido, o material passou por uma completa revisão. E hoje o Profun-
cionário poderá atender, não os cinco mil que atendia no primeiro ano de lançamento, mas um contingente muito apreciável de trabalhadores das escolas, então, nós temos a perspectiva de atender 100 mil.

Ele só não entrou porque os programas que estavam no estágio piloto, é o caso do PIBID, a Bolsa de Iniciação a Docência. A senhora pôde ver não foi feito referência a esse projeto, que é tão importante para nós quanto todos os outros que estão citados. Mas era justamente para gente só dar a público aquilo, que realmente ganhou vigor e se consolidou como uma política pública incontornável.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Ministro, se me permite. Com a aprovação da nossa emenda da Câmara, nós poderemos deixar de lado o Profun-
cionário, porque ele vai passar a atender pelas Escolas Técnicas a formação de novos profissionais, não apenas nas Escolas Técnicas, mas nas nossas escolas de Nível Médio. Então é uma grande expectativa, a expectativa do povo é muito grande por isso, não apenas por conta daqueles que já estão na rede que merecem ter de volta a dignidade, como profissional, mas também pelos que virão.

SR. FERNANDO HADDAD: Em relação ao PL, eu não quero deixar de responder que também eu encomendei há algum tempo já um Parecer Jurídico do MEC, para subsídio à decisão. Vários Parlamentares de alguns Partidos, requereram da parte do Ministério uma manifestação formal, sobre se a aprovação desse PL, faria com que o Piso Nacional do Magistério fosse

estendido para os demais trabalhadores não docentes. E isso nós não encaminhamos para cá, essa nota, até porque há um pequeno debate ocorrendo no Ministério da Educação.

Então, nós vamos fazer chegar aqui um arrazoado para que os Senadores possam --

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Só para tranquilizar. Para entrar no Pisa tem que mandar FUN-DEB, tem que regulamentar e tem que ter principalmente a profissionalização que demanda aí de no mínimo três anos. Então assim, não é coisa para amanhã de maneira nenhuma, agora, se a gente deixar para depois de amanhã a alteração na lei, aí a gente não vai ter nunca.

SR. FERNANDO HADDAD: Não sou tão pessimista, assim.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): A Senadora Fátima Cleide está coberta de razão. Não custa nada dar um passo à frente, para que a gente possa vislumbrar, ter esperança de isso vá acontecer.

SR. FERNANDO HADDAD: Valeria à pena, se me permite a sugestão. Valeria à pena chamar também os representantes dos governadores e prefeitos para essa discussão, porque As pessoas mais preocupada com isso são eles. Então não adianta depois de aprovar... Porque acontece o seguinte, a gente discute, abre Audiência Pública, chama para o debate. Quantas e quantas Audiências o Senado e a Câmara promoveram para discutir o Piso Nacional do Magistério, voto unânime, ninguém se opôs. E depois de aprovado e sancionado, pelo Presidente Lula, vem à grita de que não devia ter sido desse jeito, de que deveriam ter sido consultados.

Então, a proposta que eu faço é a seguinte, chama o CONFAZ, por exemplo, chama a CMN, a Frente Nacional de Prefeitos, para discutir o projeto para que não venham depois a acusar, tanto o Parlamento quanto o Ministério da Educação, de não terem promovido o debate e serem colhidos de surpresa por uma lei que vai impactar as finanças estaduais e municipais. A senhora já deve ter ouvido essa crítica.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Com certeza, eu ouvi.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Só um minuto.

SR. FERNANDO HADDAD: Então, só concluindo--

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Presidente, me perdoe. É porque ele se dirigiu tanto... Ouvi essa crítica, inclusive, porque os municípios estão passando uma crise nesse primeiro trimestre terrível, em função da queda do IPI, do Fundo de Participação.

SR. FERNANDO HADDAD: Mas é isso, Senadora.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Então isso--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): É que--

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Mas é que não tem nada a ver com o projeto aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu só quero--

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Mas ninguém é contra, ao piso, muito pelo contrário. Os prefeitos --

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Muito menos que vai impactar sobre os salários agora, né?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Só uma questão de ordem.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois, não.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Isso vem da profissionalização.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Só uma questão de ordem.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): É terrorismo isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): O Ministro vai concluir essa parte.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Terrorismo contra a avanço de direitos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Essa pauta. E em seguida nós temos pessoas inscritos, porque se não essas pessoas têm que ficar aguardando também o debate, terminar, aí às pessoas... E quem quiser se inscrever eu darei a palavra com o máximo, prazer está bem?

SR. FERNANDO HADDAD: Eu concluo com essa sugestão. Como tem impacto federativo o ideal é abrir a discussão e decidirmos com todos cientes do que foi decidido pelo Congresso Nacional. Porque depois que vai à sanção do Presidente, um projeto que foi aprovado por todos os Partidos é difícil pedir o veto, sem que houvesse uma única objeção ao projeto. Então, não é razoável isso.

Eu penso que a harmonia entre os poderes e a harmonia federativa exige que o debate seja público e que às partes interessadas sejam chamadas a se manifestar de forma transparente. Para que Senadores e Deputados, possam tomar uma decisão à luz dos argumentos trazidos ao debate.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Pela ordem, Sr. Presidente. Só para a gente se esclarecer, porque senão vai ficar uma dúvida em função da proposta do Ministro de que esse projeto já foi alvo várias

audiências, tanto aqui no Senado Federal quanto na Câmara.

Não é à toa que ele foi aperfeiçoado e enriquecido durante o processo e só mais uma vez para a gente ver, não incide sobre finanças imediatamente isso é um projeto ainda de profissionalização. Portanto, ninguém pode reivindicar piso em cima de uma coisa que não existe, que é a profissionalização da lei.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem. Eu quero dizer que só para esclarecer também que sempre nós temos a fala, a intervenção, a réplica e a tréplica, particularmente com a presença do Ministro. É claro que o Ministro, também, pela amizade, pela consideração, não se importa assim que haja outras manifestações.

Mas sempre também eu fico preocupado com quem está para falar ainda, que essas pessoas se inscreveram querendo falar, colocar os pontos de vistas. E vamos então para a última rodada, falamos com a Senadora Ideli Salvatti.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Eu estou inscrito, não estou Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sim, V.Ex^a. está inscrito.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Desculpe, Presidente, desculpa Ministro, mas vários outros assuntos me angustiam e eu queria aproveitar, eu não queria perder a oportunidade da presença de V.Ex^a. A primeira questão é: O governo está fazendo todo um procedimento para que a queda da arrecadação do FPM dos municípios possa ser suprida, então, tem àquele um bilhão.

E uma das preocupações que nos chegou é o seguinte, neste implemento que este governo vai estar dando... Isso vai estar garantido a obrigatoriedade dos 25% da Educação. Esta é uma preocupação que me chegou, então, precisaríamos saber se vai complementar, mas precisa que nesta complementação os municípios tenham obrigatoriedade de 1/4 de isso ir, obrigatoriamente, como diz a Constituição para a Educação.

A segunda questão. Eu faço parte da Frente Parlamentar em Defesa da Indústria Têxtil, Santa Catarina é um Estado grande produtor na área da indústria têxtil é um setor que emprega muita gente. E há um pedido de audiência com V.Ex^a., no dia 07, para tratar do projeto de desenvolvimento de uniformes escolares.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Só um minutinho--

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Pois, não. Há um proposta de desenvolvimento uniformes escolares para a rede pública de ensino, que a Associação Brasileira da Indústria Têxtil e Confecção deverá estar

apresentando ao senhor no dia 07. Então eu queria saber se já há algum posicionamento ou como que o Ministério, está pensando esta questão dos uniformes escolares.

Por último, Ministro, nós estamos lá na Comissão de Constituição e Justiça, já há vários meses debatendo o famoso projeto de reservas de vagas, para os alunos oriundos de Escolas Públicas que preserve o percentual dos alunos conforme cada Estado, com relação à cota racial, afro-descendentes e indígenas e está muito difícil, estranhamente muito difícil aprovar este projeto lá na Comissão de Constituição e Justiça. Porque nós aprovamos por unanimidade aqui o meu projeto que reservava 50% das vagas.

E por iniciativa estranhamente até do próprio PSDB, era só para Escolas Profissionalizantes foi incluído o Ensino Superior, as nossas universidades federais, aprovamos. Entende? Foram eles mesmos que sugeriram que fosse incluída a questão da universidade e, agora, estamos numa resistência estranha e impressionante, para que a gente possa aprovar a redação conforme veio da Câmara. E uma das coisas que a gente queria saber é, se há possibilidade do Ministério poder retomar aquele acordo entre MEC, ANDIFES e o movimento social, que permitiu a implementação nas nossas universidades da questão das cotas, as reservas de vagas que foi feita em 2006.

E tem que ter do nosso ponto de vista algum tipo de avanço, nesta questão da reserva das vagas, para a Escola Pública também contemplando a questão étnica, a questão racial. Então esta seriam as três questões e eu não poderia deixar aqui, de mais uma vez, nós já fizemos o voto de aplausos pela questão do livro didático, que foi a maior operação logística conhecida, inclusive, os Correios foram muito elogiados, mas quem tem que ser elogiado também é o Ministério da Educação, por ter conseguido implementar esta política do livro didático chegar a todas às escolas no tempo correto e para todos os níveis.

E o registro também da Carta Capital desta semana aonde coloca a vinculação do Programa do ProUni com o ânimo dos estudantes, ou seja, esta oportunidade dada através das cotas, mais uma vez, pelo ProUni, o quanto que isto tem animado e contornado às pessoas nas universidades particulares, com a oportunidade de poder estar fazendo o curso de nível superior.

Então eram estas as questões que eu queria deixar aqui registradas Sr. Presidente. E as três perguntas, obviamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Em relação às cotas inclusive eu quero destacar a presença aqui no Plenário, lá no fundo, do Co-

mitê Brasileiro pela aprovação do PLC 180 de 2008, sejam muito bem-vindos.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Aliás, Presidente, a Comissão de Constituição e Justiça está usurpando o papel desta Comissão, porque lá estão discutindo não só constitucionalidade, juridicidade, mas fundamentalmente estão discutindo, mérito. Se vale, se não vale, se é bom, se é ruim. Entendeu? É isso que eles estão lá discutindo e infelizmente, numa discussão prolongada e acirrada.

E volto a dizer estranhamente acirrada, porque para nós foi, inclusive, não é? Cristovam e Fátima que estavam, os Senadores estavam na Comissão de Constituição e Justiça. Foi aqui na Comissão de Constituição e Justiça, inclusive, que o Senador Marconi Perillo sugeriu, foi ele que exigiu, não fomos nem... O projeto original era apenas reserva de vagas em Escolas Técnicas Federais, vindos de Escolas Públicas e ainda o corto étnico. Ele que sugeriu. E, agora, me parece que há uma rebelião generalizada, entende? De não querer aprovar... Inclusive eu não nem sei como é que nós vamos trabalhar, amanhã, se vai ter a sessão.

Mas eu acho que a Comissão de Educação, deveria efetivamente fazer o debate do mérito, não é? Porque compete a nós e não à CCJ.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sem dúvida, as duas Comissões ainda a serem ouvidas e participarem desse processo, serão às Comissões de Direitos Humanos e a Comissão de Educação, Direitos Humanos inclusive presidida pelo Senador Cristovam Buarque. Então esta Comissão tem o dever, a obrigação e a competência para discutir o mérito da matéria.

Passo em seguida a palavra ao Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, eu queria pedir desculpas à V.Ex^{a.}, porque tive de sair aqui e atender às minhas obrigações na Comissão de Economia, mas o que me preocupa, Ministro, eu queria saber a opinião de V.Ex^{a.}, antes disso, deixa parabenizar V.Ex^{a.} por todos os avanços que nós fizemos no nosso governo na questão da Educação. Talvez um dos pontos mais eu diria, mais notáveis em que esse Governo do Presidente Lula e olha... É difícil se destacar uma área, num governo que trabalhou tanto pelo povo brasileiro sobretudo os mais pobres.

Esse volume das obras do PAC com todas as mudanças e reformas que fizemos, mas a Educação se destacou, no Ensino Técnico, na formação e qualificação dos professores, na aprovação das legislações. Enfim, eu acho que hoje todos os brasileiros estão aplaudindo e isso começou desde a época do Senador Cristovam Buarque, depois continuou com

V.Ex^{a.}. Enfim, com o Ministro Tarso Genro. O Governo do Presidente Lula, foi redentor para a Educação brasileira. Mas eu estou preocupado e não ainda uma ideia consolidada, sobre uma discussão que está hoje no Rio de Janeiro, na Assembléia Legislativa e na Câmara Municipal, sobre OS.

OS, Senador Roberto, são Organizações Sociais. Eu estava sentindo falta do Presidente, a nossa companhia estava certo, agora, acabamos de receber um Presidente do mais alto nível, da mais alta competência. A vida pública dele é um patrimônio de todos os Democratas e os homens, eu diria, de bem desse país.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Nível e especialidade.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Nós temos dois gigantes aí na mesa. Muito bem, Ministro, Senador Cristovam Buarque a minha preocupação é com organizações sociais. Na Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro e na Câmara Municipal, nós estamos discutindo o seguinte, mensagem do Governador Sérgio Cabral e do Prefeito Eduardo Paes: Entregar escolas, entregaram unidades médicas, entregar às Vilas Olímpicas à Administração de Organizações Sociais.

Essas organizações sociais administrariam o dinheiro público e se responsabilizariam por metas. Metas que os Administradores Públicos estão tendo dificuldades, porque segundo eles, não conseguem muitas vezes motivar os funcionários públicos. Não conseguem motivar os funcionários públicos. Então, eles acham que uma Administração privada poderia dar solução a isso, contratação pela prefeitura de organizações sociais, sem fins lucrativos, para gerir unidades de saúde, unidade da educação, cultura, meio ambiente, esporte ciência e tecnologia.

Ministro qual é a opinião de V.Ex^{a.}, o Rio tem 1000 escolas, um pouquinho mais, 1040, 1000 e alguma coisa, 1048 escolas, ali estão o nosso maior tesouro nossas crianças. O governo federal tem repassado verbas, V.Ex^{a.} sabe do esforço que foi feito, inclusive, com o Programa Segundo Tempo, a gente manter nossas crianças longe da violência e também com a inclusão digital.

Eu quero parabenizar a V.Ex^{a.}, porque eu andei lendo umas matérias no jornal dizendo que: As escolas que receberam computadores não melhoraram o índice, o seu índice acadêmico. E aí, logo depois V.Ex^{a.} fez uma recomendação e eu acompanhei, de diversas tecnologias para que às escolas adotassem. E uma dessas tecnologias que foi recomendada pelo Ministério da Educação eu ganhei de presente um kit e levei para casa, o meu netinho está na primeira série. E fiquei impressionado como o meu neto se inte-

ressou pelo livrinho e até depois veio me perguntar: “Vó, tem CD?” Eu falei: “Tem eu não trouxe, mas tem”, porque ele leu... Uma dessas tecnologias de uma escola lá do Espírito Santo, agora, eu não me lembro o nome. Mas o livro interessantíssimo e faz com que a criança se apegue ao computador e junto com aquela matéria curricular que ela está estudando, ela possa, por exemplo, fazer desenhos de foto shopping e coisas desse tipo.

Mas voltando aqui ao assunto. Ministro, o senhor já teve tempo de estudar essa matéria que saiu hoje no Globo? Essa discussão que está no Rio. Eu sei que lá em São Paulo a coisa parece não deu muito certo, no Rio Grande do Sul proibiram. Mas eu queria saber a opinião de V.Ex^a, organizações sociais para administrar serviços públicos. Qual a opinião de V.Ex^a.? Muito obrigado. [soa a campainha]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Desculpe. Como último inscrito, o Senador Roberto Cavalcanti com a palavra.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu gostaria de me acostar às palavras do meu líder Senador Marcelo Crivella, no que foi dito a respeito de S.Ex^a., o Ministro. O Brasil pensa de forma unânime, onde se chega na hora que se vai fazer um ranking, os melhores dos melhores, V.S^a. está nos primeiros ou no primeiro. Eu acho que é muito importante para o Brasil, Educação me acosto ao Senador Cristovam Buarque, no sentido de que Educação é tudo.

E o Brasil no momento presente o Governo Lula está sendo gerido, a gestão da Educação do Brasil estar nas mãos de V.S^a. é um privilégio. Eu digo isso, porque a minha observação é menos política é mais empresarial. Eu olho para o cidadão como gestor, essa é a minha escola, essa é a minha vida. Então eu deixo de lado os elogios políticos e faço o elogio pelo aspecto da gestão do Ministério.

Agora, gostaria de fazer uma ressalva.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Vamos fazer só uma pequena interrupção, dois minutos, porque o vice-Presidente da República deseja falar com o Ministro.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Merece até porque ele é nosso correligionário, não é Senador?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu importante que ele fale também.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Se o vice-Presidente da República, pediu para interromper, merecido.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Presidente, com 100% da Bancada do PRB, aqui na Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Pois é--

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): É que nós não iríamos impedir obviamente.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): É impressionante a perspicácia da nossa Senadora, ela está num nível de, vamos dizer assim, esperteza. Ela consegue captar as coisas, assim--

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Estou atenta. Estou atenta, Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sem sombra de dúvida, V.Ex^a. será uma grande candidata de Santa Catarina. Com certeza há de contar com o apoio do Senador Flávio Arns, que é do Paraná, mas--

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu acho incrível a força da Bancada, que consegue que o vice-Presidente, ligue nesse momento para pedir que vocês sejam bem tratados aqui.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Impressionante isso, né?

[risos]

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Eu acho que eles devem estar pedindo pelos pleitos da Bancada do PRB.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Que não apresentou nenhum, aqui. Vamos pedir aqui alguns pleitos: Cinco escolas técnicas na Paraíba, cinco escolas técnicas no Rio de Janeiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Aqui a Comissão está parecendo sala de aula; o professor sai da sala para atender alguma coisa.

[risos]

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Já vira tumulto, não é? Já vira tumulto, não é, Senador Flávio Arns?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Já vira tumulto.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Eu não sei se ela disse que a pancada está toda aqui, apenas para ressaltar que não somos muitos ou para enaltecer a nossa unidade que estamos sempre juntos. As bancadas quando não grande são mais unidas, não é?

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Principalmente a nossa, temos tantos, somos fortes, fortísimos.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): A Bancada sofrida e valente.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Até temos um vice-Presidente da República que não é fácil, não é?

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ):

Sem sombra de dúvida.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Eu só gostaria, só aproveitar o tempo, enquanto o Sr. Ministro está atendendo o vice-Presidente da República, dizer que amanhã está marcada, aqui, nesta Comissão, Audiência Pública para debater a participação do capital estrangeiro nas instituições educacionais.

O requerimento é do Senador Cristovam Buarque e acontecerá, então, Audiência Pública às 10h30 e, às 9h, como todos sabem, haverá Audiência Pública conjunta no Plenário do Senado, com todas as Comissões, para se discutir por parte do requerimento da Senadora Kátia Abreu.

Eu quero também dizer que amanhã após a reunião da Audiência Pública, teremos também uma Reunião Extraordinária da Comissão Educação para a votação de requerimentos.

Então, no dia de amanhã, Audiência Pública e, posteriormente, também uma reunião para votação de requerimentos.

Então, nesse sentido teremos, em primeiro lugar o Plenário, em segundo lugar Audiência Pública e, em terceiro lugar, os requerimentos.

Muito bem. Nós comentávamos que o Plenário aqui estava semelhante a uma sala de aula, porque o professor sai da sala para fazer alguma coisa e os alunos se alvoroçam, mas com todo o respeito, mas o Senador Cristovam Buarque--

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB):

Sr. Ministro, mas o comportamento da sala de aula foi muito bacana porque foi fundamentalmente uma apologia ao PRB, que é o Partido do Vice-Presidente da República, o qual V.S^a. estava falando e do Líder do Senador Marcelo Crivella.

Mas, superando essa fase de vice-Presidente da República e dos elogios, eu vou externar uma preocupação, aliás duas preocupações. A primeira seria do sentido de que eu fui aluno de escola pública em Pernambuco nos anos 50.

A escola pública em Pernambuco era uma escola que era disputada mais do que um vestibular, para conseguir que ir um filho de médico, classe média, uma vaga numa escola pública era uma coisa, realmente, que era uma apologia familiar. As famílias tinham como meta conseguir que seus filhos frequentassem essas escolas públicas, fundamentalmente pela qualidade. Existiam algumas outras boas escolas privadas, mas na escola pública estava a qualidade.

O Brasil, na Educação, de 50 para cá, evoluiu muito, evoluiu fundamentalmente na base de abrangência do atendimento na Educação, os governos

conseguiram sucessivamente fazer projetos na qual hoje, o país, em termos de Educação, inegavelmente evolui, mas eu perguntaria a V.S^a. no tocante à qualidade, porque há uma queixa da qualidade, há um acompanhamento e eu acompanho algumas pessoas que, às vezes, convivem conosco, de origem humilde, que elas evoluem no curso, cumprem um trajeto de formação educacional, mas quando chega no final têm até o diploma e, quando se espreme, quando se busca alguma coisa não conseguem fazer uma carta, não conseguem fazer um bilhete.

Então, eu gostaria que houvesse uma fundamental, numa segunda fase educacional brasileira, no tocante à qualidade. Nós conseguimos evoluir muito no tocante a volume, mas no tocante à qualidade, há uma preocupação.

A perguntada preocupação que eu gostaria que fosse transmitida por V.S^a. ao Governo, é no sentido de que a Internet é um instrumento fantástico, irreversível, inovador, e que atinge a todos nós. Sem Internet, o mundo, lá na frente, nada acontecerá. Há o nosso reconhecimento. Porém, a Internet está dando ao jovem uma educação, uma leitura, um hábito de leitura relâmpago. Todas as análises feitas das inserções da Internet são por segundos, no máximo minutos, os jovens acessam os assuntos de seus interesses e não permanecem na Internet por mais do que alguns minutos ou segundos, isso traz uma perda daquilo que nas famílias nós tínhamos, cultuávamos, que é o hábito da leitura.

Algo tem que ser feito no sentido da leitura de jornal. O jornal é um instrumento histórico, um instrumento que se comenta, de que seria uma morte anunciada dos jornais, como esta acontecendo, a crise em alguns grandes jornais no mundo, porém, eu penso diferente, eu penso o que o jornal sempre dará essa base estruturante, educacional, do hábito da leitura, de ter a informação mais completa e do hábito da leitura.

Então, eu gostaria de conclamar V.S^a. no sentido de que pudesse inserir nos currículos, inserir nas formações educacionais o hábito da leitura de jornal, porque os jornais, realmente, trazem essa base do hábito de leitura que o jovem está perdendo, fruto da fantástica evolução da Internet.

Meu muito obrigado e parabéns a V.S^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Muito bem.

Passo, então, após a intervenção do último Senador inscrito, Senador Roberto Cavalcanti, eu passo a palavra ao Sr. Ministro para as considerações em relação às três intervenções e para as considerações finais.

SR. FERNANDO HADDAD: Muito obrigado.

Senadora Ideli, eu, realmente, não tenho ciência se a determinação de recomposição do FPM por parte do Governo Federal contempla essa sua preocupação, de qualquer maneira, esse crédito só pode ser autorizado pelo Congresso Nacional e, se houve, enfim, da parte de alguém, desavisado, se houve negligência em relação a esse aspecto – eu vou procurar me deter sobre isso – caberia ao Congresso a reparação, porque a senhora tem toda a razão, se nós estamos suplementando implemento o FPM para atingir o patamar no mínimo igual do ano passado, e o FPM está comprometido com a Educação em 25%, essa ajuda financeira da União deveria, igualmente, contemplar um dispositivo semelhante.

Em relação às cotas, me parece que o Senador Senador Flávio Arns, deu a notícia de que parece que amanhã, não é? Amanhã.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Não.

SR. FERNANDO HADDAD: Me perdoe, foi o Rodrigo. Foi o Rodrigo Lamego que me informou. Perdão, Senador. O Rodrigo me informou que parece que está pautada a discussão do projeto amanhã na CCJ.

Então, me parece que ela poderá avançar.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Ministro, está pautada, mas a nossa grande preocupação é que está pautada com toda esta polêmica.

SR. FERNANDO HADDAD: Sim.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): E volto a dizer, uma polêmica muito estranha aqui no Senado, porque foi aprovado por unanimidade, tanto a reserva pelo viés, pelo corte da questão da escola pública, como também pela ética.

SR. FERNANDO HADDAD: Senadora, tem tanta coisa estranha no...

[risos]

SR. FERNANDO HADDAD: Mais uma estranha aí.

Vamos acompanhar aí e subsidiar os Senadores para tomar uma boa decisão.

A postura do Governo tem sido a mesma desde o envio da mensagem do Presidente Lula em 2004, que não é... Bastante claramente a defesa da reserva de vagas para a escola pública e a distribuição proporcional de acordo com o IBGE pelos grupos sociais.

Então parece--

[palmas]

SR. FERNANDO HADDAD: A nossa posição tem sido essa, foi no ProUni.

Mais estranho, Senadora do que a senhora falou, é o fato que são as mesmas pessoas que votaram a favor do ProUni que estão recusando a solução para universidades públicas.

Então, eu, realmente, não consigo compreender. Eu quase que desisti de entender o debate, porque ele não parecer lógico, para algumas coisas se defende, para outras não. Eu não consigo compreender.

Em relação aos uniformes escolares. Eu entendo que o Caminho da Escola, o programa Caminho da Escola, que estabeleceu um pregão nacional que favoreceu a aquisição de veículos escolares padronizados pelo Inmetro, pode ser um caminho tanto para o mobiliário escolar, quanto para os uniformes.

O edital do mobiliário deve estar – se não foi publicado, está para ser publicado, não é Henrique? Já foi ou não? – Será publicado nos próximos dias o edital do mobiliário escolar, são 20 lotes no país, tudo feito segundo estudos da Fundação Getúlio Vargas, tudo conforme o manual.

E eu imagino que o caminho a ser seguido pelos uniformes seja o mesmo. Nós temos um pregão nacional para baratear o custo e fomentar a aquisição.

Em relação à qualidade da escola pública, Senadora, ela vem melhorando o IDEB, que mede a qualidade do ensino de Matemática e Leitura, sofreu uma inflexão de 2005 para cá.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): A minha observação é uma registro totalmente diferente no tocante ao tempo, reconheço, de 2005 para cá a grande evolução--

SR. FERNANDO HADDAD: Isso.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): --me reporto ao que eu tinha em 1950.

SR. FERNANDO HADDAD: É verdade.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): --há seis décadas, cinco décadas atrás.

SR. FERNANDO HADDAD: Eu quero lhe trazer uma informação que, às vezes, poucas pessoas repararam. Nós sabemos que no Pisa, que é aquele exame internacional de avaliação de estudantes, é um exame mundial do qual participam cerca de 630 países. O Brasil não se sai bem, mas se nós desdobramos os indicadores do Pisa, nós vamos verificar que 50% dos brasileiros e apenas 50, tem proficiência equivalente ao dos israelenses, ou seja, metade dos brasileiros de 15 anos tem um desempenho equivalente ao dos estudantes de Israel.

Sendo que Israel é um país diminuto, perto do Brasil, com três vezes a renda per capita medida por paridade de poder de compra e com menos de oito milhões de habitantes.

Qual é o nosso desafio? O nosso desafio é conseguir educar a todos com a mesma qualidade.

Então, o nosso problema não é só de qualidade, o nosso problema é também de equidade; nós não es-

tamos fazendo chegar a qualidade do ensino a todas as regiões do país.

Felizmente, o IDEB reagiu mais nos municípios mais pobres do Brasil entre 2005 e 2007. Reagiu, mais, mas se nós não trabalharmos a questão da equidade também, nós corremos o risco de fazer com que o IDEB melhore, mas as disparidades regionais se acentuem.

Então, nós temos que trabalhar os dois flancos: A melhoria das médias de proficiência e a diminuição da variância, para que haja uma convergência na mesma direção.

Nós medimos o efeito da instalação da Internet nas escolas. É curioso notar que você levar o laboratório de informática, a educação não melhora; quando você conecta ele à rede mundial de computadores, a educação melhora e, há uma razão para isso: A Internet obriga a leitura, ao contrário da televisão que basta o controle remoto; a navegação pela Internet exige o domínio da língua escrita.

Então, os estudos do INEP, revelam que a proficiência melhora em 10% em dois anos após a conexão do laboratório por banda larga à rede mundial de computadores.

Nós já estamos com 25 mil escolas conectadas. Até o final do Governo serão 55 mil escolas urbanas conectadas. Nós temos uma dívida com o campo agora, temos que encontrar um caminho de levar a banda larga ao campo, porque o satélite é caríssimo e o cabo não chega. Então, nós estamos aí discutindo um modelo de fazer chegar aos 15% matriculados nas escolas rurais o mesmo benefício já garantido aos alunos das escolas públicas urbanas.

Em relação à leitura, o número de livros por brasileiro duplicou em quatro anos. Nós saímos de um patamar irrisório de menos de dois livros e já chegamos a três e meio livros por brasileiro.

Então, eu não penso que essas coisas são concorrentes, eu imagino que ela se reforçam: a Internet, o jornal, o jornal físico, o livro, são política de promoção da leitura no país, mas eu não oporia Internet a livro ou a jornal. Eu entendo que há uma sinergia possível entre os vários meios de comunicação e os meios de veiculação da língua escrita.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Perfeito. Sr. Ministro.

Em *off*, após a minha pergunta, o Senador Cristovam Buarque me fez uma abordagem de que seria extremamente salutar e recomendável que os jornais da país fizessem uma campanha em prol à erradicação do analfabetismo. Aí eu perguntaria: Sr. Ministro, a nível de orçamento, quanto do PIB, quanto seria necessário para o país se ver livre do analfabetismo? Quanto é

que custaria ou em quantos anos num projeto viável, realista, nós poderíamos dizer que o Brasil é um país que conseguiu se livrar dessa pecha de ter um índice de analfabetismo acima de um número aceitável para o estágio [interrupção no áudio].

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Desculpa. Concluindo.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): No estágio econômico que nós vivemos. Que número é este? Por que não atingimos isto? Onde é que está o grande obstáculo de nós atingirmos isso?

Eu queria aprender, já que V.S^a. é um expert nesse tema.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu só passo, também, Sr. Ministro ao Senador Cristovam Buarque. Era a mesma observação? Não.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Era na primeira parte. Na segunda, eu prefiro me resguardar para depois, mas é que eu provoquei aqui o Roberto, que é dono de jornal, que eu não entendo por que os jornais brasileiros gastam um dinheirão para tomar leitor do outro; distribuem CD, distribuem enciclopédias e não se juntam para provocar um movimento nacional pela educação e qualidade da educação. Eles ganhariam mais do que qualquer um. Se todo mundo terminar o segundo grau, já multiplicava por três, se a qualidade melhorasse, eu multiplicaria por dois, daria seis vezes mais leitores nos jornais, mas eles preferem ficar brigando entre eles.

SR. FERNANDO HADDAD: Pelos mesmos leitores.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Pelos mesmos leitores. Gastam um dinheirão, eu sei lá se você distribui CD, enciclopédia, agora eu vi que vai distribuir, a Folha, filmes clássicos.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Nos nossos jornais nós não necessitamos distribuir esses adereços porque temos como--

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não tem concorrência.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): O Senador Cristovam Buarque é um editorialista lá e, então, muito nos honra, no dia que saí o artigo dele a edição é esgotada.

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Com a palavra o Sr. Ministro.

SR. FERNANDO HADDAD: Olha, compromisso o que Brasil assumiu junto com os 190 países do mundo, que diz respeito às metas da Dakar, que é redução da taxa de analfabetismo entre 2000 e 2015, à metade, eu entendo que esse compromisso será honrado. Nós

estamos com uma taxa de 9,9 e temos que chegar a 6,5 em 2015.

Eu acredito que, pelo ritmo de adesão atual dos Governadores e Prefeitos, sobretudo, Nordeste, onde a taxa é a dobro da nacional, ao Brasil Alfabetizado, lançado pelo Senador Cristovam Buarque em 2003, eu entendo que esse ritmo pode ser acelerado.

A meta – bom o futuro, não é? Mas a meta eu diria que será cumprida, porque chegar a 6,5 em 2015, sendo o que indicar disponível é de 2007, nem os dados de 2008 ainda foram divulgados pelo IBGE.

Então, reduzir de 9,9 em 2007 para 6,5 em 2015 são oito anos. Com a redução que tem acontecido de 0,5% ao ano, na taxa, nós teríamos uma redução de pelo menos 4%, então, nós chegaríamos a 5,9 mantido o ritmo atual do Brasil Alfabetizado. Como eu imagino que haverá uma aceleração no Brasil Alfabetizado, eu entendo que nós iremos superar as metas Dakar.

Em relação ao investimento público em Educação. Eu sou defensor da tese da UNESCO de um patamar mínimo para países com as características do Brasil de 6% do BIP. Conforme eu disse ao senhor, nós, em apenas dois anos, de 2005 para 2007, saltamos de 3,9, para 4,6.

Quer dizer, se nós conseguirmos em dois anos 0,7,% do PIB, não é difícil chegar a 6%, na minha opinião não é difícil. Basta acabar com a DRU, amanhã teremos aí a Solenidade no dia 1º de maio do primeiro barril de petróleo extraído do pré-sal e que o Presidente já se comprometeu a carrear recurso do pré-sal para a Educação.

Então, há alternativas para o que Brasil consiga fonte adicional para o Financiamento da Educação.

O Plano Nacional de Educação que previa 7%, teve esse dispositivo vetado, infelizmente, mas o próximo Plano Nacional de Educação poderá fixar um patamar de investimento a ser observado pela União, Estados e Municípios.

Por fim, eu acho que caberia responder a pergunta do Senador Marcelo Crivella.

Senador, eu tomei conhecimento hoje pelos jornais desta proposta. Não tenho ideia do alcance, eu não tenho ideia se é uma lei genérica que autoriza o Executivo a fazer ou se já, mais do que autorizar, já indica uma política pública efetiva na área de Educação.

Ainda assim, na área de Educação isso pode dizer respeito a educação profissional, à básica, à superior. Eu também não tenho clareza se é para todos os níveis de modalidade de educação ou se é para um conjunto restrito de escolas. Por exemplo, no caso do Estado de São Paulo, a educação profissional ficou à cargo da Fundação Paula Souza que é uma Fundação pública de direito privado. Não é uma OS, mas é

uma [ininteligível] institucional que deu certo ali, no caso de São Paulo.

Então, eu não sei qual é o modelo que o Governador e o prefeito estão propondo, nem sei o alcance e a abrangência da proposta, mas eu, enfim, me comprometo a me apropriar da proposta até para poder fazer o debate, de maneira--

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ):

Quando V.Ex^a. souber detalhes... Eu também não tenho detalhes aqui. Eu acompanhei por um e-mail que eu recebi de um Vereador que fez um substitutivo para tirar Educação, a Saúde da lei. É um Vereador lá do Rio de Janeiro, muito lúcido, o Dr. Carlos Eduardo, Presidente da Comissão de Saúde.

Então, ele está preocupado. Ele pediu para tirar a Saúde, pediu para tirar a Educação, Cultura e outras áreas.

Mas quando V.Ex^a. tiver uma consciência formada, por favor, me mande alguma coisa, um papel, uma carta. Eu gostaria muito de ter a opinião do senhor.

SR. FERNANDO HADDAD: Farei isso. Eu me vou me apropriar do assunto, porque, realmente, é uma novidade expressiva, não é?

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ):

Mil e tantas escolas.

SR. FERNANDO HADDAD: É uma novidade. Bom eu agradeço ao--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

É pena que fique, termine nisso, mas é o ponto sobre alfabetização.

Aqui seria um ponto que eu tenho discordância sobre o enfoque atuação do Ministério. E, respondendo à pergunta. Há duas linhas sobre alfabetização: Uma é que a gente vai alfabetizando e até erradica; a outra é que se faz uma programa com prazo determinado, como fez agora Chaves, como fez Cuba, como está fazendo a Bolívia.

Se a gente fizer um prazo, vamos dizer, quatro anos, a gente precisa contratar 60 mil alfabetizadores, é um emprego maravilhoso para jovens, você pagar por alfabetizado – é aí que eu tive um choque com a igreja católica, porque o MEB, Movimento de Educação de Base, ele quer fazer convênios, e faz ainda, para receber por alfabetizador. De que forma? Aí está cheio de alfabetizador de desempregado. A minha proposta é pagar por alfabetizando. Se você paga 150 reais a um jovem por cada alfabetizado, em quatro meses ele forma vinte. Ele teria, portanto três mil reais em quatro meses, o que dá quase 800 reais por mês. Aí, isso custa 350 milhões de reais. Se você paga mais um pouco – que eu defendo, como fiz no meu gover-

no, ao alfabetizado – no programa Bolsa-Alfa, no dia que ele aprender a ler, ele ganha um salário, isso iria para uns 500 milhões. Não é um dinheiro fora de propósito e, a meu ver, é um esforço que valia à pena. Isso não vai zerar os 14 milhões. Eu estou falando em 14 milhões de analfabetos, porque muitos vão fracassar, alguns vão fracassar, mas baixaria para 2, 3%, a meu ver, em quatro anos, mas é preciso um enfoque bem diferente.

Se complementa isso com os métodos de uso de televisão, junto com o monitor, você pode fazer um bom esforço, aí diz: “Mas depois ele esquece tudo”. Não, quando termina isso, tem que começar a matrícula dele em algum curso de primeira série e, ao mesmo tempo, uma programa de leituração. Eu tenho a impressão que sim, a gente poderia fazer um programa de erradicação, e não apenas um programa de alfabetização.

Vai ser muito lento, mesmo com os êxitos do Brasil Alfabetizado, a gente vai levar muito anos para chegar ao que o Senador Roberto propõe, se não houver uma vontade definitiva e ter um cara carismático como o Lula cobrando: “Se matricule. Você pode. Você pode. vá lá e a gente ainda vai lhe pagar uma Bolsa-Alfa” e, além disso, empregaria. Nenhuma indústria empregaria 60 mil pessoas. poderia empregar 60 mil pessoas, jovens, pagando 600 a 800 reais por mês, claro, só por quatro anos, cada um pegava uma turma de vinte. Eu acho que a gente poderia, mas isso é para outro debate.

Eu quero dizer que a Comissão de Direitos Humanos vai fazer um debate sobre alfabetização como direito humano, não como obrigação, papel pedagógico, mas alfabetização como direito humano. O analfabeto ele tem que seus direitos humanos cerceados, o direito humano de andar na rua, entendendo os símbolos que hoje completam o mundo moderno.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Ministro, eu queria fazer uma pequena observação. Serei breve.

Eu me lembro que quando nós tínhamos esse programa, na época, do Ministro Senador Cristovam Buarque, que foi recepcionado com entusiasmo, inclusive, por todas as igrejas. A obrigação era de o professor comprovar que tinha 25 alunos ou os alunos que tivessem, ele recebia, se não me engano, 25 reais por aluno e ele era responsável, tinha que aprender a ler, escrever e as quatro operações.

Depois, com a entrada do Ministro Tarso Genro, houve a contestação da Igreja Católica, que o programa era realmente difícil de ser controlado, mas era efetivo e aí, passou-se a pagar por alfabetizador e não por alfabetizado.

Eu acho que foi uma perda. Eu não acompanhei depois o programa, mas, naquela época, eu me lembro que fiquei muito impressionado que, na cidade de Irecê, na Bahia, onde nós tínhamos uma obra social eu vi na cadeia um alfabetizador, as pessoas iam lá, 20 pessoas seriam alfabetizadas todos os dias de tarde e o professor poderia ter uma turma de manhã e outro de tarde.

Era um programa, na minha opinião, que atendia melhor aí a questão da alfabetização.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem.

Eu passo então a palavra ao Ministro para as considerações finais e também alguma observação a mais que queira fazer.

SR. FERNANDO HADDAD: Talvez valesse à pena um debate específico sobre o Brasil Alfabetizado. Eu penso que haverá surpresas positivas se os Senadores conhecerem o sistema atual de gestão do programa que está atendendo, esse ano, um milhão e 600 mil brasileiros, e nós já temos cadastrados no sistema 100 mil alfabetizadores. Então, é um programa de escala considerável.

Ocorre, Senador Crivella, que a maioria dos não-alfabetizados está no campo, a dificuldade em enturmá-los, portanto, a maioria das turmas, inclusive, estão sediadas na casa do alfabetizador, para evitar grandes deslocamentos, o analfabeto brasileiro tem em média 54 anos e nós dependemos, no mínimo, do acesso ao óculos para que essas pessoas possam se alfabetizar e manter a sua leitura em dia, porque nós entregamos o Diploma e uma pequena biblioteca para o alfabetizado, mas sem óculos ele não vai ler e, se ele não lê, ele não vai manter essa informação, por isso que é baixa a efetividade do programa. Você atende um milhão e 600 mil brasileiros e quando você pega a PNAD, cai 300 mil o número de analfabetos no Brasil. Como é que você está atendendo um milhão e 600 se só tem 300 mil?

Existe a evasão, é verdade, mas existe a reincidência daquele que concluiu e dali à frente, dois, três anos depois, se declara para o entrevistador do IBGE como incapaz de ler um texto simples.

Então, a questão é muito complexa, mas eu me disponho a fazer um debate específico sobre esse assunto se for do interesse da Comissão.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu quero destacar que, sem dúvida, é do interesse da Comissão.

Eu quero também dizer, Sr. Ministro, que temos feito várias reuniões administrativas, também nesta Comissão, com a participação do Ministério da Edu-

cação através dos Assessores, já fizemos isso com o Rodrigo Lamego, com o PET, o Programa de Educação Tutorial, foi uma reunião muito importante, inclusive, mandamos depois, por escrito, ao senhor, as conclusões da reunião, estamos programando outras para discutir a biblioteca escolar, a questão das universidades comunitárias e o próprio apoio que se deve ter em relação ao orçamento, eventual contingenciamento ou discussão do orçamento, como foi colocado pelo Senador João Ribeiro no dia de ontem.

Mas quero dizer, Sr. Ministro, que foi uma honra, foi um prazer tê-lo aqui nessa Comissão, que possamos todos, como o senhor mesmo colocou, suprapartidariamente batalharmos, lutarmos, buscarmos os caminhos, as alternativas e esta Comissão de Educação, Cultura e Esporte tem toda a intenção e todo o desejo de contribuir decisivamente para que esses grandes objetivos de cidadania sejam alcançados.

Agradeço a V.Ex^{a.}, estamos junto nessa caminhada e que o Brasil possa no futuro dizer que todos nós, em conjunto, somos bem sucedidos.

Obrigado. Está encerrada a reunião.

Sessão encerrada às 13h41.

ATA DA 14ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, 10ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, 10ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, 15ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, 11ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, 9ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, 10ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, 11ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, 9ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA, 5ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, 9ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2009.

AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA

Às nove horas e trinta e quatro minutos do dia vinte e nove de abril de dois mil e nove, no Plenário do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Valter Pereira, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e com a presença dos Senhores Senadores Adelmir Santana, Aloizio Mercadante, Antônio Carlos Valadares, César Borges, Cícero Luce-

na, Cristovam Buarque, Demóstenes Torres, Eduardo Azeredo, Eduardo Suplicy, Expedito Júnior, Fátima Cleide, Fernando Collor, Flávio Arns, Flexa Ribeiro, Garibaldi Alves Filho, Gilberto Goellner, Gilvam Borges, Ideli Salvatti, Inácio Arruda, Jarbas Vasconcelos, Jayme Campos, Jefferson Praia, João Durval, João Pedro, João Ribeiro, José Agripino, José Nery, Kátia Abreu, Lobão Filho, Mão Santa, Marcelo Crivella, Marco Maciel, Marconi Perillo, Marina Silva, Marisa Serrano, Neuto De Conto, Osmar Dias, Papaléo Paes, Patrícia Saboya, Raimundo Colombo, Renato Casagrande, Roberto Cavalcanti, Romero Jucá, Romeu Tuma, Rosalba Ciarlini, Serys Shessarenko, Tasso Jereissati, Valdir Raupp e Wellington Salgado de Oliveira reúnem-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, a Comissão de Assuntos Econômicos, a Comissão de Assuntos Sociais, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo e a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Almeida Lima, Álvaro Dias, Antônio Carlos Júnior, Arthur Virgílio, Augusto Botelho, Delcídio Amaral, Efraim Moraes, Eliseu Resende, Eptácio Cafeteira, Francisco Dornelles, Geraldo Mesquita Júnior, Gerson Camata, Gim Argello, Heráclito Fortes, João Tenório, João Vicente Claudino, Leomar Quintanilha, Lúcia Vânia, Magno Malta, Maria do Carmo Alves, Mário Couto, Mozarildo Cavalcanti, Paulo Duque, Paulo Paim, Pedro Simon, Renan Calheiros, Sérgio Guerra, Sérgio Zambiasi e Tião Viana. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Valter Pereira, submete às Comissões a dispensa da leitura das Atas das Reuniões anteriores e a aprovação das mesmas, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública Conjunta, em cumprimento ao Requerimento nº 12/09 – CRA, de autoria da Senadora Kátia Abreu, com a finalidade de analisar e discutir “**A Definição de Áreas de Proteção Permanente – APPs e o Alcance Territorial da Legislação Ambiental e Indigenista e as Implicações para o Agronegócio**”. Neste momento a Presidência informa que a Mesa está constituída pelos seguintes convidados: Dr. Gustavo Ribas Curcio, Doutor em Engenharia Florestal e pesquisador da Embrapa Florestas, em Colombo

– PR; Dr. Evaristo Eduardo de Miranda, Doutor em Ecologia e Pesquisador da Embrapa Monitoramento por Satélite, em Campinas – SP; Senhor Adalberto Veríssimo, Pesquisador Sênior do Instituto do Homem e do Meio Ambiente na Amazônia – IMAZON; Senhor Carlos Alberto Ricardo, Coordenador do Programa Rio Negro do Instituto Socioambiental – ISA; Excelentíssimo Senhor Ministro Antônio Herman Benjamin, do Superior Tribunal de Justiça; Senhor Márcio Meira, Presidente da Fundação Nacional do Índio – FUNAI; Doutora Samanta Pineda, Advogada Socioambiental e Senhor Tasso Rezende de Azevedo, Assessor do Ministro do Meio Ambiente em Florestas e Climas. Finda a apresentação do expositor, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores. Usam da palavra os Senhores Senadores Osmar Dias, João Pedro, Jayme Campos, Wellington Salgado de Oliveira, Flexa Ribeiro, Marina Silva, Demóstenes Torres, Aloizio Mercadante, Gilberto Goellner, Papaléo Paes, Renato Casagrande, Neuto De Conto, Ideli Salvatti e Kátia Abreu, autora do Requerimento. O Senhor Presidente, Senador Valter Pereira, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às quatorze horas e sete minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador **Valter Pereira**, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – Senador **Flávio Arns**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte – Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos – Senador **Rosalba Ciarlini**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais – Senador **Demóstenes Torres**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – Senador **Renato Casagrande**, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – Senador **Cristovam Buarque**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – Senador **Eduardo Azeredo**, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – Senador **Fernando Collor**, Presidente da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura – Senador **Leomar Quintanilha**, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – Senador **Flexa Ribeiro**, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

10ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, EM CONJUNTO COM AS COMISSÕES DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, DE CIÊNCIA TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÕES E INFORMÁTICA, DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DE ASSUNTOS SOCIAIS, DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, E DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2009.

AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Declaro aberta a 10ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com as demais comissões permanentes do Senado Federal, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Requeiro a dispensa das Atas das Reuniões anteriores que com a anuência do Plenário, são dadas como aprovadas.

A presente reunião destina-se à Audiência Pública conjunta, em cumprimento ao Requerimento nº 12 de 2009, CRA, de autoria da Senadora Kátia Abreu aprovado em 14 de abril e com os aditamentos aprovados nas demais Comissões Permanentes do Senado Federal, com a finalidade de analisar e discutir a definição de áreas de proteção permanente, APPs, e o alcance territorial da legislação ambiental e indigenista e as implicações para o agronegócio, com a presença dos seguintes convidados: Evaristo Eduardo de Miranda, doutor em Ecologia e monitor da EMBRAPA, Monitoramento por Satélite; Gustavo Ribas Curcio, doutor em Engenharia Florestal e pesquisador da EMBRAPA Florestas; Sr. Adalberto Veríssimo, pesquisador sênior do Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia, IMAZON; Sr. Carlos Alberto Ricardo, coordenador do Programa Rio Negro do Instituto Sócio-Ambiental, ISA; o Excelentíssimo Sr. Ministro Antônio Herman Benjamin, do Superior Tribunal de Justiça; a Sra. Iara Cardoso, aliás, Iara Vasco, coordenadora-geral do meio ambiente e patrimônio indígena da Fundação Nacional do Índio, FUNAI; a Sra. Samanta Pineda, advogada socioambiental; e o Sr. Tássio Azevedo, assessor do Ministro do Meio Ambiente.

Convidamos os expositores Sr. Evaristo, Sr. Gustavo, Sr. Adalberto Veríssimo, Sr. Carlos Alberto Ricardo, Sr. Ministro Antônio Herman Benjamin, Sra. Iara

Vasco, Sra. Samanta e Sr. Tassio Azevedo para tomar assento à Mesa.

Comunico ao plenário o recebimento da seguinte correspondência, correspondência da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados: *“Sr. Presidente, esta Comissão aprovou requerimento do Deputado Marcos Montes, Vice-Presidente, propondo a participação desse órgão técnico em reunião coordenada por essa Comissão de Agricultura, a realizar-se no próximo dia 29/04, às 09h30, no Plenário do Senado Federal, conjunta com outras comissões, com a finalidade de analisar e discutir a definição de áreas de proteção permanente, APPs, e o alcance territorial da legislação ambiental e indígenista e aplicações para o agronegócio. Em virtude da realização de reunião deliberativa ordinária dessa Comissão, no mesmo dia e horário, impossibilitando a minha participação e dos demais membros, comunico a V.Exa. que o Deputado Marcos Montes, 1º Vice-Presidente representará esse órgão técnico no importantíssimo evento. Reitero que esta Comissão permanece ao inteiro dispor de V.Exa. para outras atividades de mútua colaboração. Deputado Roberto Rocha, Presidente.”*

Portanto, nós convidamos para tomar assento ao plenário os nossos visitantes da Câmara dos Deputados. Com a palavra a autora do requerimento, Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Obrigado, Sr. Presidente. Eu gostaria de fazer as minhas considerações a respeito do requerimento, durante as apresentações, Sr. Presidente.

Nesse momento, eu gostaria apenas de fazer aqui um agradecimento. Agradecer em primeiro lugar ao Presidente Sarney por ter autorizado a Audiência Pública no Plenário do Senado Federal, pela primeira vez, um debate tão importante para o Brasil. Agradecer aos onze Presidentes das Comissões do Senado Federal, as Comissões Permanentes. E a todos os Senadores que aprovaram por unanimidade o nosso requerimento para que aqui pudéssemos fazer esse debate tão importante para o país, para todos os setores, para todos os segmentos e, principalmente, importante para todos os brasileiros. Agradecer aos Deputados Estaduais de Santa Catarina, o Governador Luiz Henrique, parabenizar pelo trabalho desenvolvido naquele estado com relação à questão ambiental, ao Código Florestal Estadual, a responsabilidade e a seriedade com que tem tratado este assunto, um exemplo para o Brasil. E agradecer a presença dos 27 Presidentes de Federação de Agricultura de todo o Brasil, de todos os estados, vieram os nossos Presidentes, os seus assessores jurídicos, os seus assessores técnicos, para

assistir as palestras de todos os nossos convidados, em especial, o Dr. Evaristo Eduardo de Miranda, doutor em Ecologia e pesquisador da EMBRAPA, Monitoramento por Satélite, doutor Gustavo Ribas, doutor em Engenharia Florestal e pesquisador da EMBRAPA Florestas no Paraná. Enfim, todos os nossos convidados aprovados por outros Senadores, Adalberto Veríssimo, Carlos Alberto Ricardo, Antônio Herman, Iara Vasco, Samanta Pineda e Tassio Azevedo.

Muito obrigado a todos pela presença. E eu tenho certeza que hoje, agradecer a imprensa pela presença e pela participação e dizer apenas que eu tenho certeza absoluta que hoje é um dia histórico para o Senado Federal e para o Brasil, aonde nós, com certeza, sairemos daqui muito mais enriquecidos com as palestras e o conteúdo que aqui serão expostos.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Bom, eu gostaria de comunicar ao plenário que representando a FUNAI, estará presente aqui e nós convidamos para participar da Mesa o seu Presidente Márcio Meira. Dr. Márcio Meira para participar da Mesa.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Sr. Presidente, primeiro registrar aqui da minha satisfação desse debate. E ele é diferenciado, porque eu estou na Casa há três anos e eu nunca tinha participado de uma audiência pública com todas as Comissões e aqui neste Plenário. Então quero dizer dessa... Do diferencial da importância do debate.

Agora, é muito importante que os Presidentes das outras Comissões do Senado estejam aqui, porque eu sou membro da Comissão de Agricultura, acho importante V.Exa. estar aqui, mas como é um requerimento, um debate que envolve todas as Comissões e pela importância do debate, que os Presidentes compareçam e os demais membros das outras Comissões, para a gente fazer um debate aprofundado.

A outra questão: qual o tempo de fala de cada representante das instituições aí? Eu gostaria de saber o tempo das falas?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Bom, V.Exa. suscitou dois assuntos. Os Presidentes de Comissões certamente comparecerão, dada a relevância do assunto, a matéria realmente é palpitante, eu acredito que todos participarão.

Quanto a questão de ordem relacionada ao tempo, eu proponho ao Plenário que fixemos um prazo de 10 minutos para cada intervenção, obviamente levando

em conta que os expositores terão que prestar todas as informações, às vezes com exposições já adrede preparadas. Então, é necessário que se assegure a todos eles o tempo indispensável para as suas respectivas intervenções.

E que nós temos... Nós temos que levar em conta nessa... nós temos que levar em conta nessa Sessão que até as 13 horas e 30, fatalmente esta sessão deverá ser encerrada por força da Sessão Ordinária do Senado Federal.

Portanto, em tese, 10 minutos.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Dez minutos?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Mas como é uma Casa Legislativa nós teremos a tolerância necessária para garantir a exposição em toda a sua plenitude.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Para flexibilizar. Ok. [sobreposição de falas] Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): E nós vamos passar, para economia processual, dar a devida velocidade, já chamando o primeiro expositor, Sr. Evaristo Eduardo de Miranda, que representa aqui a EMBRAPA, para fazer a sua primeira exposição.

Eu gostaria de informar ao Plenário que está aberta a lista de inscrição para todos os Srs. Senadores. Eu vou pedir para passar a lista nas bancadas. Mas, de imediato, Senador Casagrande e Senador Neuto.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Pela ordem, Sr. Presidente. Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senadora Ideli.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Primeiro eu quero garantir a MINHA inscrição, mas eu quero um esclarecimento. Os autores dos requerimentos, como em toda Audiência Pública têm a precedência? É isto.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Regimentalmente sim.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Regimentalmente sim. Então o senhor está abrindo a lista dos... Além dos requerentes.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): O autor do requerimento foi a Senadora Kátia Abreu.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Mas teve requerimentos em várias Comissões, são vários autores.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela lógica, os autores, nas respectivas Comissões, devem ter prevalência.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Isso. Então, os autores de todos os requerimentos vão falar antes de nós, é isso?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): E na lista, eu gostaria que cada um dos autores—

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Então, eu só quero que V.Exa. me inclua aí na lista dos... Fora os autores.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu gostaria que cada um dos autores, colocasse autor, Comissão tal.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Pela ordem, Presidente. Pela ordem. Aqui. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Duas questões. Primeiro: eu já assinei a lista de... Presidente, eu já assinei a lista de inscrição. Mas se V.Exa. está abrindo outra, eu queria saber se aquela está sendo considerada porque eu cheguei aqui...

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): V.Exa. é o segundo inscrito.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Ah, bom.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Primeiro a autora e depois V.Exa., pelo menos é a lista que está aparecendo.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Outra coisa.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): É a primeira lista, aliás, a única lista.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Para que todos entendam: os 10 minutos é para os convidados ou... E quanto tempo será dado para cada senador?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu acho o seguinte, nós temos que ter aqui um livre arbítrio com um teto máximo de 10 minutos.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Para os Senadores também?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sob pena, sob pena de atropelarmos o horário de início da sessão do Congresso... Do Senado.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pela ordem, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senador Demóstenes.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO):

Regimentalmente, o prazo para o senador em audiência pública é de cinco minutos.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Cinco minutos.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO):

Se houver réplica, de mais dois.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): É

isso, é regimental.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sendo regimental, sendo estabelecido pelo Regimento, então, nós vamos manter os dez minutos para os expositores, com a tolerância necessária e indispensável, e cinco minutos para os Senadores, também com a devida tolerância, porque aqui é uma Casa Legislativa e nós temos que levar em conta isso.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sr. Presidente, pela ordem.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT):

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senador Jaime.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Eu solicito a V.Exa. que seja cumprido os prazos estipulados regimentalmente, caso contrário vai ter Senador aqui que vai viajar na maionese aqui uma hora de relógio e não vai chegar a nenhuma conclusão.

Eu peço, caso contrário não vai dar oportunidade aos demais senadores também fazerem suas indagações. É um apelo que eu faço a V.Exa..

E faço mais aqui uma indagação a V.Exa.: alguns Deputados me perguntaram, me indagaram se vão ter direito também a fazer alguma indagação aos palestrantes aqui da Comissão no dia de hoje?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Bom, regimentalmente, a sessão é do Senado Federal e a restrição é porque a convocação foi feita nesse sentido. Certo? Então, se o Plenário decidir de forma contrária, a Presidência não tem nada contra. Mas regimentalmente há restrição.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Muito obrigado, Sr. Presidente.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): O nosso requerimento, o requerimento de minha autoria, Sr. Presidente, foi aprovado com a minha autoria nas onze comissões permanentes do Senado Federal. E por direito regimental, a autora do requerimento tem a prerrogativa da fala antecipada.

Eu gostaria de abrir mão neste momento e no momento oportuno eu gostaria de interpellá-lo e pedir o meu direito à fala no momento oportuno, se o senhor permitir.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Será assegurado a V.Exa. o direito no momento em que achar que deve fazer a sua intervenção.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Pela ordem, Presidente. Pela ordem, por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Sr. Senador Wellington.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Só pedir a minha inscrição.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Com a palavra o Dr. Evaristo.

SR. EVARISTO EDUARDO DE MIRANDA: Bom dia a todos, Senadoras, Senadores, público presente.

Eu vou apresentar aqui um trabalho realizado pela EMBRAPA, monitoramento por satélite e focado no tema dessa audiência em que está em pauta os desafios que nós estamos enfrentando por uma revisão justa, bem feita do nosso Código Florestal. Pode ser a próxima?

Esse trabalho foi realizado por uma equipe de um dos centros da EMBRAPA, que é a EMBRAPA por Monitoramento por Satélite, que fica em Campinas. Pode ser a próxima.

E cuja missão, dessa unidade da EMBRAPA, é a gestão territorial da agricultura brasileira. Nós não produzimos sementes, não fazemos variedades, nem máquinas, nós cuidamos da gestão territorial, mapeamos a agricultura, a safra, o uso das terras, etc. Nisso, a gente está focado nisso nesse Centro. Por favor, a próxima.

Essa pergunta surgiu, e esse trabalho surgiu, de uma indagação da Presidência da República, inicialmente, de quanta terra estava disponível legalmente para expandir a produção de alimentos e de agroenergia no Brasil?

Quando nós fizemos esse trabalho a pauta do trabalho realmente foi a área disponível para expansão da agricultura, ou seja, nós estamos falando aqui, no meu estudo, de plantar feijão, de plantar arroz, plantar milho, plantar trigo, plantar soja, plantar cana-de-açúcar, atividades que implicam em remoção da vegetação natural, substituída por laranja, por café. É disso que nós estamos falando.

Isso não impede que no senso lato haja em outros tipos de unidades, atividades econômicas. Você pode, numa reserva extrativista, extrair seiva da seringueira, você pode fazer pesca, você pode tirar fibras, etc, nós

não estamos falando dessa atividade, estamos falando da atividade agrícola senso estrito.

Bem, e para isso então nós precisamos respeitar uma legislação que existe e que é muito oportuna e importante, tanto em termos territoriais do ponto de vista indigenista, do ponto de vista ambiental, e existem outras legislações também territoriais. Pode ser a próxima.

Para isso, e o que eu vou apresentar para os senhores é isso, e eu gostaria de destacar muito, nós fizemos um sistema de gestão territorial, é um sistema computadorizado, que usa imagens de satélite, usa mapas, banco de dados e que responde a muitas perguntas.

É um processo de pesquisa que está sempre evoluindo, incluindo coisas novas, então, ele está sempre evoluindo, nunca é uma coisa totalmente acabada, mas que objetiva apoiar as políticas públicas e ajudar na governança territorial. Pode ser a próxima.

A primeira área que não está disponível para essa agricultura que eu falei e é normal que não esteja, são as áreas indígenas, não que lá não possa ter uma produção agrícola própria, de autoconsumo, etc. e as unidades de conservação. Então, no sistema, eu vou ser rápido por causa do tempo. Pode ser a próxima.

Nós colocamos no mapa, nesse sistema todas as unidades de conservação federais e as unidades de conservação estaduais. Ontem mesmo eu estava com o Secretário de Meio Ambiente do Amazonas, ele falou: "Não, mas tem mais, uma ou outra que foi criada que não está aí no seu sistema", "Bom, então, preciso integrar essas unidades que ainda não estão". Mas essas unidades foram colocadas no mapa.

Aqui a gente vê o caso da Amazônia, que é onde mais nós temos hoje terras indígenas, e é normal, e unidades de conservação federais e estaduais. Pode ser a próxima.

Isso está dentro de biomas. Pode ser a próxima.

Então, nós fizemos uma tabela calculando quanto que de cada bioma desses está sendo ocupado hoje por essas unidades que ninguém contesta, está certo, é isso que está aí.

Então, nós temos unidades de conservação estaduais, federais e terras indígenas. Existe alguma sobreposição entre elas e no cálculo da EMBRAPA nós eliminamos essas sobreposições, então nós temos hoje que 27%, arredondando, do Território Nacional, está ocupado por unidades de conservação de diversas categorias e por terras indígenas.

Evidentemente que na Amazônia você tem quase 47, 46% e há regiões como a Caatinga, ou a Pampa, onde existe muito pouco, muito unidade de conservação e área indígena. Pode ser a próxima.

E aqui são os dados por estado. Eu vou passar. Pode ser a próxima.

Mas isso é o resumo. A próxima.

Bem, esse cálculo, ele ainda está subestimado, porque nós não colocamos aqui as unidades de conservação municipais, vocês têm muitos parques municipais, a ilha de Santa Catarina, tem cinco parques municipais, Naviraí, vários estados têm unidades municipais, nós não temos estes limites hoje disponíveis, nesse trabalho precisa ter o mapa mesmo, o mapa da unidade.

Por exemplo, o Exército Brasileiro tem 1.917 áreas no Brasil. Dá um Sergipe. Agora, eu não tenho esses limites, nem sei se eles vão me passar, para colocar no mapa e também introduzir isso na conta, que também não é uma área que você pode instalar uma usina de álcool e produzir açúcar.

Existem áreas aeronáuticas como Cachimbo, Alcântara, etc. [ininteligível] e outras ocupações que são irreversíveis. Então, esse cálculo, na medida que você obtém mais dados, ele vai sendo enriquecido, é claro que ele não volta para trás, ele avança, ele está um pouco subestimado. Pode ser a próxima.

Bem, o resto das áreas estariam teoricamente disponíveis para a agricultura, mas nós temos, incide sobre essas áreas, um dispositivo legal importantíssimo – pode ser o próximo – que é a reserva legal. A reserva legal diz, é uma área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, excetuada a área de preservação permanente, necessária, etc., e a porcentagem de reserva legal, ou seja, uma área que tem que ser mantida, sem esse uso intensivo no seio das propriedades rurais. Pode ser a próxima.

Nós não buscamos de forma alguma minimizar a disponibilidade de terra para a agricultura e fizemos esse cálculo como se todo o resto do Brasil estivesse disponível para agricultura. Faz de conta que não tem água, que não tem estrada, tudo está disponível. Pode ser a próxima.

Aplicados esses percentuais, eles totalizam quase 32% do Território Nacional. Quer dizer, esse dispositivo da reserva legal imobiliza, dá esse destino a cerca de 32% do Território Nacional. Uma parte grande fica na Amazônia e as outras são variadas, dependendo dos biomas. Pode ser a próxima.

Aqui são os dados por Estados, os cálculos por Estados, que o sistema gerou. Pode ser a próxima.

Então, em resumo nós temos, unidades de conservação em terras indígenas 27%, reserva legal 32%, total de 59% e 41% do resto disponível para essa expansão agrícola. Pode ser a próxima.

Bem, acontece que nós temos ainda uma segunda categoria importantíssima, inclusive, para a agri-

cultura sustentável que são as áreas de preservação permanente As áreas de preservação permanente... Por favor, a próxima.

São áreas de preservação, são áreas protegidas no termo dessa lei e que devem ser mantidas. Pode ser a próxima.

Existe muito tipo de APP; o CONAMA tem uma... Resoluções, várias resoluções. Nós não tratamos, aqui no trabalho, de calcular todas as APPs, mas nós calculamos dois principais tipos de APP, e essa foi a parte mais trabalhosa até desse estudo: as APPs ligadas ao relevo e as APPs associadas à hidrografia, aos rios. Pode ser a próxima.

As APPs associadas ao relevo. Próxima.

Todas as áreas com declividade acima de 45% são APPs no Brasil. As áreas acima de 1.800 metros de altitude são APPs, os topos de morros são APPs, e declives entre 25 e 45, se for florestal, também é APP. Pode ser a próxima.

Para fazer esse cálculo de relevo, nós utilizamos uma base de dados homogênea para o Brasil. Foi uma missão da nave Endeavor, com radar topográfico, que calculou a topografia do Brasil a cada 30 metros fez uma medida de altitude muito precisa.

Para os Srs. Senadores terem uma idéia da precisão desse trabalho, isso aqui é uma área da Amazônia desmatada e que nós não estamos vendo uma foto aqui, nós estamos vendo o desnível do desmatamento, quer dizer, aqui está mais baixo a pessoa desmatou essa área, então, isso aqui está 18, 20 metros mais baixo que a floresta em volta, e o que a gente vê é essa parte mais baixa, quer dizer, ele detecta com esse detalhe, o relevo do Brasil. Foram esses dados numéricos que nós utilizamos para fazer esses cálculos. Pode ser a próxima.

Então, nós calculamos e mapeamos pela primeira vez, na escala 1 para 250.000, todos os topos de morros do Brasil, seguindo o método lá da legislação, ninguém contesta nada, é o que está lá. Pode ser a próxima.

Por exemplo, aqui a gente vê Santa Catarina, que é uma região de muito relevo e tudo o que está em verde aí é APP de topo de morro. E assim foram calculados declives e outras coisas. A próxima.

Aqui o Sul do Maranhão, então isso foi mapeado, colocado no mapa, o que estava no dispositivo legal. Pode ser a próxima.

Em segundo lugar foram estimadas, e não mapeadas totalmente, as APPs associadas a hidrografia, aos rios. Quer dizer, a lei determina, eu vou passar rápido, pode ser? Próxima.

A água é protegida e uma faixa marginal ao longo de cada rio também protegida, com valores variando em função da largura do rio. A próxima.

Bem, esse é um trabalho feito pelo LBA, com um radar japonês, que vê água embaixo da vegetação e que mapeou a água disponível na Amazônia. Então, essa água, essas áreas são as áreas que são águas, na cheia, por exemplo, na Bacia do Amazonas. Só essas áreas representam 500 mil Km². E evidente que isso não tem nenhum destino, e nem deve ter, nenhum destino agrícola, nem de uso, nem de nada, ainda mais de água. Se você colocar junto aqui as unidades de conservação – pode ser a próxima – você tem uma visão disso. Próxima.

Então, para cada rio foi calculada essa faixa marginal. Esse é um trabalho que exige rigor, porque você vem com a faixa marginal de um rio, ele encontra o outro, as duas faixas marginais se sobrepõem, então aqui tem uma sobreposição, você tem que descontar todos esses cruzamentos, etc. Pode ser.

E o resumo aqui, grande parte dessas APPs, está dentro já de área indígena, está dentro de unidade de conservação, então não tem sentido contabilizar isso, isso foi tudo descontado. E você chega nas APPs, vamos chamar de APP líquida, que dá quase 1 milhão 440 mil Km², cerca de 17% do Território Nacional. Próxima.

Aqui é por estados. Próxima.

Bom, esse dado ele está também subestimado, porque todas as nascentes têm que ter APP em volta, isso é muito justificado mesmo e deve ter mesmo, certo, mas nós não temos mapas das nascentes.

Um outro exemplo são os açudes. Os açudes do Nordeste, no Nordeste, tem 70 mil açudes, segundo o DNOCS, 37 quilômetros cúbicos de água. Bem, todos esses açudes são APPs e têm uma faixa marginal e nós não temos esse dado mapeado, então, falta aqui agregar, certamente que esse dado, a medida que for introduzindo mais informação, ele vai aumentar esse número. Pode ser a próxima.

Bem, então, aí nós temos uma questão que com isso eu vou para a finalização, que é discutir no Código Florestal esse relacionamento entre APPs e reserva legal. Essas duas coisas têm suas justificativas. O código representou muitas conquistas e a reformulação do Código não pode questionar conquistas, avanços obtidos, que melhora a sustentabilidade da agricultura.

E agricultura não pode trabalhar contra o meio ambiente, nem o meio ambiente contra a agricultura, a agricultura precisa do meio ambiente e o meio ambiente precisa da agricultura. Na Mata Atlântica, hoje, são os agricultores que mantêm um número enorme

de remanescentes, dependemos deles para fazer corredores e etc.

Então, o que eu vou mostrar aqui, são algumas reflexões que esse sistema permite fazer, para ver como nós podemos encaminhar nessa questão, evitando qualquer crescimento do desmatamento, sobretudo na Amazônia, que é impensável e sobretudo dando legalidade às atividades agrícolas. Pode ser a próxima.

O primeiro cenário que tem aqui, eu vou apresentar três cenários disponíveis no site da EMBRAPA, tem até quatro cenários. O primeiro cenário é o seguinte: a reserva legal exclui APP; então, reserva legal, além da reserva legal tem que ter APP na propriedade. Se a gente fizer isso *tout court*, aplicar essa regra – pode ser a próxima – o cálculo fica negativo na Amazônia, fica negativo no Pantanal e sobra uma área disponível de 2 milhões e meio de Km² para atividade agrícola. Próxima.

Aqui é por Estados. Os dados por Estados. Pode ser a próxima.

Então, teoricamente você teria 27% de unidades de conservação dos territórios indígenas, 32 de reserva legal, 17 de APP, então cerca de 71% do território e 29 disponível para as atividades agrícolas.

Hoje a área de pastagem do Brasil já é 2 milhões de hectares, só a área de pastagens. Pode ser a próxima.

Mas nós podemos também incluir a APP dentro da reserva legal. O Código prevê isso. Só que ele prevê com condicionantes variados e a gente está aqui falando do Brasil, então estou aplicando ao Brasil inteiro.

No caso da Amazônia, é muito lógico, se atingir 80% da propriedade, está valendo. Pode incorporar até 80% que é o exato limite da reserva legal, quer dizer, a reserva legal incorpora a APP na prática.

No resto do Brasil, a soma das duas têm que ultrapassar 50% da propriedade. Quando você aplica isso ao Brasil todo – pode ser a próxima – isso é possível aplicar, porque justamente nós calculamos quanto que tem de APP em cada bioma; então, supondo que todo mundo optasse por fazer, por juntar a APP com RL, para ter 50%, o que a gente obteria? Por favor a próxima.

Nós teríamos uma redução da área agrícola. Na Amazônia desaparecem os números negativos, e você tem o que, é efetivo, hoje, uma disponibilidade da ordem de 10% de área, 10% utilizável.

Mas nas outras regiões você teria uma queda grande. Sei lá, na Caatinga, que hoje a disponibilidade é de quase 60%, você cai para 47%. Pode ser a próxima.

Bem. E o terceiro cenário que é o cenário que está em debate, simplesmente a reserva legal incorpo-

ra a APP. O cálculo da reserva legal incorpora a APP, como já é o caso na Amazônia, só que aí isso valeria também para todo o Brasil.

Bom, se a reserva legal incorporar a APP no Brasil inteiro, como é o caso na Amazônia, você teria uma disponibilidade de 3 milhões e meio de Km² de terras para a agricultura, ou seja, 41%, que é uma situação extremamente confortável. Extremamente confortável.

Notem que nos três cenários a situação da Amazônia ela não muda. Ela não é problemática, vamos dizer assim. Pode ser a próxima.

Eu queria, então, fazer um resumo final. Pode ser a próxima.

Bem, existe um histórico de ocupação das terras no Brasil. E hoje nós estamos vivendo uma situação complexa porque essa legislação – pode ser a próxima – tornou irregular ou ilegal diversas atividades que os brasileiros fazem em áreas de preservação permanente há mais de um século.

É o caso do café em áreas de declive em Minas Gerais, é o caso da ocupação das várzeas com arroz no Rio Grande do Sul, no Maranhão, a própria criação de búfalos em várzea. Enfim, nós temos uma série de aplicações agrícolas, a própria pecuária no Pantanal, a uva, vitivinicultura no Rio Grande do Sul, que é feita em relevo; quer dizer, essas áreas são todas de preservação permanente.

Então, isso é uma situação que tem que ser adequada e resolvida no caso do Código Florestal, porque essas pessoas têm uma legitimidade, uma prática, isso nós temos que achar uma saída para isso. Pode ser a próxima.

É o caso da irrigação também no Nordeste, que é muito em beira de rio e etc., eu não vou entrar em detalhe pelo tempo. A próxima.

Aqui são algumas imagens de satélite mostrando, isso aqui é área de pecuária leiteira na divisa do Rio de Janeiro com Minas Gerais, todas essas áreas são APPs, mas isto está tudo desmatado e é área de pecuária leiteira há um século. A próxima.

É o caso do café em Minas Gerais. Por favor, próxima.

O café em São Paulo. Pode ser a próxima.

A pequena produção de olericultura no Espírito Santo, no Rio de Janeiro, em Teresópolis, Petrópolis, nessas regiões que são regiões serranas. Pode ser a próxima.

Os vinhedos no Rio Grande do Sul. Próxima, próxima, próxima, próxima.

Toda a beira do rio São Francisco que está ocupada, todos esses ribeirinhos e teoricamente essa

faixa marginal não poderia estar ocupada. Pode ser a próxima.

As ilhas do São Francisco, são todas cultivadas. Próxima.

Tinha banana no vale do Ribeira em São Paulo, etc e etc. Próxima. Mais uma. Isso.

Eu queria, então, aqui se a gente esquecesse o que eu falei até agora, colocar aqui quatro pontos que me parecem essenciais para avançar numa revisão do Código Florestal que preserve o meio ambiente, garanta uma agricultura sustentável e regularize a situação de muitos agricultores, sem favorecer nenhuma ampliação do desmatamento no Brasil, principalmente na Amazônia. Por favor, a próxima.

Eu acho, e queria deixar para os senhores, para sua reflexão, três, quatro pontos finais para meditar. Eu não vou entrar em detalhes. Queria dizer aos senadores o que eu disse na Câmara dos Deputados, o que eu disse a dois Ministros do Supremo, que pediram esse estudo, o que disse ao Presidente Sarney, a quem apresentei esse estudo, que esse estudo... Ao Presidente Lula.

Esse sistema ele não está tomando partido, opinião, ele está gerando números e pode fazer cenários, conforme... "Se nós fizermos tal alteração na lei, o que acontece com as áreas no Estado de São Paulo, de Minas Gerais?" Ele simula, ele está aí para ajudar a procurar, avaliar o alcance territorial não só do que existe mas principalmente do que nós estamos propondo, do que vai acontecer se a gente mexer nessa lei. Para que não ocorram coisas indesejáveis, imprevisíveis e o que a gente deseja. Acho que tem quatro pontos que estão merecendo a nossa reflexão.

O primeiro é a relação entre reserva legal e área de preservação permanente, quer dizer, em grandes números nós temos 30% do Brasil disponível. Se a gente aplica do jeito que está hoje no Código, cai, se a gente une reserva legal com APP, do jeito que possibilita o Código, cai a disponibilidade de terra. Se a gente aplica do jeito que é possível fazer na Amazônia, que a reserva legal incorpora APP, você chega a uma disponibilidade de 41%. Só um dispositivo desse seria enorme, ele ajustaria... Ao invés de escrever lá a reserva legal excluída APP, incluída APP.

Agora, também não é tão fácil assim, nós temos que refletir. Primeiro a realidade dos Estados. Pode ser que tenha Estados que isso fique complicado. Então, tem que ver e pode ser que tenha Estado que nem necessite de tudo isso.

Esse sistema pode ajudar a analisar a situação de cada Estado e também temos que ter atenção aos biomas. Isso é para o bioma Amazônia ou é para a Amazônia legal? Nós temos que pensar também o

caso de cada bioma, qual é a situação. Será que nos cerrados essa é uma decisão boa ou a gente precisa ser mais restritivo no caso de bioma Cerrado? Então, o sistema pode ajudar nessa discussão, a ver as implicações de alterar a lei nesse sentido, incorporação da APP dentro da reserva legal.

O segundo é que a legislação nossa prevê que o ZEE e as leis estaduais podem alterar esses códigos, mas existem muitas restrições para essa alteração, mas isso pode ser feito. Acho que esse é um campo importantíssimo. No caso da Amazônia é possível, por um processo que não é simples, nós acabamos de ver isso na 163, é possível reduzir essa reserva legal de 80 para 50 quando a área já está desmatada anteriormente, etc. e etc.

Bom, isso é algo que nós temos que refletir, como isso será processado. Se nós falássemos assim muito globalmente, é um pouco menos que isso, mas se 400 mil Km² estão desmatados na Amazônia, eles teriam que gerar, cada um desses quilômetros quadrados, uma reserva legal de 640, 680 mil quilômetros. Bom, se for 50% tem que gerar 400 mil, você ganha aí 400 mil quilômetros.

Agora, isso também não pode ser uma regra geral, porque tem situações e situações. De novo a gente volta na necessidade de analisar e esse sistema pode ajudar o Senado, pode ajudar quem precisar, como estamos assessorando a Presidência, outras instâncias nisso, Agricultura, enfim, quem nos pede análise, nós incorporamos no sistema e fazemos as análises. Pode ajudar.

Porque, por exemplo, vamos supor a região Bragantina do Pará, que está totalmente, praticamente, desmatada, há muito tempo. Bom, "Será que eles vão recompor? Vai ser igual?" Não é como na 163, também é diferente do Acre, enfim, cada estado tem sua particularidades e isso teria que ser avaliado em cada caso, eu creio.

E há diversidade de vegetações. Mesmo dentro do bioma Amazônia, você tem áreas que não são florestas, são campos, cerrados, tem áreas de lavrados, etc., o Amapá e Roraima exemplo típico disso.

Também são casos que merecem uma análise particular. Mas é algo que o Novo Código [soa a campanha] deveria avançar.

O regime de uso da reserva legal e das APPs é algo que o Ministério do Meio Ambiente já vem avançando e creio que isso é fundamental, sobretudo no caso de recuperação das APPs. Quem tem que se adequar e ter 50% de reserva legal na Amazônia, poder fazê-lo dentro de um certo limite, com florestas produtivas, com árvores que produzam. Quer dizer, ele pode plantar castanha, ele pode plantar pupunha,

mas pode plantar [ininteligível], enfim, ele pode plantar, fazer uma floresta produtiva, ao invés de um pasto degradado, qualquer coisa desse tipo, fazer uma floresta produtiva. Então, aqui há uma discussão.

Também aqui cabe se analisar a situação dos Estados. Por quê? Porque tem muita APP que já está ocupada por árvore; por árvore de café, árvore de maçã, por árvore de uva, por árvore de laranja. Bom, então precisa ver até que ponto. Eu creio que os estados têm muitas particularidades e caberia aos Estados ter a autonomia de legislar [interrupção no áudio] e adequar dentro da legislação estadual.

Por último, é o caso das pequenas propriedades. As pequenas propriedades têm alguma isenção nessa temática, até 25%. Mas estão definidas segundo critérios que, por exemplo, todos os pequenos agricultores lá de Holambra, em São Paulo, ou da região de Holambra e outros lugares de São Paulo, eles não se enquadram nisso.

Eu acho que o caso das pequenas propriedades merece muita atenção, porque tem um impacto social enorme, são mais de 2 milhões de estabelecimentos agrícolas no Brasil. Cortar 25% da área ou inviabilizar ou dificultar o uso em 25% do uso da área de uma pequena propriedade, isso tem um peso econômico muito grande, socialmente muito grande.

Então, o caso das pequenas propriedades nós estamos fazendo alguns estudos de cenários nesse sistema [soa a campainha] do que acontece com isso, com o caso das pequenas propriedades, se você permitisse que elas usassem totalmente essas áreas com atividade produtiva, ou com árvores, etc.

Eu não sei se fica claro, mas o caso das pequenas propriedades já têm [soa a campainha], já é contemplado parcialmente e nós precisamos contemplar melhor e com critérios que a gente possa usar melhor o Censo, porque, por exemplo, o limite de 30 hectares não existe no Censo, não existe agregado, ou tem 25 ou você pula para 50.

Então, tudo isso tem que ser feito de forma que seja mais operacional e que outros dados do IBGE, outros dados de outros órgãos, a gente possa usar facilmente para poder analisar essa situação. A próxima.

Então, concluindo. Esse sistema de gestão territorial da EMBRAPA, que nós desenvolvemos, ele permite dar uma estimativa do alcance atual das legislações que influem no território: áreas indígenas, unidades de conservação, etc. e etc, APPs.

Eu não questioneei de forma alguma aqui, creio, espero que os Srs. Senadores me ouviram, nenhuma área indígena, nenhuma unidade de conservação, nenhuma APP [interrupção no áudio]. Eu estava dizendo.

Nós estamos mostrando aqui as melhores estimativas que nós podemos fazer dentro de vários cenários. Eu vejo, às vezes, pessoas que pegam um dos cenários que nós fizemos e usam esse cenário, outro, com outra causa política, pega um outro cenário e usa um outro dado. É importante saber que é um sistema que produz números, produz cenários, conforme o que a gente estiver estudando.

E não é tão fundamental a gente olhar só o passado, olhar essa reforma do Código Florestal e usar esse sistema da EMBRAPA para ter uma idéia das consequências das alterações que estamos propondo na legislação.

Nós vamos melhorar esse sistema completando esse cálculo de áreas protegidas, incluindo essas áreas que ainda faltam. Nós vamos completar cálculos de APPs e é necessário também que a gente considere a aptidão das terras que estão sobrando, das terras que estão disponíveis, porque também não é qualquer terra que serve para agricultura. Precisamos saber a qualidade dessa terra, existem mapas de solos na EMBRAPA, etc.

[interrupção no áudio].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Acabou? Então... O senhor tem um minuto para concluir.

SR. EVARISTO EDUARDO DE MIRANDA: Estou sem som... Obrigado. Então, eu reitero o seguinte: a agricultura tem que estar a favor do meio ambiente [soa a campainha] e o meio ambiente tem que trabalhar com a agricultura e ela com o meio ambiente.

Nós precisamos ganhar sustentabilidade. A reforma do código não deve e não pode incentivar o desmatamento, premiar o desmatamento, premiar a baixa produtividade. Ela tem que ajudar o agricultor que tem produtividade, que tem rentabilidade, o uso de tecnologias, a recuperação de pastagem, o ganho de novas áreas.

Agora, nós temos hoje uma situação de irregularidade muito grande na agricultura, e isso precisa procurar caminhos de adequação. Eu não tenho sugestão de leis, os senhores fazem as leis, os senhores sabem fazer isso, o que eu tenho é, tecnicamente, um sistema que pode, eventualmente, se for o caso e necessário, contribuir para simular esses cenários e apoiar essa avaliação e esse diagnóstico.

Muito obrigado.

[palmas].

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senador Flexa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente Valter Pereira. Perguntaria a V.Exa. da possibilidade da exposição feita pelo técnico ser distribuída aos senadores das comissões? Vai ser acessado?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Solicitar a ele que deixe toda a documentação necessária para ser disponibilizada para os Srs. Senadores. Eu gostaria de comunicar ainda...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): De todos os expositores, por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Todos os expositores. Eu gostaria de informar ainda, o seguinte; nós vamos adotar aqui a metodologia que adotamos na Comissão de Agricultura, ou seja, nós vamos ouvir primeiro todos os expositores, aí nós vamos abrir para os debates. Certo?

Então, nós vamos ouvir agora o segundo expositor, que é o Sr. Gustavo Ribas Curcio, pesquisador da EMBRAPA Florestas. Ele terá o prazo que foi avençado aqui de 10 minutos, mas obviamente nós não vamos prejudicar a apresentação de suas transparências.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): V.Exa. acaba de dizer que não será prejudicada a intervenção no que diz respeito ao tempo. Mas nós combinamos 10 minutos e com flexibilidade. Eu quero só chamar a atenção que a primeira exposição da EMBRAPA, agora vem EMBRAPA Floresta, que levou quase 30 minutos.

Quero chamar atenção porque esse... Nós queremos participar do debate. E V.Exa. [interrupção no áudio] na primeira fala de V.Exa., V.Exa. fez um limite da reunião, lá na tarde.

Então quero só chamar atenção para a gente ter... Condensar mais, para que todos possam participar desse debate e no final ninguém ser prejudicado nas suas falas.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu já até fiz um apelo ao próximo expositor para que ele abrevie o máximo possível a sua exposição.

Mas nós não queremos prejudicar, dada a relevância do assunto para que a matéria toda trazida à colação, são informações da mais alta importância. Mas é claro que precisamos conciliar a necessidade do tempo, nós temos que fatalmente concluir essa sessão até a uma e trinta, às 13h30, portanto, o tempo urge.

Com a palavra o senhor Evaristo, aliás, o Sr. Gustavo Ribas.

SR. GUSTAVO RIBAS CURCIO: Senhoras e senhores, bom dia, é um prazer muito grande estar

na Casa. Eu estou representando um grupo liderado pela EMBRAPA Sede, pelo pesquisador Felipe Ribeiro e tenho a incumbência de mostrar os trabalhos que realizamos dentro da EMBRAPA sobre rios.

E nesse sentido eu gostaria de colaborar, entendo que a proposta possa colaborar na melhora do Código Florestal Brasileiro, que se trata de um documento muito importante e sem esse, sem dúvida, as florestas do país estariam totalmente devastadas.

Então, seriam duas apresentações. Eu começo com uma proposta para a legislação brasileira sobre considerações sobre APP fluvial.

Então, no caso, os compartimentos que foram estabelecidos pelo Código Florestal Brasileiro de 65, foram estabelecidos três compartimentos em 1965. A questão dos solos hidromórficos, a questão dos solos não hidromórficos e os solos hidromórficos constituindo as APPs, nas áreas de alta fragilidade de declividades e solos rasos que se preveja a execução da permanência das reservas legais e na ciência se tem em mente sempre da necessidade da conexão de corredores entre as APPs e as reservas legais, para a questão de fluxo gênico.

Então, aleatoriamente, escolhi alguns locais, sobrando na paisagem uma grande área, que é o terceiro compartimento, das áreas de uso alternativo, constituindo assim as áreas de preservação permanente, a reserva legal, área de uso alternativo, isso já instituído pelo Código Florestal Brasileiro.

A nossa proposta é de que sistemas de preservação, as APPs, elas devam harmonizar ao máximo com sistemas de produção. Para isso, nós devemos considerar que as paisagens possuem naturalmente zonas de alto potencial de produção, mas também têm zonas de altíssima fragilidade ambiental e devem ser consideradas essas questões.

Portanto, as leis ambientais, no nosso entendimento, devem considerar a diversidade das paisagens e não ficar tomando algumas medidas como se a paisagem fosse constituída de isopor por baixo.

Então, dentro da diversidade de paisagens nós vamos abordar a questão da geomorfologia e pedologia, porque entendemos que ela possa responder sobre as questões climáticas, geológicas e vegetacionais também.

Nós temos, em APPs, temos duas paisagens: vales bem fechados e vales bem abertos. Duas paisagens importantíssimas dentro das zonas de APPs e que têm possibilidade de uso nas suas... Nas zonas mais afastadas dos rios, completamente diferentes, ou seja, possuem fragilidades e potencialidades distintas.

Nós temos embaixo, fazendo o arcação da paisagem, diferentes tipos de rochas, mas aqui eu quero

ressaltar aos senhores a importância de que essa diversidade geológica, ela constitui a presença de solos totalmente distintos, que possuem, por si só, várias características que podem ser adicionadas ao Código Florestal, mas para questões de simplificação para a lei, nós adicionamos como importante para os senhores, guardarem a espessura ou profundidade de solo e textura que nós vamos usar isso para o debate.

Vejam que para mesmo relevo... Perdão, para mesmo tipo de rocha, nós temos relevos muito suaves com alto potencial agrícola, mas nós também temos, derivados da mesma rocha, relevos altamente movimentados, de alta fragilidade ambiental e que podem comprometer a questão dos recursos hídricos e também a questão de fluxos gênicos.

Eu gostaria de chamar a atenção para vocês, que nas duas localidades, infelizmente nós não vemos a questão das APPs, porque não está sendo um sistema produtivo que considere fragilidades ambientais na sua íntegra.

A questão geomorfológica que eu falei aos senhores que é muito importante, nós temos que ter em mente que as paisagens são muito variáveis. Elas variam quanto a forma, ao comprimento e ao declive, esses três entes constituem os relevos. Mas a questão de forma e comprimento são entes qualitativos, não podem ser colocados em aplicação de lei, deveria ser apenas um, no nosso entendimento, que tem um caráter quantitativo, no caso, o declive. Este sim, seria um agente que poderia somar para termos uma correta visualização da questão da paisagem sobre o ponto de vista de potencialidades e fragilidades.

Isto é muito importante porque o relevo é um dos condicionantes de enxurrada e eu gostaria de chamar atenção para os senhores, da importância que a enxurrada causa a tensão ecológica. Isto é muito importante que o Código considera como importante a largura do rio. Nós vamos apresentar aos senhores uma tensão ecológica diferenciada, que venha de encostas.

A declividade de rampas é muito natural e qualquer um dos senhores poderiam responder a esse questionamento. Nós temos rampas de baixa declividade e rampas de alta declividade. Então, nós temos que pensar nas rampas de baixa declividade, nós temos uma APP e nas rampas de alta declividade nós precisamos amenizar esta tensão ecológica proveniente das encostas e eu estou falando apenas de relevo, por enquanto, apenas de declividade.

Então, é natural, no nosso entendimento, de que as APPs não devam variar de acordo com a largura do rio. A tensão ecológica não vem daí, a tensão ecológica vem das encostas. Se nós, como uma sociedade séria que somos, queremos preservar a questão

hidrológica e de fluxos gênicos nós temos que pensar também na questão geomorfologia e o declive pode atender a isso.

Então, no caso, quanto maior o declive de rampa, necessariamente maior a largura da APP, maior largura de APP, sem dúvida, menor a tensão ecológica.

Quanto às características de solos, as pedológicas, existem várias características, e eu aqui vou deixar apenas essas duas em vermelho, porque são características quantitativas e fáceis de serem obtidas, em razão dos mapas já existentes no Brasil. Essas duas... Esses dois atributos, essas duas características, textura e espessura, facilmente é reconhecido por técnicos, elas são muito importantes porque elas nos predizem a questão de permeabilidade e a capacidade de filtro do solo, quer dizer, ela atenua ou não a capacidade de contaminação de águas, e isto é importante porque temos que pensar, como sociedade, na qualidade da água.

Então, por exemplo, solos muito profundos, medianos e rasos têm capacidade de filtrar soluções com defensivos agrícolas ou adubos muito distintas em razão do volume que eles oferecem. Isto não é considerado hoje pela legislação brasileira dentro do Código Florestal.

Então, eu gostaria de colocar para vocês a questão de encostas muito espessas com encostas com solos bem rasos. Naturalmente, eles têm capacidade de filtro, a capacidade de amenizar as tensões ecológicas completamente diferentes. Não tem nada a ver com a largura do rio e sim com a característica do solo quanto a sua profundidade.

Então, naturalmente, nós teríamos que pensar que para uma condição de diferenças de espessura de solo nós temos a maior fragilidade em solos rasos e isso a Constituição, o Código Florestal poderia ser... Poderia considerar. Então, em APPs com solos de maior espessura, naturalmente nós teríamos menores espessuras de APP e maiores espessuras em solos mais rasos [soa a campainha], garantindo a qualidade de água. E isto seria suficiente para se dizer que menores espessuras de solos implicariam em maiores larguras de APP.

A mesma coisa é para texturas. Vejam os senhores que coloquei aqui para simplificar, como a capacidade de carga dos solos com mais argila, comparativamente aos solos mais arenosos que são menos... Que possuem menos carga, portanto, possuem menor capacidade de filtro, eles têm uma possibilidade de filtragem completamente diferente.

Então, de qualquer maneira, nós estaríamos expressando as fragilidades ambientais através de texturas de solos, que é uma coisa também não conside-

rada. Então, declive, textura e espessura poderiam ser gabaritos, fatores a serem considerados a melhorar o Código Florestal.

Então, naturalmente as APPs de solos de textura arenosa devam ter necessariamente uma APP mais larga do que solos, do que rampas com solos mais argilosos.

A conclusão que para estabelecer APP fluvial nós devemos ter três fatores regenciais adicionados ao Código: a questão da declividade, a espessura e a textura de solo.

A segunda apresentação, que é mais rápida, é a proposta de topo de morro, também é uma proposta. Eu vou passar bem rápido, eu gostaria de colocar aos senhores uma questão muito importante que é a conceituação de morro, não é nem de topo de morro. Morro, cientificamente, não se tem homogeneidade na ciência, isso. Então, necessariamente, é indevido na questão técnica.

A conotação, então, de fragilidade ambiental em topo de morro, no nosso ponto de vista, é totalmente distorcida. Nós deveríamos para falar em fragilidades de topo de morro, que foi o que o legislador quis em 1965, ele quis amparar as questões de fragilidade.

Nós estamos insistindo que a questão geológica, geomorfológica e de solos deva ser considerada; então, as questões de geomorfológica, forma, comprimento e declive, assim como textura e espessura, também poderiam ser visadas hoje para o Código.

Gostaria de colocar uma questão muito simples para os senhores, de topo de morro, ainda tem duas questões muito interessantes. Nós temos a questão de dimensão e simetria de topo. Então, vejam, esse topo totalmente assimétrico contra este topo simétrico. Um assimétrico com afloramentos de rocha, e aí eu perguntaria aos senhores, o topo de morro é o terço superior? Mas nós já não temos definido cientificamente o que é um morro, eu estou perguntando aonde seria o topo de morro? Poderíamos colocar naquela condição ou vamos deixar um pouco mais para cima ou então, quem sabe, mais em cima ainda?

O que é o topo, então, eu estou perguntando? É aonde eu quero... Nós vamos instituir topo de acordo com o quê? Nós não vamos respeitar potencialidades e fragilidades ambientais? [soa a campainha] Como é que nós podemos ficar com um topo com simetria, mas com dimensões pequenas e um muito espesso com solos mais espessos e bem amplos, onde tem potencialidade de uso?

Então, me parece que a questão de topo de morro fica totalmente desamparada com essas questões porque não considera cientificamente nem o declive, nem a espessura e nem a textura.

Então, eu gostaria de exemplificar para vocês esses potenciais de uso ou de fragilidade. Este é um tipo de morro no Brasil, que tem dezenas, senão centenas de quilômetros. É uma *cuesta*. Vejam que quem está aqui embaixo vai chamar isto aqui de morro [soa a campainha]. Mas quem está lá em cima não vai chamar de morro.

Então, por exemplo, no Paraná a primeira *cuesta*, eu gostaria de colocar aos senhores, o topo da primeira *cuesta* é constituído por solos rasos e arenosos. Eu, como pedólogo, acho mesmo que tem que ficar protegendo, não pode ser usado lá em cima.

Agora, a segunda *cuesta paranaense* que vai atingir até o Rio Grande do Sul, entra de São Paulo e vai ao Rio Grande, isto tem aqui para cima também, nós temos solos profundos e argilosos, com alto potencial agrícola. Isto é topo de morro também.

Então, eu gostaria de dar um exemplo para os senhores. O que é topo de morro para o Plenário, por favor? A quem está lá embaixo é topo, quem está lá em cima é plano, isto é uma *cuesta*, isto tem no Brasil aos montes. O que é topo de morro? Isto é simétrico, é assimétrico, qual é a dimensão disso? Estou falando disso, de dezenas de quilômetros, de centenas de quilômetros. Mas eu gostaria de ainda chamar mais atenção.

Eu também tenho pontos que tenho que defender topo de morro, porque eu respeito a questão da fragilidade ambiental, sob o ponto de vista científico, e não pelo que eu acho, do que eu vi ontem, é o que eu fiz na minha carreira. Então, por exemplo, nós temos um *hogback*, desculpem o termo, é um afloramento de rocha de mares, de bilhões de anos atrás que foram elevados pela formação dos continentes e são topos de morro extremamente aguçados e esse topo de morro é exatamente este que vocês vêem.

Eu tirei de uma outra altura, meu trabalho é frequentar esses lugares, beira de rio [soa a campainha] e topo de morro. Este é um topo de morro que não pode ser usado mesmo, porque ele é raso, é arenoso e ele é assimétrico. Tem afloramento de rocha. Então, nesse sentido o Código é perfeito.

Agora, eu queria mostrar isso para vocês também. Isto é importante. Nós temos uma *cuesta* aqui no caso, eu estou, por exemplo, me localizo aqui embaixo, a *cuesta* está lá em cima, com o relevo plano, aqui é uma recarga de aquíferos e isso acho que nós cientistas temos que estar preocupados, porque nós vamos depender da maneira irresponsável que nós estamos tratando a nossa água hoje, nós vamos depender de água de sub-superfície logo, já dependemos disso, dependemos da qualidade desta água e temos que lutar por esta água. Aqui é uma recarga de

aquíferos, tanto do ponto de vista livres, que são rios, mas também tem os aquíferos confinados. Aqui entra [interrupção de áudio] [soa a campainha]. Alô, oi... Falta dois *slides*. Por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Dois *slides*?

SR. GUSTAVO RIBAS CURCIO: Dois *slides* ou três.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Então peço, pedimos a maior abreviação possível.

SR. GUSTAVO RIBAS CURCIO: Estou sendo o mais rápido possível.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Está ótimo.

SR. GUSTAVO RIBAS CURCIO: Estou até sem... nem estou tomando água aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Obrigado.

SR. GUSTAVO RIBAS CURCIO: Então, este... Eu fiz esse desenho para os senhores terem uma noção. Essa ponta de *cuesta*, esse frente de *cuesta*, aqui entra água para o Aquífero Guarani, que é o segundo aquífero do mundo, e que hoje já tem coliforme fecal.

Aquilo lá deveria estar com floresta lá em cima, nós temos que ter floresta, hoje não tem, porque nós temos o boi gerente; nós não temos gerência sobre boi na grande maioria das vezes, nós temos boi gerente. Nós precisamos ter gerência sobre os sistemas produtivos e sistemas de preservação, mas em harmonia, de acordo com fragilidades ambientais e potencialidades.

Eu acho que a ciência nesse sentido é um papel, cumpre um papel excelente porque é o compromisso com ciência. E isto é o papel da EMBRAPA, isto é o papel das universidades, instituições de pesquisa, enfim, nós sentimos até muito gratos de estar na casa.

Agora eu queria chamar a atenção, é o último slide. Este é a frente, eu gostaria de chamar atenção para os senhores, eu fotografei de frente, agora vou fotografar atrás, é isto aqui. Atrás é este, aquele topo de morro é este aí ó.

Então, vejam, o que é topo de morro pela legislação hoje, pelo Código Florestal? Vamos respeitar a água? Vamos. Então vamos criar as APPs fluviais, são essas APPF. Mas ainda existem zonas de altíssimo declive, de solos rasos, suscetíveis a erosão, e que vão determinar fragilidade ambiental. Nós temos que usar isso? Não. Nós temos que preservar isto. Então, está lá, APPD, por declividade, sobra tudo isso de P para produção.

Essas zonas não são impactantes. A ciência tem manejo suficiente para colocar condições de sistemas

de produção coerentes e ainda chamo a atenção para os senhores: o que é topo, então, nesta foto? Aqui? "Não, vamos colocar um pouco mais para cima. Não, só vamos deixar lá em cima." Isto é terra argilosa de mais de um metro de profundidade, com alta saturação por bases [soa a campainha] ou seja, mínimo de adubação. Temos que pensar o que que é topo de morro e então, no Código Florestal, assim como temos que pensar sobre a largura dos rios, as tensões ecológicas estão nas encostas. Muitas vezes também no topo. Isto pode ser agraciado perfeitamente pela ciência hoje e auxiliar o Código.

Para terminar, na minha... No meu ponto de vista, compartimento de paisagem topo de morro é totalmente inadequado para constar numa lei. Por quê? Porque não confere com fragilidade ambiental sobre o ponto de vista geológico, geomorfológico e pedológico.

Muito obrigado.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Agradecemos Dr. Gustavo... Gustavo Curcio, pela brilhante exposição. E convidamos o próximo expositor.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senadora Kátia.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, eu gostaria de sugerir, se o senhor me permitir, a EMBRAPA é um órgão do Poder Público Federal, eu gostaria de ouvir o Ministério do Meio Ambiente, seguido, como também um membro, uma instituição do Poder Público Federal, para que a gente pudesse ouvir as suas impressões, se o senhor concordar.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu vou... Eu já anunciei aqui o próximo que é o Sr. Adalberto Veríssimo e em seguida...

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, o Dr. Adalberto Veríssimo é representante de uma ONG, AMAZON. Eu gostaria de insistir que nós pudéssemos, assim como ouvimos a EMBRAPA, do Poder Público, pudéssemos ouvir o Ministério do Meio Ambiente, por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): V.Exa. sugere que sejam todos os membros do Governo, depois...

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC) Pela ordem...

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senadora Marina.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Primeiro, há uma tradição na Casa que a gente faça uma intercalação, isso é uma tradição da Casa. Em segun-

do lugar, uma indagação que faço, é se os senhores pesquisadores, estão falando de suas pesquisas ou se estão institucionalmente representando a instituição EMBRAPA?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu acho que é impertinente, porque...

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Não, não é impertinente, porque a questão de ordem da Senadora Fátima... Da Senadora Kátia, diz que eles estão fazendo, representando a instituição. E ela propõe que também fale os representantes das demais instituições.

Se, porventura, o Dr. Miranda está falando como pesquisador e não em relação a representação da instituição EMBRAPA, e por isso que eu digo que deveria, ele mesmo pode, assentir com a cabeça ou não, para que tenha validade a questão de ordem--

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Porque, no meu entendimento, há uma tradição na Casa de que a gente faz uma intercalação, governo – sociedade, sociedade – governo.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Quanto a intercalação, V.Exa. tem razão, acho que é saudável que se siga a tradição. Todavia, basta se observar a exposição feita por cada um dos primeiros expositores, para se constatar que eles falaram enquanto técnicos, enquanto pesquisadores, enquanto cientistas.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Quanto a isso, não há dúvida que são técnicos da EMBRAPA, mas o que eu pergunto, foi suscitado, eu não faria a pergunta se não tivesse dito que eles estão representando a instituição EMBRAPA. A pergunta que eu faço: eles estão representando a instituição EMBRAPA? Os estudos apresentados pelo Dr. Miranda é uma posição da EMBRAPA?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): O que foi requerido...

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): O que foi requerido... Pela ordem.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, nós não estamos aqui com a menor intenção de desmerecer ou desclassificar os trabalhos dos pesquisadores da EMBRAPA. Eu não consigo entender que pesquisadores da EMBRAPA, que são financiados todos eles, merecidamente, com dinheiro público, ainda possa ter um questionamento se são posicionamentos da EMBRAPA ou não.

A ciência não é única, não é absoluta e não tem unanimidade, graças a Deus! Mas, nem por isso, os

dois pesquisadores deixam de estar aqui representando a EMBRAPA porque são financiados por ela através do dinheiro do contribuinte.

Eu gostaria, Sr. Presidente, neste momento que os dois pesquisadores, colocaram a questão da produção, eu gostaria de insistir na posição do Ministério do Meio Ambiente com relação a estas duas apresentações, como relatora principal, como autora do requerimento de Audiência Pública principal, autorizada nas onze comissões, gostaria de poder merecer essa prerrogativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senadora Kátia--

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Sr. Presidente, Sr. Presidente, acho que já que criou um certo desconforto de responder essa questão, eu não vou aqui constranger ninguém.

Eu fiz uma pergunta que eu considero muito normal, porque existe o momento que você fala, por exemplo, eu aqui estou falando como Senadora. Existirá um momento, se eu for delegada por essa Casa para falar pela Casa, eu estou representando a Casa. São coisas de natureza diferente, não significa em hipótese alguma qualquer desqualificação, com todo o respeito pelos senhores pesquisadores. É uma linguagem que existe na academia. Uma hora você fala representando a instituição, já como algo que está consensuado na instituição, outra hora é o pensamento do pesquisador, altamente normal, aonde se faz ciência.

Todavia não quero criar uma polêmica, não tenho nenhum problema de que possamos ouvir. Aqui tem a FUNAI que representa o Governo, me parece que o Dr. Tássio, que é consultor do Ministério do Meio Ambiente. Não é essa a intenção; aliás o Dr. Tássio já está se antecipando e seria muito bom que pudéssemos ouvir a sua apresentação.

Por favor, não vamos aqui distorcer o que está sendo dito, porque tenho todo o respeito pelos pesquisadores, como independentes que produzem sua ciência. Agora, uma coisa é quando eles falam do seu *locus* de pesquisador, outra coisa é pela instituição. A pergunta que fiz foi tão somente essa.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senadora Kátia, vou resolver a questão de ordem da seguinte forma: foi preparada uma ordem cronológica que V.Exa. tomou conhecimento e todos tomaram conhecimento, porque ficou disponível. Então, nós vamos seguir essa ordem. Então, nesse momento nós vamos chamar o próximo que é o representante... Já está lá. Então, pode ser. Então... Com a palavra o Sr. Tássio, Tássio Azevedo.

SR. TASSIO AZEVEDO: Bom, queria agradecer primeiro a oportunidade de participar desse debate, acho que é bastante importante.

E... Talvez, de início colocar aqui--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu só gostaria, por uma questão de ordem aqui, o seguinte: só vai subir à Tribuna aquele que for chamado, a partir de agora. Certo? Porque é uma irregularidade o orador que não foi chamado subir à Tribuna.

Mas como o senhor já está na Tribuna, já está com o consentimento do que estava inscrito, então, o senhor já vai fazer o seu posicionamento. Mas doravante nós não vamos tolerar.

SR. TASSIO AZEVEDO: Só peço desculpas, porque eu tinha entendido que era para eu vir para cá.

Eu queria de... Primeiro salientar, sim, a posição que a gente apresenta aqui ela tem um viés claro, ela é um viés de quem defende que a gente deva conservar a floresta, porque o Código Florestal é um instrumento de conservação da floresta, não é uma apresentação meramente técnica, ela tem, sim, um viés, e um viés bem definido.

O primeiro... Eu queria começar com uma figura que mostra as florestas no planeta. As florestas, elas equivalem a 4 bilhões de hectares, é 30% da superfície terrestre. Desse total de florestas que a gente tem 1/4, 25%, 1 bilhão de hectares são florestas tropicais.

Embora seja uma parcela menor do total de florestas que a gente tem, elas representam sozinhas mais de 50% do carbono terrestre, de toda a superfície terrestre, e também representa mais de 70% da biodiversidade que nós temos no planeta. Então tem uma importância absolutamente crucial essas áreas florestais.

Também é importante colocar em perspectiva de que florestas, as áreas florestais são a única fonte que nós temos que agrega a produção de material estrutural, de alimento, de remédios e de energia renovável, conjuntamente. Então, ela tem um papel absolutamente importante para a saúde do planeta.

Eu coloquei algumas fotos aqui que ontem eu capturei na internet, que são curiosas, porque a gente podia imaginar que fossem em algum lugar que a gente conheça aqui no Brasil. Essas fotos foram tiradas no final do Século XIX nos Estados Unidos, durante a ocupação do Oeste americano, quando se moveu do Oeste para o Leste.

Nesse processo aconteceu algo que é muito conhecido de nós, do que acontece hoje no Brasil, que aconteceu na Mata Atlântica e hoje acontece no caso da Amazônia, que é um processo absolutamente devastador com relação às florestas, a substituição

de florestas para outros usos alternativos do solo, ao mesmo tempo com um processo muito forte de apropriação de bens públicos, num processo que a gente chama aqui de grilagem.

Nessa época, se conhecia muito pouco sobre conservação, aliás, quase nada sobre conservação. Não existia movimento de conservação, não existiam ONGs, não existia nada disso. Mas, nessa época, lá nos Estados Unidos se tomou a decisão de definir o que chamavam reservas florestais.

Eles não sabiam para que essas reservas seriam utilizadas, eles não tinham certeza se estes eram os lugares ideais para fazer essas reservas, mas eles tomaram uma decisão estratégica de autorizar o Poder Executivo naquele momento, de definir áreas que deveriam servir de reserva para o futuro

E por uma razão muito simples que está expressa na lei que tinha apenas quatro artigos e que dizia que o processo de reservar só poderia acontecer naquele momento, porque depois que a floresta tivesse ido, era irreversível.

Então, muitas vezes a gente toma decisões e as decisões de conservação elas estão muito ligadas a esse processo de que a gente toma ela por precaução. Se nós esperássemos ter certeza da ciência não existiria a Convenção de Mudanças Climáticas. Ela foi aprovada em 92 quando o grau de certeza sobre aquilo que a gente estava falando era próximo de 20%.

Então, essas decisões são muito estratégicas. Durante um processo de aproximadamente 20 anos foi criado todas as áreas de floresta nos Estados Unidos, que existem hoje como florestas nativas. Não existe nenhum pedaço dos Estados Unidos onde você tenha florestas nativas que não tenham sido aquelas que foram reservadas há 100 anos atrás, naquela decisão que foi tomada, mesmo sem todo o conhecimento que importante.

Esse é o debate que nós estamos tendo hoje. A decisão de se criar um Código Florestal já na década de 30, e depois a evolução dele, durante todos os anos, se ela tivesse esperado a gente ter certeza sobre o conhecimento científico que poderia embasar cada uma dessas decisões, nós não estaríamos aqui conversando sobre a floresta, porque ela não existiria, ela não estaria lá.

Eu coloquei, dividi essa conversa em três pontos bem objetivos. O primeiro, para dialogar com a proposta que foi feita para esse debate, é discutir, fazer uma leitura, talvez um pouco diferente, sobre o trabalho tão importante que os nossos colegas da EMBRAPA, especialmente o trabalho que o Evaristo vem desenvolvendo, sobre o alcance da legislação ambiental e territorial. Segundo, encaixar um pouco isso no desafio

do desenvolvimento de uma economia de baixo carbono, que é o maior desafio da humanidade hoje. E, por fim, uma mensagem muito rápida, a diferença de você reformar um Código Florestal, fazer mais uma mudança nele ou a gente verdadeiramente encarar o debate de uma política florestal brasileira.

Duas perguntas, elas estão na origem desse estudo que está sendo elaborado pela EMBRAPA, embora, acho até interessante a colocação do Dr. Evaristo, de que esse é só um instrumental para a gente poder gerar cenários. Na verdade, quando você lê o material ele claramente tem um viés objetivo, é definir onde vai estar a área de não floresta, não a área de floresta. Então, são duas abordagens bem diferentes.

Então, eu coloquei essas duas perguntas: será que o alcance da legislação ambiental indígena prejudica a economia brasileira? Será que o alcance da legislação ambiental brasileira inviabiliza o crescimento da produção agrícola e pecuária?

Esse quadro resume um dos cenários propostos nesse estudo da EMBRAPA, que é o cenário que de fato trabalha com o que está dito no Código Florestal em relação às reservas legais, aplicando aquilo que está no Código Florestal. E ele propõe que cerca de 70,5% das áreas do Território Nacional, elas seriam áreas que teriam o seu potencial econômico restringido, digamos assim, para ser, talvez, mais leve.

Eu vejo... ao analisar um trabalho, que tem várias coisas muito interessantes, inclusive para formação de cenários. Eu vejo que tem dois problemas de abordagem que a gente, que é importante levar em consideração e que levam a resultados talvez distintos quando você lê os mesmos dados de outra forma.

O primeiro é a definição de área para ocupação econômica. O quê que é que tem uso econômico e o que não tem? E o segundo é como que a gente estima a reserva legal? Depende da forma como você observa, você tem dados distintos. Sobre a tipologia de destinação de áreas, e seus possíveis usos, a gente, basicamente nesse trabalho ele aponta cinco categorias que estão agrupadas como categorias que há restrição de uso.

A primeira delas são as unidades de conservação de proteção integral, que são aquelas unidades de conservação que você não pode fazer uso direto dos recursos naturais que ali estão. Mas ela também permite alguns usos sustentáveis, por exemplo, turismo, visitação e pesquisa. Só para citar um número, isso representa, no caso do sistema de parques nos Estados Unidos, que tem 1/3 das áreas florestais brasileiras, representa uma receita de aproximadamente 3 bilhões de dólares por ano e o uso intensivo, obviamente, como a agricultura, ele não é permitido nesse

tipo de área, isso é uma restrição realmente adequada de ser colocada.

As unidades de conservação de uso sustentável é permitido o manejo dos recursos naturais madeireiros e não madeireiros. E não é pouca coisa. Basta a gente lembrar que no caso da economia florestal brasileira, o ano passado o superávit comercial do setor florestal quando você desagrega, ali dentro do agronegócio brasileiro, ele representou 10 bilhões de dólares de superávit, frente a um superávit total do Brasil, de 24 bilhões de dólares, ou seja, quase que representou sozinho, o superávit feito pelo setor florestal, alguma coisa como 40% do superávit da balança comercial. Então, é uma atividade que tem uma importância econômica salutar.

E no caso do uso, de uso intensivo, é sim permitido em algumas situações. Por exemplo, nas áreas de APAS, que são as áreas de proteção ambiental, são unidades de conservação em que você pode ser atividade agrícola, atividade de uso intensivo. Vale lembrar que elas representam 4% do território, então é uma área relativamente significativa quando você faz esse tipo de contas, dá alguns Estados de Pernambuco, não Sergipe, mas Pernambuco.

Terra indígena é permitido tanto o uso sustentável quanto é permitido o uso intensivo, mas com regras específicas que são de acordo com o definido nas respectivas leis. Em reserva legal é permitido fazer o uso sustentável dessas áreas, não há nenhuma limitação para isso desde que se mantenha a cobertura florestal. E não é permitido uso intensivo, e nas áreas de preservação permanente, como muito bem explicado pelo Gustavo, essas atividades não são permitidas.

Muito bem, então, o que realmente terá restrição de uso econômico? Então, eu tentei colocar nesse gráfico, do mais escuro para o mais claro, aonde está a maior restrição seguindo para a menor restrição. Quando a gente tenta somar isso dividindo em três grupos, um grupo é aquilo que tem muita restrição, portanto, baixa atividade econômica, um outro grupo é aquele que permite o uso sustentável, portanto permite atividade econômica em escala acontecer nessas áreas, mas com cobertura florestal, e a terceira, com uso intensivo, o gente tem o seguinte quadro. Eu vou passar rapidinho aqui.

Então, nós temos que 22% apenas tem restrições severas de uso econômico, ou seja, só sobram atividades de baixíssimo impacto, em menor escala, como a questão do turismo, visitação e outras. Mas nós temos 78% que sim, permite uso econômico com alta intensidade, embora com suas regras específicas, como é o caso de manter o bioma florestal.

Muito bem, quando a gente olha isso pelos diferentes biomas, é mais importante, porque quando a gente olha pelos diferentes biomas, o que a gente vê aqui em vermelho é a proporção de área que não há limitação, ou seja, é aquelas áreas que pode ter uso intensivo, agricultura, etc., pelos critérios que foram apresentados no próprio trabalho.

Onde apresenta essas restrições maiores? Na Amazônia, mas isso é uma proporção, então é uma área relativamente grande, mas proporcionalmente a Amazônia é uma área relativamente pequena, a gente vê lá em cima e no Pantanal, aonde, na prática, no Pantanal, não há área que poderia ter uso intensivo para agricultura, de acordo com os critérios da legislação ambiental, e isso é correta a afirmação que é feita ao longo do trabalho.

O segundo ponto é uma... Aliás, a palavra está errada, é subestimação da reserva legal, aliás, uma superestimação da reserva legal. São... A gente tem na legislação vários mecanismos de flexibilização ou compensação, que estão disponíveis para que você possa compor a reserva legal. Entre eles está a redução através do zoneamento ecológico econômico, vale lembrar que na Amazônia onde isso se aplica principalmente, nós já temos o zoneamento ecológico econômico terminado, praticamente terminado em Mato Grosso, em Rondônia está terminado e aprovado, no Acre terminado e aprovado, no Amapá ele está quase pronto, em Rondônia... Em Roraima está quase pronto e no Amazonas está quase pronto, ou seja, quase todos os Estados já estão com seus... E o Pará que está fazendo em pedaços, também já está com várias áreas em andamento.

Quando termina o zoneamento, o zoneamento, em todos os casos, ele aponta as regiões, exatamente as regiões que já tem maior utilização do uso da terra, ele aponta a possibilidade de que, para fins de recuperação, essas áreas sejam mantidas como reserva legal em 50%.

Depois temos compensação de reserva legal em unidades de conservação, que é muito interessante, porque você compensa sua reserva legal em uma unidade de conservação, isso significa que você não aumenta a área, você desconta a área de floresta. Esse é um dispositivo novo, que veio com a aprovação da lei da Mata Atlântica, até então você tinha... Você podia compensar, mas deveria, ainda no futuro, recuperar a sua reserva legal. Muito bem, além da possibilidade da cota de reserva aqueles e outros instrumentos.

Quando a gente faz um cálculo com isso, aplicando, a gente faz alguns exercícios rápidos, a gente infelizmente não teve acesso e esperamos poder no futuro ter essa discussão mais aprofundada técnica-

mente com a equipe do Evaristo, nós estimamos que esse valor, ele provavelmente está super estimado, a reserva legal em 20%. [soa a campainha].

Então, se a gente faz um recálculo da reserva legal considerando essa super estimação, a gente aumenta, esse é um dado bem conservador, a área que estaria disponível para uso intensivo, chega a 30% do Território Nacional, a área para uso sustentável, 43% e se mantém os 22% de preservação permanente.

O que significa 35%? 35% significa 300 milhões de hectares; 300 milhões de hectares. Isso é muito? É pouco? É possível a gente expandir a nossa economia sem necessidade de que a gente perca cobertura florestal, que reduza os gases do efeito estufa? Aliás, com frases que a gente... O próprio Ministro Reinhold Stephanes, o Presidente Lula, sempre dizem, nós não precisamos mais abrir nada, não precisamos mais de novas áreas para expansão da nossa atividade agrícola.

Muito bem. A gente foi buscar um pouco o que significa 300 milhões de hectares. 300 milhões de hectares é a maior, é a quarta maior área de uso intensivo do planeta, só fica atrás dos Estados Unidos, da China e da Austrália [soa a campainha]. Mas, interessante, significa 1,5 hectares por habitante no caso brasileiro e, no caso americano, significa 1,3 hectares por habitante, números que permitem a gente comparar o que significa 300 milhões de hectares, é muito.

Nesse quadrinho de baixo, eu fiz questão de utilizar só números que eu pude acessar no site da EMBRAPA, para ter certeza que eu estou usando comparações adequadas.

Então, nós temos uma situação em que 76 milhões de áreas agrícolas hoje no Brasil, que está colocado aqui no canto. Segundo dados que a gente tem também em vários centros da EMBRAPA, eles apontam que nós últimos dez anos, a agricultura brasileira dobrou de produção, a quantidade produzida e aumentou a área só em 15%.

Então, eu peguei a mesma regra e apliquei ela para o futuro, mas para ser generoso, eu apliquei que seria de 20% a área de agricultura, próximo de 20%. Então nós saímos de 76 milhões de hectares, para daqui 10 anos, 90 milhões de hectares ocupados pela agricultura, dobrando a produção agrícola brasileira. Isso nos dizem, quem trabalha com pesquisa, que é plenamente possível com a capacidade que nós temos instalada no Brasil, inclusive com a própria EMBRAPA.

No caso da pecuária, o que dá conta os números apresentados [soa a campainha] é que você pode aumentar a lotação de pastagens, no Brasil hoje, em média, menos de uma cabeça por hectare, para cerca de 3,8, 3,5 a 4 cabeças por hectare. Então, eu fiz a

mesma coisa, multipliquei por dois, dobre a quantidade do nosso rebanho e realoquei eles em 100 milhões de hectares, ou seja, você pode fazer todo processo de dobrar a produção agrícola brasileira e até diminuir a área que a gente ocupa. E é até curioso, que a área que a gente... A diferença seria uma economia de 76 milhões de hectares, que é igual à área agrícola que a gente tem hoje no país.

Então, 300 milhões de hectares é absolutamente tranquilo, folgado, que a gente tem espaço para água, tem espaço para as áreas urbanas, temos espaço para as áreas estradas e temos espaço suficiente para uma agricultura

Ora, se isso tudo é verdade, precisamos considerar quanto a gente tem de floresta. Muito bem, o Brasil tem hoje uma cobertura florestal, quando você conta floresta, mais os ecossistemas associados, de mais de 500 milhões de hectares. Bom, eu disse que 500 milhões de hectares de um lado e disse que 300 milhões de hectares é aquilo que estaria disponível para que a gente pudesse ter o uso intensivo, quer dizer, não florestal, porque o resto deveria ser florestal. Logo, tem 50 milhões de hectares que já estão desmatados e que, na verdade, não deveriam estar desmatados, deveriam estar como floresta, sabendo que isso é suficiente como área, para a gente fazer uma boa gestão territorial no Brasil.

Então, o que me faz acreditar que hoje o que nós precisamos é um esforço enorme para recuperar 50 milhões de hectares, que não deveriam ter sido desmatados, não precisavam ser desmatados e que precisam ser retornados à sua função, como função florestal. E que existe, tranquilo, espaço suficiente para que a gente [interrupção no áudio] possa aumentar as áreas de unidade de conservação e de terras indígenas, sem que isso prejudique o montante de área que é necessário, que esteja disponível para que a gente tenha atividades intensivas.

Eu queria só dar um exemplo aqui, realmente as fotos são difíceis de ver, eu vou passar rapidamente, vou para os dois minutos finais.

A gente tem um desafio muito grande colocado a nossa frente que vai se materializar em Copenhagen, na discussão de clima e que essa Casa tem participado intensamente, tanto aqui quanto a Câmara, e é muito importante entender o que significa as decisões que nós tomamos sobre nossa floresta, sobre o que acontece com o clima do planeta e depois como o clima do planeta afetará a nossa floresta e afetará as nossas vidas.

Essa situação que nós temos hoje, a despeito de uma convenção de clima que foi assinada em 92, com objetivos definidos de reduzir as emissões, o que

tem acontecido é que as emissões estão aumentando no planeta. E essas emissões, hoje, já são maiores nos países em desenvolvimento, e aí eu incluo no Brasil, ainda não passamos nesse tema para outra janelinha, já são maiores do que emissão dos países desenvolvidos.

Em 2020 nossas emissões, dos países em desenvolvimento, representarão 80% das emissões globais. Não há maneira da gente pensar uma solução para o clima, sem que a gente tenha um forte compromisso dos países em desenvolvimento e do Brasil, especialmente, como líder nessa área para que a gente possa alterar essa curva.

Essa curva que eu estou apresentando para vocês, talvez o que há, hoje, de mais atual sobre que cenários estamos trabalhando na discussão que se aproxima em Copenhagen, o que vocês veem na linha preta é o aumento, é a curva das emissões [soa a campanha] previstas para... De emissões de gases do efeito-estufa equivalente em carbono, somando todas as emissões do plano em gigatons, e a curva em vermelho é aonde precisamos estar se quisermos estabilizar a temperatura em, o aumento de temperatura em até 2 graus, que é o que permite a gente pelo menos conseguir sobreviver.

Significa que nós temos um *gap*, uma diferença entre aquilo que está previsto acontecer com tudo que nós já estamos fazendo hoje, frente ao que precisaria estar sendo as nossas emissões, de 17 gigatons, é isso que temos que diminuir até 2020.

O que são 17 gigatons? É duas vezes e meia o total das emissões do Estados Unidos, que é o maior emissor. Equivale a 7 a 8 vezes as emissões totais brasileiras, esse é o desafio que o planeta tem pela frente.

Recentemente foi feito um estudo mostrando todas as alternativas que existem para redução das emissões, o quanto que elas podem reduzir e qual o custo dessa redução. A boa notícia é que é possível se utilizar todas as oportunidades que estão na mesa, todas elas, de eficiência energética, todas as oportunidades de transição tecnológica, todas as oportunidades relacionadas a mudança de uso do solo, nós somos capazes de chegar aos 17 gigatons, a um custo de até 60 euros por tonelada de carbono, mas é impossível, é impossível, atingir os 17 gigatons se nós não tratarmos o tema de floresta.

Nesses 17 gigatons, cinco gigatons é o que nós podemos fazer reduzindo as emissões de desmatamento e aumentando a recuperação das áreas florestais. Esse é o desafio da humanidade que está colocado para nós quando estamos discutindo esse tema, ele é muito mais amplo.

Por fim, [soa a campainha] e é o meu último, meus últimos dois Slides, eu acho que é muito importante essa perspectiva. A gente pode e a gente já fez isso, a gente sabe fazer isso. Nós podemos ter agricultura se adaptando às condições e limitações territoriais que serão impostas pelas condições ambientais globais a qual nós temos que atender. Agora, o clima e a regulação climática do planeta jamais poderá se adaptar com a perda de florestas e esse é o desafio que está colocado para nós.

Qualquer tentativa que nós fizermos nesse momento de enfraquecer os instrumentos que permitem a conservação e a restauração de florestas no Brasil nos fará andar na contramão da história, num ano absolutamente decisivo para tudo [soa a campainha].

Por fim, e esse é o meu último slide [soa a campainha], a gente tem claramente uma série de temas dentro do Código Florestal que mereceria uma revisão importante, dado o conhecimento técnico que nós agregamos. Acho que a apresentação do Gustavo, ela consolida uma série de informações que vem sendo trabalhadas por muita gente nos últimos anos e que tão brilhantemente você conseguiu consolidar apontando quais são os problemas técnicos.

Mas uma discussão como essa, ela só pode ser feita se nós começarmos a discussão com uma premissa: nós estamos discutindo o Código Florestal para aprimorar o instrumento de conservação das florestas brasileiras, nós não estamos discutindo o Código Florestal para que possa ser mais acessível para a gente ter não floresta. Isso seria um absurdo nessa etapa que nós estamos da história e dos desafios ambientais que a gente está vivendo.

Então, sim, a fazermos uma profunda reflexão e um trabalho assertivo nesse tema, mas para constituir uma política nacional [interrupção no áudio] [soa a campainha] assim como temos uma política nacional de águas, por exemplo.

É importante, queremos descentralizar a gestão? Ótimo, mas a gente tem que criar governança para isso, tem que criar os movimentos de controle social, será que temos que ter um conselho nacional de florestas, será que temos que ter conselhos estaduais que tenham as suas definições bem regulamentadas? Qual é o regramento? Quais são os instrumentos que vão estar disponíveis? Qual é a nossa meta de cobertura florestal de longo prazo? Esse é o debate que a gente tem que fazer sobre uma reforma do Código Florestal; não é repará-lo, é fazer uma verdadeira política florestal brasileira.

Obrigado.
[palmas].

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO):

Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senador Demóstenes Torres.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO):

Sr. Presidente, o Supremo Tribunal Federal está realizando aqui no Brasil o intercâmbio de magistrados do MERCOSUL, com objetivo de possibilitar que magistrados do MERCOSUL conheçam o funcionamento da estrutura da justiça brasileira, e aqui nós temos dois desses magistrados, a Dra. Dora Szafir Slotolow, juíza letrada de primeira instância na área cível de décimo segundo turno, que representa o Uruguai, juíza em Montevidéu, e o Dr. Juan Freddy Gonzales Gonzales, juiz de instrução da província de Vila Serrano na Bolívia.

Eu peço a V.Exa. e aos nossos pares que considerem visitas honrosas ao nosso parlamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Está deferido, nós damos os nossos votos de boas-vindas a Dra. Dora e ao Dr. Juan, em visita à nossa Casa. Esperamos que a participação nesta sessão seja útil, inclusive para formar um juízo de como que funciona o processo legislativo brasileiro. Muito obrigado pela sua presença.

Nós passamos a palavra agora ao Dr. Adalberto Veríssimo, também pesquisador sênior do Instituto do Homem do Meio Ambiente da Amazônia, IMAZON.

SR. ADALBERTO VERÍSSIMO: Obrigado, Sr. Presidente, eu vou ser breve, até porque o meu antecessor, o Dr. Tássio Azevedo, cobriu muito bem a matéria que eu ia abordar, eu vou reforçar alguns pontos.

Primeiro, no exercício, nos cenários feitos pelo Dr. Evaristo de Miranda que eu aliás eu gostaria de ressaltar, que é um material do qual a a gente pode se debruçar, e, obviamente, como o Dr. Evaristo mesmo colocou, gerar outros cenários, colegas do IPHAM, ontem, em conversa, geraram um cenário parecido com o do Tássio, que na verdade parte de um patamar mínimo de 36% do Brasil, que seriam áreas aptas para uso agropecuário intensivo, todos nós queremos uma agropecuária intensiva e de melhor uso.

Nós estamos falando provavelmente, novamente, de um número que eu gostaria de reforçar, que o Tássio reforçou, na ordem de 3 milhões de quilômetros quadrados, 300 a 310 milhões de hectares para ocupar e para viabilizar a nossa agropecuária, mas uma área extremamente generosa, do qual a gente acredita que a tecnologia que a EMBRAPA vem desenvolvendo pode tranquilamente abrigar nesse território.

Reforçaria também o ponto que o Tássio colocou na necessidade da gente recuperar 50 milhões

de hectares e áreas que estão degradadas, nas representações do Dr. Gustavo ele mostrou muito algumas áreas do vale do Paraíba, regiões também do Paraná, absolutamente detonadas, que precisam ser recuperadas, e o estoque restante de floresta que nós temos ser efetivamente conservada.

Há uma expectativa, portanto, de que qualquer discussão que a gente esteja fazendo no Código Florestal, a gente não pode permitir: 1) avançar sobre as áreas de floresta que existem no país; 2) garantir que haja mecanismos para que a gente possa recuperar áreas degradadas que não deveriam ter sido desmatadas.

Eu acho que o princípio de precaução tem sido fundamental no debate da questão da reserva legal.

No caso da Amazônia, eu gostaria de fazer alguns reparos um pouco mais profundos sobre o trabalho, eu acho que como o Tassio mencionou o Senador Flexa Ribeiro do meu Estado, o Estado do Pará aprovou, no governo anterior do Dr. Simão Jatene, um zoneamento que prevê 35% do Estado para a área de consolidação e 65% para a área de conservação.

E o Estado do Pará está realizando o zoneamento. Na região oeste foi delimitado 50% para fins de recomposição da reserva legal. Portanto, a equação de adequação, das preocupações levantadas pelo [ininteligível] estão se dando no âmbito, que eu acho que é o âmbito correto, do zoneamento ecológico-econômico. É lá, e não mexendo genericamente na lei, no Código Florestal que a gente vai resolver e equacionar a nossa conta.

Que eu acho que o Tassio novamente colocou muito bem, é a conta de garantir toda a área de floresta que nós temos, avançar mais 50 milhões de hectares e aí criando novas unidades de conservação, talvez não unidades muito grandes como já foram criadas, mas unidades de conservação em regiões muito críticas; quando a gente viu o próprio mapa apresentado pela EMBRAPA, a gente via a Amazônia bem protegida, mas os outros biomas, a Mata Atlântica, o Cerrado, os campos sulinos, absolutamente desprotegidos de áreas protegidas.

Então, eu acho fundamental e quero encerrar que há uma expectativa de que o Brasil seja a vanguarda na discussão de mudanças climáticas. O Brasil tem o ativo fundamental, que são as florestas, e a biodiversidade, e tem também uma agricultura que é exemplar no mundo e eu sou engenheiro agrônomo, acho que a agricultura brasileira, tem dizer, nós podemos fazer uma agricultura de qualidade, de ponta no país, sem avançar um centímetro sobre as florestas, inclusive recuperando áreas de florestas que foram desmatadas no passado, esse deve ser o nosso paradigma, esse

deve ser o espírito pelo qual a gente tem que abrir essa discussão e trazer a ciência, que tem também têm visões muito diferentes, não só as representadas aqui nessa mesa.

Então, eu acho que é o ponto de partida, mas a gente não pode dar um passo atrás, a gente não pode retroceder, nós temos que garantir o patrimônio florestal e assegurar um futuro para o país e para a humanidade, que tem no Brasil a grande potência ambiental e florestal do planeta.

Muito obrigado.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Nós anunciamos agora a intervenção da Dra. Samanta Pineda, advogada socioambiental.

SRA. SAMANTA PINEDA: Bom dia a todos. Eu, na verdade, até esperava ter ficado por último, por uma questão de que todos aqui que estão falando são técnicos e eu sou advogada.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): É por isso mesmo, para intercalar.

SRA. SAMANTA PINEDA: [risos] Então agradeço Sr. Presidente e agradeço a oportunidade de estar aqui.

Eu sou advogada, sou especialista em direito socioambiental pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, eu sou consultora da Frente Parlamentar Da Agropecuária para Assuntos Ambientais.

O que nós estamos discutindo muito lá na frente parlamentar é exatamente isso que os técnicos acabaram de colocar aqui: como fazer uma agricultura sustentável, como fazer uma agricultura que cuide do meio ambiente, mas fazê-la. Porque infelizmente hoje, com a legislação que nós temos, não conseguimos fazê-la. E isso não é um discurso vazio.

No Paraná, nós conseguimos reunir mais de 20 mil agricultores pedindo mudanças na legislação ambiental. Então, se é realmente o fim que nós queremos, é igual, veio aqui o Tassio que muito bem colocou, nós precisamos proteger, como que nós vamos fazer isso? É para ter floresta, então, vamos colocar as florestas aonde elas devem estar, a nossa legislação hoje, ela não contempla absolutamente nenhuma peculiaridade, simplesmente APP tem que ser de 30 metros para determinar o tamanho de rio.

Foi demonstrado aqui pelos técnicos se são, estão falando pela EMBRAPA ou se estão falando por eles eu não questiono, porque eu acho que são extremamente competentes, conhecedores do que vem colocar, eles vem dizer que isso não é critério plausível, não é critério efetivo para se proteger meio ambiente; como é que eu vou colocar num país de 8 milhões de hectares, de 8 milhões de quilômetros quadrados um

critério de proteção de beira de rio igualzinho lá para o Sul e lá para o Norte?

Quer dizer, a legislação ambiental foi boa, realmente, ela foi um avanço, nós temos uma Constituição que trouxe a legislação ambiental para a discussão constitucional, tem um capítulo dedicado ao meio ambiente, isso, sem dúvida, é um avanço.

Agora, nós não podemos continuar com a resistência que existe de alguns ambientalistas em mudar a legislação ambiental. É preciso que ela avance, isso não quer dizer que a gente vai avançar sobre a mata como alguns querem falar. Isso quer dizer que nós vamos fazer a proteção com base em fundamentos técnicos e científicos, vamos discutir de fato uma política ambiental para o país.

A lei de política ambiental brasileira que é de 1981, infelizmente está ultrapassada, ela precisa ser rediscutida. Então, a proposta da Frente Parlamentar Agropecuária que em conjunto com as entidades, com a CNA e com todos os setores que queiram vir para a discussão, e convidamos aí os ambientalistas para discutir conosco, a nossa proposta é fazer um código ambiental brasileiro, e não só a mudança do Código Florestal.

Vamos mexer nos paradigmas, nós somos bons nisso, porque a gente tem como dogma APP e reserva legal? Isso é criação de lei, isso não é criação técnica, a gente pode rediscutir esses institutos, criando proteção de áreas frágeis, aí nós vamos considerar o solo, nós vamos considerar qual é o bem que está sendo protegido e qual é a ferramenta adequada para proteger esse bem, com base em fundamentação técnica e científica.

Nós temos universidades, instituições de ensino superior, instituições de pesquisa no país que não são ouvidas na hora de se fazer a legislação e a gente comete pecados como esse. APP hoje, se fala mexer em conceitos de APP é uma heresia, mas isso foi criado por lei e lei não muda fragilidade de solo, não muda declividade, proteger topo de morro, estamos protegendo uma coisa que não existe definição técnica.

Ou seja, a Lei de fato estava inadequada. A lei precisa ser revista e ela precisa partir de uma mudança profunda.

Infelizmente, hoje, o agricultor precisa de uma, um remédio muito rápido, porque o conceito de reserva legal que foi aí sedimentado durante todos esses anos, ele está para acontecer no momento agora em dezembro, que esse Decreto 6.514 que depois foi modificado pelo 6.686, vem exigir do agricultor, do produtor rural, que averbe a sua reserva legal até dezembro desse ano.

Agora, cá entre nós, com tudo que ouvimos aqui, é de fato efetivo para a proteção ambiental que cada propriedade tenha um fragmento isolado de floresta? A gente tem que ter coragem de questionar e dizer: "Não, reserva legal é um instituto ultrapassado"; nós partimos de uma incerteza técnica e nós estamos agora avançando nos estudos ambientais e podemos dizer que esses institutos que nós criamos e que hoje são a base da defesa ambiental precisam ser modificados.

Então, vamos esquecer reserva legal e propriedade e comunidade de planejamento da nossa política ambiental e vamos falar em bioma, vamos falar em bacia, a política de recursos hídricos, nacional de recursos hídricos está muito avançada, a gente pode fazer uma política nacional de florestas, mas uma política nacional de meio ambiente que atenda a história do país.

Tudo aquilo que foi mostrado aqui pelo professor Evaristo que existe de café em Minas Gerais, de vinho no Rio Grande do Sul, de arroz, não dá para ignorar. É impossível a gente querer fazer uma política ambiental com base em ideologia nós precisamos nos basear em técnica para que essa política funcione.

Então, a proposta da Frente Parlamentar hoje é trazer um projeto de código ambiental brasileiro que comece definindo uma política ambiental brasileira séria, com objetivos claros, calcada na ciência e na sustentabilidade, ou seja, vamos falar de meio ambiente, vamos falar de sociedade, vamos falar de economia, juntos não dá para dissociar, porque onde tem fome não há preservação; o sujeito que tem um filho com fome em casa não pensa duas vezes em derrubar uma árvore e a gente precisa dar para ele uma situação de sustentabilidade.

O Dr. Tassio citou aqui os parques dos Estados Unidos, concordo plenamente, realmente eles geram muita receita, mas a infraestrutura que é permitida se colocar dentro desses parques nos Estados Unidos, não é aqui no Brasil, nós não conseguimos fazer nada dentro das unidades de conservação para dar a elas uma sustentabilidade econômica, nem que seja turismo ecológico. Eu não consigo abrir uma trilha num parque hoje, mesmo que tenha sido só decretado e não tenha havido a regularização fundiária, como aconteceu só em 10% das unidades de conservação criadas, federais, criadas até hoje.

Então, é preciso repensar. A proposta é definir a política ambiental, definir os seus objetivos, as suas diretrizes, definir quais são os bens que nós pretendemos proteger ambientalmente, e aí nós incluímos a sociedade humana como o primeiro bem, com água, com solo, com biodiversidade, mas a sociedade como organização e como parte da natureza.

Quais são as ferramentas que nós precisamos para proteger esses bens? Nós precisamos ter uma idéia de remuneração por serviço ambiental, porque enquanto a floresta derrubada valer mais que a floresta em pé, vão derrubar; nós vivemos num país capitalista. Precisamos rever os nossos conceitos de consumo, precisamos rever a nossa forma de sobrevivência, mas precisamos encarar a realidade e não ser utópicos de acreditar que nós vamos preservar o meio ambiente por bom samaritanos que somos.

Remuneração por serviços ambientais, um licenciamento ambiental justo, adequado, empreendimentos internacionais que vem se instalar no Brasil não conseguem, em muito que vem aqui, tentar os licenciamentos ambientais, acabam desistindo de instalar os empreendimentos, porque a burocracia é muita.

Então, a lei está, de fato, inadequada. E essa proposta que a frente parlamentar quer discutir, vem aqui convidar os ambientalistas para compor conosco e para de fato fazer uma política ambiental que baseada na lei que foi feita com fundamento científico, consiga conciliar produção e conservação ambiental.

Era isso, obrigada, Presidente.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Nós é que agradecemos já que foi concisa e objetiva.

O próximo é o senhor Carlos Alberto Ricardo, coordenador do programa Rio Negro do Instituto Socioambiental, ISA.

SR. CARLOS ALBERTO RICARDO: Bom dia, agradeço ao convite Sr. Presidente e eu começo dizendo que não vou fazer a apresentação que havia planejado inicialmente, vou apenas mostrar aos os senhores o estudo que o ISA acaba de publicar junto com uma rede de instituições públicas de pesquisa e organizações da sociedade civil dos nove países da Amazônia, é um estudo sobre áreas protegidas e territórios indígenas em toda a bacia amazônica e eu entrego simbolicamente ao Presidente da sessão uma cópia e, na próxima semana, o ISA estará encaminhando aos gabinetes de todos os senadores uma cópia desse estudo. Eu vou recuperar apenas um aspecto dele para os objetivos desse debate.

Primeiro, eu queria dizer que de acordo com a inspiração geral das pessoas que falaram hoje aqui nessa mesa, eu acho que a nossa pergunta fundamental não deveria ser especificamente a pergunta que, pelo que eu entendi, originou o estudo da EMBRAPA aqui apresentado, que foi de perguntar que áreas estão disponíveis para a expansão da agricultura.

Eu acho que a questão de fundo é a questão de um projeto para o Brasil e eu não vejo nenhuma possi-

bilidade da gente responder essa questão sem passar por uma discussão séria sobre um projeto para o Brasil, do qual nós estamos absolutamente carentes. Eu me lembro, como geração, que a última vez que essa sociedade se empenhou numa discussão fecunda e efetiva sobre o Brasil com resultados práticos a nível legal foi durante a elaboração da Constituição de 1988, e de lá para cá há uma brutal fragmentação da conversa política sem que a gente consiga uma urdidura consistente e representativa para discutir um projeto para o Brasil de desenvolvimento sustentável.

Não há parâmetros para equacionar as divergências de interesse entre as partes e não é possível pensar apenas no setor da agricultura, da agropecuária e de nenhum setor que não esteja disposto a compartilhar uma discussão estratégica, eu acho que essa Casa tem como missão abrir espaço para isso, e eu sugiro que esse seminário se estenda com um âmbito um pouco maior, para o que Brasil não navegue na contramão da história e execute a sua missão e assuma suas responsabilidades sociais diferenciais no panorama da América do Sul e do planeta.

E se a pergunta de fato é essa mais ampla, eu lembro que o Brasil está patinando nessa, nessa como em outras discussões estratégicas. O Brasil é grande, mas o mundo é pequeno, a terra não vai nada bem nesse começo de século e há hoje uma insustentabilidade aguda dos padrões globais de produção e distribuição, o consumo de energia necessária à vida humana, ameaçada pela mudanças climáticas.

O Brasil é dos poucos países que ainda tem viabilidade do ponto de vista da sua base de recursos e ostenta uma população extremamente diversa com mais de 220 povos indígenas, várias categorias sociais, diversificadas culturalmente e um amplo mosaico de paisagens únicas e com grande expressão florestal.

Mas o Brasil insiste em serrar o galho em que estamos sentados, protelando decisões estratégicas que direcionem o país no rumo do desenvolvimento sustentável e da responsabilidade socioambiental. Não existe uma dimensão ambiental do crescimento econômico, do desenvolvimento social, do progresso em geral. Ambiente é o nome da coisa toda, do problema inteiro e portanto o Brasil deveria encarar isso como um projeto de país e de nação.

Eu queria, sendo bastante breve, então, mencionar, acrescentar a esse debate algumas informações. Primeiro, que eu acho que também é impossível tratar dessas questões nesse momento da vida do país sem correlacioná-las com o Processo Eleitoral das eleições majoritárias, que já está na rua e que torna o ambiente bastante complexo para que essa discussão seja travada com tranquilidade e com resultado político.

Sobre isso, eu quero registrar a publicação, hoje, pela Folha de São Paulo, de uma pesquisa encomendada pela organização da sociedade civil chamada Amigos da Terra, que mostra que a população brasileira está atenta e a quase totalidade da população brasileira está em favor de uma política de desmatamento zero e aponta que os brasileiros são quase unânimes em querer parar o desmatamento, mesmo que isso signifique abrir mão de mais produção agropecuária e ainda pretende punir no voto os políticos que se destaquem por defendê-lo.

Eu não vou ler essa matéria, a matéria é uma matéria grande, quero incorporá-la ao repertório desse debate.

Finalmente, eu queria terminar dizendo que o Brasil, nós devastamos mais da metade do nosso país acreditando que era preciso deixar a natureza para entrar na história; pois eis que agora que esta, com a sua costumeira predileção pela ironia, exige-nos como passaporte justamente a natureza. O Brasil tem um papel diferenciado no plano internacional, está patinando, corre o risco de navegar na contramão da história e não é possível debater isso sem recordar e fazer um certo paralelo com a arrastada polêmica sobre a abolição da escravidão no Brasil, durante o Século XIX.

A abolição da escravidão foi um processo prolongado, o tráfico e o negócio da escravidão era extremamente lucrativo, mas foi proibido por questões também morais, o Brasil foi recordista na importação de escravos e foi o último país das Américas a abolir a escravidão. Só em 1888; o Haiti aboliu a escravidão em 1804.

Eu queria lembrar que o Relatório Stern, que trata das mudanças climáticas e dos efeitos sobre a economia foi publicado em 2006; eu espero que o Brasil não perca tanto tempo como no caso da escravidão, para ficar na contramão da história, sugiro que a gente “pense no Haiti, reze pelo Haiti, o Haiti é aqui, o Haiti não é aqui”. Obrigado.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Agradecemos a agilidade do Sr. Carlos Alberto, nós passamos agora ao próximo expositor, que é o Excelentíssimo Sr. Ministro Herman Benjamin, do Superior Tribunal de Justiça.

SR. MINISTRO ANTÔNIO HERMAN BENJAMIN: Presidente, eu queria agradecer o convite que me foi feito e o faço nas pessoas da eminente Senadora Marina Silva e Kátia Abreu, que organizaram esta importante reunião de hoje.

Eu fiquei em dúvida qual seria o sentido da minha presença hoje aqui, Senador Mercadante, o que os Srs. e Sras. senadores esperariam hoje de um juiz,

que tipo de relatório e contribuição eu poderia fazer na data hoje.

E acredito que as observações que as Sras. Senadoras e Senadores esperam, não são tanto em relação a jurisprudência do direito brasileiro, que isso está nos repertórios e que todos esses acórdãos estão, Senador Valter Pereira, disponíveis na Internet.

Imagino que seria muito mais algumas observações a título geral, no sentido de contribuir para esse debate que vem há bastante tempo desde a época do Presidente Fernando Henrique Cardoso, em que era Ministro o Deputado, hoje Deputado, Sarney Filho.

E é nesse sentido que eu gostaria de expor e me explique aqui, por favor, como eu passo as transparências.

Eu queria começar com um olhar de fora e de alguém hoje que está há quase três anos, Senador Tassio Jereissati, um olhar de fora sobre esse processo legislativo, como que nós, especialmente o juiz, que estão aplicando a Medida Provisória e o Código Florestal veem o processo como está posto hoje, especialmente eu, porque eu e não tenho a legitimidade para falar em nome de todos o judiciário brasileiro.

A primeira pergunta é se nós temos efetivamente um debate. Porque para o juiz é muito fácil, Senador Agripino, há um litígio, uma parte traz os seus especialistas, os seus peritos, a outra parte trás os especialistas e o juiz nomeia um perito da sua confiança, e aqui nesse debate nesses anos todos, a dificuldade é separar realmente o que é conhecimento científico, o que é conhecimento científico produzido, da maneira espontânea nos laboratórios e aquilo que às vezes é “conhecimento científico”, entre aspas, mas é encomendado por pesquisas, por consultorias, de toda a natureza.

O segundo aspecto que eu gostaria de ressaltar é que aqui nesses anos todos e eu fui parte desse processo, nesses anos todos nós temos nos concentrados nas nossas divergências e esquecendo as enormes convergências que há entre o setor rural brasileiro, e vejo vários representantes das federações estaduais aqui, e aqueles que estão lá para defender as terras, como se também os ruralistas não defendessem suas florestas, a qualidade das águas, as suas matas ciliares.

E essa confusão toda faz com que imaginemos que o conflito que está posto aqui é em relação a totalidade do Código Florestal quando, a meu juízo, não é.

Por exemplo, a própria Senadora Kátia Abreu, que hoje além de ter enorme liderança nessa casa preside a Confederação Nacional da Agricultura, já

disse por inúmeras vezes, a mim pessoalmente, que desmatamento não.

Então a divergência não é em relação às partes do Código Florestal que proíbem e coíbem, limitam, restringem, organizam o desmatamento, mas em outro setor, no que tange ao passivo que está aí posto, e que, portanto, vamos localizar muito bem essas divergências.

Um outro aspecto é que o Código Florestal tem sido utilizado, nesta Casa, mas na Câmara dos Deputados e também nos debates no âmbito do Executivo e por vezes até no Judiciário, como desaguadouro para todo tipo de reivindicação de vários setores e não apenas do agronegócio brasileiro.

No tema das áreas de preservação permanente, por exemplo, quem construiu mansões ilegalmente, Senador Mercadante, no nosso Estado, no meu Estado por adoração, eu sou paraibano por nascimento, tenho essa graça de ter uma dupla filiação. Em Campos do Jordão, nas ribanceiras e nos penhascos de Campos do Jordão, estes estão buscando alterar o Código Florestal para legalizar as mansões que estão lá construídas.

É isso que queremos debater aqui? Diante da bancada dos brasileiros que representam o setor rural? Reduzir as áreas de preservação permanente para legalizar empreendimentos imobiliários? Então, vejam que acaba sendo o debate, aspas, “contaminado” por temas que não estão relacionados com agronegócio no nosso país.

Terceiro, há muita desconfiança sobre os dados científicos produzidos. E eu digo, para o Juiz é fácil; quando eu era do Ministério Público de São Paulo, houve um estudo coordenado pelo professor Evaristo no que tange às queimadas da palha da cana. Os representantes de São Paulo sabem que esse é um grande problema que está sendo resolvido no nosso Estado.

Muito bem, esse estudo científico do professor Evaristo dizia, comparando números e vejam como números não mentem, mas a interpretação pode levar muitas vezes a equívocos. Comparando a mortalidade e os dados de saúde pública de várias cidades do Estado, chegou a conclusão que o ar de Ribeirão Preto na época da queimada, das grandes queimadas da palha da cana era melhor do que na instância climática de Atibaia.

E este relatório foi utilizado em todas as ações civis públicas pelos usineiros, até que caiu no descrédito e levou os usineiros de bom senso a propor simplesmente a extinção ou acabar com as queimadas. Então, é importante que nós resgatemos a credibilidade e sempre ter em mente quando alguém faz uma pes-

quisa, porque foi contratado – não é o caso aqui, não estou dizendo que é o caso – quando fala em nome da instituição ou quando fala em nome próprio, ou quando fala em nome de uma entidade, como essa ECOFORÇA, que coordenou esse estudo lá em São Paulo, que causou grandes estragos na saúde dos paulistas de várias cidades... De São Paulo.

E, finalmente, não vamos esquecer dos implementadores. A lei, ela precisa ser clara, ela não pode criar dificuldades para nós juízes, ela não pode criar dificuldades para os implementadores. E aqui eu acompanhei com muito gosto a apresentação do técnico da EMBRAPA Floresta sobre APPs, em que fala de profundidade, fala de textura; agora imaginem um Juiz, em cada uma das áreas de preservação permanente exigindo uma perícia para calcular a profundidade e a textura.

Uma das técnicas utilizadas pelo parlamento, isso é feito todos os dias aqui, são os cortes temáticos, que permitem que a legislação seja promulgada e aplicar, querem um exemplo, só para lembrar? O corte temático dos 18 anos para a maioria penal. “Por que 18 anos?” Porque alguém que matou a sangue frio, às vésperas do seu aniversário, torturou, barbarizou 10 pessoas, uma família inteira uma chacina e não vai para a cadeia? Não vai para a cadeia, porque o parlamento chegou a conclusão de que não haveria a hipótese, possibilidade de tecnicamente examinar cada circunstância individual, porque isso inviabilizaria a implementação da lei.

Então, o Código Florestal não está inovando quando diz o que piso das áreas de preservação permanente é X. Pode estar errado? Pode e se o parlamento mudar nós juízes cumprimos, mas não vamos dizer que a técnica do Código Florestal inova em relação ao ordenamento jurídico brasileiro.

Imaginem esse mesmo argumento no campo da reforma agrária. No Judiciário, todos os dias nós aplicamos e indenizamos, porque a Constituição assim determina e garante ao proprietário rural que é desapropriado pelo INCRA, não é com base na qualidade específica da sua terra.

Algum proprietário rural gostaria de fazer e produzir essas perícias, “A minha terra só tem pedra”. É pela média geral e isso é técnica legislativa e técnica também do Judiciário.

Para terminar, o norte que me parece que é possível e eu vejo nessa Casa, no Senado a força e a vontade política de resolver esse impasse que inclusive nós juízes acabamos envolvidos indiretamente [soa a campanha].

Se me permite dois minutos, Senador Presidente.

Primeiro a purificação temática. Vamos deixar nesse debate aquilo que é efetivamente o que importa e está já agenda do agronegócio brasileiro, só isso, as outras questões serão tratadas nas leis específicas.

Por exemplo, na Câmara dos Deputados há um projeto de lei do parcelamento do solo urbano, já aprovada numa Comissão Especial em vias de vir para esta casa, que cuida das APPs e de outros temas ambientais no que tange a área urbanística, porque contaminar esse debate hoje no Código Florestal com esta matéria.

Separar o passado do futuro. Repito as palavras *ipsis litteris* da Senadora Kátia Abreu: não se trata de desmatamento, o tema não é novo desmatamento, isso precisa ficar muito bem claro, porque já aproxima as partes.

Terceiro, um tratamento diferenciado para os pequenos. É do direito que a isonomia olha para quem é grande, para quem é médio e para quem é pequeno. Eu não posso exigir de um proprietário rural que tem 50 hectares o mesmo tratamento daquele que tem 100 mil hectares, que tem acesso fácil aos financiamentos bancários e assistência técnica necessária para regularizar a sua propriedade.

Mas também um tratamento diferenciado para as cooperativas. Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e outros Estados tem um sistema forte, vibrante de pequenos proprietários que estão organizados em cooperativa. Essas cooperativas são baseadas na solidariedade, vamos aproveitar essa solidariedade em benefício do meio ambiente para buscar regularizar os problemas ambientais que lá estejam [soa a campanha].

E, finalmente, buscar um tratamento casuístico não, no sentido de arbitrário, mas tópico, claro também, para que a chamadas, que eu denomino, não é linguagem técnica, perdão os colegas da EMBRAPA, denomino de culturas topográficas; culturas topográficas, a meu juízo e eu usei isso num acórdão, culturas topográficas são aquelas que dependem necessariamente de certas características topográficas do terreno, altitude, inclinação. Agora não dá para sair com um instrumental medindo a profundidade, porque isso inviabiliza a aplicação da própria lei.

E a última palavra reduzir os custos da legalização. Há muito proprietário rural, eu já estive em vários Estados da Amazônia, estive na minha Paraíba várias vezes no Rio Grande do Norte do Senador Agripino Maia, em todo o país eu viajo e há muitos proprietários que querem se regularizar, mas não tem condições de assumir os custos cartorários, os custos técnicos para esta regularização e acho que é papel do legislativo, e

do judiciário quando for possível viabilizar esta regularização da forma mais fácil possível.

Muito obrigado.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Nós agradecemos ao eminente Ministro Hermann pela objetividade de sua exposição.

O último expositor é senhor Márcio Meira, Presidente da Fundação Nacional do Índio, FUNAI. Enquanto ele assume a tribuna, eu gostaria de registrar aqui as escusas do Senador Flávio Arns, Presidente da Comissão de Educação que tem uma audiência neste órgão técnico e por isso teve que ausentar-se, mas ele já requisitou todo o material produzido aqui com as exposições, com as transparências para que aqueles que compõem a sua Comissão também possam acompanhar a evolução desse trabalho que nós estamos produzindo hoje. Com a palavra... Sr. Márcio Meira.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO):

Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senador Demóstenes Torres.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO):

Apenas para dizer que vamos tomar o mesmo procedimento do Senador Flávio Arns. Ou seja, a Comissão de Constituição e Justiça, a partir da última exposição, volta para a pauta de hoje liberando, claro os membros que desejam ficar aqui até o final, ao final nós pegaremos todo o material que foi produzido, distribuiremos a todos os senadores que compõe a Comissão de Constituição e Justiça e a partir do meio dia, então, peço a V.Exa. que não considere mais formalmente para que a participação da Comissão de Constituição e Justiça para que nós possamos abrir regularmente a nossa sessão.

E deixando claro aos senhores senadores que vou votar as matérias consensuais não polêmicas; se houver o quórum adequado nós podemos partir para aquelas discussões mais polêmicas, caso contrário votaremos as matérias de consenso entre governo e oposição.

Aproveito apenas para deixar uma exortação, uma provocação ao debate que deve se estender, quanto às competências, eu subscrevo aqui praticamente tudo que disse o Ministro Hermann Benjamin, a quem conheço há muito tempo, um lutador pela causa ambiental e há muitas discussões, naturalmente, lado a lado, que nós temos que considerar.

Acho que é inevitável a atualização do Código, sem sombra de dúvida, mas a questão da competência, hoje nós temos superposição de competência,

especialmente para licenciamento ambiental, o que acaba gerando um atrito, falso, na minha opinião, entre produtores e ambientalistas, porque todos têm que ser ambientalistas e todos tem que ser a favor do progresso do país.

Então, como é que nós vamos conciliar isso? A medida que nós estabelecermos, convenientemente, qual é a competência dos municípios, qual é a competência dos estados e qual é a competência da União.

Se continuarmos com essa sobreposição, ou essa superposição de competência, certamente não vamos contribuir muito para que o debate possa avançar.

Com essa consideração, Sr. Presidente, peço desculpas por ter feito agora ainda durante os debates, mas peço a V.Exa., assistirei o último expositor, para que considere a partir do final da exposição que a CCJ não mais participa formalmente, para que nós possamos abrir a nossa reunião a partir de então.

Muito obrigado a V.Exa..

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): A Mesa compreende as razões arquivadas por V.Exa. e levará na devida consideração, da mesma forma que o fez em relação ao Presidente da Comissão de Educação.

Com a palavra o Sr. Márcio Meira.

SR. MÁRCIO MEIRA: Obrigado Senador Valter Pereira, queria agradecer o convite feito à FUNAI, para participar deste debate aqui no Senado, parabenizando as Senadoras Kátia Abreu e a Senadora Marina Silva por essa iniciativa, que considero muito importante e que acho que deve ser continuada, inclusive, e ampliada, com convite a outras instituições científicas, técnicos, que possam contribuir para esse debate que é crucial, não só para a questão da agricultura, do desenvolvimento da agricultura, da pecuária, no Brasil, mas crucial para o Brasil como um todo, em termos da sua sociedade, da sua necessidade de desenvolvimento.

Eu aqui vou me ater explicitamente a contribuição que tem as terras indígenas nesse debate e vou aqui ser bem breve, na medida em que eu... Parte do que eu ia expor já considero parcialmente realizado pela apresentação do Tássio quando fez aquela apresentação geral sobre a configuração do mapa de áreas protegidas no Brasil e vou me ater aqui explicitamente às terras indígenas.

No caso das terras indígenas a legislação brasileira, ela é muito clara e específica, destacando as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, do mercado imobiliário ou do mercado de terras do Brasil. As terras indígenas são aquelas que são de usufruto exclusivo dos povos indígenas, são de propriedade da União e

constituem um direito originário, ou seja, um direito anterior ao direito.

Portanto, quando o estado brasileiro identifica uma terra indígena, ele apenas reconhece que aquela terra é tradicionalmente ocupada pelos índios, conforme os seus usos, costumes e tradições, conforme estabelecido no art. 231 e no art. 232 da Constituição Federal.

Hoje as terras indígenas brasileiras constituem aproximadamente 13% do território nacional, elas estão ali contidas naquela... Na apresentação do técnico da EMBRAPA e também na apresentação do Tássio, dentro daquelas áreas protegidas e elas têm esse estatuto particular que não são apenas terras de proteção ambiental, elas são, sobretudo, terras de direito originário dos povos indígenas, portanto, de proteção também do patrimônio cultural brasileiro constituído principalmente pelos 225 povos indígenas que vivem no Brasil, que são de enorme diversidade cultural e étnica.

E o Brasil é um dos países que tem a maior ou uma das maiores diversidades linguísticas e étnicas do planeta e que tem na sua ordem constitucional a obrigação de proteger, promover esses povos, essas culturas e as suas terras tradicionalmente ocupadas.

Então, nesse sentido, o que nós observamos nos últimos anos, nas décadas, inclusive, desse período republicano brasileiro, principalmente, é que as terras indígenas reconhecidas pelo Estado brasileiro, que sempre tiveram como foco principal a proteção dos povos indígenas e continuam tendo esse foco, elas também, sobretudo nos últimos anos, com o avanço do processo de desmatamento ocorrido na Região Amazônica, principalmente no bioma amazônico.

E também com os fenômenos climáticos que estão ocorrendo cada vez mais no planeta, as terras indígenas brasileiras tem se constituído um enorme contributo do país, do Brasil, e esse contributo nós devemos principalmente aos próprios povos indígenas, de proteção de partes extremamente importantes do bioma amazônico e também de outros biomas e no caso, sobretudo do bioma amazônico, de partes da Amazônia extremamente singulares do ponto de vista da biodiversidade e dos recursos florestais.

Portanto, há aí nesses, aproximadamente, como eu disse, 13% do território nacional, uma contribuição imensa do Brasil, e uma contribuição imensa dos povos indígenas do Brasil, e aqui eu aproveito para cumprimentar os caciques xavantes que estão presentes no Senado hoje, assistindo a nossa sessão, lá do Mato Grosso, Cacique Aniceto, que está ali participando deste debate, como testemunha a proteção que tem também outros biomas, como por exemplo, o Cerrado, como por exemplo o Pantanal, como por exemplo a Mata Atlântica e que muitas pequenas áreas de Mata

Atlântica no Brasil foram protegidas e estão protegidas por conta da presença, por exemplo dos Guarani ou de outros povos indígenas dessa região.

Portanto, do nosso ponto de vista, do ponto de vista do Estado brasileiro, do órgão indigenista brasileiro que é responsável pela proteção dos povos indígenas e das suas terras, que são de propriedade da União e inclusive com o aval agora mais fortalecido ainda nesse... Nessa compreensão e nessa função política que tem a Fundação Nacional do Índio, pela decisão recentemente tomada pelo Supremo Tribunal Federal em relação a correção da demarcação da terra indígena Raposa Serra do Sol, no Estado de Roraima, nós temos a convicção que as terras indígenas tem uma contribuição realmente muito importante, significativa para essa parte do território nacional que é destacada, no bom sentido, para a proteção.

Mas eu queria, antes de concluir, Senador Valter Pereira, senadores, senadoras, ousar dizer que eu acho que esse debate, ele diz respeito ao que nós queremos para o nosso planeta, na verdade. Quer dizer, o Beto Ricardo falou aqui, o que nós queremos para o Brasil, um projeto de Brasil, eu creio que esse debate, ele é tão importante, Senadora Kátia Abreu, Senadora Marina Silva, que merece continuidade e amplitude científica, técnica, política, inclusive debatendo com os indígenas, que tem uma enorme contribuição, porque viveram e vivem no Brasil há 15 mil anos e nunca destruíram as florestas, portanto tem um conhecimento extremamente sofisticado de como produzir agricultura na floresta sem destruir e que muito desse conhecimento foi aprendido pelos brasileiros como um todo, nesses 500 anos.

Eu creio que o grande desafio que temos a discutir e aí foi mostrado o exemplo dos Estados Unidos é... Se existe a possibilidade, hoje, de um grande país do mundo oferecer à humanidade, a possibilidade, de promoção do desenvolvimento econômico, agrícola, da pecuária, o desenvolvimento industrial, enfim, o crescimento econômico, com o cuidado necessário, às florestas, aos biomas, sem destruí-los, é o Brasil.

Ou seja, o grande desafio que o mundo tem hoje para o cuidado do seu meio ambiente, inclusive com a preocupação do aquecimento global que se dá hoje, o Brasil é um ator fundamental, porque ele ainda é um dos pouquíssimos países de grande porte no mundo que pode dizer para o mundo que o que aconteceu, por exemplo, nos Estados Unidos no Século XIX, o que aconteceu na Europa ao longo de tantos séculos, o que tem acontecido na Ásia, na China, nós do Brasil podemos dizer ao mundo que: "Não, é possível sim, no Brasil acontecer diferente", acontecer de uma forma em que as florestas sejam preservadas para os

nossos netos, bisnetos e nós possamos também promover o desenvolvimento.

E eu creio que nesse aspecto, Senador Valter Pereira, de forma muito, obviamente de muito... Com muita humildade, eu creio que os povos indígenas podem dar um ensinamento muito grande à sociedade brasileira de como isso pode ser possível, pelo exemplo, pela preocupação pelas referências culturais que eles têm em relação, ao respeito que eles tem às florestas e ao meio ambiente.

Portanto concluo dizendo que a FUNAI, a instituição indigenista brasileira, e tenho certeza, os povos indígenas brasileiros, tem interesse em participar de um debate como esse para contribuir para que a gente possa mostrar para o mundo que o Brasil pode sim mudar a história e deixar um legado para a humanidade de que é possível o desenvolvimento com a proteção do meio ambiente, com a proteção das florestas.

Então, essa era a mensagem que eu queria trazer, pedindo, agradecendo mais uma vez e pedindo desculpas pela chegada um pouco atrasado, porque eu estou hoje presidindo a Comissão Nacional de Política Indigenista, em reunião ordinária, e por isso tive que me ausentar de lá rapidamente, para vir aqui, mas não deixei de vir exatamente, porque considero esse debate muito importante no Senado Federal brasileiro.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Nós agradecemos a intervenção do senhor Márcio Meira, Presidente da FUNAI e registramos aqui a presença dos dois caciques lá do Mato Grosso que estão presentes nessa Sessão, em nome dos quais homenageamos todas as etnias que tanto contribuíram para o país, não só na preservação das florestas, mas na preservação da integridade territorial.

A seguir nós vamos passar para os debates, tendo prioridade a Senadora Kátia Abreu, autora do requerimento desta Sessão. Senadora Kátia Abreu com a palavra.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Obrigada, Sr. Presidente, eu gostaria dizer da minha alegria e satisfação novamente, poder estar acontecendo essa Audiência Pública de minha autoria, aonde percorri as onze comissões permanentes do Senado Federal para aprovar esse requerimento, mas agradecer a todos os senadores, especialmente aqueles que complementaram o meu requerimento inicial, da minha autoria como o Senador Mozarildo Cavalcanti, Senadora Rosalba, Paulo Paim, Senadora Marina Silva, Senador Suplicy e Crivella, Senadora Serys Slhessarenko, Senador Valter Pereira, Senador Gilberto Goellner, Senador Leomar Quintanilha, muito obrigada pelos apoiamen-

tos e os complementos dos convidados, que aqui se encontram hoje.

Sr. Presidente, hoje tem uma pesquisa na *Folha de São Paulo* encomendada por uma ONG dizendo que 94% dos brasileiros prefere a suspensão de desmate a maior produção. Eu só sinto muito a pesquisa não ter sido feita apenas junto aos produtores rurais, apenas com os produtores rurais, porque ao invés de 94%, teria dado 100% dos produtores rurais do Brasil são contra o desmatamento.

[palmas].

Então, eu quero iniciar aqui as minhas palavras falando três coisas da maior importância. Nós não estamos aqui, senhor Tassio, representante do Ministério do Meio Ambiente, nós não estamos aqui discutindo o desmatamento, nós não temos interesse em desmatamento, nós estamos falando de outra coisa, nós estamos falando de regularização fundiária, porque apesar da palestra de V.Exa. ter sido bastante esclarecedora, bastante lúcida, muito bem, didaticamente bem explicada, nós não estamos no foco que V.Exa. aqui apresentou, V.Exa. apresentou um foco de questão de desmatamento de aquecimento global, não é essa a tese da CNA, dos produtores rurais do Brasil, de todos os tamanhos.

Segundo ponto. Nós não estamos discutindo, Sr. Representante da FUNAI, absolutamente sobre as terras indígenas e nem as unidades de conservação. Elas somadas, todas as terras indígenas, unidades de conservação, estadual, federal e municipal já ocupam 30% do território nacional, não estamos discutindo isso, ou seja, em torno de 250 milhões de hectares dos 850 milhões que o Brasil tem.

Então não estamos discutindo desmatamento, não estamos discutindo terra indígena e não estamos discutindo unidades de conservação. Nós estamos discutindo, Sr. Presidente, sobre regularização fundiária, e apesar de não queremos desmatamento, de não estar na nossa pauta essa questão, eu vejo aqui nos debates a questão da solicitação especialmente pelo Ministério do Meio Ambiente e demais sobre a recuperação necessária de 50 milhões de hectares, que devem ser replantados no Brasil, sugeridos aqui pelo Ministério do Meio Ambiente.

Eu não quero discutir se isso é bom, se é ruim, se dá para fazer se não dá, se é necessário ou não é. Eu só quero colocar preço nisso, a S.O.S. Mata Atlântica orça que a recuperação por hectare fica em torno de 10 a 12 mil reais por hectare, mas vamos colocar 10 mil reais por hectare, porque eu não precisaria da S.O.S. me dizer isso, porque sou produtora rural e sei que custa isso.

Se nós pegarmos 10 mil reais multiplicarmos 50 milhões de hectares, nós precisamos de 500 bilhões de reais pra recompor o que V.Exa. sugere. Só ficou faltando dizer da onde seria a fonte que nós usaríamos para recompor essas áreas.

Com relação ao aquecimento global, eu também me preocupo muito, acho da maior importância essa discussão, mas nós precisamos, nós brasileiros, continuar fazendo o que estamos fazendo, porque, graças a Deus, nós estamos numa emissão de CO2 muito inferior ao que o mundo está fazendo, enquanto a média, Dr. Hermann, no mundo, de emissão de CO2 por indivíduo é quatro e meia toneladas por cada um, na América Latina a média é dois e meio, e aqui no Brasil nós estamos emitindo apenas 1.8 de CO2 por habitante, mas se nós pudermos diminuir e ajudar o mundo isso ainda é bastante prudente e necessário.

Quando nós vemos aqui apresentado por um dos membros, não tem importância, pode sorrir aqui é todo mundo livre, aqui é Democracia, pode sorrir cínica como o senhor quiser, quando nós estamos aqui falando de limitação de áreas e que 350 milhões de hectares já é suficiente, que não precisamos mais disso, eu também não quero discutir sobre isso.

Se o Ministério do Meio Ambiente está dizendo que 350 milhões não precisa mais, porque é o mesmo tanto que tem nos Estados Unidos, quem sou eu para discutir. Eu só quero lembrar a V.Exa., que nós temos 1 bilhão de pessoas que passam fome no mundo, especialmente na África subsaariana, mas talvez não seja problema do Brasil, talvez nós não somos a fazenda do mundo, e nós somos, por incrível que pareça, por uma benção de Deus, nós somos o único país do mundo que temos áreas para matar essa fome, sem desmatar uma árvore, Dr. Benjamin, sem desmatar uma árvore, apenas utilizando melhor as áreas de pecuária, melhorando a produtividade de áreas de agricultura, porque aqui fala 4 a 5 cabeças por hectare, eu fico impressionadíssima com a precisão de alguns aqui, 4 a 5 cabeças por hectare no Brasil, é alta tecnologia, de pouquíssimos pecuaristas que conseguem atingir isso.

Nós estamos falando de 5 milhões de produtores rurais, aonde apenas 1 milhão e 200 mil deles são produtores comerciais e ainda assim, de um 1 milhão e 200, eu não tiro 10% que tem essa alta tecnologia de 4 a 5 cabeças por hectare, e a produtividade ideal, Se V.Exa. não sabe, eu vou repetir o que um pesquisador da EMBRAPA me disse, a produtividade real de uma propriedade e a melhor possível, é aquela que o produtor pode ter; porque a tecnologia está aí, define quanto de adubo, quanto de defensivo, quanto de calcário, porque será que o produtor não põe, será que ele é

bobo? Ou ele não põe porque não tem esse aqui? Ele não usa a produtividade máxima por falta de recurso e política agrícola, que esse país não tem.

Então, eu fico impressionadíssima de imaginar que nós temos 100 milhões de hectares, no mínimo, disponíveis para produção, isso dá para alimentar 1 bilhão de pessoas, porque isso significa, colegas, amigos senadores e senadoras, significa 280 milhões de toneladas de grãos, apenas nessa área que não tem necessidade de desmatamento.

Nós estamos aqui, uma conta que nós fizemos na CNA, mas não com muita certeza, mas, no mínimo, 13 anos discutindo o Código Florestal, 13 anos de discussão; 60 modificações foram feitas, mais de 60 modificações, dentro de 11 legislações, de 1965 a 2009, em 44 anos. Eu só quero lembrar aos colegas que o Código Florestal, o segundo Código Florestal foi feito em 1965, o primeiro em 1934. Em 1965 nós não tínhamos a EMBRAPA, que foi criada em 73, em 1973, nós não tínhamos o mapeamento pedológico de solo, que foi criado muito depois, nos anos 70, nós não tínhamos o RADAM, que só veio na década de 70, que é o radar, aonde identificou a primeira vez Carajás, a Jazida de Carajás, nós não tínhamos satélite de monitoramento, nós não explorávamos a Amazônia, nós não tínhamos a BR 164, nós não tínhamos a BR 153, nós não tínhamos a tecnologia de Cerrado, que só veio na década de 70, 75 até 85, nós não tínhamos o plantio direto, Sr. Presidente.

Hoje, 40% da produção de grãos está no plantio direto. Portanto, lá naquela época as Cataratas do Iguaçu eram vermelhas e hoje são verdes, cristalinas e transparentes, por conta do plantio direto no Estado do Paraná.

O Brasil era um grande importador, especialmente de carne, de feijão e de leite. O Brasil só existia, colegas senadores, vocês sabem disso, na faixa litorânea, o Brasil só existia a Mata Atlântica quando foi feito o Código Florestal Brasileiro, o Brasil do interior, ele começou de fato com a criação de Brasília.

E eu quero lembrar que se não fosse a EMBRAPA, se não fosse a EMBRAPA a desenvolver as tecnologias que nós temos hoje assessorada com outras universidades federais, estaduais, privadas que vem fazendo um trabalho maravilhoso pelo agronegócio, se nós tivéssemos produzindo hoje a mesma quantidade de grãos, com a tecnologia dos anos 60, nós precisaríamos de mais 60 milhões de hectares para produzir o que produzimos hoje.

Isso significa que nós aumentamos nesse período, em torno de, pouquíssima área e alta produtividade em todo esse período. Então, quero aqui lembrar o Código Florestal de 34 a 65, os dois Códigos Florestais, o pri-

meiro e o segundo, foram criados quando o Brasil era o Brasil da Mata Atlântica e o interior não existia.

O que aconteceu com esse Brasil de 1965, até 2006, 41 anos depois? Aconteceu, nada mais, nada menos de que as áreas dos estabelecimentos agropecuários aumentaram em 30%, em 1965 nós tínhamos 30% a menos de propriedades rurais. Mas a população nesse mesmo período no Brasil aumentou 127 e a população rural infelizmente decresceu em 24, nós tínhamos 40% naquela época, da população no campo, e hoje nós temos apenas 16%.

O que aconteceu ainda? As áreas de lavoura aumentaram 145%, nós tínhamos 31 milhões de hectares em 1965 e hoje, em 2006, nosso último dado, nós temos 76 milhões de hectares um aumento de 145% em área. Mas apesar de termos aumentado 145% em área plantada em 44 anos, nós aumentamos a nossa produção em 624%, aumentamos a nossa produtividade em 221% neste país ao longo desses 42 anos.

Mas, eu quero, Sr. Presidente, aqui cumprir a meta da CNA; nós não queremos mais, nós não podemos mais discutir assuntos que nós não entendemos, nós entendemos disso que eu acabei de dizer, de produção, de produtividade, de emprego, de PIB, de exportação, de balança comercial, pode falar conosco que nós nos empenhamos para responder a respeito desses questionamentos eu não posso me vestir de ecóloga, eu não posso me vestir de engenheira florestal e querer dar palpite aonde eu não sou chamada, aonde eu não conheço. Eu sei as minhas limitações.

Agora eu não posso abrir mão também, Sr. Presidente, da legislação. Eu não abro mão da Constituição Federal. Então, nós não pretendemos estar aqui discutindo se é muito, se é pouco, se está bom, se tem que recompor, quanto é, quantos metros e quantos por cento, me recuso. Nós, produtores rurais do país, nos recusamos a esse debate; nós queremos a palavra com a ciência, e quem não valoriza a ciência, quem acha que a ciência não está a altura de nos orientar, é pessoa que apóia os achismos, porque a ciência é tudo aquilo que eu tenho de concreto, embora ela não seja absoluta, mas é o que eu tenho de concreto, e eu quero pautar toda a minha vida em cima da ciência, em qualquer área que eu posso debater nessa casa.

Mas eu quero, Sr. Presidente, apenas aqui fazer um comentário da maior importância a respeito dos debates, das informações equivocadas, que às vezes são repassadas à sociedade. Por que nós temos que perdoar os produtores que desmataram? Por que eles não tem que recompor suas reservas? Porque esse pessoal motosserra foi lá e destruiu tudo? Esse pessoal que fez o Brasil exportar mais de 170 milhões de toneladas de grãos, esse pessoal que é responsável

pelo único setor do Brasil que faz a balança comercial superavitada. Não existem nenhum, esses motosserra, que faça a balança comercial ficar positiva se excluirmos nós da economia nacional.

Mas isso não é desculpa e nós nem queremos usar isso de argumento para desmatamento e para não proteger o meio ambiente, porque se o meio ambiente é importante para todos, para nós é muito mais, porque além da saúde, além da preservação do nosso patrimônio genético, além do nosso patrimônio de biodiversidade, o meio ambiente para nós é vital para ganhar dinheiro, nós não vivemos sem água para produzir, nós não vivemos com terra com erosão, nós precisamos da biodiversidade para equilibrar as pragas e as doenças dos nossos animais e plantas.

Então, o meio ambiente para nós é vital, faz parte do nosso bolso, nós precisamos dele economicamente. Então, não existe produtor rural *versus* meio ambiente; existe produtor rural e meio ambiente. Nós somos os verdadeiros fiscais e os mais importantes desse meio ambiente, desde que nós não possamos fazer a maior injustiça que esse país está fazendo: impor leis que não podem ser cumpridas, isso não é honesto com a sociedade.

Nós estamos colocando os produtores do país, quase 5 milhões de produtores rurais, hoje estão criminalizados, Senador Tassio Jereissati, sem exceção, especialmente os pequenos e especialmente os da reforma agrária, que foram todos assentados às margens dos rios, com muita inteligência, pequenas propriedades não podem ficar longe da água.

Mas ninguém se lembrou que a margem de rio é APP e os assentamentos, quase que 90% deles estão ilegais, assim como os pequenos produtores, assim como todos nós estamos com um Decreto que foi prorrogado até dezembro pelo Presidente, editado o ano passado que criminalizou a todos, com multas pesadas, confiscatórias das propriedades rurais, produtores sendo presos pelo interior do Brasil, pelos promotores de meio ambiente, que estão tentando cumprir a lei.

É uma legislação que não condiz com a realidade brasileira, Sr. Presidente. Eu quero aqui rapidamente fazer três comentários sobre a reserva legal. Em 34, olha se os produtores desmataram sem ordem, olha se os produtores não cumpriram a lei a risca, e depois a lei seguinte jogou todos eles no crime; em 34, o Código Florestal primeiro dizia que nós podíamos desmatar uma quarta parte do país, isso significa 75%, e portanto a reserva legal seria de 25 para o Brasil inteiro, em que pese aquele tempo só existia a Mata Atlântica. Trinta e um anos depois, o Código de 1965 mudou a regra, dizendo "Não, vocês não precisam deixar 25, vocês

podem deixar só 20%, pode desmatar mais 5. Agora, vocês da Região Norte e Norte do Mato Grosso, é 50, hein? Não é 25 mais não, se vocês tiverem desmatado, podem plantar de novo", "Então está bom".

Depois, em 1989, 24 anos depois vem de novo a legislação e disse: "Ôpa, vamos criar agora os 20% do Cerrado, o Cerrado não tem reserva legal, então vamos criar agora 20%", em 1989; eu quero lembrar a todos senhores e senhoras que o Cerrado foi desenvolvido entre 75 e 85 e em 10 anos se desmatou tudo do Cerrado brasileiro. Em 89, vem dizendo "Não, agora vocês do Cerrado que ampliaram a produção em 40%, podem recompor 20% de suas propriedades", sem indicar a fonte do dinheiro. 20% para as demais, continuou e 50% para o Norte continuou e criou o termo reserva legal, porque aqui o representante do Ministério do Meio Ambiente, disse que os Estados Unidos está correto, lá é cobertura florestal, aqui também era, aqui também era. Era cobertura florestal e depois virou reserva legal.

Depois, colegas senadores, 7 anos depois, em 1996 começou uma Medida Provisória, valendo como lei, que nós não votamos. Hoje, a grande maioria da legislação ambiental não foi votada por nós, nem pelos senadores nem pelos deputados, porque é aquela Medida Provisória antiga, que foi congelada, que vem sendo reeditada inúmeras vezes sem ser apreciada por nós.

Então, em 96, aí alterou de novo: "Ôpa, vocês produtores do Cerrado, esperem um pouquinho. Cerrado no Norte e no Norte de Mato Grosso, não é 20 mais não, é 50, está bom, é 50%" e disse para o pessoal do Norte, de floresta e Norte de Mato Grosso, "Não, vocês não é 50 mais não é 80, está bom, de reserva", isso 96. Quatro anos depois, não satisfeitos, em 2000, a mesma MP que basta ser acrescida pela Presidência da República, Casa Civil, não foi votada por esta Casa, disse de novo: "Opa, espera aí um pouquinho. Cerrado da Amazônia não é 50 mais não, espera aí é 35, mas a floresta continua 80 e as demais 20."

Então, eu quero apenas aqui deixar nenhum comentário, se é 20, se é 30, se é 40 ou se é 100 que querem deixar, eu só preciso comentar, nós que entendemos de lei, que fazemos as leis, que isso aqui não é possível, a retroatividade da lei para sucumbir uma categoria é inconstitucional. A retroatividade não pode vir para prejudicar e antes que alguém diga: "Mas preservar o meio ambiente não é prejudicar." Depende. Se você pega um cidadão, um indivíduo e não mostra as fontes e os recursos que ele deverá recompor essa área e quem vai substituir a produção e a renda dele naquele espaço, você está prejudicando ele sim.

Porque o meio ambiente ele é um bem coletivo, e não pode ter um ônus individual.

Agora, na APP, a mesmíssima coisa, isso na reserva legal, desde o Código de 1934, ainda com relação a reserva legal, sempre se descreveu em todas as mudanças, isso nunca foi alterado, mas tem gente que faz de conta, especialmente o IBAMA e o Ministério do Meio Ambiente, que isso não é bem assim, porque fala-se da reserva, senadores, na propriedade e não da propriedade, o *na* com o *da* são duas coisas totalmente diferentes. “Eu quero um espaço na sua casa, ou eu quero 20% da sua casa, ou eu quero 20% num espaço na sua casa.”

Então, quando eu digo que eu quero a floresta em pé em 80% ou 20, ou 35, *na* sua propriedade, eu estou dizendo que é daquela, daquele espaço que está em pé naquele momento e não naquele que já foi desmatado, desde 1934 é assim, são das florestas e formas de vegetação existentes na propriedade e não 80 ou 20 *da* propriedade inteira, é totalmente diferente e claríssimo, embora muitas pessoas fazem questão, é o art. 16, quem tiver a curiosidade, do Código Florestal, está claramente, em todos eles demonstrando isso.

APP não foi diferente, APP são as margens de rios e os topos de morro. Nós começamos em 1965, no Código Florestal, dizendo o seguinte: “Produtores do Brasil” [interrupção no áudio] Por favor. Um pouquinho de paciência, eu acho que o desequilíbrio aqui das apresentações foi bastante forte, não tem importância, a democracia é isso, nós nos descuidamos, mas acho importante poder fazer o contraponto.

Sr. Presidente, em 1965, o Código Florestal disse aos produtores do Brasil: “Na margem de rio, vocês não se preocupem não, se o rio for de 5 metros, a metade de 5 a 100 metros a largura do rio. Então, o seguinte: 5 metros se o rio for de 10 metros, pode deixar só 5 que está bom. Agora, se o rio for de 10 a 200 metros, vocês podem deixar só a metade. Então se o rio for 10 é 5, se o rio tiver a largura de 200, 100 metros, Ok.”

Então, sempre em cima da largura do rio. E o professor Gustavo colocou aqui com muita clareza e brilhantismo, a largura do rio não é parâmetro para a análise de margem de rio, o que é parâmetro para escolher a margem do rio é exatamente o solo, a margem do rio, se ele é arenoso ou argiloso se ele tem declive ou se é plano ou se o solo é profundo ou se o solo é raso, isso é óbvio. Isso significa que num mesmo rio, um de frente para o outro eu posso ter uma margem maior de um lado e uma margem menor do outro.

Agora, Dr. Herman, por isso que essa legislação não pode ser tratada nessa Casa. Não, há possibilidade da Legislação Federal tratar desses detalhes, dessas peculiaridades. Então a APP, depois 21 anos depois

86, “Ó, não é assim mais não, vamos começar tudo de novo”, em 86, gente, olha quantos anos tem isso, foi agora. Então, as margens de rios que antes poderiam variar de 5 a 100 metros, agora mudou tudo. “Agora é o seguinte: você tem que plantar 30 metros se o seu rio tiver 10”, antes era 5, vocês lembram. Então, o rio de 10 metros de largura, planta 30 na margem, se o rio tiver 10 a 50 de largura planta 50, se o rio tiver de 50 a 100 metros de largura, planta 100. Era a metade, hein? Rio de 100 a 200 de largura, planta 150 e chegou a 200 metros o máximo.

Mas não satisfeitos, três anos depois, não estou discutindo se é pouco ou se é muito, eu estou discutindo legislação e retroatividade de lei como nós fomos jogados no crime ao longo desses anos e ainda querem que a gente recomponha. Três anos depois, em 89, “Vamos mudar de novo, resolvemos aqui, então tá, os rios com 200 a 600 metros de largura, agora vocês têm que plantar 200 e os rios com mais de 600 metros de largura, aí vocês plantam 50 metros. Ah, e tem mais um detalhe, a partir de hoje, nascente e olho d'água 50 metros tudo”. E nas borda dos tabuleiros, que não tinha nada... O que é borda de tabuleiro? É o seguinte: vem o morro e por cima ele é plano, a borda do tabuleiro é essa quina antes de sair do plano [soa a campainha], para descer para a encosta, que nunca tinham dito nada e tudo produzindo, “Não, agora, dessa quina para dentro 100 metros”, sem condições de recomposição, sem nenhuma orientação com relação à recuperação e eu quero aqui entrar no assunto que mais me interessa nesse momento.

Sr. Presidente, eu disse que preciso da ciência como preciso da água e do ar, para me orientar, meu mandato e minhas posições sempre, mas eu preciso da Constituição. Eu gostaria de chamar atenção dos colegas no art. 24 da Constituição, especialmente nos parágrafos 1º, 2º e 3º, do inciso VI, aonde diz o seguinte: matéria de meio ambiente não é mais competência da União, como era antes de 88. A Constituição de 46, a Constituição de 67 colocavam... Na emenda 1, inclusive, colocava que a matéria de meio ambiente era exclusividade da União. Ponto.

Depois de 88, Sr. Presidente, depois de 88 as coisas mudaram e meio ambiente passou a ser matéria de competência concorrente [soa a campainha], o que significa matéria de competência concorrente, essa casa sabe mais do que todo mundo no país: a União define as linhas gerais, as normas gerais e os Estados definem as suas particularidades, as suas peculiaridades locais ou regionais, como o caso da APP. Eu vou definir a minha APP de acordo com o meu solo, de acordo com o meu relevo, de acordo com a textu-

ra dele, com a profundidade dele, com o declive dele, isso é assunto para estado resolver e não essa casa.

Nós temos é que padronizar o que é importante, o que é urgente e que pode ser padronizado para o país todo, mas nós não podemos, por isso estamos aqui há 13 e vamos ficar mais 13, mais 13, mais 13, porque todo mundo aqui tem responsabilidade com os seus estados, se a legislação pretender ser votada aqui dentro, cada senador e cada deputado, assim como eu, vou querer cuidar do meu Estado, do meu Tocantins, e não vai virar uma legislação e um código não, vai virar um tratado.

Por isso essa legislação está emperrada e prejudicando o país a crescer. Eu estive com o Presidente Lula em audiência [soa a campanha] como Presidente da CNA e ele pediu a nossa ajuda para que pudesse isso ser resolvido. O professor Evaristo fez esse trabalho sob encomenda do Lula, que ficou estarecido, quando viu que se a legislação fosse cumprida 100%, nós ocuparíamos 71% do Brasil.

Eu não sei não, se disser que é isso mesmo, se a ciência disser que precisa 71, nós temos que dar 71 silenciosamente. Agora, por favor, justifique, nós temos que justificar do ponto de vista científico e do ponto de vista social [soa a campanha].

Esse país não está em condições de abrir mão desse tanto de área para a preservação. E quem gosta muito de comparar os Estados Unidos, porque não lembrou que o Brasil é o segundo país do mundo, o primeiro é a Rússia, o segundo somos nós e o terceiro é o Canadá nós somos o país do mundo em segundo lugar, que ainda mantemos de 70 a 75% da cobertura natural, nativa de floresta; 450 milhões de hectares, a Rússia 800 em terceiro o Canadá com 280 da nativa, da original, 70 a 75%.

Agora, você sabe quanto é que tem na África? 7.8, na Ásia 5.6; na América Central? 9.7 [soa a campanha]; e na Europa sabe quanto tem da cobertura original? 0.35. Não acho que eles estão corretos não; acho que eles erraram, erraram muito, não são parâmetros para nós, mas vim dar exemplo americano sem contar as verdades e esses conceitos, esses dogmas, esses paradigmas, nós não vamos aceitar mais silenciosamente.

Então, nós não estamos tão mal na fotografia assim não. Nós estamos poluindo por pessoa 1.8 enquanto a média nacional é 4.5. Vai ver a Holanda, Holanda é 25 toneladas de CO2 por indivíduo na Holanda, a média mundial 4 e $\frac{1}{2}$, e nós 1.8.

Então não venha assustar o Brasil, nós precisamos ter responsabilidade, continuar trabalhando para melhorar a legislação. Agora, não podemos mentir para as pessoas.

Encerro, Sr. Presidente, aqui, solicitando o pacto federativo. Nós vivemos numa federação, por isso, Brasília não pode querer mandar no Brasil [soa a campanha], nós não podemos negar o pluralismo desse país, o federalismo nasceu, se originou junto com a república [soa a campanha] e é graças ao federalismo que existe o Senado Federal, que existe nós senadores.

Então, o federalismo, ele pressupõe a diversidade, é para isso que ele existe e os governadores têm credibilidade, nós temos que dar credibilidade aos governadores, a assembléia legislativa, aos órgãos de pesquisa dos estados, para não tirar deles a responsabilidade, Sr. Presidente, de resolver as contradições dos seus estados a peculiaridades dos municípios.

Nós temos que respeitar a integridade do pacto federativo, temos que respeitar os governadores, nós temos que respeitar as urnas, porque nós estaríamos desacreditando a elas também. Nós precisamos abrir mão desse debate, esse debate para o Senado e a Câmara, na minha opinião, me perdoe, nós temos que obedecer a Constituição no art. 24.

Vamos normatizar as leis gerais, as normas gerais e vamos deixar que cada Estado no Brasil, vamos confiar a eles e nós temos, bem ou mal, o IBAMA para fiscalizar, nós temos o Ministério Público, nós temos todos os instrumentos para não temer essa receita. Nós precisamos confiar neles como confiamos a saúde, como confiamos a educação, porque não podemos confiar o meio ambiente aos governadores e aos prefeitos, assim como fez Santa Catarina, Governador Luiz Henrique, que merece o nosso aplauso pela sua coragem, pela sua atenção com seu estado, e assim estão todos os governadores do Brasil, preocupadíssimos, porque não conseguem trabalhar.

Eu tenho perguntado aos prefeitos do Brasil, na CNA, em campo, que percorro de Norte a Sul, Leste, Oeste, "Prefeito, qual é o problema número 1 que o senhor tem?" Quando ele não diz meio ambiente, ele diz meio ambiente e saúde, meio ambiente sempre.

Porque essa legislação de margem de rio é para o Rio Tietê, em São Paulo, é para todos os rios e que estão passando dentro das cidades ou estão pensando que é só para área rural, não é não. Não é não. Então, nós precisamos, Sr. Presidente, tratar e continuar dialogando, fugir do debate, fugir do diálogo jamais, porque nós estamos cansados do radicalismo que bloqueou o debate, os radicalismos ideológicas [soa a campanha], nós precisamos parar de formar torcida, não existe torcida contra ou favor, é a favor do Brasil, nós queremos discutir o desenvolvimento desse país.

E claro que isso, desenvolvimento inteligente, inclui o meio ambiente, nós não somos inimigos, nós só precisamos ter bom senso, racionalidade e fazer

contas. E fazer contas. Eu tenho certeza absoluta, o diálogo só não pode levar, gente, 13 anos, mais 13 anos nós não damos conta, Nós precisamos sim abrir o debate e eu não abro mão de participar de todos que for convidada ou de, também, de promover debates para que a gente possa resolver tudo isso o mais rápido possível.

Mas não como torcida organizada e sim uma torcida que veste uma camisa só, a verde amarela que é do Brasil, muito obrigada.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Bom, a Senadora Kátia Abreu não pode mais reclamar da falta de equilíbrio.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Muito obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Antes de passar a palavra para o próximo Senador, eu gostaria de registrar aqui a presença de alguns parlamentares, alguns deputados federais que estiveram nessa sessão e outros que aqui ainda permanecem. O Deputado Sarney filho, o Deputado Nam Souza, Deputado Marcos Montes, Deputado Homero Pereira, Deputado Adauto de Freitas, Deputado Paulo Piau, todos estiveram hoje participando, ou estão participando ainda da nossa Sessão, o que demonstra a importância do tema que está sendo discutido nesta manhã. Deputado Luciano Pizzatto também está presente é uma alegria, recebê-lo.

O próximo orador inscrito, aliás, o próximo Senador que deve participar do debate é o Senador Osmar Dias que cedeu, aliás, que permutou com o Senador Mercadante a sua colocação, é isso Senador Osmar.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Só pergunto se o Senador Mercadante é o terceiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador Mercadante... É, permutado com o Senador João Pedro é.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Então, eu falo logo após o Senador Mercadante.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Isto.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Eu estou em que posição Sr. Presidente Valter Pereira?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador Casagrande é o quarto.

Então, com a palavra Senador Mercadante e a seguir o Senador Osmar Dias.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras. Eu queria saudar, em nome de Valter Benjamin, Ministro e juiz de direito que tem prestado um grande serviço

ao país, Carlos Alberto Ricardo do ISA, a quem eu conheço há mais de 35 anos e de Evaristo, que vem fazendo um trabalho importante, estimulando o debate, todos os demais representantes que contribuíram para essa Audiência Pública.

Queria começar dizendo que acho que será um grande equívoco nós aprofundarmos um caminho que separa a visão de desenvolvimento econômico, social, de uma nação, da questão da sustentabilidade ambiental. Se nós aprofundarmos esse fosso, se nós estimularmos esse conflito, seguramente nós não encontraremos um caminho de desenvolvimento sustentável e muito menos preservaremos o prestígio que o Brasil hoje passa a adquirir em todos os fóruns relevantes internacionais como recém demonstramos na reunião do G-20.

É verdade que nós somos um país com papel fundamental no agronegócio, a agricultura brasileira terá seguramente um papel decisivo não apenas para alimentar a população brasileira, mas nos últimos cinco anos nós fomos o país que mais aumentou o excedente exportável de alimentos, e também é verdade que parte dessas reservas cambiais de 200 bilhões de dólares teve um papel decisivo da agricultura brasileira, das exportações, do trabalho, onde a EMBRAPA teve um papel decisivo na inovação tecnológica, no aumento da eficiência, da produtividade.

O Brasil é hoje o maior exportador mundial de carne, de aves, o terceiro em carne suína, o primeiro em soja, o primeiro produtor exportador de álcool de açúcar, o primeiro em café, o primeiro em suco de laranja, portanto... O terceiro em milho, nós somos um país que tem um papel fundamental e boa parte, especialmente da Ásia, precisa da capacidade de produção alimentar, da geração de riqueza que nós temos no campo, de produção de proteína.

Mas uma outra verdade que nós não poderemos mais fugir é que nós estamos assistindo um desequilíbrio ambiental, que a pegada ambiental no planeta e no Brasil terá que ser revista. A questão da sustentabilidade e do desenvolvimento não é mais um problema de ONGs e de intelectuais; é um problema que está batendo a porta de quem quiser enxergar.

Os desequilíbrios, o derretimento das geleiras a mudança do ciclo das chuvas, as secas, as inundações e a instabilidade do clima é decorrente do efeito estufa, do aquecimento global, que tem um componente antropogênico absolutamente incontestável hoje do ponto de vista de tudo que diz respeito à ciência e ao pluralismo da ciência, que não é apenas um debate de agrônomos, nem de geólogos, é um debate de biólogos é um debate daqueles que pesquisam a física, a química o meio ambiente, é uma reflexão plural que a

ONU e as instituições mais importantes internacionais, chamam atenção de todos que tem alguma responsabilidade de governo, mas também daqueles que tem responsabilidade na produção que nós teremos que enfrentar esta agenda.

Se o Brasil não quiser se associar ao lixo da história em que estão condenados lideranças como Bush, não apenas pelo que fez no enfrentamento militar, mas também pelo que desconsiderou da agenda ambiental quando o mundo pedia a responsabilidade americana para que nós pudéssemos encontrar pelo menos um compromisso em torno do protocolo de Kyoto.

Qual é o debate internacional hoje? É que Kyoto já não resolve mais. E felizmente nós temos Obama com muito mais sensibilidade ambiental e que procura mudar a atitude, a reflexão e a presença americana nessa discussão do efeito estufa e do aquecimento global, como faz a União Européia, e como nós, brasileiros, porque brasileiros eram aqueles que vinham para cá expropriar a Mata Atlântica e levar o pau-brasil, nós nos autodenominamos como aqueles que predavam a natureza.

Nesse início de Século XXI, o Brasil pode ter um outro significado, exatamente aquele país que além de ser um grande produtor de alimentos, de ser uma das economias emergentes nessa crise como é Índia, China e Brasil, pode ser um exemplo do desenvolvimento com preservação do meio ambiente, de um desenvolvimento que preserva a natureza.

É verdade aqueles que dizem que se hoje nós temos o peso que temos na preservação das florestas tropicais, é porque os outros desmataram, de forma absolutamente irracional, especialmente os países do norte, que destruíram suas florestas e hoje colocam sob as nossas responsabilidades um encargo muito maior, para manter os ciclos das chuvas, a umidade do ar e a qualidade do meio ambiente, cada vez mais comprometido e deteriorado.

As metas em relação ao que será a conferência de Copenhague serão muito rígidas, muito mais exigentes e o Brasil não poderá se furtar, nem virar as costas. E acho que é muito importante que a gente saía daqui dessa audiência, que é apenas o início do processo.

Se alguém imagina que vai passar o rolo compressor num tema como esse, esqueça, que não vai. A sociedade brasileira vai reagir [palmas] e nós vamos debater isso com muita profundidade e não haverá nenhum atropelo numa matéria como essa. Não haverá.

Nós não podemos mais fechar os olhos para os incêndios da floresta. E não é possível que tenha gen-

te que já não ouça o barulho da motosserra, porque o mundo inteiro está ouvindo.

E o Brasil vai ter que responder a esta agenda, fico muito feliz, Sr. Presidente, se hoje, pelo menos, nós sairmos daqui com um compromisso, porque eu entendi que há um compromisso, que não haverá mais desmatamento, que haverá uma intolerância absoluta desse país com o desmatamento, que esse país vai buscar aumentar a produtividade, a eficiência, inovar a tecnologia e rediscutir esta agenda a partir dessa premissa maior. Se pelo menos isso nós fizermos, já é um grande passo.

Mas entre os discursos e as ações continua tendo uma profunda diferença. O que é que nós assistimos recentemente em Santa Catarina? Nós assistimos uma mudança no Código Florestal, hoje aqui alegado como sendo respeito ao pacto federativo, o pacto federativo pressupõe o respeito à Constituição Brasileira, é a partir dela que ele se constrói.

E quero lembrar que no seu artigo 225, a Constituição é muito clara, ela inicia o Capítulo do meio ambiente dizendo, "*Todos têm direito a um meio ambiente, ecologicamente equilibrado, como do uso comum do povo e essencial à sadia qualidade da vida, impondo-se ao Poder Público e a coletividade, o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e as futuras gerações.*"

Eu pergunto: se é um acordo contra o desmatamento, aprovar uma legislação estadual que reduz de 30 metros para 5 metros a mata ciliar dos rios? É esse o caminho do acordo que estão propondo nessa tribuna ou a gente fala uma coisa e estimula outra? Porque a questão ambiental também será um tema fundamental, a preservação da água. Da água.

Eu vivo numa cidade que está ficando cada vez mais longe a capacidade de abastecer e não é só que as minas e a capacidade de produção da água está se reduzindo. É que a água está sendo poluída e o custo de captação e de uso está cada vez mais irracional. Portanto, preservar água nesse planeta, nessa altura do Século XXI, é uma questão que não podemos mais reverter dessa forma, açodada, atropelada e absolutamente inconstitucional.

Eu vou ler aqui a sentença do juiz, apesar das contradições na legislação, tem parte do Judiciário que continua fiel a lei. O juiz Wesley Schneider Collyer, ele diz: "*Mais do que isso, é patente a inconstitucionalidade do inciso I do artigo 112 do Código Ambiental de Santa Catarina, que estabeleceu a faixa de cinco metros, uma vez que a Lei Federal 4.771/65, o Código Florestal, em seu artigo 2º, dispõe ser de 30 metros a largura mínima para fins de aferição da área de preservação permanente.*"

Portanto, é evidente que é inconstitucional, é evidente que é inconstitucional, e eu tenho certeza que o Supremo Tribunal Federal julgará a inconstitucionalidade.

Então, nós temos aqui uma questão que eu espero que essa, esse início de debate no Senado Federal não seja um estímulo, não seja um estímulo para ações que como essa, que longe de partir de uma reflexão que tem que ser feita onde as várias correntes do pensamento científico possam se apresentar e que a gente possa dialogar e que a gente possa construir um caminho, a gente possa... Agora, assistir passivamente, nós que temos a responsabilidade que o povo deu e que a Constituição estabeleceu de legislar e defender as leis, que tenham um caráter nacional e um projeto de nação, a pretexto de um suposto pacto federativo que eu tenho certeza que não sobreviverá no âmbito da decisão do Supremo Tribunal Federal.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Senador,

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu vou concluir, nós temos uma lista de inscrição longa, eu não fiz aparte, escutei 30 minutos de intervenção e é muito importante que tenha o contraditório, tenho certeza que poderei ouvi-lo depois com atenção.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Era só para esclarecer--

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu queria só continuar dizendo que, não é verdade, não é verdade que os produtores rurais que desmataram estão sujeitos às exigências da pena.

Estão sujeitos aqueles que desmataram depois da lei. Que desrespeitaram a lei, porque aquilo que foi feito antes da lei, a lei não retroage. Portanto, não tem nenhuma responsabilidade, aí já temos um caminho para poder solucionar parte desse passivo ambiental, eu fiquei muito feliz com a intervenção do Juiz Valter Benjamin, porque o meu amigo... Herman, ao apresentar a sua intervenção, o Herman Benjamin a apresentar a sua intervenção, ele pôs a bola no chão, ele disse: "Olha, vamos fazer um pacto para o futuro, não desmatamento e vamos discutir o passivo", porque existe um passivo que nós vamos ter que ajudar a equacionar.

Ele sugeriu uma agenda, por exemplo, a questão topográfica que foi mencionada; é evidente que nós não podemos continuar criando restrições à agricultura, para produzir arroz na várzea, me desculpe, o mundo inteiro produz arroz em várzea, então há áreas que estão destinadas ao cultivo do arroz, nós vamos ter que resolver essa questão e encontrar com equilíbrio e ponderação uma solução.

Da mesma forma que na questão do topo de morro que foi bem aqui colocado um pouco da parte

do debate, mas temos culturas centenárias, centenárias. Meu Estado de São Paulo, nós temos ali o cultivo da banana, pequenos produtores em topo de morro, é uma cultura centenária que tem que ser preservada, mas tem que ser reconhecida, especialmente, como bem disse ele, aos pequenos produtores, às cooperativas, vamos encontrar uma mediação e uma saída política institucional.

Vamos construir uma saída seguramente acordada para essa agenda, que me parece uma agenda legítima quando os agricultores, as federações agrícolas, aqueles que estão vivendo essa agenda sentem na pele e trazem ao Congresso Nacional [soa a campanha].

Agora, para que a gente possa encontrar o caminho do entendimento não vai ser atropelando o Congresso Nacional, desrespeitando a Constituição e estimulando uma fragmentação de uma política nacional de desenvolvimento sustentável, de preservação de recursos naturais estratégicos, como começa surgir em algumas iniciativas que nós estamos assistindo.

Se isso aqui não é uma cortina de fumaça e não creio que seja, se isso aqui é para abrir uma... E, portanto teve a adesão da Casa, de fazer uma audiência ampla, pública, plural, transparente, para que todas as correntes do pensamento comecem a se colocar e que com muita profundidade e cuidado a gente possa definir nosso caminho e os ajustes que terão que ser feitos, eu acho que é um bom caminho e seguramente estamos abertos a dialogar, a construir e a negociar.

Mas quero concluir, Sr. Presidente, dizendo que para mim isso é apenas o início [interrupção no áudio] o início de um debate, é o início de um processo, nós temos nessa casa pessoas extremamente abalizadas para contribuir para essa reflexão, como a Ministra Marina, que tem uma longa vivência e um conhecimento bastante profundo, temos senadores que tem uma vivência importante na área da agricultura, um empenho muito grande, como o Senador Osmar Dias que vai falar logo após e desse contraditório, dessa pluralidade, dessa discussão, eu acho que nós encontraremos um caminho seguro.

Mas um caminho que esse país diga ao mundo, diga às futuras gerações que nós temos comprometido com a preservação das florestas, do meio ambiente, que nós queremos continuar ser um país pujante na agricultura que produz, que aumenta a eficiência, que nós não queremos penalizar os produtores rurais de uma forma irracional, mas nós queremos respeito a legislação ambiental, respeito irrestrito, e especialmente sair daqui hoje, pelo menos com um acordo para valer, que não haverá mais desmatamento [soa a campanha], a partir desse acordo eu acho que tudo a

gente consegue avançar, sem essa definição objetiva e não retórica dificilmente nós vamos construir algum entendimento nessa Casa.

Muito obrigado.

[palmas].

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ):

Sr. Presidente, pela ordem.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senador Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ):

Sr. Presidente, gostaria de parabenizar todos os expositores. Eu lamento [interrupção no áudio] o debate é extraordinário, mas saio daqui muito confortado, Sr. Presidente, porque ao final da exposição do Senador Mercadante, eu verifiquei que ele e Kátia, que são dois grandes—

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): V.Exa. está inscrito, Senador Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ):

Não, eu estou saindo, Presidente, eu vou abrir mão. São dois grandes tribunos, indicaram que realmente há muito a se negociar, há muito espaço para conversa, há muito espaço para o debate e gostaria também aqui, Sr. Presidente, antes de sair, em 30 segundos, dizer que nós debatemos muito o Código Florestal.

Não é fácil fazer uma lei, as negociações são exaustivas e invadem as noites, é fácil criticar uma lei, principalmente quando nós não participamos do debate [soa a campainha], é impossível fazer uma sondagem ao longo de milhares, e milhares de quilômetros, nas margens do rio, para saber profundidade, para saber granulometria do solo e às vezes isso muda de 50 em 50 metros. É preciso adotar algum parâmetro para proteger.

Mas Sr. Presidente, quero parabenizar V.Exa. pela sessão, desculpe aqui essa pequena interrupção e temos um longo caminho pela frente.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Obrigado V.Exa..

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Presidente, uma questão de ordem, por favor, artigo 14. Questão de ordem, fui citada, inciso VIII, pelo Senador Mercadante. Apenas—

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senadora Kátia.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, eu gostaria apenas de não deixar passar um comentário equivocado do Senador, a respeito do Código Florestal de Santa Catarina.

O Código, nós não estamos defendendo o não desmatamento e fazendo ao contrário como insinuou aqui o Senador. Eu tenho a impressão que talvez não tenha tido tempo suficiente para ler o Código Florestal de Santa Catarina, que é muito claro ao dizer que retroage ao Código Florestal de 65, de 5 a 10 metros, as áreas já desmatadas e consolidadas com produção, proibindo no parágrafo único, “*Não desmatando áreas que tenha mais de 5 a 10 metros*”.

Então, o diálogo e o debate tem que ficar muito claro, muito honesto, com relação a essa situação, para que não fique aqui a impressão de que Santa Catarina e nós estamos apoiando o desmatamento e não foi isso que dissemos no início.

Então, repito: 5 a 10 metros para áreas que já estão consolidadas e estudo de pesquisas do Estado de Santa Catarina poderão indicar no futuro, nunca menos, mas sempre mais do que 5 a 10 metros, de acordo com o solo, textura, profundidade e declive.

E mais um detalhe, por último. O Senador mencionou que quem desmatou antes da lei não é penalizado [soa a campainha]. Gostaria que V.Exa. pudesse ter uma atenção e V.Exa. tem razão em ficar estarelecido com isso, porque a lei não pode retroagir para prejudicar, mas não é isso que o Decreto está dizendo, o Decreto está criminalizando todos os produtores do Brasil e não estão levando em consideração a ‘retração’ da lei.

Então, esse Decreto que foi prorrogado até dezembro, se não me engano, deste ano, com exceção da Amazônia, a Amazônia não tem prorrogação, tem que recompor imediatamente, o IBAMA não está considerando a lei, está passando a régua e pedindo recomposição de 100% ou multas expropriatórias, isto nós temos exemplos para poder demonstrar a todos senadores aqui nesta casa.

Obrigado, Sr. Presidente.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):

Pela ordem, artigo 14 por ter sido citado.

[interrupção no áudio].

É uma prerrogativa regimental.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): [sobreposição de falas].

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):

V.Exa. abriu a possibilidade à Senadora Kátia a comentar a minha intervenção, eu tenho a prerrogativa e vou e faço questão de usar o Regimento.

O que eu fiz foi ler o despacho do juiz *ipsis litteris*, eu não acrescentei uma palavra nem retirei nada do que ele disse. O juiz, e citei o juiz, Wesley Schneider Collyer [soa a campainha], da Justiça Federal de São Miguel D’Oeste, negou o pedido de liminar e disse, entre aspas: “*Mais do que isso, é patente a inconstitucionalidade do inciso I do artigo 114 do Código Am-*

biental de Santa Catarina, que estabeleceu a faixa de cinco metros, uma vez que a Lei Federal nº 4.771/65, Código Florestal, em seu artigo 2º, dispõe ser de 30 metros a largura mínima para fins de aferição da área de preservação permanente.”

Eu gostaria, só para concluir, que existem outras experiências no Brasil talvez muito mais promissoras do que essa, por exemplo a de Extremo, no Estado de Minas Gerais, eles fizeram um fundo para pagamento por serviços ambientais prestados, não só mantiveram os 30 metros, como estão cercando os 30 metros, os 50 metros da área de manancial, estão indenizando os produtores rurais por essa área e criaram com isso um amplo consenso entre a área rural e a perspectiva ambiental, como fez em Nova Iorque para garantir a sua reserva estratégica [interrupção no áudio].

Então, nós temos por aí outras iniciativas muito mais exitosas do que claramente afrontar o Código Florestal desta forma. Eu prefiro esse caminho aqui, da porta aberta, transparente, quem quer reduzir apresenta a sua proposta, estabelece quais são os argumentos, nós vamos debater.

E, evidentemente, eu acho que recursos hídricos são estratégicos e essa cautela é absolutamente indispensável para o futuro da água no Brasil, mas vamos abrir o debate com fundamentação científica e técnica no fórum adequado, que é o Congresso Nacional que não pode abdicar das suas prerrogativas nacionais.

Muito obrigado.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, o Senador Gilberto Goellner. V.Exa. está inscrito para fazer a intervenção, então se V.Exa. pedir pela ordem, eu vou suprimir, até porque V.Exa. está substituindo aqui o Senador Crivella.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V.Exa. está sendo... Está discriminando Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Não é discriminando, eu quero democratizar. Tem vários senadores inscritos, eu acho que todos têm o direito de falar. A palavra... É questão de ordem que V.Exa. vai suscitar? Então, pela ordem, primeiro o Senador Gilberto que foi... Arguiu antes.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Presidente Valter Pereira, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, eu lhe perguntaria: o senhor vai seguir a ordem dos inscritos—

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): A ordem de inscrição.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Ou vai levar em consideração também os co-autores dos requerimentos.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): A ordem de inscrição.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Pois não.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senador Flexa, um minuto pela ordem.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, 30 segundos [soa a campainha], é só pedir a V.Exa. que dê um tempo para cada Senador possa usar da Tribuna.

V.Exa. disse no início da audiência que às 13h30 iria encerrá-la. Faltam 35 minutos e todos nós queremos usar. Fica...

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Se V.Exa. suprimir 30 segundos, nós vamos acrescentar 30 segundos na fala do Senador.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Já cumpri, já dei a V.Exa. os 30 segundos pedidos.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito obrigado. Senador Osmar Dias.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Presidente, eu também estava...

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador Papaléo, pela ordem.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Colaborar com o debate. Eu quero registrar aqui dois discursos que o Presidente da República fez ontem.

Primeiro, da minha área, da área da saúde, quando ele, infelizmente, se postou da mesma maneira quando chamou a crise mundial de marolinha. Ele disse que não tem problema, está tudo sob controle, porque nós temos remédio para a gripe suína. Eu vejo que sair isso da boca do Presidente da República é muita irresponsabilidade com a saúde pública do Brasil.

A segunda, faz parte do tema que nós estamos discutindo aqui. Ontem o Presidente da República, fez o discurso no Acre e jogando nas costas do IBAMA toda e qualquer responsabilidade pelo atraso do desenvolvimento desse país em áreas que precisem da liberação do IBAMA para que hajam construções hidrelétricas e outras obras, jogou como se ele não tivesse nada a ver com esse governo, nada a ver com o IBAMA.

Quer dizer, ele deu uma de oposição, jogando para cima do IBAMA e citou um exemplo: se existisse o IBAMA trabalhando como está trabalhando hoje e Juscelino Kubstichek fosse o Presidente da República, não teria construído nem o aeroporto para pousar o avião presidencial.

Então, quero deixar isso claro para nós levarmos a sério essas questões e pedir ao Sr. Presidente da República, que quando vá a público não se sabendo o Estado que ele se encontra de emoção, vá a públi-

co fale com responsabilidade, porque esse é um país que precisa de respeito e não perdoo, como médico que sou as palavras do Presidente ontem, dizendo que nós já temos remédio para a gripe suína. Fica esse registro.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador Osmar Dias. Com a palavra.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Sr. Presidente, senhores convidados, senhores senadores.

Presidente, hoje é o dia do aniversário da EMBRAPA.

Aniversário da EMBRAPA tem que ser muito comemorado por todos os brasileiros e eu começo por aí a discutir esse tema.

Se não fosse a EMBRAPA e os cientistas que trabalham em entidades privadas e públicas nesse país, nós não estaríamos hoje discutindo a preservação de 67% dos recursos naturais desse país, do meio ambiente, das florestas como foi colocado aqui.

Nós teríamos uma devastação muito maior nesse país. Esse tema não pode ser apartado em hipótese nenhuma da tecnologia, da ciência, ele tem que ser baseado na ciência e na tecnologia. Vou dar um dado: em 90, 1990, portanto há 28, 29 anos atrás, o Brasil produziu 57 milhões de toneladas de grãos; no ano passado o Brasil produziu 134 milhões de toneladas, o que dá um aumento de 132% no volume de produção.

Se nós considerarmos o que aconteceu nesse período, nós vamos verificar que a área cresceu menos que 30%, a área ocupada para o plantio de grãos. Então nós crescemos em cima da produtividade, nós não precisamos abrir novas áreas para conquistar essa produção. Nós devemos muito à EMBRAPA, parabéns ao Evaristo, a todos os técnicos e funcionários da EMBRAPA, por terem construído uma empresa que é um orgulho nacional e internacional, por ter proporcionado a EMBRAPA esse momento de discussão aqui, em que nós podemos ainda brigar para preservar 67%, mais ou menos, mas temos isso exatamente, porque existe a EMBRAPA, os seus técnicos, os seus pesquisadores os cientistas brasileiros espalhados por esse território, dizendo o que pode e o que não pode fazer e nós devemos seguir a orientação técnica, científica para não cometermos aqui um erro que pode ser histórico.

No grito não dá, Presidente; nem de um lado, nem de outro. Eu não quero gritar dessa Tribuna, porque se a gente começar a gritar, os dois lados vão gritar e nós não vamos avançar em nada.

O que está acontecendo é que as premissas, os dogmas não estão sendo utilizados por inteiro, como disse o Evaristo, se usar uma parte desse trabalho feito pela EMBRAPA, por ele, pelos seus auxiliares, nós

podemos distorcer a realidade, então vamos colocar alguns dados aqui para a gente começar em cima de premissas que possam recolocar o tema no seu devido lugar.

Primeiro. Quando falam que nós estamos ajudando a destruir o planeta, a camada de ozônio, que o Brasil está dando a contribuição grande para a contaminação do meio ambiente, a destruição do meio ambiente mundial, isso é absolutamente mentiroso.

O Brasil emite 1.28% do dióxido de carbono que é emitido em todo mundo, somando os Estados Unidos que foi citado como exemplo aqui e a China, 40%. Vou repetir: o Brasil emite 1.28% do dióxido de carbono emitido no planeta; Estados Unidos e China juntos 40%.

Se nós juntarmos mais 2 países nós vamos chegar a 70%. Então vamos parar com essa conversa mole que o Brasil tem sido o grande responsável pela poluição, porque está destruindo as suas florestas.

Segundo lugar. Nós temos que considerar um outro dado que rotineiramente é colocado nos meios de comunicação, por alguns interessados em tirar o Brasil do contexto mundial dessa discussão do meio ambiente, colocando o Brasil como um condenado, Sr. Juiz, e não como um protagonista importante na preservação dos recursos naturais.

Falam: a soja está invadindo o território nacional e é a causadora do desastre ambiental; a soja ocupa 2,5% do território nacional e o balanço de dióxido de carbono da soja é positivo, não é negativo. A cana, 0,9% do território nacional, o balanço, se não houver queimada, e tem que parar com a queimada, é positivo e não negativo.

Se nós pegarmos todos os grãos que são plantados nesse país, nós vamos chegar a 7% do território nacional, e o balanço é positivo e não negativo.

E eu gostaria de fazer aqui uma homenagem ao meu estado, estado que criou a tecnologia, junto com a EMBRAPA, do plantio direto. Às vezes a pessoas falam do que é ruim e esquecem do que é bom. O que seria da agricultura brasileira se não fosse o plantio direto e o que seria do meio ambiente, se não fosse o plantio direto? 25 milhões de hectares neste país são plantados pela tecnologia moderna do plantio direto, criado no meu estado, por pessoas como Nonô Pereira, Frank Dijkstra, Francisco Terasawa, que colocaram essa técnica a disposição do mundo, e aí eles tem que ser lembrados como grandes preservacionistas, sabe por quê?

Porque a cada hectare plantado, com plantio direto, Sr. Presidente Valter Pereira, nós deixamos de mandar para os rios, assorear os rios, de 20 a 40 toneladas de terra, de solo com nutrientes que deixam

de ser aproveitados pelas plantas para assorear os rios, e acabar com os rios.

Essa tecnologia é responsável pela economia de 2 bilhões de dólares em fertilizantes e evita, exatamente, a perda da riqueza do nosso solo. Nós precisamos basear na tecnologia e na ciência, para decidirmos qual é a lei que nós devemos aprovar aqui no Congresso Nacional, para não cometermos um erro histórico e eu não quero participar desse erro histórico, eu não quero participar, Sr. Presidente, porque também tenho formação agrônômica e o Senador Mercadante disse que não pode ser resolvido pelos agrônomos, não pode, mas os agrônomos tem que dar opinião também, assim como toda a sociedade, porque ele leu aqui o artigo 225, e eu vou fazer a interpretação do artigo 225.

O artigo 225 da Constituição, diz claramente que toda a sociedade tem direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, sendo imposto à coletividade o dever de preservá-lo; a coletividade, inclusive os governos, porque eu sou rigorosamente a favor de preservar as margens dos rios, sou rigorosamente a favor de nós protegermos as fontes de água, porque 21% dos nossos rios já estão com a sua qualidade de água praticamente condenada.

O que é isso? Nós precisamos da mata ciliar? Sim. O tamanho dessa mata tem que ser definido tecnicamente, sim, cientificamente. Não pode um senador, um deputado, se arvorar, dizer: "Tem que ser 5, 10, 20, 30", não, tem que ser a ciência que vai dizer o que é bom preservar para preservar a água que será o grande problema, alguém já disse, que será o motivo das futuras guerras e o Brasil pode usar isso, inclusive, como *commodity* no futuro.

Alguém está dizendo aí "Ah, mas ele já está pensando em vender água"; até, se for preciso, isso, mas, para isso, nós temos que conservar para a nossa gente primeiro. Eu sou defensor da mata ciliar sim.

Agora, eu não posso concordar, Sr. Presidente, com o discurso de que nós podemos colocar toda a responsabilidade nos ombros de quem tem uma propriedade rural e só ele tem a responsabilidade, porque fica muito bonito, a mata ciliar verdinha de cada lado do rio, e um rio correndo poluído, cheio de detritos, de dejetos, contaminado, onde não há vida mais, porque lá em cima, na sua cabeceira, ele foi poluído, pela irresponsabilidade de governos que não fazem o saneamento e na hora de cobrar a responsabilidade do produtor rural, cobram.

Nós temos 48% de água tratada nas cidades, nas cidades deste país, o resto não é tratada, mas vai ver o que acontece em todas as cidades brasileiras. As águas são jogadas nos rios sem nenhum cuidado, sem nenhuma responsabilidade.

Este país produz 125 milhões de toneladas de lixo, e joga nos lixões, a céu aberto, sem nenhum cuidado, nós não podemos continuar discutindo o meio ambiente, falando só em floresta, nós temos, sim, que cuidar da floresta, das águas, mas nós temos que envolver a sociedade, porque a constituição não diz que a responsabilidade é só do produtor rural, mas é da sociedade e dos governos.

Para o governo cobrar a recomposição da mata ciliar, tem que dar assistência técnica, fornecer mudas, instrumentalizar o produtor e isso não acontece. Não adianta um rio com mata ciliar, com rio podre dentro, porque dele não poderá se tirar a água para abastecer os animais, nem os homens. Nós precisamos de rios limpos, até eu estou iniciando um projeto no estado, que quero colocar como desafio à sociedade paranaense.

Lá nós vamos limpar todos os rios do estado, este é um projeto, é um projeto sério, porque fazer o discurso que o produtor tem que fazer a mata ciliar, também faço, mas ele deve ser complementado pelo trabalho dos governos que devem fazer o saneamento, tratar as águas que são despejadas nos rios e córregos, porque senão não adiantará a mata ciliar.

Estão matando os rios e com eles, estão morrendo pessoas. Morre muito mais gente de endemias provocadas por águas contaminadas neste país do que se imagina. Morre muito mais gente por falta de água no mundo, do que se imagina, mas sobretudo, nós precisamos, Sr. Presidente, envolver a sociedade. Então, eu quero aqui fazer a proposta que a OCEPAR me entregou. Nós não podemos abrir mão dos direitos que os produtores conquistaram ao longo dos anos, de produzir e sustentar, inclusive, nesse momento, o país que precisa muito mais da agricultura, do que antes da crise.

Quando eu ouço dizer, palavras agressivas, depreciativas ao agronegócio, ignorantes, que querem se colocar como intelectuais, fazendo um discurso ideológico atrasado, um discurso rançoso, porque agricultores, o agronegócio é composto por agricultores, familiares, pequenos, médios e grandes, todos, que tem muita preocupação com a preservação do meio ambiente, porque ele sabe que é preciso [interrupção no áudio] que é preciso preservar para produzir, Sr. Presidente.

Agora, eles não são os únicos que tem que fazer isso. E aí eu trago aqui e vou ler rapidamente, porque eu sei que o meu tempo acabou em dois minutos, e vou fazer: "*Aos produtores rurais*", essa é uma proposta da OCEPAR do Paraná, que deve ser considerada nos debates, eu gostaria que os participantes da Mesa levassem essa proposta, "*Aos produtores*

rurais caberá a preservação e recuperação das áreas de preservação permanente de suas propriedades. Caberá à sociedade, sobre coordenação da administração direta, município, estado e federação com a participação dos comitês municipais de meio ambiente, a obrigação de complementar o índice de reserva ambiental denominada reserva coletiva, necessária e suficiente para garantir o mínimo de 20% da cobertura florestal do estado”, no caso do Sul, 80% no caso da Amazônia, 35% no caso do Cerrado, é a reserva coletiva; Então não está na constituição, que todos tem responsabilidade? “Os produtores rurais que tiverem suas atividades inviabilizadas economicamente pelas exigências da legislação ambiental [soa a campainha] serão remunerados por meio de pagamento pelos serviços ambientais prestados. A propriedade que apresentar área florestal que não se enquadre como área de preservação permanente, poderá preservá-la em benefício da coletividade, recebendo benefícios diretos ou indiretos para sua manutenção.”

Todo mundo achou bonita aquela reportagem da água que é servida em Nova York, que dá para abrir a torneira e tomar, mas quem está preservando aquela água lá em cima perto do Canadá, está recebendo para preservar, ele está recebendo em forma de *royalties* ou de outra forma, e é isso que está sendo proposto aqui.

Quem preservar tem que ser premiado por isso e não ser condenado, não ser punido por isso. Se nós premiarmos aqueles que preservam o meio ambiente, mais preservarão o meio ambiente e o Poder Público tem que pensar nisso, isso tem que estar na lei.

“Em se tratando de pequenos fragmentos florestais, isolados, será permitido a relocação dessas áreas mediante [interrupção no áudio] [soa a campainha] projeto técnico, desde que comprovado o ganho ambiental.”

Então, Presidente, para encerrar. O meio ambiente tem que preservado, porque sem preservar, nós não vamos produzir mais. Esta aí a técnica do plantio direto, estão aí as técnicas que a EMBRAPA lançou por todo país, que proporcionaram aumentar 132% de produtividade, de produção, 100% baseado na tecnologia, na produtividade.

Nós precisamos usar isso aqui, a lei não pode ser apartada disso. E nós não podemos nos esquecer desta premissa, preservar o meio ambiente não é responsabilidade do produtor rural apenas, mas de cada cidadão que está nesse país esperando uma legislação nova, com menos conflitos, com menos confusão, para que ela possa ser cumprida, mas tem que ser uma obrigação de todos.

Fazer discurso da Tribuna é fácil. Cada um tem que dar sua contribuição, preservar para produzir, Sr. Presidente, mas todos participando com responsabilidade da preservação [interrupção no áudio].

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Obrigado Senador Osmar Dias. O próximo orador inscrito é o Senador Casagrande.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem Senador Jaime.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Eu gostaria de aproveitar essa Audiência Pública, Sr. Presidente, para anunciar que na sessão de hoje, aqui do Senado, estarei protocolando, junto a Secretaria Geral da Mesa, um requerimento no sentido de formalizar a proposta aqui apresentada, no sentido de criarmos uma Comissão Especial destinada a elaborar o Projeto de Código Ambiental Brasileiro.

Só assim, Sr. Presidente, conseguiremos rever conceitos, colocar as florestas onde elas devem estar e compatibilizar a preservação e a produção em nosso país, com a participação ampla dos setores interessados e toda a sociedade brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador Casagrande, com a palavra.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado, Sr. Presidente senhores senadores e Sras. Senadoras, senhoras e senhores, eu vou falar do lado de cá, para que vocês possam fazer o equilíbrio aí das articulações também, não ficarem só olhando para o lado de lá. Liderança, ambientalistas e entidades presentes, lideranças do setor da agricultura, do agronegócio, na pessoa do Júlio Rocha, lá do Estado do Espírito Santo, Presidente da Federação da Agricultura do Estado do Espírito Santo.

Sr. Presidente, primeiro dizer da importância das exposições, mesmo que as exposições possam não ter toda... Todo o foco num único ponto, mas as exposições dos dois pesquisadores da EMBRAPA foram muito boas, eu quero aqui reconhecer.

O trabalho pode ser utilizado, acho que o Evaristo falou sobre isso, para um ou para outra, de acordo com o interesse, mas as informações são importantes, mesmo que elas possam ir sendo corrigidas no decorrer do tempo, as informações são importantes.

O debate sobre a APP fluvial e de topo de morro é importante. Não adianta nós acharmos que não é importante o debate. As exposições de cada um, os dados que o Meio Ambiente trouxe para nós aqui, foram fundamentais, são importantes porque mostram

uma visão, os mesmos números, uma visão um pouco diferente daquela apresentada por outros.

Então nós estamos aqui bem servidos, bem atendidos, eu vi aqui a proposta do Jayme, eu sou Presidente da Comissão de Meio Ambiente, que é Meio Ambiente, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor. Já propus aos membros da comissão, nós vamos fazer, vocês todos e todas, serão convidados a participar, vamos fazer um ciclo de debates. Nós vamos aprofundar o debate da gestão florestal, que aí entra a questão do Código Florestal, lá na Comissão de Meio Ambiente, esse debate é um debate importante, nos temos que fazer, Senadora Ideli, esse debate de forma profunda, para que a gente encontre de verdade, e aí eu concordo plenamente, na definição de uma política nacional de florestas, tem todo o meu entendimento, eu sou engenheiro florestal, quer dizer, me formei em Engenharia Florestal, já não sou mais engenheiro florestal, sou político hoje, já ocupei diversos cargos, mas eu tenho as noções básicas da Engenharia Florestal ainda na cabeça, sei da necessidade da floresta, sei da importância da floresta, eu acho que o Brasil ter uma política florestal é fundamental.

E a floresta cada vez mais, se os brasileiros não quiserem fiscalizar as florestas, outros povos, de outras nacionalidades, fiscalizarão por nós, porque a floresta cada vez mais vai estar sendo vigiada por nós ou por outros. Por nós ou por outros. E nós estamos agora no meio de uma crise financeira, que virou uma crise econômica e a crise não é econômica-financeira, a crise é de modelo, a crise é de modelo, o modelo de desenvolvimento adotado pelo mundo é um modelo que fracassou na área social, porque não consegue incorporar milhares de irmãos e irmãs de qualquer país do mundo, no consumo, na qualidade de vida.

Fracassou agora na área econômica e na área financeira, e já tinha fracassado na área ambiental, este modelo fracassou na área ambiental. E eu vejo até, falava ontem com a Telma Kruger, que é do INPE, foi Secretária de Mudanças Climáticas, falei assim: "A senhora acha que essa disputa é uma disputa perdida, a senhora acha que nós não vamos chegar a uma posição de vencermos os desafios colocados por nós, para que a gente possa ter um modelo que se auto-sustente?" Porque do jeito que nós estamos indo, do jeito que nós estamos indo, nós estamos no caminho errado. Estamos no caminho errado com o desmatamento que a gente tem, no caminho errado na luta ambientalista, porque você vê que no ano passado, quase 20 termelétricas a carvão e a óleo foram licenciadas e só uma hidrelétrica foi licenciada.

Os ambientalistas focam algumas coisas que não dão resultados, e deixam de focar outras que tem

resultado. Tem aqui, parece, uma disputa ideológica, já vem para cá, parece que alguém quer desmatar, outro quer proteger, alguém quer ser radical e outro quer que seja todo liberal.

Eu acho que nós... Acho que a virtude não está de um lado nem do outro aqui neste debate, acho que a virtude tem que ser uma virtude de nós buscarmos um caminho do entendimento, o Parlamento é para isso, o Parlamento é para buscar o caminho do entendimento, para tentar buscar o caminho do jeito [soa a campainha] que a coisa se colocou lá na Câmara e no debate, da alteração do Código Florestal, não vai, não vai porque as forças se anulam.

Sr. Presidente, eu não vou gastar o tempo que gastou a Kátia, não tenho pretensão, nem o tempo que gastou o Mercadante, não tenho a pretensão, mas eu quero um pouquinho mais do que os cinco minutos concedidos, que o senhor me concedeu, para eu acabar de fazer, acho que mais dois ou três minutos de fato, eu concluo o meu pensamento.

Do jeito que começou na Câmara, não vai, não vai as coisas vão se anular. Não adianta aqui alguns parlamentares ligados ao agronegócio mais diretamente fazer a defesa, não adiante outros ligados aos ambientalistas fazer a defesa, não vai avançar para lado nenhum.

O que está claro é o seguinte: tem diversidade no Brasil? Tem diversidade. Tem que considerar isso? Tem que considerar isso. O tema das características pedológicas, da inclinação, da formação do solo é fundamental? É fundamental para a avaliação. Tem que ser o mesmo tamanho aqui, o mesmo tamanho ali? Não, acho que não, agora, se nós hoje não temos condições nem de fiscalizar uma coisa linear como é hoje, como é que nos vamos fiscalizar uma coisa que seja dependente de um estudo mais profundo? [soa a campainha] Nós não temos essa capacidade, a gente não tem condições, Ministra Marina Silva, não temos essa capacidade.

Então eu concordo em repassar tarefas para os estados e para os municípios, eu sou um defensor de um novo pacto federativo em todos os assuntos, tem um projeto de lei, mas a gente discute muito, mas não avanço muito naquilo que pode.

Tem um Projeto de Lei do Governo na Câmara, que dá novas tarefas aos estados e municípios, com relação ao licenciamento ambiental, esse projeto não avança na Câmara, tem diversos deputados, tem um deputado aqui, tinha diversos deputados aqui, ao invés de pedir mais coisas, vamos cuidar daquilo que já está lá, já tem uma proposta de lei na Câmara, dando tarefa aos municípios e aos estados, para que a gente

possa fazer uma nova ação na área de licenciamento ambiental; eu sou favorável.

Agora, não sou posso ser favorável a você dar liberdade, se você tem certeza que essa liberdade vai causar mais desmatamentos, não posso ser. Só posso dar liberdade, porque hoje em dia, porque os ambientalistas não querem a mudança do Código Florestal? Porque acha [soa a campanha] que o governo não controla as coisas, não controla, então não confia, então é melhor ter uma coisa restrita, restrita, porque o estado, não vou colocar o Governo Federal, o Estado não controla.

Por que que não avança com relação a florestas produtivas em áreas já desmatadas na Região Norte? É porque acha que se abrir isso, vai abrir um rio de desmatamento. Por que não estamos discutindo legalização de 1500 hectares na Amazônia? Por que não estamos discutindo? Porque a gente acha, estamos discutindo, porque a gente acha que a medida que vai legalizando mais, mais abertura para novo desmatamento, não tem um limite, não tem um corte no tempo, então não tem essa confiança na ação do Estado, com relação às mudanças.

Eu estou propondo, então, que nós possamos fazer um seminário profundo, um ciclo de debates para sairmos da superficialidade [interrupção no áudio] o interesse de todos nós, para quem não conhece o tema, é fundamental, mas que a gente possa na Comissão de Meio Ambiente, aí em conjunto com outras Comissões, Agricultura, o Demóstenes quer fazer, da Justiça, eu acho que a gente deve aprofundar um debate, para que todos vocês possam vir com tempo, discutir conosco, a gente ter alguma coisa que possa caminhar no entendimento, porque acho que esse é o único momento da gente sair dessa letargia que nós temos hoje, de discutir assuntos tão importantes e não conseguimos encaminhar uma solução.

De fato, se quiser preservar, eu sou do Espírito Santo; o Espírito Santo, se for aplicar a legislação na ponta do lápis, nós perderemos mais da metade dos nossos cafeicultores do Estado do Espírito Santo. Então, nós temos uma realidade, tem que ser considerada, não dá para não considerar a realidade que a gente tem no Brasil hoje. Isso tem que ser considerado efetivamente, agora, se quiser preservar, mais do que a legislação determina, de fato, tem que pagar, o pagamento por serviços ambientais, já foi dito aqui um exemplo, nós temos o exemplo do Espírito Santo, o Governo do Estado está pagando [soa a campanha] por serviços ambientais, temos diversos outros exemplos, então acho que nós temos que estabelecer novos conceitos, e o debate não é do Código Florestal,

o debate é de gestão de floresta, o debate daquilo que a gente quer para o Brasil.

Se nós quisermos zero de floresta, então vamos ter uma política zero de floresta. Se a gente quer preservar o que tem, vamos adotar todos os instrumentos para que a gente possa preservar o que ainda nós temos de floresta.

Obrigado Presidente.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Obrigado, Senador Casagrande, pela brevidade e o Senador Neuto de Conto é o próximo inscrito. Com a palavra o Senador Neuto de Conto.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Sr. Presidente Senador Valter Pereira, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, nossa saudação a todos os debatedores, que vieram enriquecer o debate.

Sr. Presidente, eu estava refletindo o próprio debate; parece que vivemos uma crise estrutural, não só no Brasil, mas no mundo, e que estamos passando para o fim de um ciclo e a exaustão de um modelo de governar. Eu subo a essa Tribuna para defender o meu estado, defender Santa Catarina, o estado que tem somente 1.13% do território nacional, é o quinto maior produtor de alimentos do Brasil, é o 6º maior arrecadador da pátria, um estado que tem 213 mil propriedades rurais, 186 delas são pequenas, menos de 50 hectares, divididas pelas heranças, pelas famílias e que desse potencial todo está pagando um preço muito alto, porque, primeiramente, eu que fui Secretário da Agricultura, há mais de duas décadas, quando lançamos o Projeto Microbacias.

E o Projeto Microbacias, só nesses últimos 6 anos, investiu o governo 100 milhões de dólares para a pequena propriedade rural, investiu em todos os seguimentos, 936 microbacias, onde vivem 141 mil famílias. E o fundamento básico foi a educação, a educação que para que eu não perca o raciocínio, eu vou ler: "*Capacitação em temas ambientais, sociais e econômicos: 96.140 agricultores, 34.399 lideranças das associações de microbacias, 7 mil técnicos, 942 dirigentes, e 1.380 indígenas e 11.636 jovens foram treinados; educação ambiental: 1.158 oficinas de educação ambiental, 822 eventos para troca de experiências entre as microbacias, 290 viagens educativas de excursões de uma microbacia para outra, 3.796 escolas rurais envolvidas com a atividade educacional ambiental, 860 projetos de educação ambiental, executados nas escolas rurais, e 236 oficinas práticas de educação ambiental para professores.*" E aqui nós poderíamos ler durante duas horas, o investimento e o treinamento das pessoas.

Por isso eu não posso concordar que um passivo ambiental possa se transferir para um passivo social,

se imagino o que acontecerá, se as leis, aqui citadas deverão ser cumpridas nas formas que a legislação estabelece.

Vamos engordar os cinturões, vamos criar mais favelas, vamos deixar a terra abandonada, porque já não tem mais condições de sobreviver com os pequenos espaços de terra, com tanta pressão que aqui se faz.

Sr. Presidente, senhores senadores. Só falam do projeto e eu fico engrandecido, porque o projeto Santa Catarina nasceu, primeiramente na educação, depois ele partiu para o debate, a lei foi para a Assembléia, a Assembléia fez dezenas de Audiências Públicas em todas as regiões do Estado, para que dessas Audiências Públicas pudesse, os senhores deputados ter a consciência [soa a campainha] do que eles estariam fazendo não só para o agricultor, mas para a sociedade de barriga verde.

E dessas audiências, foi uma votação unânime, para que... E eles sabem que nós precisamos do meio ambiente, nós precisamos da produção, nós precisamos associar a produção, o meio ambiente e a área econômica.

Já o meu tempo está se terminando, tanta coisa, Sr. Presidente, poderia trazer aqui. Não concordo com o discurso do Senador, principalmente quando ele atinge o meu estado, que fez com responsabilidade, fez a sua grande maioria estar dentro da Lei Federal, está de acordo com a Constituição, ele foge em dois ou três itens, e foge, porque não é possível que uma sanga de 1 metro de largura, que uma vertente de meio metro de largura possa se inutilizar a sua proteção em 30 metros. Agora, é possível num rio de 30 metros manter 50, 30 ou 50, então nós temos... E essa estrutura, esse conhecimento é que nós temos que buscar, debater e eu fico aqui gratificado, porque se ele não está perfeito, está levando o Brasil ao debate. Todos os estados estão aqui representados pelos seus representantes na área rural, para que o debate venha e possa nos dar uma legislação segura, forte que nos dê meio ambiente e que nos dê, principalmente, também a área econômica.

Nós temos um maior patrimônio, precisamos preservá-lo, que é o ser humano, nenhum patrimônio é superior a ele. E na defesa dele, que estou aqui para representar Santa Catarina e a sua gente.

Vou encerrar, Sr. Presidente, citando o filósofo chinês [soa a campainha] que viveu há três séculos antes de Cristo e parece que a sua filosofia está presente hoje, Sun Tzu dizia que se queres projetar a vida por um ano, plante cereais, porque dá para plantar e dá para colher, se quer preservar a vida por 30, 40 ou 50 anos, plante árvores, que ela será satisfatória,

mas se queres projetar a vida para sempre, treine e eduque o homem.

Muito obrigado.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Agradeço ao Senador Neuto Conto, e a próxima oradora inscrita seria a Senadora Ideli Salvatti que permutou com a Senadora Marina Silva.

Nós fazemos um apelo a todos os senhores parlamentares agora, que abreviem o tempo, que nós estamos trabalhando contra ele. Tem a Sessão ordinária da casa que vai começar brevemente, então nós precisamos abreviar.

Então, com a palavra a Senadora Marina Silva.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores.

Primeiro lugar eu quero dizer da importância desse debate sendo feito no Plenário dessa casa. E da importância de termos uma visão trans-disciplinar, interdisciplinar das questões. E eu fico muito feliz com a postura das demais Comissões ao terem agregado sugestão de outros nomes para que pudessem vir participar desse debate.

Quão rico foi a apresentação feita por cada um dos senhores expositores, que suscitou, da parte dos senhores senadores, um conjunto de manifestações, e interpelações, em relação ao que aqui foi dito, de sorte que aqueles que fizeram apresentações em *Power Point*, tiveram a oportunidade de colocar melhor as suas posições, mas nem por isso aqueles que foram sucintos deixaram de dar uma grande contribuição.

Eu acho que é assim que se produz a ciência, que se produz o conhecimento, é nesse contato e não necessariamente no embate entre idéias diferentes, entre posicionamentos diferentes. E aí, não só as ciências exatas, mas também as ciências humanas aqui representadas, não só as ciências humanas, mas também o olhar mediador da política que em última instância faz essa mediação para os processos decisórios.

A ciência é fundamental, foi dito por vários colegas aqui, que eu concordo, para poder calçar os processos decisórios. Todavia, não é ela que dá a última palavra, assim como não é a política que dá a última palavra, é o processo de mediação que é feito o tempo todo, para que possamos chegar a esses resultados.

Eu fico muito feliz de que esse objetivo tenha sido alcançado com essa mesa plural. E quero parabenizar todos os senhores na pessoa do Dr. Tássio, do Ministério do Meio Ambiente e do Dr. Herman Benjamim, aqui representando o campo das ciências ditas humanas, para mim todas elas são humanas, porque todas elas se prestam a um único benefício, a produção do conhecimento, que não é estagnado que não é, em hipótese

alguma, terminativo, é um processo cumulativo, e como processo cumulativo que se diz hoje, amanhã pode não ser, mas é assim que se produz a ciência.

Muitas verdades que foram ditas, hoje, foram relativizadas ou foram até negadas. Muitas que foram negadas ou relativizadas, no decorrer do processo histórico, elas foram confirmadas. E olha que quem está falando aqui é uma professora de ensino médio, de História, mas que por ter sido alfabetizada aos 16 anos de idade, se apaixonou pelo conhecimento, e é fantástico, a gente vê que existem pessoas aqui de cabelo branco produzindo conhecimento, pessoas jovens e brilhantes produzindo conhecimento, para que nós, os senadores, possamos aqui sair um pouco do debate da agenda do cotidiano, que tem sido tão amarga, tão dura para esse Congresso Nacional, e entrar nos grandes temas da sociedade brasileira.

Eu fico pensando o quanto os telespectadores da TV Senado devem ter se sentido orgulhosos de ver um debate que coloca as questões de uma forma integrada, não dicotomizada, não vamos dizer aqui, em hipótese alguma, que a agricultura não tem nada a ver com mudanças climáticas; tem a ver, tem tudo a ver e foi muito bem demonstrado aqui; não vamos dizer aqui que regularização fundiária, ordenamento territorial e fundiário, não tem nada a ver com cobertura vegetal, tem tudo a ver.

Como que um país que ainda tem mais de 60% de cobertura vegetal, pode negligenciar esse debate, quando pensa em um processo estratégico de desenvolvimento? Pensar o desenvolvimento no Século XXI, significa colocar novos paradigmas, significar ter uma nova visão, uma visão que faça uma inflexão civilizatória, uma inflexão civilizatória que dialogue com os representantes dos vários estados aqui, da agricultura, do setor, da agricultura do nosso país, com os ambientalistas, que durante muito tempo, foram vilipendiados, como se fossem um bando de irresponsáveis que só contemplam borboletas e passarinhos. Pelo contrário. Durante muitos anos, os ambientalistas pediam aos desenvolvimentistas que fizessem alguma coisa pelo meio ambiente [soa a campainha].

Hoje, eu fico muito feliz de verificar, Sr. Presidente, que são aqueles que estão na agenda do desenvolvimento que pedem aos ambientalistas tem que façam alguma coisa pelo desenvolvimento, e com alegria eu pude ver o governador Blairo Maggi, que tivemos embates muito grandes durante a minha gestão Ministério do Meio Ambiente, mas numa recente entrevista, ele disse: "Olha, o problema da reserva legal já não é um problema do Mato Grosso; o problema da reserva legal é um problema nas outras regiões do país, aqui está muito bom, 80%, nós estamos satisfeitos com 80%."

Se na minha época do Ministério do Meio Ambiente, eu tivesse me rendido ao discurso fácil, com certeza, hoje o Governador não poderia dizer isso, porque com certeza ele gostou de ver o desmatamento reduzir no seu estado, que crescia 48% e graças às medidas caiu cerca de 72% em 2005, quando tivemos os primeiros itens de desmatamento caindo.

Eu sei que V.Exa. fez um apelo para que a fala fosse rápido, eu sei que V.Exa., no começo, foi liberal com nossos expositores, com os nossos Senadores, porque ainda havia o tempo e agora V.Exa., com justa razão, pede para que se cumpra o tempo, mas eu vou pedir um pouco de *data venia*, porque isso para mim é muito importante, porque a legislação ambiental brasileira não é fruto de esforços escusos, de interesses não confessos, como disse o Ministro Mangabeira Unger.

Ela é fruto do constituinte originário, que apresentou essa proposição numa constituinte exclusiva, para escrever ali o artigo 225 da Constituição Federal, e o constituinte derivado tem que respeitar o que disse o constituinte originário sob pena de não estarmos respeitando aquilo que é o pacto feito pela sociedade brasileira, a sociedade brasileira fez um pacto na democracia e esse pacto democrático precisa ser observado.

As leis mudam e elas podem ser mudadas, mas devem ser mudadas numa perspectiva de melhoria e o que está sendo colocado aqui não é apenas uma mudança na nossa forma errada de fazer a agricultura, de fazer a mineração, de fazer a exploração florestal, do que quer que seja, o que está em questionamento aqui é a nossa forma errada de ser.

Se nós não fizermos esse questionamento, da nossa forma inadequada de ser, nós nunca chegaremos a uma resposta adequada para a nossa forma incorreta de fazer. Não se trata mais de um debate, aonde o meio ambiente se opõe a meio ambiente, o desenvolvimento se opõe ao meio ambiente, isso faz parte da mesma moeda, quem tiver capacidade técnica, que responda a essa equação, quem tiver compromisso ético que responda a essa equação, quem tiver compromisso que vá além do aqui, agora, de sacrificar os recursos de milhares e milhares de anos, pelo lucro de apenas algumas décadas, que responda essa equação, como desenvolver protegendo, como proteger desenvolvendo?

É isso que na Convenção do Clima está posto como desafio, aonde as pessoas dizem: "Vamos mitigar, vamos adaptar, vamos enfrentar as vulnerabilidades das mudanças climáticas, mas vamos fazer de tudo para não ter os efeitos indesejáveis." Quais são os efeitos indesejáveis? Que a nossa agricultura perda

a competitividade e o bom é que é possível fazer as ações todas sem perder competitividade.

Agora, nós vamos perder, sim, competitividade, se nós não formos capazes de nos antecipar, se nós continuarmos fazendo como sempre fizemos. É uma irresponsabilidade, será uma irresponsabilidade, do governo, do Estado Brasileiro, desse Congresso, porque nós não estamos aqui não é para fazer o discurso mais fácil é para fazer aquilo que é necessário.

Durante todos esses anos no Ministério do Meio Ambiente, com incompreensões, mas nós fizemos uma agenda estratégica. O Dr. Tássio que veio aqui sabe que o serviço florestal brasileiro é parte dessa equação, a BR 163, com plano de desenvolvimento sustentável, com 91% é parte dessa equação, as ações voltadas no PAS, Programa Amazônia Sustentável...

Eu vou suplicar à V.Exa., um pouquinho da liberalidade de que V.Exa. teve com meus outros colegas, porque eu sei que daqui a pouco vamos ter a homenagem a Dom Helder, mas esse momento é muito importante, até em homenagem a memória de Dom Helder.

Dom Helder foi um homem que viveu a sua humanidade com a mais profunda radicalidade e ser humano com radicalidade, não é colocar o homem em primeiro lugar, é colocar o homem no seu devido lugar, como aquele que é capaz de pensar por si mesmo, e pensar por aqueles que não pensam, que é a natureza.

Nós somos os olhos da natureza, nós somos as mentes da natureza, nós somos as mãos da natureza, nós podemos usá-la para nos beneficiar, protegendo-a, mas nós podemos usá-la para nos derrotar, derrotar a nós mesmos, destruindo.

Quando sai de 30 [interrupção no áudio] sai de 30 metros para 5 metros, na margem dos rios, nós estamos dizendo uma coisa, é como se eu conversei com os alunos da Conferência de Meio Ambiente, eles queriam entender porque havia uma diferença entre 5 metros e 30 metros para as matas ciliares, "Olha, os nossos cílios, as nossas sobranceiras, é para proteger do suor; agora se nós decidirmos que basta um cílio, com certeza não vai proteger do suor". É isso que está sendo proposto, é isso que está sendo feito, é por isso que o vosso estudo é muito importante e é por isso que a fala do Dr. Herman Benjamim foi muito importante.

Nós estabelecemos preceitos gerais para que a lei possa ser aplicada, na mediação que é feita pela sociedade, porque se cada juiz, se cada fiscal do IBA-MA não tiver um parâmetro, aí sim vamos ser todos prejudicados e na ausência de uma legislação que seja respeitada, que seja cumprida e implementada [soa a campainha], aí nós temos o Deus dará e não é isso que está sendo reivindicado aqui.

Eu tinha uma série de informações que eu trouxe para esse debate, mas o Senador Mercadante, o Tássio, os que fizeram suas exposições, o Beto Veríssimo, o Beto Ricardo, todos eles colocaram com maestria, outros Srs. Senadores, o que estamos fazendo aqui é algo estratégico, é algo importante, que deve calar fundo no coração de cada homem e cada mulher, porque nós estamos diante de um compromisso intergeracional, aqui não se trata de fazer agricultura apenas para o filho e para o neto, trata de se defender o direito daqueles que ainda não nasceram e o Brasil, graças a Deus, para além de nós os políticos, ele é capaz de dar essa resposta.

A pesquisa do Datafolha diz que 91% dos brasileiros não querem desmatamento, 90% dos brasileiros querem ver combater desmatamento, mesmo que tenhamos um custo maior nos nossos produtos de agricultura, e nos nossos produtos madeireiros. Isso é um pensamento que pode ser apenas um sentimento difuso, pode ser apenas um sentimento difuso, mas, se canalizado por quem tem pensamento estratégico, por quem é capaz de utilizar a força inventiva, criativa, da ciência e do coração daqueles que querem muito além do lucro aqui agora, nós podemos fazer esse país uma outra história.

O Beto falou que o Haiti é aqui, mas pode não ser aqui, nós não precisamos retardar a escravidão do homem sobre a natureza. Nós podemos acelerar a reconciliação do homem consigo mesmo, do homem com o seu trabalho, do homem com o seu conhecimento, para aquilo que há de melhor na humanidade.

O problema da meia verdade é quando a gente diz que a meia verdade é a verdade inteira; a verdade é parcial e ela se constrói na coletividade. É por isso que isso aqui foi importante, a decisão sobre o Código Florestal brasileiro, sobre a legislação ambiental brasileira, não será fruto [interrupção do áudio] [soa a campainha] não será fruto de uma cabeça, por mais iluminada que seja. Será um processo em co-autoria, não será do Congresso para a sociedade, será com a sociedade, porque nós não fomos eleitos para substituí-la, nós fomos eleitos para representá-la, e 90% do povo brasileiro, diz que quer produção com sustentabilidade, quer sustentabilidade com produção. Essa é a equação, que a nossa competência e que Deus nos ajude a respondê-la.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Obrigado Senador Marina Silva, o próximo orador inscrito é o Senador Flexa Ribeiro, por permuta com o Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente...

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu gostaria de alertar o Senador Flexa Ribeiro que nós estamos a 13 minutos de começar a sessão ordinária do Senado, portanto, o prazo de V.Exa. tem que ser encurtado o máximo possível.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É, pelo informe de V.Exa. eu tenho 13 minutos para poder usar da Tribuna.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): V.Exa. vai usar cinco.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Prorrogáveis por tanto quanto foram prorrogados os Senadores que me antecederam. Mas, não precisarei de tanto tempo não, Senador, eu quero dar oportunidades a outros colegas que possam também fazer uso da Tribuna.

Quero saldá-lo e em seu nome saudar a todos os integrantes da Mesa aos nossos Senadores e Senadoras, e dizer da importância, da importância dessa Audiência Pública.

Pelo meu conhecimento, e quero aqui parabenizar a Senadora Kátia Abreu, é a primeira Audiência Pública de todas as Comissões permanentes do Senado Federal. Ela aprovou o seu Requerimento em todas as 13 Comissões, eu, há pouco conversava com um jornalista, e o jornalista me perguntava de que lado eu estava, se eu estava do lado da Senadora Kátia Abreu ou se eu estava do lado da Senadora Marina Silva.

Eu respondi com muita tranquilidade, eu disse que eu estava do lado do Brasil, do lado da Amazônia, do lado do Pará, e o que eu verifico, prestando atenção a todas as brilhantes exposições que aqui foram feitas, o que eu verifico e me preocupo muito, Senador Valter Pereira, é que nós estejamos tendo uma conversa entre surdo e mudo, ou seja, nós não conseguimos avançar, aqueles que não querem ouvir, e aqueles que não querem falar.

Os discursos são muito bonitos, muito bonitos, cada um vem e defende, eu vou defender os que plantam banana no topo de morro lá em São Paulo, eu vou defender os que plantam café lá no Espírito Santo, aí não pode, é uma atividade centenária, nós não podemos alterar aquilo que já está consolidado.

Gente, o que está faltando a todos nós, a todos nós, é bom senso. É querer resolver o problema, como bem disse o Ministro Hermam Benjamin, pelo aquilo que nos une e não pelo aquilo que nos divide, nós não vamos chegar a lugar nenhum, nem do lado da produção e nem do lado ambiental, se nós não buscarmos uma agenda que seja convergente, vamos buscar aquilo que pode ser resolvido e vamos resolvê-la, o mais breve possível, vamos deixar as questões que

não há consenso, para tentar resolvê-las com o diálogo mais amplo.

A Senadora Marina Silva, que eu tenho o maior respeito, ela acabou de dizer que 90% dos brasileiros, das pessoas, melhor dizendo, concordam que precisam produzir preservando e preservar produzindo. Eu digo que não são 90% não, 100% tem este pensamento. Agora, vamos colocar em prática o pensamento, vamos sair do discurso para fazer com que a coisa possa funcionar, o meu estado, o meu estado e aqui, o Dr. Adalberto Veríssimo, que representa uma ONG, IMAZON, ele sabe, ele sabe o respeito que o Estado do Pará teve no governo passado, no Governo de Simão Jatene, com a questão ambiental.

Foi, se não me falha a memória, o segundo estado do Brasil, a aprovar o zoneamento econômico ecológico, aprovado depois de uma discussão com toda a sociedade. E nem por isso foi aprovado pela unanimidade dos votos dos deputados da Assembleia Legislativa, de todos os partidos, inclusive, do PT, aprovado por unanimidade.

Então já subiu aqui à Tribuna, deputado, Deputado, se não me falha a memória, Renato Casagrande defendendo o pacto federativo. Os estados têm que ter liberdade dentro da federação brasileira de definir; já foi transferida para os estados e municípios, a ação na área da saúde, educação, é lá que nós vivemos, é no município que nós habitamos, é lá que as coisas acontecem, então é por lá que nós temos que também fazer a gestão ambiental dos estados e municípios.

Nós vamos ficar aqui discursando eternamente, se não fizermos o zoneamento econômico ecológico de todos os estados brasileiros, e, aí sim, definir quais são as áreas que devem ser preservadas, quais são as áreas que devem ser utilizadas intensamente, e quais são as áreas que podem ser semi-utilizadas através de manejos e outras técnicas [soa a campainha]. Mas, para isso, precisa fazer um levantamento e não há.

Uma outra ação importante que precisa ser feita, e que é consenso de todos é a regularização fundiária; é a regularização fundiária. Então, eu apresentei um projeto, Senador Valter Pereira, em 2005, um projeto que era de uma única folha e dois ou três artigos, que dizia o seguinte: que nas áreas já alteradas, nas áreas já modificadas, eu quero repetir isso, porque os ambientalistas de má-fé, não são todos, não são todos, mas os ambientalistas de má-fé divulgam pela mídia que o meu projeto é floresta zero, como se eu quisesse cortar raso todos os projetos da Amazônia, para a qual ele foi inicialmente projetado e do Brasil, como um todo.

Pelo contrário, o meu projeto não permite o corte de uma única árvore a mais, mas é preciso que seja-

mos inteligentes, que nós possamos consolidar aquilo que já está aberto, nós possamos usar aquilo que já foi alterado pelo homem, de forma intensiva e manter a reserva legal de 80%.

É outra informação de má-fé, que o meu projeto altera a reserva legal. Não é verdade, o projeto mantém a reserva legal na Amazônia de 80%, apenas, apenas ele vai na direção do uso do bom senso, ou seja, em vez de se fazer reserva legal por propriedade, temos que fazer reserva legal por lote, através de compensação em áreas de preservação ou áreas, que sejam elas públicas ou privadas, gerando, gerando o que já foi falado aqui [interrupção no áudio] [soa a campanha].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Nós estamos no limite.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Já concluo, já concluo, gerando aquilo que já foi falado, que é o pagamento do serviço ambiental para aqueles que preservaram e poderão usar a sua área de preservação, locando essa área, ou vendendo essa área, para que ela sirva de reserva legal, em áreas que já foram antropizadas anteriormente.

E não é, e não é também como está sendo dito, indutor para novo desmatamento, porque o projeto, ele remete a um prazo anterior à aprovação da lei. Era até 2006, no projeto original.

Então eu quero parabenizar, parabenizar aos expositores, quero parabenizar ao Senado Federal, e dizer que essa Audiência Pública, Senador Valter Pereira, tem que ter continuidade.

Há pouco o Senador [interrupção no áudio] [soa a campanha].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador Casagrande?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, Senador Campos, Jayme Campos propôs a criação de uma comissão para discutir a questão, não do Código Florestal, mas da política florestal brasileira.

Eu diria que nós temos que manter permanentemente aberto esse diálogo, para chegarmos aos poucos àquilo que possa melhorar a qualidade de vida de todos os brasileiros, principalmente aqueles brasileiros da Amazônia, que se nós fossemos andar por lá, iríamos constatar exatamente aquela verdade que não é dita, que lá existem brasileiros que não tem acesso a água potável, não tem acesso a saneamento, não tem acesso à vida digna, de forma, à vida humana digna.

Era o que eu tinha a dizer, Presidente.

[palmas].

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Presidente, Sr. Presidente, pela ordem. V.Exa. pretende encerrar às 14 horas. Vai haver ampliação do prazo ou será encerrada às 14 horas.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Não, tem que encerrar, às 14 horas, porque... Sessão ordinária do Senado. Está... Trinta segundos para a Senadora Ideli, e temos que encerrar.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Eu sou o próximo inscrito?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): O próximo seria o Senador Suplicy, certo? Mas ele está lá, inclusive, pedindo pela ordem para ser.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Sem prejuízo da fala da Senadora Ideli Salvatti, eu gostaria apenas então, dada a premência do horário, cumprimentar todos os oradores, observar, do ponto de vista regimental, que com respeito a sugestão formulada pelo Senador Jayme Campos, só cabe a formação de uma comissão para examinar projetos de código, depois da formulação de um projeto, conforme diz o artigo 374.

Isso apenas para chamar a atenção e eu só tenho uma pergunta a todos os expositores, a quem tanto cumprimento, para aprender, se, a luz do estudo que o Dr. Tassio Azevedo, do Ministério do Meio Ambiente colocou, que aponta termos 300 milhões de hectares disponíveis para a exploração agropecuária, como avaliar o estudo do Dr. Evaristo Miranda, pesquisador do EMBRAPA, que afirmou que cerca de 71% do território está legalmente destinado à preservação ambiental e minorias, e, sobretudo, se há uma maneira de chegarmos a um entendimento, conforme aliás entendi, foi a formulação de quase todos os oradores, porque me parece que o sentido comum da palavra dos depoentes, ainda que com pontos de vista diferentes, é que possamos nós chegar a um entendimento sobre o assunto.

Concluí, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem. Eu passo a palavra para a Senadora Ideli, que terá um prazo de 10 segundos para concluir seu pronunciamento.

[risos].

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Eu tenho certeza absoluta que V.Exa. não será tão indelicado para comigo.

Eu queria cumprimentar todos os nossos expositores [soa a campanha], parabenizar esta atividade extremamente importante do Senado da República, um tema tão apaixonante, que se nós tivéssemos todo o horário do mundo, vararíamos a madrugada.

E eu quero terminar aqui este evento com algumas questões, que eu imagino que quem está nos assistindo deve estar perguntando, como eu estou perguntando desde o início da sessão.

O Brasil é grande, o Brasil é muito grande, o Brasil é diferente, ele é muito diferente. Então como é que a gente pode explicar que num Brasil deste tamanho, a gente tenha ainda pessoas e não são poucas, brigando para ter o direito de trabalhar um pedacinho de terra, um pedacinho de terra? Num Brasil destas dimensões, destas dimensões e veja bem, como a democracia do uso da terra está muito longe aqui no Brasil, muito longe.

Santa Catarina não é um estado considerado de latifundiários, não é, não é. Mas olha a realidade da posse da terra, no meu estado, em Santa Catarina: 90% das propriedades rurais, 90% das propriedades rurais, tem no máximo até 50 hectares, não é Senador Neuto de Conto? Mas sabe quanto do território estes 90% de proprietários rurais catarinenses ocupam? 40%, porque tem 10%, Senador Neuto de Conto, lá em Santa Catarina, imagina no resto do Brasil, tem 10% que ocupa 60% das terras. 60% das terras.

E aí como é que a gente vai explicar então essa história de falta de terra, como é que a gente vai explicar que... Mas Santa Catarina produz, com toda a dificuldade, somos o primeiro produtor nacional de cebola [interrupção no áudio]. Já vou--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Já deu uma demonstração cabal de uma senhora capacidade cívica.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Segundo produtor nacional de fumos e aves, terceiro produtor nacional de arroz e aí por diante.

Agora, se a gente não quiser falar, que quando a gente vai falar de meio ambiente tem que falar de propriedade, de distribuição de terra, gente, senão parece que o problema é o meio ambiente, só, quando não é.

[palmas].

Agora, vamos entrar num outro assunto, usando a realidade de Santa Catarina: a distribuição do resultado do trabalho na agricultura, o resultado. A agricultura familiar, que ocupa 40% da terra, emprega mais de dois terços dos que trabalham na terra, tem como resultado econômico, menos de um terço do agronegócio.

Ocupa dois terços da mão-de-obra [soa a campanha], tem só 40% da terra, e consegue só um terço do resultado econômico. O agronegócio emprega apenas um terço da mão de obra, tem 60% das terras e consegue de lucro, de resultado econômico, mais do que três vezes a agricultura familiar.

Então, quando nós vamos tratar do assunto, nós temos que tratar da propriedade da terra e nós temos que tratar do resultado da distribuição do resultado econômico da agricultura, porque senão fica parecendo, Senador Neuto de Conto, que na hora do nosso pro-

ductor de suíno e de ave de lá, que ganha uma merrequinha, e que a grande lucratividade acaba indo para o agronegócio e não para o agricultor familiar.

E aí nós vamos querendo cada vez mais terra para a agricultura, cada vez mais isso, cada vez mais aquilo, quando a situação poderia muitas vezes ser [interrupção no áudio] [soa a campanha] por uma solução que pudesse fazer uma justiça social, num melhor distribuição da renda e numa melhor distribuição da terra.

Isso tem que estar colado, tem que estar junto com a discussão que nós queremos fazer aqui.

E queria dizer ainda mais um outro elemento: nós temos 60 milhões de hectares de terras degradadas. Isto é quase 10% de todo território nacional. Então num país deste tamanho, tão diferente, com 10% do território que a agricultura já avançou e abandonou, a pecuária usou e jogou fora, que nem lenço descartável, nós temos como explicar para o mundo e para o Brasil de que nós vamos desmatar mais?

Nós temos [interrupção no áudio] 10% das terras degradadas, nós temos muito mais do que nós poderíamos reivindicar mexendo na legislação ambiental indigenista do nosso país.

Então eu quero dizer de forma muito clara: temos que discutir as diferenças, a realidade que cada estado tem, os pequenos agricultores lá de Santa Catarina e eu quero dizer, inclusive, que muitos deles entraram nessa discussão do código ambiental com razões, motivos, etc. e tal, mas a solução para os pequenos agricultores, está em democratizar o uso da terra, democratizar e distribuir a riqueza oriunda da terra e a gente recuperar as áreas degradadas em vez de mexer em floresta e área de preservação.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Obrigado pela síntese da Senadora Ideli Salvatti. E antes de encerrar essa sessão, eu quero registrar a presença dos presidentes dos sindicatos rurais dos municípios de Maracaju, Ribas do Rio Pardo e de Três Lagoas, do meu Estado de Mato Grosso do Sul, juntamente com o Coordenador da Comissão de Meio Ambiente da Federação de Agricultura de Mato Grosso do Sul, FAMASUL, José Armando Amado.

Muito obrigado a todos pela presença, especialmente os nossos agradecimentos a todos os expositores que deram hoje um combustível extraordinário, uma contribuição muito relevante para esse debate, que certamente levará a bom termo, o tema que aqui nós estamos debruçando.

Muito obrigado a todos. Está encerrada a presente Reunião.

Sessão encerrada às 14h08.

ATA DA 15ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2009.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às onze horas e quarenta e sete minutos do dia vinte e nove de abril de dois mil e nove, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), sob a Presidência do Senador Flávio Arns, e com a presença dos Senhores Senadores Inácio Arruda, Fátima Cleide, Wellington Salgado de Oliveira, Marco Maciel, Rosalba Ciarlini, Cícero Lucena, Romeu Tuma, Cristovam Buarque, Eduardo Suplicy, Roberto Cavalcanti, Valdir Raupp, Gilberto Goellner e Papaléo Paes reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Augusto Botelho, Paulo Paim, Marina Silva, Expedito Júnior, Valter Pereira, Gilvam Borges, Gerson Camata, Francisco Dornelles, Raimundo Colombo, Heráclito Fortes, José Agripino, Adelmir Santana, Álvaro Dias, Lúcia Vânia, Marisa Serrano e Sérgio Zambiasi. O Senhor Presidente, Senador Flávio Arns, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 32/08 – CE, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que tem como objetivo debater “**A participação do capital estrangeiro nas instituições educacionais**”. A Presidência registra a presença para acompanhar a Audiência Pública, do Senhor João Paulo Bachur, Chefe de Gabinete do Ministro de Estado da Educação. Como expositores, comparecem à Audiência Pública o Senhor Antônio Carbonari, Diretor Técnico da Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior – ABMES; Senhora Lúcia Kluck Stumpf, Presidente da União Nacional dos Estudantes – UNE e Senhor Paulo Wollinger, Diretor de Regulação e Supervisão da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação – SESU/MEC. Finda a apresentação dos expositores, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam da palavra os Senhores Senadores Cristovam Buarque – autor do Requerimento, Roberto Cavalcanti, Rosalba Ciarlini e Wellington Salgado de Oliveira. Neste momento, o Senhor Senador Cristovam Buarque requer, oralmente, a inclusão de Requerimento para realização de nova Audiência Pública sobre o tema, o que é aprovado. A Presidência agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam

anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às treze horas e trinta e nove minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador **Flávio Arns**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

15ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 29 DE ABRIL DE 2009.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Havendo número regimental, declaro aberta a 15ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Submeto, inicialmente, à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a aprovação da mesma. Os Srs. Senadores e Sras. Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Aprovado.

A presente reunião atende a Requerimento nº 32/08, do ano passado, portanto, de autoria do Senador Cristovam Buarque, aqui presente, com muita honra, Ex-Presidente desta Comissão, para a realização desta Audiência Pública destinada a debater, entre aspas, a participação do capital estrangeiro nas instituições educacionais. Nós temos como convidados para esta Audiência Pública do dia de hoje, e que farão as suas exposições, Paulo Wollinger, que é da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação, MEC. À minha direita, Antonio Carbonari, Diretor Técnico, Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior, e também, novamente, com muita alegria aqui na Comissão, ela, que já veio tantas vezes debater tantos assuntos fundamentais na área, que é a Lúcia Stumpf, que é Presidente da União Nacional dos Estudantes, UNE.

Sejam todos muito bem vindos. Peço desculpas, inicialmente, pelo atraso no início desta Audiência Pública. Esta Audiência Pública, conforme eu comuniquei à Mesa, já havia sido agendada há bastante tempo, antes inclusive, da marcação da Audiência Pública que está acontecendo nesse momento e acerca de um tema da maior relevância no Plenário do Senado Federal. Aquela Audiência Pública havia sido marcada para as 9 horas, posteriormente, adiada para as 09h30, o início, e para compatibilizar então os dois eventos, procuramos

adiar o início desta Audiência Pública para 11h30. São 11h50 nesse momento e isso foi comunicado à Mesa, e a Presidência da Mesa comunicou ao Plenário para que não houvesse qualquer conflito regimental em relação ao que... À realização desta Audiência aqui, nesta Comissão. Então, eu peço desculpas, já expliquei isso para os expositores e, na sequência também, vamos fazer os debates necessários sobre o tema.

Agradeço a presença do Senador Wellington Salgado, Cristovam Buarque, Rosalba Ciarlini, e vamos, em primeiro lugar, então, passar as palavras, se não houver objeção, ao Dr. Antonio Carbonari Netto, em seguida, à Lúcia Stumpf, e eu penso que o Ministério da Educação, apesar de constar como primeiro, talvez seja melhor ser por último, porque daí, ele próprio, ouvindo os argumentos, os debates e as discussões, poderá além daquilo que foi preparado para a exposição, já colocar, assim, um ponto de vista do Ministério da Educação sobre aquilo que for, eventualmente, abordado nas falas anteriores.

Se não houver objeção, fazemos uma pequena alteração na ordem. Muito bem. Eu quero destacar, antes disso, se me permitem, com muita alegria, a presença do Dr. João Paulo Bachur, que é Chefe De Gabinete do Ministro da Educação, Fernando Haddad. E destacar que no dia de ontem tivemos uma audiência muito interessante, muito boa, aliás, como de hábito, com o Ministro da Educação, Fernando Haddad. Destaco a presença, também, do Senador Roberto Cavalcanti. Então, com a palavra o Dr. Antonio Carbonari.

SR. ANTONIO CARBONARI NETTO: Sr. Presidente, Senadores, colegas presentes. O tema de ingresso de capital estrangeiro no Brasil para a área de educação não é novo. Ele tem sido debatido já há muitos anos, preocupa todo mundo, de um lado, de outro, porque no Brasil não há regras para esse ingresso ou para saída. De qualquer maneira, nós que trabalhamos na iniciativa privada, na área de ensino superior, nós defendemos que haja regulação. Porém, que não haja impedimento do ingresso do capital estrangeiro. Por que nós defendemos o capital estrangeiro? A situação hoje no Brasil é muito diferente da que nós vivemos há 10 ou 12 anos atrás.

Hoje, há uma escassez de recursos muito grande, o financiamento estudantil, que está se iniciando através de FIES, do PROUNI, iniciativas maravilhosas que foram implementadas no Brasil e com grande sucesso. O PROUNI, eu acho que, é um programa extraordinário. O FIES tem se modificado ao longo dos anos, e tem verba, inclusive, sobrando nos depósitos relativos, porque pouca gente tem procurado. De qualquer maneira, é o início de financiamento estudantil. Agora, é muito pouco. Se nós imaginarmos que entre

PROUNI, FIES e outras Bolsas de estudo no ensino superior, a soma não chega a 18%. E nós temos um mínimo de 30, 35% de alunos carentes, que chegam todos os anos, é preciso enfatizar que nós precisamos de recursos para o financiamento estudantil.

Agora, entendam os senhores, mais de 1500 instituições de ensino superior no Brasil, das 2240 existentes, são pequenas faculdades com, no máximo, 1500 alunos. Então, 1500 faculdades com, no máximo, 1500 alunos. A maioria administradas de maneira familiar, não profissional, pequenas instituições, em pequenas cidades do interior do Brasil. Hoje passam por muitas dificuldades de financiamento. De estruturação, de corpo docente, de carreira docente. Evidentemente, pela falta de recursos. Agora, se o recurso é de capital estrangeiro, ou nacional, ou de grupos educacionais, pouco importa. Essa pequena faculdade precisa de recursos. Ela tem que ajudar a Bolsas, melhoria de biblioteca, e assim por diante.

Eu não vejo questão ideológica no ingresso de capital estrangeiro. Eu sou daquela geração e, acho que, alguns senadores e colegas aqui também, onde nós estudávamos nos livros americanos e russos. Não é isso? Os engenheiros lembram dos russos, os americanos, dos livros americanos... Ora, se alguma ideologia tivesse que permear os estudantes, teria vindo pelos livros, e não pelo financiamento. Porque o Brasil é um país altamente regulatório em termos de educação superior. A educação superior no Brasil não é livre. A regulação, a supervisão, a avaliação de qualidade... Então, e mais, a mantenedora não entra na instituição mantida como ela quer. Isso significa que é um país altamente regulado. Então, se vier recursos do estrangeiro ou de qualquer outro lugar, bem administrado, a educação brasileira só tem a ganhar.

Agora, quando eu digo bem administrado, significa uma gestão profissional, aberta, pública, onde os partícipes tenham acesso. Então, do ponto de vista da Associação Brasileira de Entidades mantenedoras do ensino superior particular, ABMES, nós não temos restrição alguma ao debate e, muito menos, ao projeto em andamento. Quer dizer, só não gostaríamos que houvesse limitação excessiva, porque o prejuízo seria maior. E, também, nós vivemos um país liberal, não é? É importante relatar também, Sr. Presidente, que desde 1996, quando da aprovação da nova LDB, foi permitido, por lei aprovada por esta Casa, que as mantenedoras tivessem natureza com finalidade lucrativa.

Até 1996 era proibido uma instituição mantenedora ter finalidade lucrativa. Só podia ser associação sem fins lucrativos, filantrópicas, etc. O que levou à liberação, de 1996 para cá, de novas formas de entidades mantenedoras? Sociedade civil, sociedade limitada,

sociedade anônima com capital fechado, com capital aberto... Ora, essas instituições de 1996 para cá se estruturaram, se organizaram, houve muita fusão, aquisições, e o mercado brasileiro é de alta penetração, não é? Nós temos apenas 13% dos jovens de 18 a 24 anos matriculados no ensino superior. Argentina por volta de 40%, o Chile 61%. Nós estamos com 13% da taxa líquida de 18 a 24. É muito pouco para o Brasil.

Eu reputo, nas entrevistas, no seminário que a gente faz, essa faixa de 13% é questão de segurança nacional. Porque é muito pouco para sustentar uma ciência, uma tecnologia, as artes e etc e tal. As profissões no campo... As profissões, aqui no Brasil, elas têm uma volatilidade muito grande. E podemos entender que no Ministério do Trabalho é só entrar na internet a gente vê. O Brasil tem dado, anualmente, 25 mil autorizações profissionais/ano para profissionais estrangeiros trabalharem no Brasil. Eu acho que um grande investimento, seja de capital estrangeiro ou nacional, a maior, nas instituições de ensino superior do Brasil, será sempre, sempre, sempre bem vindo. Então, eu não tenho restrição sobre isso, a ABMES é muito aberta sobre isso, e defende a iniciativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Pela ordem, Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado, Senador Flávio Arns. Veja bem, eu conheço o Sr. Carbonari há muito tempo. A colocação hoje, o Sr. Carbonari foi convidado para falar sobre a Anhanguera, que hoje é a maior instituição que fez a... Foi realmente um modelo novo na educação brasileira, ou está falando pela ABMES?

SR. ANTONIO CARBONARI NETTO: Pela ABMES, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): ABMS. Associação Brasileira Mantenedoras de Ensino Superior. Quer dizer, a opinião dele, a exposição é como representante da ABMES. Pela ordem, Senador Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Presidente, a praxe é ouvirmos todos. Mas, tendo em vista que são apenas três, e nós aqui somos poucos, daria pra fazer uma pergunta imediatamente para ele, ou não?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu preferiria, Senador Cristovam Buarque, com todo respeito, que os três falem, porque senão... Eu sempre acho que as exposições seguintes ficam prejudicadas. Então, em seguida eu passo a palavra

à Lúcia Stumpf, que é Presidente da União Nacional dos Estudantes, UNE.

SRª LÚCIA KLUCK STUMPF: Bom dia a todos senadores, Presidente. Gostaria de agradecer o convite feito por esta Comissão do Senado que, tantas vezes, já ouviu ao União Nacional dos Estudantes e sempre valoriza a opinião dos estudantes brasileiros nos grandes debates sobre a educação nesse país e é, portanto, uma honra, mais uma vez, poder estar aqui ajudando... Que nós possamos aprofundar a discussão sobre esse importante tema, que trata da desnacionalização da educação no Brasil. Acho importante que, ao fazer esse debate, a gente possa ter como marco primeiro, que a educação é um setor estratégico para o projeto de desenvolvimento nacional.

É necessário que a gente compreenda a educação dentro dessa lógica do desenvolvimento nacional, dentro da condução de um projeto soberano para o nosso país. Também é importante que a gente possa, ao discutir a desnacionalização, quando estamos fazendo um debate específico, como este aqui na Comissão de Educação, estamos, na verdade, fazendo um debate sobre qual projeto educacional queremos implementar no país. Não é possível discutir a desnacionalização do capital investido na educação, sem discutir do ponto de vista mais geral, o projeto educacional que está sendo implementado hoje no nosso país.

E por fim, um terceiro marco importante é a compreensão da educação como um direito e não como mercadoria. A educação como direito da juventude do nosso país e, não, tratada como um serviço que deva ser oferecido, então, dessa forma aos estudantes e à nossa juventude. Sem dúvida, a defesa de um país soberano e desenvolvido passa, hoje, no Brasil pela necessidade de nós termos universidades fortes, universidades que capacitem a mão-de-obra, que profissionalizem, então, a mão de obra necessária para o desenvolvimento, mas muito mais do que isso, universidades capazes de produzir conhecimento, pesquisa, capazes de ampliar o saber nacional. Universidades, eu insisto nesse conceito e, não instituições de ensino superior, mas, universidades que deem formação humanística, que consigam ampliar a consciência e a construção do conhecimento necessário ao nosso país.

Nós estamos hoje aqui debatendo a desnacionalização num contexto específico, em que 80% das matrículas de ensino superior, hoje no país, são oferecidas pelo setor privado. Nós tivemos na década, entre 1996 e 2006, por dados do INEP, nós tivemos uma expansão, um crescimento de 65% das instituições de ensino privado, que eram 711 instituições no ano de 2006, e foram, subiram para o número de 2022 instituições de ensino superior particular, até o ano de 2006. Então,

em uma década uma expansão de 65%, que se dá, justamente, baseada na transformação da educação, que deixa de ser entendida, então, como um direito e, passa a ser compreendida e, dessa forma comercializada, a partir da lógica de ser um serviço.

Hoje, no ano de 2009, nós temos avanços importantes no que diz respeito, inclusive, à regulamentação do ensino, feita pelo Ministério da Educação, pela atual gestão do Ministério da Educação, que tem uma maior rigidez na regulamentação do ensino privado. E, dessa forma, dificulta a abertura de novas instituições e a oferta de cursos. E, ao mesmo tempo, estamos também fazendo esse debate no momento... No contexto de crise mundial do capital, que faz com que essa expansão do ensino privado ganhe novas características. Hoje, essa expansão não se dá mais como se deu ao longo dessa década passada, não se dá mais através da criação de novas instituições.

Hoje, a expansão se dá através da aquisição de instituições privadas, pequenas faculdades isoladas, faculdades que têm cada vez mais dificuldade de manter a sua rentabilidade e que, por isso mesmo, são facilmente comercializadas aí, propiciando a formação de grandes conglomerados educacionais, e esses precisam, e se baseiam na entrada do capital externo para poder financiar essa grande expansão e essa criação dos grandes conglomerados de grandes instituições, que compram as pequenas instituições do interior, as pequenas instituições que têm tido cada vez mais dificuldade de manter a sua rentabilidade.

Há, hoje, um processo bastante acelerado de desnacionalização, justamente, porque não há no nosso país qualquer relação nesse sentido. Não há qualquer estabelecimento de marcos regulatórios ou de limitação para a entrada do capital externo, e se aproveitando desse contexto, que propicia a criação de grandes conglomerados, somado à nossa total ausência de qualquer regulação, ou limitação da entrada do capital externo, hoje, acontece de forma bastante acelerada esse processo aqui no nosso país. Além das grandes... Das quatro grandes instituições que são... Que têm hoje o seu capital aberto na Bolsa de Valores, as quatro grandes instituições educacionais, que têm o seu capital aberto e que são, então, instituições SA. Além dessas, nós temos grandes grupos estrangeiros que começam, então, a crescer aqui no nosso país.

Notadamente, duas grandes instituições, a Laureate, que atua em 18 países, que entrou no Brasil no ano de 2005 e, de 2005 para cá, já fez investimento superior a um bilhão de reais. A Laureate hoje tem, notadamente, 51% das ações da universidade Anhembimorumbi, uma grande universidade do Estado de São Paulo, além de já ter também adquirido outras quatro

instituições de ensino superior. Além da Laureate, além desse grupo internacional, desse grande conglomerado internacional de educação, que como eu disse, atua além do Brasil em outros 18 países, também outras instituições internacionais ingressam aqui, como o Grupo Whitney, que adquiriu recentemente aí, 50% da instituição, da faculdade Jorge Amado, no Estado da Bahia.

Então, a grande preocupação que nós temos com esse avanço acelerado do ingresso do capital externo na educação nacional se dá, justamente, porque se nós compreendermos, como a UNE reivindica, que a educação deve ser entendida e tratada, pelo Estado, como um direito e, nunca, como um serviço, justamente, por ser estratégica ao processo de desenvolvimento e que precisa, portanto, ser induzida e regulada pelo estado, nós temos também que compreender que não é compatível a relação entre ensino, pesquisa e extensão, não é compatível a relação de uma instituição que tenha... Que ofereça plano de carreira aos seus profissionais, que ofereça formação humanística, a ampliação da consciência, a construção do conhecimento para o nosso país. Isso não é compatível hoje com o lucro.

E nós sabemos que o capital externo não é filantrópico, ele não entra no país por outro interesse, senão o de ampliar o seu lucro e, por isso mesmo, nós consideramos nocivo o ingresso do capital externo em nosso país, porque amplia, ainda mais, a mercantilização da educação, amplia, cada vez mais, essa noção da educação como serviço, ou como mercadoria e, não, como um direito a ser exercido pelos jovens e pela população do nosso país. A democratização do ensino superior não se dá apenas com a ampliação do número de vagas oferecidas. Eu digo que quando nós discutimos aqui a desnacionalização, nós estamos, na verdade, fazendo um debate mais amplo sobre o projeto educacional, que precisa estar em curso em nosso país, justamente, porque hoje essas grandes instituições, tanto as SA quanto as que são adquiridas por grupos estrangeiros, são instituições que aplicam aqui, no nosso país, a lógica das mensalidades baixas, somadas e garantindo uma lucratividade alta.

São instituições que ampliam o número de vagas onde... E chegando aí a essa oferta bastante ampla das vagas, num modelo que não gera o conhecimento necessário, num modelo justamente baseado, como eu disse, numa relação de ensino que não fomenta a pesquisa, que não fomenta a formação do conhecimento estratégico para o nosso país, e num modelo que, inclusive, vende a ilusão para a juventude de que o acesso ao diploma do ensino superior garantiria uma rápida ascensão social. Coisa que nós sabe-

mos que, hoje, no nosso país, não é verdade. Temos dados que demonstram que apenas 33% dos recém formados ou formados hoje em Direito no nosso país, apenas 33% deles atuam na sua própria área, e 25% das pessoas que se formam hoje em Direito estão desempregadas.

Eu uso o exemplo do curso de Direito, porque é um desses cursos que permite a fácil expansão, por não ter necessidade de grandes investimentos de infraestrutura, não ter necessidade de grandes investimentos por parte das mantenedoras e, por isso mesmo, garantir grande lucratividade àqueles que investem na ampliação de vagas em cursos, como o de Direito, Administração e outros que seguem esse mesmo modelo. É, por isso mesmo, necessário que o Brasil possa fazer ampliar, e possa fazer crescer aqui o modelo de expansão do ensino superior, baseado e impulsionado pelo Estado que se dará, necessariamente, a partir do maior financiamento público para a educação, garantindo a expansão do ensino público e, ao mesmo tempo, que se garanta a regulamentação do ensino privado, que hoje goza de grandes liberdades e que a gente possa, então, regular o ensino privado, regulamentar o ensino privado, fazendo com que ele esteja a serviço do desenvolvimento nacional, a serviço da formação de um povo, de fato, capaz de construir um futuro soberano para o nosso país e, não, um ensino a serviço do lucro, do mercado, porque a educação não deve ser assim entendida.

Aqueles que querem investir no Brasil, que invistam em setores que não o educacional, que invistam em setores que possam lhes devolver o lucro que é esperado aos investidores externos, mas que não comprometam o projeto educacional impulsionado no nosso país que precisa prever a construção de um país livre, um país soberano, um país que precisa crescer baseado numa universidade pública fortalecida, capaz de formar o conhecimento que nos garantirá esse futuro que almejamos.

Então, o debate como este aqui no Senado, acredito que acontece num momento muito feliz, apesar de não termos nesta Casa um projeto de lei que trate sobre esse tema. A entrada do capital externo carece de uma urgente atenção do Congresso Nacional, para que possa regular essa questão e possa impor limitações ao ingresso do capital externo. Então, que a gente possa fazer, a partir desse debate, que o Congresso Nacional possa se debruçar sobre o tema e criar uma regulamentação, e impor limitação ao ingresso do capital externo. E coloco como uma meta possível o consenso que foi construído ao longo do ano de 2006, quando no momento do debate sobre a reforma universitária, se estabeleceu uma... Um con-

senso do limite de 30% do ingresso do capital externo na educação nacional.

Como representante da União Nacional dos Estudantes defendemos a limitação total do ingresso do capital externo, mas achamos possível que se estabeleça o consenso, em torno da limitação desse ingresso do capital, mas que, necessariamente, de maneira urgente, nós possamos fazer e estabelecer o marco regulatório, possamos regulamentar esse capital porque, enquanto não houver uma regulamentação, vai continuar acontecendo de forma acelerada a desnacionalização da educação, que aprofunda a mercantilização do ensino, que hoje assola os estudantes, a juventude, e o projeto educacional no nosso país.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem. Agradeço a participação, nesse momento, da Lúcia Stumpf, e passo a palavra ao Dr. Paulo Wollinger, que é da Secretaria de Educação Superior, SESU, Ministério da Educação. Com a palavra o Dr. Paulo.

SR. PAULO WOLLINGER: Obrigado, Senador. Distinta Mesa, Senadores, senhoras e senhores presentes. É um debate importante esse na educação superior brasileira. Hoje não temos qualquer regulação, qualquer regulamentação acerca do capital estrangeiro na educação superior brasileira. O Ministério da Educação, nas políticas que temos, é de ampliar a oferta da educação superior no Brasil, e a qualidade dessa educação. Isso vem sendo feito com bastante veemência nesses últimos anos no Brasil, e já tem produzido resultados bastante importantes. É importante destacar alguns aspectos para fundamentar, para colaborar nesse debate.

É certo que houve uma expansão bastante acelerada da educação privada, do percentual participação da educação privada na oferta da educação superior no Brasil. Isso tem sido compensado bastante recentemente, e vai se manifestar no futuro breve, com a criação de 10 novas universidades federais no Brasil, 85 campi universitários dessas universidades, o programa reúne, que amplia sensivelmente a oferta de vagas nas universidades federais existentes, além disso, a criação de 212 unidades de educação profissional e tecnológica, que oferecem, além da educação básica, também a educação superior.

Então, essa oferta expressiva de novas vagas públicas e gratuitas no âmbito da rede federal, tem sido expressiva, até para compensar, um pouco, isso que já foi comentado aqui, para que a gente tenha maior oferta, também, na educação pública e gratuita no ensino superior brasileiro. Esse número é crescente, expressivo, e é claro, que vai acontecer ao longo da implantação de todas essas unidades, então, levam al-

guns anos até que se consolide. Então, esse percentual de participação de educação superior pública deve se manter e deve se ampliar a curto prazo.

Por outro lado, na educação superior brasileira, nós já temos alguns desafios históricos. Ainda que a educação superior no Brasil tenha 200 anos, tenha nascido aí em 1908, com a chegada do rei, a primeira vez em que o Congresso Nacional votou uma lei, especificamente falando sobre qualidade, foi em 2004, a Lei dos SINAES. A Lei 10861 foi uma lei criada especificamente para isso. Nós temos várias legislações ao longo da história do Brasil, fundamentando e legislando e sistematizando a educação nacional, sem dúvida alguma, mas nosso processo histórico vem sendo construído, e em 2004, a gente teve a Lei do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior do Brasil.

Então, pela primeira vez, o Congresso Nacional, a sociedade brasileira discutiu uma lei especificamente sobre qualidade da educação. E esse foi o grande debate feito, e considero uma importantíssima evolução no cenário da educação superior mundial. Mundial. O Brasil se destaca nesse aspecto. É importante que não esqueçamos isso. A partir dessa lei se desdobrar em decretos e portarias, e todo um conjunto enorme de ações, que vêm sendo desenvolvidas no âmbito do Ministério da Educação e, assim, de todo o sistema nacional de educação superior, seja no sistema federal, seja nos sistemas estaduais, induzindo qualidade. E é um imenso desafio. O que é um curso superior de qualidade? Esse é um questionamento sério, que o mundo, e a academia, em todo o mundo, se questiona.

Quando é que a gente diz que um curso de graduação é bom? Quando é que a gente diz que um curso de graduação contribui num projeto nacional de construção da cidadania, do desenvolvimento, da inclusão, e assim por diante. Quando é que se pode dizer isso? E é preciso não ser muito leviano nessas afirmações, porque há muito discurso de lugar comum, mas alguns desafios têm que ser vencidos. Um curso de qualidade, quando ele existe. Esse é um grande desafio que ainda temos no Brasil. Quando ele existe. Nós ainda temos no Brasil importantes regiões, em que, simplesmente, não temos a oferta de qualquer curso de graduação. Esse é um problema.

Um outro desafio que temos, isso... Isso, é preciso que o Estado Brasileiro ainda induza o surgimento de novos cursos de graduação em várias regiões do Brasil. Durante muitas décadas, o Brasil expandiu sua educação superior pública ou privada, concentrada em grandes regiões metropolitanas. E esse nos acrescentou um problema que as migrações, no passado, já criaram. Migramos jovens do interior para a capital, para as cidades de médio e grande porte para estudar

o ensino superior. Esses jovens não retornam aos seus Municípios. Esse é um problema sério. É um problema tão grave quanto aquele das migrações dos grandes bolsões para os grandes centros. E esse desafio começa a ser vencido no Brasil.

As estatísticas começam a mostrar que a oferta de educação superior no Brasil começa a se interiorizar cada vez mais. Esse é um destaque importante que precisa haver, tanto do ponto de vista da educação pública, quanto privada. E isso começa a acontecer. E o Estado Brasileiro tem procurado induzir essa oferta, ampliar a oferta, mas democratizar no sentido de interiorizar. É um desafio imenso. Isso contribui para a qualidade, sim. Segundo aspecto, é termos mecanismos de Estado eficientes que levantem indicadores apropriados sobre qualidade na educação. Sobre qualidade formativa, qualidade do projeto pedagógico(F), qualidade da estrutura, qualidade das articulações e, assim por diante.

Não é um trabalho simples, não é um trabalho simples de pesquisa e coleta de dados de sistematização, não é. Porque a educação vai muito além do que um produto, do que um serviço... E isso é notório em qualquer sociedade. E, se ela vai muito além de um produto, de um serviço, ela... Os indicadores de qualidade também são pouco mais complexos do que os indicadores que se usam para outros setores de atividade humana. Interiorização, expansão da oferta e indução de qualidades. São três imensos desafios da educação superior do Brasil. Porque esse é o tema, claro. E esse desafio, é preciso que o debate não seja um debate emocional, um debate... Que seja um debate muito aberto, muito tranquilo e, que leve em consideração a experiência brasileira, já acumulada ao longo dos últimos anos, e que leve também a experiência mundial que acompanha e que o Brasil também acompanha.

É certo que, hoje, todo tipo de capital entra na educação superior brasileira. E, mesmo no Brasil, a gente tem tido alguns problemas com o financiamento da educação brasileira em termos nacionais. Já é um problema. Dependendo de onde vem o capital dentro do Brasil para a expansão da educação superior, a gente pode ter também algumas concepções, que não constroem o projeto nacional. Isso é verdade. Então, o ingresso de capitais no Brasil precisa ter essa preocupação. Não exatamente de onde ele vem, mas qual é o projeto, qual é a contribuição ao projeto nacional que essa... Que esse capital traz.

Segundo aspecto... É preciso entender que hoje no Brasil nós temos total liberdade ao capital estrangeiro na educação superior brasileira. Isso sim. E do ponto de vista do Ministério da Educação, é importante que

haja alguma regulamentação, sim. Alguma limitação, alguma discussão ampliada, e consideramos extremamente oportuno que o Senado da República traga esse debate à baila. É preciso, sim. Ainda o percentual de participação é muito pequeno, em termos de Brasil. Mas, no momento de crise, no momento em que o Brasil desponta como importante economia mundial, respeitada no cenário mundial, e passa a ser destaque na América Latina e outros países, certamente, atrairíamos também para todos setores da economia e, também, para a educação capital estrangeiro.

E, para nós da educação, é importante que haja, sim, uma discussão sóbria, uma discussão séria e que se pense, também, como outros setores estratégicos da economia nacional, o setor de transporte aéreo, o setor de telecomunicações, essa questão de limitação e de controle que também... Que já houve, no passado, e pensamos que, para a educação, é fundamental um debate. É preciso também que se entenda que um fechamento total também criaria, ao Brasil, também, uma visão um pouco diferenciada lá fora, mas que algum controle haja. É importante algum controle, algum debate, alguma limitação, sim, porque hoje é completamente aberto. Completamente aberto... Ainda que temos uma vantagem no Brasil que, a despeito de muitos outros países, nós temos um sistema de regulação bastante maduro e em aperfeiçoamento.

É um sistema que reputamos, que ele se consolidou a partir da Lei dos SINAES, em 2004, e ele vem se ampliando, se consolidando cada vez mais. Com todo o sistema de regulação, de supervisão de educação superior brasileira, em constante aprimoramento, em desenvolvimento, com os indicadores que temos. Hoje já temos um panorama razoável de indicadores de educação superior brasileira, em consolidação. E esse panorama se amplia cada vez mais. Esse processo em educação é lento, porque os processos educacionais e educativos são lentos, de crescimento, uma situação de consolidação, mas, em paralelo a esse sistema, que o Brasil já é uma referência mundial em muitos aspectos da educação superior, precisa se manter essa discussão sobre o capital estrangeiro e a participação do capital estrangeiro no Brasil, sim, pra que a gente possa, de alguma forma, garantir que se consolide o modelo de regulação no Brasil, para que esse capital entre em sintonia com um projeto nacional.

E que a regulação da educação possa participar, efetivamente, desse processo. Que o projeto das mantidas, isso é, o projeto educacional que é a nossa grande preocupação, o aluno, o estudante, esse cidadão que vem à escola para ser um cidadão que... Participante da construção de um projeto nacional, ele esteja em sintonia com o projeto educacional nacional e que, se

esse capital estrangeiro vier, ele venha a fazer sintonia com esse projeto que já existe. Acho que essa é a nossa colocação. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Agradeço aos expositores nesse primeiro momento. Passo, em seguida a palavra ao autor do requerimento, Senador Cristovam Buarque e, em seguida, ao Senador Roberto Cavalcanti, Senadora Rosalba Ciarlini e Senador Wellington Salgado.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

Sr. Presidente, senhores apresentadores. Eu quero dizer da minha satisfação do reconhecimento de que esta pode ser uma reunião importante para discutir um tema, que a gente já devia ter debatido, até há mais tempo. Quero começar dizendo que concordo com o Dr. Wollinger, sobre a importância do aumento das vagas. Nesse ponto, às vezes, até eu posso discordar de uma visão de alguns dos movimentos estudantis, mas, acho que abrir uma faculdade, ou não ter nenhuma, já é um avanço. Independente da qualidade. Segundo, que a qualidade do ensino superior não está no ensino superior, está na educação de base. Não há como ter uma boa universidade, se os alunos entram nela despreparados. E hoje estão entrando despreparados. Agora, a saída não é reduzir o número de vagas no ensino superior. A saída é aumentar o número de egressos do ensino médio e melhorar a qualidade.

E até eu gostaria de ver a UNE mais envolvida na melhoria da qualidade da educação de base, e na universalização dos egressos no ensino superior. Ainda ontem, me perguntavam sobre isso, a baixa qualidade na educação superior. Não há baixa qualidade na educação superior. Existe péssima qualidade na educação de base. O aluno que termina um curso médio ruim, ele puxa a universidade para baixo. Se ele termina bom, ele puxa para cima. E um curso fundamental ruim puxa o ensino médio para baixo. Por isso que as escolas técnicas, que o Presidente Lula está fazendo, que acho um bom projeto, não vai dar muito certo. Porque os alunos vão entrar nelas sem um bom ensino fundamental.

Ninguém faz um bom ensino técnico se não souber o que é um ângulo reto. E hoje não sabe o que é um ângulo reto quando termina o ensino fundamental. Nós estamos desprezando a base. Então, primeiro é isso. Uma das boas coisas foi o aumento. E eu quero fazer justiça, esse aumento veio a partir do período do Ministro Paulo Renato. Isso a gente tem que reconhecer. Segundo, os sinais também começaram com o provão, que foi fruto da teimosia do Paulo Renato. Deu um salto no IDAS(F), que foi em janeiro de 2003, quando eu era Ministro. Depois veio o SINAES. O SINAES não surgiu do nada, houve uma evolução. E

uma evolução comprada com muita briga, sobretudo no período do Ministro Paulo Renato. Até essa explosão é positiva. O que a gente tem que ver é como ela vai se transformar dando impacto positivo na sociedade. Hoje não está dando esse impacto positivo tanto quanto se deveria.

O fato de ter desempregados com curso superior, eu acho, trágico e ruim e desperdício. Mas, pior é o desemprego sem curso superior nenhum. Com toda a tragédia de um desempregado com título superior, é melhor a situação, do que um desempregado analfabeto. Em todos os sentidos, sociais e individuais. Agora, o que a gente tem que trabalhar é como fazer para... Veja, não vou falar em melhorar a qualidade, vou falar em como dar o impacto que o ensino superior tem que dar, para transformar o Brasil numa economia do conhecimento. Senão a gente não tem futuro.

Ontem o Paulinho, da Força Sindical, que é operário da indústria automobilística, ele estava dizendo que começa a entender isso, quando ele viu uma comparação. Um *chip* custa cinco mil caminhões de laranja. E a gente exporta laranja, suco de laranja, e importa *chip*. Não tem futuro esse país. Eu nem sei em toneladas de ferro quanto é a diferença. Ou a gente transforma a economia brasileira numa economia de produção, de bens baseados na ciência e tecnologia, que é o que realmente dá valor hoje, ou não temos futuro. E não tem como fazer isso sem a universidade boa. Não tem como fazer isso sem uma educação de base boa.

Mas aqui a gente está debatendo o problema do capital estrangeiro. Eu quero colocar, Presidente, que a gente tem que debater isso com princípio muito firme. O Brasil tem que se transformar em uma sociedade na economia do conhecimento. Princípio. E sem preconceito. Eu não tenho preconceito se o capital é do Estado, é do setor privado brasileiro, é do setor privado estrangeiro. Eu tenho compromisso com os princípios. E aí, a solução, a meu ver, vem em algumas perguntas que eu gostaria de colocar.

A primeira é que eu esperava e não vi, sobretudo sua, que é... Mas, de todos também: Qual é hoje a situação... Da relação de capital estrangeiro com o setor universitário brasileiro? Eu não sei quantas universidades têm capital estrangeiro. E eu não sei qual é a perspectiva... Nós vamos fazer todas as perguntas. Não sei qual é a perspectiva. Está crescendo, não está crescendo, está havendo interesse lá fora, não está havendo e, sobretudo, de quem é o capital. Porque eu não tenho preconceitos, mas tenho princípios. E nos princípios, há uma diferença se Harvard vem, e investe numa universidade aqui, ou se o fundo de pensões dos trabalhadores da indústria automobilística compra ações aqui. É aí que a Lúcia tem razão, qual

é a finalidade que o capital deseja, ou o investimento, dizendo melhor.

Eu vi universidades estrangeiras saindo do deserto do Qatar. Eu vi. Você vê saindo, você vê os bichos sendo construídos. Mas é diferente. O Qatar foi lá e comprou para Oxford montar uma filial. Comprou as universidades. Não só o capital é deles, como também, a universidade ali fica com eles. Então, qual é o capital que está vindo, a origem do capital? Não do ponto de vista do país, mas do ponto de vista de interesse.

Segundo, se realmente está havendo demanda para comprar as ações das nossas universidades, e qual é a situação hoje. Agora, as outras coisas são as seguintes. Existe risco, é uma pergunta, de que o capital estrangeiro desvirtue o ensino dos temas nacionais? Ou ele entra aqui, o capital estrangeiro, e ensina os temas relacionados com o Brasil? Tem perigo de que o curso de geografia em universidade com capital estrangeiro coloque o mapa da Amazônia dizendo que é território internacional? Eu estou dando um exemplo um pouco divertido, mas tem risco de que eles terminem usando isso aqui para produzir o que eles precisam? E o que eles precisam é diferente do que a gente precisa.

Tem risco de que as universidades com capital estrangeiro terminem por sugar os melhores cérebros brasileiros ou isso vai acontecer de qualquer maneira? O tal do *brainrain*(F) pode ser ampliado se o capital for estrangeiro? Terceiro. Existe o risco de um descompromisso da produção de saber por capital estrangeiro, existe o risco de divórcio com as nossas necessidades de mão de obra? Ou amanhã o governo pode dizer: "Nós queremos formar professores de física, química, matemática, biologia, português." E o capital estrangeiro vir para formar esse pessoal? É possível ser assim, ou não há essa possibilidade? O capital vem para formar o que eles querem? Outro, tem risco de desrespeito às regras nacionais, inclusive, por exemplo, não se submeter ao SINAES, se considerar um investimento independente?

Tem risco de não ter compromisso com longo prazo? Do jeito que tem o capital... Se diz, a expressão espanhola, o capital que está voando, chega aqui, pousa e depois vai para outro lugar e vai para outro? Tem risco de que esse capital que vem para as universidades seja capital volátil? Ou ele chegando aqui fica? Outro. Amplia, vamos chamar, a mercantilização, ou apenas a mercantilização com capital estrangeiro? Porque aí não haveria muita diferença, se é o capital nacional, ou o capital estrangeiro, do ponto de vista de mercantilização. E faltam mais dois apenas. Busca apenas o lucro, ou busca usar os recursos de capital para investir na produção do saber de mão de obra superior e ter lucro também? Porque eu... Se o capital

estrangeiro vem aqui e serve para produzir melhor conhecimento no Brasil, eu prefiro que ele venha para a universidade, do que para a indústria automobilística, que engarrafa, polui, concentra renda... Eu prefiro que venha para o ensino, desde que tenha esses compromissos. Se for apenas o lucro, não faz sentido.

E finalmente, regular a origem do capital... A gente precisa regular a origem do capital ou o uso do investimento na educação? Seja estatal, seja privado nacional e seja privado estrangeiro. Eu fiz essa pergunta, vou dar a minha resposta, mas quero ouvir vocês. Pra mim, o que importa é regulamentar. Aí a Lúcia disse bem, o marco regulatório. A gente precisa de marco regulatório também para o investimento estatal no Brasil. Nós estamos colocando universidades que poderiam ser muito mais baratas e de melhor resultado, não colocando essa universidade estatal e comprando vagas em universidades sérias, particulares. Do ponto de vista de rigor com princípio. Desde que seja, primeiro, de qualidade e, segundo, para produzir o que o Brasil precisa. Eu ponho, sobretudo, professor.

Para produzir um médico para o SUS, uma universidade privada vai fazer isso com qualidade? É melhor comprar vagas numa que já existe, do que criar outra, que vai levar cinco, seis anos. Eu aí cito até o exemplo dessa universidade nova, que eu estava com o Ministro quando surgiu a ideia, graças ao Presidente, foi dele, uma universidade para receber estudantes do exterior, sobretudo, da África. Eu acho um equívoco o que estão fazendo. É criar uma nova universidade, lá em Redenção, no interior do Ceará, para receber esses alunos. Esses alunos vão viver num gueto, em vez de comprar vagas nas universidades que já existem aí.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Então, eu creio que a gente deveria trabalhar aqui, a um marco regulatório, sim. Eu trabalho muito a ideia da reforma universitária, que é diferente do marco regulatório, e que é diferente do REUNI. Talvez a gente precise dos três. A gente precise do REUNI, para aumentar vagas, por exemplo, melhorar a forma de administração. A gente precisa de uma reforma universitária que o REUNI não traz, na estrutura mesmo, no rompimento com a ideia dos departamentos, como sendo a sede do saber. A sede do saber é o departamento, mas também núcleos temáticos. A ideia do prazo de formação, poder se formar em menos tempo e, ao mesmo tempo, tem que ser na vida toda.

O marco regulatório, a meu ver, deveria ter, e aqui tem dirigentes de universidades, acho que o marco regulatório deveria ter a obrigatoriedade das universidades nunca mais liberarem os seus ex-alunos

mantendo-os, permanentemente, em curso. Direto ou indireto, por computador. Então, a gente precisa de um marco regulatório, precisa de uma reforma universitária, e precisa continuar o REUNI. Eu, aqui, vou querer falar é: Que linhas vocês sugeririam para o marco regulatório do uso do dinheiro? Não chamei capital, para realizar investimentos, seja capital estrangeiro, seja capital nacional privado, seja capital nacional estatal, que não deixa de ser capital, que podia estar indo para outras finalidades. Então, essas são as minhas considerações. Creio que nós não vamos esgotar hoje esse debate, mas é um ponto de partida importante e agradeço à Lúcia que foi quem trouxe essa ideia, eu não tinha pensado, o marco regulatório. A gente precisa, sim, ter um marco regulatório no ensino superior brasileiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agradeço a V. Ex^a uma... Colocações, como de hábito, altamente pertinentes, indo para pontos de debate, realmente. Inclusive depois eu quero pedir à Secretaria da Mesa que possamos até transformar, depois, as falas e as perguntas num documento para a reflexão que, como V. Ex^a coloca, nem todas as respostas e a reflexão necessária vai ser concluída no dia de hoje. Mas, parabéns, inclusive, houve uma extrapolação do tempo, mas em respeito inclusive à autoria do requerimento, que não há razão alguma para pedir desculpas, porque foi muito bom. Porque o autor do requerimento sempre trouxe a preocupação e, por isso, tem que ter também uma consideração especial, além da competência reconhecida mundialmente, também ao próprio fato aí do requerimento.

Eu pediria a liberdade aos senadores presentes, porque muitos dos argumentos vão se repetir, naturalmente, outros vão ser colocados, mas que os senadores pudessem fazer os questionamentos e, na sequência, os expositores fariam as colocações e, se houver necessidade de uma réplica, um esclarecimento maior, o senador ou a senadora poderia solicitar pra gente, que nós daríamos esse tempo também. Então, Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Por uma questão de cavalheirismo e, também, por uma questão de sabedoria, ela preside uma Comissão de que eu participo, eu passo a palavra, prioritariamente, à Senadora.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Gesto inteligente. Então, eu passo a palavra à Senadora Rosalba.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Obrigada, Senador Roberto. V. Ex^a tem, realmente, com esse gesto, cativa cada vez mais a todos nós. O senhor chegou há pouco tempo, substituindo o Sena-

dor José Maranhão, lá da Paraíba, mas já demonstra a sua disposição de luta, de trabalho, que realmente engrandece a todos nós. Bem, mas eu gostaria de ser muito objetiva.

Na realidade, todos nós sabemos, não preciso dizer, porque eu acho que ninguém não tem capacidade de fazer essa avaliação, que representa uma... Um curso superior em uma cidade, uma região. Eu tive agora, sábado passado, sendo paraninfa de cinco turmas do Pró Formação. Na cidade de Açu. Lá no Rio Grande do Norte, o Vale do Açu. E lá eram professores de cinco cidades. Itajá, Carnaúba, São Rafael, Angicos e Açu. Tendo a oportunidade de fazer um curso superior na tentativa de melhorarmos a qualidade de ensino.

Então, o que me preocupa realmente é a qualidade de ensino. E sei que isso é um processo que tem que começar desde a creche, a pré-escola. Daí nós já temos um... Se formos falar sobre qualidade de ensino, a gente tem que começar aí, do primeiro passo. E por isso, eu não sou, de forma nenhuma, eu não vejo com nenhum preconceito, com nenhum prurido a entrada de capital estrangeiro para as universidades, para as escolas, para ampliar as oportunidades no ensino superior. Se nós não temos, hoje, as vagas que precisamos, se apenas um em cada 10 alunos que terminam o ensino médio tem oportunidade de ir pra um curso superior, nós sabemos que o governo, até então, dos quinhentos e tantos anos de Brasil, foi incompetente para dar a oportunidade a todos que desejam ter acesso a ensino superior, nós não podemos, de forma nenhuma, dizer que não queremos que escolas recebam apoio de capital estrangeiro.

Concordo com o Senador Cristovam quando ele diz "nós só temos, na realidade, que ter princípios." Esse capital não pode ser um capital que não venha de forma lícita para que seja aplicado. E se, também como a Presidente da UNE aqui colocou, o curso de Direito, hoje, tem 25% de desempregados, tem essa dificuldade, pessoas que estão em outras atividades... Mas, de qualquer maneira, tem um curso superior, eu gostaria de dizer que isso parte para que o próprio Ministério é que tem que fazer esse acompanhamento das necessidades dos cursos universitários no nosso país.

Garanto que essa regulação tem que existir. Se nós estamos precisando de engenheiros para a indústria petroquímica, se nós estamos precisando de engenheiros agrônomos, de mais médicos, então é a hora de chegar e criar as condições para que esse capital estrangeiro, que vem para as universidades privadas, eles venham contribuir para abrir as oportunidades para aqueles que estão precisando. Então, não tenho quanto a isso, não sou de forma nenhuma. Acho que o Ministério, sim, é que tem que ter uma ação muito

mais eficaz na regulamentação, e no acompanhamento da qualidade. Porque nós sabemos que no mundo globalizado... Nós precisamos que o Brasil melhore essa condição e que nós passamos a ter mais pesquisas, mais extensão, enfim, tudo que é necessário.

Então, isso que eu queria colocar e saber como realmente acontece, qual é o papel que o Ministério tem atualmente, como se processa a liberação de um curso. Nós sabemos que entram com aquela solicitação. Mas, se o Ministério tem um levantamento real das necessidades do Brasil, de acordo com o quesito de desenvolvimento. Isso é importante associar a oferta de vaga para o mercado de trabalho que está sendo mais requisitado. E nós sabemos que em áreas... No nosso Brasil que, na realidade, existe essa carência, enquanto em outras, está havendo uma super população de nível superior. E a questão é essa. Qualidade, sou a favor do capital, desde que haja, realmente, um acompanhamento, uma regulamentação e um direcionamento para que tenhamos mais vagas, mais acesso, mais oportunidades e também mais Bolsas para que os alunos carentes possam ter acesso a todas as universidades.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Obrigado, Senadora Rosalba, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais. Passo, em seguida, a palavra ao Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Gostaria de, mais uma vez, cumprimentar e parabenizar o Presidente da nossa Comissão, Senador Flávio Arns, porque na verdade o debate, o estabelecimento do contraditório é por demais enriquecedor. Talvez, a experiência de vida, a sabedoria esteja exatamente em entender, respeitar e aceitar o contraditório. Ouvir as diversas opiniões, as diversas pendências são para todos por demais enriquecedor. Então, eu me... Fiquei, realmente, bastante consciente do problema, consciente do tema e parabenizo o Antonio Carbonari, da ABMES, a Lúcia Stumpf, nós que somos nordestinos temos uma dificuldade maior em pronunciar esses sobrenomes dessas famílias lindas, que são as famílias... Que são estrangeiras feito o capital. Da UNE... E o Paulo Wollinger, do Ministério da Educação.

Então, partindo do preconceito, que vem desde... Não familiar, histórico, até... Porque, no fundo, nós todos somos um pouco estrangeiros. O nosso sobrenome Cavalcanti, como do Senador Cristovam, também Cavalcanti, veio da Itália. Então, nós somos italianos de 500 anos, mas somos de família de capital estrangeiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Mas aqui está interessante, fazendo um aparte, Wollinger, o Arns e o Stumpf.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): E o Carbonari. O Carbonari também. Todos de capital estrangeiro. O Salgado deve ser cristão novo. O Salgado deve ser cristão novo. Mas, deixando aí de lado essa abordagem, eu gostaria... Muitas vezes, eu começo um pouco de história, e tem uma história familiar interessante. Há 40 anos atrás, minha irmã casou com um alemão. E meu pai tinha um terreno num bairro em Recife, Pernambuco, e cedeu o terreno para que esse casal, minha irmã e este alemão construíssem uma casa para morar. Não esperava ele que nós estávamos na Rua das Fronteiras, que estava a tantos metros do Quartel do Derby, e que o Quartel do Derby impossibilitava, pela distância, a pertencer à propriedade de estrangeiros. Exatamente. E não podia. E, muito menos, na época, não podia financiar. O banco não podia financiar a construção de uma casa, desde que parte desse capital, por ser meeiro da minha irmã, o meeiro ser um alemão. Então--

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):
[pronunciamento fora do microfone]

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB):
Exatamente. E morávamos em frente, como lembra o Senador e meu amigo de muitos anos, Cristovam, nossa casa era em frente à casa de Dom Helder Câmara, que morava nos fundos da igreja das fronteiras. Mas, essa ilustração, ela tenta, da minha parte, ilustrar que o estrangeiro em si, ser estrangeiro ou não ser estrangeiro, pra mim, é um detalhe. Pra mim, eu me acosto ao que falou o Senador Cristovam, e que o importante é a origem.

Qual a origem, a intenção da origem, o interesse da origem? Acho muito mais danoso ao país o capital especulativo de Bolsa, por exemplo, que é um capital que se aperta num botão na internet e se retira integralmente. Eu acho que o capital que... A motivação do capital também é preocupante, no sentido de que: Existia ou existirá um movimento de fazer com que o ensino no Brasil seja ocupado de uma forma estratégica, intencionalmente, não economicamente ocupado.

O economicamente ocupado é uma tendência que nós não podemos nos livrar. Nós não podemos dizer que nós não vamos tomar remédios de fabricantes estrangeiros, porque eu só tomo remédio de fabricante nacional. Eu não posso dizer que eu não... Ou pelo menos eu não recomendaria. Eu não posso andar de automóvel, só se for carro nacional. Foi, e aí o Gurgel e não deu certo, e eu vou deixar de andar de Honda? Não, eu vou andar de Honda. E qual é o problema? É japonês? A soberania, a... O país, a nação nossa, em que estará danificada se o carro é japonês? Esse é o meu entendimento.

Eu acredito que o dinheiro não tem a ideologia em si. O dinheiro tem ideologia quando ele é tráfego, dinheiro tem ideologia quando ele tem destinação ideológica, política, para fazer uma revolução. Isso sim. Mas dinheiro de aplicação em uma empresa, em si, tanto faz ser industrial ou comercial, ensino, se ela for realmente com este propósito, como o Senador Cristovam fez questão de ressaltar, se esta é a intenção, eu acho que o dinheiro estrangeiro ele é comum. Tanto faz ser português, alemão, americano... Não interessa. Ele é um capital que vem para o país. E um capital de muito mais consistência, que é um capital que não é deletado num botão. Ficaria o patrimônio, ficaria a base física. E ficaria o remanescente, a semente dessa cultura.

No momento atual, vamos dizer, a crise que nós estamos vivendo aí, a crise global, digo que o mundo hoje está com septicemia, então nós temos que tomar muito cuidado, razão pela qual, um dia, eu vou conquistar o Senador Cristovam no campo da indústria automobilística, que ele tem batido com constância, mas eu vou, um dia, conquistá-lo. Porque não adianta, o Cristovam foi meu professor, então, eu tenho que conquistá-lo, para que ele bata um pouco menos e, nesse momento, não mexa na economia. Não mexa em nada. Eu acho que o momento é de não criar confronto com nada do campo econômico. E depois, quando o Brasil estiver melhor, como ele me ensinou no curso de economia, aí nós podemos dar-nos ao luxo de fazermos determinadas segregações.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):
[pronunciamento fora do microfone]

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB):
Pronto. Vamos lá, automóvel também para o transporte escolar. Eu conquisto o Cristovam um dia. Mas, na verdade, eu acho que essa crise econômica mundial se concentra na falta de crédito, que está... Que tudo que aconteceu, o que está acontecendo nessa septicemia econômica mundial é a falta de crédito. É dinheiro que está faltando. Então, se existe a oportunidade de ter dinheiro para aplicar, em alguma forma, no Brasil e em educação, eu acho que nós devíamos agradecer. Mãos para os céus. Porque é a oportunidade que nós temos de, pelo menos, alguém no mundo estar investindo num outro país, que é o nosso, num momento que ninguém está investindo em canto nenhum. Pelo contrário, a crise mundial está dificultando essa possibilidade de ter esses capitais, que eram capitais... Alguns especulativos, mas outros bem intencionados. Capital em si não é 100% especulativo.

Estou finalizando, Sr. Presidente, peço só a paciência. O mundo, hoje, ele mudou. Existe, na minha opinião, a boa globalização. E, dentro da boa globaliza-

ção, estão esses tipos de investimentos. Investimento que vier para destruir, para fazer com que as empresas façam... Estes celulares não nos dão tranquilidade. A boa globalização é a globalização na qual os investimentos têm a boa intenção. Então, para este tipo de investimento, como o Senador Cristovam foi muito claro, eu acho ela é extremamente salutar.

E o problema da desnacionalização da soberania, muito bem abordada pela Dra. Lúcia, e ela tinha que abordar dessa forma, ela representa a UNE. E a UNE é um marco histórico no Brasil, com essa característica, nós somos uma nação também graças à UNE. Ainda hoje, eu acho que não deveria haver essa preocupação nesse momento. Nós estamos num mundo, hoje, nessa globalização, por exemplo, a internet. Como é que nós vamos nos preocuparmos com a soberania, desnacionalização do país, como é que nós vamos regular a internet? A internet é uma coisa que todos nós apertamos o botão, e eles apertam os botões deles, e estão dentro do nosso país, com conteúdo que, talvez, seja mais grave o conteúdo, de que a própria propriedade do patrimônio da escola, ou da gestão econômica, do empregar ou não empregar.

Eu prefiro um empregado de uma escola com capital externo do que um desempregado de uma escola particular fragilizada pela economia brasileira. Então, nesse comparativo, acho que, a opção hoje é esta, é sobreviver. O mundo hoje exige em sobrevivência. Sobrevivência econômica. A sobrevivência econômica passa por este momento. Então, neste momento, acho que tudo é um momento. Esse momento brasileiro, esse momento mundial, repito, eu prefiro o empregado de uma empresa de capital que no seu conteúdo, na sua totalidade tenha o capital estrangeiro, do que o desempregado. Porque o que está acontecendo, na Paraíba, é exatamente como falou a Dra. Lúcia, o fechamento das pequenas escolas, das escolas... Existiam escolas, na Paraíba, fantásticas, de uma senhora que fez um trabalho educacional fantástico, mas pouco a pouco, ela vai se perdendo consistência e... Essa, como outras, fechando em função de uma concorrência de outra forma. Mas, mesmo assim, eu prefiro o empregado independente do capital.

Para finalizar, Presidente, eu diria o seguinte, que também volto, da mesma forma que iniciei, com história. A história do ensino no Brasil veio do capital estrangeiro. As escolas iniciais brasileiras foram religiosas. E o capital era estrangeiro. O Vaticano, as escolas católicas, então, o cara invade, o estrangeiro, e manda, era o Vaticano. As escolas batistas, em Pernambuco, existiam escolas, o Colégio Americano Batista, escola de Pernambuco. O capital, se fosse buscar a origem, era americano, inglês. Então, nem por isso, o Brasil

perdeu a sua identidade educacional. As freiras educavam no nordeste, os colégios de freiras e colégios de padres, todos de origem religiosa. Então, o capital é estrangeiro da mesma forma que o sobrenome nosso é estrangeiro. O capital era estrangeiro naquela época, e nem por isso criou um dano ao país. Quase a totalidade dos bons colégios, há um tempo atrás, particulares, se baseavam em instituições religiosas. E instituições religiosas, se você for apertar, se você for apurar, no termo da desnacionalização e da soberania ela é de capital estrangeiro.

Então, eu acho que o debate foi extremamente construtivo, mas eu sou inteiramente favorável a que haja a permissão, a liberação e basta de marco regulatório no país. Todas as vezes que se põe marco regulatório, quando se bota limitações, nós vamos cercar o desenvolvimento do país. E não vamos correr o risco, nem de desnacionalização, e nem de perda de soberania. Era isso que eu gostaria de expor.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agradeço e passo a palavra ao Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente Flávio Arns, meu amigo Diretor Técnico da Associação Brasileira de Mantenedores de Ensino Superior, o que é uma covardia V. Sa. vir para cá como Diretor Técnico, tinha que vir como Diretor da Anhanguera, o maior case em educação e Bolsa do país nas últimas... Quer dizer, o maior case que foi, na verdade. Lúcia, Sr. Paulo, demais Senadores. Eu já fui Presidente desta Comissão, Senador Flávio Arns, e a minha história toda é em educação.

Então, é muito difícil você poder separar, você ser senador e você conhecer do ramo de educação. Então, eu me sinto tremendamente constrangido quando o Sr. Carbonari vem aqui e fala que... Da péssima administração que as escolas têm, porque são regidas por famílias. Eu venho de uma família onde minha mãe começou com um colegiinho, jardim de infância, primeiro grau, segundo grau, faculdade, Faculdades Integradas e universidade, e universidade nacional. E chegou a ser, quando eu era o presidente da mantenedora, que eu me afastei quando virei senador, me transformei em senador, chegou a ser terceira do país naquela época. Muito bem. Aí, aconteceram os cases. Aí não vou botar a culpa nesse governo não, Senador Flávio Arns.

A consequência da grande variedade de faculdades no país, hoje, vem do governo anterior. Foi uma ideia do Ministro Paulo Renato e o Governo Fernando Henrique àquela época, onde esse governo recebeu tudo aquilo que vinha e, digamos assim, como se estivesse sido plantado e cresceu nesse governo. Eu vejo

o Ministro Fernando Haddad como, talvez, o maior, o melhor ministro para a iniciativa pública, para as universidades públicas da história do país. Para a universidade pública. Goza de um prestígio junto ao Presidente, lançou o PROUNI que é uma grande bandeira política do Presidente, criou o REUNI que, realmente, foi uma injeção de recursos na universidade pública.

Agora, se o ministro não reunir a sua equipe e não procurar soluções, também vai ser lembrado como o pior ministro da universidade privada do país, da instituição privada do país. A questão da administração, e aí eu digo, Carbonari, que hoje eu não consigo entender, até hoje, como ao comprar uma instituição se fala que o valor entre cinco mil e seis mil reais por cabeça de aluno. Eu já fiz todas as contas dentro de um nível de mensalidade que o aluno pode pagar, e não consigo chegar a esse número. Porque, pra mim, o mais importante é o que tem dentro dessa universidade, qual é a história dessa universidade, quais as avaliações que essa universidade teve ao longo da sua vida, mas no entanto, é isso aí, é cinco mil por cabeça, para comprar uma faculdade.

Quem tem mil e quinhentos alunos, de cinco a seis mil, cinco mil e quinhentos, então, vai valer mil e quinhentos. Sete milhões e meio você compra, em nível de mercado, e o maior comprador está à nossa frente, que é o Diretor da Anhanguera, que eu vou lhe dizer, é o maior... O melhor gestor, mas não é o maior educador. Há uma diferença muito grande. Eu costume dizer, eu... Talvez seja um bom gestor, mas educadora é a minha mãe. Ela tem uma visão de educadora. Isso aí, é. Então, eu me sinto no seu ramo. Então, não podemos falar que nós somos educadores. Nós somos gestores. Então, Senador Flávio Arns, a questão de colocar em 30% o capital estrangeiro, 30% ou 49% é a mesma coisa. E isso nós tivemos exemplos nas nossas companhias telefônicas, de televisão... 30% ou 49% é a mesma coisa. Então, não se baseia, o projeto do governo veio com 30%, se não me engano, para a reforma universitária. Mas 30% ou 49% é a mesma coisa.

A questão de gestão de instituições de ensino, não há como você criar um padrão de gestão. Por quê? Porque o MEC pode criar uma portaria que mexe com toda uma economia de uma instituição de ensino. Ele fala: "Olha, reunimos e para que se tenha um padrão de qualidade compatível com que o MEC quer, o Curso de Enfermagem agora, ao invés de quatro mil horas, serão seis mil horas. Acabou toda a economia que você tem armada. Porque, imediatamente, você tem que gastar mais com carga horária do que com a receita que você tinha. Você não pode aumentar a mensalidade, porque ela está nivelada no mercado. Pela

primeira vez na história, o aluno não tem sensibilidade para a qualidade. Ele tem sensibilidade para preço. E quando houve uma grande variedade de instituições de ensino chamadas faculdades, o aluno vai atrás do menor preço. Porque ele acha que com o diploma na mão, ele vence. Não importa a qualidade do diploma. E eu sou do ramo. Não entrei no ramo. Eu nasci dentro. Minha mãe fazia cada grauzinho para eu ir estudando e ela ia aumentando pra eu ir estudando. E aí fez uma universidade.

Então, eu sei que está funcionando assim. Já vi vários ministros passarem, vários [ininteligível] também, alguns como os [ininteligível] e o que é pior, não tem uma continuidade. O Carbonari sabe disso. Se o PSDB ganhar a próxima, vai mudar tudo que está aí. Vai voltar a filosofia que tinha o Governo do Fernando Henrique com o Paulo Renato. Não há uma continuidade. Onde é que poderia se dar continuidade? Aqui nesta Casa, Senador Flávio Arns. Se nós obrigarmos aos governos que entrarem a terem uma continuidade de trabalho. Aí nós poderíamos fazer. Mas vai mudar tudo. E muda. Da mesma maneira que o Ministro Fernando Haddad mudou tudo que o Paulo Renato tinha feito, a questão da prioridade para os centros universitários, que são centrados no ensino e não na pesquisa.

O Fernando Haddad é um ministro voltado para a iniciativa pública, ele levantou o amor próprio das universidades públicas. A verdade é essa. O REUNI está aí, vai investir... Sair criando faculdade também, acho que não resolve. A questão da interiorização... Vai ter mais faculdade no Sudeste porque tem mais gente. Onde tem mais gente, tem mais demanda e tem oportunidades maiores. Então, eu vejo... A questão dos IPO que aconteceram com a instituição de ensino. Carbonari, Professor Carbonari, gênio do que aconteceu naquele momento, o COC. O COC é uma grande instituição, uma dos quatro maiores. Não é nada. O COC não está entre os quatro maiores, não. Ele aproveitou um grande momento e se capitalizou na física. Não sei se vai botar o dinheiro na instituição. As ações despencaram na Bolsa. Como vocês estão administrando, eu não sei.

Eu tenho uma opinião minha, eu acho que isso tudo vai... Desculpe se cair as suas ações, viu Carbonari? Eu acho que vai explodir. Vai explodir não por culpa da Anhanguera ou por culpa do COC, ou por culpa da Estácio, ou por culpa da Krotsh. Não. Vai explodir porque o aluno não tem sensibilidade para a qualidade. Ele quer o menor preço. Porque o MEC criando os padrões de qualidade, essas pequenas vão fechar todas. Porque as que... Essas instituições estão comprando, estão comprando ativos no vermelho, faculdade no vermelho. Todas essas passam por mim

também, Professor Carbonari. Eu vejo lá porque me oferecem. Estão no vermelho. Então, está todo mundo comprando um monte de vermelho. Não acredito. Eu sei que o Professor Carbonari tem uma equipe pensante de como fazer uma boa gestão dos recursos dentro do padrão do MEC... Como é que diminui aquilo... Tem um grupinho dele que passa pensando o dia inteiro, os garotos lá dele.

Agora, eu não acredito. Sabe por que, Professor Carbonari? Porque uma instituição de ensino tem a maior dificuldade do meio pra frente. Quando se abre o vestibular com 50 vagas, você vai lotar. Mas daquela turma de 50, não vai chegar ao final com 50. Ela vai chegar com 10. E aí, o [ininteligível] quebra. Você tem que subsidiar aqui para segurar a qualidade nas últimas da frente. Então, quando você cria uma faculdadezinha que dá 100 vagas, 50 de manhã e 50 à noite, ela vai quebrar do meio pra frente. E quando é do meio pra frente? É agora. O meio pra frente é hoje. Porque a metade já foi para trás, que foi lá atrás quando foi criada. Aí todo mundo fala: "Olha, me enganaram. Os jornais diziam que a educação era o melhor negócio do mundo. Fui enganado." Agora não tem mais jeito. Você já tem que levar o aluno até o final. E aí?

Aí procura o Professor Carbonari, que está capitalizado, procura a COC, a Krotsh, o Crótons (F), procura o Chaim, não sei se o Chaim da COC está com outra coisa ou está... A Estácio botou... A Estácio foi a maior universidade do país, botou o GP. Uma parte o GP tem prioridade de fazer a gestão da Estácio. Não vai conseguir. Porque aqui na SESU vai criar padrões de qualidade que nem sabe o que é. Vai sentar e falar: Qual é a linha política desse ministério? E aí na linha política envolve a matemática financeira. Não tem jeito. E aí ela vai para o vermelho. E indo para o vermelho, procura quem tem dinheiro para vender. E assim vai acontecer daqui pra frente. O Carbonari sabe. Nós conversamos há três anos atrás, que ia acontecer isso. A faculdadezinha de 50 vagas, 100 para manhã e 100 para noite, não vai sobreviver. Não tem... Acho que, a qualquer momento, vai ser criado um REFIS... REFIS, não, os bancos... Como era aquele negócio? Um PRO-ER para a educação. Grandes universidades históricas, Senador Flávio Arns, é uma fria... Santa Úrsula, Cândido Mendes... Aí bota culpa no quê? Na gestão?

Não há como fazer gestão, se vem uma portaria dizendo que tem que mudar. É uma questão política. Qual é a linha em que o ministério está indo? Eu te digo, esse é o melhor ministério para universidade pública que já aconteceu. E ó, o ministro já me deu dura pesada, eu da base do governo. Não alivia, não. Estou falando aqui e nunca falei isso. Não tem por que é da base do governo, não, e V. Ex^a sabe que eu sempre

defendo esse governo, o Presidente Lula, então, eu adoro o Presidente, acho que ele fez muito por esse país. Não sou PT, sou PMDB.

Então, daqui pra frente, é só crise na educação superior. Crise. O ministro e sua equipe vai ter que sentar para ver como vai fazer para que não seja o melhor ministro para a universidade pública e o pior para a universidade privada e instituição privada. E a questão, Lúcia, entendo sua posição completamente. Mas não brigue por 30, brigue por 49. 49 ou 30 é a mesma coisa. Porque o que é? Não dar gestão. Não dar a gestão. Quem tem 51 manda. Só isso que eu queria fazer a colocação.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem. Passo a palavra ao Dr. Carbonari.

SR. ANTONIO CARBONARI NETTO: Muito obrigado. Eu acho que o Senador Cristovam colocou aí umas 10 perguntas que abrangem a resposta de vários outros, colocações, até pela profundidade e inteligência do próprio questionamento. Eu tenho uma experiência de ter feito IPO, como o Senador Wellington colocou, e eu quero responder muito simplesmente assim. O investidor, hoje, tem dois modelos no mundo. Ou ir à bossa comprar ações--

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Aí é o Carbonari da Anhanguera. Esse eu gosto de ver falar. O da ABMES, não. O da Anhanguera. Fale, Carbonari.

SR. ANTONIO CARBONARI NETTO: É, estou falando como Presidente da Anhanguera. Não tenho como... Quando eu estou, eu sou, não é? Não tem problema. Então, o que acontece? Quando se fez o IPO ou, é uma linha de raciocínio. Quando se vende uma parte de escola aqui no Brasil, é o caso da Whitney, da Lowry, a Lowry fechou o capital. Ela quer tocar a escola como uma faculdade, universidade. Nós optamos aí a público por quê? Para angariar recursos. A Anhanguera, em dois anos, angariou 860 milhões de reais. Todos eles aplicados na melhoria qualidade de ensino, pesquisa e extensão, todos eles. A gestão é pública, trimestralmente com os relatórios internacionais, auditorias internacionais, e, eu tenho como exemplo, o seguinte, houve uma grande melhoria da qualidade na nossa instituição, o regulamento de carreira docente é um sucesso, todos registrados na DRT, as bibliotecas e laboratórios são fantásticos hoje, a produção acadêmica docente, nós temos 12 revistas das quais, oito indexadas internacionalmente.

É um conjunto de faculdades, não é universidade. Embora tenha uma universidade, o centro, mas o grande conjunto é faculdade. A estabilidade docente melhorou com o sistema de avaliação. Um sistema de

avaliação em maio e outubro muito grande, e os professores vão se acomodando, fazendo curso, reciclagem... Hoje, eu tenho um *turnover* de menos de 1%. Quer dizer, eles estão ficando estáveis, pelo índice de qualidade que apresentam. De qualquer maneira, a origem do capital é um problema. Eu fiz um IPO com cinco semanas fora do Brasil, viajando, e os maiores acionistas foram Sindicato dos Municipiários de Chicago, Associação dos Professores da Califórnia, Sindicato dos Professores de Nova York, além de fundos soberanos, Abudah(F) de Cingapura e o da Rainha Elizabeth, da Inglaterra.

Então, são os fundos estáveis, os fundos de aposentadoria não fazem, como fazem fundos brasileiros de *flipper*, não é, compra e vende... Não. Eles compram para amadurecer o capital ao longo prazo. Então, isso dá uma estabilidade muito grande. De qualquer maneira, eles não entram na instituição mantida. Isso é uma briga entre acionistas. Aumenta, diminui... Não é problema nosso. Nós nem compramos ações nossas, nós não podemos. Nós só administramos. Esse dinheiro nunca mais sai. Então, a ampliação foi um sucesso. Agora, qual é o perigo de desnacionalização? Zero. Não há. Porque a mantida segue a regulamentação do Ministério da Educação. Que é rígido no país. Todos ministros tiveram a sua maneira de regulamentar, está aqui o Ministro, Senador Cristovam, que foi fantástico como ministro, e que buscou soluções dentro do regulatório nacional. Dentro da LDB.

Então, não há perigo de desnacionalização sob qualquer hipótese. Mesmo um capital especulativo. Eles compram, vendem, a Inglaterra vende para a China, a China vende para o sindicato... O problema é deles, as ações são deles. O dinheiro já entrou. Eu não conheço empresa SA que os acionistas... "Oh, me dá de volta o que eu apliquei." Eu não conheço. É jogo de mercado, é problema deles. De qualquer maneira, o risco de não submissão regulatória nacional não há. O regulatório nacional é muito sério, muito bem feito, então, não há problema nenhum. Há risco do ensino superior cair em outras mãos como projeto educacional? Aí vamos aos dois modelos.

Aquela instituição que é vendida para o exterior e que eles trazem o seu currículo, a sua formação, há um risco de desnacionalização. Como houve com as escolas convencionais católicas, metodistas, luteranas, etc. O que não fez mal algum para o Brasil. O Brasil se inseriu na economia educacional do mundo. Então, não há esse perigo. Com relação a Bolsas, muito menos ainda. Eles jamais entram na administração. Mesmo porque, a legislação da CVM também é segura, não é? Se alguém for comprar acima de 15%, detona o

gatilho, é obrigado a comprar tudo. Como tudo não é possível, não se compra.

Então, há uma garantia de Bolsa muito forte. O recurso que entra, com certeza, melhorou a qualidade e baixou a mensalidade. Porque o investidor também, nas assembléias, ele exige dividendos. No nosso caso, a SA, nós só temos dividendos depois de cinco anos de operação. Então, hoje é só Bolsa. Quer dizer, toda a lucratividade é revertida na expansão. Agora, há casos diferenciados: *Lowry, Whitney, agora, Under Rice(F)* que comprou lá norte... São empresas que compram instituição, elas não foram para a Bolsa. É muito diferente uma coisa da outra. Aqui o capital especulativo faz o jogo internacional, sobe, desce, sobe, desce... Não penetra na instituição.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Desculpe, Presidente. Se o Presidente me autorizar.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Wellington, só para efeito de taquigrafia. Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Quando há essa compra direta, sem ser a Bolsa, o Ministério da Educação aprova ou não?

SR. ANTONIO CARBONARI NETTO: Não, porque não há legislação no Brasil hoje. Se toma conta da mantenedora por maioria de votos, ou adquire cotas, seja lá como é, se ela já é uma SA--

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Mas se quiser pode criar uma portaria para isso, não pode?

SR. ANTONIO CARBONARI NETTO: Isso é possível, não há problema algum.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): É até bom. O Ministro é bom em portaria.

SR. ANTONIO CARBONARI NETTO: O que eu não gostaria de defender é a proibição de capital estrangeiro. Porque se houver, infelizmente, as quatro que estão na Bolsa vão ficar maravilhadas com essa lei. Porque só poderão comprar das ações que nós temos. Mais felicidade ainda. Então, eu acho difícil fazer uma alimentação dessa. Agora, os recursos, senadores, eles são aplicados muito seriamente porque esses acionistas exigem a publicidade de todos os atos.

Qualidade ensino. Vou dar alguns exemplos. Nós passamos de 71% de três, quatro e cinco do ENADE, para 81% do CPC três, quatro e cinco. Quer dizer, o SINAES, com inversão financeira, melhorou. Bibliotecas, um milhão e meio de exemplares. É assustador. Carreira docente estável. A produção docente, através das revistas e projeto de pesquisa. A responsabilidade

social hoje da Anhanguera, o ano passado nós atendemos 570 mil pessoas gratuitas, onde nós estamos, na região de abrangência, quer dizer, praticamente uma segurando cidade. Se cada instituição fizesse... Adotasse uma cidade, 80% dos problemas sociais estavam resolvidos. Então, a responsabilidade social obrigatória como uma SA.

Enfim, as grandes vantagens do recurso vieram. Agora, a qualidade, qualificação, produção, ensino, pesquisa, é uma questão de *pedigree* nosso, interno. É do próprio brasileiro. Quer dizer, não é possível você obter recurso e obedecer ao recurso. Não. Você obedece ao regulatório nacional. Então, não há risco, nesse modelo não há risco. Eu fico muito preocupado é se você vende, alguém do estrangeiro compra, e muda o currículo para o seu país de origem. Coisa que não ocorre, em função do regulatório Ministério da Educação. Nós temos as diretrizes curriculares, sem as quais não se registra diploma, sem diploma não tem carteirinha das corporações... Enfim, o Brasil é uma grande matriz, uma grande rede amarrada no regulatório. O que favorece, evidentemente, a não preocupação com esses assuntos da desnacionalização.

Agora, há riscos para o país: Não. Não. Se houvesse, deviam proibir Escola Americana, Escola Russa, Escola de Embaixada... Porque eles trazem a educação deles. O ensino básico fundamental e médio sempre tiveram liberdade, no Brasil, de trazer suas próprias culturas. Ensino religioso. Então, eu não vejo problema algum. Não é da cultura brasileira proibir. É regular. Então, isso é natural. Mas eu não vejo perigo algum, as instituições cresceram, todas elas fizeram investimento de base, então, foi muito boa. Principalmente, em insumos, infraestrutura, carreira docente e produção acadêmica. Isso é uma experiência que eu trago com muita clareza porque tem funcionado muito bem. E as atuais, como disse o Senador Wellington, o Brasil tem um *pedigree* de educação de família. Várias gerações de família, escolas... As pequenas, hoje, com muita dificuldade, também são de famílias, mas não se preocuparam com a gestão.

O Senador Wellington citou um exemplo onde uma grande educadora gerou um grande gestor. Esse é um caso ímpar no Brasil. E grande mesmo. Então, eu fui um educador, sou mestre em Administração, Comunicação, 35 anos de Magistério, mas nasci no balcão de um armazém numa pequena cidade no interior de São Paulo. Então, além de educador, eu tinha um tino um pouco mais aguçado para fora do balcão e resolvi fazer esse IPO e constituir a primeira da América Latina. Só tivemos crescimento. Só tivemos crescimento. A qualidade melhorou, os recursos foram aplicados devidamente, porque uma SA é pública. Eu tenho que

publicar trimestralmente, e explicar, dar satisfação, não mais pra um, dois ou três, mas para o mundo. Então, isso foi muito bom. E principalmente fundos soberanos. Nós temos que dar satisfação clara para cada um deles, onde eles aplicaram o recurso.

Não vejo perigo algum no capital estrangeiro. Nenhum, nenhum, nenhum. Agora, me preocupa se nós regularmos em excesso. Os casos, não o nosso caso da SA, mas os casos daquelas que compraram, já estão voltando. Eu já tenho notícias de que não foi bom investir em instituições no Brasil. Então, isso é uma pena, porque é capital que vai, não é? Poderia ficar e melhorar. Mas, de qualquer maneira, em função até da função que ocupo hoje na ABMES, eu defendo a livre iniciativa com alguma regulação, com maior participação possível, desde que seja um dinheiro que venha para melhorar, que seja uma instituição séria, eu não vejo problema algum. Eu não sei, Senador, se com isso eu fiz um espectro aí da... Das respostas. Muito obrigado.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

Eu posso fazer uma pergunta complementar?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Eu acho que pode fazer nesse momento. Para a réplica, não é?

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

É simples. É aquela primeira. Qual é a perspectiva que o senhor vê daqui pra frente? Está havendo demanda de capital estrangeiro para universidades? Aparentemente o que tinham que fazer já fizeram...

SR. ANTONIO CARBONARI NETTO:

Está muito pouco. Muito pouco pelo seguinte, em Bolsa, a crise das Bolsas é a crise das Bolsas. Então, quem é SA... E até brigo muito, em janeiro, fiz uma visita ao exterior, para fazer um seminário, e me perguntaram: "Qual é o problema que vocês têm na educação no Brasil, em especial a sua instituição?" Eu falei: "Vocês. Vocês do Subprime que derrubaram. Lá está muito bem. Os alunos estão tranquilos, estão melhorando." Então, agora, a demanda pela procura está diminuindo drasticamente, por dois motivos. Primeiro, pela crise, que os fundos lá fora têm sentido. E segundo, pelo regulatório nacional, que é muito diferente da liberdade que outros países têm. É muito diferente.

Então, o americano não consegue saber como é que a gente define turno de funcionamento de curso. Por que não pode aumentar vaga? Quer dizer, isso no mundo é uma aberração. Agora, de qualquer maneira, nós resolvemos nosso problema, nós sabemos a saída dos nossos problemas. Mas a demanda tem diminuído bastante, embora agora, ultimamente, com a retomada do aquecimento, as ações têm subido ou, no meu

caso, especificamente, e está indo muito bem. Então os investidores estão satisfeitos.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): E a outra coisa, o senhor falou que foram 800 milhões.

SR. ANTONIO CARBONARI NETTO: 860 milhões captados.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Esse dinheiro vai para onde? Para equipamentos, para formação--

SR. ANTONIO CARBONARI NETTO: Equipamentos, laboratório, biblioteca, carreira docente, formação...

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Salário, não?

SR. ANTONIO CARBONARI NETTO: Salário também. Salário também pelo seguinte, a carreira docente, nós fizemos alguns *upgrade*: Em tempo parcial, tempo integral porque não tinha. Faculdades isoladas, não é?

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Mas esse dinheiro vem para investimentos, não vem para custeio.

SR. ANTONIO CARBONARI NETTO: Vem para tudo. São ações, não é? Vem para tudo.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): E uma partezinha para o bolso, não é?

SR. ANTONIO CARBONARI NETTO: Não, porque as ações... Quando nós fizemos a SA, nós já pegamos os sócios, cada um ficou com a sua parte. E liberamos praticamente 80% para um Fundo de Educação para o Brasil. Esse é o nome. E as ações que foram vendidas são do fundo de investimento. Então, o capital estrangeiro está no fundo, não está na universidade, não está na faculdade. Mas, de qualquer maneira, há uma retração no sentido da pergunta que o Senador coloca. Mas a experiência foi muito boa, foi muito boa.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Passo a palavra à Lúcia Stumpf, da UNE.

SRª LÚCIA KLUCK STUMPF: Acredito que precisa ficar claro que esse debate aqui não se trata de preconceito ou xenofobia. Quando a gente debate a entrada do capital externo na educação brasileira, nós precisamos discutir isso baseados, justamente, no projeto de nação que nós queremos construir para o Brasil. E dessa forma, sem dúvida, um projeto de nação que se sustenta num projeto educacional, e na criação em última instância, num sistema nacional de ensino, capaz de integrar toda a formação cidadã. Então, a educação precisa e, eu insisto nisso, ser compreendida como um dos setores estratégicos para esse projeto de desenvolvimento soberano, como foi citado aqui pelo Paulo, é necessário que a gente entenda a educação como

é entendido hoje o setor da comunicação, como é entendido hoje o setor de transporte aéreo, todos eles limitando a entrada do capital externo, porque nós sabemos que o capital externo, quando ingressa aqui, tem os seus próprios interesses, seja ele o do lucro, seja ele o da aplicação de currículos e de conhecimento a serviços estranhos aos interesses nacionais.

A educação não pode e não deve ser entendida como outros setores de serviço. Quem investe na educação não é o mesmo, ou não deve ser, hoje, aqui fica demonstrado que é, mas não deve ser o mesmo que investe numa rede de supermercado. A educação não pode ser compreendida dessa forma, nesse grau de mercantilização, como hoje no Brasil ainda se entende e, como hoje, a gente ainda vive. Quem investe na educação não pode buscar o lucro a qualquer preço, mas sim, entender esse... Essa visão estratégica, esse viés estratégico que a educação tem para o desenvolvimento nacional. Então, quando a gente trata aqui e quando nós defendemos o impedimento do ingresso do capital externo na educação, não se trata de preconceito ou xenofobia, mas sim, da apresentação de uma dicotomia de projetos que se coloca.

São de fato dois modelos que hoje existem como muito bem falou o Professor Carbonari. Existe o modelo das SAs que é do capital aberto, são as empresas públicas, como é a Faculdade Anhanguera, o Grupo Anhanguera, e esse para nós é nocivo, justamente, porque precisa responder aos seus acionistas, não com pesquisa, não com cursos inovadores, não com formação de conhecimento, mas sim com o lucro. É justo, é da característica das SAs responder aos seus acionistas com o lucro dessas ações, com o crescimento do valor dessas ações. Então, é isso que busca essas instituições que têm o capital aberto, e há um outro modelo que é, justamente, esse da compra da gestão das instituições, que é o que fez o Laureate, o Whitney, enfim, esses outros grupos que estão ingressando aqui e têm, então, e trazem seus próprios currículos, suas apostilas, trazem seus modelos de profissão e de currículo aqui para o país.

E daí nós temos que nos perguntar, e não podemos ser ingênuos nesse sentido, a quem interessa ou quais interesses esses grupos internacionais estar atuando. Esses, que são de capital aberto vão estar atuando pelo interesse do lucro que, como eu disse, não pode ser o que impulsiona o projeto educacional do país. Esses outros que compram a gestão das instituições e podem então aqui utilizar os seus currículos, vão estar respondendo aos interesses de suas nações de origem, e daí eu pergunto qual o formato que elas pretendem ter no Brasil se não é o de formação da mão de obra barata, se não é o que a gente se perpetua,

enquanto o país que vende as laranjas enquanto os outros se utilizam do que nós produzimos aqui para as suas riquezas e para o desenvolvimento maior da produção, que pode ser gerada a partir de universidades bastante capacitadas.

E hoje essas universidades, essas instituições, universidades capazes de gerar o lucro são, eu insisto, essas instituições de baixo custo e que, então, respondem a uma alta lucratividade e essas gestões apresentam modelo de educação, de currículos enxutos de duração mínima dos cursos, de professores contratados por hora/aula e não, então, professores comprometidos com a dedicação ao aluno, também em momento extraclasse, comprometidos com projetos de pesquisas que se dão, não no momento da sala de aula, mas sim, naquela carreira que precisa ser tratada como a carreira docente.

Então, eu não tenho dúvida em afirmar que esse modelo de educação não serve nem ao país, com seu projeto de desenvolvimento soberano e, nem mesmo, ao jovem que consegue, muitas vezes, conquista com muito custo esse diploma. Porque o jovem investe um tempo difícil, hoje a juventude que faz ensino superior... É um jovem que tem responsabilidades com a sua família, que ajuda no sustento da sua família, trabalha de manhã e à tarde, para poder pagar aquela mensalidade da noite, por isso busca a baixa mensalidade, aquela capaz de dialogar com a sua realidade e com... De baixos salários e de muitas responsabilidades. Então, é um jovem que investe o seu tempo e o dinheiro que não tem, que não possuem, e não recebem o retorno esperado, porque os cursos que fazem não oferecem a qualidade capaz, nem mesmo, de capacitá-lo adequadamente para o nosso mercado de trabalho, quanto mais, um curso capaz de lhe dar essa formação humanística completa, que a universidade precisa oferecer para a nossa juventude.

Para encerrar, a gente precisa caminhar para a criação de um sistema nacional de educação e esse é o tema da Conferência Nacional de Educação que está em curso convocada pelo Ministério da Educação, uma conferência capaz, respondendo aos questionamentos e às preocupações, do Senador Cristovam, do Senador Wellington, capaz de garantir justamente essa interligação desde o ensino da creche até a pós-graduação e um sistema nacional de educação fundado nas bases de Estado e não de governo. O sistema nacional de educação capaz de ter, então, seus próprios marcos regulatórios, uma reforma universitária.

Também concordo com o Senador Cristovam, que possa ser feita a partir do Congresso Nacional para que se transforme num projeto de educação de longo prazo, num projeto de educação a serviço do Estado nacional,

num projeto que não se encerre com os governos que se sucedem. Então, nós brigamos aqui, lutaremos em defesa da educação pública e de qualidade, em defesa de uma educação a serviço do desenvolvimento nacional, a serviço então da juventude do nosso país, e uma educação que, no nosso entendimento, não pode, por isso mesmo, ser desnacionalizada e, por isso, insistimos na tese de sermos contrários ao ingresso do capital externo na educação nacional.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Passo, em seguida, a palavra ao Dr. Paulo Wollinger, do MEC, SESU, secretaria de ensino superior.

SR. PAULO WOLLINGER: Obrigado, Senador. Gostaria de fazer dois destaques. Primeiro, a respeito... Sobre a oferta e distribuição de ensino superior no Brasil, nós temos algumas heranças culturais que temos que superar como sociedade. No Brasil, nós temos cerca de 250 cursos de graduação diferentes, entre licenciatura, bacharelados e graduações tecnológicas, mas temos um pequeno grupo de quatro ou cinco cursos, que concentram a maior parte das vagas afetadas do ensino superior. E essa é uma questão social e cultural do Brasil. Não só dos ofertantes. São ofertadas essas vagas porque há demanda para essas vagas. Então, essa é uma questão que ainda precisa ser bem colocada em termos de Brasil, e a gente espera que a Conferência Nacional de Educação possa discutir isso também, e em outros fórum, temos tratado esse assunto abordando isso em termos mais amplos possíveis.

O que nós temos? Nós temos desemprego no ensino superior brasileiro, e em geral ele está muito vinculado à concentração de algumas formações em detrimento de outras. Existem muitos cursos de graduação no Brasil para os quais nós não temos egressos suficientes. E esses setores da economia da sociedade são desenvolvidos por pessoas sem formação. Por não haver formando para essas áreas. E outros setores, onde temos uma formação muito maior e uma maior quantidade de egressos e acaba que temos uma desqualificação, também, da atividade pelo excesso de oferta. Então, na própria... Nessa relação oferta/demanda de vagas e graduandos do ensino superior brasileiro, nós temos um desequilíbrio muito grande que precisa ser tratado, também, em termos de Brasil.

Essa é uma questão que vem sendo abordada, discutida em termos de academia... Mas está muito ligado também à cultura brasileira. No Brasil ainda se acha que faculdade, universidade e curso superior é quem faz curso em Direito, Medicina, Engenharia, etc, etc. Esses nomes conhecidos na história do Brasil. E esse é um problema do Brasil hoje. É um problema. Nós

temos muitos setores da economia de extrema importância, que não são desenvolvidos por falta de vagas, de oferta de curso, de egressos. Uma das coisas que o Senador Cristovam Buarque falava, apropriadamente, que um *chip* concentra uma grande quantidade de valor agregado, outros setores da economia brasileira também concentram uma grande quantidade de valor agregado. A soja, por exemplo. A soja brasileira incorpora uma quantidade de tecnologia que, praticamente, ninguém no mundo tem. Uma quantidade de ciência e tecnologia aplicada.

O Brasil não chegou a ser o maior produtor de soja do mundo apenas aumentando a área plantada. Não houve um aumento proporcional à área em relação à quantidade. Houve tecnologia, incorporação tecnológica. E isso, em várias áreas poderíamos citar. Exemplo típico, é a produção de espumantes no Vale do São Francisco. Houve a incorporação de ciência de altíssima qualidade e tecnologia extremamente avançada que assusta os fabricantes internacionais mundiais de espumantes. Por quê? Porque houve formação de quadros de nível superior para isso, de alta qualidade no Brasil.

Mas os nossos novos desafios, aonde estão? Estão aonde a gente ainda forma poucos universitários no Brasil. Esse é um imenso desafio que o Brasil tem que enfrentar. Como alguns países fizeram. Então, esse é um aspecto importante do ensino superior brasileiro que precisa ser levado em consideração, quando a gente fala em desemprego no ensino superior, em carências, etc. O que nós temos ainda, de certo, é que precisa expandir a oferta de educação superior no Brasil, em relação à nossa população e a importância econômica do Brasil no cenário mundial. Isso é certo. Outro aspecto que gostaria de destacar é a questão regulatória.

O marco regulatório da educação superior brasileira e da oferta e, também, das profissões de nível superior brasileira é bastante amplo. E dá certa segurança para que, mesmo com o ingresso de capital estrangeiro, a gente não venha ter tão grandes distorções, no sentido de que nós temos profissões regulamentadas em lei. Nós temos marcos regulatórios bastante definidos. Nós temos sistemas de avaliação de alunos, de instituições e de cursos. Nós temos diretrizes curriculares nacionais, que são revistas frequentemente pelo Conselho Nacional de Educação que garante essas direções, num espaço democrático e aberto, e que garante a formação do universitário brasileiro voltado para projetos nacionais. Isso... Quanto a esse aspecto não há... Não haveria tão grande preocupação como em alguns países existem. Alguns países... Qual é a regulação, em alguns casos, a entrada do capital es-

trangeiro provocou uma desestabilização, porque não havia sequer um projeto nacional. No Brasil a gente tem isso um pouco.

Uma outra questão importante, talvez, que precise participar do debate é que esse debate precisa ser colocado num aspecto um pouco mais amplo, num setor um pouco mais amplo, não apenas de capital entrando para gerar mais vagas, para gerar visibilidade de negócios na educação brasileira. Precisa ser colocado que demandas e que necessidades o Brasil tem na educação superior e que esse capital possa vir a contribuir com isso. No debate precisaria deixar claro também algumas linhas de ação. Uma questão importante no Brasil é a educação básica. É fundamental. Concordo plenamente com o Senador Cristovam Buarque, mas também a qualidade da educação fundamental e básica no Brasil, passa pela educação superior. Porque educação superior que forma os professores e gestores que vão atuar na educação básica.

Então, na verdade, é uma equação um pouco mais complexa. Por isso eu gostaria de deixar essas variáveis todas num debate único. É importante esses pontos aqui destacados, mesmo que não pareçam ter relação direta com capital, oferta de capital, investimentos na educação superior brasileira, mas eles precisam levar em consideração, porque são parte do projeto brasileiro de educação superior. E aí sim entendo que é, realmente, um projeto de Estado. Que a legislação brasileira vem amadurecendo nos últimos anos, durante muitas décadas não tínhamos uma legislação própria da educação superior, ela vem se consolidando e a prática, desde a prática educacional até o sistema regulatório, ela vem se aprimorando e se consolidando no Brasil ainda. E ainda temos muito que avançar nesse campo. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem. Nós estamos, Senador Cristovam...

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu quero dizer que estou totalmente de acordo porque sem uma boa universidade a gente não tem uma boa educação de base também. Mas aí, vai depender dos cursos que nós damos na universidade. Hoje em dia o impacto da universidade na educação de base tem sido pequeno. Em parte, não por culpa da universidade, por causa dos baixos salários dos professores, que termina atraindo para a carreira do magistério aqueles que não passam no vestibular de carreiras melhor remuneradas. E, ao mesmo tempo, gerando uma baixa muito grande na qualidade dos nossos professores e no número de professores, porque as licenciaturas não são procuradas.

Eu continuo achando e caminho para isso, seria o governo... Não sei se chamaria marco regulatório, mas é mais político. O governo definir com clareza: "Nós vamos pagar para quem quiser estudar, por exemplo, licenciatura." Comprar vagas para quem quiser licenciatura. Quem quiser certas áreas do conhecimento que estão sobrando, não vejo porque o governo estar gastando dinheiro nesse momento com elas. O PROUNI eu concentraria nas áreas de necessidade para o país, que não é só professor obviamente. A gente sabe que algumas têm um excesso de formandos. Outras tem uma escassez.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sim, sem dúvida. Então, eu passo a palavra ao Professor Carbonari, para--

SR. ANTONIO CARBONARI NETTO: Eu queria registrar um fato, Senador, que é pouco percebido no Brasil e o homem permite nominá-lo. Quando o Senador Cristovam estava ministro, nós tivemos um encontro em Foz do Iguaçu, se não me falha a memória. E a grande preocupação do Senador como ministro era o seguinte. A alfabetização e desalfabetização era uma discrepância muito grande. E nós tivemos uma discussão fora do contexto, porque era de administradores e, naquela época, as diretrizes curriculares obrigavam que os cursos de pedagogia tinham 400 horas de estágio obrigatório, e que ninguém conseguia cumprir. E colocamos ao ministro esse problema não dá, e tal. Ele chamou o Secretário Executivo do MEC, se não me falha a memória, Carlos Antunes, falou: "Faz uma portaria aí..." Naquela noite.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Carlos Antunes era do ensino superior?

SR. ANTONIO CARBONARI NETTO: Isso. Faz uma portaria aí e conta em dobro o estágio de pedagogia daqueles alunos que fizeram classes especiais de alfabetização de adultos. Pois bem. Daquela época para cá, eu acho que essa portaria do senador alfabetizou mais gente do que todos os projetos juntos do governo, na mesma época, para acabar com o analfabetismo no Brasil. Eu quero fazer esse depoimento, porque eu fui presidente na sessão onde ele mandou fazer a portaria. Resolveu o problema das pedagogias, que não dava pra cumprir 400 horas, cumpria 200, mas quem entrou em sala de alfabetização e alfabetizou adultos com muita velocidade, a Prefeituras adotaram o sistema todo.

Então, eu quero deixar claro, Senador, que aquele ato do senhor naquela tardezinha, à noite, alfabetizou muito mais gente do que os programas ministeriais, que até hoje estão em vigor. Por uma simples portaria. Mas por quê? A visão do compromisso do ensino

superior com o ensino fundamental. Fiz questão de registrar esse fato. Muito obrigado, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem. Bem lembrado também. Eu quero, em primeiro lugar, agradecer a participação dos expositores, do Dr. Paulo Wollinger, da Lúcia Stumpf, que novamente está aqui na Comissão, e é uma alegria sempre receber a participação, não só de você, mas da própria UNE, muitas vezes, representada aqui também por outras pessoas, do Professor Carbonari, para discutir um assunto da mais alta importância, requerimento já aprovado no ano passado, como já foi mencionado, sobre a participação do capital estrangeiro no processo educacional em nosso país.

Houve, sem dúvida alguma, uma reflexão boa, uma discussão, busca de entendimento e de compreensão. E vamos pensar, em conjunto. E convido os expositores e os senadores e senadoras a pensarmos em possíveis desdobramentos, particularmente, na questão que foi levantada reiteradamente nas falas. Essa questão, realmente, da regulamentação que acontece, do marco regulatório. E pensarmos, assim, em caminhos que possam ser sugeridos em termos desta participação e, principalmente, do desenvolvimento dos princípios levantados por vários Senadores, entre eles o Senador Cristovam Buarque. Expansão, princípio de expansão, princípio da qualidade, princípio da formação. Enfim, várias coisas que são fundamentais na educação em nosso país. Não sei se o Senador Cristovam Buarque quer acrescentar alguma coisa, estava...

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Apenas uma proposta. Eu gostei tanto desse debate, mas acho que ele não foi conclusivo, eu gostaria de propor a continuação. Não com os mesmos, até para não incomodá-los, mas em fazer mais uma audiência, eu sei que a gente tem muito trabalho, uma agenda grande, não sei quando seria possível, chamando outras pessoas que pudessem vir aqui trazer a proposta que a Lúcia trouxe, que o MEC trouxe, cada uma das propostas que o Carbonari trouxe. Eu sugiro mais uma audiência sobre o mesmo tema. E gostaria o mais rápido possível de receber as transcrições dessa reunião, porque eu gostaria de me debruçar em cima delas.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Exatamente. Eu penso que as transcrições vão ser muito úteis para todos nós e colocá-las à disposição, também, de quem queira se aprofundar no assunto. Inclusive, recomendando a quem nos acompanha pela TV Senado, Rádio Senado, Agência Senado, Jornal do Senado, que possa também contribuir enviando reflexões, questionamentos, posicionamentos sobre o assunto. Concordo, também, com o requeri-

mento, ele será votado já na sequência. Eu peço inclusive ao Senador... Aos senadores, aqui presentes, que permaneçam ao término dessa reunião, por mais, no máximo, 10 minutos para que possamos fazer a Reunião Extraordinária, somente para aprovação dos requerimentos. Agradeço novamente a participação dos expositores e...

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

E as duas horas temos uma sessão solene pelo centenário de D. Helder Câmara.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): O centenário de D. Helder Câmara. Inclusive, eu também vou participar. Nós já estaremos terminando. Então, eu agradeço e declaro encerrada a presente reunião.

Sessão encerrada às 13h39.

ATA DA 16ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2009.

Às treze horas e quarenta e um minutos do dia vinte e nove de abril de dois mil e nove, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), sob a Presidência do Senador Flávio Arns, e com a presença dos Senhores Senadores Cristovam Buarque, Fátima Cleide, Inácio Arruda, Wellington Salgado de Oliveira, Marco Maciel, Rosalba Ciarlini, Cícero Lucena, Romeu Tuma, Eduardo Suplicy, Roberto Cavalcanti, Valdir Raupp, Gilberto Goellner e Papaléo Paes reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Augusto Botelho, Paulo Paim, Marina Silva, Expedito Júnior, Valter Pereira, Gilvam Borges, Gerson Camata, Francisco Dornelles, Raimundo Colombo, Heráclito Fortes, José Agripino, Adelmir Santana, Álvaro Dias, Lúcia Vânia, Marisa Serrano e Sérgio Zambiasi. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Flávio Arns, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. **Item 01: Requerimento nº 11/09 – CE**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Cristovam Buarque, Rosalba Ciarlini, Raimundo Colombo, Sérgio Zambiasi e Flávio Arns, que "... nos termos do disposto no art. 58, § 2º, incisos II e V, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, incisos II, V, IX e XI, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de audiências públicas, simpósio e/ou painel no âmbito desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte e de sua Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social, para

debater o ante-projeto da Lei Rouanet". O requerimento é aprovado. **Item 02: Requerimento nº 12/09 – CE**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Wellington Salgado de Oliveira, Roberto Cavalcanti, Rosalba Ciarlini, Cristovam Buarque, Gilberto Goellner, Sérgio Zambiasi, Valdir Raupp e Raimundo Colombo, que requerem "... nos termos regimentais, a realização do Seminário 'A Tributação e a Prática de Pirataria no Brasil', a ser realizado por esta Comissão em parceria com o Comitê de Propriedade Intelectual da Câmara de Comércio Americana do Rio de Janeiro (AMCHAM-RJ)". O requerimento é aprovado. **Item 03: Requerimento nº 13/09 – CE**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Flávio Arns e Marisa Serrano, que requerem "... nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, e do art. 90, II e V, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública conjunta das Comissões de Educação (CE) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), para debater o mérito da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 74, de 2005, que "altera os arts. 206, 208, 210 e 212, da Constituição Federal, e acrescenta o art. 95 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para dispor sobre a nacionalização e a qualidade da educação básica. Os convidados serão oportunamente indicados". O requerimento é aprovado. **Item 04: Requerimento nº 14/09 – CE**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Flávio Arns, que requer "... nos termos do art. 256, do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada do requerimento nº 002, de 2008 – CE, aprovado em 12 de fevereiro daquele ano para a realização de Audiência Pública visando a instrução do Projeto de Lei nº 118, de 2004, uma vez que logo após a deliberação desta será oferecido novo requerimento com escopo de maior alcance e que garantirá ampla participação dos setores envolvidos". O requerimento é aprovado. **Item 05: Requerimento nº 15/09 – CE**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Flávio Arns, que requer "... nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública para instrução do Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2004, que 'acrescenta o inciso IV ao § 4, do art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para assegurar aulas presenciais e periódicas nos cursos de educação à distância', com a presença dos seguintes convidados: Carlos Eduardo Bielschowsky, Secretário de Educação a Distância do Ministério da Educação – MEC; Celso José da Costa, Diretor de Educação a Distância da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES/MEC; Gilberto Gonçalves Garcia, Presidente do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras – CRUB; Marcos Formiga, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Educação a Distância – ABED".

O requerimento é aprovado. **Extra-Pauta, Item 001: Requerimento nº 16/09 – CE**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Cristovam Buarque e Roberto Cavalcanti, que “... nos termos do disposto no art. 58, § 2º, incisos II e V, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, incisos II e V, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de 2º Audiência Pública, no âmbito desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com escopo no Requerimento nº 32/08 – CE, para continuar o debate sobre a participação do capital estrangeiro nas instituições educacionais brasileiras, em virtude da importância do tema que requer uma continuidade nos debates”. O requerimento é aprovado. **Item 06: Comunicados da Presidência: Comunicado 01:** “Comunico aos Senhores (as) Senadores (as) que de acordo com o que preceitua o art. 89, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, indico os nomes dos (as) Excelentíssimos (as) Senhores (as) Senadores (as) para compor os quadros da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social do Senado Federal: Bloco da Minoria: Titulares: Rosalba Ciarlini (DEM/RN), Marco Maciel (DEM/PE), Marisa Serrano (PSDB/MS) e Eduardo Azeredo (PSDB/MG). Suplentes: Adelmir Santana (DEM/DF), Raimundo Colombo (DEM/SC), Cícero Lucena (PSDB/PB) e Papaléo Paes (PSDB/AP); PMDB: Titulares: Gerson Camata (PMDB/ES), Wellington Salgado de Oliveira (PMDB/MG) e Francisco Dornelles (PP/RJ). Suplente: Valdir Raupp (PMDB/R); Bloco de Apoio ao Governo: Titulares: Ideli Savatti (PT/SC), Paulo Paim (PT/RS), Inácio Arruda (PCdoB/CE) e Sérgio Zambiasi (PDT/DF); PDT: Titular: Cristovam Buarque (PDT/DF). Assina: Senador Flávio Arns, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte”. **Comunicado 02:** “Comunico aos Senhores (as) Senadores (as) o recebimento de convite do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC, para o lançamento da teleconferência sobre educação flexível: cenário e perspectivas, a realizar-se dia 30 de abril do corrente, quinta-feira, das 15h00 às 17h00, no SENAC situado na – Av. W4 – Sul, quadra 703/903, bloco A. Os Senadores que desejarem uma cópia do convite poderão se dirigir à secretaria desta comissão”. O Senhor Presidente, Senador Flávio Arns, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às treze horas e cinquenta e dois minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador **Flávio Arns**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

16ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 29 DE ABRIL DE 2009.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Havendo número regimental, declaro aberta a décima... Deixe colocar os óculos... A 16ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e aprovação da mesma. Srs. Senadores, Sras. Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram.

A pauta da presente reunião tem por objetivo a apreciação de requerimentos para os encaminhamentos desta Comissão.

O item nº 01, Requerimento, “*Nos termos do disposto no art. 58, § 2º, incisos II e V, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, incisos II, V, IX e XI, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiências Públicas, simpósio e/ou painel no âmbito desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte e de sua Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social, para debater o ante-projeto da Lei Rouanet.*”

Esta Comissão, em parceria com sua Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social, vem realizando nos últimos seis anos Audiências Públicas e reuniões de trabalho sobre o aperfeiçoamento de uma significativa parte do marco regulatório do setor cultural brasileiro, Lei Rouanet, além de apoiar, organizar e participar de debates, encontros e simpósios em parceria com setores da sociedade civil, em todo o país.

Nascida como uma lei inovadora há dezessete anos e reconhecida internacionalmente como tal, o aperfeiçoamento da Lei Rouanet é uma posição unânime do setor cultural. Neste sentido, o Congresso Nacional, por intermédio de suas duas Casas e especialmente desta Comissão, não tem faltado ao debate, apresentando pontualmente projetos que versam sobre o tema.

O Ministério da Cultura encaminhou para consulta pública na Casa Civil ante-projeto de sua autoria, propondo uma nova lei em substituição a atual Lei Rouanet. Ampliam-se as discussões em todo o país, onde o Ministério da Cultura, a sociedade civil organizada e o Legislativo buscam uma forma de colaborar, senão pela unanimidade e consenso, por um resultado

voltado para o desenvolvimento e construção de um arcabouço jurídico que dê segurança aos investidores e garanta uma cultura diversificada e de qualidade a todos os brasileiros.

Diante do exposto, o aprofundamento do Senado Federal nas questões relativas ao tema é medida necessária, uma vez que esta casa trata a cultura como estratégia e pilar para o desenvolvimento nacional.

Para tanto, apresentamos o presente requerimento e solicitamos o apoio dos nossos pares, sugerindo para a primeira Audiência Pública os seguintes convidados: Sérgio Paulo Rouanet – responsável pela criação da Lei Rouanet e ex-Ministro de Estado da Cultura; Luiz Roberto Nascimento Silva – ex-Ministro de Estado da Cultura e advogado, sócio do escritório Nascimento Silva Consultores; Fábio de Sá Cesnik – advogado e autor do livro ‘Guia do Incentivo à Cultura’ e co-autor de ‘Globalização Pela Cultura’ e ‘Projetos Culturais’; Roberto Nascimento – Secretário de Incentivo e Fomento à Cultura do Ministério Da Cultura; Paulo Pélico – especialista em legislação cultural e produtor teatral.” A autoria, Senadoras... Senadores Rosalba Ciarlini, Flávio Arns, Cristovam Buarque, Raimundo Colombo, Sérgio Zambiasi.

Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Aprovado.

Item 02.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Pois não.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Com permissão. Eu sugeriria... Nós todos estamos com o texto... A não ser que faça... A formalidade exija, mas nós estamos com o texto em nossas mãos. Talvez se nós pudéssemos fazer a referência de qual a abordagem, evitando a exigência da leitura.

Se fosse possível eu recomendaria, faria essa sugestão. Lamentavelmente--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu acho que V.Ex^a fez uma sugestão muito pertinente [risos]. Então, eu pergunto ao Plenário se há alguma objeção, já que o texto está nas mãos dos senhores senadores. Que a gente dê como lido o texto e coloque só em discussão e votação.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Nós ganharíamos tempo e evitaríamos essa...

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Não havendo quem objete, está aprovada a sugestão de V.Ex^a.

Passamos ao item nº. 02, de natureza não terminativa, para... Requerimento, também, para Audi-

ência... A ser realizado... Um simpósio, com o Comitê de Propriedade Intelectual da Câmara Americana de Comércio, Rio de Janeiro; para discutir a propriedade intelectual e pirataria na indústria. Autores, Wellington Salgado, Roberto Cavalcanti, Rosalba Ciarlini, Cristovam Buarque, Gilberto Goellner, Sérgio Zambiasi, Valdir Raupp e Raimundo Colombo. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Aprovado.

Item 03 da pauta. Certo... O item 03 da pauta é de autoria da Senadora Marisa Serrano e de minha própria autoria. Uma... a realização de Audiência conjunta da Comissão de Educação e Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para discutir o mérito da proposição sobre nacionalização e a qualidade da educação básica. Os convidados serão oportunamente indicados. Está em discussão a matéria. Item 03. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Srs. Senadores e Sras. Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

E o item 04, de natureza não terminativa, que é curto, a realização de Audiência Pública visando instrução do Projeto de Lei do Senado 118/2004, uma vez... Quer dizer, “*Requeremos*”... Exatamente. A retirada do Requerimento nº 002, que logo após a retirada deste Requerimento, iremos apresentar outro Requerimento com uma reestruturação dos convidados. A autoria é do... É de minha autoria. Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Aprovado.

Item nº 05, de minha autoria, “*Requeiro nos termos regimentais a realização de Audiência Pública para instrução do Projeto de Lei do Senado 118, que acrescenta inciso IV... O §4º do art. 80 da Lei nº. 9.394 para assegurar aulas presenciais e periódicas no curso de educação a distância, e apresento uma lista de novos convidados.*” Srs. Senadores... Está em discussão. Encerrada a discussão. Srs. Senadores que concordam com a realização da Audiência Pública, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Há um Requerimento extrapauta do Senador Cristovam Buarque, do Senador Roberto Cavalcanti. Os que estiverem de acordo com a inclusão extrapauta do Requerimento, permaneçam como se encontram. Aprovado.

O Requerimento é o seguinte: “*Nos termos do disposto no art. 58, §2º, incisos II e IV da Constituição Federal combinado com o art. 90, inciso II e V do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de segunda Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com escopo no Requerimento nº 32/2008 da Comissão de Educação, para continuar o debate sobre a participação do capital estrangeiro nas instituições educacionais brasileiras, em virtude da importância do tema, que requer uma*

continuidade nos debates.” Assinado pelo Senador Cristovam Buarque e também pelo Senador Roberto Cavalcanti. Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os que estiverem de acordo permaneçam como se encontram.

Só mais um comunicado. Dois comunicados.

“*Comunico aos Srs. Senadores que de acordo com o que preceitua o art. 89, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, indico os nomes dos Excelentíssimos Srs. Senadores e Senadoras para compor os quadros da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social do Senado Federal.*”

Bloco da minoria, titulares: Rosalba Ciarlini, Marco Maciel, Marisa Serrano, Eduardo Azeredo; suplentes: Adelmir Santana, Raimundo Colombo, Cícero Lucena e Papaléo Paes. PMDB, titulares: Gerson Camata, Wellington Salgado de Oliveira e Francisco Dornelles; suplente: Valdir Raupp. Bloco de apoio ao Governo, titulares: Ideli Salvatti, Paulo Paim, Inácio Arruda e Sérgio Zambiasi; suplente: Flávio Arns. PDT, titulares: Cristovam Buarque.”

Comunicado: “*Comunico aos Srs. Senadores e Sras. Senadoras o recebimento de convite do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, SENAC, para o lançamento da Teleconferência sobre Educação Flexível, Cenário e Perspectivas, a realizar-se dia 30 de abril do corrente, quinta-feira, das quinze às dezessete horas, no SENAC, situado na Avenida W 4 Sul, quadra 703/903, Bloco A.*”

Os Senadores que desejarem uma cópia do convite poderão se dirigir à Secretaria desta Comissão. A matéria vai ao arquivo.

Agradeço a participação, como de hábito, atuante, presente, competente dos Senadores Roberto Cavalcanti, Cristovam Buarque, e declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado.

Sessão encerrada às 13h52.

ATA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE MAIO DE 2009.

Às onze horas e trinta e dois minutos do dia cinco de maio de dois mil e nove, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), sob a Presidência do Senador Flávio Arns, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte e com a presença dos Senhores Senadores Augusto Botelho, Fátima Cleide, Paulo Paim, Expedito Júnior, Valter Pereira, Wellington Salgado de Oliveira, Francisco Dornelles, Raimundo Colombo, Marco Maciel, Rosalba Ciarlini, Adelmir Santana, Álvaro Dias, Cíce-

ro Lucena, Lúcia Vânia, Marisa Serrano, Sérgio Zambiasi, Romeu Tuma, Cristovam Buarque, Ideli Salvatti, Eduardo Suplicy, João Ribeiro, Neuto De Conto, Valdir Raupp, Efraim Moraes, Eliseu Resende, Eduardo Azeredo, Marconi Perillo, Papaléo Paes e Jefferson Praia reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Inácio Arruda, Marina Silva, Gilvam Borges, Gerson Camata, Heráclito Fortes e José Agripino. O Senhor Presidente, Senador Flávio Arns, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta, pelos itens não terminativos, aguardando o quórum para deliberação dos projetos terminativos. Neste momento, o Senhor Presidente, Senador Flávio Arns, passa a presidência ao Senador Álvaro Dias, para relatar o seguinte item: **Item 002: Projeto de Lei do Senado nº 009, de 2002**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Maria do Carmo Alves, que “Altera o artigo 54 da Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990, a fim de garantir a reserva de vagas nas creches, ou entidades similares, e pré-escolas públicas para as crianças portadoras de deficiência”, que tramita em conjunto com o **Projeto de Lei da Câmara nº 030, de 2002**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Enio Bacci, que “Dispõe sobre a reserva de vagas nas creches públicas para crianças portadoras de deficiência e dá outras providências”. O relator designado é o Senador Flávio Arns e o parecer favorável, pela aprovação do PLS nº 009 de 2002, incorporando parcialmente a emenda nº 1-CCJ, na forma da emenda nº 01-CE oferecida e apresentando a emenda nº 02-CE para adequação da ementa do projeto, e ainda, rejeitando o Projeto de Lei da Câmara nº 030, de 2002, que tramita em conjunto, é aprovado. Reassume a presidência o Senador Flávio Arns, que retorna à ordem original da pauta, uma vez que já há quórum para a votação de projetos terminativos. **Item 014: Substitutivo (Turno Suplementar)**, de autoria do Senador Cristovam Buarque, ao **Projeto de Lei do Senado nº 166, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Adelmir Santana, que “Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal do Gama, no Distrito Federal”. O Substitutivo, submetido a turno suplementar, é dado como definitivamente adotado pela Comissão, segundo o que preceitua o caput do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal. **Item 005: Projeto de Lei da Câmara nº 101, de 2008**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Paulo Rubem Santiago, que “Institui o Dia Nacional do Engenheiro de Pesca a ser comemorado na data de 14 de dezembro”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Marco Maciel e

o parecer favorável é aprovado. **Item 007: Projeto de Lei do Senado nº 117, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Romeu Tuma, que “Institui o Dia Nacional do Vigilante”. O relator designado é o Senador Adelmir Santana e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis. **Item 009: Projeto de Lei do Senado nº 404, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Wilson Matos, que “Institui o programa permanente biblioteca da escola – PPBE e dá outras providências”. O relator designado é o Senador Augusto Botelho e o projeto é rejeitado por 15 (quinze) votos. **Item 011: Projeto de Lei da Câmara nº 144, de 2008**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Carlos Alberto, que “Institui o Título Capital Brasileira da Cultura”. A relatora designada, ad hoc, é a Senadora Fátima Cleide e o parecer favorável, com as emendas nº 01-CE, 02-CE e 03-CE, é aprovado. **Item 012: Projeto de Lei do Senado nº 453, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Marconi Perillo, que “Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Itumbiara, no Estado de Goiás”. O relator designado é o Senador Papaléo Paes e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis. **Item 003: Projeto de Lei do Senado nº 003, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que “Autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa Universitário de Apoio à Alfabetização de Jovens e Adultos”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis, com as emendas nº 01-CE, 02-CE, 03-CE e 04-CE, aprovadas por 14 (quatorze) votos favoráveis. **Item 001: Projeto de Lei do Senado nº 085, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Marconi Perillo, que “Altera a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, para estabelecer periodicidade anual na aplicação do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e prazo máximo de um ano para adoção de providências pactuadas em termo de compromisso”. O projeto é retirado de pauta atendendo à solicitação do relator, Senador Romeu Tuma, com a aquiescência do autor. **Item 006: Projeto de Lei do Senado nº 249, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Jayme Campos, que “Institui o Prêmio Frei Galvão do mérito social e dá outras providências”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Romeu Tuma e o projeto é aprovado por 15 (quinze) votos favoráveis, incorporando ao texto final as emendas nº 01-CCJ/CE e 02-CE, aprovadas por 14 (quatorze) votos. **Item 010: Projeto de Lei do Senado nº 389, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Wilson Matos, que “Dispõe sobre a data da comemoração de feriados nacionais e dá outras providências”. O relator designado, ad hoc é o

Senador Neuto De Conto e o projeto é rejeitado por 14 (quatorze) votos. **Item 008: Projeto de Lei da Câmara nº 058, de 2008**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Geraldo Resende, que “Denomina Rodovia Prefeito Euclides Fabris e Rodovia Dante de Oliveira 2 (dois) trechos rodoviários da BR-163”. A relatora designada é a Senadora Marisa Serrano e o parecer aprovado, na forma do substitutivo oferecido, é aprovado. **Item 015: Requerimento**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que requer “... nos termos dos incisos II do art. 90 do Regimento Interno, a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE, no sentido de debater o PLC 45/2008 (PL 7.566/2006), de autoria da Deputada Nice Lobão, sobre o Patrimônio Cultural Subaquático Brasileiro e adequar a legislação interna do país com o que está estabelecido na Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Cultural Subaquático da UNESCO. Deverão ser convidados a expor e debater seus pontos de vista sobre a matéria, autoridades públicas e especialistas com atuação funcional, profissional ou política relacionada à temática, cujos nomes deverão decorrer de sugestões encaminhadas pelos senhores Senadores à Presidência desta Comissão”. O requerimento é retirado de pauta, atendendo à solicitação do autor. Ficam adiadas as seguintes matérias: **Item 004: Projeto de Lei da Câmara nº 054, de 2008 e Item 013: Projeto de Lei do Senado nº 123, de 2008**. O Senhor Presidente, Senador Flávio Arns, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às treze horas e quatro minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador **Flávio Arns**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 05 DE MAIO DE 2009.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Havendo número regimental, declaro aberta a 17ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Inicialmente, submeto à apreciação do plenário a dispensa da leitura da ata da reunião anterior e a aprovação da mesma. Senadores e Senadoras que

estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. Aprovada.

A nossa pauta do dia de hoje prevê vários projetos de natureza terminativa e outros de natureza não terminativa. Nós vamos iniciar com a sequência da pauta e com aqueles projetos cujos relatores também estejam presentes. Então, nesse sentido, o primeiro item da pauta é o item 02 não terminativo, Projeto de Lei do Senado nº 009/2002.

Eu passo a presidência dos trabalhos ao amigo, companheiro, grande Senador do Paraná Álvaro Dias para que ele presida a condução dos trabalhos para esse item nº 02, já que eu sou o relator da matéria. Passo a presidência ao Senador Álvaro Dias.

[troca de presidência].

SR. PRESIDENTE SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR): Muito obrigado, Senador Flávio Arns. Com satisfação anuncio a votação do Projeto de Lei do Senado nº 09/2002, altera o art. 54 da Lei 8.069 de 13 de julho de 90, a fim de garantir a reserva de vagas nas creches ou entidades similares e pré-escolas públicas para as crianças portadoras de deficiência. A autora é a Senadora Maria do Carmo Alves e o relator é o Senador Flávio Arns. O parecer é favorável com as emendas oferecidas, acatando, parcialmente, a emenda, e pela rejeição no PLC nº 30/2002 que tramita em conjunto.

Com a palavra o Senador Flávio Arns, Presidente desta Comissão para relatar o projeto.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Obrigado, Senador Álvaro Dias. Chega a este colegiado para exame de liberação o Projeto de Lei da Câmara nº 30/2002 e o Projeto de Lei do Senado nº 09/2002, de autoria, respectivamente, do Deputado Enio Bacci e da Senadora Maria do Carmo que tramitam em conjunto por disporem sobre matéria idêntica, a reserva de vagas em creches públicas para crianças com deficiência e o atendimento destas por profissionais devidamente habilitados. Ambos trazem por justificção a necessidade de garantir desde a mais tenra infância à convivência entre pessoas com habilidades e características diversas a fim de combater o preconceito e a discriminação na origem do trato social, diferenciam-se, contudo, em alguns aspectos. O projeto da Câmara utiliza a lei extravagante para impor às creches públicas a reserva de 10% das vagas, enquanto o projeto do Senado lança mão de lei modificativa para estabelecer a reserva de 5% das vagas nas creches e pré-escolas públicas. Além disso, o Projeto da Câmara dos Deputados recebeu aval unânime das três Comissões por onde tramitou. A emenda da CCJ, o PLS nº 09 aumenta a cota do projeto original para 10% das vagas das creches e pré-escolas públicas, recupe-

rando o percentual proposto pela Câmara, e também estende aos estabelecimentos particulares de ensino com mais de 200 alunos matriculados a obrigação da reserva de 5% de suas vagas para as crianças portadoras de necessidades especiais.

Análise: de acordo com a Constituição Brasileira todas as pessoas têm direito à educação, impondo-se à família, à sociedade e ao Estado, no caso específico das crianças o dever de lhes garantir esse direito com absoluta prioridade, e o de colocá-las a salvo de toda forma de discriminação. Nessa configuração cabe ao Estado garantir a educação infantil em creche, pré-escolas crianças até os cinco anos de idade, atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência preferencialmente na rede regular de ensino e programas de prevenção e atendimento especializado para os portadores de deficiência física, sensorial ou mental, capazes de promover a assistência integral à saúde desses pequenos cidadãos.

Ao aprofundar a disciplina da matéria a LDB afirma que a educação infantil tem por objetivo o desenvolvimento integral da criança, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social complementando a ação da família e da comunidade; também esclarece que essa etapa educativa será oferecida em creches ou entidades equivalentes para as crianças de até três anos de idade em pré-escolas, para as que têm 4 e 5 anos. A LDB, igualmente, dispõe que a educação especial, modalidade de educação escolar voltados aos educandos com necessidades especiais, clientela na qual se incluem as crianças com deficiência, tem início durante a educação infantil. Prevê, ademais, que haverá serviços de apoio especializado na escola regular para atender as peculiaridades da clientela de educação especial, e estabelece como regra que o atendimento educacional seja feito nas classes comuns de ensino regular, exceto quando as condições específicas dos alunos impossibilitarem sua integração, circunstância em que o atendimento será feito em classes, escolas ou serviços especializados. Malgrado essas exposições são freqüentes os obstáculos impostos à concretização do direito à educação por parte das crianças com deficiência. O que lhes causam prejuízos irreparáveis, porque as privam do atendimento indispensável para seu desenvolvimento e do convívio social imprescindível para a sua integração à sociedade.

Nesse contexto os projetos em análise oferecem a oportunidade para correção de tais distorções, visto que prevêm a reserva de vagas para as crianças com deficiências em todas as creches ou entidades equivalentes e pré-escolas públicas, ao fazerem não penetrarem em terreno polêmico, porque a primeira vista pode-se entender o estabelecimento de cotas, como

uma forma de restringir o direito à educação a todos garantida.

Uma análise mais detida da matéria, entretanto, revela que a medida proposta, longe de eximir alguém do dever de assegurar ao conjunto das crianças o direito à educação, cria o espaço necessário para convivência plural na educação infantil, isso porque obriga cada uma das creches e pré-escolas públicas existentes no País a destinar algumas de suas vagas, pelo menos, para crianças com deficiência. Em outros termos, todas as escolas infantis deverão abrir suas portas para receber tal clientela e ter pessoal habilitado para atendê-la, assim propiciando a convivência de crianças com habilidades distintas como algo enriquecedor. Sempre se pode alegar que uma medida como essa só seria viável num país de primeiro mundo, mas, afinal, não é um país assim que queremos construir? Não há dúvida de que utilizar a escola como instrumento de inclusão social de crianças com deficiência é um dos caminhos possíveis para promover a redução das desigualdades sociais e o bem de todos e para construir uma sociedade mais livre, justa e solidária, objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.

Por essas razões reconhecemos o mérito de ambos os projetos, mas concordamos com a orientação seguida pela CCJ, que em observância aos ditames da Lei Complementar nº 95/98 rejeitou a proposição da Câmara e aprovou a do Senado, porque esse projeto acrescenta matéria em debate ao corpo da legislação já existente, em vez de deixá-la solta no ordenamento jurídico brasileiro. Concordamos, igualmente, com o princípio constante da emenda aprovada pela CCJ que amplia o alcance da medida ao estender a obrigatoriedade dessa reserva de vagas aos estabelecimentos particulares de ensino. Assinalamos, porém, que a redação da referida emenda pode ensejar o entendimento de que caberá ao Estado a responsabilidade pelo preenchimento e pelo pagamento das vagas reservadas. Para afastar esse juízo parece-nos necessário imprimir maior clareza ao texto, pois as crianças com deficiência matriculadas em creches ou pré-escolas particulares devem ter assegurado o direito ao convívio social com as demais crianças, mas são seus responsáveis que devem arcar com pagamento pelos serviços prestados.

Julgamos, ademais, com o alcance agora dada à medida desautoriza a proposta original de alterar o art. 54 do Estatuto da Criança e Adolescente que trata dos deveres do Estado para com a educação, a cultura, esporte e o lazer do público infanto-juvenil, para evitar a impropriedade técnica de inserir no mencionado dispositivo, matéria estranha ao objeto nele regulado, em explícita afronta à Lei Complementar 95, sugerimos o

acréscimo de um novo artigo ao ECA com conteúdo do projeto aprovado pela CCJ e os reparos já assinalados. Por último, acusamos a necessidade de apresentar um texto que consolide todas essas modificações e tornem evidente a vontade do legislador no tocante ao tema em debate. Pelas razões já expostas opinamos pela rejeição do PLC nº 30/2002 e pela aprovação do PLS nº 09/2002 acatando, parcialmente, as emendas nº 01 CCJ com as seguintes emendas oferecidas: dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado a seguinte redação: “art. 1º: a Lei 8.069 de 13 de julho de 90 passa a vigorar acrescida do seguinte art. 54A. Serão reservados, no mínimo, 10% das vagas existentes em todas as creches ou entidades equivalentes e pré-escolas para as crianças com deficiência que serão atendidas por profissionais habilitados”, e a outra emenda, “dê-se à ementa do Projeto de Lei do Senado nº 09 de 2002 a seguinte redação: acrescenta ao art. 54A a Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990 a fim de garantir a reserva de vagas nas creches ou entidades equivalentes e pré-escolas para as crianças portadoras de deficiência”. Quero só fazer uma mudança de redação para que fique lido para as crianças com deficiência, e não portadoras de deficiência, que é a terminologia, atualmente, utilizada. Então nesse sentido, Sr. Presidente, é o voto, análise e o relatório.

SR. PRESIDENTE SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR): Muito obrigado, Senador Flávio Arns. Em discussão. Não havendo quem queira discutir. A votação é simbólica. Em votação. Senador Cristovam, pois não, com a palavra.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Presidente, relator, apenas para cumprimentar por esse projeto e pelo parecer. Esse é daqueles projetos que a gente pergunta como é que demorou tanto para chegar aqui e para que o Senado e o Governo, eu espero, se manifestem favoravelmente. É um projeto que vai trazer grandes vantagens para a educação de nossas crianças, e, portanto, para o futuro do Brasil. Parabéns ao relator, parabéns autora. E é, óbvio, que o meu voto é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR): Em votação. Os Srs. Senadores que aprovaram, permaneçam como estão. Aprovado.

Volto à presidência ao Senador Flávio Arns.

[troca de presidência].

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agradeço ao Senador Álvaro Dias pela gentileza de presidir a reunião enquanto eu relatava o projeto.

Passamos agora ao item 14 que é de natureza terminativa. É o substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 166/2008 turno suplementar que autoriza a Poder

Executivo a criar Escola Técnica federal do Gama no Distrito Federal. A autoria do substitutivo é do Senador Cristovam Buarque, a autoria do PLS nº 166 de 2008 é o Senador Adelmir Santana, e a relatoria do substitutivo, também, é do Senador Cristovam Buarque. O parecer é favorável na forma do substitutivo oferecido. O parecer ao PLS 166/2008 de autoria do Senador Cristovam Buarque favorável ao projeto na forma do substitutivo oferecido foi aprovado na reunião do dia 07/04/2009, não sendo oferecidas emendas ao substitutivo, até o fim da discussão, a matéria será dada como definitivamente adotada pela comissão, segundo o que preceitua o art. 284 combinado com os arts. 92 e 282 do Regimento Interno do Senado Federal. O relator o Senador Cristovam Buarque com a palavra.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

Sr. Presidente, esse projeto já foi discutido, já foi votado em uma sessão anterior. Eu apenas pedi para fazer ligeira reforma de texto, porque ao ler com mais cuidado, eu percebi que tinham algumas falhas na maneira como era tratada a proposta original do Senador Adelmir Santana. Então, eu fiz a correção do parecer anterior meu. Fiz a justiça que merecia, não estava, suficientemente, justo o parecer, e aqui trazemos apenas essa mudança de redação no parecer. Então, eu peço... Creio que nem votar é necessário.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Muito bem. Então, há ajustes no texto na parte que se refere à análise e o relatório do projeto. Então, isso não existe emendas ao projeto, então não existe a necessidade de votação. Então, nesse sentido, conforme já lido, a matéria está aprovada pela Comissão de Educação.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF):

Sr. Presidente, me permite só... Eu queria--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Só um minuto. O autor da matéria, o Senador Adelmir Santana.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF):

--Eu queria primeiro mostrar a importância dessa alteração, e, ao mesmo tempo, agradecer ao Senador Cristovam Buarque pela sua grandeza. Nós discutimos... O projeto havia sido aprovado e nós discutimos fora da sessão algumas colocações que no relatório não me pareceram justos, como ele mesmo colocou aqui. E ele com a sua elegância e com a sua educação altera o relatório sem desfigurar, naturalmente, a aprovação, corrigindo umas distorções que passou despercebido, certamente, quando da assinatura do relatório. Eu fico agradecido pelas colocações feitas pelo Senador e pelas modificações havidas no relatório.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): O Senador Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

Eu só quero corrigir um equívoco do Senador, que é ele me agradecer, eu que tenho que agradecer a ele de ter me mostrado a falha e pela gentileza como ele tratou uma correção que eu tinha obrigação de fazer e fiz com muito prazer, porque agora, sim, o parecer está justo à intenção e à proposta do Senador Adelmir Santana. E eu espero que o Governo Federal, rapidamente, coloque essa escola técnica no Gama que é muito necessária, e que no dia da inauguração o Senador Adelmir Santana esteja num lugar privilegiado, se possível, abrindo, junto com o Presidente, a fitinha verde e amarela.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem.

V. Exa. está... Então, o projeto está aprovado, a matéria está aprovada.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):

Eu gostaria, Senador Flávio Arns, só de dizer que também... Já está aprovada, mas estou chegando aqui para dizer do meu voto favorável à Escola Técnica no Gama, como também a todas as escolas técnicas que sejam apresentadas nesse Brasil. É de fundamental importância nós sabermos o quanto isso representa.

Eu tive a oportunidade de ver nascer uma escola técnica na minha cidade, vi a transformação que realiza, e vejo o quanto isso é importante. Inclusive, quero aqui fazer uma observação. O Ministro quando aqui esteve falava que há possibilidade de continuar o programa de criação de expansão das Escolas Técnicas.

E quero, desde já, dizer que sou totalmente favorável que o senhor, V. Exa., Presidente, contará, com certeza, com o nosso apoio para que possamos colocar no orçamento emenda que dê condições a criar escolas técnicas mais no nosso País, até porque apresentei projetos e vão chegar a esta Casa de outras escolas técnicas, no meu Estado, e gostaria, desde já, de pedir o apoio de todos para aprovação. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Muito bem, Senadora Rosalba Ciarlini. Tenho certeza que o posicionamento de V. Exa. tem o apoio unânime dos membros desta Comissão. Eu próprio também vejo o grande entusiasmo, otimismo e mudança de realidade quando uma escola técnica é implantada em determinada região do País, inclusive, o IDH se altera significativamente.

Passamos ao item 5 da pauta de natureza não terminativa que é o Projeto de Lei da Câmara nº 101/2008 que institui o Dia Nacional do Engenheiro de Pesca, a ser comemorado na data de 14 de dezembro. Autoria do Deputado Paulo Rubens Santiago, a relatoria é do Senador Francisco Dornelles, o parecer é favorável. A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 7 de

abril de 2009 e 14 de abril de 2009. E com a concordância do Senador Francisco Dornelles, pedimos ao Senador Marco Maciel que possa relatar, como relator ad hoc. Além do mais, só para lembrar, a praxe desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte é que a matéria conste por três vezes e na terceira vez será indicado sempre um relator ad hoc. Mas neste caso, em particular, o Senador Francisco Dornelles ficou muito satisfeito em poder delegar a relatoria para os colegas Senadores. Senador Marco Maciel com a palavra.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sr. Presidente desta Comissão, Senador Flávio Arns, Sras. Senadoras, Srs. Senadores. Coube-me a tarefa por designação do Presidente Flávio Arns de relatar, ad hoc, o Projeto de Lei da Câmara nº 101/2008 originário do Projeto de Lei PL 6.039/2005, na Casa de origem, de iniciativa do Deputado Paulo Rubens Santiago, que objetiva instituir o dia do engenheiro de pesca. A proposição estabelece sem justificativa que a data reservada efemérides será o dia 14 de dezembro. Por tratar-se de matéria sobre a competência da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, conforme comando esculpido no art. 102, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, foi ela distribuída para análise no uso das atribuições da presidência de que trata o inciso X do art. 48 da carta interna, isto é, do nosso Regimento Interno do Senado Federal.

Na Câmara dos Deputados o projeto foi deliberado em caráter terminativo pelas Comissões de Educação e Cultura e de Constituição, Justiça e Cidadania, sem ressalvas. A mesa não se valeu das faculdades previstas no art. 91, § 1º inciso IV do Regimento Interno e decidiu submeter a matéria a julgamento, também do plenário. Cumpre salientar que o texto encaminhado ao Senado Federal difere do original em face de correções de estrita natureza técnica promovida, possivelmente, na fase de realização final pela CCJC.

No Senado não foi aberto o prazo para oferecimento de emendas. Análise: a atividade do engenheiro de pesca chega a ser multidisciplinar. Cabe a ele: “planejar, coordenar, executar intervenção técnico-científico em aquicultura, pesca e tecnologia do pescado, bem como, em atividades na área de biotecnologia e demais serviços voltados à aquicultura e pesca”, conforme estabelece os manuais descritivos da profissão e dos objetivos dos cursos universitários que possibilitam formação nessa área específica.

Nesse sentido, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores o profissional habilitado desenvolve estudos sobre pescado não apenas por meio da análise da classificação da espécie da fauna aquática, mas também visando a preservação do complexo ambiental em que vivem. Sua formação acadêmica integra a área

das ciências agrárias e o qualifica para a intervenção técnico-científica também em atividades de pesquisa e extensão na área de biotecnologia da aquicultura e da pesca. Ademais, zela pelo respeito aos princípios da gestão participativa dos recursos pesqueiros ao código de conduta da pesca responsável da Organização das Nações Unidas – ONU e aos pescadores profissionais artesanais compromissados, em grande parte, pela segurança alimentar de comunidades que encontram no pescado a única fonte de proteína necessária a sua saúde.

Congregados pela Federação das Associações dos Engenheiros de Pesca do Brasil, esses profissionais buscam entender a dinâmica da realidade em que atuam para que possam propor, efetivamente, atividades que transforme o quadro atual dos produtores, industriais e pesquisadores envolvidos com a pesca.

O primeiro curso de engenharia de pesca no Brasil foi implantado pela Universidade Federal Rural do Pernambuco que, aliás, é uma instituição de excelente nível, e eu tive oportunidade de conviver com essa momentosa questão. Sua primeira turma de formandos colou grau no dia 11 de dezembro de 1974, na época eu era deputado federal, a partir de então passou a se disseminar a nova especialidade, como ocorreu na Universidade Federal do Ceará e na Universidade do Oeste do Paraná, conquanto a justificativa do projeto se reporte à Lei nº 5.194 de 24 de dezembro de 1966 não consta daquele diploma a regulamentação específica para o exercício da profissão de engenheiro da pesca, mas tão somente as de engenheiro arquiteto e engenheiro agrônomo; esse lapso, no entanto, não macula, a meu ver, a proposição. Não foram encontradas justificativas para que a data escolhida seja o dia 14 de dezembro, saliente-se, no entanto, que a efemérides já se encontra informalmente consagrada em calendário.

Cumpre à Comissão de Educação, como sabem V. Exas., no uso de sua competência suplementar pronunciar-se também quanto à constitucionalidade, a juridicidade e a regimentalidade da proposição. Nesses aspectos nada obstar. Da mesma forma relativamente ao mérito da iniciativa inexistem quaisquer reparos a fazer.

Sr. Presidente, portanto, o voto meu, como relator ad hoc, tendo em vista, a designação de V. Exa., e diante do exposto opino pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara 101/2008 PL 6.039/2005 na Casa de origem. É este é o meu parecer como relator ad hoc, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem. Está em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir. Em votação. Srs.

Senadores e Senadoras que estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Nós vamos apreciar também os projetos de natureza terminativa, mesmo não tendo ainda o quorum para votação, neste momento, nós vamos solicitar aos relatores presentes que façam, que apresentem o relatório para que, tão logo, a gente tenha o quorum necessário na Comissão, os projetos possam ser então votados. Assim há uma economia processual, no caso, para irmos só para votação quando o quorum assim permitir.

Então, nesse sentido, passamos ao item 7 da pauta. O Senador Adelmir Santana é o relator aqui presente. Terminativo, Projeto de Lei do Senado nº 117/2008 que institui o Dia Nacional do Vigilante. Autoria do Senador Romeu Tuma, relatoria do Senador Adelmir Santana. O parecer é favorável. A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 31 de março de 2009 e 14 de abril de 2009.

Com a palavra V. Exa., Senador.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): O Projeto de Lei é de autoria do Senador Romeu Tuma, como foi colocado, e fixa a data de 20 de julho como Dia Nacional do Vigilante.

É sabido que o serviço de segurança privada tornou-se praticamente imprescindível nos dias de hoje. A necessidade de proteger pessoas, empresas, patrimônio, transporte, bens de valores; tudo isso tem contribuído para a valorização e para a necessidade de um bom treinamento, de serem bem treinados que garanta a segurança do Estado e do patrimônio de todos nós. Por essa razão a categoria dos vigilantes foi legalmente reconhecida e tornou-se, cada vez mais, respeitada. Sendo assim, nada mais justo do que os vigilantes, também tenham oficializado a data que marca o reconhecimento legal de sua profissão, com um dia, especialmente, a eles dedicado para comemoração e valorização da categoria profissional. No que se refere aos aspectos da constitucionalidade, da juridicidade e de técnica legislativa, não há reparos a fazer no Projeto de Lei nº 117/2008. Portanto, o nosso voto, Presidente, diante do que foi exposto é favorável pela aprovação do projeto nos termos de que foi apresentado. Esse é o nosso voto.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agradeço ao Senador Adelmir Santana. Está em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir. Está encerrada a discussão. Votaremos o projeto, tão logo tenhamos o quorum necessário, já que o projeto é de natureza terminativa.

Passamos ao item 9 da pauta, também terminativo. Projeto de Lei do Senado nº 404/2007 que institui o Programa Permanente Biblioteca da Escola PPBE e

dá outras providências. Autoria Senador Wilson Matos, relatoria Senador Augusto Botelho. O parecer é pela rejeição. Com a palavra V. Exa.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sr. Presidente, em exame nesta Comissão o Projeto de Lei do Senado 404/2007 de iniciativa do Senador Wilson Matos, por meio do qual se institui o Programa Permanente Biblioteca da Escola, com o objetivo de distribuir anualmente obras e materiais de apoio à prática educativa desenvolvida pelas instituições públicas de educação básica.

Os acervos a serem adquiridos constituídos, essencialmente, por obras de referências literárias e de pesquisa, destinar-se-ão, entre outros fins, a democratização do acesso às fontes de informação, pesquisa e estudo, e a formação de público leitor entre os docentes e alunados. Para tanto a proposição prevê a atualização anual de tais acervos. Pelo art. 3º a lei em que se transformar o PLS entrará em vigor na data de sua publicação. Ao justificar a iniciativa o autor ressalta a importância da leitura no processo de aprendizagem e a precariedade das bibliotecas públicas e de acervos disponíveis aos docentes e estudantes, além, é claro, da constatação de que o cidadão brasileiro lê muito pouco, mormente quando comparado ao cidadão do mundo desenvolvido.

Essas deficiências, inclusive, eu constatei pessoalmente nas escolas lá do meu Estado, nas bibliotecas do meu Estado. Não foram apresentadas emendas ao projeto em prazo regimental. É uma ideia muito boa, Sr. Presidente, essa, mas tem alguns problemas do ponto de vista jurídico no projeto.

A competência da Comissão de Educação para apreciar a matéria está inscrita no art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal. A maioria dos acervos disponíveis e a criação de novas bibliotecas escolares, de modo a atingir localidades ainda não atendidas por esses bens públicos, constitui preocupação louvável e meritória do Senador Wilson Matos que vem ao encontro da política do Ministério da Educação materializada por meio do Programa Nacional Biblioteca da Escola, em operação desde 97 sob gestão do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e focado nas escolas de ensino fundamental. A propósito o dito programa foi auditado pelo Tribunal de Contas da União nos recentes anos 2001 e 2004, o trabalho da corte de contas de uma auditoria a outra evidenciou oportunidades de aprimoramento rapidamente implementadas, graças à regulação do Plano Nacional de Biblioteca na Escola em resolução do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Esse instrumento confere maior flexibilidade ao programa, sem qualquer prejuízo à relevância da política de fortalecimento das

bibliotecas escolares. Conforme possível inferir do crescente aporte de recursos orçamentários e da extensão ao programa do ensino médio a partir de 2008 consoante disposto na resolução do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação nº 06 do ocorrente ano. Ademais, os relatórios de fiscalização da corte de contas apontam que o vigente Plano Nacional Biblioteca na Escola tem viabilizado a diversificação das fontes de informação utilizada nas escolas públicas brasileiras, e em consequência tem contribuído para o aprimoramento da consciência crítica dos alunos e professores, além, da comunidade em geral. Malgrado voltado à perenidade do PNDE, de modo a imprimir em caráter de política de estado e ampliar perspectivas de atendimento, o PLS 404/2007, que estou relatando, incorre em vício de iniciativa, a nosso ver, insanável. É que o legislativo não está legitimado a criar despesa, essa situação não pode, sequer, ser contornada com transformação do projeto em medida autorizativa, ante o fato adicional de incidir em programas já existentes o que configura injuridicidade, Srs. Presidentes. Dessa maneira, ante à impossibilidade de prosseguimento da iniciativa em exame, resta-nos render especial homenagem à sensibilidade que o nobre colega Senador Wilson Matos demonstrou nesta Casa para com a área educacional que se funde e se confunde com a sua vida de educador.

O voto diante do exposto, Sr. Presidente, é pela rejeição do Projeto de Lei 404/2007.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem. Agradeço.

Eu só faço um apelo aos Srs. Senadores e Senadoras que permaneçam no plenário, porque mais uns 15 minutos nós teremos toda a condição de votarmos os projetos de natureza terminativa.

Está em discussão o projeto constante do item nº 9 e cujo relatório acabou de ser lido pelo Senador Augusto Botelho.

Por ser um parecer pela rejeição, ao invés, de encerrar a discussão, vamos suspender a discussão para que ele possa ser discutido, se for o caso, no momento apropriado. Está bem? Então, está suspensa a discussão para posterior retomada do item.

Praticamente temos o quorum para natureza terminativa.

Passamos ao item 11 não terminativo. Projeto de Lei da Câmara nº 144/2008 que institui o título Capital Brasileira da Cultura. Autoria do Deputado Carlos Alberto, relatoria do Senador Francisco Dornelles, o parecer é favorável com as emendas oferecidas. Entrando em contato com o Senador Francisco Dornelles, ele concordou que o mesmo fosse lido e apreciado. E

para isso eu peço a Senadora Fátima Cleide que possa atuar como relatora ad hoc.

Com a palavra, V. Exa.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Sr. Presidente, Srs. Senadores...

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu só quer dizer que só temos a necessidade de mais um senador e já apreciaremos os de natureza terminativa.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Projeto de Lei da Câmara nº 144/2008 propõe que seja instituído o título de Capital Brasileira da Cultura a ser conferido anualmente pelo Ministério da Cultura ao município brasileiro após seleção feita pelo Conselho Nacional de Política Cultural daquele Ministério. A concessão do título tem como um dos principais objetivos a valorização da riqueza étnica e cultural dos municípios brasileiros. Adicionalmente a celebração deverá contribuir para o maior conhecimento mútuo dos cidadãos brasileiros para promover a inclusão social por meio da cultura e para criar um instrumento de desenvolvimento social e econômico das regiões beneficiadas.

A escolha poderá recair sobre qualquer município que se candidate e apresente um projeto compatível com a pretensão. O município escolhido como Capital Brasileira da Cultura deverá entrar em colaboração técnica e financeira da União, contar com a colaboração técnica e financeira da União. Na sua justificação o autor sustenta que essa medida ao valorizar a cultura local e regional estaria enfatizando a própria identidade nacional, essencial para consolidar uma sociedade cidadã e democrática.

Por seu mérito o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 144/2008, nº 2.492/2004 na Casa de origem nos termos das seguintes emendas apresentadas para assegurar a constitucionalidade, juridicidade e adequação à técnica legislativa.

Emenda 1, Sr. Presidente, dê-se ao art. 1º [soa campanha]. Dê-se ao art. 1º do PLC nº 144/2008 a seguinte redação, art. 1º: "fica instituído o título Capital Brasileira da Cultura a ser conferido anualmente pelo órgão encarregado da Política Nacional de Cultura conforme regulamento". A segunda emenda proposta pelo relator: "dê-se ao caput do art. 3º do PLC nº 144/2008 a seguinte redação: art. 3º qualquer município brasileiro pode pleitear sua candidatura à concessão do título Capital Brasileira da Cultura, mediante apresentação de um projeto cultural ao órgão encarregado da Política Nacional de Cultura". A terceira emenda, Sr. Presidente, proposta: "dê-se ao art. 4º do PLC nº 144/2008 a seguinte redação: art. 4º a escolha da Capital Brasileira da Cultura será efetivada pelo órgão encarregado da

Política Nacional de Cultura ouvindo um Comitê julgador composto por personalidades representativas do meio cultural brasileiro, conforme regulamento. Este é o relatório, Sr. Presidente, pela aprovação com as três emendas oferecidas.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Está em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir. Em votação. Srs. Senadores e Senadoras que estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Passamos ao item 12 da pauta terminativo. Projeto de Lei do Senado nº 453 e já votaremos o projeto 2007 que autoriza o Poder Executivo a criar Escola Técnica Federal de Itumbiara no Estado de Goiás. Aatoria do Senador Marconi Perillo, relatoria do Senador Papaléo Paes, e o parecer é favorável.

Eu apelaria só a V. Exa., se for possível, sem prejudicar a qualidade, que pudesse ser sintetizado o parecer.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sr. Presidente, uma questão de ordem. Por que é que a gente não já vota, já que temos número, aqueles que já foram lidos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Já vamos fazer, imediatamente, na sequência.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Sr. Presidente, é um projeto extremamente importante do Senado Marconi Perillo, e na análise nós vamos fazer uma citação bastante breve, mas importante.

O Estado de Goiás tem mais de 1 milhão de matrículas no ensino fundamental de que resulta anualmente cerca de 150 mil concluintes. A maioria deles filhos já da sociedade do conhecimento reivindica, com toda razão, a continuidade dos estudos. Entretanto, cursar o ensino médio de forma unicamente propedêutica à educação superior é um contrassenso, já que a estrutura da economia goiana reclama formação de técnicos para a sua agropecuária e sua indústria, além de profissionais para o setor terciário. Nada mais oportuna do que a nova política do Governo Federal de expandir unidades de educação profissional de nível médio, e nada mais coerente do que a proposição em fechada no PLS 453/2007 de dotar uma das maiores cidades de Goiás que já supera 100 mil habitantes de uma escola técnica federal de qualidade capaz de atender a essa população e das cidades que gravitam em torno da capital do sul goiano. Por isso eu quero louvar a iniciativa do Senador Marconi Perillo, e o meu voto é pela aprovação do PLS 453.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir. Em votação nominal. Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Fátima Cleide.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Raimundo Colombo. Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Adelmir Santana. Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Com o relator e com o autor.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem. Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Sigo o voto da Senadora Marisa.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Neuto De Conto.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim, com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Marconi Perillo, o autor. Parabéns. Papaléo Paes, conhecido também como relator. Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON DE OLIVEIRA SALGADO (PMDB-MG): Voto com o Papaléo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Vota com o Papaléo Paes. Augusto Botelho já se manifestou. Senador Marconi Perillo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Só para agradecer Ao relator Senador Papaléo Paes, às colegas e aos colegas Senadores pelo voto de aprovo a este Projeto de Lei que vai beneficiar muito o município de Itumbiara no meu Estado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem.

Passamos à votação nominal do item 7 da pauta já relatado pelo Senador Adelmir Santana. Item 7 a discussão já encerrada. Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com o relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Fátima Cleide.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON DE OLIVEIRA SALGADO (PMDB-MG): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Raimundo Colombo. Marco Maciel. Adelmir Santana que relatou o item.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sr. Presidente, com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Adelmir Santana. Sim, voto conhecido. Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Neuto De Conto.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Marconi Perillo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Papaléo Paes

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Está aprovada a matéria.

Passamos ao item 9 da pauta, cujo relatório já foi lido pelo Senador Augusto Botelho, o parecer é pela rejeição e a discussão não havia sido encerrada. Então, está reaberta a discussão. Não havendo quem queira discutir. Está encerrada a discussão. Em vo-

tação a matéria item 9 da pauta pela rejeição, com o relator pela rejeição.

Augusto Botelho. É o relator, desculpe. É voto conhecido. É pela rejeição. Fátima Cleide.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Com o relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON DE OLIVEIRA SALGADO (PMDB-MG): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Raimundo Colombo.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Adelmir Santana.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Neuto De Conto.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Raimundo Colombo. Desculpe. Com o relator. Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim, com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Marconi Perillo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Papaléo Paes

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Pois não. Senador Adelmir Santana.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Como nós acabamos de ouvir a aprovação do relatório do Senador Cristovam e está em turno suplementar o item 14. Eu pediria a V. Exa...

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Não, já foi aprovado.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Já foi aprovado? Ok.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Porque como não houve emenda não havia necessidade de votação nominal, só correção da--

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Da redação.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): --Que ele fez do texto, não correção, adequação do texto.

Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Senador, eu gostaria de dar uma explicação, porque esse projeto do Senador Wilson Matos era criar um Programa Permanente de Biblioteca da Escola, mas já existe o Programa Nacional de Biblioteca nas escolas, que no início era só para o início fundamental, e agora passou para o 2º grau também. Então, por isso que esse programa foi rejeitado, mas a ideia muito brilhante, e eu sou favorável à biblioteca em escola, inclusive, nas minhas emendas individuais eu coloco dinheiro para biblioteca.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Mas o relatório de V. Exa. também foi brilhante, por isso V. Exa. nos convenceu a todos.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Muito obrigado. Eu queria deixar bem claro que todos os Senadores aqui são favoráveis à biblioteca nas escolas. É porque esse projeto já existe, já está sendo executado, inclusive, pelo Ministério da Educação. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem.

Passamos ao item 3 da pauta que é de natureza terminativa. É o Projeto de Lei do Senado nº 003/2008, autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa Universitário de Apoio à Alfabetização de Jovens e Adultos. Autoria do Senador Cristovam Buarque, aqui presente. Relatoria do Senador Gerson Camata. O parecer é fa-

vorável com as emendas oferecidas. Serão realizadas duas votações nominais uma para o projeto e a outra para as emendas. A matéria constou na pauta da reunião do dia 14 de abril de 2009.

O Senador Gerson Camata solicitou que o projeto fosse apreciado pela impossibilidade dele estar presente a essa reunião. Então, eu solicito ao Senador Eduardo Azeredo que apresente o relatório como relator ad hoc.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sr. Presidente, Srs. Senadores e Senadoras. O projeto do Senador Cristovam Buarque relatado pelo Senador Gerson Camata procura criar um projeto que enfrente o analfabetismo no Brasil a partir de contrapartidas que os estudantes que são beneficiados com recursos da União deverão ter. Assim eu passo direto à análise que os números continuam a revelar que o analfabetismo atinge um percentual ainda significativo da população brasileira maior de 15 anos.

A região Nordeste comparece ao índice com o dobro da média nacional, evidenciando desigualdade socioeconômica e educacionais de monta.

Para dar combate a essa situação o Poder Público com a sociedade civil devem empreender movimentos que ponham a alfabetização como prioridade. A alfabetização do nosso povo é passo importante na construção da verdadeira cidadania e da solidariedade social.

Na justificativa do projeto o autor afirma que as instituições de ensino superior têm um papel preeminente desse movimento, em tempos de inclusão o fundamental é envolver todos os brasileiros que não tiveram oportunidade de letramento na idade adequada, assegurando-lhes metodologia adequada de ensino, avaliação dos resultados e articulação com o sistema de ensino responsável pela educação básica. O incentivo à participação das instituições de ensino ao programa se dará por pontuação na avaliação realizada por meio do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, o SINAES. Desta forma, haverá mecanismo de valorização tanto do programa proposto, quanto dos estabelecimentos de ensino superior nele empenhados. A operacionalização do programa que se pretende instituir deve ser detalhada em normas regulamentares emanada do Poder Executivo, Limitando-se o projeto a autorizar a sua criação, definir sua abrangência e indicar as finalidades para as quais devem ser dirigidos os recursos que lhe forem consignados. Julgamos que um semestre letivo não é suficiente para o treinamento mínimo e subsequente o período de estágio em sala de aula, capacitar jovens e adultos para o magistério demanda, pelo menos, um semestre de preparação. Nesse sentido propomos um novo prazo e chamamos

a atenção para o caráter preponderante da prática docente que o programa deve assumir.

Em nosso entendimento a proposta é de inegável mérito, contudo, para que esse seu texto se torne mais claro e pertinente são propostas emendas abaixo relacionadas. O voto pelo exposto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 03 do Senado de 2008 com as seguintes emendas. Na primeira emenda, no art. 1º acrescenta-se um § único, de forma que o art. 1º está aí descrito, os Srs. Senadores têm em mãos que todo estudante universitário beneficiado com recurso da União como o ProUni, como o FIES deverá, durante um ano, desenvolver atividades vinculadas à alfabetização de adultos, e as atividades serão, preferencialmente, ligadas ao exercício do magistério. A outra emenda altera o art. 2º dizendo que para a realização das atividades previstas no art. anterior a entidade de ensino superior na qual o aluno está matriculado deverá dispor de programa relacionado à alfabetização de adultos, capaz de administrar a participação de seus estudantes. A outra emenda no art. 3º serão fixados no orçamento da União os recursos financeiros necessários ao apoio da execução do programa. E a quarta emenda também no art. 4º que fica vedada a qualquer transferência de recurso da União para entidades universitárias que não desenvolvam programas relacionados à alfabetização de adultos.

A questão, Presidente, é que no Brasil ainda tem, realmente, um índice de analfabetos muito elevado, se formos comparar com a Argentina e outros países aqui da América do Sul, por exemplo, ou outros países em desenvolvimento, algo tem que ser feito, sim, para que nos possamos enfrentar esse analfabetismo existente.

Hoje é evidente que 98% dos alunos em idade escolar já estão nas escolas, mas quem tem mais de 15 anos, especialmente, no Norte e Nordeste, ainda carece de ter essa alfabetização. Portanto, esse é um projeto meritório, um projeto que procura dar aos alunos que estão sendo beneficiados a não pagar a universidade nos programas tipo FIES, financiamento e o programa, o ProUni que eles possam, depois do formados ou, simultaneamente, e isso será definido pelo Governo Federal, que eles possam colaborar no programa de alfabetização de adultos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agradeço ao Senador Eduardo Azeredo. Está em discussão a matéria. Passo a palavra, inicialmente, à Senadora Marisa Serrano, em seguida ao Senador Adelmir Santana.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Sr. Presidente. Eu quero parabenizar aqui o Senador Cristovam pelo projeto, o Senador Eduar-

do Azeredo que fez o seu relato. E queria fazer alguns itens, pelo menos, comentar alguns itens que eu acho importante. Se a ideia é, realmente, erradicar o analfabetismo, dizer que todo aluno universitário beneficiado com recursos da União deverá durante, pelo menos, um semestre desenvolver as atividades vinculadas à alfabetização de adulto.

Isso eu estava perguntando ao Senador Cristovam. Entram todas as universidades federais, todas as universidades particulares que recebem qualquer tipo de recurso, inclusive, do ENEM, todas as comunitárias, confessionais, e isso é interessante, porque aí todo mundo vai participar. Recebeu o recurso público tem que participar. Além disso, queria chamar atenção também que a instituição que tem esse aluno, que feita a sua matrícula nessa instituição, ela deverá criar e gerenciar os programas de alfabetização, então não vai ser programa criado ou gerenciado pelo Governo Federal. A proposta é que a própria escola, a própria instituição crie e gerencie o programa, tenha a liberdade de poder fazer o seu próprio programa. E, além disso, essa instituição veda transferência de recursos da União para as instituições que não cumprirem o projeto em apressado, e, além disso, eu ia colocar aqui que o 5º diz e estabelece que a participação da instituição no programa de alfabetização em tela será utilizada para fins de avaliação institucional. Mas eu acho que tinha mais uma avaliação que precisava ser feita o Sr. Senador Cristovam acredita nisso. No art. 6º que diz: essa lei terá duração de cinco anos, cinco anos acaba, é para fazer mesmo com que podemos aí erradicar o analfabetismo adulto. Essa lei terá duração de cinco anos. Mas eu queria propor ao Senador Cristovam, sendo avaliada a cada ano. Eu acho que o País tem obrigação, também, de saber se está dando resultado, se as instituições estão cumprindo, quantos alunos estão fazendo o seu trabalho, se há projetos, às vezes, tem projetos inovadores que alguma instituição... Se cada instituição vai fazer ela pode ter um projeto inovador, um projeto que a gente precise conhecer e que a gente possa... Se V. Exa. me permite eu faria então, não sei se faríamos uma emenda que seria justamente dessa, além, dos cinco anos, sendo avaliado a cada ano. Eu sou amplamente favorável. É radical, mas, às vezes, as coisas precisam ser radicais nesse País. Essa é uma delas. Não sou sempre a favor do radicalismo, mas essa eu acredito que podemos...

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Radical no sentido de se atingir o objetivo pretendido a favor do Brasil.

Senador Adelmir Santana.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Sr. Presidente, na verdade, eu quero parabenizar a inicia-

tiva do Senador Cristovam, bem como a relatoria do Senador Azeredo, porque essa é uma dívida social que o país tem, entre tantas na área de educação.

Não é possível a gente ter esse volume ainda de analfabetos adultos, então em medidas como essa, projetos como esse que envolvem pessoas que recebem os benefícios do Estado, de certa forma, privilegiando a estudantes, tem também que dar a sua contribuição para ressarcir o País dessa dívida social imensa na área de educação.

Louvo, portanto, a iniciativa, e quero, de antemão, já dar o meu voto favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Marconi Perillo.

Eu solicito ao Senador Cristovam Buarque que talvez fique para o final como autor do projeto, se V. Exa. concordar.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu tenho tido o privilégio de pertencer a esta Comissão desde que aqui cheguei, há um pouco mais de dois anos, e mais ainda o privilégio de ter sido presidido pelo Senador Cristovam e agora presidido por V. Exa.

Esta Comissão tem produzido muito, Sr. Presidente, e produzido projetos, propostas de emenda à Constituição da mais alta qualidade e relevância para o futuro da educação no País. Os Senadores membros desta Comissão, bem como, os líderes souberam escolher dirigentes e parlamentares que, efetivamente, têm um compromisso verdadeiro com a transformação da educação no Brasil, e, principalmente, com o conceito de que para se democratizar a oportunidade nesse País de tantas exclusões é necessário investimento maciço na educação pública, especialmente, na educação pública de qualidade. E iniciativas como esta do Senador Cristovam, que é mais uma de tantas iniciativas dele e de outros membros desta Comissão aprovados aqui pelos colegas e pelas colegas Senadoras e Senadores, revelam o compromisso que temos em relação à transformação deste país num país mais justo, num país mais equânime a partir dos investimentos na educação. Esse projeto do Senador Cristovam Buarque que tem como objetivo erradicar para valer a questão do analfabetismo no País, deve ser um compromisso de todos, e por isso quero antecipar o meu voto favorável elogiando mais essa iniciativa do colega Senador Cristovam, um grande estudioso, um grande especialista nessa área, um homem comprometido, verdadeiramente, com a causa no Brasil. E solicitar a ele que, se possível, leve em consideração a sugestão da Senadora Marisa, outra Senadora, também, assim como todos os outros absolutamente comprometidos com a causa. O meu voto será favorável e, mais uma

vez, os meus cumprimentos à Comissão por estar produzindo tanto e com tanta qualidade. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem, Senador Marconi Perillo e passo a palavra ao Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON DE OLIVEIRA SALGADO (PMDB-MG): Sr. Presidente, eu vou votar favoravelmente à iniciativa do Senador Cristovam. Agora o que me deixa um pouco estarecido é que toda vez que se vai votar alguma coisa onde está se pedindo a ajuda da iniciativa privada, porque aqui nesse projeto os alunos que gozam de algum tipo de bolsa que faça esse trabalho. Eu sou a favor de fazer esse trabalho. Não precisa nem dizer que o aluno que goze desse tipo de bolsa, é só obrigar a universidade privada a ter, de alguma maneira, uma turma, duas turmas apoiando para que possa acabar com o analfabetismo.

Agora colocar uma emenda dizendo que quem não fizer isso que vai se tirar recurso. Hoje a universidade privada tem 79%, 78% dos alunos do ensino superior do país. Essas faculdades privadas, normalmente, se colocam em localidades que não tem a universidade pública, e, na maioria das vezes, são pessoas que tentam subir socialmente. Como o sonho brasileiro é o diploma, é a casa própria. Nós passamos por um momento onde houve um crescimento, eu não sei se em demasia, só o futuro dirá, mas uma quantidade enorme de faculdades isoladas, privadas apareceram, não fruto desse governo, fruto do governo anterior que tinha isso como política, e esse governo via o Ministro Fernando Haddad, que eu já disse aqui, é o melhor ministro para as universidades públicas de toda a história recente. Agora para as universidades privadas ele tem deixado um pouco a desejar. A verdade é essa. Porque tem criado normas, criado portarias. E agora nós Senadores ainda fazemos o seguinte: “olha, vamos colocar para fazer isso, mas se não fizer não poderá receber recurso público”. Qual é o recurso público que uma instituição privada recebe do governo? FIES. É só essa. O que é que é o FIES? É uma bolsa de ajuda onde o governo prioriza a área que ele quer, que no caso agora do Ministro Fernando Haddad, são os cursos de magistério, V. Exa. sabe bem disso, ele está priorizando isso, então está dando FIES mais para os alunos que estão nesse curso. Então, nós podemos criar essas normas sem precisar constranger ou ameaçar, colocando: “oh! se não fizer vai tirar isso”. Eu acho que não precisa disso. A universidade privada, a instituição privada quer participar desse momento de alfabetização, como bem defende o Senador Cristovam, sempre foi assim, ela sempre faz um trabalho nesse sentido.

Então eu fico, só me sinto acuado, constrangido é quando eu vejo alguma coisa assim: “se não fizer vai

ter que tirar". Não precisa disso. Se criar uma norma: terá que ter cinco turmas de alfabetização de adultos quando tiver tantos alunos, ou quando tiver numa determinada região que tenha um índice de analfabetismo muito grande. Nós podemos trabalhar assim. Eu tenho certeza, que a faculdade privada e a universidade privada defende esse projeto de V. Exa., que já foi um grande Ministro da Educação, V. Exa. sabe disso, que eu antes de ser Senador e V. Exa. Ministro, fui com órgão de classe até o Ministério e fui muito bem recebido por V. Exa. V. Exa. tinha idéias maravilhosas, e a maior que eu defendo aqui hoje, Senador Flávio Arns, é de centralizar o dinheiro para o ensino básico. Nós não podemos ter município que recebe royalty de petróleo com dinheiro sobrando e que coloca uma escola dentro de um parque agropecuário para poder pagar toda a manutenção daquele parque agropecuário e falando que tem uma escola ali dentro. É isso que está acontecendo. Nós temos que ter um caixa único onde possa ser aplicado esse dinheiro numa outra cidade que tem problema de recursos. E isso o Senador Cristovam defende também. E eu já comecei a sentir o Ministro falando a respeito. Já começou a falar o Ministro Fernando Haddad. Eu acho que esse vai ser o próximo passo dele.

Então, só isso que eu queria colocar nesse debate. Mas meu voto é com V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem. Passo a palavra ao Senador Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Obrigado, Presidente Flávio Arns. Eu também quero cumprimentar o Senador Cristovam pela iniciava, e parabenizar o Senador Wellington pela colocação. Eu acho que, efetivamente, eu entendo que deveria se oferecer um estímulo às universidades que acompanharem a proposta, ao invés, da punição sobre aquelas que, muitas vezes, não têm capacidade, até por falta de financiamento público de fazer um projeto desses. Eu acho que nós devemos ter um prêmio especial, uma diferenciação para aquelas que encamparem um projeto dessa magnitude, e entendo também, Senador Cristovam, que existem áreas, teria que se criar também e ver uma forma na regulamentação da atuação, porque tem regiões onde o índice de analfabetismo é baixíssimo, e o número de universidade é muito alto. Então, como é que vai ser essa divisão? Em outras regiões é quase um projeto Rondon, ao invés, de tratar de saúde, tratar de educação. Segue, mais ou menos, esse princípio, que eu acho maravilhoso, espetacular. Não tem estudante que não vai querer estar num projeto desses. Acho que todos quererão participar do mutirão da educação, mutirão contra o analfabetismo. Eu acho

que isso é uma proposta, realmente, admirável. O que me preocupa na linha de defesa do Senador Wellington, é exatamente a punição contra as universidades privadas que, eventualmente, não possam atender a dimensão desse projeto, e outro fator que me preocupa é essa divisão de responsabilidade. Como será feita? Porque há regiões onde, realmente, o índice de analfabetismo é muito baixo. Eu estava falando com o Senador De Conto, lá em Santa Catarina, ele me falou que tem uma comunidade onde o índice de analfabetismo é zero, não há analfabeto no município. No Rio Grande do Sul também nós temos várias comunidades onde o índice é zero. E existem faculdades locais, tem. Como é que seria? Como é que aturaria? Então, é essa preocupação. Tira a punição e estabelece uma forma de estimular. Terá mais facilidade, por exemplo, o financiamento, poderá ter melhor acesso o BNDS, por exemplo, no financiamento do custeio, fazer com que a universidade, realmente, pegue no sentido de estar disputando um espaço mais privilegiados na busca de um financiamento público, por exemplo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem levantado.

A Marisa Serrano só pede uma pequena observação. Depois da palavra da Senadora Marisa Serrano eu passo para o autor e para o relator para o encerramento da discussão.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu quero fazer aqui uma colocação ao Senador Wellington, ao Senador Zambiasi e ao Senador Cristovam que é o autor. O problema maior está no art. 4º. O Senador Camata propôs uma emenda, uma emenda de adequação que tornou mais clara. Mas o art. 5º da proposta do Senador Cristovam diz o seguinte: sem prejuízo de outros incentivos previstos em regulamento a participação das instituições de ensino no programa universitário de apoio à alfabetização jovens e adultos, será considerada para fins de avaliação institucional no âmbito do SINAES. Quer dizer, que se ela já vai ser considerada, já é um estímulo para a universidade para ela poder participar. Então, eu acho que se o Senador Cristovam aceitar os argumentos dos nossos dois Senadores aqui poderia retirar o art. 4º, retirando o art. 4º porque no art. 5º já é um incentivo para que elas possam ter. E hoje todas elas querem ter uma avaliação positiva para que seus alunos. Então, era essa a minha proposta.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Bastante clara.

Passo a palavra ao autor e depois ao Senador Eduardo Azeredo, o relator. Senador Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

Sr. Presidente, eu quero, primeiro, agradecer as manifestações todas favoráveis. Mas vou responder diretamente primeiro ao Senador Wellington Salgado. A minha ideia, Senador Wellington, no início, nem incluía as universidades particulares. Esse projeto foi feito, Senador Wellington, visando as universidades estatais, porque são essas que, de fato, recebem dinheiro público. As particulares não recebem quase nada. Na evolução ou involução da ideia é que foi lembrado de que elas recebem do ProUni, na verdade, quem recebe é o aluno e o FIES, mas eu estou de acordo que o objetivo central era para os alunos das universidades estatais, porque esses, sim, que recebem incentivos maiores do governo, a totalidade do custo.

Agora eu quero dizer que esse é um projeto que visa beneficiar ao aluno alfabetizador, porque o aluno que passar pela universidade se dedica, durante uma parte do seu tempo, a ser alfabetizador será um profissional melhor, qualquer que seja a profissão que ele escolha.

Hoje tem empresas de engenharia que na hora de escolher o engenheiro pergunta: "você participou de atividades voluntárias?" Porque ele sabe que o aluno de engenharia que foi alfabetizador ele vai se relacionar melhor com os operários durante a construção, vai se relacionar melhor com os operários na fábrica, além disso, dá uma consciência de Brasil que eles não têm, em geral. Então, não é só para beneficiar aos analfabetos, é para beneficiar também aos próprios universitários que participarão disso.

Finalmente, eu queria dizer que há muitos países com analfabetismo, mas não tem nenhum país com um grau de analfabetismo no Brasil que tenha o número de universitários que o Brasil tem, primeiro, e, segundo, que tem o slogan escrito na bandeira, o que faz com quem é analfabeto não conheça a sua bandeira no Brasil. Nos outros países o daltônico pode não conhecer bem, mas tirando o daltônico todos conhecem, menos analfabetos.

Então, o Brasil é um país onde tem um número de analfabetos e um imenso número de universitário. Para ter uma ideia, bastava 70 mil universitários para gente resolver o analfabetismo em cinco anos, cada um deles cuidando de 20 alunos por semestre, 70 mil dos 4. 500. Agora, eu estou de acordo que se retire essa parte. A sugestão da Senadora Marisa é corretíssima e do Senador Zambiasi, fica o incentivo na avaliação dos SINAES, porque não vai precisar de todos, não vai precisar nem mesmo de muitos, vai precisar de um número restrito de universitários.

Então, eu estou de acordo com a sugestão de retirar esse item. E fico feliz de que o projeto seja

bem recebido. E queria lembrar que quando começou a ideia do ProUni que se chamava PAE – Programa de Apoio ao Estudante, estava lá incluída a ideia da participação no analfabetismo. Foram as pressões de entidades universitárias que tiraram isso na hora do Presidente Lula fazer o projeto do ProUni. Portanto, nós vamos ter algumas resistências do movimento estudantil em relação a isso, porque vão considerar que é um trabalho adicional que vai se exigir deles. E eu não vejo, na maioria deles, esse interesse todo pela alfabetização de adultos.

Portanto, eu agradeço as sugestões, acho que elas foram muito boas, enriqueceram o projeto. E, finalmente, eu concluo dizendo que vai precisar de um decreto que regulamente. O Ministério da Educação terá que fazer um decreto que regulamente como é que isso será executado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Passo a palavra, em seguida, ao Senador Eduardo Azeredo como relator para opinar sobre as sugestões todas.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente, eu acredito que então nós retiraríamos o art. 4º, tirando essa questão de punição, aceitaríamos a amena da Senadora Marisa Serrano que coloca, exatamente com a renumeração de artigos, já que era art. 6º, mas teria que renumerar que a lei terá duração de cinco anos com avaliação anual realizada pelo Ministério da Educação.

Agora eu indago só, Senador Cristovam, e todos os Srs. Senadores e Senadoras, a questão do prazo que é a primeira emenda que foi colocada aqui, com a justificativa de que o semestre letivo não seria suficiente para um treinamento mínimo, e subsequente o período de estágio em sala de aula. Então, está se passando de um semestre para um ano. Mantemos um semestre ou adaptamos para um ano? Um ano, evidentemente, teria mais tempo para uma qualidade melhor, mas, por outro lado, é mais difícil de execução, porque um ano é um tempo muito grande, a proposta--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Um semestre.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): --Inicial fala em um semestre.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Parece que a opinião majoritária é um semestre.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Está bom. Então, vamos excluir então o art. 4º e vamos também... A emenda, a primeira emenda que era o art. 1º passando para um ano. Então, nós retiramos a primeira emenda, mantemos a segunda, a terceira, retiramos

a quarta e incluímos a emenda da Senadora Marisa. Certo? Ficaria um projeto com três emendas.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem. Está encerrada a discussão. Em votação a matéria, em primeiro lugar, na sequência... [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): As emendas a que o Senador Eduardo Azeredo se referiu é aprovação da emenda que V. Exa. colocou com avaliação regular, a supressão do art. 4º e a alteração de um ano para um semestre, de acordo com projeto original. Exatamente.

Em votação a matéria. Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com o relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Com o relator. Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON DE OLIVEIRA SALGADO (PMDB-MG): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Raimundo Colombo.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Adelmir Santana.

SENADOR ADELMIER SANTANA (DEM-DF): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Lúcia Vânia.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Com muita alegria a nossa vice-presidente. Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Com o relator ad hoc.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Com o relator ad hoc. Muito bem. E com o relator também e com o relator ad hoc, com os dois. Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Acompanho o voto da Senadora Marisa.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Acompanho o voto da Senadora Marisa.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Cristovam Buarque. É o autor. João Ribeiro.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Com o relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Neuto De Conto.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eduardo Azeredo é o relator. Marconi Perillo. Com o relator. Está aprovado o projeto.

Eu pergunto aos Srs. Senadores e Sras. Senadoras se mantém o mesmo voto para as emendas já anunciadas do relator as emendas e da Senadora Marisa Serrano? Repetindo. As emendas supressão do art. 4º alteração de um ano para um semestre e o acréscimo no aspecto de avaliação anual do programa. Mantêm-se? Todos mantêm. Estão aprovadas as emendas.

Senador Romeu Tuma, pela ordem.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): É que eu estou recebendo o pedido do autor e do Ministério da Educação para retirada do item 1 para ter uma discussão um pouquinho mais rápida para a próxima semana. Se V. Exa. concordar. O Senador Marconi Perillo também pede para alterar uma emenda. E eu gostaria de atendê-lo e gostaria de discutir com o Ministério da Educação.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Certo. Então, está retirado o item 1.

Eu só peço para os Senadores só mais... São dois projetos extremamente simples, singelos e que serão aprovados rapidamente.

Senador Marconi Perillo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Só para confirmar que também concordo com a retirada do item 1, já que foi alterada através de uma emenda o espírito da proposta. O que eu desejo com esse projeto é, dentre outras coisas, é que a periodicidade do exame do ENAD seja de um ano e não de três anos, porque tem se mostrado ineficaz. Eu pediria o Senador Romeu Tuma atenção a essa solicitação. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): O projeto está retirado de pauta.

O item 6 da pauta terminativo Projeto de Lei do Senado nº 2... O Projeto de Lei do Senado nº 249/2007 que institui o prêmio Frei Galvão do mérito social e dá outras providências. Autoria Senador Jayme Campos, relatoria Senador Valdir Raupp, parecer pela aprovação com a emenda oferecida, acatando a emenda nº 1 da CCJ. Serão realizadas duas votações nominais, uma para o projeto e outra para a emenda.

O Senador Valdir Raupp solicitou que a matéria fosse apreciada. E indago ao Senador Romeu Tuma

se o Senador Romeu Tuma pode atuar como relator ad hoc do item 6 da pauta?

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Perfeito, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Fazendo uma síntese. Página 55. Se pudessem ler.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): A ementa que V. Exa. leu é de decisão terminativa sobre o Projeto de Lei do Senado 249/2007 que institui o Prêmio Frei Galvão do mérito social e dá outras providências. O Sr. Senador Valdir Raupp conclui com uma emenda reenumerando o número em razão do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado Federal com a emenda nº 1 que é remuneração do § 1º do art. 1º do Projeto de Lei do Senado. Esse é o relatório, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Está em discussão.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Favorável com a emenda de redação do...

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Não havendo quem queira discutir. Em votação. Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com o relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON DE OLIVEIRA SALGADO (PMDB-MG): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Raimundo Colombo.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Adelmir Santana.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Lúcia Vânia. Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Com o relator ad hoc.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Romeu Tuma. É voto conhecido. Cristovam Buarque. João Ribeiro.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Com o relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Neuto De Conto.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Marconi Perillo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Com o relator. Muito bem. Está aprovado. Indago se mantêm o mesmo voto para a emenda? Se sim, então está aprovada a emenda.

O último item da pauta de natureza terminativa é o item nº 10 Projeto de Lei do Senado nº 389/2007 que dispõe sobre a data da comemoração de feriados nacionais e dá outras providências. Autoria Senador Wilson Matos, relatoria Senador Francisco Dornelles, parecer pela rejeição. A matéria constou na pauta das reuniões do dia 7 de abril de 2009 e 14 de abril de 2009. Então, eu solicito ao Senador Neuto De Conto que atue como relator ad hoc para o item nº 10.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Sr. Presidente, o Projeto de Lei do Senado 389/2007 de autoria do Senador Wilson Matos estabelece que os feriados nacionais sejam comemorados nas segundas-feiras ou nas sextas-feiras da semana de sua ocorrência. O projeto define ainda que estão isentos dessas obrigações os feriados de 1º de janeiro, sexta-feira da paixão, dia 7 de setembro e 25 de dezembro, bem como os feriados que ocorram nos sábados e domingos. Análise: A portaria nº 740 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão fixou nove datas de feriados nacionais a serem adotados que foi 1º de janeiro, 6 de abril, 21 de abril, 1º de maio, 7 de setembro, 12 de outubro, 2 de novembro, 15 de novembro e 25 de dezembro. Ora, Sr. Presidente e Srs. Senadores, como alguns feriados o próprio projeto estabelece que não poderão ser alterados. Temos datas internacionais como o 1º de maio. Viu o relator o eminente Senador Francisco Dornelles que diante de todo o exposto o voto é pela rejeição do Projeto de Lei 389/2007. É o relatório, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agradeço o Senador Neuto De Conto. Em discussão a matéria.

Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu queria concordar com a leitura do Senador Neuto De Conto e do Senador Francisco Dornelles, é que a fixação de datas de feriados tem uma razão de ser, então a alteração perderia o sentido claro da comemoração do feriado. Cairia na cabeça e o Senador Cristovam deve entender, melhor que eu, nas escolas de 1º e 2º grau o porquê no feriado se a razão, por exemplo, 21 de abril Tiradentes, ou finados ou outras citações que ele faz aqui. Então, nós concordamos com a rejeição do projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Encerrada a discussão. Em votação a matéria. Nominal. Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Com o relator. Pela rejeição. Exatamente. Com o relator. Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON DE OLIVEIRA SALGADO (PMDB-MG): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Raimundo Colombo.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Adelmir Santana.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Lúcia Vânia. Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): João Ribeiro. Neuto De Conto.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Marconi Perillo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Então, o relatório do Senador Neuto De Conto, como relator ad hoc, está aprovado pela rejeição.

Então, este era o último item de natureza terminativa.

Passamos ao item 8 da pauta não terminativo. Projeto de Lei da Câmara nº 58/2008 que denomina Rodovia prefeito Euclides Fabris e Rodovia Dante de Oliveira, dois trechos rodoviários da BR 163. Autoria Deputado Geraldo Resende, relatoria da Senadora Marisa Serrano. Parecer favorável na forma do substitutivo oferecido. V. Exa. tem a palavra.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Sr. Presidente. Bem rapidamente. Só para saber que é importantíssima a proposta do Deputado Geraldo Resende que denomina um trecho da estrada de Euclides Fabris que foi prefeito de Naviraí, já falecido, um grande prefeito, faleceu durante o seu mandato. E foi uma comoção no Estado. A cidade fechou, todo mundo sentiu muito, porque era um homem boníssimo, uma pessoa muito temente a Deus, tinha todas as pessoas ao seu lado, era um grande empreendedor, um dos maiores empresários do Estado, e colocou a sua vida a apoiar a comunidade mais carente, àqueles que mais precisavam. Portanto, eu sou amplamente favorável ao projeto do Deputado Geraldo Resende. Mas coloquei um substitutivo apenas para reorganizar a proposta. A proposta é a mesma, e só a organização jurídica para ficar dentro dos conformes é que foi feito esse substitutivo. Então, o meu substitutivo mantém esse trecho o nome de Euclides Fabris.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem, Senadora Marisa Serrano. Só indago se V. Exa. já está melhor na locomoção, na mobilidade, em função da cirurgia já tudo em ordem?

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Tudo em ordem. Já tirei a muleta e estou pronta, andando de vagar, mas andando. O que é o mais importante.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Ainda lutando por acessibilidade para...

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): É aí que a gente vê o quanto faz falta, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Está em discussão o relatório da Senadora

Marisa Serrano. Não havendo quem queira discutir. Em votação. Senadores e Senadoras que estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Passamos ao último item da pauta que é o item nº 15 não terminativo. Senador Cristovam Buarque que é o autor do Requerimento. Requeiro nos termos dos incisos II—

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

Presidente, só para não perder tempo. Eu quero retirar esse requerimento, porque eu tive uma conversa com os representantes da Marinha e eles me convenceram que uma audiência vai adiar muito o projeto uma lei importante. Então, eu vou retirar, quero retirar o pedido. Vou conversar com os cientistas que têm posições antagônicas e trarei o parecer o mais rápido possível sem necessidade de audiência, a não ser que outro Senador venha propor audiência.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem. Então, por solicitação do autor, o Senador Cristovam Buarque o requerimento está retirado de pauta.

Eu quero dizer para a Senadora Marisa Serrano, para o Senador Cristovam Buarque e para todos os Senadores e Senadoras membros da Comissão que nós teremos amanhã na Câmara dos Deputados, na Comissão de Educação e Cultura da Câmara o lançamento de uma frente parlamentar em defesa das universidades comunitárias. Amanhã às 15h30, 6 de maio. E a Deputada Maria do Rosário está convidando. Mas a ideia é que seja uma frente parlamentar mista, senadores e deputados atuando, os que têm uma militância, como sei que V. Exa. tem, o Senador Cristovam Buarque também e tantos outros Senadores e Senadoras, Sérgio Zambiasi, Eduardo Azeredo, tantas pessoas pelo belo trabalho que as universidades, de uma maneira geral e, particularmente, as comunitárias fazem na área da educação. Então, frente parlamentar mista em defesa das universidades comunitárias. Amanhã 15h30 para, depois na sequência todos nós podemos nos mobilizar nesta área.

Muito bem. Agradeço a participação de todos, de todas, particularmente, na votação de tantos projetos terminativos também que exigem, como todos sabem, quorum da maioria, quorum qualificado, maioria mais um, metade mais um dos membros da Comissão, e isso foi possível de ser feito com tranquilidade no dia de hoje. E quero dizer, Sr. secretário que amanhã nós teremos uma audiência pública nesta Comissão, porque havia vários requerimentos aprovados no ano passado, e queremos, num certo sentido, encaminhar os requerimentos para que os assuntos possam ser debatidos. Audiência pública amanhã 10h nesta Comissão. Teremos o Secretário de Educação, não

propriamente o Secretário, mas Secretaria de Educação à Distância, o Hélio Chaves Filho; o Reitor Paulo Alcântara Gomes que é presidente do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras CRUB; Marcos Formiga, vice-presidente da Associação Brasileira de Educação à Distância para discutirmos justamente o projeto e Projetos de Lei sobre ensino, educação à distância. Então, será uma oportunidade importante para esse debate aqui nesta Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Sempre enfatizo as três áreas, porque a área da Cultura está muito presente nos debates e nos encaminhamentos desta Comissão, assim como a área do esporte. Eu tive, inclusive, a oportunidade de estar no Rio de Janeiro na semana passada representando esta Comissão para recepcionar o Comitê de Avaliação do Comitê Olímpico Internacional que estava verificando as condições do Brasil e, particularmente, do Rio de Janeiro para ser sede da olimpíada no ano de 2016. Então, foi um evento importante, bonito, uma recepção, uma acolhida bastante bem organizada e esta Comissão de Esporte quer emprestar todo o apoio que for necessário para a área do esporte. E na área da Cultura estamos participando de debates também bastante regulares e intensos a respeito da proposta do Ministério da Cultura, por enquanto, um anteprojeto, uma ideia de mudança da Lei Rouanet para que esta lei possa, depois da consulta pública, ser também, no que for necessário, utilizando-se das contribuições de todos os setores da sociedade sofrer modificações para ser encaminhada ao Congresso Nacional, e sem dúvida, na sequência, ser apreciada por esta Comissão.

Muito bem. Agradeço, então a participação, novamente, de todos, e declaro encerrada a presente reunião. Obrigado.

Sessão encerrada às 13h04.

ATA DA 18ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE MAIO DE 2009.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e doze minutos do dia seis de maio de dois mil e nove, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), sob a Presidência do Senador Flávio Arns, e com a presença dos Senhores Senadores Augusto Botelho, Paulo Paim, Inácio Arruda, Wellington Salgado de Oliveira, Adelmir Santana, Cícero Lucena, Ideli Salvatti, Roberto Cavalcanti, João Ribeiro, Valdir Raupp, Lobão Filho, Gilberto Goellner, Eduardo Azeredo e Papaléo Paes reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Deixam de comparecer os Senhores Senadores Expedito Júnior, Fátima Cleide, Marina Silva, Valter Pereira, Gilvam Borges, Gerson Camata, Francisco Dornelles, Raimundo Colombo, Marco Maciel, Rosalba Ciarlini, Heráclito Fortes, José Agripino, Álvaro Dias, Lúcia Vânia, Marisa Serrano, Sérgio Zambiasi, Romeu Tuma e Cristovam Buarque. O Senhor Presidente, Senador Flávio Arns, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 15/09 – CE, de autoria do Senador Flávio Arns, que tem como objetivo **Instruir o Projeto de Lei do Senado nº 118 de 2004, que “Acrescenta o inciso IV ao 4º, do art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para assegurar aulas presenciais e periódicas nos cursos de educação à distância”**. A Presidência registra a presença para acompanhar a Audiência Pública, do Ex Senador Joel de Hollanda, Presidente desta Comissão nos anos de 1997 e 1998; Ex Senador Carlos Patrocínio, membro titular desta Comissão no ano de 2001; Senhor Nildo Ferreira, Presidente do Sindicato Nacional das Empresas de Educação a Distância – SINEAD; Senhor Hélio Chaves Filho, Secretário de Educação a Distância Adjunto do Ministério da Educação – MEC; Senhora Marta Kratz, Presidente da Associação Nacional de Educação a Distância – ANEAD; Senhor Rodrigo Lamego, Chefe da Assessoria Parlamentar do Ministério da Educação – MEC; e Senhora Maria Cecília Gomes, Ex Diretora de Normatização do Sistema Educacional de Pernambuco – SEDUC. Como expositores, comparecem à Audiência Pública o Senhor Carlos Eduardo Bielschowsky, Secretário de Educação a Distância do Ministério da Educação – MEC; Reitor Paulo Alcântara Gomes, Membro Associado do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras – CRUB e Senhor Marcos Formiga, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Educação a Distância – ABED. Finda a apresentação dos expositores, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam da palavra os Senhores Senadores Ademir Santana, Valdir Raupp, Augusto Botelho e a Deputada Federal Nilmar Ruiz. A Presidência agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às doze horas e onze minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador **Flávio Arns**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

18ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 06 DE MAIO DE 2009.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Havendo número regimental declaro aberta a 18ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Submeto, inicialmente, à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a aprovação da mesma. Senadores e senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram, aprovada.

A presente reunião atende ao Requerimento nº 15 desta Comissão de 2009, de autoria desta Presidência para realização de Audiência Pública destinada a instruir o Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2004, que acrescenta o inciso IV ao § 4º do art. 80 da Lei 9394, de 20 de janeiro de 1996, para assegurar aulas presenciais e periódicas nos Cursos de Educação à Distância. Dando início à Audiência Pública solicito ao Secretário da Comissão, Sr. Júlio Linhares, que acompanhe os convidados para tomarem assento à Mesa.

Quero saudar os convidados expositores desta Audiência Pública o Dr. Carlos Eduardo... Você pode ler o sobrenome também, eu sempre leio, mas... Bielschowsky, Bielschowsky, Secretário de Educação à Distância do Ministério da Educação, MEC. O Reitor Paulo Alcântara Gomes, que está na sala ainda, está se dirigindo também à Mesa, que é membro associado do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, CRUB. E do Dr. Marcos Formiga, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Educação à Distância, ABED. Eu quero enfatizar... Tudo bem, reitor, seja muito bem-vindo, também já o saudamos e repetimos a saudação.

É desnecessário enfatizar, novamente, a importância desta Audiência Pública, de todo o trabalho que vem sendo realizado no Brasil, para se enfatizar a educação à distância, que é uma das ferramentas, um dos instrumentos mais poderosos para o resgate de uma dívida social importante, quer dizer, o acesso à educação. Então, nesse sentido, nós temos o projeto de lei que trata desse assunto. A audiência tem por objetivo pensar no projeto de lei, mas, ao mesmo tempo, apontar para o futuro, em termos de caminhos, de alternativas e, particularmente, assim, aquilo que

possa ser debatido, discutido e apresentado nesta Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Então, quero saudar com muita alegria a presença dos expositores e, ao mesmo tempo, dizer que nós fizemos uma pequena alteração, reitor, já tinha falado com o Dr. Marcos Formiga, nós pensamos que o Dr. Carlos Eduardo, por ser o representante do MEC, poderia falar em terceiro lugar, aqui na agenda consta em primeiro, porque em função das observações feitas, o MEC também já poderia fazer o apanhado de como que está a política pública do MEC, voltado para a educação à distância. Então, em primeiro lugar, passo a palavra ao Reitor Paulo Alcântara Gomes para suas considerações. Eu quero dizer que... Vamos, assim, indicar um tempo de 15 minutos. É claro que, havendo a necessidade, poderá haver, assim, uma prorrogação do prazo, mas em princípio de 15 minutos para a exposição.

SR. PAULO ALCÂNTARA GOMES: Muito obrigado, Sr. Senador Flávio Arns, ilustre Presidente da Comissão de Educação e Cultura do Senado Federal, meus senhores, meus prezados companheiros de Mesa, meu querido amigo Marcos Formiga, meu colega à época que trabalhei na Universidade Federal do Rio de Janeiro, Carlos Eduardo Bielschowsky, gostaria de solicitar, que colocasse o meu *power point*, porque eu vou fazer uma apresentação. Bem, enquanto nós aguardamos os *slides*, eu, em primeiro lugar, gostaria de salientar a importância desta Audiência Pública e o fato de estar aqui representando o Conselho de Reitores que hoje é, notadamente, uma das instituições que tem por atribuição procurar atender aos objetivos de melhoria da educação em nosso país. Esperar um pouquinho?

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Flávio Arns, acho que nós estamos aguardando só a disposição... A Ata, está bem.

SR. PAULO ALCÂNTARA GOMES: Bem, então, acho que podemos iniciar, não é? Então, Senador—

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Só, está correto agora, o material? Sendo projetado, está correto. Isto, só vamos aguardar. Muito bem.

SR. PAULO ALCÂNTARA GOMES: O nosso objeto aqui é discutir o Projeto de Lei do Senador Hélio Costa que, essencialmente, consta de um artigo visando alterar o art. 80 da Lei de Diretrizes e Bases e introduzir art. 80. Como vai? Prazer em vê-lo. Que visa, essencialmente, alterar o art. 80 da Lei de Diretrizes e Bases, de forma que as aulas presenciais passem a fazer parte obrigatória dos Programas de Educação à Distância. Em primeiro lugar, eu gostaria de salientar, ressaltar a data de proposta dessa lei,

que é de 2004. Portanto, vejam os senhores que nós estamos, no decorrer de um período de 5 anos, e eu acho que, nesses 5 anos muita coisa modificou-se no cenário da educação à distância no Brasil, e eu tenho certeza absoluta de que o Secretário de Educação à Distância colocará isso em termos de regulação, em termos de novas proposições em termos, inclusive, de uma estratégia adequada para que nós sejamos capazes de, efetivamente, passar a oferecer, programas de boa qualidade e compatíveis com aquilo que a sociedade espera da educação na chamada modalidade à distância.

Então, só para que nós procuremos uniformizar nossas ideias, eu gostaria de passar o primeiro *slide*. Qualquer projeto de educação à distância e isto é importante para se ter uma ideia da ideologia que gerencia um programa de educação à distância, ele impõe o estabelecimento de uma base conceitual, uma definição de objetivos gerais, uma definição de critérios de qualidade para conteúdos e outros materiais de apoio, o estabelecimento de critérios mínimos para atender os padrões exigidos para a comunicação, porque a educação à distância depende das novas tecnologias da informação e da comunicação e eu diria depende também das antigas, porque a educação à distância é secular, até em nosso país, através do Instituto Monitor e do Instituto Universal e a Open University, na Inglaterra, já atuava com projetos de comunicação convencionais, sem utilização das novas tecnologias, com a pura emissão de textos através do Correio, e com a definição de ações a serem realizadas de forma a assegurar a logística, porque ao contrário da educação presencial, Sr. Presidente, a educação à distância exige uma prática logística indispensável para que nós tenhamos as respostas e os produtos oferecidos nos prazos adequados e na qualidade gráfica e de comunicação necessária a qualquer projeto.

O *slide* seguinte. A base conceitual, para que nós possamos entender se são importantes as aulas presenciais, ou não, é a seguinte: Entende-se o ensino à distância como um sistema tecnológico de comunicação bidirecional que pode ser de massa e que substitui a interação pessoal entre professor e aluno. Então, quando se coloca a base conceitual, a gente já elimina, na educação à distância, a interação pessoal entre professor e aluno, como algo determinante, típica de uma aula como meio primordial de ensino. Nós estamos substituindo por uma nova sistemática, completamente, diversa daquelas que nós tínhamos nos encontros presenciais. Por uma ação sistemática e conjunta de diversos recursos didáticos e o apoio de uma organização e tutoria, proporcionando o aprendizado independente e flexível aos estudantes.

Quando se conceitua a educação à distância dessa maneira, nós eliminamos claramente aquela aprendizagem, aquele processo pedagógico de informação unidirecional do professor para o aluno, sem que houvesse um instrumento participativo de educação. O que isso significa basicamente? Significa que, hoje, ao introduzir a educação à distância, o que de fato nós estamos fazendo é substituir modelos seculares, que vêm da Universidade de Bologna, há 900 anos, que vêm da Universidade de Coimbra, da Universidade de Cambridge, da Universidade de Oxford, em que tutores e estudantes se sentavam, preceptores de estudantes, se sentavam e trocavam conhecimentos por alguma coisa que, efetivamente, representa um avanço, porque induz ao ensino participativo, induz à presença efetiva do estudante, num projeto que impõe a ele a cultura do autoestudo e, por isso, o seguinte, o *slide* seguinte, por favor.

Nós devemos definir e sempre a educação à distância com esses quatro grandes objetivos gerais, democratizar o acesso à educação, por que nós falamos em democratização? Porque se nós utilizássemos a metodologia dos cursos presenciais, Sr. Presidente, Srs.. Senadores, nós jamais poderíamos pensar em atender a nossa necessidade premente de diplomar 700 mil professores leigos que hoje, por força da própria LDB, são obrigados a ministrar disciplina na educação básica, sem os níveis considerados adequados. Assegurar e mais ainda, Sr. Presidente, a educação à distância é um instrumento de democratização, porque ela permite, por exemplo, no caso do meu Estado, e no caso do Bielschowsky, do Rio de Janeiro, a formação de profissionais nas áreas técnicas em serviço, e a escolaridade em serviço, para que eles sejam capazes de concorrer nos projetos que são considerados, hoje, como determinante para o desenvolvimento.

Quando eu falo isso, eu me refiro, por exemplo, ao projeto implantado pelo Presidente Lula, o PAC, o Programa de Aceleração do Crescimento em São Gonçalo, que criou uma refinaria, está criando uma refinaria e, o COMPERJ, e nessa refinaria há a necessidade de contratar 30 mil técnicos entre soldadores, instrumentadores e apontadores. Sr. Presidente, esses técnicos, embora haja os postos disponíveis trabalho, eles não podem ser contratados porque eles não têm a escolaridade necessária. E para que eles tenham essa escolaridade necessária das cinco séries, torna-se absolutamente fundamental que nós ofereçamos programas rápidos de formação, e programas que possam permitir a formação dos profissionais em serviço, a escolarização desses profissionais em serviço.

O que isso significa? Significa que a educação à distância, ela, ao contrário da educação presencial, é

um forte instrumento de democratização. Ela assegura uma aprendizagem autônoma associada à experiência, porque ela muda aquele modelo que nós conhecíamos anteriormente, e que nós nos sentávamos numa sala de aula, num determinado horário, e agora nós podemos escolher o horário, se estamos em serviço, para que sejamos capazes de oferecer aos nossos profissionais, na hora do almoço, após o trabalho, tudo aquilo que eles necessitam.

Ela possibilita o ensino participativo, ela muda aquele eixo de informação do professor para o aluno, e permite que, efetivamente, nós passemos a trabalhar em cima de uma nova proposição. E ela estimula a geração de uma cultura de educação continuada. Então, muito rapidamente, nós vamos passar agora três *slides*, que ficam aqui. O primeiro deles é que a educação à distância é norteada por três princípios básicos. Qualidade dos conteúdos, ao contrário do que nós estamos acostumados, os conteúdos na educação presencial são os convencionais, alguns tradicionais, mas os conteúdos na educação à distância, eles têm a obrigação de assegurar a aprendizagem, e eles têm uma formatação diferenciada, pode seguir.

Qualidade na comunicação, porque se nós falamos em educação à distância e, naquela eliminação da relação interpessoal direta, nós passamos a ser obrigados a trabalhar com programas que tenham, que tenham um bom meio de comunicação bidirecional e também oferecendo isso como uma potencialidade para os nossos professores, para os nossos estudantes. E, por favor, o seguinte, qualidade na logística, com novas concepções gráficas e editoração adequada, qualidade da imagem das aulas transmitidas quando os meios de comunicação via sinal, via internet, são utilizados. E com eficiência na distribuição, porque o processo da educação à distância, impõe que os materiais estejam na mão do estudante, para que o ensino seja de fato participativo. Pode ir.

Isso impõe que nós, na logística, que nós sejamos capazes de oferecer diversos meios de comunicação entre os alunos e os instrutores, nós não podemos nos restringir na educação à distância, por exemplo, a internet, porque a inclusão digital ainda não é a mais adequada em nosso país, embora esteja sendo aceleradamente incrementada. Nós precisamos, podemos utilizar os DVDs, podemos utilizar a própria, os próprios correios, nós temos, por exemplo, lá no Rio de Janeiro, um programa que se iniciou na UFRJ, nos anos 90 e, hoje, continua por várias universidades, em parceria com o Exército Brasileiro, utilizando os tiros de guerra. E os tiros de guerra recebem os estudantes para realização das provas e para os encontros tutoriais, para tirar dúvidas, em seguida, por favor.

Nós estamos discutindo aqui o quê, basicamente? O art. 80 da LDB: *O poder público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de educação à distância em todos os níveis, e modalidades de ensino de educação continuada. A educação à distância, organizada com a abertura em regimes especiais será oferecida por instituições especificamente credenciadas pela União, a União regulamentará os requisitos para a realização de exames e registros diplomas relativos ao curso de educação à distância.* Seguinte. E o § 3º, as normas para a produção, controle etc, serão, caberão aos sistemas de ensino, que são os Conselhos Estaduais e o artigo, o § 4º, que introduz a modificação proposta pelo o ilustre Senador Hélio Costa: *A educação à distância, gozará de tratamento diferenciado que incluirá custos de transmissão reduzidos, concessão de canais com finalidades exclusivamente educativas, reserva de tempo mínimo sem ônus para o Poder Público e, Item 4: Aulas presenciais periódicas em qualquer nível ou modalidade.* O seguinte.

Qual é a nossa situação atual? Como eu disse entre a Lei de Diretrizes E Bases, em 2004, quando o Senador Hélio Costa apresentou essa proposta, pouco havia sido feito, em termos de regulação da educação à distância. Com a série de iniciativas do Governo Federal, que eu sinalizei aí três pontos que eu considero fundamentais. O Decreto 5622 do Presidente Lula, em 2005, que deu um norte e regulamentou detalhando o que se entendia por educação à distância, e quais seriam as ações, o Decreto 5773, de 2006, que é chamado o decreto-ponte, que também fixou algumas questões relacionadas com a educação à distância, e a Portaria 02/07 que, posteriormente, foi substituída pela Portaria 040 que regulamentou os polos de educação à distância e abriu as portas para que nós passássemos a entender que a educação à distância, hoje, no Brasil, já comentávamos ainda agora, ela já está suficientemente regulamentada. Diríamos até que mais do que necessário e, seguramente, não necessitaria de mais uma variável nesse processo.

Ora, entretanto, eu preciso que nós observemos o seguinte, dizer apenas que ela está mais do que regulamentada seria insuficiente, porque hoje nós temos um processo de acompanhamento do Ministério da Educação que eu, e essa é uma posição que eu tenho defendido, que eu considero muito importante, em termos de resultados. Quando o Ministro, quando a Secretaria de Educação à distância criou o procedimento de supervisão para os cursos à distância, ela passou a interferir diretamente de forma muito positiva, Sr. Presidente, na qualidade dos projetos. Por quê? Porque o que nós tínhamos antigamente? Nós tínhamos o sistema do UOL, se eu não satisfaço os requisitos,

eu sou descredenciado. Assim funcionou a educação brasileira por décadas e décadas.

O processo que foi introduzido diz basicamente o seguinte, se eu não satisfaço aos requisitos, como é procedimento novo, como a educação à distância é uma iniciativa pioneira, e que não deve ser punida, porque das iniciativas pioneiras, mesmo com erros, surgem as boas proposições políticas educacionais, eu realizo o acompanhamento ao longo de um ano, introduzindo modificações que vão sendo auditadas a cada três meses e, a partir dessas auditorias, vão sendo realizados os aperfeiçoamentos, de maneira que, ao final de um determinado período, de um ano, um ano e meio, dois anos, nós tenhamos o programa, efetivamente, compatível com a realidade. E como parâmetros de qualidade colocados, existem alguns itens que são importantes. A questão fundamental, Sr. Presidente, não está na existência de aulas presenciais, está na existência da logística para o aluno receber o seu material, num processo de ensino participativo, e na existência de programas de tutoria, que sejam efetivamente eficientes. Tutoria que no limiar... Nós estamos no limiar de uma nova era, da era da informação, tutoria que seria, hoje, mista, entre a tutoria presencial e a tutoria via internet, que vem sendo já adotada por muitas instituições.

Mas, de fato, não podemos só ir pela via da internet, porque eu mesmo me referi à questão da inclusão digital, portanto a tutoria continua sendo um parâmetro fundamental. E os o encontros presidenciais já existem por força da regulação, na avaliação, na realização das provas e trabalhos. É claro que muitos contestam a realização, a ideia de obrigatoriedade das provas e trabalhos presenciais. Eu acho que tudo isso é uma questão de fase. Na fase atual, nós temos que, efetivamente, pensar com provas e trabalhos presenciais. A diversidade, as diferenças regionais, as diferenças sociais e as peculiaridades dos polos impõem isso. Já deu o tempo?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Tem mais um minuto, mas pode concluir.

SR. PAULO ALCÂNTARA GOMES: Eu já estou terminando, porque se... Estou na penúltima já. Nas aulas de laboratório que a legislação prevê, o secretário provavelmente comentará isso, aonde existem os encontros presenciais, e são aulas de fato, por quê? Porque nós não podemos tirar o aluno da aula de laboratório de Biologia ou de Física, porque isso é fundamental no processo. Então, dizer que as aulas presenciais não existem também não é fato. Elas existem numa determinada formatação. E os encontros presenciais como instrumentos de melhoria da qualidade. Eu considero, Sr. Presidente, que dessa forma,

embora efetivamente o senador e, hoje ministro, Hélio Costa, tenha tido a melhor das intenções e, talvez, tenha sido, até oportuno, à época em colocar essa proposição, ela se perdeu no tempo. Se perdeu no tempo, porque o cenário é outro. O cenário hoje é um cenário em que, cada vez mais, nós estamos fortalecendo os nossos encontros presenciais e estamos, de uma vez por todas, modificando o processo de relação entre o professor e o aluno.

Para que o Sr. Presidente tenha uma ideia, quase totalidade das universidades brasileiras hoje, ministra 20% das suas disciplinas, a carga horária dos seus cursos presenciais de graduação, na modalidade à distância, porque é a maneira que nós temos, nas universidades, de gerar a cultura da educação continuada e gerar a cultura da autoaprendizagem, porque não há mais condições de nós continuarmos ensinando todas as coisas nas instituições, nós temos que mudar esse processo de ensino, e a educação à distância, hoje, faz parte de todos os procedimentos. Os senhores sabem perfeitamente que o próprio processo... Uma análise recente feita por alguns jornalistas, mostrou que a frequência às bibliotecas nas universidades e nas escolas tem diminuído consideravelmente, por quê? Por causa da inclusão digital.

E isso é tão importante no cenário mundial, Sr. Presidente, que nós podemos observar, por exemplo, o caso da maior vendedora de livros do mundo, que é a Amazon, foi capaz de introduzir o *kindle* que é um livro eletrônico, que recebe os textos de milhares de livros, que já estão disponíveis por 10 dólares, por 8 dólares, por 6 dólares, na rede, na internet, nós podemos fazer isso. Esse aparelho custa, coisa de 250 dólares, às vezes. Ele é do tamanho de um livro e, obviamente, não tem aquela comodidade porque, às vezes, é incômodo de abrir as páginas. Ele tem ainda tem uma dificuldade para aqueles que usam óculos, como eu, porque ele não tem a luz de fundo, chamada *back light*, mas o modelo novo, parece, que já tem.

Mas isso é um grande... Se a própria maior vendedora de livros do mundo já entendeu que a educação à distância vai ser modificada. Que a educação, como um todo, vai ser modificada consideravelmente pelas novas tecnologias da informação e da comunicação, por que nós no Brasil vamos introduzir mais uma cláusula que levará, seguramente, os nossos procedimentos para trás, para aqueles procedimentos seculares a que me referi no início da minha intervenção? Onde o professor e aluno se sentavam para que houvesse uma informação unidirecional, sem uma comunicação bidirecional, sem que explorássemos potencialidades e capacidades dos alunos. Por isso, Sr. Presidente, eu me manifesto, de certa forma, se tenho direito a tal,

contrário a essa proposição. Porque, efetivamente, ela é mais um complicador num processo já muito difícil, entre o que nós estamos vivendo, de regulamentação e regulação. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agradeço a participação do Dr. Paulo Alcântara Gomes nesse primeiro momento, quero destacar a presença do Ex-Senador e Presidente desta Comissão nos anos de 1997, 1998 Joel Holanda e, inclusive, responsável pela vinda do Secretário desta Comissão, o Júlio Linhares, para atuar aqui na Comissão. Então eu só quero dizer que V. Exa. fez uma escolha muito importante que deu certo e ele continua junto com a equipe, atuando decisivamente favor dos trabalhos desta Comissão. Que bom, não é? Mas bom tê-lo aqui, e a gente sempre se encontra aqui no Senado também. Sr. Nildo Ferreira, Presidente do Sindicato Nacional das Empresas de Educação à Distância, SINEAD, e a Marta Kratz que é Presidente da Associação Nacional de Educação à Distância, ANEAD. Então, eu passo em seguida a palavra ao Dr. Marcos Formiga, que é Vice-Presidente da Associação Brasileira de Educação à Distância.

SR. MARCOS FORMIGA: Muito obrigado, Presidente, gostaria de saudá-lo e, em nome da ABED, agradecer o convite de estar aqui hoje, saudar os dois colegas da Mesa, o secretário Carlos Bielschowsky, do Ministério da Educação, e o meu amigo Reitor da Universidade Castelo Branco e uma referência da engenharia nacional, Paulo Alcântara. E os Senadores Valdir Raupp, Adelmir Santana e meu colega de graduação, Ex-Presidente desta Comissão, Joel de Holanda.

Senhoras e senhores, a ABED, objetivamente, eu já me posiciono e transmito aqui, em nome do Presidente, Fredric Litto, a saudação a todos os presentes e a posição contrária da ABED, em relação a este projeto. Gostaríamos de sugerir aos senadores que tentem modificar o encaminhamento. E ABED, para tomar essa posição, sendo uma sociedade científica que agrega mais de 2700 associados, sejam da academia, sejam de instituições de pesquisa, sejam da corporação de empresas, da educação corporativa, ou seja, do sistema S, enfim, há uma representatividade legitimada pelo número associados. E fez uma pesquisa para tomar esta posição.

Foi publicado, pelo famoso autor, Thomas Russel, ele é professor da Universidade Estadual da Carolina do Norte, nos Estados Unidos, uma meta análise de mais de 350 pesquisas que abordavam esse assunto. Eu tenho aqui o site, para os interessados, que podem ir e verificar uma constatação. A conclusão dessa meta análise é a seguinte: A maioria dos estudos que comparam esta relação, educação presencial, educação

à distância, mostra que não há diferença significativa nos resultados de aprendizagem quando o aluno estuda à distância ou presencialmente. Então, isso não é opinião pessoal, não é demagogia, não é retórica, mas sim, a evidência científica internacional. Portanto, não se justifica que, num país que já tem educação à distância mais legislada do mundo, coloque mais um obstáculo ao seu desenvolvimento. Sem falar nas possíveis inconveniências. Os alunos vão ter que arcar com os custos do deslocamento, significa que a educação à distância, que tenta corrigir as desigualdades e aumentar o acesso democrático ao conhecimento, com certeza, isso terá um custo financeiro e, consequentemente, social para os seus participantes.

E por último, reitero aqui, com muita força todo o posicionamento do Reitor Paulo Gomes e acrescento art. 307 da Constituição Brasileira, que define a autonomia acadêmica administrativa e financeira das universidades que é um item pouco exercitado no Brasil, lamentavelmente, já mostra que isso é uma decisão que compete exclusivamente à instituição provedora de educação. Não precisa de intermediários, não precisa de legislação completar. Então, a posição da ABED, é absolutamente clara. Ademais, achamos que Brasil e o mundo em educação à distância está indo em outra direção. Não podemos, Srs.. Senadores, legislar para o passado. Educação à distância é o futuro, então temos que legislar, se necessário, e temos de ser muito parcimoniosos, coisa que, em educação, não temos sido.

Existem, segundo o levantamento de especialistas, 70 mil leis, portarias e decretos, que regulamentam a educação nacional. Isso é o campeoníssimo mundial para o assunto num país que ainda é semianalfabeto e que tem mais de 70 milhões de analfabetos funcionais. Então, se legislação funcionasse, nós teríamos a melhor qualidade na educação brasileira, e é exatamente o contrário. Nossa qualidade está aí a pedir ajuda e socorro de todos, da sociedade, do governo e dos empresários. A direção do mundo é ao contrário, ou seja, já estamos nos novos paradigmas da educação que, pouco, ou quase nada chegou à educação nacional. Por exemplo, a pedagogia vigorou, até início dos anos 70, desde os gregos até recentemente, a pedagogia, a educação para criança deu o tom da educação dos maiores, dos adolescentes e dos universitários. Não há mais espaço para isso, existe ciência, existem técnicas e pesquisas que mostram que o aluno, adulto de educação à distância requer outro tratamento que não o da pedagogia.

E as estatísticas mostram que 82% dos alunos de educação à distância no Brasil que frequentam os cursos superiores, 82%, repito, tem mais de 25 anos.

Portanto, eles não podem receber tratamento infantilizado. Internacionalmente, a educação à distância já tem outro nome, porque “à distância” é uma metáfora totalmente superada, não se fala mais isso no exterior, o nome correto hoje é “educação flexível”, olhem bem a palavra, flexível. E nós estamos indo exatamente, se aprovarmos esse decreto, na linha da educação inflexível. Do paradigma pedagógico para o andragógico, já estamos em outro momento, a partir de 2000, esses cientistas sociais da Austrália, Stewart Hase e Chris Kenyon, eles elaboraram uma nova teoria sobre a importância da heutagogia, um termo grego que significa a capacidade de jovens adultos e adultos, gerenciar, monitorar o seu conhecimento. Então, o papel do professor continua importante, mas, muito menor do que quando o aluno é uma criança. Porque o adulto é capaz de fazer esse gerenciamento do seu processo de aprendizagem. O próximo, por favor.

O mundo todo, essa é a década, segundo a UNESCO, veja bem, a UNESCO, agência internacional das Nações Unidas para a educação e cultura, ela está chamando a primeira década do Século XXI, a chamada década aberta, old key(F)] é a expressão inglesa à década, na expressão portuguesa. E, ao invés do *soft* proprietário que construiu o início da revolução da internet, você tem Microsoft, Intel, Sony, IBM, a linha IBM, desculpe, nós estamos vivendo a época da fonte aberta, desde o GNU, chamado *copyleft*. Ao invés, do registro da propriedade do conhecimento, a tendência mundial é você renunciar. Quem frequente, e os jovens frequentam e navegam na Linux, na Wikipedia e, no Google, no Yahoo, lá está o conhecimento totalmente aberto, e essa é a tendência, cada vez maior, com patrocínio, repito, da UNESCO.

Esse movimento tem gerado os chamados recursos educacionais abertos, onde essa onda, a partir da ABED, a ABED trouxe essa discussão para o Brasil, começa a aparecer. Você tem, como fonte aberta, o curso de Direito da Fundação Getúlio Vargas pode ser feito na íntegra, gratuito, desde que o aluno não esteja interessado no certificado, no diploma, mas qualquer um de nós temos acesso à íntegra do conteúdo. Isso não é novidade, AMT(F) fez de toda a sua pós-graduação, talvez a mais respeitada instituição internacional. A única diferença é, se você quer fazer o conteúdo paga zero, se você quer o diploma vai pagar, no mínimo, 50 mil dólares. Essa é a diferença.

Então, o conceito de década aberta é que esse conhecimento está acessível. Apenas quem precisa da certificação, do diploma, vai ter de pagar e, passar pelos exames. O próprio Ministério de Educação tem um Portal do Professor na Secretaria do secretário, aqui presente. É um bom sinal, temos a escola do futuro lá

na USP e temos no SENAI nacional. Esse do SENAI que eu conheço melhor, ele tem 5 mil itens, 5 mil itens e tem 7 mil professores cadastrados. O professor, em tempo real, ele baixa, aonde estiver dando aula, a Lei de Newton. Está lá todo o material preparado sobre a Lei de Newton. Então, não há sentido de se tentar, ainda, obscurecer a importância dos meios de comunicação e se exigir aquilo que seria e deve ser exigido das crianças, da pedagogia, não mais da heurística. O próximo, por favor.

A UNESCO fez, em 2007, na cidade de Kronberg, na Alemanha, uma grande reunião que surgiu de onde saiu a Declaração de Kronberg. Eu chamo só atenção da primeira, a aquisição e o compartilhamento do conhecimento será, crescentemente, mediado por tecnologias. Essa é a posição da UNESCO e a constatação mundial dos países desenvolvidos. O papel do professor não é mais instrutor, e sim, facilitador, conselheiro e guia para os aprendizes. Ao estudante, que é o nosso objetivo, e a educação à distância, tem no estudante, no aprendiz, o foco. Compete a ele dispensar a aquisição factual própria das aulas presenciais e buscar, gradativamente, habilidade e descobrir caminhos para chegar a sistemas complexos, encontrar, julgar e organizar criativamente o uso da informação relevante. Essa é a nova metodologia de educação à distância, centrar no aluno e dar liberdade, lembrem-se: "Quem aprende precisa de liberdade", é como Democracia.

O país precisa ser democrático para tentar socializar o conhecimento. A educação à distância é, por princípio, uma atividade socializada ao aprendiz. Próximo, por favor. Mais recente, e a ABED é signatária, na cidade do Cabo, foi feita uma declaração internacional a favor da educação aberta. A favor da educação aberta, repito, não é da educação fechada, nem da educação tradicional do ensino, muito menos do ensino presencial. Novamente, reforço aqui, o papel do educador, dos recursos educacionais abertos é a tendência mundial. E chama a atenção que as políticas de educação aberta deveriam ser... Todos os recursos advindos dos impostos pagos pelo cidadão deveriam ser, necessariamente, utilizados por políticas de educação aberta. Então, gente, isso está acontecendo no mundo inteiro, o Brasil não pode ficar à margem, não pode ficar na contramão da história, mais um, por favor.

Para mostrar que não há nenhum preconceito contra a educação presencial, ela vai continuar e tem de continuar. Eu sou professor de universidade, então, tenho encontros semanais, isso faz parte da história da educação. Mas vamos situar no que chama-se educação distribuída. Esse é um conceito pouco conhecido no Brasil que, internacionalmente, é muito utilizado e mostra como reunir TCI Tecnologia da Informação e

da Comunicação com a aprendizagem por métodos, praticamente, à distância. Você tem aqui educação aberta nesse quadrado maior. E, chamo à atenção, o nome internacional não é mais educação à distância, como eu me referi, é educação flexível.

Educação aberta e à distância, hoje, internacionalmente, é conhecida como educação ou aprendizagem. Não é mais nem educação já evoluiu internacionalmente, é o *learning(F)*, é aprendizagem. "Educação" já, como ensino, é uma terminologia do Século XIX, educação é a terminologia do Século XX. O Século XXI é o século da aprendizagem, portanto, o nome internacional é aprendizagem flexível. Dentro tem um quadro de cor azulada que chama-se educação dual ou mista. Mista, aqui, no sentido de que usa várias tecnologias, desde o *e-learning*, que é a mais tecnológica das... A mais fortemente utilizada, onde são utilizados os meios de tecnologia, mas também, a própria educação presencial face a face. Tem uma parte aí que ela não usa nada de tecnologia, mas tem uma outra em que ela já utiliza esses meios de facilidades da tecnologia.

Então, você sente que a própria educação presencial, quer dizer, ao contrário da legislação que hoje discutimos, está indo na direção contrária. Ela vai, cada vez mais, agregar meios tecnológicos e não exacerbar a síndrome do presencialismo. Quando a gente sabe que hoje se faz telejulgamento, se faz telemedicina sem a necessidade ou a obrigatoriedade do que eu chamo, a síndrome ou ditadura do presencialismo. Próximo, por favor. Aqui vai ficar mais fácil. Como esquematicamente é possível descrever essa aprendizagem mista. Ela vem da sala tradicional, onde não se usa nenhuma tecnologia, um baixo uso de tecnologia nesse segundo verde. Aí, já é possível usar, por exemplo, televisão. O terceiro, a aprendizagem já começa a ser mais *blend*, mesmo uma intensidade menor do uso, ela... Ali está o sinal menos para indicar, ela intensifica mais o uso do que a anterior.

Essa fronteira aqui, isso aqui, o presencial predomina. Nesta aqui vai prevalecer os meios tecnológicos. Você usa mais intensivamente, até completamente *on-line*, seria o curso. Isso é o aumento gradativo dos meios tecnológicos *on-line*. É a tendência internacional, é a evidência do que acontece no mundo inteiro. Portanto, não podemos regredir com a seta para o presencial. É o contrário, o caminho da história, o caminho da evolução manda que, cada vez mais, sem abolir a presencialidade, vamos cada vez mais nos aproximar do uso intensivo dos meios tecnológicos, próximo. Uma palavra muito rápida em educação flexível: É sinônimo de educação aberta e à distância, porque foca no aluno, no aprendiz e, não no professor. O *quê*, o *quem(F)*, o

onde, o quando, o como e, para quem aprender. Essa é a decisão do aprendiz. Próximo.

É preciso complementar a oportunidade de aprender fazendo. Tratando-se de educação de adultos, ele não pode ser só teoria, ele tem que sujar as mãos, ele tem de ir para o laboratório, ele tem de usar o computador intensamente. Necessidade de contextualizar, o social tem que ser muito forte nessa aprendizagem. E ele tem que ser muito bem informado de tudo o que acontece ao longo do seu desempenho. Ele precisa saber se vai bem ou se vai mal, para corrigir a sua rota de aprendizagem. Próximo. As características da educação flexível. Passarei. Próximo.

Barreiras, tem... Olhem as barreiras, o acesso aberto sem nenhum pré-requisito de qualificação requerida, múltiplas datas de início ao longo do ano. Horários e locais de estudos determinados pelo estudante e, não, pela instituição. O ritmo do progresso, ao longo do curso, será definido pelo aprendiz. A avaliação pactuada com o aluno e nenhum custo imediato para o aluno. Ele pode, ou receber financiamento, ou ser patrocinado pela sua instituição de origem, ou se tem recursos próprios, também, pagar o seu próprio curso. Próximo. A União Européia tem uma espécie de regras básicas para orientar a educação flexível. Não vou cansá-los, mas tudo o que se diz "aprendizagem" a União Européia, não só sugere, como fiscaliza a utilização desses princípios nos seus países membros. Próximo.

Temos aqui na Casa, curiosamente, bons exemplos de alguém que usou, de forma eficiente, e se tornaram nomes nacionais e alguns internacionais. Eu tive a chance de conviver com o Professor Florestan Fernandes ele me contou como fez os Exames de Madureza para poder chegar à universidade. Não esqueçam, ele era filho de uma empregada doméstica, que teve de trabalhar, e não tinha tempo de estudar. Então, ele ganhou tempo com o curso, eu acho que, na época, chamava art. 99, é isso, não é? A Senadora Marina Silva, colega dos Srs.. Senadores, fez o Curso Secundário pelo Telecurso 2000. Logo antes dela ser eleita Senadora. O Deputado Vicentinho, eu fui para a formatura do Deputado Vicentinho no segundo grau, e a formatura foi feita dentro da FIESP, e ele disse: Terminei o Curso do Segundo Grau e, preparem, Presidente da FIESP, eu vou ser advogado e venho batalhar contra vocês, aqui dentro. Foi aplaudido, em plena formatura, dentro do ambiente da FIESP.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Professor Marcos, eu queria dar mais um exemplo, o Senador Valdir Raupp, ex-líder do governo, do PMDB.

SR. MARCOS FORMIGA: Ótimo, tem uma testemunha ocular da história.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Fez o Curso Supletivo.

SR. MARCOS FORMIGA: Parabéns Senador.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Hoje é administrador de empresa e Senador da República.

SR. MARCOS FORMIGA: No próximo *slide* vou incluí-lo. Um exemplo da universidade, em que eu tive honra de fazer curso à distância e nunca assisti uma única aula. Se eu recebi um diploma foi porque passei e no exame, nunca me foi exigida uma única aula. Aqui, alguns colegas muitíssimos ilustres, selecionei cinco ex-alunos da universidade em que eu estudei, que ganharam o Prêmio Nobel, em diferentes modalidades. Primeiro, Frederick Hopkins, quem não se lembra? É o inventor das chamadas vitaminas, vitamina A, B, C, D etc, é o inventor... Ganhou o Nobel de Medicina 1929, fez o curso à distância. Ronald Coase, esse nosso colega é economista. Ele, além do mais, não podia frequentar aula, porque ele teve pólio na infância, era semi paraplético, tinha dificuldade de locomoção. Ele terminou em 1991.

O primeiro afro descendente a ganhar Nobel de Literatura ou qualquer outro tipo de Prêmio Nobel que é o Wole Soyinka, da Nigéria, vencedor em 1986. Derek Walcott, de Santa Lúcia, onde nasceu, vive hoje em Trindade, ganhou Nobel de Literatura em 1992. Passem se, Nelson Mandela, que fez Economia e Direito à distância, passou 27 anos na prisão, se fosse a ele exigida essa lei, que hoje nós discutimos. Impossível, não teríamos o Presidente da África do Sul, não teríamos o Nobel da Paz de 1992. Mas o ilustre, o colega mais ilustre da universidade é outro, que não ganhou o Nobel, mas, certamente, o mais merecedor, o Gandhi, Mahatma Gandhi fez curso de Direito na universidade de Luanda, a partir de onde ele morava, na África do Sul.

Por último, mostrando que não podemos ir contra a história, vamos, no próximo mês, participar do Congresso Mundial de Educação, esse é o evento mais importante de educação mundial. E por sinal, o penúltimo aconteceu na cidade do Rio de Janeiro. O penúltimo. O próximo vai ser na Holanda. E olha o título, gente, é ilustrativo para o que a gente quer demonstrar: "Educação flexível para todos! Aberta, global e inovativa." Está aí, Srs.. Senadores, alguns argumentos adicionais, o apoio da ABED para que este projeto seja, definitivamente, arquivado, e não prossiga, porque ele não é importante, ele é, absolutamente, descartável e desnecessário, tal qual também comprovou aqui, o reitor com mais sapiência, Paulo Gomes Alcântara, muito obrigado, Senador.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Agradeço ao Dr. Marcos Formiga. Quero destacar também a presença de um Ex-Senador, membro titular desta Comissão, Carlos Patrocínio, que alegria, não é? Carlos Patrocínio, Joel Holanda, é uma alegria tê-los aqui, um que foi Presidente; e outro, membro titular. Também o Dr. Hélio Chaves Filho, que é Secretário de Educação à Distância, adjunto, trabalha com o Dr. Carlos Eduardo, que vai se pronunciar agora. E o Dr. Rodrigo Lamego que sempre está aqui presente, que é Chefe da Assessoria Parlamentar do MEC.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Pela ordem, Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente, senhores convidados, Sras. e Srs. Senadores, eu e o nobre Senador Adelmir Santana estamos aqui, um tanto angustiados e, ao mesmo tempo, querendo ficar aqui até o final, porque as exposições estão sendo muito elucidativas nessa área do ensino à distância. Mas, por outro lado, a qualquer momento, podemos ser chamados à Comissão de Constituição e Justiça, onde temos projetos para relatar. Senador Adelmir, mesmo, tem um projeto para relatar daqui a pouco lá. E eu queria, talvez, até antes, porque eu não sei se vou ficar até o final, se o senhor me permitir, se V. Exa. me permitir, fazer uma pergunta, talvez até, ao MEC, ao Dr. Carlos Eduardo, do MEC, porque uma das preocupações é a qualidade do ensino, tanto na faculdade presencial, quanto na aberta. A presencial tem, talvez, um acompanhamento mais rigoroso do MEC, com a avaliação dos cursos.

A pergunta que eu faria: Qual o modelo de avaliação dos cursos na faculdade aberta? Porque essa é a preocupação, nós sabemos que, mesmo na faculdade presencial, há a dificuldade do aluno se prender nas aulas, frequentar aula já é um pouco complicado. E, na aberta, isso talvez se torna mais difícil ainda, tendo em vista que a grande maioria dos que fazem cursos à distância, é porque trabalham, são trabalhadores que não têm, às vezes, tempo e dinheiro, também, porque é mais barato, para fazer a faculdade aberta. Qual a avaliação que o MEC tem nesta área.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Na fala, sem dúvida o Dr. Carlos Eduardo vai abordar esse assunto, e já fica como um questionamento, o posicionamento colocado, para depois, na sequência, os outros expositores, também, abordarem a pergunta. Então, eu passo, em seguida, a palavra ao Dr. Carlos Eduardo Bielschowsky, que é Secretário de Educação à Distância do Ministério da Educação.

SR. CARLOS EDUARDO BIELSCHOWSKY:

Eu queria complementar o Senador Flávio Arns, os meus colegas e amigos Marcos Formiga e Paulo Alcântara Gomes, senadores e ex-senadores aqui presentes, e os demais colegas, que eu vejo também, que estão assistindo a esta Audiência Pública. Eu lhe respondo 10 minutos, se eu perceber que o senhor está saindo, aí eu respondo mais rápido. Porque eu vou abordar exatamente isso na apresentação. O Dr. Paulo colocou o histórico da legislação de educação à distância com muita propriedade. A partir da LDB, então, houve uma primeira regulamentação alguns decretos intermediários e uma regulamentação desse art.80 da Lei 5622, que já introduziu a questão dos momentos presenciais obrigatórios, entre eles, Senador, a questão da avaliação presencial. E essa questão dos momentos presenciais obrigatórios foi reforçada na Portaria nº2, e consolidada no Decreto 6303.

Eu gostaria de, de alguma maneira, mostrar o quadro da educação à distância no Brasil, a evolução desse quadro para poder justificar a posição do Ministério da Educação, de que sim, é importante e relevante que nós possamos manter, não como está disposto na... Colocado pelo ilustre senador e, atualmente, Ministro Hélio Costa, como aulas presenciais, mas sim a obrigatoriedade de momentos presenciais, que... E aqui incluem atividades presenciais como, por exemplo, destacou o Dr. Paulo, relacionado com os laboratórios didáticos em Curso de Biologia, e como destacou o senador da questão das provas, que nós entendemos que elas têm que ser presenciais e obrigatórias para que isso possa garantir que esse aluno, que está cursando uma universidade de educação à distância, fez uma prova. Essa prova foi enviada à universidade. Na universidade, ela é corrigida pelos seus professores, e a partir daí, esse aluno, nós podemos garantir que esse o aluno está sem nenhuma fraude, sem nenhum... Nesse momento, é o único mecanismo que nós temos, sem nenhuma improbidade, que ele, realmente, aprendeu aquele conteúdo e que ele, de fato, merece o diploma de curso superior.

Eu preparei uma apresentação mostrando um pouco como é que foi a evolução da educação à distância no Brasil, eu estou me referindo, Senador Flávio, mais à questão da graduação. Menos à questão da especialização ou do mestrado e doutorado e mais à questão dos cursos de graduação que é a nossa preocupação nesse momento. A Secretaria de Educação à Distância recebeu a missão de fazer a regulação, como bem destacou o Dr. Paulo, mais recente nós passamos a fazer a atividade de supervisão das instituições. Para isso, nós criamos uma diretoria, cujo diretor é o Dr. Hélio, que está aqui presente, e duas

coordenações. Uma coordenação de regulação e uma coordenação de supervisão.

Eu queria destacar, aos senadores e ex-senadores e aos demais colegas aqui presentes que, nesse momento, nós temos uma equipe de 350 profissionais de alta competência, mestres e doutores, a maior parte deles doutores, ex-prorreatores de graduação, que participam do processo de educação à distância, que estão percorrendo o Brasil nos recantos mais distantes e olhando o que está acontecendo com o processo de ensino de aprendizagem das universidades na ponta. Para conseguir, então, dar conta dessa etapa, que é uma etapa da implantação da educação à distância no Brasil que, como eu vou demonstrar, cresce rapidamente e carece, nesse momento, de uma atenção especial.

A próxima transparência mostra rapidamente como é que funciona a questão da organização institucional, nesse momento, com a educação à distância. A instituição de educação à distância solicita o credenciamento e, ao mesmo tempo, a autorização de um curso à distância. E ela é credenciada a ser, como os polos de apoio presencial também o são, onde os alunos vão realizar algumas poucas atividades obrigatórias, e várias atividades opcionais. Então, a ideia é... Não é obrigar o aluno a frequentar o polo, mas, a ideia é oferecer aos alunos que necessitam de laboratórios de informática, que necessitam de uma biblioteca, lugares para estudar. Nós temos uma população carente, que tem dificuldade, muitas vezes, de estudar em casa, precisa ter um *loco* onde ela vai poder frequentar.

Então, nesses polos, quase todas as atividades não são obrigatórias, mas são *locos* onde esse aluno pode frequentar e, a partir daí, ter os meios para poder frequentar o seu curso. Algumas atividades, poucas, são obrigatórias, entre elas: Os laboratórios de ciências, por exemplo, o curso de Ciências Biológicas precisa de laboratório. E esse foi o motivo, pelo qual o Conselho Regional de Biologia, o Conselho Nacional de Biologia iniciou o processo de não credenciar os seus profissionais para o exercício da profissão, se formados em educação à distância. É ilegal, nós estamos indo contra às atividades do Conselho, mas precisamos reconhecer que o Conselho tem razão. E, para isso, nós estamos obrigando que todas as instituições que oferecem cursos de Biologia, tenham um polo com laboratório e Biologia.

Uma outra atividade, impossível aprender biologia ou aprender... Em suma, participar de outras atividades, como física, ou atividade na área da saúde, com nutrição, sem que se tenha laboratórios. Então, essas atividades são, sim, obrigatórias. Um outro aspecto que também são obrigatórios, e nesses polos

são, é a questão das avaliações, que são presenciais e obrigatórias, parte delas. Portanto, o modelo de implementação dos cursos de educação à distância no Brasil, preveem pólos. A próxima transparência mostra, um pouco, a organização. Eu vou mostrar muito rapidamente. Nós olhamos, no processo de credenciamento e supervisão, a instituição, principalmente, a questão do corpo social, professores, coordenadores e tutores presenciais à distância, a questão da sede, como é que ela se organiza e, principalmente, os polos. As parcerias. A questão do material didático impresso e em multimídia.

Precisamos ver de uma maneira muito crítica como é que é feita a avaliação do aluno, e exigir que essa avaliação seja rigorosa. Então é um pouco, rapidamente, o modelo. Eu percebo que o tempo não é grande. A próxima transparência, eu queria destacar para os Srs. Senadores e demais colegas, que nós tivemos o cuidado de, antes de exercer com mais intensidade a regulação e supervisão, colocar uma consulta pública sobre referenciais de qualidade na educação à distância. Ela foi amplamente discutida pela sociedade, e recebemos 190, não foi Hélio? 190 sugestões e aceitamos 130. Portanto, esse documento, então, ele foi à consulta pública, e ele trata de referenciais de qualidade. Com base nesse documento, nós fizemos os instrumentos de credenciamento, de reconhecimento de cursos, de pólos. Portanto, é um documento... Nós não fizemos de uma maneira autoritária, nós fizemos após uma consulta pública.

E esses referenciais de qualidade tratam da concepção do sistema de comunicação, material didático, avaliação, e equipe multidisciplinar infraestrutura de apoio, que inclui os polos, gestão acadêmica e sustentabilidade financeira. Hoje, nós temos um marco, não só dos referenciais de qualidade, mas também um marco de instrumentos, que foram gerados a partir desses referenciais de qualidade e que passaram por uma discussão no Conselho Nacional de Educação, foram aprovados, e estão, então, em vigor sendo utilizados nesse trabalho. Esse trabalho inclui, ele tem duas vertentes, a regulação, portanto, instituições que querem entrar no processo, e a supervisão.

Eu gostaria destacar um pouco o trabalho que nós estamos fazendo de supervisão que já foi destacado pelo Professor Paulo. A próxima transparência mostra aproximadamente o quadro da educação à distância no Brasil. Nós tínhamos, há seis anos, 20 mil alunos de educação à distância em graduação. Esse quadro, nós temos hoje 660 mil alunos de educação à distância, tivemos um crescimento muito rápido, muito rápido mesmo. E esse crescimento aconteceu não só no número instituições, que é extremamente favorável,

muito positivo perceber que nós estamos com muitas universidades públicas e privadas, particulares, e convencionais, comunitárias, participando do processo. Tínhamos muito poucas.

Agora, preocupante foi o crescimento em algumas poucas instituições. A próxima transparência mostra. E eu destaco aí as instituições com maior número de alunos que nós temos no Brasil. Nós, então... Fruto de um conjunto de, eu queria e destacar que nós temos, nós recebemos, no Ministério da Educação, por um lado, notificações de muita gratidão, da população brasileira, por estar tendo acesso aos cursos e muitas, muitos indicativos de que esses cursos, e muitos cursos têm muita qualidade, e são, então, muito e profundamente úteis para a sociedade brasileira. Dentre elas, alunos que passam em primeiro lugar nos concursos públicos, e outros segmentos que são destacados pela comunidade como um todo.

Por outro lado, nós recebemos também, no Ministério da Educação, denúncias, como essa do Conselho Nacional de Biologia, de biologia, o Conselho Nacional em que o Dr. Hélio esteve ontem, de serviço social, destacando a preocupação na questão da qualidade. Então, nós iniciamos um processo, já que é um processo novo no Brasil, nós resolvemos fazer supervisão em todas as instituições públicas e privadas. Podemos fazer, cerca de cento e poucas instituições, e nós começamos com exatamente as que têm mais alunos. E essas instituições então cresceram de uma maneira muito rápida. E na observação que está sendo feita por essa equipe de 350 consultores nossos que estão andando pelo Brasil afora, de fato, elas, nesse momento, precisam passar por algumas reformulações profundas, mas factíveis, para que esses cursos possam atingir os patamares de qualidade que todos nós desejamos.

A próxima transparência, mostra um pouco os dados desse processo de supervisão, nesse momento. Nós estamos com 23 instituições sendo supervisionadas. Dentre elas, as instituições públicas e privadas, dentre as privadas, particulares e convencionais. Entre as instituições públicas, a estadual e, já, uma federal. Esse trabalho já produziu 15 notas técnicas. Como é que funciona esse trabalho? Nós estamos com essa equipe indo para rua, visitando os polos, olhando as instituições, o material didático, a docência dessas instituições. A partir daí nós, a nossa equipe do MEC fica horas analisando essas instituições, entendendo profundamente como é que elas operam. Portanto, é a oportunidade que... O MEC fica, eu diria que nós gastamos 5 a 10 horas de um trabalho intenso, analisando todo esse material. A partir daí nós elaboramos uma nota técnica, enviamos à instituição e passamos

a um processo de negociação de um acordo de supervisão.

Esse acordo não é autoritário, ele passa por um trabalho intenso de negociação de várias reuniões. Um vai e vem, que acaba se consolidando num termo de discernimento. Nós temos cinco termos assinados. Dois que devem ser assinados na semana que vem. São sete termos. Infelizmente, nós tivemos que fazer um termo de ajuste de conduta, para uma instituição que nós não conseguimos, nesse momento, fazer esse termo de ajuste de conduta, esse termo de saneamento. E nós estamos, agora, com oito notas técnicas de elaboração e outros processos de elaboração de notas técnicas em andamento.

A partir da assinatura do termo saneamento, nós temos uma equipe de cerca de dez pessoas que ficam indo, periodicamente, às instituições, como já destacou o Dr. Paulo, e fazendo um trabalho de novo, não autoritário, e de não imposição, mas um trabalho de negociação para que essa instituição atinja os patamares adequados. Eu queria citar quais são as deficiências que nós encontramos, para que possa ficar clara a necessidade desse trabalho. Nós encontramos uma instituição... Mais de uma instituição, que oferecia um conteúdo inadequado para um curso de graduação. Chegamos a encontrar uma instituição que tinha um conteúdo de cerca de 1/3 do que consideramos um conteúdo adequado, com densidade adequada para um curso de graduação.

Essa instituição vai passar a oferecer um conteúdo 100% adequado ao concurso de graduação, o que é óbvio. Nós encontramos instituições que faziam avaliações pautadas num tutor, que era contratado por um intermediário. E, na prova de múltipla escolha, nós fizemos matematicamente, olhamos, nós pedimos as notas de todos os alunos, em todas as disciplinas, em cada componente de cada disciplina. E provamos para as instituições que, estatisticamente falando, se esse aluno tirasse 2 na prova de múltipla escolha, com a generosidade das notas que foram oferecidas na ponta, por esses tutores presenciais, esse aluno passava com a média necessária. E nós, evidentemente, passamos a impor agora, a partir de agora, que a nota dos alunos tivessem um componente de prova escrita. E que essa prova fosse corrigida na instituição, pelo professor, porque os professores não estavam conectados com os alunos.

Nós recebíamos e-mails dos alunos, finalizando o Curso de Letras, que nitidamente não tinham a condição disso. Então, a partir de agora, metade da nota dos alunos é uma prova presencial escrita, corrigida pelo professor, que é a maneira de conectar a universidade ao seu aluno. Nós mantivemos uma parte des-

sa nota. Pedimos para elevar a média para passar, e mantivemos um trabalho, em processo tão importante para esses alunos que, esse sim, é feito pelos tutores e pelos que intermediam o processo dos alunos. Nós percebemos uma coisa grave nesse processo, que as instituições tinham intermediários. Então, nós encontramos instituições de educação à distância que emanavam conteúdo. Nós encontramos uma situação mais grave, objeto desse termo de ajuste de conduta, em que uma instituição privada, portanto, não credenciada para oferecer educação à distância, sem quadro acadêmico, contratou uma Universidade Pública Estadual, ela contratou a universidade, e contratou polos de apoio presenciais.

Evidentemente que não é isso que nós queremos, nós queremos que a universidade, com o seu quadro docente, e com os seus quadros de tutores, possa exercer todas as atividades. Me daria mais dois, ou três minutos senador? Muito obrigado.

Então, nós queremos isso, queremos que a universidade utilize os meios já destacados pelo Dr. Formiga e pelo Dr. Paulo, que são meios que vão, que incorporam novas tecnologias da informação e comunicação, e também atividades, que nós entendemos presenciais obrigatórias, para que nós possamos ter um bom ensino de qualidade. E nós temos absoluta certeza e confiança de que é possível e que vai ser praticado no Brasil, porque esse é um trabalho que tem todo o apoio do nosso Ministério da Educação, e nós temos tendo, também, de maneira geral, apoio da sociedade. A próxima transparência... Eu queria destacar a necessidade de visitar os polos e exigir evidentemente polos... Pode passar a próxima, por favor? Polos que tenham a qualidade necessária.

Nós queremos que o aluno tenha um *locus* onde ele possa, se necessário, se dirigir, para ter computadores, para ter ambientes de estudos, e fazer o mínimo de atividade. E atividades presenciais, não obrigatórias que são tutorias, ou seja, o atendimento ao estudante, e esse atendimento ao estudante, ele... Nós não impomos nenhum modelo, nós queremos que... Qual é o modelo que a instituição tem de atendimento ao estudante? Se ela tem um bom processo de *e-learning*, ele vai ser mais vai ser mais de *e-learning*. Se ela se pauta mais na tutoria presencial, ela vai utilizar mais a tutoria presencial. Então, nós não estamos impondo o modelo, nós estamos impondo, sim, que o estudante tenha um atendimento digno, que as instituições gastem os recursos necessários para oferecer os estudantes, seja na forma de *e-learning*, seja na forma presencial, esse atendimento que é a intermediação do trabalho do professor com o aluno, através dos tutores. A próxima transparência, por favor.

Eu destaco aqui, que nós encontramos polos de apoio presenciais de muito boa qualidade em todas as instituições, inclusive, nessa instituição que teve o termo de ajuste de conduta, fruto dessa distorção, que está sendo trabalhada, por favor. Próxima. Eu já descrevi quais são os principais problemas detectados e, muito obrigado. Eu queria só concluir, expressando, então, de novo. Agora, com base no que foi exposto, o nosso, a nossa avaliação com relação à proposta do Dr. Hélio Costa, da lei, da inclusão desse inciso na LDB.

Nós entendemos que sim, são necessárias... Garantir atividades presenciais obrigatórias, dentre elas, nós destacamos, como muito bem destacou o senador, queremos parabenizar o comentário do senador de ter, como obrigatório, as provas presenciais. Nós percebemos, na oferta de educação à distância no Brasil, que algumas instituições, nós provamos isso, para os dirigentes das instituições, que os alunos, dado à generosidade da avaliação de processo pelos tutores na ponta, e a enorme diferença entre a nota dada pelo tutor, que a média era 9,5 e as notas de prova de múltipla escolha, que não foram auditadas, nós estamos auditando agora, destacaram a necessidade de que, durante certo período, nós possamos ainda acompanhar esse processo de avaliação, porque nós queremos a credibilidade desse processo.

Além disso, nós precisamos obrigar que as instituições ofereçam aos alunos a atividades laboratoriais. Nós entendemos, então, não da forma com que foi escrita e colocada nessa proposta do Dr. Hélio Costa, mas entenderíamos que é uma mudança nela, em vez de aulas presenciais periódicas em qualquer nível ou modalidade, nós entendemos que atividades presenciais e periódicas... Atividades presenciais e periódicas não em qualquer nível, mas destacando, principalmente a questão dos cursos de graduação que são, que nós precisamos ainda de um certo tempo, no Brasil, exercer um controle para o bem da sociedade brasileira e para o bem do crescimento da área de educação à distância no Brasil. Eu queria mais uma vez, agradecer a oportunidade que foi dada ao Ministério da Educação de participar desse debate tão importante para a educação à distância no Brasil. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Quero também dizer da importância da participação do MEC, do Dr. Marcos, do Dr. Paulo, é um tema da mais alta relevância, e sobre o qual esta Comissão de Educação Cultura e Esporte deseja também se aprofundar. Passo, em primeiro lugar, a palavra ao Senador Adelmir Santana, como já foi externado pelo Senador Valdir Raupp, eles também têm uma dificul-

dade, assim, de compatibilização de horário com a Comissão de Constituição e Justiça.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF):

Você vê as pressões, não é? Várias comissões. Mas Presidente Flávio Arns, eu queria primeiro destacar a qualidade dos expositores, que vêm aqui e nos colocam informações preciosas. Professor Paulo, quem eu já conheço, o Professor Formiga, o Professor Carlos, os demais senadores, cumprimento a todos os convidados também, ex-senadores interessados na educação. Eu acho que todos os instrumentos que nós pudermos fazer para não criar dificuldades... E eu saio daqui convencido, de que a proposição do colega, hoje Ministro Hélio Costa me parece, se tivermos aqui, vamos trabalhar pela sua rejeição, dado o convencido que tivemos das exposições dos senhores.

É preciso que seja compreendido também que o Senado funciona terça, quarta e quinta, de forma... Não significa que os senadores que aqui não estão, não tomarão conhecimento das exposições que foram feitas aqui, na instrução da votação, no esclarecimento do Presidente quando da votação. Então, é muito importante que a gente seja subsidiado com esse tipo de exposição. O Brasil tem uma dívida que todos nós reconhecemos, uma dívida social imensa e, também, na área da educação, nós não podemos criar mecanismos que criem tolhimentos para que a educação seja expandida. A dívida, me refiro a um país que tem milhões de analfabetos ainda, e um percentual extremamente baixo daqueles que têm a graduação do terceiro grau.

Acho que os instrumentos têm que ser facilitados, com esses cuidados, naturalmente, para adquirir o diploma. Até o sujeito pode ter o conteúdo, mas para ter a diplomação, a certificação, tem que entrar a ação dessa fiscalização, a ação do Ministério da Educação, que é também uma ação fiscalizadora. Eu queria, apenas, Sr. Presidente, aproveitar esse momento, para dizer da minha alegria em ter estado aqui e ter tido a oportunidade de sedimentar a minha exposição aqui na Comissão, baseado em outros depoimentos, que sempre foram nesta linha, e também no depoimento dos senhores que aqui vieram, esta manhã. Peço desculpas e escusas por ter que sair, porque, realmente, a pressão aqui é toda hora... Tem outras comissões em andamento na Casa como o nosso Presidente sabe. Presidente Flávio Arns, muito obrigado, Presidente.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Até eu pediria e, se fosse possível, para não haver as palmas, porque o pessoal vai assim, participando e falando, e assim... A manifestação de carinho e apreço é sempre bem-vinda, mas não é necessário,

não é? O Senador Valdir Raupp gostaria de acrescentar alguma coisa ao que já foi colocado antes?

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Não, na verdade, a minha pergunta, estou sendo muito objetivo na questão da avaliação. Eu queria perguntar da avaliação do curso, não só da avaliação do aluno, mas da avaliação do curso, a exemplo das universidades particulares. Se existe um sistema de avaliação dos cursos da faculdade aberta.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Só um minutinho. OK? Senador Augusto Botelho. A gente faz todos, e depois responde em conjunto.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Eu só assisti a uma exposição, mas eu tenho uma posição, assim, em relação a essas faculdades, esses cursos que oferecem... Em relação à qualidade deles. Mas eu fiquei satisfeito porque o Ministério da Educação não está numa atividade punitiva, mas sim, construtiva dos cursos. Porque para uma pessoa que vive lá, por exemplo, Caicubi, é o lugar que a gente leva de Roraima, Boa Vista, para chegar lá, leva uns cinco dias, mais ou menos, porque é através do GESAC. É pelo GESAC, que as universidades virtuais estão chegando a esses lugares pobres. Os professores vão ter acesso a cursos. Lá em Roraima já temos a universidade virtual, a UNIVIR, ela está em todos os quinze Municípios criando esses polos, que os senhores apresentaram aqui.

E tem que melhorar Roraima, mas eu fiquei triste porque houve uma redução de 62 mil vagas ali, de curso? Eu não entendi bem aquele *slide*, porque eu cheguei já estava... Redução de oferta. A gente tem que pensar na redução da oferta, porque... Agora, a pessoa fazendo o curso à distância, não é? Faz mais livre, com menos custo, com mais dificuldade e dá acesso às pessoas com menos recursos. Agora, que tem que ser feita uma avaliação, eu concordo que, para você expedir o diploma, tem que ser uma avaliação, tipo essa, que o senhor falou... Porque a qualidade... Eu sei que a qualidade da redação, que usa nos emails, não justificativa o pessoal ter aquela média de nota, esse é o fato. Então, nós tínhamos que ser mais rígidos na hora de emitir o documento. Mas que o Ministério continue trabalhando, mas nós precisamos multiplicar isso. Nós temos é que aumentar essas oportunidades.

E eu sou de Roraima, Roraima é a Amazônia, a nossa região. Nossa região tem locais em que você tem dificuldade de chegar, e nos nossos quinze Municípios, eu vejo a satisfação, o prazer das pessoas de estar fazendo esses cursos virtuais, inclusive, os professores, porque segundo a LDB, em 2010, todos os nossos professores deveriam ter um curso de graduação. Nós não conseguimos chegar nisso, temos 250

mil fora ainda, fora da aula. Esse... 250 mil professores fora de faculdades, foi a informação que eu recebi aqui numa audiência. Eu acho que com o acesso pela universidade virtual, nós vamos resolver isso, e melhorar a qualidade de vida das pessoas. Eu acredito que a educação é que muda realmente a vida das pessoas. E esses que estão mais longes, mais isolados, são os que têm mais necessidade de que as universidades de vocês, os cursos de vocês funcionem.

Fiquei satisfeito também em saber que tem 350 pessoas fiscalizando os cursos, vendo se estão bons, se estão adequados, fiscalizando e orientando. Não é fiscalização punitiva, nós temos que fazer uma coisa construtiva. Fiquei triste com a história de Tocantins, ouvi só um lado da história, da Universidade de Tocantins, que o Ministério mandou fechar, ou está cancelando, quer dizer, temos que achar soluções. Não podemos estar fechando vaga em universidade, nós temos é que aumentar as vagas. Não é só universidade não, porque lá em Roraima, a UNIVIR faz curso de nível de segundo grau, em locais que não tem acesso. Os cursos a gente fala. É o acesso a todos que nós temos que abrir. E acho que num futuro muito próximo, existirá mais gente estudando por via virtual do que via presencial. Meus parabéns e muito obrigado pela presença dos senhores aqui na Casa.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu agradeço ao Senador Augusto Botelho. Antes de passar a palavra aos expositores, eu também quero destacar que foi uma Audiência Pública com as exposições muito interessantes, muito boa, muito positiva. E gostaria, acrescentando, só àquilo que foi colocado, só trazer uma preocupação, em relação à área da pessoa com deficiência. Porque todos sabem que a pessoa com deficiência tem acesso ao trabalho, seja pela lei de cotas, em que as empresas têm que contratar a pessoa com deficiência num percentual, dependendo do número de empregados, e em concursos públicos, a pessoa com deficiência, também tenha um percentual de vagas destinado para preenchimento por essas pessoas.

E o que a gente observa nos dados do IBGE, por exemplo, é que 30% dos chefes, 25%, mais ou menos, posso estar enganado em algum número assim, mas cerca de 25% dos chefes de família que têm alguma deficiência, não têm escolaridade nenhuma. 25% dos chefes têm três anos de escolaridade. E sete anos de escolaridade mais 25%. Então, está muito difícil da pessoa com deficiência ter acesso ao trabalho, pela falta de qualificação, de escolaridade, da parte acadêmica, não é? Além da qualificação para o trabalho propriamente dito e, por causa disso, as vagas não vêm sendo ocupadas, tanto que, as vagas de empre-

sas, cerca só de 15% delas estão preenchidas, e em concursos públicos, só 15% também.

Então, há um grande espaço para a inclusão da pessoa com deficiência no trabalho. Ao mesmo tempo, a gente sabe que o ensino fundamental, a decisão do Estado de se fazer, assim, alguma coisa relacionada ao ensino fundamental ou ao ensino médio. Mas como é que os expositores vêm essa situação da pessoa com deficiência, e se haveria o espaço, assim, para se ter uma discussão nacional para o encaminhamento? Porque presencial, realmente, se a gente está falando de um milhão de pessoas, dois milhões de pessoas habilitadas que poderiam fazer, teria que ser alguma coisa à distância, também, para permitir que mesmo nesses Municípios, não é, essas pessoas possam se habilitar no ensino fundamental e no ensino médio. Como é que os expositores vêm essa situação também? Então, é uma pergunta a mais que gostaria de deixar. Passamos, na mesma sequência da apresentação, Dr. Paulo, em primeiro lugar. Não, até, assim, fazendo uma ponderação em relação ao que foi colocado e alguma consideração a mais que o senhor deseje fazer.

SR. PAULO ALCÂNTARA GOMES: Sr. Presidente, Srs. Senadores. Eu gostaria, inicialmente, de enfatizar a proposição que trago aqui, em nome do Conselho de Reitores de que nós, simplesmente, rejeitamos a proposição encaminhada pelo ilustre Senador Hélio Costa. De fato, em que pese o grande número de convergências que eu tenho, já antigas, com o ilustre Presidente, Secretário de Educação à Distância do MEC, me parece que, não há a necessidade de nós alterarmos a lei para introduzirmos determinadas normas, por quê? Porque a educação é dinâmica. Nós estamos vivendo uma fase em que a gestão do conhecimento, em que a gestão do intangível exige de cada um de nós uma resposta muito rápida, como foi colocada, aliás, por nós três aqui, nas nossas intervenções. Respostas rápidas exigem, da mesma maneira que nós temos que ter flexibilização no processo de ensino e aprendizagem, exigem, obrigatoriamente, uma flexibilização na regulação e na regulamentação.

Isso impõe a necessidade de nós termos mecanismos para que esta resposta rápida surja adequadamente. Se nós alterarmos uma lei e depois tivermos que fazer alguma modificação, isso terá que ser objeto de outro projeto de lei. Quando eu iniciei a minha intervenção, que foi a primeira, eu me referi à data colocada pelo Senador Hélio Costa, da proposta 2004, e, hoje, já decorreram cinco anos. Imaginem os senhores se nós tivéssemos que, daqui uns anos, alterar essa lei? Então, me parece que, a questão fundamental, e isso foi muito bem colocada pelo Professor Marcos Formiga, é nós nos restringirmos a regulações e atos

normativos que possam ser alterados, em função do cenário, e das circunstâncias. Essa é a nossa situação. Como vai, tudo bem?

O Senador Flávio Arns colocou... Eu vou falar sobre isso. O Senador Flávio Arns colocou a questão dos deficientes físicos. Eu acho que esse foi o exemplo mais claro de como a educação aberta ou flexível deve ser utilizada por nós, porque ela conduz, efetivamente, a uma solução de um gravíssimo problema. Nesse caso, em particular, nós devemos... Isso mostra o quanto é importante as normas serem flexíveis porque, nesse caso em particular, senador, nós deveríamos encontrar critérios de avaliação para esses que não podem se deslocar, para que eles pudessem, efetivamente, ser analisados por uma metodologia específica.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PAULO ALCÂNTARA GOMES: Eu entendi. Então, me parece, senador, que seria muito importante que levássemos isso em consideração. Na universidade, em que eu atualmente atuo como reitor, existe o programa de mestrado em motricidade humana, que é um programa, exatamente, voltado para as questões do movimento e, notadamente, para aqueles problemas que surgem com os deficientes físicos. Essa questão, hoje é uma questão crucial. Então, me parece que ela deveria ser objeto, também, de uma avaliação, talvez, pela própria Secretaria de Educação à Distância, no sentido de flexibilizar isso, o que como eu disse, e repito, fortalece a ideia de normas mais flexíveis e menos tentativas, um número menor de tentativas de estabelecer leis muito complexas e muito detalhadas porque, em educação, isto é extremamente perigoso.

Acho que foi o Professor Formiga que falou que nós estamos trabalhando num país que tem 70 mil portarias, atos normativos e leis relacionadas com a educação, e não conseguimos resolver o problema de 50 milhões de analfabetos funcionais. É quase que uma lei por analfabeto, é uma coisa extraordinária. Então, fica aqui a minha observação.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): A observação foi interessante, também. Eu passo, em seguida, a palavra ao Dr. Marcos.

SR. MARCOS FORMIGA: Senador, a sua preocupação em relação à orientação geral sobre a inclusão daqueles que, por algum tipo de limitação física, são candidatos preferenciais ao curso de educação à distância, tem tudo a ver, primeiro, com a inclusão social e, segundo, por uma falta de orientação nacional, de como procedermos com esses cidadãos que, segundo as estatísticas do IBGE, é da ordem de 10% da população brasileira. Ou seja, pelo menos 10% dos brasileiros tem algum tipo de limitação, auditiva,

visual, de locomoção, ou algo semelhante. E a educação à distância no Brasil não primou ainda por esse universo que, hoje, é da ordem de quase 20 milhões de brasileiros.

Então, é muito importante que o senhor tenha levantado essa questão e que a sociedade, governo, parlamento, tentem se alinhar para fazer com que esses excluídos por motivos físicos sejam incluídos por motivos educacionais. Então, nós, nesta área, não avançamos nenhum passo ainda.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Só um minutinho, isso. Passo, em seguida, a palavra ao Dr. Carlos Eduardo.

SR. CARLOS EDUARDO BIELSCHOWSKY: Eu queria comentar, começar, Senador Augusto Botelho, dizendo que o senhor está diante de uma pessoa completa, total e, absolutamente, entusiasmada com o crescimento da educação à distância no Brasil. Eu tive a honra de criar no Rio de Janeiro um consórcio de seis universidades públicas, chamado CEDERJ, que hoje tem 22 mil alunos de graduação e 40 mil no total. Participo da criação da universidade aberta do Brasil, que saiu de zero alunos para 100 mil alunos, no final do ano passado. Chegará a 200 mil alunos de 70 universidades públicas ao final do ano e, nos próximos 3 ou 4 anos nós teremos 400, 500 mil alunos em 850 polos de apoio presidencial da universidade aberta do Brasil, envolvendo 80 instituições públicas federais, estaduais.

Portanto, outro elemento que eu queria destacar nesse entusiasmo do crescimento da educação à distância no Brasil, é o e-Tec Brasil, já entrando um pouco na questão colocada, que o senhor também colocou, o e-Tec Brasil chega, ao final do semestre, depois de um ano de implementação, com 50 mil alunos fazendo o curso técnico completo, cursos de 1200 horas, o Dr. Hélio coordena esse projeto, envolvendo hoje, quantos institutos federais de educação, antigos CEFETs, são 50 IFETs, mais, 50 IFETs, escolas técnicas agrícolas e... Além disso, senador, nós estamos observando um crescimento da oferta das instituições confessionais, das instituições particulares.

Portanto, a curva de crescimento da oferta de educação à distância no Brasil é muito boa. Ela está entrando nos mais distantes rincões do país. Quando nós colocamos a restrição de 60 mil vagas, foi no sentido de fazer com que as instituições que cresceram muito rapidamente, parassem um pouco para fazer essa análise. Então, nós... Uma instituição, por exemplo, que só oferecia 1/3 dos conteúdos que deveria oferecer, essa instituição vai ter uma restrição de 20%, 30% do número de vagas esse ano, até para chegar e dizer: "Olha, instituição, por favor, avance menos, olhe um

pouco mais para dentro, porque no ano que vem, você vai poder avançar com mais segurança, mais conteúdo, os seus polos mais bem elaborados.”

Então, o crescimento da educação à distância no Brasil continua, nós saímos de 20 e poucos mil alunos para 750 mil alunos em poucos anos. Ele vem tendo um desenvolvimento do setor público, através da universidade aberta do Brasil, e do setor privado, vejo aqui vários colegas do setor privado que se dedicam com entusiasmo, o Paulo e outros colegas que participam desse setor, mas o que nós queremos é que quem cresceu muito rápido cresça um pouco menos rápido, durante um ano, por isso, nós fizemos essa restrição de vagas. Então, fique tranquilo, senador, estamos crescendo. E apenas estamos querendo tomar cuidado com a qualidade.

Com relação à colocação do nosso ilustre senador, quando nós estamos falando, Valter Raupp, desculpa, Valdir Raupp, conhecia como Raupp, apenas. Quando nós falamos da questão da avaliação, da regulação e da supervisão, nós estamos falando de todos os elementos, todos os elementos, que compõem a oferta do curso. Portanto, nós estamos falando da grade curricular do curso, do material didático do curso, da organização didático pedagógica desse curso, de como esse curso se estabelece na avaliação dos estudantes. Aí entra a avaliação dos estudantes, no oferecimento de polos presenciais, para aqueles que precisam desse espaço, não obrigatório, na maior parte das vezes.

Portanto, nós estamos executando, exatamente, o que o senhor colocou. A avaliação dos estudantes é um dos componentes desse exército de 350 estudantes que está indo, a país afora, fazendo, como o senador destacou muito bem, fazendo um trabalho, principalmente, de negociação. Finalmente, Senador Flávio, a educação à distância está sendo utilizada intensamente, sim. Nesse momento, principalmente, para formar professores para a educação especial, não é, para portadores de necessidades especiais. O Ministério da Educação tem uma política capitaneada pela Secretaria de Educação Especial de que as nossas escolas não trabalhem com os portadores de necessidades especiais, separando eles da sociedade e da escola, e colocando em instituições, como era no passado, dedicadas apenas a isso.

Nós queremos que a sala de aula das nossas escolas públicas recebam esses alunos, e esses alunos possam ser socializados nesse trabalho, isso tem um aspecto muito positivo porque, além de fazer um maior desenvolvimento desses alunos que têm, que portam essas necessidades especiais, ele ensina aos demais alunos, ainda na sua tenra infância, essa convivência.

E isso, então, é bom para os que têm as necessidades especiais, e para os que também não têm, como um trabalho educativo. Nós estamos com um conjunto muito grande de cursos de educação à distância para a formação desses professores no Brasil inteiro, parte deles, na universidade aberta do Brasil.

Além disso, nós temos tido vários exemplos de portadores de necessidades especiais que têm realizado o curso de educação à distância, e eu concordo com o Dr. Marcos Formiga. Discordo de que não está sendo utilizado, concordo que é um bom instrumento para ser utilizado, eu, pessoalmente... Eu estive no Rio de Janeiro, senador, na construção do CEDERJ. Eu posso lhe apresentar alunos que têm uma deficiência visual gravíssima, são praticamente cegos, e que utilizam o DOSVOX que foi criado na gestão do Dr. Paulo, como Reitor da UFRJ e que está sendo utilizado pela universidade aberta do Brasil, onde esses alunos, então, através desse software conseguem realizar cursos de alta complexidade e eu posso lhe apresentar e posso colocar por esta Comissão, se for necessário, muitos exemplos no Brasil afora.

Portanto, nós acreditamos que sim, está sendo utilizado, discordamos, nesse sentido, do Dr. Marcos Formiga, mas sim, concordamos com o Dr. Márcio Formiga que é um público alvo importante. Finalizamos, destacando que o Ministério da Educação entende que são necessárias atividades presenciais obrigatórias como, por exemplo, a execução de provas, execução dos laboratórios de biologia, isso está sendo garantido através de decretos, há que se ver a conveniência que isso seja garantido também através da lei pela Comissão de Educação do Senado. E nós entendemos também que, sim, é necessário oferecer aos alunos a opção de ter um polo de apoio presencial, porque boa parte da população brasileira necessita desses polos. De novo, destacando, que não obrigando eles a participarem das tutorias presenciais, mas oferecendo a eles esse instrumento.

E nós temos o relato de dezenas de milhares de brasileiros em que esse instrumento democratiza o acesso deles. São mães, por exemplo, que são pedagogas, que estão em exercício, queria destacar, senador, que nós estamos lançando o Plano Nacional de Formação de Professor, que vai oferecer curso de graduação para todos os professores brasileiros, vai ser lançado nas próximas duas, ou três semanas. Inclusive, no Maranhão, onde nós estamos colocando 50 mil vagas para professores, que é a demanda que foi estimada pelo próprio Estado.

Mas nós queríamos destacar que a existência de polos de apoio presencial ajuda a democratizar a educação superior, não tornando essas atividades

obrigatórias, mas oferecendo a esses alunos a possibilidade de ter essa ajuda. E, destaque, as dezenas de milhares de brasileiros que consideram essa uma ajuda importante. E mais uma vez agradeço a participação nesta Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu não sei, o Senador Augusto Botelho... Eu também gostaria só de fazer uma observação em relação à pergunta.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Uma pergunta, essa universidade aberta do Brasil, ela tem um canal de televisão em que ela joga por essa parabólica, para todo mundo, aberta?

SR. CARLOS EDUARDO BIELSCHOWSKY: Posso responder?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Pode responder, com a palavra o Dr. Carlos Eduardo.

SR. CARLOS EDUARDO BIELSCHOWSKY: Obrigado. Senador, a oferta de um curso de graduação ou especialização à distância é uma oferta complexa, requer gestão, material didático, requer um conjunto grande de coisas. A televisão é um instrumento auxiliar. Nós estamos criando agora o TV Escola 2, canal 2, exatamente para cumprir com essa função. Destacando que é um elemento que, talvez, não seja o mais importante, mas é um elemento que ajuda e, portanto, ela está sendo criada. O canal TV Escola 2 vai se inserir, ele tem, nós temos uma transmissão no TV Escola 1 que é por satélite, mas dirigido à antena, mas nós estamos, nesse momento, construindo um Canal da Educação junto com... Uma parceria com a TV Senado, TV Câmara, quero agradecer a possibilidade de participar, o MEC estar nesse consórcio, junto com a TV Brasil.

Nós estamos, então, entrando com uma Audiência Pública num projeto que nós esperamos que os próximos dois, três anos, vá poder levar o sinal da TV digital para todas as capitais dos 240 Municípios do interior. Esse sinal da TV digital aberta, no Canal da Educação, vai ter quatro canais, um deles é o TV Escola que nós já temos para a formação do ensino médio; e o outro é o canal, exclusivamente, dedicado ao Plano Nacional de Formação de Professores, dos quais o pilar mais importante, é o da universidade aberta do Brasil.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Bom, essa TV digital já pega nas capitais, eu estou pensando nas pessoas que vivem nos lugares, nos locais isolados, que podem ter uma parabólica, que custa 500 e poucos reais e uma bateria, que fica em 700, quer dizer, seria uma forma de ter acesso em algum canal desse tipo, vocês não têm nenhum canal?

SR. CARLOS EDUARDO BIELSCHOWSKY: Nós temos a TV Escola Canal 1 que manda pela *web*, e que tem a transmissão de satélites pela parabólica.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Aberta para todo mundo captar?

SR. CARLOS EDUARDO BIELSCHOWSKY: Aberta para todo mundo captar. E nós estamos criando a TV Escola 2, não só com todos esses instrumentos, ela vai pela *web*, ela vai entrar pela transmissão de satélite, destinada à universidade aberta no Brasil como, além disso, ela vai ser utilizada, ela vai ter o sinal da TV digital que, senador, só dando uma informação adicional, além de todas as capitais, ela vai também estar em 240 maiores Municípios brasileiros, atingindo quase a metade da população brasileira. O cidadão vai, simplesmente, sintonizar na sua televisão o canal. Então, nós estamos nesse esforço e concordamos com o senhor da necessidade desse canal de televisão.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Essa nova tecnologia, Presidente, que começou lá no Paraná de acessar a internet pela rede de luz. Está dando certo, acho que começou no Paraná?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Desculpe, acessar a internet.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): É uma nova tecnologia que você vai poder acessar a internet pela rede de luz. Pela rede elétrica.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu não...

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Resolveria todo o problema do ensino à distância, porque qualquer lugar poderia ter. É a banda 3G. É.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu gostaria, ainda, Dr. Carlos Eduardo, só de detalhar um pouco mais a pergunta que eu fiz porque, na verdade, foi bem colocado pelo Dr. Paulo, pelo Dr. Marcos que, em relação à pessoa com deficiência, é uma questão de inclusão social, e as pessoas com deficiência, durante muito tempo, ficaram à margem do processo de educação. Por exemplo, a pessoa cega ter acesso à educação, com o material em braile, se fosse cega, ou ditos os ampliados, ou o sistema DOSVOX também... Quer dizer, isso tudo é recente, ficaram à margem. As pessoas com deficiência auditiva também, infelizmente, no decorrer dos anos, ficaram à margem também, tanto que nós temos aqui intérprete de libras, não é, quer dizer, língua brasileira de sinais, mas não só isso, quer dizer, o aspecto impresso, não é, a impressão do texto, também, que também poderia ser, perfeitamente, colocado.

Quer dizer, eu me lembro do quadro que o senhor colocou, em termos de materiais, em termos de avaliação, em termos de formação de professor. Então,

o que eu quis dizer é que a pessoa com deficiência, e os dados do IBGE estão aí, essas pessoas com deficiência visual, auditiva, física, motora, 25% das que são chefes de família, não tem o ensino fundamental. Não tem o ensino fundamental. 25% tem três anos de escolaridade, o que é nada, vamos dizer. E outros 25% tem somente sete anos de escolaridade. Qual que é a consequência disso? Essas vagas que existem em empresas, cotas, chamadas cotas, ou reservas de vagas em concursos públicos. As valas não são sendo preenchidas, porque as pessoas com deficiência, entre outras razões, não têm escolaridade.

Então, o que eu estava perguntando, assim, não tanto no sentido do acesso, da pessoa com deficiência, ao ensino superior, via educação à distância. E não tanto, também, na formação de professores para atuarem na área da educação especial com as pessoas com deficiência. Porque a gente fica imaginando que quando alguém queira ofertar, vamos supor, educação à distância... E a tecnologia que foi colocada aqui, a tecnologia está à disposição dessas pessoas, quer dizer, seria uma coisa extremamente fácil, eu diria, por exemplo, a pessoa cega ter o material em braille, por exemplo, computador, material organizado, ou a pessoa com resíduo visual, ter o tipo ampliado, via os recursos da tecnologia.

Seria algo extremamente fácil mas, ao mesmo tempo, fica pensando: É um problema nacional. Quer dizer, isso é no Brasil inteiro, o dado do IBGE é no Brasil inteiro. E, ao mesmo tempo, a gente fica pensando que teria que haver uma discussão em cada Estado, para ver como fazer isso, porque se trata do ensino fundamental e do ensino médio. Eu fico pensando: “Será que não existe algum espaço, seria, assim uma das maiores revoluções, na minha opinião, que seriam realizadas no Brasil a favor da pessoa com deficiência, fazer com que essa pessoa tenha acesso, com mais uma alternativa na educação flexível, ou educação à distância, como foi colocado, através da educação à distância.

Então, é nesse sentido, Dr. Carlos, que eu fico imaginando, porque senão é uma questão de convencimento em 26 Estados e no Distrito Federal, tem que ir lá, discutir e pensar, porque seria bem mais fácil, assim, eu penso, assim, também, uma articulação do Ministério da Educação com os sistemas estaduais, municipais para dizer: “Olha, vamos fazer juntos isso”, e autorizar, alguma coisa assim, regulamentar, supervisionar na sequência, porque aí nós estaremos falando, por exemplo, pessoas com deficiência visual. Um milhão de pessoas na faixa etária do trabalho são 500 mil pessoas com deficiência física. São 4 milhões de pessoas. Na faixa de trabalho 2 milhões de pessoas.

Então, a pessoa com deficiência, eu penso no jovem, no adulto, até já o chefe de família, que a gente mencionou. Não estou falando na criança, não é? Quer dizer, acharmos uma maneira de fazermos com que essas, como tem também o acesso para quem quer fazer a faculdade, que a pessoa com deficiência tenha o acesso para fazer o ensino fundamental, o ensino médio e a faculdade, lógico, o curso superior. Mas isso já está acontecendo até, eu diria, porque as pessoas já têm, mas falta lá a base, lá embaixo, nesse sentido, que foi colocado. Não sei como é que é... Dr. Paulo?

SR. PAULO ALCÂNTARA GOMES: Perdão. Por uma feliz coincidência, apesar de estar aqui representando o Conselho de Reitores, eu sou o Presidente do Conselho Estadual de Educação do Rio de Janeiro. E acho que a colocação de V. Exa. abriu a possibilidade para que o Conselho Estadual de Educação do Rio se comprometa articuladamente com a Secretaria de Educação à Distância, tentar elaborar uma proposta de algum projeto piloto que possa já ser aplicado no ambiente do Rio de Janeiro, por quê? Porque, em primeiro lugar, no Rio foram desenvolvidas na UFRJ, muitas dessas ferramentas que auxiliam o apoio à educação dos deficientes auditivos e visuais, dos deficientes físicos.

E em segundo lugar, porque esse elevado contingente, como bem disse V. Exa., está ficando à margem dos empregos no PAC. Me referi a isso na minha primeira intervenção, não apenas pela falta de escolaridade dos níveis de escolaridade, mas porque efetivamente a questão da incapacidade não foi colocada por nós, em nenhum momento. Então, eu me comprometo com V. Exa. a levar esse assunto à pauta do Conselho Estadual de Educação do Rio, e voltar tão rapidamente, quanto possível, com uma proposta à Comissão de Educação do Senado com um projeto piloto.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agradeço. Dr. Carlos Eduardo.

SR. CARLOS EDUARDO BIELSCHOWSKY: Bom, Senador Flávio Arns, eu destaco... Eu, realmente, tinha entendido parcialmente, então, peço desculpas. Mas eu destaco, o parabenizo pela preocupação, realmente, é uma preocupação importante olhar com cuidado e fazer o convencimento dos agentes estaduais, no sentido de oferecer, ao máximo possível, o uso de novas tecnologias da informação e comunicação, para os alunos da escola de ensino fundamental.

Eu só queria destacar que nós temos um Programa no Ministério da Educação que chama-se Sala de Recursos Multifuncionais. Nós enviamos para a escola, acho que são, inclusive, a nossa Secretaria participa desse projeto. É um computador que tem uma leitora braille, que tem um DOSVOX instalado, e tem alguns

terminais, de tal maneira, e nós já enviamos milhares desses equipamentos, e fazemos o treinamento. De tal maneira que essas crianças que estão participando da escola estadual, ou escola municipal, no ensino tradicional, no ensino regular, não separadas, dentro da política do Ministério, elas têm uma sala de recursos, onde ela pode usar as novas tecnologias para, exatamente, na direção.

Mas eu acho que é uma gota no oceano. Ou seja, a preocupação do senador, a preocupação do senhor é totalmente correta, são... O contingente são milhões, então, é preciso aprofundar esse programa e criar outros programas e, talvez, a melhor forma de fazê-lo, como já destacou o Dr. Paulo, é envolvendo os Conselhos Estaduais, os Governos Estaduais nessa grande cruzada.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Isto, mas a Comissão agradece a sugestão do Dr. Paulo, do Dr. Marcos também, se puder colaborar, existe aqui no Senado Federal, na Comissão de Assuntos Sociais uma subcomissão permanente para assuntos da pessoa com deficiência e, realmente, como o Dr. Carlos Eduardo colocou, se nós olharmos as crianças com deficiência visual que estão hoje na escola, elas, de fato, estão tendo outro tipo de atendimento. Mas, ainda é muito precário, porque dos 5500 Municípios, eu me arriscaria a dizer que não existe a sala de recursos em mais ou menos 3 mil, 4 mil Municípios. Então, de qualquer forma, o acesso à escolaridade continua sendo um problema mesmo para as crianças. Felizmente, muitas delas têm acesso à sala de recursos, sala de recurso significa estar num período, na classe comum e, no outro período, tendo o apoio, o complemento da educação de acordo com a necessidade de desenvolvimento. Eu pergunto à Deputada Nilmar Ruiz, em primeiro lugar quero dizer da satisfação de tê-la aqui na Comissão, se gostaria também de fazer uso da palavra?

DEPUTADA NILMAR RUIZ (DEM-TO): Obrigada, está ligado? Queria primeiro cumprimentar ao nosso Presidente, Senador Flávio Arns, assim como companheiro, Marcos Formiga. O nosso secretário, Carlos Eduardo, com quem eu tenho tido bastante contado frequentemente, ao Professor Paulo Alcântara. Dizer da alegria de participar de uma Audiência Pública como esta, até porque, eu entendo que a democratização do conhecimento da educação é, no nosso país, pelo tamanho, pelas diversidades que nós temos, ela só é possível através da educação à distância.

Eu sou Vice-Presidente da Frente Parlamentar de Educação à Distância na Câmara dos Deputados, e faço uma defesa bastante enfática da questão da educação à distância no Brasil. Eu vejo e acompanho

o esforço da Secretaria de Educação à Distância, no sentido de ampliar, cada vez mais, o acesso, principalmente, daquelas pessoas que vivem em locais, cidades menores, como colocou o nosso senador, localidades de difícil acesso e, principalmente, famílias de baixa renda. Porque a maioria das famílias brasileiras não tem condição de manter seus filhos estudando nos grandes centros. E é através da educação à distância que nós vamos ampliar o número de brasileiros com o ensino superior no nosso país.

Eu faço algumas, levanto aqui algumas questões. Eu acredito que o projeto de lei é pertinente, no que se refere à questão da necessidade, vamos dizer assim, da socialização do contato, mas eu vejo que ele não pode ser restritivo e nem, vamos dizer assim, ele teria que deixar uma abertura, até considerando a diversidade do Brasil. Se nós colocarmos que os cursos de educação à distância só poderão funcionar com a parte presencial, eu acho que a gente vai limitar. E nós tivemos a oportunidade no nosso Estado, o nosso secretário conhece muito bem, nessa época eu era a Secretária de Educação, quando nós começamos, através da educação à distância, num Estado que só tem 20 anos, apenas, e que não tinha instituições, praticamente nenhuma instituição, nós só tínhamos, na época, a Universidade Estadual de Goiás, a UEG, funcionando.

Nós começamos através da educação à distância a levar conhecimento aos 139 Municípios do nosso Estado. Nós tivemos um resultado muito bom. Na época, quando eu era Secretária de Educação, nós iniciamos a parceria, inclusive, de uma, eu acho que os deputados estão aqui, estão acompanhando, o que está acontecendo porque a gente vem mostrando, nós iniciamos uma parceria no sentido da instituição estadual, da UNITINS, com uma instituição privada, no sentido de capacitar os nossos professores, porque nós tínhamos a LDB nos dando um prazo de 10 anos para que os professores tivessem nível superior. E nós não tínhamos como fazer isso, nós não tínhamos nem instituição de ensino, nós não tínhamos nenhuma federal no Estado do Tocantins.

Então, foi através da UNITINS e através da educação à distância que nós formamos os nossos professores, e o modelo adotado, a universidade nasceu buscando o novo modelo, no sentido de ter ensino público gratuito para quem pode pagar, ensino público pago para aquelas famílias que tivessem condição de poder pagar pelo estudo dos seus filhos. Era um modelo que, naquela época, há 15 anos, se tentou implantar no Tocantins. E a educação à distância acompanhando esse processo. Eu queria dizer um pouco só dos resultados. Nós tivemos a oportunidade, a gente tem

isso filmado, de professores de aldeia indígena que... O antes e o depois.

Antes dele ter acesso a um curso de educação à distância e se formar num curso, num curso para professor, e o discurso dele, depois, e o trabalho dele, depois disso. Estudando em aldeia indígena que seria, vamos dizer assim, a maior dificuldade de acesso que nós tínhamos, e da mesma forma, em Municípios que a gente não tinha nem condição, quase, de chegar de carro, teria que ir de avião, porque na época que eu fui Secretária de Educação, na maioria dos Municípios, principalmente da Região Norte, era assim que nós chegávamos. Nós estamos aqui com Carlos Patrocínio, o nosso senador e, hoje, Secretário do Estado, que conhece muito bem do que eu estou falando.

Então, o que eu penso, hoje, nós estamos vivendo um processo dentro da própria avaliação, que foi feito pela universidade ou pela Secretaria, pelo Ministério da Educação, que a gente vem acompanhando, eu quero aproveitar só o momento para pedir ao Ministério, na pessoa do Professor Carlos Eduardo, que nos ajude a sair do momento em que nós estamos. É muito difícil para nós, é muito difícil para o nosso Estado. Nós estamos fazendo tudo que o MEC tem determinado, mas é necessário a ajuda do MEC, para que a gente não acabe com a UNITINS, que é uma conquista do nosso Estado. Mas, com a experiência que nós tivemos de educação à distância, com os vamos que nós tivemos em nosso Estado, eu só queria aqui deixar um alerta.

É que nós não podemos restringir. Nós temos que levar em consideração o que, não só a UNITINS, mas que diversas instituições já vêm fazendo há muitos anos, nesse país, no que se refere à educação à distância. A educação à distância não começou agora, é louvável a universidade aberta do Brasil. Eu torço e, como deputada, farei o que for possível para que dê certo, porque amplia o acesso. É isso que nós precisamos, mas nós não podemos deixar que as experiências, que não são experiências, mas que são resultados, que já estão sendo obtidos há anos, anos e anos no Brasil no que se refere à modalidade de educação à distância, que eles possam contribuir para que a gente possa alargar e não restringir.

Então, a meu ver, eu acredito que, preferencialmente, os cursos de educação à distância deverão ter uma parte presencial, mas preferencialmente, porque se a gente proibir, no nosso país, cursos de educação à distância, de funcionar se não tiverem condição de ter essa parte preferencial, nós vamos estar restringindo. E eu acredito nos modelos que há, eu e acho que a gente tem que avançar, acredito, viu, secretário, a gente sabe disso, muita coisa precisava ser corrigi-

da, tanto na nossa universidade, como em outras que eu venho acompanhando também. Eu acho louvável a iniciativa da Secretaria de buscar qualidade, porque eu, como educadora, não aceito ensino público de má qualidade, venho trabalhando e buscando ensino de qualidade.

Nós aumentamos a oferta com, principalmente, na educação básica e, principalmente, no ensino fundamental, é necessário expandir para o ensino superior também, mas nós queremos expandir a oferta com qualidade. Isso eu acho louvável, mas não podemos restringir. E temos que considerar a história. Temos que considerar as instituições e independentemente se é pública, se é privada, porque eu digo que aluno, principalmente, o nosso jovem, não tem na testa: "Escola municipal", "escola estadual", "escola federal", "pública" ou "privada". O que interessa é oportunidade e educação de qualidade para todos. Então, eu queria deixar essa minha contribuição. Eu acho que o termo "preferencial" deve ser repensado, deve ser pensado para que nós não possamos restringir, mas acompanhar, apoiar e ajudar para que as instituições possam crescer com qualidade. Muito obrigada, Presidente pela oportunidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agradeço à Deputada Nilmar Ruiz, inclusive, regimentalmente, sempre a gente pede a autorização do Plenário para que a deputada possa se manifestar, mas eu tenho certeza de que o Senador Augusto Botelho e eu também, e os demais senadores e senadoras gostaram muito da participação da deputada que é sempre muito bem vinda na Comissão de Educação Cultura e Esporte. Quero destacar também a presença da Maria Cecília Gomes, que é ex-diretora de normatização do Sistema Educacional de Pernambuco, SEDUC. Seja muito bem vinda. Muito obrigado, tenho certeza de que essa Audiência Pública com as exposições, com os debates foi muito importante, não só para a orientação do projeto de lei.

Eu acho apenas opiniões estão claras nesse sentido, uma preocupação com momentos presenciais, como foi dito de uma maneira importante. De acordo com a natureza do curso, de acordo com a qualidade que se busque, de acordo com a transparência também. Então, esse debate foi importante para o projeto de lei e para todos nós refletirmos em conjunto a respeito dos caminhos, dos desafios, da importância e de outros desdobramentos que esta Audiência Pública possa ter.

Eu, inclusive, quero dizer aos expositores, eu sempre ressalto isto, que os meios de comunicação do Senado, TV Senado, Rádio Senado, Jornal Senado, Agência Senado, eles depois, e neste momento e

sempre on-line, inclusive, a Agência Senado, sempre dão destaque para as atividades que estão acontecendo nas comissões de uma maneira geral. Agradeço a participação do Dr. Carlos Eduardo, do Dr. Marcos, do Professor Paulo e vamos ainda pensar, então, nos desdobramentos e nos entrosamentos que esta Comissão pode ter com todos os setores, a fim de sempre aprimorarmos o processo da educação à distância.

Obrigado, declaro encerrada a Reunião.

Sessão encerrada às 12h11.

ATA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE MAIO DE 2009.

Às onze horas e vinte minutos do dia doze de maio de dois mil e nove, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), sob a Presidência do Senador Flávio Arns, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte e com a presença dos Senhores Senadores Paulo Paim, Fátima Cleide, Inácio Arruda, Valter Pereira, Raimundo Colombo, Marco Maciel, Adelmir Santana, Álvaro Dias, Marisa Serrano, Sérgio Zambiasi, Romeu Tuma, Cristovam Buarque, João Pedro, Ideli Salvatti, Eduardo Suplicy, José Nery, Roberto Cavalcanti, Neuto De Conto, Garibaldi Alves Filho, Efraim Moraes, Eliseu Resende, Eduardo Azeredo e Mozarildo Cavalcanti reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Augusto Botelho, Marina Silva, Expedito Júnior, Gilvam Borges, Wellington Salgado de Oliveira, Gerson Camata, Francisco Dornelles, Rosalba Ciarlini, Heráclito Fortes, José Agripino, Cícero Lucena e Lúcia Vânia. O Senhor Presidente, Senador Flávio Arns, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta, pelos itens não terminativos, aguardando o quórum para deliberação dos projetos terminativos. **Item 003: Projeto de Lei do Senado nº 046, de 2008**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Expedito Júnior, que “Estabelece a obrigatoriedade da neutralização das emissões de gases de efeito estufa decorrentes da realização da Copa do Mundo de Futebol no Brasil, em 2014”. O relator designado é o Senador Álvaro Dias e o parecer favorável é aprovado. **Item 04: Projeto de Lei da Câmara nº 159, de 2008**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Afonso Hamm, que “Declara Sant’Ana do Livramento, Estado do Rio Grande do Sul, cidade símbolo da integração brasileira com os países membros do Mercosul”. O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o parecer favorável é aprovado. A Presidência retorna à ordem original da

pauta, uma vez que já há quórum para a votação de projetos terminativos. **Item 002: Projeto de Lei do Senado nº 449, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que “Altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, para incluir a participação dos pais em reuniões escolares como condição adicional para o recebimento de benefício do Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à educação – “Bolsa Escola”. A relatora designada é a Senadora Marisa Serrano e o parecer é favorável, na forma do substitutivo oferecido. É concedida vista à Senadora Fátima Cleide, pelo prazo regimental de (05) cinco dias. **Item 001: Projeto de Lei do Senado nº 395, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria da Senadora Fátima Cleide, que “Insere o art. 24-A na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB), para obrigar as escolas públicas e privadas de educação básica a comprovar a existência de áreas cobertas destinadas à prática de educação física, esportes e recreação”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Roberto Cavalcanti e o projeto é aprovado por 15 (quinze) votos favoráveis. **Item 005: Projeto de Lei do Senado nº 165, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Adelmir Santana, que “Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Taguatinga, no Distrito Federal”. O relator designado é o Senador Cristovam Buarque e o projeto é aprovado por 15 (quinze) votos favoráveis, incorporando ao texto final a emenda nº 01-CE, aprovada por 14 (quatorze) votos. **Item 006: Projeto de Lei do Senado nº 207, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Efraim Moraes, que “Institui o Dia Nacional do Sanfoneiro”. O relator designado, ad hoc, é o Senador João Vicente Claudino e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis. **Item 007: Projeto de Lei da Câmara nº 054, de 2008**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Vander Loubet, que “Confere ao Município de Corumbá, no Estado do Mato Grosso do Sul, o Título de “Capital do Pantanal”. O relator designado é o Senador João Pedro e o parecer favorável é aprovado. **Item 009: Projeto de Lei da Câmara nº 037, de 2008**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Antônio Carlos Pannunzio, que “Denomina Professor Arthur Fonseca o campus da Universidade Federal de São Carlos – UFSCAR localizado no Município de Sorocaba, Estado de São Paulo”. O relator designado é o Senador João Pedro e o parecer é pela rejeição do projeto. É concedida vista ao Senador Álvaro Dias, pelo prazo regimental de (05) cinco dias. **Item 013: Aditamento nº 01 ao Requerimento nº 11/2009-CE**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Inácio Arruda, que requer “... Em aditamento ao Requerimento de número 11 de 2009,

que propõe a realização de Audiências Públicas para debater o anteprojeto da Lei Rouanet, que estabelece mecanismos para o financiamento da cultura no País, proponho que sejam incluídos entre os debatedores os seguintes representantes: o Diretor-Presidente da Agência Nacional do Cinema (Ancine), Senhor Manoel Rangel, o Presidente do Congresso Brasileiro de Cinema (CBC), Senhor Rosemberg Cariry, a Presidente da Associação Brasileira de Documentaristas, Senhora Solange Lima e o representante das regiões Norte e Nordeste da Câmara Setorial de Teatro no Conselho Nacional de Políticas Culturais, Senhor Oséas Borba Neto". O requerimento é aprovado. **Extra-Pauta, Item 001: Aditamento nº 02 ao Requerimento nº 11, de 2009-CE**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Flávio Arns, que requer "... nos termos do inciso II do art. 93 de Regimento Interno do Senado Federal, aditamento ao Requerimento nº 11, de 2009, de autoria dos Senadores Flávio Arns, Cristovam Buarque, Raimundo Colombo, Sérgio Zambiasi e da Senadora Rosalba Ciarlini aprovado por esta Comissão em 29/04/2008, a inclusão entre os participantes da audiência pública para debater o ante-projeto da Lei Rouanet, o seguinte convidado: Daniel Queiroz de Sant'ana, Diretor Presidente da Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansur do Acre e Presidente do Fórum Nacional de Secretários de Estado da Cultura". O requerimento é aprovado. **Item 14: Comunicados da Presidência: Comunicado 01:** "Comunico aos Senhores (as) Senadores (as) o recebimento de Ofício nº. 77/09-CEC, de autoria da Senhora Deputada Maria do Rosário, Presidente da Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, solicitando a divulgação do Prêmio Darcy Ribeiro de Educação, instituído pela Resolução nº 30, de 1998, da Câmara, que contempla, anualmente, os 3 (três) melhores trabalhos ou ações que prestam serviço à sociedade na defesa da promoção da Educação no Brasil. Ressalta ainda que o prazo para indicação dos nomes a serem sugeridos por qualquer parlamentar do Legislativo Federal encerra-se no dia 30 de maio do corrente". **Comunicado 02:** "Comunico aos Senhores (as) Senadores (as) o recebimento de convite da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, para uma visita a escola SESC de Ensino Médio (ESEM), localizada na Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, em data a ser agendada. Os Senadores que desejarem participar da comitiva que se manifestem junto a Secretaria desta Comissão". Ficam adiadas as seguintes matérias: **Item 008: Projeto de Lei do Senado nº 355, de 2008; Item 010: Projeto de Lei do Senado nº 123, de 2008; Item 011: Projeto de Lei da Câmara nº 108, de 2008 e Item 012: Projeto de Lei do Senado nº 377,**

de 2008. O Senhor Presidente, Senador Flávio Arns, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às doze horas e quarenta e sete minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador **Flávio Arns**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 12 DE MAIO DE 2009.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Havendo número regimental, declaro aberta a 19ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Submeto, inicialmente, à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a aprovação da mesma. Os Senadores e Senadoras, que estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. Aprovada.

Eu quero, em primeiro lugar, destacar a presença de vários acadêmicos do Centro Universitário Franciscano de Curitiba, acadêmicos do quarto ano de Direito, que estão aqui ao fundo... Se puderem levantar a mão todo o grupo, é um grupo de umas oito ou nove pessoas que vieram à Brasília para visitar não só a capital federal, mas já estiveram também no Supremo Tribunal Federal, aqui no Senado Federal, discutindo todo o projeto e tramitação legislativa aqui dentro do Congresso e, provavelmente, ainda retornando ao Supremo Tribunal Federal no período da tarde. Fazemos votos a todos vocês, que estão visitando Brasília, que venham mais vezes. O Centro Universitário Franciscano, Senador Álvaro Dias, é a antiga FAE – Faculdade de Administração e Economia, que é uma das mais conceituadas do Paraná, sem dúvida alguma, e do Brasil, e se transformou, gradativamente, dentro da Associação Franciscana Senhor Bom Jesus, num centro universitário. A Associação Franciscana é uma instituição de mais de cem anos, prestando relevantes serviços na área da educação. Eu, inclusive, quero dizer que tive o privilégio de estudar no colégio chamado Colégio Bom Jesus, durante onze anos também, depois eu fui professor lá no Colégio Bom Jesus. Então, sejam muito bem-vindos e bem-vindas, levem uma boa impressão daqui, sejam sempre cidadãos críticos, atuantes a favor do Brasil. Eu quero passar a palavra ao Senador Álvaro Dias.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR): Senador Flávio Arns, eu agradeço. Quero também fazer a minha saudação aos acadêmicos e professores que acompanham. A FAE, que muda de nome, mas não perde a sua extraordinária qualidade, é uma das instituições de ensino de maior competência e credibilidade no nosso Estado. Alguns cursos são conceituados nacionalmente, como administração, por exemplo, há cursos de pós-graduação muito requisitados, muito procurados.

Portanto, é uma satisfação para nós, que somos paraenses e representamos o nosso Estado aqui, recebê-los, e, certamente, desejar que esta visita à Brasília seja proveitosa, a fim de que se verifique que realmente, além das mazelas existentes, dos escândalos anunciados, existe muito mais de produtivo, de importante, de essencial em instituições que são indispensáveis no Estado de Direito Democrático. Visitam o Legislativo e o Judiciário, instituições onde estão fincados os alicerces básicos do Estado de Direito Democrático, e, certamente, esse aprendizado é indispensável, sobretudo a prática de viver, sentir, conhecer mais de perto, é essencial na formação acadêmica. Os nossos parabéns pela iniciativa aos responsáveis por essa visita à Brasília e, sobretudo, as nossas boas-vindas e que essa viagem à capital do país seja muito mais do que uma viagem, seja, acima de tudo, uma grande aula, uma aula prática, fundamental, no aprendizado de todos eles, que sejam muito bem sucedidos na atividade que escolheram e os nossos parabéns.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem. Incorporo todas as palavras do Senador Álvaro Dias ao que eu havia dito e penso, nesta linha que o Senador Álvaro Dias colocou, que uma visita aqui à Brasília e um debate, uma discussão, reflexão, pode ser uma aula magna, eu penso, porque é uma aula em que as instituições fundamentais de democracia devem ser, assim, observadas, avaliadas e com ampla participação da sociedade, para que elas se aprimorem também no decorrer do tempo. Parabéns a todos os acadêmicos e, também, para a instituição, e que, no retorno, possam, de fato, continuar contribuindo para o Congresso Nacional.

Eu gostaria, antes de passar a palavra aos Srs. Senadores e Sras. Senadoras, para apreciação das matérias, ler dois comunicados.

O primeiro deles: “Comunico aos Srs. Senadores o recebimento do Ofício nº 77/09, SEC, de autoria da Sra. Deputada Maria do Rosário, Presidente da Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, solicitando a divulgação do Prêmio Darcy Ribeiro de Educação, instituído pela Resolução nº 30, de 1998, da Câmara, que contempla anualmente os

três melhores trabalhos ou ações que prestam serviço à sociedade na defesa da promoção da educação no Brasil. Ressalto, ainda, que o prazo para indicação dos nomes, a serem sugeridos por qualquer parlamentar do legislativo federal, encerra-se no dia 30 de maio do corrente”. Então, este é o primeiro comunicado.

O segundo comunicado: “Comunico aos Srs. Senadores e Sras. Senadoras o recebimento de convite da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo para uma visita à escola SESC de ensino médio, localizada na Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, em data a ser agendada”. Seria uma visita, assim, bastante interessante e que já ocorreu em ocasiões anteriores. A Câmara, inclusive, já participou, já elaborou essa visita.

“Os Senadores e Senadoras, que desejarem participar da comitiva, que se manifestem junto à Secretaria desta Comissão. A matéria vai ao arquivo”. A data ainda vai ser definida com antecedência, para que possa haver uma programação, mas todos que desejarem participar dessa visita, que agendaremos assim na data mais adequada para os trabalhos aqui em Brasília e eventual retorno, também, aos estados de origem, para que possam, também, os horários e dias serem compatibilizados.

Nós temos na nossa pauta, como toda semana acontece, itens de natureza terminativa e de natureza não terminativa. Temos votado, felizmente, os itens de natureza terminativa, também, nas nossas reuniões. Às vezes, no início, é um pouco mais difícil de se ter o quorum qualificado para isto, mas nós vamos apreciando as matérias de natureza não terminativa inicialmente e, depois, faremos, se os Relatores aqui estiverem, a leitura dos itens de natureza terminativa e a sua discussão, para que, no momento em que houver o quorum qualificado, possa ser realizada a votação.

Então, nesse sentido, em primeiro lugar, vamos apreciar o Item de nº 3, de natureza não terminativa, que é o Projeto de Lei do Senado nº 46, de 2008. Esse Projeto estabelece a obrigatoriedade da neutralização das emissões de gases de efeito estufa, decorrentes da realização da Copa do Mundo de Futebol no Brasil, em 2014. A autoria é do Senador Expedito Júnior. A relatoria é do Senador Álvaro Dias. O Parecer é favorável e deve ser destacado que a matéria é terminativa na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Passo, então, a palavra ao colega e amigo Senador Álvaro Dias.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR): Muito obrigado, Senador Flávio Arns. Normalmente, eu procuro sintetizar o relatório. Hoje, no entanto, como nós estamos aguardando o quorum para as deliberações terminativas, farei a leitura do parecer integralmente.

O Projeto de nº 46, de autoria do Senador Expedito Júnior, como disse já o Senador Flávio Arns, visa estabelecer a obrigatoriedade da neutralização das emissões de gases de efeito estufa, decorrentes da realização da Copa do Mundo de Futebol no Brasil, em 2014. Portanto, já há uma preocupação, com a necessária antecedência, em razão deste evento de repercussão internacional.

Foi preliminarmente distribuído à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa, e por aprovação em Plenário de requerimento do Senador Flávio Arns, que alterou a sua tramitação, chega para o exame inicial desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, seguindo, posteriormente, à Comissão de Meio Ambiente.

A proposição estabelece que o cálculo das emissões a serem compensadas seguirá a metodologia aprovada por órgão governamental competente (art. 1º, § 1º). Também determina que o responsável pela organização do evento obedeça ao projeto de compensação elaborado e submetido à aprovação governamental (art. 1º, § 2º). Em seu art. 2º, o Projeto de Lei determina que os recursos arrecadados com a comercialização dos créditos de carbono, decorrentes do cumprimento do disposto anteriormente, serão repartidos entre o responsável pelo evento e o Poder Público, neste caso sendo alocados ao Fundo Nacional do Meio Ambiente. A vigência da Lei gerada pela proposição será iniciada na data de sua publicação.

O autor justifica o Projeto, que ele servirá para explicitar para a comunidade internacional que o nosso País não foge às suas responsabilidades também no que se refere ao esforço planetário de combate ao aquecimento global, assim como para assinalar os brasileiros a importância do assunto, associando atitudes ambientalmente sustentáveis ao esporte nacional, o futebol. Por determinação regimental, não nos cabe aqui discorrer, nessa Comissão, sobre a importância ecológica do tema, nem analisar os aspectos ambientais do Projeto em questão. A Comissão do Meio Ambiente debaterá de forma mais exaustiva esses aspectos. A análise da Comissão de Educação deve pautar-se pelos aspectos relativos ao esporte. No entanto, utilizando-me das palavras do ex-Presidente do Instituto Brasil PNUMA, Tore Breivik, o esporte, como toda atividade humana, guarda uma relação de mão dupla com o ambiente natural. O esporte pode não ajudar, mas tem um impacto sobre o meio ambiente, assim como é afetado pela própria qualidade deste mesmo meio ambiente. Um meio ambiente poluído não faz distinção entre indivíduos atletas ou não. O Projeto determina a compensação das emissões de carbono no segundo

maior evento esportivo do planeta terra, a Copa do Mundo de Futebol, seguindo dessa forma as iniciativas e orientações tanto do Comitê Olímpico Internacional quanto da Federação Internacional de Futebol. Para 2010, a FIFA, por exemplo, criou o Programa Meta Verde (Green Goal), que tem por objetivo a compensação das emissões de carbono da Copa do Mundo da África do Sul. Estamos, portanto, nos antecipando e mostrando ao resto do mundo que a preocupação ambiental é cotidiana em nosso país.

Portanto, Sr. Presidente, eu creio que o Projeto é interessante, deve ser apoiado por esta Comissão, e nós opinamos pela aprovação do Projeto. E já que nós estamos aqui com a presença de acadêmicos de Curitiba, lembrar que a capital do Paraná pode ser uma das sedes desta Copa do Mundo de 2014. Entre tantas capitais que reivindicam, Curitiba certamente é uma delas e que reúne as melhores condições e possibilidades ser uma das escolhidas, e brevemente, certamente, o anúncio das sedes da Copa do Mundo no Brasil incluirá Curitiba, a capital do Paraná. Portanto, Sr. Presidente, é este o nosso Parecer, favorável ao Projeto do Senador Expedito Júnior.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agradeço ao Senador Álvaro Dias. Está em discussão a matéria. Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente, eu gostaria de louvar, parabenizar a iniciativa, é uma demonstração brasileira de preocupação com o meio ambiente. Porém, eu gostaria que, na verdade, nós acrescêssemos algum termo, alguma palavra no tocante da eventual realização e não da realização, porque o processo de realização deste torneio, ele está ainda pendente de aprovação. Como brasileiro eu torço, luto para que seja o Brasil o escolhido, mas o Brasil, efetivamente, ainda não foi o escolhido.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR): Já foi escolhido o Brasil, já foi escolhido.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Só falta definir as sedes.

SR. PRESIDENTE SENADOR FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Exatamente.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR): Mas o Brasil já foi escolhido e isso é definitivo.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Perfeito, então fica a observação no tocante às cidades.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR): Exato.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Em que cidades haverá a existência desse impacto.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Exatamente. O que aconteceu no outro dia, Senador Roberto Cavalcante Cavalcanti, até eu tive a

oportunidade de estar no Rio de Janeiro representando esta Comissão, que é a de Educação, Cultura e Esporte, é em relação à definição da sede para a Olimpíada que vai acontecer no ano de 2016 e o Brasil está se candidatando para sediar a Olimpíada também.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR): Talvez tenha sido essa a confusão.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Isso, exatamente, nós estamos lutando pela outra--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): A Copa do Mundo já foi definida para o Brasil, porém, está no aguardo da definição das cidades que sediarão os grupos da Copa.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Fica esclarecido.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR): Se não me falha a memória, Senador Flávio Arns, no próximo dia 14, uma comissão visitará Curitiba mais uma vez, e eu espero que seja para aprovar.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem. Não havendo quem queira mais discutir, está encerrada a discussão. Passamos à votação da matéria. Projeto de natureza não terminativa. Os Srs. Senadores e Sras. Senadoras, que estiverem de acordo com o relatório do Senador Álvaro Dias, com parecer favorável, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Passamos ao Item 4 da pauta, também de natureza não terminativa, é o Projeto de Lei da Câmara nº 159, de 2008, que "Declara Santana do Livramento, Estado do Rio Grande do Sul, cidade símbolo da integração brasileira com os países membros do MERCOSUL". A autoria é do Deputado Afonso Hamm. A relatoria é do Senador Sérgio Zambiasi. O Parecer é favorável. Com a palavra V. Exa.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Obrigado, Presidente Flávio Arns. Esse Projeto é muito interessante pelas características da nossa fronteira. Nós temos aqui quatro senadores do Sul do Brasil: Flávio Arns e Álvaro, do Paraná, Ideli, de Santa Catarina, e eu, do Rio Grande do Sul. Para quem conhece assim as dimensões brasileiras e impacta com o tamanho das nossas fronteiras, o Brasil tem dezesseis mil quilômetros de fronteiras, são dez estados e onze países. O Brasil faz fronteira com dez estados e onze países sul-americanos, é uma coisa fantástica. Nós somos realmente um continente, o Brasil é um continente. E o MERCOSUL, para nós, do Rio Grande do Sul, ele tem um significado especial pelas situações de semelhanças com o Uruguai e a Argentina, especialmente, e pelo intenso convívio humano, social e econômico, mas eu digo principalmente humano e social com os nossos povos fronteiriços. A fronteira com o Uruguai,

quase toda ela é seca. Nós temos mil quilômetros de fronteira com a Argentina, mas ali o Rio Uruguai se encarrega de fazer a divisa. E outros mil quilômetros na fronteira com o Uruguai, onde em sua maioria é uma fronteira seca, em que as cidades-gêmeas, elas muitas vezes são separadas apenas por uma rua. É o caso da cidade de Santana do Livramento, onde tem um convívio muito interessante pelo simbolismo, pela proximidade, pela história, pelo convívio.

Aqui, no relatório, eu cito que as duas cidades, Livramento, no Brasil, e Rivera, no Uruguai, elas demonstram de forma concreta que essa integração é possível, separadas apenas por uma praça. As cidades compartilham os idiomas, as moedas, os costumes, as tradições, os problemas e as soluções. Constituem, assim, um modelo real da convivência de dois povos, formando uma comunidade, convivendo de forma pacífica e promissora.

Eu deixo até um convite aqui porque nós temos nas nossas fronteiras, ali no Paraná, em Foz do Iguaçu, que dá para dizer que é uma tríplice fronteira, não é Álvaro? Foz do Iguaçu faz a fronteira ali com o Paraguai e tem a cidade da Argentina, que eu não lembro o nome agora. Foz do Iguaçu tem um simbolismo também muito especial, mas, diferente de Livramento, ali, tem as águas que dividem, ao passo que Livramento é realmente uma integração muito interessante pelo processo histórico e cultural ali feito. É uma referência pelo convívio que se estabeleceu. A língua falada entre Rivera e Livramento, Senador Flávio Arns, é o "portunhol". Ali a condição de cidadão fronteiriço permite que brasileiros trabalhem em Rivera e uruguaios trabalhem em Livramento. O convívio é realmente muito interessante, tem aquele clima de harmonia, há uma harmonia no ar, no cotidiano, no desenvolvimento regional, os interesses são comuns a todos.

Então, nós entendemos muito justa a proposta do Deputado Afonso Hamm, que é da região de fronteira, oferecendo a nossa oportunidade de homenagear as nossas fronteiras, tornando a integração brasileira com países membros do MERCOSUL, o símbolo na cidade de Livramento, cuja cidade de Rivera também deverá acompanhar proposta idêntica pelo lado uruguaio. Então, acho que nós deveríamos, a partir desse Projeto de Livramento, trabalhar as demais regiões, porque não é uma exclusividade para o Rio Grande do Sul. Eu acho que nós temos que começar a dar um pouco mais de atenção para as nossas fronteiras, discutir mais as fronteiras aqui no Congresso Nacional, entendermos mais o fenômeno que as nossas fronteiras vivem. Nós temos hoje uma Lei, chamada Lei da Faixa de Fronteiras, que se estende por todo o País formando um País maior que a Espanha, com legislação específica,

com Leis especiais, mas ainda agora, Senador Flávio Arns, discutindo a questão da seca que aflige o Sul do País, do Paraná para baixo, pegando o Paraná, pegando Santa Catarina, da Senadora Ideli, pegando o nosso Rio Grande do Sul, especialmente os Municípios da faixa de fronteira são os mais afetados. Nós fomos buscar a Lei de Faixa de Fronteiras que, por sua legislação especial, o desenvolvimento passa por uma série de itens que a legislação previu, é desconhecido dos próprios Prefeitos e dos próprios munícipes. O Ministério da Integração, por exemplo, não tem verba especial para investir em casos de emergência na faixa de fronteira e aí ele é que administra a questão da faixa de fronteira.

Então, eu acho que discutir fronteiras, trazer o tema para cá, tornar o tema das nossas fronteiras um tema do cotidiano do Congresso é extremamente importante, e esse Projeto nos oportuniza exatamente isso, falar das nossas fronteiras e oferecer à população o momento da reflexão sobre a importância do convívio e da integração com os nossos povos sul-americanos, e esse Projeto do Deputado Afonso Hamm vai neste rumo, nesta linha, nesse sentido, no sentido da integração dos povos sul-americanos e desta cidadania que nós estamos construindo, a cidadania sul-americana. A gente olha para os povos europeus, o sujeito pode ser francês, mas é europeu. É italiano, mas é europeu, se apresentam como europeus. Nós ainda não aprendemos a nos apresentar como sul-americanos, ainda não conseguimos introduzir este sentimento desta condição de cidadania sul-americana. Essas discussões nos ajudam a fazer isso. Nós somos brasileiros sim, mas nós somos sul-americanos, e nesta condição de País líder da América do Sul trazemos essas discussões para as Comissões, entendermos a importância de todas as nossas fronteiras, o significado das nossas fronteiras, eu acho que tem um valor especial, e nós, da Comissão de Educação, temos também essa obrigação de oferecermos esse tema para reflexão nacional. Por isso, eu estou oferecendo um Parecer favorável, o meu Voto é favorável ao Projeto do Deputado Afonso Hamm, já aprovado na Câmara dos Deputados, Senador Flávio Arns.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Muito bem, Senador Sérgio Zambiasi. Para discutir, eu passo a palavra, em primeiro lugar, ao Senador Álvaro Dias; em seguida, à Senadora Marisa Serrano, e, na sequência, o Senador João Pedro.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR): Senador Flávio Arns, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, esse Projeto me faz lembrar de matéria divulgada há poucos dias, por alguns órgãos de imprensa, dando conta dos projetos de impacto, projetos relevantes, considerados

importantes, e projetos considerados irrelevantes. Alguns veículos de comunicação procuraram levar para a chacota, inclusive, alguns projetos, projetos similares a este, projeto que define a cidade de Livramento como símbolo da integração brasileira com os países membros do MERCOSUL. E, naquela oportunidade, eu disse que essa questão da importância é muito relativa. O que é importante para Brasília, pode não ser importante para Curitiba. O que é importante para Livramento, pode não ser importante para Brasília.

Então, certamente, esse simbolismo é importante para essa cidade do Rio Grande do Sul, para o Estado do Rio Grande do Sul. Eu não vejo porque considerar um projeto dessa natureza como irrelevante. Eu não vejo como possa ser possível colocar um projeto dessa natureza entre aqueles que são motivo de deboche, de chacota. Por exemplo, Senador Flávio Arns, um médico de Curitiba, um oftalmologista de Curitiba, já de idade avançada, me sugeriu que apresentasse um projeto instituindo o Dia Nacional da Visão com o objetivo de fazer com que em todas as escolas do País se ministrasse práticas de prevenção para evitar a cegueira. Esse projeto foi incluído entre aqueles irrelevantes, que não deveriam ser apresentados. Pode não ser relevante para quem tem boa visão e nunca sentiu a necessidade de enxergar melhor, mas, certamente para aqueles que têm deficiência visual e chegaram à deficiência visual exatamente porque na infância ou na adolescência não houve o ensinamento para a prática da preservação da boa visão, certamente consideram um projeto dessa natureza relevante. Portanto, eu discordo daqueles que, utilizando-se dos espaços da mídia, procuram de forma parcial comprometer a boa imagem do Poder Legislativo. O objetivo é este, é desgastar o Poder Legislativo. Enfim, é uma instituição que tem que ser preservada e é muito importante para a democracia.

Esse Projeto, eu poderia dizer que deveria ser Foz do Iguaçu, poderia dizer que Foz do Iguaçu é a capital do MERCOSUL, fica ali na tríplice fronteira e sem sombra de dúvidas caberia bem o título de capital do MERCOSUL para a cidade de Foz do Iguaçu, mas nada contra que Livramento possa ser símbolo da integração brasileira com os países membros do MERCOSUL. Que seja Livramento, que seja também Foz do Iguaçu, uma coisa não impede a outra, uma coisa não exclui a outra e, certamente, isso significa um grande estímulo ao desenvolvimento econômico, social e cultural de cidades importantes, porque colocadas geograficamente de forma estratégica, que devem ser exploradas exatamente pela posição geográfica e estratégica que ocupam em razão da existência do MERCOSUL.

Por essa razão, o meu Voto é favorável, mas, Zambiasi, certamente Foz do Iguaçu ficaria muito bem com o título de capital do MERCOSUL.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Senador Álvaro, é que Foz do Iguaçu já está recebendo a sede da UNILA, que é a Universidade Latino-Americana, então já está privilegiadíssima.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR): É, nós compartilhamos, nós dividimos fraternalmente.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Mas recebeu o nosso voto e o nosso apoio pela instalação lá em Foz do Iguaçu.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR): Exatamente. O que eu quero em conclusão dizer é que realmente nós devemos estimular as cidades, as pessoas, enfim, buscar estímulos que possam significar impulso para o desenvolvimento. Então não há, da nossa parte nada, nenhuma objeção a fazer à proposta e o nosso voto será favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Passo a seguir à Senadora Marisa Serrano, Senador João Pedro e Eduardo Azeredo.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Sr. Presidente. Eu vou muito pela linha que o Senador Álvaro Dias e complementando o Senador Zambiasi, o que os dois colocaram a respeito do Projeto. Não é só o Projeto em si, é aquilo que o autor pediu, que seja para divulgar o MERCOSUL, divulgar as questões de integração.

O Senador Álvaro Dias lembrou da UNILA. Eu queria lembrar das Escolas de Fronteira. Livramento já é uma Escola de Fronteira e está dentro desse Projeto, que é um Projeto para que... Do outro lado é Rivera, não é Senador? Então, Rivera e Livramento são cidades-irmãs e que os professores de cada lado, são cidades-gêmeas, se trocam para que os alunos tenham a visão estratégica do País vizinho e da cidade vizinha, que é tão integrada. São cinco cidades já no País, começamos pela Argentina, foi um projeto antigo de discussão, que o Ministro Haddad colocou em prática em 2004, e que deve se estender por toda a fronteira do Brasil, em todos os países latinos. É uma proposta como essa, de fazer com que as pessoas participem mais da integração.

Mas quero dizer também que eu fiz um Projeto que está correndo aqui na Casa criando um fundo específico para a cidade de fronteira, que é aquilo que o Senador Zambiasi colocou. É impossível. Nós nascemos voltados para o Atlântico. O Senador Marco Maciel, por exemplo, no seu Pernambuco, está ali ao lado do Atlântico.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: A maior fronteira marítima.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS):

Com toda a fronteira marítima desse país, mas há uma outra fronteira que não é com o mar, é com gente mesmo, que são as fronteiras nossas do outro lado, aonde eu nasci, onde fica o meu Estado, o Mato Grosso do Sul, que é a fronteira com o Paraguai, com a Bolívia, com a Venezuela. Só dois países da América do Sul não fazem fronteira com o Brasil, que é o Chile e o Equador. Todos os outros fazem fronteira com o Brasil e é uma fronteira extremamente desconhecida do resto do país e que precisa ser conhecida. Então a ideia minha foi fazer justamente um projeto criando um fundo para as cidades da fronteira, não para a faixa de fronteira, mas para a cidade que está ali do lado e que tem um outro país, com outra visão diferenciada.

Além disso, eu queria dizer que, sexta-feira, fiz uma palestra na Universidade Federal da Grande Dourados, em Mato Grosso do Sul, sobre o MERCOSUL, e fiquei encantada com o preparo, com a discussão profunda; foram duas horas e meia de debate sobre a questão da integração e como as pessoas estão vendo isso com outros olhos. As universidades têm que ser um polo nosso de debate dessa inclusão. Portanto, eu acredito que questões como essa suscitam o debate que está suscitando aqui.

E perguntar também... Eu vou aproveitar para perguntar à V. Exa., Sr. Presidente, qual é a tramitação, o andamento, o encaminhamento de um projeto como esse. Por exemplo, existe no MERCOSUL, lá no Parlamento do MERCOSUL, um projeto dando Foz do Iguaçu como a cidade símbolo da integração. Quer dizer, nós temos projetos, todos ligados ao MERCOSUL, que irão para a Comissão brasileira, mas que também, Senador Eduardo, que também é do Parlamento, o Senador Zambiasi, o Senador Tuma, que chegue lá a notícia do que nós estamos votando aqui para que a gente não tenha duplicidade. Se tem lá uma, que não é esse caso, lá é a cidade símbolo, que é Foz do Iguaçu, o projeto já foi feito, até por um paraguaio. Então, nós temos que ter um andamento melhor nessas questões aqui, eu queria propor ao Presidente um estudo junto com o Presidente da Comissão Brasileira do MERCOSUL para que a gente tivesse um encaminhamento melhor nesta Casa. Era só isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Pois não. Obrigado à Senadora Marisa Serrano. Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Sr. Presidente, Srs. Senadores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Se V. Exa. me permite--

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Pois não.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): --nós só estamos assim aguardando a presença de dois Senadores, porque aí nós já passaremos para os Projetos de natureza terminativa. Pois não, desculpe tê-lo interrompido.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): O Presidente tem esta prerrogativa [risos]. Srs. Senadores e Sras. Senadoras, eu quero colocar nesta Comissão um ponto de vista que eu tenho discutido na Comissão de Relações Exteriores e está aqui presente o nosso Presidente, o Senador Azeredo. Evidente que eu vou votar favorável a esta iniciativa, mas a cidade símbolo poderia ser também Rio Branco, no Acre, poderia ser Porto Velho, poderia ser Manaus, Belém. Nós precisamos quebrar um pouco a lógica que está no imaginário, inclusive da população brasileira, mas dos membros do Congresso de que MERCOSUL é o Sul. Nós precisamos ir construindo uma visão estratégica do Brasil na relação com os países da América do Sul. Não é CONESUL, é MERCOSUL. Então a cidade símbolo poderia ser Santarém, poderia ser Belém, poderia ser a capital de Roraima, Boa Vista. Nós precisamos construir uma lógica de integração do Brasil com a América do Sul.

Eu quero colocar aqui uma análise não minha, mas de setores importantes da nossa sociedade lá na Amazônia. O Brasil não tem uma cultura, o Brasil Estado, o Brasil Nação, com os países da Pan-Amazônia, uma relação profunda, duradoura, países importantes como a Colômbia, como o Peru, como Venezuela. Nós criamos uma série de dificuldades para romper com essa cultura de uma relação duradoura com populações que compõem o Norte do Brasil.

Então quando eu vejo a iniciativa, é claro que eu não vou votar contra, mas a gente precisa deslocar essa lógica de que MERCOSUL é o CONESUL, de que MERCOSUL são os Estados do Sul, inclusive precisamos levantar a representatividade dos parlamentares que vão compor o MERCOSUL com membros lá do Norte do Brasil, porque senão nós estamos construindo uma distorção perigosa que não enxerga, que não olha o Brasil na relação de integração com povos importantes da América do Sul. Nós temos que ter uma relação, inclusive, igual. Não é porque as economias são diferentes, mas a cultura, a educação, a ciência, a pesquisa, Presidente, precisam ser olhadas num outro paradigma. O nosso olhar com a Bolívia, o País mais pobre da América do Sul, precisa ser um olhar diferenciado com esse País tão importante da América do Sul, vítima da colonização, vítima de políticas externas que levou esse povo à pobreza, o País mais pobre da América do Sul.

Então eu vou votar favorável, mas é preciso ir mudando, deslocando essa cultura de que o MERCOSUL está preso aos Estados da região Sul. Não, é o Brasil com a América do Sul. E aí é preciso, inclusive, nós aprofundarmos esse debate tão importante de nós quebrarmos essa cultura e fazermos a adesão da Venezuela no MERCOSUL. É hora de quebrarmos com essa história secular da falta de o Brasil, como uma liderança importante da América do Sul, não ter uma relação com os países que são irmãos nossos, principalmente da Pan-Amazônia. Ali tudo é Amazônia, é floresta, água, minérios, povos indígenas. A gente precisa quebrar com isso e ter uma relação profunda, histórica com a Venezuela, que está pautado agora para o Senado. É preciso romper com isso, colocar e nós votarmos na adesão da Venezuela no MERCOSUL. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Eu agradeço. Eu até sugiro ao Senador Sérgio Zambiasi que a gente escute o último orador, a última pessoa que quer discutir. Eu só peço, daí, na sequência, para que possamos fazer uma síntese, que já temos treze Senadores presentes, para passarmos aos terminativos. Aí o Senador Sérgio Zambiasi, como Relator, faz um apanhado sucinto daquilo que ele julgar importante. Senador Eduardo Azeredo com a palavra.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

Presidente, o meu posicionamento também é favorável. Eu quero só lembrar que o protocolo efetivo do MERCOSUL foi assinado em Ouro Preto, em Minas Gerais, e depois, dez anos depois, tivemos uma nova reunião lá em Ouro Preto, exatamente marcando esse caráter de Brasil todo em relação ao MERCOSUL. Tem razão o Senador João Pedro, nós não podemos ficar restritos apenas aos Estados do Sul.

Mas, Presidente, eu queria aproveitar para dois assuntos ainda. Um é referente ao MERCOSUL, que, para a representação brasileira no MERCOSUL, a ser eleita no ano que vem, nós temos que discutir aqui como é que nós vamos escolher, como é que a população brasileira vai escolher esses representantes. É um assunto importante. Evidentemente, como diz o Álvaro Dias, alguém vai dizer que isso não é relevante, mas a forma de escolher os representantes é fundamental para saber como que nós vamos estar representados no MERCOSUL. É evidente que é um caráter diferente porque é uma eleição de parlamentares do MERCOSUL em número de trinta e poucos, que ficou acordado, trinta e sete, a serem eleitos no Brasil todo. Quer dizer, não dá para fazer no sistema atual proporcional. Vamos ter que discutir, sim, se é distrital, distritão, misto, lista, de que forma for, se é

indireto, por colegiado, pelos partidos. Quer dizer, as formas têm que ser discutidas.

O outro assunto, Sr. Presidente, não diz respeito a esse assunto em si, mas é porque nós estamos na Comissão de Assuntos Sociais e, amanhã, nós vamos votar os vetos, e tem um veto que diz das pessoas que têm deficiência visual de um olho só, que eu acredito que houve um equívoco do Presidente da República, foi mal assessorado para fazer esse veto. É importante que houvesse realmente a mobilização de todos que estão aqui, para que nós possamos votar. Ele não foi votado naquela reunião passada, eu pedi que viesse para essa exatamente para dar tempo de nós poderemos mobilizar. O seu partido, inclusive, vários dos líderes do seu partido se posicionaram também favoráveis, de tal maneira que eu queria fazer esse apelo para que nós pudéssemos fazer essa luta para tentar derrubar esse veto.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Pois não. Senador Roberto Cavalcanti, bem sucintamente, para aproveitarmos o quorum.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu vou tentar ser bastante breve. Na verdade, eu queria antecipar o voto favorável e me acostar à extraordinária visão do Senador Sérgio Zambiasi, no sentido do nosso conceito de nós nos envaidecermos de sermos sul-americanos ou, pelo menos, nos considerarmos um bloco. Lembrar que na Europa, antes da Comunidade Europeia, antes de se ter agregado determinados países que, economicamente, eram mais fracos, a Comunidade Ibérica, Portugal e Espanha, também era considerado assim... O português e o espanhol, eles eram não considerados quase como europeus. Eu acho que é muito importante esse foco de visão e acredito que o fortalecimento do MERCOSUL, sem dúvida, será um instrumento de que nós, sul-americanos, possamos nos considerar um bloco importante na economia mundial. Era isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agradeço. Com a palavra o Senador Sérgio Zambiasi, como Relator, só para as considerações finais.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Obrigado, Presidente Flávio Arns. Rapidamente, veja como foi rico já o debate em relação à questão de fronteiras. Eu vou repetir: nós, que somos um país com 10 estados, onze países fronteiriços, precisamos debater essa questão de integração e de latinidade. Latinidade, sentimento latino. Nós somos latinos, somos sul-americanos. É o primeiro fato. Nós, do Sul, Senador João Pedro, queremos o MERCOSUL ao Norte. É fundamental para o Sul do Brasil que o Norte integre-se ao conceito de MERCOSUL, e nós defendemos também o ingresso

da Venezuela, porque entendemos que, com isto, nós saímos da Patagônia e chegamos ao Caribe e promovemos esta verdadeira integração sócio-cultural e econômica. O que o Projeto propõe não é estabelecer uma cidade como símbolo do MERCOSUL.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Exatamente.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): O Projeto propõe estabelecer uma cidade como símbolo de integração. É diferente de estabelecer uma cidade como símbolo sul-americano, que eu acho que não tem. Todas são. Nós temos na região de fronteira, na faixa considerada de fronteira, Presidente Flávio Arns, 588 municípios em todo o Brasil. Não são muitos, não chegam a 10% para uma faixa do tamanho da Espanha ou maior que a Argentina. Destas, não chegam a 50 as cidades que estão ali na linha de fronteira e deve ter de 20 a 30 cidades-gêmeas ou cidades-irmãs. Então, é um tema que nós precisamos ampliar o debate, trazer para cá, na Comissão de Educação, na Comissão de Relações Exteriores, para que o Brasil se discuta mais e discuta mais a nossa condição de país líder da América do Sul, com todas as suas responsabilidades.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agradeço. Está encerrada a discussão. Os Srs. Senadores e Senadoras, que estiverem de acordo com o Parecer do Senador Sérgio Zambiasi, em relação ao Item 4, permaneçam como se encontram. Aprovada a matéria.

Passamos ao Item 2 da pauta, de natureza--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): É que o Item 1, Senadora Fátima Cleide, que é a autora, é extremamente importante, só que o Relator está--

SENADOR FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Eu acabei de falar com ele, e ele me informou que teria avisado a Mesa de que o senhor poderia passar para um Relator *ad-hoc*.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): É, infelizmente não recebemos, porque existe... Eu imagino, inclusive, que o Senador Wellington Salgado não se oporia. No meio tempo, nós vamos perguntar a ele se não há qualquer objeção para que isso aconteça.

SENADOR FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Ok, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Enquanto isso, passamos ao Item 2 e retornamos ao Item 1, tão logo tenhamos a resposta do Senador.

O Item 2 é terminativo, Projeto de Lei do Senado nº 449, de 2007, "Altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, para incluir a participação dos pais em reuniões escolares como condição adicional para o recebimento de benefícios do Programa Nacional de Renda Mínima, Vinculado à Educação (Bolsa-Escola)". A autoria é do Senador Cristovam Buarque. A relatoria é da Senadora Marisa Serrano. O Parecer é favorável na forma do substitutivo oferecido. A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 13/05/2008 e 27/05/2008. Sendo aprovado o substitutivo, a matéria será incluída em pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92, do Regimento Interno do Senado Federal. Com a palavra V. Exa., Senadora Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS):

Obrigada, Sr. Presidente. O Senador Cristovam tem colocado a sua vida a trabalho da educação e luta muito pelas questões educacionais. Todos nós nessa Casa temos consciência disso e todo projeto que possa, como esse, reforçar a cobrança da frequência à escola é importante para todos os brasileiros.

A questão da Bolsa-Família é uma questão que sempre se discutiu, desde quando era Bolsa-Escola, a vinculação da escola com o recebimento do benefício. Nada mais justo que o Senador Cristovam pense que os pais que recebam a Bolsa-Família devem acompanhar os seus filhos pelo menos numa reunião, numa reunião de pais, que ele participe da escola do seu filho. Bom seria se ele participasse sempre, se ele acompanhasse sempre, se ele soubesse o que o seu filho faz na escola, se ele criticasse a escola quando não estivesse boa, que ele ajudasse o professor naquilo que ele pudesse ajudar e que ele não fosse só à escola eventualmente numa reunião de pais ou numa festinha da escola, mas que realmente assumisse a educação do filho como fundamental para ele próprio, para a sua família e para o País.

A ideia é reforçar, então, a cobrança da frequência à escola para todos aqueles que recebem o benefício da Bolsa-Família. Mas aí, Sr. Presidente, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, a questão é que nem sempre os pais têm disponibilidade de ir à escola do filho, no momento do trabalho e sair do trabalho para participar das reuniões escolares. É por isso que eu proponho um substitutivo, um substitutivo que condiciona, dependerá do cumprimento, no que couber, das constitucionalidades relativas ao exame pré-natal, ao acompanhamento nutricional e de saúde, à frequência escolar de 85% em estabelecimento de ensino regular e a comprovada participação dos pais ou do representante legal, desde que em horários compatíveis com o

do seu trabalho, nas reuniões de pais e professores, de acordo com a proposta pedagógica da escola, sem prejuízo de outras previstas no regulamento.

A minha preocupação foi de também não penalizar os pais trabalhadores e que precisam ter mais condições de participar de uma reunião de pais, mas isso não quer dizer que eu seja a favor de que o pai simplesmente, a mãe, usem todas as prioridades, outras prioridades que não a educação dos seus filhos.

Então, a compatibilização do trabalho com a responsabilidade que o pai tem que ter e a mãe de acompanhar o seu filho, na escola, tem que ser equacionada. Eu acho que, talvez, aí a escola possa achar, junto com a Associação de Pais e Mestres, achar uma saída para, ao mesmo tempo em que o pai possa acompanhar, mas que isso não penalize o pai, simplesmente se ele não aparecer, em que ele não vai ter direito ao benefício. Era essa a minha proposta, Sr. Presidente, desse substitutivo para, ao mesmo tempo que garantiremos ao pai estar na escola, mas, também, que seja compatível com o seu horário de trabalho.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Agradeço. Está em discussão a matéria. Senadora Fátima Cleide.

SENADOR FÁTIMA CLEIDE (PT-RO):

Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras. Eu quero, inicialmente, parabenizar ao Senador Cristovam pela iniciativa, eu também concordo que é muito importante a participação dos pais na escola, e parabenizar a Senadora Marisa Serrano pela iniciativa do substitutivo, mas eu ainda tenho algumas preocupações com relação ao Projeto. Gostaria de pedir vistas por uma semana, já conversei com o Senador Cristovam inclusive, com a Senadora Marisa Serrano, porque para mim não está muito claro ainda como que se daria essa participação. Então, eu gostaria de ter esse tempo para que a gente pudesse verificar, efetivamente, como que a gente pode... Porque, como a Senadora Marisa Serrano colocou, eu também me preocupo com as condições dos pais, é importante que os pais participem da vida escolar de seus filhos, agora eu tenho receio de que nós não coloquemos aqui imposições que depois vão levar os pais, que já têm grandes necessidades, a perder o direito a ter o benefício da Bolsa-Família.

Então, eu queria só que nós tivéssemos esse tempo para adequar melhor a redação do Projeto e, assim, na semana que vem, discuti-lo e aprová-lo, porque essa é a minha intenção também. Muito.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Muito bem. Vistas concedidas à Senadora Fátima Cleide pelo prazo regimental de cinco sessões e, na próxima pauta, o Projeto de Lei será incluído no

vamente para discussão. Senador Cristovam Buarque, pela ordem.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

Bem, o pedido de vista, obviamente, é uma prerrogativa, e a própria Senadora Fátima teve a gentileza de me dizer que queria melhorar, sendo que tudo que for para melhorar eu acho positivo. Eu só quero aprofundar o assunto, embora sem querer tomar tempo, Senador, dizer que--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Se V. Exa. permitir, para a gente aproveitar o quorum, nós iríamos para o Item 1 da pauta.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Perfeito.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Ela pediu vistas, nós vamos voltar ao debate desse Item. Não teria problema? Obrigado.

Passamos ao Item nº 1 da pauta, que é de natureza terminativa, é o Projeto de Lei do Senado nº 395, de 2008, que "Insera o art. 24-A na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB), para obrigar as escolas públicas e privadas de educação básica a comprovar a existência de áreas cobertas destinadas à prática de educação física, esportes e recreação". A autoria é da Senadora Fátima Cleide, aqui presente. A relatoria é do Senador Wellington Salgado. O Parecer é favorável. O Senador Wellington Salgado concordou na indicação de um Relator *ad-hoc*. Eu solicito, então, ao Senador Roberto Cavalcanti que faça a relatoria.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB):

O Senador Presidente Flávio Arns foi bastante já claro no sentido dos objetivos desse Projeto, na verdade no sentido da comprovação da existência de áreas cobertas destinadas à prática de educação física, sendo que o Sr. Relator, o Senador Wellington Salgado, ele traz na sua análise, nas suas considerações do relatório, trechos assim que eu acho bastante interessantes, que são, na verdade, a preocupação que existe com o problema da obesidade e da falta de exercício do jovem e do brasileiro como um todo, dando ênfase que toda a classe médica e outros profissionais da classe de saúde, educadores, dão importância à prática esportiva e das atividades físicas. Basicamente este é o contexto do Projeto.

O Senador Relator propõe a aprovação e, na qualidade de Senador *ad-hoc*, eu me acosto à intenção e ao propósito do Senador Relator, o Senador Wellington Salgado, no sentido de aprovar esse Projeto da Senadora Fátima Cleide.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agradeço ao Senador Roberto Cavalcanti. Em discussão a matéria. Não havendo quem queira

discutir, encerrada a discussão. Em votação. A votação será nominal, o Projeto é terminativo. Senadora Fátima Cleide.

SENADOR FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Voto conhecido, a autora é a favor [risos]. Valter Pereira, Raimundo Colombo.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Álvaro Dias.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sim, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Roberto Cavalcanti, voto conhecido, que serviu como Relator *ad-hoc*, a gente agradece. Senador Efraim Morais, Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem. Está aprovado o Projeto apresentado.

SENADOR FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Pois não, Senadora Fátima Cleide, pela ordem.

SENADOR FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Muito rapidamente, até para nós aproveitarmos o quorum aqui, eu queria agradecer ao Senador Wellington pela aprovação do Projeto na condição de Relator, agradecer ao Senador Roberto aqui na condição de Relator *ad-hoc* e agradecer a todos os Senadores e Senadoras que votaram favoráveis a esse Projeto, que nós consideramos de suma importância até para mudar a concepção de que educação física é uma disciplina que pode ser realizada em qualquer espaço. Na realidade, nós queremos, com isso, dizer que a educação física é uma disciplina constante do curriculum escolar e que a sala de aula onde deverá ser ministrada essa disciplina é a quadra escolar que, infelizmente, a maioria das nossas escolas não tem e, por isso, nós temos um grande prejuízo na formação dos nossos estudantes, mas exigimos que eles nos tragam medalhas quando vão participar de eventos internacionais e mesmo nacionais.

Então, Sr. Presidente, o meu muito obrigada à V. Exa. pela compreensão de colocar esta matéria na pauta neste momento e obrigada a todos os Senadores pela aprovação da mesma.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agradeço, parabenizo V. Exa. e parabenizo o Senador Roberto Cavalcanti e o Senador Wellington Salgado pelo relatório.

Faço um apelo aos presentes para que votemos mais dois itens de natureza terminativa, talvez três, porque o Relator ainda não está presente, mas são itens que acredito não serem polêmicos.

Item nº 5, terminativo, Projeto de Lei do Senado nº 165, de 2008, "Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Taguatinga, no Distrito Federal". A autoria é do Senador Adelmir Santana. A relatoria é do Senador Cristovam Buarque. O Parecer é favorável, com a Emenda de redação oferecida. Serão realizadas duas votações nominais, uma para o Projeto e outra para a Emenda. Com a palavra o Senador Cristovam Buarque para o Item nº 5, Projeto nº 165.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Sr. Presidente, eu quero dizer que, numa releitura que fiz do Parecer, eu descobri que havia algumas incongruências, e eu substituí hoje, distribuí para os senadores o Parecer.

Trata-se do PLS nº 165, de 2008, de iniciativa do Senador Adelmir Santana, que autoriza, em seu art. 1º, o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Taguatinga, no Distrito Federal. Essa tem sido uma grande preocupação do Senador Adelmir Santana, que

eu felicito. O Projeto, igualmente, confere autorização para o Poder Executivo criar os respectivos cargos e dispor sobre a organização e competência das atribuições, e, também, o estabelecimento dos servidores que se fizerem necessários. O art. 2º estabelece que a escola em questão será uma instituição de educação profissional voltada para a formação e qualificação de técnicos de nível médio. E, finalmente, o art. 3º estipula o início da vigência para a data da sua publicação.

Da análise, Sr. Presidente. O art. 205 da Constituição estabelece que um dos fins da educação consiste na qualificação para o trabalho. Nesse sentido, o Projeto do Senador Adelmir Santana é extremamente válido e merece todo o nosso apoio. Em um País marcado por todas as desigualdades e injustiças, a criação de oportunidade de acesso à educação profissional representa um dos caminhos mais seguros e promissores para permitir que os jovens de famílias de baixa renda adquiram qualificação para obter melhor posição no mercado de trabalho. A educação profissional, particularmente a vinculada ao ensino médio, de nível técnico, denominada normalmente de ensino profissionalizante, continua a ser objeto de forte preconceito das elites, que tendem a dirigir a sua visão para o ensino superior. Mais uma vez o Senador Adelmir toma uma posição correta na defesa dessa escola. A dissimulação no cumprimento dessa obrigatoriedade das autoridades é que faz com que esse Projeto esteja vindo do Poder Legislativo. Apesar de a LDB ter valorizado a educação profissional, seu texto deixou margem para que a prioridade em atendimentos [ininteligível] se deslocasse para o oferecimento de cursos dissociados do ensino regular. Desse modo, ocorreu uma contenção na política de expansão da rede federal, que o Senador Adelmir tenta rever. Essa opção foi revista em 2004 e com base nessa mudança o Plano de Desenvolvimento, lançado pelo governo em 2007, estabeleceu a meta de criar 354 estabelecimentos de educação profissional até 2010. O Parecer do Senador Adelmir, portanto, se insere dentro desse espírito do Governo Federal.

No que diz respeito à escolha de Taguatinga, a justificativa do autor do Projeto é precisa. Trata-se da capital econômica do Distrito Federal, com uma população de 250 mil habitantes e uma indústria e um comércio dinâmicos, que exigem uma escola técnica. É, portanto, do interesse do Distrito Federal, do Brasil e de nossa juventude que devemos apoiar o Projeto do Senador Adelmir e envidar esforços para que a escola seja realmente criada em atendimento às expectativas da população de Taguatinga e cidades próximas.

Por fim, mediante a apresentação de Emenda, sugerimos um pequeno ajuste redacional para que fi-

que mais clara a sua intenção a respeito da lotação de servidores na escola. Em vista do exposto, o Voto é pela aprovação do Projeto nº 165, de 2008, acolhida com a Emenda que diz "lotar na escola os servidores que se fizerem necessários ao seu funcionamento, mediante a criação de cargos e a transferência e transformação de cargos efetivos vagos dos quadros de pessoal dos órgãos de entidades da administração federal direta, autárquica e fundacional".

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem. Agradeço. Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, em votação nominal, por ser Projeto de natureza terminativa. Senadora Fátima Cleide.

SENADOR FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Com o Relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PcdoB-CE): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Valter Pereira, Raimundo Colombo.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Com o Relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Álvaro Dias.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Cristovam Buarque; é o Relator. João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Ideli Salvatti, Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB):

Com o Relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Garibaldi Alves Filho.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): É uma alegria sempre tê-lo aqui na Comissão. Senador Efraim Morais.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu acho que todos foram chamados. Está aprovado.

Indago aos Srs. Senadores e Senadoras se mantêm o mesmo Voto para a Emenda oferecida pelo Relator Cristovam Buarque. Sim? Não há ninguém que objete? Então está bem, está aprovado o Projeto, o Parecer, o relatório com o Voto favorável e a Emenda oferecida.

Passamos ao Item 6 da pauta, que é o último item de natureza terminativa. É o Projeto de Lei do Senado nº 207, de 2008, que "Institui o Dia Nacional do Sanfoneiro". O autor é o Senador Efraim Morais, aqui presente. O Relator é o Senador João Vicente Claudino. O Parecer é favorável. O Senador João Vicente Claudino concordou que o Senador Raimundo Colombo, grande companheiro de Santa Catarina, pudesse fazer o relatório como Relator *ad-hoc*. Com a palavra V. Exa.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Senador Flávio Arns, eu não sou sanfoneiro, mas gosto de ouvir a sanfona.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PcdoB-CE): [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Exatamente, Senador Inácio. A autoria é do Senador Efraim Morais e o Senador João Vicente Claudino dá o Parecer favorável. A proposição objetiva instituir o Dia Nacional do Sanfoneiro, a ser celebrado anualmente em 26 de maio, por ocasião do aniversário de Severino Dias de Oliveira, conhecido artisticamente por Sivuca. O Projeto não recebeu a Emenda. Ele tem todo o mérito e também atende a todas as demandas jurídicas. Por essa razão, o Parecer é favorável e não há também nenhuma Emenda. Esse é o Parecer com o qual a gente se associa e cumprimenta o Senador Efraim Morais pela iniciativa e o relatório do Senador João Vicente Claudino.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Está em discussão a matéria. Senador Efraim Morais, que é o autor do Projeto.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Presidente, só para fazer um registro e dizer que o nosso intento precípua do Projeto é prestar uma homenagem ao talento e a importante contribuição dos sanfoneiros para sempre crescente valorização da cultura nacional. Dizer a Ss. Exas. que nos referimos à música como um bem cultural, e a Paraíba tem uma história levada pelas mãos desse artista internacional, que é Sivuca. Para que V. Exa. tenha um ideia, nós estamos iniciando, daqui há poucos dias, o mês de junho, onde todo o Nordeste brasileiro estará sendo tomado pelo sanfoneiro, através do seu acordeom, [ininteligível] sanfona(F). Ainda acrescentar, Sr. Presidente, de que no caso da Paraíba, para que vocês tenham uma ideia, nós temos uma orquestra sinfônica formada só por sanfoneiros, são várias sanfonas que trazem uma orquestra para qualquer parte do Brasil e do mundo, como já aconteceu. Por isso, eu acho que eu faço uma homenagem a começar de Luiz Gonzaga, que implantou o baião, passando por outros importantes como Hermeto Pascoal, Dominginhos, Caçulinha, enfim, eu acho que a homenagem é justa e retrata, acima de tudo, muito do meu Nordeste, muito da minha Paraíba.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu vou tomar a liberdade de pedir ao Senador Roberto Cavalcanti, se concordar, que a gente encerre a discussão, faça a votação, mas eu retorno a esse assunto para os comentários, assim, que desejem ser feitos.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu concordo, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Só em função de dificuldades de quorum. Então está encerrada a discussão. Vamos à votação. Senadora Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): De acordo, com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Fátima Cleide, Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PcdoB-CE): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Valter Pereira, Raimundo Colombo – voto conhecido, Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Com o Relator, Sr. Presidente, e com o autor.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Álvaro Dias, Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Com o Relator, Presidente, e homenageando também os gaiteiros do Sul na pessoa do Borgatinho.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Romeu Tuma, Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Ideli Salvatti, Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Com o Relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Garibaldi Alves Filho.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Efraim Morais – voto conhecido.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Com o autor.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Com o autor, com o meu Projeto [risos]. Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Está aprovado, então, o Parecer do Senador Raimundo Colombo como Relator *ad-hoc*.

Passamos, em primeiro lugar, a palavra ao Senador Roberto Cavalcanti, que, gentilmente, cedeu o tempo para que a votação fosse realizada. E, na sequência, passaremos aos Itens 7 e 9, cujo Relator é o Senador João Pedro, natureza não terminativa. Com a palavra o Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente, na verdade a minha observação seria de me congratular com o Senador Efraim Morais no sentido desta Emenda e fazer, também, a ressalva de que o Relator, o João Vicente Claudino, também paraibano, Senador pelo Estado do Piauí, mas todos os dois com extrema sensibilidade do que representa ou o que representou o Sivuca e o sanfoneiro representa para a cultura brasileira, para a cultura nordestina e cultura paraibana.

Eu me acosto às palavras e à preocupação do Senador Álvaro Dias de que, talvez eventualmente, a

imprensa ou a má imprensa vá explorar determinados temas que são aprovados nesta Casa e que possa menosprezar. Dizer que, repetindo as palavras do Senador Efraim Morais, na Paraíba, por exemplo, tem a famosa Orquestra Sanfônica, que é uma orquestra completa, toda com sanfoneiros e que dão bastante brilho, principalmente na cidade de Campina Grande. Eu o parabenejo mais uma vez pela iniciativa do Projeto e à memória do nosso Sivuca.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Quero me associar à manifestação de V. Exa., assim como a justificação importante do Senador Efraim Morais, dizer que é um Projeto importante e isto faz com que haja a oportunidade, a despeito das críticas a Projetos dessa natureza, para que áreas importantes sejam desenvolvidas, valorizadas, a população conscientizada. São Projetos que podem contribuir muito, seja na área da cultura, na área da saúde, da educação, para o Brasil. Parabéns ao Senador Efraim Morais e parabéns ao Raimundo Colombo que relatou e, também, ao João Vicente Claudino, que não está aqui, mas que é também solidário com o Projeto.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PcdoB-CE): Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PcdoB-CE): Eu gostaria assim de estender a justificativa dos autores e do Relator às figuras extraordinárias de um José Dantas, músico e autor, compositor, mais o Luiz Gonzaga, lá de Exu. Uma outra figura extraordinária que está por trás desses cantores, porque ele não tinha voz, ele não era cantor, embora cantasse, mas não era o cantor que conseguisse colocar na altura necessária o baião, o xote, as expressões culturais do Nordeste brasileiro, que foi Humberto Teixeira. Estender até o pai de Luiz Gonzaga, que Humberto Teixeira fez uma música muito interessante que fazia referência à sanfona de oito baixos, que era a sanfona que tocava o pai do Luiz Gonzaga. Então ele fazia uma menção direta, precisamos fazer uma homenagem a Januário, que Januário é que é o pai dessa turma de cantadores que elevam a música, "respeita os oito baixos de teu pai". Então, Luiz era referência a Januário. Eu acho que é muito importante, é muito significativo esse Projeto, porque ele reforça uma expressão cultural do nosso País, do Brasil, que foi tocada por estes homens e mulheres do povo brasileiro. Tem uma outra paraibana espetacular, ela canta uma música do Humberto Teixeira, que o primeiro que cantou foi o Luiz Gonzaga, mas essa música, quando é tocada, ela entra na cabeça das pessoas. É uma música feita para uma campanha eleitoral, foi feita para uma campanha eleitoral. Depois,

o Humberto Teixeira brincou com José Alberto de Almeida, dizendo que ele não tinha culpa do candidato não ter voto, mas que a música estourou nas paradas do Brasil inteiro e do mundo, chama-se Paraíba, é uma música espetacular de Humberto Teixeira, cantada por Luiz Gonzaga, depois pela nossa cantora paraibana Elba Ramalho, numa força enorme de voz.

Então, eu acho que isso é a arte, é a cultura do povo brasileiro que nós temos que reforçar na nossa Comissão. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Muito bem. Passamos em seguida ao Item nº 7 da pauta, de natureza não terminativa, Projeto de Lei da Câmara nº 54, de 2008, que Confere ao Município de Corumbá, no Estado do Mato Grosso do Sul, o título de "Capital do Pantanal". A autoria é do Deputado Vander Loubet. A relatoria é do Senador João Pedro. O Parecer é favorável. A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 14/04/2009 e 05/05/2009. Com a palavra V. Exa. São dois itens de natureza não terminativa e mais um requerimento.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM):: O relatório, Sr. Presidente, Srs. Senadores, do Projeto de Lei da Câmara nº 54, de 2008, de autoria do Deputado Vander Loubet, propõe que seja conferido ao Município de Corumbá o título de "Capital do pantanal".

Da análise. Nos termos do art. 102, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Educação apreciar proposições que tratam de homenagens cívicas. O Pantanal brasileiro constitui um dos ecossistemas mais belos do mundo. Santuário ecológico mundial, é a maior planície úmida do planeta, com uma superfície de mais de 200 mil quilômetros quadrados em território brasileiro. A cidade de Corumbá, que abrange 60% da porção sul-mato-grossense e 37% do Pantanal brasileiro como um todo, já se tornou conhecida como a "Capital do Pantanal".

O Voto, Sr. Presidente, é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 54, de 2008, do Deputado Vander Loubet.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Muito bem. Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os que estiverem de acordo com o Parecer favorável do Senador João Pedro permaneçam como se encontram. Aprovado.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PcdoB-CE): Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Pois não,

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PcdoB-CE): Eu pediria a V. Exa. uma inversão na pauta para nós apreciarmos o Item 13, é um requerimento, eu faço esse

apelo a V. Exa. porque eu sou o autor de uma sessão de Audiência Pública que está se realizando na CDR, os convidados ainda estão na mesa e eu tive que correr aqui também para contribuir com a nossa Comissão de Educação.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Se não houver objeção--

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR): Sr. Presi-

dente, não há objeção, mas eu gostaria já de antecipar, eu tenho que me retirar, um pedido de vista para o Item nº 9, cujo Relator é o Senador João Pedro. É apenas um pedido de vista para que se possa apresentar um voto em separado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Em função dessa dificuldade, havendo essa dificuldade, eu pediria talvez só mais cinco minutos. Para haver o pedido de vistas tem que haver a leitura do Parecer, um resumo, pelo menos, aí haveria a solicitação de vista.

Então o Item 9, não terminativo, Projeto de Lei da Câmara nº 37, de 2008, que "Denomina Professor Arthur Fonseca o Campus da Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR) localizado no Município de Sorocaba, Estado de São Paulo". A autoria é do Deputado Antônio Carlos Pannunzio. A relatoria do Senador João Pedro. O Parecer é pela rejeição. Com V. Exa. a palavra.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Sr. Presidente, tem o relatório, o Voto é pela rejeição, mas há uma manifestação do Senador Álvaro Dias que eu acho legítima. O Projeto de Lei da Câmara nº 37, de 2008, de autoria do Deputado Antônio Carlos Pannunzio, tem como finalidade denominar Professor Arthur Fonseca o Campus da Universidade Federal de São Carlos, que se localiza na cidade paulista de Sorocaba. De acordo com o art. 2º da proposição, após aprovada, a Lei sugerida entrará em vigor na data da sua publicação.

Ao justificar a apresentação do Projeto de Lei, o autor revela a sua intenção de homenagear o Professor Arthur Fonseca, a quem considera destacado educador e político atuante no Município de Sorocaba. Na Câmara dos Deputados a proposta recebeu Parecer pela aprovação da Comissão de Educação e Cultura e pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania. Nesta Casa foi distribuída a esta Comissão, onde não houve abertura de prazo para o oferecimento de Emendas. Esse o relatório, Sr. Presidente.

O Voto é pela rejeição, mas há uma manifestação, como Relator eu quero dizer da legitimidade do Senador em pedir vista, sem nenhum problema.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR): Eu peço vistas, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Em discussão a matéria.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR): Eu peço vistas por se tratar de um Projeto apresentado por um dos líderes do nosso partido na Câmara dos Deputados e nós queremos ouvi-lo sobre a justificativa e a eventual apresentação de um voto em separado. Eu agradeço.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Muito bem. Vistas concedidas ao Senador Álvaro Dias pelo prazo regimental, cinco sessões, e retornará à pauta na próxima reunião. Obrigado.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): O Item 7, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Esse é o Item 9, foi o Item 9. O Item 7 já foi aprovado.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Não, o item--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PcdoB-CE): É o Item 13 agora, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Agora é o Item 13, exatamente, que é de natureza não terminativa também. "Em aditamento ao Requerimento nº 11, de 2009, que propõe a realização de Audiências Públicas para debater o Anteprojeto da Lei Rouanet, que estabelece mecanismos para o financiamento da cultura no País, proponho hoje que sejam incluídos entre os debatedores os seguintes representantes: o Diretor-Presidente da Agência Nacional do Cinema (ANCINE), Sr. Manoel Rangel, o Presidente do Congresso Brasileiro de Cinema (BC), Sr. Rosemberg Cariry e a Presidente da Associação Brasileira de documentaristas, Sra. Solange Lima, representante da região Norte e Nordeste da Câmara Setorial do Teatro e da Cultura, Sr. Oséas Borba. Esse requerimento é do Senador Inácio Arruda. V. Exa. está com a palavra.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PcdoB-CE): Sr. Presidente, eu gostaria de pedir a aprovação aos meus pares porque trata-se de um aditamento apenas de um requerimento para uma Audiência Pública que já foi aprovada. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Muito bem. Os que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Aprovado.

Eu quero, em primeiro lugar, requerer a V. Exa. a inclusão extrapauta de um aditamento também ao Requerimento nº 11, de 2009, do qual eu sou o autor. Em primeiro lugar, em votação o aditamento extrapauta. Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está aprovado. "Requeiro, nos termos do inciso II, do art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal, aditamento ao Requerimento nº 11, de 2009, de au-

toria dos Senadores Flávio Arns, Cristovam Buarque, Raimundo Colombo, Sérgio Zambiasi e da Senadora Rosalba Ciarlini, aprovado por essa Comissão, a inclusão entre os participantes da Audiência Pública para debater o Anteprojeto da Lei Rouanet o seguinte convidado: Daniel Queiroz de Sant'Ana, Diretor-Presidente da Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansur e Presidente do Fórum Nacional de Secretários de Estado da Cultura". Eu quero justificar porque, inclusive, já fizemos este convite ao Dr. Daniel, em entendimentos com o Ministério da Cultura, para que ele pudesse participar amanhã já da Audiência Pública. E, como foi dito também, o objetivo é termos Audiências Públicas no decorrer do ano, porque nós temos, por enquanto, um Anteprojeto de Lei, uma ideia que está sob Consulta Pública, agora já encerrou-se a Consulta Pública e o Ministério da Cultura está organizando as contribuições que vieram de todos os setores da sociedade para que, com base nisso, possa enviar um Projeto de Lei ao Congresso Nacional para apreciação. Então nesse sentido é para a inclusão do Dr. Daniel Sant'Ana. Está em discussão a matéria. Os que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Aprovado.

Já li os comunicados, visita à Escola do SESC no Rio de Janeiro, em data a ser deliberada. Quero dizer da importância também de termos tido um quorum importante novamente, aliás, toda semana vem acontecendo isto aqui na Comissão de Educação, Cultura e Esporte, e, ao mesmo tempo, convidá-los para amanhã, às dez horas, fazermos uma reflexão sobre a Lei Rouanet, os debates que estão acontecendo pelo Brasil, as reflexões que podem contribuir para esta Comissão de Educação, para que isto tudo norteie assim a organização do pensamento em relação àquilo que esta Comissão possa contribuir para o processo de aprimoramento da legislação na área da cultura e que beneficie, também, todos os desafios que têm que ser enfrentados nesta área.

Agradeço, quero dizer aqui que, na semana que vem, nós vamos ter a sabatina para três membros da ANCINE, deveria até ter acontecido hoje, quero justificar, fizemos todo o esforço para que tivesse acontecido hoje, porém, houve dificuldades na apresentação dos relatórios por parte, não de todos os relatores, mas já estamos com os relatórios sendo recebidos e isto será pautado para terça-feira da próxima semana. Então faremos a sabatina dos três indicados na terça-feira. Só quero destacar que não há qualquer atraso por parte da Comissão de Educação. Recebemos os nomes na semana passada na Comissão de Educação, na quarta-feira. No mesmo dia já distribuímos, fizemos o apelo para que sexta-feira tivéssemos os relatórios. Como não tivemos e o Regimento determina que tenhamos

que divulgar os relatórios quarenta e oito horas antes, nós não pudemos, infelizmente, pautar esse assunto para o dia de hoje, como teríamos gostado, porque o mandato dos profissionais, das pessoas indicadas para a ANCINE termina agora, no dia 23, 24 de abril. Então, eu vou fazer, depois, um apelo, também vou falar pessoalmente com os Senadores do PSDB, com os Senadores do DEM e dos demais partidos, representados nesta Comissão, para que a gente possa discutir os nomes, sabatinar os nomes na terça-feira de manhã e, se eles forem aprovados, como acredito que serão, mas se forem aprovados, para que isso possa ser objeto da pauta do Plenário na terça de tarde, para que possamos dar a celeridade possível ao processo.

Agradeço novamente a participação de todos e declaro encerrada a presente reunião. Obrigado.

Sessão encerrada às 12h47.

ATA DA 20ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE MAIO DE 2009.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e vinte e um minutos do dia treze de maio de dois mil e nove, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), sob a Presidência do Senador Flávio Arns, e com a presença dos Senhores Senadores Augusto Botelho, Inácio Arruda, Raimundo Colombo, Rosalba Ciarlini, Cícero Lucena, Marisa Serrano, Sérgio Zambiasi, Cristovam Buarque, José Nery, Roberto Cavalcanti, Efraim Morais, Papaléo Paes e Mozarildo Cavalcanti reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Paulo Paim, Fátima Cleide, Marina Silva, Expedito Júnior, Valter Pereira, Gilvam Borges, Wellington Salgado de Oliveira, Gerson Camata, Francisco Dornelles, Marco Maciel, Heráclito Fortes, José Agripino, Adelmir Santana, Álvaro Dias, Lúcia Vânia e Romeu Tuma. O Senhor Presidente, Senador Flávio Arns, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 11/09 – CE, de autoria dos Senadores Cristovam Buarque, Rosalba Ciarlini, Raimundo Colombo, Sérgio Zambiasi e Flávio Arns, que tem como objetivo **"Debater o anteprojeto da Lei Rouanet"**. A Presidência registra a presença para acompanhar a Audiência Pública, do Senhor Nilson Luiz Raman Pereira, Produtor, sócio fundador e membro do Colegiado da Associação dos Produtores de Teatro do Rio de Ja-

neiro – APTR; Senhor José Luiz Herencia, Secretário de Políticas Culturais do Ministério da Cultura; Senhor Paulo Brum Ferreira, Assessor Especial do Ministro da Cultura e Coordenador de Assuntos Parlamentares do Ministério da Cultura; Senhora Maria Beatriz Corrêa Salles, Consultora Jurídica do Ministério da Cultura; Senhor Jorge Vinhas, Assessor Parlamentar do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN; Senhor Emmanuel Appel, Professor de Filosofia da Universidade Federal do Paraná; Senhor Angelo Carlos Vanhoni, Deputado Federal (PT-PR) e Senhora Cristina Gomes Saraiva, Coordenadora do Núcleo Independente de Músicos do Rio de Janeiro. Como expositores, comparecem à Audiência Pública o Senhor Paulo Pélico, Especialista em Legislação Cultural e Produtor Teatral; Senhor Daniel Queiroz de Santana, Secretário da Cultura do Estado do Acre; Fábio de Sá Cesnik, Advogado e Senhor Roberto Nascimento, Secretário de Incentivo e Fomento à Cultura do Ministério da Cultura. Finda a apresentação dos expositores, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam da palavra os Senhores Senadores Roberto Cavalcanti, Rosalba Ciarlini, Crsitovam Buarque e Augusto Botelho. A Presidência agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às treze horas e dezenove minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador **Flávio Arns**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

20ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 13 DE MAIO DE 2009.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Havendo número regimental, declaro aberta a 20ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a aprovação da mesma. Os Senadores e Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Aprovada.

A presente reunião atende ao Requerimento nº 11, de 2009, Comissão de Educação, de minha autoria e dos Srs. Senadores Cristovam Buarque, Rosalba

Ciarlini, Raimundo Colombo e Sérgio Zambiasi para a realização desta Audiência Pública destinada a debater o Anteprojeto da Lei Rouanet.

Dando início à Audiência Pública, solicito ao Senador Augusto Botelho, que já está lá na Secretaria da Comissão, que acompanhe os convidados para que os mesmos tomem assento à Mesa. Em primeiro lugar quero dar as boas vindas aos convidados para essa discussão, esse debate, essa reflexão nesta manhã nesta Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Eu quero destacar que toda Lei é sempre objeto de reflexão e de debate, não necessariamente para mudanças, para alterações no conjunto da Lei, mas se nós olharmos aqui nesta Comissão a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que já é de 1996, muitos aspectos da Lei foram já alterados no decorrer desses anos no sentido de aprimorá-la e adequá-la às necessidades da sociedade. Se pensarmos na Lei de Incentivo ao Esporte, apesar de não estar sendo objeto de debate neste momento, mas nós também nesta Comissão vamos estudá-la, adequá-la no que for necessário, chamar a sociedade para pensar sobre a Lei e ver o que é que é necessário ser feito para que ela sempre melhor atenda às demandas da sociedade. Na área do esporte, ainda, a Bolsa-Atleta, Lei do Bolsa-Atleta, que é uma Lei importante, necessária e nós vamos também fazer a avaliação desta Lei. Então o objetivo da discussão nesta manhã e nas outras discussões que acontecerem é sempre no sentido – e eu até chamo, assim, à reflexão os expositores – de pensarmos o que é que está bom na Lei e o que é que precisa ser aperfeiçoado na legislação, o que é que está bom e o que é que precisa ser aperfeiçoado, porque a Lei de Incentivo à Cultura, sem dúvida alguma, na área da cultura é a Lei mais fundamental que temos, como a LDB, se a gente puder dizer assim na área da educação, e outras Leis, Agnelo Piva, Bolsa-Atleta, incentivam o esporte na área do esporte. Então a reflexão: o que é que está funcionando? Como é que está? Está bem, não está? O que é que precisa ser aprimorado? E, ao mesmo tempo, nós temos um elemento novo que é como que o anteprojeto, a proposta, a ideia do Ministério da Cultura se posiciona em relação àquilo que a gente acha que é bom e aquilo que precisa ser modificado.

Quero enaltecer, já fiz isso em público em outras ocasiões, a iniciativa do Ministério da Cultura de dizer: “Olhe, temos uma ideia, estamos submetendo essa ideia a um debate público. Vocês sugeriram, se posicionem e mandem essas sugestões para o Ministério da Cultura. Então essas sugestões foram dadas durante o período de tempo determinado e que estão sendo apreciadas neste momento pelo Ministério

da Cultura, que na sequência a intenção é enviar ao Congresso Nacional, aí sim, um Projeto de Lei. Agora como Comissão de Educação, Cultura e Esporte, nós devemos fazer isto permanentemente, acompanhar a execução orçamentária, acompanhar a legislação, os programas sendo implantados e verificar como é que tudo isto sempre pode ser aprimorado. A gente quer fazer isto na Comissão em função do debate que está acontecendo no contexto nacional, mas pode ser independentemente da discussão do debate que acontece a nível de Brasil.

Então nesse sentido eu quero enaltecer a presença dos convidados, dizer que é importante a sociedade, o próprio Ministério se manifestar. Não temos o Projeto de Lei aqui e isso não impede, como eu disse, o debate, o debate tem que acontecer, vai continuar acontecendo, independentemente do Projeto de Lei, e na hora que houver o Projeto de Lei naturalmente que o debate se concentrará naquilo que o Projeto de Lei apresentar. Mas fazer a análise do contexto, da conjuntura, no caso nosso de hoje da cultura, é obrigação dessa Comissão fazer, não é verdade? Então nós temos que fazer, temos que pensar o que é que está bom. Tá bom? Que bom. E eu não vou dizer o que é que está ruim, porque não é ruim, é o que precisa ser melhorado, aperfeiçoado, e a gente tem que fazer isso todo dia, não é verdade?

Então eu quero saudar novamente os expositores, o Dr. Paulo Pélico, o Dr. Daniel Queiroz de Santana, Fábio de Sá Cesnik e Roberto Nascimento. Sejam todos bem-vindos. Nós temos uma sequência, inclusive deixamos o Dr. Roberto Nascimento como o último expositor para que, em função das colocações feitas, ele possa, depois, inclusive, fazer um apanhado assim do ponto de vista do Ministério. Então em primeiro lugar eu passo a palavra ao Dr. Paulo Pélico, Especialista em Legislação Cultural e Produtor Teatral. Nós teremos 15 minutos de apresentação, de exposição. Eu só lembro aos expositores que o relógio lá fica marcando os quinze minutos e sempre tem uma campanha que, para os desavisados, pode dar um susto, mas é automático, ela toca faltando um minuto. Mas é claro que nós temos a tolerância de a pessoa poder terminar o ponto de vista, mas não ultrapassando em muito os 15 minutos, para que depois haja a oportunidade dos Senadores e Senadoras também fazerem os comentários e os expositores retornarem então com os argumentos e as complementações. Então, Dr. Paulo Pélico, com alegria passo a palavra ao senhor.

SR. PAULO PÉLICO: Bom-dia a todos, bom-dia aos Senadores presentes, aos visitantes, bom-dia aos colegas de Mesa. Eu queria cumprimentar o Presidente dessa Comissão, o Senador Flávio Arns, por essa

iniciativa. Eu já estou completando acho que a minha décima Audiência Pública aqui em torno de temas ligados à cultura. Essa Casa de fato tem fomentado o debate e dado voz a todos os segmentos da área cultural e também do Poder Público e tem contribuído bastante para que essas questões sejam tratadas de maneira democrática e republicana. Quero agradecer também ao Secretário Júlio Linhares, incansável nessa luta e que tem prestado esse grande serviço à cultura brasileira.

Eu acho que após a exposição do Secretário Roberto Nascimento nós teríamos condições de fazer análises mais pontuais da proposta do Governo, porque trata-se de modificar uma Lei que já tem dezoito anos e que, claro e evidente, precisa de modificações. Ela foi feita para um País que também já não é mais o mesmo. Além disso, a legislação sofreu várias alterações ao longo do tempo, algumas boas, outras nem tanto, que foram, em alguns casos, deformando a legislação e criando dificuldades evidentes e técnicas para a produção cultural. Mas eu acho que para a gente ter isso em perspectiva, essa reforma, é preciso recuperar alguns conceitos, que já são bastante conhecidos, mas vale a pena repetir. O primeiro deles é sobre o incentivo fiscal, que não foi inventado pela cultura e muito menos pelo Brasil e nem trata-se de um instrumento contemporâneo, as primeiras notícias datam da idade média, e sempre foi tratado pelos especialistas como um instrumento de desenvolvimento dirigido. Evidentemente, sempre uma noção geográfica, as regiões que eventualmente apresentassem dificuldades de desenvolvimento, o incentivo fiscal é muito eficiente, foi sempre muito eficiente para desenvolver essas regiões e equilibrá-la com relação ao conjunto. E, também, de segmentos, já tivemos vários exemplos de segmentos da economia que receberam o benefício do incentivo fiscal. Quando ele chegou na cultura, através da Lei Sarney, no final da década de 80, foi a primeira vez que o incentivo fiscal foi dirigido a uma região não geográfica. Ela foi dirigida a uma área do imaginário da Nação. Isso fez toda a diferença porque, evidentemente, a cultura, como produtora de bem simbólico, vai ter um comportamento e uma dinâmica completamente de uma indústria de eletroeletrônico, como a Zona Franca de Manaus.

Mas é curioso observar que quando o incentivo fiscal foi adotado no Brasil, o Ministro Celso Furtado, atendendo a um pedido do então Presidente Getúlio Vargas, ele desenvolveu uma defesa em favor do incentivo fiscal que, se lido hoje, parece que ele está falando da indústria cultural ou da cultura, porque a produção de bens simbólicos apresenta todas as características que a tornam legítima para receber o incentivo fiscal,

que é escoamento de produto, um dos grandes problemas apontados pelo Celso Furtado, pelo economista Celso Furtado, eram regiões que tinham dificuldades de escoamento de produto, e a cultura é o nosso maior problema, a distribuição. Basta dizer que só 25% dos Municípios brasileiros têm cinema. Pior ainda no caso de bibliotecas e pior ainda no caso de teatros. Então, imagina uma indústria de revistas ou de jornais que não tivesse bancas de jornais em 95% dos Municípios. Não vai sobreviver. Formação de mão de obra e problemas de qualificação de mão de obra. Todas essas questões se apresentam na indústria cultural e mesmo aquela cultura fora da indústria.

Então, quando chegou a Lei Sarney, que foi rapidamente superada pela Lei Rouanet, houve uma revolução, houve uma revolução. Ao contrário do que o Ministério tem divulgado, o Ministério tem sido muito duro com relação à Lei Rouanet, geralmente, procurando legislar pela exceção, buscando problemas pontuais e generalizando no caso da Lei, mas tem falado muito pouco, o Ministério da Cultura, eu nunca vi, eu pessoalmente faço política cultural há 20 anos, eu nunca vi o Ministério da Cultura destacar pontos positivos da Lei Rouanet, essa administração eu nunca vi, o que contrasta um pouco com o Ministério dos Esportes, por exemplo, que tem uma campanha hoje nacional, em televisão, defendendo o incentivo fiscal; o Ministério da Cultura, ao contrário, tem transformado a Lei Rouanet, tem tentado junto à opinião pública transformar em algo que seria questionável e nocivo à sociedade. Evidentemente a produção cultural não vê assim. Um exemplo que eu tenho dado com muita frequência e que demonstra a diferença entre a produção cultural antes do advento das Leis de Incentivo e depois é o cinema, a retomada do cinema brasileiro. Um dado que é bastante eloquente é o fato de que a Lei do Audiovisual, que é incentivo fiscal também, ela é de 1993 e ela passou a operar em 1995 efetivamente, com a regulamentação. Ela em oito anos, em oito anos o cinema brasileiro obteve cinco indicações para o Oscar, cinco indicações para o Oscar. A indicação anterior é de Pagador de Promessas, em 1962. Em oito anos de Lei do Audiovisual tivemos cinco indicações para o Oscar. Todas as indicações, todos os filmes indicados para o Oscar, Quatrilha, O que é isso, Companheiro?, Central do Brasil, Futebol e Cidade de Deus – Cidade de Deus teve mais de uma indicação para o Oscar -, todos eles usaram incentivo fiscal, todos. Evidente que Oscar não é parâmetro de qualidade artística, mas é parâmetro de eficiência artística e é disso que nós falamos quando falamos de incentivo fiscal. É claro que a qualidade artística depende de outros fatores, mas não adianta ter qualidade artística sem eficiência ar-

tística quando estamos falando de indústria cultural e não adianta nós termos a melhor literatura de Cordel, nós termos diversas manifestações culturais de raiz, preservamos essas manifestações culturais e não termos, ao lado disso, uma indústria cultural competitiva com a indústria estrangeira. Nós continuaremos um País ocupado culturalmente, que somos hoje, sobretudo no capítulo audiovisual, se não tivermos uma indústria competitiva. Foi isso que o incentivo fiscal trouxe para a indústria cultural brasileira e, também, para a cultura fora da indústria.

Houve a revolução do incentivo fiscal na produção cultural e a Lei Rouanet cumpriu a sua parte nisso. Evidente que ela tem imperfeições, evidente que ela precisa ser reformada, mas não nos pontos que o Governo está propondo. Se vocês analisarem a proposta, a minuta de PL do Governo para reforma da Lei Rouanet, o eixo dela, o eixo da proposta é a concentração no Sul e Sudeste do País. Esse discurso já foi adotado e o pior é que esse discurso de concentração do Sul e Sudeste vem acompanhado com uma forma de enfrentamento entre o Sul e Sudeste e Norte e Nordeste. Existe um discurso Robin Hood vendendo para a sociedade que o Sul e Sudeste monopolizariam as verbas em detrimento do Norte e do Nordeste. E a proposta, a atual proposta do Governo, não toca nesse ponto. Eu queria que o Secretário Roberto Nascimento apontasse um ponto, um dispositivo da proposta do Governo que atacaria essa questão. Não ataca.

O Decreto de 2006, que modificou bastante o perfil do uso da Lei, ele foi vendido com o mesmo discurso. Naquele tempo, a concentração no Sul e Sudeste, dados do próprio Ministério, era de 73% no Sul e Sudeste. O Decreto veio para resolver isso, segundo o discurso do Governo, criando a figura do edital único. Muito bem. Hoje o próprio Ministério divulga que a concentração recrudescer, piorou, e hoje ela está em 80% no Sul e no Sudeste. A concentração, ela reflete a geoeconomia do País, mas nós não nos devemos nos conformar com ela; nós temos mecanismos para combater e atentar, resolver não vamos, porque a população e a participação do PIB do Sul e Sudeste vai estar refletido sempre, mas nós temos mecanismos para atenuar essa concentração e favorecer o Norte e o Nordeste. Nunca foi adotado pelo Governo, nunca. Vocês imaginem que a PETROBRAS tem um limite de destinação igual um distribuidor de bebidas de esquina de Bauru ou de qualquer cidade do interior do País. É isso que está errado. Se nós criássemos limites diferentes, nós aumentaríamos a base das empresas participantes e a pequena e média empresa estão no interior do País, não nos grandes centros. E aí o pequeno produtor cultural vai falar com o pequeno em-

presário sem passar por uma miríade de profissionais de marketing, de jurídico; ele vai falar com o próprio dono e vai poder manter o seu grupo de teatro local, reformar a igreja local. Essa era o caminho para pulverizar os recursos. Isso nunca foi adotado. O Ministro da Cultura preferiu apostar na concentração do poder de decisão, destinar o imposto do empresário através de edital único.

Ora, o incentivo fiscal, a primeira característica dele é a descentralização. Ele tem que ser pulverizado. Até a ditadura militar usou o incentivo fiscal para a EMBRAER, o Fundo 147; quem tem mais de cinquenta anos deve se lembrar. Por que é que uma ditadura militar lança mão do incentivo fiscal, podendo ela destinar sem Congresso, sem Congresso atuante, num Regime de Exceção, por que ela adotaria o incentivo fiscal para impulsionar uma empresa como a EMBRAER? Por causa dessa característica, ele é pulverizado. O que o Governo está propondo é exatamente ao contrário. Ele quer desconcentrar, falando que o Norte e o Nordeste não está atendido, centralizando a decisão; isso é uma contradição em termos e um ataque ao bom senso. Como é que você vai desconcentrar centralizando? É querer voar com aerodinâmica invertida. E não deu certo, o Decreto de 2006 provou que não deu certo. E o fator da concentração não passa só por dar mais vantagem para o Norte e o Nordeste. Precisa também preparar melhor o produtor do Norte e Nordeste. Recentemente a mídia tem publicado que a PETROBRAS, a responsável pelo incentivo fiscal, declarou que não tem oferta do Norte e Nordeste, o BNDES igual e a ELETROBRAS igual, quer dizer, não tem oferta.

Aliado à menor quantidade de projetos consistentes dessas regiões tem a questão da burocracia. Para mim o fator mais participativo na concentração hoje é a burocracia do Ministério da Cultura. Vocês não têm ideia do que seja se relacionar com o Ministério da Cultura. É um calvário burocrático que não tem paralelo. Eu não conheço nenhum outro segmento do Poder Público que tenha uma burocracia tão paquidérmica e pesada quanto o Ministério da Cultura. E evidentemente escritórios que possuam um quadro de funcionários bem treinado, possam contar com assessoria jurídica e assessoria contábil, conseguem atravessar esse matagal burocrático e chegar na outra margem [soa a campanha]. Quem não tem essa possibilidade morre pelo caminho e isso está refletido. Se vocês pegaram os dados do Ministério, vocês vão ver que 86% dos projetos aprovados, de cerca de oito mil ou dez mil, não é Secretário, que hoje são propostos por ano, 86% disso são do Sul e do Sudeste. Então, nós teríamos que atacar a burocracia, em primeiro lugar, e tem mecanismo, eu não vou me alongar porque o meu tempo

já esgotou, nós já fizemos inúmeras propostas desse tipo para diminuir a burocracia, investir em formação do produtor cultural fora dos grandes centros e adotar o limite de repasse, o limite de repasse das empresas de maneira escalonada para incluir no incentivo fiscal, no mercado de incentivo fiscal, as médias e pequenas empresas. Isso, sim, seria uma proposta propositiva para atenuar essa questão. Mas, infelizmente, a minuta de PL do Ministério passou ao largo disso. Eu gostaria que o Secretário abordasse esse tema no que é que essa minuta de Projeto de Lei combateria essa concentração. É isso. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem. Agradeço a participação do Paulo Pélico, que é Especialista em Legislação Cultural e Produtor Teatral. Passo, em seguida, a palavra ao Daniel Queiroz de Santana, Diretor Presidente da Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansur e Presidente do Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Cultura.

SR. DANIEL QUEIROZ DE SANTANA: Muito obrigado. Eu queria cumprimentar a todos na pessoa do Presidente dessa Comissão, S. Exa. o Senador Flávio Arns, dizer da minha satisfação de me fazer aqui presente, procurando contribuir um pouco com esse debate público sobre o Programa Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura, dando sequência a uma prática de sucessivos encontros, seminários, fóruns de discussão. É uma discussão que ganhou o País e que tem tido a participação de diversos segmentos, dos Conselhos Estaduais de Cultura, em especial do Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Cultura que ainda no ano passado, antes que o PL estivesse disponível à Consulta Pública, encaminhou as suas contribuições coletivas, enquanto entendimentos consolidados dos Estados, respeitando-se, obviamente, os entendimentos particulares de cada unidade da Federação, mas naquilo que era comum, naquilo que era consensual, em se tratando do ponto de vista dos órgãos gestores da política cultural em cada Estado, as Secretarias de Cultura e as Fundações de Cultura, encaminhou ao Ministério suas propostas para que fossem incorporadas ao PL e essas propostas, em sua grande maioria, foram incorporadas, foram absorvidas pela minuta do Projeto de Lei que foi disponibilizada para Consulta Pública.

Está disponível a apresentação? Eu vou projetar algumas informações... Enfim, mas isso não--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Só um minutinho, porque também não pode haver prejuízo. Parece que lá na central é que houve o problema, lá na cabine. A imagem estava aparecend-

do normalmente. Desculpe-me pela falha tecnológica [risos].

SR. DANIEL QUEIROZ DE SANTANA: Imagine.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Mas já vamos iniciar. Estava a imagem, a imagem estava aparecendo. Eu estou sendo informado, Daniel, que o técnico terá que vir aqui, será corrigido, se bem que a gente recebeu o papel e podemos acompanhar.

SR. DANIEL QUEIROZ DE SANTANA: Perfeito.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Aí atrás receberam também a cópia? Receberam? Então eu só peço que sejam feitas mais cópias em função da dificuldade. São mais 20 cópias então.

SR. DANIEL QUEIROZ DE SANTANA: Então, continuando, eu fiz uma pequena observação a respeito daquelas que seriam as principais distorções da Lei atual, da Lei Rouanet, que grandes serviços têm prestado e prestou ao nosso País no sentido de financiamento público à cultura, principalmente daquelas demandas que são demandas comunitárias, demandas da sociedade civil, através da apresentação de projetos. Mas ao longo desses anos de operação, de operabilidade da Lei Rouanet, ela se mostrou em alguns aspectos, apesar da sua larga aplicação e grande utilidade, em alguns aspectos um pouco deficitária.

Então eu relacionei aqui um aspecto que o Dr. Paulo já havia mencionado, que é a concentração regional do financiamento no Sul e no Centro Sul. Longe de querer insinuar uma guerra ou um embate entre Norte e Nordeste e Sul e Sudeste, mas é um fato, isso é um dado objetivo, de que há uma concentração regional do financiamento do que é captado e não necessariamente do que é aprovado em termos de projeto, e, também, é fato que o Norte e o Nordeste demandam menos projetos da Lei Rouanet, tanto em virtude da população, da menor concentração de população, mas também em virtude da base empresarial de empresas tributadas sobre o regime do lucro líquido real ser bem menor. Então é um mecanismo que, de um certo ponto, tem uma aplicabilidade restrita em Estados como o Norte e o Nordeste, tendo em vista a sua própria constituição da sua base empresarial. E, de certa forma, evidentemente que essa concentração, ela é um reflexo um pouco semelhante do PIB, da concentração geoeconômica do País, mas não tanto. O Acre, por exemplo, tem uma participação no PIB nacional de aproximadamente 1% e, na verdade, a participação na renúncia fiscal de recursos captados de todo o Norte é correspondente a 1% de tudo que é captado na Lei Rouanet. Desse 1%, 8% só são destinados ao Estado do Acre, por exemplo. Então também não é um reflexo

muito real do PIB e até também não deveria ser, porque a renúncia fiscal de cunho não geográfico, a renúncia fiscal temática, ela se dá justamente para compensar essas distorções e não para repetir o que seria a produção econômica mensurada através do PIB.

Uma outra distorção é a predominância pela destinação de recursos a projetos que se enquadraram na faixa de 100% de dedução. Há uma quantidade muito grande de hipóteses, de projetos culturais que podem ser enquadrados na faixa de 100% de dedução do imposto pelas empresas patrocinadoras, e quando acontece isso realmente não há investimento privado no projeto que está captando recurso. O recurso de incentivo fiscal é um dinheiro devido, é imposto devido, e quando há essa predominância de enquadramento de projetos no percentual de 100% você não tem um investimento próprio, o falado dinheiro bom ou dinheiro novo da empresa naquela quantidade, naquele aporte que era desejado. Então é um mecenato às avessas, é um mecenato onde não há tanta participação do dito Mecenatas, o empresário, e sim na verdade uma situação de que ele é o intermediário daquilo que é o dinheiro público, de fato, de imposto devido, e que poderia ser destinado de forma direta, sem a necessidade de, ao ser aprovado o projeto, ainda precisasse passar por um outro estágio, que é a busca pela captação, que é um processo, para quem é produtor cultural, às vezes demorado, doloroso e sofrido, tendo em vista os números e os percentuais entre projetos apresentados, aprovados e aqueles que, efetivamente, conseguem captar.

Uma terceira distorção é a predominância pela destinação de recursos com projetos de alto retorno de marcha às empresas, um alto valor comercial agregado, privilegiando assim essas manifestações de força pelo comercial, que em si não é um problema, não é uma satanização dos grandes projetos, dos grandes espetáculos, das grandes iniciativas de cunho cultural, do próprio circuito comercial, mas isso se observa em desprivilégio de outras produções regionais de vanguarda ou de linguagens culturais alternativas.

Uma outra e quarta distorção é a predominância do recurso público investido por intermédio das empresas privadas que reflete justamente uma decorrência daquele segundo tópico apresentado, ou seja, ao ter uma preferência por parte das empresas em financiar projetos enquadrados na faixa de 100% de dedução, você estabelece aquele quadro ali de 90% de todo o recurso investido através da Lei Rouanet ser recurso de imposto dedutivo e apenas 10% de investimento próprio das empresas.

E uma última distorção, sem prejuízo de outras, a fragilidade do Fundo Nacional de Cultura, como um

dos três mecanismos já estabelecidos na Lei Rouanet e que, na proposta do Projeto de Lei, se mantém junto ao mecenato, então também não se trata de extinguir o mecenato, extinguir o mecanismo da renúncia fiscal, e, sim, de equilibrar os diferentes mecanismos de financiamento que já estão propostos na Rouanet e que se mantém na proposta do PROFIC, que é o mecenato, o FNC e os FICARTs, os Fundos de Investimentos de Arte, que são Fundos de natureza financeira do ponto de vista do mercado financeiro. Então hoje o FNC é responsável por 12% do financiamento cultural do País e é justamente o FNC que contempla demandas, através do seu mecanismo de apresentação de projetos por demanda espontânea e também na possibilidade de conveniamento com o Estado, e aí eu coloco um ponto de vista que é uma ótica do Poder Público dos Estados, das unidades federadas, é através do FNC que se consegue executar importantes projetos, desde a infraestrutura destinada à construção, reforma, restauro do patrimônio histórico, ampliação da malha de equipamentos e aparelhos culturais nos Estados e Municípios do País; é através do FNC e não da Lei Rouanet que se dá a maioria desses investimentos pelo interior da nossa Nação. Então é natural se procure que o FNC seja um Fundo mais robusto, mais sólido, mais consciente e que possa financiar, através do mecanismo de transferências voluntárias ou de conveniamentos boa parte dessas demandas espontâneas, justamente em regiões em que a base empresarial não é favorável para o mecanismo do mecenato. O próximo, por favor.

As principais novidades do que está proposto no projeto do PROFIC. A instituição do Vale-Cultura – e há aí uma discussão durante o processo de Consulta pública se ele vai se manter ou não no PL; a possibilidade de transferências Fundo a Fundo, do FNC para Fundos Estaduais e Fundos Municipais, e isso adensa muito a relação federalista e republicana, ou seja, é um mecanismo que está sendo introduzido na proposta do PROFIC que dialoga muito com o Sistema Nacional de Cultura e respectivos sistemas estaduais e municipais, porque estabelece uma forma inédita de transferência de recursos para as unidades federadas e, principalmente, para os Municípios, que são percentualmente os entes que mais investem em cultura na nossa Federação; a criação dos Fundos Setoriais Agregados ao FNC, ou seja, Fundos Temáticos, cinco Fundo Setoriais e mais o Fundo Setorial do Audiovisual, que já existe, e que receberão entre 10% e 30% da dotação global do FNC; a inovação de que os recursos atribuídos a cada Fundo Setorial, no mínimo 80% estará destinado a iniciativas da sociedade civil, preferencialmente por meio de editais públicos, ou seja, ao deixar o Fundo

mais robusto e, com isso, deixar o mecenato com um papel não tão de protagonista como é hoje, a renúncia fiscal estaria, talvez, em pé de igualdade com o Fundo Nacional de Cultura, mas ao mesmo tempo determinando que, desse recurso do Fundo, 80% deve ser destinado para demandas da sociedade civil, através de projetos apresentados via disponibilização de editais públicos, você compensa o que seria um efeito possivelmente negativo, digamos assim, da tirada de cena do mecenato do papel de protagonista; a vedação da utilização dos recursos do FNC com despesas administrações do MINC, está disposto no art. 13 do PL; a criação de Comitês Gestores dos Fundos Setoriais Agregados à CNIC, que é a Comissão Nacional de Incentivo à Cultura, que hoje avalia os projetos apresentados à Lei Rouanet, ao mecenato, e isso é uma questão interessante porque também dialoga com a proposta de participação da sociedade civil nos organismos e instituições colegiadas de avaliação de projetos; a destinação de percentual dos Fundos de Investimentos Regionais, o FNO, o FNE e o Fundo do Centro-Oeste, o FCO, para o FNC na proporção de 1% desses Fundos Regionais, os Fundos de Equalização Regionais para o FNC, isso é uma inovação que não constava, não consta na vigente Lei Rouanet; a criação da Loteria Federal da Cultura; as quatro novas faixas de dedução, além da faixa de 100% e 30% já existentes na Lei Rouanet atual, então há um escalonamento da possibilidade de enquadramento para efeito de dedução do imposto devido através do mecanismo da renúncia fiscal; e a seção de uso ao Poder Público de direitos autorais de bens e serviços financiados através do PROFIC por tempo determinado. Isso é interessante porque dialoga no sentido mesmo da democratização do acesso aos bens produzidos através de financiamento público. Hoje você tem realidades em que às vezes um projeto é integralmente financiado com recursos públicos numa faixa de dedução de 100%, ou seja, não há investimento privado nenhum e você tem acesso, em termos de ingressos ou preços que se paga, exorbitantes. A Lei Rouanet também se presta a financiar os recursos comerciais e as cadeias produtivas da economia da cultura, mas quando se pensa que o acesso ao principal destinatário do investimento, que não é o produtor, é o fruidor, é o público, é o espectador dos espetáculos dos bens, serviços e produtos culturais e que paga preços caros, por exemplo, para ir ao cinema e assistir uma produção nacional, integralmente financiado com recursos da Lei Rouanet, então é interessante que se estabeleçam mecanismos de acesso facilitado ao público, de acesso barato, enfim.

As principais novidades, continuando: a participação da unidade da Federação na distribuição total de recursos federais para a cultura, que é a introdução de mecanismo de um equilíbrio territorial no investimento, está disposto no art. 15, § 2º, do PL, e é necessário detalhar isso, isso não está colocado ainda de forma muito clara e muito objetiva no Projeto de Lei, talvez careça de uma regulamentação via Decreto ou através do processo de execução em ambas as Casas Legislativas, essa augusta Casa aqui, o Senado Federal, e a Câmara dos Deputados, é possível, é provável e é necessário que se aprofunde a disposição desses critérios; a criação do Sistema Nacional de Informações de Fomento e Incentivo à Cultura; a obrigatoriedade do copatrocinador empresário interessado em financiar recursos de incentivo, destinar ao Fundo ou a projetos desvinculados de suas instituições culturais ao menos 20% dos recursos nela aplicados. Isso é uma situação que se coloca, por exemplo, onde as instituições financeiras que mantêm institutos culturais, como, por exemplo, o Centro Cultural Banco do Brasil, vinculado ao Banco do Brasil, o Itaú Cultural, vinculado ao Banco Itaú, que tem um trabalho notabilíssimo e de inquestionável mérito cultural e relevância cultural, mas que destinam praticamente a totalidade dos recursos que poderiam destinar ao incentivo fiscal às suas próprias instituições financeiras. Isso é bom? É bom pelo mérito do trabalho que é realizado nos seus institutos culturais, mas é ruim na medida em que o dinheiro dos bancos não chegue em outros proponentes e outros produtores de projetos e tão-somente aos seus próprios institutos culturais. Então é interessante o estabelecimento desse mecanismo em que a instituição financeira ou outros tipos de copatrocinador que mantêm institutos culturais a eles vinculados, destinem um percentual mínimo a outros proponentes que não suas próprias instituições; uma inovação de ordem contábil, que é o fim da possibilidade de lançamento do benefício da renúncia como despesa operacional na contabilidade da empresa, isso tem um certo impacto do ponto de vista da contabilidade da corporação patrocinadora; e a obrigatoriedade de apresentação no plano anual de atividades para pessoas jurídicas que desenvolvem atividades em caráter permanente, que diz respeito à manutenção de equipamentos pertencentes ao Poder Público. Isso se dá, por exemplo, em situações em que o Poder Público mantém a sua programação anual como, por exemplo, grandes equipamentos culturais [soa a campainha], principalmente no Estado de São Paulo, o MAM, o MASP, a OSESP, que são grandes equipamentos culturais, grandes instituições que mantêm a sua programação integralmente com recursos da Lei Rouanet. Então há necessidade de

que se discipline de maneira melhor essa participação para que haja mesmo a garantia de investimento também da unidade federada na manutenção desses equipamentos; benefício fiscal para os FICARTs, que não existia antes; e os critérios de avaliação definidos pela CNIC, que é um organismo que conta com a participação da sociedade civil.

Grandes objetivos a atingir: tornar o FNC o principal mecanismo de financiamento e não o mecenato, e nisso há a corroboração da grande maioria dos federados, representados pelo Fórum Nacional; atingir um percentual mais elevado de contrapartida da iniciativa privada para projetos grandes, consagrados, com retorno comercial; e permitir a adoção de critérios federalistas e republicanos de distribuição de investimentos à cultura. O próximo.

A principal crítica – e é relevante – é que percentuais de dedução inferiores a 100% tornam o mecenato menos atrativo aos empresários, que resulta na redução dos recursos injetados na área. Isso é verdade, mas é um efeito, digamos, que pode ser compensado com um maior aporte de recursos no Fundo e a destinação desses recursos do Fundo para Estados e para Municípios.

O que eu chamaria de pré-conceitos e que tem muito cuidado o debate público na imprensa, na mídia e muitas vezes recheado de algumas posições pouco esclarecedoras ou pouco edificantes a respeito do PL tanto de um lado como de outro, tanto da parte do Governo Federal como da parte do movimento cultural ou mesmo dos Estados ao apontar as distorções e as críticas, de que há um dirigismo estatal ou de que há um dirigismo privado, na verdade no mecanismo atual é um sistema misto de escolha, o Ministério recebe demandas, aprova projetos e a decisão final sobre que projeto é financiado ou não recai sobre o investidor, sobre o copatrocinador, sobre a iniciativa privada que decide, dentro da gama de projetos aprovados, qual ele vai patrocinar ou financiar, levando em consideração todas as questões daquilo do que é mais benéfico ao interesse da empresa. Há um mito de que as empresas não poderão mais escolher que projeto financiar, já que se quer que a decisão seja compartilhada. Eu não consigo visualizar no PL nenhum movimento no sentido de extinguir o mecenato e tão-somente compensar a participação do mecenato com a participação do Fundo. Há um mito de que o recurso incentivado não é dinheiro público, isso se lê em muitos artigos. O recurso de dinheiro incentivado é recurso público, é recurso de imposto devido, é Imposto de Renda devido pelas empresas, então é, sim, dinheiro da sociedade. Há um mito de que o Governo estará concorrendo com produtores ao converter a maior parte de recursos,

antes destinados à renúncia, para a FNC. Isso eu já coloquei, eu acho que com o FNC mais fortalecido há um avanço federalista e republicano no sentido de dotar Estados e Municípios de uma maior capilaridade, uma maior capacidade de investimento na cultura. Mito de que os recursos do FNC serão utilizados para o custeio da máquina pública. Como foi observado há vedação expressa no texto do PL de que é vedado, adicionado à disposição de que 80% desses recursos têm que ser destinados para iniciativa da sociedade civil. E há um mito de que as Leis de Incentivo só passam a vigorar por cinco anos, a partir de agora, com o advento da Lei 11.768, de 2008, e que, por isso, o PROFIC, a proposta de PROFIC, o mecanismo da renúncia fiscal estaria extinta em cinco anos. Na verdade a Lei trata de reavaliação periódica de cinco em cinco anos de toda e qualquer Lei que estipule benefício de ordem fiscal, não somente incentivo fiscal à cultura, mas todo tipo de incentivo fiscal para a indústria, para o comércio, enfim, mas ela não trata da extinção de incentivos criados anteriormente ao advento da Lei. Então o benefício fiscal de que trata a Lei Rouanet e de que continua a tratar o PROFIC, não está sendo criado, há uma proposta de que ele seja regulamentado de forma diversa, mas ele foi criado em época anterior à Lei 11.768, que não retroagiria para extingui-lo, conforme trata lá no seu art. 19. O próximo.

Eu queria agradecer a participação, pedir desculpas pelo excesso do tempo, acho que compensou um pouquinho com a demora em virtude ali do problema técnico, mas queria muito agradecer ao convite, Senador, e externar a minha admiração e o meu respeito por essa Casa legislativa, para todos os presentes e dizer que, sinceramente, espero ter contribuído de alguma forma para o debate público a respeito desse Projeto de Lei e que em breve deve chegar a essa Casa legislativa. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agradeço ao Daniel Santana por essa primeira parte da exposição. Quero destacar as presenças do Nilson Luiz Raman Pereira, Produtor, Sócio-Fundador e membro do Colegiado da Associação dos Produtores de Teatro do Rio de Janeiro (APTR), do Paulo Brum Ferreira, que é Assessor Especial do Ministro da Cultura e Coordenador de Assuntos Parlamentares do Ministério da Cultura, da Maria Beatriz Corrêa Salles, que é Consultora Jurídica do Ministério da Cultura, do Jorge Vinhas, que é Assessor Parlamentar do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), do Emmanuel Appel, que é colega, Professor de Filosofia da Universidade Federal do Paraná, aqui presente nos honrando, e o meu ex-professor também, professor Emmanuel; ao Deputado Angelo Vanhoni,

que está aqui presente também, lá do Paraná. Seja muito bem-vindo.

Passamos, em seguida, a palavra ao Dr. Fábio de Sá Cesnik, a quem agradecemos a presença também. O Dr. Fábio é Advogado.

SR. FÁBIO DE SÁ CESNIK: Bom, eu gostaria de agradecer ao convite dessa Casa para essa exposição e cumprimentar o Senador Flávio Arns, a quem cumprimento os demais integrantes dessa Mesa.

Eu tentei aqui fazer um apanhado, se puder ir passando rapidamente, mas vou tentar falar um pouco de tudo, que aborde um pouco o funcionamento do atual mecanismo de incentivo, qual é o histórico de relacionamento desse mecanismo com os Governos, com o Estado, o que muda nessa proposta e alguns mitos que estão justamente em jogo. Pode passar.

A primeira questão é falar um pouquinho desses mecanismos de financiamento de cultura e esporte no terceiro setor. Vocês observam ali que eu fiz um apanhado de diferentes legislações, que vão de Leis Federais a Leis Estaduais e Municipais mostrando o seguinte: existem algumas Leis que são criadas para abastecer Fundos públicos, Leis que criam incentivo fiscal de maneira integral, de abatimento integral, Leis que criam incentivo fiscal parcial e Leis que, na verdade, regulam o investimento privado. A Lei Rouanet tem uma habilidade de agir nesses quatro pontos: ela queria um Fundo público, cria uma proposta de fundo privado e tem incentivo fiscal integral e parcial. Pode passar.

Comparado com outros mecanismos, inclusive recentes criados, a Lei Rouanet é hoje um mecanismo que oferece menos benefícios do ponto de vista de quem investe. Se vocês pegarem a Lei do Audiovisual, ela tem um benefício, foi ampliado agora por essa Casa a 100% e no caso do art. 1º a 125%, a Lei de Esporte, também criada no final de 2006, bando benefício de 100% para todas as áreas culturais, o Fundo da Criança e do Adolescente que já vem de 1991 dando também benefício de 100% e hoje a Lei Rouanet é o único mecanismo que tem essa questão do abatimento parcial. E abaixo eu peguei um dado da Receita Federal que mostra que esses incentivos à cultura representam 1,46% do total de incentivos da União. Pode passar.

Hoje esses mecanismos estão fundados, de maneira geral, tanto o esporte quanto cultura, numa tríade que vai numa determinada empresa aprovando projetos no Governo, e aqui há regras de direito administrativo no âmbito da Lei Rouanet que estabelecem que não pode haver subjetividade na seleção, tanto que a Lei Rouanet inclusive constitui como crime, quer dizer, é tão punido que é constituído como crime no seu art.

39, e os financiadores, ao financiar determinados projetos, ele tem liberdade de escolha, ele pode escolher se ele quer financiar o Projeto A, B ou C dentre aqueles que foram aprovados pelo Ministério da Cultura. Pode passar.

O que mostra essa liberdade de escolha é uma coisa muito importante. O Conselho Municipal de Direito da Criança e do Adolescente do Rio de Janeiro, por exemplo, tentou tirar a possibilidade dos doadores escolherem qual o projeto que ia ser financiado. E o que eles, na verdade, perceberam, foi que o Fundo carioca, que arrecadava 1,7 milhão por ano em 2004, caiu com a sua arrecadação para 330 mil reais em 2007, ao passo que São Paulo criou a vinculação, falou: “Bom, as empresas podem escolher se querem dar para a ABRINQ ou para qual instituição cultural”, sendo que conseguiu aumentar a arrecadação do fundo de quatro para 40 milhões por ano. Então, este é um elemento importante nesse modelo de incentivo fiscal. Pode passar.

Hoje na calha dos incentivos de 6% do Imposto de Renda que pode ser vertido para as atividades culturais, esportivas e adolescente, tanto o esporte quando o Fundo da Criança e do Adolescente estão em calhas isolados, eles têm 1%, cada qual, que as empresas podem dotar um determinado projeto. Então se a pessoa tiver 1,5 milhão de Imposto de Renda devido, ela pode destinar 15 mil reais à criança, 15 mil reais a projetos esportivos, e no âmbito da cultura quatro mecanismos concorrem a esse 4%: a Lei do Audiovisual no seu mecanismo do art. 1º e do art. 1º-A e o FUNCINE no seu mecanismo de investimento na atividade cinematográfica. Você compra, na verdade, participações em Fundo de Investimento na perspectiva de receber, enfim, o retorno desse investimento como um Fundo outro financeiro qualquer. Hoje a Lei Rouanet concorre nesses quatro mecanismos, ou seja, qualquer medida que mexa com esses mecanismos tem que pensar no impacto da calha, ou seja, se eu sou a empresa “X” e vou escolher se eu vou colocar no Audiovisual ou na Lei Rouanet, naturalmente que eu vou checar aonde é que eu tenho o melhor benefício, e hoje a Rouanet já concorre com um benefício que dá menos benefício fiscal, pelo menos no mecanismo do art. 26. No caso do FUNCINE, eu compro quota de um Fundo de Investimento que eu abato 100% e ainda posso ganhar 100% de retorno do Fundo. Passa mais uma.

Qual é o histórico da relação do Estado com essa Lei em matéria de financiamento? Primeiro, de 1991 a 2002 o Estado brasileiro vendeu uma cultura... Cultura é bom negócio, tinha uma apostila do Ministério da Cultura que dizia: “Apoie a Lei e ganhe em marketing, isso vai ser bom para você e tal”. Os empresários fize-

ram isso, quer dizer, construíram departamentos dentro das empresas que escolhem, dentre vários projetos, quais que dão mais retorno de comunicação para os seus projetos. Pode passar mais uma.

Do ponto de vista legislativo, de 1991 a 2001 os projetos são quase todos de autoria do Executivo, eles são propostos pelo Executivo, passam pelas Casas Legislativas dando, na verdade, uma série de benefícios fiscais, alguns de abatimento integral e alguns deles de abatimento parcial. Isso também de 1991 a 2001, o histórico desse relacionamento. Pode passar mais uma.

De 2003 a 2009 começa a se discutir: “Bom, vamos aprimorar a Lei Rouanet, vamos aprimorar esse mecanismo de incentivo”. Uma única medida é tomada em 2006, que é justamente um Decreto que traz algumas alterações estruturais, e a partir de 2008 são lançadas duas Portarias que vão regular qual o modelo de apresentação de projetos e tal e critérios de apresentação de projetos. Inclusive, uma Portaria em fevereiro que cria uma burocracia um pouco maior e em setembro uma Portaria que retira a burocracia criada pela Portaria de fevereiro. Essas duas Portarias, na verdade, repetem uma questão que é um problema jurídico crasso, que é o fato de impedir que o produtor cultural que se postule em processo administrativo no Ministério da Cultura possa ser representado por procuração. Procuração é um instituto constitucional que o cidadão tem direito até para o casamento, que é um ato que a legislação brasileira considera como solene, mas que no âmbito do Ministério da Cultura ela não é apreciada como um instrumento válido. Em 1º de janeiro é criado o modelo de *Salic Web*, que durante um período os produtores ficam loucos porque não havia a possibilidade de protocolar também pela via física, o sistema dava pau, travava, você não conseguia mandar o seu projeto a contento. Do ponto de vista legislativo, os incentivos de 2006 a 2008 são todos de origem das Casas Legislativas e eles todos criam benefícios fiscais integrais, benefício, por exemplo, como os criados pelos FUNCINES, em 2001, são ampliados pelas Casas Legislativas em 2006 para benefícios de 100%, ou seja, as empresas, em todas as modalidades, passam a abater a totalidade dos valores, só para dar um histórico do modelo de relação Estado com esses projetos. Pode passar.

O que muda na proposta que foi apresentada em Consulta Pública? Aqui eu estou tratando do seguinte: o Ministério da Cultura, em vários pontos aqui, já disse: “Não, isso vamos tirar da proposta”, mas de qualquer maneira, como que a gente tem, fora o discurso, é o que está no texto da Casa Civil, então eu estou me permitindo apontar aqueles que são pontos

que estão tratados lá. A questão da revogação da Lei Rouanet, quer dizer, a proposta não é uma proposta que traz uma reforma da Lei dizendo: "Vamos alterar pontos da Lei Rouanet que precisam ser melhorados", mas é uma proposta que revoga a Rouanet e cria um novo mecanismo e aí é o problema identificado pelo mercado, que isso, na verdade, de acordo com a LDO apresentada por essas Casas no seu art. 19, qualquer mecanismo que seja ampliado ou que seja alterado nesse momento cria, na verdade, um período de validade no mecanismo por cinco anos. Pode passar.

A segunda coisa, muitas coisas na proposta colocada em consulta ficam para regulamento posterior, nos arts. 4, 7, 9, 11, 20, em diversos momentos ele trata dizendo: "Bom, essas questões vão ser tratadas em regulamento posterior". Então definição das composições paritárias, critérios de seleção de projetos, tudo isso passa para um momento posterior, aonde na verdade quem vai criar a avaliação de que projetos podem ser enquadrados e em que escala não é o Poder Legislativo, mas sim não o Poder Executivo, quer dizer, hoje o Ministério está vinculado à área. Então se o Projeto é de teatro, ele tem que dar os 100%, que assim a Casa Legislativa fechou o poder decisório do Ministério. Pode passar mais uma.

Terceiro, diminuição de benefícios fiscais. Hoje a Lei oferece os benefícios que vão de 30% a 40% ou 100%. Com despesa operacional isso gera um impacto de benefício fiscal que é de 64%, 74%, 73%, e mais 100% de benefício. Então se o empresário dá 100 reais, ele abate ou 64 ou 73 ou os 100. O próprio Ministério divulgou que 90% optam pelos 100%. Agora está sendo criada uma escala que vai de 30% a 100% sem despesa operacional. No caso pontualmente do 30%, que é a escala menor, o benefício fiscal se torna pior do que eu dar com a verba de marketing, porque com a verba de marketing, se eu sou um banco, eu abato 40% como despesa operacional. Então para que usar o incentivo fiscal? Então ele cria, na verdade, uma diminuição muito grande desses benefícios.

O quarto aspecto, ele cria vários Fundos, Fundo das Artes, Fundo da Cidadania, que eu considero, na verdade, uma iniciativa louvável, mas não existe, na verdade, no projeto, qual é exatamente a fonte que vai criar um recurso adicional para esses Fundos. Então isso é uma questão importante inclusive de ser colocada, porque eu defendo absolutamente que o Fundo seja fortalecido. Então, uma das declarações que eu ouvi do Ministro na Carta Capital, dizia que seria taxada a atividade cultural, que ele teria combinado com o setor editorial, por exemplo, que 1% da arrecadação de livros vendidos fosse destinada a um Fundo do Livro. Então se isso, na verdade, é a ideia para abastecer

o Fundo do Livro, isso tinha que aparecer no projeto, enfim, ser discutido pela sociedade, de modo que você pudesse criar uma receita que justificasse a criação do Fundo. Caso contrário, você estaria dividindo um Fundo hoje que é pequeno.

Outro aspecto é a questão da análise de mérito. O texto em consulta diz assim: "*Os projetos passarão por um sistema de avaliação que contemplará alguns aspectos baseados em critérios transparentes e que nortearão o processo seletivo*". Isso está demais subjetivo, quer dizer, esses critérios transparentes têm que aparecer no texto da proposta a ser discutida no Congresso Nacional. "O critério é esse, vamos definir que o critério é acesso, vamos definir que o critério é área cultural", não importa, coloque quais são os critérios e crie, na verdade, parâmetros objetivos e não subjetivos de avaliação. E, sobre esse aspecto, é que surgiram os apontamentos aí pelos veículos e tal de dirigismo.

Outra questão, uma limitação ao direito autoral. O projeto, no final, cria dizendo que o Poder Público, três anos depois de uma determinada utilização, de uma reserva de direitos da obra, pode fazer a sua utilização com caráter educativo e não oneroso. Aqui está, na verdade, violando o art. 5º da Constituição, então é um mecanismo que certamente não passa, já que cabe ao autor o direito exclusivo de explorar qualquer uso da sua obra. Eu, por exemplo, como Advogado de alguns titulares, já tirei alguns comerciais, inclusive educativos e outros comerciais do ar, porque o autor não autorizou a inserção da sua música e, segundo, porque, por exemplo, apesar de educativo, a campanha criada por um determinado veículo, um cliente meu, que é o Chico Buarque, não aceita a obra dele colocada em nenhuma peça publicitária, seja ela qual for. Então ele tem esse absoluto direito, o Estado não pode querer dispor qual vai ser a utilização que vai fazer desse direito depois de três anos. Pode passar.

O próximo aspecto é a questão da definição das comissões paritárias, a CNIC e os Comitês Gestores. Dois aspectos aqui. Não há composição exata dessas Comissões no projeto, a Lei Rouanet no seu texto original traz quais são as composições dessas comissões e hoje no texto atual, colocado em consulta, isso também não aparece exatamente, isso vai ser definido por regulamento. Então critérios transparentes, com uma comissão a ser definida, quer dizer, eu fico sem saber exatamente até avaliar, é até difícil de criticar porque a gente não sabe como é que vão ser compostas essas comissões e é o Executivo que vai legislar a maneira e o processo decisório. Outro aspecto é que as comissões deixam de ter poderes deliberativos. A Lei Rouanet, quando é criada em 1991, a comissão tem poder

deliberativo. Isso é tirado em 1999, ainda no Governo anterior [soa a campanha], e é isso não é restituído na proposta atual.

Outra questão é o conceito de copatrocínio. O estado passa a se nomear no projeto como copatrocinador de projetos. Isso para mim fere a ordem jurídica vigente. O Estado, pelos arts. 215 e 216 da Constituição, deve estimular a atividade econômica para que ela se realize. Quando o Estado dá isenção de IPI de automóvel, ele não quer aparecer com a bandeira do Brasil na porta do Gol-1000 que está circulando pelas ruas. Ele, simplesmente, quer fomentar o desenvolvimento da indústria automobilística e este é o objetivo aqui também da proposta de incentivo fiscal, quer dizer, então não cabe ao Poder Público querer aparecer como patrocinador que, pela definição de patrocínio, é aquele que vai ter o resultado com a sua marca de uma determinada ação financiada. Não faz nenhum sentido. Pode passar

Então alguns mitos, muito rápidos, que foram criados pelo debate, alguns diagnósticos e o que na verdade está colocado em questão. O MINC fez um anúncio – e aí têm alguns elementos de discurso que aqui a gente não tem tempo de falar – de que 3% dos produtores concentram, mais ou menos metade do dinheiro, a Lei é mal distribuída no Brasil, enfim, inclusive isso com anúncios colocados em veículos de comunicação, como os senhores estão vendo aí esse anúncio foi a quarta capa da Revista Bravo.

Então vamos a algumas questões. O MINC está dizendo que é preciso aumentar a contribuição empresarial sem incentivo fiscal. O projeto não aborda como essa solução vai se dar e, mais ainda, ele limita a possibilidade de aporte direto e privado das empresas. No art. 19, § 2º, ele diz que as empresas, ao fazerem patrocínio direto à atividade cultural, somadas às iniciativas de copatrocínio de ações ao Fundo, ela está limitada a doações na ordem de 2% do lucro operacional. Então, na prática, uma limitação que não havia, quer dizer, se uma determinada empresa quiser investir seja em que espetáculo for e lançar como despesa operacional, ela não tem limite para isso; passa a ter limite a partir daqui. Então há contradição no discurso. Como é que eu crio um fomento ao setor privado dizendo que tem que fazer isso com mais dinheiro de marketing e cria uma limitação para o dinheiro de marketing? Então este é um ponto a ser revisto no projeto.

Segundo, a questão da distribuição geográfica. O projeto também não trata da solução da questão e aí justamente pegando a essência da Lei, quer dizer, a distribuição geográfica desigual não é uma distorção da Lei, ela é a mera aplicabilidade da Lei. Quando você pega o mapa – passa mais um -, por exemplo, do volu-

me de Imposto de Renda Lucro Real, que é a coluna laranja, arrecadada em cada Estado, vocês observam que a coluna vermelha, que é o volume investido pela Lei Rouanet, mais ou menos acompanha. No caso de São Paulo, inclusive, tem menos dinheiro aplicado na Lei Rouanet do que volume de IR devido pelo lucro real. Então, de fato, o que eventualmente é uma distorção de mercado, não é propriamente a distorção do mercado, mas o mecanismo é pensado dessa maneira, para investir em função do Imposto de Renda Lucro Real. Mais que isso. Um determinado projeto, por exemplo, a Fundação Roberto Marinho, está fazendo um museu em Pernambuco. O CNPJ dela está no Rio de Janeiro. Então, a rigor, ela está ali no vermelhinho, apesar do benefício cultural estar nesse caso em Pernambuco. A próxima.

Rapidamente, a Lei é dominada pelos diretores de marketing; isso é uma outra crítica. O projeto também não aborda como é que essa questão vai ser exatamente resolvida e aí vem justamente, quer dizer, as empresas fazem simplesmente uma escolha sobre projetos que o Poder Público pré-seleciona. Se o Poder Público diz: “Não, esse projeto eu não vou aprovar”, a empresa não tem a possibilidade de escolher esse projeto. O *Cirque du Soleil*, que é um caso polêmico, foi num momento patrocinado por incentivo fiscal porque foi aprovado pelo Governo. Na medida em que o Governo não aprovou de novo, ele não foi mais patrocinado com incentivo fiscal. Mais uma tela.

Para dizer o seguinte: que do mesmo modo que as empresas distribuem mal os valores, quer dizer, o Fundo Nacional de Cultura do Ministério acompanha também e isso provavelmente siga, na verdade, o volume da demanda da produção cultural brasileira, mas contradiz a crítica que é investir, na verdade, mais ou menos nos mesmos lugares. Observem que o Rio de Janeiro tem 26% do dinheiro de renúncia fiscal e 26% do dinheiro do Fundo, enquanto que o Piauí, por exemplo, tem quase nada do incentivo fiscal e, também, quase nada do Fundo. Então as coisas se repetem mais ou menos nesse mapa. A próxima.

A crítica de que 90% dos recursos captados pelo mecenato são públicos. Isso aqui seria o mesmo que o Ministro do Esporte dizer que 100% dos recursos aplicados no esporte são públicos, só porque a Lei do Esporte dá 100% de benefício fiscal. Há um volume enorme de atividade sendo realizadas no plano esportivo sem incentivo como há um volume enorme de atividade sendo realizadas no âmbito cultural sem incentivo de produção. O próprio *Cirque du Soleil*, o Tim Festival e vários eventos, todos esses eventos internacionais, nenhum deles recebe incentivo fiscal, Roger Waters, Iron Maiden, são ações culturais que

empregam pessoas, que geram renda, que no caso de grandes produções, empregam atores e tal. Então tem um problema de leitura do dado. A próxima.

Na verdade o Ministério, além de ter 100% da aprovação dos projetos, metade dos valores vem de empresas estatais, que via de regra os recursos das estatais são definidos também no Comitê da SECOM, do qual o MINC é parte. Então 100% passa pelo Ministério e depois 50% passa de novo, na medida em que a definição do patrocínio passa por uma homologação no comitê. A próxima.

A crítica é de que a Lei é concentrada em poucos proponentes: 3% dos proponentes concentram mais da metade dos recursos. O projeto também não fala como é que esse problema vai ser resolvido e não leva em consideração que algumas ações, como, por exemplo, o Museu da Língua Portuguesa consumiu 30 milhões de incentivo fiscal do Poder Público. Eu estive lá outro dia, 3.500 crianças visitam aquele negócio por dia, com entrada franca. Eu fui e paguei cinco reais para entrar. Se aquilo usou 30 milhões e concentrou esse volume num proponente que foi quem fez essa ação, isso para mim é pouco significativo do ponto de vista de dado. Agora se esse dado for de fato considerado pelos senhores como relevante, o próprio Ministério da Cultura contribui no número de concentração. Por exemplo, uma associação criada para ser uma Associação de Apoio às Atividades da Fundação Nacional de Artes – pode passar mais uma tela -, ela foi o maior captador da Lei Rouanet no ano de 2006, é uma instituição que está apoiando ações de nítido interesse público, mas que compôs o dado de que 3% dos proponentes concentram mais da metade dos recursos, já que ela é um dos proponentes. Então, na verdade, ela captou 50 milhões de reais nos últimos cinco anos, segundo dados do próprio Ministério da Cultura, abertos dentro do site do Ministério da Cultura.

Então, algumas questões no debate público vão ser colocadas de maneira tranquila, quer dizer, eu acho que são questões de pegar a proposta da Lei Rouanet, transformar isso simplesmente não numa nova Lei, mas numa revisão, e aí ver que aspectos que são mitos de um discurso Sul contra Norte, mas onde exatamente estão maneiras de carrear mais recursos para a cultura, que eu tenho certeza que há o objetivo, não só do setor, como também é o objetivo do Ministério da Cultura, como não poderia ser diferente. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem. Agradeço ao Dr. Fábio Cesnik e passo, em seguida, a palavra ao Dr. Roberto Nascimento, que é Secretário de Incentivo e Fomento do Ministério da Cultura para, em seguida, abrir para a participação dos Srs. Senadores e Senadora.

SR. ROBERTO NASCIMENTO: Bom-dia a todos e a todas. Eu queria cumprimentar aqui, mais uma vez, o Senador Flávio Arns, companheiro já nessa trajetória de debate sobre a mudança da Lei Rouanet, parabenizando-o por mais essa iniciativa. Acho importante que o Senado antecipe essa discussão na medida em que ainda não existe um Projeto de Lei efetivamente apresentado ao Congresso, mas é extremamente bem-vinda essa iniciativa de estar já agregando oportunidades de discussão e construção de massa crítica sobre esse assunto que é tão importante e tão determinante para os rumos da cultura do País. Cumprimento também a todos os Senadores aqui presentes, os demais cidadãos e participantes aqui desse evento.

Como é de conhecimento de todos, enfim, o Ministério já vem realizando uma série de debates públicos pelo País, em várias oportunidades já estivemos colocando, há um ano estamos colocando, na verdade, a necessidade de discussão do modelo de financiamento à cultura, não estamos discutindo apenas a Lei Rouanet, mas sim o modelo de financiamento que é necessário, desejado para a cultura no País, na medida em que na nossa avaliação a cultura tem uma vocação para um papel central e estratégico como agente de desenvolvimento econômico e social no País. Isso vem se confirmando a cada ano e, na verdade, inclusive para já dar uma resposta aqui para o companheiro Paulo Pélico, o Ministério nunca fez nenhuma campanha de satanização da Lei Rouanet, muito pelo contrário, reconhece inclusive a necessidade de revisão, de aperfeiçoamento desse modelo de financiamento à cultura deriva do próprio sucesso da Lei. Hoje, dezoito anos após a Lei Rouanet, nós temos um cenário cultural completamente diferenciado do que tínhamos em 1991, quando a Lei foi publicada. Temos hoje um campo cultural muito mais organizado, estruturado, profissionalizado, o que modifica completamente, inclusive, a qualidade da demanda desse campo cultural e da sua quantidade, enfim, a qualidade e a quantidade dessa demanda. O Brasil hoje é muito diferente, inclusive tendo que atender demandas de linguagens que não foram previstas nos termos da legislação atual como, por exemplo, a cultura digital; não há como você prever o surgimento de novas linguagens, nós estamos falando de um campo que tem como matéria-prima a criatividade, a inovação, e tentar esgotar num termo de uma Lei todas as possibilidades de necessidade de atendimento é inviável e o tempo já mostra isso, passado esse período da Lei Rouanet.

O que eu queria destacar, primeiramente, é a necessidade de qualificação desse debate. O Ministério vem, na verdade, tratando de uma forma amplamente democrática essa questão. O que está coloca-

do, como o Fábio colocou aqui como consulta, para Consulta Pública como Projeto de Lei é uma minuta, inclusive classificada corretamente já em outra oportunidade pelo próprio Senador Flávio Arns, é uma minuta de um Projeto de Lei. Se tivéssemos o projeto já finalizado, entendendo ele como tal, já o teríamos encaminhado, dado entrada no Congresso Nacional. Entendemos que o assunto é extremamente polêmico, é estratégico e, por isso, precisava ter a participação de toda a sociedade brasileira como crítica e garantindo o espaço para a contribuição da sociedade brasileira. Nesse sentido, já realizamos ao longo desse período de Consulta Pública, percorremos as cinco regiões do País, 14 capitais e, na verdade, já recebemos mais de duas mil contribuições durante esse período em que o projeto ficou em Consulta Pública, que estamos exatamente a partir de um grupo de trabalho constituído internamente no Ministério através de uma Portaria no dia 06, no próprio dia 06 ou 07, eu não tenho precisão aqui no momento, mas para ter 30 dias de trabalho para sistematizar todo esse conjunto de contribuições em parte individuais e em parte de coletivos setoriais que fizeram um trabalho de se debruçar sobre esse projeto e contemplar todas as dimensões.

O que eu acho que é importante a gente estar trazendo aqui, primeiro, é a questão conceitual, como o próprio Paulo destacou. Costuma se dizer popularmente que 'o uso do cachimbo deixa a boca torta' e eu acho que isso se reproduz aqui nesse momento, nesse debate, quando todos os olhares sobre essa discussão, sobre mudança do modelo de financiamento à cultura no País, recaem sobre renúncia fiscal para a cultura, quando na verdade ele é apenas um dos três mecanismos que foi criado com a Lei Rouanet. E, na verdade, com a intenção de que esses três mecanismos pudessem estar dialogando com públicos diferentes. Nós temos, na verdade, um entendimento, e a própria Lei é muito clara nesse sentido quando cria o Fundo Nacional de Cultura, que ele deveria ser destinado ao apoio, a ações que não teriam expectativa de agregar valor de imagem a um eventual patrocinador, não tinham a atividade de patrocínio, que a renúncia fiscal deveria dialogar com um conjunto de iniciativas que poderiam oferecer uma possibilidade de agregação de valor à imagem de um potencial patrocinador, mas precisariam ter incentivos fiscais para aumentar a atratividade desse patrocínio. Iniciativas sustentavelmente econômicas que poderiam estar dialogando com mecanismos de mercado, como os próprios FICARTs foram criados com essa intenção. Decorrido 18 anos, o que se vê é uma centralidade demasiada na renúncia fiscal, a renúncia fiscal, hoje, é responsável por 80% do financiamento da cultura no País, ou seja, ela indi-

retamente força com que todos os diferentes tipos de ações culturais de todo o País tenham que concorrer numa única calha porque ela é a grande financiadora, é a única possibilidade de recursos, o que gera uma frustração imensa, porque de todo o público que apresenta projetos na Lei Rouanet, na renúncia fiscal da Lei Rouanet, somente 20% consegue alguma captação; 80% não conseguem captar um centavo porque não conseguem transpor as dificuldades de captação junto às empresas.

Em relação à dificuldade de obtenção dessa chancela, eu discordo completamente porque os números são bastante concretos com relação a isso, inclusive esses números que foram colocados agora recentemente pelo Fábio, eu não sei quais são as fontes, não foi possível visualizá-las ali embaixo, mas elas não correspondem com os dados oficiais do Ministério, especialmente com relação à execução do Fundo Nacional de Cultura. Os nossos dados são públicos, a nossa base de dados está totalmente disponibilizada para Consulta Pública e análise, tabulações e recortes diversos por qualquer cidadão, inclusive estudiosos. O que nós colocamos e divulgamos como sendo dados de concentração são simplesmente recortes dessa base de dados, eles estão retratando o comportamento da renúncia fiscal no território nacional e se houvesse uma grande dificuldade na obtenção de aprovação por parte do Ministério, não seria possível visualizar o incremento que houve na própria captação da renúncia fiscal, onde ela saltou, em 2003, da ordem de 300 milhões de reais, para 2007 em um bilhão de reais, ou seja, essa captação só foi possível porque existem mais projetos aprovados em condições de captar a renúncia fiscal, mas eu não gostaria de ficar aqui insistindo nessa questão, nesse recorte da renúncia fiscal.

Eu até acho que é interessante a gente, para poder estar dialogando de forma adequada e entendendo melhor quais são os interesses aqui relacionados, apesar do Paulo ser, de fato, um especialista em Lei Cultural, me parece que dentro dessa especialidade tem uma subespecialidade que é a especialidade de renúncia fiscal, na medida em que não houve qualquer abordagem sobre o financiamento de poder público com mecanismos públicos de financiamento. O foco ficou centrado na questão da renúncia fiscal, talvez pelo fato de, além de ser um estudioso do assunto, ser um empresário que opera com a renúncia fiscal. Não é nenhum demérito, não tem nenhuma satanização nisso, mas eu acho que é importante que as pessoas entendam que existem outros interesses relacionados, legais, legítimos, mas é só porque não há o grau de isenção de estarmos tratando apenas de estudiosos ou acadêmicos na medida em que são pessoas que

operam dentro do sistema, com toda a legalidade, com toda a legitimidade, até que se comprove o contrário, mas que existem interesses econômicos relacionados aqui, e que por outro lado temos uma limitação da representatividade do pensamento nacional sobre essa matéria e reproduzindo aqui, talvez, uma concentração de visões territoriais também. Mas isso é algo que, certamente, será compensado pela realização de outros debates que possam estar trazendo outras visões de outros agentes ou de agentes que demandem uma participação e que eventualmente não tenham conseguido participar.

Com relação ao que foi tratado, muita coisa já foi dita, o debate já foi feito, o Projeto de Lei já foi discutido, já foi apresentado, inclusive mitos que foram construídos a partir do texto original apresentado já foram inclusive anunciados aqui, algumas questões como, por exemplo, a questão de direito autoral que foi levantada, que é algo que foi mal elaborada no Projeto de Lei, porém, o conceito se mantém, que é a prerrogativa de que o Poder Público, a partir de um financiamento integral de uma ação cultural, tenha a possibilidade de autorização de uso da obra para fins institucionais, como já o é no modelo atual, mas, para além disso, para fins educacionais também. Então o fato é que se existe o financiamento público para elaboração de um produto cultural, é legítimo que a sociedade de alguma medida tenha acesso a isso, especialmente numa área tão sensível como a área da educação. Insistimos nessa tese, o texto será adequado para poder atender a essa expectativa, mas ela se mantém. Por favor, volte à apresentação.

Só para dar uma linha do tempo aqui para a gente poder ver, inclusive, ter uma visão mais macro do comportamento, dos momentos de discussão sobre a cultura no País, em 1985 apenas é que foi criado o Ministério da Cultura no Estado brasileiro. Em 1986 foi criada a Lei Sarney, a primeira ferramenta, o primeiro mecanismo de fomento à cultura efetivo. Em 1990, o Governo Collor suspende a Lei Sarney, descontinua a Lei Sarney. Em 1991 retorna o fomento à cultura a partir da Lei Rouanet, a Lei 8.313. Em 1998 foi criada, por Medida Provisória, a renúncia fiscal de 100%. A Lei Rouanet foi criada em 1991 e até 1998 ela existiu sem a possibilidade de 100% de renúncia. Nesse momento, nesses anos de execução, nós temos ali uma participação de 30% de recurso público através da renúncia fiscal e 70% de recurso privado associado, como era a única ferramenta permitida. Em 1999 essa distribuição já mudou de 50% para 50%, ou seja, 50% de renúncia, 50% de recursos privados. Em 2000, se estabeleceu esse percentual de 90% de recurso público, através da renúncia, contra 10% de recursos privado, associado, e

que se mantém até hoje. E aí chama-se de mecenato. Aí vale a pena destacar também o aspecto do mecenato na política cultural. Primeiro, que não se faz mecenato com recurso alheio. Em qualquer País do mundo o mecenato é feito com recurso próprio. No Brasil ele é feito com 90% de renúncia fiscal federal. Então cabe uma revisão desse próprio conceito e a própria revisão do conceito de necessidade de mecenato como política pública. No meu entendimento, o que o artista, o que o produtor efetivamente precisa, o que o campo cultural necessita, não é de uma política de mecenato e, sim, de uma política pública consciente para poder financiar essa atividade, tanto a pesquisa, a ciência e a tecnologia, enfim, não dependem, não deveriam depender e não dependem de mecenato porque isso é algo que não tem uma garantia de continuidade e pressupõe um ato voluntarioso, quase que filantrópico, para poder manter uma atividade importante como é a cultura. Eu acho que não deve ser o objeto que deveríamos perseguir. Em 2006, como o próprio Fábio destacou [soa a campainha], houve um Decreto para regulamentar a Lei e em 2009 o MINC propõe uma nova legislação, uma nova Rouanet.

Enfim, por que o momento da revisão da Lei Rouanet? Primeiro, para poder estar, exatamente, dando atendimento a toda essa diversidade e magnitude da cultura brasileira que se consolidou a partir desses dezoito anos de financiamento. Estamos falando de oito bilhões de reais só em renúncia fiscal ao longo dos 18 anos de Lei Rouanet. Independente da forma como esse dinheiro chegou, oito bilhões de reais é muito dinheiro em qualquer lugar do mundo e ele faria uma diferença em qualquer setor de atuação, independente da forma como chegue. É óbvio que ele pode ser qualificado e ter uma atuação mais ou menos impactante em função da forma como ele é direcionado e é isso que perseguimos.

Uma grande inovação e que não ocorreu em nenhum momento anterior dessas legislações que aconteceram é exatamente esse modelo democrático de gestão pública, que se materializa, inicialmente, por esse momento de Consulta Pública. Essa Consulta Pública, como eu mencionei, ela já derivou num quantitativo enorme de contribuições que estão sendo tratadas e que, como eixo, uma das grandes diretrizes para essa mudança, é a incorporação de uma gestão paritária do recurso público. Isso não é colocado, não foi colocado, na verdade, dentro do Fundo Nacional de Cultura pela legislação, pela Lei Rouanet atual, o Fundo Nacional é uma gestão conclusiva do Ministério da Cultura e estamos propondo exatamente uma gestão paritária, para poder ser mais assertivo.

O projeto de Consulta Pública, como eu mencionei, envolveu a realização de audiências e debates nas cinco regiões do País, em 14 capitais, já temos pelo menos umas outras três agendas ainda, agora, independente do processo de Consulta Pública estaremos em Santa Catarina, Belém, têm mais várias agendas sendo construídas, não vamos descontinuar esse processo de debate, mais de sete mil pessoas participaram desses debates nessas 14 capitais e recebemos mais de duas mil contribuições de artistas, produtores, entidades setoriais, enfim, sociedade de modo geral, a partir desse processo de Consulta Pública. A próxima, por favor.

Atualmente, o principal instrumento de fomento da cultura no Brasil é a renúncia fiscal. Exatamente como eu mencionei, 80% ou oito reais em cada dez do financiamento da cultura passa pela renúncia fiscal. E a renúncia fiscal, pela sua natureza, e aí, como foi bem mencionado aqui, existem várias outras Leis que tratam da renúncia fiscal, assim como outros projetos que estão tramitando aqui, o Ministério atenta para a dificuldade de que a renúncia fiscal se comporte como um agente de política pública. É importante que essa Comissão, como exatamente dialoga com esses temas de cultura, esporte e educação, observe a adequabilidade desse mecanismo para ser, no mínimo, ou, pelo menos, qual é a participação que ele deve ter no conjunto de financiamento para um determinado setor. Hoje, na cultura, para ser o agente central de financiamento, é impossível a gestão da renúncia fiscal como agente central de financiamento para atender toda a dimensão de política pública que a cultura brasileira precisa. Sem reduzir a renúncia, o Ministério quer aumentar o Fundo Nacional de Cultura e para isso é preciso reestruturá-lo. Por que mexer na Lei? A Lei, hoje, ela define exatamente, a partir da linguagem do projeto, qual é o percentual de renúncia que ele vai ter. Esse critério que se coloca a priori, inclusive, na apresentação do projeto, ele impossibilita uma gestão adequada da renúncia fiscal porque você não entra exatamente na possibilidade, primeiro, de agregar atratividade ao projeto, você coloca para concorrer ao patrocínio um projeto de montagem teatral em Belo Horizonte em condições iguais com projetos de montagem teatral em Natal, por exemplo, quando é óbvio que, sob o ponto de vista de capacidade de atração de patrocínio, eles não têm a mesma capacidade de atrair patrocínio. Então é a importância de fazer uma gestão de incentivo. As outras legislações, como foi mencionada aqui a questão do esporte, onde todas têm 100%, eu questiono, eu realmente não tenho dados sobre isso [soa a campanha], mas eu não duvido se o quadro hoje de execução da Lei do Esporte não tiver a destinação de

um centavo para a região Norte do País, após quase dois anos de implantação da Lei. É importante que se observe essa questão, porque como ela dialoga com o interesse corporativo e acaba predominando a decisão da empresa, o que é da natureza do mecanismo e não estamos pretendendo me lembro era nisso, isso não foi dito em momento nenhum, foi levantado como mais um mito, mas não está colocado em ponto algum, se não há possibilidade de gestão de incentivo de maneira a agregar atratividade diferenciada para projetos diferentes, não é possível haver uma correta destinação territorial e setorial desses recursos de renúncia fiscal. Mas, de novo, estamos discutindo enfaticamente a renúncia fiscal, reproduzindo uma distorção que já está estabelecida. O modelo que pressupõe uma gestão adequada de financiamento à política pública é um modelo que deve ser baseado num Fundo Nacional de Cultura estruturado, consolidado, com musculatura adequada para poder exatamente compensar e fazer as necessárias equalizações, desejadas pela ocorrência de distorções na renúncia fiscal. A nova Lei traz para dentro do Fundo Nacional de Cultura um modelo de gestão compartilhada que já funciona na renúncia fiscal, ou seja, os projetos que são aprovados na renúncia fiscal, eles são antes avaliados por uma Comissão Nacional de Incentivo à Cultura, paritária, com representação legitimada. Eu nunca ouvi nenhum questionamento quanto à legitimidade ou competência da CNIC, a Comissão Nacional é representativa, é selecionada a partir de uma habilitação de entidades de atuação nacional. Nunca houve, nunca recebi nenhum questionamento sobre a legitimidade ou qualificação dessa Comissão para a aprovação dos projetos. Mas a aprovação é apenas uma etapa inicial. Volta a lâmina, por favor.

A questão é: uma vez aprovado no Ministério da Cultura, o projeto tem que ir a campo e percorrer uma Via Crucis com várias empresas se elas não praticam o edital, e apenas 20%, no máximo, desses recursos são disponibilizados via edital de seleção pública, a grande maioria funciona na base ainda do relacional ou do interesse corporativo em ações culturais que dialoguem com estratégias de marketing e estratégias empresariais, o que é bem-vindo, mas é importante entender que sempre houve, por exemplo, hoje existem centenas de milhões de reais nas empresas destinados a financiamentos de projetos ambientais. Na existência de uma legislação de renúncia fiscal para projetos ambientais, parte desse volume vai migrar para a renúncia fiscal. É importante monitorar se não haverá um impacto negativo na disponibilização de recursos. O próximo, por favor.

Como eu mencionei, a única diferenciação que existe hoje é a linguagem, é ela quem define qual é o percentual de renúncia que vai ter, independente da qualidade do projeto, independente do impacto social desse projeto e da importância estratégica dele. A nova Rouanet vai permitir que a Comissão Nacional defina exatamente todos os anos quais são os critérios de avaliação a ser considerados e que pontuarão o projeto e definirão o percentual de renúncia que o projeto terá. O próximo, por favor.

Aqui é apenas uma citação. A Lei Sarney se limitava a cadastrar as empresas e tudo mais era livre. Por mais simpática que seja, na prática isso levou a uma série de distorções. Estou me referindo a distorções como shows no Canecão e livros luxuosos com finalidade promocional, tudo feito com o dinheiro do Imposto de Renda. A nossa prioridade, então, não vai ser o cadastramento de empresas, e, sim, a análise de qualidade de projetos culturais. Essa avaliação nos projetos torna o processo mais lento, mas é necessária para evitar distorções. A próxima.

Sérgio Paulo Rouanet, em 18 de agosto de 1991, quatro meses antes da publicação da Lei Rouanet, ou seja, o que estamos exatamente defendendo é o aperfeiçoamento do espírito da própria Lei Rouanet, a análise qualitativa dos projetos sim e a prevenção com relação às distorções que aconteçam.

Muito obrigado, estou à disposição. Desculpe ter extrapolado o tempo, mas houve também comigo problemas tecnológicos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Não tem problema. Também digo muito obrigado [risos].

Eu passo, em primeiro lugar, a palavra à Senadora Rosalba Ciarlini, que é uma das subscritoras do requerimento para a realização dessa Audiência Pública. Antes, porém, eu só quero esclarecer para conhecimento de todos de que esta é a 17ª Audiência que esta Comissão de Educação, Cultura e Esporte realiza a respeito de aspectos da Lei Rouanet nesses últimos anos. O segundo aspecto é que esta Subcomissão se dedica intensamente ao tema, tanto que temos uma Subcomissão permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social que discute esses e outros aspectos. E, além do mais, assegurar a todas as pessoas aqui presentes e a todo o Brasil que nós sempre traremos pessoas do Norte, do Sul, do Nordeste, vários pontos de vista para que debatam qualquer assunto nessa Comissão. Então é sempre importante. E sempre dizer, assim, que todos são bem-vindos, todos os setores envolvidos, sejam eles produtores, governo, sociedade, empresários da área. Todo mundo é muito bem-vindo para colocar o seu conhecimento

à disposição de uma reflexão sobre o tema. Senadora Rosalba Ciarlini.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):

Obrigada, Senador Flávio Arns, a quem eu quero cumprimentar por estarmos aqui na Comissão de Educação tendo a oportunidade de debatermos sobre formas de incentivo, de fomento, formas de ver a cultura brasileira realmente existir como instrumento de desenvolvimento, instrumento educacional. Na realidade é esse o nosso sonho. Nós queremos que a cultura realmente seja entendida pelo Poder Público como uma forma de que você possa ser um grande, vamos dizer assim, pilar no desenvolvimento, um grande pilar na promoção desse País e da nossa gente.

Eu sempre repito, mas é bom, acho que todos já sabem, eu não sei se o Dr. Roberto, o Dr. Fábio, o Dr. Daniel Santana e o Dr. Paulo, que trouxeram para o debate informações, suas posições, cada qual defendendo uma visão, que realmente vai ser muito importante para que a gente possa analisar melhor por que pedimos essa Audiência Pública. Na realidade eu fiquei preocupada, fiquei muito preocupada, porque eu sei, eu não tenho medo de mudança, muito pelo contrário, eu acho que muitas vezes a mudança é necessária, é importante, o mundo está mais dinâmico. Hoje nós podemos ser informados em tempo real, então existe uma série de questões que realmente nós sabemos que temos que avançar. Mas, também, me preocupo muito porque mudar por mudar, às vezes, traz é prejuízo.

A política cultural, essa tem que ser entendida, quando eu digo que repito é que eu fui Prefeita, Prefeita de uma cidade do Nordeste, lá no interior, e me desculpem a falta de modéstia, mas eu me sinto com autoridade de falar sobre esse tema porque, como Prefeita, eu fiz uma ação que realmente mudou na cidade essa concepção, a forma de Poder Público realmente fazer cultura. Com a Lei Rouanet foi possível termos o melhor teatro do Nordeste, foi com a Lei Rouanet. Trouxemos o projeto, o projeto era bom, foi aprovado, dizia que era difícil porque vindo lá do Nordeste não conseguiríamos, mas fui atrás, lutamos e conseguimos. Então eu acho que essa questão também vem muito do que é que você vai apresentar, do que é que você está em busca, que você vai ter que ter um projeto bom para que ele realmente possa ser aprovado. E quando eu digo que é o melhor teatro do Nordeste, olha que eu estou aqui colocando na frente de quem conhece teatro, mas eu peço até ao Sérgio Mamberti que pode dizer se é ou não, porque ele conhece, e tantos outros grandes artistas e incentivadores culturais que passaram pela cidade.

Mas não me preocupei só em fazer o teatro, não. Foi de criar condições para que os grupos pudessem ter no teatro a oportunidade de poder ter a sua plateia, de poder crescer, de poder levar aquele espetáculo para outros recantos. Isso tinha que passar por incentivos, só que eu me senti sempre muito órfão do Governo de uma maneira de como... Porque você está no Município, você está com vontade, querendo fazer uma política cultural séria, mas aí não têm recursos, não aparecem recursos. Sempre imaginei por que é que na cultura não se tem um Fundo que funcione como funciona na educação, que funcione como na saúde, vindo diretamente, Fundo a Fundo, sem intermediário, de forma desburocratizada, simples, que chegue para cada Município e ali ter um Conselho local que, de acordo com as suas características, com as suas peculiaridades [soa a campainha], é que sabe realmente onde deve ser colocado cada centavo. Isso é bem diferente da iniciativa privada de um grupo que vai aferir lucros pelo seu trabalho que é justo, que é certo. O artista tem que viver, o artista tem que ter condições de montar o espetáculo. Então é uma coisa diferente da outra. O meu medo é que, de repente, a gente vá fazer um Fundo que misture as coisas, que misture as coisas e que nós tenhamos, ao invés de um avanço, nós possamos ter algo que vá prejudicar, porque nós temos que manter sim os grupos capazes de fazer os seus espetáculos, de promover cada vez mais o teatro, a música, a dança. Claro, isso passando por um Conselho, tem que ser analisado, tem que se ter critérios, que é para não haver distorções. Graças a Deus que a Lei Sarney acabou em 1990, veio a Lei Rouanet, que veio de forma muito estudada, muito analisada e que foi realmente um grande instrumento para podermos fomentarmos aqueles grupos, os espetáculos, para que o Brasil hoje pudesse ter acesso, inclusive, a novas tecnologias, avançar, que se falava em musical naquele tempo, hoje nós temos a oportunidade de estar ter muito. Cresceu, avançou. Se ela avançou muito no Sul, a gente também... Eu defendo muito, ninguém é mais nordestina do que eu, ninguém é mais bairrista do que eu, ninguém mais defende a minha região, inclusive eu defendo tanto que Mossoró já foi inscrita e vai se inscrever tantas vezes quanto for necessário para ser a Capital Cultural desse Brasil, pelos eventos que hoje é um calendário permanente, pela movimentação, o resgate que fizemos na cidade. Mas eu tenho que entender também que você tem que criar estruturas e o centro da história, nós sabemos, que foi ali onde ficaram os teatros. Ter um teatro no Nordeste era uma coisa muito difícil; hoje já existe, mas precisa ter mais. É exatamente esse o apoio que nós precisamos, de uma política pública de fomento cultural às regiões menos

desenvolvidas, que se dê prioridade a essa necessidade de criarmos os espaços, de criarmos as condições, de trazermos... Quando começamos a fazer os espetáculos, o "Auto da Liberdade", a "Chuva de Bala do País de Mossoró", de criarmos o "Oratório de Luzia", uma série de grandes espetáculos, nós tivemos que importar os diretores teatrais, mas quando fizemos isso tínhamos consciência de que ali nós estávamos fazendo oficinas. Hoje nós já fazemos grandes espetáculos com diretores da terra, valorizando o artista da terra, dando condições a que pudesse crescer. Então tudo é um conceito, é uma política que leva. Precisa ter essa troca de experiência, precisa trazermos... É a mesma coisa de qualquer atividade. Eu sou médica e quando nós sentamos para discutir alguma questão, um avanço na medicina, muitas vezes teve que trazer lá de fora alguém que pesquisou, que veio, trabalhou na nossa frente e nós aprendemos com ele.

Então é isso que eu quero, a minha preocupação é exatamente entender melhor como vai funcionar. Será que essa mudança... Eu estou vendo assim, o que está me passando é que o Fundo Nacional de Cultura praticamente se resume a mudanças na Lei Rouanet, está entendendo? Eu queria ver um Fundo Nacional de Cultura que realmente tivesse esse lado da política do incentivo público com os entes federativos e ao lado disso, nós sabemos que cada cidade, cada espaço, tem o direito de ter os grupos que podem receber incentivo público ou não, que podem captar recursos lá fora, podem captar recursos de empresa e, também, deixar as empresas, pois é importante que elas também possam ter as suas escolhas, ter as suas escolhas. Eu sei que talvez eu ainda estou muito confusa, realmente, sobre as informações, vamos ter que nos debater mais, discutir mais, não é Senador, para que a gente possa ter, nesse momento, possamos aproveitar ao máximo e que possa, Dr. Roberto, o senhor que é Secretário de Incentivo e Fomento do Ministério da Cultura, não deixamos passar a oportunidade de realmente fazer mudanças que promovam a cultura como um instrumento maior numa sociedade para se desenvolver. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agradeço à Senadora Rosalba Ciarlini. Até lembrando o início desta Audiência Pública em que se colocava que toda Lei, e também qualquer Lei na área da Comissão de Assuntos Sociais que V. Exa. preside, mas toda Lei tem que sempre ser pensada permanentemente em termos dos pontos positivos, o que vem atendendo de uma maneira adequada e de aspectos que tenham que ser mudados, alterados, atualizados para atender a dinâmica que a sociedade apresenta. Então, nesse sentido, é que nós sempre temos o obje-

tivo de debater a Lei, todas as Leis, mas também a Lei de Incentivo à Cultura e, ao mesmo tempo, aproveitando a ocasião em que o Ministério se debruça sobre isso de uma maneira intensa, como foi colocada pelo Dr. Roberto, pelo Brasil inteiro, para ver como que esses desafios e esses pontos positivos, na ótica do Ministério da Cultura, estão sendo abordados. Mas, sem dúvida alguma, é o objetivo desta Comissão fazer exatamente o que V. Exa. propôs: vamos debater, vamos discutir e vamos, assim, esperar com isto poder contribuir com a sociedade com uma legislação adequada.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):

Até mesmo, Sr. Presidente, porque o projeto ainda não está pronto.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Não.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):

Ele está sendo debatido. Então é muito importante que a gente possa, como o Senador Roberto aqui da Paraíba, o Senador Augusto Botelho, cada qual trazer a sua visão do seu Estado, das suas experiências. Mas fica aqui uma contribuição: por que esse Fundo Nacional de Cultura não teria recursos que pudessem ser, como se usa muito a palavra, carimbados através de recursos, por exemplo, que o Governo Federal recebe da exploração de minérios ou de petróleo, um percentual destinado definitivo, vamos dizer assim, 1% já seria muito, já seriam bilhões que iriam para esse Fundo de forma realmente a assegurar, a garantir que o Ministério pudesse fazer uma grande campanha. Fica aqui uma sugestão.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Agradeço. Eu passo, em seguida, a palavra ao Senador Roberto Cavalcanti.

**SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-
PB):**

Ilustre Senador Flávio Arns, mais uma vez repito que é um privilégio participar de Audiências Públicas. Audiências Públicas, realmente, enriquecem a todos nós. Parabenizo a todos os expositores, faço um registro específico ao Fábio de Sá Cesnik, porque nos deu um kit realmente muito valioso, é através desse próprio kit que foi fornecido por ele de informações que eu me ative a determinados pontos que eu gostaria de abordar. Não estou fazendo nenhuma restrição aos outros, estou só agradecendo ao fornecimento de elementos que permitem a todos nós analisar o tema com mais precisão.

Eu tenho extrema consciência de que estou na Comissão de Educação, não estou na Comissão de Desenvolvimento Regional, que também participo. Às vezes nós corremos de uma Comissão para outra e nos confundimos. Eu estou deixando bastante claro esse posicionamento de localização física, educação,

para abordar um tema que é um tema que tem a ver com desenvolvimento regional.

Nós tivemos aqui a presença do Ministro Juca Ferreira, que nos encantou, ele demonstrou ter uma personalidade inovadora, aceita sugestões, isso para mim é extremamente importante. O gestor que não aceita sugestão é um gestor, na minha visão, medíocre. Ele demonstra no relacionamento, demonstra nos gestos que é um gestor inovador e por ocasião da passagem dele por uma Audiência Pública nessa Casa, ele recebeu de vários dos Senadores presentes sugestões e acatou grande parte delas. Isso é muito bom. Isso faz com que eu possa acreditar que a Lei Rouanet possa ser ajustada. Eu não diria modificada, eu me acosto a quem teme pelas grandes modificações, mas eu acho que tem que ser feito algum ajuste e eu diria por quê. Eu me ateno agora, deixo de ser um Senador do Brasil para ser um Senador da Paraíba. E, como Senador da Paraíba, eu gostaria de trazer alguns números que são preocupantes.

Veja o seguinte: nós temos uma informação que nos projetos, totais dos projetos superiores a três milhões de reais, esse volume totaliza 180 projetos no Brasil como um todo, totalizando 1 bilhão e 86 milhões de reais. Eu estou cortando os valores fracionados, 1 bilhão e 86 milhões de reais. Desse volume de 1 bilhão e 86 milhões de reais, o Sudeste ficou com 834 milhões, quase 835, que foi 834,940 milhões, então 834 milhões, o Sul com 84,260 milhões e o Nordeste como um todo com 115 milhões. Então de um total de 1 bilhão e 100, 1 bilhão e 86 milhões, o Nordeste ficou com 115. Aí eu fui buscar a nossa Paraíba. Nesse agrupamento de projetos, que são os projetos maiores, a Paraíba foi contemplada com zero, zero absoluto de recursos.

Aí fui buscar o mapa que traz os projetos inferiores a 100 mil. Eu disse já que eu não estou nos projetos acima de três milhões de reais, eu vou buscar o agrupamento menor, o agrupamento dos abaixo de 100 milhões de reais. Nesse agrupamento o universo salta [soa a campainha] para 4.777 projetos, um volume significativo de projetos, totalizando, no entanto, um valor global Brasil de 233 milhões; já baixa de bilhão para milhões, 233 milhões. O Sudeste fica com 130 milhões desses 230, o Sul com 48 milhões e o Nordeste, desses 233, fica com apenas 26 milhões.

Aí eu fui buscar a Paraíba, fui ver com o que é que a Paraíba ficou desses 233 milhões. Então a Paraíba ficou com 1,5 milhão. 1 milhão e 500 mil ao longo de todo um projeto, para a Paraíba existir ou não existir a Lei Rouanet é o mesmo. Ela se beneficia nacionalmente em assistir um filme, em assistir projetos nacionais, mas para o Estado da Paraíba existir ou não existir Lei

Rouanet dá no mesmo, porque 1,5 milhão, ao longo de todo esse período de projeto, mesmo dentro da 'pequinhês', dentro do tamanho econômico da Paraíba, mas 1,5 milhão, a gente não pode tirar do bolso, mas é melhor não existir para o Estado da Paraíba.

Aí eu fui pegar aqui o mapa global, o mapa global dos projetos captados. Aí se toma um susto porque, na verdade, nos cinco primeiros Estados que captam esse recurso da Lei Rouanet, tem São Paulo liderando absoluto, como sempre muitas coisas do Brasil, mas não tanto, tem 1 bilhão e 273 milhões, secundado por Rio de Janeiro, que tem uma atividade cultural, principalmente cinema e tal no Rio de Janeiro é muito forte, tem 750 milhões de reais. O total são 3 bilhões, 2 bilhões e 900 milhões, 3 milhões, para raciocinar rápido é 1 bilhão e 273 milhões para São Paulo, 750 milhões para o Rio, 341 milhões para Minas, 195 milhões para o Rio Grande do Sul e 69 milhões para o Paraná. Esses cinco Estados detêm quase 100% da verba brasileira, 100%, o que foi pelo menos gasto em termos de Lei Rouanet.

Aí me preocupa, porque eu assisti aqui a Senadora Rosalba Ciarlini defender, agradecer, dizer o que Rio Grande do Norte foi contemplado e tal. Então vamos ver o que é que aconteceu.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Isso aconteceu há 12 anos atrás.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Isso, há 12 anos, mas vamos ver a Lei Rouanet. O Rio Grande do Norte, totalizando toda a aplicação que foi feita no Rio Grande do Norte, dá 3,5 milhões de Lei Rouanet. A Paraíba, 2 milhões e 200 mil, isso no agrupamento total. Estamos parecidos, Senadora. O Rio Grande do Norte liderando, parabéns, e a Paraíba com 2 milhões e 200 mil, mas 2 milhões e 200 para a Paraíba e 3,5 milhões para o Rio Grande do Norte não é nada. Alagoas, eu peguei Alagoas, a cultura de Alagoas, eu peguei o estado de Alagoas, que é um Estado riquíssimo em cultura, o Estado de Alagoas também tem menos de 3 milhões, 2 milhões e 900 mil. Então para mim, Senador da Paraíba, eu prefiro que acabe a Lei Rouanet, porque pelo menos eu vou gerar um instrumento de financiamento do Ministério da Cultura que traga para a Paraíba algum instrumento ou, então, nós vamos ter que proporcionar, dentro dos instrumentos da Lei Rouanet, um diferencial. Não pode continuar no Brasil a discriminação da forma. Eu continuo dizendo que não estou dentro de uma Comissão de Desenvolvimento Regional, eu não estou querendo fazer partilha de incentivo fiscal regionalmente, não é isso, mas tem algo errado nesse processo, tem algo que faz com que a concentração absoluta, porque os grandes patrocinadores estão no eixo Rio/São Paulo,

tudo bem, mas alguma coisa tem que ser feita de forma diferente. O que não pode acontecer é permanecer da forma que está e nós ficarmos calados, nós ficarmos contemplativos a isso.

Então como Senador, como cidadão, eu vou me aplicar ao máximo possível no tocante a buscar um entendimento com o Ministério da Cultura, com os assessoramentos que possam ser feitos, para que não destruindo todo o um projeto fantástico, acho a Lei Rouanet fantástica, acho que é um projeto extraordinário, mas no tocante à distribuição algo nasceu errado, algo está errado, porque não pode ser, não existe nada no País numa desproporção dessa, nem populacional, mesmo se for pelo PIB, por atividade, nada no País. Não existe nenhum projeto nacional que seja desproporcional, que privilegie tanto São Paulo e Rio como está privilegiando a Lei Rouanet no momento presente. Era essa a minha abordagem sobre o tema. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agradeço ao Senador Roberto Cavalcanti. Passo em seguida, também, a palavra ao Senador Cristovam Buarque, que também subscreveu o requerimento, é um dos autores do requerimento para a realização dessa Audiência Pública. Então com alegria eu passo a palavra a V. Exa.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Obrigada, Presidente, Srs. Senadores, Srs. apresentadores. Primeiro, desculpas de ter chegado agora, que aqui ao lado, na Comissão de Ciência e Tecnologia, tinha outra Audiência também convocada por mim sobre assuntos relacionados às universidades. E assunto fundamental, que tem a ver também com financiamento, que são as fundações. Eu não podia sair de lá antes de terminar.

Agora eu vou pegar onde terminou o Senador Roberto Cavalcanti. A colocação dele é muito oportuna: algo está errado. Eu que acho que há algo errado na Lei Rouanet e a gente tem que aprimorá-la, não substituí-la. Agora, Senador, há algo errado por trás de tudo isso. Se o senhor olhar, eu nunca fiz, mas pode fazer uma equação que vai dar muita correlação correta entre quanto por cento recebe cada Estado e o seu número e a sua percentagem de analfabetismo. Pode fazer isso. Quanto maior o índice de analfabetismo, menos recursos recebe. Pode pegar e ver a correlação entre aqueles que terminam o segundo grau e quanto recebem para a cultura, porque tem uma população desmotivada para uma boa parte das chamadas atividades culturais de elite, de destaque. Claro que têm atividades culturais para analfabetos, mas essas estão fora do sistema de financiamento. Não vamos ter a igualdade na distribuição de recursos enquanto

não tivermos uma igualdade no nível educacional das nossas populações, porque há uma correlação direta entre cultura e educação. Então o que é que está errado? Claro que é errado, eu defenderia sim proporcionalidade para corrigir. Se eu defendo quotas para negros entrar na universidade, como é que eu não vou defender quotas para os incentivos fiscais da cultura chegarem mais nos Estados mais pobres? Claro que tem que haver. Mas não vai dar certo, não vai colar, vai haver desperdício se não fizermos o dever de casa da educação de base. E aí os Estados não estão fazendo. Os Estados também não têm condições. Aí a gente tem que federalizar a educação de base, não tem outra saída, porque criar uma Lei Rouanet para a educação, eu não sou contra, mas é como dar uma Aspirina a um doente; os recursos serão insuficientes. A Lei Rouanet consegue dar um impacto na cultura. Uma Lei Rouanet para a educação não vai conseguir dar grande impacto. Eu volto a insistir que eu não sou contra, porque eu aceito os paliativos quando a gente está precisando, mas não vamos dizer que vai trazer mudanças substanciais. São recursos federais, são recursos orçamentários, são recursos na dimensão do País, na dimensão de 50 milhões de criança na escola, 200 mil escolas, 2 milhões de professores. Isso não virá de uma Lei Rouanet para a educação.

Defendo, meu caro Roberto, que haja, sim, uma maneira de forçar mais recursos proporcionalmente para nossos Estados do Nordeste, senão os grandes centros vão sempre levar o dinheiro. Então sou favorável, porque esse dinheiro é público, esse dinheiro é público e é nacional, esse dinheiro não é estadual. Agora a verdade distorção, a verdadeira causa de distorção está na desigualdade educacional que nós temos e o mapa do analfabetismo é concentrado no Nordeste. Dos 13% que a gente tem de analfabetismo de adulto, São Paulo tem 4%, o que eu acho um absurdo de alto para um Estado com a riqueza de São Paulo, mas para pegar de 4% e chegar a 13%, é preciso que tenha Estado com 40% [soa a campainha] e aí gera uma baixa demanda cultural. Então o erro está lá na educação de base, na formação do usuário da cultura. Daí um projeto meu que eu acho que ajudaria, colocar cinemas nas escolas públicas. Na hora que a gente começar a colocar cinemas nas escolas públicas em todo o Brasil, começa o gosto pelo cinema, mesmo nas populações que não terminaram o segundo grau. Aí começa a haver uma produção de cinema local. A produção vem acompanhando o público que vai ao cinema.

Mas eu quero concluir dizendo que eu sou favorável a aperfeiçoar todas as leis, mas não necessariamente substituí-las, aliás, não tem nenhuma Lei que precise de mais atualização de que uma que hoje completa 121

anos, que é a Lei da Abolição da Escravatura. Eu não sou favorável a tirar o nome da Princesa Isabel dessa Lei, agora tem que melhorar, ela não conseguiu botar os negros na elite brasileira ainda, ela não conseguiu trazer a libertação porque não investiu em educação e outros setores. Então vamos aprimorar a Lei no que for preciso. Uma delas talvez seja a distribuição dos recursos, induzida a distribuição para os Estados que mais precisam e que menos recebem, outras mudanças, mas substituir por uma nova, eu, sinceramente, não vejo essa necessidade.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Presidente, eu queria permissão só para fazer uma colocação.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Roberto Cavalcanti. Eu só peço que seja, assim, rápido.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Bem rápido. Senador Cristovam, eu agradeço a citação, somos amigos há mais de 40 anos, isso nos alegra muito. O Senador Cristovam me conhece, sabe da minha origem da iniciativa privada. Então está aqui um Senador que tem a visão da iniciativa privada. Eu não estou querendo burocratizar uma Lei e nem estou querendo transformá-la numa Lei, mas os números são tão desproporcionais que se necessita pensar sobre o assunto. Quando da presença do Ministro da Cultura aqui, nós sugerimos que talvez dentro de um percentual de um projeto, parte dele fosse direcionado para um fundo do próprio Ministério, que o Ministério então pudesse gerir de uma forma para haver um sistema de compensações. Algo tem que ser feito. O que não pode é todo o Nordeste representar um percentual insignificante. Estados como Pernambuco, como Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte, terem parcelas insignificantes. E a concentração vai se tornar automática, nunca nós vamos nos desvincularmos da cultura maior no tocante a determinadas atividades, a educação maior em determinadas regiões, como é o eixo Rio/São Paulo, e a concentração decisória no eixo Rio/São Paulo. Esse é o grande problema, a decisão comercial quando se vai captar; quem vai ser captado vai estar nesse eixo. Jamais vai se conseguir captar isso em empresas da Paraíba, porque o volume da economia da Paraíba não dá consistência para os recursos.

Era isso, eu agradeço ao Senador Flávio Arns pela concessão de mais um aparte.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Mais um pequeno ponto. Desculpe--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Com prazer, Senador Roberto Cavalcanti, e retorno a palavra ao Senador Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

O Senador Roberto trouxe bem claro: lá estão os donos do dinheiro, lá está o público com maior grau de educação e lá estão morando os artistas que recebem o dinheiro. Então termina concentrando tudo lá; tem que quebrar esse círculo vicioso.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Não se conseguirá sair disso se não houver, dentro da Lei, um instrumento que privilegie Estados como o de Sergipe, de Alagoas, Paraíba, Pernambuco e outros Estados do Nordeste ou Estados outros da região Norte. Aqui não está uma guerra, como foi muito bem dito, regional, não já nenhum clamor nisso não, só que está se constatando uma desproporção que não é tamanha em nenhuma outra atividade do País. Muito obrigado.

SR. PAULO PÉLICO: Presidente, eu posso agradecer um esclarecimento rápido.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Só um minutinho. Nós vamos escutar ainda o Augusto Botelho e, na sequência, eu passo a palavra aos expositores na mesma ordem da fala, para que falem não só sobre o que os Senadores colocaram, mas há certamente observações em relação ao que os próprios expositores apresentaram. Pois não, Senador Augusto Botelho, com alegria.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sr. Presidente, eu apenas quero dizer assim que essas nossas Audiências estão sendo feitas justamente para a gente discutir para achar um melhor caminho. Essa distorção que o Roberto mostrou aqui agora, o Senador Roberto, é grave. O Norte só tem 3% de aplicação, é muito pouco, e nós temos um leque cultural muito grande no Norte: temos Parintins, o nosso Boi-Bumbá, temos as Quadrilhas, temos a Parichara, que é um dança indígena, algumas coisas que nós precisamos que chegue recurso para a gente poder desenvolver isso, a criatividade dos nossos artistas, a nossa alma de amazônida precisa de recurso para poder ter manifestação para a gente poder aparecer e se defender, porque quando fala na Amazônia parece que só tem árvore lá, só tem floresta. Nós temos gente lá, um povo, 25 milhões de pessoas nós temos na Amazônia.

Eu vou aproveitar para prestar um esclarecimento, porque a imprensa noticiou aqui como se eu tivesse me apossado da ideia do Presidente Sarney de fazer uma Consolidação das Leis da Cultura. Eu fui o Relator da Consolidação das Leis da Saúde. Na época que eu comecei a estudar a consolidação da saúde, pensei também, a minha assessoria sugeriu que a gente fizesse uma consolidação da cultura, que é muito complexa e muito vasta também, sendo que tivemos o apoio, desde outubro do ano passado do João Bosco está

debruçado nisso, ele está aqui presente, elaborando esse projeto, que foi apresentado no dia 07 agora. No jornal saiu ontem que o Sarney teve essa ideia e tal e hoje já saiu dizendo que eu me aposssei da ideia do Sarney. Então eu estou esclarecendo bem claro que desde outubro nós estamos discutindo isso, que a ideia não foi só minha, foi da minha assessoria juntamente com o assessor João Bosco, que está aqui presente, que elaborou o trabalho.

Mas eu gostaria de fazer uma pergunta. Dentro dessa proposta de tentar melhorar essa distribuição, o Pélico falou ali que tem uma ideia de fazer um *link* mais próximo entre as pequenas produções culturais e as empresas locais. Ele falou que tem a ideia, mas não disse qual é a ideia. Eu gostaria que ele, na hora que fosse pegar a palavra, expressasse qual é essa ideia que ele tem que poderia encurtar esse caminho. Realmente, o caminho é complexo, existe muita burocracia, não é só no Ministério da Cultura não, em todos os Ministérios, mas nós temos que achar um meio de fazer as coisas se tornarem mais práticas, mais efetivas, que é para um pouco desse recurso da cultura e do esporte, principalmente, chegar nas regiões mais necessitadas. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu agradeço ao Senador Augusto Botelho, inclusive vou passar agora a palavra ao Paulo Pélico. Ele, inclusive, na fala dele falou, mencionou, assim, especificamente escalonar o incentivo, formar o produtor cultural e cuidar da parte do cipoal burocrático, que é uma dificuldade em todas as áreas. Realmente esse assunto foi abordado. Passo a palavra ao Paulo Pélico, então.

SR. PAULO PÉLICO: Eu queria iniciar pela fala do Senador Roberto Cavalcanti. A ideia de criar um mecanismo compensatório, Senador, é maravilhosa, um elemento que equalize o incentivo fiscal com um outro instrumento que possa servir de elemento compensador. Só que esse instrumento já existe. Quando o senhor fala de Lei Rouanet, V. Exa. trata a Lei Rouanet só no seu âmbito do incentivo fiscal. A Lei Rouanet não é só incentivo fiscal. A Lei Rouanet é um tripé: ela tem o âmbito do incentivo fiscal, tem o Fundo Nacional de Cultura e tem o FICART. O Fundo Nacional de Cultura é exatamente o que o senhor falou, ele movimenta mais de 300 milhões por ano de sobras de projetos do incentivo fiscal e de 3% das loterias federais. E ele é destinado para atuar exatamente para favorecer as manifestações culturais e as regiões fora dos grandes centros. O que acontece é que o Fundo Nacional de Cultura não atende a essa vocação, ele nunca atendeu, e essas regiões que deveriam ser socorridas não o são ou pelo menos não o são na proporção necessária. Aí

confunde-se novamente Lei Rouanet com incentivo fiscal, acham que o incentivo fiscal teria que resolver todos os problemas. Não vai resolver. Nós não podemos banheiro no mesmo guichê a cultura indígena e um musical ou uma ópera ou um filme. Tem que ser guichês diferentes. Esse guichê existe, só que esse guichê não resolve a questão nem da Paraíba e nem de outras regiões menos favorecidas. É um problema do Executivo, não é da Lei. Esse esclarecimento eu queria fazer.

A sugestão, nós achamos que edital único e centralização na decisão do empresário no âmbito do incentivo fiscal destinar o seu imposto, não resolve; isso já foi tentado e piorou a situação. A nossa sugestão, eu não conheço ninguém no Sul e no Sudeste que não se preocupe com isso e que não queira atenuar esse problema. A questão é que o instrumento, os métodos do Ministério da Cultura não funcionam. Para favorecer outras regiões a sugestão é escalonar o limite. Não é aceitável que o Banco do Brasil, a PETROBRAS e a GERDAU tenha um limite de 4% igual a uma empresa da Paraíba, do interior da Paraíba. Nós conhecemos a distribuição. As médias e pequenas empresas estão no interior do País. Essas empresas teriam que ter limites de 10%, 20%, e a PETROBRAS, talvez, nem precisasse ter 4%, talvez pudesse ter menos. Nós somos favoráveis a esse mecanismo, temos defendido há muito tempo esse mecanismo, mas o Ministério nunca tentou implantar. Seria a melhor forma de pulverizar os recursos.

Finalizando a minha fala, eu queria voltar à proposta de Lei do Governo e dizer que ninguém é contra ajudar a atenuar todas as questões. O problema que se coloca é que o projeto do Governo não traz nenhuma proposta nova; a única diferença é que ele tem uma redação estatizante da Lei Rouanet. Essa minuta do Governo, ela propõe a estatização da Lei Rouanet e isso é muito complicado, é muito complexo, porque, primeiro, transfere para o Executivo decisões importantes, inclusive a questão que o Dr. Cesnik colocou aqui de não estabelecer claramente quais serão os critérios objetivos, ele transfere para o Decreto que é prerrogativa do Executivo e a grande ameaça é o fantasma novamente do dirigismo cultural. Essa palavra é uma palavra que tem resistências, mas ela tem que ser dita. Eu não estou falando dessa administração. Os governos passam e a legislação fica. O dirigismo cultural, do jeito que está desenhada essa proposta de Lei, ele pode, sim, se transformar num instrumento de alinhamento político e ideológico na base da cara do freguês, porque ele vai se basear em critérios subjetivos. A Lei tem que trazer critérios objetivos, que nós somos favoráveis e temos sugestões, mas não podemos

deixar na subjetividade do Executivo para, mais tarde, não sofreremos com filmes que já vimos nesse País, de instrumento de elemento político ideológico.

O Secretário abordou que eu sou um produtor cultural e sei que não fez isso de maneira pejorativa. Aliás, consta aqui na minha placa aqui que eu sou produtor cultural. Eu defendo a minha categoria e tenho muito orgulho de ser produtor cultural, Secretário. O produtor cultural pode ser comparado como um parteiro de um bem cultural. Ele não cria, ele não gera, mas ele ajuda trazer à luz. A diferença é que esse parteiro de bem cultural pode fazer o parto num ambiente hospitalar, numa maternidade bem equipada, ou pode fazer numa cama de jornal embaixo de um viaduto. As condições que ele vai ter para trazer à luz o projeto cultural, o produto cultural, é que estão estabelecidos e é dever constitucional do Estado prover esses recursos, Secretário. O Ministério da Cultura está na direção dessa maternidade, nós somos os parteiros, vocês estão na direção do hospital. Nós temos que ter recursos para fazer o nosso trabalho. Não podemos fazer à luz do dia, como já foi muito tempo feito no Brasil. A Lei Rouanet trouxe, na dimensão do incentivo fiscal, trouxe uma realidade nova para a produção cultural. Para continuar na imagem hospitalar, temos que tomar muito cuidado em não fechar o tubo de oxigênio que hoje alimenta a produção cultural. É só isso, obrigado.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB):

Paulo Pélico, com licença, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Roberto Cavalcanti para a réplica.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB):

É só para que a brilhante resposta do Dr. Paulo Pélico seja completa, que na sua fala ele insinuou que existem os recursos e que lamentavelmente esses recursos que seriam destinados e que poderiam ser destinados a regiões menos favorecidas, eu queria que, por gentileza, fosse dado nome aos bois. De quem é a culpa? Nominalmente, quem é que não fornece aos Estados menos favorecidos as verbas que existem ou que supostamente existem? Quem é o culpado?

SR. PAULO PÉLICO: A gestão do Fundo Nacional de Cultura é do Ministério da Cultura.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem.

SR. ROBERTO NASCIMENTO: Sr. Presidente, eu poderia fazer a réplica também?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sim, depois o Roberto Nascimento, que é Secretário, ele também vai usar da palavra e terá a oportunidade de, naturalmente, fazer a réplica também. Eu passo, em seguida, a palavra ao Daniel Santana.

SR. DANIEL QUEIROZ DE SANTANA: Eu gostaria de, mais uma vez, agradecer ao convite para participar e dizer que eu estarei em nome do Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Cultura sempre à disposição dessa Comissão na medida da necessidade nesse debate que ainda vai transcorrer por um longo período de tempo, e dizer que os Estados são muitos entusiastas da proposta, respeitadas algumas posições divergentes e a autonomia de cada ente federado, mas tem tido um entusiasmo muito grande da proposta de fortalecimento do Fundo Nacional de Cultura, que caminha no sentido de que o Exmo. Senador Roberto Cavalcanti colocou. O Fundo existe, o Fundo tem uma dotação orçamentária, mas o Fundo é mal regulamentado, ele não é um Fundo blindado como são outros Fundos, é o FCIT, o Fundo da Ciência e da Tecnologia, como é o FUNDEB, como são outros Fundos de outras áreas de Governo bem mais robustos e bem mais substanciosos como deveria ser o Fundo Nacional de Cultura. Então se menciona cifra de, aproximadamente, 300 milhões do recurso investido no ano passado, é muito pouco em se tratando do Fundo e em se tratando da necessidade de distribuição federativa dessas verbas. E nenhum estado, nem mesmo aqueles que são menos favorecidos pelo mecanismo da renúncia fiscal, nenhum Estado se colocou contra em nenhum momento à renúncia fiscal. Os Estados têm a posição pela manutenção do mecanismo da renúncia fiscal, enfim, mas pelo equilíbrio entre as fontes de financiamento da cultura no nosso País, pelo fortalecimento do orçamento, e aí eu chamo a atenção para o fato de que não só a proposta, a minuta do Projeto de Lei que visa instituir o PROFIC deve tramitar nessa Casa em breve, mas, também, os outros projetos de Lei estratégica para a cultura do nosso País: Projeto de Lei de Reforma da Lei do Direito Autoral, o Projeto de Lei que propõe o Plano Nacional de Cultura, que já tramita na Câmara, e as três PECs, as três propostas de Emenda à Constituição, estratégicas e de fundamental importância para o fortalecimento dessa institucionalidade, da centralidade que a cultura merece e requer para a PEC 150, que propõe a vinculação de receitas constitucionais para a cultura num percentual, eu diria, ínfimo, em comparação às vinculações de receita para a área de educação e saúde, até suplantando o argumento das áreas de Planejamento e de Fazenda de que as vinculações de receitas são muito mal vistas, mas é uma proposta que visa a carimbar, como a Senadora colocou, 2% do orçamento da União para a cultura, 1,5% dos Estados e 1% para os Municípios. A PEC 236 e a PEC 416, uma propõe a inclusão da cultura no rol dos direitos sociais do art. 6º da nossa Constituição Federal, pode aparecer um preciosismo

técnico jurídico, mas não é, a gente sabe que o status constitucional de direito social disposto no art. 6º confere uma importância significativa para a cultura. A partir do momento em que ela é considerada um direito social, ela está sujeita a todo um ordenamento jurídico próprio daquilo que devem ser as garantias materiais dos direitos fundamentais na nossa Constituição, como são a saúde e a educação, e a saúde e educação só têm vinculação de receitas justamente porque estão inseridas no rol de direitos sociais do art. 6º; se não fosse assim, não teriam. Então não é um preciosismo acadêmico, é uma proposta interessante que a cultura seja inserida no rol do art. 6º. E a outra proposta de Emenda à Constituição do Sistema Nacional de Cultura. Então essas três PECs e os três PLS são estratégicos, são fundamentais para que a gente avance nesse sentido junto à proposta da Lei Rouanet, para que a gente avance no sentido de aperfeiçoar o arcabouço jurídico normativo, aperfeiçoar os marcos legais regulatórios para dar densidade e dar a relevância devida para a temática da cultura no nosso País.

Então, eu queria agradecer a todos os presentes, a todos os Exmos. Srs. Senadores presentes à Sessão de hoje e a todos os convidados também. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Com a palavra o Dr. Fábio Cesnik.

SR. FÁBIO DE SÁ CESNIK: Bom, alguns comentários que eu anotei, que eu acho que pontuam algumas falas, primeiro a fala acho que brilhante dos Senadores, o Senador Cristovam Buarque cita a mudança da Lei da Abolição e todos os Senadores apontam na questão do aprimoramento de alguns pontos da Lei Rouanet. Eu acho que é alguma coisa que cria um rito de passagem no processo, não se discutir uma nova, mas se discutir aprimoramentos de pontos, a Senadora Rosalba também colocou muito bem, que devem ser melhorados. Eu acho que esse é um ponto.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Se o senhor me permitir--

SR. FÁBIO DE SÁ CESNIK: Claro.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Aprimoramento de pontos, mas, também, aprimoramento na forma da seleção, que na realidade, quando a gente vê essa distorção com o Nordeste, o Norte, com relação ao Sul, a aprovação dos projetos passa exatamente pelo Ministério. Nessa seleção do Ministério é que nós também temos que dar uma analisada e ver como nós poderemos ser mais justos.

SR. FÁBIO DE SÁ CESNIK: Perfeito. Uma segunda questão, que eu acho que na fala do Senador Roberto Cavalcanti corrobora para um necessário aprimoramento da Lei, uma coisa que eu acho que seria

de grande valia, inclusive investimentos de recursos públicos e etc., eu tenho dado conferências, eu tenho clientes por vários Estados brasileiros, de pequenos produtores até grandes instituições, e o que eu sinto muito, eu estive lá no SEBRAE da Paraíba, eu estive no SEBRAE do Rio Grande do Norte a convite, fazendo uma exposição, e eu sentia muito uma carência desses produtores por um processo forte de qualificação mesmo. Hoje eu vi o indicador que foi produzido nesse material do Itaú Cultural, que eles fizeram a seguinte avaliação: o maior volume de projetos que a partir do protocolo no Ministério da Cultura morrem da data do protocolo, não porque o Ministério da Cultura, eventualmente, não aprova, parte porque o Ministério da Cultura não aprova, mas em grande parte a pessoa não juntou um documento obrigatório, a pessoa não soube instruir o processo de maneira adequada. Eu vi lá o número, no Rio Grande do Norte 75% dos projetos que são protocolados morrem sem que possam receber sequer a apreciação da aprovação no Ministério da Cultura. Eu não estou apontando a culpa do Ministério da Cultura, mas é uma questão às vezes da qualificação do produtor na propositura do projeto. Então há um necessário processo, além de tudo, de qualificação. O Ministério da Cultura abre um edital para culturas populares, por exemplo, que tinha – uma pessoa do Ministério da Cultura me disse – 300 e tantas inscrições do Nordeste e quatro inscrições da região Norte do Brasil, por exemplo. Então mesmo que os quatro fossem contemplados na região Norte, você ia estar sempre repetindo a distorção. Então é necessária a qualificação desses profissionais.

Um terceiro ponto muito importante: é importante o Congresso brasileiro olhar para o conjunto dos mecanismos de incentivo fiscal. Hoje, dentro do ambiente da pessoa jurídica, os incentivos da Lei Rouanet só concorrem com os incentivos do audiovisual pontualmente, o que já é grave, porque os indivíduos do audiovisual foram ampliados todos para benefícios que chegam a 125%, então há hoje uma concorrência desproporcional dentro da calha da pessoa jurídica. Mas no âmbito da pessoa física, que ainda é muito pouco explorado, os incentivos são concorrentes, não só com o audiovisual e com os da Lei Rouanet, mas também com a Lei do Esporte e também com o Fundo da Criança e do Adolescente. E aqui eu coloco um gancho na colocação também que foi feita em relação ao incentivo ao esporte, porque foi apontado, quer dizer, já nesses dois anos, o Secretário Roberto Nascimento falou, como que o incentivo ao esporte se comportou. Houve um maior volume de incentivos dados à região Sudeste e etc. e tal, aliás, o grande volume de projetos apresentados foi no seu volume da região Sudeste, o

Ministério do Esporte declarou que estava, na verdade, tendo a oportunidade de na medida em que os projetos do Sudeste estavam conseguindo investir num volume de atividades do esporte olímpico, do futebol de base, de coisas que eram importantes para tornar o Brasil mais competitivo, ele estava conseguindo direcionar melhor os recursos – e eu não tenho esse dado para confirmar ou contestar a afirmação – para as regiões Norte e Nordeste. Então o orçamento público, ao contrário do incentivo, pode, na verdade, se destacar de uma determinada atividade para voltar à outra. E mais do que isso: lançou uma campanha agressiva de capitação. Eu não sei se os senhores viram, mas nas televisões e nos aeroportos, eu vi agora vindo para cá no painel da INFRAERO: “Invista e abata 100% do seu Imposto de Renda. Participe do investimento ao esporte”. E lançou uma campanha agressiva para pessoa física, que essa concorre com a cultura, onde ele colocou, inclusive o agenciamento, que é uma das críticas do Ministério da Cultura aos projetos, podem no caso de projetos de pessoa física no Ministério do esporte pagar 10% sem limite, não tem limite de 100 mil e nem nada, tem uma Portaria recente do Ministro para dizer: “Vamos para cima dos recursos de pessoa física”, que aqui tem uma malha de recursos grande a ser explorada e, na verdade, isso pode ampliar demais o programa. Hoje, Belo Horizonte, por exemplo, tem um Programa de Financiamento ao Teatro com os Médicos Cooperados da Unimed que verte dois milhões de reais por ano sem ser um centavo de pessoa jurídica, é só de médico da cidade que contribui todos eles com o seu Imposto de Renda. Então é saudável e é nesse dinheiro que deveria avançar.

Então eu acho que do ponto de vista de encaminhamento, algumas coisas, em que eu até concordo com as falas, por exemplo, a fala do Secretário Roberto Nascimento coloca a questão da gestão compartilhada da CNIC e dos Comitês Gestores. Então eu acho ótimo. O que tinha na Lei Rouanet de 1991 e que foi tirado, nem por esse Governo, mas foi tirado em 1997 por uma Medida Provisória convertida em Lei em 1999, que volte a esse projeto, que ainda não está, mas que deixe então os poderes deliberativos às Comissões Paritárias e defina, já no projeto atual, qual a composição da Comissão Paritária, porque o medo também, tudo bem, hoje estão pessoas com quem dialogamos e tudo bem, mas quem vai estar daqui um ano, quem vai dar daqui dez anos? A Lei tem que garantir uma continuidade dos processos e tal.

E muito importante – e aí eu acho que talvez esse seja o grande ganho da reformulação da Lei Rouanet – que crie-se instrumentos de fortalecimento dos Fundos. A Senadora apontou muito bem a possibilidade

de poder pegar um percentual então da arrecadação de minérios ou, sei lá de que segmentos, como foi feito em 1999, que foi quando o Congresso ampliou de 1% para 3% o volume transferido da arrecadação das loterias federais para esse Fundo. Então já foi uma medida, mas que tem ainda que ser ampliada, inclusive para fazer face a esse balanceamento em relação aos incentivos.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):

Dr. Fábio, também tem uma outra questão que o próprio--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Senadora Rosalba Ciarlini para a tréplica, mas bem rapidinho.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):

É só para dar aqui uma sugestão. Na questão dos recursos que são transferidos a Estados e Municípios, nós sabemos que as contribuições não fazem parte do 'bolo' que é repartido, daí porque existe hoje essa pirâmide totalmente injusta e que nós precisamos começar a encontrar uma forma de inverter: é exatamente os Fundos de Participação, só IPI e Imposto de Renda. Contribuição não vai mais, não faz parte dessa divisão. Por que não num Fundo desses exatamente o Governo Federal colocar, dar contribuição, sei lá, de tanta coisa que tem, do combustível, da contribuição das operações nos bancos, financeiras, não sei o que, colocar aí um percentual, às vezes, que aparentemente é mínimo, mas que no total dá um grande apoio às atividades do Ministério.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Muito bem. O senhor já terminou?

SR. FÁBIO DE SÁ CESNIK:

Eu só tinha um comentário, que eu acho que é relevante ao final.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Sobre as bases de dados também que foi mencionado pelo Senador Roberto Cavalcanti.

SR. FÁBIO DE SÁ CESNIK:

A base de dados que eu utilizei foi uma pesquisa, na verdade, feita pelo Itaú Cultural, que foi o único... Parte delas eu peguei no site da Receita Federal, que é aquela de percentual de Imposto de Renda destinado à cultura, e a outra, que compara dados do Ministério da Cultura, a Itaú Cultural levantou bases colocadas pelo Ministério da Cultura e abertos e fez diversos cruzamentos desses dados. Então pode ser, aí o Secretário Roberto Nascimento no momento diz, se esses dados têm ou não ou quais... O Ministério poderia, talvez, contrapor esses dados que não são meus, eu simplesmente peguei dessa apostila.

Mas o único comentário que eu ia fazer final é justamente nessa questão dos diferentes mecanismos, reforçar o seguinte: não foi falado aqui, mas o projeto

traz também um benefício fiscal do FICART, o FICART que é um Fundo privado de investimento em cultura, há uma possibilidade aí de 30% dos valores investidos pelas pessoas físicas ou jurídicas em operações de FICART poderem ser abatidas no Imposto de Renda. O FICART é um Fundo para, por exemplo, gerir grandes operações culturais. Se eu quero trazer o show do Pink Floyd para o Brasil, então eu abro um Fundo, que é privado, esse Fundo pode ter contribuições, como eu coloco num Fundo qualquer de ações e etc., eu vou colocar num fundo que a diferença é que ele vai aplicar na atividade cultural e até então o FICART não tinha benefício fiscal. Recentemente o Congresso fez alterações no Fundo de Cinema, pontualmente, levando os benefícios fiscais das empresas que invistam em operações comerciais cinema nesses Fundos, sejam elevados a 100%, e esse FUNCINE, na verdade, estaria concorrendo na mesma calha do FICART. Eu tenho dúvidas, e aí é uma questão ainda de a gente aperfeiçoar no debate público, talvez o Secretário possa esclarecer, como que na verdade está pensado esses 30% em contraponto aos 100% do FUNCINE, se isso não poderia gerar, quer dizer, eu atendo seis bancos de investimentos que têm FUNCINE aberto. Todos eles o fazem por conta dos 100% de benefício fiscal. Faziam quando tinha 68%, mas quando o Congresso Nacional aumentou para 100% aumentou o número de FUNCINEs. Então, será que no FICART tendo só os 30% a gente vai conseguir decolar o FICART? Então também era uma outra questão para avaliar se esse incentivo deveria ou não ser instituído e aí, se instituído, aí sim talvez de maneira temporária.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Muito bem, agradeço ao Dr. Fábio. Passo, em seguida, a palavra ao Dr. Roberto Nascimento.

SR. ROBERTO NASCIMENTO:

Obrigado, Senador. Eu queria, mais uma vez, agradecer a essa oportunidade de estar vindo aqui e colocar uma vez mais o Ministério da Cultura, eu falo em nome do Ministério aqui, totalmente à disposição para qualquer outra conversa, enfim, necessidade de esclarecimentos. Temos subsidiado aqui a Comissão a partir de requerimentos formais, inclusive de dados sobre a renúncia, nós já enviamos, se eu não me engano foi a própria Senadora Marisa Serrano quem formalizou um requerimento de informação, tem um outro sobre dados do Fundo Nacional de Cultura que não é da minha gestão especificamente, da Secretaria Executiva, mas eu sei que já foi feito e que está sendo atendido, enfim, e qualquer outra necessidade de diálogo e debate inclusive nos territórios, enfim, nos Estados, estamos à disposição, não nos furtamos a debater e a encontrar a melhor

solução para essa questão que precisa realmente ser atendida.

Eu acho que tem uma questão essencialmente conceitual por detrás desse debate. De novo eu vi aqui nessa mais uma rodada a centralidade de novo na discussão da renúncia fiscal, como se a renúncia fiscal tivesse que ser acomodada ou aperfeiçoada para dar conta de todas esses problemas que estão colocados. Isso não é possível. Eu acho que a gente tem que pensar exatamente qual é a visão de Estado que se tem, e aí nesse sentido não é estar se fazendo uma provocação sob o ponto de vista de dirigismo ou sendo estatista, vários mitos estão sendo construídos a partir, inclusive, de uma sensação de medo, me parece, por mais que tenha sido dito aqui que não há um receio, existe um medo em relação a essa mudança e que, eventualmente, não é fundamentado; não faz sentido chamar de Stalinista e autoritário--

SR. PAULO PÉLICO: Stalinista não, estatista.

SR. ROBERTO NASCIMENTO: Não, desculpa, não foi você não, Paulo, desculpa, isso foi dito publicamente em outras matérias. Eu acho que essas coisas, na verdade, talvez seja sintomático, partam mais de um problema de consciência do que de provocação real. Na verdade isso foi dito em matérias de jornal, acusações de Stalinistas e coisa e tal de um Ministério que está colocando o debate público e nacionalmente, de uma forma bastante ousada e corajosa. A gente está indo para o debate, vamos encontrar uma solução, vamos ver qual o grau de desconforto que esse modelo realmente está imprimindo à sociedade.

O que a gente está discutindo e estamos até fazendo uma provocação é refletir sobre o seguinte: qual seria o estado da ciência e tecnologia hoje no País se o pesquisador tivesse que submeter o seu projeto à aprovação do Ministério da Ciência e Tecnologia e, após a aprovação, tivesse que sair à rua para buscar um patrocínio para a sua pesquisa, encontrar uma empresa que tivesse disponível a patrocinar a sua empresa? Isso não existe no modelo de financiamento da ciência e tecnologia. Por quê? Porque em algum momento isso foi colocado numa posição estratégica de desenvolvimento do País. Então se nós temos essa percepção com relação à cultura hoje, é preciso reconhecer que há um baixo desenvolvimento institucional, sim, da cultura no País, em todos os níveis. Nós sequer conseguimos saber – e aí estávamos conversando sobre isso lá na Secretaria antes de começar esse debate – dados precisos sobre a economia, sobre o impacto em determinado momento de um imposto sobre as cadeias produtivas, quer dizer, isso reflete uma precariedade generalizada e, sob o ponto de vista de política pública, isso se materializa exatamente na fragilidade os

entes federados no sentido de estar podendo recorrer a financiamento.

Senadora Rosalba, nós colocamos no nosso Projeto de Lei um dispositivo que hoje não existe, que é de transferência Fundo a Fundo, desde que o Fundo lá tivesse uma gestão paritária com a sociedade, para poder exatamente acompanhar a execução desses recursos.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Dr. Roberto? Ah, não pode agora não [risos].

SR. ROBERTO NASCIMENTO: Em relação a essa questão do aperfeiçoamento do relacionamento federativo que o Ministério tem que ter é exatamente de a gente poder estar empoderando os territórios, Prefeituras e Governos Estaduais, porque ninguém melhor para saber das especificidades da qualidade da demanda territorial do que o gestor público no território. Não é o Governo Federal aqui de Brasília que vai conseguir ser assertivo o suficiente para dar conta de toda essa qualidade e magnitude, diversidade da demanda cultural que está sendo colocada.

Para responder uma acusação que, na verdade, não procede, inclusive por isso eu questioneei a qualidade dos dados que o Cesnik apresentou aqui, no ano passado, eu tenho aqui somente em relação ao ano passado, mas, como eu falei, os dados sobre o Fundo Nacional de Cultura já foram requeridos formalmente ao Ministério e estão sendo encaminhados a essa Comissão. Nós tivemos uma distribuição per capita em 2008 do Fundo Nacional de Cultura que, como bem mencionou o Paulo, é insuficiente, 300 milhões contra 1 bilhão e 200 de renúncia fiscal não consegue promover equalizações; é impossível. Se o Sudeste capta 80% de 1 bilhão e 200 milhões, não há como 300 milhões compensar essas distorções. Mas, apesar disso, a distribuição per capita do Fundo ela se deu nessa ordem: para a região Sul foi 0,39 centavos do FNC para a região Sul; para o Sudeste foi 0,71 per capita; no Norte, 1,06; no Nordeste, 1,34; e no Centro-Oeste, 1,61, ou seja, a distribuição, a orientação de distribuição per capita do Fundo Nacional de Cultura está orientada para promover equalizações, não existe, é musculatura para isso.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. ROBERTO NASCIMENTO: É Lei Rouanet, Senador, a Lei Rouanet tem uma calha de renúncia fiscal, o Fundo Nacional de Cultura e os Fundos de Investimentos que o Cesnik detalhou muito bem aqui. Esses três mecanismos foram criando em 1991, só que cresceu demais, o Estado brasileiro apostou demais na renúncia fiscal como sendo um agente eficiente de promoção de política pública. O que nós estamos pon-

do em discussão é que não é, e concordamos com a senhora, Senadora, somente um Fundo Nacional de Cultura devidamente estruturado, fortalecido e executor de política pública, a renúncia fiscal defendemos que permaneça, mas de forma acessória. Ela não pode ser encarada como um elemento que vai ser capaz de contornar todos os problemas e resolver todas as distorções que estão colocadas no cenário cultural. Somente o Fundo Nacional, a exemplo do que alguém mencionou aqui, o Fundo Nacional de Ciência e Tecnologia, nós nos referenciamos nesse Fundo para poder exatamente propor essa estruturação do Fundo Nacional de Cultura, uma gestão paritária, com temas setoriais abrangentes e com especificidade suficiente para aglutinar uma Comissão, um Comitê Gestor que pense de forma dedicada cada Fundo e uma ampliação de leques de possibilidades de mecanismos de transferências de recurso para dialogar com o maior número possível, inclusive com a atividade comercial. O Ministério não é preconceituoso e você sabe disso, Paulo, nós temos uma relação de diálogo e conversamos frequentemente com várias associações, não existe nenhuma prevenção do Ministério com relação a determinado setor ou atividade dentro do campo cultural. Agora é preciso que hajam mecanismos aperfeiçoados e que dialoguem com o tipo de demanda específica de cada agente cultural. E, como eu falei no começo, existe o produtor e o artista que nunca vai ter viabilidade comercial e que não vai conseguir atrair patrocínio porque ele não oferece possibilidade de retorno de imagem. E existe aquele que pode oferecer retorno de imagem e alguma viabilidade comercial e que pode ser patrocinado com renúncia fiscal, inclusive. E existe o empreendedor cultural, aquele que tem viabilidade comercial e que precisa de política pública que fomente a sua atividade econômica. Entendido dessa maneira, o Ministério sempre se orientou a partir dessas três premissas: a valorização da dimensão simbólica da cultura, da cultura como um direito de acesso, direito de cidadania no Brasil e a cultura como economia. Nós sempre dialogamos as nossas políticas com essas três diretrizes.

O Senador Cristovam Buarque certamente é assertivo o que ele coloca ali, tem uma correspondência, não fizemos esse cálculo, mas é interessante fazer esse exercício de correspondência com essa concentração e a concentração de analfabetismo no País, territorial, mas, como ele mesmo concluiu, não podemos esperar que isso se resolva por si. Enfim, não seria justo naturalizar essa dimensão da desigualdade. A mais cruel desigualdade é a desigualdade de oportunidades, esta tem que estar sendo colocada e efetivamente garantida, é um direito de todos. Não estamos promo-

vendo um rearranjo dentro desse 'bolo' que existe. É óbvio que o Ministério sempre tem trabalhado e vai continuar trabalhando para a ampliação do volume total de recursos para a cultura, porque entendemos que é legítimo esse pleito, e o Congresso, a Câmara dos Deputados, o Senado Federal, tem nesse ano um papel estratégico e determinante com relação a isso, o qual está votando um projeto de própria autoria do Congresso que é a PEC 150, como o Daniel destacou aqui, que reconhece o papel do Estado como agente fomentador da cultura vinculando um orçamento para esse campo de atuação. Não faz sentido apostarmos na receita que nada mais é do que terceirizar para o setor privado, tirar exatamente dessa gestão pública o financiamento a um setorial e apostar que isso seja capaz de corrigir todos os problemas e mazelas e insuficiências do cenário cultural brasileiro.

Enfim, temos uma série de questões, eu acho que isso aqui é somente o início de uma grande conversa e o Ministério está disponível. Muito obrigado a todos e contamos com outras oportunidades para poder avançarmos nessa proposta. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senadora Rosalba, com a palavra V. Exa.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Muito obrigada. Eu estou agora me--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Controlando.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): --patrulhando para poder não infringir o Regimento entrando antes da hora.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Está perfeito, não tem problema.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Mas é porque eu acho que esse assunto deixa a gente tão ansiosa, com tanta vontade que as coisas aconteçam, que deem certo.

Eu queria aqui só discutir assim uma coisa, que a matemática como é feita, essa matemática não está muito justa, porque realmente o senhor demonstra aí que a per capita no Norte foi 1,6 dos recursos do Fundo e no Nordeste 1,34, mas tem que se levar em consideração, nós termos que ser justos, o Norte tem uma população estimada, toda a Amazônia, de 25 a 26 milhões. Eu acho que só o Estado de São Paulo tem essa população, não é verdade? O Nordeste tem em torno de 30 milhões. Então isso não pode ser parâmetro, porque se nós queremos estimular o desenvolvimento e fazer da cultura um veículo também de promoção de geração de emprego e renda, de atrativo para promover o turismo, está aí o resultado lá de Parintins, que leva o turismo àquela região, então eu acho que tem que ser estudada também essa fórmula, porque se

você tem um valor para ser dividido numa região que é bem mais populosa, claro que, aparentemente, vai ficar como se tivesse investido muito menos per capita, quando na realidade a injustiça continuou exatamente com o Norte e o Nordeste porque a população era muito menor. Eu não sei se o senhor está entendendo a minha análise matemática. Aí tem que ser de uma outra fórmula, nós temos que ter um percentual populacional e para este percentual ser inserido, vamos dizer assim, algum critério que leve em consideração um nível populacional menor. Mas aqui é só uma pergunta: qual é o percentual realmente do PIB do País, o percentual no orçamento que é investido, que são recursos que dispõe o Ministério da Cultura no orçamento do Governo Federal?

SR. ROBERTO NASCIMENTO: 0,6% do orçamento, três vezes maior que em 2003. Desculpe-me.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Está bem, não tem problema, Dr. Roberto. Já conclui a pergunta?

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): A pergunta foi essa, ele já me respondeu. Eu posso ter a tréplica?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Não [risos].

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): É uma pena, eu só queria contribuir e dizer que para que o Governo possa realmente transformar esse País, precisa investir muito e muito mais, porque a cultura tem que se entender, tem que caminhar ali lado a lado com a educação, na frente, para desenvolver o País. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu só quero, antes de passar a palavra ao Roberto Nascimento, até para explicar, porque eu tenho pela Senadora Rosalba assim a maior amizade, carinho e apressado, é que quando perguntou se poderia depois continuar, eu digo que tanto quanto possível a gente procura seguir o Regimento, em que a pessoa se manifesta, tem a réplica, tem a tréplica, mas daí a gente para por aí, se bem que hoje estejamos num grupo menor, que é para evitar, assim, confusões em grupos maiores, mas eu não quero de maneira alguma cercear a palavra também. Mas V. Exa. se sentiu contemplada, fez a pergunta e--

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Muito bem, Presidente, muito obrigada. O senhor, como sempre, tem sido justo. Eu acho que nós do Norte... Aqui só tem do Norte e Nordeste.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Pois é, que bom.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Nós viemos aqui exatamente porque nos sentimos tão,

vamos dizer assim, de certa forma, injustiçados nessa questão, precisando de mais recursos, mas sei que o Sul, o Sul tem sido também solidário em muitas questões, defende muito e sabe o valor que tem a cultura nordestina e do Norte.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Temos mesmo e estamos sempre lá presentes para apreciar justamente a cultura. Eu só quero dizer a V. Exa. que me parece que a Mesa foi unânime em dizer, seja na perspectiva de uma nova Lei ou seja na perspectiva de modificações na Lei existente, que isto deve ser objeto de aprofundamento, de debate, de reflexão. Eu, inclusive, estava vendo aqui no documento que o próprio Governo Federal enviou ao Congresso Nacional no ano de 2008, para informação em 2009, a previsão dos gastos tributários para 2009. Na área da cultura o próprio Governo colocou como previsão de gasto tributário para o Norte 35 milhões na área da cultura; para o Nordeste foi 41 milhões, que é a área do Senador Roberto Cavalcanti e da Senadora Rosalba; 35 milhões para a região do Augusto Botelho; 41 milhões para a região do Nordeste; 101 milhões para o Centro-Oeste; 1 bilhão e 97 milhões para o Sudeste; e para o Sul 118 milhões. Quer dizer, eu penso, Dr. Roberto, será que já não seria o caso, inclusive, respondendo à Senadora Rosalba, até do próprio Governo prever os gastos tributários colocando limites por regiões?

SR. ROBERTO NASCIMENTO: É verdade.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Previsão dos gastos tributários, porque 1 bilhão e 97 milhões para o Sudeste, poderia ter, ao invés de 35 milhões, 70 milhões para o Norte, vamos dizer, ou 97 ou 41 milhões para o Nordeste, quer dizer, esse foi o documento enviado pelo Governo Federal ao Congresso Nacional, Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2009, que é para esse ano. Eu não sei se o Ministério tem conhecimento, previsão dos gastos tributários, quer dizer, a renúncia fiscal e a mesma forma de destinação, pode haver um teto por região também. É oriundo do Ministério do Planejamento. O senhor poderia responder, já pensando um pouco nesse aspecto também.

SR. ROBERTO NASCIMENTO: É, em relação a esse aspecto, isso é elaborado pelo Ministério do Planejamento, isso é um anexo à Lei Orçamentária, na verdade, e eles constroem a partir da projeção histórica, da série histórica de quanto foi no ano passado, nos anos anteriores, e qual a expectativa de crescimento. Mas na medida em que não existe um marco legal que defina uma quota ou um teto a ser destinado para cada região, é simplesmente pela inércia do comportamento de captação de cada região que é projetado.

Agora em relação à questão do orçamento que a Senadora perguntou, o orçamento em 2003, no Ministério da Cultura, era de 0,2% do orçamento total da União e hoje ele está em 0,6% do orçamento total da União. É extremamente insuficiente, inclusive muito abaixo do 1% que é, na verdade, resultado do acordo para a preservação da diversidade cultural da UNESCO que o Brasil é signatário. Alguns Estados e Municípios no Brasil já até ultrapassaram esse limite de 1% nos seus orçamentos para a cultura, mas precisamos fazer esse esforço dentro do Governo Federal para que alcancemos, no mínimo, 1%, e isso dialoga também com o que foi dito anteriormente, que é a questão da PEC 150, quer dizer, se existe uma vinculação, ela naturalmente já define um percentual acima disso para a vinculação orçamentária.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Em São Paulo é quase 3%.

SR. ROBERTO NASCIMENTO: No Governo do Estado de São Paulo é 3%?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: É quase 3%.

SR. ROBERTO NASCIMENTO: É um bom percentual, nem precisaria estar, eventualmente, recorrendo do artifício da renúncia fiscal federal para se financiar.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. ROBERTO NASCIMENTO: Ok.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Senador, só para encerrar.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Pois não, Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu saio daqui extremamente gratificado, acho que essa discussão trouxe temas fascinantes e saio com dois convencimentos: deverá haver algum instrumento para minimizar as distorções, mas não adianta nós trabalharmos no micro, nós temos que trabalhar no macro; eu acho que nós temos que aumentar o 'bolo', nós temo que aumentar o volume de recursos. Então, talvez, a nossa Comissão de Educação possa ser parceira do Ministério da Cultura no sentido de fazer com que os recursos nacionais destinados a essa atividade sejam maiores para que nós não estejamos aqui discutindo tão pontualmente quantitativos. Era essa minha participação final e muito obrigado.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Só para emitir um conceito que eu tenho bem claro na minha cabeça com relação ao orçamento do Ministério da Cultura. Quanto a gente estiver falando no orçamento do Ministério da Cultura ninguém pode falar 'bolo', porque é um 'biscoitinho' daqueles pequeninhos que dão no avião para a gente, não existe em relação ao orçamento.

[risos].

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): V. Exa. sabe que eu já tenho usado a sua figura de retórica em várias entrevistas que tenho dado, porque as pessoas perguntam para mim: "Qual que é o 'bolo'?" Eu digo: "Bom, de acordo com o Augusto Botelho não é 'bolo', é 'biscoito'", isso bem compreendido, mas 900 milhões, 30% mais ou menos foram contingenciados, isso significa um orçamento 300 milhões menor. O contingenciamento pode eventualmente sofrer ajustes depois, mas 300 milhões a menos é um valor bastante significativo. Na área do esporte foi um contingenciamento de 85%, deixou de existir, não é nem 'biscoito' mais, e mandamos, como Comissão de Educação, mandamos um documento para o Presidente da República e vamos nos empenhar, como Comissão, para a recomposição do orçamento na área da cultura, do esporte, e de uma maneira menor, porém importante, no próprio Ministério da Educação também.

Então nesse sentido eu quero dizer que a Audiência Pública cumpriu os seus objetivos. É claro que estamos pensando na minuta ou no Anteprojeto do Ministério da Cultura em relação à Lei de Incentivo de Renúncia Fiscal, mas, ao mesmo tempo, queremos dizer que desejamos nos aprofundar, refletir sobre a Lei, achar caminhos, pensarmos nos Estados, nos Municípios. Muitos questionamentos vêm sendo feitos no Brasil inteiro a respeito assim de aprimoramentos que devam acontecer na Lei. Tenho participado na medida do possível, como Presidente da Comissão, também nesses debates, estive no Rio de Janeiro junto com o Dr. Roberto e com o Ministro escutando as pessoas da área, produtores, artistas, empresários, universidade, acadêmicos, pessoas que se dedicam ao estudo disto, depois na própria Universidade de Brasília também participando do debate para que nós possamos, através desses debates, estamos muito atentos a tudo isto que vem sendo desenvolvido pelo Brasil, que possamos contribuir como Comissão de Educação, Cultura e Esporte na área da cultura para, também como Congresso Nacional, aprimorarmos esse processo. Então nesse sentido eu peço, sem dúvida, o apoio do Dr. Daniel, do Dr. Fábio, do Dr. Roberto, do Paulo Pélico, agradecendo a presença de vocês nesta Audiência Pública e já pedindo o apoio para os desdobramentos desta Audi-

ência Pública. Toda Audiência Pública que é realizada nessa Comissão obrigatoriamente tem que ter desdobramentos. Todos os fatos levantados, as premissas, os encaminhamentos, vamos pensar juntos em como que isto, se transformado em legislação, num artigo, como é que isto ficaria na legislação. Então o debate é esclarecedor, sem dúvida alguma, eu acho que é importante a TV Senado, a Rádio Senado, a Agência Senado tramitem isso para o Brasil inteiro, inclusive a gente convida a todos do Brasil poderem também se manifestar diante desta Comissão em termos de contribuições que possam ser fornecidas, mas, ao mesmo tempo, pensando nos desdobramentos concretos, práticos, quer dizer, tudo aquilo que foi dito, por que não então, tanta sugestão que foi dada, como é que isto pode se refletir num texto legal.

Quero, também, me solidarizar a respeito do Projeto de Lei da Consolidação das Leis da Cultura, eu acompanhei muito de perto o trabalho que o Senador Augusto Botelho fez em relação à Consolidação das Leis da Saúde no papel de Relator, é um trabalho de longo prazo, não é um trabalho fácil fazer a consolidação das Leis de uma determinada área, e se V. Exa. apresentou projeto no início desse mês, como foi colocado, eu tenho a mais absoluta certeza que foi um trabalho de meses, meses de organização de conteúdo, de discussão, de achar-se os caminhos, porque é um trabalho exaustivo. Imaginei lá na questão da Consolidação das Leis da Saúde e, agora, também, é um trabalho importante nas Leis relativas à área da cultura. Então eu quero parabenizar pelo trabalho que eu sei que é fruto, junto com a consultoria, de muito tempo e de muita dedicação e que coincidentemente foi apresentado no início desse mês de maio e que na sequência vai ser apreciado com prazer por esta Comissão de Cultura.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Vai ser terminativo aqui?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Terminativo aqui na Comissão, exatamente, e depois irá para a Câmara dos Deputados também, mas é terminativo na Comissão.

Eu já mencionei as pessoas presentes, o Nilson Luiz Raman Pereira, Paulo Brum Ferreira, Maria Beatriz Corrêa Salles, Jorge Vinhas, Emmanuel Appel, também já tinha mencionado antes o Deputado Angelo Vanhoni, Deputado Federal, e também quero mencionar a Cristina Saraiva, Grupo da Ação Parlamentar Pró-Música. Que bom que esteja participando dessa Audiência Pública.

Agradeço, novamente, a participação dos expositores, do Paulo Pélico, do Daniel Queiroz de Santana, do Fábio de Sá Cesnik e do Roberto Nascimento, e

que fruto do esforço, da dedicação e da competência de todos possamos fornecer ao Brasil sempre legislações mais adequadas que atendam aos interesses verdadeiros da população em termos da consolidação da área cultural. Obrigado. Está encerrada a reunião.

Sessão encerrada às 13h19.

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, EFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

9ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, CONJUNTA COM A 8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, A REALIZAR-SE EM 28 DE ABRIL DE 2009, TERÇA-FEIRA, às 9:30 horas, SALA Nº 7, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

PAUTA: 28/04/2009

AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA

Atendendo aos **Requerimentos nºS 3 e 10 de 2009 – CRA**, de autoria do Senador João Pedro e outros senhores senadores, aprovados em 10/3/09 e 24/3/09, respectivamente, e do **Requerimento nº 17, de 2009 – CMA**, de autoria do Senador João Pedro, com adendo da Senadora Marina Silva, aprovado em 14/4/09

Assunto: Audiência Pública, com a finalidade de debater a Medida Provisória nº 458, de 2009, que “dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal, altera as Leis nºS 8.666, de 21 de junho de 1993, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 6.383, de 7 de dezembro de 1976 e 6.925, de 29 de junho de 1981 e dá outras providências”.

Convidados: Egon Krakhecke – Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Meio Ambiente – **MMA**;

Representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário – **MDA**.

Representante do Ministério de Assuntos Estratégicos da Presidência da República;

Representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – **CNA**;

Sérgio Leitão – Representante do **Greenpeace**;

Representante da **CONTAG**;

Paulo Barreto – Representante do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia – **IMAZON**;

10ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, CONJUNTA COM A 10ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e 9ª Reunião da Comissão de CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, 15ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, 11ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais, 15ª Reunião da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, 10ª Reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, 11ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, 9ª Reunião da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, 5ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, 9ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, A REALIZAR-SE EM 29 DE ABRIL DE 2009, QUARTA-FEIRA, às 9:00 horas, NO PLENÁRIO DO SENADO FEDERAL.

PAUTA CMA, CCJ, CAE, CCT, CRA, CAS, CDR, CDH, CE, CI e CRE: 29/04/2009

REUNIÃO CONJUNTA

Audiência Pública Conjunta, em cumprimento aos Requerimentos nº 12, de 2009 – CRA, de autoria da Senadora Kátia Abreu, aprovado em 14/4/09, Requerimento nº 13, de 2009 – CRA, de autoria dos Senadores Valter Pereira e Serys Shessarenko, aprovado em 14.4.09, Requerimento nº 22, de 2009 – CAS, de autoria da Senadora Kátia Abreu e dos Senadores Paulo Paim, Mozarildo Cavalcanti e Rosalba Ciarlini, aprovado em 15.4.09, Requerimentos nºs 20 e 22, de 2009 – CMA, de autoria da Senadora Kátia Abreu e das Senadoras Marina Silva e Fátima Cleide, respectivamente, aprovados em 14.4.09, Requerimentos nº 27 e 28 de 2009 – CAE, de autoria da Senadora Kátia Abreu, aprovado em 14.4.09, e dos Senadores Marcelo Crivella e Eduardo Suplicy, Requerimento nº 5, de 2009 – CCT, de autoria da Senadora Kátia Abreu, aprovado em 8.4.09, com aditamento do Senador Gilberto Goellner, Requerimento nº 10, de 2009 – CCJ, de autoria da Senadora Kátia Abreu, aprovado em 08.04.09, Requerimentos nº 04 e 05, de 2009 – CDR, de autoria da Senadora Kátia Abreu e dos Senadores Leomar Quintanilha e Gilberto Goellner, aprovados em 22.04.09, Requerimento nº 12, de 2009 – CDH, de autoria das Senadoras Kátia Abreu e Rosalba Ciarlini, aprovado em 3.4.09, Requerimento nº 09, de 2009 – CE, de autoria da Senadora Kátia Abreu, aprovado em 14.04.09, com aditamento do Senador Paulo Paim, Requerimento nº 20, de 2009 – CI, de autoria da Senadora Kátia Abreu, aprovado em 16.4.09, Requerimento nº 11, de 2009 – CRE, de autoria da Senadora Kátia Abreu, aprovado em 16.4.09, com a finalidade

de analisar e discutir a definição de Áreas de Proteção Permanente – APPs e o Alcance Territorial da Legislação Ambiental e Indigenista e as Implicações para o Agronegócio, a realizar-se no próximo dia 29 de abril, às 9 horas, no Plenário do Senado Federal, com a presença dos seguintes convidados:

Gustavo Ribas Curcio, Doutor em Engenharia Florestal e pesquisador da Embrapa Florestas em Colombo – PR, que tratará do tema: Definição de Áreas de Proteção Permanente – APPs: Uma Proposta de Parâmetros;

Evaristo Eduardo De Miranda, Doutor em Ecologia e pesquisador da Embrapa Monitoramento por Satélite, em Campinas–SP, que tratará do tema: Alcance Territorial da Legislação Ambiental e Indigenista: Implicações para o Agronegócio;

Adalberto Veríssimo, Pesquisador Sênior do Instituto do Homem e do Meio Ambiente na Amazônia – IMAZON;

Márcio Santilli, Instituto Socioambiental/ISA;

Antônio Herman Benjamim, Ministro do Superior Tribunal de Justiça – STJ;

Márcio Meira, Presidente da Fundação Nacional do Índio – FUNAI;

Samanta Pineda, Advogada Socioambiental;

Ricardo Arioli Silva, Engenheiro Agrônomo e especialista em Meio Ambiente;

Tássio Azevedo, Assessor do Ministro do Meio Ambiente em Florestas e Climas.

11ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 5 DE MAIO DE 2009, TERÇA-FEIRA, às 11:00 horas, NA SALA Nº 6, DA ALA SENADOR NILO COELHO.

PAUTA: 05/05/2009

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Assunto: Audiência Pública PARA DEBATEREM A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 452, DE 2009, QUE TRATAVA ORIGINALMENTE APENAS DO FUNDO SOBERANO E DE AÇÕES DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES (DNIT).

Atendendo ao **Requerimento nº 23, de 2009–CMA**, de autoria do Senador RENATO CASAGRANDE, aprovado em 28/04/09.

Convidados: **Roberto Messias Franco** – Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – **IBAMA**;

Miguel de Souza – Diretor de Planejamento e Pesquisa do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – **DNIT**;

Hideraldo Luiz Caron – Diretor de Infraestrutura Rodoviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – **DNIT** e

André Lima – Instituto de Pesquisa da Amazônia – **IPAM**.

12ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 12 DE MAIO DE 2009, TERÇA-FEIRA, às 11:30 horas, NA SALA DE REUNIÕES Nº 6, ALA SENADOR NILO COELHO.

PAUTA: 12/05/2009

PRIMEIRA PARTE

APOSIÇÃO DO RETRATO DO SENADOR LEOMAR QUINTANILHA NA GALERIA DE EX-PRESIDENTES DESTA COMISSÃO

SEGUNDA PARTE

ITEM 1

**REQUERIMENTO Nº , DE 2009-CMA
NÃO TERMINATIVO**

Requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Exmo. Sr. Ministro de Estado do Meio Ambiente as seguintes informações para instruir a análise do Projeto de Decreto Legislativo nº 328, de 2006, pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle:

Quais estudos foram realizados para a elaboração do Plano de Manejo do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos? Solicito cópia desses estudos, caso tenham sido realizados.

Qual a justificativa técnica para a definição dos limites da zona de amortecimento dessa unidade de conservação, que chega a ultrapassar 250 km de distância do parque nacional?

O Parque Nacional Marinho dos Abrolhos possui Conselho Gestor? Quando foi instituído e quem participa dele? Solicito cópia dos atos legais que instituíram o Conselho.

O Conselho Gestor acompanhou a elaboração do Plano de Manejo da unidade de conservação, conforme determina o art. 20, inciso II, da Lei nº 9.985, de 18 de julho de

2000? Solicito cópia das atas das reuniões realizadas para essa finalidade.

Autoria: Senador HERÁCLITO FORTES

Resultado:

ITEM 2

**REQUERIMENTO Nº , DE 2009-CMA
NÃO TERMINATIVO**

Requer, nos termos do art. 335, III, do Regimento Interno, o sobrestamento do PLS nº 407, de 2008, em virtude da tramitação, na Câmara dos Deputados, do PL n.º 7.291, de 2006, do Senado Federal, que “dispõe sobre o registro dos circos perante o Poder Público Federal e o emprego de animais da fauna silvestre brasileira e exótica na atividade circense”.

Autoria: Senadora MARINA SILVA

Resultado:

ITEM 3

**REQUERIMENTO Nº , DE 2009-CMA
NÃO TERMINATIVO**

Requer, nos termos regimentais, que seja solicitada ao Tribunal de Contas da União cópia de inteiro teor do(s) relatório(s) de auditoria e respectivos anexos que instruíram o processo de nº 017.177/2008-2, relativo à Fiscalização de Orientação Centralizada (FOC) que avaliou o relacionamento entre as instituições federais de ensino superior e suas fundações de apoio.

Autoria: Senador LEOMAR QUINTANILHA

Resultado:

ITEM 4

**REQUERIMENTO Nº , DE 2009-CMA
NÃO TERMINATIVO**

Requer, com fundamento no art. 71, VI, da Constituição Federal e nos termos regimentais, que o Tribunal de Contas da União (TCU) fiscalize e acompanhe, passo a passo, os desdobramentos e a execução do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), criado por intermédio da Medida Provisória nº 459, de 25 de março de 2009, e envie ao Senado Federal, para efeitos de controle por parte das Comissões de Meio

Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e de Assuntos Econômicos (CAE), relatórios trimestrais desse acompanhamento, informando, inclusive, os quantitativos de casas e apartamentos construídos e valores aplicados, por unidade da federação e por município.

Autoria: Senadora MARISA SERRANO

Resultado:

ITEM 5

**REQUERIMENTO Nº , DE 2009-CMA
NÃO TERMINATIVO**

Requer, nos termos do artigo 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada audiência pública no âmbito desta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, sobre os problemas e perspectivas para disseminação do emprego da energia solar no Brasil e o incremento da participação dessa fonte na matriz energética nacional, contando com a participação dos seguintes expositores, representantes de segmentos públicos e privados diretamente ligados à temática em questão, a serem convidados:

Dr. Altino Ventura Filho, Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia (MME);

Dr. Máximo Luiz Pompermeyer, Superintendente de Pesquisa, Desenvolvimento e Eficiência Energética da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel);

Dr. Mozart Siqueira, representante da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (Apine);

Professor Dr. Rubem Cezar Rodrigues Souza, Coordenador do Centro de Desenvolvimento Energético Amazônico (CDEAM); e

Dra. Flávia Grosso, Superintendente da Suframa.

Autoria: Senador JEFFERSON PRAIA

Resultado:

ITEM 6

**REQUERIMENTO Nº , DE 2009-CMA
NÃO TERMINATIVO**

Requer, nos termos do artigo 90, inciso XIII, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada diligência pública

na Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas, sendo convidadas as autoridades e instituições abaixo, para discutir as áreas de proteção ambiental (APPs), o alcance Territorial da Legislação Ambiental e Indigenista e as suas implicações para o Agronegócio, com a presença dos seguintes convidados:

Deputado Belarmino Lins, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas;

Dr. Eduardo Braga, Governador do Estado do Amazonas;

Desembargador Francisco das Chagas Auzier Moreira, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas;

General Augusto Ribeiro Heleno, Comandante Militar da Amazônia;

Professor Doutor Adalberto Luís Val, Presidente do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA);

Professor Doutor Hidembergue O. da Frota, Reitor da Universidade Federal do Amazonas;

Dr. Edivar dos Santos Almeida, Superintendente Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Estado do Amazonas;

Dr. Henrique dos Santos Pereira, Superintendente em Manaus do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA);

Dra. Maria do Socorro Marques Feitosa, Superintendente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), no Amazonas;

Dr. Otávio de Souza Gomes, Procurador-Geral de Justiça / Ministério Público Estadual do Amazonas;

Dr. Denis Minev, Secretário de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico do Amazonas;

Deputado Eron Bezerra, Secretário de Estado de Produção Rral do Amazonas;

Dra. Nádia Cristina D'ávila Ferreira, Secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável;

Professora Doutora Marilene Corrêa da Silva Freitas, Reitora da Universidade Estadual do Amazonas;

Dr. Daniel Borges Nava, Titular da Secretaria Executiva de Geodiversidade e Recur-

sos Hídricos / Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (SDS);

Dra. Adélia Dida Caloba Aguiar, Titular da Secretaria Executiva Adjunta de Gestão Ambiental / SDS;

Dr. Sebastião Nunes, Presidente do Instituto de Terras do Estado do Amazonas;

Dr. Edson Barcelos da Silva, Presidente do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Estado do Amazonas;

Dr. Néilton Marques, Presidente do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas;

Professor Doutor Odenildo Sena, Presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas;

Dr. Raimundo Valdelino Cavalcante, Diretor-Presidente da Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas;

Prefeito José Thomé Filho, Presidente da Associação Amazonense de Municípios;

Dr. Eurípedes Ferreira Lins, Presidente da Federação de Agricultura e Pecuária do Estado do Amazonas;

Dra. Brenda Brito, Secretária-Executiva do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon);

Vereador Luis Alberto Carijó de Gosto, Presidente da Câmara Municipal de Manaus;

Dra. Ivete Rodrigues Rabelo, Presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Amazonas (Fetagri-AM);

Dra. Marta Valéria Cunha, Coordenadora Regional da Comissão Pastoral da Terra – Regional do Amazonas;

Padre Guilherme Cardona, Secretário Executivo do Fórum Permanente de Defesa da Amazônia Ocidental – FORPAC; e

Dr. Paulo Caralo, Secretário de Política Agrícola e de Meio Ambiente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura.

Autoria: Senador JEFFERSON PRAIA

Resultado:

ITEM 7

REQUERIMENTO Nº , DE 2009-CMA
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do art. 90, II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja promovida, por esta Comissão de Meio Am-

iente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, Audiência Pública com o objetivo de apresentar o processo de discussão, de implementação e dos resultados da iniciativa sobre a Diretiva Quadro da Água da União Européia, que entrou em vigor em dezembro de 2000, e que estabelece um quadro de ação comunitária no domínio da política da água, com a presença dos seguintes convidados:

Orlando Borges – Presidente do Instituto da Água de Portugal – INAG e

José Machado – Presidente da Agência Nacional de Águas – ANA.

Autoria: Senador RENATO CASAGRANDE

Resultado:

ITEM 8

REQUERIMENTO Nº , DE 2009-CMA
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos regimentais, a extinção da Subcomissão Permanente do Aquecimento Global, criada através do Requerimento nº 1, de 2007, aprovado em 7 de fevereiro daquele ano, no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, para estudar as mudanças climáticas, em consequência do aquecimento global.

Autoria: Senador RENATO CASAGRANDE

Resultado:

ITEM 9

REQUERIMENTO Nº , DE 2009-CMA
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública conjunta com a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas e a Comissão de Direitos Humanos e Participação Legislativa, com vistas a tratar das questões atinentes à Preservação da Amazônia, a ser realizada no Plenário do Senado Federal, no dia 13 de maio, quarta-feira, às 18h30, com lista de convidados a ser decidida posteriormente mediante sugestão da Comissão.

Autoria: Senador RENATO CASAGRANDE

Resultado:

ITEM 10

AVISO Nº 20, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no § 4º do art. 71 da Constituição Federal, o Relatório das Atividades do Tribunal de Contas da União (TCU), referente ao exercício de 2007.

Autoria: Tribunal de Contas da União
Relatoria: Senador JEFFERSON PRAIA
Parecer: Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo
Resultado:

ITEM 11

AVISO Nº 18, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Encaminha ao Senado Federal cópia de acórdão proferido nos autos do processo nº TC 018.233/2006-1, bem como do Relatório e Voto que o fundamentaram, referente ao reexame do Acórdão nº 1.989/2006, que trata de convênio celebrado entre o Ministério da Saúde e a Secretaria de Estado da Saúde do Piauí.

Autoria: Tribunal de Contas da União
Relatoria: Senador JEFFERSON PRAIA
Parecer: Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo
Resultado:

ITEM 12

AVISO Nº 69, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Encaminha ao Senado Federal o Relatório de suas Atividades, referente ao 3º trimestre de 2008.

Autoria: Tribunal de Contas da União
Relatoria: Senador GILBERTO GOELLNER
Parecer: Pelo conhecimento da matéria, realização de audiências públicas sobre as conclusões do TCU, convidando, em especial, os parlamentares da CAE, da CPMI das ONGs e da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e remessa do processado ao arquivo
Resultado:

ITEM 13

AVISO Nº 140, DE 2000
NÃO TERMINATIVO

Encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 597, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada na Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, órgão vinculado ao Ministério da Ciência e Tecnologia (TC – 014.356/99-6).

Autoria: Tribunal de Contas da União
Relatoria: Senador RENATO CASA-GRANDE
Parecer: Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo
Resultado:

ITEM 14

AVISO Nº 102, DE 2007
NÃO TERMINATIVO

Encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 2.458, de 2007-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, sobre relatório de auditoria na Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, em diversas unidades da federação, no Programa Nacional de Controle da Dengue (TC – 007.823/2007-8).

Autoria: Tribunal de Contas da União
Relatoria: Senadora FÁTIMA CLEIDE
Parecer: Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo
Resultado:

ITEM 15

AVISO Nº 36, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Encaminha ao Senado Federal, cópia do Acórdão nº 1097, de 2008 – TCU/Plenário, referente à Auditoria Operacional realizada com objetivo de avaliar a gestão governamental da Amazônia Brasileira, TC 019.720/2007-3.

Autoria: Tribunal de Contas da União
Relatoria: Senadora FÁTIMA CLEIDE
Parecer: Pelo conhecimento da matéria e acompanhamento das ações desenvolvidas no âmbito dos diversos órgãos e instituições do Governo Federal à luz do Acórdão nº 1.097/2008,

instando o TCU a trazer ao conhecimento desta Comissão os desdobramentos relevantes oriundos das referidas recomendações

Resultado:

ITEM 16

AVISO Nº 66, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 2.731, de 2008-TCU (Plenário), bem como do Relatório e do Voto que o fundamentaram, referente à fiscalização e avaliação do relacionamento das instituições federais de ensino com suas fundações de apoio (TC – 017.177/2008-2).

Autoria: **Tribunal de Contas da União**

Relatoria: Senador **WELLINGTON SALGADO**

Parecer: **Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo**

Resultado:

ITEM 17

AVISO Nº 4, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 28/2009, proferido nos autos do processo nº TC 028.935/2008-4, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentaram, referente ao controle da legalidade, legitimidade e economicidade dos atos praticados com base nas Medidas Provisórias nºs 442 e 443, de 2008, em especial por meio do acompanhamento junto ao Banco Central do Brasil, Banco do Brasil e à Caixa Econômica Federal, acerca da implementação dessas medidas e de outras que vierem a ser adotadas.

Autoria: **Tribunal de Contas da União**

Relatoria: Senador **GIM ARGELLO**

Parecer: **Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo**

Resultado:

ITEM 18

AVISO Nº 19, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 463/2009, proferido nos autos do processo nº TC 020.132/2005-8, bem como do Relatório e Voto que o fundamen-

taram, referente a consulta do Tribunal Superior do Trabalho sobre a aplicabilidade do art. 37, XI, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda nº 41/2003, em face dos termos do art. 3º da Lei nº 10.887, de 2004.

Autoria: **Tribunal de Contas da União**

Relatoria: Senadora **KÁTIA ABREU**

Parecer: **Pelo arquivamento da matéria após o encaminhamento de cópia à Mesa Diretora do Senado Federal**

Resultado:

ITEM 19

INDICAÇÃO Nº 1, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Sugere que a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, nos termos regimentais, manifeste ao Ministério de Minas e Energia – MME a importância de prorrogar prazos para recebimento de contribuições à proposta do Plano Decenal de Expansão de Energia.

Autoria: Senadora **MARINA SILVA**

Relatoria: Senador **INÁCIO ARRUDA**

Parecer: **Pela prejudicialidade da matéria**

Resultado:

ITEM 20

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 188, DE 2008
(nº 6.608, de 2006, na origem)
NÃO TERMINATIVO

Cria a Comenda do Mérito Ambiental.

Autoria: Deputado **BERNARDO ARISTON**

Relatoria: Senadora **FÁTIMA CLEIDE**

Parecer: **Favorável ao projeto**

Resultado:

ITEM 21

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 182, DE 2008
(nº 371, de 1999, na origem)
NÃO TERMINATIVO

Altera o art. 49 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

Autoria: Deputado **ENIO BACCI**

Relatoria: Senador **LEOMAR QUINTANILHA**

Parecer: **Favorável ao projeto**

Resultado:

ITEM 22

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2009

(nº 6.171, de 2005, na origem)

NÃO TERMINATIVO

Acrescenta parágrafos ao art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, para garantir ao consumidor o exame dos produtos adquiridos

Autoria: Deputado CELSO RUSSO-MANNO

Relatoria: Senador ARTHUR VIRGÍLIO

Parecer: Favorável ao projeto

Resultado:

ITEM 23

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 410, DE 2008

NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências, para instituir a pena de reparação do dano pelo próprio agente.

Autoria: Senador EDUARDO AZEREDO

Relatoria: Senadora MARISA SERRANO

Parecer: Favorável à matéria

Obs.: Matéria terminativa na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ

Resultado:

ITEM 24

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 718, DE 2007

NÃO TERMINATIVO

Altera o Decreto-Lei nº 467, de 13 de fevereiro de 1969, para dispor sobre a devolução de embalagens vazias de produtos de uso veterinário.

Autoria: Senador GERSON CAMATA

Relatoria: Senador CÉSAR BORGES

Parecer: Favorável à matéria com cinco emendas que apresenta

Obs.1: Foi concedido pedido de vista coletivo em 14.04.2009

Obs.2: Matéria terminativa na Comissão de Assuntos Sociais

Resultado:

ITEM 25

EMENDAS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 314, DE 2006

NÃO TERMINATIVO

Inclui dispositivo no Código de Defesa do Consumidor, para determinar que conste, nos documentos de cobrança de dívida encaminhados ao consumidor, o nome e o endereço do fornecedor do produto ou serviço.

Autoria: CÂMARA DOS DEPUTADOS

Relatoria: Senador GERALDO MESQUITA

Parecer: Favorável às Emendas nºs 1 e 2 da Câmara dos Deputados

Resultado:

ITEM 26

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 167, DE 2007

TERMINATIVO

Altera a Lei nº 8.313, de 1991, que institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), para tornar obrigatória a previsão da emissão de carbono e o respectivo cálculo de sua neutralização nos projetos culturais beneficiados pelo Poder Público.

Autoria: Senador EXPEDITO JÚNIOR

Relatoria: Senador RENATO CASA-GRANDE

Parecer: Contrário à matéria

Obs.: Foi apresentado voto em separado, de autoria do Senador CÉSAR BORGES, favorável ao projeto, na forma do relatório oferecido pelo Senador MARCO MACIEL na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

Resultado:

ITEM 27

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 248, DE 2003

TERMINATIVO

Acrescenta inciso XVIII ao artigo 51 da Lei nº 8078, de 11 de setembro de 1990, que “dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências”, para prever a nulidade da cláusula que surpreenda o consumidor após a conclusão do contrato.

Autoria: Senador AUGUSTO BOTE-LHO

Relatoria: Senador ALMEIDA LIMA
 Parecer: Contrário à matéria
 Resultado:

ITEM 28

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 348, DE 2003
 TERMINATIVO**

**Institui incentivo fiscal para doações
 ao Fundo Nacional de Meio Ambiente.**

Autoria: Senadora SERYS SLHESSA-
 RENKO

Relatoria: Senador VALDIR RAUPP
 Parecer: Contrário à matéria
 Resultado:

**COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO
 CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE**

**SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA PARTICI-
 PAR E ACOMPANHAR AS ATIVIDADES DO
 FÓRUM DAS ÁGUAS DAS AMÉRICAS E DO
 FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA**

**ATA DA 1ª REUNIÃO, DA SUBCOMISSÃO TEM-
 PORÁRIA PARA PARTICIPAR E ACOMPANHAR AS
 ATIVIDADES DO FÓRUM DAS ÁGUAS DAS AMÉ-
 RICAS E DO FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA, DA CO-
 MISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CON-
 SUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 3ª
 SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGIS-
 LATURA, REALIZADA EM 05 DE MAIO DE 2009, ÀS
 10:30 HORAS.**

Às onze horas e dez minutos do dia cinco de maio de dois mil e nove, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência Eventual da Senhora Senadora **MARINA SILVA**, reúne-se a Subcomissão Temporária para participar e acompanhar as atividades do Fórum das Águas das Américas e do Fórum Mundial da Água, com a presença dos Senhores Senadores **RENATO CASAGRANDE** e **MARISA SERRANO**. Deixam de comparecer os demais Senadores membros da Subcomissão. Presentes também os Senhores Senadores **VALDIR RAUPP** e **JEFFERSON PRAIA**, não pertencentes à Subcomissão. Havendo número regimental, a Senhora Presidente declara abertos os trabalhos e submete à votação a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Senhora Presidente informa que a reunião destina-se à leitura do **Item único) APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL DA SUBCOMISSÃO**. Resultado: Realizada a leitura do Relatório Final da Subcomissão, a votação é adiada para a próxima reunião da Subcomissão. Usam da palavra os Senhores Senadores **VALDIR RAUPP**,

JEFFERSON PRAIA e **RENATO CASAGRANDE**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinqüenta e um minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente Eventual e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de estenotipia informatizada.

Senadora **Marina Silva**, Presidente Eventual.

**REGISTRO DE ESTENOTIPIA INFORMATIZADA
 DA REUNIÃO DE 05/05/2009**

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARINA SILVA (PT-AC.): Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Subcomissão Temporária para participar e acompanhar as atividades do Fórum das Águas das Américas e do Fórum Mundial da Água, no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Os Srs. Senadores, que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, permaneçam como se estão. Aprovado.

A presente reunião destina-se à leitura do relatório final da Subcomissão das Águas, que será feito pela nossa relatora Senadora Marisa Serrano. Ela vai fazer uma apresentação mais sintética do seu relatório. O relatório já está disponibilizado para todos os Srs. Senadores e Senadoras, e, numa próxima reunião da Subcomissão, nós vamos aprová-lo, já em concordância com a Senadora Marisa Serrano, para que os Srs. Senadores, que não tiveram tempo, de ontem para hoje, de fazer a leitura, e quiserem, ainda no âmbito da Subcomissão, apresentar alguma sugestão, sobretudo, na parte dos encaminhamentos, a Senadora Marisa Serrano já apresentou uma série de contribuições, mas os Srs. Senadores poderão fazê-lo em aditamento, se assim compreenderem, para que possa ser votada na Subcomissão, e, numa próxima reunião, a gente aprova o relatório.

De antemão, quero parabenizar a Senadora Marisa Serrano por todo esforço realizado, inclusive por sua presença marcante em Istambul, juntamente com a nossa delegação, e passar, sem mais delongas, a palavra à nossa relatora para que faça a sua apresentação.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Sra. Presidente. A equipe toda, toda a nossa... O grupo de Senadores que compõem a Subcomissão, todos trabalharam em cada fase do projeto para que nós tivéssemos o resultado final.

Na organização, eu quero agradecer aqui o trabalho do consultor João Carlos Batista, que auxiliou,

discutiu conosco. Ontem à tarde, ainda discuti com eles algumas propostas, e a consultoria nossa, do Senado, tem nos dado, em todas as áreas, mas nessa, principalmente, tem nos dado uma grande colaboração, e a gente fica muito feliz, João Carlos, com o seu trabalho.

Mas quero dizer que todo o relatório, que são muitas páginas, ele tem vários capítulos. O primeiro capítulo é Organização e Desenvolvimento dos Trabalhos. Entra aí uma apresentação e a composição. Depois, no capítulo segundo: O Diagnóstico da Situação, sistema jurídico vigente, toda a legislação vigente da área e os principais problemas, e o capítulo terceiro: Desenvolvimento dos Trabalhos na Comissão.

Então, aí entra especificamente na Comissão. Primeiro, o Fórum Sul-Americano preparatório para o V Fórum Mundial de Águas, que foi em Montevideu, no Uruguai, estavam lá os Senadores Casagrande e o Senador Leomar Quintanilha, depois o Fórum das Águas das Américas que foi em Foz do Iguaçu, a Senadora Marina, eu, o Senador Leomar Quintanilha, a Deputada Vanessa Grazziotin, o Deputado Tóffano, vários deputados também estiveram presentes, e culminando com o V Fórum Mundial de Águas em Istambul. E é sobre o V Fórum Mundial de Águas em Istambul que eu vou fazer um resumo para facilitar o entendimento de todos, já que está disponível a quem quiser o relatório. E encerramos o relatório com os anexos. Colocamos todo o resultado da reunião especial para parlamentares no Fórum Sul-Americano na Mensagem de Foz do Iguaçu, no Parlamentares pela Água e o Consenso de Istambul e estão todos anexos aqui também que fazem parte integrante desse relatório.

Portanto, eu passo já, diretamente, ao V Fórum Mundial de Águas cujo tema principal foi: Superando os Divisores de Águas e foi concebido como um ponto de referência obrigatório para o manejo de água do mundo. Na sua programação foram debatidos seis temas principais, os temas principais foram divididos em fins e meios. Nos fins: mudanças globais e manejo de riscos; b) Persistir no desenvolvimento humano e nas metas de desenvolvimento do milênio; c) gerir e proteger os recursos hídricos e seus sistemas de oferta para cumprir com as necessidades humanas e ambientais. Nos meios: governança e gestão, financiamento, educação, cultura e desenvolvimento de capacidades. Então, essas foram as seis partes principais discutidas nesse Fórum Mundial.

O Fórum Mundial da Água estabeleceu o diálogo entre quatro grupos políticos. Eu achei tão interessante e aí eu pedi que a Elen ainda separasse mais, marcas-se que foram justamente os quatro grupos: chefe de estado de governo, autoridades locais eleitas, legisla-

dores e ministros. Para cada um saiu um documento específico. Esses quatro grupos reuniram-se juntos com os participantes do evento para discutir sobre estratégias de adaptação e gestão da água frente às mudanças globais, incluindo as mudanças de variação do clima.

A primeira: reunião do chefe de estado e de governo. Resultou na Declaração de Istambul que inclui os princípios gerais e valores do V Fórum. Então, aqueles que estiverem interessados, especificamente, nisso está na Declaração de Istambul na reunião de chefes de estado. A conferência ministerial relativo aos ministros foi um evento aberto a todos os Ministros de Estado e interessados no tema e gerou a Declaração Ministerial que inclui, entre outros, os seguintes compromissos. Eu quero colocar os compromissos dessa reunião ministerial, porque a ela está mais afeto o Senado Brasileiro, porque é nos ministros que nós vamos, através do trabalho dos ministros que nós vamos acompanhar aquilo que o Brasil está colocando de política macro para o Brasil, para o país.

Primeiro item: intensificar esforços para alcançar as metas do milênio, implementar a gestão dos recursos hídricos nas bacias hidrográficas, melhorar a gestão da demanda por água, preservar os recursos ambientais, restaurando os ecossistemas e aumentando a resiliência desses, prevenir e responder aos desastres relacionados à água, priorizar o fornecimento de água e o saneamento no planejamento do desenvolvimento, promover a cooperação sobre o uso sustentável e proteção dos recursos hídricos que atrevessem fronteiras, e respeitar a lei internacional que protege os recursos hídricos durante os conflitos.

Só para fazer, antes de passar para os legisladores, eu só quero fazer um adendo aí. Foi extremamente discutida a questão das águas transacionais, transfronteiriças, muito também por causa do conflito no Oriente Médio. Nós ouvimos uma discussão, e foi extremamente aplaudida dos palestinos falando sobre a questão da faixa de Gaza, e de como segurando a água, segura também, interfere também no conflito armado.

Então, essas são as questões que estão colocadas no documento ministerial.

O outro. Dos legisladores. Pela primeira vez esse V Fórum das Águas fez um documento específico, uma reunião específica para legisladores. Foi a primeira vez que nós estivemos lá, que nós podemos nos reunir com legisladores de outros países, especificamente, para discutir a questão da água e a legislação dos nossos países.

Então os legisladores discutiram e prepararam suas recomendações para uma melhor implementa-

ção de leis e tratados sobre a água. O resultado desse debate denominado Parlaentos para a Água será utilizado como insumo para os futuros diálogos entre governos nacionais e locais. E eu quero me dedicar também um pouquinho a essa questão. Estavam lá parlamentares de todas as Américas, estava todo mundo, mas a nossa América, principalmente, da América Latina. Estivemos juntos, tiramos fotos juntos só a América Latina para um conagraçamento maior e uma abertura de discussão dos nossos problemas. Isso foi tão importante que estavam lá três parlamentares do Mercosul que não são do nosso País. E a última reunião agora, segunda e terça da semana passada lá em Assunção esses parlamentares discutiram a questão dos rios, especificamente, do rio Paraguai que é um rio transfronteiriço e é um rio que passa nos quatro países do Mercosul, o rio Paraguai passa pelo Brasil e faz a divisa com o Paraguai, e depois lá embaixo Uruguai e Argentina. Quer dizer, é um rio transfronteiriço que interessa muitíssimo ao Mercosul, e eles discutiram lá que esse é um rio que vai ter que ser discutido, porque, afinal de contas, ninguém sabe qual é a potência econômica do rio Paraguai, o que é que ele transporta, qual é o valor econômico que o rio tem para os quatro países. Não se discute se o rio está assoreado, não está assoreado, se tem matas ciliares, ou não têm, cada governo, se no nós estamos cuidando do rio Paraguai, se o Paraguai está cuidando do rio, se o Uruguai e Argentina também estão cuidando do rio Paraguai. E isso saiu justamente dessa questão da legislação discutida no Fórum, e, principalmente, na harmonização que nós podemos ter da legislação sobre água no Mercosul.

O outro. A reunião das autoridades locais produziu outro documento chamado: Consenso de Istambul para a Água no Meio Urbano. Um documento não vinculante de princípios, desenhado com o objetivo de atrair a atenção dos órgãos de governo, legisladores e a comunidade internacional para os problemas que são enfrentados pelos prefeitos. A discussão foi local, a questão discutida em âmbito local. Então, foi um grande fórum mundial que não se descuidou das questões locais. Então, esses quatro grandes documentos também estão incluídos e estão à disposição.

Pontos de destaque para o Brasil e para a ação parlamentar. A descentralização da gestão da água é importante e deve ser implementada no nível das bacias hidrográficas e a legislação brasileira segue esse princípio. Então isso nós ouvimos muito lá. Falaram sempre em bacias hidrográficas, o que já é política no nosso País. Deve-se promover o compartilhamento da gestão de águas que atravessem fronteiras entre os países, sejam elas superficiais ou subterrâneas

enfatizando o uso sustentável e a proteção desses recursos. Discutiu-se muito a questão dos aquíferos, porque no mundo todo tem aquífero, discutiram. Nós temos o Aquífero Guarani, além, de outros que é importantíssimo que a gente conheça mais, acompanhe e discuta. Além disso, falaram das águas transfronteiriças que atravessam fronteiras e dividem fronteiras de países e as transnacionais. Então, deu um exemplo do rio Paraguai que é um rio transfronteiriço. Nós podíamos dar um exemplo de rio transnacionais, como eles colocaram, que são rios que nascem num país e deságuam noutro, é o caso do rio Amazonas, por exemplo. Então, não adianta só o Brasil cuidar do rio Amazonas, é importante que os outros países, desde aonde ele nasce também tenham a mesma legislação, também tenham o mesmo marco jurídico, tenham a mesma preocupação. Então, isso foi algo que nós ouvimos muito lá em Istambul.

Outro item. Os países desenvolvidos devem reduzir as emissões de carbono para mitigar as mudanças climáticas, o que provocará um aumento do uso de energias renováveis e de hidroeletricidade. Também é necessária a transferência de tecnologia entre países. Isso também foi dito muito lá em Istambul que quem tem mais tecnologia, quem conhece mais ter condições de repassar também a outros países.

Alguns países se preocupam com a possível escassez de recursos hídricos que pode advir da irrigação exagerada. Esses mesmos países criticam a produção brasileira de biocombustíveis. Também ouvimos críticas, não foi só apoios. E essa é uma crítica que nós temos que discutir. Também foi discutido muito a palavra de compartilhamento e de fraternidade.

Eu ouvi um parlamentar árabe dizer que como tinha nos romanos o aqueduto, nós tínhamos que ter agora o aguaduto, que seria um duto levando água. E ele disse que para a questão da Arábia Saudita, que é a terra dele, o importante não é o petróleo, o importante é a água, que sem água eles não vivem. Então, que o duto levando água é mais importante do que o duto levando petróleo. Foi o que eu ouvi de um parlamentar da Arábia Saudita.

O saneamento. A questão do saneamento deve ser direito universal e as metas do milênio devem ser cumpridas. Foi sugerida a criação de um Fundo Internacional financiado por 1% do orçamento dos países desenvolvidos para que os países em desenvolvimento cumpram as metas do milênio. O aumento da temperatura mundial antecipado pelo IPCC deverá aumentar a demanda de água. Ao mesmo tempo, espera-se o aumento de catástrofes climáticas. Os formuladores de políticas públicas devem estar atentos para o problema. Esse foi um alerta que foi feito.

Deve haver uma atenção especial por parte dos economistas e dos agentes governamentais, os grandes projetos de construção, em especial, os relativos aos recursos hídricos com foco nas suas externalidades, tanto positivas, quanto negativas. Quer dizer, a questão que foi levantada, também um alerta para todos os agentes governamentais desses grandes projetos de construção que usam os nossos recursos hídricos.

Deve ser observada a questão do gênero. Achei interessantíssima essa discussão, porque, normalmente, são as mulheres das comunidades pobres as pessoas encarregadas de transportar água para as casas. E necessário dar um papel mais relevante às mulheres no compartilhamento das decisões sobre a gestão dos recursos hídricos. E eu achei interessantíssimo porque isso foi falado pelo Ministro turco de águas. E ele colocou com muita ênfase a questão que as mulheres têm que participar, que elas têm que ajudar a decidir, que elas têm que estar junto na discussão da gestão.

O aumento da população mundial e o aumento da população urbana apresenta problemas crescentes para a gestão dos recursos hídricos nas megacidades em face da maior demanda por água. Isso nós sabemos, só quem acompanha a vida de São Paulo, sabe da angústia, do investimento e da percepção que o governo tem que ter, quem trabalha com as megacidades, a questão da água.

Foi sugerida a criação de um parlamento mundial da água, bem como, maior participação das Nações Unidas no processo de educar e preparar as comunidades e os indivíduos para a gestão da água. Isso é uma questão que o Brasil também discutiu tanto nós termos um parlamento mundial de águas que se reúna de dois em dois anos, ou de ano em ano, mas que discuta como os parlamentos mundiais, já que nós estamos começando, veem essa questão dos recursos hídricos. E a questão da educação também foi muito acentuada. E isso já tinha sido, não é Marina? Discutido lá em Foz do Iguaçu, porque sem educar e preparar as comunidades, Senador Raupp, é muito difícil a gente querer ajudar a preservar a água se todos não forem e tiverem imbuídos da necessidade disso e o sentimento de que a água é vital, que a água é vida. Eu digo sempre que quando os cosmonautas vão para outras galáxias e a NASA está estudando e outros países estudando: qual que é a primeira coisa? Se vão discutir se o país teve vida ou não, desculpem, se o asteróide, o planeta teve vida ou não. Eles dizem: "houve água? Há vestígios de água?" Se há vestígios de água é porque teve vida. Então, meu Deus do céu, água é vida. E tem que ter essa ideia que a comunidade toda tem que ter.

O desenvolvimento sustentável só será possível se houver controle da poluição e a proteção ao meio ambiente.

Bom, esse é o resumo sintético do relatório que o João Francisco nos ajudou a preparar. Mas eu queria ainda colocar aqui que não está no power point, mas que vai estar junto no nosso relatório, algumas proposições que eu queria deixar aqui do pouco daquilo que eu acompanhei nesses três fóruns. Primeiro: o interlegis, o interlegis precisa ser mais usado pelos Senadores, Marina. É uma grande estrutura. Então, eu acho que o interlegis podia disponibilizar toda a legislação federal, estadual e municipal de maneira a formar um banco de dados que possa ser compartilhado por todos. O parlamento europeu decidiu em reunião realizada em Estrasburgo em março deste ano, criar um help desk para ajudar aos que não têm ainda legislação adequada quanto aos recursos hídricos. O nosso "help desk" funcionaria como um banco de melhores práticas que possam ser aproveitadas por todos. Eu acho que todos os municípios, todas as comunidades podiam ter através do interlegis um banco de boas experiências feitas em todo o País. Eu acho que era a forma do Congresso, do Senador auxiliar também os mais de 5 mil municípios brasileiros e todos aqueles que têm interesse. Segundo: promover um ciclo de debates sobre as deficiências da legislação brasileira sobre a gestão dos recursos hídricos e que terá como resultado Projetos de Leis e recomendações ao Executivo que tornem nossa legislação, que é bem atual, ainda mais adequada. Promover um ciclo de debate no parlamento do Mercosul, e isso aqui nós poderíamos levar a nossa comissão brasileira, para discutir as questões das águas transfronteiriças superficiais e subterrâneas. Quatro: harmonização da legislação das águas transacionais através do parlamento do Mercosul. Quinto: enviar este relatório, depois de aprovado, da Subcomissão aos Presidentes do Senado, da Câmara dos Deputados e aos parlamentos estaduais e municipais.

Eu acho que nós tínhamos que socializar para todos aqueles que não tiveram condições de acompanhar os três fóruns, que possam saber da existência, saber dos documentos e poder acompanhá-los. E enviar um relatório ao parlamento do Mercosul. Oficialmente, eu acho que tínhamos que enviar ao parlamento do Mercosul. E sétimo: encaminhar o relatório. E quando eu falo encaminhar o relatório ao parlamento do Mercosul, porque é o parlamento que nós fazemos parte, mas isso não quer dizer que não possamos mandar o parlamento andino, aos outros Parlamentos todos. Encaminhar o relatório à Agência Nacional de Águas, a ANA sugerindo o seu envio a entidades que compõem

o Sistema Nacional de Recursos Hídricos e a partir da socialização desse conhecimento promover o ciclo de debates referidos. A ideia é que a gente pudesse socializar esse documento e discutir mais a questão da água, que não parasse por aí, que a gente continuasse discutindo essa questão.

E aí eu encerro, então o meu relatório, as proposições colocadas, agradecendo aqui a participação de todos os parlamentares, todos os Senadores nos três fóruns que participamos e que deu formato a esse relatório. Era isso, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Pela leitura que faz aqui do seu relatório consolidando os debates que tivemos durante os trabalhos realizados pela Subcomissão, e, ao mesmo tempo, o Fórum das Águas de Istambul, devo dizer que as iniciativas apresentadas pela Senadora Marisa Serrano, com certeza, são nossas iniciativas em termos de sugestão, o que não impede que os Srs. Senadores possam agregar a esta até a aprovação do relatório final na Submissão, até porque esse esforço já conta, no caso brasileiro, com uma legislação, que como a Senadora disse, é muito adequada, com um Sistema Nacional de Águas que tem uma gestão compartilhada dividida entre a União, os Estados e a sociedade, no que concerne à sociedade a participação dos comitês de bacia, e o Congresso Nacional tem um papel fundamental à medida em que pode aperfeiçoar o marco regulatório ao tempo em que pode viabilizar o provimento de recursos para o atendimento de uma política efetiva de recursos hídricos no que concerne ao acesso, à recuperação de ecossistemas que, em função da degradação ambiental, tem prejudicado o meio ambiente e esforços que se somem à ação de outros países, como os aqui mencionados para que possamos ter uma gestão transfronteiriça de recursos hídricos. Como disse nossa relatora, a gestão das águas está muito ligada à crise ambiental global que estamos vivenciando, em algumas regiões, por excesso, porque teremos elevação do nível dos mares, inclusive, quando isso acontece a água doce disponível em condições de uso ela também é prejudicada, e em outras regiões do mundo a ausência material de água, como é o caso da África.

No caso do Brasil, na região semiárida, nós já temos estudos de que dão conta de que poderá transformar-se em deserto, de sorte que o nosso desafio no que concerne a uma agenda de implementação dos acordos internacionais, no que concerne à meta do milênio é muito importante e até a próxima reunião da Subcomissão que eu tenho a felicidade de estar presidindo, em substituição ao Senador Sibá Machado, que presidia anteriormente esta Comissão, todos os Srs.

Senadores podem aportar alguma contribuição. O relatório já está consolidado com as sugestões da nossa relatora, a quem, mais uma vez, agradeço, a toda equipe que deu suporte e apoio ao trabalho da Comissão, e, sobretudo, aos Srs. Senadores que dedicaram parte do seu tempo e do seu trabalho já tão, enfim, intenso nas Comissões regulares, nesta Subcomissão.

Ao encerrarmos, na próxima reunião, espero... O nosso trabalho, ele será encaminhado à Comissão de Meio Ambiente que aprovará o relatório final que, segundo o rito, ele será aprovado, em primeiro lugar, na Subcomissão e depois na Comissão de Meio Ambiente.

Essas eram as minhas palavras. E eu passo agora então a palavra aos Srs. Senadores que queiram já iniciar o debate do relatório, ainda que nós não tivemos tempo, porque ele foi disponibilizado ontem, e por isso a decisão da nossa Senadora em fazer a apresentação e fazer a votação numa próxima reunião. Mas nada impede que os Srs. Senadores já possam se colocar no sentido de ir antecipando o debate da próxima reunião da Subcomissão.

O Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Eu queria apenas parabenizar o excelente relatório da Senadora Marisa Serrano, e realmente, nós devemos nos preocupar mais com o meio ambiente, com o clima aqui no Brasil. Eu sei que essa preocupação é mundial, mas o clima está ficando doído no Brasil também. Nós estamos vendo, hoje, seca no Sul, no Rio Grande do Sul. No Paraná, ontem, passou uma matéria deprimente, as Cataratas do Iguaçu secas, secas, totalmente secas, não tem mais água.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Em compensação, o Piauí.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Isso que eu ia falar. E enchentes, chuvas e enchentes no Nordeste, se, pelo menos, continuasse umas duas vezes por ano chovendo do Nordeste, mas devia se distribuir mais. Então, o que está acontecendo é que o clima está mudando, está mudando, não está chovendo mais em alguns Estados, está chovendo em Estados que não chovia antes, então de forma que o clima está ficando realmente complicado.

Eu fui prefeito de um município na Amazonas, no Estado de Rondônia, que, no passado, tinham 12 rios, pequenos rios, córregos, rios. Hoje, só têm seis, 50% dos rios já morreram. Então, isso é uma prova de que o desmatamento indiscriminado acaba prejudicando os rios, o meio ambiente. E a Amazônia que parecia que não ia ter seca, já teve períodos, já teve ano que os rios secaram também, que tivemos problemas de comunidades ribeirinhas que tiveram problema por

falta de água. Então, nós devemos, realmente, nos preocupar.

Eu parabeno a Senadora Marisa Serrano por este excelente relatório.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Obrigada, Senador Valdir Raupp. V. Exa. traz aqui uma questão fundamental para este Senado, que está discutindo, inclusive, medidas de flexibilização da legislação ambiental, no que concerne à proteção de florestas, e V. Exa. traz um depoimento fantástico no sentido de dar sustentação às preocupações daqueles que entendem que reserva legal, área de preservação permanente, o código florestal deve ser no sentido de proteger as florestas que são, digamos assim, uma das principais razões para a proteção do meio ambiente e dos recursos hídricos.

Mas eu passo a palavra a outro Sr. Senador, o Senador Jefferson Praia--

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Senadora Marina.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): --está inscrito e a Senadora Marisa Serrano quer fazer uma intervenção antes do Senador Praia.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Senadora Marina, antes do Senador Jefferson Praia. Eu entrei com um Projeto de Lei no Senado na Comissão de Constituição e Justiça que trata do desmatamento zero, uma moratória por dez anos na Amazônia para não se derrubar mais corte raso, nenhum zero, até se criar uma consciência ambiental. Eu tive a coragem. Há dez anos, eu não teria essa coragem de entrar com um projeto nesse sentido. Hoje, eu acho que a consciência tem que ser formada que nós não podemos mais desmatar, não só na Amazônia, no Brasil.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Senadora Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu queria só fazer uma intervenção, Senador Raupp. Essa falta de consciência tem que vir de todos, começando pelos nossos mais de 5 mil prefeitos, 5.500 prefeitos que nós temos no País. E é uma consciência que é difícil. Eu quero dar um exemplo. O prefeito de Campo Grande que é do seu partido, o PMDB Nelsinho Trad, nós temos 34 córregos em Campo Grande e revolvemos, quando eu era vice-prefeita no começo de mandato dele, trabalhar esses córregos. Mas como é que nós fizemos? Cada escola que está próxima do córrego, então foi todo mapeado, são 34 no município, as escolas rurais e urbanas, as escolas ter que trabalhar os córregos, discutir a questão, ajudar a manter, os comerciantes da região, foi feito reunião com todos, quer dizer, todo mundo ajudando, quer dizer, a cidade toda participando, que tem 34 córregos e que precisa

manter os córregos vivos. Então, era chamado Córregos Vivos mesmo, Córregos Vivos, o projeto. Mas isso é uma consciência que a população tem que ter. Não adianta você fazer uma lei aqui dizendo: a partir de agora vai ser assim. Vai ser uma lei morta. Vai valer muitíssimo se nós começarmos a difundir, a trabalhar para que as pessoas, realmente, tenham essa consciência.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Senador Praia.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Eu quero parabenizar a Senadora Marisa Serrano, embora tenha chegado atrasado a essa apresentação e, folheando aqui, me chamou a atenção a questão do saneamento. E a Senadora Marina que é da Amazônia, da nossa querida Amazônia. Nós sempre quando tratamos a Amazônia, nós falamos muito das florestas, muito embora, dentro de contexto floresta, estão as águas também. E se nós formos perceber, isso não é só problema da Amazônia, mas eu vou destacar lá para ver como podemos avançar nessa questão do saneamento nas cidades. Para você ter uma idéia, por exemplo, pelo menos, no meu Estado onde eu conheço um pouco mais, pouquíssimas são as cidades que tratam bem as suas águas.

Então, você tem cidades, em plena Amazônia, que as pessoas não têm água nas suas casas. Por exemplo, a capital do meu Estado é um exemplo, Manaus é uma cidade que um percentual expressivo das pessoas não tem acesso à água. Esse é um problema. E um dos outros também, e um dos problemas maiores é a água utilizada ir direto para os rios e para os igarapés. Então, a minha preocupação é no sentido de como fazer, o que é que nós temos que fazer para que as pessoas tratem... Veja bem, e aí é a sociedade como um todo, os governantes tratem melhor a água, porque as poluições continuam acontecendo. Então, você tem municípios hoje que continuam poluindo igarapés. Depois de nós percebermos grandes cidades e cidades de porte médio e cidades pequenas com seus igarapés poluídos, o que me chama muita atenção nessa questão é que não está havendo uma paralisação nesse processo de poluição.

O que é que eu quero dizer? O que está errado continua sendo errado. Então, alguma coisa está faltando fazermos. Eu não sei, eu estou refletindo sobre esse assunto, estou aqui dividindo com vocês essa questão, porque por parte dos prefeitos, por exemplo, prefeito, dificilmente, quer fazer investimento no tratamento da água, dos resíduos que temos, porque isso vai ser uma obra que a população não percebe como relevante, conseqüentemente, acaba fazendo investimento em outras áreas. Por exemplo, para muitos prefeitos é melhor o asfalto do que você tratar a

água antes que ela chegue ao Igarapé. O que é que eu quero dizer com isso então? Nós temos que pensar em alguma coisa porque isso é muito preocupante, e para recuperar um Igarapé desse o investimento é elevadíssimo, e esse processo está se dando sem uma interrupção, Senadora Marina.

Então, eu não vejo, por exemplo, eu não sei como está no Estado de V. Exa., mas no meu continuamos nesse processo. Por exemplo, para você ver idéias têm municípios, tem um município que eu tenho como exemplo, eu vou aqui dizer o nome do município, porque não é segredo nenhum, já falei com o prefeito, me coloquei à disposição, não como uma pessoa que vai está criticando apenas àquela situação, mas como uma pessoa que quer ajudar aquele município. Por exemplo, nós temos um município chamado Nhamundá. Sabe o que é que acontece em Nhamundá? É um município pequeno, a parte urbana dele é muito pequena. Então, é alguma coisa como 2, 3km² da área urbana e tem uma grande área rural. Sabe o que é que acontece ali? Olha que problema, e essa é a realidade, talvez de diversos, de centenas de municípios, pelo menos, na Amazônia. Eles depositam o lixo numa área da cidade quando o rio desce na vazante o lixo fica depositado ali, quando vem a enchente você sabe quem é que faz a limpeza? É o próprio rio que leva todo o lixo embora.

Então, nós hoje temos na Amazônia cidades assim. O que é que nós temos que fazer? Buscamos uma maneira de resolver isso. Por exemplo, eu estou trabalhando com esse prefeito para ver como fazer com que ele não continue com esse projeto, porque esse lixo está indo para algum lugar.

Então, essa é a realidade de muitas cidades na Amazônia, certamente, no Brasil. Aí temos que trabalhar a cabeça dos prefeitos, temos que trabalhar a população, temos que ver, por exemplo, do ponto de vista da legislação se podemos fazer alguma coisa. Será que aí, por exemplo, uma questão que eu faço para V. Exas. que já estudam esse assunto há muito tempo. Será que você impor um percentual de investimento em saneamento básico que envolve tudo isso tem que se investido tanto do orçamento, será que esse não seria um caminho? Porque se nós formos esperar consciência da população e consciência de prefeitos nesse País, nós teremos feito um estrago que vai causar aí... Vai demandar uma quantidade elevadíssima de dinheiro para recuperar.

Eram essas as observações que eu gostaria de fazer para que nós possamos refletir e buscamos as soluções. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARINA SILVA (PT-AC):

Senador Casagrande V. Exa. deseja manifestar-se?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Só fazer um registro, Presidente, Senadora Marina de elogio ao trabalho da Senadora Marisa Serrano. Não tive a oportunidade de ver a sua apresentação, estou aqui agora olhando, porque eu estava numa outra audiência pública, que eu fui o requerente na Comissão de Constituição e Justiça no Código de Processo Penal e não acompanhei a sua apresentação. Mas estive presente em alguns dos eventos e estivemos juntos em Istambul na Turquia, no final desse encontro, e podemos ver a importância desse debate da água dos recursos hídricos para o mundo, não só para nós no Brasil, mas para o mundo. Nós temos uma situação, de certa forma, privilegiada em algumas regiões do Brasil, mas temos problemas em outras regiões do Brasil, e o mundo tem muitas dificuldades em muitas regiões. Então adotar, de fato, políticas que possam fazer com que aquilo que já foi decidido no Congresso Nacional seja implementado é fundamental. Nós temos uma boa política de recursos hídricos, mas nós temos uma implementação dessa política numa velocidade muito pequena, é fundamental que a gente possa aumentar a velocidade da implementação da política, porque o que já foi dito e reafirmado aqui nesse debate, que nós não temos muito tempo, o planeta não vai ficar esperando que nós possamos ficar aqui na burocracia tentando implementar as medidas. O tema mudança climática é um tema que este ano no Fórum Mundial foi discutido mudanças climáticas e recursos hídricos. O tema mudanças climáticas é um tema que exemplifica bem. Nós estamos num debate muito grande, muito debate e muito discurso, mas, efetivamente, o mundo tem feito pouco, tem feito pouco, e nós estamos vendo, a cada dia, os efeitos das mudanças ambientais globais. Água é a mesma coisa. A gente está vendo o problema, a gente tem muito discurso. Tem boas iniciativas. É bom que a gente reconheça. Tem iniciativas que trabalham na questão do produtor de água, tem iniciativas importantes em diversos municípios em estados brasileiros e no mundo, mas ainda nós temos só necessidade de mais recurso e mais apoio.

Então, fazer o registro. Acho que nós temos um tempo, até a semana que vem para qualquer sugestão, pelo que eu fiquei aqui informado, mas fazer o registro pelo seu trabalho até o presente momento.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Obrigada, Senador Casagrande.

Não havendo mais quem queira debater, gostaria apenas de dizer que, de fato, há uma necessidade muito grande de pormos um freio aos processos de degradação do meio ambiente, de destruição dos nos-

atos ambientais, e há necessidade da recuperação, porque toda e qualquer iniciativa que possa se dirigir ao futuro não significa a absolvição dos danos causados no passado. Eu concordo com a proposta do Senador Raupp no que concerne ao futuro: desmatamento zero para frente, mas discordo da proposta de absolvição daqueles que desmataram ilegalmente áreas que não poderiam ser desmatadas, como se eles pudessem agora ser premiados. Acho que as duas coisas podem ser feitas e se juntarmos as duas coisas, com certeza, teremos uma grande iniciativa até porque Estados como Acre, Rondônia e Mato Grosso, já estão, e Pará em processo muito adiantado em relação ao zoneamento ecológico e econômico, e com isso nós poderemos então dar essa contribuição, e o planeta agradece.

Mais uma vez, obrigada, Senadora Marisa Serrano. Não havendo mais quem queira discutir, dou por encerrada a presente sessão, e já temos, em seguida, a reunião da Comissão de Meio Ambiente que será presidida pelo nosso Senador Casagrande.

Sessão encerrada às 11h51.

ATA DA 2ª REUNIÃO, DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA PARTICIPAR E ACOMPANHAR AS ATIVIDADES DO FÓRUM DAS ÁGUAS DAS AMÉRICAS E DO FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE MAIO DE 2009, ÀS 10:30 HORAS.

Às onze horas e vinte e sete minutos do dia doze de maio de dois mil e nove, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência Eventual da Senhora Senadora **MARINA SILVA**, reúne-se a Subcomissão Temporária para participar e acompanhar as atividades do Fórum das Águas das Américas e do Fórum Mundial da Água, com a presença dos Senhores Senadores **RENATO CASAGRANDE**, **MARISA SERRANO**, **GILBERTO GOELLNER** e **FÁTIMA CLIEDE**. Deixam de comparecer os demais Senadores membros da Subcomissão. Havendo número regimental, a Senhora Presidente declara abertos os trabalhos e submete à votação a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Senhora Presidente informa que a reunião destina-se à deliberação do **Item único) VOTAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL DA SUBCOMISSÃO**. Resultado: Aprovado o Relatório Final da Subcomissão com adendo apresentado pela Senadora **MARINA SILVA**. Usa da palavra a Senhora Senadora **MARISA SERRANO**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e seis minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a

presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente Eventual e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de estenotípias informatizadas.

Senadora **Marina Silva**, Presidente Eventual.

REGISTRO DE ESTENOTÍPIA INFORMATIZADA DA REUNIÃO DE 12/05/2009

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Havendo número regimental declaro aberta a 2ª Reunião de Subcomissão Temporária para Participar e Acompanhar as Atividades do Fórum das Águas das Américas e do Fórum Mundial da Água, no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Os Srs. Senadores que estiveram de acordo com a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, permaneçam como se encontram. Nós permanecemos como nos encontramos. Aprovada.

Tem a palavra então, a senadora Marisa Serrano, que na sessão anterior já fez a leitura do seu voto e do seu relatório e agora nós vamos para à aprovação do Relatório Final da Subcomissão das Águas.

Todos os Srs. Senadores reconheceram o trabalho importante feito pela Senadora Marisa Serrano juntamente com os senhores senadores, as contribuições que foram apontadas por outros segmentos da sociedade. Sobretudo, agradecemos aqui o apoio da Agência Nacional de Águas.

E passo então a palavra à Senadora Marisa Serrano, para que possa fazer os complementos ao seu relatório e irmos para a aprovação final, encerrando dessa forma os trabalhos dessa Subcomissão.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada Sra. Presidente. Como V.Exª disse, já foi lido e discutido na última reunião dessa Subcomissão, mas eu gostaria de ouvi-la sobre as proposições da última reunião, que eu coloquei e que eu acredito que poderíamos melhorá-las, talvez, ou se todos estão de acordo, porque são ideias de como fazer que esse relatório tenha... Seja mais conhecido, amplificar o seu grito, talvez, e fazer com que as pessoas percebam a importância de cuidar da água e da legislação a respeito.

Então, as proposições que foram colocadas na última reunião, fazer do INTERLEGIS, do INTERLEGIS um local em que todas as boas práticas a respeito da melhoria e da utilização da água possa estar disponível a todos os brasileiros. Que esse congresso fizesse essa ponte entre boas práticas que existem no país, para que todos tivessem acesso, além, de toda a legislação. Se V.Exª concordar, esse podia ser um item.

O outro é promover um ciclo de debates, sobre a deficiência da legislação brasileira sobre a gestão dos recursos hídricos e que terá como resultados projetos de lei e recomendações ao executivo, que tornem nossa legislação, que é bem atual, ainda mais adequada.

Se V.Ex^a também estiver de acordo, nós poderíamos propor na Comissão de Meio Ambiente esse ciclo de debates.

E promover também um ciclo de debate no Parlamento da MERCOSUL, para discutir a questões da água transfronteiriças, superficiais e subterrâneas. Nesse item, eu acredito que V.Ex^a, sendo aprovado esse item, poderá enviar oficialmente à Comissão Brasileira do MERCOSUL. Nós devemos votar essa semana já o seu novo Presidente, mas atualmente ainda é o Senador Mercadante, como proposta nossa.

A outra, harmonização da legislação das águas transnacionais através do Parlamento do MERCOSUL, também acredito que deva ir como proposta dessa Subcomissão ao Parlamento do MERCOSUL.

E enviar o relatório da Subcomissão para os Presidentes do Senado, da Câmara dos Deputados e parlamentos estaduais e municipais, também acredito que V.Ex^a, poderíamos, nós poderíamos fazer conjuntamente esse envio, ou só a Presidente. E enviar o relatório para o Parlamento do MERCOSUL que também é um ato formal.

Além de encaminhar o relatório à Agência Nacional de Águas, que é, como V.Ex^a disse, uma grande parceira dessa Comissão de Meio Ambiente e também nos ajudou muito na Subcomissão de Águas.

Eram essas as minhas propostas, não sei se V.Ex^a tem outras propostas que nós poderíamos fazer para encerrar essa nossa Subcomissão.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Obrigada Senadora Marisa Serrano. Eu acho que as propostas apresentadas no relatório de V.Ex^a estão de acordo com a acolhimento das sugestões apresentadas.

Eu gostaria de agregar apenas que nós possamos priorizar a gestão compartilhada, no que concerne a viabilizar os meios para o funcionamento dos comitês de bacia. Porque ainda que a gestão seja compartilhada, os comitês de bacia fazem parte da gestão, mas eles não contam, na maioria das vezes, com as estruturas necessárias para seu funcionamento, o que tem impedido o funcionamento de boa parte dos comitês.

Então é a sugestão que faço, depois eu vou propor a redação para que V.Ex^a possa agregar aí ao conjunto de propostas, a medida em que, no meu entendimento, é uma forma de democratização e de dar transparência às políticas de gestão de recursos hídricos, uma vez que diz respeito ao conjunto da sociedade e o comitê de bacia é o lugar onde conflui todos aqueles que são,

enfim... Interessados diretamente, tantos os usuários, quanto a sociedade e quanto os agentes públicos.

Então, a minha, o meu encaminhamento, Senadora Marisa Serrano, é de que nós aprovando agora o seu relatório nessa Subcomissão, os trabalhos da Subcomissão se encerram e nós encaminhamos oficialmente, eu e V.Ex^a, para à Comissão de Meio Ambiente, que será aprovado então também, no pleno da Comissão, até lá os Srs. Senadores ainda poderão, os membros das demais Comissões, apresentarem sugestões e ao ser aprovado na Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor, aí sim remeteremos como sugere V.Ex^a, ao Presidente das Casas, Agência Nacional de Águas e aos demais interessados do Sistema Nacional de Recurso Hídricos, no caso também os estados e os municípios.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS):

Acatada a ideia do comitê de bacia, dos recursos para essas gestões compartilhadas, são fundamentais. E acredito que isso vai dar um novo alento a que mais comitês de bacias sejam implementados nesse país.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARINA SILVA

(PT-AC): Então, considero aprovado então o nosso relatório, e vamos encaminhar ao pleno da Comissão, nos termos do Regimento Interno, para que outros Srs. Senadores possam também apresentar sugestões, e posterior a sua aprovação, encaminharmos aos já aqui mencionados.

Não havendo mais nada a tratar dou por encerrado os trabalhos dessa Comissão, agradecendo o apoio da equipe técnica, agradecendo o apoio dos gabinetes dos Srs. Senadores que se envolveram. E mais uma vez dizendo o quanto é importante temos um olhar estruturante para a gestão dos recursos hídricos, à medida em que, nesse contexto de mudança ambiental global, sobretudo com as mudanças do sistema climático, os recursos hídricos serão dramaticamente afetados em todo o planeta, e particularmente no nosso país em que temos uma dicotomia, em que temos 11% da água doce disponível no mundo, mas algumas regiões, temos problemas de acesso a água.

Acesso, não significa ausência material de água, significa que precisamos de tecnologia adequada, meios adequados para distribuição dos recursos hídricos, e que eles possam chegar, tanto para a produção, quanto para o consumo humano e animal. De sorte que é mais do que adequado o envolvimento do Congresso Nacional com essa agenda de recursos hídricos, tanto na proposição de iniciativas legislativas, mas como na viabilização dos recursos necessários para que o Sistema Nacional de Recursos Hídricos possa funcionar a altura dos desafios que temos.

Muito obrigada senhora relatora, muito obrigado a todos os senhores e senhoras.

Sessão encerrada às 11h36.



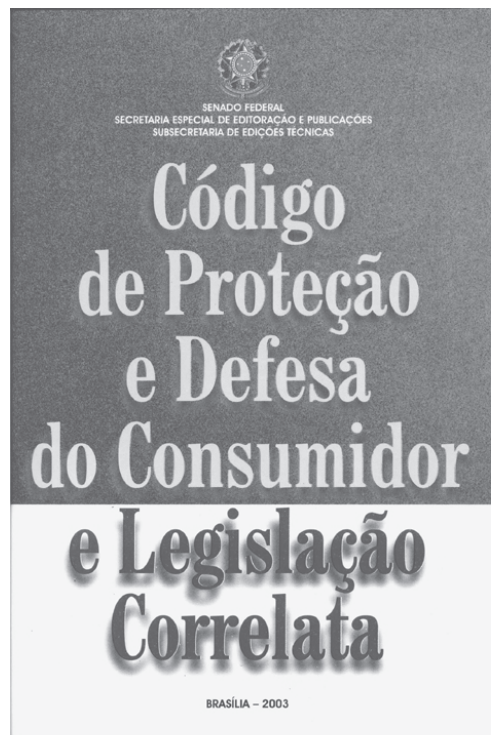
SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Código de Proteção e Defesa do Consumidor

Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e legislação correlata. Contém índice temático remissivo.

Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/catalogo



Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1) Confirme a disponibilidade de estoque utilizando os nossos telefones, *e-mail* ou por via postal.
- 2) Efetue depósito na conta única do tesouro (enfatizamos a importância do código identificador).

Banco: Banco do Brasil S/A (001)

Agência: 4201-3

A crédito de: Conta Única do Tesouro Nacional / FUNSEEP

Conta-corrente: 170.500-8

Código Identificador (imprescindível): 02.00.55.00.00.12.08.15-9

Observação: não é possível a utilização de DOC ou TED na transferência de valores para a Conta Única do Tesouro. É necessário que o depósito seja feito em uma agência do Banco do Brasil. Os correntistas do Banco do Brasil que utilizam o *internet banking* podem acessar o menu "Transferências", escolher a opção "para Conta Única do Tesouro", informando seu CPF/CNPJ, o valor da compra e, no campo "UG Gestão finalidade", o código identificador acima citado.

- 3) Encaminhe-nos, por via postal, fax ou *e-mail* (digitalizado), o comprovante do depósito, a relação do que está sendo adquirido, nome e endereço completo para remessa e informe um telefone para contato.



EDIÇÃO DE HOJE: 846 PÁGINAS

(OS: 13266/2009)